



I CONLAPE

I Congresso Latino-Americano
de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA

V Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar Campus de Campo Mourão

ISSN 2447-6285

EVENTO ON-LINE - DE 25 A 27 DE ABRIL DE 2023

ANAIIS

UNESPAR - 2023

Prof. Dr. Rogério da Silveira Tonet
Maria Eduarda Romanhuk Povodenhak
Vanis Saint Victor
(Organizadores de Anais)

**V SEMINÁRIO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS / I CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (V SECISA/ I
CONLAPE)**

Anais

25 a 27 de abril de 2023

Campo Mourão/PR
2023

V Seminário Dos Cursos De Ciências Sociais Aplicadas /I Congresso Latino-Americano De Ensino, Pesquisa E Extensão (V Secisa/I Conlape).

Anais do V Seminário Dos Cursos De Ciências Sociais Aplicadas /I Congresso Latino-Americano De Ensino, Pesquisa E Extensão (V Secisa/I Conlape). 25 a 27 de abril de 2023 / Organização dos anais: Prof. Dr. Rogério da Silveira Tonet, Maria Eduarda Romanhuk Povodenhak, Vanis Saint Victor – Campo Mourão: UNESPAR, 2023.

1.715. p.
ISSN 2447-6285

1. Ciência – Congressos. 2. Pesquisa - Congressos. 3. V SECISA (Seminário Dos Cursos De Ciências Sociais Aplicadas). 4. I CONLAPE (I Congresso Latino-Americano De Ensino, Pesquisa E Extensão).

DADOS GERAIS – UNESPAR

Reitora

Salete Paulina Machado Sirino

Vice-Reitor

Edmar Bonfim de Oliveira

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Celso Santo Grigoli

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Marlete dos Anjos Silva Schaffrath

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Rosimeiri Darc Cardoso

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento

Valderlei Garcias Sanches

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Carlos Alexandre Molena Fernandes

Pró-Reitor de Planejamento

Sydnei Roberto Kempa

Pró-Reitora de Políticas Estudantis e Direitos Humanos

Andréa Lúcia Sérgio Bertoldi

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Carlos Alexandre Molena Fernandes

Diretora de Pesquisa

Thaís Gaspar Mendes da Silva

Diretor de Pós-Graduação

André Acastro Egg

Diretor de Editoração

Felipe de Almeida Ribeiro

Divisão de Iniciação Científica

Suzana Pinguello Morgado

Divisão de Inovação e Tecnologia

Lucimary Afonso dos Santos

Divisão de Pesquisa

Maria Fernanda do Prado Tostes

Divisão de Pós-Graduação

Marcos Clair Bovo

Divisão da Editoração - Portal de Periódicos

Fabio Guilherme Poletto

Divisão da Editoração - Projetos Gráficos

Jack Holmer

Assessora Pró-Reitoria

Vivian Cabral Arruda

Secretária da Pró-Reitoria

Adélli Bortolon Bazza

Residente Técnica

Nanda Guimarães Ferreira dos Santos

COMISSÕES

Comissão de Atividades de Extensão e Cultura

Prof. Me. Sérgio Luiz Maybuk

Prof. Dr. Cleber Broietti

Comissão de Formatação e Editoração

Prof. Dr. Rogério da Silveira Tonet

Comissão Científica

Profª Dra. Claudia Chies

Profª Dra. Thais Gaspar Mendes da Silva

Prof. Dr. Adalberto Dias de Souza

Comissão de Divulgação e Relações Públicas

Profa. Me. Aparecida da Penha dos Santos

Prof. Mauro Candido dos Santos

Lucas Alexandre de Lima

Comissão de Infraestrutura e Cerimonial

Prof. Dra. Raquel Lage Tuma

Coordenação Executiva

Profa. Dra. Rita de Cássia Andrioli Bazila Peron

Coordenação Geral

Prof. Dr. Adalberto Dias de Souza

Coordenadores De Grupos De

Trabalhos

Josimari de Brito Morigi

Marla Michelle Nascimento Portela do Prado

Thais Gaspar Mendes da Silva

Rita de Cássia Andrioli Bazila Peron

Vanderlei Amboni

Sandra Garcia Neves

Marcos Junio Ferreira de Jesus

Marcia de Fátima Morais

Jean Pablo Guimarães Rossi

Aparecida da Penha dos Santos

Eliane Paganini da Silva

Lucinéia Chiarelli

Raquel Lage Tuma

Ana Paula Colavite

Pierangela Nota Simões

Organização do Anais

Prof. Dr. Rogério da Silveira Tonet

Maria Eduarda Romanhuk Povodenhak

Vanis Saint Victor

Comissão Científica

Leonardo Carvalho De Souza

Ivana Aparecida Da Cunha Marques

Larissa Klosowski De Paula

Maria Inez Barboza Marques

Teone Maria Rios De Souza Rodrigues

Assunção

Suzana Pinguello Morgado

Givaldo Alves Da Silva

Isabela Candeloro Campoi

Keila Pinna Valensuela

Henrique Klenk

Isaias Batista De Oliveira Júnior

Josi Mariano Borille

Márcia Sabina Rosa Blum

Vinicius Neves De Cabral

Silvio Roberto Stefani

Luana Furtado Vilas Boas

Camilla Martins Dos Santos Benevides

Guilherme Fagan Peron

Rita De Cássia Andrioli Bazila Peron

Ana Paula Peters

André Fabrício Silva

Clara Márcia De Freitas Piazzetta

Adriana Salvaterra

Antonio Marcos Dorigão

Adler Santos Garcia Costa

Amanda De Mattos Pereira Mano

Eromi Izabel Hummel

Franciele Clara Peloso

Gabriela Da Silva Sacchelli

Marcela De Oliveira Nunes

Maria Ivete Basniak

Nájela Tavares Ujiie

Paula Tamyris Moya

Reginaldo Peixoto

Ricardo Desidério Da Silva

Roseneide M Batista Cirino

Vanessa Alves Bertolleti

Zeloi Ap. Martins

Bruno Rafael Marioti

Josimari De Brito Morigi

Julio Ernesto Colla

Marcela Moura Basaglia

Paulo Cruz Correia

Victor Galindo De Mello

Yeda Maria Pereira Pavão
Elias Canuto Brandão
Isabela Candeloro Campoi
Juliana Alves Barbosa Menezes
Marcos Roberto Pirateli
Maurílio Rompatto



APRESENTAÇÃO

A UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, por meio do Curso de Administração, promoveu dos dias 25 a 27 de Abril de 2023, V Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas (SECISA), juntamente com o I Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONLAPE).

O V SECISA/ I CONLAPE, objetivou gerar e divulgar conhecimento, além de oferecer espaço para apresentação de resultados de ações e projetos de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidos no Brasil e em outros países, nas mais variadas áreas do conhecimento.

O evento ocorreu na modalidade virtual e sua estrutura está composta por: palestras, mesas-redondas e simpósios temáticos com apresentação de comunicações orais de artigos completos que passaram por avaliação *blind review*. A abrangência do evento foi em nível regional, nacional e global, com ênfase especial para a América Latina.

Participam dos eixos temáticos docentes e agentes universitários da Unespar e de outras Instituições de Ensino Superior, brasileiras e estrangeiras, sendo que os docentes que compõem os eixos temáticos (GT) foram os responsáveis pela avaliação dos trabalhos para apresentação. Os temas dos eixos abordaram temáticas emergentes no atual cenário global, e o papel da universidade frente aos desafios da sociedade contemporânea.

Cabe destacar o papel primordial da participação dos Docentes e convidados tanto da Unespar – Universidade Estadual do Paraná, quanto de outras Instituições de Ensino Superior que fizeram toda a diferença na condução dos Grupos de Trabalhos – GT e também das mesas-redondas e palestras. No que se refere aos grupos de trabalho os mesmos foram formados pelos seguintes eixos temáticos:

- GT 1 - Administração Estratégica e Mercadológica.
- GT 2 - Arte e Cultura.
- GT 3 - Capitalismo, trabalho, direitos humanos e as interfaces classe, gênero, raça/etnia e sexualidade.
- GT 4 - Direito e empresa.
- GT 5 - Educação do campo e escolas camponesas na América Latina.
- GT 6 - Educação Especial e Inclusiva.
- GT 7 - Empreendedorismo e Inovação.
- GT 8 - Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Produção Agroindustrial.
- GT 9 - Interfaces entre ensino e cultura escolar em perspectiva sócio-histórica.
- GT 10 - Internacionalização nas organizações.
- GT 11 - Metodologias e práticas pedagógicas no ensino superior
- GT 12 - Música e Saúde - Arte como construção de conhecimento, o papel da cultura na transformação da sociedade e a experiência musical na interdisciplinaridade com a saúde.
- GT 13 - Políticas Públicas
- GT 14 - Turismo e Desenvolvimento Regional.
- GT 15 - Sociedade, Saúde e Meio Ambiente.
- GT 16 - Outros temas contemporâneos - (Foram acoplados os GT 10, 12 e 14).

Já no que tange às mesas-redondas, as mesmas foram formadas pelos seguintes temas:

Mesas-redondas

- GT 2 - Mesa A - Arte e cultura na transformação social.
- GT 4 - Mesa A - Como o Direito se manifesta no âmbito empresarial e como pode auxiliar na gestão e planejamento das empresas.
- GT 5 - Mesa A - Educação do campo: desafios contemporâneos.

- GT 7 - Mesa A - A Geopolítica da Inovação e o papel dos Estados nacionais.
- GT 13 - Mesa A - A participação e o controle social no âmbito nas políticas públicas: limites e possibilidades.
- GT 13 - Mesa B - Políticas Públicas para Inovação e Tecnologia.
- GT 13 - Mesa C - Integrada a Mesa A do GT 16 – Pedagogia Histórico-Crítica e Emancipação.
- GT 14 - Mesa A - Interpretação do patrimônio em museus: valorização da comunicação com o visitante em foco.
- GT 14 - Mesa B -Sustentabilidade nas organizações: casos de sucesso.
- GT 14 - Mesa C - Gastronomia, Cultura e Turismo.
- GT 16 - Mesa A - Pedagogia Histórico-Crítica e Emancipação (Integrada à Mesa C do GT 13).
- GT 16 - Mesa B - Desigualdade Social: Possibilidades e Limites para seu Enfrentamento na Conjuntura Brasileira.

Foram aceitas contribuições para apresentação no formato de artigo completo. A publicação destes anais do V SECISA/ I CONLAPE permitirá a continuidade dos debates promovidos no evento, que agora estão à disposição para leitura e reflexão sobre o ensino, pesquisa e extensão no atual cenário nacional, regional e global.

Cabe evidenciar que os números do evento (850 participantes) superaram significativamente as expectativas iniciais. O grande volume de contribuições recebidas (mais de 300) refletiu no sucesso e na relevância do evento o que demandou um período mais extenso para a revisão e seleção dos artigos a serem incluídos nos anais.

Desejamos a todos uma boa leitura que contamos com a sua participação para o II CONLAPE/ VI SECISA.

Até breve!

Prof. Dr. Adalberto Dias de Souza
Coordenador geral do V Secisa / I Conlape

SUMÁRIO

N.	TÍTULO DO ARTIGO / AUTORES	PAG
1.	40 ANOS DE MICHAEL PORTER: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PESQUISA BRASILEIRA EM ESTRATÉGIA SOB O FRAMEWORK TEÓRICO DE PORTER Rejane Heloíse dos Santos ¹ – Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Julio Ernesto Colla ² – Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	19
2.	A CONTABILIDADE GERENCIAL E A SUA RELAÇÃO COM O CENÁRIO CONTINGENCIAL DA PANDEMIA DO COVID-19 Iolanda Cristina Souza ¹ – UNESPAR Karina Cordeiro Ribeiro ² – UNESPAR Welliton Felipe Alves Miranda ³ – UNESPAR	35
3.	A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS DE ENDOMARKETING NO ENGAJAMENTO DOS COLABORADORES DE UM RESORT HOTEL LOCALIZADO NA CIDADE DE IRETAMA/PR Lais da Silva Mayer ¹ – Unespar Victor Galindo de Mello ² – Unespar	50
4.	AMBIDESTRIA ORGANIZACIONAL E SEUS EFEITOS NO DESEMPENHO DE UM HOTEL Evellyn Patricia Rodrigues da Silva ¹ – UNESPAR Roberta Gabaron Batista ² – UNESPAR Welliton Felipe Alves Miranda ³ – UNESPAR	66
5.	ANÁLISE DA VITRINE COMO FERRAMENTA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO APLICADO A UMA LOJA DO SEGMENTO DE MODA E VESTUÁRIO, LOCALIZADA NA CIDADE DE CAMPO MOURÃO - PR Tamaris Cardoso ¹ - Unespar – campus de Campo Mourão Josimari de Brito Morigi ² - Unespar - campus de Campo Mourão	81
6.	GESTÃO DE RISCOS: UMA PROJEÇÃO DE FATURAMENTO UTILIZANDO A SIMULAÇÃO DE MONTE CARLO E SUAS VANTAGENS PARA A AMBEV S/A Edmundo Peters Junior ¹ – Unespar – Campus Paranaguá Douglas Urias Diniz de carvalho ² – Unespar – Campus Paranaguá Claudio Nogas ³ - Unespar – Campus Paranaguá Suelen Cristina de Araujo Vila Branca ⁴ - Unespar – Campus Paranaguá	98
7.	O IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS DURANTE A COVID-19: O USO DO MARKETING DIGITAL EM EMPRESAS FARMACÊUTICAS DO MUNICÍPIO DE IRETAMA/PR Lucas Nery Theodoro ¹ – Unespar Victor Galindo de Mello ² – Unespar	113
8.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA MICROEMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA MICROEMPRESA DO SETOR IMOBILIÁRIO, LOCALIZADA NA CIDADE DE CAMPO MOURÃO-PR William da Silva Ditos ¹ - Unespar – Campus de Campo Mourão Iuri Maiante Affonso ² - Unespar – Campus de Campo Mourão Josimari de Brito Morigi ³ - Unespar – Campus de Campo Mourão	126
9.	A FOTOGRAFIA DE POVOS ORIGINÁRIOS DE GRACIELA ITURBIDE: DO DOCUMENTO À ARTE Acir Dias da Silva ¹ - Unioeste Fábio Luiz Conterno ² – Unioeste	141
10.	ARTE INDÍGENA EM MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: TENCIONANDO A MOSTRA NETOS DE MAKUNAIMI Sara da Silva Uliana ¹ – Universidade Estadual do Paraná	150
11.	TARÔ E ARCANOS MAIORES: COMPONENTES SIMBÓLICOS DA NARRATIVAS TEXTUAL DO CONTO “HISTÓRIA DA REDENÇÃO DA POBREZA” DE EDUARDO GALEANO Leticia Arruda	166
12.	OS IMPACTOS DAS NARRATIVAS DE VIDA NA PRÁTICA DO ARTE EDUCADOR Pamela Sonoda Gomes ¹ - Universidade Estadual de Londrina (UEL) Ronaldo Alexandre de Oliveira ² - Universidade Estadual de Londrina Evelise Matveichuk da Silveira ³ - Universidade Estadual de Londrina	193

13.	A MATERNIDADE INTENSIVA COMO FORÇA DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO FEMINISMO MATRICÊNTRICO Nayara Augusto Felizardo1 - Universidade Estadual do Paraná	208
14.	O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA NAS PLATAFORMAS DIGITAIS Laís Bueno Tonin – UNINTER Rodrigo Otávio dos Santos2 – UNINTER	221
15.	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO PERÍODO PANDÊMICO A PARTIR DO NUMAPE/UNESPAR/PARANAVAÍ Talya de Souza Delfino1 - Unespar/Paranavaí Maria Inez Barboza Marques2 - Unespar/Paranavaí	233
16.	A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR PELO ACIDENTE DE TRABALHO POR CONCAUSA Joze Palani Guarez1 – Faculdade Unicampo e UNESPAR Dean Fábio Gomes Veiga2 – Faculdade Unicampo Renato dos Santos3 – Faculdade Unicampo	247
17.	A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO TELETRABALHO: GESTÃO E DISCUSSÃO ENTRE NORMA E PRÁXIS Luciana Rodrigues dos Santos1- Universidade Salvador Hélder Uzêda Castro2 - Universidade Salvador Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho3 - Universidade Salvador	258
18.	CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO CONSTRUTIVA DO CONFLITO – NOTAS SOBRE EFICÁCIA DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA TRABALHISTA Janice Bastos1 Maria Raquel Duarte2	273
19.	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA (COPAVI): O CASO DO ASSENTAMENTO RURAL SANTA MARIA EM PARANACITY – PARANÁ Valdirene Soares dos Santos1 - UNESP, Campus Marília /SP	296
20.	INOVAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO Juliana Alves Barbosa Menezes, IEA-USP Maria Cristina Machado de Carvalho, IEA-USP	310
21.	LA CONCEPCIÓN ITINERANTE E INCLUYENTE DE LA EDUCACIÓN RURAL EN CUBA: UN PRECEPTO PEDAGÓGICO MARTIANO Juan Carlos Rodriguez Cruz1 - Universidade de Holguin [UHO, Cuba] Luiz Bezerra Neto2 - Universidade Federal de São Carlos [UFSCar, Brasil] Vanderlei Amboni3 - Universidade Estadual do Paraná [UNESPAR, Brasil]	330
22.	O MST NA LUTA SOCIAL POR TERRA E OS AVANÇOS DA ESCOLA ITINERANTE NO PARANÁ Arquimedes do Amaral1 - Universidade Estadual do Paraná Vanderlei Amboni2 - Universidade Estadual do Paraná	345
23.	A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL Andreia Nakamura Bondezan1 - Unespar- Campo Mourão José Antonio Lopes2 - Unespar- Campo Mourão	359
24.	A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AVANÇOS E DESAFIOS Layna Costa Hillmann1 - Unespar Andreia Nakamura Bondezan2 – Unespar	372
25.	DISLEXIA: O PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE ESTUDANTE NA UNESPAR/CAMPUS DE CAMPO MOURÃO. Ceres Ribas1 – UNESPAR/CAMPO MOURÃO1	384
26.	INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA UNESPAR/CAMPO MOURÃO Andreia Nakamura Bondezan1 – Universidade Estadual do Paraná – campus de Campo Mourão Débora Francischini Boian2 – Universidade Estadual do Paraná – campus de Campo Mourão Rafael Zeferino de Souza3 – Universidade Estadual do Paraná – campus de Campo Mourão Sandra Garcia Neves4 – Universidade Estadual do Paraná – campus de Campo Mourão	394
27.	O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO Luciene Acordi Menezes1 – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Andreia Nakamura Bondezan2 – Universidade Estadual do Paraná - Unespar	409
28.	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA CELL MANIA.	424

	Gabrielly Sampaio Ferreira 1 – Unespar – Campo Mourão Aparecida da Penha dos Santos2 – Unespar – Campo Mourão	
29.	APRESENTAÇÃO DE TRÊS CASES DE SUCESSO DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR - BRASIL Juliano Dias 1 – Pós- graduando em gestão pública de Ambientes Promotores de Inovação da UNESPAR, Campo Mourão Tchaykovsky Vilela Santos 2 – Acadêmico de Letras e estagiário do Hotel Tecnológico da UNESPAR, Campo Mourão Camilly Coelho Alexandre3 – Acadêmica de Economia e estagiária do Hotel Tecnológico da UNESPAR, Campo Mourão Anderson Rodrigues da Silva4 – Acadêmico de Geografia e estagiário da Agitec da UNESPAR, Campo Mourão Rogério Silveira Tonet5 – Professor Doutor em Administração na Unespar – Campo Mourão	439
30.	ATIVIDADES LABORAIS NO REGIME DE HOME OFFICE E SEUS EFEITOS NA MOTIVAÇÃO DE TRABALHADORES Matheus Eduardo Bernal de Souza1 – Universidade Estadual do Paraná Alana Regiane Bueno de Andrade 2 – Universidade Estadual do Paraná Adalberto Dias de Souza3 – Universidade Estadual do Paraná Eloisa Paula de Oliveira4 – Universidade Estadual do Paraná Marcos Junio Ferreira de Jesus5 – Universidade Estadual do Paraná	449
31.	EMPREENDEDORISMO FEMININO Kailaini Eduarda da Silva1 – UNESPAR Campus de Campo Mourão Yasmin da Silva Correia2 – UNESPAR Campus de Campo Mourão Adalberto Dias de Souza3 – UNESPAR Campus de Campo Mourão Marcos Junio Ferreira de Jesus4 – UNESPAR Campus de Campo Mourão Eloisa Paula de Oliveira 5 – UNESPAR Campus de Campo Mourão	465
32.	EMPREENDEDORISMO POR NECESSIDADE E POR OPORTUNIDADE: INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS Alessandra Jakobowski Oliveira1 – UNESPAR Campus de Campo Mourão Gabrielly Sampaio Ferreira2 – UNESPAR Campus de Campo Mourão Adalberto Dias de Souza3 – UNESPAR Campus de Campo Mourão Marcos Junio Ferreira de Jesus4 – UNESPAR Campus de Campo Mourão Eloisa Paula de Oliveira5 – UNESPAR Campus de Campo Mourão	479
33.	INTENÇÃO EMPREENDEDORA EM FOCO: EXPLORANDO O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E OS POSSÍVEIS RESULTADOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS Cristiano Molinari Bispo1 – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR	488
34.	INVESTIGANDO DISTINÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO FINANCEIRA DE ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO: UMA ANÁLISE ENVOLVENDO EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E COMPORTAMENTO Cristiano Molinari Bispo1 – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR	502
35.	O BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO E O COMPORTAMENTO FINANCEIRO DOS ESTUDANTES: UMA ANÁLISE SOBRE EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO FINANCEIRA Cristiano Molinari Bispo1 – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR	519
36.	PERCEPÇÃO E VALORIZAÇÃO DA UNESPAR – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ JUNTO Á SUA COMUNIDADE ESTUDANTIL: UM ESTUDO NO CAMPUS CAMPO MOURÃO Aparecida da Penha dos Santos (UNESPAR) 1 Maria Dolores Barrionuevo Alves (UNESPAR) 2 Yeda Maria Pereira Pavão (UNESPAR) 3	536
37.	A VIABILIDADE DE UM TRAÇADO URBANO PROJETADO CONFORME O CONCEITO DE RENDIMENTO: UM COMPARATIVO ENTRE UM TRAÇADO EXISTENTE E UMA HIPÓTESE ADEQUADA AO SÍTIO Higor Ribeiro da Costa1 – Universidade Estadual de Maringá Renato Leão Rego2 – Universidade Estadual de Maringá	553
38.	ACESSIBILIDADE EM CALÇADAS – ESTUDO DE CASO NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PEABIRU - PR Vivian Maria Amaral de Oliveira1 – Universidade Estadual do Paraná Jaciene Maria Moreira Batista2 – Universidade Estadual do Paraná Natieli Geovana Salvadori3 – Universidade Estadual do Paraná Diego Aparecido de Souza4 – Universidade Estadual do Paraná Adalberto Dias de Souza5 – Universidade Estadual do Paraná	568

39.	ANÁLISE DAS FALHAS NA GESTÃO DE ESTOQUE A PARTIR DA FERRAMENTA ISHIKAWA: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DO SETOR DE ALIMENTOS Lidiana Candida Rodrigues ¹ - UNESPAR Gislayne de Souza de Lima ² - UNESPAR Francielle Pareja Scheneider ³ UNESPAR	583
40.	DESEMPENHO DOS ALGORITMOS nHLRF e HLRFBFGS NA AVALIAÇÃO DA CONFIABILIDADE ESTRUTURAL DE VIGAS EM CONCRETO ARMADO Solange Regina dos Santos ¹ - UNESPAR Carlos Francisco Pecapedra Souza ² – UTFPR	595
41.	DESIGNAÇÃO DE ATIVIDADES EM PROJETOS DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA: O CASO DA OTIMIZA EMPRESA JUNIOR Adrian Gustavo Fernandes ¹ - Universidade Estadual do Paraná Carolina Garcia ² - Universidade Estadual do Paraná Vinicius Gustavo da Cruz ³ - Universidade Estadual do Paraná Marcia de Fátima Morais ⁴ - Universidade Estadual do Paraná	612
42.	ESTUDO DE FILAS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE UTILIZANDO SOFTWARE DE SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL ARENA Adrian Gustavo Fernandes ¹ - UNESPAR Carolina Garcia ² - UNESPAR Luciano Admir Assunção Leite ³ - UNESPAR Marcela Vitória Dantas ⁴ - UNESPAR Vinicius Gustavo da Cruz ⁵ - UNESPAR	630
43.	MATURIDADE BIM NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS CAMPO MOURÃO (UTFPR-CM) Diego Aparecido de Souza ¹ – Universidade Estadual do Paraná Jaciene Maria Moreira Batista ² – Universidade Estadual do Paraná Rebeca Borges de Lima Silva ³ – Universidade Estadual do Paraná Vivian Maria Amaral de Oliveira ⁴ – Universidade Estadual do Paraná Adalberto Dias de Souza ⁵ – Universidade Estadual do Paraná	645
44.	PIPS-KDE: UM NOVO ALGORITMO PARA CLUSTERIZAÇÃO DE DADOS MULTIDIMENSIONAIS COM AGRUPAMENTOS NÃO GLOBULARES Dirceu Scaldelai ¹ - Unespar Solange Regina dos Santos ² - Unespar Luiz Carlos Matioli ³ – UFPR	662
45.	PROPOSTA DE MELHORIAS A PARTIR DA APLICAÇÃO DA ETAPA P DO CICLO PDCA EM UMA CONFECCÕES DO SETOR DE MODA INTIMA E FITNESS NA CIDADE DE MANDAGUAÇU – PR Lidiana Candida Rodrigues ¹ – Unespar Francielle Pareja Scheneider ² - Unespar Larissa Candida Rodrigues ³ – Unespar	679
46.	TECNOLOGIA BIM E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DO PARANÁ Vivian Maria Amaral de Oliveira ¹ – Universidade Estadual do Paraná Andrieli Lemos Pavan ² – Universidade Estadual do Paraná Natieli Geovana Salvadori ³ – Universidade Estadual do Paraná Diego Aparecido de Souza ⁴ – Universidade Estadual do Paraná Adalberto Dias de Souza ⁵ – Universidade Estadual do Paraná	694
47.	A ASSIMETRIA DE GÊNERO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO: O CASO DO CURSO DE FÍSICA DA UECE Lívia Ancelmo da Silva ¹ – Universidade Estadual do Ceará Daiane Fabrício dos Santos ² – Universidade Estadual do Ceará Nicholas Pinheiro Muniz de Carvalho ³ – Universidade Federal do Ceará Ícaro Jael Mendonça Moura ⁴ – Universidade Estadual do Ceará	710
48.	A CONSOLIDAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO Bruna Cardoso Franco ¹ – Universidade Estadual de Londrina Nathália Cristina de Carvalho ² – Universidade Estadual de Londrina Ana Patrícia Pires Nalesso ³ – Orientadora	721
49.	A MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: ENTRE GÊNERO E NORMAS Júlia Thaís de Assis Moraes-UNESP/FFC.	736
50.	OFICINAS DE FORMAÇÃO “GAROTAS EMPODERADAS”: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PARANAÍ	751

	Isabela Candeloro Campoi – Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí ¹ Ana Paula de Souza – Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí ²	
51.	UM OLHAR INTERSECCIONAL DAS DIVERSIDADES PARA A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO Silvana Arantes da Silva (UEMS) ¹ Fernando Guimarães Oliveira da Silva (UEMS) ²	764
52.	A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR DE TERAPIA OCUPACIONAL Andreza Munaretti ¹ - UNIOESTE Marcos Lubeck ² – UNIOESTE	779
53.	AS EMOÇÕES DE DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR NA PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL Vitória Eduarda Rocha Simões ¹ - UEL Débora Menegazzo de Sousa Almeida ² – UEL	795
54.	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NO CURSO DE PEDAGOGIA: UMA VIVÊNCIA SOCIOAMBIENTAL Nájela Tavares Ujii ¹ - UNESPAR/Pvaí Fernanda Galvão dos Anjos ² - UNESPAR/Pvaí	811
55.	FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS E PROFESSORES NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DAS NOVAS DIRETRIZES E A TEORIA FREIRIANA Autor ¹ Eliane Paganini da Silva – Unespar-Apucarana Autor ² Franciele Clara Peloso – UTFPR-Pato Branco	822
56.	MÉTODOS PARA ENSINAR METODOLOGIA DE PESQUISA: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM) Camila Ribeiro de Almeida Rezende ¹ - UNESPAR	837
57.	POR UMA PEDAGOGIA PARA O ENSINO SUPERIOR: MEDIAÇÕES POSSÍVEIS PARA O APRENDER E O ENSINAR Marlete dos Anjos Silva Schaffrath ¹ – Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR	852
58.	PROJETO DE EXTENSÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PRODUÇÃO DE VÍDEOS PARA TREINAMENTO REMOTO EM PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA Thainá Simões Giordani ¹ - UFFS Daniel Scapin ² - UFFS Sarah Carolina Brandão de Souza Neto ³ - UFFS Mayara Cristina Stumm ⁴ – UFFS Luciana Pereira Machado ⁵ – UFFS	862
59.	A FÁSCIA E O CANTO: POSSIBILIDADES DE EXERCÍCIOS CORPORAIS PARA O INÍCIO DA AULA DE CANTO Heloiza Branco ¹ – UEL	877
60.	INFLUÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS TEÓRICAS DA MUSICOTERAPIA SOCIAL COMUNITÁRIA Laís Pinguello ¹ - UNESPAR Rosemyriam Cunha ² – UNESPAR	892
61.	A FORMAÇÃO TRIÁDICA DO COOPERATIVISMO RURAL Gisele Ramos Onofre ¹ - Unespar/Campus de Campo Mourão Paulo André Metchko ² - Unespar/Campus de Campo Mourão	901
62.	ANÁLISE DA FORMA DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE/PR Gian Leonardo Saullin Alvaro ¹ – Universidade Estadual de Maringá Hugo Henrique Saullin-Alvaro ² – Universidade Estadual de Maringá	915
63.	AS PESQUISAS SOBRE AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR NO BRASIL (2007 A 2016): PRINCIPAIS TENDÊNCIAS Ana Lucia Ferreira da Silva ¹ – Universidade Estadual de Londrina	930
64.	COMPARAÇÃO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO-PR Patrick Celestino Dos Santos – Unespar - Campus de Campo Mourão ¹ . Sérgio Luiz Maybuk – Unespar Campus Campo Mourão Membro do Grupo GERA ²	945
65.	COMPARAÇÃO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE GOIOERÊ-PR Kailayne Soares Ribeiro – Unespar - Campus de Campo Mourão ¹ . Sérgio Luiz Maybuk – Unespar Campus Campo Mourão Membro do Grupo GERA ²	961
66.	CONCEITOS ACERCA DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL Nayara Hakime Dutra ¹ – UNESP-FRANCA	976

	Vanessa Mara Solcia ² – UNESP-FRANCA	
67.	CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DA ENERGIA SOLAR NO BRASIL NO BRASIL E EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO Kamily Ferreira de Sene – Unespar - Campus de Campo Mourão ¹ . Sérgio Luiz Maybuk – Unespar Campus Campo Mourão Membro do Grupo GERA ² Adalberto Dias de Souza Unespar Campus Campo Mourão Membro do Grupo GERA ³	985
68.	GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E APROVEITAMENTO ECOLÓGICAMENTE E ECONOMICAMENTE CORRETOS NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO-PR Natália Vitória da Silva Borges Aion – Unespar - Campus de Campo Mourão ¹ . Sérgio Luiz Maybuk – Unespar Campus Campo Mourão Membro do Grupo GERA ² Adalberto Dias de Souza Unespar Campus Campo Mourão Membro do Grupo GERA ³	1000
69.	GESTÃO PÚBLICA PARA ALÉM DO ÓBVIO: SAÚDE MENTAL DOS FUNCIONÁRIOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO Gabriela Lima de Souza ¹ - UNEPAR, campus Paranvaí Maria Gabriela Monteiro ² - UNEPAR, campus Paranvaí	1015
70.	LA REFORMA DEL SISTEMA SANITARIO BRASILEÑO EN EL CONTEXTO LATINOAMERICANO - ¿UN PROCESO DE POLICY DIFFUSION? Maria Gabriela Monteiro ¹ - UNESPAR, campus Paranavaí Raquel Gallego Calderón ² - Universitat Autònoma de Barcelona Sonia Fleury ³ – Fundação Oswaldo Cruz	1028
71.	MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO PARAGUAI Juliana Domingues ¹ – UNILA. Maria Geusina da Silva ² - UNILA. Filipe Silva Neri ³ – UFAL.	1043
72.	NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PERSPECTIVA PARA A APOSENTADORIA: UM ESTUDO COM GRADUANDOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS Karla Cristina Valério Bacon ¹ – UNESPAR Kleber Pinto Barbosa ² – UNESPAR Vitoria do Nascimento Macedo ³ – UNESPAR Cleber Broietti ⁴ – UNESPAR Lucineia Chiarelli ⁵ – UNESPAR	1058
73.	PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO PERIÓDICO CAPES (2012 A 2021) Isabela Cristina dos Santos Porto ¹ - Universidade Estadual de Londrina (UEL) Ana Lucia Ferreira da Silva ² - Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1073
74.	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE ESTADUAL DO AMAZONAS, NO PERÍODO DE 2010 A 2023. Alonço Azevedo Neto ¹ - Universidade Federal do Amazonas Rosana Ramos de Souza ² -Universidade Federal do Amazonas	1089
75.	POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA Juliano Dias ¹ – Pós- graduando em gestão pública de Ambientes Promotores de Inovação da UNESPAR, Campo Mourão Tchaykovsky Vilela Santos ² – Acadêmico de Letras e estagiário do Hotel Tecnológico da UNESPAR, Campo Mourão Camilly Coelho Alexandre ³ – Acadêmica de Economia e estagiária do Hotel Tecnológico da UNESPAR, Campo Mourão Anderson Rodrigues da Silva ⁴ – Acadêmico de Geografia e estagiário da Agitec da UNESPAR, Campo Mourão	1104
76.	POSSIBILIDADES DA DEMANDA DE PRODUTOS ORIGINADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, ESPECIALMENTE ORGÂNICOS EM CAMPO MOURÃO Aline de Queiroz A. Andreotti Pancera ¹ – Unespar Campus de Campo Mourão Bruno Reinoso Hybner ² – Unespar Campus Campo Mourão Sérgio Luiz Maybuk ³ – Unespar Campus Campo Mourão; Membro do Grupo GERA	1116
77.	RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIVIL DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE Hugo Henrique Saullin-Alvaro ¹ – Universidade Estadual de Maringá Gian Leonardo Saullin Alvaro ² – Universidade Estadual de Maringá	1131
78.	UM ESTUDO SOBRE OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A CULTURA DAS ESCOLAS INDÍGENAS DO APUCARANINHA. Lucineia Chiarelli ¹ – UNESPAR	1145

	Everton Teodoro da Silva ² - UNESPAR Glauco Rafael Correia Faria ³ - UNESPAR Ana Maria Silva Silva ⁴ - UNESPAR	
79.	UMA ANÁLISE SOBRE O TURISMO RELIGIOSO NO SANTUÁRIO SÃO MIGUEL ARCANJO, EM BANDEIRANTES - PR. Evandro Del Negro da Silva ¹ - Unicentro	1161
80.	A TÉCNICA DE PROTEÇÃO DE NASCENTES COM SOLO-CIMENTO ASSOCIADA AO EQUIPAMENTO MODELO BICO DE PATO. Jefferson de Queiroz Crispim ¹ - Professor do colegiado de Geografia da UNESPAR, Campo Mourão Fernando Henrique Villwock ² - Professor do colegiado de Agronomia da Unifatecie, Paranavaí Edson Noriuk Yokoo ³ - Professor do colegiado de Geografia da UNESPAR, Campo Mourão Marcos Junio F. de Jesus ⁴ - Professor do colegiado de Administração da UNESPAR, Campo Mourão Alesson Soares Lopes ⁵ - Geógrafo e acadêmico de Ciências Contábeis da UNESPAR, Campo Mourão	1176
81.	ANÁLISE DA REATIVIDADE DA PRESSÃO ARTERIAL E VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA AO TESTE DE PRESSÃO A FRIO EM MÚSICOS VIOLONISTAS OLIVEIRA, I. J.1 - Universidade de Brasília, DF, Brasil OLIVEIRA, H. W.2 - Universidade Estadual de Goiás, GO, Brasil ROCHA, A. F.3 - Universidade de Brasília, DF, Brasil	1185
82.	ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS EMPRESAS DE AÇÚCAR E ALCOOL LISTADAS NA B3 ENTRE 2016 E 2020 Franciele Borsuk Martins Galvão ¹ - UNESPAR Giovana Aleixo do Prado ² - UNESPAR Gustavo Joaquim Ferraz ³ - UNESPAR Cleber Broietti ⁴ - UNESPAR	1195
83.	ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO MUSEU/LABORATÓRIO DE GEOLOGIA, DA UNESPAR, CAMPUS DE CAMPO MOURÃO Edson Noriyuki Yokoo ¹ - Unespar, Campus de Campo Mourão José Antônio da Rocha ² - Unespar, Campus de Campo Mourão Jefferson de Queiroz Crispim ³ - Unespar, Campus de Campo Mourão Jackson Cordeiro Brilhador ⁴ - Unespar, Campus de Campo Mourão	1210
84.	CONSUMO ALIMENTAR DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA SEGUNDO O ÍNDICE DA DIETA DA SAÚDE PLANETÁRIA Antônio Vinício Pontes de Freitas ¹ - UECE Davi Jácome Santos Vasconcelos ² - UECE Luíza de Carvalho Almeida ³ - UECE Leandro Teixeira Cacau ⁴ - USP Helena Alves de Carvalho Sampaio ⁵ - UECE	1225
85.	ESTUDO DAS PROPRIEDADES ANTIBACTERIANAS DE EXTRATOS HIDROALCOÓLICOS DO JATOBÁ (Hymenaeae courbaril L) Bárbara Ferreira Santos Vieira ¹ - UFVJM Luiana Rolim Azevedo ² - UFVJM Laura Santos Santana ³ - UFVJM Marcelo Luiz de Laia ⁴ - UFVJM Janaína Fernandes Gonçalves ⁵ - UFVJM	1240
86.	INOVAÇÃO EM SANEAMENTO AMBIENTAL RURAL: PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES QUE TIVERAM SUAS NASCENTES PROTEGIDAS COM A TÉCNICA SOLO-CIMENTO HÁ DEZ ANOS Jefferson de Queiroz Crispim ¹ - Professor colegiado de Geografia da UNESPAR, Campo Mourão Fernando Henrique Villwock ² - Professor colegiado de Agronomia da Unifatecie, Paranavaí Taila Lorena da Silva ³ - Programa Pós Graduação em Geografia, UEM, Maringá Tiago Vinicius da Silva Athaydes ⁴ - Programa Pós Graduação em Geografia, UEM, Maringá José Antonio da Rocha ⁵ - Professor colegiado de Geografia da UNESPAR, Campo Mourão	1251
87.	PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS: RESGATE E UTILIZAÇÃO. Beatriz Wolf Farias ¹ - UNESPAR Franciele Mara Lucca Zanardo Bohm ² - UNESPAR	1262
88.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA INTERMEDIÁRIA NO E-COMMERCE Karolayne de Barros Vidal ¹ - UNESPAR - Campus Paranavaí	1274

	Pâmela Urgniani de Freitas ² - UNESPAR-Campus Paranavaí	
89.	INSEGURANÇA ALIMENTAR: REFLEXOS E IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 Ana Patricia Pires Nalesso – Universidade Estadual de Londrina ¹ Maria Eduarda dos Santos Baridotti – Universidade Estadual de Londrina ² Milena da Cruz Ferreira – Universidade Estadual de Londrina ³	1289
90.	ESTUDO SOBRE A SATISFAÇÃO NO TRABALHO DOS COLABORADORES DA LAVANDERIA E TINTURARIA ESSÊNCIA Kattia Naiara Martins Fiuza ¹ – Centro Universitário Integrado Cristiane Marques de Mello ² – UNESPAR/ Campus Campo Mourão/PR	1298
91.	O USO DO BONECO COMO INSTRUMENTO LÚDICO NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A CRIANÇAS HOSPITALIZADAS Karolina Reis dos Santos Lukachaki – Universidade Estadual de Maringá (UEM) Ana Carolina Teixeira – Residente na Residência Multiprofissional (UEM)	1317
92.	O ARCAICO NA CIVIZAÇÃO: COMO A PROPAGANDA FASCISTA CONTINUA A FUNCIONAR – AINDA HOJE? Luciane Neuvald ¹ – UNICENTRO/PR Adonias N. da Luz ² – UNICENTRO/PR Rui C. Mayer ³ – UNICENTRO/PR	1332
93.	EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO DA COLETIVIDADE: EM FOCO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA Luciana Figueiredo Lacanallo ¹ - Universidade Estadual de Maringá Jhenifer Licero Schuete Silva ² – Universidade Estadual de Maringá Maria Luiza Evangelista Gil ³ - Universidade Estadual de Maringá	1346
94.	GAMIFICAÇÃO NUMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA ENSINO DA FORMA DECIMAL DOS NÚMEROS RACIONAIS Andreza Munaretti ¹ - UNIOESTE Marcia Dahmer de Moraes ² - UNIOESTE Marcos Lübeck ³ – UNIOESTE	1357
95.	A DISPENSA DA LICENÇA SANITÁRIA PARA ESTABELECIMENTOS DE BAIXO RISCO NO SETOR ALIMENTÍCIO: uma análise dos efeitos da Lei nº 13.874/2019 no âmbito de Ponta Grossa Jhonnatta Oliveira ¹ - Anhanguera Ponta Grossa	1372
96.	ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS MELHORES UNIVERSIDADES PARTICIPANTES NO RANKING WORLD UNIVERSITY – TIMES HIGLER EDUCATION (THE) Augusto Londero Orsolin – UFSM ¹ Anderson Luiz Veduim Bortoluzi – UFSM ² Lucas Veiga Avila – UFSM ³ Adriano Mendonça Souza - UFSM ⁴	1383
97.	DISCURSOS E POSTAGENS DE LÍDERES RELIGIOSOS QUE LEGITIMAM E REFORÇAM A SUBALTERNIDADE DA MULHER NA SOCIEDADE Ana Carolina Ribeiro Ruzycski ¹ – Universidade Estadual de Londrina Claudia Neves da Silva ² – Universidade Estadual de Londrina	1398
98.	ECONOMIA CRIATIVA E A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O MUNDO DA ERA DA INFORMAÇÃO DE 2007 – 2019: UM ESTUDO DA MASSA SALARIAL DOS TRABALHADORES DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL Victor Hugo Bartholomeu Araujo ¹ - UEM Dra. Aline de Queiroz Andreotti Pancera ² – UNESPAR	1410
99.	EFEITOS DA DIVULGAÇÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA E DAS EMISSÕES DE CARBONO NO DESEMPENHO DE EMPRESAS BRASILEIRAS Augusto Londero Orsolin – UFSM ¹ Larissa Degenhart – UFSM ²	1426
100.	ESTUDO SOBRE A SATISFAÇÃO NO TRABALHO DOS COLABORADORES DA LAVANDERIA E TINTURARIA ESSÊNCIA Kattia Naiara Martins Fiuza ¹ – Centro Universitário Integrado Cristiane Marques de Mello ² – UNESPAR/ Campus Campo Mourão/PR	1441
101.	ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO E DA SOCIOLINGÜÍSTICA: PERSPECTIVAS DESAFIADORAS EM INVESTIGAÇÃO Maria Izabel Rodrigues Tognato ¹ – PPGSED/Unespar Clarice Bomdaruk ² – PPGSED/Unespar Luciane dos Santos Moraes ³ - PPGSED/Unespar Mirian Renata Folmann ⁴ - PPGSED/Unespar Adrielly Sontag Bertipalha ⁵ - PPGSED/Unespar	1458

102	MENSAGENS RELIGIOSAS PUBLICADAS POR MULHERES NAS REDES SOCIAIS: APARATO DE LEGITIMAÇÃO ÀS NORMAS RELIGIOSAS Ana Clara Ruisca1 – IC/UEL Profa Cláudia Neves da Silva ² – Orientadora/ UEL	1473
103	O BEM VIVER NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: (IM)POSSIBILIDADES DE INCORPORAÇÃO Bruno Siqueira Pasqualotto1 – Unila João Felipe Casco Miranda ² – Unila	1483
104	ECONOMIA CRIATIVA E A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O MUNDO DA ERA DA INFORMAÇÃO DE 2007 – 2019: UM ESTUDO DA MASSA SALARIAL DOS TRABALHADORES DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL Victor Hugo Bartholomeu Araujo1 - UEM Dra. Aline de Queiroz Andreotti Pancera ² – UNESPAR	1497
105	AValiação DA SATISFAÇÃO DE CLIENTES DE UM SUPERMERCADO LOCALIZADO NA REGIÃO CENTRO OCIDENTAL DO PARANÁ Ana Paula Assis1–Centro Universitário Integrado Rose Teixeira Custódio2–Centro Universitário Integrado Cristiane Marques de Mello ³ –UNESPAR/ Campus Campo Mourão/PR	1512
106	INDICADORES EDUCACIONAIS DE ESTUDANTES DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SITE DO INEP: TRANSPARÊNCIA OU INVISIBILIDADE? Elisabete Cristina Pereira Eches1 - UNESP, IFPR Eduardo José Manzini ² – UNESP	1527
107	FORMAÇÃO QUALIFICADA PARA UM PÚBLICO DIFERENCIADO Clarice Fabiano Costa Palavissini1 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste Lourdes Aparecida Della Justina ² - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste Daniela Frigo Ferraz ³ - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste	1543
108	FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO E ENSINO COLABORATIVO COMO ESPAÇO-TEMPO DE INCLUSÃO Adriana Inocência Gonçalves 1 – Secretaria do Estado da Educação do Paraná Roseneide Maria Batista Cirino 2 - Universidade Estadual do Paraná	1552
109	EXCLUSÃO E INCLUSÃO DIGITAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO Alessandro Oliveira de Souza Araújo1 – UNICENTRO Miguel Faria ² – UNESPAR/UNICENTRO Jamile Santinello ³ – UNESPAR/UNICENTRO	1567
110	DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO REMOTO PARA SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Ângela Paloma Zelli Wiedemann1 - UFPR Anderson Roges Teixeira Góes ² – UFPR Reginaldo de Araújo Silva ³ - IFPR	1579
111	TECNOLOGIA BIM NA GESTÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS Diego Aparecido de Souza ¹ – Universidade Estadual do Paraná Andrieli Lemes Pavan ² – Universidade Estadual do Paraná Ferdinando Miguel Ruis Salinas ³ – Universidade Estadual do Paraná Rebeca Borges de Lima Silva ⁴ – Universidade Estadual do Paraná Adalberto Dias de Souza ⁵ – Universidade Estadual do Paraná	1596
112	REUTILIZAÇÃO DE BANNERS E FORTALECIMENTO DE GRUPOS DE COSTURA - AÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA Designer Jordana de Oliveira Bennemann ¹ – Universidade Estadual de Londrina Dra. Camila Santos Doubek Lopes ² – Universidade Estadual de Londrina Me. Maria José Sartor ³ – Universidade Estadual de Londrina Kaique Cornélio da Silva ⁴ – Universidade Estadual de Londrina	1611
113	FORMAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO DO NATIVO AMERICANO DO SÉCULO XVI: A DEFESA DA RACIONALIDADE NATIVA EM BARTOLOMEU DE LAS CASAS SANTOS, Christina 1- UNESPAR	1626
114	A VERTEENTE CONSERVADORA E SEUS IMPACTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO Elson Alves de Lima ¹ -UNESPAR – Campus de Apucarana. Vitória Regina da Silva ² -UNESPAR – Campus de Apucarana. Bianca Cristina Alberto ³ -UNESPAR – Campus de Apucarana	1641
115	AVANÇO DO CAPITALISMO E OS REBATIMENTOS À GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AOS DIREITOS SOCIAIS Rodrigo Dos Santos Santana ¹ - Unespar, campus Paranavaí.	1650

	Thaís Gaspar Mendes da Silva ² - Unespar, campus Paranavaí.	
116	O CONSERVADORISMO “CLÁSSICO” E O NEOCONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE CLASSES: PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS. Vitória Regina da Silva ¹ -Universidade Estadual do Paraná - Campus de Apucarana. Elson Alves de Lima ² -Universidade Estadual do Paraná - Campus de Apucarana.	1665
117	OS REBATIMENTOS DO CONSERVADORISMO E DO NEOCONSERVADORISMO NA ATUALIDADE Bianca Cristina Alberto ¹ - Universidade Estadual do Paraná - Campus de Apucarana. Elson Alves de Lima ² - Universidade Estadual do Paraná - Campus de Apucarana	1678
118	RELATO DE EXPERIÊNCIA: ATUAÇÃO DA PEDAGOGIA NO PROJETO ECA NAS ESCOLAS POR MEIO DO NEDDIJ CUNHA, Adriana Leite Fonseca da ¹ - Unespar Campus Paranavaí MULLER, Danielle da Cruz ² - Unespar Campus de Paranavaí PEREIRA, Lizeane Heren Candido ³ - Unespar Campus de Paranavaí SILVA, Sônia Maria Correa da ⁴ - Unespar Campus Paranavaí SILVA, Rosângela Trabuço Malvestio da ⁵ - Unespar Campus de Paranavaí	1690
119	O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MENTAL À LIVRE ESCOLHA DO TRABALHO: ADAPTAÇÕES RAZOÁVEIS PARA A REDUÇÃO DE BARREIRAS DE ACESSO A CARGOS PÚBLICOS Mery Elen da Silva Scalia Carvalho ¹	1701



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**40 ANOS DE MICHAEL PORTER: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA
PESQUISA BRASILEIRA EM ESTRATÉGIA SOB O FRAMEWORK
TEÓRICO DE PORTER**

Rejane Heloise dos Santos¹ – Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Julio Ernesto Colla² – Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Nome do GT: 01 - Administração Estratégica e Mercadológica

RESUMO

Michael Porter é o autor mais citado nas áreas de Economia e Administração e suas ideias são as mais utilizadas por líderes empresariais e governamentais de todo o mundo e suas estruturas fundamentaram o campo da Estratégia. Logo, após 40 anos da sua publicação seminal, é possível afirmar que atualmente sua obra possui o mesmo peso e interesse dos pesquisadores em empreender pesquisas sob o framework teórico desse autor? O objetivo do presente trabalho então consiste em expor um panorama dos estudos brasileiros sobre estratégia sob o framework teórico de Porter nos últimos dez anos. Uma pesquisa de cunho bibliométrico foi desenvolvida utilizando-se a base de dados SPELL®, a partir da palavra-chave “Porter”. Dos 117 resultados encontrados para essa palavra-chave e o referido recorte temporal, 90 foram planilhados para compor a amostra. Como resultados, encontrou-se: queda nas publicações relacionadas ao tema da estratégia sob o framework teórico de Michael Porter; o método qualitativo predominante e ampla utilização da abordagem de estudos de caso; o periódico que mais concentra pesquisas brasileiras acerca do tema é “Revista Inteligência Competitiva” e o autor José Celso Contador foi endereçado como mais profícuo no tema. A Universidade de São Paulo (USP) é a instituição que mais publica no tema e a região Sul do Brasil é a que mais concentra pesquisas no tema, com quase 45% das publicações brasileiras nos últimos anos.

Palavras-chave: Michael Porter; Pesquisa bibliométrica; Pesquisa brasileira em estratégia.

RESUMEN

Michael Porter es el autor más citado en las áreas de Economía y Gestión y sus ideas son las más utilizadas por los líderes empresariales y gubernamentales de todo el mundo, y sus estructuras fundaron el campo de la Estrategia. Después de 40 años de su publicación seminal, ¿es posible decir que su obra tiene actualmente el mismo peso e interés que los investigadores para realizar investigaciones bajo el marco teórico del autor? El objetivo de este trabajo es exponer un panorama de los estudios brasileños sobre estrategia bajo el marco teórico de Porter en los últimos diez años. Se realizó una investigación bibliométrica utilizando la base de datos SPELL®, a partir de la palabra clave “Porter”. De los 117 resultados encontrados para esta palabra clave y el marco temporal mencionado, se elaboraron 90 para componer la muestra. Los resultados mostraron: una disminución de publicaciones relacionadas con el tema de estrategia bajo el marco teórico de Michael Porter; el método cualitativo predominante y el amplio uso del enfoque de estudio de casos; la revista que más concentra la investigación brasileña sobre el tema es “Revista Inteligência Competitiva” y el autor José Celso Contador fue abordado como el más fructífero sobre el tema. La Universidad de São Paulo (USP) es la institución que más publica sobre el tema y la región Sur de Brasil es la que más concentra investigaciones sobre el tema, con casi el 45% de las publicaciones brasileñas en los últimos años.

Palabras clave: Michael Porter; Investigación bibliométrica; Investigación brasileña en estrategia.

¹ Doutoranda em Administração – e-mail: rejane.santos@unespar.edu.br

² Doutor em Administração – e-mail: julio.colla@unespar.edu.br



1 INTRODUÇÃO

Embora existam muitas definições e perspectivas acerca da estratégia, a escola do posicionamento a qual a obra de Michael Porter geralmente é alocada fez importantes contribuições à administração estratégica ao abrir um campo para pesquisas e subsidiar um poderoso conjunto de conceitos à prática (MINTZBERG, 2004). O impacto de Porter, iniciado há cerca de 40 anos, ainda não chegou ao final do seu curso. Certamente pode ser considerado o autor mais influente de Estratégia e sua difusão foi rápida e ampla. O uso de sua teoria não se restringiu aos cursos de Administração, mas tornou-se fator importante na educação continuada para executivos e instrumento de trabalho no interior de empresas (BERTERO; VASCONCELOS; BINDER, 2003).

De acordo com Magretta (2012), a obra de Porter perdurou e foi tão utilizada ao longo do tempo porque funciona nos dois domínios: teórico e prático. Sua formação em Administração e em Economia o fez sentir que nenhuma das áreas explicava adequadamente o que ocorria no cenário competitivo. Assim, utilizando-se do que as duas áreas poderiam oferecer de melhor, Porter seguiu um caminho singular, a que chamou de “estruturas”, a partir de um trabalho analítico e rico em dados que testou e ampliou os conceitos de um campo da economia denominado Organização Industrial (OI). Ademais, examinou com atenção centenas de casos, buscando encontrar os elementos definidores da competição que fossem intuitivos para os gerentes e funcionassem para todos os setores (MAGRETTA, 2012).

Aktouf (2002) enumera como o essencial da obra de Porter um artigo de base publicado na Harvard Business Review intitulado “*How competitive forces shape strategy*” (PORTER, 1979), com o núcleo de sua teoria que se ampliará nas publicações: “*Competitive strategy: techniques for analyzing industries and competitors*” (PORTER, 1980); “*Competitive advantage: creating and sustaining superior performance*” (PORTER, 1985) e “*Competitive advantage of nations*” (PORTER, 1990), além de outras obras de grande importância. As ideias de Porter rapidamente formaram tópicos obrigatórios de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação em Harvard, difundidas em mais de 16 livros e 60 artigos publicados por importantes revistas acadêmicas. Somente o “*Competitive strategy: techniques for analyzing industries and competitors*” (PORTER, 1980) foi reeditado 53 vezes e traduzido para 17 idiomas. Seu “*Competitive advantage: creating and sustaining superior performance*” (PORTER, 1985) foi reeditado 32 vezes (AKTOUF, 2002).

Embora sua obra tenha recebido diferentes críticas, seu trabalho resistiu ao teste do



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

tempo e sua teoria é geral, aplicável a todos os casos a partir de um mapeamento claro e rigoroso entre a estratégia e desempenho organizacionais. É o autor mais citado nas áreas de Economia e Administração e suas ideias são as mais utilizadas por líderes empresariais e governamentais de todo o mundo. Foram suas estruturas que fundamentaram o campo da Estratégia (AKTOUF, 2002; MAGRETTA, 2012).

Aktouf (2002) sintetiza a obra de Porter em três movimentos: 1) o da teoria do posicionamento estratégico com a publicação de “*Competitive strategy*” em 1980, com seu famoso modelo das forças competitivas; 2) da noção da cadeia de valores integrados, a partir do seu *Competitive advantage* em 1985 consagrando um dos principais pilares do porterismo e 3) com a publicação de “*Competitive advantage of nations*”, de 1990. Mais recentemente, um quarto conceito tem ganhado notoriedade no campo após sua publicação com Kramer (PORTER; KRAMER, 2006) acerca do valor compartilhado: “*Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility*” (KETTNER, 2017).

O impacto e a influência do trabalho de Porter fizeram-se sentir acentuadamente desde 1980 e suas publicações seminais até os dias de hoje. No entanto, mais de quarenta anos após suas publicações iniciais, é possível afirmar que atualmente sua obra possui o mesmo peso? O interesse dos pesquisadores em empreender pesquisas sobre Estratégia sob o framework teórico desse autor permanece? Buscando esclarecer esses questionamentos, o objetivo do presente trabalho consiste em expor um panorama dos estudos brasileiros sobre estratégia sob o framework teórico de Porter nos últimos dez anos.

Nesse contexto, estudos bibliométricos são pertinentes porque a avaliação do conhecimento produzido atribui a um trabalho ou estudo, determinado grau de validade, confirmando ou não a justificativa para seu desenvolvimento e apontando direcionamentos para sua continuidade (OLIVEIRA; DÓREA; DOMENE, 1992). Nesse sentido, a importância do presente estudo consiste em apresentar resultados de como a pesquisa brasileira em estratégia, sob o framework teórico de Porter têm sido conduzida; o nível de interesse dos pesquisadores nos últimos anos; metodologias empregadas; pesquisadores brasileiros mais publicam no tema em quais periódicos. Ademais, outras questões que ajudam a fundamentar e fornecer base para futuras pesquisas, de modo que acadêmicos e praticantes possam desenvolver arcabouços teóricos considerando artigos, autores e periódicos que mais se destacam nessa área.

Para tanto, o presente trabalho se encontra assim organizado: essa primeira seção introdutória; uma segunda seção de referencial teórico sintetizando pesquisas bibliométricas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



anteriores, as quais o presente trabalho busca atualizar e complementar; uma terceira seção com o método bibliométrico adotado; uma quarta seção dos resultados obtidos e considerações finais.

2 ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ESTRATÉGIA E MICHAEL PORTER

Bignetti e Paiva (2002), ao analisarem as linhas de pensamento predominantes dos estudos de pesquisadores nacionais sobre Estratégia, no período de 1997 a 2001, encontraram a partir de uma análise de artigos apresentados no ENANPAD a predominância de uma visão determinística do ambiente, sendo Porter um dos autores mais citados, além de uma baixa frequência de citação de autores brasileiros.

Bertero, Vasconcelos e Binder (2003) também apresentaram um levantamento sistemático e uma avaliação crítica da produção científica em Estratégia Empresarial no Brasil, considerando a produção de 1991 e 2002. Os autores encontraram adequação da teoria à realidade das empresas brasileiras e análise do que ocorre no exterior; um número reduzido de autores pesquisando na área e uma produção não muito prescritiva para a área. Demonstraram também que a pesquisa nacional é representada pelos clássicos como Igor Ansoff e Michael Porter, além de Minstzberg.

Gosling e Gonçalves (2004), por sua vez, realizaram uma meta-análise dos trabalhos empíricos ou teórico-empíricos apresentados nos ENANPADS de 1997 a 2002 buscando classificar seu perfil metodológico. Encontraram predomínio do uso de tratamento de dados de natureza qualitativa em direção da análise de conteúdo.

Schneider *et al.* (2009) investigaram a influência de Porter nos trabalhos brasileiros em estratégia, analisando 10 anos de ENANPAD, de 1997 a 2006 e encontraram que Michael Porter é um autor com grande influência nas pesquisas acadêmicas de estratégia e seus estudos mais utilizados são os da análise da indústria e estratégias genéricas. O estudo constatou também que a pesquisa encontrada posiciona-se como favorável aos seus conceitos, ainda que existam pesquisas e críticas contrárias.

Finalmente, Marcon e Bandeira-de-Mello (2016) analisaram o período de 2003 a 2011 na pesquisa em estratégia no Brasil e encontraram a continuidade da predominância de pesquisas exploratórias por meio de estudos de caso qualitativos, além da tendência de crescimento da pesquisa nos temas sobre negócios internacionais, sustentabilidade socioambiental e ética



corporativa. O estudo identifica ainda grande influência do framework teórico de Michael Porter, porém ressalta que essa predominância vem perdendo força.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O termo bibliometria, comumente atribuído a Pritchard (1979), diz respeito à aplicação de matemática e métodos estatísticos para livros e outros meios de comunicação. No campo das ciências sociais aplicadas, a pesquisa bibliométrica foca no exame da produção de artigos em determinado campo, no mapeamento de comunidades acadêmicas e identificação das redes de pesquisadores e sua motivação. O rigor nesse tipo de pesquisa encontra-se nas decisões relacionadas ao seu *design* e ao atendimento às premissas dos métodos escolhidos (CHUEKE, AMATUCCI, 2015). Tradicionalmente, são três as principais leis que regem o método bibliométrico: Lei de Bradford, Lei de Lotka e Lei de Zipft (GUEDES; BORSCHIEVER, 2005; ARAUJO, 2006; MACHADO JÚNIOR *et al.*, 2014; CHUEKE, AMATUCCI, 2015).

A Lei de Bradford, impulsionada por Rosseau e Rosseau (2000), incide sobre conjuntos de periódicos e possibilita estimar o grau de relevância de periódicos que atuam em áreas do conhecimento específicas, de acordo com Machado Júnior *et al.* (2014). Nesse sentido, periódicos com maior publicação de artigos sobre um assunto tendem a estabelecer um núcleo de qualidade superior e maior relevância nessa área do conhecimento.

A segunda, Lei de Lotka (LOTKA, 1926), determina que uma larga proporção da literatura científica seja produzida por um pequeno número de autores e um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção, ao reduzido número de pequenos produtores (ARAÚJO, 2006). Para Guedes e Borschiver (2005) essa lei encontra sua base na premissa básica de que alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco e sua aplicabilidade se estabelece na avaliação da produtividade de pesquisadores, na identificação dos centros de pesquisa mais desenvolvidos em dada área de assunto e no reconhecimento da “solidez” de um campo científico.

A Lei de Zipft (ZIPFT, 1949), por sua vez, mensura a frequência de palavras de um texto e é utilizada para analisar que assunto científico ou tecnológico é tratado (GUEDES; BORSCHIEVER, 2005). Para Araújo (2006) essa lei descreve a relação entre palavras em determinado texto suficientemente grande e a ordem de série destas palavras, tratando-se de uma contagem de palavras em largas amostragens. O autor explicita que Zipf formulou o princípio do menor esforço, em que existe uma economia do uso de palavras e elas não vão se dispersar, mas sim serão utilizadas muitas vezes e as mais usadas indicam o assunto do documento.

Chueke e Amatucci (2015) atestam que o termo bibliometria tem sido muito utilizado no



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

país, mas pouco se sabe sobre a relevância e rigor aplicados nesses estudos e propõem então, pontos principais que devem ser observados pelos pesquisadores para a realização desses estudos. São eles: ponderação às sobreditas leis que regem os estudos bibliométricos e realização do devido plano de pesquisa; distanciamento de erros que possam comprometer a pesquisa, buscando analisar questões como: alinhamento da pergunta de pesquisa com método escolhido; tamanho adequado da amostra; justificativas para escolha das bases pesquisadas; não limitar-se apenas às palavras-chave, mas realizar a leitura do resumo, título, autores e filiações; verificar a importância e impacto dos periódicos e o período da coleta de dados e finalmente, os trabalhos devem gerar análises finais para viabilizar a evolução do campo pesquisado (CHUEKE, AMATUCCI, 2015).

Nesses termos e considerando essas diretrizes acerca da bibliometria, definiu-se para esse trabalho uma sequência de etapas para a execução da análise bibliométrica:

1) A primeira etapa refere-se às definições das consultas que compõem a pesquisa: a base de indexação de trabalhos utilizadas para a consulta SPELL®, que foi escolhida por ser a única que agrega a publicação no assunto, separada pela classificação Qualis Capes para a área da Administração, sendo vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Sua escolha se deu por sua relevância em consistir num repositório de trabalhos que proporciona acesso à informação técnico-científica, o único prioritariamente da área, reunindo principais periódicos classificados no Qualis de avaliação de periódicos da CAPES, nas áreas de Administração, Contabilidade e Turismo no estrato B5 ou superior (SPELL, 2022).

2) A segunda etapa compreende a definição e aplicação dos filtros de palavras de busca, tipos de publicação, recorte temporal para a delimitação adequada da amostra de trabalhos a ser analisados e critérios para que cada trabalho integrasse a amostra. A palavra-chave utilizada na busca foi “Porter” (conforme Schneider *et al.* (2009), para contemplar todos os trabalhos que mencionassem o autor pesquisado. A data selecionada contempla os trabalhos publicados nos últimos dez anos para que os trabalhos atuais e de maior relevância pudessem compor a seleção, ou seja, de 2011 a 2021, devido à preocupação de buscar apresentar a situação atual do campo de estudo (conforme Matoso *et al.*, 2020). O ano de 2022 não foi considerado uma vez que a execução dessa pesquisa se deu ao longo de 2022 e o ano ainda não estando concluído, poderia gerar um viés temporal. Os critérios utilizados para que os trabalhos pudessem compor a amostra consistiram em buscar os itens que tratassem especificamente do trabalho de Porter ou utilizasse o seu *framework* teórico como base. Dos 117 resultados encontrados, 90 foram organizados em planilhas eletrônicas para compor a amostra. Após digitada palavra-chave e os resultados gerados,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



cada resultado da busca foi analisado manualmente, um a um, pelos critérios: a) leitura crítica do título e palavras-chave; b) leitura crítica do; c) verificação de pertinência ao tema.

3) A terceira etapa, já concernente à descrição e análise dos artigos selecionados na amostra, identifica a quantidade de artigos publicada por ano, ao longo dos 10 anos analisados e pondera as questões metodológicas escolhidas pelos autores, seguindo os preceitos de Chueke e Amatucci (2015) para revisões bibliométricas.

4) A quarta etapa analisa quais periódicos têm apresentado trabalhos sobre o tema, e se embasa na Lei de Bradford em identificar sua importância e qualificação.

5) A quinta etapa se embasa na Lei de Lotka para identificar os autores, instituições e locais com maior número de produção sobre o tema. Para proceder essa etapa, quando a informação sobre os autores constante no artigo era incompleta ou inexistente, digitava-se o nome do autor na busca pelo devido currículos lattes, disponível na Plataforma Lattes (BRASIL, 2022), visando identificar a instituição de pertencimento de cada autor.

De acordo com Machado Júnior *et al.* (2014), muitos estudos bibliométricos pautam-se nas três leis supracitadas, utilizadas individualmente ou combinadas. Salienta-se que dessas três, a Lei de Zipft não será aqui aplicada por consistir em uma lei utilizada para analisar qual assunto científico ou tecnológico é tratado no trabalho (GUEDES; BORSCHIEVER, 2005), no entanto, como um dos procedimentos metodológicos foi realizar a leitura do título, do resumo e do tema de cada artigo para confirmar se ele realmente fazia parte da temática buscada antes de selecioná-lo para a amostra, somente foram filtrados os textos que tratavam com o assunto objetivado, tornando desnecessária sua utilização, uma vez que o assunto ou tema então já é conhecido.

6) Finalmente, os resultados de todas as etapas precedentes são analisados e executadas as considerações finais acerca da pesquisa.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

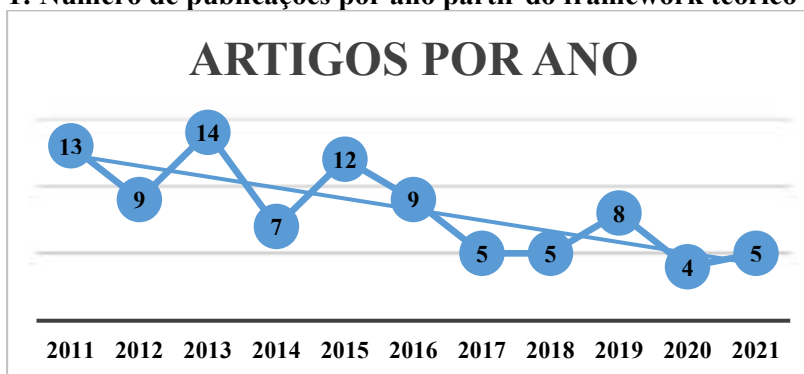
A seleção final de artigos para o presente estudo bibliométrico resultou em 90 trabalhos, que foram organizados em planilhas eletrônicas manualmente, por meio do software Microsoft Excel para as etapas de análises seguintes.

Em se tratando dos anos da produção, verifica-se, certa escassez de estudos relacionados ao tema da estratégia sob o framework teórico de Michael Porter. O Gráfico 1 indica queda nas publicações sobre o tema nos últimos anos, uma vez que no ano de 2011, 13 artigos foram publicados, no ano de 2012, 9 artigos e no ano de 2013, 14 artigos. No entanto, do ano de 2016



em diante, o número máximo de publicações por ano foram 8 publicações (em 2019), chegando a 4 artigos em 2020 (anos 2017, 2018 e 2021 também tiveram apenas 4 publicações cada). Essa queda pode ser indicativa de que o interesse no trabalho de Porter tem sido gradativamente reduzido. A linha de tendência no Gráfico 1 aponta claramente essa queda nas produções.

Gráfico 1: Número de publicações por ano partindo do framework teórico de Porter



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em se tratando da metodologia adotada pelos autores dos trabalhos publicados, a partir da classificação de Bertero, Vasconcelos e Binder (2003), dividiu-se os trabalhos em três grupos: empíricos (que por sua vez podem ser qualitativos, quantitativos ou qualitativos/quantitativos); teóricos-empíricos (também subdivididos em qualitativos ou quantitativos) e teóricos (que se subdividem em trabalhos de ensaio, proposição de modelo de gestão ou revisão). Para essa pesquisa, no entanto, acrescentou-se a essa classificação de trabalhos teóricos a subcategoria: casos de ensino, uma vez que a plataforma SPELL permite a busca nesse tipo de documento. Ademais, a existência de casos de ensino publicados nos últimos anos permitiria investigar se ainda existem iniciativas voltadas ao ensino sobre a temática pesquisada.

Para a análise da metodologia dos artigos, a informação foi buscada nos resumos dos trabalhos e descrita conforme reportado pelos autores. No entanto, para alguns trabalhos, a declaração da metodologia não estava explícita, fazendo-se necessária a leitura da seção de método do trabalho para atribuição. Conforme exposto pelo Quadro 1, assim como em Bertero, Vasconcelos e Binder (2003), buscou-se fazer a classificação dos artigos teóricos-empíricos entre qualitativos e quantitativos, mas somente foram encontrados artigos qualitativos.

É possível identificar que o uso do método qualitativo é predominante quanto às publicações brasileiras sobre estratégia sob o enfoque de Michael Porter, assim, como encontrado em estudos anteriores (BERTERO; VASCONCELOS; BINDER, 2003; GOSLING;



GONÇALVES, 2004; MARCON; BANDEIRA-DE-MELLO, 2016). Evidencia-se que esse caráter empírico da produção nacional não considera a utilização de diversas estratégias metodológicas possíveis e utiliza-se muito da abordagem de estudos de caso. Bertero, Vasconcelos e Binder (2003) apontam, no entanto, que muitas dessas publicações consistem apenas em “exemplos” que não atendem às exigências do protocolo habitual para estudos de caso, enquanto pesquisas academicamente válidas. Entre os trabalhos empíricos, 41 deles são qualitativos, 4 são quali-quantitativos e apenas 13 quantitativos. Entre os trabalhos teóricos, foram encontrados 8 ensaios-teóricos, 7 trabalhos que apresentavam proposições de modelos de gestão e 12 trabalhos de revisão, além de 3 casos de ensino (Quadro 1).

Quadro 1: Metodologia Utilizada nos Artigos

Metodologia	Artigos
Empírico	58
Qualitativo	41
Quantitativo	13
Quali-Quantitativo	4
Teórico	30
Ensaio	8
Proposição de Modelo de Gestão	7
Revisão	12
Caso de ensino	3
Teórico-Empírico	2
Qualitativo	2

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Bertero, Vasconcelos e Binder (2003).

Em se tratando dos periódicos em que os textos foram encontrados, a pesquisa apontou 57 periódicos publicando acerca do tema no período analisado. Os periódicos foram organizados em planilha eletrônica do Excel e os estratos de classificação das revistas foram buscados individualmente na Plataforma Sucupira da Capes. Foram consideradas as informações do Qualis-Periódicos disponíveis na plataforma para o último período avaliado pela Capes no momento da realização da pesquisa, o “Quadriênio 2013-2016” (CAPES, 2022). O Quadro 2 apresenta um resumo das principais informações acerca dos periódicos encontrados.

É possível identificar a partir do Quadro 2 que o periódico que mais concentra pesquisas brasileiras acerca do tema em questão é o “Revista Inteligência Competitiva” da “*Editora Alumni in*”, classificada no estrato B3, concentrando 7,8% dos estudos, ou seja, 7 artigos nos últimos dez anos. Abaixo, encontram-se os três periódicos: “Revista Alcance” (estrato B2), “Revista



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Pensamento Contemporâneo em Administração” (estrato B2) e “Revista Brasileira de Estratégia” (estrato B2), cada um deles responsáveis por 4,4% das publicações, sendo 4 artigos cada um, nos últimos dez anos. Abaixo, no Quadro 2 é possível identificar 5 periódicos com 3 publicações cada um. Periódicos com 2 publicações cada totalizaram 8 e 40 periódicos com apenas 1 publicação em 10 anos. Os 40 periódicos com apenas uma publicação ao longo de 10 anos podem demonstrar certa pulverização da publicação nacional em estratégia, ou em outros termos, que as pesquisas estejam espalhadas em diferentes veículos de divulgação.

Quadro 2: Resumo dos principais periódicos com mais publicações sobre o tema

Periódico	Nº artigos	Class.	%
Revista Inteligência Competitiva	7	B3	7,8%
Revista Alcance	4	B2	4,4%
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	4	B2	4,4%
Revista Brasileira de Estratégia	4	B3	4,4%
RAI - Revista de Administração e inovação	3	B1	3,3%
Revista da Micro e Pequena Empresa	3	B2	3,3%
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	3	B2	3,3%
Revista Gestão & Planejamento	3	B2	3,3%
Revista Ibero-Americana de Estratégia	3	B2	3,3%
(...)*	(...)*	(...)*	62,22%

Nota: *(...) 8 diferentes periódicos apresentaram duas publicações (sendo responsáveis por 2,2% das publicações) e 40 periódicos diferentes apresentaram apenas uma publicação no período de 10 anos, sendo responsáveis, cada um deles por 1,1% das publicações no tema.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

No que diz respeito aos estratos dos periódicos com mais publicações, conforme Quadro 3, verificou-se que 44,4% da pesquisa no tema encontra-se publicada em periódicos de classificação B2, ou seja, 40 artigos. Em segundo lugar, verificou-se que 28,9% da pesquisa brasileira no tema encontra-se em periódicos de classificação B3 (26 trabalhos) e 16,7% em periódicos B1 (15 trabalhos).

Quadro 3: Resumo dos estratos das publicações

Estrato Qualis Capes	Nº artigos	%
B2	40	44,4%
B3	26	28,9%
B1	15	16,7%
A2	6	6,7%
B4	2	2,2%
B5	1	1,1%

Fonte: Autores, com base nos dados da pesquisa.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A partir dessas informações, torna-se possível identificar a existência de certo “rigor” acadêmico necessário às pesquisas para que possam ser publicadas em um periódico B2. No mesmo sentido, embora menores exigências sejam feitas, as publicações em periódicos B3 também necessitam do atendimento a critérios precisos. Uma vez que quase metade das publicações brasileiras (44,44%) encontram-se classificadas no estrato B2 (40 trabalhos) e 26 encontram-se classificadas no estrato B3, torna-se possível reiterar a qualidade da pesquisa brasileira sobre estratégia sob o enfoque de Michael Porter, devido ao rigor necessário para publicação das pesquisas, bem como a relevância do tema para a área de Administração, de modo geral.

Em se tratando dos autores que publicaram os trabalhos analisados, encontrou-se 234 pesquisadores que publicaram trabalhos sobre o tema ao longo do período analisado. A grande maioria (92,31% ou 216 autores) publicou apenas 1 trabalho na temática no período analisado. O pesquisador que mais publicou trabalhos no tema foi “José Celso Contador” (da Universidade Paulista – UNIP) com 5 publicações. No trabalho de Bertero, Vasconcelos e Binder (2003) esse autor aparecia em segundo lugar no que diz respeito aos autores mais prolíficos.

Abaixo dele, 3 pesquisadores publicaram 4 trabalhos cada um: Claudio Antonio Rojo (da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE), Henrique César Melo Ribeiro (da Universidade Nove de Julho – UNINOVE) e Maurício Fernandes Pereira (da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC). Também foram encontrados 10 pesquisadores que publicaram 2 trabalhos cada um no período analisado. O Quadro 4 resume essas informações.

Quadro 4: Resumo dos autores que mais publicaram sobre o tema no período analisado

Autor	Nº	Filiação
José Celso Contador	5	Universidade Paulista – UNIP
Claudio Antonio Rojo	4	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Henrique César Melo Ribeiro	4	Universidade Nove de Julho – UNINOVE
Maurício Fernandes Pereira	4	Universidade Federal de Santa Catarina
Ana Grazielle Lourenço Toledo	3	Fundação Getúlio Vargas – FGV
João Paulo Lara de Siqueira	3	Universidade de São Paulo - USP
José Luiz Contador	3	Centro Universitário Campo Limpo Paulista
Siqueira de Moraes Neto	3	Universidade Federal de Santa Catarina
(...)*	(...)*	(...)*

Nota: *(...) 216 pesquisadores diferentes apresentaram apenas uma publicação no período de 10 anos.

Fonte: Autores, com base nos dados da pesquisa.

Acerca da quantidade de autores por artigo publicado, conforme demonstrado por meio do

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Quadro 5, encontrou-se que a maioria dos trabalhos são publicados por uma dupla de pesquisadores, sendo 31 artigos (34,44% das publicações). Esse aspecto também foi destacado nos achados de Schneider *et al.* (2009) que reiterou o esforço colaborativo na produção dos artigos sob essa temática. Também se encontrou 28 trabalhos sendo publicados por 3 autores cada um (31,11%), 18 trabalhos com 4 autores (20%), 6 trabalhos com 5 autores (6,67%), 5 artigos publicados individualmente (5,56%) e 2 trabalhos realizados por 6 autores (2,22%).

Quadro 5: Número de autores por artigo publicado

Nº artigos	Nº de Autor(es) por artigo	%
31	2	34,44%
28	3	31,11%
18	4	20,00%
6	5	6,67%
5	1	5,56%
2	6	2,22%

Fonte: Autores, com base nos dados da pesquisa.

No que diz respeito às instituições que apresentaram publicações acerca do tema, 265 menções foram planilhadas (considerando-se que cada artigo poderia ter mais de um autor, cada um com sua respectiva filiação e às vezes mais de um autor no mesmo artigo com filiação em uma mesma instituição). Assim como encontrado por Bertero, Vasconcelos e Binder (2003), a instituição que apresentou maior número de pesquisas publicadas sobre o tema em questão, considerando-se a filiação dos autores, foi a Universidade de São Paulo (USP) com 19 menções entre os autores, demonstrando que a instituição em questão permanece a que mantém o maior número de publicações sobre o tema, como encontrado em 2003 pelos autores. Em segundo lugar encontra-se a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 18 trabalhos, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com 17, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) com 14 trabalhos, a Universidade Paulista (UNIP) com 13 e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) com 12. O Quadro 6 resume essas informações sobre as instituições e os seus respectivos estados pertencentes.

Quadro 6: Resumo das menções às instituições com autores filiados

Filiação	UF	Nº menções
Universidade de São Paulo (USP)	SP	19
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	18
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	17
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	PR	14
Universidade Paulista (UNIP)	SP	13



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Fundação Getúlio Vargas (FGV)	SP	12
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	PR	9
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	SC	7
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	SP	7
Universidade do Vale do Itajai (UNIVALI)	SC	6
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	RS	6
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	6
Universidade de Brasília (UNB)	DF	5
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	PR	5
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	5
Universidade Potiguar (UnP)	RN	5
(...)*	(...)*	(...)*

Nota: *(...) 6 instituições foram mencionadas três e também quatro vezes, 14 instituições foram mencionadas duas vezes e 41 instituições diferentes apresentaram apenas uma menção no período de 10 anos.

Fonte: Autores, com base nos dados da pesquisa.

Considerando-se as regiões geográficas das instituições pertencentes aos autores dos trabalhos, das 265 menções às instituições filiadas (após excluirmos os autores sem filiação ou de filiação internacional), a região Sul do Brasil é a que mais apresenta menções de autorias dos trabalhos com 45,38%, seguida pela região Sudeste com 36,54%, região Nordeste com 12,69% e região Centro-Oeste com 5%.

Tais informações podem auxiliar no entendimento da pesquisa brasileira sobre o tema, ao analisar se as publicações podem ser realizadas por grupos de pesquisa institucionais ou por pesquisadores isolados, verificar as instituições pertencentes, os estados em que estas se localizam e regiões geográficas pertencentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que a presente pesquisa de cunho bibliométrico atingiu seu objetivo de expor um panorama dos estudos brasileiros sobre estratégia sob o *framework* teórico de Porter nos últimos dez anos. O estudo iniciou-se em 117 referências e culminou em um portfólio de 90 trabalhos em que na primeira fase definiu-se o SPELL® como base de indexação para consulta.

Para a segunda fase, escolheu-se a palavra-chave “Porter” com base em Schneider *et al.* (2009) para pesquisar os trabalhos do autor Michael Porter. O recorte temporal de 2011 a 2021 foi adotado para contemplar os últimos 10 anos da pesquisa brasileira. Os critérios para compor a amostra foram de que os artigos tratassem especificamente do trabalho de Porter ou utilizasse o seu *framework* teórico como base.

Na terceira fase foi percebida uma queda nas publicações relacionadas ao tema da estratégia sob o *framework* teórico de Michael Porter, indicando que possivelmente o interesse no trabalho de Porter tem sido gradativamente reduzido. O método qualitativo foi encontrado como predominante, demonstrando que a pesquisa brasileira não considera a utilização de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

diversas estratégias metodológicas e ainda se utiliza muito da abordagem de estudos de caso. 58 trabalhos empíricos foram encontrados, sendo 41 deles qualitativos, 13 quantitativos e 4 quali-quantitativos. Entre os 30 trabalhos teóricos, foram encontrados 8 ensaios-teóricos, 7 proposições de modelos de gestão e 12 trabalhos de revisão, além de 3 casos de ensino. Apenas 2 trabalhos teórico-empíricos qualitativos foram encontrados.

Na quarta fase da pesquisa que analisa quais periódicos tem apresentado trabalhos sobre o tema, e se embasa na Lei de Bradford em identificar sua importância e qualificação, encontrou-se que o periódico que mais concentra pesquisas brasileiras acerca do tema em questão é o “Revista Inteligência Competitiva” classificada no estrato B3, concentrando 7,8% dos estudos sobre estratégia. As publicações sobre o tema encontram-se pulverizadas em diferentes veículos de divulgação e 44,4% da pesquisa encontra-se em periódicos B2, demonstrando certo rigor nas publicações relativas ao tema.

A quinta etapa do presente estudo se embasa na Lei de Lotka para identificar os autores, instituições e locais com maior número de produção sobre o tema, identificou o autor: José Celso Contador como o mais profícuo no tema, com 5 artigos, seguido pelos autores com 4 artigos: Claudio Antonio Rojo, Henrique César Melo Ribeiro e Maurício Fernandes Pereira. Encontrou-se que a maioria dos artigos (34,44%) é publicada com 2 autores. A Universidade de São Paulo (USP) permanece a instituição que mais publica no tema, seguida da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Logo, a região Sul do Brasil é a que mais concentra pesquisas no tema, com quase 45% das publicações brasileiras nos últimos anos.

Os autores da presente pesquisa reiteram que seu objetivo não se relaciona à construção de um referencial teórico em si, mas contribuir para que os estudos nessa temática possam tomar por base um processo estruturado de seleção e evidênciação dos artigos, autores e periódicos mais relevantes na área e que poderão abarcar futuros trabalhos acadêmicos e científicos. Uma possível limitação pode ser a escolha apenas da análise da publicação nacional e a sugestão para pesquisas futuras é analisar se as evidências internacionais acompanham o que foi encontrado na produção brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n.1, p. 11-32, jan./jun., 2006.
- AKTOUF, O. Governança e pensamento estratégico: uma crítica a Michael Porter. **Revista de**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- Administração de Empresas**, v. 42, n. 3, pp. 1-11, 2002.
- BERTERO, C. O.; VASCONCELOS, F. C.; BINDER, M. P. Estratégia empresarial: a produção científica brasileira entre 1991 e 2002. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 42-62, 2003.
- BIGNETTI, L. P.; PAIVA, E. L. Ora (Direis) Ouvir Estrelas!: Estudo das Citações de Autores de Estratégia na Produção Acadêmica Brasileira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n.1, p. 105-125, 2002.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> . Acesso em 20 ago. 2022.
- CHUEKE; AMATUCCI. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Plataforma Sucupira**. Qualis. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml> . Acesso em 01 set. 2022.
- GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 6., 2005, Salvador. **Anais...**, Salvador, 2005. p. 1-18.
- GOSLING, M.; GONÇALVES, C. A. Ideias Metodológicas dos Autores de Estratégia dos Enanpads: uma Meta- Análise. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 10, n. 5, p. 1-26, 2004.
- KETTNER, M. Between Enthusiasm and Overkill. Assessing Michael Porter’s Conceptual Management Frame of Creating Shared Value. **Ethical Economy**, p. 153–168, 2017.
- LOTKA, A. J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**, v. 16, n. 12, p. 317-323, 1926.
- MACHADO JÚNIOR, C. *et al.* Análise de viabilidade de utilizar as leis da bibliometria em diferentes bases de pesquisa. *In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVIII EnANPAD. Anais Eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.
- MAGRETTA, J. **Entendendo Michael Porter: o guia essencial da competição e estratégia**. São Paulo: HSM Editora, 2012.
- MARCON, R.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. Estratégia em organizações: a produção científica brasileira entre 2003 e 2011. **Revista Alcance**, v. 23, n. 2, 2016.
- MATOSO, L. M. L. *et al.* O Papel dos Fenômenos Imperfeitamente Imitáveis no Alcance da Vantagem Competitiva Sustentável: Contexto Histórico, Ambiguidade Causal e Complexidade Social. **Revista de Administração da Unimep**, v. 18, n. 2, p. 1-16, 2020.
- MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- OLIVEIRA, A. C.; DÓREA, J. G.; DOMENE, S. M. A. Bibliometria na avaliação da produção científica da área de nutrição registrada no Cibran: período de 1984-1989. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 239-242, set./dez. 1992.
- PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p. 348-349, 1969.
- PORTER, M. **Competitive advantage: creating and sustaining superior performance**, 1985.
- PORTER, M. **Competitive strategy: techniques for analyzing industries and competitors**. New York: Free Press, 1980.
- PORTER, M. How competitive forces shape strategy. **Harvard Business Review**, v. 57, n. 2 p. 137–145, 1979.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

PORTER, M.; KRAMER, M. R. Porter, M.E., and M.R. Kramer. Strategy and society: The link between competitive advantage and corporate social responsibility. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 12, pp. 76–89, 2006.

PORTER, M. **The competitive advantage of nations**. New York: Free Press, 1990.

ROUSSEAU, B.; ROUSSEAU, R. Percolation as a model for informetric distributions: fragment size distribution characterized by Bradford curves". **Scientometrics**, v. 47, p. 195-206, 2000.

SCHNEIDER, A. B.; CARNEIRO, M. L.; SERRA, F. A. R.; FERREIRA, M. P. Estratégia Competitiva: Michael Porter 30 anos depois. **Rev. Adm. UFSM**, v. 2, n. 2, p. 298-326, 2009.

SCIENTIFIC PERIODICALS ELETRONIC LIBRARY - SPELL®. **Sobre o SPELL**. Características. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/sobre/caracteristicas>> . Acesso em 01 jul., 2022.

ZIPF, G. K. **Human behavior and the principle of least effort: An introduction to human ecology**. Cambridge, Massassuchets: Addison-Wesley, 1949.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**A CONTABILIDADE GERENCIAL E A SUA RELAÇÃO COM O CENÁRIO
CONTINGENCIAL DA PANDEMIA DO COVID-19**

Iolanda Cristina Souza¹ – UNESPAR
Karina Cordeiro Ribeiro² – UNESPAR
Welliton Felipe Alves Miranda³ – UNESPAR

Nome do GT: Administração Estratégica e Mercadológica

RESUMO

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que instituiu uma crise sanitária, com reflexos econômicos e financeiros, criando um cenário de medo e insegurança a todos, inclusive para as empresas. O estudo tem como objetivo analisar a relação entre a contabilidade gerencial e o cenário contingencial da pandemia do COVID-19 em uma empresa do comércio varejista alimentício: a padaria, restaurante e bistrô Fiorella de Campo Mourão – PR, sob a lente da teoria contingencial que se baseia no pressuposto que o ambiente interno e externo em que a organização se encontra afetam o seu funcionamento e busca entender e demonstrar como as entidades reagem frente a diversas situações. O método utilizado para elaboração da pesquisa foi o qualitativo descritivo, sendo qualitativo quanto a abordagem e descritivo quanto ao objeto da pesquisa, as informações foram obtidas através de uma entrevista semi- estruturada com o sócio e gestor da empresa, os resultados obtidos pela entrevista foram analisados e interpretados. A partir da entrevista foi possível identificar que, apesar das dificuldades impostas pela pandemia, o gestor da empresa priorizou os recursos humanos, além de dispor de planejamento para otimizar a utilização dos recursos financeiros a fim de enfrentar as dificuldades, ainda conta com a assistência de uma aliança mercadológica com empresas do mesmo segmento que se encontravam na mesma situação econômica e comercial, associação esta que também dispõe de consultoria contábil, jurídica e marketing. Por fim, a pesquisa possibilitou ampliar o conhecimento quanto a utilização da contabilidade gerencial como ferramenta de controle em um cenário contingencial, de modo que outras empresas também possam compreender essa importância e se beneficiar.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial; Pandemia; Teoria da Contingência.

RESUMEN

Los años 2020 y 2021 estuvieron marcados por la pandemia del nuevo coronavirus (COVID-19), que generó una crisis sanitaria, con consecuencias económicas y financieras, creando un escenario de miedo e inseguridad para todos, incluidas las empresas. El estudio tiene como objetivo analizar la relación entre la contabilidad de gestión y el escenario de contingencia de la pandemia de COVID-19 en una empresa minorista de alimentos: la panadería, restaurante y bistró Fiorella en Campo Mourão - PR, bajo el lente de la teoría de la contingencia que se basa en el supuesto de que el entorno interno y externo en el que se encuentra la organización afectan su funcionamiento y busca comprender y demostrar cómo reaccionan las entidades ante diferentes situaciones. El método utilizado para elaborar la investigación fue el cualitativo descriptivo, siendo cualitativo en cuanto al enfoque y descriptivo en cuanto al objeto de investigación, la información se obtuvo a través de una entrevista semiestructurada al socio y gerente de la empresa, los resultados obtenidos por la entrevista fueron analizadas e interpretadas. De la entrevista se pudo identificar que, a pesar de las dificultades impuestas por la pandemia, el gerente de la empresa Priorizó el recurso humano, además de contar con una planificación para optimizar el uso de los recursos

¹ – Bacharel em Ciências Contábeis (UNESPAR) – e-mail: iolanda.souz4@gmail.com

² – Bacharel em Ciências Contábeis (UNESPAR) – e-mail: karinacribeiro.kr@gmail.com

³ – Mestre em contabilidade gerencial (UEM), pós-graduado em auditoria e controladoria (UNICESUMAR) e Bacharel em Ciências Contábeis (UNESPAR) – e-mail: w_felipe_m@hotmail.com



financieros a fin de enfrentar las dificultades, aún cuenta con la asistencia de una alianza de mercadeo con empresas del mismo segmento que se encontraban en la misma situación económica y comercial, asociación que también ofrece asesoría contable, legal y de mercadeo. Finalmente, la investigación permitió ampliar el conocimiento respecto al uso de la contabilidad de gestión como herramienta de control en un escenario de contingencia, para que otras empresas también puedan comprender esta importancia y beneficiarse de ella.

Palabras clave: Contabilidad Gerencial; Pandemia; Teoria de la contingencia.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2020 e início de 2021 foi marcado por uma crise econômica e financeira, ocasionada pela pandemia do novo coronavírus, que trouxe alterações significativas em todos os aspectos da sociedade, econômico, social, político e cultural (FIOCRUZ, 2021).

Neste cenário, a empresa que possui a contabilidade gerencial como ferramenta pode ter um diferencial em sua forma de gestão, dispondo de informações qualificadas e esclarecedoras quanto sua real situação, além de auxiliar no processo de tomada de decisão, segundo Henrique (2008), a contabilidade tem como função fornecer informações seguras para que possam ser definidas estratégias e opções de como se manter ativa e saudável no mercado.

Essa nova realidade impacta tanto o ambiente externo quanto o interno das empresas, demandando melhores ferramentas de gestão para o auxílio para a tomada de decisão.

A pesquisa analisou o contexto apresentado através do viés da teoria da contingência, que procura compreender e explicar como fatores externos podem influenciar no crescimento e sobrevivência das organizações. Para Lacombe (2009), a teoria contingencial define que para sucesso na gestão e no processo decisório é necessário analisar diversos fatores como, por exemplo, o ambiente em que se encontra e sua situação, de modo que os gestores possam diagnosticar a situação antes da tomada de decisão.

Ambientes externos cada vez mais incertos têm se tornado desafios para os gestores. Desse modo, necessitam de informações úteis e tempestivas para melhorar o desempenho organizacional e obter vantagens competitivas. Para isso, há necessidade de ajustes nessas organizações, com estratégias mais flexíveis, adequada estrutura administrativa e de um sistema de contabilidade gerencial. Mudanças que ocorrem no ambiente externo levarão a mudanças no Sistema de Contabilidade Gerencial (BAINES; LANGFIELD- -SMITH, 2003).

Diante do contexto apresentado, fomentou-se o desenvolvimento desta pesquisa, a fim de observar a relação do cenário contingencial da pandemia do coronavírus com a gestão de uma empresa do Paraná e o processo decisório das medidas adotadas e estratégias utilizadas pelos



gestores.

Optou-se por analisar o processo decisório em uma empresa do comércio varejista alimentício: a padaria, restaurante e bistrô Fiorella de Campo Mourão – PR. Diante do cenário pandêmico, em Março de 2020, o prefeito do Município de Campo Mourão publicou o decreto n. 8.450, o qual estabelecia o fechamento, durante 15 dias corridos, de estabelecimentos e atividades consideradas não-essenciais, inclusive o comércio do ramo alimentício, como bares, restaurantes e lanchonetes, ficando autorizado somente *delivery*. Logo, a empresa analisada pode ter sido impactada pelos efeitos da pandemia do covid-19, necessitando adaptar-se ao cenário contingencial.

Com base na delimitação do tema apresentado, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual a relação entre a contabilidade gerencial e o cenário contingencial pandêmico em uma padaria, restaurante e bistrô no município de Campo Mourão-PR?**

Dessa forma, o estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre a contabilidade gerencial e o cenário contingencial pandêmico em uma padaria, restaurante e bistrô no município de Campo Mourão. No intuito de atingir os objetivos deste artigo, verificou-se como o cenário contingencial pandêmico pode influenciar na gestão gerencial dessa padaria na cidade de Campo Mourão – PR, averiguou-se as medidas adotadas pela padaria, restaurante e bistrô Fiorella de Campo Mourão – PR para o enfrentamento da crise causada pelo coronavírus nos anos de 2020 e 2021 e investigou-se o uso da contabilidade gerencial nas tomadas de decisões quanto às medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus na padaria.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As empresas que utilizam a contabilidade gerencial podem contar com uma ferramenta de avaliação e planejamento para auxiliar no processo de tomada de decisão quanto à utilização de seus recursos, pois é capaz de fornecer informações que abrangem todos os setores, mas colocadas a partir de uma visão diferente, com maior atenção aos detalhes, de modo que seja possível auxiliar os gestores no processo decisório (IUDÍCIBUS, 2010).

Para isso, é de extrema relevância entender como a organização se manteve no passado, mas também identificar quais as decisões que serão tomadas no futuro, traçar um planejamento estratégico para situações difíceis e possíveis crises financeiras que possam atingir a organização, fazer um planejamento das atividades, analisar os custos e encontrar soluções para se manterem no mercado, ou seja, utilizar-se da contabilidade como ferramenta para gestão empresarial



(MENEZES, 2010). Essa ferramenta auxilia o gestor a desenvolver planejamentos e estratégias visando o futuro da organização (GARRISON, NOREEN, BREWER, 2013).

Segundo Horngren, Foster e Datar (2000) a contabilidade gerencial possibilita o planejamento e controle, trazendo informações sobre: representação financeira de planos – orçamento; registro e classificação contábil das transações – sistema contábil; e também a comparação entre o que foi orçado e o real – relatórios de desempenho. Para que os gestores ajam da melhor forma no processo de tomada de decisão é necessária eficácia na validação das informações, definindo prioridades e em consenso com o contexto atual em que a entidade se encontra.

2.1 Teoria Contingencial

A teoria contingencial baseia-se no pressuposto que fatores contingenciais, tanto internos quanto externos, afetam o funcionamento das organizações. Segundo Molinari e Guerreiro (2004), esta teoria pode ser definida como uma perspectiva do comportamento de uma entidade, evidenciando como o ambiente em que se encontra afeta a sua dinâmica e desenvolvimento. Burns e Stalker (1960) em seu estudo analisaram como as organizações se comportam mediante as mudanças ocasionadas pelo ambiente interno e externo e classificaram os comportamentos em apropriados ou disfuncionais, ou seja, buscaram demonstrar a relação entre as práticas gerenciais do ambiente interno de acordo com o ambiente externo em que a se encontra.

O ambiente externo exerce papel importante no processo de tomada de decisão, pois é uma variável fundamental da pesquisa baseada em contingências, principalmente em razão da incerteza que caracteriza essa variável (CHENHALL, 2003).

Considerando que a teoria contingencial busca entender e demonstrar como as entidades reagem frente a diversas situações, que variam de acordo com o ambiente que as cercam, entende-se que as condições do ambiente interno e externo impactam a estrutura e processos organizacionais. Diante disso, torna-se relevante investigar o comportamento das práticas gerenciais diante do atual contexto ocasionado pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Segundo Otley (1980), sob a ótica da teoria contingencial não há uma única estrutura que satisfaça todas as organizações, visto que cada uma possui características particulares, cada estrutura organizacional deverá ser desenhada considerando seu contexto.

A teoria da contingência evidencia que não há um único e melhor jeito para se administrar,



como também demonstra o princípio da equifinalidade dos sistemas: existe mais de uma maneira de atingir os objetivos propostos, a depender do tipo de objetivo ou problema a ser solucionado (MOTTA; VASCONCELOS, 2006).

2.2 Pandemia da COVID- 19 e o Cenário Contingencial

Segundo o Ministério da Saúde (2020) a Covid -19 é uma doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou novocoronavírus, sendo descoberta na cidade de *Wuhan*, na China, em 31 de dezembro de 2019.

Por ser altamente transmissível o vírus se alastrou por todo o mundo e no dia 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. (OPAS, 2020).

No Brasil, o primeiro caso da doença foi registrado em fevereiro de 2020 no estado de São Paulo (BOSQUEROLLI, et.al, 2020). Segundo o Ministério da Economia foram confirmados mais de 21 milhões de casos da doença e mais de 589 mil mortes no país (BRASIL, 2021).

O início de 2020 foi marcado por uma série de alterações sociais e econômicas. No Brasil, em fevereiro de 2020, foi sancionada a Lei 13.979, que “dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, a qual permitia a adoção do isolamento e da quarentena, além de outras medidas (BRASIL, 2020), gerando uma queda na economia. Segundo o IBGE, setores da indústria, comércio e serviços tiveram uma queda em março de 2020 de 9.1%, 2,5% e 6.9%, respectivamente (BOSQUEROLLI, et. al, 2020).

Devido ao cenário atual, decorrente da pandemia, como a necessidade de isolamento social, menor confiança do consumidor, dentre outros elementos, as organizações foram diretamente afetadas pela crise econômica. De acordo com Oliveira (2020), o IBGE evidenciou, a partir de uma pesquisa no Brasil, o fechamento de aproximadamente 522,7 mil empresas no ano de 2020, devido ao impacto da pandemia do Covid-19.

2.3 Estudos Anteriores

Silva, Benini e Silva (2020) buscaram verificar a possibilidade da teoria da contingência, no campo dos estudos organizacionais, contribuir para o enfrentamento dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19. Nesse cenário, foi possível concluir que a teoria da



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

contingência acaba por contribuir na busca pela eficiência das organizações, visto que estão sendo pressionadas pelo ambiente a se adaptarem rapidamente e de forma diferenciada, atendendo as novas exigências dos consumidores e do poder público, a fim de manterem-se vivas no mercado e passarem pela crise com melhor desempenho e, quem sabe, com sucesso.

Guerra (2007) propôs verificar os arranjos entre fatores situacionais e Sistema de Contabilidade Gerencial sob a ótica da Teoria da Contingência, por meio de fatores como: ambiente, tecnologia, estratégia, estrutura organizacional, atributos do sistema de controle gerencial e desempenho organizacional. O autor concluiu que ajustar os atributos do Sistema de Contabilidade Gerencial a cada contexto ambiental e organizacional resulta na utilização mais eficiente dos recursos aplicados neste sistema.

Chenhal (2003) realizou estudos sobre o MCS (Sistema de Controle Gerencial) e os resultados são considerados úteis e satisfatórios para os indivíduos tomarem melhores decisões e atingirem as metas, além de maior satisfação no trabalho e desempenho organizacional.

Tillema (2005) observou que as organizações introduzem técnicas de contabilidade de gestão sofisticadas, mas muitas vezes o sucesso não é garantido. Decorre que a oportunidade de usar instrumentos sofisticados de contabilidade depende das circunstâncias em que estes são implantados, havendo necessidade de uma visão contingencial.

Chenhall (2007) buscou explicar a eficácia do Sistema de Controle de Gerencial (MCS), examinando projetos que melhor se adequam à natureza do ambiente, tecnologia, tamanho, estrutura, estratégia e cultura nacional. O autor concluiu que a teoria da contingência pode abranger percepções de uma variedade de teorias para ajudar a compreender o Sistema de Controle de Gerencial dentro do seu contexto organizacional.

Mendes (2020) analisou a importância do uso da contabilidade como ferramenta de gestão e os impactos do coronavírus em micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa – PB. Observou-se que a maioria das empresas analisadas tiveram que passar por algum tipo de modificação, ou aderiram algum programa de governo na tentativa de continuarem suas atividades pós crise. Concluiu-se também que toda e qualquer atividade necessita de amparo legal e de instrumentos que possibilitem um gerenciamento adequado de recursos, e o processo decisivo, além de também, definir soluções para persistirem ativas em meio a uma economia instável.

3. MÉTODOS DA PESQUISA

O método de pesquisa utilizado foi o qualitativo descritivo, sendo qualitativo quanto a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



abordagem e descritivo quanto ao objeto da pesquisa, descrevendo as respostas do entrevistado e buscando verificar nas falas obtidas como o cenário contingencial influenciou nas atividades diárias da empresa.

Tratou-se de um estudo realizado em uma empresa do comércio varejista alimentício: a padaria, restaurante e bistrô Fiorella de Campo Mourão – PR, e os resultados obtidos pela entrevista foram analisados e interpretados.

Devido às medidas sanitárias adotadas para conter a disseminação do vírus da pandemia do Covid-19, a entrevista semiestruturada com perguntas abertas foi realizada de forma virtual, através da plataforma *Google Meet*.

Preferiu-se a entrevista semi-estruturada uma vez que o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre suas experiências segundo o foco proposto pelo pesquisador. As questões da entrevista foram desenvolvidas a partir do embasamento teórico do estudo e as informações reunidas durante a pesquisa sobre o fenômeno social (Triviños, 1987).

A reunião foi gravada e transcrita em arquivo Word, possibilitando uma análise interpretativa das perguntas e respostas acerca dos objetivos da pesquisa.

O entrevistado foi Geraldo, sócio, fundador e gestor da empresa, que faz parte da diretoria há mais de 20 anos, sendo um dos principais responsáveis pela administração e tomada de decisão.

Com a entrevista semi-estruturada buscou-se levantar informações sobre as seguintes categorias de análise: desafios enfrentados no início, na abertura da empresa; desafios trazidos pela pandemia; setor mais afetado dentro da empresa pela pandemia; estratégias adotadas durante a pandemia do Covid-19; situação financeira da empresa diante do cenário pandêmico e processo de tomada de decisão. Além disso, também foi realizada análise crítica dos estudos incluídos. Todas essas categorias serão explanadas na discussão dos resultados, seguidas de uma análise interpretativa das falas, com embasamentos teóricos e subdivididas em quatro partes: características da empresa; desafios enfrentados: na abertura da empresa *versus* ocasionados pela pandemia; estratégias adotadas durante a pandemia do Covid-19 e reflexo na contabilidade gerencial da empresa e no processo de tomada de decisão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Estratégias adotadas durante a pandemia do Covid-19

Mintzberg, et al (2009) entende a estratégia como um padrão, ou seja, a consistência de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

determinados comportamentos ao longo do tempo. Já Porter (1999) compreende estratégia como a criação de uma posição exclusiva e valiosa, envolvendo diferentes conjuntos de atividades.

Para Ribeiro (2016), uma gestão estratégica que não considere a realidade presente pode deparar-se com obstáculos, e assim, comprometer a sobrevivência da organização.

Acerca das estratégias adotadas pelo empresário, este priorizou, em primeiro lugar, seus colaboradores:

Primeira estratégia foi a de manter o grupo unido, junto, trabalhando, mostrando que tínhamos que cuidar um do outro, com o objetivo em comum, passar por esse momento de tempestade todos no mesmo barco, para quando passar a tempestade poder alçar o novo rumo. A equipe ficou abalada e tivemos que dar força e segurança, pois com a maioria dos estabelecimentos fechados e nossos funcionários tendo que trabalhar estavam expostos aos riscos, então tivemos que oferecer algumas garantias como médico para se dispor a trabalhar e ter essa segurança. (...) A prioridade era o pagamento das pessoas, pois a mão de obra qualificada é difícil de encontrar, como um bom padeiro, cozinheira; tivemos que garantir e segurar essas pessoas.

A visão de Geraldo proporciona um ponto de estabilidade em seu negócio, pois, segundo Welch, “quem faz as coisas acontecerem são pessoas de carne e osso”. Logo, dando respaldo para seus colaboradores ficarem seguros e unidos, torna-se mais fácil tocar o negócio no contexto pandêmico.

Quanto mais as pessoas sentirem-se integradas em um grupo, mais dispostas estarão a oferecer sua força para o todo. O que as integra é a afinidade de valores. No entanto, quando não há compartilhamentos de valores, existe o risco de as pessoas seguirem seus interesses individuais. E é a natureza desses valores que estimula a colaboração e garante que cada um possa agir de acordo com os interesses do todo. (O’DONNELL, 2006).

Conforme Mintzberg, *et al* (2009) o segredo está em buscar o equilíbrio. Tal equilíbrio reflete em uma relação entre mudança e continuidade, isto é, procurar chegar à mudança quando e onde necessário, no entanto, visando ao mesmo tempo manter a ordem (MINTZBERG, *et al*, 2009). Para o autor, adotar o novo e abandonar o velho pode parecer muito moderno, mas em geral é muito mais eficaz encontrar formas para que se integre o melhor do novo com o mais útil do velho.

No que diz respeito a saúde financeira da empresa diante do contexto pandêmico, Geraldo aponta:

A empresa sempre teve saúde financeira. Para passar os piores momentos, havia uma reserva de capital para esse tipo de situação. Mas as empresas do Simples Nacional tiveram benefícios fiscais disponibilizados pelo governo, então pegamos um fluxo de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



caixa, mas pouco, somente 1/3 do que poderíamos ter pego. (...)

“A projeção de necessidades futuras poderá indicar a escassez ou o excedente de recursos” (ZDANOWICZ, 2004, p. 178). No caso de insuficiência de recursos, o fluxo de caixa indicará que se tomem decisões e providências antecipadas em tempo hábil, possibilitando que a empresa escolha a alternativa mais viável, durante a entrevista, Geraldo também relatou sobre os tributos que foram prorrogados pelo Governo, e a partir do controle do fluxo de caixa foi possível planejar e analisar quais impostos a empresa precisaria prorrogar.

No tópico a seguir, discorre-se acerca do processo de tomada de decisão e o reflexo da pandemia na contabilidade gerencial da empresa.

4.2 Reflexo na contabilidade gerencial da empresa e no processo de tomada de decisão

De acordo com Andrade (1998, p.2), decisão se define como “um curso de ação escolhido pela pessoa, como o meio mais efetivo à sua disposição para alcançar os objetivos procurados, ou seja, para resolver o problema que a incomoda”. Logo, decisão é um processo que se desenvolve a partir do momento em que foi detectado um problema, o que é feito através de sintomas de que algo está saindo do estado normal ou planejado.

Ao falar sobre o processo de tomada de decisão no cenário contingencial da pandemia e os reflexos na contabilidade gerencial da empresa, Geraldo destaca que:

Sempre procuramos nos cercar de ajuda e consultoria interna e externa. A empresa participa da INDUSPAN, uma aliança mercadológica entre 10 padarias que se reuniam para tentar entender e determinar as melhores atitudes e saída para a situação. Esse grupo possui assessoria contábil, jurídica, de marketing. Tivemos acompanhamento e a sensação de que juntos pensaríamos melhor, com a consultoria temos um olhar de fora para dentro do seu negócio, que muitas vezes quem está dentro não consegue enxergar e o consultor observa de fora para dentro e consegue identificar as forças e fraquezas do negócio.

A aliança entre as empresas do mesmo segmento, particularmente no contexto atual de incertezas e desafios, ocasionado pela pandemia do COVID-19, demonstra que o impacto do fechamento e outras medidas de isolamento decretadas pelo município de Campo Mourão, foi percebido pelas outras empresas do ramo na região, afetando também outras padarias, estimulando essa associação para tratativas dos mesmos desafios e buscando, com o auxílio de consultores, novas estratégias para se permanecer no mercado.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

No cenário empresarial atual de mudança e complexidade crescentes, a imagem de empresas isoladas competindo no mercado de forma atomística não é mais adequada (Gulati, Nohria & Zaheer, 2000).

A definição do termo “aliança estratégica”, segundo Trigo e Drudis (1999), é muito ampla. Engloba diferentes formas e configurações de associações. Esse termo é empregado, normalmente, com referência às alianças comerciais e de negócios, compreendendo diferentes formas de acordos formais ou informais de cooperação ou de colaboração.

No entanto, a verdadeira aliança estratégica objetiva criar e desenvolver a posição competitiva das empresas envolvidas em um ambiente altamente competitivo. É definida como estratégica quando contribui significativamente para as estratégias das empresas e quando envolve a junção e combinação das capacidades dos parceiros e o compartilhamento de competências para expandir e diversificar os recursos da empresa, a fim de que este alcance vantagens, conforme a *Resource-based View* (DUSSAUGE; GARRETTE, 1999).

A participação da empresa em uma aliança mercadológica demonstra que a empresa busca estar sempre atenta aos fatores externos, pois os mesmos podem influenciar na gestão e estratégias que devem ser tomadas, garantindo uma contabilidade gerencial organizada e utilizando das informações obtidas para melhor planejamento interno.

Durante a entrevista, Geraldo mencionou que conta com consultoria contábil externa. Para Bravo, consultoria é:

O ato de consultar é tido como a ação de pedir conselho, instruções, opinião ou parecer, também é a ação de dar ou apresentar parecer sobre algum assunto, sendo entendido como consultor aquele que desenvolve essas ações, ou seja, que dá parecer sobre assunto de sua especialidade (BRAVO, 2019, p.31).

A partir dessa definição, verifica-se que, a consultoria contábil consiste em trazer ao gestor recomendações e orientações em relação a questões financeiras, a partir da investigação de demonstrações contábeis como o fluxo de caixa, DRE, balancete, visto que esses relatórios fornecem informações relevantes possibilitando ao consultor desenvolver sua avaliação.

Ao tratar sobre a reserva de capital que a empresa tinha e a otimização dos recursos financeiros, Geraldo confirmou a importância de dispor ferramenta contábil de controle do fluxo de caixa, pois esta facilita analisar a situação da empresa auxiliando no processo de tomada de decisão.



5. CONCLUSÃO

Este estudo analisou a relação entre a contabilidade gerencial e o cenário contingencial ocasionado pela pandemia do COVID-19 na padaria, restaurante e bistrô Fiorella, uma empresa pertencente ao comércio varejista de alimentos que foi afetada pelas medidas de isolamento decretadas com o intuito de evitar a disseminação do vírus.

A análise foi realizada a partir da ótica da teoria contingencial, que evidencia como o ambiente interno e externo afeta o funcionamento das organizações e como as empresas se comportam frente ao cenário que se encontram.

A partir de uma entrevista com o gestor da empresa, foi identificado que com as novas condições impostas pelo cenário contingencial da pandemia fez-se necessário a adequação da empresa no novo contexto, buscando novas estratégias e técnicas para superar as dificuldades e manter-se no mercado.

Com base nos dados coletados pela entrevista, foi possível identificar que o gestor da empresa priorizou os recursos humanos e possui planejamento para otimizar a utilização dos recursos financeiros a fim de enfrentar as dificuldades, além de ter contado com a assistência de uma aliança mercadológica com empresas do mesmo segmento que se encontravam na mesma situação econômica e comercial, associação esta que também conta com consultoria contábil, jurídica e marketing.

Por fim, o objetivo principal deste trabalho foi alcançado, pois possibilitou ampliar o conhecimento quanto a utilização da contabilidade gerencial como ferramenta de controle em um cenário contingencial, de modo que outras empresas também possam compreender essa importância e se beneficiar.

Devido a contemporaneidade e a importância do assunto desta pesquisa para uma empresa, propõe-se uma continuidade ao assunto por novos pesquisadores em outras empresas para uma análise mais ampla com uma amostragem maior para pesquisa e o reconhecimento de técnicas alternativas juntamente com a utilização da contabilidade gerencial para superação de momentos de incertezas e inseguranças.

6. REFERÊNCIAS

ANTHONY, Robert Newton. **Management accounting: text and cases**. 4. ed. Illinois: Richard D. Irwin, 1970.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S. Mark. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

AUDITTO. **Coronavírus o que mudou na contabilidade**. Auditto, 2020. Disponível em: <https://auditto.com.br/coronavirus-o-que-mudou-na-contabilidade/>>. Acesso em: 16 Set. 2021.

BEAVER, William. Alternative accounting measures as predictors of failure. **The accounting review**. Menasha, AAA, XLIII(1):113-122, jan., 1968.

BOSQUEROLLI, A. M. et.al. **Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica**. UFPR, 2020. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2021.

BRASIL. **Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm>. Acesso em: 3 set. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 Set. 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Assessoria, consultoria & serviço social**. 2.ed.São Paulo:Cortez, 2016.

BURNS, T.; STALKER, G. M. **The management of innovation**. London: Tavistock, 1960.

CHENHALL, R. H. Management control systems design within its organizational context : findings from contingency-based research and directions ons for the future. **Accounting, Organizations and Society**, 28, p. 127-168, 2003.

CHENHALL, R. H. Theorizing contingencies in management control systems research. **Handbook of Management Accounting Research**, London, UK, v. 1, p. 163-205, 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAL RI, G. **Profissionais da Contabilidade são essenciais em períodos de crise**. At soluções empresariais, 2020. Disponível em:< <https://atsolucoes.com.br/site/index.php/2020/06/03/profissionais-da-contabilidade-sao-essenciais-em-periodos-de-crise/>> . Acesso em: 13 Ago. 2021.

DINIZ, A. **6 Tendências para o novo mundo pós-pandemia**. Disponível em <<https://crescimentum.com.br/tendencias-para-o-novo-mundo-pos-pandemia.2020>>. Acesso em 17 Set 2021.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-politicos-da-pandemia>>. Acesso em: 10 Set. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. AMGH Editora Ltda. 2013.

GEM - **Global Entrepreneurship Monitor**. 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, mar./Abr., 1995.

GOMES, R.. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 79-108.

GUERRA, Almir Rogério. **Arranjos entre fatores situacionais e sistema de contabilidade gerencial sob a ótica da teoria da contingência**. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GULATI, R.; NOHRIA, N.; ZAHEER, A. Strategic Networks. **Strategic Management Journal**, v. 21, p. 203-215, 2000.

GRANDCHAMP, Leonardo. **Gestão do Fluxo de Caixa em tempos de pandemia**. Jornal Contábil, 2020. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/gestao-do-fluxo-de-caixa-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

GRIFFIN, Rick W.; MOORHEAD, Gregory. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Ática, 2006.

HORNGREN, C. T., FOSTER, G., & DATAR, S. M. **Cost accounting: a managerial emphasis** (10th ed.). 2000. New Jersey: Prentice-Hall.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Gerencial**. 4ª. Ed. São Paulo – SP. Atlas, 1986.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S. (Coord.). **Contabilidade introdutória**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010

JÚNIOR, Antônio B. L.; PISA, Beatriz J. **Administrando micro e pequenas empresas**. Elsevier Editora Ltda. Rio de Janeiro. 2010.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo, Saraiva, 2009. Biblioteca Virtual Urcamp. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502089181/cfi/3!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso: 05. Set. 2021.

MALIK, A. M. **Gestão de recursos humanos**. São Paulo: **Faculdade de Saúde Pública da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR**
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Universidade de São Paulo, v. 9, 1998 (Série Saúde & Cidadania).

MENDES, S. D. Monografia: **A importância da contabilidade como instrumento de gestão nas empresas**. João Pessoa, 2020.

MENEZES, V. **Contabilidade Gerencial e sua importância na atualidade**. Administradores, 2010. Disponível em: < <https://administradores.com.br/artigos/a-contabilidade-gerencial-e-sua-importancia-na-atualidade> > . Acesso em: 22 Set. 2021.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Editadas medidas trabalhistas para enfrentamento da Covid-19**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/04/editadas-medidas-trabalhistas-para-enfrentamento-da-covid-19>>. Acesso em 25 Set 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/#o-que-e-covid>. Acesso em: 7 jul. Set 2021.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári da estratégia**. Bookman Editora, 2009.

MOLINARI, S. K. R.; GUERREIRO, R. Teoria da contingência e contabilidade gerencial: um estudo de caso sobre o processo de mudança na controladoria do Banco do Brasil. In: **CONGRESSO USP**, 4., 2004, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2004.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia de. **Teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

O' DONNELL, K. **Valores Humanos no Trabalho**. São Paulo: Gente, 2006.

OLIVEIRA, J. **Dados IBGE**. Brasil El Pais, São Paulo, 19 jul. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-oinicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html>>. Acesso em: 04 Set. 2021.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: < <https://www.paho.org/pt/covid19> > . Acesso em: 30 Set. 2020.

OTLEY, D. T. The contingency theory of management accounting: achievement and prognosis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 5, n. 4, p. 413-428, 1980.

PARMAIS. **Medidas decretadas pelo governo para empresas e trabalhadores durante a pandemia, 2020**. Disponível em: < <https://www.parmais.com.br/blog/medidas-decretadas-pelo-governo-para-empresas-e-trabalhadores-durante-a-pandemia/> >. Acesso em: 21 Set. 2021.

PARTHENON, Ey. **Consumo e Pandemia: As mudanças de hábitos e padrões de**
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

comportamento provocados pelo coronavírus. Veja. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/insights-list/insight-3/>>. Acesso em: 28 Set. 2021

PORTER, Michael E. **Competição: estratégias competitivas essenciais.** 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RIBEIRO, Renato Vieira. **Estratégia empresarial e de recursos humanos.** IESDE BRASIL SA, 2016.

SARKAR, Soumodip. **O empreendedor inovador: faça diferente e conquiste seu espaço no mercado.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SANTOS, E; PERREIRA, A. **Evidências dos efeitos da Covid-19 nos fluxos de caixa de pequenas e médias empresas.** Congresso USP. 2020.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas.** São Paulo: Editora Atlas, 2005.

SILVA, W. **A importância da Contabilidade gerencial.** Monografias Brasil escola, 2020. Disponível em: <<https://monografias.brasescola.uol.com.br/administracao-inancas/a-importancia-contabilidade-gerencial-como-ferramenta-no-processo-tomada-decisao.htm>>. Acesso em: 16 Set. 2021.

TIDD, J., & BESSANT. **Gestão da inovação-5.** Bookman Editora. 2015.

TRIGO, Joaquín; DRUDIS, Antoni. **Alianzas estratégicas: las claves y la práctica de la cooperación entre empresas.** Barcelona: Gestión 2000, 1999.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIRTUOUS. Conceito de Contabilidade. **Só Contabilidade.** Virtuous Tecnologia da Informação, 2007-2020. Disponível em: <<http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/conceito.php>>. Acesso em: 12 Set. 2021.

WELCH, Jack; WELCH, Suzy. **Paixão por vencer: a bíblia do sucesso.** 12.ed., Rio de Janeiro, 2005.

YIN, R. K. **Estudos de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa: Uma Decisão de Planejamento e Controle Financeiros.** 10 ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2004.



A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS DE ENDOMARKETING NO ENGAJAMENTO DOS COLABORADORES DE UM RESORT HOTEL LOCALIZADO NA CIDADE DE IRETAMA/PR

Lais da Silva Mayer¹ – Unespar
Victor Galindo de Mello² – Unespar

RESUMO

Dentre os atuais desafios presentes nas organizações, o engajamento dos colaboradores vem apresentando relevantes efeitos nas atividades diárias da organização, bem como, em seus resultados. As práticas de endomarketing vêm demonstrando significativas implicações, seja no engajamento de equipes, e até mesmo, na satisfação dos clientes. No setor hoteleiro, grande parte da qualidade do serviço percebido, bem como, da satisfação dos clientes é impactado pelas diferentes atividades desenvolvidas pelos colaboradores. Deste modo, o presente estudo visou analisar a influência das práticas de endomarketing no engajamento dos colaboradores do setor de serviços hoteleiros de um Resort Hotel localizado na cidade de Iretama/PR. Por meio de uma pesquisa qualitativa, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com um gestor e onze colaboradores de diferentes áreas da organização, durante os meses de setembro e outubro de 2022. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. Por meio das entrevistas, foi possível compreender como as ferramentas de endomarketing são importantes para a qualidade de vida e comprometimento dos funcionários com a organização. Possibilitou ainda, entender como a descrição do cargo e a comunicação são fundamentais para o desenvolvimento das atividades. E por fim, que os benefícios oferecidos pela empresa são um dos mais importantes medidores e desencadeadores de engajamento, satisfação e comprometimento de seus colaboradores e consequente desenvolvimento da organização. Com base no estudo desenvolvido foi possível concluir que o engajamento é responsável por garantir a permanência e bom desempenho dos colaboradores nas organizações.

Palavras-chave: Práticas de Endomarketing. Engajamento. Setor Hoteleiro.

RESUMEN

Entre los desafíos actuales presentes en las organizaciones, el compromiso de los empleados ha tenido efectos significativos en las actividades diarias de la organización, así como en sus resultados. Las prácticas de marketing interno han demostrado implicaciones significativas, ya sea en términos de compromiso del equipo o incluso de satisfacción del cliente. En el sector hotelero, gran parte de la calidad de servicio percibida, así como la satisfacción del cliente, se ve impactada por las diferentes actividades que realizan los empleados. Por lo tanto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar la influencia de las prácticas de marketing interno en el compromiso de los empleados en el sector de servicios hoteleros de un Hotel Resort ubicado en la ciudad de Iretama/PR. A través de una investigación cualitativa, se aplicaron entrevistas semiestructuradas a un gerente y once colaboradores de diferentes áreas de la organización, durante los meses de septiembre y octubre de 2022. Los datos fueron analizados mediante análisis de contenido. A través de las entrevistas, fue posible comprender cómo las herramientas de endomarketing son importantes para la calidad de vida y el compromiso de los empleados con la organización. También permitió comprender cómo la descripción del puesto y la comunicación son fundamentales para el desarrollo de las actividades. Y finalmente, que los beneficios que ofrece la empresa son uno de los indicadores y detonantes más importantes del compromiso, satisfacción y compromiso de sus empleados y consecuente desarrollo de la organización. Con base en



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

el estudio realizado se pudo concluir que el engagement es el responsable de asegurar la permanencia y el buen desempeño de los colaboradores en las organizaciones.

Palabras clave: *Prácticas de Marketing Interno. Compromiso. Sector hotelero.*

¹ - Graduada em Administração – e-mail: mayer.lais@escola.pr.gov.br

² - Doutor em administração – e-mail: victor.mello@ies.unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muitas organizações vêm notando a importância dos colaboradores no relacionamento com os clientes e estão direcionando suas atenções para a prática do endomarketing ou marketing interno (PEREIRA, 2006). A relação entre o Marketing e o Endomarketing é fundamental para os negócios. Ao mesmo tempo em que o marketing está voltado para o cliente externo, o endomarketing está voltado para o cliente interno, os funcionários da organização (PEREIRA, 2006).

Um dos grandes desafios das organizações atualmente é encontrar profissionais que sejam de fato engajados com seu trabalho (SOUZA, 2017). Engajamento no trabalho, pode ser definido como um estado mental positivo, no qual as energias e esforços são utilizados nas atividades em que o colaborador se identifica ou que se sinta realizado profissionalmente. Acrescenta-se ainda, que o engajamento pode ser considerado um fator instável ao longo do tempo, sendo passível de alteração devido às condições de trabalho (SOUZA, 2017).

O engajamento é sustentado por três níveis: vigor, dedicação e concentração. Segundo Schaufeli e Salanova (2007) esses níveis podem ser definidos da seguinte maneira: o vigor é determinado pelos altos níveis de energia e resiliência mental, pelo desejo de investir no trabalho e pela persistência em situações difíceis. O nível de dedicação refere-se a estar fortemente envolvido em seu trabalho e experimentar um senso de significância, entusiasmo, inspiração, orgulho e desafio. Já a concentração diz respeito a estar completamente concentrado e envolvido em seu trabalho, de forma que o tempo passa rapidamente e o indivíduo possui dificuldade em desapegar-se de seu trabalho (SCHAUFELI; SALANOVA, 2007).

Segundo Mello e Goldenstein (2011), o setor de turismo é formado por um conjunto de atividades que, em sua totalidade, tem grande representação econômica e vem registrando um crescimento consolidado ao longo das últimas décadas. Esse segmento é composto por hotéis, pousadas e hospedarias que prestam serviços à turistas. Ainda que a maior parte dos investimentos e dos negócios seja efetuada no ramo dos hotéis, as pousadas e as hospedarias são responsáveis por uma importante parcela da oferta mundial de alojamento (MELLO; GOLDENSTEIN, 2011).

Ainda de acordo com Mello e Goldenstein (2011) o setor hoteleiro demanda muita mão de obra, seja na etapa de construção ou na operação do empreendimento, pelo fato de empregar



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

uma gama diversificada de profissionais para o atendimento das diferentes necessidades dos hóspedes e do próprio negócio. Porém, um ponto em destaque é a qualificação desses profissionais, fator determinante da qualidade e ainda da diferenciação dos serviços prestados (MELLO; GOLDENSTEIN, 2011).

Neste sentido, o endomarketing deve ser amplamente difundido, pois os resultados serão positivos, engajando a equipe e desta forma o impacto pode também ser analisado por meio das pesquisas de satisfação dos clientes (GIANEZI; CORRÊA, 1994). Atualmente, muitos trabalhadores têm experimentado uma rotina exaustiva, carga horária extensa, grandes demandas, pressão, cobrança, e precisam aprender a lidar com isso no dia-a-dia (GIANEZI; CORRÊA, 1994). Resta identificar se esses fatores interferem no engajamento.

Conforme apresentado por Machado, Porto-Martins e Amorim (2012), observada a importância do trabalho para a vida do indivíduo, considerando o tempo que ele dedica no dia-a-dia e o significado simbólico da função profissional para a identidade, é de extrema importância entender os mecanismos que contribuem para o engajamento do indivíduo com seu trabalho. Visto que as organizações têm buscado cada vez mais profissionais qualificados e comprometidos com a organização, é possível observar o engajamento como um dos diferenciais atuais (REPULA; SILVA; MOTTA 2020).

Para tanto, qual o nível de influência que as práticas de endomarketing exercem sobre o engajamento dos indivíduos em suas atividades? Como forma de compreender o assunto, o objetivo do presente estudo é analisar a influência das práticas de endomarketing no engajamento dos colaboradores do setor de serviços hoteleiros de um Resort Hotel localizado na cidade de Iretama/PR.

A escolha deste tema tem sua relevância pelo fato de estarmos inseridos em um mundo globalizado, onde as organizações se defrontam com inúmeras ameaças de seus concorrentes. De acordo com Pereira (2006), é possível enxergar o cliente interno como o maior perigo para as organizações. Isso se justifica pelo fato de que as organizações dependem de seus colaboradores para conseguir alcançar suas metas, objetivos e estratégias.

No entanto, um grande número de empresas enfrenta problemas financeiros, diminuindo seu quadro de pessoal e acabam não investindo no marketing interno. Não oferecem treinamentos, dinâmicas, cursos, especializações e reuniões operacionais. (PEREIRA, 2006). Na prática, a relação entre o endomarketing e o engajamento é fundamental para que o indivíduo possa ter



experiências positivas na organização proporcionando assim o desenvolvimento da mesma.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por muito tempo, pensava-se que o maior e principal ativo de uma empresa eram seus recursos financeiros. Porém, conforme Fuhrmeister (2016), o ativo mais importante de uma organização são as pessoas. A visão de comprometimento e engajamento dos colaboradores como principal combustível da organização ganhou força no século 21 (FUHRMEISTER, 2016).

Para encarar a contínua concorrência/competitividade do mercado, as organizações precisam de pessoas competentes e criativas (RAMOS, 2009). As organizações atuais encontram inúmeros desafios, dentre eles, ter pessoas motivadas, satisfeitas e felizes com o trabalho (PELLEGRINO, 2011). É necessário que as pessoas sejam incorporadas, formadas, lideradas, motivadas, avaliadas a ponto de perceberem que participam nas decisões capazes de afetá-las diretamente ou indiretamente (RAMOS, 2009).

O endomarketing surge de maneira a proporcionar e melhorar serviços ou programas para os empregados (KOTLER, 2000). Considera-se o marketing como uma ferramenta que influencia diretamente a vida pessoal e profissional das pessoas, as quais podem ser afetadas por fatores de ordem social, cultural, econômica, tecnológica, incluindo a globalização e a competitividade (PEREIRA, 2006). O endomarketing parte da concepção do uso de atuações de práticas gerenciais de marketing, no entanto, direcionadas ao público interno (BEKIN, 2004).

Uma visão mais abrangente sobre o assunto é apresentada por Argenti (2006), na qual, a comunicação interna está diretamente ligada ao desenvolvimento, à cultura corporativa e à motivação para mudanças organizacionais, entretanto, deve respeitar a visão, missão e valores da empresa. Dessa forma, se torna importante em processos seletivos, haver uma relação entre valores da empresa e do funcionário (ARGENTI, 2006). O Quadro 1 apresenta atividades complementares de endomarketing concebidas por Barth (2012) e adaptadas por Gronoos (2003).

Oliveira (2008) designa o endomarketing como sendo uma ferramenta utilizada para vender a imagem positiva da organização (visão, missão e valores) ao seu público interno. Salienta-se que o endomarketing precisa envolver todos os níveis hierárquicos da empresa, assim dizendo, o entendimento de valores da empresa deve ser percebido desde o colaborador de serviços gerais até os cargos de gestão. Visto que, a partir do momento em que os valores da empresa são bem recebidos pelo seu cliente interno, a satisfação será disseminada até o



ambiente/cliente externo.

Quadro 1 – Atividades de endomarketing

Atividades de endomarketing	Objetivos
Treinamento	Melhorar o conhecimento dos funcionários e desenvolvimento de atitudes.
Suporte da administração e diálogo interno	Intermediar a continuação das ações de Endomarketing, incentivando e envolvendo funcionários.
Comunicação interna de massa e suporte de informação	Fornecer aos funcionários informações pertinentes ao meio inserido, para que as informações sejam transmitidas, pode-se fazer uso de folhetos, memorandos internos e revistas.
Gerenciamento de Recursos Humanos	Fornecer aos colaboradores recompensas pelos bons serviços desempenhados, onde o colaborador percebe que o bom trabalho é reconhecido pela empresa.
Comunicação externa de massa	Consultar os funcionários sobre ações de comunicação externa, para que o funcionário possa interagir, dando o seu parecer de algo que sairá no mercado, desta forma passando ao funcionário o compromisso de se ter a opinião do público interno.
Desenvolvimento de sistemas e suporte tecnológico	Utilizar recursos tecnológicos como, por exemplo: a intranet, uma ferramenta que poderá dar apoio aos processos internos.
Recuperação interna de serviço	Disponibilizar auxílio ao colaborador em alguma situação que possa gerar conflito.
Pesquisa de mercado e segmentação de mercado	Utilizar da segmentação de mercado para conhecer a pessoa com perfil mais adequado para se recrutar para algum cargo da empresa.

Fonte: BARTH (2012, p.17, adaptado a partir de Gronroos (2003).

O endomarketing é visto como um movimento interno capaz de determinar o sucesso da empresa (LEE, 2014). Buscando atingir seus objetivos por meio de funcionários que entendem de fato qual seu papel dentro da organização, e a necessidade de fazer parte dela, oferecendo valor e visibilidade para toda a empresa de forma integrada, onde os funcionários sejam capazes de criar uma visão compartilhada (LEE, 2014).

Engajamento no trabalho pode ser entendido como um fator positivo, relativo ao bem-estar e contentamento do colaborador (BAKKER; LEITTER, 2010). O diferencial das empresas que possuem colaboradores engajados e as que não possuem, está na valorização do profissional. Para os autores, nem sempre é apenas a remuneração e os benefícios que fazem o colaborador se tornar mais engajado, mas sim a relação que estabelece com a empresa e a realização de seus sonhos. Investir nos colaboradores é uma grande motivação e que leva ao engajamento (BAKKER; LEITTER, 2010).

O engajamento é sustentado por três níveis: vigor, dedicação e concentração. Segundo Schaufeli e Salanova (2007), esses níveis são definidos da seguinte forma: o vigor é caracterizado



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

pelos altos níveis de energia e resiliência mental, pela vontade de investir no trabalho e pela persistência em situações de dificuldade. O nível de dedicação refere-se a estar fortemente envolvido em seu trabalho e experimentar um senso de significância, entusiasmo, inspiração, orgulho e desafio. Já a concentração diz respeito a estar completamente concentrado e envolvido em seu trabalho, de forma que o tempo passa rapidamente e o indivíduo possui dificuldade em desapegar-se de seu trabalho (SCHAUFELI; SALANOVA, 2007).

Algumas mudanças no trabalho podem ser realizadas (SCHAUFELI; SALANOVA, 2007). Mudar funcionários de função para uma tarefa especial ou para algo diferente do habitual, de maneira a desafiar os funcionários e os estimular para flexibilidade, motivação, aprendizado e desenvolvimento pessoal. Essas mudanças devem ser rigorosamente planejadas, focando nos objetivos, preferências e recursos pessoais do funcionário.

Existem outras possibilidades como a de desenvolver a liderança, pois líderes dentro do ambiente de trabalho podem ter um impacto positivo em suas equipes. Assim como o treinamento e desenvolvimento de carreira, como forma de estimular o engajamento nos indivíduos para ficarem a longo prazo na organização, de forma a se aprimorar e desenvolver tanto no âmbito pessoal como no profissional (SCHAUFELI; SALANOVA, 2007).

De acordo com Dutra (2009), grande parte dos profissionais têm conhecimento sobre o impacto que seu trabalho e comprometimento tem para com a organização e com seu futuro profissional. Dessa forma, os colaboradores exigem tanto de si mesmos a gestão de suas próprias carreiras, quanto das organizações, condições objetivas para o desenvolvimento pessoal. Assim, quanto mais claramente a organização e a gestão conseguirem passar para esses colaboradores o que se espera deles, mais fácil será de conseguir atingir os objetivos e o engajamento (DUTRA, 2009).

Fuhrmeister (2016) denota acerca da importância das iniciativas de engajamento serem adaptadas à realidade de cada organização, assim como às necessidades de seus colaboradores. Uma equipe motivada e satisfeita é capaz de se tornar combustível para o trabalho a ser realizado pela organização, de forma a refletir de maneira positiva nos setores financeiro e operacional (FUHRMEISTER, 2016).

Quando existe motivação e engajamento, os colaboradores apresentam as seguintes características e benefícios: aumento da produtividade, relações interpessoais mais fortes, uso racional do tempo, alto grau de confiança, ambiente de trabalho mais amigável e fortalecimento



da cultura organizacional (SÓLIDES, 2021). Diante desse cenário, o líder exerce total influência no seu grupo. Conduzindo-os na direção que sozinhos não seguiriam. O líder deve ser capaz de mostrar oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional e pessoal. Buscando incentivar, mostrando que é possível, colocando a equipe em condições de crescer e avançar, além de, aprender com as falhas (PELLEGRINO, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando atingir os objetivos do presente trabalho, foi realizado um estudo qualitativo. O estudo qualitativo permite ao pesquisador assegurar contato direto e participativo com o objeto de estudo (PROETTI, 2017). A pesquisa teve caráter descritivo com corte transversal (MATTAR; RICHARDSON; 1999).

Com a realização do presente trabalho, que teve como objetivo analisar a influência das práticas de endomarketing no engajamento dos colaboradores do setor de serviços hoteleiros, procurou-se encontrar os pontos relacionados às práticas de endomarketing que resultam no engajamento e que beneficiam tanto o colaborador quanto a organização. Para tanto, percepções de diferentes participantes foram adotadas para a coleta dos dados.

Contou-se com 12 participantes, sendo 1 gestor e 11 colaboradores. Em um primeiro momento foi entrevistado o gestor responsável por todos os processos operacionais, obtendo dessa forma dados a respeito da empresa e suas práticas internas. As percepções do gestor foram importantes para compreender qual a posição e percepção da empresa em relação às suas práticas de endomarketing e o comprometimento dos seus colaboradores com a organização.

Em seguida foram entrevistados 11 colaboradores de diferentes áreas, de acordo com o quadro 2. A escolha dos participantes deu-se com o objetivo de analisar diferentes percepções das áreas e níveis da organização. O contato com os entrevistados foi feito através do WhatsApp para agendar a entrevista com roteiro semiestruturado.

Quadro 2 - Áreas de atuação dos colaboradores

ÁREA DE ATUAÇÃO	FUNÇÃO/CARGO
Controladoria	Assistente administrativo Líder de almoxarifado



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Recursos Humanos	Assistente de Recursos humanos
Bares e Restaurantes	Líder de restaurante Assistente de alimentos e bebidas
Operacional (Processos)	Líder de rouparia Recepcionista pleno Auxiliar administrativo
Lazer e Entretenimento	Coordenador de Lazer Dançarino
Infraestrutura	Manutenção predial

Para a realização da pesquisa optou-se por um roteiro de entrevista semiestruturado aplicado ao gestor operacional da organização e outro aos colaboradores. A coleta de dados com a gestão e colaboradores aconteceu no período de 20 de setembro a 29 de outubro de 2022.

Para a discussão dos resultados foi realizada uma análise de conteúdo. Esse tipo de análise de conteúdo tem o objetivo de explorar o que foi dito em meio a uma investigação, de maneira a construir e apresentar opiniões a respeito de um objeto de estudo (SOUSA; SANTOS, 2020). A análise do material coletado percorre um processo rigoroso frente às fases definidas por Bardin (2011), sendo elas: Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados.

Na pré-análise os dados obtidos foram registrados em áudio, vídeo e texto em uma pasta de documentos no computador. Durante a exploração do material, foram utilizados os autores que embasaram o roteiro de entrevistas, de modo a confrontar a teoria e os dados obtidos na coleta. Para o tratamento dos dados, utilizou-se como referência para assim organizá-los o quadro sobre atividades de endomarketing e os pontos de estudo sobre engajamento que são vigor, concentração e dedicação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise sobre a participação dos funcionários, a gestora ressaltou o olhar que a empresa apresenta diante da participação dos mesmos no desenvolvimento das atividades *“o capital humano é muito valorizado, existe uma história construída ao longo do tempo, onde as famílias locais construíram suas vidas se dedicando ao trabalho na empresa. Existe entrega e dedicação ao que fazem, onde as oportunidades de crescimento mostram caminhos a serem trilhados”* (Participante 1, feminino, 27 anos de empresa). Segundo ela *“investir na mão de obra é investir no desenvolvimento”* (Participante 1, feminino, 27 anos de empresa). O que está de acordo com a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

teoria proposta pelos autores Bakker e Leitter (2010) em que nem sempre é apenas a remuneração e os benefícios que fazem o colaborador se tornar mais engajado, mas sim a relação que estabelece com a empresa e a realização de seus sonhos.

E ainda *“a empresa está sempre buscando parcerias para promover ações sociais para seus colaboradores e a comunidade. Além disso, “estamos firmando parceria com colégio da cidade para o oferecimento de cursos de capacitação, visando desenvolver os jovens para trabalhar na empresa”* (Participante 1, feminino, 27 anos de empresa).

Essas ações são muito importantes, uma vez que buscam promover envolvimento, qualidade de vida e oportunidades para toda a comunidade de colaboradores e seus familiares.

Em relação à comunicação houve uma mudança significativa após o *Rebranding*. Nessa visão *“o novo desenho hierárquico facilitou a comunicação, isso porque a comunicação se tornou mais direta e aberta”*. E ainda, *“o líder é espelho, a equipe o segue. É preciso estar aberto às idéias, ter planejamento, motivar a equipe e o bom e velho fazer junto. Isso faz toda a diferença”* (Participante 1, feminino, 27 anos de empresa).

A empresa *“está em sua melhor fase, nosso diferencial está no atendimento e cordialidade com os clientes, levando-os à fidelização. E isso só é possível graças ao trabalho de nossos colaboradores que vestem a camisa da empresa”* (Participante 1, feminino, 27 anos de empresa). Essa afirmativa se relaciona com o que foi proposto por Kahn (1990) em que os talentos humanos são o maior capital de uma organização, de maneira ainda mais acentuada nas empresas que prestam serviços, pelo fato de que geralmente nestes casos o cliente é essencial.

Todas as ações que a empresa realiza buscam diminuir a alta rotatividade de funcionários que impacta diretamente nos cofres da empresa. *“percebe-se que é muito vantajoso investir nos treinamentos, capacitações e demais benefícios para os colaboradores, para que assim estejam satisfeitos e comprometidos com seu trabalho”* (Participante 1, feminino, 27 anos de empresa).

Para a realização da coleta de dados com os colaboradores, buscou-se diferentes funções dentro da organização. Os colaboradores entrevistados atuam nas seguintes áreas: Infraestrutura, Controladoria, Recursos humanos, Operacional (recepção, governança e processos), Bares e restaurantes, Lazer e entretenimento.

Todos os entrevistados tem bem clara qual sua função dentro da organização, o que é percebido nessa fala *“minhas atividades na empresa são: “mapear e descrever processos; validar, acompanhar, implantar e auditar processos; estudar os processos existentes e propor*



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

melhorias; atualizar manuais de processos; elaboração de atas de reunião e documentos diversos, apoio a eventos e hospitalidade” (Participante 2, feminino, 3 anos de empresa).

Os participantes da pesquisa, em sua maioria iniciaram na empresa como jovem aprendiz e pelo seu interesse e desempenho foram alocados para outras funções, como é possível observar na seguinte fala *“Comecei como jovem aprendiz e depois fui efetivada no cargo atual. Quando estava como jovem aprendiz sempre demonstrei habilidade e interesse pela área de computação e informática, perto do final do período de jovem aprendiz participei da apresentação de um projeto para a liderança da empresa e depois disso a responsável do departamento de processos da época me convidou para trabalhar com ela”* (Participante 2, feminino, 3 anos de empresa).

De acordo com Schaufeli e Salanova (2007) as organizações anseiam que seus funcionários e colaboradores sejam proativos e apresentem iniciativa, de maneira que possam colaborar com outros funcionários, assumindo responsabilidade em relação ao seu próprio desenvolvimento profissional, dedicando-se e buscando um desempenho de alta-qualidade.

Schaufeli e Salanova (2008) citam que mudanças de funcionários para uma tarefa especial ou para algo diferente do habitual, Essas mudanças precisam ser planejadas, focando nos objetivos, preferências e recursos pessoais do funcionário. Existem outras possibilidades como a de desenvolver a liderança, pois líderes dentro do ambiente de trabalho podem ter um impacto positivo em suas equipes.

Seja por promoção, necessidade da organização ou opção de escolha do funcionário em atuar em uma área diferente. Um dos entrevistados relatou que *“me procuraram pela minha competência de trabalho para assumir uma liderança”* (Participante 3, masculino, 8 anos de empresa). Outro salientou que *“com um bom desempenho nas minhas atividades propostas fui promovido a Coordenador de Lazer”* (Participante 4, masculino, 11 anos de empresa)..

Ocupar o lugar certo dentro da organização é sinônimo de engajamento e eficiência no trabalho realizado. Grande parte dos entrevistados se sentem ocupando o lugar certo, relataram que gostam e são felizes com as atividades que realizam. Como é possível observar nessa fala *“gosto do que faço e exerço a função que tenho habilidade e desenvoltura”* (Participante 5, masculino, 9 anos de empresa). Outro afirma que *“me sinto no lugar certo, é um trabalho diferenciado, não é qualquer um que faz”* (Participante 6, masculino, 6 anos de empresa).

O treinamento é uma ferramenta do endomarketing imprescindível para que o colaborador possa desenvolver e/ou aprimorar suas habilidades. A maioria dos entrevistados se mostraram



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

bastante satisfeitos com os treinamentos oferecidos pela empresa. Como nesse caso, *“atualmente a empresa tem oferecido diversos treinamentos. Temos cursos de vinhos, capacitação sobre atendimento, comunicação e liderança”* (Participante 5, masculino, 9 anos de empresa).

Porém, não é realizado de forma eficaz em todas as áreas, como pode ser observado *“A empresa até oferece treinamento em outros setores, mas não no setor em que trabalho. Faz falta ter treinamentos e capacitações para melhorar o desempenho na atividade”* (Participante 7, feminino, 28 anos de empresa). De acordo com Barth (2012) o treinamento busca melhorar o conhecimento dos funcionários e desenvolvimento de atitudes.

A comunicação interna pode ser considerada como a espinha dorsal do Endomarketing, segundo Bekin (2004). Sendo uma ferramenta usada para fortalecer o relacionamento entre a organização e os colaboradores.

A comunicação da empresa segundo os colaboradores acontece de maneira eficaz. Os canais de compartilhamento possibilitam que as informações cheguem até todas as áreas, permitindo assim um melhor desempenho das atividades como um todo. *“Temos vários grupos de WhatsApp para disseminar informações e comunicação via e-mail para documentar tratativas e definições, temos reunião das lideranças e com as equipes para repassar a rotina e o que tem planejado para o futuro próximo, as atividades e mudanças”* (Participante 2, feminino, 3 anos de empresa).

Em outro relato: *“hoje o compartilhamento de informações é bom, já foi pior. Hoje em dia melhorou a comunicação, melhorou o atendimento. O que eu acho que pode melhorar mais é um treinamento diretamente nessa área”* (Participante 3, masculino, 8 anos de empresa).

Os benefícios oferecidos pelas organizações são ações que visam promover qualificação do funcionário, satisfação e motivação no trabalho, bem como sua permanência na organização. O que pode ser observado na seguinte opinião: *“principalmente nesse último ano a empresa tem disponibilizado muitos cursos, treinamentos e oportunidades de capacitação, parceria com empresas terceiras para cursos e está elaborando para implantação futura o plano de carreira. Sinto que essa é uma forma de preocupação da empresa conosco, com o nosso desenvolvimento, além de investimento na formação da mão de obra, essas práticas são um incentivo para todos, pois nos faz entender que podemos crescer na empresa”* (Participante 2, feminino, 3 anos de empresa).

Seguindo essa linha da importância dos benefícios oferecidos pela empresa e o impacto



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

que eles têm no desempenho dos colaboradores, foi possível observar ainda *“os benefícios motivam, o pai de família precisa dos benefícios para sustento. Além do amor pelo trabalho, a motivação financeira é muito importante”* (Participante 8, masculino, 15 anos de empresa)..

Se sentir parte da empresa é um desafio constante na vida dos colaboradores, levando em consideração todas as adversidades enfrentadas no dia-a-dia. Porém, algumas atividades são capazes de motivar o trabalho e despertar esse sentimento de pertencimento. Isso é observado no relato desse colaborador *“todo fim de mês realizo a relação dos inventários, é uma atividade importante para controlar o ativo que diz respeito à milhares de reais estocados no almoxarifado e bares, as informações têm que ser precisas, tenho total responsabilidade pela atividade. Dessa forma sei que meu trabalho bem feito é importante para as tomadas de decisão da empresa”* (Participante 9, masculino, 4 anos de empresa).

Outro colaborador salientou que ser líder o faz se sentir parte da empresa e ainda ser capaz de se colocar no lugar do outro, como podemos observar *“a parte de liderança envolve muito a questão pessoal com os colaboradores, você tem que entender o lado da pessoa porque um dia já estive lá, hoje estou um pouco acima. Então a gente tem que entender que somos todos uma equipe e não só um dentro do departamento, somos todos um conjunto”* (Participante 10, feminino, 17 anos de empresa).

Robbins (2005) aponta que compromisso com o trabalho ou engajamento podem ser compreendidos como sendo o nível em que o colaborador se identifica com a organização. Outro entrevistado aponta que *“acredito que engajamento seja o esforço para entregar o melhor que podemos. Atender às necessidades da empresa dentro do escopo da nossa função e fazer o possível para o cliente final estar satisfeito. Não se preocupando apenas com as próprias funções, mas se preocupar com os demais quando possível, e auxiliar quando puder, sugerir idéias, tentar melhorar a empresa”* (Participante 2, feminino, 3 anos de empresa).

Sabe-se que o engajamento é sustentado por três níveis: vigor, dedicação e concentração, de acordo com os autores Schaufeli e Salanova (2007). O que pode ser percebido na fala desse colaborador *“a minha atual atividade requer muita concentração e energia pois lidar com o público, notas de almoxarifado, compras de utensílios, delegar tarefas exige essas características”* (Participante 3, masculino, 8 anos de empresa). Confirmando com essa segunda fala *“o meu trabalho demanda por esses princípios, além de preparo físico para as atividades. E*



sempre com disposição, precisa fazer o show sempre sorrindo. Exige que o profissional esteja entusiasmado” (Participante 6, masculino, 6 anos de empresa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos objetivos específicos do trabalho, realizando a pesquisa por meio de entrevista, foi possível identificar que a empresa realiza várias práticas de endomarketing, porém são mais desenvolvidas em alguns setores do que em outros, como por exemplo, os treinamentos.

Pode-se concluir que as práticas de endomarketing utilizadas pela empresa têm gerado resultados positivos, resultando no engajamento de seus colaboradores com a organização. A pesquisa teve grande contribuição para a organização em estudo, de modo que foi capaz de analisar a influência que as práticas adotadas pela empresa tem sobre o engajamento dos colaboradores, possibilitando uma análise de suas ações e o reflexo dentro da organização. Ressaltando o fato de que se trata da primeira pesquisa com esse foco realizada dentro da empresa.

As dificuldades encontradas durante o desenvolvimento da pesquisa, foram o tempo necessário para realizar a entrevista com os colaboradores, tendo em vista a disponibilidade de cada um. Assim como o fato de gravar as entrevistas, onde alguns demonstraram resistência, e ainda em conseguir fazer uma conexão exata e clara da teoria com a prática durante a pesquisa. Apesar das limitações da pesquisa, é possível sugerir à empresa um ajuste nas políticas do endomarketing de forma que os funcionários não só possam enxergar, mas que percebam isso como característica única na empresa. Dessa forma, podendo atingir um engajamento ainda mais eficaz.

Sugerem-se futuros estudos que abordem os temas relacionados à essa pesquisa buscando analisar a influência das práticas de endomarketing no engajamento aplicado a empresas de outros segmentos, com um número maior de amostras, ampliando assim os resultados da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARGENTI, P. **Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BAKKER, A.; LEITER, M. P. (2010) **Where to go from here: integration and future research on work engagement.** In: A. B. Bakker & M. P. Leiter (coords.). *Work engagement: a handbook of essential theory and research.* New York: Psychology Press, 181-196.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo.** 1ªed. São Paulo: Edições70.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BARTH, M; NEGRI, A. **Endomarketing: o desafio de fidelizar o cliente interno**. Revista temática. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/23853>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BEKIN, S. F. **Conversando sobre Endomarketing**. São Paulo: Makron, 2004.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2009.

FUHRMEISTER, C. **Engajar funcionários: supere o desafio das organizações**. 2016. Disponível em: <<https://grougp.com.br/blog/engajar-funcionarios-supere-o-desafio-das-organizacoes/>> Acesso em: 06 out. 2021.

GIANEZI, I. G. N., CORRÊA, H. L. (1994). **Administração estratégica de serviços**. São Paulo: Atlas. GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001. p.19.

GRONROOS, C. **Marketing: gerenciamento e serviços**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

KOTLER, P. **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2000.

LEE, D. **A relação do endomarketing com o comprometimento organizacional: estudo em uma empresa de serviços estéticos**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3491/1/DavidLee.pdf> Acesso em: 06. ago. 2022.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1.

MELLO, G.; GOLDENSTEIN, M. **Perspectivas da hotelaria no Brasil**. BNDES Setorial 33, p. 5-42. 2011. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1509> Acesso em: 27 set. 2022.

OLIVEIRA, N. A. de. **Gestão estratégica de marcas próprias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

PELLEGRINO, P. **Liderança e motivação nas organizações**. VII Convibra Administração – Congresso virtual, 2011. Disponível em: <<https://convibra.org/publicacao/2911/>> Acesso em: 13 mai. 2022.

PEREIRA, M.V.C. **A influência do endomarketing nas organizações**. Uniceub, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8657/1/9771417.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2022.

PROETTI, S. **As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação**



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

científica: um estudo comparativo e objetivo. Revista Lumen, 2017. Disponível em:
<<http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60/88>> Acesso em: 31 out. 2022.

RAMOS, A. F. S. **A influência da liderança na motivação: um estudo sobre o programa de trainees 2008 da GALP Energia.** ISCTE Business School. 2009.

REPULA, A; SILVA, E. M; MOTTA, M.C.A.L. **O Papel Da Administração de Recursos Humanos Diante Das Crises.** 2020. Disponível em:
<https://aprepro.org.br/conbrepro/2020/anais/arquivos/10102020_141038_5f81f28e53385.pdf>. Acesso em 24/11/2021.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional.** São Paulo: Peason Prentice Hall, 2005.

SCHAUFELI, W. B. & SALANOVA, M. (2007). **Work engagement: an emerging psychological concept and its implications for organizations.** In S. W. Gilliland, D. D. Steiner & D. P. Skarlicki. Research in social issues in management (Volume 5): managing social and ethical issues in organizations. Greenwich, CT: Information Age Publishers.

SOUZA, R. A. P. **Engajamento no trabalho,** Lume UFRGS. 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172307>> Acesso em: 28 set. 2021.

SÓLIDES. **Motivação no trabalho: como engajar os colaboradores?** 2021. Disponível em: <<https://blog.solides.com.br/motivacao-no-trabalho/>> Acesso em: 06 out. 2021.

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer.** Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul.-dez.2020.ISSN 2237-9444. 2020. Disponível em:
<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559/22049>> Acesso em: 28 out. 2022.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

AMBIDESTRIA ORGANIZACIONAL E SEUS EFEITOS NO DESEMPENHO DE UM HOTEL

Evellyn Patricia Rodrigues da Silva¹ – UNESPAR
Roberta Gabaron Batista² – UNESPAR
Welliton Felipe Alves Miranda³ – UNESPAR

Nome do GT: Administração Estratégica e Mercadológica

RESUMO

Este estudo tem como tema a Ambidestria Organizacional. Objetivou identificar como a ambidestria é percebida em relação ao desempenho organizacional na perspectiva do gestor e dono de uma empresa do setor hoteleiro. A principal motivação para o estudo foi compreender como a ambidestria é percebida na prática e na realidade da organização, e se ela realmente tem papel relevante no desempenho. Esse estudo justifica-se pela necessidade de demonstrar por meio de estudos o papel da ambidestria no desempenho através de diversos pontos de vistas organizacionais e, principalmente, pelas suas contribuições com as pesquisas na área da Contabilidade Gerencial, acerca das estratégias organizacionais. A pesquisa possui caráter qualitativo, por meio de estudo de caso, sendo utilizado um questionário semiestruturado para a coleta de dados, e para validação utilizou-se a técnica de comparação e verificação. Os resultados apontam que na perspectiva do gestor, a ambidestria possui papel relevante no desempenho da empresa, e embora considere as atividades de *exploration* e *exploitation* igualmente importantes para a sobrevivência do negócio, o *exploitation* tem apresentado resultados mais positivos em relação ao desempenho. Conclui-se que as afirmações dos principais autores utilizados para fundamentar essa pesquisa, como as de March (1991) estão de acordo com a realidade do hotel. Ainda, ao comparar os resultados dessa pesquisa com outros estudos, foi possível concluir que embora a ambidestria apresente resultados positivos para diversos segmentos de empresas, uma de suas dimensões pode ser mais relevante do que a outra, assim, é importante estudá-la na individualidade de cada organização.

Palavras-chave: Desempenho Organizacional; Estratégias Competitivas; Ambidestria Organizacional.

RESUMEN

Este estudio tiene como tema la Ambidestreza Organizacional. Tuvo como objetivo identificar cómo se percibe la ambidestreza en relación con el desempeño organizacional desde la perspectiva del gerente y propietario de una empresa hotelera. La principal motivación del estudio fue comprender cómo se percibe la ambidestreza en la práctica y en la realidad de la organización, y si realmente tiene un papel relevante en el desempeño. Este estudio se justifica por la necesidad de demostrar, a través de estudios, el papel de la ambidestreza en el desempeño desde diferentes puntos de vista organizacionales y, principalmente, por sus aportes a la investigación en el área de Contabilidad Gerencial, sobre estrategias organizacionales. La investigación tiene un carácter cualitativo, a través de un estudio de caso, utilizando un cuestionario semiestruturado para la recolección de datos, y para la validación se utilizó la técnica de comparación y verificación. Los resultados muestran que, desde la perspectiva del gerente, la ambidestreza juega un papel relevante en el desempeño de la empresa, y aunque considera que las actividades de exploración y explotación son igualmente importantes para la supervivencia del negocio, la explotación ha mostrado resultados más positivos en relación con el desempeño. Se concluye que las declaraciones de los

¹ – Bacharel em Ciências Contábeis (UNESPAR) – e-mail: evellynrodrigues907@gmail.com

² - Bacharel em Ciências Contábeis (UNESPAR) – e-mail: robertagabaron@outlook.com

³ – Mestre em contabilidade gerencial (UEM), pós-graduado em auditoria e controladoria (UNICESUMAR) e Bacharel em Ciências Contábeis (UNESPAR) – e-mail: w_felipe_m@hotmail.com



principales autores en que se basó esta investigación, como March (1991), están en consonancia con la realidad del hotel. Aún así, al comparar los resultados de esta investigación con otros estudios, se pudo concluir que si bien la ambidestreza presenta resultados positivos para diferentes segmentos de empresas, una de sus dimensiones puede ser más relevante que la otra, por lo que es importante estudiarla individualmente de cada organización.

Palabras clave: Desempeño de la organización; Estrategias Competitivas; Ambidestreza organizacional.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A alta competitividade e as mudanças no contexto econômico enfrentadas pelas empresas direcionam os gestores a revisarem seus métodos de trabalho, formular estratégias, e desenvolver atividades que elevem seu desempenho. Além disso, a capacidade de inovar das organizações se tornou o principal impulsor de sobrevivência no ambiente competitivo (SILVA E DACORSO, 2014). Nesse processo, dúvidas podem surgir em relação à formulação e implementação de estratégias e, nesse contexto, algumas estratégias começam a se destacar como meio de atingir melhor desempenho no mercado, como exemplo, a ambidestria organizacional.

De acordo com March (1991), a Ambidestria Organizacional está sustentada no equilíbrio das atividades de exploração (*exploration*) e exploração (*exploitation*). O autor definiu *exploration* como sendo as atividades relacionadas à criação, aquelas que envolvem variação, inovação e mudança, enquanto o *exploitation* está ligado às atividades de melhoria, como por exemplo, a seleção, implementação e execução de um produto ou serviço. March (1991) e demais autores como Raisch e Birkinshaw (2008) e Zapata, Muiña e Moreno (2012) afirmam em seus trabalhos que a ambidestria tem sido considerada uma importante característica para que as organizações obtenham o sucesso a longo prazo e apresentem melhor desempenho.

Diante disso, surge a dúvida sobre como a ambidestria funciona e é desenvolvida na prática e realidade de determinada empresa, quais as atividades de *exploration* e *exploitation* que podem alavancar e contribuir com o desempenho de empresas no mercado, como a ambidestria é percebida em relação ao desempenho pelos gestores. Assim, uma das principais motivações para realização desse estudo, foi a busca por respostas à essas dúvidas e, principalmente, conhecer as opiniões daquele que desenvolve atividades de *exploration* e *exploitation*, e se na individualidade de sua empresa, essas ações têm sido benéficas para o desempenho.

Esse estudo justifica-se pela relevância da investigação da ambidestria, e também se apoia em autores como He e Wong (2004) e Gupta, Smith e Shalley (2006) que recomendam a realização de estudos que identifiquem como gestores administram a ambidestria e suas



dimensões. Ainda, é preciso demonstrar por meio de estudos o relevante papel da ambidestria no desempenho organizacional, pois embora ela venha ganhando espaço como um exemplo de estratégia organizacional, ainda carece de novas pesquisas que identifiquem caminhos para seu sucesso nas organizações e em diversos pontos de vista organizacionais. Além disso, a maioria dos estudos nessa área são quantitativos, portanto, a necessidade de estudos qualitativos.

Ainda, esse setor de serviços é reconhecido como um importante instrumento para o desenvolvimento do país, pois garante o crescimento econômico e social de diversas regiões, possibilitando a expansão do mercado e gerando empregos (TEIXEIRA; ANASTÁCIO, 2014). Assim, o Tonello Business Hotel foi a empresa escolhida para a pesquisa, pois já vem apresentando práticas de qualidade. Soltani et. al. (2008) considera qualidade como sendo um processo contínuo de melhorias. Além disso, é o único hotel do município que apresenta selo de qualidade certificado pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), que é a comprovação de um sistema de qualidade corretamente implantado.

Diante do apresentado, o estudo teve como objetivo geral o de identificar como a Ambidestria é percebida em relação ao desempenho organizacional na perspectiva dos gestores e donos do negócio. Esse estudo se trata de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa por meio de estudo de caso, e como instrumento de coleta de dados foi utilizada entrevista em profundidade com questionário semiestruturado e coleta documental, o método utilizado para a validação da pesquisa foi a técnica de comparação e verificação, onde a análise dos dados foi feita totalmente visando à coerência com a teoria sobre ambidestria organizacional, a fim de obter resultados concretos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos Conceituais da Ambidestria

Estudos conduzidos por Duncan (1974) tratavam a ambidestria como um modelo para geração de organizações inovadoras, onde a estrutura era dividida em duas fases: iniciação da criação e implementação. Em seguida, avançando nos estudos de Duncan, March (1991) retrata que ambidestria está sustentada no equilíbrio de *exploration* (corresponde a fase de iniciação) e *exploitation* (corresponde a fase de implementação).

A partir desses trabalhos, estudiosos passaram a explorar os conceitos e desenvolver



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

estudos a respeito da ambidestria organizacional, e nos últimos 10 anos, a produção acadêmica sobre o tema acelerou enormemente em todo o mundo. Essa afirmação foi comprovada por um estudo bibliométrico realizado na base SCOPUS, na primeira semana de junho de 2014, com o termo amplo “organizational ambidexterity”, retornou (195) artigos, dos quais 77% foram publicados a partir de 2010 em todo o mundo, no campo das Ciências Sociais.

O conceito de ambidestria organizacional, parte do pressuposto de que é possível que as organizações inovem de maneira incremental, direcionando o foco no refinamento e eficiência na execução da atividade principal da empresa (*exploitation*) e de maneira radical, prezando por ações de maior risco, que exigem maior experimentação e flexibilidade para criação de novos produtos e serviços (*exploration*), propondo práticas que favorecem as inovações nessas diferentes perspectivas. Assim, organizações ambidestras seriam aquelas capazes de explorar simultaneamente competências existentes sem deixar de fora as novas oportunidades. (MARCH, 1991; LEVINTHAL, 1993; O’ REILLY III e TUSHMAN, 2004; RAISH et al., 2009).

A ambidestria organizacional tem sido considerada uma importante característica para que as organizações obtenham o sucesso a longo prazo, pois representa a capacidade de uma organização em explorar seus recursos atuais e, ao mesmo tempo, explorar novas competências fundamentais (MARCH, 1991; LEVINTHAL, 1993). Nesse mesmo contexto, Raisch e Birkinshaw (2008) também afirmam que a capacidade das empresas de competir com sucesso a longo prazo, pode estar enraizada na capacidade de buscar *exploitation* e *exploration* em conjunto.

Alguns estudiosos consideram que não é relevante ou obrigatório o equilíbrio dessas duas atividades para que a empresa se torne ambidestra e eleve seu desempenho. Nesse sentido, Ramachandran (2012), defende em seu trabalho, que a ambidestria pode ser adquirida não somente por meio do equilíbrio entre as ações de *exploration* e *exploitation*, como preconizou March (1991), mas também por meio de ações direcionadas a uma das dimensões em especial. Para o autor, o equilíbrio das dimensões representa uma ambidestria simétrica, ao passo que o direcionamento para práticas de exploração ou exploração pressupõe igualmente essa capacidade, no entanto assimétrica, possuindo o mesmo poder em relação ao desempenho. Esse posicionamento já fora validado por Silveira-Martins, Rossetto e Añaña (2013).

Muitos autores expressam suas opiniões sobre implementação e sucesso da ambidestria organizacional, como Gibson e Birkinshaw (2004) que assumem que a ambidestria está ligada a atividades gerenciais, portanto, pode ser construída dentro de uma organização e considerada uma capacidade organizacional, mas para que isso ocorra, deve haver alinhamento entre funcionários

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de alta gerência e adaptabilidade às demandas do ambiente.

Nessa mesma perspectiva, Li e Lin (2008), afirmam que o papel do gestor é imprescindível, pois sua percepção sobre o ambiente é o principal mecanismo para geração de ambidestria nas organizações. Ou que uma unidade de negócios pode se tornar ambidestra, criando duas funções ou subdivisões com focos diferentes (BENNER E TUSHMAN, 2003). Uma fábrica pode se tornar ambidestra, criando duas equipes diferentes, uma encarregada da exploração e outra da exploração (ADLER et al., 1999), e uma equipe pode se tornar ambidestra, alocando funções diferentes para cada indivíduo (JANSEN et al., 2008).

Esses estudos mostram que os indivíduos são importantes fontes de ambidestria organizacional, mas a possibilidade de os indivíduos assumirem tarefas de *exploitation* e *exploration* cria uma série de desafios que precisam ser enfrentados. Assim sendo, Tushman e O'Reilly (1996) destacam a importância de lideranças serem ambidestras e apresentar habilidades organizacionais e gerenciais para competirem onde custos, eficiência e inovação incremental são essenciais, bem como, velocidade e flexibilidade para desenvolverem novos produtos e serviços. Além disso, acreditam que para as organizações competirem de forma bem-sucedida, elas têm o desafio de estarem alinhadas e ajustadas às estratégias, estrutura, cultura e processo de corporação, que sofrem transformações incrementais, e também estarem preparadas para revoluções exigidas pelas mudanças descontínuas do mercado.

Além disso, gerentes ambidestros devem gerenciar contradições e objetivos conflitantes (SMITH E TUSHMAN, 2005), engajar-se em pensamento paradoxal (GIBSON E BIRKINSHAW, 2004). Smith e Tushman (2005) observam também, que a capacidade de se envolver em pensamentos paradoxais pode ser vital para gerenciar efetivamente a *exploration* e *exploitation* nas organizações. E além de características pessoais, os fatores organizacionais podem afetar a capacidade dos indivíduos de agir de maneira ambidestra (COHEN AND LEVINTHAL, 1990).

Segundo Popadiuk (2012), o primeiro autor a se referir aos dois termos (*exploration* e *exploitation*) foi Schumpeter (1934), que retratou a exploração de novas possibilidades e a exploração de antigas certezas, mas esses termos só foram comprovados a partir de March (1991) quando publicou um artigo que discutia os ganhos e perdas entre essas duas possibilidades de aprendizagem organizacional (KANE E ALAVI, 2007).

March (1991) definiu exploração (*exploitation*) como sendo as atividades que envolvem o refinamento, escolha, produção, eficiência, seleção, implementação e execução de um produto ou

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



serviço e é sintetizada como “velhas certezas”. Enquanto as atividades de exploração (*exploration*) inclui elementos compreendidos em termos de pesquisa, variação, tomada de riscos, experimentação, flexibilidade, descoberta e inovação, e pode ser resumida como “novas possibilidades”. Desse modo, as nomenclaturas exploração e exploração, estão ligadas a melhoria e criação, respectivamente. Essas afirmações propostas por March (1991) foram a base para uma série de outros trabalhos que exploram esses conceitos nas mais diversas áreas.

2.2 Estudos Anteriores

A temática ambidestra vem apresentando crescimento ao longo dos anos, e atualmente, aqui no Brasil, já existem alguns estudos abarcando a temática, que em sua maioria, buscam identificar a relação da ambidestria com o desempenho organizacional em alguns tipos de empresas do mercado, como vinícolas, empresas de software, setor de mineração, entre outras, mas nenhum deles busca identificar a percepção de gestores de empresas do setor hoteleiro sobre o tema ambidestria organizacional.

Em seu trabalho, Martins et al. (2014), objetivou identificar os efeitos das ações ambidestras sobre o desempenho das indústrias vinícolas brasileiras, e os resultados encontrados através da pesquisa confirmam que as ações de *exploration* e *exploitaion* em conjunto tem relação positiva com o desempenho das organizações que fizeram parte da amostra, além disso, os autores afirmam que quanto maior o investimento das empresas em práticas ambidestras, correspondente será a performance das mesmas.

O trabalho de Severgnini et al. (2019), buscou identificar como a harmonia das dimensões de ambidestria podem elevar o desempenho, por meio de um levantamento com empresas de software. O diferencial dessa pesquisa é o de que a influência das duas dimensões, *exploration* e *exploitation* foram analisadas separadamente e em conjunto, assim, foi possível identificar se uma ação foi mais benéfica que a outra. Os resultados da pesquisa também foram positivos para a teoria ambidestra, e apontam que embora a dimensão de *exploration* seja mais relevante para as empresas estudadas, a combinação de *exploration* e *exploitation* (gerando a ambidestria), geram benefícios de resultado empresarial, e aumentam o desempenho das organizações.

Em seu trabalho, Carmo (2018) apresentou como objetivo, identificar a ambidestria organizacional como estratégia de inovação através de um estudo no setor de mineração. O estudo mostra que determinada empresa interessada no aumento do seu desempenho econômico e



operacional, procura investir em inovação e na busca de novos produtos ao mesmo tempo em que investe em inovação de processos e melhorias para seus produtos e serviços já existentes.

Seus resultados reforçam mais uma vez o conhecimento geral da literatura relacionada à estratégia de inovação e destaca a importância do equilíbrio entre *exploration* e *exploitation*, onde a empresa reconhece que é possível manter a competitividade e garantir a rentabilidade atual de suas operações e ao mesmo tempo trabalhar na criação de condições para inovação, pensando no negócio em longo prazo.

Aguiar et al. (2019), desenvolveu uma pesquisa onde buscou identificar os efeitos da ambidestria organizacional como estratégia competitiva em uma empresa de TI e chegou à conclusão, através de seus resultados, que a ambidestria organizacional apresenta efeitos positivos, através de seu foco em ofertar melhorias frequentes nos processos e sistemas e também de buscar inovações nos produtos ofertados no mercado nacional e internacional.

3. MÉTODOS DA PESQUISA

Esta pesquisa valeu-se da abordagem qualitativa por meio de estudo de caso, e caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. A técnica utilizada na coleta de dados foi a entrevista em profundidade com o gestor do Tonello Business Hotel, tendo como instrumento de pesquisa, o questionário semiestruturado que teve como inspiração para elaboração das questões, o modelo de Lubatkin et al. (2006). As questões visaram identificar as atividades de *exploration* e *exploitation* desenvolvidas pela empresa e como essas atividades são percebidas em relação ao desempenho organizacional na perspectiva do gestor do negócio.

Optou-se pela entrevista remota, através da plataforma *Google Meet*, que foi gravada, e teve duração de aproximadamente 40 minutos. O assunto da entrevista foi o disposto no questionário semiestruturado, além disso, ocorreram outros questionamentos pertinentes, com foco em responder o problema de pesquisa e atingir seus objetivos. Também foi utilizada como forma complementar à entrevista em profundidade, a técnica de coleta documental. Os documentos serviram como confirmação dos apontamentos do entrevistado, e novamente, por conta da pandemia, os documentos não puderam ser analisados pessoalmente, assim, foram solicitados na entrevista e enviados em formato pdf.

Como principal estratégia interpretativa, foi utilizada a análise de discurso, e para a validação da pesquisa utilizou-se a técnica de comparação e verificação, pois devido a pandemia não foram realizadas as observações, desse modo, não foi possível ser utilizada a técnica de



triangulação. O primeiro passo para o registro de dados foi a transcrição da entrevista gravada, após essa preparação, realizou-se a leitura dos dados, a fim de obter um sentido geral das informações coletadas, e posterior análise dos apontamentos do gestor. Então, após comparar os dados obtidos através de análise da entrevista transcrita, e análise documental para confirmar as informações, foram redigidos os tópicos referentes as atividades de *exploration* e *exploitation* desenvolvidas no hotel, e também, a percepção do gestor sobre a ambidestria em relação ao desempenho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Tonello Business Hotel existe há cerca de 19 anos, sendo que há 4 anos e meio, a gestão foi assumida pelo entrevistado. Com relação as atividades de *exploration*, o gestor afirma que no hotel existe a inserção de novas ferramentas tecnológicas, como plataformas de vendas online, pois segundo ele, “[...] hotelarias que não trabalham com esse tipo de ferramenta, estão fora de mercado”.

O hotel possui uma ferramenta inteligente que permite acesso a canais de vendas, como *Booking* e *Decolar*, que são os mais utilizados pelo público. De acordo com o entrevistado, essa é a principal ferramenta utilizada para gestão de vendas e os auxilia muito nessa parte, pois uma das funcionalidades da plataforma é criar uma interface com o sistema do hotel, assim, quando uma reserva é feita através de algum desses canais, automaticamente ela também é feita no sistema, da mesma forma para cancelamentos.

Segundo o entrevistado, somente dois hotéis da Cidade de Campo Mourão trabalham com essa plataforma, sendo que o Tonello Business Hotel foi o primeiro a utilizá-la, e foi implantada na atual gestão, há cerca de 2 anos, depois de pesquisar a opinião de outras empresas que já a utilizavam: “Eu tomei conhecimento da plataforma e comecei a pesquisar sobre outras empresas que já tinham ferramentas desse tipo, e depois disso, nós implantamos”.

De acordo com o gestor, além de trabalhar com essa ferramenta de gestão, ele considera muito importante acompanhar as tendências de mercado, e está sempre em busca de descobrir as novidades relacionadas à inovação, e para isso, participa continuamente de eventos e feiras anuais especializadas em trazer as novas tendências para hotelaria, além disso, busca fazer visitas para conhecer estabelecimentos de outras cidades que trabalham com propostas e tecnologias criativas e inovadoras.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Nesse contexto, o gestor pontua que embora existam muitas novidades criativas, como novas ferramentas de gestão, novos modelos de hotelaria e novas tecnologias para serem usadas, nem todas são praticáveis na realidade de sua empresa, por esse motivo, a implantação ocorre conforme o orçamento permite, além de estudarem o que consideram ser mais viável e aplicável à região: “Nós participamos de muitas coisas (feiras e eventos) mas nem sempre é possível implementar. [...] conhecemos as tendências de mercado... e vamos implementando conforme o orçamento e o que consideramos mais aplicável a nossa região”.

Outra atividade de *exploration* praticada nessa nova gestão é a de se aventurar em novos segmentos de mercado. O hotel conta com o serviço de restaurante, com intuito de atingir novos grupos de consumidores, pois além de atender os hóspedes, o restaurante oferece atendimento ao público em geral, ou seja, pessoas que não estejam hospedadas no hotel. O gestor conta que o serviço de restaurante é muito utilizado, principalmente, por pessoas que estão hospedadas e levam amigos de fora para um jantar.

Embora essa estratégia tenha tido sucesso somente na atual gestão, o restaurante foi implantado na antiga gestão, mas não obteve sucesso, e foi fechado pouco tempo depois. O atual gestor conta que a reabertura aconteceu logo no primeiro ano de sua gestão porque o considera como um diferencial.

Ainda como estratégia para atrair novos clientes, o gestor conta que investiu em parcerias com outras empresas, principalmente, através de visitas para apresentar suas propostas. Uma dessas empresas é a COAMO, que por se tratar de uma empresa muito relevante na região, tem beneficiado o hotel, que recebe muitos hóspedes de negócios, aqueles que estão na cidade a trabalho relacionado à empresa.

O gestor afirma que “hoje grande parte da ocupação fixa é destinada a esses clientes, e as demais vagas são destinadas aos clientes de última hora”. Ainda, de acordo com o entrevistado, o hotel trabalha com estratégia para não perder esse tipo de hóspede, que são pertinentes ao tópico *exploitation*.

Com relação as atividades de *exploitation*, o gestor destaca alguns pontos de melhorias a partir de sua gestão. Em relação a estrutura do hotel, tanto interna, como externa, o gestor destaca que possui uma boa estrutura e que ainda pretende aumentá-la, mas ressalta que nem sempre é possível realizar mudanças relacionadas a reformas, pois mudanças estruturais dependem de questões de orçamento e investimento. Assim, enquanto não é possível realizar mudanças na estrutura física do hotel, ele busca melhorar a qualidade de itens dos apartamentos, como

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

televisores, internet, roupa de cama, frigobar, também melhoram a qualidade de atendimento, entre outras coisas.

Outra atividade de *exploitation* praticada nessa nova gestão foram as melhorias das suas operações, como por exemplo, melhoria no atendimento, e de preparo de refeições, entre outros, e para isso, realiza treinamentos internos. O gestor destaca que algo que procura fazer é estar sempre perto do colaborador, para que eles possam dar um *feedback* do que precisa ser melhorado, assim, realiza reuniões para entender as dificuldades: “[...] algo que procuramos fazer é estar perto do colaborador, para nos dar um feedback do que precisa ser melhorado, assim, procuramos fazer reuniões semanais, mensais, por setores ou com toda a equipe, para entendermos as dificuldades e buscar melhorias”.

Além disso, de acordo gestor, foi necessário reformular o site do hotel, bem como as demais redes, como *Instagram* e *Facebook*, pois através destes, é que conseguem atingir um público mais distante. Segundo o gestor, houve a necessidade de preparar uma mídia com melhores fotografias e informações atualizadas, pois muitas pessoas entram nos canais Decolar, *Booking*, encontram seu estabelecimento, e acabam indo no site do próprio hotel buscar informações, além disso, as vendas também são feitas através dele, então ele precisa sempre estar atualizado, assim como as demais redes.

A pesquisa acerca da satisfação do cliente acontece constantemente no hotel, como forma de controle de qualidade, onde eles podem reportar o nível de satisfação. O gestor relata que é disponibilizado uma ficha, e procuram meios de incentivarem o cliente a dar um *feedback*. Parceiros como a COAMO também tem avaliação interna, e essas informações são disponibilizadas quando solicitadas, além disso, o cliente também consegue deixar sua avaliação através dos canais digitais, como *Booking* e Decolar. Assim, essas informações são tabuladas para que eles possam ter um controle e para que possam averiguar o nível de satisfação do cliente.

Conforme agrega-se melhorias aos serviços, os custos podem aumentar, assim, um dos questionamentos relacionados as atividades de *exploitation*, é de como ele tem buscado melhorar a qualidade de forma que não sobrecarregue os custos. Nesse contexto, o gestor pontua que o custo é bem desenvolvido quando se consegue aumentar o faturamento e a ocupação através do investimento em qualidade. De acordo com ele “uma coisa compensou a outra”, pois houve o incremento de custo, mas também incremento de faturamento.

Ainda em relação as melhorias de suas atividades e operações, de acordo com gestor, trabalhar com metas como forma de incentivar o desenvolvimento de um bom trabalho também é

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



muito interessante, pois quem está em contato direto com o cliente é o colaborador:

Conforme exposto, o hotel trabalha com atividades de ambidestria, ou seja, trabalha com variação e inovação e implementação do novo, mas também com melhorias e otimização do existente, e como forma de responder o problema de pesquisa, foi questionado se no ponto de vista do gestor, aquilo que gera melhor resultados para o Tonello Business Hotel, é o que foi gerado de novo (*exploration*) ou a melhoria do que já havia no hotel (*exploitation*).

Conforme resposta do gestor, embora considere muito importante as atividades de inovação (*exploration*), principalmente aquelas relacionadas a busca por parceiros e o investimento em canais de venda, em seu ponto de vista, aquilo que gera melhores resultados para o hotel, são as ações de *exploitation*.

O gestor também afirma que está satisfeito com desempenho financeiro (faturamento) que as atividades de melhoria (*exploitation*) proporcionaram ao hotel. Segundo ele, desde que assumiu a gestão, o hotel tem crescido a cada ano e ainda, se não estivesse passando pela pandemia, nesse ano o hotel estaria com a ocupação ideal.

Em relação a margem de lucro e retorno operacional do investimento, o gestor afirma que se considera satisfeito com os resultados que obtém: “Sim, estou satisfeito. Se eu pensar até 2019, sim, estava dentro da expectativa. Quando eu entrei, com o que eu tinha em mãos, não, mas depois, conforme fomos trabalhando e melhorando, ficou dentro do que é ideal para uma hotelaria”.

Ainda, de acordo com o gestor, embora algumas metas tenham sido frustradas por conta da pandemia, as expectativas para quando esse período passar são positivas: “[...] é claro que com a pandemia, voltamos lá atrás, mas isso aconteceu em todos os setores, e a hotelaria foi o setor mais afetado. [...] quando a pandemia passar, os resultados tendem a subir novamente”.

O gestor afirma que “é importante que o negócio esteja alinhado as novidades do mercado”, além disso, sobre o uso de novas ferramentas tecnológicas, ele ainda afirma que “hotelarias que não trabalham com esse tipo de ferramenta, estão fora de mercado”. Assim, confirmando que as atividades de *exploration* são essenciais para o sucesso de sua organização, e explorar novas competências através delas, contribui com seu sucesso, mais uma vez, confirmando que as afirmações de March (1991) e demais autores que se apoiam em sua ideia, se aplicam a realidade do hotel.

5 CONCLUSÃO



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O principal resultado obtido através desse estudo, é de que a ambidestria pode influenciar de maneira positiva o desempenho de um negócio. De acordo com as percepções do gestor, as atividades de ambidestria tem influenciado principalmente o desempenho financeiro (faturamento) do hotel, e embora considere importante e pratique o desenvolvimento das atividades de *exploration* e *exploitation* em conjunto, as atividades de melhoria (*exploitation*) tem gerado melhores resultados. Esse resultado também foi encontrado em outro estudo citado, especificamente, na pesquisa Severgnini et al. (2019) que através de seus resultados, mostra que a dimensão de *exploration* tem efeito mais positivo para as empresas estudadas.

Nesse caso, a semelhança é de que embora a ambidestria possua relação com o desempenho de maneira geral, uma das dimensões é mais benéfica que a outra, mas principalmente nesse estudo, os resultados mostram que as práticas de ambas atividades são imprescindíveis para a sobrevivência do negócio. Assim, é possível concluir que a ambidestria realmente pode ser vantajosa para o desempenho e sucesso das organizações, mas que em cada segmento ou empresa, ela pode apresentar um resultado diferente. A partir disso, é importante desenvolver novas pesquisas acerca da temática, identificando suas contribuições para as organizações em diversos pontos de vistas, pois cada empresa possui suas individualidades.

Conforme proposto o objetivo geral de identificar como a ambidestria é percebida em relação ao desempenho organizacional na perspectiva do gestor, foi atendido com o resultado de que na visão do gestor, ela pode influenciar positivamente o desempenho, e seu desenvolvimento no hotel tem gerado bons resultados. Os resultados apontam que as atividades de ambidestria, principalmente aquelas relacionadas ao *exploitation*, proporcionaram bons resultados para o desempenho financeiro do Tonello Business Hotel, que tem crescido a cada ano e ainda, se não estivesse passando pela pandemia, estaria com a ocupação ideal, assim, de acordo com o gestor, o desempenho do hotel tem relação com a ambidestria.

A limitação desse estudo, é de que embora o resultado tenha mostrado que a ambidestria apresenta influência positiva no desempenho do hotel, ele não representa o todo, ou seja, não significa que a ambidestria será benéfica para o desempenho de todas as empresas, isso porque, como dito anteriormente, a ambidestria organizacional pode apresentar resultados diferentes em cada segmento e organização. Assim, a sugestão é que outras pesquisas sejam desenvolvidas em diferentes tipos de empresas, principalmente aquelas que tem o objetivo de captar as percepções dos gestores que desenvolvem essas atividades, pois os resultados proporcionarão a outros gestores de empresas do mesmo segmento o conhecimento sobre o tema, sua relevância, e



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

consequentemente, estarão aprendendo sobre estratégias que podem elevar o desempenho de sus negócios.

REFERÊNCIAS

ADLER, P. S.; GOLDOFTAS, B.; LEVINE, D.I. Flexibility Efficiency? A Case Study of Model Changeovers in the Toyota Production System. **Organization Science**. v. 10, n. 1, p.43-68, 1999.

AGUIAR, Maria Lygia Lima; RIBEIRO, Rogeane Moraes; MESQUITA, Maria do Socorro Silva; FIALHO, Leticia de Sousa; SILVA, Paola Aragão Ferreira; RAPÔSO, Cláudio Filipe Lima. Estratégia Competitiva e Ambidestria no Segmento de Tecnologia da Informação. **Revista de Administração**. V.5, p. 21, 2019.

BENNER, M; TUSHMAN, M. Exploitation, exploration, and process management: The productivity dilemma revisited. **Acad. Management Review**. v.28, n. 2, p. 238-256, 2003.

CARMO, Haroldo Vital. **Ambidestria Organizacional como Estratégia de Inovação: um Estudo de Caso no Setor de Mineração**. Universidade FUMEC. Belo Horizonte – MG, p. 91, 2018.

DUNCAN, R. B. The Ambidextrous Organization: Designing Dual Structures for Innovation. In: KILMAN, R. H.; PONDY, L. R.; SLEVIN, D. P. **The management of organization design: strategies and implementation**. New York: University of Pittsburgh, v. 1, p. 167-188, 1974.

GIBSON, C.; BIRKINSHAW, J. The Antecedents, consequences, and mediating role of organizational ambidexterity. **Academy of management Journal**, v. 47, n. 2, p. 209-226, 2004.

GUPTA, A. K.; SMITH, K. G.; SHALLEY, C. E. The interplay between exploration and exploitation. **Academy of Management Journal**, v. 49, n. 4, p. 693-706, 2006.

HAN, M; CELLY, N. Strategic ambidexterity and performance in international new ventures. **Journal of Administrative Science**, v. 25, p. 335-349, 2008.

HE, Z-L.; WONG, P-K. Exploration vs. Exploitation: An empirical test of the ambidexterity hypothesis. **Organization Science**, v. 14, n. 4, p. 484-494, 2004.

JANSEN, J. J. P.; GEORGE, G; VAN DEN BOSCH, F. A. J.; VOLBERDA, H. W. Senior team attributes and organizational ambidexterity: The moderating role of transformational leadership. **J. Management Stud**. v. 45, n. 5, p. 982–1007, 2008.

KANE, G. C., & ALAVI, M. (2007). Information technology and organizational learning: an investigation of exploration and exploitation process. **Organization Science**, v. 18, p. 796-812, 2007.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- LEVINTHAL, D., MARCH, J. Myopia of learning. **Strategic Management Journal**, 14: 95-112. 1993.
- LEWIN, A. Y., & VOLBERDA, H. W. Prolegomena on coevolution: a framework for research on strategy and new organizational forms. **Organization Science**, v. 10, p. 519-534, Sept./Oct, 1999.
- LI, C; LIN, C. The nature of market orientation and the ambidexterity of innovations. **Management Decision**, v. 46, n. 7, p. 1002-1026, 2008.
- LUBATKIN, M. H., SIMSEK, Z., LING, Y., VEIGA, J. F. Ambidexterity and performance in small to médium sized firms: The pivotal role of top management team behavioral integration. **Journal of Management**, v. 32, n. 5, p. 646-672, 2006.
- MARCH, James G. Exploration and exploitation in organizational learning. **Organization science**, v. 2, n. 1, p. 71-87, 1991.
- MARTINS, Elvis Silveira; ROSSETTO, Carlos Ricardo; AÑAÑA, Edar da Silva. Ambidestria, Exploração ou Exploração e seus Efeitos no Desempenho Organizacional de Vinícolas Brasileiras. **Revista em Agronegócio de Meio Ambiente**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 15-29, 8 jan. 2014.
- OHR, Ralph. **Organization Agility Entails Complementary Innovation**. Integrative Innovation. 2016. Disponível em <<https://integrative-innovation.net/?p=1364>>. Acesso em 28 de Julho de 2020.
- O'REILLY, Charles A.; TUSHMAN, Michael L. The ambidextrous organization. **Harvard business review**, v. 82, n. 4, p. 74-83, 2004.
- PARMENTIER, G. MANGEMATIN, V. Innovation et création dans le jeu vidéo: Comment concilier exploration et exploitation? **Revue Française du Gestion**, p. 71-87, 2009.
- POPADIUK, S. International Journal of Information Management Scale for classifying organizations as explorers , exploiters or ambidextrous. **International Journal of Information Management**, v. 32, n. 1, p. 75-87. doi:10.1016/j.ijinfomgt.2011.07.001, 2012.
- RAISCH S., J. BIRKINSHAW. Organizational ambidexterity: Antecedents, outcomes, and moderations. **J. Management**, v.34, n. 3, p. 375-409, 2008.
- _____.; BIRKINSHAW, J.; PROBST, G.; TUSHMAN, M. Organizational ambidexterity: Balancing exploitation and exploration for sustained performance. **Organization Science**, v. 20, n. 4, p. 685-695, 2009.
- RAMACHANDRAN, I. **Increasing firm performance through a reassessment of appropriate balance: impact of tmt composition on ambidexterity configurations**. 2012. 184 f. Dissertation (Department of Management)-The University of Texas, San Antonio, 2012.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

SCHUMPETER, J. A. **The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle**. Cambridge: Harvard University Press, 2. ed. 1934.

SEVERGNIN, Elizandra; GALDAMEZ, Edwin Vladimir Cardoza; VIEIRA, Valter Afonso. **Efeitos do Exploration, Exploitation e Ambidestria no Desempenho das Organizações de Software**. Rev. Adm. Contemp. Vol.23, n.1, p. 111-134, 2019.

SILVEIRA-MARTINS, E.; ROSSETTO, C. R.; AÑAÑA, E. Ambidestria, Exploração ou Exploração e seus efeitos no desempenho organizacional de vinícolas brasileiras. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 6., 2013, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: ANPAD, 2013. Disponível em: <
http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2013/2013_3Es144.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

SILVA, G.; DACORSO, A. L.. Riscos e incertezas na decisão de inovar das micro e pequenas empresas. **Revista de administração Mackenzie**, São Paulo, ano 4, n. 15, p. 229-255, 26 maio 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ram/v15n4/09.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

SMITH, W. K.; TUSHMAN, M. Managing strategic contradictions: A top management model for managing innovation streams. **Organization Science**. v. 16, n. 5, p. 522-536, 2005.

SOLTANI, E.; LAI, P.; JAVADEEN, S.; GHOLIPOUR, T. A review of theory and practice of managing TQM: na integrative framework, **Total Quality Management & Business Excellence**, Vol. 19, n° 5, pp. 461 - 482, 2008.

TEIXEIRA, D.; ANASTÁCIO, P. **Gestão de custos na rede hoteleira: um estudo de caso em um hotel na região sul Fluminense**. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda - RJ, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/1980/3/2014-CienciasContabeis-DULCE%20HELENA%20DE%20PAULA%20TEIXEIRA%20e%20PRISCILA%20PIRES%20LOPES%20ANASTACIO.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

TUSHMAN, M. L.; O'REILLY, C. A. Ambidextrous organizations: Managing evolutionary and revolutionary change. **California Management Review**, v. 38, n. 4, p. 8-30, 1996.

UOTILA, J., MAULA, M., KEIL, T., & ZAHRA, S. A. Exploration, exploitation, and financial performance: Analysis of S&P 500 corporations. **Strategic Management Journal**, v. 30, p. 221-231, 2009.

WILDEN, R., HOHBERGER, J., DEVINNEY, T. M. AND LAVIE, D. (2018). 'Revisiting James March (1991): Whither exploration and exploitation?'. **Strategic Organization**, v.16, n.3, p. 352–369, 1991.

ZAPATA, E. L.; MUIÑA, F. E. G.; MORENO, S. M. G. De La organización que aprende a la organización ambidestra: evaluación teórica del aprendizaje organizativo. **Cuadernos de Administración**, v. 25, n. 45, p. 11-37, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



ANÁLISE DA VITRINE COMO FERRAMENTA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO APLICADO A UMA LOJA DO SEGMENTO DE MODA E VESTUÁRIO, LOCALIZADA NA CIDADE DE CAMPO MOURÃO - PR

Tamaris Cardoso¹ - Unespar – campus de Campo Mourão
Josimari de Brito Morigi² - Unespar - campus de Campo Mourão

Nome do GT: 01 - Administração Estratégica e Mercadológica

RESUMO

A vitrine é uma ferramenta indispensável pelos lojistas, a mesma é responsável por despertar no indivíduo o interesse de adentrar a loja para conhecer melhor seus produtos. No processo de montagem da vitrine, diversos elementos podem ser utilizados na sua composição a fim de torná-la mais atrativa aos olhos do público. Visto isso, o presente artigo tem como objetivo analisar o uso da vitrine como ferramenta de marketing, por uma loja do segmento de moda e vestuário, localizada na cidade de Campo Mourão-PR. Para alcançar o objetivo do trabalho utilizou-se uma abordagem qualitativa, com estudo e análise da própria organização. A coleta de dados se deu a partir da realização de uma pesquisa bibliográfica e uma entrevista semiestruturada aplicada à proprietária da loja. Quanto ao tratamento dos dados auferidos foi realizada uma análise de conteúdo. Através desse estudo, verificou-se que a empresa realiza a montagem de sua vitrine conceito de forma estratégica, valendo-se das técnicas do visual merchandising, porém não realiza a precificação dos produtos expostos na vitrine, e não trabalha com vitrines promocionais. Diante disso, foram elaboradas três propostas de campanhas de vitrines temáticas, sendo uma delas a de promoção e também foi recomendada a inserção da precificação dos produtos expostos na vitrine.

Palavras-chave: Marketing. Visual Merchandising. Vitrine.

RESUMEN

La vitrina es una herramienta indispensable para los comerciantes, se encarga de despertar el interés del individuo por ingresar a la tienda para conocer mejor sus productos. En el proceso de montaje de la vitrina se pueden utilizar varios elementos en su composición con el fin de hacerla más atractiva para el público. Frente a eso, el presente artículo tiene como objetivo analizar el uso de la vitrina como herramienta de marketing, por una tienda del segmento de moda y vestuario, ubicada en la ciudad de Campo Mourão-PR. Para lograr el objetivo del trabajo se utilizó un enfoque cualitativo, con estudio y análisis de la propia organización. La recolección de datos se basó en una investigación bibliográfica y una entrevista semiestruturada aplicada al propietario de la tienda. En cuanto al tratamiento de los datos recabados, se realizó un análisis de contenido. A través de este estudio se verificó que la empresa arma estratégicamente su escaparate de concepto, utilizando técnicas de visual merchandising, pero no pone precio a los productos expuestos en el escaparate, y no trabaja con vitrinas promocionales. Ante esto, se elaboraron tres propuestas de campañas de escaparates temáticos, una de ellas de promoción, y también se recomendó incluir los precios de los productos expuestos en el escaparate.

Palabras clave: Marketing. Comercialización visual. Escaparate.

1- Graduada em Administração – e-mail: cardosotamaris@gmail.com

2 – Mestre Administração – e-mail: profjosimari.unespar@gmail.com



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com Demetresco (2014), a vitrine é a janela que separa o produto de dentro da loja do público que transita do lado externo do estabelecimento. Essa ferramenta é capaz de atrair olhares e despertar desejos através do que está sendo exposto, valendo-se de elementos que agregam valor ao produto exposto. A vitrine é responsável por mais de 80% das entradas na loja.

Sendo assim, é relevante a utilização da vitrine pelos lojistas, já que esta ferramenta desperta no indivíduo o interesse de adentrar a loja para conhecer melhor seus produtos. Os lojistas devem explorar os diversos elementos que podem ser utilizados na composição da vitrine, a fim de torná-la mais atrativa aos olhos dos clientes, agregando valor ao produto e influenciando no comportamento de compra do consumidor. É um fator crucial na montagem da vitrine que os elementos utilizados na sua composição estejam de acordo com o que se pretende transmitir. Deve-se evitar adereços inadequados, excesso ou falta de itens, bem como, uma iluminação inadequada. Sendo necessário ter claramente definido a estratégia para a vitrine (EBSTER; GARAUS, 2013).

Desta forma, o presente trabalho busca apresentar e proporcionar uma melhor compreensão acerca da temática da vitrine como ferramenta de marketing, por meio de um estudo de caso sobre o uso da vitrine, por uma loja do segmento de moda e vestuário, localizada na cidade de Campo Mourão-PR.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Visual Merchandising

O visual merchandising “é a arte e a ciência de apresentar produtos do modo visualmente mais atraente. Ele é a linguagem de uma loja, é como um varejista se comunica com seus consumidores por meio de imagens ou apresentações do produto” (EBSTER; GARAUS, 2013, p. 84). Composto por uma diversidade de técnicas utilizadas no ponto de venda, o visual merchandising é uma grande aliado dos lojistas. Essa importante ferramenta auxilia na construção de uma identidade a partir da exposição do produto e dos elementos que o contornam, valendo-se de recursos capazes de chamar a atenção do consumidor, despertando no



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mesmo o desejo de realizar uma compra (BLESSA, 2007).

Em relação à função do visual merchandising, Morgan (2017, p. 20) pontua que:

A função do visual merchandising é aumentar as vendas: primeiramente, atraindo os consumidores para o interior da loja através de uma vitrine impactante e, em seguida, através do layout da loja e da disposição dos produtos, que devem estimular a permanência dos clientes no estabelecimento, motivar a compra e proporcionar uma experiência positiva para garantir seu retorno.

A forma pela qual o estabelecimento expõe os seus produtos, afeta diretamente na construção de sua imagem. É fundamental que se utilize a estratégia de visual merchandising correta e que a mesma trabalhe em comunhão com os demais elementos do design do estabelecimento, bem como o layout e o ambiente a fim de propagar uma boa imagem da loja (EBSTER; GARAUS, 2013).

2.1.1 Layout de vitrine

De acordo com Passos (1968), a vitrine é uma ferramenta indispensável no varejo. Essa ferramenta é capaz de vender sem precisar de muitos esforços. Mas para isso, a vitrine deve ser elaborada de acordo com o interesse do público alvo, para que o mesmo se sinta atraído pelo que está sendo exposto.

A montagem e organização da vitrine são fatores capazes de despertar desejos e impulsos de compra. Visto isso, Passos (1968, p.23) destaca que:

O arranjo de uma vitrine é algo de muito importante em matéria de vendas e varejo. A perfeita técnica de expor, aliada a capacidade artística do vitrinista, pode motivar fortemente o público, levando-o a comprar o que se deseja vender. A experiência ensina que abarrotar uma vitrine com todos os tipos de artigos a venda é contraproducente.

De acordo com Ebster e Garaus (2013, p.61), “vitrines tem um incrível poder de atração. Portanto, os varejistas fazem de tudo para criar vitrines atraentes”. A vitrine é composta por uma vidraça, que separa o ambiente externo do ambiente interno da loja. Podem possuir laterais, fundo e forro, suas características vão variar de acordo com o produto ofertado pela loja (DEMETRESCO, 2014). Em relação ao modo de organização da vitrine, Passos (1968, p. 24) esclarece que:

A forma da vitrine, o tipo, as dimensões, o maior ou menor grau de iluminação, dependerão da composição geral a ser adotada para determinado tipo de varejo. A vitrine de uma ótica, por exemplo, não poderá ser igual a de uma loja de calçados. Tudo depende do tamanho, da natureza e da maneira das mercadorias serem expostas.



Segundo Demetresco (2014, p. 75) “as partes integrantes da vitrine são sua construção arquitetônica, o ângulo de visão, sem cujo conhecimento é impossível criar uma encenação visual, o emprego das cores e as etiquetas que fazem parte da montagem, que, junto com a iluminação, são os últimos elementos a serem colocados”.

2.1.2 Decoração

Existe uma diversidade de elementos que podem ser utilizados para decorar e compor vitrines, tornando-as mais atrativa. De acordo com Demetresco (2014, p.107) os principais elementos que geralmente são usados na composição de vitrines são:

Móveis modernos, antigos e rústicos, displays de madeira, acrílico ou metal; peças de decoração como vasos, lustres, cestos, esculturas, e quadros; elementos da natureza como pedras, plantas, flores e troncos; objetos relativos à praia ou mar como barcos, remos, peixes e cochas; placas de metal, acrílico, madeira, MDF e vidro; produtos de uso diário ou pets alocados na vitrine numa situação de brincadeira, desta forma, qualquer objeto que tenha relação com o tema escolhido pode ser facilmente usado.

De acordo com Ladeira e Santini (2018, p.16), “a decoração gera efeitos diretos na quantidade de espaço atribuída a um produto, na localização da prateleira e na eficácia de exibição de um produto. Por essa razão, não resta dúvida de que a decoração influencia significativamente as vendas”. No processo de decoração da loja é importante que os elementos como prateleiras, arranjos de estantes, araras e vitrines estejam combinando entre si. Lojas que trabalham com roupas de grife normalmente possuem uma decoração mais “*clean*”, com poucos objetos decorativos presentes. Nesses estabelecimentos, o produto deve complementar a decoração (COBRA, 2009).

2.1.3 Cores

Para Passos (1968, p.47), “a cor é o elemento que transmite alma a um interior; é a parte substancial, vibrante e palpitante de qualquer ambiente”. As cores são fenômenos poderosos, capazes até mesmo de influenciar no comportamento humano. Os autores Zamberlan e Sparemberguer (2010, p. 162), destaca que:

O efeito das cores sobre o comportamento das pessoas poderia ser classificado como “mágico”. A psicodinâmica das cores e tonalidades pode provocar sensações inesperadas no cliente, sensações que podem ser de alegria, espanto, tristeza, melancolia, excitação, desejo desprezo, dentre outras. As pessoas que circulam no seu PDV estão recebendo esta influência e nem percebem.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Para Ladeira e Santini (2018, p.38) “a cor, sem dúvida é algo que pode influenciar o comportamento e as escolhas dos clientes. Por isso, os profissionais de varejo procuram consultores em cores para auxiliar suas estratégias de exposição de produtos”.

Quando combinadas, as cores podem tornar o ponto de venda mais atrativo, destacando os produtos e atraindo a atenção do consumidor para o que está sendo exposto. As cores fortes empacam mais que as cores suaves. As cores frias causam uma sensação de tranquilidade, enquanto as cores quentes chamam mais a atenção do público (ZAMBERLAN; SPAREMBERGUER., 2010).

2.1.4 Iluminação

De acordo com Passos (1968, p.42), “a luz é o vendedor silencioso”. A luz é responsável por propagar a mensagem que a loja deseja ao público. Ademais, o mesmo autor ainda enfatiza que:

A boa iluminação desperta a atenção da clientela para a mercadoria exposta, salientando nela os pontos capazes de promover ou despertar o impulso de compra. A iluminação medíocre só vende a mercadoria que já fazia parte integrante do plano de compras do cliente, independentemente de quaisquer outras motivações. É capaz de promover a venda por impulso (PASSOS, 1968, p. 42).

A iluminação é responsável por dar vida a loja e também por evidenciar seus produtos. Uma loja sem iluminação acaba se tornando um estabelecimento sem vida, acarretando na diminuição das vendas, já que a iluminação, assim como as cores, afetam também no humor das pessoas, tanto dos clientes quanto da equipe de vendas (GODOY, 2004). Segundo Ladeira e Santini (2018), a iluminação, no caso do varejo, é responsável por tornar os produtos mais atrativos, fazendo com que os mesmos sejam percebidos pelos clientes. A iluminação valoriza os produtos e atrai o cliente para o interior da loja.

2.1.5 Manequins

Um dos elementos que mais estão presentes na composição das vitrines são os manequins. Demetresco (2014, p. 109), trabalha a ideia de manequim como:

A representação da figura humana complementa a identificação do passante diante da vitrine, que se faz pela imagem apresentada na encenação, ou por seu reflexo no vidro. Dois momentos, ver-se ou querer ser visto, apresentam-se no cenário da vitrine, tornando-se uma constante modalidade do ser/parecer. Não é necessária a aparição do manequim por inteiro; basta uma parte da representação do corpo humano para remeter

UNIVERSIDADEESTADUALDOPARANÁ –UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

à ideia do que ali está, um modelo ideal do que pode ser um rosto, uma mão ou uma perna.

Ainda segundo Demetresco (2014), os manequins são suportes presentes nas vitrines, utilizados para comover e impressionar o público, atraindo os olhares de quem observa a superfície do consciente e inconsciente humano. Os manequins são ferramentas utilizadas para expor os produtos. Devem estar posicionados “de uma perspectiva não frontal. Em vez de posicionar os manequins de frente para os consumidores, vire-os um pouco (45°) de modo que sejam vistos pela primeira vez por essa perspectiva” (EBSTER; GARAUS, 2013, p.93).

2.1.7 Precificação

De acordo com Berto (2012), o preço é um dos fatores primordiais levados em consideração na escolha de um produto. Geralmente, produtos que possuem valores mais elevados, apresentam dificuldades para serem vendidos (GODOY, 2004).

Segundo Demetresco (2014), existe uma lei que determina que os preços dos produtos devem estar presentes na vitrine, sob a visão de quem está observando. Caso a empresa não cumpra, ela está sujeita ao pagamento de multas.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo como referência a Lei nº 8.078/1990, estabelece em seu Art. 6º, que são direitos básicos do consumidor o acesso a informações nítidas sobre produtos e serviços, bem como, a especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes, preço e os riscos que apresentam (BRASIL, 1990).

2.1.8 Informações de promoções

De acordo com Campomar e Ikeda (2006, p. 28), “promoção é um título amplo dado as técnicas utilizadas para aumentar a consciência, reconhecimento, conhecimento e informação do consumidor a respeito do produto, marca ou da organização”. Para Ladeira e Santini (2018), a promoção de venda vai estar diretamente ligada ao aumento dos esforços de venda. Trata-se de um conjunto de técnicas capazes de incentivar o consumo.

Já Godoy (2004) ressalta que a promoção é vista como uma vantagem aos olhos do consumidor e a mesma também é responsável por destacar o produto promovido, colocando-o em evidência, sendo um fator atrativo para a loja. É através das vitrines que as lojas expõem as



informações referentes às promoções. Ainda de acordo com Godoy (2004, p.89):

Vitrines promocionais também são muito interessantes, desde que não dure por um período muito longo. Algumas lojas adotam o sistema de tampar toda a vitrine e avisar: “Promoção”, criando uma certa curiosidade no cliente. Entretanto, se passar um certo tempo e aquilo não for retirado, a vitrine passa a ter um efeito contrário, desestimulando a pessoa a entrar.

Para Las Casas (2013) o foco principal das vitrines promocionais é o de realizar a venda de um produto em específico. Esse produto especial tem como um dos principais atrativos aos consumidores as condições diferenciadas de preço, como exemplo, os descontos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo foi realizado por meio da utilização de ferramentas exploratórias, como a pesquisa de campo, com o intuito de coletar dados através da aplicação de uma entrevista semiestruturada. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 186), “a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Em relação à abordagem, a pesquisa possui um caráter qualitativo, e de acordo com Godoy (1995, p. 62) “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem, valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada”.

A principal motivação para escolha da empresa em estudo reside na estrutura de vitrine que a loja possui, bem como, os métodos e as ferramentas utilizadas para sua elaboração. A entrevista semiestruturada, contendo questões referentes à identificação da empresa e questões sobre a pesquisa, foi aplicada no dia 06 de setembro de 2022. Neste sentido, foram obtidos os dados históricos, que vão desde a fundação da empresa até os dias atuais e informações sobre o processo de elaboração da vitrine, dentre outras informações pertinentes. Sendo que a análise dos dados auferidos se deu a partir da análise de conteúdo. Trata-se de uma técnica de pesquisa “utilizada para estudar material de tipo qualitativo aos quais não se podem aplicar técnicas aritméticas. Portanto, deve-se fazer uma primeira leitura para organizar as ideias incluídas para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam” (RICHARDSON, 2012, p.224).



4. DESENVOLVIMENTO

4.1 Breve Histórico da Loja Estudada

De acordo com a proprietária da loja em estudo, a empresa foi fundada no ano de 2004, por ela e seu esposo. O espaço era alugado e bem simples e passou por diversas reformas para oferecer conforto e comodidade aos clientes. Todo crescimento da loja não foi planejado, ele simplesmente aconteceu e com a expansão do negócio o espaço foi se tornando pequeno. No ano de 2009 se iniciou a construção do novo prédio próprio da empresa. Em 2011 a obra foi concluída e a mudança foi realizada. Dez anos depois a loja passou por uma reforma para melhorar a disposição dos produtos e valorizá-los e também para facilitar o atendimento. Os produtos que eram organizados em colmeias e dobrados em prateleiras passaram a ser expostos em araras e separados por cores. A Figura 1 apresenta uma comparação de como os produtos eram organizados na primeira loja inaugurada no ano de 2004 e como se encontram organizados atualmente.

Figura 1- Evolução da organização dos produtos



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Vale destacar que as atividades da loja analisada estão voltadas para venda de roupas, calçados e acessórios de moda atemporal e permanente. O público alvo é composto sobretudo por mulheres com idade entre 18 e 50 anos que gostam de se vestir bem. Atualmente a empresa conta com 15 funcionários.

4.2 Análise da Vitrine como Ferramenta de Marketing



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

De acordo com a proprietária da loja estudada, as estratégias e técnicas do visual merchandising se aplicam desde a estrutura física do ponto de venda até na distribuição dos produtos pela loja. Em relação a estrutura física do ponto de venda, a empresa em estudo possui uma fachada com design diferenciado e sofisticado em tons de preto e cinza. Já o nome da loja, ganha um destaque maior, na cor branca. A vitrine, recurso responsável por transmitir o conceito dos produtos que são comercializados no ponto de venda, também se faz presente na fachada frontal e lateral da loja. Na Figura 2 pode-se observar a vitrine da loja estudada.

Figura 2- Vitrine da loja estudada.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Destaca-se ainda que, atualmente, a loja trabalha com um formato vitrine conceito abordando as coleções primavera/verão e outono/inverno. De acordo com a proprietária da loja, toda a mudança de coleção é realizada por um profissional merchandising que reside em São Paulo. Esse profissional fica responsável pela organização dos produtos nas araras de acordo com as cores da tendência, e também pela montagem da vitrine conceito da coleção, que permanece por um tempo maior em exposição. Já os produtos que serão expostos, são trocados semanalmente pelas vendedoras da loja, no qual, cada uma delas escolhe os produtos que vão compor a vitrine, levando em consideração a previsão do tempo para aquela semana e as datas especiais, colocando sua criatividade e estilo em ação para montar o seu manequim, apresentando vários estilos dentro de uma mesma proposta.



Para expor os produtos na vitrine são utilizados três manequins e alguns modelos de expositores. Nenhum produto é exposto diretamente no chão da vitrine, pois de acordo com o que foi relatado pela proprietária da loja durante a entrevista, os produtos expostos no chão estão em uma área desvalorizada, o que influencia na perda de valor do produto. Na Figura 3, pode-se observar um dos modelos de expositores utilizados pela empresa para expor seus produtos na vitrine.

Figura 3- Expositor de acessórios na vitrine da loja estudada.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

No caso da loja analisada, o uso da combinação de cores está sempre presentes, tanto na vitrine, quanto no interior da loja, e são planejadas estrategicamente pra chamar a atenção do cliente e auxiliar no processo de escolha e venda. Já os elementos decorativos, estão presentes desde a vitrine até o interior da loja, sendo compostos por objetos como cestos, cordas, plantas e painéis decorativos.

Responsável por dar vida à vitrine e evidenciar os produtos em exposição, a iluminação é uma ferramenta fundamental e indispensável pelos lojistas. Nesse sentido, a loja analisada utiliza a iluminação com trilho eletrificado por todos os ambientes da empresa, bem como, em sua vitrine. A Figura 4 evidencia o tipo de iluminação com trilho eletrificado utilizado pela loja.

Figura 4 - Iluminação em trilho eletrificado.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Segundo Las Casas (2013) a precificação dos produtos expostos na vitrine ou no interior da loja é um dos direitos do consumidor. Caso a empresa não cumpra com a lei, ela está sujeita ao pagamento de multas. No caso da loja em estudo, a proprietária relatou que não é um hábito da organização expor o preço dos produtos na vitrine, tendo em vista que o preço acaba sendo singular, já que depende de questões como a marca, a qualidade dos produtos, os materiais utilizados na confecção, e que não são informados pela vitrine. Muitas vezes o consumidor acaba julgando o produto exposto na vitrine pelo preço, sem conhecer suas qualidades e benefícios.

As vitrines são um dos principais veículos de informações de promoções. Neste processo, a criatividade do montador é colocada em prática e recursos como adesivos, faixas, banners e etiquetas, na cor vermelha, contendo palavras como promoção, sale, queima, oferta e saldão são utilizadas pelos lojistas na elaboração das vitrines de promoção. No caso da loja em estudo, a proprietária relatou que a vitrine promocional não é utilizada, já que os períodos de campanhas promocionais são curtos, com a duração de dois dias, e os clientes são informados sobre as promoções através das redes sociais da loja.

4.3 Propostas de Vitrines

Tendo em vista, que a loja analisada trabalha com uma vitrine conceito abordando as coleções primavera/verão e outono/inverno, duas propostas de vitrines foram geradas tendo como referência essas coleções. Uma vez que cada estação possui suas particularidades, cada detalhe pôde ser explorado no processo de criação. De acordo com o relato feito pela



proprietária da loja durante a realização da entrevista, a vitrine promocional não é utilizada pela empresa pelo fato de as campanhas promocionais realizadas, serem curtas. Contudo, pela significativa contribuição que a vitrine pode proporcionar para a divulgação das campanhas promocionais da loja, optou-se por elaborar uma proposta de vitrine promocional. A Figura 5 apresenta a proposta de vitrine de promoção. Em seu processo de criação, foi levado em consideração que o período promocional da loja tem uma duração curta de dois dias, e os produtos na promoção não são expostos na vitrine.

Na elaboração da proposta da vitrine de promoção foi utilizado um banner na cor vermelha, revestido por faixas na cor preta evidenciando a palavra “promoção” escrita na cor branca. A cor vermelha foi utilizada por destacar e estimular os indivíduos a tomar decisões rápidas, sendo uma cor quente e intensa que chama a atenção do público (SANTOS, 2020). Como expositores, foi utilizado três manequins revestidos por um banner em formato de etiqueta na cor vermelha, em uma escala maior, evidenciando a taxa de desconto “50% off” na cor branca. Foram utilizadas nessa proposta de vitrine duas banquetas cubo de couro sintético na cor preta, personalizadas com a taxa de desconto. Esse elemento pode ser usado tanto para expor acessórios quanto para decorar o ambiente, como é caso apresentado.

Figura 5 - Proposta de Vitrine de Promoção.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Outro elemento decorativo presente na vitrine de promoção, são as sacolas de papel preto, personalizadas com símbolos de porcentagem, utilizados para indicar uma taxa. As sacolas foram usadas com o intuito de incentivar os clientes a efetuarem uma compra, já que as mesmas fazem parte desse processo, sendo responsáveis por armazenar os produtos adquiridos



pelo consumidor para que ele possa transportá-lo com maior comodidade. Já a Figura 6 apresenta a proposta de vitrine primavera/verão, no qual todos os elementos referentes a essas estações foram explorados de forma coerente com a identidade da loja em estudo.

Figura 6 - Proposta de Vitrine Primavera/Verão.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

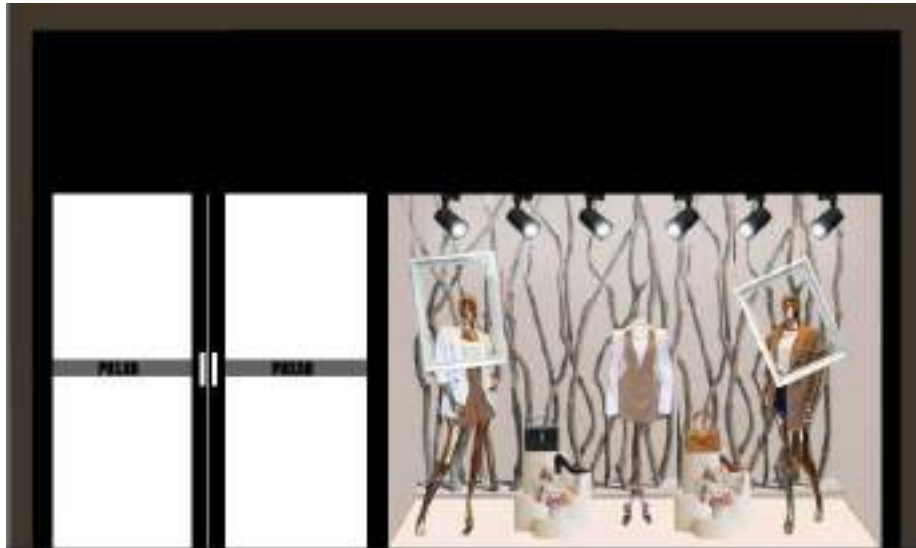
Na elaboração da vitrine primavera/verão foi utilizado um painel de folhas tropicais artificiais, com folhagens maiores e coloridas, que passam a sensação de uma estação mais quente. As cores rosa, roxo, verde, amarelo, laranja e azul, estão presentes tanto no painel de folhas tropicais quanto nos looks dos manequins e nos acessórios expostos na vitrine. De acordo com o Faria (2021), colunista do site Fashion Bubbles, as principais tendências em cores para o verão 2023, são os tons vibrantes de laranja, rosa, roxo, amarelo, verde, vermelho, azul, que transmitem positividade e alegria. Como expositores, foi utilizado três manequins que abordam diferentes propostas de looks, objetos como chapéus e óculos de sol, característicos da estação primavera/verão também estão presentes na composição dos manequins. E para expor acessórios como bolsas e sapatos, foi usado duas mesas laterais baixas de MDF (fibras de madeira) na cor amarela, que agrega sofisticação e otimismo ao ambiente.

Na Figura 7 pode-se observar a proposta de vitrine outono/inverno que transmite sofisticação e estilo, característico dessas estações. Na composição da proposta de vitrine Outono/inverno, foi utilizado um painel de galhos secos, já que é característico dessa estação a queda de folhas das árvores, deixando os galhos secos a mostra. Segundo Pressman (2022), do Instituto de Cores Patone, os tons para outono/inverno de 2022/2023 refletem calma e conforto, dentre as cores tendência presentes na paleta de inverno temos o branco, o caramelo, o cinza em tons mais claro e o azul em tons mais escuro. Essas cores foram utilizadas tanto no



plano de fundo da vitrine quanto na composição dos manequins e na escolha dos acessórios presentes na vitrine.

Figura 7 - Proposta de Vitrine Outono/Inverno.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Para expor os produtos da loja foram utilizados três manequins, que apresentam vários estilos dentro de uma mesma proposta. Na exposição dos acessórios como bolsas e sapatos, foram usados dois conjuntos de displays de acrílico no formato de cilindros com escala de tamanhos diferentes, contendo quatro peças cada conjunto, criando um ambiente mais sofisticado. Em relação aos objetos decorativos, foram utilizadas duas molduras suspensas de madeira na cor branca, com o intuito de criar um ambiente mais moderno e criativo. Foi usado também, dois pequenos arranjos de folhas secas com flores artificiais, posicionados nos displays menores, proporcionando beleza e vida ao ambiente.

Acrescenta-se ainda que a iluminação se faz presente nas três propostas de vitrines, estando disposta por meio de trilhos eletrificados, com as luzes direcionadas para o centro da vitrine onde estão organizados os manequins, deixando os produtos em evidência, para que os mesmos recebam uma atenção maior do público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente estudo pôde-se compreender a relevância do recurso visual no meio de comunicação, bem como, o papel desempenhado pela vitrine na exposição e organização de produtos, processo no qual envolve diversas técnicas para tornar a vitrine mais atrativa. Neste sentido, buscou-se analisar o uso da vitrine por uma loja do segmento de moda e



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

vestuário, localizada na cidade de Campo Mourão, e ressaltar sua importância como ferramenta capaz de influenciar no comportamento de compra do consumidor.

Quanto a análise da vitrine da loja, verificou-se que a mesma trabalha com um formato de vitrine conceito, abordando as coleções primavera/verão e outono/inverno e sua montagem é realizada por um profissional merchandising. Notou-se que esse profissional aplica no processo de montagem da vitrine algumas técnicas de merchandising, valendo-se de objetos decorativos como painéis, cestos, cordas e plantas; expositores de acessórios; manequins; iluminação com trilho eletrificado e as cores presentes na vitrine é planejadas estrategicamente para chamar a atenção do público.

Em relação a precificação dos produtos da vitrine, previsto em lei a obrigatoriedade e a elaboração da vitrine de promoção, técnica utilizada para incentivar o consumo, conclui-se que a empresa em estudo não os aplica. Desta forma, foi sugerida uma proposta de vitrine de promoção e também foi recomendado a precificação dos produtos expostos pela loja. Como forma de auxiliar a empresa no processo de montagem da vitrine, foi proposto, de forma prática, três modelos de campanhas de vitrines temáticas, abordando a coleção primavera/verão, outono/inverno e uma proposta de vitrine promocional. No processo de elaboração das vitrines, foram exploradas as particularidades e as características de cada estação.

Destaca-se que por ter sido contemplado um estudo de caso único este trabalho possui algumas limitações. Portanto, como alternativa de pesquisa para realização de trabalhos futuros, sugere-se a aplicação desse estudo, a partir de uma análise comparativa entre as empresas do segmento de moda e vestuário, localizadas no município de Campo Mourão-PR. O presente estudo também pode servir de modelo para outras investigações sobre lojas do mesmo segmento.

REFERÊNCIAS

BERTO, D. J. **Precificação: sinergia do marketing + finanças**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BLESSA, R. **Merchandising no Ponto-de-venda**. 4.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007.

BRASIL. **Lei Nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm> Acesso em 12/12/22.

CAMPOMAR, M. C.; IKEDA, A. A. **O planejamento de marketing e a confecção de planos: Dos conceitos a um novo modelo**. São Paulo: saraiva, 2006.

UNIVERSIDADEESTADUALDOPARANÁ –UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

COBRA, M. **Administração de Marketing no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DEMETRESCO, S. **Vitrinas e exposições: arte e técnica do visual merchandising**. 1.ed. São Paulo: Érica, 2014.

EBSTER, C.; GARAUS, M. **Design de loja e merchandising visual**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FARIA, K. **Cores Verão 2023 - Veja as principais tendências para a estação**. Disponível em: <https://www.fashionbubbles.com/estilo/cores-verao-2023/>. Acesso em: 12/12/22.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995.

GODOY, A. **Lojas: motivos que as levam ao sucesso ou ao fracasso: o manual do lojista**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

LADEIRA, W.; SANTINI, F. **Merchandising e promoção de vendas: como os conceitos modernos estão sendo aplicados no varejo físico e na internet**. São Paulo: Atlas, 2018.

LAS CASAS, A. L. **Marketing de varejo**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORGAN, T. **Visual Merchandising: Vitrinas e Interiores comerciais**. 2. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PASSOS, H. **Como decorar sua loja: o arquiteto do varejo**. Rio de Janeiro: Grafica Record Editora, 1968.

PRESSMAN, L. **New York Fashion Week - Outono/Inverno 2022/2023**. Disponível em: <<https://www.pantone.com.br/fashion-color-trend-report-outono-inverno-2223-nova-york>>. Acesso em: 12/12/22.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, A. **O Significado das cores na Publicidade**. Disponível em: <<https://www.publicitarioscriativos.com/o-significado-das-cores-na-publicidade/>>. Acesso em: 12/12/22.

ZAMBERLAN, L.; SPAREMBERGUER, A. **Gestão estratégica do ponto de venda: decisões para qualificar a performance no varejo**. Ijuí: Ed. Unijui, 2010.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

GESTÃO DE RISCOS: UMA PROJEÇÃO DE FATURAMENTO UTILIZANDO A SIMULAÇÃO DE MONTE CARLO E SUAS VANTAGENS PARA A AMBEV S/A

Edmundo Peters Junior¹ – Unespar – Campus Paranaguá
Douglas Urias Diniz de carvalho² – Unespar – Campus Paranaguá
Claudio Nogas³- Unespar – Campus Paranaguá
Suelen Cristina de Araujo Vila Branca⁴- Unespar – Campus Paranaguá

Nome do GT: 01 - Administração Estratégica e Mercadológica

RESUMO

Normalmente, no momento da projeção de faturamento tradicional as empresas consideram apenas as variáveis de entrada deste modelo, ou seja, preços de venda, custos e volumes de produção, informações estas geradas no ambiente interno da companhia, porém, uma forma ainda pouco utilizada de se realizar projeções de faturamento considerando os riscos (externos) e fatores de incerteza é utilizando da simulação de Monte Carlo, por conta da sua execução mais complexa e suas particularidades. Por outro lado, este método oferece um leque de projeções, utilizando cenários escolhidos para serem simulados, onde a companhia possa estar preparada para lidar com diversos cenários. Tendo em mãos uma boa estimativa de faturamento pode-se evitar diversos problemas, entre eles: ter ciência de valores tributários divergentes do padrão, evitar que as despesas sejam maiores que as receita, também é possível disponibilizar informações aos investidores e possíveis investidores, além de proporcionar maior visão estratégica a governança da companhia para a tomada de decisão. O objetivo geral deste trabalho é simular à partir do Método de Monte Carlo o faturamento da empresa Ambev S/A, do ramo de comércio atacadista de cerveja, alocada na B3, e com isso coletar e analisar informações obtidas. Para atender ao objetivo geral, os objetivos específicos foram: conceituar o Método de Monte Carlo no âmbito de Gestão de Risco; Projetar o faturamento da empresa em questão utilizando a Simulação de Monte Carlo; Analisar e verificar os resultados dos eventos obtidos e demonstrar as vantagens ao aplicar esse método. O trabalho traz como tema a projeção de faturamento pelo método Monte Carlo, dentro do âmbito de Gestão de Riscos e como problema destacar qual a importância da projeção de faturamento bem como suas vantagens para uma empresa, utilizando para isso o método de Monte Carlo. Quanto à metodologia, a pesquisa quanto a classificação é uma pesquisa aplicada, pois busca a soluções de problemas específicos; quanto à abordagem do problema é uma pesquisa quali-quantitativa; quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados é uma pesquisa bibliográfica e documental, com estudo de caso da empresa Ambev S/A. Os resultados foram positivos. Onde as chances de em 2023 o faturamento ser maior que em 2021 são de 86,86%, podendo considerar como um cenário projetado otimista.

Palavras-chave: Gestão de Risco. Projeção de faturamento. Simulação de Monte Carlo.

RESUMEN

Normalmente, al momento de proyectar los ingresos tradicionales, las empresas consideran solo las variables de entrada de este modelo, es decir, precios de venta, costos y volúmenes de producción,

¹Bacharel em Ciências Contábeis, pela Unespar – Campus Paranaguá – *e-mail:* edmundopetersjunior@gmail.com

²Bacharel em Ciências Contábeis, pela Unespar -Campus Paranaguá – *e-mail:* douglasudc98@gmail.com

³Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – *e-mail:* claudio.nogas@unespar.edu.br

⁴Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá -*e-mail:* suelen.branca@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

información generada en el entorno interno de la empresa, sin embargo, forma que aún es poco utilizada para realizar proyecciones de facturación considerando riesgos (externos) y factores de incertidumbre, se utiliza la simulación Monte Carlo, debido a su ejecución más compleja y sus particularidades. Por otro lado, este método ofrece una gama de proyecciones, utilizando escenarios elegidos para ser simulados, donde la empresa puede estar preparada para enfrentar diferentes escenarios. Teniendo a la mano una buena estimación de facturación, es posible evitar varios problemas, entre ellos: estar al tanto de los montos de impuestos que se desvían de la norma, evitar que los gastos sean mayores a los ingresos, también es posible brindar información a los inversionistas y potenciales inversionistas. , además de aportar una mayor visión estratégica al gobierno de la empresa para la toma de decisiones. El objetivo general de este trabajo es simular, con base en el Método de Montecarlo, los ingresos de la empresa Ambev S/A, en el ramo de comercio mayorista de cerveza, asignados en B3, y con ello recolectar y analizar la información obtenida. Para cumplir con el objetivo general, los objetivos específicos fueron: conceptualizar el Método Monte Carlo en el ámbito de la Gestión de Riesgos; Proyectar la facturación de la empresa en cuestión utilizando la Simulación Monte Carlo; Analizar y verificar los resultados de los eventos obtenidos y demostrar las ventajas de aplicar este método. El trabajo tiene como tema la proyección de facturación por el método de Montecarlo, dentro del ámbito de la Gestión de Riesgos y como problema resaltar la importancia de la proyección de facturación así como sus ventajas para una empresa, utilizando para ello el método de Montecarlo. En cuanto a la metodología, la investigación en materia de clasificación es investigación aplicada, ya que busca soluciones a problemas específicos; en cuanto al abordaje del problema, se trata de una investigación cuali-cuantitativa; en cuanto a los procedimientos técnicos para la recolección de datos, se trata de una investigación bibliográfica y documental, con estudio de caso de la empresa Ambev S/A. Los resultados fueron positivos. Donde las posibilidades de que la facturación en 2023 sea mayor que en 2021 es del 86,86%, lo que puede considerarse como un escenario optimista proyectado.

Palabras clave: Gestión de Riesgos. Proyección de facturación. Simulación del Monte Carlo.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo aborda a projeção de faturamento através do método Monte Carlo, por meio de gestão de riscos. (DE CICCIO; FANTTAZINI, 2003).

A gestão de riscos está atrelada à procedimentos que envolvem a administração da empresa, onde a mesma fica ciente de toda situação atual da companhia, para que desta forma possa ser avaliado, acompanhado e analisado os possíveis eventos que possam vir à causar efeitos sobre os resultados da organização. (VIEIRA; BARRETO, 2019).

Desta forma antes que tais efeitos negativos aconteçam, a administração poderá estar previamente preparada para fornecer maior segurança e dar continuidade às suas operações. (VIEIRA; BARRETO, 2019).

No momento dinâmico, incerto e em constante mudança no qual se encontra a sociedade, é de suma importância considerar não só fatores e informações geradas no ambiente interno da companhia, mas também fatores que são independentes em relação a empresa, mas que impactam na tomada de decisão. (DE CICCIO; FANTTAZINI, 2003).

Desde os inícios dos tempo, os agricultores plantaram suas sementes sem saber se iriam



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ou não germinar, sem a ter certeza de uma boa colheita, mas com o passar do tempo, avançaram para avaliação da qualidade do solo, chances de chuva, ferramentas específicas e técnicas de cultivo. (VIEIRA; BARRETO, 2019).

Assim sucessivamente ocorre com o avanço da sociedade em relação ao mundo dos negócios, atualmente existem milhares de técnicas para obter conhecimento se um negócio pode ou não ter chances de sucesso, saber quais seus pontos fortes e fracos, até mesmo ter noção do seu faturamento futuro onde se encaixa a presente pesquisa, e para isso, se utiliza a Simulação de Monte Carlo. (DE CICCIO; FANTTAZINI, 2003).

O trabalho traz como tema a projeção de faturamento pelo método Monte Carlo, dentro do âmbito de gestão de riscos e como problema destacar **qual a importância da projeção de faturamento bem como suas vantagens para uma empresa, utilizando para isso o método de Monte Carlo.**

A justificativa se dá, devido a importância para a companhia estar preparada para situações com mais possibilidades de acontecer, e um dos benefícios de uma boa gestão de riscos é estar previamente preparado para esses eventos não previstos.

Para reforçar a importância de levar em consideração fatores externos e de incerteza no momento de uma projeção financeira ou até mesmo na tomada de decisão, pode-se exemplificar o momento pandêmico, como o do Coronavírus com início em 2020, bem como seus impactos.

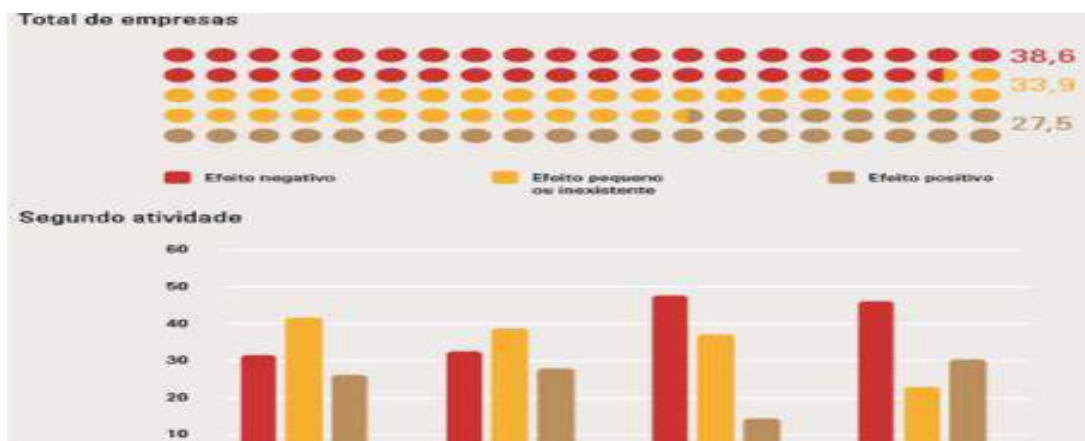
Segundo o IBGE que entre 2,7 milhões de empresas, 70% responderam que a pandemia impactou negativamente suas atividades, a pesquisa destacou também que os setores mais afetados foram o de Serviços, Indústria e o de Construção. (IBGE, 2020).

Conforme os dados do IBGE (2020), 3,2 milhões de empresas em funcionamento na primeira quinzena de agosto, equivalente a 38,6% ainda colhem os impactos negativos decorrentes da pandemia em suas atividades, conforme demonstrado na figura abaixo:



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Figura 1 - Percepção do impacto sofrido pelas empresas devido à Covid-19 (%)



Fonte: Pesquisa Pulso Empresa - Impacto da Covid-19 nas empresas (2022).

O objetivo geral deste trabalho foi simular a partir do Método de Monte Carlo o faturamento da empresa Ambev S/A, do ramo de comércio atacadista de cerveja, alocada na B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO), e com isso coletar e analisar informações obtidas.

Para atender ao objetivo geral, os objetivos específicos foram:

- conceituar o Método de Monte Carlo;
- Projetar o faturamento da empresa em questão utilizando a Simulação de Monte Carlo;
- Analisar e verificar os resultados dos eventos obtidos e
- demonstrar as vantagens ao aplicar esse método.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão de Riscos

Estudos anteriores definem gestão de risco como algo ligado à probabilidade de ocorrência de uma situação não esperada. (LIEBER; ROMANO, 2003).

Durante muito tempo o significado de risco esteve atrelado às atividades do mercado financeiro, mas ao longo do tempo a sua percepção foi sendo remodelada, pois como Lieber e Romano (2003) afirmam, todas as atividades humanas estão ligadas à incerteza.

Quando se aborda Gestão de Riscos, não há como não citar a lei Sarbanes-Oxley, na qual, foi criada após ter sido identificado um grande esquema que manipulava e fraudava a contabilidade, onde foram realizadas auditorias de empresas que chegaram ao colapso. (GREENE; BOURY, 2003).

A lei veio com o objetivo de diminuir os riscos, reduzir as fraudes, proteger os investidores e fornecer maior segurança às empresas do mercado de ações. (GREENE;



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BOURY, 2003).

A Gestão de Riscos busca identificar eventos, nos quais seria possível prevenir ou amenizar as consequências financeiras. (FAMÁ; MENDONÇA; CARDOSO, 2001).

Referente à gestão de riscos, Vieira e Barreto (2019, p. 13): “A gestão de riscos é um instrumento que contribui para melhorar o desempenho por meio da identificação de oportunidades e a redução da probabilidade e/ou impacto dos riscos”.

Novamente Vieira e Barreto (2019) afirmam que as boas práticas relacionadas à gestão de riscos contribuem para que a organização aumente a confiança e aprimore a qualidade do processo decisório.

2.2 Projeção de Faturamento

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), o faturamento é o somatório dos valores arrecadados por uma companhia advindo da realização de suas atividades comerciais.

No faturamento são consideradas as receitas da organização, que são os valores provenientes da venda de produtos, prestação de serviços, conforme são definidas pelo CPC 30 (R1), porém, no presente estudo é tratado apenas da projeção de vendas.

A estimativa poderá ser realizada à partir de análises de fatos anteriores da empresa, podendo a partir destes, organizar um planejamento de acordo com as necessidades da administração (SÁ, 2013).

Existem algumas formas de projetar o faturamento de um negócio, como por exemplo, projeções que se baseiam em margens de contribuições, projeções baseadas no mercado atual, projeções que levam em consideração o histórico de vendas, entre outras. Ou seja, a maioria das empresas fazem uso de formas mais tradicionais, mas uma das formas pouco utilizadas é a partir da simulação de Monte Carlo, podendo ter pouco uso por sua complexibilidade. (FAMÁ; MENDONÇA; CARDOSO, 2001).

2.3 Simulação de Monte Carlo

A simulação de Monte Carlo é uma técnica matemática, a qual é usada para projetar possíveis resultados de um evento. Tal método foi inventado por John Von Neumann e Stanislaw Ulam durante a segunda guerra mundial, com o objetivo de melhorar o processo de decisão em condições incertas, e tem esse nome para homenagear a conhecida cidade de cassinos, a cidade de Monte Carlo, pelo fato de em um jogo de cassino a incerteza ser um dos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

principais elementos da abordagem de modelagem. (SÁ,2017).

Este método permite, essencialmente, simular o comportamento de processos que dependem de fatores aleatórios. (SOBOL, 1983).

Segundo Corrar (1993) o método Monte Carlo possui este nome pois utiliza dados aleatórios que serão utilizados em diversas tentativas.

Segundo Sá (2017) utilizando como método de análise quantitativa do risco a simulação de Monte Carlo, concluiu que a sua é de grande valia para a determinação correta dos valores orçados e das metas de faturamento esperado.

De acordo com Cardoso e Amaral (2000) destacou a utilidade do uso da técnica de simulação de Monte Carlo na elaboração do fluxo de caixa empresarial, na tentativa de lidar com as várias variáveis ambientais que podem afetar o sucesso de um planejamento financeiro.

Utilizando esse método de probabilidade têm-se a vantagem de levar em conta o risco seja ele interno ou externo ligado ao ato da projeção e medi-lo por meio do desvio padrão das médias geradas em cada cenário. (FAMÁ; MENDONÇA; CARDOSO, 2001).

Cardoso e Amaral (2000) afirmaram também que a Simulação de Monte Carlo se refere a uma tradicional técnica que usa números aleatórios e pseudoaleatórios para retirar amostras de uma distribuição de probabilidades.

Diferente das simulações padrões, a simulação de Monte Carlo conta com um conjunto de resultados baseados em um intervalo de valores estimados em relação a um conjunto de valores de entradas fixos. (FAMÁ; MENDONÇA; CARDOSO, 2001).

Basicamente, é criado um modelo de resultados possíveis, fazendo uso de uma distribuição de probabilidade, uniforme ou normal, para qualquer variável ou cenário possível. Dessa forma, a simulação fará diversos cálculos sucessivamente, para cada cálculo usando conjuntos de números aleatórios. Pelo fato de sua maior precisão, a simulação pode ser utilizada também para projeções e estimativas de longo prazo. (FAMÁ; MENDONÇA; CARDOSO, 2001).

Corrar (1993) afirma em sua pesquisa que, a maioria das empresas ainda utilizam o modelo econômico tradicional no processo do seu planejamento, modelo esse que não leva em consideração o fator incerteza.

Ainda Corrar (1993, p. 1) exemplifica o modelo de projeção tradicionalmente utilizado pelas empresas é dado pela expressão abaixo:



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

$$L = (P - V) \cdot X - F$$

Onde: L = lucro total

P = preço unitário de venda do produto

V = custo variável por unidade

X = volume de vendas

F = custo fixo total

Normalmente, as empresas consideram que todas as variáveis de entrada deste modelo, ou seja: preços de venda, custos e volumes de produção, são conhecidas como fatores de certeza.

Porém, atualmente existem cenários econômicos cada vez mais incertos, onde em certos casos o modelo acima não se faz útil, ou não atende todas as realidades da assim podendo não trazer total segurança para a administração. (SÁ,2017).

Vale ressaltar que, quanto mais informações você fornecer para a simulação de Monte Carlo, maior o número de projeções e estimativas, com isso, se pode estimar resultados mais distantes em relação ao tempo e aumenta a sua precisão. Após o término de uma simulação, pode-se obter diversos resultados possíveis com a maior chance de acontecimento de cada um desses resultados. (FAMÁ; MENDONÇA; CARDOSO, 2001).

Além disso, dentro de um mundo globalizado onde diversas variáveis podem influenciar no resultado financeiro e operacional de uma companhia, como a economia mundial, cenários pandêmicos, taxas de juros, câmbio, preços de ações, entre outros, é de suma importância para a companhia estar preparada para pelo menos enfrentar as situações com mais possibilidades de acontecer. (SÁ,2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Enquadramento metodológico

A pesquisa quanto a finalidade ou natureza é uma pesquisa aplicada, pois gera conhecimentos aplicados na prática (GIL, 2008).

De acordo com a abordagem do problema de pesquisa é pesquisa é quali-quantitativos, pois analisou a qualidade das informações e quantidade pois foram analisados 8 anos, sendo detalhado cada trimestre da empresa Ambev S/A., sendo uma amostra de de 128 demonstrações financeiras (RAUPP; BEUREN, 2006).

3.2 Coleta de dados

Quanto aos procedimentos e coleta de dados foram realizados por meio de pesquisas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

bibliográficas e documental, pois segundo Raupp e Beuren (2006), a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico.

Desse modo, após a coleta das informações necessárias para realização da pesquisa, foi necessário a seleção de dados relevantes para a presente pesquisa, além da tabulação dos dados através do Excel que, como aponta Gil (2008), consiste no agrupamento das informações com o objetivo de facilitar o processo de análise, comparativos e interpretação dos elementos coletados, permitindo então o alcance de respostas para o problema proposto.

A pesquisa é um estudo de caso da empresa Ambev S/A, uma empresa de capital aberto, sediada em São Paulo, mas com atuações em todo o Brasil e no continente, atualmente opera em 16 países das Américas. (GIL, 2008).

3.3 Análise de dados

para projetar os faturamentos, usando como referência o comportamento mercadológico e analisando quais as variáveis que impactam diretamente no resultado financeiro de cada período. (RAUPP; BEUREN, 2006).

Quanto à análise de dados, depois de agrupados, os dados dispersos foram organizados de maneira a otimizar as informações para extrair informações que auxiliem na interpretação e tomada de decisão.

Além desses dados, foram utilizados séries de preços dos principais ingredientes da cerveja, comoseu preço, tanto da cerveja consumida em bar como da consumida em domicílio, tais preços obtidos através do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Foram utilizados para construção dos cenários projetados séries históricas de preços do dólar (BACEN, 2022), da evolução do PIB (IBGE,2022), do trigo Brasil (INDEXMUNDI,2022), do milho Campinas (INDEXMUNDI, 2022), da cevada americana (INDEXMUNDI,2022), do trigo americano (INDEXMUNDI,2022), do milho Chicago (INDEXMUNDI,2022), do alumínio americano (INDEXMUNDI,2022), séries de preços dos principais ingredientes da cerveja.

Esses fatores externos foram escolhidos por serem os principais componentes a influenciar direta e indiretamente o preço da cerveja, considerado o produto principal da AMBEV, portanto os fatores que melhor explicam as variações no preço ao longo dos anos e consequentemente definem diretamente o faturamento.

4 DESENVOLVIMENTO



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O foco deste estudo de caso, foi simular a partir do Método de Monte Carlo o faturamento de uma sociedade anônima brasileira, no ramo de comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante e fabricação de cervejas e chopes, de capital aberto, alocada na B3 e com isso foram coletadas e analisadas as informações obtidas, segregando os resultados em três cenários, otimista, realista e pessimista.

Onde o cenário pessimista irá demonstrar uma piora nos resultados da companhia em questão, ou seja, uma queda no seu faturamento, já o realista seria o cenário onde há maior chance de ocorrência, mantendo o padrão do faturamento da empresa, e o cenário otimista indicará o aumento no faturamento ou o resultado positivo com mais tendência de ocorrer.

Assim como, Schwartz (2006), usamos os cenários como ferramentas úteis para simular ambientes alternativos futuros baseados em percepções, para que assim, nos auxiliem na avaliação de tendências dando uma visão mais clara do futuro.

Após foi verificar o cenário, foi realizado uma análise de sensibilidade, no qual visa utilizar modelos estatísticos que se dá por valores que assumem determinadas características dentro de uma pesquisa e podem ser classificadas em qualitativas ou quantitativas, estas também podem ser divididas em dois grupos, variáveis dependentes (dependerá do valor de outra medida variável) e variáveis independentes (não dependente de nenhuma outra medida variável). (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Como aborda Fávero e Belfiore (2017), variável é uma característica ou atributo que se deseja observar, medir ou contar, a fim de se obter algum tipo de conclusão, mediante tal afirmativa, a variável dependente trazida neste estudo foi o faturamento da empresa AMBEV.

Faturamento este que foi projetado mediante fatores externos à companhia, onde buscou-se atrelar o peso e impactos desses fatores com o valor final das receitas de vendas.

Dentro desta pesquisa pode-se enquadrar as séries de preços ou as variáveis de preço desta forma: sendo as variáveis, preço da cerveja domicílio (IBGE), preço da cerveja bar (IBGE), variação mensal do crescimento econômico da união (PIB), preço do dólar (Banco Central do Brasil), preço do trigo brasileiro, preço do milho Campinas, preço da cevada americana, trigo americano, milho Chicago, alumínio americano (IndexMundi) e o IPCA, como variáveis independentes, ou seja, apesar de elas possuírem correlação elas independem do preço da cerveja e do faturamento mensal.

A necessidade de uso desses dados surgiu com o intuito de modelar preços da cerveja, ou seja, descobrir quais variações mercadológicas de preços teriam a melhor correlação com a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

oscilação no preço da cerveja ao longo dos anos, e assim sendo fator que altera o faturamento.

Para identificar se as variáveis escolhidas possuem correlação com o preço da cerveja e com o faturamento, utilizou-se a função no Excel conhecida como *PROJ.LIN*. A fórmula *PROJ.LIN* calcula as estatísticas para uma linha usando o método "quadrados mínimos" para calcular uma linha reta que melhor se encaixa aos seus dados e retorna uma matriz que descreve essa linha. O objetivo ao aplicar essa fórmula é obter o R2 mais próximo possível de 1, pois quanto mais próximo de 1 está o valor do coeficiente de determinação melhor o ajuste aos dados do modelo proposto. (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2009).

Aplicando a fórmula, foi constatado que as variáveis com melhor correlação com o faturamento são IPCA, dólar, preço da Cerveja e milho.

Tabela 1 - Resultado da fórmula PROJ.LIN

Descrição	1	2	3	4
COEFICIENTE	3.063.581	1.792.009	646.932	3.109.800
ERRO	1.188.066	571.771%	442.179	3.663.386
R2	0,996	1.230.706	-	-

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Onde o R2 quanto mais próximo de 1 melhor explica a correlação das variáveis escolhidas com o faturamento (valores conhecidos de y) para descobrir qual a melhor combinação de variáveis para chegar no melhor R2, foi recriada a função para todas as combinações de forma a encontrar o melhor R2.

Após encontrar as variáveis que atingem ambos os critérios necessários para se qualificar como boas variáveis explicativas para o faturamento, ou seja, ter um R2 acima de 0,7, foi gerado um faturamento modelado para comparar com o faturamento real, a fim de verificar a proximidade dos valores, o cálculo feito foi uma média ponderada.

Multiplicando os preços das variáveis no período vezes o coeficiente adquirido de cada variável.

Tabela 2 - Amostra da comparação entre faturamento real e faturamento modelado

Mês/ano	Faturamento (ocorrido)	Faturamento (projetado)
jun/2015	17.434.288	15.659.966
set/2015	16.814.083	15.794.064
mar/2016	16.892.685	17.354.978



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

jun/2016	16.212.526	17.318.364
mar/2017	15.635.576	15.976.697
set/2017	15.892.990	15.357.648

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como dito, foram considerados três cenários perante o faturamento projetado: otimista, realista e pessimista, onde a variável de risco é o faturamento anual do ano seguinte:

Tabela 3 - Descrição dos cenários em valores

Cenário	Descrição
Otimista	Faturamento maior que a receita de vendas do último exercício encerrado (2021) - > 72.854.344 (Reais Mil)
Realista	Faturamento igual a receita de vendas do último exercício encerrado (2021) - = 72.854.344 (Reais Mil)
Pessimista	Faturamento menor que a receita de vendas do último exercício encerrado (2021) - < 72.854.344 (Reais Mil)

Fonte: DRE da AMBEV adaptado pelos autores.

A simulação projetou 5000 cenários para gerar a estimativa do faturamento para o ano de 2023. O gráfico abaixo no eixo Y contém as quantidades de faturamento dentro do espectro do eixo x, onde o 80% dos cenários gerados se encontram entre 71 bilhões de reais e 85 bilhões de reais.

Figura 2 - Faturamento projetado



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Fonte: Autores da pesquisa (2022)

Considerando o faturamento de 2021 perante os cenários simulados, foi possível obter a informação que há 86,86% de chances de que o valor das receitas de vendas de 2023 sejam maiores que o valor declarado em 2021, e de apenas 13,14% de chances para que esse faturamento seja menor.

Vale ressaltar que, as informações geradas se deram a partir de um intervalo de confiança de risco de 95%

A partir dos resultados, foi possível obter também informações, como os maiores e menores valores de faturamento a serem esperados, onde o menor resultado esperado para o faturamento de 2023 se encontra próximo a 63 bilhões de reais e o maior 116 bilhões de reais, no entanto a possibilidade de o menor valor ocorrer é de 0,0004% ou 2 em 5000, já o maior de 1 em 5000 ou 0,0002%.

Da análise dos dados e com o êxito da projeção foi encontrado o valor com maior chance de ocorrência, a partir da maior repetição desse número em comparação aos outros valores projetados, onde 79,23 bilhões de reais é o valor mais propenso a ocorrer.

Tabela 4 - Informações geradas a partir da simulação

Informação	Valor	Possibilidade de ocorrência
Maior faturamento com projetado	116 bilhões de reais	0,0004%
Menor faturamento com projetado	63 bilhões de reais	0,0002%



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Faturamento ser superior ao de 2021	-	86,86%
Faturamento ser inferior ao de 2021	-	13,14%
Faturamento com maior chance de ocorrer	79,23 bilhões	-

Fonte: Autores da pesquisa (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante salientar que, o estudo em questão não tem como objetivo prever o futuro, mas sim, proporcionar conhecimento das mais diversas possibilidades de futuros plausíveis e preparar a companhia para enfrentá-los, para criar condições em que elas modifiquem suas probabilidades de ocorrência ou para minimizem seus efeitos.

No caso do resultado pessimista não considerado no momento do planejamento para o exercício seguinte, em que o resultado demonstraria uma piora no faturamento da companhia comparado aos últimos anos, onde os efeitos sentidos por uma queda nas receitas de vendas poderiam ser, uma paralisação ou diminuição nos investimentos da empresa, diminuição na produção, utilização de caixa ou capital próprio para financiar suas operações, entre outros.

Já considerando um resultado pessimista, a companhia possui a vantagem de, antecipadamente, se preparar ou criar estratégias para diminuir ou até mesmo eliminar tais efeitos que venham a resultantes da queda no faturamento.

Em um resultado otimista não esperado, onde haveria o aumento no faturamento em relação aos últimos anos, alguns efeitos poderiam ser, o aumento significativo nos tributos decorrentes do faturamento, não ter conhecimento exato do real motivo de tal aumento, esses poderiam ser efeitos de um aumento de faturamento não esperado.

Porém, em uma situação em que já é esperado tal crescimento por meio da simulação Monte Carlo, ou é de conhecimento da empresa que o faturamento otimista possui boas chances de ocorrer no exercício seguinte, a gestão poderá iniciar estudos e pesquisas para identificar e explorar os fatores que potencializaram suas receitas, a fim de ter ciência deles e caso seja útil criar estratégias para utilizar desses fatores a seu favor.

Sendo assim, perante os critérios adotados para determinação dos cenários e diante dos



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

resultados da Simulação de Monte Carlo, foi considerado para 2023 um cenário projetado otimista, onde a probabilidade de o faturamento ser superior ao de 2021 é de 86,86%, considerando as premissas adotadas.

Diante desse cenário positivo, seguro e confortável estimado para 2023, cabe à alta gestão da companhia tomar as atitudes necessárias para utilizar essa informação a seu favor, bem como iniciar seu planejamento para o exercício seguinte considerando o valor positivo projetado.

Desta forma o trabalho responde ao problema demonstrando a importância do método Monte Carlo aplicado de forma prática, demonstrando um estudo de caso de uma empresa real, no caso a Ambev S/A.

Ressalta-se que este estudo não buscou esgotar sobre o assunto, no caso o método Monte Carlo, dentro da Gestão de Riscos, e recomenda-se explorar outras variáveis, bem como outras empresas utilizando esta metodologia, como também vale destacar ainda, que na literatura, não existem muitas referências sobre o tema, demonstrando a importância deste estudo como fonte futura.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, D.; AMARAL, H. F. **O uso da Simulação de Monte Carlo na elaboração do Fluxo de Caixa Empresarial:** uma proposta para quantificação das incertezas ambientais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 20. São Paulo: ABEPRO, 2000.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) : Receitas**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CORRAR, L. J. **O modelo econômico da empresa em condições de incerteza:** aplicação do método de simulação de Monte Carlo. São Paulo: 1993.

Corrar, L. J. **Projeção de custos e o método de simulação de Monte Carlo: o caso da Fundação Salute.** Anais Do Congresso Brasileiro De Custos - ABC. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3276>. Acesso em: 22 fev, 2023.

DE CICCIO, Francesco FANTAZZINI, Mario Luiz. **Técnicas Modernas de Gerência de Riscos**. 2. ed. São Paulo: Risk Tecnologia Editora Ltda, 2003.

FAMÁ, R; CARDOSO, L; MENDONÇA, O. **Gestão Integrada de Riscos para Empresas não Financeiras.** INANPAD Campinas. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de Análise de Dados: Estatística e**



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Modelagem Multivariada com Excel, SPSS e Stata. 1. ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2017. 1219 p. v. 1. ISBN 978-85-352-7087-7.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GREENE, E.; BOURY, P. M. (2003). **Post-SarbanesOxley corporate governance in Europe and Usa: Americanisation or convergence?** International Journal of Disclosure and Governance, 1 (1), 21-34. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.1057/palgrave.jdg.2040011](https://doi.org/10.1057/palgrave.jdg.2040011).

IBGE. *In: Produto Interno Bruto - PIB.* [S. 1.], 2022. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20do%20Brasil%20em,das%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20brasileiras.&text=O%20PIB%20mede%20apenas%20os, finais%20para%20evitar%20dupla%20contagem](https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20do%20Brasil%20em,das%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20brasileiras.&text=O%20PIB%20mede%20apenas%20os, finais%20para%20evitar%20dupla%20contagem.). Acesso em: 29 jun. 2022.

LIEBER, Renato Rocha e ROMANO-LIEBER, Nicolina Silvana. **Risco, incerteza e as possibilidades de ação na saúde ambiental.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 6, n. 2, p. 121-134, 2003 Tradução . . Acesso em: 22 fev. 2023.

MORSE, Wayne J; ROTH, Harold P. **Cost Accounting: Processing, Evaluating, and Using Cost Data.** 3. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1986.

PROJ.LIN (Função PROJ.LIN). [S. 1.], 2022. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/proj-lin-fun%C3%A7%C3%A3o-proj-lin-84d7d0d9-6e50-4101-977a-fa7abf772b6d>. Acesso em: 9 ago. 2022.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa Aplicável às Ciências Social. i.** *In: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.*

SÁ, Carlos Alexandre. **Orçamento empresarial: novas técnicas de projeção e de acompanhamento.** São Paulo: Atlas, 2013.

Schwartz, P. (2006) **A Arte da Visão de Longo Prazo.** Rio de Janeiro: Best Seller. Como estimar o faturamento mensal de uma empresa.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- **Como estimar o faturamento mensal de uma empresa.** (2017) Site. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/como-estimar-o-faturamento-mensal-de-uma-empresa>. Acesso em: 15 de abr. 2022.

Simulação de Monte Carlo. **IBM,** 2020. Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/cloud/learn/monte-carlo-simulation#toc-como-funci-G0JhI3RU>. Acesso em: 15 de abr. 2022.

SOBOL, I. **O método de Monte Carlo.** Editora Mir, 1.983.

VIEIRA, James; BARRETO, Rodrigo. **Governança, gestão de riscos e integridade.** Brasília: Enap, 2019.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS DURANTE A COVID-19: O USO DO MARKETING DIGITAL EM EMPRESAS FARMACÊUTICAS DO MUNICÍPIO DE IRETAMA/PR

Lucas Nery Theodoro¹ – Unespar

Victor Galindo de Mello² – Unespar

Nome do GT: Administração Estratégica e Mercadológica

RESUMO

Em virtude da pandemia do Covid-19, notou-se um aumento da utilização das redes sociais, sendo incorporada nas estratégias de certas organizações. No setor farmacêutico, considerando principalmente os pequenos empreendedores, boa parte das atividades de relacionamento com os consumidores eram realizadas de forma presencial, ou mesmo, utilizando técnicas tradicionais de comunicação. Portanto, a presente pesquisa objetivou analisar o impacto da utilização das redes sociais em quatro empresas do setor farmacêutico da cidade de Iretama-PR. Para a realização do estudo, adotou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e com uma perspectiva transversal. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores das empresas farmacêuticas. O período da realização do estudo compreende os meses de outubro e novembro de 2022, em que se buscou dados dos anos de 2020 a 2022 dos objetos de análise. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Como contribuições, evidenciou-se o funcionamento da divulgação e atuação do setor farmacêutico do ambiente da pesquisa, observou a diminuição da utilização do marketing tradicional por novas empresas. Obteve-se o resultado da relação entre a idade dos consumidores e a utilização destes pelas redes sociais, da descontinuidade de métodos tradicionais de divulgação por novas empresas e o mix entre as técnicas de marketing tradicional e digital em empresas de longo tempo no mercado. Verificou-se o aumento do relacionamento entre consumidor e cliente pelas redes sociais, o crescimento e bons resultados do marketing digital nas vendas, e por fim, uma continuidade pela busca do atendimento presencial por parte dos clientes. Portanto, o trabalho evidenciou informações que ajudaram a compreender como foi a atuação do setor farmacêutico em uma pequena cidade e seu crescimento com a ajuda da divulgação online e adaptação em frente a pandemia do Covid-19.

Palavras-chave: Marketing Digital. Redes Sociais. Covid-19. Setor Farmacêutico.

RESUMEN

Debido a la pandemia del Covid-19, hubo un aumento en el uso de las redes sociales, incorporándose a las estrategias de ciertas organizaciones. En el sector farmacéutico, considerando principalmente pequeños empresarios, la mayor parte de las actividades de relación con los consumidores se realizaban de forma presencial, o incluso utilizando técnicas tradicionales de comunicación. Por lo tanto, esta investigación tuvo como objetivo analizar el impacto del uso de las redes sociales en cuatro empresas del sector farmacéutico en la ciudad de Iretama-PR. Para la realización del estudio, se adoptó una investigación cualitativa, con carácter descriptivo y con perspectiva transversal. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas con gerentes de empresas farmacéuticas. El periodo de estudio comprende los meses de octubre y noviembre de 2022, en los cuales se buscaron datos de los años 2020 a 2022 de los objetos de análisis. Los datos se analizaron mediante análisis de contenido. Como aportes se evidenció el funcionamiento de la difusión y desempeño del sector farmacéutico del entorno de la investigación, se observó la disminución en el uso del marketing tradicional por parte de las nuevas empresas. El resultado se obtuvo a partir de la relación entre la edad de los consumidores y su uso de las redes sociales, la discontinuidad de los métodos tradicionales de difusión por parte de las nuevas empresas y la mezcla entre técnicas de marketing tradicional y digital en empresas que llevan mucho tiempo en el mercado. Se produjo un incremento de la relación entre consumidor y cliente a través

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de las redes sociales, el crecimiento y buenos resultados del marketing digital en las ventas y, finalmente, una continuidad en la búsqueda de atención presencial por parte de los clientes. Por tanto, el trabajo arrojó información que ayudó a comprender cómo actuaba el sector farmacéutico en una pequeña localidad y su crecimiento con la ayuda de la difusión en línea y la adaptación a la pandemia del Covid-19.

Palabras clave: *Marketing digital. Redes sociales. COVID-19. Sector Farmacéutico.*

¹ - Graduado em Administração – e-mail: lcneryth@gmail.com

² - Doutor em administração – e-mail: victor.mello@ics.unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O marketing digital está presente de modo globalizado nos conteúdos disponíveis na internet e principalmente mídias sociais, seja em um site, vídeos e ou em redes sociais como o Instagram (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010). No entanto, com a inovação dos meios de comunicação e cada vez mais plataformas digitais, há um aumento do público consumidor de conteúdo e em busca de conhecimento (OSPINA, 2019; POSITIVO, 2018). Observa-se que o marketing digital é todo e qualquer método de divulgação por parte de uma pessoa física ou jurídica de modo a atrair pessoas para um determinado produto ou serviço, sendo através do meio Digital (CASAS, 2021; KOTLER, 2021).

Assim, entender como as empresas ofertam no meio digital, as maneiras dos clientes descobrir a empresa pelas redes sociais, os métodos de publicidade com a participação dos clientes (PATEL, 2022). A relação de uma postagem necessita ser precisa, tendo horários certos ao postar em redes sociais, tal como horários de pico de acessos que representam momentos que as pessoas mais interagem nos aplicativos, como o almoço e ou fim de expediente do público em geral. (PATEL, 2022).

Com a chegada da epidemia em dezembro de 2019 em Wuhan, na China, está se espalhando uma pandemia e rapidamente se espalhando pelo mundo (BUTANTAN, 2022). Deste modo, pode-se observar que a população brasileira se viu restrita, ou seja, em isolamentos, permanecendo em seus respectivos domicílios. Desse modo, evitar o contágio do vírus da Covid-19. Durante a pandemia, o setor farmacêutico atuou para suprir a demanda de produtos e medicamentos e sua escassez no mercado, com participação ativa em conjunto com os médicos e profissionais de saúde (FISCHETTI, 2021). Sendo o setor farmacêutico Brasileiro considerado o sexto maior mercado consumidor de produtos farmacêuticos no mundo. (M2FARMA, 2022).

De acordo com Arcangeli (2022), em relação às redes sociais, este é um público com 4,62 bilhões de usuários e que está crescendo cada vez mais e sendo um número que pode chegar até 60% da população global em pouco tempo. Este tema pode ser trabalhado devido a importância do período de 2020 a 2022 com a dificuldade de comunicação entre pessoas, seguindo a relação da disponibilidade de informações e os tipos de redes para divulgação de conteúdos, considerando o aumento da utilização das redes sociais e seus usuários, além da mudança do funcionamento das empresas.

O presente trabalho busca identificar a atuação, adaptação e inovação do marketing



digital de quatro organizações do setor farmacêutico de Iretama-PR frente ao grande e diferenciado público consumidor, além das formas de contato utilizadas por estas para divulgar os produtos e serviços pelas plataformas. Deste modo, objetiva-se compreender o impacto da utilização das redes sociais, as influências e adaptações ocorridas em quatro organizações do setor do varejo farmacêutico de Iretama-PR durante a pandemia do Covid-19.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Marketing Digital

O Marketing Digital são diversas ações de marketing por meio de canais eletrônicos, utilizando-se da internet, de modo que o cliente controla os tipos de informações e quantas desta o mesmo procura ou recebe (LIMEIRA, 2010). Diante disto, é possível observar tal fenômeno nas redes sociais, a facilidade de compartilhamento por parte dos usuários e a opção de “seguir” determinado indivíduo, ou organização no Facebook, Twitter e Instagram (SULZ, 2020).

O Marketing digital são atividades e ou ações de marketing praticadas por meio do ambiente on-line, seja por pessoas ou organizações (CASAS, 2021). De acordo com Gabriel e Kiso (2021) o ambiente digital reforça e ou intensifica o alcance do marketing, sendo essa melhoria pode ser bem ou mal, melhora e fornece valor ao marketing bem realizado, enriquecendo-o. Segundo Gabriel e Kiso (2021), o ambiente digital reforça e ou intensifica o alcance do marketing, podendo utilizar esse reforço nas maiores plataformas como o Facebook, Youtube, WhatsApp ou Instagram, por terem um número maior de usuários ativos em comparação com as outras plataformas.

As mídias sociais são sites na internet que facilitam o compartilhamento de informações e conteúdos entre indivíduos, tendo em vista que o consumidor é considerado o produtor e também o consumidor da informação (TORRES, 2009). A denominação de mídia social passou a ter este significado pelo fato de assim como as pessoas convivem em sociedade, o ambiente nas redes se torna social, sendo livres e com acesso à colaboração e interação de todos e por ser um meio de transmitir informações e conteúdos (TORRES, 2009).

O Marketing Digital busca utilizar da própria rede social, através de anúncios da plataforma e principalmente do engajamento por parte do público, a grande obtenção de dados e informações postadas nas redes são ilimitadas, pois o público compartilha as rotinas, opiniões e fatos consideráveis (POSITIVO, 2018). Observa-se, o engajamento por parte das organizações em criar um conteúdo chamativo e ou interessante ao consumidor, de modo a fazer-se conhecido



e fidelizar o cliente para que lembre do produto divulgado quando o cliente necessitar (CAPS, 2017).

Para o marketing em mídias sociais, conforme Torres (2009), as mídias sociais têm um grande poder em relação a formação de opiniões, podendo ajudar a construir ou destruir uma marca, produto ou campanha. Ainda para Torres (2009), é preciso estar ativo nas mídias sociais para enaltecer a imagem da organização, estando atento a mudanças e desejos dos consumidores. Nas mídias sociais, os usuários são os próprios consumidores e produtores de informação, não havendo controle e propriedade de conteúdos e surgindo grupos de interesses comuns. A essência das mídias sociais é o relacionamento criado pela criação e divulgação de conteúdo, e que pelas redes sociais serem de relacionamentos duradouros, ela amplia a visibilidade e divulgação da marca pela forte rede de comunicação compartilhada pelos usuários (TORRES, 2009).

2.2. Contexto Pandêmico e o Setor Farmacêutico

A pandemia de Coronavírus transformou o modo de funcionamento de mais de 5,3 milhões de pequenas empresas no Brasil, sendo equivalente a 31% de todas as empresas. E 10,1 milhões tiveram suas atividades interrompidas temporariamente (SEBRAE, 2020). Observa-se que com a mudança de funcionamento, viu-se a necessidade de inovar e de adaptar.

De acordo com Carneiro (2021). Durante a pandemia, o consumidor se viu diante de novas expectativas e mudanças de comportamento, levando a um maior consumo do meio Digital. Para isto, o consumidor brasileiro continuou a comprar, ajudando o crescimento do Delivery, consequentemente levando a população a ter uma confiança maior dos meios de compra online e que não há apenas o meio das lojas físicas. Com esta adaptação, os hábitos de ir ao mercado e ou de realizar consultas começaram a ser efetuados com ajuda do meio digital, e o consumidor viu que não há limites para o que pode ser comprado online (CARNEIRO, 2021).

Segundo Ribeiro (2020), a crise na economia que foi ocasionada pela pandemia do Covid-19 atingiu diferentes setores, no entanto, houve um crescimento dos serviços essenciais, um exemplo de tal segmento é o do setor farmacêutico. Já para Valécio (2021). Ainda que incomum por causa da pandemia, o ano de 2020 ocasionou um desenvolvimento de 15,6% no faturamento do varejo farmacêutico. Portanto, observa-se que o setor soube se adaptar e não foi tanto imputado, podendo ser relacionado ao fato que devido a ser um serviço essencial e de prestação a sociedade em geral, o mesmo mudou o modo operante para o meio digital.



Conforme a M2farma (2021), teve-se uma alta de 37% no consumo de medicamentos pelo meio online, levando de tal modo a um crescimento da utilização das redes sociais por parte do público consumidor, conseqüentemente pode-se referenciar a um aumento do Delivery por parte da empresa. Segundo a Abrafarma (2021) houve um aumento de 72,5% dos serviços de Delivery durante o período de pandemia em relação a movimentação das organizações farmacêuticas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo tem foco qualitativo e de caráter exploratório, de modo a compreender o impacto da utilização das redes sociais por parte das quatro organizações, tendo em vista a aplicação do Marketing Digital pelas empresas para a divulgação, a atuação e as mudanças implementadas para se adaptar frente ao período de Covid-19. O estudo caracterizado neste trabalho se baseou no corte transversal (RICHARDSON, 2008). Para o determinado estudo, os participantes escolhidos para a entrevista são gestores de quatro organizações do setor Farmacêutico de Iretama-PR.

Para isto, a coleta de dados primários foi obtida por meio de entrevistas semiestruturadas em organizações do varejo do ramo Farmacêutico. As entrevistas semiestruturadas, são uma gama de informações pré-estabelecidas e constituídas por um roteiro com diversas perguntas abertas realizadas pelo entrevistador aos participantes, sendo perguntadas de modo verbal e com uma ordem pré determinada (LAVILLE; DIONNE, 1999). As entrevistas foram realizadas com indivíduos responsáveis pela gerência nas determinadas empresas presentes no ambiente da região de Iretama-PR, tendo como o período de pesquisa os anos de 2020 a 2022.

Além disso, para o registro das informações coletadas, foi utilizado um celular para a gravação em formato de vídeo, mas apenas capturando o áudio proferido na entrevista, tendo em média de tempo de gravação de 15 a 30 minutos. Do total de seis pessoas inicialmente propostas para as entrevistas, apenas quatro responderam e aceitaram as entrevistas, sendo que o objetivo inicial era uma pessoa por organização. Portanto, foram baseadas nessas organizações para a realização da coleta de dados.

Para a construção do instrumento de coleta de dados, buscou-se utilizar temáticas desenvolvidas no referencial, sendo: a disponibilidade de informações e tipos de redes (POSITIVO, 2018; PATEL, 2019; TORRES, 2009), a divulgação de conteúdos (TORRES, 2009;



COSSETI, 2020), a ascensão das redes sociais e usuários (OSPINA, 2019), sobre a pandemia do covid-19 (OMS, 2022) e sobre a mudança do funcionamento das empresas (SEBRAE, 2020).

De modo a argumentar sobre os dados coletados, realizou-se uma análise de conteúdo referida por Bardin (2011). Sendo este um conjunto de técnicas para a análise de informações, de modo a obter dados por meio de procedimentos e objetivos estabelecidos, descrever o conteúdo das mensagens, utilizando de indicadores quantitativos ou não. Para tal, inicialmente buscou-se uma descrição e comparação dos dados obtidos entre as empresas, tais dados em relação às mudanças do período pré-pandêmico e sua adaptação durante e após.

A análise adotou a utilização de categorias com base nos elementos teóricos adotados no estudo e construção do instrumento. Para isso, buscou-se compreender como categorias: a disponibilidade de informações e tipos de redes sociais, a divulgação de conteúdo, ascensão das redes sociais e usuários, e a pandemia do covid-19. Utilizou-se da descrição e interpretação dos dados, de modo a organizar os dados obtidos das empresas do mesmo setor e suas diferenças na concorrência, relacionando as informações com a divulgação nas redes sociais e as informações contidas na fundamentação teórica.

4 DESENVOLVIMENTO

De modo geral, as empresas entrevistadas não tiveram muitas dificuldades, devido que o fechamento do comércio não afetou o ramo de saúde por ser uma parte essencial durante o período de pandemia. No entanto, a maior dificuldade encontrada na pandemia foi o fechamento do comércio por diminuir o número de clientes nas ruas. De modo que para as oportunidades, sendo que uma destas apenas o aumento na venda de produtos de higiene e em relação a proteção contra o vírus da Covid-19. Como parte destes produtos, as máscaras descartáveis, luvas e álcool em gel. Além do mais, de não haver diminuição de atendimento e apenas uma adaptação dos locais de atendimento, mantendo-os próximos às entradas das organizações.

Em relação a um período anterior a pandemia, a atuação das empresas era de certo modo tradicional, sendo basicamente pela utilização de meios físicos de atendimento, sem muito foco na divulgação online, baseando-se principalmente no atendimento e venda no modo presencial. O Delivery não era tão utilizado e o atendimento online ou por aplicativo se dava do mesmo modo ao atual, mesmo considerando o crescimento ou aumento da utilização destes métodos com a pandemia. Segundo o administrador da empresa B, apesar das muitas intervenções durante o período pandêmico, o setor farmacêutico não se viu restrito, devido a ser uma área vinculada à



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

saúde e não sofrendo punições como os outros comércios. Portanto, de acordo com o gestor B, o atendimento ao público continuou, as entregas em domicílio aumentaram e levou-se a um contato maior com pessoas no modo online e especificamente em grupos de WhatsApp.

Observou-se que as divulgações eram feitas em diversos meios (tradicionais e online), sendo por panfletos, redes sociais, rádios e carros de som, este último que usualmente anuncia pelas ruas da cidade em questão. Considerando os meios online, Instagram, WhatsApp e Facebook, os métodos de divulgação de todas as empresas não possuem horário definido. Para o gestor da empresa A, os produtos são divulgados duas vezes na semana, pois segundo ele “é melhor para ir controlando o lixo eletrônico e não havendo muito conteúdo simultâneo”.

Em relação a adaptação, como a empresa A surgiu no começo da pandemia, a mesma decidiu utilizar apenas conteúdos online para a divulgação nas redes sociais, buscando o constante contato com os clientes via mensagens. No entanto, a empresa C possui uma rádio própria da organização, sendo esta fornecida pela rede de farmácia no qual faz parte, como que de acordo com o entrevistado, as músicas tocadas na rádio são pagas e garantidas os direitos de execução, a rádio é online e transmite sobre as diversas ofertas da rede.

Para a divulgação online, as empresas A, B, C e D utilizam principalmente Facebook, WhatsApp e Instagram. Todavia, apesar de já utilizá-las em um período anterior ao vírus da Covid-19, elas começaram a ter mais utilidade e efeito na pandemia em si, sendo que a facilidade que o cliente vê um vídeo ou a foto do produto na rede social, a levará a entrar em contato com a empresa. Para tal, as divulgações pelas empresas B, C e D são feitas pelos funcionários por meio de supervisão do gestor. Já a empresa A é realizada pelo próprio gestor. Segundo o gestor da empresa B, o uso de *stories* e vídeos curtos são melhores pois não são vídeos cansativos e são rápidos tipo a marca Jequití”. Além do mais, de acordo com o mesmo, as redes de farmácias orientam a fazer coisas rápidas.

Pode-se notar que as empresas A, B, C e D utilizam principalmente de redes sociais para divulgação de seus produtos aos clientes, para a empresa A e B os tipos de divulgação de conteúdo nas redes sociais mais utilizadas são posts de imagens e vídeos curtos, sendo que segundo a empresa B, tais métodos quando publicados contêm comentários sobre a mercadoria, o preço, o estoque e para o que serve cada tipo de produto, além da data que determinada promoção durará. Já para as empresas C e D, utilizam uma diversificação na divulgação, incluindo métodos online e físicos, sendo como um dos diferenciais que as empresas C e D apresentam são sorteios de produtos na rede social, tais sorteios com a primeira empresa apresentando premiações de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

produtos, a segunda organização fornecendo carros e motos para aqueles que compram acima de determinado valor, buscando portanto um contato mais pessoal com o cliente.

Em relação a quantidade de vendas pelas redes sociais, a maior parte dos produtos vendidos pela empresa A e D durante a pandemia foram suplementos, tais produtos tiveram bastante efeito na divulgação pelo WhatsApp e Instagram. De acordo com o gestor A, mesmo que o giro parou e as pessoas pararam de gastar, muitas pessoas se assustaram com o momento vivido e se protegem comprando suplementos, sendo que os picos de vendas durante o período de 2020 a 2022 foram começo e final dos meses, sendo do dia 25 a 31 e 01 ao dia 08.

Em relação aos resultados do marketing digital e seu investimento, segundo o gestor D, “subiu em torno de 30% no faturamento, pois as pessoas estavam se cuidando mais com vitaminas, [...] hoje o marketing subiu de 30% a 40% nas vendas online”. Já as empresas B, C e D relataram que o faturamento continuou. Tendo em vista a empresa D, pode-se considerar o aumento das vendas e faturamento em relação ao marketing digital, o longo período de estabelecimento no mercado, possuindo diversos meios de divulgação. Diante disto, apesar de o faturamento permanecer para disputar com as outras farmácias deve-se haver, segundo o gestor da empresa A, “tem que ter preço, bom atendimento e uma qualidade de serviço mais legal aí, se não, não ganha não.”

Ademais para as oportunidades, foram observados em relação aos suplementos e kit de vitaminas e de proteção. Para o entrevistado A, denota que a pandemia veio para unir mais as pessoas, tendo relação a isto com os meios digitais, além de que antigamente as empresas tinham preço e não tinha delivery. No entanto, em relação a outros fatores, não houve muitas oportunidades informadas pelos entrevistados. Podendo ser considerado uma oportunidade para a empresa, um aumento do network e divulgação da marca para um maior público, diversificado entre loja física e online.

Para a receptividade dos clientes no modo online, os entrevistados A, B, C e D dizem que os consumidores receberam de modo tranquilo e entenderam a situação, os clientes tiveram uma facilidade para entrar em contato e quem não tinha celular ia até a empresa. Durante o período houve um aumento com os clientes comprando, sendo que o entrevistado A informou que “na faixa de 60% dos clientes compravam suplementos e remédio para melhorar a saúde”. O gestor A informou que, estes clientes olham e analisam os preços e vão até a empresa confirmar os preços, sendo que todas as empresas têm seu preço e trabalham de forma diferente.

As redes sociais foram de grande importância para a atuação das empresas, em relação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



às informações obtidas, todas as empresas que foram entrevistadas utilizam algum tipo de meio para venda ou para o marketing digital em si, tendo em vista como a utilização do WhatsApp e Instagram como sendo os aplicativos mais atrativos e utilizados para a comunicação com o público consumidor, logo após o Facebook como terceiro mais atrativo deste público. Com grande importância na ajuda da divulgação da marca das empresas, o contato informativo sobre os produtos e promoções, a praticidade e segurança de evitar o contágio do vírus da Covid-19, além do aumento na venda de suplementos pelo meio online.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, no intuito do objetivo geral de compreender o impacto da utilização das redes sociais, as influências e adaptações ocorridas em distintas organizações do setor do varejo farmacêutico de Iretama-PR durante a pandemia do Covid-19. Verificou-se que em todas as empresas entrevistadas utilizam da comunicação e ou algum método de marketing digital, tendo em vista uma diminuição da utilização do marketing tradicional via panfletos e carros de som por parte de organizações de surgimento recente.

Deste modo, percebeu-se que as organizações de maior tempo no mercado utiliza-se de um conjunto ou variedade de métodos para comunicação e marketing de produtos, variando entre marketing tradicional ou digital, aumentando as vendas de produtos via modo online, mesmo que estas empresas não possuem um catálogo nas redes sociais, atendendo e satisfazendo as necessidades destas no período pandêmico de 2020 a 2022.

No entanto, a limitação do estudo percebida durante a execução do trabalho fora a falta de dados referentes às possíveis empresas E e F, devido as mesmas não participarem das entrevistas, ocorrendo que os dados coletados poderiam ter sido completos e concisos, compreendendo todo o setor farmacêutico da cidade de Iretama-PR. Além da falta de tempo para a possibilidade de informações coletadas diretamente dos clientes.

Para possíveis estudos, pode-se realizar uma pesquisa com mesmo tema por meio de questionários ao público consumidor dessas empresas ou de outros setores, buscando dados de como foi a compra dos clientes pelas redes sociais, a opinião destes em relação aos conteúdos divulgados pelas empresas, às necessidades e preferências dos consumidores, a receptividade das mudanças e o que poderia ser melhorado. Devido a serem apenas seis empresas do mesmo setor



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

na cidade, poderia obter um comparativo completo e real do que foi divulgado pelos participantes e o seu resultado nos clientes.

REFERÊNCIAS

ABRAFARMA, **Aumento de gastos em farmácias promove crescimento do setor**. 2021. Disponível em: <https://www.abrafarma.com.br/noticias/aumento-de-gastos-em-farmacias-promove-crescimento-do-setor>. Acesso em: 15 out. 2022.

ARCANGELI, Cris. **Redes sociais registram 4.62 bi de usuários**. 2022. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/empreender-liberta/redes-sociais-registram-462-bi-de-usuarios-e-vao-continuar-crescendo/>. Acesso em: 13 de out. 2022.

BARDIN, Laurence. **ANÁLISE DE CONTEÚDO**. 2011. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/291/156>. Acesso em: 04 nov. 2022.

BUTANTAN. **Como surgiu o novo coronavírus?**. 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>. Acesso em: 10 de out. 2022.

CAPS, AgênciaDigital. **A importância da divulgação para sua empresa**. 2017. Disponível em: <http://capscomunicacao.com.br/importancia-da-divulgacao-para-sua-empresa/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CARNEIRO, Bernardo. **A evolução do Delivery durante a pandemia**. 2021. Disponível em: <https://canaltech.com.br/inovacao/a-evolucao-do-delivery-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 2022.

CASAS, Alexandre Luzzi L. Marketing Digital. Grupo GEN, 2021. 9786559771103. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771103/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

COSSETI, Melissa. **O que é Adblock**. 2022. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-adblock/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FIASCHETTI, Marco. **Impacto da pandemia no negócio das farmácias de manipulação**. ANFARMAG. 2021. Disponível em: <https://anfarmag.org.br/ler-comunicado/impacto-da-pandemia-no-negocio-das-farmacias-de-manipulacao/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

GABRIEL, Martha. KISO, Rafael. **Marketing na Era Digital - Conceitos, Plataformas e Estratégias**. Grupo GEN, 2020. 9788597025859. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025859/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

KOTLER, Philip. KARTAJAYA, Hermawan, SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**. 2010. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3472e2ca0932a98d7edbc110c8c58de9/\\$File/9938.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3472e2ca0932a98d7edbc110c8c58de9/$File/9938.pdf). Acesso em: 30 out. 2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

KOTLER, Philip. **Marketing 4.0 do tradicional ao digital**. 2021.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. **E-marketing**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

M2FARMA. **Expansão do setor farmacêutico na contramão da pandemia**. 2021. Disponível em: <https://m2farma.com/blog/expansao-do-setor-farmaceutico-na-contramão-da-pandemia/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. [s.d.]. **Coronavirus Disease**. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1. Acesso em: 12 jul. 2022.

OSPINA, Esteban, Ortiz. **The rise of social media**. 2019. Disponível em: <https://ourworldindata.org/rise-of-social-media#:~:text=The%20percentage%20of%20US%20adults,to%20around%2030%25%20in%202018>. Acesso em: 12 out. 2022.

PATEL, Neil. **Tudo Sobre Redes Sociais**. 2019. Disponível em: <https://neilpatel.com/br/blog/tudo-sobre-redes-sociais/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

POSITIVO. **Diante de tanta informação, há conhecimento na era da globalização digital?**. 2018. Disponível em: <https://www.meupositivo.com.br/panoramapositivo/diante-de-tanta-informacao-ha-conhecimento-na-era-da-globalizacao-digital/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

RIBEIRO, Wandy. **Pandemia impulsiona setor e farmácias buscam expansão com oferta de ações**. 2020. Disponível em: <https://ictq.com.br/varejo-farmaceutico/1729-pandemia-impulsiona-setor-e-farmacias-buscam-expansao-com-oferta-de-acoes>. Acesso em: 14 nov. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3035886/mod_resource/content/1/Texto%20-%20Pesquisa%20social.pdf. Acesso em: 13 de nov. 2022.

SEBRAE. **O Impacto da pandemia de coronavirus nos pequenos negócios**. 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=Pesquisa%20do%20Sebrae%20mostra%20que,para%20manter%20a%20sa%C3%BAde%20financeira.&text=A%20pandemia%20de%20coronav%C3%ADrus%20mudou,equivale%20a%2031%25%20do%20total>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SULZ, Paulino. **O guia completo de Redes Sociais: saiba tudo sobre as plataformas de mídias sociais**. 2020. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/tudo-sobre-redes-sociais/>. Acesso em: 14 nov. 2022.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

TORRES, Claudio. **A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. Novatec Editora, 2018.. Disponível em: <https://sopublicando.com.br/loja/wp-content/uploads/2019/02/A-Biblia-do-Marketing-Digital-Claudio-Torres.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022

VALÉCIO, MARCELO. **Varejo farmacêutico cresceu 15,6%**. 2020. Disponível em: <https://ictq.com.br/varejo-farmacaceutico/2614-varejo-farmacaceutico-cresceu-15-6-em-2020>. Acesso em: 28 ago. 2022.

“O conteúdo integral exposto neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA MICROEMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA MICROEMPRESA DO SETOR IMOBILIÁRIO, LOCALIZADA NA CIDADE DE CAMPO MOURÃO-PR

William da Silva Ditos¹- Unespar – Campus de Campo Mourão

Iuri Maiante Affonso²- Unespar – Campus de Campo Mourão

Josimari de Brito Morigi³- Unespar – Campus de Campo Mourão

Nome do GT: 01 - Administração Estratégica e Mercadológica

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o planejamento estratégico de uma microempresa do setor imobiliário, localizada na cidade de Campo Mourão-PR, buscando propor sugestões de melhorias práticas. Para tanto, este estudo de caso único de cunho exploratório considerou outros estudos já concretizados sobre o tema, e foram realizadas observação sistemática da realidade da empresa e aplicação de entrevistas semiestruturadas com *stakeholders*, que foram analisadas seguindo uma abordagem qualitativa. Os resultados obtidos evidenciam que o planejamento estratégico na imobiliária analisada não vem seguindo critérios deliberados, e os sócios funcionários geralmente não se reúnem com certa periodicidade para traçar os caminhos futuros da empresa. Verificou-se ainda que a implementação tem exigido muitos esforços por parte dos sócios proprietários e se observou que eles têm se preocupado somente com fatores econômicos. Os resultados ainda demonstram que a empresa não tem considerado mudar para uma abordagem mais adequada ou mesmo buscar por uma abordagem diferente de acordo com a estratégia em andamento.

Palavras-chave: Planejamento estratégico. Microempresa do Setor Imobiliário. Análise SWOT.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la planificación estratégica de una microempresa del sector inmobiliario, ubicada en la ciudad de Campo Mourão-PR, buscando proponer sugerencias para mejoras prácticas. Por lo tanto, este estudio de caso único de carácter exploratorio consideró otros estudios ya realizados sobre el tema, y se realizó observación sistemática de la realidad de la empresa y aplicación de entrevistas semiestructuradas a stakeholders, las cuales fueron analizadas siguiendo un enfoque cualitativo. Los resultados obtenidos muestran que la planificación estratégica en las inmobiliarias analizadas no ha venido siguiendo criterios deliberados, y los socios empleados en general no se reúnen con cierta periodicidad para trazar los caminos futuros de la empresa. También se verificó que la implementación ha requerido mucho esfuerzo por parte de los socios propietarios y se observó que se han preocupado únicamente por los factores económicos. Los resultados aún demuestran que la empresa no ha considerado cambiar a un enfoque más adecuado o incluso buscar un enfoque diferente de acuerdo con la estrategia en curso.

Palabras-clave: Planificación estratégica. Microempresa del Sector Inmobiliario. Análisis FODA.

¹ - Graduado em Administração – e-mail: ditos.william@outlook.com

² - Graduado em Administração –e-mail: iuri.affonso@gmail.com



³ Mestre em Administração – e-mail: profjosimari.unespar@gmail.com

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ambiente organizacional tem se tornado cada vez mais complexo em decorrência das rápidas mudanças que vêm ocorrendo. Tal circunstância também evidencia que a concorrência tem se intensificado, especialmente pelo aumento no número de empresas que estão participando do mercado. E assim, para sobreviver e atuar neste cenário, as organizações estão buscando um posicionamento estratégico (ANSOFF, 1990).

Destaca-se que Thompson e Strickland (2003) descrevem que, no contexto organizacional, o conceito básico de estratégia está relacionado à ligação da empresa com seu ambiente. Sendo que, nessa situação, a empresa deve buscar elaborar e operacionalizar estratégias que possam maximizar os resultados desta interação.

Oliveira (2013) ressalta os dois componentes do termo: ‘administração’ e ‘estratégia’, e a conveniência de conceituá-los separadamente para formar um conceito unificado *a posteriori*. Por conseguinte, pode-se afirmar que administração é um processo estruturado que busca a maximização do processo de planejamento, organização, direção e controle envolvendo os recursos empresariais em situações futuras desejadas, bem como a minimização de conflitos interpessoais (OLIVEIRA, 2013).

Em sequência, o conceito de estratégia faz emergir a estreita relação entre os dois termos que compõe o tema. Segundo Oliveira (2013, p. 5) estratégia é “um caminho, ou maneira, ou ação estabelecida e adequada para alcançar os resultados da empresa, representados por seus objetivos, desafios e metas”.

É possível perceber que a junção desses dois conceitos denota uma profunda relação de influência e interdependência entre empresa e ambiente. Para Versiane et al. (2018, p. 159) “a criação de estratégias é explicada por modelos relativos à relação entre organização e meio ambiente”. Assim sendo, decisões estratégicas ou situações estratégicas se concretizam em cenários que envolvem tanto fatores internos (controláveis pela empresa) quanto externos (não controláveis pela empresa).

Após essa breve contextualização, é adequado finalmente apresentar o conceito de administração estratégica. Para tanto escolheu-se a definição apresentada por Oliveira (2013, p. 6), que argumenta que:

Administração estratégica é uma administração do futuro que, de forma estruturada, sistêmica



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

e intuitiva, consolida um conjunto de princípios, normas e funções para alavancar, harmoniosamente, o processo de planejamento da situação futura desejada da empresa como um todo e seu posterior controle perante os fatores ambientais, bem como a organização e a direção dos recursos empresariais de forma otimizada com a realidade ambiental, com a maximização das relações interpessoais.

Feitas as conceituações pertinentes, o foco passa para o delineamento do tema para os fins desse estudo. Sendo que, pretendeu-se, em síntese, realizar investigações acerca da aplicação da administração estratégica em microempresas, pois a partir de concepções dedutivas, acredita-se que esse tipo de organização apresente gargalos a serem explorados pela administração como ciência, ou seja, as estratégias em Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPMEs não são bem definidas, embora estejam presentes nas decisões tomadas por seus executivos. Destarte, neste estudo objetivou-se analisar o processo estratégico composto por planejamento, análise ambiental, implementação e controle em uma microempresa do setor imobiliário, localizada na cidade de Campo Mourão - PR, considerando a existência de estratégias na mesma, mesmo que não deliberadas racionalmente, e propor melhorias, visando a maximização do processo e consolidação da referida empresa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Planejamento Estratégico

De acordo com Certo et al. (2010, p. 75) “formular estratégias implica determinar caminhos adequados para se alcançar objetivos”. Partindo dessa perspectiva, a formulação de estratégias assemelha-se sobremaneira à função do processo administrativo conhecida como planejamento. Oliveira (2013) confirma essa proposição ao se referir à formulação de estratégias como planejamento estratégico, e ao conceituá-lo como uma metodologia administrativa que possibilita o estabelecimento da direção a ser seguida pela empresa, visando ao maior grau de interação com o ambiente.

Ademais, Oliveira (2013, p. 83) elenca as finalidades da formulação de estratégias ou planejamento estratégico:

- Estabelecer os resultados ou objetivos a serem alcançados pelas empresas com o desenvolvimento e a implementação do planejamento estratégico;
- Estabelecer as ações ou estratégias a serem operacionalizadas pela empresa, tendo em vista alcançar os resultados previamente estabelecidos;
- Estabelecer as leis ou políticas a serem respeitadas para o melhor desenvolvimento e operacionalização de todas as questões estratégicas.

Diversos fatores devem ser levados em consideração para a formulação de estratégias



que contribuam positivamente para a organização, e o tamanho da empresa e suas metas de crescimento e desenvolvimento merecem atenção especial. Drucker (1975) afirma que tamanho, estrutura e estratégia se relacionam intimamente, e que o tamanho exerce forte impacto sobre a estratégia e vice-versa.

Acrescenta-se ainda que as estratégias empresariais podem ser divididas em três níveis, segundo Certo et al. (2010) e Wright, Kroll e Parnell (2000). Esses níveis são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1- Níveis de estratégias.

Níveis de estratégias	
Estratégias organizacionais	Elaboradas para alcançar os objetivos globais da empresa, com atividades bem definidas e uso ótimo dos recursos. Formuladas pela alta administração.
Estratégias de negócios	Seguindo o deliberado pelas estratégias organizacionais, envolve a tomada de decisões em nível de departamento ou de unidade.
Estratégias funcionais	Definem as tarefas específicas a serem executadas. Formuladas por especialistas funcionais.

Fonte: Adaptado de Certo et al. (2010) e Wright, Kroll e Parnell (2000).

Salienta-se ainda que a maioria das decisões estratégicas é resultante de um fluxo de insumos, decisões e ações de um grupo de indivíduos e são tomadas na alta cúpula de uma organização (WRIGHT; KROLL; PARNELL, 2000). No contexto de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPMEs o termo “alta cúpula” pode parecer de certo modo inapropriado. No entanto, Drucker (1975, p. 725) defende que “mesmo uma pequena empresa necessita de uma equipe de alta administração”. Portanto, mesmo as pequenas empresas precisam que seus tomadores de decisões tenham visão sistêmica e abrangente, pois esses irão definir o alvo da empresa, o caminho a ser seguido e como segui-lo.

2.2 Análise Ambiental

É a partir de uma minuciosa análise ambiental que os fatores subsequentes se fundamentam. Segundo Certo et al. (2010 p. 76) “é da análise do ambiente que provêm as informações necessárias para que se inicie o processo de formulação de estratégias”. Logo, é fácil perceber a importância desse fator para a prática da administração estratégica, analogamente à percepção da dificuldade envolvida em seu desenvolvimento.

Oliveira (2013, p. 78) define ambiente como sendo “o conjunto de todos os fatores externos e não controláveis que, dentro de um limite específico, se possa conceber como tendo



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ou recebendo alguma influência sobre a operação da referida empresa”. Portanto, é salutar o dispêndio de profunda atenção a esse fator, visando a evitar surpresas indesejadas.

Constitui-se tarefa da análise ambiental a mensuração de diversas variáveis que podem, direta ou indiretamente influenciar a organização em questão. Enfatizando a elevada importância desse fator para o processo de administração estratégica, Wright, Kroll e Parnell (2000) afirmam que as empresas que não se adaptarem gradualmente às mudanças externas serão superadas por seus concorrentes e forçadas a sair do negócio.

Como já dito anteriormente, o chamado ambiente envolve inúmeros fatores entendidos como incontroláveis pela empresa. Dentre esses situam-se: perspectivas políticas e econômicas; atividades dos concorrentes; entrada de novas empresas no mercado; surgimento de novas tecnologias; comportamento do consumidor; etc. Nesse contexto de inúmeras variáveis, “os insumos para as decisões estratégicas podem ser gerados de muitas maneiras” (WRIGHT; KROLL; PARNELL, 2000, p. 34).

Para fins de análise ambiental, é importante considerar aquilo que é enfatizado por Wright, Kroll e Parnell (2000, p. 32), ou seja, “o desempenho organizacional é determinado pela correspondência entre as oportunidades e ameaças do ambiente e os pontos fortes e fracos da empresa”.

O proposto no parágrafo acima pode ser sumarizado no instrumento conhecido como Análise *S.W.O.T.*, que integra variáveis ambientais (não controláveis) com variáveis empresariais (controláveis). Destaca-se ainda que, o termo *S.W.O.T.* é uma sigla em inglês que pode ser assim especificada como:

- *Strengths*: forças ou pontos fortes;
- *Weakenesses*: fraquezas ou pontos fracos;
- *Opportunities*: Oportunidades;
- *Threats*: ameaças.

Para Oliveira (2013) a finalidade da análise *S.W.O.T.* é identificar ameaças e oportunidades ambientais e as melhores maneiras de se evitar ou usufruir essas situações. De forma didática, trata-se de uma espécie de mapa por meio do qual uma empresa pode se orientar e decidir qual o melhor caminho a ser seguido.

No entendimento de Bjorn (2008), a análise *S.W.O.T.*, consiste uma abordagem integrada, englobando a empresa e suas variáveis ambientais. Sendo que o objetivo de sua realização consiste em promover um confronto de poderes internos da empresa e suas fraquezas,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ –UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



assim como as oportunidades de negócios externos relacionadas aos riscos para se promover possíveis ações estratégicas. Em síntese, a análise *S.W.O.T.* contempla uma abordagem combinada e integrada da situação atual da empresa, possibilitando uma tomada de decisões mais ampla e equilibrada.

2.3 Implementação de Estratégias e Controle Estratégico

A implementação de estratégias é a etapa que efetivamente põe em prática as estratégias formuladas na etapa anterior, que por sua vez foram embasadas pela análise ambiental. Certo et al. (2010) afirmam que os administradores eficazes dispõem grande atenção na transição entre formulação e implementação. Isso ocorre devido ao caráter dinâmico e adaptável das estratégias organizacionais.

Wright, Kroll e Parnell (2000) consideram que à medida que ocorrem mudanças ambientais ou empresariais, a estratégia em fase de implementação irá requerer modificações, adaptando-se, por conseguinte, ao novo contexto. Percebe-se claramente, nesse ponto, a face sistêmica da administração estratégica. Nesse contexto, Certo et al. (2010, p. 130) também enaltece que “uma abordagem de implementação é bem selecionada quando capitaliza oportunidades, pontos fortes e contorna, evita ou minimiza problemas em uma organização”.

Destaca-se que o controle é a etapa de um determinado processo responsável por comparar os resultados obtidos com os resultados planejados previamente, produzindo, portanto, um *feedback* para que as devidas correções possam ser efetuadas. De acordo com Oliveira (2013, p. 190):

Controle é uma função do processo administrativo que, mediante a comparação com padrões previamente estabelecidos, procura medir e avaliar o desempenho e o resultado das ações, com a finalidade de realimentar os tomadores de decisões, de forma que possam corrigir ou reforçar esse desempenho ou interferir em função do processo administrativo, para assegurar que os resultados satisfaçam às metas, aos desafios e aos objetivos estabelecidos.

Ao ampliar a dimensão do controle incluindo a estratégia em sua alçada, Certo et al. (2010, p. 139) acrescentam que “controle estratégico é um tipo especial de controle organizacional que se concentra em monitorar e avaliar o processo da administração estratégica garantindo que esta funcione apropriadamente”.

Contribuindo com o exposto, Certo et al. (2010) apresentam três etapas do que chamam de “processo de controle estratégico”, as quais são: “Medir o desempenho organizacional; Comparar o desempenho organizacional com os objetivos e padrões estabelecidos; Determinar a



ação corretiva necessária”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme supracitado, foi realizado um estudo de caso único em uma microempresa do segmento imobiliário, localizada na cidade de Campo Mourão-PR. Destaca-se que Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 29) conceituam estudo de caso como “um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. Esse foi considerado o método mais adequado uma vez que MPMEs - Micro, Pequenas e Médias Empresas tendem a funcionar com uma certa homogeneidade, então considerou-se que o comportamento de empresas desse tipo segue certo nível de padronização.

A abordagem adotada é de cunho exploratório, objetivando: identificar o modelo de atuação da empresa em questão; seus critérios de formulação e métodos de implementação de estratégias; possíveis consequências da manutenção desse modelo; e a proposição de soluções gerenciais práticas compatíveis com as demandas técnicas da empresa. Não obstante, a natureza da pesquisa é qualitativa, pois proporciona maior clareza acerca do contexto em que o problema se situa, facilitando sua compreensão. Nesse sentido, vale mencionar que de acordo com Malhotra (2012), a pesquisa qualitativa tem a característica de não ser estruturada, de conteúdo exploratório e amparada por reduzidas amostras, podendo contar com ferramentas qualitativas já conhecidas como entrevistas em grupo ou entrevistas individuais. Já segundo Richardson (1999), a pesquisa qualitativa pode ser definida como a tentativa de uma concepção especificada dos conceitos e características situacionais apontadas pelas pessoas entrevistadas.

Para o estudo em questão, foram utilizados dados primários, os quais foram coletados por meio de observação sistemática e entrevista semiestruturada. Sobre a técnica de observação sistemática, Lakatos e Marconi (2003, p. 191) afirmam que se trata do ponto de partida da investigação social, uma vez que lança mão dos sentidos para obtenção de determinados aspectos da realidade e “ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito dos objetivos sobre os quais os indivíduos não tem consciência, mas que orientam seu comportamento”.

Segundo Lakatos e Marconi (2003) a entrevista semiestruturada é aplicada em indivíduos selecionados de acordo com um plano, e segue um roteiro previamente estabelecido. Os roteiros de entrevistas aplicados seguiram os modelos proposto por Hamel e Prahalad (1995) e por Araújo (2001). Por fim, para que os objetivos dessa pesquisa fossem alcançados, foi



aplicada uma única técnica de análise: a análise de conteúdo, que se encaixou perfeitamente nesse estudo, pois busca revelar mensagens inerentes às informações, mas que nem sempre são facilmente interpretadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A empresa analisada possui 19 anos mercado e continua a ser administrada por seu fundador, em sociedade com seus dois filhos. Oferece serviços de venda e locação de imóveis residenciais ou comerciais, terrenos urbanos ou rurais e realiza avaliação de imóveis residenciais e comerciais. Atualmente, possui 6 funcionários.

Destaca-se que no ambiente da empresa estudada há um elevado número de concorrentes, que ganha destaque ao se considerar que o município de Campo Mourão/PR possui cerca de 100.000 habitantes, segundo estimativa do senso do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), conforme informações do Site Tribuna do Interior (2022), se caracterizando como um município de médio porte. Entretanto, o cenário com muitos concorrentes não significa grande diversificação nos produtos e serviços oferecidos.

Em um ambiente com muitos concorrentes e pouca diversificação, irá destacar-se a empresa que obtiver uma vantagem competitiva sustentada, definida por Wright, Kroll e Parnell (2000) como sendo estratégias de difícil reprodução por parte dos concorrentes de mercado e que resultam em significativos retornos financeiros durante significativos períodos de tempo.

Algumas respostas obtidas na entrevista semiestruturada aplicada permitiram aos pesquisadores identificarem que a imobiliária analisada possui uma vantagem competitiva sustentada: o foco nos estudantes universitários como seu principal público alvo. Tal fator se justifica pelo fato de que o município de Campo Mourão/PR pode ser considerado um município universitário, pois, mesmo com seu porte considerado médio, conta com 4 instituições de ensino superior, sendo 2 universidades (Universidade Estadual do Paraná e Universidade Tecnológica Federal do Paraná), um centro de ensino (Centro Universitário Integrado) e uma faculdade (Faculdade União de Campo Mourão), além de outras instituições focadas no ensino à distância. Essas instituições de ensino superior levam a Campo Mourão/PR um grande número de estudantes vindos de municípios vizinhos, que veem na cidade uma oportunidade de entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico e social.

Entretanto, é importante destacar que a estratégia acima apresentada não foi racionalmente



deliberada pelos sócios proprietários da empresa, não foi formalizada em documentos oficiais da empresa, assim como não foi traçada segundo o processo estratégico de planejamento, análise ambiental, implementação e controle. Desse modo, recomenda-se que a empresa em estudo busque desenvolver uma estruturação formal do processo estratégico em suas operações, formulando assim algo como um “mapa de ações” que visa ao alcance dos objetivos e metas definidos pelas estratégias da mesma.

Segundo Wright, Kroll e Parnell (2000), o propósito de uma empresa pode ser conceituado no contexto da Análise *S.W.O.T.* ao interpretar pontos fortes e fracos como variáveis do ambiente empresarial (interno), e oportunidades e ameaças como variáveis do ambiente externo. No que se refere à imobiliária estudada, ressalta-se que no Quadro 2 é apresentada uma análise ambiental ilustrada pela Análise *S.W.O.T.*, realizada a partir do cenário vivenciado pela mesma, no mercado imobiliário local.

Quadro 2- Análise ambiental da imobiliária estudada.

	Forças	Fraquezas
VARIÁVEIS DO AMBIENTE INTERNO (CONTROLÁVEIS)	Liderança no segmento de locação	Falta de organograma estrutural
	Profundo conhecimento dos Concorrentes	Falta de fluxogramas de processos
	Corte de custos com terceirização	Dificuldade em realizar projeções concisas e realísticas
	Auxílio tecnológico por meio da Internet	Estratégias genéricas e informais
	Foco no cliente	Pouca distinção entre as áreas administrativas
	Oportunidades	Ameaças
VARIÁVEIS DO AMBIENTE EXTERNO (INCONTROLÁVEIS)	Aquecimento no mercado de Locação	Grande número de concorrentes
	Novos investimentos focados no público alvo (universitários)	Setor dependente da situação econômica do país
	Negociação de preços	Elevados impostos
	Ambiente propício para expansão Estrutural	

Fonte:Elaborado pelos autores.

As fraquezas identificadas na Análise *S.W.O.T.* estão presentes na empresa há bastante tempo e não houve, por parte de nenhum agente, propostas de mudanças visando melhorias necessárias à organização. Além disso, a empresa tem deixado de aproveitar oportunidades, com destaque para a oportunidade de expansão estrutural. Uma expansão estrutural bem planejada beneficiaria toda a região, pois tem potencial de melhoria de seus produtos e serviços e geração de mais empregos diretos e indiretos. Neste contexto, sugere-se que a cada reunião trimestral do Conselho de Administração seja feita uma detalhada análise interna com objetivo de detectar



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

problemas ou possíveis fraquezas. Detectadas as fraquezas, o objetivo passa a ser saná-las até a próxima reunião, três meses à frente. Na mesma direção da sugestão acima, a reunião do Conselho deve se dedicar também à identificação de possíveis oportunidades para que, na sequência, seja iniciado um estudo de viabilidade que poderá servir de base para o início de um novo planejamento estratégico.

É importante enfatizar que para maximizar sua vantagem competitiva sustentada, a imobiliária estudada tem buscado realizar investimentos direcionados especificamente para o seu público alvo. Salienta-se que uma das oportunidades identificadas é exatamente a propensão fornecida pela atual conjuntura ambiental para a expansão estrutural, que pode não apenas ampliar como também consolidar a empresa e sua marca. Logo, após solucionar ou minimizar suas fraquezas e estar preparada para suportar as ameaças, a empresa pode adotar uma estratégia de expansão de suas atividades, de modo que seja capaz de captar e fidelizar um número maior de clientes. Sabe-se que isso, porém, ocorrerá em função da capacidade da empresa realizar investimentos imobiliários. Nesse sentido, abre-se uma infinidade de caminhos a serem seguidos, e cabe aos sócios proprietários escolher o melhor deles e direcionar seus esforços para garantir a continuidade da empresa.

Observou-se que não há na empresa estudada, uma agenda de reuniões entre os sócios proprietários para definição de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos. Em suma, a empresa tem uma ideia de onde quer chegar, mas não há definição de como, quando, ou critérios de avaliação. Acrescenta-se ainda que, apesar de ser classificada como microempresa, a imobiliária estudada possui uma característica descrita por Drucker (1975) como típica de empresas de médio porte: a liderança em uma área bastante limitada, mas já reconhecida e importante. E por ter esse diferencial no segmento de locação, a imobiliária tem conseguido proporcionar satisfação a seus clientes e, por conseguinte, ser uma das empresas líder no mercado local.

Ainda segundo Drucker (1975), ao identificar as áreas em que exerce liderança a empresa deve, com foco específico nessas áreas, comportar-se como se fosse uma grande empresa. Assim sendo, a imobiliária analisada deve atuar como uma grande empresa no mercado de locação e, mais especificamente, na locação de imóveis para estudantes universitários.

Para tanto, a empresa precisa rever algumas de suas ações, pois ao não se reunirem periodicamente para elaborar seu planejamento estratégico para os próximos exercícios e/ou

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ –UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

deliberar ajustes nas estratégias em andamento, os sócios da imobiliária acabam deixando de integrar esforços em objetivos comuns, ou seja, deixam de lado a sinergia que se faz presente quando os esforços são integrados e colaborativos. Além disso, a ausência de um planejamento estratégico estruturado pode impactar negativamente todas as etapas seguintes do processo estratégico, visto que não havendo objetivos e metas claros e tangíveis, não haverá também uma análise ambiental satisfatória, como não haverá métodos de implementação adequados e indicadores de desempenho pertinentes para a realização do controle.

De forma não deliberada, a abordagem de implementação utilizada atualmente pela imobiliária estudada é a Abordagem de Comando, na qual os objetivos e metas são ditados de cima para baixo considerando simplesmente fatores econômicos e exigindo muito esforço de seus líderes.

Ao analisar algumas características-chave da empresa, como porte, número de funcionários e empreendimentos atuais, considera-se mais adequada a abordagem de implementação de estratégias chamada por Brodwin e Bourgeois III (1984, apud Certo et al., 2010, p. 124) de Colaborativa. Esta, por sua vez, apresenta as seguintes características:

- As metas estratégicas são negociadas dentro da alta hierarquia;
- O sucesso é alcançado por meio de planos com amplo apoio administrativo;
- Fatores econômicos, sociais e políticos são considerados no desenvolvimento das estratégias, e não mais somente os econômicos;
- Maior esforço na fase de planejamento do que na fase de implementação;
- O poder e as exigências do executivo principal são moderados, com importante participação das demais pessoas envolvidas.

Considera-se que ao permanecer considerando as características inerentes à Abordagem de Comando, a imobiliária estudada pode ter sua visão restringida, o que impossibilitaria a realização de análises globais tão importantes para as questões estratégicas. Isso se deve ao fato de a referida abordagem ser excessivamente centralizadora e pragmática, dando muita ênfase a critérios econômicos e não dedicando a atenção necessária aos demais fatores.

No contexto atual da empresa sob análise, a abordagem Colaborativa foi considerada a mais adequada. O enfoque da mesma na negociação para a definição das metas e no detalhamento do processo de planejamento faz com que se encaixe com a sugestão que está sendo aqui proposta para uma melhor estruturação do planejamento estratégico, que refere-se à criação de um Conselho de Administração. Ou seja, os três sócios proprietários devem compor um Conselho de Administração, que deve se reunir ao final de cada exercício fiscal, no mês de dezembro, com o objetivo de formular as estratégias para o exercício seguinte. Após o início do novo exercício, o Conselho se reunirá no final de cada trimestre para avaliar os resultados

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ –UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



obtidos até então; para deliberar sobre alterações pontuais nas estratégias formuladas; e também para que cada sócio proprietário preste contas acerca da contribuição de sua respectiva área de responsabilidade para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Vale destacar que o controle estratégico tem como finalidade o acompanhamento e avaliação do plano estratégico na prática, ao comparar os resultados alcançados com padrões previamente estabelecidos; além de estruturar maneiras de consolidar aprimoramentos contínuos e sustentados do planejamento estratégico aplicado. Porém, para que essa importante etapa do processo estratégico seja executada corretamente, são necessários indicadores de desempenho claros e objetivos, pois os mesmos irão basear a comparação entre os resultados alcançados e os padrões definidos pela empresa.

Os indicadores de desempenho efetivamente utilizados na empresa analisada se dividem em dois grupos: resultados econômico-financeiros e manutenção e/ou ampliação da liderança no ramo de locação. Ao se falar sobre controle estratégico e avaliação de desempenho é extremamente pertinente considerar um conjunto de possibilidades desenvolvido por Wright, Kroll e Parnell (2000) na Tabela1, no qual os autores levaram em consideração a estratégia pretendida, a estratégia realizada, e seus resultados.

Tabela1- Estratégia pretendida, estratégia realizada e resultados: conjunto de possibilidades.

Conjunto de possibilidades
1 O que se pretende com a estratégia é realizado com os resultados desejados.
2 O que se pretende com a estratégia é realizado, mas sem todos os resultados desejados.
3 O que se pretende com a estratégia é realizado em uma versão um pouco modificada por causa de exigências ou mudanças ambientais ou internas não previstas. Os resultados são os desejados.
4 O que se pretende com a estratégia é realizado em uma versão um pouco modificada por causa de exigências ou mudanças ambientais ou internas não previstas. Os resultados são aquém dos desejados.
5 O que se pretende com a estratégia não é realizado. Em vez disso, uma mudança ambiental ou interna requer estratégia completamente diferente. A estratégia diferente é realizada com os resultados desejados.
6 O que se pretende com a estratégia não é realizado. Em vez disso, uma mudança ambiental ou interna requer estratégia completamente diferente. A estratégia diferente é realizada sem os resultados desejados.

Fonte: adaptado de Wright, Kroll e Parnell (2000, p. 38).

Na abordagem prática realizada na empresa estudada, observou-se que até o presente momento a possibilidade mais comumente verificada nos últimos projetos da mesma tem sido a número 3, na qual “o que se pretende com a estratégia é realizado em uma versão um pouco modificada por causa de exigências ou mudanças ambientais ou internas não previstas. Os resultados são os desejados” (WRIGHT; KROLL; PARNELL, 2000, p. 38).

Cabe enaltecer que atualmente a imobiliária estudada está implementando uma estratégia focada em seu principal público alvo, os estudantes universitários. Trata-se do projeto “Flat Universitário”, que envolve a construção de um edifício estrategicamente localizado entre as



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

quatro instituições de ensino superior de Campo Mourão/PR, com apartamentos compactos e preços de locação acessíveis aos estudantes. Esse projeto proporcionará ao estudante universitário a possibilidade de morar em uma localização privilegiada, tanto em relação ao deslocamento até as universidades quanto em relação ao acesso ao comércio local, como lojas, restaurantes e lanchonetes, e supermercados próximos. Até o presente momento, as obras ainda não foram iniciadas, mas estima-se que levarão de quatro a cinco anos para serem concluídas. Trata-se de um edifício com 14 pavimentos, e 5 apartamentos em cada um deles, totalizando 70 apartamentos.

Quanto aos indicadores de desempenho, a empresa pretende lançar mão dos resultados econômico-financeiros, que devem evidenciar as alterações nos índices de lucratividade da mesma provocada pela implementação do projeto. Porém, somente os resultados econômico-financeiros podem não ser suficientes para a mensuração do potencial *upgrade* proporcionado pelo *Flat* Universitário. A imobiliária deverá fazer uma ampla e intensa divulgação do projeto, que deve atrair a atenção de seu público alvo. Logo, outra ferramenta de avaliação de desempenho que relaciona a divulgação à conquista de clientes, poderá ser utilizada em conjunto com os indicadores econômico-financeiros, a qual consiste em utilizar seu site na internet como uma ferramenta de mensuração da conversão de visitas em clientes. Para tanto, uma questão específica deve ser considerada: quantas pessoas que visitaram o site efetivamente se tornaram clientes? Logo, a seguinte equação se faz necessária:

$$\text{Taxa de conversão} = \frac{\text{Total de contratos fechados}}{\text{Total de Visitas}}$$

Os resultados evidenciados pela utilização da equação acima devem ser calculados periodicamente, de preferência mensalmente, e devem ser interpretados da seguinte maneira: Taxa de conversão $\geq 0,6$ significa um bom resultado, pois 60% ou mais das visitas culminaram em contratos fechados; Taxa de conversão $< 0,6$ significa um resultado insatisfatório, pois revela que muitas das visitas não se efetivaram em contratos fechados, o que significa que o site da empresa na internet deve passar por melhorias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao levar em consideração os objetivos desse estudo, é possível concluir que foram

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ –UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



alcançados, direta ou indiretamente. O planejamento estratégico na imobiliária analisada não vem seguindo – durante a abordagem empírica – critérios deliberados, e os sócios funcionários sequer se reúnem com certa periodicidade para traçar os caminhos futuros da empresa. Verificou-se ainda que a implementação tem exigido demais dos sócios proprietários e eles têm se preocupado somente com fatores econômicos. Os resultados ainda demonstram que a empresa não tem considerado mudar para uma abordagem mais adequada ou mesmo buscar por uma abordagem diferente de acordo com a estratégia em andamento.

Pôde-se concluir que as práticas da imobiliária estudada não tem seguido diversos preceitos de elevada importância na literatura acerca da Administração Estratégica, o que tende a mudar se as sugestões feitas pelos pesquisadores forem aplicadas, visto que grande parte das sugestões foram embasadas por teorias profundamente desenvolvidas por diversos autores.

Os resultados obtidos neste estudo possibilitaram o alcance do objetivo geral: o processo estratégico da empresa foi esmiuçado pelos pesquisadores, que fizeram diversas sugestões de melhorias práticas com vistas a contribuir para os negócios da imobiliária. Entretanto, somente uma única empresa foi analisada, o que não pode servir de sustentação para conclusões globais acerca das microempresas, que têm se desenvolvido sobremaneira nos últimos anos no Brasil e no mundo. Além disso, o setor imobiliário tende a dispor de certo nível de estabilidade, não presente em outros setores. Portanto, setores mais dinâmicos podem ter microempresas com estratégias de curto, médio e longo prazo altamente detalhadas.

Destaca-se que por ter sido contemplado um estudo de caso único este trabalho possui algumas limitações. Por conseguinte, como sugestões para estudos futuros, destaca-se que pesquisas vindouras podem analisar diferentes empresas de diferentes setores, buscando relacionar o grau de maturidade estratégico das mesmas a seus respectivos ambientes competitivos.

REFERÊNCIAS

ANSOFF, I. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.

ARAÚJO, L. C. G. de. **Organização, sistemas e métodos e as modernas ferramentas de gestão**: arquitetura, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total, reengenharia. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BJORN, A. **The Swot Analysis**. Seminar paper – Berlin: Amazon Kindle Edition, 2008.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

CERTO, S. C.; PETER, J.P.; MARCONDES, R. C.; CESAR, A. M. R. **Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias.** 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

DRUCKER, P. F. **Administração: tarefas, responsabilidades, práticas.** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1975.

HAMEL, G.; PRAHALAD, C. K. **Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã.** 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático.** Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 6. ed. São Paulo: Bookman, 2012.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SITE TRIBUNA DO INTERIOR. **Campo Mourão ganhou 19.976 mil habitantes em 12 anos, aponta Censo. Veja a população por cidade.** Dezembro de 2022. Disponível em: (tribunadointerior.com.br)> Acesso em 07 de março de 2023.

THOMPSON JR., A. A.; STRICKLAND, A. J. **Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução.** São Paulo: Pioneira, 2000.

VERSIANI, Â. F. REZENDE, S. F. L.; MAGALHÃES, A. T. N.; VAZ, S. L. A Relação entre a Elaboração de Estratégias e a Aprendizagem Organizacional. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 20, n. 2, p. 157-177, 2018.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração estratégica: conceitos.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.



A FOTOGRAFIA DE POVOS ORIGINÁRIOS DE GRACIELA ITURBIDE: DO DOCUMENTO À ARTE

Acir Dias da Silva¹ -
Unioeste
Fábio Luiz Conterno²
- Unioeste

Nome do GT: 02 – ARTE E CULTURA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explicitar um pequeno recorte da dissertação de mestrado onde pesquiso o trabalho da fotógrafa mexicana Graciela Iturbide. Para isto debateremos a condição da fotografia enquanto arte. Seu processo de ascensão ao status de arte e como se deu, e ainda se dá na contemporaneidade, a imbricação entre fotografia e arte. Usada como uma forma de documentar a realidade, ao longo do tempo, a fotografia evoluiu para além de sua função documental, tornando-se uma forma de arte em si mesma. Com certo reconhecimento enquanto arte tem presença em galerias de arte, é vendida em leilões de arte e estudada em cursos de história da arte. A fotografia pode ser usada como uma forma de documentação, mas também pode ser usada para criar obras de arte que provocam reflexão e emocionam o espectador. Entender como a fotografia, com seu caráter documental pode tornar-se através do tempo e de suas memórias, um objeto de arte está como proposição para este artigo.

Palavras-chave: Fotografia. Arte. Graciela Iturbide.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo explícito presentar un pequeño fragmento de la disertación de maestría donde investigo el trabajo de la fotógrafa mexicana Graciela Iturbide. Para esto, discutiremos la condición de la fotografía como arte, su proceso de ascenso al estatus de arte y cómo se dio y aún se da en la contemporaneidad la imbricación entre la fotografía y el arte. Utilizada como una forma de documentar la realidad, con el tiempo, la fotografía evolucionó más allá de su función documental, convirtiéndose en una forma de arte en sí misma. Con cierto reconocimiento como arte, tiene presencia en galerías de arte, se vende en subastas de arte y se estudia en cursos de historia del arte. La fotografía puede ser utilizada como una forma de documentación, pero también puede ser utilizada para crear obras de arte que provoquen reflexión y emocionen al espectador. Entender cómo la fotografía, con su carácter documental, puede convertirse a través del tiempo y de sus memorias en un objeto de arte, es la proposición de este artículo.

Palabras clave: Fotografía. Arte. Graciela Iturbide.

¹ - Pós-doutor em Linguística, Letras e Artes. Professor no PPGL (Programa de Pós-Graduação em Letras) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste – e-mail: acirdias@yahoo.com.br

² - Jornalista. Professor Universitário. Mestrando em Linguagem e Sociedade no PPGL (Programa de Pós-Graduação em Letras) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste. – e-mail: flconterno@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A fotografia é uma técnica que permite a captura de imagens por meio de um processo químico ou eletrônico. Ela tem sido usada como uma forma de documentar a realidade desde sua invenção no século XIX. No entanto, ao longo do tempo, a fotografia evoluiu para além de sua função documental, tornando-se uma forma de arte em si mesma.

A arte, por sua vez, é um meio de expressão humana que pode assumir diversas formas, incluindo pintura, escultura, música, literatura, teatro e cinema. A arte tem sido usada ao longo da história como uma forma de expressar emoções, contar histórias e transmitir ideias.

A relação entre fotografia e arte é complexa e multifacetada. Enquanto a fotografia é frequentemente considerada uma forma de arte, sua posição como tal é muitas vezes contestada. Por um lado, alguns argumentam que a fotografia é meramente uma forma de documentação, enquanto outros a consideram uma forma de arte em seu próprio direito.

Na atualidade, a fotografia tem um certo reconhecimento como uma forma de arte. Ela é exibida em galerias de arte, vendida em leilões de arte e estudada em cursos de história da arte. Os fotógrafos podem usar a fotografia para expressar suas próprias emoções e ideias, ou para capturar a beleza ou a feiura da vida e do mundo ao seu redor. A fotografia pode ser usada como uma forma de documentação, mas também pode ser usada para criar obras de arte que provocam reflexão e emocionam o espectador.

Em resumo, a fotografia e a arte estão interligadas de várias maneiras. Embora a relação entre elas possa ser controversa, muitos concordam que a fotografia é uma forma de arte que pode ser usada para expressar ideias, provocar emoções e criar obras que são apreciadas e estudadas como arte.

Neste artigo nos propomos a debater a obra da fotógrafa mexicana Graciela Iturbide, conhecida por suas imagens poderosas e poéticas da cultura e vida mexicanas. Ela estudou na Universidade Nacional do México e começou sua carreira de fotógrafa no final dos anos 1970.

Iturbide é conhecida por sua habilidade em capturar a essência da vida mexicana, especialmente de suas comunidades indígenas, que são frequentemente esquecidas ou ignoradas pela cultura dominante do país. Ela fotografa cenas cotidianas e rituais, assim como paisagens e retratos, com um olhar sensível e atento aos detalhes.

Entre as obras mais conhecidas de Iturbide estão “Nuestra Señora de las Iguanas”, que retrata uma mulher idosa com várias iguanas sobre a cabeça e outra que mostra uma mulher



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

com asas de pássaro carregando um aparelho de som através das montanhas do deserto de Sonora, norte do México. As duas imagens fazem parte dos dois ensaios mais famosos de Iturbide, "Mujer Ángel" faz parte do acervo do trabalho da fotógrafa com o povo Seri, habitantes do deserto de Sonora e, "Nuestra Señora de las Iguanas" compõe o ensaio feito com o povo Juchitán, na região de Oaxaca no sudeste mexicano.

Assim a proposta de uma revisão bibliográfica em relação a fotografia como arte e sua importância dentro do vasto campo que a arte compõe. Entender como a fotografia, com seu caráter documental pode tornar-se através do tempo e de suas memórias, um objeto de arte.

O poder de uma imagem efêmera formada em uma caixa escura que se transformar em algo duradouro foi a motivação para que artistas próximos a pintura e cientistas desenvolvessem o processo fotográfico no início do século XIX. A fotografia tem seu marco histórico a partir de uma imagem feita, através de uma janela de sua casa, pelo francês Joseph Nicéphore Niépce no ano de 1826. Niépce, um inventor, conseguiu fixar uma imagem produzida por uma câmera escura após oito horas de exposição, esse processo foi chamado de heliografia e era feito com uma placa de prata coberta com uma emulsão fotossensível derivada de petróleo, chamado de Betume da Judéia. Em 1839 a fotografia tem seu surgimento oficial, Louis Jacques Mandé Daguerre, um pintor e inventor francês, sócio de Niépce nas pesquisas sobre a fotografia. O anúncio da invenção foi feito por François Arago, secretário da Academia de Ciências da França, em 19 de agosto de 1839. O advento, que desde seu anúncio sempre esteve às voltas com polêmicas principalmente com as artes plásticas e os pintores, já que havia preocupação de que a novidade suplantasse a pintura (BENJAMIN, 1987)

Nascida em um contexto positivista, em um momento de grandes transformações econômicas, sociais, culturais e de um imenso desenvolvimento das ciências, a nova invenção tornou-se forte e marcou sua posição. Com o desenvolvimento tecnológico, forçado pelo grande consumo e pelo aperfeiçoamento técnico, a fotografia foi tomando papel importante no apoio às ciências e às artes como afirma Kossoy (2012).

2 ARTE CAPTURADA

A proximidade da fotografia com a arte vai muito além do aparato, a Câmara Escura, desde seu surgimento na primeira metade do século XIX, muito se debate sobre o entendimento da linguagem fotográfica como sistema de expressão. A influência da pintura no desenvolvimento

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

da técnica fotográfica sempre foi presente, existiu e, até hoje, existem inter-relações entre as práticas. Para Bracchi (2011, p. 44) “Quanto às características técnicas de cada processo, o aparato fotográfico guarda similaridades com a câmera escura, técnica já utilizada na pintura para obtenção de imagens com caráter mimético”. Esta similaridade por si já demonstra que a fotografia busca a sua legitimação como linguagem capaz de produzir sentido utilizando estratégias similares às da pintura.

Com o surgimento da técnica fotográfica, a arte passa a ser pensada de uma forma nova. Para Benjamin não é mais um modo de reprodução de algo, mas sim como produção da própria obra. O fundamental é que a fotografia é intrinsecamente reprodutível, e isso implicou em um rompimento na tradição alçando a modernidade para um outro paradigma, onde não se cabe mais imitar ou ser original, mais o fato de não haver mais uma identidade única seja de seu produtor – o fotógrafo – ou do que ela – a fotografia – possa representar.

O que os homens faziam sempre podia ser imitado por outros homens. Essa imitação era praticada por discípulos, em seus exercícios, pelos mestres, para a difusão das obras, e finalmente por terceiros, meramente interessados no lucro. [...] Pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho (BENJAMIN, 1987a, p. 166-167).

Assim, a técnica torna-se importante no processo de criação da imagem, pois ela referênciava a própria criação. Além da reprodução do objeto está a produção de um objeto, a fotografia. A fotografia consegue transpor ao observador uma condição de que, se analisada com cuidado e a fundo, um quadro terá. Estas premissas sobre o processo, a técnica e o fotógrafo permitem que o observador tenha a condição, de que se examinado com cuidado e com dedicação, as possibilidades de ver e sentir as imagens pertencentes ao objeto real serão muito mais perceptíveis e afloradas.

A proposta em discutir a fotografia como arte é um dos elementos do estudo, nessa perspectiva. Walter Benjamin em *Pequena história da fotografia*, escrito em 1931, já propunha um debate sobre a arte fotográfica, “[...] Mas isso não nos ajuda a transformar o fascínio exercido pelos álbuns de velhas fotografia [...] em compreensão real da essência da arte fotográfica” (BENJAMIN, 1987, p. 92).

A fotografia enquanto manifestação artística se apoia em um modelo teórico histórico que expressa concepção de mundo. Assim, os registros de expressões culturais, costumes, arquitetura,



religiões, atos políticos e sociais foram temas extremamente abordados por fotógrafos na segunda metade do século XIX. Segundo Kossoy (2012), o mundo tornou-se de certa forma "familiar" após o advento da fotografia. Isso porque a fotografia ampliou a forma de conhecimento que até então era restrita a escrita, a oralidade e ao pictórico. Essa condição indica, por certo tempo, que a fotografia era o "real" por sua qualidade de testemunho. Isso se dá pela condição técnica da fotografia, e por receber no início o status de espelho da realidade pela capacidade de verossimilhança, rapidamente é "investida de tarefas de caráter científico ou documental" (DUBOIS, 2011, p. 32).

Desta forma a fotografia se afastaria das artes por sua condição de realismo extremo, já que seu operador não a produzia com as técnicas de pinceladas como na pintura. Para escapar deste rótulo de não arte fotógrafos desenvolveram técnicas que possibilitavam manipulações nos processos químicos, aprimoramentos em enquadramentos e composições buscando uma eficácia maior como meio expressivo (Bracchi, 2011).

Para André Rouillé (2009) o espaço entre o real e a imagem contém uma infinidade de outras imagens que não estão visíveis, mas constituem uma ordem visual em ordens icônicas e em esquemas estéticos. "Mesmo quando está em contato com as coisas, o fotógrafo não está mais próximo do real do que o pintor trabalhando diante de sua tela".

Na contemporaneidade a crise entre a impressão do real e a estética da arte ainda está presente na fotografia apesar de uma escalada, a partir dos anos 1970, ao status de arte com a sua presença em galerias e museus.

3 GRACIELA ITURBIDE: UMA MEXICANA

Nascida na Cidade do México em 1942, Graciela Iturbide conheceu a fotografia ao ganhar uma máquina Brownie quando ainda era criança, mas a sua relação com a fotografia se deu tardiamente, quando já casada e mãe de três filhos, decidiu estudar cinema na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) entre 1969 e 1972 onde foi aluna, e depois assistente, do fotógrafo Manuel Álvarez Bravo, um dos mais importantes fotógrafos do México no século XX.

Com Álvarez Bravo, Iturbide aprendeu a se expressar através de uma câmera. Durante o ano e meio em que cursou suas aulas, foi sua *achichinle*, a aprendiz que não sai da órbita do mestre. Nos fins de semana, eles faziam explorações fotográficas pelas franjas da Cidade do México (HARAZIN, 2016, s. p.).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O aprendizado nos anos junto com Bravo, e com a fotografia latino-americana permitiu surgir um processo de criação próprio, Iturbide desenvolveu projetos fotográficos de importância para o cenário local. Em 1978 é contratada pelo Arquivo Etnográfico do Instituto Nacional Indígena do México para documentar a população indígena mexicana. Seu foco foi o grupo Seri, um povo originário do norte mexicano, localizado na divisa do Arizona, estado norte americano, o qual estabelecia relação com a cultura indígena tradicional e a influência do consumo que cruzava a fronteira. Em 1981 publicou “*Los que viven en la arena*” resultado desse período de registro dos Seri. Deste ensaio destacou-se umas das fotografias mais icônicas de Graciela, a imagem intitulada “*Mujer Angel*”.

No quadro fotográfico se observa uma indígena com vestimentas típicas do povo do deserto de Sonora (Norte do México), em uma das mãos carrega um rádio. A fotografia foi registrada durante uma incursão pelas montanhas em busca de pinturas rupestres. A indígena era a guia da equipe chefiada pelo antropólogo Luís Barjau. Esta imagem tem uma condição especial em relação ao ensaio, ao trabalho todo junto ao povo Seri do deserto de Sonora, por ser a única imagem que é em movimento, todas as outras são retratos, essa condição fez com que Graciela declarasse de que “Acho que foi um presente que o deserto me deu” (HARAZIN, 2016, s. p.).

Fotografia 1 Mujer Angel



FONTE: <http://www.gracielaiturbide.org/los-que-viven-en-la-arena/03-5/>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Com o objetivo de registrar a influência da infiltração consumista da fronteira norte do México na cultura indígena, Graciela faz seus registros com um apelo autoral muito forte que causa estranheza há quem esperava por um estudo etnográfico tradicional. Neste momento, o México borbulhava em um movimento inicial de decolonização na fotografia que alcançaria o corte com o eurocentrismo e a influência estadunidense na realização do *Primeiro Colóquio Latino-americano de Fotografia* e por consequência a *Primeira Mostra da Fotografia Latino-americana Contemporânea*. O trabalho produzido por Graciela não foi de comum sucesso, “Enquanto os amantes de fotografia festejavam o ímpeto desbravador da novata Iturbide, antropólogos lamentavam a imprecisão documental das legendas, a abordagem emocional das imagens, o desinteresse da artista por questões científicas (HARAZIN, 2016, s. p.).

No extremo sul do México onde vive o povo Zapoteca, fotografou por quase dez anos a região de Juchitán, trabalho que resultou na obra “*Juchitán de las Mujeres*”, pois a cultura em Juchitán é matriarcal, e as mulheres são responsáveis pelas finanças e pela administração dos negócios da família.

Neste ensaio aparece, talvez a segunda fotografia mais famosa e importante de Graciela, a “*Nuestra Señora de las Iguanas*”. Zobeida Diaz é uma senhora vendendo iguanas em uma feira, que, retratada por Iturbide a imagem tornou-se um símbolo de Juchitán.

Fotografia 2 Nuestra Señora de las Iguanas



FONTE: <http://www.gracielaiturbide.org/juchitan/01-2/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Graciela Iturbide é um dos nomes mais importantes da fotografia mundial, documentou o México através de seus retratos. Com um vasto trabalho orientado pela alteridade, doa-se pelo olhar. Assim é que Iturbide sempre viu através da fotografia. Seus ensaios sobre os povos originários do México, como outros ensaios durante toda sua carreira representam o registo de identidade de uma maneira expressiva e plasticamente encantador. Para ela, a motivação criativa surge de sua terra e sua gente. Porém as fotografias de Graciela Iturbide não ficam somente em ensaios etnográficos. Seu trabalho é mais amplo. Faz parte desta imbricação da fotografia com a arte. Imagens de cunho documental, histórico que passam a ter uma nova perspectiva. Uma perspectiva de caráter artístico, uma obra de arte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, que de alguma maneira, a fotografia passa a ter uma certa aceitação enquanto arte a partir da segunda metade do Século XX, não que nunca esteve flertando com a arte, mas a arte nunca a considerou um bom partido para andar de mãos dadas. Um tanto por sua condição de surgimento, qual ofuscou muitos de seus artistas da pintura. Outro tanto pela sua característica em reproduzir por meio mecânico e frio o que antes era manual e livre. Isto lhe coube um rótulo de imitação do real, coisa que se debateu muito e já não se tem está razão há muito.

Depois de muito lutar e debater acerca de seu processo criativo e expressivo, uma réstia de luz surgiu e incluiu a fotografia em suas galerias e museus de artes, fato se deve pela condição de afastamento da condição restrita de registro e da capacidade de expressão e linguagem adquirido por fotógrafos e artistas no decorrer do desenvolvimento enquanto linguagem da fotografia.

Este processo de construção artística da imagem fotográfica foi o que permitiu que imagens como as que Graciela Iturbide produziu em seus ensaios dos povos originários do México, ainda no Século XX, tornassem obras de arte e façam parte de acervos de galerias e museus de arte nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. *In*: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

e política - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. v. 1, p. 91-107.

BRACCHI, D. N. Fotografia contemporânea e intersemiotividade. **Estudos Semióticos**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 44-51, 2011. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2011.35249. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/35249>. Acesso em: 5 mar. 2023.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, [S. l.], p. 206–219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 10 out. 2021

DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 14ª. ed., Campinas: Papirus, 2011.

HARAZIN, D. Pássaro solitário: Graciela Iturbide. **Revista Zoom**, v. 9, p. 1-9. 2016. Disponível em <https://revistazum.com.br/revista-zum-9/passaro-solitario/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

KOSSOY, B. **História & Fotografia**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. Tradução: Constanca Egrejas. São Paulo, SP: Senac São Paulo, 2009.

VILLARES, M. F. **Feito na América Latina 1978: Teoria e Imagem, um debate reflexivo sobre a fotografia da 'Nossa América'**. 2017. 488 p. Tese de Doutorado em 10 de junho de 2016 UNICAMP, Campinas, 2017.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**ARTE INDÍGENA EM MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: TENCIONANDO A
MOSTRA NETOS DE MAKUNAIMI**

Sara da Silva Uliana¹ – Universidade Estadual do Paraná

Nome do GT: Arte e Cultura

RESUMO

Esta pesquisa surgiu da necessidade de investigar possíveis formas de aproximar universidades, espaços museais e artistas indígenas contemporâneos atuantes no estado do Paraná. Tendo em mente a relevância das pautas políticas abordadas por estes indivíduos, em consonância com o movimento de democratização dos espaços museológicos, esta análise toma como ponto de partida a realização da exposição “Netos de Makunaimi: encontros de arte indígena contemporânea” em exibição no Museu de Arte (MUSA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), desde 28 de novembro de 2019. A partir da análise desta iniciativa, é proposto uma investigação dos seus desdobramentos na cena cultural de Curitiba, na maneira como o próprio museu e as instituições ao redor passaram a lidar com seus acervos e com a crescente presença de artistas indígenas atuantes na região, ademais é também proposto elencar outras metodologias possíveis de serem exploradas para estreitar ainda mais o contato entre as instituições, artistas e universidades.

Palavras-chave: Museologia, Arte Indígena Contemporânea, Educação Museal, Exposição

RESUMEN

Esta investigación surgió de la necesidad de investigar posibles formas de acercar universidades, museos y artistas indígenas contemporáneos que actúan en el estado de Paraná. Teniendo en cuenta la relevancia de las agendas políticas abordadas por estos personajes, en consonancia con el movimiento de democratización de los espacios museológicos, este análisis toma como punto de partida la realización de la exposición “Netos de Makunaimi: encuentros de arte indígena contemporáneo” que se exhibe en el Museo de Arte (MUSA) de la Universidad Federal de Paraná (UFPR), desde el 28 de noviembre de 2019. Con base en el análisis de esta iniciativa, se propone una investigación de sus desarrollos en el escenario cultural de Curitiba, en la forma en que el propio museo y las instituciones alrededor comenzaron a tratar con sus colecciones y con la creciente presencia de artistas indígenas activos en la región, además, también se propone enumerar otras posibles metodologías a explorar para fortalecer aún más el contacto entre instituciones, artistas y universidades.

Palabras clave: Museología, Arte Indígena Contemporáneo, Educación en Museos, Exposición



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

¹ – Graduanda em Museologia – *e-mail*: sa.uliana@hotmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inaugurada no dia 26 de novembro de 2019, a mostra Netos de Makunaimi ocupou três das principais salas do Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná (MUSA). Com uma proposta inovadora, a mostra surgiu do encontro da obra do artista Wapichana Gustavo Caboco, com o trabalho do artista Makuxi Jaidier Esbell, e a própria matriz de memória dos povos indígenas do Paraná, rompendo com a tradição de representar estes indivíduos de forma passiva nas instituições, seja através da exibição de seus pertences, ou da veiculação de imagens de seus rostos, capturados por máquinas fotográficas de terceiros.

Neste sentido, a mostra Netos de Makunaimi se mostra diferente das demais, tanto por acontecer em um espaço de arte, vinculado à uma universidade, quanto por convidar os artistas indígenas para intervirem neste espaço através de uma curadoria compartilhada, utilizando como fio condutor a lenda de Macunaíma, texto popularizado na mitologia brasileira pelos escritos de Mário de Andrade, cuja base remonta às lendas fundadoras dos povos originários.

Estudando a importância que esta exposição teve para o cenário artístico paranaense, é possível averiguar a multiplicação de exposições com esta mesma temática no decorrer dos anos de 2020, 2021 e 2022, quando a pandemia permitiu. A mostra também influenciou a esfera política do estado, trazendo um enfoque maior para as questões dos direitos indígenas perpassando o direito à terra e à memória, e alavancaram uma série de projetos sociais e culturais, voltados para estas comunidades. As instituições vizinhas ao MUSA, neste mesmo período, procuraram rever a maneira como expunham suas coleções e se comunicavam com os povos originários, e algumas destas chegaram até mesmo a abrir editais de convocação para residentes indígenas, objetivando a incorporação destes profissionais em seus organogramas de trabalho, mesmo que de forma temporária.

Tendo em mente toda movimentação que esta exposição alavancou em Curitiba, é objetivo desta pesquisa investigar qual a fórmula do sucesso, e para tanto, são levantados o histórico das instituições envolvidas, tanto da Universidade Federal do Paraná (UFPR), quanto do Museu de Arte (MUSA), buscando entender a relação destes espaços com a comunidade ao entorno. Da mesma forma é também objetivo averiguar qual a poética dos artistas indígenas envolvidos na idealização e montagem da mostra, qual o pensamento curatorial por trás da iniciativa, e como este projeto afetou a comunidade, tanto a interna, referente aos estudantes da universidade, sejam eles indígenas ou não, quanto a externa, referentes aos frequentadores do museu, estes pertencentes à esfera da cultura ou não.



Ao enxergar o espaço museológico como um espaço de transformação, a mostra “Netos de Makuinami” nos faz refletir sobre o verdadeiro poder da arte, e das instituições culturais, capazes de difundir ideias e quebrar paradigmas, empoderando comunidades e indivíduos. Em consonância do pensamento da museologia social, difundido na América Latina pela Mesa de Santiago do Chile em 72, estes projetos trazem visibilidade aos museus, proporcionando uma percepção mais democrática e horizontal da cultura, ao mesmo tempo em que evitam o abandono destas instituições, que através de sua relevância, conseguem promover uma transformação social baseada na cidadania e na equidade dos indivíduos

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para embasar esta pesquisa foram utilizados principalmente os textos, entrevistas, arquivos e obras de Jaider Esbell, artista e idealizador da Mostra Netos de Makunaimi. É perceptível como os escritos de Esbell serviram como base para a montagem desta exposição, norteando o pensamento curatorial de Ana Elisa de Castro Freitas, e influenciando no processo artístico dos doze bolsistas indígenas inscritos no PET-Litoral, responsáveis por produzir parte dos trabalhos expostos da mostra.

Dentre os trabalhos mais relevantes do autor para esta pesquisa, estão os textos “Makunaima, meu avô em mim!”, e o livro “Makunaimã - O mito através do tempo”, publicado em julho de 2019, poucos meses antes da abertura da exposição. Escrito em tom irônico através de um diálogo multi-temporal, cujos personagens: o Mario de Andrade, o filósofo, o antropólogo, a curadora, a indígena e muitos outros, interagem quase teatralmente, ora questionando a popularização do livro Makunaima, ora defendendo. Esta publicação é fruto do processo de artista de retomada do mito “herói sem caráter”, este tomou como ponto de partida os escritos de Mário de Andrade, mitologia que remete às comunidades que vivem na terra indígena de Raposo da Serra do Sol, em Roraima.

Segundo a pesquisa de Esbell, ainda no século XIX, as comunidades de Roraima foram visitadas pelo etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, que registrou em suas anotações as lendas daqueles povos. Anos mais tarde, estes escritos tornaram-se a base para o Macunaima de Mário de Andrade, livro que ao mesmo tempo em que popularizou a figura do indígena no folclore brasileiro, nunca chegou até as comunidades de Raposo da Serra do Sol, que desconheciam a publicação do romance. Em 2018, Jaider Esbell foi responsável por um processo de reparação histórica, ao levar aos indígenas da terra Raposo da Serra do Sol um exemplar da obra de Mario



de Andrade, e entregá-la ao neto do narrador original da lenda, completando o ciclo de retomada do mito e apropriação da cultura, dois conceitos descritos no livro “Makunaima - O mito através do tempo” que influenciaram a montagem da Mostra Netos de Makunaimi.

Em seu site, anunciando esta publicação, Jaider já diz:

Avelino Taurepang é hoje um ancião, líder respeitado e conselheiro morador da comunidade Bananal, localizada na Terra Indígena São Marcos, em Roraima. Ele é o neto de Akuli – o pajé Pemón e guia que contou sobre Makunaimi e seu pessoal para o etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg anotar e botar no livro.

História digna dos melhores roteiros de cinema, esta é a história de meu avô também. Sou o Jaider Esbell, Makuxi, neto de Makunaimi, artista. Eu estou dentro desta história ao menos duas vezes, e se você for até o final vai entender.

[...]

Escrevo sobre esses valores que só eu, como autor, ator, personagem e própria história, poderia. Essa obra entra na lista das obras únicas, por ser uma obra custeada com dinheiro público, por ser uma história original, única. Não trata-se de mais uma obra literária sobre Macunaíma como há milhares. Essa é uma extensão ao livro, não cabe, pois para virar história teríamos de morrer e nós estamos vivos. (ESBELL, 2019, disponível em: <http://www.jaideresbell.com.br/site/2019/09/13/makunaima-o-mito-atraves-do-tempo/>)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa qualitativa, na qual se busca investigar o processo de concepção, montagem, desmontagem e reverberação de determinado evento em um nicho cultural especificado. Neste caso é analisada a mostra Netos de Makunaimi e toda a conjuntura em que ela está inserida, tanto dentro da instituição quanto na comunidade ao seu entorno. O objetivo final desta análise é entender quais fatores proporcionam o sucesso desta exposição, visando a réplica dos mesmos por outros museus, de forma a proliferar iniciativas semelhantes em outras realidades, e garantir uma maior preocupação com a luta indígena e seus agentes.

Dentre os procedimentos metodológicos empregados para a coleta de informações é possível listar a pesquisa bibliográfica, para investigar histórico do MUSA, objetivando compreender a trajetória do espaço e as relações possíveis entre a arte indígena, os funcionários e o acervo. Na mesma medida, também foi realizada uma entrevista online com a museóloga responsável pelo MUSA, Lidiane do Nascimento que participou da elaboração e montagem da exposição. É previsto para os próximos meses realizar entrevistas com Gustavo Caboco, artista e idealizador da empreitada, e com a curadora Ana Elisa de Castro Freitas, responsável pela concepção de Netos de Makunaimi.

Por fim, parte da escrita deste trabalho também é embasada pela observação direta, realizada em inúmeras visitas à exposição e ao espaço do museu, além destas, para auxiliar a



memorizar aspectos da montagem e da expografia, também foram utilizadas fotografias da sala, das obras e dos aparatos museais correspondentes.

4 DESENVOLVIMENTO

O Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná e o Parto de Makunaima

O Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná (MUSA) foi fundado em 2002, devido a iniciativa de duas mulheres, José Maria Justino, professora e pesquisadora da arte, atuante na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, e Dulce Osinski, professora, artista e Coordenadora de Cultura da Universidade Federal do Paraná. Sentindo uma necessidade de abrir um espaço dedicado à pesquisa, preservação, documentação e divulgação das artes, vinculadas aos núcleos de educação, o museu tem atuado desde sua fundação na associação entre arte e pesquisa.

Embasada por estes preceitos de apoio às iniciativas universitárias e fomento a pesquisa e aos artistas, surgiu a mostra Netos de Makunaimi, que juntou a poética do artista makuxi Jaider Esbell e do artista Wapichana Gustavo Caboco, às atividades de extensão do Grupo PET Litoral Indígena, que trabalha com os estudantes indígenas da Universidade, e hoje é referência para a preservação da cultura dos povos originários. Atualmente o grupo de doze bolsistas, pertencentes a várias etnias brasileiras, dialoga diretamente com o curso de Licenciatura em Artes da UFPR, e utiliza-se do conhecimento acadêmico para inserir-se no sistema de arte, como uma forma de reconhecer, empoderar e expandir o imaginário indígena.

A mostra teve como ponto de partida curatorial a obra “O Parto de Makunaimi”, de Jaider Esbell. A tela utiliza de cores fortes, onde predominam o preto, o vermelho e o branco para representar o icônico nascimento de Macunaíma, personagem popularizado por Mário de Andrade em seu romance homônimo, baseado em lendas ancestrais dos povos brasileiros. Para Esbell, a figura de Makunaima transcende o campo das artes e da literatura e hoje habita o imaginário popular como uma forma-representação da ancestralidade indígena, apelidado carinhosamente de “Vovô Makunaima”, para o artista a figura tornou-se um ponto de conexão com o passado coletivo dos povos originários, e um símbolo de resistência e força diante dos desafios do colonialismo.

Nas palavras do próprio artista:

“(...)Antes mesmo, devo dizer que tanto meu avô Makunaima quanto eu mesmo, parte direta dele, somos artistas da transformação.

Surgimos junto com a arte e todos os desafios do grande existir e suas mais claras urgências individuais e coletivas. Surgimos no aparente caos, como é mesmo descrito entre os grandes Xamãs do mundo e um quase consenso na ciência, em termos de rumos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

para a humanidade tal qual. O prenúncio matemático do fim do mundo é também um cenário de nossa aparição. Como produto, também desse tempo, tenho a ideia de que a colonização foi um processo, embora saiba que trata-se de um ato contínuo. Assim, olhei para todos os lados e vi meu o avô no horizonte. No horizonte está claro também que não haverá cultura tampouco vida – e vida de qualidade, muito meno – para quem quer que seja em nada sendo feito. Não é possível, caso não rompamos alguma membrana extra do agora, pensar uma ideia de futuro em questões de nossa ligação espiritual com a terra e com o nosso lixo. Adianto, Makunaima não é só um guerreiro forte, másculo, macho e viril distante de uma realidade possível, não senhores. Ele é uma energia densa, forte, com fonte própria como uma bananeira.”(ESBELL, 2018, Disponível em: <http://www.jaideresbell.com.br/site/2018/08/26/makunaima-o-meu-avo%CC%82-em-mim/>)

Figura 01 - Tela “O Parto de Makunaimi” de Jaider Esbell, exposta na entrada da exposição



Fonte: 2022, 33º reunião brasileira de antropologia. Disponível em:
https://www.33rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1042

Ao escolher esta obra como ponto de partida para a exposição, a curadora Ana Elisa de Castro Freitas, mulher ch'ixi, artista, antropóloga, educadora, escritora e docente do curso de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Licenciatura em Artes Visuais da UFPR, optou por trabalhar através de uma curadoria coletiva, em que guiados pelos artistas, os bolsistas PET litoral poderiam entrar em contato com a figura de Makunaima e expressar artisticamente suas angústias, vivências e acima de tudo, suas próprias lutas por identidade e pertencimento. Para tal, os estudantes interagiram com os textos “Makunaima, meu avô em mim!”, de Jaider Esbell, e com as 10 das 15 telas que compõem a série “TransMakunaima: O buraco é mais embaixo” também do mesmo artista. Nas palavras de Jaider em entrevista para o material educativo online da mostra “*De que serve um mito famoso se não for para projetar as demandas de seus netos mais afetados?*”

A expografia da mostra, elaborada por Ana Elisa, utiliza-se das cores da obra de Esbell como inspiração, e segue o modelo de outro projeto bem sucedido do artista, a exposição “*It was Amazon*”. A mostra ocorrida em 2016 tinha por objetivo denunciar a devastação e as consequências danosas das atividades extrativistas na região amazônica, composta por 17 desenhos em que se misturam figuras, palavras e fotografias, a exposição passou por 6 estados do nordeste brasileiro, e serviu de alerta para o terror enfrentado pelos povos da floresta. Tendo como ponto de aproximação este caráter de denuncia, a curadoria de Netos de Makunaimi aproveitou-se da espontaneidade das obras feitas por Esbell nesta ocasião, para propor uma montagem livre e colaborativa, sem um projeto expográfico prévio, priorizando os debates e conexões entre os estudantes e artistas, e não as formalidades da museologia.

Sendo assim, a montagem da exposição teve um caráter autêntico, foram organizadas para as intervenções duas paredes pretas e uma parede vermelha, referenciando respectivamente a obra de Jaider, a exposição *It was Amazon*, e a *Baraaz Kawaru*, personagem/entidade descrito no livro-arte *Baraaz-Kawaru - O campo após o fogo*, lançado por Gustavo Caboco alguns meses antes da abertura da exposição. Além destas, foram resguardadas duas paredes em branco, prevendo que a exposição poderia futuramente se expandir e transformar. A curadoria também solicitou três telas de cada artista, a algumas canetas posca para intervenções diretas nas paredes da exposição.

A abertura da mostra foi festiva e simbólica, reuniram-se dentro do Museu de Arte da UFPR os estudantes do grupo PET-Litoral, a curadora Ana Elisa, e os artistas Jaider Esbell e Gustavo Caboco, que trouxeram como seus convidados Lucilene Wapichana, mãe de Gustavo Caboco, a antropóloga Paula Berbert, e a anciã Bernardina José Pedro, conhecida como Meriná e carinhosamente apelidada de Vó Bernal, uma das líderes do povo Macuxi de Raposo da Terra do Sol. Na vernissage aberta ao público Jaider Esbell e Vó Bernal realizaram uma cerimônia com cânticos sagrados Macuxi e queima de Maruwa, defumando a sala e os presentes. Vovó Bernal

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

também foi convidada a intervir na parede, realizando uma série de pinturas que representavam sua vivência como líder indígena e sua conexão com a espiritualidade.

Tendo como objetivo transformar a exposição em uma exposição viva, mantendo a memória dos indígenas em constante contato com o público, foi colocado por Gustavo Caboco na sala de exposição um cacho de bananas, o qual com o passar dos dias amadureceu até o ponto de poder ser cozido e transformado em caldo, feito pelo artista e sua mãe Lucilene Wapichana, este foi servido ao público, criando um paralelo entre arte e alimento, ambos considerados vitais para os artistas. Na mesma pegada, foi trazido pela curadora Ana Elisa uma muda de bananeira, que durante alguns meses foi cuidada pela equipe do museu até atingir tamanho o suficiente para ser plantada externamente, a ideia era carregar um pouquinho da mostra para fora da instituição.

“*Onde está a Arte Indígena Contemporânea no Paraná?*” foi a frase escrita por Gustavo Caboco no final da montagem da mostra que inquietou o visitantes, funcionários do museu e professores da universidade, que motivados tanto por esta problemática, quanto pela boa receptividade da mostra Netos de Makunaimi organizaram o circuito de debates “*Outros Encontros da Arte Indígena Contemporânea*” cujo primeiro evento, realizado no dia 19 de dezembro de 2019 contou com a presença de Gustavo Caboco, Juliana Kerexu, Ricardo Werá, Allan Costa Paraná, Ryan Luiz Paraná, e Calita Rodrigues, todos artistas, indígenas e nascidos no Paraná, debatendo com o público os rumos da cena local e estimulando a fruição de novos artistas indígenas.

Figura 2 - Parede com os dizeres “Onde está a arte indígena contemporânea no Paraná”, e posteriormente preenchida pelos artistas do grupo PET-Litoral



Fonte: Fonte: 2022, 33ª reunião brasileira de antropologia. Disponível em:
https://www.33rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1042

A última iniciativa alavancada por esta exposição antes do fechamento do museu devido à pandemia, teve como patrono Jaider Esbell, que incluiu a exposição do MUSA no seu circuito de eventos de lançamento do projeto Década da Arte Indígena Contemporânea. Este circuito tinha como objetivo unir iniciativas indígenas em todo o país, promovendo a nível nacional uma movimentação de artistas que influísse e democratizasse a cultura, dando visibilidade para a causa indígena e suas problemáticas. Em virtude do Coronavírus todas estas iniciativas tiveram de ser postergadas, o MUSA fechou as portas em 10 de março de 2020, e exposição Netos de Makunaimi só pode ser retomada com o abrandamento da pandemia.

Museus e Arte Indígena: Outras convergências na Grande Curitiba

Apesar de inovadora na cidade por ter sido realizada em um museu universitário, a mostra Netos de Makunaimi não é a única de Curitiba a utilizar-se de um espaço museal para promover diálogos entre indígenas e o público geral. Fazendo uma varredura pelos sites de busca e consultando demais materiais bibliográficos, foram possíveis de enumerar outras iniciativas ocorridas no espaço de 2019 - 2022, que aproveitam-se do poder dos museus para quebrar o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

paradigma colonial, e contribuíram para estreitar ainda mais as relações entre saberes institucionais e saberes tradicionais.

Com a amenização da pandemia, o Museu Paranaense, terceiro maior museu do Brasil e detentor de um vistoso acervo etnográfico, realizou a mostra “Retomada da Imagem”, protagonizada pelos artistas Gustavo Caboco e Denilson Baniwa. A exposição foi fruto do contato dos indígenas com o acervo fotográfico de Vladmir Kosak, responsável por fotografar diversas aldeias indígenas no interior do estado do Paraná nos anos 60. Nestas imagens, armazenadas atualmente no Museu, muitos dos fotografados indígenas aparecem sem nome, ou então, foram catalogados a partir da ação que realizavam no momento da captura da foto, tal como “índio com machado”.

Tal nomenclatura das legendas provocou desconforto aos artistas, que entrando em contato com os descendentes desses indivíduos, re-escreveram as imagens e materiais do museu, propondo uma nova forma de olhar as fotografias e os processos de registro. A partir destas intervenções, que contaram com a participação de Camila dos Santos, Thais Krīg (Kanhgág), Indiamara e Nicolas Paraná (Xetá), Juliana Kerexu, Ricardo Werá, Flávio Karai e Elida Yry (Mbyá-Guarani), foram realizadas uma serie de pinturas no interior do museu, que refletiam o que era “ser indígena”, e o processo de apagamento sofrido por estes, que nunca tiveram acesso aos materiais guardados na instituição.

Figura 3 - Artistas Indígenas trabalhando em painel da Mostra Retomada da Imagem.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>



Fonte: Acervo Museu Paranaense

Nas palavras de Gustavo Caboco, em entrevista para Fernanda Maldonado (Secretaria de Cultura), publicada no instagram do Museu Paranaense:

Muitas dessas imagens que fazem parte do acervo do museu não têm um referencial, não têm o nome da pessoa retratada. O que elas têm são generalizações. A gente sabe que nessas ideias de categorizações, por exemplo, muitas narrativas foram sendo criadas. Então, o que eu vejo de transformação nessa ação é a possibilidade desse encontro de narrativas, até uma disputa narrativa, na verdade, de como os povos indígenas podem olhar a sua própria história. Existe na construção das narrativas das imagens essa ideia de exotização, tipificações, critérios que funcionam num campo acadêmico e que para gente às vezes podem revelar uma ideia de racismo nessas escolhas: o que motivou fazer tal imagem? Ou por que fazer uma dada sequência de imagens? Para nós, acessar essas gavetas do museu - e me vem como imagem essa gaveta empoeirada -, poder ver essas imagens, para alguns de nós, pela primeira vez, é algo muito importante. Coisas podem se revelar com esse encontro. Nós sabemos, por exemplo, que algumas dessas pessoas que estão registradas são parentes de participantes desse projeto. São pessoas próximas. Então é como se alguém tivesse um álbum de fotografia da sua família que você nunca teve acesso. O que pode acontecer a partir desse tipo de encontro? Acho que são questões. (CABOCO, 2022. Disponível em:

<https://www.instagram.com/museuparanaense/>)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Também digno de nota é a ocupação Kaingang estabelecida no Parque Histórico do Mate, ocorrida em meados de 2021/2022. Construído na BR-277 no bairro Rondinha em Campo Largo, região metropolitana de Curitiba, o atual Parque Histórico do Mate ocupa uma área total de 317.000m², que chama atenção pela quantidade de árvores nativas, lagoa com peixes e uma área de lazer (construída posteriormente) para crianças. Além do frondoso bosque, o parque conta com um casarão histórico, construído ainda em meados de 1820 no qual estão preservados a roda d'água e demais aparatos utilizados para o soque de erva.

Em razão do tombamento da área, tanto o casarão quanto a área verde passaram por uma reforma, visando restabelecer suas características históricas originais. Em seguida o espaço foi aberto ao público, transformando-se no Museu do Mate, cuja temática de suas exposições exaltava o imaginário colonial, ligado ao ciclo de exploração da erva mate, e suas perspectivas desenvolvimentistas. Majoritariamente frequentado por turmas escolares e demais excursões, o Museu do Mate foi fechado em 2011 devido ao alto custo de manutenção do parque, e a periculosidade do local graças à proximidade com a rodovia.

Dez anos após o fechamento da região, a localidade já em estado de ruína foi ocupada por uma comunidade indígena Kaingang, que com o fechamento da Casa de Passagem de Curitiba, ficou sem local de abrigo durante os meses que vêm à capital vender seu artesanato e comprar produtos da cidade. Motivados econômica e artisticamente, a comunidade estabeleceu-se na região, providenciando a poda do matagal e a limpeza da área, aos poucos a localidade voltou a florescer, e suscitou inúmeros debates tanto na esfera municipal, quanto na esfera estadual, sobre o uso do espaço tombado, e as relações de conservação e pertencimento da comunidade com a região

No período, inúmeros órgãos envolveram-se na discussão, tanto a favor da permanência dos indígenas no território, quando contrários à mesma, neste sentido foram acionadas para compor as mesas de debate. representantes indígenas, moradores vizinhos da região, autoridades legais dos municípios de Curitiba e Campo Largo, representantes da Secretaria do Patrimônio do Estado, da Secretaria da Cultura do Estado e da FUNAI. Ao mesmo tempo, rodaram por plenárias de votação do legislativo de Curitiba, projetos de vereadores progressistas propondo a perpetuidade dos abrigos indígenas, e demais tópicos relacionados aos direitos dos povos originários.

Atualmente a ocupação indígena continua, mesmo que de forma temporária, foram doados

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

aos indígenas banheiros e houve a instalação de saneamento para que estes possam continuar no espaço, uma vez que a ocupação representa uma oportunidade para o município de restaurar a área, e combater eventuais invasões e depredações ao patrimônio. A comunidade se comprometeu a zelar pelo parque e pelas suas construções, ao mesmo tempo em que utiliza das benesses da terra para se sustentar e se fortalecer. Por hora a situação caminha em relativa estabilidade, a presença indígena é tolerada, contrastando com todo o histórico colonialista da região, e enquanto políticas públicas mais abrangentes direcionadas aos povos tradicionais não são aprovadas, cenas como esta tornarão a se repetir por todo país.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao trazer as pautas indígenas para dentro da universidade através do museu, cria-se uma nova forma de estabelecer um diálogo com os povos tradicionais, utilizando-se de uma pedagogia mais abrangente, fora dos padrões da academia, que é capaz de sensibilizar mais indivíduos ao comunicar-se de forma mais direta e generosa. Neste sentido, a arte indígena contemporânea atua como ponte entre os saberes, ao mesmo tempo em que age politicamente dentro da universidade, empoderando os estudantes indígenas e suas trajetórias, que transformados através do conhecimento, tornam-se protagonistas de suas histórias, culturas e luta, saindo da marginalidade, ganhando visibilidade e se contrapondo a colonialidade e suas metodologias de apagamento.

Ademais, considerando as discussões suscitadas pela mostra Netos de Makunaimi, estabeleceu-se uma cadeia de eventos sustentável e produtiva na Grande Curitiba que extrapolou a universidade e o museu. Esta cadeia ao influir em outras instituições culturais, incumbidas do resguardo e comunicação da memória regional, tornou possível para os indígenas retomarem seu protagonismo na construção do passado, elegendo seus próprios agentes de transformação, e marcos de memória. Ao democratizar o acesso a estes mecanismos de registro através da arte e suas discussões, é possível também influenciar núcleos políticos, capazes de atuar diretamente na criação de políticas públicas para estes indivíduos no presente, protegendo as comunidades tradicionais e sua cultura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base as informações levantadas sobre a concepção, curadoria e montagem da mostra Netos de Makunaimi é possível perceber o protagonismo que a arte indígena alcançou

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

dentro do cenário artístico paranaense entre os anos 2019-2022. Sendo assim, é notório o poder que a arte indígena tem de influenciar processos, sensibilizar pessoas e transformar espaços e comunidades, embasando-se de discussões pertinentes ao rompimento da colonialidade e empoderamentos dos povos originários e suas tradições. Fazendo uso do aparato cultural, os artistas indígenas criam uma nova forma de enxergar a brasilidade e seu folclore, destacando o protagonismo indígena na mesma e exaltando a importância de uma maior participação dos povos originários na construção da matriz cultural da nação e de seus instrumentos democráticos.

REFERÊNCIAS

ESBELL, J.: Arte Indígena Contemporânea como Armadilha para Armadilhas. **jaideresbell.com.br**. 2020. Disponível em: <http://www.jaideresbell.com.br/site/2020/07/09/a-arte-indigena-contemporanea-como-armadilha-para-armadilhas/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023

ESBELL, J.: Makunaima, meu avô em mim!. **jaideresbell.com.br**. 2018. Disponível em: <http://www.jaideresbell.com.br/site/2018/08/26/makunaima-o-meu-avo%CC%82-em-mim/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023

ESBELL, J.: Makunaima – O mito através do tempo. **jaideresbell.com.br**. 2019. Disponível em: <http://www.jaideresbell.com.br/site/2019/09/13/makunaima-o-mito-atraves-do-tempo/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023

FREITAS, A.E.C.: NETOS DE MAKUNAIMI: Notas e reminiscências de uma curadoria. **33º Reunião Brasileira de Antropologia**. 2022. Disponível em: https://www.33rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1048. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023

MUSEU de Arte da UFPR – MusA. Catálogo da exposição Netos de Makunaimi: encontros de arte indígena contemporânea. **Youtube**, 13 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WsUzFgMTZEK>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023

MORAIS, D. F. P. de. Acessibilidade da arte ao público deficiente visual: uma ação educativa



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

inclusiva no Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná – MusA. **REVISTA INTERSABERES**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 201–212, 2012. DOI: 10.22169/revint.v2i4.117. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/117>. Acesso em: 23 fev. 2023.

NETOS de Makunaimi: Encontros da arte indígena contemporânea. **MusA – Museu de Arte da UFPR**. 2019. Disponível em: http://www.musa.ufpr.br/links/exposicoes/2019/2019_Makunaimi.html. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023

LUNA, G. A. G. .; FLORES, M. B. R. .; MELO, S. F. Arte Indígena Contemporânea Decolonialidade e ReAntropofagia: Contemporary Indian Art Decoloniality and Reanthropogagy. **Revista Farol**, [S. l.], v. 17, n. 25, 2022. DOI: 10.47456/rf.v1i25.35982. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/farol/article/view/35982>. Acesso em: 23 fev. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

TARÔ E ARCANOS MAIORES: COMPONENTES SIMBÓLICOS DA NARRATIVAS TEXTUAL DO CONTO “HISTÓRIA DA REDENÇÃO DA POBREZA” DE EDUARDO GALEANO

Leticia Arruda

Resumo: O presente artigo pretende relatar e discutir o uso do Tarô com foco nos arcanos maiores para compreender a narrativa textual da obra literária de Eduardo Galeano, em seu livro *Palavras andantes*, especialmente no conto “História da Redenção da pobreza”, em que o autor conta a história de uma vila e suas dificuldades de sobreviver, até que, em certo momento, um homem de nome Felicinto encontra um emaranhado de dificuldades em seu trajeto na vida, sendo que o uso do Tarô vem para simbolizar alguns personagens e suas ações, em particular utilizando os arcanos maiores com 22 cartas, cujo objetivo é auxiliar e prever o futuro. Além disso, será abordado o descobrimento do Tarô, que é um campo misterioso e envolvente. Países como China, Índia, França e Egito fizeram o uso das cartas para descobrir o futuro, como calendário e para jogatinas e notícias da realeza da época. Por esses e outros usos, a migração dessas cartas popularizou-se no mundo do esoterismo e da arte.

Palavras-chave: Migração; Esoterismo; Tarô; Arte; Eduardo Galeano.

TAROT AND MAJOR ARCANA: SYMBOLIC COMPONENTS OF THE TEXTUAL NARRATIVES OF THE STORY “HISTÓRIA DA REDENÇÃO DA POBREZA” BY EDUARDO GALEANO

Abstract: This article intends to report and discuss the use of Tarot with a focus on the major arcana to understand the textual narrative of the literary work of Eduardo Galeano, in his book “Palavras andantes” focusing on the short story “História da Redenção da pobreza” where the The author tells the story of a village and its difficulties in surviving until a certain moment a man named Felicinto finds a tangle of difficulties in his path in life, therefore, the use of Tarot comes to symbolize some characters and their actions using the major arcana with 22 cards whose purpose is to help and predict the future. In addition, the discovery of the Tarot will be addressed, which is a mysterious and involving field, countries like China, India, France, Egypt had the use of cards to discover the future, as a calendar, and even, as games and news from the royalty of time, among these and other uses, the migration of this card popularized the world about esotericism and art.



Keywords: Migration; Esotericism; Tarot; Art; Eduardo Galeano.

INTRODUÇÃO

O percurso deste artigo, pretende desmitificar a história da obra de Eduardo Galeano, utilizando o Tarô como abordagem de reflexão e narrativa textual, para refletir os personagens do conto “História da Redenção da pobreza”, em que o personagem Felicinto passa por diversas trajetórias complicadas. Sendo assim, ao utilizar as cartas do Tarô para especulações e envolvimento da obra, os arcanos maiores serão o foco neste projeto por auxiliarem nesta jornada de descoberta dos personagens, ou seja, o esoterismo será o foco desta busca de enredo que Eduardo Galeano criou ao trazer um compilado de simbolismos do Tarô como um baralho divinatório ocultista, o qual possui fontes desconhecidas de sua criação. Entre o século XV e o XVII o tarô era dita como uma ferramenta de descoberta do futuro, conversa com deuses, calendários e até jogatinas e torna-se chave para analisar esta história que se passa na contemporaneidade.

Desta maneira, a migração das cartas do Tarô para diversos países, torna-se também fonte de especulação neste projeto, visando compreender a arte do esoterismo com foco nas relações humanas; sendo que a subjetividade entre a arte e a vida, mediante o uso do tarô encontram seu auge nas questões de relacionamentos, saúde e trabalho, que estarão presentes neste artigo. Logo, tudo em nossa volta é simbólico e intuitivo, apesar de centralizarmos o racional como a única fonte de descoberta das coisas. Portanto, o aprofundamento no Tarô é fundamental para aprimorar as muitas culturas que permeiam os estudos até hoje.

Portanto, abordaremos o uso do esoterismo como estudo neste artigo, mesmo que a palavra “esoterismo” seja uma noção estritamente ocidental, o termo esoterismo surge pela primeira vez em 1742 por um autor maçom, remetendo a um ensinamento interno, ou secreto, ministrado nas lojas apenas para os integrantes (Laurant, 1995, p.12); neste sentido, compreendemos que a palavra tem um teor de mistério e energia individual do pensamento de cada indivíduo. No entanto, o termo esoterismo contempla outros estudos:



1. O de um caminho ou prática que dirige aquele que o segue a um lugar o qual conteria um tipo superior de conhecimento através do contato direto com a tradição. 2. O de conhecimento rejeitado, marginalizado por uma tradição hegemônica. (FAIVRE, 1994, p.10)

Nestes termos, continuaremos a pesquisa, para que o uso do Tarô se envolva na compreensão simbólica da obra de Eduardo Galeano.

Portanto, o artigo irá resultar na seguinte estrutura para o desenvolvimento da obra: a compreensão da história do Tarô, enfatizando o uso dos arcanos maiores e lembrando os arcanos menores, bem como a história da migração das cartas; além disso, as cartas da sacerdotisa, do louco, do diabo e do mago serão exemplificadas figuradamente como análise visual, logo, envolveremos a história cultural e complementar do esoterismo e simbolismo; analisaremos a narrativa textual da obra “História da Redenção da pobreza” e a inter-relação do simbolismo e do Tarô. Também haverá a reflexão da obra de Eduardo Galeano com o preceito do esoterismo, simbolismo, intuição, com os componentes simbólicos dos arcanos maiores, que terão um papel crucial para relacionar esses símbolos com a história da redenção da pobreza.

HISTÓRIA DO TARÔ

Para darmos início à história do Tarô, é preciso observar que sua origem é desconhecida e mística, ou seja, não existe um fundador do baralho de Tarô para podermos intitular um nome preciso. Neste sentido, a ascendência da palavra Tarô é corruptela de Toth, considerado o antigo deus egípcio da magia e da sabedoria como um possível fundador das cartas. Além disso, são diversas histórias e países das civilizações antigas que fazem parte da construção do legado com que o baralho místico marcou o mundo. Mediante os pensamentos de Aranha (2010, p.1): “O Tarô é um baralho de cartas de origem misteriosa e desconhecida. Sabe-se que sua existência é de no mínimo seis séculos”, portanto, para os pesquisadores desta linha,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

o Tarô teve início no Antigo Egito, no livro de Toth, contudo, não devemos nos limitar somente a esta civilização. Antigamente as pessoas não tinham a facilidade de comunicação, o papel não havia sido descoberto e, portanto, outros estudos acerca da origem das cartas são relevantes. O Tarô também se desenvolveu nas culturas orientais Chinesas, Indiana e Persa, visto que, jogos como dominó e xadrez tiveram sua origem nestas mesmas culturas. Além disso, é neste mesmo período, que a utilização do papel como comunicação foi sendo ampliada para todos os territórios, trazendo, assim, mais especificidades de criação do Tarô em cada cultura, bem como suas diferentes maneiras de pintar, simbolizar e explicar.

Notadamente, o baralho se constitui de 78 cartas, divididas entre arcanos maiores, com 22 cartas, e arcanos menores, com 56 cartas. Foram inseridos mais tarde no baralho, divididos em duas sequências, uma de figuras e outra numérica de 1 a 10, tendo como sua continuação formada pelo Rei, Rainha ou Dama, Cavaleiro e Valete; logo, restaram mais 22 cartas especiais, chamadas pelos italianos como “trunfos” e, pelos franceses, “atouts”, que traduz as cartas que se sobrepõem às outras. Portanto, esta ligação de símbolos e números também está atribuída ao baralho do povo cigano, que já utilizava como arte divinatória em suas viagens.

É possível que haja uma ligação entre a origem do baralho e os ciganos. Alguns historiadores associam as cartas com os ciganos originários do Indostão forçados a sair da Índia, no início do século XV, por Timur Lenk, conquistador islâmico de grande parte da Ásia Central e da Europa Oriental. (Ibidem, p. 12)

Além disso, os ciganos ficaram por um tempo sendo conhecidos por serem os criadores do tarô, porém, esta hipótese perde fama quando a história revela que já existia o jogo de cartas mesmo antes da chegada do povo cigano. Há também teorias de que o Tarô foi criado pelo grupo Mamelucos¹, que invadiram o Egito entre os séculos XIII a XVI, fazendo câmbio com o sul da Europa, migrando o jogo de cartas por toda a Europa.

¹ [...] um grupo de nômades oriundos da Turquia e da Rússia e treinado para lutar ao lado dos exércitos muçulmanos no Egito. [...]. (IRWIN, 1986, apud SANTA ROSA JUNIOR, 2010, p. 12).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Sendo assim, apesar das diversas histórias e pesquisas em torno do descobrimento do Tarô, é fato entender que inúmeros países e civilizações antigas se conectaram e migraram seus estudos sobre o baralho místico, que perpetua até hoje. Apesar disso, sabe-se que não foram nem os chineses e nem os mamelucos islâmicos que “descobriram” o Tarô. Consequentemente, os chineses inventaram as cartas lúdicas chamadas de naipes, e os Mamelucos poderiam ter migrado as cartas para toda a Europa, onde a base de invenção dos primeiros Tarocchi ou Tarô, que são cartas com desenhos representando o cotidiano da realeza do Norte da Itália.

Deste modo, foram diversos países que obtiveram seus conhecimentos próprios sobre o baralho, construindo os seus significados e símbolos pela própria experiência cultural, porém, sua dimensão mundial como um jogo místico e esotérico, associada ao inconsciente e à nossa trajetória de vida guiadas pelos símbolos, imagens e números, são deveras assuntos que discorreremos logo adiante.

O Tarô sempre foi ponte de curiosidade e interesse de diversos pesquisadores, místicos, magos, sacerdotisas sobre sua verdadeira fonte; livros antigos e mapeamento histórico foram revistos por muitos, apesar disso, desvendar sua origem não é tarefa fácil, portanto, ainda sobre o mistério que rege o Tarô, compreendemos que:

Dúvidas sobre o criador original das cartas de tarô, a época e o local da sua criação, o significado de seus símbolos complexos e até mesmo a origem do nome “tarô” há muito tem sido debatido, inspirando tanto uma erudição séria quanto uma especulação insana. [...]. (BEM-DOV, 2020, p. 20)

Sendo assim, mediante as observações de alguns pesquisadores, os primeiros baralhos de cartas surgem na China, com outros jogos como o dominó.

As cartas de baralhos só começaram a existir depois da invenção do papel, a qual os historiadores atribuem aos chineses de mais ou menos cem anos antes do nascimento de Cristo. Muitos historiadores acreditam que os chineses antigos inventaram o baralho e outros jogos como o dominó e o *mahjong*. Com o tempo, as cartas vieram para o oeste através de rotas de comércio e se popularizaram nos países árabes no Oriente Médio. As cartas mamelucas do século XIV, do Egito, são surpreendentemente semelhantes às cartas modernas e às cartas numéricas do tarô. (LOUIS, 2019, p. 27)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Portanto, diversas fontes comentam e geram controvérsias sobre a trajetória do Tarô em diversas civilizações. Segundo Bartlett (2011), teria surgido através dos Cavaleiros Templários; outros afirmam que o conhecimento sobre o tarô apareceu com a chegada dos ciganos. Logo, surge a concepção do “Livro de Thoth”, localizado no Antigo Egito como um campo originário de descobrimento da carta.

Embora sua trajetória histórica ainda cause polêmica entre os pesquisadores e ninguém saiba datar com precisão sua origem, há evidências que permitem descobrir várias pistas confiáveis. Supõe-se que o Tarô nasceu com o advento da impressão no século XV e, sobretudo, com o desenvolvimento da xilogravura. Segundo os historiadores, teria surgido há cerca de quinhentos anos e, portanto, em teoria, remontaria à época do Renascimento. Embora os baralhos de tarô europeus tenham se inspirado nas cartas dos mamelucos islâmicos, das quais seriam primos distantes, o Tarô teria aparecido, de fato, na Lombardia do século XV, por volta de 1420, [...]. (PARISSE, 2020, p. 9)

Enfatizamos neste artigo que é improvável “descobrir” quem realmente criou o tarô para o mundo, evidenciamos que o Tarô é um baralho místico com o intuito de promover o uso da intuição, simbolismo e subjetividade do homem no mundo e também que foi criado e desenvolvido por um multiculturalismo universal, baseado em civilizações antigas. O simbolismo e o Renascimento Italiano foram marcas importantes para que o Tarô se transformasse em um campo privilegiado do ocultismo, ou seja, foi nesta época que aconteceu a mudança de pensamento do Teocentrismo para o Antropocentrismo, uma característica importante para que o reconhecimento do Tarô se popularizasse na Europa, ou seja, não negamos que o Egito, Índia e China tiveram importantes destaques na construção do baralho, compreendemos que foi necessário a junção de várias culturas para que o único entendimento do Tarô fosse o de desmitificar as fases do seres humanos na vida, compreendendo sua trajetória na vida, baseada em dores, sofrimento, vida, morte, alegria, amor, saudade, equilíbrio, força, medo, coragem, intuição, sorte; tais palavra sugerem importantes paralelos entre o homem e o divino no mundo, contudo, o a concepção de um Deus único em palácio com ouros e joias centralizado na religião católica, de certa forma, é questionado pelo Tarô, que traz à tona os caminhos que cada pessoa pode seguir, por sua própria escolha de vida.



APRESENTAÇÃO DO TARÔ

Neste item, faço uma breve apresentação do baralho de Tarô de Rider Waite. Antes, precisamos relatar que não existe um único baralho correto para a leitura das cartas, pois, até o começo do século XX as cartas existiam apenas em contextos culturais extremamente restrito e utilizavam sua função como cartomancia, portanto, o baralho mais conhecido atualmente, mas que não será o baralho que iremos utilizar para análise deste projeto, é o Tarô de Marselha, inventado no século XIV, quando ao *Trunfos*-Tarô foram acrescentados quatro arcanos maiores no baralho, no norte da Itália, tornando-se popular em três cidades: Bolonha, Ferrara, Milão. Logo depois da repercussão, diversos conheciam a história do Tarô, começando pelo baralho de Marselha, berço renascentista Italiano e antropocêntrico da época.

Porém, a expressão “Tarô de Marselha” recebeu este nome no século 1856 por Romain Merlin, livreiro e historiador de Tarô da época. Segundo Godo (2020, p. 9):

Para dar nome a uma variedade de designs intimamente relacionados que estavam sendo criados na cidade de Marselha, ao sul da França, desde meados do século XVII – por exemplo, o Tarô de Jean Noblet (1650); o de O Taro de Marselha; O Tarô de Marselha de Jacques Vieville (por volta de 1650); o de Pierre Madenier (1709); o de Jean Dodal (por volta de 1715); o de Nicolas Conver (1760); e o Tarô de Marselha de Grimaud (1930), o mais famoso de todos.

Dessa maneira, o seguinte artigo irá se debruçar sobre o baralho de Rider Waite. O criador do Tarô de Rider Waite se intitula Dr. Arthur Edward Waite, considerado o grão-mestre da ordem Aurora Dourada, ordem hermética fundada em 1888, grande ocultista renomado da época, conhecido também como o recriador do Tarô, visto que, sua interpretação do Baralho é mais enriquecedora de simbolismo e números que fazem parte do jogo.

O Tarô foi desenhado pela artista visual e também membro da ordem Pamela Colman Smith, suas iniciais “PCS” estão marcadas em todas as cartas do Tarô. O Baralho de cartas possui 22 Arcanos Maiores e 56 Arcanos Menores. Não existe uma



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

fonte verídica, a maioria das histórias contam que os 56 baralhos foram incorporados no jogo mais tarde, também existindo uma sequência de Rei, Rainha ou Dama, Cavaleiro e Valete. Podemos conferir as configurações emblemáticas que circulam entre os diferentes arcanos.

Não se sabe ao certo a origem das cartas do baralho tradicional. Nem se pode afirmar, com certeza, se o conjunto dos 22 trunfos ou Arcanos Maiores - com seus desenhos emblemáticos - e as muito bem conhecidas 56 cartas dos chamados Arcanos Menores - com seus quatro naipes - foram criados separadamente e mais tarde combinados num único baralho, ou se, desde seu nascimento, tiveram a forma de um baralho de setenta e oito cartas. Existe, no entanto, um ponto de concordância entre a maior parte dos estudiosos: raros imaginam que se trataria de alguma manifestação ingênua de “cultura popular” ou de “folclore”. Ao contrário, a abstração das 40 cartas numeradas, bem como as evocações simbólicas dos trunfos, permite associações surpreendentes com inúmeras outras linguagens simbólicas. (Compilação de Constantino K. Riemma https://www.clubedotaro.com.br/site/h22_1_origens.asp)

Portanto, iremos enfatizar nesta pesquisa os 22 arcanos maiores do Baralho de Rider Waite, são eles: O Louco, O Mago, A Sacerdotisa, A Imperatriz, O Imperador, O Hierofante, Os Amantes, O Carro, A Força, O Eremita, A Roda da Fortuna, A Justiça, O Enforcado, A Morte, A Temperança, O Diabo, A Torre, A Estrela, A Lua, O Sol, O Julgamento, O Mundo. O conhecimento do Baralho do Tarô para fins esotérico e divinatórios foram descobertos para esta utilização mais tarde, pois, na realeza, o uso das cartas estavam estritamente ligados ao cotidiano da corte da época, como casamentos, roupas e notícias do rei para o povo.

Sejam os baralhos de Tarô para fins lúdicos, dos que são para fins herméticos e autoconhecimento, ficou definido que, o termo Trunfo ficaria sendo utilizado às cartas lúdicas, já às cartas ocultas, o termo seria então, o Arcano. Dado os fatos, entendemos que o Tarô não nasceu com fins místicos, e sim, tão somente, com o propósito de contar os fatos sociais da época, sobretudo, da nobreza renascentista, através de imagens pintadas, estampadas em cartas e utilizadas em jogos lúdicos, que mais tarde seriam, sim, utilizadas também à arte da divinação” (NAIFF, 2020, p. 28 e 29)

O Tarô é uma ferramenta precisa e preciosa para aqueles que manipulam, o sentido lúdico e mágico sobre as cartas são existentes quando o jogo está centralizado na vida da pessoa que consulta. O acesso ao EU - INTERIOR é o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

aspecto mais preciso que as cartas trabalham, pois cada imagem e cada símbolo que nela surge tem relativos preceitos importantes sobre nossa vida e nossas ações, mensagens intuitivas e adivinhatória para podermos caminhar em passos firmes e confiantes em nossos sonhos e vontades internas.

TARÔ RIDER WAITE

Os 22 Arcanos Maiores



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>



Figura 01 - Taro de Rider Waite, fonte:

<http://tarotoraculomilenar.blogspot.com/2011/06/arcanos-ocidental.html>

O Tarô pode ser considerado um livro visual com símbolos e números, que rege sempre um personagem com movimentos e significados sobre os objetos e a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ação, ou seja, ao interpretar cada carta o leitor sugere a si um olhar mais intuitivo e subjetivo sobre as cartas, isto é, a necessidade de querer saber sobre a vida e os caminhos podem esotericamente ser descobertos para aquele que interpreta.

Tudo está relacionado a cada imagem, número e história que acompanha cada peça, sendo que, cada um tem um propósito singular e criativo particular dos 22 arcanos maiores, que aparentemente não tem nada em comum entre eles, porém, se completam e se unem contando uma história grafada em qualquer ser humano no mundo. Seja vivendo seus amores, dores, momentos, lembranças, perdas e sucesso, a capacidade que cada ser humano tem de viver a sua vida e de certo modo, escolher o seu caminho é inerente a qualquer um, isto é, as cartas auxiliam em conjunto com a intuição a harmonização do seu atual momento de vida, abrindo uma visão sobre algo ou alguma coisa que Nós-Eu não costumava enxergar.

Sobretudo, cada signo contido na carta do Tarô equivale a um significado subjetivo e instintivo daquele que interpreta, isto é, fases da vida que lidam com saúde, relacionamentos e trabalho.

Vamos agora apresentar algumas cartas dos 22 Arcanos Maiores e seus receptivos significados.

A NARRATIVA DO TARÔ

O Tarô pode funcionar como uma carta enigmática e oculta, ou seja, um baralho com imagens e símbolos que possuem significados e sentidos para situações cotidianas da vida. Neste caso, utilizaremos como fonte de pesquisa as 22 cartas dos Arcanos Maiores, nos quais podemos compreender que este conjunto relata uma situação futura mais precisa da vida daquele que a interpreta, segundo Aranha (2010, p.17), “Tudo se relaciona a partir da exclusividade de cada imagem, de cada detalhe desenhado minuciosamente, tecendo um propósito criativo na sequência lógica e particular do caminho dos 22 Arcanos”, ou seja, mesmo cada carta possuindo o seu lado particular, elas possuem algo em comum no seu todo, símbolos ocultos e uma narrativa da história.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A utilização das imagens como um fator de adivinhação faz parte de uma narrativa que acompanha a evolução dos homens desde sempre, pois os seres humanos necessitam transmitir mensagens e se conectar ao conhecimento; cada carta conta uma história sobre algo e sobre alguém, além disso, os Arcanos Maiores são fontes importantes de destaque para esta história, visto que os 22 Arcanos são mais precisos sobre cada particularidade da vida das pessoas e as fases que cada ser humano passa para evoluir, logo, compreendemos narrativa segundo a perspectiva de que ela:

(...)está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, nunca houve em lugar nenhum povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas. A narrativa está sempre presente, como a vida.” (BARTHES, p.103-104)

Contudo, ao nos debruçarmos sobre o estudo do Tarô, como mistério, oculto, esotérico, místico, entre outros adjetivos pertinentes, compreendemos que este desconhecido pode falar, que as imagens e os símbolos que cada carta propõe pode comunicar situações que não conseguimos enxergar. Este desafio começa a ser decifrado quando compreendemos que a palavra “Arcano” significa “Mistério”, esta obra silenciosa traz interpretações enigmáticas, que estão vinculadas ao nosso cotidiano. Portanto, se invertemos as letras da palavra Tarô, construímos outra palavra chamada “ROTA”, o que Oswald With intitula como caminho simbólico para a compreensão dos 22 ARCANOS, no entanto, ROTA traz o sentido de distribuir os 22 arcanos de maneira circular a começar pelo arcano 1 e terminar no Arcano 22 ou 0.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Carta 02: A Sacerdotisa

O enigma posto nesta carta, faz jus à sua simbologia, uma mulher sentada em um trono, em seus pés tem a lua, e ambos os lados possuem cores diferentes, lembrando o yin e yang, esta carta é o símbolo da intuição, da energia passiva, e do inconsciente, tem total conhecimento sobre a sabedoria interna, o mistério, a quietude, indicando que temos que parar e ouvir a voz interna em nós mesmos, além disso, é uma carta que estimula as situações externas a se moverem.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Carta 15: O Diabo

Uma das cartas mais temidas do baralho, quando aparece o The Devil para o jogo os relacionamentos estão postos sobre a mesa. Simbolicamente, nota-se um homem e uma mulher juntos, relacionando-se com a imagem católica de Adão e Eva, pois os dois estão acorrentados, por vontade própria; visualmente nos deparamos com a ideia de um relacionamento tóxico, abusivo, violento. A carta do diabo, é uma carta misteriosa, pois, é um ícone que está em nossa vida, porém, a ideia de existir um diabo é negado por alguns por estar relacionado com a religião católica, e mais: á mentira, aos vícios, ao medo, à persuasão, à falsidade, à maldade, ao egoísmo, à violência, que são aspectos negativos que envolvem esta carta e tudo aquilo que existe em nosso mundo.

Desta maneira, analisaremos, quatro cartas: o Louco, Mágico, a Sacerdotisa e o Diabo para compreendermos que as cartas do Tarô representam uma concepção do lúdico e da arte divinatória, ou seja, um simbolismo advindo do inconsciente humano nos revela fatos de nossa vida que não compreendemos, mas que estão acontecendo. Portanto, seguiremos para o próximo tópico para entender melhor esta concepção.

O SIMBOLISMO E ESOTERISMO NO TARÔ



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O simbolismo tem fontes de nascimento no século XVIII e constituiu seu crescimento no século XIX, logo, a revolução industrial nasceu para compreender o mundo de uma maneira efêmera, rápida e fugaz, ou seja, foi neste crescimento das máquinas e da necessidade do homem em trabalhar em produzir rapidamente e sem a necessidade de pensar sobre ele mesmo no mundo, que a humanidade constrói um conceito diferente, o simbolismo, nascido para significar as situações humanas através da arte, questionando, refletindo este homem e o mundo em que habita.

A contemplação da palavra “esoterismo” contém fontes diversas e repletas de segredos e contradições, indícios de que, segundo Jean-Pierre Laurant, o termo “Esoterismo” surge pela primeira vez em 1742 num autor maçom², “.. e lá remete a um ensinamento interno, ou secreto, ministrado nas Lojas apenas aos seus integrantes” (cf. LAURANT, 1995, p.12). Com esta descoberta, a palavra *esoterismo* possui outros sentidos, como: 1) O de um caminho ou prática que dirige aquele que o segue a um lugar o qual conteria um tipo superior de conhecimento através do contato direto com a *tradição* ou 2) o de conhecimento rejeitado, marginalizado por uma tradição hegemônica (cf. FAIVRE, 1994, p.10). Os estudos das escolas e dos métodos que eram aprendidos poderiam ser uma fonte importante de contato com o esoterismo, o estudo do místico e do oculto eram uma maneira de alcançar o lugar que se quer atingir.

Portanto, sabe-se que apesar dos estudos sobre esta palavra na filosofia ocidental, tudo que contém a palavra “esotérico” é rejeitado como algo negativo, portanto, este pensamento é onipresente do homem que não quer pensar fora da caixa e alega que tudo está no dogma da religião. O pensamento do homem é racional, sendo ele mesmo que determina aquilo que entra no campo como aceitável ou passível de estudos.

O Julgo da Teologia acerca do esotérico o tornara periférico ou excluído; entretanto, o desmantelamento do lastro que sustentava a hegemonia da Teologia fez surgir um campo vasto passível de inúmeras abordagens, sem a necessidade da Teologia para acessá-la. Ou seja, foi primeiro necessário “ir para fora” do teológico, para acessar o esotérico por meio dele mesmo (o interno), ou seja, desde a perspectiva - no sentido

² La Tierce, Nouvelles obligations et status de la très vénérable corporation des francs maçons, 1742.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mesmo de visão - do esoterismo, recuperando-o do exílio, do claustro teológico. (VIEIRA, Santana, 2014, p. 5).

Tudo está na questão de dentro e fora, aquilo que faz sentido para eu expressar para o mundo e naquilo que eu realmente acredito que seja verdade, e que muitas vezes está oculto sobre os meus próprios pensamentos, por medo, e receio da negação das pessoas que não se adentram ao desconhecido. Trabalhar o nosso instinto é não esquecer que somos humanos, vivemos em um mundo onde presenciamos o racional como maneira de compreender a vida, e esquecemos da veracidade de que nosso instinto trabalha a nosso favor, pois o nosso pensar e agir está inteiramente ligado ao que pensamos. De acordo com Jung (2013g, p. 230), “As formas de pensar e agir do ser humano não seriam fruto do acaso, mas seriam influenciadas por trilhas de possibilidades pré-estabelecidas, presentes na própria estrutura do cérebro”, sendo assim, Freud compreendia que o instinto sexual era fonte potencial de desenvolvimento da mente do homem, logo, diferente de Jung, o mesmo pensa que existem outras fontes de instintos.

Basicamente, existem grupos de instintos que Jung propõe como reflexão: o instinto de autopreservação, da preservação, reflexão, ação, criatividade; neste ínterim, iremos relacionar o instinto da reflexão como forma de união com os elementos de interpretação do Tarô, pois é pelo uso das cartas do baralho que fazemos associações que confrontam nossa vida. Segundo Gonçalves(2021, p. 120) “o que leva a uma maior variabilidade de suas respostas, funcionando como uma espécie de raciocínio instintivo, que está na base das produções culturais mais complexas”, ou seja, é através do instinto de reflexão que permeia os hábitos cotidianos que atingimos a compreensão sobre o rumo da vida, portanto, o uso do Tarô como um baralho místico está voltado para a reflexão dos nossos atos presentes e futuros. Assim demonstra o pensamento de Naiff (2020, p.13),

Quanto à sua literatura propriamente dita, registros nos mostram que por muitos séculos o Tarô foi utilizado simultaneamente, tanto de forma lúdica quanto espiritual. É importante observar esse aspecto, pois na Europa ainda se utilizam as cartas do Tarô para torneios de jogatina. Por isso, em francês, para se definir a forma de utilização das cartas, se diz: tarot a jouer (tarô para brincar, jogar) ou tarot divinatoir (tarô para adivinhar, ler). Em toda a América



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

do Sul e Central, onde não há a cultura de “brincar” com o tarô, algo parecido com o famoso jogo do buraco, não se faz essa distinção, pois é tido como algo intocável e sacralizado. Contudo, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, quem faz uso da jogatina não utiliza o oráculo e vice-versa. É tudo uma questão de crença e cultura.

Portanto, é a partir das cartas lúdicas e esotéricas que compreendemos, através da nossa intuição, os simbolismos que cada revelação mostra para nosso dia. A tiragem de cartas feita pela pessoa que estuda tarô é compreendida por vários aspectos, entre elas estão o uso da intuição como maneira de interpretar o simbolismo existentes que se relacionam com o mentalizado, e a reflexão sobre o que a pessoa que pediu a leitura espera, pois a conexão parte da sintonia das duas.

As mulheres que dominavam sobre a arte da adivinhação eram chamadas de cartomantes³. Mulheres e homens iam atrás das consultantes das cartas mágicas para saber sobre saúde, relacionamento e trabalho. Contudo, a aceitação das mulheres no ciclo ocultista só aconteceu no século XIX, sendo desta época os primeiros registros de tarô como preceito divinatório.

Contudo, o uso das cartomantes para a leituras de cartas, significou uma desconstrução da misoginia e sexismo, marcando a história da luta feminista, pois, é com este debate que o esoterismo se revela uma arte divina oculta. Os simbolismos nas figuras das cartas que decodificam verdades da vida alheia, o presságio, o aviso, aspectos que também resultam de reflexão sobre os próprios atos, tornam-se parâmetros importantes para levarmos o Tarô para outro patamar de compreensão. Além disso, os personagens que atuam em cada carta estão revestidos de contos e histórias que se reproduzem em nosso cotidiano.

HISTÓRIA DA REDENÇÃO DA POBREZA

³ Um fato curioso: somente os homens podiam ilustrar e produzir as cartas do Tarô, as quais só utilizavam em sua forma lúdica, enquanto as mulheres jogavam também em sua forma oracular. Podemos assegurar que o Tarô adivinhatório (oráculos, espiritualidade) era essencialmente uma arte feminina e, talvez, por estar inserido em uma sociedade misógina, as ocultistas tenham de recusar a estudar sua rica simbologia (NAIF, 2020, p.13).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A Narrativa é uma história que está em nossa vida, um contador de história precisa sempre relatar os fatos, os personagens e os momentos em que se passa o enredo. Sobre isso, o escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, caminhou em passos firmes e lúdicos quando escreveu o livro *Palavras Andantes*, uma obra de 2017 (1ª ed.), as gravuras são de José Francisco Borges, com um toque da tradição do cordel. Um livro lindo, simples e folclórico. Muitas das histórias descritas por Galeano são de cunho humilde, simbolistas, com imagens que desenharam o pensamento do leitor em se aprofundar na obra, em que aparecem animais, pessoas, roupas, situações cotidianas, relacionamentos, morte, saúde e mistério, para enumerar algumas das palavras abarcadas por este livro.

Sobretudo, compreender a obra está muito além do que ler e interpretar, afinal o leitor se sente imerso e aflito em cada palavra de Galeano. A história é corrida, explicativa e, além de tudo, enigmática. O brincar com a situação de miséria vem carregado de questionamentos e significados folclóricos em cada conto. Diante disto, iremos analisar o conto “História da Redenção da Pobreza”, que se inicia na página 173. Primeiramente, ao abrir este capítulo da obra, você se depara com figuras interessantes feitas pelo artista J. Borges; logo na primeira página você encontra mulheres carecas ao redor de uma pedra, com gestos de religiosidade, como se tivessem rezando para alguém, logo, os homens estão ao lado erguendo as mãos, como se quisessem tocar nas mulheres. Ao lado, você encontra a foto de um homem com dois chifres e uma cauda, simbolizando a imagem de um demônio, ele está carregando um animal que lembra um caranguejo.

De acordo com esta primeira página do conto, podemos referenciar vários detalhes simbólicos que o Tarô atravessa em cada carta. Porém, iremos analisar este fato ao final deste capítulo para compreendermos melhor; seguiremos com a contação da história para conhecer o seu todo. A história começa com a seguinte citação:

O derradeiro galo já tinha virado sopa. As viúvas cavavam a terra à procura de grãos; e encontravam lixo. A aldeia estava nas últimas. Não havia mais nenhuma única moeda para pagar os mercadores que muito de vez em quando passavam por ali. Eles cobravam levando a única coisa que havia; as mulheres ficavam com cabeça raspada e os homens com um rim só (GALEANO, 2007, p. 173).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Neste episódio, vemos a alusão que dialoga com as imagens que estão no começo da obra, em seguida, Felicinto, que é o protagonista da história, entra em ação, para transbordam as dúvidas e questionamentos.

Em plena noite, Felicinto foi pescar alguma coisa para aliviar a fome. Ia a caminho do rio, quando de repente o mato despencou em cima dele e o encurralou. Os tentáculos cheios de espinhos cortaram-lhe o passo e atacaram. Felicinto se defendeu a golpes de facão, mas os galhos cortados tornavam a se unir e o matagal cortado tornava a se erguer. E o mato já o estava devorando, quando de repente uma língua de fogo abriu caminho para Felicinto, no meio do emaranhado (GALEANO, 2007, p.173 e 174).

Felicinto, nesta história, é o protagonista, ele caminha sozinho por um certo momento, até que encontra um companheiro que segue com ele a viagem, um desconhecido. O viajante que está com Felicinto era um homem lavrado de diamantes e com chapéu de peão que de tão grande que escondia o rosto.

Não trocaram nenhuma palavra. No meio do caminho, o caminhante parou para fumar. Não ofereceu, e Felicinto teve a atenção chamada para o estilo: o homem arrancou um dólar da orelha, esfregou-o contra a unha, fez chama. Quando acendeu o cigarro, todas as suas roupas se iluminaram feito brasa ardente, da única bota ao chapéu de Jalisco, empetecado de joias. (GALEANO, 2007, p. 174 e 175).

A história transmuta do enredo e passa para o lúdico, ou seja, o homem que caminha com Felicinto é um desconhecido, com a magia em suas mãos, o místico e o esotérico, aquilo que não podemos compreender a olho nu e que está repleto de símbolos. Portanto, antes mesmo de Felicinto observar aquelas joias e pedir um empréstimo para comprar comida, o galo canta quando o homem misterioso acende uma chama de fogo na palma da mão, e encendei-a tudo o que é visto, terra, árvores. Esta parte da história é marcada de tragédia, segundo Galeano (2007, p. 175), “Era o último galo da aldeia, o galo sacrificado, cantando da morte: cantava fora de hora, pelo puro prazer de incomodar. E assim que o cacarejo rompeu a noite, o luxuoso cavaleiro desvanece-se no monte”. Por fim, o estranho personagem que se uniu à caminhada de Felicinto era um mago? Bruxo? Demônio? Muitos questionamentos sobre quem poderia ser este personagem.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Ao longo da história, o protagonista não consegue mais sobreviver na terra, pois tudo estava queimado, e não havia mais onde pescar e nem dormir. Depois do momento turbulento, entre as queimadas, ele encontra a dama da noite que lhe fez um trato, por Felicinto não pedir nada em troca para o diabo, a mulher de véu preto lhe ofereceu pedras em troca de um beijo, logo, em todo o local que ele observava podia colher pedras.

No dia seguinte, Felicinto encheu um saco de pedras, jogou-o às costas e começou a caminhada para a cidade de Oaxaca. Caminhou vários dias, curvado pelo peso. E num mercado dos subúrbio, sentado no chão, anunciou sua mercadoria. Desde o amanhecer, Felicinto passou gritando: - *Pedras! Pedras!* Ninguém comprou. (GALEANO, 2007, p. 177).

Ao longo da história, o protagonista não consegue vender as pedras, e no caminho para um lugar sem rumo, encontra uma senhora que aparece como um vulto, ela lhe oferece uma comida e uma máscara para que se esquentasse do frio, logo, o louco volta para o seu caminho sem destino e continua um trajeto de ida e sem volta, sem olhar para trás, encontra a sorte no caminho, ele coloca a máscara. “Com isso, cubra a sua cara, que é o que tem de mais despido” (GALEANO, 2007, p. 177). Dessa maneira, ele esquece quem era ou o que já foi no mundo e passa a assumir outra identidade.

A máscara que lhe foi dada era um símbolo de que nunca mais Felicinto pode se desfazer, pois, ao caminhar para outros trajetos em sua vida sem direção encontra um grupo de homens que observa dormindo.

Felicinto não tinha visto que havia outros homens dormindo no calor. Eles despertaram antes dele, com as primeiras luzes, e ao vê-lo, gritaram: - O diabo! e perderam-se em disparada no horizonte. A gritaria fez com que ele pulasse. Felicinto viu aquele pessoal voando na poeira, e num prado vizinho viu algumas mulas pastando. Os ladrões haviam abandonado, nos alforjes das mulas, os lingotes de ouro do banco que tinham assaltado. (GALEANO, 2007, p.177)

Em suma, a história da redenção da pobreza é um conto fantástico de mistério, fantasia, folclore, superstição e tem um enredo muito forte no inconsciente



do homem e seu caminho no mundo, como um viajante sem rumo em busca de comida. Portanto, analisaremos a relação simbólica que as cartas do Tarô têm em comparação com a história relata.

OS ARCANOS MAIORES E OS SÍMBOLOS DA HISTÓRIA

A princípio, o conhecimento sobre o baralho Tarô de Rider White tornou-se o viés para que se fizessem a comparação com o conto de Eduardo Galeano, “A história da redenção da pobreza”, . Quando me propus a pesquisar o Tarô, cartas nos quais eu jogo faz dois anos, eu compreendi que o caminho de qualquer ser humano é entendido por suas relações e pela sua ação de aceitar o seu próximo caminho, e sobre isso é que a relação do conto com o tarô se faz.

Em todo o trajeto da história, Felicinto está à procura de comida e de um lugar para morar. Morando em uma vila sem condições e prestes a ser invadida pelos policiais, ele teve a escolha de caminhar sem rumo à procura de comida, nisto o símbolo de caminhar sem rumo ganha significado com a carta do Louco dos arcanos maiores, sendo a primeira carta do baralho. Segundo Eliana Sousa, do blog Tarot Farm:

Quando o Louco estiver em sua tiragem de tarot, esteja pronto para viver o momento. Ele aponta para um novo começo emocionante, que envolverá assumir riscos. Esteja aberto a essa oportunidade e tenha fé no caminho à frente. A recompensa por dar o salto de fé tem potencial ilimitado. Mesmo que o Louco não venha com uma promessa de sucesso, ficar parado para sempre impedirá que você alcance todo o seu potencial. (SOUSA, 2022)

Neste íterim, observamos o trajeto do protagonista e entendemos que sua ação na história transmuta com a do Louco, sem saber para onde ir, somente atrás do que precisa naquele momento, sem olhar para as consequências, ou seja, Eduardo Galeano cria um personagem viril e sem conhecimento sobre as circunstâncias que a vida poderá mostrar. Logo, no decorrer da história, outro viajante faz companhia para Felicinto, porém, em nenhum momento os dois trocam olhares, então, com a ação do galo que está se preparando para a morte, o homem se revela



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

um mágico, mago ou até mesmo um demônio. Ou seja, o fogo nas mãos, inesperadamente, queima pedaços de terras com frutos e lugares para descanso e com esta magia o personagem some e fica somente a destruição.

Apesar disso, Felicinto continua caminhando à procura de comida e um local para dormir, não encontra e fica desolado, no meio do caminho, encontra um vulto de uma mulher com véu preto, que se chama dama da noite e enfeitiça o personagem e diz que ele pode conseguir tudo o que deseja, pois em nenhum momento ele pediu nada para o demônio. Nesta parte do enredo, podemos considerar que a dama da noite é uma feiticeira ou a sacerdotisa, que se encontra também no tarô, visto que, a carta 2 dos arcanos maiores simboliza a intuição, o recebimento do inconsciente. Esta carta simboliza o yang e yin, possuindo todos os elementos de transformar a realidade externa. Com isso, o personagem caminha com um amontoado de pedras nas costas à procura de alguém para comprar.

Todavia, Felicinto caminha devagar e com pedras em suas costas, de modo a trocar por dinheiro ou comida, mas não encontra ninguém que queira e, no meio do caminho, sozinho e com fome, encontra novamente uma senhora. Ela está comendo um empada, que oferece para ele, que aceita um pedaço. Quando ela entrega a comida também mostra uma máscara. Contudo, Felicinto aceita a máscara, para cobrir o rosto; “Com isso, cubra a sua cara, que é o que tem de mais despido” (GALEANO, 2007, p.177), assim a mulher diz, e desaparece. O protagonista coloca a máscara e volta para a aldeia. Ao dormir no trajeto, um grupo de rapazes se assusta com a imagem de Felicinto, pois ele tinha se tornado um demônio, havia chifres em sua cabeça e uma cauda pontuda.

Afinal, a história não poderia se tornar algo tão diferente do que o baralho do Tarô, que simbolicamente remete a fases de nossa vida, em que, certa vezes, somos um demônio, um louco, uma sacerdotisa, um mágico, e conforme caminhamos em nosso trajeto nos modificamos, pois o nosso cérebro funciona pela ação do corpo e pela objetividade da mente, e nesta relação de reflexão surge a intuição, que nos guia. Com isso, nesse paralelo entre o Tarô e o conto de Eduardo Galeano, estabeleço os componentes simbólicos que cada história, seja ela fictícia, folclórica, possui. Em



síntese, se até os contos têm símbolos que nos traduz a vida, por que de fato o tarô não será um meio de relacionar a nossa vivência?

CONCLUSÃO

Como resultado esperado deste artigo, o simbolismo foi uma vertente que passou por diversos episódios de compreensão para se tornar o que tanto utilizamos em nosso meio, logo, o Tarô convoca este entendimento para que nós possamos transicionar entre os dois mundos, a descoberta dos símbolos com a utilização das cartas do Tarô; portanto, as imagens e números que cada carta dos 22 Arcanos maiores revela são imagens efetivas, intuitivas que levam à descoberta de revelações da nossa vida e dos objetivos, como também em relação à saúde, aos relacionamentos e ao trabalho. Esses parâmetros são utilizados pelas cartomantes a fim de descobrir algo que por muitas vezes está em nossa visão e não conseguimos perceber.

Logo, a história de Eduardo Galeano, em seu livro *Palavras andantes*, especificamente no conto "História da Redenção da Pobreza", tem como primícia a vida de Felicinto, um homem comum, que está em busca de casa e comida. Durante todo o trajeto deste personagem na história, compreendemos que as cartas do Tarô simbolizam o trajeto de vida, logo, evidenciamos que a carta do Louco relaciona com a situação inicial de Felicinto nesta história, indeciso, aflito, curioso, preocupado, aventureiro, aspectos inerentes à simbologia do Louco, no decorrer da trama, notamos, ainda, o aparecimento de outro personagem, sem identificação, mas, em sua única ação na história, mostra que é supostamente um mágico que está guiando Felicinto para algum local. Quando o mágico traz o caos, o protagonista não vê saída e continua caminhando.

Neste impasse, sem saber para onde ir, encontra uma mulher misteriosa com um véu preto entre o rosto, que lhe oferece um beijo e comunica palavras de poder para sua vida, quando ela aponta para um monte longe da vista dos dois, pedras surgem, portanto, a Feiticeira surge na trama ou a sacerdotisa, que vem para indicar intuição e aproximação com a sabedoria, pois, por muitas vezes Felicinto na história



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

caminhava e não percebia, somente enxergava o que era necessário para ele naquele momento. Logo, Felicinto fica radiante e leva todas as pedras que consegue carregar, chega em um vilarejo e custa a vender e, por fim, não consegue; novamente, segue o rumo, perdido e sem saída.

No decorrer do caminho, encontra uma mulher idosa, que não mostra a face, oferece pão e uma máscara, dando a entender que, ele precisa cobrir pelo menos o rosto para não passar frio. A questão dos Arcanos Maiores que está sendo analisada nesta história é: quem poderá ser esta senhora misteriosa? Um demônio? Abraçando esta concepção como simbólica, entendo que a mulher velha que lhe entrega a máscara é um demônio que lhe transfere um fardo que ele precisa carregar pelo resto da vida, assumir uma identidade que não é sua e, mesmo assim, viver acorrentado na riqueza e na fartura.

Embora esta história de Eduardo Galeano, seja um conto para encantar, justificar e até mesmo refletir, compreendo que esta história tem muitos aspectos semelhantes em nossa jornada como seres humanos, ainda mais quando utilizamos o Tarô mágico para mostrar nossa “sorte”, ou seja, mostrar o que não conseguimos ver. Esta é a verdadeira maneira que entendo o tarô: um baralho esotérico, repleto de mistérios e que nos completa com perguntas sugeridas através dos símbolos. Dessa maneira, utilizamos a nossa intuição e os aspectos que envolvem nosso cotidiano para revelar a verdade por trás de cada carta. Enxergar menos e perceber mais.

Enfim, o artigo trouxe para esta pesquisa contribuições veementes, verdadeiras e interessantes para o mundo. A história do tarô torna-se um mistério, pois, apesar de nascer em berço de uma mistura multicultural e migratória e, ao mesmo tempo, ser fonte artística de contemplação, os desenhos de cada símbolo do tarô foram criados intuitivamente e advindo de uma mulher com fortes traços de uma repreensão social na época, ou seja, as mulheres não podiam ler o tarô, eram proibidas, pois não eram dadas como dignas, logo, este cenário mudou, e as cartomantes mulheres são atualmente as que conquistam este patamar. Também temos a linda obra de arte do livro de Eduardo Galeano com seus contos, que reverberam reflexões sobre a nossa sociedade e sobre nós mesmos. Foi nesse sentido que aqui se propôs entrelaçar esses mundos e correlacionar a perfeição que



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

é relatar uma história traçada por outras mãos e outros olhares, mas que permanece única para aqueles que utilizam o Tarô e o Conto “História da redenção da pobreza”, que se tornam únicos graças ao olhar de um espectador que caminha com suas próprias bagagem no mundo e que, dessa maneira, pode tirar sua própria sabedoria sobre o ocorrido.

Neste ínterim, abraço a arte de poder relatar e refletir os arcanos maiores, em contraponto com a obra de Eduardo Galeano, é neste aspecto subjetivo que utilizamos para nossas vidas premissas importantes do nosso trajeto como seres humanos, o conhecimento da sabedoria sobre todas as coisas no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAURANT, Jean-Pierre. **O Esoterismo**. São Paulo: Paulus, 1995.

FAIVRE, Antoine. **O Esoterismo**. Campinas. SP: Papyrus, 1994.

ARANHA, Roberta Heinemann de Souza. **Os arcanos maiores do Tarô e a pintura simbolista do séc. XIX: uma visão interpretativa da correlação arquetípica**. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em Artes da UNICAMP, Campinas - SP. 2010. Disponível em: <http://repertorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/284920>.

BEM-DOV, Yoav. **O tarô de Marselha revelado: um guia completo para o seu simbolismo, significados e métodos**. (Tradução Denise de Carvalho Rocha). São Paulo - SP: Editora Pensamento, 2020.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

SANTA ROSA JÚNIOR, C. A. R **Cartas Marcadas: Multimodalidade discursiva e Transitividade em baralhos de tarô**, 2010. 12 lf. Mestrado em Letras Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/xm>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

lui/bitstream/handle/123456789/7673/arquivo454_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
Acesso em 22 fev.2018

LOUIS, Anthony. **O livro completo do tarô**: um guia prático de referências cruzadas com a cabala, numerologia, psicologia, junguiana, história, origens, os vários tipos de tarô e muito mais. (Tradução Marcelo Brandão Cipolla). São Paulo - SP: Editora Pensamento, 2019.

BARTLETT, Sarah. **A Bíblia do tarô**: o guia definitivo das tiragens e do significado dos arcanos maiores e menores. (Tradução Eddie Van Feu e Patrícia Balan). São Paulo - SP: Pensamento, 2011.

PARISSE, Florian. **Tarô de Marselha: A jornada do autoconhecimento**. Guia do usuário para tiragens e interpretações. (Tradução Karina Jannini). São Paulo-SP. Editora Pensamento Cultrix, 2020.

GODO, Carlos. **O Tarô de Marselha**. Prefácio Luis Pellegrini. 2. ed. São Paulo - SP. Editora Pensamento, 2020

CLUBEDOTARO - "S/ autor", Base de Dados Tropical: BDT in Brasil. Disponível em <<http://www.clubedotaro.com.br/site/index.asp> Acesso em 3 de junho de 2010. (Compilação de Constantino K. Riemma https://www.clubedotaro.com.br/site/h22_1_origens.asp)

NAIFF, Nei. **Curso completo de Tarô**. 12. Ed. São Paulo - SP: Editora Alfabeto, 2020.

JUNG, C.G. "O Significado da constituição da herança para a psicologia". In: JUNG, C. G. **A dinâmica do inconsciente: a natureza da psique**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2013g. p.52-9. (Obra completa de C. G. Jung Vol, 8/2)

GONÇALVES, Guilherme Silva. **Os instintos nas neurociências afetivas e na psicologia analítica**. Junguiana, v.39-2, p.117-130. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, 2º sem. 2021

SOUSA, Eliana. Tarot Farm. **O Louco o significado do Tarot**. Fonte: <https://tarotfarm.com.br/o-louco-significado-no-tarot/> (Último acesso: dez, 2022)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

GALEANO, Eduardo. **As Palavras andantes**. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre-RS: Editora Pallotti, 2007.

REFERÊNCIAS FIGURAS

Carta 2: A Sacerdotisa.

Fonte: <https://www.dmastro.com.br/dmastroblog/produto/quadro-emoldurado-taro-rider-waite-arcano-maior-2-a-alta-sacerdotisa-de-arthur-edward-waite-e-pamela-colman-smith/>

Carta 15: O Diabo .

Fonte: <https://www.dmastro.com.br/dmastroblog/produto/quadro-emoldurado-taro-rider-waite-arcano-maior-15-o-diabo-de-arthur-edward-waite-e-pamela-colman-smith/>

Figura 01 - Taro de Rider Waite.

Fonte: <http://tarotoraculomilenar.blogspot.com/2011/06/arcanos-ocidental.html>



OS IMPACTOS DAS NARRATIVAS DE VIDA NA PRÁTICA DO ARTE- EDUCADOR

Pamela Sonoda Gomes¹ - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Ronaldo Alexandre de Oliveira² - Universidade Estadual de Londrina

Evelise Matveichuk da Silveira³ - Universidade Estadual de Londrina

Nome do GT: 02 Arte e cultura na transformação social

RESUMO

A pesquisa intitulada “Os impactos das narrativas de vida na prática do arte-educador”, é um dos subprojetos, pertencentes ao projeto de pesquisa “Estágio curricular e formação docente em diferentes contextos: o delicado caminhar da docência” da Universidade Estadual de Londrina. A pesquisa incide na análise de dados coletados da trajetória de vida de três estudantes do curso de licenciatura de Artes Visuais, ingressantes no ano letivo de 2020, na Universidade Estadual de Londrina. As questões trazidas pela pesquisa são referentes à formação docente como transformador social para a educação, no plano da Arte Visual. As produções artísticas dos estudantes possuem influência pelo contexto sócio-político-econômico e a ação de formação do estudante para docente é um processo de autoconhecimento e alinhamento constante entre prática pedagógica e as produções artísticas. Neste sentido, um dos objetivos principais do trabalho é analisar os materiais criados pelos estudantes, antes e durante o ingresso dos estudantes de Artes Visuais, com intuito de investigar as vivências e experiências pessoais, além de assimilar como essas memórias podem influenciar em seu processo de criação enquanto artista e de formação docente. O docente, está em contínuo desenvolvimento da prática, por isso a formação não é uma prática universal e a pesquisa enfatiza a subjetividade de cada professor. O procedimento técnico para a análise da pesquisa qualitativa e documental foi a investigação das produções realizadas pelos estudantes durante o ano de 2020, no primeiro ano do curso (inventários, produções visuais, entrevistas). O principal critério de escolha e inclusão dos estudantes na pesquisa, foi a proximidade com os mesmos, tendo em vista que estava sendo trabalhado de forma remota devido a pandemia COVID 19. O propósito de investigar as narrativas de vida dos estudantes é conhecer as experiências sensoriais, culturais e sociopolíticas que reverberam nas produções artísticas e docentes de cada indivíduo investigado. Além do mais, com o autoconhecimento, através das respostas do inventário, percebe-se que as memórias e experiências dos estudantes podem influenciar na prática pedagógica, assim como em seu desempenho na aprendizagem do conteúdo, pois o estudante a partir dos conhecimentos anteriores, pode estabelecer relações com os conteúdos programáticos, não dissociando o currículo e as vivências do mundo. Por isso, espera-se que o professor guie o processo de aprendizagem dos estudantes mediante as condições e conhecimentos dos discentes. E a partir de uma curadoria dos materiais desenvolvidos pelos estudantes, foi possível compreender as reverberações nos trabalhos individuais dos artistas/educadores nas práticas docentes e artísticas.

Palavras-chave: Formação docente. Arte Visual. Prática pedagógica.

RESUMEN

La investigación titulada "Los impactos de las narrativas de vida en la práctica del educador de arte", es uno de los subproyectos pertenecientes al proyecto de investigación "Prácticas curriculares y formación docente en diferentes contextos: el delicado camino de la enseñanza" de la Universidad

¹ Graduanda em Arte Visual pela Universidade Estadual de Londrina – e-mail: sonodapamela26@uel.br

² Docente na Universidade Estadual de Londrina – e-mail: roliv1@uel.br

³ Graduanda em Arte Visual pela Universidade Estadual de Londrina – e-mail: evelise.matveichuk@uel.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Estatal de Londrina. La investigación se centra en el análisis de los datos recogidos de las trayectorias de vida de tres estudiantes del curso de licenciatura en Artes Visuales, que comenzaron en el año escolar de 2020, en la Universidad Estatal de Londrina. Las cuestiones aportadas por la investigación se refieren a la formación del profesorado como transformador social de la educación en el campo de las Artes Visuales. Las producciones artísticas de los estudiantes están influenciadas por el contexto socio-político-económico y la acción del estudiante de formarse como profesor es un proceso de autoconocimiento y alineación constante entre la práctica pedagógica y las producciones artísticas. En este sentido, uno de los principales objetivos del trabajo es analizar los materiales creados por los alumnos, antes y durante su ingreso en Artes Visuales, con el fin de indagar en las vivencias y experiencias personales, además de asimilar cómo estos recuerdos pueden influir en su proceso de creación como artistas y de formación docente. El profesor está en continuo desarrollo de la práctica, por lo que la formación no es una práctica universal y la investigación hace hincapié en la subjetividad de cada profesor. El procedimiento técnico para el análisis de la investigación cualitativa y documental fue la investigación de las producciones realizadas por los alumnos durante el año 2020, en el primer año del curso (inventarios, producciones visuales, entrevistas). El principal criterio para elegir e incluir a los estudiantes en la investigación, fue la proximidad con ellos, considerando que se estaba trabajando a distancia debido a la pandemia de COVID 19. El propósito de investigar las narrativas de vida de los alumnos es conocer las experiencias sensoriales, culturales y sociopolíticas que reverberan en las producciones artísticas y pedagógicas de cada individuo investigado. Además, con el autoconocimiento, a través de las respuestas del inventario, se percibe que los recuerdos y experiencias de los alumnos pueden influir en la práctica pedagógica, así como en su desempeño en el aprendizaje de los contenidos, porque el alumno a partir de los conocimientos previos, puede establecer relaciones con el programa de estudios, no dissociando el currículo y las experiencias del mundo. Por lo tanto, se espera que el profesor guíe el proceso de aprendizaje de los alumnos a través de sus condiciones y conocimientos. Y a partir de una curaduría de los materiales desarrollados por los estudiantes, fue posible comprender las reverberaciones en los trabajos individuales de los artistas/educadores en las prácticas docentes y artísticas.

Palabras clave: Formación de profesores. Arte visual. Práctica pedagógica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O projeto “Estágio curricular e formação docente em diferentes contextos: o delicado caminhar da docência”, desencadeia outros projetos, dentre eles o subprojeto de pesquisa “Os impactos das narrativas de vida na prática do arte-educador” da Universidade Estadual de Londrina. O projeto iniciou com a pesquisa das narrativas de vida de três estudantes do curso de licenciatura de Artes Visuais, da Universidade Estadual de Londrina. Os estudantes ingressaram no curso no ano de 2020. O principal critério de escolha e inclusão dos estudantes na pesquisa, foi a proximidade com os mesmos, tendo em vista que estávamos trabalhando de forma remota devido a pandemia COVID 19.

A pesquisa incide na coleta e análise de dados dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes, por isso é uma pesquisa qualitativa, uma vez que reúne informações narrativas por meio dos inventários, produções visuais (inclui portfólios de desenho, escultura e fotografia) e



entrevistas. Neste sentido, a pesquisa pretende traçar algumas reflexões dentre as quais: Em que circunstâncias ocorre o ensino-aprendizagem? As narrativas de vida podem influenciar na aprendizagem? Por isso, o objetivo geral da pesquisa é investigar as narrativas subjetivas de cada estudante, no intuito de compreender como os estudantes assimilam e devolvem seus conhecimentos técnicos e pedagógicos.

O ato de formar e ensinar por si é complexo, pois quando lidamos com pessoas, lidamos com diferentes histórias de vidas. A profissão docente se efetiva na interação humana, tratando-se, portanto, de “[...] um trabalho interativo e reflexivo com as pessoas, sobre as pessoas e para as pessoas” (ALVES, 2018, p. 131). Portanto, é inequívoco dizer que cada história de vida é única e é carregada de significações particulares, por isso, quando há troca de aprendizado entre aluno e professor, na sala de aula, é indispensável pensar que o docente na interação com o estudante pode gerar marcas positivas ou negativas, para ambos. As reflexões trazidas são para pensar na formação docente de forma como transformador social para a educação, no plano da Arte Visual.

A ação de formação do estudante para docente é um processo de autoconhecimento e alinhamento constante entre prática pedagógica e as produções artísticas. Neste sentido, um dos objetivos principais do trabalho é analisar os materiais criados pelos estudantes, antes e durante o ingresso dos estudantes de Artes Visuais, e investigar as vivências e experiências pessoais, além de assimilar como essas memórias podem influenciar em seu processo de criação enquanto artista e formação docente. O docente, está em contínuo desenvolvimento da prática, por isso a formação não é uma prática universal e a pesquisa enfatiza a subjetividade de cada professor.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir dos trabalhos desenvolvidos na disciplina de Espaços Relacionais I⁴, foi possível coletar dados sobre as trajetórias e vivências singulares de cada indivíduo. Tendo em vista que, a disciplina propiciou no primeiro momento a pesquisa individual de um inventário pessoal, que continha algumas reflexões sobre a trajetória de vida do estudante, a relação do estudante com o ensino de Artes, dentre outros assuntos. Dessa forma, notou-se que as experiências sensoriais, culturais e sócio político dos estudantes reverberam de alguma forma nas produções artísticas ou docentes.

Na sua constituição estão presentes não só a bagagem cognitiva de professores e alunos mas também as características da interação desenvolvida entre eles, assim como o contexto social e cultural que compartilham. A base sociocultural do processo educativo pode ser identificado por meio de análises de diversos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

níveis, desde o mais macro até o das diferentes interações mantidas pelos sujeitos numa sala de aula. (PENIN, 1999, p.125)

O contexto sócio-histórico-cultural do sujeito pode interferir no processo educativo do mesmo. O meio em que o sujeito é constituído, pode influenciar na compreensão de mundo e, conseqüentemente, nas ações posteriores. A infância é um momento importante para a formação do indivíduo, é na infância que o ser humano tem seu primeiro contato com o mundo exterior, e estabelece relações com o mundo. De acordo com Cunha (2010) é a partir da infância que construímos parte do nosso repertório psíquico, somado a isso, tem-se o estímulo do ambiente e a nossa carga genética, que não pode ser ignorada. No relato retirado do inventário pessoal da Carla, é possível perceber que ela entende as reverberações das vivências e experiências na relação dela com a arte.

As minhas vivências e experiências que adquiri durante os anos refletem e interferem diretamente na maneira que eu me relaciono com a arte, imagino que em meio ao curso de artes visuais isso será visível em meus trabalhos e em minhas respostas a arte, a linguagem principal que eu usaria para que isso fosse perceptível seria o desenho, que eu considero hoje, como minha maior forma de expressão. (Carla, 2020)

O inventário pessoal foi um dos principais materiais analisados para a coleta da pesquisa, assim como outras atividades que dimensionaram o que representava o espaço habitado de cada um. Dentre essas atividades foi realizado um trabalho com base na casa de cada estudante e essa ação estava ligada àquilo que correspondia a relação pessoal de cada estudante com a arte. Foram investigados outros materiais produzidos nas outras disciplinas, principalmente o processo de produção e os portfólios realizados ao final das disciplinas cursadas no primeiro ano do curso –



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Espaços Relacionais I⁴, Fotografia I⁵, Expressão Tridimensional I⁶, Desenho I⁷. Ademais, para a pesquisa recorreremos a autores que discorrem sobre a educação artística como John Dewey e outros autores como Paulo Freire para comentar sobre uma linha pedagógica mais autônoma, percebeu-se então uma necessidade de procurar em artigos científicos aspectos da carga genética e estímulos do meio para a constituição do ser humano.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento técnico para a análise da pesquisa qualitativa e documental foi a investigação das produções realizadas pelos estudantes durante o ano de 2020, no primeiro ano do curso (inventários, produções visuais, entrevistas).

O subprojeto surgiu com intuito de investigar como os processos de criação dos estudantes de artes visuais revelam parte das suas vivências e experiências que já tiveram e têm para com o

⁴ Disciplina Espaços Relacionais I (6ART081), cursada de maneira remota síncrona no segundo semestre de 2020, devido ao período pandêmico em escala mundial (covid 19). A disciplina foi ministrada pelo Prof. Dr. Ronaldo Alexandre de Oliveira, e tem como ementa a seguinte proposta: Desenvolvimento de pesquisa em/sobre arte e ensino articulado com as áreas do curso em diálogo com o tema articulador. Apresentação e estudo do sistema de pesquisa acadêmica. Inventário pessoal. Teve como eixo norteador a construção de um inventário de coisas e fatos da vida pessoal como caminho individual para a compreensão de si, material esse que utilizamos na nossa investigação.

⁵ Disciplina Fotografia I (6ART088), cursada de maneira remota síncrona no segundo semestre de 2020, devido ao período pandêmico em escala mundial (covid 19). A disciplina foi ministrada pelo Prof. Ms. Edson Vieira, e tem como ementa a seguinte proposta: Introdução à fotografia e seus aspectos históricos. Laboratório fotográfico preto e branco: equipamentos e procedimentos. Técnicas fotográficas alternativas e artesanais: suportes e construção de aparatos. Fundamentos técnicos da câmera fotográfica analógica e digital. Produção/criação fotográfica. Ensino e inclusão a partir da fotografia.

⁶ Disciplina Expressão Tridimensional I (6ART085), cursada de maneira remota síncrona no primeiro semestre de 2021, devido ao período pandêmico em escala mundial (covid 19). A disciplina foi ministrada pelo Prof. Dr. Juliano Siqueira, e tem como ementa a seguinte proposta: Aspectos teóricos e estéticos da expressão tridimensional. Pesquisa estética, concepção e compreensão do espaço tridimensional. Conceitos básicos de escultura, aplicação e desenvolvimentos de métodos e técnicas escultóricas: modelagem, moldagem e fundição.

⁷ Disciplina Desenho I (6ART084), cursada de maneira remota síncrona no primeiro semestre de 2021, devido ao período pandêmico em escala mundial (covid 19). A disciplina foi ministrada pela Prof^a. Dr^a. Elke Coelho Santana, e tem como ementa a seguinte proposta: Experimentações de materiais gráficos e suportes. Desenho de observação: técnicas de representação (registro, vestígio e investigação) gráfica da tridimensionalidade. A produção contemporânea e suas interfaces com a história da arte: aspectos técnicos e conceitos operatórios. O caráter processual e a análise das materialidades. Produção poética em desenho.



mundo e as coisas. A metodologia da pesquisa irá partir da análise dos materiais que foram gerados por meio de um trabalho estudantil - inventário, realizado na disciplina de Espaços Relacionais I, na qual, tinha como objetivo refletir sobre a história dos próprios alunos e suas experiências com a arte antes do ingresso na Universidade. Serão coletados dados de três estudantes, já escolhidos, procurando não perder de vista as peculiaridades, singularidades e subjetividades de cada um dos participantes.

Em princípio, será realizado o estudo mais aprofundado das perguntas do inventário e as respostas dos alunos em geral. Usaremos outros materiais de estudos para a pesquisa, como outros trabalhos realizados na disciplina, leitura de livros e artigos para compor o referencial teórico.

Pretendemos com estes dados, além da análise dos mesmos, temos a preocupação nos modos como iremos fazer essas análises, pois queremos considerar outros modos de pesquisa, dentre esses modos nos valer da pesquisa baseada em arte, pois acreditamos que seja uma metodologia que em muito pode possibilitar os mecanismos de investigação que muito irá contribuir, por ser uma pesquisa baseada na própria arte.

Pois essa prática de ouvir as entrevistas realizadas com os estudantes de Artes Visuais formados e suas experiências enquanto estudante universitário, suas vivências com os estágios e posteriormente como docentes, possibilita conhecer os modos como sua formação foi ressoada em suas atuações docentes e também enquanto criadores.

2 DESENVOLVIMENTO

O inventário era constituído por onze perguntas, dentre as quais se referiam as experiências dos estudantes com a arte na escola e no meio familiar. As perguntas são as seguintes:

Tabela 1 - Semestre de conclusão do curso de egressos empregados

Questões do Inventário
1. Quais as experiências com a arte que você destacaria até sua entrada no curso de licenciatura em artes visuais?
2. Quais as experiências com a arte que você destacaria até sua entrada no curso de licenciatura em artes visuais?
3. Todos nós carregamos na memória afetiva as imagens vivenciadas. Descreva-nos algumas delas destacando quando e onde as vivenciou; se foi no âmbito das artes, da escola, da família, amigos, da igreja, etc.
4. Avaliando sua relação com redes sociais, você poderia apontar alguma inferência destas plataformas na sua experiência com arte?
5. Como você narraria o que a escola lhe ensinou sobre a História da Arte ou da Imagem?
6. O que a classificação Arte Barroca faz você lembrar?



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

7. Explícite os registros, ainda presentes em sua memória, das vivências com o ensino de arte na sua vida escolar: as aulas, os professores e seu trabalho e, sobre as quais, considera como experiências boas e as ruins nas aulas de arte.

8. Considerando o desenho como um meio de conhecimento, esse aprendizado veio por meio de uma ideia, de um conceito de desenho. Qual seria o seu conhecimento de desenho aprendido na escola?

9. As vivências afetivas vinculadas às artes visuais, às coisas guardadas por cada um de vocês, a sua casa, a sua cidade onde nasceu etc., seriam mostradas por vocês no curso de artes de que maneira? Por meio do desenho, da fotografia, do vídeo etc., enfim, qual linguagem usaria para representar essas vivências?

10. Você costuma publicar suas produções nas redes sociais (desenho, selfie, vídeo selfie, gifs, stories e/ou web storie)?

11. Você usa algum tipo de software ou aplicativo de edição de imagem e/ou vídeo? Exemplos: Photoshop, Adobe InDesign, Indesign, Sticker Studio, Inshot Video Editor, After Effects, Movie Maker

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Os outros materiais coletados são os Portfólios de Desenho, Fotografia, Expressão Tridimensional dos estudantes escolhidos, além do termo de uso da imagem. Somando as imagens dos portfólios e dos três estudantes são aproximadamente 383 imagens analisadas.

Tabela 2 - Quantidade de materiais analisados

Descrição	Portfólio Desenho	Portfólio Fotografia	Portfólio Expressão Tridimensional	Imagens da casa
Fabiano	28	38	54	6
Carla	16	30	97	6
Isadora	19	23	52	14
Total	63	91	203	26

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

A partir da análise do contexto de vida dos estudantes escolhidos, percebemos que as histórias de vida se destoam, começando pelo Fabiano, que ao nascer em uma época diferente da Isadora e da Carla, possui estímulos sociais diferentes e quando buscamos compreender as relações estabelecidas nos primeiros contatos com a arte, encontramos uma fala muito significativa no material de Fabiano, que nos diz:

A primeira experiência com arte que me ocorre agora é com a música. Em casa a música sempre foi muito presente, o tempo todo o rádio ou algum disco estava tocando. Com frequência íamos a concertos e apresentações. [...] Descobri a fotografia por uma curiosidade e me encantei com uma nova maneira de observar o mundo ao meu redor. Sempre gostei muito de retratos, mas a princípio a timidez me restringiu a detalhes de plantas e paisagens. Mais tarde, estando bastante envolvido na música, comecei a fotografar concertos e apresentações de amigos. Encontrei na fotografia uma maneira de interagir com as pessoas e trabalhar a timidez, me sentia (sinto) protegido do mundo atrás da câmera. (Fabiano, 2020)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Analisando os trabalhos fotográficos feitos pelo estudante Fabiano, foi possível perceber as relações entre o passado e as produções atuais dele, como é o caso do relato e as fotografias contidas no portfólio da disciplina Fotografia I. Num determinado momento Fabiano nos diz:

Meus avós moravam numa casa com janelas amplas e muitas plantas. Tinham o hábito de no fim do dia "encerrar o expediente" e sentar na varanda para conversar e tomar um aperitivo enquanto o sol se punha. Ainda hoje gosto de observar o desenho da luz por entre as folhas e os desenhos que se formavam dentro da casa. (Fabiano, 2020)

Figura 2 – Fotografias de Fabiano para disciplina de Fotografia I



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Conscientemente ou inconscientemente, o sujeito pode incorporar elementos ou experiências cotidianas passadas nas suas produções atuais, assim como vemos os trabalhos realizados por Fabiano. As reverberações, não é um caso exclusivo do Fabiano, pois tivemos a possibilidade de ver isso em produções das outras estudantes analisadas. Alguns elementos dos trabalhos artísticos desenvolvidos no ano de 2020, trazidos pelas estudantes Carla e Isadora foram analisadas e associadas às narrativas de vida. Carla diz:

Sempre gostei de desenhar [...] A música pra mim também é uma experiência gratificante, toco piano e violão e realmente consigo sentir arte através da música. (Carla, 2020)

No caso da Carla, o contato dela com a arte sempre foi intenso, percebemos isto, na relação com a música desde pequena. Quando analisadas as produções artísticas para a disciplina de escultura, o violão estava presente (figura 3). A proposta da escultura era fragmentar um objeto da sua escolha e reconstruí-lo. Tendo isto em vista, as vivências e experiências que são adquiridas durante a vida refletem e interferem diretamente na maneira que Carla relaciona-se com a arte.



Figura 3 – Escultura feita para o portfólio de Escultura I, pela Carla



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Para Isadora, a arte teve início com a literatura, segundo ela mesma “sempre escrevi poemas” (Isadora, 2020), associado a isto, algumas das produções de Isadora tem a transposição das palavras no objeto, como é o caso da figura 4. Por meio de um relato, consegue-se saber o motivo de Isadora reunir a linguagem escrita e o desenho.

Então, minha vontade em unir escrita e desenho vem das histórias em quadrinhos que comecei a fazer ainda no ensino médio. A palavra e a escrita sempre me interessaram, seja na literatura ou na música, mais tarde o desenho veio a me interessar e eu via nas HQs a possibilidade de unir estas duas instâncias. Meu interesse em fazer essas sobreposições é mesmo por um gosto, mas também me interessa graficamente, então entendo a escrita como grafismo, como desenho também. Minha busca é sempre pela união não de modo que a palavra se torne legenda da imagem, ou o desenho ilustração do texto, mas que elas atuem juntas para expandir as leituras possíveis, não fechá-las. E, diferentemente de muitos artistas que trabalham a palavra enquanto signo visual apenas e daí não se interessam pela mensagem, ou que seja algo legível, meu interesse ainda está na mensagem, eu quero que ela seja lida pelo observador, que faça um sentido linguístico. (Isadora, 2022)



Figura 4 – Trabalho realizado pela estudante Isadora



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A arte não é objetiva, nem mesmo se restringe a representação das experiências individuais, mas depois de analisadas as produções artísticas e os métodos pedagógicos é possível observar resquícios das vivências de cada estudante. Mesmo que estes vestígios não sejam identificados, assim de imediato, quando relacionados a uma referência com as outras, encontramos diálogos, pontos que se conectam.

Para Dewey (2012) a experiência seria a proposta principal para sua teoria educacional. A arte deve estar atrelada às experiências comuns e não apenas em museus e galerias. A arte por si, proporciona o envolvimento dos órgãos físicos, e conseqüentemente, contribui para o aprofundamento do conhecimento. Com base na análise realizada no inventário é possível compreender o primeiro momento da relação dos estudantes com a arte que foram conexões estabelecidas na infância, por meio da experiência. As vozes/escritas dos sujeitos da pesquisa mostradas abaixo revelam claramente essa dimensão.

Desde pequena meu contato com a arte foi muito forte. Sempre gostei de desenhar [...] Outra maneira que eu encontrei de me expressar foi quando



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

comecei a fazer aulas de circo, isso sempre será uma grande paixão na minha vida. (Carla, 2020)

Eu tenho para mim que minha iniciação à arte se deu com a literatura, lá no fundamental I. Já era algo que me agradava muito e a escola era o lugar que me possibilitou essa proximidade. (Isadora, 2020)

É interessante destacar o papel importante que a escola exerce sobre a formação de Isadora, pois ela destaca que o fomento e o fortalecimento das práticas da literatura foi por meio da escola. De certa forma, a pesquisa revela o quanto a arte é importante para os estudantes investigados, evidenciando-se pela escolha dos mesmos em seguir o curso voltado ao campo das Artes Visuais. Mostrando assim, a importância que a área ocupa em suas vidas. Observamos também os diferentes modos de como os estudantes se expressam e trazem suas perspectivas de vida para o campo poético e isso, vai tornando cada manifestação singular dentro das suas formas de expressar.

Figura 5 – Fotografia para a disciplina de Fotografia I, pelo Fabiano



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Essas considerações estabelecidas até o momento, aponta-nos o quanto a bagagem educacional estabelecida nos anos escolares dos estudantes podem influenciar na compreensão didática pedagógica dos futuros docentes, pois o professor desenvolve um papel importante na sociedade, uma vez que, a instituição escolar é uma das primeiras instâncias sociais em que a criança é obrigatoriamente inserida. Por isso, vemos aqui também na pesquisa que uma parte do repertório sociocultural é advinda da escola e dos professores que guiam os alunos. O objetivo do



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

professor é possibilitar ao aluno, a construção do conhecimento por meio de metodologias diversas, podendo seguir um determinado currículo ou outro desenho/proposta curricular que venha de algum modo nortear o contexto daquele sistema educacional. O modo que o docente desenvolve as atividades, pode influenciar em momentos positivos ou negativos na vida intra-escolar dos estudantes. Isadora nos ajuda compreender isso:

Nesse mesmo período e colégio comecei a ter aulas de artes. Lembro de ter algumas coisas mais técnicas sobre história da arte, ver alguns artistas brasileiros, colagens, pontilhismo, uns desenhos livres e aberturas de bimestre para fazer. Mas era tudo muito raso. A proposta sempre era algum desenho ou colagem para servir de capa para começar o bimestre. Em uma dessas a professora pediu um desenho que tivesse relação com desenho animado. Nos dias próximos a essa atividade lembro daquela minha irmã ter me mostrado um desenho de um amigo dela. Achei incrível! Ficou na minha cabeça e ele serviu de referência para o desenho que eu fazia para a abertura do caderno de artes. Fiz. Levei para a professora e.....: estava errado! Eu não poderia criar algo, aquilo nem existia, eu deveria refazer e levar outro na próxima aula. Fiquei triste e refiz. Pronto, acabou aí. Não lembro de ter feito outro desenho até 2016. (Isadora, 2020)

Percebe-se por meio do relato retirado do inventário da Isadora que os professores exercem uma responsabilidade profunda no cotidiano escolar dos estudantes, e posteriormente, pode continuar reverberando na bagagem escolar que o futuro docente poderá usar para exercer sua docência. Pelo relato da Isadora, percebe-se que a experiência ainda está vívida na sua mente. No caso descrito por Isadora, a professora pediu uma atividade de desenho que fizesse relação com desenhos animados, a Isadora fez o desenho e mesmo assim, não teve o resultado esperado, pois o que ela tinha feito estava errado para a professora. Talvez a professora ao solicitar a tarefa aguardava que os alunos reproduzissem um desenho já existente. No entanto, a Isadora rompeu com esta expectativa e apresentou outro modelo de desenho que foi inspirado em um desenho do amigo da irmã. A reação da professora ao negar o desenho e titulá-lo como errado, gerou a Isadora um desconforto, uma dúvida que não foi explicada a ela, apenas a professora mandou fazer outro. É no mínimo estranho uma ação docente que parta desse princípio; ao nosso ver os docentes devem instigar os alunos a pesquisar e ter autonomia em sala de aula e, não encaixar os estudantes em um determinado padrão.

Outros relatos extraídos do inventário da Carla e do Fabiano, dimensionam o quanto as questões sociopolíticas-culturais influenciam nos modos em que foram ensinados e,



posteriormente, podemos pensar o quanto esses modos irão ou não ressoar nas maneiras como vão ensinar. No campo das Artes Visuais,

Os professores que eu tive durante minha vida escolar foram todos marcantes e muito dedicados com seu trabalho, me lembro de gostar muito de todos os meus professores, de arte especificamente. As aulas de arte eram as mais interessantes para mim, porém um ponto negativo que eu sentia durante as aulas é a pouca valorização da arte por parte de alguns alunos, isso era um pouco desanimador mas nunca fez com que eu perdesse o interesse pela matéria. (Carla, 2020)

Tentando lembrar agora das aulas de arte, me surpreendi por quase não ter lembrança das aulas. Tenho uma lembrança olfativa com massinha de modelar, que me leva para uma sala de artes do primário. Lembro de uma professora elogiando o trabalho de um colega na terceira ou quarta série e da sensação de que nunca conseguiria fazer algo como ele. Mas não me lembro de aulas sobre história da arte ou imagem. (Fabiano, 2020)

Existem diversas metodologias para o professor guiar a aula e dispor o conteúdo. Muitas vezes os professores ficam restritos ao modelo expositivo, na qual, Paulo Freire chama de educação bancária, “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (Freire, 1996, p.57). O modelo expositivo não é o problema do modelo educacional, mas usá-lo isolado de outras metodologias pode acarretar no aluno, o que Freire (1996) comenta de alienado, pois o estudante não exercerá a razão crítica. Acreditamos que um caminho possível para essas questões é possibilitar que o aluno seja ativo no seu processo de aprendizagem, em que sua voz tenha lugar e a reflexão presente no decorrer de todo o processo.

A Isadora comenta no seu inventário este aspecto trazido por Freire e, mostra na prática e por meio da sua visão de estudante os malefícios de uma educação bancária e os pontos positivos de uma metodologia ativa. Isadora fala da importância do professor instigar seus alunos, e de que essas reflexões podem vir com textos, debates, imagens e discussões que o professor pode proporcionar. No primeiro momento, Isadora relata sua experiência pessoal com a disciplina de Artes e, faz um contraponto, com a mesma disciplina ministrada, porém com outro professor. No ensino fundamental ela usa o termo “afastou muita gente” (Isadora, 2020), para expressar a insatisfação de uma metodologia em que apenas as aulas expositivas não davam conta. No entanto, quando comenta sobre o ensino médio, Isadora traz um olhar mais maduro de ensino-educação, na qual, o aluno é capaz de “pensar a imagem e suas minúcias, buscar por referências, entender processos, conhecer artistas”(Isadora, 2020). Por fim, comenta que houve a aproximação de muitos alunos na disciplina de Artes Visuais. É importante ressaltar que, pelo comentário de



Isadora, o professor do ensino médio dava liberdade para os alunos pesquisar, criar e tinha o cuidado para respeitar os limites de cada um.

Isadora teve contato com dois educadores com metodologias diferentes. Apesar de ser a mesma disciplina, os professores optaram por guiar as aulas de formas distintas. Um dos professores direcionava uma metodologia expositiva, enquanto, o outro conduzia a discussão em sala para uma metodologia mais ativa em que o estudante é mais autônomo no seu ensino-aprendizagem.

O ato de ensinar não é apenas mostrar conteúdos programáticos, mas é envolvê-lo, é desenvolver aspectos psíquicos, motores e intelectuais no indivíduo. Além disso, é criar um ambiente favorável para o ensino e aprendizagem efetivo do estudante, em que ele possa se sentir acolhido com o material pedagógico e as metodologias de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre as narrativas de vida dos três estudantes ingressantes no curso de Artes Visuais, no ano de 2020, objetivou compreender as influências das experiências sensoriais, culturais e sócio-político nas produções artísticas dos estudantes e na formação docente dos mesmos. Ao trabalhar com as narrativas de vida, percebe-se que cada sujeito é único e possui suas particularidades. O projeto de investigação analisou aspectos e instâncias de vida dos estudantes, levando em consideração a bagagem social, cultural, psicológica de cada pessoa. Tivemos a possibilidade de perceber o quanto as histórias são importantes e fazem parte dos processos criadores e docentes, e assim sendo, valorizando e vendo nas suas histórias essa potência, eles podem no futuro profissional também valorizar a história daqueles com os quais aquele estudante possa vir a atuar e ter contato com outros estudantes.

A pesquisa possibilitou identificar a responsabilidade que é formar uma pessoa, por isso, é necessário conhecer, valorizar aquilo que a criança e adolescente aprendeu em sua trajetória de vida. Pressupor que o estudante é uma folha em branco, na qual, o professor pode manusear e moldá-la é um equívoco. Cada aluno possui sua vivência e relação social, a qual a criou do jeito que é. Por isso, é importante que o educador “não querendo e não podendo mudar os talentos básicos que cada aluno possui, cria o ambiente necessário ao desenvolvimento das suas potencialidades” (Freire, 2001, p.13). Portanto, cabe ao professor criar um ambiente que estimule o estudante a ser ativo no seu processo de aprendizagem, podendo associar suas narrativas de vida com os conteúdos programáticos, não dissociando currículo e as vivências do mundo, porque as



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

narrativas de vida podem conter ricos e indispensáveis elementos que contribuam para a associação do conteúdo, e assim construir uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, CARLA JULIANA GALVÃO. Inquietações de professores de artes.... Visuais: do silêncio na sala de professores à solidão nos corredores da escola. In: **Os riscos da Arte: Educação, Mediação e Formação**. (Orgs) QUEIROZ, J.P; OLIVEIRA, RONALDO. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes (CIEBA), 2018.
- CUNHA, I. D. **A revolução dos bebês: aspectos de como as emoções esculpem o cérebro e geram os comportamentos no período pré e perinatal**. Psicanalítica, v. 11, 2010.
- DEWEY, JOHN. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Estudo: Cap. – “Ter uma experiência”, p. 109-141.
- FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 1996
- FREIRE, ANA MARIA. **Concepções Orientadoras do Processo de Aprendizagem do Ensino nos Estágios Pedagógicos**. Colóquio Modelos e Práticas de Formação Inicial de Professores. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. Lisboa: 2001.
- PENIN, SONIA T. DE SOUSA. **A aula: Espaço de Conhecimento, Lugar de Cultura**. Campinas: Papirus, 1999.



A MATERNIDADE INTENSIVA COMO FORÇA DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO FEMINISMO MATRICÊNTRICO

Nayara Augusto Felizardo¹ - Universidade Estadual do Paraná

RESUMO

O processo histórico para efetivação do capitalismo gerou transformações na vida das pessoas. A busca de recursos econômicos de subsistência fez da força de trabalho humana instrumento para intervenções políticas, sociais e institucionais, tanto na esfera pública, como na vida privada. Essas mudanças geraram reflexos na vida da mulher mãe, que para suprir as demandas da casa e da família intensificou sua jornada de trabalho, precarizada tanto nos trabalhos não remunerados, como no cuidar dos filhos e da casa, quanto nos remunerados, fora de seus lares. Através de uma pesquisa bibliográfica e aplicada, este artigo tem como objetivo identificar uma das raízes da maternidade intensiva na Idade Moderna, segundo a visão de Friedrich Engels, no livro *A Origem da família, do Estado e da Propriedade Privada* escrito em 1884, com a colaboração do feminismo matricêntrico, buscando ao longo desse estudo, apontar alguns conceitos desse feminismo específico para mães – que se iniciam na década de 1990 e se consolidam na quarta onda feminista a partir de 2012 – para que possam amenizar fatores de manutenção da maternidade intensiva no tempo presente e com isso promover um lugar de liberdade na vivência no espaço das maternidades plurais e nos variados tipos de maternagens.

Palavras-chave: Maternidade Intensiva; Feminismo matricêntrico; Friedrich Engels.

RESUMEN

*El proceso histórico de realización del capitalismo generó transformaciones en la vida de las personas. La búsqueda de recursos económicos de subsistencia hizo de la fuerza de trabajo humana un instrumento de intervención política, social e institucional, tanto en la esfera pública como en la vida privada. Estos cambios generaron reflejos en la vida de la mujer madre, quien para atender las exigencias del hogar y la familia, intensificó su jornada laboral, precaria tanto en el trabajo no remunerado, como el cuidado de los hijos y la casa, como en el remunerado. trabajo, fuera de sus casas. A través de una investigación bibliográfica y aplicado, este artículo tiene como objetivo identificar una de las raíces de la maternidad intensiva en la Edad Moderna, según la visión de Friedrich Engels, en el libro *El origen de la familia, el Estado y la propiedad privada* escrito en 1884, con la colaboración del feminismo matricéntrico, buscando a lo largo de este estudio señalar algunos conceptos de este feminismo específico de las madres -que se inició en la década de los 90 y se consolidó en la cuarta ola feminista a partir de 2012- para que puedan mitigar los factores que mantienen la maternidad intensiva en el presente y promover así un lugar de libertad en el vivir en el espacio de las maternidades plurales y en los diversos tipos de maternidad..*

Palabras clave: Maternidad Intensiva; Feminismo Matricéntrico; Federico Engels.

¹ - Historiadora, com licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Paraná, campus Paranaíba. – e-mail: nayara.felizardo@escola.pr.gov.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As ondas feministas são marcos históricos na luta para a emancipação das mulheres. A primeira onda, que se iniciou no século XIX e foi marcada pelo ativismo jurídico e político, como, por exemplo, a luta pelo direito ao voto para as mulheres, pela propriedade privada, pela emancipação financeira e pela educação. A segunda onda feminista, iniciada em torno de 1960, foi marcada pela busca dos direitos pessoais como a sexual, como a conquista da pílula anticoncepcional, como também pela consolidação da mulher no mercado de trabalho iniciado na primeira onda. A terceira onda feminista, após 1980, abre portas para os estudos de gêneros pautados em raça e classe, deixando pra trás a essencialidade de um feminismo liberal, trazendo legado de reflexão, consciência e ativismo. A quarta onda se inicia após os anos 2000 e continua ativa, por meio dos feminismos plurais e do ativismo na mídia.

Pós-segunda onda, os contextos educacionais e profissionais das mulheres contemporâneas tem trazido novos questionamentos. Elas não só alcançaram o acesso ao trabalho, como gradualmente também tem encontrado caminhos para ocupar cargos que anteriormente eram somente para os homens, principalmente vinculados à liderança. Por mais que a mulher tenha ocupado os espaços públicos, os fatores primordiais como os cuidados e a criação dos filhos ainda ficaram essencialmente a cargo das mães, situação presente em mulheres de diferentes classes sociais, mas sobretudo sacrificou as mais pobres, que necessitavam trabalhar fora de casa.

As mulheres do pós-segunda onda, podem ser divididas ironicamente nas que se sentem livres e sem filhos e mulheres com uma configuração familiar denominada por Miriam Peskowitz e Andrea Buchanan (2008) de família neotradicional, formada por um casal com pai, mãe e filhos, mas que Friedrich Engels (1884, p. 63) em seu livro *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada* denominou de ‘família de um par’, no qual a fixação da monogamia inevitavelmente geraria filhos ao casal. Em ambas análises a responsabilidade da



mulher-mãe em relação ao lar prevaleceu, gerando demanda tripla: a casa, o trabalho e os filhos. Essa situação foi denominada pelo feminismo matricêntrico² como maternidade intensiva³.

Através de uma análise bibliográfica, de natureza aplicada, este artigo tem por objetivo apresentar o conceito de maternidade intensiva pelas pesquisas de Sharon Hays (1998) e com o apoio dos estudos de Friedrich Engels (1884) sobre as *gens* familiares, onde o autor afirma que os arranjos maritais da Modernidade geram a reprodução de classe. A burguesia desse período encontrou na maternidade mais um dispositivo para a dominação proletária, tendo na ideologia materna uma âncora, na qual a mulher-mãe possuía o aparato para cuidar dos filhos e a manutenção da vida familiar, reforçando a subordinação através da somatória de demandas da vida profissional, da maternagem, da exaustão cobrada pela exigência do mercado de trabalho, trazidas neste artigo a partir da pensadora Silvia Federici (2021), vistas em menor grau na Modernidade descrita por Engels, e em maior grau após 1990, com a maternidade intensiva.

O primeiro subtítulo deste artigo tem o objetivo de mostrar que nas *gens* poligâmicas as mulheres possuíam domínio do seu trabalho e sustento, assim como de sua maternidade. Com a monogamia, o advento da industrialização e do capitalismo, a maternidade intensiva foi sendo fixada nas sociedades. Já no segundo subtítulo, o feminismo matricêntrico – encabeçado por Andrea O’Reilly (2016) – é tratado como uma articulação contra a maternidade intensiva, no qual as potências para as mulheres mães são ressaltadas, trazendo alternativas ao enfrentamento do trabalho triplo para as mulheres do tempo presente – especificamente dos anos 1990 até os dias atuais – na quarta onda feminista.

²- O Feminismo Matricêntrico, é um feminismo específico para mulheres mães. De acordo com Andrea O’Reilly, professora de estudos maternos da Universidade York, de Toronto, Canadá, em seu livro “Feminismo Matricêntrico: teoria, prática e ativismo”, de 2016, as mulheres que são mães precisam de um feminismo específico para elas, pois possuem demandas em seu dia a dia diferentes das mulheres que não são mães. Esse feminismo não é para substituir qualquer outro, mas para olhar os problemas das mulheres-mães, sejam “sociais, econômicos, políticos, culturais, psicológicos, e assim por diante” (O’REILLY, 2016, p.21), o que envolve além de um debate teórico, um movimento de união, empoderamento e ativismo político das mães.

³- Em seu livro “As contradições Culturais da Maternidade”, de 1998, a pesquisadora Sharon Hays, conceitua maternidade intensiva, explicando que é a dedicação excessiva das mães a própria maternidade, ou seja, quando elas ofertam além do tempo, seu trabalho, dinheiro e bens de consumo aos filhos, para garantir o melhor a eles, o que consequentemente gera exaustão, e ainda, quando não conseguem, possuem a sensação de insuficiência e o sentimento de culpa.



2 A ORIGEM DA FAMÍLIA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO FEMINISMO MATRICÊNTRICO

Numa primeira perspectiva, a segunda onda feminista enxerga o marxismo cometendo um anacronismo, afirmando que ele se preocupa apenas com a divisão social do trabalho, com as diferenças de classes sociais, trabalhos, relações de produção, esquecendo o que os feminismos mais buscavam: a luta contra a desigualdade e a opressão de gênero. Para além dessa visão e com uma melhor compreensão, dentre os feminismos plurais, a partir dos anos 1990 o diálogo entre o feminismo e o marxismo se tornou visivelmente necessário, e especificamente para o feminismo matricêntrico, ao questionar as organizações familiares, ele traz à luz o papel da mulher mãe no universo do trabalho, oportunizando reflexões sobre estratégias de luta e ativismo contra a maternidade intensiva.

Em sua estrutura, a maternidade intensiva é fruto do capitalismo. Sua história passa pela ascensão da mulher como mão de obra trabalhadora no processo de industrialização ocidental para a fixação do trabalho triplo, gerando uma dicotomia: por um lado há a culpabilização por deixar os filhos em creches ou cuidadores, e por outro, há um sentimento que Sharon Hays (1998, p. 408) denomina de momismo, no qual a maternidade intensificada é o trabalho das mulheres em nome do filho sagrado. Ela considera a maternidade um trabalho que não gera remuneração como o trabalho fora de casa, mas um lucro pessoal, ideia vinda do modelo cultural maternal esgotante, onde cuidar dos filhos integralmente conciliando com os outros trabalhos, faz parte do próprio papel da mulher mãe. Para O'Reilly (2016, p. 44), a industrialização foi um dos pontos iniciais e relevantes para a maternidade intensiva, pois até acontecer o processo de conquista do espaço público, a mulher se isolou em casa, fazendo desse ambiente um espaço improdutivo, oferecendo a sensação de que para ser produtiva, ela teria que se integrar ao mercado de trabalho:

inúmeros trabalhos detalham como a imagem moderna da “mãe que fica em casa em tempo integral” – isolada na esfera privada e dependente financeiramente do marido – surgiu como resultado da industrialização. A industrialização tirou o trabalho do lar e reposicionou o espaço doméstico, pelo menos entre a classe média, como um espaço exclusivamente improdutivo. (O'REILLY, 2016, p. 59).



Mas nem sempre foi assim, houve tempos em que a mulher-mãe tinha autonomia na criação dos filhos e administrava o tempo de seu trabalho. Friedrich Engels (1884) analisa o início desse processo, onde nas *gens* poligâmicas ou de casamentos grupais, elas não geravam tantos filhos, mas a partir da articulação do casamento de um par, ou monogâmico, com pai, mãe e inevitavelmente filhos, a estrutura familiar tira o direito materno sobre esses filhos, pois ao homem coube a obtenção dos alimentos e sustento da família. Engels (1884, p.24) analisa os povos da Antiguidade Grega e utiliza a literatura clássica no livro “Das Mutterrecht” - O direito materno - de Bachofen, conclui que na ginocentria, as mulheres possuíam direitos e domínios sobre o filho, além de uma posição social com menos submissão ao seu congêneres e mais igualitária dentro daquelas sociedades.

Segundo Engels (1861), Bachofen admitiria que o hetarismo, ou seja, o processo rumo à monogamia aconteceu devido à introdução de novas influências religiosas e cultuações de divindades que possuíam em sua história a morte das mães, criando uma nova ordem patriarcal. Engels (1884, p.24), afirma que esse ponto da pesquisa de Bachofen, não seria tão interessante para o mundo do trabalho de então, mas a pesquisa mostrava que nas sociedades ginocêntricas os filhos eram de responsabilidade e da linhagem apenas das mães, pois as mulheres não tinham parceiros fixos na poligamia. Já na monogamia ela perdia esse direito, pois a paternidade conseguia ser reconhecida e assegurada, além de que inicialmente era responsabilidade do homem buscar o sustento da família no mundo do trabalho. Engels (1884) conclui que jamais a mulher teve o direito das sociedades ginocêntricas novamente:

originalmente a descendência podia ser considerada apenas pela linha feminina, de mãe para mãe; de que essa validade exclusiva da linha materna ainda se manteve por muito tempo depois que foi adotado o casamento monogâmico, em que a paternidade passou a ser assegurada ou então reconhecida; e de que essa posição original das mães, como únicas ascendentes asseguradas das crianças, garantiu a elas e, desse modo, às mulheres em geral uma posição social mais elevada do que jamais voltariam a ter. (ENGELS, 1884, p. 27).

A dificuldade de criar os filhos sem os genitores na poligamia fez Bachofen acreditar que as mulheres escolheram a monogamia. O casamento pediu uma readequação na vida, nos costumes, nas leis, e nas funções sociais do homem e da mulher diante da família. Para Engels (1884, p. 91) o direito foi crucial para a entrada da mulher proletária no mercado de trabalho



como mão de obra trabalhadora, pois as leis trabalhistas do início da Modernidade eram acessíveis somente para a defesa da classe burguesa, ou seja, para ter garantia das leis, a família proletária precisaria pagar pela condição jurídica. Assim, com ambos trabalhando, conseguiam buscar essa condição econômica. As mulheres da classe proletária portanto não tinham que cumprir necessariamente seus deveres no interior da família, logo, não geravam tantos filhos:

foi a grande indústria do nosso tempo que voltou a franquear à mulher – mas só à mulher proletária – o caminho para a produção social. Mas isso de tal modo que, quando cumpre seus deveres no serviço privado à família, ela é excluída da produção pública e não pode adquirir nada e, quando quer participar da indústria pública e adquirir autonomamente, não tem condições de cumprir os deveres para com a família. E o mesmo que sucede na fábrica sucede à mulher em todos os ramos de negócios, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (ENGELS, 1884, p. 93,94)

A partir do momento em que a mulher proletária tinha menos filhos pela ocupação fora de casa, a perpetuação da lógica do capitalismo entra em desconformidade, pois ela também era responsável por parir a força de trabalho. A partir da industrialização, portanto, coube à mulher trabalhadora três elementos reprodutivos: o biológico, o social e o ideológico. O trabalho biológico da mulher é indispensável para o capitalismo. A proletária que gerava filhos repassava a consciência capitalista para suas proles, ou seja, paria futuros proletários, intensificando assim a força reprodutiva de trabalho. Além do trabalho fora de casa, coube à mulher o cuidado integral dos filhos causando hierarquia entre as mesmas. Enquanto a mulher burguesa possuía amas de leite e cuidadoras para auxiliá-las, a proletária era marginalizada, deixando o seu trabalho na fábrica ao menos nos primeiros meses de vida da criança, dependendo economicamente do marido, período em que as diferenças de classes, a segregação de gênero e a violência patriarcal eram acentuadas:

a reprodução humana é um processo de trabalho intensivo, manifesto no cuidado com crianças e idosos e composto não apenas de componentes físicos, mas, também, do suprimento emocional, promotor da sensação de segurança, de consolo e de antecipação dos medos e dos desejos das pessoas. Essa atividade, dessa forma, não é meramente material ou produtiva, nem pode ser dividida por meio da tecnologia, mecanização ou substituição pela direção virtual da comunicação on-line. (FEDERICI, 2021, p. 95).



A mulher proletária moderna se encontra num antagonismo. De um lado está a sua submissão dentro de casa como geradora e criadora dos filhos, voltando a ser o que os homens julgavam antes da primeira onda feminista: dóceis, frágeis, não políticas e não competitivas. De outro lado, elas possuíam consciência que o sistema capitalista gratifica apenas o trabalho mercantil deixando a manutenção e cuidados da vida, fora da categoria econômica. Havia a escolha de cuidar dos filhos, da casa e concomitantemente serem força no mercado de trabalho, logo serem um objeto de acumulação capitalista, ou, apenas cuidar dos filhos e da casa, se dedicando à compulsoriedade biológica e materna.

Com uma maior incidência da monogamia como organização das relações afetivas na antiguidade clássica, surge a grande concentração de riqueza na mão de um homem só, e isso inclui ao marido a posse de sua esposa. Por isso Engels (1884, p. 95-96) acredita que por meio do trabalho a mulher estaria livre dessa barbárie. O autor diz que os homens proletários dentro da sua família são para suas esposas o que os burgueses são para eles dentro da fábrica. Assim, o autor afirma que o trabalho biológico não é um trabalho nas sociedades primitivas, pelo contrário, na poligamia, parir juntamente com o trabalho de condução da casa era tão valorizado quanto o trabalho de obtenção de alimentos:

a desigualdade de ambos perante o direito, que nos foi legada por condições sociais anteriores, não é a causa, mas o efeito da opressão econômica da mulher. Na antiga economia doméstica comunista, que abrangia muitos casais e seus filhos/filhas, a condução da casa, a carga das mulheres, era uma indústria pública tão socialmente necessária quanto a obtenção do alimento pelos homens. A família patriarcal e, sobretudo, a família monogâmica individual mudaram isso. A condução da casa perdeu seu caráter público. Deixou de concernir à sociedade. Tornou-se um serviço privado; a mulher se tornou a serviçal número um, alijada da participação na produção social. (ENGELS, 1884, pp. 93-94).

A introdução do feminino no trabalho é a forma pela qual as mulheres buscariam seus direitos jurídicos, sendo essa a única forma de possuir igualdade entre os gêneros, de acordo com Engels (1884, p. 94), pois por si só a dominação do homem sobre a mulher não acabaria, assim com a democracia intrinsecamente não conseguiria eliminar todos os privilégios capitalistas nem diminuir o antagonismo entre as classes.



Nesse sentido, ele opina que a tomada dos meios de produção tanto pelos homens como pelas mulheres, seria uma forma da economia privada doméstica se transformar em uma indústria social, na qual os cuidados e a educação da criança seriam um assunto público, dentro ou fora dos matrimônios. Sobre a transformação dos meios de produção pela família, Engels (1884, p. 96) afirma:

com a conversão dos meios de produção em propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica privada se transformará em indústria social. A criação e a educação das crianças serão assunto público; a sociedade cuidará de todas as crianças igualmente, sejam elas nascidas no matrimônio ou fora dele. (ENGELS, 1884, p. 96).

Não é à toa que o feminismo matricêntrico atribui ao Estado e às políticas públicas o auxílio na criação e educação dos filhos, acreditando que somente assim a maternidade se tornará empoderada.

3 A MATERNIDADE EMPODERADA E A MATERNIDADE FEMINISTA NO FEMINISMO MATRICÊNTRICO

A maternidade construída para as mães pós-modernas é chamada de “maternidade intensiva”, tem uma de suas origens no processo de industrialização ocidental apresentado por Engels e possui sua forma completamente desenvolvida no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. Este modelo de maternidade é caracterizado pela autossuficiência da mulher mãe, onde a mesma, além do trabalho triplo, se baseia nas ideologias da boa maternidade, segundo as quais as mulheres sabem por instinto como é ser mãe, sabem como devem nutrir seus filhos, por hábito e não por habilidade. Logo, como precisam conciliar o núcleo familiar com o da força de trabalho no mercado, podem sentir a culpabilização por não dedicarem tempo integral aos filhos. Esse conjunto de fatores, que definem a maternidade intensiva, O’Reilly (2006, p. 36) denomina de “maternidade patriarcal”⁴.

⁴- A autora, conceitua a maternidade patriarcal, como um modelo que perdura na história e se tornou uma instituição opressora e prejudicial as mulheres mães, onde a maternidade é considerada uma responsabilidade



A autora explica que antes de 1980 a maternidade era custodial⁵. As mães deveriam estar presentes na vida dos filhos, mas não tinham necessidades emocionais na relação entre mães e filhos, como acontece após a década de 80. Ela traz o seguinte exemplo: antes de 1980 as mães deixavam seus filhos em cursos, de *ballet* ou de algum esporte, e nesse tempo poderiam tomar um café com amigas ou outras mães. Já após 1980 com o início da maternidade intensiva, as mães são convidadas a fazer o *ballet* ou esporte com o filho, estando presente fisicamente nesse momento da vida da criança.

A maternidade intensiva, ao contrário da custodial, deixa a cargo das mães o centro do cuidado das crianças, cobra delas grandes recursos de tempo e materiais, fazendo as mesmas pensarem que o trabalho materno é mais importante que o trabalho fora de casa, resgatando o que Betty Frielan chamou de “mística feminina” em 1960, e que após os anos de 1990, Maria Helena Fernandes (2006) denomina de “síndrome da mãe-elástico”. Sobre as características da maternidade intensiva, O’ Reilly cita Sharon Hays e conclui:

Hays argumenta que a maternagem intensiva é caracterizada por três temas: primeiro, “a mãe é o cuidador central”; segundo, “a maternidade é considerada mais importante do que o emprego remunerado”; e terceiro, “a maternidade exige escravizar copiosas quantidades de tempo, energia e recursos materiais da criança.” (O’REILLY, 2016, p. 157).

A psicanalista Maria Helena Fernandes (2006), analisou a figura da personagem Helena Pêra, do filme infantil *Os Incríveis* da Disney Pixar (2004), que traduz a maternidade intensiva por ser mãe de três crianças, fazer todos o trabalho em prol da família, e ainda trabalhar salvando o mundo, erguendo aviões, trens, carros e pessoas. No primeiro filme, Helena não aguenta a demanda e acaba deixando seu trabalho para cuidar somente dos filhos. Fernandes (2006) denomina essa vida da mulher mãe pós-moderna de mãe-elástico:

esticadas entre uma identificação passiva e materna e outra ativa e fálica, as mulheres vão tentando lidar com o excesso que caracteriza as demandas em seu cotidiano.

natural da mulher, cabendo a criação dos filhos unicamente a mãe biológica, mas a mesma “não tem o poder para determinar as condições sob as quais ela é mãe.” (O’REILLY, 2016, p.36)

⁵- Andrea O’Reilly diz que a maternidade intensiva é confundida muitas vezes com a custodial, pois é resultado dela. Mas acredita ser importante distingui-las. A maternidade custodial aconteceu entre 1946 e 1980, e significa que apesar das crianças estarem sob custódia das mães, não precisavam estar continuamente suprindo todas as necessidades de seus filhos, sendo elas cognitivas, emocionais e psicológicas.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Resulta daí um verdadeiro acúmulo que exige uma elasticidade nunca antes sequer possível de ser imaginada. (FERNANDES, 2006, p. 2)

Já no segundo filme, a autora altera a configuração, desconstruindo a estrutura patriarcal e colocando Beto, o esposo de Helena para cuidar das crianças e da casa. Beto sente inferioridade ao ser gestor do lar por ter sido ensinado a vida toda trabalhar fora de casa, enquanto Helena se sente empoderada por combater o crime diariamente, e mais tarde é convidada por amigos da família para liderar a segurança da população, chamando o esposo para auxiliá-la. A história do filme dois, demonstra o que o feminismo matricêntrico busca: apoios, reconhecimento para as mães e uma maternidade ideologicamente menos intensiva.

O feminismo matricêntrico possui como um de seus objetivos o ativismo em favor do empoderamento da mulher mãe, e traz em sua pauta, o comprometimento com o melhoramento da vida das mães, dos filhos e sociedades, acreditando que a maternidade empoderada e a feminista são modelos de maternidade que amenizam o trabalho triplo caracterizado pela a maternidade intensiva. Andrea O'Reilly (2006), aponta que os movimentos sociais a favor desse empoderamento centrado nas mães é “urgentemente necessário e muito esperado” (O'REILLY, 2016, p.123). Para isso é necessário reconhecer que a maternidade é desempoderada por sua desvalorização como um trabalho não remunerado, mas também pelo seu aspecto opressor transmitido pela cultura do patriarcado. Uma maternidade empoderada consiste em uma jornada de resistência que tem como base a consciência e identificação da opressão, que pode culminar na maternidade intensiva.

Na maternidade empoderada, as mães consideram maternar um trabalho não remunerado, e não acham esse trabalho essencial por 24 horas por dia, procuram ajudantes chamadas de co-mães para ajudá-las – amigas, avós, tias – questionam a crença da maternidade voltada ao trabalho excessivo em que a preservação da individualidade da mulher é considerada antiética a ela. Sobre a maternidade empoderada, O'Reilly (2006, p. 66) deixa claro que ela é um meio de combate a ideologia da maternidade patriarcal e que a considera esta, um empreendimento e sobretudo apolítica:

a maternidade empoderada começa com o reconhecimento de que mães e filhos se beneficiam quando a mãe vive sua vida e pratica a maternidade a partir de uma posição de agência, autoridade, autenticidade e autonomia. Ao enfatizar a autoridade materna



e atribuir agência às mães e valor ao trabalho materno, essa perspectiva define a maternidade como um local político, onde as mães podem trazer mudanças sociais por meio da socialização dos filhos e do mundo em geral por meio do ativismo político-social (O'REILLY, 2006, p. 161)

A maternidade feminista⁶, provém de mães que se consideram feministas e utilizam a política feminista em sua maternidade. Ao contrário da maternidade empoderada, com ela não se busca essencialmente a valorização da mulher como resistência a maternidade patriarcal, mas a igualdade de gênero dentro da maternidade, recusando criar seus filhos em ambientes machistas e exigindo a contribuição dos genitores na maternagem para que o dia a dia seja menos opressor. Da mesma forma que nos feminismos, a mãe feminista luta para que a maternidade contribua na dissolução do racismo, da diferença de gênero, de classe, de economia, na hierarquia de habilidades, desafiando o poder masculino sobre sua vida e sobretudo sobre a criação de seus filhos, recusando o perfil patriarcal de boa e má mãe, e reivindicando o poder que foi tirado a mulher diante da história da maternidade, ou seja, a domesticação e o apagamento da mulher pelo fato biológico de parir. O'Reilly (2016) cita poeticamente Adrienne Rich:

quer seja chamada de “maternidade corajosa”, como Rich a descreve, ou “maternidade feminista”, essa prática de maternidade exige o empoderamento de filhas e mães, e reconhece que a primeira só é possível com a segunda. Como Judith Arcana conclui: “Se queremos que as meninas se tornem mulheres livres, corajosas e fortes, devemos ser essas mulheres nós mesmas.” (O'REILLY, 2016, p. 169)

A partir disso, O'Reilly (2016) afirma que a maternidade feminista é uma âncora para o empoderamento das mulheres pois desmantela as práticas dominantes que sobrecarregam a mulher: um dia a dia de trabalho “intensificado”.

⁶ Andrea O'Reilly define: Em meus escritos, uso o termo maternidade feminista para me referir a um discurso de oposição da maternidade, que é construído como uma negação da maternidade patriarcal. Uma prática feminista de maternidade, portanto, funciona como uma contra-narrativa da maternidade: ela busca interromper a narrativa mestra da maternidade para imaginar e implementar uma visão de maternidade que seja empoderadora para as mulheres. **A maternidade feminista é, portanto, determinada mais pelo que não é (isto é, a maternidade patriarcal) do que pelo que é.** A maternidade feminista pode se referir a qualquer prática de maternidade que busque desafiar e mudar vários aspectos da maternidade patriarcal que fazem com que a maternidade seja limitante ou opressiva para as mulheres. (O'Reilly, 2016, p. 136) (negrito meu)



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propondo um estudo bibliográfico, no primeiro subtítulo, este artigo trouxe os apontamentos de Engels (1884), que mostram que ao mesmo tempo em que a mulher precisou estar inserida no mercado de trabalho para obter liberdade financeira contra a cultura patriarcal, necessitou buscar seus direitos para não ser força de trabalho repressiva. O segundo subtítulo, mostrou que valorizando a construção histórica, a partir dos anos 1990, o matricentrismo buscou a maternidade empoderada e feminista como alternativas para amenizar a maternidade intensiva e patriarcal, sendo ambas capazes de conscientizar “mães elásticos” diante do peso do neoliberalismo na maternidade.

Este estudo propôs a análise do início da maternidade intensiva, através do livro “A Origem da família, do Estado e da Propriedade Privada de Friedrich Engels” (1884), ressaltando o papel do feminismo matricêntrico na quarta onda feminista. Pois nesse feminismo, o ativismo vai além da luta pelo respeito pelas feminilidades, envolve as questões de classe e trabalho, pelas quais as mulheres precisam buscar leis e políticas públicas a favor das mães, o que ocorre através da maternidade feminista e empoderada

O feminismo denominado por Andrea O’Reilly (2006) de feminismo matricêntrico, foi estudado pela autora através de movimentos ativistas de mulheres mães na década de 1990 no Canadá e no mundo. Em suas teses, a autora explica a diferença entre maternidade e maternagem no qual a primeira é denominada por ela de “maternidade patriarcal”, sendo sua caracterização o trabalho mães pelo trabalho de parir, criar e sustentar os filhos.

O’Reilly (2006) acreditava que todo o movimento ativista precisava de um ponto de partida. Entender quando iniciou a o processo histórico da maternidade intensiva é uma forma de fomentar as discussões de gênero e diminuir a opressão da maternidade patriarcal. Nesse sentido, Engels (1884), ao tratar das mulheres nas sociedades poligâmicas, comparando com as mulheres nas sociedades monogâmicas, deixa claro que a introdução das mesmas na cultura patriarcal abrange dois pontos fundamentais: a maior quantidade de filhos vinda da monogamia, e a participação da mulher como mão de obra nas fábricas.

Portanto, os estudos sobre maternidade e o feminismo matricêntrico vão além das questões de gênero, exigindo constante e categórico debate sobre a maternidade intensiva para



promover o lugar de liberdade na vivência materna, construindo mudanças sociais e maternagens plurais.

5 REFERÊNCIAS

BUCHANAN, Andrea J. e PESKOWITZ, Mirian. **O livro das garotas audaciosas**. Rio de Janeiro: Editora ler e crescer, 2008.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: Notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Maria H. **O corpo**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2006.

HAYS, Sharon. **Contradições Culturais da Maternidade**. Rio de Janeiro: Editora Grypus, 1998.

O'REILLY, Andrea. **Feminismo matricêntrico: teoria, ativismo e prática**. Toronto, Canadá: Editora Deméter, 2016.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Laís Bueno Tonin – UNINTER

Rodrigo Otávio dos Santos² – UNINTER

GT: Capitalismo, trabalho, direitos humanos e as interfaces classe, gênero, raça/etnia e sexualidade.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo promover uma discussão a respeito do capitalismo de vigilância nas plataformas digitais de redes sociais e seus impactos na sociedade. Esta temática tona-se relevante a partir da sociedade da informação e do conhecimento digital, como aponta Cardoso e Castells (2005) se difere das outras sociedades pela capacidade de ampliar dados, e estes, são usados como matéria prima das plataformas de redes sociais digitais, tornando-se um espaço propício para o livre conteúdo, como a desinformação. Quanto a metodologia a pesquisa é qualitativa, com análise bibliográfica e documental. Quanto ao impacto do capitalismo de vigilância, podemos citar o relatório da OCDE: *Leitores do Século XXI* (2021) aponta que 67% das crianças matriculadas no Brasil, não sabem diferenciar fato de opinião. Por isso, conclui-se que a regulamentação das plataformas precisa ser adotadas por governo e discutida amplamente pela sociedade.

Palavras-chave: Capitalismo de vigilância. Plataformas digitais. Redes sociais. Desinformação. *Fake News*.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo promover una discusión sobre el capitalismo de vigilancia en las plataformas de redes sociales digitales y sus impactos en la sociedad. Este tema cobra relevancia a partir de la sociedad de la información y el conocimiento digital, como señala Cardoso y Castells (2005), se diferencia de otras sociedades por la capacidad de ampliar los datos, y estos son utilizados como materia prima para las plataformas de redes sociales digitales, convirtiéndose en un propicio espacio para contenidos gratuitos, como la desinformación. En cuanto a la metodología, investigación cualitativa, con recolección de datos a través de bibliografía y documentos. En cuanto a los impactos del capitalismo de vigilancia, podemos mencionar el informe de la OCDE: *Readers of the 21st Century* (2021) señala que el 67% de los niños matriculados en Brasil no saben diferenciar un hecho de una opinión. Por lo tanto, se concluye que la regulación de las plataformas debe ser adoptada por el gobierno y ampliamente discutida por la sociedad.

Palabras clave: Capitalismo de vigilancia. Plataformas digitales. Redes sociales. Desinformación. Noticias falsas.

¹ – Bacharel em Comunicação Social, Mestra em Gestão do Conhecimento nas Organizações-UNICESUMAR, Aluna do programa de Doutorado em Educação e Novas Tecnologias- UNINTER– e-mail lais-bueno@hotmail.com

² – Licenciado em História, Mestre em Tecnologia-UFPR, Doutor em História- UFPR. – e-mail: rodrigo.s@uninter.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente presenciamos a era da sociedade da informação, ou sociedade do conhecimento, mas Cardoso e Castells (2005) discordam disso, não porque o conhecimento e informação não sejam centrais em nossa sociedade, mas porque sempre foram, em todas outras historicamente conhecidas. O que é novo, é o fato de serem digitais, microeletrônicas, por meio de redes tecnológicas fornecem uma nova capacidade para uma velha forma de organização social: as redes.

As redes são compostas por pessoas com interesses em comum, com os mesmos objetivos, no entanto, as redes também são digitais, e vão transformando-se em plataformas digitais, que atuam como mídia de massa.

Entende-se como plataformas digitais de redes sociais como um canal de mídia de massa, porque ocupa o mesmo espaço e função de uma mídia tradicional de veicular informações e conectar pessoas, mas, vai além, ampliando a capacidade de conexão entre elas, por meio de compartilhamento de informações, a partir de um interesse comum.

A rede social não é uma ideia nova na sociedade, pois independente do mundo digital, uma rede social condiz com o fato de estabelecer relações entre indivíduos, trocar valores e ter interesses em comum, e diante dessas conexões informacionais, criam-se os dados.

O que alimenta as plataformas digitais, são dados, chamados de novo petróleo, pois a partir dos dados, é possível criar perfis de consumo dos usuários, uma vez que estes fornecem dados pessoais, informações sobre suas rotinas e suas preferências, ou seja, possibilitando que as plataformas monetizem estas informações, criando o perfil dos usuários, com a finalidade de direcionar publicidade e fazer marketing, com uma entrega mais assertiva para os anunciantes da plataforma.

Este modelo de negócio das plataformas digitais, tendo dados como matéria prima, é chamado de capitalismo de vigilância, pela autora Shoshana Zuboff (2020), que aponta para este cenário do modelo de capitalismo informacional que visa prever e modificar comportamento humano como forma de produzir receita e controle de mercado.

Este modelo de negócio, tem em sua matéria prima a ausência de uma regulamentação que controle o conteúdo veiculado nestas plataformas digitais, com isso, a desinformação, popularmente chamada de *fake news*, toma espaço, impactando na capacidade de leitura crítica de sujeitos em formação, que é o caso de crianças e adolescentes em idade escolar.

Por isso, este trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão teórica, e se propõe a



promover uma discussão a respeito do capitalismo de vigilância nas plataformas de redes sociais e seus impactos.

Como problema de pesquisa, o impacto do capitalismo de vigilância, vem modulando o comportamento humano, nas plataformas digitais de redes sociais.

Diante disso, a questão norteadora que se coloca neste trabalho é: o que é preciso ser feito para responsabilizar as empresas de tecnologia pelos impactos do capitalismo de vigilância? A fim de responder essa questão, tomaremos a autora Shoshana Zuboff (2020) que aborda o capitalismo de vigilância, e suas questões éticas de direitos humanos.

Este trabalho justifica-se pela relevância de enfatizar a resistência social, em relação ao capitalismo informacional, pois a privacidade é reconhecida mundialmente como um dos direitos humanos fundamentais (IRCP, 2018), e no Brasil, é um direito fundamental, previsto no inciso X do artigo quinto da Constituição de 1988 (Brasil, 2018), portanto, é possível considerar que as plataformas violam direitos fundamentais de seus usuários, em prol do capitalismo de vigilância.

Há representações de resistência, sejam elas em forma de lei, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD no Brasil, movimentos sociais ou internacionais como a UNESCO que atualmente fomenta os debates para regulamentação das plataformas digitais, como também o exercício dos pesquisadores, autores e laboratórios de pesquisas acadêmicas, são mobilizações institucionalizadas.

É importante que haja uma mobilização para consciência, pois os indivíduos não refletem, sobre o uso das plataformas como um meio de comunicação de massa, que atua na modulação do comportamento humano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Algoritmos são criados para propósitos que, na maioria das vezes estão longe de serem neutros, pois objetivam criar valor e capital, para impulsionar um comportamento e estruturar preferências de uma certa forma; e para identificar, selecionar e classificar pessoas.

Neste novo capitalismo os dados são a matéria prima e as plataformas são modelos de negócio, é um modelo de capitalismo informacional que visa prever e modificar comportamento humano como forma de produzir receita e controle de mercado.

O Google é visto como pioneiro neste modelo de negócio de extrair valor da coleta e análise massiva de dados com intuito preditivo e performativo, esta é a base do modelo de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

negócio descrita por Shoshana Zuboff (2020) que atribui o nome de capitalismo de vigilância.

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como *superávit comportamental* do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde (SHOSHANA ZUBOFF, 2020, P 19).

Em suma, é um modelo de negócio que comercializa produtos de predições comportamentais, chamados de mercados de comportamentos futuros, portanto, as plataformas podem prever nosso comportamento, com isso, os capitalistas de vigilância têm acumulado uma riqueza enorme a partir dessas operações comerciais, pois de acordo com Zuboff (2020) as companhias querem apostar no comportamento futuro do consumidor.

Neste ponto o algoritmo trabalha pelo engajamento do usuário, e com foco na entrega de publicidade, de acordo com SANTOS (2022) programadores desenvolvem algoritmos cada vez mais potentes para o engajamento dos usuários.

De maneira invasiva, o capitalismo de vigilância descrito por Zuboff (2020) adquirem fontes cada mais preditivas se *superávit comportamental*, tal como, nossas vozes, personalidades e emoções, e com isso são capazes de moldar nossos comportamentos.

Para Machado (2018) a respeito da modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais, que descreve o processo dos buscadores na rede entregarem um conteúdo certo, baseado na análise de dados e criação de um perfil, tanto para entregar conteúdo aos usuários como aos anunciantes. Zuboff (2020) mostra que a propriedade dos meios de modificação do comportamento é hoje uma forma de poder equivalente, ou superior, à propriedade dos meios de produção.

É uma evolução da propaganda, em uma estrutura bem desenvolvida, na qual *Google* e o *Facebook* se destacam, com imensos bancos de dados e aprendizagem de máquinas, que atuam para reconhecer padrões, prever comportamentos e lucrar com marketing. Estes dispositivos, para Lazzarato (2014) reúnem selecionam e vendem milhões de dados sobre nossas aquisições, hábitos de leitura, filmes favoritos, gostos, roupas, bem como o modo como passamos nosso tempo livre.

A doutrina neoliberal como ponto de destaque no desenvolvimento da internet, pois interfere em suas invenções, além disso, o pensamento neoliberal opera nas redes digitais e plataformas com a finalidade de anular e dissipar todas as ações coletivas que criem outras lógicas que não sejam voltadas à concorrência e a reprodução de capital (SILVEIRA, 2018, P 43).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

A modulação de comportamentos nas plataformas digitais tem servido, principalmente, à expansão do neoliberalismo. O marketing utiliza as corporações para moldar nossas subjetividades e formatar nossos afetos, Robôs tem lido nossos e-mails mais íntimos e apresentado repostas possíveis ao nosso remetente, o que pode passar despercebido pela maioria das pessoas.

Quando na verdade, o poder de tratamento das informações é legitimado por entorpecimento subjetivo diante das vantagens ofertadas pela tecnologia, que reforçam a servidão da máquina (SILVEIRA, 2018). Pois ao organizar nossa rotina em volta das máquinas e de seus benefícios passamos de utilizadores e dependentes, o que certamente, deve impactar na forma como o indivíduo aprende.

É importante destacar, que as plataformas digitais possuem patentes esclarecedoras e que corroboram com a definição do processo de modulação de comportamentos, destacado nessa visão do capitalismo de vigilância.

Por meio do aprendizado de máquinas, os algoritmos armazenam e criam perfis, sendo assim, possível prever um comportamento e partir disso, oferecer o melhor produto ou serviço para compra, direcionando os anunciantes adequados, portanto, o marketing tornou-se a principal forma de controle social.

E para corroborar com a essa afirmação, Silveira (2018) apresenta patentes registradas que são esclarecedoras quanto a forma de controle que as plataformas digitais operam.

Patente do *Yahoo*: US-2010088607-A1- Sistema e método para manter o usuário sensível ao contexto.

Patente da *Apple*: US-2012272338-A1 – Gerenciamento unificado de dados de rastreamento.

Patente do *Facebook*: US-2012226748-A1 - identifique Especialistas e Influenciadores em uma Rede Social.

Patente do *Facebook*: US-20118019226-3A1- Prever o estado futuro de um usuário de dispositivo móvel.

Patente do *Pudding Ltd*: US-20080033826-A1 -Fornecimento de anúncios baseados no humor e na personalidade.

Estas cinco patentes apresentadas por Silveira (2018) são elementos importantes para compreender o conhecimento do estado emocional dos usuários que a aprendizagem de máquina é capaz de realizar, com a finalidade de processos de modulação dos comportamentos, e por fim,



de lucrar com a oferta de publicidade.

Para Zuboff (2020) esta forma de capitalismo baseada em informação, fomenta cada vez mais concorrentes ávidos por participarem da corrida dos lucros da vigilância. E baseado nestas conquistas, o Google e seus concorrentes desfrutam de forma extraordinária de conhecimento e poder, num nível jamais antes visto na história da humanidade.

É importante que haja uma mobilização para consciência, pois os indivíduos não refletem sobre o uso das plataformas como um meio de comunicação de massa, que atua na modulação do comportamento humano.

Por isso, faz-se necessário trazer essa reflexão por meio de um letramento crítico dos meios de comunicação, especialmente das plataformas digitais de redes sociais, que possuem particularidades em relação a outros meios de comunicação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto a classificação da pesquisa, é de natureza básica, pois trata-se do campo teórico, e tem como finalidade promover uma reflexão a respeito do capitalismo de vigilância e plataformas digitais.

De abordagem qualitativa, os procedimentos técnicos para coleta dos dados foram feitos por meio de pesquisa bibliográfica, quando analisa o material da autora Shoshana Zuboff entre outros, e documental, por fazer uma retomada de relatórios da OCDE (2021) e UNESCO (2023).

4 DESENVOLVIMENTO

Shoshana Zuboff (2020) enfatiza que seu trabalho foi inspirado por pensadores do século XX, como Hanna Arendt, Theodor Adorno, Karl Polanyi, Jean-Paul Sartre e Stanley Milgram, justamente porque se defrontaram com fenômenos de totalitarismos e desafiaram as consequências deixadas para as perspectivas da humanidade.

É relevante enfatizar a resistência social, em relação ao capitalismo informacional, pois a privacidade é reconhecida mundialmente como um dos direitos humanos fundamentais (IRCP, 2018), e no Brasil, é um direito fundamental, previsto no inciso X do artigo quinto da Constituição de 1988 (Brasil, 2018), portanto, é possível considerar que as plataformas violam direitos fundamentais de seus usuários, em prol do capitalismo de vigilância.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Há representações de resistência, sejam elas em forma de Lei, como é o caso da LGPD no Brasil, movimentos sociais ou internacionais como a UNESCO que atualmente fomenta os debates para regulamentação das plataformas digitais, como também o exercício dos pesquisadores, autores e laboratórios de pesquisas acadêmicas, são mobilizações institucionalizadas.

A UNESCO (2023) promoveu em sua sede em Paris, entre os dias 21 a 23 de fevereiro de 2023, a Conferência Global “Internet for trust”, que reuniu lideranças globais, para organizar as Diretrizes que apoiam o desenvolvimento e implementação de processos regulatórios que visam garantir a liberdade de expressão e o tratamento de conteúdos que coloquem as democracias em risco, assim como, os direitos humanos, além do combate a desinformação.

As diretrizes devem servir como um importante recurso para que formuladores de políticas possam implementar uma regulamentação para as plataformas digitais em suas políticas e práticas, impactando a sociedade civil em defesa e responsabilidade.

A UNESCO (2023) compreende como plataforma digital a ser regulamentada, todo tipo de redes ou mídia social, aplicativos de mensagem, mecanismos de pesquisa, lojas de aplicativos, e qualquer plataforma que vise compartilhamento de conteúdo.

De acordo com o relatório, quanto a estrutura das Diretrizes, busca-se definir uma regulamentação geral que descreva as responsabilidades das diferentes partes interessadas na promoção de um ambiente de liberdade de expressão, com acesso à informação e direitos humanos, deve incluir os deveres do estado para proteger e cumprir os direitos humanos, atribuindo a responsabilidade das plataformas digitais, o papel das organizações intergovernamentais, o papel da sociedade civil, mídia, do ambiente acadêmico, da comunidade técnica e outros interessados em promover os direitos humanos.

A regulamentação visa em especial os sistemas e processos usados pelas plataformas, ou seja, privilegiando um sistema transparente no que se refere ao tratamento de dados dos usuários, bem como na moderação dos conteúdos que devem estar abertos à revisão por um órgão judicial, para tratar da liberdade de expressão, e das questões que envolvem ódio criminoso, incitação à discriminação, hostilidade e violência das redes.

O relatório da UNESCO (2023) ainda estabelece que é essencial que seja promovido o letramento midiático e de informação, por parte das próprias plataformas, com o objetivo de engajar os usuários e envolvê-los criticamente com conteúdos de tecnologia, para que compreendam a rápida evolução da transformação digital diante dos desafios das plataformas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Com as diretrizes, a regulamentação das plataformas digitais segundo a (UNESCO, pág 9, 2023) precisam cumprir cinco princípios fundamentais:

(a) As plataformas respeitam os direitos humanos, a partir da moderação e curadoria de conteúdo com implementação algoritma feita por humanos, com moderadores humanos (UNESCO, 2023, p 9).

(a) As plataformas são transparentes, sendo abertos sobre como operam, com políticas compreensíveis e auditáveis, incluindo transparência sobre as ferramentas, sistemas e processos usados para moderar e selecionar conteúdos em suas plataformas, inclusive em relação a processos automatizados (UNESCO, 2023, p 9).

(c) As plataformas capacitam os usuários para entender e tomar decisões informadas sobre os serviços digitais que usam, inclusive ajudando-os a avaliar informações na plataforma (UNESCO, 2003, p 9)

(d) As plataformas são responsáveis perante as partes interessadas relevantes, aos usuários, ao público e ao sistema regulatório na implementação de seus termos de serviço e políticas de conteúdo, inclusive dando aos usuários direitos de reparação contra decisões relacionadas a conteúdo (UNESCO, 2023, p 9)

(e) As plataformas conduzem a devida diligência em direitos humanos, avaliando os riscos e impactos sobre os direitos humanos de suas políticas e práticas (UNESCO, 2023, p 9)

O relatório descreve que a regulamentação precisa atingir a proteção das crianças nas redes, tendo em vista que segundo a UNICEF (2017) um 1/3 dos usuários da internet no mundo, são crianças.

As crianças têm um status especial, devido ao seu estágio de desenvolvimento, limitada a falta de voz política e ao fato de que experiências negativas na infância, podem resultar e consequências ao longo da vida.

Para a violência online baseada em gênero, a regulamentação prevê que as plataformas devem conduzir avaliações anuais de impacto de gênero e direitos humanos, incluindo abordagens algorítmicas para avaliação de risco, com o objetivo de identificar riscos sistêmicos para mulheres e meninas e ajustar regulamentação e práticas para mitigar esses riscos de forma mais eficaz.

A alfabetização midiática e informacional, é o ponto de destaque das Diretrizes. Esta temática dentro das diretrizes reforça o quanto este tema é relevante para o processo de formação no contemporâneo, a formação do sujeito, da identidade individual ou coletiva, da cultura, como aponta (Cardoso & Castells, 2005) para sociedade em rede.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A regulamentação propõe de acordo com a UNESCO (2023) que deve haver um foco específico dentro das plataformas digitais, para melhorar a alfabetização midiática dos usuários. A plataforma digital deve considerar como qualquer produto ou serviço impacta o comportamento do usuário, além do objetivo de consumo ou engajamento do usuário.

O documento ainda prevê que as plataformas digitais devem implementar tais medidas, para além de seus times de desenvolvedores, mas com a colaboração de organizações especialistas, independente das plataformas, como autoridades públicas responsáveis pela alfabetização midiática e informacional, com o ambiente acadêmico, sociedade civil, pesquisadores, professores, educadores especializados e organizações juvenis que tratam dos direitos das crianças, e de suas necessidades particulares e especiais.

Ou seja, o documento aponta como alternativa a parceria com professores, educadores, pesquisadores que atuam na alfabetização midiática e informacional, pois é possível considerar que os impactos das plataformas adentram as salas de aulas, por isso, a formação de professores e alunos para alfabetização midiática é relevante no contexto atual.

Outro apontamento é a respeito da integridade das eleições, o relatório da UNESCO (2023) destaca que os órgãos eleitorais de cada país, bem como seus gestores precisam garantir que o processo eleitoral não seja afetado por desinformação.

As plataformas digitais devem ter um processo de avaliação de risco específico para qualquer evento eleitoral, por conta do nível de influência das mensagens publicitárias, e o dano potencial que essas mensagens podem ter, se usadas contra grupos específicos, como minorias ou vulneráveis.

Portanto, o capitalismo de vigilância por meio das plataformas digitais, precisam ter suas questões éticas amplamente discutidas por estes relatórios de organismos internacionais, para que seja possível encontrar caminhos seguros para o futuro do digital, sem colocar em risco o futuro da humanidade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da análise da bibliografia da Shoshana Zuboff (2020) e outros autores, que discutem o capitalismo de vigilância é possível observar a questão ética das plataformas em relação a privacidade de seus usuários, que não está sendo respeitada, e além disso, promovendo uma monetização, em cima da modulação do comportamento humano.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Dessa forma espera-se os debates sobre leis e regulamentações das plataformas digitais avancem para criar um ambiente no qual se constitui como um meio de comunicação de massa, mas sem que haja danos aos direitos humanos, garantindo a liberdade de expressão, e combatendo a desinformação que impacta diretamente em como a sociedade constitui sua identidade e forma a sua opinião.

Conclui-se que esse relatório apontou temas relevantes para o processo de conscientização crítica do uso das redes sociais no mundo, mas ainda deve ser discutido em outros encontros e outras esferas, além de ter que contar com a boa vontade das plataformas para colocarem em prática as diretrizes de regulamentação, mas sem dúvida, a UNESCO fomentou um debate necessário.

As diretrizes irão contribuir para os processos em andamento em toda a ONU, o relatório da UNESCO (2023) inclui outros debates já agendados para setembro de 2024 como o Pacto Digital Global, além das discussões da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) e do Fórum de Governança da Internet (IGF), ambos em 2025.

Os governos devem utilizar essas Diretrizes de regulamentação para criarem suas próprias leis, e que inviabilizem os danos causados pelas plataformas digitais dentro de uma sociedade, por isso deve ser do interesse de todo Estado priorizar direitos humanos.

Na Europa, A lei “Digital Services Act” DSA (UE, 2022) propõe que as empresas de plataformas digitais sejam transparentes, embora tenha causado contrariedade das “Big Techs”, a proposta vai de acordo com as Diretrizes da UNESCO (2023) para que deixem de ser uma caixa preta de algoritmos, e deixem de promover a modulação dos comportamentos humanos.

Após a União Europeia adotar a Lei DSA, o Brasil retoma a PL das *Fake News*, (PL 2.630) que tem como objetivo criminalizar a desinformação com prisão de até 3 anos para quem promover ou financiar notícias falsas, que possam causar dano ao sistema eleitoral ou dano a integridade física.

Portanto, considera-se um passo importante, para que o Brasil caminhe na mesma direção da UE e seguindo as Diretrizes da UNESCO (2023) com o objetivo de assegurar o direito humano da privacidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos para criar um futuro mais responsável e ético nas plataformas de redes sociais, e criar caminhos mais responsáveis para as empresas de tecnologia, responsabilizando pelos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

impactos do capitalismo de vigilância, foram apresentados neste trabalho, que se propôs a apresentar os conceitos do capitalismo de vigilância, bem como a proposta de regulamentação das plataformas digitais, como alternativa para um ambiente digital mais seguro.

Portanto, os objetivos do trabalho foram alcançados, promovendo uma reflexão crítica após a análise da bibliográfica e os documentos apresentados, que versam sobre o capitalismo de vigilância e a necessidade imediata de governos adotarem leis mais rígidas para intervir a respeito dos impactos do capitalismo de vigilância nas plataformas digitais.

Por fim, conclui-se que é relevante promover em escolas e sociedade a possibilidade de uma leitura crítica dos meios de comunicação, em especial, das plataformas de redes sociais digitais que são vistas como uma mídia de massa.

É certo que podemos fomentar o pensamento crítico em nossa sociedade, especialmente nas escolas, para que este conhecimento a respeito da monetização, do capitalismo de vigilância tem sim, impactado em nossa forma de viver, de nos comunicarmos e de formarmos nosso pensamento crítico, e nossa identidade coletiva de sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei 8.069/90- ECA.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2630, de 2020. **Lei das Fake News**, Brasília, 2020. Disponível: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944> Acesso 6 mar de 2023.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 7 mar. 2023.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CARDOSO Gustavo & CASTELLS Manuel. **Sociedade em rede: do conhecimento a ação política**. Centro Cultural de Belém, 2005.

EUROPEAN, Commission. **The Digital Service Act package**. Europa, 2022. Disponível: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/digital-services-act-package> Acesso 6 março 2023.

IRCP, Site oficial. Carta de Direitos Humanos e Princípios para a Internet. Disponível em: https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/01/IRPC_booklet_brazilian-portuguese_final_v2.pdf Acesso em: 7 mar. 2023.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas e subjetividade**. São Paulo: Edições SESC-SP: n-1 edições, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. Org. SOUZA, Joyce et al. **A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes sociais**. São Paulo: Hedra, 2018

SILVEIRA, Sergio Amadeu da; SOUZA, Joyce Ariane de Souza. **Gestão algorítmica e a reprodução do capital no mercado segurador brasileiro**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 2, p. 15-27, ago./nov. 2020.

UNICEF. **Estado Mundial de la Infancia 2017: Niños en un mundo digital**. NY, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.es/sites/unicef.es/files/comunicacion/estado-mundial-infancia-2017.pdf> acesso 6 mar 2023.

UNESCO. **Guidelines for regulating digital platforms: A multistakeholder approach to safeguarding freedom of expression and access to information**. Paris, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384031.locale=en> Acesso 5 mar 2023.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução Geroge Schlesinger – 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO PERÍODO PANDÊMICO
A PARTIR DO NUMAPE/UNESPAR/PARANAVAÍ

Talya de Souza Delfino¹ -
Unespar/Paranavaí
Maria Inez Barboza Marques²
- Unespar/Paranavaí

Nome do GT: 3 Capitalismo, trabalho, direitos humanos e as interfaces classe, gênero, raça/etnia e sexualidade

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre a violência doméstica no contexto da pandemia, a partir do Núcleo Maria da Penha - NUMAPE/Universidade Estadual do Paraná -Unespar/campus de Paranavaí. A pesquisa pode ser classificada como aplicada, de abordagem qualitativa, e caracterizada como descritiva e analítica, de abordagem documental. A discussão pauta-se na violência doméstica no contexto da pandemia a partir dos atendimentos realizados pelo NUMAPE, o qual se encontra em funcionamento na Unespar/Paranavaí. Para atingir os objetivos propostos, foram realizadas pesquisas em dados do município de Paranavaí e do NUMAPE a fim de comparar os impactos causados pela pandemia, especialmente durante os anos de 2020 e 2021. Com base nos atendimentos realizados pelo NUMAPE, os dados mostraram que a violência sofrida pelas mulheres durante o período da pandemia permaneceu inalterada. A média de casos de violência contra a mulher cresceu sensivelmente desde 2017, mas nos últimos dois anos - 2020 e 2021 - houve uma leve queda. Essa redução está ligada à necessidade do isolamento social estabelecido pela pandemia de Covid-19. Considera-se que neste período houve uma subnotificação, ou seja, muitos casos deixaram de ser registrados oficialmente.

Palavras-chave: Violência de gênero. Violência doméstica. Patriarcado. Pandemia.

RESUMEN

El objetivo general de este artículo es reflexionar sobre la violencia doméstica en el contexto de la pandemia, desde el Núcleo Maria da Penha - NUMAPE/Universidade Estadual do Paraná -Unespar/campus de Paranavaí. La investigación puede clasificarse como aplicada, con enfoque cualitativo, y caracterizarse como descriptiva y analítica, con enfoque documental. La discusión se basa en la violencia doméstica en el contexto de la pandemia a partir de los servicios prestados por NUMAPE, que está en funcionamiento en Unespar/Paranavaí. Para lograr los objetivos propuestos, se realizó una investigación con datos del municipio de Paranavaí y de NUMAPE para comparar los impactos causados por la pandemia, especialmente durante los años 2020 y 2021. Con base en los servicios prestados por NUMAPE, los datos mostraron que la violencia sufrida por las mujeres durante el período de pandemia se mantuvo sin cambios. El promedio de casos de violencia contra la mujer ha crecido significativamente desde 2017, pero en los dos últimos años -2020 y 2021- se ha producido un ligero descenso. Esta reducción está ligada a la necesidad de aislamiento social establecida por la pandemia del Covid-19. Se considera que en este período hubo un subregistro, es decir, muchos casos dejaron de ser registrados oficialmente.

Palabras clave: Violencia de género. La violencia doméstica. Patriarcado. Pandemia.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

¹ Graduada em Serviço Social: – e-mail: talya_souza@hotmail.com

² Doutora em Serviço Social – e-mail: maria.marques@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A violência contra mulheres é um fenômeno complexo e construído pela sociedade em diferentes contextos e períodos históricos, sendo que o Brasil é o 5º colocado no ranking que mais comete esse tipo de violência. O Estado do Paraná ocupa o 3º lugar no ranking de violência contra as mulheres. Nesse âmbito, encontra-se o município de Paranavaí, que conta com uma Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra Mulheres. Entre as instituições que fazem parte dessa rede, destaca-se o Núcleo Maria da Penha – NUMAPE, instalado no Campus da Unespar em Paranavaí, desde o ano de 2018.

Com base nessa referência ao campo de investigação, optou-se por pesquisar a violência contra mulheres no município de Paranavaí, com base nos dados fornecidos pelo NUMAPE, partindo da problematização: Houve um aumento da violência contra mulheres no período pandêmico no município? Com base nesse questionamento, definiu-se como objeto de estudo “A violência doméstica no contexto da pandemia, a partir do NUMAPE/Unespar/Campus Paranavaí.”

Com a definição do objeto de estudo, estabeleceram-se os objetivos, a saber, I) objetivo geral: refletir sobre a violência doméstica no contexto da pandemia a partir do NUMAPE/Unespar/Campus Paranavaí; II) objetivos específicos: discutir o fenômeno da violência doméstica no período pandêmico; situar a violência contra mulheres e a violência doméstica no município de Paranavaí, especialmente nos anos de 2020 e 2021; e, por fim, compreender a violência doméstica no município de Paranavaí, tomando como base os atendimentos realizados pelo NUMAPE.

A pesquisa pode ser classificada como aplicada, de abordagem qualitativa, caracterizada como descritiva e analítica. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa tem como foco estudar e descrever “[...] as características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Esse estudo é caracterizado devido a padrões de técnicas estabelecidas para coleta de dados.” (GIL, 2002 p.44).

Quanto aos procedimentos para coleta de dados, considera-se uma pesquisa documental, pois foram utilizados documentos (relatórios e outros) disponibilizados pelo NUMAPE. O estudo respaldou-se, também, na pesquisa bibliográfica, com a utilização de livros e artigos que deram corpo às discussões em pauta.

Importante esclarecer que a hipótese inicial girava em torno da possibilidade do aumento de casos durante o período da pandemia no município de Paranavaí, tendo em vista

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



que o isolamento social estabelecido pela pandemia de Covid-19, poderia ter agravado as consequências da violência na vida das mulheres. Porém, ao fazer um comparativo entre os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, ficou evidente que os números permaneceram praticamente inalterados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É possível considerar que o sistema de dominação patriarcal e a exploração capitalista produzem a violência estrutural, que pode ser percebida através de questões relacionadas com a história e seus contextos sócio, econômico, político e cultural, originando as desigualdades de classe, gênero, raça/etnia e sexualidade.

Minayo (1994) argumenta que a violência estrutural predomina em sociedades desigualmente distribuídas, e que as riquezas produzidas são concentradas nas mãos da classe dominante, gerando uma grave desigualdade econômica. A violência possui várias condições, integradas dialeticamente na composição da estrutura social, tornando-se uma espécie de relações sociais intimamente relacionadas com a produção humana e os métodos de reproduzir as condições sociais.

Os reflexos da violência estrutural ficaram mais evidentes durante o período pandêmico. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) determinou a existência da pandemia do Corona Vírus (SARS-CoV-2) no mundo. Vírus fatal, que desenvolveu a doença infecciosa Covid-19, identificado por pesquisadores e cientistas na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Moro (2020) sinaliza a falta de vacina e/ou medicamentos para conter a doença e, como medida de prevenção para livrar-se de uma crise no sistema de saúde, a instauração de medidas de contenção ao Covid-19 através do isolamento social, que apresentou consequências no convívio social das famílias.

Moro (2020) também aponta que um dos impactos da Covid-19 está ligado a esse contexto vivenciado pelo Brasil, e a necessidade do combate às situações de violência contra as mulheres, que ganhou centralidade em todo o mundo. Destaca que o contexto de isolamento social e o convívio entre os agressores e as mulheres tornou-se um alerta para o enfrentamento da violência. Diante disso a autora enfatiza que o:

isolamento social é um fator agravante no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, mas não é a principal causa. Vale ressaltar que a violência é fruto de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

uma sociedade patriarcal, baseada em desigualdades de gênero que foi ao longo de sua trajetória socialmente construída. O que nos possibilita fundamentar as desigualdades históricas entre homens e mulheres (MORO, 2020, p.205).

A autora complementa que falar de pandemia e isolamento social remete similarmente à ocorrência dos papéis masculinos e femininos, instabilidade econômica, desemprego, desequilíbrio emocional, abuso de drogas, sobrecarga do trabalho das mulheres e redução de serviços básicos e necessários. Esses são fatores que revelam o agravamento da violência, mostrando as dificuldades de enfrentamento a esse fenômeno.

Bevilacqua (2020) esclarece que os efeitos da COVID-19 trouxeram novas fragilidades à tona, revelando desafios, principalmente para a população feminina, que pressiona as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Além do aumento da violência pela segregação, o fato de as pessoas ficarem em casa contribuiu para uma economia assistencial desigual, em que recai sobre as mulheres a responsabilidade e o ônus das tarefas domésticas e de cuidar de doentes, crianças e idosos.

Além disso, a autora salienta que as determinações estabelecidas para conter a pandemia de corona vírus trouxeram desafios importantes para as mulheres. Todos os países que foram afetados por essa grave crise sanitária apresentaram aumento de casos de violência contra as mulheres. Neste momento, seria útil pensar se os investimentos que a sociedade realizou para enfrentar esse grave problema social estava funcionando.

Segundo a ONU Mulheres, a pandemia de COVID-19 mostrou que, desde o começo de abril de 2020, mais da metade da população vivia em isolamento social. Nesse contexto, as mulheres se viram “presas” com seus agressores e, em muitos casos, sem o apoio de amigos e familiares. Ressalta-se que poucos meses antes do surto da pandemia, a ONU Mulheres vinha alertando sobre a *Pandemia das Sombras*, quando todos os tipos de violência contra meninas e mulheres, mais particularmente a violência doméstica, se intensificaria. Considera-se que, embora os dados demoraram a surgir, muitas mulheres sofreram violência e não puderam denunciar ou pedir “socorro”; ficaram à sombra de seus companheiros agressores, correndo risco de vida. Ficou evidenciado como as múltiplas formas de violência passaram como invisíveis, sendo até naturalizadas.

Marques et al (2020, apud Goto, 2022) explica que este cenário transformou a rotina das dinâmicas familiares, especialmente nas relações interpessoais, como relacionamentos entre parceiros íntimos, pais e filhos. A casa e o ambiente familiar, compartilhados por muitos ao mesmo tempo, tornaram-se um lugar de medo e abusos, que se fortificaram, principalmente,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

por estarem longe dos olhares das autoridades. Por este motivo, estima-se ter havido muito mais casos de violência do que realmente foram contabilizados.

Por falta de controle das autoridades, reiterou-se a importância de dar visibilidade a esses casos de violência que continuavam acontecendo, por obrigatoriedade do cumprimento do isolamento social. Isso dificultou ainda mais o acesso aos serviços de proteção, que agravaram de maneira significativa a realização das denúncias.

Segundo a Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional (BRASIL, 2021), o perfil da violência mudou, evidenciando que houve uma redução de casos de violência contra as mulheres nos anos de 2018 e 2019. Porém, em 2020 e 2021, a pandemia favoreceu a vitimização dessas mulheres dentro de casa. De acordo com a Agência Câmara de Notícias, o estudo feito mostrou que 24,4% das mulheres acima de 16 anos (uma em cada quatro) afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de COVID-19. Isso significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual em 2021. Ainda segundo o estudo, uma das entrevistadas revelou que um dos fatores importantes, que contribuíram para que não conseguissem escapar do ciclo de violência, foi a falta de emprego e de recursos financeiros, ou seja, a dependência exclusiva dos companheiros e agressores.

Conforme explica Samira Bueno Nunes, diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o perfil da violência mudou bastante. E dessa forma:

esse recuo se dá em relação às mulheres que sofrem violências na rua. Na pesquisa de 2017, 39% das mulheres tinham sofrido violência na rua, e esse percentual foi de 39 pra 19%. Em compensação, a violência dentro de casa passa de 43 pra 49%. 7 em cada 10 casos os autores eram conhecidos, a maior parte parceiros ou ex-parceiros íntimos", observou. (BRASIL, 2021, p. 3)

Ainda segundo Nunes (apud BRASIL, 2021), em terceiro lugar, a pessoa que mais comete violências, sempre vem como vizinho ou amigo. Seguindo essa ordem, aparecem pais e mães, padrastos e madrastas, filhos e filhas e irmãos como os principais perpetradores da violência. Compreende-se, ainda, que o contexto de desigualdade social enfrentado pelas mulheres é marcado ao longo da história; e o cenário de crise sanitária apenas evidenciou ainda mais a vitimização dessas mulheres, mostrando mais uma vez a prevalência do gênero masculino sobre o feminino.

De acordo com o Fórum de Segurança Pública (2021), os números de violência no Brasil permaneceram inalterados, ou seja, ficou evidenciado que a lei por si só não consegue transformar a realidade social dessas mulheres. Enfrentar a violência perpassa por toda uma



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

construção histórica, que revela muitos pré-conceitos naturalizados pelo machismo e pelo patriarcado na sociedade, que mantém as mulheres em “silêncio” pelo medo, vergonha, crença na mudança de seu parceiro\agressor e, principalmente, pela falta de confiança nas autoridades.

Os tipos de violência que atingem 1\3 das mulheres são decorrentes de uma junção de fatores. No Brasil, as mulheres vivem diariamente a sensação de insegurança, risco esse que se mostrou ainda maior durante o período pandêmico. Uma das formas de combate à violência determinante é o conhecimento, tendo em vista que a conscientização tem relação direta com o acesso à informação. Embora todas as classes sociais estejam sujeitas a sofrer algum tipo de violência, constata-se que quanto mais informação, menos violência.

A Associação Brasileira de Defesa da Mulher, Infância e Juventude (ASBRAD) explica que a violência doméstica, na maioria das vezes, é executada por membros que residem no mesmo ambiente familiar, representados por pessoas com o mesmo laço sanguíneo (pais e filhos) ou unidas de forma civil (cônjuge).

Para que houvesse o reconhecimento dessa violência doméstica e a possibilidade de combatê-la, em 7 de agosto de 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n. 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que dispõe em seu artigo 2º:

toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

O artigo 5º da Lei define a violência doméstica e familiar contra as mulheres como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. A Lei dispõe um contexto legal à questão, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, bem como dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, alterando o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal e outras providências (PRIORI, 2007 apud SILVA, 2019).

As medidas previstas na Lei Maria da Penha são organizadas a partir de três eixos de intervenção: 1) medidas criminais, voltadas para a punição da violência; 2) medidas de proteção e de assistência à mulher; e 3) medidas de prevenção (PASINATO, 2010 apud SILVA, 2019).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A referida norma legal garante que o poder público se organize e concretize atendimento às mulheres em situação de violência, no intuito de protegê-las. Contudo, as diferentes iniciativas precisam estar respaldadas em uma articulação interdisciplinar e intersetoriais. A Lei Maria da Penha prevê dois tipos de medidas protetivas de urgência: as que obrigam o agressor a não praticar determinadas condutas e as medidas que são direcionadas às mulheres e a seus filhos, visando a protegê-los. As medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor a se afastar das agredidas estão previstas no art. 22 da referida Lei:

constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003; II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III - proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios. Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial. (BRASIL, 2006)

Souza e Faria (2022) esclarecem que mesmo com as medidas de proteção instauradas pelo sistema governamental, a violência doméstica continua com índices altíssimos e, apesar da complexidade, essa temática é vista como um fenômeno social, e não como um problema de saúde e responsabilidade pública. Por esse motivo, as autoras salientam a necessidade de discutir as causas, consequências e modos de enfrentar esse fenômeno que acomete muitas mulheres. As pesquisadoras salientam que a violência doméstica é advinda de uma construção social histórica, marcada e dominada pela origem machista e patriarcal.

Freire e Passos (2015) apud Silva (2019) acrescentam que, embora a lei possa ter criado estratégias severas para o enfrentamento à violência contra as mulheres, as estatísticas são preocupantes. Os efeitos da violência contra as mulheres atingem níveis profundos e refletem no trabalho, na saúde e nas relações sociais, ou seja, a violência gera consequências, também, para o ambiente familiar, para as amizades e outras relações que repercutem em toda a sociedade. A autora ainda destaca a falta de conhecimento da Lei entre as mulheres, sobretudo no que se refere aos tipos de violência. Essa falta de conhecimento sobre os tipos de violência gera o não reconhecimento aos atos agressivos no âmbito familiar, que ocorrem de diferentes



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

formas. Relaciona-se a isso o fato de que a sociedade considera violência apenas se manifestada de forma física e, como consequência, as outras formas de violência ficam invisíveis.

Dessa maneira, a criação e implementação de novas políticas públicas efetivas, tornam-se essenciais para diagnosticar e construir estratégias de enfrentamento às violências, para que isso se estabeleça nas relações sociais presentes na vida cotidiana. Por se tratar de um fenômeno complexo, que abrange diversos significados e competências em diversas áreas da sociedade, o combate à violência contra as mulheres se volta sob uma ótica de uma constituição de redes articuladas, capaz de atender diversas demandas, articulando os saberes e as práticas de diferentes áreas, para o combate à violência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O NUMAPE se constitui em um Programa da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) com recursos do Fundo Paraná, executado pelas Universidades Estaduais (UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE, UNICENTRO, UENP e UNESPAR), nas cidades de Londrina, Maringá, Jacarezinho, Paranavaí, Guarapuava, Irati, Francisco Beltrão, Toledo e Marechal Cândido Rondon (UNESPAR/Paranavaí, 2018). Na maioria dos núcleos, as equipes são formadas por professores(as) da área do Direito e da Psicologia, mas podem contar também com as áreas do Serviço Social ou da Pedagogia, e com profissionais das áreas de atendimento e alunos(as) dos mesmos cursos, priorizando o atendimento jurídico em todos os projetos para o cumprimento dos artigos 27³ e 16⁴ da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Em Paranavaí, o Núcleo Maria da Penha teve sua implantação inicial em janeiro de 2018, com a assinatura do Termo de Cooperação 15/2018, o que permitiu a seleção de bolsistas das áreas do direito, psicologia e serviço social, com a perspectiva de ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica no referido município. Após esse primeiro Termo de Cooperação 15/2018, o NUMAPE assinou mais três termos: 33/2019, 69/2021 e 87/2022, este ainda em vigência. A partir do Termo de Cooperação 087/2022, o

³ Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

⁴ Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

NUMAPE passou a ter uma nova configuração, passando o acesso à justiça como principal foco de atuação.

O Núcleo oferta atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar, proporciona o acolhimento e escuta qualificada, o amparo psicológico, social e jurídico. Além disso, o trabalho desenvolvido vem viabilizando a disseminação e execução da Lei Maria da Penha, a qualificação dos profissionais através do aprofundamento teórico e a participação em grupos de pesquisas e publicações das produções. Oferta, ainda, atendimento sociojurídico às mulheres em situação de violência doméstica que estejam com seus direitos ameaçados ou violados, pertencentes à Comarca de Paranavaí – PR, a qual abrange quatro municípios e cinco distritos, sendo os Municípios: Paranavaí, Amaporã, Nova Aliança do Ivaí e Tamboara e os Distritos: Mandiocaba, Quatro Marcos, Piracema, Graciosa e Sumaré (UNESPAR, 2019).

É importante destacar que, atualmente, Paranavaí conta com a “Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência Contra Mulher”, da qual o Núcleo Maria da Penha faz parte, juntamente com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Delegacia da Mulher (DEAM), Patrulha Maria da Penha, Saúde, Conselho da Mulher e Ministério Público. Contudo, é importante salientar o protagonismo da UNESPAR, através do NUMAPE, neste processo de articulação e construção conjunta (MARQUES et al, 2021).

Em Paranavaí, a violência contra mulheres apresentou crescimento entre os anos de 2017 e 2019. No entanto, em 2020 e 2021 (período da pandemia) esse número se estabilizou, não apresentando crescimento.

Em 2017, segundo dados da Delegacia da Mulher de Paranavaí/PR, a referida Delegacia contabilizou a média mensal de 74,5 ocorrências. Em 2018, a média de 87,5 registros ao mês. Em 2019, as ocorrências de agressões contra mulheres atingiram a média de 103,8 casos ao mês e, em 2020, os registros contabilizam uma média de 84,7 ocorrências. Já em 2021, a média de registros foi de 92,7 ao mês.

Ainda de acordo com a Delegacia da Mulher de Paranavaí, os dados demonstram que a média de casos de violência contra a mulher cresceu sensivelmente desde 2017, e que nos últimos dois anos, 2020 e 2021, houve uma leve queda. Marques et al (2021) explicam que essa redução entre 2020 e 2021 está ligada à necessidade do isolamento social estabelecido pela pandemia de COVID-19, e que, nesse período, houve uma subnotificação, ou seja, muitos casos deixaram de ser registrados oficialmente.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Moro (2020) esclarece que a pandemia do novo Coronavírus e as medidas estabelecidas para a contenção da COVID-19, através do isolamento social, apresentaram vários impactos na sociedade. Os anos de 2020 e 2021 marcaram uma crise sanitária em todo o mundo e o isolamento social foi responsável por consequências violentas na vida de muitas mulheres. Porém, vale ressaltar que o isolamento foi um agravante no enfrentamento à violência contra as mulheres, mas não foi a principal causa. A violência doméstica é fruto de uma sociedade patriarcal e machista, baseada em desigualdades de gênero construídas historicamente.

De acordo com a ONU Mulheres 2020, este período ficou conhecido como “*Pandemia das Sombras*”, em que múltiplas situações de violência contra as mulheres ficaram impunes ou não chegaram até as autoridades. As mulheres ficaram “presas” ou à “sombra” de seus companheiros agressores durante esse período de convívio, permanecendo nessa situação pelo medo de seus parceiros e pela dificuldade em realizar a denúncia.

Conforme o Fórum de Segurança Pública 2021, as estatísticas de violência mostram que houve apenas uma queda das violências nas ruas mediante as regras sanitárias estabelecidas. Mas, evidencia-se que os números permaneceram inalterados quando se fala na violência doméstica, justamente porque as mulheres ficaram reféns dentro de suas próprias casas e isso afetou diretamente os números de denúncias, que podem não ter sido todas contabilizadas, ou seja pode ter ocorrido uma subnotificação.

Tomando como base o Gráfico 1, que contém os dados anuais dos atendimentos realizados pelo NUMAPE, é possível compreender a dinâmica relacionada aos atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica, nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

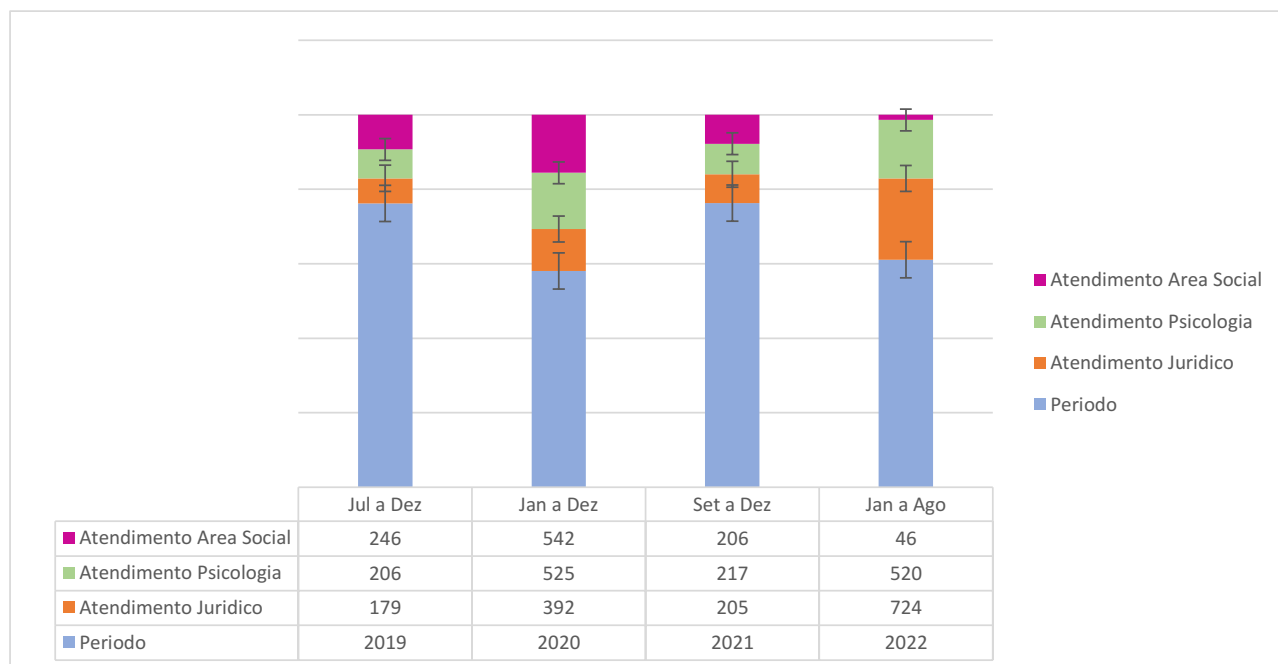
Gráfico 1 - Número de atendimentos realizados pelo NUMAPE



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Fonte: Núcleo Maria da Penha (NUMAPE 2022) – gráfico construído pelas autoras.

Com base nos dados quantitativos explicitados pelo Gráfico 1, compreende-se que, em 2019, temos dados proporcionalmente a 6 meses, comparando-se a 2020 que possui dados anuais, e por esse motivo não se pode considerar que houve um aumento significativo dos atendimentos. Os números mostraram apenas que houve, em 2020, uma variação nos atendimentos das áreas da psicologia e social.

A partir da comparação dos dados de cada ano, percebe-se que os números ficaram praticamente inalterados, justamente pelas questões tratadas no decorrer do texto e pela dificuldade ou falta de acesso das mulheres em receberem auxílio e acolhimento na hora de realizar a denúncia, repetindo e mantendo assim o ciclo violento dos homens sobre as mulheres e afetando seu núcleo familiar. Nesse contexto, as mulheres ficaram silenciadas e reféns de seus agressores, os quais passaram impunes aos olhos das autoridades. No entanto, estima-se que, apesar de não terem sido registrados, os números foram muito maiores, mostrando que as mulheres ficaram à sombra de seus parceiros agressores.

É pertinente esclarecer que, nos anos de 2018 a 2021, o NUMAPE atendia os processos da vara da família, quais sejam, ação de alimentos, guarda, divórcios e outros. A partir do Termo de Cooperação 087/2022, o Núcleo passou a ter uma nova configuração, tendo o acesso à justiça como principal foco de atuação. O Núcleo, que contava até então com três áreas, a saber, Serviço Social, Direito e Psicologia, além das estagiárias, passou a contar com duas advogadas,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

uma assistente social e estagiárias dessas duas áreas. Sendo assim, o ano de 2022, de acordo com o gráfico, registra um aumento em torno dos atendimentos jurídicos, pois a partir disso o NUMAPE, além de atender os processos da vara da família, passou a atender os casos da primeira e da segunda vara criminal, em resposta aos dois artigos 27⁵ e 16⁶ da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006. Até o final de novembro de 2022, as ações da vara da família giravam em torno de 64 processos ativos, e 160 nas duas varas criminais, segundo informação das profissionais do Núcleo.

Dessa maneira, compreende-se que os casos evidenciados pela análise do gráfico, mostram que os números em relação aos atendimentos jurídicos praticamente dobraram, pois com o processo de reconfiguração estabelecido pelo novo Termo de Cooperação entre a SETI e o NUMAPE, os casos instalados nas varas criminais contra o autor da violência passaram a ser acompanhados pelas duas advogadas, com acesso aos autos, com plenas condições de acompanhar o caso e dar todo o respaldo necessários às mulheres.

Esse aumento tem um significado, pois se somente após o ano de 2022 as mulheres passaram a ser acompanhadas no âmbito das varas criminais, antes ficavam invisíveis nesses processos. Mesmo tendo o acompanhamento da Patrulha Maria da Penha para a verificação da Medida Protetiva, só depois de 2022 passaram, de fato, a ter o direito de serem acompanhadas, conforme previsto pela Lei Maria da Penha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do sistema capitalista, patriarcal e machista, a crise sanitária, instaurada pela pandemia de COVID-19, que levou ao isolamento social no mundo, foi responsável por causar danos e marcas irreversíveis na vida, na saúde e autonomia das mulheres. Como tratado no texto, esse período ficou conhecido como “*Pandemia das Sombras*”, em que múltiplas situações de violência contra as mulheres ficaram impunes ou não chegaram até as autoridades. As mulheres ficaram “presas” ou à “sombra” de seus companheiros agressores, permanecendo

⁵ Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

⁶ Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

em uma situação de opressão, pelo medo de seus parceiros e pela dificuldade em buscar ajuda ou de realizar a denúncia.

Dessa forma, o NUMAPE/Unespar/Campus Paranavaí teve um papel imprescindível para subsidiar e responder às demandas apresentadas pelas mulheres e pelo município, demonstrando que a universidade pode fazer diferença na sociedade, contribuindo não só para uma prestação de serviço de qualidade, mas também para produzir conhecimentos e disseminá-los, com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa da Mulher, infância e juventude (ASBRAD).

Significado de violência contra mulher. Disponível em:

<https://www.asbrad.org.br/violencia-domestica-contra-a-mulher/significado-de-violencia-domestica/>. Acesso em 31 out. 2022.

BEVILACQUA, Paula Dias. **Mulheres, violência e pandemia de novo coronavírus.**

Agência Focruz de Notícias. Opinião. Rio de Janeiro, 2020. 2 p. II.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Violência contra as mulheres nas ruas cai durante a pandemia, mas aumenta dentro de casa.** ago. 2021 Fonte: Agência Câmara de Notícias,

disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/797543-violencia-contra-as-mulheres-nas-ruas-cai-durante-a-pandemia-mas-aumenta-dentro-de-casa/> Acesso em: 22/10/2022

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (**Lei Maria da Penha**). Brasília, DF.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e Invisível- a vitimização de mulheres no Brasil 2021.** 3º edição.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. Ed. - São Paulo:Atlas, 2002.

GOTO, Livia Marinho. **A violência contra a mulher no contexto pandêmico.** Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, v.8, p. 51-66, Edição Especial, 2022.

MARQUES. Maria Inez Barboza, CAMPOI. Isabela Candeloro, BELMONT, Caroline et al.

Relatório de mapeamento da rede de atendimento e enfrentamento à violência doméstica e familiar. Paranavaí, 2021.

MINAYO, M. C. S. **Social Violence from a Public Health Perspective.** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994.

MORO. Daniele. **Serviço Social e Pandemia Covid-19, realidade, desafios e práxis.** 1.ed Porto Alegre, RS: Nova Práxis Editorial, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

SILVA, Adriele de Souza da. **A violência doméstica contra as ‘Marias’ atendidas pelo NUMAPE**. 2019 F.128 Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, 2019.

SOUZA, Lídia de Jesus. FARIA, Rita de Cássia Pereira. **Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 144, p. 213-232, maio/set. 2022

UNESPAR CAMPUS PARANAÍ. **Projeto de criação do Núcleo Maria da Penha**. Termo de Cooperação - TC 15/2018.

UNESPAR CAMPUS PARANAÍ. **Projeto de criação do Núcleo Maria da Penha**. Termo de Cooperação - TC 33/2019.

UNESPAR CAMPUS PARANAÍ. **Projeto de criação do Núcleo Maria da Penha**. Termo de Cooperação - TC 69/2021.

UNESPAR CAMPUS PARANAÍ. **Projeto de criação do Núcleo Maria da Penha**. Termo de Cooperação - TC 87/2022.

UNESPAR CAMPUS PARANAÍ. **Relatório das atividades do NUMAPE – 2021/2022**.

O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade das autoras.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR PELO ACIDENTE DE
TRABALHO POR CONCAUSA**

Joze Palani Guarez¹ – Faculdade Unicampo e UNESPAR
Dean Fábio Gomes Veiga² – Faculdade Unicampo
Renato dos Santos³ – Faculdade Unicampo

Nome do GT: Direito e Empresa

RESUMO

Os acidentes de trabalho apresentam um número significativo de infortúnios laborais. E são várias as justificativas para tais ocorrências, sendo que algumas estão ligadas diretamente com a atividade exercida no trabalho e outras indiretamente, isto é, quando as condições de trabalho contribuem para o desencadeamento do acidente cuja causa não seja propriamente a atividade laboral - as chamadas concausas. Assim, o presente artigo tem como finalidade compreender o instituto do acidente de trabalho por concausa, especialmente no âmbito da responsabilidade civil do empregador. Para tanto, por meio do método dedutivo, realizou-se um estudo legal, doutrinário e jurisprudencial sobre a temática, o qual demonstrou que é possível a responsabilização do empregador, desde que preenchidos certos requisitos, pela ocorrência do surgimento e/ou agravamento, sejam de doenças degenerativas, sejam de doenças preexistentes, quando as condições de trabalho contribuírem para para isso, fato que deve levar às empresas reavaliarem suas ações relacionadas à segurança e medicina do trabalho, com vistas à preservar a saúde de seus empregados e, por conseguinte, afastar o dever de indenizar.

Palavras-chave: Acidente de trabalho. Concausas. Responsabilidade Civil.

RESUMEN

Los accidentes de trabajo representan un número importante de desgracias en el trabajo. Y existen diversas justificaciones para tales ocurrencias, algunas de las cuales están directamente ligadas a la actividad desarrollada en el trabajo y otras indirectamente, esto es, cuando las condiciones de trabajo contribuyen a desencadenar el accidente cuya causa no es precisamente la actividad laboral -la las llamadas concausas. Así, este artículo tiene como objetivo comprender el instituto del accidente de trabajo por concausas, especialmente en el ámbito de la responsabilidad civil del empleador. Para ello, a través del método deductivo, se realizó un estudio legal, doctrinal y jurisprudencial sobre el tema, el cual demostró que es posible responsabilizar al empleador, siempre que se cumplan ciertos requisitos, por la ocurrencia del surgimiento y/o o agravamiento, ya sean enfermedades degenerativas, o enfermedades preexistentes, cuando las condiciones de trabajo contribuyan a ello, hecho que debe llevar a las empresas a reevaluar sus acciones en materia de seguridad y medicina del trabajo, con miras a preservar la salud de sus trabajadores y, por tanto, , renuncia al deber de indemnizar.

Palabras clave: Accidente de trabajo. Concausas. Responsabilidad Civil.

¹ Graduada em Direito, Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Empresarial, Mestre em Sociedade e Desenvolvimento, docente do curso de Direito da Faculdade União de Campo Mourão - Unicampo e de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR – e-mail: joze.palani@hotmail.com

² Graduado em Filosofia, Mestre em Sociedade e Desenvolvimento e Graduando em Direito pela Faculdade União de Campo Mourão – Unicampo – e-mail: deanfilosofia@gmail.com

³ Graduando em Direito pela Faculdade União de Campo Mourão - Unicampo – e-mail: recortesecia@hotmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo tem como tema a responsabilidade do empregador pelo acidente de trabalho por concausa, justificando-se tal escolha pela existência de uma tendência natural e comum de se considerar acidente de trabalho apenas aquele ligado diretamente ao desenvolvimento da atividade profissional, o que é chamado de acidente típico.

Entretanto, a lei previdenciária aponta para duas espécies de acidente do trabalho, quais sejam, acidente típico como referido acima e acidente atípico, sendo que, nesta última, encontram-se, dentre outras hipóteses, as concausas.

A concausa é conceito ligado diretamente aos infortúnios laborais, porém não muito debatido pelos gestores no meio empresarial. Está relacionada ao trabalho, no entanto, não é a única causa responsável pelo acidente, mas contribui diretamente no surgimento e/ou agravamento de eventual doença acometida ao empregado.

Essa hipótese de acidente de trabalho ganha um importante espaço, principalmente, em termos jurisprudenciais, na medida em que, é no Poder Judiciário que o trabalhador buscará o reconhecimento da relação entre a doença que o acomete com as atividades laborais desenvolvidas ou com o ambiente de trabalho exposto.

Para o desenvolvimento da temática, se faz necessário percorrer desde o conceito de acidente de trabalho, especificamente o acidente por concausa, até os requisitos para relacionar a doença ao trabalho para que o empregador possa ser responsabilizado a indenizar o trabalhador pelas sequelas advindas do surgimento e/ou agravamento da doença.

O método empregado foi o dedutivo, pelo qual foram analisadas premissas gerais referentes ao acidente do trabalho por concausa. A técnica de pesquisa utilizada consistiu na revisão bibliográfica, sendo realizada uma análise normativa, doutrinária e jurisprudencial concernente à matéria.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente o conceito de acidente do trabalho é encontrado no artigo 19 da Lei 8.213/91, como sendo aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Diniz (2006, p.492), conceitua o acidente do trabalho como "evento danoso que



resulta no exercício do trabalho, provocando no empregado, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença que determine morte, perda total ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (...).”

Nas palavras de Carrion (2008, p.177), acidente do trabalho é:

(...) aquele que ocorre pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, provocando lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause a morte ou perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho, isto diz respeito também à causa que, não sendo única, tenha contribuído para o resultado, pode ocorrer no local de trabalho, a serviço da empresa e nos intervalos a caminho.

Os acidentes do trabalho podem ser classificados em acidente típico ou atípico. O primeiro é aquele já conceituado no artigo 19 da Lei nº 8.213/91, que de acordo com Costa (2003, p. 70) o acidente típico ou tipo caracteriza-se como “algum dano físico ou psíquico ao ser humano ou tudo quanto o exercício do trabalho venha a provocar”.

Diniz (2006, p.43) o considera como sendo aquele que “advier de um acontecimento súbito, violento e involuntário na prática do trabalho, que atinge a integridade física ou psíquica do empregado”. Mônica Brandão (2007, p. 31), por sua vez, tem como acidente típico aquele “que decorre do exercício do trabalho em si”.

Em linhas gerais pode-se dizer que o acidente típico ou acidente-tipo é aquele que ocorre durante as atividades habituais do empregado que acarreta danos a sua saúde.

Além da hipótese de acidente do trabalho abordada acima, a legislação (artigos 20 e 21 da Lei nº 8.213/91) aponta outras espécies de acidentes, como as doenças ocupacionais, acidentes *in itinere* e as concausas, entre outras legalmente equiparadas a acidente do trabalho.

O presente artigo limitar-se-á a tratar do acidente do trabalho por concausa. Na legislação atual, Lei 8.213/91, artigo 21, inciso I destacam-se as concausas ou causas concorrentes ao acidente de trabalho, da seguinte forma:

Art. 21 – Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:
I – o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

A concausa ocorre quando há contribuição multifatorial para o acometimento do resultado, que, neste caso, é a ocorrência do acidente do trabalho, gerando efeitos que refletem na relação previdenciária, indenizatória/reparatória e contratual.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Para Cavalieri Filho (2007. p. 58) “A concausa é outra causa que, juntando-se à principal, concorre para o resultado. Ela não inicia e nem interrompe o processo causal, apenas o reforça, tal qual um rio menor que deságua em outro maior, aumentando-se o caudal.”

Fatores preexistentes, supervenientes ou concomitantes à causa que desencadeou o acidente do trabalho ou doença ocupacional podem ser considerados concausas. (OLIVEIRA, 2008, p. 52).

Ensina Brandão (2006, p. 170-171) cada uma das classificações das concausas:

- a) anteriores, prévias ou predisponentes: são aquelas em que o trabalhador apresenta uma predisposição latente, que se evidencia, mais tarde, como o infortúnio. Ou seja, causas não relacionadas ao trabalho mas que, a ele associadas, produzem a lesão capaz de leva-lo à redução de sua capacidade laboral ou mesmo a à sua morte;
- b) simultâneas ou concomitantes são aquelas em que os sintomas da enfermidade coincidem com o momento do acidente;
- c) supervenientes ou posteriores são as que surgem após a ocorrência do acidente, refletindo conseqüências que dele advêm; relacionam-se com o agravamento dos efeitos do acidente, não possuindo, contudo, correlação direta.

A primeira espécie de concausa (anterior) pode ser verificada quando o trabalhador já era portador de alguma enfermidade no momento em que iniciou a atividade laboral, mas, em virtude de determinadas condições especiais existentes na sua atividade ou em seu meio ambiente laboral, há o aparecimento dos sintomas ou o agravamento da doença, de modo a levar o trabalhador à morte ou causar-lhe incapacidade para o exercício de suas atividades. (COSTA, 2007. p. 84).

Já as concausas concomitantes, também chamadas de simultâneas, “se evidenciam quando os sintomas coincidem praticamente com o momento do infortúnio”. (COSTA, 2009, p. 93). Exemplo desta concausa ocorre com indivíduo que sofre infarto durante um assalto ocorrido nas dependências da empresa, vindo a falecer ou perder o movimento de parte do corpo, de modo a incapacitá-lo para o serviço. (CASTRO, 2009, p. 547).

Por outro lado, a terceira concausa (superveniente) ocorre em momento posterior ao próprio acidente, ou seja, ocorre após a consumação do fato, caracterizando-se como hipótese de agravamento do infortúnio, representando, assim, um elemento perturbador para a evolução favorável das lesões causadas à integridade do trabalhador acidentado, prejudicando seu tratamento e sua recuperação. (BRANDÃO, 2006, p. 172).

Martins (2002, p. 424) exemplifica cada uma das classificações das concausas da seguinte forma:

Se o trabalhador sofre ferimento leve e não obstante vem a morrer porque era diabético,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

tem-se que a concausa é preexistente. Se o trabalhador recebe ferimento leve e vem a morrer em virtude do tétano, trata-se de concausa superveniente. Se o trabalhador, acometido de mal súbito, cai de um andaime, morrendo em consequência, configura-se a concausa simultânea.

Conforme artigo 20, incisos I, II, da Lei 8.213/91, para que se caracterize acidente ou doença do trabalho é necessário nexos de causalidade, de maneira que o infortúnio tenha, como regra geral, relação direta com o trabalho executado pelo empregado.

Carvalieri Filho (2009, p. 46) dispõe que:

“O nexos causal é um elemento referencial entre a conduta e o resultado. É através dele que poderemos concluir quem foi o causador do dano. (...) que o nexos de causalidade é elemento indispensável em qualquer espécie de responsabilidade civil. Pode haver responsabilidade sem culpa, (...), mas não pode haver responsabilidade sem nexos causal.”

Sobre o nexos causal nos dizeres de Oliveira (2006, p.42):

“É necessário que entre a atividade do empregado e o acidente haja uma relação de causa e efeito, também chamada de nexos etiológico ou nexos causal. Daí a locução correta acidente do trabalho e não acidente no trabalho. [...] Não são os riscos gerais a que se sujeitam todos os cidadãos que caracterizam o acidente do trabalho, mas sim os riscos específicos decorrentes do exercício do trabalho”.

Diante do exposto, embora as concausas sejam reconhecidas pelo direito pátrio, é necessário analisar se a atividade laboral exercida atuou como fator contributivo do acidente do trabalho, para então, surgir a responsabilidade do empregador sobre o infortúnio e, por conseguinte, o seu dever de indenizar o trabalhador.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica. Nas palavras de Cervo e Bervian (1996, p. 48) “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”. No mesmo sentido Gil (2002, p. 44) define pesquisa bibliográfica “quando elaborada a partir de material já publicado constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet”. Dessa forma, para estabelecer as bases para a discussão teórica foram utilizados autores do campo do Direito do Trabalho e Previdenciário, bem como da legislação pertinente (Lei nº 8.213/91).



Retomando as opções metodológicas, e ainda utilizando-se da classificação de GIL (2002), do ponto de vista da forma de abordagem do problema a pesquisa pode ser classificada em qualitativa e quantitativa. O presente estudo foi qualitativo e, quanto à sua natureza, teórica.

Para Mezzaroba e Monteiro (2017, p. 138):

“(...) o que vai preponderar (na pesquisa qualitativa) sempre é o exame rigoroso da natureza, do alcance e das interpretações possíveis para o fenômeno estudado e (re)interpretado de acordo com as hipóteses estabelecidas pelo pesquisador.”

Por fim, o método utilizado para a consecução deste artigo foi dedutivo com a utilização de livros reconhecidos da área o que possibilitou a análise conceitual, de artigos de Lei, bem como de entendimentos jurisprudenciais em comparação aos argumentos propostos pelos autores.

4 DESENVOLVIMENTO

Para o desencadeamento do acidente do trabalho em sentido amplo (acidentes típicos e atípicos), podem contribuir fatores laborais e extralaborais. Via de regra, para a configuração do infortúnio exige-se uma relação de causa e efeito entre a atividade desenvolvida pelo empregado e o acidente por ele sofrido. Entretanto, ciente dos problemas encontrados para comprovar este nexos causal, o legislador estendeu a cobertura acidentária para os infortúnios que ocorram indiretamente em virtude do trabalho, ou seja, para as hipóteses em que o trabalho não é causa única capaz de gerar o acidente, mas contribui, diretamente, para sua ocorrência. (CASTRO, 2009).

A configuração da concausalidade prescinde da existência e efetiva comprovação da contribuição da atividade laboral para o acidente do trabalho, seja por fato preexistente, superveniente ou concomitante, mas com a presença da prática da atividade no nexos causal, mesmo que indiretamente, verificando-se que o trabalho contribuiu para o acometimento do infortúnio, ou para seu agravamento. (OLIVEIRA, 2007).

Portanto, cabe aos empregadores a identificação de tais predisposições através de avaliação médica de seus empregados, de modo a não permitir que estes trabalhem em áreas propensas a aumentar os riscos de doenças e infortúnios laborais, evitando assim uma futura responsabilização civil.



Assim, o acidente de trabalho pode ficar caracterizado quando, por exemplo, o empregado, sem apresentar sintomas, mas com pré-determinação a ter a doença, aflorá-la devido às condições precárias e insalubres do local do trabalho. Ou ainda, quando o empregado já é portador de determinada doença e o trabalho contribui, ainda que indiretamente, para o evento final (morte ou incapacidade).

Os fatores que preexistem ao acidente, contribuindo, juntamente com o fator laboral, decisivamente para a ocorrência do evento que causa incapacidade do indivíduo, constituem as concausas preexistentes. Assim, a atividade laborativa, isoladamente, é incapaz de resultar a lesão, mas, diante das condições pessoais do empregado, o acidente torna-se realidade. (BRANDÃO, 2006, p. 170-171).

Um exemplo é um trabalhador diabético que sofre pequeno ferimento em seu trabalho, mas, em virtude da doença já existente, diabete, falece esvaído em sangue ou perde determinado membro, de forma a impossibilitá-lo do exercício de suas atividades. (MONTEIRO, 2007, p. 17-18).

A causa superveniente, para Cavalieri Filho (2008, p. 59), “ocorre depois do desencadeamento do nexo causal e, embora concorra também para o agravamento do resultado, em nada favorece o agente”, isso porque, “por si só, não produziu o resultado, apenas o reforçou”.

Essa situação pode ser verificada quando o empregado desmaia em serviço, por causa não ligada à prática da sua atividade, mas, em virtude disso, vem a sofrer corte na máquina que estava operando, sofre concausa concomitante. (BRANDÃO, 2006, p. 172).

A não responsabilidade do empregador decorrerá de prova de que a doença tenha ocorrido por motivo hereditário/degenerativo e, ainda, que não possua nexos de causa com as atividades realizadas na empresa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o auxílio da jurisprudência atual é possível compreender como a legislação tem sido aplicada, bem como a importância de se estabelecer o nexos de causalidade para a configuração do acidente de trabalho e, por conseguinte, da responsabilidade empresarial.

O acórdão do Tribunal Superior do Trabalho transcrito abaixo, demonstra que embora esteja explícito no artigo 20, § 1º, alínea ‘a’ e ‘b’ da Lei 8.213/1991: “Não são consideradas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

como doença do trabalho: a) a doença degenerativa”, é necessário verificar se a doença acometida ao trabalhador, mesmo que preexistente, foi agravada em razão das condições do seu labor. Se a resposta for positiva, a empresa será responsabilizada por eventuais danos advindos ao empregado.

[...] RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DOENÇA OCUPACIONAL. CONFIGURAÇÃO 1. O art. 20, § 1º, a, da Lei nº 8.213/91 exclui do rol das doenças ocupacionais a doença degenerativa, mas somente na hipótese em que não há nexos causal ou concausal entre a atividade laborativa do empregado e a manifestação ou agravamento da enfermidade. 2. Comprovado que o exercício da atividade laborativa agiu como concausa ao contribuir de forma concorrente e relevante para o resultado, configura-se a doença ocupacional. Inteligência do art. 21, I, da Lei nº 8.213/91. 3. Recurso de revista conhecido e provido. (ARR - 1165-75.2011.5.15.0092, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 01/06/2016, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/06/2016). (sem grifo no original).

Dessa forma, verifica-se que é possível o reconhecimento do vínculo entre a doença (mesmo que degenerativa que *a priori* está excluída do rol de doenças ocupacionais) do trabalhador e a atividade laboral, ainda que esta não tenha sido a causa única, mas haja contribuído diretamente para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho.

Abaixo mais um caso apreciado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Em síntese o Egrégio Tribunal considerou “que a alteração da jornada causou agravamento do quadro clínico do Reclamante, portador de depressão, reconhecendo a culpa do empregador”.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.015/2014. 1. OBRIGAÇÃO DE FAZER. O Tribunal Regional manteve a sentença em que condena a Reclamada à obrigação de fazer consistente na manutenção de horário fixo e diurno de trabalho do Reclamante (07:30h às 17:03h), em decorrência da necessidade de utilização de medicamentos para tratamento de saúde. Registrou que, muito embora a alteração da jornada de trabalho se insira no campo do jus variandi do empregador, restou comprovado que a alteração atuou como concausa para o agravamento da doença do obreiro (depressão). Assim, partindo da premissa de que a jornada de trabalho variável e noturna agrava a enfermidade que acomete o empregado e ciente de que é dever do empregador preservar a segurança, higiene e saúde de seus empregados, há de se manter a determinação contida na sentença. Para se chegar à conclusão oposta, no sentido de que a doença não possui relação com o trabalho, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, expediente vedado nessa esfera recursal ante o óbice da Súmula 126/TST. 2. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CONDOTA DO EMPREGADOR QUE LEVOU AO AGRAVAMENTO DA DOENÇA DO RECLAMANTE. CULPA E CONCAUSA CONFIGURADAS. A Corte Regional, após análise do acervo fático-probatório (artigo 371 do CPC/2015), chegou à conclusão de que restou caracterizada a conduta ilícita ofensiva à dignidade do Reclamante, consistente na alteração do turno de trabalho, apesar de haver recomendação médica em sentido contrário. Registrou que a alteração da jornada causou agravamento do quadro clínico do Reclamante, portador de depressão, reconhecendo a culpa do empregador, que deixou de zelar pela máxima integridade de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

seus empregados e o nexo concausal entre o agravamento da doença e a alteração unilateral do turno de trabalho. Nesse cenário, cujo quadro fático não pode ser reviso nesta instância extraordinária (Súmula 126/TST), devida a obrigação de reparação correspondente. Agravo de instrumento não provido. (TST - AIRR: 101944520135150007, Relator: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 07/06/2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/06/2017). (sem grifo no original).

Assim, nos termos da decisão acima, em que pese a alteração do turno de trabalho estar prevista contratualmente, bem como estar inserida no campo do *jus varindi* da empresa, a Justiça do Trabalho entendeu que essa alteração agravou o quadro depressivo já preexistente ao início do trabalho sendo que, consoante as disposições legais, caberia à empresa preservar a saúde de seus empregados, uma vez que foi cientificada sobre tal situação do obreiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento das concausas pelo legislador brasileiro contribui para que o empregador re(pense) em proporcionar um ambiente de trabalho sadio, uma vez que, além de ser responsabilizado pela ocorrência de acidente-tipo, também pode ser responsabilizado pelo acidente ou doença acometida ao empregado mesmo sem ter sido causada exclusivamente pelo ou no trabalho.

Dessa forma, considerando que a lei impõe às empresas empregadoras o dever de zelar pela saúde física e psíquica de seus empregados, deve diligenciar para evitar que, não apenas ocorra algum acidente de trabalho – típico, mas também que não ocorra o surgimento e/ou agravamento de qualquer doença acometida ao trabalhador mesmo que preexistente ao início do labor, ou ainda degenerativa, sob pena de ser responsabilizada por isso.

Nessa perspectiva é importante que os empregadores efetuem um rigoroso controle quando da admissão de seus empregados com o objetivo de constatar alguma doença degenerativa ou pré-existente, assim como fazer minucioso levantamento dos riscos que seus trabalhadores ficarão exposto. E que, eventual responsabilização seja precedida de investigação, perícia médica, do local e das atividades exercidas, à fim de verificar em que medida o empregador e o empregado contribuíram para o infortúnio para uma justa responsabilização.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Cláudio. **Acidente do trabalho e responsabilidade civil do empregador**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2006, 3ª ed. 2007.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BRANDÃO, Mônica de Amorim Torres. **Responsabilidade civil do empregador no acidente do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007.

BRASIL, **Lei Federal 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm Acesso em: 1 mar . 2023.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista 1165-75.2011.5.15.0092. Relator João Oreste Dalazen. 4ª Turma. Data de Publicação: DEJT 10/06/2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=0001165-75.2011.5.15.0092> Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista 101944520135150007. Relator Douglas Alencar Rodrigues. 7ª Turma. Data de Publicação: DEJT 16/06/2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=0010194-45.2013.5.15.0007>. Acesso em: 1 mar. 2023.

CARRION, Valentim. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**, 2008.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 11. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

CAVALIERI FILHO. Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007, 8ª ed. 2008.

CERVO, Amador Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COSTA, Hertz Jacinto. **Acidentes do trabalho na atualidade**. Porto Alegre: Síntese, 2003.

_____, Hertz Jacinto. **Manual de acidente do trabalho**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007, 3ª ed. 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil**. 19 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005, 20ª ed. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Sergio Pinto. **In Direito da Seguridade Social**. 17ª ed., São Paulo: Atlas, 2002, 28ª ed. 2009.

MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas consequências polêmicas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença**



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ocupacional. 1ª ed. São Paulo: LTr, 2005, 2 ed. 2006, 3ª ed. 2007, 4ª ed. 2008, 5ª ed. 2009.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO TELETRABALHO: GESTÃO E DISCUSSÃO ENTRE NORMA E PRÁXIS

Luciana Rodrigues dos Santos¹ - Universidade Salvador
Hélder Uzêda Castro² - Universidade Salvador
Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho³ - Universidade Salvador

RESUMO

O aumento significativo de pessoas no teletrabalho, decorrente da Revolução Tecnológica, possibilitou à pessoa com deficiência (PCD) apropriar-se dessa nova modalidade de trabalho que tornara-se facilitadora da inclusão, uma vez que diminuí entaves de deslocamento e acessibilidade. Sabe-se que, quando o agente econômico contratante, não disponibiliza a chamada Tecnologia Assistiva (TA) necessária ao bom funcionamento das atividades laborais dos profissionais em discussão, o processo de inclusão tende a não lograr êxito ou apresentar resultados insatisfatórios. Nesse contexto, questiona-se: quais os caminhos da atividade da gestão de pessoas, que possibilitam a inclusão da PCD no teletrabalho, levando em consideração diferenças e promoção da qualidade de vida no trabalho? O objetivo deste texto é resgatar a importância da referida área organizacional na tutela da inclusão da PCD, destaque para o teletrabalho, observando estratégia e discurso que versa sobre a Responsabilidade Social Empresarial (RSE), com vistas a suprir lacunas da legislação e demonstrar vantagens da “diversidade” nas empresas. A pesquisa possui natureza descritiva, que trata de fenômenos ainda pouco conhecidos ou não percebidos em grau e importância pela academia ou mercado, tendo como método a revisão bibliográfica. Resultados centrais sugerem lacunas na legislação trabalhista e relevo para aquisição, manutenção e fornecimento de recursos de suporte à TA, mas que podem ser supridos pelo correto cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão, bem como diretrizes da RSE.

Palavras-chave: Teletrabalho. Tecnologia Assistiva. Diversidade. Responsabilidade Social Empresarial.

RESUMEN

El aumento significativo del teletrabajo de personas, producto de la Revolución Tecnológica, hizo posible que las personas con discapacidad (PCD) se apropiaran de esta nueva modalidad de trabajo, que se había convertido en un facilitador de la inclusión, pues reducía las barreras de desplazamiento y accesibilidad. Se sabe que, cuando el agente económico contratante no proporciona las denominadas Tecnologías Auxiliares (TA) necesarias para el buen funcionamiento de las actividades laborales de los profesionales

¹ Mestranda em Direito, Governança e Políticas Públicas na UNIFACS; Especialista em Gestão Judiciária (FEAPA); Especialista em Atividade Física e Saúde (UEPA); Bacharel em Direito e Licenciada Plena em Educação Física; Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJE/PA – e-mail: luciana_rs22@hotmail.com.

² Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano; e Mestre em Administração (Universidade Salvador, Brasil). Estágio Pós-doutoral em Geografia e Planejamento Regional (Universidade Nova de Lisboa, Portugal). Economista e Administrador. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Direito, Governança e Políticas Públicas na Universidade Salvador; e Pesquisador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA, Portugal). Membro de grupos de pesquisa CNPq nas referidas áreas de investigação, agrega trabalhos apresentados em eventos e publicados em periódicos, no Brasil e no exterior – e-mail: helderuzeda@gmail.com.

³ Doutor em Direito (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil), Mestrado em Direito (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil), Mestrado em Direito Social (Universidad de Castilla-La Mancha, Espanha). Professor Titular do Curso de Direito e do Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas da UNIFACS - Universidade Salvador e Professor Associado IV da Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) da UFBA - Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa CPJ - Centro de Pesquisas Jurídicas no Curso de Direito da UNIFACS, com orientandos de graduação, PIBIC e mestrado; e do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais e Reflexos nas Relações Sociais no Curso de Direito da UFBA, com orientandos de graduação, PIBIC, mestrado e doutorado. Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação On Line em Direito e Processo do Trabalho e em Direito Contratual do CERS – e-mail: rpf@rodolfopamplonafilho.com.br.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

en cuestión, el proceso de inclusión tiende a ser infructuoso o presentar resultados insatisfactorios. En ese contexto, la pregunta es: ¿cuáles son las formas de actuación de la gestión de personas, que permiten la inclusión de las PCD en el teletrabajo, teniendo en cuenta las diferencias y promoviendo la calidad de vida en el trabajo? El objetivo de este texto es rescatar la importancia del área organizacional mencionada en la protección de la inclusión de las PCD, destacando el teletrabajo, observando la estrategia y el discurso que trata sobre la Responsabilidad Social Empresarial (RSE), con miras a llenar los vacíos en la legislación y demostrando las ventajas de la “diversidad” en las empresas. La investigación tiene un carácter descriptivo, tratando fenómenos que aún son poco conocidos o no percibidos en grado e importancia por la academia o el mercado, utilizando la revisión bibliográfica como método. Los resultados centrales sugieren vacíos en la legislación laboral y énfasis en la adquisición, mantenimiento y suministro de equipos tecnológicos para apoyar la TA, pero que pueden ser llenados con el cumplimiento correcto de la Ley de Inclusión brasileña, así como de las directrices de RSE.

Palabras clave: Teletrabajo; Tecnología de asistencia; Diversidad; Responsabilidad Social Corporativa.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O mundo do trabalho passou por grandes mudanças em face da Revolução Tecnológica, dentre elas emerge uma nova modalidade de trabalho, intensificada no período da pandemia causada pela Covid-19⁴, principalmente questões ligadas ao isolamento social, com o intuito de evitar a propagação viral⁵. Trata-se do teletrabalho, modelo regulamentado no Brasil por meio da Lei nº 14.442/2022, e que propõe uma facilidade de acesso à pessoa com deficiência, uma vez que diminui os entraves decorrentes das barreiras arquitetônicas.

Neste sentido, a empresa assume papel imprescindível para a inclusão da PCD, valendo-se de elementos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE)⁶ para dirimir questões ligadas ao cumprimento da Lei de Cotas⁷, em seu coeficiente legal, à quebra de barreiras tecnológicas, recuperada pela Lei Brasileira de Inclusão⁸ (LBI) e à falta de regulamentação expressa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em relação à Tecnologia Assistiva⁹ (TA).

⁴ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

⁵ Segundo dados do IBGE-PNAD Covid-19, em novembro de 2020, o Brasil atingiu a marca de 9,1 milhões de pessoas no trabalho remoto.

⁶ Esta pesquisa considera Responsabilidade Social Empresarial todas as ações, esforços e compromisso da empresa com a sociedade, exercidas a partir de melhores práticas de Governança Corporativa, que ultrapassam limites de questões de natureza econômico-financeira.

⁷ A Lei de Cotas de acesso ao mercado de trabalho para pessoas com deficiência foi implementada no Brasil por meio da Lei nº 8.213/91, art. 93, que estabelece percentuais de vagas de acordo com o número de funcionários da empresa.

⁸ A Lei nº 13.146/15 conhecida como Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, buscou de forma multidisciplinar, assegurar os direitos da PCD nos diversos setores da vida social, como saúde, educação, assistência social e trabalho. Com os impactos da Revolução Tecnológica no mundo laboral, torna-se imprescindível a quebra de barreiras tecnológicas, aquelas que dificultam ou impedem o acesso da PCD às tecnologias, sendo por esse motivo, também chamada de acessibilidade tecnológica.

⁹ Apesar do(a) empregado(a) com deficiência ter sido elencado(a) como preferencial para fins de teletrabalho pela CLT; esta disciplinou apenas questões relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos



Diante do exposto, este estudo traz como questão: quais caminhos da atividade de gestão de pessoas que possibilitam, efetivar a inclusão da PCD no teletrabalho, levando em consideração diferenças e promoção da qualidade de vida? Tendo por objetivo, fomentar a importância do setor de gestão de pessoas para a inclusão da PCD no teletrabalho, por meio da Responsabilidade Social Empresarial, fornecendo a TA necessária, com vistas a suprir as lacunas da legislação e demonstrar as vantagens da diversidade nas organizações.

A pesquisa possui natureza descritiva, tratando fenômenos ainda pouco conhecidos ou percebidos em grau e importância pela academia ou mercado, certamente pela complexidade, fragmentação e interligações (PÁDUA, 2016). Reforça-se que a TA é um tema ainda pouco explorado nas produções científicas relacionadas no âmbito das relações e dinâmicas do trabalho, tratando-se, portanto, de uma pesquisa aplicada. Para tanto, aplicou-se técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, com levantamento de referências qualitativas, utilizando-se de publicações específicas, doutrinas, legislações e periódicos especializados, tendo por objetivo o aprofundamento teórico sobre o problema (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A importância desta pesquisa repousa no entrelace entre conteúdos jurídicos, técnicos e da área de Gestão de Pessoas para melhor compreensão do fenômeno e efetivação de políticas públicas de inclusão das PCD's, salientando que não se trata de um simples ajuste no modo de gerir, mas sobretudo uma mudança no paradigma da empresa, no sentido de incluir a diversidade no campo da cultura organizacional, atribuindo a ela, o modo de agregar valor à empresa, além de concatenar a RSE com as legislações sobre inclusão no Brasil.

2 A POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS NO BRASIL.

O art. 2º da Lei nº 13.146/2015, define pessoa com deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Tal definição sobreveio da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006) e representa uma evolução na forma de compreender a deficiência, estando ancorada na dignidade humana e na igualdade.

A terminologia adotada atualmente “pessoa com deficiência” é uma conquista histórica

equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, deixando de mencionar qualquer referência ao ônus da tecnologia assistiva.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

decorrente de lutas em busca de dignidade e direitos. Assim, configura uma ressignificação sobre a forma como essas pessoas são vistas, ou seja, como seres humanos capazes e que possuem autonomia, sendo fundamental sua aplicação em todos os componentes sociais, dentre eles o trabalho.

O trabalho decente e crescimento econômico são o cerne do 8º objetivo de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030¹⁰. Reflete-se nesse documento a responsabilidade dos países em implementar políticas públicas capazes de proporcionar inclusão social, envolvendo atenção às questões de gênero, desigualdades sociais e grupos minoritários¹¹ como as PCD's, que demandam especial atenção no contexto de modo de produção capitalista.

O estado brasileiro instituiu o sistema de cotas como meio de acesso da PCD ao trabalho, tendo como base normativa a Constituição Federal, art. 37, VIII¹², as Leis nº 8.112/90¹³ e nº 8.213/91¹⁴, que se destinam à reserva de vagas no setor público e privado, respectivamente, e a Lei nº 13.146/2015¹⁵, que buscou efetivar os meios adequados para a consecução do trabalho da pessoa com deficiência, garantindo a igualdade de oportunidades com as demais pessoas ou profissionais, dispondo em seu art. 37:

Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

¹⁰ A Agenda 2030 consiste em um pacto feito pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015, fundada em um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal, reconhecendo a erradicação da pobreza como o maior desafio global. Possui 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que são o núcleo da Agenda, e devem ser alcançados até o ano 2030.

¹¹ Chamados minoritários devido ao distanciamento do poder político por questões histórico-culturais e não devido ao fator quantitativo. A título de exemplo, as mulheres e a população negra são consideradas minorias, ainda que representem 51,1% (IBGE 2021) e 56,1% (IBGE 2022) da população brasileira, respectivamente. Isso porque o processo de dominação cultural a que tais grupos foram submetidos ao longo da história, colocaram-nos em posição de desvantagem e submissão impostas pelo sistema econômico. Nos casos mencionados, a sociedade patriarcal e a hegemonia branca.

¹²Dispõe o Art. 37: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

¹³Dispõe o Art. 5º, § 2º: Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

¹⁴Dispõe o Art. 93: A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências habilitadas, na seguinte proporção: I- até 200 empregados.... 2%; II- de 201 a 500.... 3%; III- de 501 a 1.000.... 4%; IV- de 1.001 em diante.... 5%.

¹⁵ Conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Esse dispositivo ressalva a importância da TA como direito fundamental da PCD no ambiente de trabalho, a fim de que lhe seja resguardada a igualdade no contexto dos modos de produção, que somente será viável com recursos específicos às necessidades de cada deficiência.

Sendo assim, a dignidade para tais grupos, está estreitamente ligada à igualdade, princípio constitucional que prevê não somente o tratamento igual a todas as pessoas, mas sobretudo dispensar o tratamento desigual aos desiguais, para que consigam, por meio de ações afirmativas do Estado, superar desigualdades sociais perpetradas ao longo do tempo, por meio da discriminação e preconceito.

Nesse contexto, compreender a política da diferença como importante dimensão para o reconhecimento de direitos é o primeiro passo para o enfrentamento de desigualdades. Como pontua Bulgarelli (2022), o tratamento igual a todas às pessoas torna-se forma de massificar e ignorar a vida, colaborando para o acirramento das desigualdades sociais e opressão da diversidade humana.

Denota-se que a política de reserva de vagas às PCD's é um instrumento fundamental para oportunizar o acesso ao mercado formal de trabalho, abrangendo todas as modalidades, inclusive o teletrabalho, objeto deste estudo.

3 TELETRABALHO E INCLUSÃO.

A abertura de mercado em países em desenvolvimento para empresas multinacionais e o avanço das novas tecnologias possibilitaram novas formas de trabalho, dentre elas o teletrabalho, posto o fenômeno recente nos grandes agentes econômicos, que tem como prerrogativa conceder ao trabalhador a possibilidade laboral autônoma, fora do espaço físico da empresa e sem relações diretas com os seus superiores e colegas de trabalho, por meio do uso de recursos tecnológicos (NILLES, 1997).

Desde seus primeiros apontamentos, na década de 1970, o teletrabalho vem conquistando espaço em meio à inovação e à tecnologia, hodiernamente, tendo a pandemia causada pela Covid-19 alargado sua escala, devido a fatores como precauções sanitárias e isolamento social, exigidas no cenário de calamidade pública, segundo o qual, em novembro de 2020, o Brasil atingiu a marca de 9,1 milhões de pessoas no trabalho remoto, (IBGE/ PNAD-Covid 19).

Historicamente, apesar de o teletrabalho ter ganhado propulsão em meio à revolução informacional do final do século XX, este não pode ser compreendido alheio ao processo de construção social do trabalho domiciliar, que apresenta as formas de trabalho em casa, parcial ou



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

modelo *home office*, mas que não deve ser confundido com o trabalho em domicílio implementado na fase de industrialização (BRIDI, 2020).

Recentemente, o teletrabalho foi regulamentado por meio da Lei nº 14.442/2022, que supriu algumas lacunas que permeavam o tema na Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT). Assim, o art. 75-B define teletrabalho.

Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

De acordo com a definição, verifica-se que uma das condições para configurar teletrabalho é a prestação de serviços fora das dependências do empregador, o que leva a outros pontos de incongruência que a legislação trabalhista não foi capaz de deslindar, como é o caso do ambiente e estrutura, assim como a responsabilidade pelos equipamentos necessários à realização do trabalho. Dispõe o art. 75-D:

As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

Se de um lado, tal dispositivo revela a intenção do legislador em acompanhar o avanço das tecnologias; de outro, revela a grave violação ao princípio da alteridade, segundo o qual os riscos da atividade econômica não podem ser transferidos ao empregado, como observado no art. 2º da CLT. Isso porque desonera o empregador com os gastos para aquisição e manutenção de equipamentos necessários ao trabalho, desconsiderando a situação de vulnerabilidade do empregado em relação ao empregador.

Apesar da imprecisão da lei referente ao assunto, Delgado (2018) entende que a CLT segue a diretriz geral de que os custos e encargos relativos ao contrato empregatício e à prestação de serviços nele contratada, cabem ao empregador, em decorrência do próprio conceito de empregador trazido pela legislação, no art. 2º, *caput*, da CLT, considerado como empregador “a empresa, individual ou coletiva, que assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação de serviços”. À vista disso, a regra do art. 75-D da CLT deve ser interpretada em harmonia com a regra do art. 2º, *caput*, da CLT, atribuindo ao empregador, o ônus dos custos com aquisição, manutenção e fornecimentos de equipamentos tecnológicos referentes ao teletrabalho.



Assim, identifica-se neste estudo uma diplopia do sentido do teletrabalho. Enquanto pontos positivos, podem ser elencados a autonomia, flexibilidade de horários, vida com a família e redução de estresse (NOHARA et al., 2010), além da economia de tempo, no qual o empregado não precisa se deslocar até a empresa, principalmente nas grandes cidades, propiciando àquele maior tempo livre (GARCIA, 2017). Em outra visão, observa-se a transgressão ao princípio da alteridade, quando da análise do ônus econômico do art. 75- D.

Nessa conjuntura, é imprescindível situar a PCD no novo cenário socioeconômico estabelecido no mundo do teletrabalho, mesmo porque a legislação insere esse grupo de pessoas como prioridade no acesso a essa modalidade de trabalho, conforme dispõe o art. 75-F:

Os empregadores deverão dar prioridade aos empregados com deficiência e aos empregados com filhos ou criança sob guarda judicial até 4 (quatro) anos de idade na alocação em vagas para atividades que possam ser efetuadas por meio do teletrabalho ou trabalho remoto.

O referido dispositivo retrata a preocupação com a inclusão da PCD no mercado de trabalho, dada suas limitações de acessibilidade no ambiente laboral, bem como no espaço urbano, incluindo as condições de acessibilidade de locomoção em vias públicas e transportes públicos. No entanto, perpassa por vácuos legislativos no que diz respeito ao ônus do fornecimento da TA ao empregado com deficiência.

2 A TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO DO TELETRABALHO.

A LBI definiu TA ou ajudas técnicas, em seu art. 3º, III, como:

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

No contexto do teletrabalho destinado à PCD, é importante fazer menção às barreiras tecnológicas, dispostas na Lei nº 13.146/15, art. 3º, f, correspondendo às atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da PCD em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, podendo relacionar tais barreiras aos recursos de acessibilidade ao computador, primordial na consecução do teletrabalho. Bersch (2017, p. 6), define os recursos de acessibilidade ao computador como:

Conjunto de *hardware* e *software* especialmente idealizado para tornar o computador acessível a pessoas com privações sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e motoras.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Inclui dispositivos de entrada (mouses, teclados e acionadores diferenciados) e dispositivos de saída (sons, imagens, informações táteis).

Como exemplos desses recursos, citam-se auxílios ópticos, lentes, lupas e telelupas, *softwares* leitores de tela, leitores de texto, *hardwares* com impressoras braile, mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, dentre outros. Ocorre que apesar da legislação trabalhista priorizar a PCD nas vagas para o teletrabalho, ela não prevê expressamente o ônus dos custos dos recursos de acessibilidade ao empregador.

Sendo assim, essa questão deve ser pacificada por meio da Lei nº 13.146/15, art. 3º, § 1º, que dispõe: “As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos”, bem ainda, ao teor do § 2º: “A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor”.

Verifica-se que a LBI assegurou o direito à TA; no entanto a CLT manteve o vácuo legislativo em relação ao tema; já em relação às políticas públicas referentes à TA no âmbito laboral, pode-se dizer que estas, ainda não se efetivaram concretamente¹⁶. Verifica-se que a PCD encontra-se “flutuando” entre as normas e a ausência da efetivação das políticas. Cabe à Administração Pública transpor a ordem jurídica para ações que possam solucionar, de fato, problemas sociais, de modo que apenas por meio das políticas públicas o Estado poderá realizar os fins previstos na Constituição, sobretudo no que diz respeito aos direitos fundamentais que dependam de ações para sua promoção (BARCELLOS, 2005).

Assim, ao passo que o teletrabalho pode ser um agente facilitador de inclusão social da PCD, operando como um instrumento que contribui para a diminuição da desigualdade, oportunizando também a criação de empregos para aqueles que se sentem marginalizados ou desfavorecidos (SILVA; GILIO, 2020); pode também tornar-se um agente de exclusão, quando o empregador não disponibiliza a TA necessária ao desenvolvimento do trabalho.

Nesse contexto, é possível identificar que a solução para o impasse vem sendo dirimida por meio da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), compreendida como: “uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social” (INSTITUTO ETHOS, s/p), revestindo-se de legitimidade para dirimir

¹⁶ A exemplo do Projeto de Lei nº 4.175/19, que isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.



o conflito, considerando os valores éticos fundados no desenvolvimento humano, segundo o qual o trabalho da PCD esteja intrinsecamente vinculado à dimensão social da atuação empresarial sustentável, como pode ser identificado na Figura 1.

Figura 1 – Preceitos para uma atuação empresarial sustentável.



Fonte: Andrade e Castro (2016, p. 121)

Conforme apontam os autores, a sustentabilidade é o ponto de fusão entre as dimensões econômica, ambiental e social. Nesse sentido, pensar a inclusão da PCD dentro no panorama empresarial, compreende uma postura ética da empresa com esteio no direito fundamental ao trabalho na perspectiva dos direitos humanos. Constitui uma visão que extrapola os aspectos econômicos da empresa, suscitando respeito à diferença e ainda, fortalece sua imagem institucional.

É crucial à empresa compreender o processo de inclusão, além das cotas, e proporcionar qualidade de vida no trabalho (QVT), com a implantação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho (LIMONGI-FRANÇA, 1997), sendo relevante observar, que as melhorias no teletrabalho, condizem com o ambiente em que o trabalho deva ser executado, bem como todo tipo de adaptação vinculada ao trabalho, envolvendo todos os recursos de acessibilidade por meio da TA, especialmente aqueles vinculados ao computador.

Ademais, a QVT está diretamente ligada à saúde mental dos trabalhadores, ancorada nos princípios da dignidade humana e nos valores sociais do trabalho, consagrando-se como direito fundamental à saúde, incorporado na Constituição Federal de 1988, suscitando em seu arcabouço não somente a ausência de enfermidades, mas o estado de bem-estar físico, psíquico e social dos indivíduos nas organizações. (PAMPLONA FILHO; SANTOS, 2020).



3 GESTÃO DE PESSOAS: PROMOVENDO A INCLUSÃO E AGREGANDO VALOR À EMPRESA.

Diante do que foi abordado, há de se pensar um diálogo entre a efetividade da política de cotas, a inclusão e o teletrabalho da PCD. Pode-se dizer que o ponto chave para o enlace desses elementos encontra-se na gestão de pessoas, que se reflete no desenvolvimento de processos para suprir as demandas, aplicar, e monitorar as pessoas (GIL, 2006).

A diversidade dos trabalhadores corresponde valor agregado à empresa, em que é fundamental ao setor de gestão de pessoas, fomentar o respeito e compreensão das diferenças e está ligada à função social da empresa, que compatibiliza os diversos interesses envolvidos na atividade econômica, ao mesmo tempo em que se busca a preservação da empresa e da atividade lucrativa (FRAZÃO, 2018).

Cabe à gestão de pessoas, conhecer as habilidades e limitações dos empregados para a partir disso, providenciar o aparato necessário ao bom desempenho do teletrabalho. Significa oferecer recursos de acessibilidade ao computador de acordo com a especificidade da deficiência. Desse modo, a TA tem por objetivo fazer com que as limitações sejam diminuídas, fazendo as PCD's sentirem-se parte da organização, afastando a sensação de mero contrato obrigacional imposto pela lei.

Jhonson (2020) aplica um neologismo ao contexto da inclusão quando desenvolvida por líderes. Refere-se ao ato de “inclusificar”, definido como: “habilidade de liderança do futuro” (JHONSON, 2020, p. 16), de modo que o papel do líder é fundamental para que a organização acolha a diversidade e participe da inclusão, considerando a individualidade e o sentimento de pertencimento.

Para promover a singularidade, Jhonson (2020) define quatro estratégias fundamentais: suporte, empatia, aprendizagem e justiça¹⁷. Sobre esta última estratégia, salienta-se que ela não deve ficar adstrita à fase admissional, ao ingresso no trabalho por meio das cotas; pelo contrário, a justiça tem que se fazer presente em todas as etapas, recrutamento, treinamento, monitoramento, para que, assim, o empregado com deficiência possa desenvolver amplamente suas capacidades.

¹⁷ O autor explica as estratégias: (1) suporte: apoiar publicamente a diversidade; reconhecer e aceitar de braços abertos a diferença, em vez de fingir ignorá-la; (2) empatia: buscar conhecer cada integrante do time para, com isso, entender suas necessidades; (3) aprender: procurar aprender com o ponto de vista único de outras pessoas e buscar contratar gente com opiniões divergentes e extrair perspectivas distintas dos talentos que a empresa já tem; e (4) ser justo: entender que é essencial que todo funcionário se sinta tratado de forma justa. Isso significa promover não só igualdade, mas também equidade, dando às pessoas aquilo de que necessitam para vencer na vida.



Jhonson (2020), também sugere as regras para criar pertencimento: transparência; empoderamento; alinhamento de apoiadores no diálogo sobre diversidade e inclusão; e motivação¹⁸; sendo fundamental que a PCD participe das ações da empresa como um agente ativo nas tomadas de decisões.

Ademais, a Lei nº 13.146/2015 aduz em seu art. 34, §3º:

É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

Tal dispositivo envolve a igualdade e a dignidade na inserção, na manutenção, no exercício da função e ainda, na ocasião da dispensa ou rescisão contratual. Para fins deste estudo, considera-se elementar a etapa do exercício da função, de tal modo que a empresa possa observar peculiaridades e necessidades do trabalhador com deficiência no desenvolvimento pleno de suas funções. Assim, a PCD poderá agregar valor à organização, além de, participar de planos e encareiramento dentro da empresa, tendo em vista que irá dispor dos meios adequados para exercer suas funções em grau de igualdade aos demais funcionários. A empresa afasta-se da condição de ver o trabalhador estritamente em função de sua deficiência, assumindo o protagonismo de investir no desenvolvimento de competências organizacionais.

Nesse contexto, é importante que as empresas mantenham programas motivacionais, com vistas à promoção de competitividade e melhores resultados, compreendendo a motivação como a principal impulsionadora da produtividade nas empresas (GIL, 2006), mas é necessário destacar a fundamentalidade da TA para possibilitar a motivação no empregado com deficiência, fazendo despontar neste o sentimento de pertencimento.

Em todo caso, cabe à gestão de pessoas o papel de transformar a realidade, promovendo inclusão, utilizando tecnologias e recursos a seu favor, sendo capaz de extrair resultados decorrentes do trinômio performance, diversidade e TA, sendo protagonista, como política pública direcionada à PCD, que tem por base a RSE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁸ O autor explica as regras para construir pertencimento: (1) ser transparente sobre suas práticas, para que todos saibam como as coisas funcionam na organização e entendam como são vistos pelos outros; (2) empoderar: dar autonomia para que membros do time tomem suas próprias decisões, transmitindo altas expectativas de sucesso; (3) alinhar apoiadores no diálogo sobre diversidade e inclusão; e (4) motivar a equipe ao criar coesão e incutir diversidade, inclusão e pertencimento nos valores da organização.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Foi possível verificar no presente estudo, que o teletrabalho se enquadra como modalidade de trabalho, a que se destina os mesmos direitos aplicáveis às demais formas de trabalho. Nesse ínterim convém destacar a obrigatoriedade do cumprimento da legislação de cotas para a PCD pelas empresas, por meio da Lei nº 8.213/91, emergindo o teletrabalho como agente favorável no cumprimento desta, inclusive possibilitando novos meios de trabalho a pessoas com potenciais dificuldades de deslocamento e em lugares de difícil acessibilidade arquitetônica e urbanística.

Para possibilitar essa nova modalidade de trabalho, são necessárias algumas conjecturas em torno da norma mais abrangente em relação ao tema, quer seja, a LBI, sendo esta, a responsável por suprir as lacunas existentes na CLT, que foi omissa em relação à temática da TA, deixando margem a violações ao princípio da alteridade incorporado pela legislação trabalhista. Assim, deixa-se claro que a LBI é capaz de suprir o campo da inclusão nas demais legislações, especialmente no que repercute aos custos a serem arcados no suprimento das barreiras tecnológicas de acessibilidade a computadores, destacada neste estudo e à prioridade da inclusão da PCD no teletrabalho, sendo garantidos todos os direitos inerentes ao caso específico.

Assim, a gestão de pessoas assume papel fundamental na empresa, sendo a responsável pelo trâmite do processo de inclusão, presente em todas as etapas, dando ênfase à permanência/retenção da PCD no emprego, pois esta depende dos meios disponibilizados para o bom desempenho de suas atividades, de modo a proporcionar QVT, no lugar onde será desenvolvido o teletrabalho. Nessa seara, a liderança deve compreender as dificuldades do outro, agindo com sensibilidade e auferindo juízo de valor à diversidade, atividades incorporadas sob o preceito da RSE.

Ademais, denota-se que todas as orientações sobre o processo de inclusão, devem estar pautadas nas diretrizes dos direitos humanos, quer seja, dignidade humana, igualdade, acessibilidade, reconhecimento, solidariedade, respeito à diferença e direito ao trabalho. Este último, requer atenção especial, não apenas no aspecto admissional da PCD para cumprimento das cotas, mas aos meios adequados que a empresa deve disponibilizar, especialmente, os recursos de acessibilidade tecnológica, para que o empregado com deficiência possa desenvolver suas atividades de forma digna.

Ainda considera-se que o principal desafio imposto à gestão empresarial seja abstrair-se do preconceito fundado na visão de que PCD's não são capazes, implementando normas e estratégias de valorização da diversidade, atentando-se para a disponibilização de TA para o bom funcionamento do teletrabalho e com isso, proporcionando trabalho decente na empresa, fundado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

na sustentabilidade e nos princípios dos direitos humanos. Por fim, trata-se de um tema emergente no mercado e na academia, sendo, portanto, oportuno e necessário novos esforços de pesquisa, visando examinar fenômenos que estão surgindo nesta hodierna realidade de trabalho, em relevo a relação entre empregados e empregadores.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de; CASTRO, H. U. Governança Corporativa e seu discurso: estudo de um texto do Relatório de Sustentabilidade do Santander S.A. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 2, Ed. Especial, pp. 118-134, 2016. Disponível em: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/>. Acesso em 18.nov.2022.
- BARCELLOS, A. P. de. Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 240, abr./jun. 2005.
- BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em 05.out.2022.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 05.nov.2022.
- BRASIL, Lei nº 8.213/1991, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 05.nov.2022.
- BRASIL, Lei nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 05.nov.2022.
- BRASIL, Lei nº 14.442/2022, de 2 de setembro de 2022. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14442.htm. Acesso em 05.nov.2022.
- BRIDI, M. A. Teletrabalho em tempos de pandemia e condições objetivas que desafiam a classe trabalhadora. In: OLIVEIRA, D. A.; POCHMANN, M. (Orgs.) **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.
- BULGARELI, R. A importância da diversidade e da inclusão nas organizações. In: AMATO, L. (Coord.). **Diversidade e inclusão em suas dimensões**. São Paulo: Literare Books International, 2022. *E-book*.
- DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 17. Ed. São Paulo: LTr, 2018.
- FRAZÃO, A. **Função social da empresa**. Tomo Direito Comercial, Enciclopédia Jurídica da PUCSP, Julho de 2018. Disponível em:
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR**
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/222/educacao-1/funcao-social-da-empresa>. Acesso em 17.nov.2022.

GARCIA, G. F. B. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=20652>. Acesso em 30.jan.2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC 2022 (2º trimestre)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=PNADC>. Acesso em 30.jan.2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?&t=destaques>. Acesso em 13.nov.2022.

Instituto Ethos. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/>. Acesso em 14.nov.2022.

JOHNSON, S. K. **Inclusifique: Como a inclusão e a diversidade podem trazer mais inovação à sua empresa**. Tradução: Ada Felix. São Paulo: Benvirá, 2020. *E-book*.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Medicina Psicossomática**, v.1, n. 2, pp. 79-83, 1997.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Disponível em <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em 05.nov.2022.

NILLES, J. M. **Fazendo do teletrabalho uma realidade: um guia para telegerentes e teletrabalhadores**. Tradução: Eduardo P. E. Ferreira. São Paulo: Futura, 1997.

NOHARA, J. J. O teletrabalho na percepção dos teletrabalhadores. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p.150-170, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79174/83246>. Acesso em 17.nov.2022.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-Prática**. Papyrus, 2016.

PAMPLONA FILHO, R.; SANTOS, C. M. P. G dos. **Assédio moral organizacional: presencial e virtual**. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. *E-book*.

SILVA, W. R. L.; GILIO, L. O teletrabalho como política pública de inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 19, n. 37, pp. 191-204, jul-dez., 2020.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s)
autor(es).”**



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO CONSTRUTIVA DO
CONFLITO – NOTAS SOBRE EFICÁCIA DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA TRABALHISTA**

Janice Bastos¹

Maria Raquel Duarte²

RESUMO: O artigo visa discutir a efetividade dos meios alternativos de solução de conflitos no âmbito das relações de trabalho, em especial a conciliação e a mediação. Pretende-se demonstrar através da moderna teoria do conflito que é possível realizar efetivamente esse novo acesso à justiça através da redefinição do papel do Poder Judiciário e de toda a sociedade. Pretende-se ainda demonstrar, que os meios alternativos de resolução de conflitos aqui destacados, a conciliação e a mediação, além de ampliarem o acesso à justiça, se mostram grandes instrumentos de pacificação social, visto que, oferecerem soluções eficazes para problemas complexos surgidos no âmago das relações laborais, podendo até mesmo proporcionar crescimento pessoal, profissional e organizacional.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à Justiça - Mediação e conciliação - relações laborais - crescimento pessoal e organizacional.

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo tem por objetivo analisar a importância e eficácia dos meios alternativos de solução de conflitos no âmbito das relações de trabalho, seja por meio do

¹ Juíza na 1ª Vara do Trabalho de Criciúma-SC. Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC), janice.bastos@trt12.jus.br.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC), e-mail: mrduarte.adv@gmail.com



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

processo conciliatório realizado no seio do processo judicial, seja por meio do processo mediatório, antes mesmo de se instalar o conflito na relação de trabalho.

Pretende-se demonstrar através da moderna teoria do conflito que é possível realizar efetivamente esse novo acesso à justiça através da redefinição do papel do Poder Judiciário e da sociedade como um todo, enquanto instrumentos de pacificação social.

2 - OS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A SUA JUDICIALIZAÇÃO

A Constituição Cidadã de 1988 introduziu no sistema jurídico brasileiro um rol amplo de proteção social garantindo a todos os brasileiros direitos fundamentais sociais como o direito à saúde, educação, segurança, trabalho, lazer, cultura, meio ambiente, entre outros.

A previsão constitucional desses direitos significou um avanço no reconhecimento dos direitos sociais, dentre os quais destacam-se o direito ao trabalho com previsão expressa em diversos dispositivos, e com destaque para o disposto nos arts. 1º, IV (valor social do trabalho e da livre iniciativa); nos arts. 5º, XIII (liberdade para exercer qualquer ofício ou profissão, observada a qualificação profissional prevista em lei), nos arts. 7º a 9º e no art. 11 (direitos dos trabalhadores urbanos e rurais) e no art. 170, *caput* (ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa).

É correto afirmar, ainda, que são absolutamente impermeáveis à negociação coletiva os direitos que não tenham sido expressamente autorizado pela Constituição, ou os direitos que não possam ser transacionados, a exemplo das normas que tratam de saúde, segurança e medicina do trabalho, os direitos de liberdade, intimidade, privacidade, dentre outros previstos na Carta e nas normas cogentes que tratam de tais matérias.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

As normas de tratados e convenções internacionais que foram ratificadas pelo ordenamento jurídico brasileiro nos termos previstos na Constituição também gozam de indisponibilidade absoluta.

No entanto é necessário recordar que no ano de 2020, ao julgar o mérito da ADI 6363, a Corte Suprema (STF) decidiu que é constitucional reduzir salário sem a participação do sindicato da categoria, desde que em época de pandemia³, inaugurando o que o ministro Gilmar Mendes denominou de "jurisprudência de crise"⁴.

Mister destacar que o rol de direitos trabalhistas, posicionado junto aos direitos sociais da nossa Carta Maior, são considerados direitos fundamentais⁵

Levando em consideração todo o arcabouço legislativo de proteção social no Brasil, associado ao descumprimento da norma por quem a deveria cumprir, a judicialização desses direitos tornou-se um fato corriqueiro, em especial a ocorrida na justiça laboral. Segundo levantamento feito pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), a cada 100.000 habitantes do País, 1.196 pessoas ingressaram com pelo menos uma ação ou recurso na Justiça do Trabalho.⁶

Nesse contexto, os meios alternativos de solução de conflitos, enquanto facilitadores do acesso à justiça, constituem uma importante ferramenta para a promoção

³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 6363/DF*. Relator ministro Ricardo Lewandowski; Redator do acórdão ministro Alexandre de Moraes; Data de julgamento: 17/04/2020; Data de publicação: 24/11/2020.

⁴ MENDES, Gilmar. *Jurisprudência de crise e pensamento do possível: caminhos constitucionais*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-11/observatorio-constitucional-jurisprudencia-crise-pensamento-possivel-caminhos-solucoes-constitucionais>. Acesso em: 05 mar 2022.

⁵ Por direitos fundamentais entendemos os direitos ou as posições jurídicas subjetivas das pessoas enquanto tais, individual ou institucionalmente consideradas, assentes na Constituição, seja na Constituição formal, seja na Constituição material - donde, direitos fundamentais em sentido formal e direitos fundamentais em sentido material. (MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional – Direitos Fundamentais**. 3. ed. Tomo IV. Coimbra: Coimbra Editora, 2000, p.7).

⁶ Relatório Geral da Justiça do trabalho - <https://www.tst.jus.br/documents/18640430/30889144/RGJT+2021.pdf/16c678c9-7136-51ba-2d62-cae4c5a4ab4d?t=1656603252811>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

dos direitos sociais laborais dispostos no texto de nossa Carta Maior e na legislação infraconstitucional.

Considerando essa fundamentalidade, vale dizer que cabe aos poderes públicos e a toda a sociedade conferir eficácia máxima e imediata a todo e qualquer preceito definidor de garantia ou direito fundamental, e nesse contexto a solução pacífica de conflitos garante uma maior efetividade desses direitos bem como empresta efeito a outro princípio constitucional de igual grandeza, qual seja, o princípio do acesso à justiça (MONTINGELLI ZANFERDINI, F., 2012)⁷

3 - OS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS ENQUANTO CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Atualmente, com o aumento da complexidade dos conflitos, cresce a demanda por meios alternativos para solucioná-los. Estes meios têm a vantagem de serem mais informais, mais criativos e mais eficazes para a resolução de problemas.

Os meios alternativos de solução de conflitos se constituem em diversas técnicas que buscam auxiliar as partes envolvidas a encontrarem soluções aceitáveis para seus problemas sem recorrerem a ações judiciais. Esses meios alternativos são utilizados, principalmente, em situações em que as partes envolvidas não conseguem chegar a um

⁷ “...O acesso à justiça, contudo, não pode mais ser visto como sinônimo de acesso ao Poder Judiciário. Ao Estado incumbe proporcionar, efetivamente, outros meios de solução de conflitos, investindo em políticas públicas nesse sentido. A mediação e conciliação devem ser métodos colocados efetivamente à disposição das partes, desde o momento inicial do aparecimento do litígio, como soluções qualitativas e adequadas para cada espécie de conflito e não como propostas quantitativas a serem efetivadas em “mutirões” ou “semanas de conciliação”, normalmente quando o processo já tramita há anos, consumiu recursos de toda ordem do Judiciário, bem como minou a resistência da parte mais fraca....” MONTINGELLI ZANFERDINI, F. de A. DESJUDICIALIZAR CONFLITOS: UMA NECESSÁRIA RELEITURA DO ACESSO À JUSTIÇA. *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí- (SC), v. 17, n. 2, p. 237–253, 2012. DOI: 10.14210/nej.v17n2.p237-253. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/3970>. Acesso em: 1 mar. 2023



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

acordo por meios convencionais, lhes permitindo a busca por soluções inovadoras e mais criativas para os seus conflitos.

Meios alternativos de resolução de conflitos - MARC - é a denominação mais utilizada no tratamento dos mecanismos que permitem a obtenção da resolução de um conflito. Por sua vez, a sigla ADR- *Alternative Dispute Resolution* revela a expressão norte-americana para denominação desses mecanismos. Na Argentina e nos demais países da América Latina costuma-se traduzir a expressão para RAD - *Resoluciones Alternativas de Disputas*; na França fala-se em MARC- *Modes Alternatifs de Règlement des Conflits*. Inseridos no gênero “meios alternativos de resolução de conflitos” encontram-se, em regra, relacionadas como espécies, a negociação⁸, a conciliação, a mediação e a arbitragem⁹.

Dentre as espécies apresentadas, o presente estudo restringir-se-á a investigação mais aprofundada da conciliação e da mediação, por ser dentre as espécies a mais utilizada da seara de direitos individuais.

A conciliação constitui um dos meios mais utilizados para abreviar resolução de uma pretensão apresentada perante o Judiciário, e segundo o Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça, a conciliação pode ser definida como um processo autocompositivo breve, no qual as partes ou os interessados são auxiliados por

⁸ **Negociação** - definida como uma comunicação voltada à persuasão. Em uma negociação simples e direta, as partes têm, como regra, total controle sobre o processo e seu resultado. **Manual de Mediação Judicial - CNJ** - Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/manuais-e-guias/>

⁹ **Arbitragem** - A arbitragem pode ser definida como um processo eminentemente privado– isto porque existem arbitragens internacionais públicas –, nas qual as partes ou interessados buscam o auxílio de um terceiro, neutro ao conflito, ou de um painel de pessoas sem interesse na causa, para, após um devido procedimento, prolatar uma decisão (sentença arbitral) visando encerrar a disputa. Trata-se de um processo, em regra, vinculante, em que ambas as partes são colocadas diante de um árbitro ou um grupo de árbitros. A característica principal da arbitragem é sua coercibilidade e capacidade de pôr fim ao conflito. Manual de Mediação Judicial - Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/manuais-e-guias/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

um terceiro, neutro ao conflito, ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, para assisti-las, por meio de técnicas adequadas, a chegarem a uma solução ou a um acordo.¹⁰

Por sua vez, a mediação consiste numa negociação facilitada ou catalisada por um terceiro. Alguns autores preferem definições mais completas sugerindo que a mediação se trata de um processo autocompositivo segundo o qual as partes em disputa são auxiliadas por uma terceira parte neutra ao conflito ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, para se chegar a uma composição.¹¹

O Conselho Nacional de Justiça em seu Manual de Mediação Judicial, dispõe que a mediação implica em um método de resolução de disputas no qual se desenvolve um processo composto por vários atos procedimentais por meio dos quais o(s) terceiro(s) imparcial(is) facilita(m) a negociação entre as pessoas em conflito, habilitando-as a melhor compreender suas posições e a encontrar soluções que se compatibilizam aos seus interesses e necessidades.¹²

Enfim, o acesso à justiça não pode mais ser tido como acesso aos tribunais, na medida em que este deve passar por uma série de filtros antes de poder ser exercido legalmente e plenamente.

Para o novo conceito de acesso à justiça, o Estado se compromete a resolver conflitos por meio de diferentes sistemas de resolução, não apenas por meio do Poder Judiciário. Contudo, ocorrendo no âmbito judicial, que se proporcione ao jurisdicionado a solução amigável e negociada como forma de pacificação social e cumprimento dos ditames constitucionais.

¹⁰ CNJ - Manual de Mediação Judicial - Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/conciliacao-e-mediacao/manuais-e-guias/>

¹¹ CNJ - Manual de Mediação Judicial - Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/conciliacao-e-mediacao/manuais-e-guias/>

¹² CNJ -Manual de Mediação Judicial - Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/conciliacao-e-mediacao/manuais-e-guias/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Segundo WATANABE (2011), quando se trata de solução adequada dos conflitos de interesses, o preceito constitucional que assegura o acesso à justiça traz, implicitamente, o princípio da adequação; não se assegura apenas o acesso à justiça, mas também a obtenção de uma solução adequada aos conflitos, tempestiva, e que esteja em consonância com o tipo de conflito que está sendo levado ao Judiciário.¹³

Ressalta, o autor, que para que os meios alternativos de resolução de controvérsias, em especial dos meios consensuais – a mediação e a conciliação - sejam efetivamente um modo de assegurar aos jurisdicionados um verdadeiro e adequado acesso à justiça e à ordem jurídica justa, há a necessidade de estabelecimento de uma política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses, que dê um mínimo de organicidade, qualidade e controle a sua prática.¹⁴

Nesse ponto, a utilização de meios alternativos para a utilização de conflitos não acontecerá de pronto, dado a arraigada cultura do litígio, ou seja, buscar a jurisdição antes mesmo de tentar dialogar com a parte contrária, ou mesmo considerar a hipótese de recorrer a um meio alternativo para a solução daquele conflito.

Nesse passo, a visão que tem prevalecido é a de que será mais fácil para o jurisdicionado ter o primeiro contato com a mediação na sua modalidade judicial e, muitas vezes, incidental, o que parece ser pedagógico, sendo que este processo já se iniciou por meio da Resolução nº 125/10 do Conselho Nacional de Justiça.(DALLA, e PAUMGARTTEN, 2011)¹⁵

¹³ WATANABE, Kazuo. Política Pública do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses. In: Revista de Processo. 2011. p. 381-389.

¹⁴ WATANABE, Kazuo. Política Pública do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses. In: Revista de Processo. 2011. p. 381-389.

¹⁵ DALLA, Humberto; PAUMGARTTEN, Michele Pedrosa. A experiência italo-brasileira no uso da mediação em resposta à crise do monopólio estatal de solução de conflitos e a garantia do acesso à justiça. Revista eletrônica de direito processual, v. 8, n. 8, 2011.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Este ato normativo insere expressamente o acesso à justiça no mundo jurídico como via para um ordenamento jurídico equitativo, entendido como o adequado tratamento dos conflitos e a escolha de soluções alternativas e consensuais. Neste contexto, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 125, por meio da qual elegeu os meios alternativos e consensuais de resolução de conflitos, mais especificamente a conciliação e a mediação, como potenciais soluções para a pacificação social efetiva e, conseqüentemente, para a desobstrução do acúmulo de demandas que sobrecarregam o Judiciário e comprometem a qualidade da prestação jurisdicional.(SCHRODER e PAGLIONE , 2013)¹⁶

4. A CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS: APLICABILIDADE NO ÂMBITO TRABALISTA

Especificamente, no âmbito da Justiça Laboral, a conciliação, como meio alternativo de solução de conflitos, é utilizada de forma obrigatória a fim de garantir eficiência e rapidez na resolução de questões postas em causa.

Sabe-se que a Justiça do Trabalho tem como função proeminente assegurar os direitos dos trabalhadores e buscar o equilíbrio na relação entre empregado e empregador.

Neste terreno fértil e de iminente necessidade de solução breve dos litígios é que nasce a conciliação como um dos meios não judiciais mais efetivos de resolução de conflitos e busca o alcance da paz social.

Oportuno destacar a reflexão de que o sistema judicial, tradicionalmente conhecido como solucionador de processos, não decide a lide sociológica, mas apenas e tão somente a lide processual representada pela descrição narrativa da petição inicial e

¹⁶ SCHRODER, Leticia de Mattos; PAGLIONE, Gabriela Bonini. Resolução 125 do CNJ e os novos rumos da conciliação e mediação: será, enfim, a vez da efetividade da prestação jurisdicional. Acesso em, v. 6, 2013.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

contestação, ambas apresentadas ao juízo e que desnudam o que se conhece por conflito aparente, mas que não reflete o que de fato gerou a insatisfação da parte demandante.

Por sua vez, o conflito autêntico é o refletido na lide sociológica, ou seja, naquela que representa verdadeiramente os reais interesses das partes.

Nessa linha de entendimento vale destacar o que o doutrinador Roberto Portugal Bacellar:

Analisando apenas os limites da lide processual, na maioria das vezes não há satisfação dos verdadeiros interesses do jurisdicionado. Em outras palavras, pode-se dizer que somente a resolução integral do conflito (lide sociológica) conduz à pacificação social, não basta resolver aquilo que foi trazido pelos advogados (BACELLAR, 2016).

Desta forma, não há dúvidas de que o conciliador, juiz ou servidor destacado para este fim, exerce intervenção ativa na negociação que passa a ocorrer entre as partes, na medida em que pode apresentar eventuais soluções para aquele conflito, em que pese a conciliação basear-se na autonomia privada da vontade, seja em relação à iniciativa, seja durante o processo judicial.

É neste contexto que o princípio da conciliação está previsto, principalmente, no art. 764, *caput*, da CLT¹⁷, mas também, de forma expressa, em outros dispositivos da norma consolidada.

O art. 764 mencionado, dispõe que os dissídios submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho estarão sempre sujeitos à conciliação. Por sua vez, o parágrafo 1º do diploma impõe uma ação efetiva dos juízes na busca pela resolução pacífica e, neste

¹⁷ Art. 764, *caput*, da CLT: “Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

caminho, o parágrafo 2º traz à lume que, apenas se fracassada a tentativa de conciliação é que o juízo será convertido em arbitral.

Ainda tratando do art. 764, seu parágrafo 3º destaca que a conciliação é válida mesmo após encerrado esse momento. Em outras palavras, o processo do trabalho é todo permeado pelo princípio conciliatório, que se espraia pelas suas fases e, a qualquer tempo e modo, tem o poder de transformar um litígio em um acordo.

Sob as luzes do princípio conciliatório, no procedimento ordinário do processo trabalhista o juiz do trabalho deverá viabilizar a proposta de conciliação em dois momentos distintos, quais sejam, na abertura da audiência, conforme previsto no art. 846 da CLT¹⁸, e antes de proferida a sentença, mas após as razões finais, nos termos do art. 850, *caput*, da CLT¹⁹.

Importa destacar a peculiaridade prevista no procedimento sumaríssimo laboral, especificamente quanto ao momento da conciliação.

Conforme previsão expressa do art. 852-E da CLT²⁰, a conciliação poderá ocorrer em qualquer fase da audiência, o que deixa ainda mais evidente a responsabilidade do magistrado em conduzir e oportunizar o acordo, sem que para tanto sejam necessárias demais formalidades. Nesse sentido, não há falar em preclusão da proposta conciliatória, ao revés, sempre será útil e bem-vinda enquanto durar o ato processual.

¹⁸ Art. 846 da CLT: “Aberta a audiência, o juiz ou presidente proferirá a conciliação”.

¹⁹ Art. 850, *caput*, da CLT: “Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão”.

²⁰ Art. 852-E da CLT: “Aberta a sessão, o juiz esclarecerá às partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usará os meios adequados de persuasão, para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase da audiência”.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A contrário *sensu* a não observância, pelo juiz, do ato de oportunizar a proposta de conciliação, em regra acarretará a nulidade dos atos posteriores que forem praticados no processo laboral.

Por fim, ainda em análise aos dispositivos legais, pode-se afirmar que na Justiça do Trabalho o acordo devidamente homologado se reveste da coisa julgada e, por consequência, torna-se irrecurável para as partes²¹.

A definitividade e a segurança jurídica que dela advém são ferramentas de persuasão que, muitas vezes, falam mais alto do que os interesses escondidos na lide sociológica. Ao fim e ao cabo, as partes acabam convencidas de que a solução perene do conflito, a serviço da paz social, traz muitos ganhos para quem está psicologicamente envolvido e afetado pela disputa.

A conciliação é uma política adotada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ desde 2006, com a implantação do Movimento pela Conciliação em agosto daquele ano. Sendo assim, há nove anos o CNJ promove as Semanas Nacionais pela Conciliação, momento em que os tribunais são incentivados a reunir as partes envolvidas e promover acordos nas fases pré-processual e processual.

Além disso, por intermédio da já mencionada Resolução do CNJ nº. 125/2010, foram criados os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), e em algumas Comarcas já foram implantados os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, como meio de solução consensual dos litígios, através da conciliação e mediação, como métodos alternativos de resolução de conflitos.

Nessa conjuntura, a conciliação no âmbito trabalhista tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores, cujos resultados demonstram ser um dos maiores

²¹ Art. 831, parágrafo único, da CLT: “no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecurável, salvo para a previdência social quanto às contribuições que lhe forem devidas”.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

questionamentos frente à proteção dos direitos indisponíveis do trabalhador. Tendo em vista que o número de conflitos trabalhistas tem aumentado consideravelmente, as demandas judiciais, sobretudo na Justiça do Trabalho, tornando-se precária a prestação jurisdicional.

Os Tribunais Superiores aderiram aos centros e, em setembro de 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho publicou a Resolução CSJT N.º 174 que dispôs sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista.

Conforme se extrai da página eletrônica do CSJT, cada Tribunal Regional do Trabalho das 24 Regiões da Justiça do Trabalho instituiu Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSC-JT, vinculados ao NUPEMEC-JT, e que são responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação de processos em qualquer fase ou instância, inclusive naqueles pendentes de julgamento perante o Tribunal Superior do Trabalho.

A norma traz “considerandos” bastante relevantes para quem busca compreender o efetivo espírito da conciliação judicial e, neste sentido, dispõe que o acesso ao sistema de Justiça e a responsabilidade social são objetivos estratégicos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ no 70/09; que o direito de acesso à Justiça previsto no art. 5º, XXXV, da CF, além da vertente formal perante os Órgãos judiciários, implica em acesso à ordem jurídica justa; que cabe ao Poder Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado das questões jurídicas e dos conflitos de interesses, organizando, em âmbito nacional, além dos serviços prestados nos processos judiciais, também outros mecanismos de solução de conflitos; e, ainda, que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, sendo que a sua apropriada disciplina em programas já implementados no país tem reduzido a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

excessiva judicialização dos conflitos de interesses, bem como a quantidade de recursos e também de execução de sentenças.²²

5. A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: APLICABILIDADE NO ÂMBITO TRABALHISTA

Conforme verificou-se no tópico anterior do presente estudo, no âmbito da Justiça Laboral o princípio da conciliação está previsto de forma expressa em diversos dispositivos da norma consolidada e, enquanto meio alternativo de solução de conflitos, a conciliação é utilizada de forma obrigatória a fim de garantir eficiência e rapidez na resolução de questões postas em causa.

É sabido que a Justiça do Trabalho tem como função proeminente assegurar os direitos dos trabalhadores e buscar o equilíbrio na relação entre empregado e empregador, razão pela qual se utiliza no âmbito processual, de forma reiterada, um dos meios alternativos de solução de conflitos, qual seja a conciliação.

Contudo, não apenas através da conciliação (em sede processual) é que podemos buscar o equilíbrio na relação entre empregado e empregador e a consequente pacificação social.

Os meios alternativos de solução de conflitos são uma forma cada vez mais popular de resolver disputas e nestes se incluem também: mediação, arbitragem, e a negociação.

²² Resolução CSJT n.º 174 de setembro de 2016.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

No presente estudo destacamos também a mediação como um dos meios alternativos de solução de conflitos hábil a promover a pacificação social na seara trabalhista.

Ao darmos início a análise desse processo autocompositivo, mister se faz necessário trazer à baila a diferenciação entre o processo de mediação e o de conciliação, a serem realizados pelo conciliador e mediador respectivamente, trazido nos parágrafos §§ 2º²³ e 3º²⁴ do art. 165 do Diploma Processual Civil Pátrio, que determina que o conciliador poderá sugerir soluções para o litígio e o mediador auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito para que as partes possam, por si próprios alcançarem soluções consensuais para o conflito.

DIDIER JÚNIOR (2015, p. 275), atenta para a sutileza na diferenciação de ambos os processos, e aponta que a diferença elementar se resume ao papel do conciliador e do mediador, onde o conciliador atua como ativador, tendo a palavra final na solução da problemática, e o mediador atua como auxiliador das partes que atuam ativamente do processo como verdadeiros “juizadores” de sua própria lide.²⁵

Também em âmbito internacional, os métodos autocompositivos de solução de conflitos ganham ênfase, a exemplo da Recomendação nº 92 da Organização Internacional do Trabalho – OIT²⁶.

²³ §2.º O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

²⁴ §3.º O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

²⁵ DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Conforme novo CPC 2015. 17. Ed. Salvador: JusPODIVM, 2015, v. I. p. 275.

²⁶ I. Conciliación Voluntaria - 1. Se deberían establecer organismos de conciliación voluntaria, apropiados a las condiciones nacionales, con objeto de contribuir a la prevención y solución de los conflictos de trabajo entre empleadores y trabajadores. 2. Todo organismo de conciliación voluntaria, establecido sobre una



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

QUEIROZ e SILVA (2016) destacam que considerando o direito envolvido na seara trabalhista²⁷ é que surge o impasse para o exercício da mediação. Os autores salientam que há aqueles que defendem a aplicabilidade da mediação em qualquer situação, podendo versar sobre todos os tipos de direitos e, em contrapartida, há aqueles que admitem a sua aplicação apenas nas ações em que são discutidos os direitos da coletividade.²⁸

Destacam, ainda, que as normas trabalhistas possuem o intuito de preservar um estado de completo bem-estar físico, mental e social do trabalhador, protegendo-o de possíveis abusos dentro da relação de trabalho e que, por consequência, as lides trabalhistas devem ser analisadas com cautela, sendo-lhe permitidas exceções a sua aplicação de acordo com disposto em lei.²⁹

Nesse contexto, destaca-se o disposto no artigo 444 do texto consolidado que dispõe a respeito da livre negociação de direitos nas relações de trabalho:

base mixta, debería comprender una representación igual de empleadores y de trabajadores. https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R092

²⁷ A Justiça do Trabalho se constitui por três subsistemas: **a jurisdição trabalhista individual** (na qual são defendidos os direitos individuais de cada trabalhador), **a jurisdição trabalhista normativa** (na qual são tutelados os direitos dos trabalhadores em âmbito coletivo) e **a jurisdição trabalhista metaindividual** (na qual ocorre a defesa dos direitos metaindividuais, quais sejam, os interesses difusos, coletivos stricto sensu e individuais homogêneos). Os direitos individuais – objetos da jurisdição individual – são aqueles pertencentes ao homem em sua individualidade, somente cabendo a ele o gozo e o exercício desse direito, podendo ser pleiteado por meio das tradicionais reclamações individuais ou das reclusatórias plúrimas, nas quais são pleiteados direitos de indivíduos distintos e em face do mesmo empregador/reclamado. Os direitos coletivos – alvos da jurisdição normativa – representam os direitos destinados a mais de um ser, imerso em uma coletividade, “nos quais se busca, por intermédio do poder normativo exercido originalmente pelos Tribunais do Trabalho (CF, art. 114, §2º), a criação de normas trabalhistas aplicáveis às partes figurantes deste tipo específico de ação e seus representados.” (LEITE, 2013, p. 155). QUEIROZ, Celisa Rezende Santos; DA SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves. Mediação de conflitos: aplicabilidade no âmbito trabalhista. *Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law*, v. 17, p. 283-308, 2016.

²⁸ QUEIROZ, Celisa Rezende Santos; DA SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves. Mediação de conflitos: aplicabilidade no âmbito trabalhista. *Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law*, v. 17, p. 283-308, 2016.

²⁹ PEREIRA, Daniel Queiroz; COSTA, Larissa Camargo. Meios alternativos para solução de conflitos e a atuação do ministério público do trabalho na mediação e arbitragem dos litígios trabalhistas. *REVISTA QUAESTIO IURIS*, v. 4, n. 1, p. 278-313, 2011.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Art. 444 - As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

Parágrafo único. A livre estipulação a que se refere o caput deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

O dispositivo divide opiniões entre juristas e operadores do Direito Laboral. Em sentido favorável ao reconhecimento e aplicação da norma já pode se manifestar uma das autoras desse artigo, ao escrever seu comentário sobre o dispositivo em uma obra coletiva³⁰, ponderando que a intenção do legislador foi a de alcançar maior liberdade de negociação àquele trabalhador que, em tese, tem melhores condições de avaliar o que lhe está sendo proposto e as vantagens e desvantagens de sua aceitação³¹.

No entanto MATOS e COSTA JUNIOR (2019) ao observarem o disposto no diploma legal, ponderam que resta evidente a desigualdade entre empregados e

³⁰ BASTOS, Janice. Comentários ao artigo 444 da CLT, in LISBOA, Daniel, Munhoz José Lucio (ORG) Reforma Trabalhista - Comentada por juízes do trabalho artigo por artigo 2ª Ed., São Paulo: LTr, 2019.

³¹ Sabe-se que os conhecidos “altos empregados” e patrões muitas vezes pretendiam estabelecer tratativas diferenciadas para o contrato, mas deixavam de fazê-lo por não encontrarem respaldo legal e, principalmente, em relação aos empregadores, por receio de que o que foi acordado não fosse reconhecido pela Justiça do Trabalho, com adjacentes condenações. O que havia, portanto, era a proteção que desprotegia o seu destinatário. Por consequência, as partes da negociação acabavam driblando a norma consolidada e criando uma pessoa jurídica fictícia para que o empregado pudesse prestar seus serviços de forma autônoma e à margem da proteção prevista na CLT. É a conhecida “pejotização”. Dessa maneira, ainda que tenha ocorrido a mitigação da regra que prevê o direito à negociação coletiva, a alteração não se revela prejudicial ao trabalhador que pode utilizar-se de ferramentas legais para negociar o seu contrato de trabalho com maior independência e liberdade, mantendo-se na condição de empregado[...] Os critérios apresentados pela lei são objetivos para que a exceção aqui trazida possa ser implementada cabendo ao intérprete, ao fim e ao cabo, analisar de forma prudente se a negociação foi permeada pelos princípios da autonomia da vontade e boa-fé contratual. Presentes os requisitos objetivos e subjetivos, entende-se por benéfico a ambas as partes a abertura da negociação e diminuição da intervenção do Estado nessa relação que pretende ser independente (BASTOS, Janice, Comentários ao artigo 444 da CLT, in LISBOA, Daniel, Munhoz José Lucio (ORG) Reforma Trabalhista - Comentada por juízes do trabalho artigo por artigo 2ª Ed., São Paulo: LTr, 2019).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

empregadores e que, por essa razão, são insuficientes os critérios salarial e de formação para distinguir os empregados hipersuficientes daqueles que não se encontram na situação de hipossuficiência.

Os autores citados concluem ainda que, os requisitos inseridos no parágrafo único do artigo 444 da CLT, não são capazes de elidir a desigualdade entre o empregado e empregador. Acentuam que o empregado, considerado hipersuficiente, está mais refém aos poderes do empregador, uma vez que teme perder o emprego porque precisa pagar os custos de sua sobrevivência.³²

Apontam, os autores, para a inconstitucionalidade do dispositivo, pois entenderam que a pactuação direta entre empregado e empregador vai de encontro a todo o arcabouço de princípios protecionistas do Direito do Trabalho, aclamados na Constituição Federal.

Em que pese todo esse panorama de supressão dos direitos laborais trazidos na análise do art. 444 da CLT, destacam QUEIROZ e SILVA que os direitos individuais poderão, em muito, se valer das benesses do processo de mediação. Enfatizam que é justamente no conflito individual, em que empregado e empregador estarão frente a frente e que a mediação poderá agregar vantagens na resolução do conflito, pois ela atuará de forma setORIZADA e circunstancial no “foco” da demanda, proporcionando o restabelecimento do convívio pacífico entre as partes envolvidas através do diálogo estabelecido por esse instituto.

Asseveram que a mediação não apenas pode, mas deve ser utilizada de forma preventiva antes mesmo do surgimento de qualquer conflito entre empregado e empregador. Destacam que esse meio autocompositivo agiria de forma a resguardar a relação empregatícia, dirimindo conflitos, na intenção de manter a relação de trabalho. Contribuindo também para o desenvolvimento da própria empresa, uma vez que essa teria

³² MATTOS, Thaís Gusmão et al. O empregado hipersuficiente e a questão da autonomia privada em face da subordinação jurídica: análise dos requisitos inseridos no parágrafo único do artigo 444 da CLT. 2019.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

um trabalhador efetivamente integrado e comprometido nos interesses do empregador.

Nesse norte destacam os autores que:

“(....) o empregado manteria seu trabalho e o empregador teria a oportunidade de ter um trabalhador efetivamente integrado nos interesses da empresa. Essa mediação preventiva é de tamanha importância e traz tantos benefícios concretos para o futuro das relações laborais que seria válido a implantação de incentivos para sua implementação pelas empresas, a fim de que estas pudessem adotar soluções extrajudiciais (....)”³³

Pontuam, ainda, que a mediação contribui para a solidez das relações de trabalho uma vez que objetiva a solucionar os conflitos pela raiz:

“(....) A mediação – reitere-se – objetiva solucionar os conflitos em sua raiz, não se preocupando somente com a solução factual do conflito, mas objetivando restabelecer o relacionamento dos polos conflitantes. A finalidade da mediação, portanto, seria de grande valia dentro da seara trabalhista, pelo propósito de visar uma relação harmônica e solidária entre trabalhador e empresa, de sorte a possibilitar a pacificação e eficácia sociais dos direitos nas relações trabalhistas (....)”³⁴

Nesse mesmo contexto, o CNJ elucida que uma abordagem diferenciada do conflito, no sentido de que se conduzido com técnica adequada, pode o mesmo ser um importante meio de conhecimento, amadurecimento e aproximação de seres humanos, in casu, empregados e empregadores. Bem como, pode-se afirmar que se conduzido o conflito construtivamente, pode o mesmo proporcionar crescimento pessoal, profissional e organizacional.³⁵

³³ QUEIROZ, Celisa Rezende Santos; DA SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves. Mediação de conflitos: aplicabilidade no âmbito trabalhista. Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law, v. 17, p. 283-308, 2016.

³⁴ QUEIROZ, Celisa Rezende Santos; DA SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves. Mediação de conflitos: aplicabilidade no âmbito trabalhista. Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law, v. 17, p. 283-308, 2016.

³⁵ CNJ - Manual de - Mediação Judicial. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Dessa forma, assim como ocorrido com o processo de conciliação no seio do processo judicial trabalhista, a mediação no âmago da relações de trabalho não deveria ser refutada como um todo, visto que, como bem observado pela doutrina, esse meio autocompositivo de solução de conflitos pode contribuir com as relações laborais e consequentemente com o crescimento profissional e pessoal de empregados e empregadores.

Assim, em que pese no Brasil ser notória a preferência pela solução de um conflito por meio da jurisdição, podemos concluir que os meios alternativos de solução de conflitos permitem que as partes envolvidas encontrem uma solução que satisfaça suas necessidades. Além do que, estes métodos podem ser mais rápidos, mais baratos e menos estressantes do que aqueles advindos de processos judiciais.

Percebe-se, também, que os mecanismos autocompositivos de solução de conflitos são de extrema relevância, não só para o Direito Processual do Trabalho e para o Direito Material Trabalhista, como para todo o ordenamento jurídico brasileiro.

A pacificação social, maior escopo da jurisdição contemporânea, não se alcança apenas por meio da solução de controvérsias pelo método tradicional, qual seja, o processo.

Os métodos paraestatais de solução de litígios harmonizam-se com a democracia participativa e com a valorização da cidadania e, por isso, devem ser difundidos. Faz-se necessário que cada um assuma suas próprias responsabilidades não as delegando ao Estado desnecessariamente.

Não havendo lide, não há razão para ir ao Judiciário. O momento atual é de incentivar a cultura da pacificação social, de forma a diminuir o número de processos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

judiciais, ampliando-se o acesso à justiça e possibilitando uma melhoria da qualidade dos “relacionamentos laborais”³⁶.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou demonstrar a importância dos meios alternativos para a solução de conflitos no âmbito das relações de trabalho, em especial a conciliação e a mediação como forma de ampliação do princípio do acesso à justiça.

Neste sentido, demonstrou que o acesso à justiça e a ordem jurídica justa, consubstanciada na justiça da decisão, deixam de ser entendidas apenas como o simples acesso ao Poder Judiciário. Utilizando-se dos meios alternativos de soluções de conflitos, em especial a conciliação, esses princípios passam a ser entendidos, ainda, como um conjunto de meios colocados à disposição da sociedade para a solução de litígios.

Demonstrou-se, ainda, que os meios alternativos de resolução de conflitos aqui destacados, a conciliação e a mediação, além de ampliarem o acesso à justiça, se mostram grandes instrumentos de pacificação social, visto que, oferecerem soluções eficazes para problemas complexos surgidos no âmbito das relações laborais, podendo até mesmo proporcionar crescimento pessoal, profissional e organizacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

³⁶ MONTINGELLI ZANFERDINI, F. de A. DESJUDICIALIZAR CONFLITOS: UMA NECESSÁRIA RELEITURA DO ACESSO À JUSTIÇA. *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí- (SC), v. 17, n. 2, p. 237–253, 2012. DOI: 10.14210/nej.v17n2.p237-253. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/3970>. Acesso em: 1 mar. 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ALVIM, José Eduardo Carreira. Juizados especiais federais. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p.33-34.

BACELLAR, R. P. Mediação e arbitragem. Coleção saberes do Direito, v. 53. São Paulo: Saraiva, 2016.

BASTOS, Janice, Comentários ao artigo 444 da CLT, in LISBOA, Daniel , Munhoz José Lucio (ORG) Reforma Trabalhista - Comentada por juízes do trabalho artigo por artigo 2ª Ed., São Paulo: LTr, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10259.htm>. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. Relatório Geral da Justiça do trabalho - <https://www.tst.jus.br/documents/18640430/30889144/RGJT+2021.pdf/16c678c9-7136-51ba-2d62-cae4c5a4ab4d?t=1656603252811>

_____. Manual de Mediação Judicial - CNJ - Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/manuais-e-guias/>

_____. Resolução CSJT n.º 174 de setembro de 2016. - Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/95527>

CABRAL, Marcelo Malizia. Os meios alternativos de resolução de conflitos: instrumentos de ampliação do acesso à justiça. 2012. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18756>

_____. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 6363/DF*. Relator ministro Ricardo Lewandowski; Redator do acórdão ministro Alexandre de Moraes; Data de julgamento: 17/04/2020; Data de publicação: 24/11/2020.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução de Helen Graice Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 8

CAMBI, Eduardo. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo. In: In: FUX, Luiz; NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.) Processo e constituição. Estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 674.

COELHO, Mayra Barboza. CONCILIAÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL: APLICAÇÃO DE TÉCNICAS ÚTEIS AOS CONFLITOS



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

PREVIDENCIÁRIOS. Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, n. 13, v. 2, p. 255-268, 2021.

DA SILVA, José Afonso. Acesso à justiça e cidadania. Revista de direito administrativo, v. 216, p. 9-23, 1999. DOI: <https://doi.org/10.12660/rda.v216.1999.47351>

DALLA, Humberto; PAUMGARTTEN, Michele Pedrosa. A experiência ítalo-brasileira no uso da mediação em resposta à crise do monopólio estatal de solução de conflitos e a garantia do acesso à justiça. Revista eletrônica de direito processual, v. 8, n. 8, 2011.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Conforme novo CPC 2015. 17. Ed. Salvador: JusPODIVM, 2015, v. I. p. 275.

MIRANDA, Jorge. Manual de Direito Constitucional – Direitos Fundamentais. 3. ed. Tomo IV. Coimbra: Coimbra Editora, 2000, p.7

MENDES, Gilmar. *Jurisprudência de crise e pensamento do possível: caminhos constitucionais*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-11/observatorio-constitucional-jurisprudencia-crise-pensamento-possivel-caminhos-solucoes-constitucionais>. Acesso em: 03 mar 2023.

MONTINGELLI ZANFERDINI, F. de A. DESJUDICIALIZAR CONFLITOS: UMA NECESSÁRIA RELEITURA DO ACESSO À JUSTIÇA. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí- (SC), v. 17, n. 2, p. 237–253, 2012. DOI: 10.14210/nej.v17n2.p237-253. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/3970>. Acesso em: 1 mar. 2023.

PEREIRA, Daniel Queiroz; COSTA, Larissa Camargo. Meios alternativos para solução de conflitos e a atuação do ministério público do trabalho na mediação e arbitragem dos litígios trabalhistas. REVISTA QUAESTIO IURIS, v. 4, n. 1, p. 278-313, 2011.

QUEIROZ, Celisa Rezende Santos; DA SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves. Mediação de conflitos: aplicabilidade no âmbito trabalhista. Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law, v. 17, p. 283-308, 2016.

SCHRODER, Leticia de Mattos; PAGLIONE, Gabriela Bonini. Resolução 125 do CNJ e os novos rumos da conciliação e mediação: será, enfim, a vez da efetividade da prestação jurisdicional. Acesso em, v. 6, 2013.

STRECK, Lenio Luiz. Os meios de acesso do cidadão à jurisdição constitucional, a arguição de descumprimento de preceito fundamental e a crise de eficácia da Constituição. In: Revista da AJURIS, Ano XXVI, n. 81, t. I, Porto Alegre, março de 2001, p. 100).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

VAZ, Paulo Afonso Brum, A judicialização dos benefícios previdenciários por incapacidade: da negativa administrativa à retração judicial. Disponível em: - https://www.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/2021/uli72_ctp-miolo-revista-emagis-n18.pdf. Acesso em 15.01.23.

WATANABE, Kazuo. Política Pública do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses. In: Revista de Processo. 2011. p. 381-389.



**COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA
(COPAVI): O CASO DO ASSENTAMENTO RURAL SANTA MARIA EM
PARANACITY – PARANÁ**

Valdirene Soares dos Santos¹ - UNESP, Campus Marília /SP

Nome do GT: 05 - Educação do campo e escolas camponesas na América Latina

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir aspectos relativos as formas de inserção cooperativista na agricultura do campo, por meio da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), localizada no município de Paranacity no estado do Paraná. O problema da pesquisa está, portanto, nas condições em que se encontram as famílias no campo, segundo os dados do último censo demográfico, a miséria atinge 16.270 mil de pessoas no Brasil, o equivalente a 8,5% da população total do país, das quais 46,7% residem no meio rural. Definiram-se como **hipóteses** de que a cooperativa de produção agropecuária é uma forma de manter e viabilizar o agricultor familiar no campo. **Metodologia:** A pesquisa é de caráter qualitativa, portanto, no primeiro momento realizamos levantamento bibliográfico e descrição, a partir dos teóricos que referenciam a área. A COPAVI adota um minucioso planejamento, priorizando atividades no coletivo, a produção para o autoconsumo. Destacamos nesse estudo a luta dos trabalhadores rurais para chegarem à área e suas condições atuais, bem como a importância para a produção e comercialização, o atual enfoque é o dos derivados da cana-de-açúcar: mascavo e aguardente, por conta de esses produtos estarem dando um maior retorno econômico. **Resultados e Discussões:** Identificamos que, o cooperativismo coletivo concretizado na relação de produção, na forma de participação e distribuição, forneceu uma base para o desenvolvimento da COPAVI, localizada na região noroeste do Estado do Paraná. Espera-se que os dados obtidos possam servir para novos estudos, assim como, forneça informações às cooperativas para que compreendam o sentido dos princípios cooperativistas.

Palavras-chave: Assentamento; COPAVI; Paranacity – Paraná.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir aspectos relacionados con las formas de inserción cooperativa en la agricultura rural, a través de la Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), ubicada en el municipio de Paranacity en el estado de Paraná. El problema de la investigación está, por tanto, en las condiciones en que se encuentran las familias del campo, según datos del último censo demográfico, la pobreza extrema afecta a 16.270 mil personas en Brasil, equivalente al 8,5% de la población total del país. De los cuales el 46,7% vive en zonas rurales. Se definieron como hipótesis que la cooperativa de producción agropecuaria es una forma de mantener y capacitar al agricultor familiar en el campo. **Metodología:** La investigación es de carácter cualitativo, por ello, en un primer momento realizamos un levantamiento y descripción bibliográfica, de los teóricos que referencian el área. COPAVI adopta una planificación minuciosa, priorizando las actividades colectivas, la producción para el autoconsumo. En este estudio destacamos la lucha de los trabajadores rurales por llegar a la zona y sus condiciones actuales, así como la importancia para la producción y comercialización, el foco actual está en los derivados de la caña de azúcar: panela y aguardiente, debido a que estos productos están brindando un mayor retorno económico. **Resultados y Discusión:** Identificamos que el cooperativismo colectivo materializado en la relación de producción, bajo la forma de participación y distribución, sirvió de base para el desarrollo de la COPAVI, ubicada en la región noroeste del Estado de Paraná. Se espera que los datos obtenidos puedan servir para nuevos estudios, así como brindar información a las cooperativas para que comprendan el significado de los principios cooperativos.

Palabras clave: Asentamiento; COPAVI; Paranacity – Paraná.

¹ Graduada em Sociologia/ Mestre em Ensino – e-mail: valdirene.satos@unesp.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para início de conversa [...]

[...] Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns 'hands' [operários] audazes [...] Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria (MARX, 1964, p.318).

A distribuição de terras tanto no Brasil como em vários países não ocorre de maneira sistemática e, por muitas vezes, não de maneira pacífica. O percurso teórico - metodológico, em sentido largo, veio das análises da atuação da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI, pioneira no sistema de trabalho coletivo entre os assentamentos rurais no Paraná, e como possível geradora da sustentabilidade econômica, social e ambiental de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

O assentamento rural coletivo COPAVI, (figura 1) encontra-se no perímetro urbano da cidade de Paranacity localizado na mesorregião Noroeste do estado do Paraná.

Figura - 1: Localização da Copavi em Paranacity, estado do Paraná





I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Fonte: IBGE, 2010.

A data de ocupação do assentamento foi em 19 de Janeiro de 1993, inicialmente vieram para o local 16 famílias integrantes do MST. Este período foi marcado por muitas reflexões, principalmente sobre o tipo de assentamento a ser implantado no local.

A questão em pauta era optar entre o coletivo ou individual, sendo o primeiro caracterizado pela posse coletiva dos meios de produção, inclusive a terra, e no segundo caso, na propriedade dividida entre as famílias, cada uma recebendo um lote.

O posicionamento ideológico do movimento foi decisivo na escolha pela formação da cooperativa-coletiva, sobretudo porque neste período estavam latentes os debates sobre produção coletiva nos assentamentos. Além disso, cabe destacar que, a área ocupada é a Fazenda Santa



Maria de 256,52 hectares, trata-se de uma área de solo de textura arenosa, degradada pelo plantio contínuo de cana-de-açúcar. A pouca fertilidade do solo, são derivados do arenito caiúá (Figura 2), o que reflete em solos com baixa retenção de umidade, baixa fertilidade, ácidos e suscetíveis a erosão

Figura - 2: Solo de textura arenosa oriundo da matriz de Arenito Caiúá



Fonte: (ALVES, 2018)

De modo mais abrangente, as partículas de areia são relativamente grandes, logo, os poros deixados entre elas também o são, refletindo na dificuldade de retenção de água contra a ação da força da gravidade. Assim, solos arenosos drenam rapidamente e facilitam a entrada de ar no solo.

Além disso, as partículas de areia têm baixa superfície específica, possuindo pouca capacidade de reter água ou nutrientes, e não aderindo uma às outras em uma massa coerente (ALVES, 2018, p. 18).

A COPAVI, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destaca-se como um dos assentamentos mais bem sucedidos do estado do Paraná, pelo seu formato coletivo de produção e gestão. Espera-se que os dados obtidos possam servir para novos estudos, assim como, forneça informações às cooperativas para que compreendam o sentido dos princípios cooperativistas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) foi o modelo instituído para organizar a produção e a vida social dos camponeses, e recebeu o nome de Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), fundada em 10 de julho de 1993.

No assentamento vivem 22 (vinte e duas) famílias, no total de 61 (sessenta e uma) pessoas, o trabalho se desenvolve de forma coletiva pautado nos princípios e valores da economia solidária, formação para seus integrantes, sendo sintetizados pela participação, autogestão, compromisso com a comunidade.

Além disso, a administração da cooperativa é feita em um esquema rotativo, com a presidência e coordenadores de áreas (produção pecuária, cana, hortaliças, indústria e panificação) sendo substituídos sempre que os 45 sócios, de 22 famílias que vivem no assentamento, julgarem necessário.

De acordo com o próprio ideário cooperativista, tem um compromisso com a indiscriminação de qualquer tipo, inclusive de gênero, uma vez que, segundo a lei 5.764/71 que



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

define a Política Nacional de Cooperativismo, as pessoas que se reúnem para formar uma cooperativa contribuem com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro. Corroborando com essa visão Boulos (2012) afirma:

Para além, de contrapor o modelo econômico-social hegemônico, formado entre latifúndio, as empresas transnacionais e o capital financeiro que visam o lucro, “a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de fazer o que o Estado não faz. [...] uma nova lógica de organização do território, definida pelo interesse coletivo da maioria e não pela sede de lucros [...]” (BOULOS, 2012, p. 62-63).

No município de Paranacity, o mercado de trabalho baseado em empregos nas usinas da região, não recebia bem os sem-terra. Atualmente, no entanto, a integração é tanta que o mercado local absorve grande parte da produção da COPAVI.

O modelo de cooperativismo praticado nas cooperativas de Produção Agropecuária e estimuladas pelo (MST), fundada e gerida pelos seus sócios poderia se consistir em exemplo para assentamentos.

A partir do Congresso mundial realizado em Manchester no ano de 1995, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) estabeleceu os sete princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Princípios do Cooperativismo



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

PRINCÍPIO	CARATERÍSTICAS PRINCIPAIS
Associação voluntária e aberta	Podem associar-se a cooperativas todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços e queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.
Controle democrático dos membros	Participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões.
Participação econômica dos membros	Controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa.
Autonomia e independência	A cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização.
Educação, treinamento e informação	Formação cultural para que associados, representantes eleitos, executivos e empregados da cooperativa possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento.
Cooperação entre cooperativas	Trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva.
Preocupação com a comunidade	Membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades.

Fonte: ACI (2012).

Sobre esse assunto, Karl Marx, em “*O Capital*”, publicado em 1867, afirma que o homem, por sua própria natureza de ser social, demonstra maior inclinação para produzir coletivamente. Afirma, Marx (1983) em outras palavras:

[...] dentro das cooperativas o antagonismo entre capital e trabalho encontra-se superado, embora ainda sob uma forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles próprios, o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o seu próprio trabalho. Mostram como um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção que lhes correspondem, se constitui um novo modo de produção e se liberta naturalmente do anterior (MARX, 1983, p.334).

Além disso, grande parte da produção da COPAVI destinada à merenda escolar, com a cooperativa inscrita no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Atualmente, 90% dos produtos panificados, 50% da produção de hortaliças e legumes e 20% da produção de leite são comprados pelo PNAE. A distribuição da venda se dá da seguinte forma: Açúcar e melado: clientes atacadistas, lojas de produtos naturais e indústrias de alimentos; Panificados: 90% são para merenda escolar e o restante para venda direta ao consumidor final; Hortaliças e legumes: 50% para merenda escolar e o restante direto ao consumidor final; Leite: para mercados e padarias

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



locais 40%; consumidor final 40% e merenda escolar 20%.A cana-de-açúcar é o carro-chefe da COPAVI (80ha de plantação), portanto, o açúcar mascavo, o melado e a cachaça artesanal sendo a principal fonte de renda, inclusive exportação para mercado externo via ONGs que promovem a luta pela terra e o desenvolvimento sustentável do campo (SERRA *et al.*, 2015).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa, portanto, realizamos duas técnicas de pesquisa: a documentos indireta, que, segundo Lakatos e Marconi(1999), envolvendo o levantamento de dados através do documento de pesquisa bibliográfica; e a documentos direta, que, segundo os mesmos autores, constitui-se no levantamento de dados caracterizada pela pesquisa com os indicadores a foram observados pelo método quantitativo-descritivo.

Num segundo momento, o estudo realizou uma revisão de literatura sobre a problemática do cooperativismo e da agricultura familiar.

O problema de pesquisa é uma questão que inquieta, segundo os dados do último censo demográfico, a miséria atinge 16.270 mil de pessoas no Brasil, o equivalente a 8,5% da população total do país, das quais 46,7% residem no meio rural.

Nesse contexto, é possível por meio coopertativismo ser um instrumento de redução das desigualdades no campo devido à participação da agricultura familiar na oferta de matéria-prima? Portanto, a hipótese levantada é de que a cooperativa de produção agropecuária é uma forma de manter e viabilizar o agricultor familiar no campo (grifo nosso).

O objetivo da pesquisa: analisar uma das formas de inserção cooperativista na agricultura familiar a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), localizada no município de Paranacity no estado do Paraná. No entanto, o texto aborda o histórico do cooperativismo no município de Paranacity estado do Paraná, bem como verifica os princípios cooperativistas e a participação democrática, os fundamentos do cooperativismo da COPAVI.

4. DESENVOLVIMENTO

De acordo com o último censo demográfico do IBGE, o município de Paranacity tem uma população de 11.685 habitantes e densidade demográfica de 29,40 hab./km² (IBGE, 2021). Está situado a 444 metros de altitude, possui coordenadas geográficas de Latitude: 22°56'7" Sul, e Longitude: 52°8' 24" Oeste, localizando-se próxima aos Municípios de Cruzeiro do Sul, Lobato, Colorado e Nova Esperança.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Esta última caracteriza-se como a maior cidade do entorno, da qual Paranacity se encontra a 32 km de distância. Paranacity está inserido na mesorregião Noroeste paranaense. Em 26 de novembro de 1955 foi fundado oficialmente como município.

A área onde está inserido o assentamento Santa Maria, em Paranacity, está limitada entre a rodovia PR-164 e a zona urbana do município. Ela é resultado de uma antiga fazenda de 256,52 hectares que estava em processo de desapropriação por ser considerada improdutivo, conforme a própria Constituição Federal determina: “O art. 184 da Constituição Federal de 1988 concedeu à União a competência para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (LEONI; LEONI, 2005, p. 1). Dessa área total, cerca de 32 hectares foram destinados para preservação ambiental e o restante foi ocupado para a construção do assentamento.

A grande maioria dos assentamentos rurais instalados pelo MST são formados por lotes individuais em regiões afastadas de grandes cidades. Desse modo, quando as famílias são assentadas, ficam sozinhas e responsáveis por fazer a terra produzir dentro em contexto econômico precário e desfavorável.

Primeiramente, é importante mencionar que, em geral, são encontrados dois tipos de assentamentos rurais: o modelo individual e o modelo coletivo. No modelo individual, as famílias moram sozinhas, sendo responsáveis por cuidar do lote e fazer a terra produzir. Já no modelo coletivo, os lotes são habitados por várias famílias, residindo em casas separadas (agrovilas), e o trabalho é feito de forma coletiva, assim como a repartição dos lucros obtidos. Independentemente da escolha de organização – individual ou coletiva – essas famílias, enquanto sujeitos que se relacionam a partir de suas características históricas, culturais ou políticas, irão formar um novo modo de vida quando definitivamente assentadas.

A agricultura no estado do Paraná e no Brasil não podem ser especulados separadamente, pois os dados do Inkra (2019), (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) atestam a existência de 6.733 famílias de trabalhadores rurais no Paraná aguardavam lotes da Reforma Agrária. Elas estavam acampadas em 55 dos 399 municípios do estado, distribuídas em 99 ocupações com dimensões variadas, que vão de 2 a 1.130 famílias. É o Inkra o órgão do governo federal encarregado de organizar a demanda dos trabalhadores rurais por lotes nos quais possam voltar a produzir.

Atualmente, existem 9.394 assentamentos no Brasil, totalizando 972.289 famílias atendidas pelo programa de Reforma Agrária desde a sua criação. Elas ocupam uma área de 88

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



milhões de hectares. No Paraná, estão apenas 329 assentamentos, nos quais vivem 18.772 famílias, espalhadas em 429 mil hectares. (INCRA, 2019).

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) surgiu através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no mês de janeiro de 1993, inicialmente com 20 famílias que ocuparam a fazenda Santa Maria, localizada no município de Paranacity, noroeste do Estado do Paraná, a 110 km de Maringá. A ocupação da Fazenda Santa Maria iniciou-se em 1988, porém sua implantação somente foi efetivada em 1993, contemplando as famílias que faziam parte do MST, vindo de várias regiões do Estado.

A cooperativa está organizada em dois pilares inter-relacionados: o político e o administrativo. Na parte da organização política, realizá-se as discussões e definem-se como estratégias. Na organização administrativa, executam-se as decisões Tomado na instância da organização política. As duas se guiam pelo regimento o interno e pelo estatuto social.

Para viabilizar a sua sobrevivência, as famílias buscaram especialização da mão-de-obra e promoveram a divisão do trabalho, onde as tarefas foram divididas em grupos e o resultado da produção entre todos; não havendo diferenciação entre a remuneração das atividades administrativas e da lavoura.

A cooperativa focada na possibilidade de encontrar viabilidade para as famílias que a formam, deliberaram por adotar caráter empresarial para a agrícola, por meio do qual os elos com o mercado se tornaram mais efetivos, e os recursos para a produção da cooperativa tiveram fluxo corrente maior. Por fim, é possível concluir que a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores sócios da COPAVI foi ascendente, apresentando-se como uma das alternativas de sobrevivência para a agricultura familiar. Ou seja, é uma forma de cooperação coletiva para sobreviver no mercado capitalista.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificamos que, o cooperativismo coletivo concretizado na relação de produção, na forma de participação e distribuição, forneceu uma base para o desenvolvimento da COPAVI, localizada na região noroeste do Estado do Paraná.

As famílias provenientes de outros assentamentos individuais decidiram participar do modelo coletivo principalmente pelas fragilidades relacionadas à sua manutenção no assentamento individual, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e produção, que tornava seu sustento incerto. Nesse contexto, foram analisadas as atividades: biológica, cor,



cheiro, teor de matéria orgânica ;e estrutura do solo, portanto, foram abertos mini trincheiras, conforme (figura 3):



Figura 3 - Abertura de mini trincheira para avaliação da atividade biológica



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Fonte: (ALVES, 2018, p.23).

Portanto, os associados da COPAVI adotaram algumas iniciativas de proteção destes solos, como os reflorestamentos em consórcio com cana de açúcar e a arborização em piquete.

A produção de cana, de leite e de hortaliças são o carro chefe da cooperativa. Inicialmente, essas atividades não foram fáceis, pois havia poucos recursos, os quais muitas vezes eram

Atividade Biológica do Solo	1	Ausência de atividade biológica, não se observa minhocas ou artrópodes.
	5	Presença de minhocas e artrópodes.
	10	Alta atividade biológica, com presença abundante de minhocas e artrópodes.
Compactação e Infiltração	1	Solo muito compactado apresentando alta resistência à penetração da ponta da faca e baixa infiltração da água, pois tem dificuldade da água penetrar no solo.
	5	Presença de compactação, apresentando média resistência à penetração da ponta da faca, com infiltração muito lenta da água.
	10	Solo não compactado, apresentando alta facilidade da ponta da faca penetrar no solo, assim Como a água infiltra facilmente no solo.
Cor, Odor e Teor de Matéria Orgânica	1	Coloração clara, odor de terra de estrada (cheiro de poeira) e baixo conteúdo de resíduos orgânicos sobre o solo.
	5	Coloração intermediária entre clara e escura, sem odor marcante do cheiro
	10	Coloração escura, odor de terra fresca (cheiro de terra do mato). É facilmente perceptível a presença de muitos resíduos orgânicos recobrimdo a superfície do solo.
Volume e qualidade de biomassa forrageira	1	Pouca quantidade de pasto e baixa qualidade da forragem. As vacas não comem o pasto.
	5	Quantidade e qualidade média de plantas forrageiras. As vacas comem pouco pasto. O pasto não é suficiente para alimentar as vacas.
	10	Alta quantidade e qualidade de plantas forrageiras. Suficiente para alimentar bem as vacas. As vacas comem muito o pasto.
Diversidade Vegetal	1	Poucas espécies de plantas, com menos que três.
	5	Quantidade média de espécies de plantas, variando entre 4 e 7 espécies.
	10	Várias espécies de plantas, sendo encontradas 8 ou mais espécies.
Estrutura do Solo	1	Solo com estrutura sem agregados visíveis. Dificuldade de retirar torrão da massa de solo.
	5	Solo solto, apresentando estrutura com poucos agregados visíveis que se desfazem com leve pressão dos dedos.
	10	Solo estruturado e com agregados visíveis, mantendo os agregados intactos após leve pressão com os dedos.

disponibilizados por parceiros e apoiadores do movimento.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, com o espírito de cooperação e confiança no trabalho coletivo, a COPAVI foi crescendo e se desenvolvendo ao longo dos anos, o que resultou no acúmulo de capital que possibilitou a construção de moradias e um refeitório para as famílias assentadas, a aquisição de animais, equipamentos e recursos destinados à produção, e expansão significativa da comercialização de seus produtos através da introdução de estratégias de vendas.

Os produtos comercializados pela COPAVI são de caráter alimentício, derivados tanto de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



origem animal quanto vegetal, sendo todos livres de agrotóxicos, com exceção dos produtos de padaria. Para vender seus produtos, desde a implementação da cooperativa, a COPAVI introduziu algumas estratégias de vendas, como apresentadas nos próximos tópicos. Segundo Alves, (2018), foram realizadas análises qualitativas do solo em fevereiro de 2018, com a cooperação do núcleo de Pesquisa extensão e m PRV² do Departamento de Zootecnia da UFSC, conforme tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Análise visual de indicadores de qualidade do solo.

Fonte: (ALVES, 2018, p.21).

Nessa avaliação atribuíram uma nota de 1 (um) a 10 (dez) para cada um dos atributos, onde as avaliações mais próximas a 1 indicavam uma pior qualidade do projeto PRV, enquanto que as avaliações próximas a 5, representavam um nível 22 intermediário de qualidade. As avaliações mais próximas a 10 significavam melhor qualidade dos indicadores, evidenciando o desejável desenvolvimento do sistema PRV.

Os cooperados da COPAVI têm uma opção ideológica clara - o socialismo - que fortalece o processo de produção e as tomadas de decisão em conjunto. São “uma empresa de cunho socialista, cujo esforço é centrado nas pessoas que a compõem”.

Foram diversas barreiras e desistências de famílias, enfrentado pelos cooperados, por isso tornou-se imprescindível resgate das origens dos assentados, no qual identificamos uma composição social heterogênea, composta por camponeses que em algum momento experimentaram a autonomia da terra de trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que, apesar dos avanços recentes, as observações científicas não se encerram nesse território da COPAVI, por ser um modelo cooperativista a ser seguindo.

A COPAVI, surgida através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, numa área de 256,52 ha, as famílias iniciariam a agregação de valor na propriedade, onde, a partir 10 de julho de 1993, deram início à cooperativa, trabalhando tanto na dimensão produtivo-econômica, quanto nas áreas social e política, subordinando-se às diretrizes do MST. Todavia, dados do último censo demográfico, a miséria atinge 16.270 mil de pessoas no Brasil, o equivalente a 8,5%

² O Pastoreio Racional Voisin (PRV) é um método de manejo solo-planta-animal que consiste no pastoreio direto e a rotação da pastagem.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

da população total do país, das quais 46,7% residem no meio rural.

Vale ressaltar, pela observação de campo e pela análise de experiências cooperativistas, que tal forma de organização cooperativa e otimização do trabalho coletivo só é possível quando as famílias se adequarem ao sistema e apresentarem o mesmo ideal, pois, nesse sistema, não há diferenciação entre as pessoas: todos têm os mesmos direitos e o mesmo valor econômico e social.

Em linhas gerais, identificamos que, o cooperativismo coletivo concretizado na relação de produção, na forma de participação e distribuição, forneceu uma base para o desenvolvimento da COPAVI, localizada na região noroeste do Estado do Paraná. Espera-se que os dados obtidos possam servir para novos estudos, assim como, forneça informações às cooperativas para que compreendam o sentido dos princípios cooperativistas.

REFERÊNCIAS

ACI – **International Co-operative Alliance**. Disponível em: <http://www.ica.coop>. Acesso em: 24 fevereiro de 2023.

ALVES, D. (2018). Recuperação de pastagens degradadas através da arborização: Um estudo de caso no assentamento Santa Maria, **Copavi, Paracity** - PR. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2302>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

BOULOS, Guilherme. **Porque ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci Editora, 2012.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA - COPAVI. **Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória**. Paracity-PR, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Paracity**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87660>. Acesso em 05 de fevereiro de 2023.

LEONI, T. G. D. T. T.; LEONI, G. L. Desapropriação de imóvel rural para fins De Reforma Agrária. **Direito Ambiental Brasileiro**, v. 13, p. 1-14, 2005.

MARX, K.. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1964.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MARX, K. Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores. In: OBRAS Escolhidas. Lisboa: Edições Avante, 1983. Tomo II.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Programa Agrário do MST. 3ª edição – Setembro, São Paulo – SP, 2013.

RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

INNOVAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Juliana Alves Barbosa Menezes, IEA-USP
Maria Cristina Machado de Carvalho, IEA-USP

GT 05: EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS ESCOLAS CAMPESINAS NA AMÉRICA LATINA

RESUMO

Objetivamos discutir o conceito de inovação tecnológica para as Escolas do Campo refletindo o que seriam as Metodologias Ativas utilizadas na Educação do Campo, caracterizando o protagonismo dos povos do campo, da inclusão de seus modos de viver, ecologia de saberes, tecnologias e o mundo do trabalho identificando os atores envolvidos, os processos de colaboração estabelecidos e a pedagogia da alternância. O que é inovação tecnológica para os sujeitos camponeses? O que significa inovar para às Escolas do Campo? Utilizaremos como marco teórico uma retomada das leis 4024/61, 9394/96 e da lei 184/2017, bem como concepção de educação baseada no pensamento de Paulo Freire através de pesquisa qualitativa e procedimento bibliográfico. O artigo propõe um mapeamento de dois projetos altamente inovadores, dentro de Escolas do Campo, no Brasil, tendo como critério a premiação de projetos e o selo de escola inovadora do MEC. Desse modo, os modelos apresentados de saberes estão em sintonia com a ideia de um futuro sustentável, que articulam o conhecimento milenar da ancestralidade desses sujeitos junto à novas tecnologias que alimentam à comunidade, garantem o bem-viver e produzem biodiversidade ajudando todo o planeta.

Palavras-chave: Educação do Campo, Inovação, Metodologias Ativas, Ensino.

INNOVAR EN LA EDUCACIÓN DEL CAMPO

RESUMEN

Pretendemos discutir el concepto de innovación tecnológica para las Escuelas del Campo reflejando lo que serían las Metodologías Activas utilizadas en la Educación del Campo, caracterizando el protagonismo de la población rural, la inclusión de sus formas de vida, la ecología del conocimiento, las tecnologías y el mundo del trabajo identificando los actores involucrados, los procesos de colaboración establecidos y la pedagogía de la alternancia. ¿Qué es la innovación tecnológica para los sujetos campesinos? ¿Qué significa la innovación para las Escuelas del Campo? Utilizaremos como marco teórico una reanudación de las leyes 4024/61, 9394/96 y la ley 184/2017, así como concepción de educación basada en el pensamiento de Paulo Freire a través de investigación cualitativa y procedimiento bibliográfico. El artículo propone un mapeo de dos proyectos altamente innovadores en escuelas rurales de Brasil. Así, los modelos de conocimiento presentados están en consonancia con la idea de un futuro sostenible, que articulan el conocimiento milenar de la ancestralidad de estos sujetos junto con las nuevas tecnologías que alimentan a la comunidad, garantizan el buen vivir y producen biodiversidad ayudando a todo el planeta.

Palabras clave: Educación del Campo, Innovación, Metodologías Activas, Enseñanza.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

A ideia de que a Educação do Campo é atrasada é uma grande falácia, uma vez que o campo movimenta o país, além disso, inúmeras são as Escolas do Campo reconhecidas por sua *pedagogia emancipadora* dentro e fora do Brasil. Muitos projetos são reconhecidos por sua importância local, regional, nacional e internacional. No Brasil, 77% dos estabelecimentos são agropecuários, o que resulta em torno de 4 milhões, ou seja, nosso país é essencialmente rural e o campo movimenta o país.

A agricultura familiar representa 23%, 45% pastagem, 28% matas, florestas ou sistemas agroflorestais e 22% lavouras. Isso gera um impacto na proporção de 67% dos trabalhadores são rurais (mais de 10 milhões) e 70% das mesas dos brasileiros são abastecidas pela agricultura familiar. Os dados são do IBGE, <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso: 10/02/23. Eles servem para observarmos a importância de termos escolas *no, do e para* o campo. Segundo IBGE 73.483 mil escolas de ensino municipal e estadual estão no campo. Dessas, 1856 atendem comunidades quilombolas, 2823 indígenas e as 68.804 escolas rurais ou estão nos assentamentos.

Quanto aos projetos com relevância que comprovam a qualidade da educação ofertada nas Escolas do Campo, mapearemos duas iniciativas que serão desenvolvidas nos resultados e discussões de tal estudo. O primeiro projeto do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, do Assentamento Cigra, Lagoa Grande, no Maranhão. Tal escola foi premiada recentemente no torneio Sesi de Robótica First Lego League Challenge (FLL), “A geração de energia elétrica sustentável através da produção de biogás sustentável”. Uma segunda iniciativa é a da Escola dos Sonhos, em Bananeiras. Tal escola que não é pública nem privada, pertence à comunidade e sobrevive de doações possui o selo do MEC de escola altamente inovadora.

Nesse sentido, discutiremos o conceito de inovação tecnológica para as Escolas do Campo refletindo o que seriam as Metodologias Ativas utilizadas na Educação do Campo, caracterizando o protagonismo dos povos do campo, da inclusão de seus modos de viver, ecologia de saberes, tecnologias e o mundo do trabalho identificando os atores envolvidos, os processos de colaboração estabelecidos e a pedagogia da alternância. O que é inovação tecnológica para os sujeitos camponeses? O que significa inovar para as Escolas do Campo?

2.0. Concepção de Educação do Campo

Educar que vem do latim *educare*, que significa promover a educação, transmitir conhecimentos, ensejar condições para que o educando modifique e melhore o seu



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

comportamento, altere hábitos e atitudes, a partir dos conhecimentos e aptidões adquiridos que orientam o desenvolvimento natural, progressivo e sistemático do educando.

O acesso ao conhecimento científico só fará sentido, se o conhecimento adquirido mudar as pessoas, pois são as pessoas que transformam o mundo. De acordo com Paulo Freire, educar é um ato de amor e também um ato político (1974, p.96). Educar é construir, é criar no sujeito a consciência da liberdade e a possibilidade de romper com o determinismo, assim, trazendo na educação o reconhecimento de um indivíduo que elabora, constrói e interfere na história e na realidade de hoje e do futuro. Quem ama tem coragem de enfrentar a realidade e deseja melhorar a sua própria vida e a vida daqueles com os quais convive. Assegura Paulo Freire:

Que podem um trabalhador camponês ou um trabalhador urbano retirar de positivo para seu quefazer no mundo, para compreender criticamente a situação concreta da opressão em que se acham através do trabalho de alfabetização em que se lhe diz, adocicadamente que a asa é da ave ou que Eva viu a uva? (FREIRE, 2007, p.17)

É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho. Mas para isso, a educação, na visão de Paulo Freire deve emancipar o homem. Por isso, ela não pode ser opressora e sim libertadora. Dentro disso, compreender o mundo do educando é rico para todo processo de aprendizagem, temas como a falta de moradia, morar no campo, saneamento, estradas rurais, acesso à internet e tecnologias, agroecologia, sustentabilidade são assuntos tão importantes para aqueles que desejam educar no campo.

Segundo Paulo Freire, o aluno deve ser capaz de perceber os meios de dominação usados pela classe dominante para oprimir a classe operária e a liberdade estará presente na consciência do educando tornando-o crítico e responsável. A prática da liberdade só encontrará adequação com uma pedagogia em que o oprimido tenha condições, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua destinação histórica, assim, levando-o a modificar o meio em que vive. Dessa forma, ampliando o pensamento Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* salienta (2010, p.59):

(...) O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. (p.59)

Ser professor, segundo o pensamento de Paulo Freire, é ser a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciocidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Ser professor é ser a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Ser professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. A educação assim é uma prática libertadora dos sujeitos.

A Educação do Campo, especificamente, dentro dos territórios de assentamentos rurais criados a partir das políticas públicas do direito pela reforma agrária exerce o papel fundamental na construção de alternativas e ao modelo preponderante na agricultura brasileira do tipo agrobusiness. Desse modo, como tais interesses são conciliados no interior das escolas rurais é assunto que interessa ao Estado Nacional que tem como objetivo fundamental construir uma sociedade justa, solidária erradicando a pobreza, a marginalização e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Salienta Arroyo (1999, p. 09):

(...) Os movimentos sociais são em si mesmos educativos em seu modo de ser expressar, pois o fazem mais por palavras, utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir das causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores.

A realidade do mundo rural e o contexto ideal como valores, cultura, cidadania que se difere do modo de produção da agricultura em tempos de globalização capitalista são primordiais para cultivar a identidade do homem e da mulher no campo, além disso, as escolas de campo são necessárias para contribuir com o desenvolvimento de uma política de âmbito nacional na educação do campo, considerando cada realidade regional, é necessário para efetivar os direitos sociais e os objetivos da república brasileira previstos constitucionalmente.

Conforme Menezes e Passador (2022), ensinar no campo requer uma visão sobre o campo, uma visão sobre o que significa desenvolvimento e uma visão sobre a importância do meio rural para o desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, o currículo precisa partir do conhecimento da realidade local, dos meios de produção e privilegiar a permanência dos estudantes no campo, além disso, os currículos precisam se voltar à agroecologia, à sustentabilidade e à economia solidária.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Para Menezes e Passador (2022, p.336), alguns elementos são apresentados como diretrizes para uma Educação do Campo Emancipatória e Transformadora:

formação humana vinculada a uma concepção de nação e de campo; políticas públicas que garantam o acesso universal da educação; projeto de educação dos e não para os camponeses; os movimentos sociais como sujeitos da educação do campo; vínculo da matriz pedagógica do trabalho e da cultura; valorização e formação dos educadores do campo; a escola como local- espaço principal para a educação do campo. Além disso, alguns estudos apontam a importância do protagonismo dos agricultores no envolvimento das políticas ou programas como economia verde e solidária, projetos de sustentabilidade, agroecologia e a valorização da pedagogia da alternância como instrumentos para formação do homem camponês. Para além do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) é necessário, segundo os estudos, que a contradição reapareça, isto é, sendo a agricultura familiar responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil, ela também se ocupa com a crise alimentar, a crise energética, a crise financeira, a agroecologia, a biodiversidade, o direito à sementes, o direito à água, a cooperação agrícola, a descriminalização dos movimentos sociais, os direitos sociais dos camponeses e camponesas, das crianças, dos jovens, dos adultos e dos idosos. A Educação do Campo, nesse sentido, está vinculada com a proposta de um novo modelo de produção e tecnologias que equilibrem a vida do homem, sua produção e o meio ambiente. (p.336)

Mas, de que visão sustentável estamos a tratar em nosso país? O que esperamos de nossos camponeses? São questões importantes para equacionarmos o equilíbrio necessário para a vida no campo e a vida urbana.

De acordo com Passador (2006, p.24):

(...) embora o campo esteja limitado pelas escolhas políticas da globalização, eles estão lidando com o mercado e são influenciados pelos valores propagados através dos meios de comunicação, bem como pela interferência da educação transmitida entre outros projetos, por exemplo pelas Casas Familiares Rurais, do Projeto Escola do Campo. (p.24)

O agrobusiness não para, mas nessa lógica da globalização, a renda das pequenas propriedades de camponeses diminui. Desse modo, ainda para a pesquisadora, como alternativa faz-se necessário, o resgate dos modelos de economias sociais que seja centrado no homem e não apenas no capital, por isso, as Casas Familiares Rurais com o foco na Pedagogia da Alternância são sugeridas como alternativa de um modelo de educação rural para o Brasil. Salientamos que tais casas, muitas vezes, por ficarem dependentes da boa vontade do Estado e dos recursos dos municípios, terminam por prejudicar a qualidade do ensino, especialmente, por falta de estrutura para às aulas práticas. Além disso, os professores em sua maioria não receberam nenhum tipo de qualificação para atuarem com público diferenciado. Existe uma discussão do conhecimento



empírico em casa e depois alterna-se entre o tempo escola e o tempo da comunidade e o tema da semana é discutido com a família, porém não apresenta espaço para discussões mais críticas, mas é um modelo de prática educativa para o campo que busca formar com um pouco menos de intenção de agradar apenas ao mercado. Por isso, é tão necessário termos políticas públicas que garantam a educação com qualidade para o campo e que promova a sustentabilidade, a economia solidária, a geração de renda bem como contribua com a erradicação da pobreza.

2.1. Inovar: protagonismo dos sujeitos do campo

Paulo Freire desenvolve sua metodologia educativa aplicada aos adultos da zona rural através de uma concepção dialógica, crítica e emancipatória versus educação bancária que reproduzia os valores da burguesia, lei 4024/61.

Com a reedição da lei 4024/61 surge a lei 9394/96 e nela o reconhecimento da diversidade do campo. Com a LDB, três artigos passam a tratar da organização escolar e dos aspectos pedagógicos, os artigos 23 – 26 e 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL,1996). Portanto, a lei chama atenção que a educação do campo não é desigual, mas particular. Ela tem especificidades.

Em 2013, com o lançamento do *PNLD Campo* e as diretrizes operacionais para as escolas do campo, o material didático finalmente é visto dentro de suas especificidades. Desse modo, propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2001). Logo, evidencia-se a importância de a educação do campo partir de situações reais de ensino e o papel ativo não só de aprendizagem como também no meio social onde está inserido.

A Escola do Campo é vista enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana e a valorização dos diferentes saberes no processo educativo. Sendo assim,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

a Escola do Campo precisa levar em conta os conhecimentos que pais, alunos e comunidades possuem e resgatá-los dentro da sala de aula num diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento.

A Educação do Campo ocorre tanto em espaços escolares quanto fora deles e envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. Realiza-se na organização das comunidades e dos seus territórios, que se distanciam de uma lógica meramente produtivista da terra e do seu próprio trabalho. O lugar da escola é vinculado à realidade dos sujeitos: enquanto direito, a escola precisa estar onde os sujeitos estão; é uma concepção que está vinculada à realidade dos sujeitos, que não se limita ao espaço geográfico e se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que desenham seus modos de vida. A educação, vista assim, colabora como estratégia para o desenvolvimento sustentável e traduz autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino (RAMOS, MOREIRA, SANTOS, 2004).

Com a Lei 184/2017 – Pedagogia da Alternância como metodologia para o campo estabelece-se uma concepção de metodologia ativa para o campo. Compreendendo por metodologia ativa aquilo que o campo desenvolve há anos com seus conhecimentos ancestrais. A diversidade que vemos no país é fruto desses saberes milenares da ancestralidade e suas novas tecnologias alimentam à comunidade, garantem o bem-estar e produzem a biodiversidade ajudando todo o planeta. Assim, a sócio biodiversidade, a segurança alimentar, a bioeconomia, a agroecologia, a economia regenerativa, a bioconstrução, a agrofloresta articulam uma economia rica que une os sujeitos do campo, a vida e seus territórios.

Importante ainda frisar, segundo as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância da Educação Básica e na Educação Superior, parecer 22/2020, p.12-14:

As escolas com modelo educativo da Pedagogia da Alternância baseiam-se no pilar da formação integral do estudante, considerando a organicidade da dimensão humana, a dimensão individual, afetiva, intelectual, profissional e religiosa; e a dimensão comunitária – política, econômica e social. (...) a gestão é comunitária é o primeiro pilar na busca de soluções dos problemas comuns para o desenvolvimento local, daí a recomendação de encontro dos parceiros por meio de suas mediações pedagógicas. O currículo dos seus programas implica na formação dinâmica interdisciplinar, transdisciplinar e transcultural, haja vista que os seus princípios e valores buscam a concretização de projetos profissionais das estudantes e estudantes em seus projetos de vida. A formação em alternância constitui um elemento importante para a organização do ensino nessa perspectiva, visto que considera as formas de organização do trabalho pedagógico em tempos e espaços diferenciados e inter-relacionados. (...) a pedagogia da alternância compreende projetos educativos assentados na experiência socioprofissional, nas mediações didático-metodológicas para a organização dos cursos de educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

básica e concepção de docência. (p.12-14)

Inovar para Educação do Campo, na perspectiva metodológica da Pedagogia da Alternância, é romper com a forma mecânica de explorar a natureza, significa outra forma de pensar a relação do homem com a natureza e seu esgotamento. Significa superar a relação instrumentalizada do campo e valorizar os conhecimentos tradicionais (práticas de sustentáveis; a agroecologia está associada ao modo de viver, saber e fazer do camponês). Inovar é reconhecer e valorizar os povos do Campo e os serviços por eles prestados ao planeta e garantir os seus direitos com políticas públicas que promovam seus modos de vida. O desenvolvimento a qualquer custo destrói a vida, desse modo, é possível existirem outros caminhos que gerem renda de forma sustentável.

A FAO- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação organizou vinte ações de inovações tecnológicas para o campo, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: *Ações de inovações tecnológicas para o campo, segundo a FAO.*

1. Facilitar o acesso a recursos produtivos, financiamento e serviços
2. Conectar os pequenos agricultores aos mercados.
3. Promover a diversificação da produção e da renda.
4. Promover o conhecimento dos produtores e desenvolver suas capacidades.
5. Melhorar a saúde do solo e restaurar a terra.
6. Proteger a água e gerenciar a escassez
7. Promover a conservação da biodiversidade e proteger as funções dos ecossistemas
8. Reduzir perdas, estimular a reutilização e reciclagem e promover o consumo sustentável
9. Capacitar as pessoas e combater a desigualdade
10. Promover a garantia dos direitos de posse.
11. Ferramentas de proteção social como meio de aumentar a produtividade e a renda.
12. Melhorar a nutrição e promover dietas balanceadas
13. Prevenção e proteção contra desastres: construindo resiliência.
14. Prepare-se e responder a desastres
15. Lidar e se adaptar às mudanças climáticas
16. Fortalecer a resiliência dos ecossistemas.
17. Fomentar o diálogo e a coordenação de políticas.
18. Fortalecer os sistemas de inovação
19. Adotar e melhorar os investimentos e financiamentos
20. Fortalecer um ambiente favorável e reformar a estrutura institucional.

Fonte: *Elaborado pelas autoras.*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

No Brasil apenas 28% dos estabelecimentos agropecuários contam com acesso à internet. No Norte e Nordeste, onde há uma pobreza rural, 15 % e 21%. As modernas lavouras de grãos, imagem sempre associada ao agronegócio brasileiro marcadas por elevado grau de mecanização e tecnificação, concentram a renda e as oportunidades transformando várias áreas em uma paisagem “sem gente”. O contexto complexo, os bloqueios e os desafios postos a construção de experiências, empreendimentos e cadeias de valor socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis exigem, não apenas, o acesso de uma política pública voltada para a agricultora familiar, desenvolver uma tecnologia, ou ter acesso a oportunidades de capacitação. Mas uma abordagem integradora, multidimensional e apoiada no olhar para as interdependências entre temas e problemas e domínios que importam para a inclusão.

De acordo com o relatório de desenvolvimento mundial 2016, o banco mundial afirma que não se discute mais se vamos ou não digitalizar, mas agora como faremos para digitalizar. Com a pandemia cresceu o número de plataformas digitais, de um lado, todos ficaram encantados com a tecnologia e poder comprar comida, por exemplo, de casa. Por outro lado, passado o encantamento, a desigualdade de acesso à internet e as demais habilidades ou recursos necessários a operar com esse tipo de plataforma pode convertê-los em mais um fator de seletividade, e não de inclusão.

Quando pensamos em mercados digitais, não somos contrários, ao uso da internet no campo, mas inovar não significa apenas utilizar computadores, valorizar novas formas de tecnologias ou acessar os saberes dos povos originários que compreendem o desenvolvimento não como forma de esgotar os recursos naturais, mas de preservação ambiental. Dentro de tal lógica, outro formato de mercado se instala com olhar na inclusão, equidade e sustentabilidade. As cooperativas, as feiras e a economia verde e solidária têm sido uma alternativa para comercializar os produtos produzidos no campo, assim como prevê as ações da FAO, de modo especial, a ação 18. Isso comprova que o desenvolvimento a qualquer custo destrói a vida, desse modo, o futuro pode ser assustador. Porém, a nova tecnologia dos povos do campo nos mostra como conviver com a natureza através de seus saberes ancestrais. Eles geram vida em seus territórios e produzem conhecimento e riqueza, isto é, existe outro modelo de inovação tecnológica e ele também gera renda para às famílias.

3.0. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Como objetivo deste estudo pretendeu-se localizar e mapear duas iniciativas relativas a práticas e soluções inovadoras em projetos de professores para a educação básica das Escolas do Campo, e compreender suas características, analisar e discutir seus pressupostos e práticas, avançando algumas interpretações quanto às suas características. Visa-se com este trabalho à construção de proposições que possibilitem refletir sobre práticas emancipadoras na Educação do Campo integradas e interdisciplinares para a formação de professores, em contextos diferenciados, considerando fatores intervenientes e reflexões sobre uma variedade de caminhos para a formação para o magistério da educação básica. Para este trabalho adotamos a pesquisa bibliográfica. Deste modo, através da investigação de material bibliográfico sobre o assunto de interesse conseguimos fazer uma análise sobre o que seria inovar na Educação do Campo. A bibliografia utilizada é extensa e são textos de alto impacto no meio científico. Deste modo, optamos em selecionar os textos que apresentam o conceito de educação do campo, bem como seu processo histórico de formação. A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para a construção do processo de investigação, o que significa dizer que após a escolha do assunto é necessário fazer a revisão bibliográfica do tema indicado.

A perspectiva metodológica adotada é a das pesquisas qualitativas. Em pesquisas qualitativas, trata-se de uma atividade artesanal, de busca, exploração, com meios não necessariamente sofisticados. Uma busca minuciosa por fatos, textos, expressões etc. Para um estudo dessa natureza foi necessário fazer algumas escolhas em perspectivas e concepções, bem como, delimitações para que ela pudesse ser realizada. Escolhemos duas Escolas do Campo seguindo o critério *premiação nacional* em seus projetos e *selos de qualidade e inovação oferecidos pelo MEC*.

Além dos artigos científicos, utilizamos sites de informação com as notícias que se referem aos projetos desenvolvidos pelos estudantes do Centro de Educação Roseli para verificar e comprovar fenômenos de forma científica, já que ainda não encontramos registros científicos sobre o projeto “A geração de energia elétrica sustentável através da produção de biogás sustentável”. A análise segue o método qualitativo. Com a metodologia de caráter exploratório buscamos compreender como são realizados projetos de inovação tecnológica nas Escolas do Campo, refletindo a relação do ensino escolar com os projetos e realidade da comunidade em que a escola está inserida, caracterizando o protagonismo dos povos do campo, da inclusão de seus modos de viver, ecologia de saberes, tecnologias e o mundo do trabalho.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



Cabe esclarecer o sentido do termo inovação em educação e assumido neste estudo. Segundo Gatti et al. (2022, p.09):

(...) Essa pode ser traduzida pela ideia de que ações propostas podem ser consideradas novas ou originais no lugar em que elas são incorporadas, ou seja, algo é inovador em um determinado lugar e contexto em dado tempo, o que implica que as características que definem uma prática como inovadora em um lugar podem não ser em outro, ou em certa temporalidade e não em outra. Algo é novo em certo contexto, tempo e situação em relação ao existente anteriormente naquele contexto. Inovações pedagógicas correspondem a “estratégias que expressam dinâmicas explícitas com intenção de alterar ideias, concepções, conteúdos e práticas em alguma direção renovadora em relação à existente” (Hernández, 1998, p.58). Inovação pode ser considerada como a emergência ou construção de algum diferencial em dada situação, em relação às condições em que ela vinha acontecendo. Uma transição entre conhecimento e/ou práticas existentes para uma situação diferente que se desdobra um novo conhecimento e novas práticas. Farias (2006, p.36) destaca o sentido positivo atribuído na área educacional à palavra inovação. Sua característica seria ter uma intencionalidade “deliberada e conduzida com a finalidade de incorporar algo novo que resulte em Práticas e Soluções Inovadoras em projetos aplicados nas escolas de educação do campo como melhoria no âmbito da instituição escolar, em suas estruturas e processos, visando ao êxito de sua função social”. (p.09)

Adota-se neste artigo a ideia de que experiências inovadoras em educação são aquelas que propõem *concepções e práticas* que evidenciam alterações, mudanças ou transformações em formas de pensar e agir em relação às formas até então apresentadas.

04. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos critérios já citados trataremos do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, assentamento Cigra, Lagoa Grande, no Maranhão. Essa escola foi inaugurada em 2017, sendo a primeira escola de Ensino Médio do Campo, no Maranhão. É uma conquista da luta dos movimentos sociais para a permanência no campo. Localizada na Vila Kênio, no Assentamento Cigra, em Lagoa Grande do Maranhão, a unidade educativa atende diretamente cerca de 800 famílias. O prédio conta com seis salas de aulas, além dos espaços administrativos e acolhe os municípios de Lagoa Grande do Maranhão, Itaipava do Grajaú, São Roberto e Arame. Todos eles estão entre os 30 com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O centro é resultado da luta e dedicação dos trabalhadores que acreditam em uma educação emancipatória, através do regime da *pedagogia da alternância*, ancorado aos princípios formativos da pedagogia do MST,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

da Agroecologia e da Educação do Campo. A escola é referência a nível estadual, pois sempre esteve à frente na nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o principal índice de avaliação da qualidade da educação básica no Brasil.

Inicialmente os resultados alcançados foram à construção de forma exploratória da fundamentação teórica sobre a constatação de projetos de inovação na Educação do Campo localizados em diferentes regiões do Brasil. Ao analisarmos as referências bibliográficas constatamos que a Educação do Campo possui projetos alinhados a uma perspectiva de educação que posiciona, a criança e jovem, em sua inteireza, que respeita seu percurso de vida, melhor dizendo, que a compreende e reconhece cada estudante enquanto sujeito histórico, pertencente a distintos grupos sociais e étnicorraciais (ARROYO, 1999).

Em 2022, a escola teve sua primeira participação em eventos com premiação quando participou com uma equipe de oito alunos da primeira feira de ciência, tecnologia e inovação, realizada pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Com 400 projetos concorrendo, o evento teve o objetivo de incentivar a pesquisa na área da sustentabilidade e robótica, a escola concorreu na área da sustentabilidade com o projeto “A Compostagem como Alternativa Agroecológica Sustentável”, onde alcançou o primeiro lugar. Como prêmio conquistaram um projetor, um notebook, dois mil reais e cada aluno recebeu um celular. Para a Gestora Pedagógica da escola, “a participação da escola do campo Roseli Nunes tem como objetivo mostrar o campo como espaço de produção de conhecimento, de tecnologias, da democratização e de sustentabilidade, nossa base que é a educação do campo, a agroecologia, o trabalho como princípio educativo integrado com as competições de robótica fortalece as ações de pesquisa que a escola já desenvolve com os estudantes”. Antes da primeira feira, os estudantes já buscavam uma solução sustentável para resolver o problema da falta de energia da escola, situação presente na vida escolar e das comunidades, devido à falta de infraestrutura no fornecimento de energia na região.

Agora em 2023, a Escola do Campo foi classificada para concorrer na First Lego League Challenge (FLL) Torneio SESI de Robótica. O First Lego League Challenge (FLL) trabalha com a temática da sustentabilidade e energia limpa, onde as equipes teriam que provar diante de uma banca de juízes que os robôs que programaram são capazes de executar bem a sua missão, que é uma alternativa inovadora para geração, armazenamento, distribuição e/ou consumo de energia. Formado por 6 alunos do segundo ano do ensino médio e um mentor, o grupo é composto por estudantes dos municípios de Lagoa Grande, Marajá do Sena, Itaipava do Grajaú e do Arame, os

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

estudantes tiveram a oportunidade de apresentar uma proposta de solução para o problema da escola e provar que é possível gerar energia elétrica por meio da produção do biogás para atender as demandas do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, em períodos de falta de energia elétrica. Os estudantes desejam através da produção do biogás, um gás produzido pela decomposição de matéria orgânica, como resíduos de alimentos, esterco de animais e restos de plantas provar que o projeto é viável. Sendo o biogás composto principalmente de metano (CH₄) e dióxido de carbono (CO₂). Com a classificação e o projeto, a escola do campo despertou o interesse do SESI que doou o KIT ROBÓTICA e disponibilizou um professor de robótica para formar os alunos e um mentor a partir do kit entregue, onde eles tiveram a oportunidade de aprender programação e robótica para poderem realizarem a tarefa proposta da competição. O Torneio que teve 49 equipes em todas as modalidades, envolvendo cerca de 300 competidores das Escolas SESI Imperatriz, Bacabal e São Luís, além de estudantes da Paraíba, Tocantins e Piauí. Participaram também escolas públicas de São Luís, Paço do Lumiar, Bacabal, Imperatriz, Rosário, Matinha, Santo Antônio dos Lopes, São José de Ribamar e a Escola do Campo de Lagoa Grande. O SESI é operador oficial dos torneios de robótica da FIRST no Brasil, e o torneio ocorreu em São Luís no período de 04 a 05 de fevereiro, no SESI Araçagy, resultando na premiação da Escola Roseli Nunes.

O projeto do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, do Assentamento Cigra, Lagoa Grande, no Maranhão vem se destacando nos últimos anos, e desenvolvendo trabalhos que evidenciam que políticas públicas podem ser utilizadas para projetos locais e específicos, mas seu impacto tem níveis mais gerais, ou seja, contempla mais beneficiários. O Centro faz parte das conquistas de uma comunidade de assentados, que com muitas lutas e resistências das famílias, que resistiram veemente a violência do latifúndio e sofreram frente a mortes de companheiros, queimas de barracos e ameaças constantes dos pistoleiros. Conforme Sousa (et. al, 2021) atualmente são 765 famílias assentadas distribuídas em 12 agrovilas, com área de 23.000 ha, dividida em 30 ha por família. A Escola Roseli Nunes, desde 2009, oferece educação em nível médio integrado à educação profissional aos jovens camponeses, conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola:

Ofertar a Educação Básica, tendo como ação prioritária o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional através do Curso de Nível Médio Técnico em Agropecuária, em regime de Alternância, oportunizando ao egresso uma formação integral, conjugando desenvolvimento humano, inserção na sua realidade, escolarização e profissionalização qualificada (ESCOLA ROSELI NUNES, 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

p. 13, In.: SOUSA et. al, 2021).

É importante dizer que o currículo do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes é centrado no conhecimento e experiências dos trabalhadores do campo, este que faz parte do patrimônio da humanidade. Ao percorrermos a via da história da educação percebemos que o conhecimento das populações do campo, historicamente, foi excluído do currículo escolar. Os saberes dos sujeitos do campo, especialmente a população negra e indígenas, eram vistos como sinônimo de atraso para a sociedade urbano industrial. Nas cidades houve um movimento de modernidade e embelezamento, deste modo, em todo Brasil, nos anos iniciais do século XX, houve uma pressão, através dos jornais, da arquitetura e da urbanização, bem como do acesso à educação como tentativa de limpeza das marcas coloniais e agrárias do Brasil.

O conhecimento que ao longo da história foi desprezado tornou-se protagonista nos projetos do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes. Conforme as pesquisas, o Centro Roseli Nunes garantiu e garante as várias gerações o acesso a esse conhecimento, promovendo transformação social e a produção e reprodução de novos saberes. É relevante exibir que este modelo pedagógico busca uma educação emancipadora (cf. p.04) uma vez que dialoga com as necessidades educativas e políticas do campo, contextualizada com os objetivos e lutas dos movimentos sociais.

a educação do campo, defendida pelos movimentos sociais organizados, é processo formativo humanizador e emancipador, pautado na materialidade de vida dos trabalhadores do campo, nas questões do trabalho e da cultura. Por isso, é necessário contextualizar a escola, e não tomá-la como objeto de análise isolado. Cabe pensar até que ponto as políticas públicas traduzem essa concepção de educação do campo e tem produzido seus efeitos em termos da organização e do funcionamento das escolas do campo. (VENDRAMINI e MACHADO, 2012, p. 06).

As políticas para Educação do Campo, onde temos por base esse projeto do Centro de Educação do Campo, concebe o funcionamento da sociedade, em que os sujeitos que fazem parte do projeto possuem identidade e estão envolvidos com os processos de sua formação, sobretudo, é parte transformadora da vida na sociedade que vivem. Deste modo, o Centro Roseli Nunes é um “contra espaço” (MOREIRA, 2010) ao ensino urbano, centrado, em que se forja as condições materiais e culturais que possibilite a organização em sociedade, produzindo e reproduzindo o modo de vida da população do assentamento, ou seja, o seu território, cf. (RAMOS, MOREIRA,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

SANTOS, 2004).

Segundo Vendramini (2012, p. 08), “a construção da Escola do Campo implica pensar o desenvolvimento do campo e ampliar as possibilidades de produção e reprodução da vida nesse espaço”. Portanto, a proposta de ensino do Centro Roseli Nunes concebe a produção do conhecimento a partir de costumes e saberes da comunidade local instigando a valorização do campo, sendo este o caso do projeto “A Geração de Energia Elétrica Sustentável através da Produção de Biogás Sustentável”, que ficou em primeiro lugar na principal categoria do Torneio Sesi de Robótica First Lego League Challenge (FLL) 2023, realizado em São Luís. O projeto desenvolvido pelos estudantes do Centro foi *inovador, sustentável, agroecológico*, cujo objetivo era encontrar soluções para problemas estruturais da escola e das comunidades do assentamento. Neste projeto o principal recorde vencido pelos alunos foi ter demonstrando o potencial do campo junto a novas tecnologias e as questões de ambientais que são agendas de interesse mundial.

Imagens 1. Estudantes Centro Roseli Nunes, MA



Foto: Centro de Educação do Campo Roseli Nunes.

In.: Escola do Campo no Maranhão busca prêmio em Sustentabilidade e Robótica. <https://mst.org.br/2023/02/01/escola-do-campo-no-maranhao-busca-premio-em-sustentabilidade-e-robotica/> Acesso em 07/02/2023.

É bom destacar como o projeto nasceu para solucionar os problemas vivenciados pelos alunos e pela comunidade que é a falta de energia elétrica, uma realidade presente nos diversos espaços do campo brasileiro. Sendo assim, com o objetivo de trazer soluções possíveis e sustentáveis, os estudantes programaram robôs capazes de gerar, armazenar, distribuir e/ou consumir energia.

Imagem 2. Estudantes na produção do projeto



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Foto: Centro de Educação do Campo Roseli Nunes. In.: Escola do Campo no Maranhão busca prêmio em Sustentabilidade e Robótica. <https://mst.org.br/2023/02/01/escola-do-campo-no-maranhao-busca-premio-em-sustentabilidade-e-robotica/> Acesso em 07/02/2023.

Através do projeto os estudantes propõem resolver o problema de falta de energia na escola através da produção do biogás. Tudo foi realizado a partir de um gás produzido pela decomposição de matéria orgânica, como resíduos de alimentos, esterco de animais e restos de plantas. Sendo o biogás composto principalmente de metano (CH₄) e dióxido de carbono (CO₂).

A segunda iniciativa ao tratarmos neste estudo é a Escola dos Sonhos localizada na cidade de Bananeiras, na Paraíba. A Escola dos Sonhos, como é chamada, começou com a iniciativa de uma madre carmelita e, hoje, ela é comunitária e se mantém graças ao esforço de pais e educadores. Muitos fazem até pedágio para conseguir dinheiro. Para os moradores do campo, das áreas distantes dos grandes centros, a educação pode ser fagulha de esperança para uma vida que garanta as benesses da Zona Rural, sem perder os direitos e os acessos de quem vive próximo às capitais. As aulas, que vão do exercício da democracia à capoeira, quase acabaram, mas a comunidade decidiu resistir. A escola se mantém graças aos esforços dos educadores e pais, que buscam doações e editais. Na cidade de Bananeiras, a pouco mais de 120 quilômetros de distância de João Pessoa, as Irmãs do Carmelo Sagrado Coração de Jesus e Madre Teresa, popularmente conhecidas como Irmãs Carmelitas, se inquietaram ao perceber que muitos homens e mulheres do campo não tinham tido acesso à alfabetização.

Na metade da primeira década deste século, nos fundos de uma casa simples, morada de um lavrador, surgiu a Escola Nossa Senhora do Carmo. O projeto social, de início, tinha como foco alfabetizar camponeses da região. Mas não era suficiente. O analfabetismo costumava se perpetuar, e assim não havia sentido em garantir educação aos pais e desassistir os filhos. Foi deste modo que o objetivo se estendeu. As crianças passaram a integrar a rede de educandos beneficiados pela educação das Irmãs. E o que começou com planos contidos tem, hoje, reconhecimento internacional.

Segundo a professora que atua no projeto desde o começo, entre os ramos dos sonhos que

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ali nasciam. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a atual gestora da escola era, na época, um dos braços que colocavam em prática as idealizações das Irmãs, que por serem de clausura, não poderiam sair de onde viviam para interagir e educar os alunos. Desde o início, a docente nutria a inquietação diante da possibilidade de, através da oportunidade que ali surgia, construir um novo modelo de educação, distante dos moldes tradicionais que conhecia e percebia muitas falhas. “A partir desse desejo de fazer uma escola nova, Paulo Freire foi e ainda é o maior referencial, com essa proposta de educar com os sujeitos, sempre levando em conta os fatores sociais que cercam a vida de todos”. Em 2007, o sonho começou a ganhar estrutura física, através de doações e recursos populares. A construção foi um processo, e até 2015 se manteve sob lideranças das Irmãs Carmelitas. Os olhos da Igreja Católica não enxergavam com bom grado um projeto social liderado por quem era de clausura, e na escolha de ser fiel à fé, elas decidiram fechar a escola. No entanto, a comunidade não se via sem o projeto, e foi a crença de uma construção alternativa de saberes que levou todos a se reunirem para seguir com a iniciativa. Mas o caminho seria outro. Nasceria, ali, a ‘Escola dos Nossos Sonhos’, uma escola comunitária na busca de uma jornada sem hierarquias, tendo a subjetividade dos educandos como centro.

O que você quer aprender? O primeiro passo era o coração da pessoa humana. Longe da rigidez, acreditavam que os afetos norteiam sonhos e desejos, e que levar tudo isso em conta facilitaria o querer das crianças pelo aprendizado. De acordo com a professora, o ponto fortalecedor do projeto, até hoje, é dividir as decisões com o coletivo, “Cada passo é dado através de assembleias e colegiados, onde além da equipe de voluntários, os pais e integrantes da comunidade acrescentam ideias e sugerem mudanças”, explica a gestora. “Inquietava-nos ver a escola com suas salas de aula cheias de carteiras enfileiradas, com seus alunos a olhar o tempo inteiro para um professor à sua frente, ditando padrões, impondo saberes, em sua maioria desligados da realidade dos educandos e com uma avaliação de aprendizagem mais excludente do que formativa.”

Foi essa angústia que levou a equipe pedagógica a testar um modelo inovador na região. Nesse novo ciclo, a ‘Escola dos Nossos Sonhos’ não optaria mais por séries. A ideia era integrar os estudantes, incentivar os trabalhos coletivos e as trocas para além das quatro paredes das salas de aula, para além das provas e das notas por rendimento. E então, as salas se transformaram em espaços coletivos de aprendizagem, utilizados pelos educandos através das necessidades de cada um, os professores se transformaram em tutores e mediadores de projetos, e os alunos foram desafiados a serem autônomos e exercerem sua liberdade. Entre as crianças, a autonomia é



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

trabalhada como etapa primordial. “O que você tem interesse? o que você gostaria de aprender na escola?”, perguntas como essa são comuns, e desde cedo a opinião dos menores é levada em conta e valorizada na construção dos saberes. Sem ementa antiga e inalterada, os cronogramas vão sendo montados de acordo com cada grupo. Longe do improvisado, a equipe da escola realiza, frequentemente, ciclos de estudos com foco na capacitação para esse modelo educacional. Essa rotina permite que novas atividades e ações sejam sempre incorporadas. Para a docente, ela garante que esse sonho não surgiu do nada, mas segundo muitas referências de outras escolas que já realizam modelo similares, e encontraram êxito, principalmente fora do Brasil. “Muitas vezes, sentimos que nosso maior esforço é por romper com a forma pela qual fomos educados, cuidar para que nossa nova prática não seja permeada de costumes velhos”.

O método principal é reunir os saberes através de projetos de pesquisa, o interesse dos alunos guia sobre quais conhecimentos eles vão se debruçar, através de planos diários e roteiros periódicos. Essa liberdade caminha, lado a lado, com as habilidades exigidas pelas diretrizes da Base Comum Curricular, estipuladas pelo Ministério da Educação. O método não está desvinculado do aprendizado regular que os estudantes precisam ter para garantir que serão certificados ao fim dos estudos. Os educandos contam com a colaboração dos tutores, é esse grupo de homens e mulheres, em parte voluntários, que orienta as atividades. Após o momento de orientação, os educandos ficam livres para executar as pesquisas, seja no refeitório, na sombra de uma árvore ou no pátio. Tutoria como um ‘lecionar que acolhe’: pedagogia freireana rompendo padrões. Ainda em 2012 a uma nova pedagoga passou a fazer parte da escola. Nascida e criada no campo, sempre se aproximou de vertentes educacionais que compreendem as particularidades do lugar. Ela defende a educação comunitária como quem defende uma vida de lutas e ela exerce na escola a função de tutoria, a escolha da nomenclatura tem relação com os caminhos abordados no dia a dia. Sem aulas, as orientações são individuais, e os momentos coletivos são direcionados para as interações entre os estudantes, com uma mediação dos profissionais que se veem como integrantes do processo de formação, sem serem isoladamente responsáveis por ele. De acordo com a tutora, “tudo é construído por todos, nada de cima para baixo. Acredito que essa educação promove o desenvolvimento de todos através de uma proposta transformadora. Os educandos adquirem consciência da responsabilidade que têm pelo crescimento pessoal e socioambiental.”

A escola comunitária de Bananeiras faz parte das iniciativas espalhadas pelo Brasil que tem a educação popular como ponto norteador. Até a década de 1940 o conceito era utilizado para falar de uma educação que pudesse chegar a todos os públicos, que incluísse, por exemplo, povos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

do campo e de cidades mais distantes dos grandes centros. Com a popularização dos diálogos propostos pelo intelectual Paulo Freire, em meados de 1960, novas formulações foram criadas em torno do que seria a defesa da educação popular no Brasil. As discussões se voltaram, então, para construções de saberes emancipatórios, que levasse aos povos minorizados, englobados como classes trabalhadoras, uma liberdade no processo de aquisição de conhecimento.

De acordo com o pesquisador da UFPB, a educação popular tem sua teoria de conhecimento definido pela realidade. Uma pedagogia promotora do outro, com uma perspectiva política acompanhada de valores éticos como: justiça, respeito ao humano, solidariedade, diálogo em sua realização, buscando a emancipação e felicidade das pessoas. Os projetos que seguem a linha freireana costumam destacar aspectos como humildade, respeito à diversidade e tolerância como pontos estruturantes do processo educacional.

Foi essa aposta de mudança que levou a tutora a manter os próprios filhos na escola em que é voluntária. Para ela, a principal diferença da metodologia é tratar de cada detalhe como um fruto do coletivo, com foco na comunidade. A tutora explica que desde as decisões, até os resultados, tudo envolve a lógica grupal, “eles se sentem bem, o ensino se torna mais prazeroso e o resultado é maravilhoso”, afirma. Pandemia e um distanciamento possível graças às sementes plantadas

Hoje com 230 educandos, com a chegada da pandemia, apesar da tristeza em ter que levar as atividades para casa, a escola conseguiu se adaptar. Com a metodologia de ‘Fichas de Interesse’, sem as aulas presentes nas escolas tradicionais, as atividades foram realizadas com os familiares e acompanhadas, à distância, pelos tutores. Ela acredita que isso foi possível graças à autonomia já trabalhada com os educandos. O que não significa que a socialização não fez falta. A gestora da escola lembra da tensão que a notícia da pandemia impôs aos que trabalham com educação, ela lembra da surpresa em ver a escola vazia.

“Todo mundo teve medo, mas conseguimos nos organizar para manter o aprendizado. Anunciamos, em março de 2020, que as crianças seguiriam com os roteiros convencionais de casa, e nossas chamadas ‘rodas de apreciação’ diárias passaram a ser online”. Até o medo foi compartilhado. Sem abraços e olhares próximos, a equipe escolar passou a estabelecer uma troca diária ainda mais frequente com os pais, através de aplicativos de mensagens. Mas não existe contexto único num país atravessado por desigualdades, e a zona rural segue enfrentando barreiras diante da dificuldade de acesso à internet. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgados em 2021, um quinto dos brasileiros entrou na pandemia sem acesso à rede



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mundial de computadores. Sem desconsiderar essas lacunas, a ‘Escola dos Sonhos’ se fez comunidade ao levar, de casa em casa, os materiais aos educandos afetados pelos prejuízos de viver offline. “A gente não parou nem uma semana para pensar o que a gente ia fazer. Isso foi uma das grandes vantagens de trabalhar do nosso jeito, as crianças seguiram seus roteiros de aprendizado com autonomia e seguimos nosso calendário escolar normalmente, sem perder nenhum dia do ano letivo”, acrescenta a diretora.

Com as medidas de flexibilização diante do aumento da vacinação na Paraíba, as aulas presenciais voltaram a ser possíveis em agosto de 2021, e aos poucos as atividades foram retornando, com o privilégio dos ambientes abertos. Os familiares são parte importante da jornada educacional, através de reuniões periódicas, os familiares dos educandos fazem parte das decisões. Mas como a proposta é expandir para toda comunidade, não são apenas opiniões. Essas famílias ajudam em todo processo de evolução da escola.

“Nos projetos coletivos, um irmão desenhou a escola para o outro, eu acho isso muito bonito”. A escola é reconhecida como Escola Transformadora, a partir das reformulações feitas em 2015, a ‘Escola dos Nossos Sonhos’ alçou voos maiores. O Ministério da Educação lançou, no mesmo ano, o edital Inovação e Criatividade em Educação Básica. Entre as mais de 600 iniciativas inscritas em todo país, a escola de Bananeiras recebeu o reconhecimento pelos novos valores propostos, e representou a Paraíba como uma das quatro experiências do estado certificadas pelo MEC em 2015.

Já em 2017 um passo mais largo foi dado, passaram a integrar a rede das Escolas Transformadoras do Mundo, certificada pelo Instituto Alana/Ashoka, estando no grupo de vinte e uma instituições brasileiras que detêm essa certificação, sendo a primeira a representar o estado da Paraíba.

Em 2019, veio mais uma oportunidade a nível global. O Escolas2030 é um programa global de pesquisa-ação que busca avaliar, desenvolver e disseminar boas práticas para a educação de qualidade de crianças e jovens. A ‘Escola dos Nossos Sonhos’ é uma das 100 instituições brasileiras que integram o projeto espalhado em apenas 10 países. Dentro desse projeto ainda foi criado um grupo de Escolas-Polo, com 14 instituições para servir de referência às demais, e a escola paraibana faz parte.

Para a gestora da escola, os reconhecimentos apontam para um futuro possível “isso mostra que a construção coletiva é que traz bons resultados. Se educação é um processo de sujeitos ela não pode ser em mão única, mas em coletivo. Isso é o nosso diferencial”. As atividades seguem sendo possíveis através de benfeitorias e doações, contando com convênio municipal e estadual,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

que permite manter a folha de pagamento dos colaboradores. Muitas despesas são cobertas com a realização de rifas, brechós e empenho de toda comunidade. E foi essa mesma comunidade que se uniu para preencher papéis e materializar em desenhos quais eram os sonhos para a estrutura física da unidade. As várias vontades construíram uma só planta arquitetônica, e é a partir do desenho em papel que eles têm construído, tijolo por tijolo, o sonho de uma estrutura que permita seguir com as atividades. Nunca foi cogitado transformar o projeto numa escola particular, onde tentassem manter os ideais, mas limitassem o acesso. Para a ‘Escola dos Nossos Sonhos’, só é comunidade se for aberto, se for para todos, com todos, até que a liberdade ultrapasse os campos de Bananeiras e se espalhe por todo lugar.

Imagens da Escola dos Sonhos, Bananeiras



Fonte: <https://g1.globo.com/> acesso: 10/02/2023

Considerações Finais

A partir da pesquisa bibliográfica é possível dizer que a Educação do Campo nasce no seio das demandas sociais, especificamente para atender às comunidades localizadas nos espaços rurais, que têm ritmos de vida próprio e que lutam cotidianamente pela posse e a garantia de sobrevivência através do uso consciente da terra e dos recursos naturais.

Deste modo, para atender a comunidade em que a escola está inserida, a Educação do Campo desenvolve nos educandos a noção de pertencimento ao campo ao mobilizar nas aulas os saberes, modos de vida, problemas sociais e políticos enfrentados pela comunidade e que os transportam através de seus corpos.

Ao se aproximar de suas realidades, desperta-nos para a valorização e respeito ao seu modo de vida e interação com a natureza. É possível notar também, que divergente as narrativas que eram construídas sobre as populações do campo e ao ensino desenvolvidos nas escolas nestes espaços, apresentamos dois projetos de inovação tecnológica, um deles premiado, e que tem despertado interesse, pois trata-se de um projeto de energia sustentável. O projeto nasceu para resolver os problemas decorrentes da falta de energia na escola e comunidade, tornou-se



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

importante pelo potencial inovador e sustentável para o mundo com a geração de uma energia a partir de resíduos sólidos descartados na natureza. E o segundo projeto, com selo atribuído pelo MEC de escola altamente inovadora a partir de sua metodologia de projetos, em que as crianças escolhem o assunto que querem estudar e elas menos através de estudos em grupo, buscam soluções para os problemas de seus estudos ou da comunidade que participam.

Em suma, com a pesquisa realizada foi possível perceber que a Educação do Campo apesar de ainda ser um desafio para as comunidades do campo, notamos as diversas conquistas que nasceram a partir das lutas dos movimentos sociais, especialmente o movimento sem-terra, assim como ele vem assumindo a responsabilidade de inovação tecnológica frente as necessidades locais e mundiais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Educação Básica e Movimentos Sociais**. In: VV.AA. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: UnB, 15-52, 1999.

BRASIL. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Corde, 1996.

BRASIL. MEC. CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GATTI, B.A. e al. **Uma cartografia na formação de professores para a educação básica: práticas e soluções inovadoras em propostas curriculares**. SP:IEA-USP, 2022.

MACHADO, Ilma Ferreira; VENDRAMINI, Célia Regina. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: DA NECESSIDADE AOS LIMITES**. Disponível ARCA: **Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas (fiocruz.br)**, 2012. Acesso em 05 de fevereiro de 2023.

MENEZES, Juliana Alves Barbosa; PASSADOR, Claudia. **Educação do Campo, Políticas Públicas Educacionais e perfil docente da educação básica: revisão sistemática da literatura e agenda para estudos futuros**. In. Ensino e Direitos Humanos, Clarissa B; Mariana G.de .O; Wanda P.L; Emerson F.S. Deerfield Beach, FL: Pembroke Collins, 2022, p. 325-343.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2010.

PASSADOR, Claudia Silva. **A educação rural no Brasil: o caso da escola de campo no Paraná**. SP: Annablume, 2006.

_____. **Observações sobre educação no campo e o desenvolvimento no Brasil**. SP: Annablume, 2015.

Projeto Político Pedagógico, Unidade Integrada Roseli Nunes, Lagoa Grande do Maranhão, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

RAMOS, M.N; MOREIRA, T.M; SANTOS, C.A. **Referencias para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, grupo permanente de trabalho da Educação do Campo, 2004.

SILVA FILHO, Antonio Serafim da. **Práticas Pedagógicas Inovadoras em uma Escola do Campo**. 52f. 2018. Monografia de Graduação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

SILVA, José Ramos Barbosa Da. **A escola dos nossos sonhos: a pedagogia cirandeira no processo ensino-aprendizagem da escola nossa senhora do carmo** (bananeiras – pb). VIII Congresso Nacional de Educação... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/90558>>. Acesso em: 15 fev 2023.

SOUSA, M. L. P.; SILVA, J. J. B.; SOUSA, I. M.; MENDONÇA, C. M. S.; FERREIRA, L. C. S. **O Ensino Médio Integrado na Educação do Campo: limites e desafios na escola Roseli Nunes, assentamento Cigra Lagoa Grande – Maranhão**. Trabalho Alienado, destruição da natureza e crise da hegemonia: consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie. X JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 16 a 19 de novembro de 2021. Ambiente Virtual. In.: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_914_914612e168ca9744.pdf. Acesso 07 fev 2023.

VIANA, F. R. e SILVA, J. R. B. da. **A Escola dos Sonhos: oficinas de produção de brinquedos, uma ciranda entre educadores e educandos**. CONEDU. VIII Congresso Nacional de Educação. In.: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV174_MD1_ID9209_TB4140_05102022052251.pdf. Acesso em 05 fev 2023.



LA CONCEPCIÓN ITINERANTE E INCLUYENTE DE LA EDUCACIÓN RURAL EN CUBA: UN PRECEPTO PEDAGÓGICO MARTIANO

Juan Carlos Rodriguez Cruz¹ - Universidade de Holguin [UHO, Cuba]
Luiz Bezerra Neto² - Universidade Federal de São Carlos [UFSCar, Brasil]
Vanderlei Amboni³ - Universidade Estadual do Paraná [UNESPAR, Brasil]

Nome do GT: Educação do campo e escolas camponesas na América Latina

RESUMEN

El trabajo aborda la problemática de la educación itinerante en Cuba, sus preceptos esenciales que le han servido de sustento, y su posterior desenvolvimiento con la Revolución en el poder a partir de 1959. Se valora como soporte fundamental los postulados martianos sobre la educación y, en especial, sus escritos sobre la educación ambulante. Se explicita en este campo los avances de la educación en Cuba durante los 60 años transcurridos desde sus inicios, y hacia dónde van dirigidos hoy los esfuerzos de los maestros ambulante. Se trata el tema de la inclusión en la educación como categoría que no excluye a niños con Necesidades Educativas Especiales (NEES) y cómo hacia ese fin están encaminados los esfuerzos de la mayoría de los maestros itinerantes en Cuba.

Palabras clave: Educación itinerante. educación incluyente. Maestro ambulante. Jose Martí.

RESUMO

O texto aborda o problema da Educação itinerante em Cuba, seus preceitos essenciais que lhe serviram de sustento e seu posterior desenvolvimento com a Revolução no poder de 1959. Valorizam-se como suporte fundamental os postulados de Martí sobre a educação e, especialmente, seus escritos sobre a educação itinerante. Neste campo, fica explícito o progresso da educação em Cuba durante os 60 anos desde seu início, e para onde hoje se dirigem os esforços dos professores itinerantes. Aborda a questão da inclusão na educação como uma categoria que não exclui crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEES) e como os esforços da maioria dos professores itinerantes em Cuba são direcionados para esse fim.

Palavras-chave: Educação itinerante. Educação Inclusiva. Mestre ambulante. Jose Martí.

INTRODUCCIÓN

El presente texto trae el problema de la Educación Itinerante en Cuba, sus preceptos

1 Doutorado em Ciências Pedagógicas pela Universidad Holguin (UHO). Professor Titular da Universidad de Holguin (UHO). Contribuição de autoria: AUTOR. *E-mail:* juancarlosrodriguezacruz2002@gmail.com

2 Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor na graduação e na pós-graduação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Contribuição de autoria: AUTOR. *E-mail:* lbezerra@ufscar.br

3 Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor na graduação na Universidade Estadual do Paraná, Colegiado de História. Contribuição de autoria: COAUTOR. *E-mail:* vanderlei.amboni@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

esenciales que la sustentaron y su posterior desarrollo con la Revolución en el poder de 1959, cuya esencia y naturaleza es la de una educación representativa para el conjunto de la sociedad y la presencia de la escuela. donde sea necesario. Para ello, las reflexiones analíticas partieron del estudio de la obra de José Martí, en la que se valoran como sustento fundamental los postulados martianos sobre la educación, y en especial sus escritos sobre la educación itinerante bajo la primacía del método investigativo que hace reflexiones en el campo del materialismo histórico-dialéctico, ya que la educación es parte constitutiva de un proyecto social, es histórico-social y está presente en el tiempo y en el devenir de la revolución cubana.

En este campo de investigación, el lector podrá comprobar que es explícito el progreso de la educación en Cuba durante los años 60, que fue pensada y desarrollada desde sus inicios, y hacia donde hoy se encaminan los esfuerzos de los maestros itinerantes, cuyo fin es estar donde están los niños y jóvenes a educar. En este proceso se manifiesta la preocupación del Estado por la educación de todos. Este es un principio que la revolución ha adoptado y aplicado en su máxima educativa.

El estudio aborda el tema de la inclusión en la educación como una categoría que no excluye a los niños con Necesidades Educativas Especiales (NEES) y cómo los esfuerzos de la mayoría de los docentes itinerantes en Cuba se encaminan hacia ese fin.

¡Buena lectura!

LA EDUCACIÓN Y LA ESCUELA EN LOS PRECEPTOS PEDAGÓGICOS MARTINIANO

La educación como expresión de la sociedad es concomitante a la época que la origina; es la cumbre que suple la asimetría conductual de los sujetos de aprendizaje en sus múltiples dimensiones y tributa al pensamiento colectivo los más altos valores de la cultura universal.

Estos valores tienen su génesis en los procesos de formación nacional, como síntesis de un conglomerado social, de sus particularidades concebidas; lo concebido como transversal que aprehende de lo diferente, asume lo mejor, y establece relaciones recíprocas con lo único cultural, enriquecido por la sapiencia de lo variado universal. Por tanto, lo único- educativo-cultural-nacional es a lo universal, lo que lo universal- educativo es a lo único-trascendental.

Lo único trascendental y lo diferente, constituyen el escenario de interacción educación-cultura de pueblos o naciones diferentes, en la dinámica del progreso de una época determinada, como esencia de la propia época. Al referirse a este tema, Martí señalaba: “(...) es

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

criminal el divorcio entre la educación que se recibe en una época y la época misma.” (MARTÍ OC T.8, 1975, p.281).

Las diferentes épocas originan pensamientos que transgreden sus propias fronteras epocales y por su universalidad se convierten en condicionantes de tiempos futuros en culturas diferentes. La más viva genialidad transgresora de esta ideación vigencial de la dimensión educativa, puede encontrarse en la obra y el pensamiento de José Martí, el más universal de los cubanos.

La dimensión educativa escolar, si es verdadera, es universal, multifacética e incluyente. Según Soto (2003):

La inclusión debe verse como una interacción que se genera en el respeto hacia las diferencias individuales y las condiciones de participación desde una perspectiva de igualdad y equiparación de oportunidades sociales, cualesquiera que sean los valores culturales, la raza, el sexo, la edad y la condición de la persona o grupo de personas. (SOTO, 2003, p.6).

Desde la perspectiva de la igualdad y equiparación de oportunidades, la inclusión educativa, significa elevar la dignidad del estudiante desde edades tempranas, corregir sus males y moldear su espíritu, ¡humanizarlo!; sin importar la posición social o económica del escolar o el lugar donde vive, aunque para ello, el maestro para enseñar, deba acudir a los más recónditos lugares del campo a ejercer el oficio de educar.

Para ello se crearon en Cuba los maestros itinerantes o ambulantes, sustentados en el precepto martiano de que

la escuela ambulante es la única que puede remediar la ignorancia campesina...es acaso la única solución práctica del problema de la enseñanza en los países de mucho campo, o de poblaciones de pocos habitantes...el maestro tiene que ir a aquellos que no pueden ir al maestro. (MARTÍ OC T.8, 1975, p.291).

El desenvolvimiento del tópico sobre maestros itinerantes o ambulantes es el objetivo de estos autores, que por ser tema poco tratado teóricamente en la actualidad por la comunidad científica-pedagógica cubana, no deja de tener importancia cardinal por su connotación educativa. Los temas sobre la educación, desde la arista martiana y sentido general, proliferan en la literatura científica. Una especial atención merecen los investigadores cubanos, entre lo que se encuentran: Trujillo et al., (2019); Pérez et al., (2010); Escribano (2019); Sánchez et al., (2019). Entre los investigadores extranjeros que incursionan en esta materia se encuentran Nassif, (1999); García,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

(2004) y Medina, (2018), por solo citar algunos.

El tema de la educación itinerante es tema de inclusividad. La inclusividad y la equidad en la educación cubana, a juicio de Sánchez (2019),

se erigen como la piedra angular de un propósito de educación transformadora, que permite hacer frente a todas las formas de exclusión y a una transformación social que sustente prácticas cada vez más inclusivas sin importar las capacidades que cada uno de los involucrados posea.” (SÁNCHEZ, 2019, p. 205).

Esta piedra angular se erigió desde el inicio de la Revolución Cubana en 1959, y cuyo epicentro estuvo signado por la idea extensiva de Martí: “Con todos y para el bien de todos.” (MARTÍ OC. T.4, 1975, p. 279). Para transformar la exclusión en inclusión se llevó a cabo la Campaña de Alfabetización, uno de los mayores logros de la educación cubana, respaldado en el principio martiano que: “...mientras no haya una escuela en cada aldea, o maestros que vayan enseñando con la escuela en sí de aldea en aldea, no está la República segura.” Martí (apud ANUARIO CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS, 1982, p. 15).

Martí sabía el valor de la cultura para los miembros de una República, estimulada por la educación: generadora de ideas. ¿Acaso no profesaba que “trincheras de ideas valen más que trincheras de piedras?” (MARTÍ OC T.6, 1975, p. 15). Una República está segura cuando reconoce que “...las grandes necesidades de la República son el ensanche de la comarca cultivada y la educación de los espíritus incultos.” (MARTÍ OC. T.7 1975, p. 163).

Si las ideas valen más que trincheras de piedras y educar a los espíritus incultos es una necesidad de la República para su sostén; entonces Martí está refiriendo que la educación es política, propio de la civilización cultural.

Es política en tanto en cuanto “Martí defiende la educación como acto civilizatorio y sobre todo como acto político, afirmaciones que caracterizan a su filosofía de la educación, justificadas por un concepto de cultura.” Pérez (Apud GARCÍA, 2004, p. 16). Un concepto de cultura que es intrínseco al de educación, síntesis de una dualidad que prepara a los hombres que han de servir al bien social.

En ese servicio a la sociedad es que Martí en su artículo *Escuelas Ambulantes* señalaba con certeza:

! Urge abrir escuelas normales de maestros prácticos, para regarlos luego por valles, montes y rincones, como cuentan los indios del Amazonas que para crear a los hombres y a la mujeres, regó por toda la tierra las semillas de palma moriche

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

el Padre Amalivaca ¡Martí (apud ALMENDROS, 1990, p. 52).

Con ese canon cumplió la educación revolucionaria; regó, desde sus inicios, maestros por todos los rincones de la Isla y hoy, con más de 60 años, la Revolución cuenta con una red de escuelas en la ciudad y otra en el campo y aún cuenta con maestros ambulantes, que enseñan “conversando, como Sócrates...de campo en campo de casa en casa”. (MARTÍ OC T. 13, 1975, p. 188). La red de escuelas rurales se hizo extensiva hasta las más recónditas montañas, con la política educativa de crear una escuela donde estuviera un alumno que no pudiera asistir a un centro de enseñanza distante.

Esos casos se practicaron, y practican cuando las distancias impiden al alumno asistir a escuelas de participación colectiva, pero el alumno no queda fuera del Sistema Nacional de Educación. A partir del año 2000 con la implementación de las nuevas tecnologías en la enseñanza, toda escuela, aun con un estudiante y un maestro, se equipó de tecnologías al igual que un centro educativo enclavado en cualquier sitio del país.

Hoy en el país, los maestros ambulantes o itinerantes, no solo enseñan en las zonas rurales, sino que instruyen y educan en las ciudades. ¿Pero cuál es la característica esencial que los diferencia de otros tiempos en Cuba?

La esencia radica en que se concretan a la enseñanza de niños y adolescentes con Necesidades Educativas Especiales (NEES); pues la enseñanza elemental y secundaria, tienen garantizadas sus centros de enseñanza.

Los estudios sobre (NEES) son numerosos. Entre los autores que tratan el asunto se encuentran: Bell (2002), López (2002), Betancourt (2003), Torres (2003), Castro (2008), Luque (2009).

Según Luque (2009) el concepto (NEES):

(...) se aplica a cualquier alumno o persona que precisa más atención del contexto de lo habitual, concepto que podría ser utilizado en cualquier caso de dificultad es de aprendizaje, independientemente de la gravedad o la intensidad de los apoyos que requiera. Sin embargo, conviene precisar que las *nees* no tienen carácter genérico o entidad global, ya que surgen del análisis de las características individuales y de contexto, de las que no puede desligarse, para estar en íntima conexión con la respuesta educativa, que persigue el máximo desarrollo personal, intelectual, social y emocional del alumnado, de acuerdo con los objetivos establecidos con carácter general. (LUQUE, 2009, p. 213).

No se concuerda íntegramente con el criterio de Luque (2009). El investigador citado considera que el concepto (NEES) se aplica a cualquier alumno o persona que precisa más



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

atención del contexto de lo habitual, concepto que podría ser utilizado en cualquier caso de dificultad como de aprendizaje, independientemente de la gravedad o la intensidad de los apoyos que requiera.

Se admite de Luque (2009) que el alumno o persona urge de más atención en el contexto de lo habitual, que se persigue el máximo desarrollo personal, intelectual, social y emocional del alumnado, de acuerdo con los objetivos establecidos con carácter general; pero no siempre la definición conceptual de Luque (2009) sobre (NEES), puede aplicarse solo a aquellos escolares que presenten dificultades con el aprendizaje, porque estas dificultades pueden presentarse en otras dimensiones, ya sean en lo físico, lo afectivo o de otra índole social, y no, especialmente, solo en el aprendizaje. Se puede aplicar a todos aquellos niños que por una u otra razón no pueden asistir a los centros educacionales, como ocurre en el contexto cubano.

A partir de lo anterior se concuerda con la visión pedagógica cubana que considera como (NEES):

(...) no solo a los que tradicionalmente denominábamos *niños con defectos* por presentar determinadas deficiencias anatómicas, fisiológicas, en el desarrollo psíquico o mental, sino también aquellos que en cualquier contexto educativo necesitan ayudas especiales que den respuestas a sus necesidades y les posibiliten alcanzar los objetivos educativos propuestos.” (LÓPEZ, 2002, p. 46)

Al valorar los referentes anteriores, es criterio de estos investigadores que suscriben, que las Necesidades Educativas Especiales (NEES), son aquellas necesidades de los escolares que presentan limitaciones en el aprendizaje o no las presentan; porque otras limitaciones, en sentido general, restringen su acceso a los diferentes centros de enseñanza y necesitan de atenciones especiales por maestros itinerantes para lograr una educación inclusiva.

En este sentido, Cuba cumple con el cuarto Objetivo de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030 de las Naciones Unidas (2019), que demanda garantizar una educación inclusiva, equitativa y de calidad y promover oportunidades de aprendizaje durante toda la vida para todos. Mucho antes que las Naciones Unidas promulgaran este objetivo u objetivos de su agenda 2030, Cuba los desempeñaba con éxito.

En esos éxitos de ayer y de hoy, van implícito los miles de niños que se encuentran hospitalizados en diferentes centros de salud y reciben una educación requerida. Por solo citar un ejemplo

(...) en la actualidad más de 11 300 estudiantes con Necesidades Educativas Especiales son atendidos en instituciones regulares, con el asesoramiento de maestros de apoyo y de especialistas...y para ello cuenta con más de 600
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

maestros ambulantes que atienden alumnos hospitalizados. (SILVA, 2022, p. 1).

Cuanto más esfuerzo se requiere para que todos tengan acceso a la enseñanza más se cumple con el criterio martiano de la enseñanza, de que “todo parezca fácil, que todo se haga agradable, que todo se enlace: he aquí el trabajo de la enseñanza objetiva”. (MARTÍ OC T.2, 1985, p. 251).

Para ello el Ministerio de Educación (ME) presta especial atención a estos maestros itinerantes que, aunque son los menos en las zonas rurales, juegan un papel de acólitos de la educación y la cultura. Por eso establece una preparación especial para ellos, a través de Resoluciones Ministeriales (RM). El Ministerio de Educación (ME) estableció la “Resolución Ministerial (RM) 13/85 y la Resolución 200/2014, en estrecha relación con el proceso de preparación metodológica”. (SÁNCHEZ; PUENTES, 2019, p. 205).

La preparación metodológica es esencial. En ella no solo va implícito el conocimiento de las materias que imparten y la didáctica a aplicar, sino el modo en que se han de tratar a estos estudiantes. Como elemento primordial los maestros itinerantes deben ser, como educadores que aman su profesión, amantes de los niños que educan, tiernos preceptores del amor y la enseñanza, y abanderados de la cultura, a través del texto que enseñan, como en su tiempo sentenciara el más universal de los cubanos “...quien dice educar, ya dice querer... se hila el amor y se acrisola el libro”. (MARTÍ OC T.5, 1975, p. 252-253).

La materia de los textos o libros, que los maestros ambulantes imparten a estos estudiantes, es la misma que se imparte en el Sistema Nacional de Educación, en plena adaptación al estatus académico de cada niño, el tipo de enseñanza, el grado alcanzado durante los años que le han precedido y el nivel aprehendido, según el diagnóstico realizado. En Cuba todos los estudiantes poseen un diagnóstico, validado por la institución educativa a la que pertenece o por el Centro Diagnóstico del área municipal.

Estos contenidos que se imparten están acorde con los constituyentes científicos-culturales de cada asignatura, evolución de sus antecedentes y plena concordancia con el nivel alcanzado por los escolares; con el fin de lograr una enseñanza de calidad para todos, acorde al tiempo que le ha tocado vivir, como resumen incluyente que enaltece el arte de educar. Lo anterior coincide con el juicio del Maestro que “(...) educar es depositar en cada hombre toda la obra humana que le ha antecedido: es hacer a cada hombre resumen del mundo viviente, hasta el día en que vive: es ponerlo a nivel de su tiempo, para que flote sobre él...es preparar al hombre para la vida.” Martí (apud (ALMENDROS, 1990, p.13-14).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

El rasgo más vivencial de carácter educativo que el maestro itinerante debe asumir es el de depositar en cada hombre toda la obra humana que le ha antecedido, como señalara Martí. Al decir “hombre”, hace referencia en el sentido genérico de la palabra a todo tipo de género y edad; al decir “obra humana que le ha antecedido” está el resumen de la cultura universal expresada en sentido único, a través de la enseñanza.

Pero el atributo martiano que es esencia, propiedad y demostración aclaratoria sobre la inclusión es “en cada hombre.” Es aquí donde la educación martiana no soslaya, no simplifica, no rehúye ni sortea: es universal. Es una educación para todos en cada pueblo o nación, como derecho ineludible “...toda nación será infeliz en tanto que no eduque a todos sus hijos. Un pueblo de hombres educados será un pueblo de hombres libres”. (MARTÍ OC T. 19, 1975, p. 375).

En esa libertad de pueblo, que es decir de hombres libres, los hombres concentran los mejores valores de la cultura universal recibida, a través de la educación. Es a través de la educación donde se supera la ignorancia, donde se supera el aspecto animal y se transforma; donde se asciende al escalón más alto de ese reino, que es llegar a la condición de ser humano consciente, racional, porque “un hombre ignorante está en camino de ser bestia, y un hombre instruido en la ciencia y en la conciencia, está en camino de ser Dios. No hay que dudar entre un pueblo de dioses y un pueblo de bestias.” Martí (apud ALMENDROS, 1990, p. 147).

En esa superación, la educación es síntesis filosófica que media entre bestias y dioses, que es decir, entre ignorantes y cultos. La enseñanza desde los primeros años debe ser el maná, pero el maná primordial de la ciencia o la luz que ha de preparar al hombre para la vida, con el cual deben alimentarse los niños; por eso Martí refería: “...el sol no es más necesario que el establecimiento de la enseñanza elemental científica.” Martí (apud ALMENDROS, 1990, p. 52). Y para llevar a cabo el establecimiento de la enseñanza elemental científica, no solo es necesario una filosofía de la educación mediadora, sino una filosofía de la inclusión que se aplique a todos, una filosofía de la defensa porque una,

(...) filosofía de la inclusión defiende una educación eficaz para todos, sustentada en que los centros educativos deben satisfacer las necesidades de todos los alumnos, sean cuales fueren sus características personales, psicológicas o sociales. Implica una visión diferente de la educación basada en la diversidad, no en la homogeneidad, y donde el énfasis se destaca en desarrollar una educación que valore y respete la diferencia enriqueciendo los procesos de enseñanza y aprendizaje.” Blanco (apud PLANCARTE, 2017, p. 216).

Pero el efecto o impacto del enriquecimiento del proceso de enseñanza-aprendizaje, no solo está en la filosofía de la inclusión, desde el imaginario o pensamiento teórico, sino que va

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

más allá, está en la práctica de esa filosofía. Práctica que desde la institución educativa no solo se programe hacia la diversidad escolar interna, sino que se proyecte hacia la sociedad en general.

En estos casos, Cuba, es un ejemplo. En esa proyección van contemplados todos aquellos escolares con (NEES); y todos aquellos maestros ambulantes que desde una integración al sistema, responden al bien social, que es responder a los valores de una educación que relaciona los valores únicos, nacionales, con los valores universales y viceversa, y que, a su vez, es como dar respuesta a una verdadera filosofía de la educación y la cultura; es decir, responder a la filosofía del hombre natural, real.

Esta respuesta a la filosofía del hombre real, concreto, se encuentra en la educación sustentada en la única naturaleza existente; naturaleza en la cual se encuentran todos los valores de uso y constituye fuente de sabiduría y de conocimientos que hay que enseñar, y cuya esencia más profunda de análisis puede encontrarse en los campos, porque “la naturaleza observable es la única fuente filosófica.” (MARTÍ OC T.19, 1975, p. 359).

Esa naturaleza solo puede apreciarse con nitidez en las zonas rurales donde se hace más factible la educación, porque constituye el disfrute, no solo del alumno, sino del propio maestro, y donde el contacto directo con ella permite la demostración. Por eso los maestros, que en estas zonas van de casa en casa, como Sócrates, relacionando contenidos académicos con contenidos de la naturaleza que constituyen saberes, van intentando “hacer de cada hombre una antorcha.” Martí (apud ALMENDROS, 1990, p. 50). Por ello Martí (1975) refería, “siéntese el maestro mano a mano con el discípulo, y el hombre mano a mano con su semejante, y aprenda en los paseos por la campiña el alma de la botánica, que no difiere de lo universal, y en sus plantas y animales caseros y en los fenómenos celestes confirme la identidad de lo creado.” Martí (1975 apud Trujillo; González; Díaz, 2019, p. 373).

CONCLUSIONES

La educación como categoría social, expresa los mejores valores nacionales creados en su seno, en relación con los mejores valores universales, enmarcados en una época determinada.

La educación en Cuba, desde los inicios de la Revolución, se sustentó en los preceptos martianos de la enseñanza. Un caso específico es el de la educación ambulante, como educación incluyente.

En el contexto cubano los maestros ambulantes no solo llevan la enseñanza a las zonas rurales, sino también a las zonas urbanas y enseñan a niños con NEES. Los niños sin estas NEES



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

tienen garantizados su centro de educativo.

La obra de Martí constituye un referente de obligada consulta para alumnos y maestros, por constituir una obra de carácter universal por su connotación educativa y valores trascendentales.

REFERÊNCIAS

ALMENDROS, H. **Ideário pedagógico José Martí**. Ed. Pueblo y Educación. La Habana, 1990. 147 p.

ANUARIO CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS. **La nueva enseñanza**. Ed. San Salvador. No 8, 1982. 336 p.

BELL RODRÍGUEZ, RAFAEL. **Convocados por la diversidad**. ed. Pueblo y Educación. Habana. 2002. 215p.

BETANCOURT TORRES, J; GONZÁLES URRRA, A. O. **Dificultades en el aprendizaje y trastornos emocionales y de la conducta**. ed. Pueblo y Educación La Habana. 2003. 200p.

CASTRO ALEGRET, P. L. **El maestro y la familia del niño con dificultades**. ed. Save the Children. Reino Unido. 2004. 280p.

Escribano Hervis, E. et al. **La obra de José Martí en la formación inicial y permanente de los educadores cubanos**. <http://scielo.sld.cu>. 2020.

García Fallas, J. **El proyecto educativo de José Martí: Una lectura desde la pedagogía crítica** Educación, vol. 28, núm.1, 2004, pp.11-26 Universidad de Costa Rica San Pedro, Montes de Oca, Costa Rica. Disponible en www.redalyc.org

LÓPEZ M. R. **Educación de alumnos con necesidades educativas especiales. Fundamentos y actualidad**. ed. Pueblo y Educación. La Habana, 2002. 235 p.

LUQUE P, D.J. **Las necesidades educativas especiales como necesidades básicas. Una reflexión sobre la inclusión educativa**. Revista Latinoamericana de Estudios Educativos (México), vol. XXXIX, núm.3-4, 2009, pp. 201-223 Centro de Estudios Educativos, A.C. Distrito Federal, México.

MARTÍ, J. **Bronson Alcott**. Obras Completas. Tomo 13. Ed. Ciencias Sociales. La Habana, 1975. 380 p.

MARTÍ, J. **Con todos y para el bien de todos**. Obras Completas. Tomo 4. ed. Ciencias Sociales. La Habana, 1975. 470 p.

MARTÍ, J. **EDUCACIÓN POPULAR**. Obras Completas. T 19. ed. Ciencias Sociales. La Habana, 1975. 390 p.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MARTÍ, J. **La América**. Obras Completas. Tomo 8. Ed. Ciencias Sociales. La Habana, 1975. 460 p.

MARTÍ, J. **La enseñanza objetiva y la biblioteca didáctica mexicana**. Obras Completas. Tomo 2. ed. Crítica. Centro de estudios martianos. 1985. 430p.

MARTÍ, J. **Los lunes de la liga**. Obras Completas. Tomo 5. Ed. Ciencias Sociales. La Habana, 1975. 390 p.

MARTÍ, J. **Nuestra América**. Obras Competas. Tomo 6. Ed. Ciencias Sociales. La Habana, 1975. 450 p.

MARTÍ, J. **Reflexiones**. Obras Completas. Tomo 7. Ed. Ciencias Sociales. La Habana, 1975. 440 p.

MEDINA BEJARANO, R.; ALOMÍA R, M. **José Martí, observador y creador de realidades: ideas precursoras del paradigma emergente** Revista Logos, Ciencia & Tecnología, vol. 10, núm. 2, 2018. <https://www.redalyc.org>.

Ministerio de Educación. Resolución Ministerial (RM) 13/85. La Habana, Cuba. 1985.

Ministerio de Educación. Resolución Ministerial 200/2014. La Habana, Cuba. 2014.

NACIONES UNIDAS. **La Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe. Objetivos, metas e indicadores mundiales**. Naciones Unidas. <https://repositorio.cepal.org>. 2019.

NASSIF RICARDO. **José Martí (1853-1895)**. Perspectivas: revista trimestral de educación comparada (París, UNESCO: Oficina Internacional de Educación), vol. XXIII, nos 3-4, 1993. págs.808-821. ©UNESCO: Oficina Internacional de Educación, 1999.

Pérez-García, Á M.; Valcárcel-Izquierdo, N.; Añorga-Morales, J. **La Educación Avanzada como Escuela Cubana Pedagógica**. VARONA, núm.51, julio-diciembre, 2010, pp.22-28 Universidad Pedagógica Enrique José Varona La Habana, Cuba.

PLANCARTE, P. A. (2017). Inclusión educativa y cultura inclusiva. Revista de Educación Inclusiva, 10(2), 213-226.

Sánchez V, X.; Puentes de A, T. **La superación del maestro ambulante que atiende educandos con discapacidades físico- motoras por parálisis cerebral**. *MENDIVE Vol.17 No.2 (abril-junio)*. 2019. Disponible en: <http://mendive.upr.edu.cu/index.php/MendiveUPR/article/view/1517>.

SILVA C. Y. **Cuba cuenta con más de 600 maestros ambulantes que atienden alumnos hospitalizados**. Periódico Granma. Órgano oficial del Comité Central del Partido de Cuba. Disponible en www.granma.cu. Acceso en: 7 de enero de 2022.

SOTO C, R. **La inclusión educativa: Una tarea que le compete a toda una sociedad**. Revista **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR**
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Electrónica "Actualidades Investigativas en Educación", vol. 3, núm.1, enero-junio, 2003, p.
Universidad de Costa Rica San Pedro de Montes de Oca, Costa Rica.

TORRES G, M. **Familia Unidad y Diversidad**. ed. Pueblo y Educación. La Habana. 2003.
250p.

TRUJILLO. J. A.; GONZÁLEZ K. T., DÍAZ M. José Martí y su labor como Pedagogo. **Revista Conrado**, 15 (67), 370-375. Recuperado de <http://conrado.ucf.edu.cu/index.php/conrado> (2019).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**O MST NA LUTA SOCIAL POR TERRA E OS AVANÇOS DA ESCOLA
ITINERANTE NO PARANÁ**

Arquimedes do Amaral¹ - Universidade Estadual do Paraná
Vanderlei Amboni² - Universidade Estadual do Paraná

Nome do GT: Educação no Campo e Escolas Campesinas na América Latina

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo sistematizar a história da constituição do MST e os avanços da Escola Itinerante no Paraná, a partir de fontes primárias. O estudo foi realizado tendo como método o Materialismo Histórico-Dialético, tomando como fontes primárias a análise de documentos tais como produção bibliográfica do próprio Movimento, trabalhos de pesquisa e legislações pertinentes à temática. A originalidade da pesquisa é definida pela utilização de fontes primárias que partiram da observação “in loco” no Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, quando estabelecemos contatos para a realização da pesquisa, e foram completadas com o registros destas observações e com a realização de entrevistas, a partir do que foi possível recuperar a memória dos protagonistas da instalação desta escola. Este estudo foi importante para a preservação da história de uma escola desenvolvida no interior de um movimento social, que organiza e trabalha com camponeses sem-terra discriminados pela mídia e pelas elites. Portanto, a proposta da Escola Itinerante no Paraná, vai além da educação em sentido estrito isto é, voltada para a formação individual mediante a aquisição de competências e conhecimentos formais, mas se articula à luta social pela terra como projeto de desenvolvimento social para o campo; ou seja, se articula diretamente com as lutas populares pela Reforma Agrária. Os dados coletados permitiram concluir que a escola constitui um trabalho educacional de sucesso, apresentando uma organização própria e atendendo crianças na faixa de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e adultos. A dimensão didático-curricular busca contemplar os conteúdos próprios da Escola Pública Paranaense, acrescidos de conteúdos considerados necessários para a formação social e política dos integrantes do Movimento. Neste sentido, a educação popular aparece não somente, instituição educacional alternativa, mas também como instrumento político de transformação social. Assim, ela é fundamental para a compreensão da práxis dentro da organização coletiva do MST. Os resultados encontrados permitem supor que tal escola pode ser inspiradora para o enfrentamento dos problemas de escolarização de populações das cidades brasileiras, especialmente nas suas periferias.

1 Graduado em Direito pela Universidade Paranaense (2007), Especialista em Direito Tributário com Capacitação para o Ensino no Magistério Superior pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus de São Paulo, cursando História na Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí (UNESPAR), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC), da UNESPAR - Campus de Paranavaí.

2 Graduado em História, pela Universidade Estadual de Maringá [UEM]. Mestre em Educação, pela Universidade Estadual de Maringá [UEM] e Doutor em Educação, pela Universidade Federal de São Carlos | Campus de São Carlos [UFSCar]. Professor Adjunto do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Educação no Campo [GEPEC-UFSCar] e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo [GESPEDIC-UNESPAR] - e-mail vanderlei.amboni@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Palavras-chave: MST. Acampamento. Escola Itinerante.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo sistematizar la historia de la constitución del MST y los avances de la Escuela Itinerante en Paraná, a partir de fuentes primarias. El estudio fue realizado utilizando el método del Materialismo Dialéctico-Histórico, tomando como fuentes primarias el análisis de documentos como la producción bibliográfica propia del Movimiento, trabajos de investigación y legislación pertinente al tema. La originalidad de la investigación se define por el uso de fuentes primarias que partieron de la observación “in loco” en el Campamento Herdeiros da Luta en Porecatu, cuando establecimos contactos para realizar la investigación, y se completaron con el registro de estas observaciones y la realización de entrevistas, a partir de las cuales fue posible recuperar la memoria de los protagonistas de la instalación de esta escuela. Este estudio fue importante para preservar la historia de una escuela desarrollada dentro de un movimiento social, que organiza y trabaja con campesinos sin tierra discriminados por los medios y las élites. Por lo tanto, la propuesta de la Escuela Itinerante en Paraná va más allá de la educación en sentido estricto, o sea, enfocada en la formación individual a través de la adquisición de habilidades y conocimientos formales, pero está vinculada a la lucha social por la tierra como proyecto de desarrollo social para el campo es decir, se articula directamente con las luchas populares por la Reforma Agraria. Los datos recolectados permitieron concluir que la escuela constituye una obra educativa exitosa, presentando una organización propia y atendiendo a niños en el rango de educación inicial, primaria, secundaria y adultos. La dimensión didáctico-curricular busca contemplar los contenidos de la Escuela Pública de Paraná, más contenidos considerados necesarios para la formación social y política de los integrantes del Movimiento. En este sentido, la educación popular aparece no solo como una institución educativa alternativa, sino también como un instrumento político para la transformación social. Así, es fundamental para comprender la praxis dentro de la organización colectiva del MST. Los resultados encontrados permiten suponer que tal escuela puede ser inspiradora para enfrentar los problemas de escolarización de las poblaciones de las ciudades brasileñas, especialmente en su periferia.

Palabras- clave: MST. Cámping. Escuela Itinerante.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo sistematizar a história da constituição do MST e os avanços da Escola Itinerante no Paraná, a partir de fontes primárias. O estudo foi realizado tendo como método o Materialismo Histórico-Dialético, tomando como fontes primárias a análise de documentos tais como produção bibliográfica do próprio Movimento, trabalhos de pesquisa e legislações pertinentes à temática.

A Originalidade da pesquisa é definida pela utilização de fontes primárias que partiram da observação “in loco” no Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, quando estabelecemos contatos para a realização da pesquisa, e foram completadas com o registro destas observações e com a realização de entrevistas, a partir do que foi possível recuperar a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

memória dos protagonistas da instalação desta escola.

A discussão desenvolvida fundamental por nós desenvolvida e problematizada que tem por objetivo compreender o processo característico do Acampamento e da Escola Itinerante do MST, da qual a qualidade é a luta pela existência da vida material no país do latifúndio. O Brasil é uma fonte de concentração da propriedade fundiária além da grilagem de terras devoluta, o que torna a luta pela terra uma questão indispensável para democratizar o acesso à terra e combater as desigualdades presentes na vida material da sociedade, sem qual não haverá paz no campo.

No conflito social por terra há o processo de ocupação da área e a organização da escola como processo de formação e escolarização formal dos Acampados. Por esta razão, temos a compreensão que só o processo de ocupação das terras praticadas pelos movimentos sociais levará as autoridades políticas a tornarem a visão para os problemas do campo e a miséria social que o latifúndio produz na sua existência.

Neste processo, ocupar o latifúndio, produzir a vida material, resistir na caminhada, e construir a escola do Movimento são conexão da luta por reforma agrária. Para esse fim, o ponto de partida é analisar os sujeitos desta luta, bem como os pesquisadores que fizeram a caminhada no estudo da escola, que o próprio Movimento a denominou de Escola Itinerante. A pesquisa foi realizada pelo método histórico-dialético cuja premissa está estabelecida pelo processo de investigação e exposição do objeto.

O MST na construção da proposta pedagógica da Escola Itinerante no Paraná

No processo de construção da proposta educacional do Movimento, desencadearam várias ações que culminaram no movimento nacional que gravou o termo Educação do Campo, pois anteriormente utilizava-se o termo Educação Rural.

Na verdade, o currículo não abarcava as particularidades do campo. É nesse momento que novas compreensões, a respeito da educação dos povos do campo e, em consequência, um outro entendimento acerca do sujeito que tem sua vida significada no campo, dão margem a práticas diferenciadas, provocando um novo olhar sobre a relação de ensinar e aprender nesse espaço (BELTRAME, 2009).

Nesse sentido, é relevante a discussão de uma proposta de construção de um currículo para as Escolas Itinerantes, pois, a proposta não tem somente a intenção de mexer com o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

conteúdo da escola, mas com a forma da mesma.

De maneira sintética Sapelli (2013, p.85), explica como se organizam as escolas itinerantes todas as escolas itinerantes, mesmos as que atendem a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, fazem parte da rede estadual, dada a natureza de itinerância, podendo por isso mudar de município. Justamente por essa natureza itinerante, precisam estar vinculada a uma escola-base que foi designada para acompanhar e dar suporte legal e pedagógico a elas.

Todas as escolas itinerantes têm (2013) como escola-base, o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak (situado no Assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguazu/PR).

É na escola-base que ficam arquivados os documentos dos educandos das escolas itinerantes e é ela quem faz o cadastramento e expede documentos dos educandos e dá suporte pedagógico às EI. Freitas, Sapelli e Caldart (2013), organizam na obra Escola Itinerante: Plano de Estudos, elementos destinados a orientar educadores que atuam em escolas itinerantes do 6º ao 9º ano.

Essas orientações foram elaboradas coletivamente a partir da reunião de especialistas em currículo e nas várias disciplinas das séries finais do Ensino Fundamental, de educadores das escolas itinerantes, da coordenação do coletivo estadual da educação do MST do Paraná e de profissionais que trabalham com a questão da teoria pedagógica. A partir desses fatores, temos como objetivo, neste trabalho, analisar a implementação da proposta curricular denominada Complexos de Estudo, nas escolas itinerantes do Paraná.

O MST é uma organização sociocultural que consolida-se na história do Brasil, como movimento cívico, e que vem recriando a luta camponesa no país, a luta do homem, pelo seu direito ao trabalho na terra, à cidadania e à vida. Na luta pela terra, bem como na luta por educação. Nesta luta, a conquista da escola itinerante como processo de escolarização de crianças, jovens e adultos em acampamento à espera da reforma agrária.

Da Estrutura, Organização e Gestão Educacional da Escola Itinerante do MST no Paraná

A história da Escola Itinerante no Paraná, é constituída como escola pública, universal, do trabalho e laica, e apresenta uma particularidade frente ao Rio Grande do Sul, e aos outros Estados que reconheceram a Escola Itinerante como escola pública, que é a oferta da educação



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

básica na sua extensão e modalidades de ensino, além de prover a educação infantil e a educação de jovens e adultos através dos acampamentos, uma escola criada através de um movimento social, que organiza os trabalhadores sem-terra e famílias excluídas das periferias das cidades, com objetivo das mesmas permanecerem nos acampamentos do MST, na espera da reforma agrária.(AMBONI; BRANDÃO, 2021, p.250).

Esta escola itinerante faz parte do Setor de Educação do MST, com um corpo docente e uma coordenadora, que é administrada por uma Escola Base, que faz a integração com a Secretaria Estadual do Paraná, e que a mesma fora regulamentada pelo Parecer nº 1012/2003, com a finalidade de escolarizar os Sem Terrinha.

“Sem Terrinha” são filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que estudam nas escolas dos assentamentos e dos acampamentos do MST. É uma expressão que identifica as crianças vinculadas ao MST. O nome surgiu por iniciativa das crianças que participaram do 1º Encontro Estadual das Crianças Sem Terra de São Paulo em 1997. Elas começaram a se chamar assim durante o Encontro e o nome acabou pegando, espalhando-se rápido pelo país inteiro. Esta informação está em Ramos, Márcia. *Sem Terrinha, semente de esperança*. Veranópolis: Escola Josué de Castro, 1999. Monografia de Conclusão de Curso Magistério. (ARROYO, CALDART E MOLINA (orgs), 2005, p. 94).

Escola Itinerante, além de escolarizar, proporciona aos “Sem Terrinha” formação na práxis do Movimento, que capacita e forma a criança, o adolescente, o adulto, enfim o trabalhador sem-terra na luta pela reforma agrária, constituindo-o como sujeito do processo político, por meio do aprendizado proporcionado pelos ensinamentos do Movimento no enfrentamento social. Neste processo, o “Sem Terrinha” participa com sua família de ocupações, marchas, encontros, congressos e da vida ativa proporcionada pelo MST nos acampamentos de trabalhadores engajados na luta política pela transformação social, sendo a Escola Itinerante mais um instrumento nessa luta na construção da nova sociedade.

Contar sobre a história da Escola Itinerante no Paraná, a qual caminha junto com as ocupações de terra, tem o condão de relatar a maneira descoberta pela classe trabalhadora do campo, que para resolução do problema é fundamental, nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária de uma forma geral o analfabetismo e o analfabetismo funcional, esta condição que transita como uma aparência tanto da classe trabalhadora da cidade como do campo.

Por outro lado, verifica-se que esta questão pode ser compreendida a importância da educação nas escolas itinerantes dos acampamentos e a seriedade que o MST trata a educação



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

das crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos sem-terra, onde desenvolve uma educação, que além de escolarizar e alfabetizar, retorna para a formação política e ideológica da classe trabalhadora na sua luta pela emancipação humana.

Essa comunidade organizada por famílias de trabalhadores no MST, a partir de 1979, desemboca no encontro da fundação em janeiro de 1984, com a proposta de unificar e organizar a luta dos trabalhadores rurais, através da ocupação dos latifúndios improdutivos para fazer a reforma agrária, tendo como projeto estratégico a transformação social e construção de um país socialista. Com efeito, Amboni (2020, p. 4) diz-nos: “[...] Diante disso, para o Movimento, o campo expressa as lutas pela terra e pela manutenção das condições de vida dos camponeses na sua reprodução da vida material, garantindo a permanência dos sujeitos do campo no campo, como território de vida e trabalho”.

Neste processo de luta, quando as famílias chegam das periferias das cidades nos acampamentos do MST, para viverem nessa nova comunidade, que vai se formando, assumem princípios políticos e filosóficos do Movimento, que exige delas participação em alguma instância de trabalho coletivo, para conviverem organizadas em sociedade, envolvidas pelo trabalho coletivo e nos debates promovidos pela prática da escola de acampamento e assentamento desenvolvida pelo Setor de Educação do MST.

São os núcleos de base, com o mínimo de 10 e, máximo de 15 famílias cada um, que escolhem dois representantes para constituir a coordenação e a direção do acampamento. É dos núcleos que saem também os responsáveis das brigadas, dos coletivos, das equipes de segurança, dos setores de educação, saúde, teatro, higiene, moradia, produção, entre outros.

Aqui surge uma diferenciação entre as escolas dos assentamentos e a Escola Itinerante dos acampamentos, enquanto a primeira é pública e funciona dentro da rede estadual de ensino, com professores concursados ou temporários pertencentes à rede na Escola Itinerante os professores são voluntários e originários dos próprios acampamentos.

O silenciamento, esquecimento até o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais e educacionais é um dado histórico que se tornava preocupante. Por que a Educação da população do campo foi esquecida? Um dado que exige explicação: somente 2% das pesquisas dizem respeito a questões do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente da educação escolar no meio rural. (ARROYO, CALDART E MOLINA, 2005, p.8).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A Escola Itinerante alfabetiza e escolariza as crianças, jovens e adultos, contribui efetivamente para romper com a educação da escolinha rural e defende os interesses dos trabalhadores rurais sem-terra, pois enquanto escola do acampamento, a Escola Itinerante “fala a linguagem” do MST, orientando-se por seus princípios filosóficos⁴ e pedagógicos. Estando a Escola Itinerante comprometida com a escolarização, a humanização, a socialização e com crescimento político.

A palavra de ordem: “Nenhum assentado/a analfabeto/a nos assentamentos e acampamentos do MST e Todo e Toda Sem Terra Estudando”, demonstra que o Movimento incentiva o estudo entre a população acampada e assentada.

O MST sabe que um inimigo tão perigoso quanto o latifúndio e as transnacionais, é o analfabetismo de seus membros, portanto se propõe a exterminá-lo e incentivar a leitura e o debate de livros, jornais e revistas, no intuito de constituir uma nova identidade democrática, a do diálogo de saberes.

É importante estudar a Escola Itinerante e a educação do MST, devido à necessidade de se alfabetizar politicamente o povo das periferias excluídas das cidades, que vivem em assentamentos urbanos e que têm na filosofia política educacional do pedagogo Paulo Freire, aplicada nas escolas dos acampamentos do MST, um instrumento pedagógico revolucionário, que pode contribuir efetivamente na emergência da consciência do trabalhador, para que entenda seu papel na sociedade capitalista e assim possa atuar no sentido de mudá-la, como apontou Marx na Tese XI sobre Ludwig Feuerbach, quando diz que “os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente, porém trata-se de transformá-lo”. (MARX, 2007, p.538).

A concepção de educação escolar presente no Movimento, pode ser entendida a partir do que Freire, Pistrak, Caldart e Gadotti, que a caracterizam como pedagogia do conflito, pois produz um outro sujeito, nascido do aprendizado da luta de classes, que na questão da terra acontece no ato da ocupação do latifúndio, da praça de pedágio, de uma estrada, da sede do INCRA, de agências bancárias pelo MST. Neste processo, a escola precisa ser diferente, por isso, se estabelece um relacionamento de novo tipo entre educador, educando e comunidade, que acontece numa relação dialética, pois a escola age no meio do povo de onde nascem às questões geradoras, trabalhadas nas salas de aula e na comunidade sem-terra.

Por isso Caldart (2004) apontou que a obra educativa do MST assume três dimensões



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

principais: a primeira propõe o resgate da dignidade a milhares de famílias que voltam a ter raízes e projetos; a segunda busca a construção de uma identidade coletiva, que vai além de cada pessoa, família, assentamento e a terceira projeta a construção de um projeto educativo das diferentes gerações da família Sem Terra, que combina escolarização com preocupações mais amplas de formação humana e de capacitação de militantes.

Por outro lado verifica-se, que a Escola Itinerante do MST compromete-se com a luta social no âmbito da formação humana. Estrutura seu processo educativo, a partir da obra educativa e da prática social do MST, ou seja, o próprio MST educa a Escola Itinerante, como diz Caldart, o principal princípio da pedagogia do MST “é o próprio movimento, movimento que junta diversas pedagogias, e de modo especial junta a pedagogia da luta social com a pedagogia da terra e a pedagogia da história, cada uma ajudando a produzir traços em nossa identidade, mística, projeto” (CALDART, 2004, p. 52).

De outra parte, fundamenta-se uma concepção de educação e de formação humana que objetiva orientar o trabalho pedagógico articulado às matrizes formativas da educação do MST, matrizes que são expressões da prática social do MST e cruciais para o processo formativo do ser humano, e nesta ocasião, o ser social Sem Terra, sendo elas: a pedagogia da luta social, da ação coletiva, da terra, do trabalho, da cultura e da história (CALDART, 2004). Ou seja, o processo de trabalho humano se relaciona no processo de educação pelas matrizes formativas, justamente por ser o trabalho um elo central no processo educativo dos seres humanos, “[...] um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1985, p.149). Uma ação na qual ao homem se manifesta sobre a natureza, estabelece uma relação homem e mundo em que ao intervir na natureza simultaneamente produz mudanças na sua subjetividade e objetividade, explicitando o trabalho como fundante e criador do ser humano.

De acordo com Pistrak (2000), para colocar a escola em função da transformação social, não basta mudar os conteúdos que nela se ensina; é preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação dos sujeitos e este tem sido um dos esforços do MST ao projetar escola na perspectiva da emancipação humana.

Nos princípios da educação do MST, identifica-se a nitidez em relação a necessidade da educação escolar estar vinculada aos desafios históricos de seu tempo. Portanto, a relação com



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

a Reforma Agrária e os desafios para consolidação dos processos que fortificam a criação de novas relações de produção no campo e na cidade são indispensáveis na formação escolar (MST, 1996).

Ao anunciar o princípio pedagógico Educação para o trabalho e pelo trabalho (MST, 2005, p.169), salienta-se que na proposta de Educação do MST, a categoria trabalho tem um valor fundamental, por ser “o trabalho que gera riquezas, que nos identifica como classe, que é capaz de construir novas relações sociais, [...] tanto coletivas como pessoais” (MST, 2005, 169). Ou seja, o vínculo trabalho e educação é uma condição necessária para alcançar os objetivos políticos e pedagógicos para a transformação da realidade histórico-social.

Para tanto, o MST apresenta duas dimensões básicas e complementares que favorecem a integração do trabalho e educação, a saber: a) Educação ligada ao mundo do trabalho. Isto quer dizer que nossos processos pedagógicos (especialmente as escolas), não podem ficar alheios às exigências cada vez mais complexas dos processos produtivos, seja os da sociedade geral, seja os dos assentamentos, em particular[...]; b) O trabalho como método pedagógico. Quer dizer, a combinação entre estudo e trabalho como um instrumento fundamental para desenvolvermos várias das dimensões da nossa proposta de educação. (MST, 2005, p. 169-170).

Neste caso, as duas dimensões apresentadas fortalecem as possibilidades de exercitar e alcançar o potencial do trabalho humano e do princípio educativo gestado na produção da vida pelo trabalho. O trabalho se expressa como prática privilegiada e exclusivamente humana, capaz de provocar necessidade de aprendizagem e produção de conhecimento como construtor de novas relações sociais, como coletivo, cooperação e democracia, levando ao cultivo de novos valores, de novos comportamentos pessoais e coletivos, de formação da consciência de classe.

Entre as estratégias metodológicas para avançar no ensino de forma articulada com o trabalho, a vida do campo, a prática social e suas contradições, as Escolas Itinerantes no Paraná têm exercitado a organização do trabalho pedagógico tendo como referência, porções da realidade. Compreende-se por porções da realidade, recortes da realidade repletos de sentido para a vida dos estudantes, expressos como relevantes para inter-relacionar com os conteúdos instrucionais, apresentando-se como alternativa por articular o conteúdo escolar à prática social.

As porções da realidade são expressões da prática social que permitem estudar e compreender como as múltiplas determinações, atingem determinada prática social. Desta forma, exige que se aglutinem diversas disciplinas acerca de uma mesma porção da realidade,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

para buscar compreender a unidade do diverso, a totalidade das relações expressas em determinada porção.

As porções da realidade definidas para serem estudadas, atreladas aos conteúdos instrucionais, são definidas a partir de um inventário da realidade, realizados por sujeitos das escolas e membros do setor de educação dos acampamentos, a partir de observações, entrevistas e diálogo com a comunidade acampada. A operacionalização desta nova forma de organizar o planejamento de ensino, tem demonstrado novos desafios ao conjunto dos educadores das escolas.

Dessa forma, Camini (2009) ainda salienta que não faz parte de nossa proposta educacional estabelecer relações imediatistas e superficiais, deixando de problematizar os elementos que compõe determinado fenômeno histórico-social. Em análise ao documento de planejamento de ensino dos educadores, constatei a existência de objetivos formativos, além de objetivos de ensino.

Os objetivos formativos se direcionam para dimensões humanas no do trabalho pedagógico, que não são contemplados pelos objetivos de ensino. Porém, ambos objetivos se relacionam para fortalecer o desenvolvimento humano.

Os objetivos formativos estão intimamente na elaboração realizada a partir de reunião pedagógica com os coordenadores das Escolas Itinerantes nos dias conectados à atividade humana, por exemplo: desenvolver a capacidade de iniciativa e de agir organizadamente diante de problemas reais. Com vistas a atingir objetivos formativos, percebe-se práticas de auto serviço nas nove escolas, quando se trata das práticas pedagógicas dos estudantes na limpeza da sala de aula, na limpeza do pátio escolar, no embelezamento da escola e na realização de mutirões conjunturais.

Sendo que as tarefas permanentes, como limpeza da sala de aula e do pátio, são distribuídas, a cada dia, para os núcleos de trabalho. Segundo a Coordenadora Pedagógica da Escola Itinerante Y, a prática de auto serviço na escola cumpre a “função educativa de alicerçar valores da coletividade e autonomia, de criar hábitos de cuidado com o local que contrariam as lógicas do posso sujar, outros limpam e não é obrigação minha de fazer”. Esta coordenadora deixa explícito a importância de intencionalizar práticas que oportunizem as crianças se auto organizarem para assumirem conjuntamente a responsabilidade pelos espaços coletivos e desenvolvam iniciativas de organização e de tomada de decisão.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Em concordância com Pistrak (2000), as tarefas domésticas na escola devem estar a serviço de oportunizar às crianças, hábitos socialmente úteis que, inclusive, passam a influenciarem a família, por meio das crianças.

Conforme afirma o Coordenador Pedagógico da Escola R: As práticas de trabalho realizadas pelos educandos/as rotineiramente são as de limpeza e cuidado da escola que contribuem para a formação de valores de responsabilidade, cuidado com o ambiente em que vivemos e compromisso com o coletivo, pois cada turma é responsável pela limpeza de sua sala, bem como do ambiente escolar e embelezamento dos jardins.

Afinal, como disse o Coordenador Pedagógico da escola V, nada vem de graça e os estudantes devem ampliar esta compreensão. Nota-se que as práticas de auto serviço visam romper com os valores de submissão e subserviência promovidos pela sociedade capitalista. Um aspecto considerável é que todas as escolas, ao planejar/executar as tarefas de auto serviço, têm um cuidado ao designar as tarefas de acordo com a faixa etária dos estudantes para não se tornarem penosas para serem desenvolvidas, respeitando o nível de cada criança.

É válido observar a problemática da presença de uma centralidade no nível de trabalho do autosserviço, mesmo sabendo da relevância que cumpre, recordamos que este é um nível de trabalho útil, mas é menos complexo e mais irracional, fica a observação para as escolas ousarem com práticas de trabalho produtivo. Em relação às Unidades de Produção, é unânime nas Escolas Itinerantes, a horta escolar, com formas diferenciadas de organizar o envolvimento dos estudantes com o trabalho produtivo.

Há escolas que se encontram em níveis mais avançados de participação, onde conseguem correlacionar os conteúdos instrucionais com frequência a este espaço de produção e a vida, com uma dinâmica que envolvem os estudantes com o trabalho com maior frequência. Porém, me deparei com escolas que estão ensaiando práticas e desenvolvem os trabalhos na horta, eventualmente, perdendo o potencial educativo deste ambiente ao não conseguir planejar sistematicamente o trabalho na horta e explorar o estudo da prática da horta.

De acordo com a pesquisa, nas escolas que o trabalho da horta encontra-se organizado, é forte a investida formativa no âmbito da Agroecologia (da produção de alimentos saudáveis), de criar hábito alimentar saudável, como a própria valorização da cooperação e do trabalho coletivo.

Assim, no trabalho pedagógico mantêm o vínculo com a terra e aprendem técnicas de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

produção agroecológica, além de manter a cultura do trabalho com a terra e a integração do trabalho manual e trabalho intelectual, permite que os educandos percebam a necessidade de conhecimentos para qualificar a intervenção do trabalho, pois a mão que trabalha não está separada da cabeça que pensa o trabalho.

A partir do trabalho pedagógico na horta também complementa-se a alimentação escolar em algumas escolas, mesmo aquelas que ainda não estão com uma organização de participação permanente dos estudantes na horta, esporadicamente, envolvem os estudantes por compreenderem sua importância formativa na promoção de alimentos livres de agrotóxicos. Portanto, o trabalho desenvolvido na horta cumpre a função pedagógica do trabalho, é fonte de aprendizado dos conteúdos instrucionais para os estudantes.

Neste sentido, em entrevista realizada com a Coordenadora Pedagógica da Escola H, esta salienta que a horta tem a mesma funcionalidade que um laboratório de ciências, é onde se realiza experimentações com as sementes, plantas e observação das mesmas em relação com os conteúdos escolares, ou seja, apresenta-se como uma forma de “cientificar” os conteúdos escolares.

Entretanto, as relações dos conteúdos escolares não se limitam somente ao trabalho desenvolvido pelos estudantes na horta. Os elementos que regem a vida do acampamento e seu entorno se tornam também fonte para apropriarem-se de conhecimentos.

Em análise ao relatório do 1º semestre da Escola X, podemos visualizar, para exemplificar, um exemplo de ligação dos conteúdos instrucionais, com elementos da vida da comunidade acampada: [...] esta prática pedagógica foi realizada a partir da observação do processo de subsistência das famílias acampadas: o processo de produção desde o plantio até a colheita.

Acompanhamos a preparação da terra e plantação das sementes crioulas, sementes produzidas aqui no acampamento. A partir disso, trabalhamos ciclo de vida das plantas, suas partes, hábitos alimentares dos animais, agroecologia, técnicas de produção, medidas agrárias, calendário de produção das plantas: processo de fotossíntese, ciclo da água, diversidade de plantas, custo de produção, comercialização.

Período de colheita: adubação da terra, adubo orgânico x adubo químico, classificação e consumo das sementes. A partir dessa prática pedagógica, os educandos passaram a entender melhor o ciclo de vida das plantas, desde o nascimento, crescimento, reprodução e seu término,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

que pode ser a morte ou colheita do produto.

Foi despertada muita curiosidade, sobre cada momento de estudo, possibilitando-os o conhecimento de variedades de plantas nativas ou nascidas por sementes. Levando em consideração que alguns educandos/as entendem melhor o conteúdo na prática, o que na teoria, por mais esse motivo, essa prática pedagógica teve mais um lado positivo. (ACAP, 2012, p. 56).

Neste processo pedagógico, identificamos o rol de conteúdos escolares que perpassam o processo pedagógico demonstrando o processo de produção, desde o plantio até a colheita feita pelas famílias acampadas, que se ofereceram para se tornar referência para aquisição dos conteúdos instrucionais.

Os conteúdos, nesta perspectiva, incorporam outro sentido para os estudantes, não o conteúdo pelo conteúdo, descolado do contexto social, mas, sim, impregnado da realidade da produção da vida material, pois o conhecimento é o produto do trabalho humano. Dessa forma, corrobora os estudos de Bahniuk (2009), pelos quais analisou a prática educativa de uma das Escolas Itinerantes.

Conclusão

Por mais que, a Escola Itinerante se constitua em situações de provisoriedade, configura-se um espaço fecundo da Educação do Campo, sendo expressão de luta pelo direito fundamental de ter acesso à educação, propiciando também a formação de educadores do campo e a ampliação do nível cultural das famílias Sem Terra de modo combinado a constituição da resistência pela conquista do território ocupado. Com o formato essencial, bem como a composição de uma prática pedagógica a serviço da luta social pela terra, que aspira a soberania humana e a mudança da sociedade e do seu modo de organização.

Compreender a educação da Escola Itinerante é mais que uma relação entre atrasado e moderno, de debate teórico, passa pelo âmbito da prática e da crítica social. Passa pela luta em prol da sociedade capitalista e da exploração do trabalho pelo capital. Estamos num momento crucial, em que se torna ainda mais premente resgatar a história das lutas da classe trabalhadora, quer seja pela terra, pela moradia, pela saúde, pela escola ou pela educação.

Os movimentos sociais, contestatórios, de caráter de classe, se opõem ao agronegócio, a face mais perversa do capitalismo no campo, assim, a teoria deve refletir essa disputa e o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

método que possibilitará a união real, concreto pensado e realidade, é o materialismo histórico dialético.

Referências

AMBONI, Vanderlei; BRANDÃO, Elias Canuto. **A história da Escola Itinerante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sul do Brasil** In: ROMPATTO, Maurílio; CRESTANI, Leandro de Araújo (orgs). **Territorialidades Camponesas no Noroeste do Paraná**, Cascavel-PR, Editora, FAG.2021.

AMBONI, Vanderlei. V. Educação e escola no MST. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 9, p. 721-742, 11 dez. 2020.

ARROYO, M. G. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas**. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 103-116.

CALDART, SALETE, ROSELI. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Editora Expressão Popular, 1ª Edição, 2004.

CAMINI, Isabeli. **Escola itinerante na fronteira de uma nova escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

EAGLETON, T. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

RIBEIRO, M. Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo. **Educação e pesquisa**, v. 41, n. 1, p. 79-100, jan./março. 2015.

SAPELLI, L.S. **Escola Itinerante: espaço de disputa e contradição**. Educar em Revista, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 129-143, jan./mar. 2015.

SAPELLI, M. L. S. **Escola do Campo – espaço de disputa e de contradição: análise da proposta pedagógica itinerante do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina**. 2013. 488.f. Tese Doutorado em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VIEIRA PINTO, Á. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo. Editora Cortez, 1987.

VENDRAMINI, C. R. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo**. Vol. 27, nº 72. Campinas, Cad. Cedes, 2007.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O
PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Andreia Nakamura Bondezan¹ -
Unespar- Campo Mourão
José Antonio Lopes² - Unespar- Campo
Mourão

Nome do GT: GT 6- EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Neste artigo abordaremos o projeto de iniciação científica que está em andamento, o qual possui a temática “a formação do professor para o processo de inclusão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental”. Apresentaremos o caminho percorrido sobre a seleção dos textos, exibindo os critérios estabelecidos para selecionar os textos que compõem a pesquisa, as considerações iniciais, na qual abordamos a legislação que regulamenta a educação especial no Brasil. O objetivo geral desta pesquisa, é gerar novos conhecimentos sobre a formação inicial do professor e garantir que o processo de inclusão ocorra. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e documental e se baseia na teoria Histórico-cultural de Vygotsky que defende que todos podem aprender, isto irá depender da mediação que este recebe. Os principais problemas encontrados no processo de inclusão escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental é a falta de profissionais qualificados para trabalhar com a educação especial, o não cumprimento de políticas públicas e a falta de participação da família no processo de inclusão. O processo de inclusão não depende apenas do professor em sala de aula mas sim do cumprimento da criação das políticas públicas para garantir o acesso à educação em âmbito geral. Desta forma, esperamos contribuir com as discussões e ações para a efetivação da inclusão escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Formação de professores. Ensino fundamental. Educação Especial.

RESUMEN

En este artículo abordaremos el proyecto de iniciación científica que se encuentra en ejecución, el cual tiene como tema “formación docente para el proceso de inclusión escolar en los primeros



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

años de la escuela primaria”. Presentaremos el camino recorrido en la selección de textos, mostrando los criterios establecidos para seleccionar los textos que componen la investigación, las consideraciones iniciales, en las que abordamos la legislación que regula la educación especial en Brasil. El objetivo general de esta investigación es generar nuevo conocimiento sobre la formación inicial docente y lograr que el proceso de inclusión se lleve a cabo. Esta investigación es de carácter bibliográfico y documental y se basa en la teoría Histórico-Cultural de Vygotsky la cual plantea que todos pueden aprender, esto dependerá de la mediación que reciban. Los principales problemas encontrados en el proceso de inclusión escolar en los primeros años de la Enseñanza Básica son la falta de profesionales capacitados para trabajar con la educación especial, el incumplimiento de las políticas públicas y la falta de participación de las familias en el proceso de inclusión. El proceso de inclusión no depende solo del docente en el aula, sino del cumplimiento de la creación de políticas públicas para garantizar el acceso a la educación en general. De esta manera, esperamos contribuir a las discusiones y acciones para la efectividad de la inclusión escolar en los primeros años de la Enseñanza Fundamental.

Palabras clave: Formación de professores. Enseñanza fundamental. Educación especial.

¹ Professora Associada da Universidade Estadual do Paraná - *e-mail*: andreia.bondezan@unespar.edu.br

² Acadêmico de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, – *e-mail*: jozeantonio454@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A inclusão escolar de pessoas com deficiência tem sido organizada no Brasil desde os anos de 1990 (MENDES, 2002) e, neste processo, é preciso que a escola se modifique para o atendimento desse alunado. Assim, esta pesquisa de Iniciação Científica (IC), ainda em andamento, tem como objeto a formação de professores para o ensino de crianças com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental. A principal justificativa é de que é preciso analisar como está sendo organizado o ensino tendo a inclusão como foco e a relevância desta discussão para os estudantes de Pedagogia e professores da Educação Básica. O objetivo geral deste estudo é compreender como o professor recebe formação para atuar em sala de aula com alunos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais (NEE) e se esta contribui para o processo de inclusão escolar. A pesquisa está em fase de análise e seleção de textos que possam ser utilizados para o alcance deste objetivo. O projeto de IC tem como fundamentação teórica a abordagem Histórico-Cultural que defende que todos os indivíduos podem aprender, isto só irá depender da mediação que recebem (VYGOTSKI, 1998).

Para o processo de inclusão é relevante entender como os professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental recebem formação para trabalhar com alunos com algum tipo de deficiência, se estes se sentem confiantes frente a esse processo de inclusão. Para iniciar a compreensão deste processo recorreremos ao histórico da inclusão escolar no Brasil, as legislações que garantem acesso aos alunos com deficiência à educação escolar, abordando a importância da participação familiar e o ensino colaborativo, no processo de desenvolvimento.

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e documental. Busca subsídios na legislação que regulamenta os direitos das pessoas com deficiência a viverem como cidadãs em sociedade, e autores que serão a base para discussão e problematização da formação dos professores que lidam com a educação especial. Dentre os textos escolhidos estão as autoras (Azevedo, 2020), (Evangelista, 2019), (Faria, 2018), (Marinho, 2018) e Veríssimo (2017). Desta forma, espera-se contribuir com as discussões e ações para a efetivação da inclusão escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A criação e consolidação da educação especial no Brasil se deu em um processo de lutas e, ainda nos dias de hoje, passa por diferentes mudanças tanto nas práticas de vida quanto nas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

legislações que garantem os direitos das pessoas com deficiência.

Ao olharmos para o passado é possível perceber como as pessoas com deficiência eram vistas e, através de fontes históricas, é possível identificar que houve um processo de exclusão desses sujeitos desde a antiguidade. Na Idade Média, a sociedade, era dominada por dogmas e questões religiosas, onde as principais afirmações sobre as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência era que estes indivíduos estavam possuídos por forças demoníacas, o que faziam com que estas pessoas sofressem castigos físicos e mentais, onde se tornavam vítimas de julgamentos, perseguição e exclusão da sociedade ou eram tratadas de forma caritativa por aqueles que buscavam uma recompensa divina (SILVA, 2009).

Na Idade Moderna, com a nova concepção que a filosofia humanista trouxe sobre o Homem ser um animal racional e as grandes navegações, alguns estudiosos começam a questionar e analisar e estudar as pessoas com deficiência para compreender o que as causava. Motivados por esses ideários, algumas pessoas começaram a contribuir para o rompimento com as concepções que ligavam a deficiência ao misticismo através da ciência. Sucessivamente diversas investigações a partir da medicina, para com a pessoa com deficiência, foram se expandindo e sendo compreendidas sob a ótica de uma avaliação e de uma teoria futuramente didática (EVANGELISTA, 2018 p. 36).

Segundo Mendes (2010), o marco histórico da educação especial no Brasil ocorreu, no final do século XIX, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, que atualmente é conhecido como Instituto Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, que hoje é o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos. Contudo, mesmo existindo instituições criadas para atender as pessoas com deficiência, houve um grande descaso do poder público em relação às pessoas e à educação como um todo, pois eram atendidos os apenas os casos mais graves de deficiência nas instituições. Esse processo pode ser conhecido também como processo de institucionalização.

A institucionalização da educação especial que ocorre no país a partir da década de 1950 consolida não só o distanciamento do Estado no que se refere à educação das pessoas consideradas com deficiência, mas também a privatização do ensino, da assistência social e da saúde dessa população, à medida que agrega à sua especialidade um atendimento global (MELETTI, 2008, p. 2).

A educação especial inclusiva se tornou um movimento mais forte e evidente no Brasil somente a partir do ano de 1990, por meio das propostas apresentadas na Conferência Mundial



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

de Educação para todos em Jomtien, Tailândia, a qual trouxe como pauta principal em seu discurso “satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos” (BRASIL, 1990a). Porém, a educação inclusiva foi ganhar forma somente na Conferência Mundial de Educação Especial realizada em 1994, onde se instituiu a Declaração de Salamanca, que “possui o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social” (BRASIL, 1994).

Atualmente o Brasil possui alguns documentos oficiais que amparam e auxiliam no processo de garantir direitos e acesso às pessoas com deficiência à educação, lazer e cidadania dos quais destacamos: o Estatuto Da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), a Lei De Diretrizes e Bases Da Educação Nacional LDB (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Estatuto da Pessoa Com Deficiência (2015).

A Lei De Diretrizes e Bases Da Educação Nacional de 1996 é a legislação que regularizamenta o sistema educacional brasileiro da rede pública e privada. Na legislação podemos encontrar os mesmos princípios que também estão na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que reafirma o direito à educação desde a educação básica até o ensino superior. Em relação à educação especial, este documento trouxe algumas pautas extremamente importantes. No artigo 59 da LDB diz:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, art. 59).

A LDB também aborda no artigo 58 a definição do que é educação especial e quais são os serviços que o aluno e família podem alcançar para que este consiga se adaptar e seu



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

desenvolvimento escolar seja igual ao dos outros indivíduos, levando em consideração a sua deficiência. O documento diz;

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, art.58).

O ECA foi um documento criado nos anos de 1990 com o objetivo de garantir que todas as crianças e adolescentes tenham condições de se desenvolver de forma moral, física, social e mental, de modo que possam estar preparados para a vida adulta em sociedade. O documento também tem a função de proteger as crianças de abusos, e caso de escravidão ou trabalho de menores de 14 anos, e a responsabilidade das crianças pertence a família, a sociedade e ao Estado. Englobando a discussão da educação especial inclusiva, de acordo com o artigo 53 do ECA:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990b, art. 53).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um documento de 2008 e foi criada para garantir o acesso às pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, possam aprender e conviver com outros indivíduos no ambiente escolar. Esta Política entende que a educação especial é uma modalidade de ensino que atravessa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios para este atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008). As pautas defendidas por este documento são:



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

a) garantia do livre acesso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos diferentes componentes da vida comunitária, visando à sua plena integração à sociedade e consolidados direitos sociais; b) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2008).

O estatuto da pessoa com deficiência é um documento criado em 2015, que tem o objetivo de assegurar e promover condições de igualdade, exercendo os direitos e as liberdades fundamentais, para a inclusão social e a cidadania de todas as pessoas com deficiência. De acordo com o artigo 28 do estatuto que é dever do poder público:

[...] assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, a elaboração de projetos pedagógicos que institucionalizam o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015, art. 28).

De acordo com Evangelista (2018) o processo de inclusão é uma questão social e educacional importante e que deve ser analisada e discutida com muita atenção e levada em consideração a ciência e o universo social que está inserida. A autora também discute que os estudos mostram que há ausência de políticas públicas voltadas para a formação continuada de professores, de articulação entre a educação especial e o ensino regular e de planejamento colaborativo no âmbito das redes municipais e estaduais de ensino.

Através disso podemos concluir que o processo inclusão não depende apenas do professor em sala de aula mas sim do cumprimento criação das políticas públicas para garantir o acesso à educação em âmbito geral.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e documental.

Através de sites governamentais tivemos acessos a documentos importantes como o ECA, a LDB, a Constituição Federal, os quais trazem pautas que abordam e auxiliam na criação de leis



para beneficiar a educação especial.

Buscamos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), algumas teses e dissertações que pudessem nos auxiliar no processo de pesquisa, na qual foi delimitado o tema de pesquisa, criando objetivos para ser cumpridos sobre como seriam selecionados os textos que iriam compor a pesquisa.

Inicialmente os primeiros objetivos da pesquisa era encontrar os textos que abordaram a educação especial e estavam disponíveis na BDTD, onde foi definido que utilizamos palavras chaves para buscar o textos, a quais eram: “anos iniciais do ensino fundamental”, “formação de professores” e “educação especial” e um recorte de apenas tese e dissertações publicadas entre 2016 a 2021. Nos resultados encontrados ficaram disponíveis 58 textos dentre estes foram selecionados oito para uma segunda seleção.

Após a segunda leitura iniciou-se a leitura dos textos com alguns objetivos pré definidos que iriam compor a pesquisa, onde estes não poderiam relatar casos específicos de deficiências, ou discutir especificamente de um local, ou modalidade de ensino. Dentre esses textos foram selecionados apenas cinco, os quais compõem a pesquisa de IC.

A pesquisa tem como finalidade gerar novos conhecimentos sobre formação inicial do professor, buscando garantir uma visão sobre como este profissional recebe formação para atender alunos com deficiência em sala de aula, e garantir que o processo de inclusão educacional ocorra. No delineamento das discussões da pesquisa, levou-se em consideração o fato de que, atualmente tem-se deparado com muitos professores despreparados, muitas vezes desmotivados e sem condições efetivas de promover um ensino de qualidade.

4 DESENVOLVIMENTO

Ao iniciarmos a leitura dos textos percebemos que uma das grandes dificuldades encontradas e apontadas sobre os cursos de formação de professores é proporcionar conhecimentos que auxiliem e favoreçam o atendimento das especificidades do ensino, e que os profissionais possam cumprir seu objetivo de ensinar para a diversidade de maneira satisfatória. (EVANGELISTA, 2019)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

De acordo com Veríssimo (2017), podemos perceber que os professores, ao se depararem com alunos que apresentam alguma dificuldade ou necessidade educacional especial, pensam e buscam maneiras de auxiliar no processo de aprendizagem dos conteúdos acadêmicos, mas por não saberem como efetivar esse processo muitos professores da educação regular optam por não atuar com os alunos com deficiência, por receio de não saber transmitir conhecimento.

Mesmo cientes da necessidade de buscar por formação continuada, existem professores que não a realizam, pelo motivo de que os próprios sistemas de ensino não lhes dão suporte para que essa capacitação aconteça, e sem conhecimento, conquistado por meio de processos de formação, isso não é possível. A formação e atuação de professores necessitam ter sintonia com a pretensão pedagógica e os conteúdos a serem ministrados para os alunos, sejam eles da educação especial ou não, e isso requer que os professores conheçam seus alunos e tenham condições de adaptar as estratégias de trabalho às demandas que eles apresentam. Santos (1997) afirma que os cursos de licenciatura são criticados em relação à formação dos profissionais da educação, pois seus egressos não compreendem que a criança constroi seu conhecimento a partir da interação com o meio, com outros indivíduos.

Azevedo (2020) afirma que a inclusão escolar não deve desprezar a profissão do educador, pois este profissional tem diversos desafios como as condições de trabalho, questões estruturais e baixos salários os quais têm transformado a carreira docente desestimulante, sobretudo àqueles que atuam na educação básica brasileira.

A educação especial como política pública estabelecida no país, que proporciona a garantia aos alunos com deficiência e ingresso no ensino comum, demanda uma atenção para aqueles que estão envolvidos no processo de (re)construção do conhecimento, particularmente, o professor, com ênfase na educação inclusiva, devendo-se considerar os processos de aprender e de ensinar, na perspectiva de um fazer coletivo com um planejamento sistemático e integrado à inclusão (AZEVEDO, 2020, p. 33).

É preciso ter em vista que a mudança de uma escola excludente para uma escola inclusiva necessita não apenas de professores, que possuem capacitação adequada para trabalhar com alunos com deficiência, mas também requer a participação de instâncias governamentais, família, comunidade escolar e alunos. Nessa perspectiva, o processo de formação continuada também deve acontecer dentro de todos os ambientes que compõem a escola (EVANGELISTA, 2019).

Marinho (2018) aborda em sua pesquisa que o papel da escola em nenhum momento é assumir o dever da família, mas possui o dever de contribuir em vários aspectos educativos



evitando que as crianças com deficiência não sofram qualquer tipo de discriminação. Dessa forma, deve-se analisar a maneira em que os aspectos afetivos são trabalhados, implicados no processo de inclusão escolar, o professor também acaba por se deparar com as próprias emoções, em uma relação dialética contínua.

A preparação cognitiva é privilegiada, pois ter uma boa oratória e domínio para falar de um conteúdo se torna extremamente importante para abordar estratégias didático-pedagógicas para auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais. Porém acaba-se ignorando a forma como aluno e professor se sentem em relação a esse processo. Os fatores emocionais interferem de forma marcante no processo de ensino aprendizagem, pois a emoção é considerada um fator essencial a ser considerado dentro da prática pedagógica, pois os aspectos é necessário a criação de emoções na relação professor-aluno são essenciais no processo de aprendizagem (FARIA,2018).

Por isso o envolvimento da comunidade escolar, a responsabilidade e o compromisso das políticas públicas em prol à inclusão devem ser fatores altamente valorizados na diversidade, na cidadania, no respeito e na equidade a todo estudante, independente de suas diferenças ou diversidades funcionais (MARINHO, 2018, p. 28).

Assim, é de extrema importância que o professor e os sistemas de ensino assumam a responsabilidade de oportunizar momentos de formação, especialmente os que sejam voltados ao trabalho na educação especial, pois este trabalho se fazem necessários para que haja profissionais verdadeiramente preocupados com a pesquisa sobre a prática, o que repense na atuação pedagógica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva apresenta ao mesmo tempo um olhar de certezas e de incertezas, é preciso avançar qualitativamente na educação de crianças, jovens e adultos que se encontram marginalizados no processo de inclusão na escola pública.

Além dos fatores emocionais comuns a essa do processo de ensino aprendizagem acrescentam-se ainda as expectativas e angústias do professor frente ao desafio da inclusão; de forma consciente ou não, nos quais os aspectos emocionais do professor são mobilizados, influenciando sua forma de agir e se relacionar com todos os alunos.



É preciso que haja mais formação continuada de professores, recursos pedagógicos nos ambientes escolares, acesso ao atendimento educacional especializado, acessibilidade nos espaços físicos e digitais, adaptações curriculares, participação da família e responsabilidade social, pois todos esses fatores auxiliaram para que minimizem as desigualdades e a exclusão educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras e fichamentos iniciais dos textos selecionados, percebemos que um dos principais problemas encontrados no processo de inclusão escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental é a falta de profissionais qualificados para trabalhar com a educação especial. Muitas vezes os professores, ao saberem que existem alunos com deficiência em sua sala de aula, resolvem não assumir esta turma por medo de saberem como ensinar ou por nunca ter tido um aluno com algum tipo de deficiência em sala.

Outro problema é o não cumprimento das políticas públicas ou o desconhecimento das famílias acerca dos direitos que seus filhos têm por ter alguma deficiência. Desta forma, estes alunos com deficiência não possuem o acesso à sala de recursos multifuncionais, não recebem as adaptações necessárias, não são avaliados por uma equipe multiprofissional ou, um profissional para acompanhá-lo como intérprete ou professor auxiliar.

A falta de participação da família no processo ou a não aceitação do diagnóstico de deficiência das crianças também pode ser prejudicial para o seu aprendizado da criança quanto para o ensino do professor.

Cabe destacar que estas considerações ainda são preliminares, pois, a presente pesquisa ainda se encontra em andamento. No entanto, são indícios de que ainda é preciso que haja mudanças significativas para que a inclusão escolar seja uma realidade para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, T. H. S. **Entre o Específico e o Indissociável: formação docente e ensino colaborativo para a inclusão escolar.** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. São Cristóvão, 2020.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília, MEC, 1990. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 21 Fev. 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BRASIL, **Declaração mundial sobre educação para todos** e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990a. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf Acesso em : 21 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, MEC; SEEP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 21 Fev. 2023.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990b. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em : 21 Fev. 2023.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 21 Fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 Fev. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso:01 mar 2023.

EVANGELISTA, R.R. N. **Formação e Atuação De Professores De Alunos Com Deficiência**. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Catalão, 2019.

FARIA, P. M. F. **As Emoções Do Professor Frente À Inclusão Escolar**. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Curitiba, 2020.

MARINHO, M. F. B. **Inclusão de Crianças com Deficiências nos Primeiros Anos do Ensino Fundamental em Escola Pública: dificuldades apontadas por professores**. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. São Paulo, 2018.

MENDES, E. G.. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. **Escola inclusiva**, v. 1, p. 61-85, 2002.

MELETTI, S. APAE educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais. In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED)**, 31., 2008, Caxambu. Anais. Caxambu: Anped, 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/trabalho15.htm> . Acesso em: 25 fev . 2023.

SANTOS, S. M. P. O Lúdico na Formação do Educador. Petrópolis: Vozes, 1997.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

SILVA, M. O. E. **Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas**. Revista Lusófona de Educação, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, v. 13, p. 135-153, 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/57> . Acesso em:21 fev 2023.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky – Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

VERISSIMO, N. B. **Percepções E Práticas Pedagógicas De Professores Regentes Dos Anos Iniciais Em Relação Aos Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais**. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Londrina, 2017.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Layna Costa Hillmann¹ - Unespar
Andreia Nakamura Bondezan² - Unespar

Nome do GT: Educação Especial e Inclusiva

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar produções científicas acerca da educação infantil e a inclusão da criança com deficiência. O presente trabalho adotou o método de pesquisa de revisão de literaturas, por meio da base de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), através das categorias de análises: conceito de inclusão, políticas públicas e formação inicial e continuada de professores. A princípio foram selecionadas onze pesquisas por seus títulos e após a primeira leitura do resumo, apenas quatro trabalhos foram selecionados conforme critérios estabelecidos. Através dos dados obtidos nota-se que mesmo a inclusão da criança na Educação Infantil sendo um direito conquistado, ainda é preciso enfrentar desafios e barreiras. É necessário olhar de forma mais significativa para a formação inicial e continuada do professor para o processo de inclusão da criança com deficiência.

Palavras-chave: Educação infantil. Inclusão. Formação de professores.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo general analizar las producciones científicas sobre educación infantil e inclusión de niños con discapacidad. El presente trabajo adoptó el método de investigación de revisión de literatura, através de la base de datos: Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), a través de las categorías de análisis: concepto de inclusión, políticas públicas y educación inicial y continua. En un principio, se seleccionarn once estudios en base a sus títulos y luego de la primera lectura del resumen, solo cuatro estudios fueron seleccionados de acuerdo con los criterios establecidos. A través de los datos obtenidos, se constata que aun siendo la inclusión del niño en la Educación Infantil un derecho conquistado, aún es necesario enfrentar desafíos y barreras. Es necesario mirar más significativamente la formación inicial y continua de los docentes para el proceso de inclusión de los niños con discapacidad.

Palabras clave: Educación Infantil. Inclusión. Formación de profesores.

¹ – Graduanda do curso de Pedagogia da Unespar – e-mail: laynahillmann@gmail.com

² – Professora Associada da Unespar – e-mail: andreia.bondezan@unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a inclusão do estudante com deficiência na educação infantil. Procuramos sintetizar estudos relativos ao histórico da inclusão escolar no Brasil, bem como os conceitos deste processo, com a intenção de colaborar e afirmar um direito conquistado. Dentro do contexto escolar é possível destacar vários fatores relevantes para a aprendizagem da criança com deficiência. O direito de poder ingressar no ensino regular na Educação Infantil permite a interação com os demais alunos e, mais do que isso, alcançar níveis mais elevados de aprendizagem e desenvolvimento. A convivência entre pessoas diferentes, que possuem formas diversas de pensar, amplia suas referências, conhece outras realidades. Essas características são essenciais na formação de qualquer cidadão, inclusive das crianças pequenas.

A fim de alcançar este objetivo realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de artigos científicos, ressaltando a temática da pesquisa.

Entender a relevância da educação infantil para alunos com deficiência é fundamental para a problematização do paradigma vigente, bem como o impacto deste nas políticas de formação tanto dos professores quanto dos alunos. A inclusão como processo de garantir o ensino a todos e a importância da formação do professor como o papel essencial para um ambiente adaptado e inclusivo deve ser a meta de toda escola no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a compreensão deste tema, primeiramente, apresenta-se um breve histórico da inclusão escolar no Brasil, em seguida, destaca-se a importância da educação infantil para aprendizagem e o desenvolvimento infantil, a importância da formação de professores no Brasil, e finaliza, com a análise das pesquisas escolhidas.

2.1 Breve histórico de inclusão escolar no Brasil

Nos últimos anos, tem crescido o debate sobre a escolarização das pessoas com deficiência, o que traz visibilidade para esse público no âmbito político social, no sentido de uma inclusão escolar como diretriz educacional.

O direito à educação está prescrito no artigo 205, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988): “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988,



art. 205). Dado que o direito à educação é assegurado pela obrigação do poder público e que a educação está relacionada à transformação da ordem social e a atributos cívicos, torna-se uma virtude fundamental zelar pela educação e aprimorá-la ao longo do tempo (BRANDÃO, 2017).

De acordo com Beyer (2006) no Brasil a educação inclusiva passa a surgir e evoluir como conceito e proposta institucional ao longo dos anos 1990. Destaca os avanços provocados pelos dois encontros internacionais, que marcaram as discussões correspondentes. Estes encontros foram: a Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990; e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha, de onde se originou o importante documento a Declaração de Salamanca.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, foi possível concretizar as políticas sociais de inclusão na educação escolar das pessoas com deficiência (BRASIL, 1996). Beyer (2006) aponta que, a educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional e defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças nas mais variadas situações pessoais. Além desta interação, é primordial um ensino que atenda às diferenças do alunado. A educação Infantil, neste documento norteador, é a primeira etapa da educação básica nacional, a qual se indicam as metas e objetivos voltados não só ao cuidar como também ao educar.

A LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996) recomenda que crianças com necessidades especiais sejam matriculadas na rede regular de ensino, como prevê na Constituição Brasileira:

[...] a Constituição Federal, determina no art. 205 que a educação é direito de todos, e a Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, que define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, determina que as escolas do ensino regular devam matricular todos os alunos em suas classes comuns, com os apoios necessários. Esse apoio pode constituir parte do atendimento educacional especializado (previsto no art. 208 da Constituição Federal) e pode ser realizado em parceria com o sistema público de ensino.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil foi elaborado como implementação da LDBEN (BRASIL, 1998), e enfatizava como eixos do projeto pedagógico a diversidade, a interação, a comunicação, o brincar e a socialização das crianças por meio de sua participação nas diversas práticas sociais, sem nenhum tipo de discriminação. A recomendação para a inclusão é sinalizada no documento, com destaque para uma Educação Infantil que



respeite as diferenças e que acolha as crianças com necessidades educacionais especiais e suas famílias (BRASIL, 1998).

Para a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a inclusão escolar tem início na Educação Infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (BRASIL, 2008).

Em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o inciso VII, do § 1º, do Art. 8º, da Resolução CNE/CEB nº 05/2009, especifica que as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem a acessibilidade (BRASIL, 2009). Desta forma, os documentos oficiais do Brasil especificam que a inclusão escolar deve acontecer desde a educação infantil.

2.1.1 Relevância da educação infantil para alunos com deficiência

A criança é considerada um ser de extremo saber que absorve com naturalidade e eficiência o conhecimento veiculado em seu entorno (BRASIL, 1998). Nesse sentido, podemos citar que a primeira infância é um período importante no qual acontecem desenvolvimento e obtenção de capacidades básicas que, ao decorrer do tempo, permitirão o aprimoramento de habilidades mais complexas.

Por meio da Educação Infantil muitas crianças, tendo alguma necessidade educacional especial ou não, têm a oportunidade de se desenvolver, aprender, se relacionar e descobrir sua identidade. Além de, ter a chance de desenvolver capacidades psíquicas superiores, ou seja, a memória, o raciocínio, a atenção voluntária e outras, que serão fundamentais para a vida em sociedade.

É oportuno rememorar o pensamento da filósofa Hannah Arendt (1951), segundo a qual, pode-se considerar a diversidade como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam ser habituados à convivência com diferentes. Nesse sentido, para a criança com deficiência ingressar no ensino regular na Educação Infantil permite não só a



interação com os demais alunos, como a convivência entre pessoas plurais, podendo assim, ampliar suas referências e conhecer outras realidades. Essas características são essenciais na formação e desenvolvimento de qualquer cidadão, inclusive das crianças pequenas.

Vygotsky deixou um importante legado referente às formas como as aprendizagens ocorrem, as quais devem contribuir para o desenvolvimento do sujeito, através das relações sociais. Entre tantos estudos voltados ao conhecimento do desenvolvimento humano, ele dedicou também a investigar o desenvolvimento da criança com deficiência (TOLEDO; MARTINS, 2009).

Devido ao processo criativo que envolve o domínio da natureza, o emprego de ferramentas e instrumentos, o homem pode ter uma ação indireta, planejada tendo ou não deficiência. Pessoas com deficiência podem ter um alto nível de desenvolvimento, se a escola se modificar para atender as especificidades de seus estudantes (COELHO; PISONI, 2012).

Dessa forma, é na primeira infância que as crianças passaram por descobertas, experiências e processos de desenvolvimento que carregaram para o resto da vida, esse é um dos períodos mais ricos para o aprendizado e, por isso, a educação infantil inclusiva é tão importante para potencializar o educando conforme suas especificidades.

2.1.2 A importância da formação de professores no Brasil

O professor tem papel central na educação inclusiva, pois ele é facilitador no processo de aprendizagem e contribui para o desenvolvimento dos seus alunos, por meio de planejamentos contínuos, comunicação e o respeito mútuo.

Ensinar é uma atividade relacional: para coexistir, comunicar, trabalhar com os outros, é necessário enfrentar a diferença e o conflito. Acolher e respeitar a diversidade e tirar proveito dela para melhorar sua prática, aprender a conviver com a resistência, os conflitos e os limites de sua influência fazem parte da aprendizagem necessária para ser professor (MELLO, 2000, p. 104).

De acordo com Almeida (2004), o primeiro curso de especialização para formação de professores para a educação especial no Brasil ocorreu no estado de São Paulo, em 1955, quando o governo estadual autorizou, por meio de decreto, o funcionamento de um Curso de Especialização para o Ensino de Cegos no Instituto Caetano de Campos.

A Resolução CNE n. 02/2001, (BRASIL, 2001) prevê a formação dos professores que atuarão com as pessoas da educação especial. No parágrafo 1º, definem-se as competências a serem desenvolvidas por esses professores:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais àqueles que comprovem



que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequado ao desenvolvimento de competências e valores para: I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II – flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III – avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV – atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001).

Considerando a importância dos professores na Educação Inclusiva, esses devem assumir uma postura frente ao seu processo de formação e de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Como explica Carneiro (2012, p.9):

Construir uma escola diferente implica um compromisso prioritário com a transformação do modelo tradicional de formação de professores. É preciso ter coerência entre o que os educadores aprendem e o que queremos que ensinem. Precisamos, dessa forma, promover discussões e possibilitar a construção de parcerias entre a pesquisa científica e as práticas inclusivas (CARNEIRO, 2012, p. 9).

A formação, por meio de pesquisa científica, pode contribuir para se organizar na escola práticas inclusivas. De acordo com Tristão (2006, p.17) é preciso,

Organizar o ambiente e as rotinas para a aprendizagem ativa; Estabelecer um clima para interações sociais positivas; Encorajar a criança a realizar ações intencionais, solução de problemas e reflexão verbal; Observar e interpretar as ações de cada criança nos termos dos princípios de desenvolvimento contidos na proposta de experiências a serem proporcionadas e Planejar experiências que construam ações e interesses das crianças (TRISTÃO, 2006 p.17).

Além disso, Rodrigues (2008) aponta que, na formação dos professores características devem ser contempladas:

[...] conhecimento das características de desenvolvimento e de aprendizagem de alunos com condições não habituais [...], conhecer como se avalia, como se planeja, como se desenvolve um processo educacional e de aprendizagem em alunos com dificuldades ou com deficiências (RODRIGUES, 2008, p.12).

É imprescindível que para atuar na escola o professor esteja capacitado para lidar com a diversidade e saiba buscar respostas para as diferentes necessidades educacionais encontradas entre seus alunos, buscando promover a construção do conhecimento com o processo de ensino e aprendizagem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em busca de aprimoramento e atualização do conhecimento sobre a educação infantil e inclusão do estudante com deficiência, foi utilizado a pesquisa bibliográfica realizada por meio de investigação científica de obras já publicadas.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite



ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Nesse sentido, o presente trabalho adotou o método de revisão de literaturas, por meio da base de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

2.2. O que a literatura diz

Com o objetivo de buscar produções acadêmicas brasileiras sobre a educação infantil e a inclusão da criança com deficiência, foi realizada esta pesquisa apresentando algumas dissertações que foram produzidas nos anos de 2016 a 2022. Para isso, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No primeiro momento por meio de busca avançada usando as palavras: Inclusão, Educação infantil e Formação de professores, foram levantadas (86) oitenta e seis pesquisas como resultado, dessas (69) sessenta e nove eram dissertações e (17) desessete eram teses.

Desses trabalhos (75) setenta e cinco foram excluídos pela impertinência temática, totalizando (11) onze pesquisas selecionadas por seus títulos e posteriormente tendo seus resumos analisados, das quais (4) quatro corresponderam aos critérios de seleção e objetivos da pesquisa.

A relação das dissertações selecionadas encontra-se na tabela 1.

Tabela 1 – Descrição das dissertações analisadas.

Título	Palavras chaves	Autor	Nível/Ano	Objetivos
Diálogos formativos para práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil	Educação Inclusiva. Formação de Professores. Pesquisa-Ação.	SILVA, Amanda Fernandes	Dissertação, 2017	Analisar as práticas inclusivas da educação infantil a partir dos espaços de diálogo formação de professores em uma escola do município de Nossa Senhora do Socorro/SE.
Entre o específico e o	Formação docente. Ensino	AZEVEDO, Tereza hortencia da Silva	Dissertação, 2020	Analisar as contribuições do ensino



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

indissociável: formação docente e ensino colaborativo para a inclusão escolar	colaborativo. Inclusão. Educação básica.			colaborativo para a prática pedagógica dos docentes da classe comum e da sala de recurso multifuncional (SRM), cartografando as aprendizagens (re) construídas por esses profissionais no itinerário formativo da escola municipal investigada. Defendo a ideia de que o ensino colaborativo potencializa os conhecimentos, as habilidades, as atitudes e os valores dos professores à ressignificação da práxis, com vistas à (re) construção das aprendizagens dos alunos com deficiência (AcD).
Representações de professores sobre a inclusão escolar	Inclusão, Ensino, Docência, Representações.	ABDALLA, Ana Paula	Dissertação, 2016	A pesquisa dedicou-se a conhecer e analisar quais são as representações dos professores de uma mesma escola da rede municipal acerca da inclusão de alunos com deficiência nas classes de ensino regular.
Educação Inclusiva no Projeto Político-Pedagógico Participativo: diálogos	Educação Inclusiva. Pessoa com deficiência. Projeto Político-Pedagógico Participativo. Fenomenologia.	OLIVEIRA, Rita Isabel Alves	Dissertação, 2020	Entender a importância de se introduzir o debate sobre Educação Inclusiva em um Projeto Político-Pedagógico Participativo (PPPP). Para alcançarmos esse objetivo, elencamos como objetivos específicos entender: como essa discussão pode fazer parte do documento que regulamenta o funcionamento dessas instituições (PPPP); como esse documento se desdobrará no cotidiano institucional; e qual o diálogo possível entre as questões da inclusão propriamente ditas e as

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



				dificuldades apresentadas pelos (as) estudantes no processo de escolarização, mesmo que esses (as) estudantes não possuam um diagnóstico.
--	--	--	--	---

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

O trabalho de Silva (2017) teve como resultados que a escola pesquisada apresentava insatisfatória infraestrutura para educação infantil e organização escolar que dificulta a realização de momentos coletivos de aprendizado e de formação profissional, notou-se também incipiência no trabalho de inclusão escolar. A autora também mostra que, o trabalho colaborativo no cotidiano da educação infantil mostra-se potente no processo de formação profissional docente e no processo de efetivação da inclusão escolar e desenvolvimento infantil.

Para Azevedo (2020), ideia de que o ensino colaborativo potencializa os conhecimentos, as habilidades, as atitudes e os valores dos professores à ressignificação da práxis, com vistas à (re) construção das aprendizagens dos alunos com deficiência. Sua pesquisa mostrou que, há persistência de problemas estruturais nas escolas públicas, e falta de pessoal qualificado para dar suporte à ação pedagógica inclusiva. O reconhecimento de que a inclusão escolar, ainda, não se consolidou, tanto na rede pública quanto na particular, é uma constatação que, ao invés de expressar paralisia, conclama professores, gestão da escola, secretarias, governo e família para a responsabilidade com a promoção da escola inclusiva.

Abadalla (2016) realizou sua pesquisa de forma qualitativa, entrevistando cinco professores de uma mesma escola municipal que atuavam ao menos há dez anos como docentes efetivos. A análise dos dados baseou-se na perspectiva da Análise de Conteúdo. Como resultados, a autora verificou que as representações trazidas pelas professoras fazem parte do senso comum, isto é, argumentam que é difícil ensinar o aluno com deficiência na sala de aula regular, pois lhes falta formação adequada para trabalhar com esses alunos.

A pesquisa de Oliveira (2020) mostrou que os educadores se sentem desamparados quando precisam lidar com o tema da Inclusão e que esse desamparo se estende também aos educandos. Constatamos que, diante de tantas dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, ainda não existe uma inclusão efetiva no cotidiano escolar. As análises apontaram que existe uma demanda por formação docente e familiar, uma vez que professores e



responsáveis precisam compreender o que vem a ser Educação Inclusiva, para transformar esse saber em ações inclusivas.

A análise dos resumos das dissertações nos mostrou um breve cenário do campo de conhecimento e apontou para a necessidade de estudos e pesquisas desse tipo de assunto, destacando a formação continuada de professores para a educação inclusiva, pois nas (4) pesquisas estudadas, notou-se a evidente dificuldade relacionada aos saberes e fazeres docente na inclusão, questionando a importância de um profissional com formação qualificada para atender o aluno com deficiência.

Percebe-se que ao delinear esse cenário é possível destacar a metodologia de pesquisa e ação como uma ferramenta viável e útil para a compreensão do obstáculo social relacionado à Educação Inclusiva. Nota-se também que o trabalho coletivo e colaborativo no âmbito escolar pode ser um potente instrumento para a transformação das práticas e realidade social de inclusão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste resumo, pudemos verificar que houve um grande avanço da política educacional brasileira nos últimos anos em relação à criança com deficiência. A inclusão da criança na Educação Infantil é um direito conquistado.

A educação infantil é muito importante para a criança pequena, por ser um momento de pleno desenvolvimento. Assim, a criança com deficiência precisa ter pleno acesso a esta etapa de ensino, com suas peculiaridades atendidas.

Percebemos que para uma prática docente efetiva, é preciso uma formação contínua e coerente para o professor, na qual se desenvolva conhecimentos e processos que permitam o mesmo identificar e trabalhar conforme a especificidade de seu aluno.

Conclui-se que a Educação infantil e a inclusão do estudante com deficiência é um tema que requer estudos e pesquisas mais aprofundados para contribuição de um sistema educacional de fato inclusivo e com oportunidades igualitárias de aprendizagem para toda criança pequena.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Ana Paula. Representações de professores sobre a inclusão escolar. **Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho**, Rio Claro – SP, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144443/abdalla_ap_me_rcla.pdf;jsessionid=4



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

6CF210886F3F1B11455638464646B3E?sequence=3> Acesso em 20, fevereiro de 2023

ARAÚJO, Marcos Vinicius; RUSCHE, Robson; MOLINA, Rinaldo; CARREIRO, Luiz Renato. Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base scielo. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n.84, p. 405-416, novembro. 2010. Disponível em: <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/195/formacao-de-professores-e-inclusao-escolar-de-pessoas-com-deficiencia--analise-de-resumos-de-artigos-na-base-scielo>> Acesso em: 10, outubro de 2022.

APAE. Política e gestão da educação básica, pós-obrigatória e da educação superior. **Série Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**, Organização: João Ferreira de Oliveira, Recife, 2018. Disponível em: <<https://anpae.org.br/IBERO2018/publicacao/Volumel.pdf>> Acesso em: 11, outubro de 2022.

AZEVEDO, Tereza Hortencia da Silva. Entre o específico e o indissociável: formação docente e ensino colaborativo para a inclusão escolar. **Programa de Pósgraduação em Educação, área de concentração em Formação Docente, Planejamento e Avaliação Educacional, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe**, São Cristovão, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14784/2/TEREZA_HORTENCIA_SILVA_AZEVEDO.pdf> Acesso em: 20, fevereiro de 2023.

BAPTISTA, Claudio. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e217423, 2019.

BRASIL, Referencial Curricular para a Educação Infantil. **Ministério da Educação**, Brasília, volume 1, 1998.

COSTA, Dóris. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 23, n.72, agosto de 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862006000300007> Acesso em: 11, outubro de 2022.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação Inclusiva na Educação Infantil. Dossiê Temático, Vitória da Conquista, v.8, n.12, p. 81-95, Jan/Jun 2012.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. **UEC**, Fortaleza 2002.

MATOS, Selma; MENDES, Enicéia. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Rita Izabel Alves. Educação Inclusiva no Projeto Político-Pedagógico Participativo: diálogos. **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23362/2/Rita%20Isabel%20Alves%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 20, fevereiro de 2023.



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

PAGNEZ, Karina. A formação de professores para atuar na inclusão escolar. **Journal of Research in Special Educational Needs**, Lisboa, v. 16, p. 70-74, agosto. 2016. Disponível em: <<https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12127>> Acesso em: 10, outubro de 2022.

RODRIGUES, D. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. Inclusão – **Revista de Educação Especial**, v. 4, n. 1, p. 33-40, 2008.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. **Cortez**, São Paulo - SP, 2007.

SILVA, Amanda Fernandes. Diálogos formativos para práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil. **Programa de Pósgraduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe**, São Cristovão (SE), 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4820/1/AMANDA_FERNANDES_SILVA.pdf> Acesso em: 20, fevereiro de 2023.



**DISLEXIA: O PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE ESTUDANTE NA
UNESPAR/CAMPUS DE CAMPO MOURÃO.**

Ceres Ribas¹ – UNESPAR/CAMPUS MOURÃO¹

Nome do GT: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

RESUMO

A presente pesquisa intitulada: DISLEXIA: o processo de ensino/aprendizagem de uma estudante UNESPAR/Campus de Campo Mourão, teve como objetivo geral: analisar o processo de ensino/aprendizagem de uma acadêmica da UNESPAR/ Campus de Campo Mourão, com diagnóstico de dislexia e por objetivos específicos: 1-compreender as etapas do desenvolvimento cognitivo das pessoas com dislexia; 2-Acompanhar o processo de ensino/aprendizagem da acadêmica com dislexia; 3-Auxiliar os docentes nas diferentes fases do desenvolvimento da aprendizagem, englobando atividades, avaliações e apropriação dos conhecimentos da discente com dislexia. Teve por método de abordagem teórico a Psicologia Histórico-Cultural com base no arcabouço teórico de Vygotsky; Luria e Leontiev. Os métodos de procedimentos, que foram utilizados, foram: o Estudo de caso e revisão bibliográfica com a acadêmica. Com o intuito de contribuir com o processo de ensino/aprendizagem da estudante no ensino superior, foram realizadas abordagens, em 2020 e 2021, na modalidade do Ensino Remoto, pois estávamos com as atividades presenciais suspensas, por conta da pandemia de Covid-19, e parte do ano de 2022, na modalidade presencial, tendo por objetivo a apropriação, por parte da discente, dos conhecimentos científicos, historicamente elaborados.

Palavras-chave: Dislexia. Aprendizagem. Mediação.

RESUMEN

La presente investigación titulada "DISLEXIA: el proceso de enseñanza/aprendizaje de una estudiante en UNESPAR/Campus de Campo Mourão", tuvo como objetivo general analizar el proceso de enseñanza/aprendiendo de una estudiante de UNESPAR/Campus de Campo Mourão con diagnóstico de dislexia, y como objetivos específicos: 1) comprender las etapas del desarrollo cognitivo de personas con dislexia; 2) acompañar el proceso de enseñanza/aprendiendo de la estudiante con dislexia; y 3) ayudar a los docentes en las diferentes fases del desarrollo del aprendiendo, incluyendo actividades, evaluaciones y apropiación del conocimiento de la estudiante con dislexia. El enfoque teórico utilizado fue la Psicología Histórico-Cultural basada en el marco teórico de Vygotsky, Luria y Leontiev. Los métodos utilizados fueron el estudio de caso y la revisión bibliográfica con la estudiante. Con el objetivo de contribuir al proceso de enseñanza/aprendiendo de la estudiante en la educación superior, se realizaron enfoques en 2020 y 2021 en la modalidad de enseñanza remota debido a la suspensión de las actividades presenciales por la pandemia de Covid-19 y parte del año 2022 en la modalidad presencial, con el objetivo de que la estudiante adquiriera conocimientos científicos históricamente elaborados.

Palabras clave: Dislexia. Aprendiendo. Mediación.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e-mail: ceres.ribas@unespar.edu.br.



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo, em forma de ensaio, está relacionado a três anos de pesquisa, vinculado ao Tempo Integral de Dedicção Inclusiva (TIDE) da autora. A inclusão de pessoas com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, no sistema regular de ensino, no caso específico desta pesquisa o ensino superior, sempre demandou muitas discussões relacionadas aos processos de ensino/aprendizagem e a formação de professores.

Sendo um tema controverso, a inclusão é considerada por muitos positiva na perspectiva da exclusão generalizada de pessoas com deficiência e negativa no sentido de inclusão indiscriminada sem avaliações prévias das reais condições de inclusão dos sujeitos.

A presente pesquisa se propôs a compreender e auxiliar no processo de ensino/aprendizagem de uma estudante da UNESPAR/Campus de Campo Mourão com diagnóstico de dislexia. Hoje a acadêmica está dando continuidade na formação escolhida por ela.

As intervenções que foram sendo realizadas, de forma remota e presencial, proporcionaram uma diferenciação na qualidade das intervenções para o andamento da pesquisa, possibilitando uma análise neste processo.

O importante dentro de todo processo de inclusão é o de garantir que o sujeito com a deficiência ou dificuldade, não desista. Nossa preocupação, primeira, é de pensar a aprendizagem da acadêmica com dislexia de uma forma a incluí-la, efetivamente e que o final do processo de inserção, no ensino superior, proporcione uma formação ampla e capaz de proporcionar a estudante atuar nas áreas em que a apropriação do conhecimento foi efetivada.

O Objetivo Geral foi analisar o processo de ensino/aprendizagem da acadêmica, da UNESPAR/Campus de Campo Mourão com diagnóstico de dislexia e especificamente: compreender as etapas do desenvolvimento cognitivo das pessoas com dislexia; acompanhar o processo de ensino/aprendizagem da acadêmica com dislexia e contribuir com o desenvolvimento da aprendizagem da acadêmica na apropriação do conhecimento científico, no decorrer do curso de Pedagogia.

A pesquisa pretendeu compreender e auxiliar no processo de ensino/aprendizagem de uma acadêmica com diagnóstico de dislexia. Para nortear nossas ações de pesquisa, algumas questões foram pertinentes para elucidarmos a problematização que se apresenta, são elas: Como o sujeito com dislexia se apropria dos conhecimentos científicos? Como é o processo de



ensino/aprendizagem no sujeito com dislexia? Quais as atividades e as avaliações devem ser realizadas, com as pessoas com dislexia?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A dislexia, segundo Citoler e Sanz (1997), seria uma dificuldade de leitura.

O primeiro local que a dislexia aparece, de fato, é na escola. Há disléxicos que revelam suas dificuldades em outros ambientes e situações, mas nenhum deles se compara à escola, local onde a leitura e a escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas.

O termo dislexia, ao proceder do âmbito da medicina, associa-se a doença, mas não se demonstrou que exista um vírus, uma lesão cerebral específica, uma transmissão genética, uma perturbação fisiológica ou química que seja responsável pelo atraso. Além do mais, a dislexia definia-se como um atraso na leitura, inesperado em relação ao QI, mas demonstrou-se que o QI pouco contribui para a explicação do problema. A maior parte das diferenças encontradas entre bons e maus leitores são explicadas, no caso da leitura de palavras, por diferenças no processamento fonológico principalmente, no processamento sintático e na memória operativa. Por outro lado, de acordo com as reflexões anteriores, estão os defensores do enfoque à ‘inclusão’, que definem os disléxicos como aqueles que tem uma leitura abaixo do nível esperado, independentemente das causas. Este enfoque assinala a importância dos fatores não específicos, que seriam os responsáveis pelas diferenças individuais entre os leitores (CITOLER; SANZ, 1997, p. 122).

De acordo com que temos estudado, o atraso pode ser provocado por diferentes razões, o importante para o processo educacional, é avaliar com precisão, quais são os problemas no desenvolvimento da leitura e da escrita desse sujeito.

Para Fonseca (1999, p. 66), o conceito básico de dislexia expressa “dificuldade da fala ou da dicção”. Do ponto de vista comportamental, a dislexia distingue-se por dificuldades no reconhecimento correto de palavras e na capacidade de decodificá-las.

Segundo a concepção inovadora de Vigotski (2009), nós, os seres humanos, possuímos funções psicológicas superiores que se desenvolveram segundo uma linha natural. Algumas funções psicológicas superiores, seguem uma linha distinta de desenvolvimento, segundo princípios de aprendizagem social.

Assim, os seres humanos dispõem, de maneira simultânea, tanto de funções de origem natural, biológica, compartilhadas com outros animais, como de funções próprias do homem, que são geradas na vida social. Embora ambas se retroalimentem, é simplista, deste ponto de vista, tentar encontrar uma explicação exclusivamente biológica para a linguagem, que é um produto social



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

(SIVESTRI, 2014, p. 230).

Dentro da escola, onde existem padrões dos processos de ensino/aprendizagem e avaliativos, para as pessoas com dislexia esses, conteúdos, metodologias, organização e funcionamento tornam-se problemas a serem superados cotidianamente. Não é por acaso que muitos sujeitos com dislexia não sobrevivem à escola e são por ela preteridos. E os que conseguem resistir a escola e diplomar-se fazem-no, com coragem e artimanhas, que lhes permitem driblar as dificuldades, os padrões, a burocracia, a intolerância de alguns professores, as humilhações muitas vezes sofridas e, principalmente, as notas.

É importante compreender que a dislexia não acontece devido a uma alfabetização deficitária ou por culpa do sujeito. Portanto é de suma importância que se tenha a compreensão das causas e das especificidades da dislexia para que consigamos contribuir, de forma pedagógica, procurando soluções satisfatórias que possam ajudar os estudantes a superar esse distúrbio.

Não conhecer sobre a dislexia é um fator que nos inquieta, pois é necessário que os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem conheçam, minimamente, as implicações desse distúrbio, para que possam modificar sua forma de mediar o conhecimento científico.

Tanto o professor como o aluno são historicamente construídos e elaboram o conhecimento em suas diferentes formas e, além disso, a atividade educativa – pelo menos em sua versão escolar – tem na transmissão do conhecimento um de seus objetivos mais importantes e a inclusão de pessoas com deficiências e dificuldades de aprendizagem, deve levar em conta essas diferentes formas.

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular é constantemente compreendido como um desses movimentos considerados como ‘políticas de gabinete’. No entanto, a complexa natureza de seu processo histórico, bastante diversa de uma mera imposição decretada ou legislação imposta, deve ser levada em conta para que não se tenha uma visão reducionista desse processo de transformação social (COELHO, 2011, p. 154).

A partir da década de 1990, as mudanças políticas no Brasil, passaram a visar o princípio da inclusão, que se estabelecia pela forte pressão de grupos organizados com o objetivo de garantir oportunidades igualitárias para as pessoas com deficiência.

Essas mudanças quebraram paradigmas, até então, vigentes de padronização do ensino. Emerge um contexto educacional com muitos desafios e, de certa forma, contraditório em que a atividade de ensinar e aprender precisa ser repensada, pois um processo único e homogêneo existente precisará dar lugar a diversidade e em diferentes modalidades do ensinar/aprender.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A abordagem histórico-cultural enfatiza a natureza social da atividade mental e assume a linguagem como eixo no desenvolvimento humano, tanto em relação à ontogênese específica do pensamento verbal, quanto em relação aos aspectos do desenvolvimento posterior, no papel desempenhado pela palavra como guia do pensamento em direção a formas adultas de conceituação e controle comportamental (COELHO, 2011, p. 156).

A linguagem se apresenta como meio fundamental de comunicação, que permite ao ser humano uma evolução contínua codificando as experiências e influenciando na constituição da história do sujeito dando as palavras sentido e significado.

Na pesquisa desenvolvida propomos superar as dificuldades de aprendizagem, da dislexia, significa estabelecer um processo de mediação entre os sujeitos envolvidos.

O estudante que apresenta dificuldades necessita ser compreendido na sua totalidade, ou seja, na integralidade do sujeito que aprende, pois entendemos que superar dificuldades de aprendizagem não é um processo exclusivamente cognitivo, mas perpassam as diversas dimensões da vida do sujeito principiante.

Esperamos ter contribuído com a acadêmica, em seu processo de ensino/aprendizagem, dentro da Universidade pois quando o sujeito aprende, essa aprendizagem passa a ter sentido e significado para ambos os lados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve como método de abordagem teórico a Psicologia Histórico-Cultural. Esta abordagem tem como seu principal representante Lev Semenovitch Vigotski.

Os estudos de Vigotski deram origem a teoria histórico-cultural. Sob sua influência aperfeiçoou-se a escola de psicologia Russa, que aprofundou a abordagem de que o homem não pode ser estudado separado das relações históricas e socioculturais em que vive, constituindo o que Vigotski denominou psicologia social. Para a Psicologia Histórico-Cultural a aprendizagem possui a seguinte compreensão:

A compreensão da relação entre aprendizagem e desenvolvimento na psicologia histórico-cultural, conforme explicitada por Vigotski, tem como elemento diferenciador o método materialista histórico dialético que medeia a análise da realidade e a produção do conhecimento sobre a constituição e desenvolvimento histórico do psiquismo humano (BERNARDES, 2012, p. 41).

Partindo do pressuposto que a aprendizagem acontece por meio das relações sociais e a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mediação é um processo essencial, o professor precisa ter clareza sobre as possibilidades reais do ensino e do lugar social que ocupa, determinando a organização das ações na atividade de ensino.

Desta forma, quando o docente conhece a dificuldade que o estudante apresenta, pode modificar suas práticas pedagógicas, possibilitando alcançar as reais necessidades educacionais do aluno.

O entendimento das possibilidades do ensino, pautados em estratégias pedagógicas, precisa ser problematizado em virtude da necessidade de se identificar em que condições e circunstâncias estas ações contribuem efetivamente para o processo pedagógico. Também é necessário analisar quais as ações que promovem diferenciações substanciais na organização do ensino que criam condições para a superação da percepção imediata do objeto de estudo (BERNARDES, 2012, p. 184).

Ações coletivas, visam aprimorar a relação ensino/aprendizagem e no caso dos sujeitos com dificuldades de aprendizagem ou deficiências, elas representam um reforço para o trabalho dos docentes. Este foi o intuito da presente pesquisa, trabalhar de forma coletiva com a estudante, favorecendo a troca de experiências em suas práticas pedagógicas, reforçando os aspectos e conquistas positivas e fazendo repensar as ações que não contribuem, efetivamente, para a aprendizagem da acadêmica.

A pesquisa teve como métodos de procedimentos o estudo de caso e a revisão bibliográfica. Para Meksenas,

O estudo de caso é definido como um método de pesquisa empírica que conduz a uma análise compreensiva de uma unidade social significativa. Análise compreensiva, pois o significado que os sujeitos pesquisados atribuem a suas vidas, aos fenômenos e às relações sociais são um dos centros de atenção do pesquisador. ...Centrar-se na unidade social significativa implica realizar uma pesquisa intensiva em que o investigado é percebido em sua amplitude e em sua profundidade (MEKSENAS, 2002, p. 118).

Nesta abordagem empírica, não é possível, em seu término, generalizarmos os resultados. Eles são exclusivos do recorte de tempo e espaço realizados durante o processo de investigação, servindo, somente, a pesquisa que foi atribuído esse método.

A revisão bibliográfica para Lakatos e Marconi (2012, p. 43) significa:

Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista 'o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações' (Trujillo, 1974: 230).



Esta deve ser a etapa inicial de todo trabalho científico, pois é por meio da revisão bibliográfica que reunimos as informações que servirão de base para a investigação proposta. Esta pesquisa nos possibilitou traçar um histórico sobre o tema em questão, proporcionando clareza quanto ao objeto de estudo e de forma dialética, repensarmos pesquisas já existentes.

Tivemos ainda:

- Entrevista semi-estruturada com a acadêmica do 1º ano de Pedagogia, com o objetivo de compreender o processo de acesso ao Ensino Superior e quais as principais dificuldades encontradas ao longo da sua trajetória escolar e dentro da universidade.
- Encontros remotos (via email, google Meet) e presenciais com a acadêmica.
- No ano de 2022, os encontros retornaram de forma presencial.

Os dados obtidos, por meio da pesquisa, tiveram uma abordagem qualitativa, sendo analisados dentro da abordagem teórica da psicologia Histórico-Cultural.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2020, foram realizados 31 encontros com a acadêmica. No ano de 2021, realizamos 23 encontros todos na modalidade remota, devido a pandemia de Covid 19. Os encontros tinham duração de 40/45min. No laudo da estudante, consta que a mesma possui, Dislexia, Discalculia e Déficit de Atenção o que ocasiona na acadêmica uma forte ansiedade, dificultando ainda mais, o processo de ensino/aprendizagem.

Os encontros na modalidade remota, foram bastante difíceis e desconfortáveis no início. Havia dificuldade na comunicação o que ocasionava problemas no processo de mediação. A medida que os encontros aconteciam, essas dificuldades foram sendo amenizadas, pois tanto a acadêmica como a pesquisadora, conseguiram, em parte, superar os transtornos do ensino/aprendizagem, de forma remota.

As entrevistas com a acadêmica, colaboraram para esclarecer vários questionamentos que a pesquisadora apresentava no início das intervenções.

Nas intervenções, as atividades desenvolvidas com os professores em sala de aula, eram retomadas, analisadas, discutidas, desmembradas para facilitar a compreensão da acadêmica.

A acadêmica, além da Dislexia, apresenta em seu laudo, a Discalculia e o Déficit de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Atenção, que acabam acentuando as características da Dislexia. Nas atividades realizadas, nosso ponto de partida sempre foi a Dislexia, objeto dessa pesquisa, mas não havia como ignorar os sintomas dos demais distúrbios. Na análise dos textos, por exemplo, retomávamos inúmeras vezes as partes já lidas, pois a estudante não conseguia manter o foco, por causa do Déficit de Atenção. Desta forma, os textos eram lidos por partes, separando os elementos primários dos secundários, permitindo que a acadêmica compreendesse os elementos essenciais da construção textual.

Nas avaliações marcadas pelos professores, os textos eram retomados a partir das anotações realizadas nas intervenções e, pontualmente, rediscutidos com a discente. Esse processo foi realizado com todas as disciplinas em que a acadêmica estava matriculada.

Quando verbalizamos superar as dificuldades de aprendizagem, da dislexia, significa estabelecer um processo de mediação entre os sujeitos envolvidos.

A participação da família da acadêmica foi fundamental nos processos de apropriação do conhecimento. De maneira muito participativa, a mãe está sempre envolvida de forma colaborativa e preocupada com o desenvolvimento integral da estudante. Nesse contexto, a função da escola, de transmitir o saber historicamente acumulado, consegue estabelecer a conexão necessária – discente-escola e família – ampliando o fazer pedagógico e transformando limites em possibilidades.

O estudante que apresenta dificuldades necessita ser compreendido na sua totalidade, ou seja, na integralidade do sujeito que aprende, pois entendemos que superar dificuldades de aprendizagem não é um processo exclusivamente cognitivo, mas perpassam as diversas dimensões da vida do sujeito principiante.

No ano acadêmico de 2022, retornamos na modalidade do ensino presencial.

O objetivo foi de dar continuidade ao presente projeto, pois obtivemos bons resultados com as intervenções que foram realizadas no período anterior.

Ações coletivas, visam aprimorar a relação ensino/aprendizagem e no caso dos sujeitos com dificuldades de aprendizagem ou deficiências, elas representam um reforço para o trabalho dos docentes.

Com intuito de continuar contribuindo com o processo de ensino/aprendizagem, as ações foram continuadas, de forma presencial, sendo os encontros uma vez por semana até o mês de dezembro de 2022, em uma sala de aula no Campus de Campo Mourão.

As atividades propostas tiveram como prioridade: leitura e interpretação de textos; textos escritos pela acadêmica; acesso a pequenos documentários com produção textual posterior;

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



análise dos textos encaminhados pelos docentes do terceiro ano; atividades orais da estudante, entre outros.

Trabalhar a relação fonema/grafema, para uma melhor compreensão, por parte da acadêmica, dos textos que foram produzidos por ela com a intenção de auxiliar no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita, processo este, que deve ser contínuo e permanente em qualquer grau de escolaridade da pessoa com Dislexia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a dislexia é tida como um distúrbio que provoca problemas na aprendizagem da leitura e escrita, produzidas em bases neurológicas, além de fatores genéticos ou adquiridos. Não se caracterizando como uma doença no meio científico.

Quanto mais cedo for diagnosticada a Dislexia, maiores serão as oportunidades de tratamento e melhores estratégias de ensino-aprendizagem podem ser efetivadas para o indivíduo. Mesmo com dificuldades de aprendizagem de escrita e de leitura, os disléxicos apresentam um grau de inteligência normal ou até mesmo acima da média.

Para que haja um trabalho pedagógico que se aproxime ao máximo da necessidade do aluno disléxico, é importante que o educador necessite ter conhecimento do que é a dislexia e como pode-se trabalhar com os sujeitos disléxicos transformando limites em possibilidades e tornando a aprendizagem com sentido e significado.

Fica evidente que cabe ao educador apresentar intervenções que criem situações desafiadoras provocando o interesse pela aprendizagem, esboçando também a oportunidade do desenvolvimento da autonomia do aluno, sua independência e estímulo para a busca de resolução de problema e que saiba lidar com as possibilidades de frustração.

Outro fator de registro é a necessidade da relação da família com a escola, de trabalharmos juntos de maneira afetiva, e com práticas educativas que resultem em efeitos positivos, tendo como ponto de apoio, o respeito e a aceitação dos sujeitos com dislexia por todos os educadores envolvidos no processo.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, M. E. M. **Mediações simbólicas na Atividade pedagógica.** Contribuições da teoria Histórico-Cultural para o Ensino e a Aprendizagem. Curitiba: CRV, 2012.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

COELHO, C. M. M. Linguagem, Fala e Audição nos Processos de Aprendizagem. *In:* MARTÍNEZ, A. M. e TACCA, M. C. V. R. (Orgs). **Possibilidades de Aprendizagem**. Ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas: Alínea, 2011.

CITOLER, S.D; SANZ. R.O. A Leitura e a escrita: processos e dificuldades na sua aquisição. *In:* BAUTISTA, R. (coord). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997. (Coleção Saber Mais)

FONSECA, V. da. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. 2 ed. Porto Alegre: Artes M´dicas, 1999.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. Procedimentos Básicos. Pesquisa Bibliográfica, projetos e relatório. Publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEKSENAS, P. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica**. Conceitos, Métodos e Práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

SILVESTRI, A. Aquisição da Linguagem. *In:* CASTORINA, J. A. e CARRETERO, M. (Orgs). **Desenvolvimento Cognitivo e Educação**. Porto Alegre: Penso, 2014.

VIGOTSKI, L. S. **A Construção do pensamento e da linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA UNESPAR/CAMPO MOURÃO

Andreia Nakamura Bondezan¹ – Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Campo Mourão
Débora Francischini Boian² – Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Campo Mourão
Rafael Zeferino de Souza³ – Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Campo Mourão
Sandra Garcia Neves⁴ – Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Campo Mourão

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado, disposto pela Lei n.º 7.611, visa garantir um sistema educacional inclusivo, também, no Ensino Superior. Busca-se o acesso de pessoas com deficiência no Ensino Superior, conforme dispõe a Lei n.º 13.409, que reserva vagas a este público e, para além da possibilidade da matrícula, um ensino que atenda às especificidades deste alunado. O objetivo deste estudo é discutir o Atendimento Educacional Especializado no âmbito da Unespar-campus de Campo Mourão. Utiliza como fundamentação a abordagem Histórico-Cultural e tem como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, descritiva e documental. Dos estudos realizados compreende-se que o processo de inclusão no ensino superior necessita de discussões, da participação ativa das pessoas com deficiência e de formação continuada dos profissionais. Na Unespar, local desta pesquisa, observamos avanços com a atuação do Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI), com o atendimento da monitoria acadêmica e da recente contratação de professor de atendimento educacional especializado.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação Inclusiva; Ensino Superior.

RESUMEN

La Asistencia Educativa Especializada, prevista por la Ley n.º 7.611, tiene como objetivo garantizar un sistema educativo inclusivo, también en la Educación Superior. Buscamos el acceso de las personas con discapacidad a la Enseñanza Superior, tal como lo establece la Ley N.º 13.409, que reserva vacantes para este público y, además de la posibilidad de matricularse, una educación que responda a las especificidades de este estudiantado. El objetivo de este estudio es discutir la Asistencia Educativa Especializada en el campus de la Unespar de Campo Mourão. Utiliza como base el enfoque Histórico-Cultural y tiene como procedimientos metodológicos la investigación bibliográfica, descriptiva y documental. A partir de los estudios realizados, se entiende que el proceso de inclusión en la enseñanza superior requiere discusiones, la participación activa de las personas con discapacidad y la formación continua de los profesionales. En la Unespar, sede de esta investigación, observamos avances en el trabajo del Núcleo de Educación Especial Inclusiva (NESPI), con seguimiento académico y la reciente contratación de un docente del servicio educativo especializado.

¹ Doutora em Educação – andreia.bondezan@unespar.edu.br.

² Mestrado em Educação – deborafboian18@gmail.com.

³ Doutorando em Letras – rafael.zeferino@unespar.edu.br.

⁴ Doutora em Educação – sandra.neves@unespar.edu.br.



Palabras clave: Servicios Educativos Especializados; Educación inclusiva; enseñanza superior

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A inclusão escolar de pessoas com deficiência tem sido um processo de lutas, avanços e desafios. No Ensino Superior a inclusão tem se intensificado com diferentes ações, assim como a criação de núcleos para atendimento, desde o processo de seleção, a permanência e a conclusão nos cursos de graduação e de pós-graduação. A Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016) prevê a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino superior, a contratação de profissionais com tradutores intérpretes de libras, de leitores e de transcritores.

No estado do Paraná a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência em Universidades Estaduais foi instituída pela Lei n.º 20.443/2020, de 17 de dezembro de 2020 (PARANÁ, 2020). A partir desta lei as sete universidades estaduais públicas do Paraná⁴ reservaram vagas para pessoas com deficiência. A Universidade Estadual do Paraná (Unespar) foi a primeira universidade pública do Paraná a instituir cotas para pessoa com deficiência no vestibular do ano de 2019, conforme disposto na Resolução n.º 001/2019–COU/UNESPAR (UNESPAR, 2019). Medida tomada mesmo antes da instituição da Lei n.º 20.443/2020 (PARANÁ, 2020).

Neste estudo temos como objetivo apresentar as problemáticas envolvidas no processo de inclusão na Unespar, campus de Campo Mourão. Para isso elaboramos pesquisa bibliográfica, descritiva e documental. Partimos da hipótese de que a inclusão no Ensino Superior requer investimentos financeiros e políticas públicas que permitam pleno acesso aos estudantes com deficiência a toda produção de conhecimentos, aos conteúdos disciplinares e não disciplinares dos cursos de graduação e de pós-graduação e a participação plena em todas as atividades. Utilizamos como referencial teórico a abordagem da Teoria Histórico-Cultural que compreende a pessoa com

⁴ As universidades públicas do Paraná são: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).



deficiência aquela que aprende e se desenvolve a partir da qualidade de mediação que recebe. Desta forma, na universidade, a função de educadores dos profissionais que atuam diretamente com o estudante é primordial.

Primeiramente apresentamos o referencial teórico e os procedimentos metodológicos utilizados para esta pesquisa, em seguida, destacamos a relevância da mediação para a

aprendizagem e para o desenvolvimento dos estudantes e as leis que amparam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Unespar e, por fim, os resultados e as discussões referentes ao atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais na Unespar.

2 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

A inclusão escolar é discutida desde o início dos anos de 1990, mediante a luta das pessoas com deficiência, de suas famílias, de pesquisadores, dentre outros envolvidos nesse processo político-social e educacional. No Brasil a inclusão escolar foi organizada com a instituição de diferentes documentos oficiais (MAZZOTTA, 1996; JANNUZZI, 2004). A escola inclusiva, ressalta Mantoan (2003, p. 24), “[...] propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”.

Com a possibilidade de aprendizagem na Educação Básica, que prima pelo atendimento ao estudante de acordo com suas singularidades, com modificações em todo sistema educacional de metodologia, de avaliação, de materiais, de tempo e de espaço na escola, as pessoas com deficiência conseguiram alcançar o término deste nível de ensino. Com isso, a busca pelo acesso ao Ensino Superior – que já é excludente em sua essência, pois atende a uma pequena parcela da sociedade – foi sendo uma possibilidade. Neste contexto, diferentes ações, tais como a política de cotas (BRASIL, 2016) permitiram que as pessoas com deficiência ingressassem no Ensino Superior, em maior porcentagem, ainda que de forma tímida.

A Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, com vagas, dentre outras especificações, para pessoas com deficiência, contribui para o acesso destes estudantes ao Ensino Superior. Diante deste cenário de ingresso de estudantes com deficiência no Ensino Superior, novas formas de



organização e ensino são necessárias. Nesta perspectiva Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2014, p. 32) argumentam que:

[...] demandando novas posturas de gestores, de professores, de técnicos-administrativos, de alunos e da própria pessoa com deficiência. Essa questão se torna relevante, considerando que o número de alunos com deficiência no ensino superior tem aumentado, bem como tem se ampliado a preocupação em garantir os seus direitos, que não são apenas de acesso, mas também de permanência e alcance do sucesso acadêmico nesse nível de ensino.

No âmbito legal alguns instrumentos foram/são necessários no Ensino Superior para que a inclusão da pessoa com deficiência ocorra. Nesse sentido, documentos oficiais asseguram o direito ao AEE. Assim, por exemplo, a Lei n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado. Dentre seus objetivos, assegura, como dever do Estado: "I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades", "III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência" e "VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena" (BRASIL, 2011, p. 1). A garantia de um sistema educacional inclusivo, em nossa perspectiva, abarca o Ensino Superior.

A Política de Inclusão (BRASIL, 2005, p. 6) ratifica uma concepção de "[...] educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional numa perspectiva coletiva da comunidade escolar reforça a necessidade da construção de escolas inclusivas que contam com redes de apoio à inclusão". Tais escolas requerem profissionais habilitados e competentes para efetivar a Educação Inclusiva o que significa que "a formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar" (BRASIL, 2005, p. 21). A Política de Inclusão Escolar prevê a constituição de equipe interdisciplinar para a Educação Especial. Assim, no campo prático e pedagógico o professor do AEE é o profissional, que dentre outros, contribuirá com a inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais.

Para avaliarmos a efetivação da Política de Inclusão, tomamos por exemplo, a Lei n.º 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) de vigência no período de 2014-2024. Dentre suas diretrizes, este PNE elenca "III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as



formas de discriminação" (BRASIL, 2014, p. 1). Restritamente, compreendemos que a abertura de Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de professor de AEE e a Monitoria Acadêmica na área da Educação Especial são instrumentos para o alcance dessa meta no âmbito do Ensino Superior na Unespar-campus de Campo Mourão.

A Meta 12 do PNE-2014-2024 para a Educação Superior é "elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no seguimento público" (BRASIL, 2023, p. 1). Em consulta ao Observatório do PNE (fevereiro de 2023), o resultado parcial apresentado para a Meta 12 é de 48,6% da taxa bruta de matrículas no Ensino Superior para 2020. Em 2020 foi de 23,8% e em 2019 de 11,7% das novas matrículas. Tais dados nos permitem afirmar que, quanto a esse percentual, e a partir das práticas e programas de inclusão da Unespar, o acesso ao Ensino Superior das pessoas com necessidades educativas especiais também aumentou.

Vigotski, Luria e Leontiev são considerados os precursores da Teoria Histórico-Cultural (THC), na Rússia, nos séculos XIX e XX. Com o intuito de desenvolverem uma Psicologia que desse condições para compreender o ser humano em sua totalidade, os estudiosos teorizaram, com base no método materialista-dialético, o desenvolvimento filogenético e ontogenético. O primeiro se diz respeito à origem e à evolução biológica, física, psíquica e social ao longo da constituição da espécie humana. O segundo se refere ao desenvolvimento psíquico do indivíduo, desde o seu nascimento, considerando as suas relações sociais e apropriação de instrumentos e signos, as suas aprendizagens, desenvolvimento e aquisições psíquicas (LEONTIEV, 2004).

A THC apresenta elementos essenciais que possibilitam a compreensão do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, dando-nos condições para propor uma educação que forme o ser humano como um todo, para além do biológico, seja um indivíduo com ou sem deficiência. Em outras palavras, para Vigotski (2009), o que determina o desenvolvimento psíquico do ser humano (atenção voluntária, memória cultural, pensamento verbal, linguagem intelectual, percepção, imaginação, abstração, etc.) é o acesso às elaborações humanas, materiais e imateriais.

No decurso da vida cada indivíduo se apropria de conhecimentos práticos e teóricos que dão condições para tornar-se humano e se desenvolver psiquicamente. Por isso, é indispensável que o processo de apropriação ocorra sempre de modo ativo por parte dos sujeitos, ou seja, faz-se necessário o desenvolvimento de atividades nas quais reproduzam os traços acumulados



historicamente nos objetos, instrumentos e signos, pois é nesse movimento que o indivíduo tem a possibilidade de desenvolver novas aptidões e novas funções psíquicas para além das limitações impostas pelo aspecto biológico.

Nesse processo de apropriação da cultura, as instituições de educação formal, tanto básica quanto superior, exercem a função de sistematizar os conhecimentos históricos e ensiná-los de forma adequada e intencional, com a finalidade guiada pelos objetivos que se pretende atingir, como apropriação de conhecimentos e formação intelectual dos indivíduos. Em outras palavras, acesso ao ensino é condição essencial para que o indivíduo se desenvolva cognitivamente e adquira competência para usar os instrumentos físicos e simbólicos elaborados historicamente pelo homem.

Um dos pressupostos da THC é que o processo de ensino seja organizado com o objetivo de desenvolver as funções psicológicas superiores. Seus fundamentos filosóficos e psicológicos apresentam elementos essenciais para que o professor compreenda como ocorre o desenvolvimento ontogenético do ser humano e, entenda que, independente das deficiências, todo indivíduo consegue se desenvolver se for dada a ele condições de aprendizado. A pessoa com deficiência, nesta perspectiva, possui capacidade de aprender e se desenvolver, no entanto, necessita de recursos especiais e caminhos alternativos que atendam as suas singularidades (VYGOTSKY, 1997).

Essa nossa compreensão acerca do processo educativo e da formação do indivíduo abarca nossa compreensão de como deve ser o trabalho interdisciplinar na Educação Especial e, especificamente, do AEE no âmbito da Unespar-campus de Campo Mourão. Avaliamos que em outro momento teremos mais condições de discutir as práticas do AEE nesta instituição, contudo, julgamos que, a título de demonstração, as discussões por nós aqui apresentadas, permitem dar a conhecimento da comunidade acadêmica e científica o tema que aqui tratamos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse estudo e produção de artigo desenvolvemos pesquisa qualitativa a partir do pressuposto de que “[...] as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER,



1999, p. 131). Para nós é preponderante apresentarmos nossas percepções e considerações teórico-práticas do AEE na Unespar-campus de Campo Mourão. Desse modo, no trato do tema, desenvolvemos também procedimentos de pesquisa bibliográfica, descritiva e documental na medida em que abordamos o Edital n.º 001/2022-CPPS/UNESPAR que abriu Processo Seletivo Simplificado para professor de AEE nesta universidade.

Dentre os aspectos teóricos por nós abordados citamos o estudo sobre a Educação Especial e Inclusiva e sobre a relevância da mediação para a aprendizagem e para o desenvolvimento, da pessoa com deficiência. Nossa fundamentação teórica é da abordagem da Teoria HistóricoCultural por avaliarmos que corresponde a concepção de educação inclusiva que apresentamos e discutimos.

Quanto aos documentos legais, utilizamos os documentos oficiais do Brasil, que amparam a Educação Inclusiva e as resoluções da Unespar que direcionam os atendimentos aos estudantes que possuem alguma necessidade educacional especial. De tais documentos apresentamos breve análise e considerações teórico-práticas.

4 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS E PRÁTICAS DO AEE DA UNESPAR-CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

Nessa pesquisa tratamos do atendimento educacional aos estudantes que apresentam alguma deficiência e/ou necessidade educacional especial na Unespar, campus de Campo Mourão. Dentre sua estrutura de serviços e de gestão, citamos o Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI), que tem como missão:

Promoção de ações inclusivas através de orientações pedagógicas com foco na permanência de alunos com deficiência física, neuromotora, intelectual, sensorial bem como alunos com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e acolhimento físico e/ou psicológico permanente ou transitório que dificultem o desenvolvimento acadêmico de seus alunos (NESPI, 2017a, p. 1).

Quanto a contratação do AEE para integrar a equipe interdisciplinar da Educação Especial na Unespar, citamos que em 28 de abril de 2022, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento, a Comissão de CPPS da Unespar, publicou o Edital n.º 001/2022CPPS/UNESPAR. Esse PSS destinou-se, dentre outros cargos, para contratação de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

professor temporário em AEE (UNESPAR, 2022a) em atendimento à Lei n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná (PARANÁ, 2015).

A Unespar por meio do Edital n.º 001/2022-CPPS/UNESPAR cumpriu o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, Lei n.º 18.419, de 07 de janeiro de 2015, em complemento ao Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe, dentre outras especificidades, sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado.

Na Unespar o Edital n.º 001/2022 foi inédito ao publicar PSS para professor de AEE em cumprimento a legislação referente à inclusão da pessoa com necessidade educativa especial. Os requisitos formativos profissionais foram, em sua maior parte, licenciatura plena em qualquer área de conhecimento. Apenas o campi de Apucarana requereu licenciatura plena em Pedagogia. O Quadro 01 traz uma síntese dos requisitos para prova didática, dos campi que ofertaram vaga para professor de AEE e dos requisitos de formação para ocupação da vaga.

Quadro 01 - Vagas para professor de Atendimento Educacional Especializado da Unespar

Requisitos para prova didática	Campi	Requisitos de formação
Tema da prova escrita ou didática: Plano de Ensino Individualizado (PEI) e as demandas de inclusão, acesso e permanência.	Apucarana	Licenciatura Plena em Pedagogia, Especialização em Educação Especial ou Atendimento Educacional Especializado ou Educação Inclusiva e comprovação de atuação no mínimo dois anos na área da Educação Especial
	Paranaguá	Licenciatura Plena em qualquer área de conhecimento com Especialização em Educação Especial ou Atendimento Educacional Especializado ou em Educação Inclusiva
	União da Vitória	
Campo Mourão		
Plano de Aula com apresentação de um Plano de Ensino Individualizado (PEI)	Curitiba I	
	Curitiba II	



	Paranavaí
--	-----------

FONTE: Unespar, Progesp, 2022a, adaptado pelos pesquisadores.

A Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009, que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, elucida que o AEE "[...] tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem" (BRASIL, 2009, p. 1). Para efetivar esse objetivo, esta Resolução estabelece que o professor deve elaborar e executar o Plano de AEE. Diante dessa orientação, os colegiados de curso da Unespar solicitaram que o Edital n.º 001/2022 abarcasse como requisito para a prova didática um Plano de Aula com apresentação de um Plano de Ensino Individualizado (PEI): campi de Campo Mourão, Curitiba I e II e Paranavaí. Os campi de Apucarana, de Paranaguá e de União da Vitória não solicitaram apresentação do PEI, contudo, elencaram como um dos temas para as provas escrita e didática o "Plano de Ensino Individualizado (PEI) e as demandas de inclusão, acesso e permanência" (UNESPAR, 2022a).

Mediante a finalização do PSS, professores de AEE passaram a atender indicados pelo NESPI. Além da atuação do professor de AEE, é preciso destacar que há a possibilidade de atendimento aos estudantes com deficiência pela monitoria acadêmica que tem por objetivo:

- I. Oportunizar ao acadêmico Monitor a experiência com o processo de ensino e aprendizagem;
- II. Proporcionar aos acadêmicos o aprofundamento nos conhecimentos teóricos/práticos da disciplina, favorecendo a compreensão e complementação de seus estudos;
- III. Contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem na Graduação;
- IV. Apoiar o aprendizado dos discentes dos cursos de graduação que apresentem maior grau de dificuldade em disciplinas/unidades curriculares e/ou conteúdo (UNESPAR, 2017b, art.6).

O estudante monitor possui um professor orientador que tem a função de direcionar e de acompanhar todo o atendimento dos alunos que possuem algum déficit de aprendizagem. Na Unespar essa prática ocorre por meio do NESPI junto aos alunos que têm alguma necessidade



educacional especial. O estudante monitor do NESPI precisa estar cursando o curso de Pedagogia e ter aprovação nas disciplinas de Educação Especial Inclusiva I e II. No campus de Campo Mourão no ano de 2022, o NESPI contou com um projeto de monitoria com bolsa, desenvolvido por uma monitora do terceiro ano do curso de Pedagogia.

Outro destaque para a inclusão da pessoa NEE na Unespar foi a Resolução n.º 021/2022 – CEPE/UNESPAR, de 02 de junho de 2022, que aprova o regulamento dos procedimentos para o desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI) com estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos funcionais específicos nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Unespar.

Art. 3º. O PEI é um recurso pedagógico com foco individualizado no(a) estudante tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem por meio da identificação, planejamento de estratégias didático-pedagógicas e de avaliação que visem promover acessibilidade curricular, de modo que o(a) estudante alcance seu melhor potencial de desenvolvimento em direção às expectativas de aprendizagem estabelecidas para o perfil de formação dos cursos da UNESPAR, considerando suas necessidades e potencialidades individuais (UNESPAR, 2022b, art.3).

Esta Resolução é uma política institucional de permanência que garante um documento que é elaborado num processo colaborativo entre professores, coordenadores, NESPI, o estudante e a família, para que se atenda às suas especificidades e possibilite a aprendizagem e formação na Graduação ou Pós-Graduação.

A seguir apresentamos os resultados e discussões da pesquisa. Os dados foram coletados no relatório do NESPI referente aos atendimentos realizados no ano de 2022.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já apresentado, a Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão, conta com a Resolução n.º 021/2022 – CEPE/UNESPAR, que garante o atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, por meio do AEE (UNESPAR, 2022a).

O Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NESPI) promove ações de acesso, inclusão e permanência de alunos matriculados na Unespar com deficiência (física, neuromotora, intelectual, sensorial), transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, além de



acometimentos físicos ou psicológicos permanentes ou transitórios. Isso visa dar condições de igualdade a esses acadêmicos em relação aos demais alunos.

Há várias formas de iniciar o atendimento aos estudantes no NESPI. Os alunos podem indicar, no ato da matrícula, que precisam deste atendimento e a Secretaria Acadêmica envia estes dados ao NESPI que faz contato com os mesmos. Os coordenadores do NESPI enviam um documento oficial aos colegiados de cursos no início do ano letivo para encaminhar os estudantes que apresentam necessidades especiais ao NESPI. E, ainda, o próprio aluno pode procurar a coordenação do NESPI para solicitar o atendimento.

No primeiro atendimento realizado pelo NESPI é preenchida uma ficha de cadastro, contendo todas informações necessárias: laudo, necessidades educacionais especiais, como era o atendimento na educação básica e, após, a coordenação do NESPI encaminha o Relato de Mediação para a coordenação de curso.

Após esse procedimento inicial, o aluno pode ser atendido pelo profissional do AEE e/ou pela estudante monitor. A Unespar conta o professor de AEE nos campus de Campo Mourão, Curitiba 1, Paranavaí e União da Vitória. Em Campo Mourão, o professor do AEE faz o atendimento individualizado ao aluno, com duração de uma hora e meia, em contraturno das aulas. O atendimento com estudante monitor acontece, também, em contraturno com duração de 1 hora.

O NESPI do campus de Campo Mourão atendeu, no total, 28 alunos no ano de 2022 em vários cursos ofertados pela instituição. O Quadro 02 apresenta as especificidades dos estudantes atendidos pelo NESPI. Por questão de preservação da identidade, não está colocado o nome do estudante, curso e ano.

Quadro 02 - Especificidades dos estudantes atendidos pelo NESPI/Campo Mourão-2022

Altas habilidades/superdotação	Transtorno Bipolar
Ansiedade	Transtorno do Espectro Autista
Deficiência Física	Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade
Deficiência visual/cegueira	Transtorno do Processamento Auditivo Central e Dislexia
Dificuldade de Aprendizagem	Síndrome de Turner
Discalculia	Surdez



Fobia social/Depressão

FONTE: Arquivo dos pesquisadores.

A depender da singularidade de cada estudante o atendimento foi direcionado ao professor de AEE e/ou a monitoria acadêmica. Há, também, estudantes que não precisaram de AEE e as modificações para sua inclusão foram realizadas nas práticas pedagógicas. Nos casos de ansiedade, depressão, fobia social, transtorno bipolar, e outros, houve o encaminhamento para a equipe de apoio psicológico que “No caso específico de Campo Mourão, o acolhimento psicológico iniciou no ano de 2017 a partir do trabalho de profissionais com formação em Psicologia com atendimento voluntário, mediante Termo de Adesão Voluntária, tendo os e as integrantes da sua equipe atualizados a cada ano” (BONDEZAN; FREIRE; ROSSI, 2023, p. 25).

Em relação ao Plano Individual Especializado, por ser uma resolução nova na Unespar, haverá uma apresentação desta resolução a todos os docentes na Semana Pedagógica que ocorrerá no mês de março de 2023 em Campo Mourão. No entanto, o PEI já vem sendo desenvolvido pelo NESPI, juntamente com as coordenações de curso, sendo necessário, avanços no trabalho colaborativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior precisa de análises e de discussões. Vários fatores são necessários como possibilidade de ingresso; participação plena das atividades e acessibilidade; Atendimento Educacional Especializado.

A Lei de cotas no Brasil e no estado do Paraná têm contribuído para o aumento de matrículas de pessoas com deficiência no Ensino Superior, mas é preciso também, políticas de permanência. Na Unespar, campus de Campo Mourão, locus desta pesquisa, há o Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI) que tem o objetivo de acompanhar estes alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial (NEE) desde o processo vestibular, até a formatura.

Dentre as ações do NESPI, no ano de 2022, tem-se como destaque a contratação do professor do atendimento educacional especializado (AEE), que trouxe a possibilidade de propiciar aos estudantes que precisam do NESPI atendimentos individualizados de acordo com



suas singularidades. Também, houve a monitoria acadêmica com bolsa que auxiliou este processo de inclusão dos estudantes.

A inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior é um processo, ainda em construção. Há barreiras e desafios, mas podemos perceber que alguns avanços significativos são observados na Unespar e a necessidade de luta constante para que os direitos conquistados sejam efetivados nas instituições de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

BONDEZAN, A. N.; FRANÇA, F. F.; ROSSI, J. P.G. Inclusão no Ensino Superior e pandemia: o trabalho do Centro de Educação em Direitos Humanos da Unespar/Campo Mourão. In: LOSS, A. S.; GARLETT, C.; GOES, E. P. **Conscientizar, incluir e humanizar no Ensino Superior: comemoração ao centenário Paulo Freire**. Campo Mourão: Fecilcam, 2023.

BRASIL. **Documento subsidiário à Política de Inclusão**. Brasília: SEE, 2005.

BRASIL. **Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, 2009.

BRASIL. **Lei n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Brasília: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Observatório PNE**. Meta 12. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-superior>. Acesso em: 17 fev. 2023.

GUERREIRO, E.M.R.; ALMEIDA, M.A.; SILVA FILHO, J.H. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. **Avaliação**, 1(19), p. 31-60, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100003>. Acesso em: 22 fev. 2023.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

PARANÁ. **Lei n.º 18.419, de 07 de janeiro de 2015** que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná. Paraná: Palácio do Planalto, 2015. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=139152&codItemAto=845717>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PARANÁ. **Lei n.º 20.443, de 17 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre o ingresso de pessoas portadoras de deficiência nas instituições estaduais de educação superior e instituições estaduais de ensino técnico. Paraná: SEED, 2020.

UNESPAR. **Núcleo de Educação Especial Inclusiva – NESPI**, 2017a. Disponível em: <<https://www.unespar.edu.br/projetos/cedh/NESPI>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

UNESPAR. **Resolução n.º 002/2015–CEPE/UNESPAR (Alterada pela Resolução 003/2017Reitoria/UNESPAR)** que Aprova o Regulamento do Programa de Monitoria Acadêmica nos Cursos de Graduação da UNESPAR. 2017. 2017b. Disponível em: <<https://prograd.unespar.edu.br/arquivos-1/resolucao-002-2015-cepe.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

UNESPAR. **Resolução n.º 001/2019–COU/UNESPAR** Estabelece o Sistema de Cotas no Processo Seletivo Vestibular e o Sistema de Seleção Unificada – SISU para o ingresso de candidatas oriundas do ensino público, pretos, pardos e pessoas com deficiência nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Paraná – Unespar. 2019. Disponível em: <https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cou-1/resolucoes/2019/resolucao-no-001politica-de-cotas-copia-em-conflito-de-gabinete-reitoria-2019-05-31.pdf>. _ Acesso em: 03 mar. 2023.

UNESPAR. **Edital n.º 001/2022**. Curitiba, 28 de abril de 2022. 2022a. Disponível em: <<https://progesp.unespar.edu.br/menu-principal/concursos-publicos/concurso-publico/edital-n001-2022-cpps/editais/edital-n-001-2022-cpps-unespar>>. Acesso em: 17 fev 2023.

UNESPAR. **Resolução n.º 021/2022 – CEPE/UNESPAR** que Aprova o regulamento dos procedimentos para o desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI) com estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos funcionais específicos nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Unespar. 2022b. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/RES.021.CEPE1%20(1).pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**- Tomo cinco: Fundamentos da defectología. Madrid: Visor, 1997.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Luciene Acordi Menezes¹ – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Andreia

Nakamura Bondezan² – Universidade Estadual do Paraná - Unespar

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular superior é o principal assunto deste artigo, que visa, principalmente, apresentar as considerações acerca do processo de inclusão dos alunos com autismo no ensino superior do Brasil. Viu-se a necessidade de questionar sobre tal processo por se ansiar que pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) evadem as instituições de ensino muito antes de alcançar o ensino superior. Tem-se como hipótese que a inclusão, mesmo nas instituições básicas de ensino, não é efetiva, pois a inserção no ensino regular por si só não torna o sujeito incluído. Assim, para a realização deste artigo, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, fazendo-se uso de artigos científicos e revistas eletrônicas que abordassem o assunto. Após o levantamento bibliográfico e a análise dos artigos selecionados, percebeu-se que, de fato, a inclusão nem sempre ocorre após a inserção do aluno com TEA no ensino superior, pois os professores nem sempre possuem preparo para tal, mesmo que haja um número elevado de indivíduos com várias deficiências em salas de aula. Além disso, os materiais necessários para um atendimento individualizado e de qualidade são escassos e as metodologias utilizadas são inflexíveis. Assim, sugere-se que haja incentivo e disponibilidade para que os profissionais da educação se especializem e se adequem para atender todos os discentes, inclusive os do espectro autista, para que a inclusão seja efetiva.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Educação.

RESUMEN

La inclusión de personas con discapacidad en la educación superior regular es el tema principal de este artículo, que tiene como objetivo, principalmente, presentar consideraciones sobre el proceso de inclusión de estudiantes con autismo en la educación superior en Brasil. Era necesario cuestionar este proceso porque se espera que las personas con TEA (Trastorno del Espectro Autista) evadan las instituciones educativas mucho antes de llegar a la educación superior. Se plantea la hipótesis de que la inclusión, incluso en las instituciones de educación básica, no es efectiva, ya que la inclusión en la educación regular por sí sola no hace que el sujeto sea incluído. Así, para la realización de este artículo se utilizó como metodología la investigación bibliográfica, haciendo uso de artículos científicos y revistas electrónicas que abordaron el tema. Después del levantamiento bibliográfico y el análisis de los artículos seleccionados, se percibió que, de hecho, la inclusión no siempre ocurre después de la inserción del estudiante con TEA en la educación superior, ya que los profesores no siempre están preparados para

¹ Mestranda do PPGSCF da Unioeste – luciene.nascimento@unioeste.br

² Doutora em Educação – andreia.bondezan@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

eso, aunque hay un número elevado de personas con diversas discapacidades en las aulas. Además, los materiales necesarios para una atención individualizada y de calidad son escasos y las metodologías utilizadas son inflexibles. Por lo tanto, se sugiere que exista incentivo y disponibilidad para que los profesionales de la educación se especialicen y

adapten para atender a todos los estudiantes, incluidos los del espectro autista, para que la inclusión sea efectiva.

Palabras clave: Autismo. Inclusión. Educación.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diante do contexto em que estamos inseridos desde meados dos anos 90, onde se deu início uma caminhada pela inclusão de pessoas com deficiência em todos os ambientes incluindo o educacional, estudos se fazem necessários para entender, adequar e proporcionar a efetivação desse processo de incluir todos os indivíduos de maneira igualitária.

Nosso país vive há anos em um cenário de debates e lutas constantes e vigorosas acerca de qual seria o local mais adequado para que indivíduos com deficiências e qualquer outro déficit de aprendizagem sejam escolarizados. Hoje, pode-se afirmar que estamos inseridos na busca da consolidação de leis que asseguram aos alunos com deficiência uma educação de qualidade em escolas de ensino regular, escolas estas, que necessitam se adequar para tal feito (BRASIL, 2008, 2009, 2011, entre outros).

O conjunto de ações que englobam a inclusão na sociedade e na escola, de pessoas com deficiência vem sido vastamente discutido e refletido. Falar de inclusão é complexo, e isto foi tratado inicialmente de forma legal por meio da Constituição Federal de 1988, que trouxe a recomendação de que as pessoas com deficiência recebessem atendimento educacional especializado, e de preferência que estivessem inseridas no ensino regular (NUNES, WALTER E SCHIRMER, 2012).

No ano de 2012 nosso país instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei afirma para todos os efeitos legais, o autismo como uma deficiência e estabelece diretrizes para sua consecução.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Em seu art. 3º, ela afirma que são direitos da pessoa com TEA:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 2012).

O Censo de Educação Superior 2016, pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação, mostrou que existem 488 pessoas com autismo matriculadas no ensino superior. Mais da metade (56,56%) está nas universidades particulares; os outros 43,44% estão nas instituições públicas.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) dispõe sobre a transversalidade da inclusão em todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior, portanto, as Instituições de Ensino Superior devem também se comprometer em incluir os autistas de maneira efetiva (LDB, 1996).

Sendo assim, o aluno com TEA possui além da garantia de acesso ao Ensino Superior também tem o direito de ter um percurso nas Instituições de Ensino Superior que seja exitoso, e estas IES devem, sempre que necessário, alterar seus objetivos, reformular suas maneiras de ensino, de avaliar, bem como priorizar um currículo que atenda as demandas desse alunado.

Desse modo, o presente artigo primou por apresentar considerações acerca do processo de inclusão dos alunos com autismo no ensino superior brasileiro. Tem-se como hipótese que o aluno com TEA ou qualquer outra pessoa com deficiência e/ou déficit seja apenas inserido nas instituições de ensino e não, de fato, incluído. Para tanto, fez-se uso da pesquisa bibliográfica, em que se buscou os recursos necessários para o desenvolvimento do mesmo em revistas eletrônicas e artigos científicos que abordassem o tema. Viu-se, portanto, que ainda há um longo percurso a se percorrer para que o aluno com TEA tenha um ensino superior exitoso e que cada vez mais alunos com



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

deficiências, déficits ou qualquer outra peculiaridade tenham acesso ao ensino público e de qualidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo é de natureza aplicada, visando incluir pessoas do espectro autista no ensino superior brasileiro, com abordagem qualitativa. Optou-se por essa abordagem por se tratar de uma pesquisa descritiva, em que as informações não podem ser quantificáveis, muito embora alguns dados quantificados tenham sido demonstrados no decorrer desta pesquisa.

Para tanto, fez-se uso da pesquisa bibliográfica, utilizando-se artigos científicos e revistas acadêmicas para sustentar a hipótese do assunto abordado.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 O Transtorno do Espectro Autista

Os primeiros estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) foram feitos por Leo Kanner e Hans Asperger. Em 1943 Kanner observou entre outras características uma falta de habilidade em se relacionar com o outro, um desprezo ou rejeição do que era extrínseco e atraso na aquisição da fala. No ano seguinte Asperger descreveu o transtorno de uma maneira mais abrangente, envolvendo particularidades ainda não relatadas além de propor em uma de suas constatações a possibilidade de este ser um transtorno profundo do afeto (BOSA, 2002).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) o Transtorno do Espectro Autista pode ser caracterizado por uma defasagem na interação e comunicação social, o autista também apresenta padrões de comportamento restritos e repetitivos, assim como de interesses e atividades. O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett, e o transtorno global do desenvolvimento.

Quando nos remetemos ao TEA, devemos nos atentar a como ele é caracterizado:



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

I – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL 2012, p. 1)

O autista apresenta inabilidade proeminente em estabelecer conexões com outras pessoas já nos primeiros anos de vida, características como ausência de reação ao que os outros fazem e a falta de afeição estão presentes. A criança com TEA se comporta como se os demais não estivessem ao seu redor, ocorre então a dificuldade em fazer amizades, em brincar em grupo e em demonstrar empatia. Ocorre também o déficit da aprendizagem da linguagem, e quando esta se desenvolve, tardiamente, outros distúrbios são descobertos. As primeiras descrições do transtorno falam também da manutenção da rotina como algo indispensável para os autistas, fazer coisas repetitivas, a “necessidade obsessiva de imutabilidade” relatada por Kanner, mudanças não são agradáveis e bem vindas para eles (LEBOYER, 2009).

3.2 Inclusão de universitários autistas

O número de pessoas com deficiência matriculadas no Ensino Superior tem aumentado consideravelmente nos últimos anos segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio (INEP, 2018) e isso se deve as lutas e debates promovidos buscando o reconhecimento da pessoa com deficiência como ser humano igual aos demais. No contexto vigente o desafio é o de proporcionar um ensino de qualidade a essas pessoas.

“A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis [...]” Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

A pessoa com Transtorno do Espectro Autista tem seu direito a educação em todos os seus níveis garantido pela Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Fica a cargo das Instituições de Ensino Superior então, acolher esses estudantes e garantir boas condições para que os mesmos desenvolvam suas habilidades e possam concluir sua formação com sucesso.

No Brasil, dados levantados pelo INEP (2018) nas modalidades de ensino presencial e a distância, apontaram que 754 estudantes com Transtornos do Espectro Autista (378 diagnosticados com Autismo Infantil e 376 com Síndrome de Asperger), foram matriculados na Educação Superior, dentre um total de 39.855 matrículas de estudantes autodeclarados com alguma deficiência (1,9%) (OLIVATE e LEITE, 2019, p. 3).

A tabela abaixo produzida por Bondezan, Góes e Soares (2022) demonstra o aumento no número de matrículas de pessoas com deficiência em nosso país entre os anos de 2009 e 2019.

Tabela 1. número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidade/ superdotados –Brasil 2009-2019

Ano	Nº de matrículas de alunos com deficiência	Percentual em relação ao total de matrículas em cursos de graduação.
2009	20.530	0,34%
2010	19.869	0,31%
2011	22.455	0,33%
2012	26.663	0,38%
2013	29.221	0,40%
2014	33.475	0,43%
2015	37.986	0,47%
2016	35.891	0,45%
2017	38.272	0,46%
2018	43.633	0,52%
2019	48.520	0,56%

Fonte: IBGE, Censo Ensino Superior, 2019

Mesmo esse número ainda sendo pequeno em comparação as matrículas de pessoas que não apresentam deficiência esse aumento é relevante e importante. À medida que esse número aumenta mais estudos tratando dessa temática devem aparecer esse fato pode trazer consigo as melhorias e os ajustes nas condições para atender esses universitários como está previsto na legislação vigente buscando o ensino igualitário. A conclusão de uma graduação possibilita a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e assim proporciona a eles a chance de ter uma vida com dignidade de direitos.

Segundo Oliveira, Santiago e Teixeira (2022, p. 4) “O número crescente de estudantes com TEA no ensino superior exige da universidade mudanças significativas visando promover uma



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

educação que, de fato, seja inclusiva.” Para que esses sujeitos tenham acesso a uma inclusão efetiva se faz necessário considerar suas especificidades no que tange seu perfil social, motor e cognitivo diferentes.

Segundo o Ministério da Educação do Brasil estima-se que 70 milhões de pessoas no mundo sejam autistas, sendo 2 milhões delas no Brasil (MEC, 2018). Em 2013 a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência estimou em sua publicação “Retrato do Autismo no Brasil” que existiam 1,2 milhão de pessoas com TEA em nosso país. Todos os dados que existem atualmente são apenas estimativas pois até hoje não houveram ações coordenadas que trouxessem um dado concreto.

“Ao realizar o mapeamento do perfil dos estudantes com TEA no ensino superior, constata-se uma fragilidade nos dados oficiais disponíveis. Isso remete à reflexão sobre o compromisso, o processo e o controle na construção dos dados” (SILVA, SCHNEIDER, KASZUBOWSKI e NUERNBERG 2020, p. 7).

No ano de 2019 foi sancionada a lei 13.861 que exige do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a incluir no Censo perguntas sobre autismo (BRASÍLIA, 2019). Esses dados irão mostrar a realidade do país e são necessários para elaboração de políticas públicas que sejam benéficas aos autistas, mesmo havendo amparo legal que assegura os direitos desse grupo a busca pelo cumprimento das leis é constante.

Quando falamos sobre a educação das pessoas com deficiência, devemos nos remetendo a Lei das Diretrizes e Bases do ano de 1996 que em seu Artigo 2 já traz como objetivo da educação o desenvolvimento pleno dos indivíduos e no artigo subsequente aborda como um dos seus princípios de ensino a igualdade de condições para ingressar e permanecer no ambiente escolar. O Plano Nacional da Educação promulgado pela Lei nº 10.172/01 coloca que as pessoas com deficiência precisam, de preferência, estar incluídas nas classes de ensino comum e que essa inclusão deve se dar desde a educação infantil até o ensino superior.

O artigo 9º da Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009) prevê que o serviço desempenhado pelo professor da classe regular seja em conjunto com o do professor da sala de recursos multifuncionais (SRM) ou do atendimento educacional especializado (AEE) que o aluno venha a receber. Portanto, é necessário que todos colaborem, analisem, articulem e planejem como

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

as necessidades devem ser atendidas, sempre visando o bom atendimento e que este propicie o pleno desenvolvimento do aluno. Ainda é importante ressaltar que, o autista deve também receber atendimento dos serviços de saúde e assistência social, além de outros atendimentos necessários e da colaboração da família.

O trabalho que deve ser desenvolvido pelo professor do AEE também está previsto nesta mesma resolução, este seria:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos públicoalvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009)

Diante disso, percebe-se a valorosa contribuição de uma escolarização de qualidade para alunos autistas, garantindo o atendimento à diversidade humana. O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido na Lei nº 10.172/01, coloca que as pessoas com deficiências devem ser incluídas dê preferência no ensino comum e enfatiza que essa educação será ofertada nos diferentes níveis de ensino.

A inclusão necessita de mobilização, não somente buscando ampliar o ingresso desse alunado no ensino comum, mas sim, seguir a vertente democrática e emancipatória, que respeite e valorize as diferenças, onde profissionais recebem capacitação para o atendimento e onde todas as questões pertinentes sejam analisadas e refletidas almejando a efetividade desse processo.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A inclusão realmente clama por uma mudança na filosofia e possivelmente uma reestruturação fundamental dos sistemas escolares e das escolas. Isso significa mudanças na prática pedagógica e, especialmente, mudanças na formação dos professores (CAPELLINI; MENDES, 2007, p.123-124).

Shimazaki e Pacheco (2012) nos falam sobre a importante reunião realizada em Salamanca, na Espanha, que deu origem a Declaração de Salamanca, esta declaração traz a recomendação de que todas as pessoas devem ter acesso aos bens históricos e culturais sociais, além de ocupar os mesmos espaços sociais, independente das suas necessidades educacionais especiais, de sua etnia, origem cultural, gênero ou orientação sexual. Embasados na Declaração, de 1994, os países envolvidos passaram a discutir o tema inclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para os autores Ferreira e Sekkel (2007) o impulso para as mudanças no sistema de educação do Brasil buscando a inclusão de todas as pessoas sem distinção, tiveram início na década de 90 e desde então ocorreram mudanças nas leis e surgiram diretrizes no sentido da educação inclusiva.

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos na conferência mundial da UNESCO, em 1990. Ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), reafirmou esse compromisso, e deu visibilidade às questões relativas à inclusão e exclusão na educação. (FERREIRA e SEKKEL, 2007, p.6)

O aluno com o transtorno possivelmente terá algo que atrapalhe o seu progresso devido a sua condição de afeto e também social. Nas IES o autista precisa ser compreendido e orientado por profissionais competentes que saibam direcionar especificidades como o hiperfoco para o bom andamento do processo de ensino e afim de evitar o aumento de desistência desse alunado nas universidades (VIANA e FALCÃO, 2020).

Inseridos em uma sociedade tão diversa, culturalmente, socialmente e financeiramente, etc. não é difícil refletir sobre aceitar o outro como ele é. Nós professores, imersos diariamente num contexto escolar que reflete totalmente nossa sociedade, precisamos compreender que nossa sala de aula mesmo que não tenha nenhuma criança com alguma deficiência, o que hoje é raro, temos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

alunos com diferentes níveis e dificuldades de aprendizagem o que nos obriga a pensar em um planejamento diferenciado e em metodologias flexíveis que atendam a todos. Sobre isso, Fischer (2019, p. 3) nos traz a seguinte fala:

Em uma turma de estudantes naturalmente diversa e em um ambiente que possibilite a inclusão, é esperado deparar-se com uma ampla diversidade de processos cognitivos, emocionais e intencionais. Logo, preparar uma aula baseando-se em um padrão médio de expectativa pode comprometer os resultados almejados. Enquanto muitos alunos irão apresentar limitações envolvidas com uma base de formação pedagógica prévia deficiente, outros enfrentarão problemas emocionais e comprometimentos neurológicos e físicos que podem afetar o seu aprendizado. (FISCHER, 2019, p. 3)

Os profissionais do Ensino Superior envolvidos com o processo de inclusão segundo Rúa e García (2016, p. 14) precisam “[...] promover as flexibilizações dos processos de avaliação [...]” se faz necessária uma reflexão se a metodologia utilizada atenderá as demandas do aluno, se os conteúdos estão sendo contemplados mesmo que de maneira diferenciada, visto que, independentemente da dificuldade, o universitário deve ter acesso a ele, e por fim deve-se pensar na avaliação diversificada com “[...] flexibilização dos tempos de avaliação e/ou adaptação das formas de exame às características dos alunos, bem como o impacto nos processos contínuos e sistemáticos da avaliação com critérios formativos.”

No quadro a seguir que foi elaborado por Oliveira e Leite (2021, p.21 e 22) as autoras sintetizaram por meio de uma revisão de publicações sobre autistas nas IES as barreiras encontradas por esses estudantes.



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

	em público, resistência em sair da rotina e resistência às mudanças. Quando a participação da família excede, tornando-se em cobranças, isto pode atrapalhar o estudante ao invés de ajudar (COSTA; MARIN, 2017; SILVA S., 2020), dificuldade de planejamento e resolução de problemas (DONATI; CAPELLINI, 2018; AGUILAR; RAULI, 2020), não ter companhia (OLIVATI; LEITE, 2019), interseccionalidade de gênero, classe, etnia, econômica e como pessoa com deficiência (SILVA et al 2020).
d) bem-estar	Angústia gerada devido à dificuldade em permanecer na universidade, pensamentos de suicídio, ansiedade, depressão (OLIVATI; LEITE, 2017; OLIVATI; LEITE, 2019), não se sentir à vontade em falar a respeito de seu diagnóstico, baixa resistência à frustração (COSTA; MARIN, 2017; OLIVATI; LEITE, 2019), manter-se afastado e reservado, caracterizando uma pessoa "fechada" (DONATI; CAPELLINI, 2018), Bullying, diagnóstico tardio (OLIVATI; LEITE, 2019), incapacidade de processar informações sensoriais (FISCHER, 2019), acompanhamento com psicólogo e fonoaudiólogo (DONATI; CAPELLINI, 2018; SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020), sentimento de ser "anormal" e "incapaz" (SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020).
e) comunicação e compreensão	Falta de sensibilização e conhecimento quanto ao TEA; falta de formação didática frente ao estudante com TEA, dificuldade na comunicação (OLIVATI; LEITE, 2017), não olhar nos olhos quando se comunica (COSTA; MARIN, 2017), barreira informacional na instituição de Educação Superior (OLIVATI; LEITE, 2019), capacitismo (FISCHER, 2019; SILVA et al 2020), insegurança e bloqueio comunicativo (SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020).

Quadro 6- Síntese das barreiras encontradas nos corpos da pesquisa.

(continua)

Barreiras	
a) fatores acadêmicos	Inexistência de núcleos de apoio ou falta de divulgação adequada dos serviços oferecidos; dificuldades na adaptação didática da Educação Superior (avaliação, dinâmica de aulas, relação professor-aluno) (OLIVATI; LEITE, 2017), preconceitos na linguagem, na comunicação, na leitura e escrita (COSTA; MARIN, 2017; SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020), rigidez e inflexibilidade cognitiva, dificuldade em manter o foco na tarefa e em raciocínio abstrato (DONATI; CAPELLINI, 2018), falta de profissionais capacitados, não ter adaptações curriculares e didáticas (OLIVATI; LEITE, 2019), aulas expositivas e excesso de informações (FISCHER, 2019), barreiras atitudinais (SILVEIRA; DONIDA; SANTANA, 2020; OLIVATI; LEITE, 2017; COSTA; MARIN, 2017; DONATI; CAPELLINI, 2018), invalidação por parte do professores acerca do diagnóstico de TEA do estudante, estigma (AGUILAR; RAULI, 2020).
b) fatores ambientais	Dificuldade em orientação espacial (DONATI; CAPELLINI, 2018), campus não é acessível (OLIVATI; LEITE, 2019).
c) fatores sociais	Dificuldade em iniciar e manter uma conversação, baixo índice de suporte social, dificuldade na interação social, déficit significativo em habilidades sociais (OLIVATI; LEITE, 2017; DONATI; CAPELLINI, 2018; OLIVATI; LEITE, 2019), dificuldade de falar

Fonte: Oliveira e Leite (2021, p.21 e 22)

Olivati e Leite (2019) em seu estudo sobre autistas no Ensino Superior relataram que todos os universitários com TEA que participaram de sua pesquisa afirmaram que as dificuldades na interação com outras pessoas é um fator que torna mais difícil a permanência deles na universidade. Para as autoras, esse fato vem sendo relatado em outras pesquisas e é uma característica de quem

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

tem o transtorno. A defasagem na linguagem pode ser minimizada tratando e intervindo, e assim a comunicação desses alunos tende a melhorar, proporcionando um caminho mais passível de êxito para eles.

As análises e interpretações devidamente embasadas pelos dados, conceitos e informações apresentados no desenvolvimento devem ser inseridas aqui. É o tópico em que se deve explicitar o resultado alcançado na pesquisa. Pode-se proceder a verificação e comparação ao estado da arte da fundamentação teórica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atender as necessidades diferenciadas desse público é um dever do gestor e dos demais profissionais envolvidos, e um direito da pessoa com TEA. Frente a isto, além do gestor garantir a vaga e a permanência do aluno, cabe ao mediador conhecer o real significado da inclusão, adequando-se as demandas e propiciando o desenvolvimento e a ampliação de suas potencialidades e habilidades.

O percurso universitário demanda muito empenho de qualquer indivíduo que esteja inserido nele, e se pensarmos nas características das pessoas diagnosticadas com TEA e nos déficits de aprendizagem e socialização que eles podem possuir dependendo do nível (leve, moderado ou severo) de intensidade dessas características poderemos ter a dimensão das possíveis dificuldades que eles enfrentam diariamente num ambiente universitário que, com base nos artigos, teses e dissertações apresentados, ainda não os inclui de fato.

Os estudos apontam que a inclusão dos autistas pelas IES apresentam como principais dificuldades o despreparo dos professores e demais profissionais envolvidos, os recursos materiais escassos, as metodologias inflexíveis, a comunicação deficitária entre aluno e professor e a maneira de avaliar engessada ao tradicional.

Debates constantes por parte das Instituições são extremamente necessários, assim como a promoção de capacitações para os professores que são os agentes diretos e que de fato são os que decidem efetivar a inclusão dentro de suas salas de aula. A necessidade de conscientização é imprescindível, os profissionais devem ter em mente que o aluno autista está inserido na sua sala e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

possui assegurado por lei o direito a ter um ensino adequado as suas necessidades educacionais especiais.

Importante ressaltar que o docente é um agente direto na efetivação da inclusão, e que este necessita ter preparo e suporte para isso, mas não são só as IES que precisam proporcionar capacitações e formações, seria importantíssimo que ocorresse uma nova organização do nosso sistema de educação, pois assim alcançaríamos novos métodos para que o aluno tivesse acesso e que conseguisse dar continuidade no seu percurso acadêmico com o apoio necessário. Os avanços são inegáveis, mas a luta é permanente.

REFERÊNCIAS

Associação Psiquiátrica Americana. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5)**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: [DSM_V.pdf \(co.pt\)](#) Acesso em: 29.05.2022

BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice; e colaboradores. **Autismo e educação**. Reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BONDEZAN, Andreia N. GÓES, Eliane P. SOARES, Rosangela, T. C. Desafios enfrentados no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no âmbito universitário: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.1, p. 721-738 jan. 2022. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/42300/pdf> Acesso em: 05.08.2022

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf Acesso em: 13.01.2021

_____. **Resolução Nº4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em 13.01.2021

_____. **Decreto nº7.611, de 17 de novembro de 2011a**. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e da outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 18 de nov. de 2011, SECCÃO, 1, p.12. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htmw Acesso em: 13.01.2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm Acesso em: 13.01.2021

_____. **Presidência da República. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: [L12764 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 13.01.2021

_____. **Ministério da Educação. 2018.** Brasília, MEC/SEF. Disponível em: [Educação de autistas é o tema do programa Salto para o Futuro - MEC](#) Acesso em: 18.07.2022

_____. **Lei nº 13.861, de 18 de julho 2019.** Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://www.camara.gov.br) Acesso em: 11.08.2022

_____. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 28/01/2022

CAPELLINI, V. L. M. F; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Educere et educare.** Revista de Educação, Cascavel, v.2, n.4, p. 113 – 128, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1659/1346> Acesso em: 12.01.2021

FISCHER, Marta L. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.4, p.535-552, Out.-Dez., 2019 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vK7pnWwcns9pHxtvvVB8RMh/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 06.06.2022

LEBOYER, Marion. **Autismo infantil.** Fatos e modelos. Tradução: Rosana G. Dalgalarrodo. Campinas-SP: Papyrus, 2009. 7ª ed.

MELLO, Ana M. HO, Helena. DIAS, Inês. ANDRADE, Meca. **Retratos do Autismo no Brasil.** São Paulo: AMA – Associação de Amigos do Autista 1ªed. 2013 Disponível em: [RetratoDoAutismo.pdf \(ama.org.br\)](http://www.ama.org.br) Acesso em: 13.08.2022

NUNES, Leila R. O. P. WALTER, Catia C. F. SCHIRMER, Carolina R. In: SHIMAZAKI, Elsa M. PACHECO, Edilson R. **Deficiência e Inclusão Escolar.** Maringá: UEM, 2012

OLIVATI, Ana G. LEITE, Lucia P. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtorno do espectro autista: Uma análise interpretativa dos relatos. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

v.25, n.4, p.729-746, Out.-Dez., 2019 Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/N3sgZJb7wNHpVHv7LYkGvwL/?lang=pt> Acesso em:
08.08.2022

OLIVEIRA, Ana C. S. LEITE, Daniela S. Inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista na educação superior: uma revisão integrativa. Disponível em:
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4470/version/4741> Acesso em:
16.07.2022

OLIVEIRA, Ana F. T. M., SANTIAGO, Cinthia, B. S. TEIXEIRA, Ricardo A. G. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e238947, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/cGTd6B6WHLzms7HvY4TgNQF/> Acesso em: 05.07.2022

RÚA, Manuel O. GARCIA, Nuria D. Medidas organizativas y educativas para facilitar la inclusión de estudiantes con transtorno del espectro autista em la universidad. **Revista Iberoamericana de Educación**. Organización dos Estados Ibero-Americanos, Vol.71 núm. 1, 2016 Disponível em:
<http://riberdis.cedid.es/handle/11181/4814> Acesso em: 02.08.2022

SILVA, Solange C. SCHNEIDER, Daniela R. KASZUBOWSKI, Erikson, NUERNBERG, Adriana H. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. **Psicologia Escolar e Educacional**. 2020, v. 24 Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pee/a/fvzHNXfHzkFcPTMkcY9gPxd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em:
15.06.2022

SHIMAZAKI, Elsa M. PACHECO, Edilson R. e colaboradores. **Deficiência e Inclusão Escolar**. Maringá: UEM, 2012

VIANA, Jefferson F. VIANA, Tania V. A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação. **Revista Intersaberes**. Vol. 15 Num.35 Disponível em:
<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1868> Acesso em:
25.05.2022

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA
CELL MANIA.**

Gabrielly Sampaio Ferreira¹ – Unespar – Campo Mourão
Aparecida da Penha dos Santos² – Unespar – Campo Mourão

Nome do GT 7: Empreendedorismo e Inovação

RESUMO

A administração financeira envolve todas as atividades financeiras da empresa como a gestão do caixa, contas a pagar e receber e estoques. O gestor financeiro deve identificar a melhor forma de maximizar os recursos financeiros da empresa afim de obter um retorno positivo. Visto isso, este trabalho tem como objetivo verificar como a empresa Cell Mania realiza as atividades financeiras. Como procedimentos metodológicos, este trabalho foi classificado como um estudo de caso de cunho qualitativo e quantitativo, sendo que o objeto de estudo foi a empresa Cell Mania. Para coleta de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica, observação sistemática e entrevista semiestruturada com a proprietária da empresa. A partir da análise dos dados, foi possível identificar falhas no planejamento de curto prazo e que a empresa não realiza planejamento de longo prazo. Portanto foi sugerida a implantação do planejamento financeiro, a utilização das demonstrações financeiras e melhorias na gestão financeira da empresa.

Palavras-chave: Planejamento financeiro. Administração financeira. Microempresa.

RESUMEN

La gestión financiera involucra todas las actividades financieras de la empresa, como la gestión de efectivo, las cuentas por pagar y por cobrar y los inventarios. El gerente financiero debe identificar la mejor manera de maximizar los recursos financieros de la empresa para obtener un rendimiento positivo. Ante esto, este trabajo tiene como objetivo verificar cómo la empresa Cell Mania realiza actividades financieras. Como procedimientos metodológicos, este trabajo fue catalogado como estudio de caso cualitativo y cuantitativo, y el objeto de estudio fue la empresa Cell Mania. Para la recolección de datos, se utilizó la investigación bibliográfica, la observación sistemática y la entrevista semiestruturada con el propietario de la empresa. A partir del análisis de datos se pudo identificar fallas en la planificación a corto plazo y que la empresa no realiza planificación a largo plazo. Otro punto negativo es que la empresa no utiliza los estados financieros para la toma de decisiones, además, se identificaron posibles mejoras en la realización de actividades financieras. Por lo tanto, se sugirió la implementación de la planificación financiera, el uso de estados financieros y mejoras en la gestión financiera de la empresa.

Palabras clave: Planificación financiera. Administración Financiera. Microempresa.

¹- Administradora – Formanda/2022 – e-mail: gabriellyferreira0512@gmail.com



² - Administradora, Contadora e Mestre em Administração e Professora orientadora deste estudo – e-mail: appenha12@gmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A gestão financeira adequada nas organizações nasce no planejamento, onde são definidos metas e objetivos a serem alcançados e como atingi-los. Assim, também ocorre no planejamento financeiro de uma empresa, onde são definidos objetivos financeiros a serem atingidos.

Para Matias e Lopes Júnior (2002) as empresas enfrentam dificuldades no dia-a-dia com a gestão financeira, motivadas por falta de contratação de pessoas eficientes para realizarem as atividades gerenciais. A maior dificuldade das micro e pequenas empresas é a falta de conhecimento gerencial do proprietário, que baseia as estratégias na sua experiência, influenciando nas decisões financeiras de curto prazo do negócio.

Nesse contexto a gestão e o planejamento financeiro são importantes para atingir objetivos futuros, visando o crescimento da organização e no curto prazo ter estimativas de demanda, produção, matéria prima e desenvolver demonstrações contábeis que auxiliaram na tomada de decisão (GITMAN, 2010).

De acordo com Assaf Neto e Lima (2019) a administração financeira tem como objetivo garantir a eficiência na captação e alocação de recursos financeiros. Atualmente, o gestor assume um papel estratégico na empresa, necessitando ser competitivo e visar o crescimento futuro.

Trata-se de um estado de caso realizado em uma microempresa, pois em termos gerais, o presente estudo objetivou realizar um diagnóstico financeiro na empresa Cell Mania e assim o mesmo foi conduzido por meio de pesquisa bibliográfica sobre administração e planejamento financeiro, identificação de como a empresa realiza as atividades financeiras, indicando possíveis problemas que a empresa enfrenta e propondo sugestões para a melhoria da referida gestão financeira da empresa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As organizações são sistemas abertos e dinâmicos compostas por seus stakeholders (funcionários, acionistas, administradores, consumidores) e são consideradas fonte de geração



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de lucro e retorno dos investimentos feitos pelos sócios.

A área da administração financeira passou por uma evolução assim como todas as áreas funcionais da administração. Inicialmente era considerada uma parte do campo das ciências econômicas, e na década de 1920 se tornou um estudo independente. Seu foco inicial eram os procedimentos voltados a captação de recursos, posteriormente na década de 1950 passou a focar na alocação de recursos, investimentos e geração de riqueza. Em 1990 ampliou o foco para a gestão de riscos e com a globalização surgiu a necessidade de trabalhar com diferentes moedas em mercados internacionais (SOBRAL & PECI, 2013).

A administração financeira está ligada a economia e a contabilidade, sendo que ambas contribuem para o desenvolvimento da área financeira. A economia descreve os ambientes em que a empresa está inserida de acordo com suas áreas, sendo elas a microeconomia e a macroeconomia. A contabilidade serve como um insumo à administração financeira fornecendo as demonstrações contábeis. Embora haja a ligação descrita, as áreas possuem suas diferenças e não se resumem a uma só área de estudo (GITMAN, 1987).

Hoji (2012) conceitua que o objetivo das empresas é a maximização de seu valor de mercado, pois assim estará aumentando a riqueza de seus acionistas e sócios que esperam um retorno sobre o investimento compatível com o risco assumido, por meio dos lucros obtidos no longo prazo.

A administração financeira está relacionada a todas as atividades desempenhadas pelos administradores financeiros. Eles são responsáveis pela gestão financeira das organizações, realizando tarefas de análise, planejamento e controle, concessão de crédito e captação de fundos para financiar a empresa tendo como objetivo o crescimento do negócio e da sua competitividade (GITMAN, 2010).

De acordo com Gitman (1987) o objetivo dos proprietários da organização deve ser a maximização da riqueza por cinco razões: o retorno realizável do proprietário que representa o preço de mercado de uma ação que reflete no valor de dividendos futuros; a perspectiva de longo prazo onde a maximização do lucro aborda o curto prazo, já a maximização da riqueza aborda o longo prazo; época de ocorrência dos retornos considera seu impacto no preço das ações; o risco onde a maximização da riqueza considera a relação entre risco e retorno; distribuição de retornos considera que os proprietários queiram receber dividendos regulares.

Diante do exposto o objetivo da administração financeira é manter a organização solvente, onde seus fluxos de caixa devem ser positivos para cumprirem suas obrigações e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

funções sociais como pagamento de seus funcionários, impostos e também gerar retorno aos proprietários, além de investir em ativos para maximização da riqueza e aumento da participação de mercado.

No que se refere ao planejamento financeiro, o mesmo consiste na definição das ações que serão executadas para atingir os objetivos financeiros da organização. O administrador financeiro deve utilizar o planejamento financeiro para orientar, coordenar e controlar as atividades da empresa.

Hoji (2012) define o planejamento financeiro como a adequação do volume de recursos exigidos para realizar as atividades operacionais e de investimentos da empresa e avaliar onde esses recursos serão captados. Diante disso, fica clara a importância da avaliação da capacidade de obtenção de financiamento, pois o nível de atividades operacionais deve estar de acordo com essa capacidade de financiamento.

A gestão das atividades financeiras se torna eficaz quando as despesas financeiras são planejadas, controladas e analisadas adequadamente, pois as mesmas tem impacto no lucro da empresa e o objetivo do planejamento financeiro é maximizar os recursos financeiros alocados na empresa (HOJI, 2012).

Para Assaf Neto e Lima (2014) o planejamento financeiro proporciona ao gestor as ferramentas necessárias para identificar em quais aspectos a empresa precisa crescer e ter segurança na tomada de decisão (apud PEREIRA, 2019).

Já Ross et al (2013) expõe que o planejamento financeiro define como alcançar os objetivos financeiros da empresa, utilizando o plano financeiro que descreve o que deve ser feito. Deve-se definir o horizonte de planejamento que pode ser de curto ou longo prazo para assim determinar o investimento necessário para atingir os objetivos.

O planejamento financeiro possui dois aspectos fundamentais que são o planejamento de caixa e o planejamento de lucros. O planejamento de caixa envolve a elaboração do orçamento de caixa e o planejamento de lucros consiste na elaboração de demonstrações pró-forma. As demonstrações pró-forma são as demonstrações do resultado e balanços patrimoniais projetados e previsto para determinado período. Além disso o processo de planejamento financeiro começa pelos planos de longo prazo ou estratégicos que por conseguinte orientam a formulação dos planos e orçamentos de curto prazo ou operacionais (GITMAN, 2010).

Os planos financeiros de longo prazo ou estratégicos envolvem as ações planejadas e o impacto dessas ações num período de dois a dez anos. É comum que esses planos sejam

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



revisados ao longo dos anos conforme novas informações e mudanças no ambiente ocorram. Os planos estratégicos estão integrados aos planos de produção e de marketing e incluem atividades de dispêndio em ativo imobilizado, pesquisa e desenvolvimento, aquisições, desenvolvimento de produtos ou até encerramento de linhas de produtos, de negócios ou encerramento de dívidas (GITMAN, 2010).

Os planos financeiros de curto prazo ou operacionais definem as ações e seu impacto no num prazo de um a dois anos. Nesse tipo de plano são utilizadas informações de previsão de vendas e outros dados operacionais e financeiros. Também são utilizados os orçamentos de caixa e operacionais e as demonstrações pró-forma. Esse planejamento inicia com a previsão de vendas e por meio dela os planos de produção levam em conta os prazos de preparação e estimativa de matéria-prima. Assim a empresa pode estimar as despesas diretas e operacionais e elaborar uma DRE pró-forma, um orçamento de caixa e por fim um balanço patrimonial pró forma (GITMAN, 2010).

Sendo assim fica clara a importância da gestão e do planejamento financeiro nas empresas, pois para atingir seus objetivos o administrador precisa planejar suas ações futuras e utilizar as ferramentas disponíveis para tomada de decisão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi realizado na empresa Cell Mania localizada em Rancho Alegre D'Oeste – PR. O objetivo deste trabalho é verificar como a empresa Cell Mania realiza as atividades de planejamento financeiro. São abordados conceitos sobre a variável planejamento financeiro e demais áreas da administração financeira.

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Este trabalho é um estudo de caso que de acordo com Gil (2018) é caracterizado por um estudo profundo de determinado objeto afim de possibilitar o conhecimento amplo e detalhado e compreender sua generalidade. É uma pesquisa descritiva que tem como objetivo descrever as características do planejamento e da administração financeira, verificar como a empresa realiza suas atividades e sugerir melhorias para a gestão financeira.

3.2 DEFINIÇÃO DOS DADOS

Para a realização deste trabalho foi seguido um processo de quatro etapas em que foi



descrita a situação atual da empresa, feita uma análise da situação atual, foram identificados os problemas e dificuldades da organização e por fim foram feitas sugestões de melhorias para os determinados problemas. Essas etapas ocorreram na seguinte ordem iniciando por meio de uma pesquisa bibliográfica, observação na empresa e entrevista com o proprietário. Ao final do estudo foi possível indicar melhorias na gestão financeira da empresa.

Quadro 1: Etapas de realização do estudo.

Etapas	Desenvolvimento	Capítulo de referência
Etapa 1 – Embasamento teórico	Esta etapa contém a apresentação do tema, justificativa do estudo e teoria baseada em dados secundários sobre administração financeira, obtidos em livros, artigos, etc.	1 e 2.
Etapa 2 – Definição e realização do estudo	Nesta etapa foi definida a empresa para o estudo; realização de entrevista semiestruturada e observação sistemática na empresa; coleta de dados na empresa.	3 e 4.
Etapa 3 – Análise, discussões e sugestões	Nesta etapa os dados coletados na empresa foram analisados com base no levantamento teórico; apresentação das sugestões, recomendações e considerações finais do estudo.	4, 5, 6 e 7.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Santos (2021, no prelo).

Os dados primários e secundários foram coletados de livros, artigos, documentos e dados estatísticos. Para a realização deste estudo foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pois permite o contato com tudo que já foi escrito sobre o tema; de uma observação sistemática onde o pesquisador observa os fatos que tem determinada importância, é objetivo, reconhece os possíveis erros e não interfere sobre a situação; e de entrevista semiestruturada seguindo um roteiro de perguntas e a entrevista foi realizada com a proprietária da empresa Cell Mania (MARCONI & LAKATOS, 2022).

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram tratados de forma qualitativa e quantitativa, pois Richardson (2012) define o método qualitativo como uma metodologia que descreve a complexidade de um determinado problema, possibilita um conhecimento profundo e pode contribuir no processo de mudança. O método quantitativo é caracterizado pela quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados utilizando técnicas estatísticas.



4 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho foi realizado na empresa Cell Mania com intuito de identificar como a empresa realiza as atividades financeiras. Trata-se de uma pequena empresa que atua com a comercialização de acessórios e eletrônicos para celulares, linha de presentes e atendimento da operadora de telefonia TIM. O estudo aborda três lojas de pequeno porte localizadas nas cidades de Ubatã, Juranda e Rancho Alegre D'Oeste. A primeira loja foi criada em dezembro de 2015 na cidade de Palotina – PR, sendo transferida para Rancho Alegre D'Oeste - PR posteriormente. A segunda loja foi criada em junho de 2018 na cidade de Assis Chateaubriand e em seguida foi transferida para Juranda - PR. A terceira loja foi aberta em setembro de 2018 na cidade de Ubatã – PR.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A administração financeira compreende as atividades financeiras da empresa envolvendo a gestão, o planejamento e o controle das atividades. Os proprietários têm como objetivo a maximização dos lucros e o crescimento no mercado. Assim, dando continuidade na pesquisa, foram realizadas buscas para identificar como são realizadas as atividades financeiras da empresa. A seguir será descrita a situação atual da administração financeira da Cell Mania.

5.1 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

Para gerenciar a área financeira a empresa possui um sistema de caixa e um sistema de informações, os funcionários possuem acesso ao sistema de caixa para registrar as entradas e saídas diárias, já o sistema de informações possui acesso restrito, sendo que apenas alguns funcionários têm acesso.

A empresa possui um grupo no WhatsApp onde todos os funcionários registram os valores de suas vendas diariamente em tempo real para acompanhamento do desempenho. A partir das informações do grupo, o gerente realiza o acompanhamento diário das vendas e das metas dos funcionários e preenche uma planilha de vendas que contém as respectivas metas dos funcionários, o valor já realizado e a tendência das metas e compartilha com os funcionários diariamente.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Além do grupo de vendas, a empresa possui um grupo para acompanhar o fechamento do caixa diário de cada filial, sendo que os supervisores são responsáveis por essa atividade. Os supervisores devem enviar ao final do expediente o fechamento do caixa no grupo e realizar o depósito do dinheiro que entrou em caixa no dia, que é utilizado pela proprietária para realizar o controle financeiro.

A proprietária é responsável pelas atividades financeiras da empresa realizando o controle financeiro, pagamento das despesas, compras, entre outras atividades. O controle é feito sempre que possível, onde são conferidas as vendas que foram registradas no grupo do WhatsApp e no sistema de caixa, assim como os valores de caixa e depósitos bancários.

As despesas fixas são pagas pela proprietária utilizando a conta jurídica da empresa e as despesas variáveis que ocorrem nas filiais são pagas com o dinheiro do caixa e registradas como saídas.

A empresa realiza vendas na loja física e online e as formas de recebimento são: dinheiro, pix, cartão e cheque e não realiza vendas a prazo em crediário. Atualmente não existe uma política de crédito, porém a empresa tem interesse em implantar.

Os lucros da empresa são mantidos na conta bancária e não são aplicados, portanto não há nenhum rendimento. Parte dos lucros é destinada para o investimento na empresa, em possíveis reformas para melhorar a qualidade do estabelecimento e a outra parte é destinada a proprietária.

O controle de estoque é realizado por meio de balanço, que é feito a cada três meses em todas as filiais, além do controle diário e atualização semanal do estoque com o recebimento de novos produtos.

Figura 1: Relatório utilizado para controle de estoque.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIA	VALOR	PREÇO	ESTRUTURA	ESTR. COMPLETA
000001	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	3,00	
000002	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000003	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000004	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000005	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	3,00	
000006	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	3,00	
000007	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000008	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000009	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000010	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000011	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	1,00	
000012	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000013	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000014	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000015	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000016	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000017	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000018	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000019	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000020	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000021	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000022	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000023	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000024	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000025	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000026	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000027	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000028	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000029	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	
000030	ADAPTOR PARA FERRA FIO TAMPA BRANCO		R\$11,00	R\$11,00	0,00	

Fonte: Dados coletados na empresa, 2022.

O relatório para conferência de estoque é fornecido pelo sistema de informações da empresa e contém o código e a descrição de todos os produtos existentes na empresa, seus valores, a quantidade do sistema e um campo para atualizar a quantidade correta conferida. A seguir apresenta-se os sistemas de caixa e de informações utilizados pela empresa.

Figura 2: Sistema de caixa da empresa.



Fonte: Dados coletados na empresa, 2022.

O sistema de caixa é utilizado para registrar as operações de caixa diárias, onde os funcionários inserem as vendas realizadas e as saídas. Para registrar as vendas os funcionários digitam o produto ou o código do mesmo, a seguir inserem a quantidade e na próxima tela a forma de pagamento, onde é inserido o código do funcionário que realizou a venda, o nome do cliente, a forma de pagamento e o valor do desconto quando for o caso.

Figura 1: Fluxo de caixa da filial 2.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Data	Descrição	Valor
2022/04/01	Saldo anterior	100,00
2022/04/01	Vendas	500,00
2022/04/01	Despesas	(200,00)
2022/04/01	Saldo atual	300,00

Fonte: Dados coletados na empresa, 2022.

A figura 12 apresenta o fluxo de caixa fornecido pelo sistema de caixa utilizado pela empresa. Ele apresenta as vendas realizadas no dia, informando a data, o nome do cliente quando inserido, valor da compra e forma de pagamento, além das vendas, também são registradas as saídas ocorridas no dia, indicando a descrição da saída e o valor. No lado direito estão os valores totais das vendas e das saídas.

Figura 4: Sistema de informações da empresa.



Fonte: Dados coletados na empresa, 2022.

O sistema de informações, como mencionado anteriormente tem acesso restrito, onde apenas a proprietária, o gerente e os supervisores tem acesso. Esse sistema é utilizado para cadastrar mercadorias, gerar etiquetas dos produtos, acerto de estoque, realizar trocas e devoluções de produtos, registrar os recebimentos de duplicatas e para o controle financeiro.

Figura 5: Planilha de vendas da empresa.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

CELL MANIA SETEMBRO					
LOJAS CELL MANIA	META	REALIZADO	TENDENCIA		METADIA
VIVIANE ACESSORIOS	R\$ 25.000,00	R\$ 33.715,00	140%	R\$ 35.119,79	R\$ 8.715,00
VIVIANE PRESENTES	R\$ 1.500,00	R\$ 2.753,00	191%	R\$ 2.867,71	R\$ 1.253,00
ALESSANDRA ACES	R\$ 5.000,00	R\$ 2.195,00	45%	R\$ 2.286,46	R\$ 2.805,00
ALESSANDRA PRESE	R\$ 500,00	R\$ 110,00	23%	R\$ 114,58	R\$ 390,00
FABIO	R\$ 9.000,00	R\$ 2.378,00	38%	R\$ 2.477,88	R\$ 6.622,00
GABRIELLE	R\$ 2.000,00	R\$ 4.576,00	241%	R\$ 4.879,83	R\$ 2.676,00
ANDRESSA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.995,00	200%	R\$ 2.073,13	R\$ 995,00
TOTAL UBRATÁ	R\$ 44.000,00	R\$ 47.822,00	113%	R\$ 49.814,58	R\$ 3.822,00
FABIO ACESSORIOS	R\$ 6.500,00	R\$ 4.802,00	74%	R\$ 4.793,75	R\$ 1.898,00
FABIO PRESENTES	R\$ 800,00	R\$ 225,00	29%	R\$ 234,38	R\$ 575,00
GABI ACESSORIOS	R\$ 5.500,00	R\$ 4.230,00	80%	R\$ 4.406,25	R\$ 1.270,00
GABI PRESENTES	R\$ 700,00	R\$ 720,00	107%	R\$ 750,00	R\$ 20,00
TOTAL JURANDA	R\$ 13.500,00	R\$ 9.777,00	75%	R\$ 10.184,38	R\$ 3.723,00
GABRIELLY	R\$ 4.000,00	R\$ 4.211,00	110%	R\$ 4.586,46	R\$ 211,00
CAMILA	R\$ 1.500,00	R\$ 2.902,00	130%	R\$ 2.085,42	R\$ 502,00
TOTAL RANCHO	R\$ 5.500,00	R\$ 6.213,00	118%	R\$ 6.471,88	R\$ 713,00
TOTAL GRUPO	R\$ 62.000,00	R\$ 63.812,00	100%	R\$ 66.478,23	R\$ 812,00

Fonte: Dados coletados na empresa, 2022.

A planilha de vendas é utilizada para acompanhar o desempenho dos funcionários e das filiais, contém as metas individuais dos funcionários, as metas das lojas, o valor já realizado, a tendência e a meta diária. Essa planilha é atualizada diariamente pelo gerente e compartilhada com os funcionários para que acompanhem seus resultados.

5.2 ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL DA EMPRESA

O sistema de caixa da empresa registra todas as operações e mantém um fluxo de caixa organizado o que facilita as atividades financeiras da proprietária. O sistema de informações é restrito a proprietária e ao gerente, o que pode atrasar algumas atividades, pois os funcionários irão depender da disponibilidade dos mesmos.

A proprietária executa todas as atividades financeiras, o que causa sobrecarga e atraso de determinadas funções, por exemplo pagamento de despesas ou registro de estoques de produtos. Além disso a tomada de decisão é centralizada, sendo que a proprietária toma as decisões, o que pode gerar dificuldades nas filiais que precisam se comunicar com a matriz, e isso pode demandar tempo para receber um retorno.

Os grupos de Whatsapp são uma forma de acompanhar o desempenho das vendas em tempo real e manter a comunicação entre os funcionários da matriz e das filiais. Além disso,



são utilizados para manter o controle financeiro e identificar possíveis diferenças no caixa da empresa.

A empresa atualmente não realiza vendas a prazo devido a inadimplência, porém estabelecer uma política de crédito poderia beneficiar o faturamento e aumentar as vendas para demais clientes que não utilizam cartão de crédito.

Os lucros da empresa são mantidos na conta bancária sem nenhum rendimento, o que não atribui nenhum benefício, pois o dinheiro fica ocioso, sendo que poderia ser investido e gerar um aumento dos valores.

5.3 AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS DETECTADOS

Existe uma sobrecarga da proprietária, pois além da gestão da empresa, ela também realiza todas as atividades financeiras, o que gera um acúmulo de funções e demanda muito tempo, que poderia ser utilizado para outros fins como o planejamento estratégico da empresa. Ademais a tomada de decisão é centralizada na proprietária, o que pode afetar a realização de algumas atividades, devido as filiais serem em cidades diferentes e a proprietária residir na cidade da matriz.

Diante do exposto sugere-se que a proprietária da empresa delegue funções aos seus funcionários para diminuir a sobrecarga de atividades e direcionar seu foco para a gestão da empresa. A proprietária possui um gerente que auxilia nas atividades, porém poderia delegar atividades aos funcionários da matriz ou supervisores das filiais. Ao aumentar as atividades dos funcionários, pode-se considerar necessário um aumento salarial, sendo que a proprietária pode negociar com os funcionários. Referente a tomada de decisão, sem a sobrecarga de atividades, a proprietária terá mais tempo para a gestão da empresa e a tomada de decisão será mais ágil, não gerando atraso para suas filiais, tornando a tomada de decisão mais eficiente.

Outro fator negativo é que a empresa não possui uma política de crédito, pois poderia aumentar o faturamento da empresa e alcançar mais clientes. Uma política de crédito e gestão das contas a receber podem melhorar o desempenho financeiro da empresa.

A empresa não investe seus lucros, sendo assim o dinheiro do caixa fica ocioso e poderia estar investido e render.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Pode ser definida uma política de crédito utilizando uma assessoria como Serasa, permitindo identificar se os clientes possuem débitos em outras empresas. Além disso, a empresa pode definir um prazo de concessão de crédito que pode ser de 30 a 60 dias de acordo com os valores e definir formas de cobrança. Outra forma de acelerar as vendas é oferecer descontos financeiros, assim os clientes podem optar pelo pagamento a vista e assim diminuir o valor das contas a receber da empresa. A proprietária pode definir uma porcentagem de desconto a cada R\$100,00 em compras como por exemplo de 10%.

Recomenda-se que a empresa invista o saldo do caixa em títulos remunerados a curto prazo como por exemplo o Certificado de Depósito Bancário que é uma modalidade tradicional e possui rendimentos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário. O rendimento anual do CDI em outubro é de 13,65% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral verificar como a empresa Cell Mania realiza as atividades de planejamento financeiro, realizar um diagnóstico financeiro e sugerir propostas para melhorar o desempenho da organização.

Inicialmente, foram estudados os conceitos de planejamento e administração financeira e quais fundamentos das teorias poderiam ser aplicados na empresa diante de seus pontos fracos. O diagnóstico possibilitou uma análise detalhada das atividades financeiras da empresa e identificar os pontos fracos.

O estudo do planejamento e da administração financeira possibilitou compreender que a gestão das finanças da empresa é fundamental para o crescimento da empresa e consequentemente para obter um retorno positivo. Planejar os objetivos e ações a serem realizadas irá preparar o gestor para lidar com o ambiente que está em constante mudança e a tomar decisões assertivas.

Por meio da entrevista semiestruturada com a proprietária da empresa, foi possível verificar as atividades da área financeira realizadas, os déficits existentes como a falta da realização de um planejamento a longo prazo, sobrecarga de atividades, a não utilização das demonstrações contábeis entre outros. Portanto, foram sugeridas formas de melhorar o desempenho da empresa como utilizar o planejamento financeiro, delegar funções, utilizar uma assessoria contábil qualificada e investir o caixa da empresa. Sendo assim, foi possível

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

identificar oportunidades de melhorias, visado o crescimento e desenvolvimento futuro.

Este estudo pode ser utilizado para trabalhos futuros no âmbito da administração financeira em empresas de outros segmentos além do varejo e aprofundar-se em outras atividades financeiras.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano G. **Curso de administração financeira**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dados diários**. 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/SELIC/SELICdiarios.asp?frame=1>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Disponível em: <https://kupdf.net/download/principios-da-administracao-financeira-gitman-ed12-portugues_58bc21b5e12e89d74cadd377_pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.

[GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 3 ed. São Paulo: HARBRA, 1987.](#)

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da metodologia científica**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MATIAS, G. A.; LOPES JR., F. **Administração financeira nas empresas de pequeno porte**. São Paulo: Manole, 2002.

PEREIRA, Maria Heloísa R.. **Planejamento Financeiro nas Micro e Pequenas Empresas da Paraíba. Repositório UFPB**, Paraíba, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16109/1/MHRP23102019.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

RICHARDSON, Roberto R. **Pesquisa social: método e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D.; LAMB, Roberto. **Fundamentos da Administração Financeira**. 9 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=MGU3AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=fundamentos+de+administra%C3%A7%C3%A3o+financeira&ots=j-gMzZTxP&sig=r5sTx2ObA->

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ICxUUCBTIsroU7fc#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

SANTOS, A. P.; **Modernização da Metodologia Científica em Ciências Sociais Aplicadas: uma reflexão orientada para resultados**, 2021. (No prelo).

SOBRAL, Filipe, PECCI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

APRESENTAÇÃO DE TRÊS CASES DE SUCESSO DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR - BRASIL

Juliano Dias¹ – Pós-graduando em gestão pública de Ambientes Promotores de Inovação da UNESPAR, Campo Mourão

Tchaykovsky Vilela Santos² – Acadêmico de Letras e estagiário do Hotel Tecnológico da UNESPAR, Campo Mourão

Camilly Coelho Alexandre³ – Acadêmica de Economia e estagiária do Hotel Tecnológico da UNESPAR, Campo Mourão

Anderson Rodrigues da Silva⁴ – Acadêmico de Geografia e estagiário da Agitec da UNESPAR, Campo Mourão

Rogério Silveira Tonet⁵ – Professor Doutor em Administração na Unespar – Campo Mourão

Nome do GT:

RESUMO

O empreendedorismo é essencial para dar dinamismo à economia, sendo ele local, regional, nacional e global, seu conceito foi definido entre os séculos XVII e XVIII conforme (SHMIDT; BOHNENBERGER, 2009) como: “à pessoa que criava e conduzia projetos ou empreendimento”. Todavia empreender exige um perfil e habilidades que os indivíduos devem conhecer antes de se iniciar nesse ramo, são o que autores como Lundström e Stevenson (2005), citam como características essenciais tais como: (a) motivação; (b) habilidade e (c) oportunidade, dessa maneira o empreendedor desenvolverá uma visão macro de suas atividades buscando além de assumir riscos, evitar prejuízos e elevar seus ganhos, ou seja, aumentar a sua receita. Por outro lado, há outra característica de suma importância que grande parte dos empreendedores adquirem ao longo de sua jornada empreendedora, que é a inovação de seu produto, serviços, processos que surgem como necessidade para se manter ao longo prazo no mercado. Dessa forma, de acordo com a definição de Chiavenato (2008), que considera o empreendedor como a energia da economia, que busca recursos, impulsiona talentos e têm dinâmicas de idéias, que quando quer realizar um projeto assume riscos com responsabilidades e firma de forma comprometida a inovar continuamente. Dito isto, o presente estudo buscou verificar na cidade de Campo Mourão-Pr, como os empreendedores locais através de ideias inovadoras buscam oportunidades com suas soluções encontradas. Nesse contexto, devido a um estudo de caso que segundo (GIL, 2008), consiste no estudo aprofundado e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, desenvolvido pelo Hotel tecnológico da Unespar, que visa elaborar um mapeamento dos habitats de Inovação do município, bem como explicar seu conceito teórico e prático, utilizou-se então da estruturação de um questionário (ANEXO I), preenchido impreterivelmente pelo fundador ou sócio da empresa., com a participação tanto de professores quanto a de bolsistas do projeto ano de 2022, a qual entraram em contato com as três empresas que estão sediadas na cidade, sendo elas a AGROFLUX, LIZZE e TRUCKER DO AGRO, e que nos receberam de forma muito profissional para desenvolvimento dessa pesquisa.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Palavras-chave: Empreendedorismo, inovação, economia.

RESUMEN

El espíritu empresarial es esencial para dar dinamismo a la economía, ya sea local, regional, nacional y mundial, su concepto fue definido entre los siglos XVII y XVIII según (SHMIDT; BOHNENBERGER, 2009) como: "la persona que crea y dirige proyectos o empresas". Sin embargo, el espíritu empresarial requiere un perfil y unas aptitudes que los individuos deben conocer antes de iniciarse en este campo, y que autores como Lundström y Stevenson (2005) citan como características esenciales: (a) motivación; (b) capacidad y (c) oportunidad. Por otro lado, existe otra característica muy importante que la mayoría de los empresarios adquieren a lo largo de su trayectoria empresarial, que es la innovación de sus productos, servicios y procesos, que surge como una necesidad para mantenerse en el mercado a largo plazo. Así, según la definición de Chiavenato (2008), que considera al empresario como la energía de la economía, que busca recursos, potencia talentos y tiene ideas dinámicas, que cuando quiere llevar a cabo un proyecto asume riesgos con responsabilidades y firmeza de forma comprometida para innovar continuamente. Dicho esto, el presente estudio trató de verificar en la ciudad de Campo Mourão-Pr, cómo los empresarios locales a través de ideas innovadoras buscan oportunidades con sus soluciones encontradas. En este contexto, debido a un estudio de caso que según (GIL, 2008), consiste en el estudio profundo y exhaustivo de uno o pocos objetos, de manera que permita su conocimiento amplio y detallado, desarrollado por el Hotel Tecnológico de Unespar, el cual tiene como objetivo elaborar un mapeo de los hábitats de Innovación de la ciudad, así como explicar su concepto teórico y práctico, se utilizó entonces la estructuración de un cuestionario (Anexo I), diligenciado por el fundador o socio de la empresa, Con la participación tanto de profesores como de becarios del proyecto año 2022, que entraron en contacto con las tres empresas con sede en la ciudad, que son AGROFLUX, LIZZE y TRUCKER DO AGRO, y que nos recibieron de forma muy profesional para el desarrollo de esta investigación.

Palabras clave: Espíritu empresarial, innovación, economía

- 1 – Pós- graduando em gestão pública de Ambientes Promotores de Inovação – email: julianodias91@outlook.com
- 2 – Acadêmico de Letras – Português/Inglês – e-mail: t.vilelasantos@gmail.com
- 3 – Acadêmica de Ciências Econômicas – e-mail:
- 4 – Acadêmico de Geografia – e-mail: rodriguesanderson671@gmail.com
- 5 – Professor Doutor em administração – e-mail: rog.tonet@gmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A inovação tecnológica vem sendo crescentemente invocada como estratégia para redimir empresas, regiões e nações de seus problemas econômicos e para promover o seu desenvolvimento, por esse motivo, a implementação de políticas eficazes de estímulo à inovação tecnológica tornou-se, a partir dos anos 90, um dos eixos estruturantes da atuação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE (PLONSKI, 2005).

Inovação pode ser definida como “a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”. Tidd, Bessant e Pavitt (2001) definem inovação como um processo de transformar oportunidades em novas ideias e colocá-las em prática para serem amplamente utilizadas.

Segundo a OECD (2005), as políticas de inovação constituem um amálgama das políticas de ciência, de tecnologia e industrial, sendo que uma política de inovação parte da premissa de que o conhecimento tem, em todas as formas, um papel crucial no progresso econômico, e que a inovação é um fenômeno complexo e sistêmico.

Para Matos et. al. (2020), no final de século XX muitas teorias foram concebidas com o objetivo de analisar o fenômeno da inovação, e destas, duas abordagens se tornaram populares entre os pesquisadores e formuladores de pesquisa, os sistemas de inovação, disseminados a partir da década de 1990 e, mais recentemente, o conceito de ecossistemas de inovação.

O sistema de inovação consiste de os componentes e relacionamentos, que interagem durante a produção, expansão e uso de conhecimento novo e economicamente benéfico, direcionado para a inovação (LUNDVALL, 1992). O ecossistema de inovação é o conjunto em evolução de atores, atividades e artefatos, e as instituições e relações, incluindo relações complementares e substitutas, que são importantes para o desempenho inovador de um ator ou de uma população de atores (GRANSTRAND; HOLGERSSON, 2019).

Nesse contexto, o objetivo do artigo é apresentar como o município de Campo Mourão, localizado na região Centro Ocidental Paranaense e população de 96.102 segundo IBGE (2021), tem se tornado uma referência em inovação, criação de startups, habitats de inovação e incubadoras. Para isso, foram selecionadas três empresas locais, a Lizze Equipamentos, Trucker do agro e Agroflux já consolidadas com difusão de novas tecnologias.

Campo Mourão e a criação de um ecossistema de inovação

Este movimento iniciou-se nos fins da década de 1990, quando, em 1997 foi criada a Fundação Educere, que inicialmente era uma escola para capacitação de jovens para inserção e atuação nas áreas de eletrônica e desenho industrial, logo no início dos anos 2000 passou a ser uma incubadora de empresas e atualmente, além da incubadora desenvolve projetos nas áreas de educação, cultura e empreendedorismo.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A partir da experiência vitoriosa da Fundação Educere, o Campus de Campo Mourão da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, iniciou a operação de seu habitat de pré-incubação Hotel Tecnológico em 2007 e em 2019 passou à categoria de incubadora e, durante todo este tempo foram graduados mais de 10 projetos e mais de R\$ 260 mil captados.

Atualmente, a cidade é considerada um “ecossistema de inovação”, pois, além das incubadoras já citadas, foram criados, a partir de 2019, os habitats de inovação:

- a) **Hotel Tecnológico** da Unespar, pré-incubadora, com 14 projetos hospedados e seis graduados;
- b) **Agroi9**, incubadora com foco no setor do agronegócio, incubou seis projetos;
- c) **Calvary Impact Hub**: considerada hub de inovação, empreendedorismo e impacto ligado à Igreja Calvary Campo, com foco em empreendimentos tradicionais;
- d) **Idea5**: coworking de inovação, com 11 projetos pré-incubados e que recebeu o Prêmio Habitats de Inovação do Paraná em 2021;
- e) **IN2**, Instituto Integrado de Ciência e Tecnologia do Centro Universitário Integrado;
- f) **Centro de Inovação UTFPR**: Desde 2007, essa instituição já atuava como pré-incubadora e também com espaços para incubação de empresas e recentemente foi contemplada em edital da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) para a implantação de um Centro de Inovação.

Baseados em mapeamento das startups realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) realizado no Paraná em 2022, a cidade de Campo Mourão, está classificada na 8ª posição com 63 startups.

Três cases de inovação e sua importância para Campo Mourão

Primeiro case – Lizze equipamentos

Fundada em 2008, sediada no Município de Campo Mourão – PR, a empresa Lizze Equipamentos vem se destacando cada vez mais na comercialização de produtos para salões, sendo líder no Brasil nas vendas de chapinhas profissionais para cabelos. A empresa tem como missão superar as expectativas de seus clientes por meio de um atendimento de qualidade, prezando por produtos inovadores e eficazes para a linha de beleza. A Lizze mantém cerca de 115 funcionários registrados e comercializa cerca de 30 mil itens ao mês.

A empresa iniciou suas atividades com apenas quatro pessoas, o proprietário, esposa e seus dois irmãos. O período de 2008 a 2010 foram anos de extrema burocracia, além da escassez



de recursos durante os primeiros passos, forçou os empresários a viajar até o país vizinho, o Paraguai, onde comprava cerca de dez secadores de cabelos para desmontá-los e montá-los novamente, realizando algumas inovações, criando o seu próprio aparelho, o *Phóton Lizze*, o qual seria o primeiro produto comercializado pela empresa. Um equipamento para tratamento capilar com uma nova tecnologia a laser, atualmente é o único patenteado e certificado no país.

Sidimar aplicou a mesma tecnologia do clareador dental nesse equipamento voltado ao alisamento de cabelos, o qual, levou um ano para desenvolver e realizar a primeira venda do produto, e dois, para a empresa ser graduada na Fundação Educere. Com base na experiência adquirida, a empresa criou um *spin-off* e desenvolveu uma linha de equipamentos profissionais voltado ao banho e tosa de Pets, criando a empresa Petlizze, graduada pela Fundação Educere em 2017.

Solução de mercado

A Lizze Equipamentos tem como público-alvo os profissionais da área de estética, em especial, cabelereiros e possui linha de produtos que inclui secadores de cabelo, pranchas para alisamento, pranchas modeladoras, máquina de corte e o Photon.

A linha de secadores composta por seis produtos, e seu principal modelo é anunciado como “o melhor do universo”, título que se baseia na alegação que é o único que entrega efetivamente a potência indicada, menor dimensão, maior aquecimento, conferindo maior produtividade, menos tempo na secagem, mais econômico e por ser mais leve, reduzindo o esforço do profissional cabelereiro.

A linha de máquinas de corte, pranchas e modeladores, possui produtos com diferenciais de mercado realizam cortes mais rápidos, atingem altas temperaturas em menor tempo, maior economia de energia, em alguns procedimentos ocorre a redução de duas horas para apenas 40 minutos, compacta, facilitando o transporte.

Em 2018, uma década após a sua fundação, a empresa fechou o ano com R\$ 18 milhões de faturamento. Já durante o ano de 2019, a Lizze registrou um crescimento excepcional de suas vendas em mais de 100%, ultrapassando R\$40 milhões de faturamento bruto, com uma equipe de 88 colaboradores.

Visando o mercado externo, a empresa iniciou seu marketing e, conseqüentemente, vendas para a América Latina. A ideia funcionou tão bem que, atualmente, possui 12



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

funcionários venezuelanos que trabalham na empresa. A partir dessa colaboração, os contatos são imediatos e as vendas garantidas. Dados indicam que 90% de toda produção ainda fica no Brasil. E, 10%, a 50 países de todos os continentes, tendo a China como seu principal parceiro de produção.

Segundo case: Trucker do Agro

A empresa Trucker do Agro, conhecida popularmente, “uber do agro”, foi lançada em fevereiro de 2020, em um Show Rural na cidade de Cascavel/PR após ganhar a competição “Sebrae Like a Farmer”, com a missão de ter uma logística mais fácil para as transportadoras, motoristas e embarcadores desde a cotação do serviço até a entrega com segurança e rapidez.

A empresa de consultoria de sementes, A.O Sementes, já reconhecida e consolidada no mercado foi o pontapé inicial para que a Trucker viesse a existir. O sócio fundador, em uma de suas viagens a trabalho em Mato Grosso do Sul, se deparou com o questionamento de um cliente se ele não poderia fazer a parte logística da entrega das sementes, e nesse momento foi sentida a dor dos clientes na conclusão de uma logística de qualidade. A ideia amadureceu e com a assistência de seu irmão e sócio, a empresa foi aberta com o apoio de outras empresas parceiras aliadas à logística rural e que tinham a finalidade de resolver esses problemas logísticos do mercado de agro.

Solução de mercado

Por meio de uma mensalidade que vai reduzindo a cada contratação pelo embarcador e uma taxa cobrada da transportadora por tonelada de carga embarcada, o software de logística já está em funcionamento há quase 3 anos e pronto para ser lançado a versão 2.0 de sua plataforma, contando com inovações como fretes com múltiplas rotas e itens, contratação de transportadoras em um único frete, chat entre o embarcador e transportador, acompanhamento dos carregamentos em tempo real.

Com a empresa já formada, o processo de incubação não foi da forma tradicional, mas, de acordo com os próprios diretores, a incubação foi feita no dia a dia da empresa, com o apoio dos próprios clientes. Até que a empresa participou da batalha de pitches criada pelo Sebrae/PR para que as ideias do modelo de negócio e informações para viabilização do mesmo fossem

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

expostas para produtores e empresários.

A empresa, com um grande potencial de crescimento e investimentos, já conta com algumas parcerias. Dentre elas, a parceria com a Cipatex Toda Carga é uma das maiores inovações do mercado de transporte agro, porque produz lonas brancas, a preço de custo, às transportadoras, que não absorvem o calor da mesma forma que as lonas convencionais azuis ou pretas e, conseqüentemente, conservam melhor o produto transportado. Além disso, há ainda a parceria com a VIP TECH, que oferece rastreadores para os caminhões, visando a segurança no transporte das cargas e com a AGRIMAPP, que traça rotas na zona rural.

Atualmente, a empresa conta com a assistência da cidade na utilização do software, e mesmo após a desaceleração gerada pela pandemia do COVID-19, continua gerando empregos diretos e indiretos, criando e aprimorando tecnologias para melhorar a tecnologia do agronegócio, com a missão de ser a melhor e maior plataforma de logística da América Latina.

Terceiro case: Agroflux

A Agroflux é uma empresa de Campo Mourão – PR, referência na tecnologia de aplicação (pulverização); possuindo patente somente no Brasil até o momento. A empresa teve início em meados do ano de 2019, partindo de um sonho de amigos em empreender e de uma oportunidade única e inovadora de negócio, com o propósito de criar tecnologias que possam ajudar a sociedade.

Com a colaboração e parceria de tres amigos de diferentes áreas de formação acadêmica, sendo eles, um engenheiro agrônomo, um engenheiro eletrônico e um cientista da computação, os sócios não possuíam uma experiência anterior com o empreendedorismo em si, adquirindo as habilidades necessárias conforme as dificuldades iniciais com a criação da empresa, assim como também uma visão ampla do mercado onde eles estariam atuando.

A maior dificuldade que os sócios da Agroflux encontraram, além dos recursos escassos, foi a burocracia para a abertura do CNPJ, e também, a compra de matéria prima e criação dos primeiros hardwares, no qual foram evoluindo e aprimorando a partir das experiências negativas e ouvindo a necessidade de seus clientes, para então, implementar a tecnologia necessária em seus produtos para solucionar os problemas, dentro de um período de aproximadamente nove meses.

Outra dificuldade inicial encontrada foram os primeiros acessos ao mercado onde a empresa iria atuar, muitas vezes, por conta da falta de confiança que o agronegócio possui com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

novas empresas que adentram neste ramo.

Sem investimento externo no início, os empresários contaram com parcerias, como a empresa Trucker do Agro, em 2021, no qual contribuíram com um plano de negócios, que ajudaria no direcionamento da Agroflux. A empresa, então, passou por uma reestruturação organizacional de sua contabilidade, em um período de oito meses. A Agroflux também faz parte atualmente da plataforma de Crowdfunding de investimentos SMU, uma forma de captação de investimento comunitário.

Dentre outras parcerias da Agroflux, estão a empresa Agroefetiva, juntamente com a Unesp de Botacatu - SP, no qual colaboraram entre si na área de pesquisa e desenvolvimento. E também, a cooperativa FAPA de Guarapuava – PR. Outra grande parceria conquistada recentemente foi com a Bayer, pioneira em oferecer subsídio privado para seguro agrícola no país, conseguindo o valor de aproximadamente um milhão.

A empresa tem como clientes produtores que plantam mais de 60 mil hectares e que possuem o interesse em investir em tecnologia que possam inovar e aprimorar os seus sistemas atuais que envolvem o plantio. A Agroflux tem como visão estar entre as empresas que mais faz parte do dia a dia no campo através do uso de sua tecnologia, tendo como missão, contribuir para maior eficiência no uso dos produtos agrícolas, de forma sustentável, fácil e prática.

A empresa tem como seus principais valores, a inovação, simplicidade, qualidade e excelência, integridade, confiança e sinergismo. A Política da Qualidade da empresa busca assegurar o atendimento às necessidades dos clientes com excelência; bem como a qualificação contínua e um ambiente saudável aos colaboradores. Atendendo aos requisitos técnicos e legais pertinentes e promovendo a melhoria contínua do sistema de Gestão da Qualidade e de seus produtos.

A Agroflux possui uma forte conexão com o ecossistema de inovação de Campo Mourão, e também, possui uma forte rede de contatos e networking que foi fundamental para o crescimento e desenvolvimento da empresa, sendo o Sebrae uma das suas principais parcerias atualmente.

Solução de mercado

A startup Agroflux é uma Agtech, ou seja, são empresas que utilizam da agricultura 5.0 como novo parâmetro para elevação de ganhos tanto como lucratividade, produtividade quanto a sustentabilidade.



A empresa desenvolveu um equipamento tecnológico que verifica as ponteiros das máquinas pulverizadoras, ou seja, o que era realizado de forma manual transformou-se em processo automatizado, representando um aumento de 84% na eficiência em termos de velocidade para verificação e calibração.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses três exemplos apresentados, ilustram como o conceito de inovação é cada vez mais relevante para o desenvolvimento de uma região e as estratégias desenvolvidas encontram um mercado ainda carente e com amplo espaço de crescimento.

Os ecossistemas de inovação de Campo Mourão, por serem flexíveis, onde pessoas, empresas e instituições de ensino interagem entre si com o objetivo de empreender e atualmente estes habitats de inovação, conta com elevado número de startups mostrando que a região vem se tornando um ambiente propício a novas oportunidades de inovação e empreendedorismo com uma visão holística, trazendo investimento e atenção de empresas e instituições tanto do setor público quanto privado.

O perfil encontrado sobre o que é ser empreendedor, mostra os enfrentamentos diários de desafios e dificuldades, buscando sempre novas soluções para um constante aprimoramento, portanto, é preciso salientar a importância dos habitats de inovação para o surgimento e desenvolvimento de novas ideias que possam ter um futuro promissor para a geração de novas empregos e rendas de Campo Mourão e região.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo –Dando asas ao espírito empreendedor**.2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FUNDAÇÃO EDUCERE; **Sobre a Fundação Educere**. Disponível em: <https://educere.org.br/sobre/> acesso em 11/02/2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIZZE; **Quem somos**. Disponível: <https://lizze.com.br/index.php> acesso em: 14/02/2023.

LANDSTRÖM, H; BENNER, M. **Entrepreneurship research: a history of scholarly migration**. Historical foundations of entrepreneurship research, p. 15-45, 2010.

LUNDVALL, B. A. **National systems of innovation: towards a theory of interactive learning**. London: Edward Elgar, 1992.

MATOS, D, P.G.; TEIXEIRA, S.C. **Características, distinções e semelhanças entre sistemas de inovação e ecossistemas de inovação**. E&G *Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 20, n. 56, Maio./Ago. 2020.

OCDE-MANUAL DE OSLO. (2004). **Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. São Paulo: Editora FINEP.

PLONSKI, P.A. **Bases para um movimento pela Inovação Tecnológica no Brasil**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 19, n. 1, p. 25-33, jan./mar. 2005.

SCHMIDT, S.; BOHNENBERGER, M. C. **Perfil empreendedor e desempenho organizacional**. Revista de Administração Contemporânea, v. 13, n. 3, art. 6, p. 450-467, 2009.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. (2001). **Managing innovation: integrating technological, market and organizational change**. England: John Wiley & Sons Ltd.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**ATIVIDADES LABORAIS NO REGIME DE *HOME OFFICE* E SEUS
EFEITOS NA MOTIVAÇÃO DE TRABALHADORES**

Matheus Eduardo Bernal de Souza¹ – Universidade Estadual do Paraná
Alana Regiane Bueno de Andrade² – Universidade Estadual do Paraná
Adalberto Dias de Souza³ – Universidade Estadual do Paraná
Eloisa Paula de Oliveira⁴ – Universidade Estadual do Paraná
Marcos Junio Ferreira de Jesus⁵ – Universidade Estadual do Paraná

Nome do GT: Empreendedorismo e Inovação

RESUMO

A pandemia do novo Coronavírus vem ocasionando diversos impactos econômicos, sociais e culturais. Considerando as medidas de isolamento social como meio de controle da disseminação do COVID-19, o *home office* foi adotado de forma compulsória pelas organizações a fim de manter suas atividades em andamento. O estudo visa contribuir com o entendimento do fenômeno *home office* durante a pandemia, correlacionado com as teorias motivacionais de Maslow, Herzberg e McClelland, a fim de associar as variáveis das atividades laborais no regime de *home office* e seus efeitos na motivação. Por meio da pesquisa de campo, o estudo coletou dados primários em quatro instituições de ensino públicas, de forma a entender os impactos deste modelo na motivação profissional e pessoal dos funcionários. Espera-se ampliar os conhecimentos sobre o teletrabalho em todos os contextos, visto a tendência em que as empresas venham a adotar esse regime de trabalho de forma permanente. Identificando os desafios motivacionais para que estes possam ser trabalhados futuramente, de forma a aumentar a motivação e a eficiência dos trabalhadores.

Palavras-chave: *Home Office*. Motivação. Covid-19.

RESUMEN

La pandemia del nuevo coronavirus ha causado varios impactos económicos, sociales y culturales. Considerando las medidas de aislamiento social como una forma de controlar la propagación del COVID-19, las organizaciones adoptaron obligatoriamente el home office para mantener sus actividades. El estudio pretende contribuir a la comprensión del fenómeno home office durante la pandemia, correlacionado con las teorías motivacionales de Maslow, Herzberg y McClelland, con el fin de asociar las variables de actividades laborales en el régimen home office y sus efectos en la motivación. A través de una investigación de campo, el estudio recopiló datos primarios en cuatro instituciones educativas públicas, con el fin de comprender los impactos de este modelo en la motivación profesional y personal de los empleados. Se espera ampliar el conocimiento sobre el teletrabajo en todos los contextos, dada la tendencia de las empresas a adoptar este régimen de trabajo de forma permanente, identificando retos motivacionales para que puedan ser trabajados en el futuro, con el fin de aumentar la motivación y eficiencia de los trabajadores..

Palabras clave: *Oficina en casa*. Motivación. Covid-19.

¹ Graduando em Administração – e-mail: matheusedubernal@gmail.com

² Graduanda em Administração – alana.regiane@gmail.com

³ Doutor em Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com

⁴ Doutora em Administração – e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com

⁵ Doutor em Administração – e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa tem por motivação proporcionar maior entendimento acerca das especificidades do trabalho remoto, realizado de maneira compulsória durante o período pandêmico, através das principais teorias motivacionais, visto que a motivação está diretamente ligada a produtividade do trabalhador, bem como sua satisfação. Como medida de contenção a transmissão da COVID-19, foram adotadas medidas de isolamento social, que resultaram na adoção do teletrabalho como nova organização laboral. Segundo Borges e Gondim (2020) esta nova organização impõe novos desafios aos trabalhadores, fazendo com que revejam os sentidos e significados do trabalho, afetando sua forma de se relacionar neste novo ambiente e suas próprias emoções.

Apesar da modalidade de trabalho remoto ter surgido por volta do século XIX, durante a pandemia muitos trabalhadores foram colocados em regime de *home office* sem estarem preparados para atuar de tal forma, bem como suas atividades não estarem adaptadas para serem realizadas a distância, provocando sentimentos como angústia e ansiedade, impactando diretamente em sua produtividade e motivação (BORGES; GONDIM, 2020).

Na maioria dos casos a retomada de trabalho no novo regime, foi feita sem condições técnicas necessárias, sem equipamentos e local adequados, forçando o funcionário a transformar seu lar em ambiente de trabalho. Araújo e Lua (2020) sumarizam que “nesse cenário, uma dupla tensão ocorre: por um lado, multiplicam-se as exigências, sem o devido preparo e treinamento; por outro, as zonas de escape das tensões sofreram limitações drásticas, em função da restrição da circulação e das relações e contatos sociais”. Sendo condições que ameaçam a capacidade de trabalho e saúde mental dos empregados.

Nesse contexto organizacional e no próprio contexto social vivido durante a pandemia, se faz necessário revisitar as teorias motivacionais para buscarmos compreender como elas se aplicam nessa nova maneira do trabalhador se relacionar com seu trabalho. “Uma vez que o desempenho depende da motivação, a compreensão dos mecanismos da motivação para o trabalho é de extrema importância no estudo da administração das organizações.” (LOPES, 2003).

Atualmente, estudos revelam que em média 74% das empresas no Brasil pretendem adotar o *home office* como modalidade permanente após a pandemia do novo Coronavírus (FLASH, 2020). Através da compreensão dos fatores motivacionais envolvidos no trabalho



remoto, bem como seus desafios, podemos contribuir para a melhor implementação deste regime de trabalho. Para Gúzman (2018) o *home office* poderia ainda ser um importante fator de motivação e eficiência, podendo gerar uma fonte de bem-estar de fácil percepção, já que melhoraria a qualidade de vida através satisfação das necessidades primárias, valorizando também o trabalho e a comunicação, sendo uma ponte entre gerações, impactando positivamente a cultura organizacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Pandemia de COVID-19

Ao final de 2019, começaram a surgir diversos casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, alertaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) para a disseminação de uma nova cepa coronavírus, família viral que causa doenças respiratórias em animais e seres humanos. Em 11 de fevereiro de 2020, a nova cepa recebeu o nome de SARS-CoV-2, sendo a causadora da COVID-19. Após a rápida disseminação do vírus, em 30 de janeiro de 2020 a OMS declara o surto da doença como Emergência Pública de Importância Internacional (ESPII), sendo este o alerta de mais alto nível da Organização (OPAS, 2021).

Após o número de novos casos diários terem aumentado 13 vezes fora da China, em 11 de março de 2020, a OMS declarou pandemia, designação que reconhece que a proporção global dos surtos de COVID-19. No dia 17 de março de 2020, apenas seis dias depois, se registrou a primeira morte pela doença no Brasil (SILVA; SANTOS; OLIVEIRA, 2020).

As evidências disponíveis atualmente apontam que o vírus causador da COVID-19 pode se espalhar por meio do contato direto, indireto (através de superfícies ou objetos contaminados) ou próximo (na faixa de um metro) com pessoas infectadas através de secreções como saliva e secreções respiratórias ou de suas gotículas respiratórias, que são expelidas quando uma pessoa tosse, espirra, fala ou canta. As pessoas que estão em contato próximo (a menos de 1 metro) com uma pessoa infectada podem pegar a COVID-19 quando essas gotículas infecciosas entrarem na sua boca, nariz ou olhos. (OPAS, 2021).

Em consequência as suas características patogênicas e epidemiológicas, além de rápida disseminação entre os diversos países, foram indicados o uso de máscaras e álcool gel. Medidas de prevenção foram adotadas pelas nações, como o isolamento social, fechamento das fronteiras, execução apenas dos serviços essenciais (farmácias, hospitais, supermercados), a fim de evitar a disseminação do vírus e evitar o colapso na área da saúde. (Rothan & Byrareddy, 2020; Singhal, 2020).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Diante desse contexto, Pantoja, Andrade e Oliveira (2020) apontam que o *home office* instituído de forma contingencial e compulsória, se apresentou como uma alternativa estratégica para se alinhar as recomendações sanitárias vigentes, causando grandes impactos, em especial na qualidade de vida e saúde do trabalhador.

2.2. Home office

O teletrabalho, trabalho remoto ou ainda home office, é explorado na literatura por uma variedade de nomes, como *flexplace*, *homework*, *flexwork*, *telework*, *telecommuting* dentre outros, sendo a definição desses conceitos variadas, e sujeitas a modificações temporais. Atualmente, o termo em inglês *Home Office* tem sido usado para descrever o trabalho realizado em regime remoto, especificamente na residência do trabalhador. Enquanto termos como “trabalho remoto” e “teletrabalho” podem ser caracterizados como uma dinâmica de trabalho a distância, realizado fora da sede da empresa, não necessariamente esse espaço sendo em domicílio.

Na legislação brasileira, o trabalho remoto começou a ser regulamentado em 2011, pela Lei 12.551, ainda sem muitos detalhes. Com a Reforma Trabalhista, Lei 13.467/2017, o teletrabalho ficou definido como “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação)” (BRASIL, 2017). Além da infraestrutura tecnológica, Marcon e Lucas (2020) elucidam sobre os desafios da gestão:

A implantação desta modalidade de trabalho foi urgente, e isso fez com que trabalhadores e gestores fossem desafiados a encontrar novas maneiras de realizarem seus planejamentos. Como distribuir adequadamente as metas, os prazos, sabendo que a execução do trabalho passou a concorrer com o tempo do convívio familiar, tarefas domésticas e atividades escolares? É um questionamento que merece reflexão. Outro aspecto a ser analisado é referente ao aprimoramento do regime de teletrabalho, considerando a conciliação harmônica entre a produtividade e a saúde mental dos trabalhadores. (MARCON; LUCAS, 2020).

O isolamento social recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para conter a disseminação do coronavírus promoveu a adoção em massa do *home office*, em sua grande maioria de forma compulsória, sendo desenhado pelo uso das tecnologias da informação, que possibilitou as pessoas a trabalharem em domicílio através do uso de equipamentos como computadores, notebooks, tablets e smartphones.

2.3. Motivação

Segundo Gomes e Quelhas (2003) a motivação constitui um dos aspectos mais negligenciados na gestão organizacional, mesmo em organizações que compreendem sua

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

importância, há uma deficiência na compreensão do significado de motivação e quanto a natureza dos processos motivacionais. Ao mesmo tempo em que se caracteriza como fator crítico para a vantagem competitiva da empresa, visto que se o fator humano não estiver devidamente motivado a contribuir com os objetivos da organização, dificilmente se alcança ou se mantém tal vantagem.

A motivação dos empregados – apesar de ser um elemento abstrato no ambiente organizacional e, talvez por isso, muitas vezes relegada a segundo plano no contexto da gestão – é um fator fundamental para o sucesso da organização. E é assim que deve ser encarada e tratada, sob pena de que todo o esforço de modernização de processos produtivos, de conquista de novos clientes, de ampliação de mercados, de investimento em novas tecnologias, de busca, enfim, do aumento da competitividade da organização e da lucratividade do negócio sejam frustrados por um tratamento inadequado da problemática da motivação dos recursos humanos. (GOMES; QUELHAS, 2003)

De acordo com Cleland (2002) a motivação retrata a junção de forças e analogias internas e externas do ser humano, interferindo nas suas ações, levando a agir e comportar-se de determinada forma. O conceito de motivação apresenta diversificadas variações e definições, em um dos pensamentos de Ray afirma que “Um exame cuidadoso da palavra (motivo) e de seu uso revela que, em sua definição, deverá haver referência a três componentes: o comportamento de um sujeito; a condição biológica interna relacionada; e a circunstância externa relacionada”. (RAY;1964, p. 101). Spector (1997) através de seus estudos concluiu que a satisfação no trabalho se trata de um ponto fundamental abrangido pela psicologia das organizações. O funcionário satisfeito tende a não faltar, ter comportamentos construtivos e manter-se mais saldável em relação ao funcionário insatisfeito (ROBBINS, 1999). Para estes a motivação evita o desperdício das qualificações e aptidões profissionais.

De acordo com Chiavenato (2005) existem três elementos fundamentais na definição de motivação dos indivíduos, são eles: objetivos organizacionais, esforço e necessidades individuais. Uma pessoa motivada que está satisfazendo suas necessidades pessoais, buscar dar o melhor de si e conseqüentemente canaliza seus esforços para alcançar melhores resultados para a organização. Como retratado em uma de suas citações:

Para compreender o comportamento humano é fundamental o conhecimento da motivação humana. Motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma, isto é, tudo aquilo que dá origem a alguma propensão a um comportamento específico. (CHIAVENATO, 1982, p. 414).

No contexto das instituições públicas, cujo modelo de gestão ocorre nitidamente de forma instrumental e monótona, toda via procura-se gradativamente instaurar e aplicar processos gerenciais eficientes que sejam capazes de motivar e satisfazer os funcionários com eficácia, veracidade, racionalidade e flexibilidade (FADUL e SILVA, 2008). É notório que os

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



órgãos e instituições públicas ainda são deficientes quanto a gestão da motivação e satisfação dos funcionários.

2.4. Teorias Motivacionais

A partir do século XX, começaram a surgir os primeiros estudos e pesquisas científicas a cerca da motivação. Este estudo visa associar o regime de home office com as principais teorias motivacionais, abordadas por Abraham Maslow, Frederick Herzberg e David McClelland.

2.4.1. Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow

Abraham Maslow (1908-1970), psicólogo americano, sugeriu que as necessidades humanas são dispostas de forma hierárquica, podendo ser visualizada em forma de pirâmide conforme o nível de importância e influência. (MASLOW, 2000).

De acordo com Bueno (2002, p.13):

As necessidades atuam sempre em conjunto, prevalecendo a mais elevada, desde que as inferiores estejam satisfeitas. Assim, uma reação comportamental é um canal, através do qual várias necessidades fundamentais podem ser expressas ou satisfeitas conjuntamente. Portanto, qualquer indício de frustração é uma ameaça psicológica, o que produz reações gerais de emergência no comportamento humano.

Segundo Maslow (apud KOONTZ 1987, p.140), a maneira que determinada necessidade é satisfeita pelo indivíduo ela deixa de ser um fator motivador, assim novas necessidades são criadas, considerando que as pessoas estão ligadas a mais e um tipo de motivação simultaneamente.

Subdividida em necessidades básicas e secundárias, sendo as primeiras referentes às necessidades primitivas humanas, tais como alimentação, segurança, abrigo, já o outro grupo indica as necessidades adquiridas através de experiências, vínculos com demais pessoas e treinamentos. Os dois subgrupos se dividem em cinco níveis distintos, sendo eles: Necessidades Fisiológicas, de Segurança, Social, de Autoestima e de Autorrealização (MAXIMIANO, 2004). A Teoria das Necessidades de Maslow desde sua publicação tiveram grande aceitação, tornando-se uma das teorias motivacionais mais conhecida no contexto da motivação.

2.4.2. Teoria dos Dois Fatores de Herzberg

Herzberg através de estudos práticos feito com funcionários da área industrial em Pittsburgh, concluiu que dois fatores são considerados na satisfação individual, os Higiênicos



que seriam os fatores externos (extrínsecos) e os Motivacionais sendo os fatores interno (intrínsecos) (MAXIMIANO, 2004).

Fatores higiênicos: referem-se às condições que rodeiam o empregado enquanto ele trabalha, englobado as condições físicas e ambientais de trabalho, o salário, os benefícios sociais, as políticas da empresa, o tipo de supervisão recebido, o clima de relações entre a direção e os empregados, os regulamentos internos, as oportunidades existentes [...]

Fatores motivadores: referem-se ao conteúdo do cargo, às tarefas e aos deveres relacionados com o cargo em si. São os fatores motivacionais que produz em efeito duradouro a satisfação e de aumento de produtividade em níveis de excelência. (CHIAVENATO, 2009, p. 130).

Os fatores motivacionais que provocam satisfação são intrínsecos, enquanto os fatores higiênicos são extrínsecos, não necessariamente geram motivação, mas evitam a insatisfação. Em concordância Maximiano (2004, p. 295) afirma “[...] os fatores relacionados com a satisfação e a insatisfação no trabalho são diferentes entre si, o oposto de satisfação não é a insatisfação, mas a não satisfação; o oposto de insatisfação não é a satisfação, mas a não insatisfação”.

Frederick H. propõe que ambos os fatores elucidam o comportamento dos funcionários nas organizações, sendo os fatores higiênicos necessários para relacionar e ajustar os funcionários ao meio que ele está envolvido, evitando insatisfação no ambiente de trabalho. Já os fatores motivacionais exercem o envolvimento da realização pessoal, crescimento e reconhecimento do trabalhador relacionado ao cargo e tarefas exercidas, com a finalidade de atingir níveis satisfatórios (RHEINBERG, 2000).

2.4.3. Teoria das Necessidades de McClelland

David McClelland psicólogo americano, na década de 60 desenvolveu sua teoria motivacional, idealizando três variáveis básicas motivadoras: necessidades de realização, de aflição e de poder. Nesta teoria McClelland considera que estas necessidades são adquiridas, ou seja, as necessidades são desenvolvidas de acordo com as experiências, conforme interação com os demais e com o ambiente na qual o indivíduo está inserido (GIL, 2001).

A necessidade de realização é o impulso de alcançar a excelência, o sucesso, além da aprovação social que visa metas desafiadoras e correr riscos calculados, necessidade frequentemente influenciada pelo meio familiar e ambiente em que se vive (REIS, 2001). No mesmo sentido, Robbins (2005, p. 138) afirma que “algumas pessoas parecem ter uma inclinação natural para o sucesso. Elas buscam a realização pessoal mais do que a recompensa pelo sucesso em si”.

A necessidade de afiliação é associada ao convívio social, contato interpessoal, a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

sensibilidade em relação ao sentimento dos demais. Neste nível de necessidade as pessoas preferem a cooperação ao invés de competições, visam liberdade para desenvolver relacionamentos sociais e interação humana (REIS, 2001).

A necessidade de poder por sua vez, é o desejo de controlar e ser influente aos outros. Indivíduos que preferem situações competitivas, com uma postura rigorosa, persistente e inflexível, com isso buscam sempre alcançar a liderança orientados por status e prestígios (REIS, 2001). Robbins (2005) defende que esta necessidade varia com intensidades diferente conforme cada indivíduo, o autor afirma que “[...] o desejo de impactar, de ter influência e de controlar as outras pessoas. Os indivíduos que têm esta necessidade em alta gostam de estar ‘no comando’ [...]” (ROBBINS, 2005 p. 138).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenho metodológico adotado no presente estudo apresenta uma abordagem descritiva, buscando descobrir a existência de associação entre as variáveis das atividades laborais no regime de home office e seus efeitos na motivação dos trabalhadores, adicionando ainda a variável da atipicidade pandêmica, descrevendo e interpretando os fenômenos em estudo (GIL, 2002; SILVA, MENEZES, 2005). Possui natureza quantitativa e qualitativa, de forma que a combinação dos dois métodos teve o intuito de ampliar nosso potencial de interpretação, descrita por Tashakkori e Creswell (2007, p. 4) onde “o pesquisador coleta e analisa dados, integra as conclusões e faz inferências usando ambas as abordagens qualitativas e quantitativas em um único estudo ou programa de investigação”.

Quanto aos meios, a pesquisa tem caráter bibliográfico, tendo sua fundamentação teórico-metodológica realizada através da investigação de dados secundários publicados em livros, revistas e meios eletrônicos, e também se caracteriza como pesquisa de campo, sendo.

Para a coleta de dados deste artigo foi utilizada a ferramenta online Google Formulários, plataforma que segundo Mota (2019), se destaca pela sua praticidade e agilidade na coleta das informações e análise de dados. O enfoque do questionário foi a percepção dos respondentes acerca do impacto que o modelo de trabalho remoto exerceu sobre o seu cotidiano e sua motivação. A população alvo foram funcionários das instituições de ensino pesquisadas, que em algum momento exerceram suas funções laborais em regime de home office ou teletrabalho..

4 DESENVOLVIMENTO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Para o desenvolvimento do presente artigo, foi realizada pesquisa de campo, com coleta de dados primários em quatro instituições de ensino, a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e o Colégio Estadual Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, do município de Campo Mourão, e o Colégio Estadual Santana de Tapejara e Colégio Estadual 11 de Abril, da cidade de Tapejara.

O perfil dos 46 respondentes foi estabelecido a partir de questões relacionadas à: instituição de ensino em que trabalha, gênero, escolaridade, estado civil e número de filhos. A maior concentração de respostas foi dos funcionários do Colégio Estadual Santana de Tapejara com 54,3% dos respondentes, a UNESPAR e o Colégio Estadual 11 de Abril obtiveram ambos 17,4% e o Colégio Estadual Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira 10,9%. O gênero feminino foi predominante com um percentual de 65,2%, frente a 34,8% do gênero masculino. Quanto ao estado civil e número de filhos, a maioria indicou ser casado e sem filhos (37%). Uma característica peculiar da amostra foi que 95,7% dos respondentes possuem ensino superior completo.

A pesquisa foi constituída por 15 perguntas fechadas no modelo de escala Likert, onde a cada pergunta se mensura o nível concordância ou discordância sobre a questão abordada, de acordo com a escala: D – discordo; N - não concordo nem discordo; C – concordo; SCO - sem condições de opinar, somado a 3 perguntas abertas, e obteve-se um total de 46 (quarenta e seis) respostas

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A respeito da afirmação “Me sinto mais motivado trabalhando em casa, meu trabalho é prazeroso e me traz satisfação” as respostas foram balanceadas com 41% da amostra concordando com a afirmativa e 37% discordando. Segundo Ferreira (2011) “O trabalho, por si só, possui uma fonte admirável de motivação sobre as pessoas, que é revelada basicamente pelo fato de o trabalhador gostar do que faz, tornando seu trabalho fonte de realização pessoal”.

Já quando perguntados sobre seu nível de motivação, 14 dos 46 questionados consideram sua motivação mediana, 9 consideram baixa ou média-baixa, e apenas 5 pessoas disseram considerar seu nível de motivação alto ou médio-alto. Sendo assim, os respondentes com nível de motivação médio e baixo somam 50% da amostra.

Com 41% dos questionados sentindo um aumento de sua produtividade no trabalho



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

remoto, contra 35% que discordam da afirmação. De acordo com Ferreira a produtividade é diretamente relacionada à motivação, já que pessoas motivadas costumam produzir mais e melhor “isto porque um trabalhador motivado tende a estimular sua criatividade, aumentando sua autoestima e empenhando-se mais no cumprimento dos seus deveres”. (FERREIRA, 2011). O aumento de produtividade também pode ter correlação com o fato, verificado na pergunta 8, onde 57% dos questionados se sentem mais cobrados a trabalharem por mais horas, e o efetivo aumento da carga horária também ser citado como desvantagem do modelo de trabalho remoto. Já fatores como a perda de foco e concentração, equipamento inadequado, falta de treinamento e questões de aprendizado e baixa participação dos educandos, são possíveis causas de perda de produtividade por parte dos trabalhadores.

A concordância com a afirmativa “Meu trabalho me traz o sentimento de realização profissional, sou reconhecido pelos resultados que alcanço” foi a maior de todas as 15 afirmações, com 65% dos profissionais concordando, contra 11% que discordam, tal resultado pode ter relação com o relativo alto índice de motivação apresentado pela amostra. O senso de realização é um objetivo intangível que se relaciona com a motivação intrínseca do indivíduo, ela se refere a recompensas psicológicas como reconhecimento, respeito, realização, status. (SÁ; SACHETI, 2015). No aspecto da vida particular e convivência com a família, 55% dos profissionais discordaram que o trabalho remoto interferiu de alguma maneira. Percepções corroboradas pelas perguntas abertas, onde os entrevistados citaram como sendo uma vantagem a possibilidade de trabalhar próximo da família.

Ainda nesse sentido, percepções negativas também foram relatadas, como “diluição da vida pessoal com o trabalho”, a mistura do ambiente de trabalho com o doméstico, e superexposição da vida pessoal, também foi relatado que as tarefas da casa acabavam interferindo e tirando a atenção do trabalho. De acordo com Rafalski e De Andrade (2015) para que o ambiente de trabalho seja saudável e equilibrado, é necessário a compreensão da família acerca da realidade do home office, e uma distinção clara entre a rotina pessoal e a rotina profissional.

A maioria dos respondentes, 52%, concorda que seu contato com colegas e superiores diminuiu. Fator condicionado de acordo com McClelland, pelas necessidades de realização, de afiliação e de poder. A falta de contato com os colegas de trabalho foi citada várias vezes como desvantagem do regime remoto, “reduz o contato e a vivência com outros profissionais da área, o que poderei contribuir para meu próprio crescimento”, a falta de interação entre

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

colegas também contribui para o sentimento de isolamento. No contexto do isolamento promovido pelo home office “percebe-se que gera nos teletrabalhadores sensações de que estão distantes do convívio profissional e de que o resultado de seu trabalho é pouco percebido pelos gestores”. (MENDES; HASTENREITER FILHO; TELLECHEA, 2020).

Os questionados em sua maioria, 48%, se consideram satisfeitos com o reconhecimento e feedback dos seus superiores. O feedback se relaciona não apenas com o senso de estima e valorização, mas também é uma ferramenta técnica de gestão necessária para o bom rendimento dos funcionários, ainda mais quando falamos em um modo de trabalho totalmente novo para a maioria. Na pergunta “com o regime de *home office*, pude planejar e organizar meus horários de acordo com minhas necessidades, me atribuindo mais tempo livre”. A melhor organização dos horários e maior tempo livre foi notado por 48% dos respondentes, também sendo mencionada como sendo uma vantagem do *home office*.

Quanto a jornada de trabalho, 57% dos trabalhadores julgaram estar sendo cobrados a trabalhar por mais horas do que habitualmente. Quando perguntados sobre quais desvantagens do home office destacariam, o trabalho fora da carga horária foi citado quatro vezes pelos respondentes, sendo citado também como relevante para o nível de motivação, segundo um dos entrevistados “*quanto ao horário, a gente sempre trabalha mais do que o estipulado, não tem horário certo para as refeições e nem para o descanso*”. Nesse sentido, a melhor organização de horários foi mencionada como sugestão de mudança a ser feita para melhoria de motivação e satisfação dos funcionários

Na afirmativa “tenho domínio e acesso à internet, bem como equipamentos (computador, notebook, wi-fi) adequados e modernos” 63% concordaram. Nesse caso, os 15% que discordaram representam uma parcela muito significativa visto que falamos de estrutura básica para a realização das suas atividades, e sua defasagem impacta diretamente na produtividade. Grande parte dos entrevistados citou a melhoria dos equipamentos de trabalho e na conexão com a internet como algo que impactaria positivamente em sua motivação e satisfação. Os profissionais terem que utilizar seus próprios equipamentos e internet foi mencionado como uma desvantagem, alguns respondentes também acreditam que a instituição deveria fornecer notebooks e algum tipo de ajuda de custo para os funcionários.

No trabalho docente se faz indispensável que os alunos também compartilhem dos mesmos recursos que os educadores, a esse respeito um dos questionados responde:

“*No caso da educação precisaria ter uma mudança muito grande: alunos ter*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

equipamentos adequados para participar das aulas online, desenvolver uma maior consciência para a participação de forma satisfatória dos alunos, fornecer equipamentos e softwares mais adequados para os professores ministrarem as aulas online.” (ENTREVISTADO 1, 2021).

A maioria dos respondentes (54%) não se sentem suficientemente recompensados por seus esforços, a falta de remuneração adequada pode resultar numa sensação de desvalorização, o que por sua vez influi em sua autoestima e motivação do trabalhador. Segundo um dos entrevistados, comentando sobre seu baixo nível de motivação, os valores financeiros não compensam o trabalho realizado, já outro comenta sobre a necessidade de incentivos *“Precisamos de mais incentivo para trabalhar”*. Na questão sobre possíveis mudanças a serem feitas para motivar e satisfazer os funcionários, foram citados *“Salário melhor e valorização profissional”*, *“melhor remuneração.”* incentivos e melhores condições financeiras.

No referente aos treinamentos e orientações, 57%, ou seja na percepção da maioria houve falta de suporte adequado. Segundo Chiaretto, Cabral e Resende (2018) essa ausência faz com que os trabalhadores tenham que buscar os conhecimentos necessários para fazer a transição para o *home office* e se readaptar a nova realidade, corroborando para o desenvolvimento de novas competências para o trabalho.

Quanto as condições físicas, 46% demonstram estarem satisfeitos, aqui novamente nos deparamos com uma porcentagem ainda maior de profissionais que discordam sobre terem condições básicas de trabalho, ao total 35%. A falta de um espaço ergonomicamente correto para a realização de suas tarefas resulta em riscos para a saúde e segurança do trabalhador associado a as necessidades básicas de Maslow. O ambiente físico de trabalho é citado por duas vezes durante as perguntas abertas, mencionado como desvantagem *“Muito trabalho para ser realizado em um ambiente não muito adequado para o serviço, por exemplo mobiliários, são todos improvisados.”* e como possível melhoria *“Que seu ambiente domiciliar fosse adequado para o home office, que, com certeza a maioria teve que improvisar uma mesa, uma cadeira, muitas vezes calor excessivo”*.

Os participantes em sua maioria concordaram que possuem mais gastos extras do que economias no regime de trabalho remoto. Gastos que eram da empresa, agora passam a ser do funcionário, como energia, luz, internet, dentre outros pequenos gastos. Além de que muitos profissionais precisaram adquirir equipamentos mais adequados ao trabalho, gerando custos não previstos em seu orçamento.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Com relação a saúde mental e bem-estar, 41% da amostra concorda ter sentido impactos negativos. Para Borges e Gondim (2020) “Um dos maiores desafios atuais para quem está trabalhando em casa é admitir que não reagimos somente ao sistema de home office, mas às condições em que o estamos vivendo no momento.” Ou seja, para além do trabalho remoto também somos afetados pela pandemia, pela sensação de insegurança tanto de saúde como econômica, bem como nossa própria organização em relação ao trabalho.

Até a data de fechamento do questionário, no mês de novembro de 2021 a maioria dos funcionários ainda se sentiam inseguros com o retorno das atividades presenciais, mesmo a maioria das normas de distanciamento social já tendo sido afrouxadas, alguns dos respondentes inclusive já estando trabalhando em regime de ensino híbrido. O isolamento e a segurança contra a contaminação do vírus da Covid-19 foram largamente citados como sendo uma grande vantagem do *home office* sendo este, claro, o seu principal objetivo.

A percepção de insegurança contra a doença se relaciona com a forma com a qual o trabalhador se relaciona com este novo modo de trabalho, já que uma segunda opção, seria a exposição ao vírus e risco de contaminação, sendo assim, é possível que respostas sem essa interferência só sejam possíveis de serem obtidas quando a disseminação da doença esteja a níveis mais controlados.

O quadro 1, a seguir, sintetiza as vantagens e desvantagens deste novo modelo de trabalho encontradas neste estudo:

Quadro 1 – Vantagens e Desvantagens do Regime *Home Office*

Vantagens	Desvantagens
Menor risco de contaminação	Aumento da carga horária
Flexibilização de horários	Isolamento e falta de interação com colegas e estudantes
Agilidade nos processos	Redução de foco e concentração
Trabalhar perto da família	Falta de estrutura específica tanto por parte dos profissionais quanto dos estudantes
Conforto em trabalhar em casa	Diluição da vida pessoal com o trabalho
Maior rendimento/produktividade	Gastos extras
Contato com novas formas de ensino	Falta de capacitação e suporte para se trabalhar com as novas ferramentas e plataformas

Fonte: Os autores, 2021.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações emergenciais no mundo do trabalho, provocadas pelas medidas de contenção do vírus do COVID-19, em especial a adoção do modo de trabalho remoto, impactaram diretamente no modo dos profissionais vivenciarem suas rotinas. De maneira abrupta, se viram inseridos em novas plataformas, se utilizando de novas ferramentas, e tudo



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

isto dentro do seu lar, um espaço que embora ofereça conforto, também foi o caso de muitas vezes não oferecer a estrutura necessária para a realização de suas atividades. Tudo isto, em meio a uma pandemia onde o cenário era insegurança, instabilidade econômica, e impactos do isolamento na saúde física e mental.

Analisando as informações levantadas com a pesquisa, de forma geral os trabalhadores se sentem motivados e produtivos trabalhando em casa, percebe-se uma intensa motivação intrínseca correlacionada a Teoria dos fatores de Herzberg e um forte senso de realização com o trabalho. A flexibilidade de horários, agilidade e facilidade em determinados processos e o próprio conforto de trabalhar em casa, foram fatores com os quais os participantes mostraram satisfação. Porém o *home office* trouxe desafios exteriores, como a falta de estrutura básica (mobiliário adequado e ergonômico, tecnologia, equipamentos modernos etc.) tanto para os profissionais quanto para os estudantes, e as questões relacionadas aos limites de onde começam as rotinas do trabalho e onde começam as rotinas domiciliares, com a diluição desses dois espaços em um único.

Também não houve uma capacitação e suporte adequados para que pudessem se adaptar mais facilmente com o novo modelo laboral, fazendo com que a transição para novas plataformas e ferramentas online fosse de difícil assimilação para alguns dos trabalhadores. Resultando em profissionais que não possuíam as condições necessárias para realizar suas atividades no regime remoto, como boa conexão à internet, ferramentas seguras de comunicação, compartilhamento e armazenamento de dados, bem como o treinamento básico necessário para realizar o melhor uso destas.

Ocorreram também desafios emocionais e psicológicos, relacionados ao sentimento de isolamento, tanto no sentido epidêmico como no sentido de interações e conexões com os colegas de trabalho, superiores e com os estudantes.

O tema abordado é vasto, e como sugestão para futuras pesquisas observamos a necessidade de foco especificamente nos professores e nas relações de aprendizagem no modelo remoto, um maior aprofundamento nas teorias motivacionais e um acompanhamento posterior da amostra para que se possa verificar o impacto da insegurança sobre a contaminação do vírus nas suas percepções. Uma amostra mais significativa também se faz fundamental para a credibilidade dos resultados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Maria de; LUA, Iracema. **O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto**
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

no contexto da pandemia de covid-19. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jul. 2017.

BUENO, M. **As teorias de Motivação Humana e sua contribuição para a empresa humanizada: um tributo a Abraham Maslow**. Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC, Catalão, Ano IV, n. 6, 1o Semestre, 2002.

CHIARETTO, Silvana; CABRAL, Júlia Ribeiro; RESENDE, Leonardo Barros. **Estudo sobre consequências do teletrabalho na qualidade de vida do trabalhador e da empresa**. Revista Metropolitana de Governança Corporativa, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 71-86, jul./dez. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. São Paulo: Manole, 2009.

CLELAND, David I; CLELAND, Lewis R.I. **Gerência de Projetos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Afonso, 2002.

FADUL, E. M. C.; SILVA, L. P. **Retomando o Debate sobre a Reforma do Estado e a Nova Administração Pública**. In: Anais do XXXII EnANPAD. Rio de Janeiro, ANPAD, 2008.

FERREIRA, Sheila Vanessa Fortuna. **Fatores Motivacionais no Trabalho: A Produtividade e o Impacto Causado Frente as Mudanças na Legislação do Regime Próprio de Previdência Social**. 2011.

FLASH, Natália. **Home office definitivo? Para 74% das empresas no Brasil, a resposta é sim**. Exame: CARREIRA, Mercado imobiliário, Brasil, ed. 2, 29 maio 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Alcindo Arcenio Pinheiro; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. **A MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL**. 2003.

GÚZMÁN, Claudia Patricia Aquije Niño. **HOME OFFICE COMO ESTRATEGIA PARA LA MOTIVACIÓN Y EFICIENCIA ORGANIZACIONAL**. 2018.

KOONTZ, H.; O'DONNELL, C.; WEIHRICH, H. **Administração de recursos humanos: desenvolvimento de administradores**. 14. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

LOPES, Gabriela Alvarenga Colmenero. **Motivação no Trabalho**. 2003.

MARCON, Silvana Regina Ampessan; LUCAS, João Ignacio Pires. **A Percepção de Trabalhadores Referente ao Novo Arranjo de Trabalho (Home Office) em Momentos de Pandemia**. 2020.

MASLOW, A. H. **Maslow no Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

MOTA J. S. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação** 6(12):372-380. 2019.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa sobre COVID-19**. 2021.

PANTOJA, M. J., ANDRADE L. L. S.& OLIVEIRA, M. A. M, A. Qualidade de Vida no

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Teletrabalho Compulsório: percepções de trabalhadores de uma organização pública brasileira. Conferência Virtual. **Revista da UINIP** Santarém. Edição Temática: Ciências Exatas e Engenharias. 8(4), 80-94, 2020.

RAFALSKI, Julia Carolina; DE ANDRADE, Alexsandro Luiz. **Home-Office: Aspectos Exploratórios do Trabalho a partir de Casa**. Temas em Psicologia, v. 23, n. 2, p. 431-441, 2015.

RAY, W. S. (1964). **The Science of psychology: an introduction**. New York: MacMillan.

REIS, J. dos S. dos. **Os fatores motivacionais para o trabalho: Um Estudo de Caso da Empresa Marilan**. São Paulo: Onsular, 2001.

RHEINBERG, F. **Motivação**. Sttugard, Germany: Kohlhammer, 2000.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**, 11a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROTHAN, H. A., & BYRAREDDY, S. N. (2020). **The epidemiology and pathogenesis of coronavirus disease (COVID-19) outbreak**. Journal of Autoimmunity, 102433. <https://doi.org/10.1016/j.jaut.2020.102433> .Acesso em: 20 Set. 2021.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, 2005.

SILVA H. G. N., SANTOS L. E. S., OLIVEIRA A. K. S. **Efeitos da pandemia no novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades**. J. nurs. health. 2020;10(n.esp.):e20104007.

SINGHAL, Tanu. (2020). **A Review of Coronavirus Disease-2019 (COVID-19)**. Indian Journal of Pediatrics, 87(4), 281–286. <https://doi.org/10.1007/s12098-020-03263-6> .Acesso em: 28 Set. 2021.

SPECTOR, Paul E. **Job Satisfaction: Application, Assessment, Cause, and Consequences**. Nova Iorque: Sage, 1997.

TASHAKKORI, Abbas, CRESWELL, John W. **The new era of mixed methods**. Journal of Mixed Methods Research, v.1, n.1, p.3-7, 2007.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

EMPREENDEDORISMO FEMININO

Kailaini Eduarda da Silva¹ – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão
Yasmin da Silva Correia² – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão
Adalberto Dias de Souza³ – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão
Marcos Junio Ferreira de Jesus⁴ – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão
Eloisa Paula de Oliveira⁵ – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão

Nome do GT: Inovação e Empreendedorismo

RESUMO

A pandemia deu um novo rumo ao empreendedorismo, e analisar esse fenômeno é amplamente importante e relevante para compreendermos como a sociedade está se portando a esse novo normal. Com enfoque no empreendedorismo feminino, pesquisamos como as mulheres em posição de liderança, conduziram as empresas, e como lidaram com as incertezas e inseguranças encontradas ao longo do caminho. O presente artigo teve como objetivo analisar as tomadas de decisões e a liderança de empresas na cidade de Terra Boa, comandadas por mulheres. Ressaltando como foi conduzir um empreendimento perante a uma pandemia, quais foram as estratégias de marketing, de organização, e os cuidados que tiveram que ser necessários para manter o funcionamento, mesmo o país tendo que entrar em lockdown em certos momentos. O termo desempenho utilizado neste estudo aplica-se à satisfação dos clientes, a maneira como a empresa teve que se adaptar para se manter no mercado, como lidou com a impossibilidade de atender presencialmente em alguns momentos da pandemia.

Palavras-chave: Empreendedorismo Feminino. Pandemia de Covid-19. Empreendedorismo.

RESUMEN

La pandemia le dio un nuevo rumbo al emprendimiento, y analizar este fenómeno es muy importante y relevante para que entendamos cómo se está comportando la sociedad ante esta nueva normalidad. Con un enfoque en el espíritu empresarial femenino, investigamos cómo las mujeres en puestos de liderazgo lideraron las empresas y cómo lidiaron con las incertidumbres e inseguridades que encontraron en el camino. Este artículo tuvo como objetivo analizar la toma de decisiones y el liderazgo de empresas en la ciudad de Terra Boa, lideradas por mujeres. Enfatizando cómo era liderar un proyecto frente a una pandemia, cuáles eran las estrategias de marketing y organizacionales, y los cuidados que había que tener para que siguiera funcionando, a pesar de que el país tuvo que entrar en crisis en ciertos momentos. El término desempeño utilizado en este estudio se aplica a la satisfacción del cliente, la forma en que la empresa tuvo que adaptarse para mantenerse en el mercado, cómo lidió con la imposibilidad de atender presencialmente en algunos momentos de la pandemia.

Palabrasclave: *Emprendimiento Femenino. Pandemia de COVID-19. Emprendimiento.*

¹ Graduanda em Administração – e-mail: kailainieduardama@gmail.com

² Graduanda em Administração – e-mail: yasscorreia20@gmail.com

³ Doutor em Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com

⁴ Doutor em Administração – e-mail: marcos_junio@hotmail.com

⁵ Doutora em Administração – e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pandemia do Covid-19 causou vários impactos em inúmeros âmbitos existentes, não apenas na saúde global. Além de o vírus ser letal para alguns indivíduos, todos tiveram que se adaptar a novas regras de convivência social para evitar o contato e a transmissão entre si. Uma das normas implantadas durante esse período foram os *lockdowns* e medidas sanitárias que restringiram os horários de funcionamento de comércios e indústrias.

Os *lockdowns* aplicados consistiam no fechamento de todo local que não era essencial, sendo assim os comerciantes eram obrigados por lei a fechar suas portas. As medidas sanitárias eram impostas de forma que evitavam a transmissão do vírus, entre elas podemos citar o funcionamento dos locais com 50% de sua capacidade e a determinação dos horários que deveriam ser fechados.

Em fator dessas restrições, os empreendedores foram fortemente afetados de forma econômica, como mostra a pesquisa realizada pelo SEBRAE (2020b), onde 87,5% dos empreendedores entrevistados mostraram ter quedas no faturamento após o início da pandemia.

Porém, observou-se uma situação diferente com empreendedoras do município de Terra Boa, situada no interior do Paraná. Segundo o questionário Mulheres Empreendedoras (2021) aplicado na cidade, 62,5% das empreendedoras alegaram que obtiveram um aumento em seus lucros durante a pandemia, enquanto 25% alegaram que seus lucros se mantiveram instáveis. Com o fornecimento desses dados pode-se constatar que a pandemia não afetou essas mulheres, pelo contrário, impulsionou a maioria delas a lucrarem mais.

Enquanto vários empreendedores do Brasil mostraram ter enfrentado uma queda nos lucros, as empreendedoras de Terra Boa relataram o contrário. Torna-se evidente que o grupo estudado usou de várias táticas administrativas e estratégias de marketing para conseguir sobreviver aos tempos de crise que a pandemia trouxe.

Como objetivo, buscamos analisar a relação existente entre a capacidade de gestão empresarial da mulher como responsável pelo empreendimento, levando em consideração que a entrada da mesma no mundo de negócios é recente, e o seu desempenho perante a adversidade de uma pandemia.

O estudo realizado em relação aos fenômenos do empreendedorismo feminino das mulheres de Terra Boa se mostra de suma importância para a administração, de forma que as



atitudes e estratégias que as empreendedoras tomaram podem ser observadas e levadas à prática por outros empreendedores que desejam aumentar seus faturamentos ou seguir novas estratégias em seu negócio.

A cidade onde ocorreu o fenômeno estudado se trata de um município de menos de 18 mil habitantes, onde se observa vários comércios bem segmentados. É importante entender de que forma as empreendedoras conseguiram se manterem e aumentarem seus lucros durante um ambiente desfavorável, já que se tratava de uma pandemia, momento em que foram observadas várias crises globais e a cidade onde se situam é considerada pequena, com grande concorrência em seus segmentos.

Realizar estudos como esse mostra a força e resiliência das mulheres empreendedoras, que além de realizar o desafio diário de empreender, têm que lidar com suas jornadas pessoais, sejam elas matrimoniais ou com os filhos. É evidente que muitas mulheres possuem essas funções, mas mesmo assim conseguem equilibrar suas vidas pessoais e profissionais com maestria. Deve-se dar atenção a essas mulheres que vencem o desafio de empreender todos os dias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O empreendedorismo, em sua definição, é uma disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos ou serviços. É uma iniciativa de criar novos negócios (empreendimentos) ou mudanças em empresas existentes, que envolvem inovações e riscos. (CHIAVENATO, 2007)

Os empreendedores exercem uma função ligada a atender as necessidades da sociedade, que são mutantes e inconstantes, auxiliando assim, o crescimento do mercado. Os empreendedores “não são simplesmente provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia que assumem riscos em uma economia em constante transformação e crescimento.” (CHIAVENATO, 2007, p.18). O termo empreendedorismo, por si só, já transmite uma importância significativa para o meio social, e uma carga grande de relevância para a sociedade.

Em busca de uma forma de regularizar a elevação de informais e apoiar os pequenos empreendedores, foi elaborado o MEI (Microempreendedor Individual), juntamente com as Juntas Comerciais, SEBRAE e órgãos do meio. Para se enquadrar neste estilo, é necessário obter faturamento limitado a R\$81.000,00 por ano; não participar como sócio, administrador



ou titular de outra empresa e no máximo obter um funcionário. (SEBRAE, 2022a)

De acordo com os autores Gondim, Rosa e Pimenta (2017), o Brasil ao longo dos últimos anos está apresentando um constante aumento em Microempreendedores Individuais. Os MEI vêm crescendo e ganhando espaço, sendo cerca de 48% deles composto por mulheres com alguma experiência ou nenhuma no ramo de administração, de acordo com o SEBRAE (2022a).

As mulheres brasileiras estão cada vez mais se arriscando aos desafios do empreendedorismo, atrelados aos desafios diários que enfrentam. Segundo Ferreira e Nogueira (2013) “A atuação das mulheres na atividade empreendedora tem sido crescente e vem se consolidando nos últimos anos no Brasil”

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBQP apud GEM7 (2007), dentre as mulheres empreendedoras Brasileiras, a maior porcentagem empreende por necessidade: “Enquanto 38% dos homens empreendem por necessidade, essa proporção aumenta para 63% para as mulheres.” Essa necessidade em empreender se dá pela busca de renda, em fator da falta de empregos formais que as incluam e a obrigação em participar da renda familiar, muitas vezes sendo a principal fonte da mesma.

Algumas mulheres não são motivadas a empreender somente por necessidade, existem aquelas que enxergam no empreendedorismo uma forma de fugirem de todo o assédio moral e discriminações que possam cercá-las dentro de uma instituição, seja ela de cunho público ou empresas privadas, são “mulheres que sentem discriminações ou restrições em uma empresa e preferem iniciar um negócio que possam dirigir independentemente dos outros” (CHIAVENATO, 2007, p.11).

2.1 A inserção da mulher no mercado de trabalho

Com a Revolução Industrial, as mulheres foram se inserindo de maneira lenta nas fábricas, havendo um aumento significativo do gênero empregado. Neste período o trabalho era focado totalmente na produtividade, com uma jornada longa e salários bastante desiguais. Não demorou muito tempo para começar a ocorrer reivindicações perante aos direitos trabalhistas, com uma igualdade no horário de trabalho estabelecido (jornada), com igualdade nos salários, cargos, dentre outros. (AMORIM & BATISTA, 2011)

A mulher ingressou como responsável do sustento do lar a partir da I e II Guerra Mundial (1914 – 1918 e 1939 e 1945), século XX, quando os homens tiveram que sair de casa



para lutar em batalhas pelo seu país. Neste âmbito, a mulher passou a assumir os negócios da família e uma posição no mercado de trabalho (LESKINEN, 2004).

Com a ausência dos homens enviados para combate e posteriormente a quantidade de homens mortos durante o conflito tornou imprescindível a contratação de mulheres para funções que antes eram exclusivamente masculinas. As mulheres ganharam mais espaço no mercado de trabalho. Nesse período nascem os primeiros movimentos feministas. As mulheres começaram uma luta mais organizada por seus direitos e pela igualdade de oportunidades no trabalho (AMORIM & BATISTA, 2011, p.3).

Mesmo com as mulheres ingressando no mercado de trabalho nos períodos da I e II Guerra Mundial, as mulheres brasileiras só se introduziram no mercado de trabalho em meados dos anos 70. Logo após essa introdução, foram nascendo os movimentos feministas e sindicalistas no Brasil. Com o surgimento da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora na década de 80, a mulher se tornou um indivíduo mais visível dentro do ambiente dos sindicatos. (AMORIM & BATISTA, 2011)

2.2 A capacidade feminina de empreender

Nos dias de hoje ao realizar uma análise sobre o empreendedorismo feminino é notável que as mulheres enfrentem barreiras relacionadas à construção histórica de inferioridade do sexo feminino perante o sexo masculino.

Por muito tempo se manteve a crença de que o homem tinha mais capacidade do que a mulher para qualquer trabalho, alimentando uma desigualdade entre os gêneros pela razão de fatores biológicos; porém foi analisado por Oliveira (1997, p.11) que “O funcionamento do cérebro desvendado agora não indica, em nenhum momento, que as características masculinas são melhores e as femininas piores. Eles têm habilidades diversas”.

Algumas características das mulheres são essenciais para o empreendedorismo e para a realização de atividades do ramo administrativo, o que pode se afirmar em Fernandes *et al* (2013):

As mulheres têm mais facilidade para compor equipes, persistência, cuidado com detalhes, além de valorizarem a cooperatividade. Apesar de incluírem certa dose de sentimentalismo a suas decisões, têm maior facilidade a desenvolver atividades intelectuais, inverso ao homem, que é mais ágil e prático.” [...] “A maneira de tomar decisões por parte das mulheres empreendedoras é participativa, fazendo com que os indivíduos sejam valorizados, além disso, as mulheres possuem estilo de liderar interativo e motivador.

As várias qualidades comprovadas que as mulheres possuem derrubam o mito de que a mulher deve ser apenas responsável pelo seu lar e família. É nítido que cada vez mais o



empreendedorismo necessite desses atributos femininos, como persistência, cooperatividade e gestão participativa, já que Lima *et al* (2019, p.823) diz que “o empreendedor deve ter uma visão ampla de percepção para discernir as oportunidades. Suas práticas empreendedoras devem focar nas pessoas e não só nas empresas, essas atitudes são fundamentais para o sucesso ou o fracasso da mesma”

Segundo Mariano *et al* (2022) é provado para a sociedade que as mulheres possuem características e habilidades que são extremamente proficientes e competentes para conduzir um empreendimento.

2.3 A pandemia do COVID-19, restrições e economia

A pandemia do Coronavírus transformou o mundo de forma agressiva e atingiu boa parte da população. Segundo Lana *et al* (2020), sendo um vírus novo, é imprevisível saber quais problemas o covid19 poderia causar ao infectado, podendo ser um vírus mortal, leve ou moderado ao seu receptor.

Além dessa incerteza do quadro de saúde de um infectado, o SARSCoV-2 (Coronavírus) é facilmente transmissível, o que afetou milhares de pessoas. Sendo assim, a Organização Mundial da Saúde declarou o vírus como uma pandemia. (OMS, 2020). Com a pandemia declarada, foi recomendado pela OMS que os países com altos índices de casos tomassem medidas para evitar a contaminação enquanto medicamentos e vacinas eram fabricados.

Entre algumas medidas indicadas pela OMS, uma delas era o isolamento para evitar maior transmissão do vírus. Sendo assim, muitos serviços e estabelecimentos não essenciais fecharam as portas durante esse período. Wilder *et al* (2020) aconselhou que os indivíduos deveriam sair do isolamento apenas por questões de necessidades, sendo estas a procura de assistência médica, a compra de suprimentos médicos e alimentícios e que apenas uma pessoa por lar deveria sair.

As restrições de circulação e os isolamentos que alguns países e estados aderiram acabaram promovendo efeitos negativos na renda populacional, nos empregos e na economia. Os trabalhadores informais foram prejudicados, sendo o setor de transporte, alimentação e turismo os que mais sofreram com a crise. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).



Um dos efeitos negativos da pandemia para a economia foi à redução do comércio internacional. A Organização Mundial do Comércio (OMC, 2020) estipulou uma diminuição de 13% a 32% nas atividades do comércio internacional. Atualmente no Brasil a taxa de desemprego está na margem de 8,7% no 3º trimestre de 2022, mas em seu ápice chegou à margem de 14,9% no 3º trimestre de 2020. (IBGE, 2022) Esses dados representam milhares de brasileiros que perderam seus empregos durante a pandemia ou vinham de trabalhos informais que não sobreviveram à crise e a redução das atividades econômicas.

2.4 Empreendedorismo feminino na pandemia

Como já citado acima na seção anterior, a pandemia trouxe impactos negativos para a economia em geral. O Sebrae (2020c) divulgou resultados advindos de suas pesquisas de que 15 milhões de empreendimentos relataram que tiveram seus negócios abalados com quedas no faturamento.

Ainda segundo o Sebrae (2020c), dos empreendimentos relatados, os que possuem liderança por mulheres foram os mais prejudicados, já que elas estão em maioria integradas aos setores que mais foram afetados pela pandemia. Os dados resultantes dessa pesquisa mostraram que 52% dos pequenos empreendimentos femininos encerram suas atividades definitivamente ou temporariamente. Também foi divulgado que as mulheres buscaram entrar para o digital como solução às restrições.

Além dos dados qualitativos, pode se considerar a pandemia de maior impacto para o gênero feminino porque além dos desafios de empreender, elas enfrentam desafios maiores como o machismo estrutural, que se tornou mais presente nesse período. “A sobrecarga e acúmulo de funções, a carga mental invisível, a violência doméstica e de gênero são produtos históricos da cultura patriarcal e machista na qual nos encontramos.” (COMOLI e CANTO, 2020).

O digital (redes sociais, plataformas de vendas, entre outros) se tornou um aliado para enfrentar o momento de distanciamento físico entre fornecedor e consumidor. Vieira (2022) diz que “A crise causada pela pandemia exigiu dos empreendedores enxergar novas oportunidades, através da adoção de ferramentas que encurtem as distâncias em um contexto de distanciamento social físico”. A internet, aliada importante ao momento pandêmico, já era utilizada por cerca de 74% das mulheres empreendedores, diz o Sebrae (2020). Após o início da pandemia, essa porcentagem aumentou, sendo um canal de vendas muito utilizado para a



sobrevivência dos negócios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão é de natureza pesquisa básica estratégica, se enquadrando no objetivo descritivo e explicativo, porque os dois métodos em uniam proverão um resultado satisfatório a nós autoras.

De acordo com Gil (1999), na citação de Oliveira (2011, p. 21), a principal finalidade das pesquisas descritivas é a definição dos aspectos de tal episódio ou população, ou também a instauração de relações entre fatores variados. Entrando em complementaridade, a pesquisa explicativa tem como premissa o reconhecimento dos fatores determinantes e contribuintes que ocasionaram no acontecimento de tal episódio, diz Gil (1999) apud Oliveira (2011, p. 22). Dessa forma, partindo desses dois caracteres, serão reconhecidas as variáveis que afetaram o tema descrito.

O método da presente pesquisa é de modelo qualitativo, já que utilizando esse método se obtém uma visão melhor do assunto abordado. Segundo Godoy, (1995) ao utilizar esse método, “O pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.”

No procedimento, será utilizada pesquisa bibliográfica para complementação teórica do estudo de caso entre as empreendedoras das duas cidades. De acordo com Boccato (2006, p.266), a pesquisa bibliográfica é fundamental, pois, “esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica”. Já o estudo de caso se trata do estudo de um evento atual ou passado, formado por ademais provas, que podem ser compostas por dados de observações ou entrevistas feitas a partir de perguntas objetivas, podendo ser formado também por arquivos privados ou públicos (VOSS; TSIKRIKTSIS; FROHLICH, 2002).

A amostragem utilizada é a de Cota, já que é necessário atingir um público em especial, as empreendedoras das cidades de Terra Boa. A coleta dos dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa será realizada por meio de pesquisa de campo, sendo aplicados questionários objetivos com perguntas abertas e fechadas que as respostas visem contribuir para com as análises dos objetivos específicos.



Em fator do contexto pandêmico atual, evitando aglomerações e contatos que podem ser realizados de outra maneira, os questionários serão aplicados via internet, por meio do Google *Forms* (Formulário Google). Esses questionários foram enviados diretamente as empreendedoras, por meio de links enviados pelo *Whatsapp*.

Os dados foram coletados e organizados por meio de categorias de acordo com respostas semelhantes em relação às perguntas fechadas que facilitaram a observação das respostas obtidas. Já as perguntas abertas, foram analisadas e catalogadas, posteriormente dando origem a gráficos estatísticos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram obtidas dez respostas de mulheres empreendedoras residentes em Terra Boa. Os empreendimentos são de áreas distintas (quadro 1), fato que enriqueceu a compreensão da realidade pesquisada. Destas empresas, cinco contam com mais uma pessoa como parte sócia e as outras cinco apresentam apenas a empresária no comando.

Quadro 1: Participantes da pesquisa

Área/Setor de atuação	Número de respondentes
Setor de beleza	2
Confeitaria	2
Varejo de móveis e eletrodomésticos	1
Varejo de semijóias	2
Setor metalúrgico	1

Fonte: Elaborado a partir da coleta de dados

Em relação ao tempo de funcionamento das empresas, estas apresentaram variação entre 3 e 10 anos (gráfico 1), destacando o fato de que apenas duas tem menos de 5 anos de atividades.

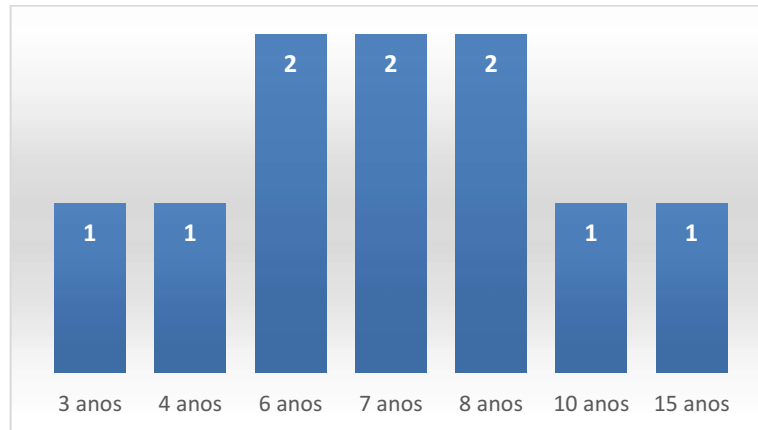
Gráfico 1: Tempo de funcionamento das empresas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Fonte: Elaborado a partir da coleta de dados

Outra questão respondida foi sobre a possível dificuldade em conciliar a vida familiar das mulheres com seus negócios. Vida familiar essa que seria a de mãe e esposa, que podem pesar na hora assumir uma segunda jornada, a de empreendedora. De acordo com as respostas, quatro das mulheres tiveram sim dificuldade de conseguir conciliar as duas vidas, enquanto seis delas não tiveram.

Passando para a questão pandêmica, foi questionado qual novo plano estratégico as mulheres iniciaram ao se deparar com o novo cenário, onde o comércio e a circulação de pessoas ficaram mais complicados, já que houveram restrições sanitárias e *lockdowns* para evitar a proliferação do vírus. Quatro das mulheres alegaram que não utilizaram nenhuma estratégia nova para se manterem, enquanto cinco mulheres alegaram que intensificaram suas vendas *online*, investindo mais no *delivery*, em *lives shop*, atendimento por redes sociais e *WhatsApp*. As mesmas relataram que essas estratégias trouxeram muito resultado e até o momento presente da entrevista, onde as restrições sanitárias eram mais flexíveis, eram usufruídos esses modelos de vendas. Uma das entrevistadas que estava inserida no ramo da beleza constatou que mudou seu foco de atendimento, reinventando seu negócio ao oferecer extensão de cílios. O procedimento, segundo a mesma, se tornou uma oportunidade pelo fato de que o uso de máscaras de proteção evidenciaram os olhos das pessoas.

Ao serem questionadas se as restrições sanitárias afetaram o rendimento do empreendimento das entrevistadas, sete alegaram que não, enquanto três alegaram que sim. Da mesma forma oito não precisaram de ajuda financeira, uma realizou empréstimo com familiares e uma realizou empréstimo bancário. Em relação ao nível em que a pandemia afetou



os empreendimentos, duas afirmaram que não perceberam impacto, sete alegaram um impacto leve enquanto uma empresa foi afetada gravemente. Sobre a possibilidade de fechamento da empresa, apenas uma afirmou ter tido esta reflexão ao longo do período de pandemia.

É interessante destacar que cinco participantes da pesquisa tiveram aumento das vendas no período, conforme descrito pelas mesmas:

“Graças a Deus continuei com mesma venda e até aumentaram meus clientes. Talvez por ser da área alimentos as pessoas ficaram mais em casa e talvez por ansiedade acabaram consumido mais alimentos, na minha área não tenho o que reclamar. Pararam festas grandes, mais em família teve um aumento de consumo.” Anônimo, questionário Mulheres Empreendedoras, 2021.

“No começo da pandemia fiquei assustada mais agora estou ganhando mais, do que ganhava antes da pandemia” Anônimo, questionário Mulheres Empreendedoras, 2021.

“Temos ótimas expectativas, pois acreditamos em uma demanda reprimida e novas oportunidades de negócios. E já superemos o faturamento de 2020 em agosto.” Anônimo, questionário Mulheres Empreendedoras, 2021.

“Já consegui dar a volta por cima e já ganho mais que antes da pandemia.” Anônimo, questionário Mulheres Empreendedoras, 2021.

“Não tive problemas Graças a Deus, até aumentaram minhas vendas.” Anônimo, questionário Mulheres Empreendedoras, 2021.

Ou seja, essas empreendedoras souberam usar com maestria as estratégias criadas e com isso obtiveram mais lucros do que antes mesmo dessa época. Não foi a crise pandêmica que foi boa para o empreendedorismo delas e sim a forma como começaram a trabalhar, trazendo novas ideias cujas suas/seus clientes aderiram.

Essa nova forma de trabalhar com o uso de vendas *online* foi extremamente importante para o negócio das mesmas, já que com as restrições não havia mais a possibilidade de ter aquele contato direto de cliente e espaço físico. Então, as empresárias levaram a atenção de seus clientes a comprar uma forma mais cômoda no conforto de suas residências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o auxílio das respostas do material de pesquisa aplicado, se torna claro que de certa forma a pandemia fez com que o empreendimento das mulheres empreendedoras de Terra Boa fluísse. São inegáveis os resultados obtidos de que o lucro de 62,5% das entrevistadas aumentou.

É inegável também que esse número cresceu em fator das estratégias que as



mesmas tomaram em relação às restrições sanitárias e *lockdown*, estratégias essas que foram citadas como intensificação das vendas *online*, delivery de mercadoria/produto, atendimento *online* e lives shops. Esses novos modelos de venda deram certo, pois supriu a falta de circulação de pessoas no comércio.

De uma forma geral, os empreendimentos dessas mulheres deslançaram após esse período conturbado e continuam a fluir muito bem, já que até o momento presente da entrevista as Terraboenses ainda estavam usufruindo das mesmas estratégias de venda.

Em um momento catastrófico a nível global, tanto pra economia, tanto para saúde pública, mulheres do interior do estado do Paraná conseguiram manter seus empreendimentos e o melhor de tudo, conseguiram se reinventar para a sobrevivência empresarial. Essa resiliência se torna impressionante, porque além de se manterem e garantirem a sobrevivência de suas empresas, adotaram métodos que irão fazê-las lucrar cada dia mais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R. O.; BATISTA, L. E. **Empreendedorismo feminino: razão do empreendimento**. 2017. Disponível em:

http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115149.pdf acesso em: 10/09/2022

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2a ed. rev. E atualizada - São Paulo: Saraiva, 2007.

COMOLI E, CANTO K. **Pandemia Impacta Mais a Vida das Mulheres**. Em: Com Ciência, 2020. Disponível em: Acesso em: 24/10/2022

DE CARVALHO, T.; PORÉM, M.. Empreendedorismo Feminino em Tempos de Pandemia: Estudo de Caso sobre o Programa Potência Feminina a Partir de Uma Perspectiva

Comunicacional. **2022**, MEISTUDIES, Disponível em:

<<http://meistudies.org/index.php/cmei/3cime/paper/view/1013/530>>. Data de acesso: 10 Nov. 2022.

FERNANDES, J. A. T.; CAMPOS, F. de; SILVA, M. O. da. (2013). **Mulheres empreendedoras: O desafio de empreender**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, junho de 2013. Disponível em < <http://www.eumed.net/rev/cccscs/24/familia-trabalho.html>> Acessado em: 06/10/2022

Ferreira, J. M., & Nogueira, E. E. S. (2013). **Mulheres e suas histórias: Razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino**. Revista de Administração Contemporânea.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil – 2007**. Disponível em Acesso junho/22.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

GONDIM, M. D.; ROSA, M. P.; PIMENTA, M. M. **Crise versus Empreendedorismo: Microempreendedor Individual (MEI) como Alternativa para o Desemprego na Região Petrolífera da Bacia de Campos e Regiões Circunvizinhas**. Pensar Contábil, v. 19, n. 70,.

IBGE. **Painel de Indicadores**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego> acesso em: 15/11/2022

LANA, R. M. et al. **Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 3, 2020.

LESKINEN, M. **Educación una clave hacia la igualdad**. Revista Observatório Social, n. 5, 2004.

LIMA, Nadine Pereira de Oliveira; GOMES FILHO, Antoniel dos Santos. **Mulheres Empreendedoras No Brasil:Um Estudo Bibliográfico**. Id on Line Rev.Mult. Psic., Dezembro/2019, vol.13, n.48, p.821-830.ISSN: 1981-1179

MARIANO, Luana Beatriz de Oliveira; PEREIRA, Laura de Souza; SANTOS, Ellen de Almeida. **Empreendedorismo feminino durante a pandemia**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Técnico em Administração) - Escola Técnica Estadual do Jaraguá, São Paulo, 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Ministério da Economia avalia impacto econômico do coronavírus**. Disponível em: . Acesso em: 18 mai. 2020

OLIVEIRA, Malu. **Homem E Mulher A Caminho Do Século XXI**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, OMS. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19): situation report**.72Geneva: WHO; 2020

SEBRAEa. **Pequenos negócios em números**. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-omei>. Acessado em: Junho/2022

SEBRAE b. **O impacto da pandemia do Corona Virus nos pequenos negócios**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios>. Acesso em: Julho/22

SEBRAE c. **Impacto Da Covid-19 Nas Mulheres. Observatório Global** - Boletim nº 21, 05 de agosto de 2020. Unidades de Gestão Estratégica, de Assessoria Institucional, de Políticas Públicas e de Gestão de Marketing do Sebrae. https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Boletim_GLOBAL_21_05-08-2020.pdf. acesso em: 10/10/2022

VIEIRA, Gleyse de França. **Mulheres empreendedoras e os desafios da Pandemia**. 2022. 45f. Monografia (Graduação em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

WILDER-SMITH, A.; CHIEW, C. J.; LEE, V. J. **Can we contain the COVID-19 outbreak with the same measures as for SARS?** The Lancet Infectious Diseases, v. 20, n. 5, 2020

World Trade Organization. **Trade set to plunge as COVID-19 pandemic upends global economy**, 2020 Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/pres20_e/pr855_e.htm> acesso em: 15/11/2022

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**EMPREENDEDORISMO POR NECESSIDADE E POR OPORTUNIDADE:
INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS**

Alessandra Jakobowski Oliveira¹ – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão
Gabrielly Sampaio Ferreira² – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão
Adalberto Dias de Souza³ – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão
Marcos Junio Ferreira de Jesus⁴ – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão
Eloisa Paula de Oliveira⁵ – UNESPAR *Campus* de Campo Mourão

Nome do GT: Inovação e Empreendedorismo

RESUMO

Diante das mudanças que vem acontecendo no mercado de trabalho por conta do COVID-19 no Brasil e no mundo em 2020, muitas empresas encerraram suas atividades, conseqüentemente o número de desempregados aumentaram, e por falta de oportunidade, milhares de pessoas iniciaram seus próprios negócios a fim de adquirirem renda para seu sustento. Nesse contexto, o presente estudo objetiva mostrar qual a influência da pandemia na abertura das microempresas e pequenas empresas motivado pela perspectiva da oportunidade ou da necessidade. Este artigo visa enfatizar o empreendedorismo por necessidade e por oportunidade diante da pandemia e através de conclusões obtidas podemos observar o aumento de empresas abertas em todo o país. Por fim, cabe enfatizar que por meio do programa Portal do Empreendedor, temos estatísticas claras de quantos micro empreendedores realizaram seu cadastro, para assim ficarem assegurados do seu próprio negócio.

Palavras-chave: Empreendedorismo por necessidade e por oportunidade. COVID-19. Micro e pequenas empresas.

RESUMEN

Ante los cambios que vienen ocurriendo en el mercado laboral a causa del COVID-19 en Brasil y en el mundo en 2020, muchas empresas cerraron sus actividades, conseqüentemente aumentó el número de desempleados, y por falta de oportunidad, miles de personas iniciaron sus propios negocios con el fin de obtener ingresos para su mantenimiento. En este contexto, el presente estudio tiene como objetivo mostrar la influencia de la pandemia en la apertura de micro y pequeñas empresas motivadas por la perspectiva de oportunidad o necesidad. Este artículo pretende enfatizar el emprendimiento por necesidad y por oportunidad ante la pandemia y a través de las conclusiones obtenidas podemos observar el incremento de empresas abiertas en todo el país. Finalmente, cabe destacar que a través del programa Portal del Empreendedor, tenemos estadísticas claras sobre cuántos microempresarios se han registrado, para que puedan estar seguros de su propio negocio.

Palabras clave: Emprendimiento por necesidad y por oportunidad. COVID-19. Micro y pequeñas empresas.

¹ Bacharel em Administração – alessandra20102001@hotmail.com

² Bacharel em Administração – gabriellyferreira0512@gmail.com

³ Doutor em Geografia – adalbertodias.unespar@gmail.com

⁴ Doutor em Administração – marcos_junio@hotmail.com

⁵ Doutora em Administração – eloisapauladeoliveira@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O empreendedorismo tem extrema importância no desenvolvimento econômico e social do país, onde os cidadãos são beneficiados com bens e serviços dos empreendedores. Neste caso, há um consenso, entre os diversos autores, que destacam que o empreendedorismo se traduz na criação de novos empreendimentos, o que contribui para alavancar a economia, impulsionar o comércio, criar novas oportunidades de negócios e gerar emprego para a população. (SHANE; VENKATARAMAN, 2000; LAMBING; KUEHL, 2007).

Na concepção de Dolabela (1999), o processo de iniciar um novo empreendimento está incorporado ao processo de empreender, envolvendo mais do que a simples decisão de um problema em uma posição administrativa típica. O empreendedor é um indivíduo que comanda uma organização, qualquer que seja ela.

A escassez de postos de trabalhos e a sensação de futuro incerto podem exercer uma pressão no indivíduo motivando-o a criar seu próprio negócio como forma de assegurar-se financeiramente, onde é impulsionado a empreender por necessidade, sem planejamento e se envolvendo em pequenos negócios informais que geram pouco retorno. O empreendedorismo por necessidade normalmente aparece quando o empreendedor está desempregado e tendo que garantir seu sustento, corre em busca de novas oportunidades, ou seja, novos negócios, começando a perceber que é hora de abrir seu próprio empreendimento.

Para Nixdorff & Solomon (2005), uma das habilidades que realçam a probabilidade de sucesso de novas organizações é o reconhecimento de oportunidades. Ao reconhecer uma oportunidade o empreendedor tende a sentir-se motivado a iniciar um negócio.

Diante destas observações o objetivo desse trabalho é mostrar como a pandemia do Covid-19 influenciou na abertura de microempresas e pequenas empresas motivado pela perspectiva da oportunidade ou necessidade.

2 COMPREENDENDO O EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo tem significativa importância no desenvolvimento econômico e social do país, onde a partir do fenômeno empreendedor, os cidadãos são beneficiados com produtos e serviços, empregabilidade e a economia do país cresce.



O empreendedor pode ser compreendido como aquele capaz de sair da sua zona de conforto com potencial para se organizar e desenvolver mesmo em meio às dificuldades, contrariando o senso comum com visão além da crise, criando oportunidades de inovações e melhorias nos negócios, não somente necessária por sobrevivência, mas que também contribua no mercado positivamente.

Segundo Schumpeter (1985, p. 49):

Empreender é inovar a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade, território, onde o empreendedor atua: novo ciclo de crescimento, capaz de promover uma ruptura no fluxo econômico contínuo, tal como descrito pela teoria econômica neoclássica. A inovação não pode ocorrer sem provocar mudanças nos canais de rotina econômica. A definição com a qual Schumpeter trabalha é precisa.

De acordo com Barreto (1998) o empreendedorismo é a habilidade de criar algo a partir de pouco, ou quase nada, sendo assim, empreender pode ser criar algo que não existe ou ainda, inovar, recriar algo que já existe.

O empreendedor é aquele que cria uma forma de negócio a partir de uma ideia inovadora, tem a iniciativa de tornar seu sonho realidade e utiliza todos os recursos disponíveis que possui para concretizar sua ideia, assumindo todos os riscos buscando o sucesso de seu negócio. Para Dornelas (2008) “o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados.”

2.1 Empreendedorismo por Oportunidade

O processo empreendedor de acordo com Dornelas (2005) ocorre quando um evento gerador possibilita ao empreendedor abrir seu negócio, podendo esse evento ser ambiental, externo, ou mesmo das aptidões do próprio empreendedor.

A tomada de decisão para abrir um negócio tem relação com a questão do empreendedorismo por necessidade ou por oportunidade, onde o empreendedor pode tomar sua decisão levando em consideração alguma dessas formas.

Segundo o Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2005), “empreendedores por oportunidade são motivados pela percepção de uma opção rentável de negócio e empreendedores por necessidade são motivados pela falta de alternativa satisfatória de trabalho e renda”. O empreendedorismo por oportunidade ocorre quando o empreendedor encontra uma oportunidade de negócio ou tem uma _onse inovadora. O empreendedor por oportunidade não



procura apenas uma fonte de renda, mas também autorrealização. McClelland (1971) associava o empreendedor a necessidade de realização e a necessidade de poder. Schumpeter (1985) diz que a motivação do empreendedor não é apenas satisfazer suas necessidades, mas também realizar um sonho, ter a alegria de criar e fazer coisas, onde o lucro é apenas uma consequência do sucesso do negócio.

De acordo com Fillion (1999) foi Schumpeter (1928) quem associou o empreendedorismo a inovação, onde diz que a essência do empreendedorismo está no aproveitamento de oportunidades. O empreendedor identifica uma oportunidade de negócio, um mercado que não está, ou é pouco explorado e investe seus recursos em um novo empreendimento, afim de se realizar profissionalmente ou garantir apenas seu sustento.

2.2 Empreendedorismo por Necessidade

O empreendedorismo por necessidade ocorre quando o empreendedor está desempregado, não encontra oportunidades de emprego e abrir seu próprio negócio se torna a única alternativa para manter seu sustento. Em sua maioria o empreendedor abre um negócio sem planejamento, apenas identificando uma possibilidade de negócio que pode dar certo. Segundo Dornelas (2013, p. 14):

O empreendedor por necessidade cria o próprio negócio porque não tem alternativa. Geralmente não tem acesso ao mercado de trabalho ou foi demitido. Não resta outra opção a não ser trabalhar por conta própria. Geralmente se envolve em negócios informais, desenvolvendo tarefas simples, prestando serviços e conseguindo como resultado pouco retorno financeiro. É um grande problema social para os países em desenvolvimento, pois apesar de ter iniciativa, trabalhar arduamente e buscar de todas as formas a sua subsistência e a dos seus familiares, não contribui para o desenvolvimento econômico. Na verdade, os empreendedores por necessidade são vítimas do modelo capitalista atual, pois não têm acesso a recursos, à educação e às mínimas condições para empreender de maneira estruturada. Suas iniciativas empreendedoras são simples, pouco inovadoras, geralmente não contribuem com impostos e outras taxas, e acabam por inflar as estatísticas empreendedoras de países em desenvolvimento, como o Brasil. Sua existência em grande quantidade é um problema social que, no caso brasileiro, ainda está longe de ser resolvido.

Pela falta de planejamento e inovação, grande parte dessas empresas fecham, pois, o empreendedor foca apenas em ter renda para o seu sustento e assim é ultrapassado pela concorrência.

Segundo o Global Entrepreneurship Monitor (2019) “quase 90% dos empreendedores iniciais concordam (total ou parcialmente) que a escassez de emprego constitui uma das razões para desenvolver a iniciativa empreendedora com a qual estão envolvidos”.



Diante da falta de empregos durante a pandemia muitos trabalhadores tomaram a iniciativa de abrir seu próprio negócio, assim ocorrendo o fenômeno do empreendedorismo por necessidade.

3 IMPACTO DA PANDEMIA SOB OS EMPREENDIMENTOS

Desde 26 de fevereiro de 2020 o Brasil enfrenta a pandemia do Covid-19, que atingiu todo o planeta. A pandemia afetou o país em todos os âmbitos, político, social e econômico. Diante desse cenário, grande parte dos brasileiros foram afetados com o desemprego e muitas empresas fecharam as portas.

Houve uma significativa queda da circulação de renda e conseqüentemente uma mudança no padrão de consumo. A austeridade imposta pela imprevisível pandemia traz consigo conseqüências gravíssimas para economia mundial como conseqüência marcante a recessão que só poderá ser mensurada após a extensão e magnitudes dos efeitos impostos pela crise.

Muitos brasileiros ficaram à mercê da adoção de um conjunto de medidas políticas impostas pelo Estado para conter o avanço da recessão, com perfil de extrema desigualdade social e com maior vulnerabilidade sendo como a única forma para não cair na miséria, o empreendedorismo.

Segundo a Agência de notícias do IBGE (2020) dados levantados registraram que a taxa de desemprego subiu para 13,1% em junho atingindo 12,4 milhões de pessoas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020) dados apontaram que cerca de 700 mil pessoas passaram a fazer parte do desemprego nas duas primeiras semanas de junho/2020 elevando o índice de desocupação no país, mas apesar do cenário negativo os brasileiros utilizam do jargão que: “crise gera oportunidade”. Podem ser comparados os números de microempreendedores no país por meio do Portal do Empreendedor, que registrou entre 07 de março e julho deste ano 551.153 novos microempreendedores, 16.788 a mais que no mesmo período do ano anterior 2019. Enquanto muitas empresas fecham as portas em decorrência das complicações financeiras geradas pela pandemia outras nascem da necessidade de ter uma nova fonte de renda contribuindo para o empreendedorismo por necessidade.

De acordo com o site Folha de São Paulo (2020) o IBGE informou que cerca de 522 mil



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

empresas fecharam as portas diante da pandemia. Em junho, 1,3 milhão de empresas estavam com suas atividades suspensas ou encerradas. Diante desses dados é nítido o impacto negativo que a pandemia teve sobre os negócios.

Uma pesquisa feita pelo IBGE mostra que as empresas de pequeno porte (até 49 funcionários) foram as que mais sofreram impacto negativo diante a pandemia, de 2,7 milhões de empresas 44,9% tiveram impacto negativo, já as empresas de médio e grande porte sofreram menor impacto.

Contudo, é nesse cenário de desemprego que o empreendedorismo surge. Tantos brasileiros desempregados, sem renda para manter seu sustento e sem opções, tentam abrir seu próprio negócio e ter sua renda. Sendo assim muitas pessoas abrem empresas por necessidade, mediante o desemprego e outras abrem por oportunidade, identificando as necessidades do consumidor durante a crise.

Para incentivar o empreendedorismo e amenizar o impacto negativo da pandemia do Covid-19, o estado de São Paulo dispensou a tarifa para a abertura de novas empresas durante 60 dias além da liberação de microcrédito para as empresas. Mesmo em meio à crise, a Junta Comercial apontou um crescimento na abertura de empresas, em maio eram 10.882 e em junho esse número aumentou para 15.918 (Portal do Governo, 2020).

O número de registros de MEI (Microempreendedor Individual) em março chegou a 10 milhões em todo país e cresceu 1,2% em abril. Surgiram novas necessidades dos consumidores como as vendas a distância, que são uma ótima saída para as pessoas que não podem sair de casa durante o distanciamento social (Folha de São Paulo, 2020).

De acordo com o Portal do Empreendedor (2020) no final de julho os registros de MEI chegaram a 10.518.285 tendo um aumento de 4,6% em relação a maio de 2020.

No Paraná, abriram mais de 54 mil empresas entre janeiro e maio de 2020, diz o Jornal Correio do Norte. Segundo o Jornal da Cidade, no Estado do Sergipe em julho foram abertas 421 empresas. Isso mostra que mesmo em meio a uma crise, os brasileiros estão inovando e abrindo seu próprio negócio, seja por necessidade ou oportunidade.

Com essa nova realidade da pandemia surgiram novas oportunidades de



empreendimentos como delivery de alimentos, lojas virtuais, criação de conteúdo, marketing digital, entre outros. Alguns nichos de mercado que fora da pandemia seriam considerados inimagináveis, hoje vem se tornando uma necessidade do consumidor e uma oportunidade para os empreendedores.

Diante da pandemia algumas empresas inovaram no modo de atender seus clientes, a fim de não terem que fecharem as portas e manterem sua renda. A Gazeta do Povo elencou algumas empresas que inovaram para se adequar a essa nova realidade. Por meio de um aplicativo, uma empresa passou a oferecer serviços de beleza a domicilio; com as comprar online aumentando, uma startup passou a utilizar uma câmara de desinfecção para sacolas e embalagens que chegam pelos correios ou serviços delivery; uma startup passou a oferecer uma estrutura de minimercado dentro de condomínios para aumentar a comodidade dos clientes e evitar que eles precisem sair de casa. (GAZETA DO POVO, 2020)

Os empreendedores estão explorando todas as maneiras de inovar em seus negócios para se manterem durante a crise e para continuar oferecendo seus produtos e serviços aos clientes. E novas oportunidades de negócios estão sendo identificadas pela população que necessita de uma forma de manter sua renda e decide abrir um empreendimento.

Empreender diante de uma crise não é fácil, mas para manter a sobrevivência as pessoas estão se adequando a realidade do distanciamento social e criando maneiras de fornecer produtos e serviços aos consumidores de forma que não coloquem risco à saúde. Os empreendedores precisam inovar em seus serviços para que não precisem fechar seus negócios e demitir funcionários.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é de natureza aplicada, visando a geração de conhecimento para o público e tem caráter descritivo explicativo. De acordo com Gil (1999) a pesquisa descritiva tem como objetivo caracterizar um determinado grupo ou fenômeno, já a pesquisa explicativa tem como objetivo identificar os fatores que levam determinado fenômeno a ocorrer.

Sendo assim este artigo procurou descrever as características do empreendedorismo por necessidade e por oportunidade por meio de uma pesquisa qualitativa, que analisa e explica o fenômeno em estudo.



O estudo do impacto da pandemia do Covid-19 sob as empresas foi esclarecido utilizando dados quantitativos já elaborados para mensurar o fenômeno do empreendedorismo por oportunidade e por necessidade atualmente.

Os dados foram levantados por meio de pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (1999) é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, utilizando materiais já publicados, artigos, matérias, notícias e livros. Foi utilizado o método dedutivo que segundo Gil (1999) “é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo contribuir para a compreensão do empreendedorismo por necessidade e por oportunidade e mostrar a relação da pandemia do Covid-19 com a abertura de novas empresas.

A crise causada pela pandemia teve impacto negativo sobre a economia do país, causando altas taxas de desemprego e o fechamento de empresas. Mas em meio à essa crise é possível perceber que também existem oportunidades de empreender, tanto nas empresas já existentes para que elas não fechem, como abrir novos empreendimentos.

Diante dos dados apresentados, é nítido o aumento da abertura de empresas durante a pandemia devido à necessidade dos brasileiros de manter seu sustento durante a crise. O desemprego permeia a população que vê como alternativa abrir seu próprio negócio.

Espera-se mostrar o que é cada um dos tipos de empreendedorismo e relacionar com a realidade e a motivação de cada empreendedor que decide abrir seu próprio negócio. Alguns empreendedores identificam oportunidades de negócio e inovam no mercado, já outros escolhem um segmento que está ao seu alcance e que garantirá renda para seu sustento.

Sendo assim, considera-se importante enfatizar a importância do empreendedorismo para o consumidor e para a economia, colaborando para que o país supere a crise e para que os brasileiros tenham seu sustento diante da alta taxa de desemprego.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

REFERÊNCIAS

BARROS, Alerrandre. Desemprego sobe para 13,1% e atinge 12,4 milhões na 4ª semana de junho. **Agência de notícias IBGE**, 17/07/2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28310-desemprego-sobe-para-13-1-e-atinge-12-4-milhoes-na-4-semana-de-junho>>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo na prática**. Disponível em: <http://www.josedornelas.com.br/wp-content/uploads/arquivos/empreendedorismo_na_pratica_capitulo_2.pdf> Acesso em: 03 de agosto de 2020.

GEM. Empreendedorismo no Brasil – 2019 **Relatório Executivo GEM** (Global Entrepreneurship Monitor) Disponível em: <<http://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

FILION, Louis J., 1999. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo v.34, n.2p.05-28, abril/junho 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

São Paulo. Governo de São Paulo dispensa tarifa para abertura de novas empresas. **Portal do Governo**, 24/08/2020. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/governo-de-sao-paulo-dispensa-tarifa-para-abertura-de-novas-empresas/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

Mesmo com pandemia, Paraná ganhou 54 mil novas empresas até maio. **Jornal Correio do Norte**, 2020. Disponível em: <<https://jornalcn.com.br/noticia/14224/mesmo-com-pandemia-parana-ganhou-54-mil-novas-empresas-ate-maio>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Portal do Empreendedor, 2020. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

SILVEIRA, Daniel. Número de desempregados diante da pandemia tem alta de 26% em sete semanas, diz IBGE. **G1.globo**, 17/07/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/17/desemprego-diante-da-pandemia-volta-a-ter-alta-apos-leve-queda-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

TEIXEIRA, Cristiane. Como começar a empreender durante a crise do Corona vírus. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2020/05/como-comecar-a-empreender-durante-a-crise-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

INTENÇÃO EMPREENDEDORA EM FOCO: EXPLORANDO O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E OS POSSÍVEIS RESULTADOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

Cristiano Molinari Bispo¹ – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Nome do GT: 07 – Empreendedorismo e Inovação

RESUMO

A educação financeira pode ser provida formalmente dentro das matrizes curriculares do ambiente escolar em diversos níveis, desde a educação básica até a universitária. Restringindo a discussão aos estudantes de graduação em Administração, tem-se que parte desse conteúdo pode advir das próprias universidades, mas não de forma exclusiva. O empreendedorismo, ou ainda, a intenção empreendedora que o antecede, pode, nesse sentido, pode se beneficiar desse processo de educação financeira, com vistas à obtenção de uma capacitação financeira que possa, finalmente, moldar um comportamento financeiro adequado a esse expediente. Tendo isso em mente, objetiva-se, neste ensaio teórico, explorar como o processo de educação financeira promovida por um Curso de Administração pode contribuir para o adequado incentivo ao empreendedorismo, aventando-se possíveis benefícios a serem sentidos decorrentes desse processo. Como resultado desse esforço teórico e a partir da abordagem das configurações, esse ensaio permitiu que se reconhecesse uma espécie de ciclo autorreforçador entre a educação financeira, a capacitação financeira e o comportamento financeiro, do qual se possa emergir uma situação estável que favoreça proficuamente a intenção empreendedora e, conseqüentemente, o comportamento empreendedor, com vistas a obter, finalmente, a desejável sustentabilidade nos negócios. Assim, especula-se que esse reconhecimento, se devidamente implementado nas ações de ensino, pesquisa e extensão do Curso, pode favorecer esse processo de a incentivar o empreendedorismo de forma responsável.

Palavras-chave: Educação financeira. Intenção empreendedora. Bacharelado de Administração.

RESUMEN

La educación financiera puede abordarse formalmente dentro de las matrices curriculares del ámbito escolar en diferentes niveles, desde la educación básica hasta la universitaria. Restringiendo la discusión a los estudiantes de bachillerato en Administración de Empresas, es claro que parte de este contenido puede provenir de las propias universidades, pero no exclusivamente. El emprendimiento, o la intención emprendedora que le precede, puede, en este sentido, beneficiarse de este proceso de educación financiera, con miras a obtener una capacitación financiera que finalmente pueda configurar un comportamiento financiero adecuado a este expediente. Teniendo esto en cuenta, el objetivo de este ensayo teórico es explorar cómo el proceso de educación financiera promovido por un Curso de Administración de Empresas puede contribuir al adecuado incentivo al emprendimiento, sugiriendo posibles beneficios a sentir derivados de este proceso. Fruto de este esfuerzo teórico y desde el enfoque de las configuraciones, este ensayo permitió reconocer una especie de ciclo autorreforzante entre la educación financiera, la capacitación financiera y el comportamiento financiero, del cual se puede surgir una situación estable que favorezca favorablemente la intención emprendedora. y, en consecuencia, el comportamiento empresarial, con el fin de obtener finalmente la sostenibilidad deseable en los negocios. Así, se especula que este reconocimiento, si se implementa adecuadamente en las acciones de docencia, investigación y extensión del Curso, puede favorecer este proceso de fomento del emprendimiento de forma responsable.

Palabras clave: Educación financiera. Intención emprendedora. Bachillerato en Administración.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

¹ – Doutor em Administração – *e-mail*: cristiano.bispo@unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação financeira pode ser provida formalmente dentro das matrizes curriculares do ambiente escolar em diversos níveis, desde a educação básica até a universitária. Restringindo a discussão, apenas por uma questão de viabilidade operacional do presente estudo, aos adultos, especialmente os estudantes de graduação em Administração, tem-se que parte desse conteúdo pode advir das próprias universidades, mas não de forma exclusiva.

Há de se reconhecer outras possibilidades para a obtenção desse tipo de conhecimento, e o meio digital, como não poderia ser diferente, tem exercido um papel importante nesse sentido. A facilidade de acesso a qualquer momento pode ter contribuído para que se desenvolvesse nos mais diversos públicos a curiosidade sobre esse tipo de conteúdo, por vezes de forma assertiva, por vezes de forma exacerbadamente fragmentada. Diante disso, não se pode negar a possibilidade da geração de “falsos especialistas” ou, o que pode ser também nefasto, de pessoas que verdadeiramente creem que dominam parte dessa área do conhecimento, fazendo-os eventualmente tomar decisões inadvertidas.

De qualquer modo, advogar a favor do cerceamento do acesso ao conhecimento com o uso desse argumento não parece ser um expediente justo e profícuo. Uma saída mais lúcida certamente deve envidar esforços no aprimoramento dessa base de conhecimentos, de forma que o produto desse processo de educação eleve o indivíduo a um patamar que o permita, por um lado, realizar movimentos financeiros a ele interessantes e, por outro, fazê-lo com a devida ciência de suas limitações.

A busca por esse equilíbrio entre a educação financeira e a conscientização sobre seus limites pode exercer um relevante papel no desenvolvimento de um comportamento financeiro que estabeleça o indivíduo em uma posição que o permita estudar suas possibilidades diante da devida percepção dos riscos associados. O resultado desse confronto pode ser a própria percepção de que a possibilidade sob análise esteja além dos limites de seu domínio, fazendo-o não necessariamente a abandonar, mas a buscar suporte para aprimorar seu conhecimento da oportunidade.

Essa concepção dá margem para a construção de um ciclo possivelmente virtuoso em que a decisão é tomada a partir do reconhecimento de que o volume de informações obtidas seja suficiente para justificá-la. Ainda assim se trata de correr riscos, mas os conhecendo



suficientemente para que nenhum resultado obtido esteja fora do hall de possibilidades aventadas. A frustração pode ainda ocorrer, com a diferença da possibilidade ter sido levada em consideração.

O empreendedorismo, ou ainda, a intenção empreendedora que o antecede, pode, nesse sentido, pode se beneficiar desse processo de educação financeira, com vistas à obtenção de uma capacitação financeira que possa, finalmente, moldar um comportamento financeiro adequado a esse expediente.

No âmbito financeiro, esse trinômio ‘educação-capacitação-comportamento’ pode exercer um papel relevante na relação com o empreendedorismo, desde a intenção empreendedora até a sustentabilidade dos negócios.

É importante esclarecer que a ideia ora tratada não é a de enaltecer a área financeira em detrimento de quaisquer outras áreas, especialmente da Administração. O que se argumenta é que é importante reconhecer que qualquer movimento administrativo, seja no âmbito da gestão de pessoas, do marketing, da produção etc. provoca alterações financeiras a serem consideradas, e não somente nessa direção. Sobretudo, não se pode perder de vista a concepção de retorno sobre investimento, tanto financeiro quanto de energia envidada. Além disso, deve-se notar que a universidade pode não prover, em sua matriz curricular, todo o conteúdo necessário sobre educação financeira, mas pode suscitar no aluno a curiosidade e a percepção de necessidade por conhecimentos adicionais que podem ser buscados em outras fontes.

Tendo isso em mente, objetiva-se, neste ensaio teórico, explorar como o processo de educação financeira promovida por um Curso de Administração pode contribuir para o adequado incentivo ao empreendedorismo, aventando-se possíveis benefícios a serem sentidos decorrentes desse processo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os termos *financial education*, *financial literacy* e *financial behavior* são comumente encontrados na literatura internacional, podendo ser traduzidos, respectivamente, como educação financeira, capacitação financeira e comportamento financeiro, os quais são, segundo Soares (2017), eventualmente tratados como sinônimos. Contudo, o mesmo reconhece que a capacitação financeira (ou alfabetização financeira) é tomada pela maioria dos autores como o resultado de se estar financeiramente educado,



ancorando-se, para isso, em Dolvin e Templeton (2006), Edminston e Gillet-Fishcer (2006), Willis (2008) e Sohn et al. (2012).

Assim sendo, a educação financeira pode ser concebida como conceitos financeiros utilizados com o propósito explícito de desenvolver conhecimento bem como habilidades, confiança e motivação para utilizá-lo (WILLIS, 2008). Assim sendo, percebe-se um exercício de ensino/aprendizagem no conceito de educação financeira. A capacitação financeira, por seu turno, envolve conhecimento sobre questões referentes à gestão de recursos financeiros e ativos, bem como investimentos, crédito, seguro e taxas (HOGARTH, 2002). Desta forma, tem-se que a capacitação financeira pode ser compreendida, conforme já preliminarmente exposto conforme Soares (2017), como o resultado do processo de educação financeira. Finalmente, o comportamento financeiro é relacionado à administração das finanças pessoais, abrangendo atividades de planejamento, gerenciamento e controle de recursos financeiros (HERAWATI et al., 2018). Esse conceito revela, portanto, uma postura prática do indivíduo diante dos conceitos anteriores.

A capacitação financeira pode exercer influência sobre a intenção empreendedora (*entrepreneurial intention*), o que mostra que esse tipo de conhecimento é um aspecto importante para a construção/condução de novos negócios (ALDI et al., 2019; XIANG, WORTHINGTON, 2015). Além disso, deve-se reconhecer que o próprio acesso aos recursos financeiros é um item de preocupação e dificuldade (GENTRY; HUBBARD, 2004), fazendo-se notar que a restrição financeira certamente é uma das maiores barreiras ao empreendedorismo (ENGELSCHION, 2014).

Seguindo essa linha de pensamento, a capacitação financeira tem sido estudada não somente em relação à intenção empreendedora, mas também sobre o desempenho dos negócios, conforme pode ser observado em Usama e Yusoff (2018), os quais verificaram uma relação significativa de diferentes dimensões da capacitação financeira sobre o desempenho. Eniola e Entebang (2016), alinhados com essa assunção, generalizam essa conclusão ao afirmarem que a capacitação financeira é globalmente reconhecida como um significativo fator de estabilidade econômica e financeira no desenvolvimento de pequenas e médias empresas, especialmente no que se refere a desempenho. Guliman (2020)



desenvolve esse raciocínio ao elaborar que a sofisticação financeira do empreendedor aumenta o efeito da estratégia de negócios sobre indicadores de sustentabilidade.

Especificamente, a intenção empreendedora é construída, conforme Shapero (1982), sob o domínio do conhecimento empreendedor (*entrepreneurial knowledge*) envolvendo três dimensões: desejo percebido (*perceived desirability*), viabilidade percebida (*perceived feasibility*) e propensão a agir (*tendency to act*). Shapero (1982) explica que a propensão a agir é importante porque as duas outras dimensões podem não ser suficientes para moldar a intenção. Summers (1998) ajuda a explicar essa importância, argumentando que a propensão a agir se relaciona fortemente com a habilidade do indivíduo de controlar e manipular o seu ambiente.

Nesse ínterim, Krueger Jr. e Brazeal (1994, 2018) trazem à luz a importância do modelo de “evento empreendedor” de Shapero (*Shapero's Entrepreneurial Event*), lembrando que a tendência de manutenção de um dado comportamento é mantida até que um deslocamento ou interrupção (evento) ocorra. Essa interrupção, conforme Katz (1992), pode antecipar alterações de comportamento levando o tomador de decisão a buscar a melhor oportunidade disponível. Pode-se aventar, portanto, que, ao menos preliminarmente, a universidade possa exercer esse papel disruptivo de modo a fomentar e responsabilmente conduzir os estudantes à atividade empreendedora, auxiliando-os a enxergar ou criar oportunidades sem nunca deixar de lado a observação dos riscos associados.

3 A TEORIA DAS CONFIGURAÇÕES E O CICLO AUTORREFORÇADOR 1

O conceito de equifinalidade talvez possa ser o mais importante para iniciar a exposição da abordagem das configurações, o qual pressupõe que há mais de uma maneira de se prosperar. Entretanto, a abordagem das configurações advoga que estas possibilidades não são infinitas, havendo poucos padrões viáveis que podem ser seguidos pelas empresas para a consecução de seus objetivos¹. Um exemplo de equifinalidade pode ser observado no estudo de Bensaou e Venkatraman (1995), que observaram que há múltiplas maneiras de se equilibrar as

¹ Ver prefácio escrito por Donald C. Hambrick para a edição de 2003 do clássico livro de Miles e Snow (1978) *Organizational strategy, structure, and process*.



necessidades e as capacidades por processamento de informação. Especificamente, o estudo desses autores concluiu que a redução das necessidades de processamento de informação (por meio da redução das fontes de incerteza) é tão efetivo quanto aumentar as capacidades por meio de aplicações avançadas de tecnologias de informação.

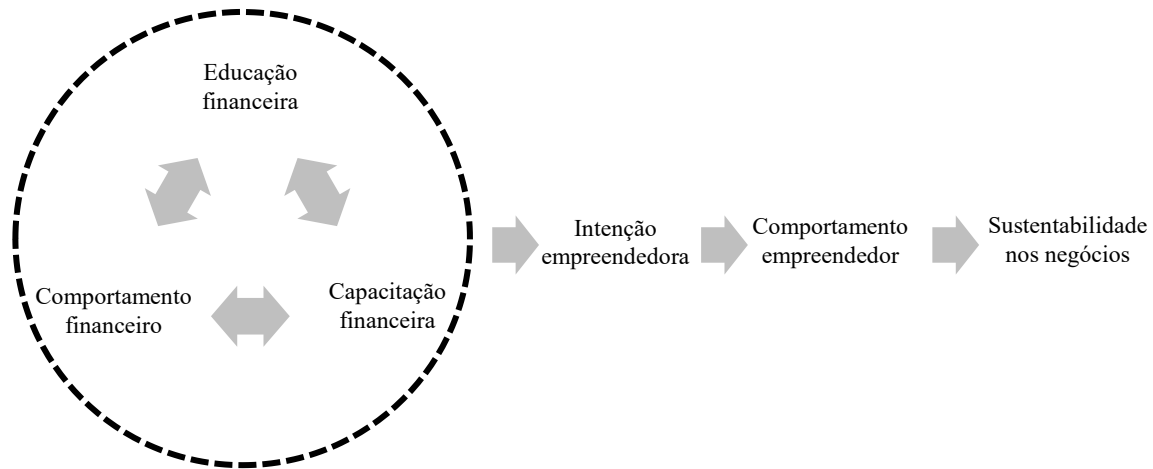
Voltando aos conceitos iniciais dessa discussão, ratifica-se que, quanto à definição dos construtos, aborda-se a educação financeira como o conjunto de conceitos financeiros utilizados com o propósito explícito de desenvolver conhecimento bem como habilidades, confiança e motivação para utilizá-lo (WILLIS, 2008). Por seu turno, a intenção empreendedora é abordada, conforme Shapero (1982), sob o domínio do conhecimento empreendedor envolvendo três dimensões: desejo percebido, viabilidade percebida e propensão a agir.

Assim, a ideia de estabelecer um possível encadeamento lógico entre os elementos presentes nesta discussão vislumbra ampliar a visão do tema central sobre a educação financeira e a intenção empreendedora. Com um propósito inicialmente teórico, pretende-se desenvolver uma discussão sobre itens antecedentes e consequentes que possam ser posteriormente analisados tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Para essa discussão, elege-se as seguintes variáveis: educação financeira (*financial education*), capacitação financeira (*financial literacy*), comportamento financeiro (*financial behavior*), intenção empreendedora (*entrepreneurial intention*), comportamento empreendedor (*entrepreneurial behavior*) e sustentabilidade dos negócios (*business sustainability*).

Neste estudo, reconhece-se, portanto, uma espécie de ciclo autorreforçador entre a educação financeira, a capacitação financeira e o comportamento financeiro, do qual se possa emergir uma situação estável que favoreça proficuamente a intenção empreendedora e, conseqüentemente, o comportamento empreendedor, com vistas a obter, finalmente, a desejável sustentabilidade nos negócios, conforme ilustra a Figura 1.



Figura 1 – Ciclo autorreforçador entre educação, capacitação e comportamento financeiros



Fonte: o próprio autor.

Assim como em Bispo (2013)², nota-se que a indicação é de que os três elementos (educação, capacitação e comportamento) se influenciam mutuamente, conforme sugere a abordagem das configurações, em que se busca padrões diante de um conjunto de variáveis interdependentes. Observa-se, entretanto, que a expressão deste ciclo autorreforçador consolida-se sobre a interação de seus elementos, não estabelecendo, portanto, causalidade entre os mesmos.

Tem-se, assim, que o ciclo autorreforçador delineado teria o potencial de despertar, no indivíduo, a intenção empreendedora, mas de forma equilibrada conforme a interação das variáveis sugere (educação, capacitação e comportamento financeiros). Nesse contexto, a universidade, especificamente no contexto do Curso de Administração, tem a oportunidade de conscientemente se valer desta possível profícua interação entre esses três elementos de forma que os estudantes, ao manifestarem sua possível intenção empreendedora, a realizem de forma adequada, contrapondo os possíveis retornos aos riscos associados.

Percebe-se, portanto, a importância de se estudar o comportamento do indivíduo no âmbito da atividade empreendedora, o que faz surgir o conceito de comportamento empreendedor (*entrepreneurial behavior*). De acordo com Middleton (2010), de um ponto

² Apenas a título ilustrativo, no exemplo obtido em Bispo (2013), a concepção desse ciclo autorreforçador se estabeleceu sobre as variáveis dinamismo, capacitação e a colaboração em um estudo que explorou os conceitos de capacidades dinâmicas e cooperação a partir do princípio metodológico da abordagem das configurações.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de vista focado na ação, o comportamento empreendedor pode ser conceituado como o comportamento de indivíduos comprometidos em um processo de criação de novos negócios, o qual inclui unidades de ações que podem ser observadas por outros. Assim, sendo, o processo de criação de novos negócios envolve uma combinação de ações como: identificar uma oportunidade, garantir fundos, desenvolver tecnologia e determinar uma forma legal para o empreendimento, entre outras coisas (BARON, 2002). De forma mais geral, Middleton (2010), ancorando-se em Aldrich e Martinez (2001), Chell, (1985) e Mazzarol et al. (1999), parte da premissa de que o comportamento empreendedor envolve ações individuais que se desenvolvem por meio da interação do empreendedor com o seu ambiente, sendo que esse último inclui não somente os componentes estruturais e a infraestrutura, mas também componentes sociais, como, por exemplo, recursos humanos e redes sociais.

Desta forma, pode-se sumarizar, de acordo com Kong, Zhao e Tsai (2020), o comportamento empreendedor como o processo no qual empreendedores colocam sua visão empreendedora em prática. É também o processo no qual empreendedores transformam e criam mais riqueza e valor para alcançar seus objetivos empreendedores de uma certa maneira utilizando informação, recursos, oportunidades ou tecnologias que possuam. Sendo assim, a intenção empreendedora é a premissa do comportamento empreendedor, fazendo com que pessoas com alta intenção empreendedora sejam mais propensas a iniciarem novos negócios do que as demais.

Finalmente, vencida a etapa da decisão de empreender, emerge-se naturalmente a preocupação com a sustentabilidade nos negócios (*business sustainability*), que de acordo com Bansal e DesJardine (2014), pode ser definida como a habilidade das empresas responderem às suas necessidades financeiras de curto prazo sem comprometer a sua habilidade de atender às suas necessidades futuras. De acordo com a própria definição de sustentabilidade da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Bansal e DesJardine (2014) afirmam que o tempo é o elemento central para a noção de



sustentabilidade (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – WCED, 1987³).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das críticas que o processo de capacitação financeira (*financial literacy*) pode receber é preciso construir um argumento que seja a favor do conhecimento, pois privar a sociedade desse ativo indispensável ao ser humano não parece ser uma solução para a resolução de quaisquer problemas. Admite-se que um conhecimento superficialmente construído, e sem a definição de seus limites, pode inadvertidamente induzir alguém a movimentos financeiros que a ele sejam inapropriados. Advoga-se, portanto, a favor de uma capacitação financeira consciente, na qual se reconheça os limites de sua própria capacitação. Este reconhecimento pode suscitar, conseqüentemente, a procura por aconselhamento quando oportuno, mas sem retirar do indivíduo a responsabilidade por desenvolver uma capacidade mínima que lhe permita julgar o aconselhamento obtido.

Tendo isso em perspectiva, esta reflexão permitiu explorar os possíveis benefícios da interação entre a educação, a capacitação e o comportamento financeiros. O interesse em desenvolver novos negócios ou, como conceituado ao longo do texto, a intenção empreendedora pode, portanto, se valer dessa interação, emergindo de forma mais lúcida, especialmente no contexto de estudantes do Curso de Administração. Esse reconhecimento, se devidamente implementado nas ações de ensino, pesquisa e extensão do Curso, pode favorecer esse processo de fazer surgir responsavelmente nos estudantes a intenção empreendedora, preocupando-se que o comportamento empreendedor dos mesmos tenha vistas à sustentabilidade.

Para finalizar, faz-se um breve esforço de posicionar a questão financeira no âmbito acadêmico e gerencial por meio de um exemplo hipotético, de modo que não emerja inadvertidamente a percepção de que se estaria colocando uma área acima de quaisquer outras. Para isso, sugere-se que é preciso reconhecer que o produto ou serviço que é ofertado, o resultado dos esforços das pessoas envolvidas e os processos utilizados precisam fazer sentido do ponto de vista financeiro. Do ponto de vista funcional, tem-se um raciocínio equivalente,

³ De acordo com a WCED, a sustentabilidade é definida como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

pois os esforços da gestão de pessoas, do marketing e da produção, além de outras áreas que se possa utilizar, precisam convergir para satisfazer os objetivos financeiros.

A área financeira é abstrata por natureza, pois não produz, vende ou maneja nada. Pode-se dizer que o núcleo de qualquer organização se resume na produção e vendas (indústria), ou compras e vendas (comércio) ou formatação e prestação (serviço). As pessoas tornam possível a consecução e/ou gestão dos processos. Os recursos financeiros viabilizam essas atividades. Portanto, a área financeira funciona como uma argamassa no processo de construção dos processos organizacionais, seja para viabilizá-los, seja para controlá-los, exigindo, para isso, que se estabeleça uma espécie de simbiose que assegure a consecução sustentável dos resultados financeiros. Assim sendo, a área financeira funciona como um filtro que confronta os esforços a serem envidados com os resultados objetivados.

Para ilustrar especificamente essa questão, pode-se utilizar um exemplo de uma campanha de publicidade, no qual se percebe um problema intrínseco, o de nunca se saber de antemão se os esforços valerão à pena. Por outro lado, um argumento apaziguador dessa inquietude é a possibilidade de se conhecer o tamanho do desafio, e isso a área financeira pode prover. Utilizando o exemplo da campanha de publicidade, pode-se analisar o que deveria ocorrer em termos de faturamento, seja em unidades monetárias ou em quantidade de produtos, o que se deveria esperar minimamente e adicionalmente para que os recursos também adicionais a serem empregados se justifiquem. Nesse ínterim, deve-se lembrar que em muitas ocasiões os efeitos a serem sentidos devem ser analisados em uma perspectiva não somente imediata, pois os resultados decorrentes podem ser sentidos no longo prazo.

Sumariza-se, portanto, a ideia de que a educação, a capacitação e o comportamento formam um invólucro financeiro pertinente para que a intenção empreendedora se manifeste responsabilmente, moldando o comportamento empreendedor e, finalmente, almejando a sustentabilidade. Sugere-se, enfim, que esse encadeamento, preliminarmente apresentado e explorado nesse ensaio teórico, possa servir de inspiração para que estudos subsequentes, sejam puramente teóricos ou teórico-empíricos sejam conduzidos, de forma a refinar e avançar na tão importante discussão que permeia a educação financeira e a intenção empreendedora, considerando elementos adjacentes.

REFERÊNCIAS



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ALDI, B. E. et al. The influence of financial literacy on entrepreneurial intention. **Advances in Economics, Business and Management Research (AEBMR)**, v. 92, p. 700-703, 2019.

ALDRICH, H. E.; MARTINEZ, M. E. Many are called but few are chosen: an evolutionary perspective for the study of entrepreneurship. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 25, p. 41-56, 2001.

BANSAL, P.; DESJARDINE, M. R. Business sustainability: It is about time. **Strategic Organization**, v. 12, n. 1, p. 70-78, 2014.

BENSAOU, M.; VENKATRAMAN, N. Configurations of inter-organizational relationships: A comparison between U.S. and Japanese automakers. **Management Science**, v. 41, p. 1471-1492, 1995.

BISPO, C. M. **Estratégia e capacidades dinâmicas perante o exercício da coopetição: uma abordagem configuracional**. [Tese de Doutorado.] Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013.

CHELL, E. The Entrepreneurial Personality: A Few Ghosts Laid to Rest? **International Small Business Journal**, 3, p. 43-54, 1985.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. **Financial Services Review**, v. 15, p. 133-149, 2006.

EDMINSTON, K. D.; GILLET-FISHER, M. C. Financial education at the workplace: Evidence from a survey of Federal Reserve Bank employees. **Federal Reserve Bank of Kansas City Community Affairs Working Paper**, fev. 2006.

ENGELSCHIØN, A. **Does increased access to finance enhance entrepreneurial activity among students?** How perceived access to finance affects entrepreneurial intentions. Theses. Norway: University of Stavanger, 2014.

ENIOLA, A. A.; ENTEBANG, H. Financial literacy and SME firm performance. **International Journal of Research Studies in Management**, v. 5., n. 1, p. 31-43, 2016.

GENTRY, W. M.; HUBBARD, R. G. Entrepreneurship and household saving. **Advances in economic analysis & policy**, v. 4, n. 1, 2004.

GULIMAN, S. O. The Role of Entrepreneur's Financial Sophistication on the Nexus of Business Strategy and Sustainability Indicators of Philippine Microenterprises. **Asia-Pacific Social Science Review**, v. 20, n. 3, p. 120-129, 2020.

HERAWATI, N. T. et al. Factors that influence financial behavior among accounting students in Bali. **International Journal of Business Administration**, v. 9, n. 3, p. 30-38, 2018.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

HOGARTH, J. M. Financial literacy and family and consumer sciences. **Journal of Family & Consumer Sciences**, v. 94, n. 1, p. 14-28, 2002.

KATZ, J. A. A psychosocial cognitive model of employment status choice. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 170, p. 29-37, 1992.

KONG, F.; ZHAO, L; TSAI, C-H. The relationship between entrepreneurial intention and action: the effects of fear of failure and role model. **Frontiers in Psychology**, v. 11, 2020.

KRUEGER JR, N. F.; BRAZEAL, D. V. Entrepreneurial potential and potential entrepreneurs. **Entrepreneurship theory and practice**, v. 18, 91-104, 1994.

KRUEGER JR, N. F.; BRAZEAL, D. V. Potencial empreendedor e empreendedores em potencial. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 7, n. 2., p. 201-226, 2018.

MAZZAROL, T. et al., VOLERY, T., DOSS, N. & THEIN, V. Factors influencing small business startups: a comparison with previous research. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 5, p. 48-63, 1999.

MIDDLETON, K. L. W. **Developing entrepreneurial behavior facilitating nascent entrepreneurship at the university**. [Tese de doutorado]. Gothenburg, Sweden: Chalmers University of Technology, 2010.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. **Organizational strategy, structure, and process**. New York: McGraw-Hill, 1978.

SHAPERO, A. Social dimensions of entrepreneurship. In: KENT, C.; SEXTON, D; VESPER, K. (Eds.), **The encyclopedia of entrepreneurship**. Englewood Cliffs, NY: Prentice Hall, P. 72-90, 1982.

SOARES, F. P. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOHN, Sang-Hee; JOO, So-Hyun; GRABLE, John E.; LEE, Seonglim; KIM, Minjeung. Adolescents' financial literacy: The role of financial socialization agents, financial experiences, and money attitudes in shaping financial literacy among South Korean youth, **Journal of Adolescence**, v. 35, p. 969–980, 2012.

SUMMERS, D. F. **An empirical investigation of personal and situational factors that relate to the formation of entrepreneurial intention**. [Doctoral dissertation]. University of North Texas, 1998.

USAMA, K. M.; YUSOFF, W. F. W. The relationship between entrepreneurs' financial literacy and business performance among entrepreneurs of Bauchi State Nigeria.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

International Journal of Entrepreneurship and Business Innovation, v. 1, n. 1, p. 15-26, 2018.

WILLIS, L. E. Against Financial Literacy Education. **Iowa Law Review**, v. 94, p. 197–285, 2008.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). **Our Common Future**. New York: Oxford University Press, 1987,

XIANG, D.; WORTHINGTON, A. Finance-seeking behaviors and outcomes for small and medium sized enterprises. **International Journal of Managerial Finance**, v. 11, n. 4, p. 513-530, 2015.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

INVESTIGANDO DISTINÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO FINANCEIRA DE ESDUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO: UMA ANÁLISE ENVOLVENDO EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E COMPORTAMENTO

Cristiano Molinari Bispo¹ – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Nome do GT: 07 – Empreendedorismo e Inovação

RESUMO

A educação financeira pode ser provida formalmente dentro das matrizes curriculares do ambiente escolar em diversos níveis, desde a educação básica até a universitária. Restringindo a discussão aos adultos, especialmente os estudantes de graduação em Administração, tem-se que parte desse conteúdo pode advir das próprias universidades, mas não de forma exclusiva. Desta forma, pressupõe-se que o curso de bacharelado em Administração ofereça aos estudantes, dentre outras questões, direta ou indiretamente, educação financeira. Assim sendo, o objetivo do presente estudo é analisar se um conjunto de variáveis sobre a amostra consegue distinguir a percepção financeira de estudantes de Administração sobre educação, capacitação e comportamento. Com um enquadramento quantitativo, o processo de coleta de dados se apoia questionários aplicados a estudantes matriculados em todas as séries do curso construídos a partir de uma escala de diferencial semântico. A parte do questionário concernente à educação financeira trabalha no reconhecimento de atividades do curso que abordam o assunto, analisando-se a importância e a efetividade das mesmas. Em seguida, passa-se para a capacitação financeira, de modo a averiguar como o conteúdo está sendo absorvido pelo estudante. Finalmente, o questionário trata do comportamento financeiro, analisando processos de planejamento, gerenciamento e controle além de abordar influência sobre familiares, colegas de trabalho e amigos. Os resultados mostraram que a série é mais importante que a idade e a formação superior para diagnosticar diferenças de desempenho. Entretanto, a formação superior e, principalmente, a idade, foram mais eficazes para explicar diferenças quanto à influência à família, a colegas de trabalho e a amigos.

Palavras-chave: Educação financeira. Capacitação financeira. Comportamento financeiro.

RESUMEN

La educación financiera puede impartirse formalmente dentro de las matrices curriculares del ámbito escolar en diferentes niveles, desde la educación básica hasta la universitaria. Restringiendo la discusión a los adultos, especialmente a los estudiantes de bachillerato en Administración, se puede observar que parte de este contenido puede provenir de las propias universidades, pero no exclusivamente. De esta forma, se supone que el curso ofrece a los estudiantes, entre otras cuestiones, directa o indirectamente, educación financiera. Por tanto, el objetivo del presente estudio es analizar si un conjunto de variables de la muestra es capaz de distinguir la percepción financiera de los estudiantes de Administración sobre la educación, la formación y el comportamiento. Con un marco cuantitativo, el proceso de recolección de datos se apoya en cuestionarios aplicados a los estudiantes matriculados en todos los grados del curso, construidos a partir de una escala de diferencial semántico. La parte del cuestionario relativa a la educación financiera trabaja sobre el reconocimiento de las actividades del curso que abordan el tema, analizando su importancia y eficacia. A continuación, pasamos a la capacitación financiera, para conocer cómo está siendo absorbido el contenido por parte del alumno. Finalmente, el cuestionario trata sobre el comportamiento financiero, analizando los procesos de planificación, gestión y control, además de abordar la influencia en la familia, compañeros de trabajo y amigos. Los resultados mostraron que el grado es más importante que la edad y la educación superior para diagnosticar las diferencias de desempeño. Sin embargo, la educación



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

superior y, principalmente, la edad, fueron más efectivos para explicar las diferencias de influencia sobre la familia, los compañeros de trabajo y los amigos.

Palabras clave: Educación financiera. Capacitación financiera. Comportamiento financiero.

¹ – Doutor em Administração – e-mail: cristiano.bispo@unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A busca pelo equilíbrio entre a educação financeira e a conscientização sobre seus limites pode exercer um relevante papel no desenvolvimento de um comportamento financeiro que estabeleça o indivíduo em uma posição que o permita estudar suas possibilidades diante da devida percepção dos riscos associados. Para dar suporte a essa necessidade, a educação financeira pode ser provida formalmente dentro das matrizes curriculares do ambiente escolar em diversos níveis, desde a educação básica até a universitária. Restringindo a discussão aos adultos, especialmente os estudantes de graduação em Administração, tem-se que parte desse conteúdo pode advir das próprias universidades, mas não de forma exclusiva.

Desta forma, pressupõe-se que o curso de bacharelado em Administração ofereça aos estudantes, dentre outras questões, direta ou indiretamente, educação financeira (*financial education*). Assim sendo, a investigação desse aspecto é o ponto inicial da pesquisa, que busca compreender, a partir das atividades abordadas em cada série do curso, como esse conteúdo é abordado. A consequência esperada do processo de educação financeira, portanto, é o de fazer com que os estudantes consigam obter a denominada capacitação financeira, denominada na literatura internacional como *financial literacy*. Por sua vez, aventa-se que a capacitação financeira (alcançada ou percebida) possa moldar de alguma forma o comportamento financeiro (*financial behavior*) do estudante, com impactos a serem sentidos individualmente e nos demais membros de sua família.

Tendo em vista o contexto exposto, delimita-se para a presente proposta de pesquisa o seguinte problema: qual é o potencial de distinção de determinadas características dos alunos de Administração quanto à sua própria percepção sobre educação financeira, capacitação financeira e comportamento financeiro? Assim sendo, o objetivo do presente estudo é analisar se um conjunto de variáveis sobre a amostra consegue distinguir a percepção financeira de estudantes de Administração sobre educação, capacitação e comportamento.

Tendo esse objetivo geral em vista, desdobra-se os seguintes objetivos específicos:

- Verificar a percepção dos estudantes sobre a educação financeira relacionada ao Curso de Bacharelado em Administração;
- Verificar a percepção dos mesmos quanto à capacitação financeira desenvolvida ao longo do curso;



- Verificar a percepção dos mesmos em relação ao comportamento financeiro percebido;
- Analisar diferenças quanto a essas percepções a partir da série do curso, idade, formação superior, sexo, cidade de residência, renda e proveniência de escola pública ou privada.
- Discutir os resultados encontrados em função do papel do curso em relação ao desenvolvimento financeiro dos estudantes.

O curso de bacharelado em Administração, nesse contexto, parece prover um ambiente propício a essa investigação, uma vez que suas próprias atividades curriculares, essencialmente por meio das próprias disciplinas implementadas na matriz curricular, possibilitam e até mesmo exigem reflexão sobre o assunto, seja direta ou indiretamente. Torna-se relevante, portanto, explorar de que forma a educação financeira promovida por um curso de bacharelado em Administração consegue atingir o nível individual de modo a moldar o comportamento financeiro do estudante, o que pode contribuir para a falta de consenso sobre o assunto na literatura especializada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Hofmann (2013) concebe a educação financeira como um meio capaz de adicionar utilidade e pertinência no cotidiano dos estudantes, estabelecendo interações, por exemplo, entre matemática e economia, o que pode contribuir para a formação de estudantes mais preparados para tomar parte em atividades recorrentes em seu dia a dia, envolvendo temas como consumo, poupança, investimento e previdência. Entretanto, acrescenta que o esforço de promoção do letramento financeiro exige cuidados em sua implementação como a identificação e orientação onto e epistemologicamente mais conveniente às especificidades culturais, econômicas e sociais dos estudantes.

Entretanto, o debate da educação financeira pode também ser analisado a partir de uma perspectiva mais ampla. Nesse sentido, Soares (2017) realizou uma discussão desse assunto por meio de três posturas incorporadas pelas pessoas: postura ativa, daqueles que buscam interação com o mercado financeiro para encontrar oportunidades de melhorar patrimônio e consumo; postura defensiva, daqueles que percebem no sistema financeiro a chance de complementar o que se ganha para sustentar seu padrão de vida; postura dos excluídos, que pouca ou nenhuma



interação estabelecem com o mundo financeiro diante do cenário de desigualdade e exclusão financeira.

Assim sendo, os termos *financial education*, *financial literacy* e *financial behavior* são comumente encontrados na literatura internacional, podendo ser traduzidos, respectivamente, como educação financeira, capacitação financeira e comportamento financeiro, os quais são, segundo Soares (2017), eventualmente tratados como sinônimos. Contudo, o mesmo reconhece que a capacitação financeira (ou alfabetização financeira) é tomada pela maioria dos autores como o resultado de se estar financeiramente educado, ancorando-se, para isso, em Dolvin e Templeton (2006), Edminston e Gillet-Fishcer (2006), Willis (2008) e Sohn et al. (2012).

Assim sendo, a educação financeira pode ser concebida como conceitos financeiros utilizados com o propósito explícito de desenvolver conhecimento bem como habilidades, confiança e motivação para utilizá-lo (WILLIS, 2008). Assim sendo, percebe-se um exercício de ensino/aprendizagem no conceito de educação financeira. A capacitação financeira, por seu turno, envolve conhecimento sobre questões referentes à gestão de recursos financeiros e ativos, bem como investimentos, crédito, seguro e taxas (HOGARTH, 2002). Desta forma, tem-se que a capacitação financeira pode ser compreendida, conforme já preliminarmente exposto conforme Soares (2017), como o resultado do processo de educação financeira. Finalmente, o comportamento financeiro é relacionado à administração das finanças pessoais, abrangendo atividades de planejamento, gerenciamento e controle de recursos financeiros, conforme sugerem Herawati et al. (2018). Esse conceito revela, portanto, uma postura prática do indivíduo diante dos conceitos anteriores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se que a presente pesquisa se apresenta a partir do trinômio educação financeira – capacitação financeira – comportamento financeiro. A educação financeira se refere a conceitos financeiros utilizados com o propósito explícito de desenvolver conhecimento bem como habilidades, confiança e motivação para utilizá-lo (WILLIS, 2008). A capacitação financeira, por seu turno, envolve conhecimento sobre questões referentes à gestão de recursos financeiros e ativos, bem como investimentos, crédito, seguro e taxas (HOGARTH, 2002).



Finalmente, o comportamento financeiro é relacionado à administração das finanças pessoais, abrangendo planejamento, gerenciamento e controle de recursos financeiros (HERAWATI et al., 2018). As definições constitutivas (DC) e as definições operacionais (DO) são devidamente apresentadas no Quadro 1.

No que tange ao delineamento da pesquisa, quanto ao seu nível, o estudo pode ser definido como predominantemente descritivo, desenvolvendo-se por meio de uma abordagem quantitativa. Quanto ao objeto de investigação, a pesquisa se restringe aos estudantes do curso de bacharelado em Administração do campus de Campo Mourão da Unespar. Assim, a partir dos alunos matriculados na Secretaria Acadêmica da referida instituição de ensino, foram abordados estudantes de todas as séries do curso.

Quadro 1 - Definição Constitutiva e Definição Operacional dos construtos

Construto	Definição Constitutiva	Definição Operacional
Educação financeira	Conceitos financeiros utilizados com o propósito explícito de desenvolver conhecimento bem como habilidades, confiança e motivação para utilizá-lo (WILLIS, 2008).	Reconhecimento de atividades do curso que abordam o assunto, direta ou indiretamente, analisando-se, do ponto de vista dos estudantes, a importância e a efetividade das mesmas.
Capacitação financeira	Conhecimento sobre questões referentes à gestão de recursos financeiros e ativos, bem como investimentos, crédito, seguro e taxas (HOGARTH, 2002).	Avaliação da absorção do conteúdo pelo estudante, abordando: a abrangência da capacitação; o nível de segurança percebido; a capacidade de adaptação do conteúdo das finanças empresariais para o contexto pessoal.
Comportamento financeiro	Administração das finanças pessoais, abrangendo planejamento, gerenciamento e controle de recursos financeiros (HERAWATI et al., 2018).	Planejamento, gerenciamento e controle do estudante quanto a consumo, poupança, investimento e previdência, analisando-se: influência da capacitação financeira sobre seu comportamento; eventuais diferenças sentidas ao longo do curso; dificuldades encontradas; transferência desse comportamento à família.

Fonte: o próprio autor.

Finalmente, quanto à definição dos dados, a partir da análise dos testes pilotos realizados, tomou-se a decisão de conduzir a pesquisa junto aos estudantes por meio de questionários que permitissem um subseqüente tratamento de dados quantitativo. Isto se justifica porque os resultados da análise dos testes pilotos demonstraram que o tipo de informação levantada poderia ser mais bem inquerido a partir de um instrumento de coleta de dados padronizado, mensurado a partir de uma escala de diferencial semântico, com valores variando de 1 a 7, em que quanto mais próximo de 1 mais se aproxima da afirmação à esquerda



de natureza negativa e quanto mais próximo de 7 mais de aproxima da afirmação à direita de natureza positiva. O próprio roteiro de entrevista utilizado nos testes pilotos serviu de base para a construção do questionário, o qual foi devidamente aplicado junto ao público-alvo do presente estudo.

Os questionários, portanto, foram aplicados a estudantes matriculados em todas as séries do curso de bacharelado em Administração. Para isso, inicialmente se tornou necessário consultar documentos do próprio curso, principalmente o Plano Pedagógico do Curso (PPC), de forma a reconhecer as atividades que possam, direta ou indiretamente, abordar conteúdo pertinente ao assunto da presente pesquisa. Tematicamente, os questionários passam por três momentos, envolvendo a educação financeira, a capacitação financeira e o comportamento financeiro, o qual pode ser observado no Apêndice 1.

A parte do questionário concernente à educação financeira trabalha com as atividades do curso que abordam o assunto, direta ou indiretamente, analisando-se, do ponto de vista dos estudantes, a importância e a efetividade das mesmas. Quanto à capacitação financeira, verifica-se a avaliação dos alunos quanto à sua capacitação financeira e o nível de influência percebido das atividades do curso sobre a formação dessa capacitação. Finalmente, em relação ao comportamento financeiro, investiga-se a avaliação do comportamento, o desenvolvimento desse comportamento ao longo do curso, o reconhecimento da influência da capacitação sobre o comportamento e a influência que os alunos têm exercido sobre o comportamento financeiro da família, de colegas de trabalho e de amigos.

Quanto às análises, as seguintes variáveis demográficas foram colhidas de modo que se possibilitasse realizar testes estatísticos para averiguar eventuais diferenças entre grupos: sexo, idade, formação superior, renda, proveniência de escola pública ou privada e cidade de residência. Para realizar esses testes, optou-se por criar variáveis *dummy* para facilitar a interpretação dos resultados. Assim sendo, apoiando-se nos pressupostos da estatística não paramétrica, o teste de Mann-Whitney foi realizado. Ademais, pelo fato das variáveis *dummy* terem sido criadas, ou seja, lançando-se mão de apenas dois grupos, dispensou-se a realização dos testes de Kruskal-Wallis, evitando-se também a necessidade de se proceder a testes *post-hoc*.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS



4.1 Resultados Gerais

A escala utilizada para a coleta de dados foi a de diferencial semântico, sendo mensurada em um intervalo variando de 1 a 7. Conforme a Tabela 1, os dados revelaram que os estudantes consideram muito importante o conteúdo das atividades presentes na matriz curricular do curso que se relacionam com a educação financeira, com mediana igual a 7. Quanto à intensidade da abordagem desses tópicos ao longo do curso, por sua vez, os dados se mostraram mais distribuídos entre os escores com mediana igual a 5, mas ainda acima no escore 4 de neutralidade.

Quanto à abrangência e à segurança da capacitação financeira, os alunos se mostraram neutros, com mediana e moda igual a 4, mas percebem evolução ao longo do curso, com mediana igual a 5 e moda igual a 6. Medidas acima do escore neutro também foram auferidas quanto à capacidade de adaptação do conteúdo das finanças empresariais para o contexto pessoal bem como da influência do curso na construção dessa capacitação, sendo ambos com mediana igual a 5.

Tabela 1 – Resultados gerais por variável (sem distinção entre grupos)

Construto	Variável	Valores gerais			
		N	Média	Mediana	Modo
Educação financeira	Importância	113	6,21	7,00	7,00
	Efetividade	113	5,07	5,00	5,00
Capacitação financeira	Abrangência	113	4,27	4,00	4,00
	Segurança	114	4,06	4,00	4,00
	Desenvolvimento	114	5,07	5,00	6,00
	Adaptação	112	4,61	5,00	4,00
	Infl. educ. fin.	114	4,89	5,00	5,00
Comportamento financeiro	Planejamento	114	5,32	5,50	6,00
	Gerenciamento	114	5,01	5,00	7,00
	Controle	114	5,22	6,00	6,00
	Aprimoramento	114	4,88	5,00	5,00
	Facilidade	111	4,22	4,00	5,00
	Infl. cap. fin.	114	5,23	5,50	6,00
	Influência família	114	4,64	5,00	5,00
	Influência colegas	114	3,33	3,00	1,00
Influência amigos	113	4,19	5,00	5,00	

Fonte: Pesquisa de campo.

Finalmente, em relação ao comportamento financeiro, os alunos apresentaram escores acima da neutralidade para as atividades de planejamento, gerenciamento e controle, com



medianas de 5,5, 5 e 6, respectivamente, o que parece ser um positivo indício de que o curso esteja exercendo influência sobre esse ponto. Apresentam mediana igual a 5 para o nível de desenvolvimento do comportamento financeiro, embora a mediana caia para 4 quando mensura a dificuldade/facilidade desse processo.

Um quesito importante é da percepção de influência que a capacitação financeira tem exercido sobre o comportamento financeiro. Quanto a esse ponto, a mediana fechou em 5,5, com moda igual 6. Julga-se esse ponto importante por demonstrar que o desenvolvimento da capacitação financeira de fato molda o comportamento financeiro, ou seja, esse conhecimento tem o poder de transformar o cotidiano dos alunos, o que é muito positivo.

Um último aspecto analisado foi a mensuração da influência que os alunos têm exercido sobre outras pessoas sobre o comportamento financeiro. Percebeu-se que os membros da família e os amigos acabam sendo alvo dessa influência, com mediana e moda igual a 5, o que não se verifica com os colegas de trabalho, que apresentam mediana igual a 3 e moda igual a 1. Essa constatação é relevante no sentido que demonstra que, em alguma medida, o desenvolvimento dessa capacitação não se encerra sobre os estudantes, fazendo-se perceber um impacto que transcende as fronteiras da universidade, o que enaltece ainda mais o seu papel na sociedade.

4.2 Resultados por Grupos

Dentre as variáveis demográficas selecionadas para o presente estudo, as variáveis ‘renda’ e ‘proveniência de ensino público ou privado’ não apresentaram diferença estatisticamente significativa para nenhuma das 16 variáveis do instrumento de coleta de dados, o qual cobria os assuntos de educação financeira, capacitação financeira e comportamento financeiro. Assim sendo, nenhuma das variáveis apresentaram $p < 0,05$ no teste de Mann-Whitney.

Para as variáveis ‘sexo’ e ‘cidade de residência’, por sua vez, apenas 1 dentre as 16 variáveis do questionário apresentou $p < 0,05$. Por essa razão, essas 2 variáveis demográficas, juntamente com ‘renda’ e ‘proveniência de escola pública ou privada’, foram excluídas da análise.

Já as variáveis ‘idade’ e ‘formação superior’ apresentaram 6 casos estatisticamente



significantes dentre as 16 variáveis analisadas, portanto, serão mantidas na análise. Finalmente, encontra-se a variável ‘série’, a qual conta com 9 casos com $p < 0,05$ dentre as 16 variáveis do instrumento de coleta de dados, sendo, assim, a variável demográfica com maior número de variáveis estatisticamente significantes encontradas no estudo. Assim sendo, o Quadro 2 sumariza onde os resultados estatisticamente significantes foram localizados para as variáveis selecionadas para a análise, quais sejam ‘idade’, ‘formação superior’ e ‘série’.

Quadro 2 - Localização dos efeitos estatisticamente significantes para as variáveis selecionadas

Grupo	Variável	Idade	Formação superior	Série
Educação financeira	Importância		Sim	
	Efetividade			
Capacitação financeira	Abrangência			
	Segurança			Sim
	Desenvolvimento	Sim		Sim
	Adaptação		Sim	Sim
	Infl. educ. fin.			Sim
Comportamento financeiro	Planejamento			Sim
	Gerenciamento	Sim	Sim	
	Controle		Sim	Sim
	Aprimoramento			Sim
	Facilidade			Sim
	Infl. cap. fin.	Sim	Sim	Sim
	Influência à família	Sim		
	Influência a colegas	Sim	Sim	
	Influência a amigos	Sim		

Fonte: pesquisa de campo.

Quanto à variável série do curso, várias diferenças foram encontradas em favor dos últimos anos, o que evidencia que o processo de educação financeira inclusa no curso de Administração tem realizado efeito significativo sobre a capacitação e o comportamento financeiro dos estudantes. A Tabela 2 e a Tabela 3 detalham esse ponto, apresentando os resultados dos testes de Mann-Whitney, que detectaram diferença estatisticamente significantes sobre diversas variáveis do instrumento de coleta de dados, e as diferenças entre os grupos a partir da média, da mediana e do modo.

Tabela 2 – Teste de Mann-Whitney: série

Construto	Variável	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Sig
Educação financeira	Importância	1296,000	3711,000	-1,226	0,220
	Efetividade	1180,000	3595,000	-1,861	0,063
Capacitação financeira	Abrangência	1254,000	3669,000	-1,413	0,158
	Segurança	1122,000	3537,000	-2,381	0,017



	Desenvolvimento	1124,000	3539,000	-2,388	0,017
	Adaptação	1082,000	3360,000	-2,402	0,016
	Infl. educ. fin.	1121,500	3536,500	-2,402	0,016
Comportamento financeiro	Planejamento	1141,000	3556,000	-2,276	0,023
	Gerenciamento	1384,000	3799,000	-0,806	0,420
	Controle	1070,500	3485,500	-2,704	0,007
	Aprimoramento	1174,000	3589,000	-2,084	0,037
	Facilidade	862,000	3140,000	-3,604	0,000
	Infl. cap. fin.	1058,500	3473,500	-2,792	0,005
	Influência família	1429,500	3844,500	-0,529	0,597
	Influência colegas	1518,000	2508,000	0,000	1,000
	Influência amigos	1392,500	3738,500	-0,628	0,530

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 3 – Diferenças entre grupos: série

Construto	Variável	Séries iniciais				Séries finais			
		N	Média	Mediana	Modo	N	Média	Mediana	Modo
Educação financeira	Importância	69	6,14	6,00	7,00	43	6,35	7,00	7,00
	Efetividade	69	4,86	5,00	5,00	43	5,44	5,00	5,00
Capacitação financeira	Abrangência	69	4,12	4,00	4,00	43	4,49	4,00	4,00
	Segurança	69	3,80	4,00	4,00	44	4,41	5,00	5,00
	Desenvolvimento	69	4,84	5,00	4,00	44	5,41	6,00	6,00
	Adaptação	67	4,30	4,00	4,00	44	5,07	5,00	5,00
	Infl. educ. fin.	69	4,64	5,00	5,00	44	5,32	5,00	5,00
	Comportamento financeiro	Planejamento	69	5,04	5,00	5,00	44	5,73	6,00
Comportamento financeiro	Gerenciamento	69	4,88	5,00	7,00	44	5,18	6,00	7,00
	Controle	69	4,93	5,00	4,00	44	5,66	6,00	6,00
	Aprimoramento	69	4,68	5,00	5,00	44	5,20	5,00	5,00
	Facilidade	67	3,76	4,00	4,00	43	4,88	5,00	5,00
	Infl. cap. fin.	69	4,94	5,00	6,00	44	5,68	6,00	6,00 ^a
	Influência família	69	4,57	5,00	5,00	44	4,73	5,00	3,00 ^a
	Influência colegas	69	3,30	3,00	1,00	44	3,32	3,50	1,00
	Influência amigos	68	4,07	4,00	5,00	44	4,30	5,00	5,00 ^a

a. Ha vários modos. O menor valor é mostrado

Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme já preliminarmente apresentado, a variável ‘idade’ apresentou alguns casos relevantes de diferenças estatisticamente significantes. Os resultados mostram que os mais velhos sentiram que o seu comportamento financeiro foi mais influenciado pela capacitação desenvolvida ao longo do curso e acabaram influenciando mais seus colegas de trabalho nesse sentido. Os detalhes podem ser observados na Tabela 4 e na Tabela 5.



Tabela 4 – Teste de Mann-Whitney: idade

Construto	Variável	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Sig
Educação financeira	Importância	1417,000	2848,000	-0,933	0,351
	Efetividade	1471,000	2902,000	-0,552	0,581
Capacitação financeira	Abrangência	1285,500	2716,500	-1,667	0,096
	Segurança	1329,000	2760,000	-1,533	0,125
	Desenvolvimento	1189,000	2620,000	-2,375	0,018
	Adaptação	1290,500	2721,500	-1,479	0,139
	Infl. educ. fin.	1466,500	3296,500	-0,731	0,465
Comportamento financeiro	Planejamento	1572,500	3402,500	-0,103	0,918
	Gerenciamento	1206,500	2637,500	-2,255	0,024
	Controle	1500,000	2931,000	-0,531	0,595
	Aprimoramento	1333,500	2764,500	-1,518	0,129
	Facilidade	1451,000	2777,000	-0,326	0,744
	Infl. cap. fin.	1245,000	2676,000	-2,048	0,041
	Influência família	1182,500	2613,500	-2,382	0,017
	Influência colegas	1081,500	2512,500	-2,975	0,003
Influência amigos	1170,500	2548,500	-2,313	0,021	

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 5 – Diferenças entre grupos: idade

Construto	Variável	Até 21 anos				Acima de 21 anos			
		N	Média	Mediana	Modo	N	Média	Mediana	Modo
Educação financeira	Importância	53	6,17	6,00	7,00	59	6,27	7,00	7,00
	Efetividade	53	4,98	5,00	6,00	59	5,17	5,00	5,00
Capacitação financeira	Abrangência	53	4,04	4,00	4,00	59	4,46	4,00	4,00
	Segurança	53	3,81	4,00	4,00	60	4,23	4,00	4,00
	Desenvolvimento	53	4,74	5,00	4,00 ^a	60	5,35	5,00	6,00
	Adaptação	53	4,36	4,00	4,00	58	4,83	5,00	5,00
	Infl. educ. fin.	53	5,00	5,00	6,00	60	4,82	5,00	5,00
Comportamento financeiro	Planejamento	53	5,28	6,00	7,00	60	5,33	5,00	5,00
	Gerenciamento	53	4,58	5,00	7,00	60	5,37	6,00	7,00
	Controle	53	5,13	5,00	6,00 ^a	60	5,28	6,00	6,00
	Aprimoramento	53	4,68	5,00	5,00	60	5,07	5,00	6,00
	Facilidade	51	4,14	4,00	4,00	59	4,25	4,00	5,00
	Infl. cap. fin.	53	4,94	5,00	6,00	60	5,48	6,00	6,00
	Influência família	53	4,21	4,00	5,00	60	5,00	5,00	7,00
	Influência colegas	53	2,72	2,00	1,00	60	3,83	4,00	1,00
Influência amigos	52	3,75	4,00	5,00	60	4,52	5,00	6,00	

a. Ha vários modos. O menor valor é mostrado

Fonte: Pesquisa de campo.

Por outro lado, comparar quem já tem uma formação superior com aqueles que ainda não a tem apresentou algumas diferenças significativas. Quem já tem uma formação superior acredita que o conteúdo de educação financeira é mais importante, tem mais



facilidade para adaptar o conteúdo às finanças pessoais, registram e controlam mais suas informações financeiras, entendem que a capacitação influencia mais seu comportamento e influenciam mais seus colegas de trabalho nesse sentido. A Tabela 6 e a Tabela 7 detalham esses pontos.

Tabela 6 – Teste de Mann-Whitney: formação superior

Construto	Variável	U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Sig
Educação financeira	Importância	511,000	5167,000	-2,336	0,019
	Efetividade	725,000	861,000	-0,366	0,714
Capacitação financeira	Abrangência	582,500	5238,500	-1,587	0,112
	Segurança	612,500	5268,500	-1,669	0,095
	Desenvolvimento	773,500	5429,500	-0,351	0,725
	Adaptação	492,000	5052,000	-2,287	0,022
	Infl. educ. fin.	749,000	902,000	-0,554	0,580
Comportamento financeiro	Planejamento	591,000	5247,000	-1,853	0,064
	Gerenciamento	571,000	5227,000	-2,011	0,044
	Controle	571,000	5227,000	-2,019	0,043
	Aprimoramento	801,500	954,500	-0,120	0,905
	Facilidade	654,500	5119,500	-0,841	0,401
	Infl. cap. fin.	571,000	5227,000	-2,030	0,042
	Influência família	738,500	5394,500	-0,632	0,527
	Influência colegas	418,000	5074,000	-3,251	0,001
	Influência amigos	587,500	5147,500	-1,816	0,069

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 7 – Diferenças entre grupos: formação superior

Construto	Variável	Sim				Não			
		N	Média	Mediana	Modo	N	Média	Mediana	Modo
Educação financeira	Importância	16	6,69	7,00	7,00	96	6,15	6,00	7,00
	Efetividade	16	5,00	5,00	5,00	96	5,09	5,00	5,00 ^a
Capacitação financeira	Abrangência	16	4,75	5,00	5,00	96	4,18	4,00	4,00
	Segurança	17	4,59	4,00	6,00	96	3,94	4,00	4,00
	Desenvolvimento	17	5,12	5,00	6,00	96	5,05	5,00	5,00
	Adaptação	16	5,44	6,00	6,00 ^a	95	4,46	4,00	4,00
	Infl. educ. fin.	17	4,88	5,00	5,00	96	4,91	5,00	6,00
Comportamento financeiro	Planejamento	17	5,88	6,00	7,00	96	5,21	5,00	5,00 ^a
	Gerenciamento	17	5,71	7,00	7,00	96	4,88	5,00	7,00
	Controle	17	5,88	6,00	6,00	96	5,09	5,00	6,00
	Aprimoramento	17	4,76	5,00	6,00	96	4,91	5,00	5,00
	Facilidade	16	4,38	5,00	5,00	94	4,17	4,00	4,00
	Infl. cap. fin.	17	5,76	6,00	6,00	96	5,14	5,00	6,00
	Influência família	17	4,82	5,00	3,00 ^a	96	4,59	5,00	5,00
	Influência colegas	17	4,71	5,00	5,00 ^a	96	3,06	3,00	1,00
	Influência amigos	17	4,82	5,00	6,00	95	4,04	4,00	5,00

a. Ha vários modos. O menor valor é mostrado

Fonte: Pesquisa de campo.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram que a série é mais importante que a idade e a formação superior para diagnosticar diferenças de desempenho. Entretanto, a formação superior e, principalmente, a idade, foram mais eficazes para explicar diferenças quanto à influência à família, a colegas de trabalho e a amigos.

Também é importante reconhecer que as variáveis sexo, cidade de residência, renda e proveniência de escola pública ou privada não foram capazes de demonstrar diferenças estatisticamente significantes entre os alunos nas variáveis estudadas. Em outras palavras, os indicadores de educação financeira, capacitação financeira e comportamento financeiro não são diferentes entre homens e mulheres, entre alunos que moram em Campo Mourão e aqueles que vêm de fora, entre alunos com maior e menor renda e entre alunos que vieram de escola pública e aqueles que vieram de escola privada.

Diferentemente, a distinção entre grupos se relaciona mais com a experiência, seja de vida, de formação acadêmica em outra área ou do tempo de curso. Isso se comprova pelo fato dos alunos mais velhos, que já possuem outra formação superior e, principalmente, aqueles matriculados nas séries finais do Curso de Administração são exatamente aqueles que apresentaram os indicadores mais altos no instrumento de coleta de dados, tanto no que se refere à capacitação financeira como no que tange ao comportamento financeiro.

Esse é um resultado muito importante a favor do trabalho realizado ao longo do Curso de Administração para o desenvolvimento da capacitação financeira e do comportamento financeiro. Isto se justifica pelo fato de que esses resultados podem ser tomados como evidências objetivas de que pertencer às séries finais do curso é mais importante do que o fato de já possuir uma formação superior ou de ter mais idade para o desenvolvimento da capacitação financeira e do comportamento financeiro.

Reconhecendo a capacitação financeira como o conhecimento adquirido e o comportamento financeiro como a forma de agir a esse respeito, entende-se que o desenvolvimento desse perfil pode ser relevante para potencializar o enfoque que o Projeto Pedagógico do Curso de Administração concebe, que é o do empreendedorismo, uma vez que estudos têm sido desenvolvidos demonstrando uma relação importante entre esses elementos, o que exige mais ao mesmo tempo enseja a condução de pesquisas futuras para explorar mais



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

profundamente o tema.

REFERÊNCIAS

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. **Financial Services Review**, v. 15, p. 133–149, 2006.

EDMINSTON, K. D.; GILLET-FISHER, M. C. Financial education at the workplace: Evidence from a survey of Federal Reserve Bank employees. **Federal Reserve Bank of Kansas City Community Affairs Working Paper**, fev. 2006.

HERAWATI, N. T. et al. Factors that influence financial behavior among accounting students in Bali. **International Journal of Business Administration**, v. 9, n. 3, p. 30-38, 2018.

HOFMANN, R. M. **Educação financeira no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França**. 2013. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

HOGARTH, J. M. Financial literacy and family and consumer sciences. **Journal of Family & Consumer Sciences**, v. 94, n. 1, p. 14-28, 2002.

SOARES, F. P. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOHN, Sang-Hee; JOO, So-Hyun; GRABLE, John E.; LEE, Seonglim; KIM, Minjeung. Adolescents' financial literacy: The role of financial socialization agents, financial experiences, and money attitudes in shaping financial literacy among South Korean youth, **Journal of Adolescence**, v. 35, p. 969–980, 2012.

WILLIS, L. E. Against Financial Literacy Education. **Iowa Law Review**, v. 94, p. 197–285, 2008.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



APÊNDICE 1 – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



COMPORTAMENTO FINANCEIRO

Questionário dirigido aos estudantes do Curso de Administração da Unespar Campus de Campo Mourão como parte do Projeto de Pesquisa sob a coordenação do Prof. Dr. Cristiano Molinari Bispo sobre o comportamento financeiro.

Obs.: Assegura-se o anonimato dos respondentes.

PARTE 1 – DADOS DEMOGRÁFICOS

a) Qual é a série predominante que você cursa atualmente no Curso de Administração?

- 1ª série
 2ª série
 3ª série
 4ª série

b) Qual é o seu sexo?

- Masculino
 Feminino

c) Qual é a sua idade?

_____ anos.

d) Você possui outra formação de nível superior?

- Sim
 Não

e) Qual é a sua renda familiar mensal?

Obs.: O salário mínimo atual é de R\$ 1.212,00.

- Até 2 salários mínimos
 De 2 a 4 salários mínimos
 De 4 a 10 salários mínimos
 De 10 a 20 salários mínimos
 Acima de 20 salários mínimos

f) Onde você cursou o ensino médio?

- Totalmente em escolas públicas
 A maior parte em escolas públicas
 A maior parte em escolas particulares
 Totalmente em escolas particulares

g) Qual é a cidade onde mora atualmente?

PARTE 2 – DADOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, CAPACITAÇÃO FINANCEIRA E COMPORTAMENTO FINANCEIRO

Na sequência, apresenta-se os principais conceitos utilizados no instrumento de coleta de dados.

Educação financeira (conteúdo do curso): atividades do curso que abordam o assunto, direta ou indiretamente, analisando-se a importância e o desempenho das mesmas.

Capacitação financeira (o que o estudante sabe): avaliação da absorção do conteúdo pelo estudante, abordando: a abrangência da capacitação; o nível de segurança percebido; a capacidade de adaptação do conteúdo das finanças empresariais para o contexto pessoal.

Comportamento financeiro (o que o estudante faz): planejamento, gerenciamento e controle do estudante quanto a consumo, poupança, investimento e previdência.

A parte 2 do questionário situa-se na próxima página. Pede-se que vários quesitos sejam avaliados em uma escala que varia de 1 a 7, sendo o número 1 o mínimo (e mais próximo da afirmação à esquerda) e o número 7 o máximo (e mais próximo da afirmação à direita).

Sendo assim, a partir do entendimento desses conceitos, solicita-se que seja marcado um 'X' sobre qualquer um dos números de 1 a 7, o qual mais se aproximar de sua avaliação em relação a cada quesito descrito.



1) Educação financeira: conteúdo do curso.

Como você avalia as atividades do curso como componentes da educação financeira?									
a)	O conteúdo das atividades é pouco importante.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	O conteúdo das atividades é muito importante.
b)	As atividades foram minimamente abordadas.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	As atividades foram extensamente abordadas.

2) Capacitação financeira: o que você sabe.

Como você avalia a sua própria capacitação financeira atualmente?									
a)	Minha capacitação atual é pouco abrangente.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Minha capacitação atual é muito abrangente.
b)	Tenho pouca segurança sobre a minha capacitação financeira.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Tenho muita segurança sobre a minha capacitação financeira.
c)	Minha capacitação tem melhorado pouco ao longo do curso.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Minha capacitação tem melhorado muito ao longo do curso.
d)	Tenho dificuldade em adaptar as finanças empresariais para o contexto pessoal.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Tenho facilidade em adaptar as finanças empresariais para o contexto pessoal.

Como você avalia a influência que as atividades do curso têm exercido sobre a sua capacitação financeira?									
e)	As atividades do curso influenciaram pouco.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	As atividades do curso influenciaram muito.

3) Comportamento financeiro: o que você faz.

Como você avalia o seu comportamento financeiro?									
a)	Nunca me planejo financeiramente.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Sempre me planejo financeiramente.
b)	Nunca registro informações financeiras.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Sempre registro informações financeiras.
c)	Nunca controlo meus hábitos financeiros.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Sempre controlo meus hábitos financeiros.

Como seu comportamento financeiro tem se desenvolvido ao longo do curso?									
d)	Meu comportamento tem melhorado pouco ao longo do curso.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Meu comportamento tem melhorado muito ao longo do curso.
e)	Desenvolver meu comportamento financeiro tem sido uma tarefa difícil.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Desenvolver meu comportamento financeiro tem sido uma tarefa fácil.

Como você avalia a influência que a sua capacitação financeira tem exercido sobre o seu comportamento financeiro?									
f)	Minha capacitação financeira influenciou pouco o meu comportamento.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Minha capacitação financeira influenciou muito o meu comportamento.

Você influencia outras pessoas sobre comportamento financeiro?									
g)	Nunca influencio os membros de minha família.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Sempre influencio os membros de minha família.
h)	Nunca influencio meus colegas de trabalho.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Sempre influencio meus colegas de trabalho.
i)	Nunca influencio meus amigos.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Sempre influencio meus amigos.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**O BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO E O COMPORTAMENTO
FINANCEIRO DOS ESTUDANTES: UMA ANÁLISE SOBRE EDUCAÇÃO E
CAPACITAÇÃO FINANCEIRA**

Cristiano Molinari Bispo¹ – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Nome do GT: 07 – Empreendedorismo e Inovação

RESUMO

Esse estudo se inicia sobre o pressuposto de que o ambiente de um curso superior em Administração oferece aos estudantes educação financeira, de modo que os mesmos alcancem uma capacitação com possíveis consequências sobre o comportamento. Assim sendo, objetiva-se entender como o comportamento financeiro do estudante é moldado pela capacitação financeira construída ao longo do processo de educação financeira presente no curso de bacharelado em Administração. Com um enquadramento qualiquantitativo, o processo de coleta de dados se apoia em análise do Plano Pedagógico do Curso de Administração (PPC) e em questionários aplicados a estudantes matriculados em todas as séries do curso construídos a partir de uma escala de diferencial semântico. Além da análise do PPC, a parte do questionário concernente à educação financeira trabalha no reconhecimento de atividades do curso que abordam o assunto, analisando-se a importância e a efetividade das mesmas. Em seguida, passa-se para a capacitação financeira, de modo a averiguar como o conteúdo está sendo absorvido pelo estudante. Finalmente, o questionário trata do comportamento financeiro. Para isso, verifica-se como sua capacitação financeira tem moldado seu comportamento, envolvendo itens como consumo, poupança, investimento e previdência e analisa-se eventuais diferenças e dificuldades encontradas. Os resultados mostraram que os acadêmicos, embora reconhecem a importância dos conteúdos de educação financeira, não apresentam muita segurança quanto à abrangência e à segurança da capacitação desenvolvida. Por outro lado, relatam que essa capacitação tem auxiliado no desenvolvimento do comportamento financeiro, transmitindo esse conhecimento aos demais membros da família e a amigos.

Palavras-chave: Educação financeira. Capacitação financeira. Comportamento financeiro.

RESUMEN

Este estudio parte de la suposición de que el entorno de un curso de educación superior en Administración ofrece a los estudiantes educación financiera, e modo que los mismos logren una capacitación con posibles consecuencias en el comportamiento. Por lo tanto, el objetivo es comprender cómo el comportamiento financiero del estudiante es moldeado por la capacitación financiera construida a lo largo del proceso de educación financiera presente en el curso de bachillerato en Administración. Con un marco cuali-cuantitativo, el proceso de recolección de datos se basa en el análisis del Plan Pedagógico del Curso de Administración (PPC) y en cuestionarios aplicados a los alumnos matriculados en todos los grados del curso construidos a partir de una escala de diferencial semántico. Además del análisis del PPC, la parte del cuestionario relativa a la educación financiera trabaja sobre el reconocimiento de las actividades del curso que abordan el tema, analizando su importancia y eficacia. En la secuencia, pasamos a la capacitación financiera, con el fin de conocer cómo el alumno está asimilando los contenidos. Finalmente, el cuestionario trata sobre el comportamiento financiero. Para eso, se verifica cómo su capacitación financiera ha moldeado su comportamiento, abarcando elementos como consumo, ahorro, inversión y jubilación y se analizan posibles diferencias y dificultades encontradas. Los resultados mostraron que los académicos, aunque reconocen la importancia de los contenidos de educación financiera, no están muy seguros sobre el alcance y la seguridad de la capacitación desarrollada. Por otro lado, refieren que esta capacitación



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ha ayudado en el desarrollo del comportamiento financiero, transmitiendo este conocimiento a otros familiares y amigos.

Palabras clave: Educación financiera. Capacitación financiera. Comportamiento financiero.

¹ – Doutor em Administração – e-mail: cristiano.bispo@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O encadeamento lógico que se busca estabelecer nesse estudo inicia-se sobre o pressuposto de que o curso de bacharelado em Administração oferece aos estudantes, dentre outras questões, direta ou indiretamente, educação financeira (*financial education*). Assim sendo, a investigação desse aspecto é o ponto inicial da pesquisa, que busca compreender, a partir das atividades abordadas em cada série do curso, como esse conteúdo é abordado. A consequência esperada do processo de educação financeira, portanto, é o de fazer com que os estudantes consigam obter a denominada capacitação financeira, denominada na literatura internacional como *financial literacy*. Nesse ponto, há de se considerar, inclusive, tanto a capacitação financeira que o estudante apresenta de fato como a percepção de capacitação financeira que o mesmo imagina ter, o que pode eventualmente ser equivocada. Por sua vez, aventa-se que a capacitação financeira (alcançada ou percebida) possa moldar de alguma forma o comportamento financeiro (*financial behavior*) do estudante, com impactos a serem sentidos individualmente e nos demais membros de sua família.

Tendo em vista o contexto exposto, delimita-se para a presente proposta de pesquisa o seguinte problema: Como a capacitação financeira construída ao longo do curso de bacharelado em Administração contribui para o estabelecimento do comportamento financeiro do estudante e de suas famílias? Assim sendo, o objetivo geral do presente estudo é entender como o comportamento financeiro do estudante é moldado pela capacitação financeira construída ao longo do processo de educação financeira presente no curso de bacharelado em Administração.

Especificamente, objetiva-se:

- Definir as principais atividades de cada série do curso que se relacionam, direta ou indiretamente, ao processo de educação financeira.
- Entender, sob o ponto de vista dos estudantes, como essas atividades contribuem para a capacitação financeira.
- Caracterizar a capacitação financeira desenvolvida nos estudantes ao longo do curso.
- Investigar a percepção de segurança dos estudantes quanto à capacitação financeira desenvolvida.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- Reconhecer eventuais alterações no comportamento financeiro dos estudantes e de suas famílias a partir da capacitação financeira desenvolvida ao longo do curso.

A construção do problema de pesquisa se estabeleceu a partir do reconhecimento da falta de consenso na literatura sobre educação financeira, capacitação financeira e comportamento financeiro. Muito se tem discutido acerca da adequação da implementação de conteúdo curricular sobre educação financeira. A defesa para isso normalmente é acompanhada de exemplos dessas práticas em diversos países. Entretanto, os resultados dessas medidas são questionados diante de vários pontos de vista, variando desde questões de ordem cotidiana até abordagens mais gerais e compreensivas sobre o cidadão diante do sistema financeiro. As questões de ordem cotidiana envolvem decisões práticas do dia a dia do cidadão como consumo e poupança. As questões mais gerais analisam o fenômeno a partir da própria concepção da financeirização da vida. Nesse contexto, o curso de bacharelado em Administração parece prover um ambiente propício a essa investigação, uma vez que as próprias atividades curriculares do curso, essencialmente por meio das próprias disciplinas implementadas na matriz curricular, possibilitam e até mesmo exigem reflexão sobre o assunto, seja direta ou indiretamente.

É importante pontuar, entretanto, que esse conhecimento financeiro abordado no contexto de um curso de bacharelado em Administração fixa como objeto de estudo as organizações, e não necessariamente o indivíduo. Isso acaba por trazer uma perspectiva interessante de pesquisa de modo a verificar se o estudante consegue adaptar esse conhecimento para o seu contexto pessoal, moldando o seu próprio comportamento financeiro. Além disso, abre-se também uma oportunidade para analisar se essa eventual alteração do comportamento financeiro impacta seus membros familiares, seja o próprio cônjuge ou demais membros, como os pais e irmãos, na hipótese do estudante ainda com eles residir. Vale considerar também a possibilidade de que uma percepção não realista sobre sua própria capacitação financeira pode fazer com que o indivíduo tome decisões piores pela falsa sensação de domínio da área.

O ambiente do curso de bacharelado em Administração associado à investigação do estudante e de seus familiares provê um contexto inovador para o estudo proposto, o que pode trazer implicações tanto teóricas quanto práticas, embora, para essa pesquisa, se perceba justaposição entre os dois planos. Entender se a educação financeira promovida por um curso



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de bacharelado em Administração consegue atingir o nível individual de modo a moldar proficuamente o comportamento financeiro do estudante pode lançar novos insights tanto para contribuir para a falta de consenso sobre a pauta na academia como também pode trazer alguma orientação sobre a promoção de políticas públicas nesse sentido.

A contribuição que este estudo pretende dar à essa discussão, embora alcance uma perspectiva reflexiva mais ampla sobre o tema, também se particulariza sobre o objeto selecionado, de modo a contribuir para o aprimoramento do próprio curso por meio de medidas deliberadamente desenvolvidas para lidar com o fenômeno, podendo trazer consequências positivas sobre os estudantes e suas famílias, tendo o potencial de atingir, de forma prática, o contexto regional no qual o curso está inserido e tem influência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014), embora a educação financeira tenha sido tomada como um antídoto para a crescente complexidade das decisões financeiras dos consumidores, muitas iniciativas nesse sentido não têm sido bem sucedidas. Assim, sugerem que abordagens diferentes para a educação financeira são requeridas se alguém de fato espera produzir efeitos sobre o comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, conforme salientam Hader, Sood e Fox (2013), talvez a educação futura deva ensinar habilidades leves como propensão ao planejamento, confiança para ser proativo e disposição para assumir riscos de investimento mais do que o conhecimento de conteúdo sobre juros compostos, títulos etc. (HADER; SOOD; FOX, 2013).

O debate da educação financeira pode também ser analisado a partir de uma perspectiva mais ampla. Nesse sentido, Soares (2017) realizou uma discussão desse assunto por meio de três posturas incorporadas pelas pessoas: postura ativa, daqueles que buscam interação com o mercado financeiro para encontrar oportunidades de melhorar patrimônio e consumo; postura defensiva, daqueles que percebem no sistema financeiro a chance de complementar o que se ganha para sustentar seu padrão de vida; postura dos excluídos, que pouca ou nenhuma interação estabelecem com o mundo financeiro diante do cenário de desigualdade e exclusão financeira. Além disso, Willis (2008) argumenta que para alguns consumidores, a educação financeira pode aumentar a confiança sem melhorar a habilidade, levando-os a tomarem decisões piores.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Hofmann (2013), por sua vez, concebe a educação financeira como um meio capaz de adicionar utilidade e pertinência no cotidiano dos estudantes, estabelecendo interações, por exemplo, entre matemática e economia, o que pode contribuir para a formação de estudantes mais preparados para tomar parte em atividades recorrentes em seu dia a dia, envolvendo temas como consumo, poupança, investimento e previdência. Entretanto, acrescenta que o esforço de promoção do letramento financeiro exige cuidados em sua implementação como a identificação e orientação onto e epistemologicamente mais conveniente às especificidades culturais, econômicas e sociais dos estudantes.

Os termos *financial education*, *financial literacy* e *financial behavior* são comumente encontrados na literatura internacional. Na literatura nacional, traduzindo-se os termos para o português, entretanto, os termos educação financeira, alfabetização financeira e literacia financeira são encontrados e, segundo Soares (2017), eventualmente tratados como sinônimos. Contudo, o mesmo reconhece que a alfabetização financeira é tomada pela maioria dos autores como o resultado de se estar financeiramente educado, ancorando-se, para isso, em Dolvin e Templeton (2006), Edminston e Gillet-Fishcer (2006), Willis (2008) e Sohn et al. (2012).

A dimensão da capacitação financeira é um tipo particular de capital social que é adquirido ao longo do ciclo de vida por meio do aprendizado de vários assuntos que afetam a habilidade de efetivamente gerenciar receitas, despesas e poupança (DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008). Resumidamente, Hogard (2002) sustenta que a capacitação financeira se relaciona a como gerenciar os recursos financeiros em termos de seguro, investimentos, poupança e orçamento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a apresentação dos procedimentos metodológicos, organiza-se o texto em três momentos distintos: a definição dos construtos, de modo a demonstrar como se operacionaliza a pesquisa; o delineamento do estudo, evidenciando os principais enquadramentos; e a definição dos dados, com os devidos procedimentos de coleta e tratamento de dados.

Iniciando-se pela definição dos construtos, conforme sugerem o problema e os objetivos apresentados, concebe-se a presente pesquisa a partir do trinômio educação financeira – capacitação financeira – comportamento financeiro. A educação financeira se refere a conceitos financeiros utilizados com o propósito explícito de desenvolver conhecimento bem como



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

habilidades, confiança e motivação para utilizá-lo (WILLIS, 2008). A capacitação financeira, por seu turno, envolve conhecimento sobre questões referentes à gestão de recursos financeiros e ativos, bem como investimentos, crédito, seguro e taxas (HOGARTH, 2002). Finalmente, o comportamento financeiro é relacionado à administração das finanças pessoais, abrangendo planejamento, gerenciamento e controle de recursos financeiros (HERAWATI et al., 2018). As definições constitutivas (DC) e as definições operacionais (DO) são devidamente apresentadas no Quadro 1.

No que tange ao delineamento da pesquisa, quanto ao seu nível, o estudo pode ser definido como predominantemente descritivo, desenvolvendo-se por meio de uma abordagem quali-quantitativa. Quanto ao objeto de investigação, a pesquisa se restringe aos estudantes do curso de bacharelado em Administração do campus de Campo Mourão da Unespar. Assim, a partir dos alunos matriculados na Secretaria Acadêmica da referida instituição de ensino, foram abordados estudantes de todas as séries do curso.

Quadro 1 - Definição Constitutiva e Definição Operacional dos construtos

Construto	Definição Constitutiva	Definição Operacional
Educação financeira	Conceitos financeiros utilizados com o propósito explícito de desenvolver conhecimento bem como habilidades, confiança e motivação para utilizá-lo (WILLIS, 2008).	Reconhecimento de atividades do curso que abordam o assunto, direta ou indiretamente, analisando-se, do ponto de vista dos estudantes, a importância e a efetividade das mesmas.
Capacitação financeira	Conhecimento sobre questões referentes à gestão de recursos financeiros e ativos, bem como investimentos, crédito, seguro e taxas (HOGARTH, 2002).	Avaliação da absorção do conteúdo pelo estudante, abordando: a abrangência da capacitação; o nível de segurança percebido; a capacidade de adaptação do conteúdo das finanças empresariais para o contexto pessoal.
Comportamento financeiro	Administração das finanças pessoais, abrangendo planejamento, gerenciamento e controle de recursos financeiros (HERAWATI et al., 2018).	Planejamento, gerenciamento e controle do estudante quanto a consumo, poupança, investimento e previdência, analisando-se: influência da capacitação financeira sobre seu comportamento; eventuais diferenças sentidas ao longo do curso; dificuldades encontradas; transferência desse comportamento à família.

Fonte: o próprio autor.

Finalmente, quanto à definição dos dados, a partir da análise dos testes pilotos realizados, tomou-se a decisão de conduzir a pesquisa junto aos estudantes por meio de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

questionários que permitissem um subseqüente tratamento de dados quantitativo. Isto se justifica porque os resultados da análise dos testes pilotos demonstraram que o tipo de informação levantada poderia ser mais bem inquerido a partir de um instrumento de coleta de dados padronizado, mensurado a partir de uma escala de diferencial semântico, com valores variando de 1 a 7, em que quanto mais próximo de 1 mais se aproxima da afirmação à esquerda de natureza negativa e quanto mais próximo de 7 mais se aproxima da afirmação à direita de natureza positiva. O próprio roteiro de entrevista utilizado nos testes pilotos serviu de base para a construção do questionário, o qual foi devidamente aplicado junto ao público-alvo do presente estudo. Os questionários, portanto, foram aplicados a estudantes matriculados em todas as séries do curso de bacharelado em Administração. Para isso, inicialmente se tornou necessário consultar documentos do próprio curso, principalmente o Plano Pedagógico do Curso (PPC), de forma a reconhecer as atividades que possam, direta ou indiretamente, abordar conteúdo pertinente ao assunto da presente pesquisa. Tematicamente, os questionários passam por três momentos, envolvendo a educação financeira, a capacitação financeira e o comportamento financeiro.

A parte do questionário concernente à educação financeira trabalha com as atividades do curso que abordam o assunto, direta ou indiretamente, analisando-se, do ponto de vista dos estudantes, a importância e a efetividade das mesmas. Após esse mapeamento e conseqüente análise das atividades do curso referentes à educação financeira, passa-se para a capacitação financeira, termo descrito na literatura internacional comumente como *financial literacy*, de modo a avaliar como o conteúdo abordado está sendo absorvido pelo estudante. Nesse ínterim, aborda-se a capacitação financeira a partir dos seguintes critérios: abrangência da capacitação; percepção de segurança da capacitação; capacidade de adaptação do conteúdo das finanças empresariais para o contexto pessoal. Finalmente, o questionário trata do comportamento financeiro, verificando como sua capacitação financeira tem moldado seu próprio comportamento financeiro, envolvendo itens como consumo, poupança, investimento e previdência e analisando-se eventuais diferenças sentidas nesse comportamento, dificuldades encontradas e se esse comportamento tem se estendido à família.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Dessa forma, definiu-se o seguinte desdobramento dos principais termos a serem utilizados na composição do instrumento de coleta de dados, além dos dados demográficos, conforme especifica o Quadro 2.

Quadro 2 – Desdobramento dos termos utilizados no instrumento de coleta de dados

Educação financeira	Importância
	Efetividade
Capacitação financeira	Abrangência
	Segurança
	Adaptação
Comportamento financeiro	Planejamento
	Gerenciamento
	Controle
	Influência da capacitação
	Diferenças ao longo do curso
	Dificuldades encontradas
	Extensão à família

Fonte: o próprio autor.

A partir do desdobramento apresentado e dos testes pilotos realizados foi possível consolidar o instrumento de coleta de dados, para que se pudesse proceder às demais ações decorrentes, como: o procedimento de coleta de dados; a preparação dos dados, envolvendo tabulação e análise via software SPSS; apresentação, análise e interpretação dos dados; redação das conclusões do estudo.

4 ANÁLISE DAS DISCIPLINAS

A identificação das atividades presentes ao longo do curso de Administração que contribuem para o processo de educação financeira dos estudantes precisa ser realizado tendo em vista uma abordagem que não se revela totalmente objetiva. O assunto, ora é tratado mais explicitamente por disciplinas específicas, ora é tratado de forma transversal, dada a própria noção de complementaridade que se estabelece entre as disciplinas e demais ações do curso.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Disciplinas como Teoria Geral da Administração e Administração Estratégica, por exemplo, contribuem com a noção de eficácia e eficiência e com a orquestração de movimentos articulados da organização com o seu entorno tendo em vista o seu contínuo desenvolvimento. Essas ideias favorecem, mesmo que de forma indireta, a consolidação de conceitos importantes para a formação da educação financeira do estudante, que precisa incorporar racionalidade e perspectiva de longo prazo.

A Matemática, por seu turno, oferta o código básico para tornar possível a manipulação do instrumental financeiro mais aplicado presente ao longo do currículo. Importante notar que a Filosofia, por meio da discussão da lógica e da ética, também tem a sua indiscutível contribuição, seja pela própria evolução da sistematização das ideias, seja pelo encaminhamento de colocá-las em perspectiva diante dos padrões sociais exigidos.

A disciplina de Empreendedorismo, já presente no 1º ano do curso, encaminha os estudantes para a estruturação de ideias em projetos, o que exige o reconhecimento das conexões entre os mais diversificados assuntos. Nesse ínterim, ganham relevância disciplinas como Introdução à Economia e Introdução à Contabilidade.

Observa-se, portanto, que cada disciplina, cada qual à sua maneira, acaba trazendo alguma contribuição para o processo de educação financeira. O Direito Empresarial e Administrativo, por exemplo, pode trazer à tona os limites legais de atuação, dentro dos quais todo movimento financeiro precisa ser posicionado. Por outro lado, a Psicologia auxilia no reconhecimento de que o aspecto técnico não é autossuficiente diante do processo de educação financeira, pois o comportamento do indivíduo diante disso é, indiscutivelmente, parte indissociável desse processo.

Passando-se à agenda do 2º ano, o rol de atividades mais diretamente aderentes ao flanco profissionalizante aumenta, incluindo Recursos Humanos e Materiais e Logística, por exemplo. Esses assuntos são tomados tendo-se em mente uma noção de sinergia, pois há de se reconhecer a complementaridade inequívoca entre as áreas principais da Administração, como finanças, produção, materiais e logística, recursos humanos e marketing e vendas. A questão financeira, portanto, acaba sempre orbitando a condução desses assuntos, uma vez que os problemas reais das organizações se revelam multifacetados, exigindo uma compreensão abrangente dos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mesmos. A própria disciplina de Organização, Sistemas e Métodos favorece o reconhecimento destas relações e a estruturação das ideias.

Continuando, a estatística complementa o ferramental básico abordado em matemática e a contabilidade estrutura financeiramente a organização de modo a sumarizar sua posição e seu resultado. Já a Pesquisa em Administração, juntamente com as Teorias Micro e Macroeconômicas, resgatam historicamente a produção intelectual acadêmica para criar uma base sólida sobre a qual se assenta o senso crítico do estudante, envolvendo, dentre outros assuntos, também as questões de ordem financeira.

A Análise de Investimentos, encerrando a agenda do 2º ano, trabalha de maneira mais evidente o tema ora selecionado para análise, qual seja o da educação financeira. Trata-se de um ferramental aplicado importante para fazer com que os estudantes naturalmente reconheçam a importância do valor do dinheiro ao longo do tempo e a necessidade de incluir esse raciocínio no momento de se elaborar projeções financeiras por meio de projetos.

O enfoque profissionalizante se intensifica no 3º ano, abrindo espaço para disciplinas como Administração da Produção e Operações, Administração Financeira e Orçamentária e Administração Mercadológica. A inserção dos aspectos financeiros permeia naturalmente essas disciplinas, dada a já salientada sinergia percebida entre as mesmas, envolvendo, por exemplo, o conhecimento do custo de produção e o orçamento de marketing a ser trabalhado. A disciplina de Administração Financeira e Orçamentária, por sua vez, concentra, evidentemente, o conteúdo concernente à educação financeira, envolvendo a análise da posição e do resultado financeiro das organizações, alavancagem e estrutura de capital, planejamento financeiro etc. Esses itens, mesmo sendo trabalhados no contexto organizacional, certamente têm condições de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de sua capacitação para aprimorar a gestão de suas finanças pessoais.

Complementando, as disciplinas de Diagnóstico Organizacional e de Administração Pública instrumentalizam os conteúdos já abordados no curso, trazendo à tona um olhar crítico e de intervenção, tanto no âmbito privado quanto público. O viés financeiro, novamente, se mostra presente nesse expediente, uma vez que medidas de intervenção nas organizações precisam passar pelo crivo da viabilidade, seja em relação à rentabilidade, seja em relação à angariação e gestão de recursos. Fechando o 3º ano, a disciplina de Metodologia para Trabalho



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de Conclusão de Curso orienta os estudantes para que produzam um plano a ser executado durante o 4º ano. Trabalhos que envolvam diagnóstico organizacional ou projetos de viabilidade de novos negócios seguramente envolvem aspectos financeiros a serem considerados, tanto em seu planejamento quanto na sua execução, mostrando mais uma vez a inegável conexão entre as mais variadas áreas do saber dentro do âmbito das organizações.

Concomitantemente à exigência de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso ao longo do 4º ano, mais seis disciplinas são ofertadas para consolidar a formação do estudante. O Direito Trabalhista e Tributário complementa, com um viés mais prático, os conteúdos abordados no 1º ano em Direito Empresarial e Administrativo. Nessa complementação de ordem legal se mostram presentes conteúdos inequivocamente financeiros, principalmente quando se coloca em perspectiva a alta carga tributária presente no Brasil. A Gestão da Inovação e a Gestão da Qualidade, por sua vez, acrescentam aspectos importantes na concepção e orientação de projetos, os quais, como já salientado, precisam ser analisados quanto à viabilidade. Com um ponto de vista distinto, a Sociologia e a Sustentabilidade e Responsabilidade Social expandem a discussão já iniciada em Filosofia, no sentido de que a organização precisa ser tomada como parte importante da sociedade, influenciando-a e sendo por esta influenciada. Assim sendo, põe-se em perspectiva que decisões de ordem financeira, embora incluam um viés técnico e mensurável, precisam levar em conta seus prováveis impactos na sociedade com uma visão de longo prazo, visando o desenvolvimento da organização e de seu entorno. A Gestão do Agronegócio, por seu turno, especifica peculiaridades do setor e evidencia sua importância nacional e regional, operacionalizando naturalmente nessa discussão temas de ordem financeira. Finalmente, tem-se a disciplina de Sistemas de Informações Gerenciais, com seu caráter interdisciplinar e tecnológico, e a disciplina de Tópicos Especiais, que procura atender a assuntos emergentes dentre os quais as finanças podem estar presentes.

5 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS

A escala utilizada para a coleta de dados foi a de diferencial semântico, em um intervalo de 1 a 7. Os dados revelaram que os estudantes consideraram muito importante o conteúdo das atividades presentes na matriz curricular do curso que se relacionam com a educação financeira, com mediana igual a 7, sendo que este escore concentrou mais de 50% das respostas. Quanto à



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

intensidade da abordagem desses tópicos ao longo do curso, por sua vez, os dados se mostraram mais distribuídos entre os escores com mediana igual a 5, mas ainda acima no escore 4 de neutralidade. Observa-se que na Tabela 1, na Tabela 2 e na Tabela 3, as quais mostram os resultados sumarizados, a moda pode ser observada pelos próprios percentuais apresentados. A mediana, por sua vez, pode ser observada pelo destaque em cada linha, envolvendo apenas uma célula quando o valor for inteiro ou duas células quando o valor for intermediário.

Tabela 1 – Resultados da educação financeira

Educação financeira		f% (proporção)						
Item	Descrição	1	2	3	4	5	6	7
fe_a	Importância	0,0%	0,0%	1,8%	7,1%	9,7%	31,0%	50,4%
fe_b	Abordagem	0,0%	5,3%	7,1%	19,5%	27,4%	24,8%	15,9%

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto à abrangência e à segurança da capacitação financeira, os alunos se mostraram neutros, com mediana e moda igual a 4, mas percebem evolução ao longo do curso, com mediana igual a 5 e moda igual a 6. Medidas acima do escore neutro também foram auferidas quanto à capacidade de adaptação do conteúdo das finanças empresariais para o contexto pessoal bem como da influência do curso na construção dessa capacitação, sendo ambos com mediana igual a 5.

Tabela 2 – Resultados da capacitação financeira

Capacitação financeira		f% (proporção)						
Item	Descrição	1	2	3	4	5	6	7
fl_a	Abrangência	0,9%	8,8%	15,9%	30,1%	26,5%	15,9%	1,8%
fl_b	Segurança	3,5%	15,8%	14,0%	28,1%	18,4%	16,7%	3,5%
fl_c	Melhoria	0,0%	5,3%	4,4%	21,9%	27,2%	28,9%	12,3%
fl_d	Adaptação	2,7%	6,3%	17,0%	22,3%	19,6%	17,9%	14,3%
fl_e	Influência <i>curso</i>	1,8%	7,0%	7,9%	14,9%	30,7%	27,2%	10,5%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação ao comportamento financeiro, os alunos apresentaram escores acima da neutralidade para as atividades de planejamento, gerenciamento e controle, com medianas de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

5,5, 5 e 6, respectivamente, o que parece ser um positivo indício de que o curso esteja exercendo influência sobre esse ponto. Apresentam mediana igual a 5 para o nível de desenvolvimento do comportamento financeiro, embora a mediana caia para 4 quando mensura a dificuldade/facilidade desse processo.

Um quesito importante é da percepção de influência que a capacitação financeira tem exercido sobre o comportamento financeiro. Quanto a esse ponto, a mediana fechou em 5,5, com moda igual 6. Julga-se esse ponto importante por demonstrar que o desenvolvimento da capacitação financeira de fato molda o comportamento financeiro, ou seja, esse conhecimento tem o poder de transformar o cotidiano dos alunos, o que é muito positivo.

Um último aspecto analisado foi a mensuração da influência que os alunos têm exercido sobre outras pessoas sobre o comportamento financeiro. Percebeu-se que os membros da família e os amigos acabam sendo alvo dessa influência, com mediana e moda igual a 5, o que não se verifica com os colegas de trabalho, que apresentam mediana igual a 3 e moda igual a 1. Essa constatação é relevante no sentido que demonstra que, em alguma medida, o desenvolvimento dessa capacitação não se encerra sobre os estudantes, fazendo-se perceber um impacto que transcende as fronteiras da universidade, o que enaltece ainda mais o seu papel na sociedade.

Tabela 3 – Resultados do comportamento financeiro

Comportamento financeiro		f% (proporção)						
Item	Descrição	1	2	3	4	5	6	7
fb_a	Planejamento	0,9%	4,4%	6,1%	14,0%	24,6%	25,4%	24,6%
fb_b	Gerenciamento	3,5%	10,5%	9,6%	13,2%	14,9%	17,5%	30,7%
fb_c	Controle	0,9%	5,3%	5,3%	21,9%	14,9%	29,8%	21,9%
fb_d	Melhoria	2,6%	3,5%	7,9%	20,2%	31,6%	23,7%	10,5%
fb_e	Ajuste	8,1%	8,1%	15,3%	21,6%	24,3%	14,4%	8,1%
fb_f	Influência/fl	1,8%	0,9%	8,8%	15,8%	22,8%	34,2%	15,8%
fb_g	Família	5,3%	6,1%	15,8%	15,8%	23,7%	15,8%	17,5%
fb_h	Colegas	27,2%	14,0%	12,3%	14,9%	14,9%	9,6%	7,0%
fb_i	Amigos	12,4%	8,0%	9,7%	19,5%	25,7%	18,6%	6,2%



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Fonte: Pesquisa de campo.

Também foram realizados testes de diferença entre os grupos, envolvendo série do curso, sexo, idade, se há tem uma formação superior, renda, proveniência de escola pública ou privada e cidade de residência. Para isso, foram utilizados os testes estatísticos de Mann-Whitney ou de Kruskal-Wallis com os subsequentes testes *post-hoc* quando oportuno. Assim sendo, não se encontraram diferenças significativas nas variáveis sexo, idade, renda, proveniência de escola pública ou privada e cidade de residência, embora algumas exceções sejam comentadas adiante.

Quanto à variável série do curso, várias diferenças foram encontradas em favor dos últimos anos, o que evidencia que o processo de educação financeira inclusa no curso de Administração tem realizado efeito significativo sobre a capacitação e o comportamento financeiro dos estudantes. Já em relação à variável sexo, apenas um pouco apresentou distinção estatisticamente significativa. O sexo feminino denotou mais importância aos componentes de educação financeira do curso do que o sexo masculino. Poucas distinções também foram encontradas na variável idade. As exceções recaíram sobre o fato de que os mais velhos sentiram que o seu comportamento financeiro foi mais influenciado pela capacitação desenvolvida ao longo do curso e acabaram influenciando mais seus colegas de trabalho nesse sentido. Por outro lado, comparar quem já tem uma formação superior com aqueles que ainda não a tem apresentou algumas diferenças significativas. Quem já tem uma formação superior acredita que o conteúdo de educação financeira é mais importante, tem mais facilidade para adaptar o conteúdo às finanças pessoais, registram e controlam mais suas informações financeiras, entendem que a capacitação influencia mais seu comportamento e influenciam mais seus colegas de trabalho nesse sentido. Por fim, a única distinção encontrada entre os que moram em Campo Mourão e os que moram fora foi o fato de que quem é de Campo Mourão influencia mais os colegas de trabalho comparados com os estudantes que moram fora de Campo Mourão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consecução da presente pesquisa permitiu reconhecer a importância da educação financeira dentro do contexto de um curso de Administração, mas não restringindo os efeitos desse processo aos procedimentos avaliativos curriculares. Para isso, três conceitos foram



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

explorados, quais sejam a educação financeira, a capacitação financeira e comportamento financeiro. A opção pela explícita distinção desses conceitos permitiu operacionalizar a presente pesquisa, partindo-se do pressuposto de que a educação financeira desempenha um papel relevante sobre a capacitação financeira dos estudantes, a qual, por sua vez, auxiliaria na moldagem do próprio comportamento financeiro, com efeitos a serem sentidos sobre o próprio estudante assim como sobre familiares e amigos.

Dessa forma, avalia-se que os objetivos inicialmente propostos foram devidamente alcançados, uma vez que a análise das disciplinas e a aplicação dos questionários permitiram compreender como a educação, a capacitação e o comportamento se apresentam e se influenciam dentro do âmbito financeiro.

Finalmente, como sugestão de pesquisas futuras, aventa-se que o empreendedorismo, ou ainda, a intenção empreendedora que o antecede, pode se beneficiar desse processo de educação financeira, com vistas à obtenção de uma capacitação financeira que possa, finalmente, moldar um comportamento financeiro adequado a esse expediente. Portanto, no âmbito financeiro, esse trinômio ‘educação-capacitação-comportamento’ pode exercer um papel relevante na relação com o empreendedorismo, desde a intenção empreendedora até a sustentabilidade dos negócios.

REFERÊNCIAS

DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. J. Preparation for retirement, financial literacy and cognitive resources. [Working Paper n. 190]. University of Michigan, **Michigan Retirement Research Center**, 2008.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. **Financial Services Review**, v. 15, p. 133–149, 2006.

EDMINSTON, K. D.; GILLET-FISHER, M. C. Financial education at the workplace: Evidence from a survey of Federal Reserve Bank employees. **Federal Reserve Bank of Kansas City Community Affairs Working Paper**, fev. 2006.

FERNANDES, D.; LYNCH, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial literacy, financial education and downstream financial behaviors? **Management Science**, v. 60, n. 8, p. 1861–1883, 2014.

HADER, L.; SOOD, S.; FOX, C. R. Subjective knowledge in consumer financial decisions. **J. Marketing Res.**, v. 50, n. 3, p. 303-316, 2013.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

HERAWATI, N. T. et al. Factors that influence financial behavior among accounting students in Bali. **International Journal of Business Administration**, v. 9, n. 3, p. 30-38, 2018.

HOFMANN, R. M. **Educação financeira no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França**. 2013. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

HOGARTH, J. M. Financial literacy and family and consumer sciences. **Journal of Family & Consumer Sciences**, v. 94, n. 1, p. 14-28, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOARES, F. P. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOHN, Sang-Hee; JOO, So-Hyun; GRABLE, John E.; LEE, Seonglim; KIM, Minjeung. Adolescents' financial literacy: The role of financial socialization agents, financial experiences, and money attitudes in shaping financial literacy among South Korean youth, **Journal of Adolescence**, v. 35, p. 969–980, 2012.

WILLIS, L. E. Against Financial Literacy Education. **Iowa Law Review**, v. 94, p. 197–285, 2008.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

PERCEPÇÃO E VALORIZAÇÃO DA UNESPAR – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ JUNTO À SUA COMUNIDADE ESTUDANTIL: UM ESTUDO NO CAMPUS CAMPO MOURÃO

Aparecida da Penha dos Santos (UNESPAR) ¹
Maria Dolores Barrionuevo Alves (UNESPAR) ²
Yeda Maria Pereira Pavão (UNESPAR) ³

Nome do GT 7 : Empreendedorismo e Inovação

RESUMO

A educação de qualidade, percebida principalmente pelos estudantes, pode servir como pilar para melhorias da gestão das Instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto privadas, pois delas sairão os profissionais que serão os responsáveis pelas próximas gerações que moverão o mundo. Assim, estudos sobre a percepção dos estudantes tem ajudado sobremaneira os gestores educacionais, contribuindo para a sua melhoria das Universidades e das Instituições de Ensino de forma geral. Diante do exposto, o objetivo do presente estudo visa entender como os estudantes dos primeiros e últimos anos dos cursos de Graduação da Unespar – Universidade Estadual do Paraná – Campus Campo Mourão percebem e valorizam a instituição que estudam. Os dados foram levantados por meio de pesquisas já existentes na literatura, com posterior aplicação de questionários, durante o segundo semestre do ano de 2022, com perguntas estruturadas e semiestruturadas, via Google Forms, tendo como base para a organização das perguntas as ferramentas BAV e NPS. Além disto, foram utilizadas as ferramentas Alfa de Cronbach/SPSS para gerar confiabilidade aos dados. Os resultados encontrados indicam uma percepção inicial de valorização da Instituição e podem servir como ferramenta de melhoria de gestão para a IES, colaborando para a implementação de melhorias na formação dos futuros profissionais. Ademais permitirá ter um filtro do que de fato ocorre na IES, pois, muitas vezes leituras sem base científica podem levar a olhares incorretos dos ambientes.

Palavras-chave: Qualidade. Ensino. Relevância.

RESUMEN

La educación de calidad, percibida principalmente por los estudiantes, puede servir de guía para la mejora en la gestión de las Instituciones de Educación Superior, tanto públicas como privadas, pues de ellas surgirán profesionales que serán responsables de las próximas generaciones que moverán el mundo, así como como estudios sobre la percepción de los estudiantes ha ayudado mucho a los gestores educativos, contribuyendo al mejoramiento de las Universidades e Instituciones Educativas en general. Teniendo en cuenta lo anterior, el objetivo de este estudio es comprender cómo los estudiantes de los primeros y últimos años de los cursos de graduación de la Unespar - Universidad Estadual de Paraná - Campus Campo Mourão perciben y valoran la institución en la que estudian. Los datos fueron recolectados a través de investigaciones existentes en la literatura, con posterior aplicación de cuestionarios, durante el segundo semestre de 2022, con preguntas estructuradas y semiestructuradas, vía Google Forms, utilizando las herramientas BAV y NPS como base para la organización de las preguntas. NPS, además de eso, se utilizaron las herramientas Alpha/SPSS de Cronbach para generar la confiabilidad de los datos. Los resultados encontrados pueden indicar una primera percepción de valoración de la Institución y pueden servir como herramienta para mejorar la gestión de la IES, colaborando para la implementación de mejoras en la formación de los futuros profesionales, además de permitir un filtro de lo que realmente sucede en el las Instituciones, ya que las lecturas sin una base científica a menudo pueden conducir a visiones incorrectas de los entornos.

Palabras clave: Calidad. Estudios. Relevancia.

¹ - Administradora, Contadora e Mestre em Administração – e-mail: appenha12@gmail.com

² - Administradora, Especializada em: Gerência e Estratégia Empresarial, Administração Geral com Ênfase em Recursos Humanos e Marketing e em Administração Pública – e-mail: lolololita2005@gmail.com

³ - Administradora, Mestre e Doutora em Administração – e-mail: yeda.pavao@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

São evidentes as melhorias observadas na qualidade das ofertas dos cursos superiores, tanto de Graduação quanto de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*, advindas da abertura de mercado no Brasil desde a década de 1990, que trouxe com ela grandes vantagens para a área educacional, que foram ampliadas nas décadas seguintes (2000/2010). Esse processo permitiu o acesso ao ensino superior de um número expressivo de pessoas menos favorecidas que até então não tinham condições de adentrarem aos portões universitários para obterem uma formação. Assim, com a rápida expansão, tanto de Instituições de Ensino Superior públicas quanto privadas, acabou-se por criar um ambiente mais competitivo na área educacional o que demandou e ainda demanda, das Instituições do Ensino Superior (IES), maior profissionalização e, por conseguinte mais qualidade de ensino.

Neste contexto, entra em cena a imagem das IES que fica mais compreensível quando substitui-se a referida palavra imagem por reputação. A reputação de uma universidade não há como ser criada, apenas, por meio de marketing ou comunicação. A reputação surge de questões concretas, realizadas sobre feitos reais, experiências e conhecimentos adquiridos no decorrer da vida educacional do estudante no *Campus* de sua universidade, tendo como base o tripé: ensino, pesquisa e extensão, permeados pela cultura acadêmico-pedagógica, que envolve o ambiente universitário (SANTOS, 2016).

Para a autora, supracitada, no passado as grandes universidades brilhavam em função de sua herança excepcional e autoridade de longa data em um campo específico, com poucas IES competindo pelo mesmo espaço, porém na atualidade a maioria luta para se destacar da multidão e muitas IES têm mensagens de marca que são facilmente intercambiáveis com outras universidades, basta pensar em todas as fotos de anúncios de vestibulares, nas quais aparecem alunos sorridentes, que se vê por exemplo, em inúmeras mídias sociais, outdoors, folhetos. Ou ainda, em diversos *slogans* com promessas de melhores líderes, melhor futuro, dentre outros.

Há que se ter em mente, conforme salienta Santos (2016) que, à medida que o mercado educacional se torna cada vez mais competitivo, mensagens vagas simplesmente não são suficientes para ajudar uma instituição a ter sucesso e manter sua marca em evidência. A verdade é que a sobrevivência de qualquer universidade, na atualidade, depende de sua capacidade de atrair e manter os estudantes, além de, principalmente, possuir a qualidade de ensino, pesquisa e extensão, que são a razão de existir de uma Instituição de Ensino Superior.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Assim, destaca-se a relevância de se estudar a percepção e valorização da marca Unespar – Campus Campo Mourão, aliada à sua reputação e imagem, pelos estudantes, principalmente no presente momento (2022), quando a Universidade completou 50 anos de existência, cujo objetivo geral é examinar como os estudantes dos primeiros e últimos anos dos cursos de Graduação da Unespar, Universidade Estadual do Paraná, percebem e valorizam a imagem, marca e reputação da Unespar, Campus Campo Mourão. Sendo que, de forma específica objetiva-se: entender como os estudantes dos primeiros e últimos anos dos cursos de Graduação ofertados pela Universidade Estadual do Paraná, Campus Campo Mourão consideram a reputação da Instituição e a valorizam, considerando os aspectos: (a) diferenciação, (b) relevância, (c) estima e (d) conhecimento.

Neste sentido, para a realização deste estudo os dados foram levantados por meio de pesquisas já existentes na literatura, com posterior aplicação de questionários com perguntas estruturadas e semiestruturadas, via *Google Forms*, tendo como base as ferramentas BAV e NPS. Além disto foram utilizadas as ferramentas Alfa de Cronbach/SPSS para gerar confiabilidade aos dados. Os dados foram tratados de formas tanto qualitativas quanto quantitativas e os resultados indicam um guia a ser seguido na gestão educacional. Uma vez que trazem a compreensão das razões que levam os estudantes a escolherem e se manterem na IES até o final do curso.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O cenário do ensino superior, tanto em nível nacional quanto global, está sempre em evolução devido aos avanços na tecnologia, aumento da concorrência, variações na demografia dos alunos, mudanças nas demandas dos empregadores, bem como novas oportunidades para os empreendedores que vão surgindo com o passar dos anos. Diante dessas mudanças, os administradores institucionais podem não saber onde aplicar melhor seus esforços para lidar com todas estas questões simultaneamente, porém o futuro do ensino superior depende da capacidade das instituições de se tornarem mais adaptáveis, flexíveis e ágeis na maneira como abordam o desenvolvimento, as ofertas e o suporte de seus programas de Graduação, Pós-graduação e demais designs de aprendizagem

Tem-se observado que o acesso crescente e contínuo da população aos graus mais elevados da educação tornou-se uma forma de valoração da democracia e da cidadania, assim a educação traduz-se na capacidade de os indivíduos produzirem inovações e resolverem

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

problemas que são questões primordiais capazes de agregar valor ao sistema produtivo nacional. Todos estes aspectos vêm impactando diretamente na forma como as Instituições de Ensino Superior conduzem suas atividades, por conseguinte as leva a repensarem suas práticas organizacionais de forma a continuar prestando serviços de qualidade e utilidade à sociedade (COBRA e BRAGA, 2004).

Sob todos os prismas supracitados, observa-se a importância das IES manterem cursos de alta qualidade e isto de certa forma fica explícito em sua marca, reputação, imagem e identidade, fazendo todo o sentido manter uma gestão adequada do branding da instituição. Sob esse olhar Merriam (1998), salienta que há necessidade de uma comunicação adequada envolvendo marketing e publicidade, para que os objetivos da qualidade dos serviços ofertados sejam adequadamente comunicados ao público externos e interno das instituições, principalmente em mercado complexo que envolvem gerações diferenciadas para sedimentação de marcas, como a que se vive na atualidade, na qual convivem desde os Baby Boomers (nascidos a partir de 1946) até os Millennials (2010). (KOTLER, 2021).

Em mercados extremamente estreitos o entendimento e valorização do cliente/cidadão da IES pública se torna um desafio, principalmente para se conter a evasão, assim torna-se relevante avaliar e construir cada vez mais valor para os estudantes. Para se fazer frente a tal desafio, o aspecto primordial é pensar sobre a qualidade, sobre a qual Kotler (2012, p.261), apresenta que os “A agência de propaganda Young & Rubicam desenvolveu um modelo de avaliação da marca denominado BAV - Brand Asset Valuator = avaliador de ativo de marca”. O BAV condensa uma pesquisa que envolveu milhares de consumidores em mais de 50 países e para eles existem quatro componentes, ou pilares principais de valor das marcas das instituições, que são:

- 1) Diferenciação: mede o grau em que uma marca é vista como diferente das outras.
- 2) Relevância: mede a amplitude do apelo de uma marca.
- 3) Estima: mede o quão bem a marca é considerada e respeitada.
- 4) Conhecimento: mede o quanto os consumidores estão familiarizados e íntimos com a marca.

De acordo com o Modelo BAV, diferenciação e relevância combinam entre si para determinar a força da marca. Esses dois pilares apontam para o valor futuro da marca, em vez de apenas refletir seu passado. Estima e Conhecimento juntos criam a crescimento da marca, que é mais um *histórico escolar* sobre o desempenho passado (KOTLER, 2012).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Além do estudo mencionado, cabe destacar outras instituições que também criaram medidas de desempenho de qualidade, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Indicadores de medidas de qualidade

INDICADORES	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	ASPECTOS MENSURADOS
Brand Asset Valuator	Young & Rubicam	Diferenciação, relevância, estima e familiaridade
Brand Equity Index	Longman- Moram Analytics, Inc.	Índice de durabilidade, preço relativo e cota de mercado.
Consumer Brand Equity	Leo Burnett Brand Consultancy	Vendas, preço e distribuição.
The Conversion Model	Market Facts, Inc.	Interesse em continuar comprando a marca
Não mencionado	DDB Nedham WorldWide	Qualidade, gosto e notoriedade.
EquiTrend	Total Research Corporation	Satisfação do usuário, qualidade e evidência.
Equity Monitor	Yankelovich, Clancy & Schulman	Valores: atitudinal, comportamental e econômico
Image Power	Landor Associates	Estima e familiaridade
Top Brands	Interbrand	Suporte, proteção, liderança, estabilidade, tendência e atuação global.
Net Promote Score	Bain & Company	Satisfação geral sobre os serviços prestados.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Aaker (1991), Louro (2000) e Markey (2020).

Cabe ressaltar ainda que, a ferramenta de medida de qualidade que tem chamado a atenção, desde a década de 2000 é o *Net Promote Score* (NPS), criada por Reichheld (2003) e que tem se espalhado rapidamente pelo mundo sendo utilizado como medida de qualidade por inúmeras organizações que vão desde varejos populares, bancos internacionais, agências governamentais e principalmente Instituições de Ensino Superior. Entende-se que, a mesma foi rapidamente adotada por possuir uma aproximação para analisar o que realmente o cliente precisa, uma vez que se traduz em uma forma simples, ao invés de focar apenas nos resultados financeiros, econômicos, dentre outros, procura-se entender, quanto os produtos ofertados ou serviços prestados, melhoraram ou irão melhorar a vida do cliente.

Isso posto, faz todo o sentido estudar e pesquisar a qualidade dos serviços prestados, principalmente quando se trata de uma Universidade, haja vista, que entender se o cliente/cidadão da Unespar, Campus de Campo Mourão está satisfeito com seus estudos pode servir como ferramental para implementar melhorias educacionais em nível de ensino e de atendimento aos alunos, que é o cliente/cidadão. Assim, parte-se do pressuposto que isso certamente irá refletir sistematicamente nas questões sociais e econômicas na região na qual a



Unespar está inserida e/ou onde os profissionais formados pela IES irão atuar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa procurou identificar as percepções de qualidade que os estudantes entrantes e saíntes possuem da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Para tanto, na sequência apresenta-se a metodologia adotada para consecução do objetivo.

Trata-se de um estudo de caso que foi conduzido na Unespar, Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, de cunho exploratório, conforme preceitua Richardson (1989). Dessa forma, pretende-se descobrir algo ainda não pesquisado na IES, com estas características específicas, o corte foi transversal (RICHARDSON, 2022), limitando-se a analisar as percepções dos envolvidos nos fatos no momento em que os dados forem coletados, que foi o segundo semestre do ano de 2022.

A amostra objeto de estudo foi formada por parte dos estudantes entrantes e saíntes dos cursos de Graduação da IES (ano de 2022) e os dados foram coletados mediante questionário, via Google *Forms*, durante o mês de novembro/dezembro do ano de 2022, tendo como aspecto norteador o *Brand Asset Valuator* (BAV) e o *Net Promote Score* (NPS). Sendo que o primeiro visa avaliar os quatro pilares de valorização da marca pelos estudantes por meio da diferenciação, relevância, estima e conhecimento. Já com a ferramenta NPS, buscou-se verificar como os serviços ofertados pela Unespar aos referidos estudantes (Ensino, Pesquisa e Extensão), podem contribuir para a melhoria da vida dos entrantes 2022 e que, já tenha contribuído para os estudantes saíntes. Portanto, trata-se de uma pesquisa aplicada e para isso foi elaborado questionário com perguntas estruturadas e semiestruturadas.

Os tratamentos dos dados foram realizados tanto de forma quantitativa que é o preparação e organização dos resultados obtidos dos questionários, quanto qualitativa, que dar-se-á pela interpretação e análise dos dados. Para mensurar a confiabilidade, apresentada por Cronbach et. al. (1972) será utilizado o coeficiente Alfa de Cronbach (1951), por meio do programa *Statistical Software for Social Sciences* (SPSS), adotando assim, para análise final, os resultados que efetivamente fazem sentido.

Na sequência, apresenta-se o desenvolvimento do estudo e, os respectivos resultados, cujas informações poderão ser disseminadas em outras formas de divulgações e utilizadas para melhorias internas da instituição.



4 DESENVOLVIMENTO

A Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão/PR, completou, em 2022, 50 anos, trazendo com ela uma história de formação de estudantes muito relevante para a região, uma vez que foi a primeira Faculdade regional, quando do seu surgimento. A linha de tempo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), está sendo desenhada desde 1967. Desde uma pequena Faculdade local à alçada de uma das Universidades de referência do Estado do Paraná e do Brasil, a evolução de sua nomenclatura pode ser vista conforme Figura 1 a seguir:



Figura 1: Unespar Campo Mourão
Fonte: Elaborada pela autoras (2022).

Desde a sua ideação, em 1967, a Universidade Estadual do Paraná, Campus Campo Mourão, vem formando estudantes de diversas regiões, principalmente na região da Comunidade dos Municípios de Campo Mourão (COMCAM). Os cursos ofertados no momento pela Unespar – Campus Campo Mourão, são:

- Administração - Autorizado em 1979.
- Ciências Contábeis - Autorizado em 1979.
- Ciências Econômicas - Autorizado em 1979
- Engenharia de Produção Agroindustrial – Autorizado em 1998 (2º do país).
- Geografia – Autorizado 1983.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- História – Autorizado em 2011.
- Letras - Autorizado em 1974.
- Matemática – Autorizado em 1998.
- Pedagogia – Autorizado em 1974.
- Turismo e Meio Ambiente – Autorizado em 2000.

A IES ainda oferta em seu Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu os seguintes cursos:

- Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD (2014).
- Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA (2016).
- Mestrado em Educação Matemática – PRPGEM (2019).
- Mestrado em História Pública – PPGHP (2019).

Com estes cursos supracitados a Unespar – Campus Campo Mourao colocou no mercado milhares de egressos que atuam nas mais diversas instituições públicas e privadas, regionais, nacionais e também em nível internacional, de forma que torna-se relevante o estudo nesta seara, visando entender como os estudantes dos primeiros e últimos anos dos cursos de Graduação da Unespar, Campus de Campo Mourão percebem e valorizam a instituição que estudam. Para tanto, no próximo tópico abordar-se-á o resultados e discussão a que se chegou esta pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos grandes desafios da educação superior é manter a qualidade de ensino e conseqüentemente manter a retenção dos estudantes e fazer com que os egressos efetivamente atinjam seus objetivos profissionais. Neste sentido, torna-se premente entender a trajetória do estudante não somente após o mesmo receber a sua outorga de grau, mas durante a sua frequência aos *campi* universitário. Visto que, é a forma mais próxima da realidade e evita-se qualquer tipo de desvio que pode de alguma forma influenciar em ruído na pesquisa.

5.1 Número de respondentes

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A presente pesquisa foi respondida por 61 estudantes o que corresponde à aproximadamente 5% do total de estudantes da Universidade Estadual do Paraná Campus Campo Mourão. Este total envolveu tantos entrantes (26 estudantes) quanto saintes (35 estudantes) dos primeiro e últimos anos de cada cursos. Graficamente pode-se observar os percentuais:

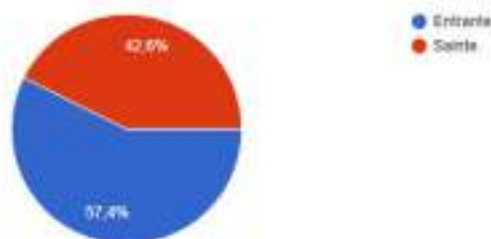


Gráfico 1 - Estudantes Entrantes/Saintes – Ano de 2022 – Unespar – Campus Campo Mourão.
Fonte - Pesquisa realizada pelas autoras.

O número de estudantes entrantes e saintes pesquisados foi relevante e deu subsídio para avaliar os objetivos da presente pesquisa. Cabe salientar que, a pesquisa foi solicitada aos estudantes pessoalmente em sala de aula e compartilhada via formulário do Google *forms* e via e-mail no qual se comunicava o que desejava e, solicitava-se a autorização para publicação de dados conforme a LGPD:

Ao responder o questionário você autoriza, de forma livre, informada e inequívoca, a Unespar - em conformidade com a Lei nº 13.709, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - a armazenar os seus dados e informações, com exclusiva finalidade de pesquisa, os quais não serão compartilhados ou utilizados de outra forma, exceto para este fim (PESQUISA PERCURSO ESTUDANTIL, p. 1)



Figura 2 – Formulário da Pesquisa – Ano de 2022 – Unespar – Campus Campo Mourão.
Fonte - Pesquisa realizada pelas autoras.

Foram seguidos todos os preceitos para que os estudantes sentissem livres para expressar a sua opinião visando dar a maior fidedignidade possível aos resultados da pesquisa.



5.2 Gênero dos estudantes pesquisados

Na sequência identificou-se o gênero dos estudantes e percebeu-se que a maioria dos respondentes eram do gênero feminino, conforme observa-se no Gráfico 2 a seguir:

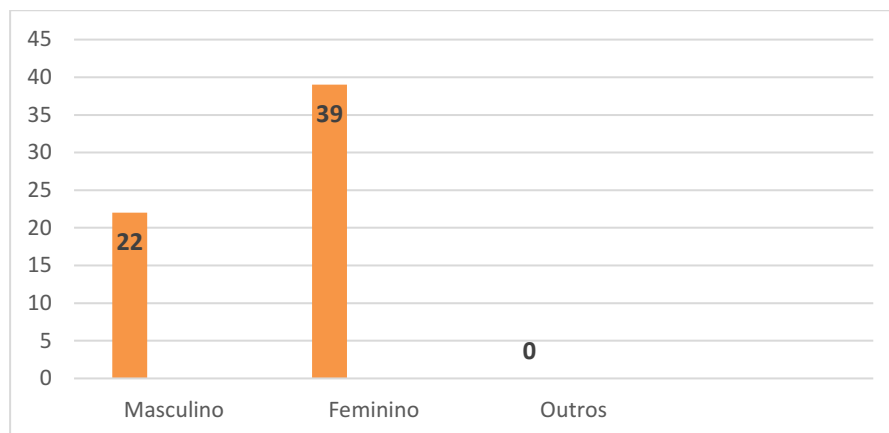


Gráfico 2: Gênero dos Estudantes Pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nenhuma pessoa se identificou como outro gênero, dos 61 estudantes pesquisados, apenas identificando-se como masculino e/ou feminino, embora o formulário de pesquisa tenha deixado um espaço para tal identificação.

5.3 Idade dos Estudantes Pesquisados

A idade dos estudantes pesquisados variou de 18 a mais de 40 anos, conforme gráfico 3 a seguir:



Gráfico 3: Idade dos Estudantes Pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Percebe-se que, há uma predominância entre 18 e 25 anos que somam 40 estudantes da amostra dos estudantes pesquisados (61 ao total), os demais somam 21 alunos, indicando uma tendência de público jovem, que frequentam os cursos da Unespar Campus de Campo Mourão.



5.4 Salário dos estudantes Pesquisados

No que se refere ao salário dos estudantes pesquisados nota-se que a medida que os mesmos estudam há uma tendência de melhoria salarial:

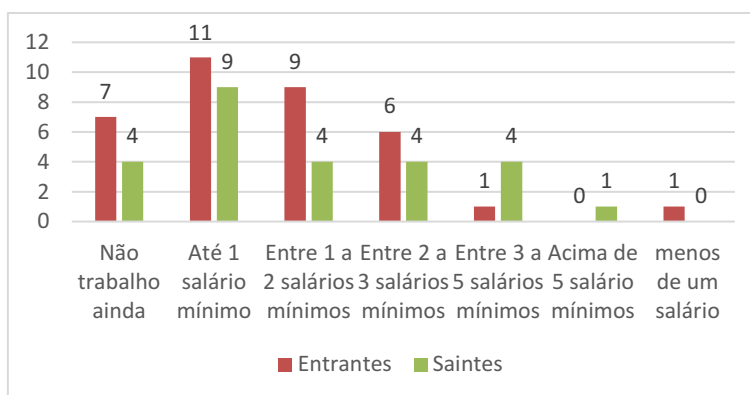


Gráfico 4: Idade dos Estudantes Pesquisados
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como se observa nos entrantes o salário menor predomina, a medida que aumenta o salário a tendência é que haja maior salário, porém chama a atenção os salários entre 2 a 3 salários mínimos em que os entrantes ainda estão em maior número, nesta amostra pesquisada.

5.5 Cidade de origem dos estudantes Pesquisados

Há um equilíbrio entre estudantes de Campo Mourão e estudantes das cidades que compõem a COMCAM, conforme explicitado no Gráfico 5 a seguir:

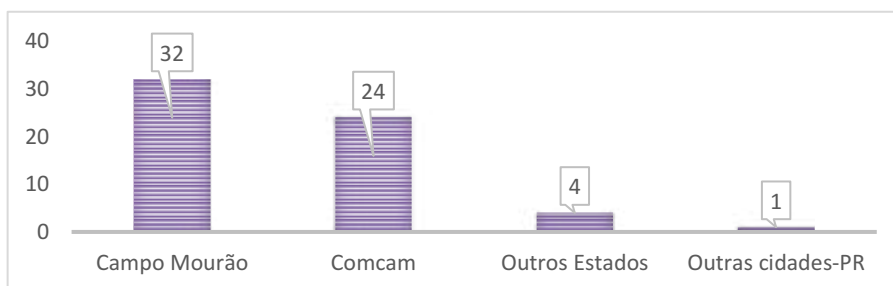


Gráfico 5: Idade dos Estudantes Pesquisados
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se que 32 estudantes são de Campo Mourão e 24 das cidades vizinhas, apenas 4 são de outros estados: São Paulo – 2; Minas Gerais: 1 e 1 do Rio Grande do Sul. Fora da região da Comcam apenas um estudante que cursa Engenharia da Produção Agroindustrial da cidade de Cianorte.



5.6 Identificação do curso dos estudantes

A perguntar a seguir dizia respeito ao curso em que o estudante frequentava e as respostas obtidas foram:

Tabela 1 – Curso e distribuição de alunos entrantes e saíntes da Unespar – Campo Mourão

Curso	Entrantes	Saíntes
Administração	5	8
Ciências Contábeis	10	3
Ciências Econômicas	2	0
Eng. Prod. Agroindustrial	0	4
Geografia	1	1
História	5	0
Letras	2	1
Matemática	2	2
Pedagogia	2	1
Turismo	7	5

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

Observa-se que todos os cursos participaram em menor ou maior proporção, mas deram sua opinião, á exceção foi o curso de Engenharia da Produção Agroindustrial, que devido ao baixo número de entrantes em 2022 não houve respondentes. No entanto, 4 saíntes responderam.

5.7 Divulgação dos Cursos da Unespar

Quando questionados de que forma os estudantes pesquisados ficaram sabendo sobre os cursos ofertados pela Unespar – Campo Mourão, a maioria (57%) alegou que foi por indicação de amigos e familiares, veja os demais números representados no gráfico 6 a seguir:

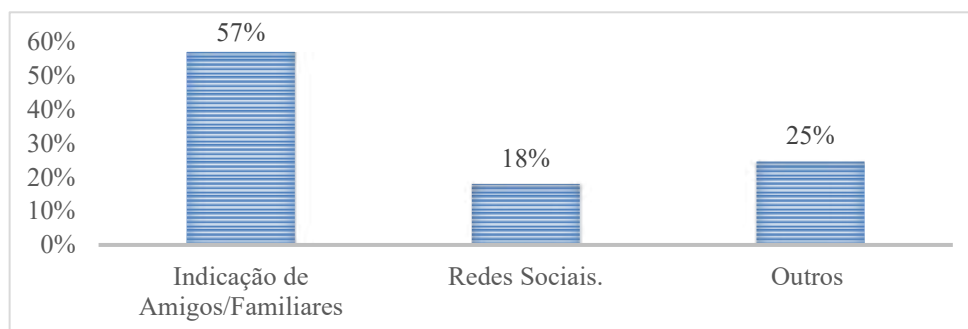


Gráfico 6: Divulgação dos cursos da Unespar
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como a maioria dos estudantes é da região da Comunidade dos Municípios de Campo



Mourão-PR a indicação de amigos e familiares ainda predomina quando se trata da divulgação do curso da IES. Por outro lado, as redes sociais também destacam-se relativamente com 18%, já os 25% restantes estão divididos em: campanhas de vestibular (2%), Sisu (2%) e outras diversas formas 1% cada. Cabe ressaltar ainda, que a maioria iniciou o curso via concurso vestibular (48%), porém o Sisu/ENEM/Provar trouxe 42% novos estudantes pesquisados e 10% são portadores de diploma da própria Unespar e/ou de outras IES da região.

5.8 Diferenciação, relevância, estima e familiaridade

O item avaliado procurou identificar como os estudantes observam a Unespar no que tange a relevância, a estima e familiaridade. Para tanto vários aspectos foram questionados e chegou-se às seguintes respostas, conforme representadas no gráfico 7, que consideram estes aspectos somados como:

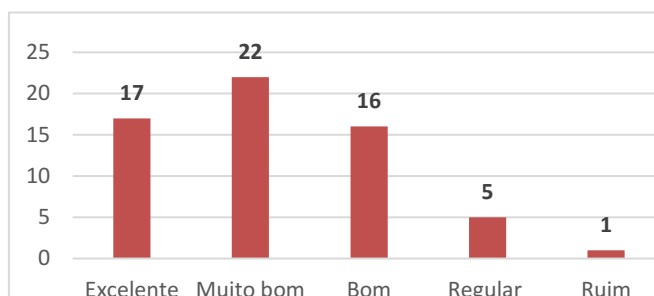


Gráfico 7: Expectativa sobre o curso

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nota-se, que a expectativa sobre o curso é muito boa, visto que, como alegam os estudantes, muitos familiares e amigos já estudaram na Unespar e a recomendam. Observa-se que poucos possuíam uma baixa expectativa com relação ao curso, já que, apenas 6 estudantes a considerava regular ou ruim enquanto que os demais (55 estudantes) a consideram de boa qualidade o que representa 90,17% dos estudantes pesquisados. Já no aspecto de conhecimento adquirido durante o curso os estudantes responderam conforme demonstrado no gráfico 8, a seguir:

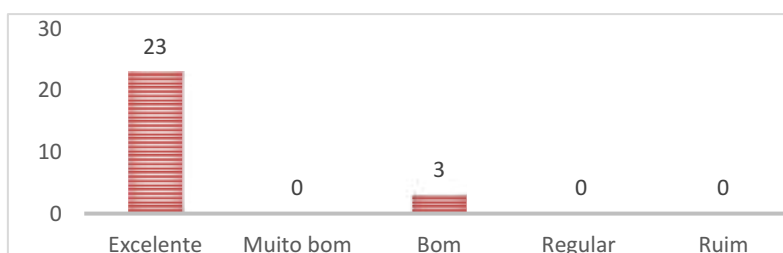


Gráfico 8: Conhecimentos adquiridos/continuidade dos estudos na Unespar.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se também, que no que se refere aos conhecimentos adquiridos, os itens apresentam relevância na aprendizagem dos estudantes. Sendo que a maioria dos concluintes 23 de 26 afirmam que continuariam seus estudos na Unespar, já que tiveram uma experiência muito positiva na IES. Sob este aspecto os estudantes relataram o seguinte:

- Uma universidade pública, gratuita e de qualidade.
- Uma ótima faculdade, com professores incríveis.
- Uma universidade que me proporcionou muitos conhecimentos.
- Ótima universidade pública.
- Uma imagem boa, de uma faculdade pública de qualidade e que oferece boas possibilidades para a formação teórico-profissional.
- Universidade pública de responsabilidade
- Uma universidade que tem muito potencial e que foi muito útil para mim.
- Ótima instituição de ensino.
- Um ambiente diverso e acolhedor.
- A melhor possível, quero falar para todos os jovens da Unespar.
- Uma universidade muito boa, porém, que eu não voltaria a estudar nela futuramente.
- Melhor coisa que me aconteceu!
- Ensino público de qualidade. Apenas precisa de melhorias na parte estrutural do campus.
- Levarei que foi uma ótima faculdade e que foi onde eu cresci e evolui para a vida profissional
- Universidade que sem dúvida gostaria que meus filhos frequentassem para curso superior.
- Uma ótima universidade. Criei laços incríveis com meus professores.
- Gratidão!
- Instituição de formação de cidadãos.
- Um dos melhores momentos da minha vida e só devo agradecer a cada professor por fazer parte das minhas conquistas
- Muita oportunidade
- Muito boa!
- Algumas matérias tenho ótimas lembranças de professores devido à maneira dinâmica de ensino.
- Uma instituição boa, mas poderiam nos preparar melhor para o mercado de trabalho
- Uma universidade de futuro, que forma profissionais de qualidade.

Pelos comentários observa-se que os itens diferenciação, relevância, estima e familiaridade foram confirmados pelos estudantes na amostra pesquisada havendo apreço entre os estudantes pela sua Unespar, Campus de Campo Mourão. Apesar de indicar alguns aspectos que merecem melhorias como a infraestrutura física, por exemplo. Na sequência, ainda sob a ótica da qualidade percebida pelos estudantes, questionou-se até que pontos os mesmos recomendariam a Universidade para os seus amigos e familiares, as respostas encontram-se no gráfico 9, a seguir:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>

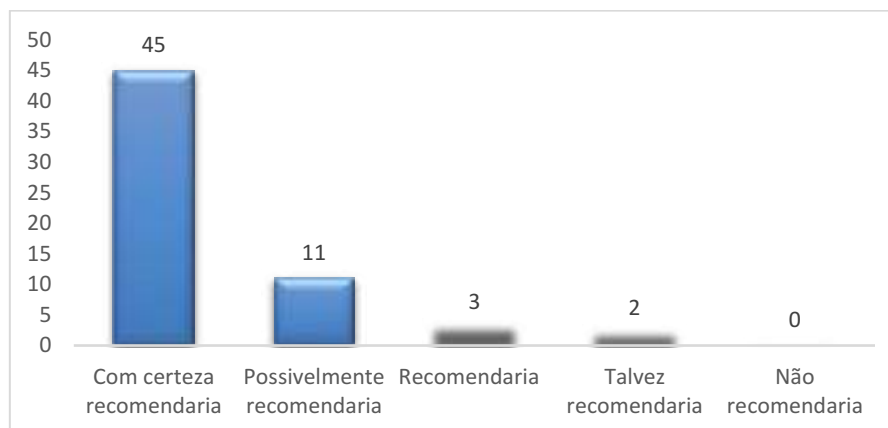


Gráfico 9: Recomendação do curso para os familiares/amigos
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se que a grande maioria, 56 dos 61 estudantes pesquisados (91,8%), mesmo aplicando o Alfa de Cronbach, fortemente recomendariam a Universidade para a família o que denota um real respeito pela marca e pela Instituição, o que está alinhada às pesquisas realizadas explicitadas pelos indicadores de medidas de qualidade como o BAV (MARKEY, 2022), NPS (REICHHELD, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intenta-se assim, que diante dos resultados obtidos com esta pesquisa, a educação é uma forma de se melhorar a qualidade de vida da população. O que converge com o que denota Cobra e Braga (2004) acerca do Ensino Superior, ou ainda, de forma a continuar prestando serviços de qualidade e utilidade à sociedade. Ademais, os resultados também corroboraram com o alcance do objetivo pretendido com este estudo, ou seja, identificar as percepções de qualidade que os estudantes entrantes e saíntes possuem da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão.

Além das metas internas das organizações, metas estaduais e metas federais, tem-se as metas globais preconizadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, que traz em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável número 4 que trata sobre a Educação de Qualidade no mundo. Cujas premissas dentre outros aspectos, assegura que a educação liberta o intelecto, destrava a imaginação e é fundamental para o respeito próprio, além de ser a chave para a prosperidade e abre um mundo de oportunidades. Isso possibilita a cada um de nós contribuir



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

para uma sociedade progressista e saudável. A aprendizagem beneficia todos os seres humanos e deve estar disponível para todos (IPEA, 2022; UNDP, 2022).

No que se refere ao estudo realizado e com base nos preceitos da UNDP, e sabedoras das dificuldades enfrentadas que as instituições de ensino superior no Brasil tem enfrentado principalmente as públicas, cujos investimentos tem sido cada vez mais parcos, fazendo com que se reveja a forma de gerir a todo instante, assim os resultados auferidos na presente pesquisa foram positivos, pois indicam que os estudantes possuem um apreço pela Unespar, Campus de Campo Mourão, valorizam o ambiente de estudo e o curso que estão fazendo (entrantes) e/ou fizeram (saintes) e a maioria recomenda o mesmo para os amigos e familiares.

Diante do exposto sugere-se que se tenha em vista estes resultados e busque-se alternativas de se ouvir mais os estudantes e propagar o que eles percebem dentro da Instituição, não somente via pesquisa, mas também via eventos, acompanhamento dos coordenadores, dentre tanto outros aspectos, pois pode ajudar inclusive na atratividade de outros estudantes para a Instituição.

Sugere-se ainda, que se faça uma pesquisa sob a ótica dos professores e sob sua satisfação dentro da IES, não somente para gerar dados para acompanhamento oficiais, mas principalmente para entender e melhorar os aspectos cotidianos para que se mantenha e melhore ainda mais a percepção que o estudante tem de sua Instituição de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. *Managing brand equity*. New York : Free Press, 1991

COBRA, M; RYON, B. **Marketing Educacional: ferramentas para gestão de Instituições de ensino**. 1 ed. São Paulo, Cobra editora, 2004.

CRONBACH, L. J. **Coefficient alpha and the internal structure of test**. Psychometrika. 1951.

CRONBACH, L. J.; GLESER, G. C.; NANDA, H.; RAJARATNAM, N. **The dependability of behavioral measurements: Theory for generalizability of scores and profiles**. New York: John Wiley. 1972.

IPEA - **Intituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em 10/02/2023.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 14 Edição. São Paulo: Pearson Education do

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Brasil, 2012.

KOTLER, P; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 5.0: Tecnologia para a humanidade**. Edição do Kindle. São Paulo: Sextante, 2021.

LOURO, M. J. S. Modelos de avaliação de marca. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 26–37, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37689>. Acesso em: 7 mar. 2022

MARKEY, R. Are You Undervaluing Your Customers? It's time to start measuring and managing their worth. **Harvard Business Review**. The Magazine (January–February 2020) [Acessado 4 Março 2022]. Disponível em <https://hbr.org/2020/01/are-you-undervaluing-your-customers>.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers. Oxford: Routledge, 1998.

REICHHELD, F. **Winning on Purpose**. Harvard Business Review Press. Edição do Kindle, 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social, Métodos e Técnicas**. Ed. Atlas, 2º Ed., São Paulo. 1989.

SANTOS, A.P. **O planejamento e processo decisório estratégico nas organizações: estudo comparativo de casos sobre a dicotomia entre teoria acadêmica e prática organizacional**. Projeto de tese de Doutorado. Universidade Positivo. Curitiba, 2016.

UNDP - UNITED NATIONS. **Sustainable Development**. Disponível em: <https://www.undp.org/sustainable-development-goals?medium=GSR&utm> Acesso em 10/01/2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**A VIABILIDADE DE UM TRAÇADO URBANO PROJETADO CONFORME O
CONCEITO DE *RENDIMENTO*: UM COMPARATIVO ENTRE UM
TRAÇADO EXISTENTE E UMA HIPÓTESE ADEQUADA AO SÍTIO**

Higor Ribeiro da Costa¹ – Universidade Estadual de Maringá

Renato Leão Rego² – Universidade Estadual de Maringá

Nome do GT: 08 - Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Produção Agroindustrial

RESUMO

É possível projetar um traçado urbano orgânico, vista a quantidade de variáveis que o tornam tão individual? É viável mesclar organicidade com um traçado mais geométrico, de modo a casar as qualidades do traçado urbano de outrora com o *modus faciendi* atual? No presente artigo, apresenta-se a comparação de uma proposta hipotética de traçado urbano com uma porção de expansão urbana em Maringá-PR. O projeto de urbanização e a análise aqui levada a cabo baseiam-se no conceito de *rendimento* urbano, oriundo do arcabouço teórico da escola italiana de morfologia urbana, e dos parâmetros de avaliação e projeto extraídos a partir do anteprojeto desenvolvido para Maringá por Jorge de Macedo Vieira nos anos 1940. Os resultados apontam que é possível projetar novas áreas urbanas com *rendimento* – orgânicas e coerentes com o sítio –, com sustentabilidade econômica e socioambiental, sem deixar de atender a requisitos legais.

Palavras-chave: Morfologia urbana. Sustentabilidade. Planejamento.

RESUMEN

*¿Es posible proyectar un trazado urbano orgánico, pensando en la cantidad de variables que lo hacen tan individual? ¿Es viable mezclar organicidad con un trazado más geométrico, de manera a casar las cualidades del trazado urbano de un tiempo con el *modus faciendi* de hoy? En el presente artículo, es presentada la comparación de una propuesta hipotética de trazado urbano con un trozo de expansión urbana en Maringá-PR, en el Sud del Brasil. El proyecto de urbanización y el análisis aquí realizado son basados en el concepto de *rendimiento* (rendimiento) urbano, originario del marco teórico de la escuela italiana de morfología urbana, y de los parámetros de evaluación y proyecto obtenidos a partir del anteproyecto desarrollado para Maringá por Jorge de Macedo Vieira en los años 1940. Los resultados apuntan que es posible proyectar nuevas formas urbanas con *rendimiento* – orgánicas y coherentes con el sitio –, con sostenibilidad económica y socioambiental, sin olvidar de atender a los requisitos de la legislación.*

Palabras clave: Morfología urbana. Sostenibilidad. Planeamiento.

¹ – Doutorando em Arquitetura e Urbanismo – e-mail: chr94@outlook.com

² – Doutor em Arquitetura e Urbanismo – e-mail: rlrego@uem.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O embate entre traçados em ‘grelha’ ou ‘orgânicos’ não é novo. Desde o mundo antigo, a lógica dos assentamentos militares foi aplicada no momento de traçar cidades – mesmo que esse *grid* fosse deformado pelo relevo (COELHO *et al.*, 2013). Em outros casos, ruas totalmente curvas, moldadas pela topografia, adequavam-se à ‘vocalização’ de comércio ou defesa de determinados núcleos urbanos. E tudo isso a depender do grau de evolução tecnológica de uma sociedade em aproveitar as características do sítio de implantação (CARLOTTI, 1995). Assim, dos assentamentos romanos aos loteamentos periféricos temos um traçado mais retilíneo; e das cidades medievais aos atuais condomínios fechados – passando pelas cidades e bairros-jardim, e mesmo pelas favelas – temos um traçado mais ‘orgânico’, ou melhor, menos regular – posto que a organicidade é outra coisa, e dela tratar-se-á mais adiante. No fim das contas, o embate continua entre qual dos dois modos de traçar a cidade é mais adequado e mais viável.

Estudos voltados à infraestrutura em traçados ortogonais não faltam (MASCARÓ, 2003; MASCARÓ E YOSHINAGA, 2005). Porém, pouco ainda tratamos desses traçados menos regulares, não raro "espontâneos" – gerados de maneira complexa e sutil –, consoantes com características geomorfológicas do sítio – o que confere uma individualidade a cada percurso e, conseqüentemente, a cada cidade. Hoje, com a vida contemporânea, dificilmente se pensa em uma cidade "feita" assim, pois é necessário compatibilizar novos usos, dimensões urbanas, necessidades de deslocamento, entre outros fatores. Por isso, não raro, opta-se pelo traçado regular, vista sua praticidade (sobretudo em projeto) e economia (para quem o implementa).

Diante disso, como seria possível projetar um traçado realmente "orgânico" vista a quantidade de variáveis que o tornam tão individual? É possível fazê-lo? É viável mesclar essa "organicidade" mais genuína com um traçado mais geométrico e "planejado", de modo a casar as qualidades do traçado urbano de outrora com o *modus faciendi* atual? É com esse impasse que, no presente artigo, apresenta-se o resultado de uma pesquisa recentemente conduzida na cidade de Maringá-PR, no sul do Brasil (COSTA, 2020). Nela, dois traçados urbanos foram contrapostos. Primeiro, uma porção de traçado da atual expansão urbana de Maringá. Segundo, um traçado hipotético desenhado para o mesmo local – desenvolvido segundo determinadas características que nortearam o anteprojeto inicial da cidade, feito por Jorge de Macedo Vieira, representante nacional do ideário britânico de cidade-jardim. Tal pesquisa, sendo uma *Design Science Research* (DRESCH *et al.*, 2015), consistiu em: primeiro, uma síntese dialética de ideias para a obtenção do conceito de *rendimento* urbano; segundo, um estudo de caso



utilizando o projeto inicial da cidade de Maringá, a fim de obter parâmetros de avaliação e projeto que materializassem tal conceito; terceiro, uma simulação, com um traçado hipotético e a descrição do seu processo de projeto; e quarto, uma análise comparativa entre o traçado hipotético e a situação atual – compreendendo traçado existente e exigências da legislação em vigor. Nosso objetivo foi comprovar a viabilidade (teórica, ao menos) de um traçado urbano adequado ao sítio frente ao modo de projetar corriqueiro, que pouco leva em conta fatores como topografia e hierarquia das estruturas naturais ao desenhar vias, quadras, lotes e áreas livres.

2 O CONCEITO DE *RENDIMENTO* URBANO

Em seu processo de formação, um conjunto edificado recebe condicionamentos às suas formas, como as irregularidades do relevo. Relevo sobre o qual se assentam os percursos nos quais se apoiam parcelamentos e edificações por meio dos quais se organizam cidades e territórios. (CANIGGIA, 1976, pp. 69-72). Cientes disso, e a partir do arcabouço teórico da escola italiana de morfologia urbana, desenvolveu-se o conceito de “rendimento urbano”, que é a “coerência intrínseca entre o traçado da forma urbana e o contexto natural” (COSTA, 2020, p. 47). Para a escola italiana de morfologia urbana, *rendimento* pode ser resumido como o “grau de coerência com o contexto” (MAFFEI, 2003, p. 82, tradução nossa). No campo edilício, *rendimento* é o grau de coerência entre o *tipo* de uma edificação e o *tipo* das edificações já existentes no conjunto no qual ela é inserida (CANIGGIA E MAFFEI, 2008, p. 52; CATALDI, 2003, p. 31). Já em âmbito territorial o *rendimento* é a disposição do território para utilização do homem – em atividades como deslocamento, habitação, produção agrícola e produção urbana –, medido pela geomorfologia e pela localização geográfica de uma determinada área, permitindo verificar o quanto uma cidade e uma área agrícola são preponderantes em relação a outros assentamentos (CARLOTTI, 1995). Essa noção se aproxima da ideia de *suitability* de Ian McHarg (1971), sendo, porém, mais vinculada às formas naturais apresentadas pelo relevo, cuja declividade corrobora na definição de porções de áreas mais ou menos homogêneas, em que a extensão e conexão com outras áreas define sua importância, e cuja topografia torna-se o elemento modelador de estruturas antrópicas como percursos e núcleos urbanos.

A partir dessas duas acepções desenvolveu-se um terceiro desdobramento do conceito de *rendimento*, agora para a escala da cidade: o *rendimento* urbano (COSTA E REGO, 2019). Essa noção indica que o traçado urbano deve ser consoante ao sítio de tal modo que esse traçado seja hierarquizado e unitário, com elementos e arranjos interdependentes.



3 LEITURA MORFOLÓGICA E PARÂMETROS

Desenvolvida essa noção, percebeu-se que o conceito de *rendimento* só havia sido aplicado em cidades e territórios históricos, mormente de formação espontânea, não projetados. Com isso, buscou-se uma cidade totalmente planejada que satisfizesse a ideia de consonância ao sítio em seu traçado. Isso serviria para trazer à luz parâmetros de projeto e avaliação de traçados urbanos projetados. Desse modo, encontrou-se uma cidade projetada por um discípulo de Barry Parker – que, junto com Raymond Unwin, materializara o ideário cidade-jardim: Maringá, no norte do Paraná, projetada por Jorge de Macedo Vieira nos anos 1940 (figura 1).

Figura 1 – “Ante-projeto” de Maringá, elaborado por Jorge de Macedo Vieira.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná.

Posta sua conformação pré-concebida para ser adaptada ao sítio, com particular atenção às cumeadas e fundos de vale – base para a ferrovia e para suas avenidas, praças e parques (REGO, 2001; REGO, 2009; REGO *et. al.*, 2004), Maringá foi escolhida como estudo de caso para obtenção dos parâmetros de avaliação e projeto do *rendimento* urbano. Instrumento foi a leitura morfológica do traçado, baseada no conceito de *rendimento* urbano, a partir da qual cinco parâmetros foram extraídos: “coerência”, “organicidade”, “hierarquização”, “limitação” e “continuidade de percursos” (COSTA, 2020, p. 83).



Usando a ‘coerência’ é possível observar a adequação do traçado ao relevo. Deve-se observar o quanto o desenho dos percursos corresponde ou não ao desenho das curvas de nível, evitando declividades ou movimentações de terra; o quanto os principais percursos da área correspondem às principais linhas do relevo – nesse caso, das cumeadas; se seus centros e praças correspondem aos encontros dessas cumeadas (nós e polos); e se essas áreas se encontram em porções de relevo relativamente contínuo (plano ou de pouca pendência) e bem articuladas com o restante do território – de modo a predispor seu crescimento. No projeto original de Maringá, por exemplo, observou-se a colocação de um centro principal e cinco centros secundários sobre as cumeadas e linhas de escoamento, evitando áreas de declividade acentuada. A seguir (figura 2), temos as cumeadas (linhas esfumadas) e as curvas de nível (linhas pontilhadas) sobre as quais se assentam o centro principal (A) e os centros secundários (B, C, D, E e F).

Figura 2 – Alguns dos centros de Maringá sobre o relevo.



Fonte: COSTA, 2020, p 69.

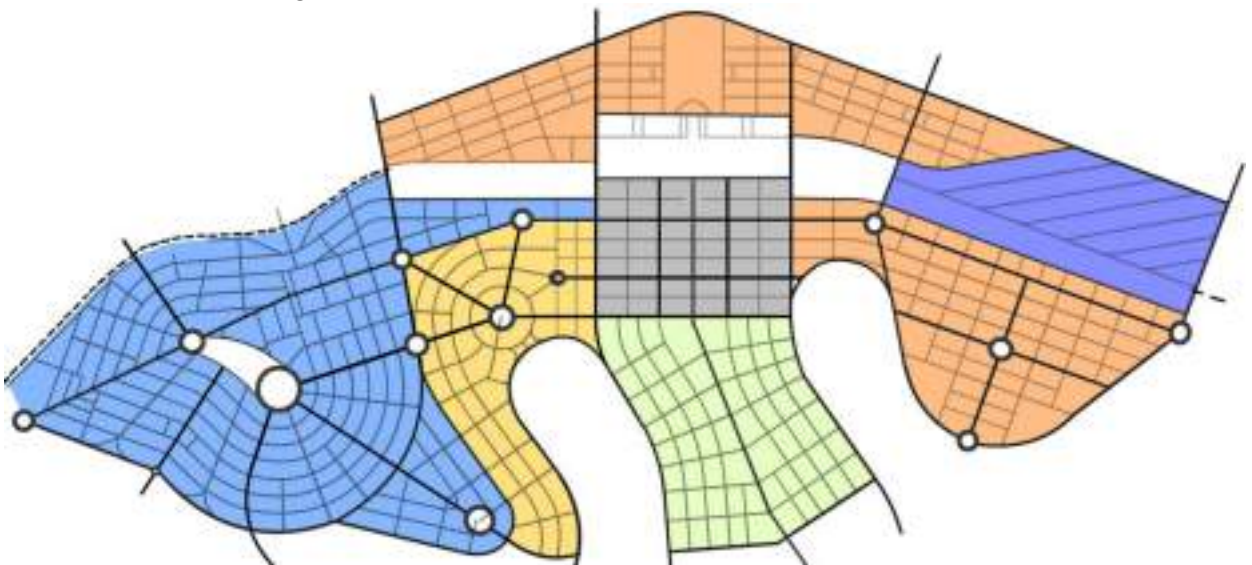
Já com a ‘organicidade’ é possível identificar o quanto cada percurso, praça e centro é interdependente e/ou deriva um do outro. Um ‘organismo’ é algo composto de partes desiguais que dependem umas das outras e trabalham juntas para cumprir sua função. Logo, entendendo a cidade como um organismo e o traçado urbano como sua expressão, um percurso de maior importância (como uma avenida) não pode levar de nada a lugar nenhum. Do mesmo modo,



uma praça, e mesmo um equipamento público ou de grande porte, não pode ser disposto aleatoriamente no conjunto urbano sem considerar a interdependência entre as partes. Ou seja, todos os elementos urbanos – ruas, avenidas, praças, centros, quadras, lotes e edificações – devem se ‘apoiar’ mutuamente, correspondendo – no todo e nas partes – às características pré-existentes do sítio, como consequência da ‘coerência’ com o mesmo.

Com a ‘hierarquização’, identifica-se o quanto os elementos e sub-organismos urbanos estão subordinados uns aos outros, sendo isso consequência da coerência e da organicidade do traçado (figura 3). Um bairro central deve apresentar uma predominância sobre outros bairros menores. Em Maringá, por exemplo, o centro foi colocado em área plana, servindo como área articuladora para os outros bairros, o que se vê em seu traçado retilíneo, xadrez (em cinza). Percursos, nós e polos como avenidas, praças e centros devem ter sua ênfase dada a partir de sua colocação na cidade, por sua interconexão e pela colocação de seus equipamentos de acesso público (igrejas, teatros, galerias, mercados, shoppings, entre outros).

Figura 3 – Vias retas e curvas se intercalam no desenho de Vieira.



Fonte: COSTA, 2020, p 77.

Já pela ‘limitação’, podemos observar em que medida os limites naturais do sítio – como os fundos de vale com suas faixas de declividade acentuada – foram respeitados, e quais elementos urbanos foram utilizados para trazer à tona esses limites naturais. Ruas, avenidas, áreas verdes ou faixas edificadas podem trazer à luz as formas do relevo ou obliterá-las, dando limite ao traçado e à sua expansão. Assim, a delimitação dos bairros, por exemplo, serve para



distingui-los uns dos outros sem necessariamente os separar de modo absoluto, visto que os limites de uma área podem ser pensados como futuros elementos de conexão entre bairros distintos, ou mesmo elementos estruturantes de novas expansões urbanas. Assim, o traçado urbano deve ser delimitado e ter seus arrabaldes claros sem que isso implique em isolamento. Exemplo disso são os limites dos bairros no projeto original de Maringá (figura 3). A Zona 2 (verde) apresenta um *grid* curvo moldado pelas vias delimitadoras dos bosques. Já a Zona 4 (amarela) mostra um traçado de transição entre a área central ortogonal do centro (cinza) e o traçado curvilíneo dos bairros residenciais em azul. As Zona 3 e 7 (laranja, ao sul e a norte, respectivamente) são dois *grids* delimitados por avenidas curvas, correspondentes aos fundos de vale e arrabaldes da cidade. E a Zona 10 (roxa) tem suas ruas oblíquas à ferrovia, permitindo o carregamento dos comboios. Por fim, as Zonas 5 e 6 (azuis) – bairros residenciais – mostram um traçado curvilíneo, consoante às pendências do relevo e, também, aos fundos de vale.

Enquanto isso, pela ‘continuidade de percursos’ podemos aferir o quanto os percursos adentram ou não um bairro, identificando como a limitação e hierarquização entre os bairros ocorre, e se tais percursos obedecem a uma organicidade e coerência. Bairros podem ser distintos uns dos outros por meio do desencontro de ruas que são interrompidas no encontro com alguma avenida, de modo que o fluxo de um bairro não adentre no outro, corroborando na separação de usos do solo por meio da morfologia – e não apenas por legislação impositiva. Isso pode ser notado de particular modo nas vias (figura 3) do centro de Maringá (em cinza) que não adentram a Zona 2 (em verde), e vice-versa, evitando que todo o fluxo de uma área central de transição e comercial adentre por um bairro residencial.

4 TRAÇADO HIPOTÉTICO E COMPARATIVO

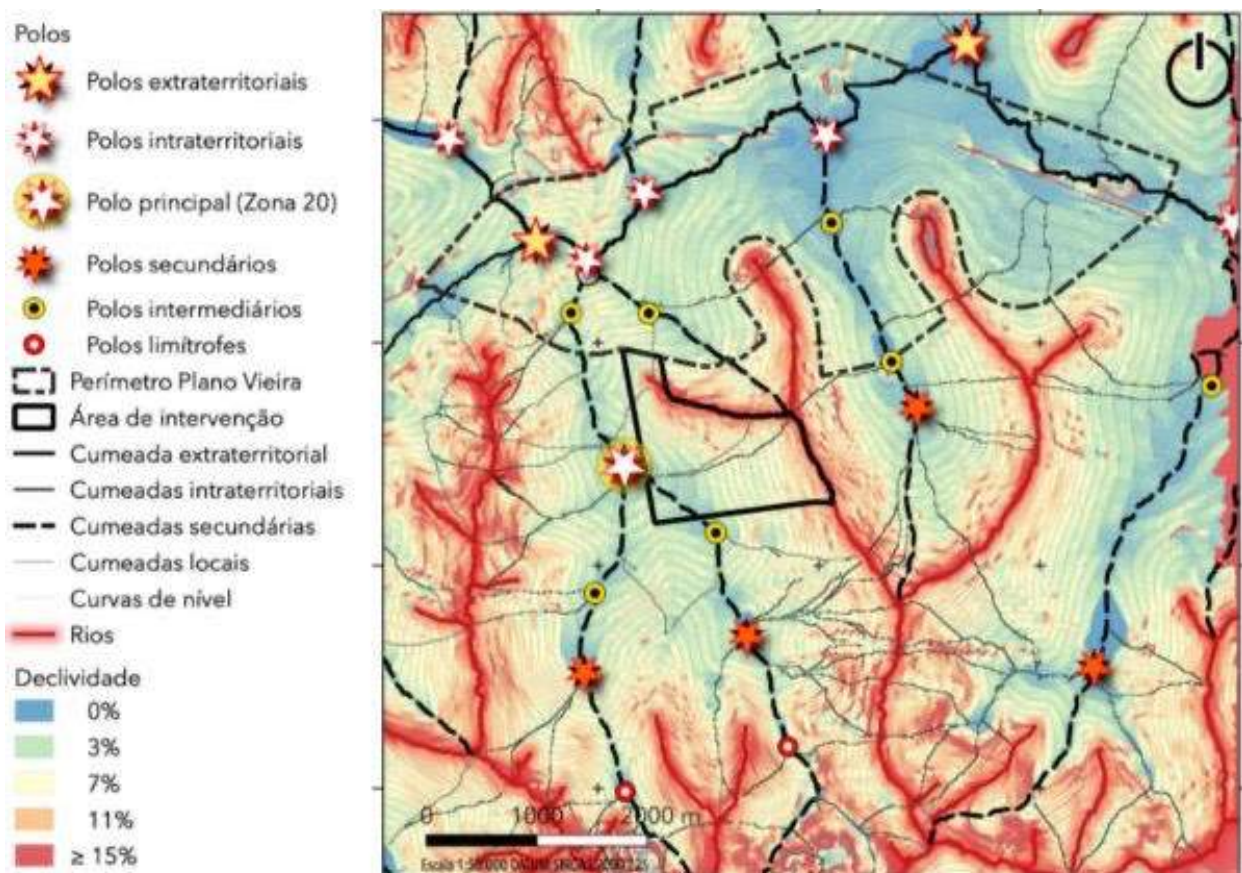
Obtidos os parâmetros de *rendimento* urbano, fez-se sua verificação em uma área distinta da analisada até então. Escolheu-se uma porção da expansão urbana da própria cidade de Maringá, a Zona 20, por apresentar um arranjo em *grid*, morfologicamente diferente do plano original. Assim, uma ‘leitura’ do traçado da Zona 20 fora feita e um traçado alternativo proposto para a área, considerando os novos parâmetros obtidos. Os elementos de ambos os traçados foram analisados e um paralelo entre ambos foi feito. Por fim, ambos foram comparados com a legislação em vigor, a fim de verificar se um traçado feito de acordo com os parâmetros de bom *rendimento* urbano é viável e factível na realidade atual.

O primeiro passo para essa verificação foi a análise das formas naturais do sítio,



identificando sua hierarquia morfológica (figura 4): cumeadas, talvegues (fundos de vale) e seus respectivos encontros – ou ‘nós’ e ‘polos’, a depender de quantas dessas linhas do relevo se encontram ou derivam neles. Utilizou-se um modelo digital de elevação gerado a partir das curvas de nível – o que possibilitou também observar a declividade da área. Com o cruzamento desses dados foi possível dar início ao processo de projeto do traçado urbano hipotético segundo o *rendimento*. Porém, observando o conjunto das estruturas naturais da área, notou-se que o projeto do traçado hipotético não poderia ser restrito apenas à Zona 20, mas sim que deveria começar do todo e terminar na área delimitada para intervenção, o que será visto mais adiante.

Figura 4 – Hierarquia morfológico-natural de Maringá, com o relevo e a declividade da cidade e as principais estruturas naturais relacionadas à área do plano Vieira e à Zona 20.



Fonte: COSTA, 2020, p. 88.

Observando o traçado atual da Zona 20 com base nos parâmetros de *rendimento*, percebeu-se que a área se constitui de um emaranhado de ruas e loteamentos resultantes do *offset* dos limites de antigos lotes rurais. Seguindo retas que vão das cumeadas aos fundos de



vale, as ruas e avenidas da atual Zona 20 apresentam declives acentuados, chegando a mais de 13% de inclinação. E os poucos pontos que poderiam ser projetados como praças não correspondem aos pontos mais relevantes da topografia, sem interdependência e organicidade entre si (figura 5). Não houve, portanto, uma compatibilização adequada do parcelamento rural anterior com o novo uso urbano recebido pela área. Sem centros secundários conectados ao centro principal por uma rede de avenidas, nem bairros configurados conforme a morfologia do sítio, o que se nota é um agrupamento de loteamentos resultante de um *laissez-faire*.

Figura 5 – Parcelário atual de Maringá sobre o relevo: plano Vieira e expansões urbanas.



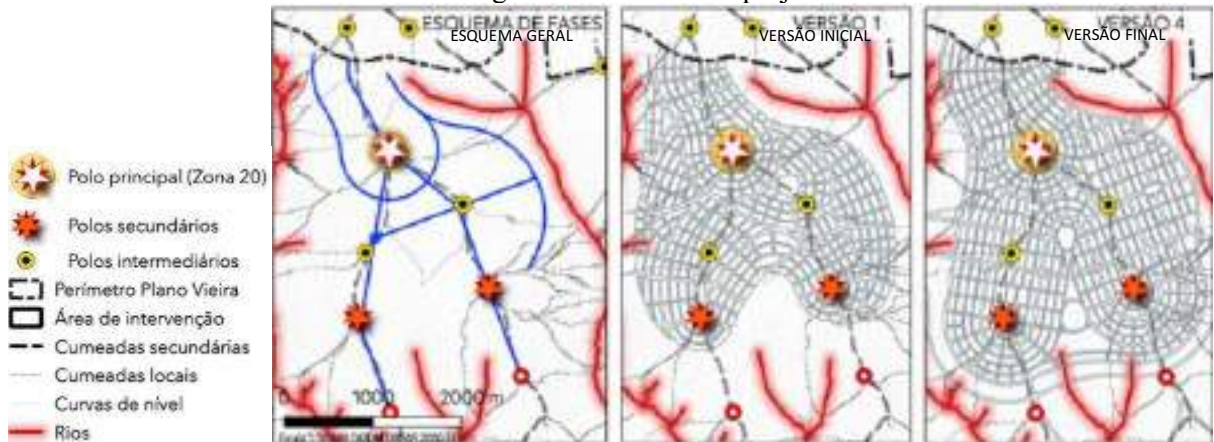
Fonte: COSTA, 2020, p 90 (adaptado).

No projeto do traçado hipotético, o primeiro passo foi identificar as cumeadas, nós e polos do promontório no qual está localizada a Zona 20. A partir disso, o traçado foi desenhado a partir da hierarquia dessas estruturas naturais, por meio de fases (figura 6). Primeiro um esquema geral, depois um traçado totalmente curvilíneo (versão inicial) e, em seguida, uma compatibilização, resultando em algo mais factível (versão final), à maneira de como Vieira projetou o traçado original de Maringá. A partir da cumeada secundária que parte do plano Vieira, tem-se um grande percurso estruturante para a nova área, chegando ao primeiro centro secundário. Aí, duas avenidas partem desse primeiro centro em direção a outros polos, nos quais outros centros secundários foram desenhados. Tais avenidas foram dispostas o mais perto possível das cumeadas, adotando um desenho ora reto, ora curvo e mais alongado, buscando a



conexão entre todos os polos, sobretudo por meio de percursos estruturantes alinhados às cumeadas, e de outras avenidas, cuja função é conectar os centros aos arrabaldes da área.

Figura 6 – Processo de projeto.



Fonte: COSTA, 2020, p. 97 (adaptado).

Assim, comparado com a atual Zona 20, o traçado hipotético, feito a partir do desenho das curvas de nível, apresenta uma declividade menor que 8%, graças ao seu formato (figura 7). Todavia, uma leve pendência se faz presente em cada uma de suas vias, de modo a possibilitar o escoamento pluvial. E, com o distanciamento dos leitos dos rios, graças ao respeito às faixas de declividade dos fundos de vale, tem-se a preservação das matas ciliares numa distância de 200 metros do talvegue em média.

Figura 7 – Traçado hipotético (esquerda) *versus* atual Zona 20 (direita).



Fonte: COSTA, 2020, pp. 111 e 103 (adaptado).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Com isso, a paisagem resultante é semelhante a um terraceamento circundado por cunhas verdes, sem, com isso, deixar a praticidade de todas as ruas dos bairros conectadas a um conjunto indissociável de avenidas. O respeito ao relevo e à declividade fazem também com que as quadras variem de dimensão na medida de sua proximidade de um centro, de um outro promontório ou de um limite. Desse modo, o traçado dessa nova área urbana se mostra expansível e bem articulado com o território circunstante.

No desenho proposto, dentro do perímetro correspondente à Zona 20 (figura 7), tem-se 59 quadras (cinza escuro), 10 canteiros e praças (verde claro), e 1339 lotes – um total 752.909,19m² de área loteável. As quadras, desenhadas com cerca de 80x160m, ressoam o padrão do plano Vieira. Já os lotes seguiram um padrão de aproximadamente 12x40m, conforme a Lei 889/2011, que rege o atual parcelamento urbano (MARINGÁ, 2011).

Dentro do recorte, avenidas de 35 metros de largura e ruas com 20 metros entre uma testada de quadra e outra, conforme a legislação vigente, totalizaram 496.830,70m². Quanto às áreas verdes, desenhou-se 20.968,02m² entre praças e canteiros, além de 307.708,71m² de bosques nos fundos de vale. Desse modo, do total de 1.579.260,37m² do total bruto do perímetro analisado, 47,64% são lotes internos ao perímetro, 31,50% são vias e 19,47% são áreas verdes. Os outros 1,39% são compostos pelos acessos a outros bairros e fundos de vale. Já o atual desenho da Zona 20 (figura 7) é composto por 1467 lotes em 1.172.674,51m² (1,17km²) e 451.894,46m² de vias, porém, sem áreas verdes previstas (uma vez que as rotatórias não contam como áreas verdes na atual legislação). A diferença entre a qualidade espacial de ambos é sensível, mesmo com um número semelhante de lotes.

Observando a atual legislação de parcelamento urbano (MARINGÁ, 2011) é possível notar uma série de definições vagas, que não explicitam a localização de avenidas e pontos importantes para áreas livres e equipamentos públicos – à exceção das ‘vias paisagísticas’. Não se diz que as avenidas principais devam estar próximas às cumeadas, e que áreas como centros comerciais devam estar próximas ao encontro delas, por exemplo. Há apenas uma definição vaga de percentuais que são deixados à mão do empreendedor que, não raro, não possui critério para a definição de áreas e equipamentos se relacionam com outras áreas além dos limites de sua propriedade – seu lote ou gleba. Essa é uma falha de planejamento urbano. Por um lado, dimensões e organização dos lotes são limitadas; por outro, a locação das áreas públicas – essas sim de competência do Estado – resta indefinida. Assim, não é de estranhar a fragmentação e a baixa coerência dos novos traçados. Tudo deixado à mercê de um grupo de indivíduos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

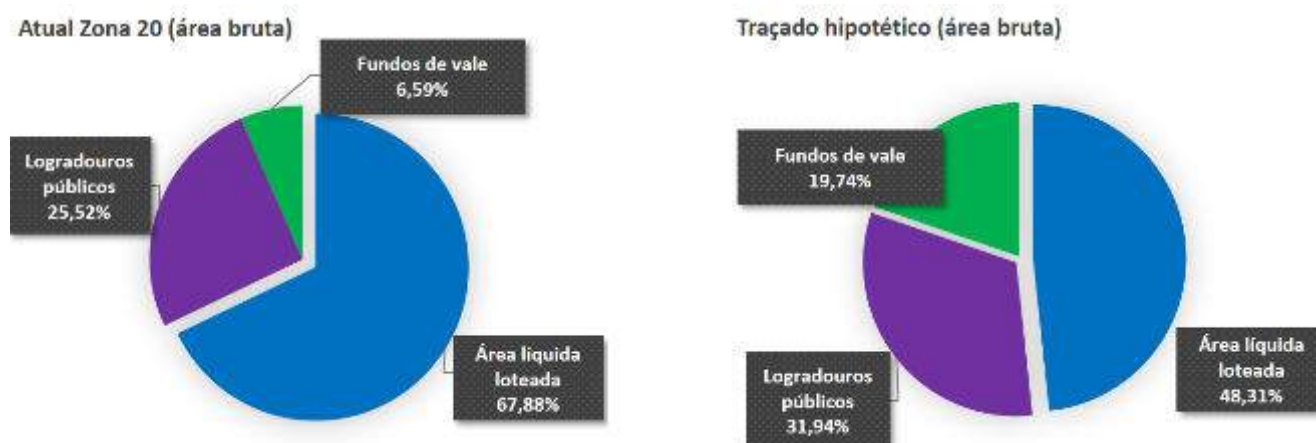
<http://conlape.unespar.edu.br/>



(empreendedor e projetistas) que atua em média escala (a da gleba ou lote rural parcelado em pequenos lotes urbanos), cuja necessidade mais imediata é a rentabilidade que o parcelamento pode oferecer. Sem nenhuma diretriz de projeto, a não ser cumprir percentuais legais, a prática comum é a do *offset* dos limites laterais dos lotes rurais, e, às vezes, de vias pré-existentes.

Constatou-se, porém, que é possível projetar novos traçados com *rendimento* urbano, sem, com isso, deixar de atentar ao aspecto de lucratividade natural ao processo de parcelamento e da legislação atualmente em vigor. Para demonstrar essa viabilidade, foi feita a contabilização das áreas e de seus percentuais, comparando-os aos índices da Lei 889/2011 e aos índices obtidos no atual traçado da área pormenorizada (COSTA, 2020, p. 108). Observando os dois gráficos a seguir (gráficos 1 e 2), com as áreas da atual Zona 20 e do traçado hipotético comparadas à área total bruta do perímetro, nota-se um maior equilíbrio percentual no traçado hipotético. Os percentuais de fundos de vale e logradouros públicos são sensivelmente superiores no traçado hipotético, indicando maior qualidade urbana, com mais acessos e áreas livres, e, com isso, maior potencial para valorização da área ao longo do tempo.

Gráficos 1 e 2 – Relação de percentuais (em relação à área bruta do perímetro).



Fonte: COSTA, 2020, p. 109.

É necessário salientar que a relação de percentuais não se resume apenas ao comparativo entre área líquida, logradouros públicos e fundos de vale dentro do total de área bruta do perímetro. Alguém pode arguir que tal relação é desvantajosa para um empreendedor. Todavia, isso pode ser sanado com a delimitação e aquisição de maiores áreas de fundo de vale por parte do poder público antes da permissão para ocupação urbana da área, evitando desapropriações



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mais onerosas ao erário público e problemáticas socioambientais. Nesse caso, é preferível que as áreas de fundo de vale sejam delimitadas e adquiridas antes mesmo do parcelamento rural, se possível. Ou, em resumo, tais áreas de fundo de vale devem ser adquiridas antes de maior especulação da área (efeito que ocorre com o parcelamento rural e, sobretudo, urbano).

Os principais logradouros públicos, como avenidas e centros, devem ser abertos pelo poder público antes da permissão para o parcelamento urbano da área. Com isso, garante-se um traçado contínuo no qual os empreendedores podem construir as ruas que constituirão o traçado dos bairros. Além disso, a definição e a construção dos principais percursos e polos do traçado coerentes com o relevo, *a priori* do loteamento, balizarão o desenho das ruas e quadras. E, mesmo que se utilize do artifício do *offset*, o fato de ter elementos balizadores coerentes ao relevo possibilitará uma maior qualidade de traçado ao evitar sua descontinuidade, posto que tal alternativa corroboraria em dirimir a indefinição de projetistas ao desenhar as novas ruas e bairros – podendo-se pensar ainda em fases para esse processo de ocupação urbana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cabo da pesquisa pôde-se verificar que sim, é possível projetar um traçado urbano com bom *rendimento* urbano, e, mais do que isso, que é viável projetar um tal traçado. É verdade que mais estudos são necessários para esmiuçar com maior exatidão os custos de uma tal empreitada, porém, aberta está a porta e franqueado está o acesso. Uma vez sendo possível fazer, basta refinar as análises, sobretudo em vista dos benefícios que podem ser alcançados com traçados morfologicamente adequados ao sítio.

Observou-se a importância da leitura morfológica do sítio antes mesmo da leitura morfológica de qualquer traçado, pois é dali que surgirão os balizadores para os novos traçados urbanos. E, além disso, destaque-se a importância do comparativo com o traçado atual, a fim de ver o que é necessário melhorar no *modus faciendi* atual, bem como do comparativo com a legislação em vigor, o que possibilitou verificar falhas e pontos de melhoria para a lei.

Percebeu-se que não é possível deixar o planejamento do traçado urbano da cidade e de suas expansões nas mãos do setor privado, visto que cada proprietário de lote rural terá um projeto distinto, e que muito provavelmente será executado à medida em que seu empreendimento for custeado. O resultado disso será a necessidade de um plano de ‘amarração’ do traçado urbano, mais ou menos como ocorreu nos anos 1970 em Maringá (e alhures).

Ao contrário, se o processo de expansão urbana for capitaneado pelo poder público, com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

diretrizes viárias para todo o perímetro que pode ser ocupado no porvir (mesmo com políticas para conter o espraiamento urbano), melhores resultados poderão ser obtidos – graças à uniformidade do traçado: sobretudo se este for desenhado para ser executado segundo os parâmetros de *rendimento* urbano. Assim, um proprietário de terreno rural que queira lotear sua área dentro de um perímetro urbanizável deverá se submeter ao traçado já desenhado anteriormente. E isso proporcionaria uma melhor qualidade urbana, diversa daquilo que percebemos na cidade capitalista atual, na qual as glebas rurais são parceladas sem a definição de um traçado urbano adequado e de espaços e equipamentos públicos acessíveis ao povo.

Percebe-se ainda que o *rendimento* urbano corrobora na mitigação de problemas socioambientais, como erosões e alagamentos – posto que, por exemplo, o traçado de vias consoante aos fundos de vale é mais adequado a parques lineares do que a ruas retas sem saída, que necessitam de ‘vias paisagísticas’ as interligando. Ademais, por essa adequação ao relevo, e conseqüente menor declividade, torna-se possível e menos custosa a implementação de infraestruturas para transportes alternativos e públicos, quais ciclovias e binários de VLT. Isso sem falar na diminuição do esforço de caminhada a pé que facilita a vida de pessoas com mobilidade reduzida, como idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Naturalmente isso depende de vontade política e da sociedade civil organizada, no entanto é necessário levar em conta que toda essa alteração no *modus faciendi* atual acarreta menores custos, corroborando com sua viabilização e possibilidade de implantação. Assim, diversas melhorias podem ser feitas nas cidades em prol do povo por meio do planejamento urbano, utilizando como instrumento o projeto de novas áreas urbanas baseadas no *rendimento*, sem viver apenas de loteamentos ortogonais que surgem, gleba após gleba, tentando ignorar a natureza e os usuários finais – os moradores – em prol de uma ‘praticidade’ e ‘economia’ apenas para que o constrói e vende os lotes.

REFERÊNCIAS

CANIGGIA, G. **Strutture dello spazio antropico: studi e note**. Florença: Uniedit, 1976.

CANIGGIA, G.; MAFFEI, G. **Lettura dell’edilizia di base**. Florença: Alinea, 2008.

CARLOTTI, P. **Per lo studio del processo di trasformazione del Territorio Romano**. Roma: Esagrafica, 1995.

CATALDI, G. **From Muratori to Caniggia: the origins and development of Italian school of design typology**. *Urban Morphology*, v. 7, n. 1, pp. 19-34, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

COELHO, C. D.; COSTA, J. P.; LEITE, J. S.; SILVA, J. M.; TRINDADE, L.; PEREIRA, P.; PROENÇA, S. B.; FERNANDES, S. P.; MONTEYS, X. **Cadernos de Morfologia Urbana, estudos da cidade portuguesa Vol. 1 Os Elementos Urbanos**. Lisboa: Argumentum, 2013.

COSTA, H. R. **Rendimento e traçado urbano: conceito, leitura, avaliação e projeto**. 2020. 127f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

COSTA, H. R.; REGO, R. L. **O conceito de rendimento da escola italiana de morfologia: um parâmetro para a boa forma da cidade**. Revista de Morfologia Urbana, v. 7, n. 2, e000082, pp. 1-11, 2019.

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J.A.V. **Design Science Research: A method for Science and Technology Advancement**. Cham: Springer, 2015.

MCHARG, I. **Design with Nature**. Nova Iorque: Natural History Press, 1971.

MAFFEI, G. L. **Gianfranco Caniggia: architetto. Roma (1933-1987): disegni, progetti, opere**. Florença: Alinea Editrice, 2003.

MARINGÁ. Lei complementar nº 889, 27 de julho de 2011. **Substitui a Lei Complementar n. 334/99, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo no Município de Maringá**. Disponível em:

<http://www.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/geo/leis/lc_889_2011_parcelamento_solo_lei_original.pdf>. Acesso em novembro de 2019.

MASCARÓ, J. L. **Loteamentos urbanos**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2003.

MASCARÓ, J. L.; YOSHINAGA, M. **Infra-estrutura urbana**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.

MCHARG, I. **Design with Nature**. Nova Iorque: Natural History Press, 1971.

REGO, R. L. **As cidades plantadas**. Maringá: Edições Humanidades, 2009.

REGO, R. L. **O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim**. Acta Scientiarum, v. 23, n. 6, pp.1569-1577, 2001.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S.; DE ANGELIS NETO, G.; JABUR, R. S.; RISSI, Q. **Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Acta Scientiarum Technology, v. 26, n. 2, pp. 141-150, 2004.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



ACESSIBILIDADE EM CALÇADAS – ESTUDO DE CASO NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PEABIRU - PR

Vivian Maria Amaral de Oliveira¹ – Universidade Estadual do Paraná
Jaciene Maria Moreira Batista² – Universidade Estadual do Paraná
Natieli Geovana Salvadori³ – Universidade Estadual do Paraná
Diego Aparecido de Souza⁴ – Universidade Estadual do Paraná
Adalberto Dias de Souza⁵ – Universidade Estadual do Paraná

Nome do GT: 08 – Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Produção Agroindustrial.

RESUMO

A existência de barreiras arquitetônicas, má conservação de vias, calçadas mal projetadas e a inexistência de medidas de acessibilidade nos diversos ambiente públicos são comuns nas cidades brasileiras. Esses impedimentos acabam representando um dos fatores de exclusão das pessoas com deficiência do convívio social e mercado de trabalho, mediante a ineficiência do poder público em atender o mesmo. Neste contexto, emerge a seguinte questão para a pesquisa: As calçadas da área urbana central do município de Peabiru - PR atendem as legislações e normativas específicas no âmbito federal, estadual e municipal em relação à acessibilidade? O objetivo deste trabalho foi analisar as medidas de acessibilidade encontradas no meio urbano, com foco no passeio público na área central do município de Peabiru – PR. Como resultado final da análise, foi possível concluir que, é necessário que exista uma manutenção constante de calçadas, sinalizações e rampas de acesso, visto a quantidade significativa de inconformidades encontradas. As legislações municipais de acessibilidade devem corroborar com as leis federais vigentes.

Palavras-chave: Acessibilidade. Calçadas. Municípios da COMCAM.

RESUMEN

La existencia de barreras arquitectónicas, el mal mantenimiento de las vías, las aceras mal diseñadas y la falta de medidas de accesibilidad en los diversos ambientes públicos son comunes en las ciudades brasileñas. Estos impedimentos terminan representando uno de los factores de exclusión de las personas con discapacidad de la vida social y del mercado laboral, debido a la ineficiencia del poder público para atenderlas. En ese contexto, surge la siguiente pregunta de investigación: ¿Las aceras en el área urbana central del municipio de Peabiru - PR cumplen con la legislación y las normas específicas a nivel federal, estatal y municipal en relación con la accesibilidad? El objetivo de este trabajo fue analizar las medidas de accesibilidad que se encuentran en el entorno urbano, centrándose en la acera pública en la zona central del municipio de Peabiru - PR. Como resultado final del análisis se pudo concluir que existe la necesidad de un mantenimiento constante de las aceras, señalización y rampas de acceso, dada la importante cantidad de no conformidades encontradas. La legislación municipal de accesibilidad debe corroborar las leyes federales vigentes.

Palabras clave: Accesibilidad. Aceras. Condados de COMCAM.

¹ – Graduada em Arquitetura e Urbanismo – e-mail: vivian.ao@hotmail.com

² – Graduanda em Engenharia Civil – e-mail: jacienebatista@alunos.utfpr.edu.br

³ – Graduanda em Engenharia Civil – e-mail: natieli_geovana@hotmail.com

⁴ – Graduado em Engenharia Civil – e-mail: diegos.prime@hotmail.com

⁵ – Doutor em Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com – Orientador



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O conceito de acessibilidade é muito abrangente, visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, ou seja, o estudo de acessibilidade deve incluir também pessoas com mobilidade reduzida, seja temporária ou permanente, idoso, gestante e crianças.

O artigo 5º da Constituição Federal estabelece o que conhecemos como direito de ir e vir de todos os cidadãos brasileiros. Desse modo, qualquer pessoa, que tenha ou não alguma deficiência ou mobilidade reduzida, deve ter o direito de circular facilmente por qualquer lugar. No entanto, é comum que nos deparemos com a existência de desníveis, buracos, lixeiras, bueiros destampados e pisos escorregadios. Esses elementos limitam a livre circulação dos pedestres, de forma geral e, principalmente, das pessoas com deficiência visual, motora e mobilidade reduzida. Se tais problemas atrapalham qualquer pedestre durante um passeio, as dificuldades são ainda maiores para quem precisa utilizar uma cadeira de rodas, por exemplo. As calçadas sem acessibilidade e os locais inacessíveis inibem a circulação segura dessas pessoas. Desse modo, elas são induzidas ao isolamento, já que são privadas da vida social, visto que as condições necessárias de locomoção não são cumpridas.

No Brasil, segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, quase 46 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, seja mental, motora, visual ou auditiva. Esse número corresponde a quase 25% da população total do país, o que representa um alto índice. No estado do Paraná, o número de pessoas com algum tipo de deficiência é de 3.094.237, ou seja, 29,62% da população do estado conforme o censo demográfico no ano de 2010. Dentre as deficiências investigadas estão a visual, auditiva, motora e mental. No último censo realizado pelo IBGE no ano de 2010 no município de Peabiru - PR, o número de pessoas com algum tipo de deficiência era de 4.191 pessoas, ou seja, 30,76% da população do município.

Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência a forma correta de se denominar aqueles que possuem qualquer tipo de deficiência é “pessoa com deficiência” (PcD). Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) ou Portador de Necessidades Especiais (PNE) são termos incorretos e inadequados e devem ser evitados, uma vez que não traduzem a realidade de quem possui deficiência. A deficiência não se porta, ela é uma condição existencial da pessoa. Diante desta problemática, somado às recentes tentativas



de incluir essa parcela da sociedade no mercado de trabalho e no convívio social, é necessária uma reestruturação do espaço urbano, adequação e sinalização nas calçadas.

Neste contexto, emerge a seguinte questão para a pesquisa: As calçadas da área urbana central do município de Peabiru - PR atendem as legislações e normativas específicas no âmbito federal, estadual e municipal em relação à acessibilidade?

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar as condições de acessibilidade assim como o cumprimento de normas e sua utilização baseada em legislações vigentes de forma adequada quanto às calçadas do Município de Peabiru - PR.

2 ACESSIBILIDADE EM CALÇADAS

Os passeios públicos ou calçadas representam um elemento indispensável das cidades, um componente básico da infraestrutura de mobilidade urbana. Destinados à circulação de pedestres, têm como função “garantir o deslocamento das pessoas independente de suas condições físicas ou sensoriais [...] com autonomia, conforto e segurança” (PINHEIRO, 2020).

Segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) — NBR 9050 (2020) e NBR 16537 (2016) — a calçada ou passeio público, representa a parte da via, em nível normalmente diferente da via de circulação de veículos, reservada à instalação de mobiliários urbanos, placas de sinalização, vegetação — entre outros elementos urbanos — e principalmente, à circulação de pedestres.

É evidente, a relevância da acessibilidade nos passeios públicos para a mobilidade autônoma e segura das pessoas com deficiências: uma edificação completamente acessível só proporciona um acesso verdadeiro para todos se a calçada e as demais estruturas que compõem a rota de acesso a esta edificação forem também acessíveis (SILVA et al., 2018).

2.1 Legislações Municipais do município de Peabiru – PR

O município de Peabiru – PR, a partir do ano de 2005, regulamentou a Lei nº 510 que sancionou o Código de Obras o qual estabeleceu as normas para construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuada por particular ou entidade pública, em toda a área do município. Nesta Lei destaca-se na Seção X, dos Passeios e Muros, o Artigo 44º que cita a seguinte informação:



“Os proprietários de imóveis que tenham frente para as ruas pavimentadas ou com meio fio e sarjeta, são obrigados a pavimentar os passeios à frente de seus lotes” e menciona no § 1º que “Não pode haver descontinuidade entre calçadas em desnível superior a 0,20m (vinte centímetros)” e no §2º que “Quando os passeios que se acharem em mau estado, a Prefeitura intimará os proprietários a consertá-los. Se estes não os consertarem, a Prefeitura realizará o serviço, cobrando do proprietário as despesas totais acrescido do valor correspondente à multa” (PEABIRU, 2005).

Ainda no ano de 2005, foi sancionada a Lei nº 513 de Acessibilidade, que visa estabelecer critérios e parâmetros técnicos para as edificações, instalações, equipamentos públicos, mobiliários urbanos bem como observância nos projetos ao atendimento às normas de acessibilidade universal. Destaca-se nesta lei: “Art. 6º Nos passeios públicos (esquinas e cruzamentos de vias) deverão ter rampas para pessoas portadoras de necessidades especiais conforme ABNT NBR 9050 de 30/06/2004” (PEABIRU, 2005).

No ano de 2019, foi sancionada a Lei Ordinária nº 717 de Sistema de calçada ecológica em áreas urbanas do município de Peabiru, nesta foi desenvolvido o sistema de calçada ecológica. Destaca-se nesta lei:

Art. 3º Fica obrigatório o uso deste sistema de calçada ecológica nas ruas pavimentadas sem galerias de captação de águas pluviais. § 1º Entende-se por calçada ecológica a área regular do passeio público, em frente de cada casa ou edifício, composta de 3 (três) faixas paralelas, 1 (uma) faixa de serviço, com plantação de gramíneas em parte do seu comprimento, 1 (uma) faixa livre revestida e 1 (uma) faixa de acesso ao imóvel. § 2º A faixa de circulação livre é obrigatória e a implantação das demais depende dos seguintes aspectos: I - Calçadas com largura mínima de 3.00 metros devem garantir plena acessibilidade aos pedestres, incluindo pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; II - Se a calçada tiver entre 3,00 metros ou mais, sugere-se que a faixa livre revestida tenha no mínimo 1,20 metros.

Art. 7º Os proprietários de terrenos particulares ficam responsáveis pela execução e conservação de suas calçadas que, se não estiverem pavimentadas, deverão receber plantio de gramíneas (PEABIRU, 2019).

Ainda no ano de 2019, foi sancionada a Lei complementar nº 71 de 18 de outubro de 2019, que dispõe sobre o sistema viário do município de Peabiru. Destaca-se nesta lei:

Art. 21. Caberá ao Poder Público Municipal o disciplinamento do uso das vias de circulação no que concerne: III - a adequação dos passeios para pedestres onde estão localizados os serviços públicos como escolas, terminal rodoviário, casa da cultura e outros, de acordo com as normas de acessibilidade universal, em especial as diretrizes formuladas pelo Decreto Federal nº 5.296/04, que regulamenta as leis federais de acessibilidade nº 10.048 e nº 10.098/00. Seção IV – Dos Passeios e Arborização - Art. 23. Os passeios devem ser contínuos e não possuir degraus, rebaixamentos, buracos ou obstáculos que prejudiquem a circulação de pedestres. Parágrafo único. A manutenção dos passeios será de responsabilidade dos proprietários dos lotes, cabendo ao Executivo Municipal efetuar a fiscalização de acordo com o Código de Obras. Art. 24. Nas esquinas, após o ponto de tangência da curvatura, deverá ser executada rampa para portador de necessidades especiais, conforme as normas especificadas pela NBR-9050 da ABNT (PEABIRU, 2019).



2.2 Normas técnicas de acessibilidade

Um marco importante para fomentar a acessibilidade em edificações e mobiliários urbanos foi à publicação da norma técnica NBR 9050:1985 da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT, intitulada “Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente”, que previu, pela primeira vez no país, diretrizes para permitir o uso e acesso autônomo dos ambientes pelas pessoas. A NBR 9050:1985 foi atualizada, recentemente, no ano de 2020 e é uma das poucas normas da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT que tem força de lei, dada pela Lei Federal 10.098/2000, a qual foi regulamentada pelo Decreto Federal 5.296/2004. Considerando a relevância dessa e das demais normas referentes à acessibilidade, o Ministério Público Federal celebrou um acordo com a ABNT, em 2004, para que elas não fossem comercializadas como as demais normas que são ofertadas pela ABNT, mas divulgadas pela Internet ou pelo Diário Oficial, permitindo o acesso amplo e irrestrito a qualquer pessoa.

A NBR 9050:2020 intitulada “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (NBR 9050, 2020, p. 1).

Há também outra norma técnica que estabelece especificações relacionadas à acessibilidade: NBR 16537:16 intitulada “Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação”, publicada em 2016, em conformidade com a NBR 9050:20 no que tange a promoção de acessibilidade. Esta norma “estabelece critérios e parâmetros técnicos observados para a elaboração do projeto e instalação de sinalização tátil no piso, seja para construção ou adaptação de edificações, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual ou surdo-cegueira” (NBR 16537, 2016, p. 1).

Quanto aos espaços e equipamento urbanos, em destaque as calçadas, que é o objeto principal desta pesquisa, as normas especificam critérios necessários para a locomoção autônoma no passeio público de forma universal com mobilidade urbana para todos, sem restrição, diante disso é necessário conhecer o que as normas técnicas estabelecem referente aos elementos que devem compor a calçada, como: sinalização de piso tátil, rampas, princípio dos dois sentidos, contraste visual.



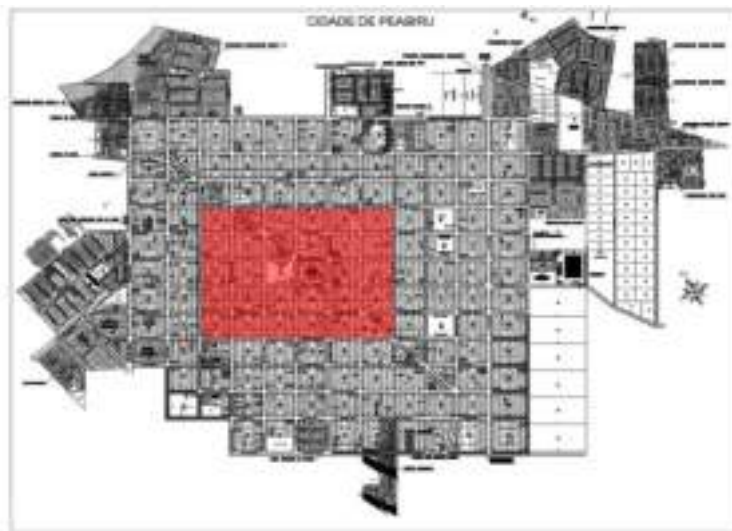
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho analisou, através de visita *in loco*, as condições de acessibilidade urbana com foco nas calçadas da área urbana central do município de Peabiru - PR. A pesquisa foi realizada em quatro etapas distintas.

Na primeira etapa foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as legislações vigentes no âmbito federal, estadual e municipal referente à acessibilidade. As leis municipais em vigor foram consultadas juntamente no site oficial da Prefeitura Municipal de Peabiru a fim de conhecer as legislações em vigor relacionadas com o tema, assim como as principais normas técnicas referentes à acessibilidade: NBR 9050:2020 e NBR 16537:2016.

Na segunda etapa foi delimitado o local de estudo. Foi selecionada, com auxílio do mapa urbano do município, uma área na região central do município (Figura 1) para a análise das calçadas. A escolha da área para análise foi referente à concentração dos espaços de maior utilidade da população e também devido ao grande fluxo de pessoas, a área selecionada teve o intuito de servir como exemplo para retratar as condições de acessibilidade existentes no município.

Figura 1 – Área urbana central de Peabiru – PR selecionada para análise.



Fonte: Prefeitura Municipal de Peabiru – Alterado pelos autores, 2023.

A área selecionada foi composta por 30 bairros (Figura 2), com uma área aproximada de 526405,66 m², no qual, destacaram-se estabelecimentos de interesse comum a população, como: agências bancárias, farmácias, mercado, praças, instituições religiosas, terminal rodoviário, edifícios administrativos, instituições de ensino, cartório, correio, serviço autônomo de água e esgoto (SAAE), estabelecimentos comerciais e área residencial.



Figura 2 - Edifícios de atendimento ao público.



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2023.

A área selecionada mapeada foi setorizada em quatro principais trechos (Figura 3), cada trecho foi numerado e diferenciado por cor. O Trecho 01 (cor laranja) foi composto por avenidas principais do município: Avenida Dr. Dídio Borcardin Bello e Avenida São Paulo; o Trecho 02 (cor roxa) foi composto, também, por avenidas principais: Avenida Raposo Tavares e Avenida Cândido Mendes; o Trecho 03 (cor verde) pelas ruas paralelas: Rua Vereador Milton Prudêncio de Brito, Rua Pastor Joel Dias Vilela, Rua Júlio Carneiro Camargo, Rua Juvenal Portela, Avenida Curitiba e Rua Modesto Saldanha; e o Trecho 04 (cor azul) composto pelas ruas: Rua José Dias Aranha, Rua Narciso Simão, Rua Cassimiro Radominski e Rua João Albino Casali.



Figura 3 – Área selecionada – Divisão dos Trechos



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2023.

A terceira etapa foi destinada a conhecer as condições dos passeios públicos no local de estudo, foi realizada uma visita técnica para o reconhecimento e análise prévia do passeio público da área selecionada, com ênfase nas condições do passeio público, na sinalização tátil e visual no piso e das rampas de acesso, visando identificar as medidas de acessibilidade existentes nas calçadas ou a ausência das mesmas. Os diferentes locais analisados foram registrados com auxílio de câmera fotográfica digital.

Na quarta etapa foi realizada a análise do passeio público e rampas de acessos identificando as condições do calçamento, as medidas assertivas e errôneas de acessibilidade, confrontando com o que estabelece as legislações no âmbito federal (normas técnicas) e municipal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a realização da análise na área mapeada, foi possível constatar calçadas irregulares, com ausência e má aplicação das medidas de acessibilidade na grande maioria do passeio público do Município de Peabiru – PR, que configuram péssimas condições para o fluxo seguro para os transeuntes, favorece o desequilíbrio dos pedestres e a dificuldade de deslocamento de



cadeirantes. Na sequência serão apontadas as principais irregularidades e medidas de acessibilidade identificadas nas calçadas em seus diferentes trechos analisados.

4.1 Trecho 01 (cor laranja)

Na análise do Trecho 01 pode-se evidenciar as seguintes irregularidades (Figura 4): calçadas com ausência de acessibilidade, como: falta de sinalização tátil, rampas de acesso irregulares ou inexistentes, má conservação das calçadas, estacionamento de bicicletas na área destinada ao passeio público, bloqueio e obstáculos na calçada, rampas de acesso do estabelecimento na área de calçada e falta de padrão e continuidade no calçamento. A NBR 16.537 (2016, p. 3) define piso tátil como: “piso caracterizado por relevo e luminância contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação perceptível por pessoas com deficiência visual, destinado a formar a sinalização tátil no piso”. Nas Figuras 4A, 4B e 4C podemos visualizar a falta de piso tátil.

Figura 4 – Trecho 01 – Irregularidades.



A- Má conservação; B – Bicicletas estacionadas na área de passeio, rampa do estabelecimento comercial na área de passeio; C – Bloqueio e obstáculo; D- Ausência de rampa de acesso;

Fonte: Autores, 2023.

Referente às calçadas, a NBR 9050 (2020, p.78) estabelece que as rampas devam sempre estar posicionadas no acesso ao passeio público, localizadas nas esquinas ou no meio da quadra para acesso dos pedestres, sendo fixadas na faixa de serviço ou proporcionando uma ampliação da calçada, não devendo ultrapassar declividade de 8,33%. Na Figura 4D podemos evidenciar a falta da rampa de acesso nas esquinas.

No trecho 01 evidencia-se, também, (Figura 5) calçadas conservadas, sem bloqueio e obstáculos e com aplicação de medidas de acessibilidade como: rampa de acesso e sinalização tátil. Considera-se rampa toda superfície de piso com declividade igual ou superior a 5%. Para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos (NBR 9050:2020). Devem ser



previstas em locais que existam a faixa de travessia de pedestres, se a largura for maior que a faixa, à inclusão do piso tátil em todo o seu perímetro. A largura mínima recomendada para as rampas dos rebaixamentos de calçadas é de 1,50m e a mínima admissível é de 1,20m, quando interligadas a faixa de pedestres a largura deve ser igual a da faixa, sem depressões na ligação, neste caso, quando necessário, deve ser introduzida uma faixa de acomodação de até 0,60 m. Pode-se observar na Figura 5A rampa de acesso mal dimensionada.

Figura 5 – Trecho 01 – Medidas de Acessibilidade.



A- Rampa de acesso mal dimensionada; B- Ausência de contraste de luminância; C- Sinalização tátil de alerta irregular na mudança de direção; D- Sinalização tátil.

Fonte: Autores, 2023.

As condições de informação e sinalização devem garantir uma adequada orientação aos usuários. A NBR 9050 (2020, p. 32) estabelece o princípio dos dois sentidos, em que as informações e sinalizações devam ocorrer através do uso de no mínimo dois sentidos: visual e tátil ou visual e sonoro.

A NBR 16537 (2016, p. 9) estabelece que a sinalização tátil direcional ou de alerta deve ser notado pelo contraste de luminância (LRV) entre a sinalização tátil e a superfície do piso mais próximo, estando seco ou molhado.

O contraste visual tem como função destacar elementos entre si por meio da composição claro-escuro ou escuro-claro para chamar a atenção do observador e para alertar perigos. O contraste é a diferença de luminância entre uma figura e o fundo (NBR 9050, 2020).

Em alguns locais as medidas de acessibilidade aplicadas não estão em conformidade com as normas técnicas, como: ausência de contraste de luminância entre sinalização tátil e piso adjacente (Figura 5B), sinalização tátil de alerta irregular na mudança de direção (Figura 5C) e rampa de acesso mal dimensionada. Conforme o código de obras do município, a aplicação das medidas de acessibilidade está em conformidade com a lei municipal, já que não apresenta orientações e especificações técnicas sobre estes itens.



4.2 Trecho 02 (cor roxa)

Na análise do Trecho 02 pode evidenciar as seguintes irregularidades (Figuras 6): calçada com ausência de sinalização tátil e medidas de acessibilidade (6A, 6B, 6C e 6D), rampas de acesso irregular (6D), má conservação das calçadas, bloqueio e obstáculos na calçada (comerciantes expondo produtos na calçada) (6C), área de passeio estreita, falta de padrão e continuidade do calçamento.

Figura 06 – Trecho 02 – Irregularidades.



A- Má conservação; B-Área de passeio estreita; C- Bloqueio e obstáculo; D- Ausência de rampa de acesso;

Fonte: Autores, 2023.

No trecho 02 evidencia-se também (Figura 7) calçadas conservadas, sem bloqueio e obstáculos e com aplicação de medidas de acessibilidade como: rampa de acesso (7A) e sinalização tátil (7B E 7 C). Porém, as medidas de acessibilidade aplicadas, na sua maioria, não estão em conformidade com a legislação federal e municipal.

Figura 7 – Trecho 02 – Medidas de Acessibilidade.



A- Rampa de acesso irregular e sem sinalização tátil. B- Medidas de acessibilidade em conformidade; C-Sinalização tátil de alerta irregular.

Fonte: Autores, 2023.

4.3 Trecho 03 (cor verde)

Na análise do Trecho 03 pode evidenciar as seguintes irregularidades (Figura 8): calçada com ausência de sinalização tátil e medidas de acessibilidade, rampas de acesso irregular (8D),



má conservação das calçadas (8A), estacionamento de bicicletas na área destinada ao passeio público (8B), degraus e desníveis na calçada (8C), bloqueio e obstáculos, falta de padrão e continuidade do calçamento (8A e 8C).

Figura 8 – Trecho 03 – Irregularidades.



A- Má conservação e ausência de pavimentação; B- Obstáculo e área de passeio estreita; C- Degraus e má conservação na calçada; D – Rampa de acesso irregular.

B- Fonte: Autores, 2023.

No trecho 03 evidencia-se também (Figura 9) calçadas conservadas, sem bloqueio e obstáculos e com aplicação de medidas de acessibilidade como: rampa de acesso e sinalização tátil. Porém, as medidas de acessibilidade aplicadas, nem sempre, estão em conformidade com a legislação federal. Outro ponto a se observar é a falta de conscientização dos usuários, que estacionam carros e bicicletas na área de passeio (9A e 9B) e em cima da sinalização tátil, obstruindo a passagem dos transeuntes.

Figura 9 – Trecho 03 – Medidas de Acessibilidade.



A- Carro bloqueando a sinalização tátil; B- Bicicleta obstruindo a passagem; C- Rampa de acesso irregular; D- Sinalização tátil irregular na mudança de direção;

Fonte: Autores, 2023.



Os bloqueios e obstáculos nas calçadas representam um grande conflito nos deslocamentos e no livre movimento das pessoas. A presença de materiais atrapalhando o trânsito das pessoas nas calçadas deve ser considerada um problema de planejamento ambiental da via pública.

O desejo de realizar atividades sociais, culturais, políticas e econômicas, que podem ser consideradas necessárias ao desenvolvimento da sociedade, estão sempre ligados ao ato de circular ou circulação urbana. De acordo com Fernandes (2000, p. 42), a forma mais básica, direta e universal de meio de transporte individual é andar a pé. Seguindo esse raciocínio, entende-se que os passeios públicos são o meio físico onde o homem realiza o ato de caminhar, utilizando-o como meio de transporte para suas atividades cotidianas. O Ministério das Cidades considera a circulação como o elo de toda ação da mobilidade urbana. A área central urbana reflete uma área dinâmica, onde se encontram o comércio e os lugares de trabalho mais significativos, onde se concentra o maior movimento e onde se ligam a diversas finalidades, sejam econômicas, religiosas ou sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise realizada, foi possível concluir a falta de fiscalizações mais rígidas por parte da prefeitura municipal, pois, os problemas encontrados nas áreas do presente estudo são recorrentes e estão em desacordo tanto com as leis do município quanto com a legislação federal: normas técnicas NBR 9050:2020 e NBR 16537:2016. Conclui-se que as calçadas da área central do município de Peabiru necessitam de uma atenção mais rígida, bom senso e mais fiscalização e também a conscientização da população, comerciantes e autoridades em relação à acessibilidade e mobilidade urbana.

Conclui-se que o município de Peabiru é muito carente no que se refere à acessibilidade, fazendo-se necessário uma readequação dos espaços públicos, a implantação de medidas de promoção da acessibilidade e uma política de fiscalização quanto à execução dos passeios públicos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa de apoio à Agência de Desenvolvimento

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Regional Sustentável e Inovação do Paraná (AGEUNI) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, utilizando de Tecnologia BIM – PROJETEK UNESPAR.



REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; 2020, **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; 2016 **NBR 16537: Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **População censitária segundo faixa etária e sexo – 2010 – Peabiru – PR**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/peabiru/panorama>. Acesso em: 23 Marc. 2023.

BRASIL, Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. **Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso em: 23 marc. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 23 marc. 2023.

DIXON, L. B. Bicycle and Pedestrian Level-of-Service Performance Measures and Standards for Congestion Management Systems. **Transportation Research Record**, v. 1538, n. 1, p. 1–9, Jan. 1996.

FERNANDES, J. C. Urbanismo e envelhecimento - algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. **Revista Caminhos da Geografia**, v. 2, p31-49, Jan. 2000.

PEABIRU. Lei complementar nº 71, de 18 de outubro de 2019. **Dispõe sobre o sistema viário do município de Peabiru**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-obras-peabiru-pr>. Acesso em : 23 marc. 2023.

PEABIRU. Lei nº 510/2005, de 20 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre o código de obras do município de Peabiru e dá outras providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-obras-peabiru-pr>. Acesso em: 23 Marc. 2023.

PEABIRU. Lei nº 513/2005, de 20 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre as leis de acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais e da outras providencias**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/peabiru/lei-ordinaria/2005/52/513/lei-ordinaria-n-513-2005-dispoe-sobre-as-leis-de-acessibilidade-a-pessoas-portadoras-de>



necessidades-especiais-e-da-outras-providencias?q=Lei+n%C2%BA+513%2F2005. Acesso em: 23 Marc. 2023.

PEABIRU. Lei Ordinária 717/2009. **Cria o sistema de calçada ecológica ao longo das calçadas e passeios com larguras mínima de 3 (três) metros e dá outras providencias.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/peabiru/lei-ordinaria/2009/72/717/lei-ordinaria-n-717-2009-cria-o-sistema-de-calçada-ecologica-ao-longo-das-calçadas-e-passeios-com-larguras-minima-de-3-tres-metros-e-da-outras-providencias?q=Lei%20Ordin%20ria%20717%2F2009>. Acesso em: 23 Marc. 2023.

PINHEIRO, A. C. **Uso do solo urbano e apropriação dos espaços públicos: as calçadas da Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar em Catalão (GO).** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Catalão: Universidade Federal de Goiás, 11 set. 2020.

SILVA, L. B. O., ROSSATO, S. C., SILVA, T. L., MUSSI, A. Q. **Rotas Acessíveis da Arquitetura: Uma Análise dos Parâmetros e Experiências.** 2018. Disponível em: <https://soac.atitus.edu.br/index.php/mic/xiimic/paper/viewFile/1117/327>. Acesso em: 23 Marc. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



ANÁLISE DAS FALHAS NA GESTÃO DE ESTOQUE A PARTIR DA FERRAMENTA ISHIKAWA: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DO SETOR DE ALIMENTOS

Lidiana Candida Rodrigues¹- UNESPAR
Gislayne de Souza de Lima²³- UNESPAR
Francielle Pareja Scheneider³ UNESPAR

Nome do GT: 08 – Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de produção

RESUMO

O nível de competitividade empresarial faz referência à relevância que os negócios têm com os seus concorrentes. Para isso o sistema de gestão de estoque é de extrema importância para as indústrias do setor de alimentos se mantenham no mercado de forma entregar produtos, de maneira correta no tempo certo aos seus consumidores. O objetivo do estudo de caso foi realizar um levantamento das possíveis causas raiz do conflito na gestão de estoque de suprimentos, de falhas e disfunções dos níveis de estoque físico com o estoque virtual em indústria do ramo de alimentos com auxílio da ferramenta da qualidade diagrama de Ishikawa, que afeta o tempo hábil para entrega de produto acabado no tempo certo. Para tanto foi empregada a ferramenta Diagrama de Ishikawa na busca das causas para tal efeito, e a partir disso compreender e propor na pesquisa futura uma ação corretiva. Conclui-se que o planejamento e controle de estoques são variáveis fundamentais para as tomadas de decisões e representam o principal desafio para a gestão de estoques de suprimentos.

Palavras-chave: Gestão de Estoques, Divergências em Estoques, Diagrama de Ishikawa

RESUMEN

El nivel de competitividad empresarial se refiere a la relevancia que las empresas tienen con sus competidores. Para esto, el sistema de gestión de inventario es extremadamente importante para que las industrias alimentarias permanezcan en el mercado con el fin de entregar productos, correctamente en el momento adecuado a sus consumidores. El objetivo del estudio de caso fue llevar a cabo un estudio de las posibles causas fundamentales del conflicto en la gestión del inventario de suministro, de fallas y disfunciones de los niveles de stock físico con el stock virtual en la industria alimentaria con la ayuda de la herramienta de calidad del diagrama de Ishikawa, que afecta el tiempo para entregar el producto terminado a tiempo. Para ello, se utilizó la herramienta Diagrama de Ishikawa en la búsqueda de las causas para este fin, y a partir de esto para comprender y proponer en futuras investigaciones una acción correctiva. Se concluye que la planificación y el control de inventarios son variables fundamentales para la toma de decisiones y representan el principal desafío para la gestión de las existencias de suministro.

Palabrasclave: Gestión de inventario, divergencias de inventario, diagrama de Ishikawa

¹ Pós graduanda em MBA em Melhoria e Otimização da Produção e operações – e-mail: lidiana012@gmail.com

² Pós graduanda em MBA em Melhoria e Otimização da Produção e operações – e-mail: gislaynelimasouza@gmail.com.

³ Msc. Engenharia de Energia na agricultura – e-mail: francielle.pareja@hotmail.com – professora/orientadora



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A competitividade tem exigido das empresas maior agilidade e rapidez na tomada de decisão, com isso, a escolha de ferramentas estratégicas de gestão vem se tornando fundamental na busca por melhorias, sejam elas financeiras e na administração da produção.

A gestão de estoque, segundo Da Silva Fernandes; De Sousa e Dos Santos (2021) tem papel fundamental em qualquer empresa, uma vez que contribui para um fluxo de materiais, onde seja garantido o bom atendimento ao cliente final sem que haja desperdícios, excessos ao longo da cadeia e atrasos na produção focando na produtividade organizacional. De acordo com, para um gerenciamento de estoque eficiente é necessário o acompanhamento de cada item armazenado, seja por um controle simples no Excel ou de um sistema integrado de gestão (SANTOS e DANIELI, 2017).

O estudo de caso se justifica, por existirem conflitos entre os níveis de estoque no sistema em relação ao estoque físico. Apesar de se realizar mensalmente auditoria de contagem de estoque físico, acontece por vezes algumas pausas na produção de determinados produtos por falta de insumos, e o mesmo constar saldo no estoque virtual, porém estar esgotado no estoque físico.

Nesse contexto, o objetivo do estudo de caso foi realizar um levantamento das possíveis causas raiz do conflito na gestão de estoque de suprimentos, de falhas e disfunções dos níveis de estoque físico com o estoque virtual em indústria do ramo de alimentos com auxílio da ferramenta da qualidade diagrama de Ishikawa, que afeta o tempo hábil para entrega de produto acabado no tempo certo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 Gestão de Estoque

O termo estoque é definido por Slack; Chambers e Johnston (2018) como um acúmulo de recursos materiais em um sistema de produção. Os estoques são um importante ativo e um item indispensável para a composição de uma empresa, seja ela industrial ou comercial. Os estoques são definidos como “recursos ociosos que possuem valor econômico, os quais representam um investimento destinado a incrementar as atividades de produção e servir ao cliente” (VIANA, 2010, p. 144).



Os estoques surgiram, de acordo com Bevilaqua; Lopes e Dutra (2017), para que as empresas possam controlar melhor as entradas e saídas de seus materiais. Os estoques de produtos acabados se fazem necessários, uma vez que os processos produtivos, frequentemente não conseguem acompanhar o aumento da demanda e o estoque de matéria-prima são realizados, pois muitas vezes sua entrega não acompanha as necessidades de produção. Dessa forma, o estoque é estratégico, para manter a empresa competitiva e cumprir adequadamente seus processos(DANTAS, 2015; MOREIRA, 1998).

Segundo Pozo (2010), uma gestão de estoque otimizada contribui para a redução de valores monetários nele investido, de forma que os gastos de armazenagem sejam os menores possíveis. Atribui-se à gestão de estoques a ação de controlar o quantitativo de produtos armazenados, a tomada de decisão quanto a realizar uma nova compra, a organização e distribuição por lotes ou datas, identificação, classificação, etc. (SOUSA e SANTOS, 2020).

Dessa forma, o objetivo da gestão e gerenciamento de estoque é garantir a disponibilidade suficiente de insumos, para a realização de suas operações, simultaneamente, em que mantém os níveis de estocagem o mais baixo possível, buscando o aprimoramento no controle e confiabilidade, atenuando à falta no estoque e os itens obsoletos (MONFRON; GUIMARÃES; BASSOTTI; SEVERO e ROTTA, 2013).

No setor alimentício a estocagem de produtos, sejam os produtos acabados ou mesmo a matéria-prima. Essa estocagem é feita por caráter estratégico, para garantir o atendimento da demanda em paradas imprevistas, para atender condições futuras de mercado mais favoráveis.

2.1.1 Controle de estoque

O acompanhamento ou controle de estoque é de suma importância para uma empresa, por isso tem que haver uma gestão eficiente. A falta de confiabilidade das informações sobre os saldos dos materiais em estoque provoca prejuízos para todos os envolvidos, gerando perdas e retrabalhos e até mesmo acarretando questionamentos dos controles contábeis e gerenciais (ESSER, 2010).

Para Monfron; Guimarães; Bassotti; Severo e Rotta (2013), entender e atender a demanda é preciso observar a situação dos estoques, de forma que estes sejam imprescindíveis para suprir as necessidades do mercado e garantir o atendimento aos clientes. Os registros de estoque precisam ser bastante precisos para facilitar os sistemas de produção.

Segundo os autores Santos e Danieli (2017), para se ter sucesso, as empresas aderem a ferramentas que auxiliam o gerenciamento de seus estoques, a fim de conciliar as informações



divergentes entre os apontamentos do estoque físico e contábil. Assim, a precisão dos dados ganha posição de confiabilidade das informações e é um indicador gerencial considerado nas gestões de estoques (ESSER, 2010).

Para Bento (2008) existem diferentes ferramentas para fazer a análise de acuracidade de estoques, a escolha depende muito da análise a ser realizada. Sendo os mais usuais, para o controle de estoque, os verificadores de diferenças entre o inventário físico, é aquele que realmente existe na empresa, e contábil, é o fiscal (BENTO, 2008; ABREU, 2011).

O estoque físico é definido por Slack; Chambers e Johnston (2018) como a acumulação de materiais físicos, como componentes, peças, produtos acabados ou registros físicos de informação, sendo a tradução física dos estoques contábeis e por isso são utilizados como referência para medir a acurácia dos dados registrados no sistema. Os estoques apontados correspondem ao registro contábil dos estoques físicos, sendo também designados por estoques contábeis (MONKS, 1987).

O inventário físico, de acordo com Viana (2010) é uma contagem periódica dos produtos existentes para efeito de comparação com os estoques registrados e contabilizados no controle da organização, a fim de comprovar sua existência e exatidão. O objetivo do inventário físico é confrontar a realidade física dos estoques, em determinado período, com os registros contábeis correspondentes no mesmo período. Por isso, importante que os dados dos estoques contábeis sejam confiáveis, pois a partir deles que a empresa traça estratégias de vendas, compras e produção (OLIVEIRA, 2019).

2.2 Ferramentas da qualidade

As ferramentas da qualidade, segundo os autores Corrêa e Corrêa (2007); Miguel (2006), permitem aos participantes dos processos solucionar e controlar problemas, dão suporte ao desenvolvimento da qualidade, apoiam e auxiliam na tomada de decisões. De acordo com, as ferramentas da qualidade podem ser usadas como método para resolução de problemas, uma vez que auxiliam na identificação de problemas e para a identificação das causas raízes dos problemas e para a solução destes (LÉLIS, 2016; CABRAL; ZEITOUNI e SOUZA, 2017).

Para os autores Mata-Lima (2017) a aplicação das ferramentas para identificar a causa dos problemas, precisa ter a participação das partes interessadas e ser fundamentada em informações geradas por reuniões técnicas, inquéritos e entrevistas, entre outros. Existem sete ferramentas tradicionais da qualidade: diagrama de causa-efeito, histograma, gráfico de Pareto, diagrama de correlação, gráfico de controle e folha de verificação. E para o desenvolvimento desse estudo foi



aplicado somente o diagrama de causa-efeito, visando analisar a causa e o efeito de determinados problemas (MIGUEL, 2006).

2.2.1 Diagrama de Ishikawa

O Diagrama de Causa e Efeito foi desenvolvido por Kaoru Ishikawa em 1953, na Universidade de Tóquio, com base em um problema relacionado à qualidade (Lima, 2018). O diagrama de Ishikawa, também é conhecido como diagrama de Espinha de Peixe, pelo seu formato, ou diagrama de Causa e Efeito, por ser composto por um conjunto de causas e por um efeito (produto, resultado ou problema) (CARVALHO e PALADINI, 2012).

Como descrito pelos autores, Carvalho e Paladini (2012), o Diagrama de Ishikawa ou Diagrama de Causa é uma ferramenta da qualidade tradicional que ajuda a levantar as causas raízes dos problemas. Sendo usado para encontrar, organizar, classificar, documentar e exibir graficamente as causas de um determinado problema, agrupados por categorias, que facilitam o brainstorming e a análise da ocorrência. Utilizado para identificar o relacionamento entre o problema a ser tratado e as suas causas (LIMA, 2018).

Segundo Lima (2018), para a elaboração do diagrama, é necessária a participação de todos os envolvidos do setor e gerência da empresa. E as possíveis causas recaem sobre umas das seguintes categorias, conhecidas como 6 M: máquina, material, mão de obra, meio ambiente, método e medida (Lins, 1993), detalhados a seguir (Quadro 1). Em alguns casos específicos não se aplicam todos os 6Ms na descrição das causas, por ser bastante flexível quanto ao seu uso, permite utilizar com 6M's, 4M's conforme a realidade que desejar buscar as causas para o determinado efeito (LIMA, 2018).

Quadro 1 – categorias das causas

Categoria	Descrição
Máquina	diversos problemas provêm de falhas em máquinas e equipamentos. Portanto, é importante analisar o funcionamento dos equipamentos para evitar gastos desnecessárias
Material	tem por objetivo analisar situações em que existam materiais fora das especificações e/ou em quantidade incorreta
Mão de Obra	relacionada com as atitudes dos colaboradores na execução das atividades
Meio Ambiente	formado pelos problemas que estão relacionados aos ambientes internos e externos da organização
Método	incorporar no dia a dia os padrões e procedimentos definidos se comprometendo em manter os senso na rotina de trabalho
Medida	refere-se aos procedimentos adotados durante as atividades, podendo conter a utilização de softwares e ferramentas de planejamento



Do ponto de vista de Lima (2018), este diagrama é um método bastante efetivo que permite a analisar e identificar as principais causas de raízes devido a um problema ou da ocorrência de um problema. Pode ser utilizado para a análise de problemas organizacionais de uma forma geral, como a análise de acuracidade de estoques. Para aplicar a ferramenta é necessário fazer uma reunião com todos os responsáveis pelo processo e assim montar o Diagrama (NASCIMENTO, 2021).

3 REVISÃO DE LITERATURA

Com o levantamento da revisão de literatura, foi possível selecionar os seguintes trabalhos, no qual todos os artigos mostram a aplicação do abordassem metodologias empregadas na gestão de estoques e gestão de suprimentos nas organizações.

Segundo Hilsdorf e Silva (2018), a gestão de riscos de suprimentos ganha a atenção das organizações, na pesquisa os autores utilizaram um modelo de gerenciamento na cadeia de suprimentos que resultou em dois tipos de estratégias de gerenciamento que permitiu entender quais os componentes de risco a modo gerar estratégias para gerenciamento do mesmo.

Para Da Silva Fernandes; De Sousa e Dos Santos (2021), a gestão de estoques é primordial para as empresas do segmento alimentício, no artigo a autora objetivou verificar os principais problemas envolvendo a gestão de estoque e propor um processo de melhoria para minimizar ou solucionar o problema em estudo.

O autor Bento (2008) teve em vista levantar a importância da confiabilidade dos registros de estoque e de como eles afetam as atividades logísticas da empresa. Como a veracidade das informações indicativas sobre a quantidade exata de cada item em estoque podem afetar a qualidade nos resultados almejados pela organização e uma análise detalhada dos estoques é exigência que se faz necessária a todo gestor de suprimentos/estoque.

Em sua pesquisa os autores Vasconcelos;Nogueira e Melo(2011) objetivaram evidenciar a importância de se estruturar sistemas de medição de desempenho para monitoramento da gestão de estoques, pois os mesmos influenciam diretamente no desenvolvimento operacional das organizações.

A partir do levantamento da revisão pode-se considerar o quanto é importante se ter um gerenciamento de estoque e de suprimentos efetivo através do emprego de ferramentas que possibilitem obter um bom desempenho operacional nas empresas, reduzindo assim paradas e atrasos de produção. Observou-se também com o presente levantamento que existem diversas



ferramentas e metodologias que podem ser empregadas pelas organizações de modo a buscar soluções para os diversos problemas que possam ocorrer dentro setor/departamento.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

O estudo consiste em uma pesquisa de natureza aplicada, a metodologia é classificada quanto à abordagem como qualitativa, pois segundo Minayo (2014), tenta compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focar em conceitos e específicos, além de coletar dados sem instrumentos formais. Quanto aos fins, o estudo classifica-se como exploratória, ao proporcionar maior familiaridade com o problema, e tem como principal objetivo, desenvolver e modificar conceitos e ideias para serem usados em estudos posteriores (GIL, 2008).

No que se refere ao delineamento da pesquisa optou-se por estudo de caso, que ainda segundo Gil (2008), procura o aprofundamento de uma realidade específica, realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes-chaves. E também foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público.

A técnica empregada para a coleta de dados, visando atingir os objetivos, foi uma entrevista informal, não estruturada, com a responsável pela gestão de suprimentos e gestão de estoque. Para elencar as possíveis causas dos conflitos dos níveis do estoque físico em relação ao sistema utilizado na gestão do estoque foi aplicado a ferramenta de qualidade o Diagrama de Ishikawa, que ajuda a levantar as causas raízes dos problemas e agrupados por categorias, facilitando a análise da ocorrência.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES 6 Caracterização do Universo de pesquisa

O estudo de caso foi realizado em uma empresa do setor alimentício em uma cidade do interior do Paraná. A empresa conta com quatro setores fabris. Um setor produz molhos como shoyu, inglês, pimenta, alho, molho cremosos, sabor ketchup e molho de mostarda, a outra é responsável pela fabricação das linhas maionese, a terceira é o setor de fabricação de temperos a base de sal e a quarta fábrica algumas embalagens plásticas para uso próprio.

A empresa possui um centro de distribuição (CD) que armazena insumos e matériaprima das quatro unidades fabris da marca, além de contar com mais quatro estoques que armazenam os insumos e matérias-primas que serão utilizados a curto prazo das mesmas.



Há quase 1 ano foi implementado um sistema ERP para auxiliar, e melhorar o controle e gestão do estoque. A movimentação do estoque deveria ocorrer de forma automática, pois ao gerar uma ordem de produção e finalizar, no sistema ocorre automaticamente a baixa de tudo utilizado na ordem de produção de um determinado produto. Na figura 1, está exposta o esquema do fluxo de entrada e saída de estoque de suprimentos.

Figura 1: Fluxo de entrada e saída do sistema de gestão de estoques.



Fonte: autores (2023)

Mensalmente é realizada uma auditoria interna para contagem dos níveis de estoque com intuito de corrigir os saldos dos estoques no sistema e deixar conforme a realidade do estoque físico. No entanto, apesar das auditorias periódicas, ainda acontecem conflitos entre o saldo do insumo no sistema e no físico. Onde ocorre de determinado insumo ter saldo no físico e no sistema está esgotado, seja o saldo total ou parcial, em outros casos constar saldo de um determinado lote e também não possuir mais.

7 Levantamento das causas

Através do acompanhamento in loco no setor da empresa em estudo e da entrevista com os colaboradores do setor. Foi realizado um brainstorming que ocorreu no mês de fevereiro de 2023, na busca das causas raízes do conflito dos níveis do estoque físico frente ao sistema.

Diante das disfunções informadas, foi proposto a elaboração do diagrama de Ishikawa, para identificar e qualificar as mesmas encontradas na operação. A aplicação do diagrama de causa e efeito foi importante para detectar postos-chaves de possíveis falhas que juntas compõem o problema, sendo a gestão do estoque falha, com diferenças nos saldos de estoque físico em relação ao sistema.

Para esta fase do trabalho, foram definidos quatro dos seis M, sendo eles: método, medida, pessoas e materiais. A figura 3, representa o diagrama de Ishikawa estruturado com as causas levantadas. Em seguida, serão detalhados utilizando os 4M's da ferramenta aplicada.

Figura 2: Detalhamento das causas a partir do diagrama de ishikawa



Fonte: autores

Com a aplicação do Diagrama Ishikawa foram obtidos os principais fatores que possam ser causadores dessa determinada disfunções, com um estudo mais detalhado conseguiu identificar o principal causador que neste caso é a necessidade de estruturar um departamento que seja responsável, 100% por toda gestão de estoques e suprimentos, conforme marcado em vermelho que faz parte do tópico pessoas também, além da falta de capacitação; desorganização do espaço físico e estruturar um setor de gestão de estoque/suprimentos.

As disfunções relacionadas ao método são a falha no controle de estoque de suprimentos e disciplina que ocorre por falta de se ter uma pessoa que fique ativamente em cada estoque de modo a controlar tudo que entra e sai, impedindo que qualquer pessoa pegue suprimentos sem necessidade.

Para este último requisito, denominado como materiais, é possível destacar um problema, o qual é a falta de treinamento para uso de Software de gestão. Para o tópico de medida, são elencadas duas disfunções: acompanhamento e rever metodologia de auditorias mensais, pois mesmos com auditorias para ajustar os saldos de tudo que há estoque, ainda, sim, após aparecem conflitos em relação sistema. Pode-se considerar que há as equipes de contagem podem estar realizando incorretamente ou que as pessoas que fazem os ajustes no sistema precisem de maior atenção ou treinamento para desempenhar a atividade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação e demonstração da utilização do diagrama de Ishikawa é de grande importância para as empresas tanto para conhecimento acadêmico, quanto para conhecimento prático. O objetivo da aplicação dessas ferramentas foi auxiliar gestores e colaboradores em suas tomadas de decisões, para a definição da gestão de estoque adequada.



Com a aplicação da ferramenta e coleta de dados, foi possível obter informações de como ocorre o processo e assim identificar as falhas no processo que causam divergência no estoque. Sendo identificado dentre os problemas apontados, a estruturação de um setor de gestão de estoque e suprimentos, o ponto-chave para sanar em maior parte dos problemas.

Como propostas de trabalhos futuros, sugere-se um estudo mais aprofundado para a elaboração e execução de um plano de ações, para sanar as disfunções encontradas. Para estudar as sobre as ações a serem tomadas, poderá ser empregadas ferramentas como 5W2H, ciclo PDCA, entre outras ferramentas da qualidade, nas quais poderão auxiliar no estudo e definir possíveis soluções para melhorar o processo de gestão de estoque de suprimentos, organização e padronização.

REFERÊNCIAS

- ABREU, F.O. **Gestão de estoque adequada para controlar estoques físicos**: um estudo de caso em uma revenda de hidráulica. 2011. 34 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Administração) – Faculdade Triângulo Mineiro, Ituiutaba, 2011.
- BENTO, A.A **Importância da Gestão de Estoques**: estudo de caso em uma Indústria Automobilística. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Transporte) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis, 2008.
- BEVILAQUA, M.C.G.; LOPES, R.D.K. F. ; DUTRA, C.C. Controle interno de estoque: proposta de avaliação em uma empresa do ramo comercial da serra gaúcha. **Revista Global Manager Acadêmica**, v. 6, n. 1, p.109-128, 2017.
- CABRAL, A.C.S.; ZEITOUNI, M.M.S.; SOUZA, M.A. de. Análise da aplicação de ferramentas básicas da qualidade em uma empresa distribuidora de medicamentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO-ABEPRO, v. 37, 2017. **Anais [..]**Joinville, SC. 2017.
- CARVALHO, M.M; PALADINI, E.P. **Gestão da Qualidade**: Teorias e Casos. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CORRÊA, H.L.; CORRÊA, C.A. **Administração de produção e operações**: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- DANTAS, J.C.D.A. A importância do controle de estoque: estudo realizado em um Supermercado na cidade de Caicó. 55 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó - Campus Caicó, 2015.
- DA SILVA FERNANDES, R.; DE SOUSA, L.R.C.; DOS SANTOS, T.L. **Análise, investigação e avaliação da gestão da qualidade no processo de mineração: um estudo de caso sobre as divergências nos desvios de estoque de minério de ferro**. *Revista Produção Online*, v. 21, n. 3, p. 770-793, 2021.
- ESSER, W. **A importância do controle interno, do inventário e da auditoria para as organizações: um estudo de caso da Agropecuária Hermes Petry & CIA LTDA – ME**. 2010. 59 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Juína, 2010.



- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HILSDORF, W; SILVA, B.T. (2018), Gestão de riscos na cadeia de suprimentos: um estudo de caso em uma empresa do setor de cosméticos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 38. Maceió, 2018. **Anais [...]** Maceió/Al, 2018.
- LÉLIS, E.C. **Administração de materiais**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.
- LIMA, M.N.V. **Gestão de estoques: um estudo das divergências no inventário de uma empresa varejista de materiais de construção, situada na cidade de Arapiraca**. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em em Administração) – Unidade Educacional Arapiraca, Alagoas, 2018.
- LINS, B.F. **Ferramentas básicas da qualidade**. *Ciência da Informação*, v. 22, n. 2, 1993.
- MATA-LIMA, H. Aplicação de Ferramentas da Gestão da Qualidade e Ambiente na Resolução de Problemas. Apontamentos da Disciplina de Sustentabilidade e Impactes Ambientais. Universidade da Madeira (Portugal), 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16365703Aplicacao-de-ferramentas-da-gestao-da-qualidade-e-ambiente-na-resolucao-deproblemas.html>>. Acesso em 22 fev 2023.
- MINAYO, M.C.DE S.; GUERREIRO, I.C.Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1103-1112, 2014.
- MIGUEL, P.A.C. **Qualidade: enfoques e ferramentas**. 1 ed. São Paulo: Artliber, 2006.
- MONFRON, C.M.B.; GUIMARÃES, J.; BASSOTTI, E.; SEVERO, E.A.; ROTTA, C. Gestão de estoque para a acuracidade das informações. **Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças**, v. 1, n. 1, p. 40-53, 2013.
- MONKS, J.G. **Administração da produção**. São Paulo: McGraw-hill, 1987.
- MOREIRA, D.A. **Produção e Operações**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- NASCIMENTO, D.C.R. **Aplicação das Ferramentas da Qualidade Buscando a Diminuição do Acúmulo de Ordens de Manutenção**: Pesquisa-Ação em uma empresa prestadora de serviços. 91 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Engenharia de Produção) – Faculdade Vale do Aço – Açailândia, 2021.
- OLIVEIRA, Í.F.D. **Aplicação das ferramentas de gestão da qualidade nos desvios entre os estoques contábeis e físicos em pilhas de produto mineral**. 2019. 50 f. Monografia (Bacharel em Engenharia de Minas) – Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas, 2019.
- POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SANTOS, F.M.DOS; DANIELI, B.D. Um estudo sobre o controle de estoque em uma empresa de comércio de móveis no município de Jaciara, 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/8ZR6E>>. Acesso em 22 fev 2023.
- SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- SOUSA, L.R.C.D.; SANTOS, T.L.D. **Aplicação das ferramentas da qualidade para investigação e análise das possíveis causas das altas divergências nos desvios de estoque de minério**. Trabalho de conclusão (Bacharel em Engenharia de Produção) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Parauapebas, 2020.



VASCONCELOS, T.F.; NOGUEIRA, C.C.; MELO, A.C.S. **A importância da estruturação de sistemas de medição de desempenho para o monitoramento da gestão de estoques na indústria de bebidas.**In:ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENEGEP),31. Belo Horizonte,2011. **Anais [...]**Belo Horizonte/MG, 2011.

VIANA, J.J. **Administração de materiais.** São Paulo: Atlas, 2010.



DESEMPENHO DOS ALGORITMOS nHLRF e HLRF-BFGS NA AVALIAÇÃO DA CONFIABILIDADE ESTRUTURAL DE VIGAS EM CONCRETO ARMADO

Solange Regina dos Santos¹- UNESPAR
Carlos Francisco Pecapedra Souza² – UTFPR

Nome do GT:08 - Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Produção Agroindustrial

RESUMO

A análise de confiabilidade estrutural tem um papel fundamental na avaliação da segurança de uma estrutura, sendo mencionada na literatura como a maneira mais racional de se projetar, principalmente no Brasil, uma vez que existem poucas informações relacionadas à confiabilidade das estruturas projetadas com base em normas nacionais. Devido a sua formulação convencional, a confiabilidade estrutural possibilita considerar as incertezas inerentes aos diversos parâmetros para a obtenção da probabilidade de falha, a qual pode ser determinada por meio da resolução de um problema de otimização restrito. Nesse contexto, um algoritmo amplamente empregado na resolução desse problema é o HLRF, contudo há situações em que ele pode não convergir. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi comparar o desempenho dos algoritmos nHLRF e HLRF-BFGS, ainda não aplicados a nenhum problema prático real, com dois outros algoritmos clássicos da literatura, o HLRF e o iHLRF. Sendo assim, foram realizados experimentos numéricos no intuito de determinar a confiabilidade estrutural de vigas em concreto armado submetidas a flexão simples e dimensionadas de acordo com as especificações nacionais estabelecidas pela ABNT NBR 6118:2014. Os resultados indicam que o algoritmo HLRF-BFGS é mais robusto do que os demais considerados nessa pesquisa e, também, uma ferramenta competitiva e promissora na determinação da probabilidade de falha estrutural.

Palavras-chave: Confiabilidade Estrutural. Algoritmos de Otimização. Vigas em Concreto Armado.

RESUMEN

El análisis de confiabilidad estructural juega un papel clave en la evaluación de la seguridad de una estructura, siendo mencionado en la literatura como la forma más racional de diseñar, especialmente en Brasil, ya que hay poca información relacionada con la confiabilidad de las estructuras diseñadas con base en estándares nacionales. Por su formulación convencional, la confiabilidad estructural permite considerar las incertidumbres inherentes a los distintos parámetros para obtener la probabilidad de falla, la cual puede determinarse resolviendo un problema de optimización restringido. En este contexto, un algoritmo muy utilizado para resolver este problema es el HLRF, sin embargo existen situaciones en las que puede no converger. Por tanto, el objetivo de este trabajo fue comparar el rendimiento de los algoritmos nHLRF y HLRF-BFGS, aún no aplicados a ningún problema práctico real, con otros dos algoritmos clásicos de la literatura, el HLRF y el iHLRF. Por lo tanto, se realizaron experimentos numéricos con el fin de determinar la confiabilidad estructural de vigas de hormigón armado sometidas a flexión simple y dimensionadas de acuerdo con las especificaciones nacionales establecidas por la ABNT NBR 6118:2014. Los resultados indican que el algoritmo HLRF-BFGS es más robusto que los demás considerados en esta investigación y, además, una herramienta competitiva y prometedora para determinar la probabilidad de falla estructural.

¹ Doutor em Métodos Numéricos – e-mail: solange.regina@ies.unespar.edu.br ²
Mestre em Engenharia Civil – e-mail: pecapedra@utfpr.edu.br



Palabras-clave: Confiabilidad estructural. Algoritmos de optimización. Vigas de hormigón armado.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento da tecnologia tem fomentado o surgimento de diversos softwares voltados para a engenharia civil, cujo uso contribui diretamente na minimização de erros durante a elaboração e execução de projetos. O emprego dessas tecnologias, já disponíveis no mercado, auxiliam diretamente na realização de tarefas desafiadoras como o cálculo estrutural, fornecendo resultados de forma mais simples e precisa e, também, tornando possível a execução de projetos estruturais mais eficientes, modernos e arrojados.

De acordo com Santos e Souza (2022), a engenharia estrutural, ou engenharia de estruturas, é o campo da engenharia civil que utiliza o cálculo estrutural para construção de projetos, principalmente de grande porte, que garantam um desempenho satisfatório, isto é, com funcionalidade e durabilidade e, sobretudo, econômicos e seguros. Em um projeto estrutural, a garantia de um projeto seguro está diretamente relacionada a capacidade da estrutura em cumprir o propósito para o qual foi projetada ao longo da sua vida útil. No entanto, o dimensionamento de elementos estruturais que atenda as condições de segurança e viabilidade é um desafio, uma vez que requer o conhecimento de todas as variáveis envolvidas no problema. Porém, existem incertezas associadas as variáveis de projeto, ou seja, às propriedades dos materiais, aos parâmetros de resistência do solo, às propriedades geométricas dos elementos estruturais e aos carregamentos, que fazem com que a estrutura possa vir a falhar.

Neste contexto, métodos de análise da confiabilidade estrutural são empregados com a finalidade de avaliar os níveis de segurança da estrutura. De acordo com Sagrilo (1994), os métodos de análise da confiabilidade estrutural são baseados em conceitos probabilísticos que permitem ao engenheiro estrutural quantificar as incertezas nas variáveis de projeto e auxiliá-lo na tomada de decisões com mais segurança, possibilitando, assim o desenvolvimento de projetos seguros e econômicos. Ainda, segundo Sagrilo (1994), esse tipo de análise também pode ser de grande valor na escolha de alternativas de projetos e, também, na determinação dos elementos estruturais mais importantes do ponto de vista da segurança global de estruturas



já existentes. Dessa forma, o indicativo de necessidade ou não de reparos será dado pela elaboração de planos de inspeção.

A análise da confiabilidade estrutural avalia o risco de falha por meio do emprego de métodos de simulação, métodos analíticos ou métodos aproximados. Os métodos analíticos são conhecidos como *First Order Reliability Method* (FORM) e *Second Order Reliability Method* (SORM). Nessa pesquisa, será abordada a resolução de problemas de confiabilidade estrutural pelo método FOR, o qual requer a utilização de algoritmos de otimização na determinação da menor distância entre a função de estado limite e a origem do espaço normal padrão. A função de estado limite é estipulada a partir dos modos de falha de estruturas ou elementos que, quando igualada a zero, estabelece uma fronteira que separa um domínio de segurança e um domínio de falha, denominada equação de estado limite (MELCHERS, 1999).

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho consiste em analisar o desempenho dos algoritmos de otimização na avaliação da confiabilidade estrutural de vigas em concreto armado, as quais foram submetidas a flexão simples e dimensionados de acordo com as especificações estabelecidas pela ABNT NBR 6118:2014. Outros trabalhos na mesma linha, Santos e Matioli (2012), Santos, Matioli e Beck (2012), Peričaro et al (2015) já foram publicados anteriormente, no entanto, o fato dos algoritmos nHLRF e HLFR-BFGS ainda não terem sido aplicados a nenhum problema prático real, como o proposto aqui, serviu de motivação adicional para a realização dessa pesquisa.

2 CONFIABILIDADE ESTRUTURAL

De acordo com Santos, Matioli e Beck (2012), com base na formulação convencional da confiabilidade estrutural, para a obtenção da probabilidade de falha de uma estrutura primeiramente é essencial definir o vetor de variáveis aleatórias, o qual pode ser escrito matematicamente como

$$\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_n)^T, \quad (1)$$

cujas componentes correspondem as incertezas associadas ao elemento estrutural, como por exemplo, a solicitação imposta a estrutura, a resistência dos materiais e a sua geometria. A função de estado limite



$$h(\mathbf{X}) = h(X_1, X_2, \dots, X_n) \quad (2)$$

estabelece um limite entre o domínio de falha e o domínio seguro, ou seja,

$$D_f = \{\mathbf{X} | h(\mathbf{X}) \leq 0\} \text{ é o domínio de falha,} \quad (3)$$

$D_s = \{\mathbf{X} | h(\mathbf{X}) > 0\}$ é o domínio de segurança. (4) A equação de estado limite é definida por $h(\mathbf{X}) = 0$. Consequentemente, a probabilidade de falha pode ser avaliada por

$$P_f = \int_{h(\mathbf{X}) \leq 0} \dots \int f_x(x_1, x_2, \dots, x_n) dx_1 dx_2 \dots dx_n \quad (5)$$

em que $f_x(x_1, x_2, \dots, x_n)$ é a função densidade de probabilidade conjunta para os vetores de variáveis aleatórias e a integração é realizada sobre o domínio de falha, isto é, $h(\mathbf{X}) \leq 0$.

De acordo com Santos, Matioli e Beck (2012), a avaliação da equação (5) não é simples, pois envolve o cálculo de uma integral multidimensional e, por conseguinte, a forma exata da função densidade de probabilidade conjunta das variáveis aleatórias nem sempre é conhecida. Ademais, a equação de estado limite, $h(\mathbf{X}) = 0$, nem sempre é dada de forma analítica, mas como a solução para algum algoritmo numérico.

A solução direta da equação (5) via Monte Carlo - um método de simulação, somente é possível quando a probabilidade de falha, P_f , não é muito pequena e/ou a função de estado limite é dada em forma analítica (BECK; GOMES, 2012). Soluções aproximadas podem ser obtidas eficientemente usando os Métodos de Confiabilidade de Primeira Ordem (*First Order Reliability Method* - FORM) ou de Segunda Ordem (*Second Order Reliability Method* - SORM). No entanto, essas soluções somente são possíveis de serem determinadas devido ao emprego de métodos de transformação que, de acordo com Melchers (1999) e Haldar e Mahadevan (2000), mapeiam as variáveis aleatórias do espaço original para variáveis aleatórias normais padrão.

A obtenção do ponto de projeto \mathbf{y} , ou seja, o ponto sob a superfície de falha mais próximo da origem no espaço normal padrão, é uma das principais etapas dos métodos FORM. Além disso, no espaço reduzido, a distância do ponto de projeto à origem do sistema é denominada índice de confiabilidade, e denotada por β (SANTOS, MATIOLI e BECK, 2012).



Nesse contexto, a determinação de \mathbf{y} consiste na resolução do seguinte problema de otimização restrito

$$\text{Minimizar } f(\mathbf{y}) \quad (6) \text{ sujeito a } h(\mathbf{y}) = \mathbf{0}$$

em que $f(\mathbf{y}) = \mathbf{y}^T \mathbf{y}$ é a função objetivo, com $h: \mathbb{R}^n \rightarrow \mathbb{R}$ é a função de estado limite e $f, h \in C^1$.

De acordo com Santos e Matioli (2012), uma vez que o ponto de projeto tenha sido localizado, a solução de primeira ordem representa uma linearização da função de estado limite no ponto de projeto, resultando na estimativa linear da probabilidade de falha

$$P_f = \Phi(-\beta) = 1 - \Phi(\beta) \quad (7)$$

em que $\Phi(\cdot)$ é a função distribuição acumulada da variável normal padrão, definida por

$$\Phi(\beta) = \int_{-\infty}^{\beta} \frac{1}{\sqrt{2\pi}} e^{-\frac{1}{2}y^2} dy. \quad (8)$$

A solução do problema (6) tem motivado o desenvolvimento de vários algoritmos, como por exemplo, o algoritmo HLRF desenvolvido por Hasofer e Lind (1974) e Rackwitz e Fiessler (1978). No entanto, o algoritmo de Hasofer-Lind-Rackwitz-Fiessler (HLRF), desenvolvido especificamente para este fim, tem mostrado ser eficiente, mas não robusto, e não converge para um número significativo de problemas. Esse fato motivou e continua motivando diversos pesquisadores a proporem melhorias a este algoritmo ou novas alternativas para resolução do problema (6).

A seguir apresentamos brevemente alguns conceitos essenciais acerca dos algoritmos empregados na determinação do índice de confiabilidade estrutural.

2.1 Algoritmo HLRF

De acordo com Liu e Kiureghian (1991), o algoritmo HLRF foi originalmente proposto por Hasofer e Lind (1974) para análise de confiabilidade utilizando informações de primeiro e segundo momento das variáveis de projeto, ou seja, média e desvio padrão. Posteriormente, o algoritmo foi estendido por Rackwitz e Fiessler (1978), os quais incluíram informações das distribuições de probabilidade das variáveis, por meio da inclusão de técnicas de transformação



das variáveis aleatórias não gaussianas, permitindo assim, considerá-las na resolução dos problemas de confiabilidade estrutural. Segundo Haldar e Mahadevan (2000), o HLRF requer uma quantidade mínima de cálculos a cada iteração quando comparado a outros algoritmos de otimização disponíveis na literatura.

O algoritmo é definido por meio da seguinte fórmula recursiva

$$y^{k+1} = \left[\frac{\nabla h(y^k)^T y^k - h^k(y^k)}{\|\nabla h(y^k)\|} \right] \nabla h(y^k). \quad (9)$$

De acordo com Melchers (1999), o HLRF utiliza somente os valores da função e de sua derivada primeira e possui convergência rápida. No entanto, em algumas situações, como quando a função estado limite é altamente não linear, o método converge lentamente ou, ainda, pode divergir da solução.

2.2 Algoritmo iHLRF

Um algoritmo melhorado foi apresentado por Zhang e Kiureghian (1997), denominado iHLRF, sendo que *i* faz menção a palavra *improved*. Esse algoritmo também é baseado em uma busca linear na direção HLRF(d^k), cuja expressão é

$$d^k = \frac{[\nabla h(y^k)^T \|y^k - h^k(y^k)\|] \nabla h(y^k) - y^k}{\|\nabla h(y^k)\|} \quad (10)$$

a qual é obtida fazendo $y^{k+1} - y^k$.

O próximo iterando é dado por $y^{k+1} = y^k + \alpha d^k$.

De acordo com Zhang e Kiureghian (1997), o passo apropriado é obtido por meio da regra de Armijo, em que, a cada iteração um decréscimo suficiente na seguinte função de mérito é exigido

$$m(y) = \frac{1}{2} y^T y + c |h(y)|. \quad (11)$$

Os autores mostraram que a direção de busca HLRF, é descida para $m(y)$ em y^k desde

que a seguinte condição seja atendida: $c > \frac{\|\nabla h(y^k)\|}{\|y^k\|}$. Note que a direção ser de descida significa

$$\|\nabla h(y)\|$$



que a busca pelo otimizador está sendo realizada na direção de decrescimento da função de $m(\mathbf{y})$.

Nos experimentos numéricos realizados pelos autores, o algoritmo iHLRF se mostrou mais robusto do que os algoritmos HLRF, no entanto, o fato da função de mérito não ser diferenciável pode ser uma desvantagem para o algoritmo, pois na busca linear é preciso avaliar a derivada da função de mérito, podendo não estar definida.

2.3 Algoritmo nHLRF

Santos, Matioli e Beck (2012) desenvolveram o algoritmo nHLRF o qual propõe uma nova função de mérito diferenciável, dada por

$$m(\mathbf{y}) = \frac{1}{2} \mathbf{y}^T \mathbf{y} + c h(\mathbf{y})^2, \text{ com } c > 0. \quad (12)$$

Assim como no algoritmo iHLRF, no algoritmo nHLRF, \mathbf{y}^{k+1} é obtido por meio de uma busca linear na direção HLRF e o comprimento do passo apropriado é obtido por meio das condições de Wolfe, em que, um decréscimo suficiente na função de mérito e a condição de curvatura devem ser satisfeitos a cada iteração (SANTOS, MATIOLI e BECK, 2012).

A direção HLRF é uma direção de descida no ponto \mathbf{y}^k pertencente ao R^n para a função de mérito proposta, desde que a seguinte condição seja atendida

$$\mathbf{y}^{kT} \nabla h(\mathbf{y}^k) > - \frac{c}{\| \nabla h(\mathbf{y}^k) \|^2} \quad \text{que } h(\mathbf{y}^k) \neq 0. \quad (13)$$

Essa condição, no algoritmo, foi convertida em regras para atualização dos parâmetros.

2.4 Algoritmo HLRF-BFGS

Peričaro et al. (2015) propuseram o algoritmo HLRF–BFGS para aplicações de confiabilidade estrutural que é tão simples quanto HLRF e, além disso, tem a vantagem de levar em consideração informações sobre a curvatura da função de estado limite. O desenvolvimento deste algoritmo foi motivado pela relação entre o algoritmo HLRF e o



método de Programação Quadrática Sequencial (PQS), no qual a hessiana da função lagrangiana é aproximada por uma matriz identidade.

A nova iteração do algoritmo HLRFBFGS é calculada por meio da seguinte fórmula

$$y_{k+1} = y_k + d_k \quad (14)$$

em que

$$d_k = \frac{\nabla h_k(y_k)^T - B_{k-1} \nabla h_k(y_k)}{[\nabla h_k(y_k)^T - B_{k-1} \nabla h_k(y_k)] \nabla h_k(y_k) - B_{k-1} y_k} \quad (15)$$

Como não existe uma regra para escolher a aproximação inicial B_{k-1} , emprega-se em geral a matriz identidade ou um múltiplo dela.

3 EQUAÇÃO DE ESTADO LIMITE

O primeiro passo para determinação da probabilidade de falha é a determinação da equação de estado limite, $h(X) = 0$, uma vez que, a determinação da probabilidade de falha recai em um problema de otimização cujo objetivo é determinar a mínima distância da equação de estado limite a origem do sistema no espaço normal reduzido.

Contudo, em problemas reais, os quais utilizam elementos estruturais em concreto armado, nem sempre as equações estado limite são simples de serem modeladas, isto é, podem possuir um alto grau de complexidade, além de poderem ser não lineares. Diante disso, a solução do problema de otimização também é um desafio, uma vez que não existe garantia de convergência dos algoritmos.

A fim de realizar corretamente o dimensionamento de uma estrutura, é necessária a determinação dos efeitos de todas as ações atuantes na mesma. Sendo assim, com relação as combinações de ações impostas as vigas em concreto armado submetidas a flexão simples e dimensionadas de acordo com as especificações estabelecidas pela ABNT NBR 6118:2014, consideramos somente a combinação de cargas permanentes e variáveis diretas advindas do uso da edificação (sobrecarga), por ser uma configuração de ações comum nas edificações.



Nesse contexto, a equação de estado limite (16) foi estabelecida de acordo com as combinações de ações mencionadas anteriormente, cuja dedução é detalhada por Santos e Souza (2022)

$$h(X) = X_1 \cdot \left\{ \frac{X_2 \cdot X_3 \cdot X_4 \cdot X_5 \cdot \left(1 - 0,4 \cdot \frac{X_6 \cdot X_7}{X_8} \right) - X_9 \cdot (X_{10} + X_{11})}{X_{12} \cdot X_{13} \cdot X_{14}} \right\} \quad (16)$$

em que X_1 é uma variável gaussiana que corresponde a área de aço $A_s = \rho \cdot b_w \cdot h$; X_2 é uma variável gaussiana que corresponde a tensão de escoamento de aço f_{yd} ; X_3 é uma variável gaussiana que corresponde a altura útil da seção transversal d ; X_4 é uma variável gaussiana que corresponde a largura da base b_w ; X_5 variável gaussiana que corresponde a resistência do concreto a compressão f_{yd} ; X_6 é uma variável gaussiana que corresponde ao momento característico, $M_{S_{gk}}$ (ações permanentes); X_7 é uma variável que segue a distribuição gumbel que corresponde ao momento característico, $M_{S_{qk}}$ (ações variáveis do tipo acidental); X_8 é uma variável lognormal que corresponde a incerteza do modelo das resistências. θ_R e X_9 é uma variável lognormal que corresponde a incerteza de modelos das solicitações θ_S .

As informações sobre as variáveis de projeto foram estabelecidas de acordo com os trabalhos de Santos, Stucchi e Beck (2014) e Santos e Souza (2022), os quais foram baseados na literatura nacional brasileira, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Informações estatísticas sobre as variáveis de projeto

Variáveis de projeto	Média	Desvio padrão
X_1	$= 1,01 \cdot A_s$	$\sigma_{X_1} = 1,04 \cdot \mu$
X_2	$= 1,22 \cdot f_{yk}$	$\sigma_{X_2} = 0,04 \cdot \mu$
X_3	$= 0,9h + 1$	$\sigma_{X_3} = 1$
X_4	$+ 0,03b_w; b_w + 0,3\}$	$\sigma_{X_4} = \max(b_w + 0,4; 1)$
X_5	$= \omega_1 \cdot f_{ck}$	$\sigma_{X_5} = \omega_2 \cdot f_{ck}$
X_6	$\mu_{X_6} = 1,06 \cdot M_{S_{gk}}$	$\sigma_{X_6} = 0,12 \cdot \mu$
X_7	$\mu_{X_7} = 1,06 \cdot M_{S_{qk}}$	$\sigma_{X_7} = 0,4 \cdot \mu_{X_7}$
X_8	$\mu_{X_8} = 1,2$	$\sigma_{X_8} = 0,15 \cdot \mu_{X_8}$
X_9	$\mu_{X_9} = 1$	$\sigma_{X_9} = 0,15 \cdot \mu_{X_9}$

Fonte: Adaptado de Santos, Stucchi e Beck (2014) e Santos e Souza (2022).



Destacamos que a taxa de carregamento (τ) corresponde a razão entre os momentos solicitantes provenientes dos carregamentos acidental e total, respectivamente, a qual à viga está submetida. Nessa pesquisa, consideramos o dimensionamento para o caso mais econômico, $M_{Sk} = M_{Rk}$, conseqüentemente

$$(17) \quad \tau = \frac{M_{S_{qk}}}{M_{S_{qk}} + M_{S_{gk}}} = \frac{M_{S_{qk}}}{M_{Sk}} = \frac{M_{S_{qk}}}{M_{Rk}} =$$

em que $M_{S_{qk}}$ é o momento característico de solicitação devido a ação acidental, $M_{S_{gk}}$ é o momento característico de solicitação devido a ação permanente, M_{Sk} é o momento característico de solicitação total e M_{Rk} momento característico resistente total.

Na implementação dos algoritmos, cenários com diferentes valores para as características mencionadas, conforme descrito na Tabela 2, foram considerados.

Tabela 2: Parâmetros de projeto considerados nos experimentos numéricos

Parâmetros	Nomenclatura	Valores
Taxa de carregamento	τ]0,1[, com incremento de 0,1
Taxa de armadura do aço	$\rho(\%)$	0,15; 0,164; 0,179; 0,194; 0,208
Base da seção transversal	$b(cm)$	0,30; 0,45; 0,60; 0,75; 0,90; 1,05
Altura da seção transversal	$h(cm)$	14 e 19
Resistência característica do concreto à compressão	$f_{ck}(MPa)$	30, 35, 40, 45,50 e 55
Valor característico do aço ao escoamento	$f_{yk}(MPa)$	500
Incerteza do modelo das resistências	θ_R	1,2
Incerteza do modelo das solicitações	θ_S	1

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Em todos os testes, resultados cujos valores da posição da linha neutra ultrapassaram $\beta_x = 0,45$ foram desconsiderados da análise, garantindo os critérios definidos pelos domínios de deformação 2 e 3, conforme definido pela ABNT NBR 6118:2014.



4 EXPERIMENTOS NUMÉRICOS

4.1 Comparação do desempenho dos algoritmos

Os algoritmos foram executados fixando-se, inicialmente, a taxa de carregamento (τ) no intervalo]0,1[, com incremento de 0,1. Para cada incremento, fixado a priori, os outros parâmetros de projeto variaram em seus respectivos intervalos, ou seja, f_{ck} (MPa) = [20; 25; 30; 35; 40; 45; 50], b (cm) = [14; 19], h (cm) = [30; 35; 40; 45; 50; 55]. Visando atender a taxa mínima de armadura exigida pela norma ABNT NBR 6118:2014, item 17.3.5.2.1, os valores de ρ_{min} foram fixados de acordo com f_{ck} , conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Taxas mínimas de armadura de flexão para vigas

f_{ck} (MPa)	20	25	30	35	40	45	50
ρ_{min} (%)	0,150	0,150	0,150	0,164	0,179	0,194	0,208

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

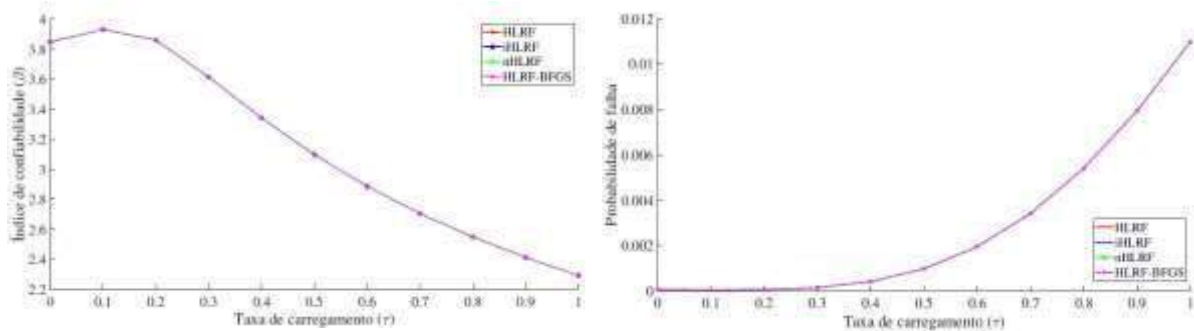
Diante disso, uma vez definidos os valores e os incrementos de cada parâmetro, conforme apresentado na Tabela 2, foram executados $11 \times 7 \times 2 \times 6 = 924$ problemas para cada algoritmo, sendo 11 possibilidades para o valor de τ , 7 possibilidades para f_{ck} , 2 possibilidades para b e 6 possibilidades para h

Os resultados obtidos por meio da execução dos algoritmos HLRF, iHLRF, nHLRF e HLRF-BFGS foram organizados em planilhas eletrônicas individualizadas, por meio do *software* Excel. Para cada planilha eletrônica, foram selecionados os maiores valores para o índice de confiabilidade (β), referentes as taxas de carregamento (τ) e os resultados expressos por meio de gráficos que estão ilustrados nas Figuras 1(a) e 1(b) a seguir.

Portanto, a Figura 1 ilustra a confiabilidade estrutural das vigas em concreto armado por meio da análise dos índices de confiabilidade ótimo (β) e da probabilidade de falha (P_f) em função da taxa de carregamento (τ).



Figura 1: Confiabilidade estrutural das vigas em concreto armado



(a) Índice de confiabilidade

(b) Probabilidade de falha

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Observa-se que, as curvas que ilustram o desempenho dos algoritmos, em ambas as Figuras 1(a) e 1(b), estão todas sobrepostas, indicando a equivalência das soluções, o que valida os resultados numéricos para a execução dos quatro algoritmos. Além disso, o pior cenário para o índice de confiabilidade (β) ocorre quando o momento solicitante decorrente de carregamento variável é relativamente grande em relação ao momento solicitante total, ou seja, para valores maiores de τ . Portanto, isso revela que a taxa de carregamento tem relevante influência na probabilidade de falha da estrutura, devendo ser considerada com cautela no dimensionamento das edificações, independentemente das demais parâmetros do problema.

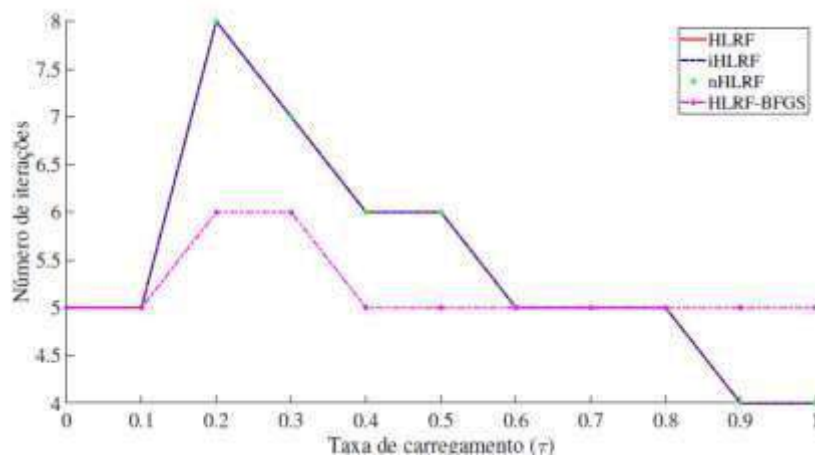
Segundo Santos, Stucchi e Beck (2014), para vigas em concreto armado de edifícios dimensionados de acordo com a ABNT NBR 6118:2014, são usualmente empregadas taxas de carregamento entre 0,1 e 0,6, com $\beta = 3,35$ e $\rho = 0,15\%$. Por outro lado, diferentemente do índice de confiabilidade, os maiores valores de τ fornecem, também, os maiores valores da probabilidade de falha, uma vez que $P_f = \Phi(-\beta)$.

Considerando agora a análise do desempenho dos algoritmos consideramos quatro medidas de performance: 1. iter, que representa o número de iterações; 2. fun, que refere-se ao número total de avaliações da função desempenho; 3. grad, que representa o número de avaliações do gradiente da função desempenho e; 4. tempo, que é o tempo computacional gasto na execução do algoritmo.



A Figura 2 ilustra o desempenho dos algoritmos com relação ao número de iterações necessárias para a obtenção do índice de confiabilidade (β). Note que os algoritmos HLRF, iHLRF e nHLRF possuem desempenho equivalente no que diz respeito ao número de iterações, enquanto o HLRF-BFGS se mostrou mais eficiente para $0,1 \leq \tau \leq 0,6$.

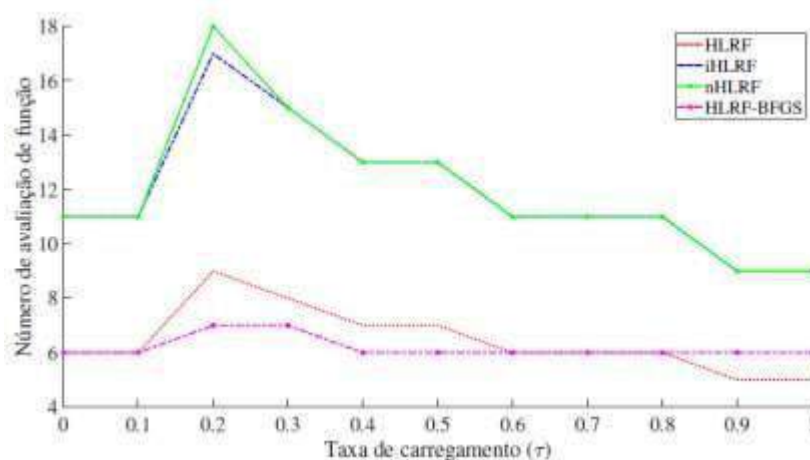
Figura 2: Número de iterações



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

De maneira semelhante ao desempenho dos algoritmos com base no número de iterações, o algoritmo HLRF-BFGS também apresentou um número inferior de avaliação de função e de gradiente, conforme ilustrado nas Figuras 3 e 4. Isso ocorre devido ao fato de que os algoritmos HLRF e HLRF-BFGS desempenham, em cada iteração, apenas uma avaliação de função e uma avaliação de gradiente.

Figura 3: Número de avaliação de função

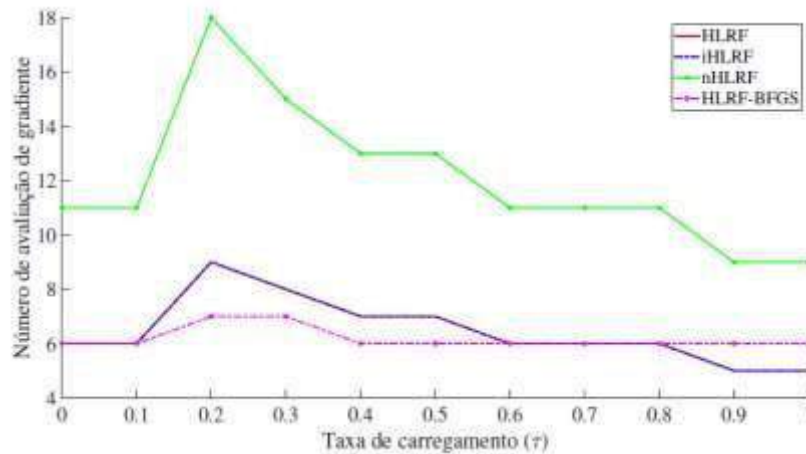


Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.



Além disso, o número dessas avaliações é uma unidade superior ao número de iterações, uma vez que tais avaliações são realizadas no ponto inicial para a verificação do critério de parada. Por outro lado, os algoritmos iHLRF e nHLRF naturalmente realizam um número maior de avaliações de funções e de gradiente, em virtude da execução da busca linear na determinação do comprimento do passo no processo de otimização.

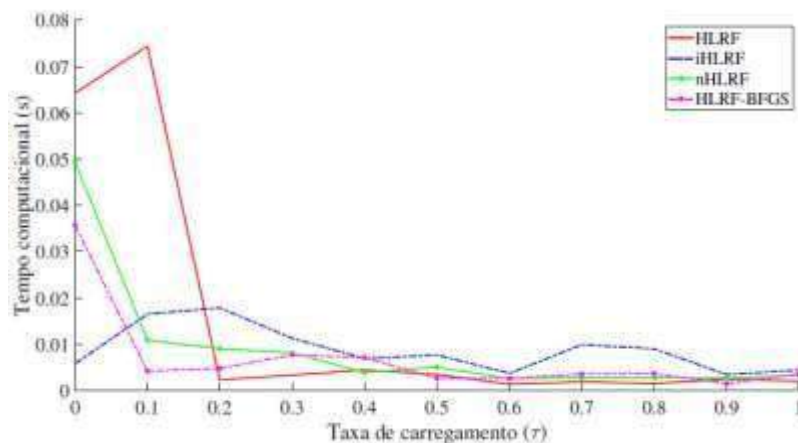
Figura 4: Número de avaliação de gradiente



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Com relação ao tempo computacional, os algoritmos apresentaram desempenho similar. Muito embora a Figura 5 ilustre valores distintos para o tempo de execução para cada algoritmo, a diferença entre tais valores não é relevante, visto que é da ordem de centésimos de segundo.

Figura 5: Tempo computacional



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de confiabilidade estrutural de vigas em concreto armado submetidas à flexão simples permitiu avaliar, com base na abordagem do método FORM, a probabilidade de ruptura ou o índice de confiabilidade desse elemento estrutural durante sua vida útil. Para tanto, foi realizado o desenvolvimento da equação de estado limite para a viga considerando o dimensionamento mais econômico, isto é, quando os esforços solicitantes devido a ação do carregamento imposto ao elemento estrutural é equivalente à resistência.

Nesse sentido, foi apresentado a metodologia para o cálculo da probabilidade de falha, o qual é dado por meio da resolução de um problema de otimização restrito, cujo objetivo é a determinação do ponto de projeto, ou seja, o ponto sobre a equação de estado limite (superfície de falha) mais próximo da origem do sistema, no espaço das variáveis normais padrão e não correlacionadas. Para tanto, foram avaliados quanto ao desempenho no contexto da confiabilidade estrutural quatro algoritmos de otimização, denominados HLRF, iHLRF, nHLRF e HLRF-BFGS, baseados no método FORM.

A análise dos resultados foi realizada a fim de avaliar a performance dos algoritmos na determinação do índice de confiabilidade estrutural, de modo que experimentos numéricos com diferentes modelos de viga foram considerados. Tais modelos foram determinados a partir da variação dos valores correspondentes a base e altura (parâmetros de geometria), a resistência característica do concreto à compressão (parâmetros de resistência) e taxa carregamento acidental e permanente (parâmetros de carregamento). Quanto ao desempenho dos algoritmos, os experimentos numéricos revelaram que tanto o HLRF, iHLRF, nHLRF como o HLRF-BFGS resolveram 100% dos problemas analisados, determinando, em todos os casos, a mesma solução para os índices de confiabilidades. Com relação ao número de avaliação de função e de gradiente o algoritmo HLRF-BFGS, apresentou melhor desempenho, devido ao fato de empregar uma fórmula recursiva a cada iteração na busca pelo ponto de projeto, diferentemente dos demais algoritmos que utilizam a estratégia de busca linear. Tal característica torna o HLRF-BFGS mais vantajoso e robusto quando comparado aos demais algoritmos abordados nesse trabalho.



REFERÊNCIAS

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 6118**. 2014.

BECK, A. T.; GOMES, W. J. S. **A comparison of deterministic, reliability-based and riskbased structural optimization under uncertainty**. Probabilistic Engineering Mechanics, Elsevier, v. 28, p. 18–29, 2012.

HALDAR, A.; MAHADEVAN, S. **Probability, Reliability and Statistical Methods in Engineering Design**. New York: John Wiley & Sons, 2000.

HASOFER, A. M.; LIND, N. C. **Exact and invariant second moment code format**. Journal of Engineering Mechanics, v. 100, n. 1, p. 111–121, 1974.

LIU, P. L.; KIUREGHIAN, A. D. **Optimization algorithms for structural reliability**. Structural Safety, n. 9, p. 161–177, 1991.

MELCHERS, R. E. **Structural reliability analysis and prediction**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1999.

PERIÇARO, G. A. et al. **HLLRF-BFGS optimization algorithm for structural reliability**. Applied Mathematical Modelling, n. 39, p. 2025–2035, 2015.

RACKWITZ, R.; FIESSLER, B. **Structural reliability under combined load sequences**. Computers & Structures, n. 9, p. 489–494, 1978.

SAGRILO, L. V. S. **Análise de confiabilidade estrutural utilizando os métodos analíticos FORM e SORM**. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 1994.

SANTOS, D. M.; STUCCHI, F. R.; BECK, A. T. **Reliability of beams designed in accordance with brazilian codes**. Revista Ibracon de Estruturas e Materiais, v. 7, p. 723–746, 2014.

SANTOS, S. R.; MATIOLI, L. C. **Desenvolvimento de algoritmos matemáticos aplicados a confiabilidade estrutural**. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Métodos Numéricos em Engenharia, Programação Matemática, UFPR, 2012.

SANTOS, S. R.; SOUZA, C. F. P. **Algoritmos de otimização aplicados na avaliação da confiabilidade estrutural de vigas em concreto armado submetidas à flexão simples**. TCC (Graduação) — Engenharia Civil, UTFPR - Campus Campo Mourão, 2022.

SANTOS, S. R.; MATIOLI, L. C.; BECK, A. T. **New optimization algorithms for structural reliability analysis**. Computer Modeling in Engineering and Science, v. 1, n. 83, p. 23–56, 2012.



ZHANG, Y.; KIUREGHIAN, A. D. **Finite Element Reliability Methods for Inelastic Structures**. Berkeley, 1997.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



DESIGNAÇÃO DE ATIVIDADES EM PROJETOS DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA: O CASO DA OTIMIZA EMPRESA JUNIOR

Adrian Gustavo Fernandes¹- Universidade Estadual do Paraná
Carolina Garcia²- Universidade Estadual do Paraná
Vinicius Gustavo da Cruz³- Universidade Estadual do Paraná
Marcia de Fátima Morais⁴- Universidade Estadual do Paraná

Nome do GT: Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Produção Agroindustrial

RESUMO

Designar atividades a membros em projetos de serviços de consultoria executados por Empresas Juniores é uma tarefa imprescindível e complexa, tendo em vista que, cada projeto tem suas especificidades e necessitam de conhecimentos, competências e habilidades diferentes para sua execução. Para auxiliar no processo de designação de tarefas necessárias à execução de projetos de serviços de consultoria, este estudo teve como propósito desenvolver uma modelagem matemática de Programação Linear para auxiliar os dirigentes da OTIMIZA Empresa Junior no processo de designação de atividades aos seus membros. A aplicabilidade da modelagem matemática proposta através do Projeto Pesquisa de Mercado também foi demonstrada, por meio da modelagem do problema no *MS Excel* e solução por meio da ferramenta *Solver* do *MS Excel*. Os resultados demonstraram que o modelo é adequado ao problema de designação de atividades aos membros, e que o modelo pode ser utilizado para os diversos outros projetos de serviços de consultoria prestados pela OTIMIZA Empresa Junior.

Palavras-chave: Programação Linear, Modelagem Matemática, Problema de Designação.

RESUMEN

La asignación de actividades a los integrantes en proyectos de servicios de consultoría realizados por Empresas Junior es una tarea esencial y compleja, considerando que cada proyecto tiene sus especificidades y requiere diferentes conocimientos, habilidades y destrezas para su ejecución. Para asistir en el proceso de asignación de tareas necesarias para la ejecución de proyectos de servicios de consultoría, este estudio tuvo como objetivo desarrollar una modelación matemática de Programación Lineal para ayudar a los directores de OTIMIZA Empresa Junior en el proceso de asignación de actividades a sus integrantes. También se demostró la aplicabilidad de la modelación matemática propuesta a través del Proyecto de Investigación de Mercados, mediante la modelación del problema en MS Excel y solución a través de la herramienta Solver de MS Excel. Los resultados demostraron que el modelo es adecuado al problema de asignación de actividades a los miembros, y que el modelo puede ser utilizado para varios otros proyectos de servicios de consultoría proporcionados por OTIMIZA Empresa Junior.

Palabrasclave: Programación Lineal, Modelado Matemático, Problema de Asignación.

¹ Graduando em Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: adrian.fernandes.24@estudante.unespar.edu.br

² Graduanda em Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: carol-garcia99@hotmail.com

³ Graduando em Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: viniciusustavo237@gmail.com

⁴ Doutora em Engenharia de Produção – e-mail: marciamorais.engenharia@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Engenharia de Produção é um ramo da Engenharia que envolve o projeto, a implantação, a melhoria e a manutenção de sistemas produtivos integrados, promove a integração de homens, materiais e equipamentos, além de avaliar os resultados obtidos destes sistemas, recorrendo aos conhecimentos de ciências exatas e de metodologias aplicadas próprias a Engenharia (ABEPRO, 2001). Um Curso de Graduação em Engenharia de Produção deve, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, capacitar seus acadêmicos nas dez grandes áreas de Engenharia de Produção.

Empresas Juniores, consideradas uma forma de extensão, por contribuírem ativamente para o desenvolvimento da comunidade a qual está inserida, oferecendo produtos e serviços especializados de assessoria e consultoria em suas áreas de atuação, também enriquecem a graduação dos acadêmicos por proporcionarem uma experiência de gestão, empreendedorismo e consultoria (SILVA; ANDRADE, 2015).

Ciente de que a vivência numa Empresa Júnior (EJ) se assemelha a um laboratório de trabalho, que dá a oportunidade de aprender todo o processo do desenvolvimento e execução de projetos, proporcionando ao acadêmico uma oportunidade de vivenciar problemas reais do cotidiano de uma empresa real e conhecer as diversas áreas de atuação de seu curso (LIMA; CAMPOS; MARQUES, 2016), o Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial incentiva seus acadêmicos a participarem da Empresa Júnior do Curso, a OTIMIZA Empresa Junior.

A OTIMIZA Empresa Júnior presta serviços de consultoria nas diversas áreas da Engenharia de Produção, desde o ano de 2004. Um problema frequentemente relatado por seus dirigentes é a designação de atividades de projetos de consultorias aos membros da Empresa Júnior, dado que os membros estão em diferentes momentos de sua formação e os projetos a serem executados exigem diferentes níveis de conhecimentos e habilidades dos membros. Em outras palavras, nota-se maior grau de dificuldade na execução de determinadas atividades por parte dos membros que ainda estão nos primeiros anos da Graduação.

Sabe-se que quando a designação de pessoas não é bem executada, as chances são grandes do Gerente de Projeto enfrentar problemas em diferentes esferas, tais como, profissionais desmotivados e atrasos nas entregas. Com isso, a empresa perde produtividade e ainda pode ter prejuízos com o cliente final.

Diante do exposto, para auxiliar os dirigentes da Empresa Júnior no processo de designação de atividades aos membros, o estudo aqui apresentado, realizado como prática da disciplina de



Pesquisa Operacional Aplicada, visando fornecer um instrumento que auxilie no processo de designação de atividades aos membros da OTIMIZA Empresa Junior para a execução de projetos referentes a prestação de serviços, teve por objetivo, desenvolver uma modelagem matemática de Programação Linear para o problema, bem como demonstrar a aplicabilidade da modelagem matemática proposta através de um Projeto de prestação de serviço realizado pela OTIMIZA EJ.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PROGRAMAÇÃO LINEAR

Considerada como uma das mais importantes técnicas de Pesquisa Operacional, a Programação Linear, desenvolvida conceitualmente após a Segunda Guerra Mundial, pelo soviético Kolmogorov, com o objetivo de resolver problemas militares de logística, é aplicada na resolução de problemas em que as variáveis que são utilizadas são reais, com objetivo de auxiliar a tomada de decisão trazendo para seu âmbito métodos matemáticos em que para a resolução é tirado o maior proveito possível dos sistemas, sejam eles econômicos, indústrias, etc (ANDRADE, 2002; MATO et al., 2005).

A Programação Linear presume a relação linear entre as características do problema estudado buscando a solução ótima, ou seja, todas as relações matemáticas ou funções devem ser lineares (GOLDBARG e LUNA, 2005; RODRIGUES et al., 2014).

Os problemas de Programação Linear são compostos por variáveis de decisão, função objetivo e restrições, em que: as variáveis de decisão referem-se às decisões a serem tomadas, visando encontrar a solução do problema; a função-objetivo é uma expressão matemática por meio da qual relacionamos as variáveis de decisão e o objetivo a ser atingido e mede o desempenho do sistema para cada solução apresentada. e as restrições são as limitações impostas sobre os possíveis valores que podem ser assumidos pelas variáveis de decisão (ANDRADE, 2002).

De acordo com Arenales et al. (2007) e Nogueira (2007) exemplos de problemas que podem ser formulados como um problema de PL aparecem nas mais variadas áreas decisórias, dentre as quais, destacam-se: problemas de mistura, problemas de transporte, problemas de transbordo, problemas de designação/atribuição, problemas de planejamento da produção, problemas de programação de projetos, problemas de fluxo de caixa, problemas de meio ambiente, problemas de corte e empacotamento, problemas de localização de instalações, entre outros.



Os Problemas de Designação, também conhecidos na literatura especializada como Problemas de Atribuição, constituem um caso particular dos Problemas de Transporte, um problema clássico de Programação Linear (PL) (NOGUEIRA, 2007). Dentre as diversas aplicações dos PD destacam-se a designação dos colaboradores a cargos, distribuições de pessoas com competências específicas em projetos, a organização e localização de setores dentro de uma empresa, etc. (ANDRADE, 2002).

Os modelos de designação ou atribuição são modelos de Programação Inteira, um caso particular dos modelos de Programação Linear. Tem-se um problema de Programação Linear Inteira (PLI), quando todas as variáveis do modelo para a resolução do problema não assumem valores contínuos e sendo possível somente a utilização de valores discretos (GOLDBARG; LUNA, 2005).

Um problema de programação linear inteira pode apresentar as seguintes situações (SUCENA, 2012): i) Todas as variáveis de decisões são inteiras (Problemas de Programação Linear Inteira Pura – PLIP); ii) Parte das variáveis de decisões são inteiras (Problemas de Programação Linear Inteira Mista – PLIM); iii) Todas as variáveis de decisões são binárias (Problemas de Programação Linear Inteira Binária – PLIB); e iv) Parte das variáveis de decisões são binárias (Problemas de Programação Linear Inteira Binária Mista – PLIBM).

2.2 PROBLEMAS DE DESIGNAÇÃO

A designação de atividades às pessoas, objeto deste estudo, consiste no processo em que se define quais recursos humanos serão utilizados para executar as tarefas que compõem um determinado projeto, respondendo basicamente a questão: “Quem deve fazer isso?” considerando critérios de designação para selecionar os mais adequados, baseados nos objetivos de negócio da organização (MARQUES *et al.*, 2011).

O problema clássico de designação de n tarefas a m pessoas, tal que cada tarefa é executada por uma única pessoa e cada pessoa executa uma única tarefa. A execução da tarefa j pela pessoa i tem um custo C_{ij} . O problema então consiste em designar tarefas a pessoas de modo a minimizar o custo total (ANDRADE, 2002).

Nos Problemas de Designação devem ser consideradas as seguintes hipóteses: i) O número de tarefas (m) e o número de pessoas (n) são os mesmos; ii) Cada tarefa deve ser designada para exatamente uma pessoa; iii) Cada pessoa deve ser designada somente a uma tarefa; iv) Há um custo ao designar cada pessoa à tarefa que lhe corresponde; e v) o objetivo consiste em designar



as tarefas as pessoas de modo a otimizar um objetivo de desempenho (minimizar custo ou maximizar lucro ou desempenho) (ANDRADE, 2002; NOGUEIRA, 2007).

De acordo com Andrade (2002) o problema de designação deve ser formulado matematicamente considerando: i - número de origens ou executores da atividade; j - número de destinos ou tarefas; C_{ij} - custos ao ser designado a tarefa ao trabalhador ou o custo de transporte da origem ao destino; e, X_{ij} - designação do trabalhador para determinada tarefa ou a distribuição de um determinado equipamento da origem para determinado destino. Assim temos as equações que definem o modelo matemático para o problema de designação.

$$\text{Minimizar } Z = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^m C_{ij} X_{ij} \quad (1)$$

$$\sum_{i=1}^n X_{ij} = 1, \quad j=1, 2, \dots, m \quad (2)$$

$$\sum_{j=1}^m X_{ij} = 1, \quad i=1, 2, \dots, n \quad (3)$$

$$X_{ij} \in \{0, 1\}, \quad i=1, \dots, n, \quad j=1, \dots, m \quad (4)$$

A função-objetivo representada em (1) explicita a medida de desempenho a ser otimizada. O conjunto de restrições (2) impõe que cada indivíduo é designado a uma e somente uma tarefa. O conjunto de restrições (3) impõe que cada tarefa seja realizada por apenas um e somente um indivíduo. As restrições (4) impõe que as variáveis de decisão tomem os valores 0 ou 1 (ARENALES et al., 2007). Conforme podemos verificar nas restrições (4) os problemas de designação constituem problemas de Programação Linear Inteiro e Binário, em que X_{ij} só pode assumir valores 0 ou 1.

Ainda em relação ao modelo matemático Arenales et al. (2007) afirmam que devido a características particulares da estrutura de um modelo de designação, a função-objetivo (1) pode assumir a forma de maximização e as restrições (2) podem ser substituídas por $X_{ij} \geq 0$ e, mesmo assim, pode-se mostrar que o modelo tem solução ótima inteira.

Marques et al. (2011) destacam que identificar a designação mais adequada não é uma solução trivial, desta forma, são necessários mecanismos que permitam analisar as diversas possibilidades de designação com critérios claramente definidos.



Modelos típicos de programação linear, como os problemas de designação, na prática podem envolver muitas variáveis e restrições, sendo, portanto, o uso de computadores o único modelo de resolver tais modelos (TAHA, 2008). Existe uma série de softwares específicos para a resolução de problemas de programação linear, sendo o LINDO um dos mais populares, segundo Lanchtermacher (2007).

O Solver do Excel é particularmente atraente para usuários de planilhas (TAHA, 2008). No entanto, o Solver do Excel apresenta limitações em relação ao número de variáveis do problema, porém para os propósitos deste estudo, o Solver do Excel mostrou-se adequado. Detalhes acerca da modelagem de problemas de Programação Linear no MS Excel, bem como a solução destes problemas utilizando o Solver do Excel, podem ser encontrados em Lanchtermacher (2007).

3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem utilizada para realização desta pesquisa é classificada como mista, ou seja, utiliza-se tanto de métodos qualitativos e dados quantitativos, pois essa pesquisa é baseada na interpretação dos fenômenos observados e propõe desenvolver uma modelagem matemática de Programação Linear para o problema, bem como demonstrar a aplicabilidade da modelagem matemática (CRESWELL, 2007).

Quanto aos fins a pesquisa aqui apresentada é classificada como exploratória, ou seja, tem como finalidade desenvolver, esclarecer ou modificar conceitos e ideias para que novos problemas sejam analisados; Descritiva, isto é, tem como foco conhecer/descrever as características de uma determinada população; E explicativa, em outros termos, a preocupação desse tipo de pesquisa é identificar os fatores que determinam ou contribuem com a ocorrência de um determinado fenômeno social (GIL, 1999; TRIVINOS, 2008).

Quanto aos meios, a pesquisa é classificada como bibliográfica e estudo de caso. É bibliográfica pois é constituído a partir de livros e artigos científicos e estudo de caso pois é caracterizado pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (GIL, 2008).

Para a realização dessa modelagem foi elaborado um questionário de mapeamento de habilidades no Google Forms e foi aplicado com todos os membros da OTIMIZA EJ. Por meio desse questionário, foram atribuídas notas de 0 a 5 para todos os requisitos do mapeamento. Através dessas notas, realizou-se um somatório de todos os requisitos necessários para as funções,



a partir disso, utilizou-se o *Solver* do *MS Excel* para resolver o problema de designação de função descrito neste estudo.

4 DESIGNAÇÃO DE ATIVIDADES EM PROJETOS DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PRESTADOS PELA OTIMIZA EMPRESA JUNIOR

4.1 OTIMIZA EMPRESA JUNIOR

A Otimiza Empresa Junior consiste em um laboratório prático multiprofissional e multidisciplinar que presta serviços de consultoria e desenvolve projetos para micro e pequenas empresas, entidades, futuros empreendedores e sociedade em geral, nas dez grandes áreas da Engenharia de Produção.

Fundada em 2004, a Otimiza EJ, uma associação civil sem fins lucrativos, é gerida por acadêmicos do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial da UNESPAR/Campus de Campo Mourão e conta com a supervisão de um coordenador responsável e o auxílio de professores especializados.

A Otimiza EJ tem como finalidade: I - Proporcionar aos membros associados efetivos, condições necessárias à aplicação prática dos conhecimentos obtidos durante a graduação; II - Dar à sociedade retorno aos investimentos que ela realiza na Universidade por meio de serviços de alta qualidade, prestados pela OTIMIZA EJ; e III - Incentivar a capacidade empreendedora dos Membros Efetivos, dando a eles uma visão profissional (ESTATUTO OTIMIZA EJ, 2015).

A estrutura organizacional da EJ é dividida em: I) Membros Honorários: toda pessoa física ou jurídica que tenha prestado ou venha prestar serviços relevantes para a consecução de determinados projetos que possam ser desenvolvidos pela Otimiza EJ; II) Membros Efetivos: Trainee, Assessores, Consultores, Analistas, Gerente e Diretores; III) Membros Orientadores: Professores da UNESPAR campus de Campo Mourão do Departamento de Engenharia de Produção; e, IV) Membro Conselheiro: Todo membro eleito na Assembleia Geral para auxiliar os membros (ESTATUTO OTIMIZA EJ, 2015).

A Otimiza EJ conta com oito membros efetivos, sendo eles, três diretores, quatro assessores e um presidente, além de um membro orientador e um membro conselheiro, e atualmente o portfólio de serviços de consultoria oferecidos contempla: Previsão de Demanda, Plano de Marketing, Pesquisa de Mercado, Plano de Negócio e Gestão de Estoque (PORTFÓLIO OTIMIZA EJ, 2021).



A gestão dos serviços de consultoria prestados pela Otimize EJ, inicia-se com a formalização do serviço contratado pelo cliente. O serviço contratado recebe a denominação de Projeto, é um membro da EJ indicado para assumir a gerência. O Gerente do Projeto realiza o planejamento do projeto, que consiste em: i) Definir as atividades envolvidas no projeto; ii) Definir os tempos necessários para o desenvolvimento das atividades; iii) Definir os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades; e iv) Alocar o pessoal para a execução das atividades. Após a execução do projeto, o Gerente do Projeto elabora um relatório contendo todas as ações desenvolvidas, bem como recomendações e/ou ações a serem desenvolvidas, que é entregue ao cliente.

4.2 FORMULAÇÃO MATEMÁTICA PARA O PROBLEMA DE DESIGNAÇÃO DE ATIVIDADES

Para auxiliar os Gerentes de Projetos nos processos decisórios de alocação ou designação de pessoal para a execução das atividades dos projetos de serviços de consultoria prestados pela Otimize EJ, verificou-se que formulações matemáticas de Programação Linear Inteira são as mais adequadas ao problema em questão.

Na formulação matemática do problema de designação de atividades de projetos desenvolvidos pela OTIMIZA EJ a seus membros, a função-objetivo (5) visa maximizar o desempenho do pessoal alocado na execução das funções do projeto. Na formulação matemática foram considerados os seguintes conjuntos de restrições, conforme segue: (6) indicam que cada função do projeto deverá ser executada por um membro; (7) indicam que cada membro deverá executar uma função do projeto; (8) indicam que cada membro poderá executar uma função do projeto; (9) indicam que cada membro deverá executar pelo menos uma função do projeto; (10) indicam o domínio das variáveis de decisão.

Ressalta-se neste ponto, que as restrições (7), (8) e (9) serão utilizadas conforme as características do projeto a ser executado, ou seja, restrições do tipo (7) serão utilizadas quando o número de atividades do projeto for igual ao número de membros disponíveis para a execução do projeto, restrições do tipo (8) serão utilizadas quando o número de atividades do projeto for menor que o número de membros disponíveis para a execução do projeto e restrições do tipo (9) serão utilizadas quando o número de atividades do projeto for maior número de membros disponíveis para a execução do projeto.

A formulação matemática que representa o problema de designação de atividades de projetos da OTIMIZA EJ é a seguir apresentada.



$$\text{Maximizar } Z = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^m p_{ij} X_{ij} \quad (5)$$

$$\sum_{i=1}^n X_{ij} \leq 1, \quad j=1, 2, \dots, m \quad (6)$$

$$\sum_{j=1}^m X_{ij} \leq 1, \quad i=1, 2, \dots, n \quad (7)$$

$$\sum_{j=1}^m X_{ij} \leq 1, \quad i=1, 2, \dots, n \quad (8)$$

$$\sum_{j=1}^m X_{ij} \leq 1, \quad i=1, 2, \dots, n \quad (9)$$

$$X_{ij} \in \{0, 1\}, \quad i=1, \dots, n, \quad j=1, \dots, m \quad (10)$$

Em que: n é número de atividades do projeto; m é número de membros aptos a desenvolverem as funções; p_{ij} - peso atribuído ao membro i para executar a atividade j ; e X_{ij} = variáveis de decisão que assumem 1, se o membro i for designado a função j e 0, caso contrário.

Considerando as especificidades de cada serviço de consultoria prestado pela Otimiza Empresa Júnior, para cada projeto a ser executado teremos um modelo específico que incorpore as funções inerentes ao projeto.

4.3 MAPEAMENTO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DA OTIMIZA EMPRESA JUNIOR

Como o modelo de programação linear inteira para o problema de designação de atividades utiliza uma matriz de pesos que são atribuídos aos membros na execução das atividades, foi realizado um mapeamento de competências e habilidades dos membros da Otimiza EJ. O intuito deste mapeamento foi identificar o nível de conhecimento de todos os membros, com o objetivo de designar atividades compatíveis com as competências e habilidades dos membros.



Este mapeamento foi realizado através da aplicação de um questionário, aos membros da OTIMIZA EJ. As questões englobadas no mapeamento, bem como os critérios de avaliação usados para as atribuições de notas são a seguir descritas.

- **Áreas da Engenharia de Produção:** Cada membro da OTIMIZA EJ produziu textos dissertativos sobre conhecimentos das Áreas de Engenharia de Operações e Processos da Produção (1), Logística (2), Pesquisa Operacional (3), Engenharia da Qualidade (4), Engenharia do Produto (5), Engenharia Organizacional (6), Engenharia Econômica (7), Engenharia do Trabalho(8), Engenharia da Sustentabilidade (9) e Educação em Engenharia de Produção (10). Para os textos, avaliados por docentes do curso de EPA, foram atribuídas nota de 0 a 5, ou seja, 0 para nenhum conhecimento a respeito do assunto e 5 para muito conhecimento.
- **Softwares utilizados pela OTIMIZA EJ:** Conhecimentos sobre os *Softwares* Excel (1), Word (2), Power Point (3), Slack (4), Trello (5) e Canva (6). Foram atribuídas notas 0 a 5, sendo 0 para nenhum conhecimento e 5 para conhecimento avançado;
- **Serviços ofertados pela OTIMIZA EJ:** Conhecimentos sobre Previsão de Demanda (1), Plano de Marketing (2), Pesquisa de Mercado (3), Plano de Negócio (4) e Gestão de Estoque (5). Foram atribuídas notas 0 a 5, sendo 0 para nenhum conhecimento e 5 para conhecimento avançado;
- **Idiomas:** Conhecimentos em Inglês (1) e Espanhol (2). Foram atribuídas notas 0 a 5, sendo 0 para nenhum conhecimento e 5 para conhecimento avançado;
- **Habilidades Pessoais (*Softs Skills*):** Proatividade (1), Comunicação (2), Visão Sistêmica (3), Flexibilidade (4), Raciocínio Lógico (5), Empatia (6), Liderança (7), Capacidade de Trabalhar em Equipes (8), Inteligência Emocional (9) e Criatividade (10) foram as habilidades pessoais consideradas neste mapeamento. Por se tratar de questões subjetivas, os próprios membros atribuíram pontuações de 0 a 5 para suas habilidades.
- **Disciplinas Concluídas:** Cursando disciplinas do 1 Ano (1), Disciplinas do 1 Ano Concluídas (2), Disciplinas do 2 Ano Concluídas (3), Disciplinas do 3 Ano Concluídas (4), Disciplinas do 4 Ano Concluídas (5) e Cursando Disciplinas do 5 Ano (6). Foram atribuídas notas 0 a 5, sendo 0 para Cursando disciplinas do 1 Ano e 5 Cursando Disciplinas do 5 Ano.

Os resultados do mapeamento de competências e habilidades para cada membro são explicitados na Tabela 1. Estes resultados constituem a base de dados para a resolução dos



problemas de designação de atividades de Projetos aos membros da OTIMIZA EJ, considerando os requisitos de cada projeto a ser executado pela OTIMIZA EJ.



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar **ISSN**
2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Tabela 1 – Mapeamento de Competências e Habilidades dos Membros da OTIMIZA EJ.

Membro	Áreas da Engenharia de Produção										Software	Serviço	Idioma	Soft Skill										Disciplinas										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10											
M1	2	2	3	2	2	1	1	1	2	3	3	3	0	0	1	1	1	1	3	4	0	5	3	4	5	4	4	4	4	3	3	2		
M2	2	1	2	2	1	1	1	2	2	1	3	3	1	1	3	0	0	1	0	1	3	1	4	3	2	5	3	3	4	4	3	3	2	
M3	1	2	0	1	2	1	1	0	3	2	3	3	3	0	0	3	1	3	1	3	3	4	0	5	5	4	4	4	5	4	4	5	1	
M4	1	1	1	1	2	1	1	1	2	2	1	1	1	0	1	0	0	3	1	0	4	0	4	4	2	4	5	4	4	0	4	1		
M5	2	0	2	2	0	0	2	3	2	4	3	5	5	0	0	3	0	0	1	0	0	0	2	3	5	1	4	2	4	0	0	2		
M6	2	3	2	2	2	2	2	3	3	3	1	5	3	0	3	5	1	3	5	3	3	4	1	3	4	3	2	5	4	5	3	4	5	2
M7	4	1	3	3	3	0	3	0	4	3	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	4	3	4	4	3	4	3	5	4	3	2		
M8	1	0	0	1	0	1	1	1	2	1	1	3	3	0	0	1	1	3	1	1	0	3	3	3	4	4	4	5	3	5	3	3	1	

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.



4.4 PESQUISA DE MERCADO: DESIGNAÇÃO DE PESSOAL PARA AS ATIVIDADES DO PROJETO

Para ilustrar a aplicabilidade do modelo matemático para solução dos problemas de alocação de pessoal, utilizou o modelo matemático de programação linear para designar atividades do projeto “Pesquisa de Mercado” aos membros da Otimiza EJ.

Inicialmente o projeto Pesquisa de Mercado foi desmembrado em funções e foram identificadas as competências e habilidades necessárias para a execução das atividades do projeto, conforme pode ser visualizado no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Atividades e Competências e Habilidades Necessárias a Execução das Funções do Projeto “Pesquisa de Mercado”.

Atividades do Projeto (Fn)	Competências e Habilidades Necessárias a Execução da Atividade
Coletar Informações com o Cliente (A1)	Conhecimentos sobre a Área 5 (Engenharia do Produto) e sobre Pesquisa de Mercado; Domínio do Software Word; e <i>Soft Skills</i> : Proatividade, Comunicação, Visão Sistêmica, Flexibilidade, Empatia e Inteligência Emocional.
Elaboração do questionário (A2)	Conhecimentos sobre a Área 5 (Engenharia do Produto) e sobre Pesquisa de Mercado; Domínio do Software Word; e <i>Soft Skills</i> : Proatividade, Raciocínio Lógico e Criatividade.
Realização do cálculo amostral (A3)	Conhecimentos sobre as Áreas 3 (Pesquisa Operacional) e 7 (Engenharia Econômica) e sobre Pesquisa de Mercado; Domínio do Software Excel; e <i>Soft Skills</i> : Visão Sistêmica e Raciocínio Lógico.
Aplicação do questionário (A4)	Conhecimento sobre Pesquisa de Mercado; Domínio do <i>Software Word</i> ; e <i>Soft Skills</i> : Proatividade, Comunicação, Flexibilidade, Empatia e Capacidade de Trabalhar em Equipe.
Tabulação de dados (A5)	Conhecimentos sobre as Áreas 1 (Engenharia de Operações e Processos da Produção), 3 (Pesquisa Operacional) e 10 (Educação em Engenharia de Produção); Conhecimento sobre Pesquisa de Mercado; Domínio dos Softwares Word e Excel; e <i>Soft Skills</i> : Visão Sistêmica, Raciocínio Lógico e Criatividade.
Elaboração do relatório (A6)	Conhecimentos sobre a Área 10 ((Educação em Engenharia de Produção) e sobre Pesquisa de Mercado; Domínio dos <i>Softwares Word, Excel, Power e Canva</i> ; e <i>Soft Skills</i> : Proatividade, Comunicação, Visão Sistêmica, Flexibilidade, Empatia, Liderança, Capacidade de Trabalhar em Equipe e Criatividade.

Fonte: Otimiza EJ, 2021.

Como o modelo de programação linear para o problema de designação utiliza uma matriz de pesos, neste estudo para atribuir o peso ao membro i na execução da atividade j , realizou-se um somatório das pontuações dos membros referentes às competências e habilidades necessárias para a execução das atividades e a Disciplinas Concluídas, disponíveis na Tabela 1 (Mapeamento de Competências e Habilidades dos Membros das OTIMIZA EJ). Ressalta-se que para a obtenção da matriz de pesos para as competências necessárias à execução somente as notas competências elencadas no Quadro 1 foram utilizadas.

A matriz de pesos atribuídos aos membros para a execução das funções do projeto Pesquisa de Mercado é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 – Matriz de Pesos atribuídos aos membros para a execução das atividades do projeto Pesquisa de Mercado

MEMBROS (i)		Mercado							
		M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8
ATIVIDADES (j)	A1	32	27	34	30	24	34	29	28
	A2	20	17	21	19	11	27	16	17
	A3	18	12	15	13	16	20	16	13
	A4	25	23	26	25	23	26	21	26
	A5	28	21	25	20	25	33	24	20
	A6	47	41	53	41	45	53	39	41

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022

Com base nos dados da Tabela 2, utilizando a equação da função-objetivo (5) e o conjunto de restrições (6), (8) e (10) o problema foi modelado no *Software MS Excel* resolvido pela ferramenta *Solver* do *Excel*.

Os resultados fornecidos pelo *Solver* do *Excel* para a designação das atividades aos membros são apresentados na Tabela 3. Para as alocações apresentadas na Tabela 3, o máximo desempenho na execução das atividades é de $Z=150$.

Tabela 3 – Designação das Atividades do projeto Pesquisa de Mercado aos membros da Otimiza EJ.

Membros (i)		Mercado								Alocado	Disponível
		M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8		
Atividades (j)	A1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
	A2	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1
	A3	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1
	A4	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1
	A5	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	A6	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
	Alocado	1	1	1	1	1	0	0	1		
Disponível	1	1	1	1	1	1	1	1			

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Como podemos visualizar na Tabela 3, para a atividade de coletar as informações com o cliente (A1), o membro designado foi o M5, para a atividade de desenvolvimento de questionário (A2), o membro designado foi o M4. Para a execução do cálculo amostral (A3), o membro designado foi o M3.

Na A4, referente a aplicação do questionário, o membro designado para tal, foi o M2. Para A5, tabulação de dados, de acordo com a designação realizada, o membro indicado é o M1. Já para o desenvolvimento do relatório (A6) o membro indicado pela designação foi o M8.

Analisando a Tabela 3, percebe-se que existem mais membros do que funções disponíveis, ou seja, o membro M6 e M7 não foram alocados a nenhuma função, por isso o 0, onde corresponde aos membros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou um modelo matemático de Programação Linear para o problema de designação de atividades de projetos de Serviços de Consultoria a membros da OTIMIZA Empresa Junior. Para validar o modelo matemático proposto, o modelo foi aplicado ao projeto Pesquisa de Mercado.

Após a execução do *Solver* do *Excel*, verificou-se que o modelo proposto selecionou as melhores opções de designação de membros possíveis, que pode ser comprovado manualmente por se tratar de um problema de pequeno porte. Assim, a modelagem realizada atendeu as necessidades e os objetivos, de maneira rápida e que trouxesse confiabilidade para a seleção de membros para a realização de um determinado projeto.

Com isso, verifica-se que o modelo pode ser facilmente aplicado em diversos outros projetos executados pela OTIMIZA Empresa Junior, bem como por diversas outras empresas juniores na alocação não somente de membros à projetos, como também qualquer outro problema de designação, pois se trata de uma ferramenta que gera resultados confiáveis em um curto período de tempo, o que possibilita análise rápidas e fidedignas.

Sugere-se para trabalhos futuros, realizar essa designação de atividades para outros tipos de projetos desenvolvidos pela a Empresa Júnior. Também, aplicar esse modelo em outras empresas juniores a fim de testar o modelo em diferentes realidades.

REFERÊNCIAS

ABEPRO. Associação Brasileira de Engenharia de Produção. **Engenharia de Produção: Grande área e diretrizes curriculares**. 2001. Disponível em:

<<http://www.abepro.org.br/interna.asp?ss=1&c=924>>. Acesso em: 10 de Jul. de 2022.

ALVES, R.; DELGADO, C. **Programação Linear Inteira**. Faculdade de Economia Universidade do Porto, 1997. Disponível em:

<<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/74369/2/40539.pdf>>. Acesso em: 09 de Jul. de 2022.

ANDRADE, E. L. **Introdução à Pesquisa Operacional:** métodos e modelos para a análise de decisão. 2 a . edição. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2002.

ARENALES, Marcos *et al.* **Pesquisa operacional** [recurso eletrônico] / Marcos Arenales...[et al.]. - Rio de Janeiro: Elsevier: ABEPRO, 2007. recurso digital: (ABEPRO-Campus) CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DUARTE, C. **Pesquisa operacional** / Cesar Duarte Souto-Maior. – 3. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-depesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 07 de Dez. de 2022.

GOLDBARG, Marco Cesar; LUNA, Henrique Pacca. **Otimização combinatória e programação linear:** modelos e algoritmos. 2.ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LACHTERMACHER, G. **Pesquisa operacional na tomada de decisões:** modelagem em Excel / Gerson Lachtermacher. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2007 - 4- Reimpressão.

LIMA, G. S. CAMPOS, R. V. M., MARQUES, G. H. **A importância de uma Empresa Júnior:** do conhecimento acadêmico às práticas empresariais. In: CONGRESSO CIENTÍFICO CULTURAL DO ESTADO DO PARANÁ, VII, 2016, Campo Mourão. Anais [...] Campo Mourão: CONCEPAR, 2016. Disponível em: <<https://concepar.grupointegrado.br/resumo/aimportancia-de-uma-empresa-junior-do-conhecimento-academico-as-praticasempresarias/480/1083>>. Acesso em: 08 de Mar. de 2023.

MARQUES, Anna Beatriz; RODRIGUES, Rosiane; PRIKLADNICKI, Rafael; CONTE, Taynara. **Alocação de Tarefas em Projetos de Desenvolvimento Distribuído de Software:** Análise das Soluções Existentes. In: II Congresso Brasileiro de Software: Teoria e Prática, V Workshop de Desenvolvimento Distribuído de Software, 2011, São Paulo. CBSOFT II Congresso Brasileiro de Software: Teoria e Prática 2011. v. 11. p. 1-8.

MATOS, C. et al. **Programação Linear.** Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www.mat.uc.pt/~mcag/FEA2005/Programacao%20Linear.pdf>>. Acesso em: 08 Jul. de 2022.

MORAIS, Márcia de Fátima. **Introdução à Pesquisa Operacional:** Apostila. Disciplina de Introdução à Pesquisa Operacional, Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial, Departamento de Engenharia de Produção, Campus de Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campo Mourão/PR, 2021.

NOGUEIRA, F. **Problema de designação.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www.ufjf.br/epd015/files/2010/06/problema_de_designacao.pdf>. Acesso em: 08 jul. de 2022.

OLIVEIRA, S.; ANDRADE, A.; FREIRE, G.; DE LIMA, L. N. D.; DE ALMEIDA, J. A. **Modelo Multicritério Combinado com Programação Linear Inteira para Apoiar a Seleção e Designação de Monitores em Disciplinas de Um Curso Pré-Vestibular.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXXVIII, 2018, Maceió. Anais [...] Maceió: ENEGEP, 2018. Disponível em: <https://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_263_510_36406.pdf>. Acesso em: 8 de Jul. de 2022.

RODRIGUES, L. H. **Pesquisa operacional:** programação linear passo a passo: do entendimento do problema à interpretação da solução [recurso eletrônico] / Fabiano Ahlert (org.) Luís Henrique Rodrigues ... [et al.]. – São Leopoldo, RS : Ed. UNISINOS, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000045/000045c5.pdf>>. Acesso em: 10 de Jul. de 2022.

RODRIGUES, L.H. *et al.* **Pesquisa Operacional.** Programação Linear passo a passo: do entendimento do problema à interpretação da solução. Editora Unisinos, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000045/000045c5.pdf>>. Acesso em: 08 Jul. de 2022.

SUCENA, Marcelo. **Unidade I - Programação Linear Inteira.** 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4756642-Unidade-i-programacao-linear-inteira.html>>. Acesso em: 02 Mar. de 2023.

TAHA, HAMDY A. **Pesquisa Operacional.** 8ª. edição. Prentice-Hall: São Paulo, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2008.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



**ESTUDO DE FILAS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE UTILIZANDO
SOFTWARE DE SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL ARENA**

Adrian Gustavo Fernandes¹ - UNESPAR
Carolina Garcia² - UNESPAR
Luciano Admir Assunção Leite³ - UNESPAR
Marcela Vitória Dantas⁴ - UNESPAR
Vinicius Gustavo da Cruz⁵ - UNESPAR

Nome do GT: 8

RESUMO

Devido ao atual cenário e crescentes exigências dos usuários, as unidades de saúde passaram a buscar diferentes alternativas para atender seus pacientes com eficiência e qualidade, a fim de satisfazer as suas necessidades. Este trabalho aborda o problema de filas e o desenvolvimento de um modelo para a simulação computacional, através do *software* Arena, capaz de auxiliar a tomada de decisões em um Centro de Saúde no interior do estado do Paraná. Este estudo utilizou o método de abordagem misto, classificou-se como descritiva, quanto aos meios bibliográficos e estudo de caso. A coleta de dados foi realizada pela técnica cronoanálise em visitas *in loco*. Com a pesquisa, foi possível verificar que há um congestionamento de filas no atendimento do clínico geral devido a alta demanda de consultas realizadas diariamente e o grande número de pessoas na fila da recepção. Com isso sugere-se a realocação de funcionários ociosos para prestar auxílio às pessoas na fila da recepção.

Palavras-chave: Simulação Computacional. *Software* Arena. Congestão de Filas.

RESUMEN

Debido al escenario actual y las crecientes demandas de los usuarios, las unidades de salud comenzaron a buscar diferentes alternativas para atender a sus pacientes con eficiencia y calidad, con el fin de satisfacer sus necesidades. Este trabajo aborda el problema de las colas y del desarrollo de un modelo de simulación computacional, a través del software Arena, capaz de ayudar la toma de decisiones en un Centro de Salud del interior del estado de Paraná. Este estudio utilizó el método de enfoque mixto, se clasificó como descriptivo, en cuanto a los medios bibliográficos y estudio de caso. La recolección de datos se realizó mediante la técnica de cronoanálisis en visitas in situ. Con la investigación se pudo constatar que existe congestión de colas en la atención del médico general debido a la alta demanda de consultas que se realizan diariamente y la gran cantidad de personas en cola en la recepción. Con esto, se sugiere reasignar a los empleados ociosos para brindar asistencia a las personas en la cola de recepción.

Palabras clave: Simulación computacional. *Software* Arena. Congestión de colas.

¹ – graduando em Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: adrian.fernandes.24@estudante.unespar.edu.br

² – graduanda em Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: carol-garcia99@hotmail.com

³ – graduando em Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: lucianoadmir@outlook.com

⁴ – graduanda em Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: marcela.vit72@gmail.com

⁵ – graduando em Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: vinicius.cruz.24@estudante.unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Devido ao atual cenário de globalização e crescentes exigências dos usuários, as unidades de saúde passaram a buscar diferentes alternativas para atender seus pacientes com eficiência e qualidade. Além disso, existe uma preocupação significativa nos centros de saúde em relação ao seu gerenciamento, problemas com congestão de filas, alocação de recursos e de funcionários.

A congestão de filas tem se tornado cada vez maior nos centros de saúde, tendo em vista isso, é necessário analisar os serviços prestados, bem como a movimentação de pessoas dentro da organização, pois prestar um serviço de qualidade envolve múltiplos aspectos, como entender as necessidades do usuário, adequar a capacidade de atendimento de acordo com a necessidade, além de proporcionar um atendimento adequado ao usuário e reduzir o tempo de espera do atendimento, mantendo assim a satisfação do usuário em relação ao serviço prestado (SANTOS, 2020). Para analisar o problema de filas e propor soluções de melhorias utilizou-se conhecimentos da pesquisa operacional, simulação e simulação computacional.

A Pesquisa Operacional resolve problemas práticos e reais envolvendo situações de tomada de decisão por meio de modelos matemáticos, muitas vezes, utilizando-se de recursos computacionais. Segundo a Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO, 2008) ela é uma ferramenta imprescindível para que engenheiros de produção desenvolvam melhores práticas de gestão e modernização de processos.

Já a simulação é uma técnica que visa desenvolver um modelo que melhor represente o sistema em estudo por computador, a fim de visualizar e estudar o seu funcionamento (PRADO, 2014). Para Banks et al. (2005), as simulações computacionais são frequentemente utilizadas para testar alternativas de mudanças sem alterar o sistema real e para identificar gargalos no processo produtivo, além de permitir a identificação de processos para ampliação das capacidades dos sistemas produtivos.

O presente trabalho se enquadra na área de conhecimento de Engenharia de Produção denominada Pesquisa Operacional e na subárea de Modelagem, Simulação e Otimização (ABEPRO, 2008).

A simulação será realizada por meio do *software* Arena, que é uma poderosa ferramenta de análise de cenários e simula diversos processos. Por meio da análise dinâmica e interação entre os componentes do sistema, é possível identificar gargalos, melhores condições de operação, visualizar tamanhos de filas, ocupação de recursos e verificar o



comportamento do sistema (PARAGON, 2019).

Perante o exposto, o objetivo geral deste estudo é desenvolver um modelo para a simulação computacional do sistema do Centro de Saúde estudado, verificar seu comportamento em relação aos dados coletados e propor sugestões de melhoria de acordo com os resultados alcançados com o estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SIMULAÇÃO

Segundo Gavira (2003, p. 57), “a simulação utiliza-se de um modelo para estudar o sistema real sem a necessidade de gastos com pessoal e equipamentos e com riscos de falha reduzidos”, ou seja, é a execução virtual de determinado sistema, sem a necessidade real de movimentações físicas de equipamentos, financeiras e mão de obra, de modo que seja possível validar o sistema planejado.

De acordo com Florêncio *et al apud* Ferreira (1999), é apresentado a seguinte definição:

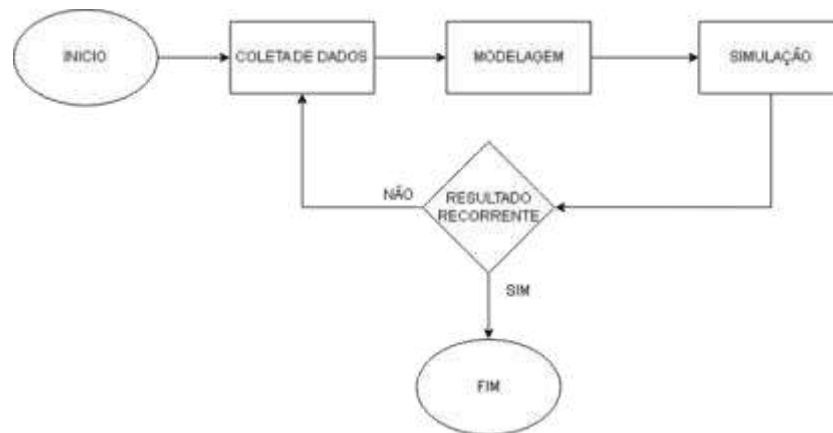
A simulação se refere a técnicas, largamente usadas em pesquisa operacional e ciência do gerenciamento, para imitar ou simular, usando computadores ou não, a operação de várias classes de processos ou serviços do mundo real ou de sistemas idealizados para melhorar o desempenho do mesmo através da comparação de alternativas e da análise de sensibilidade dos parâmetros do sistema (FLORÊNCIO *ET AL APUD* FERREIRA, 1999, p.2).

A simulação irá manipular um modelo matemático, que representa um sistema, e gerar resultados através dos diversos experimentos realizados em diferentes condições. Gavira (2003)

Então, de acordo com Hillier e Lieberman (2013), um modelo de simulação resume um sistema construindo-o componente por componente, evento por evento. O modelo então executa sistemas simulados para obter observações estatísticas do desempenho do sistema causado por vários eventos gerados aleatoriamente. Como as execuções de simulação geralmente exigem a geração e o processamento de grandes quantidades de dados, esses experimentos estatísticos simulados são inevitavelmente executados em computadores.

Para Souza *et al apud* Brighenti (2006) o processo de simulação segue um método científico, onde são apresentadas etapas a serem seguidas, dispostas na Figura 1.

Figura 1: Modelo de um sistema computacional.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Observando a Figura 1, nota-se que para dar início à simulação deve-se primeiro coletar os dados para então realizar a modelagem, a etapa seguinte é a execução da simulação, e por fim a avaliação dos resultados.

2.2 SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL

Devido aos avanços tecnológicos, a simulação evoluiu muito, permitindo alcançar excelentes níveis de confiança. As capacidades de cálculo atuais permitem executar os mais diversos modelos matemáticos que, juntamente com as técnicas visuais, refletem fielmente a realidade em toda sua complexidade (LANDER, 2015 *apud* NEGRÃO *et al* 2016).

De acordo com Miyagi (2006, p. 2) *apud* Souza Neto *et al* (s.d.) a simulação computacional é definida como sendo a imitação de sistema do mundo real que envolve a criação de uma “história artificial de um sistema para a análise de suas características operacionais”.

Para Morais (2013), são fatores que tornam desejável o uso de técnicas de simulação aliadas aos benefícios computacionais: Tempo; Custo; Impossibilidade de experimentação direta; Visualização; Repetição; Interferência.

Segundo Gavira (2003), algumas das vantagens da simulação são: modelos mais realistas, criados de acordo com o processo real sem precisar se adequar ao padrão; modelagem evolutiva, os modelos tornam-se progressivamente mais complexos; questões como "e se?", ao invés de buscar soluções, é possível encontrar novas formas de fazer as coisas testando cenários possíveis; aplicações a problemas "mal estruturados", essencialmente qualquer tipo de problema pode ser simulado; fácil comunicação porque os modelos de simulação são fáceis de entender; correções rápidas; flexibilidade; entre outros benefícios (GAVIRA, 2003).



Devido a grande quantidade de dados utilizados para gerar diversos cálculos e a sua complexidade, ao longo do tempo foi desenvolvido softwares que possam fornecer estimativas do desempenho dos projetos alternativos. (HILLIER e LIEBERMAN, 2013).

2.3 SIMULAÇÃO NO SOFTWARE ARENA

De acordo com Negrão *et al* , entre os vários softwares disponíveis no mercado, encontra-se o ARENA®, lançado no ano de 1993 pela Systems Modeling, sendo um software que apresenta um ambiente gráfico integrado de simulação, que contém todos os recursos para modelagem de processos, desenho e animação, análise estatística e análise de resultados. A tecnologia que diferencia o ARENA® é a criação templates, ou seja, uma coleção de objetos/ferramentas de modelagem, que permitem ao usuário, descrever o comportamento do processo em análise, através de respostas às perguntas pré-elaboradas, sem programação, de maneira visual e interativa (PARAGON, 2008).

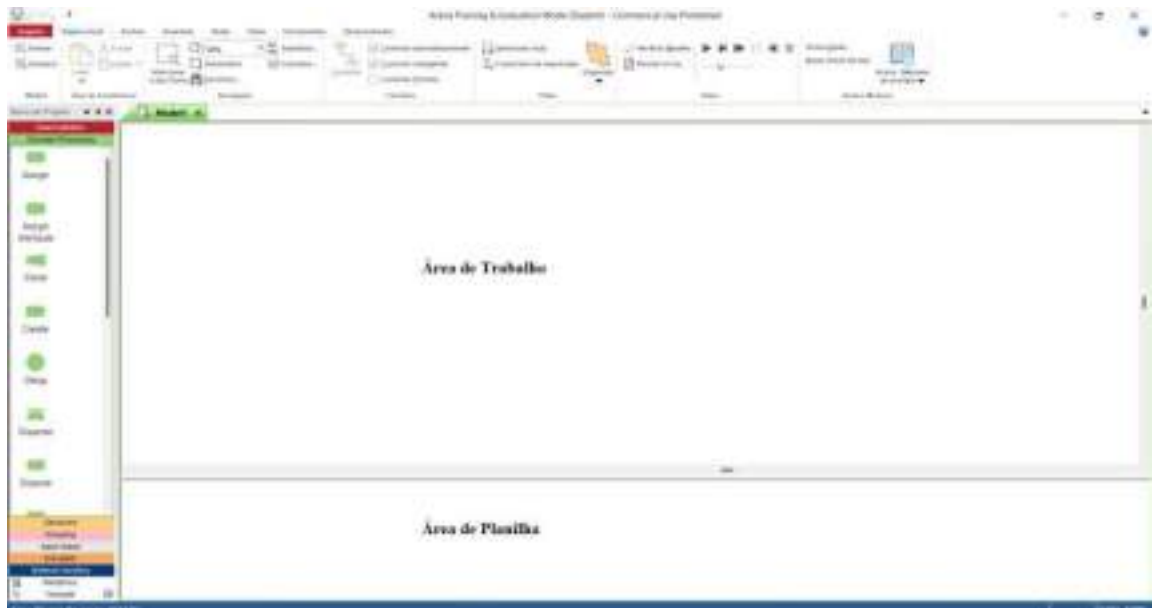
O Arena conta com módulos para a descrição do problema a ser tratado pela simulação computacional, porém, podem ser citados como “principais” os módulos *Create* (utilizado para descrever o começo da simulação, ou seja, o ponto inicial), *Process* (trata do processo em si, como alocação de recursos em determinado posto de trabalho, bem como tempo de processamento), *Decide* (como o próprio nome já diz, esse módulo trata do problema quando há decisões, ou seja, quando é necessário decidir entre duas ou mais alternativas) e *Dispose* (saída ou finalização do problema).

Também é possível identificar no menu principal a aba ‘Ferramentas’, onde se encontra uma ferramenta importante para o tratamento de dados: *Input Analyzer*. Para Moraes (2013), essa ferramenta executa a importante função de realizar o tratamento estatístico de dados, devolvendo ao usuário a melhor distribuição estatística para o conjunto de dados fornecidos. Para utilizá-la, os dados podem ser inseridos no *software* a partir do comando ‘*Fit All*’.

A linguagem de simulação incorporada ao *software* Arena é o *Siman V*, que pertence à categoria geral de linguagem ou ambiente de modelagem e simulação, ou seja, o sistema a ser modelado pode pertencer a qualquer campo de aplicação, como: manufatura, serviço, sistema de transporte, logística, computador, etc. (MORAIS, 2013). A Figura 2 mostra a tela inicial do Software Arena.



Figura 2: Tela Inicial do Software Arena versão 16.10



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Essa revisão de literatura analisou trabalhos publicados no período de 2017 a 2022, sobre a utilização da simulação computacional para tomada de decisões, no que diz respeito a problemas de congestão de filas e alocação de funcionários. Os bancos de dados utilizados para a busca de trabalhos foram: anais de eventos de Engenharia de Produção, como Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), Simpósio de Engenharia de Produção (SimpEP) e Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção (ConBREpro).

As principais palavras-chaves utilizadas na busca por trabalhos são: Simulação Computacional, *Software* Arena, Hospital, Tomada de decisão. Entretanto, o intuito foi selecionar pesquisas que tinham o mesmo foco deste presente trabalho, selecionando apenas 5 pesquisas. No Quadro 1, há a apresentação dos trabalhos sobre a aplicação da simulação computacional para auxiliar na tomada de decisão no setor de atendimento em unidades de saúde:

Quadro 1 - Revisão de literatura.

AUTOR	ANO	OBJETIVOS
-------	-----	-----------



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MEDANI; MANZANI	2019	Realizar uma previsão do número de cirurgia de mãos a ser realizada em uma unidade da saúde, de maneira a obter o planejamento da rotina semanal de cirurgias e auxiliar na tomada de decisão nos níveis estratégico e tático.
GUTTIERREZ; FURLAN	2018	Identificar os potenciais gargalos nas filas e nos processos que compõem o atendimento de pacientes em um hospital.
BARBOSA; DE FREITAS; MAPA	2019	Determinar as fronteiras da simulação; avaliar o nível de satisfação dos usuários do sistema; conhecer o fluxo do processo na Unidade; coletar dados e tratá-los estatisticamente; proceder a modelagem e simulação computacional; analisar os resultados; gerar relatórios e propor melhorias.
DE FRASSATI; DE MELO; DE MORAIS; DE MEDEIROS	2017	Elaborar um projeto de simulação na clínica, utilizando o software Arena, simulando todo o processo de atendimento inicial até a coleta de material para exames.
DIAS <i>et al.</i>	2018	Analisar o processo de atendimento e o gerenciamento de filas em um hospital, bem como propor melhorias em todos os fluxos de atendimento da unidade.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

4 METODOLOGIA

Para realização deste estudo, o método de abordagem utilizado foi o misto, que de acordo com Creswell (2007) é empregado quando se utiliza de dados quantitativos e qualitativos na busca de um melhor entendimento do problema de pesquisa, desta forma utilizou-se deste método para a coleta dos dados na unidade de saúde.

Quanto aos fins a pesquisa classifica-se como descritiva, pois teve como foco descrever as etapas do processo (FREITAS; GONÇALVES *apud* CORDEIRO *et al.* 2018). Deste modo, objetivou-se identificar as características do sistema de atendimento de uma unidade de saúde.

Quanto aos meios, classifica-se como bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2008). Bibliográfica, pois foram coletadas informações em materiais publicados em livros e mídias eletrônicas para a elaboração da fundamentação e revisão de literatura e estudo de caso, pois trata de um assunto específico visando fornecer subsídios para novas pesquisas.

Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de cronoanálise, que é uma forma cronometrar o tempo de atividade do operador e mensurar este tempo padrão por meio de métodos estatísticos, utilizado para determinar a capacidade produtiva da empresa (PEINADO; GRAEML, 2007, p. 86). A coleta de dados foi realizada em visitas *in loco* nas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

datas 11/11/2022 e 22/11/2022, sendo realizada em apenas dois dias em função da autorização da instituição para a coleta ter sido restrita, além de haver outras limitações como a distância entre as cidades de residência dos membros da equipe e a instituição analisada e o tempo hábil para realizar o trabalho.

Foi analisado também todo o sistema de atendimento na unidade, sendo assim, o sistema inicia-se com a chegada do paciente na unidade de saúde, este dirige-se à recepção para obter informações com a recepcionista. Assim, a recepcionista o encaminha para uma das opções: salas de atendimento de acordo com a necessidade de cada paciente, para triagem, para medicação ou para o agendamento de exames laboratoriais. Em casos de pedido de informações ou agendamento de exames, o paciente tende a sair do sistema.

Para o planejamento, foram coletados: os Tempos Entre as Chegadas (TEC) dos pacientes no Centro de Saúde; os Tempos de Atendimento na Recepção (TAR); os Tempos de Atendimento na Triagem (TAT); e os Tempos de Atendimento em cada consultório (TA). Nestes dias, os médicos disponíveis para atendimentos eram: Clínico Geral, Ginecologia e Pediatria.

Foram coletadas uma totalidade de 141 amostras de TEC, 142 de TAR, 52 TAT, 29 TA para clínico geral, 9 TA para ginecologia e 5 TA no pediatra.

Uma vez que os tempos de atendimento seguem variáveis aleatórias, tomou-se a decisão de realizar uma amostragem e escolher a melhor distribuição estatística que se aplica a eles que foram geradas pelo no *Input Analyzer* do Arena, sendo neste caso utilizada a opção *Fit All*.

Para utilizar essa ferramenta, os dados coletados foram convertidos, por conveniência, em segundos e minutos, tomando a cautela de que não haveriam dados em unidades de tempo diferentes numa mesma tabela. Assim, os dados foram passados para o Bloco de Notas e em seguida inseridos no *Input Analyzer* do Arena, assim, a própria ferramenta tratou os dados e devolveu a melhor distribuição para cada tabela. Dessa forma, foram obtidos as seguintes distribuições: $-0,5 + \text{GAMM}(2,9, 1,31)$ para a Chegada de Pacientes; $0,999 + \text{WEIB}(44,5, 0,527)$ para o Atendimento na Recepção; $\text{NORM}(114, 77,7)$ para a Triagem; $3,5 + \text{WEIB}(5,25, 1,36)$ para o atendimento no Clínico Geral; $5,5 + 8 * \text{BETA}(0,695, 0,874)$ para atendimento no Pediatra e; $2,5 + 6 * \text{BETA}(0,445, 0,854)$ para atendimento no Ginecologista.



Com as distribuições de cada módulo, foi possível executar a modelagem do sistema no Arena e rodá-lo por um período de 8h. A partir disso, gerou-se um relatório com todos os resultados da simulação, sendo possível identificar o comportamento das filas nos postos de trabalho da unidade de saúde estudada com base nos dados coletados.

5 APLICAÇÃO DA SIMULAÇÃO

5.1 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE INVESTIGADA

A instituição de prestação de serviços médicos analisada para o estudo de Simulação Computacional foi uma Unidade de Saúde, localizada em um município do interior do Paraná. Esta unidade de saúde oferece serviços médicos pelo Sistema Unificado de Saúde (SUS) e desde 2018 tem oferecido atendimento 24h/dia para a população.

O atendimento à população é feito basicamente pelos postos:

I) Recepção: realiza o agendamento de consultas e exames, fornece informações e faz a recepção pré-atendimento para quem irá passar em consulta no horário agendado naquele dia;

II) Triagem: realiza a anamnese do paciente, ou seja, fará o primeiro atendimento do paciente com as enfermeiras para determinar a prioridade de atendimento com base na gravidade da condição que o paciente se encontra. Essas informações são colocadas no sistema e encaminhadas ao médico;

III) Especialista: são os médicos que realizam o atendimento ao paciente, são realizados diagnósticos, encaminhamento para outras especialidades, prescrição de guias de encaminhamento para exame e receitas.

Além disso, o local também oferece outros serviços, como: vacinação, acompanhamento pré-natal e pós-parto, serviço de dispensação de órteses, próteses e materiais especializados, serviços de laboratório de próteses dentárias, oficinas de planejamento familiar, curativos, exercícios físicos, acompanhamento com agentes de saúde na comunidade, entre outros. Os atendimentos médicos diários são clínicos gerais e duas vezes por semana são pediatria e ginecologia, além de médicos de atendimento para emergência.

A espera de pacientes nos postos de saúde tende a ser longa diante da alta demanda de

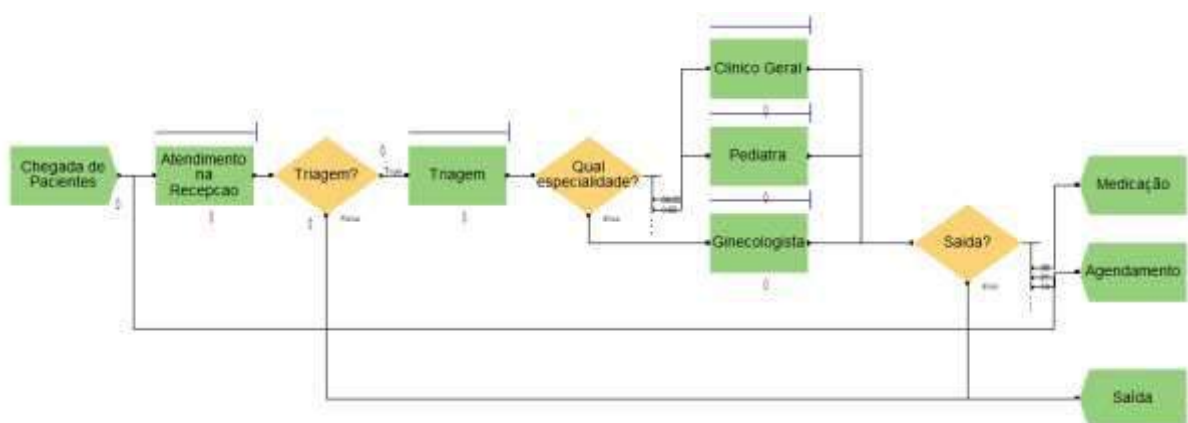


atendimento e os recursos disponíveis para a realização deste atendimento são limitados, além da falta de estrutura e profissionais da saúde são apontadas como causas do aumento desta demanda. Esta demora causa má qualidade e insatisfação no serviço prestado. Contudo, o encaminhamento dos pacientes deve ser o mais rápido possível, para que o quadro clínico do paciente não se agrave ou possibilite o risco de contágio.

5.2 MODELAGEM NO ARENA

Como o sistema de filas estudado consiste em pacientes entrando na fila, aguardando serem atendidos e deixando o sistema, foi realizada a modelagem no *software*, conforme Figura 3:

Figura 3: Modelagem no Arena.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

As configurações gerais da simulação foram para um período de 8 horas, sendo executada uma replicação da simulação do sistema, com o relatório fornecido em minutos. Assim, tem-se nessa simulação os blocos *Create* (chegada de pacientes), *Process* (para os processos de atendimento na recepção, triagem e atendimento com os médicos especialistas), *Decide* (utilizado para distinguir os pacientes que serão atendidos em outros postos ou sairão do sistema) e *Dispose* (saídas do sistema).

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Unidade de Saúde estudada, em geral, não tem um fluxo de pessoas tão intenso, pois a cidade em que está situada é de pequeno porte. Entretanto, em horários de pico (das 8h às 9h e das 13h às 14h), existe a formação de filas, em especial na recepção. Para verificar as



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

condições atuais do funcionamento do sistema do ambiente estudado, foi executada uma replicação da simulação, obtendo a taxa de ocupação em cada setor, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Taxa de ocupação em cada setor de atendimento.

Posto	Taxa de ocupação (%)
Recepção	42,92
Triagem	26,52
Clínico Geral	78,02
Pediatria	14,01
Ginecologia	18,33

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Na simulação, obteve-se o tamanho médio da fila por setor de atendimento, conforme Quadro 3:

Quadro 3: Tamanho médio da fila em cada setor por número de pacientes.

Posto	Tamanho médio	Tamanho Mínimo (número de pacientes)	Tamanho Máximo (número de pacientes)
Recepção	0.8949	0	8
Triagem	0.06095040	0	2
Clínico Geral	0.9251	0	4
Pediatria	0.01594395	0	1
Ginecologia	0.00290114	0	1

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Também foram fornecidos no relatório do *software* o tempo médio que cada paciente esteve na fila em cada posto, conforme Quadro 4:

Quadro 4 - Tempo Médio na fila em cada setor em minutos.

Posto	Tempo médio (min)	Tempo Mínimo (min)	Tempo Máximo (min)
Recepção	2.3845	0	21.2436
Triagem	0.4433	0	3.7161
Clínico Geral	10.8308	0	38.0218



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Pediatria	1.2755	0	6.5485
Ginecologia	0.07329195	0	3.7161

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Outro destaque é o tempo total que o paciente demorou para passar por todos processos necessários, que foi em média 11.1648 minutos e no máximo 100.78 minutos, ou seja, o paciente esperou mais de uma hora para sair do sistema.

Com base nos resultados obtidos no Quadro I, observa-se que a maior taxa de utilização do sistema é no clínico geral com 78,02%, pois ele realiza o maior número de consultas diárias em relação aos demais especialistas.

Diante do resultado obtido, no Quadro 3, analisou-se que o maior tamanho de fila se encontra na recepção, devido ao tamanho máximo de 8 pacientes na fila esperando serem atendidos, já os demais processos apresentaram tempos aceitáveis de espera. Os resultados do Quadro 4, mostram que o maior tempo médio de atendimento em cada setor é no clínico geral, pois os pacientes esperam em média 10 minutos para serem atendidos.

Neste cenário, resulta que o gargalo se encontra nos tempos de atendimento do clínico geral, devido à alta demanda de consultas realizadas diariamente, entretanto, mesmo tendo a maior taxa de ocupação, ainda assim há 21,98% de ociosidade do clínico geral, não sendo necessária a contratação de mais um médico para atuar nessa função.

Além disso, embora a recepção não apareça como gargalo, seria viável a realocação de de funcionários ociosos para sanarem dúvidas enquanto os pacientes estiverem na fila da recepção, dessa forma diminuiria o tempo de fila, pois boa parte dos pacientes querem apenas informações. Caso esta sugestão seja implementada, auxiliaria na organização do ambiente estudado, visto que o grande número de pessoas na fila da recepção atrapalha o fluxo de pessoas na entrada do Centro de Saúde, podendo causar até mesmo acidentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração deste estudo de caso utilizando a metodologia segundo Souza, (2014), onde a implementação do modelo computacional usado para simular a dinâmica operacional do sistema de atendimento de um Centro de Saúde na região centro-oeste



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

paranaense, se deu primeiramente pela coleta e tratamento de dados, em seguida pela modelagem do sistema e por fim a simulação do mesmo para que a partir dos resultados simulados fosse possível uma sugestão de otimização.

Também foi possível confirmar as vantagens do uso da técnica de simulação, visto que identificou-se o setor com a maior taxa de utilização, por meio dos resultados simulados. Dessa forma, pode-se dizer que o objetivo principal deste estudo, compreendendo a circunstância da coleta de dados, foi alcançado, visto que o maior número de pacientes na espera está presente no setor do clínico geral, atendendo cerca de 78% do total de pacientes, realizando o maior número de consultas diárias. Tais resultados ficaram evidenciados no tópico de análise e resultados, que a maior taxa de utilização se encontra no clínico geral.

Em função da coleta de dados ter sido realizada somente em dois dias, sugere-se que sejam feitos estudos e coletas de dados em mais dias para que se possa afirmar que as filas realmente reproduzem esse comportamento e propõe-se, para a melhoria no atendimento da Unidade de Saúde, que colaboradores ociosos sejam realocados para fornecerem informações quando o número de pacientes na fila da recepção estiver grande.

Ao final deste estudo, fica clara a demonstração do quão importante é a Pesquisa Operacional e a simulação como ferramenta de análise de processos e para prospecção de mudanças e auxílio nas tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

ABEPRO. Associação Brasileira de Engenharia de Produção. **Áreas e Subáreas da Engenharia de Produção**. 2008. Disponível em: <<https://abepro.org.br/interna.asp?p=399&m=424&ss=1&c=362>>. Acesso em 12 de Nov. de 2022.

BANKS, J.; CARSON II, J. S.; NELSON, B. L.; NICOL, D. M. *Discrete - Event System Simulation*. 4^a ed. Upper Saddle River: Prentice Hall

BARBOSA, A.G.S.; DE FREITAS, V.J.T; MAPA, S.M.S. **Simulação de eventos discretos aplicada à melhoria do nível de serviço na área da saúde**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXXIX, 2019, Santos. Anais [...] Santos: ENEGEP, 2019. Disponível em: https://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_292_1648_37988.pdf. Acesso em: 14 de Dez. de 2022.

BRIGHENTI, J. R. **Simulação e Otimização de uma Linha de Manufatura em Fase de**



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Projeto. 2006. 246 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_211_253_28149.pdf. Acesso em: 07 de Dez. de 2022.

CORDEIRO, D.R.. **Aplicação da Rede PERT/CPM em uma Empresa de Biotecnologia.** 2018. Disponível em: http://anais.unespar.edu.br/xii_eepa/data/uploads/artigos/3-pesquisa-operacional/3-04.pdf. Acesso em: 07 de Dez. de 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf. Acesso em: 07 de Dez. de 2022.

DE FRASSATTI, J.C.; DE MELO, D.C.; DE MORAIS, J.F.; DE MEDEIROS, M.A.P.B.C. **Simulação do processo de coleta em um laboratório de análises clínicas.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXXVII, 2017, Joinville. Anais [...] Joinville: ENEGEP, 2017. Disponível em: https://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_243_410_34408.pdf. Acesso em: 14 de Dez. de 2022.

DIAS, W.S. *et al.* **Aplicação do software arena para simulação e análise de filas em um hospital.** In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXVIII, 2022. Anais [...] SIMPEP, 2022. Disponível em: https://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep.php?e=17. Acesso em: 14 de Dez. de 2022.

FLORÊNCIO, P. H. B.; DANTAS, M. J. P. **Estudos sobre modelagem e simulação de sistemas de filas M/M/1 e M/M/ 2.** Disponível em <https://saepro.ufv.br/wp-content/uploads/2015/06/2014.2.pdf>. Acesso em: 16 de Dez de 22.

GAVIRA, M. O. **Simulação Computacional como uma Ferramenta de Aquisição de Conhecimento.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-20052003-004345/publico/Gavira1.pdf>. Acesso em: 3 de dez. de 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 07 de Dez. de 2022.

GUTTIERREZ, J.R.R.; FURLAN, J.A.P.. **Estudo da demanda média em um Pronto Socorro utilizando software Arena.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, VIII, 2018, Ponta Grossa. Anais [...] Ponta Grossa: ConBRepro, 2018. Disponível em: <http://anteriores.aprepro.org.br/conbrepro/2018/down.php?id=4565&q=1>. Acesso em: 14 de Dez. de 2022.

HILLIER, F. S.; LIEBERMAN, G. J. **Introdução à pesquisa operacional.** 9ª Edição. Porto Alegre: AMGH, 2013.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MEDANI, L.V.; MANZANI, P.S.. **Simulação descrita para realização de cirurgias ortopédicas.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXXIX, 2019, Santos. Anais [...] Santos: ENEGEP, 2019. Disponível em: https://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_292_1648_37362.pdf. Acesso em: 14 de Dez. de 2022.

MORAIS, M.F. **Modelagem e Simulação de sistemas.** Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (Unespar) - Campus de Campo Mourão, DEP, 2013. 20 p. Apostila

NEGRÃO, P. H. et al. **Simulação de um sistema de filas em um posto de combustível situado em Campo Mourão/PR utilizando o Software Arena.** In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 12p. Anais... 2016. Disponível em: <http://www.dep.uem.br/simepro/anais/index.php/simepro/simepro/paper/viewFile/340/183>. Acesso em: 07 de Dez 2022.

PRADO, D. **Usando o ARENA em simulação.** 5ª Edição. Belo Horizonte: Editora de desenvolvimento gerencial, 2014.

PARAGON. **Arena.** Disponível em: <https://paragon.com.br/arena/>. Acesso em 06 de Dez de 2022.

PEINADO, J. GRAEML, A. R. **Administração da produção: operações industriais e de serviços /** Jurandir Peinado e Alexandre Reis Graeml Curitiba : UnicenP, 2007.

SANTOS, F. R.; QUARESMA, S. F. S.; OLIVEIRA, K. B.; MAGALHÃES, E. M. **Simulação de um sistema de filas em uma casa lotérica de Macapá, utilizando o software Arena / Simulation of a system of queues in a lottery house of Macapá, using the Arena software.** Brazilian Journal of Development. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7683/6661> Acesso em: 06 de Dez de 2022.

SOUZA NETO, J.F.; LAGO, J.R.; OLIVEIRA NETO, N.M.; PEIXOTO, S.C.; SANTOS, A.F.. **Desenvolvimento de um Simulador Computacional de Sistemas Magnéticos.** S.d. Disponível em: https://8ccfd7f9-a-23408cdb-s-sites.googlegroups.com/a/uefs.br/erbase2014/artigos/125647_1.pdf?attachauth=ANoY7cq5mxQ5DNsfJ5TFUiutplnROm-vD9jIusrMwJIxRQSQW2892-CqZKtb2xdBV1S72kwpRIexygv9q69rTDZ8-SNvWFomNPm9tuzfHWPYCXDWxsuOrsI3m8xJNcoAWdefEjEK-9nLCIV2tN6Bcdp95ASVnaaagJ9DsrAwzxf2AWqU7gTMYqo8eW1Ts8dXMcn7XeTRxzg5i-a-SbW1UF6Q6IwIEwP4A%3D%3D&attredirects=0. Acesso em: 07 de Dez 2022.



Maturidade BIM na Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Campo Mourão (UTFPR-CM)

Diego Aparecido de Souza¹ – Universidade Estadual do Paraná
Jaciene Maria Moreira Batista² – Universidade Estadual do Paraná
Rebeca Borges de Lima Silva³ – Universidade Estadual do Paraná
Vivian Maria Amaral de Oliveira⁴ – Universidade Estadual do Paraná
Adalberto Dias de Souza⁵ – Universidade Estadual do Paraná

Nome do GT: 08 – Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Produção Agroindustrial.

RESUMO

A implementação do Building Information Modeling (BIM) recebeu atenção do setor da construção nos últimos anos e vem transformando a forma como os projetos são desenvolvidos. Mesmo apresentando benefícios, tal implementação deve ser gradual, envolvendo um conjunto de processos e inovações tecnológicas. Nas Instituições de Ensino Superior (IES), o BIM está se desenvolvendo gradativamente e em níveis básicos. Desta forma, o trabalho tem como objetivo apresentar o nível de maturidade BIM no curso de engenharia civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Campo Mourão (UTFPR-CM). O trabalho é considerado uma pesquisa quantitativa e exploratória, com aplicação de questionário. Foi desenvolvida em três etapas: escolha do método, aplicação de questionário e análise dos resultados. O método de avaliação analisou a implementação através dos campos da tecnologia, das políticas e do desempenho, possibilitando relacioná-los com o Índice de Maturidade. Como resultado foi obtido o indicador de 25% para o índice de maturidade, classificando o curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM como “Inicial”, ou seja, baixa maturidade de implementação.

Palavras-chave: Implementação. Universidade Tecnológica Federal de Paraná. Maturidade BIM.

RESUMEN

La implementación del Building Information Modeling (BIM) ha recibido atención en el sector de la construcción en los últimos años y viene transformando la forma en que se desarrollan los proyectos. Aún presentando beneficios, tal implementación debe ser gradual, involucrando un conjunto de procesos e innovaciones tecnológicas. En las Instituciones de Enseñanza Superior (IES), el BIM se está desarrollando gradualmente y en niveles básicos. De esta forma, el trabajo tiene como objetivo presentar el nivel de madurez BIM en el curso de ingeniería civil de la Universidad Tecnológica Federal do Paraná, Campus Campo Mourão (UTFPR-CM). El trabajo se considera una investigación cuantitativa y exploratoria, con aplicación de cuestionario. Se desarrolló en tres etapas: elección del método, aplicación del cuestionario y análisis de los resultados. El método de evaluación analizó la implementación a través de los campos de tecnología, políticas y desempeño, permitiendo relacionarlos con el Índice de Madurez. Como resultado se obtuvo el indicador de 25% para el índice de madurez, clasificando el curso de Ingeniería Civil de la UTFPR-CM como "Inicial", o sea, baja madurez de implantación.

Palabras clave: Implementación. Universidad Tecnológica Federal de Paraná. Madurez BIM.

¹ – Graduado em Engenharia Civil – e-mail: diegos.prime@hotmail.com

² – Graduanda em Engenharia Civil – e-mail: jacienebatista@alunos.utfpr.edu.br

³ – Graduanda em Engenharia Civil – e-mail: rebecaborges@alunos.utfpr.edu.br

⁴ – Graduada em Arquitetura e Urbanismo – e-mail: vivian.ao@hotmail.com

⁵ – Doutor em Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com – Orientador



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O BIM e seus termos similares não são novos, mas a pesquisa, discussão e aplicação relacionadas a ele aumentaram apenas nos últimos cinco anos, em todo mundo, inclusive no Brasil, muitas empresas já adotam o BIM em suas operações, porém, o nível de implementação e de disseminação do conhecimento ainda não são satisfatórios (BRAGA, 2018).

Para Eastman (2011) BIM é um termo popular utilizado como uma tecnologia de modelagem e um conjunto associado de processos para produzir, comunicar e analisar modelos de construção. Succar (2009) diz que BIM é um domínio de conhecimento abrangente sobre a indústria de Arquitetura, Engenharia, Construção e Operações (AECO). Já o Decreto Federal n. 10.306/2020 define BIM ou Modelagem da Informação da Construção como um conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, de modo colaborativo, que sirva a todos os participantes do empreendimento, em qualquer etapa do ciclo de vida da construção (BRASIL,2020).

O conceito BIM está transformando a forma como os projetos são concebidos e executados (NAWARI, 2012 apud GRANGEIRO, 2019), pois, facilita a inserção da gestão da qualidade em todo ciclo de vida do empreendimento, além de integrar as equipes de projetos por meio de simulações, decisões de previsão e testes. Cada vez mais a indústria da construção reconhece a importância da integração entre os profissionais responsáveis pelo planejamento e execução de projetos.

Segundo Braga (2018), o desenvolvimento do BIM no Estado brasileiro está atrasado em comparação com outros países, o autor relata que há um desinteresse e insciência por parte dos alunos e também da universidade no que se diz respeito ao tema.

À vista disso, para atender à crescente demanda da tecnologia BIM pelas empresas, é preciso incorporar certamente seus conceitos ao ensino na graduação das universidades públicas e privadas, para capacitar os futuros profissionais da área. Contudo, a integração das habilidades e conhecimentos necessários tem sido demorada e está claro que incentivar as universidades a usar a modelagem da informação no ensino de graduação é fundamental (CLEVENGER et al., 2010; BARISON; SANTOS, 2010).



Com isso é notório a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o BIM dentro das universidades para o desenvolvimento tecnológico e capacitação na indústria AECO. Visando otimizar o currículo e a introdução ao mercado de trabalho, proporcionando uma melhor educação e formação dos discentes.

A abordagem desta pesquisa é identificar as iniciativas para a implementação da metodologia BIM na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Campo Mourão/PR (UTFPR-CM), respondendo à seguinte pergunta: qual nível de maturidade acerca da implementação do BIM na UTFPR-CM atualmente?

Inserido nesse contexto, esse artigo tem por objetivo geral apresentar o nível de maturidade BIM no curso de engenharia civil da UTFPR-CM.

No que tange aos objetivos específicos o presente trabalho busca: i) Apresentar os mandantes BIM (plano de execução) vigente no Brasil e no mundo; ii) Elencar as iniciativas acerca da implementação da metodologia; iii) Identificar os desafios enfrentados pela IES para implementação do BIM.

Inserido nesse contexto, o atual trabalho expõem e mede a maturidade BIM na UTFPR, avaliada no curso de graduação de engenharia civil, realizada a partir de uma pesquisa entre novembro e dezembro do ano de 2022.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A implementação do BIM é um processo que envolve várias etapas e pode variar dependendo do tamanho e complexidade do projeto. Succar (2009) afirma que a adoção do BIM na indústria da AECO não é rápida, pois a utilização de uma ferramenta BIM possui diferentes etapas que antecedem sua implementação e conversão do método até sua integração total. Segundo o autor, uma mudança de paradigma precede a necessidade de entender como os processos foram conduzidos até o momento e a adaptação total requer diferentes etapas relacionadas às áreas tratadas, às fases do ciclo de vida da edificação e às mudanças devido ao uso de políticas, métodos e tecnologias.

Para implementar a modelagem da informação, é necessário implementar projetos-piloto juntamente com o desenvolvimento de modelos padrão. Ademais, é adequado definir



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

metas e objetivos que aperfeiçoem o desenvolvimento do projeto. Ao projetar um protótipo, é recomendável refazer um projeto já implementado com uma equipe pequena e multidisciplinar composta por membros internos ou externos para promover a colaboração. A fase de implementação não deve ser considerada um substituto para atualizações de software, treinamento e hardware. Aproveitar ao máximo o modelo de informação exige que as empresas transformem vários aspectos do seu negócio, sendo a melhor opção a criação de um plano estratégico e rigoroso (EASTMAN,2011).

Buscando propor um ambiente estruturado para inserção do BIM no território brasileiro, o governo criou o BIM BR com intuito de disseminar o BIM pelo país. Foram criadas algumas estratégias com os seguintes objetivos, conforme consta no Decreto N° 9.983/19 (BRASIL,2019): difundir o BIM e suas vantagens; criar cenários benéficos para todos os investimentos (público e privado) em BIM; promover a qualificação em BIM com elaboração de plataformas e novas tecnologias; organizar o setor público para receber o BIM; elaborar normas técnicas, guias e protocolos específicos para utilização do BIM; criar a Biblioteca Nacional BIM; incentivar a concorrência no mercado.

É esperado que o BIM seja inserido progressivamente, os ministérios da Defesa e Infraestrutura são órgãos vinculados às ações de disseminação. O Decreto N°10.306/20 (BRASIL,2020), estabelece três fases para implementação da metodologia. Atualmente encontra-se em sua primeira fase e deve ser aplicado para projetos elétricos, estruturais e hidráulicos, além da constatação de erros e compatibilização. Na segunda fase, até 2024, será exigido tanto as execuções da primeira fase quanto orçamentos e controle de obra. A partir de 2028 ,o BIM entra em sua terceira fase, que também fará o gerenciamento e manutenção das construções.

Os resultados esperados, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2018) são: um aumento de 10% na produtividade das obras que utilizarem o BIM como ferramenta.Diminuição em até 9,7% dos custos para elaboração de empreendimentos.Além de aumentar em até 10 vezes a adoção do BIM na construção civil.Com isso, conta-se que o PIB da construção civil apresente um aumento de 28,9%.

A implantação do BIM nas Instituições de Ensino Superior (IES), segundo Ruschel (2013), está se desenvolvendo gradativamente, onde o nível de ensino se encontra no básico.

UNIVERSIDADEESTADUALDOPARANÁ –UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Essas práticas na grade do estudante ressaltam a modelagem paramétrica, em que os projetos arquitetônicos apresentam compatibilidade, integração entre o grupo, suposição de custo e simulação em 4D (planejamento). Ademais, as medidas realizadas para implementação não são suficientes e a experiência mais aprofundada ainda não está desenvolvida ao ponto de ser classificado como intermediário, que seria a segunda fase do BIM.

Ainda de acordo com Ruschel (2013), um dos pontos principais para a implementação do BIM nas IES origina-se de uma boa estrutura da universidade e domínio do professor universitário, criando assim eixos perpendiculares e horizontais de conhecimento o vinculando ao BIM. Ademais, Eastman (2011), ressalta que o BIM pode ser aderido fixamente ao plano de ensino, não o limitando apenas como uma matéria estudantil.

A integração e inovação na AECO, é uma grande influência na capacitação profissional de futuros arquitetos e engenheiros que serão qualificados para arquitetar e executar projetos mais eficientes de forma unificada com a equipe (SANTOS; BARISON, 2011).

Destaca-se que para desenvolver uma comunidade de maneira tecnológica é ideal que se utilize o BIM como plano de ação, mas para alcançar esse objetivo ele deve ser inserido no ensino acadêmico, onde acompanharia o mercado de trabalho que está sempre em mudança (RUSCHEL, 2013).

Para a realização deste trabalho foi adotada a definição de Succar (2009), baseada num modelo tridimensional, com os seguintes eixos: (I) BIM Fields (Campos BIM), identifica os stakeholders, requisitos e resultados finais; (II) BIM Lenses (Lentes BIM), abrange a profundidade e amplitude da investigação necessária para mensurar os campos e estágios BIM; e, (III) BIM Stages (Estágios BIM), responsável por apresentar as melhores estratégias de benchmark. A Figura 1 é uma representação do método por meio de uma compreensão triaxial do domínio BIM.



Figura 1 – BIM framework: Campos, Estágios e Lentes
Fonte: Succar (2009), traduzido por Martins e Cruz (2016)

BIM Fields, ou Campos BIM, são constituídos por três principais áreas de atividade interligadas, mas distintas, a saber: tecnologia, processo e política. Cada uma dessas áreas BIM tem suas próprias partes interessadas, requisitos e entregas. As partes interessadas podem ser indivíduos, grupos ou organizações. (SUCCAR, 2009).

As Lentes BIM são graus de análise aplicada aos Campos e Estágios BIM para produzir visões de participação que abstraem de um bom conhecimento e controlam a sua dificuldade removendo detalhes desnecessários. Elas permitem que os pesquisadores se concentrem em quaisquer aspectos da AECO, gerando visões de participação. (SUCCAR, 2009).

O Estágio BIM é um eixo com habilidade básica de efetuar uma tarefa, oferecer serviços e entregar as demandas solicitadas. Adiante será apontado os principais marcos a serem obtidos pelas equipes e organizações (SUCCAR, 2009). Os Estágios BIM parte do eixo fixo (Pré-BIM) e visam três estágios BIM (Estágio 1, Estágio 2, Estágio 3) e um ponto final (IPD) variável que possibilita uma vasta gama de aplicações da tecnologia (SUCCAR, 2010).

A energia da maturidade define um conjunto de processos de desenvolvimento, permitindo aos iniciadores receberem benefícios importantes (SUCCAR, 2009). Recomenda-se a utilização de modelos maduros para uso efetivo do BIM, com o objetivo de contribuir não apenas para o índice de maturidade média, mas também delinear as diferentes etapas do desenvolvimento do BIM em áreas como tecnologia, procedimentos e protocolos. Os



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

conceitos de capacidade e maturidade foram criados para entender melhor o desenvolvimento rápido e diversificado da inserção BIM (SEBASTIAN; BERLO, 2010).

A maturidade pode ser entendida como amplitude, profundidade, qualidade, previsibilidade e reprodutibilidade dessa habilidade de executar uma tarefa ou fornecer um serviço ou produto BIM (SUCCAR, 2009), ou seja, mostra o nível de desenvolvimento no uso do BIM (JUNG; JOO, 2011). A maturidade encoraja mais equilíbrio entre as metas estabelecidas e os resultados reais, além de identificar melhores previsões por meio de desenvolvimento de habilidades, desempenho e custo, permitindo estabelecer metas mais ambiciosas (SEBASTIAN; BERLO, 2010).

BIM Maturity Matrix (BIM³), ou Matriz de Maturidade BIM, desenvolvida por Succar (2010) é uma ferramenta cuja função é identificar a Maturidade BIM de uma organização ou equipe de projeto. Os cinco níveis das métricas BIM formam a base da matriz e permitem que o desempenho das organizações seja analisado. Dentre eles encontramos, o primeiro nível, definido como caótico, sem nenhuma descrição e/ou documentação. O segundo, é o nível considerado como definido, pois existem processos documentados, diretrizes e manuais de treinamento para orientar o seu uso mas, a produção dos cooperadores não é visível para acompanhamento. O terceiro nível, gerenciado, na qual os processos estão documentados e os manuais seguem as normas específicas, apresentando planos estratégicos para a modelagem. O quarto é estabelecido como integrado, porque os processos BIM já estão inseridos na organização e por fim o quinto, deliberado como otimizado, pois há uma atualização precisa nos processos, além de estabelecer soluções de grande valia para acelerar o desenvolvimento de colaboração dos cooperadores.

É capaz de diferenciar os conceitos de capacidade e maturidade, além de definir estágios para essas capacidades (SEBASTIAN; BERLO, 2010). Outra vantagem é possibilitar a comparação da Maturidade BIM entre as empresas.

A partir da revisão da literatura acerca dos modelos de maturidade BIM, nota-se a ausência de mecanismos para mensurar tal nível para as IES, visto que os modelos de maturidade BIM estudados na sua maioria se aplicava às organizações, construtoras, projetistas ou gerenciadores (BÖES, 2019).

Neste sentido, Böes (2019), desenvolveu uma matriz de maturidade BIM para

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

instituições de ensino superior (m²BIM-IES). A m² BIM-IES possui cinco níveis de maturidade: (I) pré-BIM; (II) inicial; (III) definido; (IV) integrado; (V) otimizado. Possui uma escala progressiva, em que o Pré-BIM é a inexistência do BIM na IES, e o Otimizado a máxima adoção do BIM na IES. Para definir o nível de maturidade de cada IES, foi proposto uma matriz dividida em três campos: Tecnologia, Políticas e Desempenho, inspirada em Succar (2010) e comparada pela Tabela 1.

Tabela 1 – Comparação da BIM³ x m²BIM-IES

Campo	BIM ³ (SUCCAR, 2010)	m ² BIM-IES
TECNOLOGIA	O Campo de Tecnologia agrupa um grupo de atores especializados no desenvolvimento de software, hardware, equipamentos e sistemas de rede necessários para aumentar a eficiência, produtividade e lucratividade dos setores da AECO. Estas incluem organizações que geram soluções de software e equipamentos de aplicabilidade direta e indireta ao projeto, construção e operação de instalações.	O Campo de Tecnologia compreende toda infraestrutura, seja por via tecnológica ou física, para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão BIM nas Instituições de Ensino Superior. Está relacionado aos acordos institucionais com desenvolvedores de softwares e fabricantes de hardwares, os tipos e usos de softwares e hardwares, além da infraestrutura física das acomodações dos espaços de aprendizagem BIM.
PROCESSO	O Campo de Processos agrupa um grupo de atores que adquirem, projetam, constroem, fabricam, utilizam, gerenciam e mantêm estruturas. Estes incluem proprietários de instalações, arquitetos, engenheiros, empreiteiros, gerentes de instalações e todos os outros participantes da indústria da AECO envolvidos na propriedade, entrega e operações de edifícios ou estruturas.	Não aplicado
POLÍTICA	O Campo de Políticas agrupa um grupo de atores com foco na preparação de profissionais, na pesquisa, na distribuição de benefícios, na alocação de riscos e na minimização de conflitos dentro da indústria da AECO. Esses atores não geram nenhum produto de construção, mas são organizações especializadas - como seguradoras, centros de pesquisa, instituições de ensino e órgãos reguladores - que desempenham um papel fundamental na preparação, regulamentação e contrato no processo de projeto, construção e operações.	O Campo de Políticas compreende todas as iniciativas, ações e visões institucionais acerca do BIM. Engloba a capacitação do corpo docente, o engajamento BIM do corpo docente, a visão institucional do BIM, as ações de ensino BIM, a extensão acadêmica, a iniciação científica e o decreto federal 9.337:2018.
DESEMPENHO	Não aplicado	O Campo de Desempenho compreende nos usos e na quantidade de usos BIM, na forma e no número de disciplinas em que o

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BIM é envolvido, nas formas, qualidade e quantidade de publicações de artigos científicos e a abrangência de alunos capacitados.

Fonte: BÖES, 2019.

O BIM³ e o m²BIM-IES têm como diferença os níveis de maturidade. De acordo com SUCCAR (2009) o primeiro nível definido como inicial, já possui uma certa existência de maturidade, mesmo que pouca. Na m²BIM-IES o primeiro nível é considerado Pré-BIM ou seja, não existe contato com o BIM na IES para ter qualquer tipo de maturidade.

A partir da m² BIM-IES pode-se obter dois indicadores, o índice de maturidade e o grau em que ele se apresenta. Grau de maturidade é uma média de valores dos 16 itens analisados (soma de pontos, dividida por 16), onde a maior pontuação é 50 pontos. Índice de Maturidade é o percentual na qual o Grau de Maturidade é relacionado à 100% (maior pontuação). Com isso, foi criado um modelo que relaciona o Conceito de Nível de Maturidade com o Grau de Maturidade, que foi inspirado em Rodrigues (2018) e apresentado no quadro abaixo:

Tabela 2 –Relação Grau de Maturidade BIM e Conceito de Nível de Maturidade

	Nível de maturidade	Classificação Textual	Classificação Numeral
A	Pré-BIM	Inexistência de Maturidade	0-19%
B	Inicial	Baixa Maturidade	20-39%
C	Definido	Média maturidade	40-59%
D	Integrado	Alta maturidade	60-79%
E	Otimizado	Muito alta maturidade	80-100%

Fonte: RODRIGUES, 2018.

A matriz é destinada exclusivamente para a IES, define Böes (2019), e pode ser específica da instituição ou do curso. Podendo ser aplicada internamente pelos membros institucionais como forma de medir seu desempenho ou utilizada como ferramenta de auditoria. Um questionário foi desenvolvido pelo SINDUSCON-CE junto com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e utilizado para obtenção dos dados desta pesquisa. Portanto, é importante ressaltar que as informações resultantes da matriz foram com base na própria declaração dos entrevistados, não passaram por qualquer processo de verificação ou auditoria. Há um total de 16 critérios, o respondente deve indicar em qual nível de maturidade a universidade ou curso se encontra, através do questionário, e a pontuação será convertida. Para obter a pontuação máxima, a resposta deve atender a todos os critérios descritos na

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Matriz.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando definir um modelo capaz de medir a maturidade da implantação da metodologia BIM nas IES fez-se necessário seguir as seguintes etapas:

- (I) Escolha do método – Através de pesquisa bibliográfica acerca do assunto, com intuito de avaliar quantitativamente a Maturidade BIM na UTFPR-CM;
- (II) Aplicação de questionário – Por meio de entrevistas com os coordenadores e professores do curso de Engenharia Civil da UTFPR-CM;
- (III) Processamento e análise dos resultados – Relacionando as respostas dos entrevistados com a matriz de maturidade proposta por Böes (2019), com isso, obter os indicadores.

O objeto de estudo foi a universidade pública federal da região de Campo Mourão: Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Campo Mourão (UTFPR-CM). Foi proposto um estudo de caso visando apontar o atual nível de maturidade da implementação da metodologia BIM na academia.

No Campus, a capacitação dos docentes em BIM parte de iniciativas isoladas de cada professor. Verificou-se certa divergência no que diz respeito a percepção de cada entrevistado quanto a implementação do BIM. Ou seja, quanto maior o envolvimento do professor com as ferramentas e processos BIM, maior a percepção de implementação por parte da Universidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para chegar aos resultados apresentados foi necessário separar as respostas obtidas nos campos tecnologia (T), política (P) e desempenho (D), interpretá-las e posteriormente convertê-las de acordo com a pontuação da Matriz de Maturidade BIM para Instituições de Ensino Superior (m² BIM-IES).

Dois dos critérios de avaliação alcançaram mais de 20 pontos, cujo maior pontuado foi “Visão Institucional BIM” (P3), com 27 pontos, a maior parte dos resultados apontam que “o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

BIM é uma demanda de mercado e necessita ser implementada no ensino superior”. Os critérios com a pior pontuação foram “Acordos institucionais com fabricantes de hardwares” (T3), “hardware” (T4), ambos com 5 pontos, conforme Figura 2.



Figura 2 – Grau de Maturidade BIM presente na UTFPR-CM
Legenda: (5-Pré-BIM; 20-Inicial; 30-definido; 40-Integrado; 50-Otimizado)
Fonte: Elaborado pelos autores

Ao analisar os campos BIM pela ótica da m²BIM-IES, o grau de maturidade entre os três temas apresentam os seguintes resultados: Tecnologia tem média 9, Política com média 15,07 e Desempenho 12,38 pontos de média, como mostra a Figura 3.



Figura 3 – Grau de Maturidade BIM presente na UTFPR-CM (Campos BIM)
Legenda: (5-Pré-BIM; 20-Inicial; 30-definido; 40-Integrado; 50-Otimizado)
Fonte: Elaborado pelos autores

No campo Política, onde obteve-se o melhor resultado, dois critérios transcenderam 20 pontos: “Visão Institucional BIM” e “Decreto Federal 9.337:2018” (BRASIL,2018). É



importante evidenciar a pontuação de cada um, 27 pontos e 20,5, respectivamente. Representam uma certa maturidade BIM. No que tange à “Tecnologia”, que obteve a menor média geral, apenas um parâmetro obteve 12 pontos, o restante ficaram abaixo dessa média. Já no campo “Desempenho”, nenhum fator alcançou 20 pontos, ressaltando “Disciplinas BIM”, que obteve 9,5 pontos apenas. Tanto Tecnologia quanto Desempenho apresentam baixo grau de maturidade BIM. Os dados supracitados podem ser apreciados nas Figuras 4, 5 e 6.



Figura 4 – Grau de Maturidade BIM presente na UTFPR-CM (Tecnologia)
Legenda: (5-Pré-BIM; 20-Inicial; 30-definido; 40-Integrado; 50-Otimizado)
Fonte: Elaborado pelos autores



Figura 5 – Grau de Maturidade BIM presente na UTFPR-CM (Política)
Legenda: (5-Pré-BIM; 20-Inicial; 30-definido; 40-Integrado; 50-Otimizado)
Fonte: Elaborado pelos autores



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Figura 6 – Grau de Maturidade BIM presente na UTFPR-CM(Desempenho)
Legenda: (5-Pré-BIM; 20-Inicial; 30-definido; 40-Integrado; 50-Otimizado)

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao analisar as médias de cada critério, foi calculado o nível de maturidade. Como já citado, o nível de maturidade é associado ao grau de maturidade, representando um percentual em relação a pontuação máxima possível do grau de maturidade (50 pontos). Existem cinco níveis de maturidade (Tabela 2), porém os resultados foram classificados em apenas três deles: "Pré-BIM", com quatro critérios neste nível; "Inicial", possuindo dez critérios e "Definido" onde há apenas dois critérios. Os critérios com os respectivos níveis de maturidade podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 – Critérios da m²BIM-IES por Níveis de Maturidade

Cód.	Critério	Grau de Maturidade	Índice de Maturidade	Nível de Maturidade
T3	Acordos institucionais com fabricantes de hardware	5	10%	Pré-BIM Inexistência de Maturidade
T4	Hardware	5	10%	
P5	Extensão acadêmica	6	12%	
D2	Disciplinas BIM	9,5	19%	
P1	Capacitação Docência	11	22%	Inicial Baixa Maturidade
T1	Acordos institucionais com desenvolvedores de softwares	11	22%	
T2	Softwares	12	24%	
T5	Infraestrutura	12	24%	
P6	Iniciação Científica	12	24%	
D3	Publicações	12	24%	

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

D4	Alunos capacitados	12,5	25%	
P2	Engajamento BIM do Corpo docente	14	28%	
P4	Ensino BIM	15	30%	
D1	Usos BIM	15,5	31%	
P7	Decreto Federal 9.337:2018	20,5	41%	
P3	Visão institucional BIM	27	54%	Definido Média Maturidade

Fonte: Elaborado pelos autores

Quando agrupados os três temas (Tecnologia, Política e Desempenho) o curso de Engenharia Civil demonstra grau de maturidade de 12,5 pontos e índice de maturidade de 25%. Classificando-a com nível de maturidade “Inicial”, ou seja, com baixa maturidade BIM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado na revisão da literatura e na aplicação de questionário, este estudo demonstra a necessidade de implementação da metodologia nas instituições de ensino superior (IES). Outra necessidade indentificada pelo presente trabalho é a abertura de programas de pós-graduação em tecnologia BIM como uma nova experiência acadêmica para sua divulgação prática e teórica.

Numa primeira análise, vemos que a adoção do BIM na IES é baixa, indicando problemas relacionados a falta de incentivo dentro da Universidade. Na maior parte dos critérios não é alcançado a pontuação mínima para implementação dos Campos de maneira eficiente. Fica evidente a necessidade de incentivos por parte da IES para aumentar o nível de adoção da tecnologia.

O grau de maturidade no âmbito da tecnologia se manifesta três pontos a menos em relação ao desempenho e seis pontos a menos em relação às políticas. Há certa interdependência entre os critérios analisados, fator que influencia nos resultados das outras áreas. Portanto, se o campo da tecnologia tem baixa maturidade, as outras áreas também não se desenvolvem como deveriam.

Mediante as respostas do questionário proposto, pôde-se notar que grande parte dos professores são interessados e querem introduzir o BIM na Universidade, porém há necessidade de espaços tecnológicos, ampliação e capacitação do corpo docente,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

reestruturação da grade curricular e estímulo a extensão acadêmica. Ou seja, é necessário iniciativas no sentido de propor um ambiente de ensino propício às novas tecnologias.

Acredita – se, que o futuro das construções dependerá diretamente da tecnologia BIM. Portanto, espera-se que através desta pesquisa, a reflexão diante das dificuldades tenha se dado de forma eficaz, ressaltando o ensino dos conceitos BIM.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa de apoio à Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (AGEUNI) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, utilizando de Tecnologia BIM – PROJETERK UNESPAR.

REFERÊNCIAS

BARISON, M. B.; SANTOS, E. **Review and analysis of current strategies for planning a BIM curriculum.** In: INTERNATIONAL CONFERENCE, 27, 2010, Cairo. Proceedings... Cairo: Blacksburg, VA, Virginia Tech, 2011.

BRAGA, Felipe Abasse. **Plano para a implementação do BIM no curso de graduação em engenharia civil da UFMG.** 2018. 9 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia civil, Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/42780/1/Felippe%20Abasse%20e%20Braga%20-%20Plano%20para%20a%20Implementac%CC%A7a%CC%83o%20do%20BIM%20no%20Curso%20de%20Graduac%CC%A7a%CC%83o%20em%20Engenharia%20Civil%20da%20UFMG%20%28Revisa%CC%83~1.pdf>. Acesso em 21 Dez. 2022

BRASIL. **Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.** : Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling. Brasília, 22 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.306, de 02 de abril de 2020.** : Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling. Brasília, 02 abr. 2020.

BRASIL. **ESTRATÉGIA BIM BR**: estratégia nacional de disseminação do building information modelling - bim. Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling – BIM. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/images/REPOSITORIO/sdci/CGMO/26-11-2018-estrategia-BIM-BR-2.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BÖES, Jeferson Spiering. **PROPOSTA DE PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO BIM NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL**. 2019. 281 f. Tese (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

CLEVENGER, C. M. et al. **Integrating BIM Into Construction Management Education**. In: **THE BIM-RELATED ACADEMIC WORKSHOP**, Washington, 2010. Proceedingsn [...] Washington, 2010, p. 2.

EASTMAN, C. et al. **BIM Handbook: A Guide to Building Information Modeling for Owners, Managers, Designers, Engineers and Contractors**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2011.

GRANGEIRO, Matheus Medeiros. **IMPLEMENTAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELING (BIM) NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/4663/1/MatheusMG_ART.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.

GRANGEIRO, Matheus Medeiros. **IMPLEMENTAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELING (BIM) NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**. Orientadora: Maria Aridenise Macena Fontenelle. 2019. 11 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/4663/1/MatheusMG_ART.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

JUNG, Y.; JOO, M. **Building information modelling (BIM) framework for practical implementation**. *Automation in Construction*, [S. l.], v. 20, 2011.

MARTINS, Erick Miranda; CRUZ, Victor Filipi. **Definição de Trocas de Informação da Construção conforme o PSU - BIM Project Execution Planning Guide Discussão e Adaptação**. **IMPLEMENTAÇÃO DO BIM NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL DA UFMG**. 2016. 60 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Civil, Escola de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Federal de Goiás, Goiânia,, 2016.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling – BIM**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt->

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

<br/images/REPOSITORIO/sdci/CGMO/26-11-2018-estrategia-BIM-BR-2.pdf>

RUSCHEL, R. C.; ANDRADE, M. L. V. X.; MORAIS, M. **O ensino de BIM no Brasil: onde estamos? Ambiente construído**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 151-165, abr./jun. 2013.

SEBASTIAN, R.; BERLO, L. V. **Tool for benchmarking BIM performance of design, engineering and construction firms in the Netherlands. Architectural engineering and design management**, [S. l.], v. 6, 2010.

SUCCAR, B. **Building Information Modelling framework: a research and delivery foundation for industry stakeholders. Automation in Construction. In: Research on Building Information Modelling and Construction Informatics: Concepts and Technologies**. Austrália: IGI Publishing, Nov. 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0926580508001568?via%3Dihub>. Acesso em: 06 dez. 2022.

SUCCAR, B. **Research on Building Information Modelling and Construction Informatics: Concepts and Technologies, Building Information Modelling Maturity Matrix** P. 65-103. Austrália: IGI Publishing, Jan. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225088901_Building_Information_Modelling_Maturity_Matrix >. Acesso em: 06 dez. 2022.



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar ISSN
2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

PIPS-KDE: UM NOVO ALGORITMO PARA CLUSTERIZAÇÃO DE DADOS MULTIDIMENSIONAIS COM AGRUPAMENTOS NÃO GLOBULARES

Dirceu Scaldelai¹ - Unespar
Solange Regina dos Santos² - Unespar
Luiz Carlos Matioli³ - UFPR

Nome do GT:08 - Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de
Produção Agroindustrial

RESUMO

Nesse artigo é apresentado um novo algoritmo para agrupamento de dados multidimensionais baseado na estimativa de densidade kernel multivariada. O algoritmo, denominado PIPS-KDE, é centrado na múltipla comparação entre o valor da imagem da função do Estimador de Densidade Kernel, aplicada no ponto médio entre duas observações vizinhas com o hiperplano secante, definindo a partir da mínima imagem de todas as observações do conjunto de dados. O algoritmo proposto, tem a vantagem de determinar, de forma autônoma, o número de cluster e detectar clusters com formatos arbitrários, além disso, ele é simples, fácil de implementar, bem definido e executa um número finito de etapas. O algoritmo foi implementado no *software* R e experimentos numéricos foram realizados com dados bidimensionais com estruturas de agrupamento variadas, afim de exemplificar as potencialidades do algoritmo proposto. Resultados preliminares indicam que o Algoritmo PIPS-KDE é interessante e promissor quando comparado com os algoritmos DBSCAN, PdfCluster, K-means e GMM.

Palavras-chave: Estimador de Densidade Kernel. Aprendizado de Máquina. Agrupamento. Grupos arbitrários.

RESUMEN

En este artículo presenta un nuevo algoritmo para agrupar datos multidimensionales basado en la estimación de la densidad del kernel multivariante. El algoritmo, llamado PIPS-KDE, se centra en la comparación múltiple entre el valor de la imagen de la función Estimador de densidad del kernel aplicada en el punto medio entre dos observaciones vecinas con el hiperplano secante definido a partir de la imagen mínima de todas las observaciones en el conjunto de datos. El algoritmo propuesto tiene la ventaja de determinar de manera autónoma el número de conglomerados y detectar conglomerados con formas arbitrarias, además, es simple, fácil de implementar, bien definido y realiza un número finito de pasos. El algoritmo se implementó en el software R y se realizaron experimentos numéricos con datos bidimensionales con variadas estructuras de agrupación, con el fin de ejemplificar el potencial del algoritmo propuesto. Los resultados preliminares indican que el algoritmo PIPS-KDE es interesante y prometedor en comparación con los algoritmos DBSCAN, PdfCluster, K-means y GMM..

Palabras-clave: Estimador de Densidad de Kernel. Aprendizaje Automático. Agrupamiento. Grupos arbitrarios.



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

¹ Doutor em Métodos numéricos – *e-mail*: dirceu.scaldelai@ies.unespar.edu.br

² Doutora em Métodos numéricos – *e-mail*: solange.regina@ies.unespar.edu.br ³ Doutor
em Engenharia de produção – *e-mail*: lcmatioli@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ –UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de explorar grandes quantidades de dados à procura de padrões, regras ou sequências de informações, para detectar correlações entre as variáveis, faz parte do campo da ciência denominada Ciências de dados, do inglês *Data science*. De acordo com Said e Torra (2019) e Mount e Zumel (2019) a Ciência de dados se concentra na implementação de decisões fundamentadas em dados e no gerenciamento de suas consequências sendo uma prática interdisciplinar com forte conexão com Estatística, Aprendizado de máquina e *Big data*. Para Mount e Zumel (2019) e Kassambara (2017) a clusterização, do inglês *clustering*, é um dos campos de estudos da Ciências de dados que busca identificar padrões ou grupos¹ de objetos semelhantes em um conjunto de dados de interesse.

Algoritmos de agrupamento possuem uma ampla gama de aplicações, com as mais variadas metodologias, que apresentam aspectos positivos e negativos para o processo de agrupamento. Diversos algoritmos dependem da informação do número de grupos como parâmetro de entrada, sendo que esta é uma das principais informações que se deseja determinar ao se analisar um conjunto de dados. Outra característica importante que vários algoritmos de agrupamento possuem é a forma globular dos clusters. Por esses motivos, a busca por novas metodologias no intuito de contornar a dificuldade em determinar automaticamente o número de clusters e com uma forma geométrica arbitrária, ainda é um campo fértil para o agrupamento de dados multidimensionais.

Neste contexto, é proposto um novo algoritmo, denominado PIPS-KDE, o qual é centrado na múltipla comparação entre o valor da imagem da função do Estimador de Densidade Kernel aplicada no ponto médio entre duas observações vizinhas com o hiperplano secante definido pela mínima imagem de todas as observações do conjunto de dados. Esse algoritmo é fruto de pesquisas que buscam associar a função do estimador de densidade Kernel ao problema de agrupamento de dados multidimensionais. Outros trabalhos que seguem a

mesma linha já foram publicados. Para maiores detalhes ver Matioli *et al* (2018), Scaldelai *et al* (2020) e Scaldelai, Matioli e Santos (2021).

¹ No decorrer do texto também é adotada a expressão cluster para fazer referência a cada grupo proveniente do agrupamento de dados, da mesma forma que clusterização e agrupamento são considerados sinônimos.



Na seções seguintes, um breve embasamento teórico sobre os conceitos relacionados ao Estimador de Densidade Kernel é apresentado. Na sequência um detalhamento do Algoritmo PIPS-KDE e, também, os resultados numéricos que evidenciam o desempenho do algoritmo proposto. Para finalizar, é apresentado as considerações finais com os principais apontamentos acerca da pesquisa.

2 ESTIMADOR DE DENSIDADE KERNEL

Seja $x \in \mathbb{R}^n$ uma variável aleatória e f uma função de densidade de probabilidade (f.d.p) associada a x , o conhecimento de f fornece uma descrição natural do comportamento da variável x e permite que características a ela associadas sejam estudadas e replicadas. No entanto, nem sempre conhecemos a função densidade de um determinado conjunto de observações e, em geral, no caso de problemas decorrentes de fenômenos reais, não é fácil identificar um f.d.p. capaz de explicar suas características. Para contornar essa dificuldade, estimadores não paramétricos são utilizados.

O Estimador de Densidade Kernel, do inglês, *Kernel Density Estimation* (KDE) é uma técnica não paramétrica para suavização de dados com base em amostras finitas, que fornece uma maneira simples de encontrar estruturas em conjuntos de dados sem impor um modelo paramétrico. De acordo com Gramacki (2018) e Wand e Jones (1994), esta é uma das técnicas de suavização de dados mais importantes e amplamente utilizadas na busca por soluções aproximadas.

De acordo com Silverman (1986), Gramacki (2018) e Wand e Jones (1994), seja $x \in \mathbb{R}^n$ um vetor do espaço vetorial n -dimensional; $X \in \mathbb{R}^{m \times n}$ a matriz de dados, sendo m o número de observações, n o número de características/atributos e x_{ij} o valor do j -ésimo atributo da observação i , com $i = 1, \dots, m$ e $j = 1, \dots, n$; H é uma matriz de largura de banda $n \times n$ ou matriz de suavização, não aleatória, simétrica e positiva definida; $|H|$ é o determinante de H e $k: \mathbb{R}^n \rightarrow \mathbb{R}$ é a função kernel, satisfazendo a condição², $\int K(x)dx = 1$. Uma forma geral do estimador de densidade kernel multivariado é dada por

² Para simplificar a notação, representamos as integrais multidimensionais e impróprias com um único símbolo integral.



$$(x, H) \in \mathbb{R}^n \times \mathbb{R}^{n \times n} \mapsto f(x, H) = m^{-1} \sum_{i=1}^m |H|^{-\frac{1}{2}} K(H^{-\frac{1}{2}}(x - X_i)). \quad (1)$$

O Algoritmo PIPS-KDE emprega a função KDE com kernel gaussiano que tem a característica de ser unimodal e radialmente simétrico. No entanto, de acordo com Silverman (1986), Gramacki (2018), Wand e Jones (1994) e Scott (2015), outras funções de densidade de probabilidade também podem ser usadas, por exemplo, Epanechnikov, Biweight, Triangular, Uniforme e Triweight. A f.d.p. gaussiana é dada por

$$x \in \mathbb{R}^n \mapsto K(x) = (2\pi)^{-\frac{n}{2}} \exp\left(-\frac{1}{2}x^T x\right). \quad (2)$$

A utilização do kernel gaussiano, ou qualquer outra f.d.p., independe da suposição de normalidade dos dados. Considerando as relações (1) e (2), a estimativa da densidade do kernel com kernel gaussiano tem a forma

$$(x, H) \in \mathbb{R}^n \times \mathbb{R}^{n \times n} \mapsto f(x, H) = m^{-1} (2\pi)^{-\frac{n}{2}} |H|^{-\frac{1}{2}} \sum_{i=1}^m \exp\left(-\frac{1}{2}(x - X_i)^T H^{-1}(x - X_i)\right). \quad (3)$$

A função KDE dada em (3) depende apenas da variável $x \in \mathbb{R}^n$, uma vez que a matriz H estará fixada. Porém, escolher a matriz largura de banda ideal é um problema extremamente delicado, uma vez que, pequenas variações em seus elementos afetam significativamente a forma e a orientação axial do KDE.

Conforme mencionado por Gramacki (2018), existem três tipos principais de seletores de largura de banda: regras de ouro (ROT), métodos baseados na noção de validação cruzada (CV) e métodos baseados em *plugging*. Para esse algoritmo, optou-se por utilizar a matriz H como sendo uma matriz diagonal com cada elemento definido pelo tipo ROT, visto que de acordo com Wand e Jones (1994) ela consiste em uma fórmula simples e facilmente computável fornecendo uma largura de banda “razoável” para uma ampla gama de situações. Em Silverman (1986) e Gramacki (2018), os autores apresentam uma forma otimizada para a escolha das componentes da matriz diagonal H , que é dada por

$$h_i = \left(\frac{1}{4}\right)^{\frac{n}{4}} \sigma_i m^{-\frac{n}{4} + 14} \quad (4)$$



$$n + 2$$

em que n é a dimensão do espaço, σ_i o desvio padrão das componentes e m o número de observações.

Segundo Menardi e Azzalini (2014) cada valor de h_i , da relação (4), deve ser multiplicado por um fator de encolhimento definido pelo escalar $\frac{3}{4}$, a fim de aliviar o excesso de suavização determinado pelo cálculo das larguras de banda sob a premissa de normalidade multivariada. Nesse trabalho será introduzido um escalar α , de forma semelhante a proposta de Matioli *et al.* (2018) e Scaldelai

$$h_i = \alpha \left(\frac{4}{n+2} \right)^{\frac{1}{n+4}} \frac{\sigma_i m^{-\frac{1}{n+4}}}{n} \quad (5)$$

A matriz H , cujas componentes são definidas em (5), será a base para o desenvolvimento do algoritmo para clusterização e testes apresentados a seguir.

3 ALGORITMO PIPS-KDE

O Algoritmo PIPS-KDE (Ponto Inferior ao Plano Secante da função do Estimador de Densidade Kernel) é um algoritmo que utiliza a imagem da função KDE multivariada para agrupar dados em formatos arbitrários com um número mínimo de observações em cada grupo. Ele é um algoritmo simples, com um número finito de operações, cujos passos estão descritos no Algoritmo 1.

Algoritmo 1	PIPS-KDE
1	Entrada: $X \in \mathbb{R}^{m \times n}$, $\alpha \in \mathbb{R}_+$, $MinPts \in \mathbb{Z}_+$
2	Faça: $k = 1$, $A = \emptyset$ e $B = X$ como conjuntos auxiliares, a matriz H e a função KDE (f) de acordo com (5) e (3), respectivamente;
3	Passo 1: Determine $z^* = \min\{f(X[l, :], H)\}$ com $i = 1, \dots, m$;
4	Passo 2: Escolha um $x_0 \in X$ como ponto inicial e defina este como primeira observação do cluster $k=1$ e insira no conjunto A ;
5	Passo 3: Determine $x^* \in B$ como sendo a observação mais próxima de alguma observação de $x' \in A$;
6	Passo 4: Determine $x_m^* \in \mathbb{R}^n$ como o ponto médio entre x e x' ;
7	Passo 5: Calcule $z_m = f(x_m, H)$;
8	Passo 6: Se $z_m < z^*$, faça $k = k + 1$;



- 9 **Passo 7:** Atribua x_k ao cluster k , insira x_k no conjunto A e retire ele do conjunto B . Repita os passos de 3 a 7 até que o conjunto B se torne vazio;
 - 10 **Passo 8:** Avalie o número de observações em cada um dos k clusters. Se o número de observações k_i , para algum $i = 1, \dots, k$, for menor que $MinPts$ atribua as observações do cluster k_i a outro cluster que seja o mais próximo;
 - 11 **Retorna:** O agrupamento
-

No Algoritmo PIPS-KDE, primeiramente são inicializadas as variáveis, as constantes e a função KDE. O Conjunto $X \in \mathbb{R}^{m \times n}$ contém os dados do problema, sendo m o número de observações e n o número de variáveis (ou atributos); o parâmetro $\alpha \in \mathbb{R}_+^1$ é usado, na relação (5), para determinar a matriz diagonal H que por sua vez é utilizada para determinar a função KDE; $MinPts \in \mathbb{Z}_+^1$ é um número inteiro positivo, informado pelo usuário, o qual define o número mínimo de observações em cada grupo. Tem-se ainda a utilização de duas matrizes auxiliares A e B além do contador de grupos k , iniciado com o valor 1. A matriz A , inicialmente vazia, tem a função durante o processo de agrupamento de armazenar as observações já atribuídas a algum grupo k . Por outro lado, a matriz B armazena as observações que ainda não foram atribuídas a nenhum grupo.

No Passo 1 do Algoritmo PIPS-KDE é calculada as imagens das observações do conjunto X , segundo a função KDE, e determinado $z^* \in \mathbb{R}$ como o valor mínimo dessas imagens. Esse valor z^* definirá no algoritmo o hiperplano secante à função KDE, ou ainda, a curva de nível $f = z^*$. Em seguida (Passo 2), o algoritmo seleciona um elemento qualquer (x_0) do conjunto X como ponto inicial do processo de agrupamento. Essa escolha pode ser aleatória ou determinística, visto que o agrupamento final independe do ponto inicial escolhido. Uma vez selecionado o ponto inicial x_0 , este será definido como a primeira observação do grupo $k=1$ e atribuída ao conjunto auxiliar A e retirado do conjunto auxiliar B .

No Passo 3, o Algoritmo PIPS-KDE determina qual observação do conjunto B é a que apresenta a mínima distância Euclidiana às observações do conjunto A , definindo assim o elemento $x^* \in B$ mais próximo de algum elemento $x' \in A$. Uma vez definido as observações $x^* \in B$ e $x' \in A$, o algoritmo, em seu Passo 4, determina $x_m \in \mathbb{R}^n$ como sendo o ponto médio entre $x^* \in B$ e $x' \in A$. No Passo 5, o algoritmo determina o valor da imagem do ponto x_m na função KDE, isto é, $z_m = f(x_m, H)$. Este valor z_m é então comparado, no Passo 6, ao valor z^* (valor



da mínima imagem). Caso $z_m < z^*$, temos a indicação da existência de um vale da função KDE entre as observações x^* e x' . Esse vale, evidência uma separação considerável entre essas observações, indicando que as observações x^* e x' pertencem a grupos distintos. Logo o algoritmo (Passo 7) atribui x^* a um novo grupo $k = k + 1$, insere a observação x^* na matriz auxiliar A e retira a mesma de B .

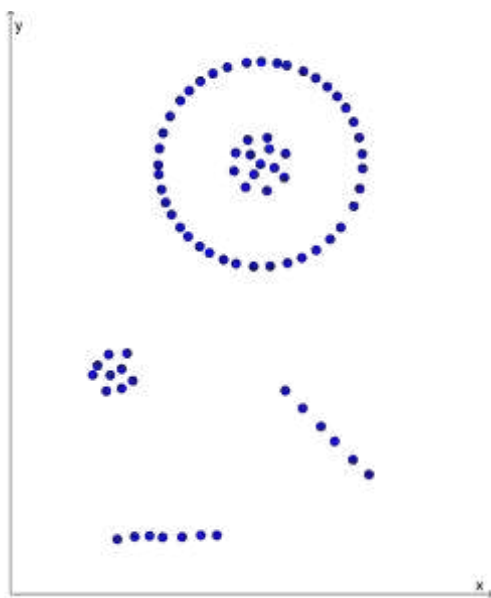
A explicação da existência dos vales entre as observações é simples e direta. Uma vez que z^* é a mínima imagem de todas as observações de X , então $f(x^*, H) \geq z^*$ e $f(x', H) \geq z^*$, para qualquer $x^* \in B \subset X$ e $x' \in A \subset X$. Como $z_m < z^*$ isso implica que $f(x_m, H) < f(x^*, H)$ e $f(x_m, H) < f(x', H)$, garantindo a existência de um vale entre as observações x^* e x' . Existência essa não comprovada quando temos o caso $z_m \geq z^*$.

O Algoritmo PIPS-KDE, então repete os passos de 3 a 7 até que todas as observações tenham sido agrudadas, ou que $A = X$, e/ou $B = \emptyset$. Ao final desse processo, temos as m observações de X atribuídas aos k grupos, no entanto, podemos ter um número excessivo de grupos, caso o conjunto X apresente *outliers*. A fim de contornar esse excesso de grupos, no Passo 8, o algoritmo realiza uma realocação das observações de grupos com menos que *MinPts* elementos para outros grupos. Para tanto, o algoritmo designa cada observação, pertencente a um grupo com baixo número de elementos, ao grupo da observação mais próxima que pertença a um grupo com mais que *MinPts* elementos. Com isso, temos ao final $k^* \leq k$ grupos com a característica que cada grupo k_i , com $i = 1, \dots, k^*$ possua ao menos *MinPts* observações.

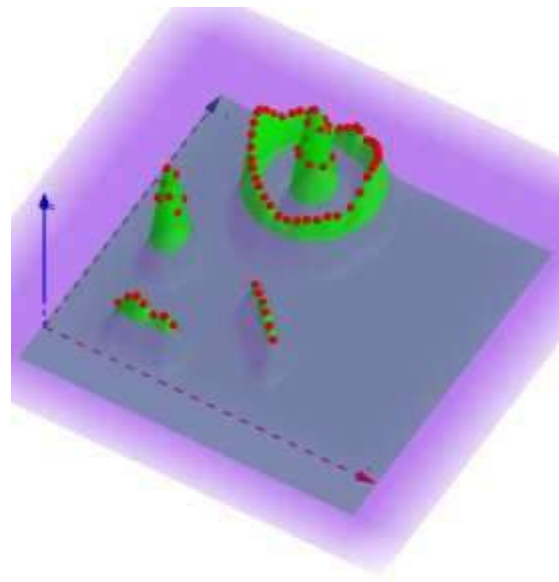
3.1 Ilustração do funcionamento do Algoritmo PIPS-KDE

Para ilustrar o funcionamento do Algoritmo PIPS-KDE, foi escolhido um exemplo simples com 76 observações e 2 atributos, gerados aleatoriamente de forma a apresentar uma estrutura com 5 grupos e com formatos arbitrários. Os dados são representados pelo gráfico de dispersão da Figura 1 (a).

Figura 1: Representação dos dados no plano bidimensional, das respectivas imagens da função KDE e do plano secante



(a) Gráfico de dispersão



(b) Função KDE e plano secante

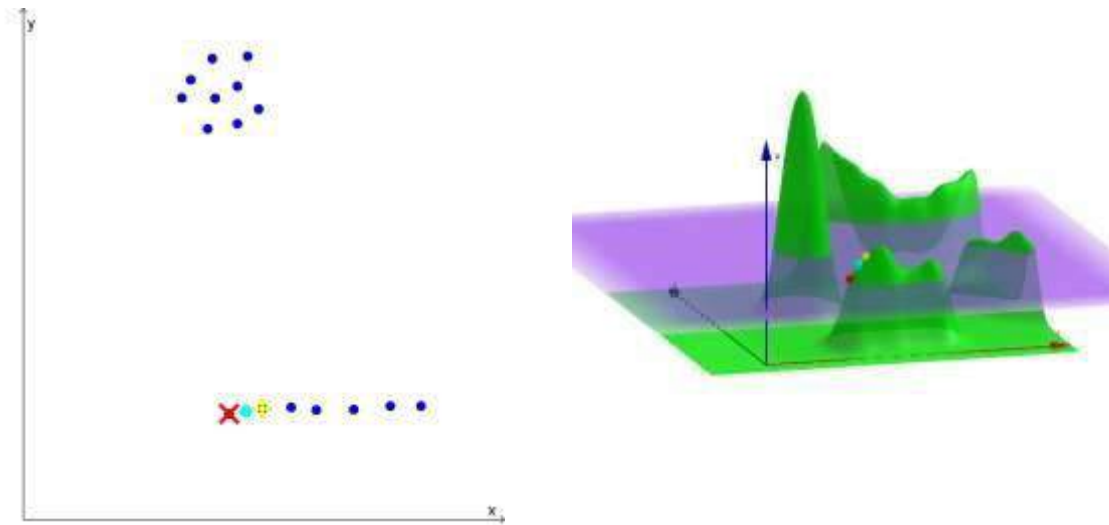
Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Além dos dados, para executar o Algoritmo PIPS-KDE utilizamos o parâmetro $\alpha = 0,3$ na relação (5) para obter a matriz largura de banda, ou matriz H . Com base na matriz H , construímos, conforme a relação (3), a função KDE bidimensional representada pela superfície na cor verde da Figura 1 (b). Uma vez definida a função KDE, o Algoritmo PIPS-KDE calcula a imagem de todas as observações do conjunto de dados. Nesse exemplo, tais imagens estão representadas no gráfico pelos pontos em vermelho, Figura 1 (b). Em seguida, o algoritmo verifica qual é a mínima imagem, sendo que para esse exemplo o valor é $z^* = 1,18$. Na sequência, o algoritmo determina um plano secante a função KDE, o qual está expresso na Figura 1 (b) pela superfície na cor lilás.

Uma vez definido o plano secante, o Algoritmo PIPS-KDE seleciona um ponto qualquer como ponto inicial. Para nesse exemplo o ponto selecionado foi $x_1 = (1,87; 0,96)$ o qual está indicado na Figura 2 (a), pelo ponto representado pelo símbolo \times na cor vermelha. Esse ponto é designado como sendo a primeira observação do Grupo 1. A partir da escolha do ponto x_1 , o algoritmo inicia um processo repetitivo, que nesse exemplo, terá 75 repetições, visto que o número de observações é 76 e, até o momento, apenas uma observação foi atribuída a um grupo.



Figura 2: Representação da primeira iteração do Algoritmo PIPS-KDE, em que, nesse caso, não há separação de grupos



(a) Vizinhos mais próximos e ponto médio (b) Imagem dos pontos comparados ao plano secante

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

No processo repetitivo, o Algoritmo PIPS-KDE busca dentro das observações não agrupadas qual apresenta a mínima distância Euclidiana a uma das observações já agrupadas. No exemplo, a observação $x_2 = (2,17; 1,01)$, representada pelo símbolo + na cor amarela no gráfico de dispersão da Figura 2 (a), é a que apresenta a mínima distância até x_1 . Em seguida, o algoritmo determina o ponto médio entre os pontos x_1 e x_2 , isto é, $x_m = x_1 + x_2$, resultando no ponto $x_m = (2,02; 0,98)$, representado na Figura 2 (a) como o ponto na cor azul claro.

Na sequência, o algoritmo calcula a imagem do ponto médio, $f(x_m, H) = 1,55$. Nesse momento o algoritmo faz uma tomada de decisão com base no valor da imagem do ponto médio com o valor da mínima imagem das observações aplicadas a função KDE, isto é, ele verifica se $f(x_m, H) \geq z^*$ ou se $f(x_m, H) < z^*$. Nesse exemplo, pode-se observar que $f(x_m, H) = 1,55 > z^* = 1,18$, o que indica que a imagem do ponto médio está acima do plano secante, conforme pode-se observar pela Figura 2 (b).

Na Figura 2 (b), o ponto em vermelho expressa a imagem do ponto x_1 , o ponto em amarelo é a imagem do ponto x_2 e o ponto em azul claro é a imagem do ponto médio x_m . Observando o gráfico, fica evidente que o ponto em azul claro está acima do plano secante,



indicando que os pontos x_1 e x_2 pertencem ao mesmo grupo. Dessa forma, o Algoritmo PIPSKDE designa o ponto x_2 como elemento do Grupo 1.

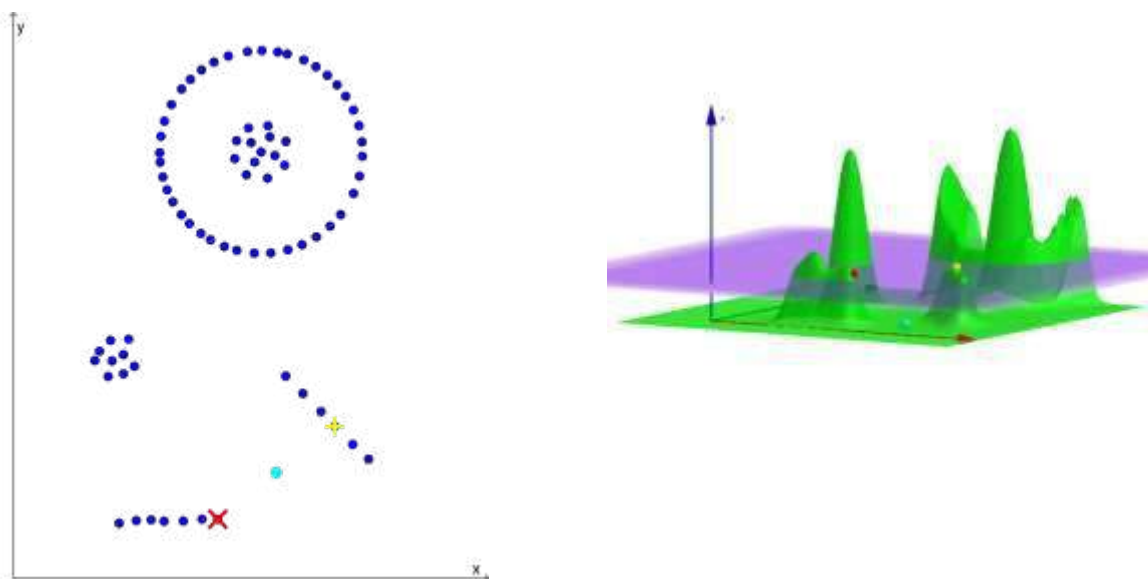
De forma análoga as observações de x_3 a x_7 também farão parte do Grupo 1. Dessa forma, exemplificar-se-á agora o que acontece na sétima iteração, ou equivalentemente, no agrupamento da oitava observação, representada pelo símbolo + na cor amarela no gráfico de dispersão da Figura 3 (a).

Na sétima iteração, o Algoritmo PIPS-KDE, busca quais as observações mais próximas, sendo que uma pertence ao conjunto das observações já agrupadas, conjunto A , e a outra pertencente ao conjunto das observações ainda não agrupadas, conjunto B . Para esse exemplo, os pontos $x_7 = (3,61; 1,03)$ e $x_{20} = (5,67; 2,67)$ apresentam a mínima distância Euclidiana, $d(x_7, x_{20}) = 2,64$, sendo $x_7 \in A$ e $x_{20} \in B$. Na sequência o algoritmo determina o ponto

$$x_m = \frac{x_7 + x_{20}}{2} = (4,52; 1,98)_2, \text{ como ponto médio entre os pontos } x_7 \text{ e } x_{20}, \text{ e calcula sua}$$

imagem, $f(x_m, H) = 10^{-5}$, representado na Figura 3 (b) pelo ponto na cor azul claro.

Figura 3: Representação dos dados no plano bidimensional, das respectivas imagens da função KDE e do plano secante



(a) Pontos comparados na 7ª iteração (b) Imagem do ponto médio é inferior ao plano secante Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

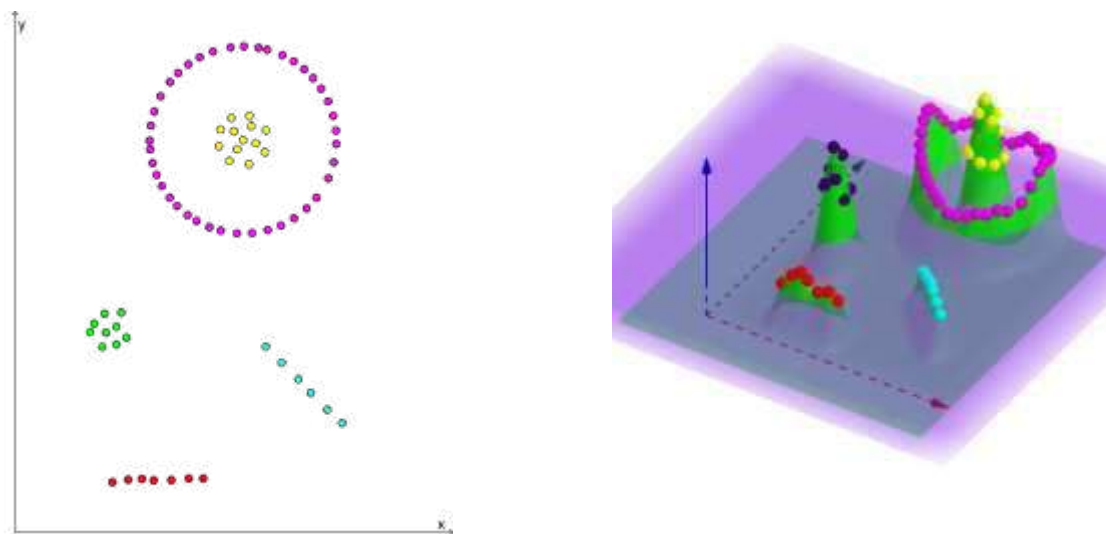


Como é possível observar, a imagem do ponto médio entre as observações x_7 e x_{20} está abaixo do plano secante, isto é, $f(x_m, H) = 10^{-5} < z^* = 1,18$. Essa condição indica que entre pontos x_7 e x_{20} existe um vale na função KDE caracterizando que os pontos x_7 e x_{20} devem pertencer a grupos diferentes. Logo, o algoritmo designa a observação x_{20} ao Grupo 2.

Esse processo é então repetido até que todas as observações tenham sido designadas a um grupo. Sendo assim, a Figura 4 (a) ilustra o resultado final do agrupamento do conjunto de dados do exemplo proposto.

Com base na Figura 4(b), pode-se notar que todas as observações, pertencentes a um mesmo grupo, tem suas imagens concentradas em picos isolados da função KDE, as quais são delimitadas por meio do plano secante z^* . Além disso, entre diferentes grupos existem vales, os quais podem ser facilmente localizados no gráfico da função KDE. Para finalizar essa seção, enfatiza-se que a ilustração geométrica das etapas do Algoritmo PIPS-KDE contribui diretamente para a compressão da metodologia proposta pelo referido algoritmo, tornando sua abordagem mais simples e possibilitando a visualização gráfica das estruturas arbitrárias dos agrupamentos.

Figura 4: Agrupamento final



(a) Agrupamento final dos dados (b) Visualização dos dados por grupo e suas respectivas imagens da função KDE Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

4 EXPERIMENTOS NUMÉRICOS

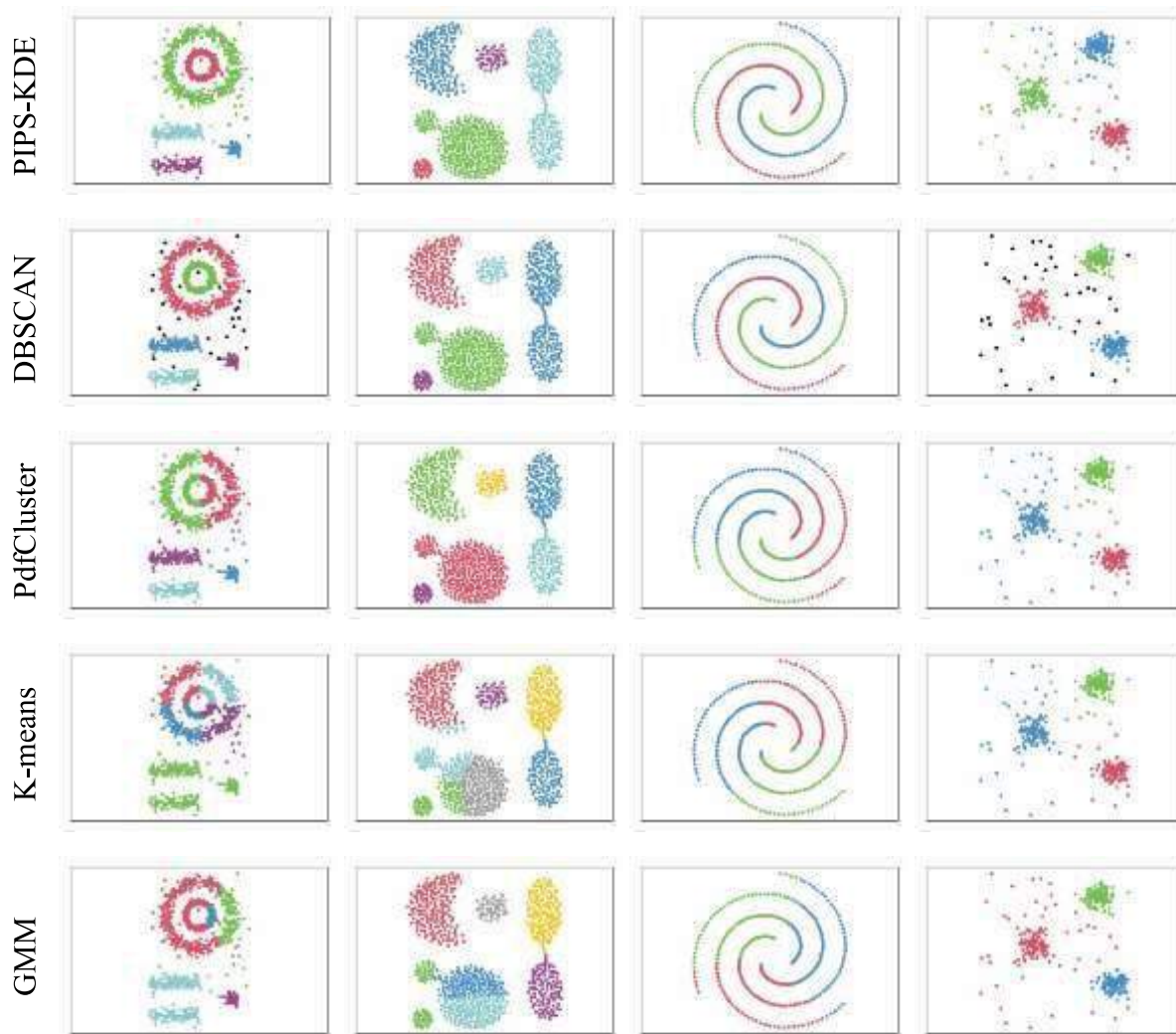


Nessa seção é apresentado os resultados numéricos que evidenciam e qualificam o Algoritmo PIPS-KDE como um método de agrupamento de dados multidimensionais. O algoritmo proposto foi comparado com 5 outros algoritmos: DBSCAN, Ester et al. (1996); GMM Scrucca et al. (2016); K-means, MacQueen (1967) e PdfCluster, Menardi e Azzalini (2014). Esses algoritmos foram escolhidos por estarem disponíveis no *Software R* e, também, por representarem, neste trabalho, duas abordagens de teste diferentes que permitem uma comparação mais profunda do desempenho do algoritmo proposto. Os algoritmos DBSCAN e PdfCluster constituem a primeira abordagem devido ao fato de serem algoritmos de agrupamento baseados em densidade e não exigirem o número do cluster como parâmetro de entrada, equivalentemente ao Algoritmo PIPS-KDE. Na segunda abordagem são apresentados dois algoritmos clássicos na literatura, K-means e GMM, os quais possuem, de maneira geral, um bom desempenho e requerem o número de clusters como parâmetro de entrada. Os experimentos numéricos abordados nesse artigo foram elaborados considerando problemas bidimensionais, uma vez que permite a visualização gráfica das estruturas arbitrárias dos agrupamentos, foco dessa pesquisa.

Com o objetivo de facilitar a comparação entre os algoritmos, os resultados foram organizados na forma de uma matriz de agrupamentos, conforme apresentada pela Figura 5, cujas linhas correspondem a um dos algoritmos utilizados nos experimentos, enquanto as colunas correspondem aos problemas bidimensionais, denominados de “multi shapes”, “aggregation”, “spiral” e “noise”.

Figura 5: Desempenho dos algoritmos para diferentes conjuntos de dados

Multi shapes	aggregation	Spiral	noise
--------------	-------------	--------	-------



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Observando a Figura 5, podem-se notar que os algoritmos PIPS-KDE e DBSCAN foram os únicos capazes de agrupar todos as observações de forma coerente com a disposição geométrica do conjunto de dados. Os algoritmos PdfCluster, K-means e GMM apresentaram agrupamentos inadequados ao formato geométrico da disposição dos elementos do conjunto de dados. Esses três algoritmos possuem a característica de formarem grupos globulares o que os impossibilitam de detectar grupos linearmente não separáveis como os apresentados nos problemas “multi shapes” e “spiral”.

Considerando os agrupamentos dos algoritmos PIPS-KDE e DBSCAN, esses tiveram pequenas diferenças provenientes do fato do Algoritmo DBSCAN não agrupar pontos considerados como ruídos, situação essa bem evidente nos problemas “multi shapes” e “noise”. Ainda considerando os algoritmos PIPS-KDE e DBSCAN, outra característica compartilhada



por eles é o agrupamento de aglomerados de observações distintas mas que são interligados por uma sequência de observações em um mesmo grupo. Essa característica pode ser observada no problema “aggregation”, mais especificamente no aglomerado de pontos do lado direito (grupo na cor azul clara na linha do Algoritmo PIPS-KDE).

Conforme exposto pelos resultados numéricos, o Algoritmo PIPS-KDE possui duas características relevantes, as quais consistem em identificar, de forma autônoma, o número de grupos de cada conjunto de dados e dispor as observações do agrupamento em grupos com formatos arbitrários, mesmo quando os dados não são linearmente separáveis. Sendo assim, esses dois atributos do algoritmo proposto tornam muito interessante visto que diversos algoritmos de clusterização, disponíveis na literatura, dependem da informação do número de grupos como parâmetro de entrada e/ou apenas agrupam as observações em aglomerados globulares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, é proposto um algoritmo empregado no agrupamento de dados multivariados, o PIPS-KDE. O algoritmo é baseado na múltipla observação e comparação da imagem do ponto médio entre duas observações com o hiperplano secante determinado pela mínima imagem do conjunto de dados, aplicados na função do Estimador de Densidade Kernel com kernel gaussiano multivariado. Os resultados numéricos preliminares indicam que o PIPS-KDE é eficiente e competitivo quando comparado aos algoritmos DBSCAN, PdfCluster, K-means e GMM para agrupar dados com estruturas de grupos arbitrários.

Dentre as principais características do algoritmo proposto, destaca-se a determinação de grupos com formatos arbitrários e a detecção automática do número de clusters, diferentemente de inúmeros algoritmos de agrupamento que exigem o número de cluster a priori e tem os grupos no formato globular. Um aspecto que precisa ser melhor explorado no algoritmo PIPS-KDE é o tempo computacional, visto que, segundo Lukasik (2007) a complexidade relacionada exclusivamente às avaliações da função multidimensional do KDE, dada por (3), é $O(nm)$, sendo m o número de observações e n o número de atributos do conjunto de dados. No caso do Algoritmo PIPS-KDE essa complexidade é ainda maior, uma vez que o



algoritmo proposto determina durante sua execução a imagem de m observações e mais $m-1$ pontos médios, o que gera uma complexidade na ordem de $O(nm^2)$, interferindo diretamente no seu tempo de execução.

Para continuação das pesquisas, almeja-se reduzir a complexidade do algoritmo e amplificar o rol de experimentos para problemas com número de atributos elevados.

REFERÊNCIAS

- ESTER, M. et al. **A density-based algorithm for discovering clusters in large spatial databases with noise**. In: kdd. Vol. 96. 34.1996. p. 226-231.
- GRAMACKI, A. **Nonparametric kernel density estimation and its computational aspects**. Cham: Springer International Publishing, 2018. DOI: 10.1007/978-3-319-71688-6. ISBN: 978-3-319-71687-9.
- KASSAMBARA, A. **Practical guide to cluster analysis in R: Unsupervised machine learning**. Vol. 1. STHDA, 2017. ISBN: 978-1542462709.
- ŁUKASIK, S. **Parallel computing of kernel density estimates with MPI**. In: Computational Science–ICCS 2007: 7th International Conference, Beijing, China, May 27–30, 2007, Proceedings, Part III 7. p. 726-733.
- MACQUEEN, J. **Classification and analysis of multivariate observations**. In: 5th Berkeley Symp. Math. Statist. Probability. Los Angeles LA USA: University of California, 1967. Vol. 1. p. 281-297.
- MATIOLI, L. C. et al. **A new algorithm for clustering based on kernel density estimation**. Journal of Applied Statistics, v. 45, n. 2, p. 347-366, 2018. doi: 10.1080/02664763.2016.1277191.
- MENARDI, G.; AZZALINI, A. **An advancement in clustering via nonparametric density estimation**. Statistics and Computing, v. 24, p. 753-767, 2014. doi: 10.1080/02664763.2016.1277191.
- MOUNT, J.; ZUMEL, N. **Practical data science with R**. Simon and Schuster, 2019. isbn: 9781-617-29587-4.
- SAID, A.; TORRA, V. **Data Science in Practice**. Cham, Switzerland: Springer, 2019. isbn: 978-3-319- 97555-9.
- SCALDELAI, D. et al. **MulticlusterKDE: a new algorithm for clustering based on multivariate kernel density estimation**. Journal of Applied Statistics, v. 49, n. 1, p. 98-121, 2022.
- SCALDELAI, D.; MATIOLI, L. C.; SANTOS, S. R. **AdditiveClusterKDE: Um algoritmo para clusterização baseado no estimador de densidade kernel multivariado**. Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics, v. 8, n. 1, 2021.



SCOTT, D. W. **Multivariate density estimation: theory, practice, and visualization**. John Wiley & Sons, 2015. ISBN: 978-0-471-69755-8

SCRUCCA, L. et al. **mclust 5: clustering, classification and density estimation using Gaussian finite mixture models**. The R journal, v. 8, n. 1, p. 289, 2016. DOI: 10.32614/RJ2016-021.

SILVERMAN, B. W. **Density estimation for statistics and data analysis**. Vol. 26. CRC press, 1986. ISBN: 0-412-24620-1.

WAND, M. P.; JONES, M. C. **Kernel smoothing**. CRC press, 1994. ISBN: 978-0-412-55270-0.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



**PROPOSTA DE MELHORIAS A PARTIR DA APLICAÇÃO DA ETAPA P DO
CICLO PDCA EM UMA CONFECCÕES DO SETOR DE MODA ÍNTIMA E
FITNESS NA CIDADE DE MANDAGUAÇU – PR**

Lidiana Candida Rodrigues¹ –Unespar

Francielle Pareja Scheneider² -
Unespar

Larissa Candida Rodrigues³ – Unespar

Nome do GT: 08 – Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de produção

RESUMO

Com mercado cada vez mais competitivo em que as organizações estão inseridas, a melhoria continua dos seus processos se tornou fundamental se tornando um diferencial. As indústrias do setor têxtil têm apresentando um alto potencial de crescimento no Brasil. Nesse sentido é importante que as indústrias foquem na melhoria e gestão da qualidade de seus produtos e processos produtivos. Com isso a base dessa pesquisa está na aplicação da etapa P do ciclo PDCA de melhoria continua juntamente das ferramentas da qualidade na realização de estudos do processo através de atividades com empregando as ferramentas da qualidade, o que permitiu constatar a situação problema e a partir dela elaborar uma proposta de plano de ação para empresa em estudo. Portanto o objetivo da presente pesquisa é apresenta o desenvolvimento da proposta de melhoria através da etapa de Planejamento da metodologia PDCA no setor de produção na industrias de confecções que produz moda íntima na cidade de Mandaguaçu.

Palavras-chave: Gestão de sistema da qualidade. Melhoria continua. Planejamento.

RESUMEN

El presente trabajo es el resultado de la conclusión del curso del primer autor. Con el mercado cada vez más competitivo en el que se insertan las organizaciones, la mejora continua de sus procesos se ha vuelto fundamental, convirtiéndose en un diferenciador. Las industrias del sector textil han mostrado un alto potencial de crecimiento en Brasil. En este sentido, es importante que las industrias se centren en mejorar y gestionar la calidad de sus productos y procesos productivos. Así, la base de esta investigación está en la aplicación del paso P del ciclo PDCA de mejora continua junto con las herramientas de calidad en la realización de estudios de proceso a través de actividades con el uso de herramientas de calidad, lo que permitió verificar la situación problema y a partir de ahí Elaborar una propuesta de plan de acción para la empresa objeto de estudio. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación es presentar el desarrollo de la propuesta de mejora a través de la etapa de Planificación de la metodología PDCA en el sector de producción en la industria de la confección que produce moda íntima en la ciudad de Mandaguaçu.

Palabras clave: Gestión del sistema de calidad. Mejora continua. Planificación.

¹ – Engenharia de produção agroindustrial – e-mail: lidiana012@gmail.com

² –Msc. Engenharia de Energia na agricultura – e-mail: francielle.pareja@hotmail.com – orientadora

³–Engenharia de produção agroindustrial – e-mail: laricandida@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo Lapenda (2012), para garantir a competitividade das empresas é necessário conhecer quais são os fatores que influenciam o sucesso e / ou fracasso das mesmas, ou seja, a competitividade é a correta adequação das atividades do negócio no seu ambiente. O gerenciamento de processos pode ser feito através de três ações gerenciais: de planejamento, controle e melhoramento, gerando o planejamento da qualidade, o controle da qualidade e o melhoramento da qualidade. (JURAN, 1994).

Segundo Fonseca e Miyake (2006) uma das metodologias mais conhecidas na gestão da qualidade é o ciclo PDCA que fundamenta projetos de melhoria continua sendo adotado por inúmeras empresas gerando consideráveis efeitos positivos de modo a se obter resultados mais expressivos.

No setor da moda íntima a produção é trabalhosa e exige muita atenção em cada etapa do seu processo, isso ocorre pelo fato de serem peças pequenas e com muitos detalhes, algumas vezes artesanais. Nesse sentido, que o processo de confecção das peças íntimas requer atenção e melhoria contínua no sentido de oferecer um produto de qualidade a um custo acessível (FORNARI; MORETTO, 2013).

O presente trabalho, portanto, tem por objetivo apresentar o desenvolvimento da proposta de melhoria através da etapa de Planejamento da metodologia PDCA no setor de produção na indústria de confecções que produz moda íntima na cidade de Mandaguçu.

A aplicação do ciclo PDCA justificou-se por agregar benefícios e vantagens como facilitar na tomada de decisões, promover o trabalho em equipe através de brainstorming e resolução de problemas, busca da melhoria continua e em não se conformar com o que é bom, mas em querer sempre alcançar o melhor para os processos e produtos da empresa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão da qualidade

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, qualidade é um aglomerado de características ou propriedades que constituem diferença e que atendam às necessidades, requisitos ou expectativas que são solicitadas ou impostas (GOZZI, 2015).

A qualidade é uma característica bastante ligada aos produtos, pois seus diversos aspectos podem ser avaliados antes da compra, já os serviços, contam com a qualidade de experiência, onde o consumidor poderá avaliá-lo somente após a compra e ainda com qualidades credenciais, onde até mesmo depois de utilizar o serviço encontra dificuldades em



avaliar (Teixeira et al, 2017).

No desenvolvimento desta pesquisa serão utilizadas as seguintes ferramentas aliada ao ciclo PDCA: Brainstorming, Diagrama de Causa e efeito, matriz GUT, 5W2H E Fluxograma que serão conceituadas e definidas abaixo.

2.2. Ciclo PDCA

Para Costa et al (2020) o ciclo PDCA é uma ferramenta da qualidade utilizada no controle de processos, que tem como foco a solução de problemas, o ciclo PDCA, cujas siglas significam, respectivamente, Plan (planejar), Do (executar), Check (checar) e Act (agir), representam as quatro etapas.

As etapas do ciclo PDCA são descritas por Machado (2012, p.50) como:

- P (Plan) que traduzindo é planejar, essa etapa envolve o estudo do atual método ou do problema a ser estudado, envolvendo a identificação das necessidades e determinação do plano de ação utilizando a ferramenta 5w2h.
- D (Do) executar aborda a necessidade e execução de treinamentos como um plano de ação é nesse estágio que pode aplicar um novo ciclo PDCA para resolver os problemas de implementação.
- C (Check) de checar ou verificar que tem como objetivo verificar a validação da solução a partir dos resultados esperados.
- A (Act) Ação é a última etapa e busca desenvolver a padronização da solução e a análise de sua extensão para outras aplicações, ou se o problema não foi corrigido é realizada uma nova tentativa aplicando o ciclo PDCA do início novamente.

Algumas ferramentas são utilizadas no giro do ciclo PDCA, entre elas estão as ferramentas administrativas da qualidade; o uso destas ferramentas deve ser um meio para alcançar as metas, os meios são considerados como as ferramentas, que podem ser utilizadas tanto na identificação do problema, quanto para melhorar a qualidade dos processos, e a meta é o objetivo que se quer alcançar (LONGO, 2015).

2.3. Brainstorming

O *brainstorming* também conhecido como tempestade de ideias visa facilitar a produção de soluções originais e possui duas fases principais a produção de ideias seguida da avaliação das ideias propostas (MACHADO 2012 p. 50).

A ferramenta *brainstorming* possui o objetivo de auxiliar as pessoas a produzirem o máximo possível de ideias em um curto período de tempo, buscando a diversidade de opiniões



e contribuindo para o desenvolvimento da equipe (LEITE, 2013).

2.4 Matriz GUT

De acordo com Napoleão (2019) a matriz GUT também conhecida como matriz de prioridades, a sigla significa Gravidade, Urgência e Tendência é uma ferramenta da qualidade utilizada para a priorização de tomadas de decisões utilizando esses três elementos para classificar algum problema ou ação e assim prioriza-la. A matriz GUT pode ser utilizada em qualquer situação de tomadas de decisões.

Miranda (2018) define a classificação da Matriz GUT como:

- Gravidade: diz quanto o peso da dificuldade analisada caso ela venha a ocorrer analisando algumas características (tarefas, pessoas, resultados, processos, organizações e etc).
- Urgência: se a quantidade de tempo que se tem ou necessita para a resolução. Se a grande urgência, menor é o tempo disponível para sanar tal problema.
- Tendência: refere-se à possibilidade de aumento do problema, a circunstância da questão ao decorrer do tempo.

2.5.Plano de Ação 5W1H

A ferramenta 5w1h é um compilado de perguntas em inglês apresentadas como: why? (por quê?), what? (o quê?), where? (onde?), when? (quando?), who? (quem?) e how? (como?) utilizada para análise, tomada de decisões e esclarecimento quanto ao desenvolvimento de uma tarefa, de forma simples e objetiva, adaptada à atividade desenvolvida (CABRAL; ZEITOUNI; SOUSA, 2017; HOLANDA; SOUZA; FRANCISCO, 2013).

Santos et al. (2014) apud Reis et al (2016), afirmam que a ferramenta 5W1H possibilita que todas as informações necessárias estejam organizadas para a execução de um planejamento e esta é citada por pesquisadores da área como sendo uma ferramenta de fácil entendimento e que possibilita para a empresa efetuar o plano de ação de modo organizado fazendo com que os gestores executem seu plano de forma bem planejada.

2.6. Diagrama de Causa e Efeito

O diagrama de causa e efeito foi criado para representar a relação entre o efeito e todas as possibilidades de causa que podem contribuir para esse efeito, as causas de um problema podem ser agrupadas, a partir do conceito dos 6M, como decorrentes de falhas em materiais, métodos, mão de obra, máquinas, meio ambiente, medidas (MACHADO 2012, p.48). Esta ferramenta é um método bastante efetivo na busca das raízes do problema (SLACK, 2009).

2.7. Fluxograma



Segundo Machado (2012) o fluxograma tem como principal função mostrar o caminho ideal de produto ou serviço com o objetivo de reconhecer as perdas e os desvios a partir de uma ilustração sequencial com as etapas do processo produtivo mostrando o relacionamento entre cada uma delas utilizando símbolos que representa os tipos de operação.

O fluxograma visa a otimização das atividades, através de uma representação esquemática de um processo, que possibilite uma visão global do fluxo de trabalho, facilitando a leitura e entendimento de quem executa o processo (DAIER 2016).

3. Revisão de Literatura

Para a revisão de literatura foram pesquisados trabalhos que abordassem a aplicação do ciclo PDCA como proposta de melhoria contínua juntamente das ferramentas administrativas de gestão da qualidade, a busca por trabalhos foi realizada no portal de periódicos da Capes, anais do ENEGEP (Encontro Nacional de Engenharia de Produção), TCC's no Departamento de Engenharia de Produção da UEM online, TCC's do Departamento de Engenharia de Produção Agroindustrial da Unespar, utilizando as seguintes palavras chaves: PDCA, ciclo PDCA, Melhoria Contínua, Ferramenta administrativas da Qualidade, aplicando um corte temporal de 2016 a 2018.

AUTOR	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS E DISCUSSÕES
MOSOLE (2016)	Analisar o setor de corte, a fim de estabelecer metas e ações que eliminem as não conformidades de produtos acabados gerados na confecção.	aplicado a metodologia PDCA seguindo suas etapas, afim de identificar os problemas e propor melhorias	Redução dos erros no processo de corte, otimização do tempo de risco e encaixe e padronização das medidas que eram desproporcionais antes, melhorias na qualidade do produto e empresa.
BALLAROTTI (2017)	Expor todos os tipos de defeitos que podem ser encontrados em uma empresa de beneficiamento têxtil, e mostrar seus pontos negativos, usando ferramentas na etapa P do ciclo PDCA, a fim de eliminar o máximo de defeitos durante o processo.	A metodologia adotada para este fim foi a aplicação do PDCA, mais especificamente a fase P	Ao final foi proposto treinamento dos colaboradores, necessidade de verificação dos termômetros. conseguiu uma redução do reprocesso.
FERNANDES (2016)	Identificar, por meio do método PDCA, as causas do não atingimento ótimo do processo produtivo de uma indústria de confecção de moda íntima, a fim de propor melhorias em seus processos.	Com etapa P do ciclo PDCA e as ferramentas da qualidade foi possível solucionar o problema da carga desproporcional de trabalho.	Algumas modificações na estrutura da fábrica se poderá obter uma melhor distribuição das máquinas, o que amenizará o problema abordado, um fluxo de produção linear e



			consequentemente a redução dos desperdícios por tempo e transporte.
CRUZ et al (2017)	É identificar as Ferramentas de melhoria contínua e analisar A execução do ciclo PDCA.	Conclui-se que as pequenas e microempresas, quando possuem a aplicação e conhecimento da ferramenta na organização, possuem inúmeras oportunidades de desenvolvimento organizacional contribuindo ao crescimento e o controle do processo onde empregado	As Microempresas que adotam o ciclo PDCA, atribuem melhorias no processo onde emprega. Com isso o alcance de melhoria dentro da organização empregada terá Redução de custos, viabilidade e controle.
MARTINS et al (2017)	Aplicar o método PDCA e as ferramentas da qualidade na indústria, como forma de buscar melhorias em qualidade de produtos e processos, apresentando o ciclo de funcionamento do método e os resultados alcançados.	realizado neste trabalho um estudo de caso único com o objetivo de apresentar o uso das ferramentas da gestão da qualidade por uma empresa.	Com a aplicação do ciclo PDCA alcançado a melhoria da qualidade do produto final, redução de defeitos, e aumento da produtividade e lucro para empresa.
SANTANA (2018)	Visa compreender os conceitos da qualidade, aplicando a metodologia por meio das ferramentas da qualidade, para atender as necessidades dos clientes de uma Organização do setor eletroeletrônico para o ramo de beleza.	desenvolvido cada etapa do PDCA na indústria. Identificação do problema até a verificação da eficácia do mesmo.	A partir da aplicação do Ciclo PDCA, foi possível cumprir o objetivo de reduzir o número de ocorrências de defeitos registradas pelo setor SAC.

Com o levantamento dos trabalhos na revisão de literatura, pode-se compreender a importância para as indústrias da aplicação do ciclo PDCA juntamente das ferramentas de gestão da qualidade. Pode – se observar nos trabalhos encontrados que todas empresas que foi aplicado o ciclo PDCA obteve-se melhorias no processo, redução de defeitos e perdas.

As ferramentas que apareceu 100% em todos os trabalhos (com exceção do trabalho do CRUZ (2017) que é bibliográfico e trata do PDCA em micros e pequena empresas) é o Brainstorming, 80% Diagrama de Causa e Efeito e a ferramenta 5W2H, a matriz GUT apareceu em 20%. Sendo que são utilizadas juntamente de outras ferramentas e metodologias na busca de soluções e melhorias nas organizações estudadas. Com isso nota-se como o ciclo PDCA e as ferramentas da qualidade são flexíveis quanto a suas aplicações.

4. Metodologia

4.1. Classificação da pesquisa

A pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa que segundo Gil (2007) define-se quantitativo porque foi realizado tratamento dos dados utilizando informações para a quantificação das ocorrências de defeito e classifica-se qualitativa porque buscou estudar os procedimentos e entender as



atividades da empresa.

Quanto aos fins é classificada em descritiva e explicativa. De acordo com Gil (2008) descritiva porque buscou descrever as características de determinadas populações ou fenômenos e explicativa que tem por objetivo identificar os fatores que contribuem para ocorrência de fenômenos.

Quanto aos meios a pesquisa é classificada como bibliográfica e estudo de caso. Bibliográfica por ter utilizado materiais em livros e plataformas virtuais e estudo de caso por ser coletados dados na empresa em estudo. Segundo Gil (2008), bibliográfica porque é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e estudo de caso pois consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

4.2 Procedimentos para realização da pesquisa

A metodologia adotada para atingimentos dos objetivos nesta pesquisa foi a aplicação da etapa P da metodologia PDCA é nessa etapa que foi estudado o setor de produção as características, e o seu objetivo. Para isso constituiu seguir alguns passos.

- a) Identificação do problema: a partir de um brainstorming com a encarregada da produção foi possível expor os pontos de melhorias mais comuns durante a coleta de dados.
- b) Análise do fenômeno: constituiu estudar e verificar o principal através da priorização pela matriz GUT.
- c) Análise do Processo: a partir do fluxograma do processo pode ser observado como ocorre todo o processo de produção desde a etapa de enfiar a até o produto final. Para isso vai ser anotadas todas matérias-primas presentes, tanto de preparação como as de processamento, as funções e responsabilidades de cada máquina durante o processo.
- d) Plano de Ação. A última fase será elaborar um plano de ação e propostas de melhorias para solucionar os problemas selecionados por meio das fases anteriores.

5. Estudo de Caso

5.1. Caracterização do local

A pesquisa fora realizada em uma indústria de confecções MURY'S fundada em 2001 na cidade de Mandaguaçu que produz roupas íntima masculina, feminina e infantil; moda fitness e pijamas, eles distribuem a marca através da loja que possuem na fábrica, loja física no shopping em Maringá, distribuem em todo território brasileiro através da loja virtual e por meio de lojas que revendem a marca. O levantamento dos dados foi entre o período de setembro de 2020 a novembro de 2020.

A empresa é de pequeno porte com uma produção média diária de 1200 unidades e conta com 16 funcionários incluindo Proprietário (também responsável pelo setor de corte),



Administrador, gerencia, responsável por estoque e 11 costureiras e 2 auxiliares a empresa não é formalmente estruturada em departamentos. O organograma da empresa encontra-se na figura abaixo.

Figura 2: Organograma da empresa



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

A empresa não possui planejamento de produção formalizado. O planejamento é feito baseado no controle de estoque e vendas, bem como pelo conhecimento e pela experiência do proprietário e seu filho, sendo que algumas das atividades realizadas de maneira manual, e algumas com auxílio de planilhas podendo ser alterado a todo momentos por diferentes critérios.

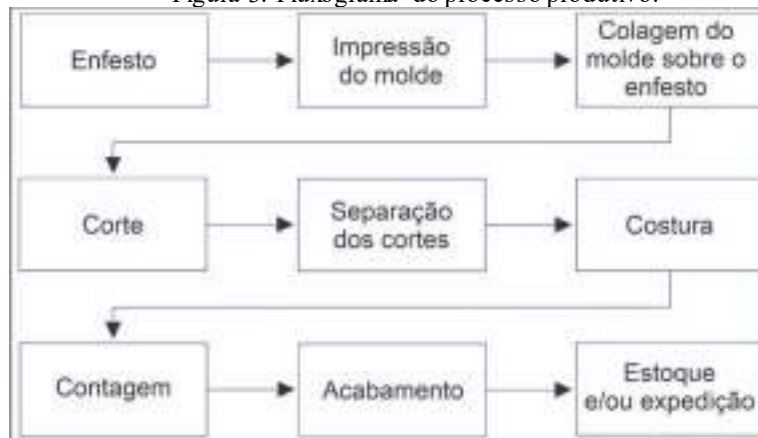
Seus Mix de produtos são divididos em linha masculina, feminina, infantil, fitness e pijamas, em cada linha de produtos existe uma diversidade de modelos como exemplo da feminina que contém vários modelos de tangas, sutiãs com variedade tecidos e modelagem para todas as idades e estilos.

5.2 Descrição do processo produtivo.

O processo produtivo básico de fabricação das confecções será descrito em forma de fluxograma do processo produtivo que é apresentado na figura 3. E a seguir será explicado cada etapa que é realizado na empresa.



Figura 3: Fluxograma do processo produtivo.



Fonte: Autores (2020).

As criações e modelagens dos produtos não entram no fluxograma porque são feitos por pessoas de fora que criam e fazem os moldes e enviam a empresa para imprimir e utilizar no corte.

O processo dentro da empresa inicia com enfesto dos tecidos. Nesta etapa os tecidos a serem cortados são sobrepostos em camadas alinhadas na mesa de corte, onde ficarão em descanso por algumas horas, para que as tensões existentes no tecido sejam eliminadas, evitando, assim, o encolhimento das peças depois de finalizadas, e é essa etapa que proporciona o rendimento do corte (MALUF, 2003).

Antes de realizar o corte é impresso em folha A0 os riscos com os moldes para corte e colados sobre os tecidos que estavam descansando na etapa anterior. Na etapa de corte o operador da máquina de corte, guiado pelos traços do molde colado no tecido vai conduzindo a máquina que realiza os cortes que seguem para o setor de costura.

Segundo Biermann (2007, p. 20), “a precisão no corte, seguindo as linhas do risco, é importante na qualidade do produto final e deve ser realizada por profissional qualificado e equipamento adequado ao tipo de tecido e altura do enfesto”. Ainda no setor de corte é realizado a preparação para a costura, onde o responsável pelo setor de corte ou o encarregado da produção organiza as partes cortadas para encaminhar para a costura.

No setor de costura é onde as peças cortadas se reúnem de forma ordenada e são montadas nas máquinas de costura. “A costura tem por finalidade unir os diferentes componentes de uma peça de vestuário pela formação de uma costura. Sua principal função é proporcionar uma transferência uniforme de tensões de uma peça à outra de tecido, preservando a integridade de toda a confecção” (MALUF, 2003, p. 276).

Acabamento é a penúltima etapa em que um auxiliar faz o arremate das peças tirando os excessos de linha, etiquetando e é onde as vezes são identificados alguns dos defeitos. Após



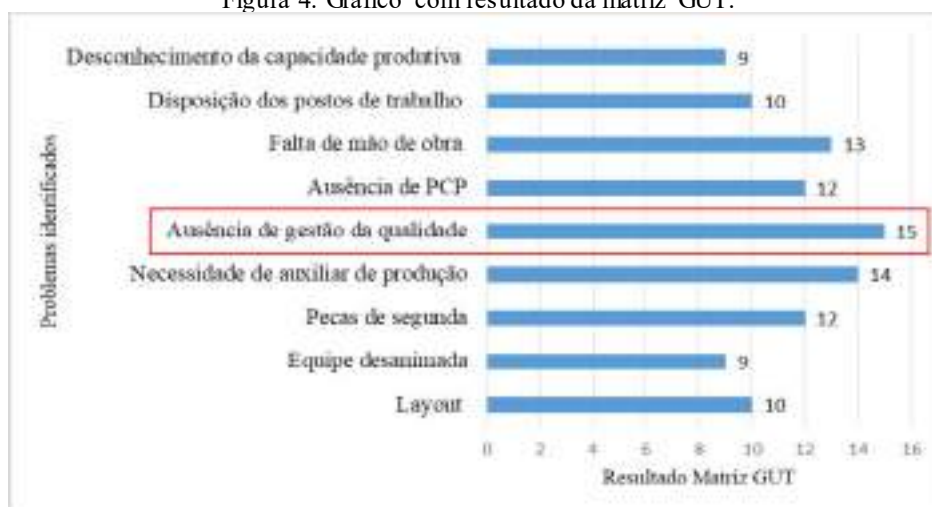
essa etapa as peças prontas descem para o setor de estoque e expedição onde são separados os pedidos de clientes (virtuais e revendedores) além das peças que vão para a loja física.

5.3 Identificação dos problemas

Inicialmente foi observado entre a semana 1 e 3 do estágio com intuito de conhecer o processo de fabricação da empresa, logo em seguida realizou-se o brainstorming com a encarregada e o administrador, para identificar os problemas que influenciam negativamente na produção são: Layout inadequado; Equipe desanimada; Organização do estoque; Necessidade auxiliar; Ausência de gestão da qualidade; Ausência de PCP; Falta de mão de obra; Disposição dos postos de trabalho ineficiente e; Desconhecimento da capacidade produtiva.

Após a identificação dos problemas o próximo passo foi aplicação da ferramenta de gestão matriz GUT para priorizar qual problemas tem maior urgência, considerando condições próprias do processo, na figura 4 apresenta o gráfico com a matriz GUT.

Figura 4: Gráfico com resultado da matriz GUT.



Fonte: o autor (2020).

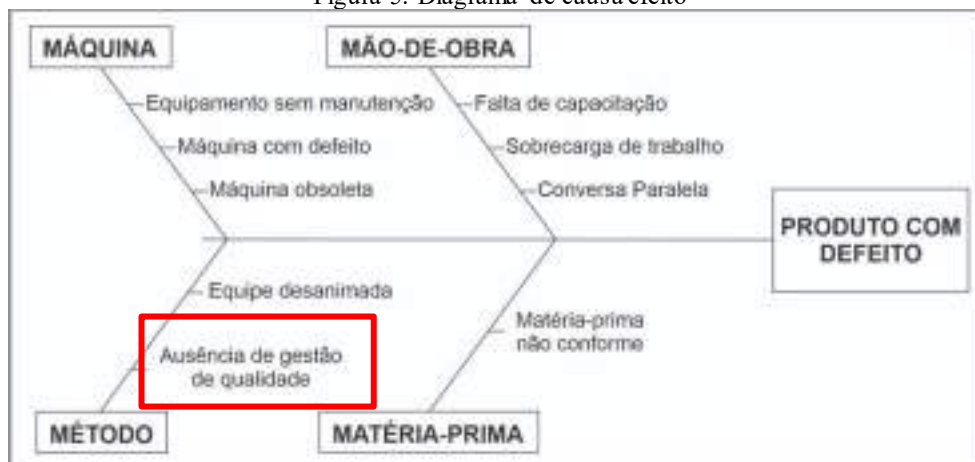
Com a análise da matriz GUT foi possível concluir que o problema da ausência de uma gestão de qualidade, pois a sua ausência acarreta em produtos com defeitos. Deverá ser priorizado para o tratamento e proposta de melhoria, sendo o responsável por não atingir uma gestão de qualidade mais eficaz da produção.

5.4 Análise do Processo

Após ter identificado o problema que deveria ser priorizado, pode-se partir para etapa de tratamento das causas e assim ser possível atingir diretamente o problema, então foi elaborado um diagrama de Causa e Efeito presente na figura 5 para auxiliar na análise do real problema da empresa.



Figura 5: Diagrama de causa efeito



Fonte: Autores (2020)

Através do desenvolvimento do diagrama de causa efeito foi possível mostrar a relação entre o problema e os possíveis fatores que podem estar ocasionando os defeitos nos produtos que é a ausência da gestão da qualidade. Os defeitos que ocorrem são: Elásticos aparecendo das pernas ou cintura, Costuras soltando; Furos na peça; Resíduos de cola com molde; Tamanho incorreto; Mancha de óleo e; Peças costuradas com o tecido do avesso.

5.5. Plano de ação

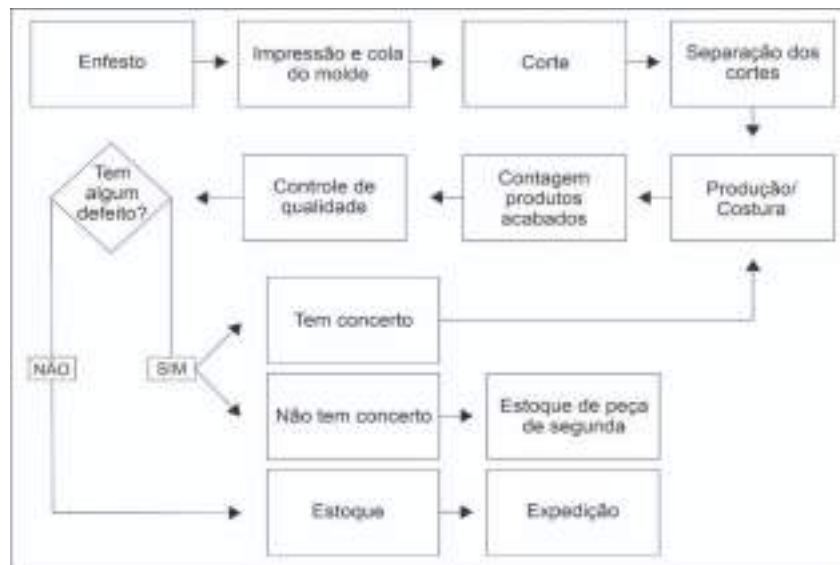
Na elaboração do plano de ação foi utilizada a ferramenta 5W1H como mostra na figura 9 com objetivo de obter soluções para as principais causas do problema em questão assegurando que as ações serão tomadas.

O que?	Porque?	Onde?	Quando?	Por quem?	Como?
1. Estruturar um setor de qualidade	Otimizar os defeitos de produção	Setor produtivo	1º Semestre de 2021.	Estagiário	Contratando um responsável para a função.
2. Capacitar equipe	Minimizar os defeitos	Setor Produtivo	Decorrer de 2021	Gerente e proprietário	Treinamentos
3. Estruturar empresa	Otimizar o fluxo de informações dentro da empresa	Toda empresa	Janeiro de 2021	Estagiário e Gerente	Treinamento e reuniões para formalizar a mudança.

Quadro 1: Plano de ação para solução do problema de pesquisa. Fonte: Autores (2021)

A primeira proposta é de implantar uma etapa de gestão da qualidade dentro da organização, criando um sistema ou método com um responsável para realizar a inspeção de qualidade de produto acabado de modo que com a inspeção consiga otimizar os defeitos da produção onde sugere que o fluxo de produção funcione conforme a figura 6.

Figura 6: Proposta de funcionamento do processo da indústria.



Fonte: Autor (2020)

Na segunda proposta de melhoria, sugere-se incluir treinamento para equipe que pode ser ministrada em parceria com prefeitura que possui um curso gratuito de costura se a mesma disponibiliza alguém para estar indo bimestralmente levar informações, palestras e dicas de costura, pois muitos dos defeitos acontecem por ausência técnicas e imprecisão na hora do realizar a costura.

A terceira e última proposta consiste em estruturar a empresa com um setor havendo um responsável pela gestão da qualidade da organização conforme sugestão na figura 7.

Figura 71: Sugestão de estrutura organizacional



Fonte: autores (2021).

Observando o organograma nota-se que sugere inclusão da gestão de qualidade com objetivo evitar atrasos na produção e perda de qualidade para matéria – primas não conformes e para defeitos de produção, garantindo a qualidade e confiabilidade dos produtos para com os clientes.



Sugere-se isso pois a empresa não possui um controle de qualidade de seus produtos, eles trabalham conforme orientação e experiência do proprietário que foi adquirida na prática dentro da empresa e que segundo ele as peças com defeitos são responsáveis por 20% da produção, portanto com o crescimento produtivo da mesma, a necessidade de um controle e gestão da qualidade dos seus produtos vem aumentando para se destacar no mercado em que está inserida e garantir a qualidade e confiabilidade de seus produtos para com os seus consumidores.

6. Considerações Finais

Para as pequenas empresas que na maioria das vezes sofre com a ausência de planejamento e gestão na organização o que afeta seu crescimento. Com isso, o ciclo PDCA pode ser utilizado como técnica para que os processos dentro da empresa sejam melhorados continuamente a empresa terá uma base mais sólida na busca de qualidade e crescimento no mercado que está inserida.

A gestão da qualidade é de grande importância para empresa sendo uma visão estratégica que deve englobar todos os setores para que se obtenha resultado na produção garantindo melhoria no engajamento da equipe, aumento da competitividade no mercado, elevação na satisfação de clientes.

Portanto considera-se que a pesquisa atingiu seus objetivos na elaboração e desenvolvimento de proposta de plano de ação para o problema de pesquisa, além de permitir impulsionar a pesquisas futuras que poderão ser desenvolvidas no local estudado aplicando e acompanhando as demais etapas do ciclo PDCA.

Sugere-se que como propostas de melhorias futuras seja realizado uma análise de custo para inclusão de um responsável da qualidade e qual retorno financeiro a mesma pode alcançar com a solução.

Outra proposta de pesquisa futura seria aplicar o ciclo PDCA nos demais pontos que podem ser melhorados para que estes possam ser otimizados dentro da empresa e tragam resultados positivos para empresa.

Referências

CABRAL, Ana Carolina Santos; ZEITOUNI, Mariane Maira Santos; SOUZA, Mikael Albuquerque de; Análise da aplicação de ferramentas básicas da qualidade em uma empresa distribuidora de medicamentos. XXXVII. Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Joinville, 2017.



- BALLAROTTI, J. P. G.; **Aplicação da etapa de Planejamento da metodologia PDCA para a otimização de processos em uma indústria de beneficiamento têxtil.** 2017. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual de Maringá, Goioerê, 2017.
- BIERMANN, M. J. E. O que o empresário precisa saber sobre: Gestão do Processo Produtivo, Porto alegre: SEBRAE, 2007
- COSTA, L. M. G.; TAPANES, N. C.; GAIDZINKI, R.; SANTOS, R. S. M.; Aplicação da Metodologia de Análise e solução de problemas no processo de movimentação em uma empresa de vergalhão cortado e dobrado. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 40, 2020, Foz do Iguaçu. **Anais...Fox do Iguaçu 2020.**
- CRUZ, A. F.; OLIVEIRA, L. C. F.; SILVA, M. P.; TAKENAKA, E. M. M.; Ferramentas que auxiliam no desenvolvimento de gestão em micro pequena empresas. **Jornal Unoeste**, v. 9, n. 4, abril, 2017. Disponível em:< <http://journal.unoeste.br/index.php/ce/article/view/2265/2129>> Acesso em: 30 de Mar de 2021.
- DAIER, V. H. T.; **Fluxogramas de processos e falhas de produção: Um quase-experimento em uma empresa do setor de alimentos.** 2016. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília 2016. Disponível em: < https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13941/1/2016_VictorHugoTavaresDaier.pdf> acesso em 15 de nov de 2020.
- FERNANDES, M. G.; **Análise e proposta de melhorias no processo de produção uma confecção de moda íntima.** 2016. 151 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual de Maringá, Goioerê, 2016.
- FONSECA, A. V. M.; MIYAKE, D. I.; Uma análise sobre o Ciclo PDCA como um método para solução de problemas da qualidade. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 26, 2006, Fortaleza. **Anais...Fortaleza 2006**
- GOZZI, Marcelo Pupim. Gestão da qualidade em bens e serviços. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015
- HOLANDA, Lucyanno Moreira Cardoso de; SOUZA, Italo de Diniz; FRANCISCO, Antônio Carlos de. Proposta de aplicação do método DMAIC para melhoria da qualidade dos produtos numa indústria de calçados em Alagoa Nova-PB. Revista GEPROS, v. 32, n. 4, p. 31, 2013
- JURAN, J.M. **A Qualidade desde o Projeto.** 2ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1994
- LAPENDA, J.; Qualidade e Competitividade. **Administradores**, 2012. Disponível em:< <https://administradores.com.br/artigos/qualidade-e-competitividade>> Acesso em: 01 de Dez de 2020.
- LEITE, H. C. R. **Ferramentas da Qualidade: Um estudo de caso em empresa do ramo têxtil.** 2013, 53 f. Monografia (Graduação em Administração), Faculdade Cenecista de Capivari, Capivari, 2013
- LONGO, M. T. **Aplicação do Ciclo PDCA de Melhoria Contínua: um estudo de caso em uma empacotadeira de alimentos.** 2015, 92 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção), Universidade Estadual de Maringá. Goioerê, 2015.
- LONGO, R. M. J.; Gestão da Qualidade: Evolução Histórica, Conceitos Básicos e Aplicação na Educação. In: SEMINÁRIO DE GESTÃO DA QUALIDADE NA QUALIDADE EDUCAÇÃO: EM BUSCA DA ECELÊNCIA, 397., 1996, Brasília. **Anais...** Brasília: SENAC – SP, 1995. P. 7-15.
- MACHADO; S. S.; **Gestão da Qualidade.** Inhumas: 2012. 90p.
- MALUF, E. Dados técnicos para a indústria têxtil, São Paulo: ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, 2003.
- MARTINS, M, P.; SILVA, B. B.; PAKES, P. R.; MOTTA, G. A.; BIANCHINI, G.F.; Aplicação das ferramentas da qualidade e do ciclo PDCA em uma empresa do setor têxtil. In: Encontro



- Nacional de Engenharia de Produção, 37, 2017, Joinville. **Anais...** Joinville 2017.
- MIRANDA. E.; **Diagrama de causa e efeito – descubra e aprenda Ishikawa na prática**, 2018. Disponível em: < <https://www.gp4us.com.br/diagrama-de-causa-e-efeito-ishikawa-na-pratica/> > acesso em 10 out de 2020.
- MIRANDA. E.; **Matriz GUT – Ferramenta para priorização na solução de problemas**. 2018. Disponível em: < <https://www.gp4us.com.br/matriz-gut-na-pratica/> > Acesso em: 15 de nov de 2020.
- MOSOLE, A.; **Proposta de melhorias no setor de corte em uma confecção de moda íntima**. 2016. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual de Maringá, Goioerê, 2016.
- MURY’S. Institucional: Sobre nós. 2020. Disponível em: < <https://mury.com.br/institucional> > acesso em: 26 de set de 2020.
- NAPOLEÃO, B. M. Matriz GUT (Matriz de Priorização). **Ferramentas da Qualidade**, 2019. Disponível em: < <https://ferramentasdaqualidade.org/matriz-gut-matriz-de-priorizacao/> > acesso em: 6 de out de 2020.
- REIS. L, V.; SILVA. A, L, E.; CORBELLINI. R, H.; RABUSKE. F, B.; O uso das ferramentas Brainstorming e 5W2H no planejamento de combate a incêndio em indústrias de tabaco. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 36, 2016, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa 2016.
- SANTANA, J. B.; **Aplicação da metodologia PDCA em uma empresa de equipamentos eletrônicos**. 2018. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia de Produção Agroindustrial) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2018.
- ILVA, A. L. C. **A segurança do trabalho como uma ferramenta para a melhoria da qualidade**. 2011. 147f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Área de Concentração em Sistema de Gestão da Qualidade e Processos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- SLACK, N. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2009.
- WERKEMA, C. **Métodos PDCA e DMAIC e suas ferramentas analíticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- TEIXEIRA, S.I; TEIXEIRA, C. R; SOUSA, A.R; **Qualidade dos serviços: um diferencial competitivo**, 2017.



TECNOLOGIA BIM E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DO PARANÁ

Vivian Maria Amaral de Oliveira¹ – Universidade Estadual do Paraná

Andrieli Lemos Pavan² – Universidade Estadual do Paraná

Natieli Geovana Salvadori³ – Universidade Estadual do Paraná

Diego Aparecido de Souza⁴ – Universidade Estadual do Paraná

Adalberto Dias de Souza⁵ – Universidade Estadual do Paraná

Nome do GT: 08 – Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Produção Agroindustrial.

RESUMO

A implementação do Building Information Modeling (BIM) em obras públicas tende a ser uma das maiores conquistas do setor da área de arquitetura, engenharia e construção civil, já que a sua obrigatoriedade será um fator importante para acelerar a implantação do BIM no Brasil. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo realizar um levantamento do atual cenário do BIM no Brasil, investigando a relação da tecnologia BIM e as políticas públicas para pequenos municípios no estado do Paraná a partir dos decretos e leis do âmbito federal e estadual, com ênfase em expor a ação do governo do Estado do Paraná referente à implantação e difusão do BIM em escritórios de engenharia e arquitetura do PROJETEK em universidades estaduais. Com a análise dos dados levantados, foi identificado o total de pequenos municípios que serão beneficiados pela implantação dos escritórios de engenharia e arquitetura em cada região da associação dos municípios do Paraná (AMP) totalizando 152 municípios beneficiados, o que corresponde a 38,09% dos municípios do estado do Paraná.

Palavras-chave: PROJETEK-PR. BIM. Escritórios de engenharia e arquitetura.

RESUMEN

La implementación de Building Information Modeling (BIM) en obras públicas tiende a ser uno de los mayores logros del sector de la arquitectura, la ingeniería y la construcción civil, ya que su carácter obligatorio será un factor importante para acelerar la implementación de BIM en Brasil. En este contexto, el presente trabajo tuvo como objetivo realizar un levantamiento del escenario actual de BIM en Brasil, investigando la relación entre la tecnología BIM y las políticas públicas para pequeños municipios del estado de Paraná a partir de decretos y leyes federales y estatales, con énfasis en exponer la acción del gobierno del Estado de Paraná en cuanto a la implementación y difusión de BIM en las oficinas de ingeniería y arquitectura protegida PROJETEK en las universidades estatales. Con el análisis de los datos recolectados, se identificó el total de pequeños municipios que serán beneficiados con la implementación de oficinas de ingeniería y arquitectura en cada región de la asociación de municipios de Paraná (AMP), totalizando 152 municipios beneficiados, lo que corresponde a 38,09 % de los municipios del estado de Paraná.

Palabras clave: PROJETEK-PR. BIM. Oficinas de ingeniería y arquitectura.

¹ – Graduada em Arquitetura e Urbanismo – e-mail: vivian.ao@hotmail.com

² – Graduada em Arquitetura e Urbanismo e Graduada em Engenharia Civil – e-mail: andrielpavan@hotmail.com

³ – Graduada em Engenharia Civil – e-mail: natieli_geovana@hotmail.com

⁴ – Graduado em Engenharia Civil – e-mail: diegos.prime@hotmail.com

⁵ – Doutor em Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com – Orientador



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Anualmente, o Governo Federal gasta bilhões de reais em obras de infraestrutura. Parte dessas obras é auditada pelo órgão de controle externo, sendo comum a ocorrência de irregularidades as quais incluem problemas quanto ao projeto básico e à fiscalização deficiente (MIRANDA, MATOS 2015).

As obras públicas possuem características que as evidenciam como um dos maiores problemas enfrentados no Brasil, diversos fatores contribuem para o seu atraso, tais como a corrupção, embargos e principalmente a falta de planejamento e projetos (QUINTAS, 2019).

As tecnologias e processos que possam ajudar na área de execução, projetos e fiscalização de obras são necessários para assegurar uma melhoria na aplicação dos recursos públicos. Nesse aspecto, a tecnologia Building Information Modelling (BIM), tem se consolidado como um novo paradigma para o desenvolvimento de empreendimentos de arquitetura e de engenharia, considerando todo seu ciclo de vida, desde a concepção do projeto, o acompanhamento e controle de obras e a realização da gestão e manutenção de edificações e obras de infraestrutura.

A implementação do BIM em obras públicas no Brasil tende a ser uma das maiores conquistas do setor da área de arquitetura, engenharia e construção, já que a sua obrigatoriedade será um fator importante para acelerar sua implantação, além de facilitar na detecção de erros ainda na fase projetual, resultando em grande economia de tempo, recursos e custos.

O uso da adoção da tecnologia BIM será obrigatório em futuras atividades federais e estaduais, porém isto ocorrerá de forma gradual, como estabelece o Decreto Federal n.º 10.306/2020 e Decreto Estadual n.º 10.086/2022. Os decretos vêm para estabelecer e regulamentar como a metodologia deverá ser utilizada no desenvolvimento de projetos de construções novas, reformas, ampliações ou reabilitações.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento do atual cenário do BIM no Brasil, investigando sua relação com as políticas públicas a partir dos decretos e leis do âmbito federal e do governo do Estado do Paraná, com ênfase em expor a ação referente à sua implantação e difusão em pequenos municípios.



2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho resulta de uma pesquisa bibliográfica, a fim de embasar teoricamente o artigo, estudou-se a respeito das definições da tecnologia BIM, decretos e leis que regulam o ordenamento jurídico no que diz respeito à implantação e difusão da tecnologia no Brasil com ênfase no Estado do Paraná, extraíndo-se informações necessárias à realização da pesquisa. A pesquisa foi elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de artigos científicos, cadernos técnicos, leis e decretos no âmbito federal e estadual.

O Governo do Estado do Paraná está implantando escritórios de projetos executivos de engenharia e arquitetura para atender prefeituras municipais. Denominado PROJETEK, o novo espaço será instalado nas universidades estaduais as quais irão utilizar tecnologia BIM, para o desenvolvimento dos projetos de engenharia e arquitetura, e devem atender demandas de empreendimentos públicos de cidades com menos de 30 mil habitantes, que não dispõem de setores de projetos.

A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI – PR) em parceria com a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FA) divulgaram através de chamada pública 12/2022 o “Programa de apoio às agências de Inovação para o desenvolvimento regional sustentável – Escritório de Projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo, Utilizando de Tecnologia BIM” que convida as instituições de ensino superiores públicas estaduais, sediadas e com CNPJ no Paraná, a participarem do processo de seleção para serem contempladas com o PROJETEK.

Diante disso, foi realizado um levantamento de dados nos sites: Associações de Municípios do Paraná (AMP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para identificar quais municípios fazem parte de cada região e quais têm a população de até 30 mil habitantes, com o intuito de identificar quais municípios serão atendidos em cada região. Os dados coletados foram organizados em tabela no software Excel e compõe as seguintes informações: universidade contemplada, cidade sede do projeto, região da AMP que a universidade atenderá relacionando os municípios e o seu número de habitantes (baseado na prévia do censo demográfico de dezembro de 2022).



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 TECNOLOGIA BUILDING INFORMATION MODELING (BIM)

Building Information Modelling (BIM) ou Modelagem da Informação da Construção é definida pelo Decreto Federal Nº 10.306/2020 como conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, de modo colaborativo, que sirva a todos os participantes do empreendimento, em qualquer etapa do ciclo de vida da construção. Uma das suas premissas básicas é a colaboração entre os diferentes agentes envolvidos nas diferentes fases do ciclo de vida de uma instalação ou edificação, para inserir, extrair, atualizar ou modificar informações de um modelo BIM para auxiliar e refletir os papéis de cada um destes agentes envolvidos.

O BIM pode ser considerado um dos desenvolvimentos mais promissores na área de Arquitetura, Engenharia, Construção e Operação, capaz de auxiliar arquitetos, engenheiros e construtores, tanto a visualizarem o que será construído como a apoiarem a tomada de decisões em possíveis problemas de projeto, construção ou operação (AZHAR, 2011).

3.2 TECNOLOGIA BIM E POLÍTICAS PÚBLICAS – DISSEMINAÇÃO BIM NO BRASIL

A importância de melhorar a gestão de projetos e obras públicas é essencial para levar nosso país a um novo patamar de desenvolvimento. A falta de gestão das obras públicas no Brasil ocasiona um esgotamento dos recursos públicos, que contagia toda a sociedade gerando uma crise política, econômica e social.

Para assegurar uma melhoria na aplicação dos recursos públicos e na busca de maior assertividade em projetos públicos, desde sua licitação, planejamento, execução, custo, fiscalização e manutenção, e a fim de incentivar o desenvolvimento do setor da construção pública, de compras públicas, gerar transparência aos processos licitatórios e contribuir para otimização de processos de manutenção e gerenciamento de ativos, o Governo Federal, com o intuito de promover a modernização e a transformação digital da construção, criou em junho de 2017 o Comitê Estratégico de Implementação do BIM - CE-BIM - para formular uma estratégia que pudesse alinhar as ações e iniciativas do setor público e do privado, impulsionar a utilização do BIM no país, promover as mudanças necessárias e garantir um ambiente adequado para seu uso.

Com o intuito de guiar a indústria da construção civil para a adesão do BIM no Brasil



o governo federal do Brasil publicou o Decreto nº 9.377 de 17 de maio de 2018 que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM no Brasil - Estratégia BIM BR, instituída com a finalidade de promover um ambiente adequado ao investimento em BIM e a sua difusão no país, revogado posteriormente pelo Decreto nº 9.983 de 22 de agosto de 2019.

Conforme exposto no Art. 2º do Decreto nº 9.983, a Estratégia BIM BR tem os seguintes objetivos: I - difundir o BIM e os seus benefícios; II - coordenar a estruturação do setor público para a adoção do BIM; III - criar condições favoráveis para o investimento, público e privado, em BIM; IV - estimular a capacitação em BIM; V - propor atos normativos que estabeleçam parâmetros para as compras e as contratações públicas com uso do BIM; VI - desenvolver normas técnicas, guias e protocolos específicos para adoção do BIM; VII - desenvolver a Plataforma e a Biblioteca Nacional BIM; VIII - estimular o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias relacionadas ao BIM; IX - incentivar a concorrência no mercado por meio de padrões neutros de interoperabilidade BIM.

Já no ano de 2020 foi publicado o Decreto Federal n.º 10.306 que estabelece a utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia, realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do BIM - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019. Essa Estratégia tem como objetivo viabilizar um espaço condizente ao investimento.

O Decreto n.º 10.306 estabelece o seguinte cronograma de implementação:

- a partir de 1º de janeiro de 2021: elaboração de projetos de arquitetura e de engenharia, modelagem, identificação de conflitos, extração de quantitativos e de peças gráficas;
- a partir de 1º de janeiro de 2024: além da primeira fase, orçamentação, planejamento e controle da execução de obras, bem como elaboração de *as built*;
- a partir de 1º de janeiro de 2028: além do contido nas duas primeiras fases, a manutenção e gerenciamento de ativos modelados e executados com a metodologia BIM.

Para que à inclusão da tecnologia BIM em obras públicas seja uma realidade, se faz necessário à alteração nas Leis de licitações, diante disso o governo federal publicou em 1º de abril de 2021 a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da união, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, está em vigor a partir da sua data de publicação.

As leis anteriores que disciplinam a matéria, Lei nº 8.666/93 (Lei das licitações de



1993), Lei nº 10.520/00 (Lei do Pregão) e Lei nº 12.462/11 (Regime Diferenciado de Contratação), não serão anuladas de imediato. Elas terão validade ainda por dois anos, ou seja, até o dia 1º de abril de 2023.

O inciso V do art. 19 da nova Lei declara que será instituído de forma gradativa a utilização de tecnologias em obras e serviços.

“V - Promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia (BRASIL, 2021).”

Uma das tecnologias apresentadas no inciso V é o BIM, assim como descrito no parágrafo § 3º.

§ 3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la (BRASIL, 2021).

3.3 DIFICULDADES DA TECNOLOGIA BIM EM OBRAS PÚBLICAS NO BRASIL

Apesar de o BIM ser uma ferramenta que visa facilitar todos os processos de arquitetura e engenharia, onde engloba como um todo o ciclo de vida de um projeto, desde sua criação, execução, acompanhamento e controle, até a manutenção, ainda existe uma resistência na adesão ao uso da tecnologia tanto no meio técnico como no âmbito jurídico.

Gonçalves Júnior (2020) destaca algumas particularidades que levam a uma maior dificuldade e resistência na implementação do BIM em meio público:

- Corpo técnico desatualizado em relação ao uso BIM;
- Dificuldade na contratação de mão de obra adequada;
- Gerenciamento da comunicação entre as empresas, visto que dificilmente só uma consiga atender todas as exigências, tendo assim várias equipes no mesmo projeto trabalhando em paralelo;
- Prazos, recursos e cronogramas com fatores dificultados devido às Leis de Licitação;

Muitas organizações públicas, em especial pequenas prefeituras permanecem realizando suas licitações por meio da Lei nº 8666/1993 e não através da nova Lei de Licitações, a Lei nº 14133/2021.

3.4 ESTRATÉGIA DE ADOÇÃO E DIFUSÃO DA TECNOLOGIA BIM NO ESTADO DO PARANÁ

O Governo do Estado do Paraná, por iniciativa da Secretaria de Estado de



Infraestrutura e Logística (SEIL), por meio do Departamento de Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras (DGI), instituiu a Estratégia BIM PR: "Paraná rumo à inovação digital nas obras públicas" através do Decreto Estadual nº 3080/2019 para alavancar o BIM no Estado, visando promover a inovação tecnológica para melhoria da qualidade de projetos e obras públicas. Os principais objetivos do Decreto são o fomento ao uso do BIM, estímulo e promoção de capacitações em BIM, coordenar a estruturação do setor público estadual para a adoção do BIM e propor parâmetros para contratações públicas estaduais com uso do BIM.

Para implementação do Decreto nº 3080/2019, foram instituídos o Comitê Gestor da Estratégia BIM PR (CG-BIM) e o Grupo Técnico (GTEC-BIM), que serão responsáveis pela estruturação do setor público estadual para a adoção do BIM. O GTEC-BIM tem a finalidade de dar suporte ao Comitê Gestor da Estratégia BIM PR, assessorando-o tecnicamente no desempenho de suas funções.

No início de 2022 entrou em vigor o Decreto Estadual nº 10.086/2022 que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/21. O decreto determina os critérios e condições de obrigatoriedade da adoção da tecnologia BIM e a utilização de tecnologias compatíveis com os modelos virtuais nas contratações públicas de obras e serviços de arquitetura e engenharia, bem como em ações, de mesma natureza, financiadas com recursos do Governo Estadual.

De acordo com o Art. 732 do Decreto Estadual, os órgãos e entidades de que trata o caput do art. 1º do Regulamento ficam obrigados a adotar a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto 10.086/2022 a partir de 1º de abril de 2023.

Ademais, o governo do estado do Paraná em parceria com a iniciativa privada, tem se mobilizado para promover a tecnologia BIM no estado. No início de 2022, o SENAI Paraná e a SEIL fixaram um termo de colaboração técnica com o intuito de estimular e inserir a tecnologia BIM em projetos e obras públicas. O acordo prevê a promoção de ações conjuntas, como workshops e outros eventos, que possibilitem a troca de informações sobre contratação, gestão e fiscalização de contratos de serviços de engenharia licitados com exigência da tecnologia (FIEP, 2022).

Outra ação do governo do estado do Paraná é a implantação de escritórios de projetos executivos de engenharia e arquitetura nas universidades públicas estaduais para atender prefeituras municipais do Estado do Paraná, a fim de atender demandas de municípios de pequeno porte, da região de abrangência das instituições de ensino. O programa de apoio às agências de inovação para o desenvolvimento regional sustentável escritório de projetos de



engenharia, arquitetura e urbanismo - Utilizando de tecnologia BIM denominado como PROJETEK está sendo instalado nas universidades estaduais com o objetivo de utilizar tecnologia BIM e atender demandas de empreendimentos públicos de cidades com menos de 30 mil habitantes, que não dispõem de setores de projetos.

3.4.1 PROJETEK

O Escritório de Projetos Executivos de Engenharia e Arquitetura – PROJETEK é resultado de uma parceria SETI - PR com a FA tendo sua implantação por meio de cada Universidade Pública Estadual do Paraná, visando consolidar a competência do estado do Paraná no desenvolvimento regional sustentável por meio da integração universidade, empresa, governo e sociedade.

A iniciativa surge devido à necessidade, por parte dos pequenos municípios, de projetos executivos completos para a captação de recursos nas instâncias governamentais e o acesso a fontes de crédito nas instituições bancárias, para o financiamento de construção de empreendimentos públicos. O PROJETEK irá contar com bolsistas técnicos na área de arquitetura e urbanismo e engenharias (civil, elétrica, hidráulica) e bolsistas de iniciação científica (graduandos de engenharias e arquitetura e urbanismo).

Além de atender as demandas dos pequenos municípios, o objetivo do PROJETEK é difundir o uso do BIM para a elaboração de projetos no estado do Paraná, atendendo ao Decreto Federal nº. 10.306/2020, que estabelece a utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do BIM - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019. Para isso, serão adquiridos equipamentos e softwares voltados para o uso do BIM e o desenvolvimento de todas as etapas de projeto será feito de maneira integrada através do uso dessa tecnologia.

3.5 PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

O Paraná conta, segundo IBGE (2022), com 11.835.379 habitantes, destes 78,3% vivendo em 22,8 % dos municípios caracterizados como médio e grande porte (mais de 20 mil habitantes). Os municípios de pequeno porte, que correspondem a 77,2% do total de municípios, correspondem a 21,7% da população estadual.

Ao buscar avaliar a contribuição das políticas públicas nos pequenos municípios do



Paraná, faz-se necessário apresentar os pequenos municípios. Esta caracterização foi regionalizada a partir Associação dos Municípios do Paraná (AMP), que dividi o Estado do Paraná em 19 associações regionais (Figura 1) que são: Associação dos Municípios do Litoral do Paraná (AMLIPA), Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (ASSOMECC), Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná (AMSULEP), Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais (AMCG), Associação dos Municípios do Norte Pioneiro (AMUNORPI), Associação dos Municípios do Norte do Paraná (AMUNOP), Associação dos Municípios do Médio Parapanema (AMEPAR), Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI), Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP), Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná (AMUNPAR), Associação dos Municípios da Região do Entre Rios (AMERIOS), Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM), Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), Associação dos Municípios do Sul Paranaense (AMSULPAR), Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná (AMCESPAR), Associação do Cantuquiriguaçu (CANTUQUIRIGUAÇU), Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO) e Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná (AMENORTE). Cada associação é composta pela sua cidade polo e demais municípios integrantes (Figura 1).

Figura 1 – Regiões - Associação dos Municípios do Paraná



Fonte: Laboro, 2022.



3.6 IMPLANTAÇÃO DO PROJETEK PARANÁ

O Governo do Estado garantiu aporte de R\$ 2,45 milhões, para implantação de escritórios de projetos de engenharia e arquitetura nas universidades estaduais do Paraná. Os recursos são oriundos do Fundo Paraná de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, gerido pela SETI – PR em parceria com a FA.

A iniciativa tem amparo no programa de estímulo às ações de integração universidade, empresa, governo e sociedade, denominada Agência de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável, que visa incentivar o desenvolvimento socioeconômico paranaense, agregando tecnologia aos processos de produção de bens e serviços (SETI, 2022).

O PROJETEK está sendo instalado nas universidades estaduais do Paraná (Figura 02): a primeira unidade contemplada do PROJETEK foi a Universidade Estadual de Londrina (UEL), no norte paranaense. O escritório de projetos executivos de engenharia e arquitetura foi instalado no ano de 2022 no Centro de Tecnologia e Urbanismo da UEL, que reúne os cursos de graduação e os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica. Em conformidade com a legislação vigente para obras e serviços de Engenharia na administração pública, o novo escritório faz uso da tecnologia BIM.

A segunda unidade PROJETEK foi instalada na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) nos Campi de Campo Mourão e Paranaguá em novembro de 2022, atualmente conta com dois bolsistas técnicos, graduados em arquitetura e urbanismo e engenharia civil e seis bolsistas de iniciação científica na graduação de engenharia civil e arquitetura e urbanismo.

Outras universidades estaduais também estão sendo contempladas com PROJETEK: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Cada universidade fica encarregada de montar e gerenciar seu próprio escritório PROJETEK. O portfólio de serviços do PROJETEK contempla projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidrossanitários e de prevenção contra incêndio e pânico para os mais diversos tipos de empreendimentos públicos de municípios com menos de 30 mil habitantes e que não dispõem de setores de projetos.



Figura 02 – Mapa das Universidades Públicas PROJETEK



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2023.

A equipe que coordena as ações é formada por docentes que desenvolvem as atividades como um projeto de pesquisa e extensão, que possibilitará a formação de futuros profissionais voltado às novas tecnologias. Para as universidades fortalece a função social da universidade por meio de um retorno à sociedade convergindo seus saberes técnicos e científicos na promoção de possibilidade de captação de recursos para melhorias nas edificações públicas dos pequenos municípios e conseqüentemente na qualidade de vida dessa população.

Em cada escritório PROJETEK Paraná instalado na universidade pública estadual contemplada é responsável por atender os municípios de pequeno porte (municípios com menos de 30 mil habitantes) da Associação dos Municípios do Paraná (AMP) da região da cidade polo com o objetivo de atender as demandas de empreendimentos públicos. A relação das associações regionais e seus respectivos municípios estão relacionados na Tabela 1.



Tabela 1 – Municípios com possibilidade de atendimento no PROJETERK

Universidade Cidade Polo Região	Municípios	Habitantes	Municípios	Habitantes
UNESPAR Campo Mourão COMCAM	Araruna	14.520	Luiziana	6.711
	Barbosa Ferraz	10.766	Mamborê	13.404
	Boa Esperança	4.552	Moreira Sales	11.170
	Campina da Lagoa	15.737	Nova Cantu	6.781
	Corumbataí do Sul	3.752	Peabiru	13.345
	Engenheiro Beltrão	12.444	Quarto Centenário	4.213
	Farol	3.052	Quinta do Sol	5.009
	Fênix	4.492	Rancho A. D'Oeste	2.615
	Goioerê	28.470	Terra Boa	18.654
	Janiópolis	5.862	Ubiratã	24.733
UNESPAR Paranaguá AMLIPA	Juranda	7.773		
	Antonina	17.261	Morretes	18.396
UEL Londrina AMEPAR	Guaraqueçaba	7.446		
	Alvorada do Sul	11.672	Miraselva	1.965
	Bela Vista do Paraíso	14.789	Pitangueiras	3.016
	Cafeara	2.620	Porecatu	11.596
	Centenário do Sul	10.836	Prado Ferreira	3.663
	Florestópolis	11.475	Primeiro de Maio	10.239
	Guaraci	4.751	Sabáudia	8.819
	Jaguapitã	15.193	Sertanópolis	16.694
	Jataizinho	11.857	Tamarana	12.115
UEM Maringá AMUSEP	Lupionópolis	4.812		
	Ângulo	3.447	Lobato	4.600
	Astorga	25.477	Munhoz de Melo	3.937
	Atalaia	3.978	Nossa S ^a das Graças	3.677
	Colorado	22.902	Nova Esperança	26.616
	Doutor Camargo	6.290	Ourizona	3.184
	Floraí	6.569	Paranacity	9.561
	Floresta	11.559	Pres.Castelo Branco	4.334
	Flórida	2.651	Santa Fé	11.397
	Iguaçu	5.478	Santa Inês	1.744
	Itaguajé	4.489	Santo Inácio	6.184
	Itambé	5.920	São Jorge do Ivaí	5.159
	Ivatuba	2.786	Uniflor	2.136
UNICENTRO Guarapuava AMOCENTRO	Altamira do Paraná	3.435	Mato Rico	3.279
	Boa Ventura de S. Roque	6.347	Nova Tebas	6.848
	Campina do Simão	3.937	Palmital	13.080
	Cândido de Abreu	16.727	Roncador	11.253
	Iretama	10.681	Santa M ^a do Oeste	9.811
	Laranjal	5.628	Turvo	16.147
	Manoel Ribas	13.702		



Continuação Tabela 1

	Anahy	3.107	Matelândia	18.472
	Boa Vista da Aparecida	7.876	Mercedes	5.945
	Braganey	5.212	Missal	12.951
	Brasilândia do Sul	3.703	Nova Aurora	12.848
	Cafelândia	18.262	Nova Santa Rosa	8.292
	Campo Bonito	4.266	Ouro Verde do Oeste	6.808
	Capitão Leônidas Marques	14.644	Pato Bragado	5.976
	Catanduvas	11.246	Quatro Pontes	4.051
	Céu Azul	11.081	Ramilândia	4.848
	Corbélia	17.466	Santa Helena	24.917
	Diamante D'Oeste	5.106	Santa Lúcia	3.668
	Diamante do Sul	3.173	Santa Tereza do Oeste	12.928
UNIOESTE	Entre Rios do Oeste	4.511	S.Terezinha de Itaipu	23.236
Cascavel	Formosa do Oeste	7.641	S. José das Palmeiras	4.063
AMOP	Guaraniaçu	14.398	S. Miguel do Iguaçu	29.285
	Ibema	6.218	São Pedro do Iguaçu	6.854
	Iguatu	2.142	Serranópolis do Iguaçu	5.034
	Iracema do Oeste	2.347	Terra Roxa	18.448
	Itaipulândia	10.909	Três Barras do Paraná	11.142
	Jesuítas	10.508	Tupãssi	8.088
	Lindoeste	5.147	Ubiratã	24.733
	Maripá	6.639	Vera Cruz do Oeste	9.326
	Arapoti	25.541	Porto Amazonas	5.543
	Carambeí	23.386	Reserva	26.786
	Imbaú	11.619	São João do Triunfo	13.725
UEPG	Ipiranga	14.230	Sengés	17.112
Ponta Grossa	Ivaí	13.142	Tibagi	18.612
AMCG	Ortigueira	26.078	Ventania	9.682
	Pirai do Sul	23.514		
	Assaí	17.628	S. Cecília do Pavão	3.361
	Congonhinhas	8.336	Santa Mariana	11.111
	Itambaracá	5.920	S. Antônio do Paraíso	2.122
	Leópolis	3.940	S. Jerônimo da Serra	10.742
UENP	Nova América da Colina	3.277	São Sebastião da Amoreira	8.070
Cornélio Procópio	Nova Fátima	7.225	Sapopema	6.444
AMUNOP	Nova Santa Bárbara	4.183	Sertaneja	5.761
	Rancho Alegre	3.511	Uraí	10.378
	Santa Amélia	3.396		

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.



Com a análise dos dados levantados, foi identificado que apenas 8 de um total de 19 associações regionais serão, até o momento, beneficiadas com o PROJETEK. E o total de municípios que serão beneficiados em cada região: COMCAM 21 municípios, AMPLIPA 3 municípios, AMEPAR 17 municípios, AMUSEP 24 municípios, AMOCENTRO 13 municípios, AMOP 44 municípios, AMCG 13 municípios e AMUNOP 17 municípios. Totalizando 152 municípios beneficiados, o que corresponde a 38,09% dos municípios do estado do Paraná.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Previendo a implementação de escritório de projetos de engenharia para elaborar projeto utilizando tecnologia BIM. Tal demanda supri a dificuldade de alguns municípios, por ausência de equipe técnica especializada, em obter projetos executivos de engenharia e soma-se ainda ao preconizado pelo Decreto n' 10.306 de 2 de abril de 2020, que estabelece a utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modeling — Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto no 9.983 de 22 de agosto de 2019. Corroborando no Estado do Paraná o Decreto Estadual no 3.080/2019 que: instituiu a Estratégia BIM PR: "Paraná rumo à inovação digital nas obras públicas" para o fomento e implantação do BIM até 2022, com a finalidade de promoção da inovação tecnológica objetivando a melhoria na qualidade de projetos e obras públicas.

Com a análise dos dados levantados, foi identificado o total de municípios que serão beneficiados pela implantação dos escritórios de engenharia e arquitetura em cada região da Associação dos Municípios do Paraná (AMP) totalizando 152 municípios beneficiados, o que corresponde a 38,09% dos municípios do estado do Paraná. Os pequenos municípios possuem, via de regra, um elevado grau de subordinação aos municípios maiores da sua região o que pode ser evidenciado nas 8 regiões em que estão localizadas as universidades estaduais destacando a importância das instituições de ensino na contribuição das melhorias das políticas públicas em pequenos municípios.



AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa de apoio à Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (AGEUNI) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, utilizando de Tecnologia BIM– PROJETEK UNESPAR.



REFERÊNCIAS

Associação dos Municípios do Paraná - AMP. Disponível em: <<https://ampr.org.br/apresentacao/>>. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

AZHAR, S. **Building Information Modeling (BIM): trends, benefits, risks and challenges for the AEC Industry**. Leadership Management in Engineering. 2011.

BRASIL. Decreto nº 9.377, de 17 de maio de 2018. **Institui a Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling***.

BRASIL. Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019. **Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* e institui o Comitê Gestor da Estratégia do *Building Information Modelling***.

BRASIL. Decreto nº 10086, de 17 de janeiro de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022**. Disponível em:

<https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/PR_POP2022.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

FIEP, Agência Sistema. SENAI e Secretaria da Infraestrutura firmam acordo para disseminar tecnologia BIM no Paraná. Disponível em: <<https://agenciafiep.com.br/2022/01/28/senai-e-secretaria-da-infraestrutura-firmam-acordo-para-disseminar-tecnologia-bim-no-parana/>>.

Acesso em: 30 de novembro 2022

GONÇALVES JÚNIOR, F. **Desafios da compatibilização de projetos em órgãos públicos**. AltoQi, 2020. Disponível em: <<https://maisengenharia.altoqi.com.br/construtoras/desafios-da-compatibilizacao-de-projetos-em-orgaos-publicos/>>. Acesso em: 23 de novembro 2022.

Laboro – Consultoria e Contabilidade. Associações Municipais do Paraná. Disponível em: <<http://www.laboro.com.br/associacoes-de-municipios-parana>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**.



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MIRANDA, A. C. de O.; MATOS, C. R. **Potencial uso do BIM na fiscalização de obras públicas.** Revista do TCU, 2015.

QUINTAS, M. C. **Metodologia BIM para controle de Obras Públicas.** Pós-graduação em Planejamento, Gestão e Controle de Obras Civas -PGCOC/POLI –UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2019.

SETI – Secretaria da ciência, tecnologia e ensino superior. **Governo implanta escritórios nas Universidades para auxiliar pequenos municípios com obras.**2022. Disponível em: <<https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Governo-implanta-escritorios-nas-universidades-para-auxiliar-pequenos-municipios-com-obras>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



A ASSIMETRIA DE GÊNERO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO: O CASO DO CURSO DE FÍSICA DA UECE

Lívia Ancelmo da Silva¹ – Universidade Estadual do Ceará

Daiane Fabrício dos Santos² – Universidade Estadual do Ceará

Nicholas Pinheiro Muniz de Carvalho³ – Universidade Federal do Ceará

Ícaro Jael Mendonça Moura⁴ – Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

No cenário contemporâneo, inúmeros casos de desigualdades e preconceitos de gênero ainda se apresentam, e com frequência, apesar de muitos esforços despendidos no sentido de mitigar essa conjuntura. Esse panorama é reflexo de uma cultura patriarcal e machista que implicitamente fomenta a naturalização das diferenças e das desigualdades. No campo da ciência, e em particular no das ciências exatas, esse quadro não é diferente. Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi evidenciar a sub-representação feminina nos cursos de graduação em Física a partir do estudo de caso do Curso de Graduação em Física da Universidade Estadual do Ceará, no período de 1998 a 2022, e investigar algumas razões sócio-históricas da sua origem e de sua reprodução. Isto foi feito tendo em vista que a assimetria de gênero na física, apesar de tomada como autoevidente, promove prejuízos à formação dos estudantes, homens ou mulheres (neste caso, em geral, em grau mais elevado), tornando de fundamental importância combatê-la ou, ao menos, entender as razões de sua reprodução em busca de minimizar as consequências danosas. A abordagem metodológica deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica norteada pelo tema proposto realizada conjuntamente à análise estatística de dados de gênero e situação acadêmica (conclusão, abandono, desistência, etc.) do conjunto de alunos do referido curso. Assim, demonstrou-se que a maior parcela de estudantes é masculina e que as taxas gerais de insucesso acadêmico são altas (80%, aproximadamente). Entretanto, não foi possível apontar relação entre gênero e sucesso acadêmico.

Palavras-chave: Graduação em Física. Assimetria de Gênero. Sucesso acadêmico.

ABSTRACT

In the contemporary scenario, numerous cases of gender prejudice or inequality are still present despite many efforts to mitigate this conjuncture. This picture is a reflection of a patriarchal culture that implicitly fosters the naturalization of differences and inequalities between genders. In the fields of science, and in particular in the exact sciences, this scenario is no different. In this sense, the objective of this work was to highlight the female underrepresentation in

¹ Curso de Graduação em Física (Universidade Estadual do Ceará) - *e-mail*: livia.ancelmo@aluno.uece.br

² Curso de Graduação em Física (Universidade Estadual do Ceará)

³ Curso de Graduação em Ciências Sociais (Universidade Federal do Ceará)

⁴ Curso de Graduação em Física (Universidade Estadual do Ceará)



undergraduate physics courses from the case study of the undergraduate course in Physics at Ceará State University, from 1998 to 2022, and to investigate some socio-historic reasons for its origins and reproduction. This was done from the point of view that gender asymmetry in physics, despite being taken as natural and self-developed, promotes damage to the formation of students, men or women (in this case, in general, to a higher degree), making it fundamental to combat it, or at least to understand the reasons for its reproduction so as to minimize its harmful consequences. This work's approach was to do a bibliographic research guided by the proposed theme and carried out jointly with the statistical analysis of gender data and the academic situation (conclusion, abandonment, withdrawal, etc.) of the set of the course's students. It was shown that the students are mostly male and that the general rates of academic failure are high (80%, approximately). However, it was not possible to point out a direct relationship between gender and academic success.

Keywords: Graduation in Physics. Gender Asymmetry. Academic Success.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Física é uma área de conhecimento com enorme potencial de mudar a forma como a sociedade se relaciona com a natureza. Por conta disso, grandes nomes ficam reconhecidos mundialmente pelas suas contribuições. Isaac Newton e Albert Einstein, por exemplo, são nomes muito frequentemente associados à ciência e à pesquisa. No entanto, nomes femininos não são tão associados à essa área. Verifica-se, nesse campo, uma maioria de pesquisadores do sexo masculino seja em número, seja em reconhecimento (SCHIEBINGER, 2001).

Não raramente as contribuições provindas de mulheres para essas áreas são minimizadas ou apagadas. Por exemplo, Amalie Emmy Noether, uma matemática e física alemã que elaborou o teorema de Noether – teorema que aponta a correspondência entre as simetrias e as leis de conservação –, enfrentou dificuldades como estudar nos fundos da Universidade, sem receber os devidos créditos acadêmicos por mais de dois anos até ser admitida como aluna, pois nessa época na Alemanha era proibido mulheres na educação superior (IGNOTOFSKY, 2017).

Na atualidade, a luta feminina para adentrar espaços de poder tem levantado questionamentos sobre como a sociedade está estruturada perante as questões de gênero em vários campos sociais e, especificamente, nos âmbitos institucionais da pesquisa científica (HIRATA, *et al*, 2009). Frequentemente verifica-se a desproporcionalidade no número de mulheres em relação ao de homens em campos da atuação científica, principalmente nas áreas das ciências exatas e engenharias. Este quadro é presente em muitos países, conforme aponta Cunha (2020).

No meio profissional, essa questão pode ser associada às concepções, tradicionais, que



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

atribuem à mulher o papel fundamental da maternidade e das tarefas domésticas, e ao homem o de provedor do lar (BEAUVOIR, 2016). Como consequência, a ausência de mulheres nos meios intelectuais se tornou comum. Constatou-se, através de pesquisa feita pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), que a quantidade de mulheres é muito pequena em todas as áreas de pesquisa da instituição, sendo observado um máximo de 25% nas áreas em que elas são mais frequentes (ciências biológicas) e mínimo de apenas 1% em engenharia. Além disso, esse estudo apontou que a concentração de homens aumenta à medida que se avança na carreira científica (FERRARI et al, 2018).

Esse quadro é tão preocupante, que a Organização das Nações Unidas elegeu a igualdade de gênero e o empoderamento feminino como o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS visam, de forma geral, fomentar ações para a solução de problemas globais como a mitigação da pobreza, a proteção do meio ambiente e do clima – entre outros – e assim garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (GOMES; FERREIRA, 2018). Dessa forma, o problema da falta de representação feminina ou das deficiências no reconhecimento das conquistas femininas são manifestamente aceitos como falhas que dificultam, ou mesmo impedem, o progresso humano em escala global.

Neste contexto, este trabalho objetivou, abordando a problemática da ausência de mulheres no curso de graduação de Física da Universidade Estadual do Ceará (UECE), discutir algumas das dificuldades que mulheres enfrentam ao cursar uma graduação nessas áreas do conhecimento. Para evidenciar esse fenômeno, foi realizada uma busca nos dados oficiais de situação acadêmica, considerando a sua relação com o gênero dos alunos em um curso de graduação na área de exatas, o Curso de Graduação em Física da Universidade Estadual do Ceará.

Esses dados foram obtidos através de solicitação feita à coordenação do referido curso, justificada com base na realização do presente trabalho, e compreendem todos os alunos que já ingressaram no curso desde a sua constituição. A partir deles foi realizado um teste estatístico para examinar a existência de uma possível relação entre a taxa de aprovação no referido curso e o gênero do(a) aluno(a).



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ciência apresenta um caráter discriminatório da pesquisa científica em certas áreas. De acordo com as autoras Fehrs e Czujko (1992), a premissa básica para isso é a exclusão deliberada, ainda que não intencional, por parte da sociedade e da própria comunidade científica de física. De acordo com as autoras, essa exclusão se dá pelo tratamento dispensado às mulheres.

O interesse feminino pelas áreas de ciências exatas, tecnologia e matemática é desencorajado, enquanto que a inclinação para outras áreas socialmente aceitas como femininas (ou seja, com base em papéis e comportamentos considerados adequados, ou não, para uma mulher), tais como as áreas de ciências humanas e saúde, é impelido de forma muito mais comum, embora não haja qualquer evidência científica que corrobore tal separação (CANTAL; PANTOJA, 2019; RODRÍGUEZ-SIERRA, 2016).

Um exemplo deste fenômeno é a trajetória de Lise Meitner, física nascida na Áustria no Século XIX, cujos feitos foram um marco na área de física nuclear, pois contribuíram para o descobrimento do mecanismo da fissão nuclear e do elemento protactínio. Entretanto, embora fosse brilhante em sua área, por ser mulher foi privada de usar os laboratórios e até mesmo os banheiros de onde trabalhava, o Instituto de Química de Berlim (IGNOTOFSKY, 2017). O que aconteceu com Lise Meitner – e outras mulheres – mostra que o machismo permanece arraigado nas instituições, até mesmo nas acadêmicas, como apontam Barros e Mourão (2020) ao afirmarem que a própria presença feminina em universidades era indesejada até o início do Século XX.

Além deste, outros problemas também derivam do conceito de natureza humana, que está vinculado com o chamado darwinismo social (que, apesar do nome, nunca foi defendido por Darwin, mas por Herbert Spencer) (FISHER, 2015). Atestar que certos grupos são naturalmente mais aptos para desempenhar certas funções ou posições de poder tem sido apontado por muitos estudiosos contemporâneos como mais uma tentativa de naturalização das estruturas de dominação de certos grupos por outros, o que conservaria as desigualdades promovidas pelas formas tradicionais de dominação, como o capitalismo, o patriarcalismo, o racismo, etc. Entretanto, ainda atualmente são propalados argumentos que defendem que as menores proporções de mulheres em certos setores da sociedade (como dos espaços políticos ou de áreas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

das ciências exatas) se justificam por fatores biológicos típicos do gênero feminino, que as tornariam menos interessadas – e capazes – de oferecer reais contribuições em tais setores (GONZATTI *et al*, 2020).

Simone de Beauvoir é uma importante autora que, notando as discrepâncias existentes entre os papéis de gênero, legitimadas por justificativas biológicas, que, já em 1949, afirmou que as mulheres seriam “O Segundo Sexo” (título do livro no qual expõe essas ideias) , ou seja, “as outras”, aquilo que os homens não são, definidas apenas pelas relações que levam com eles (BEAUVOIR, 2016).

Ora, se os espaços políticos e intelectuais – que fundamentalmente são espaços de poder – de uma sociedade são majoritariamente geridos por atores masculinos, acaba por existir nessa sociedade uma tendência de manutenção dessa estrutura privilegiadora de tal gênero, promovendo uma função feminina de subordinação nesses espaços. Campos políticos ou intelectuais os quais sejam geridos por homens e nos quais a manutenção dessa distinção seja permitida, apenas perpetua a sujeição feminina em aceitar determinadas situações para alcançar esses espaços. Tal razão pode explicar o fato de poucas mulheres se sentirem confortáveis em tais setores.

Embora as (superadas) justificativas biológicas para isso ainda persistam, convém destacar que estudos antropológicos sobre gênero já concluíram que o principal fator que contribui para a determinação do comportamento humano não são os biológicos, mas os sócio-culturais. Por exemplo, há culturas na Guiné Bissau nas quais homens têm características tomadas como femininas nos padrões ocidentais, enquanto o inverso é observado nas mulheres. Isto demonstra como o comportamento humano é maleável pela cultura posta por certa sociedade (MEAD, 2015).

Especificamente no campo das Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (STEM – do inglês Science, Technology, Engineering, and Mathematics), há muito tempo se observa uma minoria de mulheres. Como apontam Keune, Pepler e Wohlwend (2019), recentemente tem havido esforços globais significativos na forma de políticas públicas ou iniciativas privadas para mudar esse quadro. Entretanto, esses esforços não têm se mostrado eficientes no Brasil, pois, como aponta Fernandes (2021), apenas 24% dos trabalhadores em



áreas de STEM são mulheres – número contrastante com os 47% de presença feminina no mercado de trabalho em geral.

Na área de pesquisa científica, Lima, Braga e Tavares (2015), comparando a presença feminina dentre os bolsistas de produtividade do CNPq, já apontaram que a proporção de mulheres está acima dos 60% nas áreas de saúde e humanas, enquanto que nas áreas de ciências exatas o número cai para 30%. Barros e Mourão (2020) corroboraram esse resultado mostrando que as mulheres representam 38% das bolsas no nível PQ2 (inicial), o que já indica uma assimetria no acesso à bolsa. Além disso, os autores mostraram que nos níveis superiores esses percentuais diminuem: mulheres são 36% dos bolsistas PQ, 32% no nível 1C, e apenas 25% e 24%, respectivamente, nos níveis 1B e 1A.

Esses estudos mostram como a presença feminina na área acadêmica, apesar de muitos esforços despendidos no sentido de retificar essa assimetria, ainda permanece diminuída em relação à masculina. Isso se dá por vários motivos, conforme já apontado, e se manifesta quer seja em uma proporção reduzida de mulheres em determinadas áreas, como as ciências exatas, quer seja por uma menor representatividade feminina nos espaços de maior visibilidade, como as bolsas de produtividade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de compreender alguns aspectos das relações sociais de gênero na área da Física, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre o tema de forma a fundamentar teoricamente a pesquisa e obter fontes de conceitos e de resultados já observados em outros trabalhos (SOUSA; OLIVEIRA e ALVES, 2021). Assim, livros, artigos e outros tipos de produção acadêmica relevantes à temática e ao fenômeno em estudo – a assimetria de gênero observada nas áreas de ciências exatas e, em particular, na física – foram consultados a partir de buscas nos repositórios eletrônicos Scielo e Google Acadêmico, norteados pela presença de evidências de assimetrias de gênero nas diversas áreas de atuação (mas principalmente na área de ciências exatas).

O foco do presente estudo foi o Curso de Licenciatura Plena em Física. Este curso surgiu, em 1998, na cidade de Fortaleza, como herança do extinto Curso de Licenciatura Curta com



Habilitação em Física, da mesma Universidade, que fora extinto por mudança na legislação. O principal objetivo do curso era (e continua sendo) atender à demanda por professores de Física na Educação Básica. Hoje, o Curso de Graduação em Física existe nas modalidades licenciatura (tarde e noite) e bacharelado.

Assim, para a construção da etapa quantitativa do trabalho, foram utilizados dados de situação acadêmica e de gênero de todos os alunos do Curso de Graduação em Física da Universidade Estadual do Ceará, desde a sua implementação em 1998 e até o fim do ano 2022, obtidos junto à coordenação do referido curso com aprovação do Departamento de Estudos e Graduação, detentor último desses dados.

A situação acadêmica é definida por código que aponta a situação do aluno como de cursando (considerado situação neutra e ignorado no estudo de sucesso no curso); abandono, desativado, transferido, desistência, desligado, cancelado e desligado ex-officio (considerados situações de insucesso no curso); graduado e concluído (considerados situações de sucesso no curso).

Assim, foram construídas tabelas de contingência que relacionam as taxas de sucesso-insucesso como variáveis binárias dependentes da variável binária gênero. Neste estudo a multiplicidade de outros gêneros (por exemplo, as populações transgênero e não-binária) foi desconsiderada, pois tal situação não é informada nos dados oficiais da instituição. Além disso, considera-se que o número de estudantes nesta situação não afetaria os resultados estatísticos obtidos. As tabelas de contingência foram então submetidas ao teste de significância chi-quadrado, que permite apontar a associação entre as variáveis categóricas (AGRESTI, 2013). O critério de rejeição da hipótese-nula foi o de p-valor menor que 0,05.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contingente de alunos do Curso de Graduação em Física (CGF) está apresentado na Tabela 1, de acordo com as classificações em grupos de situação acadêmica, (sucesso, cursando ou insucesso) e de gênero (masculino ou feminino).

A partir da Tabela 1, é possível verificar que, de um total de 3.430 alunos/as, o CGF acolheu uma grande maioria de homens, 2.876, o que representa 81% do total. Por outro lado,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

apenas 554 são mulheres, representando 19% do total. Desta forma, conclui-se que o CGF constitui espaço social majoritariamente masculino.

Além disso, pode-se afirmar que a situação de sucesso no curso é alarmante, uma vez que dentre os egressos do curso, apenas 19% se apresentam em estado de sucesso, ou seja, concluíram o curso com a obtenção do diploma.

Tabela 1 - Números de alunos segundo os grupos estudados.

Gênero	Masculino	Feminino	Total
Situacão			
Cursando	230	56	286
Sucesso	495	86	581
Insucesso	2.151	412	2.563
Total	2.876	554	3.430

Fonte: autores.

Por outro lado, não é possível evidenciar uma situação de privilégio masculino no curso (pelo menos com base nas taxas de sucesso acadêmico). O teste de chi-quadrado aponta um valor de $\chi^2 = 0,58$, que corresponde a um p-valor de $p = ,45$, que não permite rejeitar a hipótese nula de desconexão entre gênero e taxa de sucesso acadêmico. Assim, pode-se afirmar que a probabilidade de insucesso é, além de alta (cerca de 80%), estatisticamente invariante em relação ao gênero.

Não obstante, convém mencionar que na conjuntura discente atual, ou seja, considerando apenas os alunos com curso em andamento, há uma proporção de mulheres igual à proporção de todos os alunos (incluindo os egressos), 19%. Considera-se que a falta de mudança entre a proporção histórica e a atual evidencia o insucesso das tentativas de atração do interesse feminino pelo CGF da UECE (considerando que tais tentativas existem).

Finalmente, convém destacar que a proporção de sucesso feminino (razão entre o número de mulheres que concluíram o curso e o número total de concludentes) é de cerca de 15%. Apesar de não ser possível afirmar que a taxa de sucesso é baixa por conta do gênero feminino, é importante destacar que estão sendo formados em grande proporção profissionais (físicos) do gênero masculino. Isto contribui para a manutenção da já apontada compreensão (errônea, porém comum) de que as áreas das ciências exatas, tecnologia e matemática são masculinas por natureza e devem ser evitadas pelo público feminino.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É ainda comum o discurso de que as mulheres são naturalmente menos inclinadas para as áreas de ciências exatas. São várias as razões para este discurso e o presente trabalho apontou algumas delas, como a manutenção de privilégios ou de ideologias tradicionais.

O presente trabalho, realizado com base nos dados acadêmicos dos(as) alunos(as) do Curso de Graduação em Física da Universidade Estadual do Ceará, permitiu identificar que há uma grande maioria de homens no curso (mais de 80%). Isto evidencia que este espaço é, realmente, majoritariamente masculino, corroborando os estudos que apontam a baixa representatividade de mulheres nas áreas de STEM, como Cantal e Pantoja (2019) e Keune, Pepler e Wohlwend (2019). Isto pode ser interpretado como uma consequência da chamada segregação de gênero (produzida, talvez, nos processos iniciais de socialização na infância) que induz uma preferência feminina às carreiras ligadas ao cuidado, como apontam Donoso-Vázquez, Gazo e Moreno (2013).

Além disso, foi evidenciado que a proporção de mulheres atualmente cursando o CGF da UECE é, além de baixa, similar à proporção histórica. Isso pode demonstrar a falta de efetividade das estratégias de atração desse público para o curso. Estudos da série temporal dessa proporção são necessários para fomentar resultados mais explícitos e estatisticamente válidos.

Ademais, este cenário tão contrastante acaba impondo dificuldades às mulheres que lá adentram. A baixa proporção numérica promove problemas de representatividade, que é geralmente insuficiente para efetivar a inclusão de temas de interesse feminino (como o assédio – moral ou sexual – provindo tanto de alunos quanto de professores, problemas em encontrar espaços de fala ou atuação, surgimento de rivalidade entre as próprias mulheres em disputa por esses espaços, entre outros) nas pautas de discussão. Como consequência, determinadas dificuldades femininas podem perdurar além do que é aceitável e, acrescidas às dificuldades normalmente inerentes a um curso de graduação, provocar o surgimento de baixas taxas de permanência e, portanto, de sucesso acadêmico.

Entretanto, de acordo com os resultados apresentados, isto não parece influenciar as taxas femininas de sucesso acadêmico, pois não foi verificada relação de dependência entre gênero e sucesso acadêmico. É possível especular, inclusive, que as mulheres têm melhor



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

eficiência que os homens no curso estudado, já que conseguem manter taxas de sucesso equivalentes à dos homens apesar de enfrentar maiores dificuldades.

Por fim, convém destacar que foi observada uma alta taxa de insucesso acadêmico no CGF, mais de 80%. Isso certamente é consequência de diversos fatores, como falta de formação básica adequada, planejamento profissional insuficiente ou ainda dificuldades socioeconômicas – que muito provavelmente afetam de maneira mais efetiva as áreas de estudo que não tem tanta valorização no mercado de trabalho, como a pesquisa científica e a docência, áreas nas quais a atuação é destinada a formação promovida no CGF.

REFERÊNCIAS

- AGRESTI, A. **Categorical data analysis**. 3. ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2013.
- BARROS, S. C. V.; MOURÃO, L. Trajetória Profissional de Mulheres Cientistas à Luz dos Estereótipos de Gênero. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 28 maio 2020.
- BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- CANTAL, A.; PANTOJA, G. Mulheres no curso de licenciatura integrada em Matemática e Física da Universidade Federal do Oeste do Pará: mapeando trajetórias sob a perspectiva de gênero. **Gênero na Amazônia**, v. 15, 2019.
- CUNHA, U. F. C. da; MIRANDA, C. M.; RAMBO, M. K. D. Mulheres nas ciências exatas e tecnologias: um olhar para a Universidade Federal do Tocantins - UFT na perspectiva de gênero. **Humanidades e inovação**, Palmas, v. 7, n. 2, p. 276-289, jan. 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1754>>. Acesso em: 04 de mar. de 2023.
- DONOSO-VÁZQUEZ, T.; GAZO, P. F.; MORENO, M. L. R. Factores discriminatorios en función del género en la carrera profesional de las mujeres. Em: Montané, A.; Carvalho, M. E. P. (Coord.) **Mujeres y educación superior**. Editora da UFPB, 2013. p. 55–75.
- FEHRS, M.; CZUJKO, R. **Women in physics: reversing the exclusion**. *Physics Today*, v.45, p.33-40, 1992.
- FERNANDES, A. **Brazilian women underrepresented in STEM fields**. *Valor International*. 2021. Disponível em: <<https://valorinternational.globo.com/business/news/2021/09/15/brazilian-women-underrepresented-in-stem-fields.ghtml>>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- FERRARI, N. C.; *et al.* Geographic and gender diversity in the brazilian academy of sciences. **An. Acad. Bras. Ciênc.** Vol. 90, 2018.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

FISHER, H. Introdução à edição definitiva. Em: MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOMES, M. F.; FERREIRA, L. J. F. **Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável**. Revista do programa de pós-graduação em direito, mestrado em direito e desenvolvimento sustentável. 2018.

GONZATTI, S. E. M.; *et al.* **Meninas na ciência**: Problematizações Sobre Gênero No Campo Das Ciências Exatas. Arquivos do Mudi, Maringá, vol. 24, n. 3, p. 87-99, 2020. Disponível em < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/55310/751375151301> > Acesso em: 15 de nov de 2022.

HIRATA, H.; *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp. 2009.

IGNOTOFSKY, R. **As cientistas: 50 mulheres que mudaram o mundo**. São Paulo: Blucher, 2017.

KEUNE, A.; PEPLER, K. A.; WOHLWEND, K. E. Recognition in makerspaces: Supporting opportunities for women to “make” a STEM career. **Computers in Human Behavior**, v. 99, p. 368–380, out. 2019.

LIMA, B. S.; BRAGA, M. L. S.; TAVARES, I. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Revista Gênero**, v. 16, n. 1, 2015.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

RODRÍGUEZ-SIERRA, O. E. A representação binária do cérebro “feminino” e “masculino” na ciência e nos meios de comunicação. **Revista da Biologia**, v. 15, n. 1, p. 56–64, jan. 2016.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?**. Tradução de Raul Fiker. 1. ed. São Paulo: Edusc, 2001.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, 2021.



**A CONSOLIDAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO
E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Bruna Cardoso Franco¹ –
Universidade Estadual de
Londrina
Nathália Cristina de
Carvalho² – Universidade
Estadual de Londrina
Ana Patrícia Pires
Nalesso³ – Orientadora

Nome do GT: GT 09 – Gênero, sexualidade e direitos humanos em perspectiva: diálogos multidisciplinares

RESUMO

As desigualdades sociais são inúmeras no mundo capitalista, dentre elas, a de gênero aprofunda ainda mais suas expressões. Entendendo que as relações de trabalho são um elemento estruturante da sociedade, o presente trabalho tem como tema as desigualdades no mundo do trabalho sob a ótica especialmente do gênero desde sua consolidação. Para isso, por meio de uma pesquisa de fonte secundária sobre a temática, se apresenta uma leitura da condição de inferioridade historicamente imputada às mulheres entre os postos de trabalho, em cada papel de gênero socialmente determinado. Partindo desde o surgimento da vida em sociedade, bem como da intrínseca relação entre a divisão do trabalho e os papéis atribuídos ao feminino que, no incremento da sociedade capitalista, favorece o aumento da exploração da força de trabalho feminina, incluindo tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo. Portanto, aponta ainda mais a desigualdade social vivenciada pelas mulheres trabalhadoras, que é um fator agravante nas condições de flexibilização do trabalho das mesmas, isso pode ser demonstrado também pelo agravamento da pandemia de COVID-19.

Palavras-chave: Trabalho. Desigualdade de Gênero. Reprodução.

RESUMEN

Las desigualdades sociales son numerosas en el mundo capitalista, entre ellas, la de género profundiza aún más estas desigualdades. Entendiendo que las relaciones de trabajo son un elemento estructurante de la sociedad, este trabajo tiene como tema las desigualdades en el mundo del trabajo desde la perspectiva especialmente de género hasta su consolidación. Para eso, através de una investigación de fuente secundaria sobre el tema, se presenta una lectura de la condición de inferioridad históricamente imputada a la mujer entre los puestos de trabajo, en cada rol de género socialmente determinado. Partiendo del surgimiento de la vida en sociedad, así como de la relación intrínseca entre la división del trabajo y los roles asignados a la mujer, que, sin el incremento de la sociedad capitalista, favorece el aumento de la explotación de la fuerza de trabajo femenina, incluyendo tanto el trabajo como productivo o reproductivo. Por lo tanto, también apunta a la desigualdad social que viven las mujeres trabajadoras, que es un agravante en las condiciones de flexibilidad del trabajo para ellas mismas, y esto también puede evidenciarse con el recrudecimiento de la pandemia del COVID-19.

Palabras clave: Trabajo. Desigualdad de género. Reproducción.

¹ Graduanda em Serviço Social – e-mail: bruna.cardoso.franco@uel.br

² Graduanda em Serviço Social – e-mail: nathalia.cristina@uel.br ³ Orientadora – e-mail: apatriciapn@uel.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na sociedade capitalista contemporânea as relações do mundo de trabalho vêm se metamorfoseando. A partir de 1970, com as Transformações Societárias (NETTO, 1996), as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora estão sofrendo constantes precarizações. Dentro da classe que vive do trabalho, segundo Antunes (2009), as mulheres são as mais prejudicadas. Assistimos no Brasil um empobrecimento da população, agravado pelo contexto da pandemia de COVID-19 e pela gestão do Governo Federal, que teve uma direção que valorizou o grande capital penalizando ainda mais a classe que vive do trabalho.

Conforme o *Mapa da Nova Pobreza* (FGV, 2022), o Brasil atingiu o pico da pobreza no ano de 2021, “O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros [...], cerca de 29,6% da população total do país”. Este estudo da Fundação Getúlio Vargas analisa um conjunto de amostras, entre elas, estão os indicadores sociais, as linhas de pobreza e os conceitos de renda.

Frente a esse quadro, entendemos que as relações de trabalho são elementos determinantes, isso significa que o não acesso a postos de trabalho, o desemprego, os baixos salários e a própria precarização do trabalho formam um contingente populacional incapaz de suprir suas necessidades de vida, fazendo emergir uma massa de trabalhadores desprovidos de viver com dignidade, de prover seu próprio sustento e de sua família, agravado pelo não acesso às políticas sociais de qualidade. Essa condição de empobrecimento afeta diretamente e intensamente os lares chefiados por mulheres. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) mais recente, em 2019, aproximadamente 48% das famílias brasileiras têm a figura feminina como responsável financeira pelo lar.

As mulheres compõem mais da metade da população brasileira (IBGE, 2019) e ao observar o trabalho inicialmente como uma ação de transformação da natureza e posteriormente como trabalho assalariado, podemos afirmar que as mulheres sempre tiveram um papel muito relevante na produção e reprodução da vida, por isso, se faz importante identificar a desvalorização do trabalho da classe trabalhadora, mas essencialmente partindo da perspectiva do gênero e da desigualdade de gênero nesse aspecto.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de fonte secundária, baseando-se em autores como Ricardo Antunes (2010), Friedrich Engels (2019), Heleieth Saffioti (2013) e Silvia Federici (2017), partindo de um resgate histórico, com a finalidade de constatar a condição da mulher hoje no mundo do trabalho.



2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Está dito, por autores, como Antunes (2010) e Engels (2019), e autoras, como Federici (2017) e Saffioti (2013), que a existência do patriarcado se deu desde as sociedades pré-capitalistas. Entretanto, não nos comprometemos a abarcar o sistema patriarcal; de início, iremos apontar como o papel dessa organização, que é baseada na superioridade e dominação masculina sobre as mulheres, correlacionados a outros fatores determinantes impactam até hoje o mundo do trabalho. Entendemos também que as relações sociais estão intrinsecamente relacionadas à estrutura da sociedade. Sendo assim, não é possível identificar o histórico da desigualdade de gênero, desigualdade essa latente até hoje, isoladamente do modo de produção.

Em uma perspectiva histórica, é possível apreender que as mulheres fizeram parte do trabalho coletivo na produção nas sociedades pré-capitalistas, desempenhando um importante papel econômico.

Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. (SAFFIOTI, 2013, p. 61)

Como aponta Saffioti (2013), mulheres foram – e, ainda, são – consideradas inferiores ao homem, no âmbito social, político e jurídico. Entretanto, em relação ao trabalho produtivo, se faz relevante pontuarmos que as mulheres em determinados períodos históricos até o feudalismo, ocupavam espaços sociais relevantes, usufruindo da posse da terra e acessando e transmitindo conhecimentos sobre a natureza, sobre seus corpos e suas relações, tendo respeitados seus direitos de propriedade material e física. De acordo com Federici, “A função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres, que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, a autonomia e a sociabilidade” (2017, p. 138).

Durante o feudalismo, passa a haver demanda por aumento de população e a procriação se torna elemento importante para os feudos. Em *O Calibã e a Bruxa - Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*, Silvia Federici (2017) aponta que foi no processo de crise do sistema



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

feudal de produção, agravado pela Peste Negra¹, que, "em meados do século XVI, a ideia de que quantidade de cidadãos determinava a riqueza de uma nação havia se tornado algo parecido a um axioma social" (FEDERICI, 2017, p. 170), por esse motivo, ganha destaque o papel da mulher enquanto procriadora, sendo, por vezes, retirada das suas funções no mundo do trabalho para a vida dentro dos cercamentos² das terras, ou seja, das casas, tendo que assumir as tarefas de cuidado para com a família.

Sendo assim, através, especialmente da igreja, que tinha autoridade política, espalhou-se o reforço e a certeza da ideia de que as mulheres eram necessárias para o crescimento da população. Deu-se, então, uma nova importância e organização da família, tanto a sexualidade da mulher quanto a vida familiar sofrem novas regulações. Mediante às novas políticas, visando reprimir os métodos contraceptivos³ e a relativa autonomia das mulheres, todo o saber sobre seus corpos e a natureza foram penalizados.

Por isso, a procriação se tornou outra forma de exploração, pois, como expõe Federici (2017, p.178), "o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres". E continua dizendo

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos [...] foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista. (FEDERICI, 2017, p. 178)

Considerando o interesse político sobre a procriação e a influência da igreja, a inquisição poderia considerar as mulheres como bruxas por qualquer ação que se presumia ser heresia ou

¹ Peste Negra foi uma pandemia que contagiou a Europa no século XIV, dizimando mais de um terço da população. O surto da Peste faz parte dos acontecimentos que deflagraram a crise da Baixa Idade Média, junto com as revoltas camponesas e a crise do Feudalismo.

² FEDERICI, Silvia, *apud* SLATER, Gilbert, "Antes de mais nada, "cercamento" queria dizer "envolver um pedaço de terra com cercas, canais ou outras barreiras ao livre trânsito de homens e animais, em que a cerca era marca de propriedade e ocupação exclusiva de um terreno. Portanto, por meio do cercamento, o uso coletivo da terra, geralmente acompanhando por algum grau de propriedade comunal, seria abolido, suplantado pela propriedade individual e pela ocupação isolada". São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013, p. 133.

³ FEDERICI, Silva, "Sabemos [...] que as mulheres tentavam controlar sua função reprodutiva, já que são numerosas as referências ao aborto e ao uso feminino de contraceptivos nos penitenciais" São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013, p. 84.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

que desafiasse de qualquer maneira os poderes e a ordem social vigente, e queimá-las. Logo, não só o conhecimento, ou repasse destes, as mulheres que tentassem ocupar certos postos de trabalho, poderiam ser consideradas bruxas pela inquisição, assim,

Do mesmo modo que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, os quais foram assim “liberados” de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais formidáveis ao redor dos corpos das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais. (FEDERICI, 2017, p. 330)

Então, retiradas de seus trabalhos socialmente produtivos, de suas relações de convivência e da apropriação de terras, a elas foram destinados os trabalhos de reprodução, tornando-as essenciais aos trabalhadores homens,

[...] as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens, substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar a sua vontade. [...] na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois, uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural. (FEDERICI, 2017, p. 191)

Engels (2019, p. 84), coloca que “A primeira divisão do trabalho foi a que ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos”. Completa ainda com, “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino” (idem). A partir da hierarquização da divisão sexual do trabalho, baseada ainda mais na família, o homem pode realizar o trabalho economicamente produtivo e foi posto como o provedor e mantenedor enquanto a mulher foi posta como cuidadora, buscando a manutenção da casa e dos filhos, responsável pela reprodução da vida, ou seja, reprodução da mão de obra, agravando o processo de dominação masculina sobre a feminina.

Tanto na economia feudal quanto na economia de burgo, e sobretudo nesta última, que prepara o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

economia agrária da época medieval, conduzem o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada. (SAFFIOTI, 2013, p. 64-65)

No decorrer da história, a partir da crise do feudalismo, vai consolidando-se a sociedade capitalista-burguesa, que se utilizou de ideais liberais para confrontá-la. A luta de classes, como citam Marx e Engels (2020), foi simplificada em dois polos – a burguesia e o proletariado. O mercado se expande e as relações de produção se alteram,

O mercado mundial desenvolveu o comércio, as navegações e as comunicações por terra de maneira extraordinária. Esse desenvolvimento, por sua vez, veio expandir a indústria e, na medida em que a indústria, o comércio, a navegação e a estrada de ferro se expandiam, desenvolvia-se também a burguesia, que multiplicava seus capitais e relegava a um plano secundário que todas as classes que a Idade Média tinha legado. (ENGELS; MARX, 2020, p. 64)

Para a organização do capitalismo, é necessário que haja a exploração de uma classe por outra, ou seja, a burguesia que explora o proletariado extraindo e maximizando para si, a *mais-valia*⁴.

Destarte, durante a transição para o capitalismo, o trabalho assalariado ter sido majoritariamente destinado aos homens, deixava as mulheres cada vez mais em um estado de dependência econômica. Isso significa que "dadas as condições miseráveis em que viviam os trabalhadores assalariados, o trabalho doméstico que as mulheres realizavam, para a reprodução de suas famílias, estava necessariamente limitado" (FEDERICI, 2017, p. 211). Com isso, principalmente a partir do final do século XIX, com a Revolução Industrial, em postos de exploração máxima, e ao mesmo tempo tendo que sustentar a família, os homens da classe trabalhadora não conseguiam suprir as necessidades de sobrevivência devido à má remuneração. Ao mesmo tempo, era necessário para a economia cada vez mais trabalhadores, logo, mais exploração. É nesse momento que as mulheres desta classe, junto às crianças, no conjunto entre sua necessidade material de sobrevivência e a necessidade capitalista, passam a ocupar, em postos menos valorizados e quase nada remunerados, o mercado de trabalho produtivo, ou melhor dizendo, assalariado (TORRES, 2007).

É evidente que os processos de mudanças ocorrem de forma gradativa e as noções postas ao longo da história não se esvaem de repente. Isto posto, mesmo como sujeitos parte da classe trabalhadora e ocupando postos de trabalhos na divisão sociotécnica do trabalho, até hoje as

⁴ O conceito de *mais-valia* entende-se por todo aquele trabalho não pago, ou seja, por todo excedente de trabalho que o trabalhador produz e não recebe por tal, produzindo lucro para o burguês.



mulheres permanecem condicionadas aos trabalhos domésticos e ao papel reprodutivo, este que não é visto como um trabalho, mas sim como algo natural das mulheres, “a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 145). Além disso, as mulheres continuam recebendo salários menores que os dos homens e, junto a isso, vivendo dupla ou tripla jornada de trabalho.

3 A INSERÇÃO DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

É pela manutenção da divisão sexual do trabalho que a subjugação das mulheres é benéfica ao sistema. As mulheres da classe trabalhadora, ao serem destinadas ao trabalho reprodutivo, garantem o cuidado de sua família de forma gratuita. Quanto ao assalariamento dos homens, é um salário que não garante a reprodução da vida, já que não supre o pagamento de lavanderias, ou os trabalhos domésticos por exemplo, que no geral se faz a partir do trabalho não remunerado das mulheres. Ainda nessa lógica, a mulher mesmo ocupando o posto de trabalho doméstico, participa também ativamente da produção de riquezas, mesmo que, em sua maioria, trabalhando em postos com salários mais baixos que os dos homens e nesse caso, garantindo maiores lucros a seus patrões; como confirma Saffioti (2013) em *A mulher na Sociedade de Classes - Mito e Realidade*:

A inferiorização social de que tinham sido alvo a mulher desde séculos, vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada-de-trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia-relativa obtida através do emprego da tecnologia até então. (SAFFIOTI, 2013, p. 67)

Na contemporaneidade, o mundo do trabalho passa pelas consequências da reestruturação produtiva, iniciada na Europa na década de 70 e, posteriormente, implementada no Brasil, intensificando as relações de trabalho, em especial, o feminino. Este processo é assim denominado pois apresenta profundas transformações que ocorreram no modo de produção capitalista e sua organização, com advento de novas tecnologias e do processo de globalização. No Brasil, país de capitalismo tardio e periférico, nos anos de 1990, a reestruturação foi implementada junto com um conjunto de políticas neoliberais. Antunes (2010) aponta que entre as principais mudanças



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

deste movimento, se encontram múltiplas desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho, rebatendo diretamente na produção e reprodução social e na configuração das famílias.

As transformações deste novo processo atravessam a força de trabalho por um conjunto de flexibilizações no modelo de produção. A reestruturação produtiva não se baseia apenas na substituição do trabalho vivo – o homem – pelo trabalho morto — a maquinaria dos avanços tecnológicos –, mas também nas ideias subjetivas e individualistas levadas ao trabalhador, típicas das políticas neoliberais recém implementadas neste período. A produção, deste modo, é descentralizada, trabalhando com o mínimo e tem sua estrutura de base trabalhista flexibilizada, uma vez que essa produção depende da demanda do consumo, além de caracterizar o trabalhador como polivalente.

As mulheres ganham protagonismo no mercado de trabalho, como produtoras e como consumidoras. É também o momento de maior participação das mulheres como trabalhadoras assalariadas, tanto em movimentos sindicais, quanto na luta por sua emancipação econômica (TORRES, 2007). Em contradição a isso, continuam em uma escala geral, recebendo mais baixos salários e ocupando mais os postos de prestação de serviços ou mesmo de trabalhos informais, tendo jornadas de trabalho maiores que as dos homens. Além de tudo, são demitidas com mais frequência, pois

devido à multiplicidade de tarefas das mulheres (p. ex., esposa, mães e cuidadoras, além de trabalhadoras), elas estão mais propensas que os homens a entrar e sair do mercado de trabalho, a devotar um número menor e mais esporádico de horas ao mercado de trabalho, a realizar trabalho familiar não remunerado com mais frequência, a produzir principalmente para o consumo doméstico, mais que para a venda, e não se dedicar ativamente à procura de trabalhos formais [...]. (TORRES, 2007, p. 7, *apud* DEGRAF; ANKER, 2004, p. 170)

Com a expansão das políticas neoliberais, o trabalho sofreu mudanças marcadas pela informalidade, terceirização, precarização e, principalmente, diminuição da proteção social. Ademais, houve um salto no contingente de mão de obra feminina. No entanto, mesmo com aumento do número de mulheres cada vez mais nítido no mercado de trabalho, o salário e muitas vezes, as condições de trabalho demonstram um sentido inverso,

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as). (ANTUNES, 2009, p. 105)

E, ainda que inseridas desigualmente – ante aos homens – e em massa no mercado de trabalho, as mulheres permanecem responsáveis por tarefas domésticas e de cuidados, como supracitado, depositando horas de trabalho não-remuneradas para a reprodução da força de trabalho para o próprio capital, sendo elas trabalhadoras formais assalariadas ou não. Fato este que determina a incorporação das duplas ou triplas jornadas de trabalho, desta maneira, as mulheres enfrentam dupla exploração pelo mesmo capital (ANTUNES, 2009). A divisão sexual do trabalho – dentro da divisão sociotécnica do trabalho –, fica ainda mais evidente quando analisamos os recortes regionais, de raça, identidade de gênero, e/ou orientação sexual.

4 A MULHER NO CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Inseridas no contexto de capitalismo tardio e periférico, as mulheres brasileiras são submetidas a processos justificados como naturais do sistema patriarcal. Submete-las a determinados papéis impostos socialmente, como forma de acumulação do capital se faz necessário em um país onde

Discriminam minorias sociológicas [...] para camuflar sua incapacidade intrínseca de promover justiça social, isto é, de realizar distribuição equitativa do produto social, de considerar socialmente iguais todos seus membros e de permitir que desabrochem e desenvolvam-se todas as potencialidades de cada ser humano. (SAFFIOTI, 1978, p. 408)

De acordo com o estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2019, podemos apontar que, apesar das mulheres serem a maioria da população brasileira (51,7%), entre as pessoas empregadas e procurando empregos, 54,5% são mulheres e 73,7% são homens. Para mais, cabe pontuar que, embora a empregabilidade das mulheres seja menor, a divisão sexual do trabalho coloca a mulher em taxas maiores no que diz respeito à realização dos afazeres domésticos e de tarefas de cuidados. Além disso, o mesmo estudo do IBGE (2019) revela que a taxa de desemprego é maior entre as mulheres, ainda mais recentemente quando se trata da crise econômica agravada pela pandemia da COVID-19. Se faz notável que o desemprego feminino é mais lucrativo ao capital, pois

Nas épocas de crise econômica, o sexo opera como fator de seleção dos trabalhadores, expulsando as mulheres muito mais do que os homens da estrutura ocupacional. Tomando-se a família como unidade de consumo, o desemprego feminino afeta menos o orçamento familiar do que o masculino, uma vez que o salário da mulher é, via de regra, inferior ao do homem. (SAFFIOTI, 2013, p.493)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Sabemos, então, que perante a esta crise, as mulheres foram as mais penalizadas. Somado à isso, devido ao nível de ocupação da mulher ser historicamente inferior ao homem, a força de trabalho feminina localiza-se, por vezes, na subcolocação (trabalho informal) ou no desemprego. Com o fechamento das creches, a condição de empregabilidade das mulheres foi agravada, na pandemia de COVID-19, devido ao fato de que à elas é incumbida a função de cuidar das crianças. O gráfico a seguir (Figura 1) mostra que o nível de ocupação das mulheres reduziu em 5,5 pontos percentuais durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19, aumentando a desproporção entre homens e mulheres, frente ao ano de 2019. E, ainda que haja uma leve recuperação no ano de 2021, a lacuna ainda é significativa.

Figura 1 - Nível de Ocupação, por sexo - Brasil - 2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019-2021.

Para além disso, as mulheres enfrentam múltiplos fatores para adentrar ao mercado formal de trabalho e, também para permanecer nele. Um dos fatores relevantes para a dificuldade de inserção no mercado de trabalho para as mulheres, é o fato de ter uma criança até três anos no domicílio, e isso se agrava quando observamos a partir dos índices raciais: a ocupação no mercado de trabalho entre as mulheres pretas e pardas com crianças abaixo de três anos foi inferior a 50%, inferior também ao número de mulheres brancas na mesma condição (62,6%). Enquanto dentre os homens, que vivem com crianças até 3 anos registram ocupação de 89,2% até mesmo maior entre os homens que não convivem com crianças até 3 anos. Com isso, podemos pontuar que por estarem historicamente determinadas ao papel reprodutivo e às duplas



jornadas de trabalho, as mulheres são estatisticamente mais demitidas, e menos contratadas, exercendo ainda, maior parte do trabalho não remunerado.

Figura 2 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e/ou trabalho de cuidado não-remunerado, por sexo, por raça ou cor e por pessoas acima dos 14 anos – no Brasil - 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Em relação ao trabalho reprodutivo, analisado pelo trabalho doméstico, como demonstrado (Figura 2), as mulheres em 2019 dedicaram-se a esse trabalho mais que o dobro de seu tempo em relação aos homens (elas trabalharam em média 21,4 horas semanais, enquanto eles, 11 horas). Entretanto, não podemos identificar o tempo de afazeres domésticos sem apontar a condição econômica:

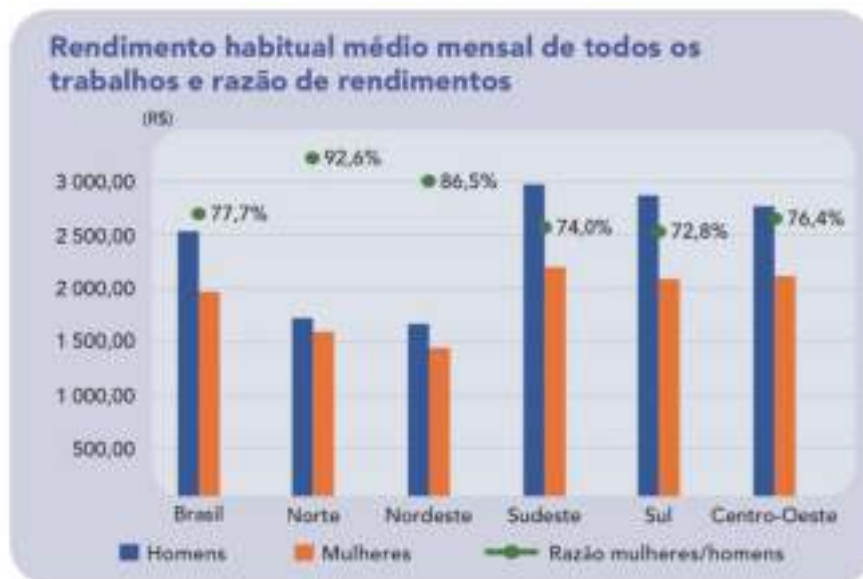
A renda causa impacto significativo no período dedicado aos afazeres domésticos. Entre as mulheres que integram o grupo de 20% da população com os menores rendimentos, mais de 24 horas semanais foram consumidas por atividades voltadas para a casa. Entre aquelas que integram a fatia de 20% dos brasileiros com os maiores rendimentos, esse tempo se reduz para pouco mais de 18 horas semanais. (AGÊNCIA BRASIL, 2021)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

A análise dos salários, fez com que a pesquisa do IBGE (2019) apontasse que, em comparação aos homens, as mulheres receberam em média 77,7% dos salários. Entre cargos mais valorizados, como o de diretores e gerentes, as mulheres receberam 61,9% dos salários pagos aos homens. Além disso, sob o histórico de negação do conhecimento das mulheres, as que ocupam os cargos científicos, receberam 63,6% do salário em relação ao dos homens. Como mostra o gráfico a seguir (Figura 3).

Figura 3 - Diferença entre salários por sexo – no Brasil - 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Outro determinante importante de ressaltar é o nível de escolaridade. Neste caso, as mulheres têm mais acesso ao nível superior, entre a população de 25 anos ou mais, 19,4% das mulheres tinham nível superior completo, enquanto os homens eram 15,1%, em 2019. Entretanto, embora as mulheres tenham maior nível de escolaridade e formação, fator este que pode assegurar maior inserção e permanência ao mercado de trabalho, os homens ainda estão em maiores níveis de ocupação, como mostra o próximo gráfico de barras a seguir (Figura 2).



Figura 4 – Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução – Brasil - 2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Sabe-se, ainda, que a divisão sexual do trabalho e a dominação do capital sobre os corpos das mulheres para reprodução, condiciona-as aos afazeres domésticos e trabalho (não-remunerado) de cuidado de pessoas. Somado a isso, ao fazer um recorte de cor ou raça, nota-se que as mulheres pretas ou pardas estavam mais submetidas aos trabalhos de cuidados ou afazeres domésticos, enumerando a média de 22 horas, diante das mulheres brancas, com 20,7 horas semanais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história, o trabalho produtivo e reprodutivo foram divididos entre aspectos distintos, logo, valorizações também distintas. Essa divisão foi feita principalmente a partir da divisão sexual do trabalho, em que ao gênero feminino, em algum momento, foram destinados trabalhos desvalorizados. Ao passo que a sociedade foi se desenvolvendo e a luta de classes se acirrando a ponto de emergir o sistema capitalista, o trabalho ganha uma nova conotação, a do assalariamento.

Compreendemos que existem mulheres com diferentes marcadores sociais, como diferentes classes sociais, raça, sexualidade, religião, faixa etária e regiões, por exemplo, e que cada particularidade se expressa de forma diferente de acordo com a história e contexto vivido tanto individualmente, quanto coletivamente, e que isso rebate nas formas de vivência e também no mundo de trabalho de pessoas de diferentes grupos sociais.

Apreende-se que a cada modo de produção, as relações sociais e a forma de vida da sociedade se metamorfoseiam. Sendo assim, o presente artigo apontou do ponto de vista



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ocidental, alguns dos motivos históricos da inferiorização da mulher no mundo do trabalho e porque isso prevalece como uma verdade até os dias atuais. Mostrando que as mulheres foram e são destinadas a espaços e funções que mais interessam às classes econômica e politicamente poderosas, ou seja, para muito além da dominação masculina sobre a feminina, que por sua vez tem o papel de dar subsídios, fundamentado na formação estrutural da sociedade, para manutenção da maior exploração das mulheres da classe trabalhadora. Assim, considerando o Brasil um país colonizado por um país da Europa ocidental para a exploração, os rebatimentos tanto da desigualdade social quanto da desigualdade de gênero no mundo do trabalho tendem a ser agravados.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CARNEIRO, L.; SARAIVA, A. IBGE: mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI. **O Globo**, 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia>>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- ENGELS, F.. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ENGELS, F.; MARX, K.. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ENGELS, F.; MARX, K.. **O Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2020.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abril, 1996.
- FEDERICI, S.. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero:** indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2 ed, Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- _____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- MACHADO, C. Quando o assunto é dinheiro, o que é ser mãe no Brasil?. **Estadão**, São Paulo, 03 de mai. de 2022. Disponível em: <<https://expresso.estadao.com.br/naperifa>> . Acesso em: 15 de fev. de 2023.
- NERI, M. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf>. Acesso em: 15 de fev. de 2023.
- SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- _____. O trabalho feminino sob o capitalismo dependente: opressão e discriminação. **Encontro Nacional da ABEP**, 1, São Paulo, 1978.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

RODRIGUES, L. Estudo revela o tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 04 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.abc.com.br/economia/noticia/>>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

TORRES, M. A. S.. A divisão sexual do trabalho: a inserção da mulher no mundo do trabalho. In: **Seminário Nacional de Trabalho e Gênero**, 1, Recife, 2007.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



A MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: ENTRE GÊNERO E NORMAS

¹Júlia Thaís de Assis Moraes-UNESP/FFC.

Resumo: o presente artigo visa analisar as teorias de gênero presentes nos enunciados normativos que possibilitaram o ingresso feminino na Polícia Militar do Paraná. O arcabouço legal possibilitou que as mulheres ocupassem os espaços militares nas Polícias, configurando um cenário apto as reflexões de gênero na esfera militar. A integração da mulher na corporação militar paranaense é regulada por meio de normas, as quais passaram por uma série de mudanças historicamente, contudo essas possibilitam a reflexão de quais perspectivas teóricas de gênero incidem no discurso normativo. O objetivo geral da pesquisa é observar como se configurou as normas da Polícia Militar do Paraná a respeito do ingresso feminino na corporação. Enquanto o objetivo específico é compreender quais as teorias de gênero podem ser encontradas nesses enunciados normativos. O aporte primário da pesquisa são as seguintes perspectivas teóricas de gênero: os papéis de gênero, a socialização ocupacional e a construção de gênero, e o secundário são as leis relacionadas a Mulher na Polícia Militar do Paraná. Emprega-se o método hipotético dedutivo por meio do questionamento: quais as teorias de gênero que podem ser identificadas, nas leis que proporcionaram e regulam a presença feminina na referida instituição? Os procedimentos metodológicos utilizados são o levantamento bibliográfico, documental e qualitativo.

Palavras Chaves: Gênero. Norma. Polícia Militar do Paraná.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las teorías de género presentes en los enunciados normativos que posibilitaron el ingreso de mujeres a la Policía Militar de Paraná. El marco legal posibilitó que las mujeres ocuparan espacios militares en la Policía, configurando un escenario propicio para las reflexiones de género en el ámbito militar. La integración de la mujer en la corporación militar paranaense se regula por medio de normas, las cuales históricamente han sufrido una serie de cambios, sin embargo estas permiten reflexionar sobre qué perspectivas teóricas de género incidem en el discurso normativo. El objetivo general de la investigación es observar cómo se configuraron las normas de la Policía Militar de Paraná con respecto al ingreso femenino en la corporación. Mientras que el objetivo específico es comprender qué teorías de género se pueden encontrar en estos enunciados normativos. La principal contribución de la investigación son las siguientes perspectivas teóricas sobre el género, los roles de género, la socialización ocupacional y la construcción del género, y la contribución secundaria son las leyes relacionadas con la Mujer en la Policía Militar de Paraná. Se utiliza el método hipotético deductivo cuestionando: ¿cuáles son las teorías de género que

¹ Sd. PM 2ª Classe da Polícia Militar do Paraná; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/FFC; Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM); Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: juliamoraes094@outlook.com.



se pueden identificar en las leyes que dispusieron y regularon la presencia femenina en esa institución? Los procedimientos metodológicos utilizados son el levantamiento bibliográfico, documental y cualitativo.

Palabras Clave : Género . Norma .Policía Militar de Paraná .

INTRODUÇÃO

A presença feminina no âmbito das Polícias Militares no contexto brasileiro se deu a partir da década de 1970 (SCHACTAE, 2011, p.56). A inclusão feminina se deu por meio de normas, que proporcionaram a entrada da Mulher no militarismo policial trazendo a reflexão sociojurídica a respeito do gênero na Polícia Militar.

O estudo sociojurídico a respeito de gênero está presente na cultura, passando a ser inserido nas (in)consciências dos indivíduos, e historicamente absorvidos pela teoria e prática jurídicas (PIMENTEL; SCHRITZMEYE.; PANDJIARJIAN,1998). Nesse sentido, a leitura das normas jurídicas que inseriram e regulam a presença da mulher na Polícia Militar do Paraná levam a compreensão das perspectivas teóricas de gênero que subsidiam a imagem da mulher.

Segundo Alda Facio, o Direito não é neutro, mas androcêntrico (SOUZA, 2009), que consiste na consideração do homem como foco de análise do todo, estando ligado a noção de patriarcado. Levando as experiências masculinas como as experiências de todos os seres humanos projetando -a como norma universal, tanto para homens quanto para mulheres (FACIO, 1999)

O Direito é uma força viva (IHERING, 1983) materializado em normas possui a função de manutenção e reprodução do sistema, que trivializa a vida e as experiências de metade da humanidade. Sendo é um dos terrenos privilegiados de disputa e legitimação de conceitos e categorias (AGUILAR, 2010).

Por isso, a busca de marcos teóricos e operativos para discutir a questão de gênero torna-se essencial. E para tanto presente pesquisa selecionou as seguintes teorias de gênero: os papéis de gênero; a socialização ocupacional e a construção social de gênero, para compreender como as normas projetaram a mulher na Polícia Militar do Paraná.

Cada teoria possui especificidades sobre o papel de gênero face às Corporações Militares. E os períodos históricos consolidaram normas com característica específicas



para a imagem feminina, configurando uma aproximação ora de uma teoria, ora de outra, portanto torna-se necessário a discussão das três.

Com isso, a integração da mulher na corporação militar paranaense é regulada por meio de normas, as quais passaram por uma série de mudanças historicamente, contudo essas possibilitam a reflexão de quais perspectivas teóricas de gênero incidentes no discurso normativo. O objetivo geral da pesquisa é observar como se configurou as normas da Polícia Militar do Paraná a respeito do ingresso feminino na corporação.

Enquanto o objetivo específico é compreender quais as teorias de gênero podem ser encontradas nesses enunciados normativos. O aporte primário da pesquisa são as seguintes perspectivas teóricas de gênero, os papéis de gênero, a socialização ocupacional e a construção de gênero, e o secundário são as leis relacionadas a Mulher na Polícia Militar do Paraná.

Emprega-se o método hipotético dedutivo por meio do questionamento: quais as teorias de gênero que podem ser identificadas, nas leis que proporcionaram e regulam a presença feminina na referida instituição? Os procedimentos metodológicos utilizados são o levantamento bibliográfico, documental e qualitativo.

1 . A RELAÇÃO ENTRE NORMA E GÊNERO

O gênero é um dos pilares da vida social, e a sociologia busca estudar as relações entre homens e mulheres e as ideias que estão na sua base e/ou são criadas por essas relações. As relações de gênero operam a todos os níveis e aspectos da vida social, tais como Trabalho, Direito, e todas as outras áreas que são objeto da sociologia, integram o elemento de gênero, assim, o gênero pode ser estudado focando qualquer um dos aspectos da vida social (RILLES, 2006).

Na sociologia de gênero analisa-se a realidade social tomando as relações e representações um ponto de partida. jurídicos, sociais, religiosos - que se sustentam na razão androcêntrica. Diante disso, o sentido de uma análise de gênero sobre a ciência jurídica é capaz de oferecer entendimento de como determinados espaços são construídos.

Segundo Annelise Riles (2006, p. 5) os documentos aparecem em cada etapa da constituição dos órgãos, instituições, estados e culturas, sendo artefatos das práticas de conhecimento modernas, ou, nas palavras da antropóloga Letícia Ferreira (2013, p. 42)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

objetos materiais do direito, da administração e da governança capazes de produzir diferentes efeitos e engendrar múltiplos afetos e relações.

Assim, seu estudo é fundamental para a compreensão de fenômenos jurídicos, responsáveis por (re)definir as pessoas que estão sendo por eles tuteladas. Portanto, o presente trabalho reúne esses elementos inerentes a sociologia: gênero, direito para analisá-los face a Polícia Militar do Paraná, para compreender como foi construído o espaço feminino na instituição.

O ingresso das mulheres na polícia militares do Brasil, se deu em 1954 com a admissão feminina no guarda civil em São Paulo. Após essa abertura, em 1977, o Estado do Paraná, também aderiu à inovação e criou o primeiro Pelotão de Polícia Feminina (BERNARDES, M.; LOPES, G.; SANTOS, 2005). Estruturou-se um arcabouço legal amparando criação da Unidade de Polícia Feminina.

Os enunciados normativos passaram a criar um significado para a presença de mulheres na instituição, consolidando um espaço para o feminino na ordem institucional, que remetem a questão de gênero na instituição.

Ao longo da trajetória da Polícia Militar do Paraná, desde a criação da Polícia Feminina em 1977, até sua extinção nos anos 2000, há elementos que levantam a necessidade da reflexão de gênero através de normas que proporcionaram o ingresso e a permanência da Mulher na instituição.

As normas representam o fenômeno jurídico não se reduzindo apenas às leis formalmente geradas, compõe-se também das leis que são formadas através do processo de administração e interpretação dessas leis (componente estrutural) e também das leis que se formam por meio dos costumes, tradições, políticas (FACCIO, 1993).

As normas representam o poder do Estado, o qual chancela ou não determinada questão, e foi através deste instrumento legal que as Mulheres se inseriram no espaço militar. Fato que possibilita rela reflexão de gênero a partir de um elemento estatal, segundo Joan Scott (1991) o “Gênero”, é uma categoria analítica capaz de possibilitar a compreensão de que as distinções baseadas no sexo têm um caráter fundamentalmente social (e não exclusiva e/ou meramente biológico).

Essas surgem das relações construídas, assimetricamente, em maior parte dos casos, entre homens e mulheres (ou entre homens/homens ou mulheres/mulheres) e vão



se legitimando e se reproduzindo através de certos espaços e mecanismos, dentre os quais as instituições jurídicas e seus conceitos normativos.

Para uma melhor compreensão da referida categoria vale lembrar que, segundo Scott (1991), o gênero se constitui a partir da combinação de quatro elementos, os quais, com base em Alfonsin (2007), podem ser relacionados e exemplificados da seguinte maneira:

- (i) os símbolos (presentes em toda cultura e responsáveis pela criação de estereótipos e representações sociais, tais como a ideia de que “mulheres são frágeis e homens são fortes” que, em regra, auxiliam na inclusão ou exclusão de pessoas do convívio social, mediante a concessão ou privação de direitos);
- (ii) os conceitos normativos (produzidos pelas doutrinas religiosas, políticas, filosóficas, jurídicas, educacionais, científicas, etc., que servem para interpretar o significado dos símbolos, restringindo ou ampliando suas possibilidades);
- (iii) as instituições e organizações sociais (tais como família, escola, igreja, mercado de trabalho, poderes constituídos, etc., que exercem um papel (re)produtor e mantenedor do sistema assimétrico de gênero, através da implementação, em suas práticas cotidianas, dos conceitos normativos que, por sua vez, se apoiam nos símbolos disponíveis);
- (iv) e a identidade subjetiva que constitui o modo como o sujeito se constrói e/ou se percebe na vida em sociedade e que vai definir sua reação em face das condições reais de existência, quer insurgindo-se, quer adequando-se aos padrões criados pelos símbolos, re- forçados pelas normas, impostos pelas instituições e correspondentes ou não ao modo como se identifica.

Vê-se, portanto, que as relações de gênero, enquanto relações sociais, constituem-se historicamente como relações de poder e vão conferindo a homens e mulheres, de forma distinta o seu lugar na sociedade.

Deste modo, evidencia-se que há uma intrínseca relação entre as categorias gênero e direito e que as mesmas, para serem mais bem compreendidas, precisam ser analisadas em conexão, pois possibilitam entender o resultado de sua manifestação na existência de homens e mulheres. (FACIO; FRIES, 1999, p.25).

2. GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE

Nas múltiplas relações sociais, homens e mulheres são tratados de forma distinta, e que esta distinção, na maioria das vezes, tem sempre significado uma interpretação em desfavor da mulher, não é difícil concluir que todas as situações da vida em sociedade,



bem como todos os saberes dela de- correntes, inclusive o saber jurídico, marca-se pela iniquidade de gênero.

Por isto, o gênero, enquanto categoria de análise, e a perspectiva de gênero, enquanto postura político-pedagógica possibilita compreender e, portanto, transformar estas formas de relacionamento humano, favorecendo, em último caso, a mudança cultural e a construção de novos valores de convivência social.

A perspectiva de gênero, portanto, apresenta-se como uma maneira de perceber a vida em sociedade através de uma postura que não nega, mas que afirma, estuda e propõe mudanças nas relações de gênero em cos e metodológicos capazes de incluir o gênero.

A categoria gênero, portanto, tomada como parâmetro de análise em questões postas no mundo jurídico, possibilita a explosão do discurso da neutralidade e impõe a adoção de uma postura crítico-transformadora em face de leis ou discursos que visem manter as mulheres em situação de prejuízo ou discriminação injustificada, a pretexto de cumprir os rigores da forma legal em detrimento das mudanças ocorrentes na sociedade.

Neste sentido, pensar as relações sociais enquanto relações de gênero, no campo jurídico, permite superar algumas visões justificadores da manutenção da dominação masculina. Com isso a presente discussão se posiciona em um cenário internacionalmente debatido, o gênero no âmbito das polícias

Este debate está em diversos trabalhos, tais como de : Martin, 1980; Heidensohn, 1992; Haarr, 1997; Holdaway e Parker, 1998; Martin e Jurik, 2006; Dick e Jankowicz, 2001; Brown, 2002; Dick e Cassell, 2004; Chan, Doran e Marel, 2010.

Diante o contorno dessa temática analise-se as atitudes e visões dos policiais homens e das policiais mulheres sobre o policiamento e o papel que cada um deveria exercer na esfera da corporação militar.

Levantando as seguintes perspectivas teóricas para a compreensão dessas atitudes e visões: as teorias sobre papéis de gênero; as teorias sobre socialização ocupacional; e as teorias sobre construção social de gênero.

3. TEORIAS DE GÊNERO E SUAS PERSPECTIVAS

A presente pesquisa adota três teorias de gênero para analisar o contexto normativo que possibilitou a construção do espaço feminino na Polícia Militar do Paraná. As teorias selecionadas foram: os papéis de gênero, a socialização ocupacional e a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

construção de gênero. Cada uma se fundamenta em pressupostos teóricos divergentes, que proporcionam a compreensão da Mulher no espaço militar.

A primeira a ser analisada é teoria sobre os papéis de gênero, que argumentam que homens e mulheres tendem a ter visões diversas sobre o policiamento, estabelecendo fundamentos da abordagem da diferença. Fundamento que defende que as visões diferentes, geram a concordância de que algumas atividades dentro da polícia devem ser desempenhadas por homens e outras por mulheres.

Os homens teriam uma maior aptidão ao trabalho de combate ao crime e imposição coercitiva da lei. Enquanto as mulheres seriam aptas a importância às atividades de manutenção da ordem e prestação de serviços, tais como mediação de disputas, resolução de conflitos domésticos, orientações ao público, atendimento de vítimas, policiamento de trânsito.

Essa percepção se fundamenta na ideia de que os homens possuem habilidades físicas relacionadas a força, vocacionando os para a imposição coercitiva da lei (CHU, 2013). E as mulheres voltam-se para atividades que não envolvem claras violações criminais, devido sua socialização desde a infância destinada a papéis parentais e de cuidado (WORDEN, 1993; POTEYEVA E SUN, 2009).

Como referencial teórico dessa perspectiva emprega-se o trabalho de Gilligan (1982), que realiza observações a respeito do desenvolvimento moral de pessoas jovens, de modo a analisar as atitudes e comportamentos de homens e mulheres. De acordo com a autora Gilligan homens e mulheres se orientam por moralidades distintas.

Os homens se direcionam pela moralidade da justiça, que tem as regras e os direitos como elementos que devem ordenar as relações entre indivíduos autônomos, sendo a justiça uma imposição de regras iguais para todos. Em contrapartida as mulheres se orientam pela moralidade do cuidado, interpretando a sociedade como uma rede interconectada e interdependente de relações pessoais na qual a justiça se associa ao ato de cuidar e proteger as pessoas e as relações entre elas (WORDEN, 1993).

Tais explicações oferecem fundamentos para a reflexão teórica das diferenças atitudinais de gênero na esfera polícia. Tendo como pressuposto que as diferenças entre policiais homens e policiais mulheres seria resultado da importação dessas visões para dentro da polícia. Visões que consolidadas na corporação contribuem para a aceitação da ideia de que homens e mulheres são diferentes, devendo exercer funções diferentes.



A teoria da socialização ocupacional assevera que policiais de ambos os sexos compartilham uma cultura ocupacional, na qual a força física, o perigo e a coragem sejam considerados atributos fundamentais ao policiamento. Essas atitudes masculinas de restrição à participação feminina nas atividades operacionais e arriscadas seriam rejeitadas pelas policiais mulheres, que demandariam igual participação no policiamento das ruas por se sentirem tão preparadas quanto os homens.

A referida perspectiva teórica se baseia no referencial teórico da abordagem da semelhança, segundo Poteyeva e Sun (2009). O ponto de partida dessa perspectiva é a ideia de que as crenças e atitudes dos policiais são parte de uma cultura ocupacional que é forte o suficiente para suplantar eventuais visões de mundo decorrentes do modo como homens e mulheres são socializados antes da vida adulta.

Essa cultura seria formada por um conjunto de símbolos, rituais e histórias que valorizam o combate físico, o perigo, a bravura e outros atributos socialmente reconhecidos como masculinos (WADDINGTON, 1999; REINER, 2004; DICK e CASSELL, 2004; BROWN, 2007). Explicações sobre os motivos pelos quais a cultura policial é permeada por esses elementos e reproduzida tanto por policiais masculinos quanto por policiais femininas podem ser encontradas nos trabalhos de Waddington (1999) e Dick e Cassell (2004).

E por último a teoria da construção de gênero defende que as mulheres tendem a valorizar tal qual os homens os aspectos masculinos da cultura policial e a reivindicam igual participação nas atividades de combate ao crime, visto que a construção social de gênero são posições dinâmicas.

4. HISTÓRICO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

E essa configuração leva a legitimação da divisão sexual dentro da polícia. Sendo possível identificar essa concepção nos diplomas legais que consolidaram a Polícia Feminina, no período de 1970 a 2000 na Polícia Militar do Paraná. Em 1979 foi criada a Diretriz 76, que definia “Finalidade e emprego da organização de Polícia Feminina” (PARANÁ, 1979).

Definido a criação e finalidade do efetivo feminino, esse se dividiu em cidades paranaenses formando pelotões, sendo essas as seguintes: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Assim, a citada Diretriz projetou-se como um instrumento



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

normativo apto a inserir a Mulher na corporação militar, definindo o perfil feminino exigido, bem como as atividades que as Mulheres poderiam exercer.

Em 1983 a Lei de Organizações Básicas da Polícia Militar da Polícia Militar inseriu Polícia Feminina como “unidade operacional da Polícia Militar”, definindo a função da unidade do policiamento feminino. E as atribuições dessa unidade consistia na execução do policiamento ostensivo feminino, atuando na segurança pública, na proteção de menores, mulheres e anciãos .

A prescrição normativa a respeito do exercício de policiamento pelas Mulheres direciona esse grupo a atividades de cuidado, retirando-os das atividades de combate. Elementos que evidenciam a adoção de determinada teoria de gênero, que deve ser pesquisada, visando entender como a presença da mulher foi sendo moldada na Polícia Militar do Paraná.

Diversos enunciados normativos foram configurados neste período, os quais versavam a respeito da hierarquia e disciplina, moral, das vestimentas destinadas ao feminino. Com a análise destes discursos será possível compreender qual teoria de gênero explica o papel da mulher no espaço militar paranaense, e quais razões levaram o discurso oficial a adota-la

O período de 1970 a 2000 é caracterizado pela construção do espaço feminino na polícia Militar do Paraná, sendo parte do processo de estabelecimento das diferenças de gênero na instituição. As diferenças são marcadas pela divisão simbólica e objetiva entre os espaços de homens e mulheres, que construído socialmente e adotado pela Instituição legitima as diferenças.

Portanto a construção discursiva, a partir de normas passa a ordenar e naturalizar as relações de gênero, ratificando a diferença que subordina o feminino ao masculino. Configurando um espaço de construção do espaço feminino na corporação, o qual possibilita a presença da Mulher, mas com atividades específicas definidas pelo gênero.

A instituição de diferenças entre as atividades de policial militar e de policial feminina na Polícia Militar do Estado do Paraná, começou a ser desenhada em 1976, com a criação do Pelotão de Polícia Feminina. Nesse esboço já estava imbricado a primeira diferença em razão do gênero, a nomenclatura que seria polícia feminina.

Nomenclatura que atribuía a presença feminina há um espaço que até então era predominantemente masculino. As atividades destinadas às policiais seriam: o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

policiamento ostensivo de costumes, menores e trânsito urbano (PARANÁ, 1979). Atribuições fundadas no cuidado e orientação, projetando uma construção representativa da maternagem, atribuindo a policial como aquela que cuida e educa como uma mãe (PARANÁ, 1976).

No referido documento também está presente a demarcação da atividade de polícia militar como algo que está além dessas funções destinadas à polícia feminina, o enunciado normativo afirma que as policiais seriam utilizadas nas operações de informações, como apoio às atividades normais de polícia militar (PARANÁ, 1976).

E naquelas relacionadas a assistência supletiva à população, em espaços urbanos, como nos terminais de transporte de massa, nos locais de diversão pública e nas áreas de grande concentração de pessoas e veículos motorizados (PARANÁ, 1977). Infere-se que a função feminina como policial militar é fundada neste contexto normativo no apoio e não de execução, pois cabia aos homens executar a prática de polícia militar, centrada na força.

O conjunto de normas que regiam a Polícia Feminina do Paraná diferenciava as atividades a serem exercidas por mulheres e homens, refletindo a aproximação do discurso normativo com teorias de gênero que explicam essa diferenciação. No ano 2000 houve a extinção da Unidade de Polícia Feminina, incorporando as Mulheres à instituição, pois até então as agentes pertenciam somente a unidade específica.

O novo período configura uma nova concepção de gênero pela Instituição, delineado por normas legais que unificaram o quadro da instituição paranaense, não havendo mais a distinção entre polícia feminina e os policiais masculinos. A partir de 2000, todos os membros da instituição são policiais militares, sendo submetidos a uma legislação única.

Mudança, que evidencia uma nova configuração normativa em relação ao gênero na Polícia Militar do Paraná. A partir desse contexto levanta as seguintes hipóteses diante cada momento da mulher na referida corporação.

Na década de 1970 a 2000, como foi possível observar havia uma unidade específica para Mulher, representado pelo Pelotão de Polícia Feminina regido por normas que diferenciavam a polícia feminina e o policial militar. Posteriormente a legislação foi unificada, não havendo mais essa distinção pelas normas.



CONCLUSÃO

As diretrizes normativas que possibilitariam o ingresso da Mulher na Polícia Militar do Paraná envolvem as construções dos significados das diferenças sexuais, que são complexas e envolvem realidades distintas, que são percebidas nas práticas e nos discursos que dão significados as normas, as regras, aos costumes e aos sentimentos (BERGER, LUCKMANN, 1998).

Compreender as normas que acompanham a trajetória feminina na Polícia Militar do Paraná sob a perspectiva de gênero possibilita entender o discurso a partir do qual foi construída uma representação que passa a dar sentido ao ser policial feminino, que só existiu e foi aceito porque existiam práticas e discursos jurídicos que deram a ele reconhecimento (SCHAETAE, 2005).

E essas representações normativas possuem sentido apenas se comandarem práticas que resultam na construção de identidades, que são realidades sociais, baseadas no aparato estatal. Diante disso as identidades de gênero podem ser percebidas nas representações que constituem em relação ao discurso normativo (SCOTT, 1995).

O gênero é uma categoria analítica que proporciona a reflexão sobre as construções das representações sociais sobre as diferenças percebidas entre os sexos. E a utilização de documentos normativos, classificados como fontes documentos produzidos por homens da instituição policial e da imprensa gera a compreensão da análise de como pessoas cujas diferenças físicas são identificadas ao masculino, construíram discursos sobre o feminino ao se referirem à presença de mulheres na Polícia Militar.

O ser policial feminino é uma representação social que surge a partir de documentos normativos que criaram e regulamentaram essa profissão. Assim, as três perspectivas teóricas analisadas acima auxiliarão a compreensão de como a norma projetou o gênero e construiu o espaço feminino na Polícia do Paraná

A temática gênero na polícia, é pouco explorado realizado no Brasil. Existindo uma bibliografia nacional escassa a respeito do tema. Diante disso justifica-se o presente estudo devido a relevância de mais estudo sobre o gênero na Polícia Militar, visto que são poucos os estudos que analisaram as normas que proporcionaram o espaço feminino na polícia sob a perspectiva de gênero.

Os mais destacados são os trabalhos de Calazans (2003, 2004), Soares e Musumeci (2005) e Souza (2014), cujas análises sobre as visões dos indivíduos policiais



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

estão baseadas em dados qualitativos coletados na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, na Polícia Militar do Rio de Janeiro e na Polícia Militar de São Paulo, respectivamente.

Em sua pesquisa, Calazans (2003, 2004) mostrou que a Polícia Militar atuava como uma máquina de produção de subjetividades que utilizava o militarismo e a violência como dispositivos estratégicos para transformar homens e mulheres em policiais, impedindo a manifestação de qualquer forma de singularização feminina.

Os trabalhos de Soares e Musumeci (2005) e Souza (2014) chegaram a descobertas contraditórias em relação à visão dos indivíduos policiais sobre o policiamento, porém próximas ao preconizado pela perspectiva da construção social de gênero em relação à adequação dos policiais masculinos e femininos ao trabalho operacional.

A viabilidade da pesquisa se dá pela existência de diplomas normativos que regulam a temática de modo a permitir uma análise de gênero a partir das normas que construíram o espaço feminino na Polícia Militar do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, J. From sex roles to gendered institutions. **Contemporary Sociology – American Sociological Association**, vol. 21, no 5, p. 565-569, 1992.

AGUILAR, Gaby Oré. Discriminação múltipla, interseccionalidade e igualdade multidimensional no marco dos direitos humanos. **Avanços conceituais e seu impacto no ‘advocacy’ e no litígio**. Trad. por Valéria Pandjarjian. Boletim do programa de formação, nº 2, p. 13. 2010

ALFONSIN, Betânia. **Refletindo sobre Gênero e a Agenda Feminista Contemporânea**. In: PASINI, Elisia- ne. Educando para a Diversidade. Porto Alegre: Nu- ances, 2007.

BAHIA, M. C. A.; FERRAZ, M. A. V. **Entre a exceção e a regra: a construção do feminino na polícia civil da Bahia**. Organizações & Sociedade, vol. 7, no 18, p. 25-40, 2000.

BERNARDES, M.; LOPES, G.; SANTOS, T. **O cotidiano das enfermeiras do Exército na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações da Segunda Guerra Mundial na Itália (1942-1945)**. In. Revista Latino-americana de Enfermagem, 13(3): 314-321, 2005.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BERGER Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BROWN, J. **European policewomen: a comparative research perspective**". International Journal of the Sociology of Law, vol. 25, p. 1-19, 1997.

_____. **You can't have it both ways': being an officer and a lady (woman) in a male dominated occupation**. In: Women and Policing Globally Conference, Canberra, 2002.

_____. **From cult of masculinity to smart macho: gender perspectives on police occupational culture**. In: O'NEILL, M.; MARKS, M.; SINGH, A-M. (eds.). Police occupational culture: new debates and directions. Oxford: Elsevier, 2007.

CALAZANS, M. E. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. **Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã**. São Paulo em Perspectiva, vol. 18, no 1, p. 142-150, 2004.

CAPPELLE, M. C. A. **O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na 8ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais**. Tese de Doutorado em Administração. Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CHAN, J.; DORAN, S.; MAREL, C. **Doing and undoing gender in policing**. Theoretical Criminology, vol. 14, p. 425-446, 2010.

CHU, D. **Gender integration in policing: a comparison of male and female police officers' perceptions in Taiwan**. International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice, vol. 37, no 2, p. 143- 157, 2013.

DICK, P.; CASSELL, C. **The position of policewomen: a discourse analytic study**. Work Employment & Society, vol. 18, no 1, p. 51-72, 2004.

DICK, P.; JANKOWICZ, A. D. **A social constructionist account of police culture and its influence on the representation and progression of female officers: a repertory grid analysis in a UK police force**. Policing: An International Journal of Police Strategies and Management, vol. 24, no 2, p. 181-99, 2001.

DONADIO, M. **La mujer en las instituciones armadas y policiales: resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina**. Buenos Aires: Red de Seguridad y Defensa de América Latina, 2009.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **Portaria n. 027/77, Organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares**. Brasília, IGPM, 16 de junho de 1977.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015 (online)**. São Paulo, 2015. Disponível em:



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acesso em: 2 fevereiro de 2023.

FACIO, Alda e FRIES, Lorena. (orgs.). **Genero y Derecho**. Santiago de Chile: La Monada, 1999.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1967.

GILLIGAN, C. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

HAARR, R. “**Patterns of interaction in a police patrol bureau: race and gender barriers to integration**”. Justice Quarterly, vol. 14, p. 54-85, 1997.

HEIDENSOHN, F. **Women in control? The role of women in law enforcement**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito, apud MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. Epígrafe.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Portaria n. 538**. Curitiba, 15 de dezembro de 1976.

PARANÁ. **Decreto n. 3233**. Curitiba, 10 de abril de 1977.

PARANÁ. **Lei n. 7815**. Curitiba, 29 de dezembro de 1983.

PIMENTEL, Sílvia. DORA, Denise Dourado. (Coord). **As Mulheres e a Construção dos Direitos Humanos - 200 anos da morte de Olympe de Gouges**. Porto Alegre: CLADEM-Brasil/THEMIS- Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, nov. 1993.

_____; DI GIORGI, Beatriz e PIOVESAN, Flávia. **A Figura/Personagem Mulher em Processos de Família**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1993.

PRAETORIUS, Ina, verbete Androcentrismo, In: GÖSMANN, Elisabeth et alli. Trad. Carlos Almeida Pereira. **Dicionário de Teologia Feminista**. Petrópolis:Vozes, 1996

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 076/79**. Curitiba, novembro de 1979. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Constitucionalismo democrático e governo das razões: estudos de direito constitucional contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SCOTT, J. W. **Fantasy Echo: história e a construção da identidade**. Labrys: Estudos Feministas, no 1-2, jul/dez. 2002. Disponível em; <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys>. Acesso em 2 de fevereiro de 2023.



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

SCOTT, J. W. **O enigma da igualdade**. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SCHACTAE, A. M. **Farda e batom, arma e saia: a construção da Polícia Militar feminina no Paraná (1977-2000)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MARTIN, S. **Breaking and entering: policewomen on patrol**. Berkeley: California University Press, 1980.

MUSUMECI, L; SOARES, B.M. **Polícia e Gênero: a presença feminina nas PMs brasileiras**. Boletim de segurança e cidadania, v.2. n.4, 2004.

RILES, Annelise. Introduction: In response. In: RILES, Annelise. **Documents: artifacts of modern knowledge**. University of Michigan, 2006.

WORDEN, A. P. **The attitudes of women and men in policing: testing conventional and contemporary wisdom**. Criminology, vol. 31, no 2, p. 203-241, 1993.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**OFICINAS DE FORMAÇÃO “GAROTAS EMPODERADAS”: EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PARANAÍ**

Isabela Candeloro Campoi – Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí ¹

Ana Paula de Souza – Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí ²

GT 09 - Gênero, sexualidade e direitos humanos em perspectiva: diálogos multidisciplinares

RESUMO

Como um projeto na modalidade extensão universitária, as oficinas de formação oferecem atividades para que meninas púberes e adolescentes sejam acolhidas e encontrem espaço de expressão e escuta. A proposta deste artigo é apresentar um relato de experiência e os desdobramentos da atividade intitulada *Garotas empoderadas: oficina de formação* que tem sido executada em escolas públicas estaduais no município de Paranavaí. Ainda que o foco inicial tenha sido os aspectos biológicos do corpo feminino, as temáticas ligadas às relações de gênero fizeram, inevitavelmente, parte dos módulos, já que foram abordados os papéis sociais de mulheres e homens, as feminilidades, as masculinidades, a diversidade sexual e de gênero. Tais abordagens foram problematizadas em conjunto com as participantes, por meio de dinâmicas direcionadas. Apesar do projeto ainda estar em andamento, a partir das observações feitas nas escolas já atendidas, os resultados preliminares indicam que há carência na rede de ensino no que tange aos temas tratados. Da mesma forma, através dessa experiência, evidenciou-se o valor de projetos de extensão universitária, os quais têm se mostrado um importante canal de acesso ao conhecimento acadêmico frente às demandas da sociedade no entorno das universidades. No caso da oficina em questão, pretendeu-se promover a formação de meninas e adolescentes no que tange aos cuidados com o corpo, à educação sexual, à identificação da pobreza menstrual e à promoção da equidade de gênero.

Palavras-chave: educação sexual, gênero, empoderamento feminino.

RESUMEN

Como proyecto en la modalidad de extensión universitaria, los talleres de formación ofrecen actividades para que las niñas y adolescentes púberes sean acogidas y encuentren espacios de expresión y escucha. El objetivo de este artículo es presentar un relato de experiencia y las consecuencias de la actividad *Niñas empoderadas: taller de formación* que se ha realizado en escuelas públicas estatales del municipio de Paranavaí. Si bien el enfoque inicial estuvo en los aspectos biológicos del cuerpo femenino, los temas relacionados con las relaciones de género formaron inevitablemente parte de los módulos, ya que se abordaron los roles sociales de mujeres y hombres, feminidades, masculinidades, diversidad sexual y género. Tales abordajes fueron problematizados junto con los participantes, a través de dinámicas focalizadas. Si bien el proyecto aún se encuentra en ejecución, a partir de las observaciones realizadas en las escuelas ya atendidas, los resultados preliminares indican que existe carencia en la red educativa en cuanto a los temas abordados. Asimismo, a través de esta experiencia se evidenció el valor de los proyectos de extensión universitaria, los cuales han demostrado ser un importante canal de acceso al conocimiento académico frente a las demandas de la sociedad en torno a las universidades. En el caso del taller en mención, se pretendía promover la formación de niñas y adolescentes en materia de cuidado del cuerpo, educación sexual, identificación de la pobreza menstrual y promoción de la equidad de género.

Palabras clave: educación sexual, género, empoderamiento femenino.

¹ Professora associada do Colegiado de História e-mail: isabela.campoi@unespar.edu.br

² Acadêmica do curso de História e bolsista do Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social – Pesquisa e Extensão/PIBIS/Fundação Araucária. E-mail: lolaanasantos@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As questões ligadas ao corpo feminino, tais como a menstruação e a sexualidade são, de modo geral, consideradas tabus na contemporaneidade. A oficina de formação nominada “Garotas empoderadas” é fruto do projeto de extensão ligado ao Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí, ainda em execução, que pretende quebrar tais tabus e proporcionar conhecimento, instrução e acolhimento às participantes. A experiência tem mostrado que muitas garotas foram surpreendidas com a menarca, pois não tinham conhecimento prévio sobre esse fenômeno biológico que afeta mulheres saudáveis e com útero, inexoravelmente.

De modo geral, os conflitos advindos da puberdade feminina são parte do desenvolvimento humano e comumente são negligenciados pela família, pela escola e pela sociedade em geral. Um estudo realizado pela enfermeira Vânia Soares através da regional Paraná da *Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos* mostrou que, de 2010 à 2019, 10.867 meninas com idade entre 10 e 14 anos engravidaram e tiveram filhos nascidos vivos no estado do Paraná. O relatório sobre meninas mães foi apresentado em reunião do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e nos despertou sentimento de urgência em lidar com esse tema (certamente o mais imperativo, mas não o único) nas escolas. Ainda que as gravidezes de meninas estejam vinculadas criminalmente ao estupro presumido, cujo abortamento está previsto em lei, é preciso assumir definitivamente que a prevenção através da informação seja o melhor caminho para enfrentar esse problema (SOARES, 2019).

Neste sentido, acreditamos que a escola seja um espaço importante para a disseminação de informações ligadas à educação sexual, tais como esclarecimentos sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e a apresentação dos métodos contraceptivos entre a população adolescente. No que tange à gravidez precoce, os principais fatores que contribuem para a gestação na adolescência são a desinformação sobre sexualidade e o próprio desconhecimento do funcionamento do aparelho reprodutor: muitas meninas púberes se espantam com a menarca por não receberem devidamente informações das próprias famílias; outras tantas deixam de frequentar a escola no período menstrual por vergonha ou falta de absorventes.

A proposta deste artigo é apresentar um relato de experiência e os desdobramentos da atividade intitulada *Garotas empoderadas: oficina de formação* que tem sido executada em escolas públicas estaduais no município de Paranavaí.



1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os temas ligados à sexualidade e ao corpo feminino (e às relações de gênero de forma mais ampla) têm despertado, nos últimos anos, as atenções da antropologia, da história, das ciências humanas e sociais de modo geral. Em consonância com os movimentos sociais, os estudos acadêmicos despertaram para esse campo por volta dos anos 1970. Ao considerarmos as inter-relações entre os movimentos de mulheres nas sociedades ocidentais e os estudos acadêmicos, podemos localizar o período da segunda onda feminista como significativo, conforme indica Suelly Gomes Costa:

A partir da década de 1970, conhecimentos sobre a história das mulheres se multiplicaram, numa íntima associação com os movimentos feministas, ressurgidos, nesse período, com uma pauta de lutas reconhecidamente sexistas, ou seja, voltada para as questões específicas do feminino (COSTA, 2003, p. 190).

Para a autora, as inovações dos estudos nessa área devem ser associadas às mudanças conjunturais ligadas ao universo feminino naquele contexto, tais como o advento da pílula anticoncepcional e dos métodos contraceptivos, e a ascensão das mulheres como parcela significativa da população economicamente ativa. Da mesma forma, a temática feminina e o debate proporcionado por uma certa desmarginalização desses estudos no meio acadêmico, vão sugerir uma reviravolta nas concepções teórico-metodológicas.

Como afirma Maria Odila Leite da Silva Dias, os estudos feministas contribuem no processo de questionamento das Ciências Humanas no que se refere aos seus métodos, conceitos e categorias de análise, “ao contrário de constituir área do saber restrita e marginal, os estudos de mulher têm se revelado capazes de contribuir para a renovação de mananciais importantes das Ciências Humanas como um todo” (DIAS, 1992, p. 40).

As conquistas no âmbito dos direitos políticos e civis no Brasil, como o acesso ao ensino superior (1879), ao sufrágio (1932) e ao divórcio (1977), por exemplo, sinalizam o quanto a emancipação do sexo feminino foi morosa e, conseqüentemente, o acesso à cidadania tenha sido tardio (HAHNER, 1978). Entretanto, junto das conquistas no que tange à participação das mulheres na sociedade, questões ligadas à moralidade e aos costumes patriarcais estipulavam (e ainda estipulam) condutas, comportamentos e até profissões consideradas adequadas às mulheres, dadas às características interpretadas como ‘naturalmente’ femininas.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Nessa perspectiva, a partir da década de 1960, novos objetos, abordagens e problemas foram trazidos, ampliando o campo de estudos ligados às mulheres, desnaturalizando os papéis sociais tradicionalmente estabelecidos para mulheres e homens, dicotomicamente (SOIHET, 1997). Para além das figuras femininas de vulto valorizadas pela narrativa histórica tradicional, culta e oficial, mulheres anônimas, responsáveis pelo próprio sustento, marcadas por uma trajetória de vida acidentada que não sucumbiram à sociedade patriarcal tem sido trazidas à luz pelos estudos históricos.

Do mesmo modo, uma nova frente de luta passou a problematizar as temáticas ligadas ao corpo. No contexto dos movimentos da contra cultura, as feministas questionaram a reprodução – quase compulsória – a sexualidade e a heteronormatividade. Com o advento da pílula anticoncepcional uma verdadeira revolução subterrânea teve início com a ideia de que o pessoal é político: a emancipação se deu também por meio do direito de escolha. O reflexo disto nos países centrais foi o debate sobre o aborto.

No rol desse debate, entre os temas ligados ao feminino que têm sido problematizados, a menstruação e seus significados têm recebido especial atenção, principalmente por parte da antropologia. Assim, diferentes épocas e culturas interpretam o menstruar (e o procriar) de acordo com seus arcabouços de compreensão que lhes são peculiares, justificando as estruturas de parentesco e, conseqüentemente, o *status quo*. Em linhas gerais a procriação tem sido interpretada permeada por compreensões mágicas e espirituais. No ocidente cristão, até o início do século XX não se vinculava diretamente a menstruação à procriação. Isso ocorreu quando as ciências biomédicas tiveram equipamentos mais precisos de mensuração e se desenvolveram os campos da endocrinologia e da bioquímica (SARDENBERG, 1994). Apesar de ser um fato da natureza, a menstruação está inserida na ordem da cultura, das crenças e dos costumes.

Assim, para além da explicação biomédica, qual seja, de que a menstruação é uma fase natural do ciclo reprodutivo das mulheres, sendo o resultado da descamação do endométrio, ou seja, uma hemorragia uterina provocada pela expulsão do revestimento interno do endométrio por meio da constrição da musculatura uterina (o miométrio), quando a ovulação não resulta em gravidez, a interpretação deste fenômeno biológico é determinado pela cultura (COUTINHO, 1996, p. 83).

Dentro desta perspectiva, nos preceitos da cultura judaico-cristã, o sangue menstrual tem sido compreendido como algo sujo, vergonhoso, como um estigma que colocava as mulheres num

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



patamar inferior, de fragilidade e sujeira. Por esse viés, tem sido interessante conhecer as variadas percepções sobre o menstruar expressas na experiência com as oficinas, análise que poderá ser computada futuramente e extrapola a proposta desse texto. Também porque o projeto encontra-se em exceusão.

Com as oficinas objetivamos identificar alunas mais vulneráveis no que tange à chamada pobreza menstrual, bem como as que porventura estejam sofrendo abuso sexual e ainda as que já iniciaram a vida sexual no sentido de realizar orientações preventivas, seja informando-as sobre as IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), seja apresentando os métodos anticonceptivos. Não menos importante é a promoção do empoderamento feminino por meio da disseminação do conhecimento elaborado no âmbito da Universidade para o público feminino escolar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa do projeto contou com a participação de uma aluna voluntária e uma acadêmica contemplada com uma bolsa da Fundação Araucária através do Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social – Pesquisa e Extensão (PIBIS-Fundação Araucária), esta última foi substituída pela atual acadêmica bolsista em fevereiro de 2022. Nesta etapa do projeto (segundo semestre de 2021) a equipe envolvida pautou-se na elaboração das atividades, quando, através de leituras bibliográficas pertinentes ao tema, de troca de ideias em reuniões virtuais, fomos estabelecendo o formato e as dinâmicas adequadas à faixa etária das estudantes atendidas, resultando em três módulos/encontros de 1 hora e 30 minutos cada, em dias consecutivos e no contra turno escolar. Simultaneamente produzimos o material de divulgação, estabelecemos contato e articulação com o Núcleo Regional de Educação de Paranavaí (NRE) e com as direções de escolas, apresentando a proposta às interessadas.

Na segunda etapa (no decorrer do ano de 2022) foram executadas as oficinas propriamente ditas. O projeto e seu financiamento foi renovado até agosto de 2023, de modo que esse texto se restringe a dados e informações parciais.

Ainda que o foco inicial tenha sido os aspectos biológicos do corpo feminino, as temáticas ligadas às relações de gênero fizeram, inevitavelmente, parte dos módulos, já que foram abordados os papéis sociais de mulheres e homens, as feminilidades, as masculinidades, a diversidade sexual e de gênero. Muitas dessas abordagens foram problematizadas em conjunto



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

com as participantes, por meio de dinâmicas direcionadas.

No primeiro encontro recebemos as alunas numa sala cujas cadeiras são posicionadas em forma de meia lua e ao som da música “Cor de rosa choque” da cantora Rita Lee. Após as devidas apresentações, realizamos a dinâmica dos cartões coloridos: as participantes recebem três cartões nas cores verde, amarela e vermelha, a partir dos quais explicamos seus significados. No Datashow exibimos slides com afirmativas, uma a uma, e a partir delas as participantes devem se posicionar levantando o cartão.

Figura 1: Slide que compõe a dinâmica dos cartões coloridos do primeiro encontro



Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

Diante das reações, comentários e posicionamentos, pudemos desenvolver o tema da menstruação de forma rica e instigante, quando ele se desdobrou em assuntos correlatos como o corpo feminino e seu sistema reprodutor, higiene pessoal e tipos de absorventes (externo e interno) e o coletor menstrual, este desconhecido por muitas delas, além de mitos e verdades sobre a menstruação (VON KOSS, 2004). Foi feita a leitura dramática do poema “Eu sou uma mulher” de Marina Colasanti (1993); em seguida foi entregue uma cópia do poema para cada participante e feita interpretação do texto.

Outros slides foram exibidos com imagens estilizadas do aparelho reprodutor feminino com seus órgãos internos e externos (JUNQUEIRA, CARNEIRO, 2004). No final das atividades apresentamos a dinâmica da caixinha de recados: foi dado à cada participante um papel pautado



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

de caderno pequeno, instigando-as a fazerem perguntas, recados, desabafos de forma anônima. Os mesmos podem ou não ser depositados na caixinha durante o segundo encontro. Também pedimos que elas questionassem as mulheres mais próximas sobre a experiência delas com a menstruação com a possibilidade de compartilharem no início do segundo dia de oficina.

No segundo módulo/encontro foram abordados temas como maternidade e responsabilidade, métodos anticoncepcionais, infecções sexualmente transmissíveis e autocuidado. A mesma dinâmica dos cartões coloridos foi aplicada com as seguintes afirmativas:

Figura 2: Slide que compõe a dinâmica dos cartões coloridos do segundo encontro

Concordo **Tenho dúvidas** **Discordo**

- Eu sei o que significa quando a menstruação está atrasada.
- Eu acredito que toda mulher grávida precisa de proteção.
- A mulher que não tem filhos é menos mulher.
- Toda mulher nasce com instinto materno.
- O planeta Terra nunca foi tão habitado: somos quase 8 bilhões de pessoas.
- Eu concordo que o destino das mulheres é imposto pelas leis biológicas.
- Hoje em dia só tem filho quem quer.
- Eu acredito que o destino de toda mulher é ser mãe.
- Eu acho que a máquina de lavar roupas fez mais pelas mulheres do que a pílula anticoncepcional.
- Mulher tem que ter um salário menor porque engravida.
- Eu conheço o método da tabelinha para não ficar grávida.

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

A receptividade de cada afirmativa, as expressões duvidosas e os olhares de algum modo vergonhosos pautam o ritmo da dinâmica, mostrando a diversidade de níveis de conhecimento das participantes de cada turma.

Após os desdobramentos provocados pela dinâmica dos cartões coloridos, entregamos a frase abaixo de autoria de Nashla Dahás impressa e enrolada em pequenos papelotes para cada uma das participantes, escolhendo uma delas para ler em voz alta:

Os estudos da influência celeste em nossas vidas confirmam o que toda mulher já sabe: lua, mês, menstruação. A mulher está presa ao calendário da natureza, um compromisso diante do qual não lhe foi concedido o livre arbítrio. Não será sem grandes sequelas que ela poderá se libertar da bruta lei da procriação (DAHÁS, 2015, p.15).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Exibimos a imagem abaixo do artista Eric Drooker intitulada “Crucificação” no Data show, solicitando a interpretação da imagem a partir da frase:

Figura 3: Reprodução em slide da gravura de Eric Drooker, “Crucificação”.



Fonte: Site do autor (<http://www.drooker.com/original-art>).

Após essa atividade, são entregues panfletos da Secretaria de Saúde de Paranavaí disponibilizados através do Programa Saúde do Adolescente e do Sistema Integrado de Atendimento em Saúde (SINAS) contendo informações sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e os serviços de testes rápidos da secretaria de Saúde de Paranavaí. Problematicamos o tema numa conversa franca e aberta, oferecendo os preservativos (masculino e feminino) disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde. Também pedimos que elas depositem os recadinhos na caixinha.

No terceiro e último dia de encontro, são discutidos os papéis sociais do ser homem e ser mulher na sociedade, as relações de gênero, as feminilidades e as masculinidades, a violência

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

doméstica e os tipos de violência. Tais temas foram inseridos novamente com a dinâmica dos cartões coloridos:

Figura 4: Slide que compõe a dinâmica dos cartões coloridos do terceiro encontro



Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

Da mesma forma, nesse último módulo temas ligados à história das mulheres e das relações de gênero foram aprofundados através dos slides. Aliás, durante toda a oficina, frases, imagens e demais informações foram exibidas no Datashow, suporte importante como procedimento metodológico. Nessa ocasião foram distribuídos panfletos produzidos pelo NUMAPE (Núcleo Maria da Penha), projeto de extensão da Unespar de Paranavaí.

Até o final do ano de 2022 o projeto atendeu cerca de 90 estudantes em cinco instituições de ensino, ocorrendo duas edições em três delas e por conta da renovação do projeto, novas turmas serão agendadas em 2023.¹ Nesses encontros presenciais com meninas púberes e adolescente, tratamos abertamente de temas tabus, tais como menstruação, sistema reprodutor, identidade de gênero, sexualidade entre outros, daí a importância de as atividades serem destinadas exclusivamente ao público feminino, alunas na faixa etária dos 12 aos 18 anos (7º ano do Ensino

¹- De 15 à 17/03 e 18 à 20/10/2002 a oficina aconteceu no salão nobre do Colégio Estadual de Paranavaí. Nos dias 05, 06 e 07/04 e 04, 05 e 07/10/2022 no Colégio Unidade Pólo; dias 26, 27 e 28/04/2022 no Colégio Flauzina Dias Viegas, nos dias 23, 24 e 25/08/2022 no Instituto Federal, campus de Paranavaí e nos dias 08, 09, 10/11 e 06, 07 e 08/12/2022 no Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão, em Tambora.



Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o conceito, inclusive semântico, do termo extensão no livro “Extensão ou comunicação?”, Paulo Freire considera a expressão “extensão educativa” sob a luz do educar e educar-se na prática da liberdade, não como mera domesticação ou transmissão de conhecimento, mas como troca e construção do conhecimento em sua ação transformadora sobre a realidade. O autor se refere à educação como campo que transforma se transformando, ao ritmo da realidade e de forma dialética (FREIRE, 2013, p.79). Partido desses pressupostos, consideramos a extensão universitária um campo profícuo para a efetivação desses procedimentos, já que os percebemos tanto durante o preparo quanto na própria execução da oficina. As acadêmicas envolvidas trouxeram ideias para as dinâmicas, como foi o caso do poema “Eu sou uma mulher” de Marina Colasanti para colocar o tema da menstruação de forma leve e poética.

De modo geral, ao oferecermos um espaço aberto de expressão de ideias, as garotas se mostraram interessadas, integradas entre si e aptas a tirarem dúvidas ligadas a assuntos que comumente não encontram campo em suas famílias. Com a dinâmica da caixinha, recebemos um relato de abuso sofrido no âmbito familiar, situação devidamente informada à equipe pedagógica do colégio. Da mesma forma, em outra escola, recebemos relatos negativos sobre uma professora que desmerece as meninas lésbicas, o que motivou, segundo uma delas, a colegas mudarem de escola.

Em um caso específico, a turma relatou a gravidez precoce de uma colega de escola de 12 anos, que serviu como mote para a reflexão sobre os problemas e as responsabilidades advindas desta situação testemunhada por elas próprias. Para além da aprendizagem e da disseminação de informações, na realização dos módulos, as participantes encontram abertura dentro das dinâmicas. Dessa forma, a percepção freireana de que a educação se transforma no ritmo da realidade, porque está sendo transformada ao mesmo tempo em que atua como força transformadora, tem sido observada na execução de nosso projeto de extensão universitária.

A partir da dinâmica da caixinha criamos um canal de diálogo discreto com as meninas, tanto que uma delas relatou abuso sofrido no âmbito familiar, situação devidamente informada à equipe pedagógica da instituição. Respondemos, sem indicar as autorias dos questionamentos, a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

perguntas diversas sobre o coletor menstrual, a anatomia do hímen, aborto espontâneo, uso de absorventes internos por garotas que ainda não iniciaram a vida sexual, corrimento, entre outras ligadas à fisiologia feminina. Outras garotas elogiaram o projeto ou escreveram poemas, músicas e desenharam no papel.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens feitas durante a oficina proporcionaram às participantes um espaço de escuta e de liberdade para poder falar e se abrir, compreendendo melhor a si mesmas e as vivências fora e dentro da escola. Muitas meninas se sentiram à vontade para se expressar e contare suas próprias descobertas e experiências.

Apesar do projeto ainda estar em andamento e a partir das observações feitas durante a execução das oficinas, os resultados preliminares indicam que há carência na rede de ensino no que tange aos temas tratados. Da mesma forma, através dessa experiência, evidenciou-se o valor de projetos de extensão universitária, os quais têm se mostrado um importante canal de acesso ao conhecimento acadêmico frente às demandas da sociedade. No caso da oficina em questão, pretendemos promover a formação de meninas e adolescentes no que tange aos cuidados com o corpo, à educação sexual, à identificação da pobreza menstrual e à promoção da equidade de gênero.

Consideramos que a oficina tem contribuído para a identificação de meninas que sofreram ou sofram algum tipo de abuso sexual, além das que já iniciaram a vida sexual e por isso precisam de informações e orientações preventivas, seja encaminhando-as para a realização de exames ligados às IST, seja estimulando o uso de métodos anticoncepcionais. Não menos importante é a promoção do empoderamento feminino por meio da disseminação do conhecimento elaborado no âmbito da Universidade para o público feminino escolar.

Por outro lado, a primeira tentativa de fazer chegar a oficina nas escolas foi frustrada, pois não tivemos nenhum retorno depois da chefia no NRE (Núcleo Regional de Educação de Paranavaí) ter enviado o material de divulgação com a carta convite para as instituições de ensino receberem o projeto. A segunda tentativa foi enviarmos, nós mesmas, mensagens aos endereços eletrônicos das escolas, tentativa também frustrada. Por fim, a solução foi agendarmos uma conversa presencialmente com a direção para apresentarmos o projeto e, ainda assim, tivemos acesso recusado por um diretor de colégio que considera o tema “espinhoso” e, possivelmente, não agradaria aos pais, em sua maioria de linha conservadora, nas palavras do diretor.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

De qualquer forma, sabemos que os temas propostos em nosso projeto de extensão estão no rol de assuntos que família e escola preferem “jogar para debaixo do tapete”. No entanto, em virtude da participação como membra titular das IES (Instituições de Ensino Superior) do Paraná no Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, foi despertado de forma incisiva o compromisso social a partir dos dados alarmantes apresentados no relatório sobre mães meninas no Paraná.

O tema da menstruação é historicamente envolto por preconceitos, crenças negativas e estigmas contraproducentes que desfavorecem a perpetuação do menstruar como tabu, favorecendo os sentimentos de vergonha e até isolamento de jovens mulheres em idade escolar. Da mesma forma, a falta de acesso às políticas públicas ligadas à saúde, deixam muitas meninas e jovens vulneráveis, de modo que a oficina *Garotas empoderadas* tem procurado interferir no processo de formação humana das estudantes, informando-as e promovendo seu empoderamento.

REFERÊNCIAS

- COLASANTI, Marina. **Rota de colisão**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. ABREU, M., SOIHET, R. (org.) **Ensino de História: conceitos, temáticas, metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.190.
- COUTINHO, Elsimar. **Menstruação, a sangria inútil**. São Paulo: Gente, 1996.
- DAHÁS, Nashla. História, substantivo feminino. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. N. 113, fev.2015.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 40999.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- HAHNER, June. E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa, CARNEIRO, José. Aparelho reprodutor feminino. In: JUNQUEIRA, L. C. CARNEIRO, J. **Histologia básica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
- SARDENBERG, Cecilia. Sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. **Estudos Feministas**, n.02/1994, pp. 314-344.
- SOARES, Vania Muniz N. Soares. **Estupro presumido no Paraná**: caracterização das meninas mães em um período de dez anos (2010-2019). Relatório da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, regional Paraná, apresentado ao



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

CEDM. http://www.cedm.pr.gov.br/sites/cedm/arquivos_restritos/files/documento/2020-11/caracteristicas_de_maes_meninas_no_parana_2010-19_31.pdf (Acesso em 21/04/2021).

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 275-296.

VON KOSS, Monika. **Rubra força: fluxos do poder feminino**. São Paulo: Escrituras, 2004.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade das autoras.”



UM OLHAR INTERSECCIONAL DAS DIVERSIDADES PARA A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

Silvana Arantes da Silva (UEMS)¹

Fernando Guimarães Oliveira da Silva (UEMS)²

GT: Gênero, sexualidade e direitos humanos em perspectiva: diálogos multidisciplinares

RESUMO

Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado em educação, em andamento, desenvolvida junto Núcleo de educação antirracista ligado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Partimos do seguinte problema: práticas de racismo, Lgbtbqia+fobia e outras formas de violências praticadas nas escolas e serviços de educação não formal não podem levar ao comportamento autolesivo e/ou suicida? Diante do problema colocado, fizemos uma abordagem pós-crítica das pesquisas em educação para buscar informações sobre como o trabalho em rede está acontecendo de forma articulação ou não para dar conta de produzir ações educativas de prevenção. Especialmente ações que produzem os seus efeitos nas áreas de educação, assistência social e saúde por acreditar que são lugares onde as crianças e adolescentes manifestam tais comportamentos. Para dar conta disso, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a aplicação de um questionário após a aprovação em Comitê de ética em pesquisa com seres humanos. Apresentamos alguns conclusivos da pesquisa para entender a relação suicídio, as vulnerabilidades vividas decorrentes das diferentes formas de violências sofridas pelas crianças e adolescentes e o enfoque do trabalho em rede para dar conta de prevenir eventos autolesivos e suicidas. E, os resultados foram satisfatórios, uma vez que apontam o trabalho em rede é essencial, já que as estratégias de prevenção do suicídio não é pauta somente do governo e de profissionais da saúde, como de todo a sociedade.

Palavras-chave: Suicídio. Trabalho em rede. Diversidades. Diferenças. Interseccionalidade.

RESUMEN

Este artículo forma parte de una investigación de maestría en educación, en curso, desarrollada en el Núcleo de educación antirracista vinculado a la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul (UEMS). Partimos del siguiente problema: ¿las prácticas de racismo, Lgbtbqia+fobia y otras formas de violencia practicadas en las escuelas y servicios de educación no formal pueden llevar a comportamientos autolesivos y/o suicidas? Frente al problema planteado, realizamos una aproximación postcrítica a la investigación en educación para buscar información acerca de cómo la red está sucediendo de manera articulada o no para dar cuenta de la producción de acciones educativas de prevención. Especialmente acciones que produzcan sus efectos en las áreas de educación, asistencia social y salud, pues creemos que son los lugares donde los niños y adolescentes manifiestan tales comportamientos. Para dar cuenta de ello, utilizamos la investigación bibliográfica y la aplicación de un cuestionario previa aprobación del Comité de Ética en investigación con seres humanos. Presentamos algunas conclusiones de la investigación para comprender la relación suicidio, las vulnerabilidades experimentadas debido a las diferentes formas de violencia sufridas por los niños y adolescentes y el abordaje del trabajo en red para prevenir las autolesiones y los eventos suicidas. Y, los resultados fueron satisfactorios, ya que señalan que el trabajo en red es esencial, ya que las estrategias de prevención del suicidio no son sólo una agenda

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, Unidade de Paranaíba). Professora da rede municipal de ensino de Paranaíba/MS e Pesquisadora do Núcleo de Educação Antirracista (NEA, da UEMS). Email: silvanaarantessilva@hotmail.com.

² Professor do Programa de pós-graduação em educação e do Curso de Pedagogia da UEMS. Coordenador do NEA e Doutor em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Email: fernando.oliveira@uems.br.



del gobierno y los profesionales de la salud, sino de toda la sociedad.

Palabras clave: Suicidio. Trabajo en red. Diversidades. Diferencias. Interseccionalidad.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A autoria deste estudo é composta de uma professora e um professor. Na relação que criamos com os nossos alunos e as nossas alunas da educação básica e do ensino superior, somos afetos a criar um espaço de autonomia e emancipação para o pensar, agir e ser sem partir de nenhuma referência a fim de cobrar que sigam modelos previamente pensados e fáceis de ser. Diante disso, acreditamos que a autonomia e uma vida gerenciada para o bem viver sejam primados que os direitos humanos como elemento norteador de nossa prática. Mas infelizmente, de toda a preocupação que depositamos para evitar formar crianças e adolescentes conservadores fanáticos e contrários aos direitos humanos, ainda assim um ou outro escapa por diferentes eventos da vida cotidiana que os impedem de serem o que eles querem de forma livre. Muito nos preocupa sobre as interdições que existem no trato com as temáticas de gênero, sexualidades, raça, classe desde a educação da primeira infância (educação infantil).

O fato de estes assuntos não serem tão seguramente tratados podem representar um problema de autoafirmação para algumas pessoas que não encontraram na escola a devida acolhida e escuta para viverem bem com as suas diferenças. Ser diferente pode ser um problema para algumas pessoas que não conseguem lidar muito bem com isso, não conseguem enfrentar as fobias, as rejeições e as violências existentes. Não sabendo lidar com uma educação emocional que fortaleça e se ancore nos direitos humanos, muitas cometem atos autolesivos e podem chegar ao suicídio como uma forma de findar um sofrimento impossível de ser entendido.

Alguns eventos nos levam a justificar a relevância do estudo, vamos caracterizar três situações: o processo de transição de gênero vivida por uma travesti-transsexual-transgênero; o racismo vivido por crianças e adolescentes e um adolescente que se expressa bicha-viado-sapatão. Este último por conta dos termos pode ressoar à primeira vista um absurdo, mas muitos e muitas adolescentes se caracterizam assim nas escolas, nos equipamentos de saúde e projetos de assistência social. Será que estas pessoas estão angustiadas por viverem com o tamanho sofrimento da rejeição, da violência e do abuso cotidianos?

Este texto é oriundo de preocupações no campo das teorias pós-críticas da educação sobre a temática do suicídio. Essa pesquisa está vinculada ao Núcleo de Educação Antirracista (NEA), desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em andamento que visa compreender as ações articuladas da rede educação-saúde-assistência social na criação de serviços de prevenção ao suicídio no município de Paranaíba/MS.

Sempre me questionei o porquê se propagam esse discurso de silenciamento sobre o suicídio tanto nos meios de comunicação quanto nos diversos seguimentos da sociedade, especialmente nas instituições, como o ambiente escolar, familiar e religioso? Isso é um problema de quem?

O que motivou essas mortes? Será que estas pessoas tiveram problemas com algum sofrimento gerado pela Lgbtqia+fobia, racismos, xenofobia ou outras formas de violência? Resta-nos entender isso a partir de agora para encontrar respostas em um porquê ou vários porquês. Recentemente posterior aos eventos pandêmicos, a situação não mudou. No entanto, como os eventos suicidas ainda continuam, o fator pandemia representa mais uma situação para além das que já ocorriam com bastante frequência.

O que mais chama atenção para que possamos questionar as políticas articuladas de prevenção ao suicídio é um olhar para as diferenças presentes na constituição dos sujeitos que praticam este ato. Leva a muitos questionamentos sobre o tema, sendo o que mais nos descentra: será que pessoas negras cometem o suicídio em decorrência do racismo? Será que pessoas Lgbtqia+ cometem o suicídio por conta de violências em decorrência das diversidades de gênero e de sexualidades? Será que pessoas fora de um padrão estético culturado pela sociedade capitalista cometem o suicídio por conta de gordofobia?

Muito preocupados com a forma como este assunto pode ser abordado no âmbito do trabalho em rede com diferentes públicos e faixas etárias que realizamos uma discussão sobre a atuação em redes de políticas de prevenção do suicídio.

Queremos lançar um olhar interseccional para a interação, a soma ou o cruzamento de dois ou mais demarcadores sociais das diferenças e das diversidades para entender e justificar como a perspectiva da ciência e não dos preconceitos, os porquês do comportamento autolesivo e suicida. Sabe-se dos cuidados necessários para fazer afirmativas no contexto das questões aqui pontuadas, mas por ser uma pesquisa inicial, acreditamos que abordar sob um viés pós-crítico das pesquisas em educação, premissas e pressupostos, pode-se fazer algumas inferências para abrir o debate sobre o assunto. Compreende-se que as políticas públicas e as das redes de proteção no qual educação, assistência social e saúde protagonizam, se relacionam e atuam de forma articulada faz toda a diferença para propiciar trocas de experiências e de conhecimentos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

entre os profissionais.

Nesse sentido, queremos abordar a questão da prevenção ao suicídio como um problema de corresponsabilidade de diferentes áreas do poder público: educação, saúde e assistência social, identificando as ações educativas de prevenção direcionadas às crianças e aos adolescentes e como o trabalho em rede pode corroborar com essas ações. Sob essa perspectiva, o trabalho em rede torna-se essencial, já que a prevenção e estratégias de prevenção ao suicídio não é pauta somente do governo e de profissionais da saúde, como de toda a sociedade. Sendo assim, Nilson Berenchtein Netto (2007, p. 160) afirma que “não se combate o suicídio apenas na área da saúde, mas também na política, na economia, na educação, ou seja, na luta cotidiana”.

Para Hetem (2010), identificar precocemente os comportamentos autodestrutivos que possam ter como obstáculo mais grave o suicídio e encaminhar ao serviço de saúde especializado é o primeiro passo para a prevenção ao suicídio. Ainda segundo o autor o suicídio é um problema de saúde pública e a sua prevenção tem correlação com a identificação precoce de comportamentos autodestrutivos, de ideação suicida e o seu correto encaminhamento aos profissionais especializados, visto que a assistência prestada às pessoas que tentaram o suicídio é uma estratégia fundamental na sua prevenção, pois elas constituem um grupo vulnerável.

Como a morte por suicídio não é um evento que ocorre desconexo das relações sociais, pois, representa a consequência de um processo social, econômico, político e psicológico, e, assim é imprescindível dar ao fenômeno suicida maior visibilidade para que sejam pautas levadas pela sociedade para uma efetiva implantação de políticas públicas com ações educativas e capacitação de profissionais das áreas de assistência social, educação e saúde por meio de estratégias de identificação, intervenção, prevenção, informações e cooperação por meio do trabalho em rede com ações intersetoriais. Organizamos o material deste texto da seguinte forma: fundamentação teórica, metodologia e os resultados e discussões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os estudos das diversidades disparam contribuições em diferentes áreas do conhecimento no Colégio de Humanidades e de Ciências Sociais Aplicadas. Muitas são as produções teóricas e pesquisas que vem olhando para as questões que envolvam certos grupos sociais e/ou sujeitos específicos. É complexo pensar nas diferentes formas de ser, agir e pensar a experiência social de cada pessoa, Berenice Bento (2011) faz um estudo riquíssimo para

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

demonstrar a beleza que é o fato de os corpos não corresponderem às expectativas sociais. Para isso, a autora parte de experiências travestis e transexuais para demonstrar que os corpos não seguem caminhos previamente definidos.

Para dar conta de compreender a diversidade de expressão do ser, do agir e do sentir, precisamos de uma postura pedagógica, não importa em qual lugar seja educação escolar ou não escolar, que consiga transcender limites cisheterossexistas, ensejadoras de padrões e reiteradoras de formas de produção das desigualdades. Bento (2011) compreende que desde o nascimento, as pessoas vão sendo interpeladas a praticarem o gênero feminino se tem um vagina e o masculino, se tem um penis. Na concepção da autora, tais práticas se tratam de reiterações do heteroterrorismo:

As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibecomportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada. (BENTO, 2011, p. 552)

Bento (2015) considera a pessoa diferente como um sujeito que aparece no discurso para ser vilipendiado e apagado. Esse processo social de apagamento ou eliminação pode ser uma prática que diz à pessoa diferente que aqui ela não tem vez para existir. Tratam-se de práticas que podem trazer para a pessoa diferente, a sensação de ser abjeto cuja existência é impossível.

Avança para nos dar indicativos que a relação sujeito da diversidade, suicídio e prevenção é viável de ser tratada. Diante disso, passemos a compreender o que seria uma leitura interseccional do suicídio.

Ao abordar uma leitura do suicídio sob uma perspectiva da interseccionalidade, queremos entender como a interação, soma ou entrecruzamento de demarcadores sociais do campo epistemológico das diversidades e das diferentes representam situações que podem se tornar eventos suicidas dada a dimensão das violências provocadas pelo racismo, xenofobia, Lgbtqia+fobia, misoginia e etc.

Compreendemos o conceito de interseccionalidade a partir dos estudos de Carla Akotirene (2018), mas é interessante contextualizar a nossa opção teórica antes de circunscrever a nossa compreensão sobre o termo. Para Gabriela kyrillos (2019), os estudos da interseccionalidade surgiram no campo dos movimentos sociais. Na concepção da autora, o

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

conceito já existia muito antes de chegar à universidade e aos grandes centros de pesquisa por meio dos estudos da pesquisadora-negra Kimberlé Crenshaw durante a década de 80.

Em perspectiva correlata ao enfoque dessa oportuna proposta de Kyrillos (2019), a assistente social-negra-baiana Carla Akotirene (2018, p. 20) destacou que é oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e “[...] adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanos e africanas”. Acrescenta que é: “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” diz Akotirene (2018, p. 24).

Do meu ponto de vista decolonial, é contraproducente empregar interseccionalidade para localizar apenas discriminações e violências institucionais contra indígenas, imigrantes, mulheres, negros, religiosos do candomblé, gordos e grupos identitários diversificados. O padrão global moderno impôs estas alegorias humanas de Outros diferenciadas na aparência, em que preconceitos de cor, geração e capacidade física, aperfeiçoam opressões antinegros e antimulheres – mercadorias humanas da matriz colonial moderna heteropatriarcal do sistema mundo (AKOTIRENE, 2018, p. 35).

O uso da abordagem conceitual feita autora considera contraproducente o uso do olhar interseccional para entender a soma, a descrição e a hierarquização dos demarcadores sociais das diferenças e das diversidades. Mas, o objetivo é se ater à dimensão da interação proposta que consigam manifestar politicamente a complexidade da matriz de opressão colonial. Desse modo, temos a intenção ao relacionar suicídio, diversidades e a interseccionalidade se atentar para o movimento de interação destas questões para entender a relevância de práticas de prevenção.

É improdutivo, neste caso, interagir raça e sistema econômico para justificar o porquê existe o suicídio e atinge pessoas negras. Mas a interação dos eventos nos coloca diante de assuntos oriundos da complexidade dessa relação, fazendo entender com profundidade como o suicídio afeta pessoas negras em referência a outros demarcadores sociais. Nos coloca diante de situações de vulnerabilidade que afetam essas pessoas no mercado de trabalho, nos processos de escolarização, nas relações sociais familiares e em outros espaços.

Requer entender a partir de agora, as possibilidades do trabalho em rede para qualificar uma ação corresponsável. Para Calmon e Costa (2013) o conceito de rede de políticas públicas é inovador, pois combina conhecimentos de diferentes áreas e se contrapõem à percepção tradicional de que o governo pode ser compreendido como uma entidade independente e, acima do restante da sociedade.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Podemos compreender o trabalho em rede como um novo modelo de organização dos serviços públicos a partir da proposta da articulação, conexão, vínculos e intervenção para além da atenção imediata. Trata-se de uma proposta de atuação que prevê a articulação, a integração e uma relação de trabalho compartilhada frente aos eventos identificados. Coaduna com essa perspectiva Sônia Fleury (2005), onde entende que o trabalho em redes promove mudanças metodológicas importantes na abordagem dos fenômenos administrativos, bem como na relação entre níveis governamentais e na relação entre Estado e sociedade, gerando a necessidade de trabalhar as políticas públicas de uma forma mais descentralizada.

Nesse sentido, Whintney Oliveira, Monica de Oliveira e Francisca Gonçalves (2019) pontua que o termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais, interdependência de serviços, e está intimamente ligada ao coletivo. E ainda segundo a autora se faz necessário no trabalho em rede fomentar uma política pública comprometida com a humanidade e para que isso aconteça, é necessário romper com o modelo tradicional e hierárquico de governar, é preciso dar um novo rumo as políticas públicas por meio de ações mais humanitárias, englobando todos os setores responsáveis pela administração pública.

Para Castells (2008) o trabalho em rede são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (valores e objetivos de desempenho). Como é possível notar também, o trabalho em rede estimula seus integrantes a participar da experiência de seus outros componentes, criando relações que promovam mudanças numa cultura em vínculos de dependência e na tradição hierárquica que tanto marcaram as ações nos serviços públicos brasileiros.

O trabalho em rede está previsto na Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, que aponta a intersetorialidade, como:

Organização das políticas públicas por setores ou segmentos e impõe a adoção da ótica intersetorial e de trabalho em rede para a compreensão e atuação sobre os problemas, o que está previsto no ECA ao estabelecer que a política será implementada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2010, p. 28).

Assim, buscamos por meio desta pesquisa apresentar o fenômeno do suicídio como um problema de saúde pública e de outras áreas dentro do poder público municipal, estadual,



federal e desterritorializar a culpa para a busca por ações estratégicas de contenção por profissionais da saúde. Sendo assim, representantes da sociedade civil em suas diversas áreas terão como objetivo comum pensar em estratégias para alcançar o objetivo comum na intervenção e prevenção do comportamento suicida, a partir de políticas públicas e ações educativas com a equipe intersetorial evidenciando a necessidade do trabalho em rede.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Orientamos a coleta de dados bibliográficos sob um viés das pesquisas pós-críticas em educação. Marlucy Paraíso (2004) nos forneceu indicações para consolidar as bases da leitura de nosso objeto de pesquisa. No contexto desta abordagem de pesquisa, autora relata que as produções científicas se valem de invenções de práticas, currículos e pedagogias que sinalizem para a desconstrução, transgressão, a subversão, a multiplicação de sentidos e para a diferença. Assim, a autora diz: “[...] contribuir para criar caminhos investigativos e saídas metodológicas para escapar das totalizações e homogeneizações das metanarrativas, buscando possibilidades para pesquisar que utilizem o singular, o local e o parcial” (PARAÍSO, 2004, p. 288).

Usamos a pesquisa bibliográfica exploratória por fornecer subsídios de informações para o entendimento sobre o trabalho em rede e as ações educativas de intervenção que atuam na prevenção do comportamento suicida. Portanto, essa metodologia possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa construindo-se a fundamentação teórica.

Nessa perspectiva, concordamos com a leitura de Antônio Gil (2008, 27) em seu livro **Método e Técnicas de pesquisa social**, onde apresenta que a pesquisa bibliográfica proporciona aos/às pesquisadores/as e/ou leitores/as análises de materiais já publicados, tornando possível trazermos elementos significativos para compreensão do tema estudado: “A abordagem exploratória permite abordar uma temática pouco explorada no campo do conhecimento”.

Além do uso da pesquisa bibliográfica para colher dados, aplicamos um questionário junto às Secretárias de assistência social, saúde e sistema estadual de ensino de Mato Grosso do Sul para entender como está articulação destas áreas para atuarem com o suicídio. É importante sinalizar que demos o devido tratamento ético e íntegro às informações por elas prestadas, sendo



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

que a pesquisa foi aprovada por um Comitê de ética em pesquisa com seres humanos³. Com estes dados, levantamos a atuação para posteriormente propor entender como seria a atuação frente às situações identificadas como possíveis fatores que intensificam ações de prevenção ao comportamento autolesivo e suicida em crianças e adolescentes vítimas de atos racistas, Lgbtqia+fóbicos e etc.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi aplicada por meio de um questionário que contou a participação de três pessoas, sendo: 1 Coordenadora Regional de Educação (responsável por supervisionar 17 escolas distribuídas em 6 municípios da região leste sul-mato-grossense); 1 Secretária de saúde do município (não divulgou a quantidade de equipamentos da saúde) e 1 Secretária de Assistência Social (18 equipamentos/serviços de proteção social básica, especial de média e alta complexidade).

Abaixo segue um quadro que caracteriza as participantes e suas concepções sobre o trabalho em rede durante as ações de prevenção ao suicídio.

Quadro 1 – Características dos sujeitos e das práticas

Cargo/área	Gênero Sexualidade	Tempo de experiência	Formação	Ações de prevenção	Ações em redes
Coordenadora da Regional de Educação	Feminino Heterossexual	5 anos	Letras e Pedagogia	São realizados projetos, rodas de conversa, espaços de acolhimento, palestras e atividades que promovem expressões de sentimentos e também escuta ativa.	As escolas sempre que precisam contam com o apoio dos profissionais especialistas da rede como o CAPS e outros setores da rede municipal que contam com profissionais de saúde mental e também material de apoio como panfletos.
Secretária de Saúde	Feminino Heterossexual	15 anos	Enfermagem	Campanha do Setembro Amarelo O SUAS não realiza ações de prevenção ao suicídio. Apenas participa em parceria com a rede de saúde mental da campanha	Sociedade em geral e parcerias. Caso a demanda chegue aos equipamentos socioassistenciais, a atuação do SUAS nessa situação na
Secretária de Assistência Social	Feminino Heterossexual	03	Pedagogia		

³ A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e teve aprovação por meio do protocolo: Parecer N. 5.552.649.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de prevenção no mês setembro, denominado “setembro amarelo”. O acompanhamento das famílias e das vítimas é realizado pela equipe do CAPS.	perspectiva de orientar a família sobre os direitos dos indivíduos e realizar encaminhamentos para a rede de saúde mental.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora e o autor, 2023.

Partimos de uma leitura crítica da escola, dos equipamentos de saúde e de assistência social enquanto um espaço de promoção, proteção e proatividade frente aos casos de comportamento autolesivo e/ou suicida supostamente identificados e se ocorrem ações preventivas e de pós-venção que envolva também outras áreas para prestar suporte nos casos de ações intersetoriais que dialoguem com as políticas educativas formais ou não formais para intervir na redução desses casos. Como se vê, a responsabilidade pelas ações centram-se na área da saúde. Não avançamos ainda para as entrevistas que serão aplicadas a estes sujeitos para identificar as questões voltadas para uma leitura interseccional das diferenças e das diversidades e como tais assuntos refletem nos comportamentos autolesivos e suicidas.

Deste modo, passamos a entender o que a ausência de uma ação compartilhada que tenha como protagonistas as três analisadas por representar uma ausência de inefetividade em relação à prevenção ao suicídio. Sob essa perspectiva, o trabalho em rede torna-se essencial na prevenção do suicídio e do comportamento autolesivo, já que as estratégias e ações de prevenção do comportamento suicida não é pauta somente do governo e de profissionais de saúde, como de toda a sociedade.

Nessa mesma perspectiva, estudos realizados por Lima, França e Bento (2018, p. 162) concluiu que os fatores de maior relevância na predisposição da ideação suicida e suicídio são:

Os transtornos mentais como a depressão e ansiedade, seguidos de abuso sexual na infância, estresse, desigualdade social, preconceito e doenças crônicas, destacando também a falta de emprego que desencadeia uma baixa autoestima e desmotivação assim, influenciando em pensamentos negativos.

Com a perspectiva do trabalho em rede com ações intersetoriais, a escola pode colaborar com identificação de violência, de comportamento autolesivo e suicida. Nessa perspectiva, os autores Oliveira, Silva e Maio (2021) pontuam que se a equipe escolar tiver uma formação pautada nos Direitos Humanos favorece uma atuação preocupada com o desenvolvimento, proteção e promoção da formação humana das crianças e adolescentes a fim de que tais



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

profissionais possam identificar qualquer suspeita relacionada à violência, abuso sexual, comportamento suicida e/ou autolesivo.

Portanto, as estratégias de identificação de violação de direitos de crianças e adolescentes no ambiente escolar e a prevenção do comportamento autolesivo e/ou suicida por meio do trabalho em rede com ações educativas de prevenção, a capacitação e a orientação de profissionais que compoem a rede intersetorial pode ser uma ação seja referêncai de atuação da área da saúde. Mas ainda assim, apontamos que é necessário que o olhar seja de todos os locais que atuam diretamente com estes sujeitos (crianças e adolescentes) para ter humanização no trabalho a potto de interpretar os movimentos que identificam tais situações a fim de agir com proatividade.

Dessa forma, se faz necessário que os profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social busquem estratégias corresponsáveis frente à prevenção de situações de riscos e vulnerabilidades sociais decorrente da Lgbtqia+fobia, racismo e outras formas de violência que podem desenvolver um comportamento suicida ou adotar condutas autodestrutivas.

Em busca de qualificar e ampliar o debate sobre a prevenção ao suicídio, em junho de 2021, o Ministério da Saúde, por meio da plataforma UniverSUS Brasil, disponibilizou o curso de prevenção ao Suicídio, voltado inicialmente aos profissionais da área da saúde, educadores da rede pública e privada de ensino, servidores dos Conselhos Tutelares, líderes religiosos, serviços militares e entidades beneficentes (BRASIL, 2021).

Como vimos, as escolas e os locais de assistência social do município pesquisado dependem de ações da saúde pública, tendo como ator principal o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para articular ações de prevenção nestes equipamentos, sendo que o mês de setembro representa o mês de referências para a prevenção. É preciso que as ações tenham continuidade durante o ano e sejam propostas pelas escolas e pelos equipamentos públicos de assistência social.

Conforme orientações do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP 01/DF), para um efetivo trabalho de prevenção ao suicídio, os profissionais da saúde devem envolver a articulação intersetorial. Atuar em parcerias com as equipes dos equipamentos ligados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS): os Centro de Referência de Assistência Ssocial (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Para Hetem (2010), o suicídio é um problema de saúde pública. Segundo este autor, a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

sua prevenção tem correlação com a identificação precoce de comportamentos autodestrutivos e de ideação suicida. Com isso, há melhor proatividade no encaminhamento devido que cada área pode fazer, sobretudo a assistência prestada a pessoas que tentaram o suicídio é uma estratégia fundamental na prevenção do suicídio, pois elas constituem um grupo vulnerável.

Para Aneliana Prado (2019), a compreensão do suicídio se dá pela perspectiva da saúde pública numa abordagem transdisciplinar. Isso significa que as políticas públicas voltadas às ações de prevenção ao suicídio no qual educação, assistência social e saúde se relacionam e atuam de forma articulada faz toda a diferença ao propiciar trocas de experiências e conhecimentos entre os/as profissionais sobre os potenciais casos identificados.

Dentre as situações de vulnerabilidade social que têm relação com o suicídio, podem-se destacar algumas conforme apontamento colocado por um Guia de intervenção sugerido para a rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (MS). Sendo elas:

- Instabilidade política e econômica, que afetam crianças e adolescentes a partir da sua condição de pessoas em situação peculiar desenvolvimento;
- Desagregação e violência familiar (conflito de parentalidade, negligência afetiva, abuso sexual);
- Crianças e adolescentes em situação de rua, abandono ou vítimas de abusos e maus tratos;
- Uso abusivo de álcool e/ ou de outras drogas;
- Poucos laços familiares e sociais;
- Situações familiares de desemprego (LOPES; OLIVEIRA; SILVA, 2019, p. 24).

Apesar das orientações serem direcionadas para o âmbito das parcerias firmadas pelas escolas da rede estadual, no caso desta região, 6 municípios. Mas, as ações também podem ser referência para toda a rede de atenção (SUS e SUAS) com o objetivo de construir relações corresponsáveis com a prevenção do suicídio nas escolas, desenvolvendo ações que visem ao fortalecimento dos seguintes aspectos:

- Desenvolvimento de habilidades sociais em crianças e adolescentes para a resolução de conflitos;
- Incentivar crianças e adolescentes, bem como as suas famílias, para a participação em atividades sociais, culturais e religiosas;
- Promover espaços de reflexão com crianças e adolescentes voltados para a elaboração de seus projetos de vida;
- Proporcionar atividades que elevem o sentimento de pertença, o senso de identidade e autoestima (LOPES; OLIVEIRA; SILVA, 2019, p. 24).

E, conforme recomenda o Guia Intersetorial de prevenção do comportamento suicida em crianças e adolescentes, os profissionais da educação ao identificar o comportamento suicida em estudantes deverão comunicar à equipe técnica de referência para o serviço de atendimento. Recomenda-se também ações de promoção da vida e diálogos sobre o suicídio,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

por meio de rodas de conversas, oficinas e grupos de discussão sobre o tema, em conjunto com a rede de Saúde e Assistência Social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi o de apresentar uma revisão da literatura que aborda as políticas articuladas por meio de ações intersetoriais de prevenção ao suicídio, proporcionando, assim, contribuições para a discussão do tema e a necessidade da criação de políticas educativas formais e não formais de prevenção ao suicídio.

Compreende-se que as políticas públicas voltadas às ações de prevenção no qual educação, assistência social e saúde se relacionam e atuam de forma articulada que faz toda a diferença ao propiciar trocas de experiências e conhecimentos entre os profissionais.

Nessa perspectiva, o SUS, a Educação e o SUAS possuem por meio de suas unidades de complexidade básica e especializadas, diferentes ações que visam propor a promoção, a prevenção e a assistência à saúde. E que há inúmeras possibilidades de ações corresponsáveis entre as redes.

Desse modo, o presente trabalho fornecerá subsídios de informações para entender a relação suicídio, as vulnerabilidades vividas decorrentes das diferentes formas de violências sofridas pelas crianças e adolescentes e o enfoque do trabalho em rede para dar conta de prevenir eventos autolesivos e suicidas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Feminismos plurais, 2018.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de estudos feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, ago. 2011. p. 549-559. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BERENCHTEIN NETTO, Nilson. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010a. Disponível em:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde abre inscrições para curso sobre prevenção ao suicídio. Brasília: 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/ptbr/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-abre-inscricoespara-curso-sobre-prevencao-ao-suicidio>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur T. M. Redes e governança das políticas públicas. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Brasília, n.1, jul. 2013, p.1-29. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11989>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FLEURY, Sônia. Redes de Políticas: Novos desafios para a gestão pública. **Revista Administração em Diálogo**, v. 7, n. 1, 2005. p. 77-89. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=534654434006>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HETEM, Luiz A. Prevenção do suicídio. **Debates em psiquiatria**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-18, jan/fev. 2010.

KYRILLOS, Gabriella. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1., 2020. p. 1-12. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&lang=pt>>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

LIMA, Jéssica M. S. F; FRANÇA, Joany K. R.; BENTO, Tânia M. A. Fatores predisponentes que levam jovens adultos à ideação suicida e ao suicídio no Brasil. **Interfaces - Ciências Biológicas e de Saúde**, Alagoas. v. 5. n. 1. nov. 2018. p. 153-166. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/download/5804/3089/17554>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

LOPES, Paola N.; OLIVEIRA, Bruna C. de; SILVA, Valquíria R. da. **Manual da rede de atendimento: Orientação para as Escolas Estaduais de Mato Grosso do Sul**. 2. Ed. SED: Campo Grande, 2019.

OLIVEIRA, Whintney P. S; OLIVEIRA, Monica S.; GONÇALVES, Francisca T. D. **Diálogos sobre abuso sexual para a escola, família e comunidade**. CRV: Curitiba, 2019.

OLIVEIRA, Marcio de ; SILVA, Fernando G. O. da ; MAIO, Eliane R. . **Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola como canal de proteção e denúncia. Perspectivas**, Florianópolis, v. 38, p. 1-23, 2021. Disponível em: <<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/65526/45238>>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

PARAÍSO, Marlucy A. Pesquisas pós-críticas em educação: o esboço de um mapa. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, ago. 2004. p. 283-303. Disponível em: <<



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

<https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLSzhYpcM/?format=pdf&lang=pt>>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

PRADO, Aneliana da S. **Vamos falar sobre suicídio?** A prevenção no ambiente escolar. Pedagogia (Monografia) - Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2019.



A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR DE TERAPIA OCUPACIONAL

Andreza Munaretti¹ - UNIOESTE

Marcos Lubeck² - UNIOESTE

Nome do GT: Metodologias e práticas pedagógicas no ensino superior.

RESUMO

As metodologias ativas são estratégias de ensino que têm como foco a participação dos estudantes e a construção do processo de aprendizagem de forma flexível, interligada e híbrida. O objetivo deste estudo é levantar a produção científica nacional sobre as metodologias ativas de ensino-aprendizagem na graduação, com ênfase na Terapia Ocupacional. Trata-se de uma revisão de literatura que aborda as práticas de ensino que utilizam metodologias ativas no curso de graduação de Terapia Ocupacional. Por meio da busca em plataformas de pesquisa, é possível identificar as estratégias que visam à aplicação das metodologias ativas. É essencial refletir sobre como essas metodologias podem realmente favorecer o engajamento dos alunos, assim como as possibilidades de integração dessas propostas ao currículo. As metodologias ativas parecem ser interessantes para desenvolver habilidades de raciocínio clínico em estudantes do curso de graduação em Terapia Ocupacional. Por isso, é relevante que os cursos criem situações e deem suporte aos alunos para desenvolver habilidades clínicas e práticas. Conclui-se que a implementação das metodologias ativas ainda necessita de mais estudos em relação à graduação de Terapia Ocupacional. É necessário avaliar os resultados do uso dessas metodologias em instituições de ensino para que possam ser consolidadas como práticas eficazes.

Palavras-chave: Graduação. Formação Profissional. Métodos de Ensino.

RESUMEN

Las metodologías activas son estrategias de enseñanza que se enfocan en la participación del estudiante y construyen el proceso de aprendizaje de una manera flexible, interconectada e híbrida. El objetivo de este estudio es relevar la producción científica nacional sobre metodologías activas de enseñanza-aprendizaje en la graduación, con énfasis en Terapia Ocupacional. Se trata de una revisión narrativa descriptiva que aborda las prácticas docentes que utilizan metodologías activas en la carrera de Terapia Ocupacional. A través de una revisión bibliográfica sobre plataformas de investigación, es posible identificar las estrategias que apuntan a la aplicación de metodologías activas. Es fundamental reflexionar sobre cómo estas metodologías pueden favorecer realmente la implicación de los estudiantes, así como las posibilidades de integración de estas propuestas en el currículo. Las metodologías activas parecen ser interesantes para desarrollar habilidades de razonamiento clínico en estudiantes de grado de Terapia Ocupacional. Por lo tanto, es relevante que los cursos creen situaciones y ayuden a los estudiantes a desarrollar habilidades clínicas y prácticas. Se concluye que la implementación de metodologías activas aún necesita más estudios en relación a la graduación en Terapia Ocupacional. Es necesario evaluar los resultados del uso de estas metodologías en las instituciones de enseñanza para que puedan consolidarse como prácticas efectivas.

Palabras clave: Graduación. Formación profesional. Métodos de enseñanza.

¹ – Mestranda em Ensino, Graduada em Terapia Ocupacional.– e-mail: munarettiandreza@gmail.com

² - Doutor em Educação Matemática. E-mail: marcoslubeck@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os avanços tecnológicos influenciam a vida em todos os seus aspectos, incluindo o processo de ensino-aprendizagem. As novas gerações não se adaptam mais aos métodos tradicionais de ensino, onde o professor é o centro e a aprendizagem era entendida como um processo passivo por parte dos alunos. A cada dia os docentes precisam adotar novas metodologias para apreender a atenção de seus estudantes. É neste contexto que emergem as metodologias ativas de aprendizagem, pois possuem uma concepção de educação crítico-reflexiva com base no incentivo no processo ensino-aprendizagem, buscando o resultado maior em envolvimento por parte do educando na procura pelo conhecimento.

As metodologias ativas são estratégias de ensino que colocam os estudantes no centro do processo de aprendizagem, permitindo que participem de forma ativa na construção do conhecimento. Elas são flexíveis, interconectadas e híbridas, adaptando-se às necessidades e preferências dos alunos. Em um mundo cada vez mais conectado e digital, essas metodologias ganham destaque por meio de modelos de ensino híbridos, que oferecem uma variedade de combinações possíveis. A combinação de metodologias ativas com modelos de ensino flexíveis e híbridos traz inúmeras contribuições significativas para o design de soluções de aprendizagem contemporâneas que atendem às necessidades dos alunos de hoje (BACICH, MORAN, 2018).

As alternativas metodológicas colocam o aluno em situações desafiadoras que estimulam seu potencial intelectual, isso significa que os alunos estudam para entender e superar esses desafios. Como resultado, o professor pode criar várias estratégias para obter o máximo benefício para a formação dos alunos, sabendo que ensinar e aprender estão intimamente relacionados. No entanto, a aprendizagem é um processo complexo que envolve diversos fatores, como o ambiente físico, a cultura e as exigências da instituição, além de fatores internos, como motivação pessoal, orientação no processo de aprendizagem e concepção individual do conhecimento, entre outros (FERREIRA, 2017).

O termo "metodologia" refere-se ao método ou caminho utilizado para atingir um determinado objetivo ou resultado. Quando falamos sobre metodologia ativa, estamos nos referindo a um conjunto de elementos que explicam e descrevem suas categorias ou elementos determinantes, tanto no fundamento, quanto na prática docente. As metodologias ativas se concentram no aluno como o centro do processo de aprendizagem e envolvem o uso de estratégias que permitem aos alunos participar ativamente na construção do conhecimento. Essas estratégias incluem atividades colaborativas, resolução de problemas, estudos de caso,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

projetos e outras formas de aprendizagem que incentivam os alunos a pensar criticamente e a desenvolver habilidades práticas. O objetivo final é promover uma educação mais significativa e engajadora, que prepare os alunos para enfrentar os desafios reais (ANASTASIOU, 2014).

A educação superior na área da saúde está passando por mudanças significativas para acompanhar as demandas do mercado de trabalho e formar profissionais preparados para enfrentar os desafios do mundo atual. As novas tendências pedagógicas apontam para a necessidade de formação de um profissional diferenciado, capaz de transformar sua realidade social e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, a utilização de metodologias ativas de ensino tem ganhado destaque, pois enfatiza a crítica, a discussão e a troca de conhecimentos entre os alunos, em vez de apenas a descrição de conceitos (ZARPELLON, TERCENIO, BATISTA, 2018).

Diante do exposto potencial das metodologias promoverem aprendizado mais significativo e engajador, permitindo os alunos, o desenvolvimento da capacidade de aplicar o conhecimento adquirido na prática profissional, o presente estudo pretende realizar uma revisão narrativa das publicações nacionais sobre metodologias ativas de ensino no curso de graduação de Terapia Ocupacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O aluno como ser ativo é uma concepção pedagógica que iniciou com o movimento denominado Escola Nova, que representou uma mudança em relação às metodologias tradicionais de ensino, que colocavam o aluno em uma posição passiva no processo de aprendizagem. Esse movimento foi liderado por pensadores como William James, John Dewey e Édouard Claparède, que argumentavam que a experiência e o desenvolvimento da autonomia do aluno eram fundamentais para o processo educacional. Essa concepção está diretamente ligada ao paradigma educacional construtivista, que tem como um de seus principais autores o psicólogo suíço Jean Piaget (1970) que desenvolveu a teoria da epistemologia genética, que formaliza uma concepção construtivista da formação da inteligência.

John Dewey (1952) filósofo e educador americano, foi um dos principais pensadores da Escola Nova. Ele propunha que a aprendizagem ocorre por meio da experiência prática, em que o aluno é estimulado a agir, a experimentar e a refletir sobre as suas ações. Dewey defendia a ideia de que a educação deve ser significativa e estar relacionada à realidade do aluno, sendo um processo de reconstrução e reorganização da experiência do educando. Além disso, ele valorizava princípios como iniciativa, originalidade e cooperação, fundamentais para a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

formação de um indivíduo autônomo e crítico.

Christofoletti *et al.* (2014, p. 190) definem:

“Metodologia ativa é o nome dado ao processo interativo de aquisição do conhecimento, onde o aluno passa de coadjuvante a protagonista na sua formação [...] Assim, ao adquirir seu próprio conhecimento, este tornar-se-á base sólida de seu crescimento intelectual e não algo que, ao contrário, se perderia em meio às muitas informações que lhe foram apresentadas. É conceituada como um meio que possibilita o aprender a aprender, com ênfase nos princípios da pedagogia crítica e reflexiva.”

As metodologias ativas engajam o aluno em desafios que estimulam seu potencial intelectual, incentivando-o a compreender e superá-los. Embora haja diversas maneiras de implementar essas metodologias atualmente, alguns processos estão bem definidos, como o Aprendizado Baseado em Problemas (PBL), o Arco de Charles de Margueréz, a Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL), o Círculo de Cultura, entre outros (FERREIRA *et al.*, 2017).

Conforme a literatura, o modelo tradicional de ensino não é mais compatível com a educação contemporânea. O ensino formal está cada vez mais integrado e misturado, evidenciando uma mudança que já está em curso, mesmo que as instituições de ensino não estejam dispostas ou não se esforcem para acompanhar essa transformação (FONSECA, NETO, 2017).

A aprendizagem pode ocorrer de diversas maneiras, por meio de técnicas e procedimentos diferentes, mais ou menos eficazes para alcançar os objetivos desejados. A aprendizagem ativa, por sua vez, contribui para aumentar a flexibilidade cognitiva, as operações mentais e os objetivos, superando modelos mentais rígidos e automatismos pouco eficientes.

O ensino é construído por um processo complexo e equilibrado entre três movimentos ativos principais: a construção individual, grupal e tutorial. Em todos os níveis, pode haver orientação ou supervisão do docente, o que é relevante para que o aluno avance com profundidade na aprendizagem. No entanto, na construção individual, a responsabilidade principal é de cada aluno (FONSECA, NETO, 2017).

A metodologia ativa estimula processos de ensino-aprendizagem crítico-reflexivos, no qual o educando participa e se compromete com seu aprendizado. Esse método propõe a Elaboração de situações de ensino que desencadeiam a aproximação crítica do aluno com a realidade, reflexão sobre problemas e a identificação e organização das soluções hipotéticas mais adequadas as situações elaboradas (FERREIRA *et al.*, 2017).

A relação entre o aluno e as metodologias ativas é direta, pois elas ajudam a atingir os objetivos de participação e envolvimento. Esses métodos focam no aluno e parecem envolvê-lo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mais em seu processo de aprendizagem, além de promover a autorregulação do processo. As metodologias ativas também estimulam a comunicação e a discussão entre alunos e professores (PINHEIRO; SIMÕES, 2014).

Em 1910, foi estabelecido o modelo Flexneriano de ensino, que se baseava no modelo biomédico, enfocando a doença e o ambiente hospitalar, oferecendo aos alunos uma perspectiva limitada. Esse modelo se tornou amplamente utilizado nas universidades, principalmente nos cursos de graduação da área da saúde. Atualmente, é criticado como obsoleto e inadequado para a formação de profissionais da área de saúde, visto que não atende às necessidades reais do sistema de saúde e da comunidade (ROMAN *et al*, 2017).

Ao longo da história, a formação de profissionais da área da saúde baseou-se em metodologias conservadoras que separam o corpo e a mente, a razão e o sentimento, a ciência e a ética, levando à compartimentalização do conhecimento em áreas altamente especializadas. Esse contexto influencia o processo de ensino-aprendizagem nas graduações em saúde, limitando o ensino à reprodução do conhecimento, no qual o papel do docente é transmitir o conteúdo e o discente é reter e repetir o que foi ensinado (MITRE *et al*, 2008).

Almeida e outros (2007) defendem que a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos da área da saúde é fruto tanto de uma mobilização dos educadores da área no Brasil quanto de tendências internacionais que propõem mudanças na formação de profissionais da saúde. Esses autores afirmam que as DCN estabelecem um perfil profissional que valoriza a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, além de capacitar os profissionais para atuar por meio de projetos político-pedagógicos construídos coletivamente. “Por atores do curso nas Instituições de Ensino Superior (IES) que utilizem metodologias de ensino-aprendizagem centradas no estudante em diferentes cenários” (ALMEIDA *et al*, 2007, p.157).

As metodologias ativas propõem um modelo de formação profissional mais adequado aos princípios e às necessidades da atual política de saúde. Os métodos de aprendizagem ativa fundamentam-se na pedagogia crítica, que parte de uma crítica ao ensino tradicional e propõe o uso de situações-problema como estímulo para a aquisição de conhecimentos e habilidades. (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004).

O uso das metodologias ativas contribui para a construção de uma lógica de cuidado mais ampliada e integral. Isso representa um avanço requerido na formação de profissionais de saúde para o SUS e um grande desafio tanto por sua abrangência como pela falta de preparo dos profissionais para atuar segundo tal lógica (MARIN *et al.*, 2010).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O modelo de formação dos terapeutas ocupacionais baseado na dimensão biológica, sendo o modelo disciplinar biomédico, já não é mais suficiente para atender às necessidades de saúde da população e dos profissionais de saúde. Atualmente, as instituições de ensino superior têm o desafio de formar um profissional capaz de trabalhar em equipe, numa perspectiva interdisciplinar e humanista, que aprenda a atuar com base na integralidade da atenção à saúde, conforme as diretrizes e princípios do SUS.

Ballarin (2013) afirma que as deficiências na formação dos docentes-supervisores em relação à vivência prática no uso de metodologias ativas estão correlacionadas com as lacunas na graduação de Terapia Ocupacional. Isso pode dificultar a aplicação efetiva dessas metodologias pelos docentes, que muitas vezes estão acostumados com o modelo de ensino tradicional. Devido a esse contexto histórico e cultural, surge a necessidade de investigar o atual cenário da formação dos terapeutas ocupacionais e o uso das metodologias ativas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste estudo de revisão de literatura foi baseada em uma abordagem narrativa e descritiva, com o objetivo de analisar as práticas de ensino com enfoque nas metodologias ativas de ensino no curso de graduação de Terapia Ocupacional. Para isso, foram utilizadas quatro bases de dados relevantes na área da saúde, incluindo a Scientific Electronic Library Online (SciELO), National Library of Medicine (PubMed), Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS) e Portal de Periodico Capes (Capes).

Para a coleta de dados, foram selecionados dois descritores que representam os principais aspectos do estudo: "Metodologia Ativa" e "Terapia Ocupacional". A busca foi realizada por meio da utilização desses descritores nos campos de título, resumo e palavras-chave dos artigos. Foram considerados apenas artigos originais ou de revisão, escritos em português e disponíveis gratuitamente. Os artigos que não abordavam diretamente a Terapia Ocupacional, processo de formação ou ensino superior foram excluídos da análise.

Após a seleção dos 8 artigos, descritos na tabela 1, de acordo com os critérios de elegibilidade previamente definidos, a análise dos textos foi realizada em três etapas. A leitura exploratória foi realizada para identificar os artigos relevantes e obter uma visão geral dos principais temas abordados. A leitura seletiva permitiu uma análise mais detalhada dos artigos selecionados, identificando as informações relevantes para responder às questões de pesquisa do estudo.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A escolha do material que contemplasse os objetivos deste estudo foi realizada, visando selecionar apenas os artigos mais relevantes e significativos para a análise. A leitura interpretativa e redação foram as etapas finais da análise dos textos, onde os dados foram analisados qualitativamente, levando em consideração as tendências, padrões e divergências encontradas na literatura selecionada.

A análise de dados envolveu a identificação de lacunas no conhecimento e a discussão das implicações dos achados para a prática e o ensino da Terapia Ocupacional com metodologias ativas. Por fim, os resultados da análise foram discutidos e interpretados de acordo com os objetivos do estudo e as implicações para a prática e o ensino da Terapia Ocupacional com metodologias ativas.

Tabela 1 – Artigos selecionados

Artigo	Autor	Ano	Periódico
Processo de formação de terapeutas ocupacionais: a utilização da metodologia da problematização no contexto de uma ação extensionista	BERNARDO, L.D <i>et al</i>	2019	Revisbrato
Desafios do ensino aprendizagem em tempos de pandemia: relato de uma construção baseada em metodologias ativas	DUQUE, A.M <i>et al</i>	2021	Revisbrato
Formação do terapeuta ocupacional em gerontologia: contribuições de docentes de cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil	ALMEIDA, M.H.M; FERREIRA, A.B; BATISTA, M.P.P	2011	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo
Novos tempos, novas práticas: os desafios na formação dos profissionais de terapia ocupacional	COUTINHO, I. J <i>et al</i>	2012	Acta Fisiátrica
Formação inovadora em Terapia Ocupacional	BARBA, P.C.S <i>et al</i>	2012	Interface
Metodologia da problematização no contexto das disciplinas práticas terapêuticas supervisionadas	BALLARIN, M.L.G.S <i>et al</i>	2013	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional
A utilização de técnicas de grupo em sala de aula:	CIRINEU, C. T.; FIORATI,	2016	Revista de Terapia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

contribuições para o processo de ensino-aprendizagem na graduação em terapia ocupacional	R. C.; ASSAD, F. B	Ocupacional da Universidade de São Paulo
Construindo-se terapeuta ocupacional no grupo de reflexão da prática: um espaço para ação-reflexão-ação	JOAQUIM, R. H. V. T.; MARCOLIN O, T. Q.; CID, M. F. B.	2017 Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023

4 DESENVOLVIMENTO

A partir do uso das metodologias ativas, nos artigos encontrados, o curso de Terapia Ocupacional da UFSCar promoverá a formação de estudantes capazes de se tornarem agentes de transformação na sociedade, através da vivência de experiências reais na universidade e na comunidade. Nesse processo, espera-se que tanto os estudantes quanto os docentes e preceptores estejam abertos à construção coletiva do conhecimento, o que pode gerar benefícios para todos os envolvidos (BARBA *et al*, 2012)

Segundo Barba *et al* (2012) os resultados do novo currículo com a possibilidade de aprendizagem significativa proporcionada aos estudantes pelas metodologias ativas adotadas, contribuem para além da formação profissional do aluno, mas também para o seu crescimento pessoal, construção de conceitos, processos e valores. Além disso, quando as situações-problema são apresentadas de forma articulada com a vivência do estudante nos cenários de prática, tem-se notado um aumento no engajamento dos estudantes.

Coutinho *et al* (2012) discorre qu o sucesso do processo de ensino-aprendizagem com a ABP depende tanto da compreensão do método pelos alunos quanto do aprimoramento dos professores. Embora seja um método valorizado na formação do profissional de saúde, sua implementação exige esforços institucionais significativos. As acadêmicas de Terapia Ocupacional participantes da pesquisa observam a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) como uma metodologia que incentiva a busca de conhecimento pelo aluno, mas também traz insegurança e conflito, já que exige que o aluno gere seu próprio conhecimento. A relação entre teoria e prática é considerada importante para a formação profissional.

A pesquisa de Bernardo *et al* (2019) relata que a utilização da metodologia ativa foi benéfica para o desenvolvimento das atividades planejadas no projeto de extensão, promoveu o interesse pelo embasamento teórico relacionado ao uso de tecnologias, capacitou as estudantes para trabalhar com idosos e auxiliou no processo de formação acadêmica das participantes. Os

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

resultados da investigação mostraram que a problematização é uma metodologia eficaz para o desenvolvimento acadêmico e profissional em Terapia Ocupacional, estimulando habilidades como raciocínio profissional, pensamento crítico e resolução de problemas.

A utilização de metodologias ativas de ensino pode desenvolver habilidades de liderança e iniciativa em estudantes, mas requer um amadurecimento para auto-organização e gerenciamento do tempo. Durante o ensino remoto, esse desenvolvimento de habilidades pode exigir mais esforço de docentes e discentes, além de apresentar desafios físicos, financeiros e emocionais (DUQUE *et al*, 2021).

Os docentes de Terapia Ocupacional na UFS seguiram os preceitos pedagógicos do campus de Lagarto/SE, que incluem a utilização de metodologias ativas nos processos de ensino aprendizagem, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a Problematização. Essas metodologias são usadas em todos os componentes curriculares e aplicaram-se desde a fundação do campus (DUQUE *et al*, 2021).

As metodologias ativas são abordagens pedagógicas que visam formar profissionais com competências éticas, políticas e técnicas, dotados de conhecimento, raciocínio crítico, responsabilidade e sensibilidade para lidar com questões da vida e da sociedade. As informações coletadas com os docentes confirmaram as estratégias utilizadas pelo curso de Terapia Ocupacional da USP-SP em gerontologia e destacaram a importância das metodologias ativas para melhorar a formação nessa área (ALMEIDA, FERREIRA, BATISTA, 2011)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em meio a isso, ao recorrer a estratégias que visam à aplicação de metodologias ativas, é essencial que se reflita sobre como estas podem realmente favorecer o engajamento dos alunos, assim como as possibilidades de integração dessas propostas ao currículo.

Na formação dos terapeutas ocupacionais, é possível observar iniciativas para implementar as diretrizes curriculares nos cursos de graduação, que buscam seguir o paradigma da integralidade da atenção e o compromisso de formar profissionais críticos, capacitados a responder às demandas de saúde. Para alcançar esse objetivo, muitas vezes se emprega a metodologia da problematização, que problematizará a realidade e estimular a reflexão crítica dos alunos (BALLARIN *et al*, 2013).

Algumas universidades utilizam a prática de um currículo integrado, requerendo a descentralização da lógica disciplinar e um redimensionamento da importância de cada

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

disciplina para considerar sua relevância contextualizada às necessidades da profissão. Conforme Barba (2012, p.830)

“o currículo implantado no curso de graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar se baseia nas competências que o profissional deve ter ao entrar em contato com sua clientela. Baseia-se em situações reais ou simuladas da prática profissional, garante uma aproximação com o mundo do trabalho, valoriza o potencial das ações observadas e vivenciadas, a fim de formar profissionais terapeutas ocupacionais capazes de planejar e gerir serviços e construir novos modelos de cuidado.”

Concomitante o artigo de Joaquim, Marcolini e Sid (2017) apresenta uma experiência prática desenvolvida com estudantes do terceiro ciclo do curso de graduação em TO da UFSCar, onde o Grupo Reflexivo de Prática (GRP) se configura como um espaço no qual os estudantes têm a oportunidade de concretizar um processo de aprendizagem significativa. A metodologia do processo de ação-reflexão-ação foi fundamental para o desenvolvimento de uma identidade profissional sólida e flexível.

Ao empregar a aprendizagem baseada em problemas na graduação de Terapia Ocupacional, o conhecimento é construído em um processo espiral, utilizando disparadores como situações de papel, filmes, textos, reportagens e fotos. No primeiro momento, reconhece-se os conhecimentos prévios do estudante, levantam-se hipóteses e formulam-se questões de aprendizagem. Posteriormente, ocorre a busca e o estudo individual para, finalmente, compartilhar com os demais estudantes os conhecimentos construídos individualmente, culminando na elaboração de uma nova síntese. Ressalto que a metodologia ativa promove nos estudantes, a aprendizagem significativa, permitindo não somente a formação profissional do aluno, mas seu crescimento pessoal (BALLARIN *et al*, 2013).

Além disso, observou-se que quando as situações-problema são relacionadas à vivência do estudante nos cenários de prática, isso estimula a participação ativa do estudante na busca de referências teóricas qualificadas, na discussão dessas referências e na elaboração de possibilidades de ação sistematizadas (BARBA *et al*, 2012).

As abordagens por competências pretendem principal permitir que os alunos, estagiários e futuros profissionais da saúde possam utilizar seus conhecimentos e habilidades para serem considerados dispositivos potentes de mudança nos serviços. Para isso, é fundamental que suas competências e habilidades estejam bem desenvolvidas. Através dessa abordagem, os profissionais ficam capacitados para lidar com situações no contexto em que estão inseridos, possibilitando uma integração entre a formação e o trabalho real (LIMA, 2005).

Conforme o artigo de Cirineu, Fiorati, Assad (2016) é abordada a importância da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR**
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

implementação de estratégias e recursos no ensino superior, especificamente no ensino da Terapia Ocupacional, utilizando técnicas grupais como ferramenta didático-pedagógica apropriada para compreensão do conteúdo em questão. As técnicas utilizadas em sala de aula para exemplificar ou simular situações grupais foram discussões, vivências em grupos, recursos dramáticos e cênicos, atividades expressivas e lúdicas, potencializando e propagando os efeitos entre os estudantes, facilitando o aprendizado e melhora no relacionamento interpessoal. É possível demonstrar que a metodologia ativa de vivência grupal como instrumento de ensino-aprendizagem podem beneficiar outras disciplinas e conteúdos abordados em sala de aula, possibilitando aos futuros terapeutas ocupacionais auxiliar a população atendida nas relações e interações humanas do cotidiano.

As metodologias ativas representam um modelo de formação profissional mais adequado aos princípios e necessidades da atual política de saúde. Esses métodos de aprendizagem ativa se baseiam na pedagogia crítica, que critica o ensino tradicional e propõe o uso de situações-problema como um estímulo para a aquisição de conhecimentos e habilidades (RODRIGUES, 2013).

O modelo disciplinar biomédico, que se limita à dimensão biológica, foi a base para a formação dos terapeutas ocupacionais, mas atualmente esse modelo disciplinar não tem sido suficiente para atender às demandas de saúde da população e dos profissionais de saúde. O desafio atual imposto às instituições de ensino superior é formar um profissional capaz de trabalhar em equipe, numa perspectiva interdisciplinar, humanista e que aprenda em sua atuação na base da integralidade da atenção à saúde, conforme as diretrizes e princípios do SUS.

Segundo Ballarin (2011), as lacunas na graduação de Terapia Ocupacional estão relacionadas a fragilidades e deficiências na formação dos próprios docentes-supervisores com relação à vivência prática no emprego de metodologias ativas. Os professores possuem dificuldades em explicitar e aplicar o novo modo de funcionar ao estudante, já que muitas vezes estão acostumados com o modelo de ensino tradicional. Devido a esse cenário histórico e cultural, é necessário buscar a atualização dos conceitos envolvendo a formação dos terapeutas ocupacionais e o uso das metodologias ativas.

Na formação de terapeutas ocupacionais, iniciativas de implementar as diretrizes curriculares nos cursos de graduação são observadas, pautadas no paradigma da integralidade da atenção e no compromisso de formar profissionais críticos, capacitados a responder às demandas de saúde, empregando principalmente a metodologia da problematização.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A utilização da prática baseada em um currículo integrado ocorre em algumas universidades, exigindo a descentralização da lógica disciplinar e um redimensionamento da importância de suas disciplinas para considerar a importância contextualizada às necessidades da profissão. “Dessa forma, a aprendizagem se torna significativa, e, quando isso ocorre, ela permite não somente a formação profissional do aluno, mas seu crescimento pessoal, construindo conceitos, processos e valores.” (BARBA *et al*, p. 837)

Ao utilizar a aprendizagem baseada em problemas na graduação de Terapia Ocupacional, o conhecimento é construído num processo espiral, utilizando-se de disparadores (situações de papel, filmes, textos, reportagens, fotos). No primeiro momento, ocorre o reconhecimento dos conhecimentos prévios do estudante, o levantamento de hipóteses e a formulação de questões de aprendizagem. Posteriormente, há a busca e os estudos individuais para, finalmente, ocorrer o compartilhamento entre os estudantes dos conhecimentos construídos individualmente para elaboração de uma nova síntese.

Considerando as características das metodologias ativas, elas parecem ser metodologias interessantes para desenvolver habilidades de raciocínio clínico em estudantes do curso de graduação em Terapia Ocupacional (TO). É relevante aos cursos de Terapia Ocupacional criar situações e dar suporte aos alunos para desenvolver raciocínio clínico e desenvolver habilidades para sintetizar informações e solucionar problemas clínicos (RODRIGUES, 2013).

As metodologias ativas têm se mostrado uma peça fundamental para a mudança da formação do nível superior, especialmente na área da saúde. Elas desempenham um papel importante na mudança de paradigma da formação dos profissionais de saúde, que antes eram treinados em processos de trabalho fragmentados, sem considerar a integralidade do cuidado. Essa mudança de paradigma é particularmente importante para a atuação do Terapeuta Ocupacional em rede e para as políticas relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) (ZARPELLON, TERCENIO, BATISTA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, podemos afirmar que a aplicação da metodologia ativa é uma ferramenta poderosa no processo de ensino-aprendizagem em Terapia Ocupacional. No entanto, sua efetivação requer um constante estudo sobre seus efeitos, tanto por parte dos estudantes quanto dos docentes. Dessa forma, é fundamental que as instituições formadoras de profissionais de saúde se dediquem a atualizar suas práticas pedagógicas, a fim de formar profissionais mais qualificados, capazes de intervir de forma mais efetiva nas demandas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

reais do serviço e do trabalho.

Além disso, a revisão da literatura realizada nesse estudo mostrou que ainda há poucos estudos que avaliem os resultados do uso das metodologias ativas na formação de terapeutas ocupacionais. Por isso, é fundamental que sejam feitos mais estudos nessa área, a fim de avaliar os efeitos dessas metodologias na aprendizagem e suas consequências para a sociedade.

Dessa forma, conclui-se que a aplicação das metodologias ativas no processo de ensino de Terapia Ocupacional tem um grande potencial de progresso, na medida em que os alunos se tornam protagonistas de sua própria aprendizagem. É importante ressaltar que, para que isso ocorra, é necessário um esforço conjunto de estudantes e docentes, visando aprimorar as práticas pedagógicas e estreitar a relação entre a universidade e a realidade do serviço e do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. J; CAMPOS, J.J.B; TURINI, Barbara; NICOLETTO, S C. S.; PEREIRA, L. A; REZENDE, L. R.; MELLO, P. L. Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais na graduação em Medicina no Paraná. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Londrina, v. 31, n. 2, p. 156-165, ago. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-55022007000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/y8TgnhJvtCyYcVTVB4MLRvn/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ALMEIDA, M. H. M; FERREIRA, A. B; BATISTA, M. P. P. Formação do terapeuta ocupacional em gerontologia: contribuições de docentes de cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 289-297, 2011. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v22i3p289-297. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/46457>. Acesso em: 2 mar. 2023.

ANASTASIOU, L. Metodologia ativa, avaliação, metacognição e ignorância perigosa: Elementos para reflexão na docência universitária. **Revista espaço para a saúde**, Londrina, v.15, n.1, p. 19-34, jun 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10281/1/2014_art_fcmedeiros.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Penso Editora, 2018.

BALLARIN, M. L. G. S.; PALM, R. C. M.; CARVALHO, F. B; TOLDRÁ, R. C. Metodologia da problematização no contexto das disciplinas práticas terapêuticas supervisionadas/Problematization methodology in the context of supervised therapeutic practice disciplines. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 21, n. 3, 2013. DOI: 10.4322/cto.2013.063. Disponível em:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/921>.
Acesso em: 2 fev. 2023.

BARBA, P.C.S; SILVA, R.F; JOAQUIM, R.H.V.T; BRITO, C.M.D. Formação inovadora em Terapia Ocupacional. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 16, n. 42, p. 829-842, set. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-32832012000300019>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/icse/a/WHZg6PqbJP7gmVrNg5Fc6gc/?lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2023.

BERNARDO, L. D; PEREIRA, L. S.; BARROS, L.; HELLMAN, V.; RAYMUNDO, T.M. Processo de formação de terapeutas ocupacionais: a utilização da metodologia da problematização no contexto de uma ação extensionista/the process of vocational training occupational therapists. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - Revisbrato**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 53-64, 4 fev. 2019. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional. <http://dx.doi.org/10.47222/2526-3544.rbto18785>. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/18785>. Acesso em: 17 jan. 2023.

CHRISTOFOLETTI, G.; FERNANDES, J. M.; MARTINS, A. S.; OLIVEIRA JUNIOR, S. A.; CARREGARO, R. L.; TOLEDO, A. M. Grau de satisfação discente frente à utilização de métodos ativos de aprendizagem em uma disciplina de Ética em saúde. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 188–197, 2014. DOI: 10.14244/19827199823. Disponível em:
<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/823>. Acesso em: 2 dez. 2022.

COUTINHO, I. J.; SANTOS, K. R. ; PASSOS, A. J. M. Novos tempos, novas práticas: os desafios na formação dos profissionais de terapia ocupacional. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 138-141, set. 2012. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.5935/0104-7795.20120021>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/103705>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CIRINEU, C. T.; FIORATI, R. C.; ASSAD, F. B. A utilização de técnicas de grupo em sala de aula: contribuições para o processo de ensino-aprendizagem na graduação em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 349-354, 2016. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v27i3p349-354. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/97404>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CYRINO, E. G.; TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 780-788, jun. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2004000300015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/mrrzr85SM93thZzwGFBm56q/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DUQUE, A. M.; HIRATUKA, E.; SILVA, L.G.; ANDRADE, F.L; SOUZA, M.B.C. Desafios do ensino aprendizagem em tempos de pandemia: relato de uma construção baseada em metodologias ativas/teaching and learning challenges in pandemic times. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - Revisbrato**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 457-470, 2 ago. 2021. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

<http://dx.doi.org/10.47222/2526-3544.rbto41765>. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/41765>. Acesso em: 17 jan. 2023

FERREIRA, M. R.; FEIJÃO, J. R.; ROCHA, I.; BOMFIM, A. H. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v. 15, n. 2, 2017. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049>. Acesso em: 25 fev. 2023.

FONSECA, S. M.; MATTAR, J. Metodologias ativas aplicas à educação a distância: revisão da literatura. **Revista Edapeci**, São Cristovão, v. 17, n. 2, p. 185-197, 13 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.29276/redapeci.2017.17.26509.185-197>. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/6509>. Acesso em: 25 jan. 2023.

JOAQUIM, R. H. V. T.; MARCOLINO, T. Q.; CID, M. F. B. Construindo-se terapeuta ocupacional no grupo de reflexão da prática: um espaço para ação-reflexão-ação. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 254-260, 2017. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v28i2p254-260. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/121264>. Acesso em: 28 jan. 2023.

LIMA, V. V. Competência: distintas abordagens e implicações na formação de profissionais de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Marília, v. 9, n. 17, p. 369-379, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-32832005000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SyGLRpTYVbwm7sTgTfK6V8n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MARIN, M. J. S.; LIMA, E. F. G.; PAVIOTTI, A. B.; MATSUYAMA, D. T. ; SILVA, L.K.D.; GONZALEZ, C.; DRUZIAN, S.; ILIAS, M. Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 13-20, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-55022010000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/PgYxhjqpFYqvYK8HvQkDtP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MITRE, S. M.; SIQUEIRA, R. B. ; GIRARDI, J. M.; MORAIS, N. M. P.; MEIRELLES, C. A. B.; PINT, C. P.; MOREIRA, T.; HOFFMANN, L. M. A. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 2133-2144, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232008000900018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9M86Ktp3vpHgMxWTZXScRKS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2023.

RODRIGUES, J.A.; ROCHA, L. S. ; ANJOS, D. S.; CAVALCANTE, L. P. F.; ROZENDO, C. A. Tendências pedagógicas: conflitos, desafios e perspectivas de docentes de enfermagem. **Revista Brasileira de Educação Médica, Brasília**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 333-342, set. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-55022013000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/MsksJjvfQKCSvKSgbJj8yFn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ROMAN, C.; ELLWANGER, J.; BECKER, G. C.; DA SILVEIRA, A. D.; MACHADO, C. L. B.; MANFROI, W. C. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem no processo de ensino em saúde no Brasil: uma revisão narrativa. **Clinical and Biomedical Research**, Rio Grande do Sul, v. 37, n. 4, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/73911>. Acesso em: 2 mar. 2023.

DALGALLO, L.; SILVEIRA, R. M. C. F. Metodologias Ativas no Ensino de Enfermagem: impactos no desempenho dos estudantes. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v. 37, n. 118, p. 12819, 18 jul. 2022. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2179-1309.2022.118.12819>. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12819/7051>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ZARPELON, L. F. B.; TERCENIO, M. L.; BATISTA, N. A. Integração ensino-serviço no contexto das escolas médicas brasileiras: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4241-4248, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.32132016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mjTZSWDSYdKzQVZCFXgXNhH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



AS EMOÇÕES DE DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR NA PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL

Vitória Eduarda Rocha Simões¹ - UEL
Débora Menegazzo de Sousa Almeida² - UEL

Nome do GT: 11 - Metodologias e práticas pedagógicas no ensino superior

RESUMO

Ao longo dos anos a autorregulação da aprendizagem tem recebido crescente interesse por parte de pesquisadores e educadores. A literatura destaca que indivíduos com bom autoconhecimento, boas crenças de autoeficácia e que controlam suas emoções diante das adversidades, tendem a apresentar melhores desempenhos acadêmicos. Um dos conceitos indispensáveis na promoção do senso autorregulatório nos sujeitos, consiste na autorregulação emocional. Professores atentos à este constructo, podem apresentar uma melhor autorregulação emocional e conseqüentemente, tendem a ser acolhedores e promoverem melhores condições para a regulação emocional de seus alunos. Novas pesquisas têm surgido na compreensão da autorregulação da aprendizagem do professor e seus impactos na práxis docente. No contexto nacional, elas ainda são incipientes, principalmente no que tange a autorregulação da aprendizagem em docentes no Ensino Superior com foco nos aspectos emocionais à ela relacionados. Partindo do contexto da pandemia da COVID-19 e da necessidade de investigações nesse segmento, a presente pesquisa, de caráter exploratório, teve como objetivo identificar aspectos emocionais em docentes de uma instituição pública de Ensino Superior no contexto da pandemia da COVID-19. Participaram do estudo 15 docentes de uma instituição pública de Ensino Superior. O instrumento utilizado para a coleta de dados consistiu num questionário elaborado com base na literatura da área. A pesquisa foi realizada de forma *on line* por meio da plataforma *Google Forms*. A análise dos dados foi realizada por meio de análise estatística e de conteúdo. Entre os principais resultados observou-se que os docentes participantes afirmam serem capazes de perceberem e lidarem com suas emoções, como também, o contexto da pandemia causou impactos em suas emoções.

Palavras-chave: Autorregulação da Aprendizagem. Professores. Ensino Superior. Emoções.

RESUMEN

A lo largo de los años, la autorregulación del aprendizaje ha recibido un interés creciente de investigadores y educadores. La literatura señala que las personas con buena autoconciencia, buenas creencias de autoeficacia y que controlan sus emociones frente a las adversidades tienden a presentar mejores actuaciones académicas. Uno de los conceptos indispensables en la promoción del sentido auto-regulador en los sujetos, consiste en la autorregulación emocional. Los maestros atentos a esta construcción, pueden presentar una mejor autorregulación emocional y, en consecuencia, tienden a ser acogedores y promover mejores condiciones para la regulación emocional de sus estudiantes. Ha surgido una nueva investigación en la comprensión de la autorregulación del aprendizaje de los docentes y sus impactos en la enseñanza de la praxis. En el contexto nacional, siguen siendo incipientes, especialmente con respecto a la autorregulación del aprendizaje en los maestros en la educación superior, centrándose en los aspectos emocionales relacionados con él. A partir del contexto de la pandemia Covid-19 y la necesidad de

¹ Pedagoga e Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL)-
e-mail: eduardaangles@gmail.com

² Docente UNESPAR e Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL)- e-mail: debora.menegazzo@unespar.edu.br



investigaciones en este segmento, esta investigación exploratoria tenía como objetivo identificar aspectos emocionales en los maestros de una institución pública de educación superior en el contexto de la pandemia Covid-19. 15 maestros de una institución pública de educación superior participaron en el estudio. El instrumento utilizado para la recopilación de datos consistió en un cuestionario preparado basado en la literatura del área. La búsqueda se realizó en la plataforma Google Forms. El análisis de datos se realizó a través del análisis estadístico y el contenido. Entre los principales resultados, se observó que los maestros participantes afirman poder percibir y lidiar con sus emociones, así como el contexto del impacto pandémico en sus emociones.

Palabras clave: Autorregulación del aprendizaje. Maestros. Enseñanza Superior. Emociones

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A aprendizagem autorregulada consiste no processo pelo qual os indivíduos ativam, orientam, monitoram e se responsabilizam pela própria aprendizagem. Pode ser compreendida como a capacidade que cada sujeito possui de se autoconhecer, compreendendo suas potencialidades e fragilidades, a qual envolve a integração dos fatores cognitivos, metacognitivos, motivacionais, comportamentais, sociais e emocionais (BORUCHOVITCH; GOMES, 2019; MARINI, BORUCHOVITCH, 2014).

A aprendizagem autorregulada pode ser interessante em todas as esferas da vida do sujeito, sendo portanto, um comportamento desejado tanto para estudantes como para pessoas fora da escola. Ela também pode ser estudada na perspectiva da formação docente. Segundo Ganda e Boruchovitch (2019) professores autorregulados conseguem identificar e analisar melhor os diversos aspectos relacionados ao processo de aprendizagem de seus alunos, propiciando assim, significativas condições para o desenvolvimento autorregulatório dos mesmos.

Nessa perspectiva, Machado (2017, p.18) afirma que “poucos estudos e investimentos nacionais têm se preocupado em conhecer e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos docentes”. Vários estudos apontam para a realidade de professores que não possuem clareza sobre o significado do aprender a aprender, confundindo estratégias de aprendizagem com estratégias de ensino, como também, verifica-se uma preocupação crescente com a motivação no ambiente escolar, visto que, sua ausência pode causar diversas consequências para o aprendizado (JERONYMO, 2017; MACHADO, 2017).

Estudos envolvendo a autorregulação da aprendizagem em docentes do Ensino Superior são ainda mais escassos e demonstram que professores nesse nível de ensino, por vezes, focam meramente no ensino do conteúdo de sua aula e não promovem a autorreflexão dos acadêmicos sobre o seu próprio processo de aprendizagem (JERONYMO, 2017; SILVA, 2015).



Com o advento da pandemia da COVID-19, o período de quarentena e o isolamento social trouxeram diversas modificações em todas as esferas da vida em sociedade. No âmbito educacional, com a necessidade do ensino remoto emergencial e sua manutenção por mais de um ano, o uso de estratégias de autorregulação da aprendizagem, especialmente no que tange as questões emocionais, ganhou valor. Observou-se que o trabalho do professor, nos mais diferentes níveis, passou a ser ainda mais desafiador, uma vez que, ao mesmo tempo em que ele deveria promover, por meio das tecnologias, uma aprendizagem de qualidade, também seria interessante, manter um comportamento autorregulado de suas próprias ações em *home office*.

Desse modo, com intuito de evidenciar aspectos relacionados a autorregulação da aprendizagem em docentes no Ensino Superior, principalmente em relações as questões emocionais com vistas ao contexto de pandemia, o presente estudo propõe-se a responder as seguintes **problemáticas**: *Qual impacto a pandemia da COVID-19 causou nas emoções dos professores? Como os docentes do Ensino Superior perceberam e lidaram com suas emoções, durante a pandemia da COVID-19?*

Para responder a estas questões considerou-se as seguintes **hipóteses**: (1) a pandemia da COVID-19 pode ter agravado as emoções negativas em docentes no Ensino Superior e (2) professores universitários podem apresentar dificuldades para perceberem e lidarem com suas emoções.

Nessa perspectiva, o **objetivo geral** consistiu em identificar aspectos emocionais de docentes de uma instituição pública de Ensino Superior no contexto da pandemia da COVID-19. No desdobramento do objetivo geral, o presente trabalho traçou como objetivos **específicos**: 1- identificar o modo como docentes do Ensino Superior percebem e lidam com suas emoções; 2- levantar possíveis impactos da pandemia (COVID-19) nas emoções dos professores do Ensino Superior.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando se pensa na formação de alunos conscientes de seu modo de aprendizagem e protagonistas de seu processo educacional, mediante as práticas autorregulatórias, é imprescindível que se remeta à formação daquele que “forma” os indivíduos, ou seja, a formação do docente. A autorregulação para a aprendizagem, no professor, consiste num processo necessário para que o mesmo desenvolva ferramentas que auxiliem a formação de seu aluno para aprender a aprender.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

De acordo com Boruchovitch (2014), tanto alunos em formação inicial, como docentes, podem ser beneficiados com a aprendizagem autorregulada, uma vez que, ao conhecer e estudar este constructo, o professor tende a melhorar suas próprias condições de aprendizagem e instigar os comportamentos de autorreflexão em seus alunos.

Nessa perspectiva, Simão e Frison (2014) apontam que ao aprender a autorregular sua aprendizagem, o professor desenvolve competências, tornando-se mais capaz e autônomo, visto que, os processos pessoais e profissionais, ativados pela autorreflexão, oferecem ao docente, possibilidades de encontrar significado e sentido nas mais diferentes situações, fomentando a autorregulação do pensar sobre e do aprender a aprender.

Segundo Azzi e Casanova (2020) e Goya, Bzuneck e Guimarães (2008), os professores têm um papel central no desenvolvimento emocional dos educandos. Além disso, diariamente nas escolas, estudantes vivenciam situações adversas, nas quais experimentam inúmeras emoções, que nem sempre são favoráveis ao aprendizado. Portanto, desenvolver a autorregulação emocional do estudante no ambiente escolar, torna-se necessário. Ela pode auxiliar a redução das altas taxas de fracasso escolar, dos transtornos mentais em ambiente escolar, de sentimentos negativos que diminuem a motivação (ansiedade, estresse, raiva), além de auxiliar a formação integral dos alunos (ALZINA, 2003; CRUVINEL, BORUCHOVITCH, 2019; GOMES; BORUCHOVITCH, 2020).

Nesse sentido, não basta que os docentes possuam conhecimento e domínio sobre a matéria, é preciso que o professor acredite ser capaz de empregar estes conhecimentos, tendo o cuidado de observar seu modo de ensinar mediante situações imprevistas (ROCHA, 2009). Segundo Gramipour, Shariatmadari e Mahdi (2019, p. 62) as emoções dos professores exercem influência em todas as suas atividades no ambiente escolar, abrangendo as relações de interação professor-aluno e são de “suma importância para desenvolvimento emocional dos alunos, melhorando a qualidade da educação e atingindo os objetivos e missão da educação” .

A literatura da área enfatiza a necessidade de se pensar em cursos de formação inicial e continuada que abordem práticas autorregulatórias, principalmente àquelas direcionadas à aspectos emocionais vinculados ao ensino e que proporcionem os conhecimentos teóricos necessários para que ocorra a conscientização de futuros professores e de docentes em exercício. Estas formações auxiliam na compreensão da importância da autorreflexão como base para a promoção da autorregulação dos alunos para que assim possam desenvolver em si e em seus educandos o senso autorregulatório, bem como, influenciar a maneira que percebem



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

e lidam com suas emoções (AZZI, CASANOVA, 2020; BANDURA, 1993; BURIC', SLIŠKOVIĆ, SORIĆ, 2020; BORUCHOVITCH, GOMES, 2019; GOMES, BORUCHOVITCH, 2020; RANDI, 2004).

Nessa perspectiva, Jeronimo (2017) aborda a autorregulação da aprendizagem em docentes e afirma:

tem-se estudado a respeito dos processos de aprendizagem dos alunos, contudo, ainda são escassos os que fazem referência aos professores como aqueles que aprendem, percebendo-se capazes de ensinar os alunos a tornarem-se autorregulados e aptos ao “aprender a aprender” (JERONYMO, 2017, p. 118).

Essa escassez é evidenciada, ainda, por Machado (2017, p.18) ao relatar que “poucos estudos e investimentos nacionais têm se preocupado em conhecer e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos docentes”. Além disso, Silva (2015) também destaca que em nosso país, os estudos sobre a autorregulação da aprendizagem no contexto da formação de professores e suas práticas em sala de aula ainda são incipientes.

É possível considerar que estudos apontam para a falta de clareza de muitos docentes sobre o significado do aprender a aprender, confundindo estratégias de aprendizagem com estratégias de ensino, como também, verifica-se uma preocupação crescente com a motivação no ambiente escolar, visto que, sua ausência pode causar diversas consequências para o aprendiz (JERONYMO, 2017; MACHADO, 2017).

Os levantamentos descortinam a existência de poucas pesquisas sobre autorregulação da aprendizagem em docentes da educação básica e com docentes do Ensino Superior que são os formadores desses novos professores. Pode-se afirmar que os cursos de licenciatura, oferecem oportunidades para futuros professores tomarem consciência sobre seu papel na Educação, a complexidade do processo de aprendizagem e, conseqüentemente, do processo autorregulatório.

Desse modo, no que se refere aos professores no Ensino Superior, Silva (2015) afirma que os mesmos focam suas práticas meramente no ensino do conteúdo de sua aula e não promovem a autorreflexão dos acadêmicos para o seu próprio processo de aprendizagem.

Somado a este cenário, ainda é mister considerar o contexto da pandemia gerado pela COVID-19, que trouxe aos professores inúmeros desafios, nos quais observou-se crescentes impactos na saúde mental dos sujeitos e agravou casos de transtornos de ansiedade, depressão e, até mesmo de suicídio (FARO et al., 2020).

Desta forma, apresenta-se na sequência, os procedimentos metodológicos, desenvolvimento da pesquisa, resultados e discussões.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se como estratégia metodológica a pesquisa exploratória, a fim de obter-se informações consistentes acerca da autorregulação da aprendizagem, a autorregulação emocional e senso de competência dos docentes. Segundo Gil (2002, p.41) a pesquisa exploratória tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, no qual incluem levantamento bibliográfico e entrevistas.

Quadro 1- Estratégia Metodológica de Pesquisa Exploratória

Autorregulação Emocional de docente do Ensino Superior	
Objeto de Estudo	Professores atuantes no Ensino Superior;
Amostra	15 docentes
Coleta de dados.	<ul style="list-style-type: none">• Questões sobre Autorregulação Emocional;• Questões sobre as emoções e crenças de competência dos professores do Ensino Superior na pandemia da COVID-19
Instrumentos	<ul style="list-style-type: none">• Instituição Pública de Ensino Superior
Etapas	<ol style="list-style-type: none">1. Pesquisa bibliográfica sobre autorregulação da aprendizagem, autorregulação emocional e crenças de autoeficácia em professores2. Elaboração da fundamentação teórica, problema e instrumentos da pesquisa;3. Elaboração de documentação para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)-UNESPAR/PR.4. Envio dos formulários e coleta de depoimentos;5. Coleta e verificação dos dados;6. Análise dos dados;7. Conclusões

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

4 DESENVOLVIMENTO

4.1. Participantes

A pesquisa foi realizada em uma instituição de caráter público de Ensino Superior situada no centro-norte do estado do Paraná, sendo encaminhada ao quadro total de 164 docentes, por meio de contato com os diretores de centro que gentilmente se disponibilizaram a enviar o formulário aos coordenadores de curso para que pudessem chegar até cada docente. Participaram efetivamente da pesquisa 15 docentes dos diferentes cursos ofertados no *campus*. Um número de 12 (80%) professores, eram do sexo feminino e 3 (20%) do sexo masculino. É importante ressaltar que todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, enviado por meio do *Google Forms* juntamente com o questionário.

A faixa etária dos professores variou de 20 à mais de 60 anos, sendo que 6 (40%) possuem formação em mestrado e 9 (60%) em doutorado. Além disso, em relação ao tempo de experiência como docente no Ensino Superior, foi observado que 3 (20%) dispõem de até 5 anos, 6 (40%) de 5 a 10 anos, 1 (6,7%) de 11 a 15 anos, 3 (20%) de 16 a 20 anos e 2(13,3%) 21 a 25 anos. No que



tange ao colegiado em que estão locados, identificou-se maior adesão do colegiado de Pedagogia com 6 (40%) dos docentes.

4.2. Instrumentos

O instrumento utilizado consistiu em um questionário elaborado na plataforma *Google Forms* e dividiu-se em 4 partes: 1) Termo de Compromisso Livre e Esclarecido-TCLE; 2) dados sociodemográficos; 3) autorregulação emocional; 4) pandemia.

Na primeira e segunda parte inseriu-se o TCLE para que os docentes conhecessem a pesquisa e tivessem a liberdade para escolha na participação, bem como, coletou-se informações sociodemográficas, como sexo, faixa etária, formação, tempo de experiência no Ensino Superior e colegiado na instituição.

Na terceira parte “autorregulação emocional” foram elaboradas 6 questões baseadas na literatura da área que abordaram o modo como os docentes identificam e controlam suas emoções (BZUNECK, BORUCHOVITCH, 2020; CRUVINEL, BORUCHOVITCH, 2019; GRAMIPOUR, SHARIATMADARI, MAHDI, 2019).

Por fim, na quarta parte, denominada “pandemia” foram propostas 2 questões para autorreflexão sobre as emoções, sendo uma discursiva e outra de escala Likert de 1 (discordo totalmente/ nada preparado) a 5 (concordo totalmente/muito preparado) são elas:

- Quais emoções a pandemia da COVID-19 trouxe para a sua atuação enquanto docente?
- Você considera importante refletir sobre suas emoções nesse período de pandemia?

4.3. Procedimentos

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição e aprovado conforme parecer número 4.889.800 de 06/08/2021. Somente após a aprovação da pesquisa pelo comitê foi dado início aos encaminhamentos para sua aplicação.

Devido a pandemia da COVID-19 e a inviabilidade da realização de atividades presenciais no campo de pesquisa, optou-se por realizar o estudo em ambiente virtual. Sendo assim, foram enviados *banners* como convites de participação nos grupos virtuais constituídos no aplicativo *WhatsApp*, aos dois centros da instituição: Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas e da Educação, bem como, um vídeo explicativo sobre o desenvolvimento do estudo e sua importância para o contexto educacional.

Após o encaminhamento das informações iniciais, disponibilizou-se o *link* da plataforma



Google Forms para o acesso e preenchimento do TCLE. A finalização da coleta de dados deu-se 12 dias após seu lançamento. Devido a baixa adesão ao preenchimento, por volta do quinto dia após o lançamento da pesquisa, optou-se por novo envio do *banner* e vídeo explicativo aos grupos de *WhatsApp*.

4.4. Análise dos dados

Para o adequado manuseio dos dados utilizou-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences 21.0 (SPSS)*. Os dados foram organizados em planilhas do Excel. As informações sociodemográficas receberam tratamento quantitativo, por meio de análises estatísticas descritivas e inferenciais. Já as questões da seção “autorregulação emocional”, e a última questão da seção “pandemia” foi estudada por meio da distribuição de frequência absoluta (n), percentual (%), mediana e moda. Por fim, para questão aberta “Quais emoções a pandemia da COVID-19 trouxe para a sua atuação enquanto docente?”, foi utilizado a análise categorial e de conteúdo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de reconhecer como os docentes do Ensino Superior identificam e controlam suas emoções, aplicou-se 6 questões elaboradas com base na literatura da área, que deveriam ser preenchidas numa escala Likert de 1(nunca/nada) a 5 (muito frequentemente/totalmente) e foram analisadas por meio da distribuição de frequência absoluta (n), percentual (%), mediana e moda utilizando o SPSS, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1- Autorregulação Emocional de Docentes do Ensino Superior

Questão	Respostas	Frequência (n)	Porcentagem %	Mediana	Moda
Você acredita que identifica as emoções que sente?	Nunca	1	6,7%	4,00	5
	Raramente	0	0,0%		
	Ocasionalmente	1	6,7%		
	Frequentemente	6	40,0%		
	Muito Frequentemente	7	46,7%		
Você aceita as emoções que tem?	Nunca	0	0,0%	4,00	4
	Raramente	0	0,0%		
	Ocasionalmente	3	20,0%		
	Frequentemente	7	46,7%		
	Muito Frequentemente	5	33,3%		
Você recusa emoções “ruins” como raiva e medo?	Nunca	0	0,0%	3,00	4
	Raramente	3	20,0%		
	Ocasionalmente	5	33,3%		
	Frequentemente	6	40,0%		
	Muito Frequentemente	1	6,7%		



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Você costuma pensar sobre suas emoções e sentimentos?	Nunca	0	0,0%	4,00	4
	Raramente	0	0,0%		
	Ocasionalmente	2	13,3%		
	Frequentemente	7	46,7%		
	Muito Frequentemente	6	40,0%		
Você costuma perceber o impacto que uma determinada emoção pode ter no seu desempenho enquanto docente?	Nunca	2	13,3%	4,00	4
	Raramente	1	6,7%		
	Ocasionalmente	1	6,7%		
	Frequentemente	8	53,3%		
	Muito Frequentemente	3	20,0%		
Você acha que tem um bom controle de suas emoções?	Nenhum	0	0,0%	4,00	4
	Pouco	0	0,0%		
	Neutro	4	26,7%		
	Muito	10	66,7%		
	Totalmente	1	6,7%		

Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Com base nos dados apresentados na tabela acima, pode-se observar que em relação a identificação das próprias emoções pelos docentes, grande parte deles (46,7%) afirmaram que muito frequentemente identificam as emoções que sentem e apenas um dos professores (6,7%) afirmou que nunca as identifica.

Sobre o aceite das emoções pelos professores, evidenciou-se que a maioria expressa que frequentemente (46,7%) e muito frequentemente (33,3%) aceitam as suas emoções. Entretanto, no que tange a recusa de emoções consideradas “ruins” os docentes apontaram que ocasionalmente (33,3%) e frequentemente (40,0%) costumam negar esses sentimentos, nesse sentido, apenas 3 (20,0%) disseram que raramente as recusam e 1 (6,7%) apontou que muito frequentemente as refutam.

No que se refere a reflexão sobre as próprias emoções e sentimentos, os professores expuseram que ocasionalmente (13,3%), frequentemente (46,7%) e muito frequentemente (40,0%) pensam sobre suas emoções. Já sobre a percepção do impacto de suas emoções no desempenho da docência, grande parte dos docentes apontaram que percebem frequentemente (53,3%) e muito frequentemente (20,0%), sendo que, apenas 2 (13,3%) expressaram que nunca percebem a influência de suas emoções em sua prática docente, como também, 1 (6,7%) expôs que raramente percebe e 1 (6,7%) ocasionalmente identifica o impacto de suas emoções na docência.

Por fim, no que concerne ao controle das emoções, a maioria dos professores disseram ter muito controle (66,7%) de suas emoções, na qual apenas 1(6,7%) docente expôs que tem total controle e 4 (26,7%) ficaram neutros.

Já no que se refere ao impacto da pandemia (COVID-19) nas emoções dos docentes do



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Ensino Superior, elaborou-se 2 questões, sendo uma discursiva e outra de escala *Likert* de 1 (discordo totalmente/ nada preparado) a 5 (concordo totalmente/muito preparado). Para a análise da primeira questão “Quais emoções a pandemia da COVID-19 trouxe para a sua atuação enquanto docente?”, realizou-se uma análise categorial, em que as emoções citadas nas respostas dos docentes foram agrupadas em ordem de maior e menor aparecimento como apresenta o Quadro 2.

Quadro 2- Emoções advindas pela pandemia de COVID-19

Emoções	Frequência
Ansiedade	6
Medo	3
Preocupação	2
Desinteresse	1
Stress	1
Depressão	1
Necessidade de adaptação	1
Resignação	1
Incerteza	1
Insegurança	1
Esperança	1
Desejo de atualização	1
Satisfação	1
Alegria	1
Tristeza	1
Desesperança	1
Acolhimento	1
Motivação	1
Cobrança pessoal	1
Susto	1
Coragem	1
Aprendizado	1
Cansaço	1
Inabilidade	1
Vulnerabilidade	1
Total	34

Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Conforme apresentado no quadro 2, observou-se que dentre as 34 emoções citadas nos relatos dos professores, os sentimentos de ansiedade (6), medo (3) e preocupação (2), foram os que mais se destacaram. Já as demais, foram citadas apenas uma vez. Nesse sentido, constatou-se que a maioria das emoções listadas pelos docentes são consideradas negativas para o processo de ensino-aprendizagem, como evidenciado por Bandura (1993; 2004), Cruvinel e Boruchovitch



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

(2019), Gomes e Boruchovitch (2020), Gross (2015).

Entretanto, mesmo apresentando emoções negativas advindas do contexto da pandemia (COVID-19), foi possível notar que os professores também apresentaram emoções de enfrentamento como esperança, motivação, aprendizado e desejo de atualização. Alguns exemplos são apresentados nos relatos a seguir dos docentes 1 e 2:

Docente 1- No início tristeza e desesperança, com o passar do tempo acolhimento e motivação por dias mais amenos.

Docente 2- Num primeiro momento preocupação, especialmente em relação a forma como os alunos lidariam com o novo formato das aulas e com suas questões emocionais que estavam afloradas por consequência da pandemia. Eu sou pesquisadora sobre o uso das tecnologias na educação, portanto, eu não tinha medo do uso desses recursos e nem das aulas no formato remoto. Depois senti a satisfação e a alegria de conseguir transformar esse processo todo em algo mais leve para os alunos e de maneira que o processo de aprendizagem continuasse, pois eles foram percebendo que poderiam aprender, que mesmo distantes fisicamente estávamos juntos e próximos, que eles continuavam tendo liberdade para participar das aulas, que adaptações foram realizadas de acordo com as necessidades que a turma ou aluno apresentava.

Com relação as questões “você considera importante refletir sobre suas emoções nesse período de pandemia?”, os dados foram analisados por meio da distribuição de frequência absoluta (n), percentual (%), mediana e moda utilizando o programa SPSS, apresentados na Tabela 2.

Tabela 2- Autorregulação Emocional

Questão	Fator	Frequência (n)	Porcentagem (%)	Mediana	Moda
Você considera importante refletir sobre suas emoções nesse período de pandemia?	Discordo Totalmente	0	0%	5,00	5
	Discordo	0	0%		
	Indeciso	0	0%		
	Concordo	4	26,60%		
	Concordo Totalmente	11	73,30%		

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Com base nos dados apresentados na tabela 2 é possível constatar que a maioria dos docentes concordaram totalmente (73,30%) com a importância de refletirem sobre suas próprias emoções no contexto da pandemia (COVID-19). Dessa forma, considera-se interessante retomar as hipóteses levantadas inicialmente, que consistiram em: (1) professores universitários podem apresentar dificuldades para perceberem e lidarem com suas emoções e (2) a pandemia da COVID-19 pode ter agravado as emoções negativas em docentes universitários.

No que tange a primeira afirmativa, em relação as dificuldades dos professores em perceberem e lidarem com suas emoções, evidenciou-se que a alegação não se confirmou por meio das respostas dos docentes ao questionário, visto que, verificou-se que os docentes se



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

consideram capazes de perceberem e lidarem com suas emoções, tal como afirmam que frequentemente refletem sobre os próprio sentimentos e identificam seus impactos nas ações docentes. Isso leva a considerar que os docentes respondentes não alegam dificuldades para perceberem e lidarem com suas emoções. Entretanto, constata-se uma contradição nas respostas dos professores, visto que, inicialmente afirmaram que aceitam suas emoções, contudo, também expressaram que, frequentemente, recusam os sentimentos considerados “ruins” como medo e raiva.

Por fim, com relação à segunda hipótese de que a pandemia (COVID-19) pode ter agravado as emoções dos docentes, os resultados permitiram considerar que esta afirmação se confirma nas falas dos docentes. Observou-se, que no período pandêmico ocorreu a elevação de sentimentos como ansiedade, medo, preocupação, stress, desesperança, tristeza, insegurança, entre outros. Esses sentimentos, segundo a literatura, constituem-se de fatores prejudiciais no processo de ensino e aprendizagem tanto de professores quanto dos estudantes (ALZINA, 2003; BANDURA, 1993, 2004; CRUVINEL E BORUCHOVITCH, 2019; GOMES E BORUCHOVITCH, 2020; GRAMIPOUR, SHARIATMADARI E MAHDI, 2019; GROSS, 2015).

Vale destacar uma das falas, na íntegra, dos docentes sobre as emoções despertadas com a pandemia da COVID-19:

Docente 3- Preocupação com grande parte da população brasileira, por conta do descaso do governo federal, na condução da pandemia; medo da morte de pessoas próximas e distantes a mim; ansiedade para que tudo possa passar o mais brevemente possível, apesar da duração de quase dois anos da pandemia. Irritado com a entrada de milhões de brasileiros(as) na linha da pobreza e passando fome, com aumento estrutural do desemprego.

Ainda sobre as questões emocionais na pandemia, confirmou-se que embora tenha ocorrido o aumento de emoções negativas, os relatos dos professores demonstrou que o período pandêmico despertou sentimentos de enfrentamento às emoções desafiadoras, como por exemplo, motivação, desejo por atualização e coragem.

Com base nos resultados provenientes dos dados obtidos pela presente pesquisa denominada “Autorregulação emocional em docentes do Ensino Superior”, considera-se que foi possível responder as questões iniciais propostas por este estudo, como também, de confirmar e refutar as hipóteses levantadas no início desse trabalho. Conclui-se, portanto, que o questionário, possibilitou inferir a existência de uma tentativa e capacidade de autocontrole emocional dos docentes do Ensino Superior, no entanto, não foram suficientes para levantarem elementos



relativos à sua autorregulação emocional. Comprovou-se que a pandemia (COVID-19) impactou nas emoções dos professores, visto que, nesse período ocorreu o aumento de sentimentos considerados prejudiciais tanto no processo de ensino e aprendizagem dos docentes, quanto de seus alunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação a questão “*Qual impacto a pandemia COVID-19 causou nas emoções dos professores?*” nota-se a ocorrência da elevação de emoções prejudiciais para o processo de ensino e aprendizagem, tanto de professores quanto dos alunos, como por exemplo ansiedade, medo, preocupação e stress, bem como o aparecimento de emoções, como coragem, motivação e esperança.

Descortinou-se, na presente pesquisa, um resultado oposto a hipótese inicial na qual se considerava que os docentes do Ensino Superior possuíam dificuldades para perceberem e lidarem com suas emoções, ou seja, os resultados apontaram para tentativas e capacidade de autocontrole emocional. Para os professores participantes, eles perceberam e lidaram bem com suas emoções, além de, frequentemente, pensarem sobre elas e identificarem o impacto que as mesmas exerceram em suas práticas docentes.

Como ponto desfavorável, considera-se que não foi possível perceber se de fato os professores são autorregulados emocionalmente em sua atuação profissional, visto que, os dados obtidos apontaram uma divergência em suas afirmações ao dizerem que aceitam suas emoções, mas, ao sentirem emoções consideradas ruins, costumam negá-las. Além disso, destaca-se a dificuldade de acesso à instrumentos de pesquisa que meçam a autorregulação emocional e as crenças de autoeficácia para o ensino em docentes do Ensino Superior.

Sugere-se, que futuras investigações busquem observar de forma mais detalhada acerca das emoções negativas em docentes do Ensino Superior, ou seja, quais são as emoções que predominam e como eles lidam com elas. Ainda sugere-se um levantamento mais preciso sobre a autorregulação emocional dos professores, o que pode ser efetivado por meio da utilização de instrumentos adequados, os quais não foram possíveis nessa pesquisa.

Considera-se que um dos propósitos para a promoção da autorregulação emocional consiste em possibilitar a aprendizagem de manejos com relação às emoções negativas e isso vale, tanto para a vida acadêmica, como para a vida fora da universidade. Nesse sentido, propõe-se a aplicação do estudo em amostra maior, como também, para além da utilização de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

questionários, os novos estudos realizem observações em sala de aula, entrevistas com os professores e até mesmo intervenções de modo a subsidiar professores, em suas habilidades emocionais. Além disso, recomenda-se que futuramente estudos se debrucem a compreender o impacto da pandemia (COVID-19) nas emoções dos docentes no pós-pandemia, com a retomada das aulas presenciais.

Portanto, considera-se que a presente pesquisa poderá contribuir para o aumento de estudos relacionados a área, gerando mais dados e informações para a construção de novas propostas para a compreensão e o desenvolvimento das estratégias de autorregulação emocional e de competências de docentes no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ALZINA, Rafael Bisquerra. *Educación emocional y competencias básicas para la vida*. **Revista de Investigación Educativa**, 2003, Vol. 21, n.º 1, págs. 7-43. Disponível em: <https://revistas.um.es/rie/article/view/99071>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

AZZI, Roberta Gurgel; CASANOVA, Daniela Couto Guerreiro. **Conversas sobre crenças de autoeficácia**: texto para gestoras e gestores escolares 1. ed. – Porto Alegre, RS : Editora Letra1, 2020.

BANDURA, Albert. *Perceived Self-Efficacy in Cognitive Development and Functioning*. **Educational Psychologist**, 1993. Disponível em: <https://www.uky.edu/~eushe2/Bandura/Bandura1993EP.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

_____. *Swimming against the mainstream: the early years from chilly tributary to transformative mainstream*. **Behaviour Research and Therapy**, 2004. Disponível em: <https://www.uky.edu/~eushe2/Bandura/Bandura2004BRT.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

BORUCHOVITCH, Evely. Autorregulação da aprendizagem: contribuições da psicologia educacional para a formação de professores. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 18, Número 3, Setembro/Dezembro de 2014, p. 401-409.

BORUCHOVITCH, Evely; GOMES, Maria Aparecida Mazzalira (org.). **Aprendizagem Autorregulada**: como promove-la no contexto educativo?-Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

BURIĆ, Irena; SLIŠKOVIĆ, Ana; SORIĆ, Izabela. *Teachers' Emotions and Self-Efficacy: A Test of Reciprocal Relations*. **Frontiers in Psychology**. August 2020. Disponível em: < doi: 10.3389/fpsyg.2020.01650 >. Acesso em: 11 de novembro de 2021.

BZUNECK, José Aloyseo; BORUCHOVITCH, Evely. Autorregulação da motivação e das emoções-Inter-relações, implicações e desafios. In FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo;



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BORUCHOVITCH, Evely (Org). **Autorregulação da aprendizagem: cenários, desafios, perspectivas para o contexto educativo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2020

CRUVINEL, Miriam; BORUCHOVITCH, Evely. Como promover a autorregulação emocional de crianças e adolescentes no contexto educacional. In Evely Boruchovitch; Maria Aparecida Mazzalira Gomes (org.). **Aprendizagem Autorregulada: como promove-la no contexto educativo?**-Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 37, e200074. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

GANDA, Danielle Ribeiro; BORUCHOVITCH, Evely. Como promover a autorregulação da aprendizagem de futuros professores: descrição de um programa no Ensino Superior. In Evely Boruchovitch; Maria Aparecida Mazzalira Gomes (org.). **Aprendizagem Autorregulada: como promove-la no contexto educativo?**-Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

GIL, Antoni Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Maria Aparecida Mazzalira; BORUCHOVITCH, Evely. A promoção da aprendizagem autorregulada- O protagonismo de professores e alunos em perspectiva. In FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; BORUCHOVITCH, Evely (Org). **Autorregulação da aprendizagem: cenários, desafios, perspectivas para o contexto educativo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2020

GOYA, Alcides; Bzuneck, José Aloyseo; Guimarães, Sueli Édi Rufini. Crenças de eficácia de professores e motivação de adolescentes para aprender Física. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**- Volume 12-Número 2. Janeiro/Julho 2008.

GRAMIPOUR, Masoud; SHARIATMADARI, Mehdi; MAHDI, Somayeh. *The development of Teacher Academic Emotions (TAE) Scale.* **Journal of Pedagogical Research**, 2019. Disponível em: doi: 10.33902/JPR.2019.5. Acesso em: 11 de novembro de 2021.

GROSS, James. *Emotion Regulation: Current Status and Future Prospect.* **Psychological Inquiry**, 26: 1, 1-26, 2015. Disponível em:doi: 10.1080 / 1047840X.2014.940781. Acesso em: 28 de outubro de 2021.

JERONYMO, Gisele Fermino Demarque. **O Aprender a Aprender de Professores de Licenciaturas de uma Instituição Pública do Norte No Paraná.** 2017. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/8-2017>. Acesso em: 20 de março de 2021.

MACHADO, Amélia Carolina Terra Alves. **Como motivar estudantes: a eficácia de um programa autorreflexivo desenvolvido para a capacitação de professores em teorias sociocognitivas da motivação.** 2017. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2017.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MARINI, Janete Aparecida da Silva; BORUCHOVITCH, Evely, Estratégias de Aprendizagem de Alunos Brasileiros do Ensino Superior: Considerações sobre Adaptação, Sucesso Acadêmico e Aprendizagem Autorregulada. **Revista E-PSI**, ano 4. v.1, 2014, p.102-126. Disponível em: <https://artigos.revistaepsi.com/2014/Ano4-Volume1-Artigo5.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

RANDI, Judi. *Teachers as Self-Regulated Learners*. *Teachers College Record*, v. 106, n. 9, September 2004, p. 1825–1853.

ROCHA, Márcia Santos da. **A auto-eficácia docente no ensino superior**. Campinas, SP:[s.n], 2009.

SILVA, Andréa Oliveira. **Formação continuada e autorregulação da aprendizagem: concepções e práticas de professores**. Campinas: PUC-Campinas, 2015.

SIMÃO, Ana Margarida da Veiga; FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **Autorregulação da aprendizagem: abordagens teóricas e desafios para as práticas em contextos educativos**. Cadernos de Educação -FaE/PPGE/UFPeL. Pelotas [45] 2 – 20, maio/agosto 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/3814/3061>. Acesso em: 25 de julho de 2021.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NO CURSO DE PEDAGOGIA: UMA VIVÊNCIA SOCIOAMBIENTAL

Nájela Tavares Ujii¹ - UNESPAR/Pvaí

Fernanda Galvão dos Anjos² - UNESPAR/Pvaí

Nome do GT: Metodologias e práticas pedagógicas no ensino superior

RESUMO

No escopo do curso de Pedagogia a formação de professores demanda ser cunhada de modo polivalente, pois de acordo com as diretrizes curriculares nacionais o formado na área atuará profissionalmente na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, na gestão educacional e demais contextos relacionados à educação e ao processo ensino-aprendizagem. O ensino de ciências é parte integrante da seara formativa do professor pedagogo e efetiva-se via disciplina de Metodologia do Ensino de Ciências e Meio Ambiente, a qual prima por articular os saberes docentes (curriculares, disciplinares e experienciais) numa correlação dinâmica entre teoria e prática, capaz de instrumentalizar a práxis educativa do professor de ciências. Frente ao exposto, temos por prerrogativa discorrer neste artigo sobre o delineamento formativo e educativo no que tange a educação ambiental no âmbito do curso de Pedagogia, com ênfase na vivência socioambiental realizada no ano letivo dois mil e vinte dois, com este intuito constitui-se este relato de experiência dialógico, no qual explanamos os pressupostos teóricos e metodológicos forjados no processo formativo e educativo. Assim os resultados do caminho consolidado evidenciam que a visão correlacionada a educação ambiental se amplifica mediatizada pela discussão, correlações construídas, sensibilização e proposição educativa de vivência que é capaz de entrelaçar teoria e prática em ação constitutiva de saberes da docência no âmbito da educação ambiental e ensino de ciências.

Palavras-chave: Pedagogia. Formação de Professores. Ensino de Ciências. Educação Ambiental.

RESUMEN

En el ámbito de la carrera de Pedagogía, la formación docente exige ser acuñada de forma polivalente, pues de acuerdo con las directrices curriculares nacionales, el egresado del área se desempeñará profesionalmente en educación inicial, en los primeros años de la enseñanza fundamental, en gestión y otros contextos relacionados con la educación y el proceso de enseñanza-aprendizaje. La enseñanza de las ciencias es parte integral del campo educativo del docente pedagogo y se realiza a través de la disciplina Metodología para la Enseñanza de las Ciencias y el Medio Ambiente, que busca articular saberes didácticos (curriculares, disciplinares y experienciales) en una correlación dinámica entre teoría y práctica, capaces de instrumentalizar la praxis educativa del profesor de ciencias. En vista de lo anterior, tenemos la prerrogativa de discutir en este artículo sobre el esquema formativo y educativo en torno a la educación ambiental en el ámbito de la carrera de Pedagogía, con énfasis en la experiencia

¹ Doutora em Ensino de Ciência e Tecnologia. Docente do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR), da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Paranavaí. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação: teoria e prática (GEPE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Práxis Educativa Infantil (GEPPEI), e-mail: najelaujiiie@yahoo.com.br.

² Pedagoga. Bolsista Institucional do Programa de Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR), da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Paranavaí. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação: teoria e prática (GEPE), e-mail: fernandagalvao2010@gmail.com.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

socioambiental realizada en el año escolar dos mil veinte. -dos, con ese fin constituimos este relato de experiencia dialógica, en el que explicamos los presupuestos teóricos y metodológicos forjados en el proceso formativo y educativo. Así, los resultados del camino consolidado muestran que la visión correlativa a la educación ambiental se amplía mediada por la discusión, las correlaciones construidas, la toma de conciencia y la proposición educativa de la experiencia que es capaz de entrelazar teoría y práctica en la acción constitutiva de la enseñanza del saber en el ámbito de la educación ambiental y enseñanza de las ciencias.

Palabras clave: Pedagogía. Formación de profesores. Enseñanza de las ciencias. Educación ambiental.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação inicial que trataremos para pauta de discussão é a que se desenvolve no curso de Pedagogia, de uma Universidade pública paranaense, a partir da qual discutiremos a ação pedagógica junto a disciplina de Metodologia do Ensino de Ciências e Meio Ambiente, tendo em vista explicitar nuances da vivência socioambiental nutrida por leitura, discussão e debate, forjada e idealizada coletivamente pelos acadêmicos no ano letivo dois mil e vinte dois.

A educação ambiental é um conteúdo transversal de grande importância, o qual deve ter trânsito e ser permeativa da educação infantil ao ensino superior, portanto está intrínseco a formação de professores.

O meio ambiente é o espaço e a natureza, são os ecossistemas presentes na Terra, é o conjunto de condições que permitem abrigar e reger a vida em todas as suas formas.

No âmbito do ensino de ciências a educação ambiental tem importância salutar uma vez que o meio ambiente é objeto de estudo da área, tema gerador e unificador, na correlação com a vida, os fenômenos, os elementos e materiais, a matriz tríade que comporta a Biologia, a Física e a Química, em dialogia com o conhecimento e com o mundo.

Loureiro (2004) conceitua educação ambiental como o meio educativo pelo qual os educandos podem compreender de modo articulado as dimensões ambientais e sociais, a natureza e o espaço, a fim de problematizar a realidade e conhecer as raízes da crise civilizatória, num apoderamento do conhecimento de ciência, tecnologia e sociedade. Portanto, compreende-se que uma educação ambiental de fato e de direito aciona mais que sensibilidade, aciona consciência, aciona cidadania, aciona ação em prol da sustentabilidade universal e bem-estar de todos.

Nestes termos na composição deste trabalho buscamos explicitar a experiência vivenciada em três momentos que nos encaminharam as considerações finais; o primeiro discorre acerca dos pressupostos teóricos abordados junto a disciplina de Metodologia do Ensino de Ciências e Meio



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Ambiente, que instrumentalizaram leitura, discussão e debate; o segundo apresenta os procedimentos metodológicos e o gestar da ação; e, o terceiro relata a experiência vivida em toda sua potência de ação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Ambiental começou a ser mais abordada na literatura e no meio político a partir do crescimento dos movimentos ambientalistas em 1960. De acordo com Silva, Nogueira e Pereira (2015) a expressão ‘Educação Ambiental’ foi considerada para destacar as iniciativas das instituições de ensino, governamentais e não governamentais para conscientizar a população em geral sobre as questões ambientais.

A Constituição Federal brasileira, de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p. 100).

Observamos que a lei maior aponta a necessidade de se formar cidadãos conscientes sobre a temática ambiental de forma crítica e reflexiva. Temos, pois, na Lei nº 9.795 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental no artigo 5º o estabelecimento dos objetivos fundamentais da educação ambiental, a saber:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999, p. 2).

Assim, na direção do compromisso político educacional com a questão do meio ambiente, temos o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), que evidencia que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos da Educação Infantil, do Ensino

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Fundamental e do Ensino Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a educação ambiental tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania plena, em que a consciência ambiental e a vida sustentável são preceitos fundamentais.

Com efeito, toda a educação é um ato político e ao abordar a educação ambiental em articulação com a educação infantil Tiriba (2010, p. 2) pondera que a educação ambiental desde a primeira infância é fundamental enquanto biofilia “processo que religa ser humano e natureza, razão e emoção, corpo e mente, conhecimento e vida. Afirmamos a necessidade de uma educação infantil ambiental fundada na ética do cuidado, respeitadora da diversidade de culturas e da biodiversidade. Educação Ambiental que é política”.

Em coaduno com o exposto Ferro, Ujiie e Royer (2022) afirmam que favorecer uma educação infantil adequada, emancipadora, possibilita meios para que as crianças sejam sujeitos de suas próprias histórias, adquiram autonomia, sejam críticos e reflexivos em articulação com o meio. Portanto, as autoras pontuam que os estudos pedagógicos de Paulo Freire estão presentes na educação infantil e podem se articular a educação ambiental, são pertinentes ao contexto de formação, de construção do cidadão, de aprendizagem a partir do erro e da dialogicidade, elaborativa e de apoderamento em relação as questões ambientais.

E em sendo a educação ambiental permeativa de todos os níveis de ensino, nos anos iniciais do ensino fundamental, cumpre seu desígnio ao propiciar aos alunos os conhecimentos e oportunidades de desenvolvimento de capacidades necessárias para se orientarem nesta sociedade complexa, compreendendo o que se passa a sua volta, tomando posição e intervindo na sua realidade, constituindo-se cidadão.

Conforme Delizoicov e Angotti (2000, p. 56) ao debater a formação de professores de ciências é essencial que “para o exercício pleno da cidadania, um mínimo de formação básica em ciências deve ser desenvolvido, de modo a fornecer instrumentos que possibilitem uma melhor compreensão da sociedade em que vivemos”. Frente ao exposto, todos os indivíduos, com ênfase na nossa discussão os formandos em Pedagogia, devem receber uma formação mínima em ciências para a sua formação cultural, porque o *corpus* do conhecimento científico das ciências naturais, o qual a educação ambiental é conteúdo integrativo, é a parte constitutiva da formação cidadã.

Reigota (2001) afirma que a educação ambiental, como perspectiva educativa, pode

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

estar presente em todas as disciplinas, fazendo relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades. Concordando com essa posição, Dias (2004) afirma que, para a abordagem interdisciplinar da educação ambiental deve ser aproveitado o enfoque específico de cada disciplina, a fim de se adquirir uma perspectiva global.

A educação ambiental é um processo permanente no qual indivíduos e comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros (DIAS, 2004).

O ensino de ciências correlaciona-se a educação ambiental e a formação dos professores pedagogos para ação educativa interdisciplinar voltada a educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental. Assim, é importante o debate e identificação das diferentes correntes de educação ambiental (SAUVÉ, 2005). As diferentes perspectivas de educação ambiental refletem diretamente na formação dos alunos, desde a formação inicial em Pedagogia, que podem servir apenas como instrumento para cumprir a demanda obrigatória e curricular, ou ir além disso, para gerar a conscientização socioambiental e refletir em mudanças efetivas na sociedade.

Trivelato e Silva (2016) ao discorrer acerca do ensino de ciências e a atuação em educação ambiental o fazem apontando três formas ou caminhos: a) conservadora – ensino teórico, enciclopédico, transmissivo, dicotomia homem-meio, ênfase na preservação do mundo natural; b) pragmática – ensino prático, aplicado, dicotomia causa-efeito, ênfase na ação para mudança do comportamento individual; e, c) crítica – ensino teórico-prático/prático-teórico, compreensão do contexto e elaboração do conhecimento, apoio na práxis educativa, ênfase na formação cidadã.

Defendemos, que é de suma importância, que a educação ambiental seja compreendida e forjada de forma crítica, desde a formação de professores em Pedagogia, de modo que o meio ambiente seja concebido como lugar de emancipação e objeto de transformação, com afimco de mudar e desconstruir as realidades socioambientais visando a transformar o que causa problemas, possibilitando que o ensino seja práxico, reflexivo e dialógico, que a educação aconteça pela ação, que se dá por análise leitora, análise do discurso, debates, estudos de caso, pesquisa-ação, investigação, numa construção de múltiplas frentes e ações interventivas.

Guerra (2022) pondera ser importante que as intervenções educativas voltadas a educação ambiental permitam aos indivíduos sentir-se parte da questão, não de uma forma

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



teórica ou declarativa, mas de maneira sensível, próxima, crítica e relacional. Convoca-nos a repensar a educação ecológica de uma forma que possa sustentar uma ligação autêntica e um profundo sentido de pertencimento às coisas do mundo, em sua biofilia, filiação a vida e a natureza

Nessa perspectiva, a autora pondera que a educação ambiental e/ou a aprendizagem ecológica assume a forma de aprendizagem do tipo relacional, onde, as representações e ações ecológicas de cada um se definem através das oportunidades de vivência, de encontro e conhecimento entre si e o mundo, particularmente o mundo natural, experimentado ao longo do tempo, com tempo, numa vivência de inteireza profunda e de corpo inteiro.

Assim, considerando os pressupostos teóricos que subsidiam o ensino de ciências e a educação ambiental, os acadêmicos de Pedagogia do primeiro ano, cursistas da disciplina de Metodologia do Ensino de Ciências e Meio Ambiente, foram convocados a refletir e a ação propositiva de elaborar uma vivência socioambiental, a qual detalharemos o percurso metodológico na seção a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho ora apresentado comporta o relato de experiência da vivência socioambiental gestada e efetivada pelos dezessete acadêmicos do primeiro ano de pedagogia, da disciplina de Metodologia do Ensino de Ciências e Meio Ambiente, os quais foram provocados a refletir e criar uma vivência socioambiental a ser realizada na universidade, considerando os pressupostos da educação ambiental crítica.

Neste bojo os acadêmicos acabaram em sua ação optando por articular conhecimentos de duas disciplinas Metodologia do Ensino de Ciências e Educação Ambiental e Psicologia da Educação, elaborando a Proposta de Ação: *Corredor Sensorial Socioambiental*. Optaram por se dividir em cinco grupos, sendo três trios e dois quartetos, dentre os grupos sortearam os cinco sentidos visão, audição, tato, olfato e paladar. Cada grupo deveria esquematizar e produzir um espaço sensorial pautado no sentido sorteado, aguçadores psicomotores e socioambientais, para compor o corredor.

Dentro da esfera propositiva, eis a questão: o que é um corredor sensorial socioambiental? É um espaço de experiência e vivência biopsicossocial para aguçar os sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar) e o contato socioambiental (homem-meio), bem como



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

nutrir a relação de biofilia: homem-natureza-ambiente.

A turma após o trabalho com a unidade *Ensino de Ciências e Educação Ambiental* recebeu a proposição de criação de uma vivência socioambiental, teve um encontro de roda de conversa, debate e diálogo, para composição da proposta comum, a qual se findou com o sorteio dos cinco sentidos. Posterior a este momento tiveram dois encontros para selecionar e compor a espacialidades, no Laboratório Interdisciplinar de Práticas Pedagógicas (LIPP), nestes encontros foram orientados a utilizar diversos materiais e texturas, explorando materiais naturais e recicláveis para criar uma experiência socioambiental aos participantes. E a proposição culminou na realização do *Corredor Sensorial Socioambiental* efetivada em 07 de novembro de 2022, das 20h às 22h, no corredor central dos blocos didáticos, da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí, sendo uma ação aberta a comunidade acadêmica transeunte no intervalo noturno e as demais turmas do curso de Pedagogia no período de sua ação vivencial.

Com TNT colorido foi montada uma tenda de um lado para o outro do corredor central, constituindo uma espacialidade para vivência. Abaixo dela cada um dos cinco grupos organizou montagem do seu espaço, dentre eles: tapete sensorial, cabides aromáticos, mesa dos sons, painel de texturas, mesa olfativa e degustativa.

O tapete sensorial foi montado sobre TNT preto com a dimensão um metro por dois, constituído de mescla de elementos naturais e recicláveis (tampas de garrafa pet, bandeja de ovo, rolos de papel higiênico, esponja industrializada, grama sintética, grama natural, casca de ovos, casca de árvore, areia, folha seca, gravetos e palha) aguçadores da sensibilidade tátil plantar dos pés e visível, numa experimentação de reconhecimento de mundo físico e ambiental síntese de múltiplas significações.

Os cabides aromáticos foram montados com pequenos 12 (doze) frascos de garrafa pet de 200 ml (duzentos mililitros), algodão, barbantes coloridos e uma coleção de odores dentre eles vinagre, álcool, eucalipto, erva doce, cidreira, camomila, lavanda, menta, querosene, café e limão. Na preparação as acadêmicas extraíram os odores para a montagem dos frascos e na ação do corredor sensorial, para além do reconhecimento de odores, estimularam os participantes a verbalizar memórias relacionada aos odores e ao meio ambiente que cada odor os remetia.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Mesa de sons o grupo organizou quatro pares audíveis de chocalho com frascos de pet de 200ml (duzentos mililitro) e diferentes materiais grão de feijão, arroz, pedrinhas e areia; confeccionaram tambores com latas; chocalho em frasco de amaciante, barbante e tampas de garrafa pet plástica; chocalho com tampa plástica redonda, E.V.A., barbante e tampas de garrafa de metal, luva dona aranha com tampa de garrafa pet em cada extremidade. A mesa de sons disponibilizava aos partícipes elementos para exploração auditiva e reconhecimento ambiental sonoro sensorial.

Painel de texturas foi estruturado no formato de uma centópeia que em cada circularidade comporal foi fixado texturas para exploração visu-manual, contato e reconhecimento com as mãos por parte dos visitantes e exploradores do corredor sensorial socioambietal, que teve por prerrogativa vivência experimental.

Mesa olfativa e degustativa foi preparada com copinhos de café descartáveis, vendas em TNT preto para os olhos, colheres de café descartáveis, odores e diversos alimentos industrializados e naturais (mel, nutella, biscoito triturado, farinha de rosca, hortelã etc). Com os olhos vendados os partícipes iam sendo apresentados a odores e alimentos para apreciação e verbalização da experiência a partir da ação. Na seção a seguir evidenciamos aspectos da proposição do corredor em execução.

4 VIVÊNCIA SOCIOAMBIENTAL: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para realização da vivência socioambiental foi realizado a instalação e ambientação do corredor central entre os blocos didáticos, uma vez que o espaço pode ser um potencializador de aprendizagem, corroborando para construir experiências e aprendizagens significativas aos partícipes da ação. Nessa direção, Guerra (2022) pondera que as mais pequenas experiências e vivenciais podem ser ponte para sistematização de aprendizagens ecológicas fundamentais. Pautados nestes pressupostos os acadêmicos gestaram e realizaram a ação de vivência socioambiental do corredor sensorial.

A ação em si propõe-se a compor a experiência educativa e formativa dos acadêmicos, numa articulação elaborada, refletida e vivida, que ao suscitar relação permite sentir-se envolvido, implicado e engajado ao campo da educação ambiental, constituindo um espaço, um ambiente formativo e vivencial: homem-meio-natureza. “O progressivo encontro entre os



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

adultos e o ambiente é, em síntese, aquilo que permite aos primeiros envolver-se com o segundo e, a partir daí, poder envolver os mais jovens com credibilidade, entusiasmo e paixão ambiental” (GUERRA, 2021, p. 8).

Cada espacialidade constituída tapete sensorial, cabides aromáticos, mesa dos sons, painel de texturas, mesa olfativa e degustativa, primou por consolidar ação formativa, experiência educativa e vivencia integrativa biopsicossocial e socioambiental. Sendo a ação propositiva e germe de uma educação ambiental, que prima pelo desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações homem-meio, homem-natureza, espaço-tempo, natural-social, educadores-educandos, professores em formação num contínuo de tornar-se e ser professor.

A figura 1 que segue registra por imagens a materialidade da ação, evidencia o empenho, o compromisso e o comprometimento dos acadêmicos da turma do primeiro ano de pedagogia, que realizaram a ação, bem como registra a participação dos transeuntes.

Figura 1 – Quadro Imagético da Ação: Corredor Sensorial Socioambiental



Fonte: Organização das autoras, a partir de acervo registro de 07/11/2022.

O *Corredor Sensorial Socioambiental* cumpriu o desígnio de ser um espaço-tempo vivencial projetado, elaborado e implementado pelos acadêmicos do primeiro ano de pedagogia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

e vivido e experienciado pelas turmas de segundo, terceiro e quarto ano de pedagogia do turno noturno, e demais membros da comunidade acadêmica que transitou pelo corredor central no período de execução dando vida a ação. Ação que se nutriu da relação teoria e prática, sendo materializada em práxis educativa e formativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, consideramos que discussões de educação ambiental devem ser inseridas desde os primeiros anos de vida, deve adentrar as escolas e a universidade, perpassar a educação infantil ao ensino superior. Estar presente na formação inicial para a docência no bojo do curso de Pedagogia e demais licenciaturas, uma vez que a educação ambiental é conteúdo transversal e interdisciplinar de todas as áreas do conhecimento.

A cidadania universal e a sustentabilidade da vida na Terra tem correlação com a educação ambiental e/ou a aprendizagem ecológica, crítica, relacional e consciente da biofilia, pertencimento homem-meio-natureza. A experiência relatada de vivência socioambiental foi com certeza palco de aprendizagens significativas inúmeras, para além do que foi possível registrar. Neste tocante é certo que as discussões não terminam por aqui, mas que registros praxiológicos e narrativos de experiências formativas realizadas como esta que delineamos possam favorecer a reflexão sobre a formação de professores aptos ao trabalho didático-pedagógico e metodológico com a temática da educação ambiental, no que tange a relação conteúdo-forma, teoria-prática em prol da transformação cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. Lei no 9795 - 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1999.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Resolução nº 2, 15 de junho de 2012. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 18 jun. 2012.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. **Metodologia do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 2000.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

FERRO, S.; UJIE, N, T.; ROYER, M. R. A Educação Ambiental na Educação Infantil sob a Luz de Paulo Freire. **Trilhas Pedagógicas**. Pirassununga, v. 12, n. 15, p. 157-174, ago. 2022.

GUERRA, M. Lugares e relações: conexões ecológicas e sociais. **Bambini**. Dez. 2021, p. 6-10.

_____. **As mais pequenas coisas**: exploração como experiência educativa. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2022.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 37-50, jan./abr. 2004.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos).

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-45.

SILVA, C.; NOGUEIRA, M. J. B.; PEREIRA, E. M. Educação Ambiental e Paisagismo: um olhar dos gestores da educação infantil no município de Santarém-PA. **Revista Exitus**, 5 (2), 138-156p, 2015.

TIRIBA, L. Crianças da Natureza. **Anais I Seminário Nacional**: currículo em movimento – perspectivas atuais, Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancasnatureza-lea-tiriba/file>> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

TRIVELATO, S. F.; SILVA, R. L. F. **Ensino de Ciências**. 3 reimpr. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS E PROFESSORES NO BRASIL:
REFLEXÕES A PARTIR DAS NOVAS DIRETRIZES E A TEORIA FREIRIANA**

Autor¹ Eliane Paganini da Silva –
Unespar-Apucarana
Autor² Franciele Clara Peloso –
UTFPR-Pato Branco

Nome do GT: Metodologias e práticas pedagógicas no ensino superior

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a formação inicial de professores no Brasil tendo como suporte a legislação específica e a teoria freiriana para pensar as práticas no ensino superior. O desenvolvimento profissional, bem como a profissionalidade docente passam e perpassam pela formação de professores, por isso a discussão acerca das políticas educacionais que norteiam esse processo é primordial para a reflexão dessa temática. O trabalho aborda a análise da Diretriz Curricular Nacional para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a Resolução N° 02, de 20 de Dezembro de 2019. Cabe questionamentos sérios a essa política, nesse sentido problematizamos: A legislação atende as expectativas e as demandas profissionais dos cursos de formação de professores? A legislação considerou as discussões e legislações anteriores sobre a formação de professores? As premissas freirianas sobre formação de professores se aproximam ou se distanciam do que pretende a Resolução N° 02, de 20 de Dezembro de 2019? Trata-se de um ensaio teórico de abordagem qualitativa. Os resultados são embasados pela teoria de Paulo Freire que fornece subsídios para discutir e reavaliar a formação com base crítica na legislação relatada.

Palavras-chave: Formação de professores; teoria Freiriana; Diretriz Curricular.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir la formación inicial de profesores en Brasil a partir de la legislación específica y la teoría de Freire para pensar las prácticas en la educación superior. El desarrollo profesional, así como la profesionalización docente, pasan por la formación docente, por lo que la discusión sobre las políticas educativas que orientan ese proceso es fundamental para reflexionar sobre este tema. El trabajo aborda el análisis de la Directriz Curricular Nacional para la Formación Inicial de Profesores de Educación Básica y establece la Base Común Nacional para la Formación Inicial de Profesores de Educación Básica (BNC-Formação), Resolución N° 02, de 20 de diciembre de 2019. la política necesita un cuestionamiento serio, en ese sentido problematizamos: ¿La legislación

¹ Doutora em Educação pela Unesp-Marília. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná (Unespar-Apucarana). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI). – e-mail: elianep@unespar.edu.br

² Doutora em Educação pela UFSCar. Professora Adjunta da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR/Pato Branco). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: clara@utfpr.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

responde a las expectativas y demandas profesionales de los cursos de formación docente? ¿Ha tenido en cuenta la legislación los debates anteriores y la legislación sobre formación de docentes? ¿Los supuestos de Freire sobre la formación docente están más cerca o más lejos de lo que pretende la Resolución N° 02, de 20 de diciembre de 2019? Este es un ensayo teórico con un enfoque cualitativo. Los resultados se basan en la teoría de Paulo Freire, que prevé subsidios para discutir y reevaluar la formación con base crítica en la legislación informada.

Palabras clave: Formación de profesores; teoría Freiriana; Directrices Curriculares.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O campo da formação de professores na contemporaneidade considera como importante questão as implicações decorrentes da prática pedagógica em seus aspectos multidimensionais. Zabalza (1998) indica que os processos educativos são suficientemente complexos e múltiplos, o que dificulta delimitar todos os fatores que o definem. Nesse sentido, consideramos que a experiência didática em sua complexidade, bem como as narrativas dos processos de formação docente compõe aspectos relevantes para pensar o campo em questão.

Imbernón (2016) nos ajuda a identificar que ser professor/professora sempre foi uma tarefa complexa e assoberbante. O autor segue sua reflexão sublinhando que no imaginário social a profissão docente é considerada flexível, tranquila e que requer poucas habilidades, uma vez que o calendário escolar é marcado por feriados festivos e os dias de férias são contabilizados em escala diferenciadas em comparação à outras profissões. No entanto, basta entrar em uma sala de aula para comprovar que o trabalho docente é multifacetado e demanda uma pluralidade de saberes e domínios. Trata-se de uma profissão complexa.

Podemos afirmar, ainda a partir das reflexões de Imbernón (2016), que a complexidade da profissão se concretiza em uma sala de aula e em uma instituição impregnada de uma cotidianidade invisível. Nesse dial é preciso estabelecer uma dialogicidade entre a experiência docente, a experiência da realidade, do cotidiano e dos estudantes que nos rodeiam para incluir elementos significativos nas aulas de cada dia. E isso não é fácil, embora possa parecer.

Freire (1996) afirma que atividade docente é um processo complexo, objetivo e não espontâneo. Concebe, ainda, que toda a atividade docente é gerida no movimento de ação-reflexão-ação (leitura do mundo e ressignificação dessa leitura no mundo, com as pessoas). De forma a complementar a afirmativa de Freire (1996), Nóvoa (1992) realça a complexidade da profissão destacando que ela se dá ao longo da trajetória profissional, e abrange as dimensões pessoal, profissional e institucional.

Frente ao exposto, podemos reiterar que a formação para a docência não pode ser

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

concebida como um processo unicamente técnico e fechado em si mesmo, mas como um processo contínuo, objetivo, complexo, rico de possibilidades e que requer unicidade dialógica entre teoria e prática. É importante sublinhar que teóricos contemporâneos, (NÓVOA, 1992; LUDKE, 2001; ARROYO, 2012; LIBÂNEO, 2015; IMBERNÓN, 2016) que contemplam em seus estudos a temática da formação de professores, consideram fundamentais as reflexões sobre a práxis pedagógica articulada aos interesses emancipatórios.

O presente trabalho pretende discutir a formação inicial de professores no Brasil tendo como suporte a legislação específica (Resolução nº 02, de 2019) e a teoria freiriana para pensar as práticas no ensino superior. São nossas questões norteadoras: A legislação atende as expectativas e as demandas profissionais dos cursos de formação de professores? A legislação considerou as discussões e legislações anteriores sobre a formação de professores? As premissas freirianas sobre formação de professores se aproximam ou se distanciam do que pretende a Resolução Nº 02, de 20 de Dezembro de 2019?

O Brasil, nos últimos quatro anos, vivenciou no âmbito da formação de professores muitas discussões, debates e embates tendo como contexto a política educacional recente, que levou as universidades a discutir e implantar, muitas vezes a revelia, uma legislação que não respeita os arcabouços teóricos e práticos significativos elaborados por décadas referentes a formação docente.

Na sequência traçamos um panorama teórico acerca da profissão docente e uma análise da Resolução N.º 02, 2019. Em seguida apresentamos a premissa freiriana sobre a formação de professores e discutimos como ela se distancia do proposto pela referida Resolução, além de inviabilizar outros arranjos metodológicos ao que tange a prática docente no ensino superior.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A profissionalização docente está relacionada às circunstâncias que os professores enfrentam para se firmarem enquanto profissionais. Para Cunha (1999), essa profissionalização é um “processo histórico e evolutivo que acontece na teia das relações sociais e refere-se ao conjunto de procedimentos que são validados como próprios de um grupo profissional, no interior de uma estrutura de poder” (p. 132). Há dificuldade em caracterizar a profissão, já que existem muitas singularidades e especificidades relacionadas ao magistério e isso provoca entraves, na medida em que se pretendem as generalizações necessárias para o estabelecimento de uma profissionalização do professor.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Antônio Nóvoa (1991, p. 17) explica que, historicamente, a profissionalização docente passou por quatro etapas: exercício a tempo inteiro, ou como ocupação principal, da atividade docente; estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente; criação de instituições específicas para a formação de professores; constituição de associações profissionais de professores.

O autor afirma, em trabalho mais recente (NÓVOA, 2021), a necessidade de se repensar a formação de professores, inclusive a formação inicial.

O primeiro movimento passa pela valorização do conjunto do desenvolvimento profissional docente, isto é, a capacidade de pensar a formação inicial em relação com a indução profissional e com a formação continuada. Precisamos de ligar as diversas fases da formação com a vida profissional docente: como é que se atraem e se recrutam os estudantes para os cursos do magistério? Como é que se organiza a formação em permanente vaivém com as realidades escolares? Como é que se entrelaça a formação e a profissão? Como é que se constroem modalidades de integração na profissão dos professores principiantes (por exemplo, através de residências docentes)? Como é que se enriquece o exercício profissional com uma dinâmica de reflexão, de partilha e de inovação durante a qual nos vamos formando em colaboração com os nossos colegas? (p. 79).

O trabalho docente é um trabalho multifacetado e com a possibilidade de diferentes olhares e perspectivas. Para Tardif (2014) a docência pode e deve ser estudada sob o ponto de vista do trabalho ou do que o constitui enquanto profissão, da mesma maneira propõe Nóvoa (1991, 2002, 2009). O campo socioeconômico, as organizações próprias do trabalho e os modelos de trabalho podem ser perfeitamente visualizados no campo da docência.

Para Tardif (2014) a docência ocupa uma posição secundária com relação ao trabalho material e produtivo, sendo o trabalho docente subordinado a tarefa de formar trabalhadores para o mercado. Mas segundo o mesmo autor, “longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material, o trabalho docente constitui uma das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades do trabalho” (TARDIF, 2014, p. 17).

O referido autor justifica sua afirmação com dados inclusive socioeconômicos; de agências nacionais e internacionais: Unesco, OCDE, Statistique Canada (Canadá), Insee e DEP (França), MEC e Inep (Brasil); que demonstram que a profissão docente não faz parte de grupos marginais ou minoritários quando se trata de questão econômica. Segundo ele:

Os agentes escolares constituem, portanto, hoje, tanto por causa do seu número como de sua função, uma das principais peças da economia das sociedades modernas avançadas [...] contudo o estudo da docência entendida como um trabalho continua sendo negligenciado” (TARDIF, 2014, p. 22-23).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

No que tange a formação dos profissionais do magistério Dias-da-Silva (2008) já anunciavam que:

Há mais de vinte anos, o relatório de um evento realizado em nossa Faculdade de Ciências e Letras (FCL), do Campus de Araraquara da UNESP (Universidade Estadual Paulista), já registrava as fragilidades enfrentadas por nossos cursos de formação de professores, que incluíam desde a falta de clareza sobre o perfil profissional desejado, a desintegração entre os eixos de formação (bacharelado & licenciatura), até o isolamento e desprestígio das “disciplinas pedagógicas” e a dicotomia teoria & prática. O foco do debate apontava, também, a desmotivação dos graduandos para a profissão do magistério, sua precariedade no domínio de conteúdos essenciais ao ensino e a ausência da realidade social nas reflexões acadêmicas que norteavam nossos cursos. (DIAS-DA-SILVA, et. al., 2008).

Tal afirmação nos faz voltar ao final dos anos oitenta para perceber que ao menos nos últimos 30 anos já havia preocupações com relação à formação dos professores. Ainda no que se refere aos cursos de Licenciatura, Dias-da-Silva et. al. (2008) indica a dificuldade em superar as concepções tecnicistas que consideram que formar professores pode ser resumido a mero “treino”, sendo essa uma visão estereotipada desses cursos. Concordamos com a autora que é um estereótipo comum em nossas universidades, já que uma das únicas posturas assumidas para garantir a formação dos professores é o cumprimento das “Disciplinas Pedagógicas”, no modelo “3+1” (um ano destinado a formação pedagógica e os demais destinados aos conteúdos específicos. (DIAS-DA-SILVA et. al., 2008).

Também Freitas (2002) colabora, nesse sentido, quando analisa os projetos de formação de professores no período de 1988-2002. Essa autora indica claramente que, desde os anos 1980, vinha-se evidenciando um processo de flexibilização curricular para que houvesse uma adequação do ensino superior às novas demandas produtivas, com fortes tendências neoliberais. Segundo a autora a formação de professores historicamente procura:

[...] no campo da luta política e da luta de ideias, por assim entender o quadro atual em que nos movimentamos, os educadores, em uma realidade em que a “perda de referências” e as “incertezas” da pós-modernidade passaram a ser um atributo de qualidade das mentes abertas a toda sorte de “novas” ideias e “novas” referências que vêm tentando “desconstruir” (felizmente até o momento sem sucesso) a própria história do movimento dos educadores em luta pela sua formação e profissionalização. (PREITAS, 2002, p. 138).

Entretanto, se naquele momento histórico, contava-se com movimentos de resistência e os educadores construíam teórica e praticamente uma concepção de base comum nacional, entendendo este como um instrumento de luta contra a degradação da profissão, contra a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

“progressiva retirada de recursos públicos e descompromisso do Estado com a manutenção e desenvolvimento das instituições de ensino” (FREITAS, 2002, p. 140), agora na atualidade, com a Resolução nº 02, de 2019, que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”, os princípios gerais e historicamente forjados durante décadas na luta pela formação de professores foi em grande parte desconsiderado, tendo como prerrogativa principal o atendimento às demandas da política neoliberal e mercadológica.

É fato que nenhuma política educacional que se propõe organizar a educação é desprovida de política ideológica, seja para atender as demandas sociais, culturais ou econômicas ou as associações de trabalhadores e suas categoriais profissionais. Tendo em vista tais encaminhamentos surge no final de 2019 uma política educacional, em nosso entendimento, forjada em um contexto que desconsidera as discussões e etapas necessárias para delimitar ações tão importantes quanto a formação de professores.

A BNC-Formação, anexo da Resolução CNE/CP Nº 02/2019, traz uma concepção de “Base Nacional Comum Curricular para a Formação Docente”, que além de ter que seguir de forma engessada os conteúdos presentes na BNCC para a construção de conhecimento de seus licenciandos, é também fruto, ele mesmo de um modelo curricular engessado que preza as habilidades e competências como padrão educacional e de formação do professor. A autonomia das IES com relação a organização dos seus PPCs (Projeto Pedagógico do Curso) fica completamente prejudicada no que se refere a metodologias, conteúdos prioritários, avaliação interna e externa.

Como especifica os artigos 2º, 3º e 25.:

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação.

Art. 25. Caberá ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborar um instrumento de avaliação in loco dos cursos de formação de professores, que considere o disposto nesta Resolução.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Parágrafo único. O Inep deverá aplicar o novo instrumento de avaliação in loco dos cursos de formação de professores, em até 2 (dois) anos, a partir da publicação desta Resolução. (BRASIL, 2019).

Além disso, foram banidos do novo texto em comparação com a resolução anterior, Resolução CNE/CP N. 02, de 2015³, discussões importantes a serem tratadas no âmbito da política de formação de professores, como “questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (CNE, 2015).

Com relação à carga horária mínima, foi mantida a quantidade total de 3.200 (três mil e duzentas) horas, porém sendo todas elas atreladas a execução da BNC-Formação. Além disso, há uma divisão em Grupos (I, II e III), sendo o Grupo I de formação geral (1º ano de curso), o Grupo II (2º ao 4º ano de curso) sendo destinados a três tipos de cursos de forma distinta. E o Grupo III sendo destinado à prática pedagógica e aos estágios supervisionados. Segundo o artigo o Art. 13:

Art. 13. Para o Grupo II, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área de conhecimento, a carga horária de 1.600 horas deve efetivar-se do 2º ao 4º ano, segundo os três tipos de cursos, respectivamente destinados à:

I - formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil;

II - formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

e

III - formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (BRASIL, 2019).

Em especial para os cursos de Pedagogia esse artigo traz uma discussão que remonta discussões de quarenta anos com a ideia de habilitação em áreas específicas e fragmentadas que foram superadas em favor de uma formação geral de docência, compreendendo o ensino, a organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, com base nas diretrizes e projetos estabelecidos por cada curso e suas instituições formadoras, conforme assevera as discussões da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Tendo em vista a Resolução CNE/CP N° 02/2019, o curso de pedagogia como está geralmente organizado atualmente demandaria uma carga horária que variaria de 5.200h à 6.800h, tendo em vista a divisão do curso em três tipos.

A respeito do curso de Pedagogia Portelinha (2021) indica acerca do campo curricular que

³ Resolução CNE/CP N.º 02, de 2015: Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

vale considerar que há um:

[...] impasse entre conhecimento específico, objetos das diferentes áreas do conhecimento que se desdobram em conteúdos escolares e conhecimento pedagógico, relativo às teorias educacionais e didático-pedagógicas. No campo profissional, emerge a necessidade de formar o pedagogo unitário com vistas a não fragmentar o trabalho pedagógico. A resposta encontrada para essa problemática está nas orientações das DCNCPs de 2006 que tentam por unidade contemplar elementos da docência, da gestão e da pesquisa no processo formativo dos cursos de Pedagogia, compreensão que passa a ser adotada posteriormente nas DCNFP de 2015 para todos os profissionais da educação. (p. 14).

Freitas (2002, p. 147) já indicava, acerca da fragilidade da valorização docente que a retirada da formação docente das unidades universitárias negava aos docentes uma identidade de cientista e pesquisador da educação e ainda sob o discurso de uma valorização do magistério e sua profissionalização quando na verdade já indicava uma desqualificação desse profissional. Com relação à ênfase às atividades práticas e as limitações curriculares também pode apresentar tais concepções, trazendo uma tecnicidade ao trabalho docente que configure uma concepção pragmática e conteudista da formação de professores.

Além disso, com relação ao currículo é necessário se atentar ao fato, como afirma Arroyo (2013), que há demandas de diferentes movimentos (feminista, LGBT, negros, indígena, quilombola, do campo) que pressionam por currículos mais afirmativos, trazendo indagações e disputas para esse campo. Segundo o mesmo autor, as Diretrizes vinham reconhecendo em certa medida as diversidades nos currículos, algo que parece estar em processo de desconstrução.

Currículo é o território mais cercado, normatizado e politizado e, nesse sentido, vemos surgir tantas Diretrizes e políticas (Nacionais, Internacionais, Estaduais, Municipais). Assim como Arroyo (2013), é importante questionar: será que caminhamos para um currículo não só nacional, mas internacional, avaliado por parâmetros únicos? Por que avaliar com tanto cuidado o que os educandos aprendem e principalmente o que cada professor ensina?

Muitas universidades no país se adequaram a Resolução CNE/CP N° 02/2019, porém houve uma forte resistência dos cursos de Pedagogia especialmente das instituições públicas para adequação, tendo em vista o impacto que esta geraria para os cursos. Após esse movimento tocado especialmente pelos Fóruns de Pedagogia dos diferentes estados tivemos no final do ano de 2022 uma prorrogação para a implantação da Resolução até o final de 2023. No início de 2023, tivemos mais uma prorrogação expandindo o prazo limite de 3 (três) para 5 (cinco) anos para que as Instituições de Educação Superior (IES) que já implementaram o previsto na Resolução CNE/CP



Nº 2, de 1º de julho de 2015, possam se adequar às competências profissionais docentes previstas na Resolução CNE/CP Nº 2/2019, conforme decisão do Conselho Nacional de Educação. Isto garante até o final de 2024 para a obrigatoriedade de implantação, o que abre caminho para novas discussões e reivindicações acerca de mudanças para essa resolução.

Os processos de socialização, de função da escola e da docência trazem respostas a esses questionamentos. Nesse sentido fica evidente ressaltar que tais demandas impostas pela resolução nº 02/2019 fazem o percurso contrário ao que pretende esclarecer esse trabalho acerca das discussões freirianas para a formação docente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse artigo se caracteriza como um ensaio teórico de abordagem qualitativa. Um ensaio teórico de abordagem qualitativa é um tipo de estudo acadêmico que se concentra na análise e interpretação de conceitos e ideias relacionadas a um determinado tópico ou problema. De acordo com Gil (2008) esse tipo de ensaio é conduzido por meio de uma revisão crítica da literatura disponível sobre o assunto. Ao contrário de outros tipos de estudos, o objetivo principal de um ensaio teórico não é coletar novos dados empíricos, mas sim utilizar as informações existentes para desenvolver novas análises.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Paulo Freire se constituiu como o educador e intelectual brasileiro mais lido e reconhecido mundialmente dentro da grande área das humanidades. Sua formulação “práxica” aborda, sobretudo, elementos que dizem respeito à politicidade da educação e como essa politicidade atravessa o processo pedagógico de ensino e aprendizagem. A obra de Paulo Freire de maior expressão é a *Pedagogia do Oprimido*, nela, ele discute o processo de humanização e desumanização das pessoas dentro do contexto sócio-histórico a partir dos métodos e modelos educativos. Aborda, sobretudo, os mecanismos opressivos presentes na sociedade, em especial na Educação, que servem ao sistema mercadológico e propunha um método abrangente, pelo qual o humano poderia se tornar *ser* humano através da palavra, a qual passa a ser cultura que conscientiza e politiza.

A teoria freiriana, ao que concerne aos processos educativos, se sustenta a partir de elementos/conceitos que tem por objetivo promover experiências educativas inundadas de sentido



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

e de significado. Dentre esses elementos podemos citar suas concepções de humanização, de política, de dialogicidade, de ética, de autonomia e de docência. Sustentada por essas concepções a prática pedagógica, na perspectiva freiriana, é concebida como um espaço-tempo de ações e relações entre sujeitos da aprendizagem (educador-educando), mediados pelo conhecimento.

A obra freiriana aborda em diversos livros, para além da *Pedagogia do Oprimido*, a especificidade da profissão docente, dentre eles podemos citar: 1) *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*, escrita em parceria com Ira Schor (1986); 2) *A educação na cidade* (2006); 3) *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar* (1993); *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa* (1996), dentre outras.

Paulo Freire (1986; 1996) defende que a tarefa docente não é tarefa meramente técnica e sim processo dinâmico que parte da realidade dos educandos e também do educador. Nesse sentido, nega as concepções de ensino e aprendizagem pautadas na perspectiva liberal tradicional ao afirmar que o processo educativo deve ser justificado e pautado em práticas dialógicas.

Freire (2008) elenca qualidades que considera indispensáveis às educadoras e aos educadores progressistas e nos explica que essas qualidades são predicados que se vão gerando na prática e que oportunizam melhor desempenho profissional, dentro de uma perspectiva progressista. As qualidades elencadas por ele são:

1. Humildade: nos ajuda no reconhecimento de quem ninguém sabe tudo, de que os saberes são diferentes;
2. Amorosidade: está relacionada ao processo de ensinar e tudo o que faz parte dele;
3. Coragem: qualidade partejada no exercício de controle do medo que paralisa, qualidade que, ao lado da coragem de amar, nos eleva a consciência para oportunizar e experienciar relações igualitárias;
4. Tolerância: virtude que nos ensina a conviver aprender e respeitar o diferente;
5. Decisão: é o exercício de avaliar, com todas as implicações, para poder optar e romper com aspectos incoerentes da práxis escolhida;
6. Segurança: qualidade que demanda competência científica, clareza política e integridade ética, relaciona-se com a decisão, uma vez que para optar preciso ter segurança para argumentar sobre a escolha realizada;
7. Tensão entre paciência e impaciência: qualidade definida como processo de espera ansiosa, que não imobiliza e busca pela justiça e pela construção de outro projeto social;
8. Alegria de viver: escolha de compromisso radical com a vida.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Freire (1996; 2008) afirma que a formação de professores deve ir além da transmissão de conhecimentos técnicos e se preocupar com a formação integral, crítica e consciente das pessoas, a partir de sua realidade social e isso demanda que se transformem as metodologias dos cursos de formação docente.

Assim, afirmamos com o respaldo de Freire (1996) que ensinar é uma tarefa complexa, que exige um ofício (trabalho) e originalidade (formação) para sua execução. Neste sentido, Freire (2008) destaca que a tarefa dos profissionais da educação se constitui como uma tarefa ensinante e aprendente. Uma tarefa que exige seriedade, preparo científico, físico, emocional e afetivo.

Ainda de acordo com Freire (2008) a prática educativa é realizada em um espaço concreto e a partir da coerência entre teoria e prática. Nesse sentido, a premissa de humanização defendida por Freire (2005), ao que tange ao processo educativo, está condicionada pela realidade concreta dos contextos em que os sujeitos se encontram. Sob essa perspectiva é preciso propor situações concretas aos educandos para que tenham a oportunidade de se manifestar objetivando a aprendizagem e sobretudo, tomar consciência do mundo vivido.

Com isso, os desígnios freirianos indicam que a atividade educativa é um compromisso ético-político que não pode ser dissociado das experiências pessoais e profissionais, tampouco desassociada de sua dimensão política. Maiormente, Freire sublinha que há especificidade e responsabilidade ética no desenvolver da profissão docente e que é desse saber-fazer específico e das relações estabelecidas que depende a aprendizagem dos educandos.

Freire (2013) argumenta que a Universidade deveria ser uma instituição a serviço do povo e que seus conhecimentos e recursos deveriam estar disponíveis para toda a sociedade, especialmente para as classes populares. Ainda, enfatiza a importância da interdisciplinaridade da universidade, uma vez que para ele, a complexidade dos problemas sociais e políticos exige uma abordagem integrada, que considera as diversas dimensões da realidade. Ele defende que a Universidade deveria estimular o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento e fomentar a pesquisa intesdisciplinar como forma de buscar soluções mais eficazes para os problemas sociais e políticos do país, além de contribuírem para o desenvolvimento das competências humanas de forma ética. Para Freire (2005) não é possível que o 'ser' se assuma como sujeito histórico, agente atuante e transformador da história se antes não se perceber como sujeito ético.

Diante do destacado até aqui, acreditamos que uma proposta de formação docente, que contemplasse conceitos freirianos, possibilitaria distinto desenvolvimento profissional alcançado uma formação humanizadora, logo, transformadora por estar intimamente conectada com o

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



movimento do mundo e a tomada de consciência.

Frente ao exposto, observamos que a Resolução 2/2019 se distancia das premissas freirianas quando propõe um currículo engessado, que inviabiliza outros arranjos metodológicos, mercadológico, pautado em situações hipotéticas e que, na maioria das vezes, não dialoga com a experiência dos estudantes dos cursos de licenciatura. Um currículo que se preocupa em desenvolver competências e habilidades destinadas ao mercado de trabalho em detrimento do desenvolvimento da competência humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto, podemos afirmar juntamente com Freire (1996) que a docência só existe na relação estabelecida entre o educador, o educando e o mundo vivido. A condição de tornar-se professor se estabelece em um processo, não apenas a partir de uma habilitação legal. Freire (1996; 2008) afirma que **ser professora/professor** envolve a consciência da sua condição em ação. Ser professor é uma condição permeada por nossa responsabilidade ética, política, profissional.

A concepção de docência de Paulo Freire, pautada na ética e na política, nos convida a pensar em processos formativos pautados no diálogo e comprometidos com a humanização, da mesma forma nos estimula a compreender que a aprendizagem dos educandos vai além do “vencer o conteúdo proposto pelo livro didático” tem que ver com a docência do educador, com a especificidade de sua profissão e da relação estabelecida entre os sujeitos do processo de ensino.

Vivemos no Brasil e no mundo, um momento histórico de retomada dos valores conservadores na sociedade. Esses valores incluem ter como função dos espaços formais de educação processos “bancários”, mecânicos de aprendizagem (FREIRE, 2005), ou seja, o papel da Universidade é meramente técnico, quase sempre com foco no produto: o profissional a ser liberado para o mundo do trabalho. Chauí (2001) já fez essa crítica à forma de ensino realizada nas Universidades e indicou a necessidade de transformação das formas de ensinar e aprender para que pudessemos avançar enquanto sociedade em uma perspectiva democrática.

Para Freire (2000) a prática pedagógica não pode ser mecânica, tampouco ser analisada mecanicistamente, isso porque a compreensão do autor sobre as relações entre objetividade e subjetividade, consciência e mundo, prática e teoria foi sempre dialética. Sob essa perspectiva, a prática educativa se torna mais eficaz ao possibilitar aos estudantes o acesso aos conhecimentos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

fundamentais ao campo em optaram em se profissionalizar e, sobretudo, os desafie a construir uma compreensão crítica de sua presença no mundo.

Freire (2000) afirma que as práticas educativas precisam estar afinadas com a perspectiva de que “mudar é difícil, mas é possível” (p. 94). Essa perspectiva, que Freire chama de exigência para o século XXI, tem a ver com a natureza da prática educativa. Acrescenta o autor:

É exatamente porque sei que mudar é difícil, mas é possível que me dou ao esforço crítico de trabalhar num projeto de formação de educadores, por exemplo, ou de operários de construção. De formação e não de puro treinamento técnico-profissional. Na formação não dicotomizo a capacitação técnico-científica do educando e dos conhecimentos necessários ao exercício da sua cidadania. (FREIRE, 2000, p. 94-95)

Nesse sentido, destacamos que não há como almejar e alcançar transformações no âmbito da educação formal se não compartilhamos espaços educativos que possibilitem mudanças nas formas de ensinar e aprender. Não há como querer que professores acompanhem as demandas sociais se participam de uma formação inicial que não possibilita pensar pedagogicamente tais demandas, bem como projetos de mundo.

Freire e Shor (1986) destacam que:

O educador libertador tem que estar atento para o fato de que a transformação não é só uma questão de métodos e técnicas. Se a educação libertadora fosse somente uma questão de métodos, então o problema seria mudar algumas metodologias tradicionais por outras mais modernas. Mas não é esse o problema. A questão é o estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e a sociedade (p. 48).

Freire (2008) afirma que é necessário que os professores se convençam de que a educação é uma prática política. Por isso, os educadores também são políticos. Fazem parte de uma sociedade e agem diretamente em sua constituição, uma vez que “sem intervenção democrática do educador ou da educadora, não há educação progressista” (p. 78). Esse entendimento do autor se associa ao fato de que a crítica que a educação libertadora faz não se limita ao subsistema da educação, mas se torna crítica da sociedade. Acreditamos que esse entendimento deve ter seu início no período de formação inicial destes profissionais, pela via da experiência. Ao experienciar outras práticas pedagógicas possíveis colocamos em movimento uma formação docente comprometida com o mundo da vida e com a real dimensão do compromisso de ensinar e aprender, fato que a Resolução 2/2019 não contempla, tendo em vista tal perspectiva.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5 ed. Vozes, 2013.
- BRASIL, **Conselho Nacional de Educação**. Resolução N° 02, de 1° de Julho de 2015 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada). Brasília, DF: CNE, 2015.
- BRASIL, **Conselho Nacional de Educação**. Resolução N° 02, de 20 de Dezembro de 2019, (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)). Brasília, DF: CNE, 2019.
- CUNHA, Maria Isabel da. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: VEIGA, Ilma Passos A; CUNHA, Maria Isabel da (Orgs.). **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 127-147.
- DIAS-DA-SILVA, Maria Helena G. F. et.al A Reestruturação da Licenciaturas: alguns princípios, propostas e (pré)condições institucionais. **Revista Diálogos Educacional**, Curitiba, v.8, n. 23, p. 15-37, jan/abr, 2008.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Educação na cidade**. 7ed. São Paulo: Olho d'água, 2006.
- _____. **Professora sim, tia não**. 19ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-167, Sept. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008000009>.
- Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008
- LIBÂNEO, José Carlos. Formação de Professores e Didática para o desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 629-650, abr./jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623646132>.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 22, n. 74, p. 77-96, 2001.

IMBERNÓN, Francisco. Qualidade do ensino e formação do professorado: uma mudança necessária. São Paulo: Cortez, 2016.

NÓVOA, Antônio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In: **Teoria & Educação**, n.º 4, Porto Alegre, 1991, p.109 - 139.

_____. Formação de professores e profissão docente. In: _____. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1992.

_____. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Educa. Lisboa, 2002.
Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3703>. Acesso em: 25 out. 2020, 23:31:57.

_____. **Professores: Imagens do futuro presente**. Educa. Lisboa, 2009. 95p. Disponível em: <https://rosaurasoligo.files.wordpress.com/2017/04/ante3b3nio-nc3b3voa-professores-imagens-do-futuro-presente.pdf> Acesso em: 22 fev. 2021.

_____. **Escolas e Professores: Proteger, Transformar, Valorizar**. Colaboração Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022.

PORTELINHA, Ângela Maria Silveira. **As DCN/2019 para a formação de professores: tensões e perspectivas para o curso de Pedagogia**. Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 46, p. 1-21, Jul/Set 2021. Dossiê Temático: Formação de Professores: Projetos em Disputa. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8925>. Acesso em fev. de 2023.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Editora Vozes, 9ª edição, 2014.

ZABALZA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.



MÉTODOS PARA ENSINAR METODOLOGIA DE PESQUISA: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

Camila Ribeiro de Almeida Rezende¹ - UNESPAR

Nome do GT: Metodologias e práticas pedagógicas no ensino superior

RESUMO

O processo de pesquisa acadêmica é um enorme desafio para aquelas e aqueles que a desenvolvem, e vivenciar esse processo sem uma base de compreensão plural e sem um interesse intrínseco e extrínseco na pesquisa torna esse desafio ainda mais dificultoso. Assim, é preciso que a ação de ensinar metodologia de pesquisa seja embasada em metodologias de se ensinar – de forma a facilitar a compreensão da/do estudante e instigar seu interesse pela prática da pesquisa. Diante disso, este artigo tem por objetivo apresentar um estudo de caso conduzido na Universidade Estadual de Maringá (UEM), que teve por intenção aplicar alguns métodos de ensino na disciplina de Iniciação à Ciência e à Pesquisa e avaliar como foi a recepção desses métodos pelos/as estudantes – em termos de gosto, desgosto e percepção de aprendizagem (BOURDIEU, 2007). O estudo foi direcionado a quatro turmas de graduação do curso de Educação Física – de primeiro e segundo ano – totalizando 37 participantes. Foi aplicado um questionário com perguntas abertas – por meio do *Google Forms* – com a intenção de compreender as experiências das/dos estudantes diante da disciplina. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação institucional que também é fomentada por algumas bases teóricas, a saber: a sociologia institucional de Pierre Bourdieu, o marxismo contemporâneo e o existencialismo de Sartre. Os resultados aqui apresentados demonstram que os métodos aplicados foram eficientes para o aumento da compreensão e do interesse dos/dos estudantes sobre as práticas de pesquisa acadêmica, leitura, escrita e oratória, bem como o processo de desenvolvimento do próprio TCC – tendo como método mais destacado pelos/as participantes o uso de histórias infantis para explicar a composição de artigos acadêmicos.

Palavras-chave: Metodologias de Pesquisa. Pesquisa-ação Institucional. Ciência. Pesquisa.

RESUMEN

El proceso de investigación académica es un gran desafío para quienes lo desarrollan, y vivir este proceso sin una base de comprensión plural y sin un interés intrínseco y extrínseco en la investigación hace que este desafío sea aún más difícil. Así las cosas, es necesario que la acción de enseñar metodología de la investigación se base en las metodologías del enseñar - de modo que se pueda facilitar la comprensión del/de la estudiante y despertar su interés en la práctica de la investigación. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo presentar un estudio de caso realizado en la Universidad Estadual de Maringá (UEM), en el cuál se aplicaron algunos métodos de enseñanza en la asignatura de Introducción a la Ciencia y la Investigación y evaluar cómo estos métodos fueron recibidos por los/las estudiantes, en términos de gusto, disgusto y percepción del aprendizaje (BOURDIEU, 2007). El estudio fue dirigido a cuatro grupos la carrera de Educación Física – primer y segundo año – totalizando 37 participantes. Se aplicó un cuestionario con preguntas abiertas - a través de Google Forms - con la intención de conocer las experiencias de los/las estudiantes en relación a la asignatura. La metodología utilizada fue la investigación-acción institucional, la cual también se sustenta en algunas bases teóricas, a saber: la sociología institucional de Pierre Bourdieu, el marxismo contemporáneo y el existencialismo de Sartre. Los resultados aquí presentados demuestran que los métodos aplicados fueron eficientes para elevar la comprensión y el interés de los/las estudiantes en las prácticas investigación académica, lectura, escritura y oratoria, así como el proceso de desarrollo del trabajo final - teniendo como punto más destacado por los/las participantes el uso de cuentos infantiles para explicar la composición de artículos académicos.

Palabras clave: Metodologías de Investigación. Investigación-acción. Ciencia. Investigación.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Artes Cultura e Linguagens pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – e-mail: camilararezende@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo não nasceu única e exclusivamente com os fins e os meios expostos no resumo. Ele é parte de algo maior e anterior ao ano de 2023. É a continuidade de minha pesquisa de doutorado, iniciada em 2017 e concluída em 2021, no Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com o CAPA – Centro de Assessoria de Publicação Acadêmica (UFPR). Na minha tese intitulada xxxx foi conduzida uma pesquisa qualitativa e quantitativa a fim de compreender quais eram as dificuldades que estudantes de graduação, pós-graduação e docentes enfrentavam diante da escrita acadêmica. Ao todo foram 573 participantes e a tese apresentou alguns resultados, dentre eles, 15 tipos de dificuldades distintas e socialmente compartilhadas, que demonstram a dimensão social das dificuldades – e não apenas individual.

Em abril de 2022 iniciei meu trabalho docente como professora temporária na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no departamento de Fundamentos da Educação, na área de METEP – Metodologias e Técnicas de Pesquisa. Essa área é responsável por ministrar disciplinas de iniciação à ciência e à pesquisa e metodologia de pesquisa para diversos cursos de graduação da UEM, como por exemplo: Pedagogia, Educação Física, Artes, Enfermagem, Ciências Biológicas, Psicologia, Zoologia, etc. Em 2022 e 2023 ministrei disciplinas de metodologia para turmas da Pedagogia, Artes, Enfermagem e Educação Física. Em minha ação docente apliquei as metodologias testadas em minha tese, por isso se faz necessário explicar o contexto de criação dessas metodologias de ensino no início deste artigo.

Ao longo do processo de doutoramento, os dados da pesquisa acerca das dificuldades com a escrita acadêmica foram coletados através de assessorias individuais de escrita no CAPA – UFPR, e também através de cursos e eventos de extensão ministrados na UFPR, minicursos em congressos e em Programas de Pós-graduação. Antes da ocorrência dos minicursos e cursos de extensão era conduzido um questionário semiestruturado aos participantes com o intuito de identificar as dificuldades que as/os estudantes enfrentavam diante da escrita acadêmica, bem como os imaginários e percepções acerca da própria inserção acadêmica e a expectativa de aprendizagem diante do curso ou minicurso. Em seguida, ocorria a análise desses dados, focando especificamente em suas expectativas de aprendizado e nos tipos de dificuldades relatadas. As dificuldades eram agrupadas por similaridade, fomentando assim, eixos temáticos. O conteúdo dos cursos/minicursos era



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

organizado de acordo com os eixos temáticos analisados nos dados, de maneira a trabalhar as formas de lidar com as dificuldades apresentadas pelos participantes. Após o término dos cursos/minicursos era aplicado um outro questionário – o de *feedback* – a fim de avaliar as experiências dos/das participantes e também compreender quais metodologias foram mais eficientes na percepção deles/as e quais auxiliaram a lidar com as dificuldades elencadas. Assim, iniciava-se outra etapa de análise de dados, a fim de aprimorar o conteúdo e o método de ensino acerca da temática da escrita e metodologia científica.

Todo esse processo de aprimoramento se deu ao longo dos cinco anos do doutorado. E, posteriormente ao doutorado, mantive esse método em minha prática docente na UEM. Desse modo, antes de iniciar as aulas era conduzido um questionário para as/os estudantes a fim de coletar dados sobre suas dificuldades, não apenas com a pesquisa e escrita, mas com a vida acadêmica. Os dados se mantiveram totalmente similares aos coletados na tese, corroborando assim, para reforçar os resultados da pesquisa. Diante da análise desses resultados as aulas eram guiadas a fim de auxiliar os/as estudantes com o que relataram (e também já munida com o que praticava nas experiências de ensino do doutorado). No finalizar de cada disciplina aplicava novamente outro questionário – o de *feedback* – a fim de coletar informações acerca das experiências dessas/es estudantes diante da disciplina. Em termos mais simplistas, compreender o que funcionou e o que não funcionou no método de ensino utilizado para buscar aprimorá-lo cada vez mais.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados desse aprimoramento, explicitando as ações de ensino conduzidas e como elas foram experienciadas pelas/os estudantes. A intenção desse compartilhamento (a justificativa desse artigo) é o desejo de troca. E, “nunca desejo algo sozinho[a], desejo bem mais, também não desejo um conjunto, desejo em um conjunto. [...] Desejar é construir um agenciamento, construir um conjunto, conjunto de uma saia, de um raio de sol...” (DELEUZE, 2001). Desejamos fomentar mais raios de sol no ensino superior, mais espaços potentes e plurais de metodologias e práticas pedagógicas, compreendendo e assumindo que “as dificuldades que você enfrenta para escrever [e para ensinar] não são culpa sua nem resultado de uma inabilidade pessoal. A organização social na qual você escreve está criando essas dificuldades para você.” (BECKER, 2015, p. 7). E tal como Bourdieu argumenta: “nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades. Cada um achará uma certa consolação no fato de descobrir que grande número das dificuldades imputadas em especial à sua falta de habilidade



ou à sua incompetência são universalmente partilhadas; [...]” (BOURDIEU, 1989, p.18). Universalmente compartilhamos muitas dificuldades. E com elas podemos desejar trocar experiências e formas de lidar, ensinar, aprender, escrever, pesquisar *em-com-junto*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA

Nesta seção do artigo, proponho explicar a fundamentação teórica juntamente com a metodologia de pesquisa aplicada, uma vez que, a episteme da pesquisa-ação institucional condiz com tal organização textual, pois:

A pesquisa-ação, como método de abordagem do real, tem sido informada pelos mais variados matizes teóricos. Sua principal característica, a intervenção, se presta tanto a ações integradoras que levam à autorregulação do objeto de estudo (grupo, instituição, movimento social, indivíduo), e a mudanças não radicais, como a contestação das estruturas, e à luta por transformações revolucionárias. [...] É também dentro desta tradição que se coloca o método de conscientização de Paulo Freire, no Brasil (1970), a pesquisa participante de Orlando Fals Borda (1983), na Colômbia, e de Oliveira e Oliveira (1983) na África. (HAGUETTE, 1995, p. 116-117).

Ao investigar as dificuldades que estudantes de graduação enfrentam diante da escrita e das outras ações acadêmicas, e ao buscar apontar algumas possibilidades de lidar com tais dificuldades a intenção é democratizar o capital simbólico da escrita e da ciência de forma a torná-lo acessível. Desse modo, a pesquisa-ação institucional configura-se como um método de pesquisa coerente para aquilo que me proponho, pois como Teresa Haguette aponta: “a proposta de Barbier da pesquisa-ação institucional se apoia em três pilares: a sociologia institucional de Bourdieu e Passeron (1970), o marxismo contemporâneo de C. Castoriadis, de H. Lefebvre e L. Goldmann e no existencialismo de Sartre.” (HAGUETTE, 1995, p. 138-139).

Por isso, identifico que os caminhos que busco neste artigo, e os que também busquei em minha tese e em minhas práticas docentes na UEM, se aproximam dos pilares da pesquisa-ação institucional, pois ela é um tipo particular de pesquisa “cujo objeto refere-se ao campo institucional no qual gravita o grupo em questão. Trata-se de desconstruir, através de um método analítico, a rede de significações das quais a instituição é portadora, enquanto célula simbólica” (BARBIER, 1985, p. 156-157 *apud* HAGUETTE, 1995, p. 142).

A instituição enquanto objeto de estudo passa a ser “vista não só como um locus de ‘violência’ (Bourdieu e Passeron), mas um locus do ‘imaginário social’ (Castoriadis)” (HAGUETTE, 1995, p. 142). Esse imaginário social – que aqui nesta pesquisa é o imaginário da escrita e da pesquisa acadêmica, compartilhado pelos agentes – possui significações que “são



quase sempre ocultas ou não ditas e que devem ser desveladas pelo grupo, através da análise de sua quotidianidade, da ‘interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’ (Lefebvre).” (HAGUETTE, 1995, p. 143). Dependendo de cada agente, tais significações são mais ou menos apreendidas “de acordo com sua ‘consciência possível’ (Goldmann) naquele momento. Cabe, pois, ao pesquisador impulsioná-lo para que ele atinja o ‘máximo de consciência possível’ e, de acordo com ela, possam ser formulados programas de ação pelo próprio grupo.” (HAGUETTE, 1995, p. 143). Essas ações nos levam ao terceiro pilar – o existencialismo – à medida que “não são as ideias que modificam os homens, não basta conhecer a paixão pela sua causa para suprimi-la, é preciso vivê-la, opô-la a outras paixões, combatê-la com tenacidade, enfim, trabalhar a si mesmo” (SARTRE, 1960, *apud* HAGUETTE, 1995, p. 141).

Esse terceiro pilar também se relaciona com uma ação pedagógica de potencializar o “sentido” das “coisas”. O sentido de se fazer ciência, o sentido de se fazer um TCC, o sentido de aprimorar as ações de estudar, ler, escrever, falar. Na próxima seção do artigo buscarei explicar resumidamente os métodos e ações pedagógicas utilizadas durante a condução da disciplina Iniciação à Ciência e à Pesquisa, que foi ministrada para quatro turmas de graduação do curso de Educação Física – de primeiro e segundo ano – totalizando 37 participantes. Desses participantes 13 informaram ser do gênero feminino e 24 do gênero masculino, e a faixa etária foi de 19 a 43 anos de idade.

3 MÉTODOS E AÇÕES PEDAGÓGICAS UTILIZADOS E SUAS TEORIAS

O primeiro método, que também se caracteriza como uma ação pedagógica, foi a “enquete operária” – conduzida no primeiro dia de aula. Segundo Haguette, a enquete operária seria uma “proposta particular de pesquisa-ação adaptada aos objetivos de autodescrição da condição operária e capacidade de atuação” (HAGUETTE, 1995, p. 118). Ela se desenvolve em duas etapas: “uma fase de investigação e uma fase ou campanha de sensibilização, bem mais ampla que a anterior; o polo investigado seria capaz de controlar a obtenção dos dados” (HAGUETTE, 1995, p. 118). Assim, a intenção é que as/os estudantes participem da pesquisa sobre a compreensão de suas próprias dificuldades de forma a compartilhá-las. “A interpretação, feita pelo próprio investigador, seria apresentada e discutida” e “a utilização dos resultados seria coletivizada.” (HAGUETTE, 1995, p. 118). Desse modo, no primeiro dia de aula foi conduzida essa pesquisa através de um questionário – que consistiu em expor algumas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

perguntas no quadro e pedir que os/as estudantes as respondessem em uma folha de papel para entregar. As perguntas foram: Quais são as suas expectativas com esta disciplina? Quais são as suas dificuldades na hora de escrever? Quais são suas dificuldades na universidade? O que é ciência para você? O que é pesquisa para você? O que é escrita acadêmica?

No contexto da enquete operária, ou de outras concepções de pesquisas comparáveis, a influência exercida pelas perguntas tem por objetivo tornar os interlocutores capazes de ultrapassarem o plano da resposta estereotipada, ou resposta condicionada pela conformidade à ideologia ou à moral dominante como no caso de escalas de atitudes (...) para chegarem ao plano da autodescrição de uma situação. (HAGUETTE, 1995, p. 122).

As respostas das/dos estudantes foram expostas coletivamente. Nessa ação foi possível que eles atingissem a consciência que suas dificuldades e expectativas são compartilhadas, que não são exclusivamente da ordem do individual. Em seguida, demonstrei que as aulas seriam guiadas a fim de auxiliá-los nas ultrapassagens dessas dificuldades. Nas respostas foi possível identificar diferentes tipos de dificuldades e expectativas com a disciplina que também eram condizentes e influenciavam e eram influenciadas por suas noções de ciência, pesquisa e escrita acadêmica. Dado o espaço reduzido deste artigo, não irei expor e discutir tal conteúdo – pois o foco que me propus seguir neste trabalho é o de apresentar o resultado dos *feedbacks* dos/das estudantes, a última etapa desta enquete “operária”. Entretanto, é preciso elencar as principais dificuldades que foram relatadas, pois foram elas que guiaram o conteúdo: dificuldade em falar em público (oralidade), dificuldade em compreender os textos “complexos” científicos/acadêmicos, dificuldade de se organizar com as diversas disciplinas, com o ritmo da universidade e os estudos, e a dificuldade diante da ansiedade com o futuro, com “o que” e “como” iriam trabalhar depois da formatura, se tinham “escolhido” o curso certo.

Foi notório o quanto as dificuldades das/dos estudantes estavam explicitamente condizentes com os pilares da pesquisa-ação institucional, que retomo aqui: a violência simbólica da universidade; a questão de classes sociais que intensifica as desigualdades de capital simbólico, cultural, econômico e científico, e a preocupação com o “sentido” com a existência, com os porquês das “coisas” – e a projeção delas para o futuro.

Diante dos resultados dessa primeira enquete operária (que apenas reforçaram os resultados observados em minha tese de doutorado) prossegui com a condução da disciplina praticando algumas ações pedagógicas e usando métodos de ensino. Para fins de organização e economia de espaço textual, irei descrever apenas as principais ações que as/os estudantes



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

elencaram nos formulários de *feedback*, uma vez que, foram tais ações que mais se sobressaíram na percepção deles/as – portanto, são as que veremos mais adiante nos resultados e discussões. As ações pedagógicas foram:

1) Descomplicar a linguagem acadêmica: “A ruptura com o estilo acadêmico implica a ruptura com o estilo de vida que ele supõe e exprime.” (BOURDIEU, 1989, p. 272). Essa ação de ruptura foi respaldada pela utilização de *memes* durante as aulas, uma fala mais articulada com a realidade dos/das estudantes, que acabaram de sair do ensino médio, e principalmente respaldada num *habitus* de professora *treinadora* em detrimento de uma professora da *Sorbonne*². Além de “descomplicar” a linguagem foi preciso descomplicar a escrita. Assim, utilizei como recurso pedagógico a analogia entre histórias infantis³ e artigos acadêmicos e TCCs. Foi utilizada a história “Os Três Porquinhos” para demonstrar que sua estrutura está dividida, tal como a de um artigo: ambos têm uma introdução, um crescimento da ação, um clímax, um decrescimento da ação e uma conclusão. Expliquei que em um artigo acadêmico a introdução prepara o “terreno” para um crescimento da ação (referencial teórico e metodologia) para que se chegue ao clímax do artigo: os resultados. O decrescimento da ação ocorre da discussão desses resultados que por sua vez também prepara o “terreno” para a finalização do artigo: a conclusão. Demonstrando a presença dessa estrutura nos dois contextos textuais foi possível intensificar o aprendizado observando como a história dos três porquinhos seria se fosse um artigo acadêmico. Assim, projetei para eles dois estilos de artigo: reescrevi a história dos três porquinhos em formato de artigo – com introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados, discussões e conclusão. O primeiro exemplo foi intitulado “Construções de moradas suínas: um estudo de caso”⁴ – uma versão mais positivista de ciência. E o segundo exemplo “Os três porquinhos: um estudo de caso sobre a independência familiar na infância, as relações de poder e a sociabilidade”⁵ – uma versão mais

² “O sociólogo que procura transmitir um *habitus* científico parece-se mais com um treinador desportivo de alto nível do que com um professor da Sorbonne. Ele fala pouco em termos de princípios e de preceitos gerais – pode, decerto, enunciá-los, [...] mas sabendo que é preciso não ficar por aí [...] Ele procede por indicações práticas, assemelhando-se nisso ao treinador que imita um movimento («no seu lugar, eu faria assim...») ou por «correções» feitas à prática em curso e concebidas no próprio espírito da prática («eu não levantaria essa questão, pelo menos dessa forma».)” (BOURDIEU, 1989, p. 23).

³ Por ter uma estrutura narrativa simples e por remeter à infância, o início do aprendizado de ler e escrever, e também um momento de prazer e descontração, antes de enfrentarem a “vida adulta” da universidade.

⁴ Essa versão da história foi criada durante os cursos de escrita do CAPA com a parceria de bolsistas da graduação. E aqui agradeço especialmente ao João Victor Schmicheck, que desempenhou a maior parte do processo criativo da transformação dessa história em formato de artigo científico.

⁵ Essa versão desenvolvi baseada no artigo de Patrícia Dias Padro, intitulado: Os três porquinhos e as temporalidades da infância (2012). Link para acesso:



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

pós-estruturalista de ciência. Veremos mais adiante, nos resultados e discussões, como essa apresentação da pesquisa e da escrita acadêmica ressoou nos/nas estudantes, bem como a utilização de uma linguagem mais acessível para a realidade deles/as os/as aproximou mais das práticas acadêmicas.

O segundo exemplo de ação pedagógica foi: 2) Experimentar a libido da pesquisa. Essa ação consistiu em propor aos/as estudantes que escolhessem algo que gostassem muito e transformassem esse “algo” em uma apresentação acadêmica. A ideia era fazer uma comunicação oral para a turma com slides apresentando o conteúdo no seguinte formato: introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados, discussões e conclusão. Nessa ação os/as estudantes escolheram animes, filmes, músicas, jogos e até mesmo práticas pessoais (como relação com animais de estimação) e práticas do próprio coletivo (comportamento dos estudantes de Educação Física da UEM). Com esses temas escolhidos eles faziam um recorte para apresentar em formato acadêmico para a turma. Alguns exemplos de títulos dos trabalhos apresentados foram: “Uma análise da indumentária de graduandos de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM)”; “A influência do personagem Naruto no desenvolvimento da personalidade de um atleta”; “Um estudo de caso sobre os fatores determinantes no processo de afeição humana pela espécie *canis lupus familiaris*”, “Artes Marciais e Lutas representadas no jogo *Tekken*: uma revisão sistemática”, “Autoetnografia do aprendizado da LIBRAS a partir do completo desconhecimento do idioma”.

Essa ação buscou potencializar os interesses intrínsecos e extrínsecos das/dos estudantes com o processo da pesquisa e da ciência, a fim de colocarem em prática as “metodologia de pesquisa”, vivenciarem o prazer de pesquisar e o prazer de compartilharem a pesquisa. Assim, a proposta de utilizarem algo que gostassem muito, se deu com a intenção de estimular a *libido* científica. Sobre essa *libido*, nas palavras de Bourdieu:

Um das tarefas da sociologia é a de determinar como o mundo social constitui a libido biológica, pulsão indiferenciada, em libido social, específica. De fato, existem tantos tipos de libido quanto de campos: o trabalho de socialização da libido é, precisamente, o que transforma as pulsões em interesses específicos, interesses socialmente constituídos que apenas existem na relação com um espaço social no interior do qual certas coisas são importantes e outras são indiferentes, para os agentes socializados, constituídos de maneira a criar diferenças correspondentes às diferenças objetivas nesse espaço.” (BOURDIEU, 1996, p. 141-142).

Acerca desse conceito de *libido* em Bourdieu, ele explica: “*Libido* seria também

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tkzBZyJBvgP56XwFxdxJkfF/abstract/?lang=pt>.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

inteiramente pertinente para expressar o que chamei de *illusio* ou investimento”. E em suas acepções, a “*illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social.” (BOURDIEU, 1996, p. 139-140). E, é importante compreender que “todo campo social, seja o campo científico, seja o campo artístico, o campo burocrático ou o campo político, tende a obter daqueles que nele entram essa relação com o campo que chamo de *illusio*.” (BOURDIEU, 1996, p. 139-140). Desse modo, a ação prática dos/das estudantes buscou potencializar essa relação encantada com a prática acadêmica, inclusive, promover uma relação encantada com a retórica científica, seus jogos de argumentação e convencimento – praticados na escrita de um resumo e na comunicação oral. Assim, nessa atividade a ação pedagógica recaiu no aprimoramento da escrita e da oralidade⁶, de forma a estimular a compreensão dos/das estudantes nos bastidores das estruturas que fomentam o texto acadêmico e a sua oralidade.

O terceiro exemplo de ação pedagógica foi: 3) Praticar a leitura de artigos e TCCs visualizando mais a “forma” da escrita do que o “conteúdo”, e o mais primordial: visualizando a *libido* de quem escreve e de quem lê. Para isso utilizei esta passagem de Bruno Latour para estimulá-los:

Os textos científicos parecem aborrecidos e sem vida, de um ponto de vista superficial. Se o leitor recompuser os desafios que estes textos enfrentam, eles passarão a ser tão emocionantes quanto um romance. [...] Quanto mais nos inteiramos das sutilezas da literatura científica, mais extraordinária elas nos parece. Passa a ser uma verdadeira ópera. Multidões são mobilizadas pelas referências; dos bastidores são trazidas centenas de acessórios. À cena são chamados leitores imaginários aos quais se pede não só que acreditem no autor, mas também que soletrem os tipos de torturas, provas e testes por que os heróis precisam passar antes de serem reconhecidos como tais. A seguir, o texto desenvolve a dramática história desses testes. Na verdade, os heróis triunfam de todos os poderes das trevas, como o príncipe da Flauta mágica. O autor vai acrescentando mais e mais testes impossíveis, parece que só pelo prazer de ficar vendo o herói superá-los. Desafia plateia e heróis, mandando um novo vilão, uma tempestade, um demônio, uma maldição, um dragão. [...] Essas óperas se desenrolam milhares de vezes nas páginas de Nature ou da Physical Review (para deleite, admito, de poucos, pouquíssimos espectadores mesmo). (LATOUR, 2000, p. 89-91).

⁶ “Sabendo-se que as estruturas mentais são estruturas sociais interiorizadas, temos todas as chances de introduzir, na oposição entre o escrito e o oral, uma oposição totalmente clássica entre o distinto e o vulgar, o científico e o popular, de maneira que o oral tem grandes chances de ganhar toda uma aura populista. Ensinar o oral seria assim ensinar esta linguagem que se ensina na rua, o que já leva a um paradoxo. Dito de outra forma, será que a questão da própria natureza da língua ensinada não importa? Ou então, será que este oral que se quer ensinar não é simplesmente algo que já se ensina, e isto de uma forma muito desigual, segundo as instituições escolares? Sabe-se por exemplo que as diferentes instâncias do ensino superior ensinam o oral de uma maneira muito desigual. [...] É por isto que a experiência do oral é muito apaixonante. Não se pode tocar nesta coisa tão central e ao mesmo tempo tão evidente sem se colocar as mais revolucionárias questões sobre o sistema de ensino[...]” (BOURDIEU, 1983, p. 75-88).



Essa ação de humanizar o/a escritora que escreve o texto acadêmico que lemos, permite que a/o estudante se transporte para um futuro próximo onde irá escrever o seu TCC que será lido pelos pares. O misto de medo e prazer envolto nesse futuro os/as coloca na posição contemplativa, entendendo o que esse Outro vivenciou para escrever o texto acadêmico, muitas vezes erroneamente interpretado como aborrecido e sem vida. Há um reforço com essa ação de intensificar a percepção das/dos estudantes de que há muita paixão, há muita vida na ciência!

Como a vida é curta, a vida de um artigo também é, preciso agora caminhar para a discussão dos resultados: a discussão dos *feedbacks* emitidos pelas/os estudantes. Ao todo foram coletadas 37 respostas. As perguntas, tal como a fundamentação da enquete operária, buscaram ir além das respostas estereotipadas, estimulando as/os estudantes a escreverem de forma mais sincera possível suas experiências e opiniões. As perguntas seguiram um padrão *bourdieusiano* focando na percepção do gosto⁷. Na seção a seguir apresento as respostas das/dos estudantes para as perguntas: “O que você mais gostou nas aulas? Explique sua resposta”; “O que você menos gostou nas aulas? Explique sua resposta”; e “Como foi o seu processo de aprendizagem em relação à nossa disciplina? Fique à vontade para me contar sua experiência e fazer comentários e sugestões.” Além disso, também foi questionado aos/as participantes: “Você permite que suas respostas sejam utilizadas para fins de pesquisa acadêmica?” Apenas um aluno não permitiu, totalizando assim 37 respostas utilizadas na análise deste artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 37 *feedbacks* coletados se mostraram extremamente similares: as experiências relatadas pelos/as estudantes foram parecidas. Dado o espaço reduzido de um artigo, dos 37 *feedbacks* coletados irei expor apenas 8 – selecionando dois *feedbacks* de cada uma das quatro turmas analisadas. O critério de escolha de quais *feedbacks* expor foi a quantidade de caracteres das respostas – pois as maiores respostas possibilitam uma maior quantidade de dados e informações para uma análise mais fundamentada. No quadro a seguir podemos observar os

⁷ “Os gostos (ou seja, as preferências manifestadas) são a afirmação prática de uma diferença inevitável. Não é por acaso que, ao serem obrigados a justificarem-se, eles afirmam-se de maneira totalmente negativa, pela recusa oposta a outros gostos: em matéria de gosto, mais que em qualquer outro aspecto, toda determinação é negação; e, sem dúvida, os gostos são, antes de tudo, aversão, feita de horror ou de intolerância visceral aos outros gostos, aos gostos dos outros.” (BOURDIEU, 2007, p. 56) “Os raros casos em que existe maior semelhança entre a sociologia e uma psicanálise social é quando ela se confronta com um objeto como o gosto.” (BOURDIEU, 2007, p. 17).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

feedbacks:

Quadro 1 – Respostas com mais caracteres do questionário de *feedbacks* das/dos estudantes

Estudante	O que você mais gostou nas aulas? Explique sua resposta.	O que você menos gostou nas aulas? Explique sua resposta.	Como foi o seu processo de aprendizagem em relação à nossa disciplina? Fique à vontade para me contar sua experiência e fazer comentários e sugestões.
E1	As aulas dessa matéria já vêm intitulada como “chata”, todos pensam isso. Porém acredito que o formato da preparação de aula ajudou muito para eu ter um foco nas aulas. O brincar com o lúdico principalmente no começo do ano letivo em que a gente pôde escolher o tema que sentíssemos à vontade, foi essencial para nós ter um carinho pela matéria. Os slides, a didática excepcional da professora, a preocupação que ela tinha com a gente se estávamos aprendendo o conteúdo, contribuiu para um bom desenvolvimento. A melhor parte que eu achava nas aulas é a abertura que ela dava pra gente tirar dúvidas, principalmente em particular. Ela sempre reservava um tempo individualmente com cada aluno. Por fim, comecei a dar valor e importância que se deve a essa matéria para o meu processo de formação.	O que eu menos gostei acredito que foi mais em questão da matéria/ conteúdo aplicado do que a forma que foi ministrado a aula. Talvez por eu não ter um hábito de ler constante, foi uma dificuldade que encontrei, porém nada tão problemático. O que me incomodava um pouco era a sobrecarga que eu tinha em relação a estágio, atividades de outras matérias da faculdade e ainda ter que fazer alguma atividade dela que geralmente dava bastante “trabalho”. Mas isso não cabe a professora, de alguma forma ela tem que passar essas atividades...	Na minha opinião, o professor deve ter uma boa didática e realmente querer com que o aluno aprende. A professora Camila foi assim. Comigo eu sentia que a professora encontrava um potencial que eu nem mesmo sabia que tinha, isso me confortava muito. Então, acredito que é ela uma professora excelente, uma das melhores que eu tive nesses quase 2 anos de uem.
E2	A forma como transformou a parte teórica/maçante em um assunto leve, com diálogos de fácil entendimento. Como por exemplo a atividade pegar uma história e contá-la de forma separada em tópicos semelhantes ao de um artigo ou TCC.	Eu gostei muito de todas as aulas, só sentia um pouco de dificuldade na questão de apresentação mesmo, mas que, conforme foram surgindo apresentações dos artigos escolhidos, eu fui pegando mais confiança.	Foi um processo bem tranquilo, todas as dúvidas que tive em relação à estrutura de um TCC perante os tópicos foram bem esclarecidas, aprendi melhor a como organizar rotinas de estudo, conheci outras fontes confiáveis de pesquisa para artigos, a como se portar em uma apresentação, etc.
E3	Gostei do seu método de explicar, usando histórias infantis da nossa infância, para ficar mais claro as explicações.	O que eu menos gostei é que acho que você fala muito rápido isso talvez pudesse melhorar.	Eu achei ótimo, errei muito mas você sempre me incentivou como fazer e o que deveria mudar, realmente eu sinto que mudei, que não sou a mesma que escrevia coisas no começo, confesso que tenho bastante dificuldade ainda mas tenho certeza que mais pra frente vou melhorar.
E4	A maneira como você trouxe os conteúdos, fazendo eles se tornarem mais leves.	Leitura de artigo.	No início não imaginava evoluir tanto como evolui (ao menos foi o que eu percebi), estava sempre receosa com apresentações, mas no fim, me vi animada para falar um pouco mais sobre cada assunto.
E5	Facilidade de entender o conteúdo que é bem explicado e a acessibilidade que temos em tirar dúvidas. Porque, em	O horário e dia, pois, justamente nesse dia temos aulas estressantes	Achei ótimo, tive um aprimoramento na leitura dos artigos que iniciei com objetivo de obter conhecimento para



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

	outras matérias temos dificuldades com curiosidades "bestas", que na verdade fazem toda diferença.	antes e depois, gerando descontentamentos. Obs: após o almoço é complicado também.	o TCC e também em relação a estrutura dessa literatura que é complicada! Ainda tenho algumas dúvidas, mas sinto encaminhado, é interessante ouvir nesse processo que parte importante pra começar a pesquisa, é se inserir no meio que quer pesquisar.
E6	Gostei da metodologia de ensino, trazendo primeiro a prática, como a leitura de trabalhos acadêmicos para em seguida utilizar a escrita, trazer assuntos que não foram somente focados na disciplina, mas também em nosso futuro, como onde pesquisar trabalhos e fontes, indagar professores sobre o conteúdo e não se importar somente com a nota mas sim com a formação.	Muitas vezes acabaram ficando maçantes, porém é justificável por esta ser uma matéria focada em escrita e leitura.	Foi relativamente fácil, por ser algo de meu interesse já que sempre gostei de fazer redações.
E7	A didática da professora achei ótima, não ficou só naquela de passar só slide e ficar lendo. Explicou tudo nos mínimos detalhes e sempre preocupada se realmente estávamos aprendendo, achei a forma de aplicar os trabalhos, logo após explicar os conteúdos ótima, pois era a forma de saber se realmente havíamos aprendido.	No meu ver não teve nenhum momento que não gostei.	Comecei a gostar mais de ler artigos, foi importante para a turma saber que sempre precisamos estar lendo, aprendi como é feito o tcc, analisar os artigos, bastante aprendizado.
E8	De modo geral toda a matéria me surpreendeu positivamente pois acreditei que não conseguiria cursar por conta de muitas dificuldades! Toda sua flexibilidade e compreensão também foram cruciais! Gosto da sua aula pois até um assunto muito chato vc consegue deixar mais leve trazendo diversos exemplos do cotidiano deixando mais fácil o entendimento!	Não gosto da ideia de ter aulas dias de chuva!	Foi bem interessante pois eu acreditava que realmente seria um bicho de 7 cabeças vindo das profundezas do inferno pra tirar a minha paz kkkkk... porém vc com seu excelente trabalho mostrou que se organizar e ir fazendo por etapas é muito mais fácil e possível!

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

O que é importante observar nesses dados, o que também apareceu nos outros *feedbacks* não expostos, foi a recorrência das histórias infantis nas respostas dos/das estudantes. Nota-se o quanto ela foi ressoante em seus processos de aprendizagem, sendo constantemente elencada. Junto a ela também apareceram nas respostas menções à prática de leitura de artigos e TCCs, à “didática”, “metodologia de ensino”, “leveza”, “fácil entendimento”, “acessibilidade” e “abertura para tirar dúvidas em particular” – bem como o estereótipo da “metodologia de pesquisa” como algo chato que foi sendo desfeito.

É necessário problematizar que há diferentes formas de interpretar esses dados, entretanto, minha forma de interpretação é a da metodologia da pesquisa-ação institucional –



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

que como já apontado anteriormente, “trata-se de desconstruir, através de um método analítico, a rede de significações das quais a instituição é portadora, enquanto célula simbólica” (BARBIER, 1985, p. 156-157 *apud* HAGUETTE, 1995, p. 142). Assim sendo, o dado que interpreto como o mais relevante é a mudança explícita nas autopercepções do Eu e da instituição (UEM, Universidade, Ensino Superior) relatadas pelos/as estudantes – demonstrando uma maior integração à instituição. Explico melhor: note que em seus relatos há uma forte recorrência por explicitarem como estão se percebendo diferente após as aulas: “realmente eu sinto que mudei, que não sou a mesma que escrevia coisas no começo”; “por fim, comecei a dar valor e importância que se deve a essa matéria para o meu processo de formação”; “No início não imaginava evoluir tanto como evolui (ao menos foi o que eu percebi), estava sempre receosa com apresentações, mas no fim, me vi animada para falar um pouco mais sobre cada assunto”; “Comecei a gostar mais de ler artigos”; “De modo geral toda a matéria me surpreendeu positivamente pois acreditei que não conseguiria cursar por conta de muitas dificuldades [...] vc com seu excelente trabalho mostrou que se organizar e ir fazendo por etapas é muito mais fácil e possível!”. As/os estudantes demonstraram estar mais emocionalmente ligados e interessados na prática da pesquisa: como a leitura, a escrita, a oratória, o descobrir e o saber novas informações, bem como demonstraram se sentir mais “adequados/as” e “confortáveis” no campo acadêmico – uma vez que o aprimoramento de tais práticas ocasiona o aumento do senso de pertencimento ao campo científico – que é estruturado e estruturante por tais práticas.

Outro dado que também é importante de analisar é os atributos do meu “eu” e as avaliações dos/das estudantes referentes a minha performance enquanto professora. Essa análise não deve e não pode ser avaliada em termos narcísicos. Pelo contrário, me coloco aqui enquanto um indivíduo (uma indivíduo) indissociável da célula simbólica a que me vínculo e represento: a Universidade. Assim, é preciso fazer compreender que o meu “eu” (professora) na percepção das e dos estudantes não é mais um “eu” micro (indivíduo), mas um “eu” meso e macrossocial. Sou um ser coletivo, institucional e institucionalizado, institucionalizando uma linguagem leve e descomplicada, logo, a ciência, a pesquisa, a vida acadêmica passa a ser vista dessa forma: mais leve, mais acessível, mais preocupada com suas “dúvidas particulares” e dificuldades, mais lúdica, mais próxima à realidade e interesses deles/as. O senso de coletividade é então alargado – o que também reverbera na forma que avaliam o que “não gostaram”. Em algumas respostas fica nítido a capacidade de contextualizar as condições



institucionais/socias/ambientais que geraram esse desgosto: “O horário e dia, pois, justamente nesse dia temos aulas estressantes antes e depois, gerando descontentamentos. Obs: após o almoço é complicado também”; “O que me incomodava um pouco era a sobrecarga que eu tinha em relação a estágio, atividades de outras matérias da faculdade e ainda ter que fazer alguma atividade dela que geralmente dava bastante ‘trabalho’. Mas isso não cabe a professora, de alguma forma ela tem que passar essas atividades...”. Conforme as diretrizes da pesquisa-ação institucional “cabe, pois, ao pesquisador impulsioná-lo para que ele atinja o ‘máximo de consciência possível’ e, de acordo com ela, possam ser formulados programas de ação pelo próprio grupo.” (HAGUETTE, 1995, p. 143). Diante das respostas foi possível observar o quanto esse acesso ficou mais “acessível” – estimulando a capacidade de compreenderem o porquê de gostarem, o porquê de não gostarem, e sobretudo, o “como” o todo está interligado, o quanto o processo de ensino e aprendizagem – o quanto a iniciação à ciência e à pesquisa, a metodologia de pesquisa estão envoltas e envolvem algo muito maior: o micro, o meso e macro estado acadêmico – que vai além dos indivíduos, que está na potência e no desejo que se forja no coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como não apresentei um problema bem demarcado no início do artigo, gostaria de fazê-lo agora: como ensinar metodologia de pesquisa de forma a tornar a prática da ciência acessível para o/a cientista para que ele/ela seja capaz de compartilhar a sua ciência e torná-la acessível para a sociedade em geral? Esse problema não é encerrado com um mero artigo. É parte de um dilema muito maior: “o dilema enfrentado por todas as estruturas meso e macro é como extrair energia emocional positiva dos encontros, de modo que esses sentimentos sejam transferidos para estruturas sociais de maior escala.” (TURNER, 2008, p. 333, tradução minha). Como extrair energia emocional positiva dos encontros micro, face-a-face – professora e aluno/a – de forma que essa energia seja transferida para a instituição, a universidade – estrutura meso – e para a sociedade – estrutura macro – aumentando o interesse e o acesso à ciência e suas práticas?

Uma pequena parte desse dilema busquei desvendar através de metodologias e práticas pedagógicas no ensino superior, na ação de professora de metodologia de pesquisa – militando pela importância dessa disciplina, sobretudo, no seu *importante papel libidinal na vida acadêmica*. A outra parte desse dilema ainda precisaremos continuar pesquisando, lendo,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

escrevendo e comunicando através de nossas *ações libidinais de pesquisa*.

Concluo esse artigo não com repostas, mas com algumas indagações para você que está me lendo: Quais foram as suas expectativas com esta leitura? Na sua opinião os objetivos do artigo foram alcançados? O que você mais gostou neste artigo? O que menos gostou? Quais foram as suas dificuldades na hora de ler? Quais são as suas dificuldades na hora de escrever? Quais são suas dificuldades na vida acadêmica? O que é ciência para você? O que é pesquisa para você? O que é escrita acadêmica?

“À guisa de conclusão’: assim terminam tantos textos, segundo uma fórmula banal. Ou seja, apesar das aparências, isso não é uma conclusão, não é possível pôr um termo, um ponto final, deve-se continuar.” (COMPAGNON, 2007, p.131).

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista com G. Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001. Paris: Éditions Montparnasse, 1997, VHS, 459min.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

TURNER, Jonathan. Emotions and social structure: Toward a general sociological theory. In: Clay-Warner, J, Robinson, DT (eds) **Social Structure and Emotion**. London: Elsevier, 2008. p. 319-342.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**POR UMA PEDAGOGIA PARA O ENSINO SUPERIOR: MEDIAÇÕES POSSÍVEIS
PARA O APRENDER E O ENSINAR**

Marlete dos Anjos Silva Schaffrath¹ –Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR

GT 11 - Metodologias e práticas pedagógicas no ensino superior

RESUMO

O texto que se apresenta objetiva discutir aspectos da pedagogia universitária como uma construção complexa do processo de ensino que supõe conhecimentos técnicos específicos, formação pedagógica e procedimentos metodológicos capazes de mediar o ensino e a aprendizagem que se quer que ocorra nos cursos dos ambientes universitários. Trata-se de uma pesquisa básica, bibliográfica e documental fundamentada na revisão de literatura da área e em documentos oficiais da educação/legislação brasileira. A pesquisa toma emprestados de autores diversos as discussões e argumentos sobre a temática e, cotejando-os com os dados das fontes documentais, produz novas reflexões sobre a pedagogia universitária que temos e a que desejamos. O trabalho problematiza a questão da pedagogia universitária (ou da falta dela) que tende a supervalorizar os procedimentos metodológicos desconexos do projeto de ensino de forma mais ampla. O que se coloca como desafio para o Ensino Superior brasileiro é trazer a pedagogia universitária para o centro dos debates sobre Ensino Superior e, neste sentido superar a visão restrita da Pedagogia como metodologia aplicada e passar a compreendê-la num sentido mais complexo de articulação entre o que se ensina e o que se aprende, quais os atores desse processo e de que forma as mediações da política e da cultura interferem na construção das formas de ensinar e aprender na universidade.

Palavras-chave: Pedagogia universitária. Formação docente. Ensino Superior

**POR UNA PEDAGOGÍA PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR: MEDIACIONES
POSIBLES PARA EL APRENDIZAJE Y LA ENSEÑANZA**

RESUMEN

El texto que se presenta se propone discutir aspectos de la pedagogía universitaria como una construcción compleja del proceso de enseñanza que supone saberes técnicos específicos, formación pedagógica y procedimientos metodológicos capaces de mediar la enseñanza y el aprendizaje que se quiere que ocurra en cursos en ambientes universitarios. Se trata de una investigación básica, bibliográfica y documental basada en la revisión bibliográfica del área y en documentos oficiales de la

¹ - Doutora em Educação.– e-mail: marlete.schaffrath@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

educación/legislación brasileña. La investigación toma prestadas discusiones y argumentos sobre el tema de diferentes autores y, comparándolos con datos de fuentes documentales, produce nuevas reflexiones sobre la pedagogía universitaria que tenemos y la que queremos. El trabajo problematiza el tema de la pedagogía universitaria (o la falta de ella) que tiende a sobrevalorar procedimientos metodológicos desvinculados del proyecto docente en un sentido más amplio. Lo que se plantea como desafío para la Educación Superior brasileña es llevar la pedagogía universitaria al centro de los debates sobre la Educación Superior y, en ese sentido, superar la visión restringida de la Pedagogía como metodología aplicada y pasar a entenderla en un sentido más complejo de articulación entre lo que se enseña y lo que se aprende, quiénes son los actores de este proceso y cómo las mediaciones de la política y la cultura interfiere en la construcción de formas de enseñar y aprender en la universidad.

Palabras clave: Pedagogía universitaria. Formación de profesores. Enseñanza superior

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As constantes mudanças no cenário educacional do Ensino Superior nos impelem a pensar nos modos de fazer a docência na universidade. O universo das metodologias aplicadas, das propostas didáticas, dos sistemas avaliativos e das inovações tecnológicas para o ensino nas universidades têm se apresentado com mais constância na educação brasileira a partir dos anos noventa do século XX. Temos, portanto a partir de então, ao menos três décadas de estudos sobre o que se desejaria chamar de uma *pedagogia universitária*. Entretanto, longe dos estudos sobre essa temática esgotarem as possibilidades de entendimentos e construções de novos objetos, a literatura circulante até aqui nos recoloca, a todo o tempo, o desafio de lançar novos olhares sobre o fazer e o ser docente no Ensino Superior brasileiro.

No contexto dos trabalhos acadêmicos que trouxeram significativas reflexões sobre a temática, destaca-se a tese de doutoramento da professora Leda Sheibe, da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “Pedagogia universitária e transformação social” (SHEIBE,1987) que serviu de base para diversos estudos que passaram a circular nos meios acadêmicos trazendo questões diversas e provocando as mais distintas abordagens acerca da formação dos docentes para o ensino universitário. Para Sheibe (1987), a pedagogia universitária pode ser entendida como um campo de aprendizagem da docência que envolve a apropriação de conhecimentos, saberes e fazeres próprios ao magistério do ensino superior.

Contudo, percebemos que a tendência de muitos estudos, sobretudo os mais recentes debates desse século XXI, seja a de colocar a centralidade das metodologias aplicadas e dos resultados dos processos de ensino na discussão do tema dos saberes docentes para o Ensino Superior. Não é nosso objetivo discutir aqui as chamadas “metodologias ativas”, mas sim,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

problematizar algumas interpretações que se têm feito delas com um apelo tendente a supervalorizar as metodologias que possam resultar em aprendizagem do estudante, muitas vezes secundarizando a aprendizagem e os processos de aquisição de conhecimento do professor que se forja como trabalhador da educação em sala de aula.

Nesse caso será preciso considerar que talvez as estratégias para o ensino, de *per si*, não deem conta de revelar as questões todas que envolvem a pedagogia universitária. Será que as conjunções entre o ensino e a aprendizagem não expressam melhor aquilo que realmente nos move? E se falamos de ensino e de aprendizagem não estaríamos também nos referindo aos processos de formação do docente em serviço? Se sim, quais são os elementos educativos, políticos, culturais e pessoais envolvidos na pedagogia universitária? E não menos importante, não seria refletir como articular as perspectivas individuais de compromisso com a profissão, metodologias específicas e a necessidade de implementação de políticas de desenvolvimento profissional traduzidas em ações institucionalizadas?

Bernard Charlot (2013), no texto em que discute a relação com o saber e as contradições presentes nas práticas educativas da sociedade contemporânea, adverte para o fato de que tendemos a culpabilizar o docente pelo suposto fracasso do ensino. Para o autor “o professor é uma figura simbólica sobre a qual são projetadas muitas contradições econômicas, sociais e culturais” (CHARLOT, 2013, p. 102)

Um dos desafios do Ensino Superior brasileiro é discutir e acomodar técnica e teoricamente a pedagogia universitária como subsídio valioso do processo de ensino. Refletir sobre como se ensina e como se aprende, quais são as questões curriculares de nosso tempo que se colocam para as áreas de formação, que aportes didáticos podemos mobilizar para a consecução da aprendizagem são percursos interessantes para compreendermos o papel do ensino superior na formação dos profissionais e intelectuais brasileiros para a educação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata de uma revisão bibliográfica acerca do tema da pedagogia universitária e questões ligadas à formação de professores e professoras para o Ensino Superior brasileiro. Os dados levantados são todos qualitativos advindos das discussões apresentadas por autores diversos que pesquisam e escrevem sobre o ensino e a aprendizagem no Ensino Superior, bem como dos documentos oficiais relativos à legislação educacional.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

As reflexões trazidas aqui são fruto de leitura, apontamentos e críticas sobre a temática a partir da literatura e documentos consultados. O cotejamento das percepções dos diversos autores citados foram constituindo um texto único que buscou apresentar uma síntese das ideias, levantamentos de dados e inferências que caracterizavam os percursos teóricos e metodológicos desses autores, assim como os resultados de cada trabalho.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa básica, bibliográfica e documental fundamentada na revisão de literatura da área e em documentos oficiais da educação brasileira. Nesse contexto trabalha-se aqui com a abordagem qualitativa em que os dados dos documentos e argumentos da bibliografia consultada são submetidos à reflexão crítica.

3. DISCUSSÃO

Se apenas estudos sobre metodologias de ensino não dão conta da complexidade da pedagogia que se quer para o ensino na universidade, podemos começar a discussão sobre como as recentes produções acadêmicas ou mesmo os debates universitários sobre o tema têm deslocado os entendimentos sobre a pedagogia universitária para a busca por métodos de ensino aplicados com vistas aos resultados da aprendizagem. Essa polarização que valoriza sobremaneira os métodos de ensino quando estes são apenas um aspecto de uma pedagogia para o ensino, está na contramão daquilo que para Anastasiou e Pimenta (2008) parece ser fundamental que é o aprendizado docente sobre o Ensino Superior. Para as autoras é essencial que se busque compreender que não é o caso de apenas dominar conhecimentos em campos específicos e saberes de cada área, mas, sobretudo estar sensibilizado para a docência por meio de uma sólida formação pedagógica.

Nesse mesmo sentido Bolzan (2002) destaca que no bojo do processo de constituição de conhecimentos científicos está a necessidade da reorganização contínua dos saberes pedagógicos, teóricos e práticos, assim como da “organização das estratégias de ensino, das atividades de estudo e das rotinas de trabalho dos docentes, onde o novo se elabora a partir do velho, mediante ajustes desses sistemas” (BOLZAN, 2002, p. 151)

Todavia no contexto das aprendizagens necessárias ao professor, não estão apenas as deliberações pessoais de investimento na carreira docente. Temos no Ensino Superior brasileiro uma conjuntura política e legislativa marcada pelas fragilidades formativas no âmbito de conhecimentos pedagógicos. A omissão de políticas públicas de formação específica para o

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ingresso na carreira do magistério superior começa com a LDB 9.394-96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que em dois de seus artigos menciona a docência universitária.

No primeiro (Artigo 65), exclui a necessidade de prática de ensino para atuar nesse nível ao dizer que “a formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas” (BRASIL, 1996, p.45). Já no Artigo 66 está expresso que “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”. (BRASIL, 1996, p.46).

Morosini (2000) atenta para o fato de que enquanto em outros níveis de ensino o saber do professor e sua formação são bem identificados na LDB, no que se refere ao Ensino Superior “parte-se do princípio de que sua competência advém do domínio da área de conhecimento, na qual atua” (MOROSINI, 2000, p.11). Para a autora a competência do professor não está apenas delimitada ao saber científico que ele dispõe, senão pelo poder social que a profissão exerce. Ocorre que se o docente universitário admitido para o magistério com a formação em nível de mestrado e doutorado não tenha tido uma formação pedagógica inicial no curso de graduação ou mesmo uma formação voltada para o ensino na Pós-Graduação, ele poderá chegar às salas de aula nas universidades sem aportes pedagógicos mínimos.

A formação do professor universitário tem sido entendida, por força da tradição e ratificada pela legislação, como atinente aos saberes ou ao domínio do conteúdo de ensino. Espera-se que o professor seja cada vez mais um especialista em determinada área, tendo-se apropriado por meio da pós-graduação *stricto sensu* do conhecimento legitimado academicamente no seu campo científico. O domínio do conteúdo, por sua vez, é alicerçado nas atividades de pesquisa que garantam a capacidade potencial de produção de conhecimento (CUNHA, 2006).

Sobre as condições de formação pedagógica na Pós-Graduação, em 1983 o Conselho Federal de Educação (CFE) publicou a Resolução 012/1983 (BRASIL,1983) cujo conteúdo estabelece que um sexto (1/6) da carga horária dos cursos de especialização oferecidos no país deveria ser dedicado à oferta de disciplinas de conteúdo pedagógico. Para suprir essa exigência legal, os currículos dos referidos cursos passaram a incluir a disciplina Metodologia do Ensino Superior.

No bojo das discussões acerca das oportunidades de formação docente Pimenta e Anastasiou (2008) assim como Masetto (2003), asseguram que nos desenhos dos programas de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Pós-Graduação existentes no país, a formação para docência superior quando há, restringe-se ao oferecimento de apenas uma disciplina, que na prática não ultrapassa 60 horas de atividade.

Também Cunha (2000), analisando o impacto da formação pedagógica (ou da ausência dela) nos cursos Pós-Graduação identifica que as próprias universidades alimentaram um curioso paradoxo: enquanto edificaram as bases de uma área de conhecimento própria ao exercício do magistério, criando e oferecendo cursos de licenciatura que se comprometem a formar docentes, negam a existência deste saber quando se trata de seus próprios professores nos cursos de pós-graduação.

Pimenta e Anastasiou (2008) colocam ainda outras atividades exercidas pelo docente do Ensino Superior que suscitam a necessidade de preparo pedagógico. Para as autoras o docente toma decisões sobre currículos, políticas de pesquisa e financiamento, não apenas no âmbito das disciplinas que leciona, mas também no âmbito dos sistemas públicos estaduais ou municipais, do sistema nacional de educação e das instituições científicas de fomento, de políticas de pesquisa, de ensino e de avaliação. No entanto esses aspectos, de maneira geral, não são contemplados no processo de formação profissional do docente do Ensino Superior.

Para Anastasiou (2011) o docente muitas vezes realiza em sala de aula um trabalho fruto de suas experiências enquanto estudante. Contudo, para a autora nem sempre o que lhe é exigido enquanto profissional, já na universidade, em termos de saberes e práticas de ensino pode ser suprido com aquilo que o docente tenha vivido enquanto estudante.

A autora destaca que nos processos de constituição dos saberes para a docência universitária o que preponderou no Brasil foi a supremacia dos conhecimentos específicos e o preparo para a pesquisa científica, muitas vezes secundarizando o ensino. Nesse sentido também Scheibe (1987), vai dizer que subsiste a ideia de que o domínio do conteúdo específico seja o suficiente para dotar o docente de conhecimentos necessários para o magistério superior.

O que se coloca aqui, é que o foco apenas no conhecimento técnico de uma determinada área não sustenta o trabalho docente que não pode prescindir de uma formação didático-pedagógica. É preciso reconhecer a importância de se experimentar os demais elementos constitutivos do trabalho docente, como a relação da disciplina ministrada com o projeto pedagógico do curso, o planejamento do programa de ensino, a organização da aula como parte de um projeto de ensino, as metodologias de ensino e os recursos didáticos mobilizados para cada aula, e não menos importante, a avaliação de todo o processo de ensino e aprendizagem.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Gil (2008) discute as questões relativas à preparação docente para o magistério na universidade e apresenta uma diferenciação entre os conceitos de *metodologia do ensino* e *didática*. Para o autor, estamos falando de metodologia do Ensino Superior quando nos referimos aos procedimentos científicos que sustentam a atividade de ensino como os planos de ensino e de aula, a formulação de ementas e objetivos e a decisão sobre as estratégias para o ensino. Já a didática tem a ver com os processos relativos aos conteúdos ministrados e sobretudo aos aspectos intuitivos e valorativos que permeiam o ensino. De todo modo aqui, cabe refletir e compreender que também a didática seja entendida em seus aspectos científicos posto que é um ramo da ciência da educação.

O que se discute a partir dessa diferenciação é que não se pode supor que os processos de ensino podem subsistir com a replicação de modos de fazer, a famosa receita de bolo. As formas didáticas, portanto, tem muito mais a ver com aquilo que o docente é capaz de mobilizar em termos de técnicas, recursos, estratégias e argumentos para tornar o conteúdo mais significativo ao aprendiz. E nesse aspecto o docente mobiliza o que sabe acerca do conteúdo, suas características para relacionamentos interpessoais e visão de mundo, assim como os recursos didáticos que conhece. Em resumo, o processo de ensino estaria bem amparado se pudesse se assentar sobre o tripé compromisso com área - visão crítica da realidade - significação de conteúdos.

Os docentes, e isso em qualquer nível de ensino, são forjados pela escola e para a escola. Quando nos ressentimos da falta formação pedagógica, corremos o risco de transformar nossas aulas num momento de mero repasse de informação de áreas de conhecimento validadas pela ciência. Mas o ensino é mais que isso! É preciso de as aulas sejam oportunidade de despertar no estudante o gosto pelo conhecimento não só para que ele se desenvolva profissionalmente, mas sobretudo, para que se profissionalize e passe a contribuir com a área de formação e com o desenvolvimento social de maneira geral.

Outro aspecto que pode amparar os processos de ensino pensados articuladamente entre perspectivas políticas, sociais e culturais é a oportunidade que se cria a partir de ações pedagógicas em sala de aula que possibilitam perscrutar a realidade educacional, profissional, cultural e social sob um olhar crítico no sentido de compreender a sociedade em que se está inserido. O filósofo italiano Antonio Gramsci (1989) discute a formação de intelectuais na sociedade capitalista e sua intervenção na cultura. Para o autor:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. [...] Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 1989, p.7)

A proposta de Gramsci (1989) nos leva a refletir sobre o papel dos professores e das professoras nas universidades, que exercem na sociedade a função de intelectuais e precisam firmar compromisso com a sua área de formação, com a visão ou as visões que se constroem em torno das áreas de conhecimento e sobretudo, estar atentos e atentas às necessidades pedagógicas discentes que vão definir conteúdos, metodologias, mas principalmente condutas socialmente responsáveis na profissão e na vida social.

Finalmente, destaca-se a significação de conteúdos como um aspecto importantíssimo para a consolidação dos saberes universitários. É preciso compreender e fazer compreender que os temas elencados nos programas de ensino têm uma trajetória na história daquela ciência. Que eles não estão por acaso no currículo, mas antes estão por condições históricas que os mobilizaram dentre tantos assuntos em cada campo do conhecimento científico.

Para efeitos da aquisição de conhecimento nos cursos de formação inicial precisamos atentar para a importância da significação dos conteúdos. Para Vasconcellos (1995) a significação está relacionada com o estabelecimento de vínculos, de nexos do conteúdo com o aprendiz. É esta interação, adquirida quando o assunto passa a fazer sentido, que move o estudante em direção ao aprendizado, que o motiva a aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia universitária é então bem mais complexa que a apresentação de métodos de ensino. É senão um processo de aprendizagem para a docência sustentado na apropriação de conhecimentos científicos, na dinâmica de comunicação crítica desses conhecimentos e sobretudo, na perspectiva de aprender enquanto ensina, na mais expressiva acepção de Paulo Freire.

Para a docência universitária urge a adoção de perspectivas integradoras que articulem as dimensões epistemológica, pedagógica e política da formação para o exercício do magistério. Seria necessário mais investimento das políticas públicas de formação docente em formar o

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

docente universitário para além de conhecimentos técnicos de sua área de atuação, mas dotá-lo de subsídios pedagógicos para se que possa enxergar e conduzir o processo de ensino que se realiza na interação dos conhecimentos com métodos e técnicas de ensino, e sobretudo com ampla e crítica visão da educação brasileira

Na omissão da legislação para a formação docente universitária brasileira, resta aos programas de Pós-Graduação comprometidos com a formação pedagógica do professor universitário, a constituição de modelos de formação que ultrapassem os limites do desenvolvimento de habilidades práticas, buscando realizar-se de modo a integrar atividades de docência e pesquisa, reflexão crítica da realidade.

O desafio para a pedagogia universitária é portanto o de se colocar no centro dos debates sobre Ensino Superior. E nesse sentido superar a visão restrita da Pedagogia como metodologia aplicada e passar a compreendê-la num sentido mais complexo de articulação entre o que se ensina e o que se aprende, entre os atores desse processo e as formas de mediações da política e da cultura que interferem na construção dos modos de ensinar e aprender a universidade.

Os contornos atuais da pedagogia universitária precisam articular o conhecimento científico que sustenta o trabalho docente e formação didático-pedagógica que também é científica, até porque a Didática integra a ciência da Educação. Será necessário então descolocar a experiência docente para um lugar em que se mobilize e se relacione a organização da aula com projeto de curso, parte de um projeto que é político e pedagógico. Por que enfim há que se assegurar o acesso aos saberes socialmente constituídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Processos formativos de docentes universitários: aspectos teóricos e práticos. In: PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de. **Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOLZAN, Dóris P. V. **Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. 1996.
Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/600653>. Acessado em 13 de nov. de 2022.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BRASIL. Conselho Federal de Educação/CFE. **Resolução 012/1983**. 1983. Disponível em: chromeextension://efaidnbmnmbnibpcajpegglefindmkaj/https://prppg.ufes.br/sites/prppg.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_n_1283_de_61083.pdf. Acessado em 14 de nov. de 2022.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. Ensino como mediação da formação do professor universitário. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: INEP, 2000. p. 45-51.

_____ Diferentes Olhares Sobre as Práticas Pedagógicas no Ensino Superior: a docência e sua formação. **Educação**, [S. l.], v. 27, n. 3, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/397>. Acesso em: 28 dez. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MASETTO, Marcos. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Ed. Summus, 2003.

MOROSINI, Marília.C.Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: MOROSINI, M.C. (Org.). **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. p. 11-20. disponível em : <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-da-educacao-superior/professor-do-ensino-superior-identidade-docencia-e-formacao>. Acessado em 22 de Nov.de 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargo. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHEIBE, Leda. **Pedagogia universitária e transformação social**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111976> Acessado em 13 de out. de 2022.

VASCONCELOS, Maura Maria Morita. Contribuindo para a formação de professores universitários: relatos de experiências. In: MASETTO, Marcos Tarciso (Org.). **Docência universitária**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2009. p.77-94.

Obs.:O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade da autora.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**PROJETO DE EXTENSÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PRODUÇÃO DE
VÍDEOS PARA TREINAMENTO REMOTO EM PATOLOGIA CLÍNICA
VETERINÁRIA**

Thainá Simões
Giordani¹ - UFFS
Daniel Scapin² -
UFFS
Sarah Carolina
Brandão de Souza
Neto³ - UFFS
Mayara Cristina
Stumm⁴ - UFFS
Luciana Pereira
Machado⁵ - UFFS

Nome do GT: Metodologias e práticas pedagógicas no ensino superior

RESUMO

Este projeto de extensão fornece exames laboratoriais para suporte aos atendimentos dos animais de Realeza e região e treinamento do discente nas técnicas de rotina em Análises Clínicas Veterinárias. Foi uma ação do Setor de Análises Clínicas da Superintendência Unidade Hospitalar Veterinária Universitária com alunos do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Realeza. As atividades incluíram o processamento das amostras biológicas dos animais atendidos nos setores de Clínica e Cirurgia da SUHVU, referente às demandas dos demais projetos de extensão específicos desses setores e produção de vídeos didáticos. Os exames oferecidos foram hemograma, urinálise, análise de líquidos cavitários, bioquímica clínica, tempo de coagulação e teste de compatibilidade sanguínea. Desenvolvido no período de fevereiro a dezembro de 2022, sendo realizados 3.335 exames de 522 pacientes, alguns atendidos mais de uma vez, totalizando 674 atendimentos. Foram produzidos nove vídeos demonstrando os aspectos práticos da realização dos Procedimentos Operacionais Padrão de processamento dos exames laboratoriais. Os vídeos foram gravados no laboratório, editados e publicados de forma *on-line* na plataforma Youtube e estão disponibilizados para o treinamento dos alunos voluntários no projeto e demais discentes do curso. Com isso, objetivou-se contribuir para a formação dos alunos em ensino remoto na disciplina de Diagnóstico Laboratorial Veterinário da UFFS, sendo uma ferramenta auxiliar para os alunos que devido a pandemia da Covid-19 não tiveram aulas práticas presenciais, sendo útil tanto aos acadêmicos da própria universidade quanto de outras instituições, uma vez que o acesso aos conteúdos gravados é livre. Desta forma, o projeto contribuiu com a socialização do conhecimento gerado e visa também despertar o interesse de outros alunos do curso de Medicina Veterinária para participar nas atividades de extensão.

Palavras-chave: Análises Laboratoriais. Hemograma. Bioquímica clínica. Ensino remoto.

RESUMEN

Este proyecto de extensión tuvo como objetivo ofrecer pruebas de laboratorio para apoyar el cuidado de animales de la Realeza y la región y capacitación para la formación de estudiantes en técnicas de rutina en Análisis Clínico Veterinario. Fue una acción del Sector de Análisis Clínicos de la Superintendencia del Hospital Veterinario Universitario con alumnos de la carrera de Medicina Veterinaria de la Universidad Federal de Fronteira Sur, Campus Realeza. Las actividades incluyeron el procesamiento de muestras biológicas de los animales atendidos en los sectores de Clínica y Cirugía del SUHVU, en referencia a las demandas de otros proyectos de extensión propios de esos sectores y la producción de videos didáticos. Algunos de los exámenes ofrecidos fueron hemograma (completo y



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

parcial), análisis de orina, análisis de líquido de cavidades, bioquímica clínica, tiempo de coagulación y prueba de compatibilidad sanguínea. El proyecto se desarrolló de febrero a diciembre de 2022, realizándose 3.335 exámenes a 522 pacientes, algunos atendidos más de una vez, totalizando 674 consultas. Además, se produjeron nueve videos demostrando los aspectos prácticos de la realización de los Procedimientos Operativos Estándar para el procesamiento de pruebas de laboratorio. Los videos fueron grabados en el laboratorio, editados y publicados en línea en la plataforma de Youtube y están disponibles para la formación de los alumnos voluntarios en el proyecto y otros alumnos del curso. Con esto, colocamos como objetivo contribuir a la formación de los alumnos de educación a distancia en la disciplina de diagnóstico veterinario laboratorial en la UFFS, siendo una herramienta auxiliar para los alumnos que debido a la pandemia de Covid-19 no tuvieron clases presenciales, siendo de utilidad tanto a los miembros de la propia universidad, cómo a los de otras universidades, ya que el material audiovisual producido fue disponibilizado gratuitamente.. De esta forma, el proyecto contribuyó a la socialización del conocimiento generado y también pretende despertar el interés de otros estudiantes de la carrera de Medicina Veterinaria para participar en actividades de extensión. texto do resumo na versão em Espanhol.

Palabras clave: Análisis de laboratorio. Conteo de glóbulos. Bioquímica clínica. Enseñanza a distancia.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os exames complementares são essenciais para o diagnóstico adequado de enfermidades dos animais atendidos na Superintendência Unidade Hospitalar Veterinária Universitária (SUHVU), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Realeza. Sendo assim, o projeto de extensão contempla a realização dessas análises, fornecendo resultados que auxiliarão o Médico Veterinário em sua conduta clínica.

A busca de soluções para problemas clínicos demanda a elaboração de métodos de diagnóstico, os resultados de exames hematológicos guiam diagnósticos, auxiliando na obtenção de parâmetros importantes para elucidação do caso e confirmando suspeitas clínicas.

Em decorrência da Pandemia da Covid-19, o número de alunos no laboratório foi limitado. Então, a produção de vídeos demonstrativos ensinando os procedimentos operacionais padrão (POPs) visou minimizar os impactos no aprendizado de discentes no ensino remoto e teve como objetivo contribuir para a formação dos discentes e no treinamento técnico da equipe que realiza o processamento presencial dos exames laboratoriais, equipe majoritariamente composta por estudantes da graduação. Para além da UFFS, o conteúdo permite que estudantes de outras instituições também aprimorem seus conhecimentos sobre patologia clínica.

¹ – bolsista do projeto e discente do curso de medicina veterinária – e-mail: thainagiordani12@gmail.com

² - farmacêutico, colaborador do projeto e servidor técnico administrativo – e-mail: dscapin@gmail.com

³ – voluntária do projeto e discente do curso de medicina veterinária – e-mail: souza.brandao@yahoo.com.br

⁴ – voluntária do projeto e discente do curso de medicina veterinária – e-mail: mayara.stumm@estudante.edu.br

⁵ – médica-veterinária, mestre e doutora patologia clínica veterinária e servidora docente – e-mail: luciana.machado@uffs.edu.br



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os resultados dos exames hematológicos guiam o Médico Veterinário para quadros como uma possível anemia, infecção crônica ou aguda, alergias e até hemoparasitoses. No hemograma, além do eritrograma, leucograma e plaquetograma, pode ser realizada a identificação de hemoparasitas (KERR, 2003). As hemoparasitoses são infecções causadas por bactérias ou protozoários que se encontram dentro das células sanguíneas ou livres no plasma (HARVEY, 2012).

As análises bioquímicas são comumente realizadas na rotina dos atendimentos veterinários e podem, por exemplo, confirmar a hipótese de alteração na função hepática, renal ou pancreática. Na avaliação renal, a creatinina e a ureia são componentes essenciais (THRALL, 2014).

Para avaliação da função e integridade hepática, a Alanina aminotransferase (ALT) é uma enzima hepato específica para cães e gatos. Em ruminantes e equinos, a enzima predominante nos hepatócitos é a aspartato aminotransferase (AST) (KERR, 2003). A creatina quinase (CK) é utilizada para diagnosticar transtornos musculares juntamente com a dosagem de AST (KERR, 2003). A fosfatase alcalina (FA) é uma enzima mitocondrial que pode ser encontrada em tecido ósseo, sistema hepatobiliar e mucosa gastrointestinal. Em bovinos e equinos é necessário também a avaliação da gama glutamil transferase (GGT) e bilirrubinas (THRALL, 2014; MEYER et al., 1995).

As proteínas séricas totais (PT) são essenciais para a avaliação hepática, sintetizadas principalmente no fígado e constituídas por albumina e globulina. Em vista que a PPT é composta por albumina e globulina, diante de um quadro de hiperproteinemia ou hipoproteinemia, faz-se necessário a dosagem e interpretação dessas análises individuais (KERR, 2003).

Na avaliação pancreática, podemos citar a dosagem de lipase, enzima digestiva produzida no pâncreas. A lipase deve ser avaliada juntamente com a amilase. Outras dosagens também podem auxiliar na avaliação pancreática como o colesterol e os triglicerídeos. A dosagem de glicose avalia o pâncreas endócrino (MEYER et al., 1995).

Na urinálise, o Médico Veterinário obtém parâmetros importantes sobre as características da urina, indicando enfermidades. A dosagem da relação proteína/creatinina urinária (UPC), também realizada em amostras de urina, tornou-se o método mais utilizado para



detectar e quantificar proteinúria, auxiliando na avaliação dos glomérulos (THRALL, 2014). Análises menos comuns como teste de compatibilidade sanguínea, análise de líquidos cavitários, coagulograma e teste tripsina fecal também são oferecidas no projeto de extensão.

Além do papel essencial exercido na prestação de serviços no ano de 2022 e auxílio aos médicos veterinários que atuam na Superintendência Unidade Hospitalar Veterinária (SUHVU), o projeto de extensão também teve como objetivo minimizar os impactos da pandemia no ensino. Outras instituições utilizaram as ferramentas tecnológicas como recurso durante a pandemia, não apenas para a transmissão de conteúdo teórico, mas também prático (SILVA, F. T.M. 2022). Com este intuito, foram gravados vídeos demonstrativos ensinando os procedimentos operacionais padrão (POPs) sobre as técnicas laboratoriais, auxiliando no melhor preparo para a condução de estudos, harmonização dos processos de pesquisa, treinamento, profissionalismo e garantia da qualidade através da padronização do procedimento. Assim sendo, juntamente com a produção do material didático, a análise da casuística e resultados dos exames realizados no projeto auxiliam em projetos de pesquisas que visam entender enfermidades que acometem os animais atendidos na SUHVU.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente os alunos receberam treinamento para realização dos procedimentos laboratoriais. Todas as amostras de sangue, urina ou líquidos cavitários encaminhadas para exames laboratoriais são avaliadas quanto a sua qualidade e estando em boas condições realiza-se o cadastro das informações dos pacientes e processamento dos exames, de acordo com a necessidade de diagnóstico solicitada pelos médicos veterinários atuantes na SUHVU.

São oferecidos no projeto exames como hemograma completo e parciais, realizados de modo manual e em analisador hematológico. As análises bioquímicas oferecidas são dependentes de kits bioquímicos disponíveis no momento, sendo realizadas conforme orientação do fabricante do kit em analisador bioquímico automático. Poderão incluir a mensuração da concentração de uréia, creatinina, glicose, lipidograma, perfil protéico, minerais, além da determinação da atividade enzimática das transaminases e demais enzimas de aplicação clínica, dentre outros. A urinálise e a análise dos líquidos cavitários incluem o exame físico, químico e avaliação citológica ao microscópio.

Quanto às demais análises, o teste de compatibilidade é realizado através da prova de reação cruzada. O teste de tripsina fecal foi realizado através do método da prova de gelatina. O



coagulograma, apesar de apresentar-se como um conjunto de exames, foi realizada apenas a análise do tempo de coagulação através do método de Lee-White de forma manual.

Além disso, foram produzidos vídeos demonstrando aspectos práticos da interpretação dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de realização dos exames laboratoriais. Esses vídeos foram utilizados para treinamento remoto de novos alunos, principalmente dos períodos iniciais do curso de Medicina Veterinária. Os vídeos produzidos foram elaborados e gravados no Laboratório do SHUVU, com a utilização de um celular (iphone 11) editados no aplicativo CapCut e publicados no canal Laboratório de Patologia Clínica Veterinária UFFS do Youtube: (<https://www.youtube.com/channel/UC546VVqXigEPfWROcFB68IQ>).

4 DESENVOLVIMENTO

O projeto recebeu amostra de 552 pacientes, porém para 152 desses pacientes foram enviadas amostras mais de uma vez em dias diferentes, totalizando 674 atendimentos, sendo que o perfil predominante foi de fêmeas adultas da espécie canina (Tabela 1).

A maior prevalência de cães atendidos pode ser explicada pela diferença na população brasileira de cães e gatos, pois de acordo com o índice divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira de cães é de 54 milhões, diante a de gatos que é de 24 milhões. Ainda, ao todo cães e gatos estão presentes em 47,9 milhões de domicílios, desses, 14,1 milhões (19,3%) de residências habitam pelo menos um gato contra 33,8 milhões (46,1%) de unidades que apresentam cães (IBGE, 2019). Ainda, a maior parte das pesquisas também é realizada em cães, devido a menor dificuldade de manejo e menor estresse a manipulação dessa espécie (JUNIOR, 2014).

Tabela 1 - Dados epidemiológicos dos animais atendidos* pelo projeto de extensão “Prestação de serviços e produção de vídeos para treinamento remoto em patologia clínica veterinária”, no ano de 2022

Total de atendimentos*	674
Média de idade	6,8±4 anos Mínima - 14 dias Máxima - 18 anos
Espécie	Canino – 485 Felino - 161 Bovino - 17 Equino - 7 Suíno - 2 Cavia Porcellus - 1 Cunícula – 1
Sexo	Fêmeas - 405(60,08%) Machos - 269 (40,31%)



* Alguns animais foram atendidos pelo projeto mais de uma vez.

As amostras recebidas de animais clinicamente saudáveis encaminhados para cirurgias eletivas de esterilização, eram de animais atendidos em aula ou em projetos de pesquisa, sendo 110 cães e 51 gatos. A facilidade dos cães em interagir com humanos, além de suas personalidades individuais, pode ser explicada pelo fato da domesticação ter ocorrido há mais de 20 mil anos (DERR, 2011), enquanto nos gatos essa aproximação iniciou-se a 4 mil anos (BRADSHAW, 2012). Em comparação, um levantamento de exames laboratoriais realizados em 2013, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) também obteve um número maior de cães quando comparado ao de gatos (TORQUATO, 2014).

Quanto à razão sexual das amostras recebidas, foram contabilizados uma proporção maior de fêmeas do que machos. Um dos motivos para essa diferença foi que os projetos de pesquisa realizados em 2022 no SUHVU, os quais proporcionaram cirurgias eletivas de esterilização, optaram pela realização do estudo em fêmeas. Das amostras recebidas de animais clinicamente saudáveis encaminhados para cirurgias eletivas de esterilização, 102 amostras eram de fêmeas e 57 de machos. Além disso, o componente curricular Obstetrícia Veterinária, o qual aborda a fisiologia e patologias reprodutivas de fêmeas também realiza cirurgias, aumentando a demanda de análises laboratoriais pré-cirúrgicas neste sexo.

A idade média dos pacientes foi de 6,8 anos. O animal mais jovem atendido foi um suíno com 14 dias e o mais idoso um cão de 18 anos. Alguns dados não foram informados na ficha, que era recebida juntamente com a amostra: 103 idades não foram informadas, 61 suspeitas clínicas e 34 históricos. A deficiência dessas informações prejudica a realização dos exames, pois impede o direcionamento do laboratorista quanto à elucidação do caso.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ANÁLISE DA CASUÍSTICA E RESULTADOS LABORATORIAIS

As motivações do envio de amostras dividiram-se em diagnóstico de enfermidades através do atendimento clínico/cirúrgico e a participação em projetos de extensão, aulas ou pesquisa que oferecem cirurgias eletivas de esterilização (ovariohisterectomia e orquiectomia). Tais cirurgias, além de auxiliarem na produção de trabalhos acadêmicos que são essenciais para a disseminação de conhecimento, também diminuem a população de animais abandonados, pois evitam a reprodução indevida, além de melhorar a qualidade de vida e minimizar a incidência de doenças (MAGALHÃES, 2019). No total, amostras de atendimento clínico/cirúrgico somaram



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

513 e as de avaliação pré-cirúrgica de esterilização 161. O mês de março foi o mês de maior demanda no laboratório, sendo o mês que contabilizou uma quantidade maior de avaliações pré-cirúrgicas para esterilização (36) e uma quantidade significativa de atendimentos clínico/cirúrgico (62), explicando a demanda.

Dessas 161 amostras obtidas de animais com histórico de hígado, clinicamente saudáveis e encaminhados para cirurgias eletivas, algumas evidenciaram resultados acima ou abaixo do valor de referência para a espécie. Os valores de referência são obtidos da média de exames realizados numa população clinicamente sadia, através de metodologias padronizadas e cálculos estatísticos, portanto obedecem a uma curva normal de distribuição. Deste modo, pode existir um pequeno número de animais da população sadia com resultados laboratoriais próximos ao extremo ou fora deles. O inverso também pode ocorrer, ou seja, animais doentes com valores dentro da faixa de referência (THRALL, 2014).

No Brasil, muitos valores de referência utilizados na medicina são baseados em bibliografia internacional, podendo divergir com a realidade local (FERREIRA e ANDRIOLO, 2008). Na medicina veterinária também há essa divergência. A realização das análises laboratoriais pré-anestésicas é indispensável para impedir que animais doentes sejam submetidos a cirurgias de esterilização e à anestesia, necessitando da estabilização do caso antes do encaminhamento para cirurgia. Para interpretação do resultado, juntamente ao valor de referência, deve ser considerado o conjunto de sinais clínicos, idade, raça, gênero, nutrição e fatores ambientais como estresse do animal e dificuldade no momento da coleta (KERR, 2003).

Pesquisadores como Friedrichs (2010) e Tate (2015) recomendam que cada laboratório estabeleça seus próprios valores de referência ou valide os utilizados de acordo com a população local (FRIEDRICHS, 2010, TATE et al., 2015). Os valores de referência utilizados no Laboratório de Análises Clínicas do SUHVU, campus Realeza, foram estabelecidos por Jain (1993), Kaneko (1997) e Meyer e Harvey (2004). Um estudo realizado na Amazônia Oriental, Estado do Pará, comprovou que a maioria dos parâmetros hematológicos e bioquímicos estabelecidos previamente na literatura de Jain, Kaneko e Meyer & Harvey são válidos para cães criados naquela região (MARQUES, 2021).

Na análise dos resultados, as mesmas alterações frequentes que ocorrem em cães também foram observadas nos gatos (Tabela 2 e Tabela 3). Devido ao não acompanhamento do caso individual de cada animal pelo projeto em questão, não é possível definir se os animais que apresentaram valores fora do valor de referência estavam doentes de forma assintomática ou



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

apresentavam apenas alterações fisiológicas.

Tabela 2 - Resultados dos principais exames realizados na avaliação pré-cirúrgica de esterilização, de 110 cães clinicamente saudáveis, atendidos no projeto de extensão “Prestação de serviços e produção de vídeos para treinamento remoto em patologia clínica veterinária”, ano de 2022, agrupados em relação ao valor de referência para a espécie.

Variável	VR	Abaixo do VR			Dentro do VR		Acima do VR		
		Totais (n;%)	Min	X±DP	Totais (n;%)	X±DP	Totais (n;%)	Máx	X±DP
VG (%)	37-55	4;4	30	32,5±1,7	90;82	47,5±4,3	12;11	62	57,3±1,7
PPT (g/dL)	6,0-8,0	2;2	5,8	5,8±0,0	99;90	6,9±0,5	3;3	8,6	8,3±0,2
LT (x10 ⁹ /μl)	6,0-17,0	1;1	5,6	5,6±0,0	89;81	12,0±2268,8	14;13	28,7	21,0±3747,5
FA (U/L)	20-156	-	-	-	84;76	78,7±31,3	18;16	524	292,11±10,8
UREIA (mg/dl)	21,4-59,92	14;13	0,9	14,4±6,5	81;74	35,8±9,1	2;2	73	66,5±9,2
CREA (mg/dL)	0,5-1,5	-	-	-	100;91	1,1±0,2	3;3	3,6	2,86±0,74
ALB (g/dL)	2,60-3,30	3;3	2,4	2,5±0,1	61;55	3,0±0,2	1;1	2,4	3,4±0,0
ALT (U/L)	21-73	4;4	5	13,5±6,1	94;85	39,7±10,4	7;6	220	118,1±61,1

VR: Valor de referência; n;%: total em número e em porcentagem; MÍN: Valor mínimo encontrado; MÁX: Valor máximo encontrado; X: Média; DP: Desvio padrão; VG: Volume globular ou hematócrito; PPT: Proteínas plasmáticas totais; LT: Leucócitos totais; FA: Fosfatase alcalina; UR: Ureia; CREA: Creatinina; ALB: Albumina; ALT: Alanina aminotransferase
Valores de referência: Jain, 1993; Kaneko; 1997; Meyer & Harvey, 2004.

Tabela 3 - Resultados dos principais exames realizados na avaliação pré-cirúrgica de esterilização, de 51 gatos clinicamente saudáveis, atendidos no projeto de extensão “Prestação de serviços e produção de vídeos para treinamento remoto em patologia clínica veterinária”, ano de 2022, agrupados em relação ao valor de referência para a espécie.

Variável	VR	Abaixo do VR			Dentro do VR		Acima do VR		
		Totais (n;%)	Min	X±DP	Totais (n;%)	X±DP	Totais (n;%)	Máx	X±DP
VG (%)	24-45	-	-	-	44;86	37,2±4,1	5;10	51	47,2±0,0
PPT (g/dL)	6-8	-	-	-	46;90	7,0±0,5	3;6	9,8	8,7±0,9
LT (x10 ⁹ /μl)	5,5-19,5	2;4	3,4	3,8±565,7	40;78	12,5±371,5	6;12	28,7	23,5±336,4
FA (U/L)	25-93	3;6	23	23,7±0,6	5;10	73,4±4,0	21;41	354	199,4±81,7
UREIA (mg/dl)	42,8-64,2	6;12	1	17,9±17,1	31;61	51,6±5,3	3;6	75	72,3±2,5
CREA (mg/dL)	0,8-1,8	-	-	-	43;84	1,3±0,2	4;8	2,08	1,8±0,1
ALB (g/dL)	2,10-3,30	1;2	1	1,0±0,0	39;76	2,7±0,2	-	-	-
ALT (U/L)	6-83	2;4	1	2,0±1,4	40;780	42,1±20,4	6;12	253	147±64,5

VR: Valor de referência; n;%: total em número e a o valor apresentado em porcentagem; MÍN: Valor mínimo encontrado; MÁX: Valor máximo encontrado; X: Média; DP: Desvio padrão; VG: Volume globular ou hematócrito; PPT: Proteínas plasmáticas totais; LT: Leucócitos totais; FA: Fosfatase alcalina; UR: Ureia; CREA: Creatinina; ALB: Albumina; ALT: Alanina aminotransferase

Valores de referência: Jain, 1993; Kaneko; 1997; Meyer & Harvey, 2004.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

O hemograma foi o segundo exame hematológico mais solicitado na rotina laboratorial, devido a sua praticidade e utilidade, sendo contabilizados 550 hemogramas parciais e 44 completos. Atrás apenas dos exames bioquímicos por serem solicitados mais de um exame para o mesmo animal, esse resultado era esperado pois o hemograma é um dos principais exames de triagem e o primeiro exame solicitado pelo clínico veterinário (KERR, 2003).

Na UDESC, no período de janeiro a dezembro de 2013, no laboratório de patologia clínica veterinária foram realizados 2.673 hemogramas de cães e gatos (TORQUATO, 2014). Na Universidade Federal de Pelotas, um estudo de casuística das amostras biológicas recebidas em 2013 de pacientes atendidos no Hospital de Clínicas Veterinária - UFPEL constatou que o exame mais solicitado também foi o hemograma com 1.041 de solicitações (FRANZ, 2013). Na Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 2015, o estudo sobre a casuística do laboratório de análises clínicas do hospital veterinário da UEM comprovou que 964 dos exames laboratoriais solicitados eram de hemograma, também sendo o de maior solicitação (QUEIROZ, 2015).

Em relação a série vermelha, alguns animais hígidos apresentaram anemia, porém a alteração mais frequente nos eritrócitos foi a policitemia (Tabela 2 e Tabela 3). Considerando que essas análises eram de animais hígidos e a maior parte das coletas foi realizada com o animal em jejum, pode se considerar uma policitemia fisiológica causada por hemoconcentração, caso o tutor tenha erroneamente realizado privação de água. Também, podem ser resultado de uma contração esplênica, que ocorre com frequência pela liberação de adrenalina decorrente do estresse provocado pela coleta do sangue (THRALL, 2014).

Além do ambiente hospitalar, o qual é desconhecido e pode gerar angústia dos animais, a manipulação pode ter causado estresse, que pode ter elevado o VG e o LT por meio de diversos mecanismos fisiológicos, como vasoconstrição. A leucocitose fisiológica ocorre também como uma resposta à adrenalina, tanto por esplenocontração, quanto por mobilização do compartimento marginal (pool marginal) para a circulação geral, aumentando a contagem total de leucócitos. As leucopenias encontradas, apesar de poucas, devem ser investigadas individualmente pois o quadro normalmente está associado a uma condição de doença. Esses resultados podem ter auxiliado a diagnosticar animais com doenças infecciosas, metabólicas ou até neoplásicas e que se apresentavam assintomáticos no momento da avaliação clínica (THRALL, 2014). No entanto, é importante destacar que esse aumento em resposta ao estresse é temporário e deve retornar aos níveis normais após a retirada do estímulo. Se o aumento



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

persistir por um período prolongado, pode indicar uma condição mais grave e requer nova avaliação. Níveis baixos de VG podem indicar anemia, que deve ser classificada e investigada para determinar a causa, pela interpretação de todos os itens do hemograma. Uma das causas da anemia pode ser a presença de hemoparasitas (THRALL,2014).

Tanto cães quanto gatos apresentaram casos de hiperproteinemia de forma mais frequente que a hipoproteinemia (Tabela 2 e Tabela 3), e nesse caso, a desidratação também pode estar relacionada devido ao aumento da concentração do plasma. Outras causas de alterações no resultado das proteínas plasmáticas podem incluir infecções e doenças renais (THRALL, 2014). Apesar de não terem sido solicitadas pesquisas de hemoparasita, alguns hemoparasitas foram encontrados em amostras durante a realização dos hemogramas, o fato de não terem sido encontrados nas amostras dos animais hígidos não descarta a possível presença do agente (Tabela 4).

Tabela 4 - Incidência de hemoparasitas encontrados em amostras de caninos, felinos e bovinos atendidos no projeto de extensão “Prestação de serviços e produção de vídeos para treinamento remoto em patologia clínica veterinária”, no ano de 2022

Hemoparasitos	Canino	Felino	Bovino
<i>Mycoplasma haemofelis</i>		8	
<i>Hepatozoon spp.</i>	1		
<i>Anaplasma platys</i>	1		
<i>Anaplasma marginale</i>			1
<i>Microfilaria</i>	3		

Em relação a avaliação bioquímica, foram realizadas 2.546 exames (Tabela 5), contemplando dosagens de alanina amino transferase (ALT), fosfatase alcalina (FA), ureia, creatinina, albumina, proteínas sérica totais (PT), gama glutamil transferase (GGT), aspartato aminotransferase (AST), creatina quinase (CK), globulina, glicose, lipase, amilase, bilirrubinas, cálcio, fósforo, triglicerídeos, colesterol HDL e colesterol total. Em contrapartida, a casuística de exames do laboratório de análises clínicas da UEM encontrou um número menor de solicitações de exames bioquímicos, 782 foram as solicitações do ano de 2015 (QUEIROZ, 2015).

Tabela 5 - Quantitativo das dosagens de bioquímica sérica solicitadas no ano de 2022 no projeto de extensão “Prestação de serviços e produção de vídeos para treinamento remoto em patologia clínica



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

veterinária”.

Dosagem bioquímica solicitada	Quantidade
Creatinina	537
Alanina aminotransferase (ALT)	530
Fosfatase alcalina (FA)	443
Ureia	391
Albumina	378
Proteínas totais (PT)	105
Gama glutamil transferase (GGT)	64
Aspartato aminotransferase (AST)	41
Glicose	18
Triglicerídeos (TG)	8
Colesterol total (CT)	8
Cálcio	6
Fósforo	4
Globulina	3
Colesterol HDL (HDL-C)	3
Lipase	2
Creatina quinase (CK)	2
Amilase	2
Bilirrubinas	1

A prevalência na solicitação das análises de creatinina, ALT, fosfatase alcalina, ureia e albumina podem ser justificadas, pois são as análises essenciais para a avaliação anestésica pré-cirúrgica, avaliando a função hepática e renal do paciente de maneira geral (KERR, 2003). A quantidade elevada de solicitação de dosagens, explicam-se pois tanto a ALT quanto a FA fazem parte das principais enzimas hepáticas, ainda, a albumina auxilia na análise de síntese e metabolismo hepático. A creatinina e a ureia são as principais provas bioquímicas de função renal (THRALL, 2014), logo, as cinco são solicitadas com frequência pelo médico veterinário pois fazem parte do painel geral básico de diagnóstico para pequenos animais (KERR, 2003).

A dosagem sérica mais solicitada foi a creatinina correspondendo a 21,13% das avaliações realizadas. Na UFPEL, no período de quatro anos a partir de 2015, foram contabilizadas 2.157 solicitações de dosagem de creatinina sérica (PEREIRA, 2019). A segunda dosagem mais solicitada foi a ALT, seguida pela FA e ureia.

Alguns animais hípidos apresentaram aumento na creatinina (Tabela 2 e Tabela 3), a diminuição não foi identificada e não possui significado clínico. Em animais saudáveis, o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

aumento pode ter sido ocasionado por fatores extra renais como a desidratação mas exige sempre uma reavaliação cautelosa do paciente pois podem ser relacionados a doentes renais ainda assintomáticos. Assim como a creatinina, a ureia dos animais hígidos tem grande probabilidade de ter tido o valor alterado por desidratação, ingestão excessiva de proteínas e uso de medicamentos. Mas pode também estar demonstrando a presença de doença renal nos casos de elevação ou hepática quando reduzida (THRALL, 2014).

No perfil bioquímico, na análise dos resultados de animais hígidos, o maior destaque foi a elevação da FA (Tabela 2 e Tabela 3), a qual pode estar elevada durante o crescimento devido a atividade da enzima aumentada no tecido ósseo, então é importante considerar a idade durante a interpretação. Por isso, o preenchimento da ficha deve ser adequado contendo informações essenciais, como a idade, conforme relatado anteriormente, algumas idades não foram informadas (Tabela 1) dificultando a interpretação do resultado. Ainda, esses resultados podem ter auxiliado a identificar possíveis animais assintomáticos para doença hepática, óssea, endócrina ou neoplásica (THRALL, 2014).

A ALT dos animais hígidos pode ter tido resultado alterado (Tabela 2 e Tabela 3) por estresse, mudanças bruscas de dieta e até o exercício intenso. Além disso, os animais com aumento de ALT devem ser investigados quanto a doenças hepáticas e lesões musculares. Para albumina foi mais frequente os valores do intervalo de referência em animais clinicamente saudáveis (Tabela 2 e Tabela 3), o que pode ter relação com doenças inflamatórias, perdas gástricas ou renais e disfunção hepática. Animais saudáveis com níveis alterados de albumina devem realizar uma investigação hepática (THRALL, 2014).

Apesar da urinálise também ser uma triagem diagnóstica, foram contabilizadas a realização de 55 dessas análises, incluindo parciais e completas. Esperava-se um número superior de exames, esse valor pode sugerir que há uma tendência do clínico veterinário em solicitar a análise apenas quando há sintomatologia do sistema urinário ou em investigação renal. Na literatura de casuísticas de exames laboratoriais em outras universidades, o número de solicitações de urinálises foi maior. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), foram relatadas 92 solicitações de urinálise no ano de 2013 através um estudo de casuística das amostras biológicas recebidas de pacientes atendidos no Hospital de Clínicas Veterinária - UFPEL (FRANZ, 2013). Ainda, no laboratório de patologia clínica veterinária (LPCVet-UFPEL) foram contabilizadas 586 solicitações de urinálise no período de quatro anos, iniciando em 2015 (PEREIRA, 2019). No laboratório de análises clínicas da UEM, em Maringá, foram



solicitadas 70 urinálises no ano de 2015 (QUEIROZ, 2015).

Para avaliação renal, a relação proteína/creatinina – UPC foi realizada em 43 animais. Essa análise mede a proporção entre proteínas e creatinina na urina, avaliando a capacidade do rim de filtrar esses compostos, podendo indicar problemas renais e sendo importante para monitorar a saúde renal dos animais ao longo do tempo (THRALL, 2014).

Em relação à análise dos resultados obtidos, não é possível descartar os resultados alterados, os quais podem indicar alterações fisiológicas de animais hígidos, animais hígidos fora do valor de referência ou animais doentes. A análise laboratorial é essencial antes da cirurgia, a fim de minimizar os riscos e identificar alterações que não foram detectadas durante o exame físico e anamnese (KERR, 2003).

Como exames menos frequentes, foram realizadas quatro análises de líquidos cavitários. Mesmo em laboratórios de rotina maior esses exames são bem específicos para algumas suspeitas clínicas e pouco solicitados. No período de um ano, na UFPEL foram realizadas 22 análises de líquidos cavitários (FRANZ, 2013) e na UEM, a solicitação foi de análise de 10 líquidos cavitários (QUEIROZ, 2015). Outras análises menos frequentes foram o teste de compatibilidade sanguínea, com quatro solicitações, tempo de coagulação e pesquisa de tripsina fecal com uma solicitação cada. A baixa casuística era esperada, pois estes exames são solicitados diante de queixas específicas, possuindo uma menor casuística clínica e por consequência laboratorial.

5.2 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Em decorrência da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 fez-se necessária a adaptação da vida humana, o setor educacional também foi afetado, incluindo as universidades. A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a Universidade de Hannover (TiHO) foram algumas das instituições que utilizaram recursos tecnológicos e produção de vídeos publicados na plataforma Youtube para auxílio no ensino remoto (DÖWICH, 2020; MÜLLER, 2019).

Visando minimizar os impactos da súbita interrupção do ensino presencial tradicional, foi elaborada a produção de nove vídeos para o treinamento remoto através do canal do Youtube denominado “Laboratório de Patologia Clínica Veterinária UFFS”. Os vídeos foram publicados com legenda e áudio explicativo, permitindo maior inclusão e entendimento do material didático. Também há uma breve descrição do procedimento realizado, dentre as publicações: confecção de um modelo didático artesanal para treinamento de coleta de sangue, hematócrito,



proteínas plasmáticas totais, leucócitos totais, esfregaço sanguíneo, coloração de lâminas com panótico, separação de soro, capa leucocitária e urinálise.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços oferecidos pelo laboratório de análises clínicas possibilitam às pessoas do município de Realeza e região prestarem os cuidados de saúde necessários aos seus animais de companhia. A análise laboratorial demonstrou-se essencial tanto no diagnóstico de animais sintomáticos quanto em animais clinicamente saudáveis como avaliação pré-cirúrgica de esterilização, podendo auxiliar no diagnóstico de doenças em fase assintomática. Com o desenvolvimento do projeto, a universidade cumpre o seu papel de colaborar com o desenvolvimento social e ainda permite aos discentes aprimorarem seus conhecimentos na área de análises clínicas através do material didático criado, mesmo diante do isolamento imposto pela pandemia. Os resultados dos exames realizados são fontes de dados importantes para realização de pesquisas científicas, assim, o projeto de extensão proporciona a expansão do conhecimento e a interação com a comunidade, integrando ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- BRADSHAW, John W. S. **The behaviour of the domestic cat**. Cabi, 2012.
- DERR, Mark. *How the dog became the dog: from wolves to our best friends*. Penguin, 2011.
- DÖWICH, Gabriela.; DOWICH PRADELLA, Gabriela.; LUBECK, Irina.; ACOSTA DUARTE, Claudia. Produção de material audiovisual para utilização nas aulas remotas. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 12, n. 1, 20 nov. 2020.
- FERREIRA, Carlos Eduardo S.F.; ANDRIOLO, Adagmar. Intervalo de referência no laboratório clínico. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, v. 44, p. 11–16, 2008.
- FRANZ, Helen.C et.al. Características laboratoriais das amostras biológicas provenientes de cães atendidos no hospital de clínicas veterinárias–UFPel. Pelotas, 2013.
- FRIEDRICHS, Kristen.R. Reference intervals: an essential, expanding, and occasionally equivocal standard. **Veterinary Clinical Pathology** v. 39, n. 2, p. 131–132, 2010.
- HARVEY, John. W. *Veterinary Hematology: a diagnostic guide and color atlas*. Saint Louis Saunders: Elsevier, 2012.
- IBGE, **Domicílios com algum gato, por situação de domicílio 2019**. Pesquisa Nacional de Saúde. Tabelas (SIDRA). 2019 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4931> Acesso em: 01 jan 2023
- IBGE, **Domicílios com algum cão, por situação de domicílio 2019**. Pesquisa Nacional de Saúde. Tabelas (SIDRA). 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4930> Acesso em: 01 jan 2023



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

JAIN, Nemi. **C.Essentials of veterinary hematology**. Philadelphia: Lea & Febiger. 417p. 1993.

JUNIOR, Antônio de Pinho Marques et al. Bem-estar animal. **Cadernos Técnicos de Veterinária E Zootecnia**. Minas Gerais, 2014.

KANEKO, Jiro Jerry., HARVEY, John W., & BRUSS, Michael.L.1997. **Clinical Biochemistry of Domestic Animals**. San Diego: Academic Press, 1997, 932 p.

KERR, Morag G. **Exames laboratoriais em medicina veterinária: bioquímica clínica e hematologia**. São Paulo: Roca, 2003.

MAGALHÃES, Leticia Arruda; COSTA, Grazielle Cajé; CLÍMACO, Maíra Santos Severo. A Esterilização Cirúrgica No Controle De Natalidade De Cães E Gatos: Benefícios Para A Saúde Pública E Qualidade De Vida Dos Animais-Revisão De Literatura. **Instituto Abolicionista Animal Congressos Brasileiro E Latinoamericano De Bioética E Direito Animal**, P. 27, 2019.

MARQUES, Natália Rodrigues et al. Validação dos intervalos de referência hematológicos e bioquímicos estabelecidos para cães domiciliados na Amazônia Oriental, Pará, Brasil. **Rev. bras. ciênc. vet.**, p. 211-217, 2021.

MEYER, Denny.J; COLES, Embert. H; RICH, Lon. J. **Medicina de Laboratório Veterinária: Interpretação e Diagnóstico**. 1 ed. São Paulo: Roca, p. 47-61, 1995.

MEYER, Denny. J.; HARVEY, John.W. **Veterinary laboratory medicine: interpretation & diagnosis** 2. ed. Philadelphia: Sauders, 2004. 351p.

PEREIRA, Sergiane Baes et al. Avaliação retrospectiva da urinálise e mensuração de creatinina sérica como métodos auxiliares no diagnóstico de doença renal crônica em pacientes caninos. **Science And Animal Health**, v. 7, n. 2, p. 134-146, 2019.

QUEIROZ, DE OLIVEIRA Deise Laura et al. Levantamento das principais alterações dos exames de análises clínicas no hospital veterinário da uem–2015. **universidade estadual de maringá–uem programa de pós graduação em produção sustentável e saúde animal**, p. 32. 2015.

SILVA, Francisco Theogenes Macêdo et al. **Uso da tecnologia no ensino em saúde–perspectivas e aplicabilidades**. 2022.

TATE, Jillian.T., YEN, Tina.; JONES, GrahamR.D. Transference and Validation of Reference Intervals. **Clinical Chemistry**, v. 61, n. 8, p. 1012– 1015, 2015.

THRALL, Mary Anna. **Hematologia e Bioquímica Clínica Veterinária**, 2º edição. Rio de Janeiro. 2014.

TORQUATO, Isabela. Levantamento de exames laboratoriais e casuística de anemia em cães e gatos atendidos no hospital de clínica veterinária do CAV-UDESC no ano de 2013. **Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura**, v. 8, n. 1, p. 90-101, 2014.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**A FÁSCIA E O CANTO:
POSSIBILIDADES DE EXERCÍCIOS CORPORAIS PARA O INÍCIO DA
AULA DE CANTO**

Heloiza Branco¹ - UEL

Nome do GT: Música e Saúde

RESUMO

Exercícios preparatórios corporais são comuns nas aulas de canto. Em geral estão descritos nos livros de canto sem referências, e parecem derivar da experiência do autor com sua atividade física e do resultado que observa ao usá-los em suas aulas com seus alunos. São exercícios que ocupam pouco tempo e a prática mostra que funcionam muito bem para promover um momento de presença, relaxamento, concentração e transição para a aula. O advento de novos conhecimentos sobre a rede de tecido conjuntivo que permeia o corpo, intitulada de fásia, pode ser fonte de inspiração para estes exercícios. Este artigo, usando a pesquisa bibliográfica, elucida sucintamente a estrutura e o funcionamento da fásia do corpo, e os trilhos anatômicos de fásia que estabilizam os movimentos e distribuem cargas de tensão pelo corpo. Descreve exercícios específicos para liberação miofascial possíveis de serem utilizados no início da aula de canto, escolhidos pela característica de serem acessíveis e realizados em pé.

Palavras-chave: Canto. Fásia. Aquecimento corporal.

RESUMEN

Ejercicios preparatorios del cuerpo son comunes en las clases de canto. Por lo general, se describen en los libros sin referencias y parecen indicados por la experiencia personal del autor con su actividad física y por el resultado que observa en sus alumnos. Estos son ejercicios cortos y la práctica demuestra que funcionan muy bien para promover un momento de presencia, relajación y concentración, propicio para la clase. El advenimiento de nuevos conocimientos sobre la red de tejido conectivo que impregna el cuerpo llamada de fascia puede proporcionar una explicación sobre el funcionamiento de estos ejercicios. Este artículo aclara sucintamente la estructura y funcionamiento de la fascia del cuerpo, y las cadenas miofasciales funcionales principales de la fascia que estabilizan los movimientos y distribuir cargas de tensión por el sistema. Indica ejercicios específicos para liberación miofascial por hacer al comienzo de la clase de canto, elegidos por su simplicidad y llevado a cabo de pie. La metodología: se utilizó la investigación bibliográfica.

Palabras clave: Canto. Fascia. Calentamiento corporal.

¹ - Bacharelado em Piano, Faculdade de Música Mãe de Deus; Mestrado em Música, Missouri University; Doutorado em Música, UNICAMP – e-mail: brancoh@uel.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo deriva das atividades no Projeto de Ensino “Reflexões em torno da formação do professor de canto na Licenciatura em Música”, iniciado em setembro de 2020 na Universidade Estadual de Londrina junto a estudantes de Música. A ideia de que o cantor deve cuidar muito bem de sua saúde física e mental perpassa vários autores estudados nas atividades do Projeto, já que o cantor faz do seu corpo o seu próprio instrumento musical. Ware (1998, p. 32), por exemplo, afirma que os cantores devem considerar que o condicionamento físico do corpo deve ser uma prioridade para uma carreira longa. Ele indica uma série de exercícios como alongamento, condicionamento muscular e exercícios aeróbicos, além de outros que envolvem atividades mentais. Rubim, baseada em sua própria experiência, afirma que são benéficos a técnica Alexander e yoga, atividades que subsidiam sua prática como cantora, auxiliando a manutenção de seu equilíbrio sistêmico (RUBIM, 2019, p. 46). Henderson (1979, p. 66) aconselha exercícios físicos para aumentar o controle respiratório: corrida, natação, tênis, ballet. Mason (2000, p. 2019) afirma que a prática de Alexander ou tai chi podem ser de considerável benefício para cantores. Marsola (2001, p. 56) recomenda que o cantor deve fazer atividades como natação, caminhada, dança e yoga. Estas atividades são feitas paralelamente ao estudo do canto, e sobre elas o professor de canto pode ajudar apenas recomendando uma modalidade ou um profissional.

No entanto, o professor de canto recebe o aluno que chega de outras atividades, e deve se conectar com seu instrumento - corpo sonoro - rapidamente. Os momentos iniciais da aula de canto fazem esta transição de outras tarefas para o engajamento físico e mental necessários para o cantar. O professor de canto pode inserir algumas práticas corporais no começo de sua aula, para promover relaxamento corporal, foco mental e aquecimento do corpo antes dos exercícios vocais e a execução do repertório. Miller (2004, p. 243) diz que “o cantor se beneficia de alguns minutos usados em movimentos corporais antes de começar a cantar, pois é o corpo inteiro que precisa estar pronto. Os exercícios devem mover a musculatura do tronco, da parede abdominal e do pescoço”. Titze (1993 apud CALLAGHAN, 2000, p. 104) sugere que cantores devem adotar os mesmos princípios de aquecimento de atletas, alongando articulações, tendões, ligamentos e músculos antes de começar seu estudo. O mesmo discurso aparece em Henderson (1979, p. 169), quando recomenda que as primeiras áreas a aquecer são os grandes músculos do corpo, e indica alguns exercícios. McKinney (1982, p. 37) adverte que muitos dos problemas enfrentados pelos cantores poderiam ser evitados através da preparação física do corpo como



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

um todo antes de começar a emitir sons. Defende e indica alguns exercícios para serem executados antes de cantar, com o objetivo de melhorar o tônus muscular em geral e remover tensões que poderiam interferir com a produção vocal.

São muitas as possibilidades para iniciar a aula de canto, evidenciados ao se fazer uma busca dos exercícios indicados pelos autores citados. A maioria das indicações não contém referências, e parecem ser derivadas da prática do próprio autor. A sugestão de sua eficiência para promover a preparação do cantor vem de observações empíricas junto aos seus alunos. Ao fazer minha aula de alongamento, uma prática que recomendo aos meus alunos, por perceber os efeitos físicos e mentais, percebi que repito a mesma tendência percebida na literatura – usar o que conheço e pratico, adaptado ao início da aula de canto. Minha professora de alongamento fala constantemente sobre a fásia, uma estrutura que permeia o corpo (está em todo lugar), e o benefício dos exercícios corporais como um todo sobre este tecido, pois os movimentos facilitam seu deslizar, dificultando a formação de aderência que levam a dores. Surgiu então o desejo de estudar a fásia e pesquisar exercícios que trabalham ou liberam a fásia, e que pudessem ser usados no início das aulas de canto.

O conhecimento atrelado à pedagogia vocal, que precisa levar em conta vários âmbitos que influenciam a voz, é constantemente ampliada e revisada por novos dados, culminando na indicação de ferramentas práticas para ajudar o cantor a desenvolver sua voz mais rápido e com mais eficiência. A emergência dos conhecimentos sobre a fásia é um destes conhecimentos que pode enriquecer a pedagogia vocal. As perguntas que movem este trabalho se impõem. Como está o estado da arte cruzando as informações sobre fásia e produção vocal? Como a fásia movimentada o corpo como um todo, há movimentos específicos para ajudar a área do pescoço e do ombro, que podem ser mais indicados para cantores, ou esse trabalho localizado não é necessário? Que exercícios descritos como apropriados para cada trilha fascial, com a característica de duração curta, fáceis e realizados em pé, podem ser identificados no intuito de promover o estado de preparação para o cantar?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fásia é uma estrutura biológica conhecida da anatomia há muitos séculos, que está começando a ser compreendida funcionalmente a partir de pesquisas desenvolvidas nos últimos quarenta anos. O funcionamento do sistema fascial pode complementar a compreensão do que acontece no movimento humano como um todo. Um grupo de pesquisadores ligados a terapias



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

corporais têm organizado estudos e congressos junto com anatomistas para avançar na compreensão da função da fáscia, juntando os achados anatômicos com a perspectiva prática já observada na prática – um estudo capaz de elucidar os resultados de seu trabalho (Acupuntura, Integração Estrutural, Terapia Miofascial, Manipulação Fascial, entre outras). (FINDLEY, 2009, p. 1).

O conceito de fáscia está evoluindo, de uma descrição com foco na anatomia para uma descrição com foco mais funcional. Em 2019 Schleip *et al.* propuseram a seguinte definição para o sistema fascial:

o sistema fascial consiste de um continuum tridimensional de tecido conjuntivo de fibras frouxas e densas contendo colágeno, que permeiam o corpo inteiro. Ela incorpora elementos como o tecido adiposo, as folhas adventícias e neurovasculares, aponeuroses, fáscia profunda e superficial, epineuro, cápsulas de articulações, ligamentos, membranas, meninges, expansões miofasciais, periósteo, retináculo, septos, tendões, fáscia visceral, e todos os tecidos conjuntivos intra e intermusculares incluindo o endomisio, perimisio e epimisio. O sistema fascial circunda, entrelaça e interpenetra todos os órgãos, músculos, ossos e fibras nervosas, dotando o corpo com estrutura e providenciando um ambiente que permite que todos os sistemas do corpo operem de uma maneira integrada (SCHLEIP, 2019 apud LESONDAK, 2023, p. 2).

Um sistema de tecido conectivo ou conjuntivo que permeia todo o corpo. Em uma definição curta de Vleeming (2011 apud LESONDAK, 2023, p. 2), “um esqueleto mole do corpo”. A fáscia apresenta uma variedade estrutural muito grande, de acordo com a localização em que está no corpo e sua função (KWONG, 2014, p. 876). As mudanças em sua composição é o que permite que exista uma continuidade entre tecidos tão diversos quanto ossos, músculos e parênquima de órgãos, por exemplo. Estudos anatômicos feitos em corpos não embalsamados possibilitaram mostrar canais miofasciais e sequências funcionais da fáscia no membro superior, também chamados de outros nomes (por exemplo: meridianos fasciais, trilhos fasciais), entre outros:

Há expansões do músculo peitoral maior para a fáscia braquial, continuando via lacertus fibrosos e músculo bíceps para a fáscia antebraquial e o músculo flexor do carpo radial, então para o carpo flexor e finalmente para o músculo palmar longo conectando para a fáscia da eminência tenar. Essas disseções demonstram conexões funcionais e enfatizam a continuidade da fáscia através do corpo humano (STECCO *et al.*, 2009 apud KWONG, 2014, p. 876).

Para os que desconhecem tantas estruturas anatômicas: a disseção mostrou uma continuidade anatômica entre músculos do braço, desde o peitoral maior (entre o osso esterno na frente do tórax ao osso úmero no braço) até a fáscia da eminência thenar (músculo abaixo do polegar). Como as estruturas destes canais envolvem músculos e fáscias foram chamados de miofasciais. As evidências dessa rede miofascial já existiam na prática dos profissionais do

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

movimento (que observam melhoras clínicas com a manipulação destes tecidos), mas o trabalho elucida a estrutura anatômica. Segundo Schleip (2020, p. 61) “o sistema miofascial é formado por aproximadamente 430 músculos esqueléticos envolvidos por fâscias. É o maior órgão do corpo, com mais de 40% do peso total do corpo”. Estas redes miofasciais mostram uma conexão estrutural e uma interdependência das partes em nosso corpo, sugerindo que forças e estados de contração podem ser transmitidos e percebidos não só localmente mas a maiores distâncias (KWONG, 2014, p. 877).

Segundo Schleip (2020, p. 50), a fâscia é um tecido que permeia o corpo humano, mas no qual se podem perceber faixas contínuas que “transmitem a força fascial pelo menos na estabilização do movimento e na compensação postural de uma unidade miofascial para outra dentro da mesma linha”. No meio de um emaranhado de tecido conjuntivo, a observação de um trilho anatômico depende de observar fibras com a mesma direção e que correm no mesmo plano. Foram descritos 12 trilhos ou meridianos anatômicos. Para Schleip (2020, p. 48):

os trilhos anatômicos mapeiam um conjunto real de tecidos conjuntivos na miofâscia parietal que essencialmente formam a rede de tensão externa que atrai o esqueleto para ajudar a mantê-lo ereto e na relação adequada ou na situação de disfunção. ...A “teoria do músculo isolado”, que predominou no nosso pensamento limitou a nossa percepção desta maleabilidade em todo o corpo que é essencial para a resiliência (SCHLEIP, 2020, p. 48).

Myers afirma (2009, p. 65) que se o pesquisador observar um trilho anatômico com estas características unindo pelo menos três músculos pode advogar a descoberta de um novo meridiano fascial. Schleip (2020, p. 50) adverte que a distribuição de forças ao longo dos meridianos fasciais ainda está em estudo e carece de muitas pesquisas para ser aceito amplamente.

O tecido fascial apresenta uma característica que foi chamada de tensegridade – uma combinação de tensão e integridade. (LESONDAK, 2023, p. 33). Segundo Lesondak, um modelo com tensegridade apresenta:

uma estrutura com elementos que podem aguentar pressão separados de outros elementos que podem aguentar tensão. O balanço destas forças cria uma condição chamada de prestress. Este modelo é o que mais perto fica da estrutura do corpo humano, com os ossos sendo as estruturas descontínuas que aguentam a compressão e o tecido conjuntivo sendo os cabos que mantêm a pressão (LESONDAK, 2023, p. 37).

Um exemplo de uma estrutura que apresenta tensegridade é um balão: a superfície externa sofre força de tensão da atmosfera que faz força concêntrica sobre ele enquanto as moléculas de ar dentro do balão sofrem pressão e empurram a superfície interna do mesmo para fora. Ninguém vence, mas as forças ficam agindo continuamente. Este modelo de tensegridade

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

vem sendo proposto para os tecidos biológicos. Outra característica de estruturas com tensegridade é que quando uma área sofre tensão, essa força é transmitida por toda a estrutura. De acordo com este pensamento, os ossos humanos são puxados para cima e mantidos no alto contra a força da gravidade pela força de tensão da fásia e seus elementos de tensão. Para Levin (1981 apud LESONDAK, 2023, p. 37), os ossos humanos flutuam na fásia e outros tecidos flexíveis.

Os tecidos fasciais apresentam a característica de que suas folhas deslizam umas sobre as outras (LESONDAK, 2013, p. 13), permitindo que os tecidos apresentem flexibilidade, especialmente por causa do preenchimento da fásia. O arcabouço da fásia é preenchido por uma estrutura gelatinosa, clara e amorfa, chamada de espaço extra celular (LESONDAK, 2013, p. 13). Este conjunto é bastante deformável e viscoso. Sob pressão se altera e depois lentamente volta à sua forma anterior, em condições normais – exhibe portanto plasticidade. Este tecido extra celular apresenta movimento, fluxo de nutrientes e tem papel em situações de stress corporal. Segundo Oschman e Langevin, há sinais de que o espaço extra celular funciona como uma rede interna de comunicação entre as células do corpo. (OSCHMAN, 2003; LANGEVIN, 2006 apud LESONDAK, 2023, p. 17). A inervação da fásia é rica em receptores, o que faz com que Schleip (2020, p. 39) afirme que a rede fascial é o “nosso órgão sensorial mais forte e mais importante para sentir mudanças em nosso próprio corpo”. Tensegridade, flexibilidade, plasticidade, propriocepção e comunicabilidade – são vários os atributos deste tecido conjuntivo espalhado pelo corpo.

Ao se observar o trajeto dos meridianos fasciais nota-se que vários deles passam pela região do pescoço: a linha superficial posterior pela região posterior do pescoço; a linha superficial anterior pela lateral do pescoço; a linha lateral também pela lateral do pescoço; a linha espiral por trás do pescoço; a linha profunda anterior corre na frente do pescoço. Estes cinco meridianos fasciais ligam os pés com a cabeça (MYERS, 2009). Além disso a linha superficial posterior do braço liga desde os dedos da mão até o crânio, por trás do pescoço. Se estas linhas são responsáveis por distribuição de forças, e quando sofrem pressão distribuem esta pressão sobre todo o sistema, percebe-se que o pescoço recebe informações de todo o corpo.

Entre estes caminhos de fásia que percorrem o corpo, o que faz conexão imediata com os órgãos fonatórios é a linha anterior profunda. Esta linha percorre o corpo por dentro, cercada pelas outras linhas fasciais. Como estes meridianos fasciais funcionam como um todo, não faz sentido dizer que começam em algum ponto, mas pode ser conveniente começar em uma extremidade. A linha profunda anterior foi descrita desde o pé, passando por trás do joelho,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

quadril, diafragma, corre pela caixa torácica e no pescoço cobre os músculos infra hioideos, osso hioideo, músculos supra hioideo acabando atrás da mandíbula (MYERS, 2009, p. 180). Sua função é levantar o arco interno, estabilizar cada segmento das pernas, apoiar a coluna lombar a partir da frente, estabilizar o peito enquanto permite a expansão e o relaxamento da respiração, fazer o equilíbrio do pescoço e da cabeça (MYERS, 2009, p. 180). Suas fibras são cobertas por outros meridianos fasciais, de forma que ela atua sobre a maioria dos movimentos corporais.

Percebe-se a presença do trilho fascial linha anterior profunda nos órgãos relacionados com a fonação. No tórax a linha anterior profunda acompanha o diafragma até sua inserção na parte inferior do osso esterno. Passa pelas costelas até a parte de cima do esterno, de onde se dirige para os músculos abaixo do osso hióide – esterno tireóideo, cricotireoideo e cricohióideo, e depois sobe até o osso hióide. Do osso hióide vai até a mandíbula (MYERS, 2009, p. 199). Destaca-se sua presença nos órgãos respiratórios, nos músculos extrínsecos e intrínsecos da laringe (esterno tireoideo e tirocricoideo, respectivamente), e próximo a órgãos articuladores – estruturas intimamente relacionadas com a produção vocal.

A rede fascial pode ser treinada, com o objetivo de conseguir uma trama corporal forte e ao mesmo tempo elástica, em que as articulações deslizem suavemente. Os movimentos devem ser feitos com carga baixa e com baixa frequência. Segundo Schleip (2020, p. 114) para treinar a fásia, em vez de alongar grupos musculares isolados, o objetivo é encontrar movimentos do corpo que envolvam os trilhos miofasciais de maneira global. A obtenção de uma fascia remodelada é observada lentamente, após três meses do início do treino (SCHLEIP, 2020, p. 160). O mesmo autor afirma que o treinamento da fásia “não busca competir com o treinamento neuromuscular ou cardiovascular”, pois o objetivo é diferente (SCHLEIP, 2020, p. 117). No treinamento fascial se busca que a rede fascial tenha ganho de eficiência em termos da movimentação do corpo.

Em relação a mudanças na mobilização e flexibilidade, os resultados podem ser muito rápidos. Santa Cruz *et al.* (2017) fizeram um estudo em que o atleta fazia autoliberação fascial usando uma bolinha de tênis que rolava contra uma parede lisa na região da coluna lombar, torácica, cervical e no pescoço por trinta segundos em cada segmento. A comparação de um exercício de flexibilidade feito antes e depois da autoliberação fascial mostrou um ganho significativo de flexibilidade nos atletas, resultado que espelha outros estudos semelhantes, segundo os autores. Uma explicação para isso é que o atrito da bolinha de tênis contra a fásia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



provoca o aumento da temperatura, quebrando adesões fibrosas, o que deixa a fáscia mais suave, melhorando a flexibilidade do movimento em curto espaço de tempo. Um resultado rápido e bom, o que acende uma luz verde para o uso de exercícios que envolvem os trilhos anatômicos miofasciais de modo global no início da aula de canto, como forma de promover prontidão de movimentação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica escolhida foi a pesquisa de caráter qualitativo. A natureza desta pesquisa tem uma característica aplicada, uma vez que a partir dos estudos, alguns exercícios serão descritos como possíveis de serem usados no começo da aula de canto. O procedimento técnico para a coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica, o que significa que não há busca direta dos fatos, mas eles são colhidos dos autores pesquisados. A coleta dos dados foi feita em livros, revistas acadêmicas e trabalhos de pós graduação.

4 DESENVOLVIMENTO

Exercícios iniciais da aula de canto deveriam prover ao aluno instantes de transição em que se prepara para cantar. Um momento para alongar o corpo e concentrar em si mesmo. Para prosseguir no estudo sobre estes exercícios, as perguntas que norteiam este texto são bem vindas. Como está o estado da arte cruzando as informações sobre fáscia e produção vocal? Não se encontraram artigos ou referências sobre exercícios dirigidos a cantores dentro das diretrizes acadêmicas nas fontes consultadas. Em relação ao aconselhamento de treinamento da fáscia, vários livros oferecerem exercícios, direcionados a esportes, artes marciais, dança, yoga e outras práticas corporais. Pode-se considerar que as premissas básicas para a exercitação ou liberação da rede miofascial são válidas para cantores.

O conceito da rede miofascial oferece subsídios para embasar a observação de professores de canto quando comentam o resultado de pequenas mudanças corporais pedidas ao aluno, que resultam em alterações significativas no som. Acontece assim: o professor de canto escuta o resultado sonoro do seu aluno em certa atividade e solicita ajustes corporais para a melhora e o progresso da sonoridade. O professor pode pedir diretamente, por exemplo, para que o aluno solte os ombros. Outra possibilidade, é o uso de imagens, atingindo os objetivos do professor de forma indireta. Telfer por exemplo, recomenda “respirar pela planta do pé”. A autora argumenta que “quando os cantores inspiram através da sola dos pés, eles: respiram mais



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

profundamente; flexionam os joelhos levemente e sentem vitalidade em todo o seu corpo; usam as pernas para ajudar a projeção da sua voz” (TELFER, 1995, p. 164). Outro exemplo comum é pedir que os joelhos se mantenham flexíveis. Henderson (1979, p. 58) afirma que quando os joelhos se mantêm retos isso joga a pélvis para trás puxando o abdomen com ela – isso resulta numa dificuldade na ação do diafragma e dos músculos abdominais, fundamentais para o controle da respiração. A autora diz ainda que os joelhos fletidos levemente produzem uma sensação de fluxo muscular dos dedos do pé através do corpo inteiro. Estes são dois exemplos do resultado da integração dos membros inferiores no processo do canto – um som mais cheio, mais flexível e com aumento da extensão vocal. É possível explicar, com base na existência dos trilhos anatômicos, que exista uma atitude mais global do corpo, uma espécie de vivência do corpo inteiro, que permite que a voz ressoe de forma diferente. Se a rede fascial tem essa característica de permear os tecidos e possuir tensegridade, é lícito pensar que os órgãos relacionados à fonação recebem informações e atuação de forças que podem estar agindo não só próximos à sua localização mas também distantes. Movimentos e posições adotados ao longo do corpo influenciam a voz. Entende-se então que manter o joelho flexível ou simplesmente colocar atenção na planta do pé são ações que possibilitam que os trilhos anatômicos de fásia sejam ativados e o corpo possa funcionar melhor e integrado. Nestes casos a ativação do trilho anatômico parece diminuto, quase um estado de intenção, mas que no canto é capaz de ser o detalhe que faz a diferença. É justamente induzir este estado de funcionamento global do corpo que interessa aos professores de canto.

A segunda pergunta que move este trabalho é: como a fásia movimentada o corpo como um todo, há movimentos específicos para ajudar a área do tronco, ombro e pescoço, que podem ser mais indicados para cantores, ou esse trabalho localizado não é necessário? Para refletir sobre esta questão, serão examinados os exercícios prescritos pelos professores de canto. Entre os dezessete exercícios prescritos por Marsola para o início da aula, nove são de pescoço, ombro e cabeça. Ware indica oito exercícios, sendo que seis se concentram também na parte superior do corpo. São nove os exercícios citados por MacKinney, sendo que seis se referem a movimentos na parte superior do corpo. Nas recomendações destes três professores de canto há uma predominância em exercícios que trabalham a parte superior do corpo (MCKINNEY, 1982, p. 38; MARSOLA, 2001, p. 76; WARE, 1998, p. 42).

Entre os exercícios que usam o corpo inteiro ou estruturas como o pé, pernas e quadril, percebeu-se três exercícios que são iguais aos usados por educadores físicos ligados a questões

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



fasciais, que serão comentados a seguir. MacKinney (1982, p. 38) e Marsola (2001, p. 76), professores de canto, descrevem o seguinte movimento: inclinar o corpo para frente, tocando os dedões do pé, ou a estrutura mais próxima. MacKinney afirma que o movimento melhora o tônus muscular em geral e remove tensões, especialmente das áreas próximas do mecanismo vocal. Um dos exercícios que o treinador físico England, especializado em exercícios para a fáscia, recomenda no seu programa de exercícios é muito parecido com o descrito anteriormente:

Coloque seus pés afastados na largura do quadril. Os braços soltos próximos do corpo. Traga seu queixo próximo ao peito. Desta posição, em uma expiração lentamente incline seu tronco para a frente devagar, vértebra por vértebra. Tente mover a ponta dos dedos devagar na direção dos pés. Envolver suas pernas com as mãos, mesmo que o pé esteja ao alcance. Traga a cabeça para as pernas com a intenção que sua testa toque os joelhos. Se possível, as pernas deveriam ficar estendidas o tempo todo. Com uma expiração retorne à posição inicial. (ENGLAND, 2021, p. 29)

England esclarece que este exercício trabalha o meridiano superficial posterior. Ware (1998, p. 47), profissional da voz, também recomenda este exercício, precedido pelo alongamento dos braços para cima antes da flexão do corpo.

Marsola (2001, p. 76) indica um exercício em que o cantor apoia e equilibra o corpo em um dos pés enquanto com o outro faz um movimento de “amassar barro” que imagina existir sob seu pé. Myers (2009, p. 77) recomenda um exercício semelhante, precedido por flexão do corpo para frente até o chão, em que o cantor observa blocos de tensão em seu corpo, o que vai servir como ponto de referência. Voltando à posição inicial, deve pisar sobre uma bola de tênis com um dos pés, em um movimento lento e uniforme, desde a sola dos dedos até o calcanhar, por cerca de dois minutos em cada pé. Depois repete-se a flexão do corpo e o que se observa, segundo o autor é uma melhora dos pontos de tensão na parte posterior do corpo. Os exercícios são semelhantes no que diz respeito ao trabalho da sola do pé. Myers afirma que a melhora é observada no corpo todo, e é imediata. A sola do pé, ponto trabalhado no meridiano superficial posterior, influencia todo o restante deste caminho fascial, provocando resultado global rápido.

Outro exercício é compartilhado por MacKinney (1982, p. 38) (para a aula de canto) e England (2021, p. 42) (para o treino miofascial): ficar na ponta de um dos pés e alternar essa posição entre os pés. Segundo England, este exercício melhora a mobilidade do corpo e aumenta a força das pernas e quadris.

De alguma forma, os professores de canto pesquisados perceberam qualidades nestes exercícios que trabalham o corpo em pontos não tão associados com a voz, a ponto de incorporá-



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

los em suas aulas, e recomendá-los em seus livros. Quem pode nos ajudar a refletir é Shleip (2020, p. 114), quando afirma que para exercitar a miofáscia o melhor é procurar exercícios que envolvam as cadeias miofasciais como um todo. Chama a atenção a observação empírica dos professores de canto, de que determinado movimento, entres tantos possíveis, tem eficácia para ajudar o seu aluno a preparar o corpo para um cantar global. O conceito de rede miofascial pode explicar essa ação global a partir da atuação sobre estruturas capazes de enviar sinais ao longo do corpo dentro de suas linhas, e que trabalham em conjunto com outras linhas miofasciais, integrando o todo.

A terceira pergunta que dá eixo a este trabalho se impõe: exercícios fasciais de duração curta (por causa do tempo exíguo que o professor de canto pode dedicar a eles), fáceis (acessíveis a todos os alunos) e realizados em pé (contemplando as possibilidades muitas vezes mínimas de espaço e equipamento de uma aula de canto), indicados pelos educadores físicos, que trabalham trilhos miofasciais específicos podem ser usados para promover este momento de transição no início da aula de canto? A resposta a essa pergunta virá de pesquisas quantitativas que arquitetem meios para observar a resposta dos alunos. Neste trabalho, a identificação deste exercícios, a partir dos critérios expostos já é um avanço. Os exercícios são citações de Myers e England. Chama a atenção a escolha de cada autor nos exercícios que elenca, o que parece ter a ver com sua própria experiência. Myers elege como exemplo posturas do yoga e England exercícios corporais (ENGLAND, 2021; MYERS, 2009).

A linha anterior superficial é um canal miofascial que vai do dorso do pé até o crânio, separada em duas partes: uma que vai do pé ao quadril e outra do quadril ao crânio. As duas partes funcionam integradas quando a pessoa está em pé. Sua função é manter e proteger a postura e as estruturas anteriores do corpo, providenciar força rápida, além de agir como antagonista para a linha superficial posterior. Possibilita a flexão do tronco com extensão do membro inferior, e está associada à resposta de susto (SCHLEIP, 2020, p. 49). Um exercício que pode ajudar a ativar este meridiano fascial, segundo England (2021, p. 29) é ficar em pé, com os pés alinhados com o quadril, esticar os braços para cima formando um “Y” com o corpo. A partir daí alongar para trás, mantendo a tensão abdominal para ficar estável. Com uma expiração, retornar os braços para a posição inicial antes de repetir o exercício por um minuto.

O trilho miofascial linha superficial posterior vai da sola do pé até o crânio pelas costas, em dois segmentos: o primeiro do pé até o joelho, e o segundo do joelho ao crânio. Estes dois segmentos funcionam como um todo quando o corpo está em pé. A linha superficial posterior

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

protege e impulsiona a postura e atua como um antagonico para a linha superficial anterior. Faz com seja possível elevar nossos olhos a posições que favoreçam a exploração do espaço (SCHLEIP, 2020, p. 48). Myers (2009, p. 220) recomenda a postura chamada cão descendente do yoga para exercitar esta linha fascial: colocar os pés ligeiramente afastados, pender o tronco e os braços para baixo e para frente (fazendo uma espécie de triângulo em relação às pernas). Permanecer na postura por algumas respirações e voltar lentamente.

Percorrendo a linha lateral do corpo desde o pé até a região do ouvido, a linha lateral é um canal miofascial que equilibra o trabalho das linhas superficiais anterior e posterior com as linhas do braço e a linha espiral. Dá estabilidade e balanço para a postura e inclinação do corpo. Exercício para a linha lateral, indicado por England (2021, p. 31): em pé, com os pés paralelos ao quadril, braços pendendo ao longo do corpo, levante o braço esquerdo sobre a orelha esquerda e envergue a cabeça para a direita, pendendo o tronco para a direita também, o máximo que for possível. Volte à posição inicial e troque o lado. O olhar deve ficar para frente. Os pés devem estar plantados firmes no chão. Repetir por um minuto no total.

A linha espiral envolve o corpo desde o pé até o crânio fazendo cruzamentos em dupla espiral com a função de manter o equilíbrio, estabilidade e flexibilidade entre os planos corporais. Este meridiano miofascial cria e modula movimentos de rotação e diagonais ao andar ou praticar esportes (SCHLEIP, 2020, p. 50). A torção do tronco é considerada um bom exercício para trabalhar este meridiano fascial. England (2021, p. 31) recomenda: dobre o cotovelo do braço direito a noventa graus e coloque a mão direita sobre o quadril esquerdo. Com uma inspiração, eleve o braço esquerdo em diagonal para trás e para a esquerda, tanto quanto possível junto com rotação do tronco para a esquerda, os olhos seguindo o movimento da mão esquerda. Mova os quadris o menos possível. Na expiração fazer o movimento de volta. Repetir por trinta segundos e mudar o lado.

A linha anterior profunda, que percorre o corpo desde o pé até a região da articulação mandibular, passando por órgãos respiratórios e laringe, tem poucos movimentos relacionados diretamente a ela. Sua função é agir sinergicamente com os outros meridianos fasciais em movimentos corporais e promover a estabilidade do corpo. Promove a extensão do corpo em seu eixo central (SCHLEIP, 2020, p. 53). Myers recomenda a pose de yoga chamada de árvore, que promove equilíbrio entre as linhas fasciais, especialmente entre a linha lateral (perna no chão) e a linha anterior profunda (perna no joelho). Este exercício pede que se retire os sapatos. A pose é esta: deixar a perna esquerda bem plantada no chão, enquanto se dobra a perna direita

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



e a planta do pé se apoia lateralmente no joelho esquerdo. Subir as mãos para o alto, juntando as palmas das mãos sobre a cabeça. O olhar deve ser reto para a frente. Respirar algumas vezes sentindo o equilíbrio. Repetir do outro lado (MYERS, 2009, p. 222). Embora haja a questão dos sapatos, o exercício vale a pena por se tratar do meridiano fascial mais intimamente ligado aos órgãos fonatórios.

A identificação destes exercícios, apropriados para trabalhar cada uma das linhas miofasciais é, como dito, um avanço no sentido de incorporar no início da aula de canto conhecimentos recentes que embasam o que na prática o professor de canto percebe – a unidade do corpo. Devem ser objeto de atenção da parte do pedagogo vocal, e mais pesquisas devem ser feitas no sentido da observação de seus efeitos sobre os cantores.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A existência de exercícios corporais para serem feitos no início da aula de canto em livros de diferentes épocas mostra que o profissional pedagogo da voz viu resultados em seu uso junto a cantores. Os exercícios são descritos sem dados de referência ou sem tentativas de explicar seu modo de ação. A rede de cadeias miofasciais elucidada o modo de ação de alguns deles. Entender que todo e qualquer movimento usa e exercita a rede fascial é básico, mas conhecer movimentos que fazem com que uma certa rede miofascial seja trabalhada por inteira tem o poder semelhante ao de usar palavras-chave adequadas em pesquisa: abre caminhos, faz funcionar de imediato e com integração estes aglomerados de músculos e fâscias. A experiência de Santa Cruz *et al.* sugere que os resultados de exercícios de autoliberação fascial trazem flexibilidade rápida ao corpo. Os exercícios citados neste trabalho abrem caminho para a reflexão em torno destes exercícios e quiçá estruturação de pesquisas experimentais. A ideia da fascia permeando todas as estruturas corporais induz a pensar que os órgãos fonatórios recebem informações de tensão globalmente do corpo, mas a evidência da linha profunda anterior com conexões mais próximas dos órgãos fonatórios torna este meridiano fascial um grande objeto de pesquisa para professores de canto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos exercícios usados no começo da aula de canto a partir do viés da rede miofascial dá um estímulo para o professor de canto colocar um novo olhar a este momento de transição do cantor, que introduz o corpo - instrumento a seu campo de ação sonora. Espera-



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

se que a conscientização do professor de canto sobre a estrutura fascial reforçe a compreensão do todo em que o canto se desenvolve no corpo, e instige a experimentação de exercícios que trabalhem ou liberem os trilhos miofasciais para ajudar que o aluno consiga um som ativo, inteiro, vivo e presente.

REFERÊNCIAS

CALLAGHAN, Jean. **Singing and voice science**. San Diego: Singular Publishing Group, 2000.

ENGLAND, Keven; SCHLATTMANN, Andreas. **Fit with healthy fascia**. [S.l.]: PPS-FITNESS, 2021.

FINDLEY, Thomas W. Second international fascia research congress, Editorial. **International journal of therapeutic massage and bodywork**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 1, June 2009. Disponível em: <https://ijtmb.org/index.php/ijtmb/article/view/52/63>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

HENDERSON, Larra B. **How to train singers**. 1. ed. New York: Parker Publishing, 1979.

KWONG, Evan H., FINDLEY, Thomas W. Fascia – current knowledge and futures directions in physiatry. **The journal of rehabilitation research and development**, [S.l.], v. 51 n. 6, p. 875-884, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25356911/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

LESONDAK, David. **Fascia: what it is and why it matters**. 2. ed. London: Handspring Publishing, 2023.

MARSOLA, Mônica, BAÊ, Tutti. **Canto: uma expressão: princípios básicos de técnica vocal**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001.

MASON, David. The teaching (and learning) of singing. In: POTTER, John. (org.) **The Cambridge company to singing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 204-220.

MCKINNEY, James. **The diagnosis & correction of vocal faults**. 1. ed. New York: Broadman Press, 1982.

MILLER, Richard. **Solutions for singers: tools for performers and teachers**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2004.

MILLER, Richard. **A estrutura do canto: sistema e arte na técnica vocal**. Tradução Luciano Simões Silva. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2019.

MYERS, Thomas W. **Anatomy trains: myofascial meridians for manual and movement therapists**. 2. ed. New York: Churchill Livingstone, 2009.

RUBIM, Mirna. **Voz corpo equilíbrio**. 1.ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

SANTA CRUZ, Ricardo A. R.; SANTOS, Rafael M.C.; SILVA, Fabio J.; CARVALHO, Leticia S.; SOUSA, Priscilla A.C.; ARAUJO, Vitoria A.; MORAIS, Noeme A.; MENDONÇA, Weberti V. Efeito imediato da auto liberação miofascial sobre a flexibilidade de jovens atletas. **Arquivos de ciência do esporte**, Uberaba, v. 5, n. 2, p. 30-33, 2017. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/aces/article/view/2236>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

SCHLEIP, Robert, BAKER, Amanda. **Fáscia no esporte e no movimento**. Tradução: Johannes Carl Freiberg Neto e Maria Cláudia Palomo. 1.ed. São Paulo: Manole, 2020.

TELFER, Nancy. **Successful warmups**, San Diego: Neil A Kjos Music Company, 1995, Book 1.

WARE, Clifton. **Basics of vocal pedagogy**. 1. ed. New York: McGraw-Hill, 1998.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do autor.”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

INFLUÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS TEÓRICAS DA MUSICOTERAPIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Laís Pinguello¹ - UNESPAR

Rosemyriam Cunha² - UNESPAR

Nome do GT: Música e Saúde - Arte como construção de conhecimento, o papel da cultura na transformação da sociedade e a experiência musical na interdisciplinaridade com a saúde

RESUMO

Este artigo propõe discutir a Musicoterapia Social Comunitária como campo teórico e prático que busca dentro das relações cotidianas criar um diálogo crítico e horizontal mediado pela ação musical. Essa ação musical é constituída por participantes e musicoterapeuta num espaço que se abre para a atividade musicoterapêutica, composta por melodias, canções, danças, rimas, ritmos, timbres e gêneros musicais que permitem aos sujeitos expressarem singularidades e demandas grupais, fortalecendo as relações interpessoais. As práticas e saberes da Musicoterapia Social Comunitária têm se tornado instrumentos relevantes de resistência e transformação sociocultural. Ela é reconhecida pelo Sistema Único de Assistência Social, porém, sua visibilidade e aplicação pode abranger mais espaços de ação desde que haja mais debates e divulgação dessas especialidades. Assim, objetiva-se demonstrar influências e desdobramento teóricos que a estruturam e assim colaborar com as iniciativas de disseminação dessa área com uma revisão de literatura que articule conhecimentos e potencialize seu fortalecimento.

Palavras-chave: Musicoterapia Social Comunitária. Ação Musical.

RESUMEN

Este artículo se propone discutir la Musicoterapia Social Comunitaria como un campo teórico y práctico que busca, en las relaciones cotidianas, crear un diálogo crítico y horizontal mediado por la acción musical. Esta acción musical está conformada por participantes y musicoterapeuta en un espacio que se abre a la actividad musicoterapêutica, compuesta por melodías, canciones, bailes, rimas, ritmos, timbres y géneros musicales que permiten a los sujetos expresar singularidades y demandas grupales, fortaleciendo las relaciones interpersonales. Las prácticas y saberes de la Musicoterapia Social Comunitaria se han convertido en instrumentos relevantes de resistencia y transformación sociocultural. Es reconocido por el Sistema Único de Asistencia Social, sin embargo, su visibilidad y aplicación puede abarcar más áreas de acción en la medida en que haya más debates y difusión de estas especialidades. Así, el objetivo es evidenciar influencias y desdoblamiento teóricos que la estructuran y así colaborar con iniciativas de divulgación de esta área con una revisión bibliográfica que articule saberes y potencie su fortalecimiento.

Palabras clave: Musicoterapia Social Comunitária. Acción Musical.

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Musicoterapia – e-mail: lais.pinguello@gmail.com

² Docente do curso de bacharelado em Musicoterapia – e-mail: rosemyriam.cunha@unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Musicoterapia Social Comunitária (MTSCom) como campo teórico e prático começa a marcar sua presença a partir de 2009. A musicoterapia é uma área de práticas e saberes que utiliza as interações sociomusicais desencadeadas pelo fazer musical para desenvolver objetivos que impactam na qualidade da vida diária de grupos e comunidades. Os sons, ritmos, canções e movimentos corporais são elementos mediadores da comunicação entre musicoterapeuta e participantes que juntos buscam construir estratégias para operar mudanças psicossociais que favoreçam o desenvolvimento das pessoas e do ambiente onde vivem.

A MTSCom se mostrou crescente a partir de experiências da Psicologia Social (LANE; CODO, 1985) e dos Estudos da Deficiência (OLIVER, 1990). Foi no início dos anos 2000 que formas ampliadas de pensar a existência humana ressoaram sobre a ação musicoterapêutica. As demandas de grupos e comunidades situadas nas desigualdades políticas, educacionais e sociais que marcam a sociedade brasileira pediam entendimentos que expandissem os saberes para espaços não mais determinados por relações primárias ou por sintomas e enquadramentos em conceitos de normalidades. O interesse se voltou para entender as pessoas como inseridas em uma realidade social, em um processo histórico e temporal, social e cultural, capaz de criar estratégias para enfrentar e modificar a realidade, passando a trabalhar com as coletividades e o cotidiano vivencial (LANE;CODO, 1985).

A teoria e as ações da MTSCom têm sido assunto de debates entre os profissionais musicoterapeutas e de áreas de conhecimento afins. São diversas e diferentes as inquietações que promovem as discussões. Um consenso que permeia o campo é a necessidade de ampliar a conversa e de divulgar a MTSCom. Este trabalho pretende colaborar com essas iniciativas ao propor uma revisão de literatura que fomente a articulação de conhecimentos para o fortalecimento dos aportes teóricos da MTSCom.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Musicoterapia no Brasil teve em seu princípio o predomínio de uma orientação teórica respaldada no modelo psicanalítico, advindo do pouco material a que se tinha acesso até fins dos anos de 1990 (ARNDT et al, 2016). Assim, a atuação era direcionada pelo modelo clínico, com atendimento individual e ênfase na patologia e como atuar a partir desta. Essa abordagem



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

começou a ganhar novos rumos quando chega ao país o livro Definindo Musicoterapia, escrito por Bruscia (2000) e que traz em seus escritos a possibilidade de trabalhar com grupos, em um movimento no qual a Musicoterapia se desloca até seus participantes, não ficando restrita às salas de clínicas.

A partir disso e dos movimentos da Psicologia Social, tensões e contradições foram encontradas pelos profissionais, levando-os a refletir sobre o ser humano e suas dimensões, bem como o papel da Musicoterapia (ARNDT et al 2016; CUNHA, 2016). Novas literaturas e perspectivas foram ganhando espaço e o ser humano passou a ser visto para além de sintomas de saúde/doença, mas sim como sujeitos que estão envoltos em uma realidade cotidiana, resultado do contexto histórico, cultural e social e das relações que cada um tem consigo e com o outro dentro da comunidade. Nesse sentido, escritos de Stige (2002), Pellizzari e Rodríguez (2005), Mercedes Pavlicevic (2006) e Pavlicevic e Ansdell (2004) começaram a ressoar no Brasil, o que modificou a prática musicoterapêutica com grupos e comunidades e abriu espaço para novos cenários, rompendo com os modelos tradicionais (ARNDT et al, 2016).

Em 20 de junho de 2011 a vertente da MTSCom foi reconhecida, com a Resolução nº17/2011 do CNAS, como uma categoria integrante das equipes de referência do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), marcando lugar nas políticas públicas. Com esse marco, a MTSCom passa a contribuir nesse sistema com uma prática que problematiza as relações, a realidade social, os laços comunitários, os vínculos grupais e as questões culturais presentes. As existências no coletivo, nos grupos, se tornam foco de atenção e interação. As temáticas de estudo e de ação se voltam para o cotidiano, para as possibilidades de existir e resistir no meio circundante.

Nas interações preconizadas pela MTSCom, o fazer musical passa a ser um dispositivo de ação social que permite transcender as palavras e acionar forças de pertencimento e solidariedade, tendo por objetivo aumentar as possibilidades de ação da pessoa tanto no âmbito individual como social (RUUD, 1998). Nessa perspectiva, o musicoterapeuta, ao trabalhar com as comunidades, irá se deparar com culturas, histórias e sociedades que envolvem as pessoas que as compõem. Segundo Santos (2006), a cultura se constitui na simbiose entre o trabalho do homem e a natureza, a qual é modificada por esse mesmo trabalho. Ao protagonizar essa dinâmica existencial as pessoas constroem o espaço em que vivem, assim, as regras e normas que regem essa comunidade, bem como a história e a cultura observadas serão resultado das



relações interpessoais e da co-presença que modelam o espaço para a realização da vida social (SANTOS, 2006).

Em síntese, a cultura, a história e a sociedade com que o profissional musicoterapeuta trabalha é a junção das crenças, valores e modos de fazer a vida de cada indivíduo que compõem a comunidade, bem como o reflexo do cenário histórico, político, econômico e social em que vivem. Importa, portanto, à MTSCom, a desalienação, a percepção do outro, do entorno, do grupo, da coletividade. Paulo Freire (2005) coloca que o diálogo crítico juntamente com a ação associada à reflexão, são as armas para a libertação. O diálogo é instrumento de transformação, de renascimento, de esperança, de confiança, nele a pessoa pode se reconstituir. O diálogo permite que o outro seja ouvido, que seja ele mesmo por meio da palavra.

O musicoterapeuta, ao escolher o diálogo (musical e verbal) como fundamento de seu trabalho, oportuniza o encontro, a descoberta, o criar e o recriar, como instrumentos de transformação. Tais pensamentos impactam e ressoam na forma de fazer a musicoterapia, adotando uma abordagem horizontal, em busca da democratização de pensares e fazeres. Nesse entendimento relacional, o musicoterapeuta social comunitário prioriza a formação de espaços de ação horizontalizados, democráticos, na busca pelo pensamento crítico por meio do qual pessoas e grupos encontram-se com possibilidades de biografar-se (FREIRE, 2005). A partir desses pensamentos, o fazer musical passa a ser um dispositivo de ação social que permite transcender as palavras e acionar forças de pertencimento e solidariedade.

A atuação da MTSCom supera as relações humanas fundadas na caridade e assistencialismo para assegurar os princípios de direitos. Ao usar o termo caridade ou assistencialismo, os benefícios são concedidos na perspectiva de dependência, com visão reprodutora, paternalista e opressora, como prática profissional unidirecional (SPOSATI, BONETTI, YASBEL; 2010). Ao se tratar de direitos, as pessoas são consideradas no seio de sua estrutura social e nas reproduções de relações sociais, sendo a responsabilidade do Estado a igualdade e seguridade dos cidadãos, os quais são sujeitos de direitos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho tem por objetivo a construção de uma revisão de literatura, que apresente aportes de caráter interdisciplinares, para o fortalecimento de conceitos e conteúdos da



Musicoterapia Social e Comunitária. A revisão de literatura é considerada uma análise da produção bibliográfica que consiste em detectar, consultar e obter materiais úteis para o propósito do estudo que são extraídos e sintetizados para o problema da pesquisa (SAMPIERI et al., 2010). Esse tipo de pesquisa tem, segundo Alves-Mazzotti (2002), as finalidades de construir uma contextualização para o problema e analisar as possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa. Assim permitindo estabelecer relações com produções anteriores, identificar temáticas recorrentes e apontar novas perspectivas para a área que abrange o estudo em questão (ROCHA, 1999)

Essa revisão de literatura teve início com a demanda de uma disciplina do curso de graduação em Musicoterapia, Áreas de Atuação em Musicoterapia: Social, cuja professora disponibilizou um conjunto de livros e artigos para consulta. Com esse material foi iniciada parte do texto solicitado em tarefa transversal à disciplina. O resultado final dessa tarefa nos levou a destacar o texto das perguntas, detectar lacunas nos assuntos tratados e buscar outras fontes bibliográficas para dar coerência e consistência ao artigo aqui apresentado.

Esse caminho nos levou a fazer uma revisão de literatura que englobou livros e material de propriedade das autoras e em artigos encontrados nas revistas especializadas em Musicoterapia no Brasil: *Brazilian Journal of Music Therapy* e *InCantare*. Não houve recorte de tempo devido à necessidade de incluir textos tanto de publicação antiga como mais recente. O pensamento norteador da revisão foi demonstrar influências e consequências teóricas que estruturam a MTSCom desde seu início até a atualidade.

4 DESENVOLVIMENTO

O fazer musical faz parte do processo de socialização, no qual as pessoas “absorvem” a música e as sonoridades do meio que as circundam, assim como aprendem a linguagem. Peter Martin (1995) postula que a música as quais as pessoas ‘internalizam’ torna-se certa e natural mesmo que construída sobre bases convencionadas. A organização e participação em atividades que os ocidentais consideram “musicais”, são e integram a experiência da vida cotidiana. Essa razão leva a considerar os elementos musicais nos contextos em que eles se dão.

Segundo Martin (1995), a música pode expressar a subjetividade dos indivíduos: a expressão é baseada em convenções, ela vai do particular para o geral, do grupo para a pessoa,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

da coletividade para a individualidade. Nesse sentido, o musicoterapeuta a fim de conhecer o ambiente sonoro do lugar e familiarizar-se com o repertório musical da comunidade pode, dentre suas ações, propor rodas musicais e promover a escuta dos sujeitos componentes da comunidade, por meio da ação colaborativa. O musicoterapeuta ao abrir esse espaço, dará a comunidade a oportunidade de trazer para os encontros musicoterapêuticos o repertório que retrata seu cotidiano, músicas em que eles se sentem representados (MARTIN, 1995).

A música ganha o significado de potencializar a existência, de evidenciar e denunciar os valores e costumes das comunidades. Torna-se meio para estabelecer relações e encontros, para confrontar e solucionar problemas, para significar ou ressignificar ações cotidianas e transformar cenários a fim de estabelecer uma existência consciente e crítica. Diante dessa realidade, cabe ao musicoterapeuta interpretar e entender o que a comunidade quer dizer ao se expressar no fazer musical e quais as demandas que eles apresentam. Faz parte da interação musicoterapeuta e grupaidade, a potencialização dos saberes, das capacidades dos integrantes da comunidade meio do desenvolvimento de atividades musicais-musicoterapêuticas que ampliam as capacidades de ação no grupo e no meio vivencial, bem como os laços de pertencimento e solidariedade.

As pessoas se constituem como resultados das interações que travam no contexto em que vivem, no momento histórico de suas existências e da cultura que compartilham. Negar essa influência impede que se entenda o outro, que as relações sociais sejam transformadoras das condições sociais. Assim, para entender o outro é preciso, além de mergulhar no cotidiano dele, escutar e dialogar. O musicoterapeuta social comunitário vai acolher as expressões e manifestações sonoras, gestuais, não verbais coletivas, ouvir demandas da comunidade e nesse contexto de atuação fortalecerá oportunidades para o desenvolvimento de processos interativos em uma construção dialógica, participativa. Essa dinâmica tem por base as experiências das pessoas, de suas percepções, suas histórias, suas produções musicais. É a partir do entendimento do contexto sociocultural e da escuta qualificada que as ações transformadoras irão surgir, inaugurando outras formas de reflexão e ação a partir da existência cotidiana.

A MTSCom tem conquistado espaços de ação ao promover momentos de escuta e diálogo crítico dentro das comunidades por meio do fazer musical. Consideramos uma conquista seu reconhecimento pelo SUAS. No entanto, ainda precisamos ganhar espaço e visibilidade nas políticas públicas. Assim, de acordo com as orientações para atuação política



de musicoterapeutas no Sistema Único de Assistência Social fornecidas pela UBAM (2011), o profissional que atua na perspectiva da MTSCom participa de debates, fóruns e discussões acerca das políticas públicas, como é o caso do SUAS. O ativismo social, político e educacional torna-se ingrediente de base para a ação da MTSCom, que se efetiva por meio de participação dos movimentos políticos, sociais e culturais em busca de produzir mudanças.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme visto nesta revisão de literatura, a Musicoterapia Social Comunitária caracteriza-se por suas práticas pautadas no cuidado, acolhimento e atendimento da coletividade, vinculadas às relações sociais e culturais no qual o ser humano está inserido. A MTSCom constituiu-se com articulações de conceitos e ideias de áreas como a psicologia, a filosofia e outras áreas afins. Esse campo de saberes e fazeres se mostra ativo em debates e discussões que permeiam a existência humana em suas mais variadas esferas. A partir dessa luta, a MTSCom fez-se ser reconhecida, sendo integrada às equipes de referência do Serviço Único de Assistência Social, o que evidenciou seu papel e relevância como agente de transformações dentro das comunidades.

Nessa perspectiva, a ação musical mostrou-se como mediadora no fortalecimento de estratégias de ação, resistência e sobrevivência frente ao cotidiano, bem como, ao direcionar-se para as necessidades sociológicas e culturais, desenvolver capacidades, independência e autonomia (CUNHA, 2016). Tal feito se torna possível por praticar a construção de uma relação horizontal e do diálogo crítico, com finalidade de abrir um espaço de escuta que permite a transformação, o encontro, a ação de biografar-se (FREIRE, 2005) na busca de potencializar grupos e comunidades. O envolvimento e o ativismo dos musicoterapeutas e de profissionais de áreas afins dentro dos movimentos políticos, sociais e culturais tem sido a força propulsora para apoio do propósito de ampliar os estudos, debates e campos de atuação, além de fazer reverberar os feitos da MTSCom dada sua importância.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Musicoterapia Social Comunitária é um campo que apresenta muito potencial e que pode vir a contribuir no enfrentamento do cotidiano e nas possibilidades de existir e resistir



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

dentro das comunidades. Ao dialogar com áreas afins enriquece sua prática e possibilita um trabalho crítico e com embasamento teórico, percebe-se, no entanto, a carência de publicações que versem sobre o tema para que a divulgação dessa área seja efetivamente concretizada. Nesse sentido, entende-se que o florescimento de trabalhos e publicações muito podem colaborar para a ampliação do debate sobre a MTSCom, para contribuir com aspectos como a sua visibilidade e ampliar os campos de sua atuação em grupos e comunidades diferenciadas.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-44.
- ARNDT, A. D.; CUNHA, R.; VOLPI, S. Aspectos da prática musicoterapêutica: contexto social. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 387-395, 2016.
- CUNHA, R. musicoterapia social e comunitária: uma organização crítica de conceitos. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, ano XVIII, n. 21, p. 93-116, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Oprimidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- LANE, Silvia; CODO, Wanderely (Orgs). **Psicologia Social**. O homem em movimento. Ed Brasiliense, 1985.
- MARTIN, Peter. **Sounds & Society**. Manchester: Manchester University Press, New York, 1995.
- PAVLICEVIC, Mercedes. **Groups in Music**. Strategies from Music Therapy. London: Jessica Kingsley Publishers, 2006.
- PAVLICEVIC, M. & ANSDELL, G. **Community Music Therapy: Culture, Care and Welfare**. London: Jessica, Kingsley Publishers, 2004.
- PELLIZARI, P. C. & RODRIGUEZ, R. **Salud, escucha y creatividad**. Musicoterapia preventiva psicosocial. Buenos Aires: Ediciones Universidad del Salvador, 2005.
- RUUD, Even. **Music Therapy: improvisation, communication, and culture**. Gilsum: Barcelona Publishers, 1998.
- SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de Pesquisa**. México, Penso, 2013.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YASBEK, Maria Carmelita (et al). **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STIGE, B. **Culture-Centered Music Therapy**. London: Jessica Kingsley Publishers, 2002.

OLIVER, Mike. **The individual and social models of disability**. Paper presented at Workshop of the living options group and the Research Unit of the Royal College of Physicians, 1990.

UNIÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE MUSICOTERAPIA (UBAM). **Perfil do Musicoterapeuta Social**. Curitiba, 2011.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A FORMAÇÃO TRIÁDICA DO COOPERATIVISMO RURAL

Gisele Ramos Onofre¹ - Unespar/Campus de Campo Mourão

Paulo André Metchko² - Unespar/Campus de Campo Mourão

Nome do GT: 13 - Políticas Públicas

RESUMO

Essa pesquisa faz parte de uma discussão conceitual, que envolve encaminhamentos preliminares que objetivam analisar diferentes referenciais teóricos e metodológicos da disciplina de Geografia Agrária que contribuam no entendimento do papel do cooperativismo rural e políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. De forma geral, a junção dos elementos analíticos, foram organizados como esteio para a construção de um arcabouço de considerações, que resultem no aprofundamento da temática sobre o cooperativismo no campo e sua importância para o desenvolvimento da agricultura familiar. A metodologia utilizada foi desenvolvida por meio do levantamento, revisão e análise de literaturas, embasada na perspectiva analítica crítica. Em especificidade, os procedimentos consistiram em selecionar referenciais teóricos sobre: Cooperativismo rural; Agricultura; Cooperação; Capitalismo e Políticas públicas destinadas para à agricultura campestre no espaço agrário. Denotado os procedimentos, como resultado contextualizou-se a história do surgimento do movimento cooperativista, de forma a contribuir para o avanço conceitual do cooperativismo rural e sua importância na análise da materialidade, no tocante, em particular, para o fortalecimento da agricultura familiar. Por fim, frisa-se a contribuição da análise para o entendimento do papel do cooperativismo rural na gestão do processo de compatibilização das políticas públicas destinadas à agricultura campestre.

Palavras-chave: Cooperativismo Rural. Agricultura Familiar. Políticas públicas. Espaço agrário.

RESUMEN

Esta investigación es parte de una discusión conceptual, que involucra referencias preliminares que tienen como objetivo analizar diferentes referentes teóricos y metodológicos de la disciplina de Geografía Agraria que contribuyen a la comprensión del papel del cooperativismo rural y las políticas públicas para el fortalecimiento de la agricultura familiar. En general, la combinación de elementos analíticos se organizó como soporte para la construcción de un marco de consideraciones, que resultan en la profundización del tema sobre el cooperativismo en el campo y su importancia para el desarrollo de la agricultura familiar. La metodología utilizada se desarrolló a través de un levantamiento, revisión y análisis de literatura, basada en la perspectiva analítica crítica. Específicamente, los procedimientos consistieron en seleccionar referentes teóricos sobre: Cooperativismo rural; Agricultura; Cooperación; Capitalismo y políticas públicas dirigidas a la agricultura campestre en el espacio agrario. Denotando los procedimientos, como resultado, se contextualizó la historia del surgimiento del movimiento cooperativo, con el fin de contribuir al avance conceptual del cooperativismo rural y su importancia en el análisis de la materialidad, en lo que se refiere, en particular, al fortalecimiento de agricultura familiar. Finalmente, se destaca la contribución del análisis a la comprensión del papel del cooperativismo rural en la gestión del proceso de compatibilización de políticas públicas dirigidas a la agricultura campestre.

Palabras clave: Cooperativismo Rural. Agricultura familiar. Políticas públicas. Espacio agrario.

¹ - Pós-doutorada pela Universidade Estadual de Maringá. Doutora pela Universidade de São Paulo e professora associada da Unespar - Campus de Campo Mourão. Coordenadora do Colegiado de Geografia e vice-coordenadora do LAGEOH - Laboratório de Geografia Humana – e-mail: giseleramos569@hotmail.com

² - Especialização em Educação e Gestão Ambiental pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Graduação em andamento em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná. Graduação em Ciências Aeronáuticas pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Graduação em Turismo pela Faculdade Integrado de Campo Mourão. Bolsista pela Fundação Araucária no projeto de IC – e-mail: paulometchko@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A força do homem isolado é mínima, mas a junção dessas forças mínimas gera uma força total maior do que a soma das forças reunidas, bastando a simples união delas para diminuir o tempo e aumentar o espaço em que se executa a operação. (CARLI apud MARX, 2008. p. 382).

Cooperação, capitalismo, agricultura, cooperativismo e território, são conceitos que envolvem polêmicas estruturais em termos de definição embasadas na materialidade. Das polêmicas conceituais, entende-se que para o entendimento teórico na análise da materialidade, a junção categórica se reproduz pela base definitiva estruturada pelo intermédio da formação de tríades conceituais sendo organizadas na base conceitual da definição de Cooperativismo Rural.

Nesse entendimento, estabeleceu-se duas grandes tríades que no tocante às discussões conceituais, conseguem relacionar a materialidade conceitual, que se reconstituem na perspectiva analítica de entendimento da realidade pela Dialética Materialista Histórica. Por que a dialética permite pensar a realidade histórica da estruturação e reestruturação do cooperativismo, afunilando o foco da pesquisa no debate sobre o cooperativismo rural.

Prontamente, associamos a discussão ao entendimento da definição triática de: Cooperação X Capitalismo e agricultura / Cooperativismo X território e agricultura. Nessa contextualização dialética, foi realizada uma descrição do real, sendo o conhecimento averiguado, o resultado da construção efetuada pelo pensamento e suas operações, já que consiste na “representação” mental do concreto, da parcela real, exterior ao pensamento conhecedor. (PRADO JUNIOR, 2001. p. 9-10)

Para a análise, a generalidade da formação do movimento cooperativista foi incorporada ao conhecimento particular do cooperativismo no Brasil, adotando como eixo central para o entendimento a contradição entre: modo de produção capitalista e movimento cooperativista. Procedimento que permite colocar em evidência a contradição de interesses econômicos, dos agricultores rurais e da sociedade, que se estabelece em classes localizadas na base do capitalismo.

Na sucessão dos fatos, a noção de tempo foi respeitada porque “a dialética das categorias, não pode ser necessariamente aquela do diacrônico. Daí a historicidade se diferencia de historicismo”. Essa verdade é uma premissa respeitada em nossa pesquisa, porque



“desvendar esta contradição teórica e prática” é uma tarefa do materialismo histórico e dialético, “para que não caiamos num historicismo em que a ordenação dos fatos pelo pesquisador busca se impor diante da verdade contraditória dos processos”. (ALFREDO, 2005. p. 25)

No desvendamento dos processos que norteiam a construção do movimento cooperativista, sobretudo os que reproduzem a organização da sociedade que, agora mais do que nunca, se encontra sob a hegemonia do capitalismo, a lógica dialética é o caminho de descoberta para uma definição conceitual de categorias analíticas que respondam às inquietudes do concreto.

Enfim seguindo o prisma da Dialética Materialista, a análise centrou-se em apontamentos sobre a cooperação e o cooperativismo, para explicar a atual organização das cooperativas agrícolas que possuem seus objetivos diretamente ligados na ampliação, acumulação e reprodução do capital.

1.1 Cooperação e cooperativismo

Atualmente, o movimento cooperativista vem sendo pensado abstratamente e isoladamente de seu contexto histórico-social, considerado em particular pelo governo brasileiro, como uma forma de ampliação do modo de produção capitalista que tem encontrado um alicerce para seu desenvolvimento na recriação dos preceitos desse movimento.

A mídia juntamente com o governo brasileiro vem promovendo a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista do Brasil, em particularidade por causa do cooperativismo. Segundo dados governamentais, o movimento cooperativista tem possibilitado um grande crescimento na economia gerada pela produção, sobretudo, quando se analisa os dados do progresso de cooperativas agropecuárias, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006)

A cooperativa na organização capitalista funciona como a centralizadora de capital dos cooperados, que por isso reproduzem no seio do movimento cooperativista, as relações capitalistas de produção. A mídia ocupa um papel fundamental nesse processo, porque auxilia na propagação das idéias capitalistas no cooperativismo, obtendo grande respaldo dos governantes brasileiros.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Todavia, o cooperativismo nasceu, não para ajudar na ampliação e reprodução do capitalismo, mas como um meio de defesa de sociedade de trabalhadores excluídos do mercado que tinham como objetivo, melhorar as condições de sobrevivência por meio da cooperação que é a responsável pela “criação da força coletiva”.

Para entender a organização em cooperação, é preciso saber que a cooperação sempre fez parte da vida em sociedade, auxiliando na organização espacial, desde a pré-história. Seu desenvolvimento se estabelece em associações, nas quais os homens trabalham em conjunto para o cumprimento de suas atividades diárias.

De acordo com Marx (2008. p. 379), a cooperação na realidade vai ser a base para o desenvolvimento capitalista. Em suas formulações, Marx, começa a definição de cooperação partindo da forma como ela se dá, sendo que para ele a cooperação é: “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferente, mas conexos”. É a cooperação a fortalecedora da capacidade de realização de cada trabalhador, “provoca emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os”, amplia a produtividade.

A união dos trabalhadores gera uma força produtiva nova, “a força coletiva”, que se utiliza dos meios de produção. O modo de produção capitalista apodera-se desta força, que a comando do capital aumenta a capacidade da produção e acumulação de riquezas dos capitalistas. Os trabalhadores, reunidos em um mesmo local, executam todas as etapas do processo produtivo, sob o comando do detentor do capital. Segundo Ferreira, a utilização da cooperação no modo de produção capitalista proporciona vantagens como:

[...] economias de escala (economia de capital constante decorrentes da ampliação da escala média de produção); aumento da produção em decorrência da emulação que se estabelece - e é estimulada pelo capital - entre trabalhadores no seio do coletivo operário; possibilidade de se realizar determinadas espécies de trabalho que requerem o concurso de elevado número de forças de trabalho simultaneamente, etc.” (FERREIRA, 2000. p. 3).

No entanto, o princípio de cooperação do modo de produção capitalista, faz com que o trabalhador perca o pleno controle do processo produtivo, na medida em que o controle e direção passam a ser exercidos pelo capital, começa uma separação entre o planejamento e a execução direta do trabalho.

Para Marx (2008), a alienação é fundamental para a reprodução do Capitalismo, o

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

homem em seu contato social, supera os limites da individualidade, fazendo com que o trabalho coletivo seja sempre maior do que a soma dos trabalhos individuais. O capitalista passa a explorar cada vez mais a força de trabalho, por meio da máxima produção de mais valia, sem precisar pagar pela força coletiva, gerada pela cooperação.

A partir das reflexões de Marx, sobre cooperação, observa-se que o próprio capitalismo requer condições para se manterem sua hegemonia, e a cooperação sendo a forma fundamental do Capitalismo, torna esse modo de produção subordinado ao trabalhador, que com seu trabalho produz mercadorias, que são a fonte dos lucros dos capitalistas. Como contrapartida, o modo capitalista de produção tem que inventar e reinventar formas para manter sua dominação, por meio do aumento do grau de exploração da força de trabalho pelo capital; pela utilização da cooperação; pela alienação produzida pela divisão do trabalho; pela criação de exército de mão-de-obra de trabalhadores, por meio do advento dos maquinários e tecnologias; pela redução dos salários, para aumento da lucratividade ou, aumento da circulação de mercadorias; entre muitas outras contradições geradas em seu próprio modo de produzir, para tornar o trabalhador vulnerável e dependente de sua organização. (MARX, 2008)

A classe trabalhadora dependente da organização capitalista, tentou romper com os capitalistas organizando sua força coletiva, ou seja, por meio da cooperação. Com a união em força coletiva, os trabalhadores elaboraram um movimento, pressupondo amenizar os traumas econômicos e sociais que os assolavam. Esse movimento ficou conhecido como “Cooperativismo”, surgindo junto com a Revolução Industrial, com o objetivo de assegurar os direitos dos trabalhadores, com a criação de princípios justos de produção e repartição dos rendimentos.

O cooperativismo, tem na primeira fase da Revolução Industrial seus primeiros passos estruturais (1760-1850), conduzidos por idealistas, como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, entre outros, “que defendiam propostas baseadas nas idéias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão”. Esses pensadores, ao estudar as formas de organização das civilizações antigas, descobriram que a cooperação é um instrumento revolucionário para a organização social, capaz de modificar o comportamento da sociedade.

Entretanto, o primeiro movimento Cooperativista, acontece somente no ano de 1844, quando, em Rochdale, distrito de Lancashire, Inglaterra, 28 tecelões, buscando melhorar sua situação econômica, fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Nessa sociedade foram estabelecidos “os princípios básicos do cooperativismo”, organizados em um estatuto,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

que se firmou como fundamento da doutrina cooperativista mundial. (KEIL & MONTEIRO, 1982)

A implantação do movimento do cooperativismo ocorreu, notadamente, em virtude do processo de industrialização, que fez com que os artesãos e trabalhadores rurais migrassem para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida. Essa migração resultou em excesso de mão-de-obra, aumentando a exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana.

O novo modelo industrial prejudicou grandemente os trabalhadores, substituindo o trabalho artesanal, fato que gerou uma problemática social a ser resolvida, que encontrou nas propostas de cooperativismo uma válvula de escape ao problema. Por isso, a união de 28 tecelões do bairro de Rochdale resultou na criação de uma sociedade de consumo, baseada no cooperativismo. (HOLYOAKE, 2004)

O principal preceito que permeou os tecelões na busca de uma sociedade econômica e socialmente mais justa, do que a sociedade capitalista, concentradora de riquezas, e do que a sociedade do socialismo estatal que limitava o direito de autodeterminação dos indivíduos foi a cooperação e a ajuda mútua. (HOLYOAKE, 2004)

O cooperativismo, por seus preceitos, não seria nem capitalista e nem socialista, seria uma terceira forma de organização da sociedade, que não admite poderes hierárquicos, todos têm que ter a mesma importância no decorrer do processo produtivo. A finalidade desse movimento define-se no atendimento das necessidades básicas de sobrevivência do homem, que com seu trabalho pode manter-se na dinâmica capitalista.

O modo capitalista de produção tem como objetivo central, o aumento da lucratividade, enquanto no movimento Cooperativista, a solidariedade em comunidade é o ideal para manter a organização, mas a lucratividade também conta para que o movimento possa se manter. Na solidariedade cooperativista, os trabalhadores tem que se unir em cooperação, para vencer os riscos, bancar as despesas, distribuir igualmente o fruto do trabalho, em nome da coletividade. (KONZEN; KRAUSE, 2002 *apud* MARUCH; MAFIOLETTI, 2004).

Os princípios solidários ao homem, foram se fixando no processo de afirmação do movimento, estabelecendo-se como princípios cooperativista: a adesão livre, o controle democrático, o retorno dos excedentes em proporção às operações, a taxa limitada de juros ao capital social, a neutralidade política, religiosa, etc., a educação cooperativista e a integração

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

cooperativa. Princípios que só se estabeleceram e se fixaram por meio da propagação da proposta dos Rochdale, que representou:

[..] a capacidade das classes exploradas em tomarem as rédeas de seu destino e gerirem com autonomia seus empreendimentos sem necessitarem de uma classe parasitária de proprietários para dirigirem a economia. [...] seus princípios baseavam-se em atitudes democráticas, imersas na solidariedade igualitária, na participação na atividade produtiva, gestão e distribuição dos excedentes conforme a participação de cada um. (KEIL & MONTEIRO, 1982. p. 7)

Todavia, em 1895, em Genebra, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional que ratificou os princípios de Rochdale como a adesão voluntária e livre de seus membros; a gestão democrática; a participação econômica dos membros na criação e controle do capital; educação e formação dos sócios; intercooperação no sistema cooperativista. Esta Aliança Cooperativa existe até hoje, agregando as cooperativas de consumo ao norte da Inglaterra, as cooperativas operárias francesas, que chegaram ao seu auge em 1848 e as cooperativas de crédito rural alemãs. Segundo Paul Singer (1998), não existem dados que possam dizer exatamente qual é o país de origem do cooperativismo, porém a criação desta Aliança na Inglaterra é um consenso entre os demais autores do marco oficial do funcionamento consciente e deliberado do cooperativismo.

Com o fim do Socialismo, como modelo econômico, esse movimento configurou um novo arranjo para o modo de produção capitalista, refletido na criação de uma postura democrática e humanística que tem na cooperação, uma resistência para a individualidade que o Capitalismo impõe à sociedade. (PAUL SINGER, 1998) No entanto, na atualidade, as cooperativas no interior de suas organizações, modificaram seus preceitos, para se tornarem cada vez mais competitivas, moldando novos padrões organizativos que utilizam a cooperação somente para fortalecer as relações econômicas, reproduzindo as relações de trabalhos capitalistas:

[...] culminando em uma forma de exploração do trabalho em bases cada vez mais exploradas e precarizadas. E os agentes envolvidos de modo associado, ao subordinar suas necessidades às exigências da produção e da comercialização, em grande medida não reproduzem seus meios de vida segundo relações de solidariedade e de igualdade, não porque não querem, mas porque as condições não permitem. (PAGOTTO, 2005)

Essa realidade é defendida desde 1900, nas teses de Rosa de Luxemburgo (2002), que

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

observou que as cooperativas seriam na realidade uma forma de transformar os pobres em ricos. Instituições de “natureza híbrida dentro do Capitalismo”, que por meio da cooperação realizam uma produção socializada que é acompanhada por uma troca capitalista, que domina a produção. Nessa produção, a concorrência, exige da cooperativa, uma postura “ímpiedosa de exploração da força do trabalho”, que resulta na intensificação do trabalho (encurtamento ou prolongamento), na contratação ou dispensa de trabalhadores conforme as necessidades do mercado, o que significa que a cooperativa pratica todos os métodos de “[...] uma empresa capitalista”. Os cooperados desempenham o papel de empresários capitalistas, porque as cooperativas só podem “assegurar a sua existência no seio da economia capitalista”. É por isso que, “mesmo abstraindo do seu caráter híbrido”, as cooperativas não conseguem desvincular-se do capitalismo, por esse fato:

[..] uma reforma socialista baseada no sistema das cooperativas abandona a luta contra o capital da produção, quer dizer, contra o sector fundamental da economia capitalista e contenta-se em dirigir os seus ataques contra o capital comercial, mais exactamente o pequeno e médio capital comercial. Só ataca os ramos secundários do tronco capitalista”. (LUXEMBURGO, 2002)

Como Luxemburgo observou as cooperativas não rompem com o Capitalismo, ao contrário, em seu desenvolvimento se tornam mais uma forma da reprodução do capital, por isso as cooperativas, são instituições a serviço do capital. Na definição de Marx, sobre a cooperação, percebe-se que as empresas descobriram o poder da força coletiva para aumentar sua lucratividade, e os trabalhadores na busca de combater as empresas e sobreviver no capitalismo, descobrem que a cooperação é uma saída para “o tão almejado progresso social”. Para poder crescer economicamente, se unem, criando por meio da força coletiva, o movimento cooperativista, que apesar de possuir preceitos diferenciados das empresas capitalistas, com o decorrer dos tempos, o movimento perde gradativamente a solidariedade, influenciando em uma nova organização, baseada em uma lógica capitalista de reprodução e acumulação de capital, com isso ajudando firmar o território do capital.

O que Luxemburgo não poderia observar no século XIX é o desenrolar da história do século XXI, porque a história é clara e evidente, não pode ser negada, sendo que na realidade, as cooperativas, por possuírem leis diferenciadas na constituição brasileira e terem princípios organizativos, não podem ser empresas, como Luxemburgo sugeriu, ao contrário são cooperativas. Instituições que por terem uma estruturação diferenciada das empresas, são ainda

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mais potentes na conquista de mercados, para a formação de seu território, por isso conseguem monopolizar o mercado, influenciando em toda a configuração do espaço geográfico.

Nesse sentido das cooperativas do capital, cabe salientar que a realidade é fruto da história, e não pode ser mudada, são os “homens os produtores das suas representações, idéias”, os homens são reais, as representações são a materialização desses homens que são condicionados pelo desenvolvimento das forças produtivas e do “intercâmbio que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas” (MARX & ENGELS, 1984. p. 22). E a representação real do cooperativismo, apesar dos princípios que regem, é que esse movimento está voltado ao capital, e a formação de seu território.

Na formação do território e hegemonização capitalista, o cooperativismo assume um lugar representativo em discussões políticas e sociais, em escala mundial. Seu território cresce e se destaca, por causa do poder adquirido pelas cooperativas na reprodução, ampliação e acumulação de capital. No território das cooperativas, observa-se a promoção e o planejamento da produção, num conjunto de vários fatores estruturais de mercado, o que permite aumentar os ganhos dos cooperados.

No caso das cooperativas agrícolas, essas auxiliam o produtor na manutenção de suas máquinas, escolha ou produção de sementes, na compra de insumos e compatibilização de safras, no transporte da agroindústria, na distribuição e armazenamento entre outros aspectos. O progresso técnico é imperativo e a cooperativa de produção nessa perspectiva tem que promover modificações no processo produtivo de modo a garantir a melhora de qualidade da matéria-prima, aumentando o rendimento.

O governo brasileiro criou departamentos técnicos para garantir o sucesso das cooperativas, como o IDR – Instituto de desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR/EMATER, ajudando as cooperativas a exercer um papel de capital oligopolizado que funciona como suporte para o desenvolvimento de tecnologias, desenvolvendo convênios com instituições de pesquisa ou pelos próprios departamentos de experimentação agrícola, para a elaboração de pesquisas específicas para seus associados.

Com projetos governamentais e sua organização diferenciada, no desvendar da história, as cooperativas passam a serem consideradas como resposta política consistente a muitos problemas referentes ao desenvolvimento do país, o que proporciona a substituição das “velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de lutas por outras novas.” (MARX &



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ENGELS, 2003), que fazem do velho modelo capitalista, um novo capitalismo que se fortalece na (re) criação do movimento do cooperativismo.

E o movimento cooperativista, os cooperados nessa nova luta se metamorfoseiam em força combatente do modo de produção capitalista, nutrindo a ordem vigente. Prisioneiros que quando oprimido pela ordem, conseguem encontrar a libertação da opressão, por meio da própria ordem, mantendo a estrutura, querendo “ser mais que seres em si, mas temem sua própria libertação”. (MARX, 1984) Segundo Marx (1984) a manutenção e permanência da burguesia está justamente associada a essas constantes metamorfoses produzidas nos instrumentos de produção, por conseguinte, nas relações de produção e nas relações sociais. Essas metamorfoses, produzem abalos constantes em toda a organização social, sendo que a conservação do Capitalismo, é sobretudo por causa desses abalos que produzem a divisão entre as classes sociais.

Nessa dinâmica da sociedade capitalista, as relações sociais se firmam e se dissolvem, no decorrer da criação e recriação de concepções e de ideias. “Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado”, no decorrer desse processo os homens são obrigados a enfrentar a realidade das relações, tentando preservar a sua existência. Na busca da preservação da existência, como Luxemburgo (2003) sugeriu, o cooperativismo é uma organização que torna os “pobres” em “ricos”, assegurando a conservação da classe burguesa.

A existência dos burgueses assegura o território capitalista, que tem no cooperativismo a base para firmar seu processo “modernizante da sociedade”. A agricultura brasileira é um bom exemplo para explicar esse processo, particularmente tratando das cooperativas agropecuárias paranaense, que tiveram o marco de sua existência a partir de 1970, quando a estrutura agrária passa por grandes modificações capitalistas, que foram denominadas como “processo de modernização da agricultura”. Transformações estimuladas pelo governo federal, por meio de grande quantidade de incentivos para o setor, que transformaram as cooperativas em instrumentos, agentes do processo de modernização, que na medida em que concorriam com as empresas privadas disputando na produção agrícola, tiveram que se adaptar à nova realidade agrícola, promovendo profundas transformações, redimensionando seus objetivos, reestruturando no caminho da industrialização da produção.

Para serem competitivas, as cooperativas lançam mão de métodos organizacionais e operacionais utilizados pelas empresas para atingir a eficiência, sendo que a legislação brasileira faz com que as cooperativas andem na frente das empresas em busca da reprodução, ampliação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



e acumulação do capital.

Enfim, questiona-se o papel das cooperativas, reafirmando o pensamento de Kropotkin, que defende em sua tese a organização da sociedade “de modo a garantir a todos a possibilidade de um trabalho regular que beneficie a comunidade, o que naturalmente implicará numa transformação radical nas atuais relações entre o capital e o trabalho.” (KROPOTKIN, 1887. p. 331). Na tese de Kropotkin, observa-se a necessidade da organização da sociedade, que em sua atuação precisa reivindicar da sociedade acadêmica, do governo federal e órgãos competentes novas formas de estruturação para o movimento cooperativista e para a atuação das cooperativas, no intuito de assegurar para o campo um movimento que garanta a diversificação das oportunidades de trabalho e desenvolvimento tanto do ponto de vista econômico, social e ambiental.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reflexo da sociedade Marx (2008) considera que, antes de tudo, o motivo e o objetivo do processo de produção capitalista é a sua maior expansão possível e a conexão entre os trabalhadores é o ideal, sendo que a força da cooperação se manifesta poderosamente para atender os objetivos capitalistas. “A cooperação é a forma fundamental do modo capitalista” (MARX, 2008. p. 388).

Seguindo o pensamento de Marx sobre a cooperação, apresentamos a seguinte consideração sobre a associação do cooperativismo com o capitalismo: O cooperativismo passou a auxiliar no processo de expansão territorial do capital. Nessa associação o território do capital está se fortalecendo em suas contradições, contando com o cooperativismo, como mais um agente dinamizador na formação de seu território. Por isso, para seu fortalecimento, o capital está produzindo novas moldagens nas cooperativas que passam a ser mais uma das formas de reprodução e acumulação do capital, firmando seu desenvolvimento também em bases cooperativistas, ou seja, nas “cooperativas capitalistas”.

No entanto cabe frisar em consideração, o pensamento de José de Souza Martins (1975) que discorre que a coletivização da venda dos produtos agrícolas, a coletivização da compra de insumos e outras mercadorias necessitadas pela sociedade, não atinge o processo de trabalho e nem a própria produção, que por causa da política internacional se volta ao mercado de exportação. O cooperativismo então apenas barateia os custos parcialmente na comercialização,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

sendo que os ganhos sociais da cooperação não estão principalmente na comercialização, mas sim na produção. Por isso constata-se um sério problema, no qual ocorre drasticamente a ampliação da produção por meio da cooperação no trabalho, mas que o capitalismo se apropria dos ganhos que deveriam ser sociais. E, onde a produção permanece em bases artesanais e tecnicamente modesta, mesmo o produtor cooperado acaba trabalhando para o grande capitalista. Por isso, como os preços dos gêneros alimentícios são fixados em nosso país, por meio de tabelas e preços mínimos, os produtores procuram no cooperativismo manipular a estreita faixa de alternativas, detendo para si o preço que os consumidores pagariam pelos produtos ao invés de estenderem ao conjunto do processo de produção, reforçando a submissão da própria sociedade ao modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

- ALFREDO, Anselmo. Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo. In: **Boletim Mineiro de Geografia**. Belo Horizonte, ano 8, n13, p. 9 -39. jul./dez. 2005.
- BIALOSKORSKI NETO, S. et al. *Agribusiness* cooperativo, eficiência e princípios doutrinários. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 33, 1995.
- BONILLA-MOLINA, Luis & TRUDI, Haiman El. **Educacion en la economia social**. Libro Digital Ediciones Gato Negro Caracas, Venezuela.2004. Disponível em www.rebellion.org. Acesso em: Agosto de 2008.
- BULGARELLI, Waldirio. **As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2000.
- FERREIRA, Cândido Guerra. **Processo de trabalho, tecnologia e qualificação - notas para discussão**. Texto preparado para a mesa-redonda sobre o tema: “Processo de trabalho e Tecnologia” – Dep. de História do IFCH – UNICAMP, 2005.
- FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**, São Paulo: Global, 1983.
- HOLYOAKE, George J. **Os 28 tecelões de Rochdale**, 5. ed. Porto Alegre: WS, 2004.
- JÄGER. **Novas Propostas Cooperativistas**. Curitiba, 1994.
- KEIL, Ivete Manetzeder & MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo (RS), Agosto de 1982.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Disponível em: <http://www.cootrade.com.br/files/Download/pioneirosrochdale.pdf>. Acesso: Agosto de 2008.

KROPOTKIN, Peter. O crime do mundo livre. In: Woodcock, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre, L&PM Editores Ltda, 1981.

KONZEN, G. O.; KRAUSE, E. L. **Cooperativismo**: a empresa, sua contabilidade, sua auditoria. Unisinos - série cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano - Cadernos Cedope, ano 13, n.º 22, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução – 1900. Transcrição de: Fernando Araújo. In: **Luxemburg Internet Archive (marxists.org)**, 2002. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm
Acesso em: agosto de 2008.

MARUCH, E. C.; MAFIOLETTI, R. L. - **A Evolução do Cooperativismo e a Contribuição do Sicredi como Alternativa para o Desenvolvimento Econômico e Social – O Caso do Sicredi Norte do Paraná** – Monografia do curso de Agronegócios da UFPR, 2004.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: **Textos**. Vol. I. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

_____. Instruções para os delegados do conselho geral provisório. As diferentes questões. I Congresso da Associação Internacional dos trabalhadores. In: **Obras Escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983a.

_____. Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores. In: **Obras Escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Livro Primeiro, o processo de produção do capital. vol. 1. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã – 1º capítulo das teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MLADENATZ, G. **Historia de Las Doctrinas Cooperativas**. México (Biblioteca de Economía da Sociedade Política): Editorial América, 1944.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Evolução do cooperativismo no Brasil**. DENACOOOP em ação. Brasília: MAPA, 2006.

OCB–Organização das Cooperativas Brasileiras. **O Cooperativismo no Brasil**.

Disponibiliza todas as informações institucionais sobre o cooperativismo no Brasil. Disponível

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

em: <www.ocb.org.br> Acesso em agosto de 2008.

OCEB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – **Saiba Mais**. Disponibiliza informações institucionais e históricas do cooperativismo no mundo, no Brasil e na Bahia. Disponível em: <www.oceb.org.br>. Acesso em agosto de 2008.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília/DF: OCB, 2004. Disponível em: www.ocb.org.br .

OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Banco de dados das cooperativas paranaenses**, vários números. Curitiba: Ocepar/Sescoop, 2004. Disponível em: www.ocepar.org.br. Acesso em: Agosto de 2008.

PAGOTTO, Claudete. Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista. In: **Revista espaço acadêmico**. n. 45. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/045/45cpagotto.htm#_ftnref12 . Acesso: dezembro de 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. Ed. Ridendo Castigat Mores. versão para eBookeBooksBrasil.com. In: **Digital revista para esta edição**. Disponível em: <http://netomorais2007.googlepages.com/Teoriamarxistadomaterialismo.pdf> Acesso: 07 de julho de 2008.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1977, 272 p.

_____. **Tipologia cooperativista**: por Américo Utumi e outros. São Paulo: CNPq, 1984.

PORTAL DO COOPERATIVISMO. Disponível em: http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura_cooperativismo.asp#cooperativismo. Acesso em: agosto de 2008.

SINGER, PAUL. **Uma Utopia Militante**: repensando o socialismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

VALADARES, J. H. **Cooperativismo**: lições para a nossa prática. Brasília: SESCOOP, 2003. 136p.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



ANÁLISE DA FORMA DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE/PR

Gian Leonardo Saullin Alvaro¹ – Universidade Estadual de Maringá

Hugo Henrique Saullin-Alvaro² – Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo demonstrar e analisar os componentes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) no Município de Cruzeiro do Oeste – PR e das taxas agregadas a ele, bem como o conhecimento do método de realização do seu cálculo. Em vista a atender o objetivo proposto, aborda-se o conceito de administração pública e uma análise dos códigos tributários nacional e municipal no que tange à esse tipo de tributo, haja vista a necessidade de entendimento da hierarquia das leis. Do ponto de vista metodológico foi feito uma pesquisa bibliográfica a fim de discutir aspectos teóricos para sustentabilidade do trabalho, além de ser descritiva pela necessidade de relatar os resultados obtidos. O artigo abordou desde uma análise dos componentes e da fórmula de cálculo do IPTU e de cada uma das taxas cobradas anexamente a ele, até exemplificações de cálculo e sugestão de alterações de algumas das variáveis, de modo a facilitar o entendimento teórico e suprir algumas das necessidades ocasionadas pelo atual método de cobrança utilizado pelo município. Ao fim da pesquisa podem ser percebidas quais as causas da defasagem de alguns dos valores e de conflitos entre as legislações. Por meio dos resultados alcançados pode-se perceber tanto a importância do conhecimento da legislação fiscal e tributária, quanto à necessidade de um controle gerencial para o município.

Palavras-chave: IPTU. Código Tributário Municipal. Contabilidade Pública. Controle Social.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo demostrar y analizar los componentes del impuesto sobre la propiedad y la tierra urbana (IPTU) en el municipio de Cruzeiro do Oeste - PR y las tasas que se le agregan, así como el conocimiento del método para realizar su cálculo. Para cumplir con el objetivo propuesto, se aborda el concepto de administración pública y un análisis de los códigos tributarios nacionales y municipales respecto a este tipo de tributo, dada la necesidad de comprender la jerarquía de las leyes. Desde el punto de vista metodológico, se realizó una investigación bibliográfica con el fin de discutir aspectos teóricos para la sustentabilidad del trabajo, además de ser descriptiva por la necesidad de relatar los resultados obtenidos. El artículo abarcó desde un análisis de los componentes y la fórmula de cálculo del IPTU y cada una de las tarifas que se le imputan, hasta ejemplos de cálculo y sugerencias de cambios en algunas de las variables, con el fin de facilitar la comprensión teórica y suplir algunas de las necesidades que genera el el método de recolección actual utilizado por el municipio. Al final de la investigación se pueden percibir las causas de la discrepancia de algunos de los valores y conflictos entre legislaciones. A través de los resultados alcanzados, se puede apreciar tanto la importancia del conocimiento de la legislación fiscal y tributaria, como la necesidad del control de gestión para el municipio.

Palabras clave: IPTU. Código Tributario Municipal. Contabilidad pública. Control social.

¹ - Mestre em Ciências Contábeis – e-mail: leo_saullin@hotmail.com

² - Bacharel em Ciências Contábeis – e-mail: hugosaullin@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Uma das justificativas para a elaboração deste artigo é a busca em atender diversos cidadãos que desconhecem a forma como é feito o cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e as taxas que agregam, bem como esclarecer dúvidas no que tange ao valor cobrado, além de mostrar para a população que todo tributo que é arrecadado e bem aplicado volta para a sociedade na forma de melhorias.

O IPTU, por ser um imposto, tem como característica a compulsoriedade, ou seja, é de pagamento obrigatório por parte de todos sobre o qual incide, sendo eles aqueles que possuem imóveis localizados na zona urbana do município. É também uma das maiores fontes de arrecadação dos municípios e responsável por grande parte do seu desenvolvimento. Segundo a Lei Complementar do Município de Cruzeiro do Oeste 08/05, a qual institui o Código Tributário Municipal de Cruzeiro do Oeste (CTM/CO), o fato gerador do IPTU é a posse, propriedade ou domínio de imóveis, construídos ou não, os quais estejam localizados no perímetro urbano do município.

Considerando que a arrecadação do IPTU contribui para o progresso do município que o arrecada, este trabalho procurou analisar se esse imposto está sendo calculado da forma correta e cobrado de maneira que atenda às necessidades do município, sem entrar em conflito com a legislação e ultrapassar o ponto de ruptura, o qual leva em consideração a renda per capita dos cidadãos, visto que não adianta reformular o cálculo desse imposto, chegar ao valor justo de cobrança, e o mesmo ultrapassar a capacidade de pagamento da população.

Visando alcançar os objetivos propostos de demonstrar e analisar os componentes e o cálculo do IPTU no Município de Cruzeiro do Oeste, diversas etapas devem ser seguidas, dentre elas a elaboração de uma pesquisa bibliográfica acerca do IPTU e a demonstração dos componentes e sua forma de cálculo. Mas para isso, é preciso analisar se os valores venais coincidem com o valor de mercado ou cumprem a risca o que diz a legislação do município, a que trata sobre o objeto de estudo.

2 DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2.1 Lei Complementar 008/2005 – Código Tributário do Município de Cruzeiro do Oeste (CTM/CO)

Mesmo que o IPTU seja um tributo de competência municipal, como estabelece o Art.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

156 da CF/88, as leis municipais, especificamente a lei sobre o CTM, precisam levar em consideração os aspectos contidos no Código Tributário Nacional (CTN), tendo em vista este ser o norteador das demais leis tributárias do país.

É o CTM/CO que institui os componentes, as alíquotas, a base e a forma de cálculo do IPTU, bem como sua incidência e casos em que ocorre a sua isenção, definindo o sujeito passivo desse imposto como aquele sendo o proprietário do imóvel localizado na zona urbana do município, o titular do seu domínio útil ou o possuidor a qualquer título.

O Art. 13 da referida lei define a base de cálculo do IPTU como sendo o valor venal do imóvel, sendo este composto pelos dados informados no respectivo Cadastro Imobiliário, o qual pode conter o valor declarado pelo contribuinte, o índice de valorização de acordo com o local no qual o imóvel esteja inserido, preço das edificações implantadas, o valor pelo qual foram realizadas as últimas transações de compra e venda e muitos outros.

As alíquotas do IPTU no Município de Cruzeiro do Oeste até 21 de novembro de 2012 eram de 0,75% para terrenos com construção e 5% para terrenos sem construção, porém as mesmas foram alteradas pela Lei Complementar 003/12, passando a ser 1,10% e 7,36%, tendo suas alíquotas majoradas em 46,67% e 47,20% respectivamente, com vigência a partir do exercício de 2013. Dentre às taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, encontram-se a taxa de limpeza pública, a taxa de coleta de lixo, a taxa de combate a incêndio e a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública (COSIP). De acordo com a Lei, estas taxas podem ser cobradas separadamente ou lançadas em conjunto com outros tributos, quando isso ocorrer, devem obrigatoriamente ser discriminadas com seus respectivos valores.

O valor da taxa de limpeza pública é de 1% sobre a Unidade de Referência por metro linear de testada do imóvel, a qual tinha o valor de R\$ 65,60, passando a ser de R\$ 96,40, como alteração feita pela LC 03/12. Como exemplo, pode-se citar um imóvel localizado no meio da quadra, em que sua testada principal, ou seja, tamanho da frente do lote tenha 14 metros, a taxa é o produto da multiplicação da testada pela unidade de referência, produto o qual é multiplicado pela alíquota, retornando o valor de R\$ 13,50 neste caso.

O fato gerador da taxa de coleta de lixo é a remoção realizada nas mesmas condições da taxa de limpeza pública, inclusive de lixo domiciliar. O Art. 139 define o contribuinte desta taxa como a pessoa física ou jurídica, que utilize esse serviço ou simplesmente tenha à sua



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

disposição. Na cobrança dessa taxa deverão ser considerados os diversos tipos de coleta (residencial, hospitalar e outros). Esta taxa incide somente sobre terrenos com construção.

O quadro 01 contém os valores e a forma de cálculo da taxa de Coleta de Lixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR DA TAXA / M ² DE CONSTRUÇÃO
Imóvel residencial	$0m^2 < x \leq 2$ R\$ 0,50 / mês
	$100m^2 < x \leq 200m^2$ R\$ 3,00 / mês
	$200m^2 < x$ R\$ 5,00 / mês
Imóvel destinado a atividade comercial ou de prestação de serviços	R\$ 5,00 / mês
Imóvel destinado a atividade agropecuária ou industrial	R\$ 5,00 / mês

Quadro 01 – Cálculo da taxa de Coleta de Lixo.

Fonte: Adaptado de (CRUZEIRO DO OESTE, Lei Complementar 008/05, p. 110)

Uma vez que esta taxa, assim como as outras, é cobrada anualmente juntamente com o IPTU, multiplica-se os valores mensais no qual o imóvel se enquadra, por 12 meses, e obter-se-á o valor total devido.

A taxa de combate a incêndio tem como fato gerador a prestação de serviços de vigilância e prevenção de incêndio nas edificações localizadas no município, e por edificação entendem-se somente os imóveis que possuam construções. O munícipe devedor dessa taxa é aquele que se enquadra nas disposições do Art. 143 da LC 08/05.

O valor desta taxa é calculado de acordo com a carga de incêndio instalada na edificação conforme é mostrado no quadro 02, em que para a realização do cálculo adota-se a Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) 14.432/00 da ABNT, ou qualquer outra que venha a substituí-la:

UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL	CARGA DE INCÊNDIO		VALOR ANUAL (R\$)
	TIPO	CARGA (GIGAJOLE)	
Residencial	Tipo 1	carga ≤ 45	19,65
	Tipo 2	$45 < \text{carga} \leq 90$	32,75
	Tipo 3	carga > 90	52,40
Comercial / Prestador de Serviços	Tipo 1	carga ≤ 50	32,75
	Tipo 2	$50 < \text{carga} \leq 500$	45,85
	Tipo 3	carga > 500	58,95
Industrial	Tipo 1	carga ≤ 75	26,20
	Tipo 2	$75 < \text{carga} \leq 90$	52,40
	Tipo 3	carga > 90	65,50
Outros	Tipo 1	carga ≤ 45	19,65
	Tipo 2	$45 < \text{carga} \leq 90$	32,75



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

	Tipo 3	carga > 90	52,40
--	--------	------------	-------

Quadro 02 – Cálculo da taxa de Combate a Incêndio.

Fonte: Adaptado de (CRUZEIRO DO OESTE, Lei Complementar 008/05, p. 111)

Em seu Art. 166, a LC 08/05 esclarece que a COSIP tem como fato gerador a prestação de serviços de iluminação de logradouros e demais áreas do espaço público, bem como a sua instalação, manutenção e expansão, e não somente aquela localizada em frente ao seu imóvel.

O valor da contribuição varia como mostra o quadro 03, com exceção dos terrenos sem edificação, no qual o valor da taxa é de R\$ 4,00 por metro linear da testada principal, como descreve o § único do Art. 4º da Lei 24/04, a qual institui a COSIP, alterada em partes pelo CTM/CO.

IMÓVEIS LIGADOS À REDE ELÉTRICA		
CLASSE DE CONSUMIDOR	FAIXA DE CONSUMO (KWH)	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL (R\$)
Residencial	0 a 100	0,00
	acima de 100	7,00
Comercial	0 a 150	12,00
	151 a 200	12,80
	201 a 250	15,10
	251 a 300	17,00
	301 a 350	19,5
	351 a 500	22,30
	501 a 700	25,00
	701 a 1.000	28,00
	1.001 a 1.500	30,00
	1.501 a 2.000	33,00
	2.001 a 3.000	36,00
	acima de 3.000	42,00
	Industrial, Poder Público e Serviços Públicos	0 a 300
301 a 350		19,50
351 a 500		22,30
501 a 700		25,00
701 a 1.000		28,00
1.001 a 1.500		30,00
1.501 a 2.000		33,00
2.001 a 3.000		36,00
acima de 3.000		42,00

Quadro 03 – Cálculo Contribuição para Custeio de Iluminação Pública

Fonte: Adaptado de (CRUZEIRO DO OESTE, Lei Complementar 008/05, p. 112)

A cobrança da COSIP pode ser realizada tanto pelo poder público quanto pela cessionária do serviço, que no caso do Município de Cruzeiro do Oeste é a COPEL, desde que a mesma possua um contrato de convênio no qual a administração lhe transfere os encargos para a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

arrecadação.

Para que se possa determinar o valor de quaisquer variáveis que incorrerão em alteração das bases de cálculo do IPTU, primeiramente se faz necessário conhecer de que forma estes são obtidos. Os valores venais dos imóveis no Município de Cruzeiro do Oeste são obtidos por meio das seguintes fórmulas matemáticas:

FRAÇÃO IDEAL DO TERRENO	CARACTERÍSTICA
X	
Valor da Face de Quadra	48
X	
Situação	43
X	
Topografia	44
X	
Pedologia	45

Quadro 04 – Fórmula do valor venal do terreno.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste

ÁREA CONSTRUÍDA DA UNIDADE	CARACTERÍSTICA
X	
Pontuação da unidade / 100	
X	
Tipo de construção	73
X	
Alinhamento	74
X	
Posicionamento	75
X	
Situação	76
X	
Estado de conservação	86

Quadro 05 – Fórmula do valor venal do terreno.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste

O quadro 04 mostra o método de cálculo para se chegar ao valor venal do terreno, enquanto o quadro 05 demonstra o método para se obter o valor venal da construção, os quais serão as bases de cálculo do IPTU. Quando um imóvel não possuir edificação, utilizar-se-á somente o cálculo para o imóvel descrito como territorial no carnê, ou seja, somente possuirá o valor venal do terreno, ao passo que um imóvel com construção, o qual estará descrito no carnê como predial, será a soma dos valores venais obtidos por meio das fórmulas, tanto do valor venal do terreno como o da construção.

Mas como se chega aos valores de cada característica para a aplicação da fórmula e



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

obtenção dos respectivos valores venais? Isso pode ser considerado simples conforme demonstrado nos quadros 06 e 07 um resumo das características e seus valores, que atualmente estão sendo praticados no município de Cruzeiro do Oeste:

SITUAÇÃO [43]	VALOR	TOPOGRAFIA [44]	VALOR	PEDOLOGIA [45]	VALOR
Meio da quadra	1,00	Plano	0,80	Inundável	0,80
Esquina	1,10	Aclive	0,70	Firme	1,00
Vila	0,80	Declive	1,00	Alagado	0,70
Encravado	0,90	Irregular	1,00	Combinação dos demais	0,60
Gleba	0,70				

Quadro 06 – Valor das características do terreno.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste

TIPO DE CONSTRUÇÃO [73]	VALOR
Casa	120,65
Precária	7,22
Apartamento	120,65
Loja	156,85
Galpão	80,44
Telheiro	80,44
Fábrica	80,44
Especial	194,95
ALINHAMENTO [74]	VALOR
Alinhada	0,90
Recuada	1,00
POSICIONAMENTO [75]	VALOR
Isolada	1,00
Conjugada	0,90
Geminada	0,80
SITUAÇÃO [76]	VALOR
Frente	1,00
Fundos	0,70
ESTADO DE CONSERVAÇÃO [86]	VALOR
Nova / Ótima	1,00
Bom	0,90
Regular	0,70
Mau	0,50

Quadro 07 – Valor das características da construção.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste

Ao que se refere à característica 48 constante no quadro 04 (valor da face da testada principal), a mesma está intimamente relacionada com a rua na qual o imóvel está localizado. O preço do metro quadrado de determinada rua é estipulado por comissão competente, a qual por meio de diversas análises de características como, a existência ou não de galerias pluviais,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

iluminação pública, pavimentação asfáltica, rede de esgoto, entre outras, chegarão a um consenso e determinarão qual será o seu valor. Como existe uma quantidade muito ampla de ruas no município, para efeito de elaboração e análise do exemplo para comparação, foi escolhida uma rua com seu respectivo valor por metro quadrado.

Tomou-se como exemplo, um imóvel localizado no Município de Cruzeiro do Oeste, bairro Sul Brasileira II, setor 3, em que o terreno seja plano, firme e possua as seguintes características: frente para a rua Irajá Rocha, a qual, conforme dados extraídos da Prefeitura de Cruzeiro do Oeste (PMCO), tem o valor de R\$ 2,65/m², sendo esta testada a principal, com 14,00 metros lineares e 35,00 metros de profundidade, o mesmo está localizado no meio da quadra. Sobre ele está edificada uma casa com 100,00 m², alinhada, isolada, localizada na frente do terreno e em ótimo estado de conservação.

Assim, segue o quadro 08, com as características transformadas em valores para o exemplo didático a ser utilizado, de maneira que se torne viável o cálculo dos seus tributos:

Fração ideal do terreno	14 x 35 = 490m ²
Valor da face	2,65/m ²
Situação	1,00
Topografia	0,80
Pedologia	1,00
Área construída da unidade	100m ²
Pontuação da unidade / 100	0,74
Tipo de construção	120,65
Alinhamento	0,90
Posicionamento	1,00
Situação	1,00
Estado de conservação	1,00

Quadro 08 – Características/valores para exemplificação do cálculo.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste

A pontuação da unidade, ou seja, de cada construção localizada nos lotes, é determinada pelo fiscal de tributos da PMCO, ao qual é delegado o poder necessário para avaliar os imóveis, e por meio desta, preencher uma ficha cadastral que serve como base para se chegar à pontuação. Nela, são analisadas diversas características da construção ainda não mencionadas, as mesmas são transformadas em dados que alimentarão o sistema, gerando a pontuação necessária para que sirva de parâmetro na fórmula do IPTU.

Como a relação de características é muito extensa, e a mesma ainda se ramifica, foram adotadas somente as características que se enquadram no exemplo, sendo estas determinadas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

pelo autor, haja vista o trabalho ser um artigo, fator que delimita o detalhamento de alguns assuntos.

Nesse caso, a pontuação desse exemplo está composta como mostra o quadro 09:

Características [Código]	Pontuação
ESTRUTURA [78]	
	15
COBERTURA [79]	
	5
PAREDES [80]	
	4
FORRO [81]	
	5
REVESTIMENTO DA FACHADA [82]	
	10
INSTALAÇÃO SANITÁRIA [83]	
	10
INSTALAÇÃO ELÉTRICA [84]	
	10
PISO [85]	
	15
TOTAL DA PONTUAÇÃO	74

Quadro 09 – Quadro de pontuação para exemplificação do cálculo.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste

Na análise dos relatórios obtidos junto à PMCO, cada característica é dividida quanto ao tipo de construção, como no exemplo foi descrito uma casa, foram analisados os valores pertinentes a mesma.

Tendo em vista os quadros apresentados, tanto para a fórmula, quanto para as características, pode se chegar ao valor venal da construção, o qual é de R\$ 8.035,29 e o valor venal do terreno de R\$ 1.038,80, obtendo um valor venal total do imóvel de R\$ 9.074,09. Assim, ao ser aplicada a alíquota de 1,10% sobre esse valor, obtém-se o valor do imposto predial de R\$ 99,81.

Já as taxas, serão da seguinte maneira, a iluminação pública, por se tratar de um imóvel com construção, ficará excluído da análise, pois não é cobrado diretamente pelo município por meio do carnê, e sim delegado à empresa cessionária do serviço, a qual arrecadará e fará o repasse para o município.

A taxa de coleta de lixo ficaria, nesse exemplo, no valor de R\$ 6,00/ano (R\$0,50/mês), a limpeza pública seria de R\$ 13,50 e, por fim, a taxa de combate ao incêndio, teria o valor de R\$



19,65. O que totalizaria no carnê, tributos no valor total de R\$ 138,96, podendo este ser pago em cota única com 15% de desconto se o contribuinte não possuir inadimplência tributária referente a anos anteriores ou 5% caso não cumpra esse requisito porém o pagamento continue sendo em cota única. O mesmo poderá ser pago em cinco vezes caso o contribuinte assim escolha, como regulamenta o DC 517/12.

Dada a análise, podem-se levantar os seguintes questionamentos: Você concorda com o valor dos tributos que estão sendo cobrados na sua cidade? Caso a PMCO sinta necessidade de desapropriar o seu imóvel, e ela for pagar o valor venal registrado em seus cadastros, sobre os quais estão sendo cobrados os impostos, você aceitaria? A Resposta para o segundo quesito provavelmente será não, mas é aqui que acaba gerando um conflito, para o cálculo o valor venal é alto, mas para a venda, o valor venal é baixo.

2.2 Análise dos Dados

O valor venal de um imóvel pode ser entendido como uma estimativa que o poder público faz sobre o preço do bem, além do que está disposto em lei, características do imóvel, bem como a sua localização e outros fatores. Tendo por base essa definição, as sugestões que seguem visam deixar o bem imóvel com o valor venal ao qual corresponde, ou o mais próximo possível, e analisar a constitucionalidade de cobrança de algumas taxas.

Um imóvel com as características como as citadas no exemplo e com a determinada localização no Município de Cruzeiro do Oeste, teria seu valor de mercado avaliado em aproximadamente R\$ 130.000,00, como mostra algumas das últimas transações de compra e venda realizadas neste mesmo município por meio do ITBI, o que representa uma variação de aproximadamente 1.332,65% do valor venal que atualmente estaria sendo utilizado como base de cálculo para a cobrança do IPTU.

Dadas as devidas análises, o que realmente importa são as alterações que devem ser feitas nas variáveis para que não haja essa discrepância, ou ainda, que a mesma seja a mínima possível. Dessa forma, didaticamente, foram atribuídos os valores venais para o terreno e para a construção de R\$ 50.000,00 e R\$ 80.000,00, respectivamente.

Dados os estudos realizados, nas fórmulas de cálculo dos valores venais do terreno e da construção, as variáveis que mais influem nesses valores são o metro quadrado da via ou logradouro no imposto territorial e o metro quadrado da construção no imposto predial.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Mas qual alteração deve ser feita? Quando se fala em m² do logradouro, assim como já foi mencionado, o ideal é que sejam realizadas comissões para avaliação destas à medida que qualquer melhoria seja realizada na mesma, como é o caso de pavimentação, iluminação pública, rede de esgoto, ou qualquer outra benfeitoria que proporcione a valorização destes terrenos, inclusive as correções monetárias.

Como expõe o Art. 14 do CTM/CO, o valor venal dos imóveis é apurado conforme dados fornecidos pelo cadastro imobiliário, o qual leva em consideração os fatores constantes nas fórmulas dos quadros 05 e 06. Consta ainda no § 2º do mesmo artigo que, os valores dos metros quadrados dos terrenos e das construções, deverão ser definidos anualmente por lei caso a alteração do valor venal não seja oriundo dos índices de atualização monetária, como é o caso da Planta Genérica, ou via decreto, quando a recíproca for verdadeira.

Como no exemplo utilizado os terrenos sem edificação podem ter seus preços variados de R\$ 30.000,00 à R\$ 50.000,00 conforme sua localização na mesma rua. Significa que deve ser proposto um valor de modo que nenhum contribuinte sinta-se prejudicado. Uma vez que, diferentes terrenos, porém todos com as mesmas características possuiriam em tese o mesmo valor, o qual não corresponderia à realidade do município.

Utilizando da distributiva matemática, para essa rua o ideal é que fosse utilizado um valor por metro quadrado de R\$ 89,29, que nestas condições proporcionaria um valor venal aproximado de R\$ 35.000,00, de certa maneira justo para ambas as partes.

O valor da característica 73, tipo de construção, nesse caso seria algo em torno de R\$ 1.201,19, que foi o valor encontrado ao elaborar a equação matemática da fórmula de cálculo, tendo por resultado da igualdade o valor venal a ser encontrado, desta forma, utilizou-se o percentual de alteração desta para a atualização dos demais, embora este não seja o preço real por metro quadrado no município, mas que ao ser posto na fórmula em confrontação com outras variáveis, mostra-se a mais adequada para que se obtenha o valor venal ideal.

Desta maneira, para que haja equidade, todos os valores dessa mesma característica, a qual é expressa em reais por metro quadrado, devem ser alteradas na mesma proporção. Isso se faz necessário para cobrir aproximados 16 anos de defasagem nos quais esses valores não eram reajustados e nem ao menos eram corrigidos os valores constantes na Planta Genérica, os mesmos permaneceram estatísticos à medida que a moeda valorizava.

Assim, segue o quadro 10, contendo os novos valores propostos para essa característica:



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

TIPO DE CONSTRUÇÃO [73]	VALORES	AUMENTO (%)	NOVO VALOR
Casa	120,65	895,60%	1.201,19
Precária	7,22	895,60%	71,88
Apartamento	120,65	895,60%	1.201,19
Loja	156,85	895,60%	1.561,60
Galpão	40,44	895,60%	800,86
Telheiro	80,44	895,60%	800,86
Fábrica	80,44	895,60%	800,86
Especial	194,95	895,60%	1.940,92

Quadro 10 – Proposta de alteração dos valores por metro quadrado por tipo de construção.

Fonte: Desenvolvido pelo autor (dados da pesquisa).

Essas alterações buscam deixar os imóveis com o valor venal igual ou o mais próximo possível do seu real valor vendável, que afinal é o que significa a expressão. Mas ao serem feitas essas alterações de valores, porém mantendo a mesma alíquota do IPTU, se tornaria algo inviável para o contribuinte, por exemplo, se imaginarmos somente a alteração de valores base, o imposto ficaria em torno de R\$ 2.576,12 para o imóvel mencionado desde que não tivesse área construída e de R\$ 1.265,01 caso a situação fosse contrária.

Esse valor ainda não é considerado o ideal, pois ao ser ajustada a base de cálculo, faz-se necessário o reajuste da alíquota, a qual foi majorada além dos índices legais da inflação para o exercício de 2013 como uma medida emergencial para o aumento da arrecadação do município.

Ao serem reduzidas as alíquotas do IPTU para 0,60% para imóveis sem edificação e 0,30% para aqueles construídos, os novos valores do IPTU serão R\$ 210,01 e R\$ 345,00 respectivamente. Embora tenha ocorrido uma redução das alíquotas, pode-se notar que a arrecadação ainda sim seria superior, uma vez que as bases de cálculo foram reajustadas. Se pensar na unidade pode não parecer representativo, mas se levar em consideração a totalidade de imóveis no município de Cruzeiro do Oeste, que atualmente chega a aproximadamente 12.000 aqueles regulares com o paço municipal, esse valor passa a ser significativo para o erário municipal.

Por outro lado, no que tange às taxas, devem ser retiradas da cobrança por parte do município as referentes à limpeza pública e a de combate a incêndio, como questionamento levantado nos Autos nº 0002075-71.2011.8.16.007 de Ação Declaratório da Vara Cível e Anexos da Comarca de Cruzeiro do Oeste – PR e os dispostos nos Enunciados das Câmaras Tributárias do Tribunal de Justiça do Paraná.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O Enunciado nº 07 descreve em seu teor que: “É inconstitucional a cobrança da taxa de limpeza pública e conservação pública, por se tratar de serviço inespecífico, não mensurável e indivisível, cujo custeio é abrangido pela arrecadação dos impostos gerais”. Ou seja, o que torna a sua cobrança inconstitucional, primeiro é o fato de não ser possível especificar o serviço a ser realizado e atribuir determinado valor a ele, e segundo, o seu custeio já está abrangido na arrecadação dos impostos em geral, então ao pagar o IPTU, o contribuinte já está pagando o custeio de conservação de vias e logradouros.

Já, com relação taxa de combate a incêndio, a mesma é disposta da seguinte forma:

A taxa de prevenção e combate a incêndio é legítima, quando atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, correspondendo a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte. Entretanto, o Município não pode instituí-la, por ser da competência tributária do Estado (TJPR, Enunciado 06).

De forma mais clara, quando esta atende aos requisitos de especificidade e divisibilidade, torna-se legítima a sua cobrança, porém de qualquer forma o município não pode efetuar a sua cobrança, uma vez que esta é de competência tributária do Estado. Dadas as análises, verificou-se qual seria a arrecadação do município para esse imóvel, caso essas sugestões fossem colocadas em prática, utilizando os mesmos valores e exemplos do quadro 08.

VARIÁVEIS	MÉTODO ATUAL	MÉTODO PROPOSTO	VARIAÇÃO (%)
Imposto predial	99,81	345,00	245,66%
Coleta de lixo	6,00	6,00	0,00%
Limpeza pública	13,50	0,00	-100,00%
Combate a incêndio	19,65	0,00	-100,00%
Valor aproximado por parcela	5 x 27,79	5 x 70,20	152,61%
Total do carnê	138,96	351,00	152,59%
Valor venal terreno	1.038,80	35.001,58	3.269,42%
Valor venal edificação	8.035,29	79.999,25	895,60%
Valor venal total	9.074,09	115.000,83	1.167,35%
Alíquota imposto predial	1,10%	0,60%	-45,45%
Alíquota imposto territorial	7,36%	0,30%	-95,92%

Quadro 11 – Comparativo entre o valor praticado e o proposto para os tributos de Cruzeiro do Oeste.
Fonte: Desenvolvido pelo autor (dados da pesquisa).

Como apresentado no quadro 11, pode-se notar que feitas as alterações, a arrecadação neste caso iria ser majorada em 152,59%, a qual seria mais do que o suficiente para suprir uma possível perda ocasionada pela retirada das taxas de combate à incêndio e limpeza pública, que representavam 23,86% do antigo valor arrecadado.



De acordo com um estudo realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em 2012, a renda média per capita das famílias de Cruzeiro do Oeste era de R\$ 609,34, valor que estaria maior vista que o indicador foi calculado utilizando o salário mínimo de R\$ 510,00 vigente em 2010, e que atualmente este está no valor de R\$ 678,00, ocorrendo uma variação no mínimo de 32,94% a qual aplicada à renda per capita daria como retorno algo em torno de R\$ 810,06.

Desta maneira, pode-se concluir que, se optado pelo pagamento em cinco cotas, o valor do tributo consumiria cerca de 8,67% do salário médio por família somente nos meses de pagamento, o qual proporcionaria justiça tributária para o contribuinte, além do incremento de receita para o município, cuja consequência seria um maior número de benfeitorias realizadas para a sociedade.

Portanto, reiterando o questionamento levantado anteriormente, embora os valores venais ainda não expressem exatamente o que realmente ocorre em transações de compra e venda, este alcançado colocaria o possuidor do imóvel em uma situação mais favorável caso ocorresse a desapropriação do seu imóvel, pois o ente público pagaria um valor maior dadas as devidas circunstâncias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o contexto que foi abordado durante o desenvolvimento deste trabalho, conclui-se que os objetivos propostos no início foram alcançados de maneira satisfatória, haja vista que foi descrito e estudado cada um dos componentes do cálculo do IPTU e das taxas agregadas a ele, como abordado na introdução.

Estruturado o referencial teórico e constituído a base de dados necessária para a análise, verificou-se que no que tange ao objetivo de comparação dos valores venais constituídos pela PMCO com os valores de mercado, aqueles recentemente praticados nas transações de compra e venda estes não eram compatíveis.

Dessa maneira, foi sugerida uma alteração de algumas das variáveis de cálculo do valor venal dos imóveis, os quais servem de base de cálculo para o IPTU. Embora o valor encontrado não expresse exatamente a realidade do município, esta está mais próxima da realidade, suprimindo a defasagem de aproximados 16 anos de atualizações cadastrais.

A alteração proposta pelo autor pode proporcionar benefícios complementares tanto para



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

o ente público como para o contribuinte, uma vez que, a arrecadação ficaria maior e proporcionaria maiores condições de investimentos pelo órgão público no próprio município, gerando melhorias para os imóveis, e dando melhores condições de saúde, educação e lazer para toda a população de Cruzeiro do Oeste.

Assim, acredita-se que este trabalho irá sanar inúmeras dúvidas dos leitores no que se refere aos métodos de cálculo do IPTU bem como a obtenção do seu valor de cobrança, não restrito ao Município de Cruzeiro do Oeste, mas para qualquer município que se interessar pelo assunto e que a partir daí, estes tenham um maior nível de conhecimento sobre o assunto, o qual está presente na vida da maioria deles.

REFERÊNCIAS

CRUZEIRO DO OESTE, Lei n. 24, de 17 de novembro de 2004. **Institui a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública**, prevista no Art. 149-A da Constituição Federal. Disponível em: <http://leismunicipa.is/vnrjd>, 2004.

CRUZEIRO DO OESTE, Lei Complementar n. 08, de 16 de dezembro de 2005. **Institui o novo código tributário no Município de Cruzeiro do Oeste**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/qvfao>, 2005.

CRUZEIRO DO OESTE, Lei Complementar n. 03, de 21 de novembro de 2012. **Altera a alíquota do IPTU e o valor da Unidade de Referência e dá outras providências**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jnver>, 2012.

CRUZEIRO DO OESTE, Decreto n. 517, de 14 de dezembro de 2012. **Fixa o prazo de vencimento e descontos para o pagamento de Tributos Municipais para o exercício de 2013**.

CRUZEIRO DO OESTE, Autos nº 0002075-71.2011.8.16.007. **Ação declaratória de nulidade de ato administrativo por lançamento de tributos municipais ilegais e inconstitucionais**. Poder Judiciário, Vara cível e anexos da comarca de Cruzeiro do Oeste – PR.

PARANÁ, Tribunal de Justiça do Paraná. **Enunciados**. Disponível em: <http://www.tjpr.jus.br/enunciados>.

PARANÁ, Decreto n. 349, de 31 de outubro de 2012. **Regulamenta os lançamentos dos tributos para o exercício de 2013**. ROSSET, R. Revista Fenacon em Serviços Julho/Agosto, 2009.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**AS PESQUISAS SOBRE AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR NO
BRASIL (2007 A 2016): PRINCIPAIS TENDÊNCIAS**

Ana Lucia Ferreira da Silva¹ – Universidade Estadual de Londrina

Nome do GT: 13 – Políticas Públicas

RESUMO

Este trabalho apresenta alguns resultados de pesquisa desenvolvidas em projeto de pesquisa que se propôs a discutir a ampliação da jornada escolar no Brasil, no período de 2007 a 2016. Para o levantamento teve-se como foco teses e dissertações que se encontram disponibilizadas nos portais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior – Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. A pesquisa teve como norte a seguinte questão: como tem sido apresentada, com foco na ampliação da jornada escolar, questões referentes à educação integral, a escola de tempo integral, as atividades socioeducativas, a educação não formal, a inclusão social e a qualidade do ensino? Como objetivo geral se propôs a analisar, a partir da produção das pesquisas desenvolvidas sobre a ampliação da jornada escolar, como têm sido tratadas as questões subjacentes à política para a ampliação da jornada escolar. Neste trabalho, o recorte pesquisado se ocupa em analisar as teses de doutorado sobre a ampliação da jornada escolar na base de dados da Capes e da BDTD. Trata-se de pesquisa bibliográfica e seu desenvolvimento se respalda na meta-análise, a qual torna possível a verificação de aspectos qualitativos e quantitativos das pesquisas, considerando-se seu conteúdo. Dentre os resultados obtidos é possível depreender que os núcleos que discutem as políticas educacionais, pesquisas sobre a política de ampliação da jornada escolar tem se constituído como importante tema de estudos e sendo discutida em um número significativo de universidades brasileiras, em renomados programas de pós-graduação.

Palavras-chave: Pesquisas em Educação. Ampliação da Jornada Escolar. Teses.

**INVESTIGACIÓN SOBRE LA JORNADA ESCOLAR EN BRASIL (2007 A 2016):
PRINCIPALES TENDENCIAS**

RESUMEN

Este trabajo presenta algunos resultados de investigación desarrollados en un proyecto de investigación que se propuso discutir la ampliación de la jornada escolar en Brasil, de 2007 a 2016. La encuesta se centró en tesis y disertaciones que están disponibles en los portales de la Coordinación para la Mejora de la Educación Superior Personal – Capes y la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones – BDTD. La investigación se orientó por la siguiente pregunta: cómo se ha presentado, con foco en la ampliación de la jornada escolar, temas relacionados con la educación integral, escuela de tiempo completo, actividades socioeducativas, educación no formal, inclusión social y calidad de vida. educación ¿enseñanza? Como objetivo general se propuso analizar, a partir de la producción de investigaciones realizadas sobre la extensión de la jornada escolar, cómo han sido tratados los temas que fundamentan la política de extensión de la jornada escolar. En este trabajo, la sección investigada se ocupa de analizar las tesis doctorales sobre la extensión de la jornada escolar en las bases de datos Capes y BDTD. Se trata de una investigación bibliográfica y su desarrollo está sustentado en meta-análisis, lo que posibilita verificar aspectos cualitativos y cuantitativos de la investigación, considerando su contenido. Entre los resultados obtenidos, es posible inferir que de los núcleos que discuten políticas educativas, la investigación sobre la política de extensión de la jornada escolar se ha convertido en un tema importante de estudios y está siendo discutido en un número significativo de universidades brasileñas, en programas de posgrado de renombre. graduación.

Palabras clave: Investigación en Educación. Ampliación de la Jornada Escolar. Tesis.

¹ Licenciada em Pedagogia (UEL), Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora associada/Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina/PR. E-mail: a.ferreira@uel.br.



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho apresentamos parte de resultados de pesquisa desenvolvida que se propôs a analisar dissertações de mestrado e teses de doutorado, produzidas em programas de pós-graduação, com foco na ampliação da jornada escolar no período de 2007 a 2016 em universidades brasileiras. Embora a pesquisa abranja dissertações de mestrado e teses de doutorado, neste texto nos ocupamos em apresentar alguns dados obtidos apenas em teses de doutorado produzidas no referido período.

A justificativa para o estudo se ampara na afirmativa de que o tema tratado envolve muitas preocupações e aspectos que confirmam a necessidade de estudos e investigações, haja vista que a ampliação da jornada escolar é atrelada à qualidade do ensino e, muitas vezes, amparada em discursos que a equivalem à educação integral. Este estudo pretendeu evidenciar a necessidade de conhecer e organizar pesquisas em educação que versem sobre a ampliação da jornada escolar e, mais especificamente, sobre a educação integral, a escola de tempo integral, inclusão social, qualidade do ensino, atividades socioeducativas e educação não formal. Desta preocupação advém o problema dessa pesquisa: como tem sido apresentadas nas pesquisas em educação desenvolvidas no período de 2007 a 2016 com foco na ampliação da jornada escolar, questões referentes à educação integral, a escola de tempo integral, inclusão social, qualidade do ensino, atividades socioeducativas e educação não formal?

Como objetivo geral, a pesquisa centra-se em analisar, a partir da produção das pesquisas desenvolvidas sobre a ampliação da jornada escolar em teses e dissertações, como têm sido tratadas as questões referentes à educação integral, a escola de tempo integral, as atividades socioeducativas, a educação não formal, a inclusão social e a qualidade do ensino. Como recorte, este trabalho se propõe a analisar as teses de doutorado sobre a ampliação da jornada escolar na base de dados da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

Em termos de abordagem deste estudo, o mesmo pode ser classificado, conforme a abordagem do problema de pesquisa, como de natureza qualitativa, haja vista que partiu de levantamento de pesquisas desenvolvidas em período de tempo pré-definido e, posteriormente, procedeu-se a análise do material levantado.

Sobre a metodologia, trata-se de estudo bibliográfico amparado em abordagem qualitativa. Seu desenvolvimento se respalda na meta-análise, visto que esta, de acordo com Torres e Lima (2017 apud Czernisz e Torres, 2021) torna possível a verificação dos aspectos



qualitativos e quantitativos das pesquisas, considerando-se seu conteúdo.

O foco aqui tratado parte da compreensão de que as pesquisas advindas por meio do levantamento realizado, embora partam de um mesmo descritor – ampliação da jornada escolar - apresentam particularidades no que se refere a análises de propostas de escolas de tempo integral promovidas por redes públicas ou por programas federais de fomento a ampliação da jornada, os quais têm a educação integral como norte. Observa-se, do levantamento, que tais particularidades envolvem, em especial, diferentes redes públicas de ensino, elemento que inquieta os pesquisadores, levando-os em suas trajetórias a definição sobre tema, foco do estudo, metodologias, procedimentos, referenciais teóricos, em conformidade as características das realidades pesquisadas. A partir desta premissa, destaca-se este aspecto no processo de análise dos dados a partir dos achados nas teses de doutorado advindas do levantamento realizado no referido período.

2 AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR: SUBSÍDIOS TEÓRICOS

As discussões acerca da ampliação de jornada escolar na atualidade e a demanda por instituições de período integral têm sido apresentadas relacionadas a condição de pobreza e exclusão que, conforme atesta Guará (2009), compõem o cotidiano de crianças que vivem nas periferias em situação de vulnerabilidade social e adverte que a educação em tempo integral é pensada como alternativa de equidade e de proteção para os grupos mais desfavorecidos da população infanto-juvenil. O que ocorre, muitas vezes, é que o caráter educativo das atividades realizadas no horário expandido é esvaziado, sobressaindo a ideia de proteção, ainda que os discursos que embasam a discussão da escola de tempo integral estejam atrelados a qualidade do ensino, conforme assinala Cavaliere (2014), sendo em função dessa expectativa de uma escola de tempo integral aparece como elemento para um possível avanço em direção à referida qualidade. Nesta perspectiva Libâneo (2009) utiliza a expressão “escola do acolhimento social” em suas análises e apresenta a preocupação com a escola pública básica quando critica o processo de precarização dos processos de ensino e aprendizagem dos conteúdos formais nas escolas públicas brasileiras. Nessa linha, complementa Limonta (2014, p. 121) que a escola tem encontrado dificuldades em planejar a organização e a articulação da estrutura do currículo com esses novos conhecimentos e atividades, de forma que as ocupações do tempo escolar, que foi ampliado por intermédio de novas demandas, com frequência, “[...] não se articulam com os objetivos e conteúdos de aprendizagem e desenvolvimento e acabam por se tornar vazias de significado e sentido tanto para os alunos quanto para os educadores”.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Estudo de Silva (2014) assevera que a ampliação da jornada escolar ganha impulso no Brasil em especial pós reforma do Estado nos anos de 1990. Sob a designação da expressão “ampliação da jornada escolar”, destaca-se que publicações oficiais, assim como a literatura acadêmica trazem diferentes denominações acerca da extensão das horas em que o aluno passa a ficar na escola, sendo as expressões, as mais diversas, como escola de tempo integral, jornada ampliada, escola de dia inteiro, educação integral, escola integral, dentre outras. Há que se considerar aspecto relevante, qual seja, a compreensão relativa a extensão de tempo como sendo tratada como educação integral.

Este tema ganha força e passa a ser respaldado por legislação que normatiza os direitos de proteção integral de crianças e adolescentes, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) (BRASIL, 1996).

Afirma Guará (2009) que o ECA passou a exercer forte influência na sociedade sociais para além de normatizar, em termos legais, os aspectos referentes à criança e ao adolescente. A partir de sua divulgação, o número de entidades governamentais e não governamentais que passou a apresentar propostas para o atendimento a este segmento aumentou.

Nesse sentido, tais ações são propostas seja pela escola, seja por entidades que compõem o terceiro setor. Conforme atesta Perrude (2013) tais ações podem ser desenvolvidas ou não em parceria com o setor público e, dentre esses, destacam-se: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Bolsa-Família, o Programa Segundo Tempo, o Programa Escola Aberta, o Programa Mais Educação, dentre outros. Experiências em curso vem sendo desenvolvidas por redes públicas em diferentes estados e que têm ampliado seu horário de atendimento, ofertando atividades complementares e diversificadas em turno contrário ao da escolarização. Para Cavaliere (2014, p. 1212) “[...] a ampliação da jornada escolar pela anexação de um turno adicional ou um “contra-turno”, entendido como “complementar”, fundamentalmente distinto do tempo regular e destinado a apenas alguns alunos, pode ser um passo em falso na busca da melhoria da qualidade da educação brasileira”.

Os argumentos expostos são fundamentais para a pesquisa aqui apresentada. A análise da produção das pesquisas de doutorado desenvolvidas sobre a ampliação da jornada escolar propiciará o aprofundamento de reflexões sobre a constituição de um campo de conhecimento, seu desenvolvimento, como se encontra no período estudado. Com esse intuito apresentamos alguns resultados da pesquisa a fim de evidenciar, a partir das categorias elencadas, quais



tendências apontam essas pesquisas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa empreendida é de cunho bibliográfico. Foi feito levantamento e organização de dados de pesquisas desenvolvidas sobre a ampliação da jornada escolar em teses de doutorado produzidas no período entre 2007 a 2016, disponíveis nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior - Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

Para tanto, a meta-análise foi tomada para a análise dos dados, sendo possível por meio do exame do conteúdo das teses. A verificação de conteúdo possibilita obter a visualização das tendências teóricas, metodológicas e as relativas a temas mais pesquisados, visto que a meta-análise, de acordo com Torres e Lima (2017 apud Czernisz e Torres, 2021) torna possível a verificação dos aspectos qualitativos e quantitativos das pesquisas, considerando-se seu conteúdo. Estudos realizados por Bicudo (2014) vão ao encontro da importância de desenvolver pesquisa utilizando este caminho, uma vez que a meta-análise possibilita agregar mais de um estudo sobre um tema, visto que o procedimento de integrar esses resultados pauta-se em uma “[...] revisão sistemática da literatura, na análise dos métodos seguidos, dos subtemas trabalhados, das conclusões a que chegaram”, além disso, observa que este procedimento está embasado “[...] na compreensão de que a integração de várias pesquisas independentes oferece maior sustentação para trabalhos futuros e balizam modos de observar os fatos de maneira mais rigorosa, pois tende a um padrão” (BICUDO, 2014, p. 8).

Cabe ressaltar, com base em Bicudo (2014) que a meta-análise se faz também a partir de pesquisas que tratam de dados qualitativos as quais sempre culminam em “[...] sínteses interpretativas, possibilitadas pelas análises e interpretações dos dados primários, a meta-síntese efetua interpretação das interpretações das pesquisas elencadas como constitutivas dessa análise” (BICUDO, 2014, p. 9). A partir do exposto delineamos os procedimentos, contemplando a especificidade da pesquisa². O descritor selecionado para realizar o levantamento foi “ampliação da jornada escolar”.

Para o levantamento das pesquisas, foi utilizado o descritor “ampliação da jornada escolar” e foi feito o refinamento de dados por meio do período estabelecido (2007 a 2016). As teses provenientes do levantamento passaram por uma seleção prévia. Num primeiro

² Quanto a natureza desta pesquisa, trata-se de pesquisa de pesquisa que se propõe gerar conhecimentos novos, não se prevendo, de maneira direta, uma aplicação prática, se constituindo, portanto, em pesquisa básica.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

momento foi feita a leitura do título, resumo e palavras-chave e quando as informações eram insuficientes, passava-se a leitura da Introdução do trabalho, dentre outras partes em caso necessário. Num segundo momento, as pesquisas selecionadas foram organizadas em quadros, contendo autor, ano, instituição, programa, tema, foco de análise, percurso metodológico e resultados alcançados. A partir desses dados, foi possível organizar as teses em seis eixos, de acordo com as palavras-chave indicadas pelos autores. Num terceiro momento, foram privilegiadas as análises a partir de categorias estabelecidas: foco da análise, percurso metodológico e os resultados.

Com a organização dos dados levantados, primeiramente por meio de quadros e posteriormente em relatórios, passou-se a discutir as tendências das pesquisas desenvolvidas e os recortes que ainda requerem ser pesquisados.

4 PESQUISAS SOBRE AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR (2007 A 2016)

Passamos a apresentação dos dados e destacamos a parcialidade dos mesmos e a justificamos em razão de que o levantamento das pesquisas das teses de doutorado produziu um volume importante de dados, soma-se a este aspecto a complexidade que abarcam. Os dados, como já observamos, foram levantados nos portais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior – Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, no período correspondente entre 2007 a 2016.

No que se refere ao levantamento realizado no portal da Capes entre os anos de 2007 a 2016 foram identificadas dezoito (18 pesquisas), já no portal da BDTD foram localizadas dezesseis (16), num total de trinta e quatro (34) trabalhos. Há que se destacar, deste total, dois trabalhos embora tenham seus registros na plataforma Capes, o arquivo com o trabalho completo não se encontra disponível.

Nas duas bases de dados (Capes e BDTD), destaca-se pesquisas se repetem, quais sejam: Dib (2010), Aquino (2011), Valadares (2011), Mattos (2012), Ramos (2012), Oliveira (2012), Perrude (2013), Cusati (2013), Silva (2014).

Identificados temas/temáticas pesquisados nos diferentes trabalhos, estes foram organizados em seis eixos: “Educação”, “Educação integral/Integrada”, “Política Educacional”, “Educação Integral e/ou em tempo integral”, “Escola de/em Tempo Integral” e “Formação continuada de professores [e tempo integral]”, o qual também localiza autores e ano de defesa dos trabalhos, além de apresentar a instituição e o programa do qual originaram, conforme quadro abaixo:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Quadro 1: Organização do levantamento:		
Eixo	Autor/Ano	Instituições e Programas
Educação	Perrude (2013) (A, B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas/Unicamp
Educação integral e/ou em tempo integral	Matos (2012) (A, B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Juiz de Fora
	Vasconcelos (2012) (A)*	Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista/Unesp/Araraquara
	Cusati (2013) (A, B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo/USP
	Silva (2013) (A)*	Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio de Janeiro
	Mosna (2014) (B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul
	Fonseca (2014) (B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos
	Vivian (2015) (B)*	Programa de Pós -Graduação em Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul
	Abdulmassih(2015) (B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
	Cararo (2015) (B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
	Rosa (2016) (B)*	Programa de Pós-graduação em Educação/Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro – PUC
Silva (2016) (B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Pernambuco	
Educação Integral/Integrada	Oliveira (2012) (A, B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação/Faculdade de Educação – FE/ Universidade de Brasília/ UnB
Escola de/em Tempo Integral	Dib (2010) (A, B)*	Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília
	Aquino (2011) (A, B)*	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” Universidade de São Paulo Área de Contracção: Economia Aplicada
	Ramos (2012) (A, B)	Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás /PUC Goiás

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

	Silva (2014) (A, B)*	Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo/USP
	Santos (2014) (A)*	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília
	Gomes (2016) (A)*	Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação/Universidade Federal de Goiás
Política Educacional	Valadares (2011) (A, B)*	Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista/Unesp/Araraquara
	Costa (2016) (A)*	Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio de Janeiro
Formação continuada de professores [e tempo integral]	Branco (2009) (A)*	Programa de Pós-Graduação – Educação, linha de pesquisa: Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano/ Universidade Federal do Paraná
	Silva (2009) (A)*	Universidade Estadual de Campinas/ Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação
Legenda: A* (CAPES); B* (BDTD); A, B* (CAPES, BDTD)		

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No portal da Capes no período pesquisado, do total de trabalhos (18) destaca-se que nos anos de 2007, 2008 e 2015 nenhum trabalho foi registrado e que em 2010 apenas 01 trabalho aparece. Já no ano de 2012 foram registrados 04 trabalhos e nos anos de 2009, 2011, 2014 e 2016, o número de trabalhos defendidos foi o mesmo: dois (02) trabalhos cada ano registrados neste portal. No ano de 2013, três trabalhos foram localizados. No portal da BDTD o levantamento evidenciou que do total de 16 trabalhos, que nos anos de 2007, 2008 e 2009 não há registro de trabalhos e no ano de 2010, um (01) trabalho aparece, já nos anos de 2012, 2014 e 2015, registram 03 trabalhos cada ano e nos demais anos (2011, 2013, 2016), registra-se 02 trabalhos em cada ano.

Nas teses do portal Capes do número total de trabalhos (18), 15 trabalhos foram desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação em Educação, dois dos trabalhos não se encontram disponíveis os trabalhos completos, por isso não é possível identificar os programas que os produziram e um trabalho se situa na área de Economia Aplicada. Do total dos 18 trabalhos, estes estão localizados em 13 instituições, destacando-se a Universidade da Universidade de São Paulo/USP com três (03) trabalhos, destes, dois (02) foram localizados no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação e um (01) trabalho no Programa de Pós-Graduação na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” em Economia Aplicada,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

seguido pelos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, da Universidade Estadual Paulista/Unesp/Araraquara e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cada programa registra dois (02) trabalhos cada uma.

Do total dos trabalhos identificados no levantamento (16), estes estão localizados em 13 instituições, destacando-se a Universidade da Universidade de São Paulo/USP com três (03) trabalhos, destes, dois (02) foram localizados no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação e um (01) trabalho no Programa de Pós-Graduação na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, seguido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com dois (02) trabalhos e os demais programas, um trabalho cada.

Quanto a organização dos dados em eixos, registra-se que do número total de trabalhos na base de dados do portal Capes (18), quatro (04) foram alocados no eixo “Educação Integral e/ou em tempo integral”. Os eixos “Educação” e “Educação integral/Integrada” registra uma (01) pesquisa cada um. Os eixos “Política Educacional” e “Formação continuada de professores [e tempo integral]” registram duas (02) pesquisas cada. Quanto ao eixo “Escola de/em Tempo Integral”, os resultados evidenciaram seis (06) trabalhos.

Na base de dados da plataforma BDTD, a organização dos dados em eixos evidenciou que nos eixos “Educação” e “Educação integral/Integrada”, foi registrada uma (01) pesquisa cada um. Quanto ao eixo “Escola de/em Tempo Integral”, os resultados evidenciaram quatro (04) trabalhos no período. No eixo “Política Educacional” foi alocado um (01) pesquisa, já o eixo “Formação continuada de professores [e tempo integral]”, não teve registro. O eixo “Educação Integral e/ou em tempo integral” comporta o maior número de pesquisas, nove (09).

A organização dos dados em eixos favoreceu identificar, no levantamento realizado, dados para a análise. Releva-se que como palavra-chave o termo ampliação da jornada escolar não aparece, contudo, sendo este o descritor de busca, todos os trabalhos localizados por meio do levantamento têm como foco este tema.

Duas das pesquisas se ocupam de aspectos relativos a formação docente, Matos (2012) estuda os “saberes-fazer” praticados pelas professoras e pelo professor no cotidiano de uma escola de educação em tempo integral e Oliveira (2012) investiga o mal-estar docente dos professores de três escolas públicas do Distrito Federal que trabalham com o projeto de Educação Integral/Integrada. Rosa (2016) analisa teses e dissertações (2000 a 2012) que tratam da temática educação integral e(m) tempo integral, analisando, especialmente, como os



pesquisadores apresentaram o currículo da experiência/programa ou política analisada nas pesquisas.

Outro dado a ser evidenciado diz respeito ao foco das análises, os quais incidem sobre a implementação de propostas/programas em redes públicas estaduais, nove trabalhos, e foram desenvolvidos por: Branco (2009), Silva (2009), Dib (2010), Aquino (2011), Valadares (2011), Ramos (2012), Cusati (2013), Silva (2016) e também Gomes (2016) e 09 pesquisas foram desenvolvidas tendo como foco a implementação e/ou a avaliação de programas – em especial o Programa Mais Educação e o Programa Escola Aberta -, as quais foram realizadas por: Vasconcelos (2012), Perrude (2013), Silva (2013), Mosna (2014), Silva (2014), Fonseca (2014), Vivian (2015), Abdulmassih (2015), Cararo (2015) e Costa (2016).

5 AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR: ALGUMAS TENDÊNCIAS

O levantamento e a organização dos dados possibilitou visualizar as pesquisas de doutorado desenvolvidas no período proposto, permitindo fazermos algumas inferências, dentre estas, a de que a ampliação da jornada escolar ganhou destaque por meio do Programa Mais Educação, programa que visa fomentar a ampliação da jornada escolar na educação básica na rede pública de ensino proposto pelo governo federal, afirmação esta referendada por Vasconcelos (2012) que afirma que o Programa Mais Educação é compreendido como estratégia indutora, procurando cumprir o objetivo de construir a educação integral, por meio do fortalecimento da escola de tempo integral.

Sobre os trabalhos que se ocuparam da análise de propostas promovidas pela rede pública, dentre os principais resultados, os estudos de Ramos (2012) apontam que as escolas enfrentam muitos desafios e o de Santos (2014) assinala que a melhoria na qualidade do ensino só será viabilizada com o enfrentamento das questões elementares do sistema de ensino, como as condições físicas, salários dignos e formação continuada. A pesquisa de Gomes (2016) evidencia limites, desafios e possibilidades para a efetividade da proposta de ampliação da jornada escolar e Valadares (2011) identificou fragilidades no processo de implementação da proposta.

Em linhas gerais, dentre os principais resultados relativos as teses que se ocuparam da análise e/ou avaliação do Programa Mais Educação, o estudo de Mosna (2014) aponta para “desencontros” entre as finalidades e objetivos do Programa e estes se devem à ausência de um currículo integral e integrado e na pesquisa de Abdulmassih (2015), dentre os principais achados, destaca que as concepções presentes nas experiências pesquisadas, configuram-se às



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de escola de tempo integral, onde os alunos cumprem um currículo formal e obrigatório num turno escolar e retornam em outro para participar de atividades diversificadas e desconectadas com o turno regular, evidenciou também que as atividades desenvolvidas nas escolas analisadas, ainda que não atendam a todas as expectativas de Educação Integral, configurando tais experiências, as concepções presentes nas experiências de escola de tempo integral.

Em relação aos resultados a que chegaram os estudos relativos a análises de programas, em especial o Programa Mais Educação e o Programa Escola Aberta, o estudo de Fonseca (2014) destaca algumas deficiências, principalmente, em relação aos espaços físicos e aos recursos humanos, os quais, afirma, são uma importante ferramenta para oferecer educação integral aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, fazendo com que eles permaneçam mais tempo na escola, distantes de situações de risco. O estudo de Vivian (2015) evidencia que a jornada ampliada demonstrou-se cansativa tanto para alunos quanto para professores, ao mesmo tempo que evidenciou uma forte representação da escola como local de proteção e convívio. A pesquisa de Ramos (2012) aponta que a escola pública enfrenta muitos desafios e que o processo de implementação nestas escolas de propostas de ampliação de tempo, vem consolidando uma escola do acolhimento, em detrimento da escola do conhecimento. A pesquisa de Cararo (2015) assinala o entendimento que a temática da relação entre educação, pobreza e vulnerabilidade social vulnerabilidade social é um campo ainda em formação no Brasil, demandando aprofundamento de estudos com urgência, pela gravidade e amplitude dos processos pelos quais essa relação se concretiza.

Dentre os estudos que abordaram propostas de ampliação da jornada escolar advindas seja da rede pública, seja por meio do programa fomentado pelo governo federal, destaca-se o estudo de Silva (2014) o qual promoveu sua análise nessas duas frentes, conclui que o estudo possibilitou a compreensão de que, ainda que o alargamento da jornada escolar tenha a ampliação das oportunidades de aprendizagem como foco, fica em evidência nas escolas pesquisadas a interface educação-proteção.

Sobre a política de ampliação da jornada escolar, em linhas gerais, dentre os principais resultados encontrados, esta investigação evidencia aspectos relativos a contribuição da ampliação da jornada escolar na trajetória dos estudantes da educação básica, apontam para a melhoria da qualidade do ensino público e, privilegiam em suas análises, apontamentos e críticas relativas a forma como a extensão da jornada escolar vem sendo efetivada. Dentre as preocupações situam-se aquelas que relacionam a extensão do tempo a qualidade da educação,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ao uso do tempo com atividades planejadas, a gestão das escolas que ofertam tempo integral. Dentre as principais críticas se destacam a ausência de estrutura física adequada, a formação de professores como requisito fundamental a condução do trabalho e discussão acerca do currículo para esta escola de tempo integral, configuram-se como os principais elementos apontados nas teses no sentido de uma escola pública de qualidade com vistas ao alcance da educação integral. Destaca-se, dos aspectos apresentados como principais críticas dos pesquisadores, residem, em nossa perspectiva, recortes que carecem de aprofundamento em estudos futuros.

Observamos que os resultados ora apresentados são parciais e que serão retomados na conclusão da pesquisa. Por meio desta investigação foi possível apreender que no campo das políticas educacionais, pesquisas sobre a política de ampliação da jornada escolar tem se constituído como um importante tema, haja vista o expressivo número de estudos registrados no período analisado e vem sendo discutida em importantes universidades brasileiras e em renomados programas de pós-graduação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados propiciou a compreensão de que inúmeras instituições e programas de pós-graduação vêm se ocupando desta temática, haja vista o número de trabalhos evidenciados por meio do levantamento.

Constata-se que a política de ampliação da jornada escolar tem um longo caminho a percorrer no que se refere a proposição da oferta de uma Educação Integral em uma escola pública de tempo integral que caminhe na direção de uma formação integral em especial, de crianças e adolescentes, advindos das periferias e que se constituem como os sujeitos mais vulneráveis dentre as populações vulneráveis.

Sobre a política de ampliação da jornada escolar releva-se com base nos resultados obtidos, que sua importância tem se firmado e expandido enquanto área de estudos, o que poderá favorecer a longo prazo, por meio de novas pesquisas, também sua consolidação enquanto área.

REFERÊNCIAS

ABDULMASSIH, M.B.F. **Programa Mais Educação e escola a tempo inteiro: um olhar sobre as experiências de ampliação da jornada escolar no Brasil e em Portugal.** [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BICUDO, M. A. V.. **Meta-análise: seu significado para a pesquisa qualitativa.** REVEMAT. eISSN 1981-1322. Florianópolis (SC), v. 9, Ed. Temática (junho), (p. 07-20), 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/Meta-analiseeusignificadoparaapesquisaqualitativa.pdf>. Acesso em 10 jun 2022.

BRASIL. **Constituição Federal (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União de 23 De dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 20 jan 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8069 de 1990 e suas alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso 20 de jan 2023.

CARARO, M. F. **O Programa Mais Educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social: intenções e tensões.** [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

CAVALIERE, Ana Maria. **Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de estado?** Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1205-1222, out.-dez., 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/Qg3Kydrq3nNyMJqYFrpkWcv%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Qg3Kydrq3nNyMJqYFrpkWcv%20(1).pdf). Acesso 25 de jan 2023.

CZERNISZ, E. C. S.. TORRES, L. L. Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica (2021: Porto, Portugal). Actas Completas da Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: instituições, saberes pedagógicos e práticas escolares [recurso eletrônico] / Thiago S. Reis (org.). – Porto: Editora Cravo, 2021. (p. 526 a 536). Disponível em: <http://jvipc.pt/publicacoes/>. Acesso 05 de fev 2023.

FONSECA, J. A. L. **Ampliação do tempo escolar: uma política no contexto da prática escolar no Brasil e na Argentina.** [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos. São Leopoldo/RS. 2014.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola.** Em Aberto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 65-80, abr. 2009. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1471/1220>. Acesso 10 jan 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

GOMES, M.P. **O prescrito e o vivido:** estudo da política de ampliação da jornada escolar em escolas de tempo integral da rede municipal de educação de Goiânia. [Tese de Doutorado] Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola de conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt> Acesso 10 jan 2023.

LIMONTA, Sandra Valéria. **Escola de tempo integral:** Desafios políticos, curriculares e pedagógico. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, v. 24, n. 46, p. 120-136, maio-ago. 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7420>. Acesso em 05 de junho de 2022.

MOSNA, R. S. P. **Avaliação da política pública "Programa Mais Educação" em escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.** [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

PERRUDE, Marleide Rodrigues da Silva. **Política educacional e inclusão social:** um estudo dos programas de ampliação da jornada escolar. [Tese de Doutorado] – Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

RAMOS, M. L. S. **Escola de tempo integral na rede estadual de ensino de Goiás:** escola do conhecimento ou do acolhimento? [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia/GO. 2012.

SANTOS, F. M. **Políticas públicas de ampliação da jornada escolar na perspectiva da educação integral fazem diferença?** Um estudo do programa Mais Educação. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília. Brasília/DF, 2014.

SILVA, Ana Lucia Ferreira da Silva. **Políticas para a ampliação da jornada escolar:** estratégia para a construção da educação integral? [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VALADARES, F. R. **Implantação e implementação das escolas municipais em tempo integral na cidade de Goiânia.** [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Unespar/Araraquara. Araraquara/SP, 2011.

VIVIAN, D. **O tempo escolar no currículo da escola de tempo integral:** uma relação entre "temos todo tempo do mundo" e "não temos tempo a perder". [Tese de Doutorado] Programa



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**COMPARAÇÃO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS
ENTRE OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO
MOURÃO-PR**

Patrick Celestino Dos Santos –
Unespar - Campus de Campo Mourão¹.

Sérgio Luiz Maybuk –
Unespar Campus Campo Mourão
Membro do Grupo GERA²

**Nome do GT: 13-
Políticas Públicas**

RESUMO

O presente artigo é resultado de parte de uma pesquisa de Projeto de Tempo Integral Dedicção Exclusiva e de um projeto de iniciação científica, sendo as perguntas de pesquisa: Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios? O objetivo Geral: Identificar quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião de Campo Mourão-PR e comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios. Na metodologia foram utilizadas fontes secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa e uma forma objetiva de pontuação para classificar o desempenho dos municípios de acordo com cada indicador econômico e social. Nessa linha como conclusão, os cinco melhores municípios na ordem foram: Campo Mourão, Terra Boa, Araruna, Engenheiro Beltrão e Mamborê.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Indicadores Econômicos. Indicadores Sociais.

RESUMEN

Este artículo es resultado de parte de una investigación del Proyecto de Dedicación Exclusiva a Tiempo Completo y de un proyecto de iniciación científica, siendo las preguntas de investigación: ¿Cuáles son los indicadores económicos y sociales más relevantes para cada municipio de la microrregión? Y comparativamente entre ellos, ¿qué indicadores se destacan positiva y negativamente entre los municipios? El Objetivo General: Identificar cuáles son los indicadores económicos y sociales más relevantes de cada municipio de la microrregión de Campo Mourão-PR y comparativamente entre ellos, qué indicadores se destacan positiva y negativamente entre los municipios. En la metodología se utilizaron fuentes secundarias y debidamente analizadas dentro de una perspectiva de investigación con características descriptivas, cualitativas y cuantitativas y una forma objetiva de puntuación para

¹ graduando de ciências econômicas – e-mail: patrick-santos11@outlook.com.br

² Graduado em ciências econômicas e Mestre em Desenvolvimento Econômico – e-mail: sergio.maybuk@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

clasificar el desempeño de los municipios según cada indicador económico y social. En esa línea, como conclusión, los cinco mejores municipios en orden fueron: Campo Mourão, Terra Boa, Araruna, Engenheiro Beltrão y Mamborê.

Palabras clave: Desarrollo económico. Indicadores económicos. Indicadores Sociales.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é parte de uma pesquisa de Projeto de Tempo Integral Dedicção Exclusiva e de um projeto de iniciação científica. A temática dos indicadores econômicos e sociais é ou deveria ser colocada em pauta e analisada pelos gestores públicos municipais responsáveis para contribuir na gestão. E vistas com profundidade pelas pessoas interessadas em serem gestores e até mesmo pelos analistas das gestões públicas. Pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas nas Universidades também se debruçam nesta temática.

Na temática sobre indicadores sociais, pode ser encontrado considerações com séries de estatísticas e demais formas de evidências, que seja possível avaliar em que estágio se está e para onde se pode ir, considerando valores e objetivos, e avaliar determinado programas específicos e seus impactos. Indicadores sociais auxiliam no planejamento e na orientação de programas governamentais.

Justifica-se a proposta por constituir-se numa forma importantíssima de se fazer diagnósticos econômicos e sociais a partir de dados concretos e objetivos e produzir dados científicos comparativos entre os municípios e posteriormente, se for desejável, também entre regiões. Justifica-se por constituir-se num grande número de informações relevantes aos gestores municipais responsáveis para corrigirem indicadores e setores que não estão se desenvolvendo bem. Também aperfeiçoar e não deixar regredir indicadores e setores que estão indo bem. Justifica-se a proposta por tratar da melhoria e qualidade de vida população em dados econômicos, sociais, culturais, ambientais.

As perguntas de pesquisa do presente artigo são: Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios?

O objetivo Geral: Identificar quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião e comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios. Os Específicos para o presente artigo: Identificar os conceitos e características dos indicadores econômicos e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

sociais; Identificar, analisar e comparar os indicadores econômicos e sociais dos municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

Com relação aos Procedimentos Metodológicos foram identificados os conceitos e características dos indicadores econômicos e sociais, com a utilização de revisões bibliográficas (artigos científicos, livros e teses dos temas citados) e para os levantamentos de dados secundários, utilizou-se sites especializados nos órgãos oficiais, especialmente do IBGE, Iparde e a geração de nove tabelas com indicadores econômicos e sociais analisados. E uma metodologia específica com critério objetivo de pontuação para classificar o desempenho de cada município considerando cada indicador analisado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A razão final de se estudar os indicadores socioeconômicos de um município é tentar identificar o grau de desenvolvimento econômico do mesmo. Para Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento econômico precisa visar o atendimento de um objetivo político, que se considera fundamental diretamente nas sociedades modernas, ou seja, a busca do bem estar da população.

Desenvolvimento econômico decorre de uma sociedade sem miséria e que haja uma população bem mais homogênia sem concentração de renda e riqueza muito elevada. Para Bresser-Pereira (2008), há momentos em que ocorre a chamada concentração de renda, quando para isso, basta que os lucros obtidos pelas empresas cresçam mais de forma mais rápida do que os salários pagos aos trabalhadores, ou ainda que os lucros empresariais e os ordenados da classe média, cresçam mais rapidamente que os demais salários.

Já para Siedenberg (2003), não se pode, desconsiderar que, em geral, toda política de desenvolvimento necessita e se baseia em índices e indicadores, é possível identificar os pontos fortes e fracos de uma estratégia de desenvolvimento que são analisados ou evidenciados, não há como negar que indicadores são necessários para permitir análises e comparações inter ou intra-regionais.

Um aspecto relevante para a temática dos indicadores socioeconômicos é a crescente urbanização e sua problemática decorrente. De acordo com Mascarenhas (2006) e Dowbor (1994), O aumento da população urbana de forma crescente, torna necessário a reserva de recursos que possibilitem o financiamento de programas que deem conta do aumento da

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

demanda nas áreas da saúde, educação, assistência social, infra-estrutura em geral, habitação, água tratada, esgoto, lixo.

Sobre o lado mais problemático da urbanização, Mascarenhas (2006) e Feudo (2001) atentam que questões envolvendo exclusão social e pobreza, têm forte ligação com as cidades, considerando que é nelas o local onde se ampliam tais problemas. É necessário análise de como está sendo tratada as questões do planejamento das políticas públicas.

Com relação aos ditos indicadores, há autores importantes que contribuem para a discussão. Segundo Siedenberg (2003), indicadores são muito importantes, porém é uma espécie de registro de uma realidade momentânea. Numa comparação com a medicina, o termômetro indica apenas a sua temperatura naquele momento, da mesma forma um indicador qualquer ao ser apresentado, pode ser alterado logo na sequência. Resultado ruim indica necessidade de melhora e bom, indica responsabilidade de no mínimo a manutenção do mesmo.

Dois autores importantes da temática, Mascarenhas (2006) e Jannuzzi (2001), contribuem afirmando que a definição de um indicador social, pode ser chamado de uma medida em geral quantitativa que tenha significado social e é utilizado para substituir, quantificar ou até contribuir na operacionalização de um conceito social abstrato que tenha interesse teórico ou programático. Um bom exemplo é o indicador da taxa de analfabetismo.

Um dos primeiros indicadores e que mesmo com sua imperfeição ainda é relevante, é o PIB. De acordo com Siedenberg (2003), a evolução do PIB – Produto Interno Bruto – foi um indicador muito utilizado pela economia como referencial para medir nível quantitativo de desenvolvimento de uma nação, foi importante mas não era completo e não satisfazia outras áreas das ciências, porque nem sempre o crescimento econômico de uma nação ou região proporcionava desenvolvimento num sentido mais amplo.

A partir do PIB começou um processo de busca para uma alternativa mais completa. De acordo com Siedenberg (2003) e Nohlen e Nuscheler (1993), na década de 1970, ganhou intensidade a discussão científica em torno de novos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e esteve relacionada, com os trabalhos das agências especializadas da ONU e Unesco. Outros pesquisadores de outras entidades também se interessaram em atrelar ao lado de indicadores econômicos, série de dados e informações sobre indicadores sociais para analisar o desenvolvimento de países e/ou regiões.

Depois de grande discussão e debates, surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano. Para Siedenberg (2003), pode-se dizer que a partir do surgimento do IDH, o conceito de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

desenvolvimento passou a quantificar e mensurar aspectos relacionados à qualidade de vida da população de um município, Estado ou de um país. Como poderá ser visto na pesquisa tabulada e analisada do presente artigo, há também experiência de outro indicador próprio mais abrangente no Estado do Paraná, conhecido como Índice Ipardes.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir das afirmações de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) a metodologia de pesquisa que foi utilizada no presente artigo, revisões bibliográficas do tema indicadores sociais por meio de sites especializados, artigos científicos e livros. Foram utilizadas fontes secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa.

O levantamento de dados ocorreu direcionado aos municípios da Mesorregião Região Centro Ocidental Paranaense, que possui duas microrregiões (a de Campo Mourão e a de Goioerê). Para a presente pesquisa foi foco exclusivamente a de Campo Mourão que tem os seguintes municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

Para a resposta às perguntas de pesquisa “Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios?”. Foram identificados os conceitos e características dos indicadores econômicos e sociais, com a utilização de revisões bibliográficas (artigos científicos, livros e teses dos temas citados) e para os levantamentos de dados secundários, utilizou-se sites especializados nos órgãos oficiais, especialmente do IBGE, Ipardes.

Foi criado uma metodologia com critério objetivo de pontuação para identificar o desempenho de cada município em cada indicador. Para cada indicador, o município que ficou em primeiro lugar recebeu 5 pontos, o que ficou em segundo lugar 4 pontos, terceiro lugar 3 pontos, quarto lugar 2 pontos e finalmente quinto lugar 1 ponto. No final foi totalizado o

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

desempenho de cada município, exemplo: município A três primeiros lugares ($3 \times 5 = 15$), dois segundos lugares ($2 \times 4 = 8$) e um quinto lugar ($1 \times 1 = 1$) somando tudo igual a $15 + 8 + 1 = 24$ pontos.

É necessário especificar que para os levantamentos de dados nos sites oficiais, foram utilizados os mais recentes, há casos que infelizmente os dados são de 2010 porque o Censo que deveria ocorrer em 2020 não ocorreu. Outros são baseados em projeções mais atualizadas.

4 DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados e analisados alguns indicadores econômicos e sociais em que se entendeu, serem importantes para identificar níveis de desenvolvimento entre todos os municípios da microrregião de Campo Mourão. Outros indicadores ficaram de fora considerando a limitação de espaço no artigo.

A seguir apresenta-se a Tabela 01 – População estimada referência ano 2021. O número de população por si só não se caracteriza como indicador econômico, mas comparando-se com outros, sim. Se a economia de um município demonstra condições de renda, trabalho e qualidade de vida, acaba atraindo pessoas ou não incentivando a saída das mesmas.

Tabela 1 - População estimada - 2021

Município	Habitantes	População Estimada -
Araruna		14.029
Barbosa Ferraz		11.287
Campo Mourão		96.102
Corumbataí do Sul		3.038
Engenheiro Beltrão		13.962
Farol		2.995
Fênix		4.734
Iretama		10.029
Luiziana		7.217
Mamborê		12.900
Peabiru		14.017
Quinta do Sol		4.444
Roncador		9.447
Terra Boa		17.304

Fonte: Ipardes - IBGE – Elaborado pelos autores.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Na referida tabela, percebe-se que as cinco maiores populações são, em 1º Campo Mourão com 96.102 hab., em 2º Terra Boa com 17.304 hab., em 3º Araruna com 14.029 hab., em 4º Peabiru com 14.017 hab. e em 5º Engenheiro Beltrão com 13.962 hab.. A média de população na microrregião é 15.821 hab.. O município mais populoso e polo regional, é Campo Mourão com 96.102 hab. e o município de Farol com 2.995 hab. com a menor população.

Pela mesma fonte, considerando de acordo com gênero em 2010, a microrregião de Campo Mourão tinha uma população de 217.374 hab., um total de homens 107.302 hab. (49,36%) de mulheres 110.072 hab. (50,64%).

O próximo indicador econômico a ser apresentado e considerado importante para a análise de desenvolvimento de um município é o da Tabela 2 - Consumo e número de consumidores de energia elétrica – 2021. Quanto mais consumo de energia elétrica (sem desperdícios) significa mais empresas industriais produzindo, prestadoras de serviço atuando e consumindo energia e mais residências com mais eletrodomésticos consumindo.

Tabela 2 - Consumo e número de consumidores de energia elétrica - 2021

Município	CONSUM O (Mwh)	Nº DE CONSUMIDORES
Araruna	32.667	6.554
Barbosa Ferraz	14.341	5.395
Campo Mourão	316.004	45.905
Corumbataí do Sul	5.055	1.731
Engenheiro Beltrão	23.634	6.231
Farol	5.158	1.327
Fênix	6.637	2.157
Iretama	19.125	4.623
Luiziana	10.740	2.807
Mamborê	29.274	6.120
Peabiru	21.176	5.906
Quinta do Sol	9.341	2.160
Roncador	16.606	4.971
Terra Boa	59.945	7.715

FONTE: Ipar-des - COPEL e Concessionárias (CELESC, COCEL, CFLO, CPFL e FORCEL). Elaborado pelos autores.

Analisando-se a Tabela, percebe-se que os cinco maiores consumos são, em 1º Campo Mourão com 316.004 Mwh , em 2º Terra Boa com 59.945 Mwh , em 3º Araruna com 32.667 Mwh, em 4º Mamborê com 29.274 Mwh e em 5º Engenheiro Beltrão com 23.634 Mwh. O

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

indicador tem relação com a quantidade de população, quanto maior a população maior a tendência de consumo, mas o grau de industrialização e de serviços de um município é determinante para o maior consumo.

Um exemplo relacionando dois municípios com as tabelas 1 (população), 2 (consumo de energia elétrica) e 3 a seguir (número de estabelecimentos) é bem interessante, o município de Araruna tem 14.029 hab., 289 estabelecimentos e consome 2.32 Mwh por hab. O município de Terra Boa por sua vez, tem 17.304 hab. (23,34% a mais que Araruna), possui 471 estabelecimentos (62,97% a mais que Araruna) e consome 3,46% por hab. (49,13% a mais que Araruna). Percebe-se que Terra Boa tem pouco mais de 20% a mais na população, mas nos dois outros indicadores tem uma taxa percentual bem maior.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é o da Tabela 3 - Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas – 2021, quanto mais estabelecimentos mais oportunidades de ocupação de trabalho e geração de renda. Quanto maior a média de trabalhadores/as entre os estabelecimentos, melhor, pois indica, empreendimentos mais prósperos.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas – 2021

Município	Estabelecimentos	Empregos	Empregos/estabelecimentos
Araruna	289	2.922	10,11
Barbosa Ferraz	250	1.367	5,46
Campo Mourão	3.230	27.610	8,54
Corumbataí do Sul	67	459	6,85
Engenheiro Beltrão	390	2.222	5,69
Farol	50	390	7,8
Fênix	89	678	7,61
Iretama	214	1.567	7,32
Luiziana	226	1.280	5,66
Mamborê	441	1.526	3,46
Peabiru	356	1.804	5,06
Quinta do Sol	136	649	4,77
Roncador	295	1.639	5,55
Terra Boa	471	4.824	10,24

FONTE: MTP – Iparde. Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela, é possível verificar três escalas. Referente o número de estabelecimentos, em 1º Campo Mourão com 3.230, em 2º Terra Boa com 471, em 3º Mamborê



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

com 441, em 4º Engenheiro Beltrão com 390 e em 5º Peabiru com 356. Analisando-se o número de empregos, em 1º Campo Mourão com 27.610, em 2º Terra Boa com 4.824, em 3º Araruna com 2.922, em 4º Engenheiro Beltrão com 2.222 e em 5º Peabiru com 1.804. Finalmente, analisando-se a média de empregos por empresa, em 1º Terra Boa com 10,24, em 2º Araruna com 10,11, em 3º Campo Mourão com 8,54, em 4º Farol com 7,8 e em 5º Fênix com 7,61.

Os primeiros lugares em cada categoria já foram apresentados. Os últimos colocados foram Farol (50 estabelecimentos e 390 empregos) e Mamborê, 3,46 relação empresa/empregos.

O próximo indicador a ser apresentado na Tabela 4 é o Índice de Gini da renda domiciliar per capita – 2010. Ele é importantíssimo pois mede o nível de concentração de renda e riqueza de um município. Considerando que quanto mais próximo de 1 é mais concentrada a renda e riqueza e por consequência pior para a população em geral.

Tabela 4 - Índice de Gini da renda domiciliar per capita – 2010

Município	Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita
Araruna	0,3966
Barbosa Ferraz	0,4910
Campo Mourão	0,5044
Corumbataí do Sul	0,4229
Engenheiro Beltrão	0,4533
Farol	0,4953
Fênix	0,4435
Iretama	0,5843
Luiziana	0,4857
Mamborê	0,5072
Peabiru	0,5536
Quinta do Sol	0,4430
Roncador	0,5362
Terra Boa	0,4009

FONTE: Ipardes - IBGE - Censo Demográfico. Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela têm-se que, os melhores resultados são: em 1º Araruna com 0,3966 , em 2º Terra Boa com 0,4009 , em 3º Corumbataí do Sul com 0,4229, em 4º Quinta do Sol com 0,4430 e em 5º Fênix com 0,4435.

Aqui uma observação importante, o município de Terra Boa ficou em 2º lugar até o momento da análise, em quase todos os indicadores anteriores (um ótimo resultado) e Campo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Mourão em 1º lugar em quase todos os indicadores (um resultado melhor ainda), porém quando se trata de uma melhor distribuição da renda ele é 25% mais desigual que Terra Boa.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é a Tabela 5, que trata da Renda média domiciliar per capita – 2010. É evidente que média significa que uns ganham bem mais e outros bem menos, mas quanto maior a média, melhor. Sobre a distribuição dessa renda pode ser analisado pelo indicador anterior “Índice de Gini”.

Tabela 5 - Renda média domiciliar per capita - 2010

Município	Renda Média Domiciliar per Capita em R\$
Araruna	561,62
Barbosa Ferraz	499,45
Campo Mourão	833,05
Corumbataí do Sul	406,62
Engenheiro Beltrão	607,60
Farol	516,93
Fênix	503,40
Iretama	605,35
Luiziana	480,72
Mamborê	607,00
Peabiru	724,97
Quinta do Sol	579,17
Roncador	488,11
Terra Boa	649,44

FONTE: Iparides - IBGE - Censo Demográfico . Elaborado pelos autores.

Analisando a tabela, os melhores resultados são: em 1º Campo Mourão com R\$ 833,05, em 2º Peabiru com R\$ 724,97, em 3º Terra Boa com R\$ 649,44, em 4º Engenheiro Beltrão com R\$ 607,60 e em 5º Mamborê com R\$ 607,00. Percebe-se que a renda per capita menor entre todos os municípios é de Corumbataí com R\$ 406,62, mas num exercício relacionando com a Tabela do Índice de Gini, o mesmo município possui um dos menores índices 0,4229 (que é algo positivo), significando que a renda é baixa mas bem distribuída. O ideal é renda alta e bem distribuída como é o caso de Terra Boa, que tem a 3º melhor renda em R\$ 649,44 e o 2º melhor índice de Gini 0,4009.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é sobre o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo os ramos de atividades – 2020. Não há dúvida que este é um dos indicadores que indicam mais prosperidade. Ele é o resultado de tudo o que foi produzido

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

em produtos e serviços e a partir dele, trabalho, renda, arrecadação de impostos, melhorias em geral.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo os ramos de atividades – 2020

Município	PIB a preços correntes em R\$ 1.000,00
Araruna	533.492,388
Barbosa Ferraz	281.720,155
Campo Mourão	4.587.663,740
Corumbataí do Sul	82.028,587
Engenheiro Beltrão	553.561,885
Farol	217.147,261
Fênix	212.030,842
Iretama	303.132,785
Luiziana	499.504,679
Mamborê	787.180,168
Peabiru	425.195,456
Quinta do Sol	243.862,348
Roncador	538.514,871
Terra Boa	528.216,834

FONTE: Iparde - IBGE . Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela, têm-se que os melhores resultados são: em 1º Campo Mourão com R\$ 4.587.663,740 , em 2º Mamborê com R\$ 787.180,168 , em 3º Engenheiro Beltrão com R\$ 553.561,885 , em 4º Roncador com R\$ 538.514,871 e em 5º Araruna com R\$ 533.492,388.

A média dos PIBs da microrregião é de R\$ 699.518,000. Considerando que Campo Mourão tem um valor 556% por cento a mais que a média, deixando a relação extremamente desigual, percebe-se que apenas mais um município (Mamborê) fica acima da média.

O próximo indicador é um dos maiores avanços dentre a literatura dos indicadores econômicos, ou seja, o da tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 2010 que envolve renda, educação e saúde e seus derivados. Indica Qualidade de Vida, não na sua integridade mas bem próximo do real. Quanto mais próximo de 1 melhor é o resultado do município ou de um país, se fosse o caso.

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 2010

Municípios	IDH-M
Araruna	0,704

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Barbosa Ferraz	0,696
Campo Mourão	0,757
Corumbataí do Sul	0,638
Engenheiro Beltrão	0,730
Farol	0,715
Fênix	0,716
Iretama	0,665
Luiziana	0,668
Mamborê	0,719
Peabiru	0,723
Quinta do Sol	0,715
Roncador	0,681
Terra Boa	0,728

FONTE: Ipardes - IBGE . Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela têm-se que, os melhores resultados são: em 1º Campo Mourão com 0,757, em 2º Engenheiro Beltrão com 0,730, em 3º Terra Boa com 0,728, em 4º Peabiru com 0,723 e em 5º Mamborê com 0,719.

A média foi de 0,704 e no caso estão da média para cima: Araruna, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol e Terra Boa. Os municípios que pretendam melhorar seu desempenho neste indicador, precisam melhorar os aspectos de renda, educação e saúde e acima da melhora dos outros municípios.

O próximo indicador também tem sua importância social mas que sem dúvida afeta também o econômico que é o da tabela 8 - Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais – 2010. É quase inadmissível que numa região tão desenvolvida e privilegiada quanto à região sul do país, ainda existam pessoas analfabetas. No caso, para ver o ranking de desenvolvimento entre os municípios, quanto menor o percentual, melhor.

Tabela 8 - Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais - 2010

Município	De 15 anos ou mais (%)
Araruna	9,84
Barbosa Ferraz	15,79
Campo Mourão	7,31
Corumbataí do Sul	19,22
Engenheiro Beltrão	9,69
Farol	14,87
Fênix	13,26
Iretama	16,79

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Luiziana	14,63
Mamborê	10,98
Peabiru	10,42
Quinta do Sol	16,49
Roncador	15,55
Terra Boa	8,67

FONTE: Iparides - IBGE - Censo Demográfico – Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela, percebe-se que os melhores resultados são: em 1º Campo Mourão com 7,31%, em 2º Terra Boa com 8,67%, em 3º Engenheiro Beltrão com 9,69%, em 4º Araruna com 9,84% e em 5º Peabiru com 10,42%. Nesse quesito, mesmo Campo Mourão que tem o melhor resultado, ainda é ruim, pois não se justifica um município de mais de 7 mil pessoas analfabetas.

Finalmente, será apresentado um importantíssimo indicador econômico e social criado por um dos mais importantes Institutos de Pesquisa Econômica do país, que é o paranaense Iparides. O indicador é o Índice Iparides de desempenho municipal (IPDM – 2020) - O IPDM é um índice que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas. Portanto mais completo que o consagrado IDH-M aprovado no mundo todo, mas que é adotado somente no Paraná.

Tabela 9 - Índice Iparides de Desempenho Municipal (IPDM) – 2020

Município	Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM)
Araruna	0,7555
Barbosa Ferraz	0,7239
Campo Mourão	0,8064
Corumbataí do Sul	0,7096
Engenheiro Beltrão	0,7519
Farol	0,6506
Fênix	0,7143
Iretama	0,7146
Luiziana	0,7380
Mamborê	0,7604
Peabiru	0,7449
Quinta do Sol	0,7289

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Roncador	0,7216
Terra Boa	0,7643

FONTE: Ipardes – Elaborado pelos autores

Analisando-se a tabela, percebe-se que os melhores resultados são: em 1º Campo Mourão com 0,8064, em 2º Terra Boa com 0,7643, em 3º Mamborê com 0,7604, em 4º Araruna com 0,7555 e em 5º Engenheiro Beltrão com 0,7519.

A média ficou em 0,734. E ficaram na média ou acima ou municípios de Araruna, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Luiziana, Mamborê, Peabiru Terra Boa. Comparando com o média para cima do IDH, nesse novo indicador, são 7 e não 9 como no anterior. E aparece nesse novo, o município de Luiziana e não entram os municípios de Farol, Fênix e Quinta do Sol. A diferenças podem ser porque IDH é de 2010 e o Ipardes é de 2020, mas pode ser também que os outros elementos mais administrativos que compõem esse novo índice causem impacto significativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo foram respondidas as perguntas de pesquisa “Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? “E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios? E consequentemente respondidos o objetivo Geral: “Identificar quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião e comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios. E os Específicos “Identificar os conceitos e características dos indicadores econômicos e sociais; Identificar, analisar e comparar os indicadores econômicos e sociais dos municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

De acordo com a pontuação identificada nos procedimentos metodológicos, na somatória o município de Campo Mourão ficou em primeiro lugar totalizando 48 pontos (9 - 1ºs, 1 - 3º), em segundo lugar o município de Terra Boa totalizando 39 pontos (1 - 1º, 7 - 2ºs e 2 - 3ºs), em terceiro lugar o município de Araruna totalizando 23 pontos (1 - 1º, 1 - 2º, 3 - 3ºs, 2 - 4ºs e 1 - 5º), em quarto lugar o município de Engenheiro Beltrão totalizando 19 pontos (1 - 2º, 2 - 3ºs, 3 - 4ºs e 3 - 5ºs) e finalmente em quinto lugar o município de Mamborê totalizando 14 pontos (1 - 2º, 2 - 3ºs, 1 - 4º e 2 - 5ºs). Esses cinco municípios tiveram o melhor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

desempenho.

Os demais municípios foram Peabiru em sexto lugar, Corumbataí do Sul em sétimo lugar, Farol, Fênix, Quinta do Sol e Roncador em oitavo lugar, e em nono lugar, os municípios que não atingiram nenhuma pontuação, Barbosa Ferraz, Iretama, Luiziana.

É necessário destacar que a escolha de outros indicadores econômicos e sociais e também quando o IBGE divulgar o novo Censo, a classificação do desempenho dos municípios podem se alterar.

Finalmente, considerando os autores citados e a análise individual de cada indicador a até mesmo interrelação entre alguns indicadores, é possível afirmar que a identificação e análise de indicadores econômicos sociais, quanto mais melhor, é uma ferramenta importantíssima de política pública. Indicador com bom resultado deve ser mantido ou melhorado e indicador ruim melhorado.

6 REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Acessado em dezembro de 2022.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

FEUDO, Fábio. **Estratégias de Luta Contra Pobreza - Anais do II Seminário de Inclusão Social**. Santo André – São Paulo: Prefeitura de Santo André e CERFE, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades** - Acessado em dezembro de 2022.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – **Perfil dos Municípios** – Acessado em dezembro de 2022.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MASCARENHAS. Carlos Cezar de. **Indicadores sociais e econômicos como instrumento de gestão e desenvolvimento das cidades: uma aplicação no município de Jacareí.**

Dissertação de Mestrado. Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté - 2006. Acessado em dezembro de 2022.

NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. **Handbuch der Dritten Welt. Grundprobleme, Theorien, Strategien.** Band 1. 1., durchgesehener Nachdruck der 3. Auflage. Bonn, 1993.

SIEDENBERG. Dieter Rugar. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico uma síntese.** DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO -- Editora Unijuí • ano 1 • n. 1 • jan./jun. • 2003



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

COMPARAÇÃO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS
ENTRE OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE GOIOERÊ-PR

Kailayne Soares Ribeiro –
Unespar - Campus de Campo Mourão¹.

Sérgio Luiz Maybuk –
Unespar Campus Campo Mourão
Membro do Grupo GERA²

Nome do GT: 13-
Políticas Públicas

RESUMO

O presente artigo é resultado de parte de uma pesquisa de Projeto de Tempo Integral Dedicção Exclusiva e de um projeto de iniciação científica, sendo as perguntas de pesquisa: Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios? O objetivo Geral: Identificar quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião de Goioerê-PR e comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios. Na metodologia foram utilizadas fontes secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa e uma forma objetiva de pontuação para classificar o desempenho dos municípios de acordo com cada indicador econômico e social. Nessa linha como conclusão, os cinco melhores municípios na ordem foram: Ubiratã, Goioerê, Campina da Lagoa, Juranda e Quarto Centenário.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Indicadores Econômicos. Indicadores Sociais.

RESUMEN

Este artículo es resultado de parte de una investigación del Proyecto de Dedicación Exclusiva a Tiempo Completo y de un proyecto de iniciación científica, siendo las preguntas de investigación: ¿Cuáles son los indicadores económicos y sociales más relevantes para cada municipio de la microrregión? Y comparativamente entre ellos, ¿qué indicadores se destacan positiva y negativamente entre los municipios? El Objetivo General: Identificar cuáles son los indicadores económicos y sociales más relevantes de cada municipio de la microrregión de Goioerê-PR y comparativamente entre ellos, qué indicadores se destacan positiva y negativamente entre los municipios. En la metodología se utilizaron fuentes secundarias y debidamente analizadas dentro de una perspectiva de investigación con características descriptivas, cualitativas y cuantitativas y una forma objetiva de puntuación para clasificar el desempeño de los municipios según cada indicador económico y social. En esa línea, como conclusión, los cinco mejores municipios en orden fueron: Ubiratã, Goioerê, Campina da Lagoa, Juranda

¹ graduanda de ciências econômicas – e-mail: kailayneribeiro15@gmail.com

² Graduado em ciências econômicas e Mestre em Desenvolvimento Econômico – e-mail: sergio.maybuk@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Y Quarto Centenário.

Palabras clave: Desarrollo económico. Indicadores económicos. Indicadores Sociales.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é parte de uma pesquisa de Projeto de Tempo Integral Dedicção Exclusiva e de um projeto de iniciação científica. A temática dos indicadores econômicos e sociais é algo que deve estar sempre em pauta e em constante análise de gestores públicos especialmente os municipais. E vistas com profundidade pelos/as aqueles/as que desejam ser gestores e pelos analistas das gestões públicas em geral. Pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas nas Universidades também se debruçam nesta temática.

Na temática sobre indicadores sociais, encontram-se considerações com séries de estatísticas, históricos e demais formas de evidências, que seja possível avaliar em que estágio determinado setor se encontra e para onde se pode ir, considerando valores e objetivos, e analisar seus determinados programas específicos e seus impactos. Indicadores sociais auxiliam no planejamento e na orientação de programas governamentais.

Justifica-se a proposta por constituir-se numa forma importantíssima de se fazer diagnósticos econômicos e sociais a partir de dados concretos e objetivos e produzir dados científicos comparativos entre os municípios e posteriormente se for desejável entre regiões. Justifica-se por constituir-se num grande número de informações relevantes aos gestores municipais responsáveis para corrigirem indicadores e setores que não estão se desenvolvendo bem. Também aperfeiçoar e não deixar regredir indicadores e setores que estão indo bem. Justifica-se a proposta por tratar da melhoria e qualidade de vida população em dados econômicos, sociais, culturais, ambientais.

As perguntas de pesquisa do presente artigo são: Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios?

O objetivo Geral: Identificar quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião e comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios. Os Específicos para o presente artigo: Identificar os conceitos e características dos indicadores econômicos e sociais; Identificar, analisar e comparar os indicadores econômicos e sociais dos municípios

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste, Ubitatã.

Com relação aos Procedimentos Metodológicos foram identificados os conceitos e características dos indicadores econômicos e sociais, com a utilização de revisões bibliográficas (artigos científicos, livros e teses dos temas citados) e para os levantamentos de dados secundários, utilizou-se sites especializados nos órgãos oficiais, especialmente do IBGE, Ipardes e a geração de nove tabelas com indicadores econômicos e sociais analisados. É uma metodologia específica com critério objetivo de pontuação para classificar o desempenho de cada município considerando cada indicador analisado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A necessidade de se estudar os indicadores socioeconômicos de um município é tentar identificar como está o avanço do desenvolvimento econômico do mesmo. Segundo Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento econômico é o que se busca para o atendimento de um objetivo político, ao se considerar fundamental diretamente nas sociedades modernas, ou seja, a busca do bem estar da população.

Desenvolvimento econômico pode ser decorrente de uma sociedade sem miséria e que haja uma população bem menos heterogênea sem concentração de renda e riqueza muito elevadas. Segundo Bresser-Pereira (2008), existem momentos em que ocorrem a concentração de renda ou riqueza, quando para isso, necessita apenas que os lucros obtidos pelas empresas cresçam de forma mais rápida do que os o que se paga aos trabalhadores, ou ainda que os lucros auferidos pelos empresários e os salários da classe média, cresçam mais rapidamente que os demais salários.

Conforme Siedenberg (2003), é preciso não se desconsiderar que de maneira geral, uma política de desenvolvimento carece e se baseia em índices e indicadores, é possível identificar os vários pontos fortes e fracos que pode ser encontrado numa estratégia de desenvolvimento que são analisados ou evidenciados, não há como não considerar que indicadores são necessários para que se permita fazer análises e comparações inter ou intra-regionais.

Um aspecto de grande relevância para o estudo da temática dos indicadores socioeconômicos pode ser a crescente urbanização e sua problemática decorrente. Para Mascarenhas (2006) e Dowbor (1994), o aumento de uma população urbana de forma

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

crecente, acaba se tornando necessário uma reserva de recursos que possibilite o financiamento de programas que resultem do aumento da demanda nas áreas da saúde, educação, assistência social, infra-estrutura em geral, habitação, água tratada, esgoto, lixo.

Considerando a parte mais problemática da urbanização, Mascarenhas (2006) e Feudo (2001) salientam que questões que envolvem exclusão social e pobreza, estão muito ligadas às cidades, quando é considerado que é exatamente nelas o local onde ocorrem a ampliação de tais problemas. É necessária análise de como está sendo tratada as questões do planejamento das políticas públicas.

Quando se refere aos tais indicadores, existem autores importantes que contribuem para a discussão. Para Siedenberg (2003), os indicadores são muito importantes, porém é algo que atesta uma realidade momentânea. Comparando-se com a medicina, o aparelho chamado termômetro, quando usado apenas detecta a temperatura naquele momento, da mesma forma um indicador que seja apresentado num momento, pode ser alterado logo na sequência. Resultado não satisfatório indica necessidade de melhora e satisfatório, indica responsabilidade de no mínimo a manutenção da situação atual.

Dois autores importantes da temática, Mascarenhas (2006) e Jannuzzi (2001), também contribuíram ao afirmar que a definição de um indicador social, pode ser chamado de algo que possa servir de medida quantitativa que tenha significado social e se utiliza para substituir, quantificar ou até contribuir na formação de um conceito social abstrato que tenha interesse teórico ou programático. Um bom exemplo é o indicador da taxa de geração de empregos.

Um dos primeiros indicadores e que mesmo sendo imperfeito ainda tem sua grande importância, é o PIB. Para Siedenberg (2003), o PIB – Produto Interno Bruto – sempre foi um indicador muito utilizado pela ciência econômica como um referencial para se medir nível quantitativo de desenvolvimento de uma nação, foi muito importante mas não era completo e não satisfazia outras áreas das ciências, porque nem sempre o crescimento econômico de uma nação ou região proporcionava desenvolvimento num sentido mais amplo.

Depois do início dos indicadores, a partir do PIB, foi possível começar um processo de busca para uma alternativa mais completa. Para Siedenberg (2003) e Nohlen e Nuscheler (1993), já na década de 1970, começou ganhar intensidade o debate científico sobre novos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e tais debates estavam relacionados com os trabalhos das agências especializadas da ONU e Unesco. Pesquisadores de outras entidades também começaram a interessar no atrelamento ao lado de indicadores econômicos, série de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

dados e informações sobre indicadores sociais para analisar o desenvolvimento de países e/ou regiões.

Depois de debates ao longo do tempo, surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano. De acordo com Siedenberg (2003), depois do surgimento do IDH, o conceito de desenvolvimento começou a quantificar e medir aspectos relacionados também à qualidade de vida da população de um município, Estado ou de um país. Como poderá ser visto na pesquisa tabulada e analisada do presente artigo, há também experiência de outro indicador próprio mais abrangente no Estado do Paraná conhecido como Índice Iparades.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir das afirmações de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) a metodologia de pesquisa que foi utilizada no presente artigo, revisões bibliográficas do tema indicadores sociais por meio de sites especializados, artigos científicos e livros. Foram utilizadas fontes secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa.

O levantamento de dados ocorreu direcionado aos municípios da Mesorregião Região Centro Ocidental Paranaense, que possui duas microrregiões (a de Campo Mourão e a de Goioerê). Para a presente pesquisa foi foco exclusivamente a de Goioerê que tem os seguintes municípios: Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste, Ubitatã.

Para a resposta às perguntas de pesquisa “Quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios?”. Foram identificados os conceitos e características dos indicadores econômicos e sociais, com a utilização de revisões bibliográficas (artigos científicos, livros e teses dos temas citados) e para os levantamentos de dados secundários, utilizou-se sites especializados nos órgãos oficiais, especialmente do IBGE, Iparades.

Foi criado uma metodologia com critério objetivo de pontuação para identificar o **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR**
<http://conlape.unespar.edu.br/>



desempenho de cada município em cada indicador. Para cada indicador, o município que ficou em primeiro lugar recebeu 5 pontos, o que ficou em segundo lugar 4 pontos, terceiro lugar 3 pontos, quarto lugar 2 pontos e finalmente quinto lugar 1 ponto. No final foi totalizado o desempenho de cada município, exemplo: município A três primeiros lugares ($3 \times 5 = 15$), dois segundos lugares ($2 \times 4 = 8$) e um quinto lugar ($1 \times 1 = 1$) somando tudo igual a $15 + 8 + 1 = 24$ pontos.

É necessário especificar que para os levantamentos de dados nos sites oficiais, foram utilizados os mais recentes, há casos que infelizmente os dados são de 2010 porque o Censo que deveria ocorrer em 2020 não ocorreu. Outros são baseados em projeções mais atualizadas.

4 DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados e analisados alguns indicadores econômicos e sociais em que se entendeu, serem importantes para identificar níveis de desenvolvimento entre todos os municípios da microrregião de Goioerê. Outros indicadores ficaram de fora considerando a limitação de espaço no artigo.

A seguir apresenta-se a Tabela 01 – População estimada referência ano 2021. O número de população por si só não se caracteriza como indicador econômico, mas comparando-se com outros, sim. Se a economia de um município demonstra condições de renda, trabalho e qualidade de vida, acaba atraindo pessoas ou não permitindo a saída.

Tabela 1 - População estimada – 2021

Município	População Estimada – Habitantes
Altamira do Paraná	1.429
Boa Esperança	3.991
Campina da Lagoa	13.888
Goioerê	28.734
Janiópolis	4.948
Juranda	7.244
Moreira Sales	11.966
Nova Cantu	4.827
Quarto Centenário	4.420
Rancho Alegre D'Oeste	2.602
Ubiratã	20.809

Fonte: Ipardes - IBGE – Elaborado pelos autores



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Na referida tabela, percebe-se que as cinco maiores populações são, em 1º Goioerê com 28.734 hab., em 2º Ubitatã com 20.809 hab., em 3º Campina da Lagoa com 13.888 hab., em 4º Moreira Sales com 11.966 hab. e em 5º Juranda com 7.244 hab.. A média de população na microrregião é 9.532 hab.. O município mais populoso é Goioerê com 28.734 hab. e o município de Altamira do Paraná com 1.429 hab. com a menor população.

Pela mesma fonte, considerando de acordo com gênero em 2010, a microrregião de Goioerê tinha uma população de 116.751 hab., um total de homens 57.604 hab. (49,33%) de mulheres 59.147 hab. (50,67%).

O próximo indicador econômico a ser apresentado e considerado importante para a análise de desenvolvimento de um município é o da Tabela 2 - Consumo e número de consumidores de energia elétrica – 2021. Quanto mais consumo de energia elétrica (sem desperdícios) significa mais empresas industriais produzindo, prestadoras de serviço atuando e consumindo energia e mais residências com mais eletrodomésticos consumindo.

Tabela 2 - Consumo e número de consumidores de energia elétrica - 2021

Município	Consumo (Mwh)	Nº de Consumidores
Altamira do Paraná	5.176	1.676
Boa Esperança	8.634	2.132
Campina da Lagoa	26.341	7.131
Goioerê	80.487	12.911
Janiópolis	8.877	2.778
Juranda	15.243	3.573
Moreira Sales	18.760	5.389
Nova Cantu	10.268	3.024
Quarto Centenário	9.842	1.803
Rancho Alegre D'Oeste	6.229	1.130
Ubitatã	149.330	11.221

FONTE: Iparde - COPEL e Concessionárias (CELESC, COCEL, CFLO, CPFL e FORCEL). Elaborado pelos autores.

Analisando-se a Tabela, percebe-se que os cinco maiores consumos são, em 1º Ubitatã com 149.330 Mwh , em 2º Goioerê com 80.487 Mwh , em 3º Campina da Lagoa com 26.341 Mwh, em 4º Moreira Sales com 18.760 Mwh e em 5º Juranda com 15.243 Mwh . O indicador tem relação com a quantidade de população, quanto maior a população maior a tendência de consumo, mas o grau de industrialização e de serviços de um município e até a média de empregados por empresa podem ser determinantes para o maior consumo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Um exemplo relacionando dois municípios com as tabelas 1 (população), 2 (consumo de energia elétrica) e 3 a seguir (número de estabelecimentos) é bem interessante, o município de Goioerê 28.734 hab., 847 estabelecimentos e consome 2.80 Mwh por hab. O município de Ubitatã por sua vez, tem 20.809 hab. (27,59% a menos que Goioerê), possui 745 estabelecimentos (12.41% a menos que Goioerê) e consome 7.17% por hab. (156.07% a mais que Goioerê). Percebe-se que Ubitatã tem quase 30% a menos na população, tem pouco mais de 10.00% a menos no número de estabelecimentos, mas no consumo de energia elétrica tem uma taxa percentual muito maior.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é o da Tabela 3 - Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas – 2021, quanto mais estabelecimentos mais oportunidades de ocupação de trabalho e geração de renda. Quanto maior a média de trabalhadores/as entre os estabelecimentos, melhor, pois indica, empreendimentos mais prósperos.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas – 2021

Município	Estabelecimentos	Empregos	Empregos/estabelecimentos
Paraná			
Altamira do	86	503	5,84
Boa Esperança	142	669	4,71
Campina da	425	2.191	5,15
Lagoa			
Goioerê	847	5.375	6,34
Janiópolis	138	745	5,40
Juranda	243	1.233	5,07
Moreira Sales	219	1.512	6,90
Nova Cantu	172	874	5,08
Quarto	111	798	7,19
Centenário			
Rancho Alegre D'Oeste	66	404	6,12
Ubitatã	745	9.449	12,68

FONTE: MTP – Ipar-des. Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela, é possível verificar três escalas. Referente o número de estabelecimentos, em 1º Goioerê com 847, em 2º Ubitatã com 745, em 3º Campina da Lagoa com 425, em 4º Juranda com 243 e em 5º Moreira Sales com 219. Analisando-se o número de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

empregos, em 1º Ubitatã com 9.449, em 2º Goioerê com 5.375, em 3º Campina da Lagoa com 2.191, em 4º Moreira Sales com 1.512 e em 5º Juranda com 1.233. Finalmente, analisando-se a média de empregos por empresa, em 1º Ubitatã com 12,68, em 2º Quarto Centenário com 7,19, em 3º Moreira Sales com 6,90, em 4º Goioerê com 6,34 e em 5º Rancho Alegre D'Oeste com 6,12.

Os primeiros lugares em cada categoria já foram apresentados. Os últimos colocados foram Rancho Alegre D'Oeste (66 estabelecimentos e 404 empregos) e Boa Esperança, 4,71 na relação empresa/empregos.

O próximo indicador a ser apresentado na Tabela 4 é o Índice de Gini da renda domiciliar per capita – 2010. Ele é importantíssimo pois mede o nível de concentração de renda e riqueza de um município. Considerando que quanto mais próximo de 1 é mais concentrada a renda e riqueza e por consequência pior para a população em geral.

Tabela 4 - Índice de Gini da renda domiciliar per capita – 2010

Município	Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita
Altamira do Paraná	0,5848
Boa Esperança	0,4768
Campina da Lagoa	0,4673
Goioerê	0,492
Janiópolis	0,5043
Juranda	0,4457
Moreira Sales	0,4486
Nova Cantu	0,482
Quarto Centenário	0,6104
Rancho Alegre D'Oeste	0,4512
Ubitatã	0,4784

FONTE: Iparades - IBGE - Censo Demográfico. Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela têm-se que, os melhores resultados são: em 1º Juranda com 0,4457, em 2º Moreira Sales com 0,4486, em 3º Rancho Alegre D'Oeste com 0,4512, em 4º Campina da Lagoa com 0,4673 e em 5º Boa Esperança com 0,4768.

Aqui uma observação importante, o município de Goioerê até o momento das análises, ficou entre os primeiros lugares em quase todos os indicadores (um bom resultado) mas no importantíssimo indicador do Índice de Gini, bem distante do ideal.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é a Tabela 5, que trata da Renda

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

média domiciliar per capita – 2010. É evidente que média significa que uns ganham bem mais e outros bem menos, mas quanto maior a média, melhor. Sobre a distribuição dessa renda pode ser analisado pelo indicador anterior “Índice de Gini”.

Tabela 5 - Renda média domiciliar per capita - 2010

Município	Renda Média Domiciliar per Capita em R\$
Altamira do Paraná	504,11
Boa Esperança	567,54
Campina da Lagoa	533,99
Goioerê	689,61
Janiópolis	571,73
Juranda	537,44
Moreira Sales	523,75
Nova Cantu	442,46
Quarto Centenário	719,34
Rancho Alegre D'Oeste	521,59
Ubiratã	637,35

FONTE: Iparades - IBGE - Censo Demográfico . Elaborado pelos autores.

Analisando a tabela, os melhores resultados são: em 1º Quarto Centenário com R\$ 719,34, em 2º Goioerê com R\$ 689,61, em 3º Ubiratã com R\$ 637,35, em 4º Janiópolis com R\$ 571,73 e em 5º Boa Esperança com R\$ 567,54. Percebe-se que a renda per capita menor entre todos os municípios é de Nova Cantu com R\$ 442,46. Fazendo uma relação entre o índice de Gini e Renda per capita é possível observar que município de Rancho Alegre D’Oeste possui um dos menores índices de Gini 0,4512 (que é algo positivo), mas tem uma das menores renda per capita R\$ 521,59 significando que a renda é baixa mas bem distribuída. O ideal é renda alta e bem distribuída como é o caso de Ubiratã que tem a 3º melhor renda em R\$ 637,35 e o índice de Gini considerado baixo 0,4784.

O próximo indicador a ser apresentado e analisado é sobre o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo os ramos de atividades – 2020. Não há dúvida que este é um dos indicadores que indicam mais prosperidade. Ele é o resultado de tudo o que foi produzido em produtos e serviços e a partir dele, trabalho, renda, arrecadação de impostos, melhorias em geral.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo os ramos de atividades – 2020

Município	PIB a preços correntes
-----------	------------------------

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

em R\$ 1.000,00

Altamira do Paraná	83.778,38
Boa Esperança	276.239,93
Campina da Lagoa	550.889,52
Goioerê	1.019.366,77
Janiópolis	250.313,57
Juranda	400.996,92
Moreira Sales	291.460,39
Nova Cantu	307.690,42
Quarto Centenário	341.466,17
Rancho Alegre D'Oeste	223.267,90
Ubiratã	1.601.596,78

FONTE: Iparides - IBGE . Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela, têm-se que os melhores resultados são: em 1º Ubiratã com R\$ 1.601.596,78, em 2º Goioerê com R\$ 1.019.366,77, em 3º Campina da Lagoa com R\$ 553.561,885 , em 4º Juranda com R\$ 400.996,92 e em 5º Quarto Centenário com R\$ 341.466,17.

A média dos PIBs da microrregião é de R\$ 486.096,000. Percebe-se que apenas três municípios estão com PIB acima da média, sendo Campina da Lagoa, Goioerê e Ubiratã. Fica demonstrado que a microrregião é muito heterogênia.

O próximo indicador é um dos maiores avanços dentre a literatura dos indicadores econômicos, ou seja, o da tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 2010 que envolve renda, educação e saúde e seus derivados. Indica Qualidade de Vida, não na sua integridade mas bem próximo do real. Quanto mais próximo de 1 melhor é o resultado do município ou de um país, se fosse o caso.

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 2010

Municípios	IDH-M
Altamira do Paraná	0,667
Boa Esperança	0,720
Campina da Lagoa	0,704
Goioerê	0,731
Janiópolis	0,696
Juranda	0,708
Moreira Sales	0,675
Nova Cantu	0,658
Quarto Centenário	0,710

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Rancho Alegre D'Oeste	0,704
Ubiratã	0,739

FONTE: IparDES - IBGE . Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela têm-se que, os melhores resultados são: em 1º Ubiratã com 0,739, em 2º Goioerê com 0,731, em 3º Boa Esperança com 0,720, em 4º Quarto Centenário com 0,710 e em 5º Juranda com 0,708.

A média foi de 0,701 e no caso estão da média para cima: Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Juranda, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubiratã. Os municípios que pretendam melhorar seu desempenho neste indicador, precisam melhorar os aspectos de renda, educação e saúde e acima da melhora dos outros municípios.

O próximo indicador também tem sua importância social mas que sem dúvida afeta também o econômico que é o da tabela 8 - Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais – 2010. É quase inadmissível que numa região tão desenvolvida e privilegiada quanto a região sul do país, ainda existam pessoas analfabetas. No caso, para ver o ranking de desenvolvimento entre os municípios, quanto menor o percentual, melhor.

Tabela 8 - Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais - 2010

Município	De 15 anos ou mais (%)
Altamira do Paraná	17,57
Boa Esperança	13,31
Campina da Lagoa	13,03
Goioerê	10,64
Janiópolis	17,66
Juranda	12,24
Moreira Sales	15,83
Nova Cantu	17,20
Quarto Centenário	12,76
Rancho Alegre D'Oeste	13,83
Ubiratã	9,63

FONTE: IparDES - IBGE - Censo Demográfico – Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela, percebe-se que os melhores resultados são: em 1º Ubiratã com 9,63%, em 2º Goioerê com 10,64%, em 3º Juranda com 12,24%, em 4º Quarto Centenário com 12,76% e em 5º Campina da Lagoa com 13,03%. Nesse quesito, mesmo Ubiratã que tem o melhor resultado, ainda é ruim, pois não se justifica um município de mais de 2 mil pessoas analfabetas.

Finalmente, será apresentado um importantíssimo indicador econômico e social criado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

por um dos mais importantes Institutos de Pesquisa Econômica do país, que é o paranaense Ipardes. O indicador é o Índice Ipardes de desempenho municipal (IPDM – 2020) - O IPDM é um índice que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas. Portanto mais completo que o consagrado IDH-M aprovado no mundo todo, mas que é adotado somente no Paraná.

Tabela 9 - Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM) – 2020

Município	Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM)
Altamira do Paraná	0,7598
Boa Esperança	0,7843
Campina da Lagoa	0,7132
Goioerê	0,7499
Janiópolis	0,7447
Juranda	0,7389
Moreira Sales	0,7002
Nova Cantu	0,7378
Quarto Centenário	0,7749
Rancho Alegre D'Oeste	0,7710
Ubiratã	0,8290

FONTE: Ipardes – Elaborado pelos autores

Analisando-se a tabela, percebe-se que os melhores resultados são: em 1º Ubiratã com 0,8290, em 2º Boa Esperança com 0,7843, em 3º Quarto Centenário com 0,7749, em 4º Rancho Alegre D'Oeste com 0,771 e em 5º Altamira do Paraná com 0,7598.

A média ficou em 0,754. E ficaram acima ou municípios de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubiratã.

Comparando com o média para cima do IDH, nesse novo indicador, são 5 e não 7 como no anterior. E aparece nesse novo, o município de Altamira do Paraná, e não entram os municípios de Campina da Lagoa, Goioerê, Juranda . A diferenças podem ser porque IDH é de 2010 e o Ipardes é de 2020 mas pode ser também que os outros elementos mais administrativos que compõem esse novo índice causem impacto significativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo foram respondidas as perguntas de pesquisa “Quais são os

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião? “E comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios? E conseqüentemente respondidos o objetivo Geral: “Identificar quais são os indicadores econômicos e sociais mais relevantes de cada município da microrregião e comparativamente entre eles, quais indicadores se destacam positivamente e negativamente entre os municípios. E os Específicos “Identificar os conceitos e características dos indicadores econômicos e sociais; Identificar, analisar e comparar os indicadores econômicos e sociais dos municípios de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste, Ubiratã.

De acordo com a pontuação identificada nos procedimentos metodológicos, na somatória o município de Ubiratã ficou em primeiro lugar totalizando 46 pontos (7 - 1ºs, 2 - 2ºs, 1 - 3º), em segundo lugar o município de Goioerê totalizando 36 pontos (2 - 1ºs, 6 - 2ºs, 1 - 4º), em terceiro lugar o município de Campina da Lagoa totalizando 18 pontos (5 - 3ºs, 1 - 4º, 1 - 5º), em quarto lugar o município de Juranda totalizando 16 pontos (1 - 1º, 1 - 3ºs, 2 - 4ºs, 4 - 5ºs) e finalmente em quinto lugar o município de Quarto Centenário totalizando 15 pontos (1 - 1º, 1 - 2º, 1 - 3º, 2 - 4ºs, 1 - 5º).

Os demais municípios foram Moreira Sales em sexto lugar, Boa Esperança em sétimo lugar, Quarto Centenário em oitavo lugar, Janiópolis em nono lugar Altamira do Paraná e décimo lugar e finalmente Nova Cantu em décimo primeiro lugar.

É necessário destacar que a escolha de outros indicadores econômicos e sociais e também quando o IBGE divulgar o novo Censo, a classificação do desempenho dos municípios podem se alterar.

Finalmente, considerando os autores citados e a análise individual de cada indicador a até mesmo interrelação entre alguns indicadores, é possível afirmar que a identificação e análise de indicadores econômicos sociais, quanto mais melhor, é uma ferramenta importantíssima de política pública. Indicador com bom resultado deve ser mantido ou melhorado e indicador ruim melhorado.

6 REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Acessado em dezembro de 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

FEUDO, Fábio. **Estratégias de Luta Contra Pobreza** - Anais do II Seminário de Inclusão Social. Santo André – São Paulo: Prefeitura de Santo André e CERFE, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades** - Acessado em dezembro de 2022.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – **Perfil dos Municípios** – Acessado em dezembro de 2022.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MASCARENHAS. Carlos Cezar de. **Indicadores sociais e econômicos como instrumento de gestão e desenvolvimento das cidades: uma aplicação no município de Jacareí. Dissertação de Mestrado**. Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté - 2006. Acessado em dezembro de 2022.

NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. **Handbuch der Dritten Welt. Grundprobleme**, Theorien, Strategien. Band 1. 1., durchgesehener Nachdruck der 3. Auflage. Bonn, 1993.

SIEDENBERG. Dieter Rugard. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico uma síntese**. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO -- Editora Unijuí • ano 1 • n. 1 • jan./jun. • 2003



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

CONCEITOS ACERCA DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Nayara Hakime Dutra¹ – UNESP-FRANCA

Vanessa Mara Solcia² – UNESP-FRANCA

Nome do GT: 13-Políticas Públicas

RESUMO

O presente artigo busca compreender e analisar processo histórico da Proteção Social no Brasil, além de enfatizar os desafios para a intervenção profissional do Assistente Social na cena contemporânea. Diante do estudo realizado caracteriza-se pelo seu caráter descritivo, utilizando-se a pesquisa bibliográfica para a sua investigação, recorrendo a artigos científicos e material online para aproximação dos conceitos apresentados. Objetivam discutir e refletir sobre a proteção social no Brasil na Política de Assistência Social desde a Constituição Federal, compondo o tripé da Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Para tanto, realizar-se-á considerações teórico-metodológicas, bem como a importância das políticas de proteção social, dessa forma, refletir sobre a Política de Assistência Social no Brasil estabelece entender que ela se constituiu de forma histórica. Neste contexto, é necessário avançar constantemente os debates sobre a proteção social brasileira, buscando focar em políticas públicas de inclusão, tendo como primordial o financiamento do Estado e a participação deste neste processo.

Palavras-chave: Proteção Social. Serviço Social. Política de Assistência Social.

RESUMEN

Este artículo busca comprender y analizar el proceso histórico de la Protección Social en Brasil, además de enfatizar los desafíos para la intervención profesional del Trabajador Social en el escenario contemporáneo. En vista del estudio realizado, se caracteriza por su carácter descriptivo, utilizando la investigación bibliográfica para su investigación, recurriendo a artículos científicos y material en línea para aproximarse a los conceptos presentados. Tienen como objetivo discutir y reflexionar sobre la protección social en Brasil en la Política de Asistencia Social desde la Constitución Federal, componiendo el trípode de la Previsión Social: Salud, Asistencia Social y Previsión Social. Por lo tanto, se harán consideraciones teóricas y metodológicas, así como la importancia de las políticas de protección social, por lo que reflexionar sobre la Política de Asistencia Social en Brasil establece la comprensión de que se constituyó de manera histórica. En este contexto, es necesario avanzar constantemente en los debates sobre la protección social brasileña, buscando enfocarse en las políticas públicas de inclusión, teniendo como primordial la financiación del Estado y su participación en ese proceso.

Palabras clave: Protección social. Servicio social. Política de Asistencia Social.

¹-Professora Assistente Doutora do Departamento de Serviço Social da Unespar -Franca, docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP, Pós Doutorado- UERJ-RJ, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Famílias (GEPEFA). – e-mail: nayara.hakime@unesp.br

² -Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca. Integrante do Grupo de Pesquisa Famílias: perspectivas e tendências- GEPEFA.– e-mail: vanessamasol@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com a Constituição Federativa do Brasil de 1988, a proteção social integrou-se a Assistência Social, uma vez que anteriormente a este período era destinada a quem dela contribuía por meio registro em emprego formalizado.

A atenção constitucional possibilitou o processo de transformação a essa política e, diante das mudanças estruturais produzidas pelo conjunto das relações econômicas, políticas e sociais alterou suas condições de oferta e a quem desta se beneficiaria.

Ao longo do processo de inscrição dos direitos sociais do Estado brasileiro, o agravamento da questão social e suas manifestações desencadearam os movimentos das lutas de classes, uma vez que a classe trabalhadora demandava intervenção através da mediação legal e políticas frente as desigualdades vividas.

O avanço do processo de industrialização representou importante condição para a modernidade, o que por outro lado, se constituiu como um mecanismo de empobrecimento, de subalternidade e de desumanização, momento em que a classe trabalhadora organizou-se para buscar a intervenção estatal, visando a melhoria das condições de sobrevivência estabelecidas.

A partir do século XIX, a construção do sistema de proteção social no Brasil se desenvolveu caracterizado pela lógica punitiva e coercitiva, de responsabilização dos sujeitos por sua condição de pobreza, modificando a organização do sistema de proteção que se consolida a partir das primeiras décadas do século XX.

Com a proclamação do *Welfare States*, momento marcado pelo crescimento econômico sem inflação, ampliação da busca por emprego e do mercado de trabalho assalariado. Além disto, muitos países buscavam a integração social nacional, e, foi

Com o *Welfare State*, a partir da proposta do pleno emprego, há a universalização das políticas sociais, principalmente da educação e da saúde, e, conseqüentemente a melhoria dos padrões de vida dos cidadãos que passam a se sentir mais protegidos através do acesso a serviços e benefícios tais como: seguro social obrigatório, leis de proteção de trabalho, salários-mínimos, programas de habitação subsidiados (PIERINI, p.6 apud POTYARA, 2008).



2 PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A partir de 1940, com o reatamento das mudanças ocorridas no panorama mundial, ocorreu a inovação no campo das políticas sociais no país. Foi no contexto das políticas bismarckianas que o Sistema de Seguridade Social passou a seguir a lógica do direito social, não apenas do seguro social.

No Brasil, o *Welfare State* não seguiu a mesma perspectiva dos países da Europa Central devido ao desenvolvimento retardatário comparado a estes, desencadeando a intervenção estatal caracterizada pelas ações paternalistas e controladoras.

Desta forma, importa salientar que muitos especialistas acreditam que o Brasil não conseguiu construir um modelo de *Welfare State*, implementando políticas de bem-estar social.

Ainda, cada país implementa o conjunto de políticas sociais a partir de dados determinantes, tendo o Estado o papel de regularizar as leis de mercado e universalizar as políticas diante das necessidades sociais.

Assim como as políticas sociais, o Estado de Bem-Estar não é heterogêneo e uniforme. Conforme Pierini (p.8),

A partir da leitura crítico-dialética entendemos que embora o Estado de Bem-Estar tenha representado uma mudança do padrão de proteção social e ganhos sociais e políticos para a classe trabalhadora ele não representou uma alteração na estrutura de dominação burguesa e nas relações de propriedade capitalistas.

Entre o período de 1930 e 1960 o desenho da Seguridade Social se modificou com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) e os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), sistemas de proteção criados para atender as demandas de forma fragmentada, sendo destinadas apenas aos trabalhadores e contribuintes destas políticas.

Com o fim da II Guerra Mundial, o cenário brasileiro expandia a industrialização sob dominação norte-americana, momento marcado pela concentração de renda, alteração na taxa inflacionária, resultando no congelamento dos salários.

No século XX, a classe trabalhadora vivenciava drásticas implicações que se estenderam por vinte anos, resultantes do conservadorismo da ditadura militar, período em que as políticas sociais não abrangiam como um todo as demandas apresentadas na época, uma vez que não se consolidavam na perspectiva universalista, agravando diretamente as mazelas sociais.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Coloca-se em marcha uma transição democrática que apesar de dirigida pela elite era demandada pelo aprofundamento da questão social. Ainda que se considere a década de 80 do século XX perdida economicamente é um período marcado pela efervescência política, pelas lutas sociais e pela conquista da Constituição Federal de 1988. (PIERINI, p. 11)

Com o movimento operário em busca da garantia de direitos sociais, o advento da Constituição Federativa do Brasil de 1988 passa a reconhecer os sujeitos na condição de cidadãos, contribuindo significativamente para o processo de democratização no contexto sociopolítico, transformando o sistema de proteção social no Brasil.

Conforme destaca Jaccoud (2008, p.63),

Como resultado das determinações constitucionais e suas regulamentações, a proteção social no Brasil sofreu radicais alterações, entre as quais cabe destacar:(I) a instituição da Seguridade Social como sistema básico de proteção social articulando e integrando as políticas de seguro social, assistência social e saúde;(ii) o reconhecimento da obrigação do Estado em prestar serviços de saúde de forma universal, pública e gratuita, em todos os níveis de complexidade, por meio da instituição do Sistema Único de Saúde – SUS;(iii) o reconhecimento da assistência social como política pública instituindo o direito de acesso aos serviços pelas populações necessitadas e o direito a uma renda de solidariedade aos idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza;(iv) extensão dos direitos previdenciários com estabelecimento do salário-mínimo como valor mínimo e garantia de irredutibilidade do benefícios;(v) a extensão dos direitos previdenciários rurais com redução do limite de idade, inclusão do direito à trabalhadora rural, o reconhecimento do direito à aposentadoria apoiado em uma transferência de solidariedade ao trabalhador familiar (vi) o reconhecimento do seguro desemprego como direito social do trabalhador a uma provisão temporária de renda em situação de perda circunstancial de emprego.

Referir acerca do sistema de proteção social permite ampliar a análise sobre as políticas sociais e compreender a oferta dos serviços existentes na cena contemporânea.

A participação estatal no campo da proteção social se constituiu ao longo dos séculos, tendo como primordial a articulação de políticas, estruturando os programas sociais.

No campo social, as iniciativas formaram um conjunto de avanços ao que corresponde as políticas, ainda que de forma, heterogênea, incompleta e muitas vezes ineficaz, todavia, destinado a população como um todo.

Como resultado desse processo, é possível compreender o sistema brasileiro de proteção social através de três pontos fundamentais: o primeiro, a Previdência Social, política de caráter contributivo que visa garantir renda para os indivíduos em situações de risco, invalidez, velhice ou tempo de trabalho. O segundo ponto é constituído pela política de Assistência Social, de caráter



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

não contributivo, destinada a todos que dela necessitar por meio de uma rede de serviços socioassistenciais, e por último, a política de Saúde – SUS, de caráter universal, constituída pelos princípios da equidade e da integralidade.

Assim, é possível destacar que [...] ‘‘o Estado brasileiro passou a operar com uma gama progressivamente mais ampla de políticas sociais, respondendo a problemas sociais que se impuseram à agenda pública.’’ (JACCOUD, p. 64).

Compreender as políticas sociais no sistema de proteção social requer apreender o enfrentamento da questão social sob a ótica da cidadania e dos direitos sociais, ainda que no cenário contraditório do Estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o capital.

O processo de mercantilização do retrocesso das garantias constitucionais é reflexo do desmonte estatal provocado pelo modelo neoliberal, impactando diretamente no projeto democrático, acentuando a desigualdade social por meio da refilantropização da pobreza.

Pierini (p.3 apud Netto 2001) delucida,

O pauperismo que emergiu no primeiro terço do século XIX foi a expressão da pobreza acentuada e generalizada. Segundo Netto (2001) a conversão desse pauperismo em questão social ocorreu devido aos desdobramentos sociopolíticos, quando a classe trabalhadora não se conformou com a sua situação e exigiu que a sua denúncia fosse ouvida. O protesto que se manifestou de diversas maneiras ameaçou as instituições sociais existentes porque transformou as necessidades sociais da classe trabalhadora em questão ser incorporada pela agenda pública e, portanto, a ser enfrentada.

Resultante do conjunto das expressões das desigualdades sociais a questão social é entendida como o produto da condição da ordem burguesa e expressa as disparidades econômicas, políticas e culturas das classes sociais.

[...] cabe destacar que, para muitos autores, o enfrentamento da questão social sob a ótica da cidadania e dos direitos sociais tende a se desenvolver em paralelo ao enfrentamento do tema da democracia política ou da consolidação do Estado nacional. A construção de sistemas estatais de proteção social estaria, assim, relacionada com as demandas por igualdade e autonomia oriunda da afirmação da igualdade entre os indivíduos no contexto de organização política das sociedades modernas, seja para enfrentar problemas advindos da ampliação da participação, seja para responder ao problema da baixa participação política e fraca institucionalização democrática. (JACCOUD, p. 67).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Na cena contemporânea, o debate sobre as políticas de proteção social e o seu impacto na construção do patamar de direitos sociais e a dimensão de cidadania estão diretamente vinculados as dimensões política e civil.

Assim, a cidadania social é compreendida como parte do processo de consolidação do Estado e sua democratização, ainda que na esfera de “precarização” dos direitos civis e políticos e responsabilização dos indivíduos para o enfrentamento de seus problemas sociais.

Seja como parte do processo de construção da cidadania, ou como parte da construção do próprio espaço estatal, nas sociedades modernas só é possível falar em direitos sociais a partir de políticas implementadas ou garantidas pelo Estado. Dessa forma, considera-se aqui que não há direito social sem a garantia do Estado, que se expressa pela oferta e regulação dos serviços e benefícios de proteção social. E é justamente pela via do direito social que a proteção social se torna mais efetiva, reduzindo vulnerabilidades e incertezas, igualando oportunidades e enfrentando as desigualdades. (JACCOUD, p. 69).

O compromisso das políticas sociais é o combate e o enfrentamento das situações de pobreza, tendo em vista a consolidação de um sistema de bem estar social, ainda que num espaço contraditório, minado por interesses e projetos societários distintos.

Não há dúvidas de que o sistema de proteção social no Brasil se desenvolveu inicialmente devido as causas e busca de alternativas para enfrentar a situação de pobreza da classe trabalhadora.

Contudo, a política social não deve ser a única ferramenta de possibilidade para o combate á pobreza. Desta forma, de acordo com as reflexões de Jaccoud, (p.71),

Seu enfrentamento, complexo e multidimensional, necessita mobilizar não apenas os benefícios sociais de manutenção de renda, sejam eles de natureza contributiva ou não contributiva. A eles devem se articular políticas sociais que ofertam serviços, equalizam oportunidades, garantem o acesso a padrões mínimos de bem estar e mobilizem e ampliem as capacidades. Mas é sobretudo face à ocupação e ao emprego que se sobrelevam os grandes desafios ao enfrentamento da pobreza. Principalmente na atual fase da economia mundial, quando se pode constatar que crescimento econômico não implica necessariamente geração de emprego ou de renda em níveis satisfatórios.

Pensar em uma política destinada de fato ao combate à pobreza e à desigualdade, implica refletir sobre o amadurecimento de um projeto de desenvolvimento com equidade, ou seja, de enfrentamento aos resultados das relações excludentes na sociedade capitalista e dos direitos de cidadania restritos.



Neste contexto, é necessário avançar constantemente os debates sobre a proteção social brasileira, buscando focar em políticas públicas de inclusão, tendo como primordial o financiamento do Estado e a participação deste neste processo.

3 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A Assistência Social como política de proteção social surge como significativo avanço ao que corresponde a garantia de direitos sociais, destinando-se a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção.

Dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, em 2004 a PNAS foi aprovada para efetivar a assistência social e garantir o direito de cidadania aos que vivenciam situações de risco e desigualdade social.

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (BRASIL, 2013, p.11)

A partir de então, a assistência social objetiva assegurar necessidades humanas por meio do acesso a direitos, como: o direito de renda, o direito do convívio familiar e comunitário, direito de sobrevivência a riscos e o direito ao desenvolvimento da autonomia.

Ainda, a PNAS promove a garantia as demais políticas sociais através de encaminhamentos, visando o acesso de forma integrada e articulada com outras políticas setoriais.

Cabe ressaltar,

O SUAS se divide em dois níveis de proteção social: básica (PSB) e especial (PSE). A PSB atende famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente de pobreza, exclusão e/ou violência, mas que mantêm os seus vínculos familiares e sociais. Visa prevenir e enfrentar vulnerabilidades e riscos sociais por meio da ampliação do acesso aos direitos de cidadania, do desenvolvimento de potencialidades e aquisições dos usuários e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2009). Desde já, pode-se compreender que o trabalho com grupos na PSB deve ter como norte estas seguranças básicas, para elas contribuindo direta ou indiretamente, associado às demais ações desenvolvidas na política pública. (AFONSO; FADUL, 2015, apud BRASIL, 2009).



Neste contexto, destaca-se o trabalho social com famílias, sendo, a matricialidade sociofamiliar fundamental para a efetivação da política de assistência social, realizado através do trabalho de oficinas e grupos, com a finalidade de

[...] promover a autonomia dos usuários, fortalecer vínculos familiares e comunitários bem como enfrentar processos que geram vulnerabilidade e risco sociais. Para realizar seus objetivos, desenvolve atividades articuladas: acolhida a indivíduos/famílias; atividades grupais (oficinas); ações comunitárias; encaminhamentos à rede socioassistencial e às demais políticas públicas. A articulação dessas atividades é crucial para a garantia dos acessos (AFONSO; FADUL, 2015, apud Brasil, 2012 b).

Ainda, como contempla as autoras,

[...] as metodologias de trabalho social com famílias devem colaborar para o acesso aos direitos, bens e serviços públicos e sociais, fortalecendo o protagonismo e apoiando-se no processo de inclusão social. É nessa perspectiva que resgatamos, aqui, a importância do diálogo interdisciplinar. (AFONSO; FADUL, 2015).

Desta forma, as práticas democráticas de intervenção profissional no âmbito da legitimação da proteção social envolve a participação de outras áreas do conhecimento, sendo esta, imprescindível no campo da viabilização de direitos sociais.

Este processo envolve a realização do conhecimento de forma crítica, uma vez que a contribuição do Assistente Social – como foco deste estudo, é o intercessor do alcance às políticas públicas por parte dos cidadãos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, este texto objetivou apresentar acerca do debate do sistema brasileiro de proteção social, retomando alguns conceitos centrais acerca da temática, além de indicar o trajeto da assistência social até a sua concretização enquanto política pública.

Sabe-se que este é um campo desafiador para reflexão considerando os projetos e perspectivas que se entrelaçam frente aos conflitos sociopolíticos na sociedade capitalista.

Buscou-se também apontar alguns aspectos sobre a consolidação da assistência social enquanto política pública, além de enfatizar os desafios existentes para a atuação do assistente social no desenvolvimento da política de assistência social.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Por fim, é necessário salientar a necessidade do avanço de pesquisas em temáticas como o deste trabalho, pois, através do aprofundamento de conceitos atualizados será possível a construção de uma base sólida que vise aprimorar o sistema de proteção social brasileiro no sentido de melhoria da qualidade deste, assim como a criação de ferramentas de efetividade e formas de inclusão e participação, visando a equidade dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; FADUL, Fabiana Meijon. **O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 19 julho de 2022

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm Acesso em: 03 ago. 2022

BRASIL. (2013). **Política Nacional de Assistência Social. PNAS/2004**. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf Acesso em: 19 julho de 2022

JACCOUD, Luciana. **PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: DEBATES E DESAFIOS**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21295148-Protacao-social-no-brasil-debates-e-desafios.html> Acesso em: 05 julho 2022

PIERINI, José Alexandre. **POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO SOCIAL**. Parte II, III, IV. Centro Universitário de Araraquara Uniara.

O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DA ENERGIA
SOLAR NO BRASIL NO BRASIL E EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO
DE CAMPO MOURÃO**

Kamilly Ferreira de Sene –
Unespar - Campus de Campo Mourão¹.

Sérgio Luiz Maybuk –
Unespar Campus Campo Mourão
Membro do Grupo GERA²

Adalberto Dias de Souza
Unespar Campus Campo Mourão
Membro do Grupo GERA³

**Nome do GT: 13-
Políticas Públicas**

RESUMO

O presente artigo é resultado de parte de uma pesquisa de Projeto de Tempo Integral Dedicção Exclusiva e de um projeto de iniciação científica executado nas suas fases iniciais, sendo as perguntas de pesquisa: Será viável econômica e ambientalmente a utilização da energia solar como geração de eletricidade e ainda, Como está a utilização dessa tecnologia em municípios da região de Campo Mourão? O objetivo Geral: Identificar a viabilidade econômica e ambiental da utilização da energia solar e identificar a utilização da mesma em municípios da região de Campo Mourão. Na metodologia foram utilizadas fontes primárias e secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa. Nessa linha como principais conclusões, atesta-se que somente de 2021 para 2022 houve um crescimento na geração de energia solar no Brasil em 69,56% e considerando a média de crescimento de um ano para outro nos últimos 5 anos foi de 83,88%. O custo de implantação das Placas Solares fica entre R\$ 10.000,00 a R\$ 40.000,00. Uma redução de 60,00 a 80,00% na fatura de energia elétrica. A identificação do crescimento de instalação de placas na região de Campo Mourão pela empresa pesquisada em aproximadamente 200,00%.

Palavras-chave: Energia Elétrica. Energia solar. Meio ambiente.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de parte de un proyecto de investigación de Dedicación Exclusiva a Tiempo Completo y de un proyecto de iniciación científica realizado en sus etapas iniciales, con las preguntas

¹ graduanda de ciências econômicas – *e-mail*: kamilly.tg@outlook.com

² Graduado em ciências econômicas e Mestre em Desenvolvimento Econômico – *e-mail*: sergio.maybuk@unespar.edu.br

³ Graduado em administração e Doutor em Geografia – *e-mail*: adalbertodias.unespar@gmail.com



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de investigación: ¿Será económica y ambientalmente viable utilizar energía solar para generar electricidad y también, ¿Cómo es el uso de esta tecnología en los municipios de la región de Campo Mourão? El objetivo general: Identificar la viabilidad económica y ambiental del uso de la energía solar e identificar su uso en los municipios de la región de Campo Mourão. En la metodología se utilizaron fuentes primarias y secundarias debidamente analizadas dentro de una perspectiva de investigación con características, descriptiva, cualitativa y cuantitativa. En esa línea, como principales conclusiones, se atestigua que solo de 2021 a 2022 hubo un crecimiento en la generación de energía solar en Brasil de 69,56% y considerando el crecimiento promedio de un año a otro en los últimos 5 años fue de 83,88%. El costo de instalación de Paneles Solares oscila entre R\$ 10.000,00 y R\$ 40.000,00. Una reducción del 60,00 al 80,00% en la factura de la luz. La identificación del crecimiento de la instalación de placas en la región de Campo Mourão por la empresa investigada en aproximadamente 200,00%.

Palabras clave: Energía Eléctrica. Energía solar. Medio ambiente.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é resultado de parte de uma pesquisa de Projeto de Tempo Integral Dedicado Exclusivo e de um projeto de iniciação científica executado nas suas fases iniciais. A temática das energias renováveis, especialmente a energia solar, é recorrente nos debates nas universidades, nos parlamentos, nas Organizações Não Governamentais que tratam das questões do Meio Ambiente, no caso específico do setor público, como aquele que deve dar o direcionamento nesse quesito, pois é a esfera em que além de ter corpo técnico disponível para a elaboração e execução de projetos, tem a obrigação também de elaborar leis que tenham amplitude e que muitas vezes contrariam interesses privados de uma minoria por vezes privilegiada. Na questão específica das energias renováveis, também uma parte da iniciativa privada empresarial, aquela em que há mais consciência ecológica, vê nelas oportunidades de negócios lucrativos e ao contrário de várias ações condenáveis, acabam também beneficiando consumidores que gastarão menos para utilização de energia e o próprio governo com arrecadação de impostos oriundos dessas iniciativas.

A chamada energia solar, é obtida por meio dos raios solares lançados que por conseguinte, produzem as radiações solares e que se, no caso de armazenamento correto, pode ser aproveitada para produzir eletricidade com um detalhe importante, é economicamente mais barata e que agride menos o meio ambiente, está em alta no país. As informações atuais dão conta que somando a produção das usinas de grande porte e os sistemas de geração própria de energia elétrica após instalação em telhados, fachadas e pequenos terrenos, a fonte solar já supera a potência instalada da usina hidrelétrica de Itaipu que é uma das maiores do mundo.

Sempre que forem vistas novas placas solares num telhado, fachada em pequenos terrenos, ocorrerá o despertar da curiosidade em outros consumidores que tenham um mínimo



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de poder aquisitivo suficiente o desejo da implantação. É sabido também que já há iniciativas governamentais para empréstimos com juros subsidiados e cooperativas de créditos com planos interessantes para tais aquisições. E quanto mais aquisições, mais postos de trabalhos gerados e mais arrecadação de impostos.

Pelo exposto na breve introdução, a proposta se justifica porque há preocupação em reduzir gastos de consumo (depois de pago a instalação a redução da fatura de energia elétrica diminui significativamente). Isso permitirá com a economia, outras formas de consumo para melhorar a qualidade de vida (alimentos saudáveis por exemplo) e ainda reduz drasticamente a agressão ao meio ambiente, que impacta positivamente evitando que se construam mais usinas hidrelétricas que não obstante sejam importantíssimas para o desenvolvimento econômico de um país, causam uma série de transformações indesejáveis como foi por exemplo, a eliminação de localidades e até de ambiente ecológicos turísticos como se deu para construir a Itaipu Binacional.

As perguntas de pesquisa do presente artigo são: Será viável econômica e ambientalmente a utilização da energia solar como geração de eletricidade e ainda, Como está a utilização dessa tecnologia em municípios da região de Campo Mourão?

O Objetivo geral: Identificar a viabilidade econômica e ambiental da utilização da energia solar e identificar a utilização da mesma em municípios da região de Campo Mourão. Os Específicos: Identificar os conceitos e características da implantação dos equipamentos e captação da energia solar; Identificar e analisar os custos e benefícios econômicos da implantação dos sistemas de geração própria de energia elétrica em telhados, fachadas e pequenos terrenos; Identificar a evolução da implantação dos equipamentos e captação da energia solar em municípios da região de Campo Mourão.

Com relação aos Procedimentos Metodológicos foram identificados os conceitos e características da temática energia solar, com a utilização de revisões bibliográficas (artigos científicos, livros e teses dos temas citados) e para os levantamentos de dados secundários, utilizou-se sites especializados nos órgãos oficiais, especialmente do Aneel, Ministérios de Minas e Energia e empresas do ramo. E elaborado dez questões a uma empresa especializada em vendas e implantação de Placas Solares. E cinco questões a uma consumidora que possui placas solares na sua residência.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A temática sobre as energias renováveis vêm se ampliando por questões econômicas e ambientais e é necessário situar suas origens. De acordo com Oliveira e Mèrcher (2022), o surgimento das fontes de energias renováveis ocorreu em virtude de muitas alterações que afetaram o meio ambiente e o aquecimento global é o mais destacado. E também pela possibilidade de se economizar e diminuir novos danos ao meio ambiente. O interessante aqui pela manifestações dos autores é que a partir de um problema ambiental alarmante se despertou uma possibilidade de melhoria ambiental com economicidade.

A natureza que está sendo dia a dia sendo destruída pelos seres humanos, também oferece alternativas interessantes como é o caso da utilização do sol. De acordo Nascimento e Alves (2016), o sol tem o maior potencial de energia que sustenta a terra, sendo uma fonte que age indiretamente em quase todas as demais formas de energia (hidráulica, biomassa, eólica, combustíveis fósseis e energia dos oceanos). A forma do processo de energia que se origina do sol, se realiza com o aquecimento da atmosfera desproporcionalmente, gerando a produção da circulação atmosférica e também do ciclo das águas, e assim, podendo se aproveitar nos parques eólicos e com seu represamento mais tarde proporciona a geração hidroelétrica.

Nessa linha, de acordo com o Portal Solar (2023), a importância para a sociedade do uso da energia solar, se deve ao fato de que a utilização da mesma pode contribuir para que as parcelas da população de baixa renda possam ter acesso à luz solar, ao mesmo tempo em que recebem incentivos para a melhoria do saneamento básico e outros serviços essenciais. Assim, é possível contribuir para que tais moradores, muitas vezes tratados como inferiores, tenham acesso à informação e sistemas simples que salvam vidas e diminuem custos.

A produção de todas as formas de energia é fundamental para qualquer economia de um país que se preocupa com o futuro. De acordo com Martins et. al (2017), a necessidade constante de crescimento econômico brasileiro, inevitavelmente impõe uma demanda crescente de energia. E a ordem econômica passa também a ser reconstruída pela ótica da sustentabilidade ecológica, que aparece como algo até o no formato normativo e se busca uma equação que deva equilibrar meio ambiente com o crescimento econômico. Uma das necessidades fundamentais para o desenvolvimento sustentável que se tornou imprescindível, foi a necessidade de inovação e desenvolvimento de tecnologias que utilizem o aproveitamento de recursos energéticos naturais e que possibilitem o alcance de um desenvolvimento com menores impactos ambientais.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Ainda conforme Martins et. al (2017), é evidente que há o importante papel da energia solar, pois a mesma pode desempenhar um avanço na expansão da matriz elétrica brasileira. Dessa forma, o aproveitamento do recurso energético solar basicamente acaba por consistir na conversão da energia emitida pelo sol em energia térmica ou diretamente em energia elétrica, no caso do processo fotovoltaico.

Em termos de registro da produção, de acordo com Brasil-Aneel (2022), o país no mês de março de 2022, ultrapassou a marca de 10 gigawatts (GW) de potência instalada, considerando em micro e minigeração distribuída de energia elétrica, energia essa gerada pelos próprios consumidores. O montante é muito significativo, pois refere-se a um quantitativo suficiente para o abastecimento de aproximadamente 5 milhões de unidades residenciais brasileiras, ou seja, para atender quase 20 milhões de pessoas.

Ainda nessa linha de produção, outros autores tratam do avanço nessa área. Conforme Martins et. al (2017), a energia solar acrescentou no ano de 2017, uma produção de capacidade instalada maior do que as usinas a carvão, gás e nuclear juntas. No ano de 2018, 2019 e 2020 se repetiu o fato, ou seja, a repetição da constatação de uma tendência de predominância da fonte solar, como uma tecnologia de maior capacidade instalada anualmente.

Para o registro e conhecimento com referência a alguns Estados da federação, têm-se que conforme Brasil-Aneel (2022), no país todo, atualmente estão registradas 922 mil unidades com micro ou minigeração distribuída instalada. Também há um registro de 1,19 milhão de unidades que recebem os créditos dessa geração. Dentre os Estados da federação, aqueles que mais aderiram à micro e à minigeração foram Minas Gerais (149 mil unidades de geração distribuída instalada e 1,73 GW de potência instalada), São Paulo (148 mil unidades e 1,29 GW) e Rio Grande do Sul (123 mil unidades e 1,17 GW). Percebe-se aí um destaque para dois Estados da região sudeste e um da região sul.

Ainda de acordo com Brasil-Aneel (2022), destaca-se que a fonte mais utilizada para micro e minigeração distribuída é a solar fotovoltaica, com 910,6 mil micro e miniusinas e cerca de 9,9 gigawatts (GW) de potência instalada (99% do total). Toda essa capacidade se soma ainda aos 4,88 GW de potência instalada por empreendedores em usinas solares de grande porte, identificando que no Brasil há um crescimento exponencial da energia solar no país. Para um melhor entendimento aos/as leitores/as, é necessário esclarecer que a diferença entre energia fotovoltaica e energia solar é que a primeira, gera energia elétrica diretamente dos raios solares.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Já a segunda, utiliza o calor do para aquecer líquidos.

Em termos econômicos é importante destacar que segundo dados da Absolar (2022), a energia solar proporcionou ao Brasil um investimento R\$ 90,5 bilhões de reais, o que gerou arrecadação de R\$ 24,6 bilhões em impostos e ainda possibilitou a geração de mais de 500 mil empregos, nos últimos 10 anos. E ecologicamente destacando, também se evitou a emissão de 25,5 milhões de toneladas de carbono.

Finalizando, um destaque para a região objeto desse artigo, como pode ser visto em reportagem do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) (2022), O TJPR construirá na cidade de Campo Mourão-PR, a primeira usina solar fotovoltaica da instituição, que será a maior já implantada por um órgão público brasileiro. Ainda de acordo com a reportagem, o valor total do investimento será de R\$ 20 milhões. A escolha do local se deu por ser localizada em uma das regiões mais ensolaradas do país. As instalações contribuirão para que o Poder Judiciário Paranaense reduza as despesas com o consumo de energia. Na reportagem ainda se destaca que além da vantagem econômica aos cofres públicos, a iniciativa permitirá que a Justiça Estadual utilize uma energia limpa e sustentável, o que vai contribuir para a melhoria do meio ambiente.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir das afirmações de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) a metodologia de pesquisa que foi utilizada no presente artigo, revisões bibliográficas do tema indicadores sociais por meio de sites especializados, artigos científicos e livros. Foram utilizadas fontes primárias por meio de um questionário específico posteriormente fontes secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa.

O levantamento de dados ocorreu com empresa que atende municípios da região de Campo Mourão (mesorregião centro ocidental paranaense) e uma consumidora moradora em Campo Mourão, que possui placas solares na sua residência. Foram possíveis também obter informações em nível nacional. Para a resposta às perguntas de pesquisa “Será viável

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

econômica e ambientalmente a utilização da energia solar como geração de eletricidade e ainda, Como está a utilização dessa tecnologia em municípios da região de Campo Mourão?”

Foram identificados os conceitos e características da temática energia solar, com a utilização de revisões bibliográficas (artigos científicos, livros e teses dos temas citados) e para os levantamentos de dados secundários, utilizou-se sites especializados nos órgãos oficiais, especialmente do IBGE, Ipardes.

Para efeitos de metodologia quando se tratar das questões nacionais, será considerado a soma de produção de energia solar e energia fotovoltaica, que embora seja diferentes na origem, depois de produzidas terão importâncias fundamentais tanto econômica quanto ambiental. Para um melhor entendimento, é necessário esclarecer que a diferença entre energia fotovoltaica e energia solar é que a primeira, gera energia elétrica diretamente dos raios solares. Já a segunda, utiliza o calor do para aquecer líquidos, mas no final tudo é energia gerada e importante para o país. Outra observação pode ser utilizado o termo “painel solar” ou “placa solar” que é o nome mais popular.

Os autores do artigo enviaram para dois engenheiros eletricitistas da Empresa Sunclear Energia Solar, um questionário que gentilmente aceitaram responder as seguintes questões:

- Como funciona o processo de geração de energia e a relação com a distribuição na Copel?
- Existe algum incentivo federal ou estadual de subsídio para os consumidores adquirirem as placas e demais equipamentos necessários?
- Qual o custo médio de instalação das placas e demais equipamentos necessários?
- Qual o percentual de desconto médio na fatura de energia a partir da instalação?
- Quanto tempo em meses, demora para o contratante pagar o investimento?
- Qual a vida útil dos equipamentos?
- Em caso de algum estrago e seja possível consertar, qual o custo médio para conserto?
- No Paraná existe algum órgão que registra todas as instalações que são feitas? É possível consulta pública?
- A empresa têm algum histórico de órgão oficial sobre o crescimento das instalações para captação de energia solar na última década?
- Desde o início da empresa, qual o percentual de crescimento das instalações em residências ou empresas na COMCAM ou no Estado do Paraná?

Os autores do artigo também enviaram para uma consumidora (nome fictício “Maria”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

em respeito à privacidade solicitada) que gentilmente aceitou responder as seguintes questões:

- Qual valor do investimento nas placas solares?
- Qual a vida útil das placas solares?
- Em média, quanto de redução está tendo na fatura?
- Qual tempo, em meses que vai quitar o investimento?
- Qual foi o interesse em instalar as placas solares?

4 DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados e analisados três tabelas com informações muito importantes. Uma tabela com dados secundários originados pelo Portal Solar (2023) e Aneel/Absolar e duas tabelas com alguns questionamentos sobre a temática energia solar direcionadas a uma empresa do ramo de energia solar e uma consumidora que possui as placas solares instaladas na sua residência.

Inicialmente será apresentada e analisada a tabela 1 - Evolução da Fonte Solar Foto Voltaica no Brasil 2012-2022 que são originadas nos registros da Aneel e Absolar.

Tabela 1 – Evolução da Fonte Solar Foto Voltaica no Brasil 2012-2022

Ano	Produção de Gigawatt
2012	7
2013	13
2014	21
2015	42
2016	91
2017	1158
2018	2416
2019	4609
2020	8016
2021	14154
2022	24000

FONTE: Portal Solar (2023) - Aneel/Absolar. Elaborado pelos autores.

Analisando-se a tabela, percebe-se claramente que até o ano de 2016 a evolução foi muito baixa e dali para frente um salto extraordinário. De 2016 para 2017 aumentou mais de 10

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

vezes, de 2017 para 2018 (108,63%), de 2018 para 2019 (90,76%), de 2019 para 2020 (73,92%), de 2020 para 2021 (76,57%) e de 2021 para 2022 (69,56%).

De acordo com o Portal Solar (2023), contribuíram para que houvesse uma maior utilização de energia fotovoltaica no Brasil, as maiores linhas de financiamento de energia solar, prazos de pagamento mais prolongados e o que é mais interessante ainda, juros mais baixos e diminuição do custo para aquisição de painéis solares.

Na sequência será apresentada e analisada a tabela 2 - Questionamento à empresa de vendas e instalações de placas solares que se dispôs a atender os/as pesquisadores/as e que as respostas serão apresentadas na íntegra.

Tabela 2 – Questionamentos à empresa de vendas e instalações de placas solares.

Questões	Respostas
Como funciona o processo de geração de energia e a relação com a distribuição na Copel?	<p>A geração de energia solar é baseada na captura da radiação solar, através de painéis solares, e transformá-la em energia elétrica. A luz solar é composta por partículas de luz conhecidas como fótons. Quando estes fótons atingem as placas solares, eles excitam elétrons na superfície da célula, liberando-os e permitindo que circulem livremente. Esta corrente elétrica é coletada por terminais elétricos na célula e, em seguida, é enviada para o inversor solar, que inverte a corrente contínua em corrente alternada, a qual usamos no nosso sistema elétrico residencial/industrial. A COPEL (Companhia Paranaense de Energia) é responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e no caso da energia solar, as Unidades Consumidoras geram a energia e utilizam a infraestrutura de transmissão e distribuição da COPEL.</p>
Existe algum incentivo federal ou estadual de subsídio para os consumidores adquirirem as placas e demais equipamentos necessários?	<p>Sim, existem incentivos federais e estaduais. No nível federal, há vários programas e incentivos disponíveis, como o Crédito Fiscal de Investimento, que permite aos proprietários de sistemas de energia solar de pequeno porte receberem um crédito fiscal de 30% do custo total do sistema. Em nível estadual, muitos estados oferecem incentivos, como descontos no imposto sobre a propriedade, créditos fiscais, incentivos financeiros e programas de financiamento, para incentivar os consumidores a instalarem sistemas de energia solar.</p>
	<p>O custo de instalação de um sistema de energia solar varia dependendo de diversos fatores, como o tamanho do sistema, a localização, a qualidade dos equipamentos e a complexidade da instalação. De</p>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

maneira geral, o custo médio para instalar um sistema residencial de energia solar pode variar de R\$ 10.000 a R\$ 40.000, dependendo das variáveis.

Qual o custo médio de instalação das placas e demais equipamentos necessários?

O percentual de desconto na fatura de energia elétrica após a instalação de um sistema de energia solar pode variar dependendo de vários, como eficiência do sistema, a quantidade de energia gerada e o tamanho do sistema. Em média, é possível obter uma redução de 60 a 80% na fatura de energia elétrica.

Qual o percentual de desconto médio na fatura de energia a partir da instalação?

O tempo necessário para recuperar o investimento de um sistema de energia solar depende de alguns fatores, como o tamanho do sistema, o custo da instalação, as tarifas de energia elétrica e a eficiência do sistema. Em média, o tempo de retorno do investimento pode variar de 3 a 10 anos, mas pode ser mais curto ou mais longo dependendo do total investido.

Quanto tempo em meses, demora para o contratante pagar o investimento?

A vida útil dos equipamentos de energia solar depende de alguns fatores, incluindo a qualidade dos materiais utilizados, as condições climáticas e de instalação, e a manutenção regular. Em geral, as placas solares têm uma vida útil de cerca de 25 a 30 anos, enquanto os inversores de 10 a 15 anos. Outros componentes como a estrutura de fixação nos telhados são em torno de 30 anos, e demais equipamentos como as caixas de proteção CC e CA entre 1 a 10 anos.

Qual a vida útil dos equipamentos?

Esse custo depende de vários fatores, como a complexidade do problema, a disponibilidade das peças e a mão de obra especializada. De modo geral, esse custo pode oscilar entre R\$ 100 até alguns milhares de reais, dependendo do equipamento e do estrago.

Em caso de algum estrago e seja possível consertar, qual o custo médio para conserto?

No estado do Paraná, não há um órgão específico que registre todas as instalações de energia solar. No entanto, é possível consultar informações sobre as instalações de energia solar através da COPEL, que é responsável por gerenciar a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado.

No Paraná existe algum órgão que registra todas as instalações que são feitas? É possível consulta pública?

Não, mas pode ser consultado no site da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A empresa têm algum histórico de órgão oficial sobre o crescimento das instalações para captação de energia solar na última década?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Desde o início da empresa, qual o percentual de crescimento das instalações em residências ou empresas no Estado do Paraná?
De acordo com o nosso período na empresa, do início de 2021 até hoje, o crescimento de instalações de energia solar em residências/indústrias subiu em média 200% nesse período.

FONTE: Questionário aplicado a empresa Sunclear – Energia Solar e respondido pelos dois engenheiros elétricos que pediram para registrar apenas os seus primeiros nomes Natan e Hugo. Elaborado pelos autores.

Analisando-se a resposta para a pergunta “Como funciona o processo de geração de energia e a relação com a distribuição na Copel?”, percebe-se um linguajar técnico com muita propriedade dos dois engenheiros elétricos e permite uma noção bem clara de como ocorre a geração da energia via placas solares.

Analisando-se a resposta para a pergunta “Existe algum incentivo federal ou estadual de subsídio para os consumidores adquirirem as placas e demais equipamentos necessários?”, percebe-se importantes iniciativas em nível federal que podem atender todos os municípios brasileiros em que os consumidores se encaixarem nas exigências e alguns Estados específicos. É necessário que a temática da energia solar seja difundida à exaustão porque com certeza pode forçar todos os Governos Estaduais criarem programas para o aumento das instalações e mesmo o próprio Governo Federal ampliar o que já existe.

Analisando-se a resposta para a pergunta “Qual o custo médio de instalação das placas e demais equipamentos necessários? Percebe-se que naturalmente vai variar de tamanho dos locais a serem instalados e qualidade dos materiais e que os valores considerando possibilidade de financiamento, parecem ser suportáveis salientando a importância do investimento para a Economia e o Meio Ambiente. Os valores entre R\$ 10.000,00 e R\$ 40.000,00 coincidem com o valor indicado na tabela 3 da consumidora entrevistada que foi R\$ 16.000,00.

Analisando-se a resposta para a pergunta “Qual o percentual de desconto médio na fatura de energia a partir da instalação? Percebe-se pela resposta a indicação de que o desconto médio é de 60 a 80% na fatura de energia elétrica e coincidem com a média de desconto indicado na tabela 3 com a consumidora que chegou em 63,45%.

Analisando-se a resposta para a pergunta “Quanto tempo em meses, demora para o contratante pagar o investimento?”. É possível notar pela resposta de 3 a 10 anos (uma distância grande entre o menor para o maior) e pela tabela 3 com a consumidora, com cálculos dos autores do artigo 7,4 anos está dentro do parâmetro apresentado na tabela 2.

Analisando-se a resposta para a pergunta “Qual a vida útil dos equipamentos?”, é possível notar que está entre 25 a 30 anos. Pela resposta da consumidora na tabela 3, 25 anos e



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

está no parâmetro indicado na tabela 2.

Analisando-se a resposta para a pergunta “Em caso de algum estrago e seja possível consertar, qual o custo médio para conserto?”, percebe-se que é quase impossível fazer uma previsão mais acertada considerando de R\$100,00 a milhares de reais é uma distância muito grande.

Analisando-se a resposta para a pergunta “No Paraná existe algum órgão que registra todas as instalações que são feitas? É possível consulta pública?”, está claro que não há um órgão específico e percebe-se que se for feito alguma solicitação especial para a Copel é possível obter os dados.

Analisando-se a resposta para a pergunta “A empresa têm algum histórico de órgão oficial sobre o crescimento das instalações para captação de energia solar na última década?”, pela resposta indica-se que não, mas no corpo do trabalho, pela tabela 1 a informação está contemplada.

E finalmente analisando-se a resposta para a pergunta “Desde o início da empresa, qual o percentual de crescimento das instalações em residências ou empresas no Estado do Paraná?”, pela resposta é possível notar que a empresa existe há pouco mais de um ano e o crescimento de um ano para outro das instalações foi muito bom, ou seja, 200,00% bem superior ao crescimento total no Brasil que foi de quase 70,00% (o que já é excelente). A diferença pode ser que na região de abrangência da empresa, possivelmente não havia praticamente nada de instalações nas residências e empresas.

Na sequência será apresentado e analisada a tabela 3 - Questionamento à consumidora que possui as placas solares instaladas na sua residência e que se dispôs a atender os/as pesquisadores/as e que as respostas serão apresentadas na íntegra.

Tabela 3 – Questionamento à consumidora que possui as placas solares instaladas na sua residência.

Questões	Respostas
Qual valor do investimento nas placas solares?	R\$16.000,00 com a instalação.
Qual a vida útil das placas solares?	25 anos.
Em média, quanto de redução está tendo na fatura?	Pagamos apenas a taxa mínima, varia entre 80 a 100



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

reais. Antes nossa conta de energia variava entre R\$190,00 até uns R\$350,00.

Qual tempo, em meses que vai quitar o investimento?

Foi feito pagamento a vista.

Interesse em economizar.

Qual foi o interesse em instalar as placas solares?

FONTE: Questionário aplicado. Elaborado pelos autores.

Analisando-se a primeira questão e sua respectiva resposta não há muito o que se analisar, considerando que não há outro consumidor/a que se dispôs a responder, mas a resposta é fundamental para se estimar de forma aproximada o tempo de retorno do investimento feito.

Analisando-se a segunda questão e sua respectiva resposta, percebe-se que o tempo de vida útil é considerado muito bom. Considerando ainda outra análise na sequência, em que será possível verificar que o retorno do investimento se dará em menos de 10 anos e por consequência uma vida útil excedente (após o retorno do investimento) de mais pelo menos 15 anos.

Analisando-se a terceira questão e sua respectiva resposta, percebe-se uma redução significativa em termos de valores pagos e vários montantes de valores e percentuais podem ser calculados. De R\$190,00 para R\$100,00 têm-se R\$90,00 de desconto (47,36%), de R\$190,00 para R\$80,00 têm-se R\$110,00 (57,89%), de R\$350,00 para R\$100,00 têm-se um desconto de R\$250,00 (71,42%) e finalmente de R\$350,00 para R\$80,00 têm-se um desconto de R\$270,00 (77,14%). Dentro das opções apresentadas calculando-se uma média aritmética entre os valores de desconto $(90,00 + 110,00 + 250,00 + 270,00 = 720,00 / 4 = 180,00)$. E a média entre os percentuais de desconto chegou a 63,45%.

Multiplicando-se R\$180,00 X 12 meses têm-se R\$2.160,00. Valor este que poderia ser aplicado para compensar possíveis aumentos nos valores das faturas durante os anos. Num cálculo simples aproximado poderia se deduzir, dividindo-se o valor investido de R\$16.000,00 por R\$2.160,00 = que o retorno do investimento ficaria em torno de 7,4 anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo foram respondidas as perguntas de pesquisa “Será viável econômica e ambientalmente a utilização da energia solar como geração de eletricidade e



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ainda, resposta sim . Como está a utilização dessa tecnologia em municípios da região de Campo Mourão?” Foi respondido pelas questões enviadas à empresa especializada. E consequentemente respondidos o objetivo Geral: “Identificar a viabilidade econômica e ambiental da utilização da energia solar e identificar a utilização da mesma em municípios da região de Campo Mourão” E os Específicos “Identificar os conceitos e características da implantação dos equipamentos e captação da energia solar; Identificar e analisar os custos e benefícios econômicos da implantação dos sistemas de geração própria de energia elétrica em telhados, fachadas e pequenos terrenos; Identificar a evolução da implantação dos equipamentos e captação da energia solar em municípios da região de Campo Mourão.”

Dentre as principais conclusões pode ser destacado que só de 2021 para 2022 houve um crescimento na geração de energia solar no Brasil em 69,56% e considerando a média de crescimento de um ano para outro nos últimos 5 anos foi de 83,88% .

Para esse crescimento foram fundamentais maiores linhas de financiamento de energia solar, prazos de pagamento mais prolongados, juros mais baixos e diminuição do custo para aquisição de painéis solares.

O custo de implantação das Placas Solares fica entre R\$ 10.000,00 a R\$ 40.000,00 e uma redução de 60,00 a 80,00% na fatura de energia elétrica. Em média, o tempo de retorno do investimento pode variar de 3 a 10 anos, em geral, as placas solares têm uma vida útil de cerca de 25 a 30 anos, A identificação do crescimento de instalação de placas na região de Campo Mourão pela empresa pesquisada em aproximadamente 200,00%.

E finalmente, não há dúvida que ao longo do tempo, com a utilização dessa energia vai contribuir para que o meio ambiente não seja um pouco mais agredido com a não construção de outras usinas hidroelétricas.

6 REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Martins, F. R., Pereira et. al, E. B., (2017). **Atlas brasileiro de energia solar**. INPE - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações das Minas e Energia – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

<https://www.portalsolar.com.br/mercado-de-energia-solar-no-brasil.html> acessado em 2023.
Acessado em fevereiro de 2023.

https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/223/1372545_LEONARDO%20%20AT%20%20ARTIGO%20CIENCIA%20E%20TECNOLOGIA%20E%20COMUNICA%C3%A7%C3%95ES%20E%20ENERGIA%20SOLAR%20E%20RENOV%C3%A1VEIS%202019.pdf?sequence=1&isAllowed=y - Oliveira, Leonardo Atílio de. Mècher, Leonardo. **Meio Ambiente: energias renováveis**. Acessado em fevereiro de 2023

http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2016/anais/arquivos/0859_1146_01.pdf – Nascimento, Raphael Santos. Alves, Geziele Mucio. **Fontes alternativas e renováveis de energia no brasil: métodos e benefícios ambientais**. Acessado em fevereiro de 2023.

<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2022/brasil-ultrapassa-marca-de-10-gw-em-micro-e-minigeracao-distribuida> . Acessado em fevereiro de 2023.

<https://exame.com/esg/energia-solar-cresce-1-gw-por-mes-e-pode-alcancar-o-dobro-de-itaipu-em-fevereiro/> . Acessado em fevereiro de 2023.

<https://www.absolar.org.br>. Acessado em fevereiro de 2023.

https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/11KI/content/tjpr-recebe-terreno-em-campo-mourao-onde-sera-construida-a-primeira-usina-fotovoltaica-do-poder-judiciario-no-estado/18319?inheritRedirect=false - **Reportagem TJPR** –Acessado em fevereiro de 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E APROVEITAMENTO
ECOLÓGICAMENTE E ECONOMICAMENTE CORRETOS NOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO-PR**

Natália
Vitória da Silva Borges Aion –
Unespar - Campus de Campo Mourão¹.

Sérgio Luiz Maybuk –
Unespar Campus Campo Mourão
Membro do Grupo GERA²

Adalberto Dias de Souza
Unespar Campus Campo Mourão
Membro do Grupo GERA³

Nome do GT: 13-
Políticas Públicas

RESUMO

O presente artigo é resultado de parte de uma pesquisa de Projeto de Tempo Integral Dedicção Exclusiva e de um projeto de iniciação científica, sendo as perguntas de pesquisa: Qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos? O objetivo Geral: Identificar qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos. Os Específicos para o presente artigo: Identificar qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico; Identificar, analisar e comparar os custos das coletas de tais resíduos sólidos da microrregião de Campo Mourão-PR. Na metodologia foram utilizadas fontes secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa. Dentre as conclusões, destaca-se sempre os dois municípios nas primeiras colocações, a começar pelo grau de urbanização, Campo Mourão com 94,82 %, Engenheiro Beltrão com 88,29%, Custos de coleta e destino dos resíduos sólidos, Campo Mourão com R\$ 4.885.079,75, Terra Boa com R\$ 954.515,33, Receitas específicas Campo Mourão com R\$ 4.999.313,86, Terra Boa com R\$ 531.873,28, Relação despesa/receita de melhor desempenho tem-se Campo Mourão com 102,34%, Araruna com 61,35%, Massa total recuperada pela coleta seletiva maiores quantidades Campo Mourão com 900 ton., Terra Boa com 374 ton., Percentual de coleta seletiva em relação à massa total coletada os municípios com maiores percentuais Roncador com 17.33%, Iretama com 9.63%.

Palavras-chave: Coleta Seletiva. Meio Ambiente. Resíduos Sólidos.

¹ graduanda de ciências econômicas – *e-mail*: natalia.aion@unespar.edu.br

² Graduado em ciências econômicas e Mestre em Desenvolvimento Econômico – *e-mail*: sergio.maybuk@unespar.edu.br

³ Graduado em administração e Doutor em Geografia – *e-mail*: adalbertodias.unespar@gmail.com



RESUMEN

Este artículo es resultado de parte de una investigación del Proyecto de Dedicación Exclusiva a Tiempo Completo y de un proyecto de iniciación científica, siendo las preguntas de investigación: ¿Cuál es la generación de residuos sólidos y su uso ecológico en los municipios de la microrregión de Campo Mourão-PR? ¿Y cuáles son los costos de recolectar tales desechos sólidos? El Objetivo General: Identificar cuál es la generación de residuos sólidos y su uso ecológico en los municipios de la microrregión de Campo Mourão-PR. Y cuáles son los costos de recolectar tales desechos sólidos. Específicos para este artículo: Identificar la generación de residuos sólidos y su aprovechamiento ecológico; Identificar, analizar y comparar los costos de recolección de tales residuos sólidos de la microrregión de Campo Mourão-PR. En la metodología se utilizaron fuentes secundarias y debidamente analizadas dentro de una perspectiva de investigación con características, descriptiva, cualitativa y cuantitativa. Entre las conclusiones, los dos municipios siempre se destacan en los primeros lugares, comenzando por el grado de urbanización, Campo Mourão con 94,82%, Engenheiro Beltrão con 88,29%, Costos de recolección y eliminación de residuos sólidos, Campo Mourão con R\$ 4.885.079,75, Terra Boa con R\$ 954.515,33, Ingresos específicos Campo Mourão con R\$ 4.999.313,86, Terra Boa con R\$ 531.873,28, La mejor relación gastos/ingresos es Campo Mourão con 102,34%, Araruna con 61,35%, Masa total recuperada por recogida selectiva mayores cantidades Campo Mourão con 900 ton., Terra Boa con 374 ton., Porcentaje de recogida selectiva en relación a la masa total recogida los municipios con mayores porcentajes Roncador con el 17,33%, Iretama con el 9,63%.

Palabras clave: Recogida Selectiva. Medio ambiente. Residuos sólidos.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é resultado de parte de uma pesquisa de Projeto de Tempo Integral Dedicção Exclusiva e de um projeto de iniciação científica.

A temática da produção e destinação dos resíduos sólidos é frequentemente enfrentada pelos gestores públicos municipais especialmente, mas também pelas outras esferas governamentais, em ações por iniciativa própria ou até por pressão do Ministério Público ou ainda pelos/as defensores do Meio Ambiente. A Universidade pública em mais de uma área do conhecimento também faz pesquisa nessa temática.

A questão da temática dos resíduos sólidos ganhou muita importância a partir da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), registrada pela Lei nº 12.305/2010, que depois foi regulamentada pelo Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020. Tal política estabeleceu alteração de comportamentos em relação à gestão dos resíduos sólidos reunindo princípios, objetivos e instrumentos e diretrizes com relação à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, bem como as responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos todos os econômicos aplicáveis.

Dentre os instrumentos previstos na Lei nº 12.503/2010, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) é um documento que trata do diagnóstico do local de estudo,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

definindo metas e programas de ações para o estabelecimento do gerenciamento desde o momento de sua produção até a destinação final dos resíduos sólidos, onde também há a necessidade da diminuição da geração dos mesmos.

Após essa breve introdução sobre o tema, salienta-se que a proposta de pesquisa justifica-se por se tratar de um tema relevante que envolve toda uma sociedade produtora de resíduos sólidos e que ao mesmo tempo, precisa conviver com ela, embora na maioria das vezes quem menos consome por não ter renda, é quem sente mais a produção deles e acaba morando próximo dos lixões. Justifica-se a proposta por constituir-se num grande problema dos gestores municipais, agravados pelo comportamento inadequado da população que não separa o lixo de maneira adequada, causando gastos significativos para o poder público municipal. Justifica-se ainda a proposta por apresentar, dependendo das opções escolhidas pelo poder público municipal redução de custos e transformação de um grave problema numa solução que gera renda.

As perguntas de pesquisa do presente artigo são: Qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos?

O objetivo Geral: Identificar qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos?

Os Específicos para o presente artigo: Identificar qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico; Identificar, analisar e comparar os custos das coletas de tais resíduos sólidos municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

Com relação aos Procedimentos Metodológicos foram identificados os conceitos e características do tema Resíduos Sólidos por meio de sites especializados, artigos científicos e livros. Foram utilizadas fontes secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa. Para os levantamentos de dados secundários, utilizou-se sites especializados nos órgãos oficiais, IBGE, Iparde e especialmente SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento e SINIR – Sistema Nacional de Informação Sobre a Gestão de Resíduos Sólidos.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica serão apresentados e analisados conceitos, definições e outros componentes da geração de destinação de resíduos sólidos urbanos – RSU.

Para Rodrigues et. al (2014), analisando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), criada pela Lei 12.305/10, destaca que a mesma abrange princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações que devem ser adotadas pelo Governo Federal, tanto de forma isolada quanto em um regime de cooperação com entes públicos ou privados, com a intenção de proporcionar uma gestão integrada que gere ambientalmente e adequadamente os resíduos sólidos.

De acordo com Rodrigues et. al (2014), é necessário destacar que na destinação de resíduos estão inclusos, a reutilização, a reciclagem, a compostagem. Também sem esquecer da recuperação e o aproveitamento energético que fazem parte das autorizações dos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária e Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Os autores ainda destacam que na lei, havia a exigência de que até agosto de 2014, todos os municípios brasileiros teriam que eliminar seus lixões a céu aberto para não se enquadrassem em crime ambiental sujeito a multas.

Importante ressaltar que sobre essa exigência de eliminação dos lixões, quando o prazo chegou, de acordo com reportagem do G1 – Globo (2014), 60% dos municípios não haviam cumprido, significando que não é um problema fácil de se resolver, tanto pelo descaso natural de parte dos gestores públicos quanto pela dificuldade de falta de recurso e capacidade técnica e logística.

Ainda para Rodrigues et. al (2014) com dados da ABRELPE (2012), verificou-se que entre os anos de 2007 e 2010, 42% dos RSU do país (23,7 milhões de toneladas), tinham recebido destinação inadequada em lixões a céu aberto. E ainda de que, do ano de 2011 para 2012, a geração de RSU no Brasil cresceu 1,3%, índice que foi superior à taxa de crescimento populacional urbano no país no mesmo período que foi de 0,9%. Indicando assim uma situação mais preocupante ainda.

Para Jucá (2003) com dados do IBGE (2000), com relação à disposição final dos resíduos sólidos urbanos no Brasil, no ano 2000, havia uma coleta de aproximadamente



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

230.000 toneladas de resíduos sólidos diariamente, sendo aproximadamente 125.000 toneladas (54,34%) referentes aos resíduos domiciliares. Na distribuição dessa coleta entre as regiões do país em percentuais, o Sudeste lidera com 62,0%, Nordeste com 18,2%, Sul com 8,7%, Centro-Oeste 6,3% e Norte com 4,8%. Na geração per capita kg/hab/dia na média do Brasil corresponde a 1,35, acima da média aparece a região sudeste com 1,96. Abaixo da média e por ordem de grandeza aparecem Centro-Oeste com 1,23, Nordeste 0,87, Norte com 0,86 e região Sul com 0,79.

De acordo com Jucá (2003), em relação aos aterros sanitários no mundo todo, com raras exceções, representam a destinação final dos resíduos sólidos que é mais utilizada, muito embora há grande esforço de convencimento para se reduzir, reutilizar e reciclar, os famosos três R. Em termos de Gestão e Custos de Operação, os tais aterros sanitários que se encontram no Brasil, normalmente se operam ou pela iniciativa privada, contratada pelas prefeituras ou empresas municipais. E sobre os custos, as prefeituras fazem o pagamento pela quantidade, em peso, de lixo depositado no aterro (R\$/tonelada).

É preciso encontrar soluções que diminuam o descarte inadequado. Para Maybuk (2019) conforme inevitavelmente se amplia esse problema da constante geração de lixo (resíduos sólidos urbanos), se requer campanhas de conscientização permanente e ampliação de descarte adequado, especialmente por meio da coleta seletiva e utilização naquilo que for possível da logística reversa, ambas ações que além de melhorarem o meio ambiente ainda podem ser objeto de geração de renda e economia de custos.

Com relação à uma mudança de mentalidade nesse quesito, Schenini (2005) explica que o crescimento da consciência sustentável do consumidor final, acabou trazendo aos fornecedores uma responsabilidade maior, a conhecida postura verde, a qual permitia que tais empresas seriam mais competitivas que as tradicionais. O referido autor destaca também que o desenvolvimento da reciclagem de materiais ocorre devido à legislação ambiental, voltada para que as empresas sejam responsáveis em controlar todo o ciclo de vida dos produtos e o impacto que podem causar ao meio ambiente.

Na mesma temática, outra contribuição é do autor Stock (1998) que afirma que a logística reversa tem o papel de contribuir com o retorno dos produtos, na alternativa de redução na fonte, reciclagem, substituição de materiais, reuso de materiais, disposição de resíduos etc.



De acordo com Carvalho et. al (2019), é necessário urgentemente preocupar-se com a melhoria da gestão do RSU, pois a má gestão por consequência, causa impactos importantes para a economia em geral, a saúde da população e o meio ambiente local e global. No caso do Brasil, a ocorrência do crescimento do poder aquisitivo não acompanha na mesma velocidade, as melhorias nos processos de gestão do RSU. O motivo foi a falta da infraestrutura adequada, um pequeno avanço dos processos e tecnologias consequentes de reciclagem, tratamento térmico e compostagem, os lixões acabam se tornando o mais importante método de disposição final do RSU.

Para Carvalho et. al (2019), há muitos problemas relacionados aos RSU, a começar em geral, pela falta de planejamento por parte dos municípios no que se refere a questões ligadas ao saneamento básico e níveis insuficientes de recursos investidos para solução dos problemas. Uma solução poderia ser o estabelecimento de consórcios intermunicipais, com o intuito de ganhar escala e ainda contribuir na redução de custos das diferentes opções tecnológicas de tratamento de RSU. Outro desafio refere-se às dificuldades de incluir as organizações de catadores dentro dos planos de gestão de RSU e finalmente outro problema é o baixo engajamento da população brasileira diante do tema.

Após a apresentação da fundamentação teórica segue o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir das afirmações de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) a metodologia de pesquisa que foi utilizada no presente artigo, revisões bibliográficas do tema Resíduos Sólidos por meio de sites especializados, artigos científicos e livros. Foram utilizadas fontes secundárias e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa.

O levantamento de dados ocorreu direcionado aos municípios da Mesorregião Região Centro Ocidental Paranaense, que possui duas microrregiões (a de Campo Mourão e a de Goioerê). Para a presente pesquisa foi foco de pesquisa, exclusivamente a de Campo Mourão que tem os seguintes municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

Para a resposta às perguntas de pesquisa - Qual é a geração de resíduos sólidos e seu



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos?

Foram identificados os conceitos e características da temática dos Resíduos Sólidos, com a utilização de revisões bibliográficas (artigos científicos, livros e teses dos temas citados) e para os levantamentos de dados secundários, utilizou-se sites especializados nos órgãos oficiais, IBGE, Iparades e especialmente SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento e SINIR – Sistema Nacional de Informação Sobre a Gestão de Resíduos Sólidos.

É necessário especificar que para os levantamentos de dados nos sites oficiais, foram utilizados os mais recentes, há casos que infelizmente os dados são de 2010 porque o Censo que deveria ocorrer em 2020 não ocorreu e outros são baseados em projeções mais atualizadas.

4 DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados e analisados dados importantes oriundos do SNIS - Sistema Nacional de Informação sobre o Saneamento e do SINIR - Sistema Nacional de Informação sobre a Gestão de Resíduos Sólidos, Iparades – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social ainda destaques sobre o destino de resíduos sólidos escolhidos por municípios.

A seguir apresenta-se a Tabela 01 – Informações gerais sobre a Microrregião de Campo Mourão. As informações sobre Área Territorial, População Urbana Declarada, PIB – Produto Interno Bruto e IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano – Município, são importantíssimas para o tema referente a geração e distribuição de resíduos sólidos.

Tabela 1 – Tabela 1 – Informações gerais sobre a Microrregião de Campo Mourão

Municípios	Área Territorial	População Urbana Declarada	Grau de Urbanização em %	IDH - M em 2010
Araruna	495,14 km ²	10.905	78,06	0,704
Barbosa Ferraz	536,27 km ²	8.757	75,70	0,696
Campo Mourão	754,43 km ²	89.944	94,82	0,757
Corumbataí do Sul	163,35 km ²	N.INF	53,15	0,638
Engenheiro Beltrão	474,05 km ²	12.361	88,29	0,730
Farol	290,94 km ²	1.795	58,12	0,715
Fênix	231,03 km ²	3.962	83,19	0,716
Iretama	569,51 km ²	5.923	58,25	0,665

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Luiziana	908,29 km ²	4.722	65,02	0,668
Mamborê	787,72 km ²	8.451	64,35	0,719
Peabiru	451,53 km ²	11.310	80,81	0,723
Quinta do Sol	335,24 km ²	3.425	74,90	0,715
Roncador	743,68 km ²	6.078	61,71	0,681
Terra Boa	308,32 km ²	14.141	82,73	0,728

Fonte: IBGE, Ipardes, SNIS, SINIR - Elaborado pelos autores.

Ao analisar-se sobre a Área Territorial, deve-se levar em consideração que quanto maior o espaço territorial maior a probabilidade de geração de resíduos sólidos. E por consequência maiores problemas para a destinação dos mesmos.

Os cinco maiores municípios são pela ordem de tamanho, Luiziana com 908,29 km², Mamborê com 787,72 km², Campo Mourão com 754,43 km², Roncador com 743,68 km² e Iretama com 569,51 km². Nesse quesito há dois destaques, sendo que o primeiro é o município de Luiziana ter uma área de 15,37% a mais que ao segundo colocado. E o município de menor extensão territorial é o de Corumbataí do Sul com 163,35 km².

Na mesma linha e com as possíveis consequências citadas anteriormente, a quantidade de população urbana em relação à rural, tem tendência de gerar mais resíduos sólidos que a segunda. Os cinco municípios com maior população urbana na ordem são, Campo Mourão com 89.944 hab., Terra Boa com 14.141 hab. , Engenheiro Beltrão com 12.361 hab., Peabiru com 11.310 hab. e Araruna com 10.905 hab.. Aqui dois destaques, o primeiro é a imensa distância entre o primeiro colocado para o segundo, ou seja, 536,05% a mais de população urbana. O segundo destaque é o município de menor população urbana sendo Farol com 1.795 hab.

Outro indicador importante que está diretamente relacionado com a geração de resíduos sólidos é o grau de urbanização de um município. E os cinco municípios com maior grau são pela ordem, Campo Mourão com 94,82 %, Engenheiro Beltrão com 88,29%, Fênix com 83,19%, Terra Boa com 82,73% e Peabiru com 80,81%. Nesse quesito percebe-se que os cinco primeiros municípios estão com valores acima de 80% de urbanização. Do primeiro para o segundo colocado com apenas 7.39% a mais. E surpreendentemente o município de menor urbanização é Corumbataí do Sul com 53,15%, quase meio a meio.

O último indicador da tabela é o IDH que dentre os três componentes: renda, educação e longevidade, os dois primeiros estão ou deveriam estar diretamente vinculados com a geração e até a distribuição de resíduos sólidos. Quanto mais renda, mais consumo de produtos industrializados (mais resíduos sólidos) e mais educação (em tese, mais preocupação com a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

destinação correta de resíduos sólidos na prática da reciclagem).

Na ordem, os cinco municípios com maior IDH são: Campo Mourão com 0,757, Engenheiro Beltrão com 0,730, Terra Boa com 0,728, Peabiru com 0,723 e Mamborê com 0,719. Aqui uma particularidade, a média do Estado do Paraná em IDH é 0,749 e dos cinco primeiros municípios da microrregião de Campo Mourão, apenas o primeiro colocado está acima da média e em termos de Paraná, tem um IDH muito baixo. Outro destaque é que o IDH de menor valor do grupo pesquisado é Corumbataí do Sul com 0,638 que é exatamente o município de menor urbanização.

Das variáveis apresentadas na tabela, talvez a única que quase não se altera, é extensão territorial. Embora ao longo do tempo podem acontecer alterações, a título de exemplo, o município de Luiziana que é o maior, já pertenceu ao município de Campo Mourão que atualmente é o segundo da Microrregião.

Aumento do grau de urbanização e por consequência aumento da população urbana, parecem ser duas situações que fatalmente vão acontecendo e os gestores públicos do perímetro urbano e a população como um todo que habita nele, devem sempre estar em sintonia para tentarem minimizarem os impactos da imensa geração de resíduos sólidos e sua correta destinação, que pode transformar-se de lixo para fonte de trabalho e renda.

Finalmente, todos os municípios buscam aumentar seu IDH, melhor renda, melhor educação e busca por longevidade com qualidade de vida, para tanto, preocupar-se com o destino correto dos resíduos sólidos é algo imprescindível.

A seguir apresenta-se a Tabela 02 - Autossuficiência financeira da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos que vai tratar da formação dos custos totais que os municípios gastaram para se preocupar com o destino dos resíduos sólidos, tanto feitos pelas próprias prefeituras ou terceirizados por estas. Também trata das receitas específicas oriundas de impostos específicos e finalmente do índice de autossuficiência financeira, ou seja o percentual entre as despesas e as receitas para tal.

Tabela 2 - Autossuficiência financeira da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Município	Custos totais com agentes executores público e privado em R\$	Receita arrecadada com taxas e tarifas de manejo de RSU em R\$	
Araruna	295.792,30	181.476,62	61,35%
Barbosa Ferraz	697.481,06	267.430,82	38,34%

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Campo Mourão	4.885.079,75	4.999.313,86	102,34%
Corumbataí do Sul	155.056,08	1.710,36	1,10%
Engenheiro Beltrão	334.008,49	98.874,03	29,60%
Farol	272.348,72	49.182,25	18,06%
Fênix	331.141,06	108.053,57	32,63%
Iretama	490.200,00	N.INF	N.INF
Luiziana	592.303,00	153.626,00	25,94%
Mamborê	316.603,05	90.876,30	28,70%
Peabiru	675.366,37	211.188,96	31,27%
Quinta do Sol	336.384,46	15.555,93	4,62%
Roncador	236.535,71	78.337,55	33,12%
Terra Boa	954.515,33	531.873,28	55,72%

FONTE: SNIS e SINIR – Elaborado pelos autores.

CÁLCULO: Receita arrecadada com taxas e tarifas de manejo de RSU/Custos totais com agentes executores públicos e privados.

Em termos de custos para coletar e destinar os resíduos sólidos, na ordem de maiores despesas entre os municípios, têm-se Campo Mourão com R\$ 4.885.079,75, Terra Boa com R\$ 954.515,33, Barbosa Ferraz com R\$ 697.481,06, Peabiru com R\$ 675.366,37 e Luiziana com R\$ 592.303,00. Aqui percebe-se uma diferença extraordinária entre o primeiro do segundo colocado que é de quase 10 vezes maior. O menor valor é do município de Corumbataí do Sul com apenas R\$ 155.056,08.

Em termos de receitas, Campo Mourão com R\$ 4.999.313,86, Terra Boa com R\$ 531.873,28, Barbosa Ferraz com R\$ 267.430,82, Peabiru com R\$ 211.188,96 e Araruna com R\$ 181.476,62. Aqui os destaques são os mesmos do parágrafo anterior apenas com valores um pouco diferentes.

Finalmente nessa tabela, a relação entre a despesa gasta e a receita gerada em ordem de melhor desempenho, tem-se Campo Mourão com 102,34%, Araruna com 61,35%, Terra Boa com 55,72%, Barbosa Ferraz com 38,34% e Roncador com 33,12%. Aqui um destaque para Campo Mourão que não somente é o primeiro colocado como consegue ter receita específica maior que a despesa específica ultrapassando 100,00%. Sobre o segundo colocado é 66,81% maior. O menor percentual é do município de Corumbataí do Sul com apenas 1,10%.

Os dados da tabela em questão alertam para duas questões importantes, sendo a primeira, o entendimento de que os custos para os manejos de resíduos sólidos não são baratos embora super necessários. A segunda, de que é importante se buscar o financiamento específico



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

para tal. A população que produz lixo precisa arcar proporcionalmente com os custos dele. É necessário também trabalhar constantemente para que o resíduo sólido que normalmente é alojado em terrenos que ficarão “condenados”, se torne trabalho e renda para quem precisa.

E na tabela 3 - Coleta e recuperação dos resíduos sólidos urbanos, uma tabela importante de informações registradas pelas próprias prefeituras no SNIS.

Tabela 3 - Coleta e recuperação dos resíduos sólidos urbanos

Município	Massa total coletada (tonelada)	Massa total recuperada pela coleta seletiva (tonelada)	Massa total não recuperada (tonelada)	Percentual de coleta seletiva
Araruna	4.572	372	4.200	8.14
Barbosa Ferraz	1.260	N.INF	N.INF	N.INF
Campo Mourão	26.054	900	25.154	3.45
Corumbataí do Sul	1.325	7	1.318	0.53
Engenheiro Beltrão	3.204	290	2.914	9.05
Farol	294	21	273	7.14
Fênix	448	N.INF	N.INF	N.INF
Iretama	1.392	134	1.258	9.63
Luiziana	947	20	927	2.11
Mamborê	3.079	270	250	8.77
Peabiru	2.687	38	2.649	1.41
Quinta do Sol	787	7	766	0.89
Roncador	1.229	213	1.016	17.33
Terra Boa	6.290	374	5.916	5.94

FONTE: SNIS e SINIR – Elaborado pelos autores.

*MASSA TOTAL RECUPERADA: quantidade de materiais recuperados/ quantidade total de materiais recolhidos na coleta seletiva.

Analisando-se primeiramente a massa total coletada em toneladas, em ordem entre os municípios com as maiores quantidades, tem-se Campo Mourão com 26.054 ton., Terra Boa com 6.290 ton., Araruna com 4.572 ton., Engenheiro Beltrão com 3.204 ton. e Mamborê com 3.079 ton.. Destaque do primeiro para o segundo colocado é de 314,21%. O de menor valor é o do município de Farol com 294 ton.

Analisando-se sobre a massa total recuperada pela coleta seletiva em toneladas, o que deveria ser o máximo possível, em ordem entre os municípios com maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 900 ton., Terra Boa com 374 ton., Araruna com 372 ton., Engenheiro Beltrão com 290 ton. e Mamborê com 270 ton.. Destaque do primeiro para o segundo colocado é de 140,64%. Os municípios de menor massa recuperada são Corumbataí do Sul e Quinta do Sol com 7 ton.

Analisando-se referente a massa total não recuperada, o que deveria ser o mínimo



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

possível, em ordem entre os municípios com maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 25.154 ton., Terra Boa com 5.916 ton., Araruna com 4.200 ton., Engenheiro Beltrão com 2.914 ton. e Peabiru com 2.649 ton. Destaque do primeiro para o segundo colocado com 325,18% e o município de menor valor é o de Mamborê com 250 ton.

E finalmente nessa tabela, um dos indicadores mais importantes proporcionalmente em cada município, que é o percentual de coleta seletiva em relação à massa total coletada. Em ordem entre os municípios com maiores percentuais tem-se Roncador com 17.33%, Iretama com 9.63%, Engenheiro Beltrão com 9.05%, Mamborê com 8.77% e Araruna com 8.14%. Do primeiro para o segundo colocado uma diferença de 79.95%. O município de menor percentual Corumbataí do Sul com 0.53%.

O município de Roncador se destaca aí, porque possui uma planta piloto de tratamento de resíduos sólidos urbanos de processo de termomagnetização, em associação com os municípios de Mato Rico, Iretama e Nova Cantu. Atualmente o projeto exitoso vem sendo visitado por prefeitos de várias regiões do Paraná. E também tem uma cooperativa de materiais recicláveis, muito ativa, chamada RECI-Roncador.

Esta última tabela apresentada traz dados que servem para muita reflexão. A massa total coletada é algo que só tende a aumentar. As pesquisas atestam que quanto maior a urbanização e maior o nível de renda (desejável por todos e todas), maior é a produção/geração de resíduos sólidos, pelo simples fato de que haverá maior consumo de produtos industrializados e o descarte das embalagens e os produtos em si já estragados ou ultrapassados é inevitável.

A coleta seletiva precisa ser ampliada e a população em geral, precisa ter consciência e facilitar a vida dos/as catadores/as com separação adequada e descarte com higiene adequada. É preciso aumentar as cooperativas porque organiza a vida das pessoas e aumenta o trabalho e renda. É inadmissível que o município de melhor desempenho ainda não atinja 20,00% do total e mais inadmissível ainda, que o município polo que é Campo Mourão tenha um índice de massa total recuperada tão insignificante, considerando que é o maior produtor/gerador de resíduos de toda a microrregião pesquisada, objeto do presente artigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo foram respondidas as perguntas de pesquisa “Qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos?”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Foi atendido o objetivo Geral: Identificar qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico nos municípios da microrregião de Campo Mourão-PR. E quais os custos das coletas de tais resíduos sólidos. E os Específicos para o presente artigo: Identificar qual é a geração de resíduos sólidos e seu aproveitamento ecológico; Identificar, analisar e comparar os custos das coletas de tais resíduos sólidos municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

Considerando que o grau de urbanização é diretamente relacionado ao nível de geração/produção de resíduos sólidos, conclui-se que os cinco municípios com maior grau são pela ordem Campo Mourão com 94,82 %, Engenheiro Beltrão com 88,29%, Fênix com 83,19%, Terra Boa com 82,73% e Peabiru com 80,81%.

Em termos de custos para coletar e destinar os resíduos sólidos, na ordem de maiores despesas entre os municípios tem-se Campo Mourão com R\$ 4.885.079,75, Terra Boa com R\$ 954.515,33, Barbosa Ferraz com R\$ 697.481,06, Peabiru com R\$ 675.366,37 e Luiziana com R\$ 592.303,00. Em termos de receitas Campo Mourão com R\$ 4.999.313,86, Terra Boa com R\$ 531.873,28, Barbosa Ferraz com R\$ 267.430,82, Peabiru com R\$ 211.188,96 e Araruna com R\$ 181.476,62.

E comparando a relação entre a despesa gasta e a receita gerada em ordem de melhor desempenho tem-se Campo Mourão com 102,34%, Araruna com 61,35%, Terra Boa com 55,72%, Barbosa Ferraz com 38,34% e Roncador com 33,12%.

Em termos de massa total coletada em toneladas, em ordem entre os municípios com as maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 26.054 ton., Terra Boa com 6.290 ton., Araruna com 4.572 ton., Engenheiro Beltrão com 3.204 ton. e Mamborê com 3.079 ton.

Em termos de massa total recuperada pela coleta seletiva em toneladas, em ordem entre os municípios com maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 900 ton., Terra Boa com 374 ton., Araruna com 372 ton., Engenheiro Beltrão com 290 ton. e Mamborê com 270 ton.

Considerando a massa total não recuperada, em ordem entre os municípios com maiores quantidades tem-se Campo Mourão com 25.154 ton., Terra Boa com 5.916 ton., Araruna com 4.200 ton., Engenheiro Beltrão com 2.914 ton. e Peabiru com 2.649 ton. E ainda em termos de percentual de coleta seletiva em relação à massa total coletada. Em ordem entre os municípios com maiores percentuais tem-se Roncador com 17.33%, Iretama com 9.63%, Engenheiro Beltrão com 9.05%, Mamborê com 8.77% e Araruna com 8.14%.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Finalmente, entre situações positivas ou negativas nas análises realizadas destacam-se as citações dos municípios pela seguinte ordem: Campo Mourão dez vezes, Terra Boa nove vezes, Araruna, Corumbataí do Sul e Engenheiro Beltrão sete vezes cada, Mamborê e Peabiru seis vezes cada, Barbosa Ferraz e Roncador três vezes cada, Farol, Iretama, Luiziana, duas vezes cada, Fênix e Quinta do Sol uma vez.

Foi possível verificar que na microrregião de Campo Mourão-PR, infelizmente a recuperação da massa de resíduos sólidos ainda é muito baixa. É necessário que as políticas públicas em todas as esferas de governo, sejam voltadas para conscientização da população para o trato adequado com o lixo, reduzir o que for necessário no consumo, reutilizar o que for possível e reciclagem quando os resíduos sólidos já estão gerados. É preciso também transformar lixo em trabalho e renda, especialmente pela utilização das pequenas cooperativas.

O presente artigo poderá servir para reflexão de gestores e também estimular novas pesquisas na mesma temática.

REFERÊNCIAS

ABRELPE (Associação Brasileira de Empresa de Limpeza Pública e Resíduos Especiais). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012.**

BRASIL, LEI 12.305/2010 – **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Presidência da República, Brasília. Acesso em 5 de novembro de 2020. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: . Acesso em fevereiro de 2023.

BRASIL, DECRETO Nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020. **Implementação de sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico.** Presidência da República, Brasília. Acesso em 10 de novembro de 2020.

CARVALHO, Ruy; TAVARES, André; SANTOS, Glicia; BAJAY, Valdir. **Oportunidades enterradas. geração elétrica a partir do biogás de resíduos sólidos urbanos.** EDUFES. Vitória-ES - 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. PNSB – **Pesquisa do Saneamento básico** 2000. <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

JUCÁ, José Fernando Thomé. **Disposição final dos resíduos sólidos urbanos no Brasil**. 5o Congresso Brasileiro de Geotecnia Ambiental REGEO - 2003 – Porto Alegre, RS.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MAYBUK, Sérgio Luiz. **Procedimentos de coleta convencional e seletiva de resíduos sólidos, na temática da economia e meio ambiente, nos municípios de Araruna-PR, Engenheiro Beltrão-PR e Terra Boa-PR**. in: Ender V Seminário de avaliação e disseminação do Grupo de Pesquisa GERA SEMAGE, 2019, Campo Mourão.

RODRIGUES, Vitor; CONSENZA, Carlos; BARROS, Carlos; KRYHTINE, Fabio; FORTES, Luiz. **Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Produção de Energia: Análise de Legislação para Viabilidade Econômica de Soluções Conjuntas**. XI – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2014 – AEDB – Resende-RJ.

SCHENINI, P. C. (ORG). **Gestão Empresarial Sócio Ambiental**. Papa Livro: Florianópolis, 2005.

STOCK, J. R. **Development and Implementation of Reverse Logistics Programs**. UnitedStates of America: Council of Logistics Manegement, 1998.

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/08/lei-exige-fim-de-lixoes-ate-este-sabado-60-das-cidades-nao-se-adequaram.html> . Acessado em fevereiro de 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**GESTÃO PÚBLICA PARA ALÉM DO ÓBVIO: SAÚDE MENTAL DOS
FUNCIONÁRIOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO**

Gabriela Lima de Souza¹ - UNEPAR, campus Paranvaí
Maria Gabriela Monteiro² - UNEPAR, campus Paranvaí

Nome do GT: 13 – Políticas Públicas

RESUMO

Este artigo parte do seguinte questionamento: os gestores públicos estão realmente capacitados para lidar com saúde mental de seus funcionários? Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa com o objetivo de analisar o desgaste mental dos funcionários da rede pública de ensino em Nova Londrina/Paraná, considerando a pandemia de Covid-19, e a atuação dos gestores públicos frente a esse problema. O caminho metodológico veio por meio de uma pesquisa de caráter qualitativo, com finalidade exploratória e utilizando as entrevistas semiestruturadas como método de coleta dos dados. Foram entrevistados gestores e funcionários de diferentes setores da rede pública de ensino. Os resultados da pesquisa evidenciaram um distanciamento entre a fala do gestor e funcionários da rede pública. Consta-se um sofrimento mental por parte de funcionários da área de ensino, potencializado pela pandemia de Covid-19, e uma falta de capacitação dos gestores municipais para lidar com a saúde mental desses funcionários. Estes resultados reforçam-se a necessidade de políticas públicas mais efetivas no cuidado com a saúde mental.

Palavras-chave: Saúde mental. Funcionários Públicos. Desgaste Mental.

RESUMEN

Este artículo parte de la siguiente pregunta: ¿los directivos públicos son realmente capaces de hacer frente a la salud mental de sus empleados? Para ello, se desarrolló una investigación con el objetivo de analizar el agotamiento mental de los empleados de la red de educación pública de Nova Londrina/Paraná, frente a la pandemia de la Covid-19, y la actuación de los gestores públicos frente a la este problema. El camino metodológico pasó por una investigación cualitativa, con propósito exploratorio y utilizando como método de recopilación de datos la entrevista semiestructurada. Se entrevistó a directivos y empleados de diferentes sectores de la red de educación pública. Los resultados de la encuesta mostraron una brecha entre el discurso del directivos y los empleados de la red pública. Hay un sufrimiento mental por parte del profesorado, agudizado por la pandemia del Covid-19, y una falta de formación por parte de los gestores municipales para hacer frente a la salud mental de este personal. Estos resultados refuerzan la necesidad de políticas públicas más efectivas en el cuidado de la salud mental.

Palabras clave: Salud mental. Funcionarios públicos. Desgaste psíquico.

¹ Graduanda em Administração – e-mail: gabrielalimadesouza7@gmail.com

² Professora Doutora em Administração Pública – e-mail: maria.monteiro@ies.unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT) é um campo de conhecimento para o qual confluem diferentes disciplinas. Conforme ressaltou Seligmann-Silva (1994; 2022), não se trata de um tema circunscrito à Psiquiatria, é também um tema da área de Gestão de Pessoas, e, mais amplamente, de Administração. Cuidar da saúde mental dos trabalhadores tornou-se um grande desafio dos profissionais de Gestão de Pessoas no contexto atual de profundas transformações na sociedade e no mundo do trabalho.

Fatores que vão além do alcance humano tendem a surgir trazendo consigo enormes obstáculos que colocam em questão a capacidade de seus gestores de lidar com tais problemas ou simplesmente preferir ignorá-los. A precarização não está singularizada apenas para definir um ambiente hostil sem os devidos cuidados básicos. Com o olhar mais criterioso para dentro das organizações, Baron e Shane (2007) destacam a utilização de gestão por medo, práticas participativas forçadas e, inclusive, consideram que uma organização embasada no processo Just in time produz formas mascaradas de dominação. Para os autores, os trabalhadores envolvidos neste tipo de ambiente perdem sua confiança pessoal tornando-se indivíduos inseguros, desmotivados, competitivos, apáticos e individualistas. “As pessoas se tornam observadoras de relógios” (BARON; SHANE, 2007), funcionários que apenas anseiam pelo fim do expediente, mas carregando consigo emoções negativas.

A falta de emprego se enquadra no fator de precariedade, por haver mãos de obra suficientes, mas insuficiente em relação a profissionais capacitados para tais funções. O mercado de trabalho está em grande rotatividade em relação a busca de pessoas qualificadas equiparada a pessoas que preferem não desistir de seus respectivos empregos para se aventurar em busca de vagas melhores e fracassar tendo que se submeter a empregos inferiores ou permanecer na situação que se encontra.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio de estudos recentemente, mostrou que a depressão e a ansiedade, consideradas doenças psíquicas comuns na atualidade, cresceram em mais de 25% da população, causando preocupação e tornando de extrema urgência a criação de soluções cabíveis para a resolução destes problemas. O estudo revelou ainda que dentre 5 pessoas 1 pode desenvolver psicose em relação a saúde mental, desde a virada do século, destacando o aumento de casos de psicose que abrangem jovens e adultos. Vale ressaltar que transtornos mentais estão entre uma das principais causas de incapacidade (OMS, 2022a).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Segundo Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, as informações disponíveis atualmente sobre o impacto da COVID-19 na saúde mental do mundo são apenas a ponta do iceberg, e este é um alerta para que os países prestem mais atenção à saúde mental de suas populações (OMS, 2022b). A pandemia trouxe eventos devastadores para toda a população e muitos deles podem surgir a longo prazo. Ninguém estava preparado para enfrentar uma pandemia que não tinha data para terminar. Soluções para minimizar a dissipação do vírus foram impostas decretando isolamento da população, pessoas trabalhavam dentro de suas casas fazendo o uso de celulares, notebooks para se comunicar. O cuidado em não infectar familiares e o medo recorrente de morrer ao mesmo tempo que pessoas próximas partiam tão precocemente ficou evidente. Dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022) sugerem que um terço das pessoas que sofreram com COVID-19 foram diagnosticadas com transtorno neurológico ou mental.

O setor público, e, em particular neste estudo, a rede de ensino público, foi fortemente afetado. Gestores pegos de surpresa, tendo que encontrar soluções rápidas para manter a prestação de serviços em perfeita ordem, a cobrança em cima de funcionários, escolas se adequando ao ensino remoto, professores e funcionários tiveram que se adequar à nova realidade. Diante deste cenário, surgiu o seguinte questionamento: os gestores públicos estão capacitados para lidar com a saúde mental dos funcionários da rede pública de ensino?

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar o desgaste mental dos funcionários da rede pública de ensino em Nova Londrina/Paraná, considerando a pandemia de Covid-19, e a atuação dos gestores públicos frente a esse problema. Diversos estudos foram realizados com o foco no trabalho docente (BESSA, 2021). Este trabalho propõe ampliar o foco da análise para diferentes funcionários e setores da rede pública de ensino. As contribuições principais desta pesquisa está em construir conhecimento sobre esse tema e chamar a atenção dos gestores públicos para a importância de cuidar da saúde mental dos funcionários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão de pessoas no setor público

Administração Pública pode ser compreendida com um conjunto de órgãos, agentes e serviços instituídos pelo Estado e encarregados de implementar as políticas públicas. Trata-se da gestão dos interesses públicos através de prestação de serviços públicos para a sociedade.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Ela é responsável pelos órgãos executores que presta serviços para as comunidades, pelas pessoas que recebem tais prestações de serviços e todos os funcionários públicos qualificados em suas funções prestadas. “Administração Pública é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do Direito e da Moral, visando ao bem comum.” (MEIRELLES, 2000, p. 78). Diferente da gestão privada, que tem como foco o desenvolvimento e fortalecimento de um negócio próprio, a gestão pública possui atuação direta com métodos de planejamento e práticas administrativas focadas no desenvolvimento econômico e social da população.

A gestão de pessoas no setor público, segundo Bergue (2007, p.18), tem por definição um “[...] esforço orientado para o suprimento, a manutenção e o desenvolvimento de pessoas nas organizações públicas, em conformidade com os ditames constitucionais e legais, observadas as necessidades e condições do ambiente em que se inserem”. Tem seu objetivo voltado a auxiliar as organizações no desenvolvimento de suas competências, melhorar seus desempenhos aumentando o desenvolvimento da organização e das pessoas envolvidas. Suas ações são previamente planejadas de acordo com as necessidades encontradas.

De acordo com Ribeiro (2007, p.03), a gestão de pessoas “é uma área ou departamento da organização que se ocupa como um conjunto de atividades relacionadas às pessoas. Não há organização sem pessoas”. Entretanto, o autor ressalta que atualmente as pessoas deixaram de ser vistas como recursos meramente produtivos passando a serem valorizadas pelos seus conhecimentos, criatividade e força de vontade.

Demo (2005, p. 4, *apud* SANTOS, 2009, p. 34), em seus estudos relata que:

A implantação de políticas de gestão de pessoas que preconizam o desenvolvimento e a valorização das pessoas nas organizações deve trazer corolários como: produção de produtos e serviços inovadores de alta qualidade, bem como atendimento mais flexível e atencioso porque, teoricamente, um colaborador que se sente atendido, satisfeito e valorizado tende a realizar suas funções com maior afinco.

Siqueira e Mendes (2009) chamam a atenção para o cuidado que os gestores públicos precisam ter ao implementar modelos de gestão privada no setor público, já que esses setores possuem lógicas diferentes de gestão. Para esses autores, o desenvolvimento da gestão de pessoas no setor público no contexto atual, ainda que busque o alcance de resultados, deve assumir uma forma participativa e que não adoeça o indivíduo e nem faça uso de mecanismos de manipulação. Enfim, Siqueira e Mendes (2009) reconhece que a gestão de pessoas no setor



público possuir um longo caminho a percorrer na criação de um modelo que seja ao mesmo tempo eficiente, eficaz, cidadão, e, principalmente, justo e acolhedor.

2.2 Sofrimento Mental e Saúde do Trabalhador

De acordo com Carneiro (2011), o trabalho no serviço público possui particularidades que influenciam a saúde dos servidores públicos.

a diversidade de cargos e funções com multiplicidade de riscos; conflitos entre exigências burocráticas e demandas políticas; pressão, controle e interferência de órgãos de comunicação de massa; diversidade de estratos sociais que acessam via concurso; estabilidade no emprego associada a mudanças políticas periódicas no aparelho estatal, às vezes antagônicas; exigências de produtividade e eficiência com parâmetros do setor privado; conflitos entre poderes: burocrático, técnico e político; e imagem negativa do funcionalismo público na sociedade (CARNEIRO, 2011, p.2).

O relacionamento entre trabalho e transtornos mentais é uma linha tênue que necessita de cuidados ao ser tratado. Assunto esse que até pouco tempo não possuía a visibilidade necessária, sendo uma pauta mantida em sigilo. Após o crescente número de diagnósticos de sofrimento psíquico, esse assunto entrou em questão e começou a ser discutido e encarado, enfrentando dificuldades pelo caminho. Para Dejours (1988, p.52), “existe a reticência macia em falar da doença e do sofrimento. Quando se está doente, tenta-se esconder o fato dos outros, mas também da família e dos vizinhos”. Apesar de muitos funcionários demonstrarem instabilidade mental relacionada a fatores no ambiente de serviço, pelo simples medo de serem rotulados como “frescura” ou “não sabe trabalhar sobre pressão”, e até mesmo taxadas de “loucas” pelos seus próprios colegas de serviço, se negam a procurar ajuda e mascaram seus problemas, o que ocasiona uma piora em seu caso clínico. Isso as desestabiliza no ambiente organizacional de serviço, enfraquecendo relações de trabalho, por fim, sendo mais uma vítima nas estatísticas de incapacitados psicologicamente.

Neste sentido Guy Ryder, diretor geral da OIT enfatiza:

À medida que as pessoas passam uma grande proporção de suas vidas no trabalho - um ambiente de trabalho seguro e saudável é fundamental. Precisamos investir para construir uma cultura de prevenção em torno da saúde mental no trabalho, remodelar o ambiente de trabalho para acabar com o estigma e a exclusão social e garantir que os empregados com condições de saúde mental se sintam protegidos e apoiados (OIT, 2022).

É de responsabilidade do gestor garantir qualidade de vida dentro da organização, e de suma importância oferecer um suporte a seus funcionários debilitados emocionalmente. Para Gehring-Júnior *et al.* (2003, p.108), “o espaço público precisa ser reconhecido como um ambiente de trabalho que requer



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

intervenções típicas de saúde”. Alguns estudos atuais revelam um grande aumento de número de pessoas que adoecem e se afastam de suas atividades por vários motivos de saúde, mas os transtornos mentais e comportamentais lideram o ranking sendo o causador da maioria dos afastamentos de longo prazo do trabalho.

2.3 Pandemia de Covid -19 e Saúde Mental

Estudo realizado pela OPAS (2022) coloca em evidência o efeito devastador que a pandemia de Covid-19 teve sobre a saúde mental e o bem-estar da população das Américas. A pandemia de Covid-19 foi muito além do que um simples vírus de rápido contágio, suas sequelas se estendem até hoje, após 2 anos de sua aparição. O estado de emergência para dissipar o contágio quando surgiu essa pandemia ocasionou o fechamento de vários locais, incluindo escolas. O chefe da Unidade de Saúde Mental e Uso de Substâncias da OPAS destaca que:

à falta de acesso a serviços de acolhimento, a redução de atendimento presencial e o fechamento de escolas tem limitado as formas pelas quais as pessoas podem receber suporte de saúde mental, deixando-as muito isoladas, vulneráveis e em maior risco (OPAS, 2022).

O período de pandemia foi algo desafiador para os educadores rede pública de ensino, no qual professores mantiveram o ensino às crianças de forma remota e sendo pressionados de todos os lados, desde gestores cobrando ensinamentos e pais reclamando da forma de lecionar. Os afastamentos de professores por problemas de saúde podem estar relacionados diretamente com as condições de trabalho (SANTOS; WANZINNACK, 2017), o período de pandemia além de assustador foi desafiador. O reflexo da pós pandemia é visível nos dias atuais.

Pereira, Santos e Maneti (2020, p. 30) enfatizam:

Dadas essas pontuações, ressalta-se a importância de articular as exigências profissionais no contexto da pandemia com a saúde mental desses sujeitos, para que as condições em que se constituem as velhas e novas demandas sejam verificadas e que as perspectivas, além das do adoecimento mental, tenham relevância, permitindo então que as diferentes dinâmicas de resistência desses docentes e as possibilidades de reconfiguração desse trabalho sejam discutidas.

Estar suscetível ao vírus já abala o emocional das pessoas. “Solidão, medo de se infectar, sofrimento e morte de entes queridos, luto e preocupações financeiras também foram citados como estressores que levam à ansiedade e à depressão”, diz o documento da OMS (2022).

A Organização Mundial de Saúde, representada por Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral, aponta:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Todos conhecemos alguém afetado por transtornos mentais. A boa saúde mental se traduz em boa saúde física e este novo relatório é um argumento convincente para a mudança. Os vínculos indissolúveis entre saúde mental e saúde pública, direitos humanos e desenvolvimento socioeconômico significam que a transformação de políticas e práticas em saúde mental pode trazer benefícios reais e substantivos para pessoas, comunidades e países em todos os lugares. O investimento em saúde mental é um investimento em uma vida e um futuro melhores para todos (OMS, 2023).

A conscientização sobre focar na saúde mental das pessoas, investir mais capital é duramente defendida pela OMS, que através de dados comprovou o grande aumento de transtornos psicológicos na sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado por meio de uma abordagem de pesquisa qualitativa e finalidade exploratória, e buscou identificar e apresentar aspectos subjetivos a partir de dados coletados. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas semiestruturadas, tendo um roteiro pré-definido e aplicada à funcionários da rede públicos de diferentes áreas de atuação no setor da educação da cidade de Nova Londrina- PR. As áreas de atuação foram as seguintes: docência, secretaria, psicologia, prefeitura e auxiliar de limpeza. Com essa diversidade buscou diferentes perspectivas sobre o assunto abordado.

Para Richardson (2015), a abordagem qualitativa de um problema, além de diferenciar-se do método quantitativo à medida que não emprega um instrumento estatístico no processo de análise dos dados, justifica-se, sobretudo, por ser a forma adequada de entender a natureza de um fenômeno social.

No que se refere ao horizonte de tempo, é classificada como transversal. Acontece em um único momento no tempo, com dados coletados apenas uma vez em um curto período, sendo então analisados e relatados.

As entrevistas foram realizadas com 5 pessoas de setores diferentes, ainda que interligados. O roteiro de entrevista seguiu essa mesma linha, porém com algumas questões específicas que se encaixavam na área de atuação de cada um. As entrevistas não possuíram limite de tempo e tiveram seus conteúdos gravados com autorização dos entrevistados. Posteriormente, trechos foram transcritas. O termo de consentimento livre e esclarecido foi utilizado para garantir o entendimento dos objetivos da pesquisa, além de assegurar o anonimato aos convidados. A abordagem qualitativa em forma de entrevista permitiu observar divergências nas informações obtidas durante a pesquisa.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Após a coleta de dados, utilizou-se a estratégia de análise do conteúdo (Bardin, 2011), por meio da qual as gravações foram ouvidas e as informações necessárias utilizadas juntamente com dados já analisados, colaborando com enriquecimento do conteúdo apresentado. Ressaltando, optamos por não identificar os entrevistados por nome apenas pela área de atuação. Dessa forma os voluntários serão citados como psicólogo, professora, secretária, vice-prefeito, auxiliar de limpeza. As categorias de análise foram: Desgaste mental, Acolhimento no ambiente de serviço, projetos direcionados a saúde mental.

A professora, com 28 anos de prestação de serviços, teve seu roteiro de entrevista focado na sua experiência pessoal em relação a estar no setor de educação responsável por lesionar para crianças, sendo questionada se possuía o suporte necessário de seus gestores quanto ao esgotamento mental diante de anos de profissão. O vice-prefeito, que está a 7 anos no cargo, teve seu roteiro de entrevista baseado nos anos de gestão e no desenvolvimento ou não de projetos para cuidar dos funcionários que prestam serviço a educação. A funcionária que possui 15 anos de concurso na área de serviços gerais/limpeza respondeu questões relacionadas ao acolhimento após desgastes mentais. O psicólogo, exercendo sua profissão a 2 anos, foi questionado sobre amparo de funcionários públicos e demanda na procura. A secretária de serviços gerais, estando a frente desse cargo por 5 anos, respondeu os questionamentos relacionados ao suporte ofertado aos professores e funcionários em relação a saúde mental. Todos possuíam algumas questões diferentes, mas em busca do mesmo resultado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como indicam os referenciais teóricos e os resultados obtidos com a coleta de dados, observa-se variantes nas falas dos participantes da entrevista quando questionados sobre suporte a saúde mental dos funcionários públicos e sobre as formas de lidar com situações que fogem do cotidiano. Pôde-se observar visões diferentes sobre essa questão, apresentando também neste estudo, além do lado do gestor, o outro lado da moeda, em que funcionários expõem sua visão da situação e se receberam o devido apoio de seus gestores.

A questão de ter apoio dos gestores em momentos que a saúde mental está um pouco debilitada é quase unanime entre os entrevistados, como pode ser observado na fala da professora de 28 anos de cargo. “Nas escolas que trabalhei independente do gestor que estava no cargo, as diretoras e coordenadoras sempre estavam dispostas e preocupadas” (professora).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Ela afirma ainda que foi acolhida e amparada pelas coordenadoras, mas que esse sentimento de acolhimento não se estendia aos gestores municipais.

A fala da professora coincide com a informação apresentada pela funcionária de serviços gerais, que relata haver passado por um momento turbulento no local de serviço e alega ter tido esgotamento físico e mental desencadeando perda de peso. Para a funcionária, sua base de apoio veio da coordenação do colégio, conforme relata: “sim, naquela época diretora e a coordenadora sempre conversaram bastante comigo” (serviços gerais)

O posicionamento dado pela secretária em relação ao acolhimento aos funcionários nessa situação, deixa claro que não há um preparo e nem uma abordagem mais solidária “tem que ter o acolhimento, a pessoa chega pra você e te apresenta o atestado e você vai falar o que? tem que acatar o atestado, não dá pra mandá-la trabalhar” (secretária) “O que a educação pode oferecer? Uma ajuda, um acompanhamento com psicólogo no máximo, na área da saúde deve ter outros meios de ajuda para essas pessoas, mas a pessoa tem que procurar ajuda nessas áreas” (secretária).

Conforme questionado sobre o impacto da pandemia no setor da educação, a secretaria considera que o setor não foi muito afetado e que souberam conduzir a situação, afastando os funcionários conforme foi decretado, deixando claro que eles estavam bem em suas casas. Porém, reconhece que as crianças foram as mais afetadas e sofreram mais com esse afastamento. Esse trecho da entrevista, ao considerar que o setor não foi afetado, deixa claro o quão alheia a situação ela estava. Argumento esse contraditório quando comparado ao que o vice-prefeito relatou: “em primeiro lugar a saúde, mas a educação foi o segundo setor mais afetado” (vice-prefeito).

O vice-prefeito enfatizou que manter escolas no ensino remoto, professores e demais funcionários das instituições em suas execuções de tarefas foi uma situação conflituosa. Dando continuidade a entrevista, o vice-prefeito, quando questionado sobre como era o acolhimento aos funcionários esgotados mentalmente, afirma “pra dar o suporte aos professores temos a pedagoga/psicóloga que acompanha o trabalho delas com os alunos, em como tá o desenvolvimento, se há problemas” (vice-prefeito).

No entanto, ao ser questionado sobre a existência de projetos de apoio aos demais funcionários e professores fora da sala de aula, recebemos uma resposta negativa. O vice-prefeito afirmou que ainda não possui um projeto de apoio, relatando que quando o funcionário

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

demonstra sofrimento mental o diagnóstico vem de terceiros. Conforme suas palavras, “como eles estão convivendo diariamente há aquela observação pessoal de que fulano não tá bem e que precisa buscar ajuda. Ou até informando as diretoras da escola para que assim haja uma contenção.”

Percebe-se que durante toda a entrevista o foco dos entrevistados no cargo de gestão é em deixar claro que existe o devido fornecimento de apoio e acolhimento. Indiretamente, ligado as prestações de serviço, percebe-se que os professores possuem alguém algum tipo de apoio, ou alguém para conversar, desde que os problemas estejam envolvendo sua forma de lecionar, afetando os alunos. Caso contrário, ele precisará buscar ajuda por conta própria. Além disso, constata-se que os demais funcionários não possuem nenhum suporte psicológico.

Segundo a Organização Mundial de Saúde –(OMS, 2022), por meio de estudos realizados no primeiro ano de pandemia, “O covid-19 criou uma crise global na saúde mental. A estimativa é de um aumento de 25% nos casos de ansiedade e depressão. Ao mesmo tempo, houve uma interrupção nos tratamentos destinados ao reequilíbrio da saúde mental.

Os demais entrevistados, ao serem questionados sobre como foi viver esses momentos de pandemia e como influenciou o desgaste mental, deixaram claro que o setor da educação sofreu durante esse momento, mas a principal queixa deles envolve as cobranças direcionadas a eles, que além de lidar com a Covid-19, tinha que manter suas funções e aguentar as demais exigências de seus funcionários, pais e comunidade. Percebe -se que o adoecimento mental prove também do ambiente de serviço.

Durante a pandemia sofremos por dentro e por fora, porque aprendemos um par de coisas que não tínhamos ideia, uma cobrança da sociedade em relação ao professor como se fosse culpa nossa (...) foi algo bem desgastante mentalmente. (Professora)

Um pouco em a gente já estava desgastada com tudo aquilo, e as exigências eram demais no setor da gente, e tinha que seguir corretamente né se não. Foi muita pressão né. (Serviço geral)

Primeiro a saúde, mas a educação foi o segundo setor mais afetado. (Vice-prefeito)

Os trechos expostos confirmam os estudos realizados pela OMS (2002a; 2022b; 2022c; 2023) que já havia relatado que a Covid-19 expôs o quanto os governos estavam despreparados para seu impacto sobre a saúde mental, revelando uma escassez global crônica de recursos para a saúde mental.

O psicólogo entrevistado ressalta ainda “Não, pelo tempo que exerço minha profissão na área, não houve nenhum projeto ou atenção na saúde mental dos funcionários públicos”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



(psicólogo). Ele ainda enfatiza não haver projetos de acolhimento à funcionários desgastados mentalmente, o que dificulta o tratamento e acompanhamento dos que necessitam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido para verificar se os gestores públicos estão capacitados para lidar com a saúde mental dos funcionários da rede pública de ensino. O objetivo desta pesquisa foi analisar o desgaste mental dos funcionários da rede pública de ensino em Nova Londrina/Paraná e a atuação dos gestores públicos frente a esse problema.

Para se chegar aos resultados, definiram-se dois objetivos específicos. Primeiro, analisar o desgaste mental dos funcionários da rede pública de ensino, em segundo, atuação dos gestores frente essa situação. Foram feitas entrevistas com os 5 trabalhadores, utilizou-se de um roteiro semiestruturado.

A partir dos resultados encontrados por meio da pesquisa, chegamos à conclusão que os gestores não possuem capacidade para lidar com o sofrimento emocional de seus funcionários, e que pouco se tem planejado para reverter essa situação. Dessa forma, o ambiente profissional vem se tornando um local com chances de adoecimento mental.

Diante desses aspectos, faz-se necessário a reflexão acerca da falta de projetos para acolher funcionários públicos em regime de função, e que a saúde mental dos mesmos não possui o devido suporte de acolhimento.

Por meio da análise de dados conclui-se que os gestores não estão devidamente capacitados para lidar com o desgaste mental dos funcionários da rede pública de ensino. Falta planejamento para com essas situações dentro da organização, apontando também o fato de que o ambiente interno interfere negativamente com o esgotamento mental e sofrimento emocional.

Em suma, percebe-se que a saúde mental de funcionários públicos se mantém em segundo plano, não possuindo o devido grau de importância que deveria ter, sendo deixada de lado por seus gestores os quais priorizam a prestação de serviços para com a sociedade, mas sem o acolhimento necessário sobre aqueles que prestam tais serviços.

Diante desses aspectos, faz-se necessário uma revisão para a criação de programas direcionados ao enfrentamento do sofrimento mental de funcionários das instituições públicas, e que visam acolhimento dos que já se encontram doentes e desgastados emocionalmente,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ofertando um ambiente seguro para que se sintam realmente acolhidos. Por fim, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas mais efetivas no cuidado com a saúde mental.

REFERÊNCIAS

APA: Falce, J. L., Garcia, F. C., Muylder, C. F. . Prazer e sofrimento: um estudo de caso em um centro de pesquisas brasileiro. **Gestão & Regionalidade**, v. 27, n.81, p. 74-86, 2011.

BARON, R. A.; SHANE, S. A. **Empreendedorismo**: uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

BESSA, Sonia. Professores em tempos de pandemia: percepções, sentimentos e prática pedagógica. **Devir Educação**, p. 183-205, 2021.

FALCE, J. L., GARCIA, F. C.; MUYLDER, C. F. Prazer e sofrimento: um estudo de caso em um centro de pesquisas brasileiro. **Gestão & Regionalidade**, n. 27, v. 81, p. 74-86, 2011.

GEMELLI, Inês Maria Picoli, FILIPPIM, Eliane Salet, **GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: o desafio dos municípios**. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/375/pdf_101> Acesso em: 08/01/2023

GEHRING-JÚNIOR, Gilson; SOARES, Stuart Enes; CORRÊA-FILHO, Heleno Rodrigues. Serviços de Saúde do Trabalhador: a co-gestão em universidade pública. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, p. 98-110, 2003.

MENDES, Ana Magnólia. SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. **GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO E A REPRODUÇÃO DO DISCURSO NO SETOR PRIVADO**. Disponível em <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/25>> Acesso em 09/01/2023

NEVES, M. Y. **Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de ser (estar) professora**. 1999. 277 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844611007.pdf>>. Acesso em 08/01/2023.

OIT- Organização Internacional do Trabalho. **OMS e OIT pedem novas medidas para enfrentar os problemas de saúde mental no trabalho**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_857127/lang--pt/index.htm. Acesso em: 21 dez. 2022d.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Em situações de emergência, uma das prioridades é proteger e melhorar a saúde mental e o bem-estar psicossocial das pessoas**. 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/historias/em-situacoes-emergencia-uma-das-prioridades-e-protoger-e-melhorar-saude-mental-e-bem>>. Acesso em 20 Ago. 2022a

OMS- Organização Mundial da Saúde **Pandemia de covid-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo**. 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>>. Acesso em: 20 Ago. 2022b.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Saúde mental: fortalecendo nossa resposta**. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em: 21 dez. 2022c.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

OMS- Organização Mundial da Saúde. **OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção uma vida e um futuro melhores para todos.** Disponível em <<https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>> Acesso em 10/01/2023

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **OPAS destaca crise de saúde mental pouco reconhecida causada pela COVID-19 nas Américas.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/24-11-2021-opas-destaca-crise-saude-mental-pouco-reconhecida-causada-pela-covid-19-nas> Acesso em 09/01/2023.

PEREIRA, H.P.; SANTOS, F.V.; MANENTI, M.A. Saúde Mental de Docentes em Tempos de Pandemia: os impactos das atividades remotas. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 3, n. 9, p. 26-32, 2020. Acesso em 09/01/2023

ROBERT A. BARON e SCOTT A. SHANE, Empreendedorismo: uma visão do processo. Cengage Learnin,

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado.** Rio de Janeiro: Editora Cortez, 1994.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo.** Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2022.

SILVA, Eliane Santos da. **Qualidade de vida no trabalho ou saúde do trabalhador?** Um novo papel dos servidores nas ações em saúde no trabalho. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/31013>> Acesso em 10/01/2023

SIQUEIRA, M. V. S.; MENDES, A. M. Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado. **Revista Do Serviço Público**, n. 60, v. 3, p. 241-250, 2014.

SOUTO, Xênia Macedo, **COVID-19: ASPECTOS GERAIS E IMPLICAÇÕES GLOBAIS.** Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Xenia-Souto/publication/341909843_Covid-19_aspectos_gerais_e_implicacoes_globais/links/5ed9010592851c9c5e7bc5ae/Covid-19_aspectos-gerais-e-implicacoes-globais.pdf > Acesso em 08/01/2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



**LA REFORMA DEL SISTEMA SANITARIO BRASILEÑO EN EL CONTEXTO
LATINOAMERICANO - ¿UN PROCESO DE POLICY DIFFUSION?**

Maria Gabriela Monteiro¹ - UNEPAR, campus Paranavaí
Raquel Gallego Calderón² - Universitat Autònoma de Barcelona
Sonia Fleury³ – Fundação Oswaldo Cruz

Nome do GT: 13 – Políticas Públicas

RESUMEN

El artículo analiza uno de los factores que con cierta frecuencia aparece en la literatura especializada como explicativo de las reformas latinoamericanas: la difusión de política (*policy diffusion*). El objetivo fue revelar la singularidad de la formulación de la reforma sanitaria brasileña desde una perspectiva comparada y, con ello, demostrar que, aunque se puedan identificar tendencias y características comunes en las reformas sanitarias latinoamericanas, no hay un camino único para las reformas del sector público. Consideramos que los argumentos explicativos de la teoría de *policy diffusion* dejan poco espacio para la capacidad de agencia de los actores en los procesos de elaboración e implementación de la política, lo que hace difícil pensar en innovaciones institucionales. De esa forma, entendemos que el proceso de decisión sobre qué modelo de reforma adoptar implica siempre una decisión de tipo político, que refleja el rol y estrategia de los actores. Se trata, por lo tanto, de un ensayo teórico, de naturaleza cualitativa y finalidad exploratoria, construido metodológicamente por medio de investigaciones y análisis bibliográfica, documental y comparativa.

Palabras clave: Policy diffusion. Reforma Sanitaria. Proceso Político

RESUMO

O artigo analisa um dos fatores que aparece com frequência na literatura especializada como explicação das reformas latino-americanas: a difusão de políticas (*policy diffusion*). O objetivo foi revelar a singularidade da formulação da reforma sanitária brasileira a partir de uma perspectiva comparada e, com isso, demonstrar que, embora possam ser identificadas tendências e características comuns nas reformas sanitárias latino-americanas, não há um caminho único para as reformas do setor público. Consideramos que os argumentos explicativos da teoria *policy diffusion* deixam pouco espaço para a capacidade de agência dos atores nos processos de elaboração e implementação da política, o que dificulta pensar em inovações institucionais. Desta forma, entendemos que o processo de decisão sobre qual modelo de reforma adotar implica sempre uma decisão política, que reflete o papel e a estratégia dos atores. Trata-se, portanto, de um ensaio teórico, de natureza qualitativa e finalidade exploratória, construído metodologicamente por meio de pesquisa e análise bibliográfica, documental e comparativa.

Palavras chave: Policy diffusion. Reforma Sanitária. Processo Político

¹ Professora Doutora em Administração Pública – e-mail: maria.monteiro@ies.unespar.edu.br

² Professora Doutora em Ciências Políticas – e-mail: profsoniafleury@gmail.com

³ Professora Doutora em Government – e-mail: Raquel.Gallego@uab.cat



1 CONSIDERACIONES INICIALES

Este artículo sitúa el caso de la reforma del sistema sanitario brasileño en el marco de un proceso más amplio que se produce, sobre todo, en el contexto latinoamericano. El objetivo es revelar la singularidad del caso brasileño desde una perspectiva comparada, demostrando que, al contrario de la ampliamente identificada como “tendencia internacional” de reformas (Pollit y Bouckaert 2004; OCDE 2005), no hay un único camino para las reformas del sector público —aunque en momentos de crisis muchos gobiernos intentan legitimar sus acciones mediante la remisión al discurso de la “única política posible”.

El argumento de que el proceso de reforma es altamente imitativo (Sahlin-Andersson 2002), o que la mayoría de los países cambian sus políticas como consecuencia de la influencia de normas globales, ha sido cada vez más recurrente. Sin embargo, los esquemas analíticos de la teoría de *policy diffusion* dejan de lado, en su mayoría, lo que en el entendimiento de este estudio consiste en la variable explicativa más relevante: la dinámica política. Se ha dejado poco espacio a la actuación e interacción de los actores, su capacidad de agencia, lo que hace difícil pensar en innovaciones institucionales.

Consideramos que el proceso de decisión sobre qué modelo de reforma adoptar implica siempre una decisión de tipo político, que refleja el rol y estrategia de los actores. No se trata, por tanto, solamente de una “adaptación isomorfa”, tal como la definen DiMaggio y Powell (1991) en sus tres tipos, coercitiva, mimética o normativa, cuyo resultado es la convergencia de las diversas organizaciones hacia un mismo modelo organizacional. Tampoco se trata solamente de una orientación ideológica de los gobiernos. Si no, ¿cómo explicar que un gobierno de izquierda pase, en determinado momento, a optar por políticas neoliberales?

Entendemos que la adopción de fórmulas institucionales aceptadas y consolidadas en el entorno de referencia es, a menudo, utilizada para la construcción de coaliciones políticas domésticas. Las decisiones políticas son resultado de la negociación entre los actores, y por eso reflejan las opciones políticas e ideológicas de los diversos actores con capacidad de incidir en la política, que no necesariamente coincide con la opción ideológica del gobierno. La opción por uno u otro modelo de reforma responde, por tanto, a la agencia de los actores que protagonizan la vida política y a la relación que esos actores mantienen con los acontecimientos del contexto. En cada contexto singular surgirán determinados actores que, con una dada correlación de fuerzas, promoverán un determinado modelo de reforma.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

En los estudios referentes a los países latinoamericanos, hay una cierta tendencia en atribuir todas las reformas estructurales de la región al neoliberalismo. Pero, si observamos el proceso de formulación de la política de reforma sanitaria brasileña, vemos que Brasil niega esta posibilidad, a pesar del cambio de dirección al implementar la política. Incluso el cambio en la trayectoria refuerza el argumento de que cambios y estabilidades en las políticas dependen del rol y estrategias de los actores (Monteiro 2018).

Brasil formuló un modelo de Sistema Nacional de Salud en un momento en que diversos países cuestionaban el mantenimiento del estado del bienestar. La singularidad de la experiencia brasileña reside en el hecho de que el sistema de protección social fuera diseñado por movimientos de la sociedad civil, que se fortaleció políticamente y construyó una sólida coalición política en un contexto de redemocratización del país. El Movimiento Sanitario consiguió plasmar en la Constitución brasileña de 1988 sus principales propuestas para la reforma sanitaria. Innovó al asociar la reforma sanitaria al proceso de transformación del Estado y de la sociedad, creando mecanismos de gobernanza multinivel y participativa que exigen en el proceso de toma de decisión la coparticipación de los entes federados en espacios de gestión por consenso y la participación ciudadana.

Por lo tanto, se considera que, aunque todos los países latinoamericanos se enfrenten en el reto de aumentar la equidad en los beneficios, la eficiencia en la administración y la efectividad en la satisfacción de las necesidades de salud de la población, no todas las reformas implantadas en América Latina siguieron una misma agenda de transformación. En este sentido, con base en la literatura, serán identificados los principales modelos paradigmáticos de reformas de sistema de salud en la región y analizadas las tendencias recientes de esas reformas, considerando sus consecuencias para el principio de la universalidad.

Nos interesa también explorar el papel que juegan los organismos internacionales en la generación de discurso sobre las reformas de los sistemas sanitarios en Latinoamérica e identificar de qué manera el discurso impulsado por los organismos internacionales viene siendo incorporado en las políticas sanitarias en países latinoamericanos; es decir, hasta qué punto los países vienen asumiendo ese discurso. El artículo propone asimismo problematizar la propuesta de la Organización Mundial de Salud incluida en el concepto de *cobertura sanitaria universal* que, aunque utilice la idea de universalidad, parece tratarse de un juego semántico



que busca combatir el concepto de derecho universal a la salud para fortalecer el papel del sector privado en la oferta de seguros y servicios de salud.

Se trata, por lo tanto, de un ensayo teórico, de naturaleza cualitativa y finalidad exploratoria, construido metodológicamente por medio de investigaciones y análisis bibliográfica, documental y comparativa. Según Meneghetti (2011), el ensayo teórico se caracteriza por su carácter reflexivo e interpretativo, valorando aspectos relacionados con los cambios cualitativos que se producen en los objetos o fenómenos analizados. La forma en que el ensayista experimenta el objeto sólo se hace posible en la comprensión cualitativa del mismo, renunciando a las simples clasificaciones y cuantificaciones que pueden crear categorías generalizables para la comprensión humana compartida. Para Godoy (1995), el enfoque cualitativo, como ejercicio de investigación, no se presenta como una propuesta rígidamente estructurada. En este sentido, las investigaciones bibliográficas y documentales son consideradas importantes fuentes de datos, merecedoras de especial atención. En este trabajo también se utilizó el análisis comparativo, que según Caïs (2002), supone una manera específica de enfocar el análisis social, por medio de datos comparables de al menos dos sociedades, permitiendo identificar similitudes, diferencias y especificidades de cada caso.

2 ORGANIZACIÓN Y MODELOS DE SISTEMA SANITARIO

La Organización Mundial de la Salud define los sistemas sanitarios como la “suma de todas las organizaciones, instituciones y recursos cuyo objetivo principal es mejorar la salud de la población” (OMS 2000). En general, los sistemas sanitarios están asociados a un conjunto de relaciones políticas, económicas e institucionales responsables de la conducción de los procesos relativos a la salud de la población. De una forma aún más amplia, Giovanella et al. (2012) define los sistemas sanitarios como una construcción histórica y social, que se refiere no solamente a políticas, instituciones, recursos, financiación, normas o estructuras formales que los integran, sino también a procesos participativos, al protagonismo de la comunidad y de los usuarios, como actores claves para la producción de su propia salud. En esta perspectiva los sistemas sanitarios son concebidos como “las respuestas concretas que construye una sociedad para satisfacer las necesidades de salud de su población, con el objetivo básico de promover y mantener la salud” (Giovanella et al. 2012, 22). Siendo así, los resultados que los sistemas sanitarios alcanzan en la vida y en la salud de los individuos dependerán de hasta qué punto la sociedad (gobierno, mercado y comunidad) toma para sí la responsabilidad para con la salud de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

la población. Esta relación entre sistema de salud y dinámica social va a generar, a lo largo del tiempo, los valores sobre la protección a la salud, es decir, la forma como la sociedad concibe la salud y los riesgos de enfermar. Diversos estudios defienden que la salud será más amplia cuanto más la sociedad entienda la salud como un problema colectivo, no de cada individuo o familia, y sí de todos los ciudadanos (Lobato y Giovanella 2012).

El tipo de protección social en salud va a condicionar la forma como el sistema de salud es financiado y estructurado, así como el abanico de servicios y beneficios garantizados. Los estudios demuestran que el predominio de distintas culturas políticas, estructuras institucionales, estrategias de lucha y correlaciones de fuerzas generaron modelos de protección social distintos (Titmuss 1974; Esping-Andersen 1990; Fleury 1994; Castles 1995; Gallego, Gomà y Subirats 2003). Sin embargo, hay un cierto consenso sobre la existencia de tres modelos que se convirtieron en grandes referencias en este campo: el modelo residual (o liberal), el modelo de seguro social (aseguramiento) y el modelo de seguridad social (o universal). Estos modelos funcionan como tipos ideales *weberianos*, una especie de modelo abstracto que a veces se aproxima y a veces se aleja de los aspectos reales de un determinado país. Para Fleury (1994) estos modelos tendrán impacto en la construcción de la propia sociedad, lo cual implica que cada uno de los modelos de protección social generará condiciones distintas en el *status* atribuido de ciudadanía. El *modelo asistencial* (o residual), donde predomina el mercado y la protección social, y se dirige a grupos vulnerables focalizados (que deben demostrar su fracaso en el mercado e incapacidad financiera para ser un beneficiario), caracterizándose así como una situación de **ciudadanía invertida**. En el *modelo de seguro social* la **ciudadanía es regulada** por las condiciones de inserción en el mercado de trabajo; y el *modelo de seguridad social* es más propiamente identificado con el *Welfare State*, por ser el único que desvincula la protección social de las contribuciones pretéritas y la asocia exclusivamente a la necesidad en base a principios de justicia social y estrategias solidarias que alcanzan a garantizar los derechos sociales a la **ciudadanía universal**.

En mayor o menor medida, estos tres modelos están reflejados en la construcción de políticas de salud en los diferentes países del mundo. La discusión central en los estudios comparativos de sistemas sanitarios, en el plano macroeconómico, es el camino que, institucionalmente, se toma en la práctica social: se opta por sistemas universales o por segmentar sus sistemas en diferentes modelos institucionales recortados según los diferentes tipos de demanda (CONASS 2014). Se reconoce que la adopción de uno u otro modelo de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

protección social no depende básicamente de la riqueza de un país. Tal como resaltaron Fleury y Ouverney (2008, 9), “en cada contexto singular, con una dada relación de fuerzas sociales, emergerá un modelo de protección social peculiar a aquella sociedad”.

En América Latina, los modelos clásicos europeos, ya sea el seguro social bismarckiano o el servicio nacional de salud beveridgeano, influenciaron la formulación de las políticas sanitarias de la región. Sin embargo, a diferencia de los países europeos, la universalización de la protección social de la salud en la región no se completó de modo uniforme. Si bien en algunos casos la cobertura formal alcanza a toda la población, los sistemas en general son fragmentados y segmentados (Giovanella et al. 2012). Garantizar la universalidad se apunta actualmente como el gran desafío de los sistemas sanitarios latinoamericanos, pero cómo hacerlo suscita opciones muy divergentes.

En aquellos países que optaron por una agenda distinta de la reforma neoliberal en las décadas de 1980 y 1990, centrando sus esfuerzos en la construcción de sistemas públicos universales, como el caso de Brasil, sufren constantemente la presión de los actores internos y externos favorables a las políticas neoliberales. Estos países mantienen una lucha constante remando contra la marea para impedir el desmantelamiento de los derechos constitucionalmente adquiridos. El discurso de los organismos internacionales, sobre todo, el del Banco Mundial, ha tenido un papel fundamental en el esfuerzo de construcción de una agenda hegemónica de homogeneización progresiva de las políticas de salud. Éste utiliza varios caminos para imponer sus ideas y ejercer su dominio en la región, comenzando por las permanentes deudas contraídas con él y posteriormente por la enorme capilaridad de la influencia política, económica, intelectual y cultural en los diferentes países. Al tratar de la relación entre el Banco Mundial y los sistemas sanitarios en las últimas décadas, Rissotto (2012) demuestra como la institución buscó interferir en los diseños de las políticas nacionales para el sector, con el objetivo de restringir la acción del Estado a las políticas focalizadas, estrechando la propia noción de universalidad y fortaleciendo el predominio del sector privado en la oferta de servicios de salud.

En estas últimas décadas, el Banco Mundial y otras entidades internacionales públicas y privadas —entre las que destacan las Naciones Unidas y la Fundación Rockefeller—, trazó juntamente con la propia Organización Mundial de la Salud (OMS) una nueva “bandera estratégica” para el sector sanitario: la cobertura sanitaria universal (*universal health coverage*), también conocida en algunos países latinoamericanos como *aseguramiento universal en salud*



_una propuesta que segmenta a la población de acuerdo con su poder adquisitivo. (Noronha 2013; Buss 2013; Rodrigues y Kornis 2014; CEBES 2014; Almeida 2014). Esta propuesta viene siendo ampliamente aceptada por los organismos internacionales y por gran parte de los formuladores de políticas, trayendo consigo la promesa de concretizar el acceso universal a la salud, aunque sea generando una contrapartida financiera por parte de la población. La disputa semántica, de significados distintos para referencias aparentemente comunes, según Dagnino (2002), forma parte de la disputa del proyecto neoliberal por la hegemonía. Éste es un tema bastante reciente, pero con un discurso que avanza rápidamente en la región, ganando la simpatía de muchos gobernantes y la resistencia de aquéllos que defienden la salud como un derecho universal de ciudadanía, sin ninguna distinción.

3 VÍAS DE INFLUENCIA DEL DISCURSO INTERNACIONAL EN LAS POLÍTICAS SANITARIAS DE LOS PAÍSES LATINOAMERICANOS: CAMBIANDO LA IDEA DE POLICY DIFFUSION

Aunque se puedan identificar tendencias y características comunes en las reformas sanitarias de los países latinoamericanos, argumentamos en este artículo que la trayectoria de la reforma en los diferentes países no sigue un proceso uniforme, ni tampoco lineal. Conforme a lo destacado por Fleury (2003), el punto de partida referente a los actores políticos implicados, las instituciones participantes, las coberturas, gastos y beneficios es distinto, haciendo que los instrumentos de las reformas produzcan tensiones y contradicciones que delinear caminos diferenciados. Lejos de resumirse a arreglos técnicos y organizativos, las políticas sociales resultan también de opciones políticas basadas en valores apoyados por los actores involucrados en cada sociedad. Por eso mismo, no todas las reformas sanitarias elaboradas a finales del siglo XX en Latinoamérica siguieron la misma agenda de privatización, selectividad y focalización. Importantes reformas mostraron caminos diferentes para la universalización del acceso.

De esos diferentes caminos se pueden agrupar algunas características comunes en modelos que nos facilitan el análisis y la construcción de grupos de tendencias para la región. Fleury (2003) identifica tres principales modelos paradigmáticos, que denominó: dual, plural y universal. El **modelo dual chileno** fue lanzado en la década de 1980 como parte de las medidas del gobierno dictatorial para la reducción del déficit fiscal. Se trata de un modelo de inspiración liberal, en el cual la reforma consistió en traspasar los fondos públicos de pensión y salud a instituciones privadas creadas con ese fin, de manera que el estado seguía siendo responsable sólo del sector más pobre de la población, que no lograba adquirir un seguro privado en el



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mercado. Políticamente representaba la ruptura del pacto corporativo de poder en favor de una política orientada hacia el mercado. La reforma dio lugar a un sistema sanitario dual, en el cual el trabajador del mercado formal pasó a tener la posibilidad de elección entre contribuir a seguros privados (Isapre) o contribuir al seguro público (Fonasa). Ambos sistemas, público o de seguro privado, tienen sus propios mecanismos de financiamiento, asignación de fondos, gerencia y suministro. Políticas recientes de gobiernos democráticos buscan contrarrestar estos impactos fortaleciendo al sector público (Labra 2001; Fleury 2003; Giovanella et al. 2014).

El otro modelo de reforma emblemático es el **pluralismo estructurado de la reforma colombiana**, que ocurrió durante la década de 1990; un modelo especialmente formulado y recomendado por el Banco Mundial para la región latinoamericana. La estrategia para lograr la cobertura universal fue la unificación del régimen de beneficios y obligaciones en un marco de descentralización del gasto, que implantó una competencia regulada entre aseguradoras y prestadores en un sistema de seguro social integral. Así se diseñó una nueva estructura para pasar de un sistema nacional de salud a un sistema general de seguro social, que comprendiera un sistema de salud plural (público más privado). La propuesta fue organizar la segmentación, creándose un sistema de seguro público y privado diferenciados por grupos poblacionales conforme al ingreso, con separación de funciones de conducción, aseguramiento y prestación, de manera que se rompe el monopolio del Estado. El resultado de este modelo, tan festejado por la OMS y Banco Mundial, en el caso de Colombia prácticamente triplicó los gastos de salud, pero sin universalidad del acceso, integralidad ni mejoras en los indicadores de salud. Para los críticos al modelo implantado, el objetivo real de la reforma en Colombia fue generar un espacio más de inversión de capital privado para el cual se mercantilizó el sistema de salud, con el resultado de que hoy es el sector privado el que monopoliza las relaciones de aseguramiento y prestación de servicios (Fleury 2003; Paim 2007; Sojo 2011; Romero 2011; Giovanella et al. 2014).

Un tercer modelo es el **modelo universal de Brasil**, que creó un servicio nacional de salud de tipo beveridgeano con el objetivo de garantizar una protección universal, en pleno contexto internacional de la crisis del estado del bienestar. En Brasil, la creación de un sistema público universal de salud, el Sistema Único de Salud (SUS), garantizado en la Constitución federal de 1988, estuvo directamente relacionado con las luchas de los movimientos sociales por el retorno de la democracia y por la conquista de la plena ciudadanía. El resultado fue la construcción de una avanzada agenda de reforma sanitaria que apuntaba a una transformación

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

radical de la asistencia de la salud, con el fin de universalizar el acceso al cuidado a la salud, unificar el sistema fragmentado existente, descentralizar la atención a la salud e introducir un proceso democrático de toma de decisiones. Estas propuestas lograron incluirse en la Constitución de 1988, donde la salud se inscribió como “un derecho de todos y un deber del Estado”.

De esa forma, el modelo de reforma formulado en Brasil rompe con la tentativa de atribuir al neoliberalismo todas las reformas estructurales de las décadas de 1980 y 1990. No se trata de una transferencia o difusión de política de los organismos internacionales, al contrario, el análisis comparativo de los diferentes países latinoamericanos demuestra que no hay un único camino posible para las reformas del sector público. Ello nos instiga a pensar que el argumento explicativo para el cambio de dirección en las políticas públicas no se encuentra en factores exógenos a la política. La presión del discurso propagado por los organismos internacionales sí puede influenciar las políticas de reformas sectoriales, pero no las explica -esa es la cuestión. Las características del contexto político, institucional y del sector de la política pública en cuestión son distintas en cada país, lo que provoca el surgimiento de determinados tipos de actores que, con sus estrategias y coaliciones políticas, perseguirán uno u otro modelo de reforma. Por eso, concebimos el cambio en la política pública como un proceso endógeno, que refleja las opciones políticas, ideológicas y estrategias de lucha resultantes de las correlaciones de fuerzas desarrolladas por los actores en cada sociedad.

Sin embargo, es cierto también que, en la práctica, si bien la experiencia brasileña ha tenido éxito en la reducción de la exclusión y el aumento de la cobertura, el sistema sanitario no alcanzó un modelo integrado en el cual el Estado garantiza el derecho a la salud pública y de calidad a todos los ciudadanos, conforme a lo previsto en la Constitución —aún persisten las desigualdades. Si en el proceso de la formulación de la política, el contexto político-institucional favoreció la formación de actores que conquistaron una fuerte coalición política en favor del derecho a la salud como parte de la condición de ciudadanía, a partir de la década de 1990 el contexto político-institucional cambió radicalmente. Los sistemas públicos universales, de una forma general en la región, no encontraron el apoyo político para su consolidación. La escasez de recursos llevó al deterioro de los servicios públicos y, consecuentemente, al aumento de los servicios y seguros privados de salud. Tampoco hubo un apoyo social. La sociedad, al encontrarse con un sistema público precario, viene autoexcluyéndose de él optando por las mutuas privadas. Las repercusiones de las políticas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

restrictivas atacaron a las agendas universalistas previas, que incluso antes de ser implementadas ya sufrieron un desmantelamiento. Los gobiernos, para legitimar sus acciones en períodos de austeridad económica, remiten al discurso de la “única política posible”, que invariablemente prevé cortes en los gastos sociales, como la Enmienda del Techo de Gastos (EC 95/2016) que congeló el gasto del gobierno federal en gastos primarios durante 20 años, causando pérdidas significativas de recursos de salud (MORETTI et al, 2020). Como solución, crece la opción por modelos más pluralistas que integren sector público y privado compitiendo entre sí. Si bien estos modelos pueden lograr la modernización del sector, su consolidación viene ocurriendo en la región de forma altamente desfavorable a los sistemas públicos, reorganizando las políticas y prácticas en favor de intereses privados. Esto ha provocado un cambio en la estructura de poder del sector sanitario, con el fortalecimiento de los proveedores y compañías de mutuas y seguros privados, en contraposición al debilitamiento del papel del Estado y su capacidad de regulación.

De esta forma, sin despreciar las particularidades de los países y los avances alcanzados (sobre todo con la ampliación de la cobertura hacia la población de baja renta), aún persiste en la región la existencia de sistemas fragmentados y predominantemente segmentados. Los subsistemas públicos y privados, actuando con poca sinergia entre sí, responden por la protección de grupos poblacionales diferenciados conforme a los ingresos, la inserción en el mercado de trabajo o por una característica biológica. Por tanto, aunque los diferentes países latinoamericanos hayan partido de modelos diferenciados para la universalización del acceso, las reformas no fueron capaces de eliminar las desigualdades y promover la integralidad (Sojo 2011; Machado 2011; Fleury 2003; Fleury et al. 2013; Giovanella et al. 2014; CONASS 2014). Al contrario, la tentativa de ofrecer acceso universal en sistemas fragmentados, con un sector público subfinanciado, acabó por preservar (o inclusive profundizar) las distorsiones estructurales de los sistemas, reforzando una tendencia hacia la estratificación de la población de acuerdo con el poder adquisitivo de cada grupo.

Ante este escenario, el modelo de cobertura sanitaria universal propuesto por la OMS viene atrayendo cada vez más la atención de muchos actores capaces de incidir en la política. De hecho, en la práctica, directa o indirectamente, trazos de ese modelo ya se encuentran en la región, con el predominio de la segmentación. Algunos países fueron más directos. Ecuador creó el programa gubernamental de Aseguramiento Universal en Salud (AUS), que está siendo ejecutado progresivamente por medio de convenios con los gobiernos locales, empezando por

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Quito. En México la Organización Panamericana de la Salud lanzó en 2013 el libro *Cobertura universal en salud: lecciones internacionales aprendidas y elementos para su consolidación en México* (OPAS 2013). Perú fue más allá, en el año de 2011 creó la Ley del aseguramiento universal en salud (AUS). Con esa ley se conforma gradualmente en el país un sistema regulado con un solo plan de beneficios (que acepta planes complementarios menores) ofrecido por aseguradoras públicas y privadas (Giovanella et al. 2014). En Brasil, la OPAS/OMS Brasil realizó en el período del 6 al 13 de agosto de 2014 una consulta pública sobre el documento “Estratégias para Cobertura Universal de Salud” (OPAS 2014). En 2016, el ministro de sanidad, Ricardo Barros, en su discurso de pose, defendió la creación de mutua de salud popular para disminuir gastos con el SUS y dijo que el “Brasil no cabe en el SUS”, que “en algún momento, el país ya no podrá sustentar los derechos que la Constitución garantiza -como el acceso universal a la salud- y que habrá que repensarlo”.

A pesar de observarse una aceptación por parte de varios gobiernos de la región, no existe un consenso en la sociedad latinoamericana de que el camino para la sostenibilidad de los sistemas sanitarios con universalidad del acceso sea por la vía de la cobertura sanitaria universal o de modelos de pluralismo estructurado (que comparten algunos principios con esa nueva propuesta de la OMS). Simultáneo a estos modelos, se desarrollan en la región otras visiones y propuestas, basadas en otros principios y valores que penetran en la disputa hegemónica en la región. En esta visión alternativa se desarrolla una opinión crítica del aseguramiento por medio de seguros privados, señalando a la cobertura universal como un reduccionismo de la concepción de universalidad y una vía a la individualización de riesgos, ruptura de valores de solidaridad, fragmentación de la prestación de servicios y estratificación de la población. En esta línea crítica los autores creen que la agenda homogeneizadora construida por los organismos internacionales (sobre todo BM y OMS), aunque privilegie la universalización, lo hace bajo la dirección de las fuerzas del mercado. En otras palabras, apunta a la construcción de modelos de protección social de matriz liberal que se basan en mecanismos sociales e institucionales de discriminación y no en la noción de igualdad de los derechos, en la cual se funda la condición de ciudadano (Lima 2014; Laurell 2011; Fleury 2003; Paim 2013; CEBES 2014).

Por tanto, el desafío que se plantean para consolidar uno u otro modelo de sistema sanitario pasa por un proceso político de construcción y mantenimiento de la hegemonía. Si, por un lado, se observa en los países latinoamericanos una correlación de fuerzas para el

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

desmantelamiento de los sistemas beveridgeanos de los servicios nacionales de salud, por otro lado hay una lucha política de resistencia, que resulta de la búsqueda de construcción de una política de bienestar social en condiciones tan adversas. Mientras para unos la salida de la crisis de los sistemas sanitarios es la cobertura sanitaria universal con modelos más pluralistas y competitivos, para otros el camino es la multiplicación de los espacios societarios políticamente cualificados, capaces de promover formas nuevas de solidaridad, de consciencia sanitaria y cogestión de las políticas por parte de la sociedad. Según Paim (2013), el propio proceso dinámico de correlaciones de fuerzas crea espacios para sujetos de antítesis, y corresponde a las fuerzas progresistas de la sociedad civil apostar por esos portadores de antítesis.

De esta forma, se entiende que el desarrollo de nuevos modelos de sistemas sanitarios trasciende a la cuestión sectorial y abarca una dimensión estructural del tipo de sociedad que se quiere construir. Del análisis de los países latinoamericanos se desprende que aún sigue sin definición clara qué modelos y qué sistemas movilizarán a la sociedad de cada uno de estos países. Sin embargo, lo que sí está claro en la literatura es que hay un tortuoso camino a seguir si se pretenden conservar del pasado los principios de integralidad, universalidad e igualdad. Defendemos la hipótesis de que de la interacción de los contextos políticos, institucionales y sectoriales en cada país surgirán los actores del cambio, pero corresponderá a estos actores la identificación de los factores relevantes para el cambio y, en función de ellos, crear y adecuar estrategias que promuevan el cambio en la dirección de la política.

4 CONCLUSIONES

No hay duda de que el discurso de los organismos internacionales impone una fuerte presión sobre los gobiernos latinoamericanos. Las vías de influencia externa, ejercidas, sobre todo, por el Banco Mundial, son múltiples, y van desde la deuda con él contraída hasta la enorme capilaridad de la influencia política, económica, intelectual y cultural en los diferentes países. Sin embargo, aunque se puedan identificar tendencias y características comunes en las reformas sanitarias de la región, demostramos en este artículo que no hay un único camino para las reformas del sector público. Tal y como se ha destacado, no todas las reformas sanitarias formuladas en el final del siglo pasado siguieron la misma agenda de transformación. A pesar de la presión de los organismos internacionales para adoptar reformas orientadas hacia el mercado, países como, por ejemplo, Brasil, Costa Rica y Venezuela, por no hablar de Cuba, formularon una política sanitaria en un sentido completamente inverso.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Nuestro argumento analítico es que las características del contexto político, institucional y del sector de la política pública en cuestión son distintas en cada país, lo que favorece o constriñe el surgimiento de diferentes tipos de actores, que con sus estrategias y coaliciones políticas perseguirán un determinado modelo de reforma. Cabe identificar esas características contextuales y analizar la actuación de los diferentes actores en cada país, si queremos comprender qué explica el cambio en la dirección de la política. Por eso, alegamos que el cambio institucional y de política corresponde a un proceso endógeno que, por tanto, no se explica por factores externos a la política. La opción por un u otro modelo de reforma responderá a la agencia de los actores que protagonizan la vida política y a la relación que esos actores mantienen con los acontecimientos del contexto.

Si en el caso de Brasil, en el proceso de la formulación de la política de reforma sanitaria, el contexto político-institucional favoreció la formación de actores que, por medio de sus acciones e interacciones, alcanzaron una fuerte coalición política en favor del derecho a la salud como parte de la condición de ciudadanía, a partir de la década de 1990 el contexto político-institucional cambió radicalmente. Las políticas restrictivas atacaron las agendas universalistas previas, que incluso antes de ser implementadas ya vivieron su desmantelamiento. De esta forma, pese a las diferencias entre los modelos formulados en la región, en la práctica la correlación de fuerzas parece indicar un movimiento de homogenización progresiva de las políticas sanitarias que apunta a sistemas sanitarios más plurales y competitivos, pero que restringen las acciones del Estado a políticas focalizadas y fortalecen el predominio del sector privado en la oferta de servicios de salud.

¿En qué medida tal movimiento puede ser explicado por la influencia de los organismos internacionales? Las investigaciones en el marco de la teoría de *policy diffusion* apuntan a una tendencia global en las reformas (Pollit y Bouckaert 2004) y alegan que el proceso de reforma es altamente imitativo (Sahlin-Andersson's 2002). Para los autores en esta línea, la dinámica institucional de los organismos internacionales opera como fuente de los modelos legitimadores de reforma. Concretamente en el caso de los países latinoamericanos, afirman que se produce una sinergia entre el isomorfismo coercitivo, de la mano de diversos organismos económicos internacionales, y el isomorfismo mimético, copia de modelos (Ramió y Salvador 2005). Sin embargo, concebimos que el problema de la interferencia de los organismos internacionales en los países latinoamericanos no encuentra respuesta solamente en términos de una “adaptación isomorfa”, según la definían DiMaggio y Powell (1991a) en sus tres tipos, coercitiva, mimética

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

o normativa, ni tampoco se trata solamente de una orientación ideológica de los gobiernos. Si no, ¿cómo explicar que un gobierno de izquierda opte por políticas neoliberales? Entendemos que los esquemas analíticos de la teoría de *policy diffusion* dejan poco espacio para la capacidad de agencias de los actores. En nuestro punto de vista el proceso de decisión sobre tal o cual modelo de reforma adoptar implica siempre una decisión de tipo política, que va más allá de acciones coercitivas y de la ideología del gobierno. De la acción e interacción entre los actores resultarán las decisiones políticas, que por su vez reflejen las opciones políticas e ideológicas de los actores con capacidad de incidir en la política. Tal y como afirmaron Gallego, Barbieri y González (2016), en los procesos de negociación participan también fuerzas externas a las estructuras formales de decisión, y, por eso, aunque el gobierno promueva unas propuestas ideológicas, las decisiones resultantes recogen también la impresión ideológica de los actores con capacidad de ejercer influencia en los diferentes sectores de la política pública. En este sentido, entendemos que el discurso de los organismos internacionales sí puede influenciar los resultados de las políticas, pero no los explican. La adopción de uno u otro modelo de reforma es un proceso eminentemente político, que se explica por la acción e interacción de los actores capaces de incidir en la política; el rol de cada actor y sus estrategias determinarán el tipo de cambio perseguido.

De acuerdo con este argumento, los actores elaboran y rediseñan constantemente sus estrategias conforme perciben las facilidades o dificultades encontradas en el contexto político, institucional y del propio sector de la política pública. Por eso mismo, el discurso y espacios promovidos por los organismos internacionales no son aceptados y utilizados de la misma forma por todos los países latinoamericanos. Además, los actores pueden actuar como oportunistas aprovechando esos discursos y espacios para lograr sus fines. Las ambigüedades en las normas, por ejemplo, pueden ser utilizadas para implementar las reglas de manera imprevista por sus diseñadores.

REFERÊNCIAS

- Buss, P. M. 2013. “Saúde global e diplomacia da saúde”. *Cadernos de Saúde Pública*, 29 (1): 8-9.
- Cebes. 2014. Por que defender o Sistema Único de Saúde? Diferenças entre Direito Universal e Cobertura Universal de Saúde. http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/07/Manifesto_Porque-Defender-o-SUS.pdf (Acceso Agosto, 2014).
- DiMaggio, P. J., y W.W. Powell (eds.). 1991. “The Iron Cage Revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields”, *American Sociological*



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- Review, 48.
- Esping-Anderson, G. 1990. *Los tres mundos del estado de bienestar*. València: Alfons el Magnànim.
- Fleury, S. 1994. *Estados sem Cidadãos – Seguridade Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- _____. 2003. “Universal, dual o plural? Modelos y dilemas de atención de la salud en América latina: Chile, Brasil y Colombia”. *Servicios de salud en America Latina y Asia*, 1.
- Fleury, S y A. M. Ouverney 2012. Sistemas de Saúde: uma política social. In *Políticas e sistema de saúde no Brasil* 2 ed., organizado por Lígia Giovanella et al. Rio de Janeiro: Fiocruz, 25-58.
- Gallego, R., R. Góma, J. Subirats y J. Adelantado. 2003. *Estado de bienestar y comunidades autónomas: la descentralización de las políticas sociales en España* (Vol. 6). Tecnos Editorial SA.
- Giovanella, L., G. Ruiz, O. Feo, S. Tobar y M. Faria. 2012. Sistemas de Salud en América del Sur. In *Sistemas de salud en Suramérica: desafíos para la universalidad la integralidad y la equidad*, organizado por L. Giovanella, O. Feo, M. Faria y S. Tobar. Rio de Janeiro: Instituto Suramericano de Gobierno en Salud/ ISAGS.
- Lobato, L. V. C. y L. Giovanella. 2012. Sistemas de saúde: origens, componentes e dinâmica. In *Políticas e sistema de saúde no Brasil* 2 ed., organizado por Lígia Giovanella et al. Rio de Janeiro: Fiocruz, 89-120.
- Monteiro, M. G., y S. Fleury. 2018. “As mudanças de direção nas políticas públicas: atores e estratégias ocultas na implementação do Sistema Único de Saúde”. Fleury S, editora. *Teoria da reforma sanitária: diálogos críticos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 247-89.
- Noronha, J. C. 2013. “Cobertura universal de saúde: como misturar conceitos, confundir objetivos, abandonar princípios”. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 29 (5): 847-849.
- OCDE - Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos. 2005. *Modernizing Government: the Way Forward*. Paris, OECD.
- OMS – Organización Mundial de la Salud. 2000. *Informe sobre la salud en el mundo 2000. Mejorar el desempeño de los sistemas de salud*. Ginebra: OMS
- Pollitt, C. y G. Bouckaert. 2004. *Public Management Reform. A comparative Analysis*. New York. Oxford University Press. 2nd edition.
- Rizzotto, M. L. F. 2012. *Capitalismo e saúde no Brasil nos anos 90: as propostas do Banco Mundial e o desmonte do sus*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Sahlin-Andersson, K. 2002. “National, International, and Transnational Constructions of New Public Management”. In *New Public Management: The Transformation of Ideas and Practice*, editado por Christensen, T. y Laegreid, P. Aldershot, UK: Ashgate.
- Sojo, A. 2011. “Condiciones para el acceso universal a la salud en América Latina: derechos sociales, protección social y restricciones financieras y políticas”. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(6): 2673-85.
- Titmuss, R. 1974. *Social Policy*. Londres: Allen and Unwin.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO PARAGUAI

Juliana Domingues¹ – UNILA.
Maria Geusina da Silva² - UNILA.
Filipe Silva Neri³ – UFAL.

Nome do GT: 13 – Políticas Públicas

RESUMO

O estudo em tela apresenta o projeto de pesquisa intitulado “Monitoramento da Saúde Mental no Paraguai” que vem sendo desenvolvido pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O objetivo geral da pesquisa é realizar o monitoramento da Política de Saúde Mental do Paraguai a partir de 2020, tendo como objetivos específicos: Verificar como vem se implementando a atual Política Nacional de Saúde Mental no Paraguai posterior a 2020; desvelar e evidenciar as proposições de aprimoramento, mudança ou prorrogação da política de saúde mental vigente; e apresentar e acompanhar a produção de conhecimento produzida sobre a temática saúde mental no Paraguai. O projeto em questão parte de uma pesquisa documental e revisão de literatura de caráter exploratório e de natureza qualitativa. A coleta de dados vem sendo realizada nas plataformas oficiais do Ministerio de Salud Publica y Bienestar Social do Paraguai, assim como em artigos, livros e capítulos de livros publicados em base de dados latino-americanas, privilegiando os estudos de autores paraguaios. A pesquisa pretende, portanto, evidenciar e atualizar as informações do atual cenário sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Mental no Paraguai. Os achados podem servir de base para a construção de um diagnóstico atualizado sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Mental no país estudado e propor melhorias na assistência em saúde mental no Paraguai.

Palavras-chave: Política Saúde Mental. Paraguai. Monitoramento.

RESUMEN

El estudio en cuestión presenta el proyecto de investigación titulado "Monitoreo de la Salud Mental en Paraguay", que está siendo desarrollado por el curso de Trabajo Social de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA). El objetivo general de la investigación es llevar a cabo el monitoreo de la Política de Salud Mental de Paraguay a partir de 2020, teniendo como objetivos específicos: verificar cómo se está implementando la actual Política Nacional de Salud Mental en Paraguay después de 2020; desvelar y evidenciar las proposiciones de mejora, cambio o prórroga de la política de salud mental vigente; y presentar y acompañar la producción de conocimiento producida sobre la temática salud mental en Paraguay. El proyecto en cuestión parte de una investigación documental y revisión de literatura de carácter exploratorio y de naturaleza cualitativa. La recolección de datos se está realizando en las plataformas oficiales del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social de Paraguay, así como en artículos, libros y capítulos de libros publicados en bases de datos latinoamericanas, privilegiando los estudios de autores paraguayos. La investigación pretende, por lo tanto, evidenciar y actualizar las informaciones del actual escenario sobre la implementación de la Política Nacional de Salud Mental en Paraguay. Los hallazgos pueden servir de base para la construcción de un diagnóstico actualizado sobre la implementación de la Política Nacional de Salud Mental en el país estudiado y proponer mejoras en la atención en salud mental en Paraguay.

Palabras clave: Política de Salud Mental. Paraguay. Monitoreo.

¹ - Assistente Social. Doutora em Política Social e Direitos Humanos (UCPel). Docente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: juliana.domingues@unila.edu.br.

² - Assistente Social. Doutora em Serviço Social (PUC-RS). Docente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: maria.silva@unila.edu.br.

³ - Assistente Social. Bacharel em Serviço Social (UNILA). Mestre em Serviço Social e Política Social (UEL). Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista Demanda Social CAPES. E-mail: filpe.neri07@gmail.com.



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O artigo em tela tem como proposta apresentar, de forma propedêutica, a pesquisa em desenvolvimento intitulada “Monitoramento da Política de Saúde Mental no Paraguai”. Esta pesquisa tem como objetivo geral realizar o monitoramento da Política de Saúde Mental do Paraguai a partir de 2020, tendo como objetivos específicos: Verificar como vem se implementando a atual Política Nacional de Saúde Mental no Paraguai posterior a 2020; desvelar e evidenciar as proposições de aprimoramento, mudança ou prorrogação da política de saúde mental vigente; e Apresentar e acompanhar a produção de conhecimento produzida sobre a temática saúde mental no Paraguai. Trata, portanto, de uma pesquisa documental e de revisão de literatura de caráter exploratório e de abordagem eminentemente qualitativa.

A partir do exposto, a pesquisa pretende evidenciar e atualizar as informações do atual cenário sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Mental no Paraguai. Os achados da pesquisa podem servir de base para a construção de um diagnóstico atualizado sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Mental no país estudado e propor melhorias na assistência em saúde mental no Paraguai.

A argumentação dessa proposta investigativa parte do suposto que o enfrentamento e o combate as iniquidades em saúde no campo da saúde mental na América Latina, e mais especificamente em países que ainda não tem instituído Lei de Saúde Mental, como no caso do Paraguai, decorrem de fatores diversos consubstanciados na assimetria e discrepância da oferta de serviços de saúde, ou seja, como são implementadas as políticas de saúde mental e das condições de vida e trabalho da população.

Em outros termos, a preocupação central e o eixo articulador do estudo se localizam em monitorar como a Política Nacional de Saúde Mental do Paraguai vêm sendo implementada no sentido atender às demandas da população, em consonância com a sua previsão legal, concretizando em plano local as reformas aprovadas. Em termos do agravamento da questão em análise, os estudos (OPAS,2020) vêm evidenciando atualmente um crescente número de indivíduos na América Latina em sofrimento psíquico e no uso/abuso de substâncias psicoativas, em uma conjuntura marcada a partir da desigualdade de capacidade de atenção instalada e qualidade dos serviços destinados as pessoas com transtorno psíquico e usuários de substância psicoativa, da ausência de capacitação dos trabalhadores e a práticas que remetem a processos de manutenção e reprodução de violações dos direitos humanos, através das internações de longa permanência e maus tratos vivenciados cotidianamente aos internos (HERNANDEZ, 2007).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Na construção desse estudo, foram identificadas enormes dificuldades no acesso aos serviços de saúde mental dependendo do local no qual as pessoas vivem. Aproximadamente metade da população mundial vive em um país onde existe menos de um psiquiatra para cada 100 mil pessoas. Tal constatação é reforçada no Informe Regional sobre os Sistemas de Saúde Mental na América Latina e Caribe (2013) que destaca a falta de investimento na atenção especializada como fator preocupante, considerando o grande número de pessoas sofrendo de transtorno psíquico, que é de quase uma em cada 10 pessoas em todo o mundo.

Los estudios epidemiológicos realizados en el último decenio hacen patente la necesidad de un llamado a la acción. La carga que representan las enfermedades mentales se torna cada vez más significativa, lo cual provoca un alto grado de sufrimiento individual y social. En 1990, las afecciones psiquiátricas y neurológicas explicaban el 8,8% de los años de vida ajustados en función de la discapacidad (AVAD) en América Latina y el Caribe. En 2002 esa carga había ascendido a 22,2% (1, 2). (OPAS, 2013, pag. 15)

Os dados estatísticos produzidos pela OPAS/OMS (2020) apontam a existência de um grande número de pessoas com transtorno psíquico e/ou dependentes de substâncias psicoativas no Paraguai, e os prognósticos realizados preveem que nos próximos anos a tendência é que esses números continuem a crescer, o que já demanda e continuará a demandar serviços destinados a esses indivíduos, sobretudo com a instauração da Pandemia .

Essas evidências colocam o tema dessa proposta de investigação como importante proposição a ser desenvolvida, visando produzir novos conhecimentos, uma vez que os estudos no campo da saúde mental “[...] han tenido muchas limitaciones en los países de América Latina y el Caribe, especialmente si se la compara con la producción científica alcanzada en los Estados Unidos de América y el Canadá” (OPAS, 2013, p. 10).

A saúde mental é um componente fundamental e inseparável da saúde em uma perspectiva de totalidade e está diretamente relacionado ao bem-estar pessoal, familiar e comunitário. Porém, muitas vezes é subestimada frente aos agravos da saúde física, haja vista a incipiente rede de serviços existentes; o reduzido número de profissionais especializados e as escassas produções científicas sobre o tema; destinação mínima de orçamento para a construção da rede comunitária de serviços; perpetuação do modelo hospitalocêntrico em um considerável número de países latino-americanos, sendo que muitos desses sequer possuem uma Política Nacional de Saúde Mental (OPAS, 2013).

Em regiões de fronteira, os diversos e singulares fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais conformam “[...] áreas periféricas, que engendram desigualdades” (GIOVANELLA, 2007, p. 06), impactando diretamente nos modos de vida, repercutindo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

especialmente na saúde mental, apontando para a necessidade de uma rede de serviços que atenda às necessidades de saúde da população.

Os estudos desenvolvidos nas regiões de fronteira tendo como foco a saúde vêm crescendo. Tornam-se ainda mais importantes produzir novas análises sobre a conjuntura atual, não só por constatar o aumento dos fluxos migratórios em todo o mundo, como também por desvelar quais os desdobramentos desse fato em diferentes aspectos; econômicos, políticos e sociais nesses territórios.

Desdobrar essa temática e voltar a intencionalidade do estudo para a pesquisa de monitoramento da Política Nacional de Saúde Mental no Paraguai pretende colaborar na construção de diagnóstico e na proposição de melhorias. Enquanto no Brasil, identifica-se um grande número de publicações sobre o tema saúde mental e política de saúde mental, produzida por distintas áreas de conhecimento, verificou-se, através das consultas a acervos bibliográficos e digitais, que a produção de artigos, dissertações e teses produzidas no Paraguai sobre os mesmos temas é escassa, e quando encontrada é estritamente produzida por profissionais da área médica, de enfermagem e psicologia, o que também se constitui uma justificativa para a realização desse estudo realizado por um outro ângulo, que é do Serviço Social.

A partir do exposto, pretende-se evidenciar e atualizar as informações do atual cenário sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Mental no Paraguai. Os achados da pesquisa podem servir de base para a construção de um diagnóstico atualizado sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Mental no Paraguai, e propor melhorias na assistência em saúde mental nesse país.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, em nível mundial, a atenção em saúde mental foi marcada por processos de exclusão social, estigmatização e violação dos direitos humanos dos sujeitos que tinham como única opção de tratamento internação em instituições de caráter manicomial/hospitalocêntrico de longa permanência, privando os usuários da convivência social e comunitária.

Esse cenário começa a se alterar a partir da Reforma Psiquiátrica Italiana proposta por Franco Basaglia, ocorrida na década de 1960, em que o tema saúde mental passou a ser incorporado como pauta de organismos internacionais na defesa dos Direitos Humanos dos portadores de Enfermidades Mentais, instaurando diretrizes para o atendimento, destacando-se a Declaração dos Direitos dos Retardados Mentais, proferida pela ONU em 1971; a Declaração

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de Alma-Ata, resultado da Conferência Internacional sobre Atenção Primária em Saúde, em 1978; Programa de Ação Mundial para os Impedidos, em 1981; o conjunto de normativas denominado *Principios, Directrices y Garantías para La Protección de Personas Detenidas a Título de Padecer de Enfermedades Mentales*, criado pela Comissão Internacional de Direitos Humanos e expedido no ano de 1984; e a Resolução da ONU, em 1991, 99 que aprovou a Declaração sobre a Proteção de Pessoas Acometidas de Transtorno Mental e a Melhoria da Assistência em Saúde Mental (MARAZINA, 2011).

Em consonância as novas propostas de atenção em saúde mental no continente latino-americano, a Conferência sobre a reestruturação da saúde mental, realizada em Caracas, na Venezuela, em novembro do ano de 1990, culminou na adoção da “Declaração de Caracas”, documento que tem servido como base para as mudanças do modelo centrado na internação para a atenção em saúde mental comunitária, descentralizada, participativa, integral, contínua e participativa. O evento contou com a presença da quase totalidade dos países latino-americanos, entre esses o Paraguai, e na ocasião, declararam.

Que la Reestructuración de la Atención Psiquiátrica ligada a la Atención Primaria de Salud en los marcos de los Sistemas Locales de Salud permite la promoción de modelos alternativos centrados en la comunidad y dentro de sus redes sociales; Que la Reestructuración de la Atención Psiquiátrica en la Región implica la revisión crítica del papel hegemónico y centralizador del hospital psiquiátrico en la prestación de servicios. [...] Que las organizaciones, asociaciones y demás participantes de esta Conferencia se comprometen mancomunada y solidariamente a abogar y desarrollar en los países programas que promuevan la Reestructuración de la Atención Psiquiátrica y la vigilancia y defensa de los derechos humanos de los enfermos mentales de acuerdo a las legislaciones nacionales y los compromisos internacionales respectivos (OMS/OPAS, 1990).

O encontro e a posterior Declaração de Caracas representam um marco fundamental na história da saúde mental na América Latina, os princípios e os valores que a conformam, com base no direito das pessoas com transtorno psíquico e o reconhecimento da importância de assegurar uma atenção em saúde mental de qualidade na comunidade, se constituiu como a principal inspiração de todos os países que haviam se comprometido a melhorar a saúde mental das populações do continente latino-americano, com ênfase na atenção psiquiátrica realizada na atenção primária, no contexto dos sistemas locais de saúde (KOHN et al, 2005).

No que se refere a atenção em saúde mental no Paraguai, os registros são escassos e credita-se esse fato ao tipo desenvolvimento socioeconômico e cultural do país que viveu boa parte de sua história sob o regime militar, associado à secundarização que o tema saúde mental historicamente tem com relação a prioridade concedida aos agravos da saúde física. As

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

primeiras informações que remontam a assistência psiquiátrica no Paraguai, datam de 1888, a partir da existência do Asilo de Mendigos e Órfãos, localizada em Assunção, capital do país. A instituição atendia feridos de guerra, órfãos, pessoas com retardo mental, alcoolismo crônico e com quadros de grave psicose.

O país manteve por anos a perspectiva hospitalocêntrica asilar como forma de tratamento e só nos anos de 1947 surge uma tímida proposta de experiência de psiquiatria comunitária, a qual não há registro de resultados. Durante a década de 1950, o Hospital Psiquiátrico, vinculado institucionalmente a a Faculdade de Medicina da U.N.A., continuou a aplicar aos internos asilados a vitaminoterapia, nas situações em que o doente apresentava quadro de desnutrição e, em alguns, de forma associada antibiótico para os pacientes que eram diagnosticados com psicose decorrente de sífilis (ALVAREZ, 1960). A década de 1960 trouxe algumas transformações para a assistência em saúde mental no país.

El la década del 60, se implimenta el uso y quizás el abuso de eletroshock, nace um mito em la población en referencia a la sangre que se sube a la cabeza y se baja com choque, el miedo es la consecuencia de esta nueva experiencia. La década del 60, se inicia el uso de dosis pequenas de neurolepticos, y el grupo voluntario Menonita inicia trabajos de chacra también buscando crear una concepto de terapia laboral y ocupacional. En esta década el Dr. Augustin Carrizosa y el Prof. Rivarola Queirolo crean el Servicio de Salud Mental en el edificio del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social. Se crean las unidades de sicologia em la Universidad Catolica de Assunción – UCA, e Universidad Nacional de Assunción – (DOMINGUES, 2018, p. 148).

Na década de 1970, apesar de uma política repressiva reinante, em decorrência do processo de ditadura militar, é um período marcado por muitas novidades na assistência em saúde mental. Há uma explosão de pensamentos de cunho humanista, em especial com a psicanálise, a psicoterapia comportamental e, paralelamente o uso de psicofármacos em maior escala que na década anterior, substituindo gradativamente a antibioticoterapia e a vitaminoterapia. É criado o Instituto Médico Psicológico do Centro de Estudos de Psicoterapia e Psicologia, instituição privada de ensino, cuja proposta de formação estava centrada em um modelo preventivo, integrador e reabilitador. Também são inauguradas Comunidades Terapêuticas no Hospital Psiquiátrico e escolas de orientação para os familiares. O grupo voluntário Menonita, junto com os profissionais do hospital criou uma área que foi chamada de Pavilhão de Reabilitação⁴⁰ objetivando integrar família, pacientes, médicos e demais profissionais do hospital (CEGLA; FRANCA, 1984).

Nos anos de 1980, seguiram-se os debates sobre a assistência em saúde mental oferecida

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

as pessoas com transtorno psíquico no Hospital Psiquiátrico, que nesse período somavam 700 internos. Os questionamentos se colocavam sobre o modo de desenvolver a atenção em saúde mental através de medidas preventivas, comunitária e com resguardo aos direitos humanos dos pacientes.

A partir dos princípios norteadores contidos na Declaração de Caracas, a década de 1990 trouxe a disseminação de ideias com novas proposições na assistência em saúde mental no país, como também na melhoria do serviço de referência, com a construção de edifícios novos para o Hospital Psiquiátrico, melhoria das acomodações dos internos e ampliação dos atendimentos realizados no ambulatório de saúde mental. Maior cobertura e inclusão de novos medicamentos, e a meta de diminuir o número de pacientes internados pela metade (PARAGUAY, 2002).

A primeira proposta governamental destinada a saúde mental no Paraguai, data dos anos de 1991 e denomina-se *Plan Nacional de Salud 1991-1993*. O instrumento orienta de uma maneira geral as ações na área da saúde, incorporando as necessidades de saúde mental da população paraguaia, em especial reconhecendo que as condições de vulnerabilidade que estão submetidas, se revertendo em riscos, tanto para o adoecimento mental como para o uso abusivo de drogas.

A inexistência de estudos epidemiológicos sobre a saúde mental, que ainda tinha como única referência de tratamento o Hospital Psiquiátrico, gerou a necessidade de elaboração de um diagnóstico sobre as condições da atenção psiquiátrica no Paraguai. Foram criados grupos de trabalho para a elaboração do estudo e os resultados foram publicizados nos anos de 1997, com a publicação do documento *Unidad de Salud Regional – Una alternativa em la atención en Salud Mental y de la Asistencia Psiquiátrica*. A avaliação apontou múltiplos problemas na assistência em saúde mental no país, piorada quando as pessoas portadoras de enfermidades mentais residiam no interior do país.

De forma a reorientar a assistência em saúde mental do país, em consonância com a Declaração de Caracas, o governo paraguaio coloca como meta a criação de Unidades Descentralizadas de Saúde Mental, de forma inclusive a ser realizado como instrumento no processo de transição do regime ditatorial para a atual democracia atualmente em curso no Paraguai.

Essas medidas não conseguiram melhorar a assistência em saúde mental no Paraguai, e nos anos 2000, a estigmatização cultural, a falta de informações e dados epidemiológicos, associados a escassez de serviços nas comunidades e a pouca organização e mobilização da

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

sociedade civil em torno dos problemas de saúde mental e uso de drogas caracterizavam o país.

Nos anos de 2002, o Paraguai fazia parte dos 40 % dos países sem Política Nacional de Saúde Mental, dos 30% que não implementavam Programas de Saúde Mental e 25% dos que não possuíam legislação sobre essa temática na América Latina. Ademais, havia menos de um psiquiatra por cada 100.000 habitantes, além dos problemas de concentração dos recursos humanos na capital. (PARAGUAY, 2002). Frente a tal situação o Ministério de Saúde e Bem Estar apresenta a primeira Política Nacional de Saúde Mental – 2002-2006.

La política Nacional de Salud Mental del Paraguay tiene como Objetivo General mejorar la Salud Mental de las personas y de los grupos, sin distinción de raza, religión, género, edad, ideología política o condición económica y social para interactuar entre sí y con el medio ambiente, de modo a promover el bienestar subjetivo, el desarrollo y uso óptimo de las potencialidades psicológicas, cognitivas afectivas, relacionales el logro de las metas individuales y colectivas, en concordia com la justicia social, el bien común y la protección de los Derechos Humanos (PARAGUAY, 2002, p. 17).

A implementação da primeira Política Nacional de Saúde Mental, nos anos de 2002, foi elaborada por médicos, médicos psiquiatras e poucos profissionais de saúde de outras áreas, sem a participação de usuários e familiares das pessoas com enfermidade mental, e não chegou a promover mudanças importantes no modelo de atenção em saúde mental baseado, essa época em práticas hospitalocêntricas.

A única referência de atenção especializada do país era o Hospital Psiquiátrico, localizado em Assunção, que chegou a ter 700 internos em regime de longa permanência. Nos anos de 2003, o Paraguai recebeu uma visita de observação da 25 Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, ocasião em que várias irregularidades e violações de direitos humanos foram constatadas, e amplamente publicizadas pelos meios de comunicação, levando o país a incluir o tema saúde mental na sua agenda de prioridades.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, em decorrência das cotidianas violações de direitos humanos sofridas pelos internos no Hospital Psiquiátrico, aplicou ao Paraguai cinco intervenções desde os anos de 2003, sendo quatro medidas cautelares e um acordo para prorrogação do prazo de adequação da instituição. Ter sofrido essas sanções impulsionou o país a implementar uma nova Política de Saúde Mental, que começou a ser pensada nos anos de 2009, a partir do estabelecimento do primeiro Termo de Cooperação Técnica com o Brasil, para conhecer a Política de Saúde Mental. Concomitantemente, foram realizados três Fóruns Regionais, e pela primeira vez foi oportunizada a participação de outros

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

segmentos sociais que não só os profissionais de saúde, sobretudo médicos psiquiatras.

Se realizaron en el año 2009 tres Foros Regionales de los que participaron profesionales de salud mental, miembros de la sociedad civil, universidades, municipalidades, gobernaciones, asociación de familiares y voluntarios de salud mental: Primer Foro Regional realizado en la ciudad de Pedro Juan Caballero, en fecha 6 y 7 de Mayo de 2009 del que participaron 93 personas. Segundo Foro Regional realizado en la ciudad de San Juan Bautista, Misiones, en fecha 27 y 28 de Mayo de 2009, con la participación de 72 personas. Tercer Foro Regional realizado en la ciudad de Coronel Oviedo, en fecha 1 y 2 de Junio de 2009, participaron 82 personas (PARAGUAY, 2011, p. 17)

A partir do compromisso do governo nacional paraguaio em desenvolver Políticas Públicas para a Qualidade de Vida e Saúde com Equidade, a segunda Política Nacional de Saúde Mental, fundamentada nos princípios de universalidade, equidade, integralidade e participação social, foi aprovada nos anos de 2011 com prazo de vigência até 2020, representa um marco na implementação da assistência psiquiátrica no país, refletindo as diretrizes da reorientação psiquiátrica, referendadas na Declaração de Caracas.

À época de sua institucionalização o Paraguai também havia aderido à indicação da Organização Panamericana de Saúde sobre a reforma da rede de atenção primária e havia incorporado, nos anos de 2010, a lógica das Redes Integradas de Sistemas de Saúde – RISS no Sistema Nacional de Saúde do país (PARAGUAY, 2011).

As Redes Integradas de Serviços de Saúde – RISS, no Paraguai, estão conformadas em outras redes principais: Rede de Atenção Primária em Saúde; Rede de Atenção Especializada e Ambulatorial; Rede de Atenção de Urgência e Emergência; Rede de Atenção Hospitalar e redes complementares: Rede de Apoio e Diagnóstico; Rede de Assistência Farmacêutica, Rede de Vigilância em Saúde e Rede de Reabilitação – Órteses e Próteses, além de um sistema de regulação médica, sistema de transporte e um sistema de informação. Embora não haja uma rede temática de saúde mental no ordenamento da RISS no Paraguai, a assistência em saúde mental está organizada em uma Linha de Cuidados em Saúde Mental prevista em sua estrutura organizativa, informando as ações e serviços a serem realizadas em cada nível de atenção na assistência psiquiátrica (PARAGUAY, 2011).

A Atenção Primária em Saúde, fica a cargo das equipes de Saúde da Família, que devem realizar ações educativas preventivas, assistenciais e de reabilitação em saúde mental. Na Atenção Especializada estão previstos a criação de Centros Comunitários de Saúde Mental, a cada quinze Equipes de Saúde da Família, preferencialmente anexo aos Centros Ambulatórios

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de Especialidade. Existe ainda nesse eixo, a previsão da constituição de uma Equipe de Saúde Mental, composta minimamente por psicólogo, psicopedagogo, assistente social, terapeuta ocupacional ou artesão, médico clínico e psiquiatra Na Atenção de Urgência e Emergência é informado que todos os serviços do país estarão preparados para dar respostas aos problemas de saúde mental, existindo a previsão de um médico capacitado no Centro de Reguladores para orientar as situações psiquiátricas.

Na assistência hospitalar, quando necessário, o usuário será internado em leitos de hospital geral ou distrital e ainda se registra a criação de *Hogares Sustitutos* (PARAGUAY, 2011). De forma a orientar e capacitar os profissionais de saúde sobre essa reorientação na atenção em saúde mental, a gestão do Departamento de Saúde Mental do Ministério de Saúde e Bem-Estar do Paraguai, vem promovendo, desde 2011, Cursos de Capacitação, com duração de um ano, destinada aos profissionais da Equipe de Saúde da Família.

A referida Política Nacional de Saúde Mental do Paraguai teve sua vigência prevista até os anos 2020, quando poderia ser alterada, implementada ou prorrogada. Neste mesmo ano vivenciamos uma pandemia da COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), resultando em milhões de mortes e se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século. Tal situação pode ter comprometido a implementação da Política de Saúde Mental no Paraguai, ensejando a necessidade de estudos que evidenciem o cenário situacional.

A partir do exposto, a pesquisa tem como objetivo realizar o monitoramento da Política Nacional de Saúde Mental no Paraguai, evidenciando ações de aprimoramento, prorrogação ou ainda do processo de proposição de uma nova política, considerando a previsão de término no ano de 2020 da atual política.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos essa proposta de pesquisa em sendo desenvolvida a partir da abordagem qualitativa em saúde referenciada por MINAYO (1993) apontando que o debate qualitativo na área da saúde, tanto no campo teórico quanto no campo metodológico, é operacionalizado pela apreensão da totalidade dos fenômenos socioeconômicos, políticos e ideológicos que a envolvem e a determinam. Afirma a autora que o campo da saúde constitui uma realidade complexa demandando saberes distintos e integrados e colocando, de forma imediata, o problema da intervenção.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A saúde enquanto questão humana e existencial é uma problemática compartilhada indistintamente por todos os segmentos sociais. Porém as condições de vida e de trabalho qualificam de forma diferenciada a maneira pelas quais as classes e seus segmentos pensam, sentem e agem a respeito dela. Isso implica que, para todos os grupos, ainda que de forma específica e peculiar, a saúde e a doença envolvem uma complexa interação entre os aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais da condição humana e de atribuição de significados (MINAYO, 1993, p. 15).

Desta forma, a abordagem qualitativa revela que a saúde envolve e é envolvida pelo conjunto das relações sociais na produção e reprodução da vida social, tornando-se, seguramente, a abordagem apropriada para análise e interpretação dos processos sociais transversos na implantação das Políticas Nacionais de Saúde Mental no Brasil e Paraguai.

A guisa de compreender o objeto de estudo conferindo-lhe uma perspectiva de totalidade, permitindo a aproximação com o fenômeno a partir do contexto político, econômico, social e cultura, optou-se pela escolha do método crítico dialético marxista que foi determinante para desvelar a realidade, permitindo apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade, possibilitando analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão na totalidade.

[...] na ótica marxiana, a questão dos pressupostos não é um problema meramente metodológico/epistemológico, mas uma problemática que articula questões relativas ao ser (natureza do ser social, categorias nodais do processo social) com outras relativas ao conhecer (possibilidade, natureza e alcance do conhecimento) (TONET, 2005, p. 77).

A partir do exposto, destaca-se que a adoção do método crítico dialético e suas categorias de análise vem ao encontro dos objetivos da pesquisa considerando que será realizado monitoramento da Política de Saúde Mental do Paraguai (fenômeno) como totalidade concreta, ou seja, um todo estruturado em desenvolvimento e considerou-se ainda que captar o real não significa, portanto, a apreensão de todos os fatos, mas um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que são captados numa totalidade que é sempre uma totalidade de totalidades que poderão permitir a pesquisadora o alcance dos objetivos desse objeto de estudo.

O quadro teórico da pesquisa é construído a partir de uma revisão de literatura sobre os temas que envolvem a Política de Saúde Mental no Paraguai e a rede de serviços que dá suporte as pessoas em sofrimento psíquico. A revisão de literatura é caracterizada pela análise de informações disponibilizadas por todos os estudos relevantes publicados por um determinado tema de forma a resumir o compor de conhecimento existente e levar a concluir sobre o assunto

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de interesse (MANZINI, 1990), permitindo a pesquisadora a estabelecer o aprofundamento sobre os assuntos através de mediações, possibilitando a realização de reflexões apresentadas no decorrer da exposição.

São consultados autores reconhecidamente conceituados em todos os temas, através de pesquisa em livros, artigos e demais publicações impressas e disponíveis on-line, além de ampla busca a bancos de dissertações e teses. Será realizada pesquisa documental, para acessar os instrumentos e normativas institucionais e governamentais sobre a Política de Saúde Mental no Paraguai.

Na realização da pesquisa estão previstas quatro três etapas distintas em sua natureza: revisão e atualização teórica e conceitual, resultando em textos de referência; aprimoramento dos instrumentos de coleta de informações e agrupamento dos dados coletados e analítico-propositiva.

As informações serão analisadas a luz de um referencial teórico crítico e os relatórios finais elaborados revertidos em textos analíticos a serem publicados pelos pesquisadores, abordando resultados e metodologias, e apresentação em eventos científicos e acadêmicos.

4 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa vem sendo desenvolvida pelo curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), envolvendo discentes, docentes e técnicos administrativos. Destaca-se que o projeto conta com participação de colaborador egresso da instituição e atualmente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Assim, esse conjunto articulado de sujeitos pesquisadores vem trabalhando no levantamento, análise e interpretações dos dados, os quais serão apresentados ao final do projeto em forma de relatórios, artigos, resumos e apresentação em eventos a nível local, regional, nacional e internacional no âmbito da América Latina, especialmente no MERCOSUL.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por tratar-se de pesquisa em andamento, não é possível apresentarmos resultados neste momento. Consideramos que os resultados da pesquisa podem servir de base para a construção de um diagnóstico atualizado sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Mental no país estudado e propor melhorias na assistência em saúde mental no Paraguai.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cotidiana violação de direitos humanos às pessoas em sofrimento psíquico na América

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Latina no final dos anos 1980 levou a Organização Panamericana de Saúde a realizar um diagnóstico da assistência psiquiátrica em todo o continente, repercutindo na posterior convocação pela Organização Mundial de Saúde na Conferência de Reorientação na Assistência Psiquiátrica, realizada nos anos 1990. Resultante desse processo, a Declaração de Caracas tornou-se um marco na incorporação de um modelo de atenção em saúde mental de base comunitária, com ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com vistas a romper definitivamente no continente as histórias práticas manicomiais, segregadoras e estigmatizantes.

O Paraguai é signatário dessa nova proposta de atenção e sua atual Política Nacional de Saúde Mental que foi instituída no ano de 2011 com vigência até o ano de 2020, período que coincide com a instauração da Pandemia causada pela Covid-19, impondo desafios nunca vividos no que se refere à atenção em saúde e saúde mental.

Consideramos ainda que tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai é um importante laboratório intercultural e multicêntrico para o desenvolvimento e planejamento urbano regional, que vem cada vez mais gerando tensionamentos nas políticas públicas, especialmente as de proteção social. Essa fronteira trinacional composta por três cidades que incorporam um quantitativo significativo de população flutuante que marca a dinâmica dessa região, impacta na capacidade instalada dessas cidades, demandando dos gestores o aumento da capacidade administrativa que exige ampliação das políticas públicas ali existentes.

Destaca-se a possibilidade de que os resultados da pesquisa possibilitem renovar, alimentar e fornecer contribuições para ampliar a discussão e os debates acadêmicos/políticos por meio de uma abordagem que privilegie analisar concretamente a realidade da práxis de intervenção dos profissionais com campo da saúde mental no Paraguai e demais países do MERCOSUL no campo das políticas públicas no cotidiano das ações profissionais dos sujeitos políticos locais que ocupam *locus* privilegiado na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.



REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, C. **Antecedentes del Manicomio Nacional**. Universidade Nacional de Assunción. MIMEO, 1960.
- CEGLA, I; FRANCO, F. J. **Historia de la psiquiatria em el Paraguai**. Anales de la Facultad de Ciencias Médicas de la Universidade Nacional de Assuncion. Vol XVI; nr. 01-01. Assunción, 1984.
- DOMINGUES, J. **A implementação da política de saúde mental nas cidades gêmeas de Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, 2018.
- GIOVANELLA, L. et al. **Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23, Sup 2: S251-S266, 2007.
- HERNANDEZ, L. O.; MORENO, S. L.; BORGES,, G. . **Desigualdad socioeconómica y salud mental: revisión de la literatura latinoamericana**.In: Cad. Saúde Pública vol.23 no.6 Rio de Janeiro June 2007. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&HYPERLINK
"http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000600002pid=S0102-311X2007000600002 Acesso em set/2022
https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf Acesso em jan/2019
- KOHN, L. I., CALDAS A. JM, VICENTE B, A. L, CCARAVEO- A. JJ, SAXENA S, Saraceno B. **Los transtornos mentales em America Latina y El Caribe: asunto prioritário para La salud publica**. In Revista Panamericana Salud Publica. 2005. Disponível em <https://scielosp.org/article/rpsp/2005.v18n4-5/229-240/es/> Acesso em abr 2020
- MANZINI, E. J. **Entrevista Semi-Estruturada: Análise de Objetivos e Roteiros**. Departamento de Educação Especial do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Marília , SP, 2004, Disponível em
- MARAZINA, I. V. **A saúde mental pública na América Latina: estudo comparativo dos sistemas de saúde Mental Brasil e Argentina**. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Saúde Pública na Universidade de São Paulo – Faculdade de Saúde Pública, 2011. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis Acesso em fev 2019
- MATTAR, F. N. **Pesquisa: metodologia e planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1993. v. 1.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. 5. Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-ABRASCO, 1993
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE OMS/OPAS (1990) **Declaração de Caracas**. Conferência Regional para a Reestruturação da Atenção Psiquiátrica na América Latina no Contexto dos Sistemas Locais de Saúde (SILOS). 1990 nov 14; Caracas, Venezuela. Caracas: OMS/OPAS; 1990.
- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAUDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OPAS/OMS (2013) **Informe de la Evaluación de los Sistemas de Salud Mental**



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

en América Latina y el Caribe utilizando el Instrumento de Evaluación para Sistemas de Salud Mental de la Organización Mundial de la Salud (WHO-AIMS), 2013. Disponível em : <http://www.paho.org/per/images/stories/FtPage/2013/WHO-AIMS.pdf> Acesso em mar/2020.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAUDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OPAS/OMS (2020) .**Desinstitucionalização da Atenção Psiquiátrica na América Latina e Caribe.** Disponível em : <https://www.paho.org/en/node/76244> Acesso em mar/ 2022.

PARAGUAY. (2002). Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social. Dirección General de Programas de Salud. Dirección de Salud Mental. **Política Nacional de Salud Mental 2002-2006.** – Assunción, 2002.

PARAGUAY. (2011) Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social. Dirección de Salud Mental. **Política Nacional de Salud Mental 2011-2020.** – Assunción, 2011. Disponível em http://www.paho.org/par/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=pUBLICACIONES-CON-CONTRAPARTES&alias=333-politica-de-salud-mental&Itemid=253 Acesso em set/2022.

TONET, I. **A Questão dos fundamentos.** In: TONET, I. Educação, cidadania e emancipação humana, Ijuí: UNIJUI, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



**NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PERSPECTIVA PARA A
APOSENTADORIA: UM ESTUDO COM GRADUANDOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS**

Karla Cristina Valério Bacon¹ – UNESPAR
Kleber Pinto Barbosa² – UNESPAR
Vitoria do Nascimento Macedo³ – UNESPAR
Cleber Broietti⁴ – UNESPAR
Lucineia Chiarelli⁵ – UNESPAR

Nome do GT: 13-Políticas Públicas

RESUMO

Este estudo teve por objetivo verificar o nível do conhecimento financeiro e a preparação para a aposentadoria dos estudantes da área de Ciências Sociais Aplicadas. Para isto, realizou-se uma pesquisa com 150 universitários, sendo estes dos cursos de Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Contábeis, Gestão de Recursos Humanos, Gestão financeira, Secretariado Executivo Trilíngue e Serviço Social, o questionário foi enviado via e-mail, links de aulas online e compartilhamento via aplicativo de mensagens instantânea. Os dados foram analisados pelo método quantitativo para constatar a ocorrência de diferenças consideráveis dentre os cursos da área e conforme suas características sociodemográficas. O estudo revelou que o nível de educação financeira dos participantes foi de 6,4 em uma escala de 0 a 10, nesse sentido nota-se que ainda falta aprofundamento sobre conhecimento financeiro, quanto a preparação para a aposentadoria dos estudantes, percebeu-se que os participantes possuem interesse em se aposentar precocemente, porém a contribuição ou investimentos que estão dispostos a realizar ainda é inferior ao esperado. Considerando que a educação financeira na vida do indivíduo é essencial para boas decisões, inclusive para a aposentadoria, os resultados mostraram, em suma, que o planejamento e interesse para aposentadoria no estudante de graduação está muito baixo. Nesse sentido, a pesquisa procurou contribuir com os estudantes de graduação em despertar a importância de melhorar os conhecimentos financeiros visando o processo de aposentadoria no futuro.

Palavras-chave: Aposentadoria. Educação financeira. Planejamento. Estudantes. Ciências Sociais Aplicadas.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo verificar el nivel de conocimiento financiero y preparación para la jubilación de los estudiantes del área de Ciencias Sociales Aplicadas. Para ello se realizó una encuesta a 150 estudiantes universitarios, siendo estos de las carreras de Administración, Análisis y Desarrollo de Sistemas, Contabilidad, Gerencia de Recursos Humanos, Gerencia Financiera, Secretaría Ejecutiva Trilingüe y Trabajo Social, el cuestionario fue enviado vía correo electrónico .correo, enlaces de clases en línea y uso compartido a través de la aplicación de mensajería instantánea. Los datos fueron analizados por el método cuantitativo para verificar la ocurrencia de diferencias considerables entre los cursos del área y según sus características sociodemográficas. El estudio reveló que el nivel de educación financiera

¹ Graduada em Ciências Contábeis – e-mail: karlabacon@hotmail.com

² Graduado em Ciências Contábeis – e-mail: kleberb27628@gmail.com

³ Graduada em Ciências Contábeis – e-mail: vitorianascimento258@gmail.com

⁴ Doutor em Contabilidade – e-mail: cleber.broietti@unespar.edu.br

⁵ Doutora em Educação Políticas Pública – e-mail: lucineia.chiarelli@unespar.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de los participantes fue de 6.4 en una escala de 0 a 10, en este sentido se advierte que aún falta profundizar en los conocimientos financieros, en cuanto a la preparación para el retiro de los estudiantes, fue notó que los participantes están interesados en jubilarse anticipadamente, pero la contribución o las inversiones que están dispuestos a hacer aún son menores a las esperadas. Considerando que la educación financiera en la vida de un individuo es fundamental para tomar buenas decisiones, incluso para la jubilación, los resultados mostraron, en definitiva, que la planificación y el interés por la jubilación de los estudiantes de pregrado son muy bajos. En ese sentido, la investigación buscó contribuir con los estudiantes de graduación en el despertar de la importancia de mejorar los conocimientos financieros con vistas al proceso de jubilación en el futuro.

Palabras clave: Jubilación. Educación financiera. Planificación. Estudiantes. Ciencias Sociales Aplicadas.

1 INTRODUÇÃO

Grande parte dos brasileiros, no que se refere à educação financeira, não tem preparo para atingir soluções sobre como utilizar seus próprios recursos e se preparar para aposentaria, para Saviola, Saito e Santana (2007) isto deve-se a complexidade da organização monetária brasileira, aliada ao desprovimento dos investimentos das autoridades em educação financeira à sociedade.

Nesse sentido, a educação financeira, precisa ser incrementada nos bancos escolares do Brasil, na opinião de Freitas et al. (2012), a educação financeira contribui com as pessoas a tomar decisões melhores sobre seus investimentos. Temáticas relacionadas a finanças são extremamente importantes, contudo, a grade curricular dos cursos não dão uma atenção necessária sobre esse assunto, focando os estudos apenas em formações profissionais (FREITAS et al., 2012). O reflexo disso é a posição que o Brasil ocupa no ranking global divulgado pela Standard & Poor's que mede o nível de educação financeira de 144 países, o Brasil se encontra na 67ª posição (INSPER, 2017).

Outro assunto relacionado a gestão financeira pessoal é a preparação para a aposentadoria, nesse aspectos os jovens brasileiros mostraram-se despreparados e tranquilos, sem fazer nenhum planejamento financeiro (VASCONCELLOS, 2017). No entanto, a população deveria ser orientada para se planejar para a aposentadoria, além de conter programas sobre educação financeira que retorna a ideia sobre o planejamento financeiro pessoal (OCDE, 2005).

O Estado oferece a uma pessoa uma série de medidas de caráter social atribuída a algumas necessidades individuais, uma delas é a aposentadoria, que de acordo com a Organização



Internacional do Trabalho (OIT) esta deve oferecer recursos necessários para uma qualidade mínima de sobrevivência, que seja visto de uma maneira aceitável pela sociedade.

No Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) é o órgão público encarregado na gestão da aposentadoria e outros benefícios aos brasileiros. Entretanto sabe-se que devido a atual conjuntura econômica brasileira recomenda-se o cuidado rigoroso com a aposentadoria futura, além disso, de acordo com Facioni e Afonso (2020) existem poucos estudos que tratam da educação financeira ligadas a aposentadoria, nesse sentido, para contribuir com a literatura, este estudo apresenta o seguinte objetivo: analisar o nível de educação e planejamento financeiro para a aposentadoria dos estudantes da área de Ciências Sociais Aplicadas.

A pesquisa justifica-se, pois se faz necessário informar a sociedade a importância de um planejamento financeiro que possa contribuir com uma vida financeira mais estável, evitando assim o endividamento e colaborando para uma perspectiva melhor de aposentadoria. Além de expandir com a bibliografia sobre educação financeira e de aposentadoria, que de acordo com Facioni e Afonso (2020) ainda é muito insipiente.

Nesse sentido, a contribuição prática consiste em fornecer informações sobre o benefício da aposentadoria a sociedade (VASCONCELLOS, 2017). Assim espera-se que o trabalho possa despertar em toda a comunidade a consciência em pensar no futuro, especificamente na aposentadoria.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Financeira

A educação financeira é um movimento em que o indivíduo aprimora seus conhecimentos sobre os recursos financeiros, dessa forma a importância da educação financeira pode ser vista sob diversas perspectivas: sob a perspectiva de bem-estar pessoal, em que jovens e adultos podem tomar decisões que comprometerão seu futuro; sob a perspectiva do bem-estar da sociedade, que em casos extremos, pode culminar no sobrecarregamento dos sistemas públicos ou ocasionando políticas públicas de correção (MUHLHAUSEN; LUZ; MARÇAL, 2021).

Diante disso, a educação financeira pode ser um instrumento capaz de proporcionar às pessoas melhor bem-estar e melhor qualidade de vida (PERETTI, 2007, p. 18). Nessa perspectiva, o estudo realizado por Savoia, Saito e Santana (2007) discutiu a educação financeira no Brasil e constatou que a situação é preocupante, os autores recomendam que o tema seja inserido e



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

divulgado com urgência em diversos meios sociais. Esses autores acreditam que seja necessário intensificar esforços para acompanhar as iniciativas promovidas pelo setor privado, ao mesmo tempo o setor público precisa ter um papel fundamental na disseminação e consolidação da educação financeira.

O governo brasileiro lançou por meio do Decreto Federal n.7397/2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil (ENEF), que é um plano de larga escala que coordena ações e recomenda a integração entre os diferentes setores da sociedade (público e privado), com o objetivo de disseminar a cultura de educação financeira da população brasileira (SANTOS, 2017).

A Brasil, Bolsa, Balcão (B3) também incentiva ações de educação financeira por meio do Instituto Educacional, além da participação na ENEF, também promove algumas iniciativas como simuladores de investimentos, incentiva o consumo consciente e ensina conteúdos sobre educação financeira para que os jovens gerenciem seus próprios recursos, oferece planilhas orçamentárias, vídeos educacionais sobre finanças pessoais e investimentos (B3, 2022).

Apesar da iniciativa do Estado e também de outras entidades como a B3 para promover a educação financeira é necessário que o indivíduo se conscientize da necessidade de realizar aperfeiçoamentos da vida financeira, uma vez que o cidadão precisará desses conhecimentos por toda vida, inclusive para realizar planejamento para a aposentadoria (ANDRADE; LUCENA, 2018).

A mensuração da educação financeira pode ser realizada pelo nível de entendimento dos principais conceitos financeiros, bem como tomar decisões acertadas mediante conhecimentos de matemática financeira e de tipos e formas de investimentos (REMUND, 2010). Identificar o nível de educação financeira pode ser importante, pois quanto maior o nível dessa educação melhores serão as escolhas financeiras (LUSARDI; MITCHELL, 2007).

Para Lusardi e Mitchell (2007) apontam relação entre a educação financeira e o planejamento da aposentadoria, esses autores ainda apontam que o nível de conhecimento financeiro é maior conforme aumenta também a escolaridade e renda do indivíduo. Outras pesquisas também analisaram o nível de conhecimento financeiro, Lusardi (2009) identificou que piores resultados de nível de educação financeira foram para as mulheres, negros, hispânicos e pessoas com menor nível educacional. Heckman e Grable (2011) identificaram uma forte correção entre o nível de educação financeira e o nível de renda.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



2.2 Perspectiva para Aposentadoria

Ao mencionar a palavra aposentadoria, logo se pensa em todo o capital guardado para aproveitar as coisas boas, ter uma rotina saudável e de descanso. Contudo, quem irá se aposentar precisa ter cuidado em utilizar deste capital, gerenciando o seu projeto de vida, administrando suas perdas e reavaliando seus desejos e perspectivas em função das suas possibilidades (FRANÇA, 1999).

É importante ter um capital para casos de emergência, ou seja, uma segurança de estar protegido das circunstâncias da vida é a vontade de todos. A segurança financeira permite viver uma condição mais estável e tranquila, porém em muitos casos é inacessível para muitos cidadãos.

Segundo Zimbardo e Boyd (1999), evidências apontam que indivíduos que planejam o futuro são mais otimistas e dinâmicos na tomada de decisão e na realização de ações. Adquirir tais competências é importante para os indivíduos que planejam se aposentar, considerando a relevância de se prevenir-se para o amanhã, com clareza de objetivos, possibilitando a concretização desses projetos e uma aposentadoria bem-sucedida (STAWSKI; HERSHEY; JACOBS-LAWSON, 2007).

Segundo Wang et al. (2008), a adaptação à aposentadoria é um processo longitudinal no qual o nível de ajustamento a essa fase da vida pode mudar em função de alguns recursos que o indivíduo possui. Por consequência, esses recursos podem intensificar, decrescer ou permanecer inalterados ao longo dos anos. Na perspectiva desse modelo, as pessoas que possuem recursos valorizados por elas e que atendem suas necessidades terão menos dificuldade em se adaptar à aposentadoria. Em contrapartida, a diminuição de tais recursos provocará efeitos adversos sobre a adaptação à aposentadoria (WANG et al., 2008).

Para diversos idosos a aposentadoria apresenta-se como condição de desorganização e desajustamento, comprometendo para o indivíduo, uma preparação estimada a fim de enfrentar esse novo tempo com saúde e alegria, encontrando meios de recomeçar, fazer projetos, manter-se operando como sujeito do seu destino e agente na família e na sociedade. Por conseguinte, a aposentadoria não é semelhante à decadência, pobreza e doença, mas um tempo beneficiado para desempenhos livres dos descontentamentos da área trabalhista e particular (PANOZZO; MONTEIRO, 2013).

Segundo a pesquisa de Leite (2016) a questão é que não dá para aguardar o tempo



acontecer e deixar de começar a pensar e se programar para a aposentadoria. Da forma em que os jovens demoram a se planejar e começar a poupar a sua aposentadoria, se desencadeassem esses planos antes existiria mais porcentagem de seus rendimentos comprometidos em um fundo de aposentadoria. Um dos jovens brasileiros participantes da pesquisa Generation Lost expressou que os jovens da geração Y estão preocupados com o agora, e não com o amanhã. Essa falta de compromisso e negação do jovem brasileiro é um reflexo dessa cultura imediatista. A falta do pensamento e da preparação a longo prazo se estende a questão da previdência.

A aposentadoria é um tema tão contemporâneo quanto fundamental para ser discutido pelas pessoas. No momento atual, em que a Previdência Social está dificultando cada vez mais em ser aposentado, a participação da previdência privada está sendo mais relevante para garantir a segurança e rentabilidade na aposentadoria. Nesta circunstância, os cidadãos passam a vincular-se cada vez menos do Estado e criam um progresso de economizar, aplicar, e planejar a curto, médio e longo prazo sem precisar se preocupar com a Previdência Social (LEITE, 2016).

Atualmente, os temas sobre aposentadoria e educação financeira vem tendo um panorama maior, estes são assuntos muito atuais e importantes a serem tratados e esclarecidos com toda a população. Os cidadãos estão obtendo informações para a tomada de decisões claras e confiantes de planejamento previdenciário e financeiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para verificar o nível do conhecimento financeiro e a preparação para a aposentadoria dos estudantes da área de Ciências Sociais Aplicadas, foi realizado um estudo quantitativo, a coleta de dados ocorreu por meio de um questionário. O instrumento de coleta foi construído com base nas pesquisas de: Facioni e Afonso (2020); Costa e Miranda (2013); Santos (2017).

O questionário foi desenvolvido na ferramenta Google Formulários, aplicado foi enviado via e-mail, disponibilizados links durante as aulas online e compartilhamento via aplicativo de mensagens instantânea, para discentes e docentes de instituições públicas e privadas localizadas no estado do Paraná.

O questionamento apresentou 17 questões divididas em três seções, permitindo analisar os resultados por meio de cálculos matemáticos, que permitiu identificar e confrontar o nível de educação e planejamento financeiro dos estudantes da área de Ciências Sociais Aplicadas.

A primeira seção, do questionário, retrata o perfil do entrevistado por meio de cinco



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

questões referentes aos aspectos socioeconômicos e demográficos: gênero, idade, curso do ensino superior, região geográfica e remuneração, estas questões têm como propósito estabelecer o perfil da população.

A segunda seção, contém questões relacionadas a preparação e perspectiva referente a aposentadoria dos entrevistados, (expectativas quanto a idade e valor do benefício), com essas questões pode-se identificar os dados referentes aos conhecimentos e formas de aposentadoria desejada pelos indivíduos.

E por último, com a terceira seção, buscou-se entender a composição dos juros e a diversificação dos riscos, pois é necessário conhecimento financeiro para calcular o percentual de poupança na fase ativa (LUSARDI; MITCHELL, 2007), nesse sentido, essa seção do questionário foi composta por cinco perguntas contendo elementos próprios sobre educação financeira, como: inflação, taxa de juros e valor do dinheiro no tempo, conforme exposto no questionários de Facioni e Afonso (2020), Santos (2017) e Costa e Afonso (2013).

As respostas foram tabuladas em uma planilha eletrônica, foram realizados os cálculos para a estatística descritiva das variáveis sociodemográficas: curso, idade, gênero, cidade, raça, com o intuito de caracterizar e descrever as respostas dos participantes. Utilizou-se soma, média e gráficos para auxiliar na análise.

Na análise do nível de conhecimento financeiro foram analisadas cinco questões, para cada questão correta foi atribuído dois pontos, assim o score máximo para cada participante poderia ser 10 se acertasse todas as questões e 0 caso errasse todas, deste modo o nível de conhecimento financeiro foi conhecido pela soma das questões certas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa teve como objetivo verificar o nível do conhecimento financeiro e a preparação para a aposentadoria dos estudantes da área de Ciências Sociais Aplicadas. Para atender esse objetivo foi elaborado o questionário e encaminhado aos alunos de universidades públicas e privadas do Estado do Paraná, estimasse que o link foi disponibilizado para 1000 estudantes, porém responderam ao questionário 150 estudantes.

Na primeira parte do instrumento de coleta de dados as perguntas tinham como propósito identificar algumas características dos participantes, como: a idade, orientação sexual, nível de escolaridade, formação acadêmica, raça, etnia, renda e entre outros.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A Tabela 01 apresenta a quantidade de participantes divididos pelos respectivos cursos.

Tabela 01- Escolaridade dos participantes

Curso	Quantidade
Administração	4
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1
Ciências Contábeis	126
Gestão de Recursos Humanos	1
Gestão financeira	1
Secretariado Executivo Trilíngue	7
Serviço Social	10
Total Geral	150

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os graduandos de Ciências Contábeis representaram a maioria da amostra com 84%, seguidos de Serviço Social com 6,66%, Secretariado Trilíngue com 4,66%, Administração com 2,66% e os cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão Financeira e Gestão de Recursos Humanos ambos com 0,66% cada. Acredita-se que o motivo do curso de Ciências Contábeis ter apresentado o maior número de resposta, deve-se ao fato dos autores do trabalho ser deste curso, isso facilitou o contato com os estudantes e a cobrança pelo retorno das respostas.

A Tabela 02 apresenta a orientação sexual e média de idade dos entrevistados.

Tabela 02- Orientação sexual e média de idade

Orientação sexual	Quantidade de respostas	Média de idade
Feminino	86	24,95
LGBTQIA+	1	26,00
Masculino	63	23,57
Total Geral	150	24,38

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos participantes da pesquisa identificaram-se como feminino cerca de 57,33%, os participantes que se identificaram com o gênero masculino foram cerca de 42% e 0,67% dos entrevistados se identificam com gênero LGBTQIA+. O estudo de Broietti, Fraga, Broietti e Rover (2020) também apresentaram a maioria dos estudantes do gênero feminino, nesse estudo o percentual foi de 56,58%.

Na sequência do questionário foram realizadas perguntas aos participantes sobre a gestão



financeira particular. Em uma das questões perguntou se os participantes economizam parte de sua renda, 58% dos entrevistados afirmaram economizar algum percentual da renda, pensando em uma necessidade futura ou gastos imprevistos, já 42% alegaram não conseguir economizar nenhum valor sobre sua rentabilidade.

A Figura 01 aponta que os homens se preocupam mais em economizar parte de seu ganho já o resultado obtido com a coleta de dados no gênero feminino ficou equilibrado sendo que 44 mulheres responderam que não conseguem economizar e 42 responderam que conseguem economizar alguma porcentagem, e quanto ao gênero LGBTQIA+ a resposta obtida foi que a pessoa não economiza nenhum percentual de sua renda. Esse resultado ficou próximo ao estudo de Santos (2017) em que 67% do gênero masculino afirmaram já tem planos de aposentadoria enquanto apenas 40% das mulheres afirmaram planejar para a aposentadoria.

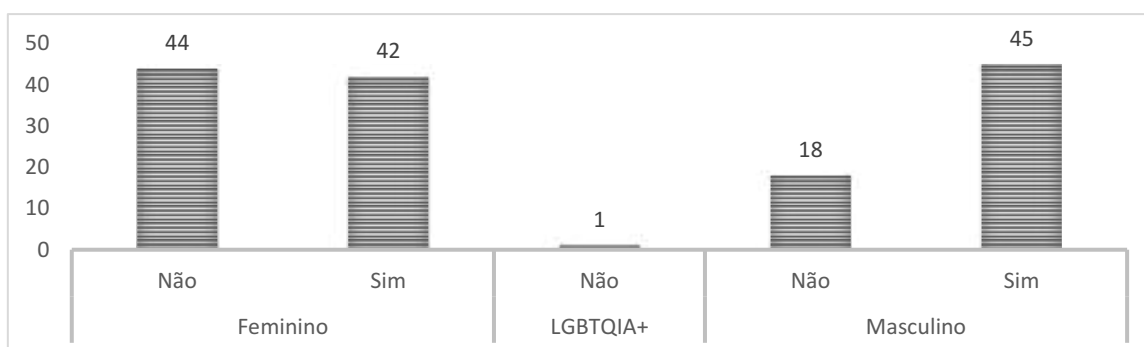


Figura 01- Gerenciamento de renda, percentual de economia por gênero

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ainda sobre as questões de gerenciamento de renda, perspectiva e preparação para a aposentadoria, perguntou-se se aos participantes sobre a possibilidade ou interesse em investir e/ ou contribuir em alguma forma de contribuição além do INSS; dos 150 entrevistas, 41,34% pretendem ou tem interesse em investir em outras fontes de renda, 37,33% responderam que talvez possam aplicar futuramente em outros tipos de investimentos e 21,33% alegaram não ter interesse em nenhum outro tipo de contribuição além do INSS.

Quando questionados sobre o tempo que estariam dispostos a contribuir para se aposentar futuramente, das 150 entrevistas, 44 (29,33%) não souberam informar, 36 (24%) estariam dispostos a contribuir por até 25 anos, 27 (18%) dispostos a contribuir por até 35 anos, 22 (14,66%) pretendem contribuir por até 15 anos e 21 (14%) estão dispostos a contribuir com 35 anos ou mais.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Ao analisar a questão sobre a idade em que o participante pretende usufruir das suas contribuições, as respostas foram: 16 dos participantes querem se aposentar até os 45 anos, 69 pretendem se aposentar dos 45 anos aos 55 anos, 55 esperam se aposentar dos 56 aos 65 anos e apenas 10 pretendem se aposentar após os 65 anos de idade. Dessas 16 pessoas que pretendem utilizar o dinheiro da aposentadoria mais cedo, ou seja, até os 45 anos apenas nove pessoas estão realizando algum tipo de investimento, nesse sentido, nota-se que uma parcela das pessoas querem usufruir das contribuições para aposentadoria, porém não apresentam planejamento para suas metas, outro exemplo dessa falta de planejamento pode ser evidenciado quando se relaciona as pessoas que pretendem se aposentar antes dos 65 anos, que são a grande maioria dos participantes (93%), para que isso se concretize é preciso que as pessoas tenham outras fontes investimento para a aposentadoria que não apenas o INSS, nesse sentido, apenas 40% dessas pessoas pretendem fazer outro tipo de investimento.

Na terceira seção do questionário foram disponibilizadas cinco questões para analisar o nível de conhecimento financeiro dos entrevistados dos cursos de Ciências Sociais Aplicadas, foram atribuídos os seguintes métodos para avaliação do conhecimento do entrevistado: Notas de peso 2 para cada questão, onde quem escolhesse a resposta mais apropriada para a questão teria 2 pontos, quem escolhesse as demais respostas receberia 0 pontos.

Na Tabela 3 é apresentado o percentual de acerto por questão de acordo com a resposta de todos os entrevistados e a pontuação média de acerto dos respondentes, sobre o nível da educação financeira.

Tabela 03- Percentual de acertos das questões do nível de educação financeira

Questões	Porcentagem de acertos	Pontuação Média
Questão 1	82%	1,64
Questão 2	54%	1,08
Questão 3	58,66%	1,18
Questão 4	68%	1,34
Questão 5	56,66%	1,14
Total		6,38

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A questão 1, que tinha relação com a inflação refletida no dinheiro do entrevistado após certo tempo, foi perguntado se após um ano com seu dinheiro em uma conta corrente o dinheiro



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

teria o mesmo valor em efeito de troca (compra e venda), dos 150 respondentes 123 disseram o seu dinheiro teria menos poder de compra, 6 responderam que poderiam comprar mais coisas em comparação a um ano, 7 responderam que poderiam comprar a mesma quantidade e 14 pessoas não souberam responder à questão.

A questão 2, era relacionada a taxa de juros, a pergunta realizada foi a seguinte: “Wilson tinha uma dívida pendente, se pagasse a vista, teria um desconto de 0,2% do valor da dívida, e se colocasse o dinheiro na poupança e pagasse a dívida parcelada, receberia um juros de 0,4% ao mês de rendimento da poupança, com essas informações foi questionado qual a melhor forma de pagamento desta dívida”, 81 pessoas responderam que preferiam colocar o dinheiro na poupança e pagar a dívida conforme o parcelamento previsto, 59 responderam que preferiam pagar a dívida a vista e 10 pessoas não souberam responder essa questão.

Na questão 3 foi apresentada as seguintes formas de investimento: Títulos da renda fixa e ações da bolsa de valores, foi questionado também qual dessas opções apresentaria a maior rentabilidade no longo prazo, 88 pessoas responderam que preferiam investir na bolsa de valores, 33 pessoas prefeririam investir em títulos da renda fixa e outras 29 não souberam responder.

Na questão 4, perguntou-se aos entrevistados, qual a forma de investimento que ele achava mais rentável, as respostas foram: 102 pessoas prefeririam investir em ações, 9 pessoas responderam que acham a poupança mais rentável, 34 pessoas investiriam em títulos públicos e CDB, fundo imobiliário, imóveis, criptomoedas e tesouro direto tiveram uma resposta cada.

E por fim na questão 5, foi questionado qual era o risco de o entrevistado perder seu dinheiro caso diversificasse seus investimentos e as respostas foram as seguintes: 85 pessoas responderam que o risco de perder dinheiro na diversificação diminuiria, 40 acham que o risco de perder dinheiro ia aumentar, 6 pessoas acham que o risco de perder dinheiro permanece inalterado e 19 pessoas não souberam responder.

De acordo com todos os cursos que foram entrevistados, os alunos de análise e desenvolvimento de sistemas e gestão financeira tiveram a melhor média de pontuação, porém tiveram apenas uma resposta cada, o curso de Ciências Contábeis foi o que teve mais respostas e a média foi de 6,62. A Tabela 4 apresenta o nível de conhecimento por curso.

Tabela 04- Média de nota por curso da área de Ciências Sociais Aplicadas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Cursos entrevistados	Média de pontuação por curso
Administração	6,50
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	8,00
Ciências Contábeis	6,62
Gestão de Recursos Humanos	6,00
Gestão financeira	8,00
Secretariado Executivo Trilíngue	5,14
Serviço Social	3,80

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nota-se que os cursos com mais conteúdos relacionados a finanças apresentaram as melhores médias, já os cursos como Serviço Social e Secretariado Executivo, cujas disciplinas não apresentam tanto foco em finanças apresentaram as menores médias.

Ao separar as respostas entre as pessoas que pretendem investir em outra forma de renda e as que não pretendem fazer outro tipo de investimento, foi constatado que quem investe ou pretende investir em outra forma de renda, atingiu uma média de 6,84 pontos, contra 6,0 pontos de média para quem não pensa em investir em outra forma de renda. O estudo de Santos (2017) apresentou um resultado do nível de conhecimento financeiro de 7,9. Já o estudo de Andrade e Lucena (2018) apresentaram o resultado do nível de educação financeira muito próximo ao curso de Ciências Contábeis com uma nota de 6,67.

Em suma o índice analisado de educação financeira neste estudo foi de 6,4 superior ao índice de 6,1 que foi obtido no estudo Facioni e Afonso (2010) e inferior ao índice de 6,7 obtido por Melo e Moreira (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou verificar o nível do conhecimento financeiro e a preparação para a aposentadoria dos estudantes da área de Ciências Sociais Aplicadas, para isso foi desenvolvido um questionário com 150 acadêmicos da referida área de universidades do estado do Paraná. O questionário utilizou questões sobre o nível de conhecimento financeiro e teve como base os questionários de Vasconcellos (2017) e Facioni e Afonso (2010).

O índice analisado de educação financeira neste estudo foi de 6,4, no entanto, é importante ressaltar que os alunos com menor idade apresentaram melhores resultados nos testes e essa



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

faixa etária coincide com os períodos atuais do avanço de informações e dados estatísticos das vantagens em investimentos diversificados.

Com base nos resultados do questionário aplicado, assume-se que ainda há muito espaço a ser desenvolvido pelo Estado e também pelas universidades, pois nota-se que os indicadores podem ser melhorados, no intuito de gerar impactos positivos para a vida dos indivíduos e conseqüentemente para a sociedade em geral.

A educação financeira é um dos alicerces para um equilíbrio na vida pessoal e profissional do indivíduo, trazendo para estes, conseqüências positivas como bem-estar, desenvolvimento social e crescimento para si mesmo e para aqueles que fazem parte da sua vida e cotidiano. Isso vai trazer ao indivíduo maturidade, aprender a lidar com o que possui e saber administrar seus bens.

Sobre a preparação para a aposentadoria percebeu-se que os participantes tem interesse em se aposentar mais cedo do que estipulado pelas normas do INSS, entretanto os estudantes ainda não se planejam em poupar recursos para a aposentadoria conforme seus interesses, isso ficou evidente quando 93% dos participantes afirmaram querer se aposentar antes do 65 anos, mas 60% desses entrevistados não pretendem fazer nenhum tipo de investimentos a longo prazo para atingir seus objetivos pessoais.

Como principal contribuição, esta pesquisa contribuiu com a literatura, pois abordou um tema pouco explorado de acordo com Faconi e Afonso (2020) essa temática ainda é insipiente e precisa ser aprofundada. A pesquisa contribuiu ainda ao chamar a atenção para a importância da temática sobre aposentadoria, desencadear reflexões, discussões, novos estudos e pesquisas que mostrem o protagonismo da educação financeira para a aposentadoria do indivíduo.

Pode-se apontar algumas limitações, como a dificuldade de aplicar os questionários, principalmente com relação ao baixo retorno das respostas, o que dificultou algumas comparações mais robustas. Outra limitação foi que o estudo ficou restrito a uma única área de conhecimento a de Ciências Sociais Aplicadas, assim, como sugestões para pesquisas futuras recomenda-se ampliar o público pesquisado a fim da melhor comparação entre as características dos grupos e entre outros cursos de graduação, inclusive que não contemplem disciplinas financeiras em sua grade curricular.

REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação Financeira: uma análise de grupos acadêmicos. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103-121, 2018.

B3. Educação. **Finanças Pessoais**, 2022 Disponível em: <https://edu.b3.com.br/hub/play/44939815/progresso>. Acesso em: 29, dezembro 2022.

BROIETTI, C. et al. Ensino em contabilidade: perfil dos alunos e motivos que os levaram a cursar ciências contábeis. **Competência**, v. 13, n.1, jul. 2020.

COSTA, M. C.; MIRANDA, C. J. (2013). Educação financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v.3, n.3, p.57-74, 2013.

FACIONI, S.; AFONSO, L. E. A relação entre educação financeira e aposentadoria: as decisões previdenciárias dos indivíduos são consistentes? **Congresso USP Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA-USP, 2020.

FRANÇA, L. **Preparação para a aposentadoria**: desafios a enfrentar. IN R.P Veras (ED). Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição, 1999.

FREITAS, R. S. et al. Capacidade funcional e fatores associados em idosos: estudo populacional. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, p. 933-939, 2012.

HECKMAN, S. J.; GRABLE, J. E. Testing the Role of Parental Debt Attitudes, Student Income, Dependency Status and Financial Knowledge have in Shapping Financial Self-Efficacy Among College Students. **College Student Journal**, v. 45, n. 1, p 51-64. 2011.

INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa. **Pesquisa global sobre educação financeira**: S&P final survey, 2017. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-financas/parcerias/educacao-financeira/>. Acesso em: 15, janeiro de 2023.

LEITE, S. M. R. **Educação financeira e planos de aposentadoria**: um estudo comparado sobre as perspectivas de alunos graduandos. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LUSARDI, A. The Importance of Financial Literacy. **NBER Reporter**, Issue 2, p. 13-16. 2009,

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial Literacy and Retirement Preparedness: Evidence and Implications for Financial Education, **Business Economics**, v.42, n. 1, p. 35-44, 10p. Jan. 2007.

MELO, J.M.; MOREIRA, C.S. Educação Financeira Pessoal: Um estudo com discentes de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade e Controladoria**. v.13, n.2, p.151-169, 2021.

MUHLHAUSEN, F.; LUZ, I. P.; MARÇAL, R. R. Educação Financeira: um estudo do perfil do comportamento financeiro de acadêmicos dos cursos de gestão. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 38-59, 2021.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). **OECD's Financial Education Project**, 2005.

PANOZZO, E. A. L.; MONTEIRO, J. K. **Aposentadoria e saúde mental**: uma revisão de literatura. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2013.

PERETTI, L. C. Educação financeira na escola e na família. **Impressul**. 2007.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

- REMUND, D. L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.
- SANTOS, D. C. **Educação financeira e planejamento financeiro para a aposentadoria: um estudo com alunos de pós-graduação**. 95 fls, 30cm, 2017.
- SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. 2-5, 2007.
- STAWSKI, R. S.; HERSHEY, D. A.; JACOBS-LAWSON, J. M. Objetivo Clareza e Atividades de Planejamento Financeiro como Determinantes das Contribuições de Poupança de Aposentadoria. **SAGE Journals**, 2007.
- VASCONCELLOS, D. G. S. **Educação financeira e preparo para a aposentadoria dos jovens universitários do Rio de Janeiro**, Curso de Administração, 41f. TCC, PUC, Rio de Janeiro, 2017.
- WANG, M. et al. Antecedents of bridge employment: A longitudinal investigation. **Journal of Applied Psychology**, v.4, p.818-830, 2008.
- ZIMBARDO, P. G.; BOYD, J. N. Putting time in perspective: A valid, reliable individual – differences metric. **Journal of personality and social psychology**, v.77, p.1271-1288, 1999.



**PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO PERIÓDICO CAPES
(2012 A 2021)**

Isabela Cristina dos Santos Porto¹ - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Ana Lucia Ferreira da Silva² - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Nome do GT: 13 – Políticas Públicas

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo a educação não formal. O estudo busca situar os aspectos históricos que a constituem, bem como discute pontos fundamentais que contemplam sua intencionalidade, estrutura e bases teóricas. Como objetivo se propõe analisar o que se caracteriza por educação não formal, estudo realizado acerca de investigação a partir de publicações de artigos presentes no banco de dados do Periódico Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no período de 2012 a 2021. Pauta-se em uma pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico. Pode-se perceber que em âmbito de pesquisa científica e acadêmica, a temática tem sido pouco discutida, carecendo, portanto, ser ampliada.

Palavras-chave: Educação não formal. Histórico. Atributos/características.

RESUMEN

Este artículo tiene como objeto de estudio la educación no formal. El estudio busca situar los aspectos históricos que lo constituyen, así como discutir puntos fundamentales que contemplan su intencionalidad, estructura y bases teóricas. El objetivo es analizar lo que se caracteriza por la educación no formal, un estudio realizado sobre la investigación a partir de publicaciones de artículos presentes en la base de datos de la Revista Capes - Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior en el período de 2012 a 2021. Se basa en una investigación cualitativa y bibliográfica. Se puede ver que en el contexto de la investigación científica y académica, el tema ha sido poco discutido, por lo que falta ser ampliado.

Palabras clave: Educación no formal. Histórico. Atributos/características.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (2022). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas Sociais e Direitos Humanos (UEL) e Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH/UEL). Desenvolve pesquisa na área de Políticas Educacionais nos temas Educação e Políticas, Educação Escolar, Educação Não Formal, e Fundamentos da Educação, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2839-8607> – e-mail: isabelaporto10@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq: Grupo de Pesquisas e Estudos em Educação, Políticas Sociais e Direitos Humanos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7602-2810>. E-mail: a.ferreira@uel.br.



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa³ tem como tema a educação não formal e objetiva por meio de uma revisão de literatura, analisar o que se caracteriza por educação não formal e identificar os principais aspectos pertinentes ao tema a partir de publicações de artigos presentes no banco de dados do Periódico Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

O estudo da temática central visa a compreensão acerca da educação não formal, a fim de identificar sua intencionalidade, características, estrutura, suas bases teóricas e práticas. Desse modo discorre-se neste artigo no sentido de delinear o histórico da educação não formal e seus atributos, bem como verificar aspectos relativos à intencionalidade educativa presente na mesma, compreender a sua finalidade, e sinalizar alguns dos espaços onde ocorrem as atividades da educação não formal, com vistas a citar ações e processos educativos que ocorrem além da educação escolar.

Vale ressaltar que é preciso trazer para o centro das discussões acadêmicas e de pesquisas científicas, aspectos que fazem menção a educação não formal, suas contribuições para os sujeitos que dela desfrutam, enfocando a educação não formal em direitos humanos, dando visibilidade a educação não formal, tendo como base para o trabalho nesse campo, as populações mais vulneráveis.

2 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: MARCO HISTÓRICO

Inicialmente para entendermos o processo histórico da educação não formal tem-se que considerar o conceito da terminologia não formal, as quais Bock e Bock (1985) salientam que o conceito da terminologia não formal ganha forças após a Segunda Guerra Mundial, com a criação de novas nações, começa-se a criar necessidades de surgimentos de novas visões sob as quais

³ Projeto intitulado: “A ampliação da jornada escolar nas pesquisas em educação desenvolvidas no período de 2007 a 2016: uma análise nos bancos de dados da Capes e da Anped – Fase II” e tem como objetivo analisar, a partir de levantamento e organização da produção das pesquisas desenvolvidas sobre a ampliação da jornada escolar em teses e dissertações que se encontram disponibilizadas no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior – Capes, bem como aquelas disponibilizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, pesquisas sobre a ampliação da jornada escolar, no período de 2007 a 2016.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

diferentes da educação formal, visa auxiliar e resolver os problemas de cunho econômico e social que assolava o mundo.

Por voltas dos anos de 1960 ocorre um fenômeno na educação não formal com o aparecimento da terminologia *non formal education*, sendo esta citada em uma conferência de apresentação e discussão de problemáticas advindas do contexto escolar “a International Conference on World Crisis in Education, em 1967, em Williamsburg, Virginia, nos Estados Unidos, evento patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em seu programa de educação” (FERNANDES; GARCIA, 2019, p. 501).

Fernandes e Garcia (2019, p. 501) salientam o aparecimento da terminologia e ressaltam que Coombs em sua obra intitulada *The world educational crisis*, ainda que um documento base apresentado em uma conferência no Instituto Internacional de Planejamento da UNESCO, menciona a “[...] necessidade de se desenvolverem meios educativos que não se restringissem somente aos escolares, ainda que estivessem, fortemente, vinculados à ideia do ensino-aprendizagem” assim abordando aspectos referentes a educação não formal.

Consoante a isso, em meio a este marco na história, Fernandes e Garcia (2019) salientam que o marco da educação não formal, são decorrentes da difusão da crise na educação e em sua tarefa de educar a todos, que de acordo com Peroni (2007) esta decorre da crise do capital imbricada diretamente com a Reforma do Estado, sob os discursos da ineficiência, estrutura sobrecarregada e burocratizações, as quais trazem consequências para a educação, modificando as formas de relações, sendo que, a Reforma do Estado configura-se com a ideia de Estado mínimo com bases de cunho neoliberal, acelerando processos que já vinha se instaurando e assim abandonando as políticas sociais, suas concepções e seus direitos sociais ,desse modo a:

[...] reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995, p. 12).

Sendo assim, o documento Brasil (1995, p.11) estabelece que “[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” rumo a uma falsa ideologia de que tudo o que é de cunho privado é melhor do que o público, desse



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

modo há a retirada das obrigações por parte do Estado e a transferência para o setor privado.

Logo Fernandes e Garcia (2019, p. 502) discorrem que pode-se perceber que, as ações ligadas ao campo da educação não formal são ações vantajosas economicamente e com apoio de agências de desenvolvimento tais como o “[...] Banco Mundial, a UNESCO e o UNICEF [...]”, e que ainda pode ser encontrada a terminologia educação não formal em documentos escritos em línguas inglesa, espanhola e francesa tais como:

[...] Tesouro de la educación, da UNESCO, de 1977; Terminología de la educación de adultos, da UNESCO, de 1979; Documentation et information pedagogiques, de 1979; International review of education, de 1982; e Enciclopedia internacional de la educación, de 1989 (PASTOR HOMS, 2001); perpassando os anos de 1970-1980, reconhecidamente, o prenúncio da implementação de políticas de viés neoliberal (FERNANDES; GARCIA, 2019, p. 502).

Para tanto, é possível perceber que a terminologia educação não formal quando observada por uma perspectiva histórica vem sendo refletida e discutida por diversos autores, em diferentes países em congressos e eventos na área da educação. Dito isso vale ressaltar a história ou antes, o histórico da educação não formal no contexto brasileiro, sendo que perante as ações educativas não formais tem-se que, estas já se instauravam antes mesmo de sua terminologia se fixar.

Segundo Radcliffe e Colletta, (1985) um dos marcos que corrobora para com a implicação no sentido do desenvolvimento da terminologia educação não formal foram os relatórios da UNESCO os quais tratavam sobre as experiencias educativas e por sua vez, nos anos de 1950, chamavam-nas de desenvolvimento comunitário, educação no campo e educação rural. Consoante a isso no período permeado pela ditadura militar, por volta dos anos 1970, eram-se denominados de educação de jovens e adultos, educação popular e seguiu definindo diferentes terminologias, ações e, todas elas, consideradas as especificidades daquele momento, podendo ser abarcadas pela terminologia educação não formal, passando esta a ter visibilidade, embora sem receber a atenção devida.

Vale ressaltar que por volta dos anos 1970 o Brasil passava, pelo fenômeno da crise da educação, mais especificamente crise da educação ou crise da escola, a qual devido as questões sociais e culturais, não estava dando conta de atender, conforme assinala Dellors (1999), as demandas as questões relacionadas a diminuição do analfabetismo, e as questões de cunho social.

No período dos anos de 1980 a 2000 surgem as experiências de educação em tempo



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

integral⁴ mantidas pelo Estado, institucionalizadas, destinadas as crianças de classes mais vulneráveis, as quais visavam suprir as necessidades dos sujeitos das classes economicamente desfavoráveis da sociedade, como as importantes experiências citadas por Fernandes e Garcia (2019, p. 502, grifos nossos):

[...] as **escolas-parque** (1950), na gestão de Anísio Teixeira; os **parques infantis**, na gestão de Mário de Andrade (1935); os **Centros Integrados de Educação Pública** (Ciep), na gestão de Darcy Ribeiro (1980); os **Centros de Atenção Integral à Criança** (Ciac), na gestão de Fernando Collor de Melo (1992); e os **Centros Educacionais Unificados** (CEU), na gestão de Marta Suplicy (2001).

Eboli (1971) discorre sobre as escolas-parque, experiência que compreende uma multiplicidade de práticas educativas que considera o educando e sua integralidade, subjetividade e personalidade conferindo a ele “[...] valores maiores da pessoa humana” (EBOLI, 1971, p. 05), sendo a escola-parque frequentada pelos educandos em seu segundo turno, assim corroborando para com a proposta de educação em tempo integral.

Segundo Eboli (1971) pode-se constatar que a escola-parque corresponde e trabalha questões que dizem respeito a educação não formal, sendo que, na escola-parque “Não há formalismo, não há rigidez na disciplina” (EBOLI, 1971, p. 35) e desse modo partilha de um “[...] sentido educativo, de formação da personalidade” e promove o desenvolvimento do educando em sua integralidade e a “[...] êle próprio, em tôda sua amplitude, razão e objetivo da vida humana” (EBOLI, 1971, p.41). Sendo estes alguns dos princípios da escola-parque e que, por sua vez a educação não formal também partilha no sentido da emancipação e formação humana, no que respeita a aspectos de não formalidade do processo educativo.

Para tanto, Fernandes e Garcia (2019) destacam as propostas ofertadas em cada gestão de governo no processo político brasileiro, sob os quais as propostas visavam uma educação de cunho voluntário, e que por ser em tempo integral ofertada no contraturno⁵ escolar e com a frequência

⁴ A educação em tempo integral se estabelece como uma jornada superior a sete horas diárias durante todo ano letivo, assim “[...] é também sinônimo de proteção. Se os mais jovens estão em constante interação com educadores comprometidos, na escola e fora dela, previnem-se muitas das violências de que são alvo, e realiza-se a intenção do Art.5o: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 2011, p. 42).

⁵ Sobre o contraturno, Giolo (2012, p. 94) salienta que o “contraturno” se refere a “[...] formação complementar na própria escola ou em outros espaços culturais, esportivos ou científicos (curso de língua estrangeira, aula de reforço, laboratório, informática, balé, equitação, tênis, música, dança, teatro, etc.)”



desta sendo obrigatória.

De acordo com Peroni (2007) com o advento da democratização no Brasil – 1980 – tem-se a forte crise econômica que corrobora com a política neoliberal no país, na qual há o desprendimento do Estado as questões ligadas ao que diz respeito às ações sociais, assim ocorre a transferência das ações que eram responsabilidade do Estado agora serem responsabilidades da sociedade civil organizada vinculando-se ao terceiro setor, assim estes atuando diretamente na promoção das políticas sociais com vistas a buscar alternativas para as questões educacionais e as vastas desigualdades presentes na sociedade brasileira da época e que vem se estabelecendo até os dias atuais.

Consoante a isso de acordo com Fernandes e Garcia (2019, p. 504) “Esse período é chamado de boom das organizações do terceiro setor, que passam a se responsabilizar pelo desenvolvimento de ações educativas, muitas delas acontecendo no campo da educação não formal”, sendo que a partir de 1990 com os meandros da política de cunho neoliberal, o poder público se desresponsabiliza pelas ações sociais e assim essas ações passam a ser atendidas e correspondentes ao campo da educação não formal, assim:

Percebe-se como o Estado brasileiro, em consonância com o projeto neoliberal, foi se desresponsabilizando de assumir para si a tarefa da educação das classes populares, tanto em ações e projetos no campo da educação formal (que se caracteriza pela ampliação do acesso, mas não de garantia da qualidade) como no campo da educação não formal, caracterizando-se pelo repasse de verbas ao terceiro setor por meio de programas, projetos e atendimento a editais (FERNANDES; GARCIA, 2019, p. 504).

Fernandes e Garcia (2019) salientam que o Estado brasileiro passa a ser parceiro das instituições sem fins lucrativos e das Organizações Não Governamentais (ONGs), repassando verbas para o terceiro setor, e, paulatinamente, vai transferindo ações e responsabilidades no atendimento as demandas das populações mais vulneráveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos de investigação utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo. A investigação realizada acerca da temática, educação não formal. Para

assim sendo este pode ocorrer tanto no âmbito escolar quanto nos ambientes de educação não formal.



a análise dos dados, optou-se pela abordagem qualitativa uma vez que, como destacam Ludke e André (1986) esta se constitui como importante caminho para a análise e compreensão de dados no campo da educação.

Quanto aos procedimentos, Gil (2002, p. 44) discorre que as pesquisas bibliográficas, “[...] são pesquisas desenvolvidas com base em material já elaborado, sistematizado, tais como livros, artigos científicos, pesquisas já elaboradas e publicadas” na qual auxilia o percurso da investigação por meio de fontes bibliográficas.

Também foi realizado o levantamento de dados no portal/plataforma Periódicos Capes onde foram encontrados trinta e oito (38) artigos científicos publicados no período delimitado. Para a análise dos dados elencou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011), para a autora, a análise de conteúdo se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter “[...] por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) e que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” e, quanto à sua finalidade “[...] a análise de conteúdo permite ao pesquisador tomar os dados organizados de forma sistemática e realizar descrições, as quais podem ser estabelecidas em categorias, como as categorias estabelecidas para este estudo, as quais serão adiante apresentadas” (BARDIN, 2011, p. 48).

4 APONTAMENTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Para melhor compreensão do objeto de estudo, destaca-se como importante iniciarmos nossa discussão conceituando o que estamos entendendo por educação não formal e para isso, apresentamos a contribuição de Afonso (1989, p. 78):

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decorrer da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Segundo Afonso (1989) pode-se perceber que a educação formal, informal e não formal tem suas características específicas que as diferenciam entre si referentes a suas estruturas, configurações e intencionalidades. Sendo que na educação formal tem-se um caráter sistematizado com currículo, diretrizes ou seja é estruturado frente a formalidades.

Já a educação informal é aquela que ocorre na comunidade, nos âmbitos familiares, sendo esta na qual discorre (GOHN, 2016, p. 60) “[...] os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, no bairro, no clube, durante o convívio com os amigos etc. –, carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados” para tanto esta caracteriza-se por ser não institucionalizada.

Em relação a educação não formal, conforme atesta Gohn (2016) esta não possui o caráter formativo dos processos escolares, esta não tem *curriculum* definido *a priori* no que se refere a aos conteúdos e/ou temas a serem trabalhados com os sujeitos “[...] designa um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades[...]” (GOHN, 2016, p. 60) entre outros, permeando as intencionalidades e potencialidades frente aos sujeitos.

Sobre o conceito de educação não formal buscamos em Gohn (2020, p. 12, *Grifos Nossos*):

[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. A educação não formal, não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado. O aprendizado gerado e compartilhado na educação não formal não é espontâneo porque os processos que o produzem têm intencionalidades e propostas. A educação não formal diz respeito à formação do ser humano em geral, é conquista, é direito social de todos(as).

Para tanto Gohn (2020) apresenta características importantes no que diz respeito a educação não formal, como sendo aquele que é construída principalmente no que respeita ao trabalho junto aos sujeitos, no sentido de desenvolver ações que contemplem a realidade e o contexto da população envolvida.

Gohn (2006) ainda ressalta que na educação não-formal “[...] os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (Gohn 2006, p. 29)” sendo que no território brasileiro os espaços educativos não formais surgiram da década de 1970 com os movimentos populares e a educação popular, sendo a educação não formal vivenciada em espaços agradáveis, na qual permita expandir e possibilitar ao grupo trocas de experiências em contato com diferentes realidades.

Desse modo de acordo com Garcia (2003, p. 126) “[...] o surgimento da educação não-formal não se dá com o objetivo de ocupar o espaço ou substituir o papel da educação formal (...), mas para dividir e partilhar os diferentes fazeres desse novo tempo” ou seja, a educação não formal contribui com a educação formal sem realizar os fazeres da mesma, e com um caráter e finalidades específicas.

A educação não formal ocorre paralelamente a educação formal, diferenciando-se assim o modo de trabalhar e assim contemplando e visando suprir as lacunas deixadas pela educação escolar sendo essa que ocorre fora da escola, porém esta não atua sozinha, sendo complementar à escola e como salienta Gohn (2016, p.61) “[...] é preciso olhar para as possibilidades da educação não formal até para resolver e potencializar a educação formal” rumo às possibilidades que a educação não formal tem a oferecer e a potencializar no sujeito que frequenta espaços e instituições de educação não formal com vistas ao desenvolvimento da integralidade do sujeito.

Consoante a isso pode-se pensar nas intencionalidades educativas presente na educação não formal sob as quais de acordo com Gohn, (2006, p.29) “[...] há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes”, assim pode-se destacar como uma intencionalidade educativas no que tange a educação não formal é o educar o indivíduo em sua integralidade para a cidadania e para que este seja autônomo e crítico perante a sociedade em que vive.

De acordo com Silva (2013, p. 200) “[...] a intencionalidade existente na educação não-formal acontece quando cria propostas que atua em questões educacionais e comportamentais, como mediadora pedagógica atuante” sendo que permeia o trabalho coletivo decorrente deste as aprendizagens coletivas também sob perspectivas de cidadania, tolerância, civilidade e respeito para com as relações e os vínculos que se cria.

A intencionalidade, como salienta Gohn (2006), frente a educação não formal tem-se a questão da mediação pedagógica que de certa forma esta correlacionada a potencialização de ensino não formal de qualidade. Ainda encontra-se estabelecido na educação não formal uma

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

intencionalidade rica na ação, nas relações estabelecidas entre o grupo, no ato de participar, de trocar saberes, e de interagir.

De acordo com Gohn (2006, p. 32) na qual se refere a intencionalidade tem-se que “[...] há intencionalidades nos processos e espaços da educação não-formal, há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente” e que estes de acordo com o contexto da comunidade há muito que ser explorado, e que permeiam uma metodologia específica de acordo com cada instituição de educação não formal no que tange a realidade local, as interações e a singularidade perante a educação não formal.

Assim pode-se perceber de acordo com Rennie e Stocklmayer (2003) que mediante a caracterização da educação não formal de não apenas depender de dados fins padronizados e estabelecidos, há de se pensar em uma maior diversidade e liberdade perante as intencionalidades que ocorrem no ato de aprender, aprender junto e o que aprender, e o como aprender.

Consoante a isso vale destacar que perante a intencionalidade tem-se as finalidades para com a educação não formal sendo esta, a que proporciona conhecimentos aos sujeitos sobre o mundo e as suas formas de relações na qual:

A educação não- formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo (GOHN, 2006, p. 02).

Ainda, Gohn (2006) salienta que a finalidade da educação não formal esta imbricada ao conhecimento de mundo e que este por sua vez parte dos interesses e das necessidades dos sujeitos e grupos que deles participam rumo a construção de relações sociais pautadas em princípios de cidadania, justiça social e igualdade rumo a promoção e proteção dos direitos e também da formação social, política, histórica e cultural do sujeito, com vistas a autonomia e criticidade perante o que lhe é apresentado.

Para tanto, pode-se destacar que a finalidade perante a educação não formal está ligada aos sujeitos e aos conhecimentos que estes desfrutam perante a mesma a qual tange a suas relações sociais, ainda que esta se faça de extrema importância para a formação cidadã dos sujeitos e estando ligada diretamente no que tange a emancipação⁶ humana resgatando os valores e os

⁶ Partimos do pressuposto de que “[...] emancipação se faz como um ato libertador do ser humano frente
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

aspectos culturais dos sujeitos no que tange questões pertinentes ao combate ao preconceito e a inclusão social.

Ressaltado a intencionalidade bem como a finalidade da educação não formal, se faz de extrema importância compreender onde se encontra as atividades da educação não formal, e para partirmos dessa perspectiva compartilha-se dos pressupostos de Libâneo (2002) na qual refere-se a educação não formal se encontra como sendo instituída por organizações políticas, culturais, científicas, profissionais e de entidades para determinados grupos sociais.

Consoante a isso, Libâneo (2002) ressalta que no campo educativo da educação não formal uma variedade de práticas educativas voltadas a prática social e permeados por intencionalidades pedagógicas de cunho social, político e cultural. Desse modo perante as atividades onde ocorrem a educação não formal tem-se uma gama de espaços diversificados tais como museus, clubes de ciências, zoológicos, jardins botânicos, planetários, movimentos sociais, instituições sociais a qual englobam as Organizações Não Governamentais (ONGs), os centros de Serviços de Convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV)⁷, as entidades sem fins lucrativos, e os Centros de Socioeducação (CENSE)⁸.

Assim, as atividades educativas que ocorrem nesses espaços são específicas a cada contexto e realidade dos sujeitos de direitos que se encontram nesses espaços, sob os quais de acordo com Dieste *et al.* (1988) as atividades educativas em um conjunto que abarca uma diversidade de sujeitos, ocorrem-se também em diversos espaços sociais com finalidades educativas únicas de cada espaço educativo bem como um próprio método de se trabalhar sendo assim um espaço rico em intencionalidades e gerador de experiências educativas significativas pautadas na cultura, diversidade, social e na participação.

às questões estabelecidas que se apresentam a ele, para que ele se coloque no mundo de forma diferente da que se encontra”. (PORTO, 2019, p. 1). E assim criando meios para que ele seja um agente protagonista de sua história.

⁷ O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) volta-se para ser realizado em grupos, com o viés de garantir aos membros do grupo aquisições valorosas e culturais, prevenindo as situações de riscos sociais aos quais estejam expostos. As intervenções são pensadas em um formato em que o indivíduo e o seu grupo sejam desafiados a fim de construir e reconstruir suas vivências, suas histórias e suas visões de mundo de forma grupal ou individual (BRASIL, 2016).

⁸ “Os Centros de Socioeducação são as unidades de atendimento do IASP que executam as medidas socioeducativas privativas de liberdade que integram a Rede de Atenção ao Adolescente em conflito com a Lei do Estado do Paraná. Estão articuladas entre si e com os demais equipamentos da rede, programas e regimes de atendimento, permitindo o funcionamento orgânico do sistema de justiça juvenil”. (PARANÁ, 2006, p. 31).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerou-se necessário olhar para os artigos publicados acerca da educação não formal visando evidenciar as implicações pertinentes nos estudos e pesquisa sobre o tema. As análises da pesquisa realizada a partir de publicações de artigos presentes no banco de dados do Periódico Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no período de 2012 a 2021 se desenvolveu tendo como descritor a terminologia “educação não formal”, seguida por busca refinada do ano de publicação dos artigos.

A pesquisa se elicerçou em três categorias contemplando os artigos pesquisados e agrupados nestas: a) Categoria I - Educação Não Formal os Contextos e as Características: sob as quais reuniu artigos que compartilham com as perspectiva históricas e os contextos que permeiam a educação não formal bem como os seus processos. b) Categoria II - Educação Não Formal e o Educador: nesta categoria foram elencados os artigos que dizem respeito ao educador, as práticas e intencionalidades da educação não formal. c) Categoria III - Inter-relações entre Ações Sócio-comunitárias, Formação de Professores, Escola e Educação Não Formal: o foco central não foi especificamente a educação ano formal, mas por artigos que perpassaram pela concepção e educação não formal no que tangem as açõess, formação de professores, ao espaço da escola como um fator que corrobora com práticas não formais.

Com os dados encontrados mediante o recorte de investigação realizado pode-se perceber que a educação não formal vem sendo discutida e praticada mesmo antes de sua própria nomenclatura ser fixada pelos teóricos, sendo denominada por diferentes nomes no decorrer da história.

No processo de análise dos artigos foi perceptível o cuidado em delimitar a educação não formal por parte dos autores, assim trazendo as concepções que se tem sobre educação formal, não formal e informal, além da caracterização de suas ações, estrutura, intencionalidade, dentre outras especificidades, dialogando com teóricos tais como Trilla (1996), Gohn (2006), Coombs (1976) entre outros teóricos em comum que permearam os artigos analisados.

Portanto, foi possível verificar que a discussão acerca da educação não formal encontra-se recente em meio as pesquisas acadêmicas e requer melhor atenção por parte dos pesquisadores. Verifica-se a necessidade da difusão de mais pesquisas visto que a temática e a área da educação não formal institui-se como um campo amplo de investigações e conhecimentos.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o que se caracteriza por educação não formal através da investigação realizada no banco de dados do Periódico Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior contemplando o período de 2012 a 2021. Sendo a educação não formal aquela que se realiza fora do ambiente escolar com praticas diferenciadas da escola, mas que esta – a educação não formal, – complementa a educação formal/escolar ainda que ela tenha objetivos próprios -, logo ela parte de ações acerca do contexto social para se voltar a questões que dizem respeito a autonomia e criticidade do sujeito.

Ficou perceptível com as pesquisas acerca dos artigos investigados no banco de dados do Periódico Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no período de 2012 a 2021, que a educação não formal mesmo tendo uma trajetória considerável ainda se constitui como um campo de descobertas, no qual há muito que se explorar em relação a questões que dizem respeito a suas ações educativas, intencionalidades, metodologias, perspectivas e até mesmo as relações que são estabelecidas em meio ao entendimento do que vem a ser educação não formal. Cabe ressaltar que ambas se complementam porém, cada uma tem objetivos e finalidade diferentes.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Sociologia da Educação não-escolar**: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: Esteves, J. e Stoer, S.R. (orgs). *A Sociologia na Escola: professores, educação e desenvolvimento*. Porto; Afrontamento, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-deconteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BOCK, John C.; BOCK, Christoph M. Nonformal education: policy in developing countries. In: HUSEN, Torsten; POSTLETHWAITE, Neville (Ed.). **The international encyclopedia of education: research and studies**. New York: Pergamon Press Ltd., 1985. v. 6. p. 3551-3556.

BRASIL. Caminhos para elaborar uma proposta de educação integral em jornada ampliada. **SEB/MEC, Brasília-Distrito Federal**, 2011. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/wp->



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

[content/uploads/2013/08/4_caminhos_elaborar_educacao_integral_cecipe_seb.pdf](#)>. Acesso em: 11 fev.2023.

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995.

BRASIL. **Caderno de Orientações**: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: MDS, 2016. Disponível em:< https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DELLORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**, 1999. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 12 mai. 2022.

DIESTE, C. Gomes; LATRE, C, Martinez; CALVO, P, Perruca.; MAORAD, P, Ros.; CALASELL, E, Velilla. Educación no Formale en el Museo. Demandas Culturales de la Sociedad. In **VI Jornada Nacionales DEAC – Museos**. Museo Nacional de Escultura. Valladolid. p.63-103, 1988.

EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação integral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me001840.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

FERNANDES, Renata Sieiro; GARCIA, Valéria Aroeira. Educação não formal no contexto brasileiro e internacional: tensões que perpassam a formulação conceitual. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 2, p. 498-517, 2019. Disponível em:< <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/7200>>. Acesso em: 20 out. 2021.

GARCIA, V. A. R. e MARANINO, M. Levantamento Preliminar dos Programas de Educação dos Zoológicos Brasileiros que Utilizam Material Biológico em suas Atividades. In: SELLES, Sandra E. et al. **Anais o II Encontro Regional de Ensino de Biologia – Regional**. 11 mar. 2022.

GIOLO, Jaime. **Educação de tempo integral**: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate. In: MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 94-105.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, capítulo 4. 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em> 20 jun. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020. Disponível em: <

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, v. 18, n. 39, p. 59-75, 2016. Disponível em: <
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3615>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020. Disponível em: <
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, p. 27-38, 2006. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social. 2006. Disponível em: <
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos: para que?**. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <
<https://idoc.pub/documents/livro-pedagogia-e-pedagogos-para-que-jose-carlos-libaneo-pdf-14309dzod94j>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

PARANÁ. **Gestão de Centro de Socioeducação**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2006. (Cadernos do IASP). Disponível em:
https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/GestCense.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. **Revista Simpe-RS**, p. 11-33, 2007.

PORTO. Isabela Cristina dos Santos. Educação Social para a Emancipação Humana e o Direito a Ser Educado. ISSN 1980-5969 VOL 47 n.2, p.1 - Anais do SINESUL – 2019. **Revista Eletrônica Múltiplo Saber**. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_64_1568059794.pdf. Acesso em 10 out. de 2021

RADCLIFFE, David J.; COLLETTA, Nat J. **Nonformal education**. In: HUSEN, Torsten; POSTLETHWAITE, Neville (Ed.). The international encyclopedia of education: research and studies. New York: Pergamon Press Ltd., 1985. p. 1837-1842.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

RENNIE, Léonie; STOCKLMAYER, Susan M. **The communication of science and technology**: past, present and future agendas. *International Journal of Science Education*, v. 25, n. 6, p. 759-773, 2003.

SILVA, Edison Pereira da et al. **A Sétima Arte no Brasil e a Educação: a importância do cinema como prática educativa e intervenção pedagógica no âmbito do Ensino Fundamental e Médio**. 2013. Tese de Doutorado. *Análise e Intervención Psicosocioeducativa (X01)*.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE
ESTADUAL DO AMAZONAS, NO PERÍODO DE 2010 A 2023.**

Alonço Azevedo Neto¹ - Universidade Federal do Amazonas
Rosana Ramos de Souza² - Universidade Federal do Amazonas

GT: Políticas Públicas

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de iniciação científica que tem como tema. Educação em Tempo no Amazonas. A princípio, apresenta-se os resultados do estado da arte das Políticas de Educação em tempo integral, no âmbito histórico e na legislação educacional. Discorre também dos números

de Centro Educacionais de Tempo Integral (CETI) e Escolas de Tempos de Integral (CETI) no Amazonas. O PNE (2014-2024) prevê o oferecimento de educação em tempo integral em 50% das escolas públicas. Entende-se que, com as discontinuidades, revogações e alterações nos programas educacionais no âmbito federal, pós-golpe de 2016 e durante o mandato de governo Bolsonaro, não houve expectativas de melhorias nas políticas públicas educacionais, da Educação Básica ao Ensino Superior. Nesse contexto, o projeto visa compreender como ocorreu a ampliação do número de Centro Educacionais de Tempo Integral (CETI) e Escolas de Tempos de Integral (CETI) no Amazonas no período de 2010 a 2023. E como objetivos específicos verificar quais os programas para ampliação da jornada escolar foram implementados pelo Governo Federal no período de vigência do Plano de Nacional de Educação (2014-2024), pontuar o aumento do número de Centro Educacionais de Tempo Integral (CETI) e Escolas de Tempos de Integral (CETI), no período de 2010 a 2023, na rede estadual do Amazonas e analisar como as discontinuidades dos programas de ampliação da jornada escolar influenciaram o alcance do PNE (2014-2024), Meta 06 que prevê o oferecimento de educação em tempo integral em 50% das escolas pública. A pesquisa do tipo qualitativa, com abordagem fenomenológicas, a coleta de dados ocorre a partir de entrevistas e análise documental. O estudo busca contribuir para os estudos sobre política pública educacional, no âmbito da ampliação da jornada escolar na Educação Básica, na rede estadual do Amazonas.

Palavras-chave: Políticas. Educação em tempo integral. Amazonas.

RESUMEN

El informe parcial tiene como objetivo exponer los estudios bibliográficos y levantamientos de datos sobre el número de Centros Educativos de Tiempo Completo (CETI) y Escuelas de Tiempo Completo (CETI) en Amazonas después de la aprobación del Plan Nacional de Educación (2014-2024). El PNE (2014-20024) prevé la provisión de educación a tiempo completo en el 50% de las escuelas públicas. Se entiende que, con las discontinuidades, revocaciones y cambios en los programas educativos a nivel federal, después del golpe de Estado de 2016 y durante el gobierno de Bolsonaro, no había expectativas de mejoras en las políticas públicas educativas, Básica y Superior. En ese contexto, el proyecto tiene como objetivo comprender cómo ocurrió el aumento en el número de Centros Educativos de Tiempo Completo (CETI) y Escuelas de Tiempo Completo (CETI) en Amazonas en el período de 2010 a 2023. Y

¹ Discente do Colegiado de Pedagogia, quarto período – e-mail: alonconeto94@gmail.com

² Docente do Colegiado de Pedagogia - Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 2019), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, 2015). Possui Especialização em Educação do Campo (UCAM, 2016), Especialização em Educação, Diversidade e Cidadania (FAEL, 2015), Especialização em Docência no Ensino Superior (Centro Barão de Mauá, 2012) Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA, 2012) - Centro de Estudos Superiores de Parintins. Atualmente é Professora Adjunta com Dedicção Exclusiva no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins/UFAM e vice-coordenadora do Curso de Pedagogia – e-mail: rosanasouza@ufam.edu.br



como objetivos específicos verificar qué programas para ampliación de la jornada escolar fueron implementadas por el Gobierno Federal durante la vigencia del Plan Nacional de Educación (2014-2024), para señalar el aumento en el número de Centros Educativos de Tiempo Completo (CETI) y Escuelas de Tiempo Completo (CETI), en el período de 2010 a 2023, en la red estatal de Amazonas y analizar cómo las discontinuidades de los programas de ampliación de la jornada escolar influyeron en el alcance del PNE (2014-2024), Meta 06, que prevé la provisión de -tiempo de educación en el 50% de las escuelas públicas. Investigación cualitativa, con enfoque fenomenológico, la recolección de datos se realizará a partir de entrevistas y análisis de documentos. El estudio busca contribuir a los estudios sobre políticas públicas educativas, en el ámbito de la ampliación de la jornada escolar en la Educación Básica, en la red estatal de Amazonas

Palabras clave: Políticas. Educación a tiempo completo. Amazonas

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ampliação da jornada escolar está prevista desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Art. 34, “a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 2017, p.24). Foi contemplada no PNE (2011-2021), no tópico sobre objetivos e metas para a Educação Infantil, nº18, “adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 6 anos”. (BRASIL, 2001, p. 21) e objetivos e metas para o Ensino Fundamental nº 21, “Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente” (BRASIL, 2001, p. 21). As metas também previam merenda escolar, apoio para as tarefas escolares, práticas de esportes e atividades artísticas. E como de atendimento as crianças e adolescentes das famílias mais vulnerável.

Nesse sentido foi implementado o Programa Mais Educação, conforme a Portaria Interministerial 17, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa Mais Educação e teve como objetivo fomentar a educação em tempo integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar. O referido Programa promoveu uma transformação quantitativa e qualitativa na ampliação da jornada escolar, alto números de escolas que aderiram ao Programa e notoriedade nas produções científicas sobre a Educação em Tempo Integral.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Desta forma, foi incluído como a Meta 6, no PNE (2014-2024) que visa “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos (as) da Educação Básica (BRASIL, 2015, p. 99). Todavia, após o Golpe de 2016, houve aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os gastos da educação e saúde por 20 anos, o presidente eleito Jair Bolsonaro que revogou e alterou diversos programas educacionais que buscavam aumentar o tempo e espaços das crianças na escola e nos anos de 2020 e 2021 a Pandemia da Covid-19, período em que o Ministério da Educação se manteve omissivo na implementação de programas e disponibilização de recursos para diminuir as desigualdades já presentes na Educação Básica.

Diante desse contexto a pesquisa apresenta como objetivo geral compreender como ocorreu a ampliação do número de Centros Educacionais de Tempo Integral (CETI) e Escolas de Tempos de Integral (CETI) no Amazonas no período de 2010 a 2023. E como objetivos específicos verificar quais os programas para ampliação da jornada escolar foram implementados pelo Governo Federal no período de vigência do Plano Nacional de Educação (2014-2024), pontuar o aumento do número de Centros Educacionais de Tempo Integral (CETI) e Escolas de Tempos de Integral (CETI), no período de 2010 a 2023, na rede estadual do Amazonas e analisar como as discontinuidades dos programas de ampliação da jornada escolar influenciaram o alcance do PNE (2014-2024), Meta 06 que prevê o oferecimento de educação em tempo integral em 50% das escolas públicas. Considerando, o percurso das Escolas de Tempo Integral desde Anísio Teixeira, nas últimas décadas esta retomada na legislação educacional e nos programas e ações, de acordo com Oliveira, as escolas de tempo integral estão em funcionamento no Amazonas desde 2002, sem uma regulamentação.

No Amazonas é possível identificar os Centros Educacionais de Tempo Integral, prédio construídos com estruturas para a organização de tempos, espaços e atividades em período integral e as Escolas de Tempo Integral, são as escolas adaptadas para a ampliação da jornada escolar. A pesquisa de cunho qualitativo, tem como método de análise a Fenomenologia, as coletas de dados ocorrerão via entrevistas com Coordenadores do Departamento de Programas e Ações da SEDUC/AM e análise de documentos do Ministério da Educação e SEDUC. Assim, busca aprofundar os estudos sobre as Políticas Públicas Educacionais com ênfase na Educação em Tempo Integral no Amazonas.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Marcos históricos e legais da educação em tempo integral

É importante destacar que a educação em tempo integral teve sua origem na antiguidade e se prolongou durante os séculos, porém sua implementação passou por processos legislativos que contribuíram para sua institucionalização. Dessa forma é fundamental retomar a história da educação de tempo integral para que se entenda sua importância e contribuição no processo educativo.

Neste tópico abordará sobre os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) e sua importância para o desenvolvimento da educação de tempo integral no Brasil, na qual essa educação estava totalmente destinada aos filhos da classe elitizada, e que através dessa desigualdade social a classe trabalhadora não tinha um direito de acesso ao ensino e ao seu processo de alfabetização. Diante disso, destaca-se a atuação de Anísio Teixeira no campo educacional com a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que surgiu através dos pressupostos do Movimento da Escola Nova de 1932, que tinha como objetivo “possibilitar aos alunos de classes populares oportunidades educacionais diversas e modernas, integrando-os na sociedade.” (Colares; Souza, p. 37). Anísio sempre lutou por uma educação para todos, sem exclusão, contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno, reconhecendo sua realidade socioeconômica diante das transformações vigentes do período industrial do país.

É também importante constatar, que o Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi implantado em Salvador (Bahia) na década de 50, e promovia experiências escolares diferenciadas, sendo elas: escolas classes e as escolas parques. As escolas classes destinavam-se as atividades escolares curriculares, enquanto as escolas parques funcionava no contraturno com as atividades extracurriculares, contribuindo para o desenvolvimento educativo cultural do aluno. Assim como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro também participava do movimento que objetivava a implantação de um ensino de tempo integral.

E é de suma importância compreender que, “esses autores defendiam uma educação em tempo integral, em que a escola, além de oferecer aos alunos das camadas populares os componentes educacionais para aquisição da leitura, escrita e cálculo, também disponibilizasse atividades artísticas, culturais e esportivas” (Colares e Souza, p.33). Darcy Ribeiro era contra uma educação apenas voltada a elite social, pois sua concepção se destinava a uma educação para todos, abrangendo o meio social, cultural e educacional do aluno.

Diante dessa concepção Darcy concebeu no governo de Leonel Brizola os CIEPS, na qual



foram construídos 500 Centros Integrados de Educação Popular em áreas estratégicas, ou seja, nas periferias do país, onde se encontrava o maior índice de analfabetismo. Segundo (COLARES e SOUZA, 2016), diante dessa necessidade de uma educação para todos inspirado nas experiências de Anísio Teixeira em Salvador, é importante ressaltar que os CIEPs foram construídos estrategicamente em áreas com alto índice de pobreza e marginalidade. Com o objetivo de oferecer, às crianças das classes populares, segurança, cuidados físicos e o desenvolvimento de atividades educativas, artísticas e culturais em só espaço, na qual atividades como estas não poderiam ser disponibilizadas para alunos na escola de turnos, pois seus pais não teriam condições financeiras para custeá-los.

Entende-se que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, foram grandes representantes e contribuintes para o desenvolvimento da educação de tempo integral, e afirma-se que: “ambos os idealizadores da educação em tempo integral no Brasil compreendiam a educação como um recurso indispensável para a transformação da sociedade e emancipação dos cidadãos das camadas populares.” (Colares e Souza, p.39). Dessa forma é essencial a concepção de que a educação é direito e dever de todos, contribuindo para a formação pessoal e profissional do aluno.

2.2 Marcos legais da Educação de Tempo Integral e Escola de tempo Integral.

Neste tópico será abordado o conceito de Educação e Escola de Tempo Integral diante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a princípios de educação vigente na Constituição Federal de 1988, e a criação e o objetivo do Plano Nacional De Educação (PNE) para educação de tempo integral. É de suma importância destacar os conceitos e acepções de Escola De Tempo Integral, Educação Integral, Educação Em tempo Integral. Para enfatizar esses conceitos, (MOLL, 2014) destaca que: a Educação de Tempo Integral refere-se a organização escolar em que o tempo de permanência dos estudantes, se amplia para além do turno escolar, na qual abrange as necessidades formativas nos campos cognitivos, estéticos, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, etc. E segundo (MOLL, 2014), percebe-se que a Educação Integral se expressa em diferentes significados na qual pode se assumir a partir de concepções educacionais, políticas, sociais, culturais.

Em geral a Educação Integral está associada à multidimensionalidade da formação de sujeitos, buscando o desenvolvimento integrado de todas as potencialidades, remetendo-se a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ideia de cidadania e de garantia de direitos. Já a Educação em Tempo Integral, tem sido utilizada no Brasil, para designar a jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, contribuindo com o desenvolvimento integral do aluno. É primordial enfatizar que a educação e escola de tempo integral vêm garantir com o desenvolvimento e aprendizagem do aluno no âmbito educacional, visando na sua formação integral e valorizando a diversidade cultural, social e econômica. Segundo (COSTA e COLARES, 2016), se torna um dos grandes desafios à compreensão do conceito de Educação Integral e Educação em Tempo Integral diante do que se propõe no Art. 29 da LDB n.9394/96, na qual apenas se enfatiza o desenvolvimento integral da criança, ou seja, propondo um conceito básico. E no Art. 39 destaca-se de forma simples um pouco sobre o ensino integral, onde afirma que “o ensino fundamental deve ser ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996). Dessa forma é notório que se tem pouco destaque em relação a educação integral, e assim é necessário buscar estudos bibliográficos para compreensão mais ampliada.

Para (MAURÍCIO, 2007), a concepção de educação integral com qual se partilha conhecimentos e aprendizagens, reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, ou seja, essa educação não se destina apenas ao tempo que o aluno irá passar na escola, e sim, na valorização de sua formação educacional, reconhecendo sua realidade social. A educação integral teve seu marco no Brasil através da implantação dos CIEPS (Centros Integrados de Educação Popular), decorrentes das experiências educativas e propostas educacionais realizadas por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que buscavam por políticas públicas e o desenvolvimento da formação educativa do aluno para além das disciplinas tradicionais curriculares, visando no desenvolvimento físico, moral, ético e intelectual. Seguindo essas propostas educacionais, é essencial destacar o que rege na Constituição Federal de 1988 para o âmbito da educação, na qual o Art. 205 vem propor de forma clara, objetiva e obrigatória que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, onde será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, p.123, 2016).

Diante do que propõe a Constituição Federal de 88, é de suma importância que a educação integral seja visibilizada e ofertada para todos, principalmente ao público que sofre com problemas socioeconômicos e que necessitam de uma educação de qualidade. E através dessa realidade surge a proposta de criação de um Plano Nacional de Educação.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Segundo (COSTA E COLLARES, 2016), afirma-se que a primeira tentativa de se criar um Plano Nacional para Educação no Brasil teve suas origens no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, na qual esse manifesto surgiu durante o governo de Getúlio Vargas com objetivo de oferecer diretrizes para uma política de educação. Diante desse processo, o objetivo do PNE (2001-2011) é de desenvolver e estabelecer uma educação de qualidade para todos. De acordo com (ADJARDI; WELTER; PIEROSAN, 2012), a proposta do Plano Nacional de Educação o período 2011-2020, já deveria ter sua vigência para o âmbito educacional, mas a sua primeira etapa foi destinada a discussões, debates e emendas envolvendo diferentes segmentos da sociedade, pois era necessário criar um plano educacional que organizasse a educação brasileira. O PNE 2011-2020 submeteu-se a ajustes para conseguir sua vigência e assim contribuir com metas essenciais estabelecidas para o desempenho da educação.

Como enfatiza (ADJARDI; WELTER; PIEROSAN, 2012), o PNE de 2011/2020, foi apresentado como projeto de Lei n. 8.036 de 2010, estruturado de 12 artigos e 20 metas, seguidas de estratégias específicas de concretização, na qual essas metas não representavam uma novidade para a educação brasileira, pois já apresentavam e correspondiam as definições previstas na Constituição Federal de 1988, na LDB de 1996 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

De acordo com a proposta do PNE 2011-2020, o Ministério da Educação (MEC) destacava que foram fixadas apenas vinte metas, na qual se tornava um número reduzido, comparado ao PNE 2001-2011, e que se fez necessário acompanhar das estratégias indispensáveis à sua concretização. A formulação de 20 metas multidimensionais, acompanhadas das respectivas estratégias de implementação, permitiu que a sociedade tivesse clareza das reivindicações a serem opostas ao Poder Público (MEC, p.01, 2018). Dentre as metas propostas, a que enfatiza a implantação e desenvolvimento da educação integral é a meta 06, que tem como objetivo: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica.” (OBSERVATÓRIO do PNE, 2020).

O PNE 2014-2024 aprovado pela Lei 13.005 teve como objetivo principal a criação de 20 metas essenciais para o desenvolvimento da educação no Brasil, dentre essas metas, a meta 06 vem enfatizar a obrigatoriedade e importância da educação de tempo integral na educação básica. Diante da aprovação pela Presidenta da República Dilma Rousseff e conforme é constatado no Art.1 da Lei 13.005, o PNE tem sua vigência por 10 anos a partir da data de sua



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

aprovação, e através de suas diretrizes implementadas, tem por finalidade guiar a educação brasileira.

Segundo dados do Observatório do PNE, são divididas duas metas, em que a primeira visa oferecer, no mínimo 50% das escolas públicas jornadas diárias de sete horas ou mais até 2024, relacionando esse desempenho ao PNE de 2014-2024. Porém, essa meta obteve apenas 29,5% do seu resultado em relação às ofertas de matrículas nas escolas públicas voltadas para a educação em tempo integral em 2020, mostrando um baixo índice em relação a meta ser alcançada. (OBSERVATÓRIO PNE, 2020). Em relação a meta 2, que visa garantir que, no mínimo 25% dos alunos da Educação Básica sejam atendidos em jornadas diárias de sete horas ou mais até 2024, obteve-se um resultado inferior de 12% das matrículas que eram destinadas a educação em tempo integral em 2020. (OBSERVATÓRIO do PNE, 2020).

O Ministério da Educação (MEC), destaca em sua nota técnica juntamente com a Secretária da Educação Básica, que em relação a baixa porcentagem percebida na Meta 06 do PNE, afirma que é válido que o baixo rendimento escolar é ocasionado pela situação de vulnerabilidade e risco social que são fatores que também contribuem para defasagem idade ano escolar e em última instância, para a reprovação e a evasão escolar. (MEC, 2018).

Diante disso, é essencial reconhecer a realidade social e o contexto de vulnerabilidade dos alunos, como destaca o MEC “não se trata aqui de criminalizar ou encarar a pobreza como algo patológico, mas de assumir que são necessárias soluções, políticas pedagógicas criativas e consequentes para o combate às desigualdades sociais e para a promoção da inclusão educacional.” (MEC, 2020). Entretanto essas desigualdades sociais também influenciam na permanência e aprendizagem dos alunos, e através dessa realidade o PNE visa contribuir com a igualdade social e qualidade ensino, porém diante dessa perspectiva é necessária a implantação de políticas públicas que proporcionem melhorias para a educação integral na educação básica.

Como afirma o MEC, é necessário a implementação de uma política de Educação Integral na Educação Básica, considerando a ampliação da jornada escolar aliada a constituição de territórios educativos e a perspectiva de expansão de oportunidades formativas, com contribuições intersetoriais e de organizações da sociedade civil na qual estão inseridas na melhoria das condições necessárias para garantir a qualidade da educação pública para as pessoas em situação de pobreza. (MEC, 2018). É fundamental destacar que a resposta governamental para a educação integral com jornada ampliada para sete horas diárias, expressou-se institucionalmente por meio de estratégias representadas pelo Programa Mais



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Educação, uma ação do Plano da Educação, PDE 2007, com o apoio financeiro do Programa Dinheiro Direto na Escola/FNDE a partir de 2008. (MEC, 2018).

Esse programa buscava trabalhar o desenvolvimento integral e cultural social do aluno, expandido o ensino através do contraturno com atividades complementares e culturais. Segundo (COSTA; COLLARES, 2016), o Programa Mais Educação era proposto para criar condições para a ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escolas públicas, mediante a oferta de Educação Básica em Tempo Integral. Portanto é necessário ressaltar o contexto das implantações e implementações de programas e projetos que visam contribuir com o desenvolvimento da educação de tempo integral e sua importância no âmbito social e educacional.

Nestes tópicos foi abordado os marcos históricos e marcos legais da Educação em Tempo Integral, onde foi efetuado a pesquisa bibliografia, orientação, leitura de livros, teses e artigos científicos, como embasamento para o desenvolvimento destes tópicos. O projeto seguirá em processo de desenvolvimento como: coleta de dados, entrevistas, a pesquisa qualitativa para desenvolver um entendimento profundo do tema abordado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na pesquisa qualitativa de acordo com Moreira (2002, p. 51), “as pessoas podem ajudar os pesquisadores a entender sua situação, compartilhando, de modos diversos, aspectos de seus mundos com esses pesquisadores”. Utilizara-se como método de abordagem a fenomenologia. O aprofundamento das temáticas da pesquisa se pautará por levantamentos, fichamentos e estudos de livros, teses, dissertações e artigos. A coleta de dados ocorrerá via entrevista semiestruturada e análise documental, de documentos disponíveis no site do Ministério da Educação e da SEDUC/AM. Ocorrerá entrevistas com Coordenador do Departamento de Programas e Ações da SEDUC/AM, a entrevista semiestruturada, conforme Moreira (2002, p. 55), “o entrevistador pergunta algumas questões em uma ordem predeterminada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado”. Dessa forma, abre espaços para outras questões que surgirem ao longo da entrevista.

4 DESENVOLVIMENTO

O presente artigo aborda sobre a compreensão de como ocorreu à ampliação dos Centros Educacionais e Escolas de Tempo Integral no Amazonas desde o período de 2010 a 2023 destacando primeiramente a parte teórica do resultado de iniciação científica relacionado às



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

políticas públicas de Educação em Tempo Integral na Rede Estadual do Amazonas durante esse período de ampliação, diante das descontinuidades, revogações e alterações que ocorreram em programas educacionais no âmbito federal após o golpe de 2016.

Destaca-se primeiramente sobre os marcos históricos e legais da Educação em tempo Integral abordando através de pesquisas bibliográficas sobre a origem e a criação de Centros Educacionais de Tempo Integral e Escolas De Tempo Integral, discorrendo sobre a importância da ampliação da jornada escolar destinada pelo PNE (2014-2024) e a análise do aumento ou diminuição da mesma, diante do que propõe a meta 06 do PNE em relação ao oferecimento de 50% da educação de tem integral em escolas públicas. Através de teses, artigos científicos e livros, ocorreu o desenvolvimento teórico do projeto na qual visa abordar teóricos que contribuíram e que buscam pela implementação e importância de políticas públicas destinadas a valorização da Educação e Escolas de Tempo Integral como ferramenta essencial para o processo de ensino e aprendizagem.

Para uma compreensão mais abrangente em relação ao número de Centros Educacionais de Tempo Integral e Escolas Estaduais de Tempo Integral da rede Estadual do Estado do Amazonas, ocorreu a coleta de dados para especificar o nome das escolas, a localização, o número de matrículas e seus códigos do INEP, pontuando o aumento dos CETIs e ETIs no período de 2021 na capital e interior do Amazonas, através de dados do Censo Escolar 2021. O projeto de iniciação científica seguirá em processo de desenvolvimento utilizando-se da pesquisa qualitativa através de entrevistas com o Coordenador do Departamento de Programas e Ações da SEDUC/AM, e entrevistas semiestruturadas para a ampliação e complemento científico do projeto.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Amazonas a Educação de Tempo Integral se tornou essencial para o desempenho do ensino e aprendizagem dos jovens, buscando a melhoria para uma educação de qualidade e para todos. Dessa forma a implementação de instituições de tempo integral como ETIs e CETIs contribuíram para o desenvolvimento da educação de tempo integral no estado do Amazonas, frisando principalmente seu direcionamento ao público da periferia recorrente de condições sociais instáveis para o seu desenvolvimento no âmbito educacional. Porém, as ETIs e os CETIs não se limitaram apenas em atender esse público, e sim focar na inclusão social, racial,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

étnica, valorizando a diversidade cultural, oferecendo uma integral aos alunos, inserindo no currículo pedagógico atividades culturais complementares.

De acordo com os dados do Anuário da Educação Básica de 2021, a Educação Integral depois de um período de crescimento na última década, apresentou um decréscimo desde 2016, na qual passou de 44,6%, em 2015, para 29,5%, muito abaixo da meta estabelecida pelo PNE (Plano Nacional de Educação). O Anuário da Educação Básica também destaca que a maior queda nas ofertas de matrículas ocorreu no Ensino Fundamental, que passou de 2,4 milhões para 1,8 milhões, de 2019 a 2020, e no Ensino Médio nos últimos 10 anos a oferta de matrículas em tempo integral obteve um crescimento de 11 pontos percentuais, passando por 2,8% em 2011, para 13% em 2020. Entre 2019 e 2020, obteve o crescimento de 2,1 pontos percentuais representando um acréscimo de 151,8 mil matrículas.

De acordo com o Anuário da Educação Básica é perceptível que a Região Norte ainda se mantém abaixo de outras regiões do Brasil em relação às matrículas de tempo integral em escolas públicas da Educação Básica de 2020, e o Amazonas destaca seu crescimento de matrículas no Ensino Fundamental – Anos Finais com a porcentagem de 6,6% no total de 18.641 matrículas, e Ensino Médio com a porcentagem de 11.1% com 22.056 matrículas.

Para uma análise das distribuições quantitativa de Escolas Estaduais de Tempo Integral (EETIs), e Centros Educacionais de Tempo Integral (CETIs), institucionalizados no Amazonas e o número de matrículas vigentes nas EETIs/CETIs, o quadro de dados a seguir específica de forma coerente o número de escolas e matrículas dessa região. No quadro 1 apresenta os dados correspondentes ao número de Escolas Estaduais de Tempo Integral da capital do Amazonas, o nome da escola, a localização, o número de matrículas de cada instituição e seu código INEP. No quadro 2 apresenta os dados das Escolas Estaduais de Tempo Integral localizadas no interior do Amazonas, o nome da escola, a localização, o número de matrículas e o código INEP.

Quadro 1 – Escolas Estaduais de Tempo Integral da capital do Amazonas

EETIS - Capital				
Nº	Escola	Endereço	Número de Matrículas	Código INEP



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

1	E.E.T.I Gilberto Mestrinho De Medeiros Raposo	Rua Leopoldo Peres, S/N- Educandos	943	13098497
2	E.E.T.I Engº Prof. Sergio Alfredo Pessoa Figueiredo	Rua Uirapuru S/N- Cidade de Deus	959	13099884
3	E.E.T.I Elisa Bessa Freire	Rua Itaúba, S/N- Jorge Teixeira	899	13096575
4	E.E.T.I. Profª Cinthia Régia Gomes do Livramento	Rua da Raquete, S/N-São José Operário	896	13096591
5	E.E.T.I Marcantonio Vilaça II	Av. Max Teixeira, S/N-Cidade Nova	2169	13304224
6	E.E.T.I. Dra. Zilda Arns Neumann	Rua Sta Marta, S/N. Comunidade Jesus ME-Colônia Terra Nova	950	13304267
7	E.E.T.I. João dos Santos Braga	Rua Coração, S/N- Nova Cidade	947	13313215
8	E.E.T.I. Rafael Henrique Pinheiro dos Santos	Rua Santa Marta S/N-Col. Terra Nova	408	13258214

Fonte: QEdu, adaptado pelo autor, 2023.

Quadro 2 – Escolas Estaduais de Tempo Integral do interior do Amazonas

EETIS - Cetus Interior				
Nº	Escola	Endereço	Número de Matrículas	Código INEP
1	E.E.T.I - José Holanda Cavalcante (CETI)	Travessa Jose Muniz de Castro, S/N-Bairro Vitoria Regia. Borba - AM	341	13104381
2	E.E.T.I - Professor Pedro Alves da Silva (CETI)	Rua Julia Teixeira de Melo, S/N- Nossa Senhora de Fatima. Carauari - AM	565	13102281
3	E.E.T.I - Mª Isabel Ferreira Xavier Desterro e Silva (CETI)	Rodovia Carlos Braga KM 01, S/N Zona Rural. Iranduba - AM	894	13101030



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

4	E.E.T.I- Deputado Gláucio Gonçalves (CETI)	Rua Fausto Bulcão, 1286-São Vicente de Paula. Parintins - AM	840	13043897
5	E.E.T.I - Pedro Fukuyei Yamaguchi Ferreira (CETI)	Rodovia BR 307 km 3, S/N Cachoeirinha. São Gabriel da Cachoeira - AM	478	13103466

Fonte: QEdu, adaptado pelo autor, 2023.

Conforme já pontuado no Anuário da Educação Básica o número de matrículas de alunos nas escolas de tempo integral no Amazonas, ainda é baixo quando comparado com outros estados do Brasil. Verifica-se nos Quadros 01 e 02 que o maior número de ETIs e CETIs se concentra na Capital do Estado.

Dos 62 municípios do Amazonas apenas cinco dispõe de CETIs que são escolas construídas com uma estrutura padrão para atendimento dos alunos no horário integral. Os quadros destacam somente as EETIs e CETIs que estão vigentes no Censo Escolar de 2021, abordando de maneira ampla as suas implantações institucionais no Amazonas e seu desempenho no número de matrículas e educacional através do código do INEP, contribuindo para a essencial compreensão e aprimoramento da jornada educacional de tempo integral no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o presente estudo teve como objetivo central expor os estudos bibliográficos e levantamentos de dados sobre a ampliação de Centros Educacionais de Tempo Integral (CETIS) e Escolas de Tempo Integral (ETIS) no Amazonas em decorrência da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), na qual enfatiza sobre a oferta da Educação Em Tempo Integral a 50% das escolas públicas destinando-se a crianças, jovens e adultos para o desenvolvimento integral no âmbito educacional, seguindo o que está proposto na Meta 06 do observatório do PNE (2014). Dessa forma, o projeto vem destacar de forma coerente e específica os objetivos na verificação da implementação de programas que contribuiriam para a ampliação da jornada escolar pelo Governo Federal no período de vigência do Plano Nacional de Educação, e como as descontinuidades desses programas influenciaram no alcance do PNE (2014-2024), frisando também a importância de políticas públicas que contribuem para a disponibilização de recursos que impossibilitem a desigualdade social vigente na rede pública de ensino. Através da pesquisa bibliográfica obtiveram-se os resultados dos números de Escolas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de Tempo Integral e Centros Educacionais de Tempo Integral no Estado do Amazonas, e a identificação de cada escola e centro construído na capital e no interior do Amazonas de acordo os dados do Censo Escolar 2021, assim como o desempenho no número de matrículas dessas instituições de ensino. Diante disso o projeto descata o número de ETIS e CETIS na capital e interior do Amazonas sendo demonstrada de forma abrangente no quadro de dados da pesquisa e tendo como finalidade a inclusão de todas as instituições de ensino que propõe a educação de tempo integral na região, mostrando através da coleta de dados e de forma coerente à ampliação da jornada da educação de tempo integral e a importância da implantação destas instituições presentes no Amazonas, ressaltando dessa forma a importância do aprimoramento educacional da jornada escolar, ou seja, a valorização e contribuição da educação de tempo integral e a implantação de políticas públicas que contribuem no desenvolvimento da aprendizagem, no cognitivo, afetivo e social de crianças, jovens e adultos inseridos nesse âmbito educacional. Porém, a pesquisa ainda segue em desenvolvimento, para uma abordagem qualitativa na coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas e com Coordenadores do Departamento de Programas e Ações da SEDUC/AM, seguindo o método de análise a Fenomenologia, para a ampliação dos resultados sobre a implantação de novos CETIS e ETIS no Estado do Amazonas e as políticas públicas de Educação em Tempo Integral na Rede Estadual do Amazonas, no período de 2010 a 2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.404 p.: il. BRASIL . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF: Senado Federal,2017 Disponível em:https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1d.pdf. Acesso: 22 de abr. de 2022.

CAVALIERE, A. M. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007. [Número especial – Educação escolar: os desafios da qualidade].

COELHO, L. M.; MENEZES, J. **Tempo integral no ensino fundamental: ordenamento constitucional-legal em discussão**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30, 2007, Caxambu.

Anais..., 2007. SANTOS, T. L. S; SANTOS, F. R. A análise da legislação educacional relacionada à ampliação do tempo escolar em Brasil e Portugal. In: ENDIPE – ENCONTRO



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, XVII, 2014, Fortaleza, CE. Disponível em: < http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/creditos_livro03.pdf >.

OLIVEIRA, Angela Maria Gonçalves; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; FRANCO, Zilda Glauca Elias. **Políticas e Gestão Educacional no Estado do Amazonas**. [Livro Eletrônico]. Brasília: ANPAE, 2021. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10Livros/PolíticasGestaoAmazonas170721.pdf>. Acesso: 22 de abr. 2022.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

COSTA, Sinara Almeida da; COLARES, Maria Lília I. S. (Orgs). Educação Integral: **Concepções e práticas a luz dos condicionantes singulares e universais**. Curitiba: CVR, 2016.

MOLL, Jaqueline. **Escola de Tempo Integral**. Disponível em: http://www.gestrado.org.br/pg=dicionario_verbete&id=408. Acesso em: 14 jan. 2023.

MAURÍCIO, L. V. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n.80, p. 15-31, abr. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/>. Acesso em: 19 de jan. 2023.

AGLIARDI, Antonio Delcio, et al. **O Novo Plano Decenal De Educação e as Políticas Educacionais de Estado: Velhas Metas Novos Desafios**. IX APEND SUL, 2012.

MEC. O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias. Disponível em: http://www.fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Educação Integral. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/met/educacao-integral>. Acesso: 20 de jan. 2023.

Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2021. São Paulo: **Moderna**, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

QEdU. Censo Escolar, 2021. Disponível em: <https://qedu.org.br>. Acesso em: 01 fev. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Juliano Dias¹ – Pós-graduando em gestão pública de Ambientes Promotores de Inovação da
UNESPAR, Campo Mourão

Tchaykovsky Vilela Santos² – Acadêmico de Letras e estagiário do Hotel Tecnológico da UNESPAR,
Campo Mourão

Camilly Coelho Alexandre³ – Acadêmica de Economia e estagiária do Hotel Tecnológico da
UNESPAR, Campo Mourão

Anderson Rodrigues da Silva⁴ – Acadêmico de Geografia e estagiário da Agitec da UNESPAR, Campo
Mourão

Nome do GT: Políticas Públicas

RESUMO

As políticas públicas referentes ao fomento à inovação têm sido a busca de vários governos para que suas economias possam atingir uma escalabilidade maior, sobretudo na agregação de produtos, dessa maneira essas políticas quando bem estruturadas se tornam fatores cruciais para o aumento de competitividades setoriais de um país. Nos estudos realizados por Galvão (2018) ao qual demonstrou que enquanto países como Coreia do Sul e a China especificamente em 1980 possuíam uma pauta exportadora parecida com a do Brasil, se transformaram com as políticas de investimento em P&D inovando seus manufaturados, em 2014, por exemplo, a China já exportava U\$2,34 trilhões de dólares enquanto o Brasil U\$ 225 bilhões. Diante desse cenário, esse estudo justifica-se pela abordagem ao tema de Políticas Públicas de Inovação, com o objetivo de identificar no contexto histórico as ações implantadas para sua estruturação, bem como referenciar o ambiente de inovação dentro de uma instituição universitária como o caso da Unespar Campus de Campo Mourão-Pr contando com um centro de inovação. Como metodologia empregada utilizou-se da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa que conforme Gil (2008), se desenvolve com base em material já elaborado, constituindo principalmente por livros e artigos científicos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Inovação. Investimento.

RESUMEN

Las políticas públicas relacionadas con la promoción de la innovación han sido la búsqueda de varios gobiernos para que sus economías puedan lograr una mayor escalabilidad, especialmente en la agregación de productos, por lo que estas políticas cuando están bien estructuradas se convierten en factores cruciales para el aumento de la competitividad sectorial de un país. En los estudios realizados por Galvão (2018), que mostraron que mientras países como Corea del Sur y China, que en 1980 tenían una agenda exportadora similar a la de Brasil, se transformaron con políticas de inversión en I&D para innovar sus manufacturas, en 2014, por ejemplo, China ya exportaba 2,34 billones de dólares, mientras que Brasil exportaba 225 mil millones de dólares. Ante este escenario, este estudio se justifica por el abordaje de la temática de Políticas Públicas de Innovación, con el fin de identificar en el contexto histórico

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

las acciones implementadas para su estructuración, así como referenciar el ambiente de innovación dentro de una institución universitaria como el caso del Campus Unespar de Campo Mourão-Pr que posee un centro de innovación. Como metodología empleada se utilizó la investigación bibliográfica con abordaje cualitativo que según Gil (2008) se desarrolla a partir de material ya elaborado, constituido principalmente por libros y artículos científicos.

Palabras clave: Políticas públicas. Innovación. Inversión.

1 – Pós-graduando em gestão pública de Ambientes Promotores de Inovação – email:

julianodias91@outlook.com

2 – Acadêmico de Letras – Português/Inglês – e-mail: t.vilelasantos@gmail.com

3 – Acadêmica de Ciências Econômicas – e-mail:

camilly.alexandre.23@estudante.unespar.edu.br

4 – Acadêmico de Geografia – e-mail: rodriguesanderson671@gmail.com

5 – Professor Doutor em administração – e-mail: rog.tonet@gmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A palavra inovação e sua definição tem sido ultimamente motivo de grandes debates em razão de ser complexa e também muito ampla. Schumpeter (1942) já defendia sua empregabilidade como exploração de novas idéias com sucesso, dessa forma gerando resultados econômicos. Em termos de classificação podemos identificar duas concepções, a primeira define a inovação como incrementais sendo as reflexões das melhorias contínuas e pontuais em produtos, já a segunda definição estabelece o termo de disrupção, ou seja, uma mudança mais radical na maneira que o produto ou serviço é consumido.

No que se refere a gestão de políticas públicas à inovação, Galvão (2018) irá retratar que fomento ligado a essa área se torna fundamental para o desenvolvimento de P&D em empresas privadas se articulando com vários setores como Ministérios, Instituições Científicas e de Inovação (ICTs).

Em termos de legislações específicas para essa área tem-se aplicação da Lei 10.973/2004, que denomina tanto o Ministério da Ciência e tecnologia quanto o Ministério da Educação e Indústria como gestora de incentivos. Conforme Galvão (2018), a prerrogativa de fazer políticas públicas de inovação é: são eles que desenham as políticas públicas e recebem a prestação de informações das demais entidades executoras das mesmas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Políticas Públicas de Inovação

Dias (2009), em sua análise sobre Política Científica e Tecnológica (PCT) utilizadas ao longo do tempo, identificou que se trata de um objeto complexo e também passível de inúmeros recortes, nesse contexto, politicamente têm-se a aplicação de programas de pesquisa, instrumentos de financiamento, instituições, aspectos de legislações, bem como a dinâmica da geração de conhecimento.

Conforme estudos da OCDE (2005) sobre as políticas de inovação, as mesmas ao longo do tempo passaram por três gerações, sendo que em cada geração era amparada por uma racionalidade diferente.

A primeira geração que norteou ao longo de décadas a política de inovação refere-se ao estudo elaborado por Bush (1945) intitulado como “Science: the Endless Frontier”, que basicamente identifica-se de forma progressiva linearmente, e os investimentos, a princípio, se concentravam e fomentavam a pesquisa básica, pretendendo-se gerar pesquisas aplicadas e, dessa forma, impactando o progresso e o desenvolvimento nacional em um ritmo que formava uma cadeia denominada pelo autor como “linear de inovação” e apresentando uma correlação direta, criando-se então novos conhecimentos através da inovação.

Com relação à abordagem referida na citação anterior, Borrás (2004) irá retratar que a primeira geração de políticas de inovação marcou-se pela abordagem nas falhas de mercado, ou seja, o foco nesse momento era identificar as áreas que seriam necessárias em uma eventual intervenção do governo. Conforme Edquist (2001), essa corrente trabalha com as perspectivas de identificar primeiramente as falhas sistêmicas nas organizações, instituições e de interação e no segundo momento considera as falhas em aspectos tanto na infraestrutura quanto a de capacidades.

Como pioneiro na adoção de políticas de inovação, os Estados Unidos aplicou ações na abordagem referenciada pelos autores Borrás (2004) e Edquist (2001) no que tange tais paradigmas. Nelson (1959) analisa que tais esforços da ciência e tecnologia foram voltados para pesquisas visando o desenvolvimento de um complexo militar, através de incentivos financeiros bem como regulatórios e os esforços visavam ao aprimoramento das forças armadas e, conseqüentemente, essas medidas iriam promover o desenvolvimento científico e tecnológico.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Na abordagem de Edler e Fagerberg (2017), na qual especificando instrumentos adotados na primeira geração e em seus estudos identificaram o fomento à pesquisa básica, incentivos para o desenvolvimento de oportunidades para comercialização, implantação de P&D nas empresas e toda essa gama de atividades que junto com apoio do governo visam, primordialmente, elevar-se no campo das inovações.

No sentido de identificar a introdução das Políticas Científica e Tecnológica nos países Latino-americanos, Dias (2009) irá retratar que historicamente, sobretudo na primeira geração, os aspectos científicos eram desenvolvidos no âmbito de agregar aos aspectos tecnológicos. Todavia, o autor corrobora que essa política introdutória seja fruto da tensão existente entre a agenda da ciência, conjunto de interesses articulados da comunidade de pesquisa, bem como as agendas da sociedade.

A primeira geração de PCT, no entanto, apresentaram algumas lacunas, sendo motivos de críticas, sobretudo na forma dos governos buscarem as melhores trajetórias tecnológicas. Na visão de Mazzucato; Semieniuk (2017), essa consequência devia-se a forma ineficaz na busca em desenvolver inovações, ou seja, por não apresentarem uma viabilidade e um aprofundamento das dificuldades inovativas os governos muitas vezes falham na elaboração e implementação de políticas de inovação.

Conforme o olhar da segunda geração, Edquist (2005) discorre que, nessa fase, a busca ultrapassava os muros da P&D, surgindo uma nova abordagem caracterizada como Sistemas de Inovações, os (SIs), que consideravam um panorama que envolvia variáveis que poderiam impactar no desenvolvimento e também na difusão de inovações tecnológicas e não-tecnológicas e nessa perspectiva consideravam-se os fatores organizacionais, institucionais, políticos, econômicos e sociais.

Chegando à terceira geração de inovações, há uma concepção diferente de trabalho visando conduzir tal processo. Nesse ínterim há uma integração multiníveis do governo juntamente com os principais atores políticos, segundo a OCDE (2005), a política de inovações ganhou novas percepções, as quais entram nesse cenário a mudança estrutural e adaptações e a pergunta que norteia todo esse ambiente é: “qual o papel do governo?”, entendendo-se que exige de tais políticas uma dinamicidade mais ampla e genérica envolvendo-se com diferentes atores na busca de diferentes objetivos.

No que se refere as principais características da PCT, Dias (2009) identifica uma função

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

que é de ser a base para demais políticas públicas, como é o caso da área industrial, agrícola, educacional, inclusão social entre outras, constituindo elementos de uma estratégia mais ampla. No entanto o autor alerta que no caso brasileiro, tais políticas aplicadas nas últimas décadas têm sido tratadas como uma finalidade máxima e não uma política-meio conforme é o objetivo maior.

Nos estudos de Elzinga e Jamison (1995) na qual analisaram o caso dos EUA, foi notado que as políticas de inovação emergem das racionalidades fundamentadas, mas também é a cultura política que irá orientar os principais atores, conforme exposto na Tabela-1.

Tabela 1- Elzinga e Jamison (1995) definição das quatro diferentes culturas políticas que seriam envolvidas pela política científica e tecnológica:

<p>Burocrática: baseada em agências, comitês, conselhos e outras instituições preocupadas, fundamentalmente, com a administração efetiva, o planejamento, a coordenação e a organização da PCT. O avanço do conhecimento e seus impactos sociais ocupam uma posição central. Em muitos países, essa cultura é dominada pelos militares.</p>	<p>Culturas Políticas</p>
<p>Acadêmica: relativa à comunidade de pesquisa. Sua preocupação central é com a influência da PCT sobre a pesquisa científica (e, em menor medida, tecnológica), bem como com a preservação dos valores entendidos como pertencentes à tradição acadêmica, tais como autonomia, integridade, objetividade e controle sobre recursos e organizações.</p>	
<p>Econômica: apresenta uma grande proximidade em relação a negócios e administração e seu foco está direcionado para as empresas industriais. Está mais preocupada com o avanço tecnológico e com o aumento dos lucros que isso pode representar. Além disso, esta cultura está imbuída da crença no “espírito empreendedor” dos capitalistas como forma de alavancar o desenvolvimento econômico e social.</p>	
<p>Cívica: baseada em movimentos sociais e populares (ambientalismo, feminismo, movimentos trabalhistas e movimentos de consumidores, por exemplo). Seu foco fundamental, assim como ocorre no caso da cultura burocrática, é com os efeitos sociais do avanço do conhecimento, embora não se preocupe muito com a forma com que este último ocorre.</p>	

Governança Pública

Para o economista Polanyi (2000), uma das grandes mudanças causadas pelo capitalismo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

foi o desenvolvimento e a consolidação dos mercados. Ele ainda afirma que no início os mercados tinham apenas relevância no nível local e regional, mas logo depois se expandiram nacionalmente e globalmente. Contudo, Polanyi (2000) afirma que a consolidação dos mercados só foi possível devido à ideia de que essa instituição seria a melhor garantia de recursos escassos, um dos princípios fundamentais da economia.

Para o economista Chang (1999), o liberalismo econômico se define pelo comportamento maximizador do homem. Para ele, o homem possui racionalidade ilimitada e por meio do mercado, produz o melhor resultado a todos. Nesse ponto de vista, a intervenção estatal é tida como desfavorável para o desenvolvimento econômico, visto que o Estado e o empreendedorismo atuam juntamente com o capitalismo.

Ele ainda ressalta que o Estado tem um papel importante no mercado, critica a ideia liberal de que o mercado é o alocador eficiente dos recursos escassos e ressalta que mesmo os neoclássicos reconhecem as falhas de mercado como um problema econômico relevante.

Além do Estado e do mercado, outra instituição fundamental no capitalismo é a sociedade, pois existe uma pequena parcela da população que é detentora dos meios de produção e, a partir da acumulação de riquezas, eleva o seu poder econômico.

O Estado, além de garantir a ordem interna, a estabilidade da moeda e o funcionamento dos mercados, tem um papel fundamental de coordenação econômica. Ou, em outras palavras, está implícito que a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é, de fato, realizada não apenas pelo mercado, como quer o neoliberalismo conservador de alguns notáveis economistas neoclássicos, mas também pelo Estado: o primeiro coordena a economia através de trocas, o segundo, através de transferências para os setores que o mercado não logra remunerar adequadamente segundo o julgamento político da sociedade. Assim, quando há uma crise importante no sistema, sua origem deverá ser encontrada ou no mercado, ou no Estado. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 9 – 10).

Nessa fala, fica evidente que o Estado e o mercado atuam juntos através de parcerias, como a troca de mercadorias/transferências, são instituições essenciais para o capitalismo e também para o desenvolvimento econômico de um determinado país.

Para o economista Arienti (2003) o capitalismo possui duas funções básicas, a primeira é assegurar a valorização do capital, permitindo sua reprodução cada vez mais ampliada, e a segunda é assegurar condições para a reprodução da força de trabalho.

Para Arienti (2003), o Estado de Schumpeter desloca o papel e o centro do poder,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

anteriormente voltado para assegurar um Estado de bem-estar e uma busca pelo pleno emprego, em sua nova configuração, se concentra no estímulo da competitividade do trabalho e do capital como estratégia para promover o desenvolvimento. Para este efeito, é necessário a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.

Iglesias (2010) destaca alguns aspectos importantes na redefinição do papel do Estado. O primeiro objetivo é que este torne viável a eficiência do mercado, supondo a existência de um sistema legal e judicial crível em seu desempenho, garantindo a eficácia dos direitos de propriedade e individuais. O segundo objetivo, segundo o autor, visa tornar o Estado um indutor do desenvolvimento produtivo, destacando-se a aplicação de políticas públicas orientadas a fortalecer os setores prioritários para o desenvolvimento.

A terceira proposta sugerida diz respeito ao papel do Estado como redutor das desigualdades sociais, induzindo o desenvolvimento produtivo com uma justa apropriação pelas diferentes classes. Já no quarto objetivo proposto, é invocada a necessidade de um novo padrão de relações entre o Estado e as empresas privadas, visando alavancar parcerias que mobilizem os capitais necessários em investimentos capazes de gerar efeitos multiplicadores na economia.

Iglesias (2010) destaca também a relação do Estado com a sociedade civil, sendo a função deste estimular os espaços de compartilhamento, tomada de decisão e ação conjunta com as organizações que representam o interesse das classes, para tornar o Estado mais democrático. Outro ponto defendido pelo autor é o papel do Estado na promoção da inovação, principalmente a tecnológica.

Após a discussão dos anos 80 e 90 do século XX sobre a ascensão de um Estado Schumpeteriano, surge uma nova interpretação sobre o papel do Estado. Esse movimento, denominado de Governança Pública, tem produzido uma renovada interpretação sobre o papel do Estado e suas formas de se relacionar com as demais instituições, tendo fortes ligações com o movimento gerencial da reforma do Estado e suas reconfigurações a partir de uma reestruturação. A partir do compartilhamento de poder, a Governança Pública busca elevar a responsabilidade coletiva e o padrão das ações governamentais, tornando-as mais efetivas.

No período de 1945 a 1970, o Estado era visto como o principal produtor de políticas públicas inovativas, entretanto, a atualidade apresenta uma vasta gama de atores não estatais com potencial de inovação. Assim, o ato de governar tornou-se muito mais horizontal, visando a valorização desse campo de organizações autônomas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Uma das principais formas de atuação do Estado no modelo da Governança Pública é a atuação em redes. Segundo Dias (2012), as redes são entendidas em sua essência como estruturas de auto regulação dentro dos seus subsistemas de política e com capacidade de auto-organização. As redes de políticas públicas podem ser usadas para explorar o movimento emergente por uma nova forma de governar e por um novo modelo de relacionamento entre Estado e Sociedade.

Conforme discussões relacionadas ao longo do texto tanto no contexto de políticas públicas de inovações quanto de governança pública, originou-se dessa forma a busca de analisar esse cenário no âmbito acadêmico, haja vista que a Instituição universitária pertence ao modelo da Tríplice Hélice¹, ou seja, pensando-se na temática de desenvolvimento regional sua participação é de extrema relevância, com essa abordagem, a seguir apresentamos a inserção da Unespar (Universidade Estadual do Paraná) especificamente o campus de Campo Mourão-Pr, para o sistema regional de inovação.

Implementação de um Centro de Inovação na Unespar Campus de Campo Mourão-Pr.

Em termos da necessidade de uma contextualização sobre a realidade investigada, temos a destacar que a Unespar campus de Campo Mourão, é parte integrante do ecossistema de inovação de Campo Mourão. Juntamente com aproximadamente uma dezena de habitats, alguns professores desta instituição, desde 2018, passaram a fazer parte de Conselhos e Câmaras temáticas ligadas à inovação. Na sequência em 2019, tais professores elaboraram e aprovaram um Projeto de Extensão intitulado “Hotel Tecnológico” que abre semestralmente editais para o recebimento e hospedagem de “ideias inovadoras” de nível acadêmico e até mesmo empresarial de pequenos empreendimentos.

A instituição, na mesma linha promoveu projeto governamental intitulado “Bom negócio” por alguns anos. Fez parcerias com a UTFPR e Incubadoras de ideias e empreendimentos da região, o que foi constituindo-se em experiências acumuladas ao longo do tempo. Mais recentemente foi inaugurado a AGITEC – Agência de Inovação Tecnológica e

¹ Etzkowitz e Zhou (2007) afirmam que a Hélice Tríplice é um modelo de Gestão da Inovação, na qual envolve Universidade, Indústria e Governo como esferas institucionais que interagem entre si, buscando empreender e inovar, contudo a ação que move este desenvolvimento parte dos “organizadores regionais de inovação” e “iniciadores regionais de inovação”.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

posteriormente ainda o Programa governamental Paraná Empreende Mais no qual MEIs e Microempresas no Estado do Paraná são atendidas, sendo que a região objeto de estudo tem uma unidade.

Todas essas ações acabaram por, positivamente, elevar o nome da Unespar campus Campo Mourão na Mesorregião Centro Ocidental, demandando mais e mais trabalhos. Por outro lado, negativamente, o espaço físico que abarca todas essas ações começou a ficar insuficiente e há necessidade de uma ampliação física que automaticamente será também de uma abrangência maior de atendimento à população, especialmente na qualificação de mão-de-obra qualificada no tema de inovação para atender demandas crescentes regionais, o que inevitavelmente desembocará em Centro de Inovação.

A mesorregião Centro Ocidental Paranaense possui duas microrregiões, a de Campo Mourão (município polo) e de Goioerê, ambas totalizando 25 municípios, com aproximadamente 300 mil habitantes. Ela está entre as piores mesorregiões do Estado em nível de desenvolvimento econômico e social, apesar de ser uma grande produtora de grãos e ter na cidade polo uma das maiores cooperativas agroindustriais do país.

Os municípios da mesorregião, exceto Campo Mourão vêm perdendo população todos os anos por falta de oportunidades de trabalho mais rentáveis, especialmente para a população mais jovem que saem do ensino médio e mesmo do ensino superior e obrigam-se a buscar oportunidades em centros maiores.

Outra característica da mesorregião é que ela ainda é muito voltada para a produção primária de produtos agrícolas com pouco valor agregado e as indústrias da região, com a utilização de pouca inovação que por sua vez acabam por faturar menos, pagar salários menores e com poucos espaços para vendas além da própria região.

Os municípios da mesorregião, exceto Campo Mourão que é polo, acabam não tendo nenhum apoio para nenhuma forma de inovação por parte das Universidades públicas. Ao mesmo tempo há professores e estudantes, tendo condições de estrutura e bolsas de auxílio com capacidade para atender tais municípios.

A mesorregião começa a se destacar, quase que exclusivamente em Campo Mourão, em alguns ambientes de inovação, como a EDUCERE, por exemplo, que é uma incubadora conhecida e uma das melhores do Brasil, com casos de sucessos de várias empresas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

exportadoras nos seus 25 anos de existência. Ela é privada e foi criada inicialmente para formar mão-de-obra especializada para sua mantenedora que é a empresa Cristófoli Biossegurança.

Há uma cobrança insistente do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Campo Mourão para uma atuação mais integrada entre as universidades especialmente as públicas (UNESPAR e UTFPR) e a empresas, para transformação das pesquisas de inovação em empreendimentos que gerem renda e riqueza.

Na Unespar campus de Campo Mourão, fisicamente há um novo espaço de 5 alqueires para um futuro novo campus e já há um bloco construído e outro bloco com 75% de obra construída e por ora não ocupados. No campus há professores de administração, ciências econômicas, engenharia de produção agroindustrial e geografia trabalhando no projeto do hotel tecnológico com experiências importantes tanto para Campo Mourão quanto para municípios da região.



Figura 1- Novo Campus Unespar Campo Mourão-Pr

Há no estado do Paraná Parques Tecnológicos em várias regiões e em Campo Mourão um ainda não instalado. Há também questionamentos sobre os modelos de Parques, tais como



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Físicos e Concentrados em um local só, virtuais e até, como uma delegação de Campo Mourão, Maringá e Umuarama viram recentemente numa missão técnica nas cidades mineiras de Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, um Parque Tecnológico descentralizado ou aberto.

Diante de tal problematização, têm algumas perguntas a serem feitas:

Quais os pontos positivos e negativos dos vários Parques Tecnológicos implantados no estado do Paraná? Modelos existentes nas cidades Mineiras de Santa Rita do Sapucaí e Itajubá são melhores ou piores do os paranaenses? Qual a viabilidade em transformar um bloco já construído, aliado a projetos já existentes de professores e a necessidade de projetos de inovação para prefeituras da mesorregião, em um Centro de Inovação tecnológica da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná na Unespar campus de Campo Mourão? Qual a importância do conhecimento da sociedade sobre esse estudo?

Considerações Finais

Diante de tais questionamentos, este estudo justifica-se pela abordagem ao tema de Políticas Públicas de Inovação, com o objetivo de identificar no contexto histórico as ações implantadas para sua estruturação, bem como referenciar o ambiente de inovação dentro de uma instituição universitária como o caso da Unespar Campus de Campo Mourão-PR, contando com um centro de inovação, trazendo a luz possíveis questões para uma melhor investigação, podendo-se identificar que a inovação não existe de forma isolada. Conforme essas leituras compreende-se que diversos atores e sua interação colaboram para a melhoria de políticas públicas. As ICTs, em especial as universidades, possuem os recursos humanos e conhecimentos necessários para que as indústrias se tornem cada vez mais intensivas em conhecimento científico e tecnológico. Sendo assim, a Governança Pública surge como uma nova interpretação do papel do Estado em prol de desenvolver a inovação, através de parcerias e de suas diferentes formas de se relacionar com as demais instituições, elevando a responsabilidade coletiva e o padrão das ações governamentais. A importância social desse estudo é tentar mobilizar a comunidade sobre a relevância das inovações tecnológicas nas cidades de forma que integre tanto os governos, quanto os centros universitários e a as firmas, visando não somente a evolução e o desenvolvimento tecnológico, mas também o desenvolvimento financeiro e produzindo mais empregos, oportunidades e integração entre os fatores produtivos sociais tendo como quociente uma mesorregião mais próspera.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Referencial teórico

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, c014. 314 p.

LUNDVALL, B.Å.; BORRÁS, S.: “Innovation and Policy” chapter in Fagerberg, J., Mowery, D.C. and Nelson, R.R. (eds): **Innovation Handbook**. (Oxford: Oxford University Press). Pages 599-631, 2005.

ELZINGA, A.; JAMISON, A. Changing policy agendas in science and technology. In: JASANOFF, S. & OUTROS (eds.) **Handbook of Science and technology studies**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

EDQUIST, C.; JOHNSON, B. Institutions and organisations in systems of innovation, in EDQUIST, C (Orgs) **Systems of innovation: technologies, institutions and organizations**. London: Pinter, p. 41 – 63, 1997.

DIAS, R. B. **A política científica e tecnológica latino-americana: relações entre enfoques teóricos e projetos políticos**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IG/UNICAMP, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle . Brasília: **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado**, 1997. 58 p.

CHANG, H. J. **The economic theory of the developmental state**. In: The developmental state. Londres: Cornell University, 1999. p. 182-199.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349p.

ARIENTI, W.L. **Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano**. Brasil: 2003, p.113.

OCDE. **Dynamising National Innovation Systems**. Paris: OECD, 2002.

_____. **Governance of Innovation Systems: Volume 1: Synthesis Report**. Paris, OECD, 2005.

IGLESIAS, E. **O papel do Estado e os paradigmas econômicos na América Latina**. *Revista Cepal*, n. especial, p. 45 – 53, 2010.

GALVÃO, E.R. **Relação governamentais e inovação**. 1 ed. Brasília : Pensar RelGov, 2018.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



POSSIBILIDADES DA DEMANDA DE PRODUTOS ORIGINADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, ESPECIALMENTE ORGÂNICOS EM CAMPO MOURÃO

Aline de Queiroz A. Andreotti Pancera¹ – Unespar Campus de Campo Mourão
Bruno Reinoso Hybner² – Unespar Campus Campo Mourão
Sérgio Luiz Maybuk³ – Unespar Campus Campo Mourão; Membro do Grupo GERA

Nome do GT: 13 - Políticas Públicas

RESUMO

O presente artigo é resultado de parte de uma pesquisa oriunda de um projeto de extensão universitária, sendo a pergunta de pesquisa: Qual o potencial de demanda para produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente orgânica no município de Campo Mourão-PR? O objetivo Geral: Identificar Qual o potencial de demanda para produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente orgânica no município de Campo Mourão-PR e o Específico para o presente artigo: Elaborar e aplicar pesquisa sobre consumo de produtos oriundos da agricultura familiar em especial orgânicos, à potenciais consumidores no município de Campo Mourão, criando um banco de dados com preferências e potenciais. Na metodologia foram utilizadas fontes primárias e secundárias, devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa. Os resultados permitiram identificar a demanda potencial aos produtos da agricultura familiar, especialmente orgânica. Desse modo, o principal determinante do consumo está em sua produção com menos agrotóxicos, conservantes e fertilizantes. Porém, verificou-se dificuldades na aquisição desses produtos parte dos consumidores finais, sinalizando a necessidade de ações que possam facilitar esse acesso.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Produtos orgânicos. Renda.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de parte de una investigación de un proyecto de extensión universitaria. La pregunta de investigación es: ¿Cuál es la demanda potencial de productos de la agricultura familiar, especialmente orgánicos, en el municipio de Campo Mourão-PR? El Objetivo General: Identificar la demanda potencial de productos de la agricultura familiar, especialmente orgánicos, en el municipio de Campo Mourão-PR y el Objetivo Específico de este artículo: Elaborar y aplicar una encuesta sobre el consumo de productos de la agricultura familiar, especialmente orgánicos, a potenciales consumidores del municipio de Campo Mourão, creando una base de datos con preferencias y potencialidades. La metodología utilizó fuentes primarias y secundarias, debidamente analizadas dentro de una perspectiva de investigación con características, descriptiva, cualitativa y cuantitativa. Los resultados permitieron identificar la demanda potencial de productos de la agricultura familiar, especialmente los ecológicos. Así, el principal determinante del consumo está en su producción con menos pesticidas, conservantes y fertilizantes. Sin embargo, se encontraron dificultades en la adquisición de estos productos por parte de los consumidores finales, lo que indica la necesidad de acciones para facilitar este acceso.

Palabras clave: Agricultura familiar. Productos ecológicos. Ingresos.

¹ Graduada de ciências econômicas e doutora em economia – e-mail: aline.pancera@ies.unespar.edu.br

² Graduado em ciências econômicas e doutor em economia – e-mail: brunorhybner@gmail.com

³ Graduado em ciências econômicas e mestre em desenvolvimento econômico – e-mail: sergio.maybuk@unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A realidade dos/as produtores/as da agricultura familiar nem sempre é fácil considerando que os espaços oportunistas a essa parcela de pessoas na economia se resume a feiras e a venda em supermercados com preços praticamente determinados por estes, proporcionando concentração de renda para um grupo que já possui mais possibilidades ganhos. É importante destacar que a fixação no homem no campo também precisa ser pensada e melhorando a vida no campo se reduzirá a transferência de famílias para os centros maiores “desertificando” as pequenas cidades e “inchando” as maiores.

É preciso levar em consideração a necessidade de desconcentrar renda e incentivar pequenos/as produtores/as rurais para se organizarem, melhorarem suas produções, se adequarem às exigências sanitárias e obterem renda para se sustentarem no campo. Ao mesmo tempo salienta-se que é importante as pessoas consumirem produtos alimentícios mais saudáveis, sem agrotóxicos, sem componentes que aumentem significativamente o vencimento dos produtos que por consequência causarão danos à saúde.

É também importante defender a compra do máximo possível diretamente dos/as pequenos/as produtores locais, pois como estes/as destinam quase totalidade de rendas ao consumo, haverá mais circulação de dinheiro interna, mais dignidade, menos pobreza.

Diante de tal problematização, a pergunta de pesquisa para o presente artigo é Qual o potencial de demanda para produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente orgânica no município de Campo Mourão-PR? Assim, como Objetivo geral identificar Qual o potencial de demanda para produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente orgânica no município de Campo Mourão-PR. E como um dos objetivos específicos e exclusivo para o presente artigo, Elaborar e aplicar pesquisa sobre consumo de produtos oriundos da agricultura familiar em especial orgânicos, à potenciais consumidores no município de Campo Mourão, criando um banco de dados com preferências e potenciais.

Justifica-se o projeto por ser importante para quem vai produzir, vender e ter renda digna, para quem vai consumir produtos mais saudáveis e conseqüentemente menos prejudicial à saúde. Para o futuro após o diagnóstico, com mecanismo de cesta de produtos entregues diretamente aos consumidores, poderão ser atendidas diretamente 1.000 famílias entre acampados e assentados, além de outros pequenos proprietários, proporcionando renda e dignidade a elas. E contribuir para uma vida mais saudável a todas e todos que consumirem os produtos da agricultura familiar contribuindo com a economia local.



Em termos de metodologia foi elaborado um formulário google forms, aplicado e tabulado contendo 29 questões e partes do resultado (considerando a limitação de espaço) será apresentado no presente artigo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entender o funcionamento da demanda por bens da agricultura familiar, para verificar a adequação do seu sistema de produção, é uma questão que requer situar o papel dessa modalidade produtiva no âmbito do desenvolvimento econômico e social sustentável e de como políticas públicas podem ser realizadas para ampliar seus respectivos mercados.

Nesse sentido, Veiga (1991) destaca que na trajetória dos sistemas produtivos agrícolas nota-se um contraste entre os modos de produção patronal (empresarial) e familiar. Enquanto a forma patronal de produzir se caracteriza, segundo Assis (2006), pela intensidade no uso de tecnologias da Revolução Verde – como mecanização, fertilizantes e agrotóxicos – que visa sempre ao viés de aumentos de produtividade; a agricultura familiar, conforme Savoldi e Cunha (2010) destacam, não se subordina aos vieses de expansão produtiva e competitiva e considera mais os aspectos sociais dos fatores econômicos da produção.

Esses autores enfatizam que é preciso separar categorias distintas de agricultura familiar, dentre as quais destacam-se: i) a família agrícola de caráter empresarial que se insere em um sistema produtivo orientado para o mercado, com objetivos postos de rentabilidade e produtividade a serem alcançados, em conformidade com aspectos econômicos, técnicos, patrimoniais e sociais compatíveis com os rendimentos da exploração; ii) a família camponesa, em que o sistema de produção não se ampara na conquista de ganhos contínuos de produtividade e rentabilidade, e sim na manutenção dos valores culturais e sociais das famílias acima das necessidades de produção, conciliando propriedade familiar e exploração agrícola; e, iii) a família agrícola urbana, que abrange as características da categoria anterior e agrega particularidades próprias como o fortalecimento do vínculo com o local e um sistema de produção orientado pela busca de melhor qualidade de vida, em consonância com o mercado e as possibilidades de ganhos com o mesmo.

Wiese, Millanés e Bovo (2020) apresentam uma definição da agricultura familiar a partir da citação da Lei 11.326/2006, a qual salienta que nessa modalidade, o produtor precisa praticar uma atividade no meio rural e atender aos critérios: i) a área do estabelecimento não superior a quatro módulos fiscais; ii) uso de forma preponderante da mão de obra da própria família; iii) a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

renda familiar deve ser gerada com a produção do estabelecimento; e, iv) o agricultor deve gerir a produção com a participação da família.

Nesse embate entre agricultura empresarial e familiar, Triches, Schabarum e Giombelli (2016) chamam a atenção para a necessidade de se valorizar os agricultores familiares locais para que sejam mais do que somente produtores de matérias primas, de modo que se crie um contra-movimento em relação ao aumento do distanciamento entre produtor e consumidor do sistema agroalimentar global [ditado pela produção patronal].

Veiga (1996) enfatiza o caráter distributivo e sustentável da agricultura familiar, algo que supera a exclusividade da mera diversificação da produção e fortalece os seus produtores. Logo, os representantes da agricultura orgânica se somam ao conjunto da sociedade que prefere a coexistência entre exploração agrícola e desenvolvimento sustentável capaz de ensejar uma melhor qualidade de vida com alimentação mais saudável sem agrotóxicos e fertilizantes, e com a manutenção do meio ambiente que garanta a continuidade da produção na agricultura.

É válido nesse caso citar o conceito de desenvolvimento relacionado à dimensão local, que segundo Buarque (1999) trata-se de um processo endógeno que pode gerar dinâmica econômica e melhoramento da qualidade de vida nas localidades de unidades territoriais menores e agrupamentos humanos. Conseqüentemente, nesses locais passa-se a observar mudanças significativas da organização social e da base econômica em virtude de a sociedade mobilizar energias para exercer suas capacidades e potencialidades. Esse desenvolvimento local será sustentável quando proporcionar a expansão: das oportunidades sociais, da viabilidade e competitividade econômica, da renda e das possibilidades de riqueza; tudo isso em um contexto que impera recursos naturais preservados.

Buarque (1999) ressalta que para haver sucesso nas experiências de desenvolvimento local é preciso que exista uma vontade conjunta da sociedade abarcando ambiente político e social favorável, em que as vontades dos atores sociais das localidades ou comunidades se direcionem para os mesmos objetivos. A partir dessa sinergia de vontades emerge a base de sustentação para um ambiente favorável à realização de políticas e ações para aumentar a dinâmica e mudar a realidade local. Destaca-se que local, nesse caso, pode ser usado para designar diferentes espaços geográficos como municípios, microrregiões e mesorregiões; e diferentes aglomerados humanos como comunidades e assentamentos de reforma agrária.

Ademais, por apresentarem menores escalas geográficas, esse autor salienta que municípios e assentamentos podem ser considerados os centros que aceleram as ações e a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

construção da base de sustentação do desenvolvimento local, pois tais espaços encontram-se em posições favoráveis quanto às possibilidades de efetivação de intervenções das diversas instâncias político-administrativas, que ocorrem de forma mais concentrada e articulada.

Moraes e Oliveira (2017) destacam que a agricultura orgânica (ou de base agroecológica) pode ser uma boa oportunidade para que agricultores familiares atuem em sua produção. Sobre isso, Ferreira de Lima (2002 apud Tomasetto, Lima e Shikida, 2009) mostra que o desenvolvimento sustentável deve procurar contemplar aspectos econômicos, sociais e ambientais enquanto objetiva promover a satisfação das necessidades dos indivíduos; e nesse caso, a agricultura orgânica de base familiar pode ser capaz de equilibrar os diferentes aspectos citados, gerando renda para o produtor, incluindo maior quantidade de trabalhadores uma vez que a produção é menos mecanizada e limitando os impactos sobre o meio ambiente [o que é condizente com o desenvolvimento econômico e social sustentável].

A agricultura orgânica é amparada na Lei nº 10.831/2003 que define sistema orgânico de produção como toda forma de produzir que: preserve e aperfeiçoe os recursos naturais, sociais e econômicos; faça prevalecer a integridade cultural das comunidades rurais; tenha como foco a sustentabilidade ecológica e econômica; visa o aumento dos benefícios sociais; diminua o uso de energia não-renovável; aumenta a inclusão de métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento dos insumos sintéticos; procura eliminar a utilização de organismos modificados pela genética e diminua radiações ionizantes (BRASIL, 2003).

No Paraná, Melão (2010) elenca uma série de fatos históricos que nortearam a edificação da produção orgânica e agroecológica entre os anos de 1990 e 2010. As ações tomadas no âmbito do governo estadual contemplaram, por exemplo, a criação do programa de Agroecologia em 2004 para coordenar as pesquisas voltadas para promover a produção agroecológica e orgânica. No espaço da sociedade civil foi criado um instituto para conceder assistência técnica aos produtores e incentivar a elaboração de políticas públicas em 1991; uma associação para o desenvolvimento da agroecologia que fornece apoio para a fase de comercialização dos produtos orgânicos em 1993, e uma associação dos consumidores para fazer a divulgação do comércio justo, alimentação saudável e alimentos orgânicos em 2000.

No Campo da educação, ciência e tecnologia, Melão (2010) ressalta a criação de um programa formativo de técnicos em agroecologia pela Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná em 2003, e de um núcleo de apoio à coordenação desse curso; e, mais importante, a instituição do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos em 2009 [intitulado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de Programa Paraná Mais Orgânico] que resultou de esforços da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, das instituições de ensino superior estadual e do Instituto de Tecnologia do Paraná. Já no campo de oportunidades de mercado, destaca-se a recomendação do governo estadual para que a alimentação escolar seja progressivamente atendida por produtos orgânicos, sob a tutela do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que direciona para a compra de produtos da agricultura familiar 30% dos recursos empregados na alimentação escolar.

Portanto é possível inferir que pensar em possibilidades de demanda para produtos da agricultura familiar, como o caso de bens orgânicos, é uma questão de se pensar qual a dimensão de desenvolvimento local sustentável que pode ser alcançada pelo segmento, que congrega por um lado as demandas da sociedade civil pelos benefícios oriundos desse sistema de produção, e por outro, os esforços do poder estatal para criar incentivos que fomentem o desenvolvimento da referida modalidade produtiva por meio de políticas públicas que gerem incentivos que incidem na cadeia produtiva até o consumidor final.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando as contribuições de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007), a metodologia de pesquisa que foi utilizada no presente artigo, foi composta por revisões bibliográficas do tema Agricultura Familiar, Agroecologia, Desenvolvimento Sustentável oriundos artigos científicos e livros. Foram utilizadas também fontes primárias (questionário aplicado) e devidamente analisadas dentro de uma perspectiva de pesquisa com características, descritiva, qualitativa e quantitativa.

O levantamento de dados ocorreu unicamente no município de Campo Mourão como uma primeira experiência para responder à pergunta: Qual o potencial de demanda para produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente orgânica no município de Campo Mourão-PR? Procurou-se alcançar o Objetivo geral - identificar Qual o potencial de demanda para produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente orgânica no município de Campo Mourão-PR. E um dos objetivos específicos e exclusivo para o presente artigo, Elaborar e aplicar pesquisa sobre consumo de produtos oriundos da agricultura familiar em especial orgânicos, à potenciais consumidores no município de Campo Mourão, criando um banco de dados com preferências e potenciais.

Em termos de metodologia foi elaborado um formulário google forms, aplicado e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



tabulado contendo 29 questões e partes do resultado (considerando a limitação de espaço) será apresentado no presente artigo. As questões foram: 1) Você mora ou frequenta a cidade de Campo Mourão? 2) Qual é a sua idade? 3) Qual é o seu gênero? 4) Qual é o seu nível de escolaridade? 5) Qual a sua profissão? 6) Qual é a sua renda mensal FAMILIAR? 7) Qual o seu estado civil? 8) Números de pessoas que residem com você? 9) Qual bairro você mora? 10) Vive em que categoria de residência? 11) Nas suas compras de frutas, legumes e verduras e alimentos artesanais, você também costuma adquirir produtos da agricultura familiar? 12) Com que frequência você consome produtos da Agricultura Familiar? 13) Quais são os fatores que o levariam a consumir produtos da agricultura familiar? 14) Para os que NÃO consomem produtos da Agricultura Familiar, quais os motivos: 15) Que tipos de produtos da agricultura familiar você costuma consumir? 16) Quais as frutas que você consome semanalmente? 17) Quais legumes que você consome semanalmente? 18) Quais verduras que você consome semanalmente? 19) Quais proteínas que você consome semanalmente? 20) Quais cereais, produtos artesanais, industrializados e semi-industrializados que você consome semanalmente? 21) Você consome ou gostaria de adquirir, os seguintes produtos: 22) Nas suas compras de frutas, legumes e verduras, você também adquire produtos orgânicos? 23) Quais os fatores que você leva em consideração para comprar produtos orgânicos? 24) Quanto estaria disposto a pagar a mais por um produto orgânico? 25) Se você não consome produtos orgânicos, quais os motivos? 26) Quais os locais preferidos para compra de Frutas, Legumes, Verduras, alimentos artesanais? 27) Você tem interesse em receber produtos da agricultura familiar e orgânicos na forma de delivery (entrega em domicílio), com preços mais acessíveis? 28) Para os que responderam SIM: Deixe seu telefone ou e-mail, para participar da nossa rede de contatos. 29) Você gostaria de receber informações e newsletter (boletim informativo) sobre produtos da agricultura familiar e orgânicos?

A pesquisa foi aplicada junto a professores, funcionários e estudantes residentes em Campo Mourão das Instituições de ensino superior públicas e privadas, professores/as e funcionários da rede estadual e das escolas privadas de Campo Mourão, funcionários de empresas públicas, funcionários da prefeitura municipal e em seguida por funcionários das maiores empresas da cidade, apenas com o consentimento dos entrevistados.

4 DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre o potencial de demanda para produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente orgânica, foi realizada no período de 30 de março de 2022 a 04 de agosto de 2022



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

e aplicada através de formulário eletrônico. Desse modo, ao todo foram entrevistadas 176 pessoas residentes na região de Campo Mourão e, desse total, 98,30% disseram frequentar a cidade. A amostra da presente pesquisa é composta por 64,77% de mulheres e 35,23% de homens, sendo que 22,16% dos participantes têm entre 21 e 29 anos, e 21,02% têm entre 40 e 49 anos de idade e entre 50 e 59 anos.

Em relação à escolaridade, 49,43% da amostra é de pessoas pós-graduadas, 24,43% com ensino superior incompleto e 15,91% com ensino superior completo. Vale destacar que esse alto número de pessoas com elevado capital humano, justifica-se pelo fato de a pesquisa ser realizada entre os colaboradores e alunos das Instituições de Ensino Superior (IES) de Campo Mourão.

Sobre a situação empregatícia dos entrevistados, 35,80% são servidores públicos, 25% se encontram empregados, 14,77% são estudantes e 12,50% são autônomos ou profissional liberal. Novamente é possível verificar uma maior densidade de colaboradores e alunos das IES, dado que a pesquisa foi realizada amplamente divulgada no Câmpus das Universidades, Unespar e UTFPR. Quanto à renda mensal domiciliar, 39,20% da amostra possui renda de R\$4.180,01 a R\$ 10.450, 22,72% da amostra, possui renda entre R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00. Dentre os entrevistados com menor renda, 20,45% disseram receber até R\$ 2.090,00. Vale destacar que 6,25% preferiram não informar seus rendimentos.

Além disso, 38,07% da amostra é composta por solteiros, 40,34% por indivíduos casados ou em união estável ou algo do tipo, 17,05% por divorciados ou separados e uma pequena parcela de 2,27% de viúvos. Ainda sobre o estado civil, 2,27% dos entrevistados não responderam o respectivo questionamento. Buscando, ainda, compreender o perfil do público entrevistado, a presente pesquisa realizou alguns questionamentos relacionados à residência, contemplando o número de pessoas, bairro e tipo de residência. Cerca de metade dos entrevistados moram com uma ou duas pessoas, 15,34% residem sozinhos e 34,66% com pelo menos três pessoas. Considerando que os indivíduos ao residirem em uma mesma casa apresentem os mesmos gostos e preferência, é possível extrapolar os resultados da pesquisa para um total amostral de, pelo menos, 532 pessoas.

O bairro com o maior número de entrevistados é o Centro (35,23%), seguido, em proporções menores, pelo Lar Paraná (6,25%), Jardim Albuquerque (6,25%). A pesquisa ainda contemplou indivíduos de outros municípios (3,98%) como Maringá, Peabiru e Araruna. O tipo de residência dos entrevistados é, predominantemente, próprio com 60,80% e alugada (34,66%). Portanto verifica-se um resultado condizente com à distribuição percentual da renda.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Uma vez identificado o perfil dos entrevistados, cabe então avaliar suas preferências quanto ao consumo de produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente orgânica. Os resultados apresentados na Tabela 1 permitem verificar se os entrevistados compram da agricultura familiar, a frequência com que consomem produtos da agricultura familiar e os fatores que os levam a consumir.

Tabela 1 – Características sobre o consumo de produtos da agricultura familiar

Consumo da Agricultura Familiar	%	
Costuma consumir Produtos da Agricultura Familiar		
Sim	64,77	
Não	15,91	
Não sei dizer	19,32	
Frequência de Consumo		
Muito frequente	12,50	
Muitas vezes	13,64	
Com frequência Moderada	19,89	
Um pouco	31,25	
Não consumo	7,95	
Não sei dizer	14,77	
Fatores que levam ao consumo de produtos da agricultura familiar		
O fato da produção utilizar menos agrotóxicos, conservantes e fertilizantes	68,75	
Conhecimento do retorno social do sistema de produção da agricultura familiar	46,59	
Preço	39,20	
Facilidade no acesso ao produtor	39,20	
Qualidade	25,00	
Outras respostas	2,84	
Não Respondeu	2,27	
Fatores que não levam ao consumo de produtos da agricultura familiar	Não consomem da agricultura familiar	Não sabem se consomem da agricultura familiar
Dificuldades para comprar	42,86	32,35
Não sei dizer se consumo produtos da Agricultura Familiar	21,43	47,06
Preço	14,29	5,88
Não costumo consumir Produtos da Agricultura Familiar	14,29	5,88
Falta de interesse	3,57	-
Outras respostas	3,57	-
Não Respondeu	21,43	23,53

*Respostas Múltiplas

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2022.

Ao serem questionados quanto ao consumo de produtos da agricultura familiar, 64,77% disseram que sim, 15,91% que não e, uma boa parte dos entrevistados (19,32%), não souberam dizer. Portanto, esse percentual de 19,32% mostra que os consumidores ainda desconhecem a

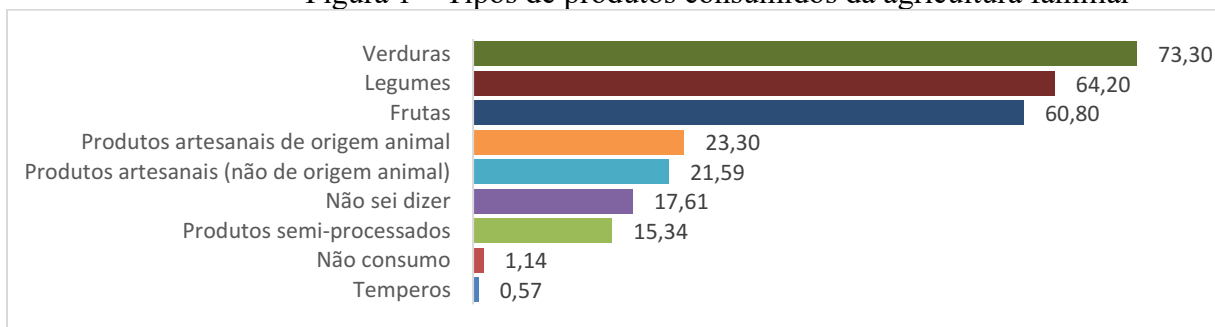


origem dos produtos que adquirem. E ainda, quando questionados sobre a frequência de consumo 46,02% sinalizaram ter um consumo frequente, 31,25% consomem pouco e 7,95% disseram não consumir alimentos da agricultura familiar. Nesse último caso, o não consumo poder ter como causa a falta de conhecimento, bem como, as preferências de não se demandar alimentos saudáveis e sustentáveis, tendo como reflexo a má alimentação da população.

O principal fator que leva os entrevistados a consumirem produtos da agricultura familiar é o fato de a produção utilizar menos agrotóxicos, conservantes e fertilizantes (68,75%). Vale destacar que nessa questão, o entrevistado poderia assinalar mais de uma opção, desse modo 46,59% dos respondentes também destacaram o conhecimento do retorno social do sistema de produção da agricultura familiar. Além disso, 39,20% apontaram preço e facilidade no acesso ao produtor.

Por fim, em relação aos fatores que não levam ao consumo, o resultado foi dividido entre os entrevistados que disseram não consumir da agricultura familiar e os que não sabem se consomem, permitindo um diagnóstico mais assertivo para o aumento de demanda dessa atividade econômica. Aqueles que não compram da agricultura familiar sinalizaram a dificuldade na aquisição (42,86%) e 21,43% não souberam dizer se consomem da agricultura familiar. Para aqueles que não sabem se consomem do segmento familiar, as principais causas foram as mesmas, com as respectivas porcentagens, 32,25% e 47,06%. Objetivando compreender o padrão de consumo, os resultados da Figura 1 apresentam os principais produtos que são demandados pela agricultura familiar.

Figura 1 – Tipos de produtos consumidos da agricultura familiar



*Respostas Múltiplas

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2022.

Quanto à categoria de produto que se consome com maior frequência, 73,30% afirmaram serem as verduras, seguido dos legumes com 64,20%, frutas com 60,80%. Ressalta-se que nessa questão era permitido que o entrevistado sinalizava mais de uma opção de consumo.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Tabela 2 – Principais produtos demandados por categorias

Frutas	%	Legumes	%	Verduras	%	Proteínas Animais	%	Cereais, produtos artesanais, industr. e semi-industr.	%	Outros Produtos	%	Rank
Banana Nanica	64,20	Cebola	81,25	Alface lisa e americana	81,82	Ovos	92,05	Queijo	61,93	Ervas Medicinais	35,80	1°
Limão	64,20	Alho comum	72,16	Couve	65,91	Filé de Tilápia	32,95	Pão caseiro	48,30	Bucha Orgânica	26,70	2°
Tomate longa vida	55,11	Cenoura comum	66,48	Repolho	57,95	Galinha caipira	28,98	Milho de Pipoca	46,59	Plantas Ornamentais	11,93	3°
Laranja Pera	51,14	Cebolinha	63,64	Rúcula	42,05	Porco Caipira	26,70	Mel	42,05	Flores	9,09	4°
Banana Prata	43,18	Mandioca descascada	63,64	Salsa	39,77	Outros peixes	7,95	Linguiça	40,91	Planta Vassoura	2,27	5°
Café moído e torrado	42,05	Feijão carioca	59,66	Couve Brocólis	28,98	Posta de Tilápia	7,95	Bolo	37,50	Não Respondeu	14,20	6°
Uva	31,25	Batata doce roxa	53,41	Couve-Flor Grande	25,00	Carne Bovina	7,39	Iogurte	36,36			7°
Melancia	30,68	Quiabo	41,48	Almeirão	24,43	Frango de granja	3,98	Farinha de mandioca	33,52			8°
Abacate	30,11	Abobora Menina	32,39	Hortelã	22,73	Carne de Suíno	1,14	Bolacha Caseira	27,27			9°
Mamão Formosa maduro	29,55	Pimentão	32,39	Chicória	18,18	Não Compra	1,14	Doce de Leite	27,27			10°
Morango	26,70	Pepino japonês	32,39	Agrião	17,61			Açúcar mascavo	22,73			11°
Tangerina	26,14	Abobora Cabocla	25,57	Espinafre	17,05			Salame	22,16			12°
Mamão Papaya	23,86	Berinjela	23,86	Coentro	9,09			Paçoca	20,45			13°
Manga Tommy	23,86	Beterraba Extra	23,86	Cariru	0,57			Doce de Amendoim	15,34			14°
Abacaxi Pérola	17,05	Pimenta de cheiro	17,05					Pé de Moleque	9,66			15°

*Respostas Múltiplas

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

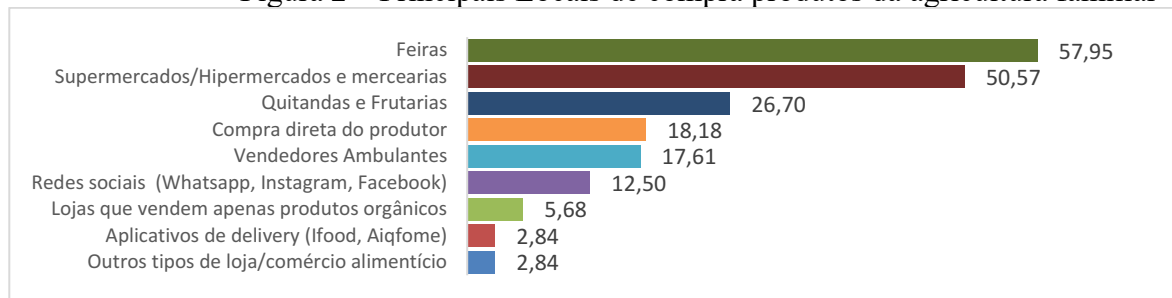
Na Tabela 2, estão os resultados dos principais produtos demandados para as seguintes categorias: frutas, legumes, verduras, proteínas animais, cereais, produtos artesanais, industrializados e semi-industrializados e outros produtos. Assim como no resultado anterior, o entrevistado poderia assinalar quantas opções fossem condizentes com as suas preferências.

Entre as frutas consumidas com maior frequência pelos entrevistados está a banana nanica (64,20%), a limão (64,20%) e o tomate longa vida (55,11%). Já com relação aos legumes, os participantes indicaram a cebola (81,25%), alho comum (72,16%) e a cenoura comum (66,48%) como os itens mais consumidos.

A alface lisa e americana (81,82%), couve (65,91%) e o repolho (57,95%), por sua vez, foram as verduras mais indicadas pelos participantes como as verduras consumidas com maior frequência. Já entre as proteínas animais, com 92,05% afirmaram ser o ovo, 32,95% tilápia e 28,98% galinha caipira. Para a classe de produtos como cereais, produtos artesanais, industrializados e semi-industrializados a maior demanda foi por queijo (61,93%). Quanto aos outros tipos de produtos da agricultura familiar destaca-se as ervas medicinais.

Os resultados da Figura 2 indicam os principais locais de compra dos produtos da agricultura familiar, nesse questionamento também foi possível se assinalar mais de uma opção de compra. Desse modo, os pontos de maior frequência foram, feiras (57,95%), supermercados/hipermercados e mercearias (50,57%), quitandas e frutarias (26,70%), compra direta do produtor (18,18%), vendedores ambulantes (17,61%), redes sociais (Whatsapp, Instagram, Facebook) (12,50%), lojas que vendem apenas produtos orgânicos (5,68%), aplicativos de delivery (Ifood, Aiqfome) (2,84%) e outros tipos de loja/comércio alimentício (2,84%).

Figura 2 – Principais Locais de compra produtos da agricultura familiar



*Respostas Múltiplas

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2022.

Por fim, a presente pesquisa objetivou compreender o padrão de consumo de produtos orgânicos da agricultura familiar, levantando quais os principais fatores de compras desse segmento, quanto se pagaria a mais por produtos da agricultura orgânica e o que levaria os consumidores a não comprarem produtos orgânicos. Os resultados estão disponíveis na Tabela

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

3, ressalta-se que esses foram divididos entre os entrevistados que disseram consumir (75,57%) e não consumir produtos orgânicos (24,43%).

Tabela 3 – Características do consumo de orgânicos

Consumo de Produtos Orgânicos	%		Total
	Não (24,43%)	Sim (75,57%)	
Fatores - Compra produtos orgânicos			
O fato de a produção utilizar defensivos, fertilizantes e conservantes naturais	25,58	68,42	57,95
Conhecimento do retorno social do sistema de produção da agricultura orgânica	20,93	48,87	42,05
Facilidade no acesso ao produtor	16,28	30,83	27,27
Não consumo produtos orgânicos	53,49	0,75	13,64
Prefiro não responder	6,98	4,51	5,11
Outros	2,33	1,50	1,70
Consumo poucos produtos orgânicos	4,65	1,50	1,14
Qualidade e sabor	-	1,50	1,14
Não acho o comprar	-	0,75	0,57
Outros	-	0,75	0,57
Quanto se pagaria a mais por orgânicos			
Nada	6,98	6,02	6,25
Entre 1% e 10%	41,86	45,86	44,89
Entre 11% e 29%	9,30	18,05	15,91
Entre 30% e 49%	2,33	3,01	2,84
Entre 50% ou mais	0,00	1,50	1,14
Não consumo orgânicos	11,63	0,75	3,41
Não sei dizer	27,91	24,81	25,57
O que leva a não consumir orgânicos			
Não tenho motivos para não consumir orgânicos	20,93	50,38	43,18
Falta de lugares próximos	46,51	22,56	28,41
Preço	39,53	18,05	23,30
Não sei dizer	11,63	14,29	13,64
Falta de conhecimento	18,60	6,02	9,09
Falta de confiança	9,30	3,76	5,11
Falta de interesse	11,63	-	2,84

*Respostas Múltiplas

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2022.

Ao se analisar o resultado contemplando os que disseram consumir e não consumir produtos orgânicos, ou seja, a coluna Total da Tabela 3, verificou-se que os principais fatores que levam os entrevistados a demandarem por produtos orgânicos são: o fato de a produção utilizar defensivos, fertilizantes e conservantes naturais (57,95%), conhecimento do retorno social do sistema de produção da agricultura orgânica (42,05%) e facilidade no acesso ao produtor (27,27%). Quando questionados se pagariam a mais por orgânicos, a maioria estaria disposta a pagar entre 1% e 10% a mais (44,89%), porém 25,57% dos entrevistados não souberam responder. Por fim, sobre os fatores que inibem o consumo se destaca a falta de lugares próximos para a aquisição (28,41%) e o preço (23,30%). Ressalta-se que nesse caso, a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



maioria dos entrevistados (43,18%) disseram não ter motivos para não consumir produtos orgânicos, sinalizando um grande potencial de demanda dessa atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou responder à problemática sobre o questionamento de qual o potencial de demanda para produtos derivados da agricultura familiar de Campo Mourão, particularmente dos gêneros do sistema de produção orgânica. Para tanto, sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos para a obtenção de materiais a serem analisados, a pesquisa bibliográfica realizada foi capaz de proporcionar uma revisão de literatura que demonstra a trajetória entre o momento do levantamento do questionamento sobre as potencialidades de demanda para a atividade agrícola estudada e as possibilidades que existem para a sociedade civil e o poder público engendrarem os incentivos necessários ao crescimento da agricultura familiar de bens orgânicos, nos moldes do desenvolvimento sustentável.

Os resultados da pesquisa primária permitiram compreender a demanda por produtos da agricultura familiar, os principais fatores de consumo, bom como seus inibidores. Desse modo verificou-se que o principal fator que estimula a demanda por produtos da agricultura familiar é a utilização de menos agrotóxicos, conservantes e fertilizantes no processo produtivo (68,75%). Como inibidor da demanda por produtos da agricultura familiar sinaliza-se a dificuldade na aquisição (42,86%). Quanto às categorias de produtos que se consome com maiores frequências são as verduras (73,30%), legumes (64,20%) e frutas (60,80%).

Em relação aos produtos orgânicos da agricultura familiar, os principais fatores que estimulam a demanda é a utilização de defensivos, fertilizantes e conservantes naturais (57,95%), conhecimento do retorno social do sistema de produção (42,05%) e facilidade no acesso (27,27%). Já os determinantes que desestimulam o consumo são: falta de lugares próximos para a aquisição (28,41%) e o preço (23,30%).

Portanto, o estudo técnico bem como a análise dos resultados, permitiu concluir que avaliar as oportunidades para ampliar o mercado de produtos orgânicos da agricultura familiar passa por contextualizar a atividade produtiva quanto a sua capacidade de promover desenvolvimento local sustentável, algo que quando percebido pelos atores da sociedade civil e do governo, resulta na junção de esforços dos mesmos para institucionalizar e expandir o seu mercado. Nesse caso não é uma questão apenas de número de pessoas querendo comprar,



mas de políticas públicas e ações da sociedade civil que viabilizam também a oferta desses produtos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10 n. 1, p. 75-89, jan./mar. 2006.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXL, n. 250, p. 8-9, 24 dez. 2003.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Incra, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MELÃO, I. B. **Desenvolvimento Rural Sustentável a Partir da Agroecologia e da Agricultura Orgânica**: o caso do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2010. (IPARDES. Nota técnica IPARDES, nº 8).

MORAES, M. D. de; OLIVEIRA, N. A. M. de. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**, v.3, n.1, 2017.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010.

TOMASETTO, M. Z. de C.; LIMA, J. F. de; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009.

TRICHES, R. M.; SCHABARUM, J. C.; GIOMBELLI, G. P. Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano19, n.31, p. 91-110, maio/ago. 2016.

VEIGA, J. E. da et al. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VEIGA, J. E. da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, EMBRAPA, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

WIESE, A. F.; MILLANÉS, O. A. G.; BOVO, M. C. As cooperativas de agricultura familiar e o desenvolvimento local: um estudo em dois municípios do Paraná. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 15, n. 3, p. 153-176, set./dez. 2020.



RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIVIL DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

Hugo Henrique Saullin-Alvaro¹ – Universidade Estadual de Maringá

Gian Leonardo Saullin Alvaro² – Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral apontar e analisar a responsabilidade civil e social do profissional contabilista quanto ao exercício de sua função assim como os possíveis danos consequências na sua realização, para tanto serão conceituados a contabilidade e o exercício da profissão pelo contador. De forma a complementar, será conceituada e analisada a responsabilidade civil e social quanto aos danos causados durante o efetivo trabalho do profissional contábil. O estudo em comento se justifica na necessidade de elucidar na literatura escassa sobre esta temática da responsabilidade civil e social do profissional contabilista quanto ao exercício de sua função e possíveis danos ao não cumprimento da lei e regras. A metodologia desta pesquisa foi a de coleta de dados bibliográficos, no qual foi consultado o acervo existente nas bibliotecas de onde foram escolhidos os autores que tem conhecimento aprofundado sobre o tema em estudo. Desta feita, insta claro que a informação contábil tem relevante contribuição para a eficácia do trabalho do profissional contábil, de forma que são claras as responsabilidades do profissional contábil quando do exercício de sua profissão, de forma que deve presar pela transparência e ética a qualquer atividade realizada, de forma a não ser responsabilizado civil e criminalmente por seus atos.

Palavras-chave: Responsabilidade. Civil. Social. Contador.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo general señalar y analizar la responsabilidad civil y social del profesional de la contabilidad en el ejercicio de su función, así como las posibles consecuencias dañinas en su cumplimiento, para ello, la contabilidad y el ejercicio de la profesión por parte del contador. será conceptualizado. Además, se conceptualizará y analizará la responsabilidad civil y social por los daños causados durante el ejercicio efectivo del profesional contable. El estudio en discusión se justifica por la necesidad de dilucidar en la escasa literatura sobre este tema de la responsabilidad civil y social de los profesionales de la contabilidad en relación con el ejercicio de su función y los posibles daños por incumplimiento de las leyes y normas. La metodología de esta investigación fue la recolección de datos bibliográficos, en la cual se consultó la colección existente en las bibliotecas donde se escogieron los autores que tienen un conocimiento profundo del tema en estudio. En esta ocasión, es claro que la información contable tiene un aporte relevante para la efectividad de la labor del profesional contable, por lo que quedan claras las responsabilidades del profesional contable al momento de ejercer su profesión, por lo que debe procurar la transparencia y la ética en cualquier actividad que realice, a fin de no ser considerados civil y penalmente responsables de sus actos.

Palabras clave: Responsabilidad. Civil. Social. Contador.

¹ - Bacharel em Ciências Contábeis – e-mail: hugosaullin@hotmail.com

² - Mestre em Ciências Contábeis – e-mail: leo_saullin@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

A contabilidade consiste fundamentalmente em gerar relatórios de forma clara e objetiva a seus usuários, sendo assim o profissional contábil tem papel fundamental nesse processo e no controle organizacional (FÁVERO, 2006, p. 30).

O estudo em comento se justifica na necessidade de elucidar na literatura escassa sobre a temática da responsabilidade civil e social do profissional contabilista quanto ao exercício de sua função e possíveis danos ao não cumprimento da lei e regras.

Desta forma, qual seria a responsabilidade civil e social do profissional contabilista perante sua atuação nas organizações?

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e quanto aos procedimentos e à abordagem do problema de forma qualitativa.

Posto isso, cabe pontuar que os objetivos deste estudo são: geral – apontar e analisar a responsabilidade civil e social do profissional contabilista quanto ao exercício de sua função e possíveis danos consequências; específicos – conceituar a contabilidade e a profissão; analisar o papel e função do profissional contabilista; conceituar e verificar a responsabilidade civil e social quanto aos danos do profissional contabilista.

Com o constante desenvolvimento econômico mundial, surgiu dentro da contabilidade a precisão de acompanhar esse processo e se adequar às novas necessidades, contribuindo com o surgimento de novas áreas de atuações.

Com o desenvolvimento econômico mundial, a contabilidade evoluiu naturalmente da mesma forma que a sociedade como um todo, e precisou se adequar às novas exigências mercadológicas e legais, no decorrer deste processo acabou surgindo novas áreas de atuação, passando a ser mais abrangente, proporcionando diversas alternativas onde o profissional passou a ser capaz de atuar.

2 CONTABILIDADE

As palavras de Fávero (2006, p. 30) lecionam que a estrutura conceitual base da contabilidade define a estrutura teórica do ambiente na qual a contabilidade deve ser elaborada bem como a forma ideal para que ela gere suas informações. Ainda segundo o autor, o entendimento desta estrutura permite uma visão mais ampla sobre a estrutura da contabilidade e



do papel exercido pelo profissional contábil dentro de um ambiente empresarial.

A concepção de Fávero (2006, p.130) ainda agrega dizendo que “o objetivo da Contabilidade não é só produzir informações contábeis adequadas, mas também as transmitir de forma clara e objetiva”.

Para Franco (1997, p. 21), a contabilidade apresenta os fenômenos ocorridos na entidade, utilizando como base de trabalho seus registros históricos de forma a emitir demonstrações que servirão de base para a tomada de decisão pelos gestores.

Neste contexto, a contabilidade está para qualquer organismo econômico assim como a história está para a humanidade, de tal forma que somente com o estudo da contabilidade podemos entender o passado e o presente das empresas de forma a fazer previsões para seu futuro (FRANCO, 1997, p. 22).

Segundo Fávero (2006, p. 29), a contabilidade pode ser encontrada em qualquer processo interno e financeiro de uma entidade, sendo que sua estrutura conceitual básica emerge deste processo e proporciona aos contadores métodos que podem ser utilizados durante a geração de informações aos usuários institucionais.

A contabilidade é responsável por gerar informações que são utilizados pelos usuários em seu processo de tomada de decisões, todavia nem sempre esses relatórios são de fácil entendimento para quem não tem conhecimento técnico, sendo assim um grande obstáculo que os profissionais contábeis enfrentam é a de melhorar suas informações para que elas possam atingir os mais distintos usuários (FÁVERO et al, 2006, p. 57).

Neste sentido Iudicibus (1998, p.19) entende que a contabilidade é a principal ferramenta no auxílio da tomada de decisões pela administração, uma vez que ela é responsável por receber os dados econômicos e transmutá-los em relatórios e comunicados aos usuários.

2.1 A Profissão Contábil no Brasil

A presença de profissionais contábeis em território brasileiro data desde o início de sua colonização, porém apenas em meados do ano de 1807 com a chegada da corte portuguesa e a abertura dos portos do país é que o comércio local começa a se desenvolver, conseqüentemente melhorando os aspectos da estruturação e regulamentação da profissão contábil (COELHO, 2000, p. 12).

Para Coelho (2000, *apud* SILVA, 2003, p. 13), o desenvolvimento da contabilidade



passou a ser mais evidente através da criação, em 1809, da aula de comércio com a nomeação de José Antônio Lisboa, que se torna o primeiro professor da área contábil do Brasil.

Era então necessária a criação de uma instituição de ensino que lecionasse àqueles profissionais que tinham o desejo de obter uma qualificação profissional e o aperfeiçoamento nesta área. Sendo assim foi criada em 1902 a primeira escola de contabilidade no Brasil, e após três anos de sua existência os diplomas emitidos pela Escola Prática de Comércio foram reconhecidos por Decreto Federal (COELHO, 2000 *apud*, SILVA, 2003, p. 14).

Entretanto, segundo Coelho (2000, p. 32), mesmo com a ênfase contábil evidenciada nos cursos de comércio, unicamente se instituiu o curso de Contabilidade no ano de 1931, que por meio de três anos de estudos se formava o “perito contador”. Sendo assim, este profissional, no Brasil, somente passou a apresentar relevante evolução após o ano de 1946, através da criação do Conselho Federal de Contabilidade (COELHO, 2000).

Já no ano de 1951, a Lei nº1401 elaborou os Cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, tornando assim possível a obtenção do título de bacharel em Contabilidade (MARION, 1999).

2.2 Responsabilidade Civil

Podemos compreender a responsabilidade civil observando as lições de Pereira (*apud* DIREITO; FILHO, 2004 p. 46), que evidencia que “o conjunto de regras que obrigam o autor de um dano causado a outrem a reparar este dano oferecendo à vítima uma compensação”.

Preponente é a pessoa que realiza por meio documental, outorga a terceiro do direito de representá-lo em matéria específica e por tempo determinado, ao passo que preposto é a pessoa que recebe esta autorização de representar o preponente (BRASIL, 2002; COZZA, 2002, p. 262; FABRETTI, 2004, p.73; PLÁCIDO; SILVA, 2007 p. 431). O preposto não pode, sem autorização por escrito do preponente, terceirar a outorga de direitos que lhe foi conferida (BRASIL, 2002).

A responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, haja vista que a prática ilícita que acarreta dano ou perda, obriga seu autor a realizar compensação pelo fato (GONÇALVES, 2007, p. 8). A responsabilidade civil pode ser dividida em subjetiva que se esteia na necessidade de comprovação de culpa do agente causador; e objetiva que não exige a necessidade de comprovação de culpa, pois em alguns casos ela pode ser presumida por lei e ser



caracterizada pelo dolo do causador (BRASIL, 2002; DINIZ, 2006, p. 46; GONÇALVES, 2009, p. 22).

3 RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO CONTADOR

A responsabilidade civil do contador pode ser compreendida como a obrigação de resultado, em outras palavras, deve responder pelo resultado, levando em consideração que, o profissional contador, ao exercer a sua função, fica obrigado não somente se responsabilizar por sua atividade, entretanto, especialmente deve se responsabilizar pelo o que o seu trabalho resulta (STOCO, 2004, p. 499).

Para Stoco (2004, p. 466) e Faraco (2008, p. 247) a obrigação do contabilista deve ser prevista em contrato, e a não obtenção do resultado desejado acarretará ao prestador a obrigatoriedade de provar o caso ocorrido ou força maior uma vez que o contratante tem a prerrogativa anteriormente prevista contratualmente.

Desta forma, o contrato de prestação de serviços se apresenta como a garantia formal da realização de uma contratação, atuando como a prova jurídica que determina os limites para a execução dos serviços que são prestados a devam ser prestados e ou as obrigações que o contratante possui (GOMES *apud* FARACO, 2008)

Para Silva e Brito (2004, p. 27), é por meio das doutrinas que o contador se responsabilizará solidariamente por qualquer tipo de consequência que resulte de uma ação que foi praticada pelo mesmo, sendo com culpa ou com dolo. Ainda salientam os autores, que quando “vencidos os conceitos técnicos, é imprescindível registrar que quem vai exigir a responsabilidade dos contabilistas com base no novo Código Civil é seu contratante ou credor deste”. Posicionamento este que destoa do entendimento de Stoco (2004, p. 499), que doutrina que deverá ser verificada a culpa do contabilista para que se exija que ele responda por seus atos ilícitos.

3.1 Solidariedade

A solidariedade, no contexto do profissional contábil, possui o significado de dizer que o indivíduo que foi prejudicado terá a possibilidade de acionar tanto o contador como também a organização com o intuito de reaver o prejuízo causado. Com o intuito de compreendermos mais



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

adequadamente o significado de solidariedade, devemos analisar alguns conceitos. As palavras de Silva (2002, p. 771) agregam valor ao assunto dizendo que “no sentido jurídico, a solidariedade, igualmente, configura a consolidação em unidade de um vínculo jurídico diante da pluralidade de sujeitos ativos ou passivos de uma obrigação, a fim de que somente se possa cumprir por inteiro”.

Pode-se concluir que a solidariedade faz a configuração da consolidação de um vínculo jurídico, que existe entre as duas partes, tendo a principal finalidade de proporcionar a obrigação de cumprir por inteiro. Sendo assim, no tocante da solidariedade, esta terá a possibilidade de ocorrer por meio de concursos de agentes na prática de ato ilícito, no instante em que dois ou mais indivíduos o praticam. Nascendo assim a solidariedade dos inúmeros agentes, onde as palavras encontradas no art. 942 do Código Civil Brasileiro lecionam que “se a ofensa tiver mais de um ator, todos responderão solidariamente pela reparação” (GONÇALVES, 2009, p. 140).

Desta maneira, o Código Civil ainda determina que, nas situações de culpa, o contabilista pode responder perante a própria sociedade exclusivamente. Nas situações onde o profissional agiu com dolo, o Código Civil determina que é preciso responder perante aos terceiros que foram prejudicados solidariamente com a instituição. No âmbito da responsabilidade solidária, os estudos de Gonçalves (2009, p. 139) apontam:

Há casos, entretanto, em que a pessoa pode responder não pelo ato próprio, mas pelo ato de terceiro ou pelo fato das coisas ou animais. Muitas vezes, para que “justiça se faça, é necessário levar mais longe a indagação, a saber se é possível desbordar da pessoa causadora do prejuízo e alcançar outra pessoa, à qual o agente esteja ligado por uma relação jurídica, e, em conseqüência, possa ela ser convocada a responder. Ai situa-se a responsabilidade por fato a outrem ou pelo das coisas.

Desta forma, o contador deverá responder perante o titular da organização, sócios, diretores e administradores, e esses vão responder diante de terceiros através dos danos que foram causados pelo profissional. Todas as ações dolosas são àqueles que foram realizados de propósito, tendo uma real intenção do resultado alcançado. Nessa situação, o contador irá responder de maneira solidaria com o titular da instituição, sócios, diretores e administradores perante terceiros, pelas ações que foram praticadas.

Segundo o entendimento de Silva e Brito (2004, p. 27), o contador deverá responder em qualquer tipo de hipótese, mesmo que o profissional faça a alegação do desconhecimento de suas obrigações:



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Isso nos leva a concluir que, salvo melhor juízo do contabilista poderá ser severamente responsabilizado em qualquer hipótese, haja ele com culpa ou dolo, pois em função dessa nova norma não poderá alegar praticamente nada a seu favor. Eis que se alegar desconhecimento profissional, por exemplo, terá agido com culpa (negligência, imperícia ou imprudência), se errar tendo o conhecimento necessário, terá agido com dolo, portanto esperava o resultado.

O profissional contábil terá então o dever de agir cuidadosamente e atenção ao desempenhar as suas funções, até porque terá a capacidade de se responsabilizar por conta de todas as hipóteses, considerando que ele tenha agido com culpa ou com dolo.

Sendo assim, a responsabilidade do profissional contábil se encontra estipulada através do Código de Defesa do Consumidor no seu artigo 14, §4º, assim como na relação de consumo referente a prestação de serviços:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

(...)

§4º - A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa (BRASIL, 1990).

Seguindo essa concepção, as pesquisas realizadas por Uhl (2009, p. 22) apontam que, assim como está elencado no “Código de Defesa do Consumidor, o profissional pode ser responsabilizado caso o serviço prestado por ele seja considerado defeituoso, ou seja, prestado de forma tal que cause dano material ou moral”.

Deve-se ressaltar que também se aplica o Código de Defesa do Consumidor no que diz respeito à responsabilidade Civil do profissional, na situação em que o serviço que foi prestado pelo contabilista seja abalizado como sendo defeituoso.

As palavras de Uhl (2009, p. 23) ainda apontam que:

A prestação de serviço contábil é uma relação de consumo. Portanto, se um cliente entender que o serviço do contador lhe causou danos ou prejuízos, este poderá pleitear indenização a título de reparação. Atualmente, notamos que os contadores sempre respondem quando a Receita Federal entende que os lançamentos contábeis foram feitos de forma errada, aplicando aos clientes dos contadores, ou seja, os terceiros, multas e cobrando juros pelo erro praticado pelo contabilista.

No que diz respeito à responsabilidade Civil do Profissional, são muitos os tribunais que estão fazendo a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, resultando ainda na adoção da responsabilidade objetiva, que em outras palavras, não dependendo da existência de dolo ou culpa, sendo o suficiente ter o nexo de causalidade entre os atos do profissional e o dano que foi causado ao cliente (ROSSET, 2009, p. 22).

É notório ainda que o profissional contábil pode ser submetido a uma função de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

subordinação e que pode resultar na prática de ações indevidas. As palavras de Silva e Brito (2004, p. 27) lecionam assim sobre o assunto “por outro lado, é sabido que a condição de subordinação, não raras vezes, coloca o profissional na posição de submissão, o que leva a prática de atos indevidos, culposos ou dolosos. Mesmo assim, em princípio, será responsabilizado e não poderá furtar-se dos rigores da Lei”.

Estimando ainda que, se fundamentando nas doutrinas e jurisprudências, esse referido rigor da lei deva modificar em algum momento, onde “certamente esse rigor poderá ser equilibrado no futuro, no entanto isso só vira através de doutrinas e jurisprudências, as quais, pelo amadurecimento necessário em nome da justiça, podem se morosas (SILVA; BRITO, 2004, p. 27)”.

Ressalte-se que, utilizamos como fonte de informação e prevenção, todas as formas para a proteção que, através das mesmas, onde os profissionais contábeis possuem o dever de utilizar como uma maneira de prevenção contra os danos que foram causados durante o exercício das suas funções, assim como aponta as palavras de Uhl (2009, P. 22), vejamos:

São muitos os casos de profissionais e empresas que, em função de alguma falha ou omissão cometida na execução de seus serviços profissionais, viram seu patrimônio comprometido por alguma condenação judicial. Porém, os seguros de responsabilidade profissional têm sido cada vez mais procurados.

Sendo assim, este tipo de seguro direcionado ao profissional e a responsabilidade que o mesmo possui, sendo ainda extremamente buscado pelos profissionais liberais, sendo então uma maneira de assegurar sua proteção.

Os estudos de Uhl (2009, p. 23) ainda contribuem com o tema dizendo assim:

Não há como blindar um profissional, torná-lo irresponsável por seus atos, já que ele deve sempre conduzir-se de forma diligente no desempenho de suas atividades. Começam se popularizar, em nosso país, os chamados seguros de responsabilidade profissional, que, nos termos da apólice, podem assegurar o profissional contra quaisquer indenizações a que seja condenado, incluindo danos morais.

Uma maneira diferente e muito relevante para praticar a prevenção, é utilizar a forma de protocolo, angariando assim todas as assinaturas nos documentos que foram recebidos e apresentados onde constam à assinatura e ciência do seu cliente, salientando ainda a existência de diferente “aspecto importante é a documentação. É fundamental documentar e colher a assinatura de seus clientes para todos os procedimentos efetuados” (UHL, 2009, p. 23).

Para finalizar, observando essa referida evolução, o Código Civil que se encontra em vigor desde janeiro de 2003, assim como o Código de Defesa do Consumidor, que resultou em inúmeras alterações que influenciaram na sociedade brasileira, principalmente sobre a classe



contábil, onde a mais importante delas é a institucionalização da Responsabilidade Solidária, fomentando os profissionais contadores devam repensar os seus objetivos de serviços, isso porque, em conjunto com o seu cliente, eles podem responder por todos os atos ilícitos que forma realizados pelos indivíduos, tanto no âmbito civil como no criminal.

3.2 Responsabilidade Social

Qualquer que seja o trabalho feito através do profissional da contabilidade, este possui início através da captação das operações e transações realizadas pelas organizações, ocasião em que são registradas em forma de demonstrativos. Essas devem ser analisadas e passar por uma auditoria contábil com o intuito de garantir a real validade de todos os dados e da situação atual e patrimonial, econômica e financeira das entidades.

Apontando ainda que o contabilista, nos dias de hoje, se envolve relevantemente com o desenvolvimento socioeconômico da humanidade. Consequentemente, ainda desenvolve a sua capacidade profissional, elevando a cada dia mais o seu campo de atuação. Em nossa realidade atual, o contador não é mais capaz de ser somente abalizado como o profissional dos números, mas sim um profissional que deve agregar valor, ter um espírito investigativo, uma consciência crítica e ainda a sensibilidade ética. Resultando assim na aparição de um novo mundo dos negócios, globalizado e com uma competitividade mais alta, onde a todo instante é cobrado maiores conhecimento de todos os profissionais. Essa referida peculiaridade faz com que seja necessária e obrigatória a existência de uma nova visão do profissional contador pela sociedade. O próprio mercado aponta a extrema relevância que o contador possui como um consultor que passe confiança. Devendo ser ainda um profissional que possui como maior objetivo, ser capaz de efetuar o levantamento das informações em geral, fornecendo assim as informações econômicas e financeiras para as empresas onde atuam, reconhecendo ainda que essa referida função é extremamente necessária para sua sobrevivência (TRINDADE; BRONDANI, 2005).

Sendo assim, a responsabilidade social se apresenta como um tema que está sendo a cada dia mais difundido em todo o mundo empresarial. Um gestor, necessita incessantemente de ficar focado não apenas na execução de uma gestão adequada do negócio, entretanto ainda deve se focar no bem-estar da sociedade, englobando em seu trabalho a inclusão social e evidenciando todos os problemas socioculturais e econômicos em geral no ambiente onde está atuando. Esta



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

realidade é a consequência de uma sociedade globalizada que carrega consigo a necessidade de ter benefícios, receber ainda a atenção para as suas exigências e especialmente por transparência. Ficando então muito claro que a contabilidade precisa ser parte integrante deste contexto, levando em consideração que é o elemento mais importante que se responsabiliza por fazer o levantamento dos dados das empresas para que possam ser tomadas as decisões, assim como também para a realização de um gerenciamento como para ainda para ações no contexto da responsabilidade social. Sendo esta então uma responsabilidade muito importante, precisando ser realizada contando com ações éticas por estes profissionais contábeis, precisando incessantemente se fundamentar nos valores morais da sociedade (MERLO; PERTUZATTI, 2005).

Observando o Código de Ética Profissional do Contabilista, podemos ver que este recebeu aprovação no ano de 1970, sendo regulamentada então a profissão contábil. Objetivando assim apontar a mais adequada forma através da qual os contadores precisam embasar suas ações em seu exercício profissional e cumpri-lo se apresenta como uma questão de responsabilidade social. Assim como trabalhar na sociedade se fundamentando nos limites da legislação e ajudando no alcance da perpetuação das empresas, passando então a ser uma questão de consciência ética. Esta classe contábil precisa sempre estar preocupada com o social e o ambiental, precisando efetuar medidas que se direcionam para o alcance da proteção, preservação e controle do patrimônio humano, elaborando ferramentas contábeis que tenham eficácia e a capacidade de apontar o melhor caminho para os empresários ao se aplicar os mesmos, satisfazendo assim as necessidades da organização e também da sociedade (MERLO; PERTUZATTI, 2005).

Segundo as palavras de Iudícibus e Marion (2002, p.53), podemos notar que a contabilidade possui a intenção de “fornecer informações de natureza econômica, financeira e subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto de contabilidade”.

Todos podemos notar a demanda dos recursos humanos, naturais, e financeiros se encontra relevantemente superior as suas ofertas, sendo visível que cada vez mais se agrava a situação de falta de todos estes recursos. Sendo assim, o despertar social para a necessidade de poder assegurar estes recursos para as futuras gerações em conjunto com a conscientização de diversos empreendedores no tocante de associar a competitividade e cooperação nos negócios



como uma maneira de colocar em prática o desenvolvimento local e reduzir assim as diferenças interterritoriais, deixa bem clara a necessidade da responsabilidade social da contabilidade e de todos os seus profissionais como sendo uma ferramenta de informação que suporta os processos decisórios para as empresas de maneira direta ou indireta, podendo assim influenciar em todo o contexto social que vivencia.

Sendo assim, analisando os princípios éticos da profissão, a responsabilidade fiscal é uma ferramenta de grande relevância para a cidadania. A conscientização tributária é um elemento obrigatório para administrar as ações dos contribuintes, sendo ainda um princípio básico para que as organizações sejam capazes de realizar uma boa gestão fiscal. Neste sentido, o profissional contábil acaba provando a sua importância no âmbito social, não somente por conta da profissão que está exercendo, mas também por conta do exemplo de profissionalismo e de conduta ética e moral. Sem ser possível receber valorização àquele que não pratica adequadamente sua profissão, isso porque responsabilidade social se apresenta como o cumprimento com responsabilidade a relação contratual que existe entre o profissional, o cliente e a sociedade (MERLO; PERTUZATTI, 2005).

Chegamos então a conclusão de que o desenvolvimento social econômico se tornou possível pois o homem elaborou muitas formas para organizar a vida social entre os povos. Esta necessidade de se organizar acabou fazendo com que o Estado passasse a ser um elemento que proporcionava direção a este processo. E como uma maneira de se autofinanciar, também passou a ser necessário fazer a cobrança de tributos das empresas e dos cidadãos, com o objetivo assim de tornar possível a existência de condições mínimas para a sobrevivência da sociedade civil. Situação em que o profissional contábil se apresenta como um referencial para a execução do controle, exatidão e confiança.

Podemos então compreender que a Contabilidade Social precisa elaborar recursos que tornem possível fazer a identificação, mensuração e registro das ações no que diz respeito à promoção do desenvolvimento sustentável. Com a intenção de que possam ser divulgadas e avaliadas, tornando então possível que as ações sejam implementadas em tempo hábil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação contábil é muito importante para um trabalho eficaz com a utilização de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

ferramentas gerenciais, assim o contador precisa adotar uma postura engajada para assumir responsabilidade social e fiscal nas empresas. A sociedade está longe de atingir uma tributação justa e equalizada, somente após a população entender seu papel social que será alcançada.

As responsabilidades do contador são bem claras, no exercício da profissão deve-se agir com a maior transparência, e ética, para que não seja invocada sua responsabilidade. Cumprir a norma ou a ordem de quem o contratou pode se tornar um dilema, mas é a obrigatoriedade de o empreendedor assumir o seu papel na contabilidade. Todas as responsabilidades sociais levam em consideração a responsabilidade econômica, sendo assim o fato de o contador proceder conforme as legislações auxiliam na estabilidade social e econômica e favorece a análise de cenários futuros nos planejamentos estratégicos, trabalhar respeitando a ética aumenta o capital social diminuindo riscos e ampliando as perspectivas.

Inúmeras são as contribuições do profissional contábil para com a sociedade em toda sua amplitude, tendo um papel fundamental na tomada de decisões, direcionando uma empresa ao fracasso ou ao sucesso. É de responsabilidade do contador e aos administradores das empresas terem plena consciência da importância desse quesito no interior das organizações, gerando ações que possam contribuir com uma tomada de decisão socialmente responsável em todos os aspectos.

REFERÊNCIAS

- COELHO, C. U. F. **O profissional contábil e o mercado de trabalho**: contexto histórico, situação atual e perspectivas. Boletim Técnico do SENAC. v.26, nº 3, Setembro/Dezembro, 2000.
- COELHO, C. U. F.; LINS, L. DOS S. **Teoria da contabilidade**: abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.
- COZZA, M.. **Novo código civil do direito da empresa**. Porto Alegre: Síntese, 2004.
- DIREITO, C. A. M.; FILHO, S. C. **Comentários ao novo código civil**: volume 13 - da responsabilidade civil, das preferências e privilégios creditórios. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Responsabilidade Civil, 2006.
- FAVERO, H. L.; LONARDONI, M.; SOUZA, C. DE,; TAKAKURA, M. (2006). **Contabilidade Teoria e Prática**. 4-ed São Paulo: Atlas, 2006.
- FABRETTI, L. C. **Direito de empresa no novo código civil**, 2. ed., São Paulo: Atlas, 2004.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- FARACO, S. **As Organizações Contábeis e o Contrato de Prestação de Serviços**. Florianópolis-SC, 2008.
- FRANCO, H. **Contabilidade Geral**. 23.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- GONÇALVES, C. R. **Responsabilidade Civil**. 11ª edição, Revista Ed. Saraiva, 2009.
- GONÇALVES, C. R. **Direito das Obrigações**: Parte especial – Tomo II Responsabilidade Civil. 4ª ed., Editora Saraiva, 2007.
- IUDICIBUS, S. DE.; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade Para não Contadores**. São Paulo: Atlas, 1998.
- IUDICIBUS, S. DE.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas 2002.
- IUDÍCIBUS, S. DE.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S. DE. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. DE., MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: Aplicável às demais sociedades. 6. ed. rev. e atual. – 9.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.
- Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm, 1990.
- Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm, 2002.
- MARION, J. C.; MARION, M. C. (1999). **O ensino da contabilidade no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARION, J. C. et al. (Coord.). **Mudanças nas demonstrações contábeis**: projeto nº3.641 e anteprojeto de reforma da lei das sociedades anônimas. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 11.ed. – São Paulo: Atlas, 2005.
- MERLO, R.; PERTUZATTI, E. **Cidadania e responsabilidade social do contador como agente da conscientização tributária das empresas e da sociedade**. Chapecó, SC, 2005.
- PELEIAS I. R.; BACCI, J. **Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil**: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. Revista Administração On-Line – FECAP - Volume 5 Nº 3, p 39-54 jul/ago/set. DISPONIVEL EM: http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf, 2004.
- PLACIDO E SILVA. **Vocabulário jurídico 2007**. 27 ed. São Paulo: Forense, 2007.
- PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. **Contabilidade avançada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ROSSET, R. **Revista Fenacon em Serviços** Julho/Agosto, 2009.
- SÁ, A. L. DE. **Fundamentos da contabilidade geral**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2008.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- SÁ, A. L. DE. **História Geral e das doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.
- SILVA, L. R. DA.; BRITO, V. B. DE. **O Novo Código Civil para Contadores**, 2004.
- SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. DE S. **Balanço Social**. Teoria e prática: inclui o novo modelo do IBASE. São Paulo: Atlas, 2001.
- SILVA, D. P. E. **Vocabulário Jurídico**. 20ª ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.
- STOCO, R. **Tratado de Responsabilidade Civil**, 2004.
- TINOCO, J. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo, SP, 2001.
- TOZONI-REIS, M. F. C. **Do projeto ao relatório de pesquisa**. In: PINHO, S. Z. (Org.). Cadernos de formação: formação de professores. Educação, cultura e desenvolvimento. v. 3. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.
- TRINDADE, L.; BRONDANI, G. **A contabilidade e sua responsabilidade social**. Santa Maria, RS, 2005.
- UHL, R. **Revista Fenacon em Serviços** Julho/Agosto, 2009.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**UM ESTUDO SOBRE OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A CULTURA DAS ESCOLAS
INDÍGENAS DO APUCARANINHA.**

Lucineia Chiarelli¹ – UNESPAR
Everton Teodoro da Silva²- UNESPAR
Glauco Rafael Correia Faria³ - UNESPAR
Ana Maria Silva Silva⁴ - UNESPAR

Nome do GT: 13-Políticas Públicas

RESUMO

Esta pesquisa discorre sobre os investimentos recebidos nas escolas do Apucarantina, bem como, destaca um pouco da cultura kaingang. Tem por objetivo entender os investimentos públicos educacionais e por consequência analisar seus patrimônios existentes e perceber como a cultura Kaingang influencia no desenvolvimento educacional dos alunos. Tal abordagem se faz importante como esclarecimento social, estudo documental e etnográfico. Apresenta-se sobre o histórico dos indígenas Paranaenses do Apucarantina, e analisa-se os dados informados pelo NRE de Londrina com informações de investimentos financeiros e conclui-se que faltam recursos para serem aplicados.

Palavras-chave: Educação, Investimento, Cultura Kaingang.

RESUMEN

Esta investigación discute las inversiones recibidas en las escuelas de Apucarantina, así como destaca un poco de la cultura kaingang. Su objetivo es comprender las inversiones educativas públicas y, en consecuencia, analizar sus activos existentes y comprender cómo la cultura Kaingang influye en el desarrollo educativo de los estudiantes. Tal abordaje cobra importancia como esclarecimiento social, estudio documental y etnográfico. Presenta la historia de los paranaenses de Apucarantina, y analiza los datos informados por la NRE de Londrina con informaciones sobre inversiones financieras y concluye que faltan recursos para ser aplicados.

Palabras clave: Educación, Inversión, Cultura Kaingang.

. INTRODUÇÃO

A Educação é um bem de direito humanitário e se estende a todos os cidadãos. Por força de lei, tal direito está amparado e assegurado ao redor de todo o mundo. No Brasil, foi somente com a Constituição Federal de 1934, art. 149 que a educação se tornou um direito de todos e deve

¹ Doutora em Educação Políticas Pública – e-mail: lucineia.chiarelli@unespar.edu.br

² Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus Apucarana. E-mail: everton.ets1@gmail.com.

³ Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus Apucarana. E-mail: glaucorafael7@gmail.com.

⁴ Graduanda em Ciências Contábeis pela UNESPAR



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ser “ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país”, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. Segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, onde será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Mas para que tal direito educacional seja alcançado, muitas preocupações foram aparecendo com o decorrer do tempo e atenta-se a responder, quais são os investimentos realizados no ensino público da comunidade indígena, nas escolas situadas no Apucarantina?

Esta pesquisa tem por objetivo entender os investimentos públicos educacionais realizados nas escolas da comunidade indígena localizadas no Apucarantina. Como objetivos específicos entender sobre suas receitas e despesas, bem como analisar seus patrimônios existentes e entender como a cultura Kaingang influencia no desenvolvimento educacional dos alunos.

O estudo justifica-se por termos em torno de 1,8 mil indígenas morando no Apucarantina, sendo que em torno de 540 estudam nas escolas indígenas da reserva e preocupa-nos em ver indígenas na cidade de Apucarana muitas vezes com crianças pedindo ou vendendo cestarias ou panos de prato nas esquinas da cidade.

A pesquisa ainda visa analisar a situação econômica da comunidade indígena do Apucarantina para estudar a necessidade sobre a qualidade e o desempenho do ensino indígena Kaingang, pois assim vemos o quanto ele é realmente importante ao cenário educacional paranaense. Desta forma, o artigo assim se faz importante como esclarecimento social, estudo documental e etnográfico.

A educação indígena das três escolas, por sua localização geográfica, se dão também como educação no campo, que acaba trazendo por objetivo a ligação das questões “do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate de classe entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana” (Caldarti, 2012).

O ato de ensinar está diretamente ligado ao modo de vida indígena (Baniwa, 2006), passando por toda a sua esfera social, pelas funções e cargos existentes, onde o indígena ensina e passa sua cultura através das orações, dos cantos, dos trabalhos manuais, passa por meio de sua



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

língua, dos trabalhos de coleta e plantio, por meio de seus festivais, ou seja, por meio de seu dia a dia, alcançando a todos os integrantes da vivência na comunidade indígena, desde o cacique até a criança indígena. Mas para que a educação indígena tenha eficácia, deve-se entender que a cultura e a língua-mãe são pilares fundamentais que nunca poderão ser deixadas de lado. Assim a escola torna-se extensão cultural e força da tradição, conservada e cuidada aos longos de muitos anos.

As escolas indígenas, em particular as existentes no Apucarantina, de cultura Kaingang, são mantidas com os investimentos do governo estadual, para sustentar o básico de sua operação mensal, dados para a limpeza, pagamento dos salários dos professores, pagamentos de água, luz, internet etc. Estas escolas estaduais ainda recebem por complemento de programas governamentais que incentivam o desenvolvimento educacional dos membros das tribos escolares, em esferas direcionadas, como o programa de informatização ou de alfabetização (portal dia a dia, do governo do estado do paraná).

Assim, sendo as escolas indígenas do Apucarantina, institui es do poder público estadual, as mesmas além de terem os mesmos investimentos da educa o, conquistaram o direito de expressar a educa o em sua cultura. Essa união entre educa o e cultura aumenta não são o conhecimento individual de cada estudante em língua nativa como em portugu s, como também consegue promover, no melhor uso dos investimentos, o desenvolvimento social e cultural de toda a comunidade.

De modo a entender-se melhor o contexto de pesquisa, propõe-se desenvolver no referencial teórico a contextualiza o sobre o histórico dos indígenas Paranaenses do Apucarantina, destacando sobre sua cultura particular, sobre seu processo de demarca o de terras. Tr s um pouco sobre suas defini es culturais como: a linguagem Kaingang, seu censo populacional e a localiza o geográfica das Comunidades Indígenas.

  importante desenvolver sobre as Escolas Indígenas no Paraná, tratando o foco nas três escolas do Apucarantina, explanar sobre os Investimentos nestas Escolas e por fim sobre os investimentos Públicos por elas abarcados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO EMPÍRICO

“O objetivo do referencial teórico   fornecer um esquema completo o suficiente para desenvolver a pesquisa, e isso exige proposi es teóricas” (YIN, 2001, pg 21). Desta forma, a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



referência teórica abaixo elencada nos abrirá maior possibilidade de entendimento sobre a vida da comunidade indígena do Apucarantina. O que nos dará base para compreender os investimentos na educação na esfera pública indígena.

2.1 Histórico dos Índios Paranaenses do Apucarantina

A Terra Indígena Apucarantina está localizada em Tamarana, cidade do centro norte do estado do Paraná, e é formada por 4 aldeias: Sede, Água Branca, Serrinha e Barreiro, com uma população atualmente estimada de 1,8 mil indígenas, da etnia Kaingang. A área de 5.500 hectares é reservada em escritura pública de 28/12/1953, conforme declarado e firmado pelas etapas exigidas pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que segue os seguintes passos:

TABELA 1: Demarcação de terras Indígenas

Fase	O que acontece?
1. Estudos de identificação	A Funai nomeia um antropólogo para elaborar estudo antropológico e coordenar os trabalhos do grupo técnico especializado que fará a identificação da Terra Indígena em questão.
2. Aprovação da Funai	O relatório do estudo antropológico deve ser aprovado pela presidência da Funai, que, no prazo de 15 dias, fará com que ele seja publicado.
3. Contestações	As partes interessadas terão um prazo de até 90 dias após a publicação do relatório para se manifestar.
4. Declaração dos limites	O Ministro da Justiça terá 30 dias para declarar os limites da área e determinar sua demarcação física, ou desaprovar a identificação.
5. Demarcação física	Declarados os limites da área, a Funai promove a demarcação física.
6. Homologação	O procedimento de demarcação deve, por fim, ser submetido à presidência da República para homologação por decreto.
7. Registro	A terra demarcada e homologada será, em até 30 dias após a homologação, registrada no cartório de imóveis da comarca correspondente e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Fonte:terrasindigenas.org.br

Segundo o censo de 2010, fornecendo informações das novas dinâmicas da população no território indígena, afirma o gerente de Territórios Tradicionais e Áreas Protegidas do IBGE, Fernando Damasco, que havia 896.917 indígenas no Brasil, sendo que 517.383 viviam em terras indígenas. A região



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Norte concentra a maioria das localidades indígenas: 4.504 - 63,4% do total. Depois vêm as regiões Nordeste (1.211), Centro-Oeste (713), Sudeste (374) e Sul (301). Apenas o Amazonas tem 2.602 localidades indígenas. Dos 10 municípios com maior concentração, sete estão nesse estado. A cidade de São Gabriel da Cachoeira tem 429 comunidades indígenas.

Das terras oficialmente delimitadas, 305 estão no Norte. Em seguida, vêm Mato Grosso, com 73, e Pará, com 54.

Já os quilombolas estão espalhados em mais municípios: 1.672. Do total de localidades, 2.308 são agrupamentos, 3.260 têm outra identificação e 404 são territórios oficialmente reconhecidos. Mais da metade das localidades quilombolas (3.171) está no Nordeste, seguido do Sudeste (1.359). Só a Bahia tem 1.046. Logo depois, Minas Gerais aparece com 1.021 (IBGE, 2010).

O povo kaingang no censo, não apenas confirmou que estão entre as 5 maiores etnias indígenas no Brasil, mas mostrou com dados razoavelmente seguros que são, hoje, o 3º maior povo indígena em tamanho de população. Segundo o IBGE os Kaingangs somam 37.470 pessoas, das quais, 31.814 vivem em terras indígenas. Mais numerosos que os Kaingangs, no Brasil, seriam apenas os Tikuna, no Amazonas (em torno de 46 mil pessoas) e os Kaiowá-Guarani, no Mato Grosso do Sul (pouco mais de 43 mil pessoas).

A População Kaingang do Apucarantina está aumentando ao longo dos anos, conforme vemos em tabela abaixo:

TABELA 2: População Indígena.

Ano	População na Terra Indígena	
2014	1752	Siasi/Sesai
2013	1523	Siasi/Sesai
2010	1703	Funai/Chapecó
2006	1323	Funasa
1995	690	C. Helm

Fonte:terrasindigenas.org.br

Porém, mesmo com a população crescendo, fixa-se a importância da preservação da

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

cultura, bem como a necessidade da permanência de seus membros em seu território, de modo a favorecer que sua cultura não se extinga ao longo dos anos, como foi o ocorrido a tantas outras comunidades indígenas que deixaram de existir ao longo dos anos.

A Comunidade do Apucarantina está localizada em meio a mata, em uma floresta de característica Ombrófila Mista, nas dependências da bacia do Paranapanema, permeada pelo bioma de mata Atlântica. A comunidade se faz ainda alojada entre a confluência dos rios Apucarana, Apucarantina e Tibagi, numa distância de 80km da cidade de Londrina. Dentro da reserva existe a Hidrelétrica Apucarantina, que possui capacidade instalada de 10 MW. Foi inaugurada em 1949, pela Empresa Elétrica de Londrina S.A., incorporada pela Copel em 1974. E ainda consta o Salto Apucarantina, uma queda d'água de 125 metros de altura, marco turístico e paisagem deslumbrante do cenário ambiental na reserva (terrasindigenas.org.br).

Segundo o portal terrasindigenas.org.br, a Linguagem Kaingang usada é da família Jê, do tronco Macrô-Jê, e é ensinado a todos os membros da tribo desde o nascimento, sendo também a primeira língua de alfabetização. Em reunião com a equipe pedagógica do Núcleo de Educação de Londrina, nos foi informado que a língua portuguesa é inserida somente após o quarto ano de ensino, fazendo que os membros da tribo se tornem todos bilingues.

Existem 3 Organizações Indígenas na região: Associação dos Moradores da Terra Indígena Apucarantina (AMTIAP), Conselho Indígena Estadual do Paraná (CIEP) e a Organização de Juventude Indígena Kaingang Nen Ga, da Terra Indígena Apucarantina (AJIKAN). E ainda como mantenedora das escolas indígenas, temos o governo do estado do Paraná, com administração realizada pelo Núcleo Regional de Educação de Londrina.

Segundo o site terrasindigenas.org.br, que é o portal que guarda a maior base de dados sobre as aldeias indígenas abrigadas no Brasil, viu-se que as comunidades do Apucarantina têm por sua localidade os seguintes riscos potenciais e problemas existentes: A exploração de recursos e atos fundiários ocasionados por caçadores, pescadores e posseiros.

Recordando que os indígenas do Apucarantina obtiveram vitória contra a Usina que se encontra na reserva. Foi a partir de 2001 que o conflito entre as partes se intensificou. Desde agosto daquele ano, os índios Kaingang efetuaram uma série de ações principalmente ocupações da usina e detenção dos funcionários da COPEL para pressionar a empresa a renegociar as condições do contrato de arrendamento das terras onde ela está instalada. Até então os índios recebiam cerca de R\$ 56.000 anualmente, depositados em um fundo gerenciado pela Fundação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



Nacional do Índio (FUNAI), e eram obrigados a pagar pela energia consumida pelas aldeias da reserva (energia gerada dentro de suas terras). O Ministério Público Federal (MPF) atuou no caso como intermediador entre os índios e a empresa, intervindo para tentar um acordo que conciliasse os interesses de ambas as partes (terrasindigenas.org.br). Nesse caso os Indígenas tem o legítimo direito de receber royalties sobre a exploração de suas terras.

Em reunião com a equipe pedagógica do núcleo de educação do Núcleo Regional de Londrina e os diretores responsáveis pelas escolas, nos foram dadas as informações que como marcos dos traços culturais podem serem citados: os festivais do milho, chamado Emi. Festivais onde as escolas juntamente com a comunidade instruem, preservam e transferem as tradições para as próximas gerações, mostrando como colher e preparar o milho vermelho na lua minguante. Existe ainda a cultura do trabalho manual na confecção dos balaios, onde cada trançado, cor e material investido mostram detalhes de sua religião, pois são feitos na base da tradição e da oração. Temos ainda a particularidade das trocas de nome, pois quando um indígena nasce, como pede o estado, eles são logo registrados conforme a lei dos brancos, porém ao chegarem em suas aldeias onde são realizados momentos e oração onde será revelado o verdadeiro nome do indígena recém-nascido. Havendo a confirmação pela fé e religião, o nome do indígena é trocado, passando a adotar então seu nome indígena. Desta forma acabam existindo sobre a mesma pessoa a possibilidade de dois nomes, o social registrado e o indígena.

Dentro desse panorama geográfico, histórico e cultural, as quatro tribos se tornaram marco de referência indígena na região e usam de todos os espaços possíveis para demonstrar seus cantos, sua fé e religião, seus ensinamentos, preocupações e tradição a todos os que estreitam laços e/ou proximidade com a aldeia. Bem como ocorre com a educação estadual inserida por meio das três escolas fixadas dentro da reserva.

3. METODOLOGIA

A análise apresentada neste artigo é realizada através do método documental, etnográfico e qualitativo, abarcando os aspectos culturais que rodeiam a forma de ensino das três escolas Kaingang do Apucarantina.

A Metodologia de cunho documental, para Gil (2021) é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. Ela tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

bibliográfica. Os documentos analisados podem ser atuais ou antigos, e podem ser usados para contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou grupo de pessoas, em determinado momento da história. Por essa razão, é um tipo de pesquisa bastante utilizado nas ciências sociais e humanas. Trabalha-se documentos enviado pela professora Ingrid do NRE de Londrina.

Por sua vez vemos como foco uma abordagem metodológica também etnográfica, ou como define Antônio Carlos Gil (2021): etnometodologia, que nos favorece, “analisar as crenças e os comportamentos (...) das realidades correntes da vida social. (...) trabalhando com os fenômenos do cotidiano que examinados se confirmam por meio de uma descrição científica”.

Estando mais adequada para as pesquisas sociais, por dar suporte ao enfoque mais interpretativista, reforçando que o mundo e a sociedade devem ser entendidos segundo a perspectiva daqueles que o vivenciam, implicando considerar que o objeto de pesquisa é construído socialmente. Para Gil (2021), o método qualitativo revela a complexidade dos processos da interação social.

Com estas três formas metodológicas, que se auto complementam, nos será possível traçar o caminho da atividade científica que seguirá segundo o itinerário abaixo:

Primeiramente, haverá a necessidade de estreitamento de laços com os principais responsáveis pela educação e controladores das finanças das escolas, daqui se diz sobre o NRE de Londrina os diretores de cada escola do Apucarantina.

Na pessoa da pedagoga responsável do NRE Londrina pelas comunidades indígenas (Márcia), compreende-se como foram realizados os processos de avaliação, aprovação e reprovação, bem como do desenvolvimento a todos os alunos, ao longo dos últimos cinco anos. Nos será possível averiguar a grade ofertada, os seriamentos de cada escola e a característica extensiva de seus níveis (básico, fundamental, médio), e saber sobre a quantidade de alunos abrangidos. Todo o citado anteriormente será base de dados elencado dentro dos últimos cinco anos (de 2017 a 2021). A relação com a Pedagoga responsável se dará por meio de reuniões pelo google Meet, conversas via WhatsApp e a coleta de dados via e-mail.

Na pessoa da secretaria do setor financeiro (Ingrid) tem-se a parte mais extensa de coletas de dados, pois aqui nos será possível reconhecer todos os investimentos que foram repassadas as escolas dentro do período dos últimos cinco anos (de 2017 a 2021), às três escolas. Poderão ser reconhecidas as receitas e despesas (mensais e ou anuais) saber sobre os programas



governamentais adquiridos pelas escolas, saber sobre os investimentos nos patrimônios de cada instituição, identificando os bens ativos, principalmente de seus imobilizados. A relação com a secretária do financeiro responsável pelas escolas indígenas se dará por meio de reuniões pelo google Meet, conversas via WhatsApp e a coleta de dados via e-mail. Aqui também tem-se como contribuição a coleta de dados via sites específicos do NRE e do Governo do estado.

Como complemento, teremos reuniões via Meet com os diretores de cada escola, a fim de entender a particularidade de cada escola, quais os principais desafios, suas taxas de evasão etc.; a fim de compreendermos também o processo pedagógico e como estão sendo usados estes investimentos, na relação entre a própria escola e sua APMF (Associação de Pais e Mestres).

Com esta extensa possibilidade de coleta de dados advindas pelas reuniões, nos será possível averiguar se os investimentos dos últimos cinco anos nas três escolas indígenas da reserva Apucarantina se estão de acordo quando relacionado ao exigido por lei, quando dizemos sobre o Fundeb, sobre os programas de incentivo, sobre o exigido para os gastos no ensino público.

Para tanto, chegaremos ao resultado de nossa questão de pesquisa, a recordar: quais são os investimentos realizados no ensino público indígena, nas três escolas existentes situadas no Norte do Paraná? E por consequência entender como a cultura indígena Kaingang influencia no desenvolvimento educacional dos alunos?

Por essa metodologia, ainda poderemos deixar como proposta de pesquisa, de seguimento futuro, a observação do impacto formativo na vida do indígena do Apucarantina. Sabendo qual sua perspectiva educacional e qual a taxa ou quantidade de indígenas que entram para o ensino superior, já que não há uma universidade indígena instalada nem na reserva e muito menos no estado do Paraná.

4. ANÁLISE DAS ESCOLAS ÍNDIGENAS DO APUCARANTINA

Em 1991, instituiu-se o decreto nº 26/91, que transferiu as responsabilidades da FUNAI para o MEC, ficando encarregado de coordenar e organizar as ações voltadas ao ensino indígena a partir das Secretarias de Educação dos Estados.

Segundo as diretrizes da Educação Básica, podemos observar a transição de responsabilidades pela equidade e universalização dos direitos básicos à educação do povo brasileiro. Assim, com medidas políticas de um ensino diferenciado, há a tentativa de possibilitar o acesso à educação específica, diferencial, intercultural e bilingue em que os povos indígenas



tenham a capacidade de conseguirem restaurar seus valores e crenças através do estudo de suas memórias e de sua língua materna.

E é através deste resgate de cultura dos ensinamentos antigos que os povos Kaigangs transmitem e produzem o conhecimento dos povos indígenas, onde conseguem adquirir por meio de orientações os saberes passados pelos seus afins preparando para o convívio e vida social.

No Paraná, a educação escolar indígena tem contribuído de forma significativa para a permanência dos indígenas no território, bem como para o seu fortalecimento sociocultural, sobretudo, por meio da revitalização e constituição da língua indígena materna e da proteção da diversidade e sustentabilidade desse povo. Conforme IBGE, 2008 1,4% da população paranaense é indígena.

Através da Coordenação da Educação Escolar Indígena, reativada nesta gestão, são implementadas políticas que atendem aproximadamente 2.600 alunos indígenas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, das etnias Kaingang, Guarani, Xokleng e descendentes da etnia Xetá, em 19 Terras Indígenas. Ao todo, são 29 escolas indígenas, territorialização em 18 municípios no Estado do Paraná, em dados extraído do site do Governo do estado do Paraná.

4.1 A Educação Pública Indígena dos índios do Apucarantina: conhecendo as três escolas;

Como fonte principal do estudo, daqui abaixo seguem algumas informações importantes sobre a história e a particularidade de cada uma das três escolas elencadas para o estudo científico, financeiro e documental desta presente pesquisa.

4.1.1 A Escola Estadual Indígena Roseno Vókrig Cardoso,

Fica localizada na Aldeia Barreiro, na terra indígena Apucarantina do município de Londrina, Paraná. Suas instalações são compostas por 2 salas de aulas, cozinha, Sala de secretaria, Refeitório e Despensa.

A escola tem ensino desde os anos iniciais até o fundamental no período da Tarde. Na educação Infantil - Pré escola com 1 turma com 10 alunos, no ensino fundamental de 9 anos - Multi, que trabalham as disciplinas de Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outros), Ensino Religioso e Educação Física. São ofertados acesso à internet, tv, dvd, copiadora, impressora e a infraestrutura, alimentação, água filtrada, água de poço artesiano, energia da rede pública. Não possui esgoto, o lixo é destinado à queima.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A Escola carrega esse nome, Roseno Vókrig Cardoso, por ser o primeiro habitante da aldeia de Barreiro. Em 1973 ele foi morar em Barreiro, com sua esposa e seu filho João Cardoso, de onde tirava seu sustento através da lavoura.

Em 5 de fevereiro de 1992, foi autorizado o funcionamento da primeira escola que levou seu nome, pois devido à dificuldade de locomoção das crianças que ali residiam, foi solicitada a instalação da referida escola em uma casa pré-fabricada.

Em 7 de julho de 1996 passou a funcionar a nova escola, que levou o mesmo nome, Escola Rural Roseno Vókrig Cardoso. Sua infraestrutura de alvenaria, contendo uma secretaria, duas salas de aula, cozinha, depósito de merenda e dois banheiros. Eram ofertadas, pré, fase I, fase II, transição e 3º e 4º séries.

A Aldeia Barreiro conta com 12 famílias que vivem da agricultura, o vice- cacique tem a ajuda do Cacique e das lideranças da sede do posto indígena Apucarantina que fica a 15 km.

Em 16 de fevereiro de 2000 a Escola Barreiro passou a ser chamada Escola Rural Indígena Roseno Vókrig Cardoso, por pertencer a prefeitura municipal de Londrina.

Na atualidade a escola é administrada pelo diretor Jorge Henrique Barroso Góes.

4.1.2 Escola Estadual Indígena João Kavagtã Vergílio

Fica localizada na aldeia sede na terra indígena Apucarantina do município de Londrina. Suas instalações são compostas por 7 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, quadra esportiva coberta, cozinha, biblioteca, banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, despensa, pátio descoberto e área verde.

A escola oferece ensino desde os anos iniciais até o fundamental, repartidos no período da manhã e tarde. Na educação Infantil - Pré escola, com aulas do período da Tarde divididos em 2 turmas com média de 22 alunos por turma. No ensino fundamental, com aulas no período da manhã, do 1º Ano ao 5º Ano, trabalham as disciplinas de Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outros), Língua Indígena e Educação Física. São divididos em 2 turmas, com média de 26 alunos cada. Sendo, 1º ano, 19 alunos por turma, 2º ano, 15 alunos por turma, 3º ano, 19 alunos por turma, 4º e 5º ano, 26 alunos por turma.

São ofertados acesso à internet, tv, dvd, antena parabólica e Impressora, além de toda infraestrutura e alimentação, água de poço artesiano, energia pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica e lixo destinado à queima.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
campomourao.unespar.edu.br/conlape



4.1.3 Colégio Estadual indígena Benedito Rokag

Fica localizado em Tamarana PR, suas instalações são compostas por 11 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, Laboratório de informática, cozinha, biblioteca, banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, despensa, pátio descoberto.

A escola oferece ensino desde o fundamental ao médio, repartidos no período da manhã o ensino fundamental e, no período da tarde o ensino médio, do 6º ano ao 7º anos, são divididos em 2 turmas para cada ano, sendo 27 alunos para o 6º ano e 22 alunos para o 7º ano, já do 8º ano ao 3º série do ensino médio, são: 1 turma, sendo o 8º ano no período da tarde e, o 9º ano a 3º série do ensino médio no período da manhã. No 8º ano tem por média 38 alunos em 1 turma, 9º ano, 39 alunos, já no ensino médio, 38 alunos na 1º série, 32 alunos na 2º série e 26 alunos na 3º série.

Do 6º ano ao 9º Ano do ensino fundamental é trabalhado as disciplinas de (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outros), além de inglês, artes, língua indígena, ensino religioso e educação física. A partir da 1º série do ensino médio, é acrescentada a disciplina de filosofia e sociologia.

São ofertados, água filtrada, água de poço artesiano, energia pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica e lixo destinado à queima, acesso à internet, tv, impressora e projetor multimídia (data show), além de toda a infraestrutura e alimentação.

4.2 Análise da coleta de dados financeiros

Conforme solicitado em reunião com os responsáveis pedagógicos e financeiros do Núcleo Regional de Educação de Londrina, por meio das professoras Marcia e Ingrid, nos foram enviados por e-mail, os dados financeiros das três escolas do Apucarantina. Dados que representam os investimentos recebidos ao longo do período de janeiro de 2022 até o período de outubro de 2022.

Estes investimentos, que seguem apresentados anexados abaixo, representam não somente a base de manutenção das mesmas, como também mostram por si a importância de serem um dos motivos que favorecerem o funcionamento destas instituições, tornando-as ativas no local onde se encontram.

A documentação que nos foi passada foram geradas mediante consulta na gestão de recursos Financeiros, por meio da prestação de contas, vemos o fundo rotativo e o PDDE



(Programa Dinheiro Direto na Escola)

4.2.1 A Escola Estadual Indígena Roseno Vókrig Cardoso

O NRE não repassou informações contábeis referentes a essa escola.

4.2.2 Escola Estadual Indígena João Kavagtãn Vergílio

Programa mais merenda total em 2022 – 4.857,36 valor gasto

Material de Consumo total em 2022 – 22.897,56 valor gasto

Despesas com serviços total em 2022 – 5.752,50 valor gasto

Total até outubro de 2022 – 33.047,22

Superávit financeiro de 4.991,32

Ano de 2021

Programa mais merenda total em 2021 – 9.801,70 valor gasto

Material de Consumo total em 2021 – 27.969,26 valor gasto

Despesas com serviços total em 2021 – 11.606,40 valor gasto

Total até dez de 2021 – 49.337,36

Ano de 2020

Programa Especial Escola Bonita em 2020 – 5.030,00 valor gasto

Material de Consumo total em 2021 – 26.747,20 valor gasto

Despesas com serviços total em 2021 – 11.830,40 valor gasto

Total até dez de 2020 – 43.707,60

Observa-se que em 2020 não houve recurso para merenda escolar e nem aplicação de recursos. Em 2021 e 2022 não aparece aplicação de recursos.

4.2.3 Colégio Estadual indígena Benedito Rokag

Programa mais merenda total em 2022 – 2.625,00 valor gasto

Material de Consumo total em 2022 – 20.433,78 valor gasto

Despesas com serviços total em 2022 – 4.999,20 valor gasto

Total até outubro de 2022 – 28.058,01



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Superávit financeiro de 24.475,59

Total gasto do ano de 2021

Programa mais merenda total em 2021 – 2.694,00 valor gasto

Rede lógica em 2021 – 8.500,00 valor gasto

Material de Consumo total em 2021 – 22.000,77 valor gasto

Despesas com serviços total em 2021 – 12.916,30 valor gasto

Aplicação dos valores em 2021 – 98,85 C

Total até dez de 2021 – 46.111,17

Superávit financeiro de 281,00

Ano de 2020

Programa Especial Escola Bonita em 2020 – 5.000,00 valor gasto

Material de Consumo total em 2021 – 26.186,80 valor gasto

Despesas com serviços total em 2021 – 12.478,40 valor gasto

Total até dez de 2020 – 43.665,20

Programa dinheiro direto da escola de 2022

Despesas de Capital - 1.692,00

Despesas Correntes - 6.768,00

Repara-se que em 2020 não houve recurso para merenda escolar e nem aplicação de recursos. Em 2021 o repasse de merenda foi em uma única parcela no mês de dezembro. Em 2022 não aprece aplicação de recursos.

5. CONCLUSÃO

A partir das considerações ao longo de todo o artigo, podemos concluir que a educação indígena é sim fator importante e primordial não só para as crianças, jovens e adultos que tem sua origem nas terras do Apucarantina, como também traz por si o papel de preservação de uma cultura, que ao longo de muitos anos busca preservar suas origens.

A presente pesquisa busca entender os investimentos públicos educacionais realizados nas escolas da comunidade indígena localizadas no Apucarantina. Desta forma, fora alcançado o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

objetivo por meio das elucidações advindas das reuniões específicas para o objetivo, onde nos foram apresentados os investimentos e gastos, já elencados acima por meio do fundo rotativo do PDDE das três escolas.

Por conseguinte, inicialmente como objetivos específicos busca-se entender seus patrimônios existentes e entender como a cultura Kaingang influencia no desenvolvimento educacional dos alunos. Este conteúdo foi desenvolvido e apresentado destacando não somente as estruturas das escolas, como podemos vislumbrar ao longo de todo o artigo os traços marcantes da história e da cultura Kaingang do Apucarantina.

Portanto, os objetivos gerais e específicos foram parcialmente alcançados, já que a ideia de aprofundar mais sobre as receitas e despesas dependeria de muito mais tempo e esforços conjuntos não somente com a NRE, como também junto ao corpo diretor de cada instituição de ensino. Porém, desta mesma forma vemos a riqueza alcançada ao podermos estreitar laços com a cultura Kaingang, entendendo sua maneira de ser, sua maneira de pensar o mundo, sua forma de educar. A vida na escola indígena não está desassociada da vida em comunidade. Tudo flui em plena integração, da mesma forma que o rio deve fluir.

As escolas do Apucarantina são, sem sombra de dúvidas, um portão de entrada e saída. Portão de entrada para o conhecimento, para o fortalecimento da cultura, para o desenvolvimento humano integral, para as festividades, união e identificação na descoberta de si mesmo. Mas é também porta de saída, saída para um mundo de oportunidades, para o encontro com o novo, com novos povos, culturas, indagações e novas formas de ser.

As escolas do Apucarantina cumprem seu papel e pela raridade de sua condição, em ser indígena, devem ter para si um carinho e atenção especiais em seus investimentos, pois revelam a força do povo que lá habita.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, P.K.L.C; Santana, R.M; Felisbino,M.M; Felisbino, J.G. Histórias Kaingangs: Lembranças do Passado. Paraná: Curitiba, 2022.
BRASIL, Terras indígenas do: Reservas indígenas Apucarana. Instituto socio ambiental, 2022. Disponível em: terrasindigenas.org.br. Acesso em 27/07/2022.
BONIN, Iara Tatiana. Educação Escolar Indígena. Porantim: encarte pedagógico IV. Publicação Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2015. Disponível em: cimi.org.br. Acesso em: 27-07/2022



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- BRASIL, Constituição (1934) CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, acesso em 22/07/2022.
- BANIWA, G. S. O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD;LACED/Museu Nacional, 2006, p.129.
- BANIWA, Gersem dos Santos. O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD;LACED/Museu Nacional, 2006, p.129
- CERIONI, Clara. Brasil gasta por aluno menos da metade do que países da OCDE. Revista Exame, 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-gasta-por-alunos-menos-da-metade-do-que-paises-da-ocde/> Acesso em: 10/07/22.
- CALDART, Roseli Salete (org.) Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- COINBRA, Ana Carolina Gomes. Educação Escolar Indígena e Saberes Tradicionais Identidade e Reconhecimento Étnico nas Histórias de Vida da Comunidade Pipipã de Kambixuru, Floresta, Pernambuco. 2020, Tese para obtenção do Grau de Doutor em Educação. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11143/1/5%20-%20TD_Ana_Carolina.pdf . Acesso em: 15/07/2022.
- DAMASCO, F. País tem 7 mil localidades indígenas e quase 6 mil quilombolas, estima IBGE. 2002. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/pais-tem-7-mil-localidades-indigenas-e-quase-6-mil-quilombolas-estima-ibge/>
- DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- GRUPIONI, L. D. B; DARCI S; GUARANI, V. LEGISLAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena. 1995. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>. Acesso em: 12/07/2022.
- IBGE, 2010. O POVO KAINGANG NO CENSO 2010. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/Kaingang%20Censo%20IBGE%202010.pdf>
- MEDEIROS, B. J. Redação Científica: práticas de fichamentos, resumos, resenhas. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e Métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Tradução de Daniel Grassi.



**UMA ANÁLISE SOBRE O TURISMO RELIGIOSO NO SANTUÁRIO SÃO MIGUEL
ARCANJO, EM BANDEIRANTES - PR.**

Evandro Del Negro da Silva¹ - Unicentro

Nome do GT: 14 - Turismo e Desenvolvimento Regional

RESUMO

Atualmente o Santuário São Miguel Arcanjo de Bandeirantes, é o terceiro maior Santuário dedicado a devoção de São Miguel Arcanjo do mundo. A presente pesquisa tem por objetivo analisar os diversos meios que contribuem para a realização do turismo religioso no Santuário São Miguel Arcanjo, localizado no município de Bandeirantes, na região nordeste do Estado do Paraná. Metodologicamente este trabalho foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas e trabalho de campo. Nos últimos anos o turismo religioso tem impactado diretamente na conjuntura do município, recebendo devotos, romeiros de diferentes Estados e Países. Isso ocorre principalmente nos dias 29 de cada mês. Observa-se no Santuário de São Miguel Arcanjo, um crescente desenvolvimento e investimento para a realização do turismo religioso, pois o mesmo alavanca a economia, uma vez que, os peregrinos são consumidores de bens e serviços, num movimento de fluxo praticamente ininterrupto.

Palavras-chave: Santuário São Miguel Arcanjo. Turismo Religioso. Política e Religião. Covid-19. Rota do Rosário.

RESUMEN

Actualmente, el Santuario de São Miguel Arcanjo de Bandeirantes es el tercer Santuario más grande dedicado a la devoción de São Miguel Arcángel en el mundo. Esta investigación tiene como objetivo analizar los diversos medios que contribuyen a la realización del turismo religioso en el Santuario de São Miguel Arcanjo, ubicado en el municipio de Bandeirantes, en la región noreste del Estado de Paraná. Metodológicamente, este trabajo se realizó mediante investigación bibliográfica y trabajo de campo. En los últimos años, el turismo religioso ha tenido un impacto directo en la situación del municipio, recibiendo devotos, peregrinos de diferentes estados y países. Esto ocurre principalmente el día 29 de cada mes. Se observa en el Santuario de São Miguel Arcanjo, un creciente desarrollo e inversión para la realización del turismo religioso, ya que apalanca la economía, ya que los peregrinos son consumidores de bienes y servicios, en un movimiento de flujo prácticamente ininterrumpido.

Palabras clave: Santuario de San Miguel Arcángel. Turismo Religioso. Política y Religião. Covid-19. Ruta del Rosario.

¹ Doutorando em Geografia (UNICENTRO) e-mail: evandronow@hotmail.com

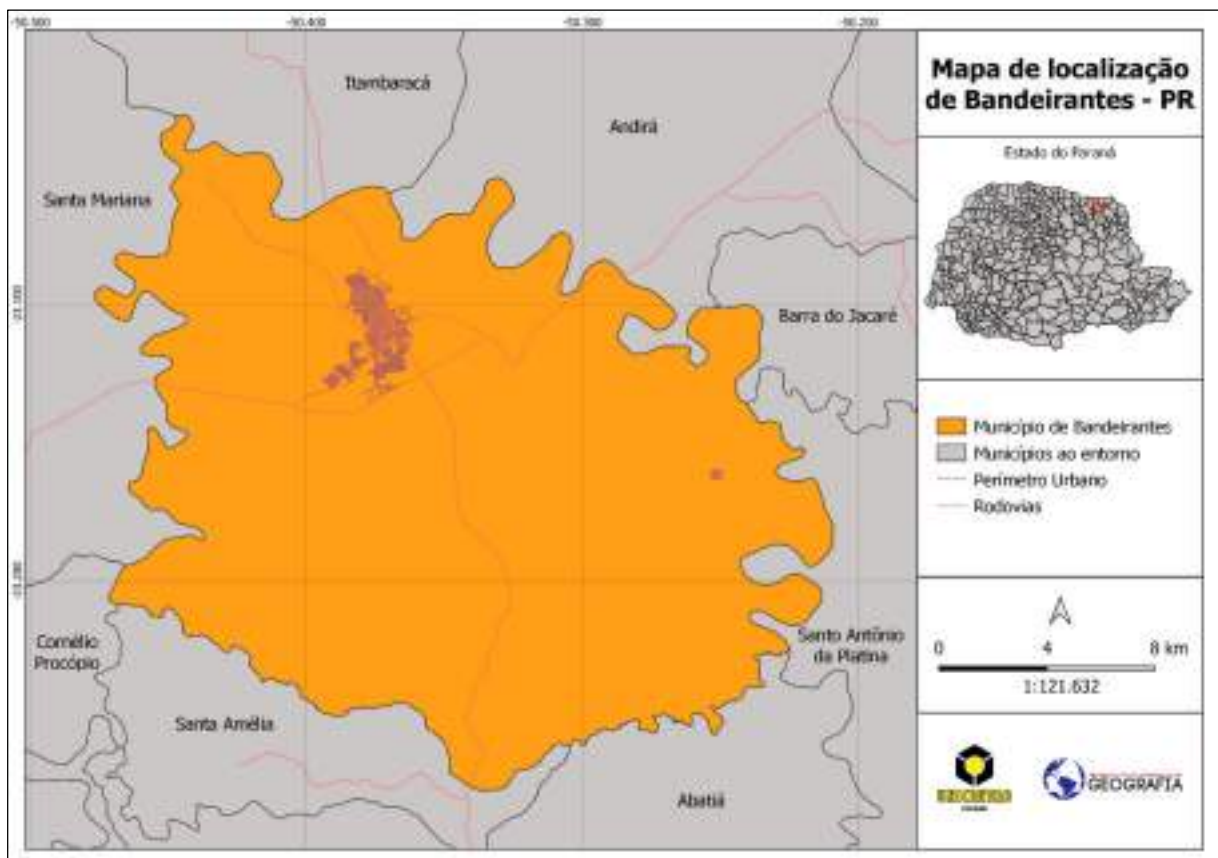


1 INTRODUÇÃO

O turismo religioso consiste em visitar locais considerados sagrados, utilizando os serviços do turismo, como restaurantes, lojas de artigos religiosos e hospedagens. No Brasil, o número de visitantes impulsionados a conhecer atrativos turísticos e celebrações religiosas aumentam, durante as primeiras décadas dos anos 2000, após o período isolamento social, por conta da pandemia de Covid-19 as atividades buscam se normalizar. Os dados do Ministério do Turismo (2014), apontam que cerca de 17,7 milhões de brasileiros viajaram pelo país motivados pela fé.

O Santuário São Miguel Arcanjo está localizado no município de Bandeirantes - PR (FIGURA 1) que por sua vez faz parte da Macrorregião Sul do Brasil e da Mesorregião do Norte Pioneiro do Estado do Paraná.

Figura 1: Localização do Município de Bandeirantes - PR.



Fonte: Malha Digital IBGE (2021) / DER - PR (2020).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O município faz divisa com os municípios de Andirá e Itambaracá a norte, Santa Mariana e Cornélio Procópio a oeste, Santa Amélia e Abatiá a sul e Santo Antônio da Platina e Barra do Jacaré a leste. Sua população sendo a estimativa do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2023), em 2021 era de 31.061 habitantes.

O presente trabalho tem por objetivo analisar os diversos meios que contribuem para a realização do turismo religioso no Santuário São Miguel Arcanjo, localizado no município de Bandeirantes, na região nordeste do Estado do Paraná. Metodologicamente este trabalho foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas e trabalho de campo. Assim, esta pesquisa está estruturada em três momentos, voltados aos meios que auxiliam na compreensão do Santuário. O primeiro momento disserta sobre o histórico do Santuário de São Miguel Arcanjo, em Bandeirantes, as relações dos novos empreendimentos e a relação dos poderes (religioso e político), também destaca as medidas adotadas durante o período da Covid-19. No segundo momento explana-se sobre o turismo no Santuário, evidenciando a Rota do Rosário e por fim as considerações finais.

As peregrinações no santuário se tornam uma dupla fonte geradora de renda, enquanto fornecedora de consumidores em potencial e como atrativo turístico em si. Inaugurado no ano de 2012, o terceiro maior santuário em louvor a São Miguel Arcanjo vem alavancando o turismo religioso na cidade de Bandeirantes e região, sendo assim um espaço sagrado com inúmeras possibilidades de estudo (DEL NEGRO, 2017).

Os procedimentos metodológicos utilizados vão desde um levantamento bibliográfico pautado em Castrogiovanni (2003), Del Negro (2017, 2018) e Silveira (2003). Em relação ao trabalho de campo, o Santuário vem sendo observado periodicamente desde 2017 até o presente momento, sendo possível visualizar as mudanças na territorialidade e ao entorno do recorde espacial analisado, como a construção da Gruta, da Cruz, do centro de evangelização, da passarela, das melhorias tanto na praça e alimentação, como na loja de artigos religiosos e de projeto de iniciativas privados. Também soma o campo o contando com diversas visitas, tendo o diálogo com algumas lideranças do espaço sagrado.

A classificação da pesquisa é de conhecimento aplicado, pois procura evidenciar a questão do desenvolvimento do turismo religioso no Santuário de São Miguel Arcanjo. Para analisar a abordagem pesquisada se utilizou dos métodos quali-quantitativo.



2 O HISTÓRICO DO SANTUÁRIO SÃO MIGUEL ARCANJO

Este momento visa apresentar a história da sacralização do Santuário São Miguel Arcanjo. O começo de toda história se deu no Estado de Santa Catarina, com uma criança identificada como Leonir Palla, que tinha uma ligação muito forte com São Miguel Arcanjo. Este jovem cresce e decide ir para o seminário, mas com passar do tempo percebe que não tinha vocação sacerdotal. Antes de sair do seminário, ele teve um sonho que durou três madrugadas. Ele deixa o seminário, mas o sonho não saía da sua memória. Na década de 90, Leonir se muda para Bandeirantes, no Estado do Paraná (SANTUÁRIO SÃO MIGUEL ARCANJO, 2017).

Enquanto isso, outro personagem aparecia no Paraná. Um jovem da cidade de Ibaiti - PR, hoje conhecido como Padre Roberto Moraes de Medeiros, tinha e ainda tem uma ligação muito forte com a Renovação Carismática Católica - RCC, com passar dos anos descobriu sua devoção por São Miguel Arcanjo. O Padre foi então transferido de Ibaiti para Bandeirantes, mais precisamente para Paróquia São Geraldo Majela. Ali, o Padre Roberto passou a observar um monte que ficava na saída de Bandeirantes - PR para Santa Mariana - PR (SANTUÁRIO SÃO MIGUEL ARCANJO, 2017).

Enquanto isso, Leonir foi para França, e lá recebe uma nova mensagem, que era a construção de uma Igreja ou um Santuário em devoção a São Miguel Arcanjo. Na volta para o Brasil saiu em busca de um terreno. Logo depois, Leonir e o Padre Roberto se conheceram em uma celebração em que o Vigário revela sua intenção em homilia¹. Após alguns meses, Leonir entra em contato com a família que era dona das terras próximas ao trevo e saída para Santa Mariana, para comprá-las, e a família proprietária concorda em vendê-las, e assim, as obras se iniciam em 2009. O bispo da Diocese de Jacarezinho, que na época era Dom Fernando José Penteado, autorizou a realização da obra (SANTUÁRIO SÃO MIGUEL ARCANJO, 2017).

A construção do Santuário passou por algumas provações, mas tudo se solidificou com o tempo, e em 2012 a imagem de São Miguel Arcanjo (FIGURA 2), totalmente construída em aço inox, foi colocada no alto do prédio ao lado do templo.

¹ Homilia: Prática que instrui os fiéis sobre a religião, principalmente em relação aos Evangelhos: as homilias dos Padres da Igreja (DICIO, 2023).



Figura 2: Imagem de São Miguel Arcanjo, em aço inox.



Fonte: DEL NEGRO, E. S. (2023).

O Santuário foi inaugurado dia 29 de Setembro de 2012 em uma grande solenidade que contou com a presença de mais de oito mil fiéis. Como se pode perceber, o Santuário é rodeado de histórias que formam o seu espaço sagrado, e com esses aspectos o Santuário modifica todo esse espaço onde ele está inserido, e um dos elementos desta modificação é a fomentação do turismo (DEL NEGRO, 2017).

Segundo CRUZ (2001 p. 5) “o turismo, é antes de tudo, uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território, e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Essa prática social envolve um número significativo de atividades produtivas e disso decorre, em parte, a capacidade do turismo de ordenar e reordenar territórios para o seu uso, e é o que ocorreu e ocorre no Santuário São Miguel Arcanjo.

Atualmente o Santuário de São Miguel Arcanjo de Bandeirantes, é o terceiro maior Santuário dedicado a devoção de São Miguel Arcanjo do mundo. Nele também existe a devoção e a fé na Nossa Senhora do Apocalipse e no Padre Pio. Todo o dia 29 de cada mês é celebrada a missa de cura e libertação, que atrai muitos fiéis de toda região e até mesmo de países vizinhos para agradecer, pagar promessa, pedir, ou somente conhecer este espaço sagrado ou turístico. O dia que mais atraem visitantes é o dia 29 de setembro, pois é a data comemorativa a São Miguel Arcanjo (FIGURA 3).



Figura 3: Santuário São Miguel Arcanjo



Fonte: DEL NEGRO, E. S. (2023).

Deste 2017 o Santuário vem se reinventando em novos pontos que estão sendo desenvolvidos no Santuário como: a ampliação do estacionamento, a construção de um resort (com uma ligação política e econômica influente) que ficará próximo ao Santuário, além de diversas obras que estão concluídas ou em execução na territorialidade do recorde espacial selecionado.

Como a Gruta inaugurada em setembro de 2017, a gruta de Nossa Senhora de Lourdes (FIGURA 4) que está localizada no trecho urbano da BR - 369, que fica ao lado do santuário e da casa do peregrino. Dentro da gruta estão sendo realizadas obras para reforçar as paredes que seguram as rochas e lá se encontra uma mina d'água. Dentro dela, também contará com imagens de arte sacra de santos e anjos apocalípticos.



Figura 4: A gruta de Nossa Senhora de Lourdes e da cruz.



Fonte: DEL NEGRO, E. S, 2021.

Uma cruz também está sendo erguida sobre a gruta e terá até o final da construção 81 metros. Segundo o site Romaria Brasil, a cruz (FIGURA 5) do Santuário é a maior do Brasil com 81 metros de altura, sendo a segunda maior do mundo, ficando atrás da cruz que fica no município de San Lorenzo de El Escorial, na Espanha, medindo 152 metros de altura.

Figura 5: Vista da gruta de Nossa Senhora de Lourdes, a cruz e o centro de evangelização do Santuário.



Fonte: DEL NEGRO, E. S. (2023).



Analisando pelo viés do planejamento turístico do Santuário São Miguel Arcanjo apoia-se em Castrogiovanni (2003, p. 47) quando destaca que “o turismo nos lugares deve ter a responsabilidade de valorizar as particularidades (ser ‘parecido consigo mesmo’ e não imitar os outros lugares), capitalizando-as e mostrando às comunidades que o fato do lugar ser próprio/único é o que o faz existir e, portanto, ser atrativo”. Assim, cada lugar, mesmo inserido no contexto da globalização, deve ser único para dar sentido a existência do sujeito, portanto, do turista. Ou seja, dentre todas as obras previstas, o Santuário está no caminho adequado para alavancar o turismo religioso.

Também teve a inauguração do Centro de Evangelização em setembro de 2022, que contou com a imagem pegrina de Nossa Senhora do Mel (Figura 6), natural de Mirassol, Estado de São Paulo.

Figura 6: Nossa Senhora do Mel.



Fonte: DEL NEGRO, E. S. (2022).

Ocorreu a ampliação dos espaços de alimentação e venda de artigos religiosos no Santuário. Para facilitar a locomoção dos peregrinos está sendo edificada uma passarela, sobre a BR - 369, saída para Santa Mariana (FIGURA 7) que liga o Santuário ao Centro de Evangelização, estando já em sua fase final de construção. Assim também no mesmo momento está sendo feitas melhorias na rodovia que dá acesso ao Santuário, como ampliação da via e mureta de contenção.



Figura 7: Restaurante e loja de artigos religiosos / A passarela sobre a pista de acesso ao Santuário.



Fonte: DEL NEGRO, E. S. (2023).

Assim o Santuário vem se consolidando como um grande ponto de evangelização / atrativo turístico voltado ao turismo religioso. Sendo como o idealizador da Rota do Rosário, atualmente Bispo Emérito da Diocese de Jacarezinho Dom Fernando Penteado, quando foi solicitado a Curia a permissão para a construção do Santuário de São Miguel Arcanjo, afirmando que “que o projeto era grandioso, maior do que tudo que já tinha se pensado para a Diocese, mais que se faça”. Assim na próxima subsessão será apresentada de forma breve a relação breve entre os interesses religiosos e políticos.

2.1 Política e Religião: as novas obras

No presente muito empreendimentos estão sendo desenvolvidos ao redor do Santuário, tanto voltado ao desenvolvimento da fé católica (Centro de Evangelização, a Cruz, a Gruta), como também voltado aos interesses políticos e econômicos da região (Resort, as novas lojas de artigos religiosos e a praça de alimentação). Mas assim o Santuário (FIGURA 8) vem se consolidando como um grande ponto de evangelização e atrativo turístico para o turismo religiosos.



Figura 8: Imagem de satélite da territorialidade do Santuário (azul) e do Resort Morro dos Anjos (amarelo).



Fonte: GOOGLE EARTH (2023).

Elaborado: DEL NEGRO, E. S. (2023).

O trabalho busca apresentar a conjuntura atual do Santuário, sem visar a fundo a questão Religião e Política, sem ter uma conotação de valor, sobre o que está em acontecendo no momento, se é certo ou errado, bom ou ruim. Mas o fato é que o poder simbólico / ideológico (Igreja Católica), somando ao poder político (governo nacional e estadual), movimentam a territorialidade do Santuário com o poder econômico, através de investimento que auxiliam na prática do turismo religioso. Na próxima subsessão será salientado os acontecimentos e decisões durante o período da Covid-19. Quais foram as medidas para facilitar a evangelização durante a pandemia.

2.2 As medidas em meio a Covid-19

O Santuário como outros espaços sagrados tiveram que se organizar para continuar a ter o contato como os fiéis, durante a Covid-19. Para isso, diversas medidas foram sendo desenvolvidas, entre 2020 a 2022, medidas essas que foram edificadas para permanecer em nossas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

comunidades, se mantém até o atual momento, e dando acesso a pessoas que não conseguem mais ir até o espaço sagrado, como por exemplo: idosos, pessoas com limitações, e demais grupos.

Assim durante a pandemia o espaço se manteve aberto, seguindo todas as recomendações dos órgãos responsáveis de saúde. Foi solicitado o distanciamento, a higienização, o uso de máscara, também se tinha o costume de virar as cadeiras usadas após as celebrações (Figura 9).

Figura 9: Parte interna do Santuário São Miguel Arcanjo, no período da Covid-19.



Fonte: DEL NEGRO, E. S. (2021).

A comunidade religiosa também teve que se adaptar, foram criadas pastorais, como a Pastoral da Acolhida, responsável pela higienização das mãos, coleta do ofertório, a Pastoral da Comunicação - PASCOM, que leva as celebrações para os meios remotos, seja no canal do YouTube (Figura 10) ou a divulgação nas mídias sociais (Facebook e Instagram).

Figura 10: Conta oficial do Santuário, no YouTube.



Fonte: YOUTUBE (2023).



Assim mesmo com todas as limitações impostas pela pandemia as atividades do Santuário, como de outros espaços sagrados não param inteiramente. Pois o meio digital foi a saída para fazer o contato com os fiéis.

3 O TURISMO RELIGIOSO NO SANTUÁRIO SÃO MIGUEL ARCANJO

O turismo na qualidade de atividade socioeconômica tem o poder de modificar os espaços, transformando-os para e pela sua atuação. Para ocorrer a atuação da atividade turística em um determinado espaço, é imprescindível o envolvimento de outros elementos, que não são necessariamente turísticos. Desta forma, pode-se constatar o poder de transformação da atividade turística nos espaços onde atua, envolvendo elementos administrativos, econômicos, culturais, naturais e principalmente os elementos sociais, demonstrando assim, a dinamicidade da atividade.

Nos últimos anos o turismo religioso tem impactado diretamente a cadeia turística. A motivação religiosa é a razão principal desse segmento turístico. Observa-se no Santuário São Miguel Arcanjo, um crescente desenvolvimento no turismo religioso, pois o mesmo alavanca a economia, uma vez que, os peregrinos são consumidores de bens e serviços, num movimento de fluxo praticamente ininterrupto. Assim, as peregrinações no santuário se tornam uma dupla fonte geradora de renda, enquanto fornecedora de consumidores em potencial e como atrativo turístico em si. Por isso, ao se pronunciar a expressão "turismo religioso", colocam-se em contato duas dimensões aparentemente opostas (Silveira, 2003): a atitude de lazer, descompromissada; e a atitude de fé, relacionada à identidade, a ritos, a valores.

Turismo religioso, ou romaria, peregrinação, fé? Esses elementos estão relacionados ao sério, ao íntimo, ao interior, enquanto turismo está ligado a posturas de ser, de viver, a uma experiência mais lúdica de divertimento, leveza, ao exterior, ao ver. O turismo remete à produção do espetáculo, no qual turistas se exteriorizam em uma relação, não a de conhecer o outro, mas a de estabelecer uma melhor definição de si, o que ocorre também com o passado dele. Mas a religião pode também ser compreendida como espetáculo, divertimento, visão e exterioridade (cores, símbolos) (SILVEIRA, 2007, p. 35). A próxima subseção apresenta o roteiro turístico que o Santuário faz parte.

3.1 Um atrativo da Rota do Rosário



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

O lançamento da Rota do Rosário (FIGURA 11) aconteceu no dia 18 de outubro de 2008, pelo bispo da época, Dom Fernando José Penteadó. Os santuários da primeira fase da rota eram paróquias importantes de diferentes comunidades do “Norte Pioneiro” e os pontos mais ao norte dos “Campos Gerais” do Paraná, que foram analisadas para a edificação de um mini roteiro, que tinha como objetivo, “estimular o turista a permanecer, ao menos, mais um dia na região, visitando a cidade vizinha e auxiliando o desenvolvimento dos municípios, com geração de emprego e renda”. O Santuário São Miguel Arcanjo é o maior atrativo da rota, se destacando pelo grande fluxo de fiéis e de turistas.

Figura 11: Mapa da Rota atualmente, na 3ª Expedição de Ciclistas que ocorreu em 2022.



Fonte: ROTA DO ROSÁRIO (2023).

O lema do projeto de turismo religioso realizado pela Rota do Rosário visa o desenvolvimento regional, que tem por finalidade alavancar o turismo religioso e sustentável das regiões que abrangem o Norte Pioneiro e os Campos Gerais Paranaense. Deste modo, no aspecto turístico, a Rota do Rosário contempla todos os requisitos de uma verdadeira rota turística,



compondo um grande acervo no âmbito religioso, cultural, gastronômico e de belezas naturais (ROTA DO ROSÁRIO, 2018).

Assim o Santuário é um grande atrativo religioso que movimento milhares de pessoas ao longo do ano seja, por curiosidade, para pedir ou agradecer graças já concedidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto buscou evidenciar de forma breve, a prática do turismo religioso, observando que o mesmo inicia-se primeiramente pela Fé e que a religião é um fenômeno espiritual intrínseco ao turismo, levando em conta que concebe de forma permanente movimentações de pessoas.

Assim o trabalho destacou uma região não turística que está se voltando ao setor, recebendo capital financeiro que auxilia nessa nova prática socioeconômica, que está inserido o Santuário São Miguel Arcanjo. Sendo um potencial ao turismo religioso que acolhe pessoas de outras regiões do Brasil, até mesmo do público internacional.

Deste modo, os meios apresentados evidenciam desde o histórico do recorte espacial analisado, como fundação, ampliação e obras, a relação dos poderes (religioso e político) e o seu interesse em comum, o viés econômico, as medidas tomadas durante a pandemia. No turismo o Santuário é a chave, e o principal atrativo o roteiro turístico regional, voltado ao turismo religioso.

A presente pesquisa é válida por trazer diversas conjunturas socioespaciais, ressaltando o anseio de continuar analisando a territorialidade do Santuário. Pois o mesmo, é um espaço sagrado em constante modificação, com interesses de diversos grupos da sociedade, desde o religioso leigo, até os interesses de políticos e empresários.

5 REFERÊNCIAS

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Turismo x espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S. e outros (orgs). **Turismo na pós-modernidade (dês) inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003: 43-50. (Coleção Comunicação, 25).

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. de. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DEL NEGRO, Evandro. Da Silva. LUIZ, Maria de Fátima. SILVA, Anne Karoline Pereira da. PEREIRA, Sérgio Augusto. LUDKA, Vanessa Maria. De um sonho à sacralização do espaço: uma breve análise do crescente Turismo Religioso no Santuário de São Miguel Arcanjo de Bandeirantes - PR. In: **Anais do V Simpósio de Geografia da UENP**. 2017.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

_____. **Geografia no campo: uma proposta para a Rota do Rosário no Norte Pioneiro e Campos Gerais paranaense.** (Monografia). Colegiado de Licenciatura Plena em Geografia, Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, 2018.

DICIO - DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de Homilia.** Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/homilia/>>. Acesso em 24 de mar. de 2023.

GOOGLE EARTH. **Imagem de Satélite da territorialidade do Santuário.** Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-23.13433837,-50.39712388,456.22553622a,1972.47695157d,30y,0h,0t,0r/data=MikKJwolCiExSmF2MIRfMlNWOTM5LUZFNTBRTDE4THhOd0JWQ1dhd3UgAQ>>. Acesso em 31 de mar. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Bandeirantes - PR.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/bandeirantes.html>>. Acesso em 31 de jan. de 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Viagens motivadas pela fé mobilizam cerca de 18 milhões de pessoas.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2015/01/viagens-motivadas-pela-fe-mobilizam-cerca%20de-18-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em 28 de fev. de 2023.

ROMARIA BRASIL. **Bandeirantes terá a maior cruz do Brasil.** Disponível em: <<http://www.romariabrasil.com.br/2017/06/26/bandeirantes-tera-a-maior-cruz-do-brasil/>>. Acesso em 28 de fev. de 2023.

ROTA DO ROSÁRIO. **Projeto Rota do Rosário.** Disponível em: <<https://rotadorosario.org/quem-somos/>>. Acesso em 28 de fev. de 2023.

_____. **Santuário Diocesano de São Miguel Arcanjo.** Disponível em: <<http://rotadorosario.org/site/destination/santuario-diocesano-de-sao-miguel-arcanjo/>>. Acesso em 28 de fev. de 2023.

_____. **Destinos.** Disponível em: <<http://rotadorosario.org/site/destination/>>. Acesso em: 30 de abr. 2018

SANTUÁRIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO. **Bandeirantes terá a maior cruz do Brasil.** Disponível em: <<http://smarcanjo.com/home/bandeirantes-tera-a-maior-cruz-do-brasil/>>. Acesso em 28 de fev. de 2023.

_____. **História do Santuário São Miguel Arcanjo.** Disponível em: <<http://smarcanjo.com/home/santuario/>>. Acesso em 28 de fev. de 2023.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Turismo e consumo: a religião como lazer em Aparecida. In ABUMANSUR, E. S. (Org.). **Turismo religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo.** Campinas,sp: Papirús, 2003, p. 69-106.

_____. **Turismo Religioso no Brasil: uma perspectiva local e global.** Turismo em Análise, v. 18, n. 1, p. 33-51, maio 2007.

YOUTUBE. **Canal oficial do Santuário de São Miguel Arcanjo.** (Imagem PNG). Disponível em: <<https://www.youtube.com/@saomiguelofc>>. Acesso em 24 de mar. de 2023.



A TÉCNICA DE PROTEÇÃO DE NASCENTES COM SOLO-CIMENTO ASSOCIADA AO EQUIPAMENTO MODELO BICO DE PATO.

Jefferson de Queiroz Crispim¹ - Professor do colegiado de Geografia da UNESPAR, Campo Mourão
Fernando Henrique Villwock² - Professor do colegiado de Agronomia da Unifatecie, Paranavaí
Edson Noriuk Yokoo³ - Professor do colegiado de Geografia da UNESPAR, Campo Mourão
Marcos Junio F. de Jesus⁴ - Professor do colegiado de Administração da UNESPAR, Campo Mourão
Alesson Soares Lopes⁵ - Geógrafo e acadêmico de Ciências Contábeis da UNESPAR, Campo Mourão

Nome do GT: Sociedade, Saúde e Meio Ambiente

RESUMO

A água é um dos recursos naturais considerados mais importantes, sendo fundamental para a existência da vida e considerada como um recurso renovável, entretanto nem sempre é possível encontrá-la disponível e com boa qualidade. No meio rural, com a ausência de saneamento, a maioria das famílias acabam improvisando reservatórios e proteções inadequadas nas nascentes ou captam água de fontes expostas a influência de agentes contaminantes, alterando a qualidade da água. Os professores e acadêmicos do Laboratório de Pesquisa Geoambiental da Universidade Estadual do Paraná vem desenvolvendo há mais de uma década trabalhos de saneamento ambiental na zona rural, por meio da sensibilização e conscientização com as famílias, ressaltando a importância da preservação dos mananciais de abastecimento rural, assim como a restauração da vegetação ripária e a aplicação da técnica solo-cimento como forma de proteção das nascentes. Com o objetivo de melhorar o desempenho da técnica e facilitar a manutenção pelos agricultores, a equipe desenvolveu um equipamento construído com conexões de Policloreto de vinila – PVC, chamado Bico de Pato que vem apresentando excelentes resultados na distribuição da água para as famílias atendidas.

Palavras-chave: Bacia hidrográfica, Solo-cimento, Proteção de nascentes Agricultores

RESUMEN

El agua es uno de los recursos naturales más importantes considerados, siendo fundamental para la existencia de la vida y considerado como un recurso renovable, sin embargo no siempre es posible encontrarla disponible y con buena calidad. En las zonas rurales, ante la falta de saneamiento, la mayoría de las familias terminan improvisando reservorios y protecciones inadecuados en los manantiales o captando agua de fuentes expuestas a la influencia de agentes contaminantes, alterando la calidad del agua. Profesores y académicos del Laboratorio de Investigaciones Geoambientales de la Universidad del Estado de Paraná vienen desarrollando trabajos de saneamiento ambiental en zonas rurales desde hace más de una década, sensibilizando y concienciando a las familias, enfatizando la importancia de preservar las fuentes de abastecimiento rural, así como la restauración de la vegetación de ribera y la aplicación de la técnica del suelo-cemento como forma de protección de los manantiales. Con el objetivo de mejorar el desempeño de la técnica y facilitar el mantenimiento por parte de los agricultores, el equipo desarrolló un equipo construido con conexiones de Policloruro de vinilo – PVC, llamado Bico de Pato, que viene mostrando excelentes resultados en la distribución de agua para las familias atendidas.

Palabras clave: Cuenca. Suelo-cemento. Protección de manantiales. Agricultores.

¹ – Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento – e-mail: jeffersoncrispim@hotmail.com

² – Doutor em Geografia – e-mail: fernandovillwock@hotmail.com

³ – Doutor em Geografia – e-mail: eyokoo@gmail.com

⁴ – Doutor em Administração – e-mail: marcos_junio@hotmail.com

⁵ – Graduado em Geografia – e-mail: alesson.alss@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A água constitui um elemento essencial à vida animal e vegetal, sendo também, necessária fisiologicamente para o homem, sendo ainda crucial para a evolução e desenvolvimento da agricultura, atividades industriais, lazer, entre outros (VALIAS et al., 2013). As práticas agrícolas e a ocupação do solo próximo as áreas de corpos hídricos estão desencadeando uma série de problemas físicos e químicos, dentre eles a contaminação da água, soterramento e redução na drenagem das nascentes.

Como um dos recursos naturais mais importantes, a água é fundamental para a existência da vida, não apenas dos seres humanos, mas de todas as espécies, entretanto, nem sempre é possível encontrá-la disponível e com boa qualidade, pois é possível observar que muitos corpos hídricos vêm sendo degradados, resultado do descarte inadequado de lixo, da aplicação desordenada de agrotóxicos, reagentes químicos, dentre outros. De acordo com Von Sperling (2005) a água para consumo doméstico tem que ser isenta de substâncias químicas e orgânicas prejudiciais à saúde e esteticamente agradável.

A degradação das nascentes é atualmente uma das grandes preocupações no mundo, visto que cada vez mais acontecem desmatamentos próximos aos cursos de água, o que gera até mesmo a extinção de alguns mananciais, ou deixando estas nascentes expostas ao assoreamento e à poluição. No meio rural, a contaminação da água tem relação, principalmente, com as atividades agrícolas desenvolvidas, as quais possuem diferentes níveis de impacto ao ambiente, dependendo da tecnologia adotada.

Água potável, ou seja, de qualidade adequada e em quantidade suficiente, constitui elemento essencial à vida, além de ser fator ligado à promoção da saúde da população e à redução da incidência de diversas doenças. Se a água contiver substâncias com limites acima dos padrões de potabilidade, estabelecidos pela Portaria N° 2.914/2011 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), ela é considerada imprópria para consumo humano.

No Brasil os padrões de potabilidade são definidos pela Portaria de Consolidação nº 05, de 28 de setembro de 2017 ou Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, que ainda estabelecem as formas de abastecimento de água. Do mesmo modo, a Portaria CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 dispõe sobre a classificação dos corpos hídricos e



padrões de lançamento de efluentes que, por sua vez, influenciam diretamente nas condições de potabilidade do corpo hídrico.

O Artigo 5º da Portaria nº 2.914, de 12 de outubro de 2011, estabelece três classes de uso da água, a saber: i) Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano (SAA), uma modalidade de abastecimento que envolve todo o conjunto de obras civis e equipamentos destinados a captação e fornecimento coletivo de água tratada, localizada em áreas urbanizadas; ii) Solução Alternativa Coletiva (SAC).

Dentre as formas de abastecimento supracitadas, a última é a que apresenta maior risco de contaminação. O risco é decorrente da inexistência de sistemas de tratamento regulamentados pela lei, em decorrência da dificuldade de acesso em virtude da distância entre algumas propriedades e a sede do município.

As discussões sobre os aspectos patológicos de alguns microrganismos presentes na água são essenciais para o entendimento do comportamento de patógenos e sua dispersão no meio hídrico. Esses patógenos são as causas de diferentes enfermidades, como doenças diarreicas, hepatite A, febre tifoide e paratifoide, cólera e parasitoses, dentre outras. Essas doenças são consideradas Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (YAMAGUCHI *et al.*, 2013).

Neste contexto, os professores e acadêmicos do Laboratório de Pesquisa Geoambiental da Universidade Estadual do Paraná vem desenvolvendo há mais de uma década trabalhos de saneamento ambiental na zona rural, ressaltando a importância da preservação dos mananciais de abastecimento rural, assim como a restauração da vegetação ciliar e a aplicação da técnica de solo-cimento como forma de proteção as nascentes.

Com o objetivo de diferenciar dos modelos tradicionais conhecidos e melhorar o desempenho da técnica solo-cimento, facilitando transporte, montagem e manutenção do sistema pelos agricultores, os professores desenvolveram um equipamento por meio de conexões de Policloreto de vinila – PVC, chamado Bico de Pato que vem apresentando excelentes resultados na proteção das nascentes em propriedades agrícolas.

2 SISTEMA DE INOVAÇÃO APLICADA A RECUPERAÇÃO DE NASCENTES

As nascentes consistem em um afloramento do lençol freático que dão origem aos fluxos d'água formadores da rede de drenagem. Porém, para a nascente ser considerada ideal, ela deve



fornecer água de boa qualidade de maneira abundante e contínua, sem apresentar variação da vazão ao longo do ano (CALHEIROS ET AL., 2009).

A revitalização e proteção das nascentes utilizando o sistema solo-cimento associada ao Bico de Pato, tem a finalidade de evitar a entrada de pequenos animais, insetos e matéria orgânica em seu interior, alterando sua qualidade. Para a implantação dos sistemas, realiza-se a limpeza no entorno das nascentes retirando a matéria orgânica (raízes, folhas, galhos e lama), na sequência se preenche com rochas basálticas, posteriormente são instaladas as tubulações de desinfecção, o extravasor e o Bico de Pato (Figura 1).

Figura 1: Sistema de proteção de nascente associado ao Bico de Pato



Fonte: Os autores (2023)

A parte superior da proteção, é vedada com argamassa composta por solo peneirado, cimento e água na proporção de três partes de solo peneirado para uma de cimento. As tubulações servem para permitir o escoamento da água e são dispostas conforme sua função: uma tubulação de 50 mm deve ser instalada verticalmente na parte superior para receber prévio tratamento com hipoclorito de sódio realizado mensalmente pelos agricultores. Outra tubulação de 50 mm é instalada de 5 a 10 cm acima da tubulação de saída, com a função de extravasar o excedente da água, um detalhe importante, é proteger essas tubulações com tela sombrite, para evitar a entrada de pequenos animais ou insetos.



O Bico de Pato é conectado diretamente ao tubo de 100mm que possui as funções de abastecimento residencial e esgotamento do sistema solo-cimento durante os trabalhos de desinfecção e limpeza (Figuras 2 e 3). O modelo desenvolvido em PVC apresenta a vantagem de pesar menos de 2 kg, melhorando o desempenho das atividades de proteção. Recomenda-se não utilizar adesivos de fixação para PVC, devido a toxicidade e o uso incorreto pode provocar acidentes por meio da inalação, ingestão ou contato com a pele e olhos. O não uso da cola, facilitará ao agricultor desmontar o sistema por completo e efetuar a limpeza, para retirada de resíduos muitas vezes desprendidos das pedras que encontram-se no interior da proteção solo-cimento e também para retirada de cordões formados pelo crescimento de pequenas radículas no interior das tubulações (Figura 4).

Figura 2: Proteção da nascente utilizando a técnica solo-cimento.



Fonte: Os autores (2023)

Figura 3: Nascente depois de protegida com o Bico de Pato instalado.



Fonte: Os autores (2023)

Figura 4: Cordão de radículas formado no interior da tubulação



Fonte: Os autores (2023)

Outro fator interessante no modelo Bico de Pato é o ajuste na angulação de 180°, melhorando a saída de água para o abastecimento das propriedades em nascentes que possuem baixa vazão em períodos de estiagem, onde ocorra a redução no fornecimento da água, o agricultor pode ir ajustando o melhor ângulo (Figura 5).

Figura 5: Modelo Bico de Pato montado. Detalhe para as conexões utilizadas.



Fonte: Os autores (2023)

Para realizar a confecção do modelo Bico de Pato, devem ser utilizadas as seguintes conexões em PVC, as quais são descritas no Quadro 01.



Quadro 1: Materiais utilizados para a confecção do sistema Bico de Pato.

	Itens	Quantidade
1	Tubo de 100 mm	1,0 m
2	CAP de 100 mm	01 un.
3	Te de 100 mm	01 un.
4	Cotovelo de 100 mm	01 un.
5	Redução de 100/50mm	01 un.
6	Redução de 50/40mm	01 un.
7	Redução de 40/25mm	1,0 m
8	Adaptador Soldável Curto com Bolsa e Rosca 25 mm	01 un.
9	Tubulação de 25 mm	01 m
10	Adaptador com rosca externa 25 mm para mangueiras	01 un.

Fonte: Os autores (2023)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se a importância da água das nascentes na vida dos agricultores e também o risco de transmissão de doenças devido aos processos de contaminação, pois a falta de saneamento na zona rural pode afetar a qualidade da água que é consumida pelas famílias e sua qualidade está diretamente ligada a quantidade de partículas minerais no solo, da matéria orgânica ou entrada de coliformes totais ou termotolerantes, podendo comprometer a saúde dos usuários. Para evitar que ocorra contaminações de nascentes, as mesmas devem ser protegidas, evitando desta forma a entrada de agentes poluidores e possibilitando o acesso a água de boa qualidade.

Fator importante ao trabalhar proteção de nascentes é a vegetação nas Áreas de Proteção Permanente (APP's), pois a redução de cobertura florestal apresenta implicações para os recursos hídricos, pois a interceptação de água da chuva reduz as taxas de infiltração no solo podendo comprometer o lençol freático por escoar superficialmente, implicando em processos erosivos e menor formação de nascentes.

O sistema Bico de Pato apresenta diversas vantagens para as famílias que utilizam, pois é de fácil montagem, baixo custo, alta durabilidade, facilita a limpeza das tubulações mensalmente para retirada de raízes e por ser desmontável, o processo é mais confiável do que o sistema tradicional solo-cimento.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Vale enfatizar que o sistema Bico de Pato é uma tecnologia aplicada com sucesso, uma vez que se faz necessária a instalação correta combinada com o solo-cimento, uma técnica que promove o selamento superior da nascente, utilizando em seu interior pedras de qualidade e evitando que a água tenha contato com fatores externos reduzindo contaminações e promovendo excelentes resultados socioambientais.

Procurar demonstrar a importância da recuperação e da proteção das nascentes para as pequenas propriedades agrícolas é o foco principal das ações implantadas pela equipe, sempre considerando a vivência a as ações dos principais personagens, no caso as famílias dos agricultores sobre o espaço onde se localizam as nascentes.

A grande finalidade deste artigo, foi de fomentar técnicas de preservação, conservação e uso racional dos recursos hídricos entre os agricultores e Universidade, trabalhando paralelamente questões teóricas e ações práticas, de forma economicamente viável e tecnicamente eficiente.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 2.914, de 12 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de dezembro de 2011.

Brasil. CONAMA. **Resolução n.º 357, de 17 de março de 2005**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, Publicada no DOU nº 053, de 18/03/2005.

CALHEIROS, R. O. et al. **Cadernos da Mata Ciliar n. 1: preservação e recuperação das nascentes, de água e vida**. São Paulo: SMA, 2009. 35 p.

CARVALHO, S. L. **Medidas que preservam nascentes e mananciais**. Jornal da Ilha, Ilha Solteira, SP, p. A-7, 19 fevereiro de 2004.

DUARTE, M. A. C. et al. **Utilização dos índices do estado trófico (iet) e de qualidade da água (iqa) na caracterização limnológica e sanitária das lagoas de Bonfim, extremóz e jiqui (RN) - análise preliminar**. In Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio Grande do Norte, v. 30, p. 2061-2073. 2005.

EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 3º edição, revisada e ampliada. Brasília – DF. 2003.

IBGE. **Estimativas Populacionais do Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

MERTEN, G. H.; MINELLA, J. P. **Qualidade da água em bacias hidrográficas rurais: um desafio atual para a sobrevivência futura**. Revista: Agroecologia e Desenvolvimento Rural

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez. 2002.

KÖEPPEN, W. **Climatologia**: con um estúdio de los climas de la Tierra. México: Fondo de Cultura Economica, 1948. 478p.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. da; LEAL, A.C. **Planejamento Ambiental de Bacias Hidrográficas desde a visão da Geoecologia das Paisagens**. In: Severo, A. (org.) Diálogos em geografia Física. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011.

VALIAS, Ana Paola Gonçalves dos Santos et al. Qualidade microbiológica de águas de poços rasos e de nascentes de propriedades rurais do município de São João da Boa Vista – São Paulo. In: **1st Joint World Congresson Groundwater**, 2013.

Von Sperling, M.V. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos: princípios do tratamento biológico de águas residuárias**. Vol. 1. DESA-UFMG, Belo Horizonte, 2005.

YAMAGUCHI, M. et al. Qualidade microbiológica da água para o consumo humano em instituição de ensino de Maringá-PR. O Mundo da Saúde. São Paulo - 2013; 37(3):312- 320. Disponível em: http://www.saocamilo.sp.br/pdf/mundo_saude/106/1827.pdf. Acesso em 09 de jan. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



**ANÁLISE DA REATIVIDADE DA PRESSÃO ARTERIAL E VARIABILIDADE DA
FREQUÊNCIA CARDÍACA AO TESTE DE PRESSÃO A FRIO EM MÚSICOS
VIOLONISTAS**

OLIVEIRA, I. J.¹ – Universidade de Brasília, DF, Brasil

OLIVEIRA, H. W.² – Universidade Estadual de Goiás,
GO, Brasil

ROCHA, A. F.³ – Universidade de Brasília, DF, Brasil

Nome do GT:

RESUMO

O estresse vêm sendo utilizado como objeto de estudo por vários pesquisadores, por ser capaz de levar a condições como a hipertensão arterial, a depender de seus níveis. Identificar e controlar de forma precoce os níveis de pressão arterial se fazem essenciais como forma preventiva. O teste de pressão a frio é capaz de simular um estresse e permitir avaliar distúrbios cardiovasculares e autonômicos. Artistas musicais enfrentam em seu dia a dia momentos de estresses e ansiedades por diversos motivos, que podem resultar em alterações hemodinâmicas. Objetivo: avaliar a relação entre o teste de pressão a frio e a resposta da pressão e variabilidade da frequência cardíaca em voluntários músicos violonistas. Métodos: estudo de natureza aplicada, exploratória de caráter quali-quantitativo, realizado com nove violonistas habilidosos do Departamento de Música da Universidade de Brasília (MUS/IdA – UNB) e profissionais da música. Foi realizado o teste de pressão a frio e coletado dados sobre a variabilidade da frequência cardíaca e pressão arterial. Resultados: nove candidatos do sexo masculino participaram deste estudo, a qual obteve-se ativação do sistema nervoso autônomo simpático durante a realização do teste e redução de forma significativa deste sistema no momento pós teste como o esperado, verificados com os dados da variabilidade da frequência cardíaca, porém sem alterações significativas dos dados de pressão arterial. Demonstrando que os violonistas avaliados apresentam bons índices de variabilidade da frequência cardíaca.

Palavras-chave: Estresse. Teste de pressão a frio. Pressão Arterial. Variabilidade da Frequência Cardíaca.

RESUMEN

Le stress est devenu un objet d'étude pour plusieurs chercheurs, car il peut conduire à des conditions telles que l'hypertension artérielle, selon ses niveaux. Identifier et contrôler précocement les niveaux de pression artérielle est essentiel en tant que mesure préventive. Le test de pression à froid peut simuler un stress et permettre d'évaluer les troubles cardiovasculaires et autonomes. Les artistes musicaux font face au stress et à l'anxiété dans leur vie quotidienne pour diverses raisons, ce qui peut entraîner des changements hémodynamiques. Objectif: évaluer la relation entre le test de pression à froid et la réponse de la pression et de la variabilité de la fréquence cardiaque chez des musiciens violonistes volontaires. Méthodes: étude de nature appliquée, exploratoire de caractère quali-quantitatif, réalisée avec neuf violonistes doués du Département de Musique de l'Université de Brasilia (MUS / IdA - UNB) et des professionnels de la musique. Le test de pression à froid a été effectué et des données sur la variabilité de la fréquence cardiaque et de la pression artérielle ont été collectées. Résultats: neuf candidats de sexe masculin ont participé à cette étude, au cours de laquelle une activation du système nerveux autonome sympathique a été observée pendant le test, suivie d'une réduction significative de ce système après le test, comme prévu,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

vérifiée avec les données de la variabilité de la fréquence cardiaque, mais sans changements significatifs dans les données de pression artérielle. Les violonistes évalués présentent de bons indices de variabilité de la fréquence cardiaque.

Palabras clave: Stress. Test de pression à froid. Pression artérielle. Variabilité de la fréquence cardiaque.

¹ – Esp. Engenheiro Mecatrônico, Mestrando em Engenharia elétrica – e-mail: ivo.oliveira@ifg.edu.br

² - Fisioterapeuta – e-mail: hygorwfsio@gmail.com

³ - Dr em Engenharia Biomédica– e-mail: adson@unb.br
- orientador



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente o estresse vêm sendo utilizado como objeto de estudo por vários grupos de pesquisadores (BALMUS et al., 2019; FOOTE et al., 2020; KIM; KOWALSKY; LEE, 2021; SCHULTCHEN et al., 2019), principalmente por ser considerado um fator psicossocial que, a depender de seus níveis, podem levar a condições como a Hipertensão Arterial (HA) de forma branda ou acentuada, em visto que a relação da Pressão Arterial (PA) com o estresse é considerada um marcador de HA (BOND et al., 2011). A HA é definida pela Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial de 2020 como uma doença crônica não transmissível, condição multifatorial a qual é dependente de fatores intrínsecos e extrínsecos à pessoa, caracterizada por ser uma doença silenciosa e assintomática, a partir da elevação de níveis pressóricos de forma persistente (Barroso et al., 2021).

A elevação da PA de forma crônica e não controlada pode desencadear condições cardiovasculares indesejadas, assim como a insuficiência cardíaca de fração de ejeção preservada ou reduzida, evoluindo para necessidade de transplantes cardíaco ou até a morte, assim a identificação e o controle pressórico se fazem de forma essencial como prevenção (HAN et al., 2022). O *Cold Pressor Test* (teste de pressão a frio - CPT), é um teste validado, simples e barato com intuito de avaliar distúrbios cardiovasculares e autonômicos, principalmente através da resposta da Variabilidade da Frequência (VFC) e PA, utilizado também como forma de predizer sobre a presença de risco de desenvolvimento de HA (HINES; BROWN, 1933; POUWELS et al., 2019; WOOD et al., 1984).

Artistas musicais no geral enfrentam certo grau de dificuldades no dia a dia, principalmente diante da necessidade de desenvolvimento e melhora de técnicas e performance, seja a nível estudantil ou profissional, sintomas como ansiedade e estresse acabam se tornando comuns entre estes (NASCIMENTO, 2013), o que por sua vez, de forma crônica podem resultar em alterações hemodinâmicas. O objetivo deste estudo foi avaliar a relação entre o CPT e a resposta da PA e VFC em voluntários músicos violonistas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza aplicada, exploratória de caráter quali-quantitativo, realizado com nove violonistas habilidosos do Departamento de Música da Universidade de Brasília (MUS/IdA – UNB) e profissionais da música. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: violonistas qualificados (com no mínimo o nível de aluno avançado) e concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Critérios



de exclusão: uso diário de fármacos que interagem significativamente com o Sistema Nervoso Autônomo (como Betabloqueadores), menores de 18 anos, não concordarem em assinar o TCLE, presença de sintomas gripais no dia da pesquisa, falha em completar o ciclo de vacinação de Covid-19 e possuir diagnóstico de diabetes.

O estudo foi realizado no Laboratório de Engenharia Biomédica (GEB), localizado no Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília (UnB), Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF, Brasil (CEP 70910-900). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, com o número de aprovação CAAE 54174921.8.0000.0030.

2.1 Procedimentos de coleta da Pressão Arterial e Variabilidade da Frequência Cardíaca

Os participantes foram equipados com dois dispositivos de monitoramento: (i) Cardíofrequencímetro (Polar H10) (colocado logo abaixo do músculo peitoral maior e acima do processo xifoide) e (ii) Medidor pressórico automático (Modelo HEM 7122, OMRON) (colocado no braço esquerdo, acima da fossa cubital), com intuito do monitoramento da VFC e PA. Ao chegar, de forma individual, o voluntário era alocado em uma cadeira para a coleta de dados basais e explicado novamente os procedimentos do CPT. Após a realização do teste, o monitor de PA era imediatamente acionado. Os dados referentes a VFC foram coletados durante toda a realização do experimento e filtrado os momentos durante a análise no software.

Os dados coletados referem a dois momentos: (i) Durante o teste de pressão a frio – momento de estresse – (ii) Após o teste – momento de recuperação. As variáveis utilizadas nesta pesquisa foram a de Pressão Arterial Sistólica (PAS), Pressão Arterial Diastólica (PAD), rMSSD (raiz quadrada do quadrado das diferenças entre intervalos RR normais adjacentes, em um intervalo de tempo em ms), média da FC (Mean HR), SD2 (variabilidade da frequência cardíaca em registros de longa duração), SD1 (variabilidade da frequência cardíaca em registros de curta duração), Baixa frequência (LF), Stress Index (índice de estresse) e SNS index (índice de Sistema Nervoso Simpático).

2.2 Procedimento de realização do *Cold Pressor Test*

O teste foi realizado de forma padronizada, com temperatura ambiente variando entre 17 e 19°C. Para a realização os participantes foram orientados, para que no dia utilizassem de



roupas confortáveis e que pudesse despir-se o pé direito até a altura do joelho; após as instruções era solicitado para que colocasse o pé direito até altura dos maléolos dentro do recipiente com água potável, na temperatura entre 5 e 8°C (termômetro modelo ITWTG2000 – Instrutemp), e permanece-se por um período de três minutos, e assim retirar o membro do recipiente.

2.3 Análise estatística

Os dados coletados a partir do cardiófrequencímetro quanto a VFC foram registrados e armazenados pelo software Elite HRV® via bluetooth, sendo posteriormente enviados para o aplicativo Kubios HRV® para a tabulação das variáveis. Dados quanto a PA foram registrados de forma manual pelos pesquisadores e armazenados no aplicativo Excel (Microsoft 365 – Office®). A análise estatística foi realizada pelo aplicativo *Statistics Kingdom* disponível de forma gratuita e online, utilizando os testes de Shapiro-Wilk para verificar a normalidade dos dados ($p > 0,05$) e o Teste T pareado como forma de comparação dos momentos ($p < 0,05$).

3 RESULTADOS

Nove voluntários do sexo masculino foram incluídos nesta pesquisa, por mais que o convite tenha sido enviado para o Departamento de Música da Universidade de Brasília (MUS/IdA – UnB), nenhuma voluntária do sexo feminino aceitou participar, quanto aos dados descritivos da amostra somente a variável Idade (anos) ao teste de Shapiro-Wilk apresentou um afastamento da normalidade ($p < 0,001$), os demais apresentaram normalidade, descritos na tabela 1.

Tabela 1. Descrição da amostra. Idade, Peso, Altura e IMC.

Variáveis	Média e DP (n = 9)	Valor de p
Idade (anos)	26,4 ± 10,82	< 0,001*
Peso (kg)	70,11 ± 7,21	0,192
Altura (cm)	177,4 ± 5,6	0,405
IMC (kg/m²)	22,28 ± 2,34	0,177

Abreviações: DP: desvio padrão; Kg: quilograma; cm: centímetros; IMC: índice de massa corporal.

*Valor de $p < 0,05$.

Fonte: Próprios autores



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Quanto a análise dos dados da VFC, somente a variável Stress Index, durante o momento estressor, demonstrou um afastamento significativo da normalidade ($p = 0,009$) diante do teste de Shapiro-Wilk, e nas demais variáveis não demonstraram afastamento significativo da normalidade ($p > 0,05$), dados estes demonstrados na tabela 2. Ao se comparar os momentos (estressor e pós teste) as variáveis rMSSD, Mean HR e SNS index indicaram uma diferença pequena e não significativa entre os momentos ($p = 0,856; 0,873; 0,498$; respectivamente), e as variáveis SD2, SD1, LF, Stress Index apresentaram uma grande diferença significativa entre antes e o depois ($p < 0,001; < 0,001; 0,030; 0,031$; respectivamente), tabela 2.

Tabela 2. Valores da Variabilidade da Frequência Cardíaca e da Pressão Arterial, durante e pós-teste.

Variáveis	Média e Desvio padrão		Valor de p
	Durante o teste	Pós-teste	
rMSSD	34,2 ± 15	34,4 ± 14,9	0,856
Mean HR	83 ± 10,8	82 ± 11,9	0,873
SD2	71,6 ± 5,5	66,2 ± 6,6	< 0,001*
SD1	28,4 ± 5,5	33,8 ± 6,6	< 0,001*
LF	1398,8 ± 856,6	814,4 ± 422,6	0,030*
Stress Index	11,7 ± 5,3	12,9 ± 4,3	0,031*
SNS index	1,7 ± 1,2	1,8 ± 1,1	0,498
PAS	122,2 ± 7,8	119 ± 9,5	0,246
PAD	76,8 ± 4,7	76,6 ± 6,5	0,834

Abreviações: DP: desvio padrão; rMSSD: raiz quadrada da média do quadrado das diferenças entre intervalos RR normais adjacentes, em um intervalo de tempo; Mean HR: média da frequência cardíaca; SD2: variabilidade da frequência cardíaca em registros de longa duração; SD1: variabilidade da frequência cardíaca em registros de curta duração; LF: baixa frequência; Stress Index: índice de estresse; SNS index: índice do Sistema Nervoso Simpático; PAS: pressão arterial sistólica; PAD: pressão arterial diastólica.

*Valor de $p < 0,05$

Fonte: próprios autores

Os dados sobre a PA, não demonstraram um afastamento significativo da normalidade a partir do teste de Shapiro-Wilk ($p > 0,05$). Ao se comparar os momentos, durante e após ao teste, os dados apresentaram uma pequena diferença não significativa ($p > 0,05$), contudo, apesar da análise estatística não demonstrar certo nível de significância, houve diferença entre



os momentos analisados (tabela 2). Ressalta-se que, a mínima ou nenhuma diferença entre os dados de PAD era esperada, pois a variação desta ocorre em momentos e condições específicos.

4 DISCUSSÃO

O CPT trata-se de um método avaliativo laboratorial de baixo custo, simples e validado, e vêm sendo utilizado a mais de meia década por estudiosos que buscam a verificação da relação do estresse com função cardiovascular, sendo datado pela primeira vez por Hines e Brown em 1933 verificando a variabilidade da PA e sua possível relação com o estado de pré-hipertensivo (HINES; BROWN, 1933). Este estudo buscou verificar a relação do estresse gerado pelo CPT e a respostas da PA e VFC em músicos violonistas do Departamento de Música da Universidade de Brasília (MUS/IdA – UNB) e profissionais.

Ao se analisar as respostas da VFC ao teste, obteve-se variações significativas nos índices que se relacionam com a ativação do Sistema Nervoso Autônomo Simpático (SNAS) durante o teste e redução no pós-teste, sendo eles: SD2, LF e Stress Index, tal qual encontrado nos estudos de Aimie-Salleh e Malarvili (2011) e Tulppo e colaboradores (2005) a partir da imersão das mãos na água fria durante dois minutos, identificando aumento da atividade do SNAS e redução do sistema nervoso autônomo parassimpático (SNAP) durante o momento estressor. Porém ao analisar rMSSD relacionado SNAP, este por sua vez não se elevou, tal qual o SD1 (relacionado ao SNAP), de forma significativa após o momento estressor, contudo analisando caso a caso, cinco dos nove voluntários obtiveram ligeiro aumento após o teste (segundo momento), o que vai de acordo com os estudos citados anteriormente (AIMIE-SALLEH; MALARVILI, 2011; TULPPO et al., 2005).

Quando analisado as respostas pressóricas durante os dois momentos, foi possível verificar uma pequena variação da PAS e minimamente uma variação da PAD, ambas sem nível de significância. As respostas quanto a variação da PA ainda não foram elucidada completamente, como apontado pelos estudos de Han e colaboradores e Victor e colaboradores por se tratar de um teste que cause sintomas de dor, estresse, angústia e outras sensações, e/ou ativação do SNAS a partir da vasoconstrição de artérias e arteríolas gerada pela redução da temperatura (HAN et al., 2022; VICTOR et al., 1987). Alguns estudos apontaram pequenas diferenças da PA ao investigar a correlação da resposta ao CPT em indivíduos saudáveis, e diferenças significativas em indivíduos com quadros de hipertensão arterial (GUO et al., 2020; HADA; AMATYA; SHRESTHA, 2016).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A execução do CPT a nível laboratorial, no âmbito de pesquisas, permite a realização de diversas análises, como a realizada por este e outros estudos, relacionando com a PA e VFC, possibilita a análise de respostas neurais ligadas à percepção da dor, respostas e ajustes à medicações, além de auxiliar a predizer o risco de desenvolver condições cardiovasculares, em específico a hipertensão arterial dentre outras situações (HADA; AMATYA; SHRESTHA, 2016; HUANG et al., 2021; PRODEL et al., 2022; WATSO et al., 2021, 2022; YOUSSEF et al., 2018).

5 CONCLUSÃO

Este estudo permitiu verificar a relação do CPT com a PA e VFC em nove violonistas, observando uma variação significativa do SNAS ao comparar os dois momentos utilizados, principalmente com as variáveis SD2, LF e Stress Index da VFC, e uma redução da PAS além de uma mínima redução da PAD, ambas de forma não significativa, o que demonstra uma boa adaptabilidade do sistema cardiovascular dos participantes. Apesar das limitações deste estudo, em decorrências da pequena amostra, estes achados revelam parte da funcionalidade da utilização do CPT em ativar o SNAS de uma maneira controlada, simples e validada, ademais sugere-se que estudos com amostras maiores, populações diferentes, com ou sem condições de saúde, sejam realizados para melhor comprovarem a utilização deste teste.

6 REFERÊNCIAS

- AIMIE-SALLEH, N.; MALARVILI, M. Study of Relationship between Heart Rate Variability and Autonomic Function using Cold pressor Test for Malaysian Population. **IEEE Colloquium on Humanities, Science and Engineering**, p. 351–354, 2011.
- BALMUS, I. et al. Perceived Stress and Gastrointestinal Habits in College Students. **Acta Endocrinologica (Bucharest)**, v. 15, n. 2, p. 274–275, 2019.
- BARROSO, W. K. S. et al. Brazilian guidelines of hypertension - 2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 116, n. 3, p. 516–658, 2021.
- BOND, V. et al. **Physical Activity and Blood Pressure Responsiveness to the Cold Pressor Test in Normotensive Young Adult African-American Males**. [s.l: s.n.].
- FOOTE, C. M. et al. Perceived Stress of Podiatric Medical Students. **Journal of the American Podiatric Medical Association**, v. 110, n. 5, 1 set. 2020.
- GUO, M. et al. Correlation between blood pressure responsiveness to the cold pressor test and individual long-term blood pressure changes. **Chinese Journal of Internal Medicine**, v. 59, **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR**
<http://conlape.unespar.edu.br/>



n. 04, p. 286–291, 2020.

HADA, S.; AMATYA, S.; SHRESTHA, R. K. Cold Pressor Test in Borderline Hypertensive University Students. **4 th Rajabhat University National and International Research and Academic Conference**, v. 14, n. 56, p. 337–341, 2016.

HAN, Y. et al. Cold Pressor Test in Primary Hypertension: A Cross-Sectional Study. **Frontiers in Cardiovascular Medicine**, v. 9, 25 abr. 2022.

HINES, E.; BROWN, M. D. A STANDARD TEST FOR MEASURING THE VARIABILITY OF BLOOD PRESSURE: ITS SIGNIFICANCE AS AN INDEX OF THE PREHYPERTENSIVE STATE*. **The American College of Physicians**, p. 209–217, 1933.

HUANG, M. et al. Early sympathetic neural responses during a cold pressor test linked to pain perception. **Clinical Autonomic Research**, v. 31, n. 2, p. 215–224, 7 abr. 2021.

KIM, M.; KOWALSKY, A. H.; LEE, J. H. Sestrins in Physiological Stress Responses. **Annual Review of Physiology**, v. 83, n. 1, p. 381–403, 10 fev. 2021.

NASCIMENTO, S. E. F. **Ansiedade de Performance Musical: um estudo sobre o uso de betabloqueadores por bacharelandos em música** Belo Horizonte 2013. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

POUWELS, S. et al. Utility of the cold pressor test to predict future cardiovascular events. **Expert Review of Cardiovascular Therapy**, v. 17, n. 4, p. 305–318, 3 abr. 2019.

PRODEL, E. et al. Cardiovascular adjustments to cold pressor test in postmenopausal women and the impact of α 1-adrenergic blockade. **Clinical Autonomic Research**, v. 32, n. 4, p. 261–269, 23 ago. 2022.

SCHULTCHEN, D. et al. Bidirectional relationship of stress and affect with physical activity and healthy eating. **British Journal of Health Psychology**, v. 24, n. 2, p. 315–333, 22 maio 2019.

TULPPO, M. P. et al. Physiological background of the loss of fractal heart rate dynamics. **Circulation**, v. 112, n. 3, p. 314–319, 19 jul. 2005.

VICTOR, R. G. et al. Effects of the Cold Pressor Test on Muscle Sympathetic Nerve Activity in Humans. **Hypertension**, v. 9, p. 429–436, 1987.

WATSO, J. C. et al. Low dose ketamine reduces pain perception and blood pressure, but not muscle sympathetic nerve activity, responses during a cold pressor test. **The Journal of Physiology**, v. 599, n. 1, p. 67–81, 20 jan. 2021.

WATSO, J. C. et al. Low-dose fentanyl reduces pain perception, muscle sympathetic nerve activity responses, and blood pressure responses during the cold pressor test. **American Journal of Physiology-Regulatory, Integrative and Comparative Physiology**, v. 322, n. 1, p. R64–R76, 1 jan. 2022.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

WOOD, D. L. et al. Clinical Studies Cold Pressor Test as a Predictor of Hypertension. **Hypertension: Clinical Studies**, v. 6, n. 3, p. 301–306, 1984.

YOUSSEF, M. et al. Low Baseline Sympathetic Tone Correlates to a Greater Blood Pressure Change in the Cold Pressor Test. **Aerospace Medicine and Human Performance**, v. 89, n. 6, p. 503–509, 1 jun. 2018.



ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS EMPRESAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LISTADAS NA B3 ENTRE 2016 E 2020

Franciele Borsuk Martins Galvão¹ – UNESPAR

Giovana Aleixo do Prado² – UNESPAR

Gustavo Joaquim Ferraz³ – UNESPAR

Cleber Broietti⁴ – UNESPAR

Nome do GT: 15 Sociedade Saúde e Meio Ambiente

RESUMO

Os investidores demonstram estar preocupados com a questão ambiental, assim as empresas precisam realizar ações que garantam que seus processos não impactem o meio ambiente, deste modo, o presente estudo teve como objetivo evidenciar o nível das informações socioambientais dos relatórios contábeis e de sustentabilidade das empresas do segmento de açúcar e álcool listadas na B3, no período de 2016 a 2020. A pesquisa classifica-se como explicativa com abordagem qualitativa, utilizou como método de análise os indicadores propostos por Sampaio et al. (2012) tendo como base perguntas que apontam os principais indicadores ambientais: ISI, ISE, IA e as diretrizes do GRI, as empresas que compuseram a amostra foram: São Martinho, Jalles Machado e Raízen Energ. As empresas apresentaram indicadores crescentes, o que significa que com o passar dos anos a evidenciação ambiental aumentou. A Empresa Raízen Energ foi a empresa que mais evidenciou informações ambientais entre os anos de 2017 e 2020, a empresa Jalles Machado obteve um percentual de 60% de evidenciação, já a São Martinho manteve uma média de 51% a 61% no decorrer dos anos. A pesquisa preenche a lacuna de pesquisa ao apontar o nível de evidenciação ambiental das empresas do setor de açúcar e álcool no Brasil que outros estudos não haviam discutido. O estudo contribui para a literatura sobre *disclosure* ambiental em países em desenvolvimento.

Palavras-chave: *Disclosure* Ambiental. Evidenciação. Contabilidade Ambiental. Setor de Açúcar e Alcool.

RESUMEN

Los inversionistas demuestran que están preocupados por el tema ambiental, por lo que las empresas deben tomar acciones para garantizar que sus procesos no impacten el segmento de azúcar y alcohol que figura en B3, en el período de 2016 a 2020. La investigación se clasifica como explicativo con enfoque cualitativo, se utilizó como método de análisis los indicadores propuestos por Sampaio et al. (2012) a partir de preguntas que apuntan a los principales indicadores ambientales: ISI, ISE, AI y las directrices GRI, las empresas que integraron la muestra fueron: São Martinho, Jalles Machado y Raízen Energ. Las empresas mostraron indicadores crecientes, lo que significa que a lo largo de los años, la divulgación ambiental ha aumentado. La empresa Raízen Energ fue la empresa que más divulgó información ambiental entre 2017 y 2020, la empresa Jalles Machado obtuvo un porcentaje de 60% de divulgación, mientras que São Martinho mantuvo un promedio de 51% a 61% a lo largo de los años. La investigación llena el vacío de investigación al señalar el nivel de divulgación ambiental de las

¹ Graduada em Ciências Contábeis – e-mail: francieleborsukm@gmail.com

² Graduada em Ciências Contábeis – e-mail: giovannaaleixop@gmail.com

³ Graduado em Ciências Contábeis – e-mail: gugatinhogjf@gmail.com

⁴ Doutor em Contabilidade – e-mail: cleber.broietti@unespar.edu.br



empresas del sector de azúcar y alcohol en Brasil que otros estudios no habían discutido. El estudio contribuye a la literatura sobre divulgación ambiental en los países en desarrollo.

Palabras clave: Divulgación Ambiental. Divulgar. Contabilidad Ambiental. Sector Azúcar y Alcohol.

1 INTRODUÇÃO

No dia 20 de setembro de 2020, o relógio Metronome, na Union Square, em Nova York passou a informar quanto tempo a Terra tem para agir contra a crise climática (MOYNIHAN, 2020). De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Certificação Ambiental (IBRACAM), o relógio chamou a atenção das pessoas que se preocupam com o impacto que a humanidade causa no meio ambiente (IBRACAM, 2020). Essa preocupação se estende sobre a atuação das empresas, nas diversas atividades econômicas e que podem causar impactos ao meio ambiente, nesse sentido, as organizações são cada vez mais pressionadas a fornecer informações de suas ações relacionadas ao meio ambiente (VOGT; HEIN; ROSA; DEGENHART, 2017).

Não é diferente com os investidores, que demonstram estar preocupados com a questão ambiental, nesse sentido, consideram que as empresas precisam realizar ações que garantam que seus processos não impactem o meio ambiente (FORECHI et al., 2020). Com as pressões exercidas pela sociedade quanto ao comprometimento das empresas com o meio ambiente, as organizações têm sentido a necessidade de investir em processos e tecnologias para reduzir o impacto ambiental, além desses investimentos as empresas notaram a inevitabilidade de divulgar essas ações aos seus *stakeholders* (ECKERT; LEITE; CECHINATO; MECCA; BIASIO, 2014), nesse sentido, percebe-se que a contabilidade passa a exercer um papel relevante, uma vez que é a responsável em apresentar esse tipo de informações, o *disclosure* ambiental, que auxiliam gestores e investidores a tomarem as decisões sobre as atividades exercidas pelas organizações (RIBEIRO, 2012).

O *disclosure* ambiental das empresas tem aumentado nos últimos anos, de acordo com Barakat, Perez e Ariza (2015), as indústrias, em geral, apresentam uma média maior de divulgação ambiental, pois é o setor que mais afeta o meio ambiente, um exemplo, é o setor sucroalcooleiro que está diretamente ligada ao meio ambiente e que no Brasil, além de ser um setor representativo no cenário econômico. Este setor possui características próprias que as diferenciam de empresas semelhantes de outros países, no Brasil, a maior parte das indústrias



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

têm uma alta produção de toda a cana-de-açúcar que processa, diferente do padrão mundial que mantém uma produção separada da indústria. A produção da cana-de-açúcar brasileira na safra de 2020/21, foi de 654,5 milhões de toneladas, um crescimento de 2,2% comparado a safra anterior. O etanol também teve um crescimento de 1,0% comparados a temporada anterior atingindo a produção de 54,5 bilhões de litros (CONAB, 2021).

Mediante o *disclosure* ambiental, pode-se constatar quais organizações realizam as divulgações e em qual nível quantitativo essas evidenciações se encontram, uma vez que a legislação contábil não obriga a divulgação de informações socioambiental, além disso, ressalta-se a importância do setor de cana-de-açúcar e álcool para a economia brasileira e os impactos ambientais causados por essa atividade, diante disso, este trabalho tem como objetivo evidenciar o nível das informações socioambientais dos relatórios contábeis e de sustentabilidade das empresas do segmento de açúcar e álcool listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no período de 2016 a 2020.

O estudo justifica-se por atender a lacuna apontada por Nguyen e Tran (2019) de que se faz necessário outras pesquisas para evidenciar o nível de divulgação ambiental de diversos setores de atuações das organizações, muito próximo ao que foi apontado por Bae, Masud e Kim (2018) de que há uma escassez nas pesquisas sobre divulgação ambiental em países em desenvolvimento.

A pesquisa justifica-se pelo fato da relevância do tema de meio ambiente e sustentabilidade, especificamente por conta das implicações ambientais causadas pelo setor de açúcar e álcool, e a escassez de estudos sobre *disclosure* ambientais neste setor específico (SAMPAIO et al., 2012; MUSSOI; BELLEN, 2010; GUIMARÃES, et al., 2014; FORECHI et al., 2020; BAZANI; LEAL, 2014; ROSA, MARCHI; OLIVEIRA, 2022).

A pesquisa pretende contribuir com literatura sobre a evidenciação ambiental das empresas do setor de açúcar e álcool, uma vez que não foi identificado outros estudos que pesquisaram esse setor, os estudos de Forechi *et al.* (2020) utilizaram empresas do segmento de papel e celulose presentes na B3, já o estudo de Sampaio *et al.* (2012) analisaram empresas do segmento de mineração, deste modo, percebe-se uma lacuna a ser preenchida por este estudo.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Disclosure socioambiental

O termo “*Disclosure*” tem como significado a evidenciação contábil (BATISTA; HAMMES JR., 2019). Em suma, *disclosure* é um conjunto de provas e evidências fornecidas nas demonstrações contábeis e a partir desses relatórios é possível conhecer a situação econômica, financeira e social de uma empresa.

O *disclosure* se faz muito útil principalmente em empresas de capital aberto, pois essas empresas estão sempre buscando capitais de terceiros como alavancagem financeiras ou empréstimos empresariais, também é de extrema importância entre as empresas filiais e sua matriz, além de oferecer informações importantes para os usuários da contabilidade e interessados como investidores e possíveis acionistas (BATISTA; HAMMES JR., 2019).

Nesse sentido, nota-se que existe uma preocupação por parte das organizações em realizar a divulgação de informações para atender os *stakeholders*. Especificamente, sobre o *disclosure* ambiental, que representa a divulgação de informações socioambientais, houve um aumento na sua prática, pois existe desde a década de 1990 uma maior preocupação da população em saber se a empresa tem se preocupado em realizar suas atividades sem agredir o meio ambiente (BEUREN; NASCIMENTO; ROCHA, 2013).

As informações socioambientais são divulgadas de maneira voluntária ou obrigatória, entretanto no Brasil ainda não há a exigência legal para a divulgação ambiental, dessa forma Deegan e Rankin (1997) apontam que geralmente as informações de caráter ambiental divulgadas pelas empresas tendem a ser enviesadas, pois procuram destacar a imagem de que é uma empresa responsável com o meio ambiente. De acordo com Vogt et al. (2017) as empresas utilizam do *disclosure* ambiental para transmitir informações de como lidam com o meio ambiente.

Para Braga e Salotti (2008, p.3) as evidências ambientais “ajudam a sustentar a ideia de que os usuários da informação contábil podem levar em consideração esse tipo de informação, caso contrário as empresas não teriam a preocupação em divulgar as boas notícias em relação ao meio ambiente”. Ou seja, a partir dessa ideia se pressupõe que resultados ambientais negativos podem impactar no desempenho econômico-financeiro da empresa.

As empresas de capital aberto têm como meta aumentar o lucro e melhorar a sua



imagem, nesse sentido, empresas localizadas em países desenvolvidos divulgam mais e com mais qualidade as informações ligadas ao meio ambiente do que países em desenvolvimento e no que tange o papel da governança corporativa, as organizações que conseguem proporcionar boas equipes de governança corporativa proporcionam melhores transparências e divulgações ambientais para os investidores (BARAKAT; PEREZ; ARIZA, 2014).

De acordo com Souza, Murcia e Marcon (2011) há uma maior aproximação entre os *stakeholders* para com a informação, tornando pública uma informação que antes era privada, e assim o nível de divulgação aumenta, nivelando os dados e com isso tornar maior a credibilidade da empresa. Para Vogt et al. (2017), isso ocorre pois existe uma pressão maior por parte da sociedade sobre o governo e as empresas em relação a preservação do meio ambiente.

2.2 Pesquisas anteriores

A evidenciação contábil ambiental é um assunto recorrente, já existem estudos que analisam o nível de evidenciação de diferentes segmentos de companhias presentes na B3. O estudo de Mussoi e Bellen (2010), identificou por meio do formulário 20F e do Relatório Sócio Ambiental (RSA), referente a empresas de papéis que negociam suas ações nos mercados brasileiro e estadunidense, o quanto cada empresa divulga suas informações ambientais. Mediante essa análise procuraram definir quais empresas mais divulgaram e qual o meio preferido para as divulgações. Os resultados demonstraram diferença na qualidade e quantidade de informações, o meio mais utilizado pelas empresas foi o relatório anual, mesmo sendo o relatório socioambiental o mais completo.

Bazani e Leal (2014) realizaram uma pesquisa sobre o nível de evidenciação das informações contábeis ambientais e o grau de aderência aos indicadores GRI. Foram analisadas oito empresas dos segmentos de exploração e refino, papel e celulose e petroquímica no período de 2010 e 2011. Por meio do levantamento foi constatado que as empresas não expõem totalmente as informações necessárias e por este motivo ocorre uma falta de confiabilidade nas demonstrações. O setor de papel e celulose mostrou um crescimento na aderência dos indicadores em relação aos períodos analisados.

O estudo de Guimarães et al. (2014) analisou 19 empresas cujo objetivo foi de constatar o nível de divulgação das informações ambientais, as empresas analisadas eram do ramo da agropecuária, listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os resultados apontaram



que as empresas, em sua maioria, tinham um baixo nível de evidenciação, das 19 companhias analisadas somente quatro apresentaram um nível médio e todas as outras apresentaram um nível baixo.

A pesquisa de Reis, Nogueira e Tarifa (2012) buscou constatar o quanto de livros haviam sido publicados em contabilidade ambiental de 2000 a 2010, a pesquisa apontou que a quantidade de materiais publicados ainda é insatisfatória para realizar profundas reflexões sobre o tema, nesse sentido faz-se necessário elaborar novos estudos com essa temática.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo proposto a pesquisa foi realizada de forma explicativa, na qual “aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.” (GIL, 2002, p. 41). Quanto a abordagem classifica-se como qualitativa que “lida com fenômenos: prevê a análise hermenêutica dos dados coletados” (APOLLINÁRIO, 2004, p. 151).

A escolha do setor do setor de Álcool e Açúcar deve-se ao fato de ser um setor de extrema importância para a economia brasileira e também uma área que está diretamente ligada ao meio ambiente. Realizou-se a análise documental dos relatórios disponibilizados pelas empresas desse setor listadas na B3 no período de 2016 à 2020, os relatórios encontraram-se disponíveis no site da B3 e nos sites das empresas, só não foram encontrados os relatórios dos anos de 2017 e 2018 da companhia Jalles Machado. As três empresas que compuseram a amostra foram: São Martinho; Jalles Machado e Raízen Energ.

Para análise foram utilizados os seguintes indicadores: indicadores Sociais Internos (ISI), Indicadores Sociais Externos (ISE), Indicadores Ambientais (IA) e também analisado se a amostra atende as diretrizes do GRI, essa análise ocorreu da seguinte forma, para cada indicador foram atribuídas algumas perguntas de acordo com o estudo de Sampaio et al. (2012). As respostas dessas perguntas foram convertidas em variáveis Dummy, assim para cada pergunta que a resposta foi afirmativa, ou seja, a empresa divulga a informação, foi atribuído o número “1” e quando a empresa não divulgou a informação foi atribuído o número “0” (BATISTA; HAMMES JR., 2019).

O nível de evidenciação foi calculado a partir de uma equação, na qual somou-se a quantidade de itens evidenciados e dividiu-se pela quantidade total de itens de cada índice (BATISTA; HAMMES JR., 2019).



Índice de evidenciação: $\frac{\sum \text{Quantidade dos itens evidenciados}}{\text{Quantidade total de itens}}$

De acordo com a soma das respostas de cada quadrante foi possível verificar o nível de evidenciação, dessa forma quanto maior a quantidade de itens de cada índice, maior o nível de evidenciação. Por meio da estatística descritiva, utilizando a média, foi realizada uma comparação entre as médias de cada empresa para cada item (BATISTA; HAMMES JR., 2019).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As empresas selecionadas para este estudo foram as listadas na B3 no setor de açúcar e álcool: Raízen Energ; Jalles Machado; e, São Martinho. As análises ocorreram a partir dos relatórios anuais emitidos pelas empresas no período de 2016 a 2020.

Para o nível de evidenciação socioambiental das organizações utilizadas na pesquisa e os anos analisados, utilizou-se os relatórios anuais de sustentabilidades que estavam acessíveis nos sites das empresas, assim foi possível conhecer o nível de evidenciação empregando a metodologia proposta por Sampaio et al. (2012), baseada em questões de indicadores. Na Tabela 1 é possível observar a média das empresas em relação aos indicadores ISI (Indicadores Sociais Internos) referentes aos anos de 2016 a 2020.

Tabela 1- Indicadores Sociais Internos

Evidenciação dos Indicadores Sociais Internos (ISI)	Raízen Energ	São Martinho	Jalles Machado
	\bar{x}	\bar{x}	\bar{x}
Evidencia a remuneração média dos funcionários?	0,8	0,6	1,0
Evidencia os gastos com encargos sociais?	0,8	0,4	1,0
Evidencia os gastos com alimentação e transporte?	0,8	0,0	1,0
Evidencia os gastos com previdência privada e saúde?	0,8	0,0	1,0
Evidencia os gastos com segurança e medicina do trabalho?	0,8	0,0	1,0
Evidencia os gastos com educação e cultura?	0,8	0,0	1,0
Evidencia os gastos com desenvolvimento profissional?	0,8	0,0	1,0
Evidencia os gastos com creches ou auxílio creche?	0,0	0,0	1,0
Evidencia informações das participações nos lucros?	0,0	0,4	1,0



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Evidencia a movimentação de funcionários (admissão, demissão de funcionários e estagiários)?	1,0	1,0	1,0
Evidencia quantidade de funcionários por gênero, faixa etária e nível de escolaridade?	1,0	1,0	1,0
Evidencia informações com relação a causas trabalhistas?	1,0	0,8	0,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Por meio do levantamento observa-se que cinco dos doze indicadores foram evidenciados ao menos uma vez nos relatórios dos anos entre 2016 e 2020 de todas empresas, também percebe-se que os itens “Evidencia a movimentação de funcionários (admissão, demissão de funcionários e estagiários)?” e “Evidencia quantidade de funcionários por gênero, faixa etária e nível de escolaridade?” chegaram a média máxima em todas as companhias, ou seja, os itens foram recorrentes em todos os anos em todas as empresas.

A Jalles Machado foi a empresa que mais evidenciou itens presentes no relatório ISI, não apresentou informação apenas no item “Evidencia informações com relação a causas trabalhistas”. A empresa com menor índice de evidenciação foi a São Martinho, que evidenciou apenas seis dos doze indicadores sociais internos.

Em suma, para os indicadores sociais internos, a Jalles Machado foi a empresa que mais se destacou, ao evidenciar 92% dos indicadores, a Raízen Energ ficou em segundo com 72% dos itens evidenciados e a empresa que menos evidenciou itens para esse tipo de indicador foi a São Martinho, com apenas 35%.

Na Tabela 2 é possível analisar a média de cada empresa referente aos Indicadores Sociais Externos (ISE).

Tabela 2- Indicadores Sociais Externos

Evidenciação dos Indicadores Sociais Externos	Raízen Energ	São Martinho	Jalles Machado
	\bar{x}	\bar{x}	\bar{x}
Evidencia gastos com educação?	0,8	0,6	1,0
Evidencia gastos com cultura?	0,6	0,6	1,0
Evidencia gastos com saneamento?	0,0	0,0	1,0
Evidencia gastos com saúde?	0,0	0,0	1,0
Evidencia gastos com esporte e lazer?	0,4	0,6	1,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Esse indicador procura apontar a atuação da empresa em questões sociais externas, como



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

educação de funcionários, cultura para a comunidade local, obras de saneamento que melhorem o local onde a empresa está localizada, além de investimentos em saúde, esporte e lazer dos funcionários (SAMPAIO et al., 2012).

Os indicadores sociais externos avaliam itens como gastos com saúde, cultura, educação, esporte, lazer e saneamento. A única empresa a evidenciar todos os indicadores foi a Jalles Machado, obtendo 100% de evidenciação. A Raízen e a São Martinho deixaram de evidenciar os gastos com saneamento e saúde, embora a Raízen aponte em seus relatórios os litros de água utilizados e a São Martinho evidencia que houve gastos com saúde, entretanto em nenhum dos casos é descrito o valor atribuído a estes gastos. A Tabela 3 evidencia e analisa os Indicadores Ambientais (IA) que cada empresa publicou em seus relatórios anuais.

Tabela 3- Indicadores Ambientais

Evidenciação Indicadores Ambientais (IA)	Raízen Energ	São Martinho	Jalles Machado
	\bar{x}	\bar{x}	\bar{x}
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente?	0,2	1,0	1,0
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?	0,4	0,0	0,0
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores?	1,0	0,8	0,0
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade?	0,6	0,8	1,0
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais?	1,0	0,8	1,0
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?	1,0	0,2	0,0
Impactos ambientais negativos / riscos ambientais?	1,0	1,0	0,0
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente?	1,0	0,4	0,0
Informações sobre passivos e contingências ambientais?	0,2	0,6	0,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O item com maior nível de evidenciação para esse grupo de indicadores foram os investimentos e gastos com outros projetos ambientais, divergindo do estudo de Batista e Hammes Jr. (2019) em que o maior índice de evidenciação foi o impacto ambiental negativo/riscos ambientais. Outro índice que obteve maior evidenciação entre as empresas foi o de investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade, em que as três empresas evidenciaram em seus relatórios anuais entre os anos de 2016 e 2020.



A companhia com o menor índice de evidenciação para esse conjunto de indicadores foi a Jalles Machado, com somente 3 indicadores dos 9 presentes. Em contra partida, a Raízen Energ evidenciou em ao menos um dos relatórios analisados todos indicadores. É necessário também dizer que, embora a São Martinho não evidencie os gastos financeiros com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, a companhia menciona ações feitas para esse indicador. A Tabela 4 analisa o atendimento às diretrizes GRI.

Tabela 4- Análise às diretrizes GRI

Análise de Atendimento às Diretrizes do GRI (GRI)	Raízen Energ	São Martinho	Jalles Machado
	\bar{x}	\bar{x}	\bar{x}
Evidencia a estratégia e análise?	1,0	1,0	0,0
Define os parâmetros do relatório?	0,6	1,0	0,0
Governança, compromissos e engajamento?	1,0	1,0	0,0
Evidencia as formas de gestão?	1,0	1,0	0,0
Evidencia o resultado econômico?	1,0	0,4	1,0
Evidencia informações sobre a gestão de materiais, energia, água, biodiversidade, emissões de resíduos, produtos e serviços?	1,0	1,0	0,0
Evidencia informações sobre práticas trabalhistas e trabalho decente?	1,0	1,0	0,0
Evidencia informações sobre os direitos humanos?	0,6	1,0	0,0
Evidencia informações sobre a sociedade?	0,2	1,0	1,0
Evidencia informações sobre a responsabilidade pelo produto?	0,2	1,0	0,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Diferente do estudo de Batista e Hammes Jr. (2019) o indicador GRI para as empresas analisadas não foi o que apresentou maior índice de evidenciação, neste estudo o índice ISI foi o mais evidenciado e o segundo foi o GRI, o que mostra que as empresas analisadas ainda não estão adotando as recomendações estabelecidas pela GRI.

A Tabela 4 evidencia que, para a Raízen Energ e a São Martinho os indicadores GRI foram os mais evidenciados, sendo que todos os itens foram apresentados ao menos uma vez no período analisado. A São Martinho foi a empresa com o maior índice, obtendo a média máxima em quase todos os índices, com exceção somente ao resultado econômico. A Jalles Machado obteve o menor índice para os indicadores GRI, evidenciando somente dois dos dez indicadores. Na Tabela 5 é possível analisar a média de evidenciação de cada empresa para cada indicador no período de estudo.



Tabela 5- Média Indicadores

Média Indicadores por Grupo	Raízen Energ	São Martinho	Jalles Machado
	\bar{x}	\bar{x}	\bar{x}
ISI	0,72	0,35	0,92
ISE	0,36	0,36	1,00
IA	0,71	0,62	0,33
GRI	0,76	0,94	0,20

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A Tabela 5 demonstra que o índice de maior evidenciação para as empresas Raízen Energ e São Matinho foi o GRI, em que a São Martinho atingiu quase a nota máxima no quesito, segundo Batista e Hammes Jr. (2019) isso ocorre devido ao fato de que para os indicadores GRI existem instruções disponíveis de como elaborar esse relatório, pois é considerado relevante para os *stakeholders*, em contra partida, o relatório GRI foi o de menor evidenciação para a companhia Jalles Machado.

A Raízen Energ foi a companhia com maior média de evidenciação em todos os relatórios, atingindo uma média superior a 0,7 nos relatórios analisados, seguida pela Jalles Machado e a São Martinho respectivamente. A Tabela 6 analisa o nível de evidenciação por ano de acordo com os grupos de indicadores para cada empresa.

Tabela 6- Média indicadores por ano

Empresas	Período				
	2016	2017	2018	2019	2020
Raízen Energ	0,48	0,55	0,67	0,73	0,76
São Martinho	0,51	0,54	0,55	0,63	0,61
Jalles Machado	0,62	-	-	0,61	0,62

Fonte: autores (2022).

A Tabela 6 demonstra que de uma forma geral comparando 2016, o primeiro ano de estudo, com 2020 que foi o ano mais recente de estudo, as empresas obtiveram um crescimento em seu nível de evidenciação. A Raízen Energ cresceu em 0,28 em comparação do primeiro e último ano analisado.

É necessário pontuar que não foram encontrados os relatórios dos anos de 2017 e 2018 da companhia Jalles Machado, no entanto, a empresa também apresentou pouca variação no nível de evidenciação nos anos em que foi possível analisar seus relatórios.

O aumento no nível de evidenciação demonstra que as empresas tem se preocupado cada



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

vez mais com a divulgação ambiental e dessa forma favorecendo também aos *stakeholders*. A Raízen Energ é a empresa com o maior nível de evidenciação, sendo que esta empresa apresentou 64% de evidenciação dos itens analisados, a Jalles Machado apresentou um percentual de 62% de evidenciação, e a empresa que divulgou o menor percentual foi a São Martinho com 57%.

Ao comparar os resultados das empresas do setor de álcool e açúcar com empresas do setor de papel e celulose realizado no estudo de Batista e Hammes Jr. (2019), nota-se uma média geral superior, enquanto o setor de álcool e açúcar obteve um resultado de 0,61, o setor de papel e celulose a média foi de 0,49.

Houve um crescimento da divulgação das informações ambientais em relação a Raízen Energ e a São Martinho ao longo dos anos, enquanto a Jalles Machado se manteve constante. As companhias do setor de açúcar e álcool obtiveram um nível de evidenciação equilibrado, sendo que a média ficou entre 60% e 77% de evidenciação para o último ano estudado. Assim como no estudo de Sampaio et al. (2012), que analisaram os relatórios de sustentabilidade e já haviam notado que houve um aumento no volume de informações socioambientais, este estudo também apresentou acréscimo nas informações.

A Raízen Energ foi a empresa com maior índice evidenciado nos anos entre 2017 e 2020, apenas em 2016 foi a empresa com menor percentual de evidenciação, isso demonstra que a empresa ao longo dos anos aprimorou seus relatórios e conseguiu transmitir mais informações socioambientais. Isso pode estar ligado ao que foi mencionado por Vogt et al. (2017) ao apontar que existem mais pressão da sociedade nas empresas para se preocuparem mais com o meio ambiente.

A São Martinho obteve um crescimento em relação aos itens divulgados, entretanto, a empresa se manteve com a média entre 51% e 61% de evidenciação ao longo dos anos, diferente da Raízen que no primeiro ano evidenciou 48% dos indicadores e no último ano evidenciou 76% dos indicadores. A empresa São Martinho já havia sido destacada no estudo Schildt et al (2016) em que a organização divulgou questões socioambientais de qualidade durante o período analisado.

Por último, a companhia Jalles Machado, na qual não foram encontrados os relatórios referentes aos anos de 2017 e 2018, obteve o nível de evidenciação muito próximo nos anos de 2016, 2019 e 2020, com a diferença de 1% no ano de 2019 em relação aos outros anos. Nos



anos em que a empresa foi analisada obteve um desempenho de mais de 60% em seus relatórios, indicando que mais da metade dos indicadores foram atendidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo evidenciar o nível das informações socioambientais dos relatórios contábeis e de sustentabilidade das empresas do segmento de açúcar e álcool listadas B3, no período de 2016 a 2020, por meio dos indicadores ambientais ISI, ISE, IA e as diretrizes do GRI proposto por Sampaio et al. (2012).

Os resultados obtidos mostraram que os indicadores da evidenciação ambiental melhoraram com o passar do tempo, deixando claro que houve um aumento no nível de evidenciação das companhias. De acordo com a amostra analisada, a empresa Raízen Energ se destacou no nível de evidenciação, obteve a melhor média (0,64) entre as empresas analisadas. Ressalta-se que os dados da empresa Jalles Machado referente ao ano de 2017 e 2018, não estavam disponíveis e esse período foi descartado da análise.

Ao comparar os indicadores das empresas de maneira individual, destaca-se a Jalles Machado que obteve o percentual mais alto para dois indicadores, foi evidenciado para o indicador ISI, 92% das informações e para o ISE, o percentual foi de 100%. A São Martinho se destacou para o indicador GRI, em que seu nível de evidenciação foi de 94%. A Raízen Energ destacou-se para o indicador IA (Indicadores Ambientais), pois foi a que obteve o maior percentual com 71% dos itens analisados.

Por outro lado, a Jalles Machado obteve o menor nível de evidenciação para dois indicadores, o IA e o GRI, para o grupo IA seu nível atingiu 33% de evidenciação e para o grupo GRI 20%. A São Martinho junto com a Raízen Energ obteve um nível baixo de evidenciação para o grupo ISE, evidenciando 36% dos itens. Para o ISI quem teve o menor índice de evidenciação foi a São Martinho, com 35% dos itens evidenciados.

A pesquisa contribui para atender a lacuna apontada por Nguyen e Tran (2019) que se faz necessário estudos para evidenciar a divulgação ambiental dos diversos setores das organizações, nessa mesma linha, contribui para preencher a lacuna apontada por Bae et al., (2018) de que são necessários novos estudos sobre a divulgação ambiental em países em desenvolvimento. Além disso, o artigo trata de um setor específico da economia brasileira que tem forte impacto com o meio ambiente, setor diferente de outras pesquisas como a de Vogt et



al. (2017) e Nguyen e Tran (2019).

A limitação da pesquisa está no fato de se analisar somente um segmento da B3, também do fato de uma das empresas não ter sido possível encontrar os relatórios anuais de dois anos. Para futuras pesquisas sugere-se que outros segmentos sejam estudados e comparados, sugere-se também considerar um intervalo maior de tempo de estudo.

REFERÊNCIAS

APOLLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a Produção do Conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BAE, S. M.; MASUD, M. A. K.; KIM, J. D. A cross-country investigation of corporate governance and corporate sustainability disclosure: A signaling theory perspective. **Sustainability**, v. 10, n. 8, p. 2611, 2018.

BARAKAT, F. S. Q.; PEREZ, M. V. L.; ARIZA, L. R. Corporate social responsibility disclosure (CSR) determinants of listed companies in Palestine (PXE) and Jordan (ASE). **Rev. Manag Sci**, v.9, p.681-702. 2015. DOI 10.1007/s11846-014-0133-9.

BATISTA, C. A.; HAMMES JR., D. D. Análise do Nível de Evidenciação de Informações Socioambientais das Empresas de Papel e Celulose Listadas na B3. **Anais....9.º Congresso UFSC de Contabilidade e Controladoria**. Santa Catarina: 2019.

BAZANI, C. L.; LEAL, E. A. Nível das evidenciações contábeis ambientais e o grau de aderência aos indicadores GRI: um estudo comparativo com empresas de três segmentos. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.6, n.2. 2014.

BEUREN, I. M.; NASCIMENTO, S.; ROCHA, I. Nível de evidenciação ambiental e desempenho econômico de empresas: aplicando a análise envoltória de dados. **Future Studies Research Journal**, v.5, n.1, p.198-226. 2013.

BRAGA, J. P.; SALOTTI, B. M. **Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil**. Anais.. São Paulo: EAC/FEA/USP, 2008. Disponível em: encurtador.com.br/dhiG9 (Acesso em 05 de novembro de 2021).

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Perfil do Setor do Açúcar e do Etanol no Brasil**. Edição para safra 2015/16. Brasília: 2019. Disponível em: encurtador.com.br/pBO68 (Acesso em 16 de junho de 2021).

DEEGAN, C.; RANKIN, E. M. A materialidade das informações ambientais para os usuários. **Revista de Contabilidade e Auditoria** ed. 10., 1997. Disponível em: www.sciencedirect.com/reference/189386 (Acesso em 5 de novembro de 2021)

ECKERT, A.; LEITE, E. T.; CECHINATO, S.; MECCA, M. S.; BIASIO, R. Evidenciação contábil das informações ambientais: uma análise das empresas da Serra Gaúcha listada na Bovespa. **Revista Rosa dos Ventos**, v.6, n.4, p.508-530. 2014.

FORECHI, L. L.; REINA, D. R. M.; REINA, D.; NARCISO, L. F. Evidenciação ambiental das empresas do segmento de papel e celulose. **Revista Gestão e Regionalidade**, v. 36, n. 107, p.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

27-46. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, D. A.; RECH, I. J. CUNHA, M. F. PEREIRA, I. V. Análise do Nível de Evidenciação de Informações Ambientais Apresentado Pelas Empresas Abertas Que Exploram Atividades Agropecuárias. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças - RECFin**, v.2, n.3, p.6-23. 2014.

IBRACAM, Instituto Brasileiro de Certificação Ambiental. **Relógio em Nova York mostra quanto tempo falta para impedirmos catástrofe ambiental**. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/nAIT9 (Acesso em 27 de maio de 2021).

MOYNIHAN, C. **New York Times**. A New York Clock That Told Time Now Tells the Time Remaining. Sept.20, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/09/20/arts/design/climate-clock-metronome-nyc.html>

MUSSOI, A.; BELLEN, H. M. V. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. **RCO- Revista de Contabilidade e Organizações- FEA-RP/USP**, v.4, n.9, p. 55-78. 2010.

NGUYEN, L.; TRAN, M. Disclosure levels of environmental accounting information and financial performance: the case of Vietnam. **Management Science Letters** , v. 9, n. 4, pág. 557-570, 2019.

REIS, L. G.; NOGUEIRA, D. R.; TARIFA, M. R. Uma análise histórica das publicações existentes sobre o tema contabilidade ambiental. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 2, n. 3, p.90-97, 2012.

RIBEIRO, M. S. Uma reflexão sobre as oportunidades para a contabilidade ambiental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, v.17, p.4-17, 2012.

ROSA, J. L. A.; MARCHI, K.; OLIVEIRA, E. C. Disclosure ambiental: análise de relatórios publicados por organizações parceiras da fundação SOS Mata Atlântica. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 5, n. 3, p. 3290-3309, 2022.

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p.105-122, 2012.

SOUZA, F. C.; MURCIA, F. D.; MARCON, R. Bonding hypothesis: análise da relação entre disclosure, governança corporativa e internacionalização de companhias abertas no Brasil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v.14, 2011.

VOGT, M.; HEIN, N.; ROSA, F. S.; DEGENHART, L. Relationship between determinant factors of disclosure of information on environmental impacts of Brazilian companies. **Estudios Gerenciales**, v. 33, n. 142, p. 24-38, 2017.



ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO MUSEU/LABORATÓRIO DE GEOLOGIA, DA UNESPAR, *CAMPUS* DE CAMPO MOURÃO

Edson Noriyuki Yokoo¹ - Unespar, *Campus* de Campo Mourão
José Antônio da Rocha² – Unespar, *Campus* de Campo Mourão
Jefferson de Queiróz Crispim³ – Unespar, *Campus* de Campo Mourão
Jackson Cordeiro Brilhador⁴ – Unespar, *Campus* de Campo Mourão

Nome do GT: 15 – Sociedade, Saúde e Meio Ambiente

RESUMO

Este artigo tem como objetivo resgatar e difundir as atividades de extensão universitária desenvolvidas pelo Museu/Laboratório de Geologia da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, *Campus* de Campo Mourão entre 1998 a 2022. O espaço museológico e laboratorial recebe estudantes de escolas das redes pública e privada dos diversos níveis de ensino. Abrange desde o pré-ensino até pós-graduação; no que tem oportunizado a formação continuada de graduandos e pós-graduandos *lato sensu* e *stricto sensu* na experiência técnico-científica de manipulação organoléptica do acervo mineralógico e arqueológico. Também tem permitido que estagiários corroborassem no intercâmbio de novas amostras, na manutenção, administração e recepção de visitantes. No decorrer dos mais de 20 anos de funcionamento, tem possibilitado espaço para pesquisas de iniciação científica e, sobretudo para atividades de extensão. Além disso, tem recebido apoio logístico da Instituição. As atividades desenvolvidas no espaço museológico/laboratorial tem contribuído para divulgação do nome da Instituição junto à comunidade local e regional da área de abrangência do *Campus* de Campo Mourão. Neste contexto a Instituição tem divulgado informações relevantes da área de geociências e humanas através de visitas guiadas e de mídia digital (*Whatsapp* e *Facebook*). A metodologia utilizada é da visita-guiada com preleção de palestra sobre as amostras expostas. Ao final da explanação há um intervalo tempo para esclarecimento de dúvidas com referência as informações passadas. São anotados os nomes dos visitantes; Instituição de origem; local e data no Livro de Registro do espaço museológico/laboratorial. Dificuldades; como: a falta de veículo apropriado para viagens de campos e coletas distantes de províncias geológicas tem limitado a ampliação do acervo de novas petrográfico, mineralógico e fossilífero. Outra limitação é de automóvel adaptado para o deslocamento de parte do acervo para exposição itinerante pelos estabelecimentos escolares do município e outras cidades da região. Também o espaço físico é muito limitado para o acondicionamento na forma de um *layout* adequado à circulação dos públicos visitantes por entre os expositores. Mesmo com as deficiências de infraestruturais e logísticas já foram atendidas de aproximadamente 18.000 pessoas.

Palavras-Chave: Unespar. Museu/Laboratório de Geologia. Acervo. Atividades de Extensão.

ACTIVIDADES EXTENSIONISTAS DEL MUSEO/LABORATORIO DE GEOLOGÍA, DA UNESPAR, *CAMPUS* DE CAMPO MOURÃO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo rescatar y difundir las actividades de extensión universitaria desarrolladas por el Museo/Laboratorio de Geología de la Universidad Estadual de Paraná – Unespar, *Campus* de Campo Mourão entre 1998 y 2022. El espacio del museo y laboratorio recibe estudiante

¹. Geógrafo e Doutor em Geografia – e-mail: enyokoo@gmail.com

². Geógrafo e Mestre em Ecologia de Ambiente Aquáticos e Continentais – e-mail: jrochastone@gmail.com.br

³. Geógrafo e Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente – e-mail: Jeffersoncrispim@gmail.com.br

⁴. Graduando em Geografia e bolsista PIBIS (Chamada 043/2022- Proec/Unespar – e-mail: jcbrilhador@gmail.com.

de escuelas públicas y privadas de la diferentes niveles de educación. Abarca desde preescolar hasta



posgrado; en lo que ha brindado oportunidades para la formación continuada de estudiantes de pregrado y posgrado lato sensu y stricto sensu en la experiencia técnico-científica de la manipulación organoléptica de la colección mineralógica y arqueológica. También ha permitido a los becarios colaborar en el intercambio de nuevas muestras, mantenimiento, administración y recepción de visitantes. A lo largo de más de 20 años de funcionamiento, ha brindado espacio para la investigación iniciación científica y, sobre todo, para actividades de extensión. Además, ha recibido apoyo logístico de la Institución. Las actividades realizadas en el espacio museo/laboratorio contribuyeron para la difusión del nombre de la Institución entre la comunidad local y regional del área del Campus de Campo Mourão. En este contexto, la Institución ha difundido información relevante en el área de geociencias y humanidades a través de visitas guiadas y medios digitales (WhatsApp y Facebook). La Metodología utilizada es una visita guiada con una charla sobre las muestras expuestas. Al final de la explicación hay un intervalo de tiempo para aclaración de dudas con referencia a información pasada. Se anotan los nombres de los visitantes; Educación en el hogar; lugar y fecha en el Libro de Registro del espacio museo/laboratorio. Dificultades: tales como: la falta de un vehículo apropiado para viajes de campo y coletas lejos de provincias geológicas ha limitado la expansión de la colección petrográfica, mineralógica y fosilífera. Otra limitación es el automóvil adaptado para el desplazamiento de parte de la colección para exhibición itinerante por los establecimientos escolares del municipio y otras ciudades de la región. El espacio físico también es muy limitado para el embalaje en forma de disposición adecuada a la circulación del público visitante entre los expositores. Aún con deficiencias en infraestructura y logística, ya se han atendido aproximadamente 18.000 personas.

Palabras Clave: Unespar. Museo/Laboratorio de Geología. Recopilación. Actividades de Extensión.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem por objetivo reportar as atividades de extensão do Museu/Laboratório de Geologia da Unespar, *Campus* de Campo Mourão da Unespar, entre os anos de 1998 - 2022.

Situada na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense composta por 25 municípios. Esta é dividida em duas microrregiões geográficas: sendo a de Campo Mourão com 14 municípios e Goioerê com 11 municípios. A Mesorregião Centro-Ocidental conta com Instituições de Ensino Superior de natureza pública e privada. Nestas são ofertados cursos de graduação presenciais e a distância - EaD; bem como de vários cursos de pós-graduação (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*). Entretanto, somente o *Campus* de Campo Mourão, da Unespar conta com espaço museológico/laboratorial para atividades de ensino, extensão e pesquisa. Espaço utilizado por mais de duas décadas, principalmente com atividades de extensão universitária.

No transcorrer de mais de vinte anos vem atendendo a comunidade estudantil regional através de visitação guiada. Também tem atendido pessoas da comunidade em geral que em visita a este local procuram informações sobre o acervo mineralógico.

Portanto, o espaço museológico/laboratorial constitui-se num local privilegiado para o desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisas e ensino.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O vocábulo “museu” tem vários significados no tempo e no espaço, no entanto,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



originou-se na Grécia Clássica, o termo *mouseïon*, significando o “Templo das Musas”, posteriormente, passou a designar os espaços de exposições das obras-primas de artes e históricos, ou seja, o local de contemplação, para sacralidade e estudo das ciências (ROSÁRIO, 2002).

No entanto, somente vários séculos depois, os museus passam a ter outro significado, inicia-se com a criação em 1753, do *British Museu*, em Londres do primeiro museu público e secular, duas décadas depois, é fundado em 1773 o *Museu Charlston*, na Carolina do Sul, nos Estados Unidos, enquanto que, no Brasil é instalado em 1818, o Museu Real, depois alterado para Museu Nacional com o intuito de alavancar o desenvolvimento das artes, ciências e a cultura brasileira (MUSEU NACIONAL, 2023).

Assim, os museus, além de serem depositários de amostras de pesquisas de campo, devem ter como objetivos a disseminação dos conhecimentos científicos; de apoiar os processos de ensino e aprendizagem e do desenvolvimento sócio-cultural. Deste modo, deve-se levar em consideração a criação dos museus universitários em contribuir nas atividades de produção de novos conhecimentos (pesquisas); e, principalmente, de promover as atividades de extensão e de inovação junto à comunidade estudantil e comunidade em geral (MICHELON, 2014).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, segundo o Artigo 43, da Lei nº 9.394/1996, estabelece que as atividades extensionistas é um dos pilares das Universidades, devendo ser “aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição” (BRASIL, 1996).

De acordo com a Universidade Estadual do Paraná:

Compreende-se a Extensão Universitária como uma atividade acadêmica, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, marcada por um processo educativo, cultural e científico que orienta a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (UNESPAR, 2015, p. 2).

Nesta perspectiva a extensão é uma interação dialógica entre as instituições de ensino superior e a demanda da comunidade acadêmica e comunidade externa, visando o intercâmbio de conhecimentos, visando a transformação da realidade social.

Na nossa realidade, é interessante ressaltar que o trabalho (atendimento ao público) é feito na interface museu/laboratório. Não atendemos todos os requisitos para operar como museu apesar de contarmos com um rico acervo de rochas, minerais, artefatos líticos e cerâmicos e alguns instrumentos relacionados a geociências. A forma do procedimento no



atendimento com acesso e manipulação de certas amostras denota caráter laboratorial/experimental.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Museu/Laboratório de Geologia ocupa desde a sua estruturação uma sala de 170m² para exposição e manipulação de amostras que está localizada no Bloco “B” (Prof. Valfrido Tokarski).

Neste espaço desenvolvemos projetos extensionistas:

- a) Ensino de Geografia e espaço museológico: contribuição para a divulgação científica do Museu/Laboratório de Geologia da Unespar, *Campus* de Campo Mourão III;
- b) Museu/Laboratório de Geologia da Unespar, *Campus* de Campo Mourão: atendimento à comunidade escolar IV;
- c) PIBEX – Programa Institucional de Bolsa de Extensão Universitária, em convênio com a Fundação Araucária (Chamada nº 10/2015);
- d) PIBIS – Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social – Pesquisa e Inclusão Social (Chamada nº 043/2022 – PROEC).

O espaço museológico/laboratorial é vinculado à Unespar, *Campus* de Campo Mourão. Classificado na categoria: Museu de Ciência e da Terra foi fundado formalmente pela Portaria nº 083/2001-A/D, e com aprovação do Regimento Geral pela Resolução nº 002/2002-CD. No entanto, teve a sua origem a partir da necessidade de organizar o acervo mineralógico, petrográfico, paleontológico e arqueológico acumulado nos últimos quinze anos (FECILCAM, 2001, p. 1), pois, até então, as poucas amostras serviam para as aulas práticas de identificação macroscópica de rochas e minerais na disciplina de Fundamentos de Geologia ministrada no curso de Geografia (FECILCAM, 2001, p. 1). O início das atividades extensionistas no espaço museológico/laboratorial foi divulgado para a comunidade regional com a reportagem, intitulada: “Fecilcam tem museu de geologia” (WALTER, S.C, 1999).

O acervo mineralógico é composto de aproximadamente 1000 amostras distribuídas em 18 (dezoito) expositores de madeiras no formato capela, conforme podemos visualizar na fotografia 1. É neste espaço que desenvolvemos as atividades de extensão de divulgação geocientíficas, de ensino e pesquisa.

Fotografia 1 - Visão panorâmica do Museu e Laboratório de Geologia da Unespar



Fonte: YOKOO, 2016.

Parte expressiva do acervo mineralógico tem origem em diversas províncias geológicas brasileiras, com amostras incorporadas e cedidas pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, dos escritórios de Belo Horizonte e Fortaleza; da CPRM - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, dos escritórios de Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém e Porto Velho. Também pelo Instituto de Geociências, da Universidade de São Paulo; do Instituto de Geociências da UFRGS; da Universidade Regional do Cariri entre outras instituições. O acervo foi ampliado com novas amostras enviadas pelos Serviços Geológicos dos Estados Unidos, Canadá, Espanha, Marrocos, Itália e Tailândia, conforme as anotações das etiquetas dos expositores.

Recebemos amostras para uso didático-pedagógica das mineradoras: CVRD - Companhia Vale do Rio Doce; Petrobrás; Mineropar - Minerais do Paraná; Samarco; Magnesita; Serrana Mineração; Altamica entre outras do setor mineral.

Muitas amostras foram coletadas em trabalhos de trabalhos de campos feitos nas disciplinas de Fundamentos de Geologia e Geomorfologia do curso Geografia. Estes trabalhos foram realizados por diversas províncias geológicas do Brasil, contribuindo para o aumento quali-quantitativo do acervo mineralógico.

Com relação aos procedimentos metodológicos das visitas; adotamos a visita-guiada em que o docente da turma, agenda a visita pessoalmente, por telefone, *e-mail* e *whatsapp*. Também pela página do Facebook do Museu, no endereço https://www.facebook.com/profile.php?id=100008197275595&locale=pt_BR

O agendamento é necessário para organizar as amostras mineralógicas do espaço museológico/laboratorial com fins de proporcionar melhor atendimento didático-pedagógico, interesse e objetivos dos visitantes.

Antecedendo a visita-orientada, anotamos no Livro de Visitantes, os dados do colégio/escola, os nomes dos visitantes e do professor(a), a data.



Assim sendo, o espaço museológico caracteriza-se por organizar, preservar, conservar e expor o acervo mineralógico, também, é identificado pelas práticas sócioeducativas, encantamentos, curiosidades, debates, trabalhos de campo, sociabilidades e aprendizagem (GRUZMAN; SIQUEIRA, 2007).

Ademais, cabe destacar que as atividades de extensão no Museu/Laboratório de Geologia extrapolam os muros da Unespar; tendo os responsáveis por este espaço desenvolvido trabalhos:

- a) Visita técnica de avaliação em lapas nas margens do rio Cantu na região de Pitanga;
- b) Participação e execução de projetos de recuperação de nascentes de águas e tratamento de efluentes domésticos em zona rural em propriedades de cunho familiar em municípios da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense;
- c) Visitas técnicas pelos cinco compartimentos geológico-geomorfológicos do relevo paranaense com fins de coletar amostras representativas de minerais e rochas em termos didático-pedagógicas;

Das atividades reportadas nos itens a, b, c resultaram na apresentação de comunicações e artigos em eventos científicos e de extensão nas últimas décadas:

- a) Contribuições para a melhoria do ensino de geociências nas escolas de 1º e 2º graus – I Fórum das Faculdades do Paraná, Campo Mourão, 1998;
- b) A Formação Caiuá no noroeste do Paraná: considerações iniciais – comunicação oral - X Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia, Curitiba, 2005;
- c) Museu de Geologia da Fecilcam – VII Seminário Latino-Americano de Geografia Física, Manaus, 2012;
- d) Acervo de objetos líticos e a extensão universitária do Museu de Geologia da Unespar, *Campus* de Campo Mourão – IV Enieduc, 2015;
- e) Formação do acervo mineralógico do Museu de Geologia da Unespar – Enieduc, 2017;
- f) Museu de Geologia e divulgação científica – reflexões iniciais – Enieduc, Campo Mourão, 2018;
- g) Sítios paleontológicos, geoturismo e desenvolvimento regional – Ender, 2019;

No que tange a relação de depositários de amostras utilizados em pesquisas, contamos com a parceria de professores-coordenadores dos Laboratório de Pesquisa Geoambiental e do Laboratório de Estudos Paleoambientais, ambos da Unespar, *Campus* de Campo Mourão.

O atendimento ao público visitante é expositivo, contemplativo e interativo. Na qual é



feita palestra de abertura com temas geocientíficos; principalmente para universitários e alunos de altas habilidades no caso do ensino básico. No transcorrer da visita complementamos com experimentação macroscópica e organolépticas visando a identificação de minerais, rochas, fósseis e objetos líticos.

Relacionamos alguns dos eventos geológicos do passado ocorridos em diversas partes do globo que possuam correlações com a formação de rochas, minerais e fósseis. Na medida do possível com as amostras contidas no espaço museológico/laboratorial da Unespar, *Campus* de Campo Mourão. Reportamos alguns acontecimentos relacionados às geociências para o público visitante, tais como:

- a) Descoberta recente dos *bonebed* (cama de ossos) de pterossauros – *Caiuajara dobruskii*, dinossauros – *Vesperossaurus paranaensis* e, do lagarto – *Gueragama sulamericana* em Cruzeiro do Oeste, município próximo de Campo Mourão;
- b) Descoberta recente das florestas fossilizadas das licófitas, em Ortigueira, região nas proximidades de Ponta Grossa, na borda leste da Bacia Sedimentar do Paraná;
- c) A exploração do petróleo do pré-sal, na plataforma marítima da Bacia de Santos, fazendo do Brasil um dos seletos países detentores de tecnologia de perfuração e extração de hidrocarbonetos em águas profundas;
- d) A questão do Aquecimento Global, com impactos socioeconômico e geopolítico global, uma das suas facetas é o degelo polar com reflexo no aumento do nível dos oceanos; e, esta questão irá aumentar a migração forçada de população para outras regiões, originando os chamados “refugiados climáticos”, entre outros temas de relevância geocientíficas.

Quanto à organização do acervo: os minerais estão organizados de acordo com o grupo químico. As rochas estão classificadas quanto sua origem em ígneas, sedimentares e metamórficas. Os fósseis, principalmente de ictiolitos da Formação Santana do Cariri (Ceará), de braquiópodes (Bacia Sedimentar do Paraná) estão separados dos fósseis de ambiente terrestre (saurídeos); tais como: ossos desarticulados de mesossaurídeos, entre outros fragmentos. Em armários específicos estão acondicionados artefatos indígenas (objetos líticos), com etiquetas de identificação contendo informações tais como: natureza da peça, procedência e doador. Os minerais estão ordenados por grupos de acordo com sua composição química. Cada amostra apresenta o nome, procedência e composição química.

Apresentamos ao público-visitante o acervo mineralógico, petrográfico, paleontológico e arqueológico, seguindo o roteiro do *layout* dos expositores: minerais – rochas – fósseis –



artefatos indígenas.

- a) Minerais e Minérios: todas as amostras contém etiquetas de identificação, contendo informações básicas: procedência, doador, aproveitamento econômico. Realizamos nesta etapa manipulações organolépticas (peso, dimensões, brilho, traço, brilho, etc);
- b) Rochas Magmáticas ou Ígneas (intrusivas ou extrusivas): todo o acervo deste grupo esta identificado com etiquetas e aproveitamento econômico e industrial;
- c) Rochas Sedimentares: as amostras estão identificado com etiquetas e com informações sobre o aproveitamento econômico-industrial;
- d) Rochas Metamórficas: todas as amostras estão identificado com etiquetas e aproveitamento econômico e industrial;
- e) Fósseis: estão identificados com etiquetas e informações sobre o ambiente geológico (tafonomia) de fossilização e da preleção de palestras sobre a importância da preservação do Patrimônio dos Recursos Naturais e dos sítios fossilíferos;
- f) Arqueológico todos os objetos líticos estão identificados com etiquetas e informações gerais sobre procedência e do uso das ferramentas pelas sociedades indígenas e da preleção de palestras sobre a preservação e pesquisa dos sítios arqueológicos. A Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, na qual este *Campus* universitário está inserido contém vários sítios arqueológicos para serem pesquisados.

Enfim, e a atividade de extensão universitária dirigida para a comunidade estudantil e comunidade em geral que dá maior visibilidade ao espaço museológico da Unespar, *Campus* de Campo Mourão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os registros do Livro dos Visitantes do Museu e Laboratório de Geologia a frequência dos estudantes do ensino básico, iniciou-se a partir de 27 de agosto de 1998, tendo no citado ano, contabilizado 512 visitantes, conforme se pode visualizar pelo Quadro 1.

Quadro 1 - Quantitativo de visitantes ao Museu de Geologia, 1998-2022

Ano	Visitantes
1998	512
1999	2.133
2000	638
2001	499
2002	460
2003	785



2004	994
2005	996
2006	769
2007	840
2008	614
2009	744
2010	397
2011	775
2012	643
2013	464
2014	780
2015	786
2016	770
2017	938
2018	723
2019	932
2020	*
2021	*
2022**	516
TOTAL	17.708

* sem visitantes, em função da Pandemia do Covid-19, Resolução 001/2020, de 17/03/2020.

** retorno das atividades administrativas e aulas presenciais na Unespar, Resolução 004/2022.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Os dados estatísticos do quadro acima permite tecer uma série de considerações:

- Houve em média de 770 visitas por ano letivo, neste cálculo estão excluídos os dois anos pandêmicos do Covid-19;
- Aumento exponencial de visitantes para o ano de 1999, o segundo ano de funcionamento do espaço museológico é, em função da divulgação de atividades extensionistas na rede escolar local e regional;
- As visitas constantes de alunos e de professores do ensino básico (a maioria destes egressos do curso de Geografia, desta IES), superior e pós-graduandos se devem as aulas práticas de Geografia e áreas afins que são realizadas no Museu de Geologia. Neste interim evitando a burocracia, os altos custos financeiros e outras dificuldades das viagens de estudos por várias unidades do relevo paranaense;
- Durante várias décadas a antiga Faculdade Estadual de Ciências e Letras exerceu o protagonismo de ser a única Instituição de Ensino Superior na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, ofertando vários cursos superiores públicos e gratuitos, atraindo milhares de estudantes de graduação e pós-graduação (*lato sensu*);
- Atingir em 24 anos (1998-2022) de funcionamento o total de 17.708 visitantes é, sem dúvida uma marca expressiva, o que denota a positividade das atividades extensionistas, expresso no retorno dos visitantes.

A visualização do Quadro 2, permite tecer considerações sobre a espacialização dos



visitantes, compostos, sobretudo da rede de ensino básico, oficial e particular entre 1998 e 2022.

Quadro 2 - Rede Escolar do Ensino Básico, 1998/2022

Município		Rede Oficial (estadual/municipal)	Rede Particular
Campo Mourão		27	10
Janiópolis		4	
Cianorte			1
Farol		3	
Terra Boa		1	1
Peabiru		4	
Araruna		2	1
Luiziana		2	
Mato Rico		1	
Roncador		3	
Iretama		3	
Quarto Centenário		1	
Campina da Lagoa		1	
Corumbataí do Sul		1	
Boa Esperança		1	
Barbosa Ferraz		1	
Quinta do Sol		2	
Fênix		1	
Goioerê		1	
Moreira Sales		1	
Engenheiro Beltrão		1	1
Nova Tebas		1	
Altamira do Paraná		1	
Mamborê		1	1
Juranda		1	

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Pelo menos um e/ou vários colégios dos municípios inseridos na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense visitaram o espaço museológico entre 1998 a 2022, com excessão para três municípios: Nova Cantú, Ubiratã e Rancho Alegre do Oeste em função da distância e da falta de disponibilidade de ônibus escolares. Em contrapartida, recebemos estudantes das cidades de Cianorte, Mato Rico, e de Nova Tebas, situadas em mesorregiões periféricas.

Nestas duas décadas o espaço museológico foram recebidos a quase totalidade dos estabelecimentos escolares de Campo Mourão, beneficiados pela menor distância. Estabelecimentos escolares situados nas proximidades (Escola Gurilândia, Colégio Estadual Rondon, Colégio Estadual de Campo Mourão entre outros) os alunos vieram caminhando pelo calçamento.

Visitas dos graduando, principalmente dos cursos de Geografia, Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, pois são imprescindível o conhecimento geocientífico para a formação acadêmica destes universitários.

Assim, vários cursos de graduação e de pós-graduação deste *campus*, relacionamos as

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



visitas mais frequentes: Pedagogia (diurno e noturno) e Turismo e Meio Ambiente e de vários cursos de Especialização conforme se pode visualizar pelo Quadro 3.

Quadro 3 - Visitantes das Instituições de Ensino Superior, 1998 – 2022

Universidades	Cursos de Graduação e Pós-Graduação
UNESPAR, Campo Mourão	Geografia
UNESPAR, Campo Mourão	Pedagogia
UNESPAR, Campo Mourão	Turismo e Meio Ambiente
UNESPAR, Campo Mourão	Pós-Graduação: Alfabetização
UNESPAR, Campo Mourão	Pós-Graduação: Gestão Ambiental
UNESPAR, Paranavaí	Geografia
UNESPAR/SEED/NRE-CM	PDE - Geografia
CIES, Campo Mourão	Agronomia
CIES, Campo Mourão	Ciências Biológicas
CIES, Campo Mourão	Engenharia Civil
UEL, Londrina	Geografia
UEMS, Novo Mundo	Ciências Biológicas
UEMS, Jardim (MS)	Geografia
UFFS, Laranjeira do Sul	Agronomia
UFPR, Curitiba	Geografia
UNICENTRO, Guarapuava	Geografia
UNIMEO-CTESOP, Assis Chateaubriand	Geografia
UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon	Geografia
UTFPR, Campo Mourão	Engenharia Ambiental
UTFPR, Campo Mourão	Engenharia Civil
UTFPR, Campo Mourão	Licenciatura de Química
UERJ, Rio de Janeiro	Geografia/Geologia
UFF, Niterói	Geografia/Geologia
Universidade de Kentucky, Lexington (EUA)	Geografia/Geologia

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Merece destaque no quadro acima, a visita semestral de dois cursos da UTFPR: Engenharia Ambiental e Engenharia Civil; de Engenharia Civil e Agronomia, do Centro Universitário Integrado; e do curso de Geografia da Unimeo, de Assis Chateaubriand, este último foi noticiada em jornal local, com o título: “Acadêmicos visitam museu de geologia”, referindo-se ao espaço museológico da Unespar (jornal O Paraná, 2003) para complementar as aulas teóricas em sala de aulas com a experimentações organolépticas no espaço museológico.

As visitas dos demais cursos e cidades de regiões distantes: Londrina, Francisco Beltrão, Laranjeiras do Sul, Guarapuava, Curitiba, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon e de outro Estado: Jardim (MS), Novo Mundo (MS), deve-se a viagem de pesquisa pelo subplanalto mourãoense, pois este compartimento do relevo é contato de duas formações litológicas: os basaltos da Formação Serra Geral e os arenitos da Formação Caiuá. Na formação florística a região constitui um ecótono com transição de três formações florestais: a Floresta Estacional Semidecidual; a Floresta Ombrófila Mista com araucária e o Cerrado (a ocorrência mais ao sul em território brasileiro).

Enquanto que os visitantes oriundos das Universidades do Rio de Janeiro e Niterói são



estagiários de palinologia no Lepafe (Laboratório de Estudos Paleoambientais da Fecilcam) e, finalmente, os visitantes da Universidade de Kentucky (Estados Unidos), são pós-graduando de Geologia em viagens de pesquisas geológicas por diversos países, estes visitantes proporcionam a troca de experiências e atualização dos conhecimentos geocientíficos.

Além dos estudantes do ensino básico, superior e pós-graduandos, o Livro dos Visitantes, permite tecer considerações sobre as motivações da visita, de modo geral trata-se de professores (ex-alunos (as)) em visita por Campo Mourão p. ex. viajantes oriundos de Rolim de Moura e Vilhena, enquanto que, os visitantes de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas) são professores que participaram do Curso de Capacitação para Alfabetizadores de Jovens e Adultos, em parceria com o Programa Alfabetização Solidária, do governo federal, nos anos de 1999 e 2002, também, constatamos visitantes da comunidade geral em visita ao *Campus* universitário, conforme podemos visualizar no Quadro 4.

Quadro 4 - Visitantes (comunidade geral)

Município/País	Quantidades
Campo Mourão*	362
Guarapuava	2
Espanha	2
Miami (Flórida)	2
Pinhão	2
Ponta Grossa	2
Rolim de Moura (RO)	1
São Gabriel da Cacheira	15
Serra Leoa (África)	1
Vilhena (RO)	1

* alunos do Senac; Unati – Universidade Aberta da Terceira Idade; Programa Patronato de Campo Mourão, Jovem Aprendiz (Coamo); CADI – Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Idoso.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Apesar relevância do espaço museológico para as atividades de extensão, ensino e pesquisa ainda persistem vários obstáculos de ordem estrutural e de logística. Os mobiliários de madeiras são os mesmos desde o início do funcionamento do espaço museológico/laboratorial (1998), de difícil manutenção pelos constantes ataques de cupins.

A manutenção (substituições de partes do madeiramentos e pinturas, etc) e aplicação de inseticidas são custeadas pelos professores-coordenadores. Durante as visitas de turmas numerosas percebe-se a questão do espaço exíguo e do conforto térmico tão prejudicial ao atendimento do público visitante. O espaço físico tem que ser ampliado para permitir a melhor mobilidade e segurança dos visitantes. Também melhorar o *layout* da distribuição dos moveis expositores. Necessária a instalação de aparelho de ar condicionado central para controle da temperatura ambiente.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As visitas dos estudantes de diversos níveis de ensino e dos demais interessados da comunidade local, regional e extraregional em número expressivo tem reforçado a importância do espaço museológico/laboratorial da Unespar. Este tem corroborado com cursos de graduação, tais como: Geografia (Licenciatura/Bacharelado), Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Ciências Biológicas, Agronomia e Química (Licenciatura) que contam com conteúdos disciplinares relacionados à área de abrangência das geociências. Neste contexto, propicia a integração da teoria exposta em sala de aulas com a prática tendo possibilidade do contato direto com o objeto de estudo.

Muitos egressos, principalmente do curso de Geografia tem retornado ao espaço museológico/laboratorial da Unespar, trazendo turmas de estudantes nas quais atuam como docentes para visitar este espaço. Esta atividade extensionista vem a reforçar a importância deste para a comunidade estudantil.

O museu/laboratório sendo receptor de amostras didático-pedagógicas corrobora para a disseminação de conhecimentos de geociências. Oportuniza aos usuários deste; principalmente estagiários de prática de ensino supervisionado a utilização de parte de nossa coleção didática de rochas, minerais e fósseis durante suas atividades na rede escolar. Neste contexto, propagando conceito positivo do Museu/Laboratório de Geologia e da Unespar. Seja pela mídia, em eventos científicos e extensionistas e até pelos estudantes junto à comunidade local e regional.

7. REFERÊNCIAS

BERTINI, R. J.; BERTINI, L. M. D. Atividades de extensão do Museu de Paleontologia e Estratigrafia Paulo Milton Barbosa Landim (DGA/IGCE/UNESP Rio Claro). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/142778> Acesso: 12 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 23 Out 2016 Leis

CÉZAR, K. S.; YOKOO, E. N. Museu de Geologia e divulgação científica: reflexões iniciais. **Enieduc Diversidade: desafios na prática educacional**. Campo Mourão, 2018. p. 419-428.

CRISPIM, J. Q. **Saneamento ambiental rural para o município de Campo Mourão**. Projeto (Projeto de Extensão). 20 p. Campo Mourão, 2022.

FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO.
Regulamento do Museu de Geologia, Campo Mourão: Fecilcam, 2001.



GOMES, D. S.; LOTT, W. P. O museu de geociências da UFPA. Disponível em:
<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox?projector=1> Acesso: 18. fev. 2023.

GRUZMAN, C.; SIQUEIRA, V. H. F. O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais. In: Revista Eletrônica de enseñanza de las ciencias. Vol. 6. n. 2, 2007. p. 402-423. Disponível em:
https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/30907/Gruzman_O%20papel%20educacional.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso: 12. fev. 2023.

Jornal O Paraná. **Acadêmicos visitam museu de geologia**. Cascavel: 01 mai. 2003.

MICHELON, F. F. Museus universitários: uma política para estes lugares de conhecimento. **Expressa Extensão**. Pelotas, v. 19, n. 2, 2014.

MUSEU NACIONAL. Disponível em: <https://museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>
Acesso em: 20 fev. 2023.

MUSEU E LABORATÓRIO DE GEOLOGIA DA FECILCAM. **Folder**. Campo Mourão: Fecilcam, 2012.

MUSEU E LABORATÓRIO DE GEOLOGIA. **Livro de Visitantes**. Campo Mourão: Unespar, 2023.

ROCHA, J. A. **Laboratório de Geociências da Unespar, Campus de Campo Mourão: atendimento à comunidade escolar IV**. Projeto de extensão. 12 p. Campo Mourão, 2021.

ROCHA, J. A.; YOKOO, E. N. Ocorrências de lapa no vale do rio Cantú no município de Pitanga. **III Encontro Interdisciplinas de Desenvolvimento Regional**. Campo Mourão: Unespar, 2019.

ROSÁRIO, C. O lugar mítico da memória Morpheus. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas**. Ano 1, nº 1, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. Regulamento de extensão e cultura, Paranavaí: Unespar, 2015. Disponível em: [Regulamentos - Extensão Universitária \(1\) \(1\).pdf](#) Acesso em: 19. fev. 2023.

WALTER, S. C. Fecilcam tem museu de geologia. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão: 29 ago. 1999.

YOKOO, E. N. **A aula de hoje é no Museu de Geologia da Unespar, Campus de Campo Mourão: contribuição para o ensino de geografia**. Projeto de extensão. 9 folhas. Campo Mourão: Unespar, 2016.

YOKOO, E. N. **Ensino de geografia e espaço museológico: contribuição para a divulgação científica do Museu de Geologia da Unespar, Campus de Campo Mourão** (Projeto de Extensão). 21 p. Universidade Estadual do Paraná, 2018.



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

YOKOO, E. N.; CEZAR, K. S. Formação do acervo mineralógico do Museu de Geologia da Unespar, *Campus* de Campo Mourão. **VII Enieduc**, Campo Mourão, 2017.

YOKOO, E. N. O acervo de objetos líticos e a extensão universitária do Museu de Geologia da Unespar, *Campus* de Campo Mourão. **VI Enieduc**, 2015.

YOKOO, E. N.; ROCHA, J. A. Sítios paleontológicos, geoturismo e desenvolvimento regional. **III Encontro Interdisciplinas de Desenvolvimento Regional**. Campo Mourão: Unespar, 2019.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores”



CONSUMO ALIMENTAR DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA SEGUNDO O ÍNDICE DA DIETA DA SAÚDE PLANETÁRIA

Antônio Vinício Pontes de Freitas¹ – UECE
Davi Jácome Santos Vasconcelos² – UECE
Luíza de Carvalho Almeida³ – UECE
Leandro Teixeira Cacau⁴ - USP
Helena Alves de Carvalho Sampaio⁵ - UECE

Nome do GT: Sociedade, Saúde e Meio Ambiente

RESUMO

O artigo aborda o consumo alimentar de mulheres com câncer de mama em relação ao Índice da Dieta da Saúde Planetária - Planetary Health Diet Index (PHDI), o qual avalia a qualidade da dieta em termos de saúde e sustentabilidade ambiental. A pesquisa foi realizada com 201 mulheres com câncer de mama, em atendimento ambulatorial, em qualquer fase do tratamento, e revelou que a maioria apresentou um consumo alimentar insatisfatório, com baixa ingestão de frutas, verduras, legumes e grãos integrais e alto consumo de carnes. Além disso, a pontuação média no PHDI foi considerada baixa, indicando uma dieta pouco saudável e pouco sustentável, isto é, uma baixa adesão à dieta planetária. Os resultados sugerem a importância de melhorar a qualidade da dieta das mulheres com câncer de mama, incluindo o aumento do consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis. Isso pode ter um impacto positivo na saúde e no bem-estar dessas mulheres, além de contribuir para a preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Neoplasia de mama. Qualidade da dieta. Sustentabilidade. Alimentação saudável.

RESUMEN

El artículo aborda la ingesta dietética de mujeres con cáncer de mama en relación con el Índice de dieta de salud planetaria (PHDI), que evalúa la calidad de la dieta en términos de salud y sostenibilidad ambiental. La investigación fue realizada con 201 mujeres con cáncer de mama, en consulta externa, en cualquier etapa del tratamiento, y reveló que la mayoría presentaba un consumo alimentario insatisfactorio, con bajo consumo de frutas, verduras, legumbres y cereales integrales y alto consumo de carne. Además, el puntaje promedio en el PHDI se consideró bajo, lo que indica una dieta poco saludable e insostenible, es decir, una baja adherencia a la dieta planetaria. Los resultados sugieren la importancia de mejorar la calidad de la dieta de las mujeres con cáncer de mama, incluido el aumento del consumo de alimentos saludables y sostenibles. Esto puede tener un impacto positivo en la salud y el bienestar de estas mujeres, además de contribuir a la preservación del medio ambiente.

Palabras clave: Neoplasia de mama. Calidad de la dieta. Sostenibilidad. Alimentación saludable.

¹ – Graduando em Nutrição – e-mail: antonio.vinicio@aluno.uece.br

² – Graduando em Nutrição – e-mail: davi.jacome@aluno.uece.br

³ – Nutricionista – e-mail: luizadecarvalhoalmeida@gmail.com

⁴ – Nutricionista – e-mail: lcacau@usp.br

⁵ – Nutricionista – e-mail: dr.hard2@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O câncer de mama representa um dos principais entraves para o aumento da expectativa de vida da população feminina, sendo o tipo de câncer mais incidente entre as mulheres e a quinta causa de mortalidade por câncer a nível mundial (SUNG *et al.*, 2021). No Brasil, para cada ano do triênio 2023-2025, foram estimados 74 mil casos novos de câncer de mama, com risco estimado de 66,5 casos novos a cada 100 mil mulheres (BRASIL, 2022).

Há múltiplos fatores de risco relacionados a esta afecção, sendo a dieta um dos fatores de risco modificáveis na prevenção do câncer (FREITAS *et al.*, 2021). Evidências vêm mostrando associações significativas entre o padrão alimentar ocidental e o desenvolvimento do câncer. O hábito alimentar com alto consumo de alimentos ricos em gorduras saturadas e trans pode piorar o prognóstico de sobreviventes de câncer de mama, sendo um fator de risco para a progressão da doença (RINNINELLA *et al.*, 2020).

Esse padrão alimentar ocidental e o sistema de produção desses alimentos não só colocam em risco a saúde das pessoas, mas também a do planeta. A alimentação saudável tem potencial para reduzir a morbimortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e diminuir os impactos ambientais (KOWALSKY *et al.*, 2022).

Pensando nesse sentido, em 2019, a Comissão EAT-Lancet propôs um modelo de dieta saudável e sustentável, chamada de “dieta da saúde planetária”, baseada, predominantemente, no consumo diário de vegetais, legumes, frutas e grãos integrais, e no baixo consumo de carnes, peixes, ovos, cereais refinados e tubérculos. Este modelo dietético tem como objetivo promover saúde humana dentro dos limites planetários, pensando na prevenção de DCNT relacionadas à alimentação, na diminuição da mortalidade causadas por essas doenças e na redução dos impactos ambientais (WILLETT *et al.*, 2019). Recentemente, o *Planetary Health Diet Index* (PHDI) foi proposto para avaliar a adesão da população a este modelo de dieta (CACAU *et al.*, 2021).

Há diversas diretrizes com recomendações preventivas para o câncer e sua recidiva. O *World Cancer Research Fund* e *American Institute for Cancer Research* (WCRF/AICR) são reconhecidos por estabelecer associações entre dieta, nutrição, atividade física e câncer, trazendo recomendações, no âmbito dos fatores de riscos modificáveis e prevenção da doença, à população em geral e aos sobreviventes de câncer, evidenciando que esses precisam ter o mesmo perfil nutricional recomendado para a prevenção da doença a fim de prevenir a sua recidiva (WCRF/AICR, 2018). No entanto, ainda não há uma diretriz voltada aos sobreviventes



de câncer que leve em consideração a Dieta da Saúde Planetária, devido a sua recente publicação.

Portanto, o estudo tem como objetivo avaliar o consumo alimentar de mulheres sobreviventes de câncer de mama segundo o Índice da Dieta da Saúde Planetária - *Planetary Health Diet Index* (PHDI) (CACAU *et al.*, 2021).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Comissão EAT-Lancet propôs a "Dieta da Saúde Planetária", que é baseada no consumo de vegetais, frutas e grãos integrais, e na redução do consumo de carne, peixe, ovos, cereais refinados e tubérculos. O objetivo é promover a saúde da população e do planeta, reconhecendo os impactos ambientais e sociais dos sistemas alimentares. A produção sustentável de alimentos e o consumo final são considerados os "pontos finais" do sistema alimentar global. Esse modelo busca equilibrar a sustentabilidade da natureza e a saúde humana, reconhecendo o papel crucial dos alimentos nessa relação (WILLET *et al.*, 2019).

O modelo da Dieta da Saúde Planetária propõe mudanças significativas nos padrões alimentares globais, incluindo a redução de mais de 50% no consumo de alimentos menos saudáveis, como açúcares adicionados e carne vermelha, e um aumento de mais de 100% no consumo de alimentos mais saudáveis, como frutas, vegetais, legumes e nozes. Reconhecendo a importância dos alimentos de origem animal na subsistência global e as dificuldades em obter nutrientes suficientes exclusivamente de fontes vegetais, o modelo sugere avaliar o papel desses alimentos na dieta de acordo com as realidades locais e regionais dos indivíduos (WILLET *et al.*, 2019). Nutricionalmente, essa dieta caracteriza-se por estar associada a um maior consumo de carboidratos, proteínas vegetais, gorduras poli-insaturadas, fibras alimentares e micronutrientes e um menor consumo de proteínas animais, gorduras totais, gorduras saturadas, gorduras monoinsaturadas e colesterol (CACAU *et al.*, 2021).

Foram criados dois índices para avaliar a adesão à dieta planetária, mas ambos têm limitações. O de Knuppel *et al.*, (2019) usa um critério de pontuação binário e o de Trijsburg *et al.*, (2020) usa uma pontuação gradual, porém ambos usam valores de referência em gramas, o que não permite a avaliação da adesão individual independentemente do conteúdo da dieta. Além disso, eles não incluem todos os valores intermediários e grupos intercambiáveis, conforme proposto no próprio relatório EAT-Lancet. Dessa forma, foi proveitoso o desenvolvimento e validação do Índice da Dieta da Saúde Planetária (PHDI) –um estudo de



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

coorte o qual usou dados do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil) – visto que ele considera essas características e usa uma base de densidade para permitir a avaliação de diferentes cenários calóricos. Além disso, é um índice que tem seu desempenho testado em relação a medidas de qualidade da dieta e impacto ambiental (CACAU *et al.*, 2021).

O PHDI é um índice baseado nas recomendações da dieta planetária, composto por 16 componentes com pontuações máximas de 10 ou 5 pontos, totalizando uma pontuação de 0 a 150 pontos. Os componentes são classificados em adequação, ótimo, proporção e moderação, seguindo um sistema adaptado do *Dutch Healthy Diet index 2015* (DHD15-index). Os componentes de adequação incluem nozes, amendoim, leguminosas, frutas, vegetais totais e grãos integrais; os componentes ótimos são ovos, peixes e frutos do mar, tubérculos e batatas, laticínios e óleos insaturados; os dois componentes de proporção são relacionados à distribuição de vegetais verde-escuros e vermelhos e alaranjados; já os componentes de moderação incluem carne vermelha, frango, gorduras animais e açúcares adicionados. O consumo acima de um limite superior pode diminuir a sustentabilidade e qualidade da dieta (CACAU *et al.*, 2021; LOOMAN *et al.*, 2023).

O componente de nozes e amendoim é pontuado com base na porcentagem de calorias consumidas, recomendando um consumo de 11,6% do total de calorias para receber 10 pontos. O componente de adequação de leguminosas é definido pela soma das ingestões intermediárias de feijão, lentilha, ervilha e alimentos à base de soja, com um valor de corte de 11,4% do total de calorias. Uma ingestão igual ou superior a esse valor recebe 10 pontos, enquanto uma ingestão de 0% é pontuada como 0 pontos e uma ingestão de 0% a 11,4% é proporcionalmente pontuada entre 0 e 10.

O índice PHDI estabeleceu limites mínimos e máximos para a ingestão de frutas, com a pontuação máxima sendo dada a todos os consumos acima do ponto de corte de 5% das calorias totais, enquanto a pontuação mínima representava a ingestão de 0%. A pontuação foi graduada de 0 a 10 pontos para o consumo de 0% a 5%. O PHDI considerou todas as frutas frescas e processadas, incluindo sua contribuição em produtos culinários ou industriais.

O componente de adequação hortaliças totais, o qual inclui vegetais frescos, congelados, cozidos, enlatados ou secos, e exclui leguminosas e vegetais amiláceos, obteve pontuação de 10 pontos para todas as ingestões que ultrapassaram o ponto de corte de 3,1% das calorias totais e diminuía gradativamente até 0 pontos em uma ingestão de 0%. O componente grãos integrais não tem um limite máximo específico na dieta planetária, mas no PHDI foi



definido um ponto de corte de ingestão de 32,4% das calorias totais. O consumo igual ou superior a esse valor recebe 10 pontos e a pontuação reduz proporcionalmente até 0 pontos em uma ingestão de 0%.

O grupo de ovos tem um ponto médio de ingestão de 0,8% das calorias totais na dieta planetária, com limite superior de até 1,5%. Uma ingestão de 0% a 0,8% foi pontuada gradualmente de 0 a 10 pontos, enquanto o consumo de 0,8% a 1,5% foi pontuado inversamente e uma ingestão acima de 1,5% recebeu 0 pontos. Peixes e frutos do mar apresentam o ponto médio de ingestão de 1,6% e o limite superior de 5,7% das calorias totais na dieta de referência. O índice pontuou gradualmente uma ingestão de 0% a 1,6% com 0 a 10 pontos, enquanto uma ingestão de 1,6% a 5,7% foi pontuada inversamente e uma ingestão acima de 5,7% foi classificada como 0.

O grupo de tubérculos e batatas é pontuado com base na ingestão de calorias, com um limite superior de 3,1% das calorias totais. A ingestão de laticínios é ideal em 6,1% das calorias totais, com um limite superior de 12,2%, enquanto a ingestão de óleo vegetal tem um limite superior de 16,5% das calorias totais. A pontuação para cada grupo é gradualmente atribuída de 0 a 10 pontos, dependendo da ingestão de calorias.

A proporção de vegetais verdes escuros é medida em relação ao total de vegetais consumidos, com um valor de corte de 29,5%, pontuado de 0 a 5 para ingestões de 0% a 29,5%. A proporção de vegetais vermelhos e laranjas teve limite de 38,5%, pontuado gradativamente de 0 a 5 pontos.

A dieta planetária propõe uma faixa tolerável para ingestão de carne vermelha, mas na PHDI é definido um valor limite de 2,4% do total de calorias, enquanto o consumo de frangos, aves e seus substitutos deve ser limitado a 5,0%. A ingestão ideal de ovos, peixes e frutos do mar é de zero a 58g/dia. As gorduras animais devem ser limitadas a 1,4% das calorias totais e a ingestão de açúcares adicionados deve ser limitada a 4,8% das calorias totais. O escore é gradativamente pontuado de 0 a 10 pontos para cada componente, dependendo do nível de adesão às recomendações da dieta de referência (CACAU *et al.*, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e analítico, com abordagem quantitativa. Esta pesquisa é parte de um estudo multicêntrico intitulado “Avaliação do Letramento em Saúde – adaptação transcultural e validação do *Health Literacy Questionnaire (HQL)* para o português



brasileiro”.

O estudo foi desenvolvido em uma instituição privada, conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), que atua desde a prevenção até o tratamento do câncer, sendo referência em oncologia no estado do Ceará. A pesquisa foi realizada no ano de 2017, em Fortaleza, Ceará, Brasil. A amostra foi de conveniência, englobando 201 mulheres com câncer de mama, em atendimento ambulatorial, em qualquer fase do tratamento.

Os critérios de inclusão para a participação da pesquisa foram: ser maior de 18 anos de idade, ter diagnóstico de câncer de mama e ser paciente da instituição. Foram excluídas as pacientes que apresentaram diagnóstico de problemas psicológicos ou doenças neurodegenerativas, que estivessem em uso de medicamentos que interferissem na cognição ou que possuíssem limitações físicas que impedissem a avaliação antropométrica.

A coleta de dados para a formação do banco de dados primário já foi realizada. As participantes foram entrevistadas para o preenchimento de um instrumento semiestruturado de coleta de dados, que incluiu dados de caracterização demográficos, socioeconômicos e antropométricos (idade, escolaridade, renda mensal e estado nutricional).

Os dados de consumo alimentar foram obtidos através do Questionário de Frequência Alimentar, Elsa Brasil, que avalia o consumo alimentar habitual individual durante o período de 12 meses (MOLINA; SICHIERI, 2013). A partir desses dados, foi calculado o Índice da Dieta Planetária de Saúde - *Health Planetary Diet Index* (PHDI), desenvolvido para avaliar a adesão às recomendações da dieta sustentável de referência proposta pela Comissão EAT-Lancet (CACAU *et al.*, 2021). O PHDI é composto por 16 componentes alimentares que são distribuídos em quatro grupos: componentes de adequação, componentes ideais, componentes de proporção e componentes de moderação.

1. Componentes de adequação: A pontuação é proporcional ao seu consumo. À medida em que o consumo aumenta, a pontuação também aumenta, com pontuação máxima de 10 pontos.

2. Componentes ideais: A pontuação é proporcional ao seu consumo até atingir o seu limite superior de consumo, com pontuação máxima de 10 pontos. À medida em que o seu consumo ultrapassa o limite superior, a pontuação passa a ser inversamente proporcional ao seu consumo.

3. Componentes de proporção: A ausência de seu consumo implica na pontuação mínima igual a zero. O consumo acima do recomendado receberá pontuação inversamente



proporcional.

4. Componentes de moderação: A ausência de seu consumo implica na pontuação máxima de 10 pontos, enquanto maior for o seu consumo, menor será a sua pontuação.

A análise descritiva dos dados foi expressa como frequência e porcentagem para variáveis categóricas e média e desvio-padrão (DP) ou mediana e intervalo interquartil (IQR) para variáveis contínuas paramétricas e não-paramétricas.

O presente estudo foi delineado de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, o qual rege ética em pesquisas com humanos e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal de Goiás, instituição acadêmica responsável pelo estudo, com parecer de aprovação sob o número CAAE: 59485816 9 1001 5078. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo avaliou 201 mulheres com idade média de 50 (10,6) anos. A maioria tinha nove ou mais anos de estudo (53,23%) e recebia até 3 salários mínimos (83,08%). Segundo o perfil antropométrico, 67,17% encontravam-se acima do peso, com circunferência da cintura (CC) e relação cintura-quadril (RCQ) como fator de risco elevado em, respectivamente, 54,73% e 67,17% das mulheres sobreviventes de câncer de mama, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição percentual de mulheres sobreviventes de câncer de mama (n=201) segundo as características sociodemográficas e perfil antropométrico. Fortaleza, Ceará, Brasil, 2022.

Variáveis	N (%)
Idade (anos)	
< 60	158 (78,61)
≥ 60	43 (21,39)
Estado civil	
Casada	105 (52,24)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Não casada	96 (47,76)
<hr/>	
Escolaridade (anos de estudo)	
<hr/>	
≤ 8 anos	94 (46,77)
09 a 11 anos	62 (30,85)
≥ 12 anos	45 (22,38)
<hr/>	
Renda ¹	
<hr/>	
< 3 SM	167 (83,08)
≥ 3 SM	34 (16,92)
<hr/>	
Estado nutricional	
<hr/>	
Magreza	10 (4,97)
Eutrofia	56 (27,86)
Sobrepeso	69 (34,33)
Obesidade	66 (32,84)
<hr/>	
Circunferência da Cintura (cm)	
<hr/>	
< 88	91 (45,27)
≥ 88 ²	110 (54,73)
<hr/>	
Relação Cintura-quadril	
<hr/>	
< 0,85	72 (35,82)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

$\geq 0,85^4$

129 (64,18)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023. ¹Salário vigente no ano da coleta de dados: R\$ 937,00.

²Distribuição de gordura elevada. ³Acúmulo de gordura abdominal

A pontuação média do PHDI foi de 45,92 pontos (IC 95% 44,67 – 47,18). Avaliando cada componente do PHDI, as maiores pontuações foram relativas aos grupos das frutas, vegetais e gordura animal. O componente Razão Rev/total (relação entre a ingestão de energia de vegetais vermelhos e laranja (numerador) e total de vegetais multiplicado por 10) apresentou mais de 60% da pontuação máxima (5 pontos), e os grupos dos peixes e frutos do mar e laticínios apresentaram mais de 30% da pontuação total (10 pontos). As piores pontuações foram observadas nos grupos dos frangos e substitutos, óleos vegetais, cereais integrais, carne vermelha e açúcar de adição. A Tabela 2 apresenta os resultados.

Tabela 2 - Total de escores atingidos para cada componente (média, desvio padrão, mediana e intervalo interquartil) do Índice da Dieta de Saúde Planetária - Planetary Health Diet Index (PHDI) das sobreviventes de câncer de mama (n=201) Fortaleza, Ceará, Brasil, 2022

Componentes (PHDI) ¹	Pontuação máxima ²	Média (DP) ³	Mediana	IQR ⁴
Nozes e amendoins	10	0,70 (1,94)	0	0 – 0,55
Leguminosas	10	1,28 (1,30)	0,89	0,53 – 1,55
Frutas	10	9,73 (1,29)	10	10 - 10
Vegetais	10	7,57 (2,75)	8,59	5,39 – 10
Cereais integrais	10	0,76 (1,12)	0,29	0,89 – 0,99
Ovos	10	1,85 (3,0)	0	0 – 3,96
Peixes e frutos do mar	10	3,73 (3,52)	3,81	0 – 6,77
Tubérculos e batatas	10	2,42 (3,23)	0	0 – 4,87
Laticínios	10	3,58 (3,43)	2,74	0 – 2,74
Óleos vegetais	10	0,62 (0,80)	0,38	0,43 – 0,93
Razão DGV/total ⁵	5	0,62 (1,17)	0	0 – 0,67
Razão Rev/total ⁶	5	3,26 (1,10)	3,24	3,24 – 4,16
Carne vermelha	10	1,17 (2,72)	0	0 – 0
Frango e substitutos	10	0,30 (1,21)	0	0 – 0
Gordura animal	10	6,88 (4,33)	10	1,47 – 10
Açúcar de adição	10	1,38 (2,63)	0	0 – 0,95

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023. ¹Planetary Health Diet Index; ²Pontuação Máxima de cada Componente; ³DP: Desvio Padrão; ⁴IQR: Intervalo Interquartil. ⁵DGV/total: razão entre a ingestão de energia de vegetais verdes escuros (numerador) e total de vegetais (denominador) multiplicado por 10; ⁶ReV/total: relação entre a ingestão de energia de vegetais vermelhos e laranja (numerador) e total de vegetais multiplicado por 10.

Os resultados do presente estudo indicam baixa adesão à Dieta da Saúde Planetária preconizada pela Comissão EAT-Lancet, embora não haja um ponto de corte estabelecido de adesão. De acordo com o PHDI, a pontuação média total das mulheres sobreviventes de câncer



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de mama foi de 45,92 pontos (IC 95% 44,67 – 47,18), representando 31% da pontuação máxima (150 pontos).

O relatório da Comissão EAT-Lancet recomenda que a Dieta da Saúde Planetária consista em metade do prato de vegetais e frutas, e a outra metade com grãos integrais, fontes de proteína vegetal, óleos vegetais insaturados e pouca proteína animal (WILLET *et al.*, 2019). No entanto, a baixa adesão a esse modelo é devido ao baixo consumo de alimentos in natura e ao alto consumo de alimentos ultraprocessados, principalmente o grupo de açúcares adicionados, conforme o Índice da Dieta da Saúde Planetária (PHDI).

No presente estudo, apenas três componentes (frutas, vegetais e gordura animal) apresentaram pontuações mais altas, o que é válido destacar, tendo em vista que o próprio relatório do *World Cancer Research Fund/American Institute for Cancer Research* (WCRF/AICR) traz as frutas e os vegetais como alimentos ricos em componentes anticancerígenos, como os flavonóides e as vitaminas A, C e E, sendo fatores protetores contra o estresse oxidativo, a progressão do câncer e o desenvolvimento de outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (WCRF/AICR, 2018). Por outro lado, ainda é um dado preocupante, pois todos os componentes do PHDI devem ser adotados em conjunto para garantir a saúde humana e planetária.

O consumo de cereais integrais, pelas mulheres aqui estudadas, foi preocupantemente baixo, indo de encontro à Dieta da Saúde Planetária. Evidências científicas apontam que a ingestão inadequada de cereais integrais é um dos fatores de riscos alimentares para o desenvolvimento do câncer (GAESSER, 2020). Essas descobertas, inclusive, são congruentes com as recomendações dietéticas preconizadas pelo terceiro relatório do WCRF/AICR, que traz que a dieta preventiva do câncer e sua recidiva deve ser rica em grãos integrais (WCRF/AICR, 2018).

O alto consumo de carne vermelha merece destaque, pois a sua ingestão pode estar associada com o desenvolvimento de câncer geral, sobretudo o de mama (DIALLO *et al.*, 2018), devido a alta proporção de gordura saturada a poli-insaturada e os altos níveis de carcinógenos induzidos pelo calor (ORLICH *et al.*, 2013). Além disso, carnes vermelhas são a única fonte de ferro heme na alimentação humana, sendo esse mineral encontrado nessa fonte alimentar principalmente na forma de mioglobina, enquanto o ferro inorgânico é obtido principalmente por fontes vegetais (BECHAUX *et al.*, 2018). O consumo excessivo de ferro heme proveniente de carnes vermelhas, por sua vez, pode estar associado ao risco de desenvolvimento de câncer



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de mama pós menopausa em mulheres (INOUE-CHOI *et al.*, 2016).

Ainda não há estudos que avaliam a Dieta da Saúde Planetária, segundo o PHDI, em mulheres sobreviventes de câncer de mama, dada a sua recente publicação. Por outro lado, há diversos estudos que vêm estudando sobre o padrão alimentar dessas mulheres. Os alimentos ultraprocessados vem moldando o perfil alimentar das sobreviventes de câncer de mama, chegando a 27% de contribuição calórica, sendo 5% do grupo de açúcar de adição (SALES *et al.*, 2020), ultrapassando, inclusive, o limite diário de contribuição calórica por esse grupo, segundo a Dieta da Saúde Planetária e o PHDI.

O açúcar de adição foi o dado mais preocupante aqui encontrado e pode configurar risco para as mulheres avaliadas, tendo em vista que a maioria se encontra com excesso de peso e risco elevado para circunferência da cintura e relação cintura-quadril. O consumo excessivo desse grupo alimentar pode aumentar o risco de obesidade (BRASIL, 2014), causando anormalidades metabólicas e endócrinas, estimulando genes anti-apoptóticos e podendo levar ao desenvolvimento de células cancerígenas com resistência à morte celular e grande capacidade replicativa (WCRF/AICR 2018). Uma das possíveis justificativas para essa ingestão excessiva é que esses produtos são de baixo custo (BRASIL, 2014). Dessa forma, explicita-se como fator atraente para grande parcela das mulheres do estudo, visto que mais de 80% delas recebiam menos de 3 salários mínimos.

Um estudo recente sugere que o alto consumo de bebidas açucaradas pode aumentar o risco de mortalidade entre sobreviventes do câncer de mama. Mulheres mais jovens, com maior probabilidade de fumar, maior consumo energético e menor atividade física após o diagnóstico, apresentaram maior consumo de bebidas adoçadas com açúcar (FARVID *et al.*, 2021). Esses dados podem contribuir para uma possível associação entre demais hábitos de vida considerados não saudáveis e a idade com o maior consumo de açúcar entre sobreviventes do câncer de mama. A idade das mulheres aqui estudadas, talvez, possa estar relacionada com as baixas pontuações no grupo de açúcar de adição do PHDI, tendo em vista que a maioria pertencia à faixa etária de menos de 60 anos.

Há estudos sobre o padrão dietético de mulheres diagnosticadas com câncer de mama que indicam uma tendência a uma mudança positiva nas escolhas alimentares após o diagnóstico, com aumento no consumo de frutas, vegetais e cereais integrais e diminuição no consumo de gordura, açúcar, carnes vermelhas, queijos e “fast foods” (PURCELL *et al.*, 2021). Aderir às recomendações dietéticas é extremamente importante, pois uma dieta caracterizada,



predominantemente de vegetais, pode estar relacionada à redução do risco de câncer de mama (CATSBURG *et al.*, 2015), considerando que esse grupo de alimento possui compostos fitoquímicos e antioxidantes, os quais estão associados a essa redução (MILLER; SNIDER, 2012).

O PHDI é um ótimo instrumento para avaliar a adesão da população às recomendações de uma dieta saudável e sustentável preconizada pela Comissão EAT-Lancet. Mulheres sobreviventes de câncer de mama que não aderem à Dieta da Saúde Planetária, possivelmente, também não aderem às recomendações do *World Cancer Research Fund/American Institute for Cancer Research (2018)*, visto que ambos possuem princípios em comum, como aumentar o consumo de frutas, verduras e grãos integrais, limitar o de carne vermelha e processadas e reduzir a ingestão de bebidas açucaradas. O estudo observou, portanto, uma baixa adesão a essa dieta, o que demanda ações de educação para que as mulheres avaliadas atinjam uma melhor pontuação no PHDI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres sobreviventes de câncer de mama avaliadas apresentaram baixa adesão à Dieta da Saúde Planetária. O baixo consumo de cereais integrais e o alto consumo de carne vermelha e açúcar de adição explicaram as piores pontuações no PHDI.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E.M.; BARRETO, S.M.; BENSENOR, I.M.; CARVALHO, M.S.; CHOR, D.; DUNCAN, B.B.; LOTUFO, P.A.; MILL, J.G.; MOLINA MDEL, C.; MOTA, E.L.; PASSOS, V. M. A.; SCHMIDT, M. I.; SZKLO, M. **Brazilian longitudinal study of adult health (ELSA-Brasil): objectives and design.** American journal of epidemiology, v. 175, n. 4, p. 315-324, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/aje/kwr294>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BECHAUX, J.; COULOMBEL, L.; SANSONE, G.; VANDEWALLE, R.; FERREIRA, C.; HENIN, E. **Iron-catalysed chemistry in the gastrointestinal tract: Mechanisms, kinetics and consequences.** A review. Food Chemistry, v. 268, p. 27–39, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foodchem.2018.06.018>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional De Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA. **Estimativa 2023: incidência do Câncer no Brasil.** Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/numeros/estimativa>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

CACAU, L.T.; CARLI, E.; CARVALHO, A.M.; LOTUFO, P.A.; MORENO, L.A.; BENSENOR, I.M.; MARCHIONI, D.M. **Development and validation of an index based on EAT-Lancet recommendations: The Planetary Health Diet Index.** *Nutrients*, v. 13, n. 5, p. 1698, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390%2Fnu13051698>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CATSBURG, C., KIM, R. S., KIRSH, V. A., SOSKOLNE, C. L., KREIGER, N., & ROHAN, T. E. **Dietary patterns and breast cancer risk: a study in 2 cohorts.** *The American journal of clinical nutrition*, v. 101, n. 4, p. 817-823, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3945/ajcn.114.097659>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CURAT, C. A.; WEGNER, V.; SENGENES, C.; MIRANVILLE, A.; TONUS, C.; BUSSE, R.; BOULOUMIE, A. **Macrophages in human visceral adipose tissue: increased accumulation in obesity and a source of resistin and visfatin.** *Diabetologia*, v. 49, p. 744-747, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00125-006-0173-z>. Acesso em: 13 fev. 2023.

DIALLO, A.; DESCHASAUX, M.; LATINO-MARTEL, P.; HERCBERG, S.; GALAN, P.; FASSIER, P.; ALLÈS, B.; GUÉRAUD, F.; PIERRE, F. H.; TOUVIER, M. **Red and processed meat intake and cancer risk: results from the prospective NutriNet-Santé cohort study.** *International journal of cancer*, v. 142, n. 2, p. 230-237, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ijc.31046>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FARVID, M. S.; SPENCE, N. D.; ROSNER, B. A.; CHEN, W. Y.; ELIASSEN, A. H.; WILLETT, W. C.; HOLMES, M. D. **Consumption of sugar-sweetened and artificially sweetened beverages and breast cancer survival.** *Cancer*, v. 127, n. 15, p. 2762-2773, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/cncr.33461>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FREITAS, C.; DAMASCENO, J. L.; SANTOS, R. A. DOS; MANOCHIO-PINA, M. G. **Obesidade e sua influência sobre o câncer: uma recente revisão da literatura.** *Revista de Atenção à Saúde*, v. 19, n. 67, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.13037/ras.vol19n67.7362>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FREITAS, C. A.; VIEIRA, C. B.; RODRIGUES, I. O.; GRELLET, L.; BRAGA, M. L.; COIMBRA, C. N.; DINIZ, R. E.; MACCAGNAN, P.; QUIÑONES, E. M. **Nutrição e prevenção de câncer: um artigo de revisão.** *Revista Higei@-Revista Científica de Saúde*, v. 3, n. 5, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/higeia/index>. Acesso em: 13 fev. 2023.

GAESSER, G.A. **Whole Grains, Refined Grains, and Cancer Risk: A Systematic Review of Meta-Analyses of Observational Studies.** *Nutrients*, v. 12, n. 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/nu12123756>. Acesso em: 13 fev. 2023.

GARÓFOLO, A.; AVESANI, C. M.; CAMARGO, K. G.; BARROS, M. E.; SILVA, S. R. J.; TADDEI, J. A. A. C.; SIGULEM, D. M. **Dieta e câncer: um enfoque epidemiológico.** *Revista de Nutrição*, v. 17, p. 491-505, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732004000400009>. Acesso em: 13 fev. 2023.

INOUE-CHOI, M.; SINHA, R.; GIERACH, G. L.; WARD, M. H. **Red and processed meat,**



nitrite, and heme iron intakes and postmenopausal breast cancer risk in the NIH-AARP Diet and Health Study. *Int J Cancer*, v. 137, n. 8, p. 1609-1618, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ijc.29901>. Acesso em: 13 fev. 2023.

KOWALSKY, T. O.; MORILLA ROMERO DE LA OSA, R.; CERRILLO, I. **Sustainable Diets as Tools to Harmonize the Health of Individuals, Communities and the Planet: A Systematic Review**. *Nutrients*, v. 14, n. 5, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/nu14050928>. Acesso em: 13 fev. 2023.

KNUPPEL, A.; PAPIER, K.; KEY, T. J.; TRAVIS, R. C. **EAT-Lancet score and major health outcomes: the EPIC-Oxford study**. *The Lancet*, v. 394, n. 10194, p. 213-214, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)31236-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)31236-X). Acesso em: 13 fev. 2023.

LAPEIRE, L.; DENYS, H.; COCQUYT, V.; WEVER, O. **When fat becomes an ally of the enemy: adipose tissue as collaborator in human breast cancer**. *Hormone Molecular Biology and Clinical Investigation*, v. 23, n. 1, p. 21-38, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/hmbci-2015-0018>. Acesso em: 13 fev. 2023.

LOOMAN, M.; FESKENS, E.J.; DE RIJK, M.; MEIJBOOM, S.; BIESBROEK, S.; TEMME, E.H.; DE VRIES, J.; GEELLEN, A. **Development and evaluation of the Dutch Healthy Diet index 2015**. *Public health nutrition*, v. 20, n. 13, p. 2289-2299, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/s136898001700091x>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MILLER, P. E.; SNYDER, D. C. **Phytochemicals and cancer risk: a review of the epidemiological evidence**. *Nutrition in Clinical Practice*, v. 27, n. 5, p. 599-612, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0884533612456043>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MOLINA, M.D.C.B.; BENSEÑOR, I.M.; CARDOSO, L.D.O.; VELASQUEZ-MELENDZ, G.; DREHMER, M.; PEREIRA, T.S.; FARIA, C.P.; MELERE, C.; MANATO, L.; GOMES, A.L.C.; FONSECA, M. J. M.; SICHIERI, R. **Reprodutibilidade e validade relativa do Questionário de Frequência Alimentar do ELSA-Brasil**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, n. 6, p. 379-389, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2013000200024>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ORLICH, M. J.; SINGH, P. N.; SABATÉ, J.; JACELDO-SIEGL, K.; FAN, J.; KNUTSEN, S.; BEESON, W. L.; FRASER, G. E. **Vegetarian dietary patterns and mortality in Adventist Health Study 2**. *JAMA internal medicine*, v. 173, n. 13, p. 1230-1238, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jamainternmed.2013.6473>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PRADO, B. B. F. **Influência dos hábitos de vida no desenvolvimento do câncer**. *Cienc. Cult. São Paulo*, v. 66, n. 1, p. 21-24, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000100011>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PURCELL, S. A.; MARKER, R. J.; CORNIER, M. A.; MELANSON, E. L. **Dietary Intake and Energy Expenditure in Breast Cancer Survivors: A Review**. *Nutrients*, v. 13, n.10, p. 3394, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/nu13103394>. Acesso em: 13 fev. 2023.

RINNINELLA, E.; MELE, M.C.; CINTONI, M.; RAOUL, P.; IANIRO, G.; SALERNO, L.;



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

POZZO, C.; BRIA, E.; MUSCARITOLI, M.; MOLFINO, A.; GASBARRINI, A. **The Facts about Food after Cancer Diagnosis: A Systematic Review of Prospective Cohort Studies.** *Nutrients*, v. 12, n. 8, p. 23-45, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/nu12082345>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SALES, J.N.; BARBOSA, M.C.; BEZERRA, I.N.; VERDE, S.M.M.L. **Consumo de Alimentos Ultraprocessados Por Mulheres Sobreviventes de Câncer De Mama.** *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 66, n. 3, p. e-141092, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.32635/2176-9745.RBC.2020v66n3.1092>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SUNG, H.; FERLAY, J.; SIEGEL, R. L.; LAVERSANNE, M.; SOERJOMATARAM, I.; JEMAL, A.; BRAY, F. **Global cancer statistics 2020: GLOBOCAN estimates of incidence and mortality worldwide for 36 cancers in 185 countries.** *CA: a cancer journal for clinicians*, v. 71, n. 3, p. 209-249, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3322/caac.21660>. Acesso em: 13 fev. 2023.

TRIJSBURG, L.; TALSMA, E.; CRISPIM, S.; GARRETT, J.; KENNEDY, G.; DE VRIES, J.; BROUWER, I. **Method for the development of WISH, a globally applicable index for healthy diets from sustainable food systems.** *Nutrients*, v. 13, n. 1, p. 93, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/nu13010093>. Acesso em: 13 fev. 2023.

WILLETT, W.; ROCKSTRÖM, J.; LOKEN, B. SPRIGMANN, M.; LANG, T.; VERMEULEN, S.; GARNETT, T.; TILMAN, D.; DECLERCK, F.; WOOD, A.; JONELL, M.; CLARK, M.; GORDON, L.J.; FANZA, J.; HAWKES, C.; ZURAYK, R.; RIVERA, J.A.; DE VRIES, W.; SIBANDA, L.M.; AFSHIN, A.; CHAUDHARY, A.; HERRERO, M.; AGUSTINA, R.; BRANCA, F.; LARTEY, A.; FAN, S.; CRONA, B.; FOX, E.; BIGNET, V.; T, M.; LINDAHL, T.; SINGH, S.; CORNEL, S.E.; KSRINATH, R.; NARAIN, S.; NISTHAR S.; MURRAY, C.J.L. **Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems.** *The Lancet Commissions*, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31788-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31788-4). Acesso em: 13 fev. 2023.

WORLD CANCER RESEARCH FUND/AMERICAN INSTITUTE FOR CANCER RESEARCH (WCRF/AICR). **Diet, Nutrition, Physical Activity and Cancer: a Global Perspective.** Continuous Update Project Expert Report, Inc; 2018.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



**ESTUDO DAS PROPRIEDADES ANTIBACTERIANAS DE EXTRATOS
HIDROALCOÓLICOS DO JATOBÁ (*Hymenaea courbaril L*)**

Bárbara Ferreira Santos Vieira¹ – UFVJM

Luiana Rolim Azevedo² – UFVJM

Laura Santos Santana³ – UFVJM

Marcelo Luiz de Laia⁴ – UFVJM

Janaína Fernandes Gonçalves⁵ – UFVJM

Nome do GT: Sociedade, Saúde e Meio Ambiente

RESUMO

A prevenção de agentes fitopatogênicos é normalmente alcançada através da utilização de produtos químicos, que possuem impactos negativos, incluindo: riscos para a saúde humana das aplicações químicas, resíduos químicos em cadeias de alimentos e de resistência microbiana aos produtos utilizados. Devido ao grande impacto negativo, a frequente busca por encontrar uma alternativa potencialmente segura tem aumentada. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a atividade antimicrobiana de extratos do *Hymenaea courbaril L.* (Jatobá) em diferentes fitobactérias do gênero *Xanthomonas*. A atividade antimicrobiana de três extratos vegetais foi estudada. O extrato hidroalcoólico de casca de jatobá foi potencialmente eficaz se destacando no controle de duas bactérias que foram analisadas. Sendo elas as cepas Xac A12 e Xac A16. O experimento demonstrou a eficácia de alguns extratos vegetais selecionados como antimicrobianos naturais e sugeriram, assim, a possibilidade de empregá-los no tratamento de doenças infecciosas em plantas, causadas pelos organismos de teste.

Palavras-chave: Extratos arbóreos. Atividade antimicrobiana. Fitopatógenos. Resíduos químicos. Cerrado.

RESUMEN

*La prevención de los fitopatógenos de las plantas normalmente se logra mediante el uso de productos químicos, que tienen repercusiones negativas, entre ellas: riesgos para la salud humana derivados de las aplicaciones químicas, residuos químicos en las cadenas alimentarias y resistencia microbiana a los productos utilizados. Debido al gran impacto negativo, se ha incrementado la búsqueda frecuente de una alternativa potencialmente segura. En este contexto, el objetivo de este trabajo fue evaluar la actividad antimicrobiana de extractos de *Hymenaea courbaril L.* (Jatobá) sobre diferentes fitobacterias del género *Xanthomonas*. Se estudió la actividad antimicrobiana de tres extractos de plantas. El extracto hidroalcohólico de corteza de jatobá resultó potencialmente efectivo, destacándose en el control de dos bacterias analizadas. Siendo estas las cepas Xac A12 y Xac A16. El experimento demostró la eficacia de algunos extractos de plantas seleccionados como antimicrobianos naturales y, por lo tanto, sugirió la posibilidad de emplearlos en el tratamiento de enfermedades infecciosas de las plantas causadas por los organismos de prueba.*

Palabras clave: Extractos de árboles. Actividad antimicrobiana. Fitopatógenos. Resíduos químicos. Cerrado.

¹ - Discente do curso de Engenharia Florestal UFVJM - Campus JK - e-mail: barbara.vieira@ufvjm.edu.br

² - Discente do curso de Engenharia Florestal UFVJM - Campus JK - e-mail: luiana.azevedo@ufvjm.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

³ - Discente do curso de Engenharia Florestal UFVJM - Campus JK - *e-mail*: laura.santana@ufvjm.edu.br

⁴ - Docente UFVJM - *e-mail*: marcelolaia@gmail.com

⁵ - Docente/ Orientador UFVJM - *e-mail*: janaina.goncalves@ufvjm.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os extratos provenientes de fontes naturais têm sido reportados como potenciais agentes antimicrobianos e como princípios ativos de novas substâncias a serem bioensaiadas, na busca por fármacos novos. Logo, os produtos naturais a partir de extratos arbóreos, ganham espaço como fonte inspiradora, de novos padrões moleculares e bioativos contra micro-organismos. Sendo assim, esta proposta se revela com um potencial no campo da biotecnologia, que aliado ao emprego de técnicas modernas de fracionamento químico, busca por novos protótipos bioativos.

Assim, a pesquisa de novas substâncias potencialmente ativas, em especial, aquelas derivadas de extratos foliares de árvores do cerrado e com capacidade antagonista contra fitopatógenos, é de grande importância. Considerando, que extratos de Jatobá apresentaram comprovada ação antibacteriana, contra micro-organismos patogênicos ao homem. Tendo em vista que, ainda não foram encontrados trabalhos na literatura, que descrevessem a ação desta planta, contra micro-organismos fitopatogênicos. Esta pesquisa se faz importante, para esclarecer cientificamente o uso popular da planta e fornecer dados para o desenvolvimento de um novo produto com atividade antimicrobiana em cultura agrícola e florestal. Portanto, é muito importante para a sustentabilidade econômica e ambiental no processo produtivo. Uma vez que, a exigência mundial por alimentos isentos de defensivos químicos, tem tornado cada vez mais evidente, dar-se-á necessário o estudo.

Destarte, o objetivo geral deste trabalho foi avaliar a atividade antimicrobiana de extratos do *Hymenaea courbaril* L. (Jatobá) em diferentes fitobactérias do gênero *Xanthomonas*, bem como, avaliar a atividade antimicrobiana destes extratos in vitro contra micro-organismos fitopatogênicos, de interesse na área agrícola e florestal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O crescimento acelerado da produção agrícola em todo o território nacional, aliado aos sucessivos ciclos em uma mesma área e a expansão para regiões mais quentes e úmidas do País, colaboraram para o surgimento de várias doenças no campo, resultando em alterações físicas, químicas e biológicas, que podem tornar a cultura vulnerável ao ataque de fitopatógenos, o que tem forçado a utilização e o aumento do uso de produtos fitossanitários (MANO, 2011).

Dentre os agentes bióticos desencadeadores de fitopatias, destacam-se as fitobactérias. Dentre elas, em especial as do gênero *Xanthomonas*, causam grandes danos e perdas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

econômicas em hortaliças, culturas agrícolas e florestais (AMORIM *et al.*, 2018). Existem, mais de uma centena de bactérias, que são agentes de doenças de plantas e que estão reunidas nesse gênero, o que a torna de grande interesse para os estudos (AMORIM *et al.*, 2018). Doenças causadas por *Xanthomonas*, geralmente tem início com sementes contaminadas, porém os patógenos podem se disseminar para plantas saudáveis devido às práticas culturais como podas, reutilização da água de irrigação sem tratamento adequado, solos contaminados, insetos e nebulização de canteiros (VIEIRA, 2018).

A grande adaptabilidade das fitobactérias reflete-se na habilidade destas, em sobreviverem sob diferentes condições ambientais, sejam elas climáticas, estádios fenológicos do hospedeiro, e/ou, resistência a agrotóxicos usados no controle químico (ROMEIRO, 2013). Em muitos casos, este método de controle é a única alternativa eficiente e economicamente viável, para garantir uma alta produtividade (KIMATI, 1995).

Logo, a busca por métodos alternativos para o controle de doenças de plantas, na agricultura e na área florestal, pode levar a um aumento na produção, bem como, contribuir para um sistema mais sustentável e desenvolvido, devido à redução da aplicação de compostos tóxicos (BOBROWSKI *et al.*, 2003). Logo, o controle alternativo poderá representar uma ferramenta viável para este fim.

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil e foi identificado como um dos mais distintos biomas sul-americanos. O uso de extratos de folhas de espécies nativas, pode ser uma alternativa econômica para o aproveitamento sustentável da região (DUARTE *et al.*, 2005). Sendo assim, as plantas utilizadas na medicina tradicional do Cerrado, poderão ser uma alternativa para o controle de fitopatógenos e ainda despertar de forma significativa os interesses da comunidade científica. Substâncias naturais, com potencial antimicrobiano, apresentam composição química, que em geral minimiza o desenvolvimento de resistência por parte de micro-organismos fitopatogênicos.

Assim, a pesquisa de novas substâncias potencialmente ativas, em especial, aquelas derivadas de extratos foliares de árvores do cerrado e com capacidade antagonista contra fitopatógenos, é de grande importância. Considerando, que extratos de Jatobá apresentaram comprovada ação antibacteriana, contra micro-organismos patogênicos ao homem. Tendo em vista que, ainda não foram encontrados trabalhos na literatura, que descrevessem a ação desta planta, contra micro-organismos fitopatogênicos. Esta pesquisa se faz importante, para



esclarecer cientificamente o uso popular da planta e fornecer dados para o desenvolvimento de um novo produto com atividade antimicrobiana em cultural agrícolas e florestais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa aplicada e quantitativa e os procedimentos técnicos para coleta de dados utilizados no trabalho foram realizados através de uma pesquisa bibliográfica. O estudo foi desenvolvido no Laboratório de Biotecnologia Florestal, pertencente ao Departamento de Engenharia Florestal, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

3.1 Obtenção das amostras bacterianas

A avaliação da atividade antimicrobiana foi realizada contra fitobactérias do gênero *Xanthomonas*. Estas bactérias, pertencem ao banco de isolados bacterianos do Laboratório de Biotecnologia Florestal da UFVJM, campus Diamantina, MG.

3.2 Obtenção dos extratos hidroalcoólicos

Para a avaliação da atividade antimicrobiana, foi utilizado o material vegetal extraído de *H. courbaril L.* (Jatobá). O fruto foi colhido maduro e seco, separado em três partes, sendo polpa, semente e casca do fruto. Para preparo do álcool 80%, será utilizado alcoômetro, álcool 96° GL e água destilada que deverá ser preparado no mesmo dia.

3.3 Testes de difusão em poço

As bactérias foram cultivadas em tubos do tipo Falcon, contendo Caldo Nutriente e em placas de Petri com Ágar Nutriente (AN), em estufa a 28°C / 24 h. Após este período, a partir das placas AN contendo o inóculo e com o auxílio da alça de repicagem esterilizada, o inóculo foi semeado na superfície do meio Ágar Müeller-Hinton (AMH). Para a avaliação da atividade antimicrobiana foi utilizado o método de difusão em poço com os extratos hidroalcoólicos. Como testemunha empregar-se-á álcool 80%. Os poços/orifícios foram realizados com ponteira de 200 µL, o qual foi realizado teste antes, para verificar o tamanho do diâmetro dos poços. O extrato foi colocado nos poços através de pipetador e os halos de inibição de crescimento microbiano foram medidos com auxílio de régua milimetrada.

As placas foram incubadas à temperatura ambiente por 24 horas. Decorrido o período de incubação, mensuraram-se as zonas de inibição com o auxílio de régua milimetrada, no que diz respeito ao halo (diâmetro da área com ausência de desenvolvimento microbiano). Os halos



de inibição do crescimento microbiano foram medidos em milímetros, com auxílio de uma régua milimetrada.

3.4 Verificação do crescimento bacteriano em placas

Após a incubação, foi realizada a avaliação dos resultados, ou seja, aqueles em que foi observada a Concentração Inibitória Mínima (CIM) com atividade antimicrobiana em placas de AMH sólido, para os extratos de Jatobá. Mediu-se o diâmetro dos halos de inibição de crescimento bacteriano com auxílio de régua milimetrada, sendo considerado halo o diâmetro da área com ausência de desenvolvimento microbiano.

4 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente houve a necessidade de triturar em extratos os frutos do jatobá maduro e seco. A casca foi quebrada com um martelo para facilitar a separação do fruto com a casca. Separou a casca, fruto e semente. Cada parte do fruto foi triturada individualmente no moinho de facas, sendo depois peneiradas, utilizando a peneira granulométrica em material inox de 500 µm do Agitador Eletromagnético de Peneiras, obtendo-se então o pó para o preparo do extrato hidroalcolólico.

A avaliação da atividade antimicrobiana foi realizada contra fitobactérias do gênero *Xanthomonas*. Estas bactérias, pertencem ao banco de isolados bacterianos do Laboratório de Biotecnologia Florestal da UFVJM, campus Diamantina, MG. Para a avaliação da atividade antimicrobiana foi utilizado o material vegetal extraído de *H. courbaril L.* (Jatobá). O material vegetal em pó foi pesado em balança analítica e posteriormente utilizados para o preparo dos extratos hidroalcolólicos.

Os extratos hidroalcolólicos, foram obtidos a partir da mistura com 20 gramas de pó do material vegetal, extraído da polpa (chamado de extrato I), semente (chamado extrato II) e casca do fruto (chamado de extrato III) juntamente 80 mL do álcool 80%, numa proporção de um grama de planta para 4 mL de etanol (1 g:4mL), conforme metodologia descrita por GARCIA (2011). Após o processamento da matéria vegetal, os frascos foram deixados em repouso à temperatura ambiente por no mínimo 20 dias. Após esse período, as extrações foram submetidas a filtração utilizando-se gases e funil esterilizados e após serem filtrados foram transferidos e mantidos em frasco âmbar.

As bactérias foram cultivadas em tubos do tipo Falcon, contendo Caldo Nutriente e em placas de Petri com Ágar Nutriente (AN), em estufa a 28°C / 24 h. Após este período, a partir



das placas AN contendo o inóculo e com o auxílio da alça de repicagem esterilizada, o inóculo será semeado na superfície do meio Ágar Müeller-Hinton (AMH). Para a avaliação da atividade antimicrobiana foi utilizado o método de difusão em poço com os extratos hidroalcoólicos. Como testemunha empregar-se-á álcool 80%. Poços/orifícios de 5,0 mm de diâmetro, foram confeccionados em pontos equidistantes da placa de Petri, no qual foram adicionados 25 µL dos extratos hidroalcoólicos de cada extrato, bem como do solvente (álcool 80% para o tratamento testemunha). O teste de difusão por poço, foi realizado conforme atualizações do CLSI, (Clinical and Laboratory Standards Institute, 2009a), com adaptações, que se diferencia do teste de disco pela realização de três orifícios de 5 mm de diâmetro no meio de cultura AMH, em placas de Petri com o auxílio de um molde formando os poços.

Após a incubação foi realizada a avaliação dos resultados, ou seja, aqueles em que for observada a Concentração Inibitória Mínima (CIM), com atividade antimicrobiana em placas de AMH sólido, para os extratos de Jatobá. Halos de inibição de crescimento bacteriano foram medidos os diâmetros, sendo considerado halo, o diâmetro da área com ausência de desenvolvimento microbiano. Os tratamentos que apresentaram maiores halos de inibição indicaram que houve efeito de inibição das bactérias pelo extrato arbóreo.

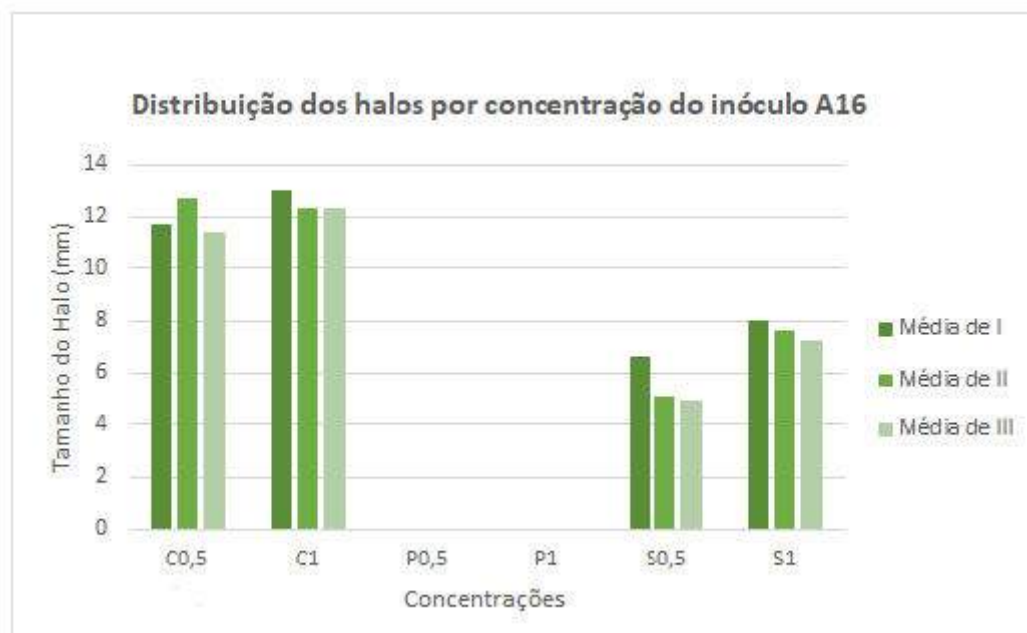
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As soluções hidroalcoólicas dos extratos casca e semente mostraram-se eficazes ao inibirem maioria das bactérias testadas, sendo elas Gram-negativas, o que leva a acreditar no potencial desses extratos utilizados para o controle destas fitobactérias.

A pesquisa realizada obteve-se alto rendimento de extratos arbóreos de jatobá. Como essas partes do jatobá possuem uma variação diversificada, foram preparados três tipos extratos hidroalcoólicos (casca, polpa do fruto e semente) variando em diferentes concentrações. Os resultados revelaram que todos os extratos vegetais utilizados no trabalho, apresentaram bons resultados inibitórios no crescimento microbiano das fitobactérias, porém, o extrato casca e a semente destacaram-se em relação ao extrato polpa, reduzindo o crescimento microbiano das duas bactérias testadas (Xac A12 e Xac A16). O extrato hidroalcoólico da casca foi eficaz nas concentrações 0,5 g e 1 g, e nas duas bactérias testadas (Figura 1 e 2). Portanto, os ensaios finais dos três diferentes extratos testados foram realizados com essas duas concentrações.



Figura 1 – Atividade antimicrobiana dos extratos de *H. courbaril* quanto ao tamanho do halo (mm) de inibição do teste utilizando o teste de difusão em poço no isolado Xac A16.

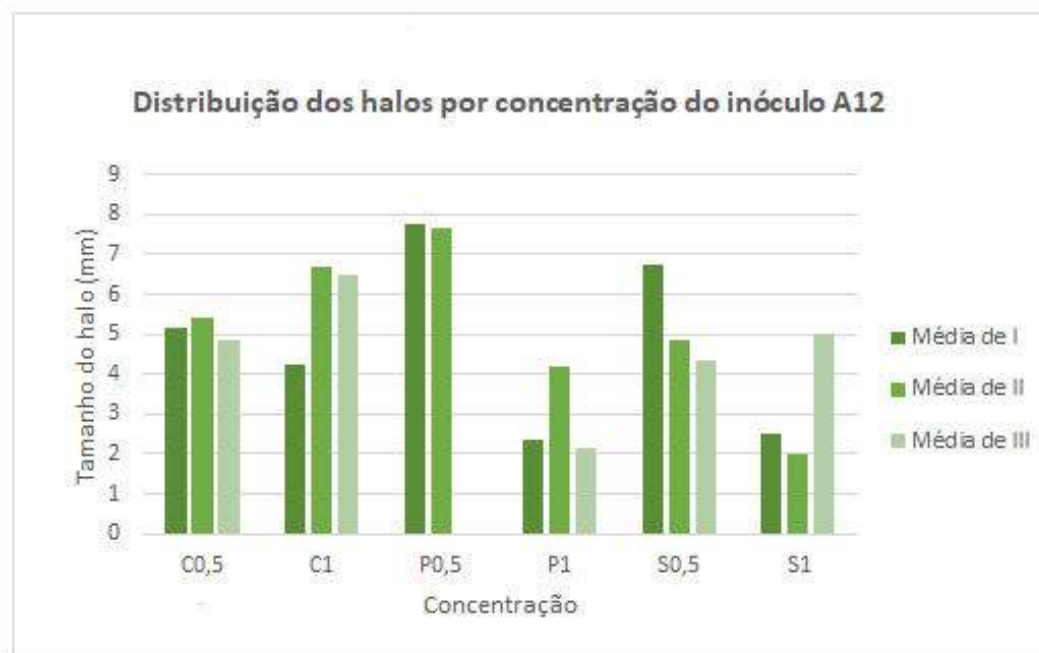


Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

O isolado Xac A12 foi mais resistente aos extratos. Já o isolado Xac A16 teve maior susceptibilidade, principalmente ao extrato feito a partir da casca, apresentando maiores halos.



Figura 2 – Atividade antimicrobiana dos extratos de *H. courbaril* quanto ao tamanho do halo (mm) de inibição do teste utilizando o teste de difusão em poço no isolado Xac A12.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

As soluções hidroalcoólicas dos extratos da casca, polpa e semente nas concentrações de 0,5 g mostraram-se eficazes ao inibirem as duas bactérias testadas, sendo elas Gram-negativas, o que leva a acreditar no potencial desses extratos utilizados para o controle destas fitobactérias. Estudos fitoquímicos detectaram a presença de diterpenos na resina exsudada pelo tronco e em extratos da casca de *H. courbaril* (FERNANDES *et al.*, 2005). Outro estudo realizado por MARSAIOLI, (1975) testando a atividade antimicrobiana dos extratos de *H. courbaril* contra *P. mirabilis* e *S. aureus*, mostrou moderada atividade sobre estes micro-organismos. O extrato de *H. courbaril* contém terpenos e compostos fenólicos com comprovada propriedade antimicrobiana (FERNANDES *et al.*, 2005).

A avaliação da atividade antimicrobiana dos extratos vegetais pela metodologia de difusão em Ágar por poço facilitou a observação dos resultados pela presença dos halos, o qual pode ser comparado com outros trabalhos em que o controle realizado com antimicrobianos comerciais comprovou que, na metodologia de poço, houve melhor difusão dos antimicrobianos, possibilitando a medição de halos maiores do que no teste de disco. Isso provavelmente pode ser explicado pelo fato da metodologia do poço propiciar mais facilidade de contato entre os antimicrobianos e os micro-organismos testados (ALVES *et al.*, 2008).



Dos dois extratos empregados neste ensaio, o extrato casca se mostrou promissor frente os isolados bacterianos testados, formando-se halos de inibição entre 13 mm a 21 mm. Este extrato exibiu atividade antibiose frente o isolado Xac A16 (Figura 3).

Figura 3 – Ilustração dos halos de inibição bacteriana Xac A16 do extrato hidroalcolico da casca a concentração 0,5 g e 1g; semente 1g comparados à testemunha.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos vegetais permite detectar frações bioativas ou substâncias com atividade antimicrobiana e fornece os primeiros relatos de atividade antimicrobiana da *H. courbaril* sobre fitobactérias. Assim, outras análises são necessárias para avaliar a toxicidade e a ação farmacológica de tais plantas e torná-las alternativas no controle microbiano. É importante que se realize uma caracterização do extrato para verificar exatamente quais são os seus compostos, e também o isolamento das substâncias para testá-las separadamente, bem como diferentes doses dos extratos.

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo financiamento da pesquisa.



REFERÊNCIAS

- AMORIM, L.; FILHO, A.B.; E REZENDE, J.A.M. **Manual de Fitopatologia**. 5. ed. Ouro Fino: Agronômica Ceres, 2018, p. 573.
- BOBROWSKI, V. L. *et al.* Genes de *Bacillus thuringiensis*: uma estratégia para conferir resistência a insetos em plantas. **Ciência Rural**, v. 34, p. 843-850, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/YXP9JKBgYv6QyrYk5wFkkjn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2022.
- DUARTE, Marta Cristina Teixeira *et al.* Anti-Candida activity of Brazilian medicinal plants. **Journal of ethnopharmacology**, v. 97, n. 2, p. 305-311, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378874104005781?via%3Dihub#pre-view-section-abstract>. Acesso em: 03 set. 2022.
- FERNANDES, T.T.; dos SANTOS, A.T.F.; PIMENTA, F.C. ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DAS PLANTAS *Plathymenia reticulata*, *Hymenaea courbaril* E *Guazuma ulmifolia*. **Revista de Patologia Tropical/Journal of Tropical Pathology**, v. 34, n. 2, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/1916/1841>. Acesso em: 18 out. 2022.
- GARCIA, C.S.; UEDA, S.M.Y.; MIMICA, L.M.J. Avaliação da atividade antibacteriana in vitro de extratos hidroetanólicos de plantas sobre *Staphylococcus aureus* MRSA e MSSA. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v. 70, n. 4, p. 589-598, 2011. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/RIAL/article/view/32519/31350>. Acesso em: 20 set. 2022.
- KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIM FILHO, A.; CAMARGO, L.E.A. **Manual de fitopatologia Doenças das plantas cultivadas**. Vol.2, São Paulo: Editora Ceres, 275p, 2005, 1995.
- MANO, E. T., **Identificação de genes de Burkholderia SP. Associados ao controle biológico de Pectobacterium carotovora**, 2011. 99. f. Dissertação (Mestrado em Biotecnologia) – Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/87/87131/tde-23032011-143651/publico/EmyTMano_Mestrado_P.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.
- MARSAIOLI, A.J. **Diterpenes in the bark of Hymenaea courbaril**. *Phytochemistry*, v.14, p.1882-1883, 1975.
- VIEIRA, G., **Metabólitos secundários de fungos da Antártica com atividade antibacteriana em Xanthomonas spp.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro / Gabrielle Vieira. - Rio Claro, 2018 73 f. : il., figs., gráfs., tabs. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/153386>. Acesso em: 02 mar. 2022.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



INOVAÇÃO EM SANEAMENTO AMBIENTAL RURAL: PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES QUE TIVERAM SUAS NASCENTES PROTEGIDAS COM A TÉCNICA SOLO-CIMENTO HÁ DEZ ANOS

Jefferson de Queiroz Crispim¹ – Professor colegiado de Geografia da UNESPAR, Campo Mourão
Fernando Henrique Villwock² – Professor colegiado de Agronomia da Unifatecie, Paranavaí
Taila Lorena da Silva³ – Programa Pós Graduação em Geografia, UEM, Maringá
Tiago Vinicius da Silva Athaydes⁴ – Programa Pós Graduação em Geografia, UEM, Maringá
José Antonio da Rocha⁵ – Professor colegiado de Geografia da UNESPAR, Campo Mourão

Nome do GT: Sociedade, Saúde e Meio Ambiente

RESUMO

A proteção dos recursos hídricos é imprescindível para a manutenção da qualidade da água e como consequência à qualidade de vida do ser humano. A maior parte da população que reside na área rural não tem acesso a água tratada canalizada, dependendo das nascentes para abastecimento da propriedade, no entanto, essas nascentes se encontram expostas aos agentes contaminantes (folhas, fezes de animais, entre outros). Com isso, a recuperação e proteção das nascentes por meio da técnica solo-cimento possibilita que a água da nascente mantenha sua qualidade, a técnica consiste em isolar a água dos agentes contaminantes. Para a recuperação, primeiramente é realizada a limpeza da nascente, posteriormente é realizado o preenchimento da nascente com pedra rachão e a instalação da tubulação (desinfecção, extravasor, coleta de água para a propriedade e de limpeza), por final é realizada a vedação com a massa composta por solo e cimento. A partir do exposto, o presente tem por objetivo avaliar como a técnica solo-cimento empregada na proteção das nascentes se comportou quando utilizada por longos períodos. A recuperação de nascentes foi desenvolvida no ano de 2012, em comunidades rurais nos municípios de Campina da Lagoa, Iretama e Campo Mourão. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas visitas as nascentes recuperadas e protegidas, além de ser aplicado um questionário aos agricultores, visando visualizar a percepção dos mesmos sobre a técnica e se os mesmos notaram melhorias depois da aplicação do projeto. Dentre os resultados obtidos, fica evidente que após 10 anos da implementação do sistema de saneamento ambiental rural nos três municípios, obteve-se excelentes ganhos socioambientais, como por exemplo a melhoria da qualidade da água.

Palavras-chave: Nascentes. Avaliação. Percepção dos agricultores. Solo-cimento.

RESUMEN

La protección de los recursos hídricos es fundamental para el mantenimiento de la calidad del agua y, en consecuencia, de la calidad de vida de los seres humanos. La mayor parte de la población que reside en el área rural no tiene acceso a agua tratada por tubería, dependiendo de los manantiales que abastecen la propiedad, sin embargo, estos manantiales están expuestos a agentes contaminantes (hojas, heces de animales, entre otros). Con ello, la recuperación y protección de los manantiales mediante la técnica de suelo-cemento hacen posible que el agua del manantial mantenga su calidad, técnica que consiste en aislar el agua de los agentes contaminantes. Para la recuperación, primero se limpia el manantial, luego se rellena el manantial con piedra de rachão y se instalan las tuberías (desinfección, desbordamiento, recolección de agua para la propiedad y limpieza), finalmente sellando con la masa compuesta de tierra y cemento. Con base en lo anterior, este estudio tiene como objetivo evaluar cómo se comportó la técnica de suelo-cemento utilizada para proteger los manantiales cuando se usó por períodos prolongados. La recuperación de manantiales se realizó en 2012, en comunidades rurales de los condados de Campina da Lagoa, Iretama y Campo Mourão. Para el desarrollo de la investigación se realizaron visitas a los manantiales recuperados y protegidos, además de que se aplicó un cuestionario a los agricultores, con el objetivo de visualizar su percepción de la técnica y si notaron mejoras después de la aplicación del proyecto. Entre los resultados obtenidos, se evidencia que luego de 10 años de implementar el sistema de saneamiento ambiental rural



en los tres municipios, se obtuvieron excelentes logros socioambientales, como la mejora de la calidad del agua.

Palabras clave: Fuentes. Evaluación. Percepción de los agricultores. suelo-cemento.

¹ – Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento – e-mail: jeffersoncrispim@hotmail.com

² – Doutor em Geografia – e-mail: fernandovillwock@hotmail.com

³ – Doutoranda em Geografia – e-mail: tailalorenasouza@gmail.com

⁴ – Doutorando em Geografia – e-mail: tiagoathaydes@gmail.com

⁵ – Mestre em Ecologia de Ambientes Aquáticos – e-mail: jrochastone@yahoo.com.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O aumento da população mundial, tem elevado os níveis de poluição, em decorrência da intensificação das atividades desenvolvidas pelo ser humano, em consequência do consumo excessivo e da elevada taxa de desperdício de água, o que também tem contribuído para a redução da disponibilidade de água adequada para o consumo humano. Neste cenário, é importante salientar que a água é uma condição essencial para a vida, sendo que o equilíbrio depende de sua preservação e de seu ciclo, os quais devem permanecer funcionando normalmente.

Considerando o baixo adensamento de pessoas na área rural, se torna complexo e inviável a construção das tradicionais redes de coleta e tratamento de água e esgoto. Entretanto as famílias de agricultores residentes na área rural precisam da qualidade do saneamento básico, tanto quanto a população residente na área urbana.

As nascentes são as responsáveis pelo abastecimento dos demais cursos d'água, e também tradicionalmente de abastecimento de água potável em grande parte das propriedades rurais, sendo utilizada para o consumo doméstico e no desenvolvimento de atividades econômicas, sem que ocorra o tratamento adequado. Essa falta de tratamento é um dos principais fatores que levam a insalubridade e degradação dos recursos hídricos, demandando de estudos acerca do tema para melhoria da qualidade de vida.

A proteção dessas áreas foi reafirmada na Lei nº 9.433/97 (BRASIL, 1997) que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos que se fundamenta no fato de que a água, embora reconhecida como um recurso natural renovável, seja também um recurso de domínio público. A garantia do consumo humano da água, segundo padrões de potabilidade adequados é questão relevante para a saúde pública no Brasil, a Portaria de consolidação nº. 05 de 2017 do Ministério da Saúde (MS) define os valores máximos permissíveis para as características bacteriológicas, organolépticas, físicas e químicas da água potável (BRASIL, 2011).

Pinto e Hermes (2006) destacam que o meio rural é ausente de saneamento básico,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



apresentando grande risco de ocorrência de surtos de doenças de veiculação hídrica, principalmente pela possibilidade de contaminação bacteriana. A água doce é habitat de diversos microrganismos, dentre estes, “os organismos patogênicos são responsáveis pela disseminação de doenças em homens e animais que entram em contato com a água contaminada ou venham a ingerir” (NUVOLARI et al., 2003).

A falta de saneamento rural é uma das principais causas de insalubridade e degradação hídrica, caracterizando-se pela disposição inadequada de resíduos sólidos e líquidos, demandando estudos acerca do tema para melhoria da qualidade de vida da população, por isso hoje os estudos envolvendo os recursos hídricos têm como princípio analisar toda a bacia hidrográfica, suas características físicas, as atividades nela desenvolvida, o tipo de manejo empregado entre outros.

Tendo em vista a necessidade de preservação das nascentes, uma das técnicas difundidas é a “solo-cimento”, ela consiste em isolar a fonte de água dos agentes externos, por meio do preenchimento da nascente com pedra “rachão”, instalação de tubulações e fechamento com uma camada de uma massa composta pela mistura de solo peneirado e cimento. A técnica se destaca pela efetividade na proteção da nascente contra os agentes externos, além de apresentar baixo custo para implementação.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo avaliar como a técnica solo-cimento empregada na proteção das nascentes se comportou quando utilizada por longos períodos. A recuperação de nascentes foi desenvolvida no ano de 2012, em comunidades dos municípios de Campina da Lagoa, Iretama e Campo Mourão.

1 NASCENTES E A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO SOLO-CIMENTO

As nascentes são importantes fontes de água para muitas propriedades agrícolas, além de contribuir com o abastecimento dos rios e lagos. Segundo Valente e Gomes (2005, p.40), “as nascentes são manifestações superficiais de lençóis subterrâneos dando origem aos cursos d’água”. Ou seja, os cursos d’água perenes dependem de nascentes.

Durante as atividades para recuperação das nascentes, trabalhou-se a sensibilização dos agricultores para solucionar os problemas encontrados em suas propriedades que diretamente afetavam as fontes de água.

No processo de sensibilização destacou-se algumas ações primordiais, tais como: informações sobre técnicas de manuseio e conservação do solo agrícola para reduzir o



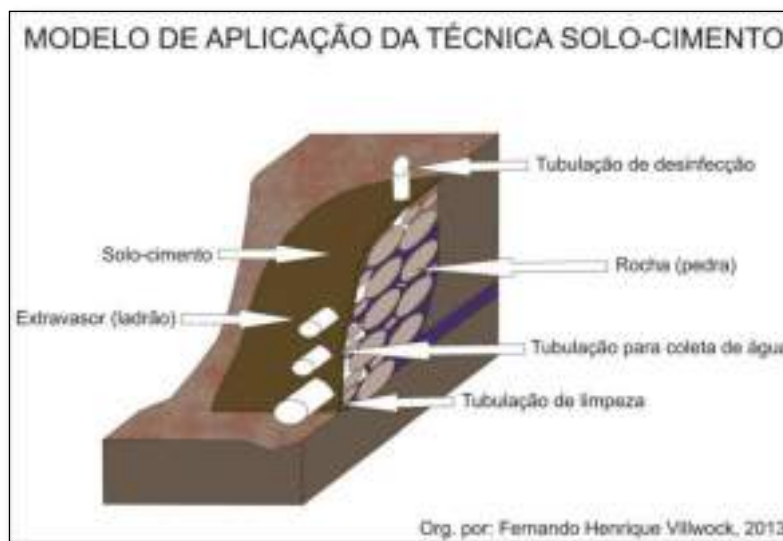
escoamento superficial (erosão), a sedimentação de nascentes, o assoreamento dos cursos d'água e contaminação por meio de defensivos agrícolas; a vedação da nascente com rochas e solo-cimento para garantir a proteção quanto à entrada de animais e deposição de matéria orgânica; o reflorestamento do entorno das nascentes; o cercamento da área de proteção permanente (APP) para evitar a entrada de animais. Além desses cuidados, a manutenção, desinfecção e limpeza constante da nascente, bem como a limpeza da caixa d'água da propriedade.

A proteção das nascentes foi realizada por meio da técnica solo-cimento, para a aplicação da técnica, seguiram-se seguintes passos:

- 1. Limpeza da nascente:** primeiro faz-se a limpeza do entorno da nascente retirando todo material de origem vegetal como folhas, raízes e galhos.
- 2. Preenchimento da nascente com rochas:** preenche-se a área próxima ao olho d'água com rochas basálticas não intemperizadas com medidas entre 10 a 20 cm de diâmetro.
- 3. Instalação das tubulações:** São instaladas quatro tubulações de PVC, iniciando de baixo para cima: na base, no sentido horizontal instala-se o primeiro tubo com 100 mm, que será utilizado para realizar a limpeza periódica da nascente; na sequência, 10 cm acima, instala-se um tubo de 20 ou 25 mm responsável para enviar água para a residência; acima deste, instala-se a tubulação extravasora (ladrão) de 40 a 50 mm para aliviar a pressão no interior da área protegida; a última tubulação de 50mm é introduzida no sentido vertical e tem como função, facilitar o processo de desinfecção.
- 4. Vedação da nascente:** Após realização destas etapas, vedam-se as pedras com uma mistura de solo e cimento na proporção 3x1 (Figura 1).
- 5. Cercamento:** Isolar a área de proteção permanente (APP) para evitar entrada de animais de grande porte.
- 6. Reflorestamento:** Plantio de mudas de espécies nativas no entorno de nascentes, afim de preservar a área próxima a nascente.



Figura 1: Modelo de aplicação da técnica do solo-cimento



Fonte: Villwock (2013)

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se enquadra como um estudo de caso, que busca avaliar a percepção dos agricultores sobre as nascentes recuperadas e protegidas com a técnica solo-cimento no ano de 2012. As nascentes analisadas no presente artigo se localizam nos municípios de Campina da Lagoa, Campo Mourão e Iretama, a proteção dessas nascentes foi realizada no ano de 2012.

Vale salientar, que as nascentes recuperadas e protegidas foram pré-selecionadas a partir de reconhecimento de campo. Primeiramente foram realizadas reuniões com os agricultores, com a finalidade de verificar o interesse deles em realizar a recuperação e proteção de suas nascentes. A próxima etapa compreendeu a coleta de amostras de água para análise. A água foi coletada em frascos de 100 ml estéreis e em seguida armazenada em caixa térmica. As amostras foram levadas para análise microbiológica em laboratório particular para determinação da qualidade da água.

A proteção das nascentes foi realizada com a técnica solo-cimento, na qual se faz a limpeza do entorno da nascente, o preenchimento da área da nascente com pedra rachão, a instalação de tubulação, e a vedação com uma mistura de solo e cimento na proporção 3x1, proteção com uma tela sombrite na boca da tubulação (CRISPIM et. al., 2012). Depois do processo de proteção os agricultores foram orientados a realizarem a constante desinfecção da nascente, adicionando 200 ml de Hipoclorito de Sódio.

3 VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS AS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

No diagnóstico verificou-se o desconhecimento por parte de muitos agricultores sobre a possibilidade de estarem bebendo água contaminada, mesmo a água estando incolor, sem odor, aparentemente limpa. As nascentes apresentavam-se desprotegidas, expostas à contaminação, algumas cobertas com telhas de amianto ou lona plástica.

À medida que ocorriam as ações de proteção das nascentes com a técnica solo-cimento, os agricultores eram envolvidos na prática, a fim de aprendizagem, disseminação e manutenção dos sistemas, e desta forma, os agricultores contribuíram com o desenvolvimento e continuidade das ações realizadas.

A partir dos desdobramentos dos projetos no ano de 2012, a equipe do Laboratório de Pesquisa Geoambiental da Universidade Estadual do Paraná, retornou aos municípios de Campina da Lagoa, Iretama e Campo Mourão e realizou visitas técnicas em seis propriedades agrícolas, entrevistando dois agricultores por município, o que permitiu uma análise qualitativa de 20% dos 30 agricultores atendidos.

Durante as visitas, foram realizadas seis perguntas aos agricultores sobre o sistema solo-cimento implantado no ano de 2012, sendo elas:

Pergunta 1. A qualidade da água melhorou após a implantação do sistema solo-cimento nas Nascentes?

Pergunta 2. Realiza com frequência a prática de desinfecção e limpeza das nascentes?

Pergunta 3. Realiza limpeza da caixa d'água da residência com frequência?

Pergunta 4. O cercamento e reflorestamento da área da APP foi realizado conforme o solicitado no ano de 2012?

Pergunta 5. Houve ganho econômico nas atividades da propriedade, utilizando água de boa qualidade?

Pergunta 6. A quantidade de água aumentou após a implantação das técnicas solo-cimento, cercamento, reflorestamento, eliminação de processo erosivos?

A partir dessas perguntas, obteve-se um panorama do atual cenário socioambiental encontrado nos estabelecimentos agrícolas dos três municípios analisados (Quadro 1).

Quadro 1: Aplicação de questionário para avaliação do grau de entendimento da técnica

PERGUNTAS		Agricultor 1	Agricultor 2	Agricultor 3	Agricultor 4	Agricultor 5	Agricultor 6
1	Qualidade da água melhorou?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
2	Desinfecção e limpeza da nascente	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

3	Limpeza da caixa d'água	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
4	Cercamento e reflorestamento	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
5	Ganho econômico	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
6	Aumento na produção de água	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Os autores

Nas seis propriedades rurais visitadas, observou-se que as nascentes se apresentam bem protegidas com o solo-cimento, porém, em situações diferenciadas de conservação. Segundo todos os agricultores, as águas das nascentes melhoraram consideravelmente após a implantação das técnicas, alguns afirmaram que até o sabor da água mudou para melhor.

Quando se perguntou sobre a desinfecção com Hipoclorito de Sódio (água sanitária), quatro agricultores realizam mensalmente. Outros dois agricultores afirmaram que realizaram a desinfecção apenas algumas vezes, no entanto, depois acabaram por abandonar essas aplicações que deveriam ser mensais.

Na pergunta sobre a limpeza da caixa d'água, quatro deles responderam que limparam apenas no período em que o projeto foi implantado, porém depois do término do projeto não repetiram o processo no período recomendado. A limpeza da caixa d'água é fundamental para garantir um ambiente adequado e livre de bactérias, pois a contaminação da água pode provocar doenças como diarreia, hepatite, leptospirose, entre outras.

Quanto ao cercamento e reflorestamento da APP, os agricultores mantiveram todos os cuidados necessários e assimilaram a importância da vegetação na produção e qualidade da água. A falta de proteção arbórea, de forma geral pode causar redução do estoque de água nos lençóis e a presença de matas ou faixas de árvores nas partes mais altas das bacias de captação reduz essas consequências, tanto pelo aumento da infiltração momentânea como pela redução da velocidade do escoamento superficial, pelos obstáculos formados pelos troncos e resíduos depositados no solo, que ainda ajudam a reter a umidade por mais tempo (BAGGIO, 2013).

Em relação ao ganho ambiental, apenas dois afirmaram que tiveram bons resultados relacionados a valoração ambiental implantada na propriedade, devido a atividades de produção orgânica, estes usam como marketing na comercialização de seus produtos e conhecer o valor dos serviços ecossistêmicos é útil para a efetiva gestão da propriedade agrícola. A última pergunta foi sobre a produção de água, e todas os agricultores afirmaram que houve aumento no fornecimento de água, reforçando que os sistemas foram bem gerenciados no período analisado.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

No período de aplicação do projeto, foi firmada uma parceria com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), atualmente Instituto de Águas e Terras (IAT), todas as 30 famílias atendidas nos três municípios receberam a quantia de 200 espécies nativas para realizar a recomposição florestal no entorno das nascentes e orientadas a construir cercas de arame farpado para evitar a entrada de animais de grande porte no local. Para o reflorestamento foi indicado espécies adequadas ao local, pois foram considerados os efeitos da transpiração e a retirada da água das camadas do solo pelas plantas, pois algumas plantas retiram mais água das camadas do solo do que outras, dependendo do sistema radicular e do perfil do solo.

Após 10 anos da implementação do sistema de saneamento ambiental rural nos três municípios, obteve-se excelentes ganhos socioambientais, apresentado a seguir (Figuras 1,2,3,4,5 e 6).

Figura 1: Nascente antes da preservação e protegida com telhas de amianto, considerada altamente tóxica, Campina da Lagoa.



Fonte: Os autores (2012)

Figura 2: Nascente depois da preservação e protegida, Campina da Lagoa.



Fonte: Os autores (2022)

Figura 3: Reflorestamento e cercamento da área da nascente, realizado em 2012. Município de Iretama.



Figura 4: Reflorestamento realizado em 2012. Detalhe para as bananeiras, local da nascente.





Fonte: Os autores (2012)

Fonte: Os autores (2012)

Figura 5: A imagem de 2018 apresenta o resultado do reflorestamento após 6 anos de implantação.



Fonte: Os autores (2018)

Figura 6: Após 10 anos de reflorestamento, pode-se o excelente resultado.



Fonte: Os autores (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste trabalho foi avaliar os resultados de técnicas de preservação, conservação e uso racional dos recursos hídricos por agricultores de três municípios paranaenses.

As ações efetuadas ao longo dos dez anos dos trabalhos com a recuperação de nascentes aliada a Educação Ambiental destacaram a mediação do conhecimento técnico em benefício do saneamento ambiental rural, tanto entre as famílias atendidas, quanto entre os acadêmicos em equipes multidisciplinares, ambos atuando como multiplicadores do conhecimento.

Ressaltamos que políticas públicas que atinjam efetivamente as comunidades rurais são indispensáveis para melhoria das condições de saneamento, com prevenção de doenças de veiculação hídrica, melhorando a qualidade de vida das famílias e poupando recursos que seriam gastos com internações hospitalares e medicamentos.

Além disso, há uma precariedade de saneamento no campo e assistência aos agricultores de base familiar, que ao mesmo tempo em que contribuem com a produção de alimentos, ficam esquecidos pelo poder público quando se trata da qualidade de vida de suas famílias.

Neste sentido, o investimento em educação e em projetos direcionados a alternativas de inovação em saneamento ambiental no campo é uma ação fundamental que deve ser implementada pelas instâncias federal, estadual e municipal.

REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BAGGIO, A. J.; CARPANEZZ, A. A.; FELIZARI, S. R.; RUFFATO, A. **Recuperação e proteção de nascentes em propriedades rurais de Machadinho, RS.** Embrapa Florestas. Colombo, 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria 2.914 de 2011.** ISSN 1677 – 7042. p. 38 - 46.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento.** 3. ed. rev. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997.** Brasília: 08/01/1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm Acesso em 08/1/2023.

CASTRO, P S. **Recuperação e conservação de nascentes.** Viçosa, MG: CPT, 2007.

CRISPIM, J. Conservação e proteção de nascentes por meio do solo cimento em pequenas propriedades agrícolas na bacia hidrográfica Rio do Campo no município de Campo Mourão – PR. **Revista Geonorte**, Manaus, v.3, n.4, p.781-790, 2012.

GOMES, P. M; MELO, C; VALE, V. S. Avaliação dos impactos ambientais em nascentes na cidade de Uberlândia – MG: análise macroscópica. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 17 (32):103- 120, jun. 2017.

MACÊDO, J. A. B. **Águas & Águas.** 3º edição. Belo Horizonte, 2007.

NUVOLARI, A. **Esgoto sanitário: coleta, transporte e reuso agrícola.** São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

PINTO, N. O.; HERMES, L. C. **Sistema Simplificado para Melhoria da Qualidade da Água Consumida nas Comunidades Rurais do Semi-Árido do Brasil.** Embrapa meio ambiente. Jaguariúna, São Paulo, 2006.

TUNDISI, José Galizzi. **Água no século XXI: enfrentando a escassez.** São Carlos: RIMA, 2003.

VALENTE, O. F.; GOMES, M. A. **Conservação de nascentes: hidrologia e manejo de bacias hidrográficas de cabeceiras.** Viçosa, MG: aprenda Fácil, 2005.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS: RESGATE E UTILIZAÇÃO.

Beatriz Wolf Farias¹ - UNESPAR

Franciele Mara Lucca Zanardo Bohm² – UNESPAR

Nome do GT: Sociedade, Saúde e Meio ambiente

RESUMO

Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) consiste em vegetais, ou partes de vegetais cujo consumo não é comum para uma determinada região. Estas plantas comumente recebem a denominação de plantas daninhas, invasoras ou matos. O Brasil é rico em biodiversidade vegetal, mas apenas uma baixa porcentagem das plantas são consumidas na alimentação humana. O objetivo deste estudo é identificar plantas alimentícias não convencionais de ocorrência na região noroeste do Paraná e que podem ser utilizadas na alimentação. A metodologia consistiu em pesquisa exploratória para a identificação das plantas, através de conversas com pessoas mais idosas e aplicação de um questionário em um evento sobre plantas alimentícias não convencionais que ocorreu na Unespar, *campus* de Paranavaí em dezembro do ano de 2022. Os resultados desta abordagem demonstram que houve redução no consumo de plantas alimentícias não convencionais e que as plantas mais utilizadas foram ora-pro-nobis com 12,5% das respostas, serralha, com 5% das respostas, almeirão roxo, peixinho da horta e taíboa, ambas com 3,1% das respostas entre 62,8% das pessoas que afirmaram já ter consumido alguma PANC. Em contrapartida, 71,2% das pessoas, disseram nunca ter consumido e não conhecer nenhuma PANC. Estes resultados mostram que é importante o resgate da utilização de PANC.

Palavras-chave: Etnobotânica. Hábitos Alimentares. PANC. Saúde.

RESUMEN

Las Plantas Alimenticias No Convencionales (PANC) están compuestas por vegetales, o partes de vegetales cuyo consumo no es común para una determinada región. Estas plantas son comúnmente llamadas malas hierbas, malas hierbas oarbustos. Brasil es rico en biodiversidad vegetal, pero solo un bajo porcentaje de plantas se consumen para el consumo humano. El objetivo de este estudio es identificar plantas alimenticias no convencionales que ocurren en la región noroeste de Paraná y que pueden ser utilizadas en alimentos. La metodología consistió en una investigación exploratoria para identificar las plantas, a través de conversaciones con las personas más conocedoras y la aplicación de un cuestionario en un evento sobre plantas alimenticias no convencionales que tuvo lugar en Unespar, campus Paranavaí, en diciembre de 2022. Los resultados de estos enfoque demuestra que hay una reducción en el consumo de plantas alimenticias no convencionales y que las plantas más utilizadas ahora son pro-nobis con 12,5% de las respuestas, algodoncillo, con 5% de las respuestas, almeirão púrpura, peixinho da horta y taíboa, ambas con el 3,1% de respuestas entre el 62,8% de las personas que afirmaron haber consumido algún PANC. Por otro lado, el 71,2% de las personas dice que nunca ha usado y no conoce PANC. Estos resultados muestran que el uso de PANC es importante o rentable.

Palabras clave: Etnobotánica. Hábitos alimenticios. PANC. Salud.

¹ – Acadêmica do curso de Ciências Biológicas e bolsista do Programa PIBIS – beatrizwolf15@gmail.com

² – Docente do curso de Ciências Biológicas, campus de Paranavaí. Doutora em Ciências Biológicas – e-mail: franciele.bohm@unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil é conhecido pela grande biodiversidade de espécies. No que se refere à biodiversidade vegetal, estima-se que entre 20% a 15% das espécies vegetais estão em território brasileiro e que ao menos um terço destas espécies possam ser utilizadas na alimentação (ALTIERI e NICHOLLS, 2013, p.7).

O consumo de plantas na alimentação humana, promove benefícios para a saúde, pois as plantas apresentam em seus tecidos componentes que constituem nutrientes orgânicos como, por exemplo, proteínas, carboidratos, lipídios e vitaminas; além de nutrientes inorgânicos, como os sais minerais necessários para a manutenção da homeostase do corpo humano.

Além do aspecto nutricional o consumo de plantas está diretamente associado ao combate à fome e manutenção do mercado interno. Pois, o cultivo das plantas para a alimentação humana em residências, hortas comunitárias ou oriundas da agricultura familiar, gera economia para as famílias, além de ser uma alternativa mais saudável e monetariamente mais acessível.

Estes aspectos evidenciam a importância da disseminação do consumo vegetal e de técnicas de cultivo orgânico, de baixo custo, que não apresente toxicidade e que respeite a simbiose ecológica.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o número de plantas consumidas pelo homem caiu de dez mil para cento e setenta nos últimos cem anos (LIBERATO, et al, 2019). Esta redução no consumo de espécies vegetais se deve pelo processo de globalização que insere no modo de vida das pessoas, a necessidade de realizar uma refeição prática e rápida, que está atrelada às jornadas excessivas de trabalho, que geram a falta de tempo para preparar e cultivar o alimento para o consumo. Em outro aspecto, identifica-se o predomínio do consumo das monoculturas, que utilizam agrotóxicos nocivos e agridem a saúde interna e externa do ser humano (KELEN, 2015, p.8). E quando dizemos “externa” se trata do ser humano como integrante da natureza, sem uma especificidade. Sem alienar-se do organismo que é a Terra (KRENAK, 2019, p.16).

Para contrapor o declínio na diversidade alimentar atual é necessário que se faça o resgate do consumo das plantas que a humanidade já utilizou, de forma segura, pois é preciso considerar a existência de plantas tóxicas, ou partes tóxicas de plantas. Neste aspecto a universidade como instituição, pode promover pesquisas sobre estas plantas e incentivar o consumo, principalmente quando se refere as chamadas PANC. Trata-se de um termo cunhado



pelo biólogo Valdely Ferreira Kinupp e se refere a plantas os partes de plantas comestíveis, sendo espontâneas ou cultivadas, nativas ou exóticas, que não estão incluídas em nosso cardápio cotidiano (KELEN, 2015, p.7).

O objetivo deste trabalho é identificar as principais plantas alimentícias não convencionais de ocorrência na região noroeste do Paraná e que podem ser utilizadas na alimentação. Sabendo-se quais são estas plantas é possível pesquisar as propriedades nutricionais que elas apresentam e identificar formas de preparo que facilite o consumo destas plantas pela população.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A importância de se atentar à alimentação de um povo, está além de adicionar mais um detalhe em uma cultura. Com o processo de globalização após a revolução industrial, o sistema capitalista forçou as civilizações a desenvolverem um pensamento “monetário”. Portanto, muito do que se tinha como cultura em diferentes nações, vem se perdendo em meio aos prédios e doenças, disseminadas como ferramentas das grandes indústrias, como a farmacêutica por exemplo.

É a partir da comida que entendemos sobre saúde, sobre disposição e energia para atividades. Na maioria das vezes, laborais ou para subsistência. E é por ela que conhecemos o ambiente em torno de uma sociedade e suas relações ecológicas. Entre elas, a possibilidade de se plantar e colher, e o que plantar e o que colher. Com isso, percebemos que é também pela comida que vislumbramos histórias e perspectivas de passado, presente e futuro. Em outras palavras, o conhecimento epistemológico através dos hábitos alimentares.

Sem comida, há fome. Fato que dizima pessoas há centenas de anos, e que continuará a ser um fator estatístico, enquanto não houver um desvio no foco sistema, para atender de fato os seres humanos como parte da própria natureza.

“Querer justificar a fome do mundo como um fenômeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, o neocolonialismo econômico, a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que também são países de fome (...)” “Existem duas maneiras de se morrer de fome: não comer nada e definhar vertiginosamente até o fim ou comer de maneira inadequada e entrar em regime de carências que pode também conduzir à morte.”

(CASTRO. Fome Um Tema Proibido, 1989, p. 35 e 52)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O modelo do sistema de produção agrícola brasileiro está baseado em grandes monoculturas, como por exemplo, cana de açúcar, soja, milho (ZIMMERMANN, 2009). As monoculturas requerem a utilização de agrotóxicos disruptores endócrinos, que promovem o aumento das taxas de mortalidade pelos diferentes tipos de câncer (DUTRA, et al, 2021). Desta forma cabe considerar que a forma como os alimentos são produzidos no Brasil promove a perda da biodiversidade, a contaminação do meio ambiente e prejudica a saúde dos consumidores.

Em busca de maiores lucros e produtividade espécies cultiváveis ganham destaque em produção e pesquisa por apresentarem elevado valor comercial, ao mesmo tempo que espécies endêmicas perdem seu espaço natural e vão sendo negligenciadas na alimentação cotidiana (SILVA et al., 2017).

É necessário que a produção de alimentos no país, atenda sua população com o propósito de saciar a fome e promover a saúde de seu povo. Não é aceitável que esta produção tenha o intuito somente de gerar lucros. Pois, existem princípios que regem a situação alimentar no Brasil, como a Lei 11.346, constituída em 15 de Setembro de 2006:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Outros aspectos em relação a questão alimentar, é a europeização da alimentação brasileira que deslegitima os costumes alimentares advindos das comunidades tradicionais africanas e indígenas (FREYRE, 2003, p. 548), e o incentivo ao consumo de *fast foods* e multiprocessados, que possuem substâncias prejudiciais à saúde e carece de nutrientes verdadeiros (VASCONCELOS, 2019, p.15) desta forma é preciso estabelecer a relação de que alimentar não é apenas ingerir comida. Mas sim, adquirir consciência histórica, científica e política, mesmo que empiricamente.

Ao longo da história as PANC enriquecem os pratos das comunidades, no sentido de diversidade de preparos e riqueza nutricional (MAGALHÃES, 2019, p.17). Neste contexto, visando a promoção dessa reeducação, e conseguinte a saúde coletiva, analisamos sobre o que se trata o termo, para melhor exemplificar seu simbolismo e potencial.

Reaprender a consumir PANC é contatar o conhecimento gastronômico das culturas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ancestrais brasileiras. Conhecer as Plantas Alimentícias Não Convencionais, é dar uma volta no mundo, em busca das referências primárias de combate à fome e suas diversas representações epistemológicas.

O Brasil é um país de grande extensão territorial, por isso plantas tradicionalmente utilizadas em um estado ou uma região podem ser consideradas PANC em outro local. De acordo com Araújo (2019) a ora-pro-nóbis é bastante famosa na região de Sabará (Minas Gerais), onde não é considerada uma PANC, mas será assim para moradores do nordeste. A Taioba (*Xanthosoma sagittifolium*) está presente na culinária dos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, fazendo parte da alimentação tradicional local e, portanto, não sendo considerada PANC nestes Estados. Nos locais onde o consumo é tradicional o modo de preparo é conhecido, a taioba por exemplo, deve ser fervida para o consumo, devido a presença de alcaloides hepatotóxicos e nefrotóxicos, assim como a ora-pro-nobis que também deve ser preparada em altas temperaturas devido a presença de cristais de oxalato (LIBERATO, et al., 2019).

As plantas precisam ser conhecidas antes de ser consumidas:

As PANC podem ser encontradas em todas as regiões, mas é preciso mais informações sobre sua identificação botânica, presença de compostos tóxicos e antinutricionais, estudos sobre a biodisponibilidade de nutrientes, formas de uso, partes utilizadas, natureza química, ação terapêutica, dentre outras, a fim de que seus benefícios sejam aproveitados com segurança (DE JESUS, 2020, p.312).

Muitas PANC são consideradas plantas invasoras ou ervas-daninhas. São os famosos “matos” que crescem por entre as frestas, em qualquer pedacinho de terra que se possa imaginar (SOARES, 2020), assumindo importância ambiental, e ecológica (MAGALHÃES, 2019, P.17). E contando que a presença destas plantas no consumo cotidiano promove a valorização destas espécies e contribuem para a sua preservação, também observamos sua importância nutricional, repercutida pelas realidades sociais que estão inseridos os consumidores dessas plantas.

Elas possuem resistência e resiliência naturais, que dispensam o uso de agrotóxicos e convivem em simbiose com outras plantas. Presentes em todos os habitats, elas são peculiares daquela região onde elas estão presentes (AZEVEDO, 2018, p.14). Portanto, podem ser um objeto de estudo para investigar as propriedades do solo, no contexto em que estão inseridas.

Também servem como plantas complementares para fixadoras de nutrientes, como é o caso do nabo forrageiro. Muito utilizado na agricultura, como descompactador do solo e fixador de nutrientes, como cita Retka (2018):

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



O nabo forrageiro, conhecido cientificamente por *Raphanus sativus* L., é uma planta da família das Crucíferas. É muito utilizada na adubação verde, pois suas raízes descompactam o solo, permitindo um preparo biológico do mesmo na rotação de culturas e na alimentação animal. Apresenta elevada capacidade de reciclagem de nutrientes, principalmente nitrogênio e fósforo, tornando-se uma espécie importante na rotação de culturas como algodão, feijão, milho e soja. (RETKA, 2018, p.19)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa deste estudo consistiu em uma pesquisa exploratória com familiares e conhecidos dos autores do trabalho que contaram sobre as plantas consumidas principalmente na infância. As plantas mais citadas foram escolhidas para ser conduzida uma pesquisa bibliográfica. Estas plantas foram ora-pro-nóbis, serralha, taioba, almeirão-roxo e peixinho-da-horta.

Para a organização do roteiro de pesquisa sobre as PANC foram considerados os seguintes aspectos: nome científico, nome popular, características botânicas para a identificação da planta, formas de cultivo e formas de consumo.

Estas informações foram utilizadas na organização de material audio-visual para a disseminação do consumo destas plantas para a comunidade.

Durante a realização de um evento sobre PANC no campus de Paranavaí, em dezembro do ano de 2022, foi elaborado um questionário e solicitado aos participantes o preenchimento das seguintes informações: Você consome alguma PANC? Se sua resposta for sim, qual é esta planta? Como você conheceu a planta que consome? Foram coletadas as informações de 133 participantes e obtidos os nomes de 21 plantas, desconsiderando o fato de que algumas plantas citadas como resposta eram medicinais, mas que por falta de instrução sobre o termo, muitas pessoas confundiram o intuito da pergunta. Os resultados foram organizados em tabelas utilizando a ferramenta *Google Planilhas* para a geração de dados quantitativos.

4 DESENVOLVIMENTO

A realização do levantamento bibliográfico sobre PANC, traz a reflexão sobre como era feita a alimentação no passado, principalmente com técnicas de cultivo orgânico para a produção de alimentos; como o consumo tradicional de recursos naturais pelo ser humano para a alimentação, Atualmente é possível observar grandes áreas verdes cobertas por monoculturas,



em um sistema agrícola que une intimamente as plantas cultivadas aos agrotóxicos necessários para o cultivo.

Ao consumir um alimento o objetivo é saciar a fome e promover o suprimento nutricional necessário para a manutenção da homeostase corporal. É notório ao pesquisar sobre as plantas a identificação de cada vez um número menor de espécies vegetais inseridas na alimentação, enquanto muitas espécies vegetais com altas propriedades nutricionais deixaram de ser consumidas. O ato de simplesmente comer para repor a energia necessária para o trabalho contribui para a falta de diversidade alimentar.

O que observa-se atualmente é que populações inteiras, rotineiramente de grandes centros, sucumbem à necessidade de comer sem ao menos parar suas atividades laborais. E quando param, em sua maioria por no máximo uma hora de intervalo entre deslocamento, alimentação e deslocamento. Esta rotina relaciona-se com a insegurança alimentar.

É notável que houve aumento no número de publicações que tratam de PANC. Ao realizar uma busca investigativa na plataforma *Google acadêmico* utilizando-se as palavras chave “PANC” e “biodiversidade” pode encontrar os seguintes resultados: Entre os anos de 2021-2019: 886 publicações, 2018-2016: 431 publicações, entre 2015-2013: 198 publicações e entre 2012 a 2010 foram 104 publicações. Ao fazer a busca nos mesmos períodos, mas acrescentando como terceira palavra chave o termo segurança alimentar encontrou-se: Entre os anos de 2021-2019: 559 publicações, 2018-2016: 238 publicações, entre 2015-2013: 86 publicações e entre 2012 a 2010, 36 publicações.

Desta forma considera-se que nos últimos 8 anos as PANC tem sido mais estudadas por pesquisadores, mas é preciso observar que o consumo destas plantas diminuiu muito no último século. A proposta de um trabalho que promova a união de pesquisa e extensão é necessário para que a utilização das PANC na alimentação possa ser resgatado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos da pesquisa exploratória mostram que 33,3% dos participantes do estudo utilizam PANC na sua alimentação.

No Brasil existem mais de 10 mil tipos PANC (KINNUPP e LORENZI, 2014) e apenas 21 plantas foram citadas. Todas elas já foram citadas anteriormente e catalogadas, e também possuem potencial medicinal para diferentes funcionalidades do organismo humano.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Tabela 01. Resultado do questionário exploratório aplicado para 133 participantes sobre o conhecimento de PANC.

Pergunta		Respostas					
Você consome alguma PANC?		Sim (33,8%)	Não (66,2%)				
Quais PANC você consome?		Ora-pro-nobis 12,5%, serralha 5%, feijão-borboleta 0,6%, maria-preta 0,6%, almeirão-roxo 3,1%, castanha de sete copas 0,6%, hibisco 2,5%, picão 0,6%, beldroega 1,9%, peixinho-da-horta 3,1%, taioba 3,1%, almeirão-do-mato 0,6%, jaca verde 2,5%, azedinha 1,2%, inhame 1,3%, cosmos 0,6%, feijão andu 0,6%, caruru 0,6%, ipê 0,6%, rosa 0,6%.					
Como esta(s) PANC você consome?	conheceu que você	15,8%	10,5%	9%	6%	58,6%	não conheço PANC
		família	internet	conhecimento popular	universidade		

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

As cinco plantas mais conhecidas pela comunidade pesquisada são: ora-pro-nóbis, serralha, almeirão roxo, peixinho-da-horta, e taioba.

No que se refere a maneira na qual os participantes da pesquisa conhecem as plantas 15,8% de pessoas conheceram algumas delas através da sua família, 10,5% das pessoas conheceram alguma PANC por meio da internet, 9,0% pessoas conheceram através de conhecimento popular, 6,0% pessoas conheceram através da universidade e 58,6% não conhece nenhuma PANC. Outros trabalhos realizados no Brasil sobre o consumo de PANC mostram que no zona rural o conhecimento e consumo são mais comuns (TERRA e FERREIRA, 2020), enquanto que entre residentes da zona urbana o consumo de PANC é mais restrito, assim como encontrado no estudo de Giannoni e colaboradores (2022). Segundo Magalhães (2019) embora os moradores de zonas rurais tem maior conhecimento sobre as PANC, houve redução no consumo destas plantas ao longo dos anos.

No que se refere aos aspectos nutricionais diante da perspectiva que obtemos com nossa pesquisa, analisamos os níveis de nutrientes das PANC mais conhecidas obtidas nas respostas dentro do formulário que aplicamos.

A planta mais conhecida é a ora-pro-nóbis, com 12,5% das respostas. Possui três variedades naturais catalogadas. A mais comum de floração branca apresenta folhas, frutos e flores comestíveis, é rica em proteína vegetal, cerca de 25% fresca e 35% seca e se desca pela variedade de aminoácidos essenciais e sais minerais. (KINNUP e LORENZI, 2014, p.274). Dentre as suas propriedades, estão a presença de vitaminas do complexo B e C, retinol, ferro, e boas taxas de proteína vegetal (CARVALHO, 2021).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A Serralha, a segunda planta mais citada no formulário, apresentou 5% das respostas, ela cresce espontaneamente no inverno e na primavera, é conhecida como planta daninha na região Sul. Caule, folhas e flores podem ser consumidos, em saladas ou cozida. Em 100g de serralha encontramos 126mg de cálcio, 3g de proteínas, e 256mg de potássio (KINNUP e LORENZI, 2014, p.210).

Três plantas apresentaram a mesma porcentagem de respostas, com 3,1%. Sendo elas: Taioba: suas folhas e rizomas frescos são comestíveis, sendo indicados com o pré-preparo de branqueamento para retirada de determinadas toxinas sensíveis. A variedade mais comum e em questão, chama atenção por ser uma ótima fonte de carotenoides, que atuam como antioxidantes, agindo no envelhecimento celular (LIMA, 2009, p.13).

Almeirão-roxo: é subespontânea nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, já cultivada em muitas hortas domésticas, podendo até ser encontrada em feiras de pequenos produtores. É pertencente ao mesmo gênero da alface, mas seu sabor e usos são mais semelhantes ao almeirão comum, o estudo de Garcia e colaboradores (2010) mostrou que as folhas do almeirão roxo possuem substâncias não-esteróides com atividade estrogênica e possui flavonóides, alcalóides, mucilagens, taninos e antocianina.

Peixinho-da-horta é uma planta muito utilizada na medicina popular, comumente encontrada nas regiões Sul e Sudeste do país. Tem ganhado bastante destaque nas redes sociais por seu sabor se aproximar ao sabor de peixes, se tornando uma opção de memória afetiva para quem um dia gostara de comer peixes, mas por algum motivo teve de parar. As folhas se destacam pelos teores de fibras ($48,8 \pm 2,1$ %), proteínas ($19,2 \pm 0,7$ %), carboidratos ($10,13 \pm 0,75$ %), potássio ($1900,5 \pm 7,4$ mg/100 g) e ferro ($0,48 \pm 0,06$ mg/100 g). As concentrações de treonina, triptofano, fenilalanina, tirosina e aminoácidos sulfurados atendem as necessidades nutricionais de crianças e adultos estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. Dentre seus benefícios, podemos encontrar em suas folhas, flavonas, diterpenos e carotenoides (AZEVEDO, 2018, p.32).

Os resultados encontrados nesta pesquisa demonstram que na região de Paranavaí o consumo de PANC é baixo e limitado a poucas espécies. É possível identificar que predomina o consumo tradicional, pois 15,8% e 9% dos participantes utilizam estas plantas devido a informações transmitida por familiares ou pessoas mais idosas. Estes resultados sugerem que as PANC são pouco consumidas e comercializadas por motivos de: competição por comercialização de hortaliças convencionais, mudanças de hábitos alimentares e por falta de informação sobre os benefícios nutricionais das PANC (DE SOUSA TRINDADE, et al, 2022).



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contribuiu para o início dos estudos sobre as PANC no município de Paranavaí. Os resultados obtidos da aplicação do questionário exploratório mostram que a maioria dos participantes não conhece PANC e não utiliza estas plantas na alimentação.

É preciso disseminar as informações sobre estas plantas, tanto no que se refere ao conhecimento delas como plantas alimentícias, oferecer informações sobre o modo de preparo e informar a importância e valor nutricional.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.I. Agroecologia y resiliência al cambio climático: principios y consideraciones metodológicas. **Agroecologia**, Lima - Peru, v.8, n.1, p. 7-20, 2013. 326p

ARAÚJO, S. S.; ARAÚJO, P. S.; GIUNCO, A.J.; SILVA, S.M.; ARGANDOÑA, E.J.S; Bromatologia, química alimentar e atividade antioxidante de *Xanthosoma sagittifolium* (L.) Schott. **Emirates Journal of Food and Agriculture**, v. 31, n. 3, p.188-195, 2019. Disponível em: <https://doi:10.9755/ejfa.2019.v31.i3.1924>.

AZEVEDO, T. D. **Propriedades nutricionais, antioxidantes, antimicrobianas e toxicidade preliminar do peixinho da horta (*Stachys byzantina* K. Koch). 2018. 89 f. 2018.** Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Alimentação e Nutrição)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

BRASIL. Lei nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm Acesso em 18 de Fev 2023.

CARVALHO, K. A.; MIGUEL, OVIDIO, P.V. **Os benefícios da ora pro nobis para a medicina popular no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Técnico em Biotecnologia) - Escola Técnica Estadual Professor Carmelino Corrêa Júnior, Franca, SP. 2021.

CASTRO, J. **Fome, um Tema Proibido. Últimos Escritos de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984c. CHAUI, M. **Conformismos e Resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

DE JESUS, B.; SANTANA, K., OLIVEIRA, V.; Carvalho, M.; Almeida, W. A PANCs - Plantas alimentícias não convencionais, benefícios, potencial econômico e resgate da cultura: uma revisão sistemática. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, Jandaia-GO, v. 17, n.33, 2020. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2020C/pancs.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2023.

DE SOUSA TRINDADE, A.; DA SILVA, L. P.; SILVA, T. P. NOGUEIRA, L. A importância



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

do conhecimento das PANC na educação do jovem na escola: uma alternativa para diminuição da fome na sociedade do desperdício: The importance of knowledge of PANC in educating young people at school: an alternative for reducing hunger in a wasteful society. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 11, p. 71130-71143, 2022.

DUTRA, L. S.; FERREIRA, A. P.; HORTA, M. A. P.; PALHARES, P. R. Uso de agrotóxicos e mortalidade por câncer em regiões de monoculturas. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 1018-1035, 2021.

GARCIA, R. C.; LOUREDO, V. F.; MATTEDI, W. C.; GARCIA Jr, R. P. Ensaio biológico do almeirão-roxo (*Cichorium intybus*) e barbatimão (*Stryphnodendron barbatiman martius*) em ratas com menopausa cirúrgica. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 7, n. 1, p. 16-16, 2010.

KELEN, M. E. B.; NOUHUYS, I.S.; KEHL, L.C., BRACK, P.; SILVA D.B. Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): hortaliças espontâneas e nativas. Porto Alegre: UFRGS, 2015. 44 p.

KINUPP, V.F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014. 768 p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 102p.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, 51ª edição. Global Editora e Distribuidora LTDA, 2003. 727p.

GIANNONI, J. A.; DOS SANTOS, R. C.; DE ROSSI, P. H. S.; IMAMURA, K. B.; OTOBONI, A. M. M. B.; GUIGUER, E. L.; SHIGEMATSU, E. Reconhecimento e difusão sobre as plantas alimentícias não convencionais–PANC. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 5, n. 1, p. 450-456, 2022.

LIMA, T. A. Caracterização de compostos nutricionais e antinutricionais em taiobas (*Xanthosoma Schott*). Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2009.

LIBERATO, P. S.; LIMA, D. V. T.; SILVA, G. M. B. PANC - Plantas alimentícias não convencionais e seus benefícios nutricionais. **Environmental Smoke**, v.2, 2019.

MAGALHÃES, R. S. C. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC): estudo etnobotânico no contexto da Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul-ARPASUL**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

RETKA, W. **Efeito da cultura do nabo forrageiro na descompactação do solo**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SILVA, J.; MARTINS E. Medicine in ancient Mesopotamia-part 2. **Acta Médica Portuguesa**, v. 23, n. 1, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

SILVA, L. F. L.; TECHIO, V.H.; RESENDE, L.V.; BRAZ, G.T.; RESENDE, K.F.M.D.; SAMARTINI, C.Q. Unconventional vegetables collected in Brazil: chromosome number and description of nuclear DNA content. **Crop Breeding and Applied Biotechnology**, v. 17, 2017.

TERRA, S. B.; FERREIRA, B. P. Conhecimento de plantas alimentícias não convencionais em assentamentos rurais. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 15, n. 2, p. 221-228, 2020.

VASCONCELOS, N. B. O Saber e as escolhas alimentares de jovens: o entendimento da relação saúde-doença a partir da alimentação. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências na Amazônia) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

ZIMMERMANN, C. L. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 6, n. 12, 2009.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA INTERMEDIÁRIA NO E-COMMERCE

Karolayne de Barros Vidal¹–UNESPAR-Campus Paranavaí
Pâmela Urgniani de Freitas²- UNESPAR-Campus Paranavaí

Nome do GT: 16 - Outros temas contemporâneos

RESUMO

Este artigo tem como objeto geral a análise da possível responsabilidade civil consumerista da empresa que atua como intermediadora dos pagamentos no contexto do *e-commerce*. Assim, tem o intuito de teorizar e discutir a posição da empresa intermediadora dentro da relação de consumo e sua responsabilidade, tendo em vista que essa auferir lucro com a transação advinda da relação entre o fornecedor (Art. X, Código de Defesa do Consumidor) e o consumidor (art. X, do mesmo Códex). A intermediadora atua como uma figura partícipe indireta da referida relação de consumo originária, visto que não oferta o produto ou serviço adquirido pelo consumidor, oferecendo, apenas, os serviços atinentes aos meios de pagamento. Ante a dificuldade de se determinar a posição da intermediadora dentro dessa relação e sua responsabilidade, o presente artigo parte do aporte teórico, através das legislações e conceituações imputadas por grandes doutrinadores e, quanto a esfera prática-teórica, verifica-se as jurisprudências, sendo possível destrinchar a relação de consumo e seus partícipes. Tal aporte decorre da metodologia aplicada, sendo essa a de revisão bibliográfica, bem como o método hipotético-dedutivo. Assim, a referida discussão demonstra a importância de dispor um olhar sob a regulamentação de tal conduta, a fim de pacificar o entendimento do juízo nas variadas instâncias e, assim, assegurar aos consumidores a segurança jurídica quando da compra de produtos e/ou serviços no *e-commerce*. Por fim, por meio do estudo aprofundado adotado neste artigo, é possível inferir a existência fática da responsabilidade na seara civil – consumerista da empresa intermediadora, sendo possível a adoção da legislação vigente em relação a essa, resguardando-se os direitos do consumidor e a perpetração do atual ordenamento jurídico pertinente.

Palavras – Chave: *E-commerce*. Responsabilidade Civil. Intermediadora (Facilitadora) de Pagamentos.

RESUMEN

El propósito general de este artículo es analizar la posible responsabilidad civil del consumidor de la empresa que actúa como intermediario de pagos en el contexto del comercio electrónico. De esta forma, tiene como objetivo teorizar y discutir la posición de la empresa intermediaria en la relación de consumo y su responsabilidad, considerando que obtiene un beneficio de la transacción que surge de la relación entre el proveedor (Art. X, Código de Defensa del Consumidor) y el consumidor (Art. X, del mismo Codex). El intermediario actúa como partícipe indirecto de dicha relación original de consumo, ya que no ofrece el producto o servicio adquirido por el consumidor, sino únicamente los servicios relacionados con el medio de pago. Ante la dificultad de determinar la posición del intermediario dentro de esta relación y su responsabilidad, este artículo parte del aporte teórico, a través de la legislación y conceptos

¹ Graduanda em Direito – *e-mail*: karolaynebarrosvidal@gmail.com

² Graduanda em Direito – *e-mail*: pamelaurngianidefreitas@gmail.com



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

imputados por grandes estudiosos y, en cuanto al ámbito práctico-teórico, se verifica la jurisprudencia, siendo posible desentrañar la relación del consumo y sus participantes. Este aporte parte de la metodología aplicada, que es la revisión bibliográfica, así como del método hipotético-deductivo. Así, la discusión antes mencionada demuestra la importancia de tener una mirada a la regulación de tal conducta, a fin de pacificar el entendimiento del tribunal en las diversas instancias y, así, garantizar seguridad jurídica a los consumidores al momento de adquirir productos y/o servicios en el comercio electrónico Finalmente, a través del estudio en profundidad adoptado en este artículo, es posible inferir la existencia fáctica de responsabilidad en el ámbito civil – consumidor de la empresa intermediaria, posibilitando adoptar la legislación vigente en relación a esta, salvaguardando los derechos del consumidor y la perpetración del ordenamiento jurídico vigente en la materia.

Palabras clave: *E-commerce*. Responsabilidad Civil. Intermediario de Pago (Facilitador).

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apesar da existência de proteção no Código Civil acerca dos danos causados a outrem, quanto ao consumidor, dada a desigualdade existente entre quem fornece e quem adquire o produto ou serviço, presumiu-se a vulnerabilidade do consumidor, esse que, segundo o art. 2º, do Código De Defesa Do Consumidor, é todo aquele que adquire produto ou serviço como destinatário final, ou seja, adquire para uso próprio. Já, segundo o art. 3º, do mesmo Códex, fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Antes do advento do *e-commerce*, quando as vendas se davam se maneira física, facilmente perceptível os sujeitos componentes da relação consumerista, isto é, apenas o fornecedor (ofertante do produto ou serviço) e o consumidor (adquirente), entretanto, as compras virtuais ampliaram a relação consumerista, existindo, atualmente, a figura das empresas intermediadoras de pagamentos que ofertam serviço distinto do adquirido pelo consumidor face ao fornecedor (ofertante), mas possibilita a celebração da relação consumerista originária, isto é, relação entre o fornecedor (ofertante) e o consumidor (adquirente), auferindo lucro.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Analisando tal relação, aparentemente confusa, o presente artigo traz, como problemática, a dificuldade de se determinar a posição da intermediadora dos pagamentos dentro da relação consumerista originária, bem como a sua responsabilidade, surgindo-se dúvidas acerca da responsabilidade ou não pelo cumprimento ou ressarcimento da obrigação assumida, diretamente pelo fornecedor (ofertante) face ao consumidor. Ante tal problemática, o presente artigo visa, de maneira geral, apresentar os fundamentos que contribuem para a configuração da empresa intermediadora como responsável objetiva e solidariamente pelo cumprimento da obrigação assumida pelo fornecedor na relação consumerista originária. Para tanto, alguns objetivos específicos serão abordados, como, por exemplo, a natureza da intermediária na relação de consumo, seu aferimento de lucro, a atividade de risco desenvolvida, a incidência do Código de Defesa do Consumidor, a hipossuficiência do consumidor, entre outros. Decorrentes do problema central, surgem outros questionamentos, como o conceito de *E-commerce*, empresa intermediária de pagamentos, como essa funciona etc.

Por fim, utilizar-se-á, no presente artigo, o método de pesquisa dedutivo, a partir de revisão bibliográfica e análise da legislação e da jurisprudência pertinente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal Brasileira de 1988, símbolo da redemocratização do país, pós ditadura militar, no art. 48º das Disposições Finais e Transitórias, previu a elaboração do Código de Defesa do Consumidor, com intuito de proteger os consumidores.

É de suma importância ressaltar que antes do Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil de 1916 não era suficiente para disciplinar as relações jurídicas de consumo. Nesse sentido, fez-se necessário a intervenção estatal para elaboração do referido Códex.

O Código de Defesa do Consumidor fora promulgado sob a Lei nº 8.078/1990 e se situa na especialidade, segunda parte da isonomia constitucional, retirada do art. 5º, *caput*, da



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

CF/1988, bem como no inciso XXXII, também da CF/88, que preceitua que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

A figura do consumidor surge da relação com um fornecedor, o que denominamos de “Relação Consumerista”. Sergio Cavalieri Filho (2011, p.59), afirma que “os elementos da relação de consumo podem ser classificados em: a) subjetivos: relacionados aos sujeitos dessa relação jurídica; b) objetivos: relacionados ao objeto das prestações ali surgidas. No primeiro grupo, encontram-se os consumidores e os fornecedores; no segundo, os produtos e os serviços”.

Já Nunes (2009):

O Código De Defesa Do Consumidor incide em toda relação que puder ser caracterizada como de consumo. Insta, portanto, que estabeleçamos em que hipóteses a relação jurídica pode ser assim definida. (...) haverá relação jurídica de consumo sempre que se puder identificar num dos polos da relação o consumidor, no outro, o fornecedor, ambos transacionando produtos e serviços. (NUNES, 2009, p. 71)

Por fim, Denari (2011), afirma:

No polo ativo da relação jurídica de consumo figura o fornecedor, assim entendido o operador econômico, pessoa física ou jurídica, que participa do ciclo produtivo-distributivo, desenvolvendo atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços (cf. art. 3º). No polo passivo da mesma relação se encontra o consumidor, pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário (cf. art. 2º). (DENARI, 2011, p. 189 – 190)

Das conceituações é possível verificar apenas a relação de consumo tradicional (consumidor e fornecedor), entretanto, segundo Bessa (2011), há a figura do fornecedor equiparado, ampliando o conceito genérico de “fornecedor” trazido no Código De Defesa Do Consumidor. Mencionado doutrinador conceitua que tal figura seria um intermediário na



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

relação consumerista, ocupando uma posição de auxílio ao lado do fornecedor de produtos ou serviços. Seguindo a mesma linha, Marques (2010), assim conceitua:

A figura do fornecedor equiparado, aquele que não é fornecedor do contrato principal de consumo, mas é intermediário, antigo terceiro, ou estipulante, hoje é o 'dono' da relação conexa (e principal) de consumo, por deter uma posição de poder na relação outra com o consumidor. É realmente uma interessante teoria, que será muito usada no futuro, ampliando – e com justiça – o campo de aplicação do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (MARQUES, 2010, p. 105).

Além disso, na sua teoria, conclui Bessa (2011):

Fornecedor é visto como quem exerce a atividade especificamente regulada e não mais de modo genérico como aquele que atua profissionalmente (mediante remuneração) no mercado de consumo. Daí fica fácil perceber que a ideia da relação de consumo, baseando-se nos conceitos dos arts. 2º e 3º do Código De Defesa Do Consumidor, não é o melhor método para identificar todas as situações de aplicação do Código de Defesa do Consumidor. (BESSA,2011, p. 1029)

Seguindo a linha de raciocínio de Bessa (2011), o conceito genérico, previsto no Código de Defesa do Consumidor, não abarca a realidade atual do mercado de consumo que, atualmente, na sua grande parte, ocorre no e-commerce, inexistindo previsão jurídica expressa quanto a responsabilidade do fornecedor equiparado.

3.PROCEDIMENTO METODÓLOGICOS

A presente pesquisa é aplicada e qualitativa, visto que visa gerar conhecimentos para que possa ocorrer a aplicação prática, com intuito de resolver problemas específicos, bem como uma reflexão e investigação acerca do campo do conhecimento em jurídico. Utilizar-se-á, para tanto, o método de pesquisa dedutivo, a partir de revisão bibliográfica, juntamente com a análise de legislações concorrentes tangentes ao objeto do presente artigo e da jurisprudência atual pertinente.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Busca-se, através do referido método, a construção teórica de uma definição de consumidor, fornecedor e empresa intermediadora, bem como a correlação, através de uma conceituação teórica, da responsabilidade civil e, por fim, como aplicá-la no objeto estudado neste artigo.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 Conceito de *e-commerce*:

E-commerce, também conhecido como “comércio eletrônico”, é um modelo de varejo online, onde a compra e venda de produtos acontecem por meio de dispositivos conectados ou através das plataformas digitais das lojas. Estas podem ter espaço apenas em um ambiente online, unicamente em um espaço físico estabelecido ou, ainda, em ambos os locais (online e físico).

4.2 As atuais legislações para o *e-commerce* e sua tipificação

O Decreto Federal nº 7.962/2013 (Lei do *E-commerce*) regulamenta o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, em relação ao comércio eletrônico. Assim, além do Código De Defesa Do Consumidor, a Lei do *E-commerce* regulamentará de forma específica as transações realizadas entre uma loja virtual e o seu consumidor.

A Lei do comércio eletrônico rege todos os tipos de comércio realizados pelo meio digital, desde pequenas lojas virtuais até as compras online realizadas em grandes lojas já consagradas no comércio brasileiro.

No presente artigo, trata-se do *E-commerce* tipo C2C (Consumidor para Consumidor). No referido tipo, permite-se a troca de bens e serviços sem participação de uma empresa necessariamente. No entanto, normalmente, existe a participação de um terceiro agente que quando a troca ocorre por meio eletrônico, atua como um intermediador quanto ao meio de pagamento.



4.3 Empresa intermediadora (Facilitadora) dos Pagamentos no e-commerce

O surgimento do e-commerce gerou inúmeras inovações que, conseqüentemente, mudaram o paradigma até antes existente. A vitrine dos produtos e serviços agora não são mais as lojas físicas, mas sim os inúmeros sites existentes – Shoppe, Mercado livre, Amazon, etc. - bem como os métodos de pagamento se modificaram ao longo do tempo.

Segundo Grüşchow e Brettel (2018) oferecer serviços de pagamentos eficientes, em termos de custo e crédito aos consumidores, é um fator crítico de sucesso para a competitividade. Diante disso, inúmeras plataformas intermediadoras da relação vendedor/comprador surgiram ao longo dos anos.

Atualmente, a empresa intermediadora nada mais é de que uma plataforma independente que intercede nas transações financeiras, conectando Marketplaces com as instituições financeiras, fazendo a intermediação da cobrança dos pagamentos entre fornecedores e consumidores, proporcionando transações e recebimentos automáticos e, supostamente, sem falhas entres os sujeitos da relação de consumo.

A referida plataforma, caso o consumidor opte pelo pagamento via cartão de crédito, enviará os dados para a operadora do cartão para que ela possa aprovar a transação, caso opte pelo débito em conta, comunicará o competente banco para autorizar o pagamento, optando pelo boleto, a intermediadora o gerará, por fim, optando pelo PIX³, muitas vezes, a plataforma acaba gerando uma chave aleatória, recebendo o fornecedor, quase que instantaneamente, o valor da venda.

Diferentemente das plataformas vitrines (vitrine virtual), a intermediadora não possibilita a exposição dos produtos/serviços ao consumidor, como, por exemplo, ocorre na plataforma Mercado Livre, ofertando, onerosamente, apenas os meios de pagamentos, isto é, não possibilita que o fornecedor anuncie seu produto ou serviço em sua plataforma como ocorre, por exemplo, nas plataformas PayPal, Mercado Pago e PagSeguro.

³ RESOLUÇÃO BCB Nº 1, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Dada a finalidade da plataforma intermediadora, inegável que o papel predominante é precipuamente o de intermediação, configurando-se como uma espécie de corretagem eletrônica. A corretagem tradicional está prevista no art. 722 e seguintes, do Código Civil, e dispõe que a corretagem nada mais é que “o contrato pelo qual uma pessoa, não ligada a outra em virtude de mandato, de prestação de serviços ou por qualquer relação de dependência, obriga-se a obter para a segunda um ou mais negócios, conforme instruções recebidas”. Também, a obrigação decorrente da corretagem é de resultado – art. 725, do Código Civil – visto que a remuneração só é devida ao corretor caso o negócio tenha sido efetivado.

No âmbito da facilitadora, o contrato de corretagem celebrado entre o fornecedor e o corretor- intermediador não produzirá efeitos caso não haja a conclusão do negócio principal, isto é, a aquisição do produto ou serviço é fator inerente à efetividade da corretagem, visto que essa é dependente do resultado. Tendo isso em mente, o corretor somente auferirá lucro com a conclusão do negócio.

No âmbito virtual, a contratação, geralmente, se dá mediante simples cadastro na plataforma, bem como a remuneração se dá de maneira automática quando da realização da transação, ou seja, quando o consumidor efetua o pagamento, a taxa cobrada pela intermediadora já é descontada imediatamente.

Além da previsão na esfera civil, corretagem virtual, a figura da intermediadora está prevista no art. 3º, §2º, do Código De Defesa Do Consumidor, tendo em vista que oferta serviço, esse compreendido como toda aquela atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancárias, financeira, de crédito e securitária. Diante disso, a intermediadora, além de figurar como corretora virtual, na seara consumerista, atua como fornecedora de serviço de natureza bancária, financeira etc. e, por isso, responde pela falha na prestação de serviço.

A intermediadora de pagamentos se encaixa no conceito firmado por Bessa (2007), figurando como uma fornecedora equiparada, visto que ocupa uma posição de auxílio ao lado



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

do fornecedor de produtos ou serviços, bem como na conceituação adotada pela Marques (2010).

Dessa forma, apesar de compor a relação consumerista (art. 25, §1º, do Código de Defesa do Consumidor), garantindo a efetividade da compra e venda dos produtos e serviços, bem como auferindo vantagem econômica, os Marketplaces atuam na qualidade de ofertante de produtos ou serviços, visto que o anúncio desses se dá em plataforma (meio) diferente, figurando a plataforma da fornecedora por equiparação como externa à que possibilitou a exposição dos produtos/ serviços.

4.4 Da responsabilização solidária da intermediadora (Fornecedora equiparada)

A corretagem virtual, indubitavelmente, tornou-se um marco da nova era digital, visto que diversas empresas apenas lidam com os meios de pagamento, eximindo-se, geralmente, da responsabilidade quanto a efetividade da compra de produtos e serviços a qual intermediou, não garantindo a entrega ou prestação do serviço

Ante a natureza da relação jurídica originária, a intermediadora, que apenas garantiu os meios de pagamento, em análise primária, parece não compor a relação consumerista embrionária - fornecedor (ofertante do produto ou serviço) e consumidor (adquirente) - e, por isso, não seria responsável na hipótese de o fornecedor não cumprir com sua parte no negócio.

Tal posição não deve prosperar, tendo em vista que, apesar de apenas intermediar o negócio, não proporcionando a oferta do produto ou serviço, auferir lucro com a transação, passando a compor a interligação entre o fornecedor – ofertante e o consumidor - adquirente. A título de elucidação, a plataforma Mercado Pago, no seu próprio site⁴, informa que os pagamentos pelo cartão de crédito possuem uma tarifa que varia entre 3,99% e 4,98% do valor da transação, na hipótese de boleto bancário, há uma tarifa de R\$ 3,49, e, por fim, no Pix, a tarifa incidente é de 0,99%.

⁴ <https://www.mercadopago.com.br/ferramentas-para-vender/link-de-pagamento-plugins-checkout/link-de-pagamento>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A responsabilização da intermediadora está pautada na máxima romana *ubi emolumentum ibi onus*, que se traduz em “onde está o bônus deverá estar o ônus”. Em linguajar amplamente adotado, a responsabilidade decorre da Teoria do Risco – Proveito da Atividade Negocial, visto que toda aquela que fornece produto ou serviço no mercado de consumo, auferindo lucro, responde pelos eventuais danos, independentemente da comprovação de dolo ou culpa - responsabilidade objetiva. Tal entendimento está de acordo com o Recurso Inominado n. 07386361320198070016, da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal⁵.

Nesse sentido, os tribunais superiores já acordam nesse mesmo sentido:

“(…) 8. A fraude perpetrada por terceiro não configura a culpa exclusiva para fins da exclusão da responsabilidade das prestadoras de serviço, nos termos do que dispõe o § 3º do artigo 14 da Lei n.º 8.078/90, já que descuidaram do seu dever de zelar pela segurança de suas operações. **Trata-se da aplicação da teoria do risco proveito, segundo a qual aquele que afere lucro com a atividade causadora do dano, deve, de igual forma, ressarcir eventuais prejuízos que sua atividade causar.**” (grifo nosso) Acórdão 1234509, 07386361320198070016, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, data de julgamento: 5/3/2020, publicado no DJe: 4/5/2020.

Coadunando com a referida teoria, o Código de Defesa do Consumidor prevê a responsabilidade solidária de todos os agentes envolvidos na atividade de colocação do produto ou do serviço no mercado de consumo. Assim, a necessidade de responder por quaisquer falhas ou danos abrange não somente quem manteve contato direto com o consumidor (comerciante), mas também os fornecedores que tenham participado da cadeia de produção e circulação do bem (fabricante, produtor, construtor, etc.). Nesse sentido, a empresa intermediadora responsável pela oferta dos meios de pagamento, figura como parte da cadeia de produção e circulação do bem, podendo ser responsabilizadas na seara civil pelos eventuais danos aferidos pelo consumidor.

⁵ DISTRITO FEDERAL. Juizado Especial. Recurso Inominado n. 07386361320198070016. Recorrentes: Banco Itaucard S.A e Itau Unibanco S.A. Recorrido: Maurilio Lemos de Avellar Neto. Relator: Juiz Fabrício Fontoura Bezerra, Distrito Federal, 5 mar. 2020. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>. Acesso em: 30 mar. 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Importante salientar, também, que, segundo o art. 4º, I, do Código de Defesa do Consumidor, a vulnerabilidade do consumidor é presumida e, por isso, a maior necessidade de o proteger de práticas abusivas. No caso envolvendo a intermediadora, inegável que caso o fornecedor (ofertante) não realize a entrega do produto ou serviço, somente o consumidor será lesado, tendo em vista que o repasse dos valores se dá de maneira automática para o ofertante e para a intermediadora, ambos auferindo lucro em detrimento do consumidor, que resta sem o produto ou serviço adquirido.

A não responsabilização da intermediadora que, diretamente, auferir lucro do valor dispendido pelo consumidor, afronta aos princípios e direitos garantidos no Código de Defesa do Consumidor, bem como assegura a vantagem ilícita obtida pela intermediadora, visto que, caso seja eximida do ônus de arcar com o risco de sua atividade, não ofertará nenhum tipo de segurança ao consumidor, pouco importando a conduta do fornecedor, isto é, auferirá vantagem independentemente da entrega do produto ou prestação de serviço por parte do fornecedor.

Decorrente disso, inúmeros malfeitores poderão praticar todo o tipo de fraude, anunciando produto que, conscientemente, não encaminhará ao consumidor e, ainda, terá o auxílio da intermediadora, visto que essa repassa os valores dispendidos pelo consumidor automaticamente ao fraudador, sem ao menos haver um tipo mecanismo de confirmação da entrega do produto ou serviço pelo consumidor. Auferirá, a intermediadora, portanto, lucro decorrente de prática criminosa do fraudador, visto que não adotara mecanismos básicos de segurança esperada, dada a natureza de seus serviços.

Diante disso, dada a natureza do serviço prestado, a intermediadora responderá objetiva e solidariamente (art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor), visto que integrou a cadeia de fornecedores, restando, também, responsável pela entrega do produto ou serviço adquirido e, na hipótese, do consumidor não receber o adquirido, deve arcar com o ônus, visto que houvera falha na prestação de serviço - art. 14, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Tal posição já fora adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJ/PR - recentemente:

[...] Não obstante, a empresa detentora da plataforma digital é responsável solidariamente pelos danos causados ao consumidor decorrentes de aquisição de produtos expostos em sua plataforma digital (marketplace), fazendo parte da cadeia de fornecimento, nos termos do artigo 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor. Neste sentido: “De início, apesar de argumentar que atua apenas como facilitadora na interação entre consumidores e fornecedores, não se deixa de observar a responsabilidade da ré sobre os danos causados ao consumidor. Isso pois a ré auferiu lucro com a disponibilização do serviço, garantindo aparente segurança ao consumidor, além de servir como responsável por intermediar a relação entre o lojista e o comprador. Assim, é certo que a ré faz parte da cadeia de consumo e, portanto, está sujeita ao disposto no art. 18, do Código de Defesa do Consumidor.”. (TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - 0002483-30.2020.8.16.0018 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 22.03.2021)

Posto isso, as intermediadoras, dado que auferem lucro com a relação consumerista, bem como não adotam meios de segurança para o consumidor, devem arcar com o ônus de sua atividade, ressarcindo o consumidor, visto que houvera falha na prestação dos serviços, restando reconhecida a responsabilidade civil objetiva e solidária, sob o vértice contido no Códex Consumerista e Civil, bem como já salientado pela jurisprudência.

4.5 Da hipossuficiência do consumidor

Hipossuficiência é uma situação que determina a falta de suficiência para realizar ou praticar algum ato, ou seja, é uma situação de inferioridade que indica uma falta de capacidade para realizar algo.

Entende-se por Consumidor Hipossuficiente, segundo Cavalieri Filho (2011) aquele que se encontra em situação de impotência ou de inferioridade na relação de consumo, ou seja, está em desvantagem em relação ao fornecedor, decorrente da falta de condições de produzir as provas em seu favor ou comprovar a veracidade do fato constitutivo de seu direito.

À luz do ordenamento jurídico brasileiro, a hipossuficiência se divide em: econômica, técnica (informacional) e jurídica. A primeira faz alusão ao consumidor que não possui recursos financeiros suficientes, de forma que dificilmente irá se manter em pé de igualdade com o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

fornecedor na relação jurídica, não promovendo instrumentos hábeis para reivindicar seus direitos. Neste quesito, enquadra-se todo o aparato que provém do dinheiro e do tamanho da empresa intermediária em termos de capacidade produtiva frente ao consumidor solitário que luta por seus direitos.

Por conseguinte, a hipossuficiência técnica (informacional) mantém ligação com a ignorância do consumidor no que se refere ao produto ou serviço que será adquirido. Torna-se perceptível o fato de que o consumidor não consegue demonstrar o vício de qualidade, quantidade e/ou defeito do produto ou serviço. Diante deste cenário, Lisboa, (2001) elucida que muitas vezes o consumidor não tem como demonstrar o nexo de causalidade para a fixação da responsabilidade do fornecedor, já que este é quem possui a integralidade das informações e o conhecimento técnico do produto ou serviço defeituoso. Sob essa análise, tem-se que o poder técnico de avaliação de certa falha durante a cadeia produtiva resta sobre a empresa em polo de contraposição ao consumidor. Este sabe da falha mediante o uso de certo produto, mas a detecção do problema ao longo da cadeia produtiva resta à empresa.

Já no que se refere à hipossuficiência jurídica, pode-se visualizar quando o consumidor é mal assessorado por seu advogado, este não possui conhecimentos específicos para lograr êxito na causa - agindo por imperícia, imprudência ou negligência, dando ensejo a uma assistência jurídica desastrosa e temerária aos direitos do consumidor. Ainda, há de se mencionar que, na esmagadora maioria das vezes, o consumidor recorre ao instituto do Juizado Especial em que ele mesmo pode protocolar a ação, reduzindo ainda mais seu poderio comparativamente com uma empresa.

Consigne-se que com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, há o benefício da inversão do ônus da prova, devendo ser concedido ao consumidor que se apresenta amparado por uma das espécies de hipossuficiência - o artigo 60, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, abrange a ideia do consumidor hipossuficiente.

Assim, qualquer consumidor poderá ser considerado hipossuficiente na relação de consumo, a depender da situação fática. Dentro da especificidade da presente demanda, o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

consumidor será agraciado com o benefício da inversão do ônus de provar, afinal resta hipossuficiência nas três esferas que o ordenamento pátrio delibera.

Fica evidente, diante da análise exposta, a vulnerabilidade em todas as vertentes que o consumidor se concentra em relação à intermediadora, afinal, na maioria dos casos, há um pré-conceito de segurança e confiança por se tratar de plataformas conhecidas e reconhecidas nas relações comerciais como empresas confiáveis e que tratam com seriedade o relacionamento com o cliente/consumidor.

5.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa explicitou a existência da responsabilidade na seara civil da empresa intermediadora na relação comercial tipificada como *E-commerce*, especialmente na relação C2C. Tal análise foi pautada suficientemente no locupletamento da empresa intermediária que auferir lucros indistintamente e que não se encontram como responsáveis solidariamente e objetivamente por quaisquer ações de maneira imediata, havendo a necessidade de o consumidor buscar a tutela jurisdicional, cabendo, atualmente, ao judiciário reconhecer a responsabilidade das intermediadoras – fornecedoras equiparadas. Atrelado a isso, acrescenta-se a hipossuficiência do consumidor frente a empresa intermediadora.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que a problemática ensejada pelo presente artigo, estabelecendo ou não a responsabilização civil da empresa intermediadora no *e-commerce* foi resolvida, ou seja, o fato de intermediar uma relação de consumo entre dois consumidores, um o remetente e o outro o destinatário, não obsta a responsabilidade da empresa que realiza a intermediação, afinal o faz com auferimento lucrativo próprio. É necessário observar que se partindo da previsão do Código de Defesa do Consumidor e de seu objetivo junto a estrutura normativa, a intermediadora retém responsabilidade pela tramitação mercantil e, inclusive, pode ser trazida à lide como responsável solidária.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

REFERÊNCIAS

BESSA, Leonardo Roscoe. **Fornecedor equiparado**. São Paulo: RT, 2011. v. 2 (Coleção doutrinas essenciais. Direito do consumidor: tutela das relações de consumo. Organizadores: Claudia Lima Marques e Bruno Miragem), p. 1024.

BESSA, Leonardo. **Fornecedor equiparado**. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo: RT, v. 61, p. 127, jan.-mar. 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil De 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 de mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013. **Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm. Acesso em: 04 de mar. 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 04 de mar. 2023.

BRASIL. Lei Nº 8.078 de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm. Acesso em: 04 de mar. 2023

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 3.

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman de V.; FINK, Daniel Roberto; FILOMENO, José Geraldo Brito; NERY JR., Nelson; DENARI, Zelmo. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. Ed. revista, atualizada e reformulada. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. I: Direito material (arts. 1º a 80 e 105 a 108), p. 5.

Grüschow, R. M. and Brettel, M. (2018) ‘**Managing Payment Transaction Costs at Multinational Online Retailers**’, 22(1), pp. 125–157.

LISBOA. Roberto Senise. **Responsabilidade civil nas relações de consumo**. São Paulo: RT, 2001, p.90.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Rosco. **Manual de Direito do Consumidor**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010. p. 105.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor (com exercícios)**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 71.

O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade do(s) autor (es)



**INSEGURANÇA ALIMENTAR: REFLEXOS E IMPACTOS DA PANDEMIA
DA COVID-19**

Ana Patricia Pires Nalesso –
Universidade Estadual de
Londrina¹

Maria Eduarda dos Santos
Baridotti – Universidade Estadual
de Londrina²

Milena da Cruz Ferreira –
Universidade Estadual de
Londrina³

Nome do GT: Outros Temas Contemporâneos

RESUMO

O presente artigo é parte dos estudos realizados pelo Projeto de Pesquisa Análise da Desigualdade Social: Leitura Continuada Articulando Indicadores Sociais e Econômicos e tem como objetivo geral realizar uma aproximação as consequências da Covid-19 no quadro de insegurança alimentar no Brasil. A insegurança alimentar é uma constante entre parte significativa das famílias brasileiras. Essa condição é uma das consequências da ordem capitalista existente, que favorece a cultura do latifúndio na produção e exportação de alimentos e na agropecuária, que faz aumentaras expressões da desigualdade social. A insegurança alimentar é uma preocupação e se constitui como um elemento importante no quadro de falta de saúde da população, podendo ser apontada como uma forma das principais causas de comorbidades e desnutrição. Segundo Galindo (2021, p. 37) “durante a pandemia houve uma redução de 85% do consumo de alimentos saudáveis”. Dessa forma, esse artigo traz um debate sobre a insegurança alimentar e os agravantes sociais com a crise sanitária através de uma pesquisa de fonte secundária.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Desigualdade. Covid-19.

RESUMEN

Este artículo forma parte de los estudios realizados por el Proyecto de Investigación Análisis de la Desigualdad Social: Continuación Lectura Articulando Indicadores Sociales y Económicos y tiene como objetivo general abordar las consecuencias del Covid-19 en el contexto de la inseguridad alimentaria en Brasil. La inseguridad alimentaria es una constante entre una parte significativa de las familias brasileñas. Esta condición es una de las consecuencias del orden capitalista existente, que favorece la cultura del latifundio en la producción y exportación de alimentos y agricultura, lo que incrementa las expresiones de desigualdad social. La inseguridad alimentaria es preocupante y constituye un elemento importante en la mala salud de la población, pudiéndose identificar como una de las principales causas de comorbilidades y desnutrición. Según Galindo (2021, p. 37) “durante la pandemia hubo una reducción del 85% en el consumo de alimentos saludables”. De esta forma, este artículo trae un debate sobre la inseguridad alimentaria y los agravamientos sociales con la crisis sanitaria a través de una investigación de fuente secundaria.

Palabras clave: Inseguridad alimentaria. Desigualdad. Covid-19.

¹ Orientadora Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina – e-mail: apatriciapn@uel.br

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina – e-mail: maria.eduarda.santos@uel.br

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina – e-mail: milena.cruz.ferreira@uel.br



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A insegurança alimentar (IA) é a incapacidade de ter acesso regular e suficiente a alimentos de qualidade para atender às necessidades nutricionais de uma pessoa ou de uma família. Para Bezerra, Olinda e Pedraza (2015), diversos fatores determinam a situação alimentar de uma pessoa ou família, como econômicos, psicossocial, ético político e cultural, fatores esses que limitam o acesso a alimentos saudáveis e seguros. É possível avaliar a IA de uma família a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com a aplicação de 14 perguntas relacionadas a alimentação, sendo um ponto para cada resposta “sim”. Ao somar esses pontos é possível classificar as famílias em quatro níveis:

I-Segurança Alimentar (zero ponto): a família tem acesso a alimentação suficiente sem comprometer outras necessidades.

II-Insegurança leve (1 a 5 pontos): família sente preocupação em relação ao acesso de alimentos no futuro e a qualidade inadequada da alimentação.

III-Insegurança moderada (6-9 pontos): redução ou mudanças nos padrões de alimentação entre adultos da família.

IV-Insegurança grave (10-14 pontos): redução ou mudanças nos padrões de alimentação entre crianças e adultos da família.

Durante a crise sanitária que teve início no ano de 2020 de Covid-19, foi necessário o isolamento por quase dois anos e as relações de trabalho e de contratação foram afetadas. Houve então a exposição ao vírus de grande parte da população brasileira, levando a óbito mais de 600 mil pessoas até o presente momento (CONASS, 2023). Dentre essas vítimas, a exposição ao vírus acometeu a população mais vulnerável financeiramente e materialmente na busca por trabalhos informais e os formais por meio de contratos sem vínculos previdenciários, como forma de renda.

Essa catástrofe contribuiu para o aumento das expressões da questão social e trouxe o Brasil novamente para o mapa da fome. Nos anos de 2003 a 2014, o Governo Federal de Lula e Dilma Rousseff o Brasil foi referência internacional ao combate à fome com a criação de políticas públicas para a erradicação da pobreza no país, como o Programa Bolsa Família (PBF) que tem como objetivo promover a segurança alimentar e nutricional e também, a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome e à exclusão social (BRASIL, 2007). Em 2010, o Brasil recebeu um prêmio de “Campeã Mundial da luta contra a Fome” do



Programa Mundial de Alimentação (PMA), no papel que o Brasil desempenhava contra a fome no país, sendo reconhecido internacionalmente pelos resultados alcançados. Embora, com sucesso na erradicação da fome no país, que deixou o mapa da fome da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) em 2014, nos anos seguintes com o desmonte de políticas públicas e a falta de orçamento, a fome e pobreza no Brasil voltaram a ser uma preocupação.

O presente artigo tem como objeto as consequências de insegurança alimentar no Brasil nesse sentido traz a uma discussão sobre insegurança alimentar e se aproxima do debate sobre a relação entre insegurança alimentar e os agravantes sociais ocorridos durante a pandemia da Covid-19 tendo como objetivo geral realizar uma aproximação as consequências da Covid-19 no quadro de insegurança alimentar no Brasil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LAN), art 4º “a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana, sendo um direito ofertado na Constituição Federal, devendo o poder público adotar ações necessárias para promover a Segurança Alimentar e Nutricional da população” (2006). Ainda que o direito à alimentação tenha se fortalecido no Brasil, com a construção da LAN, a insegurança alimentar voltou a ser preocupação a partir de 2015 devido à crise econômica no país, tendo o seu agravamento em 2020 com crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19.

No contexto atual, podemos inferir que a população brasileira sofre com um alto grau de insegurança alimentar, que afeta principalmente famílias de baixa renda e de áreas rurais. Com a alta no preço dos alimentos e o empobrecimento das famílias brasileiras, causados pela crise sanitária que o mundo enfrentou e por conseguinte pelo alto índice de desemprego, fez com que, famílias de baixa renda substituíssem alimentos *in natura* por alimentos ultra processados visto que são mais baratos e acessíveis, ou mesmo voltaram a ingerir água com amido. Esse padrão alimentar pode explicar a prevalência de sobrepeso ou desnutrição encontrada em famílias socialmente vulneráveis. De acordo com estudo sobre a Insegurança Alimentar realizado em 2021, “o estado nutricional é uma condição multifatorial que pode ser ocasionada pela falta do alimento, mas também por hábitos alimentares inadequados, condições socioeconômicas e de saúde” (BUENO, et al., 2021). O direito humano à alimentação adequada é sistematicamente violado, causando problemas no presente e no



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

futuro da população brasileira.

As várias manifestações da desigualdade social presentes na sociedade brasileira ficaram ainda mais evidentes e foram agravadas durante a pandemia no país. É possível indicarmos que o quadro de desigualdade social foi se ampliando a partir de 2016, quando se intensifica a implantação dos ajustes do neoliberalismo no país, nesse sentido uma sociedade brasileira vivenciou o aumento da pobreza e da desproteção social. É nesse contexto que a pandemia chega, e se soma as condições materiais precárias de grande parte da população, onde, uma gestão federal que desconsidera a gravidade da pandemia e não assume medidas sanitárias necessárias, não incrementou medidas protetivas necessárias ao contexto sanitário, contrariando os interesses e necessidades da classe trabalhadora e que aumentou as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres. As medidas pontuais tomadas como o Auxílio Emergencial não foram suficientes para impedir o empobrecimento de parcela significativa da população brasileira que a cada dia se depara com a precarização da vida. As famílias pobres gradativamente perderam a capacidade de ter acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente.

Segundo Vasconcelos (2015, p.115):

Pessoas que residem em domicílios em insegurança alimentar, geralmente, consomem uma dieta monótona, pobre em carboidratos complexos e rica em açúcares simples e gorduras, um padrão alimentar que, não raro, está associado à obesidade e a outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como diabetes mellitus (DM) e hipertensão arterial sistêmica (HAS). (VASCONCELOS, 2015, p.115)

Dessa forma, a insegurança alimentar reflete também nas doenças que acometem a população em vulnerabilidade por conta da desnutrição ou o consumo restrito a alimentos ultraprocessados, acarretando em doenças como hipertensão e diabetes comprometendo a saúde e a qualidade de vida dessa parte da população. A vivência da insegurança alimentar é portanto um descumprimento da própria constituição Federal de 1988, uma vez que segundo o Art. 196 (BRASIL, 2016, p.61):

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (BRASIL, 2016, p.61).

Esse acesso ao direito a saúde, não podemos deixar de mencionar, não foi violado apenas pela inexistência de medidas que garantissem a segurança alimentar da população, mas também pela morosidade na vacinação e no emprego de tratamento sem eficácia comprovada cientificamente. Nesse contexto a pandemia e a má gestão pública federal,



afetaram de forma drástica a população mais vulnerável. Com a redução dos postos de trabalho, cortes nos salários, a impossibilidade de permanência nas ruas onde o trabalho informal é prevalentemente exercido, a alta no preço dos produtos no mercado e a ineficiência de políticas públicas protetivas, o aumento da pobreza e da desigualdade social foram uma desastrosa consequência; os cidadãos que estavam em situação de risco antes da pandemia durante esse período se viram privados de condições mínimas de sobrevivência dependendo de ações de solidariedade da sociedade civil.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo é de natureza qualitativa, tem como objeto a realização de pesquisas de fontes secundárias, desenvolvidas no Brasil. A identificação dos artigos de interesse foram realizadas a partir de bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e dados levantados por institutos de pesquisa, a partir da palavra chave pré-definida “Aumento da Insegurança Alimentar no Brasil”. A busca foi realizada no idioma português, optou-se por artigos publicados e pesquisas realizadas entre o período de 2015 a 2022, períodos esses que em que houve um aumento significativo da Insegurança Alimentar nos lares brasileiros. Sendo também, fonte para a realização da pesquisa, a análise realizada na esfera dos Estados do Distrito Federal, pela Rede Brasileira de Pesquisa e Soberania e Segurança Alimentare Nutricional (PENSSAN), consagrado como, II Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid 19 no Brasil (II VIGISAN).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, as desigualdades sociais se tornam ainda mais expressivas com a pandemia. Em 2022, segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid 19 no Brasil (II VIGISAN), as famílias com renda menor a $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita e com baixa escolaridade foram as mais atingidas pela insegurança alimentar grave.

Em todo o território nacional a insegurança alimentar se fez presente de forma prevalente, uma vez que conforme o II VIGISAN a insegurança alimentar leve se fez presente 28% da população brasileira, a insegurança alimentar moderada em 15% e a insegurança alimentar grave em 15,5%, sendo que apenas 41,3% da população brasileira se encontrou em situação de segurança alimentar entre 2020 e 2021. Esses dados chamam muito a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

atenção e evidenciam o quanto nossa sociedade não conseguiu ainda garantir o mínimo que é alimentação para a toda a população. As descobertas tecnológicas, o avanço na produção no campo não se reverteram em segurança alimentar, embora se produza mais e com mais qualidade e em menor tempo essa conquista não garante a todos alimentos em qualidade e quantidade e mesmo em um momento de crise sanitária não ocorreram ações que realmente garantissem a alimentação a todas e todos. Destacamos ainda que essa situação de insegurança atinge mais efetivamente os estados do Norte e Nordeste, estados que historicamente são castigados pelas secas, pelo coronelismo que impedem uma produção e distribuição mais justa e pelo preconceito.

De fato, o desmonte de políticas públicas, o aumento da crise econômica no país e a pandemia de Covid19, manteve mais da metade (58,7%) da população em insegurança alimentar entre 2020 e 2021.

Dados levantados pelo II VIGISAN em 2022, mostram que a insegurança alimentar está presente em mais de 60% dos lares das áreas rurais. Desses, 18,8% convivem com a fome, não tendo acesso a nenhum alimento, sendo um valor maior que a média nacional. O desmonte de políticas públicas para pequenos agricultores e o abandono da agricultura familiar como base da economia rural têm levado a uma degradação da segurança alimentar a um aumento da pobreza e da desigualdade nas áreas rurais. Esse número aumenta com famílias com crianças menores de 10 anos, passando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Na presença de três ou mais pessoas com até 18 anos no grupo familiar, a fome atinge 25,7% das famílias. Já nos domicílios com apenas uma pessoa, a fome alcançou 47,4% sendo maior que a média nacional.

Com a crise sanitária, a insegurança alimentar aumentou entre crianças e adolescentes, com o isolamento social e o novo modo de ensino, escolas foram fechadas, houve aumento do desemprego e o aumento dos preços dos alimentos, famílias com crianças que dependiam da merenda escolar ficaram ainda mais vulneráveis devido às novas condições sociais causadas pelo novo vírus. Durante a pandemia, programas de transferência de renda não foram o suficiente para suprir a necessidade de famílias socialmente vulneráveis. De acordo com dados do II VIGISAN, a fome é realidade em 32,7% nos lares de famílias que recebem o Auxílio Brasil.

No contexto do auxílio emergencial interessante apontarmos que segundo pesquisa realizada no ano de 2020 pelo grupo de pesquisa Food for Justice, as famílias que receberam o



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

benefício Auxílio Emergencial para a composição da renda durante o ano de 2020, 52% dos entrevistados informaram que receberam ao menos uma parcela, onde 63% utilizaram para a compra de alimentos e 27,8% para o pagamento de dívidas ou contas do domicílio. Esses dados reforçam o quanto o benefício respassado teve destinação para garantir a alimentação da população .

Podemos também inferir que as políticas protetivas não chegaram a todas as famílias que realmente necessitavam, segundo o II VIGISAN, das famílias com insegurança alimentar grave e moderada, com renda de até ½ salários , apenas 64% recebeu o Auxílio Emergencial, ou seja o benefício proposto pelo governo federal só chegou a 53,4% dos domicílios, evidenciando assim a pouca cobertura do programa e a condição de precarização que grande parte da população vivenciou durante a pandemia.

A condição de insegurança social que levou ao aprofundamento da insegurança alimentar no país, é marcada também pela necessidade das famílias reorganizarem seus hábitos alimentares , efetivando cortes não somente na quantidade mas alterando a variedade e tipo de alimento consumido.

Segundo a pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa Food for Justice em 2020:

59% dos domicílios entrevistados estavam em situação de insegurança alimentar durante a pandemia e parte significativa deles diminuiu o consumo de alimentos importantes para a dieta regular da população - 44% reduziram o consumo de carnes e 41% o consumo de frutas. (GALINDO; TEIXEIRA; ARAÚJO; MOTTA; PESSOA; MENDES; RENNÓ, 2021, p.3).

Além do consumo alterado de forma e quantidade dos alimentos , Galindo et al (2021) ainda faz um importante alerta sobre o consumo de alimentos não saudáveis e a disponibilidade dos alimentos nas residências em insegurança alimentar. Chama a atenção fato de o consumo até mesmo os alimentos não saudáveis, ultraprocessados e mais baratos tenha diminuído nos lares brasileiros, ou seja, a renda familiar realmente durante a pandemia e a ausência de políticas públicas eficientes impediu o consumo geral de alimentos. Destacamos aqui que se as ações de solidariedade desenvolvidas durante a pandemia, como a distribuição de marmitas e cestas básicas levaram de alguma forma alimentos de qualidade a população os dados aqui apresentados indicam que essas ações não foram suficientes para alcançar todas as famílias e nem garantir acesso a alimentação em quantidade durante os 30 dias do mês, o que nos parece reforçar a importância das políticas públicas, pois em um país tão grande com desigualdades sociais tão intensas apenas a ação do Estado tem força para desenvolver ações protetivas efetivas, o que de forma nenhuma tira o mérito e importância



das iniciativas solidárias desenvolvidas pela sociedade civil que durante a pandemia significaram muitas vezes a única possibilidade de alimento para muitas famílias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência de insegurança alimentar na sociedade brasileira expressa o aprofundamento das desigualdes sociais e a ocorrência do adensamento e agravamento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

Os presentes dados levantados com base no artigo “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil” (GALINDO, et al., 2021) apontam que o perfil social e econômico da população influencia no acesso a alimentos de qualidades e a disponibilidade de alimento dentro de casa.

Ao longo do artigo, foi possível identificar que o Brasil vem enfrentando diversas problemáticas desde o início da pandemia. Problemáticas essas que, se manifestaram de forma mais agravante entre a população socialmente vulnerável. Contudo, tais fatores não resultam exclusivamente em razão da Covid-19, mas sim, do próprio processo de desregulamentação das relações de trabalho e de uma gestão federal que desde 2016 efetivou recrudescimento de medidas desprotetivas, negando direitos sociais historicamente conquistados pela sociedade brasileira, causando a volta da condição de pobreza de grande parcela da população.

Desse modo, enxerga-se a possibilidade e a necessidade de programas de renda que aumentem o poder de compra dos trabalhadores, onde é necessário a valorização do salário mínimo. O apoio ao pequeno e médio produtor, incluindo os produtores do Movimento Sem Terra (MST) e agricultura familiar, na distribuição de alimentos e movimentação do dinheiro dentro do comércio local nas comunidades. Necessário também alternativas de armazenamento e o controle da inflação para que não haja a escassez e o significativo aumento no preço dos alimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BUENO, Marilene Cassel et al. Insegurança alimentar e fatores sociais, econômicos e nutricionais em estudantes de escolas rurais. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, p. 153-162, 2021.

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: **Análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília Df.

Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). Painel Nacional: Covid-19. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

FRANCHIKOSKI, Sandra Cristina; CESCO, Susana. Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza: Bolsa Família Program: contributions to the fight against poverty. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 1, p. 107-130, 2017.

GALINDO, Eryka et al. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” Food for Justice Working Paper Series, no. 4 (2a ed.). **Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy**. 2021. Disponível em: <https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813.2/WP_%234_2.edition.pdf?sequence=14&isAllowed=y>. Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2020. **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101749>>. Acesso em 5 de fevereiro de 2023 .

Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid 19 no Brasil (II VIGISAN). **Insegurança Alimentar e Covid 19 no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2023

VASCONCELOS, Sandra Mary Lima et al. Insegurança alimentar em domicílios de indivíduos portadores de hipertensão e/ou diabetes. **Int J Cardiovasc Sci**, v. 28, n. 2, p. 114-21, 2015.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade das autoras.”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ESTUDO SOBRE A SATISFAÇÃO NO TRABALHO DOS COLABORADORES DA LAVANDERIA E TINTURARIA ESSÊNCIA

Kattia Martins
Naiara Fiuza¹ –
Centro
Universitário
Integrado
Cristiane Marques
de Mello² –
UNESPAR/
Campus Campo
Mourão/PR

Nome do GT: Outros Temas Contemporâneos

RESUMO

O capital humano é uma dos fatores principais para o sucesso de uma empresa. Diante disso, ao longo dos anos, diversos estudos tem sido realizados com o intuito de auxiliar gestores sobre qual a melhor maneira de lidar com seus colaboradores, tendo em vista que os mesmos representam grande importância para o desenvolvimento e o crescimento da empresa. Estudos mostram que a satisfação dos funcionários tem impacto direto na empresa, podendo ser positivo ou negativo, e em alguns casos representando uma vantagem competitiva. Isso posto, esse estudo tem como objetivo principal o de avaliar a satisfação no trabalho dos colaboradores da Lavanderia e Tinturaria Essência. Essa pesquisa caracteriza-se como exploratória com aplicação prática em uma empresa. Para este estudo foi utilizada a ferramenta de escala de Satisfação no Trabalho já validada por Siqueira (2008), que trata da satisfação dos funcionários em cinco dimensões: satisfação com os colegas, com o salário, com a chefia, com a natureza do trabalho e com as promoções. Os resultados do estudo demonstram que de modo geral os funcionários da empresa em questão estão satisfeitos, contudo apresentam alguns pontos relevantes de insatisfação que devem atenção por parte dos gestores.

Palavras-chave: Colaboradores. Satisfação no Trabalho. Capital Humano.

RESUMEN

El capital humano es uno de los principales factores para el éxito de una empresa. Por ello, a lo largo de los años se han realizado diversos estudios con el objetivo de ayudar a los directivos sobre la mejor forma de tratar con sus empleados, considerando que éstos representan una gran importancia para el desarrollo y crecimiento de la empresa. Los estudios demuestran que la satisfacción de los empleados tiene un impacto directo en la empresa, que puede ser positivo o negativo, y en algunos casos representa una ventaja competitiva. Dicho esto, este estudio tiene como principal objetivo evaluar la satisfacción laboral de los empleados de Lavandería y Tintorería Essência. Esta investigación se caracteriza por ser exploratoria con aplicación práctica en una empresa. Para este estudio se utilizó el instrumento Escala de Satisfacción en el Trabajo ya validado por Siqueira (2008), que trata la satisfacción de los empleados en cinco dimensiones: satisfacción con los compañeros, con el salario, con la gestión, con la naturaleza del trabajo y con las promociones. Los resultados del estudio demuestran que, en general, los empleados de la empresa en mención se encuentran satisfechos, sin embargo presentan algunos puntos relevantes de insatisfacción a los que se les debe prestar atención por parte de los directivos.

Palabras clave: Colaboradores. Satisfacción Laboral. Capital Humano.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

¹ – Graduada em Administração – *e-mail*: kattianaiara06741@gmail.com

² – Doutora em Administração – *e-mail*: cristiane.mello@unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o mercado cada vez mais competitivo as empresas são obrigadas a se destacarem cada vez mais umas das outras e para isso buscam ter um diferencial dentre os seus concorrentes. O capital humano é muito importante para toda e qualquer organização. Conforme aponta Delgado (2015), o capital humano é uma potência que gera vantagem competitiva, por meio do conhecimento dos colaboradores e outros fatores. Por isso, é de grande importância que os colaboradores estejam satisfeitos no trabalho pois são eles que dão vida à empresa e sem eles não teria como a empresa se manter para alcançar seus objetivos.

Autores como Spector (2003), Robbins (2010), Siqueira (2008) e Pereira (2004), por exemplos, têm pesquisado sobre a satisfação no trabalho e seu impacto para a organização ao longo dos anos. Tais estudos têm ajudado a entender melhor o que é satisfação no trabalho e como ela impacta a organização. Além de entender com mais exatidão o que deve ser melhorado internamente, a pesquisa de satisfação é uma forma de mostrar aos colaboradores que a empresa se importa com eles e que deseja criar um ambiente produtivo e agradável para todos.

Siqueira (2008), em particular, desenvolveu um método para avaliar a satisfação dos funcionários com cinco dimensões, conhecida como Escala de Satisfação no trabalho (EST). Esse método será utilizado na presente pesquisa, tendo em vista que o modelo já foi previamente validado.

O presente trabalho tem como objetivo geral: Avaliar a satisfação no trabalho dos colaboradores da Lavanderia e Tinturaria Essência. A justificativa para realização desse estudo está no fato de que quanto maior for o grau de satisfação da pessoa com o trabalho que ela desempenha, maior será o empenho para realizar as suas tarefas de forma correta, conforme aponta Robbins (2010). Enquanto justificativa prática, entende-se que funcionários satisfeitos estão mais propensos a falar bem da empresa, além de gerar mais produtividade, e apresentarem menor chance de trocar de empresa. Por isso, é importante que os gestores saibam mais sobre os fatores que podem aumentar a satisfação dos colaboradores e assim tomarem decisões assertivas que possam impactar positivamente o futuro da organização com relação à forma de liderar, ao ambiente de trabalho, ao salário e



às promoções dos colaboradores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção serão tratados conceitos teóricos que norteiam o presente estudo.

2.1 Satisfação no Trabalho

Um dos grandes desafios dos gestores é manter sua equipe satisfeita no ambiente de trabalho de forma que atenda todas as suas necessidades. A satisfação no trabalho é um tema complexo de difícil definição, devido à variedade de aspectos, ela influencia o comportamento dos indivíduos no local de trabalho e está relacionada com o comprometimento dos mesmos dentro da organização.

A satisfação no trabalho ao longo dos anos vem sendo estudada por vários autores. Conforme aponta Spector (2003), os sentimentos dos indivíduos com relação a diversos aspectos relacionados ao serviço são entendidos como satisfação no trabalho. Siqueira (2008) aborda o tema com base em situações prazerosas que os indivíduos vivenciam na organização, considerando cinco dimensões como: relações com colegas, supervisores, salários, promoção e o próprio trabalho. Tais dimensões para ele são referências de satisfação no trabalho.

De acordo com Spector (2003, p. 221), “a satisfação no trabalho é uma variável de atitude que mostra como as pessoas se sentem em relação ao seu trabalho, seja no todo, seja em relação a alguns de seus aspectos. É o quanto as pessoas gostam do trabalho delas.” Jesus e Jesus (2012), enfatizam que a satisfação no trabalho se refere a qualquer atitude que um funcionário tem com relação ao cargo que ele exerce dentro da empresa. Quando as pessoas falam de atitudes dos funcionários, na maioria das vezes estão falando sobre algo que está relacionado à satisfação no trabalho. Dessa maneira, pode-se observar que uma pessoa apresenta atitudes positivas em relação ao seu trabalho quando tem um alto nível de satisfação em relação a ele, enquanto aquela insatisfeita apresenta atitudes negativas (ROBBINS, 2010).

Diante disso, entende-se que os gestores devem observar as atitudes de seus funcionários e se atentar às causas e às consequências da satisfação, ou ausência da mesma.



2.2. Causas e Consequências da Satisfação e Insatisfação no Trabalho

A satisfação ou a insatisfação de um colaborador pode trazer várias consequências positivas ou negativas para a empresa. A empresa que não sabe como gerenciar adequadamente seu capital humano dificilmente conseguirá saber o que os deixam satisfeitos ou não satisfeitos. Segundo Bergamini (2008), a maioria das empresas fracassam, não pela falta de conhecimento técnico e sim pela maneira como elas lidam com as pessoas.

Pereira (2004) ressalta que quando a avaliação da satisfação é realizada, deve-se usar uma variável bipolar ou duas variáveis distintas, a satisfação e a insatisfação. Visto que o oposto da satisfação é a não satisfação, e o da insatisfação é a não insatisfação. Entretanto, pode-se observar que um mesmo fator pode gerar tanto satisfação quanto insatisfação, pois os dois fatores dependem da necessidade do indivíduo. A satisfação varia de pessoa para pessoa e a empresa deve conhecer o que satisfaz cada indivíduo de forma particular.

A satisfação no trabalho não é algo permanente, pois as necessidades estão sujeitas a mudanças, ou seja, um funcionário pode estar satisfeito hoje, mas daqui a uns meses ou anos pode não estar, pois suas necessidades mudam com o tempo. Se os gestores não conhecerem as necessidades dos funcionários, serão incapazes de proporcionar oportunidades para satisfazê-las (CHIAVENATO, 2005). Cada indivíduo pensa, age e sente de maneira diferente o que dificulta definir a satisfação de maneira coletiva. Dessa forma a satisfação no trabalho deve ser vista sob vários aspectos.

O trabalho requer convivência com colegas e supervisores, a obediência a regras e políticas organizacionais, o alcance de padrões de desempenho, a aceitação de condições de trabalho geralmente abaixo do ideal e outras coisas do gênero. Trabalhos interessantes que fornecem treinamento, variedade, independência e controle, deixam a maioria dos funcionários satisfeitos. Desta forma, quanto mais formas de crescimento e desenvolvimento a empresa proporcionar ao seu colaborador, mais ele tende a ficar satisfeito com seu trabalho (ROBBINS, 2010).

Quando uma pessoa apresenta atitudes positivas em relação ao seu trabalho, conforme ressalta Robbins (2009), quer dizer que ela tem um nível elevado de satisfação, enquanto aqueles insatisfeitos apresentam atitudes negativas. Segundo o autor, quando os



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

funcionários estão satisfeitos podem até ultrapassar o bom desenvolvimento do próprio trabalho, se dispostos a ajudar os demais indo além de suas atribuições regulares. Os fatores que os satisfazem são diferentes daqueles que levam à insatisfação. Para que o colaborador se sinta satisfeito é necessário um bom relacionamento com a equipe profissional e a possibilidade de se obter crescimento profissional.

É mais difícil o trabalhador realizar tarefas onde ele não é reconhecido e onde ele apenas obedece às rotinas não flexíveis. Por esse motivo, o índice de satisfação dos trabalhadores tem relação com o absenteísmo, pois os trabalhadores faltam menos quando estão satisfeitos (SILVA, 2009). Robbins (2010), salienta a relação do impacto do absenteísmo com a produtividade, pois a ausência de um funcionário pode gerar acúmulo de trabalho para os que estão presentes e prejudicar a produção, visto que, funcionários felizes são mais produtivos e tendem a se ausentar menos.

Pessoas que não gostam do seu trabalho têm maior probabilidade de se ausentarem do seu serviço do que as que gostam (SPECTOR, 2003). De acordo com Chiavenato (2005), a rotatividade é o resultado de variáveis externas e internas. Como externa está a situação de oferta e a procura do mercado de Recursos Humanos, a conjuntura econômica e as oportunidades de empregos no mercado de trabalho. Dentre as internas estão as políticas salariais e de benefícios que a organização oferece o estilo gerencial, as oportunidades de crescimento interno, o desenho de cargos, o relacionamento humano, ou seja, a estrutura e a cultura organizacional. São variáveis que devem ser observadas pelos gestores.

De acordo com Spector (2003), a satisfação no trabalho leva a um maior esforço que resulta em desempenho, logo, o desempenho gera recompensas que origina a satisfação no trabalho. Podemos observar que vários são os fatores e as consequências geradas pela insatisfação. Dessa maneira, é necessário que a empresa entenda os reais motivos que afetam os seus colaboradores deixando-os insatisfeitos com isso tomar medidas que gerem melhorias.

Para saber como anda a satisfação dos colaboradores pesquisas podem ser realizadas dentro da empresa regularmente buscando identificar fatores que geram satisfação ou insatisfação dos funcionários e assim buscar maneiras que possam eliminar essa insatisfação e elevar a satisfação dos mesmos. Nesse trabalho, vamos usar a escala de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



satisfação no trabalho (EST) desenvolvida por Siqueira (2008), que será explicada na seção a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa seção trata dos métodos utilizados para elaboração do presente estudo, os quais foram escolhidos visando o alcance dos objetivos. A elaboração do presente estudo foi desenvolvida inicialmente a partir de pesquisa bibliográfica utilizando a teoria adequada que apresenta entendimento sobre os temas pesquisados e, posteriormente realizado o estudo exploratório com aplicação prática/ aplicada na empresa escolhida para o estudo.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado contendo 15 questões (versão reduzida) referente à escala de satisfação no trabalho de Siqueira (2008) que possui cinco dimensões. Para cada pergunta do questionário referente às dimensões da Escala de Satisfação no Trabalho (EST) há uma nota de 1 a 7. Para obter o resultado serão somados os valores assinalados pelos respondentes em cada um dos itens de cada dimensão e divide-se o valor pelo número de itens da dimensão, na forma reduzida são 3 itens por dimensão, os quais serão usados para verificar o grau de satisfação dos colaboradores da área de produção da Lavanderia e Tinturaria Essência. O resultado deve ficar entre 1 e 7, onde os valores que ficarem entre 1 e 3,9 tendem a sinalizar insatisfação, enquanto valores entre 4 e 4,9 informa um estado de indiferença, ou seja, nem satisfeito, nem insatisfeito e valores entre 5 e 7 tendem a indicar algum grau de satisfação.

Com sua aplicação é possível analisar os índices de satisfação e insatisfação dos colaboradores em cinco categorias: satisfação com colegas, satisfação com a chefia, satisfação com a natureza do trabalho, satisfação com salário e satisfação com promoções. Nesse trabalho vamos usar a versão reduzida da Escala de Satisfação no Trabalho (EST), conforme Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Dimensões, definições e itens da EST em sua forma reduzida

Dimensões	Definição	Itens
Satisfação com colegas	Contentamento com a colaboração, a amizade, a confiança e o relacionamento mantido com os colegas de trabalho	1,4 e 14
Satisfação com o salário	Contentamento com o que recebe como salário se comparado com o quanto o indivíduo trabalha, com sua capacidade profissional, com o custo de vida e com os esforços feitos na realização do trabalho.	3,6 e 11



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Satisfação com a chefia	Contentamento com a organização e capacidade profissional do chefe, com seu interesse pelo trabalho dos subordinados e entendimento entre eles.	10,12 e 15
Satisfação com a natureza do trabalho	Contentamento com o interesse despertado pelas tarefas, com a capacidade de elas absorverem o trabalhador e com a variedade das mesmas.	5,8 e 13
Satisfação com as promoções	Contentamento com o número de vezes que já recebeu promoções, com as garantias oferecidas a quem é promovido, com a maneira de a empresa realizar promoções e com o tempo de espera pela promoção.	2,7 e 9

Fonte: Siqueira (2008, p.262)

Nessa versão, cada dimensão compreende 3 itens a serem respondidos pelos entrevistados totalizando um questionário composto por 15 itens, que tem por objetivo mensurar o grau de satisfação com o trabalho dos colaboradores de uma organização.

Quadro 2 – Descrição dos itens referentes às dimensões

Item	Questão
1	Com o espírito de colaboração dos meus colegas de trabalho.
2	Com o modo como meu chefe organiza o trabalho do meu setor.
3	Com o número de vezes que já fui promovido nesta empresa.
4	Com as garantias que a empresa oferece a quem é promovido.
5	Com o meu salário comparado com o quanto eu trabalho.
6	Com o tipo de amizade que meus colegas demonstram por mim.
7	Com o grau de interesse que minhas tarefas me despertam.
8	Com o meu salário comparado à minha capacidade profissional.
9	Com o interesse do meu chefe pelo meu trabalho.
10	Com a maneira como esta empresa realiza promoções de seu pessoal.
11	Com a capacidade de meu trabalho absorver-me.
12	Com o meu salário comparado ao custo de vida.
13	Com a oportunidade de fazer o tipo de trabalho que faço.
14	Com a maneira como me relaciono com os meus colegas de trabalho.
15	Com a quantia em dinheiro que eu recebo desta empresa ao final de cada mês.

Fonte: Siqueira (2008, p.264)

Foi solicitado aos respondentes: Indique o quanto você se sente satisfeito ou insatisfeito com cada um dos itens. Dê suas respostas anotando, nos parênteses que antecedem cada frase, com o número numa escala de 1 a 7 que melhor representa sua

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



resposta. Para isso, considere: 1 = Totalmente insatisfeito; 2 = Muito insatisfeito; 3 = Insatisfeito; 4 = Indiferente; 5 = Satisfeito; 6 = Muito satisfeito; 7 = Totalmente satisfeito.

A coleta foi realizada no mês de setembro de 2020, com os colaboradores da empresa já mencionada. Uma explicação foi feita juntamente com os respondentes da pesquisa, sobre a finalidade da pesquisa e como responder o questionário.

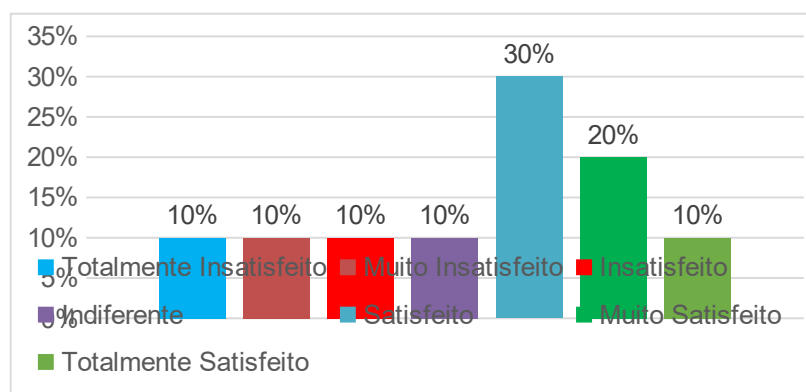
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira parte da pesquisa identificou o perfil dos respondentes, que mostrou que 20% são do gênero feminino e 80% do gênero masculino. Em relação ao grau de escolaridade 30% dos respondentes tem ensino fundamental incompleto, 50% tem ensino médio completo, 10% tem ensino superior incompleto e 10% ensino superior completo. Quanto ao estado civil dos respondentes 80% são casados ou vivem em união estável e 20% são solteiros, 60% deles têm entre 1 e 4 filhos e 40% não tem filhos. No que se refere à faixa etária dos respondentes 30% estão na faixa entre 20 e 30 anos, e 70% corresponde entre 31 a 41 anos. Em relação ao tempo em que trabalham na empresa, 80% trabalham menos de 1 ano, 10% de 1 a 3 anos e 10% mais de 3 anos e menos de 5 anos.

A segunda parte da pesquisa se refere ao nível de satisfação dos colaboradores de acordo com as cinco dimensões da Escala de Satisfação do Trabalho. São elas: satisfação com os colegas, satisfação com o salário, satisfação com a chefia, satisfação com a natureza do trabalho e satisfação com as promoções.

A primeira pergunta é sobre a satisfação dos funcionários quanto ao espírito de colaboração dos colegas de trabalho, que pode ser observado no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1- Satisfação quanto ao espírito de colaboração dos colegas



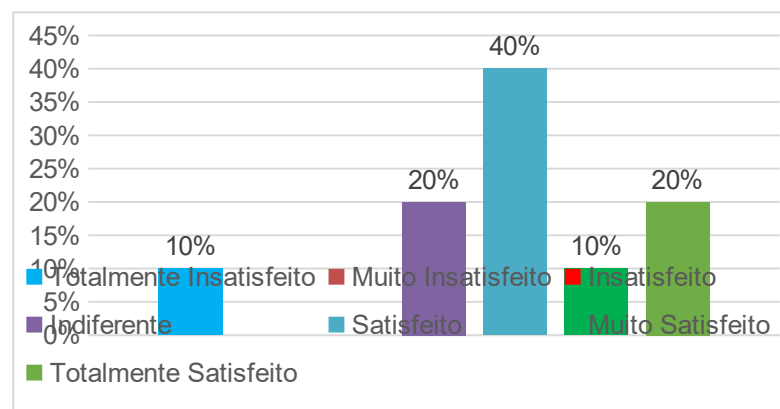


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o Gráfico 1, no que diz respeito ao espírito de colaboração dos colegas de trabalho, os funcionários em sua maioria estão satisfeitos. Com 30% satisfeitos, 20% muito satisfeitos e 10% totalmente satisfeitos. Apesar da maioria se apresentarem satisfeitos alguns apresentam insatisfação, 10% estão totalmente insatisfeito, 10% muito insatisfeito, 10% estão insatisfeitos e 10% se apresentaram indiferentes. Ao somar as médias das respostas o resultado foi de 4,4 o que indica que em relação a satisfação quanto ao espírito de colaboração com os colegas os colaboradores no geral não estão nem satisfeitos e nem insatisfeitos.

No Gráfico 2 apresentado a seguir, serão apresentados os resultados no que se refere à amizade demonstrada pelos colegas de trabalho.

Gráfico 2- Amizade demonstrada pelos colegas de trabalho



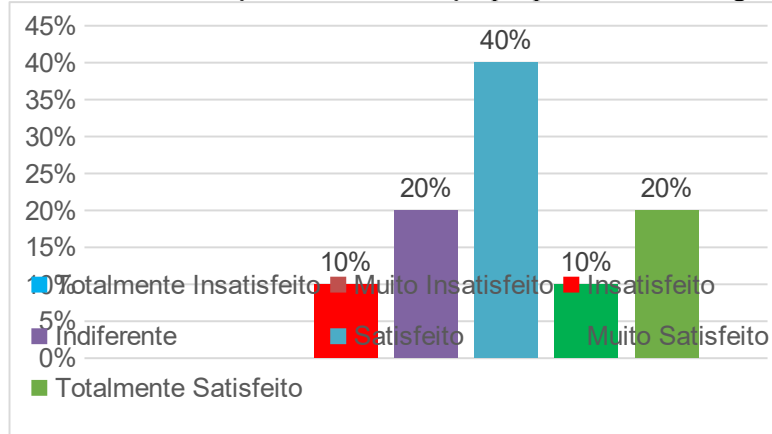
Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a maioria dos funcionários estão satisfeitos com a amizade demonstrada pelos colegas de trabalho, 40% estão satisfeitos, 20% totalmente satisfeitos, 20% estão indiferentes, 10% estão muito satisfeitos e totalmente insatisfeitos. Entretanto, ao somar os valores das respostas chegou-se a média de 4,9 que indica indiferença por parte dos colaboradores.

O Gráfico 3 demonstra a satisfação dos funcionários em relação à confiança que podem ter colegas de trabalho. Como pode ser observado no Gráfico, 20% dos funcionários mostraram indiferença quanto ao relacionamento com os colegas, 40% estão satisfeitos, 20% totalmente satisfeitos, 10% muito satisfeitos e 10% estão insatisfeitos.



Gráfico 3- Satisfação com a confiança que pode ter nos colegas

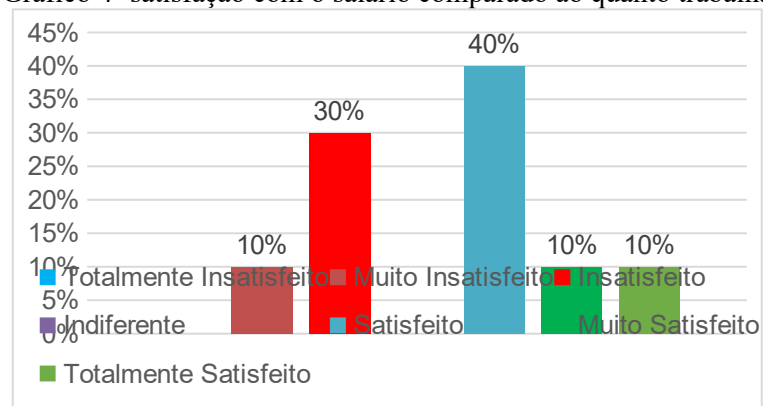


Fonte: Dados da pesquisa

Nesse quesito, a média obtida foi de 5,1 indicando que os funcionários estão satisfeitos.

A partir de agora vamos avaliar a segunda dimensão que refere-se à satisfação com o salário. São 3 perguntas que formam essa dimensão. A primeira pergunta se refere à satisfação do funcionário em relação ao salário que ele recebe comparado ao quanto ele trabalha que será apresentado no Gráfico abaixo.

Gráfico 4- satisfação com o salário comparado ao quanto trabalha



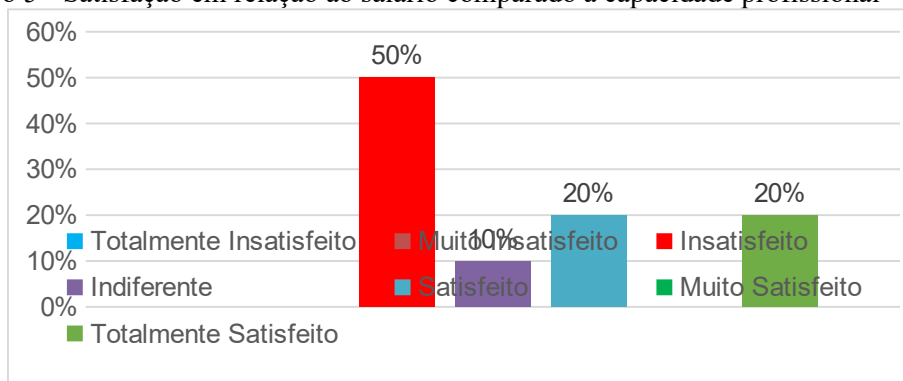


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a pesquisa mostra pode-se observar que a maioria dos funcionários estão satisfeitos com a quantia que ganha comparado ao quanto trabalha, 40% estão satisfeitos, 10% estão muito satisfeitos, totalmente satisfeitos, 10% estão muito insatisfeitos e insatisfeitos somaram 30%. Veja que apesar do maior percentual ser um dado positivo, o valor da média das respostas 4,4 indica que os funcionários estão indiferentes.

Em seguida o Gráfico 5 mostrará a satisfação em relação ao salário comparado a capacidade profissional do funcionário. Conforme os dados mostrados no Gráfico, é possível verificar que o índice de insatisfação entre os funcionários em relação ao salário comparado a sua capacidade profissional está baixo, com 50% insatisfeitos, 20% estão satisfeitos, 20% totalmente satisfeitos e 10% apresentam-se indiferentes.

Gráfico 5 - Satisfação em relação ao salário comparado a capacidade profissional

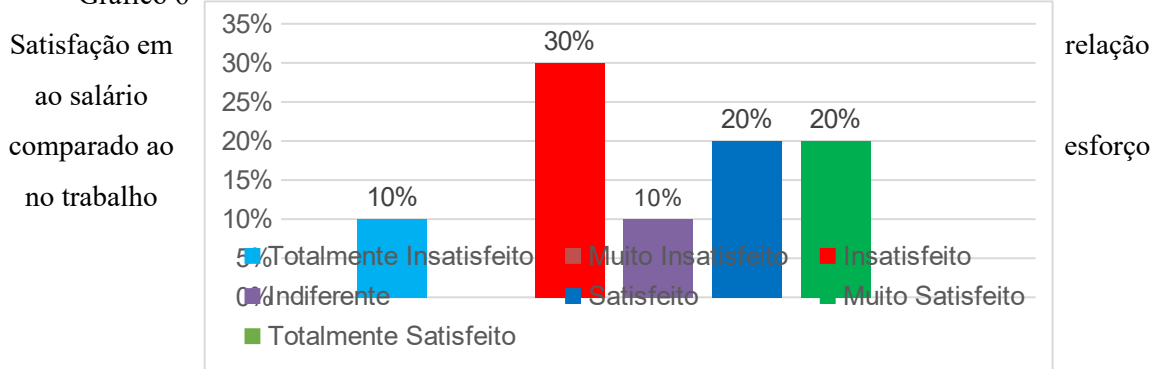


Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar que o grau de insatisfação está muito alto com metade dos funcionários insatisfeitos. Ao somar a média o valor é 4,3 indicando que os funcionários de modo geral estão indiferentes.

O próximo Gráfico mostra os resultados quanto à satisfação com o salário comparado ao esforço do funcionário no trabalho.

Gráfico 6-



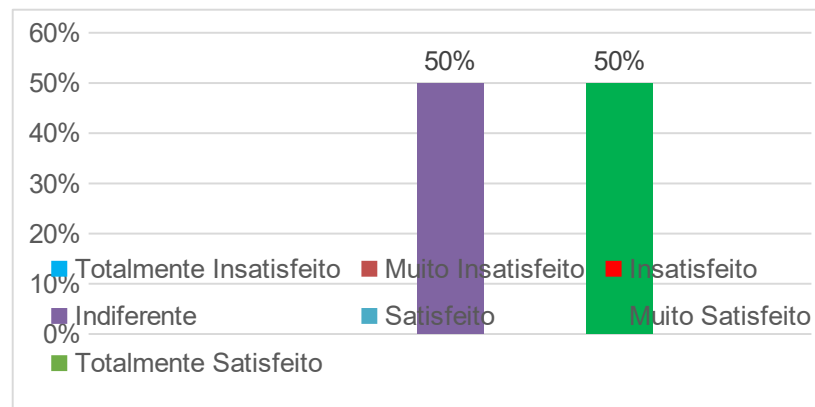


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme pode-se verificar no Gráfico 6, sobre o grau de satisfação dos funcionários em relação ao salário comparado ao seu esforço no trabalho, os resultados apontam que 30% dos respondentes estão insatisfeitos, 20% satisfeitos e muito satisfeitos, e com 10% aparecem as opções totalmente insatisfeitos e indiferentes. A média obtida foi de 4,2 que indica que os funcionários estão indiferentes.

A próxima dimensão avaliada foi a satisfação dos funcionários com a chefia. O Gráfico 7 indica a satisfação em relação ao entendimento entre o funcionário e seu chefe. Quanto à satisfação do colaborador em relação ao entendimento entre funcionário e seu chefe, pode-se observar que 50% estão muito satisfeitos e os outros 50% se mostraram indiferentes.

Gráfico 7- satisfação em relação ao entendimento entre funcionário e chefe

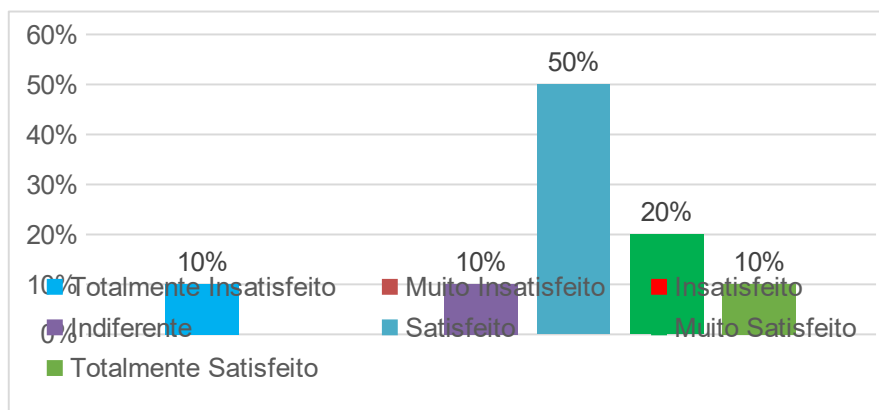


Fonte: Dados da pesquisa

A média das respostas com valor 5,0 indicou que os funcionários estão satisfeitos.

O Gráfico 8 representa o grau de satisfação dos funcionários em relação ao tratamento que recebem do chefe.

Gráfico 8- Satisfação em relação ao tratamento do chefe no local de trabalho

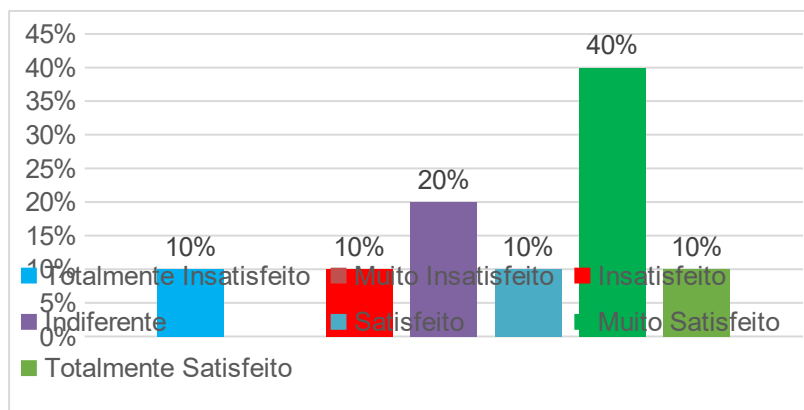


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os resultados descritos no Gráfico 8, pode-se observar que 50% dos funcionários estão satisfeitos com o tratamento que recebem do chefe, 20% muito satisfeitos, 10% estão totalmente satisfeitos, totalmente insatisfeitos e indiferentes. A média somada foi de 4,9 indicando que de modo geral os funcionários demonstram insatisfação.

O Gráfico 9 demonstra o grau de satisfação do colaborador em relação a capacidade profissional do seu chefe. Conforme os resultados apresentados no Gráfico, metade dos funcionários demonstram satisfação quanto à capacidade profissional do seu chefe, 40% estão muito satisfeitos, 10% estão satisfeitos e totalmente satisfeitos, 20% demonstram indiferença e 10% demonstraram estar totalmente insatisfeitos ou insatisfeitos.

Gráfico 9- Satisfação em relação a capacidade profissional do chefe



Fonte: Dados da pesquisa

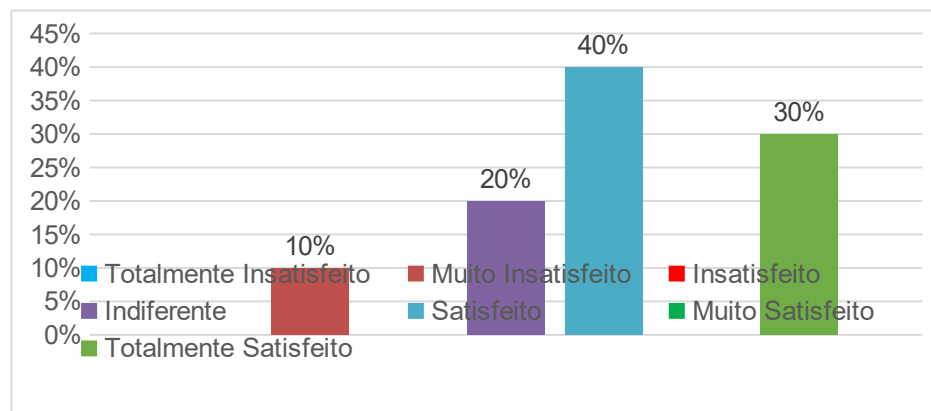
A média indica que com 4,8 os funcionários apresentam indiferença.

A dimensão a seguir é referente à satisfação dos funcionários quanto à natureza do



trabalho, onde os funcionários responderam a três perguntas referente a essa dimensão. O Gráfico 10 mostra o grau de interesse que a tarefa desperta no funcionário.

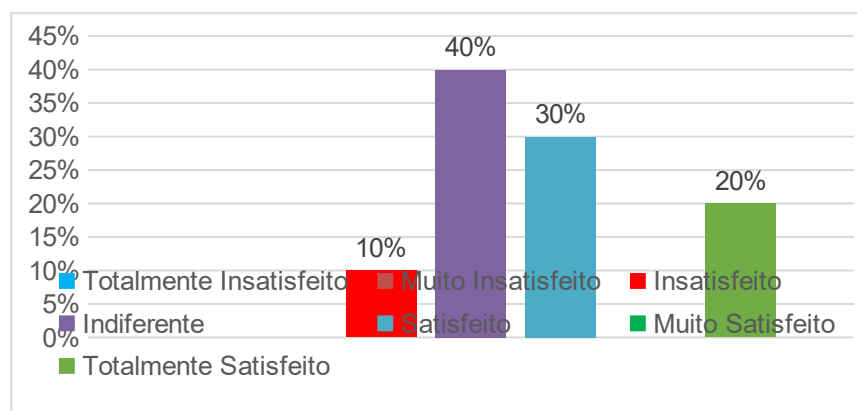
Gráfico 10- Satisfação em relação ao grau de interesse que as tarefas despertam



Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 10 aponta que 40% dos funcionários estão satisfeitos, 30% totalmente satisfeitos, 20% se mostram indiferentes e 10% muito insatisfeito em relação com o grau de interesse despertado pelas tarefas que realizam. Com a média de 5,1, isso indica que os funcionários estão satisfeitos.

Gráfico 11 - satisfação em relação a capacidade que o trabalho absorve



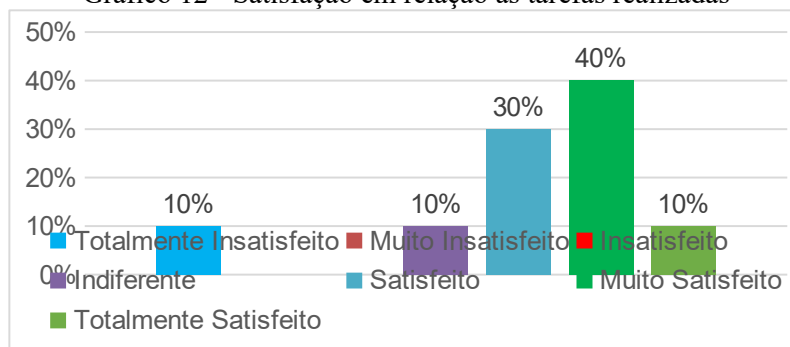
Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 11 refere-se à capacidade que o trabalho absorve do funcionário. Conforme aponta o Gráfico, 40% dos funcionários demonstram indiferença quanto à capacidade que o trabalho lhe absorve, enquanto 30% demonstram estar satisfeitos, 20% totalmente satisfeitos e 10% estão insatisfeitos. Ao somar a média obteve-se 4,8, indicando indiferença por parte dos funcionários. O Gráfico 12 refere-se ao grau de satisfação com a



variedade de tarefas realizadas.

Gráfico 12 - Satisfação em relação as tarefas realizadas



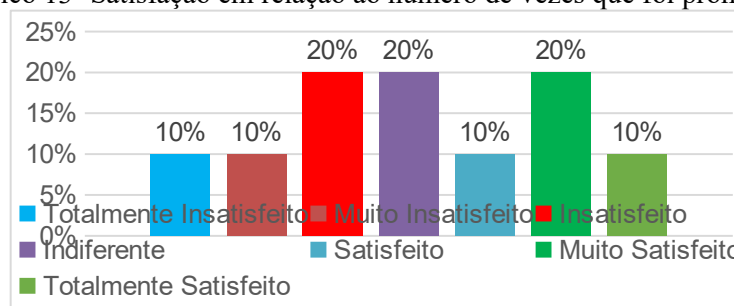
Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que no Gráfico 12, 40% dos funcionários estão muito satisfeitos com as tarefas realizadas, 30% estão satisfeitos e 10% totalmente satisfeitos. Indiferentes somam 10% assim como os que se demonstram totalmente insatisfeitos. De acordo com a média de valor 5,1, os funcionários estão satisfeitos.

A última dimensão é referente à satisfação dos funcionários com as promoções. O Gráfico seguinte mostra a satisfação com o número de vezes em que o funcionário foi promovido na empresa.

O Gráfico 13 aponta insatisfação ou indiferença com 20% dos funcionários, outros 20% se mostram muito satisfeitos, 10% mostram-se muito satisfeitos, insatisfeitos, muito insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos em relação ao número de vezes que foram promovidos.

Gráfico 13- Satisfação em relação ao número de vezes que foi promovido



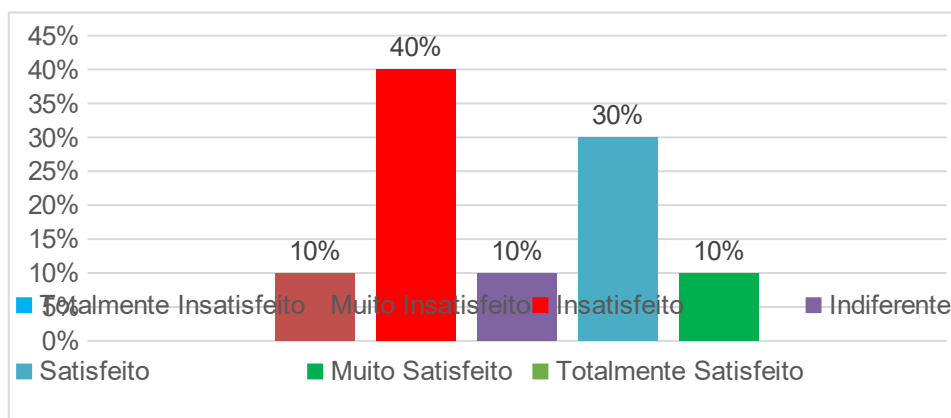
Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a média calculada com o valor de 4,1 os colaboradores estão indiferentes.



O Gráfico 14 mostra a satisfação dos funcionários com a maneira com que a empresa realiza as promoções.

Gráfico 14 - Satisfação em relação a maneira como a empresa realiza as promoções

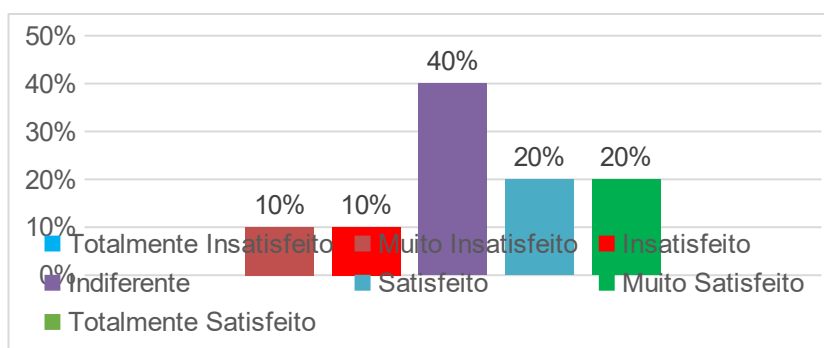


Fonte: Dados da pesquisa

Pelos resultados apresentados no Gráfico 14 pode-se observar que 40% dos funcionários demonstraram insatisfação ao modo como a empresa realiza as promoções, 30% demonstram satisfação e 10% demonstram estar totalmente satisfeitos. Muito insatisfeitos ou insatisfeitos somam 10% cada. O grau de insatisfação demonstrado pelos funcionários é relativamente alto com 40% de insatisfação, o que mostra que a empresa não está agradando quando se fala na maneira como ela realiza as promoções de seu pessoal. A média com 3,9 indica que os funcionários estão insatisfeitos.

O Gráfico 15 demonstra a satisfação com a oportunidade de ser promovido na empresa. Conforme mostra o Gráfico 15, 40% dos funcionários demonstram estar indiferentes ao que se refere à oportunidade de serem promovidos.

Gráfico 15- Satisfação com a oportunidade de ser promovido



Fonte: Dados da pesquisa



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Um percentual de 20% estão muito satisfeitos ou totalmente satisfeitos, 10% demonstram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos. O valor obtido pela média foi de 4,3 indicando indiferença por parte dos funcionários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou abordar a percepção que o funcionário tem em seu local de trabalho fazendo questionamentos de acordo com as cinco dimensões que compõem a satisfação no trabalho: satisfação com os colegas, com o salário, com a chefia, com a natureza do trabalho e com as promoções, conforme sugere a Escala de Satisfação no Trabalho desenvolvida por Siqueira (2008).

Pode-se observar que os colaboradores da empresa estão de modo geral satisfeitos, mas apresentam algum grau de insatisfação em alguns pontos como por exemplo, com a maneira que a empresa realiza as promoções e com o salário comparado a capacidade profissional, além de alguns pontos em que funcionários demonstram que não estão satisfeitos nem insatisfeitos, o que merecem atenção a fim de que os gestores possam direcionar ações para elevar o nível de satisfação dos funcionários.

Espera-se que este estudo contribua para o melhor entendimento sobre a satisfação no trabalho dos funcionários na empresa.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas Organizações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DELGADO, F. F. B. **A Importância do Capital Humano nas Organizações: Estudo Aplicado numa Seguradora Portuguesa**. 2015. 75 f. Dissertação (Mestrado Contabilidade e Finanças) – Instituição Superior De Contabilidade e Administração Do Porto Instituto Politécnico do Porto. Porto, 2015.

JESUS, M. S. P. ; JESUS, J. S. Medidas de satisfação no trabalho em uma instituição de ensino superior. **Revista Negócios em Projeção**, v. 3, n. 4, p. 29-48, 2012.

PEREIRA, O. G. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**, 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gubernkian, 2004

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional: teoria e pratica no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ROBBINS, S. P. **Fundamentos do Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SILVA, F. D. S. **Absenteísmo e Rotatividade**: dilemas de mulheres na empresa Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A. 2009. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre/RS, 2009.

SIQUEIRA, M. M. M.; TAMAYO, A. **Medidas do Comportamento Organizacional**: ferramenta de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre; Artmed, 2008.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas Organizações**. São Paulo: Saraiva, 2003.



O uso do Boneco como instrumento lúdico no atendimento psicológico a crianças hospitalizadas

Karolina Reis dos Santos Lukachaki – Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Ana Carolina Teixeira – Residente na Residência Multiprofissional (UEM)

Nome do GT: Outros Temas Contemporâneos

RESUMO

O Psicólogo no ambiente hospitalar como componente da equipe multiprofissional possibilita a oferta de atendimento integral ao indivíduo hospitalizado proporcionando um espaço de escuta e acolhimento aos aspectos subjetivos que sobressaem no processo de adoecimento e hospitalização, além de facilitar a comunicação entre paciente, familiar/acompanhante e equipe de cuidado. Em se tratando do paciente pediátrico, o Psicólogo utiliza-se de instrumentos lúdicos para a realização do atendimento visando compreender, acolher, auxiliar na elaboração dos sentimentos e eventuais questionamentos advindos dos procedimentos realizados no hospital, tornando essa interação acessível à compreensão infantil de acordo com a singularidade e especificidades de cada criança atendida. Diante disso, este trabalho teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o uso do boneco como material lúdico no atendimento infantil realizado em um Hospital Universitário do norte do Paraná pela equipe de Psicologia. Este boneco, assim como as crianças atendidas, também possui suas especificidades, uma vez que foi criado de tal forma que é possível observar alguns órgãos internos, como pulmão e intestino, por exemplo. É um boneco de pano que, por suas características, desperta diferentes emoções e reações, representando um instrumento eficaz e facilitador da oferta de cuidado no universo infantil.

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar. Hospitalização Infantil. Instrumentos lúdicos. Boneco.

RESUMEN

El psicólogo em el ámbito hospitalario, como componente del equipo multidisciplinario possibilita brindar una atención integral a la persona hospitalizada, brindando un espacio de escucha y acogida de los aspectos subjetivos que se destacan em el proceso de enfermedad y hospitalización, además a facilitar la comunicación entre el paciente, familiar/acompañante y equipo de atención. En el caso de los pacientes pediátricos, el psicólogo utiliza instrumentos ludicos para realizar el servicio con el fin de comprender, acoger, ayudar en la elaboración brindando un espacio de escucha y acogida de los aspectos subjetivos que se destacan em el proceso de enfermedad y hospitalización, además a facilitar la comunicación entre el paciente, familiar/acompañante y equipo de atención. En el caso de los pacientes pediátricos, el psicólogo utiliza instrumentos lúdicos para realizar el servicio cone l fin de comprender, acoger, ayudar en la elaboración de sentimientos y posibles interrogantes surgidos de los procedimientos realizados en el hospital, haciendo accesible esta interacción a la comprensión del niño, según la singularidade y especificidades de cada niño assistido. Frente a eso, este trabajo tuvo como objetivo profundizar el conocimiento sobre el uso del muñeco como material lúdico em el cuidado del niño realizado en un Hospital Universitario del Norte do Paraná por el equipo de Psicologia. Este muñeco, como los niños assistidos, también tiene sus especificidades, ya que fue creado de tal forma que es posible observar algunos órganos internos, como pulmones e intestinos, por ejemplo. Es un muñeco de trapo que por sus características despierta diferentes emociones y reacciones, representando



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

un eficaz instrumento y facilitador de la oferta de cuidados en el universo infantil.

Palabras clave: Psicología Hospitalaria. Hospitalización Infantil. Instrumentos Lúdicos. Marioneta.

¹ – Psicóloga (CRP 08/08250) e Docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - *e-mail:* krslukachaki2@uem.br

² – Psicóloga (CRP 08/34201), regularmente matriculada no programa de Residência Multiprofissional da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – *e-mail:* anacarolinateixeira16@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo visa apresentar a Psicologia Hospitalar como uma área de exercício do Psicólogo e suas possibilidades de atuação em um contexto multiprofissional, assim como apresentar a atividade lúdica como uma ferramenta para o atendimento às crianças hospitalizadas, com foco na utilização do boneco como instrumento lúdico na preparação destas para procedimentos cirúrgicos.

A Psicologia ao longo de sua história se desenvolveu a ponto de se tornar uma ciência com importância primordial para variadas áreas e em diversos âmbitos e, mais especificamente no âmbito da saúde, permitindo ao Psicólogo atuar em toda a rede de atenção à saúde, seja na atenção primária, como em Unidades Básicas de Saúde, Consultório na Rua, Estratégia Saúde da Família, etc.; na atenção secundária exercendo suas funções em nível ambulatorial e hospitalar; e na atenção terciária com o atendimento de pacientes que necessitam de procedimentos de alta complexidade. Tal ampliação do campo de atuação do Psicólogo na área da saúde demonstra, segundo Calvetti et al. (2008), um aumento da compreensão de aspectos psicológicos implicados no processo de adoecer.

Inicialmente a relação entre a Psicologia e o ambiente hospitalar estava limitada às funções psicodiagnósticas que a Psicologia proporcionava ainda muito direcionada à doença. Segundo Cantarelli (2009), desde a década de 1970 foram surgindo especializações e formas de aperfeiçoamento para a formação do Psicólogo Hospitalar, mas haviam resistências em introduzi-lo na equipe, pois sua função ainda estava atrelada ao atendimento clínico e somente com o passar dos anos e enfrentando muitos obstáculos, a Psicologia conseguiu se inserir e fazer parte da equipe multiprofissional, além de se tornar um dos agentes de promoção de saúde por meio da "compreensão dos aspectos psíquicos e psicossociais do ser humano para a melhoria da assistência integral, tornando a relação profissional-paciente e ambiente,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

humanizados" (CALVETTI et al., 2008, p.230).

A Psicologia dentro do hospital possui um olhar abrangente do paciente permitindo o entendimento dos aspectos psicológicos da enfermidade e o processo de hospitalização, ou seja, em como se dá a relação do paciente com sua condição momentânea, partindo da compreensão de que "toda doença encontra-se repleta de subjetividade" (MORETO e SIMONETTI, 2006 *apud* CANTARELLI, 2009 p. 139) que se expressa por meio de sentimentos, angústia, fantasias e padrões de comportamento, se manifestando de forma singular para cada indivíduo, de acordo com suas particularidades quanto ao processo de adoecer, hospitalização, evolução do quadro, e as demais características que permeiam o ambiente hospitalar e de cuidados em saúde.

Diante disso, Cantarelli (2009) esclarece que no ambiente hospitalar, o psicólogo possui uma função ativa e real que deve ser direcionada em "nível de apoio, atenção, compreensão, suporte ao tratamento, clarificação dos sentimentos, esclarecimento sobre a doença e fortalecimento dos vínculos familiares" (CANTARELLI, 2009, p.139), ademais, quanto ao fortalecimento de vínculos, também se faz função do Psicólogo Hospitalar promover o fortalecimento de vínculos entre equipe, paciente e familiar, objetivando uma melhor comunicação entre estes para que seja possível a criação de um ambiente propício à melhora do paciente, promovendo saúde mental e possibilitando que a experiência de adoecimento e hospitalização cause menos danos psíquicos e torne o paciente ativo neste processo.

Partindo dessa breve contextualização sobre a psicologia no ambiente hospitalar, convém citar o Projeto de Extensão "Psicologia hospitalar e equipe multiprofissional-interdisciplinaridade na promoção de saúde" desenvolvido em um Hospital Universitário que possibilita uma experiência prática dentro da Psicologia Hospitalar para estudantes de 4º e 5º anos do curso de Psicologia através do atendimento a pacientes internados e seus familiares, nas diversas clínicas do hospital, sob orientação de uma professora. Foi a partir deste projeto que surgiu o tema para este artigo, advindo da observação de um atendimento infantil em que o boneco foi utilizado. Portanto, este artigo faz parte de um relato de experiência da estagiária da época, que hoje é residente na mesma instituição. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi discorrer sobre o uso deste boneco com crianças que necessitarão de cirurgia e a importância deste instrumento para tal preparação.

O boneco utilizado para o atendimento às crianças, quando percebida a necessidade, é feito de pano e representa as características de uma criança hospitalizada visto que possui o tamanho de uma criança e é vestido com uma roupa de paciente do hospital. Outra característica



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

do boneco é que ele pode ser aberto para demonstrar o interior do corpo humano, assim como possui faces com diferentes expressões como de alegria, tristeza ou como se o boneco estivesse adormecido, podendo essas faces serem trocadas pela criança, auxiliando no desenvolvimento do atendimento. Outras especificidades do boneco serão detalhadas adiante, contudo, por ora é importante compreendê-lo como uma ferramenta que permite o desenrolar do atendimento psicológico infantil através de sua ludicidade, proporcionando a constituição de vínculo e esclarecimento de dúvidas sobre o procedimento a ser realizado, seja ele referente à rotina hospitalar ou pontual como a cirurgia, utilizando o brincar como recurso para suprir a necessidade apresentada pela criança e assim promover um cuidado integral.

O brincar é próprio do comportamento infantil e auxilia em seu desenvolvimento físico, motor, emocional, mental e social e, dessa forma, contribui para que a criança se oriente quanto à realidade na qual está inserida, fazendo da brincadeira uma necessidade. Diante disso, ao ser hospitalizada, a criança ainda possui a necessidade de brincar, que a permite elaborar o que lhe é imposto com a hospitalização, utilizando a atividade lúdica como meio de expressão verbal e não verbal em que, através da brincadeira, expõe seus sentimentos, angústias e percepções sobre a hospitalização (FONTES et. al., 2010), portanto, o brincar "pode ser considerado como fonte de adaptação, e instrumento de formação, manutenção e recuperação da saúde" (MARTINS et. al., *apud* FONTES et. al., 2010, p 97).

No caso em questão, houve uma solicitação da equipe médica para o atendimento de um menino que estava bem choroso e faria uma apendicectomia (cirurgia para retirada do apêndice). As estagiárias de psicologia que o atenderam utilizaram o boneco descrito neste artigo por conta desta criança não poder sair do leito para se dirigir à brinquedoteca do hospital. No atendimento realizado, notou-se que o paciente repetia para o boneco os exames, perguntas e orientações que lhe foram dadas pela equipe médica, assim como expressava suas próprias angústias e medos como se fossem as do boneco, isso ocorre porque, segundo Winnicott (1975 *apud* FELICE, 2003, p.73), "a brincadeira ocorre na área intermediária entre a realidade externa e a interna, ou pessoal, o que equivale a dizer que os objetos e fenômenos oriundos da realidade externa são usados a serviço de alguma mostra derivada da realidade interna", ou seja, a criança estava representando por meio da brincadeira, orientações que lhe foram dadas anteriormente e expressando sua subjetividade através da brincadeira com o boneco.

Foi percebido também que a utilização do brinquedo possibilitou maior expressão verbal e de sentimentos, conduta que anteriormente não ocorreu utilizando-se somente a fala.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Compreende-se esse comportamento a partir do entendimento de que o lúdico é um recurso que possibilita a comunicação entre a criança e o adulto, porque a brincadeira se constitui como algo simbólico semelhante à linguagem, permitindo portanto sua expressão (AFFONSO, 2012). Percebe-se que tal interação foi possível por meio do ato de brincar e auxiliou no atendimento da equipe de Psicologia que pode identificar as dificuldades enfrentadas pela criança quanto à hospitalização e sanar dúvidas sobre os procedimentos a serem realizados, comprovando a eficácia de recursos lúdicos no atendimento pediátrico, visto que a brincadeira viabilizou a comunicação e, segundo Berto e Abrão (2009 *apud* SOSSELA; SAGER, 2017, p.18), "apresenta-se como um recurso de enfrentamento da hospitalização, sendo facilitador da realização de procedimentos médicos e da comunicação com a equipe". O brincar é uma intervenção e não somente uma ferramenta no atendimento infantil, possibilitando a comunicação, o acolhimento, a mediação e o procedimento terapêutico como um todo.

O ESTAR DOENTE E A HOSPITALIZAÇÃO

Compreende-se que o "estar doente" e a hospitalização em si provocam impactos na subjetividade dos indivíduos devido à representação pessoal e social da doença e as modificações práticas que o processo de hospitalização implica ao indivíduo. Diante disso, o processo de hospitalização está diretamente atrelado ao fator "estar doente" que se refere culturalmente a estar em uma situação de fraqueza e dependência, sendo o hospital o ambiente para que o enfrentamento da doença ocorra, um ambiente de dicotomias como vida e morte, cura e sofrimento, qualidade de vida plena e limitada, alegrias e tristezas (DIAS, BAPTISTA & BAPTISTA, 2003 *apud* PINHEIRO, 2008) sendo então um ambiente que possibilita a reflexão e encontra-se envolto em fantasias.

O indivíduo passa a ser paciente dentro do hospital, onde a equipe, muitas vezes, se refere ao sujeito de acordo com sua enfermidade ou número do leito; também há falta de privacidade durante o tratamento devido a quantidade de leitos por quarto ou mesmo por estar sendo "invadido" por procedimentos médicos e medicamentos; entre outras ocorrências que possibilitam a total ou parcial dependência do indivíduo resultando por despersonalizá-lo. Sobre isso, Pinheiro (2008) traz que

o estigma de doente irá criar a necessidade de uma total reformulação de seus valores e conceitos de homem, de mundo e relação interpessoal em suas formas conhecidas. O paciente deixa de ter significado próprio e passa a significar os diagnósticos sobre a sua patologia (ARGEMANI-CAMON, 2004 *apud* PINHEIRO, 2008, p. 21-22).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O adoecimento e hospitalização estimulam manifestações psíquicas regressivas, devido sua representação ameaçadora e agressiva por meio de procedimentos dolorosos que aumentam as fantasias de ataque, aproximando o indivíduo da realidade de sua finitude por meio da incapacidade de cuidar de si, assim como o conduz a repensar sua vida, por afastá-lo de suas relações familiares e sociais e, portanto, da rotina a que está familiarizado (PINHEIRO, 2008). Segundo Trinca (1987, *apud* PINHEIRO, 2008), tais características do ambiente hospitalar podem ser identificadas como punição, ameaça de aniquilamento ou retaliação, possibilitando o surgimento de angústias primitivas que intensificam os mecanismos defensivos primários, como o choro, sono, negativismo, desinteresse; tal como podem desencadear sequelas psicopatológicas. Portanto, o adoecimento e o processo de hospitalização, ao provocar grandes mudanças no contexto e rotina do indivíduo que se torna paciente, demanda a mobilização de recursos internos para que haja uma adaptação ao adoecer.

Especificamente se tratando de crianças, é muito provável que se tornem mais chorosas e dependentes dos pais e, quando há a necessidade de ser hospitalizada, essas características ficam mais exacerbadas devido às particularidades do ambiente hospitalar e procedimentos médicos. De maneira geral, a ocorrência frequente desses comportamentos está relacionada ao medo do desconhecido que resulta em uma intensificação da fantasia e, portanto, se faz necessário realizar esclarecimentos para a criança quanto ao seu estado de saúde, sobre os procedimentos que serão realizados em seu corpo e como tudo vai ocorrer, diminuindo fatores desconhecidos à criança e, conseqüentemente, diminuindo o sentimento de medo (OLIVEIRA et al., 2005).

A rotina também se modifica para criança. Ela que antes tinha o costume de ir à escola (quando em idade escolar), estar perto de amigos, familiares, se envolver em brincadeiras e outras atividades, ao ser hospitalizada passa a ter seu dia controlado pelo hospital e passando por procedimentos muitas vezes dolorosos, além de estar submetida basicamente ao leito, o que modifica também sua forma subjetiva de organização, desencadeando comportamentos regressivos:

A natureza das condições das crianças no hospital aumenta a probabilidade delas experimentarem procedimentos mais invasivos e traumáticos enquanto estiverem hospitalizadas. Esses fatores tornam-nas mais vulneráveis às conseqüências emocionais da hospitalização. É comum a ocorrência de mecanismos de defesa, do tipo regressão, onde a criança retorna a uma fase anterior à de sua real idade, como uma forma de proteção. Pode também ocorrer a recusa de alimentos sólidos, diminuição do vocabulário, perda do controle dos esfíncteres, além de outras reações emocionais (SDALA & ANTÔNIO, 1995 *apud* OLIVEIRA et al., 2005, p. 39).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Ainda segundo a mesma autora, cabe ao profissional de saúde avaliar e amenizar os estímulos visuais e auditivos do ambiente hospitalar desconhecidos para a criança, para protegê-la de tais componentes ameaçadores. De acordo com Calvetti et al. (2008), ao lidar com a criança hospitalizada, se faz importante uma postura de cuidado, reconhecendo a criança em sua totalidade como possuidora de desejos e sentimentos que merecem ser acolhidos durante a hospitalização, permitindo uma participação ativa para que consiga expressar seus sentimentos e dificuldades quanto à doença e hospitalização, e assim auxiliar em sua recuperação contribuindo com a equipe que lhe acompanha.

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS

Há procedimentos específicos, como as cirurgias, que são considerados como mais invasivos em ambientes hospitalares devido a realização de cortes, sedação e riscos iminentes. O processo cirúrgico, de maneira geral, incita medos, fantasias e incertezas que percorrem todas as suas etapas, desde o momento em que se é informado sobre a necessidade da realização da cirurgia, o período pré-cirúrgico, a cirurgia propriamente dita, e até mesmo o período pós-cirúrgico.

Diante disso, têm-se no ambiente hospitalar a figura do médico que, segundo Goidanich e Guzzo (2012), representa sabedoria e poder de cura perante os pacientes, e a confiança depositada neste profissional possibilita a coragem para permitir a realização de procedimentos, sejam eles rotineiros ou cirúrgicos. As autoras trazem também que embora atualmente haja avanços tecnológicos e anestésias, os pacientes não se sentem totalmente confortáveis com esses procedimentos que lhe causam desconforto emocional devido à incerteza de seus resultados, gerando sentimentos de impotência, medo da dor e morte, entre outros sentimentos relacionados ao processo cirúrgico que ameaçam sua integridade física e psicológica.

Portanto, compreende-se que a possibilidade para o desenvolvimento de sentimento de ansiedade no período pré-operatório relaciona-se tanto a aspectos subjetivos como a aspectos biológicos. Contudo, é relevante considerar a singularidade de cada sujeito e a história de cada um para que não se generalizem sentimentos, comportamentos e maneiras de enfrentamento, respeitando cada indivíduo como um todo e trabalhando em conjunto para o alívio das questões referentes ao seu estado de saúde e procedimentos dos quais se submeterá, e que lhe causam algum sofrimento.

Especificamente para o processo cirúrgico, estudos abordam sobre a necessidade de uma



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

preparação anterior ao procedimento por meio da disponibilização de informações e esclarecimentos de eventuais dúvidas expressadas pelo paciente ou por seu familiar/acompanhante. Segundo Broering e Crepaldi (2008), os estudos sobre os benefícios da preparação de crianças para procedimentos cirúrgicos e invasivos, de maneira geral, foram iniciados nas décadas de 1960 e 1970, abordando a importância da cooperação dos pais/responsáveis para a diminuição dos danos causados pela hospitalização no desenvolvimento infantil. A preparação também dos pais/responsáveis que acompanham a criança se dá por meio da troca de informações, disponibilização de instruções quanto aos cuidados necessários de acordo com cada procedimento e acolhimento das questões trazidas por esses acompanhantes, para que eles consigam ser parte da rede de apoio necessária à criança hospitalizada e auxiliar no fortalecimento do vínculo entre a equipe e a criança, já que os responsáveis são alguém familiar à criança em um ambiente desconhecido.

No atendimento a crianças, há uma intensificação de sintomas que demandam atenção como a associação frequente da internação e cirurgia como punição por terem sido desobedientes, atrelando "culpa" por ter que passar por um procedimento invasivo (BROERING, CREPALDI, 2019), entre outras questões referentes à infância, como o temor sobre os danos pós-cirúrgicos, como não poder correr ou brincar. Diante disso, se faz necessário um acompanhamento que permita ao paciente expressar suas dúvidas e sentimentos sobre o período e situações que está experienciando no ambiente hospitalar, assim como possibilitar o diálogo entre a equipe e o paciente, visando à formação de vínculos que favoreçam o bem-estar durante todo o período de hospitalização.

Boering e Crepaldi (2019) apontam que para se realizar uma boa preparação pré-cirúrgica é essencial que o profissional se atente às características da criança, como seu nível de desenvolvimento, compreensão de sua condição médica e procedimentos que irão ser realizados, experiências de hospitalização anteriores, sintomas físicos e emocionais, composição familiar e social incluindo questões culturais e religiosas, e por fim, identificar a maneira mais eficaz para se trabalhar com a criança de acordo com sua individualidade, seja por meio verbal, visual, escrita e/ou sensorial, para estabelecer trocas de informações entre a criança e a equipe. Ao fornecer informações para o paciente pré-cirúrgico, o profissional responsável possibilita que o paciente se torne ativo em seu processo e consiga se sentir possuidor de algum controle do que está acontecendo com ele, entendendo o que ocorrerá e podendo esclarecer dúvidas, viabilizando a redução da ansiedade quanto ao procedimento

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



cirúrgico.

Guimarães (1988) traz que "a falta de variedade, de estrutura, de organização dos estímulos e atividades para a interação da criança são fatores que dificultam a adaptação ao contexto hospitalar" (GUIMARÃES, 1988 *apud* ARAGÃO e AZEVEDO, 2001, p 34). No setor pediátrico uma estratégia muito eficiente, segundo os materiais pesquisados, é a utilização de brinquedos e brincadeiras que promovam um espaço para que a criança se familiarize e dramatize a situação que vivencia sobre a hospitalização e a cirurgia, podendo ser disponibilizados materiais hospitalares, curativos, e também, por exemplo, a representação lúdica da cirurgia utilizando o boneco, interagindo com a criança para que ela brinque de médica e execute o procedimento, entre outros brinquedos e estratégias possíveis (YAMADA e BEVILACQUA, 2005 *apud* BOERING e CREPALDI, 2019). Portanto, a utilização de brincadeiras, jogos, recursos visuais, contação de histórias, brinquedoteca, entre outros recursos lúdicos, permite a familiarização da criança ao ambiente hospitalar e sua expressão, seja ela paciente cirúrgico ou não; visto que é através do brinquedo e brincadeiras que é possibilitado à criança recursos para seu desenvolvimento social, emocional e intelectual (SOARES; ZAMBERLAN, 2001).

O LÚDICO NO AMBIENTE HOSPITALAR

O lúdico no ambiente hospitalar possui função terapêutica porque, ao brincar, é viabilizado à criança o aumento de seu repertório comportamental, lhe permitindo um ajustamento ao meio (WHALEY & WONG, 1989; DOMINGOS, 1993; SAGGUESE & MACIEL, 1997 *apud* ARAGÃO e AZEVEDO, 2001) que auxilia em seu desenvolvimento integral, sendo possível também através do brincar, um relaxamento e compreensão da situação vivenciada e do ambiente não familiar pela criança, amenizando as manifestações psíquicas e emocionais decorrentes da hospitalização.

Diante disso, e considerando que é direito da criança receber informações sobre sua situação de saúde e procedimentos que serão realizados, cabe à equipe de saúde organizar estratégias e utilizar os recursos disponíveis para adaptar as informações a serem transmitidas, de maneira que a criança compreenda os procedimentos aos quais será submetida e coopere em sua realização. Soares e Zamberlan (2001) partem da concepção de que o brincar favorece a compreensão sobre os comportamentos apresentados pela criança hospitalizada e pode ser utilizado como um recurso para tal, sendo um viés que permite que a criança se expresse e



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

consiga lidar com questões emocionais, partindo do entendimento de que a expressão de sentimentos e pensamentos ainda não se encontra suficientemente desenvolvida na infância.

É importante que os profissionais de saúde compreendam o trabalho realizado com a criança através do brincar como essencial para seu tratamento, como um meio de comunicação e conhecimento sobre ela e também como uma via para a construção de um relacionamento de confiança, que possibilite a manifestação de sentimentos relacionados ao ambiente hospitalar, a equipe, e os procedimentos vivenciados. Neste sentido, a equipe de Psicologia pode ser referência no auxílio à equipe de saúde no geral para compreender as manifestações percebidas na criança durante o período de hospitalização, contribuindo de maneira integral para sua recuperação:

Cabe a Psicologia auxiliar o trabalho da equipe hospitalar, investindo na recuperação física e emocional da criança. Atividades que incluam brincadeiras devem ser organizadas no hospital, por auxiliarem no desenvolvimento da criança, incrementando seu repertório comportamental através da experimentação de diferentes respostas de ajustamento ao meio (SOARES e ZAMBERLAN, 2001, p 68).

Portanto, o Psicólogo Hospitalar se insere no cuidado com o paciente o compreendendo de maneira integral e levando em consideração suas manifestações psíquicas quanto ao adoecimento para, em conjunto com a equipe, trabalhar no bem estar deste paciente. Cabe ressaltar que o atendimento infantil realizado pela Psicologia não se restringe ao processo de avaliação e diagnóstico, se ampliando também para ações de prevenção e mudanças de comportamentos e modos de enfrentamento, e na intervenção para a resolução de conflitos psicológicos ou psicossociais decorrentes da hospitalização (FONSECA, 1998). Para que isso ocorra, o psicólogo utiliza-se de recursos metodológicos de acordo com sua linha teórica e estudos referentes à prática do atendimento psicológico infantil, utilizando métodos lúdicos para seu manejo e eficácia.

Por meio do brincar, o psicólogo permite uma comunicação livre de julgamentos que incentiva a criança a expor seus sentimentos e dessa maneira, refletir sobre eles. Ademais, no ambiente hospitalar, a brincadeira é um momento que a criança se aproxima de sua rotina anterior à hospitalização, em que lhe é permitido escolher — se quer brincar ou não, do que e com o que quer brincar — considerando que durante seu tratamento outros procedimentos realizados para sua melhora não podem ser decididos por ela (FIGUEIREDO, 2008).

Segundo Felice (2003), o brincar entre a criança e o psicólogo se constitui como principal atividade na realização do processo terapêutico, possibilitando transformações subjetivas importantes para o enfrentamento de situações vivenciadas. Isto posto, utiliza-se a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



ludoterapia como recurso para o atendimento à criança visto que o brincar é uma atividade inerente à mesma e que amplia suas possibilidades de "buscar em si recursos para continuar seu processo de desenvolvimento" (FIGUEIREDO, 2008, p. 1).

O BONECO COMO INSTRUMENTO LÚDICO

Podem ser utilizados diversos brinquedos disponíveis no hospital, assim como os nomeados Brinquedos Terapêuticos, que se caracterizam como "brinquedo estruturado que auxilia a criança na diminuição de sua ansiedade decorrente de situações ameaçadoras e atípicas" (CALEFFI et al., 2016, p.2), ainda segundo a mesma autora, tais brinquedos devem ser utilizados quando se é observada a deficiência no entendimento e forma de lidar com novas experiências por parte da criança.

Dentre os Brinquedos Terapêuticos, Caleffi et. al (2006) cita que há três categorias, sendo estes: o Brinquedo Terapêutico Dramático (BTD), que permite à criança recriar papéis sociais e assim ser tanto passivo quanto ativo na situação vivenciada, facilitando a descarga de sentimentos e melhor compreensão sobre tal situação; o Brinquedo Terapêutico Capacitador de Funções Fisiológicas, que ensina a criança formas de lidar com seu novo contexto e necessidades, permitindo uma maior participação da criança com os procedimentos que irá realizar posteriormente, como por exemplo a auto aplicação de insulina em crianças diabéticas; e o Brinquedo Terapêutico Instrucional (BTI), que é utilizado visando a orientação sobre procedimentos a serem realizados com a criança, podendo ser usado antes ou após a realização do procedimento, objetivando seu entendimento e interação com o processo vivido.

Diante deste entendimento, podemos nos voltar para a discussão sobre o boneco utilizado para o atendimento psicológico às crianças hospitalizadas em um Hospital Universitário do norte do Paraná. É importante compreender que a utilização do boneco é realizada pela equipe de psicologia quando observada a necessidade de sua aplicação direcionada a uma finalidade que beneficie o paciente, não se referindo a uma técnica específica do atendimento psicológico infantil praticada de maneira desmedida, podendo inclusive, o boneco ser utilizado por outros profissionais da equipe de cuidado a fim de instruir a criança sobre os procedimentos dos quais será submetida. A seguir, incluímos uma foto do boneco.

Figura 1 – Fotografia do Boneco



Fonte: Próprio autor.

O boneco em questão, segundo Fontes et. al (2010), pode ser classificado como um Brinquedo Terapêutico Dramático (BTD) por facilitar a exteriorização dos sentimentos da criança hospitalizada e, dessa maneira, auxiliar os profissionais na identificação destes sentimentos, facilitando também na comunicação entre o paciente e a equipe. Outro ponto relevante é que ao utilizar o boneco com o objetivo de esclarecer dúvidas, ainda segundo a mesma autora, pode-se classificar o boneco também como um Brinquedo Instrucional quando, por exemplo, se almeja o esclarecimento de como será realizado um procedimento; acrescenta também que a utilização de brinquedos e brincadeiras deve sempre respeitar a faixa etária e as características individuais de cada criança.

Ao realizar com o boneco uma representação da cirurgia ou procedimentos a serem realizados, como feito no atendimento que serviu de base para a elaboração deste artigo, permite-se "um encontro com um objeto capaz de reorganizar simbolicamente a vida psíquica do indivíduo" (FELICE, 2003, p. 78) devido ao entendimento "palpável" sobre o que ocorrerá, possibilitando uma compreensão mais completa que a atingida simplesmente com uma explicação verbal, visto que dependendo do nível de desenvolvimento em que a criança se encontra necessitando de intervenção hospitalar, pode possuir uma capacidade ainda limitada de lidar com pensamentos abstratos (BROERING, 2014).

Outra situação que foi possibilitada pelo uso do boneco foi a inversão de papéis, em que a criança, que está em posição de paciente, passa para a posição de médico do boneco. Segundo Rabelo (2012, p. 38) "o espaço potencial do brincar de médico é a transicionalidade para



construir relações objetivas com mediação simbólica, repleta de inovações e também dizem respeito ao sofrimento que elas enfrentaram com experiências anteriores", se referindo aos procedimentos hospitalares que a criança foi submetida anteriormente e que as reproduz no boneco em sua posição de "médico" através de uma brincadeira simbólica, gerando um envolvimento capaz de viabilizar a elaboração das situações vivenciadas por possuir "uma carga emocional tão profunda de mecanismos inconscientes que combate o estresse e resgata fatores de auto recuperação" (OLIVEIRA, 2008 *apud* RABELO, 2012, p.41).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Especificamente no setor pediátrico, o psicólogo ao considerar as especificidades do paciente infantil e a importância do brincar para o desenvolvimento da criança, pode utilizar recursos lúdicos que desempenham o papel de auxiliar na criação de vínculo, expressão de sentimentos e melhora na comunicação entre criança e equipe de saúde, realizando seu atendimento através da brincadeira e de brinquedos, como o Boneco abordado neste artigo.

Os recursos lúdicos disponíveis no ambiente hospitalar e suas contribuições para o atendimento a crianças hospitalizadas é inegável. No entanto, não há muita literatura específica o que diz respeito ao uso do boneco como recurso lúdico terapêutico infantil em ambiente hospitalar, apontando para a necessidade da ampliação de pesquisas referentes a esse tipo de material empregado no atendimento da equipe de Psicologia Hospitalar, tanto no contexto abordado neste relato — a cirurgia — como em outras situações de atendimento em que a utilização do Boneco seja benéfica à criança atendida.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Rosa Maria Lopes. Brincar, significação e representação. **Ludodiagnóstico: investigação clínica através do brinquedo**, Porto Alegre, p. 38-55, 2012.

ARAGÃO, Rita Márcia; AZEVEDO, Maria Rita Zoega Soares. O brincar no hospital: Análise de estratégias e recursos lúdicos utilizados com crianças. **Estudos em Psicologia**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 33-42, 2001.

BROERING, Camila Volpato; CREPALDI, Maria Aparecida. Preparação psicológica para a cirurgia em pediatria: Importâncias, técnicas e limitações. **Paidéia**, Florianópolis-SC, p. 61-72, 2008.

BROERING, Camila Volpato. Preparação psicológica da criança para a cirurgia. *In*: BROERING, C. **Efeitos da preparação psicológica pré-cirúrgica em crianças submetidas a cirurgias eletivas e suas memórias**. Orientador: Prof. Dra. Maria Aparecida Crepaldi. 2014.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Tese de Doutorado (Pós Graduação) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2014. p 62-79.

BROERING, Camila Volpato; CREPALDI, Maria Aparecida. Preparação psicológica pré-cirúrgica:: estresse e ansiedade em crianças submetidas a cirurgias eletivas. **Mudanças- Psicologia da Saúde**, [s. l.], v. 1, ed. 27, Jan./Jun. 2019.

CANTARELLI, Ana Paula Silva. Novas abordagens da atuação do psicólogo no contexto hospitalar. **Revista Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Rio de Janeiro, v. 12, ed. 2, p. 137-147, Dezembro 2009.

CALEFFI, Camila C. F. et al. Contribuições do brinquedo terapêutico estruturado em um modelo de cuidado de enfermagem para crianças hospitalizadas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, Jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198314472016000200409&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 18 jun. 2020.

CALVETTI, Prislá Ucker; SILVA, Leonardo Machado da; GAUER, Gabriel José Chittó. Psicologia da saúde e criança hospitalizada. **PSIC- Revista de Psicologia da Vetor Editora**, [s. l.], v. 9, ed. 2, p. 229-234, Jul./Dez. 2008.

FELICE, Eliana Marcello de. O lugar do brincar na psicanálise de crianças. **Psicologia: Teoria e Prática**, [s. l.], p. 71-79, 2003.

FIGUEIREDO, Mara Alice Diniz. Contribuições da ludoterapia para o processo de hospitalização infantil. **Instituto Humanista de Psicoterapia**, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.institutohumanista.com.br/artigo_maraalice.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.

FONSECA, Maria Teresa André. O papel do psicólogo pediátrico. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 16, ed. 1, Mar. 1998.

FONTES, Cassiana Mendes Bertoncello *et al.* Utilização do brinquedo terapêutico na assistência à criança hospitalizada. **Revista Bras.**, Marília, v. 16, n. 1, ed. Edição especial, p. 95-106, Jan./Abr. 2010.

GOIDANICH, Márcia; GUZZO, Fabíola. Concepções de vida e sentimentos vivenciados por pacientes frente ao processo de hospitalização: O paciente cirúrgico. **Revista Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Rio de Janeiro, v. 15, ed. 1, p. 232-248, Jan./Jun. 2012.

OLIVEIRA, Gislene Farias de; DANTAS, Francisco Danilson Cruz; FONSÊCA, Patrícia Nunes da. O impacto da hospitalização em crianças de 1 a 5 anos de idade. **V Congresso da sociedade brasileira de Psicologia Hospitalar**, 2005, São Paulo. [S. l.: s. n.], 2005.

PINHEIRO, Raphaella Pizani Castor. **Sujeito e a Hospitalização**. Orientador: Morgana Queiroz. 2008. 37 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Psicologia) - FACES- Faculdade de ciências da educação e saúde, Brasília, 2008.

RABELO, Hellen Delchova. **O significado da hospitalização para crianças internadas no**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Hospital Regional de Ceilândia. Orientador: Josenaide Engracias dos Santos. 2012. 51 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) - Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2012.

SOSSELA, Cláudia Roberta; SAGER, Fábio. A criança e o brinquedo no contexto hospitalar. **Revista Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Rio de Janeiro, v. 20, ed. 1, p. 17-31, Jan./Jun. 2017.

SOARES, Maria Rita Zoéga; ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. A inclusão do brincar na hospitalização infantil. **Revista Estudos de Psicologia**, PUC- Campinas, v. 18, ed. 2, p. 64-69, Maio/Agosto 2001.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**O ARCAICO NA CIVIZAÇÃO: COMO A PROPAGANDA FASCISTA
CONTINUA A FUNCIONAR – AINDA HOJE?**

Luciane Neuvald¹ – UNICENTRO/PR
Adonias N. da Luz² – UNICENTRO/PR
Rui C. Mayer³ – UNICENTRO/PR

Nome do GT: 16 – Outros temas contemporâneos

RESUMO

Este artigo representa uma discussão que vem sendo desenvolvida no Grupo de Pesquisa Sociedade, Formação, Cultura e Tecnologia (UNICENTRO/PR), apoiada especialmente na leitura de textos dos filósofos e sociólogos T. W. Adorno e M. Horkheimer, e que surgiu de uma percepção da necessidade de compreensão da propaganda fascista contemporânea, para auxiliar o entendimento acadêmico de dinâmicas socioculturais bem recentes e que possam ser associadas ao fascismo. Trata-se do desenvolvimento de um breve estudo bibliográfico que se desdobra em dois momentos principais. Primeiramente, discorremos sobre a concepção de Adorno e Horkheimer acerca do fascismo e da propaganda fascista, cuja reflexão nos conduziu pelo reconhecimento e exame da teoria freudiana do sujeito psíquico na compreensão destes autores, bem como por sua percepção da relação do fascismo com o antissemitismo. No segundo momento, nos propomos a chegar a algumas aproximações desse assunto com a questão apontada por Adorno acerca de uma “fraqueza do eu” – ao ter em conta que a organização do mundo exerce uma pressão intensa sobre as pessoas.

Palavras-chave: Fascismo. Propaganda. Teoria Crítica.

RESUMEN

Este artículo representa una discusión que se viene desarrollando en el Grupo de Investigación Sociedad, Formación, Cultura y Tecnología (UNICENTRO/PR), basada especialmente en la lectura de textos de los filósofos y sociólogos T. W. Adorno y M. Horkheimer, y que surgió de una percepción de la necesidad de comprensión de la propaganda fascista contemporánea, para ayudar el entendimiento académico de dinámicas socioculturales muy recientes y que se pueden asociar con el fascismo. Se trata del desarrollo de un breve estudio bibliográfico que se despliega en dos momentos principales. Primeramente, explanamos acerca de la concepción de Adorno y Horkheimer acerca del fascismo y la propaganda fascista, cuya reflexión nos condujo por el reconocimiento y examen de la teoría freudiana del sujeto psíquico en la comprensión de estos autores, así como por su percepción de la relación del fascismo con el antisemitismo. En el segundo momento, nos proponemos a llegar a algunas aproximaciones de este asunto con la cuestión señalada por Adorno acerca de una “debilidad del yo” – teniendo en cuenta que la organización del mundo ejerce una intensa presión sobre las personas.

Palabras clave: Fascismo. Propaganda. Teoría Crítica.

¹ Doutora em Educação pela UNESP – Araraquara; professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO; líder do Grupo de Pesquisa Sociedade, Formação, Cultura e Tecnologia (GPSFCT). E-mail: luneuvald@terra.com.br

² Doutorando e mestre em Educação pela UNICENTRO/PR; participante do GPSFCT. E-mail: luz.digital.services@outlook.com

³ Doutorando em Educação pela UNICENTRO/PR e mestre em Educação pela UNB; participante do GPSFCT. E-mail: ruicmayer@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo representa uma discussão que vem sendo desenvolvida no Grupo de Pesquisa Sociedade, Formação, Cultura e Tecnologia – do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR) –, desde o final de 2022. Essa discussão, apoiada especialmente na leitura de textos dos filósofos e sociólogos teórico-críticos alemães Theodor W. Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), surgiu de uma percepção da necessidade de compreensão da propaganda fascista contemporânea, para auxiliar o entendimento acadêmico de dinâmicas socioculturais bem recentes e que possam ser associadas ao fascismo.

Nos últimos anos, o termo “fascismo” passou a ser utilizado com muita frequência (especialmente em meios políticos e midiáticos), e esse fato levou-nos a questionar, para iniciarmos nossa discussão, se ou o quanto o uso atual deste termo conserva o sentido historicamente original. De início, o significado do termo “fascismo” correspondeu à existência de um sistema político de características ultranacionalista, antiliberal e antissocialista, vivenciado pela Itália entre o final da década de 1910 e meados da década de 1940.

Robert O. Paxton (2007, p. 78) corrobora essa percepção, analisando historicamente as ações fascistas, a partir do sistema italiano original. Entretanto, este autor aponta uma lacuna, ao nomear as “paixões mobilizadoras” que incorreram em uma agudização do sentimento de nacionalismo proveniente da Primeira Guerra Mundial, algo que não poderia ser tratado em uma dimensão histórica, as quais, no entanto, formaram um componente de grande importância para plasmar um senso de comunidade aos adeptos dessa ideologia.

Percebemos, entretanto, que desfeitas possíveis confusões, esse sentido historicamente estrito de “fascismo” não é o que mais interessaria nessa discussão, mas seu emprego como um conceito científico social com aplicações atuais, capaz de trazer alguma clareza sobre como ainda é possível que haja pessoas que se deixam levar pela propaganda fascista. Por conseguinte, passamos a considerar que:

[...] é preciso analisar o fascismo pelo viés da vulnerabilidade emocional do cidadão comum a ideologias segregadoras que se tornaram compatíveis com a vigência de regimes democráticos. Nesse sentido, é relevante considerar que a retórica agressiva propagada pelos líderes fascistas, em diversos contextos históricos, não seria eficiente se não pudesse contar com a cumplicidade das massas e se manter na condição de servidão voluntária (BUENO, 2022, p. 14).



A partir dessa temática e problematização iniciais, outras questões vieram a surgir. Considerando-se aquelas características do fascismo, que o identificariam como uma forma de totalitarismo, poderíamos compreendê-lo para além de seu caráter historicamente episódico e pontual? Destarte, poderíamos identificá-lo como uma reprodução do arcaico na e pela civilização? Nesse caso, os atos agressivos, a intolerância abrangente, as evocações ao totalitarismo e as manifestações antidemocráticas que assolaram a realidade brasileira e internacional, seriam indicadores de que o espectro do fascismo ronda a civilização, ainda ou permanentemente?

Em função dessas questões iniciais e consequentes, e do referencial teórico eleito, delimitamos como objetivo geral do presente artigo: refletir sobre o conceito de fascismo no âmbito da teoria crítica, tendo em vista a compreensão do fascismo como fenômeno de massa, ainda hoje, atual. Os objetivos específicos deste artigo contemplam: a compreensão das condições socioculturais e do papel das instâncias ideológicas e políticas que possibilitam a hodierna efervescência do fascismo; a consideração explicativa, a partir da compreensão do fascismo, da propaganda fascista como promotora de uma obscurecimento da compreensão do mundo; a consideração propositiva, também, da possibilidade de se promover alguma forma de emancipação em meio à realidade sociocultural existente.

Trata-se, conseqüentemente, do desenvolvimento de um breve estudo bibliográfico básico, cujo referencial teórico ampara-se nas obras de Adorno e Horkheimer e que se desdobra em dois momentos principais. Primeiramente, discorreremos sobre a concepção de Adorno e Horkheimer (1985) acerca do fascismo e da propaganda fascista, cuja reflexão nos conduziu pelo reconhecimento e exame da teoria freudiana do sujeito psíquico na compreensão destes autores, bem como por sua percepção da relação do fascismo com o antissemitismo. No segundo momento, nos propomos a desenvolver o exame do assunto, chegando a algumas aproximações desse assunto com a questão apontada por Adorno (1995) acerca de uma “fraqueza do eu” – ao ter em conta que a organização do mundo exerce uma pressão intensa sobre as pessoas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscar respostas para as questões levantadas encaminhou-nos, então, à ampliação e ao aprofundamento da leitura e discussão acerca das reflexões desenvolvidas por Adorno e Horkheimer sobre o antissemitismo, a propaganda fascista e a personalidade autoritária – nas



quais (re)encontramos o desenvolvimento de um conceito científico social de fascismo, o qual julgamos adequado e necessário. Essas reflexões podem ser encontradas, principalmente, nos seguintes textos: *Dialética do esclarecimento* (1985) – livro escrito por Adorno e Horkheimer; *Antissemitismo e propaganda fascista, Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista* – textos de autoria de Adorno, publicados no livro *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise* (2015a; 2015b).

Além dessas obras, o livro *Estudos sobre a personalidade autoritária* (2019) divulga as pesquisas promovidas por Adorno, em conjunto com outros profissionais das ciências humanas e sociais, realizadas justamente quando de sua permanência nos Estados Unidos da América, para escapar da perseguição nazista. Esse livro se concentra na identificação do fascista em potencial, aquele que não se declara adepto do fascismo, porém apresenta suscetibilidade e prontidão para aderir à propaganda fascista. As pesquisas de Adorno, como desenvolvidas nesse livro, partem do pressuposto de que o fascismo não é um fenômeno isolado, pois por meio delas se pôde observar a presença latente de suas formas características nos Estados Unidos da América – país que, paradoxalmente, sempre se vangloriou de suas características democráticas.

Por fim, a argumentação adorniana acerca do meio cultural em que se observaria a relação a questão de uma “fraqueza do eu”, pareceu-nos não apenas complementar a discussão desenvolvida, como também oferecer uma perspectiva para se continuar a pensar uma contraposição efetiva da propaganda fascista – especialmente para o campo da educação. Os argumentos relacionados podem ser encontrados, entre outros textos, desde *A massa* (1978), da autoria de Horkheimer e Adorno, até *Teoria da semiformação* (2010) e, principalmente, em *Educação – para quê?* (1995), textos estes da autoria de Adorno.

3 FASCISMO E PROPAGANDA FASCISTA

Paxton (2007) argumenta que o fascismo possui um vínculo com “paixões mobilizadoras”, na forma de um nacionalismo apaixonado, manifestada como uma visão maniqueísta da história, uma constante luta entre o bem e o mal, entre puros e corruptos. Seu caráter antiliberal e antissocialista implica a existência de “inimigos da nação”, sem se referir explicitamente ao espectro político dicotomizado entre esquerda e direita.

Essas paixões mobilizadoras, segundo Paxton (2007), possuem um fundamento difícil de explicar em termos históricos, pois “muitas delas são tão velhas quanto Caim” (p. 79);



entretanto, foram pré-condições para o desenvolvimento de um elo de coesão social entre os fascistas.

Na concepção adorniana (2019), o fascismo é entendido um fenômeno psicossocial, como a reprodução do arcaico na e pela civilização. Essa concepção expressa o aspecto contraditório do processo civilizatório, uma vez que a realidade, historicamente, depõe contra os seus princípios emancipatórios, os quais se associam à liberdade, à autonomia e ao desenvolvimento dos valores e das instâncias políticas de diálogo e convivência. Nesse sentido, componentes anticivilizatórios e regressivos povoam a civilização, e a resposta para a pergunta sobre o motivo pelo qual os seres humanos retomam padrões de comportamento que contradizem seu nível racional direciona os autores teórico-críticos a dialogar com a psicanálise freudiana.

Em seu livro *Psicologia de massas e análise do ego*, publicado ainda em 1922, Freud anteciparia uma percepção acerca de determinadas tendências latentes na sociedade, as quais puderam ser associadas, mais tarde, aos movimentos fascistas. Assim, já desde a teoria freudiana, fora possível identificar as disposições psicológicas dos indivíduos que vêm a ser apropriadas nos discursos e pela propaganda fascistas, a fim de fazer convergir a economia psíquica dos indivíduos em relação às finalidades e na direção dos movimentos fascistas.

Freud indagou sobre os fatores que levam os indivíduos modernos a (re)estabelecer atitudes e ações que, por óbvio, estariam desnivelados com seu estágio civilizacional contemporâneo. Para tanto, procurou identificar quais são as forças psicológicas que atuam no sentido de massificar os indivíduos, simultaneamente, em seu próprio desfavor e para o favorecimento de determinadas instâncias ideológicas e políticas:

Mesmo se fosse necessário assumir que sobrevivem pulsões arcaicas e pré-individuais, não se poderia simplesmente apontar para essa herança, mas se deveria explicar por que os seres humanos modernos retornam a padrões de comportamento que contradizem flagrantemente seu próprio nível racional e o presente estágio da civilização tecnológica esclarecida. [...] [Freud] tenta encontrar as forças psicológicas que resultam na transformação dos indivíduos em massa. [...] Esse questionamento [...] equivale a uma exposição do problema fundamental da manipulação fascista, pois o demagogo fascista, [...] somente pode fazê-lo ao criar artificialmente o *vínculo* que Freud está procurando. (ADORNO, 2015b, p. 159).

Com base na teoria freudiana, Adorno (2015b) ressalta que o vínculo entre os indivíduos e a massa é de natureza libidinal¹, pois a inclusão e participação dos indivíduos

¹ Os termos “libido” e “libidinal”, na psicanálise freudiana, referem ao sistema mobilizador da psiquê: sua energia pulsional, em geral, ou as emoções e afetos relacionados à movimentação das pulsões, em particular.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

em um grupo é acompanhada pela condição de que eles se permitam uma anulação dos seus recalques relacionados às suas moções pulsionais inconscientes – vale dizer, dos movimentos instintivos e pragmáticos dos indivíduos, neste caso, promovidos em função de um grupo. Sendo assim, o vínculo libidinal de natureza recalcada pressupõe a existência de algum mecanismo psicológico que transforma a energia sexual primária em um sentimento capaz de manter uma massa coesa.

Ora, o mecanismo psicológico que transforma a libido no vínculo com os seus seguidores é a identificação, cujo aspecto primitivo consiste no narcisismo, por meio do qual o objeto amado é visto pelos indivíduos como parte de si mesmos; por isso, os indivíduos objetivam como que devorá-lo, simbolicamente. Tal objeto substitui o ideal de um “eu” – ou *ego*, como em algumas versões do termo freudiano em português – não alcançado; dessa forma, permite-se o livramento ou, ao menos, a minimização de uma situação prática e empírica significada, que atue como causadora de alguma forma de mal-estar psicológico.

Esse apelo ao vínculo libidinal consiste em um dos princípios da propaganda fascista, e, por meio dele, a energia libidinal primária inconsciente se mantém, de modo que venha a adequar-se aos fins políticos do fascismo. Nessas circunstâncias, a liderança fascista mobiliza as necessidades e demandas psicológicas daqueles suscetíveis à propaganda – o que não lhe advém a ser uma tarefa difícil, pois o agitador fascista é um vendedor de seus próprios problemas psicológicos – e os seus seguidores estabelecem com ele uma relação identificatória. A propaganda fascista funciona como uma espécie de gratificação e os líderes atuam de forma vicária, satisfazendo os desejos não realizados de seus seguidores. Por meio de uma figura de liderança, destaca Adorno (2015b), a propaganda reanima a imagem simbólica de um pai primitivo, onipotente e ameaçador.

Por conseguinte, a técnica dos oradores fascistas, consequentemente, é irracional e pseudoemotiva. Tal técnica não se caracteriza por algum conteúdo objetivo, e sim pelos conteúdos psicológicos direcionados à audiência. Mas apesar de as disposições psicológicas consistirem um componente fundamental dos discursos e da propaganda fascistas, elas não o causam, adverte Adorno (2015b). Corresponde, pois, a uma técnica demagógica, uma apropriação tecnicamente planejada, organizada e aplicada (porém não autoconsciente, reflexiva ou esclarecida) dos componentes psicológicos das massas.

A sua fonte e canalização é precipuamente sexual, porém, à força de contenção e renúncia, encontra também canais não estritamente sexuais – como acontece, p. ex., na interação e inserção social ou nos discursos.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Um exemplo de ideia e assunto recorrente na retórica fascista é o caso do antissemitismo. As pesquisas realizadas por Adorno nos Estados Unidos da América acerca da personalidade autoritária (2019), comprovaram que o antissemitismo veio a se tornar um dos elementos característicos frequentes dos tipos psicológicos mais radicalmente suscetíveis à propaganda fascista. Há que se acrescentar, entretanto, que o conceito teórico-crítico de fascismo toma o antissemitismo como um de seus elementos frequentes, porém socialmente e historicamente circunstanciados:

Adorno caracteriza a ampla flexibilidade do fascismo no tocante à origem das vítimas. De acordo com a conjuntura histórica ou política, recortes religiosos, étnicos, sexuais ou nacionalistas podem ser empregados para definir as faixas de uma determinada população que desempenha o papel do mal, da impureza, da inferioridade ou do pecado. (BUENO, 2021, p. 13).

Em Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento – o último e muito significativo capítulo de *Dialética do esclarecimento* (1985) –, Adorno e Horkheimer vinculam o antissemitismo ao processo de falsa projeção², que dificulta ou impede a reflexão sobre os discursos propagados pelo fascismo. Nesse texto, o antissemitismo, que teve um de seus pontos de culminância na barbárie ocorrida em Auschwitz, não é compreendido apenas como algo episódico e pontual, e sim como uma tendência histórico-social reincidente – porquanto as circunstâncias psicossociais que tornam as pessoas capazes de cometer tais atrocidades ainda se mantêm presentes e inalteradas.

Mas qual é o substrato psíquico dessas circunstâncias psicossociais, especialmente quanto à formação de uma massa coesa? Adorno e Horkheimer lembram que Freud atribuiu aos indivíduos e à relação familiar essa tendência para a identificação em e com a massa:

Os homens não se fazem massa por simples quantidade, mas sob a ação de condições sociais específicas, entre as quais se incluem tanto o comportamento do líder ou de outra figura paterna, como a identificação com o líder, com os símbolos ou com a horda de seus próprios semelhantes, submetem a massa à mesma dependência (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 85).

Assim, se o fascismo é a reprodução do arcaico na e pela civilização, o é porque – antes e profundamente – certa servidão voluntária dos indivíduos a um pai primitivo ocorre

² A noção de projeção, na psicanálise freudiana, é uma tendência natural na formação da psiquê. Corresponde à tendência da psiquê para refletir objetos que lhe são externos e até estranhos, recebendo elementos (estímulos, informações, etc.) do mundo e reenviando ao mundo outros elementos (impressões, sentimentos, etc.) acerca desses objetos – por meio de atitudes e/ou da linguagem. Adorno e Horkheimer destacam, todavia, que a projeção seria falseada quando o reenvio de elementos ocorre em função de imagens prejudicadas dos objetos considerados, e que são confundidas com os próprios objetos.



na sua identificação na e pela massa.

4 FRAQUEZA DO EU E FORMAÇÃO DA MASSA

Ao pesquisar acerca da personalidade autoritária, Adorno (2019) identifica a tendência para a aceitação de programas políticos e sociais que acenam para o atendimento dos interesses socioeconômicos dos indivíduos. Por conseguinte, nesse trabalho, o autor avança na discussão acerca do fascismo, entretanto, enveredando-se no estudo de questões psicológicas e objetivas que incidem sobre a aceitação dos programas políticos e sociais:

O fascismo, a fim de ser bem-sucedido como um movimento político, precisa ter uma massa como base. Ele precisa assegurar não apenas a submissão temerosa, mas a cooperação ativa da grande maioria das pessoas. Uma vez que, por sua natureza mesma, ele favorece poucos à custa de muitos, não tem como demonstrar que irão melhorar a situação da maioria das pessoas a ponto de seus interesses serem atendidos. Ele precisa, portanto, fazer apelo, acima de tudo, não ao autointeresse racional, mas às necessidades emocionais – frequentemente aos medos e desejos mais primitivos e irracionais (ADORNO, 2019, p. 88).

Horkheimer e Adorno (1978) argumentam, a respeito do conceito de massa, que esta se constitui em um fenômeno moderno, ocorrido a partir da atomização dos indivíduos e correspondente ao desenvolvimento das grandes cidades. A massa, nesse sentido, não se define pela proximidade geográfica entre os indivíduos, e sim pelas modificações nos sujeitos, os quais demonstram uma relação paradoxal na sociedade moderna: a já mencionada contradição entre o estágio do desenvolvimento técnico, altamente racionalizado, e o espírito de época dos indivíduos, que “retornaria, pois, a um estágio anterior do desenvolvimento, assemelhando-se ao ser primitivo e à criança” (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 80).

Por conseguinte, o mesmo desenvolvimento técnico permite o aumento da amplitude e do alcance da propaganda promovida pelos agitadores fascistas, sem que, no entanto, seja esta a única causa deste perigo social. Como vimos, os agitadores fascistas mobilizam as predisposições psíquicas já existentes nos indivíduos, por meio de um padrão propagandístico. Ao analisar a abordagem psicológica da propaganda fascista, Adorno (2015a) delimitou três pontos principais:

- a) A propaganda é personalizada e não objetiva, isto é, constantemente faz referência à figura do líder, que compartilha aspectos da vida pessoal do cidadão comum, fazendo-o parecer parte do povo, imaculado pelos interesses econômicos e, ao mesmo tempo, grande líder da massa, interessado pelos seus subordinados e dotado



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de altruísmo.

- b) Há uma troca dos fins pelos meios, muitas referências a um grande movimento, porém sem revelar a finalidade da mobilização. A agitação para a mobilização da massa é mais importante do que discutir a finalidade do movimento.
- c) O conteúdo da propaganda é uma finalidade nela mesma, e os participantes do movimento são tratados como a uma elite, o que lhes suscita o prazer pela integração na massa.

Essas três características pontuais indicam a moderna dissolução dos indivíduos, que acontece pela mobilização racional dos aspectos primitivos e irracionais desde sempre presentes na sociedade. Como havíamos salientado antes, não obstante a liderança fascista não conhecer sistematicamente todos esses mecanismos da ação psicológica, ela consegue produzir os efeitos que deseja a partir e em torno de uma paridade das estruturas psíquicas entre o líder e seus subordinados.

Em Paxton (2007), ao se referir às paixões mobilizadoras, podemos encontrar princípios análogos ao exposto por Adorno (2015a). O sentimento de catástrofe irremediável; a primazia do grupo com a subordinação do indivíduo; a crença de que o grupo é uma vítima, afetada pela decadência do liberalismo; a necessidade da existência de uma comunidade pura, formada pela violência excludente ou por consentimento; o grande apelo à autoridade do líder; a beleza da violência e a eficácia da vontade para o êxito do grupo, são os elementos difíceis de situar historicamente, pois existem para além do fascismo histórico.

Adorno (2019) justificava a escolha do fascismo como referencial para a investigação acerca dos potenciais adeptos às ideias autoritárias, justamente, pelo fato de que nenhuma outra tendência político-social ameaça com tanta intensidade os valores e as instituições civilizadas tradicionais. Na sua opinião, o conhecimento das forças psicológicas que favorecem a aceitação do fascismo podem mesmo ajudar a combatê-lo, e, para tanto, faz-se necessário atentar para o fascismo potencial.

Em sua investigação, Adorno descobriu que os indivíduos extremamente suscetíveis à propaganda fascista têm muitos aspectos em comum, e que “Eles exibem numerosas características que juntas formam uma ‘síndrome’” (ADORNO 2019, p. 72). Os indivíduos que se localizam no extremo oposto do referido grupo apresentam características bem mais variadas, e maior compatibilidade com a diversidade.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

As pesquisas realizadas por Adorno para tipificar os indivíduos acessíveis às ideias autoritárias (2019), levaram em conta que o “eu” é o responsável por ponderar os aspectos não racionais presentes nas ideologias, operando como uma faixa limitadora intercambiante entre a adesão cega e a ponderação, formada a partir de uma consciência desperta. Entretanto, tais pesquisas identificaram também a existência de um outro componente determinante, o qual embaçou a distinção entre os pontuadores altos e baixos referentes aos elementos desses tipos psicológicos.

Ora, esse componente determinante, identificado por Adorno, tem relação com a atmosfera cultural e a influência ideológico-política dos meios de comunicação sobre a opinião das pessoas:

Se nosso *clima cultural* foi *padronizado* sob o impacto do controle social e da concentração tecnológica em uma extensão nunca antes conhecida, podemos esperar que os hábitos de pensamento dos indivíduos reflitam essa padronização, assim como ocorre com a dinâmica de suas próprias personalidades (ADORNO, 2015b, p. 339, grifos nossos).

Tal “clima cultural padronizado” é típico da época contemporânea. Segundo Adorno (2010), neste nosso tempo, a cultura assume uma forma *sui generis*, caracterizada pela onipresença do espírito alienado. A forma regressiva resultante é compreendida como *semicultura* ou *semiformação*, estágio histórico/biográfico em que “[...] uma consciência que renunciou à autodeterminação, prende-se, de maneira obstinada, a elementos culturais aprovados” (ADORNO, 2010, p. 9).

Dentre as características da semiformação, elencamos duas, em particular, que compreendemos como importantes para o estudo da relação entre a cultura e uma “fraqueza do eu” (ADORNO, 1995, p. 153), especialmente em meio ao fenômeno fascista: em primeiro lugar, dado o fundamento destrutivo do fascismo apontado por Adorno (2015a), o aspecto defensivo da semiformação; em segundo lugar, o enfraquecimento da capacidade individual e coletiva para o tensionamento entre pensamento e realidade (ADORNO, 2010).

Destarte, para João P. M. Almeida (2022), encontramos um grau de paridade persistente entre a estrutura discursiva de slogans utilizados pela Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, e suas formas parafrásticas nas falas do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. O movimento integralista, inspirado no fascismo italiano, mobilizava significados de Deus, pátria e família, para que fossem condizentes com os propósitos políticos da AIB. Mais de meio século depois, há uma reapropriação desse discurso para mobilização das



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

massas em favor de um projeto político antidemocrático.

Entretanto, essa tendência ao autoritarismo não é percebida apenas no Brasil, mas como uma tendência mais ampla. De acordo com José A. Zamora (2020), a atual fase do neoliberalismo é caracterizada por uma transformação da sociedade civil, na qual triunfam os posicionamentos nacional-populistas, racistas e fascistas. Essa transformação, no entanto, não marca o fim do neoliberalismo, mas uma forma do sistema econômico reforçar a sua lógica e suas estruturas, captando o descontentamento das classes subalternizadas e mobilizando as massas para o ataque contra grupos sociais específicos.

Zamora (2020, p. 23) elenca outra característica: a de que a agressão se direciona para grupos nomeados como mais fracos, o que impede que a mesma agressão seja direcionada às autoridades do próprio grupo, o que gera uma “rebelião conformista”, combinando o prazer em obedecer e a agressão contra os indefesos. O populismo autoritário de nossos dias atua como uma “cura torta” (ZAMORA, 2020. p. 23), que descarrega o sintoma individual por meio do sintoma coletivo, desde que as imagens e os mitos criados adquiram um caráter de movimento de massa.

O aspecto defensivo da semiformação – isto é, a rejeição sistemática, por parte dos indivíduos, daquilo que poderia revertê-la – diz respeito à irracionalidade dos discursos fascistas, especialmente quanto à troca dos fins pelos meios. A semiformação atuaria, para a *formação da massa*³, no limiar entre a predisposição e o estímulo, processo que ainda teria, como elemento reativo, uma identificação dos indivíduos com o líder. A resistência a esse processo, portanto, se encontraria no fortalecimento egoico e no exercício da memória como uma mediação capaz de reverter a semiformação.

Tal percepção, da participação da semiformação na *formação da massa*, põe em evidência a significação da educação para uma contraposição efetiva da propaganda fascista. Afinal, dado o fundamento destrutivo do fascismo, a educação é um elemento importante para oposição à propaganda. Para Adorno (1995), a função da educação não é a de modelar pessoas, porém agir no sentido de produzir uma consciência verdadeira, sem descartar, no entanto, os momentos de adaptação da consciência ao existente.

Na concepção adorniana (1995), a consciência não se situaria apenas no âmbito da intelectualidade. Vale dizer, pois, que uma verdadeira consciência não se limitaria à

³ Horkheimer e Adorno (1978) consideram que há uma tríade de condições a atuar na formação da massa: a predisposição, o estímulo e a reação – uma vez que a massa é um produto social gerado a partir da atomização dos indivíduos.



escolarização, compreendida como o acúmulo ou justaposição de conhecimentos científicos – haja vista que, como exemplifica Adorno (2010), mesmo intelectuais com alto grau de formação científica também foram capazes de atrocidades em nome do fascismo alemão. A consciência verdadeira se engendraria na capacidade de aptidão às experiências, na forma de uma educação para a resistência às tendências integradoras da sociedade.

Desse modo, a tarefa hercúlea da educação é a de se contrapor àquilo que a própria sociedade passou a exigir, conforme o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção: a adaptação total do “eu” com relação à realidade. Faz-se necessária, portanto, a promoção do desenvolvimento dos processos educativos sem a diluição do eu na massa, nem a dissimulação de sua finalidade, ao mesmo tempo, sem incorrer em alguma forma de propaganda invertida. Desse modo, o desenvolvimento da consciência verdadeira não pode ocorrer a partir da utilização dos mecanismos de mobilização das massas em favor da democracia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de tecermos nossas palavras finais, retomamos nossas questões iniciais: poderíamos compreender o fascismo para além de seu caráter historicamente episódico e pontual? É possível identificá-lo como uma reprodução do arcaico na e pela civilização? Assim, pois, os atos agressivos, a intolerância abrangente, as evocações ao totalitarismo e as manifestações antidemocráticas que assolaram a realidade brasileira e internacional, indicam de que o espectro do fascismo ronda a civilização, ainda ou permanentemente?

O fascismo, conquanto seja um fenômeno de massa, é dependente das estruturas psíquicas dos indivíduos. Engendra-se, não obstante, a partir de uma tríade de condições socioculturais: a ocorrência de uma predisposição, a agitação de uma massa e a ocorrência de uma reação destrutiva. O fundamento do fascismo é a cooptação de um apoio na massa – contra a própria massa –, cuja significação se localiza em e traduz nas manifestações contrárias aos princípios democráticos.

Desse modo, dadas certas condições históricas que lhe sejam favoráveis, o fascismo poderá ainda vir a reocorrer, posto que ainda perdura um contraste social entre a hipermaturidade técnica e a imaturidade dos indivíduos em sociedade. A propaganda fascista, como ferramenta de mobilização do irracional, sempre poderá voltar a desencadear o ódio generalizado por inimigos arbitrários.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O enfraquecimento do “eu” na massa é uma marca característica de que o fascismo ainda nos ronda, demonstrando a imperativa necessidade de uma educação para a aptidão às experiências e para a resistência às tendências integradoras da sociedade, ao desenvolver uma consciência verdadeira. É necessário que se desenvolva, nos indivíduos, os elementos de tensionamento entre o pensamento e a realidade, os quais sejam capazes de resistir aos aspectos primitivos e irracionais da conversão do indivíduo em massa e da propaganda fascista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Antissemitismo e propaganda fascista. In: **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Ed. UNESP, 2015a.

ADORNO, T.W. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Ed. UNESP, 2015b.

ADORNO, T. W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Ed. UNESP, 2019.

ADORNO, T. W. Teoria da semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. (Orgs.). **Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2010.

ADORNO, T. W. Educação – para quê? In: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, J. P. M. “Deus, pátria, família”: os sentidos do fascismo brasileiro. **Revista Rua**, Campinas (SP), v. 28, n. 2, novembro, 2022, p. 353-376.

BUENO, S. F. **Adorno, o fascismo e o mal**. Marília (SP), São Paulo: Oficina Universitária, Cultura Acadêmica, 2021.

BUENO, S. F. **O fascismo em dez lições**. São Paulo: Ed. UNESP, 2022.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. A massa. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Temas básicos da sociologia**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.

PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ZAMORA, J. A. Neoliberalismo, nacional-populismo e “A personalidade autoritária”. **Revista Cult**, ano 23, edição 259, julho, 2020.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



**EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO DA COLETIVIDADE: EM FOCO A
FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA**

Luciana Figueiredo Lacanallo¹ -
Universidade Estadual de Maringá
Jhenifer Licero Schuete Silva² -
Universidade Estadual de Maringá
Maria Luiza Evangelista Gil³ -
Universidade Estadual de Maringá

Nome do GT: Outros Temas Contemporâneos

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo discutir como as Situações Desencadeadoras de Aprendizagem podem possibilitar o desenvolvimento da coletividade em alunos dos anos iniciais do ensino fundamental I nas aulas de matemática. Dessa forma, fundamentamos em Petrovisky (1980) e Moura (2010) definimos como objetivos específicos: entender a coletividade com base na Teoria Histórico-Cultural; desenvolver uma SDA em turmas de 3º ano do ensino fundamental I com o conteúdo de divisão; analisar o movimento de coletividade no decorrer do trabalho docente junto aos estudantes. Realizamos uma pesquisa de campo, apresentada no texto em forma de um relato de experiência, produzido partindo a partir de discussões realizadas no grupo de extensão Oficina Pedagógica de Matemática (OPM) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática na Infância (GEPEMATI) vinculado a Universidade Estadual de Maringá - UEM. Por meio do relato, apontamos alguns princípios e estratégias que possam promover e orientar a coletividade nas escolas.

Palavras-chave: Atividade Orientadora de Ensino. Ensino Fundamental I. Aprendizagem e desenvolvimento.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir cómo las Situaciones Activadoras de Aprendizaje pueden posibilitar el desarrollo de la colectividad en los estudiantes de los primeros años de la escuela primaria I en las clases de matemáticas. Así, con base en Petrovisky (1980) y Moura (2010), definimos los siguientes objetivos específicos: comprender la colectividad a partir de la Teoría Histórico-Cultural; desarrollar un SDA en las clases del 3º año de la Enseñanza Básica I con el contenido de división; analizar el movimiento de la colectividad en el curso del trabajo docente con los estudiantes. Realizamos una investigación de campo, presentada en el texto en forma de relato de experiencia, producida a partir de discusiones realizadas en el grupo de extensión Oficina Pedagógica de Matemática (OPM) y Grupo de Estudios e Investigación en Educación Matemática en la Infancia (GEPEMATI) vinculados a la Universidad Estadual de Maringá - UEM. A través del informe, señalamos algunos principios y estrategias que pueden promover y orientar a la comunidad en las escuelas.

¹ - Professora Doutora pelo Departamento de Teoria e Práticas da Educação da Universidade Estadual de Maringá (DTP-UEM) – e-mail: flacanallo@uem.br

² - Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). E-mail: jhenifer.schuete@gmail.com

³ Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). E-mail: maria.evangelistagil@gmail.com

Palabras clave: Actividad de Orientación Docente. Educación Primaria I. Aprendizaje y desarrollo.



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho com a coletividade na educação é algo que desafia os educadores. Isso porque, organizar alunos em duplas ou grupos maiores, no entendimento de muitos docentes, causa indisciplina e compromete a aprendizagem em sala. Tal entendimento acaba fazendo com que se perceba cada vez menos oportunidades de interação na escola, prevalecendo alunos sentados em fila um atrás dos outros e individualmente buscando solucionar, particularmente na matemática, os problemas propostos. Esses encaminhamentos tornam a aprendizagem, um processo individual e particular.

Essa dificuldade em estimular o coletivo também pode ser percebida entre os professores. Em razão das demandas de trabalho, mesmo muitas vezes atuando com as mesmas turmas, as tarefas são divididas e cada um faz uma parte, sem socialização ou discussão nos encaminhamentos didáticos a serem adotados. Acaba que um docente não tem conhecimento da ação ou do trabalho do outro colega, criando certo isolamento ou o individualismo na escola.

Porém, ao estudarmos a Teoria Histórico-Cultural (THC) elaborado por Vigotski, Luria e Leontiev (LURIA, 2016), entendemos que o ser humano é um ser social, que precisa de relações e de interação para se desenvolver e se apropriar dos instrumentos e conhecimentos históricos, destacando, portanto, o papel do coletivo na formação do indivíduo.

No entanto, Petrovisky (1980) ressalta que não é o fato de fazer parte de um grupo que nos torna coletivo, nem todo grupo é um coletivo. O autor caracteriza que o coletivo se constitui quando, um grupo de pessoas buscam juntas as soluções para seus problemas, tendo um fim comum. Nesse sentido, nos perguntamos: como organizar a coletividade nos anos iniciais do ensino fundamental I, de modo que pela interação todos possam aprender e se desenvolver? Como estimular e promover o caráter de coletividade junto aos estudantes reconhecendo que este é um princípio que pode colaborar com a constituição humana?

Entendemos que oportunizar momentos em que a coletividade entre os estudantes seja promovida e orientada é indispensável ao processo de ensino, o que se justifica a necessidade da presente pesquisa. Desse modo, partindo de discussões realizadas no grupo de extensão Oficina Pedagógica de Matemática (OPM) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática na Infância (GEPEMATi) vinculado a Universidade Estadual de Maringá - UEM,

refletiremos sobre estratégias que possam incentivar a coletividade nas escolas.



Embasando na Atividade Orientadora de Ensino, acreditamos que é possível promover essa coletividade inserindo nas ações educativas as Situações Desencadeadoras de Aprendizagem (SDA). As SDAs permitem que, os alunos, se organizem em um coletivo, diante de um problema semelhante ao que o ser humano se deparou no decorrer de sua trajetória histórica. Apresentar essas situações aos alunos, é algo que pode ser feito por meio de jogo, situação emergente do cotidiano e história virtual do conceito.

No decorrer do texto, discutiremos esses conceitos, mediante um estudo de campo, apresentado em forma de relato de experiência, em que descreveremos como foi desenvolvida uma SDA em turmas de 3º ano do ensino fundamental I de uma escola pública da região norte do Paraná. Nosso objetivo com este relato é discutir como as Situações Desencadeadoras de Aprendizagem podem possibilitar o desenvolvimento da coletividade em alunos dos anos iniciais do ensino fundamental I nas aulas de matemática.


Definimos como objetivos específicos: entender a coletividade com base na Teoria Histórico-Cultural; desenvolver uma SDA em turmas de 3º ano do ensino fundamental I com o conteúdo de divisão; analisar o movimento de coletividade no decorrer do trabalho docente junto aos estudantes.

Dessa forma, nos fundamentaremos em Davydov (1982) que apresenta princípios teóricos que nos ajudam a compreender porque as relações sociais são necessárias ao desenvolvimento humano, além disso apresentaremos o conceito de coletividade desenvolvido por Petrovsky (1980) e Moura (2010). Na sequência, faremos um relato de um trabalho desenvolvido com uma SDA explorando coletividade a partir da matemática. Por fim, faremos uma análise desse movimento, de modo a constatar se as SDAs podem contribuir para o desenvolvimento da coletividade em alunos dos anos iniciais do ensino fundamental I.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Teoria Histórico-Cultural o homem é um ser histórico, constituído por meio de sua relação com o mundo natural e social, isso porque, cada ser humano aprende a ser humano, não basta seu nascimento para garantir a ele a condição de ser humanizado (LEONTIEV, 1978). Nesse processo de humanização, conforme Vigotski (2001)⁴, a linguagem

⁴ Há diferentes grafias para o nome Vigotski a depender da tradução, no entanto adotaremos nessa pesquisa a grafia



viabiliza a comunicação entre os indivíduos e o desenvolvimento do pensamento, bem como outras funções psicológicas superiores tal como atenção, memória, imaginação, abstração, entre outras.

Nessa direção, Vigotski (2001) define que a linguagem é um sistema de signos que permite a comunicação, transmissão e assimilação do conhecimento e da experiência acumulada pelo homem ao longo dos tempos, auxiliando as pessoas a se relacionarem entre si. A matemática, é uma dessas linguagens, e como tal, configura-se, de acordo com Moura (2007, p. 48) como:

[...] um destes instrumentos que capacitam o homem para satisfazer a necessidade de relacionar-se para resolver problemas, em que os conhecimentos produzidos a partir dos problemas colocados pela relação estabelecida entre os homens e com a natureza foram-se especificando em determinados **tipos** de linguagem que se classificaram como sendo matemática.

A criança tem contato com a matemática mesmo antes de ingressar na escola, pois esses conceitos, são produzidos historicamente em razão de necessidades sociais. Todavia, mesmo que os conceitos matemáticos estejam presentes nas relações cotidianas e espontâneas, a apropriação é limitada e gera a necessidade do homem em aprimorá-los com a escolaridade formal. Os conhecimentos cotidianos, são insuficientes para desenvolver o máximo potencial humano, e sem o ensino a apropriação dos conceitos científicos não acontecerá, logo o desenvolvimento será limitado. Davydov (1982, p. 226) defende a necessidade desta apropriação e ressalta que “conceitos científicos são conceitos obtidos na escola”.

O conhecimento científico é aquele que necessita de sistematização e organização para que o outro possa se apropriar, sendo função da escola transformar o conhecimento em escolar, mas sem desconsiderar a relação com os conhecimentos espontâneos. Isso porque, como aponta Vygotsky (2001, p. 539), “[...] todo conceito científico deve apoiar-se em uma série de conceitos espontâneos que germinaram até chegar à escola e transformá-los em científicos.”

Nesse sentido, de acordo com Vigotski (2001), nos apropriamos do conhecimento científico e nos desenvolvemos enquanto humanos por meio do processo de internalização, que parte do social (relação intersíquica) para o individual (relação intrapsíquica). Pela interação com outros e com o conhecimento, a aprendizagem e o desenvolvimento serão potencializados, ou seja, pelo coletivo nos humanizamos.

Vigotski.

I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Mas, o que é um coletivo? De acordo com Petroviski (1980, p. 126, tradução nossa) coletivo é entendido como “um grupo de pessoas que sendo parte de uma sociedade se unifica com fins comuns para realizar uma atividade conjunta submetida aos objetivos desta sociedade”. Como então, criar momentos em que a ação coletiva seja possível entre alunos??

Diante disso, Moura (2010) defende que a coletividade é um princípio que promove a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico e para isso propõe a Atividade Orientadora de Ensino (AOE). Para a AOE, a coletividade é um dos elementos constitutivos:

Na AOE, a solução da situação-problema pelos estudantes deve ser realizada na coletividade. Isso se dá quando aos indivíduos são proporcionadas situações que exigem o compartilhamento das ações para a resolução de uma determinada situação que surge em um certo contexto. (MOURA *et al.*, 2010, p. 106)

Para materializar a AOE, são propostas as Situações Desencadeadoras de Aprendizagem (SDA), que objetivam assegurar a apropriação do conhecimento científico por meio da coletividade. A SDA, de acordo com Moura *et al.* (2010), deve contemplar a síntese histórica do conceito, que gera a necessidade de desenvolvimento do conceito, produzido historicamente; o problema desencadeador, capaz de mobilizar o sujeito a buscar soluções, colocando-o em atividade e, por fim, a síntese coletiva, revelando soluções para o problema de forma articulada em conjunto pelos estudantes.

A SDA pode ser materializada por diferentes recursos metodológicos, em especial, os jogos, situação emergente do cotidiano e história virtual do conceito. Com base em Moura *et al.* (2010), todas essas três formas de SDA buscam gerar a necessidade de solução de problemas por meio de um coletivo em sala de aula.

Entendendo que nosso objetivo é compreender como a SDA pode possibilitar o desenvolvimento dos estudantes do ensino fundamental I, criando ações de caráter coletivo entre eles, selecionamos uma história virtual. A história virtual é:

compreendida como uma narrativa que proporciona ao estudante envolver-se na solução de um problema como se fosse parte de um coletivo que busca solucioná-lo, tendo como fim a satisfação de uma determinada necessidade, à semelhança do que pode ter acontecido em certo momento histórico da humanidade (MOURA *et al.*, 2010, p. 105)

Assim, tendo em vista a coletividade como um dos elementos essenciais na SDA,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



apresentamos a seguir, os procedimentos metodológicos caracterizando o passo a passo da realização do presente trabalho.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho apresentado é classificado como uma pesquisa de campo, por permitir uma apreensão de dados mais profundos, conforme ressalta Gil (2002). Nesse sentido, a pesquisa também pode ser caracterizada como aplicada, pois, vai além de uma discussão teórica, buscando respostas para uma pergunta que trazem implicações diretas sobre a atuação docente na educação básica.

Para tanto, em um primeiro momento realizamos discussões acerca do tema coletividade no “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática na Infância (GEPEMATI), formado por graduandos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pós-graduandos em educação e da Oficina Pedagógica de Matemática (OPM). Os grupos têm como objetivo discutir a educação matemática na infância, aproximando teoria e prática, a partir dos pressupostos da THC.

Partindo das discussões feitas nos grupos, surgiram proposições em relação ao desenvolvimento da coletividade no trabalho com alunos de uma turma de 3º ano do ensino fundamental I de uma escola pública da região norte do Paraná. Para isso, elaboramos, junto com os participantes dos grupos de estudos, uma história virtual partindo da literatura infantil “Camilão, o comilão” de Ana Maria Machado (2006), explorando o conceito de divisão.

4. DESENVOLVIMENTO

O estudo de campo, apresentado em forma de relato de experiência, refere-se as discussões desenvolvidas nos grupos de extensão e pesquisa, e a uma intervenção realizada em uma turma de 3º ano do ensino fundamental I de uma escola pública da região norte do Paraná.

No decorrer de nossos estudos, elaboramos uma história virtual, para ensinar o conceito de divisão explorando a ludicidade, tão necessária ao processo de escolarização. A história conta as aventuras de um porco faminto e comilão, que sai em busca de alimentos, e, a cada animal que encontra, ele pede algo para comer. No desenrolar da história, cada animal doa a Camilão uma quantidade de alimento, seguindo a ordem da sequência numérica dos números

naturais, por exemplo: o cachorro dá uma melancia; o burro, duas abóboras; assim por diante, até chegar à dez avelãs doadas pelo esquilo no final da história. Embora Camião fosse comilão, mesmo após conseguir tantos alimentos, decide fazer uma festa, convidando todos aqueles amigos que lhe doaram os alimentos.

Inicialmente, realizamos a contação da história, com recursos produzidos por uma integrante do grupo de estudos. Os recursos foram confeccionados com materiais presentes na escola, por exemplo, o pote de mel doado pela abelha foi representado por uma borracha embrulhada em papel celofane na cor do mel.


Já, no momento da contação, envolvemos a participação coletiva dos alunos. Os grupos participavam sendo os animais citados na história que apareciam pelo caminho. Eles iam até a frente da turma, liam as falas dos personagens, selecionavam as quantidades indicadas e alguns até modificavam as vozes dramatizando os animais, como mostra a Figura 1. Além disso, no decorrer da contação, os estudantes foram realizando a contagem dos alimentos em voz alta junto com as professoras (Figura 1) e relembrando a sequência e a quantidade de cada alimento já conseguido por Camilão. Por meio da ludicidade, a turma se tornou, coletivamente, o narrador da história, explorando a atenção e a memorização dos fatos relatados. Em seguida, com a ajuda do grupo de alunos, fomos relembrando a ordem dos alimentos, suas quantidades correspondentes e registrando no quadro.

Figura 1 – Contação coletiva da história



Fonte: Das autoras, 2022.

Após explorarmos a literatura infantil e todo seu potencial de ludicidade, no final,



propusemos o seguinte problema desencadeador: *Como organizar os alimentos em três cestas de piquenique, de modo que cada cesta tenha todos os alimentos doados na mesma proporção de quantidade de frutas?* Nossa intenção com esse problema foi motivar a resolução do problema por meio da coletividade, levando os alunos em grupos a sentirem necessidade de pensar sobre o conceito de divisão.

Para a busca dessa solução, organizamos a turma em três grupos e entregamos massinhas de modelar para que representassem cada alimento citado na contação e buscassem formas para dividi-los nas cestas. No começo cada aluno, pensava na quantidade do seu alimento e buscava dividi-lo, sendo mais fácil a tarefa para aqueles com quantidades múltiplas de 3. Mas, para quantidades cujo resultado da divisão por 3 não resulta em um número inteiro positivo ou natural não divisíveis exatos por 3, os alunos já diziam que não dava. Começamos intervindo pedindo que pensassem em grupo, afinal será que o outro não tem alguma ideia para ajudar? Assim a solução começou a ser discutida pelo grupo, trocavam ideias, cada aluno sugeria uma estratégia e os demais faziam comentários e sugestões. Os alunos, com mediação das professoras, começaram a participar das hipóteses que os outros apresentavam, realizadas nos grupos e ao final da aula, fizemos uma discussão geral, para que todos pudessem conhecer, analisar e discutir as formas utilizadas para resolver o problema.

Nesse movimento de intervenção, constatamos que a SDA e a forma como foi conduzida junto a turma, possibilitou o desenvolvimento da solução do problema proposto pela coletividade nos alunos, possibilitando a partir da interação e troca de ideias sínteses bem elaboradas sobre o conceito de divisão.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a turma organizada em grupos, utilizando materiais concretos disponibilizados aos alunos e com a situação desencadeadora proposta, percebemos a busca de soluções de forma coletiva. Nesse sentido podemos traçar um paralelo com o que Petrovsky (1980) afirma sobre o coletivo, ou seja, estamos em coletividade quando todo grupo busca chegar a um mesmo fim.

Em busca de soluções, os alunos propuseram ideias para a divisão dos alimentos nas três cestas, utilizando o material manipulativo. Pela nossa mediação, os estudantes ouviam as hipóteses dos colegas e contribuía com novas sugestões. A partir deste diálogo entre eles, as

professoras, testavam as ideias sugeridas juntamente com o grupo, a fim de chegar a uma possível síntese coletiva. Assim, os alunos em atividade coletiva, contribuíam uns com os outros, chegando a sínteses elaboradas e adequadas a solução do problema.

Figura 2 – Realização de testagem utilizando os alimentos feitos de massinha de modelar



Fonte: Das autoras, 2022.

Percebemos, nesse movimento, uma certa coesão do coletivo, como denomina Petrovsky (1980, tradução nossa). Essa coesão é quando cada estudante propõe suas ideias, baseadas em seus conhecimentos e ao final se chega a um acordo representativo da solução para o problema:

Uma das propriedades mais importantes do coletivo, como se sabe, é sua coesão. O coletivo que está coesionado é capaz de salvar das dificuldades mais facilmente, de trabalhar em harmonia, de criar as possibilidades mais favoráveis (PETROVSKY, 1980, p. 134, tradução nossa)

Ao final da intervenção, reunimos a turma, a fim de que cada um dos grupos relatasse a resolução encontrada. Durante a socialização das soluções foi comum ouvirmos falas ansiosas dos alunos como: “Pensamos em uma forma diferente”, “Deixa eu falar nosso jeito”, “Nós não fizemos igual”. Essas falas evidenciam o quanto queriam compartilhar como seu grupo resolveu o problema e, o quanto o coletivo estava no mesmo momento, envolvidos e com motivos para aprender.

Com os relatos, a turma percebeu as diferentes possibilidades para a solução de forma criativa. Por exemplo, ao dividir as duas abóboras, um grupo pensou em cortá-las em 6 pedaços e deixar dois em cada cesta, outro pensou em fatiá-las como uma pizza, e distribuir as fatias desse alimento; teve ainda um grupo que pensou em dividir cada abóbora em dois, obtendo 4 fatias, de forma que cada uma das cestas tivesse uma metade, sobrando uma parte que seria

dividida em três.



Por meio do exemplo da divisão da abóbora, cada grupo, ampliou a compreensão sobre o conceito de divisão com o coletivo. O exemplo dessa situação, mostra que um mesmo problema pode ser solucionado de diferentes maneiras, deixando evidente a diversidade de ideias possíveis em um coletivo composto por pessoas com variados processos de aprendizagem.

A partir desse relato, compreendemos a necessidade de mobilizar os estudantes a buscarem soluções de forma coletiva, com problemas interessantes e desafiadores. Ter elaborado um bom problema desencadeador é indispensável na organização do ensino, quando se objetiva explorar o trabalho em equipe, a socialização, a interação de ideias e conhecimentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção com este trabalho, foi discutir a seguinte questão norteadora: como desenvolver a coletividade por meio de uma SDA em turmas de 3º anos do ensino fundamental I? Na busca por respostas, elaboramos coletivamente, com um grupo de professores que ensinam matemática, uma história virtual baseada na literatura infantil “Camilão, o comilão” (2006) de Ana Maria Machado, em uma escola pública da região norte do Paraná.

Baseadas nos estudos de Petrovsky (1980) sobre a coletividade, entendemos que nossos encaminhamentos e todo o processo realizado para solucionar o problema proposto colaborou para o desenvolvimento da coletividade dos alunos. Visto que, em coletivo, os estudantes buscaram soluções para o mesmo objetivo: ajudar o Comilão dividir os alimentos que ganhou, na mesma quantidade e proporção em três cestas para o piquenique que realizaria.

Constatamos que os estudantes participaram e contribuíram com a solução do problema, expondo suas experiências de vida e conhecimentos, ampliando as possíveis estratégias, fazendo novas sínteses essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento psíquico.

Compreendemos que as discussões e a intervenção aqui relatadas foram possíveis devido aos estudos realizados por um coletivo, formado pelo Grupo de Estudos em Educação Matemática na Infância (GEPEMAT) e pela Oficina Pedagógica de Matemática (OPM). Esse destaque precisa ser feito, pois o trabalho e a formação docente não podem ser vistos como responsabilidade individual, os esforços e a direção precisam ser coletivas. Só a partir dessa

I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

compreensão, fortaleceremos e ampliaremos esses espaços formativos na direção de mudanças na organização de ações de ensino voltadas a emancipação de todos os alunos.



REFERÊNCIAS

DAVYDOV, V. V. **Tipos de generalización en la enseñanza**. 3ª. Ed. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1982.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Ed. **Atlas**: São Paulo, 2002.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros. Horizonte, 1978.

LURIA, A. R. Vigotskii. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 14. Ed. São Paulo: Ícone Editora, 2016. p.21-37.

MACHADO, A. M. **Camilão, o comilão**. 2. ed. Fortaleza: Salamandra, 2006.

MOURA, M. O. de *et al.* A atividade Orientadora de Ensino como unidade entre ensino e aprendizagem. In: MOURA, M. O. de *et al.* **A atividade pedagógica na teoria histórico-cultural**. Brasília: Líber Livro, 2010. p. 81-109.

MOURA, M. O. Matemática na infância. In: MIGUEIS, M. R.; AZEVEDO, M.G. **Educação matemática na infância: abordagens e desafios**. Serzedo, Vila Nova de Gaia: Gaia livro, 2007. p. 39-64

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PETROVSKI, A. **Psicologia General**. Moscou: Editorial Progreso, 1980. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/download/23851/21382>. Acesso em: 21 fev.2023.



GAMIFICAÇÃO NUMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA ENSINO DA FORMA DECIMAL DOS NÚMEROS RACIONAIS

Andreza Munaretti¹ - UNIOESTE

Marcia Dahmer de Moraes² - UNIOESTE

Marcos Lübeck³ - UNIOESTE

Nome do GT: Outras temas contemporâneos

RESUMO

A gamificação é uma metodologia eficaz para o ensino e a aprendizagem, principalmente de conteúdos matemáticos, propiciando o aumento do interesse e engajamento dos alunos. Partindo dessa premissa, este artigo tem como objetivo principal investigar a partir de uma sequência didática baseada no conteúdo da forma decimal dos números racionais por meio da gamificação. Para o desenvolvimento deste trabalho foram realizadas as seguintes etapas: um levantamento de materiais bibliográficos; estudos baseados na gamificação e; a elaboração de uma sequência didática, esta dividida em cinco etapas: a introdução do conteúdo usando recursos didáticos; a utilização dos recursos da plataforma *matific*, além de outros jogos virtuais; o emprego do jogo *stop*; a realização de uma atividade usando notas fiscais e; por fim, um questionário aplicado aos alunos. Após a realização das aulas, por meio dessa sequência, observou-se que essa metodologia facilitou o entendimento e a aprendizagem dos conceitos envolvidos por parte dos educandos e que houve uma boa aceitação da gamificação como metodologia ativa, sobretudo pelo trabalho colaborativo realizado durante o processo de ensino.

Palavras-chave: Metodologia ativa; Matemática; Ensino; Jogos.

RESUMEN

La gamificación es una metodología efectiva para la enseñanza y el aprendizaje, especialmente de contenidos matemáticos, proporcionando un mayor interés y compromiso de los estudiantes. Partiendo de esta premisa, este artículo tiene como objetivo principal presentar una secuencia didáctica basada en el contenido de la forma decimal de los números racionales a través de la gamificación. Para el desarrollo de este trabajo se realizaron las siguientes etapas: un levantamiento de materiales bibliográficos; estudios basados en la gamificación y; la elaboración de una secuencia didáctica, dividida en cinco etapas: la introducción de contenidos utilizando recursos didáticos; el uso de los recursos de la plataforma Matific, además de otros juegos virtuales; el uso de la parada del juego; llevar a cabo una actividad utilizando facturas y; Finalmente, un cuestionario aplicado a los estudiantes.

Palabras clave: Metodología activa; Matemáticas; Enseñando; Juegos

¹ – Terapeuta Ocupacional, Mestranda em Ensino (UNIOESTE) – e-mail munarettiandreza@gmail.com

² - Licenciada em Matemática, Mestranda em Ensino (UNIOESTE) – e-mail: marcia_dahmer.smi@hotmail.com

³ - Doutor em Educação Matemática. E-mail: marcoslubeck@gmail.com.



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A matemática é considerada, na maioria das salas de aula, como de difícil compreensão e é a razão de diversas queixas dos alunos. Porém, é possível aprendê-la de maneira mais prazerosa, eliminando esse julgamento prévio dos estudantes. O desafio docente da disciplina de matemática é justamente o engajamento, compreensão e acessibilidade dos estudantes. Diante dessa necessidade é preciso atualizar as ferramentas, metodologias e os recursos para aumentar o interesse dos alunos nessa matéria.

A aprendizagem pela transmissão conteudista é importante, mas o questionamento e experimentação é mais relevante, sobretudo para uma compreensão ampla e profunda, fatores relacionados com a aprendizagem ativa e reflexiva. –Toda aprendizagem é ativa em algum grau, porque exige do aprendiz e do docente formas diferentes de movimentação interna e externa, de motivação, seleção, interpretação, comparação, avaliação, aplicação (MORAN, BACICH 2018, p. 44).

O estudante precisa assumir uma postura ativa e a proposta docente deve fundamentar-se nas necessidades de sua realidade educativa, com a perspectiva de integrar a aprendizagem construída em outros conteúdos (CAMARGO; DAROS, 2018). Assim, a aprendizagem ativa mais relevante é a relacionada à nossa vida, aos nossos projetos e expectativas, se o estudante percebe que o que de forma direta ou indireta, ele se envolve mais (MORAN, BACICH 2018, p. 69).

A gamificação é uma ferramenta importante, sendo que nela se encontram alguns elementos, tal como jogadores, pensamento abstrato, desafios, regras, interatividade, fatores utilizados em dinâmicas de jogos, bem como ferramentas e recursos do processo educativo. O fator mais crítico do jogo é como ele pode convergir para uma oportunidade de aprendizado e crescimento dos alunos. Assim, a gamificação não banalizará o aprendizado, mas será sim um recurso que o docente poderá utilizar no cotidiano da sala de aula (KAPP, 2012).

As tecnologias também facilitam o ensino e a aprendizagem colaborativa, sendo cada vez mais importante para a comunicação entre pares, às gerações acostumadas com o mundo digital. Com estas, a gamificação se torna atraente e é cada vez mais parte do cotidiano de grande parte das crianças. Assim, o papel do professor atualmente é amplo e complexo (MORAN, BACICH 2018).

Por um lado, quando o docente assume a centralidade do processo educativo, limita-se, por consequência, a participação ativa dos estudantes, restringindo seu potencial. A inovação gera formas de relações mais significativas entre os diferentes conhecimentos, propiciando a escola



ser um ambiente mais democrático, ampliando a autonomia pedagógica (CAMARGO; DAROS, 2018). Para que a aprendizagem pela experimentação ocorra, todo o ambiente escolar precisa estar alinhada para esta construção, em que os alunos tenham oportunidades interessantes aprender e de empreender (MORAN, BACICH, 2018).

Por outro lado, com o decorrer dos anos nota-se que os docentes, no ensino da matemática, precisam rever e atualizar suas aulas com objetivo de promover o interesse dos seus alunos. E a utilização das metodologias ativas no ensino da matemática pode estimular conhecimentos, promover a reflexão e gerar novos desafios para resolução de problemas (BOSSI; SCHIMIGUEL, 2020).

A abstração do jogo oferece a vantagens de simplificar os conceitos que o docente ensina, facilitando a compreensão das relações entre o conteúdo. Os jogos podem facilitar o raciocínio e o planejamento e ensinam por meio lúdico os fatos tradicionalmente aprendidos por memorização (KAPP, 2012). A metodologia ativa também permite a integração maior entre diferentes áreas do conhecimento, combinar espaços individuais e grupais, presenciais e digitais. Quanto mais o aluno enfrenta desafios conforme sua idade, melhor irá aprender (MORAN, BACICH, 2018).

Portanto, este artigo possui o objetivo de desenvolver uma sequência didática baseada no conteúdo da forma decimal dos números racionais por meio da gamificação. Será apresentada uma sequência didática que pode ser utilizada no processo de ensino com números decimais e as quatro operações, e para abordar os assuntos do sexto ano do Ensino Fundamental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A matemática é uma ferramenta que propicia à atuação crítica no contexto social, tendo sua importância para além das fórmulas, regras e realização de provas. A partir dessa perspectiva, o papel do professor deve ir adiante, sendo preciso buscar em meio às experiências e vivências sociais que os alunos trazem para a escola. Acrescentando ao desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas, tomadas decisões, diferentes perspectivas sobre o pensar e a consciência crítica sobre temas envolvidos e interdisciplinares (PERETTI; TONIN, 2013).

Atualmente, as tecnologias são aliadas e facilitam as ações humanas, incluindo-se o meio educacional, ou seja, é possível agregar a gamificação às tecnologias como um diferencial no processo de ensino de matemática. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) aliadas a metodologias ativas é um assunto discutido por pesquisadores e educadores, e a aplicação dessas compreendem que os jogos digitais proporcionam novas perspectivas de



ensino acrescentando na aprendizagem (ALVES; CARNEIRO, 2022).

Uma forma de adequar o ensino de matemática aos novos tempos é utilizar cada vez mais das tecnologias, incorporando estas na docência, assim, os games podem ser um centro dessa nova ação. A gamificação faz a tecnologia se tornar mais interessante para alguns alunos e ajudar, assim, na realização de tarefas tomadas como maçantes e contribui na resolução de problemas, ao invés de ser um problema (ESQUIVEL, 2017).

Aliás, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preconiza, na competência 5, que:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p. 9).

Segundo Alves e Carneiro (2022), nota-se que os docentes têm enfrentado dificuldades em propor metodologias que conquistem a atenção dos alunos e possam efetivamente conduzir a aprendizagem de maneira significativa. Além disso, a gamificação e seus métodos de aplicação apresentam grande potencial para consolidar-se como estratégia didático-pedagógica às metodologias ativas de suporte à aprendizagem (SOUZA; FIALHO, 2019, p. 13).

A aprendizagem ativa, que implica abordar problemas reais e jogos, é de extrema importância para os alunos aprenderem por meio da ação, colaborando com seus colegas e no ritmo que melhor lhes convier. Utilizar jogos é importante para as gerações atuais, por estarem cada vez mais atuantes no meio digital e próximas do contexto escolar. A gamificação motiva os alunos, gerando maior interesse pela aprendizagem, principalmente por divergir do método tradicional de ensino passivo e aproximar-se do aluno a partir do fazer. Os jogos mais interessantes para a educação ajudam os estudantes a enfrentar desafios, fases, dificuldades, a lidar com fracassos e correr riscos com segurança (MURTA; VALADARES; MORAES FILHO, 2015, p. 67).

A gamificação possui a capacidade de contribuir para o ensino de matemática devido a utilização dos diferentes elementos dos games, como: a criação de objetivos, a utilização de regras específicas, o uso de feedbacks, a escala de pontos, o ranking; além do estímulo competitivo entre os alunos, o que acarreta como fator motivador ao aprendizado matemático (BARBOSA; PONTES; CASTRO, 2020, p. 1608).

O uso de jogos é relevante para a aprendizagem matemática, desde que a atividade seja planejada conforme a necessidade da turma, tornando-se assim um potencial de aprendizagem interessante e com significado para os alunos, e o docente, ao valorizar o caráter lúdico como recurso de aprendizagem, propicia a participação dos estudantes frente ao conteúdo (ALVES; CARNEIRO; CARNEIRO, 2022). Conforme Peretti e Tonin (2013, p. 13), quando as crianças investigam a



matemática, passam a se relacionar melhor com ela, deixa de ser algo possivelmente assustador, precisa ficar claro para elas que a matemática não é algo distante, mas faz parte do dia a dia, está presente em várias situações.

A revisão sistemática realizada por Foerstnow e Miquett (2019) aponta que os recursos de gamificação mais utilizados foram *feedback* e recompensas, permitindo assim maior durabilidade do engajamento. São também comumente utilizados *softwares* para a implantação da gamificação, porém, não é um pré-requisito. Outrossim,

Os artigos apresentaram que o uso de atividades gamificadas trouxeram mais pontos positivos do que em atividades não gamificadas, trazendo significativos resultados na motivação e engajamento dos alunos. Tornando assim, a gamificação, em uma ferramenta que pode auxiliar no resultado da aprendizagem, melhorando o rendimento acadêmico dos alunos (FOERSTNOW; MIQUETT, 2019, p. 47).

Sendo assim, no âmbito da matemática a sequência didática pode ser elaborada para diversos níveis e conteúdos, com foco em jogos e metodologias ativas. Essas novas abordagens vêm cada vez mais trazendo inúmeros benefícios aos alunos no processo de aprendizagem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e descritivo, pois não há por parte dos pesquisadores a intenção de quantificar os resultados. Foi realizado um levantamento de material bibliográfico, investigação da gamificação sobre conteúdos de matemática, e a criação da sequência didática, sua experimentação e a avaliação dessa estratégia.

A pesquisa foi realizada durante o mês de novembro de 2022, com um tempo de aula de dez aulas. As atividades foram aplicadas a uma turma do sexto ano do Ensino Fundamental, de um colégio da rede pública situado no município de Serranópolis do Iguaçu, no Estado do Paraná. A turma era composta por vinte e cinco alunos, com idades entre dez e doze anos.

Os principais procedimentos de coleta de dados adotados na pesquisa foram: observações e anotações, e a elaboração da sequência didática em matemática, com ênfase na gamificação. Utilizou-se, em conjunto, a aplicação de um questionário final, visando conhecer a percepção e aceitação dos alunos quanto ao desenvolvimento da sequência didática.

A pesquisa foi organizada em cinco etapas distintas: a introdução do conteúdo usando recursos didáticos; a utilização dos recursos da plataforma *Matific*, além de outros jogos virtuais; o emprego do jogo *stop*; a realização de uma atividade usando notas fiscais e; por fim, um questionário aplicado aos alunos para avaliação das aulas.

Quadro 1 – Planejamento da aula.



Objeto do conhecimento	Habilidades
Operações com números decimais (adição, subtração, multiplicação e divisão).	(EF06MA11) Resolver e elaborar problemas com números racionais positivos na representação decimal, envolvendo as quatro operações fundamentais e a potenciação, por meio de estratégias diversas, utilizando estimativas e arredondamentos para verificar a razoabilidade de respostas, com e sem uso de calculadora.
Objetivos	
Resolver cálculos utilizando os algoritmos de adição, subtração, multiplicação e divisão com números decimais.	
Quantidade de aulas	
10 aulas	
Recursos utilizados	
<i>Internet; RCO aulas; Computador; Datashow; Educatron; Pincéis; Quadro; Papéis; Notas Fiscais.</i>	

Fonte: Autores, 2022

4 DESENVOLVIMENTO

A sequência didática é um conjunto de atividades relacionadas e planejadas, buscando ensinar um conteúdo, categorizada e organizada conforme a necessidade do docente e dos alunos. É uma forma de desenvolver temáticas de maneira lógica e pedagógica, sendo que as atividades podem levar dias ou semanas. Na sequência didática existe a necessidade de conduzir os alunos com atividades práticas, lúdicas, utilizando material concreto, entre outros, permitindo usar diversos recursos na construção do conhecimento (PERETTI; TONIN, 2013).

Para a realização desta sequência, primeiramente foram organizados os materiais que seriam utilizados, assim como a elaboração do planejamento de aula citado acima no quadro 1 descrevendo o objetivo de aprendizagem do conteúdo que neste caso são operações com números decimais (adição, subtração, multiplicação e divisão), assim como as habilidades deste conteúdo, onde esta sendo indicado pelo código da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), também o objetivo principal deste conteúdo, além dos materiais necessários e a quantidade de aulas que se levariam para realizar o processo.

Esta sequência didática foi dividida em cinco etapas, na primeira etapa, foi realizada a introdução do conteúdo, usando o material didático como o livro e o material de apoio ofertado pelo



governo, os alunos participaram da aula, dialogando e falando sobre suas dúvidas e conhecimentos. Na segunda etapa do processo, os alunos foram levados para o laboratório de informática, para colocar em prática por atividades de jogos disponibilizados na plataforma de matemática *Matific*, nesta plataforma a professora consegue atribuir atividades por jogos associados ao conteúdo que esta sendo trabalhado em sala de aula.

Em uma terceira etapa, durante a aula de matemática em sala de aula, a professora apresentou aos alunos o jogo do stop, entregando uma tabela a cada aluno e explicando quais seriam as regras do jogo, neste quadro impresso em folha sulfite, existiam algumas operações matemáticas usando números decimais. Em cada rodada a professora sorteava os números que os alunos deveriam usar para calcular e quem conseguisse encontrar a resposta por primeiro ganharia a rodada e levariam 10 pontos, já os alunos que não fizessem ponto na rodada ganhavam 5 pontos por compensação. Por fim, ganhou o aluno que fez mais pontos ao terminar as rodadas.

Em um quarto momento sugeriu-se que os alunos fossem ao supermercado com seus pais e lá fizesse uma pesquisa comparando preços dos alimentos, quais os valores, se possível também fazer comparações de um supermercado para o outro para ver se existiam diferenças de preço e que assim entendessem que poderiam economizar comprando no local mais barato, e deveriam trazer o cupom fiscal das compras. Para realizar a nova atividade onde para jogar a professora dividiu a turma em e selecionava uma lista de compras com diversos alimentos e os alunos procuraram em seu cupom ou nota fiscal esses alimentos, realizando assim uma nova lista com os valores, buscando sempre o de menor preço. Cada grupo pontuou cinco para o alimento que contenha no cupom, mais cinco para o menor valor do alimento dos grupos e dez pontos para a lista com menor preço total.

E em um último momento, foi disponibilizado aos alunos um quadro de avaliação, onde os alunos deveriam avaliar a aula e se para eles o método utilizado como sequência didática foi importante para o aprendizado dos alunos. Nos tópicos a seguir estão as etapas aplicadas, apresentadas aqui como sugestões para uma sequência.

Etapa 1 (quatro aulas)

Nesse primeiro momento, a professora instigou os alunos a apresentarem seus conhecimentos acerca do assunto, buscando identificar as dificuldades e obstáculos ao aprendizado sobre o tema, auxiliando na estratégia capaz de atingir os objetivos da aula, a interagindo com os alunos direcionando perguntas específicas.

Para uma maior compreensão sobre o conteúdo, foi realizado a introdução do conteúdo de números decimais, assim como adição de dois números decimais, subtração com números de



decimais, multiplicação de um número decimal por um número natural e multiplicação de um número decimal por outro número decimal, divisão de um número decimal por outro número decimal e divisão de um número decimal por um número natural.

Adição e subtração com números decimais, por exemplo, vamos fazer uma adição e encontrar o valor total cobrado por um *mouse* e por um *headphone* figura 1 e determinar quantos reais o fone de ouvido custa a mais que o *mouse* nessa loja?

Figura 1 - Compras



Fonte: RCO aulas, 2022.

Conclui-se que para a adição ou subtração de números representados na forma decimal, devemos observar: Algarismos que ocupam a mesma ordem devem ficar na mesma coluna, com uma vírgula alinhada à outra. Adicionamos ou subtraímos as unidades de mesma ordem entre si. Colocamos no resultado a vírgula alinhada com as demais.

Quando multiplicamos um número decimal por um número natural, nós contamos as casas decimais do número decimal e deixamos a mesma quantidade na resposta. De maneira prática, para multiplicar dois números na forma decimal, desconsideramos as vírgulas e realizamos a multiplicação. Ao final, indicamos a vírgula no resultado, de maneira que ele fique com a mesma quantidade de casas decimais que a soma das quantidades de casas decimais dos fatores.

Por fim, como fechamento da aula, a professora abriu espaço de fala para os alunos, questionando onde eles conseguem encontrar exemplos em seu dia a dia que possam utilizar os números decimais, surgindo principalmente à ideia de associação com o dinheiro, em que a forma inteira se associa com o valor inteiro do real e a parte dos decimais associando com os centavos.



Etapa 2 (duas aulas)

Nesta etapa, após explicar o conteúdo e passar alguns exemplos, os alunos foram até a sala de informática para utilizar a plataforma de jogos *Matific*. No Estado do Paraná os alunos já estão habituados a usá-la, pois dentre as cinco aulas semanais que os alunos têm de matemática, uma é destinada exclusivamente para uso desta plataforma. No primeiro momento, de introdução do conteúdo, e depois a utilização da plataforma *Matific*, como um paralelo na compreensão do conteúdo estudado em sala de aula, no qual os alunos já tiveram o contato com a teoria do conteúdo. Na plataforma o(a) professor(a) consegue atribuir atividades para a turma toda, também é possível escolher atividades referentes ao livro que os alunos utilizam nas aulas e, desta maneira, os alunos fazem as atividades em forma de jogo durante a aula de matemática no laboratório de informática onde os alunos vão uma vez por semana.

Figura 2 - *Software Matific*



Fonte: www.matific.com, 2022.

Etapa 3 (duas aulas)

No terceiro momento, foi realizado em sala de aula o jogo *Stop*, onde o(a) professor(a) entregou uma folha para cada aluno e ditou as regras:



Quadro 2 - *Stop Matemática*

Stop de Matemática  NOME: _____

Número	Adicione 35,34	Subtraia 12,56	Multiplique por 1,4	Divida por 2	TOTAL

Fonte: Autores, 2022.

A cada rodada a professora sorteava um número que será utilizado para calcular os valores que estão no quadro 2. Assim que a professora dava o sinal, os alunos poderiam começar a resolver. O primeiro que terminava e dissesse *stop*, todos paravam e colocavam as mãos na cabeça, a professora corrigia o quadro do aluno que falou *stop*, e se os resultados estivessem certos o ponto ficava para ele, se estivessem errados seguia o jogo até o primeiro acertar todas. O aluno que ganhasse a rodada recebe dez pontos e os outros ganhavam cinco pontos por rodada. Ao fim de cada rodada mais números foram sorteados e assim seguiu o jogo. Venceu o aluno que fez mais pontos durante a partida.

Etapa 4 (duas aulas)

Nesta etapa, o(a) professor(a) solicitou que os alunos, quando fossem ao supermercado com os pais, para que eles observassem os valores dos produtos que estão sendo vendidos, e que levem o cupom ou nota fiscal para a aula, para que assim possam fazer um comparativo entre os preços, se variam de supermercados, em dias diferentes, também comparar quantidades e valores, aprendendo como é calculado o preço dos alimentos, troco, entre outras possibilidades, a partir da demanda dos alunos. Posteriormente realizar a atividade Jogo da economia.



Quadro 3 - Jogo da economia

RODADA 1		
Item	Possui no cupom	Preço
Arroz	() Sim () Não	
Feijão	() Sim () Não	
Macarrão	() Sim () Não	
Leite	() Sim () Não	
Pão	() Sim () Não	
Farinha	() Sim () Não	
Ovo	() Sim () Não	
Total		

Fonte: Autores, 2022.
























Este jogo consiste na divisão de alunos em grupos para o trabalho colaborativo, no qual o(a) professor(a) seleciona uma lista de compras com diversos alimentos e os alunos procuraram em seu cupom ou nota fiscal esses alimentos, realizando assim uma nova lista com os valores, buscando sempre o de menor preço. Cada grupo pontuou cinco para o alimento que contenha no cupom, mais cinco para o menor valor do alimento dos grupos e dez pontos para a lista com menor preço total.

Etapa 5 (Avaliação)

Após a realização das aulas aplica-se a avaliação aos alunos (AFONSO, HOLETZ, 2021) com o objetivo de promover a opinião dos alunos e identificar o seu aproveitamento e a opinião dos mesmos sobre a receptividade do conteúdo. Para realização dessa etapa foi disponibilizado aos alunos a avaliação abaixo.



Quadro 4 - Avaliação aos alunos

O que você achou de ter as aulas de matemática com jogos?	 Não gostei	 Mais ou menos	 Gostei	 Amei
Você considerou o Jogo adequado para o que você já tinha aprendido?	 Não gostei	 Mais ou menos	 Gostei	 Amei
Você se sentiu aprendendo com os seus colegas durante o desenvolvimento do Jogo?	 Não gostei	 Mais ou menos	 Gostei	 Amei
Você se sentiu aprendendo algo novo durante o desenvolvimento do Jogo?	 Não gostei	 Mais ou menos	 Gostei	 Amei
Achou o Jogo divertido?	 Não gostei	 Mais ou menos	 Gostei	 Amei
Qual atividade você mais gostou?	 Aula expositiva	 Matific	 Stop	 Compras

Fonte: Autores, 2022.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sempre que apresentamos um conteúdo novo para nossos alunos, isso também é para nós um novo desafio, ao existir resistência dos alunos em aprender matemática, o que para eles vem como medo de errar ou não aprender o conteúdo. E sabendo disso, é essencial que o(a) professor(a) tente uma forma de abordagem diferente, buscando que a aprendizagem de novos conteúdos seja prazerosa. Devemos trazer métodos que auxiliem os alunos no momento de aprender, e principalmente, que estes métodos funcionem.

Nesta sequência didática, trouxemos uma forma de abordagem utilizando a gamificação como principal aliado para a introdução do conteúdo de números decimais. Atualmente, os alunos estão cada vez mais envolvidas com os jogos virtuais, portanto, utilizamos o recurso da plataforma *Matific*, que vem sendo utilizado nas escolas do estado do Paraná na disciplina de matemática, além dos jogos virtuais. Utilizamos também o jogo *stop*, para ajudar.



No raciocínio rápido dos alunos. Também trazendo o conteúdo para a realidade dos alunos, com a proposta de quando fossem ao mercado, anotassem e observassem os valores dos produtos, além de trazer a nota para a aula e realizar uma atividade do jogo da economia. E, por fim, a utilização da avaliação aos alunos, baseada na dissertação de Holetz (2019), como uma forma de sabermos a opinião dos alunos sobre a metodologia usada nessa sequência didática.

Conclui-se assim, a importância de fazer de nossos alunos os protagonistas da sala de aula, que os professores devem sempre renovar-se e inovar em suas aulas, para facilitar a aprendizagem. Em suma, após as aulas observou-se que essa metodologia facilitou o entendimento dos conceitos pelos alunos e houve boa aprendizagem, gamificada e colaborativa.

Nesta sequência didática, trouxemos uma forma de abordagem utilizando a gamificação como principal aliado para a introdução do conteúdo de números decimais. Atualmente, os alunos estão cada vez mais envolvidas com os jogos virtuais e, portanto, utilizamos o recurso da plataforma *Matific*, que vem sendo utilizado nas escolas do estado do Paraná na disciplina de matemática, além dos jogos virtuais. Utilizamos também o jogo *stop*, para ajudar no raciocínio rápido dos alunos. Também trazendo o conteúdo para a realidade dos alunos, com a proposta de quando fossem ao mercado, anotassem e observassem os valores dos produtos, além de trazer a nota para a aula e realizar uma atividade do jogo da economia. E, por fim, a utilização da avaliação aos alunos, baseada na dissertação de Holetz (2019), como uma forma de sabermos a opinião dos alunos sobre a metodologia usada nessa sequência didática.

Conclui-se assim, a importância de fazer de nossos alunos os protagonistas da sala de aula, que os professores devem sempre renovar-se e inovar em suas aulas, para facilitar a aprendizagem. Em suma, após as aulas observou-se que essa metodologia facilitou o entendimento dos conceitos pelos alunos e houve boa aprendizagem, gamificada e colaborativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo de ensino e aprendizagem, o professor deve se questionar se suas metodologias estão dando certo, ou se precisamos utilizar diferentes metodologias e quais funcionam, e para esse conteúdo escolhemos trabalhar com a gamificação, tanto com jogos *online*, fazendo uso da sala de informática, quanto como jogo em forma de escrita que, neste processo, utilizamos o *stop*, um jogo já conhecido pelos alunos, mostrando que a aprendizagem da matemática também pode ser prazerosa, e que podemos obter resultados significativos com esta metodologia, pois agrada a todos os alunos, que acabam se envolvendo



durante as atividades.

Neste exemplo de metodologia que trazemos aqui, percebemos o quanto nessa turma o a metodologia usando sequencia didática e gamificação foi eficaz, a turma conseguiu participar e realizar todos os processos metodológicos com muita facilidade, na compreensão do conteúdo introdutório, no jogo *online* realizado no laboratório de informática, em sala de aula com o jogo do stop como método diferente para os alunos realizarem cálculos com mais facilidade, e principalmente quando o aluno usou seus conhecimentos para suas atividades do cotidiano como ir ao supermercado, assim mais uma vez percebemos que é importante usar sim novas metodologias, sair um pouco da rotina de sala de aula, e inovar nas aulas para conseguir uma aceitação melhor dos alunos uma vez que sabemos o quanto para eles é importante sair da monotonia.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Germano Bruno; HOLETZ, Melissa Samanta. Gamificando a Metodologia de Ensino da Matemática de Singapura no Ensino Fundamental. **Perspectivas da Educação Matemática**, Mato Grosso do Sul, v. 14, n. 34, p. 1-22, 15 mar. 2021. Perspectivas da Educacao Matematica. <http://dx.doi.org/10.46312/pem.v14i34.10511>. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/10511>. Acesso em: 08 dez. 2022.

ALVES, D. M.; CARNEIRO, R. S.; CARNEIRO, R. S. Gamificação no ensino de matemática: uma proposta para o uso de jogos digitais nas aulas como motivadores da aprendizagem. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.L.], v. 6, n. 3, p. 146-164, ago. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/redoc.2022.65527>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BARBOSA, F. E.; PONTES, M. M. de; CASTRO, J. B. de. A utilização da gamificação aliada às tecnologias digitais no ensino da matemática: um panorama de pesquisas brasileiras. **Revista Prática Docente**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 1593-1611, 2020.. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br:443/periodicos/index.php/rpd/article/view/905>. Acesso em: 19 nov. 2022.

BOSSI, K. M. L.; SCHIMIGUEL, J. Metodologias ativas no ensino de Matemática: estado da arte. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, p. e47942819-e47942819, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/2819/2201/12251>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CAMARGO, F.; DAROS, T. **A sala de aula inovadora-estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Foz do Iguaçu: Penso Editora, 2018.

ESQUIVEL, Hugo Carlos da Rosa. **Gamificação no ensino da Matemática: uma experiência**



no ensino fundamental. 2017. 64 f. Dissertação (Mestrado em Matemática em Rede Nacional). Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017. <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2552>. Acesso em: 21 nov. 2022.

FOERSTNOW, C. H. B.; MIQUETT, L. G. **Gamificação aplicada ao ensino fundamental: uma revisão sistemática.** 2019. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciência da Computação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24634/1/2018_CarlosHenriqueFoerstnow_LorenaMiquett_tcc.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022

KAPP, K. M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education.** John Wiley & Sons, 2012.

MORAN, J; BACICH, L. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre. Penso Editora, 2018.

MURTA, C. A. G.; VALADARES, M. G.; MORAES, W. B. Possibilidades pedagógicas do minecraft incorporando jogos comerciais na educação. In: **Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online. Anais.** 2015. http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/852. Acesso em: 21 nov. 2022

PERETTI, L.; TONIN, G. M. Sequência didática na matemática. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 8, n. 17, p. 1-14, 2013. https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/7ff08743d52102854eaaf22c19c4863731_1.pdf. Acesso em: 08 nov. 2022

SOUZA, E. de; FIALHO, F. A. P. Descrição metodológica da gamificação no contexto educacional : uma revisão integrativa da literatura. Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação. **Anais... [S. l.]**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/752>. Acesso em: 19 nov. 2022.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



A DISPENSA DA LICENÇA SANITÁRIA PARA ESTABELECIMENTOS DE BAIXO RISCO NO SETOR ALIMENTÍCIO: uma análise dos efeitos da Lei nº 13.874/2019 no âmbito de Ponta Grossa

Jhonnatta Oliveira¹ - Anhanguera Ponta Grossa

GT: 16 - Outros temas contemporâneos

RESUMO

As ações e atividades da Vigilância Sanitária visam eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde assegurando a proteção ao consumidor. Não obstante, a Lei nº 13.874/2019, denominada Lei da Liberdade Econômica alterou as atuações de fiscalização apenas para estabelecimentos considerados e classificados como atividades de alto risco, de maneira que essa nova realidade impacta diretamente na segurança e na proteção principalmente no setor de alimentos. A pergunta central da pesquisa cinge-se em: Houve impacto da não necessidade de licenças sanitárias nas atividades de baixo risco no setor de alimentos no município de Ponta Grossa? Tendo como objetivo geral discutir o direito e a proteção à segurança alimentar diante dos efeitos impostos pela Lei de Liberdade Econômica como consequência dessas dispensas de emissões. Para tanto, a metodologia de natureza mista, quali-quantitativa, buscou relacionar a revisão bibliográfica com o levantamento de dados quantitativos das inspeções no setor de alimentos, realizadas pela Vigilância Sanitária de Ponta Grossa, no período de agosto de 2021 a 2022. Conclui-se, por ora, que há relação direta entre o aumento de denúncias e reclamações com a emissão de licença sanitária automática, bem como a omissão no texto da Lei sobre a exigência de conhecimento higiênico sanitários prévios à abertura dos locais, cujas atividades são de baixo risco.

Palavras-chave: Liberdade Econômica; Licença Sanitária; Setor de Alimentos; Ponta Grossa

RESUMEN

Las acciones y actividades de la Vigilancia Sanitaria tienen como objetivo eliminar, reducir o prevenir los riesgos para la salud garantizando la protección de los consumidores. Sin embargo, la Ley de Libertad Económica modificó las acciones de vigilancia únicamente para los establecimientos considerados y clasificados como actividades de alto riesgo, por lo que esta nueva realidad repercute directamente en la seguridad y la protección, especialmente en el sector alimentario. La pregunta central de la investigación se limita a: Ha tenido algún impacto la no exigencia de licencias sanitarias en las actividades de bajo riesgo del sector alimentario en el municipio de Ponta Grossa? Teniendo como objetivo general discutir el derecho y la protección a la seguridad alimentaria frente a los efectos impuestos por la Ley de Libertad Económica como consecuencia de estas dispensas de emisiones. Para ello, la metodología de naturaleza mixta, cuali-cuantitativa, buscó relacionar la revisión bibliográfica con el levantamiento de datos cuantitativos de inspecciones en el sector alimentario, realizado por la Vigilancia Sanitaria de Ponta Grossa, en el período de agosto de 2021 a 2022. Se concluye, por ahora, que existe una relación directa entre el aumento de denuncias y quejas con la expedición de licencia sanitaria automática, así como la omisión en el texto de la Ley sobre la exigencia de conocimientos higiénico-sanitarios previos a la apertura de los locales, cuyas actividades son de bajo riesgo.

Palabras clave: Libertad Económica; Licencia Sanitaria; Sector Alimentario; Ponta Grossa.

¹ – Graduando do Curso de Direito - e-mail: jhonnchristophers.o@gmail.com –
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, prevista na Lei nº 13.874/2019 (BRASIL, 2019), surge com a principal finalidade de garantir ações de livre mercado, a partir da competitividade e da simplificação das normas administrativas.

Conforme a regulamentação do INMETRO (BRASIL, 2019) é dispensável a licença sanitária em estabelecimentos previamente classificados de acordo com as atividades e os riscos que tais funções possam acarretar ao consumidor. Nessa tenda, a Fundação Municipal de Saúde do município de Ponta Grossa - Paraná (FMSPG), por meio da edição do Decreto nº 17.757 de 2020 (PONTA GROSSA, 2020), aderiu à classificação de riscos estabelecida na Resolução da Diretoria Colegiada nº 153/2017 (BRASIL, ANVISA, 2017), bem como aos termos da Lei de Liberdade Econômica nº 13.874/2019.

As licenças sanitárias são documentos administrativos expedidos pela Vigilância Sanitária Municipal (VISA), cuja finalidade é atestar que o estabelecimento possui condições higiênicas e estruturais, com o intuito de promover e proteger a saúde da população. Para tanto, a Vigilância Sanitária Municipal atua de maneira que haja a prevenção, eliminação e diminuição dos riscos à saúde da população, além das ações de intervenção nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção, da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde. Em decorrência disso, é papel imperioso que haja fiscalização, por parte da Vigilância Sanitária Municipal, nos estabelecimentos de médio e de alto risco instalados no município para que ocorra o cumprimento das normas sanitárias, conforme Decreto nº 5.711 de 2002 (PARANÁ, 2022) e Lei 13.331 de 2001 (PARANÁ, 2001), como forma de atuar na prevenção da saúde pública.

Não obstante, a partir da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, prevista na Lei nº 13.874/2019 (BRASIL, 2019), as licenças sanitárias dos estabelecimentos de baixo risco são liberadas de forma automática, ou seja, iniciam-se as atividades do estabelecimento sem a realização de inspeção sanitária ou análise documental prévia por parte do órgão responsável. Isso pode ser um agravante visto que muitas atividades, principalmente as relacionadas às atividades do setor de alimentos, dependem de documentos e de precauções que impactam diretamente na saúde coletiva da sociedade.

Tendo como objetivo geral discutir o direito e a proteção à segurança alimentar diante dos efeitos impostos pela Lei de Liberdade Econômica como consequência dessas dispensas de



emissões, a pergunta central da pesquisa cinge-se em: A dispensa da emissão de licenças sanitárias nas atividades de baixo risco no setor de alimentos no município de Ponta Grossa teve algum impacto para o consumidor?

Os objetivos específicos do artigo centram-se em analisar os marcos normativos que tratam da Vigilância Sanitária e das licenças sanitárias e investigar a realidade das licenças sanitárias automáticas expedidas no Município de Ponta Grossa e seus efeitos diante no novo marco legal.

A presente pesquisa justifica-se, sob a ótica da relevância acadêmica, pela necessidade de conhecimento e discussão acerca dos possíveis efeitos da Lei de Liberdade Econômica, em especial no campo de estabelecimentos de alimentos em razão da possibilidade de obtenção de licença sanitária automática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o artigo 196 da Constituição Federal, é direito de todos e dever do Estado o acesso à política de Saúde, integrante do sistema de proteção social denominado na norma constitucional de Seguridade Social. Os autores Briguet, Victorino e Horvath Junior (2007, p. 3) destacam que por meio da Seguridade Social o Estado fica compelido a assegurar formas de proteção social aos indivíduos:

Não se trata apenas da necessidade de o Estado fornecer prestações econômicas aos cidadãos, mas também do fornecimento de meios para que o indivíduo consiga suplantar as adversidades, quer seja prestando assistência social quer por meio das prestações de saúde.

Ao lado da Previdência (de caráter contributivo) e da Assistência Social (não-contributivo), a Saúde consiste num sistema protetivo que busca assegurar, mediante políticas sociais e econômicas, a redução do risco de doença e de outros agravos.

Por tratar-se de uma política pública essencial, em especial na questão preventiva, há uma série de atividades administrativas e serviços públicos que devem ser prestados pela Administração Pública com vistas a assegurar o bem-estar e a segurança alimentar dos cidadãos brasileiros. Em vista disso, em harmonia como artigo 6º, § 1º. da Lei 8.080 de 1990 (BRASIL, 1990): “Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde”. E os incisos I e II do referido artigo estabelecem que:

- I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo;
- II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Cita-se também, em consonância à Lei 9.872 de 1999 (BRASIL, 1999), cujo regulamento define as características da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o disposto no seu artigo 6º que determina:

A Agência terá por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados.

Nesse contexto, a vigilância sanitária tem o dever de vigiar regras rígidas da administração pública, como o princípio do devido processo legal, inserido no artigo 5º, inciso LIV da Constituição Federal de 1988 (C.F.): “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;”; princípio do contraditório e da ampla defesa, detalhados no artigo 5º, inciso LV da C.F.: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”; princípio da legalidade, cuja regra configura-se como princípio basilar do regime administrativo (EKO, S.T, 2015) e é definido como a submissão do Estado à lei, bem como a administração pública ser exercida em conformidade com a lei. Este último regramento engloba os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, isto é, o agente da vigilância sanitária tem o dever de aplicar a lei sem excessos, de forma proporcional ao caso concreto; já a razoabilidade está ligada à prudência da medida da escolha mais adequada para a situação enfrentada. Além disso, rege-se o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado que, nas vistas de Celso A. Bandeira de Mello (2010), é peça fundamental no alicerce do poder público. Este princípio, com foco na vigilância sanitária, está inserido na Carta Magna de 1988 e regulamentada pela Lei nº 8.080/90. Neste sentido, impõe-se o interesse público acima de tudo para resguardar a saúde da população, segundo Sérgio T. Eko (2015), estabelecendo um marco regulatório preventivo e efetivando o exercício do Poder de Polícia. Outro princípio essencial é o da indisponibilidade da função da vigilância sanitária que, de acordo com Diogo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



de F. Moreira Neto (2001, p. 88): “Uma vez determinado o interesse público e a competência orgânica-funcional atribuída à administração pública para satisfazê-lo, origina-se para ela um dever de atuar.”. Em outras palavras, as atribuições da VISA possuem poder vinculado – por pertencer ao interesse público integram de forma indissociável.

Aponta-se também a definição de licença, definida pela Maria S. Z. Di Pietro (2022, p. 235):

“licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade. “.

Nesta toada, outra disposição de supra importância é a Resolução nº 216 de 2004 (BRASIL, ANVISA, 2004) que estabelece os procedimentos a serem realizados com o intuito de garantir as condições higiênicas-sanitárias, do alimento preparado, no que tange às Boas Práticas para serviços de alimentação.

Somam-se as definições legais, o fato do consumo crescente de mercadorias, bens e serviços, inclusive de produtos de interesse sanitário, como forma de características da sociedade atual (COSTA, E.A.; ROZENFELD, S; 2000). Nesse ponto, são indispensáveis a execução e o controle nos processos de produção, porquanto há influência direta na inocuidade dos alimentos e nas condições higiênicas sanitárias (MELLO, J.F, 2013). Asações da VISA se intensificam, uma vez que se pode ocorrer contaminação desses alimentos, em todas as etapas de processamento, por micro-organismos que transmitem doenças aos seres-humanos (DTA's), como nos casos de contaminação cruzada (VALE, MAYARA, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como dito por Popper (2013), a investigação científica fundamenta-se na lógica de uma metodologia empírica, com racionalidade e sistematização que visa a aquisição de conhecimento, a proposição de respostas e a busca pela confirmação de informações..

Nesse sentido, a presente pesquisa qualifica-se quanto à forma de abordagem como de natureza mista, ou seja, procura-se articular a dimensão qualitativa, com dados quantitativos, visando apresentar dados que caracterizam o universo pesquisado, especialmente quanto à emissão de licenças sanitárias para o setor de alimentos, no município de Ponta Grossa. No contexto da abordagem quali-quantitativa, quanto ao ponto de vista dos objetivos elencados, o presente estudo se classifica como de natureza exploratória por possibilitar ao pesquisador “[...]”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

aprofunda (r) seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva.” (TRIVIÑOS, 1987).

O método de análise compreende-se como sendo indutivo, que na definição de Gil (1994), trata-se de um método empirista que considera a produção do conhecimento científico baseado na experiência com a generalização a partir da observação de casos da realidade concreta, com o presente estudo fenômeno de estudo – estabelecimentos com licença sanitárias automáticas -, no contexto de Ponta Grossa e diante da atual conjuntura do marco legal da liberdade econômica.

Para tal propósito, elegeu-se como instrumentos de coleta de dados, inicialmente, a revisão bibliográfica para possibilitar a construção do referencial teórico norteador da análise dos dados quantitativos, bem como a revisão documental com foco nos marcos normativos que tratam da Vigilância Sanitária e das licenças sanitárias. Também foi realizado levantamento quantitativo das inspeções realizadas pela Vigilância Sanitária no Município de Ponta Grossa, no período de agosto de 2021 a agosto de 2022. Tais informações foram obtidas por meio da extração de dados do sistema de gerenciamento de inspeções do órgão. A sistematização das informações coletadas ocorreu de forma articulada com o referente teórico, resultando na confecção de tabela para facilitar a compreensão do fenômeno estudado.

4 DESENVOLVIMENTO

Consoante ao Sistema de Gerenciamento de Ordens de Serviços do setor da Vigilância Sanitária do município de Ponta Grossa/PR (VISA-PG), nota-se que o sistema possui controle das áreas que abrangem a vigilância sanitária: alimentos; saúde do trabalhador; saúde e interesse à saúde; ambiental. Nessa ótica, registra-se que, para o presente objeto em discussão, foram solicitados os dados das inspeções realizadas no período de agosto de 2021 a agosto de 2022, e no setor de Alimentos do município.

Em decorrência disso, houve o levantamento também do quantitativo de cada solicitação: alvará inicial; retorno de vistoria; renovação de licença; denúncia / reclamação, com o propósito de relacionar as vistorias (denúncia / reclamação) com os estabelecimentos de baixo risco sanitário no setor de alimentos.

Assim, dentre todas as fiscalizações, foram realizadas 488 inspeções no setor de alimentos. Deste total, cerca de 141 vistorias, ou seja 29%, foram decorrentes de denúncias ou



reclamações, sejam elas por meio da ouvidoria municipal de saúde do município de Ponta Grossa-PR ou do Ministério Público. Além disso, muitas das ordens de serviços classificadas como “retorno de vistoria” também são consequências das ações das inspeções com teor de reclamação, haja vista que o poder depolícia da autoridade sanitária, conforme a autora Odília F. L. Oliveira conceitua (Oliveira, p. 167):

“Conjunto de atribuições conferidas pela lei aos agentes da Administração Pública para, na execução da lei formal, regulamentar, controlar e fiscalizar o exercício dos direitos e liberdades individuais, prevenindo e reprimindo, mediante atos executórios, as omissões e ações que transgridam a ordem pública.” [...]

Por conseguinte, permite, durante a ação, sejam expedidos termos de intimação (previsto no artigo 66 §§ 1º e 2º da Lei Paraná nº 13.331/2001 e seu regulamento) que são utilizados para aquelas irregularidades, apesar de constituir infrações sanitárias, não são configuradas como risco iminente à saúde pública e que podem ser sanadas em um tempo razoável (EKO, S.T, 2015), bem como, para fins de requisição de documentos, registros e outros, para o infrator tomar ciência de algum ato e/ou termo do processo, ou para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

Assim, nos termos dos artigos 545 e 559 do Decreto-Lei 5.711 de 2002 (PARANÁ, 2002), entre os atos administrativos podemos citar os termos de ciência, de intimação, de infração, de interdição, de inutilização, de apreensão. Nessa esteira, consoante ao artigo 4º, III, da Lei de Liberdade Econômica, que dispõe sobre a obrigatoriedade da dupla visita, para que sejam lavrados autos de infração, além do artigo 555, §2º, do Decreto-Lei 5.711 de 2002, que acolhe a prorrogação de prazo em termos de intimação em até 180 dias, muitas vistorias de retorno são decorrências dos termos de intimação impetrado nas primeiras inspeções relacionadas às denúncias.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por conseguinte, a Tabela 1 traz a compilação do número de inspeções realizadas no período pesquisado, pela Vigilância Sanitária municipal de Ponta Grossa, ordenado pela natureza do ato administrativo, se renovação de licença, retorno de vistoria, alvará inicial e denúncias, dentre outros. Observa-se que o percentual de inspeções por motivo de denúncias ou reclamações é superior à soma dos percentuais de inspeção para alvará inicial ou renovações de licença já emitidas. Isso implica deduzir que há mais vistorias para atender reclamações de estabelecimentos, cujas atividades são alimentares, do que empresas solicitando



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

licença sanitária inicial ou renovação.

Por efeito disso, realça-se ao quantitativo de vistorias de retorno (42%) em que é realizada inspeção de retorno no local após a autoridade sanitária lavrar o Termo de Intimação, com o fim de a empresa ter cumprido com os itens não conformes. Nessa linha, constata-se que o percentual de vistorias realizadas, seguramente, é maior que o quantitativo detalhado na tabela 1, visto que os retornos podem ter sido gerados por meio de reclamações.

TABELA 1. VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. SETOR DE ALIMENTOS. INSPEÇÕES. AGOSTO DE 2021 A AGOSTO DE 2022.

SETOR DE ALIMENTOS								
ANO	MESES	Renovação de licença	Retorno de vistoria	Denúncia ouvidoria MP	Alvará inicial	Outros	Ofício 3º	TOTAL
2021	Agosto	4	2	16	1	0	1	24
	Setembro	6	9	9	7	0	1	32
	Outubro	7	11	12	2	3	0	35
	Novembro	2	6	9	3	7	0	27
	Dezembro	4	10	7	3	2	0	26
2022	Janeiro	1	12	10	1	0	0	24
	Fevereiro	16	9	8	2	7	0	42
	Março	7	26	10	3	4	0	50
	Abril	6	30	9	1	3	0	49
	Maio	2	25	8	2	8	0	45
	Junho	2	24	14	1	2	0	43
	Julho	7	19	20	1	4	2	53
	Agosto	3	22	9	0	3	1	38
SOMA		67	205	141	27	43	5	488
MEDIA		14%	42%	29%	6%	9%	1%	100%

Elaboração: o autor. Fonte: Dados extraídos da Planilha de Gerenciamento de Ordens de Serviço da VISA/PG.

Outro agravante é que muitos estabelecimentos não conseguem identificar coerentemente a atividade a que sua empresa opera. Nesse prisma, há empresas que com intuito de não instar vistoria prévia da Vigilância Sanitária, a despeito do médio ou alto risco, apresentam-se com Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) debaixo risco, e, por tal razão, conseguem a liberação da fiscalização e, conseqüentemente, a dispensa da licença sanitária.

Como resultado disso, as principais não-inconformidades encontradas nesses estabelecimentos foram: problemas estruturais; falta de Boas Práticas na manipulação dos alimentos; falta de organização e de higiene. Isso teve como consequência: aberturas de Processo Administrativo Sanitário (PAS), cujo procedimento – segundo Marily D. Do A. Chaves (2013, p.30), serve para apurar condutas ilegais que possibilitam a aplicação de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



penalidade; termos de intimação e de ciência; termos de infração – para Daniel Ferreira (2001, p.63), é comportamento voluntário, violador da norma de conduta que o contempla, que enseja a aplicação, no exercício da função administrativa, de uma direta e imediata consequência jurídica restritiva de direito, de caráter repressivo; e até, em casos que há circunstâncias extremas de risco iminente, a interdição cautelar do local, com a intenção de proteger a saúde pública. Acentua-se, com isso, o crescimento de documentos produzidos e lavrados pelos fiscais por conta dessas denúncias.

Em decorrência disso, esse levantamento destaca o quão ineficiente é o sistema, cujos estabelecimentos não precisam da realização da inspeção *in loco* e análise documental prévia que ensejam à licença sanitária, em razão de, embora seja obrigatória a assinatura do Termo de Ciência e de Responsabilidade (ANEXO VI, DECRETO Nº 17.757 DE 2020), bem como a exigência do fornecimento de informações e declarações pelo responsável legal, como forma de cumprir os requisitos exigidos ao exercício da atividade requerida (RDC nº 153 de 2017, art. 10) – ambos adotados pelo Decreto 17.757 de 2020, pelo município de Ponta Grossa -, percebe-se que as empresas ainda não observam critérios básicos sanitários e, por conta disso, há esse quantitativo de reclamações e de denúncias no município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise quali-quantitativa do marco legal das licenças sanitárias, sob a ótica da proteção e segurança alimentar dos estabelecimentos relacionados às atividades de baixo risco do setor de alimentos, no que tange à Lei de Liberdade Econômica, não foram bem desenvolvidas, vez que, por meio do levantamento das inspeções realizadas pela Vigilância Sanitária do município de Ponta Grossa, durante um ano, houve muitas denúncias justamente desses locais que obtiveram a dispensa de licença sanitária.

Ainda por intermédio do registro do aumento de reclamações é possível verificar que a referida Lei não exige especificações básicas higiênico sanitárias para que o requerente trabalhe dentro do padrão sanitário, na visão da legislação sanitária do Estado do Paraná, já que não há requisição de experiência, de treinamento, de documento que o capacite para tal empreendimento.

Apontam-se também as consequências para o aumento de estabelecimentos que possuem classificação de baixo risco, os quais surgem na cidade, bem como as devidas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

preocupações no que se diz respeito à segurança alimentar da população, porquanto não precisam de inspeções, documentos, treinamentos que atestem alguma capacidade que condiz com as atividades alimentares desempenhadas. É imperioso, destarte, que haja estudos mais aprofundados sobre os resultados dessas reclamações, apontadas na tabela 1, com o fito de se verificar quais as gravidades, as consequências de cada inspeção realizada.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Grandes temas de direito administrativo. 1º ed., 2ª tiragem. Ed. Malheiros. São Paulo. pp. 362-370. 2010

BRASIL, ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada nº 153/2017. Dispõe sobre a Classificação do Grau de Risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências. 2017. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=369377#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20do,licenciamento%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.>>

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/leis-e-decretos-leis/lei-no-13-874-de-20-de-setembro-de-2019#:~:text=Institui%20a%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Direitos,10.522%2C%20de%202019%20de%20julho>>.

BRASIL. Lei n. 9872, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm#:~:text=L9782&text=LEI%20N%C2%BA%209.782%2C%20DE%2026%20DE%20JANEIRO%20DE%201999.&text=Define%20o%20Sistema%20Nacional%20de,Sanit%C3%A1ria%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.>

BRASIL. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em:

<https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html>.

BRIGUET, M. R. C.; VICTORINO, M. C. L.; HORVATH JUNIOR, M. Previdência Social: aspectos práticos e doutrinários dos regimes jurídicos próprios. São Paulo: Atlas, 2007.

CHAVES, Marily Dinis do Amaral. Processo administrativo: conceito, princípios gerais, fases

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

e modalidades. Teoria geral do processo administrativo. SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães; SILVA, Alexandra Obara Soares (Orgs.). Editora Verbatim. São Paulo. Pp. 10-64. 2013.

COSTA, E.A., and ROZENFELD, S. Constituição da vigilância sanitária no Brasil. In: ROZENFELD, S. (Org.). Fundamentos da Vigilância Sanitária [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, pp.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di pietro - 35 ed. - [2. Reimp] - Rio de Janeiro. Forense, 2022.

EKO, Sérgio Toshihiko. Processo Administrativo: vigilância sanitária. Gráfica e Editora Arenito. Umuarama-PR. 2015.

FERREIRA, Daniel. Teoria geral da infração administrativa a partir da Constituição Federal de 1988. Ed. Fórum. Belo Horizonte. 2009.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. MELLO, J. F. et al. Avaliação das condições de higiene e da adequação às boas práticas em unidades de alimentação e nutrição no município de porto alegre – Alimentos e Nutrição = Brazilian Journal of Food and Nutrition. Araraquara v. 24, n. 2, p. 175- 182, 2013.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial. 12º ed. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Odília Ferreira da Luz. Manual de direito administrativo. Livraria e Editora Renovar Ltda. Rio de Janeiro. 1997.

PARANÁ. Decreto n. 5711, de 23 de maio de 2002. Aprova o regulamento da organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde no estado do Paraná-SUS. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-5711-2002-parana-aprovado-o-regulamento-da-organizacao-e-funcionamento-do-sistema-unico-de-saude-no-estado-do-parana-sus>>.

PARANÁ. Lei n. 13331, de 23 de novembro de 2001. Dispõe sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no Estado do Paraná. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=359960>>.

PONTA GROSSA. Decreto n. 17.757, de 21 de setembro de 2020. Regulamenta as ações relativas à classificação do grau de risco para as atividades econômicas sujeitas à Vigilância Sanitária para fins de licenciamento sanitário no âmbito do Município.

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/decreto/2020/1776/17757/decreto-n-17757-2020-regulamenta-as-acoes-relativas-a-classificacao-do-grau-de-risco-para-as-atividades-economicas-sujeitas-a-vigilancia-sanitaria-para-fins-de-licenciamento-sanitario-no-ambito-do-municipio?r=p>>.

POPPER, K. A Lógica da Pesquisa Científica. São Paulo: Cultrix, 2013.

VALE, M. Dispõe sobre a definição de o que é Contaminação Cruzada e Segurança Alimenta. Disponível em: <<https://consultoradealimentos.com.br/seguranca-alimentar/contaminacao-cruzada/>>.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. Atlas, 1987.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS MELHORES UNIVERSIDADES
PARTICIPANTES NO RANKING WORLD UNIVERSITY – TIMES HIGLER
EDUCATION (THE)**

Augusto Londero Orsolin – UFSM¹
Anderson Luiz Vedum Bortoluzi – UFSM²
Lucas Veiga Avila – UFSM³
Adriano Mendonça Souza - UFSM⁴

Nome do GT: 16 - Outros temas contemporâneos

RESUMO

Rankings universitários globais são importantes indicadores, que medem a capacidade das universidades de impactar a sociedade positivamente. Neste estudo, teve como objetivo analisar os fatores determinantes no desempenho acadêmico e de sustentabilidade das universidades por continentes participantes do Ranking THE. Quanto ao método, classifica-se como um estudo de descritivo, quantitativo, que considerou para análises o Produto Interno Bruto, e o nível de Sustentabilidade dos países em que as universidades se situam - no desempenho acadêmico das Universidades, mensurado por meio do ranking World University da Times Higher Education (THE). Como principais resultados, destacam-se: verificou-se uma forte relação entre as características em nível de país como PIB, IDH e a Pontuação no World University Rankings do Times Higher Education, o que sugere que as características do país influenciam no desempenho e no nível de sustentabilidade de cada universidade. Do mesmo modo, os grupos pesquisa e ensino são os mais impactantes a Pontuação Geral de melhor universidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade, desempenho, universidades, índices, ranking.

RESUMEN

Los rankings universitarios globales son indicadores importantes que miden la capacidad de las universidades para impactar positivamente en la sociedad. Este estudio tuvo como objetivo analizar los factores determinantes en el rendimiento académico y la sostenibilidad de las universidades por continentes participantes en el Ranking THE. En cuanto al método, se clasifica como un estudio descriptivo, cuantitativo, que consideró para el análisis el Producto Interno Bruto, y el nivel de Sostenibilidad de los países en los que están ubicadas las universidades - en el desempeño académico de las Universidades, medido a través de la Ranking mundial de la Universidad de Times Higher Education (THE). Como principales resultados destacan los siguientes: hubo una fuerte relación entre las características a nivel de país como el PIB, el IDH y el ranking mundial de universidades de Times Higher Education, lo que sugiere que las características del país influyen en el desempeño y el nivel de sostenibilidad de cada universidad. . Asimismo, los grupos de investigación y docencia son los que más inciden en la Puntuación General de mejor universidad.

¹Mestrando em Ciências Contábeis pela UFSM – e-mail: guto_sm@hotmail.com

²Mestrando em Ciências Contábeis pela UFSM – e-mail: andersonn_89@hotmail.com

³Doutor em Administração pela UFSM, Professor Titular da UFSM – e-mail: admlucasveiga@gmail.com

⁴Doutor em Engenharia de Produção pela UFSM, Professor do PPGCC da UFSM – e-mail: adriannomont@gmail.com



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Palabras clave: Sostenibilidad, desempeño, universidades, índices, ranking.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para Valdés, Correa e Mellado (2018), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em 2015 nos Estados Unidos, composta por diversos líderes mundiais, demonstra a realidade e a urgência de aliar os pilares da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) em todos os níveis de ensino. O desenvolvimento sustentável é atingido quando regido pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao qual a educação é um dos pontos chaves e fundamentais a contribuir com sociedades mais sustentáveis, socialmente justas e igualitárias (LOZANO, BARREIRO-GEN, LOZANO E SAMMALISTO, 2019).

Em vista disso, instruir a sociedade no que se refere ao meio ambiente é primordial para alavancar esse processo e um dos contextos essenciais para isso é o Ensino Superior, como uma das formas de encontrar respostas a novas exigências e problemáticas atuais de sustentabilidade (ALBA, 2017).

Cabe a todas organizações e setores um envolvimento ativo e profundo nas questões de sustentabilidade. Um tipo de organização fundamental, que tem um papel importante na resolução de problemas de sustentabilidade são as Instituições de Ensino Superior, que impactam vários setores, pessoas e organizações com suas pesquisas e estudos. Muitas dessas IES têm incorporado a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) em seus sistemas (incluindo educação, pesquisa, operações de campus, alcance comunitário, avaliação e relatórios), tornando o Desenvolvimento Sustentável (DS) uma parte integrante do quadro institucional, colaborando com outras IES (RAMOS, 2015).

Desta forma, ranquear o nível de sustentabilidade e de desempenho acadêmico é importante para que se possa provar e mensurar a evolução dos países, regiões e até mesmo universidades e organizações no atingimento de melhorias que impactam positivamente o mundo. Não menos importante, cabe mencionar que o setor educacional tem muito a contribuir para o equilíbrio ecológico, visto que além de exercer o papel de conscientizar as futuras gerações nas tomadas de decisões, também é uma espécie de modelo para toda a sociedade (OLIVEIRA et al., 2016). Percebe-se então que as instituições de ensino devem participar da discussão sobre gestão ambiental, pois elas têm grande potencial para buscar soluções para os problemas pertinentes ao ambiente que as cercam (ROCHA et al., 2017).

E independentemente de uma Instituição de Ensino Superior (IES) possuir caráter



público ou privado, apresentar práticas sustentáveis, pode ser uma relevante característica em destaque diante de outras IES. (OLIVEIRA et al., 2016). Uma universidade é considerada “sustentável” ou “verde” quando concretiza a sustentabilidade em todas suas dimensões (DAGILIUTE et al., 2018).

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar os fatores determinantes no desempenho acadêmico e de sustentabilidade das universidades por continentes participantes do Ranking THE.

2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA E HIPÓTESES DA PESQUISA

2.1 Universidades: principais conceitos

A educação tem um papel fundamental para a formação do cidadão, uma vez que seu objetivo vai além de transmitir conhecimentos intelectuais, de modo que auxilia na formação do caráter de um indivíduo, assim como no desenvolvimento físico e psicológico. A formação pessoal e profissional de cada ser humano será seu guia irá lhe acompanhar por toda a vida, como seus princípios relacionados a consciência ética e a preocupação social e ambiental (MIRANDA, SCHIER, 2016).

Silva (2009) corrobora que a universidade tem função primordial no tema sustentabilidade e preservação do meio ambiente, ao passo que não é apenas um local de formação humana e profissional, pois realizada através de núcleos de pesquisa soluções para minimizar processos de degradação ambiental que a sociedade enfrenta. As universidades têm a responsabilidade de ensinar, pesquisar, e servir de modelo à comunidade. Portanto estas instituições possuem uma responsabilidade significativa, e necessitam praticar os ensinamentos que aplicam na preparação de novas gerações para alcançar um futuro mais sustentável.

Disterheft et al. (2012), um campus sustentável e competitivo deve associar a estrutura de ensino, pesquisa e da gestão organizacional com a educação voltada à sustentabilidade, com objetivo de que as comunidades internas e externas reconheçam essa necessidade e comecem a praticar a promoção da vida e do bem-estar da atual e das futuras gerações, o que também resulta em retornos positivos a esta instituição.

Está presente também nas universidades a preocupação com a disputa para melhorar sua pontuação nos rankings mundiais. Diante do exposto, para aumentar a competitividade de uma universidade, problemas sobre como aumentar a força geral da universidade, melhorar a qualidade do ensino e cultivar talentos altamente qualificados têm atraído a atenção dos administradores universitários (HOLLAND, 2019).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Desta forma, dada a importância das Instituições de Ensino Superior, percebe-se algumas justificativas do porquê usar classificações em instituições de ensino superior, como a globalização e internacionalização para fomentar as instituições a participar de questões mais amplas e promover o ensino e a pesquisa (PAVEL, 2015).

Além do mais, características em nível de país podem ter uma boa relação com a classificação da universidade entre as melhores do mundo. Sendo assim, as qualidades em nível de país explicam a escolha das variáveis que representam as particularidades de um país (IDH, PIB) utilizadas neste estudo, visto que há uma relação entre os níveis de educação e de crescimento de um país (CHIPINDO, 2019).

2.1.1 Sustentabilidade em universidades

A sustentabilidade nas universidades tem um papel vital para o desenvolvimento da ciência, programa e projetos. É uma das áreas que vem crescendo a décadas, especialmente pelo desenvolvimento de agendas internacionais, como dos ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) nos anos 2000 e mais recente, com os ODS (Objetivos do desenvolvimento sustentável).

Os ODS, em 2015, percebendo que os indicadores econômicos, sociais e ambientais dos últimos anos não atendiam a totalidade dos propósitos para o meio ambiente e quanto ao futuro das próximas gerações, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs que os seus 193 países-membros assinassem a Agenda 2030, um plano global composto por 17 objetivos (ODS) e 169 metas para que esses países alcancem o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até 2030. Destaca-se que o ensino superior desempenha um papel duplo na realização de todos os 17 ODS. Um aspecto é a integração das questões de Desenvolvimento Sustentável em programas e projetos acadêmicos e de pesquisa. O outro é a capacidade do Ensino Superior de promovê-los e capacitar sua implementação nos negócios e na comunidade (SALIMOVA, 2021).

Devido a esta importância das Instituições de Ensino Superior – IES, para Wright e Wilton (2012), o desenvolvimento alcançado pelas universidades em relação à sustentabilidade, ganham representatividade. Estudos com o tema de desenvolvimento sustentável tem aumentado ano após ano. Desta forma, há a percepção dos gestores destas organizações das universidades de que as questões mais evidenciadas para a efetivação da sustentabilidade, em grande parte, seriam promover iniciativas de sustentabilidade nos campi das universidades.

Embora seja um assunto pautado a certo tempo, década de 70, a sustentabilidade é um



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

desafio aos modelos de ensino usuais de ensino, visto que não há em suas estruturas, uma educação voltada à disciplina de “sustentabilidade” (GONÇALVES-DIAS et al., 2013).

Contudo, os alunos devem aprender valores de sustentabilidade e os levar adiante em suas vidas e, principalmente, em sua carreira profissional (ATMACA, 2017), perpetuando competências e conhecimentos sustentáveis adquiridos durante sua trajetória acadêmica. Sendo assim, a educação ambiental deve se fazer presente na formação de todos profissionais e alunos atuantes nas universidades, esmo que haja restrições e entraves na implementação da sustentabilidade nos currículos e no meio universitário.

Mesmo com dificuldades para a transformação rumo a se tornar uma universidade verde, o Ensino Superior tem feito muitos progressos em termos de incorporação do desenvolvimento sustentável em todos os níveis nas instituições, na pesquisa baseada no desenvolvimento sustentável, nos currículos para a sustentabilidade e aumentando a colaboração entre as partes interessadas na sociedade (SALIMOVA, SOLDATOVA, 2021). E, embora as universidades sejam obrigadas a cumprir as orientações definidas por entidades internacionais públicas e privadas, elas precisam conhecer seus alunos para planejar intervenções mais eficazes, agindo no intuito de tornar o currículo mais atraente e gerenciar o campus em suas questões sustentáveis (ALBA, 2017). Desta maneira, é importante frisar que a multidisciplinaridade da sustentabilidade abrangendo várias áreas do conhecimento é benéfica no que se refere a diferentes maneiras e percepções de se resolverem problemas de insustentabilidade. Percebida a importância da sustentabilidade em IES, várias pesquisas têm avançado no tema:

León-Fernández e Domínguez-Vilches (2015) analisaram a implementação da gestão ambiental e da sustentabilidade em universidades Espanholas. A pesquisa concluiu que o Sistema Universitário Espanhol segue as seguintes tendências internacionais como estruturas de trabalho permanentes, ferramentas de gestão ambiental e de sustentabilidade, assim como outras atividades relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Zhao e Zou (2015) examinaram iniciativas verdes na China, onde realizaram um estudo de caso com análise de documentos e observações. Constatou-se que o princípio da universidade verde em Tsinghua está dividido em três dimensões: a educação verde, a pesquisa verde e o campus verde.

Wu et al. (2015) exploraram a sustentabilidade nos currículos do ensino superior na Ásia. Foi constatado que as universidades da Ásia deveriam adicionar uma ligação internacional e participar ativamente na educação sustentável nas plataformas digitais.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Pereira et al. (2014) analisaram a relação entre práticas de gestão ambiental desenvolvidas em um campus da Universidade de São Paulo (USP). Os autores notaram que o programa de gestão ambiental da USP é limitado pela burocracia interna da própria universidade e pelo poder de gestão (hierarquia de comando).

2.1.2 Indicadores de Sustentabilidade em Universidades

O ranking mundial das universidades vem recebendo cada vez mais atenção nos últimos tempos, pois é um dos métodos mais importantes de avaliação do ensino superior, e tem o maior papel no desenvolvimento da política de ensino superior. reestruturação e definição de metas (ASHOUR, 2019). Desta forma, a pretensão de medir e verificar periodicamente seu nível de aproveitamento e o estabelecimento dos objetivos das universidades em desenvolvimento sustentável levou à necessidade de identificar, medir e avaliar indicadores de sustentabilidade (SERES, TUMBAS, MATKOVIC, 2019). Isto levou a uma corrida para competir nos rankings mundiais de universidades, indicando uma propensão das universidades científicas nos últimos tempos para o tema. (ASHOUR, 2019).

Entretanto, ainda hoje, apesar do avanço do tema, existem poucos indicadores de sustentabilidade em universidades. Dentre eles, destaca-se as classificações THE, que procuram capturar toda a gama de uma universidade global atividades: pesquisa, ensino e outras subáreas (MIWA et al., 2014). Já quanto ao indicador Green Metric, O UI GreenMetric World University Ranking é uma iniciativa da Universidade da Indonésia que foi lançada em 2010. Como parte de sua estratégia de elevar sua posição internacional, a Universidade sediou uma Conferência Internacional sobre World University Rankings (GREEN METRIC, 2010).

E, com a necessidade de um sistema uniforme que fosse adequado para atrair o apoio de milhares de universidades do mundo e onde os resultados fossem baseados em uma pontuação numérica que permitisse uma classificação para comparações rápidas entre elas, segundo os critérios de seus compromissos aos problemas de sustentabilidade e impacto ambiental o Green Metric é um dos mais conhecidos indicadores.

Também há outro indicador importante, que é a classificação da QS University, a qual foi introduzida por Quacquarelli Symonds (QS) em 2004. Atualmente, o ranking é publicado de forma independente a cada ano por meio de seu site Quacquarelli Symonds (2019 apud ATICI, 2020).

Outra métrica importante é a Classificação da Universidade Nacional de Taiwan (NTU), na qual as características de classificação são que os indicadores de qualidade respondem por



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

75% da pontuação (NTU RANINGS, 2021). Ressalta-se que esse sistema de classificação se baseia exclusivamente no desempenho qualitativo e quantitativo dos artigos científicos. Não avalia o desempenho geral da universidade em ensino, pesquisa e administração. Ele também tira a ênfase dos índices de desempenho usados em outros sistemas de classificação que representam reputações percebidas subjetivamente e realizações extraordinárias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa classifica-se como pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa, portanto é torna-se uma pesquisa básica, visto que irá proporcionar novos conhecimentos para aplicações práticas.

imprescindível mencionar as características em nível de países utilizadas neste estudo que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o Produto Interno Bruto (PIB) é definido como o total dos bens e serviços produzidos, destinados ao consumo final, correspondente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescidas dos impostos (líquidos de subsídios) sobre produtos. Representa a soma das riquezas geradas pelos diversos setores economicamente ativos em determinada região e período. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas (IBGE, 2021).

Além disso, temos o Índice de Desenvolvimento Humano. O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. (PNUD, 2021). Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades.

Quanto às IES, por meio da métrica Times Higher Education, mede-se o nível de adesão das Universidades no que tange à sustentabilidade e também o desempenho destas IES. Usa-se indicadores para fornecer uma comparação abrangente e equilibrada em quatro grandes áreas: pesquisa, administração, extensão e ensino. Além do mais, usou-se dados do Produto Interno Bruto (PIB), do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Nível de Sustentabilidade (EPI) dos países referentes às universidades mais bem classificadas por continente no Índice World Ranking do Times Higher Education.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Para a coleta de dados foram utilizados sites do Fundo Monetário Internacional, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, do site do Times Higher Education. Foram coletados dados também nas bases de pesquisa da Biblioteca da UFSM, Capes, Science Direct e outras. Foram feitas neste estudo duas análises diferentes.

A primeira, busca-se analisar o nível de correlação existente entre estas variáveis do estudo sendo o The Times Higher Education Rankings a variável Dependente estudada e o PIB, o nível de sustentabilidade dos países, o PIB per Capita e IDH as variáveis independentes do estudo em questão. Desta forma, utiliza-se o tipo de metodologia descritiva, que objetiva caracterizar certo fenômeno e descrever as características de certa população (GIL, 2007). É imprescindível mencionar que o IDH utilizado foi o do ano de 2019, visto que, na época de coleta de dados, ainda não estavam disponíveis dados do ano de 2020.

Destarte tem-se também o EPI - Índice de Desempenho Ambiental, ou Índice de Performance Ambiental é uma métrica que serve para mensurar e classificar o desempenho ambiental de um país. Ela mede o nível de Sustentabilidade dos países. Cabe citar também o PIB per capita, no qual a renda per capita é obtida mediante a divisão da Renda Nacional pelo número de habitantes do país. Já a segunda análise busca averiguar a influência dos grupos que compõem o índice e destacar quais mais impactam no resultado das melhores universidades do mundo.

O Objeto deste estudo compreendeu em amostras das 10 melhores universidades por continente do ano de 2020 no ranking de melhores universidades do World Ranking do Times Highes Education. Além disso, após, foram feitas análises utilizando as melhores universidades do Brasil segundo o Ranking citado acima no ano de 2020.

Optou-se por realizar a Correlação de Spearman para avaliar a correlação entre as variáveis do estudo. Primeiramente avaliou-se a relação o entre característica em nível de países e a pontuação no Ranking World Ranking do Times Highes Education (identificada por Pont.THE). Após, realizou-se uma correlação entre os grupos que compõem a Pontuação THE e esta nota geral de Pontuação THE. O coeficiente de correlação de Spearman mede a dependência de duas variáveis, que variam entre -1 e +1 e não dependem das unidades de medida das variáveis, o que facilita a sua interpretação (SOUSA, 2019). Posteriormente optou-se por realizar análise de cluster no intuito de medir a influência de algumas variáveis na Pontuação do Ranking World University do THE.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Conforme os dados obtidos, elaborou-se a tabela 1 (10 melhores pontuações) para melhor evidência da pontuação THE nos níveis de ensino, pesquisa, citações, renda industrial e perspectiva internacional em cada país e continente.

Tabela 1: Índices das 10 melhores universidades por continente

País	Continente	Universidade	Pontuação THE	Ensino	Pesquisa	Citações	Perspectiva Internacional
Reino Unido	Europa	Oxford	95,4	90,5	99,6	98,4	96,4
Eua	América	Instit. Tecnol. da Califórnia	94,5	92,1	97,2	97,9	82,5
Eua	América	Universidade de Cambridge	94,4	91,4	98,7	95,8	95
Eua	América	Stanford	94,3	92,8	96,4	99,9	79,5
Eua	América	Instit. Tecnol. Massachusetts	93,6	90,5	92,4	99,5	89
Eua	América	Princeton	93,2	90,3	96,3	98,8	81,1
Eua	América	Harvard	93	89,2	98,6	99,1	76,3
Eua	América	Yale	91,7	92	94,8	97,3	68,7
Eua	América	Univ. Chicago	90,2	89,1	91,4	96,7	76
Reino Unido	Europa	Imperial College	89,8	84,5	87,6	97	97,1

Fonte: Elaborado pelos autores

Após esse passo fez-se a análise descritiva separando a amostra de universidade em quartis, sendo a pontuação THE o fator que as classifica conforme tabela abaixo:

Tabela 2: Quartis conforme pontuação do Ranking World Rankings do THE

Cluster	Pontuação World University Ranking – THE	Classificação
Cluster 1	De 88,30 até 99,40	Tops
Cluster 2	De 75,55 a 88,29	Alto desempenho
Cluster 3	De 58,20 até 75,54	Desempenho regular
Cluster 4	De 37 até 58,19	Baixo desempenho

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 3: Correlação entre as variáveis Pont. THE e variáveis característica em nível de país

Variáveis	Pontuação THE	Pib Em Trilhões	Epi	Idh	Pib Per Cap
Pontuação THE	1,0000	0,6330	0,5631	0,6812	0,6493
PIB em Trilhões	0,6330	1,0000	0,1760	0,1690	0,2474
EPI	0,5631	-0,1760	1,0000	0,9167	0,7187
IDH	0,6812	0,1690	0,9167	1,0000	0,8525
PIB PER CAP	0,6493	0,2474	0,7187	0,8525	1,0000

Nota: dados em vermelho representam correlação significativa entre as variáveis. $P < 0,01$.

Fonte: Elaborado pelos autores

Esta tabela revela a um nível de significância de 0,01 que há uma boa correlação entre a pontuação das universidades no ranking World do Times Higher Education e todas variáveis, o que significa que universidades situadas em países com altas pontuações de PIB, EPI, IDH têm uma tendência a serem melhor classificadas na pontuação de melhores universidades da métrica World Ranking do THE.

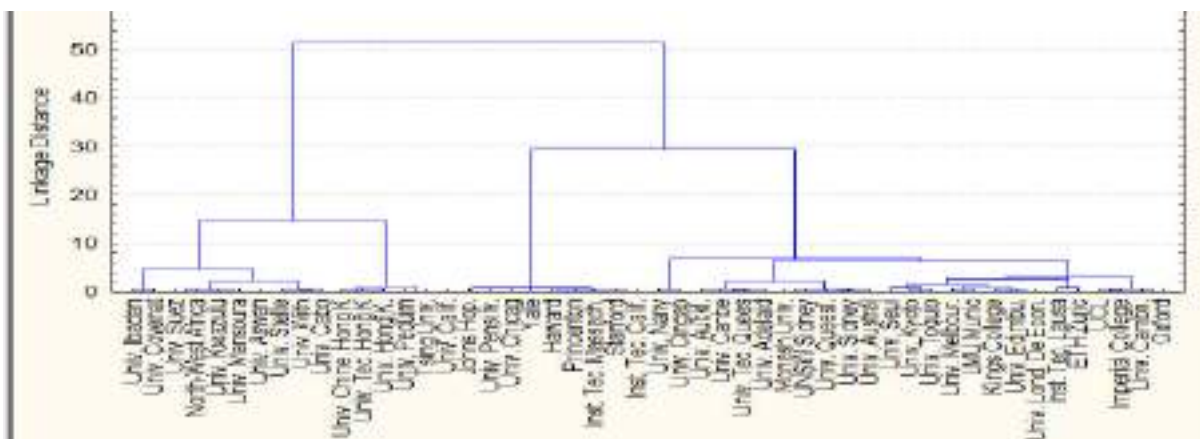


I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Gráfico 1: Análise de cluster considerando as variáveis em nível de país e a Pontuação THE – Cases de todas universidades



Fonte: Elaborado pelos autores

Pode-se inferir destas análises de clusters acima uma disparidade muito grande entre as universidades do continente africano (Universidade de Covenant, Universidade Canal Suez, entre outras e as da Europa como Oxford, Cambridge, etc. Isto pode ser explicado, em grande parte, pelo diferente nível de pontuação no ranking World do Times Higher Education delas.

Além do mais, percebe-se uma certa similaridade no que tange à pontuação supracitada entre algumas universidades da Oceania como Melbourne, Universidade Nacional da Austrália e outras da Europa como a King's College e a Universidade de Edimburgo. Além disso, pela análise do gráfico 1 percebemos uma maior correlação entre a pontuação geral THE e o PIB do país a que a universidade pertence. Cabe destacar, que isto pode ser explicado porque países com mais recursos tendem a investir mais em universidades. Sendo assim, universidades em países com maior PIB (e possivelmente maior investimento em pesquisa por parte universidades) geralmente tem uma maior nota de melhores universidades segundo o Ranking World University da THE. Abaixo optou-se por uma análise dos fatores que compõem a pontuação do Ranking World do Times Higher Education. Dentre eles destacam-se como mais impactantes os fatores Ensino e Pesquisa.

Tabela 4: Importância de cada grupo na pontuação do World Ranking do THE

Variável	Pontuação THE	Ensino	Pesquisa	Citações	Perspectiva Internacional
Pontuação THE	1,0000	0,9610	0,9772	0,4804	0,4964
Ensino	0,9610	1,0000	0,9767	0,2792	0,2808
Pesquisa	0,9772	0,9767	1,0000	0,2954	0,4151
Citações	0,4804	0,2792	0,2954	1,0000	0,5358
Perspectiva Internacional	0,4964	0,2808	0,4151	0,5358	1,0000

Nota: Dados em vermelho indicam significância a $p < 0,01$

Fonte: Elaborado pelos autores

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

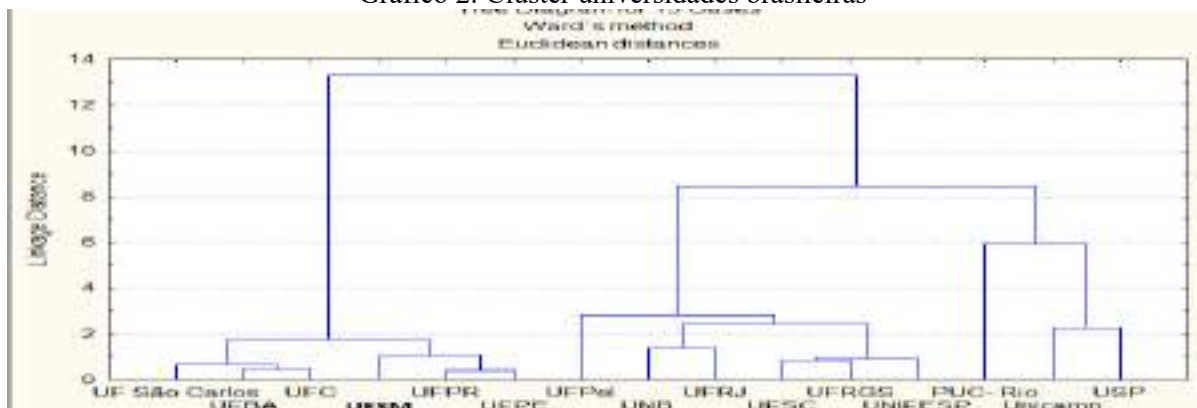
Tabela 5: Melhores universidades do Brasil em 2020

Universidade	Pont. Geral	Ensino	Pesquisa	Citações	Renda da Indústria	Perspectiva internacional	Classificação no Ranking THE
USP	48,45	56,4	54	40,6	39,9	33,9	251-300
Unifesp	31,75	32,6	17,8	43,3	35,7	28,6	601-800
UFRJ	25,2	34,4	22	26,1	35,5	28,7	601-800
PUC-Rio	31,75	27,4	25,6	27,9	99,5	41,5	601-800
UFRGS	31,75	29,6	18,3	49,3	46,5	26,3	601-800
UFSC	31,75	28,4	13,1	52,6	38,7	29,4	601-800
UNB	25,2	25,8	14,4	36,8	34,5	30,9	801-1000
Unicamp	37	44,6	38	34,8	44,8	30,6	801-1000
UFPEl	25,2	17,9	11	48,6	34,4	20	801-1000
UFMS	16,4	20,4	8,8	13,5	35	17,4	+ 1001

Fonte: Elaborado pelos autores

Por estas últimas tabelas percebeu-se que a variável Pesquisa é a que mais impacta no resultado da Pontuação de melhores universidades do Ranking World University do THE. Cabe destacar que as melhores colocações de universidades se devem em sua grande maioria pelas melhores notas no grupo Pesquisa, seguido pelo grupo Ensino. Ademais, cabe destacar que a UFMS possui notas baixas nestes dois grupos e na pontuação geral, se comparada com as melhores do mundo, devendo ela focar na melhora destes grupos para então melhorar sua pontuação neste ranking e se tornar uma universidade com melhor desempenho acadêmico e de sustentabilidade. Nota-se que o subgrupo Pesquisa é composto pelos subíndices: Pesquisa de reputação: 18%, Renda de pesquisa: 6% e Produtividade da pesquisa: 6%. Já o grupo Ensino é composto pelos subíndices pesquisa de reputação 15%, proporção de funcionários para alunos: 4,5%, proporção de doutorado para bacharelado: 2,25%, Proporção de doutorado / equipe acadêmica: 6% e Renda institucional: 2,25%.

Gráfico 2: Cluster universidades brasileiras



Fonte: Elaborado pelos autores



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

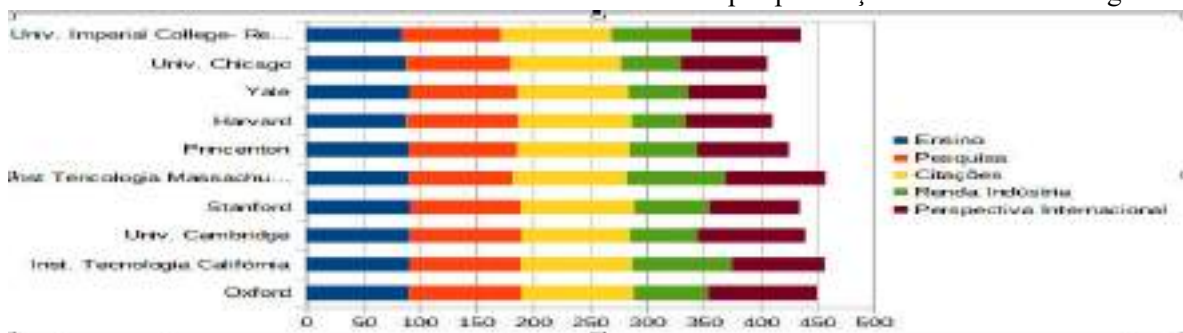
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Cabe frisar, pela análise dos cluster, que algumas universidades destoam à frente como a USP, devido, em grande parte pela diferença entre sua pontuação no Ranking THE. A UFSM é um pouco parecida com a UFPR e a UFPE.

Dentre as tabelas apresentadas na metodologia apresentou-se a estatística descritiva das variáveis THE World University Rankings, PIB, IDH e Nível de Sustentabilidade do país (EPI). Constatou-se uma boa correlação entre a variável THE World University Rankings (PON THE) e as variáveis PIB, EPI (nível de sustentabilidade do País a que a universidade pertence) e IDH, indicando que estas três últimas exercem uma influência significativa na Pontuação da variável THE World University Rankings (PON THE). Além disso, pela análise de cluster percebeu-se uma grande semelhança entre universidades do mesmo continente e disparidades enormes entre as universidades do continente africano e a maioria das universidades da América do Norte, Europa. Já quanto aos grupos que compõem a pontuação do World University Rankings (PON THE), pela análise das tabelas anteriores, percebe-se que as variáveis Pesquisa e Ensino são as que mais impactam no resultado da Pontuação de melhores universidades do Ranking World University Rankings do THE.

Gráfico 4: Melhores universidades do mundo por pontuação do World Rankings



Fonte: Elaborado pelos autores

5 CONCLUSÃO

Verifica-se que as 10 melhores universidades possuem uma alta pontuação principalmente nos grupos Ensino e Pesquisas, o que sugere que as universidades brasileiras devem focar seus esforços principalmente nestas variáveis. É importante que a Universidade invista principalmente nos aspectos que compõem a variável Pesquisas da universidade, como pesquisa de reputação, que analisa a reputação de uma universidade de excelência em pesquisa entre seus pares. Também é primordial avançar no quesito produtividade, que é avaliado pelo THE contando-se o número de publicações publicadas em periódicos acadêmicos indexados



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

pelo banco de dados Scopus da Elsevier por acadêmico, dimensionado para tamanho institucional e normalizado para assunto (BATI, 2014).

Segundo as métricas de sustentabilidade e desempenho de universidades, pode dar uma ideia da capacidade da universidade de publicar artigos em periódicos revisados por pares de qualidade. (GENG et al., 2013). Também se indica que as IES melhorem sua reputação acadêmica. Desta forma, conseguirão melhorar seu desempenho no ranking World University – THE. Outrossim, a classificação ambiental em nível de país fortalece o impacto positivo da sustentabilidade no desempenho acadêmico das universidades. Isto é corroborado por alguns estudos (ATICI, 2020; JABBOUR et al., 2013; SAVELY et al., 2007). Desta maneira, sugestiona-se que o país invista mais em qualidade da educação, seja na alfabetização de adultos e também nos níveis de escolarização da população em geral e melhore a sustentabilidade em nível de país, visto que, como já vimos, estes indicadores impactam na qualidade das universidades.

As limitações da pesquisa, dá-se pelo fato de utilizar apenas as dez melhores universidades por continente, tornando a amostra de universidades, pequena. Ademais, a inclusão de variáveis de controle no nível de universidade (como orçamento da universidade, etc.) seria de grande valia e melhoraria a robustez dos resultados. Sugere-se para estudos futuros uma abordagem mais holística sobre as variáveis independentes abordada, podendo ser levado em consideração outros aspectos de grande relevância a uma instituição de ensino como gestão de recursos e capital intelectual, abrangendo uma pesquisa que complementa e apoia a pesquisa apresentada.

REFERÊNCIAS

- ALBA, D. **Hacia una fundamentalación de la sostenibilidad en la educación superior.** *Revista Iberoamericana de Educación*, 73, 2017, p. 15-34.
- ASHOUR, M. A. H. **Improve the ranking of Arab universities in the world universities rankings.** *American Journal of Environmental and Resource Economics*, 4(3), 2019, p. 110-115.
- ATICI, K.; YASAYACAK, G.; YILDIZ, Y.; & ULUCAN, A. **Green University and Academic Performance: An Empirical Study on UI GreenMetric and World University Rankings.** *Journal of Cleaner Production*, 291, 2020.
- ATMACA, C. **Efeitos dos fatores contextuais na EDS na formação de professores.** *Discurso e Comunicação para Educação Sustentável*, 8 (2), 2017, p. 77-93.
- BATI, Phil. *The Times Higher Education World University Rankings, 2004-2012.* **Ética na Ciência e Política Ambiental**, v. 13, n. 2, pág. 125-130, 2014.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

CHIPINDO, P. C. M. **A educação como fator de desenvolvimento humano.** RAC: Revista Angolana de Ciências, v. 1, n. 1, 6 Jun, 2019, p. 197-207.

DISTERHEFT, Antje; CAEIRO, S. S. F. S.; RAMOS, M. R.; AZEITEIRO, U. M. M. **Environmental Management Systems (EMS) implementation processes and practices in European higher education institutions - Top-down versus participatory approaches.** Journal of Cleaner Production, v. 31, 2012, p. 80-90.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** (p.43) São Paulo: Atlas, 2007.

GREENMETRIC, U.I. **University of Indonesia GreenMetric.** World University Rankings. 2019. <http://greenmetric.ui.ac.id>. Acesso em 04/07/2021.

HOLLAND, EP. **Fazendo sentido do feedback do módulo:** contabilização de comportamentos individuais nas avaliações dos alunos sobre o ensino. Avaliar. Eval. Alto. Educ., n. 44, 2019, p. 961–972.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto - PIB.** 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php/> Acesso em: 17 de julho de 2021.

IMPACT RANKINGS. **Times Higher Education.** 2021. Disponível em https://www.timeshighereducation.com/rankings/impact/2020/overall#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined. Acesso em: 21 de junho de 2021.

LEÓN-FERNÁNDEZ, Y.; e DOMÍNGUEZ-VILCHES, E. **Environmental management and sustainability in higher education: the case of Spanish universities.** International Journal of Sustainability in Higher Education, 16(4), 2015, p. 440-455. <http://dx.doi.org/10.1108/IJSHE-07-2013-0084>

LOZANO, R.; BARREIRO-GEN, M.; LOZANO, F.J.; SAMMALISTO, K. **Teaching Sustainability in European Higher Education Institutions: Assessing the Connections between Competences and Pedagogical Approaches.** *Sustainability*, n. 11, 1602, 2019.

MIRANDA, L.; SCHIER, D. **A Influência do Ensino de História na Educação Infantil e Formação do Aluno.** Educação em Foco, Ed.nº 08. Unisepe de São Paulo, São Paulo, 2016.

MIWA, Satomi et al. Low abundance of the matrix arm of complex I in mitochondria predicts longevity in mice. **Nature communications**, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2014.

OLIVEIRA, P.; OLIVEIRA, B.; ROHRICH, S. **Sustentabilidade em instituições de ensino superior: uma revisão sobre as conferências internacionais para a sustentabilidade.** *Anais do xviii engema.* Paraná, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030.** 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 17 de julho de 2021.

PAVEL, Adina-Petruta. **Global University Rankings-a Comparative Analysis.** Procedia Economics and Finance. n. 26, 2015, p. 54-63. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567115008382>. Acesso em 08/07/2021.

PEREIRA, G. S. M.; JABBOUR, C.; OLIVEIRA, S. V. W. B.; & TEIXEIRA, A. A. **Greening the campus of a Brazilian university: cultural challenges.** International Journal of Sustainability in Higher Education, 15(1), 2014, p. 34-47. <http://dx.doi.org/10.1108/IJSHE-10-2011-0067>

PNUD, IPEA. Fundação João Pinheiro. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil,** 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

QS:QUACQUARELLI SYMONDS LIMIT, ed. Quacquarelli, 2021: Disponível em: <https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2022>. Acesso em 18/07/2021

RAMOS, S.; LOZANO, H.; HOOF, B.; HUISINGHT, D.; CEULEMANS, K. **Experiences in implementing sustainable development in higher education institutions: Environmental Management for Sustainable Universities.** *Journal of Cleaner Production*, 106, 2015, p. 03-10.

ROCHA, V.; ARAÚJO, S.; FREITAS, L. **Gestão Ambiental: Práticas sustentáveis nos campi de uma IFES.** *Reunir* (7), 2017, p. 36-50.

SALIMOVA, T.; SOLDATOVA, E. Bringing PBL to Education for Sustainable Development: University to Business (U2B) approach. In: **International Symposium on Project Approaches in Engineering Education.** 2021. p. 42-48.

SAVELY, Susanne M.; CARSON, Arch I.; DELCLOS, George L. An environmental management system implementation model for US colleges and universities. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, n. 7, p. 660-670, 2007.

SERES, L.; TUMBAS, P.; MATKOVIC, P. **Indicadores de sustentabilidade ambiental para universidades.** *Skola biznisa*, (2), 2019, p. 95-112.

SILVA, M. **Complexidade da formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 114 p. ISBN 978-85-98605-97-5.

SOUSA, A. Coeficiente de correlação de Pearson e coeficiente de correlação de Spearman: O que medem e em que situações devem ser utilizados? **Correio dos Açores**, p.19-19, 2019.

VALDÉS, H.; CORREA, C.; MELLADO, F. **Proposed Model of Sustainable Construction Skills for Engineers in Chile.** *Sustainability* 2018, 10, 3093.

WORLD UNIVERSITY RANKINGS. **Times Higher Education**, 2021. Disponível em <https://www.timeshighereducation.com/content/world-university-rankings>. Acesso em 02/07/2021

WRIGHT, T. S. A.; WILTON, H. **Facilities management director's conceptualizations of sustainability in higher education.** *Journal of Cleaner Production* 31, 2012, p. 118 – 125.

WU, Y.-C. J., SHEN, J.-P., & KUO, T. **An overview of management education for sustainability in Asia.** *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 16(3), 2015, p. 341-353. <http://dx.doi.org/10.1108/IJSHE-10-2013-0136>

ZHAO, W.; & ZOU, Y. **Green university initiatives in China: a case of Tsinghua university.** *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 16(4), 2015, p. 491-506. <http://dx.doi.org/10.1108/IJSHE-02-2014-0021>.

“O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade dos autores.”



**DISCURSOS E POSTAGENS DE LÍDERES RELIGIOSOS QUE
LEGITIMAM E REFORÇAM A SUBALTERNIDADE DA MULHER NA
SOCIEDADE**

Ana Carolina Ribeiro Ruzycki¹ – Universidade Estadual de Londrina

Claudia Neves da Silva² – Universidade Estadual de Londrina

Nome do GT: Temas Contemporâneos

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar discursos e postagens de líderes religiosos que reforçam a subalternidade da mulher na sociedade brasileira, caracterizada por traços patriarcais. Queremos entender como papéis de gênero ficam pré-definidos e corroborados a partir dos valores e normas que são reforçados no cristianismo, na medida em que defendem abertamente em suas redes sociais e publicam para seus fiéis/seguidores, influenciando e internalizando esses valores religiosos cada vez mais. Para cumprirmos nosso objetivo, levantamos postagens realizadas pelos líderes religiosos no Instagram, plataforma digital, para analisarmos em que medida esses discursos reforçam o papel de subalternidade da mulher. Ademais, realizamos revisão de literatura para termos embasamento teórico. Ao final da pesquisa, conseguimos verificar como o papel e as funções da mulher na sociedade é marcado pelas bases patriarcais e como os líderes utilizam disso em seus discursos e reatualizam maneiras de disseminar esses valores pelas redes sociais.

Palavras-chave: Mulher. Líderes Religiosos. Subalternidade. Normas. Redes Sociais.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar y analizar discursos y publicaciones de líderes religiosos que refuerzan la condición subordinada de la mujer en la sociedad brasileña, de rasgos patriarcales. Queremos entender cómo los roles de género son predefinidos y corroborados a partir de los valores y normas que se refuerzan dentro del cristianismo, en la medida en que ellos defienden abiertamente en sus redes sociales y publican para sus fieles/seguidores, influenciando e interiorizando cada vez más estos valores religiosos. Para materializar nuestro objetivo levantamos posts realizados por líderes religiosos en Instagram, plataforma digital, para analizar en qué medida y cómo refuerzan el rol de subalternidad de las mujeres y revisión bibliográfica para tener fundamentación teórica. Al final de la investigación hemos sido capaces de comprobar cómo el papel y las funciones de la mujer en la sociedad está marcada por las bases patriarcales y cómo los líderes utilizan esto en sus discursos y reactualize formas de difundir estos valores por las redes sociales.

Palabras clave: Mujer. Líderes Religiosos. Subalternidad. Estándares. Redes Sociales

¹ – Graduada de Serviço Social e Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Araucária – e-mail: ana.carolina.ruzycki@uel.br

² – Doutora em História. Pós Doutora em Serviço Social. Profa. do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social/UEL. Membro-fundadora do Laboratório de Estudos sobre as Religiões e Religiosidades. – e-mail: claudianeves@uel.br – Orientadora



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tendo em vista que o Brasil é um país cristão, o tema de nossa pesquisa é relevante para apresentarmos como os papéis predefinidos de gênero são reforçados pelos líderes religiosos em seus discursos, legitimando a mulher como um ser incapaz, que precisa ser guiada por homens, deve depender deles e sua voz não precisa ser ouvida. Mesmo com leis e conquistas que retiram a mulher desse lugar de dependência e submissão, é muito comum encontrar nas redes sociais cristãs conservadoras a mensagem de que essa independência da mulher é a ruína da sociedade e da masculinidade (considerada o alicerce de uma sociedade “forte”).

Nosso objetivo está em apresentar e entender os discursos e postagens que apresentam esse conteúdo legitimando os valores e normas religiosas que são difundidos por meio dos líderes religiosos devido a sua relevância no cenário brasileiro, principalmente entre seus fiéis que se tornam seguidores nas redes sociais. O papel da mulher como do lar, sensível, que existe para satisfazer as necessidades dos homens é reforçada no meio religioso pelas falas que se externalizam no universo pentecostal.

Compreender como os líderes religiosos, principalmente pastores, no presente texto, reproduzem e disseminam as normas e valores que reforçam a subalternidade da mulher na sociedade. Entender por meio das redes sociais como os líderes religiosos influenciam e difundem para seus seguidores as normas e valores religiosos que instituem a inferioridade da mulher como algo natural; apreender em que medida os líderes religiosos vêm reforçando essa ordem hierárquica de gênero em seus discursos e facilitando a contínua presença do patriarcado na sociedade.

Foi a partir dessas questões que surgiu o interesse pelo tema. Desta forma, por meio da base teórica usada para pautar nossas discussões, utilizamos também de uma metodologia inovadora por meio de uma “pesquisa de campo” nas redes sociais em busca de postagens que contribuíssem com o nosso argumento de que os líderes religiosos reforçam a ordem hierárquica de inferioridade da mulher em nossa sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Escolhemos as redes sociais como fonte de material de pesquisa por estar presente cada dia mais na vida das pessoas, sendo um meio de comunicação essencial para divulgação de ideias, saberes, opiniões e cotidiano das pessoas, através de publicações. Segundo Ciribelli e Paiva (2011, p. 59), “As redes sociais existem em todos os lugares e podem ser formadas por pessoas ou



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

organizações que partilham valores e objetivos comuns”. Utilizamos como fonte de pesquisa o Instagram, segunda rede social mais utilizada no Brasil, partindo da observância de ser uma rede social que forma digitais influencers que possuem certa autoridade social, visto que se tornam figuras públicas, dadas pelo seu perfil aberto, seus números de seguidores e quantidade de interação, na plataforma digital.

Empregando a técnica de saturação, que conforme Fontanella et al. (2008) representa a “suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição” selecionamos posts com a ferramenta digital. Mas, ao utilizarmos essa técnica não perdemos de vista a observação de Minyao (2017, p.10): “não existe um ponto de saturação *a priori* definido, e nunca a quantidade de abordagens em campo pode ser uma representação burocrática e formal estabelecida em números. O que precisa prevalecer é a certeza do pesquisador de que, mesmo provisoriamente, encontrou a lógica interna do seu objeto de estudo – que também é sujeito – em todas as suas conexões e interconexões”.

Tendo esse destaque em perspectiva, por meio de pesquisa no próprio Instagram com a ferramenta da barra de pesquisa, inserida na plataforma, buscamos com as seguintes palavras-chave: mulher, comportamento e valores religiosos. Ademais, por meio de pesquisa no próprio perfil aberto das figuras públicas aqui citadas, definimos também 10 mil seguidores mínimos que o perfil deveria conter para ser influente, e a partir disso começamos a analisar as postagens.

A presença de mulheres na igreja é muito importante porque participam de uma instituição social, construída e regida por homens, em sua maior parte, que enfatiza, na maioria das vezes, um papel de subalternidade na sociedade e dentro da igreja. Segundo Chantal (2019, *apud* GEBARA, 2000), a religião para as mulheres significa salvação e opressão, permeada de uma relação contraditória, dado que aquilo que “salva” não deveria “oprimir”. É importante ressaltar o Censo Demográfico do IBGE de 2010 feito no Brasil, no qual os dados demonstram que as mulheres representam a maioria dos membros das igrejas Evangélicas e da Católica Apostólica Romana.

Quando nos referimos aos papéis determinados pelo gênero, chegamos à conclusão de que são panos de fundo das relações sociais existentes no mundo todo, e que acabam por ignorar a pluralidade e decisão de escolha da mulher, impondo um ser universal, com comportamentos e funções preestabelecidos baseado na cultura patriarcal androcêntrica. Como exemplo disso, temos o fato de que nas igrejas, as mulheres exercem atividades parecidas com atividades domésticas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

como catequizar; já os homens atuam em liderança e na “arte de evangelizar” (CHANTAL, 2019). Ressaltamos que utilizamos o masculino e feminino como papéis de gênero, entendendo que gênero se trata de algo mutável, sendo construções históricas, sociais e culturais, (CARNEIRO; NEGREIROS, 2004) e salientamos que existem outras determinações de gênero que podem ser objeto de estudo para outros artigos mas não iremos abranger no artigo em tela, ademais falar dos padrões cristãos da heteronormatividade implica que papéis homoafetivos são excluídos e tratados com discriminação pela maioria dos líderes religiosos, como fica explícito no discurso de Silas Malafaia na Câmara Federal em uma das várias audiências para discutir um projeto do Estatuto da Família (MACHADO. 2017. p. 18). Segundo Machado (2017. p.17) a fala do pastor optou por:

[..] Optou por apresentar sua interpretação do artigo 226, parágrafo 3º da Constituição [...] Já o parágrafo 3º, expressando a intenção dos constituintes de incluir as composições familiares que não passaram pelo casamento civil, esclarece que “para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Esse parágrafo foi apresentado por Malafaia, como a definição constitucional da instituição familiar, que, interpretada dessa maneira, excluiria não só os arranjos homoafetivos, como também aqueles compostos por pais ou mães solteiros e seus filhos, avós e netos, tios e sobrinhos, etc. A ênfase nas uniões heterossexuais, assim como as críticas ao STF, que reconheceu a união estável pelas pessoas do mesmo sexo em 2011, não deixaria dúvida, entretanto, que a grande preocupação do pastor era garantir o enquadramento da família nos marcos da heteronormatividade.

Diante do que foi exposto fica evidente que os papéis dos líderes religiosos na sociedade vão muito além do desempenhado na igreja, como pregar, eles alcançam setores sociais, investindo na caridade, em instituições filantrópicas, e ações sociais obtendo legitimidade para adentrar a âmbito político. Como expõe Cecília Mariz (2016. p. 3): “uma igreja ou religião que desenvolve e estimula o trabalho social adquire legitimidade e passa a ser vista como de interesse público”, visto isso os líderes religiosos se introduzem no âmbito político, podendo levar a moralização cristã para espaços de debates que são primordiais para a construção da nossa sociedade.

Segundo Klein e Silva (2021), em se tratando do papel social da mulher na sociedade, muito vem ao encontro com a construção do patriarcado, enquanto esse sistema se caracteriza na figura masculina como o detentor do poder nas relações, ocupando lugares de privilégio, visto que existe todo um histórico que exclui a mulher como cidadã legal de direito. O patriarcado traz a ideia de controle da mulher pelo homem, enquanto fica determinado seu papel como de cuidadora, do lar, sensível e da maternidade como “a mais bela função cívica das mulheres”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

(NARVAZ, 2006 apud ROSSEAU) desde o nascimento das meninas. E, em oposição, traz a ideia do homem com a função de provedor, que demonstra disciplina e autoridade nos diversos âmbitos da sociedade. Confirmando um ideário cristão de família hétero

Essa “direção” que cada gênero, sendo feminino e masculino, deve seguir é reforçada desde recém-nascido com base nas cores destinadas às crianças, aos jogos e brincadeiras executados, aos ensinamentos de como agir, como se sentar ou se comportar diante das situações. Com efeito, todas essas ações são internalizadas tanto pela observação-direta quanto pela interpretação que se percebe ao redor pelos seus iguais, conforme Negreiros (2004) e Carneiro (2004). Essa construção é demonstrada na igreja em diversas formas. Segundo Janaina Klein (2021. p. 34), é importante lembrar que:

[...] Não foi a religião que criou o patriarcado, não foi a religião que provocou a desigualdade entre os gêneros, mas a religião reforça, legítima, reproduz e trata como natural situações que são frutos das desigualdades histórica e social, aliando ainda o fato de que o poder sobre a mulher faz com que essa ordem “natural” seja seguida. [...] As mulheres são criadas para seguir um padrão, que se cale, abaixe a cabeça e reze, [...].

No que se refere à relação gênero e religião, de acordo com Krob (2015. p. 211), “Os discursos religiosos, os textos sagrados e suas interpretações, as práticas de exclusão e discriminação sexista da Igreja em relação às mulheres colaboram para a manutenção desta violência.”, sendo assim temos que enquanto as mulheres ocupam os espaços das igrejas, elas estão expostas às violências de desigualdade de gênero.

Nas religiões cristãs, as bases do patriarcado estão extremamente presentes e justificam a inferioridade da mulher a partir de passagens bíblicas, como por exemplo, a mulher ter sido criada a partir da costela de Adão (homem), criada para ser companheira do homem, conforme Klein e Silva (2021) apontam. Ademais, Krob (2015 p. 212) traz uma reflexão acerca do silêncio da igreja como forma de compactuar mais uma vez com a opressão, assim se “tornam cúmplices da cultura do silêncio e da omissão” referentes à desigualdade de gênero.

O ponto é que essas mulheres são culpabilizadas por danos existentes em seu casamento, como cita Melina Bazan Albuquerque, em artigo de 2021: “o pastor já de início constrói um discurso responsabilizando a mulher por ter um dever de saber com quem estava se casando”, dando um exemplo que aconteceu quando uma mulher evangélica foi pedir conselho na Igreja Universal do Reino de Deus. A reprodução das normas religiosas está pautada nos discursos como uma forma, um caminho a ser seguido para atingir a salvação, e o que é exposto pelos líderes

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

dessas comunidades acaba por refletir e determinar o comportamento das pessoas que seguem, que acreditam nesses líderes. Para Albuquerque (2021. p. 709), “em relação a instituição religiosa, percebo como um local em que o “papel” da mulher deveria ser problematizado, ao invés de ser naturalizado como sendo parte da natureza humana. [...] pelo simples fato de terem nascido com um órgão feminino”.

É importante ressaltar o que significa valores e normas religiosas. De acordo com as autoras Carneiro e Negreiros (2004. p. 38), esses valores estão presos na maneira antiga de se compreender família. As autoras evidenciam que “no ‘modelo antigo’ os dois sexos são concebidos como ‘naturalmente’ diferentes” . Tendo isso em vista, temos desde a concepção da religião os papéis diferentes sendo reforçados e ensinados aos membros da comunidade.

De acordo com a leitura de autores que estudam esse tema, entendemos valores como crenças que são determinantes para julgarmos situações, ações, objetos e tudo que nos rodeia por serem corretas ou não (SANTOS *et al.* 2012). Esses valores são internalizados como verdades intuídas, guiando assim a vida das pessoas. Já os valores religiosos se deslocam com o mesmo sentido, mas, tendo fundamentação nos preceitos da religião, estão presente na vida de todos e todas de forma direta ou indireta, principalmente pelo fato de sermos um país extremamente cristão. Esses valores são reproduzidos e ensinados nos cultos, pelas falas, pelas passagens, pela educação, seja ela religiosa ou não, familiar ou escolar (SILVA, 2020), e referente ao nosso artigo observamos esses valores religiosos sendo reforçados pelas redes sociais a todos/as que entrarem no perfil de instagram dos pastores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A classificação da pesquisa é de natureza aplicada, a fim de gerar possíveis aplicações futuras, ou seja, por meio de debates, rodas de conversa com estudantes, usuárias das políticas sociais para provocarmos reflexões sobre o papel da mulher na sociedade. Sendo realizada de forma qualitativa, por estarmos inseridos no universo dos valores, normas e crenças.

Para realizarmos a pesquisa, utilizamos de uma metodologia recente, visto que a criação do Instagram tem pouco mais de 10 anos, sendo assim utilizamos de uma pesquisa de campo por meio do aplicativo, local de amplo debate, dinâmico e acessível em que os líderes religiosos estão se apropriando cada vez mais. A pesquisa foi feita na barra de buscas dentro da plataforma utilizando palavras-chaves, como: mulher, comportamento e valores religiosos, entre outras na



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mesma lógica e chegamos às postagens de cunho religioso que continham informações sobre o nosso objetivo da pesquisa, selecionamos apenas posts realizados pelos líderes religiosos e a partir disso começamos a analisar as postagens a fim de nos aproximarmos do nosso objeto de pesquisa.

Levantamos 20 postagens e selecionamos três para basearmos nossa amostra no desenvolvimento. Os critérios utilizado para a escolhas dos líderes religiosos foram os que continham mais de 10 mil seguidores no perfil da rede social digital porque assim o consideramos mais “influyente” no aplicativo e ademais pastores que de alguma forma ocupam espaços de poder e estão presentes em outras áreas da sociedade, como a política. Para mais, foi feita uma revisão de literatura para fundamentarmos a pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Após a seleção das postagens, iniciamos a interpretação das mesmas, com a finalidade de entender as motivações que permitem a continuação, legitimação e reprodução de valores e normas que influenciam o comportamento e a concepção de mundo das mulheres, assim como as consequências para a sociedade brasileira.

No Instagram, o primeiro post que vamos apresentar é do perfil aberto: @pclaودیuartereels; nele, encontraremos diversas postagens dedicadas ao pastor Cláudio Duarte, em que o mesmo aparece em vídeos com suas falas durante as pregações. O vídeo em questão mostra o pastor dando conselhos aos homens, caso ele esteja se relacionando com uma possível esposa, para que faça uma investigação sobre seus dotes culinários. O pastor indica que caso o homem não consiga pagar outra mulher para cozinhar para o casal, o homem deveria deixar a mulher “modernona”, referindo-se à mulher do século XXI, e ir procurar uma mulher que saiba. A partir desse vídeo, temos um evidente exemplo de como o papel da mulher é definido e reproduzido pela igreja e quais as “qualidades” necessárias para ser uma boa esposa. Em seu perfil, temos 200 mil seguidores e, nesse específico vídeo, são 524 curtidas. São números relativamente grandes; isso posto, é possível analisarmos a influência que essas falas, em um único perfil, podem alcançar.

Entrando no perfil do pastor André Valadão (@andrevaladao), encontramos diversas postagens em que o referido faz falas em seus stories, ferramenta presente na plataforma digital, e escreve em suas publicações textos que reforça o papel da mulher para agradar ao homem, para

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



se comportar enquanto esposa, ao não se “exibir” na academia. Selecionamos uma postagem em que ele deixa um recado para os homens com as seguintes palavras: “O mundo hoje prega uma igualdade sem lógica, tem coisas que são fato: só a mulher pode gerar e só o homem tem força física superior a da mulher para absorver a pressão para trabalhar o quanto for para o sustento em casa.”. Apenas nesse pequeno trecho podemos perceber novamente o discurso de que a mulher é “criada” para ser mãe, gerar uma vida, cuidar e educar, e o homem “criado” para sustentar a casa, o que é justificado pela força física. No mesmo texto produzido e postado pelo pastor, ele afirma que os homens têm que absorver seu “papel protetor e provedor” e incentiva os homens a casarem e assumirem com orgulho seus respectivos papéis: “ Homens, tá na hora de casar, assumir papéis masculinos”. Com essas afirmações, ele adquiriu 22.693 mil curtidas na publicação, e em seu perfil possui 5,5 milhões de seguidores, podendo esses milhões de fiéis serem captados pelos valores difundidos pelo pastor.

Ao analisarmos o perfil do pastor Silas Malafaia (@silasmalafaia), encontramos uma publicação em que ele apresenta 12 motivos que podem justificar as razões para o casamento estar morrendo. No quinto motivo, ele apresenta a “Falta de definição dos papéis sociais – O papel do homem é proteção, provisão e liderança, e a mulher é adjutora.”, nesse exemplo, está visualmente localizado os papéis desempenhados por homens e mulheres de acordo com os valores da igreja que o pastor reproduz e legitima. A mulher vista como adjutora significa possuir função de auxiliadora, aquela que depende do homem. Já o homem é novamente visto como liderança, em local de privilégio. Em sua publicação, Malafaia acumula 38.146 mil curtidas e 3,9 milhões de seguidores em seu perfil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos três pastores que são imensamente influentes tanto no mundo real quanto no mundo digital. Conforme discutimos, os três reafirmam e legitimam valores religiosos que reforçam a desigualdade de gênero, que coloca a mulher em local de inferioridade, em uma ordem hierárquica e subalterna ao homem.

Essas postagens e o reforço dos valores conservadores são de páginas cristãs, o que torna tudo ainda mais preocupante, pois o Brasil é um país majoritariamente cristão, então mesmo que alguém não cresça com grande envolvimento na religião, muito provavelmente será influenciado por esses valores, e os reproduzirá em sua vida. Por essa razão, vivemos em um país com um



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

discurso extremamente machista, que elegeu, em 2018, um presidente com falas extremamente misógenas e preconceituosas.

Diante disso, os três exemplos demonstram características parecidas, com uma base estritamente patriarcal, na qual temos valores enraizados que são reproduzidos e reforçados nas falas, nos comportamentos, nos posts, nos vídeos de líderes religiosos, e no seu público, mantendo sempre uma bagagem maior nas costas das mulheres e conservando o homem como vítima. Esses valores religiosos estão sendo legitimados, além de como já citado, por meio das redes sociais e isso faz com que se alcance um nível muito maior de pessoas do que teria em uma celebração religiosa, por exemplo. Ademais, por esses discursos serem reiterados em perfis de pessoas consideradas figuras públicas e que possuem certo “respeito” em seus locais de fala, acabam por validar as ideias que defendem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entendemos que a normatização social da mulher como inferior e o homem como superior ainda é muito presente. Com o objetivo de apresentar alguns discursos de líderes religiosos em suas redes que reforçam os papéis sociais, consideramos que estamos nos aproximando de nosso objetivo, que é entender como papéis de gênero ficam pré-definidos e validados a partir de valores e normas que são reforçados no cristianismo.

Esperamos que a pesquisa contribua para as mulheres desvelarem o discurso religioso que atesta e reforça a subordinação da mulher ao homem e sua opressão na sociedade. A influência desses discursos por si só prejudica em muito a saída das mulheres desse local de inferiorização. Ter esses discursos ainda em pleno século XXI diz muito sobre como as mulheres ainda precisam avançar em suas lutas e em como ainda grande parte da sociedade pensa e defende seus valores com base nos princípios religiosos, valores esses que formam pensamentos misóginos e estimulam ações opressivas e violentas.

É importante refletir como os líderes religiosos estão orientando seus seguidores e o que os discursos patriarcais deles representam para as mulheres que os seguem e como refletem no cotidiano das pessoas. A partir disto, podemos pensar em estratégias para superar esse valor instituído em nossa sociedade e repensarmos os locais de homens e mulheres na família, no trabalho, na escola e em todas as organizações que se estabelecem na nossa comunidade, abrindo possibilidade para alcançarmos igualdade, equidade e respeito.



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Bazan. **Mulheres evangélicas em cargos de liderança: estudos dos conteúdos a partir do coletivo evangélicas pela igualdade de gênero (eig) e o movimento godllynwood**. Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo (LERR/UUEL), Anais. Londrina. P.708-721. 2021.

CIRIBELI, João Paulo et al. **Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado**. Mediação. Belo Horizonte. v.18, n. 12. p 59-74. 2011.

CISNE, Mirla. **Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serviço Social em Revista. v. 18, n.1, pp. 138 - 154, Jul./dez. 2015. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588/17726>. Acesso em: jan.de 2023.

DataReportal. **Digital 2022: Brazil**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>. Acesso em: 09 de fev 2023.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**. Labor, Rio de Janeiro, 1976.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan, 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29/03/2023

GEBARA, Ivone. **Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Vozes, 2000.

G1. **Entenda a curta história do instagram, comprado pelo facebook**. 2012. Disponível em:
<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/entenda-curta-historia-do-instagram-comprado-pelo-facebook.html>. Acesso em: jan de 2023

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Amostra religião**. Disponível em
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>> Acesso em: 1 fev de 2023.

KROB, Daniéli Busanello. **A igreja e a violência doméstica contra as mulheres**. In: Anais do Congresso Internacional da Faculdade EST. p. 208-216. 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Pentecostais, sexualidade e família no congresso nacional**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017.

MARIZ, Cecília Loreto. **Ação social de pentecostais e da renovação carismática católica no Brasil: o discurso de seus líderes**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 31, n. 92, p. 1-16, out. 2016.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MASLOW, A. **El hombre autorrealizado**. Barcelona: Kairós. 1983.

MINAYO, Maria Cecília S. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. In: Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82/59>. Acesso em: 29/03/2023

MOTA, João de Jesus Oliveira *et al.* **Análise de conteúdos de posts sobre alimentação divulgados por influenciadoras digitais na rede social instagram**. DEMETRA: Alimentação, Saúde e Nutrição. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/39076>. Acesso em: 11 de jan 2023

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro *et al.* **Masculino e feminino na família contemporânea**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ. Rio de Janeiro. n. 1. p. 34-45. 2004.

PEREIRA, Cláudia Sofia Gomes. **Digital Influencers e o comportamento dos seguidores no Instagram: um estudo exploratório**. Instituto Politécnico do Porto. 2017. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/4eaf27131217d1f9fe012ca73881d629/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 10 de fev 2023.

SANTOS, Walberto Silva dos *et al.* **A influência dos valores humanos nos compromissos religiosos**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília. Vol. 28 n. 3. 2012.

SILVA, Livia Souza da *et al.* **Educação e valores humanos: uma apreciação dos estudos produzidos no Brasil nos anos 2013 a 2018**. Educação em Revista: UFMG. Belo Horizonte. 2020. Disponível em: https://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982020000100126&script=sci_arttext#B10. Acesso em: fev de 2023.

SILVA, C.N. **Religião e estudantes universitários: percurso metodológico para construção de uma pesquisa**. Unifap, Londrina, n. 7, p. 16-23, mar. 2019. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2019/03/Pesquisa-em-ciencias-humanas-e-sociais.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

SILVA, Claudia Neves da *et al.* **Manifestações Religiosas no Espaço Acadêmico: Interferências no Processo Pedagógico**. Revista Ens. Educ. Cienc. Human, v. 2, n. 18, p. 163-168, 24 jul. 2017. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/ensino/article/view/4190>. Acesso em: 06 set. 2022.

SILVA, Claudia Neves da. **Manifestações religiosas de jovens na contemporaneidade: experiências pentecostais cotidianas**. XXVII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, Texto 5, p. 1-10, jul. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1436177835_ARQUIVO_SNH-comunicacaocompleta.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

KLEIN, Janaina Luzia. **O Catolicismo E A Reprodução Da Desigualdade De Gênero Nas Relações Sociais De Mulheres Que Vivem Sua Religiosidade**. 2021. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

WOODHEAD, Linda. **As diferenças de gênero na prática e no significado da religião.** Estud. Social. Araraquara, v. 8, n. 34. pp. 77-100. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5974/4527>. Acesso em: nov. de 2019.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ECONOMIA CRIATIVA E A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O MUNDO DA ERA DA INFORMAÇÃO DE 2007 – 2019: UM ESTUDO DA MASSA SALARIAL DOS TRABALHADORES DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL

Victor Hugo Bartholomeu Araujo¹ - UEM

Dra. Aline de Queiroz Andreotti Pancera² – UNESPAR

Nome do GT: 16 - Outros temas contemporâneos

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade efetuar uma análise do que é a indústria criativa e sobre a Quarta Revolução Industrial e como elas se interligam fazendo um conjunto para o crescimento econômico no Brasil. Mostrando, além de tudo, as atividades econômicas que compreendem a economia criativa e o crescimento que ela teve a partir da Primeira Revolução Industrial com o decorrer dos anos. Dessa forma, os empreendedores buscam criar soluções inovadoras em seus negócios, atitude que valoriza o setor criativo e, assim, abre as portas para a economia criativa. Esse tipo de economia é fundamental para descobrir o papel dos modelos de inovação ideais para qualquer ramo do mercado. Em suma a economia criativa, é um ramo que reúne atividades cujas matérias-primas são a cultura e a criatividade. O termo é utilizado para designar um modelo de negócio ou gestão, uma atividade, produto ou serviço derivado do desenvolvimento do conhecimento, da criatividade ou do capital intelectual. A metodologia de análise quantitativa foi realizada, ou seja, diferentes estatísticas foram mostradas para quantificar a opinião e as informações de um determinado estudo. Finalmente, o principal objetivo da análise descritiva de dados é caracterizar uma determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. Os resultados mostram que o crescente aumento da indústria criativa dentro do Brasil que se torna gradativo no decorrer do tempo e, no longo prazo, faz com que os lucros obtidos a partir dos trabalhadores dessa respectiva economia impacte positivamente no PIB do país. Por fim, mostra-se que com essa indústria criativa é possível ter consideráveis resultados para crescimento econômico do país, por conta da sua gama de benefícios da forma do trabalho de cada segmento, seja dentro de inovações tecnológicas, culturais e criativas. Desse modo, o estudo permitiu reconhecer que a economia criativa gera um crescimento econômico para o país.

Palavras-chave: Economia Criativa. Quarta Revolução Industrial. indústria criativa

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo realizar un análisis de lo que es la industria creativa y sobre la Cuarta Revolución Industrial y cómo se interconectan haciendo un conjunto para el crecimiento económico en Brasil. Mostrando, sobre todo, las actividades económicas que componen la economía creativa y el crecimiento que tuvo a partir de la Primera Revolución Industrial a lo largo de los años. De esta forma, los emprendedores buscan crear soluciones innovadoras en sus negocios, actitud que valora el sector creativo y, así, abre las puertas a la economía creativa. Este tipo de economía es fundamental para descubrir el papel de los modelos de innovación ideales para cualquier rama del mercado. En definitiva, la economía creativa es una rama que agrupa actividades cuyas materias primas son la cultura y la creatividad. El término se utiliza para designar un modelo de negocio o de gestión, una actividad, producto o servicio derivado del desarrollo del conocimiento, la creatividad o el capital intelectual. Se realizó la metodología de análisis cuantitativo, es decir, se mostraron diferentes estadísticas para cuantificar la opinión e información de un determinado estudio.

¹ Acadêmico do programa de pós graduação em Teoria Econômica- UEM– e-mail victor.hugoba@hotmail.com

² Doutora, professora da Unespar–e-mail: aline.pancera@ies.unespar.edu.br



Finalmente, el principal objetivo del análisis descriptivo de datos es caracterizar una determinada población o fenómeno, o establecer relaciones entre variables. Los resultados muestran que el crecimiento creciente de la industria creativa dentro de Brasil, que se vuelve paulatino en el tiempo y, en el largo plazo, hace que las ganancias obtenidas de los trabajadores de esa respectiva economía impacten positivamente en el PIB del país. Finalmente, se muestra que con esta industria creativa es posible tener resultados considerables para el crecimiento económico del país, por su gama de beneficios en el funcionamiento de cada segmento, ya sea dentro de las innovaciones tecnológicas, culturales y creativas. Así, el estudio permitió reconocer que la economía creativa genera crecimiento económico para el país.

Palabras clave: *Economía creativa. Cuarta Revolución Industrial. industria creativa*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como finalidade efetuar uma análise da edificação da indústria criativa³ e a avaliação da sua importância na economia. Em particular, realizar uma análise explorativa sobre a evolução da economia criativa e do Produto Interno Bruto - PIB do Brasil dos anos de 2007 a 2019. Explorar o conceito de economia criativa e da indústria 4.0, identificar os setores da economia criativa e destacar a sua importância no crescimento econômico. Ao responder essas questões, planeja-se realizar uma análise de longo prazo, apurar os impactos na economia, e reconhecer que a economia criativa pode ser uma das ferramentas para o crescimento econômico.

A economia criativa é um conceito que reúne uma gama de setores que utilizam as ideias como matéria-prima. Ou seja, é a partir da criatividade que cria valor e conquista clientes. A economia criativa está intimamente relacionada à dimensão simbólica de agregar valor à produtos e serviços. Por exemplo, na gastronomia, os chefs são aqueles que agregam uma dimensão intangível e simbólica à indústria alimentícia. Na arquitetura civil, o arquiteto é quem cria valor intangível para a obra. Na indústria têxtil, estilistas e designers criam valor intangível através da moda. Muitas empresas membros da GS1⁴ alavancam seus negócios por meio de departamentos e profissionais criativos. O mundo vem passando por uma revolução digital que muda a forma como as pessoas consomem esses produtos e serviços. Assim, a Indústria 4.0 começa a impactar a economia criativa diretamente. (FOSTER, 2020).

³No presente estudo utilizou-se os termos Indústria Criativa e Economia criativa como sinônimos.

⁴A GS1 é uma associação sem fins lucrativos que desenvolve e mantém padrões globais para comunicação empresarial. O mais conhecido desses padrões é os códigos de barras, simbologia impressa nos produtos que podem ser lidos através de scanners e smartphone, por exemplo.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O novo processo denominado de indústria 4.0 é otimizado pelo ajuste inédito de recursos físicos e digitais e ainda de uma grande série de inovações que ocorrem nos campos da biotecnologia e do progresso de novos materiais. Nesse procedimento, a evolução da informatização, a redução do custo de tratamento e armazenagem de dados e a disseminação da Internet são as bases sobre as quais se constrói a nova sociedade.

Além disso, uma das principais ocorrências deste trabalho é a de que as atividades econômicas, não apenas sofreram uma transformação drástica por meio da digitalização da indústria cultural em geral (cinema, televisão, música, literatura) mas no momento é objeto de uma nova transformação, de natureza radical, justificando a necessidade de se avaliar a evolução da economia criativa e seu impacto no crescimento econômico.

O presente trabalho está dividido em quatro partes, sendo esta introdução, a fundamentação teórica, a metodologia utilizada, desenvolvimento e por fim, a discussão dos resultados obtidos no trabalho. Em seguida são apresentadas as considerações finais do trabalho como um todo.

Na fundamentação teórica aborda-se três tópicos importantes para o centro da área de pesquisa. O primeiro, traz uma contextualização sobre o que seriam a economia criativa. O segundo tópico é uma breve revisão histórica sobre as revoluções Industriais e como foi transformando e evoluindo a tecnologia ao longo do tempo e, por último, sobre o crescimento econômico desde sua teoria até uma mesclagem de todos os outros tópicos para o crescimento e rentabilidade da indústria criativa.

A metodologia trata as etapas para a quantitativa, pois trata de apresentação dos dados por meio de tabelas com números da economia criativa, de sua Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE, do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro e do salário médio da economia criativa. O estudo também caracteriza-se como pesquisa aplicada. A pesquisa aplicada é definida como a busca de conhecimento para aplicação prática, voltada para a resolução de problemas que contenham objetivos previamente definidos. Essas metas podem ser de médio ou curto prazo.

A discussão dos resultados é dividida em alguns tópicos. O primeiro apresenta a importância econômica da indústria criativa e como o seu desenvolvimento gerou uma transformação que ficou denominada como virada cultural. O segundo tópico trata das taxas de crescimento em exportação a nível global de bens criativos e fala sobre o cenário com a



contribuição da economia criativa no mundo. O terceiro tópico, trata sobre a relação do PIB brasileiro em relação a massa Salarial dos trabalhadores da economia criativa. Por fim trataremos sobre a remuneração média dos trabalhadores da economia criativa e o motivo de certos setores dentro da própria terem maiores remunerações que outros setores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dado que a o objetivo central da presente pesquisa é analisar a construção das indústrias criativas e avaliar sua importância na economia. Em particular, realizada uma análise exploratória da evolução da economia criativa e do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Explorar os conceitos de economia criativa e Indústria 4.0 e finalizar os setores da economia criativa que se enquadram na Indústria 4.0, destacando sua importância no crescimento econômico. O referencial teórico contempla as definições da Economia Criativa, Revolução Industrial 4.0 e Crescimento Econômico.

Os autores da Economia Criativa e da Indústria 4.0 definem a economia criativa como uma economia baseada na criatividade, design e inovação. Eles acreditam que essa economia será impulsionada pelas tecnologias emergentes da quarta revolução industrial. Além disso, eles acreditam que esta economia proporcionará mais oportunidades de emprego e crescimento de negócios no futuro. O atual sistema econômico é baseado na produção em massa de bens, serviços e conceitos. Este sistema foi recentemente desafiado por uma série de empresas que adotaram a quarta revolução industrial. Essas empresas *startup* estão usando tecnologias emergentes, como sistemas *ciberfísicos*, veículos autônomos e tecnologia da informação quântica para revolucionar os processos de fabricação e transporte. Elas também usam a análise de dados para transformar produtos em ideias comercializáveis. Como resultado, esse modelo econômico está em transição para uma economia baseada na customização em massa e na inovação da produção. O que o futuro reserva para a economia criativa?

Alguns especialistas acreditam que essa economia será impulsionada pelas tecnologias emergentes da quarta revolução industrial – ou seja, sistemas *ciberfísicos*, veículos autônomos, inteligência artificial (IA), edição de genes, aprimoramento médico e robótica. Essas tecnologias nos permitirão eliminar tarefas repetitivas nas indústrias enquanto inventamos indústrias inteiramente novas, como entretenimento, saúde ou educação.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Essencialmente, essas mudanças alterarão todos os aspectos de nossa sociedade atual à medida que fazemos a transição de uma economia industrial para uma economia pós-industrial. Dentro destes conceitos abordaremos o tema neste trabalho.

2.1. AS INDÚSTRIAS CRIATIVAS, ECONOMIA CRIATIVA

As atividades das Indústrias Criativas podem oferecer importante contribuição ao desenvolvimento local de cidades, regiões e países, dado a natureza endógena desse processo e de sua dependência de fatores e vocações locais, como talentos e manifestações culturais. Com o objetivo de esclarecer estas relações, este capítulo apresenta conceitos e contribuições teóricas sobre as Indústrias Criativas, o desenvolvimento local e suas inter-relações.

O termo Indústrias Criativas surgiu como extensão do conceito Indústria Cultural que foi introduzido pelos teóricos da Escola de Frankfurt, em 1947, de acordo com Adorno e Horkheimer (1985). Segundo os autores dessa escola, as Indústrias Culturais compreendem um aglomerado de empresas e instituições cuja principal atividade econômica é a produção de cultura, com fins lucrativos e mercantis. Reis (2003) complementa que essa atividade, diferentemente de outras, não corresponde a produtos para uso ou consumo físico, mas diz respeito a bens simbólicos.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO-2005), a denominação Indústrias Culturais remete a uma visão tradicional associada às indústrias que combinam criação, produção e comercialização de conteúdos criativos que são de natureza intangível e cultural, normalmente protegidos por direitos autorais, sejam eles bens ou serviços. As Indústrias Culturais geralmente incluem atividades como: gráfica, publicidade, áudio visual, fonográfica, cinematográfica, além de artes e desenho, entre outras. Por sua vez, as Indústrias Criativas levam em conta uma visão mais abrangente do processo criativo envolvendo uma gama maior de atividades que incluem as Indústrias, Culturais, propriamente ditas, além de todas as produções culturais e artísticas cujo produto ou serviço contém um esforço artístico e criativo encontrado em áreas como software, arquitetura e propaganda, por exemplo.

Vale ressaltar também que o termo “economia criativa” pode ser entendido como a “economia movida a partir do conhecimento físico e da criatividade” (HOWKINS, 2001).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Para Florida (2011) a economia criativa abrange um conjunto de atividades baseadas no conhecimento, arte e cultura, e compreende aspectos econômicos, culturais e sociais. A categoria compreende atividades relacionadas à indústria de conteúdo, ao design, à arquitetura, além dos setores culturais ligados à produção artístico-cultural como música, dança, teatro, ópera, circo, pintura, fotografia, cinema, entre outros (Ministério da Cultura).

Florida (2002) argumenta que o capital humano, neste caso compreendido como talento, é a chave para o desenvolvimento econômico local desta nova economia, assim como as ideias criativas são os maiores ingredientes encontrados nas empresas ligadas a esse tipo de economia que tende a predominar neste século. Ambientes criativos, inovadores e democráticos sugerem maior diversidade, tolerância e presença de alta tecnologia, elementos eleitos por este autor como indicadores de sucesso da nova economia.

Florida (2002) argumenta que o capital humano, neste caso compreendido como talento, é a chave para o desenvolvimento econômico local desta nova economia, assim como as ideias criativas são os maiores ingredientes encontrados nas empresas ligadas a esse tipo de economia que tende a predominar neste século. Ambientes criativos, inovadores e democráticos sugerem maior diversidade, tolerância e presença de alta tecnologia, elementos eleitos por este autor como indicadores de sucesso da nova economia.

Trazendo um pouco para a nossa situação atual, temos por exemplo os serviços de *streaming* para acompanhar e exemplificar a forma que a economia criativa ganhou espaço no mercado. Com isso fazemos com que os grandes investidores do campo musical ainda insistiram por certo tempo na tentativa de retornar à situação buscando a posição musical via CDs. Então, a empresa Apple com seu serviço iTunes aproveitou do espaço deixado pelo fechamento judicial do Napster e lançou um serviço que tem como propósito facilitar e depreciar o consumo de música, através do download pago pelo valor único de 99 centavos de dólar por música.

A partir dessa mudança tecnológica serviços como o Spotify e Pandora começaram a ganhar força e se inseriram no mercado para cada vez mais ampliar sua participação, que utilizavam ao contrário dos downloads diretos, apenas a disseminação das músicas via streaming. Nesse caso, serviços de *streaming* seriam basicamente as formas de lazer, como Netflix, Youtube, Spotify, todos esses serviços citados fazem parte da ampla gama da indústria criativa.



2.1. QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, INDÚSTRIA 4.0

A Indústria 4.0 é a origem de uma nova revolução — conhecida como Quarta Revolução Industrial — que mistura técnicas de produção de vanguarda com sistemas inteligentes que se integram com as organizações e pessoas. A seguir, se apresentará as tecnologias que protagonizam este processo e seu vertiginoso progresso.

O fundador do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, propôs o conceito da Quarta Revolução Industrial em seu livro de 2016. Portanto, em seu livro o autor define o conceito da seguinte forma: "A Quarta Revolução Industrial produziu um mundo onde os sistemas de fabricação virtuais e físicos funcionam uns com os outros de maneira flexível em escala global."(p 181). No entanto, não são apenas sistemas inteligentes e conectados. É mais amplo, do sequenciamento genético à nanotecnologia, da energia renovável à computação quântica. É a fusão dessas tecnologias e sua interação entre os domínios físico, digital e biológico que torna a Quarta Revolução Industrial diferente do passado. (SCHWAB, 2016)

A revoluções industriais que antecederam a atual mudaram a estrutura econômica de sua época, desse modo cada uma será resumida a seguir: (ARKTIS, 2016; BARROS, JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE. 2016; BERTULUCCI,2015).

- I. Primeira Revolução Industrial. Chega quase ao final do século XVIII, em 1784, com o uso do vapor na produção mecânica. O aparecimento do primeiro tear mecânico é um de seus marcos.
- II. Segunda Revolução Industrial. Em 1870 tem início a produção em grande escala baseada na eletricidade. Inventa-se a cadeia de montagem e o setor industrial vive uma extraordinária aceleração.
- III. Terceira Revolução Industrial. Em 1969, com a informática, começamos a programar as máquinas, o que resulta em uma progressiva automatização.

Por volta de 2014, o setor passou por outra virada de 180 graus: o surgimento de fábricas inteligentes e gerenciamento de produção online. Como Schwab (1938) o economista alemão que em seu livro “ A quarta Revolução Industrial ”, colocou em palavras o que estava por vir: “Estamos à beira de uma revolução tecnológica que mudará nossa maneira de viver, trabalhar e interagir uns com os outros. ser diferente de tudo que a humanidade já experimentou antes.”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

(p.186). Na verdade, os especialistas concordam em três razões: sua velocidade, alcance e impacto sem precedentes.

Uma característica importante da Indústria 4.0 é que ela é representada por tecnologias que realizam tarefas de forma inteligente. Atualmente, podemos contar com robôs colaborativos para interagir conosco sem incidentes. Era inimaginável quando os primeiros recursos automatizados apareceram na indústria.

O impacto do uso de ferramentas na produção do mercado foi validado por meio da Indústria Mais Avançada, programa piloto realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) entre maio de 2018 e outubro de 2019 com 43 empresas em 24 estados. Por exemplo: sensoriamento, computação em nuvem e Internet das Coisas (IoT). (SENAI, 2019)

Conforme uma pesquisa global da Deloitte (2021), houve um diálogo com 1.600 executivos em 19 países, entre eles 102 brasileiros, sobre as perspectivas dos impactos da indústria 4.0. Cerca de 39% dos entrevistados no Brasil disseram que os meios tecnológicos podem facilitar a diferenciação competitiva, enquanto 42% acreditam que podem ter um grande efeito mobilizador na cadeia de operações.

O estudo também observou que 87% dos gestores acreditam que as novas alocações industriais devem trazer vantagens aos mercados empresariais e às populações em um contexto de igualdade social e estabilidade econômica. Assim, a tendência que dita a Indústria 4.0 está varrendo o globo em poucos anos. Com isso, um dos principais impactos será o surgimento de novas formas de negócios. Um resultado é o uso de sistemas e sensores inteligentes para mudar a forma como o trabalho é feito. Nesse caso, o software rígido e centralizado acabou dando lugar a mecanismos de inteligência artificial e comunicação máquina a máquina (M2M).(DELIOTTE, 2021)

Além disso, as fábricas inteligentes podem participar da produção de produtos levando em consideração as necessidades e desejos de cada consumidor, e através dessa customização, garantir maior satisfação e fidelização de cada cliente. O impacto também é evidente nas relações laborais e nas competências esperadas dos profissionais. As principais habilidades necessárias incluem criatividade, multidisciplinaridade e inovação.

Após inúmeras transformações temos como um exemplo básico a mudança da popularização do CD, para o formato digital firmou-se como meio de distribuição musical. A introdução de formatos de compressão de áudio nos anos 90, como o MP3, inicia uma



segunda onda de alterações ao reduzir significativamente o tamanho dos arquivos, possibilitando o consumo de músicas através de downloads.

Um estudo de 2019 da Firjan intitulado "Mapeamento das Indústrias Criativas" determinou que os setores de consumo e tecnologia, que correspondem a cerca de 80% dos trabalhadores criativos no Brasil, apresentam desempenho excepcional quando vistos em outros setores da economia. A Cadeia de Indústria Criativa em nosso país, onde a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) está presente, e como atividade relacionada, encontra-se o suporte técnico de TI.

Conforme Firjan (2019), as pesquisas mostram que a tecnologia é o segundo maior setor da economia criativa, depois do setor de consumo, respondendo por 37,1% de todos os trabalhadores criativos no Brasil. Tornou-se a região que mais paga entre todas as demais regiões e, em 2017, representou 03,5 vezes a renda mensal do Brasil naquele período. A indústria também teve a maior expansão em 02 dos 04 segmentos, superando o mercado de trabalho e sendo a indústria menos afetada entre 2015 e 2017. De acordo com Firjan (2019), o setor tem uma taxa de crescimento de -2,1% ante -3,7% do mercado total.

A ainda organização comentou, em seu estudo, que a economia digital e a indústria 4.0 (que está relacionada a sistemas cibernéticos, internet das coisas e inteligência artificial), serão fontes de crescimento e geração de riqueza:

“Os empregos em Tecnologia se alinham à tendência mundial de digitalização – a emergência da economia digital e da indústria 4.0 tem tudo para constituir importante motor de crescimento e de geração de riqueza em um futuro próximo. Tal padrão é notado em especial no segmento de TIC (+1,8%), com o avanço de Programadores (+3,3%) e Gerentes de Tecnologia da Informação (+1,4%). (ADVANCE CONSULTING)”

De acordo com pesquisa realizada pela Advance Consulting (2022), o mercado brasileiro de TI cresceu 21% até 2021, atingindo assim a maior taxa de crescimento do período. O país vem crescendo significativamente no setor apesar das dificuldades econômicas trazidas pelos momentos de crise trazidos pela pandemia, o que sugere que os próximos anos também serão favoráveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha dos métodos de pesquisa adequado é essencial para elaboração do estudo. Desta forma, as metodologias utilizadas para desenvolvimento do presente trabalho foram a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

pesquisa bibliográfica e aplicada, com métodos descritivos e explicativos e a estatística descritiva, sendo este estudo caracterizado como pesquisa aplicada e de natureza quantitativa.

A pesquisa aplicada é realizada ou para determinar os possíveis usos para descobertas para pesquisa básica ou para definir novos métodos, ou maneira de alcançar um certo objetivo específico e predeterminado. Ela envolve consideração de conhecimento disponível e sua ampliação com vistas à solução de problemas específicos (FULGÊNCIO, 2007, p. 54).

Sobre a natureza quantitativa é caracterizada por técnicas de quantificação, ou seja, trabalhar com números. A pesquisa quantitativa busca elaborar estruturas estatísticas através dos dados fornecidos de forma que crie resultados (RICHARDSON, 1999). Quantitativa, pois trata de apresentação dos dados por meio de tabelas com números da economia criativa, de seus CNAEs, do PIB brasileiro e do salário médio da economia criativa.

A utilização da pesquisa bibliográfica se faz necessária pois a mesma leva o pesquisador a encontrar elementos que comprovem a validade do tema pesquisado (MONTEIRO, 2010). A pesquisa bibliográfica abrange as principais relações ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, fornecendo ao pesquisador diversos dados, das variadas fontes bibliográficas (MARCONI; MARCONI, 2001).

Para Gil (2008) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de fatos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. É importante principalmente quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço e, também, nos estudos históricos.

O estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada, quantitativa e descritiva. Conforme Gil (2008), a pesquisa aplicada define-se como a busca pelo conhecimento para a aplicação prática e dirigida a solução de problemas que contenham objetivos anteriormente definidos. Esses objetivos podem ser de médio ou curto prazo de alcance.

Segundo Boccato (2006):

...a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas, trazendo subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (BOCCATO, 2006, p.63)

A pesquisa bibliográfica foi importante para desenvolver o referencial teórico acerca do tema objeto de estudo e ser possível por meio do conhecimento sobre o comportamento das



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

agroindústrias, compreender o que os dados gerados por meio da base de dados significa e analisá-los a luz do referencial teórico.

Também será necessária para cumprir com o objetivo deste trabalho, a utilização da estatística descritiva dos dados. Assim, torna-se possível verificar se há verdadeiramente correspondência entre a construção teórica e os dados observados (LAVILLE, DIONNE, 1999).

De acordo com Guedes et al. (2005) a estatística descritiva tem o objetivo básico de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organização dos dados e descrição dos dados por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas.

O processo de análise e interpretação é fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas (GIL, 2002, p. 89).

O presente trabalho utilizará como fonte de dados numéricos, a base de dados do SEBRAE (2012) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) utilizando, para assim, coletar, tabular e analisar dados utilizando as variáveis: PIB em milhões e bilhões, salário médio mensal e CNAEs da economia criativa, sendo essas variáveis importantes para compreensão deste trabalho.

Além de ser também quantitativa, ou seja, que mostra por diferentes dados estatísticos quantificar opiniões e informações para um determinado estudo. Ela é realizada para compreender e enfatizar o raciocínio lógico e todas as informações que se possam mensurar sobre todas as experiências humanas. Por fim, a análise descritiva dos dados tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

4 DESENVOLVIMENTO

A base de dados é composta por 3 variáveis: número de trabalhadores, massa salarial dos trabalhadores da economia criativa e o Produto Interno Bruto - PIB. A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e o Iparde (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) fornecem dados dos empregos e remuneração por CNAEs de janeiro de



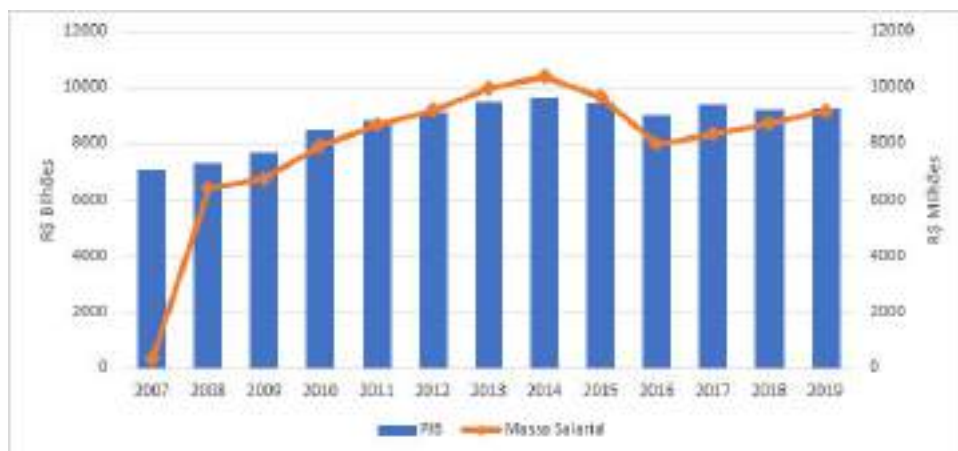
2007 a dezembro de 2019. O PIB do Brasil é mostrado em vários relatórios em uma crescente nominal, e na presente pesquisa, fornecido pelo Ipea (2022).

Além disso, vale destacar que os dados contemplados no estudo da Firjan (2019), como massa salarial dos trabalhadores da economia criativa e números de empregos da indústria criativa, por apresentarem as mesmas CNAEs das atividades da economia criativa definidas na presente pesquisa, também foram considerados no resultado do trabalho. Ressalta-se que os preços foram corrigidos para o ano de 2019 conforme o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna IGP-DI/FGV.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que o objetivo do trabalho é analisar a evolução das indústrias criativas e avaliar sua importância na economia e em particular, realizar uma análise exploratória sobre a evolução da economia criativa e do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Os resultados são divididos em três grupos: i) o primeiro apresenta a importância econômica da indústria criativa e como seu desenvolvimento gerou uma transformação que ficou denominada como virada cultural; ii) o segundo tópico trata das taxas de crescimento em exportação a nível global de bens criativos e também fala sobre o cenário com a contribuição da economia criativa no mundo e iii) o terceiro trata sobre a relação do PIB brasileiro em relação a massa Salarial dos trabalhadores da economia criativa.

Gráfico 1- Relação entre o PIB e a massa salarial crescente durante os anos de 2007 a 2019.





Fonte: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Ministério do Trabalho (MTE), elaboração do autor.

Valores reais corrigidos pelo IGP-DI para o ano de 2019.

A partir dos dados apresentados e dando enfoque ao Gráfico 1, é evidente que o crescimento dessa indústria é crescente em sua maior parte dos anos, há apenas um pequeno decréscimo leve, mas mesmo quando houve esse caimento, rapidamente em seguida conseguiu aumentar novamente para como mostrado no gráfico se estabilizar junto com o PIB, confirmando, mais uma vez, a correlação positiva entre a indústria criativa e o crescimento econômico.

Apesar do fato de todos os segmentos que compõem a Indústria Criativa apresentarem salários médios superiores à média encontrada no mercado de trabalho como um todo, as médias os entre segmentos de uma mesma área, divergem bastante entre si – a heterogeneidade em volumes também se faz presente nas remunerações. Por um lado, a área de Tecnologia apresenta salário médio 3,3 vezes maior que o salário médio da economia e o segmento de Pesquisa & Desenvolvimento chega a ser mais de 4 vezes maior. Por outro lado, a área de Cultura registra um salário médio levemente acima da média do mercado de trabalho em geral.

Tabela 1 - Remuneração média nominal dos empregos da economia criativa

Segmento	Salário Médio (R\$)			Variação %		Múltiplo da Renda Média Nacional		
	2010	2017	2019	2019/2017	2019/2010	2010	2017	2019
Cultura	2.662	3.661	3.494	0,95	1,31	0,97	1,17	1,15
Expressões Culturais	1.612	2.509	2.457	0,98	1,52	0,52	0,8	0,81
Artes Cênicas	2.107	4.488	4.151	0,92	1,97	0,15	1,43	1,37
Música	1.534	3.631	3.563	0,98	2,32	0,92	1,16	1,18
Patrimônio e Artes	5.260	5.365	5.460	1,02	1,04	0,84	1,71	1,8
Tecnologia	5.321	10.765	10.149	0,94	1,91	1,26	3,43	3,35
TIC	7.265	8.014	7.733	0,96	1,06	1,27	2,55	2,55
Biociência	3.456	6.520	5.741	0,88	1,66	1,21	2,08	1,89
Pesquisa & Desenvolvimento	7.510	13.785	13.088	0,95	1,74	2,19	4,39	4,32
Consumo	5.327	6.607	6.144	0,93	1,15	1,05	2,1	2,03
Publicidade & Marketing	4.324	7.524	6.850	0,91	1,58	1,1	2,4	2,26



Marketing								
Design	3.326	3.706	3.460	0,93	1,04	0,98	1,18	1,14
Arquitetura	4.046	9.483	8.593	0,91	2,12	1,51	3,02	2,83
Moda	1.965	2.346	2.285	0,97	1,16	0,54	0,75	0,75
Mídia	2.063	4.603	4.444	0,97	2,15	0,73	1,47	1,47
Editorial	3.232	5.304	5.052	0,95	1,56	0,84	1,69	1,67
Audiovisual	2.350	3.664	3.675	1,00	2,72	0,98	1,17	1,21
Núcleo Criativo	5.634	7.692	7.248	0,94	1,29	2,01	2,45	2,39
Mercado de Trabalho Geral*	1.634	3.141	3.032	0,97	1,86	-	-	-

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), elaboração do autor.

* Síntese do Mercado de trabalho de toda economia brasileira

Portanto, a Indústria 4.0 está revolucionando a forma como as empresas abordam a criatividade e as ideias de marketing e principalmente as áreas onde englobam a tecnologia. Está possibilitando que os criadores ganhem salários mais altos e construam negócios de sucesso em torno de suas ideias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar a evolução das indústrias criativas e avaliar sua importância na economia, além disso explorar os conceitos da economia criativa e da Indústria 4.0, identificando os setores da economia criativa que se enquadram na Indústria 4.0 e por fim destacar sua importância no crescimento econômico. Além de tudo realizou-se uma análise de longo prazo e identificou as implicações econômicas, reconhecendo que a economia criativa pode ser uma das ferramentas para o crescimento econômico.

O estudo permitiu concluir que a economia criativa é um núcleo forte para o aumento do PIB do país, pois acaba proporcionando essencialmente engajamento, transformação e evolução, à economia criativa. Ela gera, principalmente, renovação ao mercado. Desta forma, é vantajoso incentivar esse setor dentro do mercado de franquias, afinal, quanto mais negócios inovadores e que gerem criatividade para o setor, maior o benefício recebido. Ora com ela, é possível divulgar artes e projetos pelas redes sociais, vender produtos digitais como *e-books*, utilizar meios como o *Youtube* para produzir conteúdo entre outras milhares de ferramentas e possibilidades. Vale ressaltar que ideia central da economia criativa é incluir processos, ideias e empreendimentos que usam a criatividade como destaque para a criação de um produto,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

temos uma forma de rentabilidade muito boa.

Valendo destacar que por meio da Indústria 4.0, de toda inovação tecnologia que fez com que a economia criativa tivesse um enfoque ainda maior, ademais a sua participação no PIB como mostrado nos resultados foram bem significativas e estimulando a geração de renda, criando empregos e produzindo receitas de exportação, enquanto promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

Como citado em enfoque no Brasil a participação desse segmento foi de 2,7% do PIB em 2011, segundo um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Isso mostra que a indústria criativa possibilita grandes remunerações contribuindo para uma parcela relativamente significativa do PIB dos países, como apresentado.

Portanto, os resultados apresentados atendem ao objetivo da pesquisa, com isso indústria criativa possibilita contribuir para potenciais de arranjos produtivos de altas remunerações em várias de suas áreas, além de ter uma gama de CNAEs, proporcionando cada vez mais lucratividade para o país ganhando cada vez mais relevância e levando, conseqüentemente, ao crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. (1985). “**A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas**”. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Zahar.

ARKTIS. “**Indústria 4.0, a Quarta Revolução Industrial**”. 2016. Disponível em:<<http://arktis.com.br/a-quarta-revolucao-da-industria/>>. Acesso em: 03 set. 2022.

BARROS, José Roberto Mendonça de. “**A indústria 4.0 e o Brasil**”.2016. Disponível em:<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-industria-40-e-o-brasil,10000067502>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

DELIOTTE, 2021. “**Global Resilience Report 2021:A construção de uma organização resiliente**” . Disponível em : <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/technology-media-telecommunications/deloitte-2021-global-resilience-report.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

FIRJAN. “**Indústria 4.0**”. 2016. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8A555B47F01557D8802C639A4&inline=1>>. Acesso em: 28 set.2022.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**, 2019.

FLORIDA, R. **The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life**. New York: Basic Books, 2002.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino,
Pesquisa e Extensão

V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais
Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de
2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

FLORIDA, Richard; TINAGLI, Irene. **Europe in the creative age**. London: Demos Publish, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

HANSON, Dennis. **Indústrias Criativas. Sistemas & Gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.222-238, nov. 2012.

HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. London: Penguin Press, 2001.

REIS, FONSECA E ANA CARLA (2003). **Marketing Cultural: E financiamento da cultura**. Brasil, Thomson.

SCHWAB, K. **“A quarta revolução industrial”**. São Paulo: Edipro, 2016.

SENAI. 2019. **“Tecnologias da indústria 4.0 aumentam em 22, em média, produtividade em pequenas e médias empresas”**. Disponível em: <https://www.ap.senai.br/noticias/tecnologias-da-industria-4-0-aumentam-em-22,-em-média,-produtividade-em-pequenas-e-médias-empresas-2.html>. Acesso em: 26 de nov. 2022.

UNESCO. **Understanding creative industries: cultural statistics for public-policy making**. Disponível em: [/www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br).> Acesso em 16 de Jul. 2022.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**EFEITOS DA DIVULGAÇÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA
E DAS EMISSÕES DE CARBONO NO DESEMPENHO DE EMPRESAS
BRASILEIRAS**

Augusto Londero Orsolin – UFSM¹

Larissa Degenhart – UFSM²

Nome do GT: 16 - Outros temas contemporâneos

RESUMO

Este estudo objetiva analisar os efeitos da divulgação ambiental, social e de governança (ASG) e das emissões de carbono no desempenho de empresas brasileiras. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa com uma amostra de 55 empresas brasileiras a partir do período de 2016 a 2020. Os resultados revelaram que a divulgação do *score* total ASG e o *score* Ambiental impactam positivamente o desempenho de mercado (*Market to Book*). A divulgação social não apresentou efeitos no desempenho econômico-financeiro e no desempenho de mercado. Por outro lado, a divulgação de governança corporativa se relacionou positivamente com o desempenho econômico-financeiro (ROE) e desempenho de mercado (*Market to Book* e Valor de Mercado). As emissões de carbono das empresas analisadas impactaram negativamente o desempenho econômico-financeiro (ROA, ROE e lucratividade) e de mercado. Estes resultados revelam que as divulgações ASG são importantes preditores do desempenho econômico-financeiro e de mercado das empresas brasileiras analisadas, principalmente o *score* de governança corporativa. Portanto, o desempenho das empresas em relação a critérios que visam a transparência, ações anticorrupção, conduta corporativa e de RSC, bem como, o desempenho ambiental que se relaciona com a utilização de recursos, emissões e inovação para questões ambientais, contribuem para a melhoria do desempenho corporativo. Estes resultados contribuem para a gestão das empresas, pois revelam que práticas ambientais, sociais e de governança devem ser incorporadas nas estratégias organizacionais, visto os seus benefícios para o desempenho econômico-financeiros e de mercado.

Palavras-chave: ASG. Emissões de Carbono. Desempenho. Brasil.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar los efectos de la divulgación ambiental, social y de gobierno (ESG) y las emisiones de carbono en el desempeño de las empresas brasileñas. Para ello, se realizó una investigación descriptiva, documental y cuantitativa con una muestra de 55 empresas brasileñas del período 2016 a 2020. Los resultados revelaron que la divulgación de la puntuación ESG total y la puntuación medioambiental tienen un impacto positivo en el rendimiento del mercado (Market to Book). La divulgación social no tuvo efecto sobre el desempeño económico-financiero y el desempeño del mercado. Por otro lado, la divulgación de gobierno corporativo se relacionó positivamente con el desempeño económico y financiero (ROE) y el desempeño del mercado (Market to Book y Market Value). Las emisiones de carbono de las empresas analizadas impactaron negativamente el desempeño económico-financiero (ROA, ROE y rentabilidad) y el mercado. Estos resultados revelan que las divulgaciones ESG son importantes predictores del desempeño económico-financiero y de mercado de las empresas brasileñas analizadas, especialmente el puntaje de gobierno corporativo. Por tanto, el desempeño de las empresas en relación con criterios orientados a la transparencia, acciones anticorrupción, conducta empresarial y RSE, así como el desempeño ambiental que se relaciona con el uso de recursos, emisiones e innovación para temas ambientales, contribuyen a la mejora de la rendimiento corporativo. Estos resultados contribuyen a la gestión de las empresas, pues revelan que

¹ Mestrando em Ciências Contábeis pela UFSM – e-mail: guto_sm@hotmail.com

² Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela FURB – e-mail: larissa.degenhart@ufsm.br - Orientadora



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

las prácticas ambientales, sociales y de gobierno deben ser incorporadas a las estrategias organizacionales, dados sus beneficios para el desempeño económico, financiero y de mercado.

Palabras clave: ESG, Emisiones de Carbono, Desempeño, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Empresas que adotam estratégias de divulgações ambientais, sociais e de governança (ASG), tendem a gerar, a longo prazo, impactos positivos financeiros, sociais e ambientais para a organização, como o aumento do valor da empresa, redução de riscos, construção de uma boa imagem e fortalecimento da relação com os *stakeholders* (SERVAES; TAMAYO, 2013). A teoria das partes interessadas, propõe que a divulgação de informações sobre responsabilidade social pode acontecer devido às pressões das partes interessadas da empresa (OKAFOR et al., 2021). Ao garantir que os processos de tomada de decisão sejam transparentes e a organização seja responsável perante todas as partes interessadas, o efeito no desempenho econômico-financeiro é um resultado direto, pois as partes interessadas apresentam um papel ativo na governança da organização (MATTINGLY et al., 2009).

Bernal-Conesa et al. (2017) identificam a adoção da RSC como uma medida para melhorar o desempenho, a competitividade e a sustentabilidade das empresas de tecnologia da Espanha. Por outro lado, tem-se a investigação proposta por Rjiba et al. (2020) sobre os efeitos da instabilidade política econômica na relação entre a RSC e o desempenho financeiro corporativo, pois identificaram que os investimentos de capital social através das práticas de RSC limitam o efeito negativo desta incerteza da política econômica sobre o desempenho.

Giannarakis et al. (2016), ao analisar 104 empresas dos Estados Unidos, de nove indústrias líderes listadas no índice S&P500, evidenciaram que o engajamento de empresas com iniciativas socialmente responsáveis apresenta um efeito positivo no desempenho financeiro. Portanto, ao mesmo tempo que as práticas de RSC podem estabelecer vantagem competitiva, também há o interesse em identificar como os gastos com atividades de RSC influenciam o desempenho das empresas ao longo do tempo. Neste contexto, a divulgação de informações sociais, ambientais e de governança podem impactar positivamente no desempenho das empresas (BARNEA; RUBIN, 2010).

Já a teoria da visão baseada em recursos, presume o uso de recursos internos da organização para obtenção de vantagem competitiva sustentável no mercado, capazes de implementar estratégias de negócios (ALSAIFI et al., 2019). Assim, como exposto por Kuo e



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Chen (2013), ao praticar ações com objetivo de diminuir o impacto ecológico e o efeito das emissões de gases de efeito, as organizações serão mais motivadas a divulgar informações de alta qualidade às partes interessadas, podendo gerenciar de forma eficaz essas emissões de poluentes, implicando em melhor capacidade organizacional, vantagem competitiva e desempenho econômico-financeiro. A divulgação de informações sustentáveis e emissões de poluidores é evidenciada por Lyon e Montgomery (2015) como um ponto negativo sob a confiança do investidor, prejudicando futuros investimentos nesse mercado de capital, e consequentemente podendo ser negativamente relacionado ao desempenho da empresa.

Diante do exposto, esta pesquisa visa responder a seguinte questão problema: Quais os efeitos da divulgação ambiental, social e de governança (ASG) e das emissões de carbono (CO₂) no desempenho de empresas brasileiras? Com vistas a responder à questão apresentada, este estudo tem por objetivo analisar os efeitos da divulgação ambiental, social e de governança (ASG) e das emissões de carbono (CO₂) no desempenho de empresas brasileiras.

Justifica-se a realização desta pesquisa por examinar a conexão entre as divulgações ASG e as emissões de carbono das empresas e o benefício destas divulgações para o desempenho econômico-financeiro e de mercado das empresas. Na literatura são incipientes os estudos que analisam os efeitos das emissões de CO₂ no desempenho econômico-financeiro e de mercado das empresas do Brasil, sendo abordado apenas em caráter internacional como Estados Unidos, China e Portugal, fato este que motiva a realização de novas pesquisas e justifica o desenvolvimento deste estudo no âmbito nacional. Além disso, a temática ASG, emissões de carbono e desempenho empresarial vem ganhando atenção dos pesquisadores.

Do ponto de vista teórico, o presente estudo apresenta contribuições para pesquisas sobre ASG, emissões de CO₂ e desempenho corporativo, pois conjuntamente tais aspectos ainda não foram explorados no contexto brasileiro, o que faz com que os resultados sejam de interesse para pesquisadores e profissionais ligados as áreas ambientais, sociais, de governança, contabilidade e gestão das organizações. Como contribuições práticas e sociais, destaca-se que os resultados podem ser úteis aos gestores das empresas, pois permitem melhorar a tomada de decisões voltadas as questões ambientais e sociais, aprimorando a qualidade de vida e contribuindo com as futuras gerações, assim como, para a obtenção de lucratividade em virtude de uma melhor valorização empresarial. De modo geral, essa pesquisa contribui evidenciando que práticas ASG estão ligadas positivamente ao desempenho econômico-financeiro e de



mercado e servem como incentivo às ações sustentáveis pelas empresas e sociedade, assim como propõe a visão de que o lucro pode ser associado a práticas ambientais, sociais e de governança.

2. CONSTRUÇÃO TEÓRICA E HIPÓTESES DA PESQUISA

2.1 Divulgação ambiental, social e de governança e desempenho

Ao divulgar políticas de RSC, as empresas procuram maximizar os aspectos econômicos, sociais e ambientais de suas práticas, objetivando um melhor valor de mercado e desempenho econômico-financeiro (OSAGIE et al., 2016). Segundo Baraibar-Diez e Sotorrio (2018), a divulgação de informações corporativas pode permitir que os *stakeholders* tomem decisões e contribuam para o desenvolvimento sustentável das empresas e as questões ASG podem estar correlacionadas com o desempenho das organizações (ORLITZKY, 2013).

Giannarakis et al. (2016) identificaram que o comprometimento das empresas em iniciativas socialmente responsáveis resulta em efeitos positivos no desempenho financeiro. Pan et al. (2014), ao analisarem a relação entre RSC e desempenho financeiro (ROA), evidenciaram que a RSC tem efeito significativo no ROA.

Agyei-Mensah (2017) analisou a medida de rentabilidade das empresas, por meio do retorno sobre os ativos (ROA), e obteve resultado positivo e significativo com a divulgação da RSC nas organizações. Em uma perspectiva contrária, Zhu (2009) propõe que atividades de RSC prejudicam o desempenho financeiro, pois os resultados demonstraram que o desempenho corporativo diminui com as práticas sustentáveis.

Diante do contexto apresentado, denota-se que as divulgações ASG além de melhorarem a reputação das empresas perante os acionistas e sociedade, tendem a apresentar um efeito positivo no desempenho corporativo (MAQBOOL; ZAMEER, 2018). Desta forma, elaborou-se a primeira hipótese da pesquisa: **H1: Há efeitos positivos da divulgação ambiental (H1a), social (H1b) e de governança (H1c) no desempenho econômico-financeiro.**

Além das divulgações ASG apresentarem efeitos no desempenho econômico-financeiro, também podem impactar o desempenho de mercado. Friede et al. (2015) realizaram uma meta análise e descobriram que 90% dos estudos mencionam uma conexão positiva entre ASG e desempenho. Conforme Arayssi et al. (2019), o aumento nas divulgações de RSC e o desempenho da empresa está associado à propriedade do governo e a governança corporativa.



Buallay (2019) examinou o setor bancário em países desenvolvidos e em desenvolvimento, e constatou uma dualidade quanto ao efeito das divulgações ASG no desempenho. Acionistas atribuem valores negativos à divulgação de informações ambientais voluntárias por empresas ambientalmente sensíveis e enfrentam maiores desafios no mercado de capitais para obter reconhecimento pela divulgação ambiental (RADHOUANE et al., 2020).

Para Chiu e Wang (2015) a divulgação de relatórios de sustentabilidade podem ser um canal comunicativo de informações que servem para reduzir a pressão regulatória e oferece à empresa uma posição favorável em que possa se beneficiar de futuras oportunidades de investimento. Jacobs et al. (2010) afirmam que além de afetar o custo das operações, a melhoria do desempenho ambiental pode proporcionar novas oportunidades e acessos a novos mercados, resultando maior receita à empresa. Com base nestas informações, elaborou-se a segunda hipótese da pesquisa: **H2: Há efeitos positivos da divulgação ambiental (H2a), social (H2b) e de governança (H2c) no desempenho de mercado.**

2.2 Divulgação de emissões de CO₂ e desempenho

Busch e Hoffmann (2011) descobriram que as emissões de carbono têm efeitos positivos no desempenho financeiro quando são baseadas em resultados, porém, em contrapartida, evidenciaram que há uma relação negativa quando o gerenciamento de carbono é baseado em processos. Por outro lado, Gallego-Álvarez et al. (2014) concluíram que a taxa de emissões de gases efeito de estufa, como o carbono, não tem uma influência significativa no desempenho financeiro das empresas.

Bae et al. (2018) demonstraram que relatórios de sustentabilidade, que contém informações sobre emissões de carbono, podem afetar positivamente a reputação das empresas, salientando que estas informações constituem uma oportunidade de visualizar o desempenho econômico de uma organização e promover assim a sua imagem para os *stakeholders*.

Deste modo, duas análises podem conduzir a uma relação positiva entre a eficiência do carbono e o valor de mercado (BUSCH; LEWANDOWSKI, 2018). Sendo assim, formulou-se a terceira hipótese da pesquisa: **H3: Há efeitos positivos da divulgação de emissões de CO₂ no desempenho econômico-financeiro.**

De acordo com a teoria baseada em recursos, a forma de alocação de recursos de uma empresa e suas capacidades de gerar lucros, afetam a vantagem competitiva no mercado global. Portanto, a utilização de recursos para minimizar emissões de carbono através de iniciativas de



RSC, tornam-se significantes (THALER; SUSTEIN, 2009).

Segundo Dyck et al. (2019) os acionistas viabilizam metas ambientais, sociais e de governança, para que ocorra notoriedade de valor adicional nessas questões, para tanto, identificaram que a eficiência da divulgação de informações de carbono está positivamente relacionada ao valor da empresa. Moser e Martin (2012) relataram que as divulgações ASG ligadas as motivações da sociedade, acionistas e não acionistas, levanta questões que fogem da perspectiva tradicional de maximizar valor e lucro para o acionista, pois, de fato, identifica que a alocação de recursos corporativos direcionados a incentivos de práticas de RSC, como a divulgação das emissões de carbono é realizada às custas dos acionistas, causando um efeito negativo à lucratividade.

Bolton e Kacperczyk (2021) concluíram que ações de empresas com maior potencial de emissão de CO₂ obtém retornos mais elevados, assim como, evidenciaram que corporações ambientais de capital aberto tem, em média, ações com baixo desempenho e valor de mercado.

Alguns estudos encontraram uma relação negativa da divulgação de informações de emissões de CO₂ no desempenho de mercado, pois sugeriram que os investidores identificam a divulgação de informações sobre carbono como uma má notícia, visto o alto custo da operação, sendo assim, estão preocupados que este custo de gerenciamento seria superior a qualquer benefício obtido com as práticas de RSC (HSU; WANG, 2013). Portanto, formulou-se a quarta hipótese: **H4: Há efeitos positivos da divulgação de emissões de CO₂ no desempenho de mercado.**

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Delineamento da pesquisa, população e amostra

A partir do objetivo proposto, esta pesquisa enquadra-se como descritiva, documental e com abordagem quantitativa dos dados, sendo o período de análise de 2016 a 2020. A população desta pesquisa é composta por todas as companhias abertas listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3), exceto as classificadas no setor econômico “Financeiro e Outros”, devido às características singulares de suas atividades e por estes setores utilizarem modelos contábeis diferentes e específicos. A amostra compreendeu um total de 55 empresas brasileiras.

3.2 Procedimentos de coleta e variáveis



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Os dados referentes as variáveis dependentes (desempenho) e as variáveis de controle (tamanho da empresa, alavancagem e risco sistemático) foram coletadas na base Economática[®]. As variáveis independentes: divulgações ASG foram obtidas da base *Refinitiv*[®] e as emissões de carbono (CO₂) e a variável de controle comitê de sustentabilidade foram coletadas nos Relatórios de Sustentabilidade. Na Tabela 1 apresentam-se as variáveis utilizadas no estudo.

Tabela 1 - Variáveis de pesquisa

	Variável	Definição operacional	Autores base
Variáveis dependentes			
<i>Desempenho Econômico-Financeiro</i>	Retorno sobre o Ativo (ROA)	Relação entre o lucro líquido e o ativo total da empresa.	Alsaifi et al. (2019); Okafor et al. (2021).
	Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da empresa.	Alsaifi et al. (2019); Okafor et al. (2021).
	Lucratividade (LUC)	Relação entre o resultado líquido e as vendas líquidas da empresa.	Okafor et al. (2021).
<i>Desempenho de Mercado</i>	<i>Market to Book</i> (MB)	Relação entre o valor de mercado do patrimônio e o valor contábil do patrimônio.	Alsaifi et al. (2019)
	Valor de mercado (VM)	Relação entre o valor de mercado das empresas e o ativo total.	Alsaifi et al. (2019)
Variáveis independentes			
<i>Divulgação ASG e Emissões de CO₂</i>	Divulgação ambiental, social e governança (ASG)	Desempenho geral da empresa considerando questões ambientais, sociais e de governança.	Okafor et al. (2021)
	Divulgação Ambiental (AMB)	Refere-se ao desempenho ambiental da empresa no que tange a utilização de recursos, emissões e inovação para questões ambientais.	Okafor et al. (2021)
	Divulgação Social (SOC)	Desempenho social da empresa quanto aos direitos humanos, força de trabalho, comunidade e responsabilidade que possui com os produtos.	Okafor et al. (2021)
	Divulgação de Governança (GOV)	Refere-se ao desempenho de governança voltado a gestão, acionistas e estratégia de Responsabilidade Social Corporativa (RSC).	Okafor et al. (2021)
	Divulgação das Emissões de Carbono (ECO ₂)	Refere-se ao valor das emissões de CO ₂ anuais das empresas.	Alsaifi et al. (2019)
Variáveis de controle			
Tamanho da empresa (TAM)		Logaritmo natural do ativo total.	Alsaifi et al. (2019)
Alavancagem (ALA)		Dívidas totais (PC+PNC) das empresas/ativos totais.	Alsaifi et al. (2019)
Risco Sistemático (RS)		Mensurado pelo Beta das empresas.	Alsaifi et al. (2019)
Comitê de Sustentabilidade (CS)		Variável dicotômica que assume-se 1 para as empresas com comitê e 0 caso contrário.	Merve et al. (2021)

Fonte: Dados da pesquisa.

3.3 Procedimentos de análise dos dados



A análise dos dados foi realizada a partir da técnica de regressão linear múltipla, com dados balanceados de 55 empresas em cada ano. Na primeira equação analisou-se a influência das variáveis independentes ASG e emissões de CO₂ nas variáveis dependentes desempenho econômico-financeiro (ROA, ROE e lucratividade) e desempenho de mercado (MB e VM). Ressalta que inicialmente testou-se o score geral ASG.

$$\text{Desempenho} = \beta_0 + \beta_1 \text{ASG} + \beta_2 \text{ECO2} + \beta_3 \text{TAM} + \beta_4 \text{ALA} + \beta_5 \text{RS} + \beta_6 \text{CS} + \text{Efeitos Fixos Setor} + \text{Efeitos Fixos Ano} + \varepsilon$$

Na sequência, na segunda equação analisou-se a influência das variáveis independentes ASG de forma individual e emissões de CO₂ nas variáveis dependentes. Esta análise visa identificar a contribuição de cada um dos componentes ASG no desempenho das empresas.

$$\text{Desempenho} = \beta_0 + \beta_1 \text{AMB} + \beta_2 \text{SOC} + \beta_3 \text{GOV} + \beta_4 \text{ECO2} + \beta_5 \text{TAM} + \beta_6 \text{ALA} + \beta_7 \text{RS} + \beta_8 \text{CS} + \text{Efeitos Fixos Setor} + \text{Efeitos Fixos Ano} + \varepsilon$$

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente são apresentados os resultados dos efeitos do *score* geral ASG e emissões de CO₂ no desempenho econômico-financeiro e de mercado (Tabela 2) e posteriormente são evidenciados os achados de forma individual das pontuações ASG no desempenho (Tabela 3).

Tabela 2 - Resultados dos efeitos da divulgação total ASG e das emissões de CO₂ no desempenho

Variáveis	ROA		ROE		Lucratividade		Market to Book		Valor Mercado	
	Coef.	Sig	Coef.	Sig	Coef.	Sig	Coef.	Sig	Coef.	Sig
ROA	0.199	0.000*	-	-	-	-	-	-	-	-
ROE	-	-	0.310	0.05**	-	-	-	-	-	-
Lucratividade	-	-	-	-	0.093	0.05**	-	-	-	-
Market Book	-	-	-	-	-	-	8.712	0.05**	-	-
Valor Merc.	-	-	-	-	-	-	-	-	3.293	0.001*
ASG	-	0.109	-	0.135	-0.207	0.002*	10.321	0.000*	0.239	0.615
	0.034		0.221							
ECO2	-	0.004*	-	0.025*	-0.028	0.010*	-1.332	0.000*	-	0.000*
	0.009		0.032	*					0.401	
Tamanho	-	0.265	0.015	0.707	0.049	0.053	-0.667	0.318	0.005	0.961
	0.007									
Alavancagem	-	0.039**	-	0.192	-0.003	0.016*	0.147	0.181	-	0.015*
	0.001		0.019		*				0.020	*
Risco	-	0.021**	0.005	0.800	-0.044	0.03**	0.510	0.467	0.019	0.852
	0.016									
CSustentab.	-	0.010*	0.111	0.05**	-0.040	0.055	2.105	0.024*	0.040	0.797
	0.018						*			
R ²	0.1316		0.1035		0.1288		0.1204		0.1261	
ANOVA	0.000		0.0156		0.000		0.000		0.000	
VIF médio	1.15		1.15		1.15		1.15		1.15	
Durb.Watson	2.029		2.014		2.012		1.538		2.023	
EF setor e ano	Sim		Sim		Sim		Sim		Sim	



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

N. observ.	275	275	275	275	275
------------	-----	-----	-----	-----	-----

* Significância no nível de 1%; ** Significância no nível de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 2, as divulgações totais ASG das empresas analisadas se relacionaram negativamente com o desempenho econômico-financeiro medido pela lucratividade e positivamente com o desempenho de mercado mensurado pelo *Market to Book*. Estas evidências não possibilitam aceitar a H1. Por outro lado, permitem confirmar a H2, no que tange a variável *Market to Book*. Estes achados revelam que maiores pontuações e divulgações ASG, refletem em menor lucratividade para as empresas. Estas evidências corroboram com estudos de Jacobs et al. (2010) visto que a melhoria do desempenho ambiental afeta o custo das operações, diminuindo a lucratividade a curto prazo, mas em contraponto, gera novas oportunidades, resultando em maior receita à empresa. Han et al. (2016) relatam que existe uma correlação negativa entre práticas sustentáveis de RSC e desempenho financeiro, visto o gasto necessário para operacionalizar tais adaptações. De encontro aos estudos de Zhu (2009), que atividades de RSC prejudicam o desempenho financeiro, pois geram mais gastos em investimentos para atender as práticas ambientais o que consequentemente diminui o lucro.

Por outro lado, scores elevados de ASG contribuem para um maior desempenho de mercado e oportunidades de crescimento, visto que as práticas ASG estão sendo valorizadas cada vez mais pelos investidores institucionais. De acordo com Chiu e Wang (2015) divulgar informações de sustentabilidade, cria um canal de comunicação da organização com investidores. Além disso, o efeito positivo das divulgações ASG no desempenho de mercado corrobora com os achados de Friede et al. (2015), pois afirmam que há uma relação positiva entre ASG e desempenho. No geral, estas evidências sugerem que as divulgações ASG apresentam impactos maiores externamente para as empresas, visto os efeitos positivos no desempenho de mercado.

Em relação as emissões de carbono, estas se relacionaram negativamente com todas as variáveis do desempenho econômico-financeiro (ROA, ROE e LUC) e de mercado (MB e VM). Lewandowski (2017) afirma que a divulgação de emissões de carbono tem significância positiva em relação as vendas, porém de encontro a afirmação negativa que há entre a relação com desempenho de mercado. Tais resultados não permitem confirmar as hipóteses H3 e H4.

Estes achados indicam que maiores emissões de carbono efetuadas pelas empresas na



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

atmosfera contribuem para a diminuição do desempenho econômico-financeiro e desempenho de mercado. A partir deste resultado, denota-se a relevância das empresas desenvolverem estratégias que visem a diminuição dos impactos causados por suas atividades na sociedade e meio ambiente. Busch e Lewandowski (2018) argumentam que empresas eficientes em carbono, poderiam obter relação positiva entre as emissões de carbono e desempenho, cuja divulgação de informações sobre carbono e sua eficiência, atrairia investidores e valorização no mercado. Estas evidências fazem oposição ao estudo de Alsaifi et al. (2019), pois constataram relação positiva da divulgação voluntária das emissões de carbono com o desempenho econômico-financeiro das empresas.

Na Tabela 3 são evidenciados os resultados dos efeitos de cada um dos componentes ASG (ambiental, social e de governança) no desempenho.

Tabela 3 - Resultados dos efeitos da divulgação ASG e das Emissões de CO₂ no desempenho

Variáveis	ROA		ROE		Lucratividade		Market to Book		Valor Mercado	
	Coef.	Sig	Coef.	Sig	Coef.	Sig	Coef.	Sig	Coef.	Sig
ROA	0.1936	0.001*	-	-	-	-	-	-	-	-
ROE	-	-	0.160	0.05**	-	-	-	-	-	-
Lucratividade	-	-	-	-	0.062	0.05**	-	-	-	-
Market Book	-	-	-	-	-	-	8.151	0.001*	-	-
Valor Merc.	-	-	-	-	-	-	-	-	2.867	0.004*
Ambiental	-0.021	0.478	-0.29	0.05**	-0.18	0.05**	3.890	0.043**	-0.003	0.994
Social	-0.006	0.819	-0.02	0.837	0.026	0.739	3.877	0.106	-0.267	0.642
Governança	-0.003	0.859	0.155	0.05**	-0.05	0.406	4.117	0.031**	0.907	0.008*
ECO2	-0.009	0.004*	-0.03	0.03**	-0.02	0.009*	-1.318	0.000*	-0.394	0.000*
Tamanho	-0.006	0.304	0.032	0.473	0.053	0.037**	-0.705	0.314	0.039	0.715
Alavancagem	-0.001	0.030**	-0.02	0.135	-0.04	0.007*	0.144	0.209	-0.024	0.005*
Risco	-0.016	0.018**	-0.08	0.719	-0.04	0.028**	0.457	0.504	-0.024	0.807
CSustentab.	-0.018	0.020**	0.119	0.05**	-0.03	0.126	1.956	0.039**	0.010	0.950
R ²	0.1319		0.1238		0.1362		0.1260		0.1374	
ANOVA	0.000		0.0058		0.000		0.000		0.000	
VIF médio	1.37		1.37		1.37		1.37		1.37	
Durb.Watson	2.028		2.013		2.006		1.553		2.023	
EF setor e ano	Sim		Sim		Sim		Sim		Sim	
N. observ.	275		275		275		275		275	

* Significância no nível de 1%; ** Significância no nível de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao *score* ambiental, os resultados da Tabela 3 revelam que as divulgações ambientais se relacionam negativamente com o ROE e a lucratividade das empresas. Em contrapartida, constatou-se uma relação positiva das divulgações ambientais com o desempenho de mercado mensurado pelo *Market to Book*. Estes achados não permitem confirmar a H1a. No entanto, possibilitam confirmar a H2a para a variável *Market to Book*. Denota-se com base nestas evidências, que as práticas ambientais adotadas pelas empresas



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

contribuem para com o desempenho de mercado destas, pois os resultados indicam que quanto maior é a pontuação ambiental, maior é o nível de oportunidades de crescimento das empresas analisadas. Estes resultados são similares aos encontrados pelo estudo de Dyck et al. (2019).

Os resultados encontrados para o *score* social revelaram que o desempenho social da empresa quanto aos direitos humanos, força de trabalho, comunidade e responsabilidade que possui com os produtos, não interfere no desempenho econômico-financeiro e de mercado. Tais evidências não possibilitaram confirmar as hipóteses H1b e H2b. Estas evidências corroboram com os achados de Orlitzky et al. (2015) pois sugerem que empresas com baixo desempenho econômico-financeiro não consideram práticas socialmente responsáveis, ao mesmo tempo que empresas com um alto desempenho, o comprometimento é forte. Os achados desta pesquisa são contrários aos encontrados por Okafor et al. (2021), ao revelar que há efeito significativo positivo na relação dos gastos de RSC ligados as relações com funcionários, governança corporativa, direitos humanos e indicadores financeiros.

No que tange ao *score* governança corporativa, os achados indicaram uma relação positiva das divulgações de governança das empresas com o ROE e *Market to Book* e Valor de Mercado. A partir destes resultados confirmou-se a hipótese H1c para a variável ROE e a hipótese H2c para as variáveis de *Market to Book* e Valor de Mercado. Estes resultados revelam que quanto maior é o desempenho de governança voltado a gestão, acionistas e estratégias de RSC, maior é o retorno concedido aos sócios, proprietários e acionistas, bem como, maior é o desempenho de mercado. Tais achados se assemelham com os estudos realizados por Maqbool e Zameer (2018). Segundo Arayssi et al. (2019) a governança corporativa auxilia para que a empresa tenha bons resultados, tanto econômico-financeiros, quanto de mercado, visto que aumenta as divulgações de RSC, maximizando as relações entre investimentos e práticas sustentáveis. Okafor et al. (2021) validam a governança como um canal pelo qual a RSC influencia positivamente o desempenho econômico-financeiro das empresas.

No geral, os resultados encontrados revelam que o *score* total ASG e individual (ambiental e governança), contribuem para elevar o desempenho de mercado (*Market to Book*) das empresas. Além disso, o *score* individual governança corporativa melhora os níveis de retorno sobre o patrimônio líquido e o valor de mercado das empresas analisadas. Diante destes resultados, constata-se que as práticas de governança e ambientais devem ser incentivadas nas empresas, visto os seus benefícios para o desempenho empresarial. Baraibar-Diez e Sotorrio



(2018) e Orlitzky (2013), salientam que o envolvimento das empresas em divulgar informações corporativas (ASG) permite aos acionistas tomar decisões que contribuam para o desenvolvimento sustentável das empresas e melhoram o desempenho das organizações. Colabora nesta linha de pensamento Okafor et al. (2021), evidenciando que investir em RSC traz boas perspectivas aos olhos de investidores, tendo em vista que o comprometimento com causas sustentáveis, sociais e de governança nas empresas, torna-se atrativo e rentável.

Conforme Maqbool e Zameer (2018), há diversas perspectivas que evidenciam que a operação de investimentos em práticas de RSC, ligadas ao meio ambiente, melhora a reputação perante os acionistas e a sociedade, e causa efeitos positivos no desempenho da companhia. Portanto, empresas que se comprometem com causas ligadas ao desempenho sustentável, tendem a proporcionar melhores retornos sobre os investimentos, assim como, estabelecem vantagens competitivas no mercado, pelo reflexo de ativos bem administrados que geram riquezas aos sócios e contribuem concomitante com a sociedade (OKAFOR et al., 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelaram que a divulgação ASG se relaciona negativamente com a lucratividade, rejeitando a H1, porém em contrapartida, relaciona-se positivamente com o desempenho de mercado medido pelo *Market to Book*, confirmando a H2. Tais achados evidenciam que maiores scores ASG ocasionam menor lucratividade nas empresas pois afetam o custo das operações, porém proporciona aos investidores maiores oportunidades ao passo que cria um canal de comunicação com a comunidade e os acionistas. Estas evidências corroboram com a teoria das partes interessadas, pelo fato de que as empresas devem criar valor para todas as partes interessadas, estabelecendo uma relação entre a organização e os *stakeholders*.

Os resultados de cada aspecto ASG demonstraram que o score ambiental se relaciona negativamente com o ROE e a Lucratividade, rejeitando a hipótese H1a, e relaciona-se positivamente com *Market to Book*, confirmando H2a, evidenciando que a adoção de práticas sustentáveis colabora com o desempenho de mercado aumentando as oportunidades de crescimento das empresas e visibilidade dos acionistas. Já questões ligadas aos cuidados com os funcionários, comunidade, direitos humanos, entre outros aspectos sociais, representadas pelo score social, demonstram que não há influência no desempenho econômico e de mercado, rejeitando as hipóteses H1b e H2b, isto mostra que as divulgações sociais tendem a não apresentar retornos lucrativos acerca do investimento realizado. Quanto aos resultados do score



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de governança corporativa obteve-se relação positiva sobre o ROE, *Market to Book* e Valor de Mercado, podendo confirmar as hipóteses H1c e H2c, identificando que a governança eleva práticas de RSC nas organizações, aumenta as relações com os acionistas, colaborando com adoção de práticas sustentáveis e melhorando o desempenho das empresas.

A relação das emissões de carbono com o desempenho financeiro e de mercado, mostraram-se negativamente relacionadas, rejeitando as hipóteses H3 e H4 deste estudo. Nota-se que estes resultados indicam que a emissão de carbono diminui o desempenho econômico-financeiro e de mercado, de maneira que há um elevado gasto para colocar em prática estratégias que reduzam os impactos ocasionados no meio ambiente, o que diminui os lucros da organização, e a demanda das partes interessadas por informações de carbono acaba perdendo mercado. Essa relação vai de encontro com a teoria das partes interessadas, pois evidencia que empresas com capacidade de explorar recursos produtivos podem gerar vantagens competitivas e financeiras.

Portanto, os resultados deste estudo evidenciam que a divulgação do score total ASG e individual (ambiental e governança) influenciam positivamente no desempenho de mercado, ao adotar práticas sustentáveis que contribuem para valorização da empresa e melhoram a reputação nos aspectos mercadológicos. Da mesma forma, que o score governança influencia positivamente o ROE, corroborando que empresas com práticas de RSC inseridas nas estratégias, obtém melhores desempenhos empresariais.

Como contribuições teóricas, este artigo complementa e contribui com a literatura existente sobre estudos que contemplam a relação da divulgação de informações ambientais, sociais e de governança, juntamente com as emissões de carbono em relação ao desempenho econômico-financeiro e de mercado. As contribuições práticas evidenciam que há efeitos positivos da ASG, score ambiental e governança no desempenho de mercado, e somente o score governança apresenta influência positiva no desempenho econômico-financeiro, demonstrando que os demais aspectos estudados não denotam relevância no desempenho organizacional. Este estudo torna-se importante aos acadêmicos, profissionais e empresas, destacando os pontos positivos e negativos dos gastos com RSC e o retorno ocasionado por estas práticas sustentáveis, evidenciando quais aspectos poderão auxiliar no desempenho de suas atividades.

REFERÊNCIAS

AGYEI-MENSAH, B. K. The relationship between corporate governance, corruption and forward-looking information disclosure. **Corporate Governance**, v. 17, n. 2, p. 284-304, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- ALSAIFI, K.; ELNAHASS, M.; SALAMA, A. Carbon disclosure and financial performance: UK environmental policy. **Business Strategy and Environment**, v. 29, n. 2, p. 711-726, 2019.
- ARAYSSI, M.; JIZI, M.; TABAJA, H. H. The impact of board composition on the level of ESG disclosures in GCC countries. **Sustainability Accounting**, v. 11, n. 1, p. 137-161, 2020.
- BAE, S. M.; MASUD, M.; KIM, J. A cross-country investigation of corporate governance and corporate sustainability disclosure. **Sustainability**, v. 10, n. 8, p. 2–16, 2018.
- BARNEA, A.; RUBIN, A. Corporate social responsibility as a conflict between shareholders. **Journal of Business Ethics**, v. 97, p. 71-86, 2010.
- BARAIBAR-DIEZ, E.; SOTORRÍO, L. L. O efeito mediador da transparência na relação entre RSC e reputação corporativa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 20, p. 5-21, 2018.
- BERNAL-CONESA, J. A.; NIEVES NIETO, C.; BRIONES-PEÑALVER, A. J. CSR strategy in companies: Its influence on performance, competitiveness and sustainability. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 24, n. 2, p. 96-107, 2017.
- BOLTON, P.; KACPERCZYK, M. Do investors care about carbon risk? **Journal of Financial Economics**, v. 142, n. 2, p. 517-549, 2021.
- BUSCH, T.; HOFFMANN, V. H. How hot is your bottom line? Linking carbon and financial performance. **Business & Society**, v. 50, n. 2, p. 233–265, 2011.
- BUSCH, T.; LEWANDOWSKI, S. Corporate carbon and financial performance: A meta-analysis. **Journal of Industrial Ecology**, v. 22, n. 4, p. 745-759, 2018.
- CARUSO, G.; COLANTONIO, E.; GATTONE, S. A. Relationships between renewable energy consumption, social factors, and health: a panel vector auto regression analysis of a cluster of 12 EU countries. **Sustainability**, v. 12, n. 7, p. 2–16, 2020.
- CHIU, T. K.; WANG, Y. H. Determinants of social disclosure quality in Taiwan: an application of stakeholder theory. **Journal of Business Ethics**, v. 129, n. 2, p. 379–398, 2015.
- DYCK, A.; LINS, K. V.; ROTH, L.; WAGNER, H. F. Do institutional investors drive corporate social responsibility? International evidence. **Journal of Financial Economics**, v. 131, n. 3, p. 693–714, 2019.
- FRIEDE, G.; BUSCH, T.; BASSEN, A. ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. **Journal of Sustainable**, v. 5, n. 4, p. 210-233, 2015.
- GIANNARAKIS, G.; KONTEOS, G.; ZAFEIRIOU, E.; PARTALIDOU, X. The impact of corporate social responsibility on financial performance. **Investment Management Finance and Financial Innovation**, v. 13, n. 3, p. 171-182, 2016.
- HAN, J.; KIM, H. J.; YU, J. Empirical study on relationship between corporate social responsibility and financial performance in Korea. **Asian Journal of Sustainability and Social Responsibility**, v. 1, p. 61-76, 2016.
- GALLEGO-ALVAREZ, I.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M.; VIEIRA, C. D. S. Climate change and financial performance in times of crisis. **Business Strategy and the Environment**, v. 23, n. 6, p. 361–374, 2014.
- HSU, A.W.; WANG, T. Does the market value corporate response to climate change? **Omega**, v. 41, n. 2, p. 195–206, 2013.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

JACOBS, B. W.; SINGHAL, V. R.; SUBRAMANIAN, R. An Empirical investigation of environmental performance and the market value of the firm. **Journal of Operations Management**, v. 28, p. 430–441, 2010.

KUO, L.; CHEN, V. Is environmental disclosure an effective strategy on establishment of environmental legitimacy? **Management Decision**, v. 51, n. 7, p. 1462–1487, 2013.

LEWANDOWSKI, S. Corporate carbon and financial performance: The role of emission reductions. **Business Strategy and the Environment**, v. 26, n. 8, p. 1196–1211, 2017.

LYON, T. P.; MONTGOMERY, A. W. The means and end of greenwash. **Organization & Environment**, v. 28, n. 2, p. 223–249, 2015.

MAQBOOL, S.; ZAMEER, M. N. Corporate social responsibility and financial performance: an empirical analysis of Indian banks. **Future Business Journal**, v. 4, n. 1, p. 84-93, 2018.

MATTINGLY, J. E.; HARRAST, S. A.; OLSEN, L. Governance implications of the effects of stakeholder management on financial reporting. **Corporate Governance**, 2009.

MOSER, D. V.; MARTIN, P. R. A broader perspective on corporate social responsibility research in accounting. **The Accounting Review**, v. 87, n. 3, p. 797–806, 2012.

OKAFOR, A.; ADUSEI, M.; ADELEYE, B. N. CSR and Financial Performance: Evidence From Us Tech Firms. **Journal of Cleaner Production**, v. 292, p. 1260-1278, 2021.

ORLITZKY, M. Corporate social responsibility, noise, and stock market volatility. **Academy of Management Perspectives**, v. 27, n. 3, p. 238-254, 2013.

ORLITZKY, M.; LOUCHE, C.; GOND, J.-P.; CHAPPLE, W. Unpacking the drivers of corporate social performance. **Journal of Business Ethics**, v. 144, p. 21-40, 2015.

OSAGIE, E. R.; WESSELINK, R.; BLOK, V.; LANS, T.; MULDER, M. Individual Competencies for Corporate Social Responsibility: A Literature and Practice Perspective. **Journal of Business Ethics**, v. 135, n. 2, p. 233-252, 2016.

PAN, X.; SHA, J.; ZHANG, H.; KE, W. Relationship between corporate social responsibility and financial performance in the mineral Industry: evidence from Chinese mineral firms. **Sustainability**, v. 6, n. 7, 4077e4101, 2014.

RADHOUANE, I.; NEKHILI, M.; NAGATI, H.; PACHÉ, G. Is voluntary external assurance relevant for the valuation of environmental reporting by firms in environmentally sensitive industries? **Sustainability Accounting, Management and Policy**, v. 11, n. 1, p. 65-98, 2020.

RJIBA, H.; JAHMANE, A.; ABID, I. Corporate social responsibility and firm value: guiding through economic policy uncertainty. **Finance Research Letters**, v. 35, p. 101553, 2020.

SERVAES, H.; TEMAYO, A. The Impact of Corporate Social Responsibility On Firm Value: The Role Of Customer Awareness. **Management Science**, v. 59, n. 5, p. 1045-1061, 2013.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. **Saving the planet**. In *Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness*, 185–198. London, U.K.: Penguin Books, 2009.

ZHU, Y. Empirical teste on the relationship between corporate social responsibility and financial performance. **Statement Decision**, v. 7, p. 135-136, 2009.

O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade dos autores.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**ESTUDO SOBRE A SATISFACAO NO TRABALHO DOS
COLABORADORES DA LAVANDERIA E TINTURARIA ESSÊNCIA**

Kattia Naiara Martins Fiuza¹ – Centro Universitário
Integrado
Cristiane Marques de Mello² – UNESPAR/ Campus Campo
Mourão/PR

Nome do GT: Outros Temas Contemporâneos

RESUMO

O capital humano é uma dos fatores principais para o sucesso de uma empresa. Diante disso, ao longo dos anos, diversos estudos tem sido realizados com o intuito de auxiliar gestores sobre qual a melhor maneira de lidar com seus colaboradores, tendo em vista que os mesmos representam grande importância para o desenvolvimento e o crescimento da empresa. Estudos mostram que a satisfação dos funcionários tem impacto direto na empresa, podendo ser positivo ou negativo, e em alguns casos representando uma vantagem competitiva. Isso posto, esse estudo tem como objetivo principal o de avaliar a satisfação no trabalho dos colaboradores da Lavanderia e Tinturaria Essência. Essa pesquisa caracteriza-se como exploratória com aplicação prática em uma empresa. Para este estudo foi utilizada a ferramenta de escala de Satisfação no Trabalho já validada por Siqueira (2008), que trata da satisfação dos funcionários em cinco dimensões: satisfação com os colegas, com o salário, com a chefia, com a natureza do trabalho e com as promoções. Os resultados do estudo demonstram que de modo geral os funcionários da empresa em questão estão satisfeitos, contudo apresentam alguns pontos relevantes de insatisfação que devem atenção por parte dos gestores.

Palavras-chave: Colaboradores. Satisfação no Trabalho. Capital Humano.

RESUMEN

El capital humano es uno de los principales factores para el éxito de una empresa. Por ello, a lo largo de los años se han realizado diversos estudios con el objetivo de ayudar a los directivos sobre la mejor forma de tratar con sus empleados, considerando que éstos representan una gran importancia para el desarrollo y crecimiento de la empresa. Los estudios demuestran que la satisfacción de los empleados tiene un impacto directo en la empresa, que puede ser positivo o negativo, y en algunos casos representa una ventaja competitiva. Dicho esto, este estudio tiene como principal objetivo evaluar la satisfacción laboral de los empleados de Lavandería y Tintorería Essência. Esta investigación se caracteriza por ser exploratoria con aplicación práctica en una empresa. Para este estudio se utilizó el instrumento Escala de Satisfacción en el Trabajo ya validado por Siqueira (2008), que trata la satisfacción de los empleados en cinco dimensiones: satisfacción con los compañeros, con el salario, con la gestión, con la naturaleza del trabajo y con las promociones. Los resultados del estudio demuestran que, en general, los empleados de la empresa en mención se encuentran satisfechos, sin embargo presentan algunos puntos relevantes de insatisfacción a los que se les debe prestar atención por parte de los directivos.

Palabras clave: Colaboradores. Satisfacción Laboral. Capital Humano.

¹ – Graduada em Administração – e-mail: kattianaiara06741@gmail.com

² – Doutora em Administração – e-mail: cristiane.mello@unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o mercado cada vez mais competitivo as empresas são obrigadas a se destacarem cada vez mais umas das outras e para isso buscam ter um diferencial dentre os seus concorrentes. O capital humano é muito importante para toda e qualquer organização. Conforme aponta Delgado (2015), o capital humano é uma potência que gera vantagem competitiva, por meio do conhecimento dos colaboradores e outros fatores. Por isso, é de grande importância que os colaboradores estejam satisfeitos no trabalho pois são eles que dão vida à empresa e sem eles não teria como a empresa se manter para alcançar seus objetivos.

Autores como Spector (2003), Robbins (2010), Siqueira (2008) e Pereira (2004), por exemplos, têm pesquisado sobre a satisfação no trabalho e seu impacto para a organização ao longo dos anos. Tais estudos têm ajudado a entender melhor o que é satisfação no trabalho e como ela impacta a organização. Além de entender com mais exatidão o que deve ser melhorado internamente, a pesquisa de satisfação é uma forma de mostrar aos colaboradores que a empresa se importa com eles e que deseja criar um ambiente produtivo e agradável para todos.

Siqueira (2008), em particular, desenvolveu um método para avaliar a satisfação dos funcionários com cinco dimensões, conhecida como Escala de Satisfação no trabalho (EST). Esse método será utilizado na presente pesquisa, tendo em vista que o modelo já foi previamente validado.

O presente trabalho tem como objetivo geral: Avaliar a satisfação no trabalho dos colaboradores da Lavanderia e Tinturaria Essência. A justificativa para realização desse estudo está no fato de que quanto maior for o grau de satisfação da pessoa com o trabalho que ela desempenha, maior será o empenho para realizar as suas tarefas de forma correta, conforme aponta Robbins (2010). Enquanto justificativa prática, entende-se que funcionários satisfeitos estão mais propensos a falar bem da empresa, além de gerar mais produtividade, e apresentarem menor chance de trocar de empresa. Por isso, é importante que os gestores saibam mais sobre os fatores que podem aumentar a satisfação dos colaboradores e assim tomarem decisões assertivas que possam impactar positivamente o futuro da organização com relação à forma de liderar, ao ambiente de trabalho, ao salário e às promoções dos colaboradores.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção serão tratados conceitos teóricos que norteiam o presente estudo.

2.1 Satisfação no Trabalho

Um dos grandes desafios dos gestores é manter sua equipe satisfeita no ambiente de trabalho de forma que atenda todas as suas necessidades. A satisfação no trabalho é um tema complexo de difícil definição, devido à variedade de aspectos, ela influencia o comportamento dos indivíduos no local de trabalho e está relacionada com o comprometimento dos mesmos dentro da organização.

A satisfação no trabalho ao longo dos anos vem sendo estudada por vários autores. Conforme aponta Spector (2003), os sentimentos dos indivíduos com relação a diversos aspectos relacionados ao serviço são entendidos como satisfação no trabalho. Siqueira (2008) aborda o tema com base em situações prazerosas que os indivíduos vivenciam na organização, considerando cinco dimensões como: relações com colegas, supervisores, salários, promoção e o próprio trabalho. Tais dimensões para ele são referências de satisfação no trabalho.

De acordo com Spector (2003, p. 221), “a satisfação no trabalho é uma variável de atitude que mostra como as pessoas se sentem em relação ao seu trabalho, seja no todo, seja em relação a alguns de seus aspectos. É o quanto as pessoas gostam do trabalho delas.” Jesus e Jesus (2012), enfatizam que a satisfação no trabalho se refere a qualquer atitude que um funcionário tem com relação ao cargo que ele exerce dentro da empresa. Quando as pessoas falam de atitudes dos funcionários, na maioria das vezes estão falando sobre algo que está relacionado à satisfação no trabalho. Dessa maneira, pode-se observar que uma pessoa apresenta atitudes positivas em relação ao seu trabalho quando tem um alto nível de satisfação em relação a ele, enquanto aquela insatisfeita apresenta atitudes negativas (ROBBINS, 2010).

Diante disso, entende-se que os gestores devem observar as atitudes de seus funcionários e se atentar às causas e às consequências da satisfação, ou ausência da mesma.

2.2. Causas e Consequências da Satisfação e Insatisfação no Trabalho

A satisfação ou a insatisfação de um colaborador pode trazer várias consequências positivas ou negativas para a empresa. A empresa que não sabe como gerenciar adequadamente seu capital humano dificilmente conseguirá saber o que os deixam satisfeitos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ou não satisfeitos. Segundo Bergamini (2008), a maioria das empresas fracassam, não pela falta de conhecimento técnico e sim pela maneira como elas lidam com as pessoas.

Pereira (2004) ressalta que quando a avaliação da satisfação é realizada, deve-se usar uma variável bipolar ou duas variáveis distintas, a satisfação e a insatisfação. Visto que o oposto da satisfação é a não satisfação, e o da insatisfação é a não insatisfação. Entretanto, pode-se observar que um mesmo fator pode gerar tanto satisfação quanto insatisfação, pois os dois fatores dependem da necessidade do indivíduo. A satisfação varia de pessoa para pessoa e a empresa deve conhecer o que satisfaz cada indivíduo de forma particular.

A satisfação no trabalho não é algo permanente, pois as necessidades estão sujeitas a mudanças, ou seja, um funcionário pode estar satisfeito hoje, mas daqui a uns meses ou anos pode não estar, pois suas necessidades mudam com o tempo. Se os gestores não conhecerem as necessidades dos funcionários, serão incapazes de proporcionar oportunidades para satisfazê-las (CHIAVENATO, 2005). Cada indivíduo pensa, age e sente de maneira diferente o que dificulta definir a satisfação de maneira coletiva. Dessa forma a satisfação no trabalho deve ser vista sob vários aspectos.

O trabalho requer convivência com colegas e supervisores, a obediência a regras e políticas organizacionais, o alcance de padrões de desempenho, a aceitação de condições de trabalho geralmente abaixo do ideal e outras coisas do gênero. Trabalhos interessantes que fornecem treinamento, variedade, independência e controle, deixam a maioria dos funcionários satisfeitos. Desta forma, quanto mais formas de crescimento e desenvolvimento a empresa proporcionar ao seu colaborador, mais ele tende a ficar satisfeito com seu trabalho (ROBBINS, 2010).

Quando uma pessoa apresenta atitudes positivas em relação ao seu trabalho, conforme ressalta Robbins (2009), quer dizer que ela tem um nível elevado de satisfação, enquanto aqueles insatisfeitos apresentam atitudes negativas. Segundo o autor, quando os funcionários estão satisfeitos podem até ultrapassar o bom desenvolvimento do próprio trabalho, se dispondo a ajudar os demais indo além de suas atribuições regulares. Os fatores que os satisfazem são diferentes daqueles que levam à insatisfação. Para que o colaborador se sinta satisfeito é necessário um bom relacionamento com a equipe profissional e a possibilidade de se obter crescimento profissional.

É mais difícil o trabalhador realizar tarefas onde ele não é reconhecido e onde ele
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



apenas obedece às rotinas não flexíveis. Por esse motivo, o índice de satisfação dos trabalhadores tem relação com o absenteísmo, pois os trabalhadores faltam menos quando estão satisfeitos (SILVA, 2009). Robbins (2010), salienta a relação do impacto do absenteísmo com a produtividade, pois a ausência de um funcionário pode gerar acúmulo de trabalho para os que estão presentes e prejudicar a produção, visto que, funcionários felizes são mais produtivos e tendem a se ausentar menos.

Pessoas que não gostam do seu trabalho têm maior probabilidade de se ausentarem do seu serviço do que as que gostam (SPECTOR, 2003). De acordo com Chiavenato (2005), a rotatividade é o resultado de variáveis externas e internas. Como externa está a situação de oferta e a procura do mercado de Recursos Humanos, a conjuntura econômica e as oportunidades de empregos no mercado de trabalho. Dentre as internas estão as políticas salariais e de benefícios que a organização oferece o estilo gerencial, as oportunidades de crescimento interno, o desenho de cargos, o relacionamento humano, ou seja, a estrutura e a cultura organizacional. São variáveis que devem ser observadas pelos gestores.

De acordo com Spector (2003), a satisfação no trabalho leva a um maior esforço que resulta em desempenho, logo, o desempenho gera recompensas que origina a satisfação no trabalho. Podemos observar que vários são os fatores e as consequências geradas pela insatisfação. Dessa maneira, é necessário que a empresa entenda os reais motivos que afetam os seus colaboradores deixando-os insatisfeitos com isso tomar medidas que gerem melhorias.

Para saber como anda a satisfação dos colaboradores pesquisas podem ser realizadas dentro da empresa regularmente buscando identificar fatores que geram satisfação ou insatisfação dos funcionários e assim buscar maneiras que possam eliminar essa insatisfação e elevar a satisfação dos mesmos. Nesse trabalho, vamos usar a escala de satisfação no trabalho (EST) desenvolvida por Siqueira (2008), que será explicada na seção a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa seção trata dos métodos utilizados para elaboração do presente estudo, os quais foram escolhidos visando o alcance dos objetivos. A elaboração do presente estudo foi desenvolvida inicialmente a partir de pesquisa bibliográfica utilizando a teoria adequada que apresenta entendimento sobre os temas pesquisados e, posteriormente realizado o estudo exploratório com aplicação prática/ aplicada na empresa escolhida para o estudo.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado contendo 15 questões (versão reduzida) referente à escala de satisfação no trabalho de Siqueira (2008) que possui cinco dimensões. Para cada pergunta do questionário referente às dimensões da Escala de Satisfação no Trabalho (EST) há uma nota de 1 a 7. Para obter o resultado serão somados os valores assinalados pelos respondentes em cada um dos itens de cada dimensão e divide-se o valor pelo número de itens da dimensão, na forma reduzida são 3 itens por dimensão, os quais serão usados para verificar o grau de satisfação dos colaboradores da área de produção da Lavanderia e Tinturaria Essência. O resultado deve ficar entre 1 e 7, onde os valores que ficarem entre 1 e 3,9 tendem a sinalizar insatisfação, enquanto valores entre 4 e 4,9 informa um estado de indiferença, ou seja, nem satisfeito, nem insatisfeito e valores entre 5 e 7 tendem a indicar algum grau de satisfação.

Com sua aplicação é possível analisar os índices de satisfação e insatisfação dos colaboradores em cinco categorias: satisfação com colegas, satisfação com a chefia, satisfação com a natureza do trabalho, satisfação com salário e satisfação com promoções. Nesse trabalho vamos usar a versão reduzida da Escala de Satisfação no Trabalho (EST), conforme Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Dimensões, definições e itens da EST em sua forma reduzida

Dimensões	Definição	Itens
Satisfação com colegas	Contentamento com a colaboração, a amizade, a confiança e o relacionamento mantido com os colegas de trabalho	1,4 e 14
Satisfação com o salário	Contentamento com o que recebe como salário se comparado com o quanto o indivíduo trabalha, com sua capacidade profissional, com o custo de vida e com os esforços feitos na realização do trabalho.	3,6 e 11
Satisfação com a chefia	Contentamento com a organização e capacidade profissional do chefe, com seu interesse pelo trabalho dos subordinados e entendimento entre eles.	10,12 e 15
Satisfação com a natureza do trabalho	Contentamento com o interesse despertado pelas tarefas, com a capacidade de elas absorverem o trabalhador e com a variedade das mesmas.	5,8 e 13
Satisfação com as promoções	Contentamento com o número de vezes que já recebeu promoções, com as garantias oferecidas a quem é promovido, com a maneira de a empresa realizar promoções e com o tempo de espera pela promoção.	2,7 e 9

Fonte: Siqueira (2008, p.262)

Nessa versão, cada dimensão compreende 3 itens a serem respondidos pelos entrevistados totalizando um questionário composto por 15 itens, que tem por objetivo mensurar o grau de satisfação com o trabalho dos colaboradores de uma organização.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Quadro 2 – Descrição dos itens referentes às dimensões

Item	Questão
1	Com o espírito de colaboração dos meus colegas de trabalho.
2	Com o modo como meu chefe organiza o trabalho do meu setor.
3	Com o número de vezes que já fui promovido nesta empresa.
4	Com as garantias que a empresa oferece a quem é promovido.
5	Com o meu salário comparado com o quanto eu trabalho.
6	Com o tipo de amizade que meus colegas demonstram por mim.
7	Com o grau de interesse que minhas tarefas me despertam.
8	Com o meu salário comparado à minha capacidade profissional.
9	Com o interesse do meu chefe pelo meu trabalho.
10	Com a maneira como esta empresa realiza promoções de seu pessoal.
11	Com a capacidade de meu trabalho absorver-me.
12	Com o meu salário comparado ao custo de vida.
13	Com a oportunidade de fazer o tipo de trabalho que faço.
14	Com a maneira como me relaciono com os meus colegas de trabalho.
15	Com a quantia em dinheiro que eu recebo desta empresa ao final de cada mês.

Fonte: Siqueira (2008, p.264)

Foi solicitado aos respondentes: Indique o quanto você se sente satisfeito ou insatisfeito com cada um dos itens. Dê suas respostas anotando, nos parênteses que antecedem cada frase, com o número numa escala de 1 a 7 que melhor representa sua resposta. Para isso, considere: 1 = Totalmente insatisfeito; 2 = Muito insatisfeito; 3 = Insatisfeito; 4 = Indiferente; 5 = Satisfeito; 6 = Muito satisfeito; 7 = Totalmente satisfeito.

A coleta foi realizada no mês de setembro de 2020, com os colaboradores da empresa já mencionada. Uma explicação foi feita juntamente com os respondentes da pesquisa, sobre a finalidade da pesquisa e como responder o questionário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira parte da pesquisa identificou o perfil dos respondentes, que mostrou que 20% são do gênero feminino e 80% do gênero masculino. Em relação ao grau de escolaridade 30% dos respondentes tem ensino fundamental incompleto, 50% tem ensino médio completo, 10% tem ensino superior incompleto e 10% ensino superior completo. Quanto ao estado civil dos respondentes 80% são casados ou vivem em união estável e 20% são solteiros, 60% deles

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

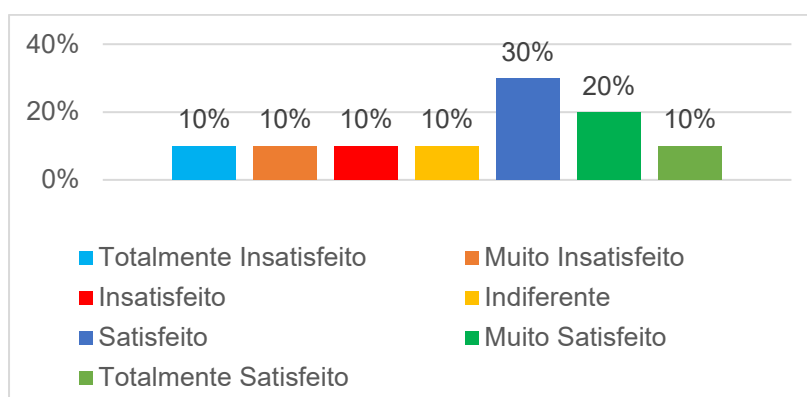
<http://conlape.unespar.edu.br/>

têm entre 1 e 4 filhos e 40% não tem filhos. No que se refere à faixa etária dos respondentes 30% estão na faixa entre 20 e 30 anos, e 70% corresponde entre 31 a 41 anos. Em relação ao tempo em que trabalham na empresa, 80% trabalham menos de 1 ano, 10% de 1 a 3 anos e 10% mais de 3 anos e menos de 5 anos.

A segunda parte da pesquisa se refere ao nível de satisfação dos colaboradores de acordo com as cinco dimensões da Escala de Satisfação do Trabalho. São elas: satisfação com os colegas, satisfação com o salário, satisfação com a chefia, satisfação com a natureza do trabalho e satisfação com as promoções.

A primeira pergunta é sobre a satisfação dos funcionários quanto ao espírito de colaboração dos colegas de trabalho, que pode ser observado no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1- Satisfação quanto ao espírito de colaboração dos colegas



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o Gráfico 1, no que diz respeito ao espírito de colaboração dos colegas de trabalho, os funcionários em sua maioria estão satisfeitos. Com 30% satisfeitos, 20% muito satisfeitos e 10% totalmente satisfeitos. Apesar da maioria se apresentarem satisfeitos alguns apresentam insatisfação, 10% estão totalmente insatisfeitos, 10% muito insatisfeitos, 10% estão insatisfeitos e 10% se apresentaram indiferentes. Ao somar as médias das respostas o resultado foi de 4,4 o que indica que em relação a satisfação quanto ao espírito de colaboração com os colegas os colaboradores no geral não estão nem satisfeitos e nem insatisfeitos.

No Gráfico 2 apresentado a seguir, serão apresentados os resultados no que se refere à amizade demonstrada pelos colegas de trabalho.

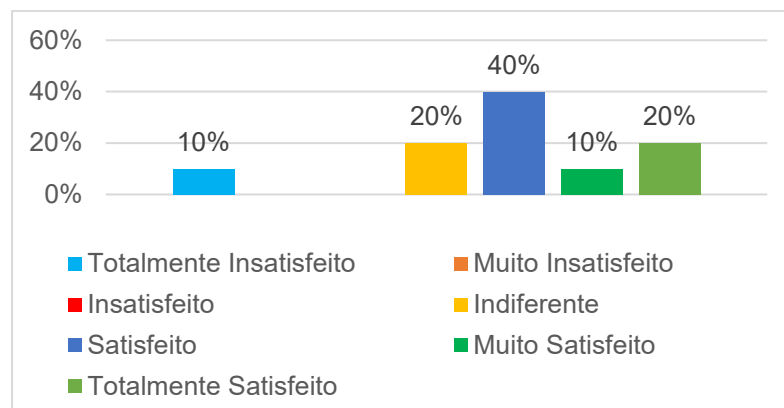
Gráfico 2- Amizade demonstrada pelos colegas de trabalho



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

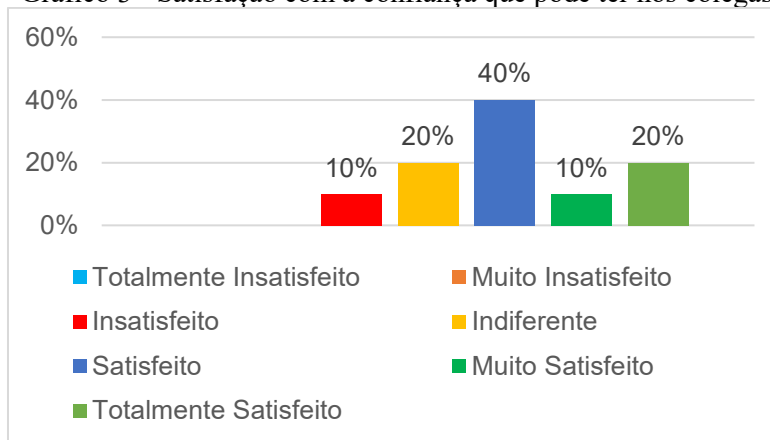


Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a maioria dos funcionários estão satisfeitos com a amizade demonstrada pelos colegas de trabalho, 40% estão satisfeitos, 20% totalmente satisfeitos, 20% estão indiferentes, 10% estão muito satisfeitos e totalmente insatisfeitos. Entretanto, ao somar os valores das respostas chegou-se a média de 4,9 que indica indiferença por parte dos colaboradores.

O Gráfico 3 demonstra a satisfação dos funcionários em relação à confiança que podem ter colegas de trabalho. Como pode ser observado no Gráfico, 20% dos funcionários mostraram indiferença quanto ao relacionamento com os colegas, 40% estão satisfeitos, 20% totalmente satisfeitos, 10% muito satisfeitos e 10% estão insatisfeitos.

Gráfico 3- Satisfação com a confiança que pode ter nos colegas



Fonte: Dados da pesquisa

Nesse quesito, a média obtida foi de 5,1 indicando que os funcionários estão satisfeitos.

A partir de agora vamos avaliar a segunda dimensão que refere-se à satisfação com o

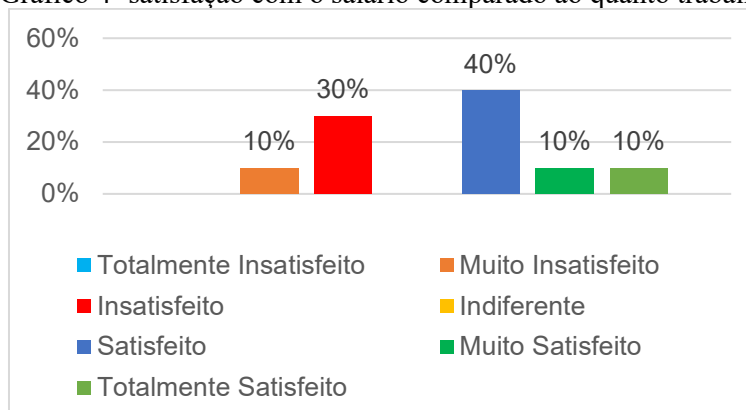
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



salário. São 3 perguntas que formam essa dimensão. A primeira pergunta se refere à satisfação do funcionário em relação ao salário que ele recebe comparado ao quanto ele trabalha que será apresentado no Gráfico abaixo.

Gráfico 4- satisfação com o salário comparado ao quanto trabalha



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a pesquisa mostra pode-se observar que a maioria dos funcionários estão satisfeitos com a quantia que ganha comparado ao quanto trabalha, 40% estão satisfeitos, 10% estão muito satisfeitos, totalmente satisfeitos, 10% estão muito insatisfeitos e insatisfeitos somaram 30%. Veja que apesar do maior percentual ser um dado positivo, o valor da média das respostas 4,4 indica que os funcionários estão indiferentes.

Em seguida o Gráfico 5 mostrará a satisfação em relação ao salário comparado a capacidade profissional do funcionário. Conforme os dados mostrados no Gráfico, é possível verificar que o índice de insatisfação entre os funcionários em relação ao salário comparado a sua capacidade profissional está baixo, com 50% insatisfeitos, 20% estão satisfeitos, 20% totalmente satisfeitos e 10% apresentam-se indiferentes.

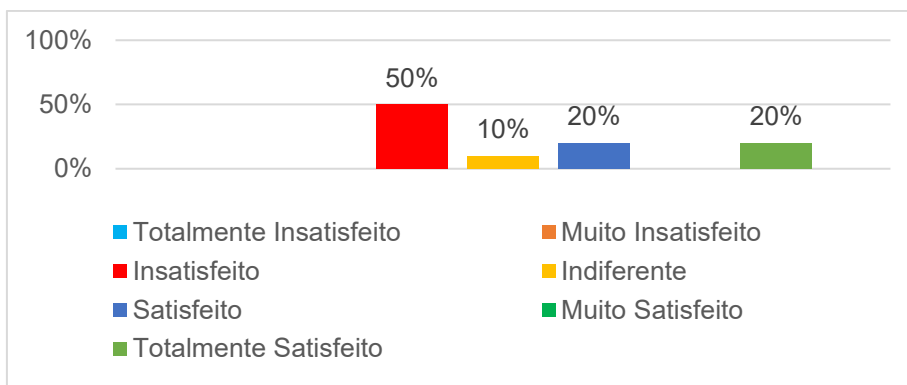
Gráfico 5 - Satisfação em relação ao salário comparado a capacidade profissional



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

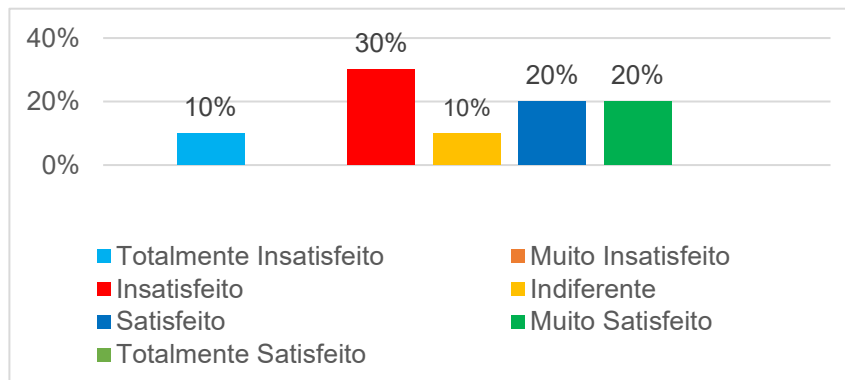


Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar que o grau de insatisfação está muito alto com metade dos funcionários insatisfeitos. Ao somar a média o valor é 4,3 indicando que os funcionários de modo geral estão indiferentes.

O próximo Gráfico mostra os resultados quanto à satisfação com o salário comparado ao esforço do funcionário no trabalho.

Gráfico 6- Satisfação em relação ao salário comparado ao esforço no trabalho



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme pode-se verificar no Gráfico 6, sobre o grau de satisfação dos funcionários em relação ao salário comparado ao seu esforço no trabalho, os resultados apontam que 30% dos respondentes estão insatisfeitos, 20% satisfeitos e muito satisfeitos, e com 10% aparecem as opções totalmente insatisfeitos e indiferentes. A média obtida foi de 4,2 que indica que os funcionários estão indiferentes.

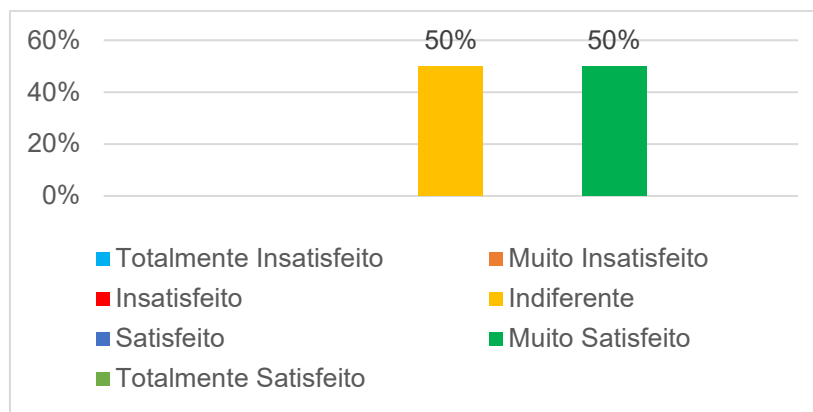
A próxima dimensão avaliada foi a satisfação dos funcionários com a chefia. O Gráfico 7 indica a satisfação em relação ao entendimento entre o funcionário e seu chefe. Quanto à satisfação do colaborador em relação ao entendimento entre funcionário e seu chefe,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



pode-se observar que 50% estão muito satisfeitos e os outros 50% se mostraram indiferentes.

Gráfico 7- satisfação em relação ao entendimento entre funcionário e chefe

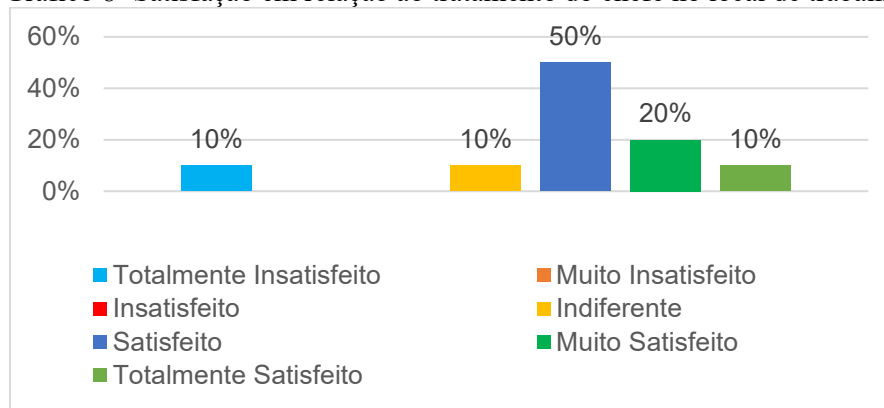


Fonte: Dados da pesquisa

A média das respostas com valor 5,0 indicou que os funcionários estão satisfeitos.

O Gráfico 8 representa o grau de satisfação dos funcionários em relação ao tratamento que recebem do chefe.

Gráfico 8- Satisfação em relação ao tratamento do chefe no local de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa

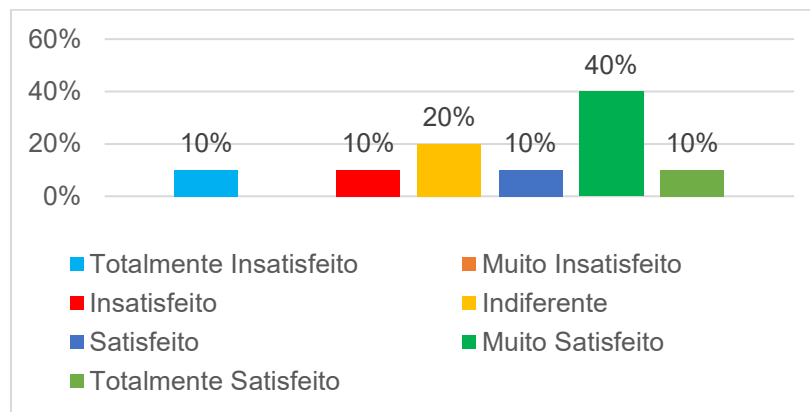
Conforme os resultados descritos no Gráfico 8, pode-se observar que 50% dos funcionários estão satisfeitos com o tratamento que recebem do chefe, 20% muito satisfeitos, 10% estão totalmente satisfeitos, totalmente insatisfeitos e indiferentes. A média somada foi de 4,9 indicando que de modo geral os funcionários demonstram insatisfação.

O Gráfico 9 demonstra o grau de satisfação do colaborador em relação a capacidade profissional do seu chefe. Conforme os resultados apresentados no Gráfico, metade dos funcionários demonstram satisfação quanto à capacidade profissional do seu chefe, 40% estão muito satisfeitos, 10% estão satisfeitos e totalmente satisfeitos, 20% demonstram indiferença



e 10% demonstraram estar totalmente insatisfeitos ou insatisfeitos.

Gráfico 9- Satisfação em relação a capacidade profissional do chefe

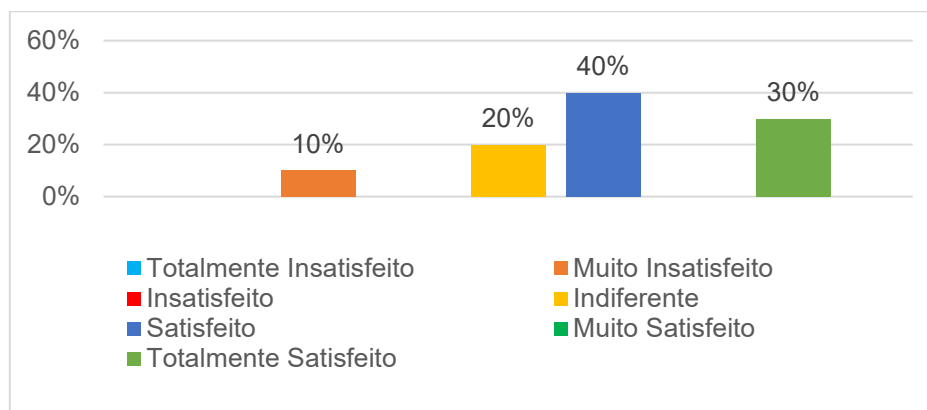


Fonte: Dados da pesquisa

A média indica que com 4,8 os funcionários apresentam indiferença.

A dimensão a seguir é referente à satisfação dos funcionários quanto à natureza do trabalho, onde os funcionários responderam a três perguntas referente a essa dimensão. O Gráfico 10 mostra o grau de interesse que a tarefa desperta no funcionário.

Gráfico 10- Satisfação em relação ao grau de interesse que as tarefas despertam



Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 10 aponta que 40% dos funcionários estão satisfeitos, 30% totalmente satisfeitos, 20% se mostram indiferentes e 10% muito insatisfeito em relação com o grau de interesse despertado pelas tarefas que realizam. Com a média de 5,1, isso indica que os funcionários estão satisfeitos.

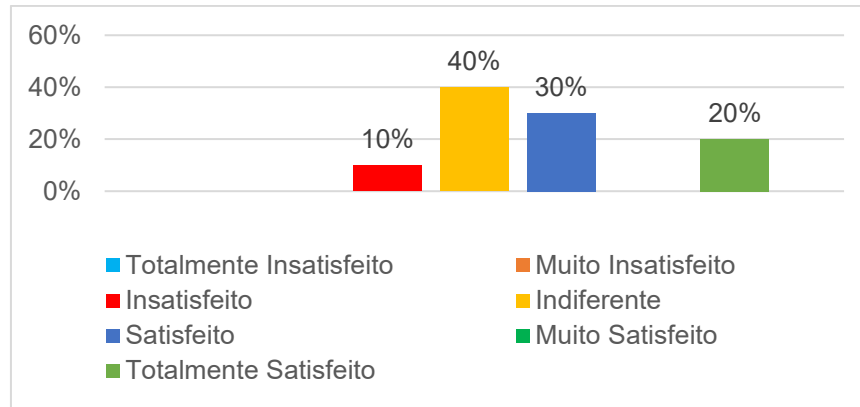
Gráfico11 - satisfação em relação a capacidade que o trabalho absorve



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

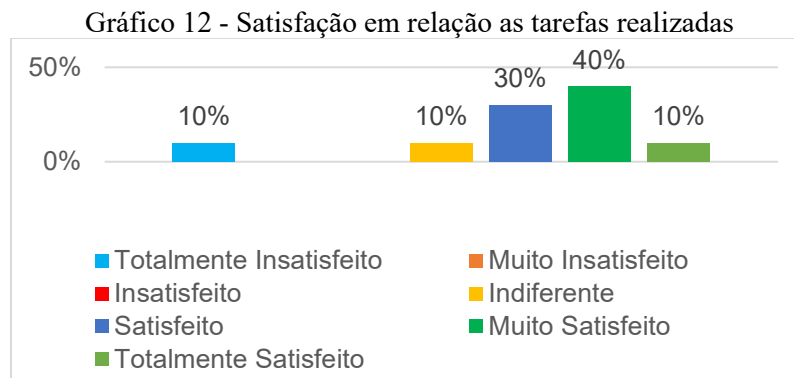
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 11 refere-se à capacidade que o trabalho absorve do funcionário. Conforme aponta o Gráfico, 40% dos funcionários demonstram indiferença quanto à capacidade que o trabalho lhe absorve, enquanto 30% demonstram estar satisfeitos, 20% totalmente satisfeitos e 10% estão insatisfeitos. Ao somar a média obteve-se 4,8, indicando indiferença por parte dos funcionários. O Gráfico 12 refere-se ao grau de satisfação com a variedade de tarefas realizadas.



Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que no Gráfico 12, 40% dos funcionários estão muito satisfeitos com as tarefas realizadas, 30% estão satisfeitos e 10% totalmente satisfeitos. Indiferentes somam 10% assim como os que se demonstram totalmente insatisfeitos. De acordo com a média de valor 5,1, os funcionários estão satisfeitos.

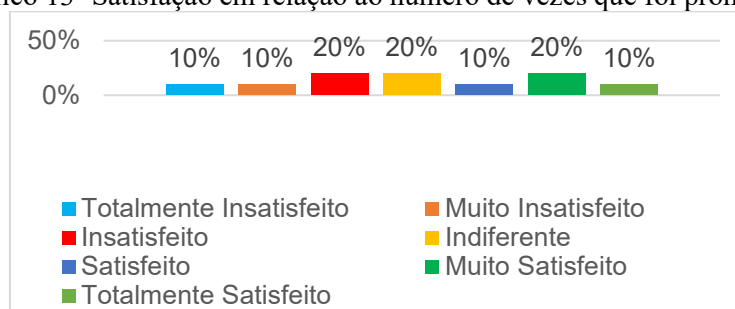
A última dimensão é referente à satisfação dos funcionários com as promoções. O Gráfico seguinte mostra a satisfação com o número de vezes em que o funcionário foi promovido na empresa.

O Gráfico 13 aponta insatisfação ou indiferença com 20% dos funcionários, outros



20% se mostram muito satisfeitos, 10% mostram-se muito insatisfeitos, insatisfeitos, muito insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos em relação ao número de vezes que foram promovidos.

Gráfico 13- Satisfação em relação ao número de vezes que foi promovido

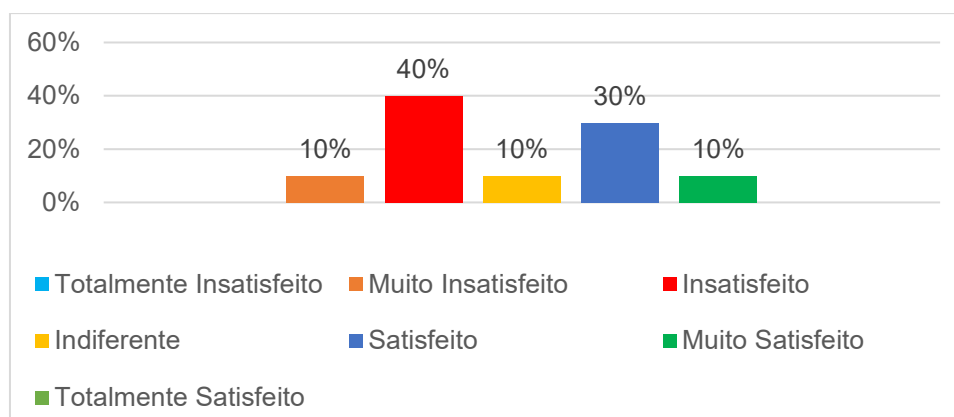


Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a média calculada com o valor de 4,1 os colaboradores estão indiferentes.

O Gráfico 14 mostra a satisfação dos funcionários com a maneira com que a empresa realiza as promoções.

Gráfico 14 - Satisfação em relação a maneira como a empresa realiza as promoções



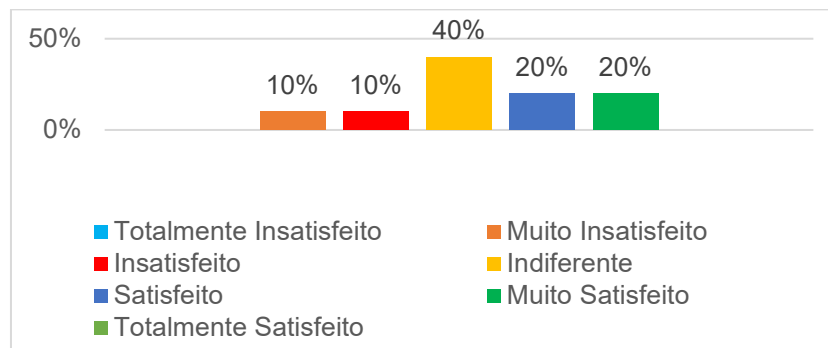
Fonte: Dados da pesquisa

Pelos resultados apresentados no Gráfico 14 pode-se observar que 40% dos funcionários demonstraram insatisfação ao modo como a empresa realiza as promoções, 30% demonstram satisfação e 10% demonstram estar totalmente satisfeitos. Muito insatisfeitos ou insatisfeitos somam 10% cada. O grau de insatisfação demonstrado pelos funcionários é relativamente alto com 40% de insatisfação, o que mostra que a empresa não está agradando quando se fala na maneira como ela realiza as promoções de seu pessoal. A média com 3,9 indica que os funcionários estão insatisfeitos.



O Gráfico 15 demonstra a satisfação com a oportunidade de ser promovido na empresa. Conforme mostra o Gráfico 15, 40% dos funcionários demonstram estar indiferentes ao que se refere à oportunidade de serem promovidos.

Gráfico 15- Satisfação com a oportunidade de ser promovido



Fonte: Dados da pesquisa

Um percentual de 20% estão muito satisfeitos ou totalmente satisfeitos, 10% demonstram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos. O valor obtido pela média foi de 4,3 indicando indiferença por parte dos funcionários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou abordar a percepção que o funcionário tem em seu local de trabalho fazendo questionamentos de acordo com as cinco dimensões que compõem a satisfação no trabalho: satisfação com os colegas, com o salário, com a chefia, com a natureza do trabalho e com as promoções, conforme sugere a Escala de Satisfação no Trabalho desenvolvida por Siqueira (2008).

Pode-se observar que os colaboradores da empresa estão de modo geral satisfeitos, mas apresentam algum grau de insatisfação em alguns pontos como por exemplo, com a maneira que a empresa realiza as promoções e com o salário comparado a capacidade profissional, além de alguns pontos em que funcionários demonstram que não estão satisfeitos nem insatisfeitos, o que merecem atenção a fim de que os gestores possam direcionar ações para elevar o nível de satisfação dos funcionários.

Espera-se que este estudo contribua para o melhor entendimento sobre a satisfação no trabalho dos funcionários na empresa.

REFERÊNCIAS



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas Organizações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DELGADO, F. F. B. **A Importância do Capital Humano nas Organizações: Estudo Aplicado numa Seguradora Portuguesa**. 2015. 75 f. Dissertação (Mestrado Contabilidade e Finanças) – Instituição Superior De Contabilidade e Administração Do Porto Instituto Politécnico do Porto. Porto, 2015.

JESUS, M. S. P. ; JESUS, J. S. Medidas de satisfação no trabalho em uma instituição de ensino superior. **Revista Negócios em Projeção**, v. 3, n. 4, p. 29-48, 2012.

PEREIRA, O. G. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**, 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gubernkian, 2004

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional: teoria e pratica no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

ROBBINS, S. P. **Fundamentos do Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SILVA, F. D. S. **Absenteísmo e Rotatividade: dilemas de mulheres na empresa Paramount Têxteis Industria e Comercio S.A.** 2009. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre/RS, 2009.

SIQUEIRA, M. M. M.; TAMAYO, A. **Medidas do Comportamento Organizacional: ferramenta de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre; Artmed, 2008.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas Organizações**. São Paulo: Saraiva, 2003.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO E DA
SOCIOLINGUÍSTICA: PERSPECTIVAS DESAFIADORAS EM
INVESTIGAÇÃO¹**

Maria Izabel Rodrigues Tognato¹ –
PPGSED/Unespar
Clarice Bomdaruk² –
PPGSED/Unespar
Luciane dos Santos Moraes³ -
PPGSED/Unespar
Mirian Renata Folmann⁴ -
PPGSED/Unespar
Adrielly Sontag Bertipalha⁵ -
PPGSED/Unespar

Nome do GT: 16 – Outros temas contemporâneos

RESUMO: Considerando a necessidade de se discutir os aspectos interdisciplinares que permeiam os diversos contextos sociais como a educação e a sociolinguística, este trabalho visa a apresentar alguns fatores sociais e/ou culturais que permeiam nossas investigações com objetos de estudos diferentes. Assim, trataremos das seguintes pesquisas em construção: a) a saúde mental docente, afetada pelo acúmulo de tarefas, ocasionando o sofrimento/adoecimento docente; b) o desenvolvimento da linguagem da criança e sua relação com o uso de telas digitais e os aspectos interdisciplinares que perpassam os processos socioculturais constitutivos da formação humana e social da criança; c) o uso de vozes e sotaques regionais, crenças psicológicas e preconceitos linguísticos na sociolinguística; e, d) o papel das Metodologias Ativas de aprendizagem como uma importante estratégia de ensino no desenvolvimento de novas capacidades sociais e culturais. Para tanto, no que tange à metodologia, quanto à natureza da pesquisa, pautamo-nos na abordagem mista, abrangendo as pesquisas quantitativa e a qualitativa. Quanto aos instrumentos de coleta e geração de dados, utilizamos estudos bibliográficos, questionários *online* via *Google Forms* junto a professores da Educação Básica, da Educação Infantil, profissionais de diferentes áreas, estudantes e pais de estudantes, a fim de entender os aspectos interdisciplinares que podem influenciar e/ou constituir os objetos de pesquisa. Para as análises e o tratamento dos dados, tomamos por base a pesquisa interdisciplinar e um dos princípios da Teoria da Complexidade, como o hologramático, alguns procedimentos de análise do ISD como o contexto de produção e o uso de SOT (Segmentos de Orientação Temática – temas) e STT (Segmentos de Tratamento Temático – subtemas). Os resultados apontam para os aspectos, a saber: a) uma melhor compreensão acerca da organização do trabalho e o adoecimento mental dos professores pela identificação de sentimentos em relação a sua prática profissional; b) um entendimento mais ampliado sobre o uso excessivo de telas na formação humana e social das crianças e a influência deste uso em seu desenvolvimento educacional, como o tempo de uso das telas, o conteúdo assistido e o baixo nível de atenção; c) a identificação de alguns fatores preconceituosos em relação aos falantes de língua portuguesa

¹ – Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP – *e-mail*:

maria.tognato@ies.unespar.edu.br

² - Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD pela Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR – *e-mail*: clarabomdaruk@hotmail.com

³ – Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD pela Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR – *e-mail*: neilumat@gmail.com

⁴ - Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD pela Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR – *e-mail*: fonorenataf@hotmail.com

⁵ – Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD pela Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR – *e-mail*: adriellysontag@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

quanto ao uso vozes ou sotaques fora do padrão entendido como “incomum” ou fora da norma “padrão”, envolvendo crenças psicológicas, sociais e hereditárias; e, d) a necessidade de se buscar o desenvolvimento de novas capacidades sociais e culturais pelas metodologias ativas no contexto educacional. Enfim, estas pesquisas em andamento tem nos proporcionado contribuições significativa para as discussões e reflexões propostas em relação aos objetos de estudo como um todo.

Palavras-chave: Pesquisa interdisciplinar. Educação básica e infantil. Vozes e sotaques regionais. Saúde mental docente.

RESUMEN: *Considerando la necesidad de discutir los aspectos interdisciplinarios que permean diferentes contextos sociales como la educación y la sociolingüística, este trabajo pretende presentar algunos factores sociales y/o culturales que permean nuestras investigaciones con diferentes objetos de estudio. Así, abordaremos las siguientes investigaciones en construcción: a) la salud mental de los profesores, afectada por la acumulación de tareas, causante del sufrimiento/enfermedad de los profesores; b) el desarrollo lingüístico del niño y su relación con el uso de pantallas digitales y los aspectos interdisciplinarios que permean los procesos socioculturales constitutivos de la formación humana y social del niño; c) el uso de voces y acentos regionales, creencias psicológicas y prejuicios lingüísticos en la sociolingüística; y, d) el papel de las Metodologías Activas de Aprendizaje como estrategia didáctica importante en el desarrollo de nuevas capacidades sociales y culturales. Por lo tanto, en cuanto a la metodología, la naturaleza de la investigación se basa en el enfoque mixto, que implica la investigación cuantitativa y cualitativa. En cuanto a los instrumentos para la recolección y generación de datos, se utilizaron estudios bibliográficos, cuestionarios en línea a través de Google Forms con docentes de Educación Básica, Educación Inicial, profesionales de diferentes áreas, estudiantes y padres de alumnos, con el fin de comprender los aspectos interdisciplinarios que pueden influir y/o constituir los objetos de investigación. Para el análisis y tratamiento de los datos, tomamos como base la investigación interdisciplinaria y uno de los principios de la Teoría de la Complejidad, como el principio o hologramático, algunos procedimientos de análisis DSI como el contexto de producción y el uso de SOT (Segmentos de Orientación Temática - temas) y STT (Segmentos de Tratamiento Temático - subtemas). Los resultados apuntan a los aspectos siguientes a) una mejor comprensión sobre la organización del trabajo y la enfermedad mental de los profesores por la identificación de sentimientos en relación con su práctica profesional; b) una comprensión más amplia sobre el uso excesivo de pantallas en la formación humana y social de los niños y la influencia de este uso en su desarrollo educativo, como el tiempo de uso de pantallas, el contenido visto y el bajo nivel de atención; c) la identificación de algunos factores de prejuicio en relación a los hablantes de portugués sobre el uso de voces o acentos fuera del estándar entendidos como "inusuales" o fuera de la norma "estándar", involucrando creencias psicológicas, sociales y hereditarias; y d) la necesidad de buscar el desarrollo de nuevas habilidades sociales y culturales a través de metodologías activas en el contexto educativo. Por último, esta investigación en curso nos ha proporcionado importantes contribuciones a los debates y reflexiones propuestos en relación con los objetos de estudio en su conjunto.*

Palabras clave: Investigación Interdisciplinar. Educación básica e infantil. Voces y acentos regionales. Salud mental de los profesores.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muito tem se discutido sobre os vários aspectos que constituem e/ou influenciam os diferentes objetos de investigação e que perpassam os campos da formação humana, composta pelas trajetórias e projetos de vida, pelos processos socioculturais constitutivos das relações dos sujeitos em suas esferas institucionais, como a escola, a família ou outros contextos sociais, da

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

sociabilidade, das identidades, dos processos educativos e das relações de trabalho. Com isso, trataremos das seguintes pesquisas em construção: a) a saúde mental docente, que vêm sendo afetada devido ao acúmulo de tarefas que tem ocasionado o sofrimento/adoecimento docente; b) o desenvolvimento da linguagem da criança e sua relação com o uso de telas digitais no sentido de investigar os aspectos interdisciplinares que perpassam os processos socioculturais constitutivo da formação humana e social da criança; c) o uso de vozes e sotaques regionais com o intuito de investigar crenças psicológicas e preconceitos linguísticos na sociolinguística; e, d) o papel das Metodologias Ativas de aprendizagem como uma importante estratégia de ensino em função da necessidade de se atender à demanda de novas capacidades sociais e culturais.

Por essas razões, considerando a necessidade de se discutir os aspectos interdisciplinares que influenciam os diversos contextos sociais como a educação e a sociolinguística, este trabalho visa a apresentar alguns fatores sociais e/ou culturais que permeiam algumas investigações como perspectivas desafiadoras a partir de diferentes objetos de estudos. Para isso, tomamos como objetivo específico apontar os fatores desafiadores que ocasionam o adoecimento psíquico docente em situação de trabalho pelas percepções de professores da Educação Básica, os fatores que influenciam tanto o desenvolvimento da linguagem da criança pelo uso de telas digitais, quanto a inserção do sujeito ao pertencimento da sociedade por meio de determinados usos de vozes e sotaques, além do uso das Metodologias Ativas no Ensino Médio. Assim, trataremos das seguintes pesquisas em construção: a) a saúde mental docente e os desafios desta prática profissional; b) o desenvolvimento da linguagem da criança e sua relação com o uso de telas digitais e os aspectos interdisciplinares que perpassam os processos socioculturais constitutivos da formação humana e social da criança; c) o uso de vozes e sotaques regionais, crenças psicológicas e preconceitos linguísticos na sociolinguística; e, d) o papel das Metodologias Ativas de aprendizagem quanto à demanda de novas capacidades sociais e culturais.

Com o intuito de nortear nossas discussões, considerando as quatro investigações que compõem este estudo, nos pautamos na seguinte pergunta de pesquisa para este trabalho:

- a) Quais aspectos sociais e culturais perpassam o contexto educacional no que tange à saúde mental docente, à formação humana na educação infantil quanto ao uso de telas, ao uso de Metodologias Ativas enquanto estratégias de ensino na Educação Básica, bem como o contexto da sociolinguística no que se refere às vozes e aos sotaques regionais e seus preconceitos linguísticos?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Nessa perspectiva, nosso trabalho justifica-se na medida em que contribui para repensarmos e discutirmos a importância da interdisciplinaridade quanto aos fenômenos investigados, uma vez que, sob este viés, temos a oportunidade de analisar o todo e sua relação com as partes, conforme propõe a Teoria da Complexidade (MORIN, 2005, 2015, 2018), pelo princípio hologramático, e a pesquisa interdisciplinar (ALVARENGA, 2011). Em outras palavras, é fundamental analisarmos os aspectos que podem constituir e/ou influenciar os diferentes objetos de pesquisa, utilizando-se, para isso, de conceitos oriundos de diferentes campos teóricos para se entender o objeto e o contexto investigados.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, quanto à natureza da pesquisa, pautamos nossa metodologia na abordagem mista (LAKATOS; MARCONI, 2010; CRESWELL, 2007; CRESWELL; CLARK, 2018), envolvendo as pesquisas quantitativa e a qualitativa. Quanto aos instrumentos de coleta e geração de dados, utilizamos estudos bibliográficos, questionários *online* via *Google Forms* junto a professores da Educação Básica, da Educação Infantil, profissionais de diferentes áreas, estudantes e pais de estudantes, a fim de entender os aspectos interdisciplinares que perpassam os objetos de pesquisa. Para as análises e o tratamento dos dados, tomamos por base a pesquisa interdisciplinar (ALVARENGA, 2011) e um dos princípios da Teoria da Complexidade (MORIN, 2005, 2015, 2018), como o hologramático, alguns procedimentos de análise do ISD (BRONCKART, 1999/2009) como o contexto de produção e o uso de SOT (Segmentos de Orientação Temática – temas) e STT (Segmentos de Tratamento Temático – subtemas) (BRONCKART, 2008; BULEA, 2010).

Quanto à organização textual, primeiramente, explicitaremos as perspectivas teóricas que fundamentam este trabalho. Em seguida, discorreremos sobre as pesquisas em andamento mencionadas anteriormente, discutindo os resultados parciais obtidos na sequência. Por fim, teceremos as considerações finais de modo a concluir esta proposta de trabalho.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo do princípio da pesquisa interdisciplinar, vinculada à Teoria da Complexidade, como perspectiva norteadora de nossos estudos, ancoramos os trabalhos mencionados neste texto em alguns aportes que nos auxiliam a entender a relação entre diferentes objetos de pesquisa. Por isso, consideramos pertinente desenvolver nossas investigações pelo viés da pesquisa interdisciplinar (ALVARENGA *et al.*, 2011; SANTOS, 2012), de modo a investigar os aspectos oriundos de campos teóricos distintos que possam

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

constituir e/ou influenciar o trabalho e à saúde mental docente, o desenvolvimento da linguagem na criança em período de educação infantil e sua relação com o uso de telas digitais, o uso de vozes e sotaques regionais e possíveis preconceitos linguísticos e as metodologias ativas no ensino, articulando conceitos oriundos de diferentes campos teóricos do saber. Nesse sentido, corroboramos com Alvarenga *et al.* (2011, p. 21), ao destacar a importância a interdisciplinaridade, a partir da investigação de diferentes aspectos, no sentido de podermos atuar “nas fronteiras disciplinares e na (re)ligação de saberes”, como contribuição para a compreensão de “fenômenos complexos de diferentes naturezas”. Além disso, nos pautamos em Santos (2012, p.133) ao ressaltar a relevância das diferentes dimensões sociais que podem perpassar, de algum modo, um determinado objeto de investigação. Esta “imbricação entre disciplinas diversas ao redor de um mesmo objetivo de estudo” nos auxilia a estudar o fenômeno investigado pela integração de diferentes campos teóricos a partir de suas contribuições.

No caso da primeira pesquisa que compõe este trabalho sobre a saúde mental docente, também tomamos por base os aspectos que envolvem a realidade profissional dos docentes, de acordo com estudos anteriores (CODO, 1999; REINHOLD, 2012; VILELA; GARCIA; VIEIRA, 2013). Pesquisas recentes (autores) mostram que o papel do professor tem extrapolado a mediação do processo de conhecimento do aluno, ampliando-se a missão do profissional para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. Com isso, o professor vem acumulando mais tarefas do que, muitas vezes, sua capacidade física e emocional suporta, rotina esta que tem ocasionado o adoecimento no trabalho docente. Neste contexto, os docentes têm vivenciado diferentes situações desfavoráveis em suas atividades, desenvolvendo estratégias de enfrentamento que amenizam o sofrimento e favorecem a transformação de suas angústias em força propulsora de mudança em sua prática profissional.

No que tange à segunda pesquisa, acerca do desenvolvimento da linguagem da criança, esta tem sido uma preocupação constante por parte de muitos pesquisadores, pois, como defende Bronckart (1997/1999, na perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), a linguagem é considerada essencial ao desenvolvimento humano por meio da qual atividade humana é mediatizada em seus diferentes contextos sociais. Assim, a esta concepção, vinculamos uma outra preocupação que é o uso de telas digitais por crianças, que, se usado inapropriadamente, pode influenciar o processo de uso da linguagem pela criança. Para tanto, fundamentamos este estudo na Teoria Histórico-Cultural proposta por Vigotski (2009), na perspectiva do Interacionismo Social, a qual propõe que o sujeito somente se desenvolve na

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



interação com o outro e do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (BRONCKART, 1997/1999), oriundo da perspectiva vigotskiana, apontando a linguagem como elemento central ao desenvolvimento humano.

Em relação à terceira pesquisa sobre crenças psicológicas na sociolinguística, percepções de vozes e sotaques regionais, envolvendo possíveis preconceitos linguísticos, temos constatado uma valorização em torno de alguns aspectos, tais como: espaço e território, linguagem, cultura e voz. Diante disso, o processo de fala difere dentre os falantes de uma língua, conforme o seu pertencimento a uma determinada comunidade ou grupo social. Por essas razões, também tomamos por base a Sociolinguística (SILVA; BOTASSANI, 2019). Dentre os diferentes campos teóricos norteadores de nossa pesquisa, destacamos a Sociolinguística, por nos possibilitar, de acordo com Silva e Botassani (2019), entender as especificidades do uso da voz e dos sotaques regionais.

Por fim, no que diz respeito à quarta investigação sobre o papel das Metodologias Ativas no contexto da Educação Básica, também pautamos este estudo na Teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2009), na Pedagogia Crítica (FREIRE, 2020; SAVIANI, 2007) e na perspectiva das Metodologias Ativas (BACICH; MORAN, 2017). Assim, no cenário pós-moderno, no qual nos deparamos com questões e problemas cada vez mais complexos, o ambiente escolar mostra-se essencial não somente para a construção do conhecimento científico, mas também para o desenvolvimento de capacidades constituídas por aspectos interdisciplinares necessários à formação humana e social do sujeito, bem como a sua inserção, ao pertencimento e a sua atuação na sociedade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que concerne à natureza da pesquisa, fundamentamos nossos estudos na proposta de abordagem mista contemplando ambas as perspectivas, qualitativa e quantitativa (LAKATOS, 2010, 2015, 2018; CRESWELL, 2007; CRESWELL; CLARK, 2018). Pois, de acordo com Creswell (2007), o método misto é uma abordagem que combina ou mescla tanto o método quantitativo quanto o qualitativo, propiciando a obtenção de dados mais precisos, e uma compreensão mais aprofundada dos dados obtidos. Segundo o autor (2007), trata-se da importância de se considerar a relação entre as partes e o todo, o que pode ser correlacionado com a perspectiva da Teoria da Complexidade (MORIN, 2005, 2015, 2018), ao abordar esta questão pelo princípio hologramático, como mostra a Figura 1.



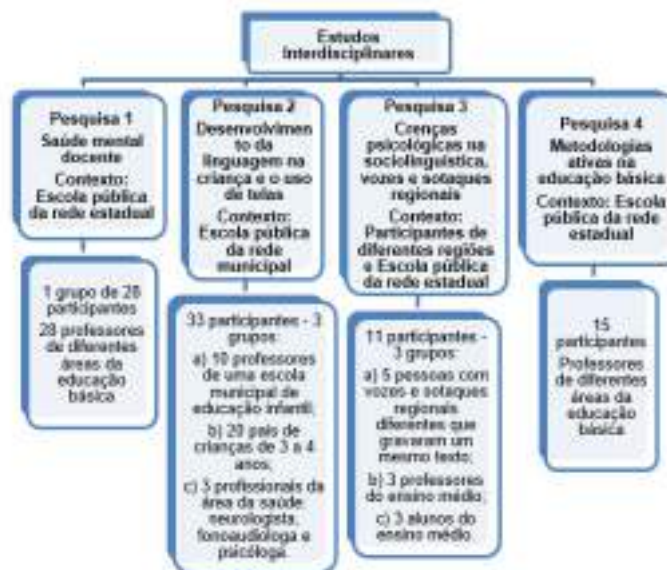
Figura 1 – Correlação teórica entre abordagem mista e teoria da complexidade



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em relação aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, além de pesquisa bibliográfica, realizamos um estudo de campo exploratório por meio de questionários *online* via *Google Forms*, com diferentes grupos de participantes, de acordo com a proposta de cada uma das pesquisas envolvidas neste trabalho, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Plano global dos grupos de participantes das pesquisas deste trabalho



Fonte: Elaborada pelas autoras.

No que concerne ao tratamento dos dados, ancoramos nossos estudos na pesquisa interdisciplinar (ALVARENGA, 2011) e em um dos princípios da Teoria da Complexidade (MORIN, 2005, 2015, 2018) como o princípio hologramático, alguns procedimentos de análise do ISD (BRONCKART, 1999/2009) como o contexto de produção, SOT (Segmentos de Orientação Temática – temas) e STT (Segmentos de Tratamento Temático – subtemas) (BRONCKART, 2008; BULEA, 2010). Em relação ao SOT, trata-se de temas identificados em



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

perguntas de questionários ou entrevistas, enquanto que o STT são os desdobramentos de um tema gerados pela resposta a uma determinada pergunta do instrumento de coleta de dados utilizado. Geralmente, esta identificação de temas e subtemas é propiciada por perguntas abertas que demandam respostas subjetivas.

3 DESENVOLVIMENTO

De modo a explicitar o desenvolvimento deste trabalho, discorreremos sobre cada um dos estudos em construção pelo viés da pesquisa interdisciplinar, conforme a sequência a seguir. No que se refere à primeira pesquisa, intitulada *A saúde mental docente: desafios de uma prática profissional*, a situação de trabalho docente e a saúde mental dos professores têm o seu destaque, visto que vem sendo afetada devido ao acúmulo de tarefas, ocasionando o sofrimento/adoecimento docente. Por essas razões, este estudo tem por objetivo entender os fatores que contribuem para o sofrimento/adoecimento docente em situação de trabalho, a partir da identificação dos aspectos sociais e culturais como elementos desafiadores que perpassam a prática profissional do professor. Para isso, a pesquisa envolve 28 professores de diferentes áreas da rede estadual de ensino, de uma escola pública, em um município do norte/noroeste do Paraná. Um questionário *online* via *Google Forms* foi aplicado junto a estes professores no sentido de se entender, a partir das percepções dos sujeitos participantes da pesquisa, a forma como o trabalho é organizado, suas condições de trabalho, seu relacionamento com os alunos, com sua própria prática profissional, os sintomas de adoecimento que apresentam e sua relação com as atividades que exercem, além de como se dá o reconhecimento social do seu trabalho.

No que concerne à segunda pesquisa, intitulada *O desenvolvimento da linguagem da criança e sua relação com o uso de telas digitais*, tomando como uma preocupação pela experiência de trabalho com a educação infantil, a pesquisadora busca entender o que influencia o desenvolvimento da linguagem da criança e sua relação com o uso de telas digitais com o intuito de investigar os aspectos interdisciplinares que perpassam os processos socioculturais constitutivos da formação humana e social da criança. Para tanto, estudos bibliográficos foram realizados e um questionário *online* via *Google Forms* foi aplicado junto a professores da Educação Infantil de uma escola municipal do interior do Estado do Paraná, envolvendo também pais e outros profissionais de diferentes campos do conhecimento, a saber: fonoaudiologia, neurologia e psicologia, a fim de melhor entender os aspectos interdisciplinares que influenciam o desenvolvimento da linguagem da criança.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Em relação à terceira pesquisa, intitulada *As crenças psicológicas na sociolinguística: percepções de vozes e sotaques regionais*, trata-se de uma investigação considerando-se o fato de que há um padrão apropriado sobre sotaques e um tom de voz adequado para alguns gêneros decorrente de uma crença de que é necessário uma padronização da linguagem e uma frequência (tom) de voz esperada por algumas pessoas para se falar bem ou ser melhor entendido ou até mesmo aceito na sociedade. Nesse sentido, há crenças sociais e psicológicas sobre o modo correto de se falar, com um sotaque neutro ou suavizado, bem como um tom de voz “comum” dentro do esperado para o público masculino e feminino. A partir dessas considerações, esta pesquisa tem como objetivo investigar crenças psicológicas e preconceitos linguísticos na sociolinguística, tomando por base as percepções de estudantes e professores, do contexto de Ensino Médio, acerca do uso de vozes e sotaques regionais. Com isso, para a coleta e a geração de dados, estudos bibliográficos têm sido utilizados e um questionário *online* via *Google Forms* foi aplicado e respondido por 11 participantes, sendo dois grupos compostos por 3 professores e 3 alunos respectivamente, de uma escola pública da rede estadual de ensino, além de 5 pessoas que gravaram um mesmo texto em áudios a serem ouvidos pelos professores e alunos para que pudessem emitir suas impressões sobre as vozes ouvidas ao responderem ao questionário *online* via *Google Forms*.

Por fim, a quarta pesquisa intitulada *As metodologias ativas na educação básica: uma perspectiva de formação para o ensino médio*, parte da necessidade do desenvolvimento de capacidades sociais e culturais, necessárias ao pertencimento da sociedade. Diante dessa nova demanda, novas estratégias de ensino têm sido pensadas no sentido de se atender a estas necessidades. Com isso, as Metodologias Ativas de aprendizagem surgem como uma importante estratégia de ensino, com o objetivo de tornar o estudante protagonista do seu aprendizado, permitindo o desenvolvimento de capacidades, tais como: a criticidade, a criatividade, a cooperação e a autoavaliação. Por essas razões, esta pesquisa busca investigar o uso das Metodologias Ativas e os desafios desta prática formativa no Ensino Médio, de uma escola estadual no município de Campo Mourão no Estado do Paraná. Desse modo, quanto à coleta e à geração de dados, estudos bibliográficos têm sido realizados e um questionário *online* via *Google Forms* junto a professores da Educação Básica será aplicado², com o intuito de se entender suas percepções acerca do fenômeno investigado, dos aspectos interdisciplinares que

² A fase de coleta de dados desta pesquisa também encontra-se em desenvolvimento.



podem influenciar o uso da perspectiva em foco, bem como os desafios das metodologias ativas na prática profissional docente. Quanto aos participantes de nossa pesquisa, envolveremos professores das áreas de linguagens, ciências humanas, ciências exatas e suas tecnologias, bem como das ciências da natureza e suas tecnologias, totalizando aproximadamente 15 professores/as da Escola Cívico Militar Estadual do Município de Campo Mourão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando as análises dos dados obtidos já realizadas pelas duas primeiras pesquisas, nos limitaremos a apresentar e discutir alguns resultados parciais destas investigações, explicitados na sequência.

Quanto à pesquisa sobre a saúde mental docente, a partir das perguntas abertas que implicavam respostas subjetivas, sistematizamos os dados obtidos tomando por base a identificação de SOT (temas) e STT (subtemas), indicando o número de ocorrência de destes de modo a explicitar as percepções dos professores participantes da pesquisa, conforme ilustra o Quadro 1.

Quadro 1 – SOT (temas) e STT (subtemas) das percepções dos professores participantes da pesquisa 1

PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO	SOT (TEMAS)	STT (SUBTEMAS) E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
QUESTÃO 4 Em relação à sua prática profissional, como você se sente?	Sentimentos relacionados à prática profissional docente	(23) - Angústia, ansiedade e exaustão. (1) - Estado de sofrimento maior. (1) - Perfeito equilíbrio emocional. (3) – Ausência de conhecimento.
QUESTÃO 5 O que é ter qualidade de vida? Justifique sua resposta.	Qualidade de vida	(9) - Boas condições de trabalho, sem pressão e com respeito e realização com o trabalho. (10) - Equilíbrio na saúde física, mental e espiritual. (1) - Percepção do indivíduo de sua inserção na vida. (2) - Realização profissional e financeira. (4) – Bem-estar em todos os aspectos com vida feliz, prazerosa e sem stress. (2) -Tempo para autocuidados.
QUESTÃO 6 E 7 Como você avalia sua qualidade de vida, considerando sua situação de trabalho? Justifique sua resposta.	Autoavaliação da qualidade de vida em situação de trabalho	(16) - Razoável. (5) - Bom (1) - Excelente (6) - Ruim



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

QUESTÃO 8 Quais são os sentimentos que você tem em relação a sua prática profissional? Justifique sua resposta.	Sentimentos referentes à prática profissional	(4) - Ausência de autonomia; imposição do sistema educacional. (2) - Satisfação ao conseguir realizar o trabalho. (8) - Angústia, medo, cansaço; impotência. (3) – Alegria (ser professor) e tristeza (por não conseguir realizar o trabalho como gostaria). (1) - Feliz e realizada com início da carreira profissional. (9) - Frustração, falta de reconhecimento. (1) - Não ter a profissão que gostaria.
QUESTÃO 9 E 10 Quais fatores afetam sua saúde mental? Indique as opções de acordo com a ordem do valor de influência, sendo um a mais influente e nove a menos influente. Justifique sua resposta.	Fatores que afetam a saúde mental docente	(9) - Indisciplina dos alunos. (11) - Excesso de responsabilidades e exigências. (1) - Conflitos interpessoais. (3) - Ausência de comprometimento de alunos e pais. (1) – Ausência de apoio técnico e pedagógico. (1) - Pressão psicológica. (1) - Assuntos de família. (1) - Violência e drogas.
QUESTÃO 11 E 12 As dificuldades e/ou desafios encontrados em sua prática profissional em situação de trabalho podem ocasionar sofrimento/adoecimento docente? Justifique sua resposta.	Dificuldades e/ou desafios da profissão docente e o sofrimento/adoecimento docente	(8) - Indisciplina (3) - Políticas públicas ineficientes. (3) - Ausência de reconhecimento profissional. (5) - Ausência de comprometimento de pais e alunos. (7) - Excesso de obrigações. (2) - Outros
QUESTÃO 13 Quais ações poderiam ser realizadas para contribuir com a melhoria da sua saúde mental e da qualidade de vida em sua situação de trabalho ou prática profissional? Justifique sua resposta.	Melhoria da saúde mental docente e da qualidade de vida profissional	(4) - Conscientização para maior comprometimento dos pais e alunos. (3) - Políticas públicas educacionais voltadas à aprendizagem. (4) - Projeto de apoio psicológico para os professores. (2) - Autonomia para regras internas. (3) - Momento de escuta para resolução dos conflitos da sala de aula. (4) - Melhores condições de trabalho. (3) - Valorização salarial. (3) - Projetos que envolvam alunos e pais. (2) - Número menor de alunos por turma.

Fonte: Organizado pelas autoras com base na pesquisa em desenvolvimento de Bomdaruk (NO PRELO, 2023).

Os dados acima nos indicam as preocupações e/ou sentimentos elencados pelos professores em suas percepções. Com isso, enfatizamos que a relevância da seleção de critérios e categorias de análise nos permite uma compreensão mais ampliada e precisa sobre o objeto de pesquisa. Quanto à ocorrência das informações identificadas, evidenciam uma ênfase em alguns aspectos, a saber: a) angústia, ansiedade e exaustão; b) frustração, falta de reconhecimento; c) angústia, medo, cansaço, sentimento de impotência; d) excesso de responsabilidades e exigências; e) indisciplina; e, f) falta de comprometimento dos pais e alunos. Estes dados evidenciam sentimentos e fragilidades dos professores participantes da

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

pesquisa, relacionados a sua prática profissional, apontando-os como fatores que contribuem para o adoecimento/sofrimento mental docente e que afetam sua qualidade de vida.

No que diz respeito à segunda pesquisa acerca do desenvolvimento da linguagem da criança e sua relação com o uso de telas digitais, para a discussão dos resultados parciais das análises neste trabalho, delimitamos nosso *corpus* a um dos grupos de participantes, que foram duas profissionais de áreas diferentes. Assim, algumas perguntas sobre o contexto de produção foram feitas, no entanto, para este estudo, nos limitaremos a discutir os resultados de análises referentes a somente 17 das 30 perguntas do questionário. Uma das participantes afirmou atender 13 crianças enquanto que a segunda participante, atende a 125 crianças diariamente. A primeira profissional atende uma média de 55 a 65 crianças semanalmente enquanto que a segunda atende a 340 crianças aproximadamente. Uma das profissionais faz acompanhamento com os pais das crianças que participam do contexto escolar investigado e a outra profissional não os acompanha. Ao perguntar às profissionais sobre o uso de celulares em casa pelas crianças atendidas por elas, ambas confirmaram que 100% destas crianças fazem este uso, o que pode influenciar e implicar, a nosso ver, na formação das crianças no período de educação infantil. Além disso, segundo estas profissionais, 100% destas crianças utilizam outras ferramentas tecnológicas, tais como televisão, computador, *video game* e *tablet*.

Ao serem questionadas sobre se o uso de telas digitais influencia o desenvolvimento da linguagem da criança, ambas as profissionais afirmaram que sim, considerando que estas influências podem ser tanto positivas, quanto negativas. No entanto, uma das participantes destacou que uma possível consequência destas influências é o fato de as crianças *escreverem pouquíssimo e quando escrevem é na linguagem digital abreviando as palavras, a capacidade de concentração é menor*. Porém, esta participante considera positivo a quantidade de informações absorvidas e compartilhadas pelas crianças. Por outro lado, há que se considerar que esta participante faz uma referência a crianças já alfabetizadas e o nosso contexto de investigação diz respeito a crianças do nível maternal da educação infantil. A segunda participante, ainda em uma concepção negativa sobre o uso de telas pelas crianças, ressaltou que *se este recurso for utilizado como recurso para atividades ativas com a criança, seu efeito é positivo. Mas se a criança permanecer passiva na frente das telas, aí o efeito é nocivo atrapalhando o desenvolvimento infantil*. Tais dados nos revelam uma preocupação significativa em relação ao uso excessivo de telas e sua influência na formação da criança no que tange à passividade de seu comportamento e os possíveis efeitos disso em sua inserção na

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

sociedade em que se insere. Além disso, ao serem questionadas sobre se há diferença entre as crianças que usam celulares ou telas digitais, as profissionais confirmaram esta questão salientando que *as que não usam ou usam pouco, são mais atenciosas, valorizam mais os livros, olham mais nos olhos. As que usam muito, são mais agressivos* e que, conforme a tela é utilizada, é possível perceber resultados diferentes.

Ademais, ao perguntar sobre a diferença das crianças que usam celulares ou telas digitais, as profissionais apontam os problemas que podem influenciar no desenvolvimento da linguagem e na formação da criança em período escolar na educação infantil, afirmando que trata-se de *crianças com baixo nível de atenção e tolerância, resultando comprometimento no desenvolvimento quando o uso é em excesso*. Nesse sentido, a segunda profissional ressalta que a diferença é que crianças que usam telas digitais por muito tempo apresentam maior dificuldade de concentração, atenção, e expressam o desejo de sempre estar usando a ferramenta tecnológica, mesmo se seu uso não for possível naquele momento. Isso indica que o uso excessivo de telas digitais por crianças em período de educação infantil afeta o processo de formação e de desenvolvimento social e cultural da criança. As participantes também foram indagadas sobre se o uso do celular pelas crianças atendidas por elas interfere em seu comportamento. Ambas as participantes destacaram que sim, entretanto, a primeira salientou que *interfere quando não respeitam a regra de que em sala o uso é permitido somente quando solicitado pelo professor para realizarem alguma atividade*. A segunda participante já destacou que isso ocorre com algumas crianças e que não se pode generalizar. As profissionais também afirmaram que o uso do celular pelas crianças atendidas por elas interfere em sua comunicação com a família, justificando suas respostas ao afirmar que: 1) *do mesmo jeito que não respeitam as regras na escola, em casa devem ter o mesmo comportamento*; 2) *muitas famílias utilizam as telas como forma de acalmar as crianças para que possam trabalhar, mas este comportamento se torna repetitivo inclusive nos momentos de lazer, comprometendo a interação familiar*. Com isso, concluímos que, em virtude do papel da tecnologia, o desenvolvimento das crianças tem sofrido grande impacto, implicando na qualidade da formação e das experiências oferecidas em seu contexto educacional.

A partir análises, podemos concluir que, para lidar com os avanços tecnológicos, é necessário disponibilidade de tempo por parte dos responsáveis para acompanhar seus filhos quanto ao uso de telas, pois é fundamental que os pais ou responsáveis cuidem do processo de formação de seus filhos de modo a propiciar a interação familiar. Enfim, é primordial investigar

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



os impactos do uso de telas no desenvolvimento da linguagem da criança para que se possa contribuir, de algum modo, ao debate social acerca destas questões e à sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de responder à pergunta de pesquisa apontada no início deste trabalho sobre os aspectos sociais e culturais que perpassam o contexto educacional no que tange às diferentes pesquisas em construção, discorreremos sobre as contribuições deste estudo.

Em relação à identificação dos aspectos interdisciplinares que perpassam os objetos de estudo em nossas investigações, este trabalho nos permitiu detectar fatores, tais como: a falta de autonomia na situação de trabalho docente, tendo em vista que o trabalho é norteado por leis, normas e regimentos, além de preocupações e/ou sentimentos e fragilidades apontados pelos professores como fatores que os levam para o adoecimento/sofrimento mental docente impactando em sua qualidade de vida; a falta de envolvimento familiar no processo de ensino-aprendizagem da criança ou do adolescente, o que também contribui para o sofrimento dos docentes, ausência de reconhecimento da sociedade em relação à atuação profissional do professor; a importância de se entender as mudanças nas vozes humanas e nos sotaques regionais conforme suas variações e desenvolvimento. Por fim, destacamos a relevância de se repensar o papel das Metodologias ativas e suas contribuições para o ensino no contexto da Educação Básica.

Trata-se de uma discussão inicial acerca das pesquisas em andamento de modo a contribuir para que outros estudos podem ser realizados envolvendo as temáticas de nossas investigações.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. T. de *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 3-68.

BACICH, L.; MORAN, J, (org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p.

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. Tradução de Anna Rachell Macho e Péricles Cunha. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1997/2009.

_____. **O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BULEA, E. **Linguagem e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade.** Tradução de Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin e Lena Lúcia Espinola Rodrigues Figueirêdo. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. **O que é burnout?** In: CODO, W. (org.). **Educação: carinho e trabalho.** Petrópolis, RJ, Vozes. 1999.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRESWELL, J.; CLARK, V.L.P. **Designing and conducting mixed methods research.** 3. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa/ Paulo Freire – 66ª ed- Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORIN, E.. **Ciência com consciência.** Ed. Revista e modificada pelo autor. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350 p.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** 5ª ed. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução de Eloá Jacobina. 24. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

REINHOLD, H. H.. O Burnout. In M. N. Lipp (Org.), **O stress do professor** (pp. 63-80). Campinas, SP: Papirus, 2012.

SANTOS, M.. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, F. B.; BOTASSANI, J. E. A. Crenças linguísticas sobre o ensino da Língua Portuguesa no curso de letras. **Caletroscópio.** V.7. n. especial 1. p.226-250. 2019.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

VIGOTSKI, Lev. **A construção do pensamento e da linguagem.** Trad. Paulo Bezerra. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

VILELA, E. F.; GARCIA, F. C.; VIEIRA, A. Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. **REAd Revista Eletrônica de Administração**, 19 (2), 517-540.2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009/2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MENSAGENS RELIGIOSAS PUBLICADAS POR MULHERES NAS REDES SOCIAIS: APARATO DE LEGITIMAÇÃO ÀS NORMAS RELIGIOSAS

Ana Clara Rusisca¹ –
IC/UUEL
Profa Cláudia Neves
da Silva² –
Orientadora/ UEL

Nome do GT: Temas Contemporâneos

RESUMO

O trabalho a ser exposto tem por objetivo verificar em que medida as mensagens religiosas postadas em redes sociais, especificamente por mulheres, reafirmam normas conservadoras na sociedade patriarcal. O visível crescimento do conservadorismo teve impacto em diferentes questões que permeiam a sociedade. Dentre elas, se destaca a esfera religiosa, que se atrela a valores conservadores para legitimar-se. Dessa forma, se faz necessário verificar porque essas mensagens estão sendo divulgadas por mulheres, visando identificar o modo em que essas protagonistas expressam seus valores religiosos e manifestam suas concepções nas redes sociais. Para isso, após a construção de um arcabouço teórico através de revisões de literatura, a pesquisa usou como metodologia o levantamento de postagens criadas ou compartilhadas por mulheres cristãs. Com isso, foi possível conferir que as redes sociais, muitas vezes, é uma forte aliada para a reprodução de normas religiosas, atuando como um aparato de legitimação para comportamentos conservadores e patriarcais.

Palavras-chave: Mulher. Postagens. Redes Sociais. Conservadorismo. Patriarcado

RESUMEN

El trabajo a exponer pretende verificar en qué medida los mensajes religiosos publicados en las redes sociales, específicamente por parte de las mujeres, reafirman las normas conservadoras en la sociedad patriarcal. El crecimiento visible del conservadurismo tuvo un impacto en diferentes temas que permean la sociedad. Entre ellos destaca el ámbito religioso, que se vincula a valores conservadores para legitimarse. De esta manera, es necesario verificar por qué estos mensajes están siendo difundidos por mujeres, para identificar la forma en que estas protagonistas expresan sus valores religiosos y manifiestan sus concepciones en las redes sociales. Para ello, luego de construir un marco teórico a través de revisiones bibliográficas, esta investigación utilizó como metodología la encuesta de publicaciones creadas o compartidas por mujeres cristianas. Con esto, fue posible verificar que las redes sociales suelen ser un fuerte aliado en la reproducción de normas religiosas, actuando como aparato de legitimación de conductas conservadoras y patriarcales.

Palabras clave: Mujer. Publicaciones. Redes Sociales. Conservadurismo. Patriarcado

¹ – Estudante do 2º ano do Curso de Serviço Social/ UEL; bolsista de Iniciação Científica/CNPq. E-mail: ana.clara.rusisca@uel.br

² – Professora do Departamento de Serviço Social/UUEL. Doutora em História; Pós-Doutora em Serviço Social. E-mail: claudianeves@uel.br – Orientadora



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Devido ao cenário eleitoral brasileiro extremamente polarizado, composto por constantes embates entre potenciais eleitores de Luís Inácio Lula da Silva e, em oposição, Jair Messias Bolsonaro, foi trazida à cena a tendência crescente do conservadorismo. Com isso, pautas conservadoras foram amplamente discutidas, sendo difundidas em grande maioria por religiosos. Nesse viés, as redes sociais foram utilizadas como instrumentos de compartilhamentos e divulgação de pensamentos e concepções. Isso posto, este artigo tem por finalidade relacionar o conservadorismo com mensagens religiosas postadas por mulheres em seus perfis digitais, localizadas no seio de uma sociedade patriarcal. Assim, se objetiva compreender em que medida tais publicações do público religioso feminino legitimam valores conservadores.

Partindo do problema da pesquisa que se baseia em por qual finalidade as mulheres divulgam mensagens religiosas em seus perfis nas redes sociais? O objetivo em sua perspectiva mais ampla busca verificar como essas postagens podem legitimar uma visão de mundo baseada em concepções religiosas e normas conservadoras. Para isso, se faz necessário objetivos específicos, como a identificação do modo em que essas mulheres expressam suas crenças religiosas nessas redes e a forma em que ocorre tal manifestação.

Após a consolidação de um arcabouço teórico que possibilitou análises dessas mensagens, partindo do problema da pesquisa como pressuposto, foi levantada a hipótese de que tais manifestações religiosas publicadas nas plataformas digitais legitimam e reafirmam normas conservadoras, voltadas ao controle do comportamento feminino. Isso porque essas publicações são permeadas de conteúdos que colocam a mulher em uma posição submissa em relação ao homem, principalmente no interior do casamento enquanto instituição. Dessa forma, o papel feminino em uma perspectiva conservadora seria voltado aos cuidados com seu esposo e filhos, devendo essa ser uma boa mãe e uma doce mulher, assim como é difundido nas Igrejas em que as mesmas frequentam. Desse modo, ao apreender e se adequar aos ideais patriarcais, as mulheres tomam esse pensamento como sua verdade, os defendendo e difundindo em suas redes sociais.

Para atingir os objetivos e verificar a hipótese, foi realizado o levantamento de publicações compartilhadas por mulheres em suas redes sociais, analisando-as tendo como base revisões de literatura que abordam temas como a questão de gênero atrelada a concepções religiosas, ao patriarcado e ao conservadorismo.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inicialmente, para construir uma bagagem teórica, foram revisadas literaturas que abordassem temas que tratassem da questão de gênero, perpassada por convicções conservadoras e religiosas, inseridas em uma sociedade patriarcal. Dessa forma, foi possível definir conceitos relevantes na trajetória de análise das publicações.

Assim sendo, ao tratar da questão de gênero, debruçou-se principalmente sobre o artigo “Feminismo, gênero e religião” (ROSADO, 2017), que trata da atribuição de papéis designados a homens e mulheres através da religião. Rosado afirma: “Para o cristianismo, mulheres e homens são radicalmente distintos, cabendo aos homens o governo da sociedade, a política, o poder e a nós, mulheres, a reprodução de seres humanos, a domesticidade: “Belas, recatadas e do lar”!

Na medida em que se estabelece uma visível relação entre gênero e religião, a partir de uma visão de submissão feminina, as feministas são resistentes de maneira crítica às religiões, visto que estas se configuram por espaços que emanam opressão contra as mulheres (ROSADO, 2017, p. 70).

A partir dessa relação, a obra “Gênero e religião” (ROSADO, 2005), expõe que nas igrejas, sejam elas pertencentes de uma ampla religiosidade plural, a presença feminina é a mais notável. Entretanto, há uma controvérsia: ainda que a população de fiéis seja composta por mulheres em sua maioria, sua presença continua silenciosa ao verificar-se que estas não ocupam os palcos e altares tal como líderes religiosos. Esse silenciamento materializa a designação de funções de gênero, que atribuem a mulher uma posição inferior em relação à figura masculina na sociedade patriarcal.

De acordo com Saffioti (2015), o patriarcado é um regime que está presente muito antes que o capitalismo ascendesse e se define como um “regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”. O aprofundamento da questão patriarcal dessa pesquisa se deu a partir do livro “O poder do macho” (SAFFIOTI, 1987). Sendo assim, pode-se apreender a respeito dos papéis sociais designados à homens e mulheres na sociedade como um todo. Inserido na lógica patriarcal, observa-se que mulheres e homens ocupam posições diferentes na sociedade. Essas posições são construídas por meio da atribuições de papéis em que a sociedade espera que sejam cumpridos. Dessa maneira, “A sociedade delimita, com bastante



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Por conseguinte, a autora aponta que as tarefas domésticas, relacionadas também a criação dos filhos, são atribuídas as mulheres ainda que estas desempenham uma função remunerada fora do lar. Com isso, torna-se evidente o espaço doméstico da mulher, no qual ela se faz “socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela educação dos filhos” (1987, p. 9). Esse processo de atribuição de papéis é naturalizado na sociedade, na medida em que o justifica a partir da suposta capacidade feminina natural de ser mãe.

No que tange a questão masculina, nota-se a supremacia dos homens perpassada por todas as classes sociais, na qual passam a ocupar uma posição dominante, colocando a mulher como sua subordinada. Assim, o patriarcado se constitui como um sistema de dominação e exploração ancorado na ideologia machista.

Segundo Saffioti (1987, p. 10), a construção dos diferentes papéis sociais tem sentido de fenômeno natural, na medida em que esse processo é consolidado de diferentes formas por distintas sociedades, “uma vez que ser mulher ou ser homem não é a mesma coisa numa sociedade católica e numa sociedade muçulmana”.

Dado recorte temporal do levantamento das publicações – eleições presidenciais no Brasil, 2022 – se observou a ascensão de pautas de extrema-direita baseadas em um pensamento conservador. Posto isso, essa tendência se configurou como “uma crescente histeria conservadora” (SILVA, 2023, p. 255).

Com as eleições presidenciais de 2022, surge o fenômeno do bolsonarismo. Para compreender esse fenômeno inserido na conjuntura sócio-histórica na qual se localiza a pesquisa, foi utilizada a obra “Bolsonarismo e as eleições de 2022” (RENNÓ, 2022). A partir dessa leitura, pode-se conceituar que o bolsonarismo se constitui como uma ideologia de direita no país, aliado a “um projeto conservador, voltado para a defesa de princípios tradicionais, como família, pátria e propriedade” (RENNÓ, 2022, p. 147). Com isso, o autor sinaliza que os eleitores são também religiosos, atuando na defesa de normas tradicionais de comportamento.

Nessa conjuntura política, o fenômeno bolsonarista foi responsável pela construção de um terreno fértil para a ascensão da perspectiva conservadora. Nesse sentido, recorreu-se a conceitos trabalhados por Mannheim a respeito do pensamento conservador. Segundo Mannheim (1981), a ação conservadora depende de um conjunto concreto de circunstâncias, estas que mudam de época para época. Na conjuntura atual, após interpretações obtidas na

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



construção do presente artigo, verifica-se que essas circunstâncias concretas são ofertadas principalmente por princípios religiosos, que acabam por nortear padrões e normas de comportamento.

Assim, se fez possível interpretar publicações de mulheres relacionando-as com a literatura revisada. Isso posto, é visível identificar normas conservadoras e religiosas contidas nas postagens selecionadas, que acabam por legitimar e reproduzir cotidianamente o conservadorismo regado de valores patriarcais e religiosos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa têm caráter qualitativo, tomando por base concepções não focada apenas em quantidade de dados, visto que a partir de suas interpretações é gerado um conhecimento aplicável à realidade na medida em que se observa tais manifestações religiosas sendo publicadas no cotidiano. Com isso, se faz possível debates que identifiquem essas manifestações e viabilizem discussões que visem reverter tal problemática.

A metodologia foi baseada na coleta de dados e informações postadas nas redes sociais, podendo ser concebidas como aplicações da internet que permitem o constante contato e conexão entre pessoas (FIDALGO, 2018). A rede utilizada como fonte de pesquisa foi o Instagram, uma plataforma digital utilizada no compartilhamento de fotos e vídeos. Tal percurso metodológico se baseou na escolha dessa rede social por ser uma aplicação com tendência cada vez mais crescente nos dias atuais.

Até o momento da elaboração do artigo em tela, foram coletadas 12 postagens. Entretanto, para compreender o objetivo proposto, serão abordadas 4 delas. Ambas foram escolhidas a partir de alguns critérios, sendo esses: o número de seguidores das figuras que a publicaram, devendo ser maior que 10 mil para configurar uma figura pública e influente, seu alcance – medido pelo número de curtidas da publicação, como forma de demonstrar identificação com a postagem -, e inseridas em um recorte temporal de 18 meses. Feito tal percurso, se utilizou a ferramenta “pesquisar” para buscar pelos termos “mulher cristã”, “mulher virtuosa” e “feminilidade cristã”, no que se remete ao comportamento atribuído e esperado pelas mulheres.

Após esse levantamento, foram elaboradas interpretações das postagens encontradas, verificando a forma em que se materializam os conceitos anteriormente concebidos através das



revisões de literatura.

4 DESENVOLVIMENTO

Após a consolidação de um arcabouço teórico, a definição da metodologia e a realização da coleta de dados, foi possível construir interpretações das postagens respaldadas pelos conceitos apreendidos com a revisão de literatura.

Partindo da busca pelo termo “mulher cristã”, a primeira publicação a ser abordada foi publicada no dia 25 de novembro de 2022, pelo perfil público “@vivendo.meuproposito”, seguido por 44,9 mil pessoas. A publicação “Qual deve ser o estilo de vida da mulher cristã?” obteve 5156 curtidas, até o momento de sua coleta no dia 02 de fevereiro de 2023. Cabe ressaltar que a grande maioria das curtidas dessa postagem foram feitas por mulheres. Nela, constam dicas de como uma mulher deve se comportar, afirmando que seu estilo de vida deve ser da maneira em que Deus deseja.

Para afirmar tal ponto de vista, a autora da publicação se utiliza de versículos bíblicos, dentre eles:

Assim também as mulheres de mais idade mostrem no seu exterior uma compostura santa, não sejam maldizentes nem intemperantes, mas mestras de bons conselhos. Que saibam ensinar as jovens a amarem seus maridos, a quererem bem seus filhos, a serem prudentes, castas, cuidadosas da casa, bondosas, submissas a seus maridos, para que a Palavra de Deus não seja desacreditada. (Tito 2:3-5)

Ao citar esse versículo em conjunto com sua publicação, que dita o modo de ser de uma mulher cristã, a autora da postagem reafirma e legitima comportamentos femininos baseados em seus valores religiosos. Isso é visível de tal modo em que se apresenta citações bíblicas para justificar o pensamento de que a mulher deve ser doce e pacífica, com seus cuidados dedicados ao lar.

Encontrada não somente pelo termo “mulher cristã”, a publicação “Quer ser mais feminina em 2023?”, também pode ser encontrada no termo “feminilidade cristã”. A postagem, feita no dia 31 de dezembro de 2022, pelo perfil “@tulipagraciosa”, foi coletada dia 04 de fevereiro de 2023. Tal publicação teve alcance relativamente significativo, visto que, além de ter 393 curtidas, foi postada por um perfil seguido por 31,9 mil pessoas, sendo possível observar uma grande maioria de mulheres.

Nessa postagem, a autora afirma que para ser mais feminina, a mulher deve utilizar saias, vestidos, saltos e maquiagem, entretanto de maneiras sutis e discretas. Ainda, adiciona uma



observação a sua postagem, na qual alega que são válidas adaptações á essas vestimentas, mas ainda assim visando a aprovação divina. Com isso, se verifica a reprodução de padrões ancorados em concepções conservadoras e religiosas, que ditam não somente o comportamento das mulheres, como também suas roupas e acessórios.

Ainda no sentido de controle do comportamento feminino, encontra-se a publicação “Você nasceu mulher, tem uma essência feminina”, postada pelo perfil “@nicolefrey_”, seguido por 342 mil pessoas. Essa postagem, publicada no dia 27 de janeiro de 2023, foi encontrada pelo termo “mulher virtuosa”, designada ao modo em que as mulheres devem se comportar, sendo coletada em 13 de fevereiro de 2023.

Nela, a autora alega:

Não foi pra isso que ela foi criada, a mulher não nasceu igual ao homem porque sua função é diferente – e nada é mais perverso que tirar a essência de uma mulher e colocar nela um pouco de senso de urgência, brutalidade e pressão.

A mulher vive seus ciclos porque ela é melhor assim. Ela nutre na calma e na espera. Edifica no zelo e no cuidado. Embeleza com presença e detalhe. (FREYA, 2023)

Assim, se reafirma a ideia de que a mulher deve ser calma e cuidadosa, devendo ser diferente do homem por desempenhar funções diferentes. Tal publicação tem caráter influente, visto que alcança milhares de mulheres que se identificam com as afirmações feitas, validada ao observar suas 5.406 curtidas.

Por fim, também contida na busca pelo termo “mulher virtuosa”, como uma designação ao comportamento feminino, se encontra a postagem “5 características da mulher virtuosa”. A postagem, datada de 25 de novembro de 2022, foi selecionada no dia 26 de dezembro de 2022. Tal publicação, que obteve 2.998 curtidas, é oriunda do perfil “@jaquebarbosa”, que possui 114 mil seguidores. A autora da publicação aponta que essas características se basearam no livro Provérbios, capítulo 31, da Bíblia Sagrada. Em sequência, apresenta que uma mulher virtuosa deve ter fé, se conectando com Deus, ser generosa e cuidar de sua aparência, além de não poder ser preguiçosa, cabendo a ela ser produtiva e se sentir feliz ao servir.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização do levantamento das postagens no Instagram, foi possível algumas aproximações que viabilizaram o entendimento do significado dessas postagens em uma sociedade patriarcal, marcada por valores conservadores e religiosos.

Pode-se interpretar que essas postagens são permeadas por conteúdos conservadores e



patriarcais, na medida em que se reproduz, até os dias atuais, características que colocam a mulher em uma posição submissa ao homem, ideia defendida e difundida pela leitura e interpretação da Bíblia e consolidada ao longo dos séculos. Também são reforçados padrões de gênero, que atribuem papéis e funções às mulheres, definindo-as como virtuosas na medida em que devem atender aos ditames comportamentais, legitimados ao usar a religião como pressuposto.

Com isso, ambas postagens têm em comum as mesmas concepções, constantemente ancoradas no modo em que se espera que as mulheres se comportem, de maneira simples e discreta, exigindo posturas que exalem feminilidade e dedicação ao lar e ao seu esposo. Isso se dá ao seguir padrões designados aos homens e mulheres, respaldados em pressupostos de funções e papéis sociais que cada categoria de gênero devem atender.

Assim, as mulheres acabam por reproduzir concepções de uma sociedade patriarcal e conservadora, com a definição clara de papéis distintos entre homens e mulheres. Essa reprodução, ainda que irrefletida e inconscientemente, acaba por legitimar a lógica religiosa propagada.

À vista disso, espera-se a possibilidade debates acerca do quão prejudicial são essas concepções no cotidiano da sociedade, que acabam muitas vezes se tornando impecilhos colocados às mulheres na medida em que as reduzem apenas aos cuidados com o lar e a família.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a tendência crescente do conservadorismo, evidenciada pela disputa presidencial no Brasil, concomitante à ascensão das redes sociais, constituiu uma simetria propícia para a propagação desenfreada das mais variadas opiniões e concepções pessoais.

Nesse cenário, se destaca a possibilidade de observar perfis femininos, com certo grau de influência devido ao número significativo de seguidores, que publicavam mensagens de cunho religioso atrelado a normas de comportamento que deveriam ser seguidas por mulheres. Tais normas são comprovadas no interior de uma sociedade patriarcal e conservadora, que atribui papéis sociais de gênero que subordinam a mulher em relação ao homem.

Posto isso, partindo do problema da pesquisa que se consistia em: Por qual finalidade as mulheres divulgam mensagens religiosas em seus perfis nas redes sociais?, pode-se concluir que a divulgação dessas mensagens tinham por finalidade o controle do comportamento



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

feminino ancorado em concepções conservadoras e patriarcais.

Com isso, pode considerar-se que o objetivo geral da pesquisa foi cumprido, tendo em vista que foi possível verificar que essas postagens legitimam uma concepção de mundo baseada em normas religiosas e conservadoras uma vez que se atendeu os objetivos específicos do artigo, ao identificar de que o modo em que se deu a manifestação dessas crenças foi justamente a propagação de publicações com “dicas” para ser mais feminina de acordo com versículos bíblicos.

Assim se confirma a hipótese levantada, na qual se aponta que tais manifestações religiosas publicadas nas redes sociais acabam por legitimar normas religiosas e conservadoras na medida em que se reproduz constantemente e inconscientemente esses ideais. Tendo em vista que tais concepções foram consolidadas ao longo dos anos, nota-se que estão enraizadas não somente nos indivíduos, como também na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jaque. **5 características da mulher virtuosa**. 25 nov. 2022. Instagram: @jaquebarbosa. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CIYt_FFLBvd/. Acesso em: 26 dez. 2022.

BÍBLIA. *Tito 2:3-5*. Editora Ave Maria: Embu das Artes, São Paulo. Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

FIDALGO, Jessica M. P. O impacto das Redes Sociais na Saúde Mental dos Jovens. Tese Mestrado Integrado em Medicina. Universidade de Lisboa, 2018.

FREYA, Nicole. **Você nasceu mulher, tem uma essência feminina**. 27 jan. 2023. Instagram: @nicolefreya_. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cn7NpIRvj8F/>. Acesso em: 11 fev. 2023

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. P. 77-131

MORAES, Jéssica. **Qual deve ser o estilo de vida da mulher cristã?**. 25 nov. 2022. Instagram: @vivendo.meuproposito. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C1ZLjQvN9I3/>. Acesso em: 02 fev. 2023

PAIVA, Gi. **Quer ser mais feminina em 2023?**. 31 dez. 2022. Instagram: @tulipagranciosa. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cm2M7FgOHcI/>. Acesso em: 04 fev. 2023

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*. 36 (106), p. 147-163, set./out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>. Acesso em: 27 dez. 2022.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ROSADO, Maria J. **Feminismo, gênero e religião** – os desafios de um encontro possível. Estudos de Religião, v. 31, n. 2, p. 65-76, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v31n2p65-76>. Acesso em: 05 jan. 2023

ROSADO, Maria J. **Gênero e religião**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(2): 363-365, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200009>. Acesso em: 05 jan. 2023

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Rodrigo A. T. M. Leal da. **Neoliberalismo, conservadorismo religioso e opressões de gênero e sexualidade no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, v. 146, n. 1, p. 244-262, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.312>. Acesso em: 10 fev. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**O BEM VIVER NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: (IM)POSSIBILIDADES
DE INCORPORAÇÃO**

Bruno Siqueira
Pasqualotto¹ – Unila
João Felipe Casco
Miranda² – Unila

Nome do GT: Outros temas contemporâneos

RESUMO

A partir dos novos movimentos constitucionais latino-americanos da primeira década do século XXI, marcados por uma forte base principiológica oriunda da cosmovisão dos povos indígenas andinos, mostra-se relevante analisar e discutir sobre a (im)possibilidade de inserir um de seus preceitos, o Bem Viver ou Buen Vivir, à realidade jurídica brasileira ou se seria necessário alterações para tanto, seja por reformas parciais ou até mesmo por meio de uma ruptura total. Isso porque a Constituição de 1988 não prevê expressamente o princípio andino em epígrafe, mas conta com princípios, direitos e garantias constitucionais que asseguram a proteção aos direitos humanos, ao meio-ambiente e aos povos indígenas. Com este trabalho, pretende-se apresentar, de forma breve e não exaustiva, elementos definidores do Bem Viver e demonstrar se existem meios de internalização desse princípio fundamental à Constituição brasileira de 1988. Assim, o presente trabalho apresenta como tema o Bem Viver, tendo como problemática a (im)possibilidade de incorporação desse preceito à atual realidade jurídica nacional. Por meio do método de abordagem qualitativo e mediante uma pesquisa de revisão documental e bibliográfica, chegou-se ao resultado de que é possível incorporar e até mesmo encontrar postulados do Bem Viver no estado constitucional vigente.

Palavras-chave: Bem Viver. Constituição brasileira. Incorporação.

RESUMEN

A partir de los nuevos movimientos constitucionalistas latinoamericanos de la primera década del siglo XXI, marcados por una fuerte base principista surgida de la cosmovisión de los pueblos indígenas andinos, es relevante analizar y discutir la (im)posibilidad de insertar uno de sus preceptos, el Bem Viver o el Buen Vivir, a la realidad jurídica brasileña o si fuera necesario cambiarla, ya sea a través de reformas parciales o incluso a través de una ruptura total. Esto debido a que la Constitución de 1988 no prevé expresamente el mencionado principio andino, pero sí cuenta con principios, derechos y garantías constitucionales que aseguran la protección de los derechos humanos, el medio ambiente y los pueblos indígenas. Con este trabajo, se pretende presentar, de forma breve y no exhaustiva, los elementos definitorios del Buen Vivir y demostrar si hay formas de interiorizar este principio fundamental a la Constitución brasileña de 1988. Así, el presente trabajo presenta el Buen Vivir tiene como tema, teniendo como problemática la (im)posibilidad de incorporar este precepto a la actual realidad jurídica nacional. A través del método cualitativo de abordaje y mediante una investigación de revisión documental y bibliográfica, se llegó al resultado de que es posible incorporar e incluso encontrar postulados del Buen Vivir en el estado constitucional actual.

Palabras clave: Buen Vivir. Constitución brasileña. Incorporación.

¹ - Bacharel em Jornalismo, advogado. Especialista em Direito e Processo Trabalho, Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Cândido Mendes. Mestrando em Integração Contemporânea da América Latina – Cultura, Colonialidade/Decolonialidade e Movimentos Sociais (Unila). – e-mail: piancci@gmail.com.

² - Bacharel em Direito (Unifoz). Especialista em Direito e Processo Penal (ABDConst). Mestrando em Integração Contemporânea da América Latina – Política, Estado e Institucionalização (Unila). – e-mail: felipe_mirandare@hotmail.com.



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A virada do século trouxe inovações para o plano constitucional dos Estados latino-americanos que, para muitos, apontam uma alternativa a sociedades engessadas e amarradas, verdadeiros subprodutos de um modelo social, político e econômico que já não se sustenta.

O jornalista e escritor peruano Mariátegui (2008), já na década de 1950, profetizava o fato de que uma solução dos problemas sociais do Peru e da América Latina como um todo “somente seria possível se envolvesse luta popular com a presença dos povos indígenas.”

Cerca de sessenta anos mais tarde, sua profecia começava a se concretizar, justamente em um momento no qual o planeta vem dando sinais cada vez mais claros de que mudanças de paradigmas são imprescindíveis para possibilitar a continuidade da vida humana e das demais espécies.

Os aportes são obtidos a partir da assimilação de ideias e propostas advindas do mundo indígena, principalmente das constituições do Equador de 2008 e da Bolívia de 2009, que propõem o Bem Viver ou Buen Vivir como base fundamental do Estado e alternativa ao estilo de vida ocidental e ao modelo de produção capitalista que se mostram nocivos à existência e convivência dos diversos tipos de vida.

Tais propostas foram germinadas no seio de comunidades indígenas e resultaram de grande articulação dos movimentos populares daqueles países, algo que não caracteriza o processo constitucional latino-americano do século XX.

Assim, o presente trabalho apresenta como tema o Bem Viver e, num primeiro momento, almeja traçar diretrizes sobre o significado e o alcance desse conjunto de ideias, principalmente quanto ao seu aspecto normativo.

Partindo desses pressupostos, passa-se a um comparativo dos preceitos da cosmovisão dos povos indígenas andinos com a Constituição brasileira de 1988, buscando-se responder a problemática sobre a (im)possibilidade de incorporação à atual realidade jurídica nacional.

A pesquisa é aplicada, tendo por finalidade analisar eventual compatibilidade de preceitos, adotados por outros países latino-americanos, ao contexto brasileiro, apresentando o método de abordagem qualitativo e o método de pesquisa de revisão documental e bibliográfica.

2 BUEN VIVER: SIGNIFICADO E CARÁTER NORMATIVO

A expressão em espanhol Buen Vivir, ou “Bem Viver” em seu equivalente na língua



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

portuguesa, é mais um daqueles termos que está impregnado de sentidos e significados, aparentemente correlatos.

Por vezes, pode levar a um falso paralelismo, como “um viver em um certo grau de bem-estar social”. Ainda, pode tendenciar para um conceito empírico, que leve a pensar em um “estilo de vida boa”, algo que invade o campo da subjetividade e do relativismo, não alcançando a dimensão e o valor que o termo possui.

Dussel (2013) atribui ao Buen Vivir, que integra a base principiológica e fundante das constituições andinas, um “caráter de formulação normativa, um dever ser com exigência ético-político”. O autor entende que o termo definiria um modo de vida em ação, assumindo uma função sintática verbal, justamente por contar com uma força e uma carga semântica de ação.

Fato é que a expressão altera a dinâmica relacional da humanidade com a Natureza, motivo pelo qual sua compreensão mostra-se, antes de tudo, um desafio à superação do olhar antropocêntrico e, conseqüentemente, uma abertura para aceitar outra possibilidade que implique alocar a humanidade como elemento integrante de um complexo de biodiversidade que coabita em um só lugar, onde todos detém igual importância a partir da cosmovisão indígena.

E desse lugar único, de múltiplas formas de vida, origina-se todo o conhecimento para um bem viver em harmonia. Nesse sentido:

[...] a la racionalidad propia de las Naciones de Abya Yala, su sabiduría, conocimientos absolutamente desconocidos por la cultura occidental y el mundo académico. Esta racionalidad corresponde a una sociedad comunitaria que tienen un profundo sentido cósmico, su identidad plena con la Naturaleza, es esencialmente vivencial, concreto, y relacional, el ser humano si no está relacionado con otro ser no existe”. (MACAS, 2005).

Levando para o linguajar jurídico, poder-se-ia comparar o Bem Viver com um contrato de trato sucessivo, na medida em que são exigidas prestações contínuas de práticas diárias para materializar todo o conteúdo ético trazido, toda a carga valorativa que decorre do termo.

Assim, pode-se entender que o princípio constitucional andino preza por uma vida em respeito à cosmogonia dos povos indígenas que não entende a vida como um fenômeno apenas humano, mas como uma totalidade que contempla outras formas, quer seja humana, quer seja inumana.

O Buen Vivir é mais que a defesa de um meio-ambiente. Para Friggeri (2022), é

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

importante promover ainda uma releitura da expressão, uma vez que a proposta trazida com as constituições andinas:

Não se identifica com o ambientalismo, proposta valorizada, mas limitada por pensar a natureza como ambiente do ser humano e, portanto, permanece em um paradigma antropocêntrico. Em princípio, é possível pensar ambas as abordagens sem se opor a elas, mas também pensar em sua complementaridade, especialmente no campo jurídico, o que requer repensar os Direitos Humanos em um contexto mais amplo e *mais profundo*, resgatando a relacionalidade humana em sua mais rica compreensão: aquela que engloba a comunidade entre os humanos e entre os humanos e demais seres da natureza.

Desse modo, Huanacuni (2012), afirma que na cosmovisão indígena, que é uma sabedoria oriunda dos antepassados, “tudo vive, as montanhas, a água e as árvores. Assim como os homens vivem e pensam, esses seres também dotam de um sentir e de um pensar”. O autor complementa sua visão defendendo que seu povo acredita na valorização de todos os elementos que integram a Mãe-Terra.

Percebe-se que, mais que assumir a roupagem de simples medida protetiva contra os maus tratos e desrespeitos aos ciclos de vida do planeta, o princípio do Bem Viver propõe um ser humano reabilitado que seja capaz de conduzir a sua existência em harmonia com a biodiversidade.

Baniwa (2021), importante liderança indigenista do Brasil, entende que a proposta dos povos originários “pressupõe a convivência harmônica de todos os tipos de vida, já que eles foram criados para que estivessem integrados à Natureza, no que ele denomina de harmonia sustentável, um equilíbrio, um pensamento e uma perspectiva cosmopolita da diversidade”.

Assim, não é leviano afirmar que o Bem Viver inverte a lógica de compreensão do mundo estabelecida no contexto da Modernidade, rompendo com a homogeneidade da cultura dominante.

Trata-se de uma visão que brota do contexto social dos povos envolvidos, em sintonia com seus valores culturais herdados de seus antepassados. Não é algo novo para o universo indígena, mas algo apagado na memória e que decorre de um passado colonial desprezado.

Na Constituição do Equador, o princípio do Bem Viver está presente no artigo (art.) 275, apresentando a seguinte redação: “El régimen de desarrollo es el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del sumak kawsay.”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



Na Constituição da Bolívia, o Bem Viver está contemplado no art. 8º, contanto com a seguinte disposição:

I – El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), Teco kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble).

II - El Estado se sustenta en los valores de unidad, igualdad, inclusión, dignidad, libertad, solidaridad, reciprocidad, respeto, complementariedad, armonía, transparencia, equilibrio, igualdad de oportunidades, equidad social y de género en la participación, bienestar común, responsabilidad, justicia social, distribución y redistribución de los productos y bienes sociales, para vivir bien.

Visto isso, importa-nos questionar: é possível encontrar e incorporar preceitos do Bem Viver na realidade Constitucional brasileira?

3 BUEN VIVIR E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: (IM)COMPATIBILIDADES

A palavra Constituição traz consigo a ideia de formar e estruturar algo. É utilizada em diversas acepções, mantendo-se, independentemente de qual seja, a “ideia de *modo de ser de alguma coisa e*, por extensão, a de organização interna de seres e entidades. Nesse sentido é que se diz que *todo Estado tem constituição*, que é o simples *modo de ser do Estado*.” (itálico do autor). (SILVA, 2015, p. 39).

Dessa premissa, pode-se afirmar sinteticamente que a Constituição é aquilo que prevê as normas fundamentais de organização de um Estado-nação, regulamentando o modo como se adquire o poder, além de constar um rol de direitos e de garantias fundamentais, que funcionam como limitadores ao seu exercício e, ao mesmo tempo, norte de atuação.¹

A depender dos critérios escolhidos e dos autores adotados, a Constituição poderá ser classificada de inúmeras formas. Em que pese essa multiplicidade de abordagens possíveis, a doutrina majoritária identifica a brasileira de 1988 fundamentalmente como: a) escrita, pois eminentemente concentrada em um único documento ; b) analítica e programática, contendo um extenso conteúdo que exige e norteia uma atuação positiva do Estado para se atingir determinados fins; c) promulgada, já que elaborada por uma assembleia composta por

¹ Rothenburg bem sintetiza o significado hodiernamente atribuído pela doutrina à palavra Constituição. In verbis: “Conjunto das mais importantes normas jurídicas de uma sociedade e que tratam especialmente dos direitos fundamentais, da estrutura do Estado (como ele é, como se compõe: o território e sua divisão, os órgãos – a ‘separação de poderes’) e de seu funcionamento (a dinâmica, o exercício das competências).” (ROTHENBURG, 2007. p. 78).



representantes populares e criada especialmente para tanto; d) e rígida, necessitando de um procedimento mais solene e dificultoso para seu texto ser alterado do que aquele utilizado para a elaboração de leis infraconstitucionais.

Logo, tem-se um documento extremamente formal e contendor das normas fundamentais do Estado. Isso justifica a disposição do sistema jurídico de forma escalonada, figurando a Constituição em seu topo, de maneira hierarquicamente superior, com viés predominante sobre todas as demais normas e órgãos do ordenamento, ingerindo diretamente sobre eles e lhes dando legitimidade.

Tais circunstâncias perfazem o princípio da supremacia constitucional, que, nas palavras de Silva (2015, p. 47):

Significa que a constituição se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é nela que se encontram a própria estruturação deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as *normas fundamentais* de Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas. (itálico do autor).

De plano, infere-se que a Constituição de 1988 é voltada e estruturada para o homem. Nesse sentido, cita-se o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF) e o direito fundamental à vida (art. 5º, caput, CF), que atuam como um pesado núcleo gravitacional em cujo entorno orbitam os demais direitos e garantias.

A dignidade da pessoa humana figura no centro de inúmeros debates teóricos sobre o seu conceito, alcance e função. Todavia, vem se fortalecendo a ideia de a dignidade ser o núcleo dos direitos e das garantias fundamentais².

Na esteira do que expõe Sarmiento (2016, p. 77-85), esse princípio tem como funções: a) dar legitimidade ao Estado e à ordem jurídica, estabelecendo que eles existem em razão da pessoa humana; b) nortear a hermenêutica, permeando questões interpretativas de normas que vão, desde a organização do Estado, até os negócios privados; c) funcionar como critério de ponderação entre interesses colidentes; d) e identificar outros direitos fundamentais, os quais são entendidos como cláusulas pétreas, possuem aplicabilidade imediata e não constam em rol

² Conforme sintetiza Sarlet, “na quadra atual da trajetória do Estado Constitucional, o reconhecimento da íntima e indissociável vinculação entre a dignidade da pessoa humana, os direitos humanos e fundamentais e a própria Democracia, na condição de eixos estruturantes deste mesmo Estado Constitucional, constitui um dos esteios nos quais se assenta tanto o direito constitucional quanto o direito internacional dos direitos humanos.” (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2022).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

exaustivo, havendo espaço para a identificação destes direitos em toda a ordem constitucional.

Por sua vez, a “vida preservada e encarecida pelo constituinte há de ser toda a vida humana.” (MENDES; BRANCO, 2022).

Veja-se que a ordem econômica e financeira é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade a concretização de uma existência digna (art. 170 e seguintes, CF).

Na mesma esteira, a ordem social tem como base o primado do trabalho e a busca pelo bem-estar e pela justiça social (art. 193 e seguintes, CF).

Assim, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é reconhecido como um bem de uso comum a ser utilizado em favor da qualidade da vida humana, sendo dever do Estado e do povo protegê-lo (art. 225, CF).

Para Silva (2014, p. 863-864), a proteção ao meio ambiente é orientada pelo direito à vida, “como matriz de todos os demais direitos fundamentais do homem”. Trata-se de um valor preponderante, “que há de estar acima de quaisquer considerações como as de desenvolvimento, como as de respeito ao direito de propriedade, como as da iniciativa privada”.

Segundo o autor, a qualidade do meio ambiente é instrumental à proteção de um valor maior: “a qualidade da vida humana”. (SILVA, 2014, p. 863-864).

Diante de tal conjuntura, poder-se-ia argumentar que os primados do bem viver se mostram distantes e até mesmo incompatíveis com a realidade constitucional vigente no Brasil.

Todavia, para se atingir a compreensão do sentido real, do alcance verdadeiro e das possibilidades concretas que o sistema constitucional almeja e se mostra capaz de atingir, deve-se partir da análise de sua fundação: os princípios fundamentais (arts. 1º a 4º, CF).

Na acepção de Mello (2015, p. 54), princípio é “mandamento nuclear de um sistema”, servindo para compor o sentido e a exata compreensão das normas, “exatamente porque define a lógica e a racionalidade do sistema normativo, conferindo-lhe a tônica que lhe dá sentido harmônico”.

Os princípios fundamentais são a base e a estrutura sobre a qual a própria Constituição



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

se assenta, cujos efeitos vinculam e atingem todo o restante do texto constitucional, além das próprias normas hierarquicamente inferiores, ordenando, dando coerência lógica e harmonia ao sistema.³

Noutras palavras, é possível afirmar que todas as demais disposições constitucionais remetem, direta ou indiretamente, aos princípios fundamentais.⁴

É nos princípios fundamentais que o Brasil se qualifica como Estado Democrático de Direito, tem seus fundamentos expostos, os objetivos fundamentais traçados e tem a base principiológica das relações internacionais revelada.

Por Estado de Direito, entende-se a prevalência do princípio da legalidade, isso é, a subordinação da atividade estatal e da conduta dos cidadãos à Constituição e às leis. “Assim, enquanto as pessoas podem fazer o que a lei não proíbe, o Estado deve fazer aquilo que a lei determina, o que a lei impõe.” (MARTINS, 2022).

Já o Estado Democrático de Direito ultrapassa essa concepção essencialmente embrionária e de matriz liberal. Isso porque, em adição ao império da lei, preocupa-se com a legitimidade da legislação, a qual será alcançada apenas com a participação popular.

Para Silva (2015. p. 121-122), o viés democrático incorpora um componente revolucionário de transformação do status quo, alcançando todos os elementos constitutivos do Estado, o qual deve se ajustar aos interesses coletivos, fomentando um processo de convivência social de participação nos atos de poder, ao mesmo tempo em que institui uma sociedade ideológica, cultural e etnicamente pluralista.

Dessa forma, o Estado Democrático de Direito desdobra e dialoga diretamente com inúmeros outros princípios. Dentre eles, destaca-se o princípio fundamental do pluralismo político (art. 1º, inciso V, CF), tão imbricado ao Estado Democrático de Direito que com ele quase se confunde.

Nos dizeres de Sarlet (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2022), o pluralismo político também é econômico e cultural, tratando-se de mecanismo que garante “a livre (mas respeitosa e

³ Para Sarlet, o “efeito mais relevante e próprio dos princípios fundamentais” é o de “servirem como critério material para a interpretação e integração do direito infraconstitucional, mas também, especialmente no caso dos princípios fundamentais, para a interpretação da própria constituição.” (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2022).

⁴ Sobre o tema, Martins (2022) discorre que a Constituição de 1988 é “uma constituição principiológica”, pois nela se encontram vários princípios. Contudo, os primeiros princípios são tidos como fundamentais, ou seja, como os mais importantes, pois “servem de base para todo o ordenamento jurídico-constitucional.”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

regulada) convivência e interação entre convicções, ideais e projetos de vida individuais e compartilhados por grupos mais ou menos representativos de segmentos da sociedade”, significando, a um só tempo, uma “abertura para posições políticas distintas e a possibilidade efetiva de participação política por parte de todos os integrantes do corpo da cidadania, inclusive mediante a formação e/ou participação em partidos políticos.”

Para se atingir e concretizar tais postulados, a Constituição previu os objetivos fundamentais da república brasileira, os quais funcionam como verdadeiro plano básico de atuação estatal, independente do governante do dia (art. 3º, CF).

Assim, o Brasil deve buscar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades e a promoção do bem de todos, sem preconceitos odiosos.

Inclusive, a Constituição também prescreve princípios de relações internacionais, dando conta da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos e da cooperação entre eles para o progresso da humanidade, buscando-se uma integração econômica, política, social e cultural da América Latina (art. 4º, incisos II, III e IX, e parágrafo único, CF).

Correspondendo a essas questões, tem-se que, em seu Título VIII, a Constituição trata sobre a ordem social, dedicando o Capítulo VIII aos povos indígenas (arts. 231 e 232).

Nessa oportunidade, reconheceu-se aos povos originários sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Quanto à terra, reconheceu-se que ela “tem um valor de sobrevivência física e cultural” (SILVA, 2014, p. 871) para os indígenas, devendo ser entendidas como tradicionalmente ocupadas conforme seus usos, costumes e tradições, ou seja, conforme os seus próprios paradigmas e entendimentos sobre o mundo.

A partir de uma análise sistêmica da constituição, é possível incorporar e até mesmo encontrar postulados do bem viver na realidade constitucional vigente.

Para além da interpretação sistêmica, é possível que, “em virtude de uma evolução na situação de fato sobre a qual incide a norma, ou ainda por força de uma nova visão jurídica que passa a predominar na sociedade” (MENDES; BRANCO, 2022), haja o emprego da mutação



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

constitucional, técnica na qual o sentido das normas constitucionais é alterado sem a modificação do texto.

Como se não bastasse, é possível alterar formalmente a Constituição e incrementar o rol de direitos e garantias fundamentais, adicionando-se preceitos do bem viver de forma expressa (art. 60, CF).

Portanto, a realidade constituição vigente apresenta mecanismos idôneos para se atingir, se não a integralidade, ao menos parcela significativa da base principiológica do bem viver, sem a necessidade de uma ruptura constitucional completa.

Noutras palavras, a partir de uma interpretação sistêmica, norteadas pelos princípios fundamentais, bem como de eventual emprego da mutação constitucional ou da reforma formal do texto da Constituição, é possível consagrar um novo status ao meio ambiente (para além de objeto, de insumo) e um inédito entendimento sobre o desenvolvimento (para além do paradigma ocidental e eurocêntrico).

A Constituição brasileira de 1988 surge após um período extremamente conturbado da história nacional, marcando e representando a solidificação do movimento redemocratizador e o fim da ditadura militar.

Conforme disserta Streck (2019), o atual texto constitucional é o mais avançado da história brasileira, com viés dirigente e idealizado com base em um Estado Social.

Segundo o autor (STRECK, 2019), em razão do antecedente histórico demarcado por sérios problemas de efetividade do sistema jurídico no país, escolheu-se constitucionalizar diversas questões, na esperança de que a qualidade especial e superior das normas constitucionais facilitasse o cumprimento das disposições. Contudo, “não houve um ‘acontecer constitucionalizante’ no País.”

Trata-se do fenômeno da baixa constitucionalidade. Inobstante os inúmeros avanços e quebras de paradigmas que a Constituição de 1988 trouxe, continuou-se a compreender o novo com os olhos do passado, havendo uma convivência nefasta com normas inconstitucionais, além de se interpretar as normas constitucionais com base em códigos e súmulas hierarquicamente inferiores. (STRECK, 2014).

Desse cenário, pode-se constatar com segurança que não basta alterar a Constituição e as leis que abaixo dela estão.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

É preciso uma mudança profunda, para além da atividade legislativa, que alcance a forma de pensamento daqueles que integram os órgãos dotados de soberania estatal para aplicar e efetivar o que já está previsto.

Assim, dar efetividade à Constituição se mostra como uma alternativa válida para a concretização dos principados do bem viver, ao mesmo tempo em que se evita mais uma ruptura na já combalida história constituinte nacional, marcada por, no mínimo, 7 (sete) Constituições desde o período imperial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento mundial tem como fundamento o viés capitalista, marcado pela máxima exploração do trabalho e dos recursos naturais.

Esse modelo ocidental e eurocêntrico está em crise e vem demonstrando sérios sinais de desgaste que indicam sua inviabilidade a longo prazo.

Nesse contexto, surgem contribuições para construir uma proposta alternativa ao sistema opressor e exploratório que vige atualmente. Dentre elas, há um conjunto de pensamentos com matriz indígena denominado de bem viver.

Trata-se de pensamento originário de uma experiência de vida baseada em conhecimentos milenares, fundamentado em uma organização comunitária na qual não houve rompimento com a natureza.

Os ideais do bem viver prezam pela convivência harmônica e equilibrada entre os povos e a natureza de forma a subverter a ideia antropocentrista, isso é, de que o ser humano ocupa o centro da constelação existencial.

Conceito em ascensão, o bem viver vem ganhando força e robustez, tanto é que foi adotado expressamente pelas Constituições do Equador e da Bolívia, estruturando a forma e a finalidade existência desses Estados.

Quando colocado lado a lado com a realidade constitucional brasileira, uma análise preliminar pode fazer crer que os primados do bem viver se mostram distantes e até mesmo incompatíveis.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Todavia, partindo-se da fundação constitucional brasileira, qual seja, os princípios fundamentais (arts. 1º a 4º, CF), mostra-se possível incorporar e até mesmo encontrar postulados do bem viver na realidade constitucional vigente.

A qualificação do Brasil em Estado Democrático de Direito e o seu desdobramento imbricado, o pluralismo político, exercem papel central, pois é a partir desses princípios que uma sociedade ideológica, cultural e etnicamente pluralista não só é possível, como deve existir.

E, para se atingir tais postulados, tem-se os objetivos fundamentais, verdadeiro plano básico de governo que tem por finalidade construir uma sociedade livre, justa e solidária, que busca alcançar o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades e a promoção do bem de todos, sem preconceitos odiosos.

Também, há os princípios de relações internacionais, dando conta da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos e da cooperação entre eles para o progresso da humanidade, buscando-se uma integração econômica, política, social e cultural da América Latina.

Na mesma esteira se encontram as disposições dirigidas aos indígenas, reconhecendo-se sua especial relação com a terra, devendo ser entendidas como tradicionalmente ocupadas conforme os seus usos, costumes e tradições, ou seja, conforme os seus próprios paradigmas e entendimentos sobre o mundo.

A partir de uma interpretação sistêmica, norteadas pelos princípios fundamentais, bem como de eventual emprego da mutação constitucional ou da reforma formal do texto da Constituição, é possível consagrar um novo status ao meio ambiente (para além de objeto, de insumo) e um inédito entendimento sobre o desenvolvimento (para além do paradigma ocidental e eurocêntrico).

Assim, dar efetividade à Constituição, combatendo a síndrome da baixa constitucionalidade, mostra-se como uma alternativa válida para a concretização dos principados do bem viver, ao mesmo tempo em que se evita mais uma ruptura na já combalida história constituinte nacional, marcada por, no mínimo, 7 (sete) Constituições desde o período imperial.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. **Epistemologias indígenas frente aos desafios atuais**. Youtube, 18 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SjeBARQwT7Y&t=90s>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BOLÍVIA. **Constituição da Bolívia**. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. **República Federativa do Brasil**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 fev. 2023.

DIMOULIS, Dimitri (Coord. geral). **Dicionário brasileiro de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Primer Encuentro del Buen Vivir - El estado como campo de lucha**, Youtube, 9 de fev. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ieRwuIurppo&t=469s>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

EQUADOR. **Constituição do Equador**. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

FRIGGERI, P. F. Algunas claves del aporte de los intelectuales Indígenas para pensar desde America Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15964>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

_____. **Biocentrismo Central: uma ecologia mais profunda**. Informação postada no **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S.I.], 3 jun. 2022. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/biocentrismo-ancestral/>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

HUANACUNI, Fernando. **O paradigma ancestral do Buen Vivir**. Youtube, 23 jun.2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9oZHJMTcfOE>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

MACAS, L. La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales. In: DAVALOS, P. **Pueblos indígenas, Estado y Democracia**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. Tradução Felipe Lindoso. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. Livro digital formato E-book. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2015.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. Livro digital formato E-book. 17. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. Livro digital formato E-book. 11. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

STRECK, Lenio Luiz. A Baixa Constitucionalidade como Obstáculo ao Acesso à Justiça em Terrae Brasilis. **Revista Sequência**, Florianópolis, v. 35 n. 69, p. 83-108. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2014v35n69p83>>. Acesso em 17. jun. 2022.

_____. **Jurisdição constitucional**. Livro digital formato E-book. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



ECONOMIA CRIATIVA E A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O MUNDO DA ERA DA INFORMAÇÃO DE 2007 – 2019: UM ESTUDO DA MASSA SALARIAL DOS TRABALHADORES DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL

Victor Hugo Bartholomeu Araujo¹ - UEM
Dra. Aline de Queiroz Andreotti Pancera² – UNESPAR

Nome do GT: 16 - Outros temas contemporâneos

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade efetuar uma análise do que é a indústria criativa e sobre a Quarta Revolução Industrial e como elas se interligam fazendo um conjunto para o crescimento econômico no Brasil. Mostrando, além de tudo, as atividades econômicas que compreendem a economia criativa e o crescimento que ela teve a partir da Primeira Revolução Industrial com o decorrer dos anos. Dessa forma, os empreendedores buscam criar soluções inovadoras em seus negócios, atitude que valoriza o setor criativo e, assim, abre as portas para a economia criativa. Esse tipo de economia é fundamental para descobrir o papel dos modelos de inovação ideais para qualquer ramo do mercado. Em suma a economia criativa, é um ramo que reúne atividades cujas matérias-primas são a cultura e a criatividade. O termo é utilizado para designar um modelo de negócio ou gestão, uma atividade, produto ou serviço derivado do desenvolvimento do conhecimento, da criatividade ou do capital intelectual. A metodologia de análise quantitativa foi realizada, ou seja, diferentes estatísticas foram mostradas para quantificar a opinião e as informações de um determinado estudo. Finalmente, o principal objetivo da análise descritiva de dados é caracterizar uma determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. Os resultados mostram que o crescente aumento da indústria criativa dentro do Brasil que se torna gradativo no decorrer do tempo e, no longo prazo, faz com que os lucros obtidos a partir dos trabalhadores dessa respectiva economia impacte positivamente no PIB do país. Por fim, mostra-se que com essa indústria criativa é possível ter consideráveis resultados para crescimento econômico do país, por conta da sua gama de benefícios da forma do trabalho de cada segmento, seja dentro de inovações tecnológicas, culturais e criativas. Desse modo, o estudo permitiu reconhecer que a economia criativa gera um crescimento econômico para o país.

Palavras-chave: Economia Criativa. Quarta Revolução Industrial. indústria criativa

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo realizar un análisis de lo que es la industria creativa y sobre la Cuarta Revolución Industrial y cómo se interconectan haciendo un conjunto para el crecimiento económico en Brasil. Mostrando, sobre todo, las actividades económicas que componen la economía creativa y el crecimiento que tuvo a partir de la Primera Revolución Industrial a lo largo de los años. De esta forma, los emprendedores buscan crear soluciones innovadoras en sus negocios, actitud que valora el sector creativo y, así, abre las puertas a la economía creativa. Este tipo de economía es fundamental para descubrir el papel de los modelos de innovación ideales para cualquier rama del mercado. En definitiva, la economía creativa es una rama que agrupa actividades cuyas materias primas son la cultura y la creatividad. El término se utiliza para designar un modelo de negocio o de gestión, una actividad, producto o servicio derivado del desarrollo del conocimiento, la creatividad o el capital intelectual. Se realizó la metodología de análisis cuantitativo, es decir, se mostraron diferentes estadísticas para cuantificar la opinión e información de un determinado estudio. Finalmente, el principal objetivo del análisis descriptivo de datos es caracterizar una determinada población o fenómeno, o establecer

¹ Acadêmico do programa de pós graduação em Teoria Econômica- UEM– e-mail victor.hugoba@hotmail.com

² Doutora, professora da Unespar–e-mail: aline.pancera@ies.unespar.edu.br



relaciones entre variables. Los resultados muestran que el crecimiento creciente de la industria creativa dentro de Brasil, que se vuelve paulatino en el tiempo y, en el largo plazo, hace que las ganancias obtenidas de los trabajadores de esa respectiva economía impacten positivamente en el PIB del país. Finalmente, se muestra que con esta industria creativa es posible tener resultados considerables para el crecimiento económico del país, por su gama de beneficios en el funcionamiento de cada segmento, ya sea dentro de las innovaciones tecnológicas, culturales y creativas. Así, el estudio permitió reconocer que la economía creativa genera crecimiento económico para el país.

Palabras clave: *Economía creativa. Cuarta Revolución Industrial. industria creativa*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como finalidade efetuar uma análise da edificação da indústria criativa³ e a avaliação da sua importância na economia. Em particular, realizar uma análise explorativa sobre a evolução da economia criativa e do Produto Interno Bruto - PIB do Brasil dos anos de 2007 a 2019. Explorar o conceito de economia criativa e da indústria 4.0, identificar os setores da economia criativa e destacar a sua importância no crescimento econômico. Ao responder essas questões, planeja-se realizar uma análise de longo prazo, apurar os impactos na economia, e reconhecer que a economia criativa pode ser uma das ferramentas para o crescimento econômico.

A economia criativa é um conceito que reúne uma gama de setores que utilizam as ideias como matéria-prima. Ou seja, é a partir da criatividade que cria valor e conquista clientes. A economia criativa está intimamente relacionada à dimensão simbólica de agregar valor à produtos e serviços. Por exemplo, na gastronomia, os chefs são aqueles que agregam uma dimensão intangível e simbólica à indústria alimentícia. Na arquitetura civil, o arquiteto é quem cria valor intangível para a obra. Na indústria têxtil, estilistas e designers criam valor intangível através da moda. Muitas empresas membros da GS1⁴ alavancam seus negócios por meio de departamentos e profissionais criativos. O mundo vem passando por uma revolução digital que muda a forma como as pessoas consomem esses produtos e serviços. Assim, a Indústria 4.0 começa a impactar a economia criativa diretamente. (FOSTER, 2020).

O novo processo denominado de indústria 4.0 é otimizado pelo ajuste inédito de recursos físicos e digitais e ainda de uma grande série de inovações que ocorrem nos campos da biotecnologia e do progresso de novos materiais. Nesse procedimento, a evolução da

³No presente estudo utilizou-se os termos Indústria Criativa e Economia criativa como sinônimos.

⁴A GS1 é uma associação sem fins lucrativos que desenvolve e mantém padrões globais para comunicação empresarial. O mais conhecido desses padrões é os códigos de barras, simbologia impressa nos produtos que podem ser lidos através de scanners e smartphone, por exemplo.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

informatização, a redução do custo de tratamento e armazenagem de dados e a disseminação da Internet são as bases sobre as quais se constrói a nova sociedade.

Além disso, uma das principais ocorrências deste trabalho é a de que as atividades econômicas, não apenas sofreram uma transformação drástica por meio da digitalização da indústria cultural em geral (cinema, televisão, música, literatura) mas no momento é objeto de uma nova transformação, de natureza radical, justificando a necessidade de se avaliar a evolução da economia criativa e seu impacto no crescimento econômico.

O presente trabalho está dividido em quatro partes, sendo esta introdução, a fundamentação teórica, a metodologia utilizada, desenvolvimento e por fim, a discussão dos resultados obtidos no trabalho. Em seguida são apresentadas as considerações finais do trabalho como um todo.

Na fundamentação teórica aborda-se três tópicos importantes para o centro da área de pesquisa. O primeiro, traz uma contextualização sobre o que seriam a economia criativa. O segundo tópico é uma breve revisão histórica sobre as revoluções Industriais e como foi transformando e evoluindo a tecnologia ao longo do tempo e, por último, sobre o crescimento econômico desde sua teoria até uma mesclagem de todos os outros tópicos para o crescimento e rentabilidade da indústria criativa.

A metodologia trata as etapas para a quantitativa, pois trata de apresentação dos dados por meio de tabelas com números da economia criativa, de sua Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE, do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro e do salário médio da economia criativa. O estudo também caracteriza-se como pesquisa aplicada. A pesquisa aplicada é definida como a busca de conhecimento para aplicação prática, voltada para a resolução de problemas que contenham objetivos previamente definidos. Essas metas podem ser de médio ou curto prazo.

A discussão dos resultados é dividida em alguns tópicos. O primeiro apresenta a importância econômica da indústria criativa e como o seu desenvolvimento gerou uma transformação que ficou denominada como virada cultural. O segundo tópico trata das taxas de crescimento em exportação a nível global de bens criativos e fala sobre o cenário com a contribuição da economia criativa no mundo. O terceiro tópico, trata sobre a relação do PIB brasileiro em relação a massa Salarial dos trabalhadores da economia criativa. Por fim trataremos sobre a remuneração média dos trabalhadores da economia criativa e o motivo de certos setores dentro da própria terem maiores remunerações que outros setores.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dado que a o objetivo central da presente pesquisa é analisar a construção das indústrias criativas e avaliar sua importância na economia. Em particular, realizada uma análise exploratória da evolução da economia criativa e do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Explorar os conceitos de economia criativa e Indústria 4.0 e finalizar os setores da economia criativa que se enquadram na Indústria 4.0, destacando sua importância no crescimento econômico. O referencial teórico contempla as definições da Economia Criativa, Revolução Industrial 4.0 e Crescimento Econômico.

Os autores da Economia Criativa e da Indústria 4.0 definem a economia criativa como uma economia baseada na criatividade, design e inovação. Eles acreditam que essa economia será impulsionada pelas tecnologias emergentes da quarta revolução industrial. Além disso, eles acreditam que esta economia proporcionará mais oportunidades de emprego e crescimento de negócios no futuro. O atual sistema econômico é baseado na produção em massa de bens, serviços e conceitos. Este sistema foi recentemente desafiado por uma série de empresas que adotaram a quarta revolução industrial. Essas empresas *startup* estão usando tecnologias emergentes, como sistemas *ciberfísicos*, veículos autônomos e tecnologia da informação quântica para revolucionar os processos de fabricação e transporte. Elas também usam a análise de dados para transformar produtos em ideias comercializáveis. Como resultado, esse modelo econômico está em transição para uma economia baseada na customização em massa e na inovação da produção. O que o futuro reserva para a economia criativa?

Alguns especialistas acreditam que essa economia será impulsionada pelas tecnologias emergentes da quarta revolução industrial – ou seja, sistemas *ciberfísicos*, veículos autônomos, inteligência artificial (IA), edição de genes, aprimoramento médico e robótica. Essas tecnologias nos permitirão eliminar tarefas repetitivas nas indústrias enquanto inventamos indústrias inteiramente novas, como entretenimento, saúde ou educação. Essencialmente, essas mudanças alterarão todos os aspectos de nossa sociedade atual à medida que fazemos a transição de uma economia industrial para uma economia pós-industrial. Dentro destes conceitos abordaremos o tema neste trabalho.

2.1. AS INDÚSTRIAS CRIATIVAS, ECONOMIA CRIATIVA



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

As atividades das Indústrias Criativas podem oferecer importante contribuição ao desenvolvimento local de cidades, regiões e países, dado a natureza endógena desse processo e de sua dependência de fatores e vocações locais, como talentos e manifestações culturais. Com o objetivo de esclarecer estas relações, este capítulo apresenta conceitos e contribuições teóricas sobre as Indústrias Criativas, o desenvolvimento local e suas inter-relações.

O termo Indústrias Criativas surgiu como extensão do conceito Indústria Cultural que foi introduzido pelos teóricos da Escola de Frankfurt, em 1947, de acordo com Adorno e Horkheimer (1985). Segundo os autores dessa escola, as Indústrias Culturais compreendem um aglomerado de empresas e instituições cuja principal atividade econômica é a produção de cultura, com fins lucrativos e mercantis. Reis (2003) complementa que essa atividade, diferentemente de outras, não corresponde a produtos para uso ou consumo físico, mas diz respeito a bens simbólicos.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO-2005), a denominação Indústrias Culturais remete a uma visão tradicional associada às indústrias que combinam criação, produção e comercialização de conteúdos criativos que são de natureza intangível e cultural, normalmente protegidos por direitos autorais, sejam eles bens ou serviços. As Indústrias Culturais geralmente incluem atividades como: gráfica, publicidade, áudio visual, fonográfica, cinematográfica, além de artes e desenho, entre outras. Por sua vez, as Indústrias Criativas levam em conta uma visão mais abrangente do processo criativo envolvendo uma gama maior de atividades que incluem as Indústrias, Culturais, propriamente ditas, além de todas as produções culturais e artísticas cujo produto ou serviço contém um esforço artístico e criativo encontrado em áreas como software, arquitetura e propaganda, por exemplo.

Vale ressaltar também que o termo “economia criativa” pode ser entendido como a “economia movida a partir do conhecimento físico e da criatividade” (HOWKINS, 2001). Para Florida (2011) a economia criativa abrange um conjunto de atividades baseadas no conhecimento, arte e cultura, e compreende aspectos econômicos, culturais e sociais. A categoria compreende atividades relacionadas à indústria de conteúdo, ao design, à arquitetura, além dos setores culturais ligados à produção artístico-cultural como música, dança, teatro, ópera, circo, pintura, fotografia, cinema, entre outros (Ministério da Cultura).

Florida (2002) argumenta que o capital humano, neste caso compreendido como talento, é a chave para o desenvolvimento econômico local desta nova economia, assim como as ideias



criativas são os maiores ingredientes encontrados nas empresas ligadas a esse tipo de economia que tende a predominar neste século. Ambientes criativos, inovadores e democráticos sugerem maior diversidade, tolerância e presença de alta tecnologia, elementos eleitos por este autor como indicadores de sucesso da nova economia.

Florida (2002) argumenta que o capital humano, neste caso compreendido como talento, é a chave para o desenvolvimento econômico local desta nova economia, assim como as ideias criativas são os maiores ingredientes encontrados nas empresas ligadas a esse tipo de economia que tende a predominar neste século. Ambientes criativos, inovadores e democráticos sugerem maior diversidade, tolerância e presença de alta tecnologia, elementos eleitos por este autor como indicadores de sucesso da nova economia.

Trazendo um pouco para a nossa situação atual, temos por exemplo os serviços de *streaming* para acompanhar e exemplificar a forma que a economia criativa ganhou espaço no mercado. Com isso fazemos com que os grandes investidores do campo musical ainda insistiram por certo tempo na tentativa de retornar à situação buscando a posição musical via CDs. Então, a empresa Apple com seu serviço iTunes aproveitou do espaço deixado pelo fechamento judicial do Napster e lançou um serviço que tem como propósito facilitar e depreciar o consumo de música, através do download pago pelo valor único de 99 centavos de dólar por música.

A partir dessa mudança tecnológica serviços como o Spotify e Pandora começaram a ganhar força e se inseriram no mercado para cada vez mais ampliar sua participação, que utilizavam ao contrário dos downloads diretos, apenas a disseminação das músicas via streaming. Nesse caso, serviços de *streaming* seriam basicamente as formas de lazer, como Netflix, Youtube, Spotify, todos esses serviços citados fazem parte da ampla gama da indústria criativa.

2.1. QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, INDÚSTRIA 4.0

A Indústria 4.0 é a origem de uma nova revolução — conhecida como Quarta Revolução Industrial — que mistura técnicas de produção de vanguarda com sistemas inteligentes que se integram com as organizações e pessoas. A seguir, se apresentará as tecnologias que protagonizam este processo e seu vertiginoso progresso.

O fundador do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, propôs o conceito da Quarta Revolução Industrial em seu livro de 2016. Portanto, em seu livro o autor define o conceito da



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

seguinte forma: "A Quarta Revolução Industrial produziu um mundo onde os sistemas de fabricação virtuais e físicos funcionam uns com os outros de maneira flexível em escala global."(p 181). No entanto, não são apenas sistemas inteligentes e conectados. É mais amplo, do sequenciamento genético à nanotecnologia, da energia renovável à computação quântica. É a fusão dessas tecnologias e sua interação entre os domínios físico, digital e biológico que torna a Quarta Revolução Industrial diferente do passado. (SCHWAB, 2016)

A revoluções industriais que antecederam a atual mudaram a estrutura econômica de sua época, desse modo cada uma será resumida a seguir: (ARKTIS, 2016; BARROS, JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE. 2016; BERTULUCCI,2015).

- I. Primeira Revolução Industrial. Chega quase ao final do século XVIII, em 1784, com o uso do vapor na produção mecânica. O aparecimento do primeiro tear mecânico é um de seus marcos.
- II. Segunda Revolução Industrial. Em 1870 tem início a produção em grande escala baseada na eletricidade. Inventam-se a cadeia de montagem e o setor industrial vive uma extraordinária aceleração.
- III. Terceira Revolução Industrial. Em 1969, com a informática, começamos a programar as máquinas, o que resulta em uma progressiva automatização.

Por volta de 2014, o setor passou por outra virada de 180 graus: o surgimento de fábricas inteligentes e gerenciamento de produção online. Como Schwab (1938) o economista alemão que em seu livro “ A quarta Revolução Industrial ”, colocou em palavras o que estava por vir: “Estamos à beira de uma revolução tecnológica que mudará nossa maneira de viver, trabalhar e interagir uns com os outros. ser diferente de tudo que a humanidade já experimentou antes.” (p.186). Na verdade, os especialistas concordam em três razões: sua velocidade, alcance e impacto sem precedentes.

Uma característica importante da Indústria 4.0 é que ela é representada por tecnologias que realizam tarefas de forma inteligente. Atualmente, podemos contar com robôs colaborativos para interagir conosco sem incidentes. Era inimaginável quando os primeiros recursos automatizados apareceram na indústria.

O impacto do uso de ferramentas na produção do mercado foi validado por meio da Indústria Mais Avançada, programa piloto realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) entre maio de 2018 e outubro de 2019 com 43 empresas em 24 estados. Por exemplo: sensoriamento, computação em nuvem e Internet das Coisas (IoT). (SENAI, 2019)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Conforme uma pesquisa global da Deloitte (2021), houve um diálogo com 1.600 executivos em 19 países, entre eles 102 brasileiros, sobre as perspectivas dos impactos da indústria 4.0. Cerca de 39% dos entrevistados no Brasil disseram que os meios tecnológicos podem facilitar a diferenciação competitiva, enquanto 42% acreditam que podem ter um grande efeito mobilizador na cadeia de operações.

O estudo também observou que 87% dos gestores acreditam que as novas alocações industriais devem trazer vantagens aos mercados empresariais e às populações em um contexto de igualdade social e estabilidade econômica. Assim, a tendência que dita a Indústria 4.0 está varrendo o globo em poucos anos. Com isso, um dos principais impactos será o surgimento de novas formas de negócios. Um resultado é o uso de sistemas e sensores inteligentes para mudar a forma como o trabalho é feito. Nesse caso, o software rígido e centralizado acabou dando lugar a mecanismos de inteligência artificial e comunicação máquina a máquina (M2M). (DELIOTTE, 2021)

Além disso, as fábricas inteligentes podem participar da produção de produtos levando em consideração as necessidades e desejos de cada consumidor, e através dessa customização, garantir maior satisfação e fidelização de cada cliente. O impacto também é evidente nas relações laborais e nas competências esperadas dos profissionais. As principais habilidades necessárias incluem criatividade, multidisciplinaridade e inovação.

Após inúmeras transformações temos como um exemplo básico a mudança da popularização do CD, para o formato digital firmou-se como meio de distribuição musical. A introdução de formatos de compressão de áudio nos anos 90, como o MP3, inicia uma segunda onda de alterações ao reduzir significativamente o tamanho dos arquivos, possibilitando o consumo de músicas através de downloads.

Um estudo de 2019 da Firjan intitulado "Mapeamento das Indústrias Criativas" determinou que os setores de consumo e tecnologia, que correspondem a cerca de 80% dos trabalhadores criativos no Brasil, apresentam desempenho excepcional quando vistos em outros setores da economia. A Cadeia de Indústria Criativa em nosso país, onde a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) está presente, e como atividade relacionada, encontra-se o suporte técnico de TI.

Conforme Firjan (2019), as pesquisas mostram que a tecnologia é o segundo maior setor da economia criativa, depois do setor de consumo, respondendo por 37,1% de todos os trabalhadores criativos no Brasil. Tornou-se a região que mais paga entre todas as demais



regiões e, em 2017, representou 03,5 vezes a renda mensal do Brasil naquele período. A indústria também teve a maior expansão em 02 dos 04 segmentos, superando o mercado de trabalho e sendo a indústria menos afetada entre 2015 e 2017. De acordo com Firjan (2019), o setor tem uma taxa de crescimento de -2,1% ante -3,7% do mercado total.

A ainda organização comentou, em seu estudo, que a economia digital e a indústria 4.0 (que está relacionada a sistemas cibernéticos, internet das coisas e inteligência artificial), serão fontes de crescimento e geração de riqueza:

“Os empregos em Tecnologia se alinham à tendência mundial de digitalização – a emergência da economia digital e da indústria 4.0 tem tudo para constituir importante motor de crescimento e de geração de riqueza em um futuro próximo. Tal padrão é notado em especial no segmento de TIC (+1,8%), com o avanço de Programadores (+3,3%) e Gerentes de Tecnologia da Informação (+1,4%). (ADVANCE CONSULTING)”

De acordo com pesquisa realizada pela Advance Consulting (2022), o mercado brasileiro de TI cresceu 21% até 2021, atingindo assim a maior taxa de crescimento do período. O país vem crescendo significativamente no setor apesar das dificuldades econômicas trazidas pelos momentos de crise trazidos pela pandemia, o que sugere que os próximos anos também serão favoráveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha dos métodos de pesquisa adequado é essencial para elaboração do estudo. Desta forma, as metodologias utilizadas para desenvolvimento do presente trabalho foram a pesquisa bibliográfica e aplicada, com métodos descritivos e explicativos e a estatística descritiva, sendo este estudo caracterizado como pesquisa aplicada e de natureza quantitativa.

A pesquisa aplicada é realizada ou para determinar os possíveis usos para descobertas para pesquisa básica ou para definir novos métodos, ou maneira de alcançar um certo objetivo específico e predeterminado. Ela envolve consideração de conhecimento disponível e sua ampliação com vistas à solução de problemas específicos (FULGÊNCIO, 2007, p. 54).

Sobre a natureza quantitativa é caracterizada por técnicas de quantificação, ou seja, trabalhar com números. A pesquisa quantitativa busca elaborar estruturas estatísticas através dos dados fornecidos de forma que crie resultados (RICHARDSON, 1999). Quantitativa, pois trata de apresentação dos dados por meio de tabelas com números da economia criativa, de seus CNAEs, do PIB brasileiro e do salário médio da economia criativa.

A utilização da pesquisa bibliográfica se faz necessária pois a mesma leva o pesquisador a encontrar elementos que comprovem a validade do tema pesquisado (MONTEIRO, 2010).A



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

pesquisa bibliográfica abrange as principais relações ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, fornecendo ao pesquisador diversos dados, das variadas fontes bibliográficas (MARCONI; MARCONI, 2001).

Para Gil (2008) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de fatos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. É importante principalmente quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço e, também, nos estudos históricos.

O estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada, quantitativa e descritiva. Conforme Gil (2008), a pesquisa aplicada define-se como a busca pelo conhecimento para a aplicação prática e dirigida a solução de problemas que contenham objetivos anteriormente definidos. Esses objetivos podem ser de médio ou curto prazo de alcance.

Segundo Boccato (2006):

...a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas, trazendo subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (BOCCATO, 2006, p.63)

A pesquisa bibliográfica foi importante para desenvolver o referencial teórico acerca do tema objeto de estudo e ser possível por meio do conhecimento sobre o comportamento das agroindústrias, compreender o que os dados gerados por meio da base de dados significa e analisá-los a luz do referencial teórico.

Também será necessária para cumprir com o objetivo deste trabalho, a utilização da estatística descritiva dos dados. Assim, torna-se possível verificar se há verdadeiramente correspondência entre a construção teórica e os dados observados (LAVILLE, DIONNE, 1999).

De acordo com Guedes et al. (2005) a estatística descritiva tem o objetivo básico de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organização dos dados e descrição dos dados por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas.

O processo de análise e interpretação é fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas (GIL, 2002, p. 89).

O presente trabalho utilizará como fonte de dados numéricos, a base de dados do SEBRAE (2012) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) utilizando, para assim,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

coletar, tabular e analisar dados utilizando as variáveis: PIB em milhões e bilhões, salário médio mensal e CNAEs da economia criativa, sendo essas variáveis importantes para compreensão deste trabalho.

Além de ser também quantitativa, ou seja, que mostra por diferentes dados estatísticos quantificar opiniões e informações para um determinado estudo. Ela é realizada para compreender e enfatizar o raciocínio lógico e todas as informações que se possam mensurar sobre todas as experiências humanas. Por fim, a análise descritiva dos dados tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

4 DESENVOLVIMENTO

A base de dados é composta por 3 variáveis: número de trabalhadores, massa salarial dos trabalhadores da economia criativa e o Produto Interno Bruto - PIB. A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e o IparDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) fornecem dados dos empregos e remuneração por CNAEs de janeiro de 2007 a dezembro de 2019. O PIB do Brasil é mostrado em vários relatórios em uma crescente nominal, e na presente pesquisa, fornecido pelo Ipea (2022).

Além disso, vale destacar que os dados contemplados no estudo da Firjan (2019), como massa salarial dos trabalhadores da economia criativa e números de empregos da indústria criativa, por apresentarem as mesmas CNAEs das atividades da economia criativa definidas na presente pesquisa, também foram considerados no resultado do trabalho. Ressalta-se que os preços foram corrigidos para o ano de 2019 conforme o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna IGP-DI/FGV.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que o objetivo do trabalho é analisar a evolução das indústrias criativas e avaliar sua importância na economia e em particular, realizar uma análise exploratória sobre a evolução da economia criativa e do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Os resultados são divididos em três grupos: i) o primeiro apresenta a importância econômica da indústria criativa e como seu desenvolvimento gerou uma transformação que ficou denominada como virada cultural; ii) o segundo tópico trata das taxas de crescimento em exportação a nível global de bens criativos e também fala sobre o cenário com a contribuição da economia criativa no mundo



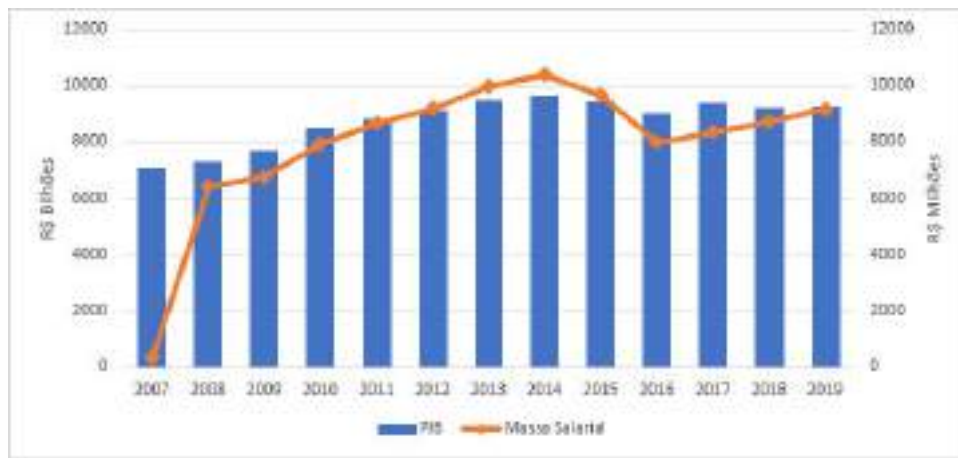
I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

e iii) o terceiro trata sobre a relação do PIB brasileiro em relação a massa Salarial dos trabalhadores da economia criativa.

Gráfico 1- Relação entre o PIB e a massa salarial crescente durante os anos de 2007 a 2019.



Fonte: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Ministério do Trabalho (MTE), elaboração do autor.

Valores reais corrigidos pelo IGP-DI para o ano de 2019.

A partir dos dados apresentados e dando enfoque ao Gráfico 1, é evidente que o crescimento dessa indústria é crescente em sua maior parte dos anos, há apenas um pequeno decréscimo leve, mas mesmo quando houve esse caimento, rapidamente em seguida conseguiu aumentar novamente para como mostrado no gráfico se estabilizar junto com o PIB, confirmando, mais uma vez, a correlação positiva entre a indústria criativa e o crescimento econômico.

Apesar do fato de todos os segmentos que compõem a Indústria Criativa apresentarem salários médios superiores à média encontrada no mercado de trabalho como um todo, as médias os entre segmentos de uma mesma área, divergem bastante entre si – a heterogeneidade em volumes também se faz presente nas remunerações. Por um lado, a área de Tecnologia apresenta salário médio 3,3 vezes maior que o salário médio da economia e o segmento de Pesquisa & Desenvolvimento chega a ser mais de 4 vezes maior. Por outro lado, a área de Cultura registra um salário médio levemente acima da média do mercado de trabalho em geral.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Tabela 1 - Remuneração média nominal dos empregos da economia criativa

Segmento	Salário Médio (R\$)			Variação %		Múltiplo da Renda Média Nacional		
	2010	2017	2019	2019/2017	2019/2010	2010	2017	2019
Cultura	2.662	3.661	3.494	0,95	1,31	0,97	1,17	1,15
Expressões Culturais	1.612	2.509	2.457	0,98	1,52	0,52	0,8	0,81
Artes Cênicas	2.107	4.488	4.151	0,92	1,97	0,15	1,43	1,37
Música	1.534	3.631	3.563	0,98	2,32	0,92	1,16	1,18
Patrimônio e Artes	5.260	5.365	5.460	1,02	1,04	0,84	1,71	1,8
Tecnologia	5.321	10.765	10.149	0,94	1,91	1,26	3,43	3,35
TIC	7.265	8.014	7.733	0,96	1,06	1,27	2,55	2,55
Biotecnologia	3.456	6.520	5.741	0,88	1,66	1,21	2,08	1,89
Pesquisa & Desenvolvimento	7.510	13.785	13.088	0,95	1,74	2,19	4,39	4,32
Consumo	5.327	6.607	6.144	0,93	1,15	1,05	2,1	2,03
Publicidade & Marketing	4.324	7.524	6.850	0,91	1,58	1,1	2,4	2,26
Design	3.326	3.706	3.460	0,93	1,04	0,98	1,18	1,14
Arquitetura	4.046	9.483	8.593	0,91	2,12	1,51	3,02	2,83
Moda	1.965	2.346	2.285	0,97	1,16	0,54	0,75	0,75
Mídia	2.063	4.603	4.444	0,97	2,15	0,73	1,47	1,47
Editorial	3.232	5.304	5.052	0,95	1,56	0,84	1,69	1,67
Audiovisual	2.350	3.664	3.675	1,00	2,72	0,98	1,17	1,21
Núcleo Criativo	5.634	7.692	7.248	0,94	1,29	2,01	2,45	2,39
Mercado de Trabalho Geral*	1.634	3.141	3.032	0,97	1,86	-	-	-

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), elaboração do autor.

* Síntese do Mercado de trabalho de toda economia brasileira

Portanto, a Indústria 4.0 está revolucionando a forma como as empresas abordam a criatividade e as ideias de marketing e principalmente as áreas onde englobam a tecnologia. Está possibilitando que os criadores ganhem salários mais altos e construam negócios de sucesso em torno de suas ideias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar a evolução das indústrias criativas e avaliar sua importância na economia, além disso explorar os conceitos da economia criativa e da Indústria



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

4.0, identificando os setores da economia criativa que se enquadram na Indústria 4.0 e por fim destacar sua importância no crescimento econômico. Além de tudo realizou-se uma análise de longo prazo e identificou as implicações econômicas, reconhecendo que a economia criativa pode ser uma das ferramentas para o crescimento econômico.

O estudo permitiu concluir que a economia criativa é um núcleo forte para o aumento do PIB do país, pois acaba proporcionando essencialmente engajamento, transformação e evolução, à economia criativa. Ela gera, principalmente, renovação ao mercado. Desta forma, é vantajoso incentivar esse setor dentro do mercado de franquias, afinal, quanto mais negócios inovadores e que gerem criatividade para o setor, maior o benefício recebido. Ora com ela, é possível divulgar artes e projetos pelas redes sociais, vender produtos digitais como *e-books*, utilizar meios como o *Youtube* para produzir conteúdo entre outras milhares de ferramentas e possibilidades. Vale ressaltar que ideia central da economia criativa é incluir processos, ideias e empreendimentos que usam a criatividade como destaque para a criação de um produto, temos uma forma de rentabilidade muito boa.

Valendo destacar que por meio da Indústria 4.0, de toda inovação tecnologia que fez com que a economia criativa tivesse um enfoque ainda maior, ademais a sua participação no PIB como mostrado nos resultados foram bem significativas e estimulando a geração de renda, criando empregos e produzindo receitas de exportação, enquanto promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

Como citado em enfoque no Brasil a participação desse segmento foi de 2,7% do PIB em 2011, segundo um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Isso mostra que a indústria criativa possibilita grandes remunerações contribuindo para uma parcela relativamente significativa do PIB dos países, como apresentado.

Portanto, os resultados apresentados atendem ao objetivo da pesquisa, com isso indústria criativa possibilita contribuir para potenciais de arranjos produtivos de altas remunerações em várias de suas áreas, além de ter uma gama de CNAEs, proporcionando cada vez mais lucratividade para o país ganhando cada vez mais relevância e levando, conseqüentemente, ao crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. (1985). “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Zahar.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ARKTIS. “**Indústria 4.0, a Quarta Revolução Industrial**”. 2016. Disponível em:<<http://arktis.com.br/a-quarta-revolucao-da-industria/>>. Acesso em: 03 set. 2022.

BARROS, José Roberto Mendonça de. ”**A indústria 4.0 e o Brasil**”.2016. Disponível em:<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-industria-40-e-o-brasil,10000067502>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

DELIOTTE, 2021. “**Global Resilience Report 2021:A construção de uma organização resiliente**” . Disponível em : <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/technology-media-telecommunications/deloitte-2021-global-resilience-report.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

FIRJAN. ”**Indústria 4.0**”. 2016.Disponível em:<<http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8A555B47FF01557D8802C639A4&inline=1>>. Acesso em: 28 set.2022.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**, 2019.

FLORIDA, R. **The Rise of the Creative Class: And How It’s Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life**. New York: Basic Books, 2002.

FLORIDA, Richard; TINAGLI, Irene. **Europe in the creative age**. London: Demos Publish, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

HANSON, Dennis. **Indústrias Criativas. Sistemas & Gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.222-238, nov. 2012.

HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. London: Penguin Press, 2001.

REIS, FONSECA E ANA CARLA (2003). **Marketing Cultural: E financiamento da cultura**. Brasil, Thomson.

SCHWAB, K. “**A quarta revolução industrial**”. São Paulo: Edipro, 2016.

SENAI. 2019. “**Tecnologias da indústria 4.0 aumentam em 22, em média, produtividade em pequenas e médias empresas**”. Disponível em: <https://www.ap.senai.br/noticias/tecnologias-da-industria-4-0-aumentam-em-22,-em-media,-produtividade-em-pequenas-e-medias-empresas-2.html>. Acesso em: 26 de nov. 2022.

UNESCO. **Understanding creative industries: cultural statistics for public-policy making**. Disponível em: <www.unesco.org.br> Acesso em 16 de Jul. 2022.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



AValiação DA Satisfação DE Clientes DE UM SUPERMERCADO LOCALIZADO NA REGIÃO CENTRO OCIDENTAL DO PARANÁ

Ana Paula Assis¹–Centro Universitário Integrado
Rose Teixeira Custódio²-Centro Universitário Integrado
Cristiane Marques de Mello³–UNESPAR/ Campus Campo Mourão/PR

Nome do GT: Administração Estratégica e Mercadológica

RESUMO

Os supermercados podem ser encontrados em praticamente todos os lugares do país, e para um empresário que atua neste ramo é indispensável se valer de técnicas que possibilitem que seu negócio se destaque da concorrência. Uma dessas técnicas é a de conquistar um cliente, e para tanto é necessário que este cliente esteja satisfeito. Este estudo tem como objetivo principal o de avaliar o nível de satisfação dos clientes que frequentam o Supermercado Tradição, em relação aos produtos oferecidos, serviços prestados, e ambiente da empresa. Em relação aos aspectos metodológicos, foi aplicado um questionário semiestruturado com 18 questões. Para realizar a coleta de dados procurou-se conversar com clientes, esclarecendo o objetivo da pesquisa e salientando a relevância da honestidade nas respostas. O período de coleta de dados foi realizado entre os meses de setembro e outubro de 2020, onde participaram da pesquisa 75 respondentes. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que a maior parte dos clientes está satisfeita com empresa, mas há pontos a serem melhorados, como por exemplos: preços e variedade de marcas dos produtos oferecidos.

Palavras-chave:Satisfação.Cliente. Supermercado.

RESUMEN

Los supermercados se pueden encontrar prácticamente en todo el país, y para un emprendedor que se desenvuelve en este rubro es fundamental utilizar técnicas que permitan que su negocio se destaque de la competencia. Una de estas técnicas es conquistar a un cliente, y para ello es necesario que este cliente quede satisfecho. El principal objetivo de este estudio es evaluar el nivel de satisfacción de los clientes que frecuentan el Supermercado Tradição, en relación a los productos ofrecidos, los servicios prestados y el entorno de la empresa. En cuanto a los aspectos metodológicos, se aplicó un cuestionario semiestructurado de 18 preguntas. Para llevar a cabo la recolección de datos, tratamos de hablar con los clientes, aclarando el propósito de la investigación y enfatizando la relevancia de la honestidad en las respuestas. El periodo de recolección de datos se llevó a cabo entre septiembre y octubre de 2020, donde participaron de la encuesta 75 encuestados. De los resultados obtenidos se concluye que la mayoría de los clientes están satisfechos con la empresa, pero existen puntos a mejorar, tales como: precios y variedad de marcas de los productos ofertados.

Palabrasclave:Satisfacción. Cliente. Supermercado.

¹–Graduada em Administração–e-mail:paulaassis2112@gmail.com

²–Graduada em Administração – e-mail:rosetuanna@hotmail.com

³–Doutorado em Administração – e-mail: cristiane.mello@unespar.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos primórdios da administração de empresas, não havia muita concorrência, e uma das poucas preocupações que os administradores tinham era como iriam escoar os seus produtos e serviços. Essas empresas possuíam um grande domínio sobre o mercado, ditavam suas regras e o cliente era tratado como uma fonte de lucros. Mas, atualmente, a concorrência existente, devido às inúmeras oportunidades e ofertas de mercado, transformou o consumidor de mero coadjuvante em estrela principal do foco do gestor (OLIVEIRA, 2016).

A satisfação desse consumidor é um dos fundamentais dispositivos de distinção entre uma empresa e sua concorrência. O setor supermercadista atualmente vê na promoção de estudos, em relação à satisfação dos clientes, uma oportunidade para poder melhorar o seu desempenho operacional (GALLON et al. 2008). Os supermercados são lojas em sua maioria grandes, que apresentam um baixo custo devido a sua baixa margem de lucro. Possui também um alto volume e são planejadas para servir a todas as necessidades dos clientes em alimentação, artigos de lavanderia, higiene pessoal e limpeza doméstica (GUSMÃO; MATTOSO, 2015).

Nos últimos anos, os supermercados apresentam um estado de expansão em vários sentidos na busca do aperfeiçoamento de sua competitividade. Nota-se a abertura de lojas maiores e com uma maior quantidade de itens (CENTENARO; LAIMER, 2017). Outro fator observado é que esse tipo de empresa têm aperfeiçoado sua estrutura por meio da escolha de pontos bem localizados para novas lojas, amplos estacionamento, com arquitetura e decoração planejadas, além da ampliação do horário de funcionamento (GUSMÃO; MATTOSO, 2015).

Ao analisar o cenário supermercadista, pode-se notar que existe uma relação direta entre qualidade, satisfação do consumidor e rentabilidade, a qual quando bem empregada indica que quanto maior a qualidade, maior o retorno sobre o investimento, sendo que a qualidade está diretamente relacionada à satisfação dos clientes (KOTLER; KELLER, 2015).

O objetivo principal desse estudo é avaliar a satisfação dos consumidores do Supermercado Tradição em relação ao ambiente da empresa, aos produtos oferecidos e aos serviços prestados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



Nessa seção serão apresentados os fundamentos teóricos que direcionam o desenvolvimento do tema proposto nesse artigo.

2.1 Satisfação do Consumidor

A satisfação refere-se à sensação de bem-estar ou de decepção decorrente da comparação do desempenho esperado pelo produto (ou resultado) em relação às expectativas do indivíduo, o consumidor relaciona o valor pago ao produto com os benefícios adquiridos com o mesmo e desta equação resultará a satisfação ou não satisfação do bem/ serviço oferecido (KOTLER; KELLER, 2015). Isso significa que o consumidor busca relacionar, por meio de comparação, o valor que paga ao adquirir um produto ou serviço com o aproveitamento que ele espera, e é isso que irá determinar a sua satisfação.

Quando as expectativas do consumidor em relação à sua satisfação são excedidas, a organização consegue atingir a sua fidelidade (ALMEIDA; PELISARE, 2019). Clientes inteiramente satisfeitos são menos propensos a mudar (ALMEIDA; PELISARE, 2019; KOTLER; KELLER, 2015). A elevada satisfação ou a atração estabelecem uma relação emocional com a marca, não somente pela preferência racional. E o efeito disso é a fidelidade do cliente.

Deste modo, a satisfação do cliente depois da aquisição do produto/serviço depende do desempenho da oferta em relação às suas expectativas. Para isso, as empresas necessitam medir sistematicamente a satisfação do cliente e os aspectos que a influenciam (KOTLER; KELLER, 2015). A solução é contrabalançar as expectativas do consumidor com o desempenho da empresa.

Segundo Almeida e Pelissari (2019), obter a satisfação de um cliente não é empreitada simples, pois o que é de preferência de um cliente pode não ser do outro. Riviera et al. (2019), ensinam que cada cliente possui particularidades, conceito e gosto distintos uns dos outros, por isso, torna-se complexo conseguir satisfazer a totalidade dos clientes, mas é imprescindível realizar um grande empenho para alcançar a satisfação esperada pelo mesmo.

Por meio de uma pesquisa de satisfação é possível identificar pontos fortes e fracos de uma empresa, bem como a identificação de oportunidades e possíveis ameaças relacionadas ao ambiente externo. Desse modo, entende-se que abordar sobre essa análise aqui, torna-se relevante e pertinente.

2.2 Análise SWOT



A delimitação das estratégias a serem utilizadas por uma empresa depende de aspectos tanto internos quanto externos a ela, os quais podem influenciar de maneira direta ou indireta em seu sucesso.

Assim, as empresas precisam entender o ambiente no qual operam, além de suas próprias competências e limitações, de uma maneira a arquitetarem estratégias mais eficientes. Por isso, torna-se imprescindível o estudo de certas técnicas que podem ser favoráveis para o diagnóstico organizacional e mercadológico, como por exemplo, a análise SWOT.

O termo SWOT advém da língua inglesa, representada pelas palavras *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) (MARQUES, et al., 2015. CERIBELI; MERLO, 2015). No idioma português temos o termo FOFA, sendo a sigla das palavras em português reordenadas diferentemente.

A análise SWOT é uma técnica muito difundida no campo empresarial para escolher o rumo e direção que precisam ser adotados em ambientes competitivos e dinâmicos (MIRALES et al. 2019). Desenvolvida na década de 1960, tornou-se uma ferramenta de gestão e administração largamente empregada nos níveis estratégicos, táticos e operacionais das empresas para distinguir as fortalezas e fraquezas do ambiente interno e detectarem as oportunidades e ameaças do ambiente externo, e deste modo decidir ações no curto, médio e longo prazos (CERIBELI; MERLO, 2015).

Essa ferramenta possibilita a indicação, a análise e a implementação de estratégias e capacidades para alcançar as metas e objetivos delineados pelas empresas em relação às variações constantes dos ambientes externos e internos (PEREIRA, et al. 2018).

A análise de SWOT se fundamenta em quatro quadrantes, que são divididos em análise interna e análise externa



Fonte: Marques et al. (2015 p.16)

2.2.1 Análise Interna

A análise interna é aquela que possui variáveis controláveis, pois se encontra dentro da organização:



Forças (Strengths)

São procedimentos e particularidades internas de uma empresa que colaboram para atingir os seus objetivos (MIRALES et al., 2019). Também se compõem das propriedades e capacidades internas da organização que lhe consentiram alcançar o nível atual de sucesso, o qual se pode interpretar como vantagem competitiva. A força está relacionada às vantagens que a empresa possui em relação aos concorrentes, em suma, são as aptidões mais fortes da empresa.

Fraquezas (Weaknesses)

As fraquezas são os procedimentos e particularidades internos à empresa que evitam que ela atinja seus objetivos, isto é, são as características e capacidades da empresa que não contribuem para que os resultados sejam bem-sucedidos. Em síntese, estão relacionadas às aptidões que interferem ou prejudicam de algum modo o andamento do negócio (PEREIRA et al., 2018).

Neste quadrante é necessário identificar quais as principais desvantagens internas da organização quando comparada à organização concorrente (MARQUES, et al., 2015). É indispensável descobrir quais são as fraquezas da organização que prejudicam de alguma forma o negócio.

2.2.2 Análise externa ou análise ambiental

São fatores externos que indiretamente ou possivelmente irão condicionar o comportamento da empresa, e de certa forma irão suggestionar o desenvolvimento de suas atividades. A análise externa tem com objetivo criar uma relação entre a empresa e o seu ambiente, determinando os aspectos positivos (oportunidades) e os aspectos negativos (ameaças) (OLIVEIRA, et al., 2018). Posto isso, discorreremos na sequência sobre oportunidades e ameaças advindas do ambiente externo às organizações.

Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

O ambiente externo é composto de oportunidades e ameaças. Ambas são estimativas do futuro e estão fortemente vinculadas a fatores externos. Segundo Mirales et al. (2019) as oportunidades referem-se aos aspectos positivos que permeiam ambiente que envolve a empresa, com potencial de gerar alguma vantagem competitiva. As ameaças apresentam-se como o oposto da primeira, posto que possuem a capacidade de comprometer a vantagem competitiva que a empresa apresenta. Por isso, devem ser abordadas com muita atenção, pois



podem atrasar não somente o planejamento estratégico da empresa, mas também os resultados (OLIVEIRA, et al., 2018).

Devido a isso, a análise ambiental, por meio da matriz SWOT, torna-se indispensável na preparação do planejamento estratégico, colaborando na definição mais objetiva e segura das finalidades da empresa (PEREIRA et al., 2018).

Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do presente estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo caracteriza-se como um estudo exploratório, pois tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2008, p. 44).

Quanto à abordagem, os dados são predominantemente quantitativos. O método quantitativo tem como finalidade quantificar uma questão e entender a extensão dele. Esse tipo de pesquisa providencia subsídios numéricos sobre o comportamento e a satisfação do consumidor (LÜDKE; ANDRE, 1986).

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado com 18 questões, onde 15 eram questões fechadas e 3 questões abertas. Para realizar a coleta de dados procurou-se conversar com clientes da empresa, esclarecendo o objetivo da pesquisa e salientando a relevância da honestidade nas respostas. A coleta de dados foi realizada no período de 25/09/2020 a 10/10/2020. Participaram da pesquisa 75 respondentes, os questionários foram identificados por meio de numeração (R1, R2, R3... R75). Os critérios para seleção dos respondentes foram: clientes que fizeram suas compras no período da investigação, que estavam disponíveis e interessados em responder a pesquisa. Todos os dados foram organizados em uma planilha Excel, e após essa organização foram elaborados gráficos para melhor visualização dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A empresa objeto de estudo dessa pesquisa, refere-se ao Supermercado Tradição Ltda., atualmente localizado na região centro ocidental do Paraná. A empresa foi fundada em 2001 e seu quadro societário é formado por características de empresa familiar. Trata-se de um comércio varejista com gêneros alimentícios e enlatados, produtos de limpeza e afins, e ainda conta com padaria, hortifruti e açougue.



Inicialmente, apresenta-se o perfil das 75 pessoas que responderam ao questionário. Um percentual de 52% representaram clientes do gênero feminino e 48% do gênero masculino. Dos entrevistados, 15% tinham idade entre 17 e 24 anos, 17% tinham idade entre 25 e 34 anos, 40% entre 35 e 45 anos, 20% entre 46 e 54 anos 3% entre 55 e 59 anos, 5% acima de 60 anos.

O gráfico 1 apresenta o período de tempo que os clientes compram no mercado.

Gráfico 1- Tempo de fidelidade



Fonte: Elaborado pelas autoras

Quanto ao tempo de fidelidade que os clientes compram no mercado, 3% dos entrevistados frequentam o estabelecimento há menos de 6 meses, 4% entre 1 a 2 anos, 5% entre 2 e 3 anos, 13% entre 3 e 4 anos e 75% já compram no estabelecimento de 4 a 5 anos. Dos clientes que frequentam o mercado, 51% moram no mesmo bairro, 40% em bairro próximo, 8% em bairros distantes e 1% de outra cidade.

Em suma, a maioria de clientes do mercado é do gênero feminino, que possuem entre 35 e 45 anos, realizam compras no mercado de 4 a 5 anos e moram no mesmo bairro do estabelecimento.

Em seguida, a questão foi sobre a satisfação em relação à limpeza, iluminação e espaço físico.

Gráfico 2 - Grau de Satisfação em relação à estrutura fornecida



Fonte: Elaborado pelas autoras

A partir do gráfico é possível perceber que a maioria dos respondentes, um percentual de 87% ou mais, está totalmente satisfeito no que se refere à limpeza, iluminação e espaço físico. Mas, vale ressaltar que a iluminação teve 5% das avaliações abaixo do nível de satisfação (4% parcialmente insatisfeito e 1% totalmente insatisfeito) e o espaço físico (1% totalmente insatisfeito).

Durante a pesquisa, alguns clientes afirmaram que a iluminação não é suficiente, que seria interessante que ela fosse melhorada. Ainda que o percentual dos que estão insatisfeitos seja baixo, não pode ser deixado de lado, posto que, “existem quesitos que mesmo em pequena porcentagem não podem ser negligenciados quando se tem o objetivo de fazer com que os clientes se sintam mais bem atendidos, e conseqüentemente, mais satisfeitos” (HAUBERT, 2012 p. 32).

Os clientes foram questionados se a disposição dos produtos no mercado favorecia a sua compra, os resultados estão no gráfico seguinte.

Gráfico 3 - Satisfação quanto à disposição dos produtos no estabelecimento



Fonte: Elaborado pelas autoras

O estudo demonstrou que a maioria dos clientes (76%) sempre consegue achar com

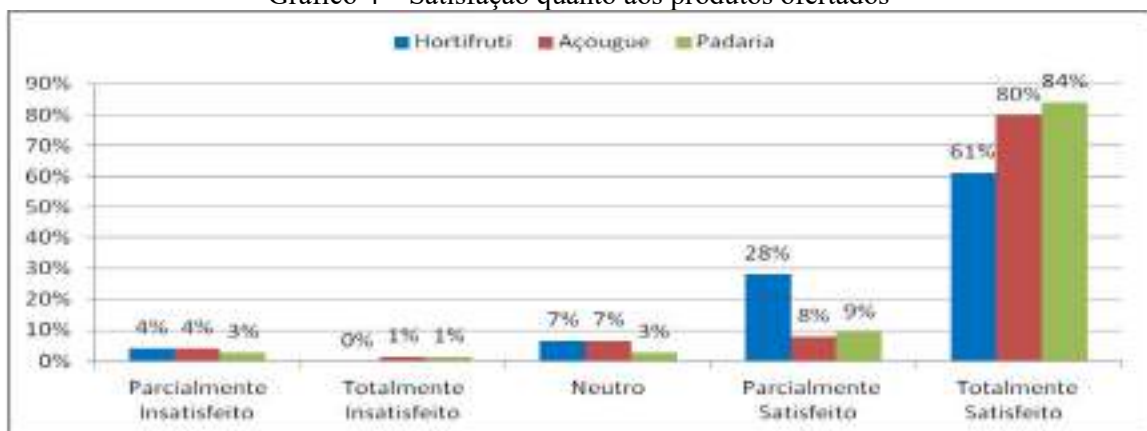


facilidade o que procuram dentro do mercado. Sobre isso, Maciel et al (2019) destacam que a correta disposição de produtos pode apresentar um diferencial para a organização, colaborando para tornar o ambiente prático, funcional e agradável para os consumidores.

Em relação à satisfação quanto ao atendimento dos caixas, os resultados foram os seguintes: 83% dos clientes disseram estar totalmente satisfeitos, 15% parcialmente satisfeitos e 1% parcialmente insatisfeito. Sobre esse pequeno percentual (1%), verificou-se que a origem de tal insatisfação refere-se à quantidade de caixas disponíveis, pois segundo o entrevistado poderia ser maior para que as filas fossem menores.

No que se refere à satisfação quanto aos produtos ofertados, os resultados foram apresentados no gráfico 4.

Gráfico 4 – Satisfação quanto aos produtos ofertados



Fonte: Elaborado pelas autoras

Como pode ser visto no gráfico, 60 a 84% dos clientes mostram-se totalmente satisfeitos com a qualidade dos produtos ofertados no hortifruti, açougue e padaria. Tem-se ainda que 28% estão parcialmente satisfeitos, principalmente em relação aos produtos hortifrutigranjeiros. Nesta etapa, alguns clientes descreveram que sentem falta de alguns produtos e que gostariam de pagar menos e ter maiores promoções. Aqui também é imprescindível destacar que a empresa precisa averiguar o porquê 3 a 4% dos clientes se descrevem como parcialmente insatisfeitos e 1% como totalmente insatisfeitos, pois conforme salienta Haubert (2012 p. 2), dentre os clientes insatisfeitos estão “os que são difíceis de agradar, falam negativamente sobre a empresa, podendo manchar a reputação, dificultar as vendas e até mesmo interferir na opinião daqueles que, até então, estavam satisfeitos”.

Em relação às formas de pagamento, os resultados da pesquisa estão no gráfico 5.

Gráfico 5 - Satisfação referente à forma de pagamento

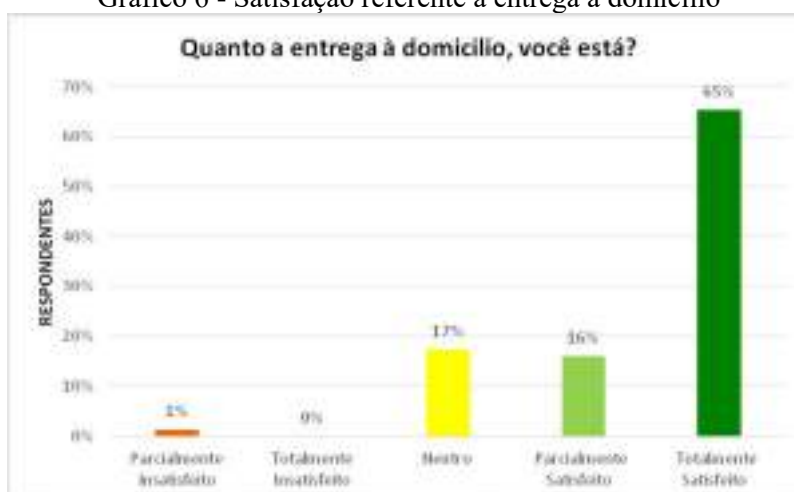


Fonte: Elaborado pelas autoras

O gráfico 5 demonstra que 95% dos clientes encontram-se totalmente satisfeitos com as formas de pagamento.

Quanto às entregas a domicílio, 65% dos respondentes afirmam estar totalmente satisfeitos com o serviço conforme exemplifica o gráfico 6.

Gráfico 6 - Satisfação referente à entrega a domicílio



Fonte: Elaborado pelas autoras

Considerando o percentual daqueles que estão parcialmente ou totalmente satisfeitos, tem-se 81%. Entretanto, o percentual do item neutro chama a atenção posto que atinge 17% dos respondentes. Pensando que isso poderia ocorrer, ao final do questionário o respondente tinha a opção de inserir sugestões e/ou comentários negativos/positivos, dentre qualquer item investigado ou ainda referente a fatores não questionados nessa pesquisa.

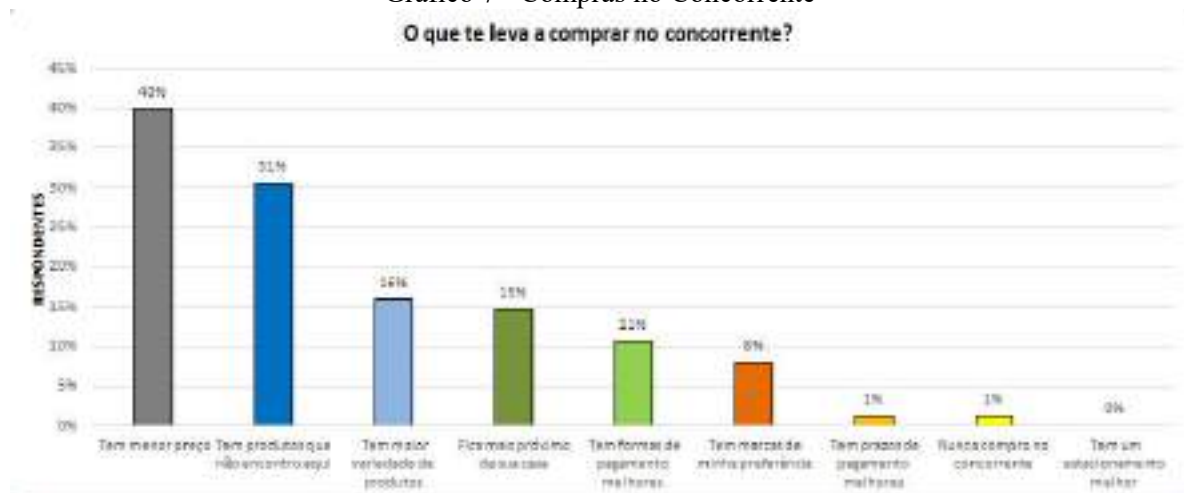
Em seguida, os respondentes foram questionados se já tiveram algum problema quanto da aquisição de um produto ou serviço do supermercado.



A pesquisa demonstrou que 75% dos consumidores não tiveram problemas com as compras. Oliveira (2016) destaca que para reter o cliente a sua satisfação é um ponto crucial, em especial quando isto se dá em relação a produtos ou a serviços que não apresentam problemas, pois o momento em que o cliente está mais propenso a trocar de fornecedor é quando ele não consegue usar de imediato o que adquiriu. O percentual de 1% não respondeu e 24% dos respondentes tiveram problemas com os produtos ou serviços oferecidos. Foi questionado a esses clientes se o problema que tiveram foi resolvido. Dos 24% que relataram problemas com o supermercado, todos tiveram seus problemas resolvidos, o que de acordo com Bernardes et al. (2018), é um fator positivo para a empresa, pois quando a empresa consegue corrigir ou aprimorar seus serviços é essencial para a obtenção da satisfação de seus clientes.

Os entrevistados foram questionados sobre os motivos que os levam a comprar em supermercados concorrentes, e os resultados estão no gráfico 7.

Gráfico 7 - Compras no Concorrente



Fonte: Elaborado pelas autoras

O gráfico 7 demonstra que 40% dos clientes encontram nos concorrentes um menor preço. Este dado sugere que a empresa deve buscar por fornecedores que ofereçam um maior desconto em seus produtos, para que a empresa também possa oferecer um menor preço aos seus clientes. Em relação à opção ‘o concorrente fica mais próximo de casa’, 11% dos clientes destacaram esse item. Isto indica que, mesmo o estudo demonstrando que a maioria dos entrevistados residem no mesmo bairro do supermercado, ainda existem concorrentes próximos à residência dos mesmos, que aparentemente apresentam outros benefícios.

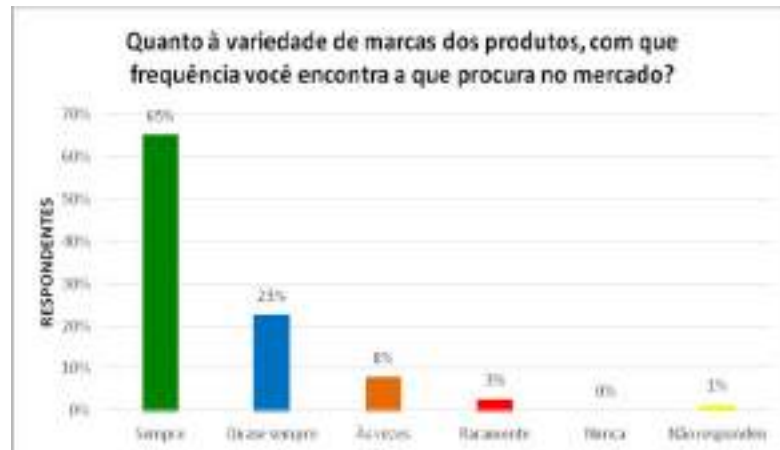
Observa-se ainda que 31% dos respondentes escolheram as opções ‘tem produtos que



não encontro aqui’ e 16 % ‘tem maior variedades de produtos’. Isto se torna um ponto a ser destacado, porque pode demonstrar que o supermercado em estudo não possui variedades suficientes de produtos.

O próximo gráfico traz os resultados relacionados à variedade de marcas ofertadas pela empresa.

Gráfico 8 - Variedade de marcas ofertadas



Fonte: Elaborado pelas autoras

Quando os clientes foram questionados sobre a variedade de marcas oferecidas, 65% responderam que sempre encontravam variedades, 23% responderam que quase sempre encontravam e, 13% responderam que raramente encontravam variedades.

Tendo em vista o resultado apresentado, é interessante realizar uma pesquisa para saber que tipos de produtos o cliente não está encontrando no supermercado. Isto irá ajudar a entender quais são as marcas preferidas dos clientes, pois se percebe que o mercado possui certa variedade de produtos (65%), mas que não é o que o cliente procura (como ficou evidenciado quando 31% escolheram essa opção no gráfico 7).

Este entendimento possibilitará uma melhor gestão da empresa no que se refere à busca pela satisfação do cliente. Sobre isso, Merlo e Ceribeli (2014) reforçam que quanto mais o gestor conhece seu cliente, maior é sua capacidade de atender às necessidades expostas e prover as demandas que aparecem. Logo, as chances de fidelização desse consumidor se intensificam.

No que se refere às questões abertas, é relevante ressaltar o que foi relatado pelos clientes.

Sugestões e Críticas

Dentre as reclamações, foram citadas pelos respondentes(R):



- “Mais opções para lavagem de roupa infantil” [R 08]
- “Melhorar hortifruti” [R 18]
- “Melhorar carne” [R 15]
- “Melhorar iluminação” [R 15 e R 66]
- “Mais oferta de fruta e verdura” [R 15]
- “Passar cartão refeição” [R 57]
- “Fazer um cartão do próprio mercado” [R 28]
- “Melhorar o atendimento dos caixas” [R 15 e R 37]
- “Treinamento dos funcionários” [R 38]
- “Faltam algumas marcas” [R 41]
- “Deveria ter mais caixas” [R 29]

Dentre as reclamações, as que mais se repetiram foi a respeito do atendimento nos caixas, forma de pagamento onde os clientes mencionam que o mercado poderia aceitar vale refeição e ter o próprio cartão do estabelecimento, bem como melhorar a iluminação do local.

Em relação aos elogios, os respondentes(R) ressaltaram:

- “Não tenho do que reclamar próximo de casa e horário favorável” [R 09]
- “Ótima entrega” [R 09]
- “Sempre compro no tradição” [R 27]
- “Mercado com ótimo atendimento” [R 46]
- “Agradecer ao respeito e atendimento” [R 53]
- “Top” [R 69]
- “Colaboradores estão de parabéns” [R 73]
- “Ótimo atendimento” [R 75]

A partir dos comentários, nota-se que o fator que se sobressalta é o atendimento dos colaboradores ao cliente. De certa forma, essa informação pode contribuir para a gestão de Recursos Humanos da empresa.

Quanto da Análise da matriz SWOT (FOFA)

Depois da aplicação do questionário, elaborou-se uma análise sobre a empresa, conforme descrita no quadro 1:

Quadro 1 - Análise Swot

Análise Interna	Análise Externa
Pontos Fortes	Oportunidade
<ul style="list-style-type: none">• Disposição dos produtos	<ul style="list-style-type: none">• Oferecer descontos para clientes fidelizados
<ul style="list-style-type: none">• Atendimento nos caixas	<ul style="list-style-type: none">• Oferecer um cartão próprio
<ul style="list-style-type: none">• Localização	<ul style="list-style-type: none">• Abrir novos canais de vendas
<ul style="list-style-type: none">• Clientes fidelizados	<ul style="list-style-type: none">• Iluminação
Pontos Fracos	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Preço acima dos concorrentes• Não aceitar cartão refeição• Quantidade reduzida de caixas• Disponibilidade limitada de algumas marcas	<ul style="list-style-type: none">• Concorrentes que ficam mais próximos das residências dos clientes• Concorrentes com melhores preços• Concorrentes oferecendo mais opções de marcas.

Fonte: Elaborado pelas autoras



O quadro representa, de modo sucinto, a análise dos ambientes interno e externo, a partir dos resultados obtidos com a pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ao analisar os resultados obtidos, concluí-se que a empresa tem sustentado seus clientes satisfeitos, em grande parte dos itens investigados, destacados na discussão dos resultados.

O objetivo geral sugerido por esse trabalho foi obtido, posto que se procurava avaliar o grau de satisfação dos clientes e, por meio deste estudo, foi possível identificar os pontos em que a empresa está obtendo êxito (considerando o ponto de vista do consumidor), bem como os pontos a serem melhorados pelos gestores. Posto isso, acredita-se que os resultados obtidos inicialmente podem ser utilizados para elaboração de um planejamento estratégico e/ou de um plano de marketing.

Sendo assim, esse trabalho contribui de modo prático e gerencial para melhorar a gestão mercadológica da empresa.

Outros estudos futuros em períodos diferentes na mesma localidade podem ser realizados. Também para estudos futuros, pode-se considerar incluir outras metodologias e técnicas de pesquisa. Ou ainda estudos que também considerem a opinião de seus colaboradores sobre o que a empresa oferece.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. S.; PELISSARI, A. S. Satisfação do Consumidor com Base nos Atributos do Serviço de Hospedagem. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 2, p. 32-53, 2019.

CENTENARO, A.; LAIMER, C. G. Relações de Cooperação e a Competitividade no Setor Supermercado. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 19, n. 63, p. 65-81, 2017.

CERIBELI, H. B.; PRADO, L. S.; MERLO, E. M. Uma aplicação conjunta das análises Swot/Pest para avaliação de estratégias competitivas no varejo. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 9, n. 1, p. 77-101, 2015.

HAUBERT, D. A satisfação dos clientes em uma empresa atacadista: um estudo na Videosom Distribuidora. Curso de Administração. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Santa Rosa, 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1419/TCC%20Daniel%20Haubert.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 19 de Outubro de 2020

GALLON, A. V., SILVA, T. P. da. HEIN, N. OLINQUECITCH, J. L. Avaliação da
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ –UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



Importância dos Atributos e a satisfação dos Clientes de Supermercados do Médio do Vale do Itajaí-SC. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 10, n. 27, p. 150-160, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GUSMÃO, A. B.; MATTOSO, C. Q. Mercado maduro e consumo: que fatores são relevantes na determinação de preferência de supermercados pela terceira idade. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 30, n. 1, p. 56-72, 2015.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/scexen>. Acesso em 29 de Maio de 20

MACIEL, G. N.; OLIVEIRA, J. A.; VALADARES, G. C.; LEME, P. H. M. V.; REZENDE, D. C. Self-Checkout no Varejo: Implicações na Satisfação dos Consumidores. **Reuna**, v. 24, n. 1, p. 41-57, 2019.

MARQUES, K. C. M.; SOUZA, R. P.; SILVA, M. Z. Análise SWOT da abordagem da contingência nos estudos da contabilidade gerencial. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 117-136, 2015.

MERLO, E.; CERIBELI, H. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

MIRALES, E.; JACOMINO, G. P.; BALDIN, C. Análise Swot: Um Estudo sobre o Nível de Competitividade de uma Empresa de 'Fast-Food' Japonês. **Revista Gestão & Conexões**, v. 8, n. 3, p. 141-162, 2019.

OLIVEIRA, F. G. B. de. Comportamento do Consumidor: Os Fatores de Influência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 9, n.1, p. 613-630, 2016.

OLIVEIRA, P., Komesu, J. K., GOMES, M. S. A., PEREIRA, C. H., PEREIRA, J. A. Análise SWOT e Visão Baseada em Recursos como Suporte à Formulação do Planejamento Estratégico: Um Estudo no Mercado Municipal de Naviraí-MS. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 9, n. 1, p. 2232-2249, 2018.

PEREIRA, L. A.; BENETTI, A. C.; OZELAME, A. M. C. C.; NÓBREGA, W. R. M. Planejamento do turismo através de políticas públicas: Análise SWOT dos planos de marketing de turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 6, n. 1, p. 90-110, 2018.

RIVIERA, Caroline. SILVA, Rodrigo. LACERDA, Idelma. Qualidade no atendimento ao cliente como fator de crescimento empresarial. **Revista Brasil Escola**. 8, N. 1. 2019.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

INDICADORES EDUCACIONAIS DE ESTUDANTES DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SITE DO INEP: TRANSPARÊNCIA OU INVISIBILIDADE?

Elisabete Cristina Pereira Eches¹ - UNESP, IFPR
Eduardo José Manzini² - UNESP

GT: Educação Especial e Inclusiva

RESUMO

Os indicadores educacionais dos estudantes público-alvo da educação especial são os dados coletados nos censos, aqui foram utilizados dados do Censo da Educação Superior. Neste estudo tem-se o intuito de responder a seguinte pergunta: quais as implicações decorrentes das modificações realizadas no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em relação à transparência de dados do Censo da Educação Superior em relação às pessoas com deficiência? Nesse sentido objetivou-se descrever e analisar as modificações, no site do INEP, na forma de apresentar os dados do Censo da Educação Superior em relação às pessoas com deficiência. Perante o contexto educacional do Ensino Superior no país, e a maneira como as pessoas com deficiência são tratadas ao longo dos anos, no capitalismo dados sobre minorias não são interessantes para o Estado que constantemente têm ampliado a presença de preceitos neoliberais na educação. Esta pesquisa é de natureza básica, abordagem qualitativa, sendo sua coleta de dados bibliográfica e documental. Os dados deste estudo foram todos coletados da internet no site dos microdados do INEP, alguns foram acessados em 2020 e estão salvos em arquivos sob posse da autora, e outros foram acessados pelos autores em 2023 e se encontram disponíveis atualmente na internet. Os dados são apresentados em texto corrido e não em imagens devido à extensão permitida neste trabalho. Os resultados apontaram que o número de pastas de arquivos, de módulos de dados e de orientações para a busca de dados diminuíram. Bem como os dados sobre estudantes público-alvo da educação especial, só contemplam informações gerais referente aos estudantes e docentes público-alvo da educação especial, sem tratar à respeito de informações sobre cada tipo de necessidade ou deficiência, e sem tratar de acessibilidade arquitetônica ou tecnológica. Conclui-se que atualmente não é possível encontrar dados específicos de estudantes público-alvo da educação especial.

Palavras-chave: Estudantes público-alvo da educação especial. Ensino Superior. Indicadores educacionais.

INDICADORES EDUCATIVOS DEL ESTUDIANTES DEL PÚBLICO OBJETIVO DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL EN EL SITIO DEL INEP: ¿TRANSPARENCIA O INVISIBILIDAD?

RESUMEN

Los indicadores educativos del público objetivo de los estudiantes de educación especial son los datos recogidos en los censos, aquí utilizamos datos del Censo de Educación Superior. Este estudio tiene como objetivo responder a la siguiente pregunta: ¿cuáles son las implicaciones derivadas de los cambios realizados en el sitio web del INEP (Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira) en relación con la transparencia de los datos del Censo de Educación Superior en relación con las personas con discapacidad? En ese sentido, el objetivo fue describir y analizar los cambios, en el sitio

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília, Pedagoga no IFPR Londrina – e-mail: elisabetechesacademico@gmail.com

² Livre-docente em Educação pela Unesp de Marília, professor voluntário no Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP de Marília – e-mail: eduardo.manzini@unesp.br - Orientador



web del INEP, en la forma de presentar los datos del Censo de Educación Superior en relación a las personas con discapacidad. Dado el contexto educativo de la Educación Superior en el país, y la forma en que se trata a las personas con discapacidad a lo largo de los años, bajo el capitalismo los datos sobre minorías no son de interés para el Estado, que ha ampliado constantemente la presencia de preceptos neoliberales en la educación. Esta investigación es de carácter básico, enfoque cualitativo, y su recolección de datos es bibliográfica y documental. Todos los datos para este estudio fueron recopilados de Internet en el sitio web de microdatos del INEP, algunos fueron accedidos en 2020 y están guardados en archivos bajo la posesión del autor, y otros fueron accedidos por los autores en 2023 y actualmente están disponibles en Internet. Los datos se presentan en texto plano y no en imágenes debido a la extensión permitida en este trabajo. Los resultados mostraron que disminuyó el número de carpetas de archivos, módulos de datos y guías para la búsqueda de datos. Además de los datos de alumnos del público objetivo de educación especial, solo incluyen información general sobre alumnos y profesores del público objetivo de educación especial, sin tratar información sobre cada tipo de necesidad o discapacidad, y sin tratar la accesibilidad arquitectónica o tecnológica. Se concluye que actualmente no es posible encontrar datos específicos sobre los estudiantes que son el público objetivo de la educación especial.

Palabras clave: Estudiantes del público objetivo de la educación especial. Enseño Superior. Indicadores educativos.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Ensino Superior inicia-se no Brasil a partir da vinda da Família Real Portuguesa em 1808. Naquele ano foram criados dois cursos na área de medicina: o curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia na Bahia e o curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro (JANNUZZI, 2012). Antes desse período os filhos da elite brasileira eram enviados para a Europa a fim de cursar o Ensino Superior lá. Esse nível de ensino surge no Brasil já elitizado, pois objetivava formar os quadros de funcionários para atender demandas no Estado que aqui se instalou com a vinda dos monarcas. Assim, membros da nobreza e da classe média brasileira frequentariam a educação superior para atenderem às demandas que surgiam com a nova organização do país.

Se o Ensino Superior não era acessível para pessoas das classes trabalhadoras, vale dizer o mesmo em referência às pessoas com deficiência. Algumas décadas depois de sua criação foram concebidas as primeiras instituições de educação para pessoas com deficiência, a primeira delas foi o Instituto dos Meninos Cegos criado em 1854 (JANNUZZI, 2012). Atualmente este instituto é conhecido pelo nome Instituto Benjamin Constant (IBC), e desde sua criação a educação ministrada para os estudantes com deficiência visual sempre esteve centralizada em oficinas de trabalho ou na educação básica, tendo início na educação infantil. O IBC também tem ofertado cursos para profissionais que atendem alunos com deficiência visual há vários anos (MEC/INEP, 1987). Mais recentemente, o instituto vem oferecendo cursos de pós-graduação lato e stricto sensu na área da deficiência visual (IBC, 2021a; 2021b).

Em meio a esse cenário de dificuldade de acesso ao Ensino Superior pelas minorias, e de uma escola especial que oferece apenas educação básica para as pessoas com deficiência visual,



na década de 1950 um sujeito conseguiu vencer esses obstáculos, o estudante Edison Ribeiro Lemos, primeira pessoa com deficiência visual a concluir o Ensino Superior no Brasil, cursando entre 1953 e 1956 a licenciatura em geografia e história na Universidade Federal Fluminense (ESTEVÃO, 2005). Desde então, estudantes com deficiência visual têm acessado esse nível de ensino, possivelmente os demais estudantes que são público-alvo da educação especial (PAEE) passaram por esse nível de ensino também. Em 1995 os dados do Ensino Superior passam a ser coletados através do Censo da Educação Superior e as estatísticas desse nível de ensino passam a ser conhecidas. Contudo, apenas no ano 2000 o Censo inicia a contabilização dos sujeitos com deficiência, entre eles aqueles com deficiência visual (INEP, 2020).

Durante a pesquisa de mestrado da autora, foi constatado, a partir dos dados do Censo da Educação Superior, que entre os anos de 2009 e 2018, os estudantes com deficiência visual foram maioria entre o público-alvo da educação especial no Ensino Superior (ECHES, 2021; INEP, 2020). Do mesmo modo, Martins, Leite e Lacerda (2015), ao analisarem os dados do Censo da Educação Superior entre os anos 2000 e 2011, constataram que os estudantes com deficiência visual eram maioria nesse nível de ensino. Contudo, apesar desses estudantes serem maioria entre os estudantes PAEE, os índices dos dois públicos em relação à porcentagem de pessoas com deficiência no país é baixo. Historicamente, o Ensino Superior continuou sendo de difícil acesso a classe trabalhadora (CHAUÍ, 2014; QUERMES, 2014), os dados do Censo mostraram o mesmo em relação às pessoas com deficiência.

Diante de tais constatações e devido à aprovação da autora no Doutorado em Educação na linha de Educação Especial e seu vínculo ao Grupo de Pesquisa sobre Deficiências Físicas e Sensoriais, a mesma, pretendia em seus estudos no Doutorado pesquisar os dados dos estudantes com deficiência visual no Censo da Educação Superior entre os anos 2000 e 2021. Todavia, em 04 de novembro de 2022, todos os dados de todos os anos do Censo da Educação Superior foram atualizados, deste modo, as informações sobre estudantes com deficiência visual não estão mais disponíveis. Apenas é possível verificar dados sobre estudantes com deficiência de modo geral, as variáveis dos tipos de deficiência e tipos de necessidades específicas foram excluídas (INEP, 2023b). Portanto, não apenas dados de estudantes com deficiência visual não podem mais ser encontrados nos Censos da Educação Superior, mas sim de todos os estudantes PAEE que se encaixam em outro tipo de deficiência ou necessidade específica.

Além dos dados específicos dos estudantes público-alvo da educação especial, existiam também dados dos cursos que tratavam sobre os recursos tecnológicos e humanos de acessibilidade; bem como dados dos locais de oferta que contemplavam informações sobre



acessibilidade arquitetônica; e ainda dados sobre os tipos de deficiência dos professores, que neste momento não estão mais disponíveis também. Esses três tipos de dados: cursos, locais de oferta e docentes contemplavam variáveis que podiam ser associadas às especificidades dos estudantes com deficiência visual, bem como dos outros estudantes PAEE. Assim, observa-se uma modificação na forma de apresentar os indicadores educacionais desse público no Ensino Superior. Os autores buscaram contato via e-mail, telefone e portal com o INEP e quando foram respondidos a mensagem informava que os dados estariam disponíveis na página dos microdados.

A partir do fato constatado, a pergunta de pesquisa neste estudo é: quais as implicações decorrentes das modificações realizadas no site do INEP em relação à transparência de dados do censo escolar em relação às pessoas com deficiência? Nessa direção, objetivou-se descrever e analisar as modificações, no site do INEP, na forma de apresentar os dados do censo escolar em relação às pessoas com deficiência. Apesar de o interesse inicial na pesquisa ser sobre estudantes com deficiência visual, optou-se por ampliar o público estudado diante da importância dessas modificações dos dados.

Diante do contexto educacional do Ensino Superior no país, e da maneira como as pessoas com deficiência são tratadas ao longo dos anos, no capitalismo dados sobre minorias não são interessantes para o Estado que constantemente têm ampliado a presença de preceitos neoliberais na educação. A competição é mais bem vista do que a inclusão.

O presente estudo se justifica pelo constante aumento no acesso de estudantes PAEE ao Ensino Superior segundo pesquisa da autora (ECHES, 2021), bem como pelas características dos dados dos censos que são dados públicos e devem ser disponibilizados a toda população.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os dados do Censo da Educação Superior são coletados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira criado em 1937 para o atendimento de demandas da industrialização brasileira e para a orientação das políticas públicas em educação, sendo o primeiro Censo Escolar publicado em 1946 (INEP, 2023a). Os indicadores educacionais são dados que foram coletados nos censos, e trazem indicação do modo como se desenvolve a educação. Existem outros censos educacionais além do Censo da Educação Superior, mas aqui só será discutido sobre este último.

Os indicadores educacionais são também indicadores sociais, pois possibilitam que novas políticas públicas educacionais sejam construídas e implementadas, bem como, possibilita que pesquisas acadêmicas sejam desenvolvidas, afetando o modo como a sociedade se organiza e se



desenvolve. Para Jannuzzi (2006, p. 15):

Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisas acadêmicas) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Os indicadores por serem registros estatísticos de dados da realidade social, além da obrigatoriedade de serem dados públicos, influenciam na criação ou reformulação de políticas públicas, bem como também são influenciados por elas. Desde a década de 1990 a inclusão escolar tem sido defendida por diversos educadores, entidades e associações, isso provavelmente influenciou no acesso ao Ensino Superior no Brasil. Os Censos analisados pela autora em sua pesquisa de mestrado, apontou que durante os dez anos pesquisados o número de estudantes com deficiência visual aumentou constantemente (ECHES, 2021). O mesmo pode ser dito referente aos demais estudantes que fazem parte do público-alvo da educação (ECHES, 2021).

Haja vista que, desde 1988 a educação das pessoas com deficiência deva ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, que todos podem acessar os níveis mais elevados do ensino e que devem ser garantidas igualdades de condições para acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988), sempre foi esperado que não ocorresse distinção entre pessoas com e sem deficiência no ambiente escolar, caso existisse que fosse para atender as suas especificidades e aos seus direitos. Entretanto, muitas são as pesquisas que têm mostrado que as garantias legais dos estudantes público-alvo da educação não têm sido cumpridas. A própria autora apresenta em sua dissertação de mestrado vários dados que comprovam tal afirmativa.

O neo-liberalismo tem guiado a sociedade desde os anos de 1980, essa nova corrente do liberalismo condena investimentos públicos em serviços sociais, logo pode-se concluir que a educação pública é gasto e não um investimento por essa ótica. Mészáros (2007, p. 107) afirma que as reformas educacionais que ocorrem dentro da lógica do capital buscam “remediar os piores efeitos da ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem eliminar seus fundamentos causais antagônicos e profundamente enraizados”. Assim, tanto a ampliação dos direitos dos estudantes PAEE, como por exemplo a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Política Nacional de educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva, Estatuto da Pessoa com Deficiência, como as reformas que ocorreram no Ensino Superior, Lei do Ensino Superior de 1968 e REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) apesar de positivas não quebram os processos de exclusão que se vivencia na universidade (CHAUÍ, 2014).



E neste momento, em 2023, o acesso às estatísticas que dizem respeito aos estudantes público-alvo da educação especial, desaparecem da internet, e não são disponibilizados nem por meio de contato privado dos autores. Esse fato aponta a não importância dada a esses sujeitos que pode indicar até o não reconhecimento real de seu direito de acesso à educação superior. Tal fato corrobora com o que Marx e Engels (2010) afirmam sobre o trabalho e os produtos oriundos do trabalho serem distribuídos qualitativa e quantitativamente de modo desigual. O acesso ao Ensino Superior é direito de todos, mas na sociedade capitalista nem todos têm as mesmas oportunidades. A universidade é tanto o trabalho como o produto do trabalho. Para Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [...] A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1998, p. 326).

A universidade é o trabalho sob o ponto de vista de que forma homens e mulheres para o exercício profissional, nesse processo sob a perspectiva dialética do Materialismo Histórico o formador e o formado se formam juntos no diálogo com o conhecimento (FREIRE, 1996). O estudo é um trabalho principalmente intelectual, em alguns cursos pode-se dizer que seja também manual, mas ele é um trabalho. Marx no trecho acima afirmava que todas as partes do corpo do homem influenciam o processo de trabalho, modificando ao meio e a si mesmo. Do mesmo modo, a universidade é um produto do trabalho, pois é uma construção histórica da civilização humana. São vários séculos de estudos, observações, aplicações e outras fases do processo científico que foram concretizando a instituição que congrega os níveis mais elevados de ensino da sociedade, mas que sob o ponto de vista burguês vê a inclusão das pessoas com deficiência como algo:

[...] que, de início, parece ser a redenção de grupos excluídos historicamente do acesso ao conhecimento, à instrução e à cultura humana, nas relações sociais vigentes acaba por concretizar-se em formação das massas para o trabalho simples. (MICHELS; GARCIA, 2014, p. 162-163).

Dessa forma, a universidade não é adequada ao sujeito que se encaixe como público-alvo da educação especial. Dessa forma, são descritos a seguir os procedimentos metodológicos da pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é de natureza básica e de abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos de coleta de dados é uma pesquisa bibliográfica, devido às referências utilizadas na análise e discussão dos dados encontrados, e documental, devido aos dados retirados dos censos.



4. DESENVOLVIMENTO

Os dados do Censo da Educação Superior são encontrados no site do INEP, existem dois tipos de informações diferentes em relação a eles que são: o resumo técnico e os microdados. Nesta pesquisa os microdados é que foram acessados. Durante a pesquisa de mestrado a autora coletou e arquivou todas as pastas dos microdados dos 10 anos de Censo da Educação Superior estudados por ela, ou seja, de 2009 a 2018. Ao baixar a pasta compactada com informações de cada ano, eram disponibilizadas 4 pastas, uma delas continha os dados. Na pasta dos dados haviam de 5 a 6 módulos diferentes de dados.

Agora em 2023 os autores começaram a fazer o mesmo procedimento fazendo o *download* das pastas e abrindo-as para buscar as informações de que necessitariam, e foi constatado que a quantidade de pastas foi reduzida bem como os módulos de dados foram suprimidos. Para essa pesquisa não foi utilizado o *software* de estatística para cruzamento dos dados, pois verificou-se que os dados que seriam necessários não estão mais disponíveis, desapareceram junto com a supressão dos módulos e pastas.

Para fazer a pesquisa nos dados brutos é necessária a utilização de *softwares* estatísticos, mas antes de abrir esses dados deve-se estabelecer um protocolo de cruzamentos a serem utilizados nos *softwares*. Esse protocolo é elaborado conforme as variáveis disponíveis em cada módulo, que são apresentadas no dicionário de sinônimos, e conforme os dados que o pesquisador tem interesse em coletar. Porém, com as exclusões feitas no último ano, não existia nenhum dado que pudesse interessar aos autores deste estudo no corrente ano. Dessa forma, os cruzamentos estatísticos nem foram desenvolvidos agora em 2023, pois as variáveis do dicionário de sinônimos não contemplavam os temas e assuntos de interesse dos pesquisadores.

Aqui serão trazidas as informações que eram encontradas em 2020 e que são encontradas em 2023 por meio de texto, pois o uso de imagem não permite atender os limites de extensão deste trabalho. Porém, durante a apresentação no I Conlape as imagens serão apresentadas aos expectadores do evento.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na página dos microdados do INEP os anos do Censo da Educação Superior são pastas compactadas, uma por ano. Para o usuário são apresentadas como links que ao serem clicados baixam a pasta daquele ano.

Dentro das pastas em 2020, era possível encontrar quatro pastas, que seriam: a pasta



“dados”, na qual se encontram os dados para tratamento estatístico por meio de *software* adequado; a pasta “anexos”, na qual é possível encontrar o dicionário de sinônimos; a pasta “leia-me” cujo o conteúdo é o manual do usuário; e a pasta “filtros” na qual estão as instruções para utilização dos microdados com principais exemplos de uso e dicas.

Dentro da pasta dos dados existem de 4 a 6 módulos diferentes que seriam: “aluno”, “docente”, “curso”, “IES”, “local de oferta” e “tabela auxiliar CINE Brasil”. Entre os anos de 2010 e 2016 eram encontrados os cinco primeiros módulos de dados, apenas nos Censos de 2017 e 2018 que o módulo “tabela auxiliar CINE Brasil” era disponibilizado. No ano de 2009 não havia o módulo “local de oferta”, mas eram disponibilizados os seguintes módulos: “unidade de funcionamento” e “vagas inscritos EAD”. Como já foi dito logo acima, em novembro do ano anterior todos os dados dos Censos da Educação Superior foram atualizados e modificados.

Contudo, agora em 2023 os autores constataram que a organização dos dados foi modificada, foi reduzido o número de pastas, reduzida a quantidade de módulos e excluídas diversas variáveis que caracterizavam estudantes e professores com deficiência, bem como acessibilidade tecnológica e arquitetônica. Tendo em vista que o ano de 2018 foi o último coletado pela autora na pesquisa de mestrado, e era o mais completo em dados, serão utilizadas como parâmetro as informações do censo daquele ano que foram coletadas em 2020 e em 2023.

Em 2023, a pasta “filtros” que contém as instruções para utilização dos microdados do Censo da Educação Superior foi excluída. Nela era possível encontrar exemplos, avisos e dicas que facilitam o manuseio dos dados. Entretanto, com as mudanças, o usuário não terá mais acesso a essas instruções. A ausência da pasta filtros deixa o pesquisador sem uma noção de exemplos de utilização dos dados, de características das informações das principais variáveis que seriam úteis para os cruzamentos estatísticos. Essa ausência prejudica a pesquisa, pois o pesquisador em um uso normal desses dados já acaba encontrando cruzamentos que não são tão vantajosos em sua pesquisa, que não apontam as informações de seu interesse, muito menos sem um arquivo com instruções que auxiliem no maior aproveitamento e uso desses dados.

No capitalismo o Estado surge para garantir as mínimas condições de vida da população extremamente explorada no início da Industrialização Europeia (MARX, 1998). Esse ente passa a organizar e disponibilizar serviços sociais para a população em geral. Entretanto, Barbieri e Noma (2017, p. 20) entendem que:

[...] o Estado [...] não é apenas uma superestrutura política representativa do capital [...], mas [...] é parte constitutiva dele por ser catalisador das suas forças sociometabólicas [...] funcionando como uma importante esfera no controle social.

Desta forma, “a configuração que o Estado assume é de um ente que está a serviço do



capital e não da população” (ECHES, 2021, p. 66). Logo, o Estado, que é responsável pelo Censo não se mostra preocupado com a retirada de informações que colaborariam para as buscas de dados, pois não tem interesse que se acesse dados da realidade educacional, tendo em vista que pode sofrer críticas.

O Manual do usuário que é disponibilizado na pasta “leia-me” também sofreu supressões, a pasta não foi excluída, porém, o arquivo do manual foi modificado. Nesse manual era possível visualizar os caminhos em alguns *softwares* de estatísticas para cruzamento de dados, atualmente o arquivo só tem dois itens diferentes “diretórios” e “contatos”, contendo apenas 6 páginas. Anteriormente, no ano de 2020 o arquivo tinha os seguintes itens: “diretórios”, “orientações para abrir os arquivos CSV no *software* R”, “orientações para abrir os arquivos CSV no *software* SPSS” e “orientações para abrir os arquivos CSV no *software* SAS”, contendo 18 páginas.

A partir de agora, nos casos em que o pesquisador não fez um curso sobre o uso de *software* de estatísticas com os dados do Censo da Educação Superior, dificilmente terá condições de acessar esses dados sem o cometimento de erros. Será um trabalho desenvolvido de modo intuitivo ou dedutivo, sem uma orientação mais específica. Não que não seja necessário ou indicado uma formação para uso de *software* de estatística, porém, o manual facilita o uso para aqueles que não fizeram o curso. O que pode contribuir para que um usuário sem fins acadêmicos tenha acesso aos dados de modo mais facilitado. Aqui é possível visualizar mais uma vez, um entrave para se acessar esses dados, pois o pesquisador ou o usuário não saberá nem abrir os dados utilizando o *software* de estatística. E caso os dados sejam abertos sem a utilização de um *software* de estatística, diretamente nas planilhas eletrônicas, não há a possibilidade de acessar nenhuma informação, pois tudo está escrito em códigos. Cada aluno representa uma linha da planilha, ou seja, serão abertas planilhas com milhões de linhas sem possibilidade de leitura e entendimento por parte do leitor, pois serão códigos diferentes em cada uma delas.

Segundo Marx (2011), a sociedade capitalista é uma sociedade conservadora, pois os membros das classes dominantes objetivam manter-se no poder e para tal precisa manter as desigualdades sociais que as sustentam. As alterações sobre a apresentação das informações que orientam o acesso aos dados do Censo da Educação Superior é uma forma de conservação, pois dificulta o acesso a esses dados, e quanto menos pessoas souberem deles melhor será para essa conservação. Os dados evidenciam a realidade social estudada, e a partir desses dados diversas críticas podem surgir tais como a que a autora faz em sua pesquisa de mestrado na qual afirma a partir dos dados do Censo Demográfico e do Censo da Educação Superior que “menos de 5% das pessoas com deficiência visual acessam esse nível de ensino” (ECHES, 2021, p. 105).



Portanto, é uma porcentagem muito baixa, onde estão os outros 95%? Quais ocupações eles têm? Quanto essas ocupações podem colaborar para seu desenvolvimento como pessoa e cidadão? Que possibilidades de emancipação humana tem sido dada para essas pessoas? Que oportunidades são dadas a essas pessoas para que elas possam contribuir para uma melhor evolução de nossa sociedade? E os estudantes com autismo, altas habilidades e outras deficiências como identificar seus índices no Ensino Superior e estabelecer discussões a seu respeito? Muitas outras questões podem surgir a partir dos indicadores educacionais, e precisa-se deles para ter respostas bem como para fazer perguntas. E são perguntas e respostas que atendem aos interesses e direitos individuais e coletivos, que precisam ser perguntadas e respondidas pelo bem social e individual de cada cidadão brasileiro.

Quanto aos módulos de dados, que são disponibilizados na pasta “dados”, estes eram de quatro ou seis tipos durante o ano de 2020, atualmente foram reduzidos para dois. Os módulos “aluno”, “docente”, “local de oferta” e “tabela auxiliar CINE Brasil” foram excluídos, somente os módulos “curso” e “IES” forma mantidos.

O módulo “aluno” traz características dos estudantes, categoria administrativa da escola de origem e da IES, as formas de ingresso, o uso de cotas entre outros. Já o módulo “docente” traz a caracterização dos docentes, sua formação, se atuam no ensino, pesquisa e/ou extensão e etc. O módulo “local de oferta” apresenta dados com características físicas do ambiente das IES. Essa “tabela auxiliar CINE Brasil” refere-se à Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica do Brasil é utilizada para organização do agrupamento de cursos superiores segundo semelhança de conteúdo temático. O módulo “cursos” apresenta dados sobre os graus acadêmicos (bacharelado, licenciatura ou tecnólogo), período dos cursos (manhã, tarde ou noite), dados de acessibilidade tecnológica e profissionais de apoios entre outros. E, por fim, o módulo “IES” traz dados sobre a categoria administrativa das instituições (pública, privada, filantrópica etc), organização acadêmica (faculdade, centro universitário, universidade), quantidade de funcionários, grau de formação dos funcionários entre outros.

Notou-se que além da redução de módulos de dados, também ocorreu a supressão de todas as informações sobre acessibilidade tecnológica e arquitetônica, bem como informações sobre os tipos de necessidades específicas dos estudantes e dos professores do Ensino Superior. Essa supressão é verificada através das variáveis disponíveis no dicionário de sinônimos. Nos parágrafos a seguir serão relatadas as variáveis que foram encontradas em 2020 e que foram encontradas em 2023, optou-se pro trazê-las em texto corrido por serem em número elevado, pois,



a extensão deste trabalho não permite a colocação de tantas imagens, bem como para facilitar sua leitura neste texto. Os nomes das variáveis são aqui trazidos exatamente como são grafados nos módulos de dados, e alguns são explicados para melhor entendimento.

No módulo “aluno”, em 2020, os dados disponibilizados referentes aos estudantes público-alvo da educação especial eram: IN DEFICIÊNCIA BAIXA VISÃO, IN DEFICIÊNCIA CEGUEIRA, IN DEFICIÊNCIA, IN DEFICIÊNCIA SURDEZ, IN DEFICIÊNCIA AUDITIVA, IN DEFICIÊNCIA FÍSICA, IN DEFICIÊNCIA SURDOCEGUEIRA, IN DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, IN DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA, IN DEFICIÊNCIA SUPERDOTAÇÃO, IN TGD AUTISMO, IN TGD SÍNDROME DE SPERGER, IN TGD SÍNDROME DE RETT, IN TGD TRANSTORNO DESINTEGRATIVO, IN DEFICIÊNCIA MENTAL, IN RESERVA DEFICIÊNCIA (ECHES, 2021).

Em 2023, o módulo “aluno” foi suprimido do Censo, agora só existem os módulos “curso” e “IES”. No módulo “curso” em 2023 só existem sete variáveis relacionadas a estudantes com deficiência, as 4 primeiras são: QT ALUNO DEFICIENTE (quantidade de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação); QT ING DEFICIENTE (quantidade de alunos ingressantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação); QT MAT DEFICIENTE (quantidade de matrículas de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação); QT CONC DEFICIENTE (quantidade de concluintes alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação). Essas quatro primeiras variáveis referem-se aos cruzamentos de TP SITUAÇÃO com IN DEFICIÊNCIA que eram encontradas no ano de 2020 (ECHES, 2021). As outras três variáveis disponíveis em 2023 são: QT ING RVPDEF (quantidade ingressantes nos cursos alunos que participam de reserva de vagas – pessoas com deficiência); QT MAT RVPDEF (Quantidade de matrículas - alunos que participam do programa de reserva de vagas - pessoas com deficiência) e QT CONC RVPDEF (Quantidade de concluintes - alunos que participam do programa de reserva de vagas - pessoas com deficiência). Essas últimas variáveis em relação a 2020 seriam o cruzamento das variáveis IN DEFICIÊNCIA com TP SITUAÇÃO com IN RESERVA DEFICIÊNCIA (ECHES, 2021).

Como se pode notar, em 2020, as variáveis disponibilizadas caracterizam todos os tipos de necessidades específicas dos estudantes público-alvo da educação e, em 2023, não foram inseridas outras variáveis que substituíssem as que foram retiradas. A partir dessas variáveis, tanto esses dados como outros dados, referentes aos estudantes com esses tipos de necessidades,



poderiam ser encontrados tais como: quantos alunos com deficiência visual eram brancos, quantos alunos com deficiência visual eram mulheres, quantos alunos com deficiência visual estavam matriculados em universidades públicas, quantos alunos com autismo utilizaram reserva de vagas para pessoa com deficiência, entre outros dados dos diversos estudantes com deficiência.

No módulo “curso” no ano de 2020 eram disponibilizadas as seguintes variáveis: IN AJUDA DEFICINTE, IN MATERIAL TÁTIL, IN MATERIAL ÁUDIO, IN MATERIAL BRAILLE, IN DISCIPLINA LIBRAS, IN GUIA INTÉRPRETE, IN MATERIAL LIBRAS, IN RECURSOS DE COMUNICAÇÃO, IN TRADUTOR LIBRAS, IN MATERIAL DIGITAL, IN MATERIAL AMPLIADO, IN MATERIAL IMPRESSO, IN RECURSOS DE INFORMÁTICA (ECHES, 2021). Em 2023, o presente módulo não disponibiliza nenhuma dessas variáveis, nem variáveis correlatas.

Já o módulo “local de oferta”, no ano de 2020, apresentava as seguintes variáveis relacionadas às pessoas com deficiência: IN ACESSIBILIDADE, IN SINALIZAÇÃO TÁTIL, IN RAMPA ACESSO CORRIMÃO, IN ENTRADA SAÍDA DIMENSÃO, IN AMBIENTE DESOBRUÍDO, IN SINALIZAÇÃO SONORA, IN SINALIZAÇÃO VISUAL, IN EQUIPAMENTO ELETROMECÂNICO, IN BANHEIRO ADAPTADO, IN ESPAÇO ATENDIMENTO ADAPTADO, IN MOBILIÁRIO ADAPTADO, IN BEBEDOURO LAVABO ADAPTADO (ECHES, 2021). No ano de 2023, esse módulo foi excluído e não existem variáveis que estariam relacionadas a esses dados,.

O último módulo do qual foram coletados dados, em 2020, é o módulo “docente”. Neste módulo era possível acessar as seguintes variáveis: IN DEFICIÊNCIA, IN DEFICIÊNCIA BAIXA VISÃO, IN DEFICIÊNCIA CEGUEIRA, IN DEFICIÊNCIA AUDITIVA, IN DEFICIÊNCIA SURDEZ, IN DEFICIÊNCIA FÍSICA, IN DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, IN DEFICIÊNCIA SURDOCEGUEIRA, IN DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA e IN DEFICIÊNCIA MENTAL. Em 2023, esse módulo foi suprimido e no módulo “IES” é encontrada a seguinte variável QT DOC EX DEFICIÊNCIA (quantidade de docentes em exercício com deficiência). Essa última, em 2020, poderia ser relacionada à variável IN DEFICIÊNCIA.

Nos últimos anos, vivencia-se uma redução constante no orçamento da Educação Superior. Silva (2007), analisando dados públicos, afirma:

tivemos nossa atenção atraída pela constante redução dos recursos públicos federais para aplicação no ensino superior público pelos governos brasileiros, durante a década de 90 do século XX e início do século XXI (SILVA, 2007, p. 574).

Em 2016 foi aprovada a emenda constitucional de “Teto de Gastos Públicos”, que congelou os gastos públicos por 20 anos (BRASIL, 1988; 2016), tal iniciativa deixou a educação



e outros serviços públicos de mãos atadas quanto à ampliação do atendimento, bem como quanto à qualidade do atendimento prestado. Apesar dos cortes financeiros na educação serem constantes desde os anos 90, a própria Agência Senado afirma que, desde 2016, o setor educacional tem tido diversos cortes e, por isso, sua recuperação será lenta (CASTRO, 2022). Deste modo, não basta que a educação sofra com os cortes de recursos constantes, ela também sofre com o corte de acesso as suas estatísticas. A indisponibilidade desses dados prejudica não apenas a pesquisa no tema, mas a proposição de novas políticas educacionais na Educação Superior e indiretamente na Educação Básica. Assim, encontra-se um mecanismo que contribui para a marginalização da inclusão no capitalismo (MARTINS, 1997), pois se o processo inclusivo fosse importante seus dados não seriam invisibilizados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações trazidas neste estudo foi possível demonstrar as alterações na forma de apresentar os dados referentes aos estudantes público-alvo da educação especial. Essa alteração provocou a invisibilidade da realidade educacional brasileira, quando deveria, ao contrário, promover a transparência deles, dados tão necessários para a construção de políticas públicas para a Educação. Foram diversos tipos de informações sobre esses sujeitos e as condições de acessibilidade arquitetônica e tecnológicas que “desapareceram”, evidenciando a invisibilidade desses estudantes para o Estado. Desta forma, foi possível notar que as minorias não são interessantes a esse ente, pois todos os dados dos públicos aqui tratados tornaram-se inacessíveis.

O que motivaria essas alterações substanciais: falta de recursos? interesse do Estado em não revelar o que ocorre com esse público? Por que os dados podem não ser tão “agradáveis” e questionamentos poderiam ser apresentados pela comunidade científica?. O estudo de Eches (2021) apontou um baixo índice de acessibilidade tecnológica, baixo número de profissionais de apoio, uma acessibilidade arquitetônica que não teve uma organização de dados fidedigna à coleta, e apesar dos estudantes com deficiência visual serem maioria no Ensino Superior representam somente 5% da população nacional com essa deficiência. Dessa forma, o estudo leva a dedução de que há uma omissão do processo inclusivo de todos os estudantes PAEE, que pode não estar ocorrendo de modo tão inclusivo como poderia, ou pelo menos deveria diante das legislações e políticas públicas brasileiras.

Na sociedade da produção, os sujeitos deficientes são assim considerados com o objetivo de confirmar sua incompetência na administração de suas vidas e no desenvolvimento de papéis sociais (PLATT, 2014). Logo, sua invisibilidade será pouco notada, ou nem sentida. A sociedade



burguesa depende da competição para sua conservação no poder, a cooperação pode induzir a classe trabalhadora a abrir seus olhos sobre a exploração social onde muitos sustentam poucos. Deste modo, a pessoa que possui deficiência ou uma necessidade específica, apesar do direito legal a educação reconhecido, não tem o direito real garantido. O que se mantém é a igualdade jurídica (MARTINS, 2002; CHAUI, 2014), já que sua eficiência na sustentação da desigualdade tende a ser questionada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. DF: Brasília, Presidência da República, [2016]. Disponível em: . Acesso em: 23 jan. 2023.

_____. **Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 2016. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CASTRO, A. Corte de recursos da educação atrasa recuperação do setor, alertam especialistas. **Senado Notícias**, Brasília, 07 de novembro de 2022. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/07/desmonte-no-orcamento-da-educacao-atrasa-recuperacao-do-setor-alertam-especialistas>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CHAUI, M. **A Ideologia da Competência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. v. 3. (Aplicativo Kindle).

ECHES, E. C. P. **Acesso e Permanência de Pessoas com Deficiência Visual no Ensino Superior**: análise dos indicadores educacionais brasileiros. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2021. Disponível em: < <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/21-2021>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ESTEVÃO, M. de M. Edison Ribeiro Lemos: tomba um combatente. **Revista Benjamin Constant**: Perfil, Rio de Janeiro, n. 30, p. 1-3, abr. 2005. Disponível em: <<http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/608>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 165 p.

IBC – INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Pós-Graduação Stricto Sensu. **IBC**, Rio de Janeiro, 2021a. Disponível em: < https://www.gov.br/ibc/pt-br/educacao/educacao-superior/copy_of_pos-graduacao-stricto-sensu>. Acesso em: 24 jan. 2023.

_____. Pós-Graduação Lato Sensu. **IBC**, Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em: < https://www.gov.br/ibc/pt-br/educacao/educacao-superior/copy_of_pos-graduacao-lato-sensu>. Acesso em: 24 jan. 2023.



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **História**, 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

_____. **Microdados**, 2020. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 05 maio 2020.

_____. **Microdados**, 2023b. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

JANNUZZI, G. S. DE M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Autores Associados: Campinas, 2012.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2006.

MARTINS, D. A. LEITE, L. P. LACERDA, C. B. F. de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise dos indicadores educacionais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 984-1014, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-0984.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MARTINS, J. S. **A exclusão social e a nova desigualdade**. Paulus: São Paulo, 1997.

_____. **A Sociedade Vista do Abismo**. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

MARX, K. **O capital**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. l. 1, 1. v.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos**. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

MEC/INEP. **A educação nas mensagens presidenciais, 1890-1986**. Brasília: Gráfica Valci Ed. Ltda. 1987. v. 1. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002962.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. Ana Cotrim; Vera Cotrim. São Paulo, Boitempo, 2007.

NOMA, A. K. ; BARBIERI, A. F. . **Estado, governo e políticas na transição do século XX para o XXI**. In: Amélia Kimiko Noma; César de Alencar Arnaut de Toledo. (Org.). Políticas públicas e educação escolar no Brasil. 1ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2017, v. 2, p. 19-39.

QUERMES, P. A. de A. Ensino Superior: desafio de uma educação inclusiva e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

cidadã. In: COSTA, G. G. da. QUERMES, P. A. de A. **Educação Superior: inclusão ou simulacro?** Brasília: Amazon, 2014, p. 308-671. Disponível no aplicativo Kindle.

SILVA, H. F. O. L. da. **Ajuste Estrutural e Educação Superior no Brasil: princípios negados.** Natal: UFRN, 2007. Disponível no aplicativo Kindle.



FORMAÇÃO QUALIFICADA PARA UM PÚBLICO DIFERENCIADO

Clarice Fabiano Costa Palavissini¹ - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Lourdes Aparecida Della Justina² - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Daniela Frigo Ferraz³ - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Nome do GT: Educação Especial e Inclusiva

RESUMO

O presente trabalho diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e suas prerrogativas, bem como da Formação continuada de professores na perspectiva inclusiva. Nosso objetivo é promover reflexões que possam contribuir acerca do tema diante da multiplicidade e singularidade do público do AEE. Para tal, refletimos abarcando referencial teórico e peculiaridades dessa temática e os dispositivos legais norteadores. Nesse sentido, compreender e considerar as limitações do outro, seja pessoa com deficiência ou professor sem a devida formação para este trabalho é algo a se ponderar e ter a compreensão de que o planejamento com base nas reais necessidades das pessoas com deficiência e ou necessidades específicas, bem como ter conhecimento de conceitos chave como a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) da teoria de Vigotski faz toda diferença para o nosso trabalho no intuito de promover um ensino que vise com que todos se apropriem com equidade dos conteúdos e atividades. Isso, certamente trará resultados significativos.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Formação continuada de professores. Inclusão.

RESUMEN

El presente trabajo se refiere a la Asistencia Educativa Especializada (AEE) y sus prerrogativas, así como a la formación continua de los docentes desde una perspectiva inclusiva. Nuestro objetivo es promover reflexiones que puedan contribuir al tema frente a la multiplicidad y singularidad del público de la AEE. Para ello, reflexionamos sobre el marco teórico y las peculiaridades de este tema y las disposiciones legales rectoras. En este sentido, comprender y considerar las limitaciones del otro, ya sea una persona con discapacidad o un docente sin la formación adecuada para esta labor, es algo a considerar y tener el entendimiento de que planificar a partir de las necesidades reales de las personas con discapacidad y/o necesidades específicas, así como el conocimiento de conceptos clave como la Zona de Desarrollo Próximo (ZDP) de la teoría de Vygotsky marcan la diferencia en nuestro trabajo para promover una enseñanza que pretende que todos se apropien de los contenidos y actividades con equidad. Esto sin duda traerá resultados significativos.

Palabras clave: *Asistencia Educativa Especializada. Formación continua de los docentes. Inclusión.*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática (PPGCEM) – e-mail: clarice_fc@hotmail.com

² Professora Associada da Pós-graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática (PPGCEM) – e-mail: pesquisa.educacaociencias@gmail.com

³ Professora Adjunta da Pós-graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática (PPGCEM) – e-mail: dfrigoferraz@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apropriar-se do conhecimento, muitas vezes, não é uma tarefa fácil, não se constrói o conhecimento por ações meramente acumulativas e sim por avanços e retrocessos, pela retificação de erros (BACHELARD, 1990). O processo pode ser considerado árduo e extenuante. Isso em condições normais de aprendizagem, isto é, quando o sujeito nasce saudável, com estrutura familiar e social que proporcionem suporte e condições favoráveis para apropriação do saber. Entretanto, nem todos tem o mínimo para garantir uma escolarização e apropriação do conhecimento de maneira digna e equânime.

Outro fator significativo relacionado a essas questões é o sujeito que se encontra em um desvio do padrão determinado, atualmente denominado Pessoa com Deficiência (PCD), respaldado por legislação própria, na qual fomenta a avaliação da deficiência por equipe multiprofissional e interdisciplinar que levará em conta os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação, como apresentado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de julho de 2015, a bem conhecida Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a qual afirma em seu artigo segundo que:

[...] pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A avaliação biopsicossocial é um procedimento técnico de verificação que busca avaliar os direitos das pessoas com deficiência, atualizada pelo decreto nº 10.410 de junho de 2020, que tem como objetivo identificar individualmente de que modo a deficiência desabilita ou prejudica a autonomia plena na vida profissional e cotidiana, entre outros aspectos de sobrevivência. Em constatação da necessidade alguns direitos são salvaguardados.

Em consonância com a área de atuação da primeira autora, o presente trabalho, está alicerçado em vivências no Ensino Superior, na mediação e suporte pedagógico no Atendimento Educacional Especializado (AEE), com pessoas que necessitam desse serviço. Nesse contexto, emergem evidências práticas que sinalizam para a relevância de reflexões acerca da abordagem do AEE relacionada a formação docente, devido ao impacto que uma pessoa com deficiência



causa a alguns professores. Não lhes é assegurada uma formação mínima para atender os acadêmicos com deficiência ou alguma necessidade específica.

Nesse sentido, buscamos nesse trabalho abordar um breve histórico de dispositivos legais do AEE seus desdobramentos e garantias, bem como a formação continuada para professores com foco na educação inclusiva a fim de que garantam o atendimento do público específico. Sobretudo, quando temos em mente que, muitas vezes, os professores têm formação em áreas específicas e não são preparados para enfrentar dificuldades do aluno fora do padrão, enquadrado no desvio.

2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUAS GARANTIAS

O Brasil segue uma legislação ampla, desde a Constituição Federal, na qual estabelece o direito de todos a educação. Em acordo com dispositivos de ordem global como nos afirma a Declaração Mundial sobre Educação aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em março de 1990. Nessa direção, a Declaração de Salamanca de 1994, reforça a educação inclusiva e a ideia de educação para todos, bem como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2008.

De acordo com as diretrizes da política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva a organização da educação especial brasileira perpassa por todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil, Fundamental e Médio até o Ensino Superior (BRASIL, 2008). Nesse sentido, o decreto nº 6.571 de setembro de 2008 – Institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE. Em seu artigo 3º o ministério da educação se compromete em prestar apoio técnico e financeiro às ações voltadas à oferta do AEE obedecendo aos objetivos do decreto:

- I - implantação de salas de recursos multifuncionais;
- II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;
- IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade;
- e
- VI - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2008).

Dessa forma, é necessário pensarmos estratégias para garantir que o público atendido pelo AEE possa apropriar-se dos conteúdos científicos, dar continuidade e concluir seus estudos promovendo a cidadania com perspectivas de adentrar no mercado de trabalho.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

Corroborando à linha de raciocínio, apontamos Vigotski (1998), psicólogo bielo-russo 1896-1934, como possibilidade para compreender o indivíduo por mais de uma perspectiva, ampliando as formas de percepção das funções psíquicas. Este autor aborda a discussão entre aprendizagem e desenvolvimento de forma explícita, propondo uma nova compreensão a partir da inter-relação entre essas duas categorias - aprendizagem e desenvolvimento -, enfatizando a importância da aprendizagem e as influências que o meio tem sobre o indivíduo.

Nessa perspectiva, a aprendizagem e o desenvolvimento são vistos como processos independentes e interrelacionados, a compreensão desses processos é mutuamente dependente, possibilitando a compreensão do papel da aprendizagem no desenvolvimento da criança. Vigotski (1998) propõe essa abordagem para entender a inter-relação entre aprendizagem e desenvolvimento relacionando o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), em outras palavras, é o que o sujeito é capaz de fazer sozinho e a influência do outro em seu processo de apropriação do aprendizado.

Mantoan (2003, p. 16) asseverava que a inclusão “prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. Entretanto, há que se pensar com responsabilidade cada caso. Isto contribui com as afirmações de Vigotski, no que diz respeito às condições que o meio proporciona ao indivíduo.

Contemporaneamente, o AEE “na perspectiva inclusiva revela-se como uma força mobilizadora, sendo um dos componentes para a concretização de uma escola para todos, sem exclusão ou discriminação de qualquer natureza” (MANTOAN, 2015, p. 40). Nesse sentido, a LBI em seu artigo 13, traz as atribuições do professor do AEE, bem como a Resolução Conselho Nacional de Educação nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial:

- I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II - elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

VI - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, p. 17).

Nesse panorama, o AEE configura-se como possível espaço de práticas pedagógicas inclusivas e diversificadas a fim de suprir carências no processo de ensino-aprendizagem de modo que garanta o acesso e participação dos alunos em todos os níveis de ensino. Assim, demonstra ser uma das principais estratégias de acessibilidade no contexto educacional brasileiro, desde que políticas públicas e formação continuada para os professores que darão o suporte para esse público específico.

3 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Dentre as políticas públicas, a formação continuada de professores é um tema crucial, podemos dizer que para acompanhar as atualizações e exigências da educação faz-se, necessária, para atender os desdobramentos e singularidades de cada área. Novos direcionamentos precisam ser postos em prática no intuito de compreender o verdadeiro sentido da formação continuada para que os professores partindo das reais necessidades e compartilhadas em um espaço coletivo de saberes significativos para a prática docente (BARROS, 2010).

Em cumprimento a LDB, por exemplo, que nos diz em seu artigo 13º, Inciso V, “os professores devem se incumbir de desenvolverem-se profissionalmente, assim como os institutos superiores de educação devem manter programas de formação continuada” (BRASIL, 1996, Artigo 63º), bem como as instituições de ensino assegurar o aperfeiçoamento profissional, de forma a valorizar a carreira docente o que engloba aquela voltada também para o campo da educação especial (ARAÚJO, 2016).

A formação continuada em vários níveis vem trazendo como meta estratégica a consolidação de uma política nacional de formação de professores da Educação Básica, de forma que se definam “diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas” (BRASIL, 2014a, Estratégia 16.2).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Ainda nessa linha de raciocínio, conforme Araújo (2016, p. 50), “a meta 16 tem como base a formação em nível de pós-graduação dos professores da Educação Básica, bem como a garantia de formação continuada para todos os profissionais da educação”. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada (BRASIL, 2015), afirma que:

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

[...]

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.

A legislação vigente estabelece que a formação continuada envolve:

- I - atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;
- II - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;
- III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;
- IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;
- V - cursos de especialização lato sensu por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;
- VI - cursos de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes;
- VII - curso de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes. § 2º A instituição formadora, em efetiva articulação com o planejamento estratégico do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente e com os sistemas e redes de ensino e com as instituições de educação básica, definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, articulando-as às políticas de valorização a serem efetivadas pelos sistemas de ensino (BRASIL, 2015).



Nesse cenário, compreendemos que o planejamento que contemple e valorize as reais necessidades de uma nova concepção escolar e que por consequência redimensione o papel do professor. Para que haja uma formação continuada para os professores conhecerem e estarem aptos a aceitarem o desafio de educar na e para diversidade é necessário um repensar o papel social que estas instituições e cada um tem no intuito de conceber as ideias da escola inclusiva.

Evidenciamos isso, na Declaração de Salamanca (1994), o documento faz referência a necessidade de elaborar materiais, seminários, bem como “prover treinamento em serviço a todos os professores levando em consideração as variadas e frequentemente difíceis condições sob as quais eles trabalham” (BARROS, 2010, p. 48).

Com o propósito de efetivar essas iniciativas em prol do professorado, a SEESP/MEC vem desenvolvendo programas, projetos e ações a fim de implementar no país a “Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008).

Iniciativas e mecanismos de formação estão sendo oferecidos para contribuir com o processo de formação continuada de professores na Educação Especial e nesse sentido é feito um apelo aos governantes para “assegurar que, num contexto de mudanças sistemáticas, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender as necessidades educacionais nas escolas”, de preferência na modalidade presencial (BARROS, 2010, p. 48).

Nossa intenção com esse trabalho, foi buscarmos na literatura um breve histórico e amparo legal que respaldam e garantem o atendimento do público do AEE e seus desdobramentos, no intuito de reforçar a importância da formação inicial e continuada para professores sem esquecer das necessidades com foco na perspectiva inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que considerar as limitações do outro, seja pessoa com deficiência ou professor sem a devida formação qualificada para este trabalho é algo a se ponderar. Precisamos ter a compreensão de que o planejamento com base nas reais necessidades do público do AEE e concepção escolar que acolha e inclua de fato trará resultados mais significativos.

Nesse sentido, com base nos dispositivos legais, refletimos que muitas vezes a falta de se pensar e implementar uma formação qualificada do professor que atenderá o público da educação especial é o que tem causado o maior prejuízo. A mera existência de normativas, somente no papel



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

não garantem educação inclusiva. Há a necessidade de se pôr em prática um ensino de qualidade e equitativo e para isso os agentes educacionais devem ter uma formação qualificada para atender esse público diferenciado em suas especificidades.

Além disso, compreender que todos estamos nesse mundo para fazer a diferença, e tendo isso em mente, assim como o conceito de ZDP faz toda diferença para o nosso trabalho para promover um ensino que vise que todos se apropriem com equidade dos conteúdos e atividades, o professor não necessita saber somente conteúdos e ter uma boa didática, mas conhecer as etapas, fases do desenvolvimento humano, contribuindo tanto para um trabalho com qualidade e eficiência quanto para quem vai ser atendido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Daniele Francisco de. **Formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva na Baixada Fluminense**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu - RJ. 2016.

BACHELARD, Gaston. **Essai sur la connaissance approchée**. 3. ed. Paris: Librairie Philosophique, 1990.

BARROS, Jaqueline Leite Vaz de. **A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva no município de Maceió**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. - 4. ed., rev. e atual – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)** - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.410 de 30 de junho de 2020.** Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10410.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**/Maria Teresa Eglér Mantoan; São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: o Que Dizem os Professores, Dirigentes e Pais. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.2, n.1, p. 23-42, Jan-Jun., 2015.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. (Orgs.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1998.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO E ENSINO COLABORATIVO
COMO ESPAÇO-TEMPO DE INCLUSÃO**

**FORMACIÓN CONTINUADA EN EL TRABAJO Y ENSEÑANZA
COLABORATIVA COMO ESPACIO-TIEMPO DE INCLUSIÓN**

Adriana Inocência Gonçalves¹ – Secretaria do Estado da Educação do Paraná
Roseneide Maria Batista Cirino² - Universidade Estadual do Paraná

Nome do GT: 06 - Educação Especial e Inclusiva

RESUMO

Esta pesquisa circunda a temática do ensino colaborativo como uma abordagem capaz de consolidar o processo de formação continuada em serviço no espaço escolar. Partimos da problemática vivenciada que se relaciona ao distanciamento entre os docentes do Atendimento Educacional Especializado e professores do ensino regular que atuam com alunos público da educação especial. Assim, este trabalho realizado a partir da pesquisa de mestrado realizado no âmbito do Profei – Mestrado em educação Inclusiva Unespar, tem como objetivo geral refletir acerca das contribuições do ensino colaborativo no processo de formação continuada em serviço. Assim com fundamento baseados em autores que discutem formação continuada em serviço e ensino colaborativo delineamos nosso caminho metodológico direcionado pela pesquisa bibliográfica e de campo, de abordagem qualitativa, caracterizada como pesquisa colaborativa, na qual buscamos dos sujeitos a partir de roteiro de entrevista semiestruturada saber como a formação continuada acontece, em quais momentos e como ela acontece. Delineando por esse percurso constatamos que a formação continuada em serviço é extremamente fecunda e, e quando pautada na abordagem do ensino colaborativo atribui maior significado ao trabalho pedagógico, possibilitando a resolução de problemas e indagações que emergem no cotidiano da escola e, por extensão colabora para a consolidação da formação continuada em serviço como espaço-tempo de inclusão.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Ensino colaborativo. Formação continuada em serviço.

RESUMEN

Esta investigación aborda el tema de la enseñanza colaborativa como un enfoque capaz de consolidar el proceso de educación permanente en el trabajo dentro del ambiente escolar. Partimos de la problemática vivenciada que se relaciona con la distancia entre los docentes de Asistencia Educativa Especializada y los docentes de la educación regular que trabajan con alumnos de educación especial. Así, este trabajo realizado a partir de la investigación de maestría realizada en el ámbito de la Profei - Maestría en Educación Inclusiva Unespar, tiene como objetivo general reflexionar sobre los aportes de la enseñanza colaborativa en el proceso de formación continuada en el trabajo. Así, a partir de autores que discuten la educación permanente en el trabajo y la enseñanza colaborativa, delineamos nuestro camino metodológico orientado por la investigación bibliográfica y de campo, con enfoque cualitativo, caracterizada como investigación colaborativa, en la que buscamos saber, a partir de un guion de entrevista semiestructurado, cómo se desarrolla la formación continua y en qué momentos. Trazando esta ruta, encontramos que la formación continua en servicio es sumamente fructífera y, cuando se basa en el enfoque de la enseñanza colaborativa, otorga mayor sentido al trabajo pedagógico, posibilitando la resolución de problemas e interrogantes que surgen en el cotidiano de la escuela y, por extensión, contribuye a la consolidación de la formación continua en servicio como un espacio-tiempo para la inclusión.

Palabras clave: Educación inclusiva, enseñanza colaborativa, formación en el trabajo

¹ Mestre em Educação Especial Inclusiva – e-mail: adriinocencia@gmail.com

² Doutora em Educação – e-mail: roseneide.cirino@unespar.edu.br



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A inclusão educacional é um direito constitucional a todos os alunos e, considerando esse pressuposto constitucional é urgente instigar reflexões em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas nos contextos educacionais, são elas que podem proporcionar uma educação de qualidade, e assim romper com mitos e estigmas preconceituosos que foram sendo instituídos em relação as condições de aprendizagens dos alunos público-alvo da educação especial (PAEE)³. Este estudo é resultante da pesquisa de mestrado realizado no âmbito do Profei – Mestrado em educação Inclusiva Unespar. Circundou a temática Formação Continuada em Serviço e Ensino Colaborativo como espaço-tempo de inclusão. Partindo dessa temática delineou-se a seguinte questão: *Os professores reconhecem o ensino colaborativo como um meio de formação continuada em serviço?*

Partindo deste questionamento, traçou-se o objetivo: Refletir acerca das contribuições do ensino colaborativo no processo de formação continuada em serviço.

Com fundamento em autores que discutem formação continuada em serviço e ensino colaborativo delineamos nosso caminho metodológico direcionado pela pesquisa bibliográfica e de campo, de abordagem qualitativa, caracterizada como pesquisa colaborativa, de cunho reflexivo, pela abordagem colaborativa, levou-se em consideração as contribuições dos participantes da pesquisa de GONÇALVES (2022), centrando nos dados coletados na entrevista semiestruturada voltada às questões que abordaram a formação continuada e o ensino colaborativo.

Barbosa, Silva e Nunes (2017), corroboram afirmando que uma teoria só se constrói mediante a questionamentos, de contrapontos e análises profundas dos dados, assim recorreremos ao método da Análise Temática (AT) que consiste em uma técnica que possibilita compreender os fenômenos a partir das perspectivas dos participantes.

No decorrer deste estudo pode-se constatar que a formação continuada em serviço, é extremamente fecunda e, e quando pautada na abordagem do ensino colaborativo atribui maior significado ao trabalho pedagógico, possibilitando a resolução de problemas e indagações que emergem no cotidiano da escola e, por extensão colabora para a consolidação da formação

³ Segundo a legislação brasileira – Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 –, o atual PAEE é composto por pessoas com deficiências (deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência física, deficiência sensorial, deficiências múltiplas), transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

continuada em serviço como espaço-tempo de inclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o presente estudo apresentamos fundamentos teóricos que elucidaram os conceitos relativos à formação continuada em serviço, ensino colaborativo e a prática colaborativa como passos para a inclusão.

Inicialmente, apresentamos aspectos referentes à formação continuada em serviço como possibilidade de engajamento direcionado ao processo de ensino colaborativo, versando sobre seus breves conceitos e as possibilidades de implementação.

Finalizamos apresentamos considerações sobre a prática colaborativa como passos para a inclusão de todos os alunos, tendo em vista uma educação de qualidade.

2.1 Formação Continuada em Serviço

Considerando a necessidade de promover uma educação de qualidade para todos os alunos é urgente refletir sobre a importância da formação docente.

O termo “formação” está vinculado à ideia de: “1 - Modo pelo qual alguma coisa se forma [...]. 2 – Conjunto de conhecimentos que se deve adquirir para o desempenho de uma profissão, de um encargo” (FERREIRA, 2011, p. 236). O termo vinculado ao exercício da função docente ganha dimensões humanas nesse esclarecimento.

Para Martins (2015), o trabalho educativo pressupõe um homem diante de outro homem, o que exige uma clareza conceitual e pedagógica de sua ação, o que dimana, sobretudo, do processo de formação docente. Pryjma e Winkeler (2014) corroboram ao vincularem a formação docente ao princípio de qualificar professores para o exercício profissional, para o ato de humanizar as pessoas. Para tanto, esse ato precioso exige a proposição e o desenvolvimento de práticas significativas e inclusivas, tarefa difícil e complexa.

O universo da formação docente é amplo, entretanto para este estudo trazemos à tona a formação continuada em serviço, propondo uma reflexão em relação ao seu valor, promovendo as relações entre os pares, fortalecendo o ensino colaborativo, e assim possibilitando que a escola seja um espaço-tempo de inclusão.

A formação continuada em serviço é uma modalidade da formação continuada, entretanto muitas vezes não é valorizada e compreendida no interior dos espaços escolares. Para Caramori (2014), a formação continuada em serviço é:



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

[...] formação oferecida para professores atuantes e que, em sua implementação, traz à tona temas relevantes do cotidiano escolar para a prática docente, favorecendo a reflexão do professor sobre seu trabalho, o aprimoramento e a modificação de sua atuação. (CARAMORI, 2014, p. 61).

Dessa forma os professores tornam-se sujeitos do próprio processo de conhecimento, e sua prática cotidiana é tomada como pano de fundo. Nesse sentido, o foco das aprendizagens advém das vivências reais, contextualizadas com as necessidades diárias.

Como supracitado a formação continuada em serviço muitas vezes não é valorizada pelo desconhecimento de seu valor, nessa direção é essencial trazer à tona suas preciosas contribuições, de modo especial quando refletimos sobre os contextos inclusivos.

Conforme Nóvoa (2017), o eixo de qualquer formação profissional é o contato com a profissão, o conhecimento e a socialização em um determinado universo profissional. Para o autor, não é possível formar médicos sem a vivência em instituições de saúde. Além disso,

[...] não é possível formar professores sem a presença de outros professores e sem a vivência das instituições escolares [...]. Há de se reconhecer devidamente a função formadora do professor. Hoje, sabemos que é na colaboração, nas suas potencialidades para a aprendizagem e nas suas qualidades democráticas, que se definem os percursos formativos. (NÓVOA, 2017, p. 1122-1123).

Nessa direção, a formação continuada em serviço permite ressignificar o trabalho pedagógico. Por meio da relação colaborativa entre os pares, é possível analisar suas práticas desenvolvidas.

Davis *et al.* (2011), pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, descrevem a escola como lócus de formação continuada e permanente. As autoras apontam que, nos locais de serviço/trabalho, a formação continuada ocorre de forma fecunda e privilegiada e que, por meio das relações diárias, as indagações são respondidas e as práticas são repensadas.

Ainda segundo os autores nessa perspectiva formativa, os resultados são promissores, visto que é atribuído maior comprometimento aos professores, os quais gradativamente são instigados à inovação e à mudança, construindo comunidades de aprendizagens e, em consequência, aprendem a negociar os conflitos, evitando os acordos rápidos e simplistas. Desse modo, os docentes podem desenvolver a sensibilidade política, ética, conhecer o macro contexto em que atuam, suas iniquidades e suas disfunções.

Entretanto, para que esse processo de formação seja incorporado à cultura escolar, são necessários o incentivo e o apoio da gestão e da mantenedora, as quais podem propiciar parcerias com universidades e instituições. “Só atuando em conjunto, torna-se possível formar



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

culturas institucionais nas escolas que ofereçam apoio a professores diferentes em diferentes momentos do ciclo profissional” (DAVIS *et al.*, 2011, p. 833).

Mediante aos benefícios aqui apresentados e tantos outros, a seguir discorreremos sobre um modelo de ensino que pode favorecer significativamente a efetivação desta modalidade formativa, o ensino colaborativo.

2.2 Ensino Colaborativo

Você já ouviu falar de ensino colaborativo? O ensino colaborativo é um modelo de ensino configurado pela articulação entre os professores do atendimento educacional especializado (AEE) e professores do ensino comum. Nessa articulação, os professores dividem a responsabilidade de planejar, executar e avaliar o trabalho, e nesses momentos ocorrem as trocas de saberes e experiências, favorecendo de forma significativa a formação continuada em serviço.

Entretanto, para efetivação desse trabalho toda a equipe precisa estar em consonância, somando esforços possibilitando a aprendizagem e escolarização de todos os alunos. GONÇALVES (2022), amparada nos estudos de Mendes (2006, 2008); Mendes, Almeida e Toyoda (2011); Rabelo (2012, 2016); Vilaronga (2014); Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018); Capellini e Zerbato (2019); Silva (2020), entre outros, pode constatar que o ensino colaborativo é baseado na abordagem social da deficiência, desse modo observa-se que é a escola que deve ser modificada, e para tanto todos os envolvidos precisam reconhecer os direitos sociais de todos. Conforme Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018):

Nesta perspectiva pressupõe-se que, na medida em que os direitos avançam, as desigualdades diminuem, e que a diminuição das desvantagens econômicas e sociais é a forma de combater a discriminação contra pessoas com deficiências. (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2018, p. 23).

Através da relação de parceria, propiciada pelo ensino colaborativo os professores tendem a somar esforços para romper com paradigmas e estigmas em relação a condição de aprendizagem dos alunos PAEE. Por meio da colaboração, os professores podem inovar, criando estratégias diversificadas, dentro de um único trabalho, mais responsivo à diversidade de todos os alunos.

Todd (2007) afirma que a educação inclusiva é construída por muitas maneiras, e novos tijolos vão sendo adicionados. A eles são adicionados também cimento novo, e é isso que impede o aparecimento de rachaduras, de inclinações e de quedas. Essa unidade entrelaçada é

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

o que podemos chamar de parceria, baseada na mutualidade e no respeito. Este deve ser o grande desafio das relações estabelecidas nos contextos escolares: ir além da retórica que acompanha a palavra “parceria”, alcançando verdadeiramente formas de trabalho que tenham como ponto fulcral a colaboração.

Forte e Flores (2012) enfatizam que a qualidade do ensino depende da aprendizagem dos professores e das relações estabelecidas entre os pares. Assim, é necessário pensar nas práticas de colaboração como fenômeno dinâmico e permanente, no qual precisa existir socialização, confrontação e transformação de ideias preconcebidas, bem como reinterpretação de experiências vividas, mediante as reinterpretações pode-se tomar novas direções, para tanto é essencial ter algumas condições.

Capellini, Zanata e Pereira (2008, p. 8) indicam seis condições importantes para esse novo modelo: “[...] a) existência de um objetivo comum; b) equivalência entre os participantes; c) participação de todos; d) compartilhamento de responsabilidade; e) compartilhamento de recursos; f) voluntarismo”.

Observando as referidas condições, fica evidente que a efetivação desse trabalho requer muito compromisso e engajamento dos envolvidos. Conforme Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018), a chave para desenvolver práticas colaborativas está nas mãos da equipe de gestão e de suporte administrativo. A abertura precisa acontecer bem como todo o suporte e toda a infraestrutura precisam ser disponibilizados.

No viés do ensino colaborativo, não há um modelo único de apoio aos alunos PAEE, bem como um não substitui o outro; ao contrário, se possível, o ideal é a soma das possibilidades. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018) apontam alguns dos diferentes tipos de serviço de apoio aos alunos PAEE, sendo:

Sala de recursos: é um dos serviços de apoio privilegiado pela política nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva, visando o atendimento suplementar ou complementar a todos os alunos identificados como PAEE.

Serviço itinerante: nesse formato, o professor do AEE desloca-se de escola em escola para trabalhar diretamente com os alunos PAEE e realizar orientação para o professor. O contato é mais esporádico e, por isso, esse serviço não pressupõe uma parceria efetiva entre os professores.

Consultoria colaborativa: um professor ou profissional do AEE dá assistência a várias escolas e permite atender a muitos estudantes. Suas atribuições podem envolver desde a



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

prestação de serviços dentro da classe comum até orientações aos demais professores, profissionais e/ou pais.

Coensino: envolve um trabalho de parceria entre o professor do AEE e o professor do ensino comum. Esse modelo vem sendo indicado como um dos mais promissores para a implementação de práticas inclusivas. Essa situação é advinda da qualificação do ensino proposto na classe do ensino comum, em que o professor do AEE atua diretamente em sala com o professor do ensino comum. Nesse sentido, pode-se promover práticas que propiciem a participação e a aprendizagem durante todo o período escolar, não somente em momentos isolados e em contraturno.

Nesse serviço de apoio, ambos os professores atuam plenamente, o professor regente tem a responsabilidade primária em relação aos conteúdos curriculares, e o professor AEE responsabiliza-se em propiciar as condições para a aprendizagem, promovendo as estratégias e os recursos que melhor atendam às necessidades não só dos alunos PAEE.

Mediante essa relação colaborativa, de caráter formativa, prática e reflexiva, as atividades são planejadas, estruturadas e avaliadas, favorecendo o redirecionamento e novos encaminhamentos quando necessário. No entanto, considerando a dimensão desse serviço de apoio e as exigências necessárias para sua implementação, é preciso um envolvimento de todos. Trabalhar colaborativamente exige compromisso, engajamento e saberes, bem como depende de muitos fatores.

Argüelles, Hunhes e Schumm (2000) trazem sete fatores necessários para o sucesso de trabalhar colaborativamente,

Nessa direção, utilizamos as contribuições de Capellini e Zerbato (2019) para elucidar esses fatores, também indicados por elas:

Tempo para o planejamento comum: O tempo para elaboração do planejamento comum é fulcral, é um momento privilegiado para reflexões, estudos e partilhas de dúvidas e ideias, oportunizando a formação em serviço.

Flexibilidade: É um fator importantíssimo, pois todos os envolvidos precisam estar abertos às mudanças necessárias. A gestão precisa ser flexível e atender às mudanças de rotinas e às novas organizações, se for necessário.

Correr riscos, arriscar-se: Considerando que é um serviço de apoio relativamente novo, muitos serão os desafios; no entanto, serão esses desafios que possibilitarão sair da “zona de conforto” e arriscar-se ao novo, às novas possibilidades.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Definição de papéis e responsabilidades: Nesse trabalho, não há hierarquias de funções, os professores do AEE e do ensino comum têm seus conhecimentos e suas habilidades e são responsáveis pelos avanços acadêmicos de todos.

Compatibilidade: É próprio da natureza humana a diversidade e, no contexto educacional, citamos, a diversidade de estilos, de filosofias e de metodologias. O exercício da compatibilidade é um grande desafio, porém essencial.

Habilidade de comunicação: Para muitos contextos, o coensino é uma novidade, pois, até então, os professores estavam acostumados a trabalhar individualmente, conforme suas rotinas. Assim, as habilidades comunicativas precisam ser desenvolvidas, sendo uma das estratégias a gestão promover momentos de formação continuada em serviço.

Suporte administrativo/gestão escolar: Conforme afirmação das autoras, nenhum sistema educacional pode se autoproclamar inclusivo, visto que esse processo é lento e cheio de desafios. Faz-se imprescindível a atuação da gestão, especialmente no gerenciamento dos momentos de medos, de conflitos e de erros. Nessa asserção, a seguir trataremos da prática colaborativa como passos para inclusão.

2. 3 Práticas Colaborativas como passos para a Inclusão

Considerando as possibilidades promissoras do trabalho colaborativo apresentadas nos estudos e pesquisas, gradativamente vai evidenciando os benefícios advindos deste modelo, entretanto trabalhar colaborativamente não é algo natural. Para alguns, pode ser mais fácil; para outros, nem tanto; e, para muitos, pode ser difícil. Assim sendo, construir relações de comunicação interpessoal e parcerias colaborativas pode demandar tempo, no entanto são passos que precisam ser dados para que a inclusão possa acontecer efetivamente nos contextos escolares.

Vilaronga e Mendes (2017) assinalam a importância dos envolvidos darem os passos para que a colaboração possa se efetivar de fato, sendo que o primeiro passo é a disposição voluntária, o professor precisa romper com a ideia de trabalho individualizado, para isso precisa se comunicar, estabelecendo a relação interpessoal, mediante o primeiro passo, adentra-se na perspectiva colaborativa, Gately e Gately Jr. (2001), relatam que a parceria colaborativa se efetiva por estágios, a saber:

✓ Estágio inicial: os dois professores comunicam-se superficialmente, criando limites e tentativas de estabelecer um relacionamento profissional entre si; a comunicação é formal e infrequente.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

✓ Estágio de comprometimento: Já existe um comprometimento, a comunicação é mais frequente, um nível de confiança é estabelecido, e, assim, o professor do AEE vai assumindo um papel mais efetivo na sala de aula.

✓ Estágio colaborativo: A colaboração é efetiva, havendo uma relação agradável, as ações e as práticas complementam-se, e, mediante essa relação harmoniosa de confiança e de respeito, todos são beneficiados.

É importante pontuar que a partir do primeiro passo, disponibilização voluntária do professor a evolução nos estágios vai acontecer, no entanto vai depender muito de cada contexto, das condições e possibilidades disponibilizadas para tal. O que já não é mais permitido é manter a ideia que a responsabilidade da inclusão é do sistema e do outro, aguardando soluções, até porque isso não existe.

Nóvoa (2019) afirma:

No meio de muitas dúvidas e hesitações, há uma certeza que nos orienta: *a metamorfose da escola* acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho, para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados. (NÓVOA, 2019, p. 11, grifo do autor).

Na esteira dessa prerrogativa, pode-se afirmar que a relação entre os pares, promove as práticas colaborativas, das quais emergem práticas pedagógicas mais inclusivas, a colaboração entre os professores do AEE e os professores do ensino comum, é um divisor de águas nos contextos inclusivos, deixa-se para trás pensamentos e práticas isoladas comuns dos modelos fragmentados de trabalho. De acordo com Lanuti e Mantoan (2021):

A inclusão escolar nos ensina, a cada dia, que a aprendizagem do que nos falta sobrevém aos encontros com o outro, que não conseguimos desvendar; ela é essencialmente ativa e mobilizadora, pois o confronto com a alteridade, que nos deixa perplexos, constitui o momento ideal de aprender o novo, impulsionado pela incerteza, pela dúvida, pelo desejo de enfrentar o desconhecido. (LANUTI; MANTOAN, 2021, p. 63).

Nessa perspectiva, é fundamental considerarmos as práticas colaborativas como um ponto de partida e de chegada durante o processo inclusivo. A escola precisa ser espaço inclusivo, de modo que esses alunos possam ser vistos e ouvidos, tendo, na escola, um baluarte, enraizado pela cultura inclusiva, fortalecida pelas relações colaborativas entre os professores. Para tanto, é preciso romper com os velhos hábitos formativos, capacitações homogêneas, com padronização de modelos e de técnicas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Buscando compreender melhor alguns dos fenômenos educativos nos contextos inclusivos, sob a égide dos fundamentos de autores que discutem formação continuada em serviço e ensino colaborativo delineamos nosso caminho metodológico. Direcionado pela pesquisa bibliográfica e de campo, de abordagem qualitativa, caracterizada como pesquisa colaborativa, de cunho reflexivo, pela abordagem colaborativa, levou-se em consideração as contribuições dos participantes da pesquisa de GONÇALVES (2022).

Partindo da questão norteadora, do objetivo geral, dispomo-nos a analisar as possibilidades formativas em serviço, mediante as relações vivenciadas no ensino colaborativo, da mesma investigar em que medida os professores reconhecem o ensino colaborativo como espaço-tempo de inclusão.

Para este estudo centramos nos dados coletados na entrevista semiestruturada voltada às questões que nortearam a formação continuada e ensino colaborativo. Centrando nas seguintes perguntas: *Sobre sua formação, em que momentos, como e onde ela acontece? Considerando que, na sua prática, você tenha de se relacionar com outros profissionais e professores, indique de que áreas/modalidades são, onde atuam, bem como o papel de cada um desses sujeitos nesse processo.*

Tendo os dados tecemos as análises, valendo-se do método de Análise Temática (AT). Conforme, Barbosa, Silva e Nunes (2017), A AT, consiste em uma técnica que possibilita compreender os fenômenos a partir das perspectivas dos participantes, para tanto os dados precisaram estar muito bem organizados, para se percorrer pelas seis fases indicada por Braun e Clarke (2006). O que pode ser consultado em GONÇALVES (2022).

4 DESENVOLVIMENTO

Conforme supracitado no escopo deste estudo, o mesmo foi realizado a partir da pesquisa de mestrado de GONÇALVES (2022), realizada no âmbito do Profei – Mestrado em educação Inclusiva Unespar. A pesquisa referida foi realizada no município de Araucária, localizado no Estado do Paraná (PR), com a participação de 17 professoras, atuantes em uma Escola Municipal e um Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Relações entre Formação Continuada em Serviço e Ensino Colaborativo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

O exercício da função docente vem exigindo cada vez mais dos professores saberes e conhecimentos necessários para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Compreendemos que os saberes e os conhecimentos resultam de uma produção social, de uma interação entre sujeitos, levando em conta o contexto no qual se constroem e se aplicam os conhecimentos e os saberes docentes, dessa maneira, uma se constrói socialmente.

Assim sendo, compreendemos que a formação continuada em serviço vem se configurando, cada dia mais, como um espaço-tempo de inclusão, por meio das relações diretas vividas nos contextos inclusivos, propiciadas pelo trabalho colaborativo.

Nesse contexto, as percepções e as descrições subjetivas formadas até então em relação à inclusão e às suas implicações vão se transformando em conceitos e descrições mais objetivas. Nessa acepção, é possível fazer uma ressonância das vivências, revisitar as raízes das atitudes e das ações tidas até então mediante esse contexto.

Entretanto no decorrer da pesquisa de GONÇALVES (2022), pode-se constatar que as participantes reconhecem a hora atividade como um momento formativo, entretanto é mais indicado nas respostas os momentos formativos promovidos pela mantenedora fora do espaço escolar, correndo o risco de não atender as necessidades emergenciais vividas no contexto, visto que os conteúdos da formação não debruçam sobre os casos e as dificuldades vivenciados com seus alunos.

É ponderado que a formação ofertada pela mantenedora ou mesmo a de interesse próprio guarda relação com problemáticas da escola, sem, necessariamente, discutir problemáticas pelo estudo de caso em que teriam a oportunidade de, coletivamente, todos os professores envolvidos com o aluno analisarem as condições dos processos de ensino e de aprendizagem e estabelecerem ações e metas com vistas à inclusão e, portanto, à aprendizagem.

Tal contradição, ressaltamos, repousa no fato de que a formação continuada em serviço se faz, mormente, no espaço da própria escola, em momentos que os professores atuantes com alunos PAEE e ensino comum teriam a oportunidade de estudar os casos, discutir sobre as relações de ensino e de aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, cada um dos profissionais contribuiria com ações de forma que as práticas voltadas aos alunos PAEE se consolidassem em práticas pedagógicas inclusivas. Ao participar das formações ofertadas pela mantenedora ou por busca individual, pode-se não atingir o objetivo da formação em serviço, tampouco do ensino colaborativo.

Esse contexto foi assinalado por Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018) quando

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

asseveram sobre a necessidade do envolvimento de todos, dentro da escola. Assinala, dessa maneira, a importância do trabalho colaborativo, o qual exige compromisso e engajamento de todos.

Nos contextos educacionais inclusivos, é preciso acreditar que sempre existe possibilidades de transformações e de mudanças, o que requer enxergar, por outros ângulos, a mesma situação, condição e objeto. Vendo por novas perspectivas, é possível buscar alternativas para ultrapassar barreiras que até então se revelavam intransponíveis, especialmente aquelas que envolvem as atitudes.

Assim reafirmamos a importância da formação continuada em serviço e o despontamento do ensino colaborativo, ao passo que possibilita a concretização dessa modalidade formativa e, com isso, a abertura para um novo panorama, uma nova tela de fundo para um fazer pedagógico diferenciado, desde as grandes linhas até seus detalhes.

Esse contexto aponta para a necessária articulação entre teoria e prática, pois, conforme Glat (2018), para fazer frente às atuais expectativas, mais do que adquirir e desenvolver métodos e propostas de atendimento, é fulcral desconstruir a visão estereotipada de incapacidade, de dependência e de limitação que sempre marcou os alunos PAEE. “Esse é um processo complexo, por não se tratar apenas da criação de um novo modelo ou paradigma teórico conceitual, mas, sim, de uma reconfiguração, sobretudo subjetiva da nossa profissão” (GLAT, 2018, p. 10).

Essa perspectiva assinalada por Glat (2018) reporta, a nosso ver, a desconstrução de práticas fragmentadas nas quais cada docente é responsável por uma dimensão dos alunos. Conforme assinala uma das participantes da pesquisa de GONÇALVES (2022, p. 93), “*Sinto necessidade de mais momentos formativos, de troca, sabe? Nunca estaremos prontos, mas precisamos estar mais preparados para melhor lidar com as situações e ter atitudes mais acertadas, sabe?*” (P14, 2022). Na fala das participantes, podemos perceber ressalvas ao indicar a importância de formações que tenham em vista atender às necessidades emergentes do contexto, que façam sentido a elas, evitando incongruências entre teoria e prática e distanciamento da possibilidade de aplicação. Podemos constatar que essa preocupação é dominante, evidenciando o apelo por formações mais diretas às necessidades contextuais, as quais podem ser melhor encaminhadas mediante as relações colaborativas, entre todos, independentemente da função que cada professora exerça na escola, seja professora atuante no AEE (SRM, CMAE, itinerante, apoio etc.), regente de Educação Física, Artes, Ciências, Ensino

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Religioso, das disciplinas gerais, dentre outras, todas são corresponsáveis para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. Isso é um imperativo que deve ser enfatizado veementemente nos espaços formativos referentes a esse tema, de forma substancial nas formações continuadas em serviço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer as considerações, faz-se necessário, entretanto sem, contudo, cogitar uma finalização é pertinente ressaltar que trata-se de uma síntese provisória dos estudos e reflexões tecidas no espaço deste artigo. Assim, reportamos ao que havíamos estabelecido como problema e objetivos. Ficou evidente que os professores reconhecem as contribuições do ensino colaborativo e até mesmo enxergam nele possibilidades formativas, entretanto a organização e estruturação desse modelo de ensino ainda precisa ser melhor compreendida, da mesma forma requer de toda uma estruturação e direcionamento para tal.

É urgente levar em conta a necessidade de ampliar os conhecimentos em relação a temática, não basta uma visão superficial, é preciso buscar subsídios teórico-metodológico que dê condição de implementar o ensino colaborativo, dando condições adequadas que permitam ampliar a consciência individual a partir do conhecimento historicamente produzido.

E assim atender as necessidades emergências, propiciando práticas inclusivas que atendam as necessidades de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ARGÜELLES, M. E.; HUGHES, M. T.; SCHUMM, J. S. Co-teaching: a different approach to inclusion. **Principal**, Reston, v. 79, n. 4, p. 50 - 51, 2000.

BARBOSA, M. A. S.; SILVA, M. R. da; NUNES, M. S. C. Pesquisa qualitativa no campo Estudos Organizacionais: explorando a Análise Temática. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 41., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ANPAD, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7085/2/PesquisaEstudosOrganizacionais.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 221, p. 12, 18 nov. 2011.

BRAUN, V.; CLARK, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

CAPELLINI, V. L. M.; ZANATA, E. M.; PEREIRA, V. A. Práticas educativas: ensino colaborativo. In: CAPELLINI, V. L. M. F. (org.). **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41616/12/caderno%209.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é o Ensino Colaborativo?**. São Paulo: Edicon, 2019.

CARAMORI, P. M. **Estratégias pedagógicas e inclusão escolar**: um estudo sobre a formação continuada em serviço de professores a partir do trabalho colaborativo. 2014. 299 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115668>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DAVIS, C. L. F. *et al.* Formação continuada de professores em alguns estados e municípios do Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 826-849, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300010>

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio**. 1. ed. rev. Curitiba: Positivo, 2011.

FORTE, A. M.; FLORES, M. A. Potenciar o desenvolvimento profissional e a colaboração docente na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 900-919, set./dez. 2012. Disponível em: <http://200.155.188.131/index.php/cp/article/view/14>. Acesso em: 27 jan. 2023.

GATELY, S. E; GATELY JR., F. J. Understanding coteaching components. **Teaching Exceptional Children**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 40-47, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F004005990103300406>

GLAT, R. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. esp., p. 9-20, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000400002>

GONÇALVES, A. I. **Ensino colaborativo e formação continuada em serviço**: contribuições para práticas inclusivas 2022. 154 f. Dissertação Mestrado – Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Paranaguá, 2022.

LANUTI, J. E. de O. E.; MANTOAN, M. T. E. Como os estudantes considerados com deficiência atrapalham “os demais”? **Revista Ensin@ UFMS**, Três Lagoas, v. 2, n. 6, p. 57-67, 6 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.55028/revens.v2i6.14708>

MARTINS, A. S. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

MENDES, E. G. Pesquisas sobre inclusão escolar: revisão da agenda de um grupo de pesquisa. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 3-25, jun. 2008. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/11>. Acesso: 20 jun. 2023.



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educa em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 80-93, set. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300006>

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**. 1. ed. 2. reimp. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053144843>

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623684910>

PRYJMA, M. F.; WINKELER, M. S. B. Da formação inicial ao desenvolvimento profissional docente: análises e reflexões sobre os processos formativos. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 23-34, 31 dez. 2014. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/102>. Acesso em: 14 jan. 2023.

RABELO, L. C. C. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3103>. Acesso em: 6 jan. 2023.

RABELO, L. C. C. **Casos de ensino na formação continuada à distância de professores do atendimento educacional especializado**. 2016. 305. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8904>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SILVA, M. do C. L. da. **Culturas colaborativas e inclusão escolar: limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola**. 2020. 282 f. Tese. (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13428>. Acesso em: 25 jan. 2023.

VILARONGA, C. A. R. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino**. 2014. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2934?show=full>. Acesso em: 25 jan. 2023.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-66812014000100008>. Acesso em: 25 jan. 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

EXCLUSÃO E INCLUSÃO DIGITAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO

Alessandro Oliveira de Souza Araújo¹ –
UNICENTRO

Miguel Faria² – UNESPAR/UNICENTRO

Jamile Santinello³ – UNESPAR/UNICENTRO

Nome do GT: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

RESUMO

O avanço da tecnologia é uma realidade mundial que traz muitos benefícios para sociedade mas tem gerado alguns problemas como a exclusão digital. O Brasil não está imune deste fato que exclui o indivíduo de informações o que impede de exercer seus deveres e direitos de cidadão. O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão acerca da educação como ferramenta para promover a inclusão digital e consequentemente um meio de combate à exclusão digital. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória cujos dados foram coletados com revisão bibliográfica. Os resultados apontam para exclusão digital que viceja no Brasil entre aqueles que não são capazes de se incluir de maneira efetiva na sociedade da informação, por falta de recursos, oportunidades, competências. A educação deve estar alinhada às habilidades e interesses constituídos socialmente, com íntima familiarização com as tecnologias da informação e comunicação. Os letramentos digitais são capazes de aliar essas habilidades a um conjunto de novas competências que poderão ser adquiridas para a capacitação para um mundo mais conectado.

Palavras-chave: Inclusão Digital. Letramento Digital. Educação.

RESUMEN

El avance de la tecnología es una realidad global que trae muchos beneficios a la sociedad pero ha generado algunos problemas como la brecha digital. Brasil no escapa a este hecho, que excluye al individuo de la información, lo que le impide ejercer sus deberes y derechos como ciudadano. El objetivo de este trabajo es promover una reflexión sobre la educación como herramienta para promover la inclusión digital y, en consecuencia, como medio para combatir la exclusión digital. Se trata de una investigación cualitativa y exploratoria cuyos datos fueron recolectados a través de una revisión bibliográfica. Los resultados apuntan a la brecha digital que prospera en Brasil entre aquellos que no logran incluirse efectivamente en la sociedad de la información, por falta de recursos, oportunidades, competencias. La educación debe estar alineada con las habilidades e intereses socialmente constituidos, con una íntima familiarización con las tecnologías de la información y la comunicación. Las alfabetizaciones digitales pueden combinar estas habilidades con un conjunto de nuevas habilidades que se pueden adquirir para capacitarse en un mundo más conectado.

Palabras clave: *Inclusión digital. Alfabetización digital. Educación.*

¹ – Doutorando em Educação – Unicentro e Mestre em Ensino de História – UFRN – e-mail: professoralessandrooliveira@gmail.com

² – Doutorando em Educação – Unicentro e Mestre em Administração – Unespar – e-mail: miguel.faria@unespar.edu.br

³ – Doutora em Comunicação e Cultura – UFRJ e Mestre em Educação – UEM – e-mail:



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

jamilasantinello@gmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema abordado neste artigo é a exclusão e a inclusão digital. Neste sentido, pode-se perguntar: como combater a exclusão digital ou como promover a inclusão digital? A hipótese é que a educação é uma aliada para minimizar tal problema, desta forma o objetivo do trabalho é promover uma reflexão acerca da educação como ferramenta para promover a inclusão digital e conseqüentemente um meio de combate à exclusão digital. Os passos para pesquisa foram levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, leitura e aprofundamento no material, organização dos assuntos, construção lógica dos argumentos e redação do texto.

A pesquisa se classifica como qualitativa quanto a abordagem, considerando que, segundo Taquette & Borges (2020), se preocupa com um nível de realidade que não pode ser medido apenas com números. Com base nos seus objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória que, conforme Gil (2002, p. 41), tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”. Quanto a natureza das fontes utilizadas, a pesquisa é bibliográfica, pois “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores.” (SEVERINO, 2013, p. 95).

Este estudo se justifica, do ponto de vista científico por proporcionar reflexão teórica sobre um construto e oferecer uma visão, a partir das leituras e análises, que pode contribuir para ciência no sentido de expandir o conhecimento sobre o tema. Se justifica sob a ótica social por tratar-se de um tema que afeta a vida das pessoas e as conclusões do assunto, quando incorporadas pelos atores sociais, podem proporcionar mais justiça social e qualidade de vida.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DESENVOLVIMENTO

Em um primeiro momento é sabido que a educação contribui para que a exclusão seja remediada. A educação tem como um de seus objetivos que o estudante passe por um *letramento*, que não significa apenas a obtenção de um conjunto de habilidades específicas e estáticas, pode ser definido como “mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto no qual a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida das pessoas” (SOARES, 2003, p. 75). Através do processo de letramento vários conhecimentos devem



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

contribuir para que, com a significação correta, o indivíduo tenha condições de acessar uma série de oportunidades básicas, além de realizar suas capacidades, agindo sobre suas condições socioeconômicas. Esse letramento tem sido desenvolvido na educação, no entanto, deve ser ampliado a fim de se inserir em ditames das relações sociais, hoje, fortemente influenciadas pelas tecnologias da comunicação e informação. Para Rego (2006), o processo de letramento deve contar com as práticas sociais da leitura e da escrita a serem literalmente transpostas para a sala de aula.

Se os alunos usam tanto a internet (os dados serão expostos mais a frente), eles necessitarão de competências adequadas para esse uso. Para Takahashi (2000), a educação desenvolvida no âmbito da sociedade da informação trata-se de estimular a criação de competências, a fim de contribuir na formação de indivíduos que possam aprender a aprender. O manuseio dos equipamentos digitais¹ não faz sentido sem os letramentos digitais, que são “habilidades individuais e sociais necessárias para interpretar, administrar, compartilhar e criar sentido eficazmente no âmbito crescente dos canais de comunicação digital” de acordo com Dudeney; Hockly e Pegrum (2016, p. 17). Com estas habilidades sociais os estudantes tornam-se conscientes e *produtores de sentido* no uso de tecnologias, conseguindo se incluir e ajudar outros a se incluírem na sociedade da informação. Neste sentido as experiências educativas devem visar não apenas a absorção de conteúdos ou o ingresso no mercado de trabalho, mas também a produção de conhecimento, inclusive atitudinal, para que os estudantes se valham de orientações éticas, a fim de que estejam aptos a conviver e respeitar os demais. Esse conteúdo proporciona ao ser humano espaço para moldar a sociedade.

Em um segundo momento, deve-se considerar os problemas onde a exclusão digital reverbera. Novos problemas sociais e políticos surgem a cada instante na sociedade da informação, e esses problemas que se difundem nos meios digitais acarretam sequelas concretas na sociedade. Para Maynard:

Com a emergência de diferentes portais na World Wide Web, desenhou-se um oceano de informações [...] o uso feito da rede mundial de computadores por grupos de extrema-direita. Espaços virtuais destinados a servir como suportes pedagógicos. Encontrando um ambiente atraente e de baixo custo, neofascistas de diferentes países construíram sites que têm sido veículos para divulgação de seus ideais, oferta de um diversificado merchandising [...] (MAYNARD 2011, p. 44).

¹ Acreditamos que os alunos possuem certas habilidades para o manuseio destes equipamentos, dentre os quais incluímos a internet.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

As *fake news* promovem esse *merchandising*, têm se espalhado através dos canais digitais de informação e vêm causando graves consequências econômicas, políticas e sociais. Por quais razões muitos têm caído nas esparrelas das notícias falsas? De acordo com Ferrari (2018, p. 44) “como o experienciar é algo frugal, os consumidores não se preocupam com a veracidade do fato, até porque, na maioria das vezes, nem chegam a clicar na notícia se contentam apenas com o título.” Essa falta de profundidade no trato com as informações se explica, em parte, pela incapacidade total ou parcial de dimensionar a importância da obtenção e difusão de informações. Se os indivíduos tivessem as oportunidades de interpretar, administrar, compartilhar e criar sentido eficazmente no âmbito crescente dos canais de comunicação digital, tornariam-se mais capazes de se perceber como sujeitos históricos, aptos a orientar suas experiências em função do tempo e, de maneira consciente, enfrentar esses problemas com o devido conhecimento.

Em terceiro lugar, é importante ressaltar que a oportunidade de aperfeiçoar habilidades digitais na escola é uma prática importante para aprimorar o ensino e a aprendizagem em ambientes digitais e pode contribuir para o desenvolvimento dos novos aspectos de leitura, como a distinção entre fatos e opiniões. Existem diversas demandas para a incorporação efetiva das tecnologias digitais na educação. É sabido que o imperativo econômico tem levado redes escolares pelo mundo afora a propor currículos cada vez mais enfáticos no tocante às competências digitais e novos letramentos. De acordo com a OCDE (2021, p. 129), mais de 90% dos alunos na Dinamarca, Finlândia, Suécia afirmam ter usado dispositivos digitais para aprendizagem e ensino. Nestes países os estudantes tem tido oportunidades de inclusão digital. Por outro lado, 54% dos alunos no Panamá relataram que não haviam utilizado os dispositivos no mês anterior à aplicação do questionário de familiaridade com TIC do PISA 2018² (OCDE, 2021, p. 9). Nestes exemplos é possível perceber a disparidade entre países da Europa e América Latina no tocante ao acesso de oportunidades. Vale ressaltar que dentre as competências gerais

² O Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Alunos – é uma avaliação internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de Leitura, Matemática e Ciências. O exame é realizado a cada três anos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), entidade formada por governos de 30 países que têm como princípios a democracia e a economia de mercado. Países não membros da OCDE também podem participar do Pisa, como é o caso do Brasil, convidado pela terceira vez consecutiva. O objetivo principal do Pisa é produzir indicadores que contribuam, dentro e fora dos países participantes, para a discussão da qualidade da educação básica e que possam subsidiar políticas nacionais de melhoria da educação. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-o-pisa/21206 - acesso em: 30/07/2021



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

da educação básica no Brasil, estabelecidas através da BNCC³, a quinta competência trata de “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares)” (BRASIL, 2017, p. 9).

Em quarto lugar, pode-se ressaltar que as habilidades digitais, muitas vezes, são tidas como voltadas para a hierarquização dos saberes e associadas a ideais de mercado e de consumo. No entanto, opera-se com a hipótese de que poderiam servir como ferramentas de transformação social nas mãos dos estudantes, desde que estejam preparados para a vida social em um mundo digitalmente conectado. Os estudantes devem ser estimulados a interpretar, administrar, compartilhar e a *criar sentido* no ambiente digital, promovendo por exemplo, a segurança e a privacidade digitais. Os estudantes gastam muito tempo online e conectados, portanto, é necessário conectar reputação, privacidade, segurança e ética. Muitas vezes pensa-se que a restrição ao acesso dos alunos em determinados espaços da internet é a única saída para evitar problemas. Algumas restrições podem ser necessárias, mas além disso, é preciso estimulá-los a navegar na grande rede em segurança. E caso se depararem com situações adversas, subsidiá-los a entendê-las como oportunidades de aprendizado, para moldar um comportamento online ético e solidário.

A partir desses pressupostos, pode-se discutir de modo mais profundo a exclusão digital. A comunicação rápida, dinâmica e eficiente passou a ser indispensável, o ser humano é capaz de transmitir informações das mais variadas formas e isso é fundamental para trocas entre pessoas e culturas. Hoje essas informações são repassadas agudamente de forma digital. Os meios digitais demandam recursos com os quais nem todos os seres humanos contam, o que leva muitas pessoas a não ter acesso a essas informações virtuais, parcial ou totalmente, bem como não participar de sua difusão e manuseio, tornando-se *excluídos digitais*. Nesse sentido, faz-se necessário observar a realidade brasileira. Para começar, uma análise dos recursos materiais. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) acerca do “Acesso à Internet e à televisão, e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019”⁴, a situação é a seguinte no tocante ao acesso a aparelhos necessários para a inclusão

3

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf - acesso em: 14/08/2021

⁴ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, investigou no quarto trimestre de 2019, através do módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC nos aspectos de acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. A



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

digital:

No total de domicílios, aqueles em que havia **microcomputador** representavam 41,7%, em 2018, e 40,6%, em 2019. De 2018 para 2019, esse percentual caiu de 46,0% para 44,8%, em área urbana, enquanto que, em área rural, a diminuição foi de 14,3% para 13,1%. O **tablet** é menos comum nos domicílios que o computador. Nos domicílios do País, de 2018 para 2019, o percentual daqueles em que havia tablet passou de 12,5% para 11,3%. Em área urbana, esse indicador passou de 13,8% para 12,5% e, em área rural, de 3,8% para 3,3%. (IBGE, 2021, p. 5. grifo nosso)

Conforme o documento, predominantemente, nos domicílios em que havia tablet, também havia microcomputador, isto é, muitos domicílios não contam com qualquer um dos dois aparelhos para acesso à internet, demonstrando grande desigualdade na distribuição de recursos. Ao pensar no telefone como um aparelho mais acessível que o microcomputador ou tablet no Brasil, seu uso para acessar a Internet chegou a 99,5% e seu acesso está muito melhor distribuído:

Em 2019, não havia telefone em 4,7% dos domicílios particulares permanentes do País (ou 3,4 milhões de domicílios), uma redução de 0,4 ponto percentual em relação a 2018. A ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas Regiões Nordeste (9,0%) e Norte (8,8%), enquanto nas demais não ultrapassou 3,0%. Considerando o tipo de telefone, em 2019, havia telefone fixo convencional em 24,4% dos domicílios do País e este percentual apresentou declínio em relação ao de 2018 (28,4%). A parcela dos domicílios que tinham telefone móvel celular aumentou de 93,2% para 94,0% entre 2018 e 2019. (IBGE, 2021, p. 5)

A partir destes dados é possível perceber que nos últimos anos o acesso à internet no Brasil vem apresentando pontos de melhora. Em 2019, a internet passou a ser utilizada em 82,7% dos domicílios, crescendo em 3,6 pontos percentuais se comparado ao mesmo dado referente a 2018. Até mesmo nos domicílios da área rural houve crescimento do acesso à internet no período: “2018 para 2019, o percentual de domicílios em que a Internet era utilizada passou de 83,8% para 86,7%, em área urbana, e aumentou de 49,2% para 55,6%, em área rural” (IBGE, 2021, p. 5). Ainda não se pode afirmar que chegamos a uma situação ideal já que as contradições são muitas. Por exemplo, no Nordeste o total de domicílios que havia utilização da Internet entre 2018 e 2019 é de 74,3% enquanto no Sudeste é de 87,3%.

O IBGE (2021, p.8) afirma que no último trimestre de 2019 o percentual de indivíduos que acessaram a internet foi de 88,1% entre os estudantes, e de 75,8% entre os não estudantes,

investigação abrangeu o acesso à Internet e à televisão nos domicílios particulares permanentes e o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Acesso: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf em 17/06/2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

por isso a escola proporciona oportunidades de inclusão digital, contudo, mais uma vez se depara com a contradição na distribuição de recursos, sobretudo ao pensar sobre as redes de ensino, já enquanto “98,4% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet em 2019, este percentual, entre os estudantes da rede pública de ensino, foi de 83,7%” conforme a mesma pesquisa. A exclusão digital subalterniza indivíduos e contribui para que estes estejam aquém da distribuição equitativa de recursos e oportunidades, contribuindo para experiências perversas em sociedade.

Além das contradições na distribuição dos recursos materiais, temos também contradições no tocante às competências. No ano de 2019, nos quase 13 milhões de domicílios do Brasil em que não havia utilização da Internet, foram encontrados três motivos: “falta de interesse em acessar a Internet (32,9%), (...) e nenhum morador sabia usar a Internet (25,7%)” (IBGE, 2021, p. 6). É possível que a falta de interesse ou capacidade para usar a internet tenha relação com a falta de competências para se incluir no fluxo de informações. A desconexão da grande rede mundial de computadores acarreta novos problemas e majora outros já existentes. A exclusão digital é, muitas vezes, tratada como irrelevante, uma vez que problemas como a fome, a violência, a intolerância, a injustiça devem ser combatidos de maneira mais contundente. Contudo, pode-se traçar um paralelo acerca da relação desses problemas com a exclusão digital.

De acordo com Lucchesi (2012, p. 31-32) a “relativamente fácil manipulação de imagens, as redublagens de vídeos, a customização de *blogs* e *websites* com *templates* personalizados e outros recursos tornam possível a apologia aos fascismos...” Isso acarreta riscos, já que a desinformação e as *fake news* lesam estruturas democráticas. A desinformação não é exclusiva dos meios digitais, mas a Internet amplia suas consequências. Muitos são excluídos digitais porque não têm conhecimento acerca de como usar a internet, o principal dos meios de inclusão digital, ou seu acesso não tem trazido significados reais de transformação social, uma vez que as pessoas que não têm consciência da sua relevância nos processos que conduzem a sociedade, não conseguem usar as ferramentas digitais de maneira positiva para si e para os outros. A inclusão digital - que deve ser entendida como um processo através do qual os indivíduos, que outrora estavam aquém das estratégias de processamento de dados, bem como sua armazenagem e compartilhamento, visando o fluxo de informações, têm oportunidades de se inserir nessa esfera - compreende um caminho ético que pressupõe oferecer oportunidades equitativas para a mais variada gama de pessoas, a fim de realizar uma sociedade

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

mais isonômica.

Muitas nações valorizam a capacidade de pensamento crítico⁵, nos quais os currículos escolares propõem áreas de aprendizagem que estimulam essas habilidades, que podem ser transferidas a todas as outras áreas de conhecimento, sem necessariamente apagar experiências socioculturais. De acordo com a OCDE, através do *Future of Education and Skills 2030*, o “pensamento crítico e as habilidades de resolução de problemas são mapeados em mais de 60% do currículo em média entre os países que participam do Mapeamento do Conteúdo Curricular realizado neste estudo” OCDE (2021, p. 20). As habilidades cognoscentes estimuladas em diversas esferas deverão ser aliadas à obtenção de conhecimentos e estratégias que permitam aos indivíduos realizar boas leituras, interpretações e significações no ambiente da rede mundial de computadores e, portanto, na obtenção de informações bem como na sua difusão.

Sobre a *sociedade da informação*, é necessário perceber que, para Manuel Castells (1999, p. 43), a tecnologia não determina a sociedade, e esta não “escreve o curso da transformação tecnológica”, já que um conjunto de variados fatores, tais como a criatividade e iniciativa empreendedora, são fundamentais no processo de aperfeiçoamento científico. Mas o mesmo autor afirma que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Para o melhor entendimento dessa sociedade da informação é importante ressaltar o documento “Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital, PISA”, o documento da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) que lança luz sobre aspectos da relação das TICs com a educação através de estudos e dados estatísticos. Para a organização há um aumento acelerado do envolvimento de pessoas com a Internet em escala mundial, que estão promovendo novas interações sociais e com as informações. Os dispositivos digitais estão paulatinamente substituindo os meios impressos na obtenção dessas informações. “A leitura está cada vez mais inserida em uma cultura digital e baseada em tela de ritmo mais rápido. Notícias em tempo real 24 horas por dia, 7 dias por semana e redes sociais onde as reações da mídia se espalharam pelo globo em questão de segundos.” (OCDE, 2021, p. 20).

Nem todos os seres humanos conseguem se inserir de maneira efetiva e positiva na

⁵ Em média nos países da OCDE, 54% dos alunos relataram ter sido treinados na escola sobre como reconhecer se a informação é tendenciosa ou não. Entre os países da OCDE, mais de 70% dos alunos relataram ter recebido este treinamento na Austrália, Canadá, Dinamarca e Estados Unidos. No entanto, menos de 45% dos alunos relataram que receberam este treinamento em Israel, Letônia, República Eslovaca, Eslovênia e Suíça. (OCDE, 2020, p. 32)



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

sociedade da informação, portanto são considerados como excluídos digitais. Isto corrobora com o fato de que é necessária a promoção de uma inclusão digital. Para que se realize é fundamental o aproveitamento das habilidades socialmente construídas pelos estudantes a fim de construir um ambiente mais positivo para a inserção dos alunos como protagonistas nos processos educativos. Nesse sentido, Paulo Freire (2002, p. 15) adverte que “pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária”. É necessário pensar formas através das quais o uso das tecnologias da informação e comunicação, tão apreciadas pelos alunos, contribuam na educação para que estes tenham a consciência necessária para se inserir, de maneira efetiva, na *sociedade da informação*.

Sobre essa inserção, Bacich e Moran (2018, p.40), advertem que o ambiente escolar como um todo - que inclui a gestão, professores, infraestrutura - precisa ser “acolhedor, aberto, criativo e empreendedor”. Para os autores, em muitas escolas a memorização, repetição e controle contrastam com a “visão criativa e empreendedora da aprendizagem”. Eles constataam “o quanto ainda precisamos evoluir para que todos tenham oportunidades interessantes de aprender e de empreender”. Oportunidades de aprender e empreender são capazes de transformar as habilidades e experiências dos alunos em competências, sobre elas, Perrenoud (2002) afirma que são a “aptidão para enfrentar uma família de situações análogas, mobilizando de uma forma correta, rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos: saberes, capacidades, micro competências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção...”. De acordo com ele, “alguns desses recursos são construídos ao longo da prática – os “saberes de experiência” – por meio da acumulação ou da formação de novos esquemas de ação.” (PERRENOUD, 2002, p. 19).

Para a inclusão digital, são fundamentais novas competências. Em seu livro “Letramentos Digitais”, Dudeney, Hockly, Pegrum (2016 p. 17), afirmam que está sendo definido no século XXI um retrato mais claro das competências necessárias para a participação em economias e sociedades digitalmente interconectadas. Afirmam ainda que demanda para a “criatividade e inovação, pensamento crítico e capacidade de resolução de problemas, colaboração e trabalho em equipe, autonomia e flexibilidade, aprendizagem permanente” é latente entre estados, iniciativa privada e as sociedades em geral. No centro dessas competências está o envolvimento com as tecnologias digitais, “algo que exige um domínio dos letramentos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

digitais necessários para usar eficientemente essas tecnologias, para localizar recursos, comunicar ideias e construir colaborações que ultrapassem os limites pessoais, sociais, econômicos, políticos e culturais.” É importante entender que este projeto não visa uma educação tecnicista. Para ampliar esta discussão Freitas (2012, p. 383), traz sua contribuição:

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “standards”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas à condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação “neotecnicismo”(FREITAS, 2012, p. 383).

Nesta seção foram apresentados os argumentos de diversos autores indicando a educação como aliada da inclusão digital e como instrumento de combate a exclusão digital, a seguir pretende-se partir para as considerações finais e a conclusão do trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica mostrou que existe uma relação entre educação e a inclusão digital, e que a educação deve avançar para o combate à exclusão. A tecnologia acelera o desenvolvimento, mas também acelera os problemas sociais e as *fake news* cooperam para isso. A escola tem ambiente propício para a educação digital, e nesta, as habilidades sociais tornam-se ferramenta para transformação social, dado que os letramentos digitais tornam-se cada dia mais urgentes para a sociedade. O Brasil tem muitos excluídos digitais, apesar do acesso a internet ter melhorado a cada ano, a falta de letramento digital coopera para a desconexão. Os estudantes estão mais propícios ao uso da tecnologia do que a população em geral, e a educação digital coopera para aquisição de conhecimento e gera pensamento crítico. A educação precisa estar aberta para novas tecnologias, os estudantes chegam cada vez mais com habilidades digitais na escola e esta tem que se abrir para as novas competências digitais que a sociedade está exigindo. Desta forma, se fortalece a hipótese de que a educação é aliada para combater a exclusão digital e promover a inclusão da sociedade na era digital.

Em conclusão pode-se dizer que o letramento digital é imperativo para dar condições de inclusão digital, mas sem negligenciar as condições sociais de cada um. O grande ponto é lidar com a exclusão digital que viceja no Brasil, um país com altíssimos índices de injustiça

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

social, fome, violência, analfabetismo e miséria, problemas sociais tão urgentes. No entanto, a inclusão digital se apresenta como um caminho ético visando a mitigação de muitos desses problemas sociais, tendo em vista que o desenvolvimento da tecnologia acelera e aumenta o abismo entre excluídos e incluídos.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. (orgs.) **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. *E-book*.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

Disponível

em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14/08/2021

CASTELLS, Manuel.1942 - **A sociedade em rede**/ Manuel Castells tradução: Roneide Venâncio Majer; atualização para 6ª edição: Jussara Simões - A era da informação, economia, sociedade e cultura v.1 São Paulo: Paz e Terra,1999.

DUDENEY, G.; HOCKLY, N.; PEGRUM, M. **Letramentos digitais**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola editorial, 2016.

FERRARI, Pollyana (Org.) - **Fluido, Fluxo: reflexões sobre imagens voláteis, gênero, pós-verdade, fake news e consumo neste tempo de espirais fluidas** [recurso eletrônico] / - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. (Capítulo 2, Contra fake news, educação. Pollyana Ferrari)

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, L.C. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação** *In: Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCCHESI, Anita; MAYNARD, Dilton. *In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos (org.). **História, Neofascismos e Intolerância: reflexões sobre o Tempo Presente***. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

MAYNARD, Dilton C. S. **Escritos sobre história e internet**. - 1. Ed. - Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.



**I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar**

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

OCDE (2021), **21st-Century Readers: Developing Literacy Skills in a Digital World**, PISA, Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/a83d84cb-en>.

PERRENOUD, Philippe. **As Competências para Ensinar no Século XXI: A formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002. *E-book*.

IBGE, **PNAD: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. *E-book*.

REGO, Lúcia Lins Browne. **Alfabetização e letramento: refletindo sobre as atuais controvérsias**. Edição do Kindle.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, M. B. O que é letramento, Diário na Escola, Diário Grande ABC, Santo André, 2003. *In*: RIBEIRO, A. E; COSCARELLI, C. V. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Autêntica Editora, 2003. *E-book*.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAQUETTE, Stella. R.; BORGES, Luciana. **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis: Vozes, 2020.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar
ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023
<http://conlape.unespar.edu.br/>

DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO REMOTO PARA SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ângela Paloma Zelli Wiedemann¹ -
UFPR
Anderson Roges Teixeira Góes² -
UFPR
Reginaldo de Araujo Silva³ - IFPR

Nome do GT: Educação Especial e Inclusiva

RESUMO

Este estudo apresenta a temática da Educação Especial e Inclusiva e seus desafios e possibilidades enfrentadas no processo de ensino remoto de estudantes surdos na educação profissional durante a Pandemia do Covid-19, com delimitação temporal de março de 2020 à fevereiro de 2022. No início de 2020, uma nova realidade com o ensino remoto envolveu a educação não somente no Brasil, mas em todo o mundo. O isolamento social foi um desafio para muitos estudantes e profissionais da educação e, principalmente, para os estudantes surdos, pois além da interação social, revelou as mazelas das barreiras tecnológicas e comunicacionais. Desse modo, o problema dessa pesquisa centra-se na questão: como ofertar o ensino remoto para estudantes surdos e, ainda assim, garantir um aprendizado de qualidade? A hipótese defendida por este trabalho é que há possibilidades de enfrentar esses enormes desafios educacionais por meio de rede de cooperação educativa utilizando os preceitos do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). O objetivo geral é descrever as percepções e atuações da *práxis* de um professor da disciplina de Metrologia e uma tradutora intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP) durante o ensino remoto no curso técnico de Mecânica do Instituto Federal do Paraná. Na ocasião, havia três estudantes surdos regularmente matriculados. A metodologia consiste em relatos de experiências empírica por meio da observação direta e levantamentos bibliográficos. O tipo de pesquisa é de abordagem qualitativa e natureza descritiva. Como resultados das percepções e das práticas educativas inclusivas dos profissionais da pesquisa é possível constatar que o estudo na modalidade presencial é essencial para a Educação Inclusiva, pois permite aos estudantes surdos interagirem e trocarem experiências com colegas, professores, intérpretes e comunidade escolar, o que não foi possível com a situação do contexto específico e emergencial do ensino remoto. Outras dificuldades encontradas foram com as barreiras tecnológicas relacionadas aos (1) equipamentos tecnológicos e a (2) internet, como acesso, qualidade, oscilação de sinal dessa transmissão. Esses impecilhos culminaram em reforçar as barreiras comunicacionais. Entretanto, algumas possibilidades que auxiliaram para promoção da qualidade de ensino desse componente curricular da educação técnica que envolve situações práticas como uso de instrumentos específicos, foram a flexibilização curricular adotada pela instituição, a rede de cooperação educativa entre o professor regente da disciplina e a intérprete de Libras e a aplicação de alguns preceitos do DUA, o que permitiu que os estudantes concluíssem a

¹ - Doutoranda em Educação em Ciências e em Matemática pela UFPR – e-mail: angela.wiedemann@ifpr.edu.br

² - Doutor em Métodos Numéricos em Engenharia pela UFPR – e-mail artgoes@ufpr.br

³ - Mestre em Engenharia Mecânica pela UEM – e-mail: reginaldo.dearaujo@ifpr.edu.br



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

disciplina com sucesso.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação profissional. Surdos. Desenho Universal para Aprendizagem. Rede de Cooperação Educativa.

RESUMEN

Este estudio presenta el tema de la Educación Especial e Inclusiva y sus desafíos y posibilidades enfrentados en el proceso de enseñanza a distancia de estudiantes sordos en la educación profesional durante la Pandemia del Covid-19, con un límite de tiempo de marzo de 2020 a febrero de 2022. En 2020, una nueva realidad se ha puesta a la educación no solo en Brasil, sino en todo el mundo. El aislamiento social fue un desafío para muchos estudiantes y profesionales de la educación, y especialmente para los estudiantes sordos, porque además de la interacción social, reveló los males de las barreras tecnológicas y de comunicación. Así, el problema de esta investigación se centra en la pregunta: ¿cómo ofrecer enseñanza a distancia a estudiantes sordos y aún así garantizar un aprendizaje de calidad? La hipótesis que sustenta este trabajo es que existen posibilidades de enfrentar estos enormes desafíos educativos a través de una red de cooperación educativa utilizando los principios del Diseño Universal para Aprendizaje (DUA). El objetivo general es describir las percepciones y acciones de la praxis de un profesor de Metrología y un traductor intérprete de Lengua de Señas y Lengua Portuguesa (TILSP) durante la enseñanza a distancia en el curso técnico de Mecánica en el Instituto Federal de Paraná. En ese momento, había tres estudiantes sordos matriculados regularmente. La metodología consiste en relatos de experiencias empíricas a través de la observación directa y levantamientos bibliográficos. El tipo de investigación es de carácter cualitativo y descriptivo. Como resultado de las percepciones y prácticas educativas inclusivas de los profesionales de la investigación, es posible verificar que el estudio presencial es fundamental para la Educación Inclusiva, ya que permite a los estudiantes sordos interactuar e intercambiar experiencias con colegas, profesores, intérpretes y el comunidad escolar, lo cual no fue posible con la situación del contexto específico y de emergencia de la enseñanza a distancia. Otras dificultades encontradas estuvieron relacionadas con las barreras tecnológicas relacionadas con (1) los equipos tecnológicos y (2) Internet, como el acceso, la calidad, la oscilación de la señal de esta transmisión. Estos impedimentos culminaron en el reforzamiento de las barreras de comunicación. Sin embargo, algunas posibilidades que ayudaron a promover la calidad de la enseñanza en este componente curricular de la educación técnica, que involucra situaciones prácticas como el uso de instrumentos específicos, fueron la flexibilidad curricular adoptada por la institución, la red de cooperación educativa entre el docente responsable para la disciplina y el intérprete de Libras y la aplicación de algunos preceptos del DUA, lo que permitió a los alumnos culminar con éxito el curso.

Palabras clave: Educación inclusiva. Educación profesional. Sordo. Diseño Universal para Aprendizaje. Red de Cooperación Educativa.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apesar de todos os avanços que o ensino de surdos conquistou nas últimas duas décadas no Brasil, sabe-se que o bilinguismo ainda está distante da realidade da maioria das escolas, por isso o convívio social e o ensino na modalidade presencial são muito importantes para a continuação dessas conquistas. É no dia a dia da sala de aula que a Educação Especial se consolida em uma perspectiva inclusiva, por meio do repensar de práticas pedagógicas inclusivas e de lutas por

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

elas. Para Moret e Mendonça (2021, p. 03) “quando falamos em educação inclusiva, especificamente os alunos surdos, precisamos de um olhar mais sensível, pois sabemos das dificuldades enfrentadas por eles nesse processo”.

Muitas vezes, a inclusão escolar dos estudantes surdos só é pensada quando eles já estão nas salas de aula e, por isso, a importância desse público ocupar os espaços de educação formal das instituições profissionais. As políticas públicas de educação inclusiva no Brasil buscam promover a educação para todos, e um desses exemplos são as ações afirmativas da política de cotas, que tem favorecido o crescente ingresso de estudantes com deficiência nas instituições de educação profissional e tecnológica.

Nesse contexto, além dos embates e dificuldades que a Educação Especial na perspectiva inclusiva enfrenta na modalidade presencial nas instituições regulares, com a migração para o ensino remoto no ano de 2020, é possível afirmar que durante o período pandêmico houve um agravamento dessas problemáticas. Os sistemas escolares, os professores, os estudantes, enfim, ninguém estava preparado para uma mudança tão brusca das salas de aulas para as telas de computadores e/ou celulares. Corroborando com essa ideia:

Sabe-se que o(a) aluno(a) surdo(a) possui singularidades e necessidades específicas para sua inclusão no processo formativo, algumas ações precisam ser repensadas e viabilizadas, oportunizando assim seu acesso à educação. A exemplo disso, nessa modalidade de ensino remoto, houve um aumento significativo de eventos institucionais como: lives, palestras, fórum, seminários e outros eventos on-line que objetivam levar mais conhecimento e participação aos alunos. No entanto é preciso pensar na acessibilidade comunicacional dos sujeitos surdos, pensar se todos os eventos propostos estão sendo acessíveis a eles (MORET; MENDONÇA, 2021, p. 04).

Entretanto, refletindo sobre essa acessibilidade, somente oferecer o tradutor/intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP)⁴ nos eventos online e aulas remotas não garante a acessibilidade educacional dos estudantes surdos. A presença do profissional TILSP é essencial nesse processo, mas sabe-se que a garantia de uma educação de qualidade não é tão reducionista. Por isso, o problema dessa pesquisa centra-se na questão de como ofertar o ensino remoto para estudantes surdos na educação profissional e, ainda assim, garantir um aprendizado de qualidade?

⁴ Nessa pesquisa utiliza-se no decorrer do texto intérprete de Libras ou TILSP para se referir ao mesmo profissional.



A hipótese defendida neste trabalho é que há possibilidades de enfrentar esses desafios educacionais impostas pelo ensino remoto durante o período pandêmico por meio de rede de cooperação educativa, utilizando-se dos preceitos do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Disto, o objetivo geral é descrever as percepções e atuações da *práxis* de um professor da disciplina de Metrologia e uma intérprete de Libras durante o ensino remoto desse componente curricular. Nesse sentido, esse estudo demonstra que existem possibilidades que podem ser usadas como estratégias para enfrentar os diversos desafios impostos pelo ensino remoto. A abordagem da pesquisa é qualitativa e se trata de uma observação direta, pois o percurso metodológico são baseados no desenvolvimento das aulas para o ensino remoto dos estudantes surdos por meio da rede de cooperação educativa entre professor e intérprete de Libras e na percepção desses profissionais. Para Marconi e Lakatos (2002, p. 88) “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil possui políticas públicas e legislações estabelecidas destinadas à inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular. Uma das principais das legislações no que refere-se à educação inclusiva é a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)⁵ de 2008. A PNEEPEI aponta que “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis” (BRASIL, 2008, p. 5). As ‘diferenças’, que representam as diversidades, precisam ser aceitas por toda a sociedade para que se tenha um modelo educacional democrático, ético, plural, crítico e com ‘igualdade’ de oportunidades para todos.

Em relação a educação de surdos no Brasil, o cargo de TILSP na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica faz parte do quadro da carreira de Técnico Administrativo em Educação (TAE) e é denominado de Tradutor e Intérprete

⁵ Em 2020 o Governo Federal decretou a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, rendizado ao Longo da Vida, voltada para os educandos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O Decreto nº 10.502/2020 foi revogado em 01 de janeiro de 2023.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

de ‘Linguagem’ de Sinais. Entretanto, a Lei de nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, afirma em seu Artigo 1º - Parágrafo único:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Mediante essa explicação, a Libras não é uma ‘Linguagem’ e sim uma ‘Língua’, com estrutura gramatical própria, e é por isso que nesse artigo utiliza-se a nomenclatura Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP).

A Lei de nº 10.436/2002 foi regulamentada pelo Decreto 5626/2005, que em seu Artigo 14º - Parágrafo único afirma:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005).

Os estudantes surdos são aqueles que fazem uso da Libras como meio de comunicação e expressão e, como garantia do direito à educação são atendidos e acompanhados por uma rede de cooperação educativa que disponibiliza o Tradutor Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP). A Lei 12.319/2010 que regulamenta a profissão do tradutor intérprete de Libras aponta em seu Artigo 2º que esse profissional apresenta “competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Língas e da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2010).

O intérprete de Libras que atua diretamente no âmbito escolar tem como principal função mediar a comunicação entre professor, estudantes e comunidade escolar, sendo um intermediário cultural das fronteiras entre a língua dos surdos e ouvintes. Essa afirmação pode ser corroborada em Schubert (2015) afirmando que “o intérprete aparece como um intermediador, tradutor, apoio ao surdo, e ao professor, para que esse compreenda as características e especificidades do

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



educando e de suas produções no ambiente escolar” (SCHUBERT, 2015, p. 134).

É nesse aspecto que a atuação conjunta entre o professor e o TILSP é essencial para um melhor desempenho dos estudantes surdos na educação, ainda mais em um contexto tão específico de ensino remoto, promove uma rede de cooperação educativa. Essas redes podem ocorrer à nível institucional, local ou internacional – que promove e incentiva a troca de conhecimentos e experiências para a melhoria coletiva em situações e contextos educacionais que necessitam de diversos profissionais para proporcionar as melhores respostas diante dos novos desafios (GAÍRIN, 2012).

Nesse contexto, o Desenho Universal para Aprendizagem, surgido na década de 1990 nos Estados Unidos, é uma abordagem metodológica que contribui com a aprendizagem, pois possui o objetivo de atender a diversidade da sala de aula, podendo ser utilizado em diversos contextos e para todos os estudantes, com ou sem deficiência. O DUA possui três princípios: (1) oferecer múltiplas formas de engajamento; (2) oferecer múltiplas formas de representação; (3) oferecer múltiplas formas de ação e expressão. Os princípios são fundamentados em diretrizes e pontos de verificação com sugestões para aplicação na prática pedagógica, pois as salas de aula estão cada vez mais diversificadas e não somente os estudantes com deficiência podem apresentar barreiras para a aprendizagem. Essa abordagem busca um currículo flexível e valoriza a individualidade e a coletividade, a igualdade e a diferença. É por meio dessa abordagem que os procedimentos metodológicos foram planejados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a forma de abordagem do problema da pesquisa é de característica qualitativa, que por sua vez analisa e interpreta os fenômenos atribuindo significados que não podem ser mensurados. O pesquisador José J. Richardson *et al.* (2008) apresenta o seguinte entendimento sobre essa abordagem:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (RICHARDSON *et al.*, 2008, p. 90).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

A natureza da pesquisa é aplicada, pois os conhecimentos produzidos poderão ser empregados em contextos similares para contribuir na resolução de problemas. Para os procedimentos técnicos de coleta de dados são utilizados: (1) a observação direta dos pesquisadores, relatando a elaboração das aulas em rede de cooperação educativa e suas percepções sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos; e a (2) pesquisa bibliográfica, que oferece suporte teórico, permitindo uma ampla cobertura dos fenômenos e se baseando em estudos já elaborados que se assemelham a temática proposta, como livros, artigos científicos e pesquisas acadêmicas.

Os dados foram coletados por formulários e acompanhamento contínuo de feedback's dos estudantes. A rede de cooperação educativa realizou a análise dos mesmos de forma comparativa entre o quantitativo de dúvidas apresentadas pelos estudantes e os acertos nos questionários.

4 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, faz-se necessário uma contextualização da situação que resultou nesse estudo. No início do ano letivo de 2020, havia três estudantes surdos⁶ regularmente matriculados no curso Técnico Subsequente em Mecânica do Câmpus Campo Largo do Instituto Federal do Paraná (IFPR). O curso apresenta duração de dois anos e há a necessidade do estudante ingressante ter finalizado o ensino médio. Até meados do mês de março, esses estudantes frequentaram o ambiente físico de sala de aula de forma presencial, conforme a modalidade do curso. Entretanto, devido a Pandemia do COVID - 19 (SARS-Cov-2), no dia 17 de março do referido ano as aulas presenciais foram suspensas pela Resolução 02/2020. Nos primeiros meses dessa grande instabilidade mundial causada pela disseminação do coronavírus, a TILSP efetiva da instituição de ensino buscou manter o vínculo institucional com os estudantes, juntamente com um professor pedagogo e chefe da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis. Esses contatos se estabeleceram com o intuito de manter um canal de informação sobre as ações do IFPR determinadas pela reitoria por meio da publicação de documentos oficiais.

No mês de setembro de 2020, o Conselho Superior do IFPR deliberou sobre a

⁶ Nessa pesquisa optou-se pelo anonimato dos estudantes surdos que possuem os seguintes nomes fictícios: Fábio, Elisa e Luana.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Resolução de nº 29/2020, que regulamentou o Regime Didático Emergencial (RDE) para o ano de 2020. Essa resolução estabeleceu que o RDE referia-se ao conjunto de normas para a retomada do calendário acadêmico com ações de organização do trabalho pedagógico adotadas pelos cursos. Além da reorganização do calendário acadêmico, algumas finalidades dessa normativa, que ficou conhecida como 'ensino remoto', foram: (1) a adaptação curricular às contingências do enfrentamento à Pandemia; (2) a flexibilização das formas de oferta das atividades práticas; (3) a garantia do atendimento aos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas; (4) readequação do registro acadêmico e (5) viabilização do atendimento aos estudantes que não tenham as condições materiais e financeiras para acesso aos equipamentos eletrônicos e conexão à internet. Nesse sentido, o ensino remoto apontou que as tecnologias digitais associadas à internet constituíam recurso pedagógico prioritário.

Diante dessa nova realidade, houve uma reunião por videochamada utilizando-se do aplicativo de Whatsapp com a participação da intérprete de Libras, do professor pedagogo, do coordenador do curso de Mecânica e os estudantes surdos. Esse encontro virtual teve por objetivo ouvir os estudantes e explicar sobre as possibilidades do ensino remoto. Nesse momento, os estudantes relataram sobre suas dificuldades e desafios com a utilização das tecnologias digitais e sobre seus anseios em cursar, de forma presencial, as disciplinas que envolviam práticas em laboratório. Por exemplo, explicaram que gostariam de aprender a manusear um torno mecânico e aprender a realizar o processo de soldagem de forma presencial, pois, devido às suas deficiências, as aulas práticas fariam toda a diferença para eles em sua formação profissional.

Respeitando a decisão e vontade dos estudantes, partiu-se do enfrentamento do primeiro desafio, ou seja, apresentar uma proposta viável sobre as disciplinas, visto que esse curso apresenta grande contingente de aulas com práticas em laboratório. A grade curricular do primeiro ano do curso Técnico Subsequente em Mecânica é composta por nove disciplinas: (1) Matemática; (2) Metodologia e Comunicação; (3) Metrologia; (4) Processos de Fabricação; (5) Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais; (6) Usinagem; (7) Materiais; (8) Soldagem e (9) Desenho Técnico (PPC, 2016, p. 22). O coordenador do curso reforçou sobre a necessidade

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

dos estudantes terem domínio da matemática básica para cursar algumas disciplinas como a de Materiais e Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais, além de explicar que as quatro primeiras disciplinas citadas neste estudo seriam as que apresentavam um contingente reduzido de conteúdos que envolviam aulas práticas.

Nas quatro semanas presenciais ocorridas no início do referido ano, foi possível verificar que os estudantes Fábio e Luana apresentavam bastante defasagem de aprendizagem com noções básicas da disciplina de Matemática, cabe ressaltar que eles estavam sem estudar formalmente há mais de duas décadas. Nesse sentido, o coordenador do curso ressaltou a importância do apoio para o componente curricular de Matemática. Na sequência, os três estudantes optaram por cursar quatro disciplinas que envolviam menos aulas práticas.

As aulas do ensino remoto iniciaram em outubro de 2020, a intérprete de Libras e os professores regentes perceberam a dificuldade dos estudantes em utilizar as tecnologias digitais. Os três estudantes apresentaram essa dificuldade. Enquanto os demais estudantes já estavam participando das aulas síncronas, a intérprete de Libras, com o apoio do estudante representante de turma e o professor de Metodologia e Comunicação, auxiliavam os estudantes surdos via videochamada na criação de e-mails no Gmail e realizavam tutoriais sobre a plataforma do Google Classroom, que foi escolhida como a ferramenta principal de ensino remoto.

Nesse intervalo de tempo entre a aprendizagem do manuseio da plataforma e o acesso as aulas, os professores já estavam com os conteúdos mais avançados. Quando os estudantes surdos conseguiam acesso a sala de aula do Google Meet, muitas vezes a conexão da internet dos estudantes apresentava instabilidade de sinal, consequentemente as imagens ficavam paralizadas por minutos. Horas a conexão era perdida, causando estresse para os estudantes que não queriam mais frequentar as aulas. Os professores regentes também não conseguiam evoluir com o conteúdo, pois quando conseguiam explicar a matéria, frequentemente as barreiras tecnológicas culminavam em barreiras comunicacionais, pois o 'travamento' constante das conexões não permitia uma constância na fluência da sinalização entre surdos e intérprete.

Desse modo, os principais obstáculos e desafios encontrados pelos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

estudantes no ensino remoto e relatados para a intérprete foram: (a) dificuldade no uso das tecnologias digitais; (b) problemas com a internet; (c) adequação das aulas com informações visuais e ampliadas⁷; (d) a velocidade das explicações por parte dos professores era rápida demais; (e) pouco tempo para realização das atividades e (f) ausência de um canal de comunicação mais direto com os professores. Nesse sentido, uma das primeiras possibilidades para enfrentar os desafios do ensino remoto para os estudantes surdos nesse contexto específico ocorreu ainda em 2020, com a solicitação da intérprete de Libras da criação de um processo de Flexibilização Curricular. Em 2021, a Resolução do RDE sofreu algumas alterações pela Resolução 20/2021, sendo uma delas a questão da obrigatoriedade do registro de frequência nos encontros síncronos. Em março de 2021 foi publicada pelo Diretor Geral do Câmpus Campo Largo a Portaria que nomeou a Comissão de Flexibilização Curricular desses estudantes. É importante ressaltar que os membros dessa comissão eram professores que estavam lecionando para esses estudantes, o professor pedagogo, o coordenador do curso e a intérprete de Libras.

Por isso, diante dos relatos, estudos e levantamentos apontados, a Comissão considerou que qualquer diagnóstico e proposta de flexibilização estaria profundamente marcada pelo contexto emergencial e atípico do ensino remoto. Nas atuais condições do ensino, é impossível distinguir com precisão se as dificuldades enfrentadas pelos estudantes decorrem de sua condição como público da Educação Especial ou das circunstâncias do ensino remoto. Assim, um olhar cético para o diagnóstico realizado pela proposta de flexibilização é necessário, bem como uma postura crítica sobre o processo pedagógico deve ser adotada quando do retorno a uma realidade educacional mais próxima da modalidade presencial com a qual estávamos acostumados. Após essa breve introdução, passou-se ao diagnóstico e à proposta de flexibilização, apoiada nas justificativas necessárias. Ressalta-se que todo o trabalho da Comissão se deu com a participação e anuência dos estudantes.

Durante os trabalhos, a Comissão entendeu que os estudantes para os quais se solicitou a flexibilização têm necessidades específicas comuns e individuais. Com isso, propôs-se, de um lado, uma Flexibilização Curricular com o intuito de dilatar o

⁷ Além da surdez, a estudante Luana está se tornando surda-cega, com um acentuado quadro de perda visual.



tempo para formação, e, de outro, um trabalho pedagógico que se atente para as diferenças individuais. A Comissão concluiu que o atendimento aos estudantes deveria ser feito da seguinte maneira: I. quantidade reduzida de componentes por período letivo; II. Atendimento Educacional Especializado (AEE) e III. Adequações curriculares dentro dos próprios componentes, sem alteração de Ementas. Nesse sentido, a Flexibilização Curricular desses estudantes ocorreu em consonância com o ensino remoto.

Para esse estudo, escolheu-se relatar a experiência das duas primeiras aulas da disciplina de Metrologia, pois das quatro disciplinas selecionadas pelos estudantes, esse componente curricular ainda era o que oferecia alguma parte prática no sentido de estarem utilizando os instrumentos de medição. Optou-se por relatar essa vivência devido ao excelente desempenho obtido pelos estudantes surdos e o significativo trabalho colaborativo entre o professor regente e a intérprete de Libras.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na fase de ambientação ao ensino remoto, os estudantes optaram por terem um Google Classroom específico para essa disciplina e o professor criou uma sala de aula nessa plataforma com a participação dos estudantes e da intérprete. As aulas de Metrologia iniciaram em 05 de novembro de 2020 e foram planejadas visando os pontos II. e III. da Flexibilização Curricular. O planejamento foi discutido por meio de rede de cooperação educativa entre o professor e a intérprete de Libras, que optaram por englobar, ainda que de forma não tão aprofundada, os princípios e preceitos da abordagem do DUA. Nesse sentido, procurou-se durante o processo de ensino e aprendizagem motivar e engajar os estudantes, diversificar os modos de representar os conteúdos e considerar os múltiplos modos de ação e expressão dos surdos em relação à aprendizagem.

Inicialmente realizou-se uma conversa com os estudantes apresentando a Ementa e explicando que o conteúdo a ser estudado seria o mesmo que os demais colegas, mas com as flexibilizações e adequações necessárias. Na sala própria para eles, haveria toda as explicações e interpretações das aulas em Libras. Nessa conversa, buscou-se engajar os estudantes e motivá-los sobre a importância de superar os desafios, contemplando as diretrizes do Interesse do Recrutamento e da



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Sustentação do Esforço e Persistência' que fazem parte do Princípio do Engajamento (CAST, 2018). Ainda para esse princípio, apresentou-se todo o conteúdo programático e criou-se um grupo no aplicativo do Whatsapp apenas com os estudantes, professor e intérprete, favorecendo a diretriz da 'Autorregulação' no que refere-se ao uso de atividades que incluam um meio pelo qual os estudantes obtenham feedback e tenham acesso a andaimes alternativos, que apoiem a compreensão do progresso de uma maneira compreensível e oportuna (CAST, 2018). Atendendo a uma necessidade específica coletiva, as aulas foram divididas em vídeos mais curtos conforme Tabela 1, medida que também auxilia na manutenção e sustentação da motivação conforme o princípio do engajamento.

Tabela 1 – Conteúdo Programático

Descrição das aulas	Quantidades de vídeos	Descrição dos conteúdos das aulas
Aula 1	2	Conversa com os estudantes e Introdução à Meteorologia
Aula 2	5	Sistemas de medição, sistema métrico, sistema inglês, polegada milesimal e polegada fracionada
Aula 3	2	Explicações sobre as conversões de polegadas e conversões de unidades
Aula 4	2	Paquímetro
Aula 5	4	Site para simuladores, paquímetro com resolução de 0,05 mm, paquímetro com resolução de 0,02 mm e leitura de medidas do sistema métrico.
Aula 6	3	Micrômetro
Aula 7	5	Leitura e Micrômetro com cores
Aula 8	4	Relógio Comparador
Aula 9	2	Goniômetro
Aula 10	1	Erros e incertezas de medições (Trabalho de pesquisa)
Total	30	Vídeos

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Outra ação da rede de cooperação baseada no DUA foi que, além dos vídeos curtos com a interpretação em Libras, concomitantemente às aulas, postava-se (a) um material de estudo em Língua Portuguesa, com a apresentação dos tópicos principais e (b) um glossário de termos técnicos Libras relacionados à Metrologia. Quadros (2008) relata que a escrita vem sendo considerada um importante recurso inclusive para o aprendizado de Libras⁸ sendo a leitura um processo ativo, em que o leitor utiliza o conhecimento de seu vocabulário além de ser mais uma forma de representar o conteúdo, o texto precisa proporcionar ao estudante situações reais:

⁸ Ressalta-se que Fábio apresentava bastante dificuldade na escrita da Língua Portuguesa quanto na fluência da Libras.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Segundo a autora, o professor deve tentar motivar os alunos para ler o material proposto antecipando e explicando vocabulário e estruturas que possam causar dificuldades e, também, determinando uma finalidade para a leitura do texto. Na verdade, é uma questão de oferecer um input compreensível (QUADROS, 2015, p. 95).

Na aula 1, o professor realizou uma revisão da história da Metrologia com slides contendo informações visuais com imagens em destaque (Figura 1). O professor explicava o conteúdo com uma velocidade que os estudantes consideraram adequada. Para a necessidade específica individual de Luana, buscou-se ampliar as letras, utilizar cores com contraste e imagens que a estudante conseguisse visualizar e proporcionasse conforto visual.

Figura 1- História da Metrologia



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

#ParaTodosVerem: a imagem é um slide dividido em duas partes. Na esquerda há uma cor azul com escrita do título Metro com cor de letra branca e sua definição com a cor de letra preta. Na da direita há uma imagem na cor cinza com fundo branco e riscos nas verticais e horizontais.

Além da leitura antecipada, apresentar o glossário com os termos técnicos foi fundamental para o entendimento do conteúdo e, conseqüentemente, aprendizagem. Sabe-se o reconhecimento da Libras no Brasil é recente, e quando se aborda a modalidade da educação profissional, há uma dificuldade de sinais técnicos em Libras. Para esse estudo, a TILSP procurou ajuda de outros colegas de profissão e de outros surdos que já utilizavam esses sinais em seus contextos de sala de aula nos cursos técnicos do IFPR ou, até mesmo, no ambiente de trabalho.

Diante dessas informações, é possível afirmar que a diretriz da 'Percepção', no Princípio da Representação do DUA, foi contemplada a partir das seguintes sugestões para alcançar os pontos de verificação listados pelo CAST com a adequação: do



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

tamanho do texto, imagens, gráficos, tabelas ou outro conteúdo visual; do contraste entre o fundo e o texto ou imagem; da velocidade ou tempo de vídeo e do layout de elementos visuais. A diretriz da 'Linguagem e Símbolos' ainda desse princípio foi contemplada nas ações propostas pelo CAST de: ensinar antecipadamente os vocabulários, especialmente de maneira a promover a conexão com a experiência e o conhecimento prévio dos alunos; incorporar suporte para vocabulário (como explicações, ilustrações e traduções) e incorporar suporte para referências desconhecidas no texto (por exemplo, os termos técnicos). Para a diretriz da 'Compreensão' do Princípio da Representação, a rede de cooperação buscou apresentar informações claras e sequenciais e as aulas foram liberadas progressivamente, conforme as sugestões do CAST.

Na Aula 1, por exemplo, Elisa apresentou dúvidas quanto ao conceito de metro, o qual se originou da medida do meridiano (medida da circunferência do planeta Terra). A rede cooperação decidiu utilizar uma analogia com uma maçã para tornar a explicação mais visual, o que surtiu grande sucesso para a estudante. Por isso, a troca de experiências e diálogo entre os profissionais é de grande importância para a Educação Inclusiva, corroborando com essa afirmação:

Partindo do fato de que a cooperação deve ser uma ação conjunta e comprometida, pode ser aplicada em diversas situações e com diferentes conteúdos no campo educacional, dependendo do nível em que nos encontramos para trocar informações, compartilhar ideias e recursos, planejar um projeto comum ou projeto único e/ou desenvolvê-lo (SALLÁN; COROMINAS; ÁVALA, 2013, p. 112, tradução nossa).

Com o intuito de ajudar no acompanhamento da aprendizagem do conteúdo e possíveis dúvidas, o professor elaborou um formulário com a ferramenta Google Formulários. A TILSP orientou sobre a necessidade de perguntas objetivas, evitando questões discursivas quando não há contas matemáticas. As questões respondidas incorretamente eram apontadas, porém não era mostrada a resposta correta. Tal propriedade mostrou-se uma ferramenta importante, uma vez que ao obter a resposta instantânea de seu erro/acerto, os estudantes contactavam o professor por meio do aplicativo Whatsapp para esclarecimento de suas dúvidas, favorecendo a interação, comunicação e autonomia dos estudantes durante o enfrentamento das dificuldades do ensino remoto.

Na sequência do conteúdo, na Aula 2, realizou-se uma abordagem mais ampla

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



das medições, tanto no sistema métrico como no sistema inglês. Com o intuito de mostrar o novo conteúdo associando com algo já conhecido pelos estudantes, fez-se uma abordagem começando com instrumentos simples de medição, como réguas e trenas, objetos que provavelmente eles já tiveram contato. Iniciar a partir do que os estudantes conhecem é muito importante, principalmente para os estudantes surdos, que constroem o conhecimento através das informações visuais e táteis.

Por isso, utilizou-se de imagens de réguas para estipular leituras no sistema métrico e exemplos de leituras no sistema inglês, tanto em polegadas fracionárias quanto em polegadas milésimas. Nos exercícios realizados pelo formulário, pode-se perceber que as dúvidas se concentraram no sistema inglês, em polegadas fracionárias, principalmente na hora de montar a fração. É importante frisar que, paralelamente, os estudantes cursavam o componente curricular de Matemática e estavam revisando o conteúdo de fração, o que auxiliou nessa dificuldade. Nesse caso, a rede de cooperação educativa optou por reforçar o conteúdo enviando, por meio do Whatsapp, vídeos curtos com a resolução dos exercícios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o fato de que a educação especial em uma perspectiva inclusiva já enfrenta enormes desafios quando se fala da modalidade presencial, por isso, é fato que esses enfrentamentos foram imensamente maiores durante o período da pandemia e o ensino remoto. É importante considerar ainda que a modalidade desse estudo refere-se à educação profissional, que as aulas já possuem uma dinâmica diferenciada devido aos componentes curriculares técnicos.

Esse estudo expôs diversas barreiras confrontadas por três estudantes surdos e a rede de cooperação educativa, sendo elas comunicacionais, tecnológicas, defasagem de aprendizagem em conteúdos de matemática e, não dá para desconsiderar o longo tempo que os estudantes não frequentavam a educação formal. Para enfrentar esses desafios, esse estudo procurou envolver os estudantes surdos, compreender suas dificuldades e anseios, fazendo com que eles participassem de todas as decisões.

Outras possibilidades apresentadas para amenizar essas dificuldades foram o Processo de Flexibilização Curricular que promoveu um acompanhamento da aprendizagem e adequação das atividades. Mais uma contribuição foi a rede de cooperação educativa, que adotou diversos



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

preceitos do Desenho Universal para Aprendizagem, considerando as especificidades individuais e coletivas dos estudantes surdos. Reitera-se que, os pesquisadores desse estudo aplicaram tais medidas devido ao contexto extremamente peculiar do momento e que não houve alteração na Ementa curricular da aula de Metrologia, sendo que, assim que foi possível, os estudantes retomaram para o contexto presencial na mesma sala dos demais. Apesar desse estudo ter analisado as duas primeiras aulas, os três estudantes surdos foram aprovados com conceito A, apresentando um excelente desempenho na disciplina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei no 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, 1 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 25 de jan. de 2023.

BRASIL. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2002a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004_2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 de dez. 2022.

CAST (2018). Center for Applied Special Technology. Until learning has no limits. Disponível em: <http://www.cast.org/>. Acesso em: 15 de dez. de 2022.

GAÍRIN, J. (2000). «La colaboración entre centros educativos», en Joaquín Gairín y Pere Darder (coords.), Organización y gestión de centros educativos. Barcelona: Praxis, pp. 82-202.

MORET, M. C. F. F. MENDONÇA, J. G. R. (2022). Atuação dos Tradutores Intérpretes de Libras no Ensino Remoto. **Anais Do Encontro Nacional Sobre Inclusão Escolar Da Rede Profissional Tecnológica (ENIERPT)**, 1(1). Recuperado de <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/enierpt/article/view/3200es>

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 02/2020** de 16 de março de 2020. Suspende as atividades acadêmicas no âmbito do IFPR. Conselho Superior, 2020. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/reitoria/conselhosecolegiados/conselhosuperior/resolucoes-2/deliberacoes-2020/>

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 29/2020** de 28 de set de 2020. Estabelece o Regime Didático Emergencial para o ano letivo de 2020, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e dá outras providências. Disponível em <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/reitoria/conselhosecolegiados/conselhosuperior/resolucoes-2/deliberacoes-2020/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM MECÂNICA (PPC) do Campus Campo Largo. Autorizado pela Resolução nº 65/11 do Conselho Superior do IFPR, 2015.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos:** a aquisição da linguagem/Ronice Muller de Quadros – Porto Alegre: Artmed, 1997.

RICHARDSON, R. J.; et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SALLÁN, J. G.; COROMINAS, A. B.; ÁLAVA, M. F. La Red de Apoyo a La Gestión Educativa (Red Age) Uma Experiencia de Cooperación Educativa Entre Países Iberoamericanos. **Revista Iberoamericana de Educación.** n.º 61 (2013), pp. 109-120 (1022-6508) - OEI/CAEU

SCHUBERT, S. E. de M. **Entre a surdez e a língua:** outros sujeitos...novas relações: intérpretes e surdos desvelando sentidos e significados/Silvana Elisa de Moraes Schubert – Curitiba: Editora Prismas, 2015.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

TECNOLOGIA BIM NA GESTÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS

Diego Aparecido de Souza¹ – Universidade Estadual do Paraná
Andrieli Lemes Pavan² – Universidade Estadual do Paraná
Ferdinando Miguel Ruis Salinas³ – Universidade Estadual do Paraná
Rebeca Borges de Lima Silva⁴ – Universidade Estadual do Paraná
Adalberto Dias de Souza⁵ – Universidade Estadual do Paraná

Nome do GT: 08 – Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Produção Agroindustrial.

RESUMO

Quando pensamos no ciclo de vida de um edifício, normalmente nos atentamos ao período que se refere a fase de projeto e execução. Porém, o ciclo de vida de uma edificação abrange as etapas de projeto, execução e vida útil pós execução, sendo a última o tema desse estudo. Desta forma, há uma crescente preocupação dos pesquisadores no sentido de maximizar a vida útil de uma edificação, que pode ser maximizada através da aplicação de *softwares* que auxiliam nas manutenções corretivas e preventivas necessárias. Neste sentido, a presente pesquisa bibliográfica tem como objetivo apresentar a utilização da tecnologia Building Information Modeling (BIM) como ferramenta de apoio no controle e execução das manutenções em projetos de gestão de edifícios. Trazendo como resultados 11 (onze) trabalhos que tratam da aplicação do BIM no período de pós-obra. Por fim, é possível afirmar que o BIM pode contribuir com a prolongação da vida útil da edificação, ademais, quesitos como segurança e usabilidade podem ser atendidos com maior eficiência.

Palavras-chave: Gestão. Manutenção de edifícios. Building Information Modeling (BIM).

RESUMEN

Quando pensamos en el ciclo de vida de un edificio, normalmente nos fijamos en el período que se refiere a la fase de diseño y ejecución. Sin embargo, el ciclo de vida de una edificación abarca las etapas de diseño, ejecución y vida útil post ejecución, siendo la última el tema de ese estudio. De esta forma, hay una creciente preocupación de los investigadores en el sentido de maximizar la vida útil de una edificación, que puede ser maximizada a través de la aplicación de programas que auxilian en los mantenimientos correctivos y preventivos necesarios. En este sentido, la presente investigación bibliográfica tiene como objetivo presentar la utilización de la tecnología Building Information Modeling (BIM) como herramienta de apoyo en el control y ejecución de los mantenimientos en proyectos de gestión de edificios. Aportando como resultados 11 (once) trabajos que tratan de la aplicación del BIM en el período de post-obra. Por último, es posible afirmar que el BIM puede contribuir con la prolongación de la vida útil de la edificación, además, cuestiones como seguridad y usabilidad pueden ser atendidas con mayor eficiencia.

Palabras clave: Gestión. Mantenimiento del edificio. Modelado de información de construcción (BIM).

¹ – Graduado em Engenharia Civil – *e-mail:* diegos.prime@hotmail.com

² – Graduada em Arquitetura e Urbanismo - Graduada em Eng. Civil – *e-mail:* andrielipavan@hotmail.com

³ – Graduando em Engenharia Civil – *e-mail:* ferdinando@alunos.utfpr.edu.br

⁴ – Graduanda em Engenharia Civil – *e-mail:* rebecaborges@alunos.utfpr.edu.br

⁵ – Doutor em Geografia – *e-mail:* adalbertodias.unespar@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As edificações cumprem um papel fundamental na sociedade moderna, utilizadas como habitação, trabalho e lazer. Possuem longo ciclo de vida, incluindo projeto, construção, uso, transformação e desmontagem, sendo a fase de uso a mais extensa (SANCHES, 2010). Como tal, os edifícios sofrem desgaste ao longo de décadas de uso, o que ao longo do tempo afeta a capacidade de atender às necessidades dos usuários. Nesse caso, a manutenção é essencial, pois seu principal objetivo é proteger a edificação e prolongar sua vida útil (WIGGINS, 2023).

A origem do Building Information Modeling (BIM) não é consentida entre os autores, no geral, afirma-se que foi criado por Charles M. Eastman, pois o professor utilizava o Building Product Model, termo parecido com a metodologia BIM. Além disso, afirma que o termo em si foi criado por Phil Bernstein, arquiteto da Autodesk, utilizando pela primeira vez a sigla (POÇAS, 2015).

Nesse sentido, a tecnologia Building Information Modeling (BIM) promete o acompanhamento dos dados da edificação ao longo do seu ciclo de vida. Grande parte dos trabalhos foca a tecnologia na fase de projeto, e desta maneira, torna-se importante abordá-la em outras fases, como a manutenção.

Através de uma representação digital do edifício, o BIM integra informações úteis para todas as etapas do ciclo de vida da edificação (NATIONAL INSTITUTE OF BUILDING SCIENCES, 2007), tais informações são usadas para facilitar o intercâmbio e a interoperabilidade dos dados da construção (EASTMAN et al., 2011).

É possível criar um banco digital com dados referentes a todos os ativos de uma edificação, fornecendo suporte ao gerenciamento dos mesmos (CHEN et al, 2018). Tendo em vista que a manutenção requer um amplo sistema de informações e resgate de dados detalhados sobre diversos componentes da construção (MOTAWA; ALMARSHAD, 2012). Assim o BIM, utilizado na fase de operação e manutenção possibilita a otimização da distribuição dos espaços de acordo com mudanças nos serviços, gerenciamento de peças de reposição, bem como administrar todo o edifício e analisar diferentes possibilidades de utilização dos espaços (RAMOS et al., 2016).

Este artigo tem como objetivo geral apresentar revisão bibliográfica sobre a utilização da tecnologia BIM como ferramenta para atender a projetos de gestão e manutenção de edifícios.



Os objetivos específicos são:

- Possibilitar integração e visualização dos pré-requisitos de manutenção do sistema predial em projetos criados no conceito BIM;
- Abordar a importância da manutenção da compilação como um parâmetro a considerar na fase de projeto;
- Apontar alguns programas operacionais que integrem a metodologia BIM e gerenciamento das instalações (FM);
- Identificar na bibliografia nacional e internacional os documentos que apontam aplicação direta do BIM como métodos de gerenciamento e manutenção de edifícios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Eastman, *et al.* (2011), “O BIM representa uma mudança de paradigma que trará grande impacto e benefícios, não só para a indústria da construção como também para a sociedade em geral, pois melhores edifícios serão construídos, que consumirão menos materiais e requererão menos recursos humanos e de capital, operando de forma mais eficiente”.

A utilização do BIM é uma mais-valia no domínio da gestão da manutenção, pois torna as intervenções de manutenção mais rápidas, confiáveis e corretas, uma vez que a representação 3D do edifício e toda a sua informação são recolhidas numa única base de dados. Assim, qualquer pessoa responsável pelo gerenciamento de um edifício pode recorrer ao modelo 3D para obter a informação necessária às operações, podendo também adicionar informação ao mesmo modelo, garantindo que as alterações efetuadas sejam atualizadas automaticamente (Simões 2013).

2.1 Os D's do BIM

A elaboração de projetos de arquitetura e engenharia é constantemente vinculada ao uso de softwares 2D, sendo o principal deles o AutoCad. Entretanto, esse tipo de tecnologia possui uma série de fatores que a tornam propensa a erros, principalmente relacionados à compatibilidade de projetos. Assim, é possível reduzir as possíveis falhas advindas do uso do sistema 2D, utilizando conceitos BIM na elaboração de projeto. De acordo com Eastman *et al.* (2011), os instrumentos de detecção de interferências fundamentado em BIM permitem a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

detecção imediata de forma excludente em sistemas relacionados, com análise de interferências entre o projeto arquitetônico e os projetos complementares.

Guiado por uma cadeia de informações inseridas pelos projetistas, os sistemas BIM diminuem a ocorrência de erros em projetos e obras. De acordo com Bomfim e De Matos (2016) e Lisboa (2016), isso só é possível através da parametrização dos componentes que irão compor o objeto arquitetônico a ser criado, de modo que esta parametrização possibilite a conversão dos sistemas de produção de 2D para 3D, 4D, 5D, 6D e 7D.

A tecnologia 3D consiste na técnica de agrupar informações gráficas e não gráficas para elaborar um arquétipo em três dimensões. De acordo com Boton (2018), o BIM 4D permite a integração do projeto com o cronograma da obra, atribuindo assim noções de tempo e planejamento das etapas do modelo desenvolvido. Vigneault (2020) explica que a dimensão 5D se refere ao processo de orçamentação de cada uma das etapas de projeto e execução, onde uma estimativa de custos é extraída através dos componentes do modelo.

O modelo 6D BIM, objeto de estudo do presente trabalho, foca na gestão e manutenção de um projeto e se baseia na extração de dados relacionados ao cronograma de manutenção, fabricante, desempenho e vida útil do ativo. Para Bomfim e De Matos (2016) e Lisboa (2016), esse processo também é propício no gerenciamento e relacionamento entre contratante e fornecedor, facilitando assim a manutenção e atendendo às novas solicitações da Norma de Desempenho de Edificações NBR 15575 (ABNT, 2013). A tomada de decisões através do BIM 6D visa identificar produtos e materiais que possuam maior vida útil e melhor perspectiva econômica, tornando o projeto mais longo, econômico e sustentável.

Já o BIM 7D foca na sustentabilidade, pautando parte das decisões de projeto com enfoque em produtos, técnicas e materiais que visam proporcionar maior desempenho ambiental ao edifício. (ANDREANI *et al*, 2019).

Além das dimensões que estão em fase de implementação, existe um debate acerca das novas dimensões do BIM que serão estudadas. De acordo com De Araújo (2018), a dimensão 8D está relacionada à segurança e saúde nas fases de construção e manutenção, o 9D visa minimizar desperdícios e o 10D tende a industrializar os processos através da digitalização. Essas dimensões, juntamente com as outras já implementadas, tendem a contribuir positivamente para o desenvolvimento da construção civil.



2.2 Manual BIM Brasil

O governo do Brasil, com objetivo de estimular a adoção da tecnologia BIM nos setores da construção civil, tornou público o Decreto nº 9.377/2018, que traça a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM no Brasil – Estratégia BIM BR. O Decreto 9.377/2018 foi instituído com a finalidade de promover um ambiente adequado ao investimento em BIM e também sua difusão pelo Brasil.

Posteriormente, o Decreto nº 9.377/2018 foi revogado pelo Decreto nº 9.983 de 22 de agosto de 2019. Dentre os principais objetivos do Decreto nº 9.983 estão:

- Coordenar a estruturação do setor público para a adoção do BIM;
- Criar condições favoráveis para o investimento, público e privado, em BIM;
- Estimular a capacitação em BIM;
- Desenvolver normas, guias e protocolos específicos para adoção do BIM;
- Desenvolver a Plataforma e a Biblioteca Nacional BIM.

Em seguida, foi instituído o Decreto Federal nº 10.306/20 que determina a adoção do BIM na execução de projetos e serviços de engenharia, pelas instituições de administração pública federal. O Decreto determina um cronograma para a efetivação do BIM no Brasil, sendo ele:

- Primeira Fase (a partir de janeiro de 2021) - elaboração de projetos de arquitetura e de engenharia, modelagem, identificação de conflitos, extração de quantitativos e de peças gráficas;
- Segunda Fase (a partir de janeiro de 2024) – todo o conteúdo da primeira fase, além de planejamento, orçamentação, controle da execução de obras, elaboração de as built;
- Terceira Fase (a partir de janeiro de 2028) – todo o conteúdo das duas primeiras fases, além da manutenção e gerenciamento de ativos.

Por fim, foi publicada a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. A Lei nº 14.133/21 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Determina, que quando adequado, adotar preferencialmente a Modelagem da Informação da Construção nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura.



2.3 Manutenção de edifícios

A manutenção predial é definida como qualquer atividade a ser executada, preservada ou restaurada em função dos edifícios e seus componentes, aponta a NBR 14037 (ABNT, 1998). Ainda segundo a Norma, cada componente de um edifício envelhece com o tempo, em consequência disso, seu desempenho é reduzido. Quando o componente não executa mais sua função, este atinge o fim de sua vida útil, ou seja, quando atingir seu desempenho mínimo.

Há a necessidade de prevenir ou corrigir a perda de desempenho de seus componentes através da manutenção, com o intuito de prolongar sua vida útil. A degradação dos elementos depende de como foi concebido, implementado, das condições do ambiente ou do seu uso (SEELEY, 1976 apud ANTUNES e CALMON, 2005).

O assunto manutenção abrange diversas áreas de domínios técnicos, portanto, um conjunto de normas torna-se necessário, não apenas especificamente para manutenção, mas para diversas etapas de uma obra. Essa preocupação ocorre também na União Europeia, onde diversas normas devem fazer parte do conhecimento do gestor de manutenção e dos técnicos.

Alguns exemplos das mesmas são:

- EN 13306 – Explica conceitos básicos usados na manutenção;
- EN 15341 – Define os indicadores de manutenção;
- EN 13269 – Explica como elaborar um contrato de prestação de serviços da manutenção;
- EN 13460 – Indica o conjunto de documentação que um sistema de gestão de manutenção deve incluir.

A NBR 5674 (ABNT, 2012) define manutenção como o conjunto de atividades realizadas para preservar ou restaurar a capacidade funcional de uma edificação. Sua finalidade é manter o valor e a plena utilização das edificações, proporcionar segurança, reduzir acidentes e lesões decorrentes de defeitos ou deterioração da mesma (WIGGINS, 2023). Em edifícios, a manutenção ganha destaque, pois como são localizados em via pública, além de alterar a paisagem urbana, é possível colocar a vida dos transeuntes em risco e criar poluição visual devido à degradação da fachada.

A manutenção pode ser classificada, segundo a NBR 5674 (ABNT, 2012), como:

Manutenção de Rotina - caracterizada por serviços contínuos padronizados e periódicos, como limpeza geral e lavagem de áreas comuns;

Manutenção Corretiva - caracteriza-se por serviços que requerem ação ou intervenção



imediate para permitir o uso continuado dos sistemas, elementos ou componentes de uma edificação, ou para evitar sérios riscos ou perdas de vidas e/ou bens aos seus usuários ou proprietários;

Manutenção Preventiva - caracteriza-se pelo agendamento prévio dos serviços, priorizando as solicitações dos usuários, estimando a expectativa de durabilidade, severidade e urgência dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso e relatórios periódicos de verificação do seu estado de degradação.

2.4 BIM em Facility Management

Segundo o Centro de Facilities Management da Universidade de Strathclyde as Facilities, “Facilities Management” (FM) podem ser definidas como um processo pelo qual uma organização entrega e sustenta um ambiente de trabalho com qualidade e oferece serviços de suporte à qualidade para atender aos objetivos da organização com melhor custo (ALEXANDER, 1994). FM diz respeito à gestão dos recursos onde se combinam os locais físicos, os intervenientes e a gestão de processos (Sapp 2017).

A manutenção é um dos campos do gerenciamento de instalações FM. Isso inclui integrar atividades multidisciplinares no ambiente construído e gerenciar seu impacto nas pessoas e no local de trabalho” (WIGGINS, 2023, p. 5). Estima-se que a maior parte do custo de gerenciamento de uma instalação (65% a 85%) se deva à manutenção (LAVY; JAWADEKAR, 2014). O FM requer a capacidade de rastrear com precisão os componentes da instalação, identificar ineficiências nas operações de construção e responder rapidamente às solicitações do usuário. As atividades de gerenciamento de instalações dependem da precisão e acessibilidade dos dados das instalações criados durante as fases de projeto/construção e mantidos durante as fases de manutenção e operação.

Segundo Dias (2017) na engenharia civil, é grande o número e variedade de serviços que visam gerir de melhor maneira uma obra, e mesmo dentro da manutenção existem várias áreas, como:

- Instalações AVAC - Na manutenção da área de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado. É necessário garantir inspeções de rotina, monitorização de funcionamento, revisões e certificações.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

- Zonas Verdes - Esta área é direcionada para os espaços verdes onde é necessário garantir o bom funcionamento dos sistemas de rega e de drenagem.
- Redes de informática, comunicação e som – Esta área é a que mais se encontra em evolução, portanto é essencial garantir sempre a sua atualização tecnológica tal como a sua modernização.
- Redes elétricas - Esta área é relacionada com os componentes elétricos e a iluminação, é necessário garantir rotinas de inspeção e limpeza dos seus componentes.
- Estrutura e construção - A manutenção nesta área, partindo do suposto que a construção foi realizada de acordo com as normas, deve garantir que não se obtenha degradação estrutural nem alterações imprevistas no projeto. É fundamentalmente realizada com vistorias periódicas, renovação e/ou melhoramento dos elementos, limpezas, intervenções preventivas devido a sinais iniciais de patologias e reparação de avarias.
- Sistema de segurança - Nesta área tem de existir a garantia das condições iniciais e para isso são necessárias inspeções com o objetivo de assegurar a manutenção dos sistemas e as suas devidas atualizações de acordo com as leis.
- Equipamentos - Nesta área tem de se garantir uma inspeção periódica de modo que as propriedades do equipamento sejam asseguradas, fazendo com que este não perca a sua funcionalidade.

A metodologia BIM-FM é uma forma de recolher informações geométricas e não geométricas em um modelo e aproveitar funcionalidades da metodologia BIM para ter-se uma boa gestão de um edifício, com maior organização e eficiência. Assim, possibilita a entrega de um modelo 6D ao cliente, visando um modelo que representa o edifício tal como construído (Rodas 2015). Especificamente na manutenção, deve ser entendida como um serviço técnico perfeitamente programável e como um investimento na preservação do valor patrimonial, é o exposto pela NBR 5674 (ABNT, 2012). Levando isso em conta, dá-se a importância de Softwares que vise a otimização, padronização e facilite o processo de conservação de um edifício.

Com o desenvolvimento crescente na área da TI, cada vez mais aparecem ferramentas no mercado e métodos com a função de facilitar e implementar o conceito BIM-FM. No

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

entanto, estas ferramentas ainda são escassas em comparação às existentes para BIM ou para FM isoladamente. A seguir, são apresentadas algumas empresas que apoiam o conceito BIM-FM existentes no mercado:

- Archibus é um Sistema Integrado de Gestão do Local de Trabalho. Ele foi projetado para fornecer visibilidade das principais operações das instalações que mantêm os locais de trabalho funcionando de maneira confiável, incluindo dados imobiliários, de infraestrutura, de construção, de ativos e de projetos. Usando o Archibus, os gerentes de instalações têm as percepções e os recursos de que precisam para efetuar mudanças que se traduzem em eficiência e melhorias para os funcionários e para a empresa (SPACEIQ 2023).
- ArchiFM oferece possibilidades de economia de energia, gerenciamento eficiente de fluxo de trabalho e serviços de otimização de fluxo de trabalho para edifícios e portfólios de edifícios, locais ou mundiais. Com o ArchiFM, é possível gerenciar todos os ativos a partir de um banco de dados central, agendar manutenção preventiva e reagir prontamente à manutenção de avaria (ArchiFM 2023).
- O Bentley Facilities Manager é uma poderosa interface do Windows para criação e manutenção de todas as suas informações relacionadas às instalações. O Facilities Manager ajuda você a transformar dados relacionados a instalações em qualquer nível de complexidade em um conjunto transparente de informações atuais e precisas. Usando as opções de navegação, funções de consulta e recursos de relatórios, você pode encontrar todas as informações de forma rápida e eficiente. O Facilities Manager fornece informações imediatas e precisas sobre localização, atributos, links para outros ativos e links de documentos (Bentley, 2023).
- YouBIM® é um software baseado em nuvem (também disponível para instalação), que estende o valor do BIM até o ciclo de vida dos edifícios, fornecendo aos proprietários um banco de dados integrado e acesso instantâneo a informações e localização de ativos por meio de um aplicativo fácil de usar. Navega na interface 2D/3D-BIM baseada na web. O YouBIM anexa dados e documentos [PDFs, JPGs, Excels, etc.] a objetos inteligentes no conjunto de dados online do BIM (YouBIM 2023).



- O Autodesk® BIM 360™ Glue é um produto de gerenciamento e colaboração BIM baseado em nuvem que conecta toda a equipe do projeto e simplifica os fluxos de trabalho do projeto BIM. Com acesso em qualquer lugar e a qualquer momento aos modelos e dados de projeto mais recentes durante todo o ciclo de vida do projeto, o BIM 360 Glue acelera as revisões do projeto e capacita equipes multidisciplinares para identificar e resolver rapidamente problemas de coordenação (Autodesk 2023).

- O BIM 360 Field é um software de gerenciamento de campo de construção que combina tecnologias móveis no ponto de construção com colaboração e relatórios baseados em nuvem. Transforme seus dados de campo em informações poderosas que melhoram a qualidade, segurança e lucratividade para construção e projetos de capital. BIM 360 Field (anteriormente Vela Systems) é um serviço baseado em nuvem (Autodesk 2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pode-se classificar o presente trabalho como uma pesquisa quantitativa básica. Utilizou-se a revisão bibliográfica como método de pesquisa, de forma que foram inseridas palavras chave, como “manutenção de edifícios”, “BIM” e “gerenciamento” em mecanismos de pesquisa, visando encontrar artigos, teses, dissertações e outras publicações, juntamente com referência à norma NBR 5674 (2012), que aborda os requisitos para um sistema de gestão da manutenção. Foram lidos cerca de 60 (sessenta) trabalhos sobre os temas citados e, a partir desta leitura, foram selecionados 31 (trinta e um) a serem utilizados para a realização do presente artigo. Por fim, foram selecionados 11 (onze) referências que disserta sobre o tema proposto.

4 DESENVOLVIMENTO

A revisão de literatura abordada neste artigo contribui para uma melhor compreensão da importância de uma gestão e manutenção eficientes, dos níveis passíveis de serem adotados na tecnologia BIM para este objetivo, e de como os profissionais têm utilizado a metodologia para fazer com que o mesmo seja alcançado.

Com a finalidade de enriquecer a pesquisa, foram utilizadas bibliografias tanto nacionais, quanto internacionais. Como contribuição, foram selecionados os documentos,



normas e trabalhos acadêmicos que relacionam a aplicação direto do BIM segundo a ótica de gerenciamento e manutenção das edificações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a finalidade de atender os objetivos do presente trabalho, na Tabela 01 a seguir estão relacionados os trabalhos considerados como de maior coerência em relação ao assunto “aplicabilidade do BIM na gestão e manutenção”, visando filtrar as referências utilizadas ao longo da revisão bibliográfica.

Tabela 01 – Trabalhos relacionados a “Aplicabilidade do BIM na gestão e manutenção”.

Autor/Ano	Modalidade	País	Tema
Dias (2017)	Dissertação	Brasil	Contributo do BIM como suporte na fase de manutenção e operação dos edifícios.
Poças (2015)	Dissertação	Portugal	<i>Planeamento e controlo de projetos de construção com recurso ao BIM</i>
Rodas (2015)	Dissertação	Portugal	Aplicação da Metodologia BIM na Gestão de Edifícios
Simões (2013)	Dissertação	Portugal	Manutenção de edifícios apoiada no modelo BIM
Soares (2013)	Dissertação	Brasil	A metodologia BIM-FM aplicada a um caso prático, Dissertação
Bomfim, De Matos, Lisboa (2016)	Artigo	Brasil	Gestão de Obras com BIM - Uma nova era para o setor da Construção Civil
Boton (2018)	Artigo	Canadá	<i>Supporting constructability analysis meetings with Immersive Virtual Reality-based collaborative BIM 4D simulation</i>
Chen et al (2018)	Artigo	Reino Unido	<i>BIM-based framework for automatic scheduling of facility maintenance work orders</i>
Lavy; Jawadekar (2014)	Artigo	Estados Unidos	<i>A case study of using BIM and COBie for facility management.</i>
Motawa; Almarshad (2012)	Artigo	Reino Unido	<i>A knowledge-based BIM system for building maintenance</i>
Vigneault (2020)	Artigo	Espanha	<i>An Innovative Framework of 5D BIM Solutions for Construction Cost Management: A Systematic</i>



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou vincular a tecnologia BIM à gestão e manutenção predial, seguindo um conjunto de diretrizes estabelecidas. A metodologia BIM sobrepõe todo o ciclo de vida de uma construção sendo de início usado no processo do projeto, porém existem estudos sobre sua utilização no processo de manutenção, visando a melhoria do processo. O projeto de manutenção requer um conjunto de informações de toda a construção e esta é a principal característica da tecnologia BIM. No entanto, fica como recomendação de trabalhos futuros, o desenvolvimento de estudos práticos vinculando o projeto de manutenção à tecnologia BIM por meio de um software que promete armazenar dados de diferentes características.

Desta forma, fica evidente a importância da tecnologia BIM em todo o ciclo de vida da edificação, em especial na gestão e manutenção do edifício, pois permite que seu ciclo de vida seja mais longo e que proporcione mais segurança e qualidade aos usuários nas atividades realizadas no mesmo. Além disso, é importante ressaltar que o uso de softwares de gestão e manutenção BIM deve estar atrelado ao correto cumprimento das normativas propostas pelos órgãos competentes, para que o ciclo de vida da edificação seja seguro e longo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa de apoio à Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (AGEUNI) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, utilizando de Tecnologia BIM – PROJETEK UNESPAR.





REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5674: 2012** **Manutenção de edificações –Requisitos para o sistema de gestão de manutenção.** Rio de Janeiro, 2012. 30p

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14037: Manual de operação, uso e manutenção das edificações – Conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação.** Rio de Janeiro, 1998.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575: Edificações habitacionais – Desempenho Parte 1: Requisitos gerais.** Rio de Janeiro, 1998.

ALEXANDER, K. **Facilities management: theory and practice.** outledge.2013. 196 p.

ANDREANI, Marta et al. **7D BIM for sustainability assessment in design processes: A case study of design of alternatives in severe climate and heavy use conditions.** Architecture and Engineering, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2019.

ANTUNES, G. B. S. CALMON, J. L. **Manutenção de Edifícios. Importância no Projeto e Influência no Desempenho Segundo a Visão dos Projetistas.** In: CONPAT 2005. Assunción, Paraguai, 2005. Anais.

ARCHIFM. **Controlando seu portfólio de propriedades por meio de um sistema central.** 2023.Disponível em:
<https://archifm.net/#:~:text=ArchiFM%20offers%20energy%20savings%20possibilities,promptly%20react%20to%20breakdown%20maintenance..> Acesso em: 02 fev. 2023.

AUTODESK (Estados Unidos). **About Autodesk BIM 360 Glue.** 2023. Disponível em:
<https://knowledge.autodesk.com/support/bim-360/learn-explore/caas/CloudHelp/cloudhelp/ENU/BIM-360/files/GUID-E0F4D156-F9B1-428D-B32E-C0BE0805C86F-htm.html>. Acesso em: 02 fev. 2023.

AUTODESK (Estados Unidos). **BIM 360 Field.** 2023. Disponível em:
<https://www.autodesk.co.uk/products/bim-360-field/overview#:~:text=BIM%20360%20Field%20is%20construction,for%20construction%20and%20capital%20projects..> Acesso em: 02 fev. 2023.

BENTLEY. **Guias - Bentley Facilities Manager.** 2023. Disponível em:
https://communities.bentley.com/products/building/building_analysis___design/w/building_analysis_and_design_wiki/45187/guides---bentley-facilities-manager#:~:text=Bentley%20Facilities%20Manager%20is%20a,of%20current%20and%20accuracy%20information.. Acesso em: 02 fev. 2023.

BOMFIM, Carlos Alberto Andrade; DE MATOS, Pedro Cesar Correia; LISBOA, Bruno Teixeira Wildberger. **Gestão de Obras com BIM–Uma nova era para o setor da Construção Civil.** Blucher Design Proceedings, v. 3, n. 1, p. 556-560, 2016.



BOTON, Conrad. **Supporting constructability analysis meetings with Immersive Virtual Reality-based collaborative BIM 4D simulation.** *Automation in Construction*, v. 96, p. 1-15, 2018.

CHEN et. al. BIM-based framework for automatic scheduling of facility maintenance work orders. **Automation in Construction**, v. 91, p. 15-30, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.autcon.2018.03.007>.

DE ARAÚJO, Gabriel Fagundes Lobato. **Il BIM applicato all'impresa a servizio della progettazione integrale.** 2018.

DIAS, Fábio Wilson Alves. **Contributo do BIM como suporte na fase de manutenção e operação dos edifícios.** 2017. 350 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Universidade do Minho, Braga, 2017. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70745>. Acesso em: 16 jan. 2023.

EASTMAN et al. **BIM handbook: a guide to building information modeling for owners, managers, designers, engineers and contractors.** Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2011. E-book (626 p.).

LAVY, S.; JAWADEKAR, S. **A case study of using BIM and COBie for facility management.** (S.I.:s.n.), 2014. Disponível em: http://faculty.arch.tamu.edu/media/cms_page_media/2861/LavyJawadekar_2014.pdf.

MOTAWA, I.; ALMARSHAD, A. A knowledge-based BIM system for building maintenance. **Automation in Construction**, v. 29, p. 173-182, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.autcon.2012.09.008>.

NATIONAL INSTITUTE OF BUILDING SCIENCES-NIBIS. **NBIMS–National Building Information Modeling Standards. Version 1-Part 1: overview, principles and methodologies.** Washington: NBIS, dez. 2007. E-book. (182 p.)

POÇAS, Ana Rita Fernandes. **Planeamento e controlo de projetos de construção com recurso ao BIM,** Dissertação do Mestrado Integrado em Engenharia Civil, Universidade do Minho, 2015.

RAMOS, Leandro Fernández; RUGEL, Renzo Ríos; AGUILAR, John Marreros. **Más allá de la tecnología: BIM como una nueva filosofía.** *Revista CIVILIZATE*, n.8, p.46-49, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/civilizate/article/view/18629>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RODAS, Inês Aidé Ribeiro de Freitas. **APLICAÇÃO DA METODOLOGIA BIM NA GESTÃO DE EDIFÍCIOS.** 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Feup, Porto, 2015. Cap. 19.

SANCHES, I. D. **A.Gestão da Manutenção em EHIS.** 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Paulo, São Carlos. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-15072011-102558/publico/iara_sanches.pdf.

SAPP, Don. Whole Building Design Guide. **Facilities Operations & Maintenance - An Overview**. 2017. Disponível em: <https://www.wbdg.org/facilities-operations-maintenance>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SIMÕES, D.G., 2013. **Manutenção de edifícios apoiada no modelo BIM**. Instituto Superior Técnico Lisboa.

SOARES, Joel Duarte Rodrigues Teixeira. **A metodologia BIM-FM aplicada a um caso prático**. 2013. Tese de Doutorado. Instituto Politecnico do Porto (Portugal).

SPACEIQ. **What is Archibus?** Disponível em: <https://spaceiq.com/blog/what-is-archibus/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

VIGNEAULT, Marc-Antoine et al. **An innovative framework of 5D BIM solutions for construction cost management: a systematic review**. Archives of Computational Methods in Engineering, v. 27, n. 4, p. 1013-1030, 2020.

WIGGINS, Jane M. **FACILITIES MANAGER'S DESK REFERENCE**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WfkPEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA25&dq=Facilities+Manager%E2%80%99s+Desk+Reference&ots=1p4g4kfhJe&sig=jBpY71jEnKg5J9mliCp1aAhoVVk#v=onepage&q=Facilities%20Manager%E2%80%99s%20Desk%20Reference&f=false>. Acesso em: 14 fev. 2023.

YOUBIM. **YouBIM**. 2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/youbim#:~:text=YouBIM%C2%AE%20is%20a%20Cloud,2D%2F3D%2DBIM%20interface..> Acesso em: 02 fev. 2023.



REUTILIZAÇÃO DE BANNERS E FORTALECIMENTO DE GRUPOS DE COSTURA - AÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Designer Jordana de Oliveira Bennemann¹ – Universidade Estadual de Londrina
Dra. Camila Santos Doubek Lopes² – Universidade Estadual de Londrina
Me. Maria José Sartor³ – Universidade Estadual de Londrina
Kaique Cornélio da Silva⁴ – Universidade Estadual de Londrina

Nome do GT: 15 - Sociedade, Saúde e Meio Ambiente

RESUMO

Este artigo descreve uma ação do projeto de Extensão Lonarte da Universidade Estadual de Londrina, que tem como objetivo a pesquisa e as experimentações envolvendo a reinserção do banner de PVC no ciclo produtivo, como prego a Economia Circular. Paralelamente, na perspectiva da Inovação Social, a equipe capacita e trabalha com as formações de grupos de costura formado por mulheres em situação de vulnerabilidade social da cidade de Londrina no Paraná, buscando ensinar e trabalhar a autogestão, o empoderamento e a autoestima dessas mulheres. A ação em questão acontece em parceria com o curso de Odontologia desta Universidade, que apresentou o panorama de higiene bucal da população carente de Londrina, demandando ações urgentes. Em apoio, este projeto elaborou um plano para beneficiar os trabalhadores vulneráveis socialmente que trabalham para as cooperativas de reciclagem do município. Assim, com a metodologia de projeto de design *Double Diamond*, e a pesquisa-ação, foi projetada *nécessaire* para entrega de kit, junto a dois grupos de costura assessorados também pelo programa municipal de Economia Solidária. A matéria-prima foi o banner de PVC usado e aviamentos. O projeto tinha o objetivo de ser de simples fabricação e aviamentos de baixo custo devido às limitações orçamentárias. Os kits continham uma escova de dentes, fio dental e creme dental, e ao final de 2022, a primeira remessa dessa ação foi entregue para 4 cooperativas. As outras 3 cooperativas de Londrina serão contempladas em 2023.

Palavras-chave: Banner de PVC. Design Social. Economia Circular. Inovação Social.

RESUMEN

Este artículo describe una acción del proyecto Extensión Lonarte de la Universidad Estadual de Londrina, que tiene como objetivo la investigación y la experimentación involucrando la reinserción de la lona de PVC en el ciclo de producción, como predica la Economía Circular. Al mismo tiempo, desde la perspectiva de la Innovación Social, el equipo capacita y trabaja con la formación de grupos de costura formados por mujeres en situación de vulnerabilidad social en la ciudad de Londrina, Paraná, buscando enseñar y trabajar la autogestión, el empoderamiento y autoestima para estas mujeres. La acción en cuestión se realiza en colaboración con la carrera de Odontología de esta Universidad, que presentó un panorama de higiene bucal para la población necesitada de Londrina, exigiendo acciones urgentes. En apoyo a este proyecto, se creó un plan para beneficiar a los trabajadores socialmente autónomos que laboran en las cooperativas de reciclaje del municipio. Así, con la metodología del proyecto de diseño Doble Diamante, e investigación acción, se diseñó un kit de entrega de kit kit, en conjunto con dos grupos de costura asistidos también por el programa municipal de Economía Solidaria. La materia prima fue la pancarta de PVC usada y los accesorios. El diseño estaba destinado a ser simple de fabricar y accesorios de bajo costo debido a restricciones presupuestarias. Los kits contenían un cepillo de dientes, hilo dental y pasta dental, y a fines de 2022 se entregó el primer envío de esta acción a 4 cooperativas. Las otras 3 cooperativas de Londrina estarán cubiertas en 2023.

Palabras clave: Bandera de PVC. Diseño Social. Economía Circular. Innovación Social.



¹- Designer de Moda – e-mail: jordanabennemann@gmail.com

²- Designer de Produtos – e-mail: camiladoubek@uel.br

³- Gestora Ambiental – e-mail: reciclauel@uel.br

⁴- Estudante de Design de Moda – e-mail: kaique.cornelio@uel.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na sociedade contemporânea, vemos problemas complexos alcançarem níveis globais devido ao nosso padrão de consumo e estilo de vida. As empresas internalizam seus lucros financeiros e tornam coletivos os problemas ambientais e, as que exploram o trabalhador, alimentam o ciclo de desigualdades socioeconômicas.

Nessa busca pela quantidade em detrimento da qualidade e o cuidado com o meio ambiente, surgem diferentes materiais e processos químicos que barateiam o produto, mas sem cuidar da fase final de vida, por exemplo, sem se preocupar em garantir a sua reinserção no processo produtivo como reza a Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010. Esse paradigma projetual leva a um acúmulo de resíduos que muitas vezes não se decompõe facilmente. Um desses materiais, popularmente conhecido como “plástico” é a matéria prima de confecção dos banners de PVC. Esses banners são confeccionados a partir das lonas vinílicas, que por sua vez, são compostas de Policloreto de Vinila, ou como é comumente conhecido, o PVC (NAJELISKI et al., 2017). Esse material é de difícil decomposição, prejudicando as trocas gasosas de lixões e aterros sanitários e impermeabilizando camadas de resíduos orgânicos e interferindo a dinâmica de composição de outros materiais.

Além da questão ambiental, outro problema atual são as desigualdades sociais. Esses contrastes não acontecem somente pelo viés financeiro, mas também pelo acesso desigual a direitos fundamentais. Em países em desenvolvimento como o Brasil, a desigualdade de gênero também encontra-se latente. Em uma análise realizada junto ao serviço do CAM - Central de Atendimento à Mulher, da cidade de Londrina no Paraná, com relação à remuneração individual, quase metade das mulheres que sofrem ou que já sofreram algum tipo de violência não possuem renda própria (38,7%). Neste mesmo estudo, 51,8% das mulheres não chegaram nem a completar o ensino fundamental, acabando por ficar dentro de casa, sem uma perspectiva de mudança de vida (GALVAO; ANDRADE, 2004).

Isto posto, o projeto Lonarte surgiu com o objetivo de reutilizar banners de PVC para confecção de produtos diversos, confeccionados por mulheres em situações e localidades vulneráveis da cidade de Londrina, trazendo como base, a capacitação profissional, formação de



grupos de costura e geração de renda.

O Brasil enfrenta adversidades com os cuidados básicos da saúde bucal, principalmente a cárie, que afeta aproximadamente 53,6% das crianças no país e existe um aumento significativo nessa prevalência a partir dos 18 meses. O Projeto Integra, do Departamento de Odontologia da UEL, realizou uma pesquisa que agiu na criação de um programa que teve como alvo, grupos em situação de vulnerabilidade social do Parque Universidade e bairros vizinhos, no Município de Londrina, atendendo prioritariamente crianças e adolescentes. Foram feitas diversas constatações nesse estudo, e uma delas foi de que a condição socioeconômica influencia diretamente na saúde bucal das pessoas, tanto pela falta de acesso às informações básicas de cuidado com a higiene bucal, alimentação precária e também pela falta de acompanhamento periódico com um dentista. O estudo mostrou também que com acesso aos cuidados e acompanhamento de um profissional, os casos de cáries graves foram erradicados nas crianças e adolescentes atendidos pela pesquisa, observando-se também a necessidade de atender os pais desses jovens. O trabalho também salientou que os profissionais da saúde sentiram uma maior conexão com seus pacientes e um maior engajamento com sua profissão, depois que viram o benefício que podem causar em pessoas e comunidades (BUSS, et al., 2018).

Por meio da abordagem do design participativo e da inovação social, foram desenvolvidas ações conjuntas com dois grupos de costura, formado por mulheres e assistidos pelo programa municipal de Economia Solidária, visando atender a uma demanda social: a confecção de *nécessaires* feitas com banner de PVC, para o acondicionamento de um kit de higiene bucal, que posteriormente seriam distribuídos para os trabalhadores das cooperativas de reciclagem de Londrina. Durante o ano de 2022, as as mulheres que confeccionaram as peças não só foram capacitadas a costurar usando o banner residual como matéria prima, mas tiveram também sua voz e suas ideias ouvidas, auxiliando nas etapas de qualificação do produto final, como caracteriza-se o processo de design participativo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 POLÍMEROS: NOSSO PLÁSTICO COMUM



Os polímeros são moléculas “[...] caracterizadas por seu tamanho, sua estrutura química e interações intra e intermoleculares. Possuem unidades químicas que são unidas por ligações covalentes, que se repetem ao longo da cadeia (SPINACÉ; DE PAOLI, 2005, p. 65). No passado, a humanidade estava acostumada a conhecer e usar somente polímeros de origem natural, como o couro, a borracha e a madeira. No começo do século XX foi desenvolvido o plástico sintético, que evoluiu de modo que hoje o nosso cotidiano está cercado pelos polímeros sintéticos, ou seja, que não são encontrados naturalmente na natureza, comumente conhecidos como “plásticos” e “termoplásticos”. Estes, tomaram a frente na produção de diversos utilitários da vida moderna, como sacolas plásticas, móveis, materiais de construção civil e até chicletes.

Os polímeros sintéticos também estão fortemente presentes na indústria gráfica, aparecendo na composição de tintas e substratos como os banners (NAJELISKI et al., 2017), usados em publicidade e em ambientes acadêmicos (COSTA et al., 2019). “O PVC é um polímero obtido a partir de uma mistura de resina, plastificantes, cargas e aditivos. Esta mistura é fundida termicamente e obtém-se a partir desse processo, um material laminado” (WITTMANN, 2009 apud. JUNG et al., 2015, pag. 4). Devido a esse processo termoquímico, a lona de PVC é tão versátil, e também é por esse processamento que ele demora 450 anos para se degradar, ou seja, ele apresenta baixíssima biodegradabilidade (JUNG et al., 2015). Após o descarte das lonas como rejeito em aterros ou lixões, é criado outro problema. A camada de PVC presente nos banners dificulta justamente a dinâmica de decomposição dos materiais depositados, pois este sintético atrapalha a “[...] troca gasosa devido à formação de camadas impermeáveis impossibilitando a oxidação biológica do carbono dos resíduos orgânicos” (COSTA et al; 2019, p. 61), necessária para que microorganismos responsáveis consigam agir.

O PVC sólido pode ser facilmente reciclado, já a lona, por conter a tela de poliéster e receber o tratamento de plastificantes adicionais para conferir a maleabilidade, requer processo custoso e trabalhoso, que exige alto investimento no processo, fato que “inviabiliza” a sua reciclagem. Desta forma, temos um material plástico de rápido uso em publicidade, e pela inviabilidade da reciclagem é descartado como rejeito (Figura 1).

Figura 1 - Banners doados para este projeto.



Fonte: Projeto Lonarte

Na perspectiva de análise da Economia Circular, o rejeito é o tipo de material que precisa ser suprimido. O material em sua fase final de vida precisa ser reinserido na cadeia produtiva de forma cíclica, buscando a diminuição do consumo de matérias primas virgens e contribuindo, portanto, com a preservação ambiental, limitação da toxicidade, ecologia social e cultural. (SEHNEM et al., 2020). Apesar da Economia Circular ser um conceito inovador, depende de pesquisas, empresas, consumidores e de políticas públicas para ter êxito. É dentro deste conceito que o projeto Lonarte surge, envolvendo a comunidade no processo, com a proposta de pesquisar e desenvolver novos usos e produtos que utilizem o banner de PVC como matéria prima e que, conseqüentemente, ele seja reinserido na cadeia produtiva, alongando o seu ciclo de vida, sempre explorando a impermeabilidade, resistência e a estética dos banners. O trabalho de costura é realizada por grupos formados por mulheres em situação de vulnerabilidade social, assunto do próximo tópico.

2.2 MULHERES E VULNERABILIDADE SOCIAL

Como apontado anteriormente, não são apenas problemas ambientais que assolam a sociedade contemporânea, mas também os problemas sociais que vêm atrelados ao sistema que vivemos.

O Brasil é um país com profundas desigualdades sociais, acumuladas ao longo do tempo pelo processo histórico de construção da nossa sociedade. Dentro dessa realidade, a disparidade de direitos entre os gêneros é acentuada, levando mulheres a serem prejudicadas em sua jornada de trabalho e remuneração, conseqüentemente encontrando maiores barreiras para a mobilidade social.



Segundo dados do censo 2010, a população de Londrina possui 52% de mulheres, e 39% dos domicílios são chefiados por mulheres. 81,15% das famílias sem nenhum rendimento são compostas por mulheres, sem cônjuge e com filhos (IBGE, 2010). Segundo (GARRUCHO et al, 2021), no cenário da estrutura monoparental feminina, as mulheres estão ainda mais expostas às consequências das desigualdades de gênero, pois a renda do homem não está presente, estando o lar mais propenso à situação de pobreza e de outros tipos de violação de direitos, como violência física e outros abusos.

Um tema recorrente na busca para lidar com essa realidade, que é extremamente complexa, é o empoderamento e a emancipação feminina. Entende-se empoderamento uma situação em que “[...] as pessoas adquiram o controle de suas vidas, e obtenham a habilidade de fazer coisas e de definir suas próprias agendas” (LEÓN, 2000, p. 193 apud MARIANO, 2001), sem que precisem depender de terceiros e possam contar com reais objetivos e mudanças a partir de suas ações. Esse movimento tem o foco no desenvolvimento da autoestima, autoconfiança e no desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente. Por emancipação humana, pode-se compreender a superação da necessidade do ser humano de ter algo ou alguém intermediando suas ações. Logo, os dois termos se interligam na centralidade das ações no ser humano e na sua liberdade em realizar ações.

Algumas teorias apontam o trabalho e a geração de renda como caminho para que a emancipação possa ser alcançada, da valorização do seu saber e consequente autoestima. Levando em consideração que as mulheres possuem uma rede de coletividade frente às adversidades que sofrem no cotidiano, seguindo conceitos como a Inovação Social, elas próprias, com o trabalho conjunto do designer, podem alcançar a sua emancipação e protagonismo, e buscar melhorar sua qualidade de vida e oportunidades, em conjunto. (MANZINI, 2008; NOVAES, 2012).

2.3 INOVAÇÃO SOCIAL E O DESIGN PARTICIPATIVO

Pode-se compreender Inovação Social como a abordagem que visa atender as necessidades sociais transformando as relações, possibilitando ao beneficiário o empoderamento e o acesso a recursos. Existem cinco tipologias de Inovação Social: novos produtos ou serviços, novas práticas, novos processos, novas regras e regulamentações e novas formas organizacionais, como a Economia Solidária e o Empreendedorismo Social (Projeto TEPSIE).



As ações da Inovação Social assumem um caráter inclusivo de sujeitos menos assistidos dentro de uma base territorial, por ter o foco na inovação e estudo dos processos, podendo ser um forte conceito e/ou aliada de políticas e programas de coesão social e territorial e na inserção de indivíduos à margem da sociedade, por meio da capacitação processual, pensamento crítico e analítico e potencial criativo desses “agentes mais fracos”, pontos estratégicos para se alcançar a emancipação humana já abordada.

Ao seguir essa demanda social, surge o conceito do design participativo. Pode-se compreendê-lo como uma ferramenta que “consiste em garantir que os posicionamentos e interpretações dos participantes sejam relevantes na pesquisa ou no projeto” (REGO; SANTOS; NORONHA, 2019). O papel do designer, portanto, nessa interação, deve ser o de construir uma ponte entre a realidade interna e os atores e ações externas para a mudança.

Ainda segundo os mesmos autores, o design participativo tem por objetivo alcançar a Inovação Social dentro da comunidade trabalhada, onde os atores/objetos de pesquisa são atuantes durante todo o processo, podendo refletir criticamente sobre suas práticas e buscando assim, alcançar-se mudanças que resistam a longo prazo. O design participativo pode ser considerado como uma ferramenta da Inovação Social e metodologia-guia do trabalho do designer social. Por se tratar de uma ferramenta do design inclusivo, o trabalho com os grupos começa de “baixo pra cima”, e não ao contrário. Desta forma, acredita-se que por meio dessa metodologia de design e desse trabalho em conjunto, de vivência e escuta, processos formativos necessários para a formalização de um empreendimento forte sejam melhor trabalhados com os grupos. É uma proposta que corrobora com o que se espera de um dos resultados finais do projeto. A seguir, irá ser discorrido como se deu esse processo durante o ano de 2022.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscando atender a uma demanda específica, a equipe de Designers do projeto buscou projetar e testar um produto com baixo custo de produção para atender à demanda específica de uma ação em conjunto com o curso de odontologia.

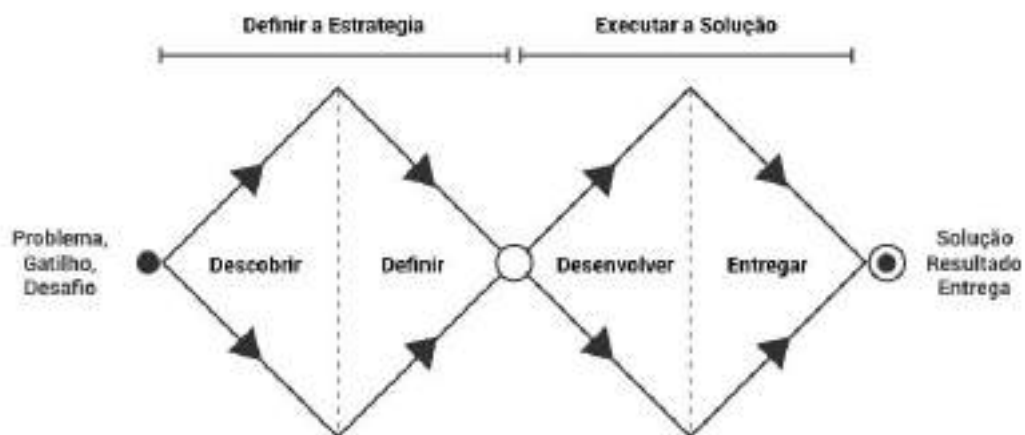
Por ser voltada à modificação de realidades sociais, a natureza deste projeto é prático ou aplicado. Este trabalho é uma pesquisa-ação, pois existe o envolvimento constante entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, objetivando “[...] o diálogo empático do pesquisador com os participantes da ação, num processo que pode ser modificado continuamente, seguindo de forma aproximada o modelo de aprendizado [...] em espirais de ação, reflexão, abstração e planejamento.” (SANTOS, 2018, p.58). Ainda, segundo Provanov e Freitas, (2013) esta



tipologia de pesquisa é social de base empírica, em que um problema coletivo é trabalhado cooperativo ou participativo.

Os procedimentos metodológicos variam conforme a etapa de trabalho. O projeto do produto aconteceu pelo viés do Design Participativo, com a metodologia de projeto *Double Diamond* (Design Council, 2019), com foco nas possibilidades da matéria prima residual disponível (Figura 2).

Figura 2 - A metodologia *Double Diamond*.



Fonte: <https://vidadeproduto.com.br/double-diamond/>

Seguindo os preceitos do Design Participativo, o projeto contou com o envolvimento das costureiras para chegar no melhor resultado em termos de design e custo. Quanto à montagem dos itens do kit e das instruções ilustradas de como escovar os dentes e passar o fio dental, o projeto contou com o auxílio e orientação de um professor do curso de odontologia da UEL. A produção produção do folheto (Figura 3), com linguagem simples, sendo que as ilustrações que passam a mensagem, já que alguns usuários que compõem o público-alvo da ação são analfabetos.

Figura 3 - Frente e verso do folheto que acompanha os kits.



Fonte: Projeto Lonarte

4 DESENVOLVIMENTO

Em meados de 2022, um professor de odontologia entrou em contato com a coordenação do Projeto Lonarte para solicitar um produto que pudesse ser utilizado para guardar o kit de higiene bucal, que seria entregue para as mulheres em situação de rua da cidade de Londrina. Esse item deveria ser de baixo custo, fácil de manusear e impermeável.

Segundo a metodologia do *Double Diamond*, primeiramente foi feita a medição dos produtos que a *nécessaire* deveria conter. Posteriormente foi feita análise de similares objetivando conhecer o que já tem sido produzido nesse setor e criar um repertório para os Designers começarem o brainstorming, ou seja, o processo de criação, com possíveis conceitos. O projeto final teve como pressuposto o baixo custo de mão de obra, já que a ação tinha recursos limitados. Assim foram produzidos protótipos para chegar ao modelo ideal, que junto ao grupo de costura foi considerado de rápida e simples costura. Alguns protótipos foram descartados, por não atenderem aos critérios do projeto (Figura 4).

Figura 4 - Protótipos que foram considerados ineficientes



Fonte: Projeto Lonarte

Após a definição do protótipo, buscou-se encontrar coletivos de costura formados por mulheres que tivessem o acesso às máquinas dentro do território, para que mesmo após a saída do projeto, elas possam continuar produzindo peças com o banner e gerando renda.

Um desses coletivos foi o grupo MMG, recém formado e acompanhado pelo programa Municipal de Economia Solidária de Londrina. Ele está situado no bairro habitacional União da Vitória, e conta com um espaço coletivo, com 6 máquinas, entre retas industriais e galoneiras. O coletivo é composto atualmente por 5 mulheres, todas com o ensino médio. Ao conhecê-las, elas estavam produzindo peças de tapete com retalhos, para vender no próprio bairro, com incentivo da coordenadora do espaço. Após uma reunião e com a presença da técnica da Economia Solidária, foi apresentada a proposta do trabalho com o banner e como as ações iriam ocorrer. Tendo um retorno positivo, em Novembro de 2022, o trabalho com este grupo se iniciou. Elas possuem um conhecimento de costura básica, então uma qualificação inicial foi necessária. Após apresentar o produto, uma delas já sugeriu algumas mudanças, como em relação à estrutura do elástico.

Figura 5 - Grupo de costura MMG



Fonte: Projeto Lonarte

Já o segundo grupo trabalhado é o grupo Fênix, composto por uma mãe e suas duas filhas. O marido apoia o grupo fazendo as entregas das encomendas. Elas já costumam trabalhar sob encomenda, porém, foi a primeira experiência com o banner. Ao apresentar a proposta para o grupo, foram realizadas duas oficinas em conjunto para ensinar e ouvir quais eram as ideias que elas tinham sobre o protótipo. Foram feitas alterações sobre o tamanho da peça, assim como a cor e posição do pesponto, visando um melhor acabamento. O desenho final da peça uniu simplicidade e praticidade (Figura 6).

Figura 6 - Modelo aberto e fechado, com fechamento com elástico



Fonte: Projeto Lonarte

Durante o processo, a equipe foi acompanhando a produção das peças e reorganizando as alterações e adaptações em conjunto. O grupo Fênix conseguiu cumprir com



a primeira etapa da entrega, porém elas ainda não terminaram a produção e algumas divisões no trabalho coletivo precisaram ser implementadas, a fim de otimizar o trabalho do grupo e melhorar o processo. O grupo segue em treinamento para o aperfeiçoamento de costura.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante esse acompanhamento, a equipe do projeto buscou trabalhar conceitos como pensamento crítico, formalização do grupo por meio de ferramentas facilitadoras para isso e estudo das potencialidades de venda e crescimento dentro do próprio bairro. Não espera-se que a ação seja somente de demanda, mas que o grupo possa com o tempo e com o auxílio do projeto, empoderar-se para começarem a criar e comercializar peças, feitas com banner.

A peça escolhida conta com apenas 3 processos de costura e um fechamento por elástico, preso no mesmo processo, em uma das aberturas, o que garante um processo simples, mais rápido e de baixo custo, além de ser de fácil manuseio.

As peças que ficaram prontas em 2022, já foram entregues para quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Londrina. O kit entregue é composto de uma *nécessaire* com um fio dental, pasta de dente e escova de dente. A entrega dos kits foi feita pela equipe Lonarte. A figura 7 mostra os itens de um kit, com o folheto explicativo.

Figura 7 - Ítems do kit.



Fonte: Projeto Lonarte

No final do ano de 2022, o projeto entregou o total de 88 kits em 4 cooperativas diferentes (Figura 8). No início de 2023, a meta do projeto é entregar mais 185 kits, totalizando 273 kits.



Figura 8 - Entrega dos kits com conversa sobre higienização bucal.



Fonte: Projeto Lonarte.

Além desses kits que serão entregues às cooperativas, o projeto continua em 2023 com a entrega das necessárias que comporão outro o kit de higiene bucal formulado pelo projeto da Odontologia da UEL, que serão entregues para moradores de rua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da ação implementada pelo Projeto de Extensão Lonarte foi fortalecer dois grupos de costura formados por mulheres em situação de vulnerabilidade social, à luz da Inovação Social, através do trabalho remunerado para o projeto e produção de *nécessaires*. A parceria com os grupos contou não só com a orientação na precificação e outros detalhes de autogestão visando a independência dos grupos, empoderamento e melhoria da autoestima.

A entrega dos kits de higiene bucal para os trabalhadores das cooperativas de reciclagem, população vulnerável, faz parte de outras ações deste projeto, como a doação de aventais confeccionados também com banner, destinado a esse mesmo público.

Na perspectiva da Economia Circular o polímero que compõe o banner de PVC foi reinserido no ciclo produtivo através da reutilização em forma de *nécessaire*.

Podemos concluir que esta ação corrobora com os preceitos da Extensão Universitária, que tem como meta promover o desenvolvimento social, fomentando ações que levam em conta os fazeres e saberes populares, assegurando valores democráticos de paridade de direitos, respeito ao ser humano e sustentabilidade socioambiental.



Tendo em mente o contexto retratado neste projeto e as ações pretendidas, é possível afirmar que o projeto está alinhado com os seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas, 2023): (i) 1 - Erradicação da pobreza, tópicos de 1.1 a 1.4; (ii) 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, tópicos 8.3, 8.5 e 8.8; (iii) 10 - Redução das desigualdades. 10.2; (iv) 12 - Consumo e produção responsáveis. Especificamente os tópicos 12.4 e 12.5.

Como recomendação para trabalhos futuros, é necessário conhecer melhor o banner como potencial matéria-prima para objetos diversos, através de ensaios experimentais, como resistência, tingimento, desbote, ressecamento, etc.

REFERÊNCIAS

BUSS, M. C. et al. Projeto Integra – ação sorriso: programa de saúde bucal em grupos sociais vulneráveis. **Revista Conexão UEPG**, vol. 14, núm. 1, 2018.

COSTA, G. M. M. et al. Confecção de bolsas a partir do reaproveitamento: um olhar diferente sobre o banner. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 14, n. 4, p. 58-73, 2019.

Design Council. **Framework for Innovation**: Design Council's evolved Double Diamond. 2019. Disponível em: <<https://www.designcouncil.org.uk/our-work/skills-learning/tools-frameworks/framework-for-innovation-design-councils-evolved-double-diamond/>>. Acesso em: 23 de jan de 2023.

GARRUCHO, M. E. G., CABRERA, L. C., CALDARELLI, C. E. Pobreza feminina no brasil: os domicílios pobres chefiados por mulheres. **Revista Orbis Latina**. Vol 11, n. 1, 2021. Disponível em:<<https://www.bityli.net/mNqYM>> Acesso em: 26 de jan de 2021.

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://www.bityli.net/mUsmy>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

JUNG, A. A. et al. Projeto Relona: reaproveitamento de lonas de banner. In: **4º Fórum Internacional Ecoinovar**, Santa Maria, 2015.

MARIANO, S. A. **Movimento de mulheres e estado**: ambigüidades da incorporação de gênero nas políticas públicas em Londrina - 2001. (dissertação de mestrado).

MANZINI, E.; Tradução: Carla Cipolla. **Design para a inovação social e sustentabilidade**: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: **E-papers**, 2008.

NAJELISKI, D. M.; PALHANO, A. P.; MATOSO, L. G. Estudo de Viabilidade da Reutilização de Banners de Lona na Produção de Móveis. **Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 2, 2017.



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

NOVAES, F. A. M., Economia solidaria como estratégia para emancipação humana. In: **Anhanguera Educacional Ltda.** v.16, n.24, p.133-144, 2012.

PROVANOV, C. C., FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed.: Feevale. 2013.

REGO, F. A. M., SANTOS, M. L. L. O., NORONHA, R. G., Cultura construtiva: como apreender a memória de um saber tradicional em vias de erradicação por meio do Design Participativo. **7º Simpósio de Design Sustentável**, Recife. 2019.

SANTOS, Aguinaldo dos. **Seleção do método de pesquisa: guia para pós-graduando em design e áreas afins.** Curitiba: Editora Insight, 230 p. ISBN 978-85-62241-45-1. 2018.

SEHNEM, S. et al. Gestão Sustentável na perspectiva da inovação e da Economia Circular - O Caso Native. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v.13, n. 3, set./dez. 2020.

SPINACÉ, M. A. S.; DE PAOLI, M. A.. A tecnologia da reciclagem de polímeros. **Química nova**, v. 28, p. 65-72, 2005.

TEPSIE. **Doing Social Innovation: A Guide for Practitioners.** European Commission – 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research. 2014. Disponível em: < <https://bit.ly/3wwACby> > Acesso em 12 de maio de 2022.



FORMAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO DO NATIVO AMERICANO DO SÉCULO XVI: A DEFESA DA RACIONALIDADE NATIVA EM BARTOLOMEU DE LAS CASAS

SANTOS, Christina¹
- UNESPAR

Nome do GT: Educação do Campo e Escolas Campesinas na América Latina

RESUMO

No final do século XV e início do século XVI, ocorreu o processo de conquista e colonização da América, que foi marcado por severo conflito entre o Velho e o Novo Mundo. Os espanhóis, ao encontrarem seres tão distintos de sua cultura, buscaram equalizar uma proposta educativa que conduzisse à cristianização do nativo e sua “civilização” por meio da catequização. Havia dúvida sobre a racionalidade desses nativos encontrados e, dependendo da forma como os concebiam, era o que determinava o modo como conduziriam o tratamento dado e sua formação/catequização. Tinham racionalidade? Era possível que compreendessem os preceitos do Deus cristão? Poderiam aprender as coisas da fé? Na tentativa de defender que havia racionalidade no nativo americano, o dominicano Bartolomeu de las Casas (1484 -1566) escreveu cartas, opúsculos e tratados onde fundamentou a concepção de que o nativo tinha racionalidade e, portanto, poderia ser cristianizado por meios pacíficos, o que era incompatível com as ações dos colonizadores. Neste artigo, o objetivo é analisar o modo como Las Casas entendia o nativo americano e sua racionalidade sendo essas as condições para o processo de sua formação/cristianização. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico em que foi possível evidenciar que, em um momento de dúvidas sobre a racionalidade do nativo americano do século XVI pelos espanhóis, houve vozes dissonantes que os entendiam como seres racionalmente capazes de aprender e assim, se submeter de uma forma mais harmoniosa em detrimento à guerra bélica.

Palavras-chave: Bartolomeu de Las Casas. Nativo americano. Racionalidade. Modo humanizado. Formação/cristianização.

RESUMEN

A fines del siglo XV y comienzos del siglo XVI, tuvo lugar el proceso de conquista y colonización de América, el cual estuvo marcado por un severo conflicto entre el Viejo y el Nuevo Mundo. Los españoles, al encontrarse con seres tan diferentes a su cultura, buscaron igualar una propuesta educativa que condujera a la cristianización del indígena y su “civilización” a través de la catequización. Se encontró duda sobre la racionalidad de estos indígenas y, según cómo los concibieron, fue lo que determinó la forma en que llevarían a cabo el tratamiento dado y su formación/catequización. ¿Tenían racionalidad? ¿Era posible que entendieran los preceptos del Dios cristiano? ¿Podrían aprender las cosas de la fe? En un intento de defender que había racionalidad en el nativo americano, el dominico Bartolomé de las Casas (1484 -1566) escribió cartas y tratados donde fundamentaba la concepción de que el nativo tenía racionalidad y, por tanto, podía ser cristianizado por medios pacíficos, lo cual era incompatible con las acciones de los colonizadores. En este artículo, el objetivo es analizar la forma en que Las Casas entendió al nativo americano y su racionalidad, siendo estas las condiciones para el proceso de su formación/cristianización. Se trata de una investigación bibliográfica cualitativa en la que se pudo evidenciar que, en un momento de dudas sobre la racionalidad de los nativos americanos del siglo XVI por parte de los españoles, surgieron voces disonantes que los entendían como seres racionalmente capaces de aprender y así, si se someten de manera más armoniosa en detrimento de la guerra.

Palabras clave: Bartolomé de Las Casas. Nativo americano. Racionalidad. Modo humanizado. Formación/Cristianización.

¹ – Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá/UEM – e-mail: christinaas20@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dos eventos mais importantes da História Moderna pode ser considerado o processo de conquista e colonização da América pelos europeus, que ocorreu entre os anos de 1492 e 1556. Fora o contato entre homens muito distintos em termos de organização social, cultural, educacional e religiosa. Tratou-se de um encontro conflituoso e tenso, sobretudo, pelas diferenças entre as duas nações e pela ambição dos invasores.

Os espanhóis, ao chegarem em terras americanas em 1492, entendiam a empreitada como uma missão divina e justificavam sua vinda como um serviço a ser prestado a Deus - o de levar a fé cristã aos territórios descobertos. Nesse pretexto, os colonizadores, em busca de ouro e de riquezas, invadiam as terras onde viviam os nativos e os submetiam, empregando, sobretudo, a violência armada.

O processo não se fez sem resistência por parte do nativo americano, mas, pela forma diferenciada de fazer a guerra, pelas armas rudimentares com que os nativos enfrentavam as armas de fogo e até mesmo a arma bacteriológica, o resultado foi um verdadeiro genocídio.

Entendendo-se como supostamente superiores, os espanhóis questionavam sobre a natureza dos nativos. Pois na percepção que tinham, duvidavam de sua capacidade racional e de civilidade. Eram realmente homens? Tinham capacidade racional? Poderiam aprender? Como seria possível “civilizá-los”? Como cristianizá-los? Dependendo do modo como os concebiam era o que de fato fundamentava as suas ações.

Desse modo, ao considerá-los como seres irracionais e sem capacidades para aprender a fé cristã, se justificava a guerra bélica que fora realizada para garantir a submissão, a cristianização e a obtenção das riquezas. No entanto, é importante salientar que havia uma preocupação da coroa espanhola em garantir que os nativos americanos fossem minimamente cristianizados, pois ao entenderem a “descoberta” do Novo Mundo como missão divina, viam como uma responsabilidade a expansão do cristianismo, o que estava a par dos interesses econômicos e políticos advindos desses territórios.

Entre os que entendiam os nativos americanos com capacidades racionais para o entendimento da fé cristã, encontrava-se Bartolomeu de las Casas (1484 – 1566), um frei dominicano que chegou em terras americanas em 1502, como clérigo e colonizador. Desde sua conversão, dedicou-se a fundamentar a defesa da racionalidade dos nativos e a propor um modo diferenciado de tratamento e de cristianização/formação dos nativos americanos. Em 1513, depois



de ouvir um sermão do dominicano Antônio de Montesinos (1475- 1540), Las Casas passou a afirmar que a mensagem evangélica estava em desacordo com a violência adotada no processo de conquista e colonização, defendendo desde então a racionalidade do nativo e um modo pacífico para sua cristianização e submissão (HANKE, 1949).

Sua voz tornou-se dissonante em meio às mais variadas formas de violência contra o nativo americano. Sua atuação pública foi expressiva na medida em que realizou mais de vinte viagens até a Espanha a fim de convencer as autoridades constituídas de que os maus tratos contra os nativos haveriam de cessar. Escreveu tratados, cartas, opúsculos em que fazia apelos à coroa e denunciava os abusos realizados pelos colonizadores.

Seus principais livros e que são fontes dessa pesquisa são os três volumes de *Historia de las Indias* publicados em 1995 (utilizado aqui o volume I), e *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião* (2005), que é uma espécie de manual de orientação pedagógica para os religiosos de sua ordem, a Ordem de São Domingos. Nesses livros, é possível evidenciar o entendimento que o frei dominicano tinha acerca da racionalidade do nativo americano e por isso a justificativa do modo humanizado de formação/cristianização que haveria de ocorrer para garantir seu processo de conversão, civilização e submissão. A análise desse conteúdo foi realizada entendendo que tanto o autor quanto sua obra estão inseridos num contexto histórico que os determina e que, são frutos das relações econômicas, políticas e sociais num processo de transformação social desencadeado.

Entender a defesa da racionalidade do nativo que fez Bartolomeu de las Casas, nos ajuda a refletir sobre os modos de conceber as nações nativas existentes na América e que ainda continuam na resistência por sua dignidade e modo de ser. A defesa da racionalidade nativa e o modo humanizado de formação/cristianização em Bartolomeu de Las Casas, tratou-se de um modo diferenciado, mas que atendia aos interesses da coroa e da Ordem.

2 A ORGANIZAÇÃO EDUCATIVA PARA A FORMAÇÃO/CRISTIANIZAÇÃO DO NATIVO AMERICANO

Com a chegada dos espanhóis no Novo Mundo, denominado posteriormente de América, o processo de conquista e colonização desenvolveu-se ao mesmo tempo em que surgiram os questionamentos sobre a natureza desses nativos, pautando-se, principalmente, em sua duvidosa racionalidade.

O interesse da coroa era o de obter a maior quantidade possível de riquezas, sobretudo,



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ouro e pedras preciosas, porém, entendiam e à eles cabia a incumbência do processo de formação/cristianização, como uma missão divina dada pelo Deus cristão. Nesse cenário, a organização para a exploração do trabalho nas minas em terras americanas fora acompanhado de um processo formativo do nativo que, fundamentalmente, correspondia às necessidades e interesses, tanto da coroa quanto da Igreja Católica.

Entendendo a cristianização como parte de suas obrigações pela doação papal, a coroa direcionou parte de seus esforços a essa finalidade, o que não deixava de atender e justificar seus interesses políticos e econômicos. Já na segunda viagem de Colombo em 1493, os reis escolhem um grupo de frades liderados pelo beneditino Bernardo Boil, para acompanhá-lo na viagem e dar início à “empresa missionária” a ser empreendida em terras americanas (ELLIOTT, 2004).

Colombo entende a “descoberta” como um benefício quando encontrasse o ouro pretendido e prometido para a coroa, o que de fato o preocupava. Mas, para além desse fato, Colombo, como católico e bastante religioso, acreditava que fora designado pelo Deus cristão para tal façanha e, neste aspecto, é que entende a “descoberta” como uma possibilidade não somente para extrair o ouro, mas também de cristianização dos nativos que encontrou. Referindo-se a estes, relata: “[...] Todos se compreendem, coisa deveras notabilíssima que, espero incitará Suas Altezas a empreender a conversão delas à nossa santa fé, em relação a qual aparecem muito dispostos” (COLOMBO, 1987, p. 104).

Nesse processo de pensar a formação do nativo americano, é possível perceber nas Leis de Burgos de 1512, promulgadas pelo rei Fernando, a preocupação com a conversão dos nativos, e infere-se que entendiam essa ação como um modo de garantir os propósitos econômicos e a soberania real, bem como o fortalecimento do catolicismo ao angariar novos fiéis.

Logo na apresentação da lei, o rei Fernando aponta que, tanto ele como a rainha Isabel, já falecida, bem como sua filha Joana, sempre tiveram muita vontade de que os caciques e “índios” chegassem ao conhecimento da santa fé católica e que por esse motivo é que fizeram tais ordens. Fala que as informações que possuem dos seus representantes reais é que:

[...] segundo se viu, por longa experiência diz que tudo não basta para que os ditos caciques e índios tenham o conhecimento de nossa fé que seria necessária para sua salvação porque são naturalmente inclinados à ociosidade e maus vícios do que nosso Senhor é desservido e não há nenhuma maneira de virtude nem doutrina, e o principal empecilho que têm para não se emendarem de seus vícios e de não lhe ser útil nem impressa neles a doutrina, nem aceitem, é terem seus povoados a moradia tão longe como têm e afastados dos lugares onde vivem os espanhóis que daqui foram e vão a povoar a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

dita ilha, porque, posto que durante o tempo que vêm para servir os doutrinam e lhes ensinam as coisas de nossa fé, depois de terem servido voltam a seus povoados, devido ao fato de estarem afastados e à má inclinação que têm, esquecem logo tudo o que lhes ensinaram e voltam à sua costumeira ociosidade e vícios (SUESS, 1992, p. 657).

Nesse intuito de catequização, e para que os nativos ficassem próximos dos espanhóis colonizadores, é que são fundados, ao longo dos anos, escolas e internatos próximos das Igrejas, e atendiam preferencialmente aos filhos dos caciques. Catequizavam as crianças pequenas e, como aprendiam com facilidade, logo davam a sua contribuição entre os seus, servindo como novos catequistas, garantindo assim a disseminação da religião cristã. O processo de cristianização/formação, no qual se buscou empreender, estava relacionado à alfabetização, ou seja, aprender a ler e a escrever a língua espanhola seria um meio eficaz de conversão.

Quanto a leitura e escrita como forma de disseminar a cultura e valores cristãos dos europeus, é importante destacar que esse ensinamento era uma possibilidade de adesão plena à nova cultura, e isso se deu tanto nas regiões colonizadas pelos espanhóis como pelos portugueses. Para Paiva (2000), quando trata da alfabetização dos nativos no Brasil pelos jesuítas, afirma que: “[...] Mais do que o resultado dessa intenção, interessante é observar a mentalidade. As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa” (PAIVA, 2000, p. 43).

A proposta de cristianização/formação por meio da leitura e escrita embasava-se a ideia de que, se o nativo aprendesse a nova língua, logo voltaria para seu povoado e ensinaria aos seus as coisas da fé. Assim, encontram-se evidências na referida lei:

Ordenamos e mandamos também que cada um que tiver cinquenta índios ou mais encomendados sejam obrigados a fazer ensinar um moço, o que parecer mais capaz, a ler e escrever as coisas de nossa fé para que ensinem depois aos ditos índios, porque aceitarão melhor o que lhes disser aquele do que o que disserem os outros moradores e povoados. [...] ordenamos e mandamos que a tal pessoa que se serve de índios como pajem seja obrigada a ensiná-lo a ler e escrever e a todas as outras coisas que acima estão declaradas [...] (SUESS, 1992, p. 658, grifo nosso).

O rei Fernando argumenta na referida lei que, tanto a sua intenção, quanto a intenção de sua esposa e sua filha era a conversão do nativo e a salvação de sua alma. Alegou que o desejo maior era que: “[...] nas ditas partes e em cada uma delas seja plantada e enraizada nossa santa fé católica muito inteiramente para que as almas dos ditos índios se salvem” (SUESS, 1992, p. 662).

Sobre essa lei quanto ao ensino de ler e escrever, Larroyo analisa que por parte do rei Fernando havia uma preocupação com este assunto da educação em perseguir o objetivo final da formação religiosa dos meninos nativos, e que se preocupou pela “*castellanización*” e instrução



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

elementar deles (LARROYO, 1981). Entendemos essa preocupação a partir dos interesses e necessidades que a coroa tinha, sobretudo, a exploração das riquezas e submissão dos nativos.

Aos religiosos, fora dada a incumbência de cristianização/formação dos nativos, o que não se daria sem fazê-los civilizados e súditos da coroa. Os religiosos, ao chegarem, indistintamente da Ordem a qual pertenciam, tinham uma única preocupação: “[...] organizar uma igreja renovada, e, como consequência, uma perspectiva pedagógica missionária diante de culturas até então estranhas ao cristianismo” (PEREIRA MELO; GOMES, 2012, p. 89).

A grande responsabilidade era dar início ao processo de catequização e cristianização dos nativos, e os franciscanos foram os religiosos que primeiro se empenharam no processo de incorporação desses povos até então desconhecidos pelos europeus à Igreja Cristã e, conseqüentemente, à cultura ocidental. Em geral, os trabalhos dos religiosos se deram no sentido de adaptar e improvisar um método de catequese que até então era utilizado na Europa. As dificuldades eram tamanhas, pois além das diferenças linguísticas, eram povos que tinham modos de vida distintos, visto que, de um lado, as culturas Maia, Asteca e Inca haviam atingido um alto grau de desenvolvimento e, de outro lado, povos que não possuíam qualquer domínio civilizatório, pelos menos tal como considerado pelo europeu (PEREIRA MELO; GOMES, 2012).

Entendiam os religiosos que o problema da língua poderia ser equacionado se aprendessem esse novo idioma, o *náhuatl*. Entre tantas existentes, essa era a língua que tinha o maior número de nativos que a dominava, principalmente, na região da Mesoamérica. Para aprenderem essa língua, os religiosos dedicaram-se dias, meses e anos, o que de fato facilitou o trabalho no processo de catequização/formação dos nativos.

Sendo os primeiros a darem início ao processo de catequização/formação dos nativos, principalmente, na *Ilha Hispânica*, os franciscanos tinham a preocupação de, além de oferecerem os ensinamentos sobre a fé cristã, também darem acesso aos rudimentos da leitura e escrita das primeiras letras, assim analisam Pereira Melo e Gomes: “[...] já nesses primeiros tempos, não era apenas o processo de catequização, mas ia além dessa função – para eles, primordial – ao oferecerem aos nativos rudimentos da leitura e das primeiras letras” (PEREIRA MELO; GOMES, 2012, p. 96).

Na cidade de Texcoco, foi fundada a escola Texcoco, considerada a primeira escola de ensino elementar de cultura europeia no continente americano (PEREIRA MELO; GOMES, 2012). Nesta escola, estudavam os filhos dos principais caciques e os ensinavam a ler e a escrever, além dos conteúdos que eram voltados para a diversidade das letras, tocar e cantar. Também no

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

México era uma prática a ação dos franciscanos em dialogar com os caciques para que deixassem seus filhos pequenos frequentar as escolas com a finalidade de receber o ensino sobre a fé cristã. Os resultados dessa prática foram positivos, visto que assimilavam com facilidade o que lhes era ensinado sobre as doutrinas do cristianismo e logo se convertiam em catequistas dos demais nativos.

Neste caso, entendiam os espanhóis, que a formação religiosa e civil do adulto, passava pela formação das crianças. Em sua prática educativa utilizavam o canto, a dança, a pintura em lenços, a arquitetura das construções das igrejas, as esculturas. Tudo era uma contribuição para o processo catequizador. Para além das escolas para os pequenos, no ano de 1527, fundaram as “escolas de artes e ofícios”, na Cidade do México, conhecida com a Escola de São José dos Naturais, que fora construída anexa à capela São José dos Naturais, e se destinava a oferecer aos nativos jovens uma formação mais especializada (PEREIRA MELO; GOMES, 2012).

Muito embora tivessem todas essas iniciativas educativas buscando disseminar a fé cristã entre os nativos, havia entre os espanhóis, sobretudo, os colonizadores, o questionamento sobre as capacidades racionais dos nativos americanos para aprender. Entre os religiosos esse entendimento, de que eram capazes de aprender, era mais comum, visto que isso justificava o trabalho que desempenhavam no processo de educativo.

Porém, ao entenderem esses nativos como serem irracionais se justificava a guerra bélica e todas as formas de violência utilizadas pelos colonizadores para a submissão nativa, o que levou ao grande genocídio ocorrido em terras americanas. Para os colonizadores, que acima de tudo buscavam as riquezas como o ouro e pedras preciosas, o processo de cristianização era secundário, e mesmo desnecessário caso fossem irracionais, como muitos os entendiam.

Bartolomeu de las Casas não se apresenta como um combatente da coroa espanhola, mas seu conflito foi com os espanhóis colonizadores que utilizavam de todas as formas de violência contra os nativos a fim de submetê-los pela força armada. O frei dominicano, muito embora não tenha tratado especificamente dos aspectos pedagógicos/metodológicos que atenderiam às necessidades das escolas que foram fundadas pelos franciscanos, é importante assinalar que estava entre aqueles que contribuiram para o pensar desse processo de cristianização/formação do nativo e, sobretudo, contra os abusos dos espanhóis colonizadores.

Bartolomeu de las Casas, após a sua conversão, dedicou sua vida e atuação pública na defesa da racionalidade do nativo americano pois entendia que o tratamento dado a ele poderia ser de modo mais humanizado para que o processo de formação/cristianização ocorresse de forma

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



mais eficaz, e isso haveria de ser de modo amável, brando e com mansidão. Ao serem cristianizados, logo seriam súditos da coroa e submissos aos “novos donos”, no caso, os espanhóis colonizadores.

3 BARTOLOMEU DE LAS CASAS E A DEFESA DA RACIONALIDADE DO NATIVO AMERICANO

O cenário de mudanças econômicas, políticas e sociais, no qual Las Casas estava inserido, nos permite pensar o seu posicionamento a partir das transformações que vão ocorrendo em decorrência das novas formas assumidas na época moderna. Bartolomeu de las Casas, que se dirigiu para a América como clérigo e colonizador, tornando-se também um *encomendero*, após pouco mais de uma década em terras americanas, incomodava-se com o mau tratamento dado ao nativo e, convertendo-se, passa a direcionar suas ações em defesa desse nativo. Empenhou-se como dominicano, não somente em defender a racionalidade dele, mas em propor meios supostamente pacíficos e humanizados para o tratamento e a cristianização/formação do nativo. Por esse motivo e pela relação de proximidade que tinha com a coroa, recebeu o título de “Protetor Universal dos Índios e das Índias”, dado por Cisneros (regente real) em 1516 (HANKE, 1949).

Ao fazer a defesa da racionalidade do nativo americano do século XVI, Las Casas elaborou um modo educativo humanizado que levou em conta a potencialidade racional desses habitantes do Novo Mundo. Entendia Las Casas que a cristianização/formação do nativo passava pela forma como haveriam de ser tratados e, nesse caso, a assimilação da doutrina cristã não se daria apenas nas escolas que estavam sendo fundadas, mas também nas ações que os espanhóis estabeleciam com os nativos.

Desse fato, compreende-se que Las Casas propôs um modo que alcançaria não somente a cristianização fora das escolas, mas também no interior destas, entendendo que o processo de cristianização passava, sobretudo, pela alfabetização. Para Las Casas, cristianizar o nativo era colocá-lo no lugar que julgava adequado, ou seja, como súditos da Coroa e inferiores aos espanhóis, algo que, para o dominicano, estava dentro de uma ordem natural hierarquizada: Deus criador, papa e os reis. Essa era a ideia predominante do século XVI vinda do processo histórico da Idade Média, o que para o dominicano, de fato justificava os espanhóis em terras americanas.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Las Casas, a partir da experiência no convívio com o nativo e de sua condição de religioso dominicano, argumenta em seu livro “Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião” que o modo de cristianização/formação haveria de ser único com todos os povos e em todos os lugares do mundo, pois, segundo ele, a verdadeira religião e o verdadeiro Deus também eram únicos, e que o modo não foi necessariamente elaborado por ele, mas proposto pelo próprio Cristo e pela religião cristã, ou também chamada por ele de Igreja Universal. Argumenta que:

[...] assim como a lei de Cristo é única e exclusiva, e não muda, jamais mudou e nem mudará até o fim dos tempos, e únicas e exclusivas são a fé e a religião cristãs, assim também é único e exclusivo o modo de ensinar a fé estabelecido por Cristo, promulgado pelos Apóstolos, recebido, sempre pregado e observado pela Igreja Universal (LAS CASAS, 2005, p. 63, grifo nosso).

Nesse aspecto de universalidade do modo de cristianização dos nativos, Moreno (1976), ao tratar sobre a ideia de um único “método” em Las Casas, sendo este universal em todo o tempo e lugar, salienta que:

[...] No obstante, para él no existe otro método, porque uno único fue el modo con que Cristo y los Apóstoles extendieron la doctrina, y en el fondo de la mente y el corazón lascasiano no late más que le deseo de imitar en todo el ejemplo que estos hombres depararon (MORENO, 1976, p. 163).

Único era o modo, e seus fundamentos são repetidos constantemente na intenção de dar destaque ao primeiro dos princípios no modo de evangelização que, segundo ele, deve ser o mesmo, igual e nunca mudar: “[...] A princípio, prova-se com razões, das quais seja esta a primeira: único é o modo, próprio à Sabedoria divina, de prover e mover todos os seres criados para os seus atos a fins naturais, com delicadeza, doçura e suavidade” (LAS CASAS, 2005, p. 59). O modo proposto era o de persuadir pelo entendimento, e nunca pela força:

[...] Seja ainda, porque, para aceitar e receber o que concerne à fé e à verdadeira religião, requer-se necessariamente que se creia nela, e, como apenas aquele que deseja pode crer – pois o ato de crer supõe o querer, e de forma alguma pode ser imposto – por conseguinte, não se há de duvidar que a criatura racional, para ser induzida a crer nas verdades da fé e da religião cristã, precisa que o entendimento seja persuadido mediante razões e que a própria vontade com brandura seja movida e atraída.

Mas isso não se pode conseguir, a não ser que as verdades que hão de ser aceitas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

se apresentem de forma delicada, doce e suave. Logo, a criatura racional deve ser levada à fé e à religião cristã com serenidade, tranquilidade e brandura, de sorte que espontaneamente, pelo seu livre arbítrio e com disposição natural ouça, aceite, creia e receba tudo quanto lhe é anunciado sobre a fé e a religião (LAS CASAS, 2005, p. 65-66).

Estava aí traçado em Las Casas o modo apropriado para que ocorresse a cristianização/formação do nativo. Entendia que o ser humano era dotado de capacidades para o entendimento, e neste aspecto é que valorizava e defendia a racionalidade dos nativos. Estes, sendo filhos do mesmo Deus cristão, tinham a tendência natural ao bem, apenas necessitando de quem os ensinasse as doutrinas da fé. Para que houvesse esse entendimento, era preciso, mais do que os atributos racionais dos nativos, mas haveria de contar com persuasão de seu entendimento por meio da atração da vontade, pois somente assim seria possível a aprendizagem.

Com a ideia de que seria por esse caminho que os nativos chegariam a ser cristianizados e submetidos, Las Casas se posicionou contra os abusos cometidos, argumentando que os espanhóis colonizadores os justificavam pela suposta incapacidade racional deles e, desse modo, agiam movidos por interesses próprios indo contra os preceitos religiosos:

Às vezes dizem, com perjúrio, que (os Índios) são cães, idólatras, que estão envolvidos em outros crimes nefandos, que são estúpidos e fátuos e, portanto, inábeis e incapazes de acolher a fé, a religião, bem como a vida e os costumes cristãos. E assim, esses bons homens inventam essas falsidades, essas perniciosas, e até heréticas mentiras, a fim de que as guerras, violências, rapinas, crimes e demais iniquidades que cometem, pareçam ser justas com algum pretexto, ou ao menos desculpáveis (LAS CASAS, 2005, p. 238).

E chegou a tanto o delírio e condenável descaramento deles, que não duvidaram em afirmar e infamar, de modo infantil, que aqueles homens eram bestas, ou quase bestas, e, por conseguinte, com razão, como bestas, podiam pela guerra ser submetidos ao domínio deles, ou serem caçados, e depois reduzidos à escravidão, enfim serem utilizados de acordo com o capricho dos colonizadores (LAS CASAS, 2005, p. 238).

[...] eles lhes afligem desumana e cruelmente danos irreparáveis, sendo causa de condenação, que é o pior dos males de muitíssimas almas, ficando, assim, convencidos manifestamente de odiar o próximo ao máximo, não só de não amá-lo, e, portanto permanecem sempre fora da caridade (LAS CASAS, 2005, p. 247).

Denunciou os abusos dos colonizadores e buscou meios de argumentar que os nativos são filhos de um mesmo Deus, pois única é a espécie por Ele criada ao afirmar que: “[...] única é a espécie de criatura racional, que em seus indivíduos se encontra dispersa por todo o mundo” (LAS CASAS, 2005, p. 63). Quanto aos nativos, defendeu que são racionais como todas as demais

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

nações criadas, além de serem engenhosas, talentosas e capazes de entendimento e raciocínio para serem evangelizadas:

Nem é possível aceitar que em alguma parte da terra, toda uma raça ou nação, ou todo um povo de determinada região, província ou reino, seja tão estúpido, ingênuo ou incapaz que não possa ser evangelizado. Sem dúvida, entre as várias gentes, umas se mostram por sua inteligência e raciocínio mais sutis e talentosas que as outras. Para comprovar tudo isso, aduzimos abundantes argumentos e autoridades. Em suma, é necessário admitir que nossas nações indianas não só têm diversos níveis de inteligência natural, como acontece nas demais, mas ainda que todas elas são dotadas de talento. (LAS CASAS, 2005, p. 57).

Ao argumentar que os nativos possuíam racionalidade suficiente para o entendimento da fé e da religião cristã, Las Casas estava de acordo com os demais missionários, ou parte considerável deles, que se dedicavam ao trabalho de cristianização, pois, se não acreditassem nesse princípio racional, como haveriam de cristianizar? Para Borges (1987), entre os missionários não deveria haver questionamentos sobre a racionalidade dos nativos, visto que, na função de civilizá-los e evangelizá-los, tinham que partir do pressuposto de que eram racionais. Do contrário, haveria de ser inútil todo o trabalho nesse ponto, por carecer os nativos de um requisito essencial.

Para além das capacidades racionais e talentos, Las Casas os descreveu como seres dóceis e amáveis, passíveis de serem doutrinados com muita facilidade, desde que tratados com o modo adequado. Em seu primeiro volume de Historia de las Índias, argumentou que todos podem aprender:

[...] consiguiente y necesaria cosa es, que ninguna gente pueda ser en el mundo, por bárbara e inhumana que sea, ni hallarse nación que, ensenandola y doctriándola por la manera que requiere la natural condición de los hombres, mayormente con la doctrina de la fe, não produza frutos razonables de hombres ubérrimos (LAS CASAS, 1995, p. 15).

E sobre a docilidade do nativo, defendia que:

[...] después alcanzamos de su bondade natural, de su simplicidad, humildad, mansedumbre, pacabilidad e inclinaciones virtuosas, buenos ingenios, prontitud o prontísima disposición para recibir nuestra sancta fe y ser imbuídos en la religión cristiana (LAS CASAS, 1995, p. 202).

[...] Aquí será mucha razón notar cómo estas gentes pudieran ser ganadas y traídas para Jesuscristo, si por amor y mansedumbre fueran en los principios tratadas e inducidas [...] (LAS CASAS, 1995, p. 202).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Com essas ideias quis demonstrar que os nativos tinham disposição e prontidão para receberem a fé, bastando para isso que fossem persuadidos com mansidão e bom tratamento:

[...] cuán manifiesta parece la disposición y prontitud natural que aquellas gentes tenían para recibir nuestra sancta fe y dotarlos e imbuirlos en la cristiana religión y en todas virtuosas costumbres, si por amor e caridad y mansedumbre fueran tratadas, y cuánto fuera el fruto que delas Dios hobiera sacado (LAS CASAS, 1995, p. 209).

Descreveu essas características, justamente para fundamentar a ideia de que se fossem bem tratados, logo seriam cristãos e subservientes aos espanhóis, que poderiam, inclusive, fazer deles o que quisessem:

[...] de su naturaleza gentes mansuetísima, humilísimas, paupérrimas, inermes o sin armas, simplicísimas, y, sobre todas las que de hombres nacieron, sufridas y pacientes; por lo cual tuvieron y tienen hoy nuestros espanoles asaz lugar de hacer dellos todo lo que quisieron y quieren, tratando de una manera y por un igual a todos, sin hacer diferencia de sexo ni de edad, ni de estado o dignidad, como por la historia será manifiesto (LAS CASAS, 1995, p. 18, grifo nosso).

Entende-se que para o dominicano, a defesa da racionalidade do nativo americano e de um modo de tratamento humanizado para a formação/cristianização era a condição para que pudessem aderir à fé cristã, serem súditos da coroa e logo, submissos aos espanhóis. Muito embora Las Casas tenha sido uma voz dissonante no processo de conquista e colonização, é possível compreender que em seu entendimento, ao tratar os nativos como racionais e com brandura e mansidão, poderiam “hacer dellos todo lo que quisieren” (LAS CASAS, 1995a, p. 18).

Entende-se desse modo que o processo histórico de luta, para dominar e subjugar ocorrido na conquista e colonização da América, perpassou não somente pela força da guerra, mas contou com o processo educativo que, proposto pela pretensa superioridade dos dominadores, objetivava a modificação das formas de vida, organização social, política, econômica e religiosa nativa. Concebendo o nativo americano como racional e com capacidades de entendimento, um modo de cristianização/formação que levava à submissão foi proposto por Las Casas que, com menores danos corporais, não deixou de ser um modo violento de submetê-los.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o processo histórico de luta, para dominar e subjugar ocorrido na conquista e colonização da América, perpassou não somente pela força da guerra, mas contou com o processo educativo que, proposto pela pretensa superioridade dos dominadores, objetivava a



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

modificação das formas de vida, organização social, política, econômica e religiosa nativa. Bartolomeu de Las Casas destacou-se por sua atuação pública ao defender a racionalidade nativa e a propor um modo mais humanizado com amor, brandura e mansidão para a cristianização/formação que levava à submissão, com menores danos corporais, não deixou de ser um modo violento.

Seu entendimento das capacidades racionais dos nativos estava voltado para as justificações que teve o propósito de defender. Entendia o nativo como um ser racional justificado pela irmandade divina, pois, sendo filhos de um mesmo Deus, teriam as mesmas capacidades para o entendimento das coisas da fé e da religião cristã. Era necessariamente a partir desse aspecto que deveriam ser convencidos e então convertidos ao cristianismo, logo, submetidos. Porém, essa racionalidade era defendida pelo dominicano para entenderem os ensinamentos da fé e da religião, e se estendiam parcialmente a outras dimensões.

Considerando esse cenário, a voz dissonante de Las Casas e as suas conquistas no melhor trato com o nativo, sobretudo, ao considerá-lo como ser racional, representam avanços na relação com esse homem negado em sua humanidade e racionalidade, e, mesmo que passados mais de quinhentos anos do seu encontro, continuam negado, explorado, humilhado, e em busca da sua identidade distribuída.

Num continente historicamente espoliado como a América, a luta dos nativos pelos direitos de serem o que são ainda persiste. No Brasil, vive-se uma intensificação de ações para o desmonte de políticas ambientais e indigenistas conquistadas nas últimas décadas, o que tem favorecido o aumento do grau de degradação, de ameaça, de invasão, de violência e vulnerabilidade dos povos nativos (CARTA CAPITAL, 2020). Nesse cenário, compreender a defesa da racionalidade do nativo americano que fora proposto por Las Casas, a fim responder às necessidades naquele momento histórico, ajuda-nos a pensar os meios educativos, que, por ora, são propostos para atender às necessidades históricas de nossos tempos, pois somente com reflexão será possível uma atuação mais consciente para a transformação.

REFERÊNCIAS

BORGES, Pedro. **Misión y Civilización en América**. Madrid: Alhambra, 1987.

CARTA CAPITAL. **Brasil é denunciado na ONU por risco de genocídio indígena**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-e-denunciado-por-riscode-genocidio-indigena-na->

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
<http://conlape.unespar.edu.br/>



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

onu/. Acesso: 02 fev. 2023.

COLOMBO, Cristovão. **Diários da descoberta da América**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

ELLIOTT, John Huxtable. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, Leslie. (Org). **História da América Latina: América Latina colonial**. 2 ed. Tradução de Maria Clara Cescato. Brasília: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 135-194.

HANKE, Lewis. **Bartolomé de las Casas**: pensador político, historiador, antropólogo. Habana: Sociedade econômica de amigos del país, 1949.

LAS CASAS, Bartolomeu de. **Historia de las Indias I**. Edición de Augustín Millares Carlo. Estúdio preliminar de Lewis Hanke. México: Fondo, 1995.

LAS CASAS, Bartolomeu de. **Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião**. Obras Completas. Trad. Noelia Gigli; Hélio Lucas. São Paulo: Paulus, 2005.

LARROYO, Francisco. **Historia comparada de la educación en México**. 15 ed. México: Porrúa, 1981

MORENO, Ramón-Jésus Queraltó. **El pensamiento filosófico-político de Bartolomeu de las Casas**. Sevilha: Escuela de estudios hispano-americanos de Sevilla, 1976.

PAIVA, José Maria de. Educação jusútica no Brasil Colonial. In.: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 43-60.

PEREIRA MELO, José Joaquim; GOMES, Willian. F. **A educação franciscana na América: o caso mexicano**. In: TOLEDO et.al. (Orgs). **Origens da educação escolar no Brasil colonial**. Vol.1. Maringá: EDUEM, 2012.

SUESS, Paulo. (Org). **A conquista espiritual da América espanhola**. Petrópolis: Vozes, 1992.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



A VERTENTE CONSERVADORA E SEUS IMPACTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Elson Alves de Lima¹-UNESPAR – *Campus* de Apucarana.

Vitória Regina da Silva²-UNESPAR – *Campus* de Apucarana.

Bianca Cristina Alberto³³-UNESPAR – *Campus* de Apucarana.

Nome do GT: Capitalismo, trabalho, direitos humanos e as interfaces classe, gênero, raça/etnia e sexualidade.

RESUMO

A presente pesquisa procura compreender o impacto causado tanto pelo conservadorismo quanto pelo neoconservadorismo em relação ao Serviço Social, além de observarmos em que medida tais impactos conseguem repercutir em torno da chamada negação da luta de classes. As constantes crises por que passa o capitalismo contemporâneo mundial demonstram seu esgotamento e seus limites, demarcando um terreno propício para que as correntes teóricas conservadoras – o conservadorismo e o neoconservadorismo – passem a ganhar terreno e audiência. A justificativa do tema ocorre em grande medida pelas recentes eleições que colocaram no poder governantes vinculados a tais correntes mundo afora. Assim, o sistema capitalista procura a qualquer custo recompor suas taxas de acumulação de capital em baixa sobre os trabalhadores, asfixiando-os cada vez mais e suas próprias vidas, na destruição das forças produtivas vivas, através do levantamento de pautas que visam à criminalização da pobreza e também dos movimentos sociais mais críticos em relação ao sistema. O crescimento, a audiência e as bandeiras conservadoras representam esta nova configuração vivida pelo capital. O conservadorismo de novo tipo parece ter se filiado aos interesses diretos da classe dominante, tendo adotado a política neoliberal como lema e mote. Os impactos diretos deste processo atingem diretamente o Serviço Social, o seu profissional e sobretudo as políticas políticas que são estendidas ao conjunto da classe trabalhadora. Procuramos realizar uma investigação científica de cunho básica, por meio da pesquisa bibliográfica, teórica, documental, apoiada pela análise de conteúdo, qualitativa, recorrendo a obras científicas e do portal *SciELO* e de revistas da área do Serviço Social, tais como: Revistas *Katálisis*, *Temporális*, *Serviço Social e Sociedade*, *Serviço Social em Pauta*, *Serviço Social em Revista*, *Ser Social*, dentre as produções que formarão nosso banco de dados destacado até aqui, através do método do Materialismo Histórico e Dialético de Karl Marx (1818-1883).

Palavras-chave: Teorias Conservadoras. Serviço Social. Teoria das Classes.

RESUMEN

Esta investigación busca comprender el impacto que provocan tanto el conservadurismo como el neoconservadurismo en relación al Trabajo Social, además de tratar de observar en qué medida tales impactos logran reverberar en torno a la llamada negación de la lucha de clases. Las constantes

¹Mestrado em Sociologia Política pela UFPR. Professor do Curso de Serviço Social (CCSA) – e-mail: elson.lima@unespar.edu.br.

²Graduanda do Curso de Serviço Social e Estudante Bolsista de Iniciação Científica PIC/UNESPAR– e-mail: vitoriaregina9844@gmail.com.

³Graduanda do Curso de Serviço Social e Estudante de Iniciação Científica PIC/Voluntário– e-mail: biancacrystinaalberto11@yahoo.com.



crisis por las que atraviesa el capitalismo mundial contemporáneo demuestran su agotamiento y sus límites, demarcando un terreno propicio para que los competidores teóricos conservadores -el conservadurismo y el neoconservadurismo- comiencen a ganar terreno y audiencia. El tema se justifica en gran medida por las recientes elecciones que colocaron en el poder a gobernantes vinculados a tales corrientes en todo el mundo. Así, el sistema capitalista busca a toda costa recomponer sus tasas de acumulación de capital a la baja sobre los trabajadores, asfixiándolos cada vez más a ellos y a sus propias vidas, en la destrucción de las fuerzas productivas vivas, mediante el levantamiento de lineamientos que apuntan a la criminalización de la pobreza y también a la movimientos sociales más críticos en relación con el sistema. Crecimiento, audiencia y banderas conservadoras representan esta nueva configuración que vive el capital. El conservadurismo de nuevo tipo parece haberse sumado a los intereses directos de la clase dominante, habiendo adoptado como divisa y lema la política neoliberal. Los impactos directos de este proceso afectan directamente al Trabajo Social, a sus profesionales y, sobre todo, a las políticas políticas que se extienden al conjunto de la clase trabajadora. Buscamos realizar una investigación científica básica, a través de una investigación bibliográfica, teórica, documental, sustentada en análisis de contenido cualitativo, utilizando trabajos científicos y el portal Scielo y revistas del ámbito del Trabajo Social, tales como: Revistas Katálysis, Temporalis, Servicio Social y Sociedad, Servicio Social en Agenda, Servicio Social en Revista, Ser Social, entre las producciones que integrarán nuestra base de datos destacadas hasta el momento, a través del método del Materialismo Histórico y Dialéctico de Karl Marx (1818-1883).

Palabras-clave: Teorías Conservadoras. Servicio social. Teoría de clases.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As repetidas e recorrentes crises por que passa o capitalismo mundial carrega consigo uma infinidade de preocupações. Pois, na medida em que o capital procura por recuperar suas taxas de lucros perdidas, diante do seu recorrente processo de recomposição das taxas de acumulação, o trabalho e os próprios trabalhadores passam a ser seu alvo predileto.

Para não abrir mão desta sua dinâmica, o capitalismo em crise lança mão de inúmeras estratégias no sentido de refrear o avanço histórico da classe trabalhadora e também de colocar o mundo sob seus interesses.

O sistema atualiza ou reatualiza velhas fórmulas a pretexto de extorquir e explorar cada vez mais os trabalhadores já explorados. Uma destas estratégias do capital e de colocar na ordem do dia as teorias conservadoras. Por teorias conservadoras entendamos tanto o conservadorismo quanto o próprio neoconservadorismo.

O impacto destas correntes ideológicas coloca o mundo sob suspeição a medida em que fragilizam as bases de solidariedade entre os trabalhadores e também aguçam e incentivam o espírito individualista entre os mesmos, levado às últimas consequências.

No momento atual, as teorias conservadoras lançam mão de uma estratégia que também será apropriada pelas classes dominantes no sentido em que não haja qualquer tipo de



questionamento em relação ao processo de exploração, superexploração ou usurpação do capital sobre o trabalho.

A ideia das elites é de que os trabalhadores possam se encontrar em situações análogas à escravidão, desde que não contestem tal situação. No limite, o capital moderno contribui para a destruição das forças produtivas vivas, o que equivale a dizer que um trabalhador morto pode custar muito pouco que um trabalhador empregado, ainda que de forma bastante precária ou completamente desprotegida legalmente.

O impacto das teorias conservadoras parece ser bastante significativo sobre o Serviço Social, seus profissionais e também sobre os movimentos sociais que se colocam como críticos ou contrários ao rumo dado pelo sistema capitalista atual.

O Serviço Social brasileiro que nasce sob a marca do conservadorismo parecia ter se libertado de tal influência, pois o Movimento de Reconceituação [onde a categoria profissional, suas entidades representativas, seus pesquisadores(as), estudantes e demais atores e atrizes sociais, contribuíram no sentido de uma guinada teórico-metodológica crítica a esse estado de coisas, no rompimento com a chamada *extensão da ajuda*].

O ciclo de reprodução do capitalismo em crise abre brechas para seu questionamento enquanto sociedade e como modelo político-econômico também em crise. Pois, vivemos num momento de enormes perdas de direitos e de conquistas realizadas ao longo de muitos anos e de muitas lutas por parte da classe trabalhadora contra os ditames da classe exploradora (ABRAMIDES, 2021).

Portanto diante do exposto acima, cabe problematizar sobre como as teorias conservadoras –nesse caso, tanto o conservadorismo quanto o neoconservadorismo – impactam o Serviço Social brasileiro.

Buscamos compreender como o conservadorismo impacta o Serviço Social e se tais impactos corroboram para a negação da luta de classes. Mesmo e ainda que as teorias conservadoras passem a ganhar espaço no Serviço Social brasileiro, as mesmas afetam diretamente a sociedade de classes capitalista?

Quais os impactos e as implicações que podemos apreender deste processo só será possível diante de um maior e melhor conhecimento acerca das teorias conservadoras e de seus impactos sobre a luta de classes.

A atualização da produção marxista, por parte da Teoria das Classes e da utilização do método do Materialismo Histórico-Dialético, além da própria justificativa de um tema atual e importante no momento histórico vivido, ainda sob a possível contribuição que a pesquisa



pode oferecer em relação a uma formação mais sólida dos(as) acadêmicos(as) do Curso de Serviço Social da UNESPAR – *Campus* de Apucarana, respaldam tal empreendimento científico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A teoria conservadora se inscreve na dinâmica de corrente teórica, social, filosófica assentada sob o romantismo. Esse último, por sua vez, se apresenta como um movimento estético, cultural, político e de ideias com bastante visibilidade no continente europeu dos séculos XVIII e XIX. As premissas do romantismo tentam ultrapassar a racionalidade, a objetividade e o belo, por meio da valoração da idealização ou da abstração, do esgarçamento do individualismo, da valoração da subjetividade, da elevação maximizada das emoções e sentimentos, da exaltação maior da natureza ou do natural, da imaginação como sua expressão maior.

Edmund Burke (1729-1797) é considerado o representante maior dessa corrente teórica. À Burke somam-se Joseph de Maistre (1754-1821) e Louis de Bonald (1754-1840) todos considerados como “profetas do passado” (MARTINS, 2006, p. 36-37).

A enunciação acerca desse registro conceitual se deve em grande medida ao fato que os autores acima estariam anunciando a “boa-nova” no contexto de uma sociabilidade perdida ou em ruínas (a do mundo feudal ultrapassado pela sociabilidade capitalista). O alvo das críticas dos autores conservadores era os autores iluministas e as novas ideias trazidas como influência marcadamente revolucionária.

Os autores conservadores criticam os iluministas por contribuírem com a alteração da realidade social trazida pela Revolução Francesa (1789) e seus efeitos desastrosos para o tecido social. O horizonte conservador vislumbra o resgate de uma ordem social perdida, de restauração, de retomada do passado como fonte idílica de uma já sociedade perfeita, porém perdida, valorizando-se o saudosismo, a memória, os valores e a tradição, próprias da sociabilidade feudal suplantado pelo recém instituído sistema do capital. Os autores conservadores não conseguem vislumbrar a dinâmica de superação do capital sobre o mundo feudal. Recorrem à defesa e ao resgate da autoridade, das instituições em desuso e dos valores perdidos de outrora.

O forte impacto causado pelas teorias conservadoras influenciará uma gama de autores, desde os pioneiros da Sociologia quanto o conjunto do pensamento social como um modo geral. Em nossa realidade atual, concreta, objetiva e contemporânea, deparamos com o fato de



que o conservadorismo tem ganhado força e também tem inspirado novos desdobramentos. No cerne da influência do conservadorismo, observaremos o surgimento da corrente neoconservadora, distinto de sua matriz clássica.

O neoconservadorismo vem ganhando força e terreno mesmo na atual fase do capitalismo monopolista e de financeirização da economia, através de sua lógica estruturada desigualmente entre as classes sociais, marcada pela “instabilidade, a sucessão de fases de prosperidade, crise e depressão”, denotam sua plena agonização diante desse seu contraditório “ciclo de conjuntura” (SINGER, 1987, p. 39). Assim, o neoconservadorismo se distingue do conservadorismo clássico e que impactam fortemente as “classes dominadas” (SOUZA, 2015, p. 11).

O caráter agonizante do capitalismo indica que o mesmo prescinde insidiosamente em tentar recuperar suas taxas perdidas de lucros diante da produção e do trabalho realizados por parte da classe trabalhadora e em prol do capital, mostrando sua faceta mais perversa, isto é, a de uma “modernização conservadora” (PIRES; RAMOS, 2009, p. 412).

O palco de atuação capitalista, por intermédio da financeirização da economia, coloca o trabalho em condições degradadas e os trabalhadores em condições análogas à da escravidão. Assim, as taxas de extração de mais-valia tornam-se elevadíssimas e insuportáveis aos trabalhadores(as) a ponto da “aposta”, ou ainda, feita pela sanha destruidora e incontrolável do capitalismo sobre o trabalho e os(as) próprios(as) trabalhadores(as), colocarem o próprio sistema em xeque.

Num país como o Brasil, marcado por uma degradante e desconcertante concentração de riquezas, permeado por profundas desigualdades sociais, pelo aumento da miséria, da fome e da pobreza contribuem diretamente para um processo de esmagamento da classe trabalhadora. Aqui, portanto, a criação de crises infindáveis e sem precedentes alcançam desde a questão política, econômica, social, crise cultural e a de valores até atingir a mais frágil e sensível delas que é a questão ambiental, dentre outras, acompanhada do aumento exacerbado tanto do desemprego quanto do racismo estruturais, do preconceito, da misoginia, da violência desleal de classe, gênero e raça contra negros, quilombolas, indígenas, pobres, população em situação de rua, mulheres, crianças e idosos(as).

O quadro acima sinaliza desafios a serem enfrentados, pois reverbera concreta e efetivamente sobre o desmonte dos setores estratégicos do país, do próprio Estado e das políticas públicas e sociais, agravado pela criação mundial de uma rede de notícias falsas, da negação da ciência e da própria verdade, em favor do culto à ignorância e à violência, da



criação de uma estética do medo, do caos, de cunho neonazi ou neofascista, na trama da ampliação e do alargamento do ódio contra a política e os políticos, na criação de mitos ou de heróis “salvacionistas” da pátria, do armamento da população, dentre tantas outras mazelas que passaram a fazer parte de nossas vidas na primeira metade da segunda década do século XXI e, mais de perto, no Brasil, a partir dos anos 2013, com as manifestações contra os governos petistas de junho daquele ano, diante do aumento da chamada “criminalização dos movimentos sociais” (SILVA, 2015, p.393).

A conjuntura desfavorável às classes trabalhadoras e em prol da elevação das taxas de acumulação do capital no mundo todo repercute mais diretamente no interior do Serviço Social brasileiro, pois quando parecia que o Serviço Social tinha superado o conservadorismo, eis que as correntes teóricas neoconservadoras ganham força e tenacidade na atual quadra histórica do capitalismo, atuando mais fortemente e em consonância com a defesa da ordem social vigente. A demarcação desse registro passa a ser importante para o Serviço Social, pois segundo Yamamoto; Carvalho (1982), o mesmo está inserido no contexto da chamada divisão sócio-técnica do trabalho, numa íntima vinculação inicial com o próprio conservadorismo, por conta de sua vinculação com a Igreja Católica e de caráter marcadamente assistencial que potencializava as ações da categoria, somente rompidas com o *movimento de reconceptualização ou de reconceitualização* (NETTO, 2005, p.146. Grifos do autor).

Nosso objetivo de pesquisa aqui, portanto, é o de conhecermos mais detidamente sobre como o conservadorismo impacta o Serviço Social e como tais impactos repercutem diante da negação da luta de classes. Sob tal escopo teórico, entendemos que é possível localizar o objeto de estudo, problematizando-o, podendo conhecer de forma mais profunda sobre como as teorias conservadoras - o conservadorismo e o neoconservadorismo – tem impactado o Serviço Social no contexto atual do capitalismo contemporâneo. Além de verificarmos como conservadorismo teria impactado o Serviço Social brasileiro. Como o mesmo engendra a própria sociedade de classes e como tais correntes teóricas conservadoras passaram a ganhar força, onde – o conservadorismo e o neoconservadorismo – iniciam uma defesa mais enfática dos interesses da classe dominante; como são seus conteúdos autoritários e reacionários (BRAZ, 2017) sobre as forças de resistência ao capital e como escamoteiam, além de ocultarem ou negarem a luta de classes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



Para tentar dar conta da tarefa que nos cabe aqui lançamos mão do método de investigação social de Karl Marx - o materialismo histórico e dialético – o que, segundo Lakatos e Marconi (2003), possui cerca de quatro leis fundamentais no que se refere à dialética. Elas são as seguintes: “[...] a) ação recíproca, unidade polar ou "tudo se relaciona"; b) mudança dialética, negação da negação ou "tudo se transforma"; c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.100).

Por meio da adoção do método acima, pretendemos realizar uma pesquisa básica, bibliográfica, teórica, documental, sob análise de conteúdo e também qualitativa, acerca do material pesquisado, baseada em produções científicas da área das Ciências Sociais e também das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo em produções científicas reconhecidas por tais áreas e respaldadas pela academia.

Dentre tais produções, lançaremos mão da produção científica alocada tanto no portal de revistas científicas online, também chamada de *Scientific Electronic Library Online* – traduzida como Biblioteca Eletrônica Científica Online, ou mais precisamente - *Scielo*, quanto de Revistas da área do Serviço Social, tais como: *Katálysis*, *Temporális*, *Serviço Social e Sociedade*, *Serviço Social em Pauta*, *Serviço Social em Revista*, *Ser Social*, dentre outras produções que agregarão o banco de dados a ser reunido, garantindo-se o respaldo acadêmico a algumas dentre as suas mais expressivas produções teóricas.

Ficando claro também que novas produções poderão ser acrescidas na referida pesquisa, bem como faremos a utilização de livros, capítulos, artigos científicos, excertos de obras e demais produções que nos auxiliem na confecção de nossa pesquisa.

4 DESENVOLVIMENTO

Até o presente momento, a pesquisa – ainda em fase inicial – conseguiu orientar-se pelas seguintes objetivos. Objetivo Geral: conhecer mais profundamente sobre como as teorias conservadoras - o conservadorismo e o neoconservadorismo – tem impactado o Serviço Social no contexto atual do capitalismo contemporâneo.

Objetivos Específicos: a) problematizar sobre como o conservadorismo impactou o Serviço Social brasileiro;



b) Refletir melhor sobre o impacto do pensamento conservador e de sua presença no engendramento da sociedade de classes capitalista;

c) Compreender melhor sobre como se dá a dinâmica do neoconservadorismo quando da adoção de posições liberais em defesa dos interesses da classe dominante;

d) Destacar como o conservadorismo e o neoconservadorismo ganham força e passam a interferir no contexto da sociedade de classes;

e) Verificar se as teorias conservadoras incorporam conteúdos autoritários e reacionários sobre as forças de resistência ao capital: progressistas ou de esquerda.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos observar que as teorias conservadoras exercem um forte impacto ainda em relação à guinada que a sociedade brasileira teria dada com a eleição do ex-capitão reformado do exército brasileiro.

As consequências deste processo podem ser sentidas no Serviço Social, na atividade profissional do Assistente Social e na oferta das políticas públicas às classes trabalhadoras, cada vez mais restritas e com pouco ou baixíssimos aportes de recursos públicos.

Podem afetar também a luta de classes e dificultar cada vez mais a reivindicação política realizada por parte da classe trabalhadora quando busca pelo questionamento do modelo econômico adotado e pelas inúmeras privações por que tem passado.

Da mesma forma, podem afetar também os movimentos sociais críticos ao sistema social e econômico vigente por contribuir com sua criminalização e por restringirem suas lutas.

Entretanto, o processo ainda está em aberto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a pesquisa abre a possibilidade de melhor compreendermos sobre as teorias conservadoras e quais os impactos que as mesmas podem causar em relação ao Serviço Social. Por estar num estágio inicial, maiores esforços devem ser buscados em relação a isso.



REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Serviço Social e Lutas Sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 19-33, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34830>. Acesso em: 11/03/2022.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.128, p.85-103, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 11/03/2022.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Carlos Benedito. **O Que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 101 p. (Coleção primeiros passos, 57).

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 1964. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. REN 40anos: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE/ Banco do Nordeste. Fortaleza-CE. 2009. Vol. 40, n. 3. jul-set, p.411-424. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4207148/mod_resource/content/1/516_05_semin%C3%A1rio_PIRES_o%20termo%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20conservadora.pdf. Acesso em 11/03/2022.

SILVA, Ilse Gomes. Democracia e Criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil: as manifestações de junho de 2013. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, v. 19, n 2, p. 393-402, jul/dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4315/3957>. Acesso em: 11/03/22.

SINGER, Paul. “3. A Dinâmica do Capitalismo – o ciclo de conjuntura”. In: SINGER, Paul. **O Capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 1 ed. São Paulo: Moderna, p.39. (Projeto passo à frente – coleção polêmica, 7).

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O Conservadorismo Moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, nº 122, 01-22. abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/c78TRGFhqrpDTjGHhYX3pzq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11/03/2022.



AVANÇO DO CAPITALISMO E OS REBATIMENTOS À GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AOS DIREITOS SOCIAIS

Rodrigo Dos Santos Santana¹ - Unespar, campus Paranavaí.
Thais Gaspar Mendes da Silva² - Unespar, campus Paranavaí.

Nome do GT: Capitalismo, trabalho, direitos humanos e as interfaces classe, gênero, raça/etnia e sexualidade.

RESUMO

Esta pesquisa de cunho bibliográfico e documental é resultado de um estudo de iniciação científica e teve como objetivo geral identificar elementos da crise contemporânea do capital e o ataque aos direitos, em especial na quadra histórica da pandemia Covid-19 e as repercussões à gestão da política da assistência social. Para alcançar o objetivo proposto, primeiro buscou-se compreender a crise contemporânea do capital e suas consequências, em especial às políticas públicas. Na sequência, considerando a discussão centrada nos rebatimentos da crise contemporânea do capital e do ataque aos direitos e a política de assistência social, discutiu-se a trajetória desta no Brasil com o intuito de compreender sua configuração, os avanços e obstáculos registrados ao longo dos anos, e também, o processo de regressão no campo dos direitos sociais, que vem se desenhando no campo social e ganhou contornos mais nítidos a partir de 2016. Por fim, o trabalho discute como se deu o ataque aos direitos sociais e na política de assistência social, com enfoque na quadra histórica da pandemia da Covid-19, que assolou e intensificou o desmonte das políticas públicas, identificado pelo sucateamento destas e pelo descaso do governo federal no campo social. Os resultados demonstram que desde o golpe em 2016 houve um projeto de sucateamento e desestruturação de políticas sociais, no qual, nos últimos anos agravados pelo contexto da pandemia as consequências foram evidenciadas pela ampliação da necessidade de proteção social, pela redução do financiamento e precarização das condições de trabalho dos profissionais. Embora as políticas sociais tenham regredido muito mais durante a pandemia esse é um processo anterior a ela, que vem ocorrendo desde emenda constitucional nº 95 (2016) que instituiu um novo regime fiscal associado a uma série de outras medidas relacionadas a regressão e repressão aos direitos de igualdade, liberdade e da luta contra a opressão.

Palavras-chave: Assistência social. Pandemia. Crise do capital. Desmonte. Seguridade social.

RESUMEN

Esta investigación bibliográfica y documental es resultado de un estudio de iniciación científica y tuvo como objetivo general identificar elementos de la crisis contemporánea del capital y el ataque a los derechos, especialmente en el período histórico de la pandemia del Covid-19 y las repercusiones para la gestión de la política de asistencia social. Para lograr el objetivo propuesto, en primer lugar, buscamos comprender la crisis contemporánea del capital y sus consecuencias, especialmente para las políticas públicas. A continuación, considerando la discusión centrada en las repercusiones de la crisis contemporánea del capital y el ataque a los derechos y la política de asistencia social, se discutió la trayectoria de esta en Brasil para comprender su configuración, los avances y obstáculos registrados a lo largo de los años, años, y también el proceso de regresión en el campo de los derechos sociales, que se ha venido gestando en el campo social y tomó contornos más claros a partir de 2016. Finalmente, el trabajo discute cómo se produjo el ataque a los derechos sociales y a la política de asistencia social, centrándose en el período histórico de la pandemia de la Covid-19, que arrasó e intensificó el dismantelamiento de las políticas públicas, identificadas por su desguace y

¹ Graduando em Serviço Social da Unespar, campus Paranavaí. Estudante de Iniciação Científica da Unespar (ciclo 2021/2022 bolsista da Fundação Araucária do Paraná) - E-mail: rodrigasantana5467@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social pela UNESP - Universidade Estadual Paulista (2020), professora do Curso de Serviço Social da Unespar, campus Paranavaí e orientadora da pesquisa de Iniciação Científica - E-mail: thais.silva@unespar.edu.br



abandono de la federal en el campo social. Los resultados muestran que desde el golpe de Estado de 2016 existe un proyecto de desguace y desmantelamiento de las políticas sociales, en el que en los últimos años agravado por el contexto de la pandemia, las consecuencias se han evidenciado por la ampliación de la necesidad de protección social, por la reducción de la financiación y la precariedad de las condiciones laborales profesionales. Si bien las políticas sociales han retrocedido mucho más durante la pandemia, este es un proceso que le precede, esto viene ocurriendo desde la Enmienda Constitucional n° 95 (2016), que instituye un nuevo régimen tributario asociado a una serie de otras medidas relacionadas con la regresión y represión de los derechos de igualdad, libertad y lucha contra la opresión.

Palabras clave: Asistencia social. Pandemia. Crisis de capitales. Desmontar. Seguridad Social.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre setembro de 2021 e agosto de 2022 que teve o objetivo de identificar elementos da crise contemporânea do capital e o ataque aos direitos, em especial na quadra histórica da pandemia covid-19 e as repercussões à gestão da política da assistência social. Cabe mencionar a que a ênfase da pesquisa se dá principalmente a partir de 2016 com a posse do presidente Michel Temer, momento em que o país passa por uma reestruturação política que afeta todas as políticas sociais. Destaca-se aqui a política de assistência social, que a partir dos achados dessa pesquisa, podemos dizer que sofreu um grande retrocesso, tendo talvez encontrado nos governos entre os anos de 2016 e 2022 seu maior desafio contemporâneo.

Estruturalmente o artigo apresenta três seções: na primeira discute a crise do capital e a reestruturação política no país; na segunda contextualiza a política de assistência social, apresentando sua trajetória no Brasil até sua afirmação como política pública com a Constituição Federal de 1988 e que, principalmente a partir de 2016 aponta regressão de direitos e (des)financiamento dos serviços, agravado também pelo contexto da pandemia; e, por fim, na terceira seção discute o ataque aos direitos sociais no Brasil e na política de assistência social.

Nos governos dos presidentes Temer e Bolsonaro a crise do capital tem grande influência e está presente como pano de fundo sobre os objetivos de cada decisão política, já que trabalharam em favor do capital, buscando garantir máxima acumulação de riqueza e refrear os efeitos da crise contemporânea do capital. A PEC 95/2016, que congela as verbas estabelecendo um teto de gastos é exemplo desta política governamental.

Especificamente na pandemia da covid-19 os efeitos causados pela política neoliberal afetaram inúmeras vidas em vários aspectos, especificamente na assistência social se



presenciou neste período a ampliação da demanda, ao mesmo tempo em que recursos foram congelados e o direito da população constantemente negligenciado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa e foi realizada por meio de revisão bibliográfica, um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa (LIMA; MIOTO, 2007), pesquisa bibliográfica, que segundo Oliveira (2007, p. 69), é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, e também, por pesquisa documental na base de dados do Censo SUAS dos anos de 2018 a 2020.

Para a realização do estudo foram utilizadas como fontes artigos publicados em revistas e periódicos científicos como, por exemplo, *Temporalis* e *Serviço social & Sociedade*. Buscou-se autores que discutem sobre os diferentes temas abordados na pesquisa - crise do capital, questão social, política pública de assistência social e impactos da pandemia - e dentre eles podemos citar: José Paulo Netto, Ricardo Antunes, Maria Lúcia Silva Barroco, dentre outros. Quanto à seleção do método de análise e de pesquisa, orientador do processo investigativo, elegeu-se o materialismo histórico-dialético como fundamento teórico e filosófico para o desenvolvimento do estudo.

3 DESENVOLVIMENTO: RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A crise do capital e a reestruturação política no país

A crise do capital no período contemporâneo não é algo novo no sistema capitalista, na verdade trata-se de uma fase ou ciclo. Para o professor José Paulo Netto (2012, p. 415) “não existe capitalismo sem crise” isso porque quando há o acúmulo de riqueza por uma ínfima parte da população, acontece também o empobrecimento cada vez maior da parcela restante o que por si só já gera o conflito de classes e crises ocasionais. As crises do capital, não significam que o sistema capitalista está ruindo, mas que está passando por um processo de transformação ou evolução (NETTO, 2013).

Um dos fundamentos básicos das discussões sobre o conflito de classes é a afirmativa de que não existe uma única questão social e que está é o resultado do conflito entre capital e trabalho, ou seja, aqueles que precisam trabalhar pela sua sobrevivência, e àqueles que são donos dos meios de produção e se apropriam das riquezas produzidas concentrando a riqueza



em uma ínfima parte da população do mundo. A partir daí, surgem as expressões da questão social que são respondidas pela atuação dos governos, mediando os interesses e assegurando sempre a ordem social já estabelecida entre classe dominante e classe explorada (PASTORINE, 2016).

As crises evolutivas no sistema capitalista são também conhecidas como crises cíclicas e acontecem desde o início do capitalismo em intervalos não determinados de tempo, foram inclusive descritas e teorizadas por Marx em seus estudos, entendidas como parte da estrutura do sistema capitalista que antecedem uma mudança ou evolução (BOSCHETTI e BEHRING, 2021). Na contemporaneidade economistas indicam que a crise cíclica que ocorre agora no Brasil e no mundo será semelhante a essas de maior efeito, por isso o interesse do capital em maximizar os lucros e a exploração da classe trabalhadora, de forma exacerbar o máximo de lucros para perpassar a crise com o mínimo de danos.

Para isso, desde 2016 uma série de movimentações políticas e estratégias estão sendo colocadas em curso com a finalidade de aumentar a exploração do trabalho e potencializar os lucros com a expropriação trabalhista. Segundo Braz (2017, p. 99) “tal necessidade de aceleração é muito determinada pela crise que se arrasta nas potências capitalistas e pela desaceleração da China, assim como pelas dificuldades que o imperialismo encontra (criadas por ele mesmo) em meio às guerras nos países da Ásia e do Oriente Médio”.

No Brasil, no ano 2016 houve o golpe contra o governo da presidente Dilma Rousseff, que sofreu um impeachment acusada de cometer pedaladas fiscais. Este foi apenas um pretexto para depor uma presidente legitimamente eleita de maneira “pseudolegal” “constitucional”, “institucional”. Independentemente de como se caracteriza foi um golpe de estado planejado e financiado pela elite burguesa, para depor um governo progressista e colocar no lugar um governante que servisse aos interesses dessa classe (LÖWY, 2016).

[...] a oligarquia de direito divino do Brasil – a elite capitalista financeira, industrial e agrícola – não se contenta mais com concessões: ela quer o poder todo. Não quer mais negociar, mas sim governar diretamente, com seus homens de confiança, e anular as poucas conquistas sociais dos últimos anos (LÖWY, 2016).

Foi também um jeito de reforçar os pilares da formação do país: o machismo e o conservadorismo. Estes não só refletem os interesses dos representantes políticos do país, mas também diretamente aqueles que estão por trás do governo com o poder de controle sobre o capital, eles financiam e intervêm diretamente em toda a política. Esse poder era exercido de



forma mais livre pelos governos anteriores a 2016, que conciliavam os interesses da população trabalhista e da burguesia, mas as conquistas e direitos sociais atualmente são um ameaça pela necessidade de aumentar o acúmulo de riqueza por isso os ataques direcionados a essas políticas e direitos, reafirmando o poder de controle do capital sobre a democracia (CASTILHO, LEMOS, GOMES, 2017, p. 458).

Michel Temer, representante político que assume o a presidência do país após o golpe, inicia seu governo com uma série de reestruturações políticas mostrando sua posição neoliberal. Acelerou o processo para reforma da previdência social e colocou em curso diversos outros projetos sociais e econômicos que na prática agravam as condições de trabalho e proporcionam o aumento cada vez maior da exploração. Em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro as contrarreformas só se intensificaram e aceleraram ainda mais esse processo de exploração e expropriação, há um congelamento das verbas públicas, dentre elas, da política de assistência social e de outras políticas (LIMA, 2010).

O aumento da exploração da classe trabalhadora é necessário para aumentar os lucros obtidos pela mais valia (ou seja, lucro que vem a partir do trabalho produzido pelos operários além do que é pago pela justa produção), acontece uma diminuição da mão de obra contratada um aumento na produção, mas sem reajustes justos nos salários pelo que é produzido a mais, um aumento dos trabalhos informais.

A crescente informalidade descrita por Ricardo Antunes (2020a), é consequência direta das políticas neoliberais. O autor evidencia que mesmo antes de acontecer a pandemia de Covid-19, no país 40% dos trabalhadores já se encontravam na informalidade, e que mais de cinco milhões de trabalhadores estavam trabalhando no processo de Uberização.

A concretização do chamado processo de Uberização cria um vínculo empregatício não segurado à população trabalhadora que exercem atividades como entregadores e motoristas de plataformas, recebendo menos do que deveria ser pago por essas funções, sem direitos a folga, férias ou qualquer tipo de seguros por danos e acidentes. Esse processo é propagado como um mecanismo do trabalhador se tornar autônomo e fazer seu próprio horário sem um “patrão definido”, mas na realidade esses trabalhadores só proporcionam ainda mais exploração por parte das plataformas que tem lucros altíssimos repassando mínimas porcentagens aos ditos “colaboradores” (ANTUNES, 2020b).

As reestruturações legisladas pelos governos Temer e Bolsonaro são evidências do poder que o capital exerce sobre a democracia, e a própria Constituição uma vez que ele só



permite a existência da “livre democracia” quando ela atende aos seus interesses ou minimamente não os atrapalha (BRAZ, 2017).

3.2 Política de assistência social: desafios históricos e contemporâneos

Antes de ser reconhecida como política pública pelo Estado através da Constituição Federal de 1988, a assistência social no país possuía caráter de caridade da classe burguesa para com a classe operária, incentivados pela Igreja Católica a serem bondosos com àqueles que não tinham as mesmas condições.

É a partir da caridade da elite burguesa que em 1930 o Estado reconhece a necessidade da assistência social na agenda governamental, e em 1937 ocorre a criação do Conselho Brasileiro de Assistência Social, e na década seguinte (1940) ocorre a criação da Legião Brasileira de Assistência, que se estende até a década de 1990 (SILVA, 2012). É importante ressaltar que embora já fizesse parte da agenda do governo a assistência social não era uma política reconhecida, não possuía secretaria e nem tinha um repasse de verbas garantido na Constituição. Embora não mais colocada como um preceito da Igreja Católica, a assistência social nunca deixou de ser considerada assistencialista, na verdade passou a ser usada inclusive como moeda de troca por votos, os políticos concediam os benefícios como “ajuda” aos eleitores, exigindo votos e gratidão de quem recebia os benefícios (SILVA, 2012, p. 29).

Com a Constituição Federal de 1988, os direitos sociais são reconhecidos como um direito universal a todos os cidadãos brasileiros, essa afirmativa é encontrada no “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p.18). Neste texto, se afirma o compromisso do estado com a política de assistência social, reconhecendo-a como direito e a regulamentando nos artigos 202 e 204 da CF de 1988 como uma das políticas trindade da seguridade social.

O fato da Constituição Federal de 1988, reconhecer a assistência social como direito inerente a quem dela necessitar não fez com que esta começasse a vigorar de forma imediata, pelo contrário até 2004 quase nada mudou na forma como essa política já era desenvolvida pautada no caráter assistencialista (SILVA, 2012).

Mesmo após a Constituição de 1988 reconhecer a política de assistência social, o ex-presidente Fernando Henrique Color vetou o texto apresentado que serviria de arcabouço para a legislação Orgânica de Assistência Social, adiando assim em mais dois anos a aprovação da



Lei Orgânica de Assistente Social (LOAS). E, embora a LOAS tenha sido aprovada em 1993, demorou cerca de mais 12 anos para a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, que regulamentou parâmetros de como ela deve ser, estipulou o repasse das verbas e definiu o público-alvo da Assistência Social.

Estas legislações representam a concretização do esforço para sistematizar todo o conteúdo ligado a Assistência Social como uma política de proteção social e á aponta como uma das políticas socioassistenciais. De acordo com a PNAS (2004) “instituir a Assistência Social na condição de política social pública significa elevar e alargar o estatuto da proteção social brasileira tornando-a acessível a novas situações e a mais cidadãos” (BRASIL, 2013, p. 24).

Em 2011 a LOAS para integrar ao seu texto a regulamentação e os princípios da PNAS (2004) e SUAS (2005), garantido em lei as conquistas trazidas nestas legislações. Até 2011 a Assistência Social estava em ascensão e atinge uma estabilidade no seu processo de desenvolvimento (LASMAR, 2016), porém em 2016 o golpe desencadeia uma série de ações que possibilitam o retrocesso, tudo começa com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e os governos que se seguiram dão início a estagnação e a regressão no campo das políticas públicas, o que envolve a assistência social.

Os capitalistas voltam a propagar ideias conservadores como uma estratégia de se reafirmar como classe dominante. A política neoliberal conservadora dita a favor de um Estado mínimo que por sua vez, é contra também direitos sociais e trabalhistas e age dentro da própria democracia para reformular e sucatear direitos. Desde a década de 1970 essa estratégia de caracterizar os direitos sociais como antagônicos aos interesses políticos e dos costumes tradicionais vem sendo utilizada a esse favor (BARROCO, 2015).

Nos governos Temer e Bolsonaro a estipulação de um teto nos gastos públicos e diversas outras medidas advindas da política neoliberal guiou tais governos. O congelamento nos repasses ao SUAS, a flexibilização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e várias outras medidas evidenciaram o sucateamento das políticas públicas dentre elas, a política de assistencial social.

O teto de gastos instituído pelo governo de Michel Temer através da EC-95/2016 é reafirmado pela alteração legislativa trazida pela PEC-186/2019, consolidada na Emenda Constitucional (EC) 109/2021 e a PEC-186/2021 que define o teto de gastos públicos dentro



das receitas já correntes pelo período de 20 anos, ou seja, municípios, estados e o distrito federal devem manter os gastos até 95% do que já recebiam e se adequar a quaisquer eventualidades sem exceder essas verbas (DIEESE, Nota Técnica N° 257, 2021).

A EC-109/2021 evidencia quais políticas serão as mais afetadas em relação ao teto de gastos por exemplo, e nestas, aumentos salariais, concursos públicos, reformas institucionais, promoções por qualificações (cursos ou graduações) ou mudanças de cargos efetivos e vitalícios (promoções de funcionários públicos) ou quais quer despesas a mais do que o que já estava previsto antes da EC-109 estão vetadas, ou seja não pode ocorrer alteração dos pagamentos referentes a esses processos, isenta-se da emenda somente os gastos por determinação judicial ou reajustes salariais decorrentes do salário-mínimo (DIEESE, Nota Técnica N° 257, 2021).

O Brasil atravessa um período de crise econômica e, apesar de todas as reformas dos últimos anos – previdenciária, trabalhista, teto dos gastos, entre outras – terem sido feitas e apresentadas como a solução para a retomada do crescimento econômico e do emprego, todas fracassaram nesse propósito. A EC-109 é mais um passo na direção da redução do Estado, que vai na contramão da necessidade da população, principalmente neste contexto de pandemia, impondo um fardo enorme à maioria do povo e ao futuro da nação (DIEESE, Nota Técnica N° 257, 2021 p. 16).

Muitos pesquisadores apontam que a política neoliberal vigente nos últimos governos é necessária a sobrevivência do capital perante a crise cíclica enfrentada. O objetivo é a máxima potencialização dos lucros de modo a não sentir os mesmos efeitos gerados pela crise da quebra da bolsa de valores em 1929, ou a crise do euro em 2008, já que se espera que a atual crise tenha efeito semelhante na economia (NETTO, 2013). Como uma queda na sequência das peças enfileiradas do dominó, acontece um aumento na exploração dos trabalhadores, a pauperização da classe operária, agravados então por uma pandemia mundial de Covid-19.

A população necessita e intensifica a demanda por proteção social e pela política de assistência social, que devido ao teto de gastos estipulado pelo governo encontra-se sobrecarregada com o aumento na demanda e precariza os atendimentos quando a população mais necessita. O contexto de pandemia evidencia a necessidade de continuar enfrentando os desafios para o aprimoramento operacional e orçamentário desta política “destaca-se a importância de um reordenamento planejado e articulado entre os gestores para sua implementação” (MIRANDA. et. al, 2022, p. 59).

A professora Jucimeri Isolda Silveira (2022), no “Seminário Estadual de assistência social: Em defesa de um SUAS que proteja” discute que embora as políticas sociais tenham



regredido muito mais durante a pandemia, esse é um processo que já vem há muito mais tempo desde a EC-95 e uma série de outras medidas relacionadas aos direitos de igualdade, liberdade e da luta contra a opressão, em resumo, de direitos ligados aos direitos humanos.

Estas medidas de redução de direitos e benefícios são propagadas pelos conservadores retomando o discurso da meritocracia, para dizer que não são direitos e sim concessões. Um retrocesso nas políticas sociais à década de 1930 onde passam a acontecer de forma mais centralizada e burocratizada ligadas a política que está em exercício não mais como uma política independente de governo (SILVEIRA, 2022).

Além dos desafios já apontados para a assistência social, no campo político e financeiro, o estudo realizado levantou na base do Censo SUAS dados dos anos entre 2018 e 2020 com a finalidade de identificar outros alguns desafios contemporâneos. De acordo com as informações divulgadas pelo Censo SUAS (2018, 2019, 2020) referentes a gestão e organização da política, verificou-se que nesses últimos anos em questão, somente em dois estados possuíam uma secretaria específica de assistência social os demais estados apresentam a administração da assistência social vinculada a outras secretarias.

Tabela 1 – Quantidade de secretarias estaduais do SUAS dentre os anos de 2018 a 2020.

Quantidade de secretarias estaduais dentre os anos de 2018 a 2020						
	Quantidade de Secretarias Estaduais em 2018	% em 2018	Quantidade de Secretarias Estaduais em 2019	% em 2019	Quantidade de Secretarias Estaduais em 2020	% em 2020
Secretaria Estadual exclusiva da área de Assistência Social	2	7,7	0	0	2	7,7
Secretaria Estadual em conjunto com outras políticas setoriais	24	92,3	26	100	24	92,3
Total	26	100	26	100	26	100
A que secretaria ou setor a assistência social está associada?						
	Quantidade de respostas 2018	%	Quantidade de respostas 2019	%	Quantidade de respostas 2020	%
Habitação	7	12,5	4	7	5	8,5
Segurança alimentar	13	23,2	17	28	16	27
Trabalho e/ou desemprego	15	26,8	13	21	13	22
Direitos humanos	9	16,1	14	23	14	23,7
Outra	12	21,4	13	21	11	18,6
Total	56	100	61	100	59	100

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social (CENSO SUAS, 2018, p 04); (CENSO SUAS, 2019, p 07); (CENSO SUAS, 2020, p 08).



Destaca-se que em 2019 não houve um Estado que possuísse secretaria independente da assistência social. Na maioria dos Estados, a gestão é compartilhada com outras políticas, dentre elas as áreas de habitação, segurança alimentar, trabalho e/ou emprego, direitos humanos ou alguma outra, e o fato da ausência de secretaria específica é um desafio para a assistência social. Embora os avanços na política de assistência social foram notáveis nos anos anteriores a 2016, ainda é necessário a busca por uma representação independente.

Tabela 2 - Organização da jornada de trabalho dos profissionais da gestão estadual do SUAS durante a pandemia da Covid-19

Organização da jornada de trabalho dos profissionais da gestão estadual do SUAS durante a pandemia da Covid-19		
	Quantidade de respostas	%
Trabalho presencial não foi alterado durante a pandemia	1	1,6
Trabalho presencial com revezamento de equipe	24	39,3
Trabalho remoto (teletrabalho)	25	41,0
Jornada de trabalho reduzida	9	14,8
Outra	2	3,3

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social (CENSO SUAS, 2020, p 20).

Em 2020 a oferta dos serviços das políticas públicas são ainda mais prejudicados pela pandemia de Covid-19. A adoção do modelo emergencial remoto traz consequências ao processo de gestão dessas políticas que sofre com mudanças na jornada de trabalho, reorganização para revezamento de equipe e outras medidas. Essas, durante a pandemia foram necessárias pelos protocolos de saúde e integridade da classe trabalhadora, mas atrasaram as respostas das políticas sociais, tão necessárias, ao contexto de desproteção social.

3.3 Calamidade e retrocesso: ataque aos direitos no Brasil e a política de assistência social

Os artigos estudados apontam que na conjuntura da pandemia de Covid-19 houve regressão na política de assistência social e nos direitos sociais, assim como a redução (ou quase eliminação) da oferta de políticas inclusivas a grupos minoritários em diversos programas de inclusão - que já não eram amplos - reduzindo ainda mais o alcance da política de assistência social a este público-alvo.

Segundo Irineu (2021) embora a pandemia tenha sido global e atingido a população mundial, houve grupos que se destacam como sendo os mais atingidos no contágio e nas consequências gerais da pandemia, como o desemprego, a fome e a regressão no campo dos direitos. “Estes são apenas alguns dos traços presentes em um cotidiano marcado por diversas



outras formas de violência, que afetam de maneira mais acentuada mulheres, pessoas negras, povos originários, migrantes, população LGBTQIAP+” (IRINEU, et. al, 2021, p. 08).

Os programas de proteção social, que tem por objetivo desconstruir preconceitos, ideias machistas e patriarcais presentes como pilares da sociedade brasileira, sofrem um desmonte e passam por reformulação.

Claro que não existem culpados pela existência do vírus da Covid-19, mas, as ações políticas do governo e do presidente frente à crise sanitária a todas as demais crises que a pandemia causou o descaso com as vítimas e as famílias a falta de políticas públicas para enfrentar o vírus e suas consequências, assim como as recomendações de medicamentos com ineficácia comprovada, o afronte do presidente ao uso de máscaras e quaisquer outras medidas sanitárias necessárias mostram que existe sim responsáveis (QUEIROZ, 2022). Não só as vidas levadas pelo vírus, mas também há famílias que se encontraram durante a pandemia em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, e que ao procurarem a política de assistência social tiveram que lidar com as consequências da sobrecarga e do repasse das verbas necessárias.

Indiscutivelmente, o bolsonarismo instaura um desgoverno no país, que se expressa das mais diferentes formas e práticas. E, no contexto da pandemia do novo coronavírus, ao assumir uma postura irresponsável de descaso e de desqualificação da crise, agrava contradições e o quadro de desigualdades abissais. Nos marcos políticos e ideológicos do ultraneoliberalismo, aprofunda o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas e do Sistema de Proteção Social (CARNEIRO, CARVALHO e ARAÚJO, 2021, p. 178).

No contexto da pandemia (ainda em curso) se presenciou a ampliação das necessidades sociais, ao mesmo tempo em que o sistema político, social e econômico já se encontrava bastante fragilizado quanto a garantia de direitos. Em específico, sobre a assistência social a professora Silveira (2022) estima que tenhamos voltado à década de 1990, em termos de serviços e no qual as ações o financiamento eram inferiores a um bilhão, e que nem mesmo esse valor está garantido. A uma estagnação na oferta e valor dos benefícios, dentre eles, o Benefício de prestação continuada (BPA) e a extinção do Programa Bolsa Família após 18 anos de vigência, para sua substituição sem justificativa plausível de falha ou ineficácia, apenas justificado por um viés político pelo Programa Auxílio Brasil que altera critérios de concessões de benefícios, juntamente a alterações no Cadastro Único (SILVEIRA, 2022).

Além das vítimas que perderam a vida e famílias que perderam entes queridos a



pandemia trouxe aumento de desemprego, a fome voltou a assolar o país e quase dobrou no curto período entre 2018 em que o país registrava 10,3 milhões de pessoas passando fome, para 2021 onde o número registrado foi de 19 milhões de pessoas passando fome (IRINEU, et. al, 2021). A política de assistência social ainda se encontra com financiamento escasso e por não conseguir atender toda a demanda tem adotado critérios cada vez mais seletivos, contrariando assim a Constituição Federal Artigo 6º “a política de assistência social e para a todos que dela necessitarem” (BRASIL, 1988).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a crise do capital possa ser sentida e a previsão sobre seus efeitos seja feita por diversos estudiosos sobre o tema, o acirramento da crise capitalista fez com que o capital se empenhasse na manutenção de seu poder e na busca de garantir a acumulação de riquezas na maior quantidade possível e no menor tempo. Esse é o resultado do desespero expressado pelo capital frente a crise contemporânea.

O governo de Michel Temer marca a volta ativa da classe dominante ao poder executivo, de modo que são adotadas medidas políticas que avultam as condições de exploração da classe trabalhadora e apontam implicações sobre o financiamento e consolidação da política de assistência social. Tal movimento é acentuado sob o governo Bolsonaro, com a escalada conservadora do ultraneoliberalismo.

A reforma na previdência e teto de gastos públicos iniciaram o caminho de volta rumo ao passado. Durante o governo Bolsonaro as “reformas” operaram um ataque brutal aos direitos dos trabalhadores e a intensificação do ajuste fiscal sacrificou as políticas sociais, aprofundando a desigualdade social e a pobreza.

O sucateamento da política de assistência social é alarmante, pois nota-se o descaso com todos aqueles que necessitam de proteção básica e ou especial. As medidas de contenção da pandemia e de seu enfrentamento obrigaram o governo a liberar recursos emergenciais, mas estes foram apenas paliativos e o orçamento da assistência social segue defasado.

Os trabalhadores não só da área da política de assistência social, mas de todos os setores públicos têm seus direitos trabalhista infringidos e frente a imposição do governo de não abrir concursos públicos para novas contratações permanentes, suas condições e relações de trabalhos encontram-se bastante precarizadas.

Principalmente durante a pandemia de Covid-19 quando todos os números já



alarmantes no país dispararam o governo demorou a agir e reconhecer a calamidade pública que se instaurava. A crise sanitária, o crescimento do desemprego e consequentemente da fome, imprimiam com urgência a ampliação das políticas públicas, dentre elas, a assistência social, no entanto, o governo demorou e pouco investiu nessas medidas.

A fome, o desemprego, a pobreza, o contexto da pandemia e todas as movimentações políticas que ocorreram no pós golpe de 2016, embora atinjam toda a população, as maiores vítimas são negros, mulheres, povos originários e a população LGBTQI+.

Por fim, após concluir esta pesquisa identificamos um retrocesso no campo da oferta das políticas sociais, dos direitos e a existência de muitos desafios para o futuro. A reconstrução das políticas sociais, a ampliação do financiamento e a (re)conquista da democracia e dos direitos sociais se colocam como desafios para o novo governo de 2023.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ANTUNES, Ricardo. Uberização, **Trabalho digital e Indústria 4.0: o trabalho intermitente e uberização na indústria 4.0**. São Paulo. Boitempo, 2020b.

BARROCO, Maria Lucia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 14 de ago. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? In: **Serviço Social & Sociedade** [online], n. 140, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>. Acesso em: 14 de ago. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Capacita Suas volume 2: Proteção de Assistência Social, Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade**. Brasília, DF: MDS, 2013. Disponível em: <https://cmas.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/cartilha-suas-2-revisada.pdf>. Acesso em: 17 de ago. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência social. **Censo SUAS - Bases e Resultados: Gestão Estadual**. 2018, 2019 e 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 24 de ago. 2022.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da**



Assistência Social: Das Definições e dos Objetivos. 1993.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Serviço Social & Sociedade** [online], n. 128, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 de ago. 2022.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; CARVALHO, Alba Maria Pinho de; ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de. Dupla pandemia, política de assistência social e exercício profissional em Serviço Social. In: **Temporalis**, Brasília, v. 1, ed. 41, p. 173-189, Jan/jun 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34520>. Acesso em: 19 de ago. 2022.

DIEESE. Nota Técnica N° 257. **Emenda Constitucional N° 109/2021: novo desmonte dos direitos sociais**. Dieese 2021 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec257PEC186pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

IRINEU, Bruna Andrade; SILVA, Laurinete; CANTALICE, Luciana; BRETTAS, Tatiana; CLOSS, Thaísa. Crise capitalista, Questão social no brasil e diretrizes curriculares da ABEPSS. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ed. 42, p. 6-15, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37282/24501>. Acesso em: 15 de ago. 2022.

LASMAR, Moiza. Medeiros. Entrevista com a Prof. Moiza Medeiros Política Pública de Assistência Social em Tempos de Pandemia. In: **Pra Falar de Lei** - YouTube abr. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gI10q0CnasU>. Acesso em: 23 de ago. 2022.

LIMA, Rômulo André. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. In: **Leituras Economia Política, Instituto de Economia**, ano 2010, ed. 1, p. 87-110, 1 jun. 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3127/07%20ROMULO.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 março. 2022.

LÖWY, Michael. O golpe de estado de 2016 no Brasil. In: **Blog da Boitempo** [online]. mai. 2016 Disponível em: <http://rogeriocerqueiraite.com.br/o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MIRANDA, Samira de Alkimim Bastos; PRATES, Tathiane Paraíso da Silva; SILVA, Tássia Marcela da; SOUZA, Ana Luzia Dias França. Proteção social em tempos da pandemia da covid 2019: apontamentos sobre a oferta de benefícios eventuais no distrito federal. **Serviço social em perspectiva**. Montes Claros (MG), volume 6, número 1, p. 50 a 71 jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/4686/4968>. Acesso em: 21 de ago. 2022

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social &**



Sociedade. São Paulo, n. 111, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo. Entrevista com José Paulo Netto (homenagem a Carlos Nelson Coutinho). In: **Revista Habanero**. 2013. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=j2kF7R1mFCU&t=4s>. Acesso em: 14 de ago. 2022.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

QUEIROZ, Vitória. **2 anos de covid relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia**. in:

Jornal Poder 360. fev. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/> Acesso em: 23 ago. 2022.

SILVA, Thaís Gaspar Mendes da. **Vigilância social na política de assistência social: análise dos aspectos conceituais e operacionais no âmbito municipal**. In: Biblioteca digital UEL. 2012. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000174358>.

Acesso em: 19 ago. 2022.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. O Cenário da Política de assistência social e as particularidades do Paraná. **Seminário Estadual de Assistência Social: Em defesa de um SUAS que proteja**.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iiV-iTt-guo>. Acesso em: 22 ago. 2022.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

**O CONSERVADORISMO “CLÁSSICO” E O NEOCONSERVADORISMO
CONTEMPORÂNEO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE CLASSES:
PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS.**

Vitória Regina da Silva¹-Universidade Estadual do Paraná - *Campus* de Apucarana.
Elson Alves de Lima²-Universidade Estadual do Paraná - *Campus* de Apucarana.

Nome do GT:Capitalismo, trabalho, direitos humanos e as interfaces classe, gênero, raça/etnia e sexualidade

RESUMO

A pesquisa busca compreender as correntes teóricas conservadoras – o pensamento conservador “clássico” e o neoconservadorismo contemporâneo – por meio de aproximações e distanciamentos entre ambas. Tem como hipótese que tais correntes teóricas corroboram para a lógica de perpetuação da sociedade de classes e para a reprodução sistêmica do capital, ao defenderem as classes dominantes contra as classes trabalhadoras. Apontam também para a nova caracterização do conservadorismo em seu estágio contemporâneo e em direção a um engendramento autoritário e reacionário por combaterem setores progressistas e de esquerda no país, sobretudo os movimentos sociais críticos ao sistema. Portanto, a herança do neoconservadorismo remonta ao conservadorismo “clássico”, sobretudo em Edmund Burke (1729-1797) onde, apesar de beber daquela fonte, procura também se desvencilhar dela. O neoconservadorismo procura romper em alguns aspectos com o pensamento conservador “clássico”, pois tenta vincular-se, ainda que de forma acanhada, aos ideais liberais num completo distanciamento das bandeiras de lutas empunhadas pelas forças progressistas ou de esquerda, num amálgama completo em relação à defesa dos interesses das classes dominantes. Assim, recorreremos à pesquisa básica, bibliográfica, teórica, documental, apoiada pela análise de conteúdo, qualitativa, entre obras científicas e do portal Scielo e das Revistas *Katálysis* e *Serviço Social e Sociedade*, via método do Materialismo Histórico e Dialético de Karl Marx (1818-1883), por sua robustez e segurança metodológica em termos científicos.

Palavras-chave: Conservadorismo. Neoconservadorismo. Serviço Social. Luta de Classes e Teoria das Classes.

RESUMEN

La propuesta de investigación trata de comprender las corrientes teóricas conservadoras -el pensamiento "clásico" conservador y el neoconservadurismo contemporáneo - cuando busques por similitudes y diferencias entre ellas, bajo la hipótesis de que las mismas apoyan para la lógica de perpetuación de la sociedad de clases y para la reproducción sistémica del capital, ao defenderse a las clases dominantes contra las clases trabajadoras. También señalan la nueva caracterización del conservadurismo en su etapa contemporánea hacia una creación autoritaria y reaccionaria en la lucha contra los progresistas y de izquierda del país, especialmente los movimientos sociales críticos con el sistema. Por lo tanto, la herencia del conservadurismo "clásico", sobre todo en Edmund Burke (1729-1797) donde, aunque beba de esa fuente, intenta librarse de ella. En el que el neoconservadurismo pretende romper con el pensamiento conservador "clásico" en algunos aspectos, pues intenta unirse, aunque sea de forma tímida a las ideas liberales en un distanciamiento los banderas de lucha esgrimidas por total de las fuerzas progresistas o de izquierda, en una mezcla completa en relación con la protección de los intereses de las clases dominantes. Así, recurrimos a la investigación bibliográfica, teórica y documental, apoyándose en las análisis de contenido, cualitativo entre

¹Graduanda do Curso de Serviço Social e Estudante Bolsista de Iniciação Científica PIC/UNESPAR– e-mail: vitoriaregina9844@gmail.com .

²Mestrado em Sociologia Política pela UFPR. Professor do Curso de Serviço Social (CCSA)– e-mail: elson.lima@unespar.edu.br .



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 -Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

los trabajos científicos y el Portal Scielo y el periódico Katálysis y Servicios Sociales y la Sociedad, a través del método del Materialismo Dialéctico de Karl Marx (1818-1883), por la solidez y la seguridad de la metodología condiciones científica utilizada.

Palabras clave: Conservadurismo. Neoconservadurismo. Trabajo Social. Lucha de clases y teoría de clases

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A atual fase do capitalismo monopolista e de financeirização da economia, através de sua lógica estruturada desigualmente entre as classes sociais, marcada pela “instabilidade, entre sucessão de fases de prosperidade, crise e depressão”, denotam sua plena agonização diante desse seu contraditório “ciclo de conjuntura” (SINGER, 1987, p. 39). Tal agonia indica o caráter sedento pelo qual o sistema capitalista prescinde em recuperar suas taxas perdidas de lucros diante da produção e do trabalho realizados pela classe trabalhadora e em prol do capital, mostrando sua faceta mais perversa, ou seja, a de uma “modernização conservadora” (PIRES; RAMOS, 2009, p. 412).

O palco instalado pelo capitalismo, por intermédio da financeirização da economia, coloca o trabalho em condições degradadas e os trabalhadores em condições análogas à da escravidão. As taxas de extração de mais-valia tornam-se elevadíssimas e insuportáveis a ponto da “aposta”, ou ainda, da sanha destruidora capitalista sobre o trabalho e os(as) próprios(as) trabalhadores(as) em prol de sua desenfreada acumulação, parece ser incontável e infinita, mesmo que a custo de uma possível inviabilidade de tal condição e desse mesmo modelo societal.

A quadra histórica em que estamos vivendo no Brasil açambarca tanto a concentração de riquezas, bem como as desigualdades sociais, quanto o aumento da miséria, da fome e da pobreza, quanto o próprio esmagamento da classe trabalhadora. Aqui, portanto, a criação de crises infundáveis e sem precedentes alcançam desde a questão política, a econômica, a social, passando pela crise cultural e a de valores até atingir a mais frágil e sensível delas que é a questão ambiental, dentre outras, sendo acompanhada do aumento exacerbado tanto do desemprego quanto do racismo estruturais, do preconceito, da misoginia, da violência desleal de classe, gênero e raça contra negros, quilombolas, indígenas, pobres, população em situação de rua, mulheres, crianças e idosos(as).

A enunciação do quadro acima reverbera concretamente no desmonte dos setores estratégicos do país, do próprio Estado e das políticas públicas e sociais, agravado pela criação mundial de uma rede de notícias falsas, da negação da ciência, da própria verdade, em favor do culto à



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 -Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

ignorância e à violência, da criação de uma estética do medo, do caos, de cunho neonazi ou neofascista, na trama da ampliação e do alargamento do ódio contra a política e os políticos, na criação de mitos ou de heróis “salvacionistas” da pátria, do armamento da população, dentre tantas outras mazelas, a partir dos anos 2013, com as manifestações contra os governos petistas, diante do aumento da chamada “criminalização dos movimentos sociais” (SILVA, 2015, p. 393).

No contexto aludido acima é que vamos encontrar a forte presença das matrizes do pensamento conservador de uma nova ordem, ou seja, o chamado neoconservadorismo moderno ou contemporâneo. A herança do neoconservadorismo remonta ao conservadorismo “clássico”, sobretudo em Edmund Burke (1729-1797) onde e, apesar de absorver intelectualmente as influências apresenta um novo caráter. Formulado pelo neoconservadorismo que apresenta o rompimento com alguns aspectos do pensamento conservador “clássico”, o conservadorismo contemporâneo procura vincular-se aos ideais liberais, sob à defesa dos interesses das classes dominantes. O combate feito pelos neoconservadores contra a classe trabalhadora ocorre diante da defesa da ordem social e econômica vigente, desde que não haja quaisquer questionamentos sobre a lógica de reprodução sistêmica do capital, assim, ainda que seja necessário aderir às formas facistas.

Nosso objetivo de pesquisa aqui, portanto, é o de conhecermos mais detidamente tanto sobre o conservadorismo “clássico” quanto o neoconservadorismo contemporâneo com vistas a compreender melhor a dinâmica da sociedade de classes capitalista na atual quadra histórica.

A problemática oferecida nessa análise pode nos auxiliar também em relação ao entendimento mais abrangente acerca dos aspectos que podem tanto aproximar como distanciar tais linhagens teóricas. Entretanto, nossa hipótese de trabalho é que ambas as correntes corroboram para a lógica de sustentação do sistema capitalista por meio da reprodução sistêmica do capital, via sociedade de classes, além de apontarem para um engendramento autoritário e reacionário em relação aos setores progressistas e de esquerda no país, em relação aos movimentos sociais críticos ao sistema.

A proposta de pesquisa se justifica também em virtude do momento histórico vivido no país, ou seja, de regressão histórica e civilizacional, além do fato de também tentarmos avançar teoricamente em relação à compreensão da lógica de funcionamento e de estruturação desigual da sociedade de classes capitalista, por meio da Teoria das Classes e da própria luta de classes em seu interior.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 -Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Estado burguês se apresenta de forma violenta com o aumento da criminalização diante da população brasileira, ao mesmo tempo expressando nitidamente sua intolerância em relação a qualquer questionamento que se levante em desfavor da lógica de reprodução do capital neste tipo de sociedade baseada na exploração de classes, ainda que a própria liberdade liberal possa ficar sob risco. Haja vista que é a classe dominante é quem dita as regras ao Estado capitalista e este, por sua vez, se oferece como sendo o fio condutor da própria classe dominante em relação à manutenção do capital. Portanto, as manifestações de junho de 2013 marcaram o cenário político brasileiro com a presença de atores sociais diferenciados com características de várias faixas etárias, diversas bandeiras e bastante heterogênea, trazendo à tona a ameaça ao capital.

Com isso, o Estado burguês lança mão de produtos ideológicos para garantir que os interesses da classe dominante fiquem assegurados, primeiramente por meio da busca de consensos e, na sequência, por meio da coerção cada vez maior sob os críticos do sistema. Observarmos o percurso tanto do conservadorismo “clássico” quanto do neoconservadorismo contemporâneo no contexto da sociedade de classes: dentre possíveis proximidades e distanciamentos, parece ser o caminho mais indicado a se observar a partir deste momento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para tentar dar conta da tarefa que nos cabe aqui, obviamente, pretendemos lançar mão do método de investigação social de Karl Marx: o Materialismo Histórico e Dialético.

Sob a orientação de tal método realizamos uma pesquisa básica, bibliográfica, teórica, documental, sob análise de conteúdo do material pesquisado, baseada em produções científicas da área das Ciências Sociais e também das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo em produções científicas reconhecidas por tais áreas e respaldadas academicamente.

Dentre tais produções, lançamos mão da produção científica alocada no portal de revistas científicas online, ou mais precisamente – *SciELO*, com o filtro centrado na palavra-chave: conservadorismo. De acordo com as revistas da área do Serviço Social, efetuamos a pesquisa com produções encontrada em um marco temporal dos anos de 2015 a 2021, tais como: *Revista Katálisis*, *Temporalis* e a *Serviço Social e Sociedade*, revista com maior número de produções encontradas entre o período de 2016 a 2019, citando algumas dentre as mais expressivas produções teóricas.

Evidentemente que novas produções poderão ser acrescentadas à referida pesquisa, bem como



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

faremos a utilização da releitura de livros clássicos acerca da temática recortada, dentre capítulos, excertos de obras e demais produções que nos auxiliem na formação e no reforço de um banco de dados para a confecção da pesquisa no seu todo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O impacto das teorias conservadoras “clássicas” e de sua presença no engendramento da sociedade de classes capitalista

A sociedade de classes em formação, com o findar da sociedade feudal, que sob o solo histórico da exploração da América, e das circum-navegações realizadas, apresenta os efeitos de um conjunto de fatores históricos que culminaram na Revolução Francesa em 1789, no interior do nascimento da civilização capitalista, inaugurada pelos comerciantes, no limite do Antigo Regime.

O conservadorismo neste contexto foi sendo legitimado por Edmund Burke (1729-1797) com a intenção de incorporar um fundamento ideológico de negação da Revolução Francesa, exposto em seu livro *Reflexão sobre a Revolução em França* (1790), no qual busca apresentar um conteúdo que abomine toda forma ou espécie de revolução.

Ao mesmo tempo em que exalta a Revolução Inglesa de 1688, chamada de “sem sangue”, onde a Inglaterra havia se tornado uma monarquia constitucional, tal revolução, dita como Gloriosa, foi significativa para Burke, visto que proporcionou a divisão parlamentar concebendo o partido *Whigs* que representava um partido com conduta liberal adotado pelo próprio Burke.

Vemos que, para o inglês, a revolução Gloriosa de 1688 trouxe discussões que deram sustância para o Iluminismo, em defesa das leis criadas pelos homens e as leis “naturais”. Sendo assim, naquele momento, “A revolução foi feita para conservar nossas leis e liberdades tradicionais e indiscutíveis” (BURKE, 1982, p. 69). A lei natural foi apontada pelo filósofo Santo Tomás de Aquino (1226-1274) que por meio dos conflitos existentes do Estado com a Igreja deram margem às leis “naturais” por sua visão liberal (SCRUTON, 2019).

Sendo assim, a corrente do conservadorismo enfocou no distanciamento de tudo aquilo que era demonstrado como “abstração”. Resumidamente, o conservadorismo clássico é ordenado por três características elementares: a primeira é a tradição com respeito aos costumes; a segunda é o organicismo da sociedade; e por último o excesso de ideia ou negação da razão, o ceticismo.

Por outro lado, o pensamento conservador clássico, reafirmado e legitimado por Burke, distingue o ser conservador do ser reacionário, apresentado no livro *A Ideologia Conservadora*.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 -Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Explicada a revolucionários e reacionários de João Pereira Coutinho (2014), tomemos a ilustração da fala do autor: “porque emerge em face de uma ameaça específica de caráter radical: e porque o faz quando essa ameaça põe em risco os fundamentos institucionais da sociedade” (COUTINHO, 2014, p. 29). Ou seja, embora o conservadorismo preserve a manutenção da sociedade em nome da ordem, facilmente renuncia a sua conservação por mudanças quando se trata do interesse que “vem do alto”, isto é, da classe dominante.

Segundo, pois, (Burke, 1982), o conservadorismo seguia em seu engendramento à rejeição do racional e a adoção da naturalização da desigualdade social e a ideia de “preconceito³” como algo indissociável e imprescindível ao ser social. Sobretudo segundo Souza (2016) não passa de uma busca do genitor da corrente conservadora clássica de induzir os leitores a descartar toda forma de pensamento societário que se mostre revolucionário, reduzindo-o à mera forma de depredação e tentativa de destruição da sociedade.

Burke (1982), um participante da nobreza feudal, criou portanto, uma ideologia que propusesse a manutenção e a preservação da classe dominante, que até então era a monarquia absolutista. Tal qual o conservadorismo em sua gênese, apresenta concepções com prerrogativas do poder dominante.

No bojo ainda do estágio final do regime feudal, o mundo passava por um aumento da produtividade derivada de um excedente, ainda que incipiente, a ser potencializado através do desenvolvimento das forças produtivas geridas pela economia de base mercantil. Foi com o aumento do sistema de trocas em função do excedente e da expansão das atividades mercantis que tornou-se perceptível o fomento da construção de uma nova forma de sociedade, abandonando-se por completa aquela sociedade pré-burguesa.

Essa evolução social aparece na história como sendo a revolução burguesa, carregada de modificações demográficas não projetadas, que recaem sob as condições sanitárias, de vida, saúde e de moradia da população.

Em função de se alavancar a formação desta nova sociedade em formação, remete-se a uma mobilização por toda Europa, com a expulsão do trabalhador do campo para à cidade e em total subserviência em relação ao processo industrial, agora sob o peso da Revolução Industrial que se efetiva na Inglaterra. As atividades artesanais rapidamente passam a ser substituídas pelas atividades fabris e, mais adiante, sendo suprimidas pela manufatura. Os trabalhadores

³ Trata-se do conceito abordado no próprio livro de Edmund Burke *Reflexão da Revolução em França* (1982, p. 106).



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

camponeses ficam ameaçados e ocorre o extermínio dos pequenos proprietários rurais sob a onda do novo modelo societário, subordinado à adesão da maquinaria, regida por uma burguesia emergente, causando efeitos danosos aos pequenos proprietários rurais e artesãos (MARTINS, 1982).

Entre o período de 1830 e 1848, “com a primeira revolução industrial e o nascimento do proletariado, cresceram as pressões por uma maior participação política” (QUINTANERO; BARBOSA e OLIVEIRA, 2002, p. 9). Na tentativa de frear o povo, com diversas manifestações populares e as emergentes reivindicações do proletariado que se rebelava no interior do ambiente urbano abarrotado pela pobreza, fome e miséria, subjugando os destituídos dos meios de produção, o rumo histórico da civilização burguesa toma posições diferentes daquela fase inicialmente revolucionária.

Tão logo a revolução se consolida, a fisionomia do modelo de sociedade apropriado pela burguesia para criação do mercado mundial arrefece. A pequena-burguesia revolucionária foi suprimida pela grande burguesia e aliada ao pensamento conservador, investe contra a antiga aristocracia francesa para superá-la. Em suma, foi no berço do Iluminismo, baseado na meritocracia, na liberdade econômica e na propriedade privada que a burguesia encontra o terreno fértil para realizar seus interesses mais imediatos. Enquanto a liberdade emergia no interior do conservadorismo, trata-se de uma liberdade flexível ao costume e tradição (DOMBROWSKI, 2020).

Portanto, as concepções de mundo burguesas passaram a aderir às arcaicas ideais conservadoras. Com a consolidação das relações do modo de produção capitalista, a grande burguesia que até então era retratada como o extrato revolucionário, em 1830, no âmago do desprendimento com o regime feudal, deixa de lado seu sigma de luta para apropriar-se de sua característica antirrevolucionária em nome da defesa inquestionável de seus interesses, dando margem para o surgimento do conservadorismo moderno.

Neste momento, os pequeno-burgueses (camponeses e pequenos comerciantes) que pairavam entre “o proletariado e a [grande] burguesia” (MARX; ENGELS, 2016, p. 72), viam suas condições de vida serem atacadas. Por resultado, optam por remover sua roupagem emancipatória em detrimento da conduta da configuração da propriedade privada dos meios de produção, tão somente, baseado na mercadoria como ponto primordial das relações de produção e da reprodução da vida social.

Pois bem, o discurso de liberdade voltava-se para ideias favoráveis à burguesia europeia,



tratava-se da lógica da ordem moral. Designado a uma liberdade individual, o conservadorismo significava “a manutenção e ampliação das relações que se definem pela exploração do homem pelo homem” (JAMERSON, 2016, p. 111). Tal qual, pregavam que a lógica da competição era um efeito basilar para solucionar os problemas da sociedade.

A classe agora dominante, pós-revolução, passa a pregar não apenas a hipervalorização da propriedade privada, mas da riqueza socialmente produzida, visando atender aos seus próprios interesses. Agora, adotando a ideia do “direito natural à propriedade privada: qualquer objeto apropriado ou produzido [...] é, sob certas condições, meu (do dono dos meios de produção), assim como os braços que trabalharam nele são meus (SCRUTON, 2019, p.18), momento esse em que a classe antirradical volta-se contra o proletariado.

4.2 Conservadorismo “clássico” ao neoconservadorismo: os interesses da classe dominante contra os interesses das classes trabalhadoras

Face a este cenário é que o conservadorismo ocupa seu espaço no profundo ordenamento da sociedade capitalista, acusando toda a classe revolucionária “de ser a representante da ‘desordem’, do ‘caos’, da ‘desagregação’” (JAMERSON, 2016, p. 112).

Dado aos fatores históricos ocorridos, para que a argumentação do conservadorismo moderno se sustente, há a necessidade de uma fundamentação ideológica conivente com a prevalência do poder dominante. Neste caso, o mesmo utiliza-se tanto da ciência quanto do positivismo. O objeto do interesse na exploração dos dominantes em detrimento dos dominados está subordinado pela defesa dos costumes e do livre comércio para o mercado; na recusa a todo e qualquer impulso contrário e que coloque em risco o modelo societal posto. Assim, o conservadorismo se coloca contra tudo aquilo que possa despertar aversão, ou que possa ser considerado “inimigo social”. Do mesmo modo, lança mão de um discurso da “ordem associada à ‘mão invisível’ de Smith, ao ‘preconceito’ de Burke e à ‘astúcia da razão’ de Hegel” (SCRUTON, 2019, p. 57, grifos do autor).

Indubitavelmente, o modelo de produção capitalista aderido pelo conservadorismo circunscreve-se a uma nova forma de conformação das relações sociais de trabalho. Esta, que não foi, e intrinsecamente não é, capaz de aniquilar os embates de classe, diferentemente, cria um outro padrão de dominação e reprodução, baseado em novas condições de opressão e exploração da classe subalterna.

Sendo assim, na medida que o capitalismo intensifica o conflito existente na relação de



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 -Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

contradição entre o capital e trabalho, o conservadorismo desde suas origens apresenta uma concepção de privilégios direcionados à força dominante, ora ao lado da monarquia absolutista, ora, no período de ascensão capitalista, ao lado da manutenção dos interesses da classe predominante burguesa.

Servindo como aparelho severo de apelo ideológico e da manutenção do modo de produção capitalista, o conservadorismo tem se mostrado como sendo um instrumento crucial de manutenção do poder burgês, em tempos de barbárie⁴:

isto é, entre o conservadorismo antiburguês e o conservadorismo antiproletário, revelam a face de um conservadorismo que guarda repúdio da ação jacobina e a recusa de valores do iluminismo e, ao mesmo tempo, aceitam as determinações da ordem burguesa (SOUZA; OLIVEIRA, 2018, p. 5).

Embora o conservadorismo tenha bebido da fonte das raízes “clássicas” de Burke, o mesmo apresenta uma ideologia com um “tom panfletário, irracional, irascível e pouco profundo do autor” (SOUZA, 2016, p. 148). Já o conservadorismo contemporâneo é resultado do processo de acúmulo histórico do sistema do capital, por se tratar da incompatibilidade estrutural entre a produção socialmente realizada e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, revertida em crises cíclicas inerentes, que desaguam em aparições de práticas autoritárias filiadas às multifaces, aproximadas tanto ao neofascismo quanto aos neonazistas.

Sobretudo, frente ao quadro atual, no âmbito das expressões da classe média da sociedade nacional, diante dos ataques às suas condições materiais de vida e existência, da perda de privilégios e de seu deslocamento no interior da classe social - pois não é nem classe trabalhadora e nem burguesa – vive agarrando-se em algo na tentativa de socorrer de seu pleno afogamento, típico da ordem do capital constantemente em crise. Suas condutas e tomadas de decisões caminham politicamente em direção mais à direta e, inclusive, em muitos casos, vinculando-se às condições ou posições fascistas. O que, de acordo com Karl Marx, são:

Os estratos médios - o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão o camponês, - combatem a burguesia para evitar sua extinção como estratos médios. Não são, portanto, revolucionários, e sim conservadores. Mais do que isso, são reacionários (MARX, 2012, p. 57).

4.3 Os impactos do conservadorismo sobre a Luta de Classes e a ascensão de formas fascistas

O conservadorismo não é um elemento solto em meio à sociedade capitalista, mas é fruto das

⁴ Verificar o artigo: Conservadorismo como instrumento capitalista em tempo de barbárie. – SILVA; FRANÇA e MACIEL. In. R. *Katálisis*. Florianópolis. V. 23, n. 2, p. 256-265, 2020.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 - Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

sequelas da própria luta de classes, a qual não está introduzida em um mero debate ideológico. No entanto, está imersa na relação material de produção e reprodução da vida social sob a condição ditada pelo capitalismo. Portanto, o conservadorismo, como forma de enfrentamento do conflito resultante da luta de classes, incorpora uma estratégia no sentido de contornar os reflexos do antagonismo emanante do próprio sistema do capital, que na medida que se intensificam desbocam em uma infinidade de reações. Reações essas que derivam de convenções muito similares àquelas com caráter fascista colocadas no interior do neoconservadorismo com sua perspectiva pragmática e imediatista.

Contudo, a debilidade impressa na corrente conservadora, desde sua aparição, não consegue dar conta de verificar os determinantes colocados nas contradições reveladas na realidade social de modo a ultrapassar aquela averiguação pontual e breve inserida no *presentismo*. Certa feita, torna-o uma corrente violenta e instintiva que nega o racional (IASI, 2015)⁵.

A exemplo disto, temos os ataques golpistas ocorridos em 8 de janeiro de 2023, com os atos antidemocráticos revigorantes da crise política vivenciada no Brasil, sobretudo, posterior à vitória ao cargo de presidente da República por parte de Luis Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) com seu governo burguês de frente ampla (CAVALCANTE, 2023).

De modo que um ser racional não cometeria atos de tamanho absurdo, já que um ser racional tendencialmente se permitiria questionar minimamente sobre suas ações em meio ao terrorismo cometido, isto é, não agindo “no calor do momento” de maneira instintiva, tal como teria ocorrido com os golpistas, o fio condutor deste processo envolve a premissa de adoção do conservadorismo contemporâneo ao neofascismo, unicamente voltado aos interesses mais imediatos da classe dominante. Ou seja, determinados agrupamentos são semelhantes ao neofascismo e que são movimentos de massas que aparecem como salvacionistas em um período de esgotamento democrático, econômico, político, social, religioso e que, em termos concretos, suscitam o medo. Basta um olhar para as considerações que envolvem o próprio fascismo, como sendo:

um tanto atraente aos detentores do capital, que variadas vezes o apoiaram, não exatamente por compartilhar de sua ideologia, mas porque seus pressupostos servem muito bem em momentos de contradições profundas entre as frações de classe integrantes do poder (FIGUEIREDO, 2008, p. 16).

⁵ Mauro Iasi é professor adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, pesquisador do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas) e contribui no blog da Boitempo.



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 -Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

No bojo deste processo, compreendemos que o Estado capitalista e burguês, com seu caráter conciliador de força e consentimento, dispõe de uma função ideológica que dá margem à ascensão neofascista. Neste âmbito, há de se apontar que a via neofascista não significa somente dizer que tais ações subsistem não como apenas valores morais no imaginário das classes subalternas, bem como o conservadorismo se apresenta. Porém, procede de um resultado da dinâmica histórica da realidade burguesa fascista somada às suas acrescidas peculiaridades. Isto é, o neofascismo se mostra com novas características, embora vinculado àquelas do fascismo do período do entre guerras.

O conservadorismo aparenta não possuir nenhuma base histórica, pois além de se valer de um discurso confuso, já se alterou radicalmente em seu processo histórico reportado desde o conservadorismo “clássico” transformado num neoconservadorismo de novo tipo. Afinal, história não se repete, ou melhor, a história se repete “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. I).

A composição da vertente do conservadorismo iniciada por Burke e sua influência na atualidade, nos remete a um pretense grupo que pudesse estar extinto, no sentido dos representantes do conjunto conservador atual. Entretanto, a sociedade tendo se transformado no sentido capitalista, exigiu-se diversas alterações das mais profundas possíveis, não obstante, o conservadorismo atualmente adquire novas conformações na contemporaneidade.

Eis porque o conservadorismo contemporâneo é composto por grupos, em específico, dos estratos médios, sob o aporte da classe dominante, e que defendem deliberadamente a manutenção do modo de produção burguês.

Diga-se de passagem, o fascismo é um fenômeno histórico que teve apoio e contou com a benemerência dos partidos conservadores. Do mesmo modo, os partidos fascistas chegaram ao poder por intermédio de movimentos filiados ao conservadorismo e ao reacionarismo. Ao lado do discurso nacionalista e xenófobo, está a serviço de conter as agitações sociais e apaziguar a luta de classes.

A prova cabal disto é que os partidos de Hitler e Mussolini tiveram suas raízes totalmente imbricadas em filiações conservadoras. Portanto, esses regimes de exceção se valeram de reações violentas contra seus opositores, influenciados pelo ódio e que contavam com grande parte do eleitorado conservador.

O que facilmente se presume em afirmarmos que historicamente os fascistas sempre buscaram por uma aliança, ou melhor, pelo aval das organizações conservadoras. Isto porque estes deram



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 -Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

base de sustentação para a ascensão desses movimentos de massa profundamente contrários aos interesses daqueles que não se dobraram aos seus ditames.

O que havia, de fato, era uma identidade entre ambos, isto é, entre os setores conservadores do campo de direita e que abraçavam às alas ligadas ao movimento neofascista, identificando-se num terreno fértil que dá vazão aos regimes mais sangrentos ocorridos da história moderna. Tudo isso em nome da oposição a um inimigo comum, ou seja, aos ataques desferidos contra o comunismo, para que o capitalismo pudesse descortinar os seus cruéis tentáculos contra seus oponentes diretos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou, até aqui, que apesar de assumir uma política neoliberal, o capitalismo se apropria do que dele necessitar para sua manutenção, inclusive com características muito similares ao fascismo, revestido de neoconservadorismo e que atualmente tem se revelado no Brasil, com um viés eliminacionista dos grupos minoritários.

Contudo, compreendemos que não se trata apenas de uma proposta neoliberal ou conservadora em andamento, mas se trata é de um projeto societário com tendências, a todo o custo, de manutenção do capital em nome dos interesses da atual classe predominantemente burguesa, autoritária, (neo)conservadora e protofascista.

À luz do livre mercado, tal projeto societário concebe, nem que seja necessário a agressão de todos os demais pilares do neoliberalismo e se apropriar do neoconservadorismo em seu caráter de cultura de ódio e de controle, a fim de exterminar qualquer tradição de cunho marxista e que se coloque contra esta mesma ordem social, mesmo que ser pela via de uma proposta neofascista.

Para isso, há a relevância de se reverberar que apenas a classe operária e organizada que possui a capacidade histórica suficiente para enfrentar a classe social dominante, golpista ultradireitista e fascistizante.

REFERÊNCIAS

BURKE, Edmund: 1729-1797. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Tradução de Renata de Assumpção Farias, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmem Lidia Richter Ribeiro Moura. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

CAVALCANTE, Sávio. **Jornal da UNICAMP: O dia 8 de janeiro como insurreição neofascista | Unicamp**. 13 de janeiro de 2023. Professor do Departamento de Sociologia do



I CONLAPE - Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA - Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 -Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp Disponível em:<<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/minuta-do-golpe>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2023

COUTINHO, João Pereira. **A ideologia Conservadora: explicada a revolucionários e reacionários.** João Pereira Coutinho. - São Paulo: Três estrelas, 2014.

FIGUEIREDO, Tatiana Silva Poggi de. **Neofascismo em cena: o avanço conversador norte-americano e o caso da National Alliance** / Tatiana Silva Poggi de Figueiredo. – 2008.

IASI, Mauro Luis. **De onde vem o conservadorismo?**Boitempo. Publicado em 15 abril de 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorism>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl, 1818-1883. **Manifesto do Partido Comunista.** / Karl Marx e Friedrich Engels; tradução de Sergio Tellaroli; pós-fácio de Marshall Berman. Revisão técnica Ricardo Musse. – 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classic/Companhia da Letas, 2012.

_____. 1818-1883. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx; [tradução e notas Nélío Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo:Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARTINS, Carlos Benedito, 1948 – **O que é Sociologia.** Carlos Benedito Martins – São Paulo: Brasiliense, 2004. – (coleção primeiros passos; 57) 61ª impressão da 1ed. 1982.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** Tania Quintaneiro. Maria Ligia de Oliveira Babosa, Márcia Gardênia de Oliveira. – 2. ed. rev. amp. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 159 p. – (aprender).

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo: um convite à grande tradição.** / Roger Scruton; tradução Alessandra Bonruquer. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019. recurso digital.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo/** Jamerson Murillo Anuniação de Souza. – Recife: Ed. UFPE, 2020. Originalmente apresentada como tese do autor (doutorado – UFPE. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Serviço Social, 2016).



OS REBATIMENTOS DO CONSERVADORISMO E DO NEOCONSERVADORISMO NA ATUALIDADE

Bianca Cristina Alberto¹ - Universidade Estadual do Paraná - *Campus* de Apucarana.

Elson Alves de Lima² - Universidade Estadual do Paraná - *Campus* de Apucarana.

Nome do GT: Capitalismo, trabalho, direitos humanos e as interfaces classe, gênero, raça/etnia e sexualidade

RESUMO

O presente artigo problematiza acerca do conservadorismo “clássico” que tem sua origem na Revolução Industrial e também na Francesa, tendo como precursor Edmund Burke (1729-1797) que em seu livro de mais notoriedade *Reflexões Sobre a Revolução na França* (1790) afirma que essa teria um caráter insurrecional, devido às suas características girarem em torno da mudança radical da herança, dos costumes e da hierarquia natural da chamada velha sociedade. Além de tudo ela contava também com a participação da classe dominada que teria inveja dos ricos e de suas tradições. Da mesma forma, a se fazer também uma breve análise do surgimento da Sociologia e conseqüentemente do avanço do capitalismo que se dá junto com a primeira, podemos expor as observações que Burke fez acerca do que ele chamou de “decomposição” dos costumes e das aclamadas tradições, juntamente com as demonstrações de suas ideias antirrevolucionárias, antidemocráticas e daquilo que chamou de direitos hereditários. Tivemos como objetivos estabelecer a devida ligação do conservadorismo “clássico” com o neoconservadorismo afirmando-se que ambos se tratam de um movimento de ruptura e continuidade, mostrando que as características do primeiro movimento tem demonstrado raízes fortes sobre a vida social, o suficiente para que se perpetuem diversas relações cristalizadas acerca de suas características basilares nos dias atuais. O método utilizado foi o do Materialismo Histórico-Dialético, nesta pesquisa básica, teórica, sob análise de conteúdo e qualitativa.

Palavras-chave: Conservadorismo “clássico” – Neoconservadorismo – Edmund Burke – Sociedade de Classes.

RESUMEN

El propósito de este artículo gira en torno a problematizaciones sobre el conservadurismo “clásico” que tiene sus orígenes en la Revolución Francesa e Industrial, teniendo como precursor a Edmund Burke (1729- 1797), quien en su más famoso libro Reflexiones sobre la Revolución en Francia (1970) plantea que esta tendría un carácter insurreccional, por sus características girando en torno al cambio radical en la herencia, costumbres y jerarquía natural de la llamada sociedad vieja, además de todo ello contó también con la participación de la clase dominada. que estaría celoso de los ricos y sus tradiciones (Burke 1970). Haciendo también un breve análisis del surgimiento de la sociología y consecuentemente del avance del capitalismo que se da junto con la primera, podemos exponer las observaciones que Burke hizo sobre lo que llamó la “descomposición” de costumbres y tradiciones aclamadas, junto con las manifestaciones

que *lo*



mismo nos hace sobre sus ideas antirrevolucionarias, antidemocráticas y lo que él llamó derechos hereditarios. Apuntando a este primer objeto de investigación, hicimos la conexión entre el conservadurismo “clásico” y el neoconservadurismo, afirmando que es un movimiento de ruptura y continuidad, mostrando características del primer movimiento que muestran sus raíces lo suficientemente fuertes como para perpetuar varias características en el presente. día.

Palabras-clave: *Conservadurismo “clásico” - Neoconservadurismo - Edmund Burke - Sociedad de Clases.*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No referido artigo procuramos apresentar o conteúdo obtido e as problematizações realizadas acerca de como o conservadorismo e o neoconservadorismo ganham força no contexto da sociedade de classes. Tal empreendimento se torna de extrema valia para que possamos ressaltar os resultados até aqui parciais deste fenômeno social, o que nos leva a sugerir ao leitor um aprofundamento do tema, a partir da contribuição buscada em Jamerson Murillo Anunciação de Souza (2016) que tem sido base para nossos estudos. A título de maiores informações deixamos informado que o projeto de pesquisa de Iniciação Científica desta discente tem como título *O impacto do Conservadorismo no Serviço Social e suas Implicações*, assim por meio deste, fica registrado como um de nossos objetivos iniciais o da aproximação entre o conservadorismo e o neoconservadorismo.

Nos apropriando do método materialista histórico e dialético de Karl Marx (1818-1883) e com autores que afirmam sua importância, pontuamos que a Sociologia nasce das mudanças que acontecem nas relações de produção e por consequência nas que ocorrem também nas várias formas de sociabilidade humana, com o papel de entendê-las e desmistificá-las. Tais mudanças foram forjadas principalmente pela dupla Revolução Burguesa: a Francesa e Industrial Inglesa. Neste contexto é que observamos a contribuição dada por Edmund Burke (1729-1797), até então revoltado com a Revolução na França e extremamente honrado com a Revolução Gloriosa (Inglaterra). Assim sendo, Burke se torna o chamado precursor do conservadorismo “clássico” e dos seus dogmas que são seguidos por muitos até hoje.

Após a exposição desses pontos até aqui, o nosso principal objeto de pesquisa - nesta primeira etapa de estudos - tem sido o de se estabelecer uma ligação de comportamentos dos conservadores chamados “clássicos” com os atuais neoconservadores, demonstrando que existe um intenso movimento de ligação e de ruptura entre eles, tendo por base seus comportamentos políticos antidemocráticos e a participação das camadas dominadas em seu entorno, alavancado



por um processo contínuo de ampla destruição da razão, da negação da ciência e do extremo terror em relação ao novo, ao dogmatismo e à relativização da miséria como sendo algo considerada natural e apenas competência individual em como contorná-la. Essas últimas características acima não fazem alusão somente ao neoconservadorismo, mas tem se revestido principalmente do rejuvenescimento do facismo à brasileira, com seu típico autoritarismo e peculiar violência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Sociologia surgiu em meados do século XIX na Europa, sob o avanço do capitalismo que fez com que os fundamentos da vida material do antigo sistema ou regime feudal foram desconstruídos ou descontinuados. Assim, a percepção de tempo e de liberdade foram alteradas devido às Revoluções Burguesa: Industrial e a Francesa, que estimularam grandes conflitos ideológicos e políticos de todas as ordens. Ocorreram também mudanças notáveis na instituição familiar, bem como foram desenvolvidas mudanças no universo das relações afetivas. Assim, o esforço para se entender tais mudanças que afetaram as relações sociais teria se cristalizado na Sociologia.

O caráter antagônico do capitalismo fez com que os primeiros sociólogos entendessem essas novas relações sociais que surgiam de forma diferente. Alguns deles, devido ao avanço do próprio sistema naquela época, tinham uma visão otimista acerca das mudanças que ocorriam, considerando que os interesses da classe dominante se tornaria o foco dos interesses que iriam se sobressair e acabariam se tornando comuns a ambas as classes, e assim as lutas oriundas dos antagonismos se encerrariam.

O Iluminismo sendo então o movimento intelectual que ocorreu entre o século XVII e XVIII, na Europa Ocidental, juntamente com os avanços econômicos e de produção realizados pela Revolução Industrial, atingiram seu ápice na Revolução Francesa e geraram mudanças políticas regadas pelo anticleriquismo, numa visão de liberdade e de individualismo, inspirando-se pensamentos extremamente conservadores. Os chamados “Profetas do Passado” criticavam veementemente a sociedade capitalista que estava em constante transformação, tais pensadores acreditavam em uma sociedade que em seu auge deveria ser hierarquizada, fundada em valores familiares e religiosos, essa corrente então apresentava rejeição ao moderno e glorificava a tradição. Entretanto, o tipo de sociedade idealizada já havia sido desconstituída pela sociedade atual sociedade capitalista em franca ascensão. Assim sendo, seu apego ao



passado transforma-se numa profissão de fé. Pois:

Nesta escolha de herança, demos à nossa moldura política a imagem de uma relação de sangue: vinculamos a Constituição de nosso país aos nossos mais queridos laços domésticos; adotamos nossas leis fundamentais no seio de nossas afeições familiares; mantivemo-nos inseparáveis e nutrindo com calor de todas as suas caridades combinadas mutuamente refletidas, nosso Estado, nossos lares, nossos sepulcros e nossos altares (BURKE *apud* LACERDA; GUEDES, 1970, p. 138).

Acreditavam os conservadores que o ápice da sociedade tinha sido encontrado nos períodos medievais, porém por um castigo divino o Renascimento havia trazido o caos, a imoralidade e a falta de coesão social. Os conservadores tinham como objeto de estudo as instituições sociais como a família, a religião, um determinado grupo social, tendo maior ênfase em como eles poderiam auxiliar na manutenção da ordem social. Assim, a ordem social almejada se baseava na sustentação de suas hierarquias, heranças e crenças como únicas e possíveis. Aqui, os principais representantes do chamado pensamento dos autores representantes dos profetas do passado são: Edmund Burke - considerado o precursor do movimento -, além de Joseph de Maistre (1753-1821) e Louis de Bonald (1754-1840).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar a pesquisa utilizamos do método de investigação social de Karl Marx, o já referido Materialismo Histórico e Dialético, o que cabe ressaltar a importância do mesmo devido à sua percepção material e processual em relação à História e seus desdobramentos, fazendo com que possamos analisar de forma abrangente a totalidade dos eventos passados e atuais, tendo uma percepção concreta dos eventos e dos resultados que os mesmos geraram.

Com isso, realizamos nossas pesquisas bibliográficas, básica, teórica, através de análise de conteúdo, no formato quantitativo e por meio de artigos científicos no portal *Scielo*, nas revistas *Temporalis*, *Serviço Social e Social e Katálysis*. Através da leitura e dos conteúdos trazidos das áreas de Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas. Assim sendo, salientamos que novas produções serão acrescentadas no contexto do andamento da pesquisa, já que a mesma encontra-se em estágio inicial.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A França aristocrática foi extremamente marcada pela forte hierarquização e crença no chamado direito divino dos reis, viu sua ordem surpreendentemente ameaçada diante do surgimento do lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, a mesma nação que até então era muito bem quista pela Igreja Católica, sendo até vista como sua filha predileta, devido à defesa de suas tradições, tornou-se a precursora do Iluminismo (XVII) um movimento filosófico que, segundo seus maiores pensadores, dentre eles destacamos: John Locke (1632–1704), René Descartes (1596–1650) e Kant (1724-1804) esse último que em seus estudos alegava que o movimento seria responsável pela retirada dos homens de sua inferioridade.

O Iluminismo é a corrente de pensamento que tinha como essência defender o poder da razão e da ciência em detrimento da fé, essa última como sendo a maior expressão e força vinda da Igreja Católica. As mudanças trazidas pelo Iluminismo defendia mais e maiores mudanças de pensamento no interior da sociedade e não acreditavam na governabilidade da monarquia absolutista e somente no mercantilismo, portanto, pregavam uma maior liberdade tanto econômica quanto política em prol dos interesses diretos da burguesia nascente.

As reflexões de Burke, em seu livro “*Reflexões sobre a Revolução na França*” de 1790 promoveram a intrínseca defesa dos interesses políticos e econômicos da aristocracia juntamente com a defesa igualmente ferrenha dos ideais culturais e simbólicos da aristocracia feudal que foram dissolvidos pela Revolução Francesa. Segundo Souza (2016), estudiosos que direcionavam críticas às obras do precursor do conservadorismo acima a definem como irracional e de caráter raso, justamente pela análise que o mesmo faz levando-se em conta a predileção por seus próprios costumes, tradições e a exclusão total dos dominados, alegando que os mesmo, sentem inveja das propriedades e das tradições dos dominadores. Tamanho é o seu ceticismo direcionado a tudo que não pertence à sua própria tradição, pois, segundo Burke, a revolução é uma ruptura indesejável e irresponsável com o passado. Assim, autores como Karl Marx demonstrara grande desprezo por Burke. Os autores que em contrapartida acham as reflexões de Burke válidas assinalam que as mesmas realizam uma interpretação histórica sobre a Revolução de 1789 e sobre a situação que muitos definiram como desastrosas que a própria revolução teria ocasionado.

Burke não via as revoluções como causadoras de uma transformação radical em uma determinada sociedade e a partir que resultassem em novas formas de sociabilidade. Acreditava



que as revoluções seriam momentos marcados pela grande decadência e destruição moral e social, no qual a ordem e as tradições seriam destruídas, pelo seu caráter insurrecional, laico e dogmático. O autor conservador acreditava que as revoluções seriam válidas apenas no momento em que as mesmas passassem a reafirmar as tradições e as heranças, pois Burke entendia que “algumas reformas podem até ser admitidas, contanto que resultem de um longo processo de experimentação e não de uma ruptura radical com o passado” (COUTINHO, 2011, p. 9).

Vale mencionar aqui as diferenças que o mesmo via na Revolução Gloriosa (Inglaterra) e na Revolução Francesa, a primeira sendo muito bem vista por seu próprio caráter, resultado de um determinado planejamento feito pela via da conciliação de interesses entre as classes sem que houvesse sangue e sem a presença das classes dominadas. Por sua vez, a segunda foi marcada pela ruptura radical e desnecessária com a tradição, caracterizando a Revolução Francesa como insurrecional, onde os revolucionários não passavam de meros agitadores sem respeito algum pelas tradições que eram herdadas. O pensador acima tinha a clara convicção de que o papel da revolução era o de preservação das antigas leis e das liberdades, onde os valores e princípios assegurados pela antiga Constituição seriam indiscutíveis e inquestionáveis.

O objetivo de Burke era o de preservar as instituições políticas da velha sociedade que passavam por mudanças vindas da subordinação do trabalho sobre o capital. Para isso, ele apresentava os princípios gerados pelo Iluminismo como abstrações de extremo perigo para a ordem da sociedade e para a herança cultural e patrimonial das tradições europeias, demonstrando com extrema clareza suas ideias antirrepublicanas e antidemocráticas. Ao analisar a Revolução Gloriosa e criticar a Francesa, Burke demonstra que seu método de análise se baseava na possibilidade de como e em que medida as revoluções se aproximam ou se distanciam da ordem do antigo regime. Assim, portanto, podemos afiançar aqui como o conservadorismo “clássico” tinha grande aversão a mudanças e que podemos chamar de céticas ou até de reacionárias suas posições em relação às novas relações sociais e de produção que estavam se formando. “Temos uma coroa hereditária, uma nobreza hereditária, uma câmara dos comuns e um povo que herdaram privilégios, franquias e liberdades de uma longa linha de ancestrais” (BURKE *apud* LACERDA; GUEDES, 1970, p. 137).

O irracionalismo é uma marca do pensamento conservador “clássico” (chamado também de antirrevolucionário), uma vez que Burke era um grande adepto da destruição da razão, exaltando as concepções pragmáticas e imediatistas. O referido pensador predispunha-se de



uma concepção teleológica acerca da casualidade, sendo esta uma intermediação para o ser social. Burke, defendia o Estado e a ordem da sociedade, que representariam o natural, isto é, as leis naturais, o eterno e o divinamente estabelecido, apoiando suas concepções no âmbito do idealismo. Tal concepção resulta então da naturalização das relações sociais, além do apontando de que a existência da sociedade de classes e sua desigualdade trariam ordem social e hierarquias como sendo naturais, caso contrário, seria um atentado à natureza e a Deus, bem como aos ideais de igualdade social.

Segundo a desventura da Revolução Francesa foi ter possibilitado a participação de um grande número de dominados em comparação aos proprietários junto às assembleias. O fato de ter concedido direitos de representação às classes dominadas seria uma grande causa de insurreição, pois os miseráveis em sua mendicância teriam inveja das propriedades e dos respectivos proprietários, o que no limite poderia representar um risco diante de uma possível remodelagem do Estado a seu favor (BURKE, 1970).

Já em relação à Revolução Gloriosa, o parlamento teria os melhores traços de definição da sociedade em detrimento da classe inferior (BURKE, 1970). A sua crítica era direcionada aos sistemas e processos que cediam espaço de representação às classes dominadas, pois somente a nobreza teria o papel de realização das mudanças políticas. O precursor do conservadorismo tinha como objeto de seu louvor as revoluções, que ocorreriam com o absoluto distanciamento dos dominados, evidenciando o desejo de se realizar mudanças que preservassem as tradições e que fossem especificamente feitas para os proprietários, com total distância da noção de democracia, luta por direitos e por justiça social.

Retirar a responsabilidade do Estado capitalista em relação à degradação social e das classes dominantes controladoras do capital faz com que coloquemos então em determinados e específicos indivíduos e/ou classes a culpa de sua origem econômica e/ou ideológica. Assim, podemos afirmar que o conservadorismo surge com Edmund Burke e encontram raízes e ressonância profundas em regimes neoconservadores revestidos pelo fascismo, autoritarismo e violências de diversas formas.

A adoção dessa ideia de responsabilização do indivíduo pela sua própria miséria, aprofunda um entendimento expressivo acerca da naturalização das relações sociais, ao mesmo tempo em que permite a desresponsabilização do sistema social hegemônico e direciona ao indivíduo a meritocracia e seu esforço diante das dificuldades encontradas no cotidiano e de sua capacidade de superação das mesmas. Portanto, o conservadorismo contribui para a ocultação dos antagonismos e da luta de classes, além da acumulação da propriedade privada como a maior causadora da desigualdade intrínseca ao modelo capitalista de produção.



Essa tendência tem origem dentro de espaços políticos e se mostra através de perseguições políticas, religiosas e xenófobas, tendo como principal objetivo a intencionalidade de anular os elementos nocivos que causam o desgaste da manutenção da ordem e da tentativa de deturpação da ideologia vigente. Assim, o caso da morte da Vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e de seu motorista Anderson Gomes assassinados no ano de 2018, e até mesmo a dificuldade enfrentada pela campanha à Presidência da República pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), representam grandes desafios colocados aos setores progressistas e à esquerda no país como forma de enfrentamento às pautas do ultra neoconservadorismo e do fascismo brasileiro.

Devemos pontuar também que é válido entender que a pluralidade dos conservadorismos existentes tem sua raiz justamente na reação junto à Revolução Francesa, onde o ato da crença geral estaria baseado num tipo de Estado que é historicamente ornamentado para a defesa da ordem vigente, que não interfere nas liberdades individuais e que é capaz de dar a liberdade autêntica reivindicada pelos indivíduos, permitindo que os mesmos tenham seus privilégios mantidos pelo esforço de seus antepassados representam o cerne da teoria conservadora, na busca pela manutenção da ordem e de certo padrão de moralidade e que reverberam até os dias atuais.

Burke sendo fundador do conservadorismo se opõe às ideias de Rousseau (1712-1778) e principalmente em relação ao Jusnaturalismo. Rousseau considerava a democracia, a igualdade e a obtenção de direitos inalienáveis como armas contra os chamados direitos hereditários. O conservadorismo, por sua vez, tanto o clássico quanto o contemporâneo, acreditam que a democracia e a justiça social são na verdade niveladores sociais, pois se tratam de desejos subjetivos e utópicos, desconsiderando-os totalmente por acreditarem que a desigualdade social seria natural e benéfica. Podemos vincular, portanto, o ápice desse pensamento com Friedrich Hayek (1899-1992), precursor do neoliberalismo, ao surgir no final do século XX diante da crise do chamado *Welfare State*.

Outro ponto de vinculação do conservadorismo com a atualidade vivida se dá pelo fato de que nas reflexões burkeanas prevalece o enaltecimento dos preconceitos, sendo esse visto como um referencial criado pelo acúmulo de experiências, podendo ser visto então como um resumo individual da autoridade e da sabedoria contidas na tradição. Tendo os preconceitos como alicerce de escolhas, os conservadores descartam o debate racional sobre a formação econômica e social da sociedade, enquadrando os indivíduos em grupos já estabelecidos e as exceções sendo encaradas como anomalias que devem ser reprimidas, pois representam a ameaça, a aclamada e bem quista tradição. Esses preconceitos tem sido fonte de orientação e



conduta moral dos neoconservadores, o seu uso latente pode ser então explicado pelo próprio BURKE (2017, p.106) como: “O preconceito é de aplicação imediata em casos de emergência; dispõe previamente a mente a um curso constante de sabedoria e virtude, não permitindo que o homem, no momento de decisão, fique hesitante, cético, confuso e indeciso”. Podemos também afirmar que é o próprio Edmund Burke quem cria a ideia central dos chamados conservadorismos (COUTINHO, 2014), na qual a política deve ser feita por proprietários, pois esses garantiriam a manutenção da ordem e da sociedade vigente por serem excepcionalmente superiores e não haveria qualquer possibilidade de alianças com outras classes, pois essas seriam ignorantes e não poderiam ser ligadas à tradição e às heranças da classe dominante, pois são extremamente numerosas e não conseguiriam galgar qualquer tipo de poder político ou econômico.

Podemos ainda identificar atualmente outros pilares formulados por Burke em relação a importância da propriedade, como sendo a essência da profunda desigualdade, mas que acima disso se configurava como uma estrutura que regularia a sociedade baseada na competência individual, muito oposto a outros pensadores Burke acredita que a desigualdade é regada pela naturalidade e contribui para a preservação da cooperação entre dominadores e dominados, resultando no equilíbrio das relações sociais vigentes. Russel Kirk (1918- 1994) um ideólogo neoconservador confirma a atualidade desse pensamento ao afirmar que o verdadeiro conservadorismo surge como antídoto ao individualismo, chegando a afirmar que o conservadorismo se traduz como a expressão do espírito de comunidade.

A grande maioria dos conservadores atuais garante continuidade ao caráter irracional vindo do conservadorismo “clássico”, creditando a paixões, sentimentos e intuições o patamar da fonte verdadeira do conhecimento, abandonando-se de vez a razão e o método científico por não acreditarem ser dotados de verdades profundas que são vindas da alma humana. A mentalidade conservadora acredita que a verdadeira prática é encontrada nos costumes e nas tradições, essa matriz de pensamento se afasta e mistifica as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista, substituindo a realidade concreta por abstrações morais.

Assim, provenientes das reflexões burkeanas, é possível identificar em vários conservadorismos presentes atualmente em nossa sociedade, o ceticismo político, ou seja, a forte convicção de que qualquer análise política que seja contra a tradição e a ordem vigente não passa de uma mera utopia, na qual a predileção pela propriedade privada nas mãos de uma pequena parcela dos donos dos meios de produção e a liberdade coletiva jamais serão ameaçadas pelas chamadas imperfeições humanas. Assim, o alvo da coerção do Estado burguês deve ser utilizado contra as tais imperfeições humanas e em prol da preservação da estabilidade social que é herdada, transmitida de geração a geração, evitando-se a qualquer



I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão
V SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Unespar

ISSN 2447 6285 -Evento on-line: 25 a 27 de abril de 2023

<http://conlape.unespar.edu.br/>

custo

qualquer



sinalização rumo a uma revolução social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada até aqui pode apontar o seguinte direcionamento, ou seja, de que existem diversas características que compõem o conservadorismo “clássico” e podem nos levar, ainda que de modo equivocado, a não constatar suas premissas como válidas em alguma medida. Entretanto, quando observamos tal fenômeno de forma mais acurada, o conservadorismo possui uma dinâmica contraditória por se apresentar enquanto um movimento de ruptura e de continuidade, devido à grande influência que as análises burkeanas alcançam junto ao pensamento de diversos outros autores e também outros conservadorismos.

A ruptura ocorre diante da crítica conservadora à Revolução Francesa e seus impactos e a continuidade se dá por meio da apropriação de pautas que se perderam com a própria dinâmica de transformação social promovida pela sociedade capitalista, mas se que mantém com a lógica de reprodução do sistema de classes. O conservadorismo clássico de Burke consegue um nivelamento das consciências conservadoras, reverberando-se sob os neoconservadores, quando se refere à naturalização da miséria, da desigualdade social e da alta valorização e defesa incontestada da propriedade privada.

As ideias burkeanas alcançam no Brasil o ideólogo conservador Olavo de Carvalho (1947-2022), autoproclamado filósofo e que nos últimos anos teve grande espaço para a produção e coletivização de sua ideologia, devido o suporte dado pelo antigo governo marcado não só pelo conservadorismo, mas também pelo fascismo, onde diversas falas e ações (inclusive no meio digital) despejaram a ideologia fascista e antidemocrática em larga escala sob o conjunto da nação.

Assim sendo, ressalta-se a influência conservadora que Carvalho recebe ao longo de sua formação, presente inclusive em suas falas e escritos. Do ponto de vista do pensamento conservador seria preciso buscar pela total erradicação da mentalidade revolucionária como condição essencial para a sobrevivência da liberdade no mundo, bem como suprimir seu inimigo visível ou invisível que é o “comunismo”. Assim, o pensamento conservador continua influenciando e retroalimentando-se como uma corrente de pensamento de forte penetração em setores médios e elevados da classe dominante, só que revestido de uma couraça extremamente fascista, autoritária e mascaradora da realidade concreta, numa vinculação direta entre o irracionalismo (e o conservadorismo) com o neoliberalismo, porém totalmente contrários aos interesses da classe trabalhadora.



REFERÊNCIAS

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras**: explicadas a revolucionários e reacionários. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

QUADROS, Marcos Paulo. O ceticismo em Edmund Burke e os pilares do conservadorismo moderno. **Intelléctus**, n.1, p. 168-187. 2015

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LACERDA, Bruno Amaro; GUEDES, Carlos Eduardo Paletta. **Liberais e conservadores**: textos fundamentais. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2022.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, n. 126, p. 360-37/ maio-agosto, 2016.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: ATUAÇÃO DA PEDAGOGIA NO PROJETO ECA NAS ESCOLAS POR MEIO DO NEDDIJ

CUNHA, Adriana Leite Fonseca da ¹ - Unespar Campus Paranavaí
MULLER, Danielle da Cruz ² - Unespar Campus de Paranavaí
PEREIRA, Lizeane Heren Candido ³ - Unespar Campus de Paranavaí
SILVA, Sônia Maria Correa da ⁴ - Unespar Campus Paranavaí
SILVA, Rosangela Trabuco Malvestio da ⁵ - Unespar Campus de Paranavaí

Nome do GT:

**Capitalismo, trabalho, direitos humanos e as interfaces classe, gênero, raça/etnia e
sexualidade**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo descrever o Projeto ECA nas Escolas, aplicado pela equipe da área pedagógica vinculada ao NEDDIJ (Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude). O NEDDIJ é um projeto de extensão financiado pela Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) situado na UNESPAR - campus de Paranavaí e atua no estudo e garantia de direitos e deveres de crianças e adolescentes. O projeto tem a finalidade de oportunizar alunos do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, participantes dos encontros, a conhecer seus direitos e deveres tratados no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A metodologia utilizada é o relato de experiência da aplicação do projeto desenvolvido de forma piloto em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental nos Anos Iniciais na cidade de Paranavaí-PR, com o intuito de possibilitar aos alunos o contato e conhecimento do ECA, bem como, conscientizá-los sobre seus direitos e deveres voltados para a interação social. Em um primeiro momento destaca-se os documentos que nortearam este trabalho e aplicação do projeto, na sequência discorre sobre os procedimentos metodológicos adotados na aplicação do projeto. Por fim, é relatado os resultados obtidos no decorrer e término do projeto. Ao final deste texto, compreende-se que os resultados esperados foram alcançados. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi divulgado por meio de atividades lúdicas, jogos e dinâmicas. Os alunos souberam identificar seus direitos e deveres contidos no ECA, e diante do êxito, a Secretaria de Educação da cidade de Paranavaí solicitou a continuidade do projeto em outras escolas municipais.

Palavras-chave: NEDDIJ. Pedagogia. Projeto. ECA nas Escolas.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto tem como objetivo descrever o projeto ECA nas Escolas aplicada pela equipe pedagógica vinculada ao NEDDIJ (Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude). O NEDDIJ é um projeto de extensão financiado pela Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) situado na UNESPAR - campus de Paranavaí e atua no estudo e garantia de direitos e deveres de crianças e adolescentes.

O projeto em questão teve a finalidade de oportunizar aos alunos do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, participarem dos encontros e conhecerem os direitos e

¹ Adriana Leite Fonseca da Cunha — Acadêmica em Pedagogia — dricunhapedagoga@gmail.com

² Danielle da Cruz Muller — Acadêmica em Pedagogia — dani.cruzunespar@gmail.com

³ Lizeane Heren Candido Pereira — Pedagogia — lizeane.heren@gmail.com

⁴ Sônia Maria Correia da Silva — Acadêmica em Pedagogia — soniacorreia800@gmail.com

⁵ Rosangela Trabuco Malvestio da Silva — Orientadora — rosetms2000@yahoo.com.br



deveres das crianças e dos adolescentes, pois, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é garantida a proteção integral infanto-juvenil, considerando crianças de zero a doze anos incompletos e adolescentes entre doze e dezoito anos.

Em vista disso, alguns objetivos específicos do projeto foram: sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da garantia dos direitos da criança e do adolescente e fiscalizar o cumprimento dos deveres estabelecidos pelo ECA; discernir a criança e o adolescente sobre seus direitos e deveres estabelecidos no ECA; e garantir o acesso às informações disponibilizadas pelo ECA, para que todos os interessados saibam como reagir diante de diversas situações de violação dos direitos da criança e do adolescente.

A metodologia utilizada é o relato de experiência da aplicação do projeto em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental nos Anos Iniciais na cidade de Paranavaí-PR, a fim de evidenciar os direitos e deveres de crianças e adolescentes e proporcionar uma conscientização voltada à interação social. Em um primeiro momento, é destacado os documentos que nortearam este trabalho e aplicação do projeto, na sequência discorre os procedimentos metodológicos adotados na aplicação do projeto. Por fim, é relatado os resultados obtidos no decorrer e término do projeto.

Ao final deste texto, pode-se compreender que os resultados esperados foram alcançados. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi divulgado por meio de atividades lúdicas, jogos e dinâmicas. Os alunos souberam identificar os direitos e deveres de acordo com o ECA e diante do êxito a Secretaria de Educação da cidade de Paranavaí solicitou continuidade do projeto em outras escolas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para desenvolver o projeto, foi preciso leituras em autores e documentos oficiais. Valle (2010) descreve que à medida que a sociedade foi se desenvolvendo, houve a mudança de percepção de infância, a percepção está estritamente associada ao contexto histórico, político, social e econômico da sociedade. Assim, o tratamento para com as crianças e adolescentes na atualidade, reflete o pensamento atual definido a partir das reflexões ao longo do tempo sobre os direitos e responsabilidades infantis, desenvolvimento infantil, habilidades de pensamento e aprendizado e as necessidades específicas dessa faixa etária.

Conforme a Constituição de 1988 no Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,



visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988), logo, entende-se que a educação é garantida a todos, sendo o Estado, o principal responsável por conceder e matricular crianças e adolescentes na escola, visando a plenitude do indivíduo, preparando-os para a qualificação do trabalho e exercício como cidadão. A Constituição de 1988 também alega no art. 206, que o ensino será ministrado com base nos princípios de:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de (sic) idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais [...] (BRASIL, 1988).

Segundo o art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o currículo do ensino fundamental deve incluir conteúdos que tratam dos direitos da criança e do adolescente, como diretriz lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, material didático. Sendo assim, o motivo pelo qual delibera sobre os estudos e atuação acerca do ECA, além do ser um grande marco histórico em prol das crianças e adolescentes, pois, antes deste Estatuto e de algumas legislações, os mesmos não tinham políticas públicas que segurassem seu bem-estar e garantia de direitos.

Desta forma, o projeto ECA nas escolas visou contribuir com os alicerces da educação, permitindo o ensino dos direitos e direitos conforme o Estatuto da criança e do adolescente, garantindo a plena proteção de crianças e adolescentes, como o direito à vida e à saúde, liberdade, respeito e dignidade, educação em cultura e lazer, vida familiar e comunitária, profissionalização e proteção ao trabalho.

Durante o processo de elaboração do projeto, aconteceram trocas de experiências com outros NEDDIJ's¹ do estado do Paraná que já atuavam com projetos parecidos nas escolas. Depois foram realizados estudos em documentos norteadores ligados à educação, sendo eles a Lei n.º 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), leis municipais, propostas pedagógicas, dentre outros autores que pesquisam a temática em questão.

¹ No Paraná existem 11 NEDDIJ's, sendo eles em Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Irati, Paranavaí, Paranaguá, Francisco Beltrão, Jacarezinho, Marechal Candido Rondon e respectivas regiões adjacentes.



Neste sentido, o projeto contribuiu com a escola na medida em que trouxe o Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando os conteúdos que tratam dos direitos das crianças e dos relacionando-os ao dia a dia dos alunos, em situações de convívio com as crianças/adolescentes e com as pessoas que as cercam. Para além das observações, os alunos foram indagados ao início do projeto a fim de analisar os conhecimentos prévios dos mesmos acerca da temática, para que ao final da aplicação do projeto fosse novamente levantando indagações sobre os conhecimentos adquiridos, para assim, comparar os conhecimentos pré-existentes e os que foram adquiridos.

Diante do exposto, o projeto ECA nas escolas vai ao encontro do que é proposto em lei, sendo aplicado em comum acordo entre as partes envolvidas, desde bolsistas do NEDDIJ, professores, alunos, pais e comunidade escolar em geral. A avaliação do projeto se deu continuamente, conforme as observações feitas em cada encontro, atendendo às exigências educacionais e sociais no presente período.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este relato de experiência apresenta as experiências de um grupo de bolsistas do NEDDIJ – UNESPAR campus Paranavaí. De acordo com Severino (2013), o conhecimento é o referencial do agir humano em relação ao agir de outras espécies, e a pesquisa, além de gerar o conhecimento, constrói objetos que os homens precisam se apropriar para se formar. A pesquisa, organizada na Universidade, tem o compromisso social de disseminar o conhecimento construído historicamente.

A partir desses pressupostos, entende-se que esta pesquisa enquadra-se na modalidade de trabalho científico, ponderada como bibliográfica e documental com abordagem qualitativa e quantitativa (SEVERINO, 2013), visto que, elenca os procedimentos adotados nos encontros pautando-se em documentos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; expõe as metas estabelecidas e alcançadas; como também, apresenta alguns dados pertinentes ao âmbito escolar, como a quantidade de alunos e participantes desse projeto.

Além dessas classificações, a pesquisa enquadra-se como aplicada, ao propiciar conhecimentos que podem ser desenvolvidos na prática, trazendo o ECA para o entendimento infante-juvenil, servindo de estímulos a outras instituições educacionais para aplicação do projeto.

O projeto Eca nas Escolas foi desenvolvido de forma piloto em uma Escola Municipal



localizada na cidade de Paranavaí/PR. Para a realização do mesmo, foram realizados contatos com a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) de Paranavaí no mês de junho de 2022. Ao todo, foram envolvidos 34 (trinta e quatro) alunos da instituição, divididos entre 2º e 3º ano do ensino fundamental I. A temática foi trabalhada por 4 (quatro) alunas da universidade, 1 (uma) graduada em Pedagogia e 1 (uma) coordenadora.

Os encontros com os alunos foram planejados e desenvolvidos processualmente, e conforme a execução das atividades, os 5 (cinco) principais direitos foram contemplados. A ludicidade esteve presente a cada encontro, visando cativar a atenção de todos os alunos envolvidos. A atuação aconteceu em sala de aula com os alunos, uma vez por semana, em período médio de 40 minutos. A duração foi pensada de forma que não atrapalhasse a grade curricular e que os alunos não perdessem a atenção e o foco na temática abordada.

O projeto na instituição escolar iniciou no dia 14 de setembro de 2022 sendo encerrado no dia 9 de novembro de 2022, somado em seis encontros dispostos no período da tarde, no horário das 14h até às 15h40min, que se desdobraram sobre o ECA e os direitos fundamentais, na qual nortearam as intervenções, sendo eles: 1 Direito à vida e à saúde; 2 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; 3 Direito à convivência familiar e comunitária; 4 Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e o 5 Direito à profissionalização e à proteção ao trabalho.

No primeiro dia, 14 de setembro de 2022, ocorreu a apresentação da Equipe NEDDIJ, os objetivos e a organização dos encontros. Nesse dia também foi aplicada uma dinâmica intitulada “Direito em Ação”, onde os alunos deveriam se identificar e dizer o que gostariam que fosse um direito na escola. As respostas foram anotadas no “Estatuto da Sala”. Em seguida, foi realizado uma contação de história com o livro de autoria própria das bolsistas do projeto: “Juntos e Protegidos pelo ECA”, manuseando fantoches para tornar o momento mais lúdico. Veja-se na Imagem a seguir, como ocorreu o momento citado anteriormente, na imagem é possível constatar a atenção que os alunos se disporem durante a apresentação com fantoches, além do que se pode observar na imagem também houve a interação verbal com todos.

Imagem 1 – Contação de história



Fonte: Acervo pessoal NEDDIJ/Paranavaí

A partir do segundo encontro, dia 21 setembro de 2022, a equipe foi dividida em rodízios entre as acadêmicas voluntárias e bolsistas. No segundo encontro, o tema foi o Direito à Vida e à Saúde. Na explicação da temática, a metodologia utilizada foi uma peça teatral onde as bolsistas estavam caracterizadas de médica e dentista munindo instrumentos dessas profissões.

No terceiro encontro, dia 28 de setembro de 2022, foi apresentado o Direito à liberdade, ao respeito e dignidade. A dinâmica escolhida foi a teatral. As acadêmicas se fantasiaram de Chiquinha e conversaram com os alunos a respeito da vivência de Chaves, sua condição de vida e como as pessoas ao redor podiam ajudá-lo e respeitá-lo. Em seguida, foi preparada a atividade “Caixa Mágica”, na caixa haviam medalhas decoradas com adivinhas, na parte da frente continham os direitos, e na parte atrás as crianças deveriam adivinhar o que tinha.

No quarto encontro, dia 5 de outubro de 2022, o tema foi o Direito à convivência familiar e comunitária por meio da dinâmica “Teia Família”. Ao passar a linha do barbante para os alunos, os mesmos deveriam dizer qual o significado de família e mencionar o que mais gostam de efetuar no bairro. Depois do relato, deveriam segurar a linha e jogar o rolo de barbante para outra pessoa. Ao final das apresentações, a sala formou um desenho das conexões estabelecidas no jogo. O objetivo dessa dinâmica foi de informar que a família representa essas conexões, tudo está interligado, a família detém de vários parentes e pessoas, juntos, formam um grupo, e esse grupo teve uma origem sendo constituído em algum lugar. O



bairro é constituído por diversas famílias, espaços públicos e empresas. Ao longo do tempo, a família e o bairro continuam em crescimento. Diante disso, a criança tem o direito de conviver em harmonia com os familiares e desfrutar das atividades no local onde vive.

No quinto encontro, dia 19 de outubro de 2022, foi trabalhado o Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, oralizando com os alunos a importância da leitura, e o impacto da educação, cultura, esporte e lazer no cotidiano das pessoas, foi utilizado flashcards de confecção própria para ilustrar a temática.

No sexto encontro, dia 26 de outubro de 2022, foi tratado sobre o quinto direito principal do ECA, Direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, indagando se na família dos alunos possui alguém que trabalha como jovem aprendiz, a fim de aludir sobre instituições que regularizam o trabalho juvenil, como o CIEE, CIUNEM, Guarda Mirim, refletindo sobre a implicação de trabalhos exploratórios e não regulamentados na vida dos adolescentes.

Por fim, dia 11 de novembro de 2022, último encontro, as bolsistas relembrou a temática trabalhada com os alunos e os direitos informados no “Estatuto da Sala” no primeiro dia. Após as discussões de quais direitos no “Estatuto da Sala” deveriam ser válidos segundo o ECA, foi realizado o jogo da memória (material de confecção própria), contendo todos os direitos e deveres desenvolvidos no projeto. Também foi entregue certificado de participação com uma lembrancinha confeccionada pelas acadêmicas. Observa-se na imagem a seguir:

Imagem 2 – Lembrancinha



Fonte: Acervo pessoal NEDDIJ/Paranavaí



4 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, os benefícios foram sociais, tendo em vista que foi realizado um trabalho de conscientização sobre os direitos e deveres que estão interligados ao convívio social. Os encontros possibilitaram abordar alguns conceitos culturais que antes não eram debatidos. Diretamente, os beneficiados com o projeto foram as crianças e adolescentes envolvidos, entretanto, vale dizer, que os familiares e a escola também foram beneficiados, mesmo que indiretamente, pois os impactos formativos vão além dos muros escolares.

Depreende-se que o projeto ECA nas Escolas possibilitou aos alunos o conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) com atividades lúdicas e teóricas que contribuíram no desenvolvimento destes infantes a fim de estabelecer seu convívio na sociedade como cidadão. Durante o projeto, interagimos com as crianças mediando seus direitos e os deveres no meio social, aplicáveis na escola, entre amigos e familiares, o direito à Saúde e os deveres para melhor conseguir uma vida digna.

Conforme Del Priori (2013) historicamente, a primeira política para os adolescentes adveio com o 1º Código de Menores de 1927; lei nº 17.943, conhecido como Código Mello Mattos. De acordo com Netto (1941), este primeiro Código veio para substituir o antigo sistema primitivo de punir, permutando a repressão pela educação. Este Código era destinado apenas para adolescentes abandonados ou que estavam na delinquência, aqueles por quem estavam sob a proteção de suas famílias não se enquadram neste Código, ficava a cargo da família protegê-los. E quando a família não os protegia, não se tinha o que fazer por eles.

Sarmento (2007) destaca que na sequência, surgiu o Código Penal, de 7 de dezembro de 1940, o qual foi decretada a lei nº 2.848, em seu artigo 23 destaca que aqueles que forem menores de dezoito anos seriam penalmente irresponsáveis, sendo submetidos às normas estabelecidas na legislação especial. Até surgir o 2º Código de Menores de 1979, nesse ano exato, 10 de outubro, foi promulgado um novo Código de Menores sob a Lei nº 6.697 substituindo o antigo, ressaltamos que esses dois Códigos advieram no período da Ditadura Militar que impulsionou ao seu término a redemocratização do Brasil.

Conforme Azevedo; Guerra (1995), com a necessidade de atender crianças e adolescentes em conflito com a lei, criou-se em 1964, graças à Lei 4.513/64, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), para substituir o antigo Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Em 1988, com a Constituição Federal ocorreu um avanço referente ao direito da criança e adolescente, determinando dever da família, sociedade e



Estado assegurar seus direitos, exposto no artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Pode-se observar que a partir da Constituição de 88 foi o primeiro passo para instituir direitos e deveres às crianças e adolescentes.

Segundo Gomes (2018) na sequência, em 1989, aconteceu a convenção sobre os Direitos da Criança (1989), mas foi só no ano seguinte (1990) que foi instaurado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diante do exposto, entende-se a necessidade de se compreender o percurso histórico que antecedeu o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990, que culminaram na sua promulgação em 13 de julho de 1990, quando foi decretada a Lei n.º 8.069, chamada de Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990), expondo os direitos e deveres a serem cumpridos em benefício da criança e adolescente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do relato apresentado, pode-se destacar que 90% dos objetivos pré-estabelecidos no planejamento/proposta foram alcançados, sendo eles o de divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente para crianças/adolescentes, a fim de proporcionar uma conscientização benéfica para com o convívio social. Além disso, o grupo conseguiu apresentar às crianças e adolescentes acerca de seus direitos e deveres expostos no ECA, e garantir o acesso à informação provinda do ECA, para que todos os envolvidos saibam reagir a diversas situações as quais violam os direitos das mesmas.

O único objetivo que não foi alcançado, foi o de conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da garantia dos direitos das crianças e adolescentes e fiscalizar o cumprimento dos deveres a eles estabelecidos pelo ECA. A falta de encontros com os responsáveis dos alunos foi considerado uma dificuldade encontrada, visto que a escola alertou que os pais não são participativos nas propostas da escola. Outra dificuldade foi com relação ao número de alunos atendidos, pois a escola tem seu calendário de atividades fechado e só disponibilizou alguns horários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste relato de experiência, pode-se concluir que os encontros desenvolvidos possibilitaram o conhecimento de direitos fundamentais, pautados no Estatuto da Criança e do Adolescente, com auxílio de diversos jogos, dinâmicas e a cartilha impressa. O primeiro encontro foi o dia de autoapresentação, do segundo ao penúltimo encontro sobre o: Direito à



Vida e à saúde; Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Direito à convivência familiar e comunitária; Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; Direito à profissionalização e à proteção ao trabalho; respectivamente e por fim, um dia de encerramento, onde foi possível fazer uma sondagem final e entregar o certificado de participação, com a cartilha utilizada ao longo do projeto, corrigida pela equipe do NEDDIJ e algumas lembrancinhas (chaveiro e lápis de escrever).

Mesmo que o público-alvo foram as crianças, os adultos também foram conscientizados sobre o ECA, pois a informação chegou à vários adultos, tendo em vista o feedback que as crianças traziam a cada novo encontro. Conclui-se que, foi uma atuação enriquecedora não somente para as crianças que agora têm o conhecimento sobre seus direitos básicos, mas também para todos os envolvidos, pois propiciou às acadêmicas e bolsistas de pedagogia a experiência em sala de aula, planejamento e confecção de materiais de qualidade.

Além da escola, que verbalizou satisfação com a aplicação do projeto, bem como, demonstrou interesse na continuidade na atuação em outras turmas. Por fim, a representante da Secretaria de Educação da cidade de Paranavaí, manifestou grande anseio em ampliar o projeto no ano seguinte (2023). Desta forma, foi possível quantificar e descrever no presente artigo sobre esta experiência em forma de texto científico e assim, disseminar as ações desenvolvidas no ano de 2022.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BRASIL. Presidência da República; Casa Civil. **Constituição da Republica Federativa do Brasil: 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 mar. 2023.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Casa Civil da Presidência da República, Brasília: DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: Acesso em 05 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em 05 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em 05 mar. 2023.



BRASIL. **Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007**. Acrescenta o § 5º ao art. 32 da Lei nº 9,394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111525.htm. Acesso em 05 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução nº1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf Acesso em 05 mar. 2023.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

GOMES, Ilvana Lima Verde. **A criança e seus direitos na família e na sociedade**: uma cartografia das leis e resoluções. Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn. Brasília, 2008. Disponível em: . Acesso em: 22 de Março de 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos. (Org.) **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em:
https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf Acesso em 05 mar. 2023.

VALLE, Luciana Rocha de Luca Dalla. **Fundamentos da Educação Infantil**. Curitiba: Fael, 2010.



O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MENTAL À LIVRE ESCOLHA DO TRABALHO: ADAPTAÇÕES RAZOÁVEIS PARA A REDUÇÃO DE BARREIRAS DE ACESSO A CARGOS PÚBLICOS

Mery Elen da Silva Scalia Carvalho

03 - Capitalismo, trabalho, direitos humanos e as interfaces classe, gênero, raça/etnia e sexualidade:

RESUMO

O pleno exercício do direito à livre escolha do trabalho pelas pessoas com deficiência intelectual e mental exige que as barreiras impostas pelas interações sociais sejam atenuadas ou eliminadas. No Brasil, dados estatísticos indicam que as políticas públicas em implementação ainda são insuficientes para atender às necessidades específicas e concretizar o direito de acesso a cargos e empregos públicos destes candidatos. O presente artigo tem como objetivo propor reflexões, à luz do princípio da isonomia substancial, acerca das medidas cabíveis para garantir o direito à autodeterminação laboral das pessoas com deficiência intelectual e mental, notadamente quanto a participação em provas de concursos públicos. Será estudado o fundamento jurídico deste direito e, por meio da análise da realidade brasileira, serão indicadas as possíveis lacunas do atual sistema de cotas. Trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa, com a finalidade explicativa e exploratória. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, bem como por estudo de caso e entrevista com profissional atuante na área. Foi possível concluir que ainda existem barreiras metodológicas e programáticas que malferem valores básicos como o da igualdade de oportunidades, da justiça social e do respeito pela diferença, o que torna necessária a adoção de adaptações razoáveis para uma verdadeira igualação social.

Palavras-chave: Deficiência Mental e Intelectual. Livre Escolha do Trabalho. Concurso Público. Isonomia Substancial

RESUMEN

El pleno ejercicio del derecho a la libre elección de trabajo por parte de las personas con discapacidad intelectual y mental requiere que se mitiguen o eliminen las barreras que imponen las interacciones sociales. En Brasil, los datos estadísticos indican que las políticas públicas que se están implementando aún son insuficientes para atender las necesidades específicas e implementar el derecho de acceso a los cargos y empleos públicos de estos candidatos. Este artículo tiene como objetivo proponer reflexiones, a la luz del principio de isonomía sustancial, sobre las medidas adecuadas para garantizar el derecho a la libre determinación en el trabajo de las personas con discapacidad intelectual y mental, en particular en lo que respecta a la participación en concursos públicos. Se estudiará el fundamento jurídico de este derecho y, a través del análisis de la realidad brasileña, se señalarán posibles lagunas en el actual sistema de cuotas. Se trata de una investigación aplicada, cualitativa, con fines explicativos y exploratorios. La recolección de datos se realizó a través de una investigación bibliográfica y documental, así como a través de un estudio de caso y una entrevista a un profesional que actúa en el área. Se pudo concluir que aún existen barreras metodológicas y programáticas que lesionan valores básicos como la igualdad de oportunidades, la justicia social y el respeto a la diferencia, lo que hace necesario adoptar adecuaciones razonables para una verdadera igualdad social.

Palabras clave: Discapacidad Mental e Intelectual. Libre Elección de Trabajo. Oposiciones. Igualdad sustancial.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vivencia-se um momento de relevantes alterações legislativas que impulsionam



mudanças sociais - e são por elas impulsionadas - no que atine ao reconhecimento de direitos das pessoas com deficiência. No Brasil, são exemplos destas inovações a internalização com *status* de norma constitucional da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do Tratado de Marraqueche¹, bem como a promulgação da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A despeito de todos os avanços normativos, ainda se vislumbra barreiras ao pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, notadamente quanto ao direito fundamental à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e ao acesso a cargos e empregos públicos.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde elaborada a partir de dados coletados em 2019 (IBGE, 2022, p. 1), as pessoas com deficiência representam cerca de 8,4% da população brasileira, distribuídos entre os seguintes tipos: 6,5% de pessoas com deficiência física (membros inferiores e superiores); 3,4% com deficiência visual; 2,6% com mais de uma deficiência; 1,2% com deficiência mental e 1,1% com deficiência auditiva.

Todavia, de acordo com pesquisa elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça intitulada *Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário* (2021, p. 21), apenas 1,67% dos magistrados, servidores e estagiários do Poder Judiciário declararam ser pessoas com algum tipo de deficiência. Deste percentual, 55,11% são de pessoas com deficiência física; 28,37% com deficiência visual, 14,84% com deficiência auditiva, 0,99% com deficiências múltiplas, 0,43% com deficiência intelectual e 0,26% com deficiência psicossocial.

No Poder Executivo Federal, segundo dados relativos ao mês de março de 2018, apenas 0,7% dos servidores públicos civis eram pessoas com deficiência. Destes, 50% eram pessoas com deficiência física; 28,8% com deficiência visual; 19% com deficiência auditiva; 1,3% com deficiências múltiplas; 0,5% com deficiência mental e 0,2% com ostomia (ENAP, 2018, p. 1).

A partir destas constatações, o objetivo geral do presente artigo é apresentar reflexões acerca do direito à autodeterminação laboral das pessoas com deficiência intelectual e mental, abordando as adaptações razoáveis necessárias para garantir a isonomia substancial, com enfoque no acesso a cargos e empregos públicos.

Como problema de pesquisa, tem-se o fato de o sistema de cota (reserva de vagas) em

¹ Tratado para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso



concursos públicos não se mostrar eficiente a ponto de garantir que similar proporção de pessoas com deficiência na sociedade se verifique no quadro de servidores da Administração Pública.

Partiu-se da hipótese de que, dentre as medidas específicas para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade no caso, uma alternativa viável seria a adaptação do conteúdo das provas de concurso público, sendo realizado o estudo de caso em que a aplicação desta ação afirmativa mostrou-se positiva.

Para atender aos objetivos deste artigo, utilizou-se como procedimento metodológico uma pesquisa aplicada de natureza qualitativa. A finalidade é exploratória e explicativa. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, bem como por meio de estudo de caso e entrevista com profissional atuante na área. A análise destes dados foi dedutiva quanto às questões normativas e doutrinárias apresentadas e indutiva quanto ao estudo de caso.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Garantir o direito ao trabalho, mais do que proporcionar meios de subsistência às pessoas com deficiência, permite que elas desenvolvam o sentimento de pertencimento social, adquirindo maior independência e realização pessoal. Outrossim, as políticas de inclusão são vantajosas pois levam à “redução da pobreza e, especialmente, ao aumento da produtividade social dessas pessoas que, outrora, ficariam à margem da sociedade” (RAMOS, 2018, p. 119).

Nesta senda, o direito das pessoas com deficiência intelectual e mental à livre escolha do trabalho é corolário do direito humano fundamental à liberdade, definido por José Afonso da Silva (2005, p. 233) como “a possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal”. Esta coordenação consciente, também denominada autodeterminação, depende da “existência de condições institucionais, sociais e pessoais de ser e de fazer” (BARROSO, 2022, p. 1171).

Rememore-se que o art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p. 5) estabelece que todo ser humano tem direito ao trabalho e à livre escolha de emprego. Neste mesmo sentido, a Convenção ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, prevê em seu art. 27 que o direito ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, abrange o direito à oportunidade de se manter com um



trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral. Também prevê os Estados devem adotar medidas para empregar pessoas com deficiência no setor público (BRASIL, 2009).

A legislação interna agasalha esta garantia no art. 2º da Lei n.º 7.853 (BRASIL, 1989) e no art. 34 da Lei n.º 13.146 (BRASIL, 2015). Gize-se que o art. 37 da Lei n.º 13.746/2015 prevê que a colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas, dentre outras diretrizes, o respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada (BRASIL, 2015, art. 37).

Inegável, portanto, o respaldo normativo do direito em análise.

Todavia, que o pleno exercício destas liberdades depende da garantia de outros direitos, como o da educação inclusiva, da não discriminação, da igualdade de oportunidades e da acessibilidade. Depreende-se que os obstáculos sociais para concretização do direito à livre escolha começam a ser erguidos ainda na infância, diante das dificuldades de acesso à educação inclusiva que respeite a aprendizagem singular destes indivíduos. Neste aspecto, “a falta de acesso educacional adequado marcará toda a vida da pessoa com deficiência, gerando outras exclusões (do mercado de trabalho, da vida social, etc.), em um ciclo vicioso de segregação e inferiorização” (RAMOS, 2018, p.110).

Por isso, as políticas públicas de inclusão devem levar em consideração todo este problema estrutural, o que afeta o projeto de vida e a possibilidade de autodeterminação laboral destes cidadãos. As pessoas com deficiência necessitam “ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos junto à população geral” (SASSAKI, 2006, p. 39).

Para tanto, é imperioso superar o modelo médico de abordagem da situação das pessoas com deficiência, segundo o qual a deficiência é vista com um defeito que necessita de tratamento ou cura. Tal visão perpetua o estereótipo das pessoas com deficiência como mera destinatárias da caridade pública (RAMOS, 2018, p. 117), sonhando a possibilidade de alcançarem a visibilidade social e o bem-estar material. E os estigmas sociais em torno das pessoas com deficiência mental e intelectual tornam a inclusão destes cidadãos ainda mais complexa, diante da dificuldade de “normalização” dos impedimentos que enfrentam.

Noutro giro, o contemporâneo modelo social de abordagem reconhece que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras decorrentes de atitudes e do ambiente. O enfoque não é mais a “normalização” dos impedimentos, mas sim a



remoção destas barreiras sociais. Para esta concepção “o desenvolvimento (por meio da educação, reabilitação, qualificação profissional etc.) das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade” (SASSAKI, 2006, p. 40).

Não se admite mais o capacitismo, isto é, o preconceito decorrente do senso comum de que as pessoas com deficiência, indistintamente, possuem competências limitadas ou reduzidas (CARPENEDO; MARCHESAN; 2021, p. 45). A partir de um olhar mais atento e respeitoso, torna-se possível reconhecer que há pessoas com deficiência capazes de agir de maneira autônoma e independente, em diferentes graus, o que é inerente à diversidade humana.

Deste modo, o direito ao trabalho de livre escolha está “em contraponto a velhos costumes de estigmatizar, relacionando determinados ofícios e profissões a determinadas naturezas de deficiência, diz respeito à dignidade inerente a pessoa e da sua autonomia individual” (GUGEL, 2018, p. 280).

Ademais, muito embora as pessoas trabalhadoras com deficiência constituam um grupo social, a busca pela igualação exige que os impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais sejam analisados de forma particular, a partir das barreiras que a sociedade impõe a cada um deles. Em determinadas circunstâncias, o direito à equiparação de oportunidades exigirá medidas apropriadas e específicas para cada necessidade verificada.

Assim, para identificar as adaptações razoáveis imperiosas às pessoas com deficiência intelectual e mental, é imprescindível compreender, primeiramente, a diferenciação entre elas.

A deficiência intelectual está atrelada à capacidade cognitiva do indivíduo, revelando-se diante do atraso na aprendizagem e na compreensão das atividades em comparação a pessoas da mesma idade, somada a “limitações no funcionamento adaptativo (p. ex., comunicação, orientação, habilidades sociais, autoproteção, uso de recursos comunitários e manutenção da segurança pessoal), junto com demonstração de necessidade de apoio” (SULKES, 2022, np). Sua origem está atrelada, principalmente, a fatores genéticos e ambientais (acidentes, desnutrição, privação do convívio social, entre outros).

Noutro giro, a deficiência mental refere-se a aspectos psiquiátricos clinicamente relevantes que levam a perda do controle de funções essenciais e na dificuldade em cumprir demandas cotidianas. De acordo com o médico e auditor fiscal do trabalho Dr. José Carlos do



Carmo (2020, np), a pessoa com deficiência mental “apresenta perturbações do raciocínio, do comportamento, da compreensão da realidade e da adaptação às condições da vida”.

O Decreto n.º 3.298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, não diferenciou a deficiência mental e a intelectual, conceituando-as como:

funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho (BRASIL, 1999, art. 4º, IV)

De toda sorte, tanto a Convenção ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência quanto a Lei n.º 13.146/2015 especificam a existência de impedimentos de natureza mental e intelectual, o que torna relevante a diferenciação exposta.

Observa-se que, historicamente, a sociedade não se preocupava em promover adaptações que possibilitassem a inclusão social das pessoas com deficiência mental e intelectual. O desrespeito às habilidades adaptativas destas pessoas resultou em uma estrutural desvantagem no processo de estudo, de profissionalização e de inserção no mercado de trabalho. Por isso, no atual momento civilizatório, torna-se necessária a adoção de medidas para garantir a concretização efetiva do princípio da igualdade, “passando de uma defesa passiva contra as discriminações para uma ação afirmativa visando à promoção de oportunidades” (OLIVEIRA, 2011, p. 401).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto ao percurso metodológico, trata-se de pesquisa aplicada, pois objetiva trazer à lume soluções para um problema específico.

A pesquisa é qualitativa no que toca à abordagem do problema, porquanto se almeja aprofundar proposições. Há uma finalidade exploratória ao abordar os fundamentos do direito à autodeterminação laboral das pessoas com deficiência intelectual e mental, bem como uma finalidade explicativa, ao indicar algumas razões para a insatisfatório sistema de reserva de vagas e propor adaptações razoáveis para a concretização da igualdade material.

Quanto aos procedimentos técnicos para coleta de dados utilizados no trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros e revistas acadêmicas, bem como a busca de informações disponibilizadas em documentos e sites oficiais. Ainda quanto aos meios de pesquisa, foi realizado um estudo de caso, referente ao qual também foi realizada entrevista



com profissional.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1. Representatividade das pessoas com deficiência intelectual e mental no serviço público.

Em se tratando, especificamente, do direito de acesso a um cargo público, vislumbra-se três principais medidas afirmativas de inclusão das pessoas com deficiência: (i) a reserva de vagas nos certames, no mínimo 5% e no máximo 20%, conforme dispõe art. 5º, §2º da Lei n.º 8.112/90 (regulamentado pelo Decreto Federal n.º 9.508/2018) e leis estaduais e municipais; (ii) reserva, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, dos percentuais de cargos de que trata o art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1999 às pessoas com deficiência; (iii) dispensa de licitação para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência, de acordo com o art. 75, XIV, Lei n.º 14.133/2021.

Todavia, como destacado nas considerações iniciais deste artigo, os dados estatísticos evidenciam que a proporção de servidores públicos com deficiência não reflete a proporção da população brasileira com deficiência. A desproporção acentua-se em relação as pessoas que enfrentam impedimentos de natureza intelectual e mental.

Isso indica que, até este momento, o sistema de cotas, singularmente considerado, não é medida suficiente para garantir a acessibilidade necessária, o que há tempos já era apontado por Sasaki (2006, p. 85). Frise-se que as cotas foram e ainda são essenciais para a concretização do direito ao trabalho das pessoas com deficiências. Todavia, uma discriminação histórica e estrutural exige novas propostas para a igualação.

Neste trilhar, é importante destacar que o art. 2º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece como ato discriminatório a mera recusa em promover modificações ou ajustes a fim de permitir que pessoas com deficiência usufruam de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (BRASIL, 2009). Assim, diante do fato de a reserva de vagas não se mostrar satisfatória para garantir a efetiva igualdade de oportunidades e de tratamento, outras medidas positivas especiais devem ser adotadas.



Na prática, de modo incipiente, foi o que realizou a Caixa Econômica Federal (CEF), empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, ao promover um concurso público exclusivamente destinado a candidatos com deficiência.

Em breve histórico, nos autos de Ação Civil Pública n.º 0000121-47.2016.5.10.0007, que teve curso perante o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, constatou-se que embora a CEF observasse a reserva das vagas em seus concursos públicos, não conseguia cumprir a exigência legal de compor seus quadros com pelo menos 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência, conforme cota legal estabelecida pelo art. 93 da Lei n.º 8.213/90. Assim, no ano de 2021, a CEF realizou um concurso público, ofertadas 1.000 vagas para os cargos de Técnico Bancário e Técnico Bancário - Tecnologia da Informação, exclusivamente destinadas a pessoas com deficiência. Na época, a instituição contava com cerca de 3,5 mil empregados com deficiência, representando 4,12% do total de funcionários (CAIXA, 2021, np). Mais de 40.000 candidatos se inscreveram.

A título de comparação, o Banco do Brasil, sociedade de economia mista igualmente vinculada ao Ministério da Fazenda, também realizou concurso público no ano de 2021 para o cargo de Escriturário, destinado à ampla concorrência (candidatos com e sem deficiência). Na oportunidade, registrou mais de 1 milhão e 600 mil inscritos, dos quais apenas 17.000 eram de candidatos com deficiência (BB, 2021, np).

Ou seja, a medida adotada pela CEF fomentou de maneira expressiva a participação de pessoas com deficiência no certame, havendo mais que o dobro de inscritos em comparação ao concurso promovido pelo Banco do Brasil.

Apesar dos aspectos positivos acima narrados, denota-se que um concurso realizado nestes moldes tratou igualmente os desiguais, porquanto não houve nenhuma adaptação razoável destinada aos candidatos com deficiência intelectual e mental no tocante ao conteúdo das provas aplicadas. Ou seja, não foram adotadas medidas para compensar a perda ou limitação funcional destes candidatos.

Não se pode olvidar que a adaptação razoável “diz respeito à própria pessoa, à sua necessidade exclusiva de adaptação de maneira a permitir que suas habilidades e competências possam ser demonstradas no âmbito das relações de trabalho (públicas e/ou privadas)” (GURGEL, 2016, p. 150).



O Decreto n.º 9.508/2018, que regulamenta a reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta, prevê, em seu art. 2º, que ressalvadas as disposições previstas em regulamento, a pessoa com deficiência participará de concurso público ou de processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que diz respeito ao conteúdo das provas e à avaliação e aos critérios de aprovação. Também prevê que os editais dos concursos públicos e dos processos seletivos indicarão a previsão de adaptação das provas escritas e práticas, respeitados os impedimentos ou as limitações do candidato com deficiência (art. 3º III).

Nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6476/DF, o Supremo Tribunal Federal aplicou a técnica de interpretação conforme a Constituição a determinadas previsões do Decreto n.º 9.508/2018, fixando as seguintes teses de julgamento: “1. *É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos*; 2. *É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública*” (BRASIL, 2021).

O entendimento supra, acerca do direito à adaptação razoável em provas físicas, deve ser aplicável às provas escritas e orais de concursos públicos.

Ancorando tal pensamento, a Lei n.º 13.146/2015 estabelece que nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotados critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, 2015).

Ou seja, há reconhecimento expresso de que é possível adaptar provas de vestibulares para ingresso em universidades, adotando critérios que respeitem a singularidade das pessoas com deficiência. Por lógica, nos certames para cargos públicos, o mesmo raciocínio deve ser aplicado. Maria Aparecida Gugel (2016, p. 146) sustenta que:

o acesso a concurso público se torna impossível para candidatos com deficiência com nível médio ou fundamental de escolaridade, caso não se alterem as rotinas de preparação das provas de nível básico, de forma a avaliar as habilidades específicas para as atribuições dos cargos e empregos públicos. Tratando-se de concurso público para cargos e empregos públicos a exigir nível básico de conhecimento, devem ser elaboradas provas de forma a evidenciar não só a capacidade intelectual do candidato,



mas, também, aferir suas habilidades de acordo com as atribuições rotineiras da função que dispensam qualquer desempenho intelectual e de conhecimento (2016, p. 146)

Por fim, é importante destacar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no julgamento do caso Guevara Diaz vs Costa Rica (2022, p. 21), destacou a obrigação dos Estados de respeitar o direito ao trabalho das pessoas com deficiência na esfera pública. Para tanto, primeiramente, devem se abster de praticar atos de discriminação por motivo de deficiência no tocante à seleção, contratação, permanência no cargo, promoção funcional e às condições de trabalho. Em segundo lugar, precisam adotar medidas positivas para a inclusão laboral de pessoas com deficiência, objetivando a eliminação progressiva das barreiras que impedem o pleno exercício de seus direitos trabalhistas. Na referida decisão, também se destacou que o acesso efetivo e igualitário aos concursos públicos deverá se dar, dentre outras providências, pela adoção de ajustes especiais nos mecanismos de avaliação, possibilitando a participação de todos em igualdade de condições.

4.2. Um estudo de caso: Seleção Pública n.º 01/2009 do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (CRECI-SP).

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI-SP), uma autarquia profissional criada com fulcro no art. 5º da Lei nº 6.530/1978, promoveu a seleção pública n.º 01/2009 destinando a totalidade das vagas para o cargo de Profissional de Suporte Administrativo (PSAD) a pessoas com deficiência intelectual.

O edital do concurso indicou que o referido cargo tinha como atribuições, dentre outras, tratar e preencher documentos (conferir correspondências, memorandos e relatórios simples), organizar atividades de protocolo, despacho de documentos e de volumes, preparar relatórios e planilhas simples e redigir documentos diversos, atender o público em geral (recepção, atendimento telefônico, enviar e receber fax e anotar recados) e utilizar recursos de informática para suporte administrativo.

Para participar do certame, o candidato deveria apresentar laudo psicológico, assinado por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Psicologia - CRP, atestando a deficiência intelectual com base em uma das seguintes classificações relacionadas na CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados à Saúde); F70.9 (deficiência intelectual leve - sem menção de comprometimento do comportamento); F70.0 (deficiência intelectual leve - menção de ausência ou de comprometimento mínimo do comportamento); F71.9 (deficiência intelectual moderada - sem



menção de comprometimento do comportamento) ou F71.0 (deficiência intelectual moderada - menção de ausência ou de comprometimento mínimo do comportamento).

A prova foi elaborada pelo Instituto Olga Kos de Inclusão Social, uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). No site oficial do Instituto, consta que seu objetivo é desenvolver projetos culturais e esportivos para atender, prioritariamente, pessoas com deficiência intelectual.

O processo seletivo mostrou-se bastante detalhado e complexo. A primeira fase consistia em uma prova objetiva de caráter eliminatório, abrangendo as seguintes matérias: comunicação e expressão em língua portuguesa, matemática e conhecimentos gerais. Tal prova foi composta de 10 questões de múltipla escolha, cada qual com 5 alternativas, sendo que cada questão respondida corretamente valeria 1 ponto, perfazendo o total máximo de 10 pontos.

Os 12 primeiros colocados foram classificados para a segunda fase, que consistia em uma avaliação oral, conduzida por uma equipe multidisciplinar do Instituto Olga Kos, para avaliação da capacidade de relacionamento interpessoal do candidato, da fluência verbal, do conhecimento e experiência da área de atuação, da aptidão para administração de conflitos e da habilidade para negociação.

Ao todo, foram 27 (vinte e sete) inscrições validadas, com 12 (doze) candidatos aprovados ao final do certame.

Em contato mantido por esta articulista com o Instituto Olga Kos no ano de 2016, foram obtidos detalhamentos acerca do referido processo seletivo. A Dra Sônia Casarin, Pós-doutora em Psicologia, informou que o CRECI-SP contratou 2 (dois) candidatos com deficiência intelectual aprovados no certame, um do sexo masculino e outra do sexo feminino. Eles seguiram a mesma jornada de trabalho dos demais servidores. Os especialistas do Instituto Olga Kos acompanharam os contratados por 1 (um) ano, realizando palestras e reuniões com a equipe que trabalhava diretamente com eles, inclusive antes do início de suas atividades. O candidato contratado não se adaptou à primeira função para qual foi designado, razão pela qual foi transferido para uma segunda função, na qual teve boa adaptação. Já a candidata contratada não apresentou dificuldades de adaptação ao trabalho. O Instituto Olga Kos permaneceu à disposição do CRECI-SP para eventuais orientações, mas, não foram necessárias intervenções diretas.



O CRECI-SP não mais repetiu seleções públicas nestes mesmos moldes, limitando-se, nos concursos públicos subsequentes, ao que determina a legislação atual (reserva de 5% das vagas), nos termos do Decreto Federal nº 3.298/1999.

Em novo contato com o Instituto Olga Kos realizado no ano de 2022, foi obtida a informação de que, apesar do resultado exitoso na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a associação não participou de outros concursos públicos similares.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para possibilitar que as pessoas com deficiência intelectual e mental, no exercício da autodeterminação laboral, tenham acesso a cargos públicos, é necessário identificar as atitudes e o ambiente que obstam a igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Há um problema estrutural, que inicia-se com os percalços para o acesso à educação inclusiva, e que aflui nas desiguais oportunidades de trabalho.

Adotando a tradicional classificação de acessibilidades realizada por Sasaki (2006, p. 67/68), mostra-se necessário superar as barreiras metodológicas, referentes às técnicas de recrutamento e seleção, bem como as barreiras programáticas, relacionadas às normas e políticas públicas que, implicitamente, são discriminatórias.

Não se nega que o provimento de cargos públicos efetivos deva ser precedido da aprovação do interessado em concurso de provas e títulos. Nas preciosas lições de Hely Lopes Meirelles (2015, p. 542), concurso público pode ser conceituado como:

o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II, da CF (2015, p. 542).

Todavia, o princípio da isonomia, que rege o Direito Administrativo, não pode ser considerado apenas sob uma ótica formal. A ideia de meritocracia, sempre imperante nos certames públicos, não deve impedir a busca de uma isonomia substancial entre candidatos e a efetiva proteção dos vulneráveis, à luz do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade

Muito embora tais certames busquem identificar os candidatos mais aptos para o ingresso nos quadros funcionais da Administração Pública, é certo que o seu principal escopo é afastar critérios subjetivos e favoritismos nas contratações. Desta forma, as políticas afirmativas visando a igualação dos trabalhadores com deficiência não podem ser vistas como irregulares, porquanto buscam proporcionar a isonomia substancial entre candidatos. Não se pode olvidar



que os atos estatais serão considerados constitucionais “se aplicarem meios razoáveis para alcançar a igualdade proporcional entre as pessoas” (MOREIRA, 2017, p. 64).

As estatísticas apresentadas nesta pesquisa indicam que a mera fixação de reserva de vagas às pessoas com deficiência não vem se mostrando suficiente para a inclusão destes trabalhadores, notadamente os que enfrentam impedimentos de natureza mental e intelectual. Para tais pessoas, a acessibilidade real exigiria que as avaliações de ingresso ao serviço público privilegiassem questões contextualizadas, significativas em relação ao cotidiano, em detrimento do estilo atual de provas, cujo foco é o saber meramente mnemônico. Assim, para os candidatos com deficiência intelectual e mental, mostrar-se-ia viável proporcionar uma “prova com conteúdo em linguagem simples; apoio pessoal durante a realização da prova” (GURGEL, 2016, p. 153).

Em suma, além da igualdade formal (perante a lei), deve-se buscar a igualdade material, por meio da “igualização dos desiguais pela outorga de direitos sociais substanciais” (SILVA, 2005, p. 211). Há embasamento jurídico, portanto, para a elaboração de provas avaliativas de concursos públicos que respeitem a aprendizagem diferenciada das pessoas com deficiência mental e intelectual, considerando fatores como a expressão oral e escrita, desenvolvimento motor e sociabilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que, culturalmente, a sociedade tem preterido os indivíduos que não se enquadram em um padrão ideal de compleição física, inteligência e comportamento. Mas a adoção do modelo social da deficiência, em detrimento do modelo médico, viabiliza o reconhecimento de que é necessário reduzir e eliminar as barreiras sociais que impedem a inclusão das pessoas com deficiência mental e intelectual na vida comunitária.

Nesta senda, para a concretização do direito à livre escolha do trabalho, impõe-se a aplicação de adaptações razoáveis, a exemplo da adequação das provas de certames públicos à forma de construção do raciocínio de pessoas com deficiência mental e intelectual. Com isso, será possível garantir a igualdade substancial, em verdadeira sintonia com a liberdade de cada indivíduo fazer as suas próprias escolhas profissionais.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015



BB divulga resultado final da seleção externa 2021/001. **Portal BB**, 2021. Disponível em: <https://bb.com.br/pbb/pagina-inicial/imprensa/n/65926/#/>. Acesso em: 30 jan. 2023

CAIXA divulga resultado de concurso exclusivo para Pessoas com Deficiência (PcD). **Portal Caixa Notícias**, 2021. Disponível em: <https://caixanoticias.caixa.gov.br/noticia/27744/caixa-divulga-resultado-de-concurso-exclusivo-para-pessoas-com-deficiencia-pcd>. Acesso em: 29 jan. 2023

CARPENEDO, Rejane Fiepke; MARCHESAN, Andressa. **Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência**. Revista Trama, Paraná, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26199>. Acesso em: 09 jan. 2023

BRASIL. Decreto n.º 3.298/1999. **Regulamenta a Lei n.º 7.853/1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 06 jan. 2023

BRASIL. Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York**. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em 03 jan. 2023

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 03 jan. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6476/DF**. Relator Ministro Luís Roberto Barroso. Tribunal Pleno, julgado em 03 set. 2021. DJE 16 set. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347814037&ext=.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

CARMO, José Carlos. Caracterização da condição de deficiência e impedimentos. **Portal Inclusão com Acessibilidade no Trabalho**, 2020. Disponível em: <https://www.acessibilidadenotrabalho.org/modulos/visoes-atuais-sobre-a-condicao-da-deficiencia/caracterizacao-da-condicao-de-deficiencia-e-impedimentos>. Acesso em: 30 jan. 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa: pessoas com deficiência no Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/pesquisa-pcd-no-pj.pdf>. Acesso em 28 jan. 2023

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Sentença. Caso Guevara Díaz vs. Costa Rica**. 2022. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_453_esp.pdf. Acesso em 28 jan. 2023

ENAP - ESCOLA NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Sumário Estatístico: servidores públicos com deficiência**, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3218/1/Servidores_PCD_sum%20c3%a1rio_estat%20adstico.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023

GUGEL, Maria Aparecida. O mundo do trabalho e as pessoas com deficiência. *In*: GONZAGA, Eugênia Augusta; MEDEIROS, Jorge Luiz Ribeiro de (org.). **Ministério Público, sociedade, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: ESMPU, 2018



_____. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta.** 3 ed. Goiânia: Editora da UCG, 2016

IGBE. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?.** Belo Horizonte: Letramento, 2017

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador.** 6 ed. São Paulo: LTr, 2011

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.** 1948 Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023

RAMOS, André de Carvalho. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Paradigma da Inclusão. *In:* GONZAGA, Eugênia Augusta; MEDEIROS, Jorge Luiz Ribeiro de (org.). **Ministério Público, sociedade, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília: ESMPU, 2018

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo um a sociedade para todos.** 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 25 ed. São Paulo: Malheiros, 2005

SULKES, Stephen Brian. **Deficiência intelectual.** Manual Merck Sharp & Dohme – versão para profissionais da saúde, Nova York, 2022. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/defici%C3%Aancia-intelectual>. Acesso em: 30 jan. 2023

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade da autora.”